



ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

ANOS 2002-2010

ESTUDOS LUSÓFONOS LÍNGUA E LITERATURA

VERSÃO COMPLETA
Volume um

Edição AICL/Chrys Chrystello ©2010-2014



PROJETO DO ANUÁRIO/ ANTOLOGIA DOS COLÓQUIOS

Dentre as conclusões do 13º colóquio da lusofonia (Florianópolis 5-9 abril 2010) salienta-se a 22ª:

Malaca Casteleiro sugeriu que em cooperação com a Academia Brasileira de Letras, Academia Galega da Língua Portuguesa, Universidades, Politécnicos e outras instituições se valorizem as publicações de trabalhos das Atas/Anais, fazendo-se um/a Anuário/Antologia em edição conjunta para diversos países e regiões em formato de papel, selecionadas por um júri científico a nomear.

Analisada esta proposta e dadas as muitas centenas de trabalhos apresentados ao longo destes anos e constantes das Atas/Anais, sugere-se o seguinte:

1º. Nomear Evanildo Bechara, Malaca Casteleiro e Ângelo Cristóvão representando as três Academias, para o júri científico que irá analisar as obras a publicar em Anuário/Antologia.

2º. A fim de evitar trabalho excessivo por parte dos membros do júri, o Presidente da Comissão Executiva, com o apoio dos escritores Cristóvão de Aguiar e Vasco Pereira da Costa fará uma seleção prévia das mais de 600 apresentações de trabalhos para enviar ao júri, que deliberará quais as obras merecedoras de constarem, pelo seu valor científico e outros, na referida Antologia/Anuário.

3º. Designa-se como editor da obra a Calendário das Letras (Francisco Madruga) que preparará a edição em escrita unificada de acordo com o 2º protocolo modificativo do Acordo ortográfico.

4º. O custo da edição será suportado pelas entidades que assinaram protocolos com os colóquios mais a Academia Brasileira de Letras e a Academia Galega da Língua Portuguesa, sendo uma edição conjunta dos Colóquios da Lusofonia com a chancela daquelas duas Academias.

5º. A edição e distribuição no Brasil poderiam ser efetuadas pela própria Academia Brasileira a fim de evitar custos de transporte.

6º. A distribuição em Portugal e Galiza da obra editada ficaria a cargo da editora e das entidades com as quais os Colóquios têm convénio de cooperação, as quais teriam o respetivo crédito na capa/contracapa da obra.

7º. A obra seria publicamente divulgada num dos próximos colóquios

8º. Considerando a dificuldade de estabelecer uma metodologia capaz de selecionar entre mais de seiscentas obras apresentadas desde o 1º ao 13º colóquio para constarem da publicação do Anuário/antologia representativo da variada gama de temas e subtemas em discussão ao longo dos anos decidiu-se:

a. Excluir da pré-seleção de 132 trabalhos todas as obras que foram objeto de publicação em Atas/Anais na forma de livro.

b. Incluir apenas as que ainda não haviam sido publicadas em Atas/Anais na forma de livro

c. Foram critérios primários de seleção a escolha de obras que pudessem refletir a variedade de temas em debate e a orientação geral dos colóquios da lusofonia relativamente a TRADUÇÃO, LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA, ACORDO ORTOGRÁFICO 1990, QUESTÕES E RAÍZES DA LUSOFONIA, AÇORIANIDADES E INSULARIDADES, AUTORES AÇORIANOS, LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO E SEU RELACIONAMENTO COM CRIoulos E OUTROS IDIOMAS

d. Nenhum autor poderia ter mais do que um trabalho na seleção final

e. Os temas apresentados teriam de ser inovadores ou revelar facetas menos conhecidas e divulgadas dos temas que debatiam nos anos em que não se publicaram Atas em livro.

f. Cada colóquio teria de ter, pelo menos, uma obra selecionada entre todas as que foram apresentadas

g. Os temas apresentados deveriam poder servir para divulgar o carácter abrangente das nossas temáticas e das nossas preocupações com a preservação e fortalecimento da língua portuguesa falada e trabalhada em todos os pontos do mundo, independentemente de ser língua oficial desses países ou comunidades

h. Findo este processo escolheram-se 25 autores e obras para publicar numa versão em papel do Anuário/Antologia, que iremos propor às 3 Academias da Língua Portuguesa e/ou seus representantes.

9º. Posteriormente e dados os custos elevados da edição a direção da AICL decidiu colocar duas versões em linha no portal da Associação em www.lusofonias.net, uma completa com as obras selecionadas e outra com uma edição reduzida que era a versão que se queria editar em papel.

10º. **Esta é a versão completa da seleção 2002-2010.**

O Presidente da Direção - AICL, Colóquios da Lusofonia,
J. CHRYS CHRYSTELLO

ÍNDICE DO 1º AO 13º COLÓQUIOS

	1º COLÓQUIO PORTO 2002
1. AMADEU FERREIRA	LA LHÉNGUA MIRANDESA, UA LHÉNGUA DE PERTUAL
2. J CHRYS CHRYSTELLO - HELENA CHRYSTELLO	UMA EXPERIÊNCIA HÍBRIDA AUSTRALIANA EM COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL PARA TRADUTORES E COMUNICADORES PROFISSIONAIS NUM MERCADO GLOBAL
3. J. L. FONTENLA	O MITO DE BABEL
	2º COLÓQUIO BRAGANÇA 2003
4. EDITE PRADA	LUSOFONIA E AUTOESTIMA
5. ISABEL AIRES DE MATOS	ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA SEGUNDA E PLE: SITUAÇÃO ATUAL
6. JOSÉ AUGUSTO SEABRA	A DIPLOMACIA DA LÍNGUA NA CPLP
7. PADRE CEPEDA COELHO	SITUAÇÃO E PERSPETIVAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS PAÍSES DE MATRIZ CHINESA (CHINA, COREIA, JAPÃO E VIETNAME)
	3º COLÓQUIO BRAGANÇA 2004
8. AMADEU FERREIRA	A LÍNGUA MIRANDESA: UNIDADE E DIVERSIDADE. NOTAS DE UM PERCURSO
9. ÂNGELO CRISTÓVÃO	O CONTRIBUTO DE ANTÓNIO GIL À SOCIOLINGUÍSTICA GALEGA
10. ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES	A LÍNGUA MIRANDESA: VERDADES, DISCÓRDIAS E UTOPIAS
11. CARLOS FERREIRA	O LEVANTE DO NORDESTE TRANSMONTANO – A TERRA DE MIRANDA COMO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO.
12. JOÃO CABRITA	A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUSOFONIA: A PERENIDADE DE UMA MUNDIVIVÊNCIA
13. LUCIANO PEREIRA	A CULTURA E O IMAGINÁRIO AÇORIANO CATARINENSE NA OBRA LITERÁRIA DE FRANKLIN CASCAES
14. Mª ROSA ADANJO CORREIA	LUSOFONIA E A PROBLEMÁTICA DA TRADUÇÃO DAS “OUSADIAS VERBAIS” DE LUANDINO VIEIRA E DAS “ESCREVÊNCIAS DESINVENTOSAS” DE MIA COUTO
15. MÁRIO CORREIA	RÉCOLHAS MUSICAIS DA TRADIÇÃO ORAL NA TERRA DE MIRANDA.
	4º COLÓQUIO BRAGANÇA 2005
16. ADELAIDE CHICHORRO	LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE
17. ANABELA MIMOSO	DA LITERATURA DO POVO À LITERATURA INFANTIL
18. ÂNGELO CRISTÓVÃO	A REPÚBLICA LITERÁRIA E A LUSOFONIA. SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E EXEMPLOS
19. BARBEDO DE MAGALHÃES	A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE
20. BENJAMIM CORTE-REAL	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DE TIMOR-LESTE”
21. JAIME SALLES LUÍS	O CLIMA E A VEGETAÇÃO DE TIMOR LORO SAE/HOMENAGEM A RUI CINATTI
	5º COLÓQUIO RIBEIRA GRANDE 2006
22. ANA DA SILVA	ERA UMA VEZ UM DIÁRIO ILHÉU: A LITERATURA DIARÍSTICA DE FERNANDO AIRES
23. ANABELA MIMOSO	O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE ANTERO DE QUENTAL
24. CARMEN M COMIÑO	PERFIS DA TRADIÇÃO PAREMIOLÓGICA NAS TRADUÇÕES PORTUGUESAS DO QUIXOTE

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

25. ISA SEVERINO	A VIVÊNCIA DA INSULARIDADE EM VITORINO NEMÉSIO E CECÍLIA MEIRELES
26. J CHRYS CHRYSTELLO / HELENA CHRYSTELLO	AVÓS DE BARRA, AVÓS DE BAÍA, UMA TRIBO ABORÍGENE AUSTRALIANA A FALAR CRIOULO PORTUGUÊS ATÉ AO SÉCULO XX
27. NELSON REIS	PATRIMÓNIO LÚDICO AÇORIANO – O PAPEL DA ESCOLA NA SUA PRESERVAÇÃO
	<i>6º COLÓQUIO BRAGANÇA 2006</i>
28. ADELAIDE CHICHORRO	O SCHRIFTSTELLA (SICI) ZÉ DO ROCK, OU DE COMO A DIVERSIDADE NA LÍNGUA ALEMÃ É ÚTIL PARA A LUSOFONIA, E VICE-VERSA,
29. ALEXANDRE BANHOS	A LÍNGUA DA GALIZA NO QUADRO JURÍDICO ESTATUTÁRIO E AS SUAS PERSPETIVAS NUM NOVO ESTATUTO AUTONÓMICO
30. ANABELA MIMOSO	A EDIÇÃO BILINGUE
31. ÂNGELO CRISTÓVÃO	PRÓLOGO ATAS
32. JOSÉ LUÍS DO PICO ORJAIS	INTRODUÇÃO À HISTORIOGRAFIA DO FOLCLORE GALEGO-PORTUGUÊS
33. XAVIER VILHAR TRILHO	A RECÍPROCA CONVENIÊNCIA DE A GALIZA E PORTUGAL LEVAR A TERMO ALGUM TIPO DE UNIFICAÇÃO POLÍTICA E, NO MÍNIMO, A PLENA UNIDADE LINGUÍSTICA
34. XOSÉ MANUEL SÁNCHEZ REI	A LÍNGUA DO ROMANCEIRO TRANSMONTANO E A SUA PROXIMIDADE COM O GALEGO: ALGUMAS QUESTÕES SINTÁTICAS,
	<i>7º COLÓQUIO RIBEIRA GRANDE 2007</i>
35. ANABELA MIMOSO	RUI GONÇALVES, DOS PRIVILEGIOS & PRAEROGATIVAS QUE HO GENERO FEMININO TEM – O PRIMEIRO LIVRO FEMINISTA PORTUGUÊS.
36. DANIELA SOARES	OS DOENTES DE MACHADO-JOSEPH NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES AÇORIANAS: UMA BREVE ABORDAGEM
37. DAVID SILVA	TRAÇOS FONÉTICOS SOBREVIVENTES NO FALAR MICAELENSE DE ALGUNS IMIGRANTES AÇORIANOS EM GREATER BOSTON
38. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA	A SUBURBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS EM TORONTO E MONTREAL: DO ISOLAMENTO À INTEGRAÇÃO RESIDENCIAL?
39. LOLA GERALDES XAVIER	JOÃO DE MELO, UM ESCRITOR AÇORIANO, SOBRE A GUERRA COLONIAL.
40. LUCIANO B PEREIRA	MANUEL DE PAIVA BOLÉO E A CULTURA AÇORIANO-CATARINENSE
	<i>8º COLÓQUIO BRAGANÇA 2007</i>
41. ANABELA MIMOSO	ONDE NOS LEVA A DIVERSIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA?
42. ANA CRISTINA TAVARES	A TRADUÇÃO DA OBRA DE TORGA, EM FRANÇA
43. ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ	FASES PSICO-GLOTO-POLÍTICAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO (OU DE DESTRUIÇÃO) DUMA COMUNIDADE NACIONAL: REFLEXÕES BREVES DESDE A GALIZA
44. CARLOS LUNA	A AGONIA DO PORTUGUÊS EM OLIVENÇA: ANÁLISE E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO
45. ELISA GUIMARÃES	JOSÉ DE ALENCAR E O REFERENCIAL TEÓRICO LINGUÍSTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA
46. GABRIELA COSTA	OS (DES) CAMINHOS DE CAMINHA
47. HELENA ANACLETO-MATIAS	PAULO COELHO: TRADUZIDO OU TRAÍDO N’ “A BRUXA DE PORTOBELLO”?
48. LIANA SOFIA DE ASSUNÇÃO	TRAIÇÃO NA TRADUÇÃO DAS ODES DE HORÁCIO: AUTOCENSURA EM JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO
49. Mª DO SOCORRO PESSOA	A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XXI E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A VARIANTE BRASILEIRA: REALIDADES E DESAFIOS NO PORTAL DA AMAZÓNIA

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

50. ZÉLIA BORGES	PORTUGUÊS DO BRASIL: O TUPI E LÍNGUAS AFRICANAS NA CONSTITUIÇÃO DE SEU LÉXICO
51. RUI DE FARIA	O POPULAR E O LITERÁRIO NO CONTO «A FESTA» DE MIGUEL TORGA
	<i>9º COLÓQUIO LAGOA 2008</i>
52. ANTÓNIO BENTO / CONCEIÇÃO SOUSA	CONTINUIDADE E PERENIDADE DO “FALAR” MADEIRENSE
53. J. CHRYS CHRYSTELLO	DO GENOCÍDIO LINGUÍSTICO À LITERATURA AÇORIANA (E DANIEL DE SÁ)
54. DEOLINDA MARIA ADÃO	PEDAÇOS DE NÓS: A SAUDADE COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO NA LITERATURA DA DIÁSPORA PORTUGUESA DA CALIFÓRNIA.
55. HELENA ANACLETO-MATIAS/ TIAGO ANACLETO-MATIAS	LEGENDAGEM VERSUS DOBRAGEM NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NA EUROPA DE HOJE. IMPACTO SOCIOLINGUÍSTICO EM PORTUGAL E OUTROS PAÍSES EUROPEUS
56. ILYANA CHALAKOVA	SEDUTIVIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE TITULARIZAÇÃO NA OBRA DE JOÃO DE MELO. TRADUZIBILIDADES POSSÍVEIS NUM CONTEXTO ESLAVO
57. INEZ GARBUIO PERALTA	OS CINCO CASAIS AÇORIANOS DE CUBATÃO
58. JOÃO L BAIROS FIGUEIREDO	CULTURA DA LÍNGUA AÇORIANA, UMA IDENTIDADE LUSÓFONA.
59. JOSÉ JORGE PERALTA	ANTÓNIO VIEIRA NOS AÇORES
60. ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS / MANUEL SILVA	NATÁLIA CORREIA E CARLOS WALLENSTEIN: O TEMA DA METAMORFOSE
61. RUI M V C T DE FARIA	A PRESERVAÇÃO DOS CONTOS POPULARES PORTUGUESES DA CALIFÓRNIA: O CONTRIBUTO DA INVESTIGAÇÃO DE MANUEL DA COSTA FONTES
62. VILCA M MERÍZIO	MARTINS GARCIA: EU TAMBÉM ESCREVI CARTAS DE AMOR
63. WALCIR CARDOSO / Mª GETTY CONTENTE	O APAGAMENTO DO (U) DE FINAL DE PALAVRAS NO PORTUGUÊS FAIALENSE: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA,
	<i>10º COLÓQUIO BRAGANÇA 2008</i>
64. ANABELA MIMOSO	O PADRE ANTÓNIO VIEIRA AUTOR EXPRESSO DE OBRAS ALHEIAS
65. ELIS ALMEIDA CARDOSO	O LÉXICO DA PERIFERIA: UMA ANÁLISE DE UM DOS DIALETOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO
66. HELENA LIMA AFONSO	A LÍNGUA PORTUGUESA E OS FENÓMENOS DE INTERFERÊNCIAS LINGUÍSTICAS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE
67. IRENILDE PEREIRA SANTOS	ATLAS LINGUÍSTICOS BRASILEIROS E ATIVIDADE DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES AO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA
68. JOÃO CRAVEIRINHA	ENSAIO SOBRE VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) EM ÁFRICA
69. JOSÉ MANUEL BARBOSA	ALGUNS ASPETOS DA PRÉ-HISTÓRIA DA LÍNGUA
70. Mª DO CÉU FONSECA / Mª JOÃO MARÇALO	A TRADIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NA EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA
71. Mª JOSÉ REIS GROSSO	A LÍNGUA PORTUGUESA CANTADA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE OUTROS MODOS DE ESTAR E DE SER
72. ROSÁRIO GIRÃO SANTOS / MANUEL SILVA	EVOCAÇÃO PLURAL DE VITORINO NEMÉSIO: SE BEM ME LEMBRO...
	<i>11º COLÓQUIO LAGOA</i>
73. ANABELA B F MIMOSO	TEÓFILO BRAGA E A LITERATURA POPULAR
74. BARBARA GORI	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VERSÕES EM LÍNGUA ITALIANA DO SONETO

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

	LACRIMAE RERUM DE ANTERO DE QUENTAL, TRADUÇÃO E RECETIVIDADE DA LITERATURA LUSÓFONA NA ESLOVÉNIA
75. BARBARA JURŠIČ	
76. CRISTINA VIANNA	RIBEIRÃO DA ILHA E SUAS RAÍZES AÇORIANAS.
77. CONCHA ROUSIA	MUDANÇA DE NARRATIVA LINGUÍSTICA
78. DINA MARTINS FERREIRA	LUSOFONIA: IDENTIDADE E SENTIDO DE PERTENÇA,
79. GRAÇA GOMES DE PINA	A 'INSULARIDADE TEXTUAL' N'A ILHA DE CIRCE DE NATÁLIA CORREIA
80. HELENA ANACLETO-MATIAS	KATHERINE VAZ EM TRADUÇÃO: "FADO E OUTRAS HISTÓRIAS" COMO RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA AÇORIANA
81. ISABEL REI SANMARTIN	A GUITARRA NO ARQUIVO VALLADARES: MÚSICA GALEGA NA LUSOFONIA
82. LUCIANO B PEREIRA	A ILHA NO IMAGINÁRIO POÉTICO DE TEMÁTICA AÇORIANA.
83. MALACA CASTELEIRO/ FRANCISCA XAVIER / LOURDES CRISPIM,	UM DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA MEDIEVAL,
84. MADALENA TELES TEIXEIRA	PARA A IDENTIFICAÇÃO DE UMA MATRIZ LINGUÍSTICA NO USO DE ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA
85. MARIA JOSÉ GROSSO	UM OLHAR AÇORIANO SOBRE MACAU
86. RAUL LEAL GAIÃO	ASIATICISMOS NO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
87. ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS MANUEL SILVA	HOMENAGEM A DIAS DE MELO: SILÊNCIO, MEMÓRIA E PALAVRA.
88. ZÉLIA BORGES	DIAS DE MELO E CAYMMI: DOIS AUTORES E O MAR
	12º COLÓQUIO BRAGANÇA 2009
89. ALEXANDRE BANHOS	A GALIZA E O SEU PROJETO IBÉRICO
90. ÁLVARO CARETTA	A LÍNGUA PORTUGUESA CANTADA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO
91. ANABELA MIMOSO	A ATUALIDADE DAS ANOTAÇÕES DE D. CAROLINA MICHAËLIS AO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1911
92. ARTUR ALONSO NOVELHE	DE ROSÁLIA (DE CASTRO) A CONCHA (ROUSIA)
93. CRISTÓVÃO DE AGUIAR	PAULO QUINTELA E MIGUEL TORGA: DOIS HOMENS DE TRÁS-OS-MONTES
94. DINA FERREIRA	LUSOFONIA INSULAR E CONTINENTAL: AÇORES E BRASIL (CRISTÓVÃO DE AGUIAR E MOACIR SCLiar)
95. GABRIELA TEVES DE CASTRO	PELOS CAMINHOS DA FILOSOFIA EM BUSCA DA AÇORIANIDADE
96. HELENA ANACLETO-MATIAS	RICHARD ZIMLER E A AUTOIDENTIFICAÇÃO: O PAPEL DO TRADUTOR NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO SER
97. HELENA AFONSO	A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DE PORTUGUÊS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE
98. ILYANA CHALAKOVA	VIVÊNCIAS DO CORPO NA POESIA DE JUDITH TEIXEIRA
99. ISABEL REI	GUITARRA E POESIA: ROSALÍA CASTRO E AVELINA VALLADARES, ESCRITORAS E MÚSICAS DA LUSOFONIA
100. Mª DO CÉU CAETANO	AS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS DE LEITE DE VASCONCELOS E DE CAROLINA MICHAËLIS
101. MANUELA SANTOS / Mª NEVES GONÇALVES	A VIAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA – O ENTRECruZAR DE VEREDAS
102. MÁRCIA REGINA ENCARNÇÃO	UM BREVE ESTUDO DO LÉXICO CONSERVADOR PRESENTE NO FALAR ILHÉU DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA, LITORAL DE SANTA CATARINA - BRASIL
103. SOLANGE PINHEIRO	A PENÍNSULA IBÉRICA NO SERTÃO DO BRASIL: CRIAÇÕES POR JUSTAPOSIÇÃO NA OBRA DE ARIANO SUASSUNA

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

104. TAYO AJAYI	UMA SÍNTESE DOS HIBRIDISMOS IORUBA PORTUGUESES NA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL
105. TIAGO ANACLETO-MATIAS	LOCALIZAÇÃO WEB EM PORTUGUÊS
106. ZÉLIA BORGES	OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA
	<i>13º COLÓQUIO BRASIL 2010</i>
107. ALINE KRUGER / SANDRA MAKOWIECKY	FRANKLIN JOAQUIM CASCAES: MEMÓRIA MANUSCRITA NA ARTE DE ESCREVER
108. ANABELA F MIMOSO	CONTOS TRADICIONAIS AÇORIANOS DE TEÓFILO BRAGA
109. ANABELA NAIA SARDO	A OBRA DE ANA TERESA PEREIRA: “VELHAS HISTÓRIAS, CONTOS DE FADAS OU PESADELOS?
110. J CHRYS CHRYSTELLO	A MUNDIVIDÊNCIA DA AÇORIANIDADE EM AUTORES CONTEMPORÂNEOS
111. ELISA BRANQUINHO	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS “A VIDA NUM SOPRO
112. ELISA GUIMARÃES	CAMÕES NAS ÁGUAS DA INTERTEXTUALIDADE
113. GISLANE A SIQUEIRA	TRIBUTOS A PERO VAZ DE CAMINHA
114. ISA SEVERINO	REPRESENTAÇÕES DO EU NOS SONETOS DE FLORBELA ESPANCA,
115. ISABEL PONCE DE LEÃO	A BIBLIOTECA DE AGUSTINA (DE CAMÕES A MANUEL ALEGRE)
116. JOSANE DE OLIVEIRA	O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TRÊS CANTOS DO MUNDO: ANGOLA, BRASIL E PORTUGAL.
117. LARYSA SHOTROPA	TRADUÇÃO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DE RUSSO PARA PORTUGUÊS (COM BASE NA OBRA DE MIKHAIL BULGAKOV)
118. LUCIANO PEREIRA	A REPRESENTAÇÃO DA SERRA DA ARRÁBIDA NA LITERATURA PORTUGUESA
119. Mª DO CARMO MENDES	AGUSTINA BESSA LUÍS: DIÁLOGOS LITERATURA-PINTURA
120. Mª JOÃO DODMAN	AÇORIANIDADE NA LITERATURA DA DIÁSPORA CANADIANA: TERRA NOVA DE ANTHONY DE SÁ
121. MANUEL JOSÉ SILVA	O ANTIMITO SEBASTIANISTA NO CONQUISTADOR DE ALMEIDA FARIA
122. MARCO SANTOS	ATOR BRANDÃO: UM AÇORIANO POPULARÍSSIMO
123. ROSÁRIO GIRÃO SANTOS	EM DEMANDA DE UMA PASTELARIA EM ANGRA (A VASCO PEREIRA DA COSTA),
124. SANDRA MAKOWIECKY,	ARTE E CULTURA NA LUSOFONIA – ARTES PLÁSTICAS NA ILHA DE SANTA CATARINA – BRASIL
125. SOLANGE PINHEIRO	TRADUZINDO O SERTÃO MEDIEVAL BRASILEIRO – ANÁLISE DA TRADUÇÃO DOS NEOLOGISMOS LITERÁRIOS DA OBRA DE ARIANO SUASSUNA EM FRANCÊS
126. VANIA REGO	CRISTÓVÃO DE AGUIAR: O “EU” LAVRADO EM PALAVRAS
127. VANILDE ROHLING / SÉRGIO NAPPI	FRANKLIN CASCAES ESCULTOR E A PRESERVAÇÃO DE SEU ACERVO
128. VASCO PEREIRA DA COSTA	MANUEL ALEGRE, POETA DOS AÇORES.
129. ZAIDA FERREIRA	LESLIE SILKO – A CONTRIBUIÇÃO DE UMA VOZ ÉTNICA PARA A RECUPERAÇÃO DO EQUILÍBRIO DO PLANETA
130. ZÉLIA BORGES	PEIXES DE CÁ, PEIXES DE LÁ: NO BRASIL, VARIADO EM CORES, SONS, ODORES E SABORES, MUDAM-SE NOMES, GUARDAM-SE NOMES USADOS NOS AÇORES.

I COLÓQUIO DA LUSOFONIA, SLP - PORTO novembro 2002

1) FERREIRA, AMADEU JOSÉ, ASSISTENTE DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA E, PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, LA LHÉNGUA MIRANDESA, UA LHÉNGUA DE PERTUAL

Amadeu José Ferreira, natural de Sendim, Miranda do Douro, mestre em direito, assistente da Faculdade de Direito de Lisboa e, atualmente, professor auxiliar convidado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Presidente da Associação de Língua Mirandesa e membro da Comissão Organizadora de I Instituto de Língua e Cultura Mirandesas. Elaborou vários estudos sobre a língua mirandesa, em particular sobre o dialeto Sendinês e participou na organização, em Miranda do Douro, do V Simpósio de Línguas Europeias e legislações (abril de 2002). Foi professor de “Introdução ao Mirandês” (em conjunto com a Doutora Manuela Barros Ferreira) do 1º Curso de verão de Língua Mirandesa, ministrado pela UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2001). É organizador e professor dos Cursos Elementares de Mirandês em Lisboa (desde 2002). Publicou, entre outras, as seguintes obras em língua mirandesa: - com o pseudónimo de Francisco Niebro, *Cebadeiros* (poesia), ed. Campo das Letras (2000); *Las Cuntas de Tiu Juquin* (contos), ed. Campo das Letras (2001); *L Ancanto de las Arribas de l Douro* (poesia), ed. INA e PNDI (2001); *Garabatos i Rodadeiras*, (teatro juvenil), Escola EB23 de Sendim (2002); com o pseudónimo de Marcus Miranda, *Poetas Lhatinos*, tradução para mirandês de poemas dos poetas latinos Horácio, Virgílio, Catulo e Ovídio, in <http://www.mirandes.no.sapo.pt> (2002). Além de contos e poemas em várias publicações, tem em curso a publicação dos *Evangelhos* traduzidos em mirandês (*Mensageiro de Bragança*) e insere crónicas regulares em mirandês em <http://www.diariodetrasosmontes.com> desde abril de 2001.

LA LHÉNGUA MIRANDESA, UA LHÉNGUA DE PERTUAL - UN PUNTO DE LA SITUACION

1.1 ADONDE YE FALADA

La lhéngua mirandesa ye falada na parte mais a Nordeste de Pertual, l çtrito de Bergância, ne cunceilho de Miranda de l Douro, afuora dues aldés (Atanor i Teixeira) i la cidade, i an dues aldés de l cunceilho de Bumioso, Bilasseco i Angueira, nua ária al redror de 500 Km². Sabe-se que yá tenerá sido falada nua region mais grande, mais ou menos la region que queda antre ls rius Sabor i Douro i la frunteira cun Spanha. An toda essa region inda hoije ancuntramus restos ne falar de las personas i, subretudo, nes chamadeiros (toponímia) i an algues tradiciones culturales como ls pouliteiros, dança que agarra ua region de Trás-ls-Montes muito mais lharga do que Miranda al cuntraio de l que pénsan las personas.

Ls falantes de mirandês son bilingues, fálan mirandês i pertués. Las dues lhéngas ténen eisistido al lhargo de sieclos nua cumbibença mais ou menos pacífica, sendo l pertués ousado an muitas situaçones de to ls dies (amprego, scuolas, repartiçones públicas, etc.) i l mirandês mais ousado na família, antre bezinos, mas nunca cun personas stranhas. Até hai mi pouco tiempo las personas cunsiderában que l mirandês era un pertués mal falado, anque ls mirandeses siempre téngan tubido cuncência de que la sue fala era ua lhéngua defrente.

1.2 D'ADONDE BEM

La lhéngua mirandesa ye ua lhéngua románica, cun ourige ne lhatin, pertenciente al ramo de las lhénguas astur-leonesas. La sue formacion ampeçou lhougo apuis la caída de l ampério romano i eibeluiu a la par de ls outros romances de la Península Eibérica, que dórun ourige a outras lhénguas, como l pertués, l castelhano i l catalan. Ye possible que até als sieclos XIII-XIV fazisse parte dun *continuum* lhenguístico que, mais ou menos, correspondie al antigo Reino de lhion. Zde l sieclo XI que ancuntramus decumientos scritos an lhionés, nua

lhéngua yá mui acerca de l mirandés d'hoije. Son subretudo ls decumientos de ls mosteiros lhioneses de Moreiruola i San Martin de Castanheda.

Mas zde la fundacion de la nacionalidade pertuesa que la lhéngua mirandesa ten bibido nua situaçon dun eizolamiento, anque deba de dezir-se que outros dialetos astur-lhioneses, defrentes de l mirandés, son falados nas aldés raianas de l cunceilho de Bergância, Guadramil i Rio d'Honor. Por esso, podemos dezir hoije que stamos delante dun anclabe lhenguístico.

Hoije l mirandés i la lhéngua asturiana, cuntinando a ser lhéguas cun lhaços stóricos, aperséntan amportantes anfluências de l pertués, ne caso de l mirandés, i de l castelhano ne caso de l asturiano. Assi i todo, cunsidra-se que hai grandes parecências antre l mirandés i l chamado asturiano oucidental. Anque esso se çcuta, hoije l mirandés cunsidra-se cumo ua lhéngua defrente de l asturiano.

1.3 SITUACION ATUAL

Nes dies d'hoije la lhéngua mirandesa ye falada por alredror de 12 mil personas, cuntando ende tanto las que bíben naqueilhes dous cunceilhos, cumo fuora deilhes.

La lhéngua mirandesa ye ansinada na EB2 de Miranda de l Douro, Agrupamento de Scuolas de Miranda de l Douro, Agrupamento de Scuolas de Sendin, i na UTAD – Ounibersidade de Trás ls Montes i Alto Douro. Zde 2001-2002, la Associaçon de Lhéngua Mirandesa ten benido a dar cursos an Lisboa, subretudo deregidos als mirandeses que móran nessa region.

Zde hai alguns anhos, subretudo apuis ls anhos 50-60 de l sieclo XX, l mirandés ten benido a perder delante l pertués, tanto por anfluência de la scuola, cumo de la Telbison, la rádio, ls jornales, etc. Ls pais cúidan que ansinar l mirandés als filhos nun ye cousa buona pa l sou feturo, rezon porque l mirandés nun ye yá ansinado an muitas famílias. Assiste-se hoije al que yá ten sido chamado un renacer de l mirandés, mas esse ye un mobimiento inda cun pouca cunsistença i que, solo por si, nun assegura la subrebiença de l mirandés.

1.4. SITUACION JURÍDICA

Ls dreitos lhenguísticos de la quemunidade mirandesa fúrun recoincidos pula Assemblé de la República, por ounanemidade. An 29 de janeiro ye publicada la lei n.º 7/99, i zde ende la lhéngua mirandesa passa a ser cunsiderada cumo ua lhéngua oufecial de Pertual. La publicaçon desta lei fui mui amportante, cumo se bei pul zambolbimiento que la lhéngua mirandesa bieno a tener a bários níbeles. Hai tamien que dezir que l sou ansino fui regulamentado pul Çpacho Normatibo de l Menistro de la Eiducaçon n.º 35/99, de 5 de julho de 1999.

1.5. CUMBENÇON OURTOGRÁFICA

Ne passado la léngua mirandesa nun tenie ua scrita ouniforme, seguindo-se, subretudo ua scrita fonética. An Júlio de 1995, cula participaçon de bários mirandeses i de specialistas lhenguistas, fui eilaborado un porjeto de Cumbençon Ourtoográfica de la Lhéngua Mirandesa. Apuis de sujeito a çcuçon pública, la Cumbençon foi publicada an 1999. Yá an Febreiro de 2000 foi aprobada ua purmeira Adenda a la Cumbençon i stá agora an çcuçon pública ua segunda Adenda.

1.6. UA NUOBA LHITERATURA

Nes últimos 3 a 4 anhos screbiu-se mais an mirandés do que an toda la sue lharga stória. Pula purmeira beç la lhéngua mirandesa se ten ancaminado pa la ficçon, pus até ende bibie subretudo de la poesie, de algues traduciones i de la scrita de la lhiteratura oural popular. Por outro lhado, algues dessas eidiciones ténen benido a ser feitas an eiditoras comerciales, cumo la 'Campo das Letras', l que acuntece pula purmeira beç.

1.7. UN ABRIR DE PUORTAS

Ye tamien amportante dezir que repersentantes de la lhéngua mirandesa ténen benido a participar, zde astanho, cumo cumbidados, ne l *BELMR – Bureau European pour les Langues Moins Repandues*. Este abrir de puortas

ameçou cula realizaçon an Miranda, an abril d'astanho, de l V Simpósio Ouropeu de Lhénguas i Lhegistações, que trouxo pula purmeira beç a Miranda repersentantes de bárias Lhénguas ouuropeias.

1.8. NUOBOS MEIOS DE DIBULGAÇON

La lhéngua mirandesa ten cuidado de aporbeitar l melhor possible ls nuobos meios de quemunicaçon, subretudo l'anternete. Nesse campo hai que apuntar l'amporça de l sítio <http://www.mirandes.no.sapo.pt/>, cordenado pula Doutora Manuela Barros Ferreira i que hoije puode ser cunsiderado como l sítio ouficial de l mirandés.

1.9. CUNCLUSION

La publicaçon de la Cumbençon Ourtográfica de la Lhéngua Mirandesa, la aprobaçon de la lei n.º 7/99, l ansino de l mirandés i l aparecer de anstituições lhiadas a la lhéngua mirandesa, antre outras cousas, ténen benido a abanar un cierto fatalismo que ambolbie la lhéngua i ls sous falantes. Esse renacimiento de l mirandés stá inda ne l ampeço, mas puode dezir-se que l mirandés tem hoije nuobas cundições para dar la buolta, al menos an parte, al camino de zaparecimiento que ten benido a andar. Al salir pa la rue, apersentar-se como ua lhéngua de cultura, cun ua lhiteratura própria l mirandés poderá ir ganhando ua nuoba degnidade adonde assentar l respeito que debe de mercerer.

2. CARATELÍSTICAS DE LA LHÉNGUA MIRANDESA

2.1. L STUDO DE LA LHÉNGUA MIRANDESA

La lhéngua mirandesa fui studiada pula purmeira beç por José Leite de Vasconcellos que, an bárias publicações dou a coincer las caratelísticas de mirandés i stabeleciu ls aspetos centrales de sue gramática. Todo acunteciu zde 1882, altura an que aquel sábio, inda un jobe estudante, se fui até la Tierra de Miranda. Dende data la çcobierta de la lhéngua mirandesa pa la ciência i ende ampeça tamien ua nuobo camino para esta lhéngua. Ls trabalhos de J. Leite de Vasconcellos chégan al sou punto mais alto cula publicaçon, an 1900 i 1901, de ls dous belumes de ls *Estudos Philologia Mirandesa*, onde se cunténen studos de grande amporça sobre la lhéngua mirandesa i se publican muitos decumientos an mirandés, subretudo traduciones de ls poemas de Camões feitas pul mesmo Leite de Vasconcellos.

Lhougo a seguir son de grande amporça ls studos de Menendez Pidal, subretudo l sou *Dialecto Leonés*, pus zd'ende la ligaçon de l mirandés al lhionés queda mais clara.

Fui neçairo asperar quaije que cinquenta anhos para aparecéren nuobos studos sobre la lhéngua mirandesa. Esses studos fizo-los Antonio Maria Mourinho, l purmeiro mirandés a studar sue lhéngua, que, inda jobe, fai alguns pequinhos trabalhos de caratelizaçon de la lhéngua mirandesa. Anque nun abance muito an relacion a J. Leite de Vasconcellos, ye un dibulgador i zambuolbe alguns aspetos que aquel apuntou. Eiqi hai subretudo que referir l sou trabalho 'Variedades Subdialetais do Mirandês'¹, adonde abança algo sobre la caratelizaçon de l sendinés que J. Leite de Vasconcellos tratou de modo ancumpleto i pouco rigoroso, subretudo debido a la fracalidade de ls anformantes².

Yá nes anhos cinquenta aparécen ls amportantes studos de l porsor José Herculano de Carvalho, *Fonologia Mirandesa*³ i l artigo 'Porque se fala dilecto leonês em Terra de Miranda'⁴, i inda l studo de la porsora Maria José

1 António Maria Mourinho, "Variedades Subdialetais do Mirandês", in Atas do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcellos, vol. 3, pp. 329-341, Porto, 1960.

2 Nesse mesmo sentido, António Maria Mourinho, Nuossa Alma i Nuossa Tierra, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1961, p. XI.

3 José Herculano de Carvalho, Fonologia Mirandesa, I i II, Coimbra, 1958.

4 José Herculano de Carvalho, Estudos Linguísticos, Coimbra Editora, Coimbra, 1984, pp. 71-92.

Moura Santos sobre *Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes*⁵, adonde apunta nuobos abanços pa la caratelaçon de la lhéngua mirandesa.

Por fin, hai que dar cuonta de ls studos mais recientes, de que you çtcarie ls de Manuela Barros Ferreira⁶, de l Centro de Lhenguística de l'Ounibersidade de Lisboua, de Cristina Martins⁷, de l'Ounibersidade de Coimbra, i de António Bárbolo Alves⁸, de l Anstituto Camões, tamien el un mirandés, i l grande studioso de la lhiteratura oural mirandesa. Hai inda que dar cuonta, cumo decumiento eissencial de caratelaçon de l mirandés de la Cumbençon Ourtoográfica de la Lhéngua Mirandesa.

Anque muito yá tenga sido feito, ye mie oupenion que l estudo de la lhéngua mirandesa inda stá ne sou ampeço. Fáltan tamien anstrumentos eissenciaes cumo nuobas gramáticas, dicionairos, pruntuairos, lhibros d'ansino, etc. Stou cumbencido que alhá chegaremos.

2.2. PERCIPALES CARATÉLÍSTICAS DE L MIRANDÉS

Se birmos ls studos que fúrun feitos até agora, podemos apontar algues de las percipales caratélísticas de l mirandés cumo lhéngua. L método que se questuma ousar ye stabelecer tamien las percipales defrências antre las lhéguas que stan mais acerca, l pertués i l castelhano, i tamien las mais amportantes parecências cun essas lhéguas.

Tamien ye questume çtinguir três árias de la lhéngua mirandesa: l mirandés de l norte ou mirandés raiano; l mirandés central; i l mirandés de l sul ou sendinés. Tamien hoije ye aceite que este último se aparta bastante de ls outros dous an caratélísticas amportantes: ten outonomie subciente para dígamos que stamos delante un dialeto de l mirandés. Mas nun ye puosto an dúbuda que todas aqueilhas manifestaçoens lhenguísticas lo son de la mesma lhéngua - l mirandés. Bou a apontar algues caratélísticas de l mirandés tomando l pertués cumo punto de referença. Anque esse puoda nun ser l camino mais acertado, será l mais fácele d'antender nun sítio cumo este, an que stou a falar cun personnas que conhécen bien l pertués.

2.3. ALGUES DEFRÊNCIAS DE L MIRANDÉS AN RELAÇON AL PERTUÉS:

2.3.1. - NA FONÉTICA I NA FONOLOGIE:

manténen-se l *-n-* i *-l-* atrebocálicos lhatinos (*ganado, salir*); dá-se la palhatalizaçon de *-mn-* i *-ll-* lhatinos (*canha, danhado, cavallo*); ditongos crecientes *-ie-* i *-uo-* (*bielho, fonte*), salbo ne sendinés; *lh-* an percípio de palabra, debido a la palhatalizaçon de *l-* lhatino d'ampeço (*lhuna, lhana*), salbo ne sendinés; nun hai bogales altas átonas an einECIAL abseluta – sendo bogales ourales, dan lhugar a ditongos decrecientes (*einemigo, eisame, oubedecer, ousar*), sendo nazales, son menos altas i/ou ditungadas (*anfeliç, antrada, anchir, ountado*); reduçon de *des-* an ampeço de palabra a cunsonante sebilante, xorda ou sonora, cunforme la cunsonante que ben a seguir seia xorda ou sonora (*znudo, çcalçar*). Hai inda que acrecentar an relaçon a la bariadade sendinesa i, cun menos rigularidade, noutras terras : la caída de l *-g-* antrebocálico, apuis de *-i-* i, an alguns casos, *-u-* (*cantia, amio, oubriado, Pertual, nueira*); altaraçon de la culidade de *-i-* i *-u-* tónicos (*bindo, mula*); palhatalizaçon de *-c-* i *-g-* an *-ico-* i *-ingo* (*cachico, demingo*).

2.3.2. NA MORFOLOGIE:

pernomes (personal *you*, possessibos *miu/mie, tou/sou*, etc.); tratamento de respeito na segunda pessoa *-bós-* (*Ah tiu Antonho, bós que teneis?*) ou na terceira *-el-* ne caso de Sendin (*Ah tiu Antonho, el que ten?*); 3ª pessoa

5 Maria José Moura Santos, *Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes*, Separata da Revista Portuguesa de Filologia, vols. XII, tomo II, XIII e XIV, Coimbra, 1967.

6 Son yá muitos i amportantes ls trabalhos de Manuela Barros Ferreira sobre la lhéngua mirandesa. Para ua lista cumpleta béia-se <http://www.mirandes.no.sapo.pt>.

7 Para ua lista cumpleta de las obras de Cristina Martins, béia-se <http://www.mirandes.no.sapo.pt>.

8 Yá astanho l outor apersentou la sue tese de doutoramento a la Ounibersidade de Toulouse, sobre l tema de la lhiteratura oural mirandesa. Para ua lista cumpleta de las obras deste outor, béia-se <http://www.mirandes.no.sapo.pt>.

de l pertérito purfeito an –o (*puso, dixo, fizo*); persente de l andicatibo i cunjuntibo de ls berbos an –iar (*çprézio, bózio; çprézie, bózie*); ciertos adbérbios i locuções cumo *ende, anque, delante, eilhi, astanho*, etc.; género de alguas palabras (*la calor, la cuenta, la risa, la fin, l quemido, la fantasma*, etc.); falta de la perposiçon de an nomes de lhugar ou apuis de lhocatibos (*Camino Prado, Rita las Corças, delante la puorta, trás la sierra*).

2.3.3.- NE LÉXICO:

son muitas las palabras específicas de l bocabulairo mirandés i serie defícil dar ua eideia, mas déixan-se palabras cumo: *ourrieta, faleito, scoba, roque*, etc.

2.3.4.- NA SINTAXE

nun abanço cun nanhue eideia, pus esta inda quaije nun fui studiada.

Alguns de ls traços apuntados pa l mirandés som quemuns al astur-lhionés i al castelhano, outros pertécen solo al astur-lhionés.

Hai tamien muito fenómeno de cuntinidade de l mirandés an relaçon al pertués, tanto na fonologie, cumo na morfossintaxe, cumo ne léxico. Mas pareciu-me mais amportante apuntar las defréncias, pois cuido que premíten caratelize bien l mirandés.

3. L MIRANDÉS I LA CULTURA PERTUESA

3.1. L MIRANDÉS CUMO LHÉNGUA

Nun bou eiqui a çcutir se l mirandés ye ua lhéngua ou un dialeto, pois cunsidro que essa question stá finalmente ultrapassada. Por un lhado, ye sabido que, segundo ls specialistas, nun hai ua defréncia de fondo antre lhéngua i dialeto, sendo antendidos cumo conceitos relacionales; por outro, la question política que inda poderie sobrar, quedou resolvida cula publicaçon de la lei n.º 77/99, de 29 de janeiro. Quanto a la sue estrutura, a la sue capacidade de se sustentar a si mesma i al sou recoincimiento, l mirandés ye ua lhéngua. Se de dialeto inda se puode falar será solo dun punto de bista stórico i nada mais.

3.2. L MIRANDÉS YE UA LHÉNGUA DE PERTUAL

L mirandés nun ye ua lhéngua sin mais. Ye ua lhéngua de Pertual i, por esso, un eilemiento eissencial de l património cultural i de l'eidentidade pertuesa. Inda nun son hoije coincidos todos ls pormenores de l aparecimiento de l mirandés. Para mi, ben de antes la formacion de la nacionalidade pertuesa i nun resulta dua qualquiera quelonizaçon lhioneza tardiega, de ls sieclos XIII i XIV. L mais amportante a dezir ye que essa lhéngua se mantubo até hoije, i por mais de uitecientos anhos, de puortas adrento de Pertual, adonde tamien se fala outra lhéngua, l pertués. Tamien yá dixei que la region adonde essa lhéngua era falada yá fui muito mais lharga de que hoije. Mas hai mais a dezir: essa lhéngua mantubo-se i fui-se adptando a las necidades de quien la falaba solo cumo lhéngua oural, cula lógica i estrutura que ténen todas las lhéguas que lo son. I fui nessa ouralidade, an cuntato tanto cun l pertués i l galhego cumo cun l castelhano, que l mirandés fui eibeluindo i tomando la sue quelor, tal cumo la coicemos hoije. Esta ye, na mie oupenion, l que puode chamar-se l'eipopeia dun pobo, analfabeto, eizolado, abandonado, que manten ua lhéngua sin perda de las sues caratelísticas eissenciaes. Digo analfabeto, mas nó anculto, pois soubo mantener ua de las mais altas senó la mais alta forma de cultura que ye possible, la sue lhéngua. Fui pula lhéngua que l pobo trasmitiu la sue cultura, pus esta agarra-se a las palabras i ben cun eilhas zafiando l tiempo.

Dessa cumbibença antre las dues lhéguas nun podien deixar de se dar anfluências amportantes, trocas antre ua i outra, mais de l pertués an relacion al mirandés do que de l mirandés an relacion al pertués. Hoije nun puode antender-se l mirandés sin tener an cuenta essa anflença de l pertués.

Assi i todo, muito quedou de mirandés na fala de muitos pobos que móran para alhá de l riu Sabor, i stamos a falar de l pertués dessa region que, cumo ye sabido, ten muitas caratelísticas próprias. Mas nun fui solo na

lhéngua que essa anfluença de l mirandés se fai sentir. Tamien na tradiçon, an general, nes chamadeiros, nas cantigas, nas danças, subretudo nes Pouliteiros, nes atrumentos musicales, nas ouraciones, remanses, etc..

Cumo eisemplo, antre outros que poderien ser dados, tenemos l chamadeiro *ourrieta*, hoije cun bárias altaraçones, cumo *rita*, *reta*, *urreta*, etc., que ancuntramos an toda essa region i tamien na bezina region spanhola de Aliste, adonde tamien se falou lhionés i que por algun tiempo fizo parte de l território de Pertual.

Assi, l modo de ber i dezir l mundo, para muitos pertueses, passa por ua lhéngua defrente de l pertués i, para outros, por un pertués que nun puode ser splicado sin tener an cuenta l mirandés. Ye cierto que ls mirandeses son bilingues i lo son, possiblemente, zde hai muitos cientos d'anhos. Eso nun quier dezir que las dues lhéguas séian ua spresson armana de l sou querer i de l sou sentir. Mais que dues lhéguas subrepuostas, son lhéguas complementares, que se ajúdan ua a la outra. You mesmo, que studei l pertués muitos anhos i lo uso to ls dies, inda hoije hai cousas que nun sei dezir an pertués, mas que sei dezir an mirandés. l l cuntrairo tamien ye berdade: hai cousas que sei dezir na pertués i nun sei dezir an mirandés. l esta realidade ye tan fuerte que até chega a aqueilhas partes de nós que nun cuntrolamos, cumo ls suonhos.

Gostarie de bos dezir un poema sobre esto i que diç l que sinto, chamado 'Dues Lhéguas':

Dues Lhéguas

*Andube anhos a filo cula lhéngua trocida pula
oubrigat a salir de l sou camino i tener de
pensar antes de dezir las palabras ciertas:
ua lhéngua naciú-me comi-la an merendas bebi-la an fuontes i rigueiros
outra ye çpoijo dua guerra de muitas batalhas.
Agora tengo dues lhéguas cumigo
i yá nun passo sin ambas a dues.
Stou siempre a trocar de lhéngua meio a miedo
cumo se fura un caso de bigamie.
Ua sabe cousas que la outra nun conhece
ríen-se ua de la outra fazendo caçuada
i a las bezes anrábian-se
afuora esso dan-se tan bien que sonho nas dues al miesmo tiempo.
Hai dies an que quiero falar ua i sale-me la outra.
Hai dies an que quedo cun ua deilhas tan amarfanhada que se nun la falar arreberto.
Hai dies an que se m'angarabátan ua an la outra
i apuis bótan-se a correr a ber quien chega purmeiro
i muitas bezes acában por salir ancatrapelhadadas ua an la outra
i a mi dá-me la risa.
Hai dies an que quedo todo debelgado culas palabras por dezir
i ancarrapito-me neilhas cumo ua scalada
i deixo-las bolar cumo música
cul miedo que anferúgen las cuordas que las sáben tocar.
Hai dies an que quiero traduzir ua pa la outra
mas las palabras scónden-se-me
i passo muito tiempo atrás deilhas.
Antre eilhas debíden l miu mundo
i quando pássan la frunteira sinten-se meio perdidas
i fártan-se de roubar palabras ua a la outra.
Ambas a dues pénsan
mas hai partes de l coração an que ua deilhas nun cunsegue antrar
i quando s'achega a la puorta pon l sangue a golsear de las palabras.
Cada ua fui porsora de la outra:
l mirandés naciú purmeiro i you habituei-me a drumir arrolhado puls sous sons
i ansinou l pertués a falar guiando-le la boç;*

*I pertués naciú-me an la punta de ls dedos
i ansinou l mirandés a screbir porque este nunca tube scuola para onde ir.
Tengo dues lhénguas cumigo
dues lhénguas que me fazírun
i yá nun passo nien sou you sin ambas a dues.
Fracisco Niebro
In 'Cebadeiros', ed. Campo das Letras, 2000*

Este bilhenguismo, atendido an sentido stórico ou cumo rialidade de ls dies d'hoije, culas sues caratelísticas própias, ye ua dimenson que nun puode ser squecida na çcuçon de l'eidentidade pertuesa. L balor de dibersidade que segnifica, nun mundo que se globaliza, ye ua riqueza i mais un factor de rejistença a l'ouniformidade que mos mata; la tolerância i respeito que supon la sue aceitaçon ye raiz dua democracie que se quier anteira; l capital de studo que aspera ye un zafio als antelectuales pertueses, muita beç mais atraídos por cousas de fuora menos interessantes do que las que tenemos an casa, inda bien bibas.

Neste campo inda hai muito camino por andar. Puode preguntar-se quanto tiempo inda se bai a falar mirandés. Naide sabe. L que me parece mais amportante, hoije, ye preguntar l que se puode fazer para que l mirandés biba i l que se puode fazer para que seia mais coincido puls pertueses. Se un die acabar, i quando acabar, que del quede ua ardança de que todos ls pertueses s'argúlhen.

You puodo dezir cun Fernando Pessoa, 'A minha Pátria é a língua portuguesa'. Mas sinto que la mie pátria nun ye solo esso, l que nun quier dezir menos amor pula lhéngua pertuesa. Assi i todo, gusto mais de Vergílio Ferreira, quando diç: «Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor, como da de outros se ouve o da floresta ou o silêncio do deserto.»⁹

Por esso, gusto de preguntar: l que se bei de la lhéngua mirandesa? L que se oube? La mie repuosta bou-bos-la a dar nun soneto de Fracisco Niebro, que gustarie de bos ler i que tamien yá li ne Centro Cultural de Belen na Setembro de 2001, por oucasion de la Fiesta de las Lhénguas, mas que inda nun fui publicado. Cun el quiero acabar esta cunferéncia.

*De la mie lhéngua béien-se las faias
l Douro neilha stoura sous cachones;
de la mie lhéngua nácen ls picones
la preinada afergolha-se an sues staias;*

*cheira la mie lhéngua a ceçon i tierra
l tiempo neilha fizo sous nieiros;
sabe la mie lhéngua a auga i rigueiros
ls miedos ban-se deilha pa la sierra;*

*chube-se la mie lhéngua ne l cunceelho
angúrrias de saber scuorren salagres;
sona-se la mie lhéngua an squilas grabes
arrolhos de spertar i ber-se al speilho:*

*la mie lhéngua bolbiu-se ne l miu mundo
fame de cielo amor delor perfundo.*

Porto, 19 de Outubro de 2002

9 In À Voz do Mar, texto lido an Bruxelas an 1991 quando le fui antregado l prêmio Europália, i publicado an Vergílio Ferreira, Fotobiografia, organização de Helder Godinho e Serafim Ferreira, Bertrand Editora, 1993, p. 161.

Amadeu Ferreira

2) FONTENLA, JOSÉ LUÍS, PRESIDENTE DA COMISSÃO GALEGA DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, DAS IRMANDADES DA FALA DA GALIZA

José Luís Fontenla nasceu em Ponte Vedra e reside em Viana do Castelo desde 1992, em que fixa a residência na República Portuguesa; formado em Direito pela Universidade de Santiago, exerceu a advocacia; é diretor das revistas NOS, Cadernos do Povo e Temas do Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura, revistas da lusofonia, editadas em Ponte Vedra – Braga; é o atual Presidente da Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, dos Círculos Republicanos Lusófonos; escritor, poeta, ensaísta, presidiu congressos e simpósios de Língua, Cultura e Literatura Lusófonas na Galiza e Portugal. Tem inúmeras publicações de caráter linguístico, sociolinguístico, literário, etc. em português. Conferencista em diversos países da Europa e América Latina. É investigador do CELB (Centro de Estudos Luso-Brasileiros) da Universidade de S. Petersburgo.

O MITO DE BABEL: CONTRA A DESAGREGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM HOMENAGEM AOS SAUDOSOS AMIGOS PROF. LAPA, CUNHA, CINTRA, G. DA CAL, AZEVEDO FERREIRA, HERCULANO DE CARVALHO, HOUAISS, CHAVES DE MELO, COSERIU, DEFENSORES DA LUSOFONIA DA GALIZA, IN MEMORIAM.

1. INTRODUÇÃO

Vestígios do mito de Babel se mantêm ainda na maneira de pensar a Língua Portuguesa já no terceiro milénio, no séc. XXI, por falta de uma política comum de planeamento linguístico (*language planning*) em defesa da unidade estrutural da Língua Portuguesa, seja ela considerada sincrónica ou diacronicamente (Fontenla)¹⁰.

Destarte a segunda língua românica do mundo, terceira Europeia de cultura de dimensão internacional e intercontinental, falada nos cinco continentes por mais de 240 milhões de utentes (UNESCO)¹¹, nascida na velha Gallaecia romana, que chegava até ao Mondego, e levada a dois terços do mundo pelos Portugueses com os Descobrimentos, não tem uma política coerente que a divulgue e promova em toda a parte.

Além do mais, o diferendo Luso-Brasileiro, que permite a existência do Português Europeu (PE) e do Português do Brasil (PB), com leves diferenças de pronúncia, léxico, etc. está a criar derivas da língua e a pôr em questão a unidade estrutural profunda da língua Portuguesa, embora exista um Acordo Ortográfico de 1986 e 1990, que unifica tanto quanto possível, a escrita da nossa Língua.

O curioso é que a Língua Portuguesa tem uma unidade estrutural superior à do Espanhol, do Francês, etc., e que o nosso diassistema possui uma gramática do Português Contemporâneo desde 1984 (CINTRA, CUNHA)¹², que abrange os dialetos Galegos, Portugueses e Brasileiros. Também possui um Acordo da Ortografia Unificada desde

10 FONTENLA, J.L. "Ortografia, ortologia, ortofonia. Terminologia no futuro do Português", pp. 202-223, Atas do Congresso "Lusofonia a Haver", Sociedade da Língua Portuguesa, revista "Língua e Cultura", 2000, Lisboa; o mesmo texto com o título "Lusofonia/Lusografia face ao III milénio" saiu na revista da Universidade Lusófona de Lisboa, 2000, Lisboa; ainda: "Problemas da Língua Portuguesa" pp. 39-54, in Cadernos Vianenses, tomo 30, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2001 e "Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", pp. 147-152, Atas do II Congresso Internacional *O Espaço Lusófono* de 1998, Universidade Estatal de S. Petersburgo, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Luso-Brasileiros, Universidade de S. Petersburgo, 2001; "O Português Possível", revista IBIS, da Ass. De Jornalistas e Homens de Letras do Alto Minho, Viana do Castelo, 2002

11 ESTRELA, E. "A Língua Portuguesa na Diáspora", Mealibra, Viana do Castelo, 1999, pp. 9-13

12 Nova Gramática do Português Contemporâneo, Sá da Costa, Lisboa, 1984

1990 (FONTENLA)¹³ e um dicionário da Academia das Ciências de Lisboa desde 2001¹⁴, com transcrição fonética correspondente ao Português Europeu, que seguem a Galiza, Portugal, os PALOP, Timor, etc., além de organismos internacionais (UE, OMS, OIT, AIJ, etc.) como reconhecem alguns autores (SEABRA)¹⁵.

Apesar da unidade estrutural da língua Portuguesa, alguns autores tencionam, a partir de perspetivas dialetológicas, manter como que resíduos do mito de Babel, invocando a fragmentação da língua, as derivas (drifts) ou até a sua desagregação na Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, etc.

Assim, na Galiza, diversas pessoas ignoras impõem a ortografia e a morfologia castelhanas ao Português da Galiza (MARTINHO)¹⁶, língua da lusofonia (FONTENLA)¹⁷ de costas voltadas ao Parlamento, por Decreto; a 20 de abril de 1983, pelo Conselheiro (Ministro) adjunto ao Presidente para a Cultura (sic) Filgueira Valverde, é publicado o Decreto 173/1982 de 17 de novembro sobre a normatização da língua Galega (sic) e por lei 3/1983 de 15 de junho se estabelece para já, no Diário Oficial da Galiza, a 14 de julho, a Lei de Normalização Linguística. Destarte se enceta a desagregação da língua Portuguesa na Galiza, com o protesto de professores, escritores, intelectuais, deputados, entidades de ensino, investigação e pesquisa e sindicatos galegos, etc. (FONTENLA)¹⁸.

Mas não só se impõe a ortografia e morfologia do Castelhana ao Português da Galiza, como também se altera a sintaxe, o léxico, a fonética, a fonologia, tudo o que constitui um diassistema; a língua histórica (COSERIU, HUBER, DIEZ, CINTRA, CUNHA, AZEVEDO FERREIRA, MIRA MATEUS, AZEVEDO MAIA, HERCULANO DE CARVALHO, etc.)¹⁹ que se tinha formado na velha *Gallaecia*, hoje conhecida como Português, é submetida à pressão do Espanhol e passa a ser uma língua subordinada, iniciando-se um claro processo de substituição linguística de caráter diglósico (FERGUSON, GIL HERNÁNDEZ, RABUNHAL CORGO, BREA)²⁰, que também se dá em Olivença como tem sido estudado (MATIAS RESENDE)²¹.

Um verdadeiro golpe de estado se produz na Academia Galega a 3 de julho de 1982, para aprovar as normas daquilo a que se chamou *portunhol 1* do ILG-RAG (Instituto de la Lengua Gallega — Real Academia Gallega)²², que vigoraram através dos preceitos legais citados supra, da mão do conselheiro (ministro) Filgueira Valverde e do Presidente do Governo da Galiza Fernandes Alvor, que ordenam publicar Decreto e Lei no Diário Oficial da Galiza, em texto bilingue, portunhol-espanhol²³.

Surge ainda um portunhol 2, que não atinge o nível de oficialidade e que se justifica como uma norma transitória para integração no Português de Portugal, das mãos da Associação Galega da Língua; esta entidade privada elabora, através da chamada “Comissão Linguística da AGAL” o “Estudo Crítico das Normas Ortográficas e

13 FONTENLA, J.L. “Sobre o acordo ortográfico...” citado supra

14 Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, ed. Verbo, Lisboa, 2001

15 SEABRA, J.A. “Situação da Língua Portuguesa nos organismos do sistema das Nações Unidas” revista ICALP, n.º 11, p. 73, Lisboa, 1988

16 MONTERO SANTALHA, J. MARTINHO “A Lusofonia e a Língua Portuguesa da Galiza: Dificuldades do Presente e Tarefas para o futuro”, Atas do Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literaturas Lusófonas de 1994, Temas do Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura, Ponte Vedra - Braga, 1990.

17 FONTENLA, J.L. “Língua da Lusofonia, o Português da Galiza” O Mundo da Língua Portuguesa (Galiza, Portugal, Brasil, PALOP), Atas do III congresso Internacional de Literatura Lusófona: revista NÓS, Ponte Vedra — Braga, 1995, pp. 25-32 e “Ressurgimento Galego, Essa Lusofonia”, Temas do Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura, VV.AA., Ponte Vedra — Braga, 1990.

18 FONTENLA, J.L. “Presente e futuro do Galego: análise sociojurídica do decreto de normatização e das leis de normalização autonómicas” in Temas do Ensino, Ponte Vedra — Braga, pp. 157-174, 1985

19 COSERIU, E. “El Gallego en la historia y en la actualidad”, Atas do II Congresso da Lengua Galego-Portuguesa na Galiza 1987, pp. 793-800

HUBER, J. “Gramática do Português Antigo” Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986; DIEZ, Ibid.; CINTRA, CUNHA “Nova Gramática do Português Contemporâneo” Sá da Costa, Lisboa, 1984; AZEVEDO FERREIRA, J. “Estudos de História da Língua Portuguesa” Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2001; MIRA MATEUS, H. “Língua, variedade, dialetos: memória coletiva e memória fracionada”, INALP, 1989, Lisboa, p. 29, nota 4; AZEVEDO MAIA, C. “História do Galego-Português”, INIC, Coimbra, 1986; HERCULANO DE CARVALHO, J.G. “Apresentação” in “Ressurgimento Galego”, op. cit.

20 FERGUSON, Diglossia, Word, 15:325-340, 1959; GIL HERNÁNDEZ e RABUNHAL CORGO “O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson e a sua pertinência para a comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação” Nós, Ponte Vedra — Braga, 1989

BREA, A. “A normalização linguística — o caso Galiza da lusofonia Europeia” in “Ressurgimento Galego”, op. cit.

21 RESENDE, MATIAS F. “Português e Espanhol em contacto em Olivença”, Nós, Ponte Vedra — Braga, 1986

22 FONTENLA, J.L. op. cit. nota 9

23 Ibid., vide supra nota 13

Morfológicas do Galego” (1983, 169 pp.)²⁴ (1989, edição acrescentada, 302 pp.)²⁵; esta “Comissão” ainda elabora, a partir do Português, mas afastando-se dele na ortografia, prosódia ou ortofonia, verbos, etc., o “Prontuário Ortográfico Galego” (1985, 318 pp.)²⁶ e mesmo a CLA (Comissão Linguística da AGAL) elabora um “Guia prático dos verbos Galegos conjugados” (1988, 128 pp.)²⁷ em que, plagiando os verbos Portugueses, se introduzem desvios ou variedades que se afastam da língua comum do PE — Português Europeu. A filosofia desta entidade, a AGAL — Associação Galega da Língua — passou sempre por criar uma terceira via contra o Português Europeu e Brasileiro, acordando até em não negociar os Acordos Ortográficos de 1986 (Encontro de Uniformização da Língua Portuguesa do Rio de Janeiro, do qual saíam as bases da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa, a que tive a honra de assistir presidindo à delegação da Galiza) e de 1990 (Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa de Lisboa, do qual saíam as bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa, e onde todos cedemos às pretensões dos Portugueses, tanto os Galegos que me honraram com a presidência da Delegação da Galiza novamente, como os Brasileiros e Africanos Lusófonos) (FONTENLA)²⁸. A AGAL chegou a proibir, em congressos, comunicações escritas em Português por Galegos (Ass. Amizade Galiza-Portugal)²⁹ e textos na sua revista (GIL HERNÁNDEZ, ALDREI, BREA)³⁰ que deviam ir na norma portunhol 2 que defendem ainda hoje, no século XXI, no ano 2002! A língua Portuguesa era banida pela AGAL e não podia ser usada por autores Galegos! Apenas por Portugueses e Brasileiros. Racismo? Fascismo? *Chi lo sà*.

Ainda, na Dicionarística, se mantém também uma linha de portunhol 1 com base nas “Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego” (sic) do Instituto de Língua Galega e da Real Academia Galega (1982), declaradas oficiais em 1983, como já dissemos, a “Gramática Galega” (sic) de R. Alvarez, H. Monteagudo e X. L. Regueira (1986) e o “Vocabulário Ortográfico da Língua Galega” (1990) do ILG-RAG, redigido por A. Santamarina e M. González, que serviu para a elaboração posterior do “Dicionário da Real Academia Galega” (1997), com 25.000 entradas lexicais. Esta linha de portunhol 1 mantém que o Português da Galiza não tem a ver com o Português Europeu de Portugal Continental e ilhas, e do Brasil, PALOP, Timor, etc.; tenciona criar por via de elaboração (ausbau, MULJACIC)³¹ a partir do poder político Galego, subordinado ao Espanhol, não só na ortografia (VILAR TRILHO)³², uma língua diferente, que fica como um satélite do castelhano na ortografia, na morfologia, sintaxe, léxico, fonética, fonologia, etc.

Uma outra linha de portunhol 2, a que representa a AGAL — Associação Galega da Língua — é defendida na Dicionarística por ESTRAVIZ³³ que publicou dois Dicionários da Língua Galega (sic) em 1986³⁴ e posteriormente em 1995³⁵, com entradas lexicais em que se misturam dicionários portugueses, espanhóis, etc., mas sem conhecer bem os moldes da língua Portuguesa, o que cria contradições nas 80.000 entradas lexicais, com falsos amigos, predomínio da aceção espanhola, etc.

24 AGAL, 1983, Corunha

25 AGAL, 1989, Corunha

26 AGAL, 1985, Corunha

27 AGAL, 1988, Corunha

28 FONTENLA, J.L., “O acordo ortográfico de 1990 — crónica de uma semana de cinco dias”, Ponte Vedra — Braga, 1994, Atas do II Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas

29 Associação de Amizade Galiza-Portugal “Comunicações suprimidas pela Associação Galega da Língua (AGAL) das Atas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa: «Considerações sobre o uso do til no Português da Galiza» ” de Cupeiro, M.F. “Medição de variáveis: competência e uso Linguístico” de Cristóvão; “A substituição linguística” de Brea; “Do Galaico-Português à Lusofonia” de Fontenla; “As literaturas lusófonas” de Aldrei

30 BREA HERNÁNDEZ, GIL HERNÁNDEZ, RODRÍGUEZ ALDREI “A Catástrofe, relato breve de Eça de Queirós” Agália, Corunha, 1990; o texto não foi autorizado inicialmente por ir em Português do Acordo, pelo que me retirei da AGAL, por não admitir censura nem inquirição da Presidente do Conselho da AGAL, Maria do Carmo Henriques, e colaboradores, contra textos de galegos lusófonos/lusógrafos, e, ao pedir a readmissão, após a publicação do texto citado, essa Presidente negou o lícito direito de retorno, aplicando mais uma vez censura e discriminação, o que favoreceu o andamento para a frente das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, e a sua legalização nos dois estados ibéricos.

31 MULJACIC, Z. «L’enseignement de Heinz Kloss (modifications, implications, perspectives)» in Langages, 21, 1986. O conceito *ausbau* foi usado para tentar fazer um portunhol anti-Português, quer pela AGAL como pelo ILG, levando a um beco sem saída as suas formulações por *ausbau*, que atentam contra a unidade estrutural da Língua Portuguesa, além da morfologia, da ortografia, da sintaxe, etc.

32 VILAR TRILHO, X. “A remodelação federal-confederal do Reino da Espanha”, Laivento, Santiago, 2001.

33 ESTRAVIZ, I. “Dicionário da Língua Galega”, Alhena, 1986; Ed. Sotelo Blanco, 1995

34 op. cit. na nota 24

35 op. cit. na nota 24

Ainda bem que o DACL — Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa — de 2001³⁶, com transcrição fonética, vem pôr as coisas direitinhas, com focos ortoépícos que aceitam todas as variedades dialetais da Galiza, Portugal, PALOP, Timor, etc., id est, do PE — Português Europeu da Galiza-Portugal, que os PALOP e Timor seguem. O recentemente saído Dicionário de António Houaiss³⁷ não traz transcrição fonética. Existe ainda o Dicionário do Português Básico de Mário Vilela³⁸, com 3060 entradas lexicais, com transcrição fonética de uso escolar e discussão na transcrição de algumas palavras, que se percebem como nortenhas por alguns autores.

Existe também algum intento de considerar a desagregação da língua Portuguesa nos PALOP, o que consideramos errado, enquanto não se ensine adequadamente no sistema educativo, a par de outras línguas nacionais africanas, o que evitaria os problemas que citam alguns dialetólogos e gramáticos (GONÇALVES)³⁹; o mesmo acontecendo com os crioulos (PEREIRA)⁴⁰ que hão de ensinar-se com o Português Europeu.

No caso do Brasil já Celso Cunha havia alertado para o problema (CUNHA)⁴¹ assim como outros autores (LUCCHESI, LOBO)⁴² mais recentemente; enfim, a mudança linguística existe no PE e no PB e existem variações linguísticas nascidas das derivas naturais da língua Portuguesa, com maior unidade estrutural do que outras línguas novilatinas e não só, mas a gramática, a fonologia e o léxico mantêm-se substancialmente nos espaços tão vastos onde se fala a nossa língua.

Tenho para mim que há alicerces básicos como a Gramática do Português Contemporâneo de Cintra e Cunha de 1984⁴³, que recolhem os dialetos Galegos, Portugueses e Brasileiros do nosso diassistema; o Acordo Ortográfico de 1990 que unificou a escrita, tanto quanto possível, da nossa língua comum, e que deve ser implementado o mais cedo possível com o VOCT — Vocabulário Ortográfico Comum e de Terminologia — e o DACL, Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, 2001⁴⁴, ao que se deve seguir um Grande Dicionário da Língua da Lusofonia, a partir do Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, António Houaiss, etc., com suporte informático, de papel, e outros, de maneira a servir todos os utentes da língua Portuguesa no mundo, nos cinco continentes.

Defender a unidade na diversidade, a unificação terminológica (HERCULANO DE CARVALHO)⁴⁵, uma política de língua comum (*language planning*) parece o mais correto nesta altura histórica, em que a lusofonia serve 4% da população mundial, com mais de 240 milhões de falantes (UNESCO)⁴⁶.

2. EM DEFESA DA UNIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA HISTÓRICA, LÍNGUA DA LUSOFONIA

É lamentável, havendo um continuum galego-português, como diz COSERIU⁴⁷, que haja pessoas que envidam esforços no sentido de provocar a desagregação da língua Portuguesa, tentando separar o que o mesmo povo e etnia sempre manteve unido e que forças políticas tencionaram dividir, procurando espanholizar a Galiza e privá-la da sua língua Portuguesa, a mesma de Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc. (HUBER)⁴⁸, quando é que o Português e a língua castelhana podem conviver na Galiza, o Português como língua própria e o castelhano como segunda língua instrumental, além de outras línguas europeias de cultura que devem ser introduzidas no ensino,

36 op. cit. na nota 5

37 Dicionário Houaiss, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001

38 VILELA, M. et alii "Dicionário Português Básico", Ed. Asa, 1991

39 GONÇALVES, P. "Aspetos da sintaxe do Português de Moçambique" in "Introdução à Linguística Geral e Portuguesa", Caminho, 1996

40 PEREIRA, D. "O Crioulo de Cabo Verde" Ibid. Cf. Nota 30

41 CUNHA, C. "Língua Portuguesa e realidade Brasileira" Rio de Janeiro, 1968; Público, 1999

42 LUCCHESI, D. e LOBO, T. "Aspetos da sintaxe do Português Brasileiro" cf. Nota 30 Ibid. "Introdução à Linguística..."

43 op. cit. Vide nota 10

44 op. cit.

45 HERCULANO DE CARVALHO, J.G. "A unificação na lusofonia das terminologias científicas e técnicas", Nós, Ponte Vedra — Braga, 1994

46 op. cit. Vide nota 2

47 COSERIU, E. op. cit.

48 HUBER, J. op. cit.

em benefício dos cidadãos da Galiza que cada vez mais hão de ser multilingues na Europa das línguas e das culturas díspares e diversas (FONTENLA)⁴⁹.

É óbvio que o portunhol 1 do ILG-RAG e o portunhol 2 da AGAL estão num beco sem saída e pressupõem um notório intento de desagregação da língua nos aspetos ortográfico, morfológico, sintático, fonético, fonológico, semântico, lexical, etc., por razões extralinguísticas no primeiro caso, de subordinação ao poder e ao castelhano; de tentativa de construir uma terceira via, anti-portuguesa também, no segundo caso, voltando as costas à História, para formular por língua igualmente de elaboração (*ausbau*) uma alternativa ao PE — Português Europeu — e PB — Português do Brasil, plagiando até o Português para o deturpar e alterar, desnaturalizando-o. Quem assim age está a agredir a língua do povo e o povo - povo, que a fala a norte e sul do Minho e raia seca, no continente europeu e nas ilhas, no Brasil, nos PALOP e em Timor, que aceitaram a nossa língua como oficial. Em ambos os casos trata-se de imperialistas fracassados como diria Castelão, porque a língua Portuguesa continua, malgrado todas as normas impostas contra ela, sob a forma do portunhol 1 do ILG-RAG e portunhol 2 da AGAL, na boca do povo - povo, Zé-Ninguém da História, mas que soube conservar a língua nacional e pessoal através dos tempos.

O que é grave é que no ensino, na administração, na TV, etc., cada vez mais, em consequência da filosofia (?) linguística (preconceitos) dos defensores do portunhol 1 e 2, que querem elaborar uma norma e uma língua *ausbau*, por elaboração a partir de moldes do espanhol, se esteja a eliminar os aspetos ortográfico, morfológico, sintático, fonético, fonológico, lexical, etc., para confirmar como língua predominante e de cultura a espanhola, e como língua subordinada e de *patois* ou mistura de Português e Espanhol (portunhol), em maior ou menor grau, o Português.

Tal extremo chega também ao que chamam o “Galego científico” (GARRIDO, RIERA)⁵⁰ em que plagam o PE e o PB mas impondo a ortografia da AGAL, que tem presumivelmente traços medievais, mas que não fizeram em muitos casos parte da história da língua, antes correspondendo a processos de língua de laboratório (por elaboração, *ausbau*), dificilmente justificáveis em quem devia saber linguística, sociolinguística, romanística, etc.

E toda esta elaboração de portunhol 1 e 2, como que respeitando o Português como língua histórica e língua da lusofonia (ESTUDO CRÍTICO, MONTEAGUDO, SALGADO)⁵¹, dizendo que se recorre ao Português para a terminologia, como a língua mais adequada, etc., enquanto se atenta contra a sua unidade estrutural e se defende a sua desagregação, a todos os níveis, até com perseguição de professores, alunos, escritores, intelectuais, cidadãos que não aceitam a burla de se inventar uma língua diferente do Português do povo e da Nacionalidade Galega, que é a mesma do PE — Português Europeu, do PB — Português do Brasil, PALOP, Timor, etc.

Não há dúvidas de que a um Estado Espanhol democrático, de carácter confederal-federal (VILAR TRILHO)⁵² e à República Portuguesa democrática lhes convém que o Estado Espanhol tenha duas línguas oficiais na Galiza, o Português como língua própria a o Castelhana ou Espanhol como 2ª língua instrumental; o caso do Estado espanhol é similar, pois com o Português pode entrar no vasto mundo da lusofonia dos três AA (América, África, Ásia), além da UE e da Galiza-Portugal, e com o espanhol pode entrar no imenso mundo da Hispanofonia. Pense-se no Mercosul e em outras perspetivas da África lusófona e não só. Parece, pois, do maior interesse para Galiza-Portugal e para o estado Espanhol que o Português se mantenha na Galiza, com o espanhol como 2ª língua instrumental, e outras europeias de cultura como 3ª e 4ª línguas: Inglês, Francês, Alemão, etc.

49 FONTENLA, J.L., “Lusofonia a ser: Galiza, Portugal, Brasil, PALOP. Planificação linguística e acordo ortográfico”, Nova Renascença, pp. 205-221, vol. XIX, Porto, 1999

50 GARRIDO e RIERA “Manual do Galego científico”, AGAL, Corunha, 2000

51 ESTUDO CRÍTICO DAS NORMAS ORTOGRÁFICAS E MORFOLÓGICAS DA LÍNGUA GALEGA, op. cit. da AGAL; SALGADO E MONTEAGUDO “Do Galego literário ao Galego comum. O processo de estandardização na época contemporânea” in Estudos de Sociolinguística Galega Vigo, Galáxia, 1995

52 VILAR TRILHO, op. cit.

Os traços isófonos e isoglóssicos fazem pensar que o Português abrange Galiza-Portugal e zonas das Astúrias, Castela-Leão e da Extremadura espanhola, além do caso claro de Olivença (LUNA, MATIAS)⁵³.

Enfim, mantém-se o que afirmava HUBER⁵⁴ na sua Gramática do Português Antigo em 1933: “O Português — que fora da República Portuguesa ainda hoje se fala na província Espanhola da Galiza, situada ao norte de Portugal (...) proveio, como as restantes línguas românicas, da língua romana corrente”; também as IRMANDADES DA FALA em 1933⁵⁵ afirmavam: “chegamos ao pleno conhecimento, verificável por quem quiser, de que não há termo nitidamente Português que não seja Galego, e vice-versa, coisa que convém sublinhar para que não seja desconhecida por ninguém” (Pena Mosteiro, Salvador foi o editor e prefaciador do Vocabulário das Irmandades da Fala de 1933).

O levantamento do Português Europeu desde a Galiza-Portugal às ilhas regista os dialetos Galegos, Portugueses, das ilhas, como recolheram Cintra e Cunha na sua Gramática do Português Contemporâneo, de 1984, juntando aí os dialetos Brasileiros, como é natural. A unidade estrutural da língua tanto num sentido diacrónico como sincrónico, desde a aparição dos primeiros textos em Português até hoje é superior à do Espanhol, Francês, Italiano, Catalão, etc., só para citar algumas línguas novilatinas, e também à do Alemão, do Neerlandês, etc., não cabendo aqui falar de línguas diferentes mas de diferentes variedades dialetais próprias de toda a língua.

Assim, pense-se na diferença de pronúncia, sotaque, linguajar, etc., a norte do Minho e Trás-os-Montes, Minho Português, de j, g, ch; confusão de v-b; persistência do ditongo ei face ao sul, onde é subsumido (*ribero* em lugar de ribeiro, etc.) ou no ditongo ou na mudança para oi (ouro/oiro), o /s/ Beirão, os dialetos de Castelo Branco e Portalegre ou do Barlavento algarvio, para além das variedades dos Açores, Madeira e fronteiriças, etc., diversidade e interferência em Olivença, Galiza, zonas lusófonas das Astúrias, Castela-Leão, Extremadura... as variáveis em vocalismo e consoantes, etc., que Fernão de Oliveira informa na sua *Gramática de lingoagem Portuguesa*, e que verifica o fenómeno de engolir as vogais cada vez mais para o sul em Portugal mantendo-se ainda no Português da Galiza e do Brasil (MARQUILHAS)⁵⁶.

Há divergências em Portugal entre os falares de norte a sul e do interior e litoral, como também na Galiza, nas ilhas de Madeira e Açores, etc., em que se realizam plurais à Galega, etc., e isso só demonstra a unidade estrutural da língua no domínio linguístico da faixa atlântica da Galiza-Portugal e ilhas; no que chamamos PE — Português Europeu, mas que também está relacionado com o Português do Brasil como Português estagnado, o que aliás acontece com o espanhol da América Latina ou formas não-castelhanas das falas espanholas das Canárias, Extremadura, Andaluzia, etc.

No Português do Brasil a pronúncia do E átono principalmente em posição final em l (tardi por tarde, ponti por ponte) e também pirigo, ricibo, etc., ou minino, melhor — que também se deem estes últimos no Português da Galiza não implica grande diferença do PE; assim também optaram os Brasileiros⁵⁷ pela terminação diminutiva em – inho em vez de – ito como os Galegos.

Em todo o caso, a variedade dialetal não faz a norma padrão que neste momento representa o DACL para o Português Europeu, que acolhe todas as variedades do diassistema através de focos ortoépico standard ou padrão, sem alterar a estrutura natural da língua e seu génio ou identidade entre outras línguas ou realizações díspares da mesma língua. Todos os autores entendem que a questão da língua Portuguesa da Galiza (MARTINHO)⁵⁸ é questão de linguística e não de política pelo que se deve cingir à linguística (AZEVEDO MAIA, MIRA MATEUS, AZEVEDO FERREIRA, FERREIRA, CARRILHO, LOBO, SARAMAGO, DA CRUZ)⁵⁹ e que faz parte do PE,

53 LUNA, C. “Nos caminhos de Olivença”, Estremoz, 1996; MATIAS, F.R., op. cit. em nota 12

54 op. cit.

55 Vocabulário Castellano-Gallego, impta. Moret, Corunha, 1933

56 MARQUILHAS, R. “Mudança Linguística” in op. cit. “Introdução à Linguística...”; “Constituição e elaboração da língua Portuguesa” in “Atlas da Língua Portuguesa...”

57 FERREIRA, M.B., “Dialetolegia da área galego-portuguesa” in “Atlas da Língua Portuguesa Na História e no Mundo”, INCM, 1992

58 MARTINHO, J., op. cit.

59 op. cit. e CARRILHO, LOBO, SARAMAGO, DA CRUZ “Variação linguística: perspetiva dialetológica” in “Introdução à Linguística...”, op. cit.

Português Europeu, e do PB, Português do Brasil, nalguns traços arcaicos e outras características, que citamos supra, motivo pelo qual nós, os Galegos, participamos na elaboração dos dois Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa de 1986 e 1990, ajudando a elaborar uma Ortografia comum para a nossa língua (FONTENLA)⁶⁰, tendo presente, como põe em relevo DURÃO⁶¹, que “a ortografia do Português baseia-se na que evoluiu do seu berço original, conservando a configuração histórico-etimológica do romance ocidental e representa a superação das diferentes variedades da fala num só padrão ortográfico supradialetal, reconciliando a economia gráfica com a fidelidade à etimologia e ao génio histórico da Língua” (in “Prontuário Ortográfico das Irmandades da Fala”, 1984; o porquê da edição deste Prontuário e a Didática, com sistema de acentos, normas gráficas, etc., são de minha autoria, e o Prontuário de Durão; há edição revista de 2000, em disquete).

E Durão ainda esclarece, relativamente à ortografia, “a oficialização da língua nos estados Português, Brasileiro, etc., determinou a fixação de mais de uma norma ortográfica dentro do mesmo padrão linguístico... mas estas divergências normativas menores não impedem a consciência e o reconhecimento expresso de pertença a uma língua comum.”

Mas nós, os Galegos, não pedimos só uma ortografia unificada como também uma ortofonia comum mínima ou ortologia, ortoépia⁶²; e uma dicionarística comum, terminologia uniforme, etc., pelo que nasceu o VOCT, Vocabulário Ortográfico Comum e de Terminologia, para toda a Lusofonia, na negociação do primeiro Acordo Ortográfico de 1986, o que se continuou no Acordo de 1990, mas que infelizmente não se implementou ainda por causas políticas, ao travarem o processo Presidentes de Estado, Primeiros-ministros e Ministros, na Cidade da Praia, a 17 de julho de 1998 (!) através de um Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, paralisando assim toda a reforma ortográfica necessária à lusofonia.

Em definitivo, mantemos um discurso de unidade da Língua Portuguesa, como é natural, face à desagregação, com base no Acordo Ortográfico Comum, Ortofonia ou Ortologia comuns, Gramática Comum e Dicionarística e Terminologia Comum, assim como presença ativa nas NTI — Novas Tecnologias da Informação, IU — Indústrias da Língua, SE — Sistemas Educativos, etc., além do início do andamento do IILP — Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com outra sede mais na Europa para receber subsídios e ajudas da UE, assim como no Brasil, além de em Cabo Verde. Queremos um IILP operacional, dando impulso à língua na Europa nascida, e hoje língua dos cinco continentes.

O Português da Galiza faz parte do Português possível (FONTENLA)⁶³ do século XXI e do III milénio, não do galego (im)possível (FAGIM)⁶⁴, que está num beco sem saída em todos os aspetos: ortográficos, morfológicos, sintáticos, fonéticos, fonológicos, lexicais, etc., constituindo um portunhol (mistura de Português substrato com espanhol imposto por *ausbau* ou elaboração) que morrerá neste século, através de um processo de substituição linguística e assimilação aculturadora (BREA, BRANCO)⁶⁵.

Nem o portunhol 1 do ILG-RAG, apesar das propostas de reforma do ano de 2001⁶⁶, nem o portunhol 2 da AGAL, malgrado as intenções de o impor em Portugal em revistas, ou na Galiza (AGÁLIA)⁶⁷, poderão resistir sem se

60 FONTENLA, J.L., op. cit. nota 19

61 PRONTUÁRIO ORTOGRÁFICO DAS IRMANDADES DA FALA, Temas do Ensino, Braga, 1984, “Introdução”

62 op. cit. Atas do Congresso *A Lusofonia a Haver*, da SLP — Sociedade da Língua Portuguesa; com diferente título, “Lusofonia/Lusografia face ao III milénio”, publicado pela Universidade Lusófona, op. cit. supra

63 cf. “O Português Possível”, revista IBIS, Viana do Castelo, 2001

64 FAGIM, V.R., “O Galego (im)possível” Laiovento, Santiago, 2001, que mantém que “a ortografia Portuguesa adapta-se melhor à nossa realidade (da Galiza) do que à do próprio Português Lisboaeta”, pp. 110-111, pelo que não se entende por que escreve o citado autor em portunhol da AGAL, se assim pensa. Sobre variedades do Português cf.: D’Silvas Filho (pseudónimo do membro da SLP Sr. Eng. Mata da Nazaré) “Prontuário Universal de erros corrigidos de Português” com ortografia, sintaxe e fonética, recolhendo as variedades do PE, PB e do novo Acordo Ortográfico; ADRAGÃO, ESTRELA GRAÇA MOURA “Novo Acordo Ortográfico, afinal o que vai mudar?” Texto Editora, 1999 e 1995 respetivamente.

65 BREA, A. “Sobre a situação de assimilação cultural e linguística na Galiza: achegas para um debate necessário” Temas do Ensino, Ponte Vedra — Braga, 1989; BRANCO, P.P. “O ensino do Português padrão na Galiza numa situação de conflito e substituição linguística”, Atas do III Congresso de Literaturas Lusófonas, Nós, Ponte Vedra — Braga

66 As tentativas de reforma ortográfica do portunhol oficial ou portunhol 1 fracassaram com os votos contra da Real Academia Galega, o que levantou importante celeuma entre os defensores do portunhol 1; mais tarde, a UNESCO, a 21 de Fevereiro de 2002, apresenta em Paris a

integrar no Português de que fazem parte, como queria RODRIGUES LAPA⁶⁸, ou propunha COSERIU⁶⁹, ou GREGÓRIO SALVADOR⁷⁰, nada suspeito neste tema, eliminando toda a ortografia, morfologia, sintaxe, fonética, fonologia, léxico, etc., espanhóis voltando à *fons et origo* da língua comum Galego-Portuguesa em origem e depois Portuguesa, por ação dos Portugueses na descoberta de dois terços da humanidade.

Nas Gramáticas decimónicas Portuguesas, e não só, a língua da Galiza aparece como codialeto do Português, naturalmente; e assim o recolhem diferentes autores da romanística, tão degradante situação sofreu a nossa língua comum, a norte do rio Minho, na Galiza; Krüger, Schneider, Diez, Huber, etc., recolhem este Português arcaico, estagnado, rebaixado a língua de lavradores e marinheiros, e quase nunca usado pela burguesia, e menos pelo poder, que se efetivava em castelhano, língua companheira do império, no dizer de Nebrija, já em 1492, aquando da sua primeira *Gramatica de la Lengua Castellana*.

Assim, os iluminados Feijo e Sarmiento esclarecem que a língua Portuguesa nasce da Galega, ou Oliveira Martins ou Leite de Vasconcelos, ou Mattoso Câmara Jr. ou Vasconcelos, sendo que já Nunes de Leão ou o Marquês de Santillana falavam da língua Portuguesa ou Galega; e ainda Teófilo Braga reconhece que Portugal nasce de um retalho da Galiza.

Há toda uma tradição romanística que mantém que a língua é a mesma, se bem que da parte de Portugal, ao não ficar sob as patas do leão de Castela, “*se aventajou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam*”⁷¹. Azevedo Maia⁷² tem analisado o fenómeno linguístico de maneira séria e acaba por reconhecer que o mesmo diassistema sofreu interferências políticas, como Helena Mira Mateus⁷³, etc.

Eis o que faz que o portunhol enfrente atualmente o Português e provoque a sua desagregação, o que devemos impedir através de todos os recursos de que dispomos e de quantas políticas da língua sejam precisas.

A nossa língua Portuguesa tem uma unidade estrutural através do tempo, que se realiza em elementos lógico-semânticos do conteúdo e em elementos comunicativo-pragmáticos; uns da imagem cognitiva; os outros da situação comunicativa. Os sememas (significados), fonemas (significantes), lexemas (portadores de significado lexical) e morfemas (portadores de sentido gramatical) constituem essa estrutura e o relacionamento entre estruturas de conteúdo e estruturas de expressão permitem avaliar a unidade estrutural da língua histórica, nos termos de Coseriu; Gärtner⁷⁴ explicita como os verbos em Português são capazes de constituir quatro tipos sintáticos de predicado: verbal, nominal, verbo-nominal e de verbo funcional (p. ex., dar permissão, fazer uma pergunta, pôr em dúvida, ter em conta, etc.), tipo não considerado geralmente nas gramáticas de Português, acrescenta.

Para este autor a relação entre as estruturas de conteúdo e as estruturas de expressão não são idênticas, são assimétricas, cabendo a sinonímia sintática e a homonímia sintática. A estrutura semântica do Português

segunda edição do Atlas Mundial das Línguas em Perigo no mundo em que afirma que o “galego”, ou portunhol 1, morrerá; o portunhol 2 da AGAL também morrerá, mas o Português não, e o Português da Galiza incorporado através do Acordo Ortográfico de 1986 e 1990 no Português padrão subsistirá como segunda língua românica e terceira europeia de cultura, como o apoio de Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc. O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa reforça ainda mais o padrão comum, através da transcrição fonética, que abrange todos os dialetos do PE, PALOP, Timor, etc., incluída a Galiza.

67 Os *Cadernos Vianenses* têm publicado alguns textos em portunhol 2 da AGAL, e também o jornal *O Transmontano* da autoria de S. Capom; a revista AGÁLIA continua a manter o portunhol 2 em beco sem saída, enquanto não aceitar o Português padrão, e mantém atitudes antiportuguesas.

68 LAPA, M.R. “Estudos galego-portugueses”, “Por uma Galiza renovada”, Sá da Costa, Lisboa, 1979, mantém que o Português padrão é a saída natural do Português da Galiza, submetido a assimilação cultural há mais de 5 séculos. No mesmo sentido CHAVES DE MELO, G. “A reintegração galego-portuguesa” Carta Mensal, Rio de Janeiro, 1980.

69 COSERIU, E., op. cit., propõe que seja a norma da língua histórica o Português padrão, de maneira a manter a unidade estrutural da língua, que foi inicialmente galega e depois portuguesa.

70 SALVADOR, G. “Lengua española y lenguas de España” Barcelona, 1987, afirma que “pelo que respeita ao Galego há que lembrar que não é outra coisa que um dialeto arcaico e mais ou menos castelhanizado do Português”

71 NUNES DE LEÃO “Gramática da Língua Portuguesa”, 2ª edição

72 op. cit.

73 op. cit.

74 Gärtner, E. “Grammatik der portugesehen Sprache”, Tübingen, Niemeyer, 1998. cf. *Uma nova Gramática do Português para Alemães*.

mantém-na este autor através de enunciados simples, complexos, e transformações de enunciados simples e complexos, descrevendo as palavras segundo a sua morfologia, incluindo as realizações fonéticas europeia e brasileira. Gärtner trata da ordem dos elementos oracionais da perspectiva funcional, das construções clivadas conforme o predicado, das orações de voz passiva, das interrogativas, das exortativas, das orações de resposta tão típicas dos lusófonos, em que se responde com o verbo; as orações optativas e exclamativas (globais, parciais, etc.), dentro de uma conceção funcional, que nos diz respeito à unidade da língua e sua defesa.

Em todo o caso, a língua é algo histórico, evolui; é companheira do ser humano; e a variação é o modo de ser língua; fala-se, segundo Coseriu⁷⁵, em variação diacrónica ou histórica; e em variação sincrónica, em período de transição entre formas concorrentes; e ainda de variação diatópica ou geolinguística ou dialetal; de variação diastrática ou social; de variação difásica de “registo” ou idioleto; mas há ainda entre linguistas algumas vezes diferenças entre dialetos e variedades, reservando-se as falas como lococlectos, quando ocupam apenas uma localidade; mas em todo o caso, conforme há um continuum na língua histórica, há um continuum dialetal, de tal forma que é difícil não encontrar fenómenos similares nas falas no mesmo domínio linguístico, p. ex., do Português possível (FONTENLA)⁷⁶ ou do Português *in toto*, da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., do que constitui um diassistema ou uma língua histórica no sentido de Coseriu.

Assim alguns autores consideraram que as falas da Galiza ou dialetos Galegos, como os setentrionais, centro-meridionais, insulares, etc., Portugueses e Brasileiros, fazem parte da mesma língua histórica e, portanto, devem assumir o Português padrão para a realização culta, por acolher o padrão todas as formas de realização oral enquanto tal padrão, com o que concordamos.

Os dialetos transmontanos e alto-minhotos, os baixo-minhotos, durienses e beirões, do centro-litoral e do centro-interior, e insulares dos Açores e Madeira têm realizações orais similares, tal como acontece no Brasil, ou na Galiza, de maneira que traços isófonos e issoglóssicos permitem confirmar que a língua é uma e a mesma, em todo o domínio linguístico do Português, da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc. (em *etc.* incluímos zonas transfronteiriças do Português atual, das Astúrias, a parte de Castela-Leão que foi tirada à Galiza em 1833 pelo ministro espanhol Javier de Burgos, da Extremadura, Olivença, etc., que até autores como Gregorio Salvador e outros consideram naturalmente fazer parte do Português continental).

Os defensores do portunhol 1 e 2 procuram a desagregação da língua comum, e como no Crátilo de Platão “*vão modificando as palavras originais até que nenhum ser humano consiga entender o que a palavra significa*”, colonizando espanholamente o povo-povo lusófono da Galiza e esmagando a Pátria Galega, Mater da lusofonia, onde a língua Portuguesa nasceu em território da Galiza Magna (PIEL)⁷⁷, que chegava até ao Mondego (LAPA)⁷⁸.

3. CONTRA A DESAGREGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: INTEGRACIONISMO DE RODRIGUES LAPA E LÍNGUA HISTÓRICA DE COSERIU

É o integracionismo de LAPA⁷⁹ em “Estudos Galego-Portugueses: Por uma Galiza Renovada” de 1979 que vai proclamando a necessidade de assumir-se pelos Galegos o Português padrão como língua de cultura e para evitar a dialetização e castelhanização do Português da Galiza (MARTINHO)⁸⁰; também em dois trabalhos que me enviou e que não puderam ser publicados imediatamente na altura, “A reintegração linguística galego-portuguesa — um drama que afeta a nós todos”⁸¹, já publicado naquele livro e na Nova Renascença, e o que

75 op. Cit.

76 op. Cit. revista IBIS. Viana do Castelo, 2002

77 PIEL, J. “Estudos de linguística histórica galego-portuguesa” INCM, 1989

78 op. Cit.

79 LAPA, op. Cit.

80 MARTINHO, op. Cit.

81 LAPA, op. Cit.

considero inédito, “O problema linguístico da Galiza: sobre cultura e idioma na Galiza”⁸², até ser publicado por nós em 1985 (discurso proferido na Exposição do Livro Galego na Universidade de Aveiro a 16 de julho de 1982). O saudoso amigo Lapa remetia textos que já estavam nos “Estudos” e que optam pela integração da língua da Galiza no sistema Luso-Brasileiro; afirma LAPA⁸³ que “em meados do século XIII, já de há muito, estavam politicamente definidos os limites da Galiza e de Portugal; ... para uma justa compreensão do fenómeno trovadoresco teremos de admitir uma perfeita unidade cultural entre as duas regiões...” acrescentando que “o povo Galego tem sabido conservar, através de tudo, com uma teimosia passiva, que é a nota dominante do seu carácter atual, o indigenato da sua cultura, que, sendo Galega, é também portuguesíssima.”⁸⁴

Para afirmar ainda “o único remédio eficaz para a salvação do idioma (da Galiza), gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o Português, que poderá considerar-se a expressão literária do Galego”⁸⁵, citando Lopez-Aydllo, Portela Valladares, Correa Calderon ou Herculano, “Virando-nos para o mar, em qualquer ponto que estejamos, o Galego rebenta-nos direita”, o que equivale a dizer que, para o insigne historiador, todo o Portugal é Galego, “muitas vezes sem saber que o é.”⁸⁶

Lapa ainda diz: “Esse idioma Galego, que nos parece hoje um pouco diferente do nosso, tem uma história melancólica como a do indivíduo que o fala. Degradou-se por falta de cultivo literário, e conservou-se no seio do povo.”⁸⁷

E que a “construção da língua literária comum é hoje, mercê de circunstâncias diversas, a tarefa urgentíssima do Galego. Esta koine tem de surgir acima dos particularismos locais e terá de se apoiar, obviamente, não no castelhano, mas sim no Português.”

“Há pois que restaurar o Galego e obrigá-lo a ser o que já foi: um instrumento artístico, que as devastações do tempo, a maldade e a incúria dos homens foram deteriorando e desfigurando, até ficar no estado em que o vemos. Totalmente identificado, nos séculos XII e XIII, com o Português, separou-se deste por razões conhecidas, mas nem por isso deixou de ser radicalmente a mesma língua”... “Nada mais resta senão admitir que, sendo o Português literário atual a forma que teria o Galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata”... “Daqui a vinte e cinco anos, essa língua renascida para a civilização, incorporada já de plenos direito no idioma de Portugueses e Brasileiros, seria lida por mais de 200 milhões de indivíduos.”

“De qualquer forma, e para conforto dos que o amam, o Galego não morrerá, por uma simples razão: é que ele está bem vivo e razoavelmente puro no Português de hoje”⁸⁸.

Lapa cita ainda Biqueira, Castelão, Tettamancy, e afirma “A língua não é apenas um meio simples, imediato, de comunicação; é também, e talvez acima de tudo, em sua forma literária, uma admirável criação artística, de que nem o homem nem a sociedade, qualquer que seja, poderão jamais prescindir. É este último ponto que hoje está na em causa do problema do Galego: não se trata do idioma vulgar, que continuará a existir, mas da criação ou apropriação de uma forma literária de alto nível que, por sua vez, irá melhorando e salvando a fala corrente. E dizemos apropriação porque o caso do Galego é uma exceção felicíssima: essa língua literária de que ele carece está feita desde há oito séculos e chama-se hoje Português”⁸⁹.

Lapa ainda dirá “... parece-me que a reforma do Galego deveria começar pela reforma ortográfica e do seu léxico, banindo dele as formas espúrias que o abastardam... são ainda pouco numerosos os estudos de geografia linguística a alto nível e recobrando todo o território Galego; mas o que há feito demonstra até que ponto

82 LAPA, op. Cit.

83 LAPA, op. Cit.

84 LAPA, op. Cit.

85 LAPA, op. Cit.

86 LAPA, op. Cit.

87 LAPA, op. Cit.

88 LAPA, op. Cit.

89 LAPA, op. Cit.

calamitoso os falares locais estão sendo invadidos e desfigurados pelo castelhano. À mixórdia que daí resulta dá-se o nome de castrapo”... “pois desde uma perspectiva Portuguesa que cumpre encarar a recuperação literária do idioma de além Minho e sua promoção a língua de cultura”⁹⁰.

Ainda disse Lapa⁹¹:

“Um caso muito curioso convém aqui assinalar: quando se faz o cômputo de lusofalantes, nunca se considera para o efeito o nome da Galiza, nossa vizinha. Além de revelar a mais supina ignorância do facto em si, dado que o Galego não é mais do que uma forma arcaizante do Português, ou do Galego-Português, como quisermos, faz ainda com que as contas nos saiam erradas. Com efeito, rouba ao resultado final cerca de 5 milhões indivíduos: os Galegos sediados na Galiza e outros tantos em países de emigração”...

“Aos Galegos temo-los aqui desde há séculos, incorporados na nossa população, nos nossos costumes e língua, que é a mesma” e “o Português literário, sem garantia de propriedade, é privilégio de três países, Galiza, Portugal, Brasil, a que se juntaram agora mais cinco nações africanas emancipadas.”

Lapa cita Saussure e Bally para diferenciar língua oral de língua escrita, língua falada e língua literária e advoga sempre um padrão português que acolha todos os lusófonos. O contributo de Lapa nos anos 70 teve repercussões positivas e assim foi que uma delegação da Galiza, que me honrei em presidir, esteve presente na negociação dos dois acordos ortográficos de 1986 (ortografia simplificada) e 1990 (ortografia unificada) da Língua Portuguesa, sabendo que o saudoso Prof. R. Lapa concordaria com a nossa posição de defender uma ortografia tão uniforme quanto possível e uma ortofonia comum mínima, além de um VOCT — Vocabulário Ortográfico Comum e de Terminologia — e uma dicionarística comum, de suporte informático, de papel, etc. R. Lapa foi apoiado por Coromines, Martinho, Chaves de Melo, Sílvia Elia, Azevedo Filho, etc., a fim de conseguir a unificação do Português o mais possível, já no século XX.

Infelizmente, ao não existir uma clara política de língua (*language planning*) de toda a lusofonia ainda a Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., têm que sofrer o alto preço de terem duas ortografias para a mesma língua, o PE, Português Europeu e o PB, Português do Brasil, pelo qual ainda há que reagir a fim de termos uma política comum a toda a lusofonia: Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., em termos de ortografia, ortofonia, terminologia, terminótica, indústrias da língua, novas tecnologias, etc. (FONTENLA)⁹².

Trazemos ainda à ribalta o pensamento de outro grande amigo da Galiza, o Prof. COSERIU, que defendeu o Português como língua histórica e esclareceu a situação atual do Galego, face à desagregação que se quer impor a este Português da Galiza (MARTINHO)⁹³, por razões políticas e de assimilação cultural e substituição linguística (BREA, BRANCO, GIL HERNÁNDEZ, RABUNHAL CORGO, CRISTÓVÃO)⁹⁴, através do portunhol 1 do ILG-RAG e do portunhol 2 da AGAL, afetando a estrutura da língua Portuguesa no aspeto ortográfico, ortológico ou ortofónico, gramatical, sintático, fonético, fonológico, lexical, etc., *id est*, destruindo a unidade estrutural do Português como língua europeia de cultura de dimensão internacional-intercontinental, língua da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., e dos organismos internacionais como a UE, OEA, OUA, ICO da ONU, UNESCO, OMS, OIT, AIJ, etc., que a têm como oficial ou de trabalho (SEABRA)⁹⁵.

Vamos acrescentar, contra a desagregação da língua Portuguesa, a opinião de COSERIU que já em 1987 afirmava⁹⁶: “O Galego e o Português continuam pertencendo ao mesmo conjunto, ao mesmo continuum linguístico... historicamente, o Português é o Galego da Reconquista e é até hoje, em todas as suas formas, a

90 LAPA, op. Cit.

91 LAPA, op. Cit.

92 FONTENLA, J.L. “Alguns apontamentos sobre terminótica e indústrias da língua”, Nós, Ponte Vedra — Braga, 1998

93 MARTINHO, op. Cit.

94 BREA, BRANCO, GIL HERNÁNDEZ, RABUNHAL CORGO op. Cit.; CRISTÓVÃO “Medição de variáveis: competência e uso linguístico” Ass. De Amizade Galiza-Portugal, 1994, Corunha, Série Comunicações Suprimidas das Atas do III Congresso Internacional da Língua Portuguesa na Galiza, da AGAL, por estarem escritas em Português.

95 SEABRA, op. Cit.

96 COSERIU, E. “El Gallego en la historia y en la actualidad”, Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, AGAL, 1987 pp. 793-800

continuação desse galego. Isto vale também para o Português literário e comum em sua relação com o Galego literário medieval, pois a tradição desse Galego foi adotada e continuada pela língua literária Portuguesa. Trata-se, portanto, do caso, bastante raro na história das línguas, de uma língua que precisamente na forma em que se difunde e se constitui em língua comum e grande língua de cultura, se chama com outro nome: já não Galego, mas Português. É um caso análogo ao do Holandês literário e comum, que, em suas origens, é uma forma de baixo-alemão; só que a base comum do Galego e do Português era um idioma muito mais unitário do que o conjunto de dialetos baixo-alemanes e que, devido também a diferenças quantitativas, ninguém considera o baixo-alemão como forma do Holandês.”

Quando nomeado Doutor Honoris Causa pela Universidade de Vigo em 25 de março de 1995 Coseriu afirmou⁹⁷ “que uma língua não se impõe por decreto” referindo-se à imposição por decreto das normas ortográficas e morfológicas do espanhol ao Português da Galiza por Decreto de 17 de novembro de 1982 posto em vigor a 20 de abril de 1983; o ilustre linguista afirmava nessa data do ano de 1995: *“O Galego, depois da Idade Média, deixou de subsistir na Galiza como norma idiomática suprarregional, enquanto o centro da língua literária, a língua comum, se deslocava para o sul, para o condado de Portugal. O problema do Galego na atualidade é o do estabelecimento de uma nova norma por cima da variedade. E, na minha opinião, felizmente dão-se boas condições tanto objetivas como históricas para estabelecer essa norma. Porque se a variedade do Galego é enorme, trata-se de uma variedade superficial. Um galego camponês monolíngue de uma zona entende-se perfeitamente com outro de outra zona, apesar da variedade... além do mais, aqui na Galiza também se dá outro fator que facilita a constituição da norma, como é o facto de que desde o ponto de vista histórico existe já uma forma comum que se estabeleceu a sul, naquilo a que eu chamo a Nova Galiza. Porém, são os Galegos os que devem decidir se lhes é mais útil ou mais prático recorrer a essa forma de Galego a que se chama Português ou Galego da Reconquista, ou criar uma norma sobre a base do Galego atual... a ninguém se pode impor por Decreto uma Língua. A língua é sempre um saber e o verbo saber não se conjuga no imperativo.”*⁹⁸

Coseriu sustentava que o Português é Galego, como os iluminados galegos Feijo e Sarmiento, etc., o Galego da Reconquista, aperfeiçoado e evoluído, por haver reis e corte, como dizia Nunes de Leão, que é a oficina onde os vocábulos se forjam; aspeto sociolinguístico, de poder, que o gramático Português põe em destaque já no seu tempo.

Nas escolas de Romanística sempre se consideraram o Português da Galiza e de Portugal uma mesma língua, com traços isófonos e isoglóticos comuns, atendendo às diferentes variedades dialetais do PE — Português Europeu. Ainda se consideram os traços do PB — Português do Brasil — que não são tão diferenciadores e que conformam substancialmente a mesma língua (ELIA, CUNHA)⁹⁹.

Se o integracionismo de Lapa e a língua histórica de Coseriu permitem confirmar a unidade estrutural da língua Portuguesa, ainda outro autor espanhol, GREGORIO SALVADOR¹⁰⁰, permite trazer à ribalta uma posição de reafirmação da unidade estrutural da nossa língua. Diz: *“Pelo que respeita ao Galego há que lembrar que não é outra coisa que um dialeto arcaico e mais ou menos castelhanizado do Português e que precisamente a sua normalização atual, como língua oficial decretada pelo Estatuto (de autonomia), enfrenta os chamados isolacionistas, partidários de respeitar nela o seu estado atual, de baseá-la nas suas atuais variedades dialetais, de regaleguizar, ao mais, a partir delas, a castelhanização geral, com os chamados integracionistas, que reivindicam a vinculação Portuguesa e que pensam que o Galego normalizado não pode ser outra coisa do que o Português escrito e que, além do mais, deve identificar-se com essa língua, da que o Galego é simples variedade, o que equivale a converterem-se em utentes da sétima língua do mundo por número de falantes, o que na sua natural situação de bilinguismo com o espanhol outorga aos galegos o privilégio de um universalismo linguístico dificilmente comparável.”*

97 Suplemento de La Voz de Galicia, 28 Março 1995, Aula Magna num. 13 “Una Lengua No Se Impone Por Decreto”

98 Ibid.

99 ELIA, S. “O Brasil e a língua Portuguesa”, Atas do Congresso sobre a situação atual da língua Portuguesa no mundo, ICALP, Lisboa, 1983, pp. 253-263; CUNHA, C., op. Cit.

100 SALVADOR, G., “Lengua Española y lenguas de España”, Barcelona, 1987

Em todo o caso, esta identidade linguística entre Português e Galego, indiscutível para qualquer romanista, eximiu-se de conceder-lhes identidade própria nesta análise aos núcleos fronteiriços de fala Portuguesa, que se localizam na província de Salamanca (La Almedilla), na de Cáceres (Valverde del Fresno, Eljas e S. Martin de Trevejo; e mais ao sul, nas margens do Tejo, Cedillo y Herrera de Alcantara) e na de Badaxoz (a zona de Olivença). Vamos ficar por aqui, embora existam mais linguistas e estudiosos que defendem a unidade da língua Portuguesa da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., e aceitem a doutrina clássica da Romanística de que a língua Portuguesa mantém uma unidade estrutural profunda, malgrado ser falada em alargados espaços nos cinco continentes do planeta, com uma envolvente sólida que a faz a língua mais homogénea das românicas, 2ª a nível mundial e 3ª europeia de cultura.

4. CONTRA A DESAGREGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: B/ORTOGRAFIA COMUM, ORTOFONIA, DICIONARÍSTICA, TERMINOLOGIA

Vimos como os falares ou variedades da língua Portuguesa no mundo se integram na língua histórica que nasceu na velha Gallaecia romana que chegava até ao Mondego; e que a ortografia, morfologia, sintaxe, fonética, fonologia, léxico mantinham uma grande unidade, uma enorme homogeneidade, mas que existiam intentos de desagregação da nossa língua através do portunhol 1 do ILG-RAG e do portunhol 2 da AGAL, já num beco sem saída, na era das NTI, IU, terminótica, etc., quando decorre uma luta glotopolítica entre as línguas europeias de cultura e não só, não só na Europa mas também no espaço mundial, por efeito da globalização (FONTENLA)¹⁰¹.

Para travar as derivas da língua (drifts) e manter uma política comum de toda a lusofonia em prol da língua Portuguesa devem ter-se em consideração alguns aspetos importantes de planeamento linguístico, que abrangem todo o domínio da lusofonia europeia (Galiza-Portugal), americana (Brasil), africana (PALOP), asiática (Timor); temos à partida a ortografia comum fixada nos Acordos Ortográficos de 1986 e 1990, devendo pôr-se em vigor quanto antes este último a bem da língua Portuguesa, pois uniformiza tanto quanto possível a ortografia da nossa língua (FONTENLA)¹⁰².

Ainda é precisa uma ortofonia, ortologia ou ortoépia comum mínima, ministradas nos SE e nos MCS, etc., de maneira a conseguir a maior unidade fonética e fonológica possível. Ainda bem que o DA CL — Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa — de 2001 veio cobrir esse vazio para o Português Europeu que seguem a Galiza, Portugal, PALOP, Timor, etc., além de organismos internacionais. Tudo deve fazer-se para ultrapassar o diferendo luso-brasileiro que supõe alto preço para a nossa língua ao manter duas escritas e duas maneiras diferentes de falar o Português, e que devem ser recolhidas adequadamente em dicionários de carácter informático e em suporte de papel.

Por isso a dicionarística é hoje fundamental e com as NTI permitem até considerar a língua Portuguesa como um recurso económico, e preparar programas de terminótica, terminologia, etc., além de introduzir a língua nas IU com força (FONTENLA)¹⁰³. Um Grande Dicionário da Lusofonia é de fácil realização na atualidade com base nos já existentes, o DA CL, Aurélio, Houaiss, etc., de maneira a juntar os esforços de todos os países lusófonos nessa matéria.

Ainda a terminologia é importantíssima (FONTENLA, HERCULANO DE CARVALHO)¹⁰⁴ para fixarem os terminólogos as devidas correspondências, evitando diferenças terminológicas, que atentariam contra a unidade estrutural da língua Portuguesa.

Somos otimistas e achamos que já no séc. XXI e no III milénio, todos os países lusófonos (Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc.) e os organismos internacionais que têm a nossa língua como oficial ou de trabalho estão

101 FONTENLA, J.L. "Globalização e língua Portuguesa", Atas do IV Congresso Língua, Cultura, Literaturas Lusófonas (no prelo)

102 FONTENLA, J.L., op. Cit.

103 FONTENLA, J.L., op. Cit.

104 FONTENLA, J.L., op. Cit., Herculano de Carvalho, op. Cit.

disponíveis para uma política de língua nesse sentido, da mesma maneira que acontece com outras línguas de dimensão internacional-intercontinental como a nossa. Não é coisa de somenos importância, quando a nossa língua serve 4% da população mundial nos 5 continentes e tem à sua frente um futuro esplendoroso.

Da Pátria da Língua fazemos votos para que todas as Pátrias da Língua Portuguesa possam neste século e neste milénio avançar por caminhos de progresso e de humanismo, a partir do uso da 2ª língua românica do mundo, na velha Gallaecia romana nascida. Que assim seja.

Cabedelo, Viana do Castelo, Portugal, 2002

**3) J. CHRYS CHRYSTELLO, AUSTRALIA COUNCIL, UNIVERSITY OF TECHNOLOGY, SYDNEY, AUSTRALIA
E HELENA CHRYSTELLO, UNIVERSIDADE ABERTA, INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (ESE)
PORTUGAL**

**UMA EXPERIÊNCIA HÍBRIDA AUSTRALIANA EM COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL PARA
TRADUTORES E COMUNICADORES PROFISSIONAIS NUM MERCADO GLOBAL.**

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação atualiza diversos estudos estratégicos, baseados em anteriores experiências de sucesso na Austrália: como ultrapassar barreiras culturais e preconceitos, desenvolvendo perícias apropriadas às necessidades específicas dos clientes. A preocupação principal era a falta de consulta prévia, coordenação, disseminação de anteriores sucessos e uma necessidade de educar aqueles que lidam com comunidades étnicas. É essencial haver fundos apropriados para pesquisa e seguimento destes programas, a fim de que possam ter sucesso. Muitas vezes, as pessoas que lidam com outras línguas e culturas nem sequer se apercebem das diferenças e do problema intercultural e adotam atitudes paternalistas.

No caso australiano, a que me reporto, as dificuldades que as pessoas nascidas no estrangeiro enfrentam são a falta de comunicação efetiva e de participação na vida ativa. Eles devem ser ouvidos antes de se lhes tentar passar qualquer mensagem. Só depois de estabelecido esse público-alvo se pode definir o que deve ser enfatizado. A mensagem mais bem traduzida perde-se, muitas vezes, devido a pormenores relativos a convicções, raça, antecedentes culturais, ou a diferenças regionais do país de origem. A língua não é igual para todos os seus falantes. Recordo-me de perder dias infintos em reuniões para encontrar um fraseado comumente aceite por todos os níveis de falantes de Grego. No caso do português a demora era menor, mas nem por isso menos complexa, para satisfazer os originários do Brasil, dos PALOP's, Goa, e Macau. Só após essa plataforma comum ser atingida se podia passar à produção da mensagem final. Algumas ideias da atual sociedade ocidental podem estar irrevogavelmente em contradição com as crenças e os costumes de algumas comunidades. Não interessa ser apenas multicultural, multilingue, ou empático mas nada substitui a necessidade de se fazer um estudo aprofundado, direto e face a face com essas comunidades. A versão a traduzir, seja ela em inglês ou em português tem de ser plana, direta, sem jargão, sem siglas nem terminologia que só os burocratas entendem, para que possa ser transmitida em qualquer idioma. Pode soar difícil de conceber, mas já aconteceu e foi recompensador.

A intenção deste trabalho foi a atualização de anteriores planos estratégicos governamentais sobre comunicações interculturais num meio ambiente multiétnico como a Austrália, num mercado global. Baseados em anteriores experimentações australianas neste campo, tentou-se mostrar como corrigir barreiras culturais e preconceitos e desenvolver perícias ajustadas às necessidades específicas dos utentes.

A preocupação mestra foi a falta de consulta, de coordenação de disseminação de anteriores tentativas bem-sucedidas e uma necessidade de educar as pessoas que lidam e se dirigem às comunidades como um todo, face

às necessidades específicas dos NESB (pessoas de língua mãe não inglesa ou *Non-English speaking background*) nesta sempre mutante era de comunicações globais interculturais. Subsídios adequados aliados a uma pesquisa e programas de avaliação posterior são essenciais para o sucesso de qualquer iniciativa deste teor. Os profissionais de comunicação, tradutores e intérpretes muitas vezes não estão conscientes do problema ou adotam atitudes paternalistas de pseudo-empatia.

Na Austrália, os maiores obstáculos, que as pessoas nascidas no exterior do país enfrentam, são uma efetiva falta de comunicação e de participação ativa; elas têm de ser ouvidas primeiro se queremos transmitir-lhes algum tipo de mensagem. Só depois de se definir o público-alvo, se definirá o que se vai enfatizar e como, para transmitir uma mensagem básica que possa ser transferida eficazmente para várias culturas e línguas sem as implicações normais à perda na tradução.

A mensagem mais bem traduzida perde-se, muitas vezes, devido a pormenores relativos a etnia, credos, antecedentes culturais ou diferenças regionais no país de origem. Outras vezes, a tradução falha por ser demasiado generalista e ter jargão em excesso, para atingir um padrão linguístico básico ou por ser “localizada” para as elites em vez de se dirigir às minorias/(maiorias) em desvantagem que muitas vezes são o verdadeiro público-alvo a quem a mensagem se dirige.

Decorreram dias infundos – muitas vezes infrutíferos – em reuniões de trabalho para encontrar um parafraseado comum aceitável a todos os níveis dos falantes de Grego, com vista a um grande projeto dum ministério australiano. Só depois de se ter encontrado um consenso era possível passar-se à fase seguinte para a pré-produção da mensagem final desse ministério governamental.

Alguns serviços, tais como os cuidados da criança subsidiados pelo governo australiano, e atitudes típicas das sociedades ditas ocidentais jamais postas em causa, podem estar irrevogavelmente em oposição às crenças e costumes de algumas comunidades étnicas australianas. Por mais multicultural, multilíngue, ou empático que se seja nunca tal será suficiente nem pode substituir um exercício bem pesquisado da realidade, quer por encontros face a face, quer por inquéritos escritos com as próprias comunidades.

As versões inglesas a serem traduzidas/comunicadas tinham de ser concisas, sem jargão nem nacionalismos e em Inglês Simples (Plain English) a fim de serem convenientemente transmitidas em cada uma das línguas comunitárias.

Tudo começou por volta de 1950¹⁰⁵ no tempo em que havia “wogs¹⁰⁶” como as pessoas doutras origens étnicas eram então chamadas. Se a polícia prendia um “wog” tinha de ir procurar outro para poder comunicar. Assim, o pobre “wog” que era vendedor numa banca de frutas passou a ter cada vez menos tempo para o seu negócio, pois passava a vida a ser solicitado pelos polícias. Como isto acarretava custos, a polícia decidiu remunerá-lo pelos seus “serviços de tradução”. Foi então, que este Luigi da Sicília descobriu que assim fazia mais dinheiro do que a vender fruta. A ele, rapidamente se juntou Nick da Grécia, Abdul do Líbano, José de Portugal, Milan da Jugoslávia e muitos outros. Rapidamente se tornaram pessoas importantes nas suas comunidades e com elevado relevo social, sempre a acompanharem oficiais da polícia. Um deles foi cônsul português e outro diretor duma rádio.

Durante a década de 1970, a Austrália sofreu muitas alterações: deixou de ser um país só para brancos e passou a aceitar imigrantes de todo o mundo. Foi então que surgiram o Serviço de Interpretes pelo Telefone [Telephone Interpreting Service TIS], Comité Contra a Discriminação [Anti-Discrimination Board], Comité para a Igualdade de Oportunidades de Emprego [EEO Equal Employment Opportunity], Ministério Estadual dos Assuntos Étnicos [Ethnic Affairs Commission], etc. Os funcionários públicos bilingues começaram a ser recrutados na década de

105 Nasir, Mike (Janeiro 2001), The future of the interpreting and translation profession, Sydney Language centre.

106 Por oposição a WASP: White Anglo Saxon Protestant. WOG significa basicamente pessoa de complexão e aparência tipicamente mediterrânica ou com essa origem. Na 2ª Grande Guerra era usado para explicitar pessoas do norte de África ou Médio Oriente. Usado dentro duma mesma comunidade não tem significado pejorativo, mas é derogatória a sua utilização por membros de outras comunidades

1980 para fazerem de tradutores e intérpretes, tendo de se submeter a testes e a demonstrar a sua ligação às comunidades étnicas que iriam servir, e a sua empatia para com as minorias étnicas.

O governo da Commonwealth criou a NAATI [National Accreditation Authority for Translators and Interpreters] em 1977, encarregue de estabelecer e monitorizar os padrões de profissionalismo e, para assegurar o desenvolvimento da profissão. Isto viria a conduzir à criação da AUSIT em 1987 [The Australian Institute of Interpreters and Translators Inc.], uma entidade profissional responsável pelo estabelecimento e cumprimento de normas éticas, pela formação contínua dos seus afiliados e de ações para o reconhecimento do valor da profissão.

Na Austrália, a NAATI é responsável única pela acreditação de profissionais em 90 línguas comunitárias, existindo já cursos, sob a sua orientação, ministrados em universidades. Passou-se assim da fase de ajudar o “wog” para uma participação mais ativa na sociedade em todas as suas vertentes: legais, de saúde, educação. Como não havia exemplos no resto do mundo, que pudéssemos imitar, tivemos de criar as nossas normas, aprendendo à medida que cometíamos erros. Não havia estudos metodológicos nem teorias. Foi então que nos deram o projeto a traduzir para “ajudar os imigrantes a entender os programas de subsídios governamentais para o apoio a cuidar de crianças”.

2. ESTUDO DE CASO

Sabendo as dificuldades que enfrentam as cerca de 200 comunidades étnicas e linguísticas existentes na Austrália, optou-se, no caso em estudo, por uma disseminação completa e o mais abrangente possível da informação de forma a estabelecer canais comunicativos capazes de reduzir as barreiras linguísticas e as diferenças culturais. Quase 30% (trinta por cento) da população australiana nasceu no estrangeiro, e desses um quinto fala LOTE¹⁰⁷ em casa. Existem inúmeras bolsas de população – na sua maior parte recém-chegados (sob programas de reunião familiar, programas humanitários ou para refugiados) que nada falam de Inglês e se sentem perdidos num ambiente tão distinto linguística e culturalmente.

Embora se possam explicar os antecedentes socioculturais distintos, a diferente organização política e a falta de sociedades baseadas no bem-estar coletivo social, torna-se difícil atingir um público-alvo tão vasto e heterogéneo com resultados reconfortantes quando se fala de “cuidar de crianças” que é uma noção alienígena e inexistente em muitos países. Com as limitações próprias do orçamento do projeto, houve necessidade de estabelecer e quantificar as línguas comunitárias que seriam abarcadas pelo exercício. Imediatamente após, pesquisou-se a quantas delas se poderia tornar extensivo este projeto, investigando-se as suas redes étnicas, quer de organismos quer de indivíduos, que se não totalmente representativos numa visão democratizante seriam capazes de reduzir o fosso que separava o governo dos utentes dessas comunidades.

Esta parte do projeto, bastante morosa, permitiu aumentar através de rebuscada pesquisa a capacidade de intervenção direta [*input*] dessas comunidades no objeto específico do projeto. Para que este exercício tivesse sucesso, não só no número de média escrita/audiovisual ou da quantidade de línguas abrangidas, houve a necessidade de recorrer ao máximo de cobertura através das organizações étnicas, grupos de assistência social, lóbis (lobbies), e todas as formas de comunicação social étnica pois todas estas entidades definiriam e decidiriam em última análise o destino deste megaprojeto. Após meses de contactos pessoais, ações de seguimento [*follow-ups*], foi possível pensar que se havia amalgamado o suficiente para se atingirem resultados a longo prazo.

Do ponto de vista do “vendedor” realizaram-se encontros com todas as pessoas do ministério que, de algum modo, poderiam estar envolvidas ou ligadas ao projeto, em sessões de “brainstorming” sobre o que tinham em mente e achavam adequado para se atingirem os fins de disseminação da mensagem e pontos de vista do Governo. A seguir atualizou-se a informação a ser transmitida às comunidades étnicas elaborando alvos

107 (outra língua que não a Inglesa ou language other than English)

imediatos para todos os próximos passos do projeto sempre sujeitos às limitações orçamentais e ao enorme tamanho da Austrália.

Até onde poderiam ir? Dever-se-ia cingir o exercício às áreas metropolitanas (5 e 4,5 milhões de habitantes só em Sidney e Melbourne) ou às cidades e zonas interurbanas a nível estadual, ou dever-se-ia ir até ao interior mais profundo (o “mato”¹⁰⁸)? Após esta decisão teriam de se estabelecer as línguas a atribuir para cada uma dessas áreas, antes de se organizar uma equipa de tradutores e revisores profissionalmente acreditados, capazes de entregarem o produto acabado dentro dos prazos previstos para a tradução e revisão, impressão e produção em massa.

Foi feita a recolha e a análise duma miríade de dados formais e estatísticos para identificar as necessidades de cada grupo NESB¹⁰⁹, criando padrões de perfis dos clientes/utentes, com mecanismos de coleção de dados para futuros exercícios, e níveis de conhecimento dentro de cada grupo das funções do ministério. Ao mesmo tempo mantiveram-se os contactos interministeriais e interdepartamentais numa base regular para interação dentro das suas fronteiras de jurisdição, tendo-se concluído que apesar de existirem numerosas recomendações de IOE (Iguar Oportunidade de Emprego)¹¹⁰ elas nunca haviam sido totalmente implementadas, monitorizadas ou estabelecidas, daí resultando obviamente um défice de dados estatísticos capazes de auxiliarem à definição do público-alvo. Houve necessidade de seguir vagas recomendações governamentais para a colheita de dados étnicos (*National Guidelines for Collection of Ethnicity Data*), para tentar compreender a vasta disparidade de participação NESB e pessoas de língua inglesa.

Só então se iniciaram os contactos incontáveis com trabalhadores étnicos, meios de comunicação social étnica, e indivíduos locais. Esta parte do projeto teve de ser faseada, dado muita dessa gente estar fisicamente a centenas ou milhares de milhas de distância.

Nesses contactos discutia-se “*ad nauseam*” os vários significados, tonalidades, e sombras de muitas palavras que eram transferidas para cada uma das 18 línguas comunitárias selecionadas, a fim de apurar se essas palavras tinham a tonalidade e o registo mais apropriado ou as que menos induziam em ofensa as sensibilidades das gerações mais idosas.

Foi tido em consideração o facto de existirem diferentes níveis de registo em línguas tão complexas e alienígenas como o Grego ou o Farsi da Pérsia e Afeganistão, para que a mensagem pudesse ser transportada numa forma culturalmente aceite, sendo politicamente correta e bem-sucedida na sua receção e compreensão.

Só então se definiram os grupos de alta necessidade em termos de data de chegada ao país, nível ou falta de conhecimentos da língua inglesa, diferenças culturais ou antecedentes em assistência social, idade, estatuto de imigração (i.e. refugiado/a, reunião familiar, imigrantes profissionalmente qualificados, imigrantes qualificados mas sem reconhecimento profissional, desempregados, desempregáveis, etc.).

O apoio recebido através de críticas fortes e construtivas dos membros da comunidade levaram a acreditar que a viabilidade e sucesso do projeto eram possíveis.

Ainda se processavam os dados antes de definir as línguas finais selecionadas e já se registavam resultados totalmente diferentes aos que eram tidos como aceitáveis e prováveis quanto às verdadeiras necessidades das comunidades, dos centros urbanos ao interior, das cidades capitais estaduais às pequenas cidades. Houve necessidade de rever o total de impressos e brochuras, o total de línguas e outros instrumentos, de acordo com o orçamento previamente estabelecido.

108 vulgo “bush”

109 Non-English speaking background, pessoas cuja língua mãe não é o Inglês

110 EEO (Equal Employment Opportunities)

Era um verdadeiro pesadelo pois nunca tinha sido feito um tal exercício de comunicação em tão grande escala para tantas línguas e tanta gente. Definiram-se então as 20 línguas principais¹¹¹, e as línguas a seguir classificadas que poderiam vir a ser incluídas, havendo então que escolher ainda entre Arménio, Sinhalês, Khmer, Tailandês, Russo, Húngaro, e Maltês.

Depois fez-se uma campanha maciça nos meios de comunicação social para obter o máximo de exposição e cobertura jornalística enquanto se determinavam os parâmetros para avaliação da campanha, garantindo que todo o retorno [*feedback*] seria constantemente tratado e analisado com o devido seguimento.

A Tradução/Interpretação e Comunicação subitamente adquiriram novas dimensões desconhecidas para todos os seus intervenientes. Tal como Steven Pinker afirmou¹¹²: “*De todos os comportamentos linguísticos de que o cérebro humano é capaz, a tradução e interpretação devem ser os mais exigentes.*”

Nesta instância, os intervenientes no projeto depararam com uma problemática com que nenhuma formação, formal ou outra, os havia preparado. Não existiam obras de referência para consultar, nem colegas com experiência similar, nenhuma associação profissional capaz de indicar linhas mestras de atuação e decisão.

Mas o apoio veio de todos os setores: grupos comunitários étnicos, municípios e indivíduos, que entusiasmados pela novel aproximação se interrogavam porque é que isto não havia sido tentado antes, para se obter uma aceitação cultural da noção alienígena de “*cuidar de crianças*” que o governo tentava disseminar.

O projeto que começou por uma campanha a nível estadual australiano transformou-se numa campanha a nível federal, abarcando a maior parte dos Estados e Territórios da Commonwealth Australiana, e desta forma usurpando feudos dos planificadores federais na capital, Camberra...embora estes não dispusessem de planos semelhantes nem tivessem jamais executado ou sequer considerado projetos similares.

O vastíssimo processo de pesquisa e consulta que aparentemente era demasiado intensivo na sua componente de dimensão temporal foi vital para se explorarem todas as avenidas de informação. Esse processo foi fundamental para se aferir o sentimento comunitário e as suas erróneas ideias, para produzir material gramatical e culturalmente aceitável na ótica do utilizador¹¹³, e para criar as fundações para produções subsequentes de material de disseminação de atividades e iniciativas governamentais.

Este nível de consulta foi amplamente aclamado e bem recebido pelas comunidades NESB, tendo resultado num enorme fluxo de cartas e ofícios de apoio à iniciativa. Novos compromissos foram capazes de elevar as expectativas habitualmente reduzidas das comunidades étnicas, o que conduziu a uma colaboração interministerial raramente observada.

Os panfletos e brochuras acabaram por ser distribuídos a nível nacional em todos os Estados e Territórios, de acordo com a concentração específica de grupos étnicos, e em conjunto com as agências de informação, centros de recursos comunitários, representantes de agremiações étnicas e até mesmo consulados.

No fim, após todas as elegias, o projeto acabou por ser nomeado para a final dos “*Yearly Media Ethnic Awards*”¹¹⁴, mas os burocratas de Camberra acabaram com todas as veleidades recusando a renovação de fundos para futuros projetos, ou a continuação deste. Em termos culturais, os intervenientes no projeto ficaram enriquecidos, capazes de entender melhor as diferenças culturais e os antecedentes linguísticos em áreas onde nem sequer suspeitavam existir qualquer discriminação ou ignorância cultural.

111 Chinês	Árabe	Espanhol	Vietnamita	Português
Italiano	Grego	Polaco	Croata	Turco
Tagalo (filipino)	HINDÍ	Macedónio	Coreano	Bahasa (Indonésia)
Tonga ***	Farsi (Afegão/Persa)	Fiji ***	Lao	Samoa ***

*** excluídos da primeira fase de impressão

112 Pinker, Steven (1998) in *Language International*, vol. 10.6

113 ‘user-friendly’ é o termo inglês utilizado

114 Prémios Anuais da Comunicação Social Étnica

Este tipo de projeto foi posteriormente reutilizado pelos intervenientes noutras áreas de comunicação, desde projetos de “localização” na Internet a meros projetos de tradução destinados a países longínquos partilhando uma mesma língua comum, como o Inglês ou o Português.

3. CONCLUSÃO

Umberto Eco disse algures¹¹⁵: **“Os tradutores são os principais artesãos de transferências culturais e de comunicação e, os únicos capazes de parar a supremacia da língua inglesa, responsável por mais de um século de superioridade económica da América do Norte.”**

Agora que Portugal contraria uma tradição secular de colonizar o mundo e está a ser “colonizado” através de habitantes de locais tão distantes como a Ucrânia, Moldávia, Brasil e as ex-colónias de África¹¹⁶, não falta muito para que também os Portugueses tenham de aprender a coexistir com esse influxo de pessoas de quadrantes tão diversos cultural e linguisticamente, devendo proporcionar-lhes apoio e informação. Também os portugueses se encontraram nessa situação em países não tão distantes, como a França, Luxemburgo, Alemanha, e Suíça nos últimos 50 anos. Sem os conhecimentos como os deste projeto não poderemos interagir com eles, mesmo que já haja uma língua franca, portuguesa, de intercâmbio comunicacional. Antes porém, poderíamos começar a tentar entender as culturas diversas que compõem o leque da lusofonia e das quais tivemos neste colóquio alguns representantes. Falamos todos a mesma língua com contornos culturais, tradicionais e traducionais distintos.

Uma língua com sete variantes políticas só pode sobreviver se continuar a enriquecer-se com as contribuições de todos os seus quadrantes. Parafraseando o que o professor David Crystal escreveu para este encontro: “Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substituiu o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção, tais como obrigações de transmissões radiofónicas na língua minoritária, etc.”

Existe de facto uma necessidade de haver uma política da língua, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.

4. BIBLIOGRAFIA

- OMA, **MAKING IT WORK**, Office of Multicultural Affairs, Dept. of the Prime Minister and Cabinet, 1995.
NAATI, **Ethics of Interpreting & Translation, National Accreditation for Translators & Interpreters, Canberra 2000**
EAC, **The people of NSW**, Ethnic Affairs Commission NSW, 1991
OMA, **National Agenda for Multicultural Australia**, Office of Multicultural Affairs, Canberra 1989
DSS, **Freedom of Information [FOI]**, Department of Social Security, 1982-1995
DSS, **The new family Income Supplement**, Department of Social Security, 1982-1995
DSS, **Help for families, Family Allowance, Child Allowance**, Department of Social Security, 1982-1995
DSS, **Supporting parent’s benefits**, Department of Social Security, 1982-1995
AUSIT, Antipodean, Australian Translation Journal Feb. 1996.
Nasir, Mike, The future of the Interpreting and Translation Professions, Sydney Language Centre 2001
ETHNOLOGUE 12th edition 1992
DIEA, Affairs How to communicate with a non-English speaker, Dept. of Immigration and Ethnic, s/d

115 citação de origem desconhecida

116 Dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) sobre legalização de estrangeiros em Portugal, 2001

DCSH NSW, *Services for you*, Public Relations and Communications Unit, Dept. of Community Services and Health, May 1991.

DHHCS, *Work at Home as a family Day Carer*, Federal Dept. of Health, Housing and Community Services, August 1991

DHHCS, *Child Care: We help with Fee Relief (Reduced Fees)*, Federal Department of Health, Housing and Community Services, August 1991

DHHCS, *Child Care: We help*, Federal Department of Health, Housing and Community Services, August 1991

Para ver a **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** carregar aqui [Chrys pps.ppt](#) (não disponível neste documento)

Línguas selecionadas para este projeto

Árabe	Bahasa Indonesia
Chinês	Coreano
Croata	Espanhol
Farsi (Persa)	Grego
Hindu	Inglês
Italiano	Lau (Laociano)
Macedónio	Polaco
Português	Tagalo (Filipino)
Turco	Vietnamita

5. ALGUMAS NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS BROCHURAS

- Até à fase de impressão propriamente dita, foram tidos em consideração:
- A necessidade de inversão dos logótipos, desenhos e demais grafismos em línguas escritas da direita para a esquerda como o árabe.
- A necessidade de identificar as três brochuras através de três cores distintas quer no topo (Azul, Vermelho, cor de laranja) quer na base (Verde, Azul e Lilás)
- A necessidade se conseguir uma linguagem universalmente acessível e facilmente compreendida por todos os falantes de cada língua,
- A necessidade de ter em conta regionalismos dialetais e país de origem dos leitores na seleção de palavras ou expressões, que, por exemplo, em brasileiro teriam outro significado. Assim se mantinha a compreensibilidade universalista dos lusófonos, dos gregos, dos falantes das inúmeras variedades de espanhol, etc., que, nalguns casos assumiu dúbia correção linguística (ex. Cuidados de infância, cuidadoras, etc.) mas permitiu serem universalmente compreensíveis.
- A necessidade de criar uma identificação visual fácil de cada idioma, a qual aparece num canto superior para permitir ao pessoal administrativo e monolíngue a distribuição das brochuras.
- Nalguns casos de palavras intraduzíveis (Fee Relief) foi necessário recorrer a uma explicação adicional como por exemplo em português: “Redução de custos (propinas)”
- A necessidade de as brochuras abrirem “*ao contrário*” em línguas como o árabe, implicando uma impressão suplementar e uma orientação de dobra N --> S oposta às restantes.
-

II COLÓQUIO DA LUSOFONIA - SLP – NORTE BRAGANÇA 7-8 novembro 2003

4) **EDITE PRADA, ESCOLA SECUNDÁRIA DO MONTE DA CAPARICA/INSPEÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO, “LUSOFONIA E AUTOESTIMA”**

Edite C. F. Prada nasceu em Izeda, Bragança, a 28 de julho de 1954. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas, Estudos Portugueses e Franceses em 1985, na Universidade de Lisboa, e concluiu o mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses da Universidade Aberta em 2001, tendo realizado a dissertação, intitulada *Produção de Construções Adversativas no Português Europeu*, em linguística.

Professora do 3.º Ciclo do ensino básico e do ensino secundário envolveu-se em vários projetos visando a aprendizagem da língua portuguesa. Lecionou em turmas designadas “grupo de nível”, isto é, constituídas por alunos com situações recorrentes de insucesso. Foi professora de Latim, tendo regressado à faculdade para fazer as cadeiras relacionadas com esta língua que integram o curso de Estudos Clássicos. Aderiu à implementação dos cursos profissionais, nas escolas, lecionando em turmas do curso profissional de Secretariado. Foi orientadora dos estágios integrados pela Universidade Nova de Lisboa. Está, desde o ano letivo de 2002-2003, a prestar serviço em regime de requisição nos serviços centrais da Inspeção-geral da Educação, onde faz revisão de texto e colabora na organização do Centro de Documentação. É consultora do Ciberdúvidas. Efetuou várias comunicações nos congressos da Associação Portuguesa de Linguística, estando os artigos publicados nas atas correspondentes.

EDITE PRADA, ESC. SEC. MONTE DA CAPARICA/INSPEÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO, “LUSOFONIA E AUTOESTIMA”

Sob o título *Lusofonia e autoestima* reflete-se sobre a importância do conhecimento das especificidades do português falado em diferentes locais e da sua aceitação como variação da língua, pretendendo demonstrar-se que o conhecimento da variedade linguística e a aceitação dessa variedade, podem, em comunidades mais fragilizadas, ser um meio de implementar a autoestima.

O trabalho apresentado é o resultado, no âmbito do ensino da língua portuguesa, de um projeto desenvolvido no ano letivo de 2001-2002, numa turma do 9.º ano profissional, área de Secretariado, na Escola Secundária do Monte de Caparica. Porque grande número de alunos é descendente de pais cabo-verdianos, decidiu-se dedicar, na escola, uma semana à cultura deste país. A organização dos trabalhos coube à turma do curso profissional de Secretariado do chamado 9.º mais 1, constituída, maioritariamente, por descendentes de cabo-verdianos.

O trabalho envolveu os diferentes professores, tendo cada um abordado aspetos diversos. Na aula de Português refletiu-se sobre a variedade linguística. Começou-se por sensibilizar os alunos para o valor e riqueza da diversidade regional que a língua comporta. Analisaram-se alguns textos em que surgiam vocábulos diferentes para designar uma mesma realidade em diversos pontos de Portugal.

Analisaram-se de seguida textos que focavam características e sentidos de alguns vocábulos em Cabo Verde. Selecionaram-se poemas que a turma leria perante a comunidade educativa.

À medida que a atividade se ia desenvolvendo, foi crescendo, visivelmente, a autoestima dos alunos que, ao longo da análise efetuada, verificaram que certas palavras usadas pelos pais com um sentido diferente tinham esse sentido em Cabo Verde, não se tratando, como eles pensavam, de um mero desconhecimento da língua portuguesa, mas sim do conhecimento dessa língua num outro espaço, com outros sentidos. Esta evolução positiva permitiu levar a cabo um dos objetivos que foi apresentado aos alunos logo no início do projeto e que fora rejeitado liminarmente por eles: a leitura, em público, de um poema em crioulo. No final, não só o leram,

como se apresentaram com trajes típicos daquele país, assinalando, deste modo, o orgulho na sua origem, com claro benefício para o seu crescimento pleno.

O conhecimento da variedade linguística que se fala e a aceitação dessa variedade podem, em comunidades mais fragilizadas, ser um meio de implementar a autoestima. No ano letivo de 2001-2002, numa turma do 9.º ano profissional, área de Secretariado, na Escola Secundária do Monte de Caparica desenvolveu-se um trabalho de pesquisa sobre a cultura cabo-verdiana, que envolveu os diferentes professores, tendo cada um abordado aspetos diversos. Na aula de Português refletiu-se sobre a variedade linguística. Os alunos foram sensibilizados para o valor e a riqueza da diversidade que a língua portuguesa comporta. Analisaram-se alguns textos em que surgiam vocábulos diferentes para designar uma mesma realidade em diversos pontos de Portugal. Analisaram-se de seguida textos que focavam características e sentidos de alguns vocábulos em Cabo Verde. Seleccionaram-se poemas que a turma leria perante a comunidade educativa.

À medida que a atividade se ia desenvolvendo, foi crescendo a autoestima dos alunos que, ao longo da análise efetuada, verificaram que certas palavras usadas pelos pais com um sentido diferente tinham esse sentido em Cabo Verde, não se tratando, como eles pensavam, de um mero desconhecimento da língua portuguesa, mas sim do conhecimento dessa língua num outro espaço, com outros sentidos. Esta evolução positiva permitiu levar a cabo um dos objetivos que foi apresentado aos alunos logo no início do projeto e que fora rejeitado liminarmente por eles: a leitura, em público, de um poema em crioulo. No final, não só o leram, como se apresentaram com trajes típicos daquele país, assinalando, deste modo, o orgulho na sua origem, com claro benefício para o seu crescimento pleno.

Os jovens que realizam o seu percurso escolar numa língua diferente da que ouvem em primeiro lugar em casa poderão desenvolver um conflito interior provocado pelo contacto entre as duas línguas, agudizado quando se regista um sentimento de inferioridade face à língua de origem e à cultura que esta língua representa. Em estudos realizados sobre a proficiência dos jovens filhos de emigrantes portugueses em França é manifesta uma “...inferioridade nítida da linguagem falada e escrita...” Artur Mesquita (1990:225). Segundo o mesmo autor essa inferioridade não é provocada pela situação de bilinguismo a que as crianças, normalmente oriundas de grupos desfavorecidos, são sujeitas. As suas causas devem ser procuradas “... no contexto social em que vivem esses grupos desfavorecidos (Ibid.). Criadas num ambiente de ambiguidade cultural, as crianças vão construindo “...uma cultura específica, verdadeira cultura de mediação: à cultura imposta pelo país de acolhimento [...] junta[m] fragmentos da cultura do país de origem.” (idem: 226). Esta situação desestabiliza as relações familiares e conduz ao desenvolvimento de inadaptação e de baixa autoestima, que impede a realização plena dos jovens:

“Outro aspeto, ligado à linguagem, situa-se na relação pais-filhos. Os adultos são considerados os detentores do saber, do poder. Mas, no estrangeiro, fora do ambiente familiar, são socialmente dominados. Por exemplo, relativamente ao conhecimento da língua francesa, as crianças progredem rapidamente e superam os adultos já desde a escola primária com o acesso à leitura e escrita, que a maioria dos adultos não chega a possuir. Inverte-se a relação familiar, passando os filhos muito cedo à situação de domínio em relação a seus pais. Integrando-se na sociedade de acolhimento, estas crianças entram em conflito com o universo familiar” (idem: 228)

O conflito familiar é, no entanto, apenas uma das faces exteriores de um conflito mais vasto: o conflito interior, que conduz a uma baixa autoestima. A escola, embora se registem esforços no sentido de contornar esta situação, é o espaço onde essa baixa autoestima se manifesta, frequentemente traduzida em insucesso provocado pela interferência linguístico cultural, que vai condicionar a aprendizagem. À medida que o percurso escolar se desenrola, os jovens vão desenvolvendo defesas que os conduzem, muitas vezes, à negação da cultura de origem, que conhecem superficialmente. Refletindo sobre a necessidade de um ensino multicultural, Pedro D’Orey da Cunha considera que a problemática da inserção cultural é complexa e define dois tipos de cultura: a **alta cultura** e a **cultura profunda**:

“Do domínio da alta cultura são todas essas realidades que se exprimem em instituições, que se formalizam explicitamente e até que se podem transmitir e ensinar, É a língua, a religião, as artes, a ciência, o folclore, e até a mitologia nacional de um grupo. [...]

*No domínio da **cultura profunda**, as diferenças são muito mais subtis, escondidas e implícitas. Mas são também aquelas que mais incompreensão provocam, mais afastam, mais insucesso causam. São as conceções de tempo e espaço, são os valores, são os perfis de personalidade, são os estilos de aprendizagem, são até os conceitos de prestígio da própria alta cultura [...]” Cunha, (1993: 19)*

Fragilizados pelo contexto social circundante, os jovens tendem, já o dissemos, a negar a cultura dos pais, que não compreendem na globalidade. E se a escola pode intervir e ajudar relativamente à aceitação da alta cultura, porque ela é mais institucional, mais objetiva, a sua intervenção no campo da baixa cultura é muito mais difícil, embora seja mais importante, dado que condiciona a própria abordagem da alta cultura. Esta realidade é vivida diariamente por muitos alunos e professores nas nossas escolas, em turmas que integram os filhos dos imigrantes que vivem entre nós. Solicitados, por exemplo, a falar das comemorações relativas a datas festivas na terra dos pais, ou a contar uma história que tenham ouvido aos familiares, estes jovens declaram frequentemente que desconhecem as festividades e que os pais não lhes contam histórias das suas terras.

Conscientes desta situação, cabe aos professores tomar a iniciativa de trazer para a escola as várias culturas a que pertencem os seus alunos, promovendo uma aprendizagem multicultural, que conduza ao conhecimento das várias culturas em confronto nas escolas que não são, diz-no-lo a experiência, cultural ou linguisticamente uniformes.

Inserem-se neste âmbito algumas atividades promovidas regularmente pela Escola Secundária do Monte de Caparica, cuja população é muito heterogénea. No ano letivo de 2001-2002 foram previstos no *Plano de Atividades* da escola o estudo e subsequente divulgação da cultura cabo-verdiana, culminando com a apresentação à comunidade dos trabalhos desenvolvidos, durante uma semana designada *Semana de Cabo Verde*. A atividade envolveu vários professores e diversas turmas, destacando-se, pelas suas características, a turma do Curso Profissional de Secretariado, onde este tipo de atividades se tornam uma possibilidade de dar um cariz mais real aos conteúdos programáticos, pois podem escrever ofícios que vão, efetivamente, ser enviados, elaborar planos de trabalho, etc. O curso é promovido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), tem a duração de um ano e corresponde ao 9.º ano de escolaridade. É vocacionado para alunos com insucesso escolar que, tendo idade igual ou superior a 16 anos, tenham frequentado sem resultados positivos o 9.º ano e permite aos professores uma efetiva adaptação dos conteúdos às necessidades dos alunos.

Como professora de Português deste curso, tenho procurado desenvolver estratégias que permitam identificar as características dos alunos para poder promover atividades com o máximo de proveito para eles. A turma de 2001-2002 era constituída por onze raparigas, cinco das quais descendiam de famílias provenientes de Cabo Verde, outras cinco de famílias oriundas de várias zonas do nosso país e uma descendente de angolanos. A média de idade das jovens era de 17 anos e meio, havendo no percurso escolar de todas elas pelo menos dois anos de insucesso. Todas apresentavam um nível relativamente baixo de domínio da língua portuguesa. Expressavam-se oralmente com facilidade entre elas, manifestando maior dificuldade em o fazer quando o interlocutor era um professor e mais ainda se lhes era solicitado um discurso formal; duas alunas gostavam de ler e liam com prazer, uma escrevia com relativa facilidade. Nos restantes casos havia resistência tanto à leitura como à escrita, tendo, por isso, sido estes dois os aspetos privilegiados no ensino/aprendizagem programado(a). Como se verificava alguma falta de vocabulário, este aspeto foi também tratado com algum cuidado. Aproveitando a diversidade cultural das jovens, fui pedindo que contassem histórias e que trouxessem para a aula palavras que ouviam em casa ou na terra dos pais. Nenhuma delas referiu quaisquer palavras que pudessem causar-lhes estranheza e apenas três, todas com origem em regiões de Portugal, se dispuseram a contar histórias da terra dos pais. Em alguns casos, esta dificuldade de trazer a cultura familiar para a aula parecia dever-se a situações relacionais complicadas e mesmo a uma efetiva falta de comunicação no seio da família. Noutros pressentia-se algum desconforto, algum medo de se exporem, sobretudo no caso das alunas afrodescendentes. As atividades promovidas em aula relativas ao estudo da cultura cabo-verdiana tiveram em conta o papel de charneira que esta turma teria em todo o processo.

Foi assim que se propôs às alunas que fosse desenvolvida uma pequena investigação sobre escritores cabo-verdianos, dando cumprimento a aspetos programáticos relacionados com a pesquisa e a leitura para informação e estudo, que implica igualmente o registo escrito da investigação feita. O objetivo visível para as alunas era

preparar a leitura expressiva de alguns poemas, que iriam divulgar junto de outras turmas e que também apresentariam na *Semana de Cabo Verde*, durante a cerimónia de abertura em que estariam presentes algumas individualidades, como por exemplo o Sr. Embaixador de Cabo Verde, representantes da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia abrangidas pela escola. Todas as alunas concordaram, entusiasmadas. Dado o número de alunas descendentes de cabo-verdianos, perguntei se não gostariam de ler um poema em crioulo. As cinco alunas disseram expressa e quase agressivamente que não. Ficou, pois, assente que a nossa atividade seria a pesquisa de autores cabo-verdianos e a leitura e análise de alguns poemas de entre os quais se escolheria um ou dois para leitura expressiva. Com o objetivo de envolver todas as alunas de igual forma e de, simultaneamente, promover uma reflexão sobre a diversidade linguística e sua riqueza, comecei pelo estudo de alguns regionalismos suscetíveis de dificultar o entendimento entre portugueses de regiões diferentes. Após algumas atividades de preparação, introduzi o estudo do poema *Mestre Alentejano* cantado por António Pinto Basto:

Mestre Alentejano

*Terra de grandes barrigas,
Onde há tanta gente gorda,
às sopas chamam açorda
e à açorda chamam-lhe migas;
às razões chamam cantigas,
milhaduras são gorjetas,
maleitas dizem maletas,
em vez de encostas, chapadas,
em vez de açoites, nalgadas
e as bolotas são boletas.*

*Terra mole é atasquero,
Ir embora é abalar,
Deitar fora é aventar,
Fita de couro é apero;
Vaso com planta é cravero,
Carpinteiro é abegão,
A choupana é cabanão
E às hortas chamam hortijos
Os cestos são cabanejos
E ao trigo chama-se pão.*

*No resto de Portugal
Ninguém diz palavras tais;
As terras baixas são vaes
Monte de feno é frascal
Vestir bem, parece mal
À aveia chamam cevada
Ao bofetão orelhada
Alcofa grande é gorpelha
Égua lazã é vermelha
Poldra "isabel" é melada.*

*Quando um tipo está doente
Logo dizem que está morto.
A todo o vau chamam porto
Chamam gajo a toda a gente
Vestir safões é corrente
Por acaso é por adrego,
Ao saco chamam talego*

*E, até nas classes mais ricas
Ser janota é ser maricas
Ser beirão é ser galego.*

*Os porcos medem-se às varas,
O peixe vende-se aos quilos
E a gente pasma de ouvi-los
Usar maneiras tão raras;
Chamam relvas às searas
Às vezes, não sei porquê
E tratam por vomecê
Pessoas a quem venero;
“não quero” dizem “na quero”
“eu não sei” dizem “ê nã sê”!*

*de António Pinto Basto, Rosa Branca
Letra de J. De Vasconcelos e Sá
Música do fado corrido*

Começámos por uma reconstituição do texto, de que forneci uma versão lacunar, à medida que se ia ouvindo o fado. Inicialmente as jovens reagiram com desagrado. Depois, a dificuldade que todas sentiam em compreender algumas palavras aproximou o grupo que se uniu e começou a partilhar e a reproduzir o que lhe parecia ter ouvido. E foi surgindo o reconhecimento de alguns termos. “A minha avó dizia isto, mas eu não sabia o que queria dizer.” E a leitura do texto foi fácil. Todas leram. Muitas tentaram reproduzir o sotaque regional. Algumas acrescentaram outras palavras que afinal sempre conheciam, muitas vezes sem conseguirem aplicá-las em novos contextos. Convidadas a fazer o mesmo, as alunas descendentes de cabo-verdianos escusaram-se, dizendo que não sabiam explicar bem as palavras que ouviam (e diziam!) lá em casa e que estas se não podiam escrever. Entretanto prosseguia a pesquisa acerca dos escritores cabo-verdianos. Foram à biblioteca. Recolheram textos de manuais, surpreendidas por encontrarem tantos. Navegaram na *Internet*. No *Ciberdúvidas, Antologia*, encontraram o testemunho de Germano de Almeida, que analisámos em pormenor na aula. A leitura deste testemunho teve sobre as alunas “cabo-verdianas” o efeito que o *Mestre Alentejano* tivera nas que provêm de famílias vinda de outras regiões de Portugal. A primeira abordagem ao texto foi feita individualmente, através da sua leitura silenciosa. Demorada, porque era necessário “entrar” no texto. Já a aula ia bem avançada quando começam a surgir as primeiras reações.

As alunas começaram a conversar entre si e a rir, cúmplices, apontando para uma certa parte do texto.

“... batem à porta. Quem será, questionou nho padre. Quase é André, respondi. Nho padre não entendeu no imediato, mas depois deve ter feito alguns jogos de cabeça porque começou a rir: Quase não, disse ele, ou é André ou não é. Quase é André é que não pode ser. Vai ver!

Fui e de facto era André. Nho padre continuava a rir mas eu não via onde podia estar a piada. Porque desde o princípio que eu tinha desconfiado que era o André que batia, mas de qualquer modo ainda não o tinha visto e por isso não podia ter a certeza de ser ele e poder garanti-lo. De modo que o “quase” era a palavra corretíssima para indicar aquela relativa dúvida.

Isto para mim. Mas nho padre (...) tinha aprendido o português de Portugal e da gramática, e então para ele o “quase” só podia significar qualquer coisa “a meio de” e um “quase André” não lhe dizia absolutamente nada.

Germano de Almeida, escritor cabo-verdiano, nascido na ilha da Boavista em 1945

Quis entrar na conversa que se ia generalizando. Deixaram. Uma delas localizou no texto a palavra **quase** e explicou-me que muitas vezes a mãe utilizava esta palavra com este sentido e que ela sempre achara que isso se devia ao facto de ser analfabeta e falar mal o português. Feliz porque o sentido da palavra existia, nesse momento estava reconciliada com ela e com o saber linguístico que a mãe transportava. E aos poucos surgiram outras palavras, outras reações. “A minha mãe nunca vai a Cabo Verde, porque não tem nada para levar aos filhos que deixou lá e tem vergonha.”; “Lá as pessoas andam descalças e têm que carregar tudo à cabeça.”;

“S’tora, mas Cabo Verde não é um país, é uma ilha.” etc.,. Neste momento percebi que as alunas se sentiam verdadeiramente iguais nas suas diferenças e começaram a trocar impressões sobre pequenas coisas do seu dia a dia. Esqueceram a professora. Esqueceram o texto. Lembraram outras coisas ditas anteriormente, conversaram. E na aula seguinte vieram algumas, tímidas, histórias. Uma das alunas já tinha ido a Cabo Verde. Achava a vida de lá muito dura. As tias trabalhavam muito. Havia muitas crianças descalças a brincar. A jovem descendente de angolanos contou coisas sobre Angola.

Feita a recolha de vários poemas, procedeu-se à sua leitura e interpretação. Entretanto, noutras disciplinas, noutras turmas estudavam-se aspetos diferentes e recolhia-se informação que a turma de Secretariado ajudava a preparar para a exposição final e assim foram sabendo mais coisas acerca de Cabo Verde. E a leitura dos poemas foi facilitada. Como a escolha do texto – apenas um, por limitações de tempo – que seria preparado para ser lido numa visita às outras turmas da escola:

*Partir,
Deixar a ilha tão pequena
Que o vento nómada
Bafeja
E as ondas do mar
Rodeiam.*

*Fugir,
Buscar terras mais ao longe
Onde a alma errante
caminhe.*

*Partir,
Deixar na terra o canto duma morna
Que o emigrante
Recorde.*

*Fugir,
Deixar no mar o sulco branco
Da hélice do vapor,
Que as vagas mansas
Apaguem...*

*Nos olhos a saudade retratada
Da distância percorrida.*

*Noites de vigília
Sonhando a distância longínqua
Do caminho por andar.*

*(Minha estrada de vagas verdes,
cintilação de salitre nas faces,
canção de ondas no costado.)*

*Só nos olhos
(saudade estranha)
a distância percorrida,
– por percorrer.*

Arnaldo França (Ilha de Santiago, 15/12/1925 -) 1944,

Certeza n.º 1, in Cadernos de Literatura, Português 10.º Ano, Raiz Editora

Todas queriam ler. E fez-se uma leitura a muitas vezes... Quatro alunas leriam individualmente cada uma das estrofes iniciais. As outras constituíram dois grupos, A e B, que leriam em coro, alternadamente, duas estrofes e o verso inicial das estrofes que foram lidas a uma voz. À medida que se preparava a leitura expressiva do poema, as alunas iam sentindo como sua a mensagem que queriam transmitir e entusiasmavam-se. Utilizaram tempo de outras aulas para treinarem. Contaram com a ajuda de outros professores. De quando em vez, manifestavam o receio de enfrentar os colegas, a comunidade, mas no final fizeram-no com entusiasmo.

Entretanto, para tornar possível uma maior divulgação, alunos de outras turmas aceitaram o desafio e prepararam a leitura de outro poema. Mais pequeno, para facilitar a preparação:

LIBERTAÇÃO

*E porque o teu coração encerra
A saudade do mar e a saudade da terra
— tua ilha é grande.*

*E porque os teus sentidos traçam norte e sul
E traçam leste e oeste norte e sul
— tua ilha é grande.*

*E porque tens os olhos virados para o azul
Para lá do azul e para cá do azul
— tua ilha é grande.*

*E porque teu sangue vive o destino de tantas raças
No mesmo latejar de ansiedades e resignações dores alegrias e desgraças
— tua ilha é grande.*

*Manuel Lopes, cabo-verdiano, “Crioulo e outros poemas”
in Cadernos de Literatura, Português 10.º Ano, Raiz Editora*

A certa altura foi introduzido de novo o desafio da leitura de um poema em crioulo. Houve incerteza. Algumas receavam não serem capazes de ler... Duas aceitaram o desafio. E a estas duas se juntou uma jovem de outra turma. Para ler, utilizámos um poema extraído de uma página eletrónica:

“BATUKU"*

*Nha fla-m, Nha Dunda, kus'e k'e batuku?
Nha nxina mininu kusa k'e ka sabe.*

*Nha fidju, batuku N ka se kusa.
Nu nase nu atxa-l.
Nu ta more nu ta dexa-l.
E lonji sima seu,
fundu sima mar,
rixu sima rotxa.
E usu-l tera, sabi nos genti.*

*Mosias na terreru
tornu finkadu, txabeta** rapikadu,
Korpu ali N ta bai.
N ka bai. Aima ki txoma-m.
Nteradu duzia duzia na labada,
mortadjadu sen sen na pedra-l sistensia,*

*bendedu mil mil na Sul-a-Baxu,
kemadu na laba di burkan,
korpu ta matadu, aima ta fika.
Aima e forsa di batuku.
Na batuperiu-l fomi,
na sabi-l teremoti,
na sodadi-l fidju lonji,
batuku e nos aima.
Xinti-l, nha fidju.
Kenha ki kre-nu, kre batuku.
Batuku e nos aima!
- Kaoberdiano Dambara (1964-Felisberto Vieira Lopes)*

BATUKU

*Diz-me, Nha Dunda, o que é Batuku?
Ensina aos meninos o que sabes.*

*Meus filhos, Batuku não sei que seja.
Nascemos e aqui o encontramos.
Morremos e aqui o deixamos.
É longe como o céu,
fundo como o mar,
rijo como rocha.
E digo-te, sabe-nos bem.*

*Moças no terreiro
ancas fincadas, tocando txabeta*
o corpo pronto a morrer.
Mas eu não morro. A Alma chama-me.
Dúzias e dúzias enterrados em campa rasa,
centenas e centenas mortos no desastre da Assistência**,
milhares e milhares obrigados a trabalhar em São Tomé,
queimados na lava do vulcão,
os corpos morrem mas a alma fica.
A alma é a força do batuku.
Resistindo à fome,
enfrentando os terramotos,
com a saudade dos filhos longe,
o batuku a nossa alma.*

*Sintam-no, meus filhos.
Quem nos ama, ama o batuku.
O batuku a nossa alma!
--- Kaoberdiano Dambara
Tradução de Manuel Freitas, partindo da versão inglesa de Manuel Luís Gonçalves*

NOTAS:

Txabeta (tchabeta) é o bater rápido e sincronizado com as palmas das mãos contra batuques presos firmemente entre os joelhos, enquanto alguém dança o batuku.

** "Assistência" era o nome popular do refeitório do edifício da assistência social do Governo de Cabo Verde na Praia. As paredes do edifício eram feitas de pedras redondas apanhadas na praia e seguras com muito pouco

estruque. Um dia, nos anos 40, o edifício ruiu, esmagando centenas de pessoas. Este incidente é uma metáfora da negligência colonial em Cabo Verde.»

Excerto retirado na íntegra de: <http://www.umassd.edu/SpecialPrograms/caboverde/cvkriolp.htm>

Leram o poema vestidas com trajes típicos, que mantiveram até ao fim.

Esta atividade melhorou consideravelmente a autoestima das alunas e o seu relacionamento quer na aula quer no ambiente familiar, como foi possível perceber através do testemunho de alguns pais. O estudo efetuado promoveu a troca de informação acerca da cultura dos pais e validou aos olhos das alunas o saber deles, restituindo-lhes, desta forma algum do poder que lhes é inerente e equilibrando as relações familiares, ao mesmo tempo que lhes proporcionava um crescimento interior em harmonia consigo mesmas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Germano, (1997) *A nossa língua portuguesa*, disponível em

<http://ciberduvidas.sapo.pt/antologia/almeida.html>

CARNEIRO, Roberto, (1996), “A tolerância e os valores da interculturalidade” in *Educação para a tolerância, atas*, Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação, (p. 115-125)

CUNHA, Pedro D’Orey (da), (1993), “Diferenças culturais e integração na escola” In *Escola e Sociedade Multicultural*, Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, (p. 17-24)

MARQUES, Ramiro, (2000), “Conceção antinómica da educação; implicações para o currículo multicultural cosmopolita” In *Maria do Céu Roldão e Ramiro Marques (org.), Inovação, Currículo e Formação*, Porto: Porto Editora, (p. 102-120)

MARTINS, Guilherme d’Oliveira, (1996), “Tolerância, cidadania e cultura da paz” in *Educação para a tolerância, atas*, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação, Lisboa (p. 43-49)

MESQUITA, Artur, (1990), “Emigração e educação intercultural” in *Atas do I congresso da educação pluridimensional e da escola cultural*, s.l.: Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural (AEPEC)

PEREIRA, Dulce, (1998), *Estórias de linguagem*, Lisboa: Núcleo de Organização Curricular e Formação do Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação

PEREIRA, Dulce, (2001), “Línguas que gostavam de falar” in *Noesis n.º 57, janeiro/fevereiro*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (p. 27-29)

PEREIRA, Fernando Michael, (1996), “Tolerância, análise sociológica” in *Educação para a tolerância, atas*, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação, Lisboa (p. 31-41)

PINTO, Paulo Feytor, (1998), *Formação para a diversidade linguística na aula de português*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

5) ISABEL AIRES DE MATOS, PROFESSORA COORDENADORA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, VISEU “ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA SEGUNDA E PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA: SITUAÇÃO ATUAL

Isabel Aires de Matos é Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu. Doutorada em Linguística e Didática pela Universidade Stendhal – Grenoble III (França). Assegura a docência das disciplinas de Sociolinguística e de Didática dos cursos de Formação de Professores. Tem publicado artigos e proferido comunicações em encontros nacionais e internacionais no âmbito da Sociolinguística e da Didática das Línguas, nomeadamente, do Ensino do Português como Língua Segunda.

PORTUGAL: DE PAÍS DE EMIGRAÇÃO A PAÍS DE IMIGRAÇÃO

O objetivo desta comunicação visa fazer uma abordagem da situação atual do ensino do Português, como língua segunda e como língua estrangeira, no território nacional. País extraordinariamente homogêneo do ponto de vista linguístico, Portugal passou, num curto espaço de tempo, de país de emigração profundamente enraizada, a país de imigração. Qual tem sido a resposta da escola e, de um modo mais geral, das instituições e da sociedade civil a este novo desafio, no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa é o levantamento que nos propomos fazer.

“Todos os cidadãos portugueses e todos aqueles que residam ou se encontrem em Portugal são titulares das liberdades e direitos pessoais fundamentais de educação, nos termos da Constituição da República e da lei.”

Lei de Bases da Educação, art.º 2º, &1º

Os fluxos migratórios, conhecidos em toda a Europa central desde o fim da 2ª Guerra Mundial, apenas tiveram verdadeira expressão, no território nacional, na última década do século XX. Portugal foi, até então, sobretudo um país de emigração. Nos números oficiais – e sabemos que neste domínio, dada a natureza do fenómeno, os números não oficiais serão, com grande probabilidade, significativamente mais elevados – temos, neste momento entre nós 450.000 imigrantes, provenientes de 170 países, que falam 230 línguas diferentes (1). Esta nova situação – Portugal, como país de imigração - praticamente desconhecida da sociedade portuguesa até à contemporaneidade, veio alterar substancialmente a paisagem linguística e cultural das nossas cidades, e em muitos casos, também, do mundo rural, mas não tem tido, por parte dos responsáveis pela política linguística educativa, uma resposta adequada. Sendo Portugal um país de grande homogeneidade linguística (Boléo e Silva 1961: 85), não há praticamente tradição, no nosso sistema educativo, de ensino e aprendizagem de línguas minoritárias. Se excetuarmos o caso do mirandês – que recentemente pela Lei 7/99, viu reconhecidos os direitos linguísticos da comunidade mirandesa, seguido do Despacho Normativo 35/99 do Ministério da Educação, que prevê o ensino do mirandês nas escolas do ensino básico - não existe legislação que sustente o ensino de línguas minoritárias, como acontece, por exemplo, na maioria dos países europeus.

1. IMIGRANTES: A PRIMEIRA GERAÇÃO

Temos assistido, sobretudo nos centros urbanos, a algumas respostas da sociedade civil dirigidas a um público adulto, inserido no mercado de trabalho, no sentido de disponibilizar cursos de língua portuguesa em instituições religiosas, escolas e universidades, organizações não-governamentais e instituições privadas de solidariedade social, que se encontram particularmente vocacionadas para o apoio a populações imigradas.

Os animadores deste tipo de ensino são essencialmente voluntários, professores do ensino básico e secundário, ou meros falantes nativos de português com alguma qualificação académica, independentemente de possuírem formação em didática de Português Língua Segunda.

Os serviços do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas têm centralizado e divulgado, junto dos potenciais interessados e suas organizações, informação sobre estes cursos.

Em julho de 2001, foi lançado, no âmbito da política de integração social de imigrantes, o programa “Portugal Acolhe”, que inclui formação em “Português Básico para Estrangeiros”, atualmente disponibilizada na rede nacional de Centros de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, dependente do Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Infelizmente, apesar da gratuitidade da oferta, da especialização de formadores e da disponibilidade de materiais pedagógicos de apoio, não se tem verificado uma procura significativa por parte do público-alvo.

Embora nos pareça que este público deva merecer o melhor acompanhamento por parte das organizações não-governamentais e também por parte da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, que organiza este ensino, são sobretudo os filhos destes trabalhadores imigrantes que carecem, em nosso entender, de grande atenção por parte das entidades oficiais.

2. IMIGRANTES: “SEGUNDA” E “TERCEIRA” GERAÇÕES

Dentro das diferentes comunidades imigrantes presentes no nosso país, os problemas de inserção social não são idênticas para todos, nem as dificuldades de aprendizagem da Língua Portuguesa envolvem o mesmo tipo de questões.

As comunidades africanas provenientes dos PALOP, que constituem os grupos de imigrantes mais antigos em território nacional, encontram-se frequentemente em situação de grande marginalidade social e são, muitas vezes, objeto de racismo e de xenofobia, por parte da população autóctone.

Algumas experiências escolares têm sido desenvolvidas sobretudo na área metropolitana de Lisboa, nomeadamente na Damaia (Almada) e em algumas escolas da margem sul do Tejo, onde a percentagem de alunos de origem estrangeira é maioritária, particularmente aqueles que têm como língua materna crioulos africanos de base portuguesa (2).

É, aliás, de sublinhar, neste âmbito, o esforço realizado pelo Departamento da Educação Básica, do Ministério da Educação, através de ações integradas no Programa Sócrates – Comenius II, no sentido de favorecer a integração das diferenças linguísticas e culturais na Educação Básica (3).

Também a Associação de Professores de Português (APP) tem coordenado projetos, como o do Trans. L2, que tratou a problemática da educação dos filhos de trabalhadores migrantes, particularmente na área da formação de professores e na elaboração de materiais didáticos (4).

Outro grupo numericamente importante é constituído por imigrantes provenientes do leste europeu, com destaque para a Ucrânia, a Moldávia, a Rússia e a Roménia. Embora heterogéneo na sua constituição, é substancialmente diferente do primeiro, quer do ponto de vista linguístico e cultural, quer no que se refere à qualificação académica.

Apesar de aparentemente mais distante, linguística e culturalmente, é provavelmente mais capaz de se adaptar a mudanças, porventura mais suscetível de se integrar socialmente, possuindo, também, expectativas escolares mais elevadas, relativamente aos filhos. Constitui, por isso, em nossa opinião, um subgrupo com características específicas, devendo ser encarado de modo diferenciado do primeiro.

3. INTEGRAÇÃO ESCOLAR E LÍNGUA MATERNA

Há cinquenta anos que a UNESCO (1953) alerta para um facto que, de tão óbvio, não deveria carecer de demonstração: o melhor meio de alfabetizar uma criança é a sua língua materna. No entanto, “os atuais programas do ensino básico são imunes às alterações sociolinguísticas dos últimos tempos e revelam uma total amnésia em relação ao multilinguismo na escola: falam em língua portuguesa, sobre a língua portuguesa e para falantes de língua portuguesa como língua materna. As minorias são aí linguisticamente invisíveis” (Pereira, 1998: 119).

Vários estudos realizados, tanto na Europa como na América do Norte (Cummins, 1978), (Cummins and Swain, 1986), (Hamers et Blanc, 1983), onde as experiências de escolarização de minorias linguísticas são uma realidade há décadas, vão no sentido de demonstrar que “o apoio ao desenvolvimento da língua materna beneficiará a

aprendizagem da língua segunda; o reconhecimento do bilinguismo minoritário das crianças pela escola pode ser uma força positiva no seu desenvolvimento; [e] (...) as capacidades desenvolvidas na língua materna podem facilmente ser transferidas para a língua segunda” (Naysmith, 2002: 71).

Assim, quanto mais a escola valorizar, apoiar e desenvolver as línguas e as culturas dos grupos minoritários, particularmente daqueles que se encontram mais marginalizados socialmente, melhor será a sua integração escolar e mais fácil se tornará a aprendizagem da Língua Portuguesa.

Para alguns destes grupos, a manutenção das línguas de origem, além de uma valorização pessoal, na promoção do bilinguismo, poderá ser encarada como uma porta aberta para um eventual retorno ao país de origem -como acontece em muitos países europeus, cuja política linguística educativa visa favorecer o regresso das populações migrantes que se encontram no seu território aos seus países de origem - mas também a manutenção de laços linguísticos, culturais e afetivos com os respetivos países de emigração.

4. PROPOSTA DE ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS

Assim, a introdução de línguas eslavas, nomeadamente o russo, no ensino básico e secundário, poderia eventualmente contribuir para este fim. Sendo a oferta destas línguas aberta a todos os alunos da comunidade escolar, impedir-se-ia que elas passassem a ser encaradas como “línguas de imigração”.

É sobretudo junto das comunidades africanas provenientes dos PALOP, em particular as de língua materna crioula, que a intervenção ao nível do sistema de ensino deveria ser mais incisiva: em primeiro lugar, porque, se trata de um grupo particularmente afetado pelo insucesso e pelo abandono escolar e, em segundo lugar, porque a intervenção ao nível da escola e os resultados aí obtidos converter-se-iam em benefícios a médio prazo, não só para os próprios, mas também para a sociedade portuguesa no seu todo.

Assim, na nossa proposta, a estratégia deveria passar por

- i. diversificar a oferta de línguas estrangeiras oferecidas aos alunos do ensino básico e secundário;
- ii. reforçar a formação de professores, quer ao nível da formação inicial, quer ao nível da formação contínua e especializada, no que respeita ao ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa como língua segunda;
- iii. divulgar as experiências já realizadas no sentido de integrar programas de língua e cultura de origem das populações imigradas, promovendo o ensino bilingue, sempre que o contexto escolar o justifique.

Apesar da aparentemente contradição, o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa, no ensino básico e secundário, poderá e deverá fazer-se por intermédio da inclusão da(s) língua(s) materna(s) dos alunos de origem estrangeira.

5. CONCLUSÃO

Não cabe, evidentemente, à instituição escolar resolver todos os problemas que envolvem os filhos de imigrantes, que são variados e complexos e que passam também, em muitos casos, pelos planos social, histórico, cultural, familiar e afetivo; mas compete à escola promover a sua integração, particularmente no que se refere ao ensino e à aprendizagem da Língua Portuguesa, instrumento indispensável não só do sucesso escolar, mas também, da integração social.

Só aceitando este novo desafio, a escola portuguesa estará em condições de ser veículo de promoção social e de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos que residem em território nacional, incluindo aqueles que, sendo de origem estrangeira, se preparam para viver e trabalhar – provavelmente para sempre – em Portugal, fazendo dele o seu país de adoção.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Boléo, M. Paiva e M.-H. Santos Silva (1961) "Mapa dos dialetos e falares de Portugal Continental" in Boletim de Filologia XX, Lisboa.
- Cummins, J. (1978) "Educational implications of mother tongue maintenance in minority-language groups" in La Revue Canadienne des Langues Vivantes 34/3: 395-416.
- Cummins, J. and M. Swain (1986). Bilingualism in Education: Aspects of theory, research and practice. Londres e Nova Iorque: Longman.
- DEB (ed.) (1998) O ensino da Língua Portuguesa como 2ª Língua. Lisboa: Ministério da Educação.
- Hamers, J. et M. Blanc (1983) Bilingualité et bilinguisme. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- Heilmair, H.-P. (1998) "Realidade sociolinguística de alunos cabo-verdianos em Portugal. Interferências do crioulo de Cabo Verde no Português". In DEB (ed.) (1998) O ensino da Língua Portuguesa como 2ª Língua. Lisboa: Ministério da Educação.
- Naysmith, J. (2002) "A aula multicultural de língua: Desafios aos conceitos de cultura e de língua". In António Moniz (ed.) Professores de Línguas face à Mudança. Lisboa: Edinova.
- Pereira, D. (1998) "Desenvolvimento linguístico das minorias de origem crioula e formação de professores". In DEB (ed.) O ensino da Língua Portuguesa como 2ª Língua. Lisboa: Ministério da Educação.
- Pinto, P. Feytor (1998) "O Projeto Trans. L2, Transversalidade da Língua Segunda". In DEB (ed.) O ensino da Língua Portuguesa como 2ª Língua. Lisboa: Ministério da Educação.
- UNESCO (1953) The use of vernacular languages in education. Paris: Unesco.

8. NOTAS:

- cf. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: www.sef.pt
- cf. Heilmair, H.-P. (1998)
- Ver a este propósito publicações do DEB (1998)
- cf. Pinto, P. Feytor (1998)

6) SEABRA JOSÉ AUGUSTO, EMBAIXADOR DE PORTUGAL NA ROMÉLIA, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, POETA, ENSAÍSTA, CRÍTICO, E DIRETOR DA REVISTA INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, "A DIPLOMACIA DA LÍNGUA NA C.P.L.P. "

JOSÉ AUGUSTO SEABRA, Poeta, Ensaísta, Crítico, Professor Universitário e Diplomata. Opositor democrático ao regime de Salazar, quando estudante, foi preso e condenado por motivos políticos, tendo de exilar-se e só regressando a Portugal com a queda da ditadura em 1974.

Em Paris doutorou-se em Letras, pela Sorbonne, em 1971 com uma tese sobre Fernando Pessoa, sob a orientação de Roland Barthes, tendo sido professor na Universidade de Paris X e na Escola Normal Superior. Professor catedrático na Universidade do Porto foi fundador do Centro de Estudos Pessoaanos e do Centro de Estudos Semióticos e Literários, sendo Diretor da Revista "Nova Renascença".

Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República foi Ministro da Educação do IX Governo Constitucional (1983-1984).

Embaixador de Portugal junto da UNESCO, em Nova Deli, em Bucareste e em Buenos Aires.

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL:

POESIA:

- A Vida Toda (1961)
- Os Sinais e a Origem (1967)

Tempo Tátil (1972)
Desmemória (1977)
O Anjo (1980)
Gramática Grega (1985)
Fragmentos do Delírio (1990)
Do Nome de Deus (1990)
Enlace, em colaboração com Norma Tasca (1993)
Sombras de Nada (1996)
Amar a Sul (1997)
Conspiração da Neve (1999)
Oximoros (2001)
Tangos Mentais (2002)

ENSAIO:

Fernando Pessoa ou o Poetodrama (1974)
Poética de Barthes (1980)
O Heterotexto Pessoaano (1985)
Cultura e Política ou a Cidade e os Labirintos (1986)
Poligrafias Poéticas (1994)
O Coração do Texto / Le Coeur du Texte (1996)
Edição crítica de *Mensagem e Poemas Esotéricos* de Fernando Pessoa (1993)
Tradução de Poemas de Mallarmé Lidos por Fernando Pessoa (1998)

JOSÉ AUGUSTO SEABRA EMBAIXADOR DE PORTUGAL, PROFESSOR, UNIVERSITÁRIO, POETA, ENSAÍSTA, CRÍTICO, E DIRETOR DA REVISTA INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, “A DIPLOMACIA DA LÍNGUA NA C.P.L.P. “

A génese de uma Comunidade, desde a sua conceção ao seu nascimento e emergência para uma vida própria, é sempre um processo gradual e complexo, com as suas fases de maturação endógena e as suas respostas aos estímulos e obstáculos que pontuam o seu crescimento orgânico. Assim aconteceu com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O Português é já língua oficial da UNESCO, embora não ainda língua de trabalho, sendo o seu uso possível em agências como a FAO, a OMS, a OIT, a OMPI, etc. A utilização da língua portuguesa nas instâncias das Nações Unidas não releva apenas de uma questão de prestígio. Ela é um meio essencial para a sua afirmação como língua de comunicação internacional, falada por mais de 200 milhões de habitantes dos oito países membros da CPLP, além de uma diáspora migratória espalhada pelo mundo inteiro. Na verdade, como pôs em relevo o historiador da língua portuguesa Paul Teyssier, o nosso idioma apresenta todas as características dessa universalidade: disperso por todos os continentes, ele não é restrito a um grupo étnico, a uma comunidade religiosa, a um tipo de sociedade ou a um regime político, sendo uma língua de mestiçagem cultural, de contacto e de diálogo entre vários povos.

A disseminação de uma língua que, a partir da sua matriz galaico-portuguesa, se tornou primeiro uma língua nacional e depois uma língua de contacto entre civilizações, cumpriu-se de facto, a partir da grande empresa marítima das Descobertas.

Nesta época de desassossego global, em que o retorno dos fanatismos, dos fundamentalismos e dos terrorismos de toda a ordem impende sobre a nossa condição planetária, saibamos ser de novo, através da nossa “portuguesa língua”, interlocutores de um polígono de civilizações, culturas e religiões como recentemente fomos na “Cidade do Nome de Deus” de Macau, que Camilo Pessanha considerava “o mais remoto padrão da estupenda atividade portuguesa no Oriente”, de que a “Gruta de Camões” é o símbolo por excelência. Símbolo de uma

língua que se tornou uma pátria de tantas pátrias quantas são as nossas, de tal modo que poderíamos dizer, parafraseando uma vez mais Pessoa “Nossa Pátria é a língua portuguesa”.

Sendo uma consequência imediata da independência das ex-colônias africanas de Portugal, um século e meio mais tarde do que a do Brasil, ela surgiu na cena internacional como um efeito diferido de uma mudança fundamental nas relações entre povos cuja origem antropológica era étnica e civilizacionalmente diferenciada, mas que uma língua religou nas descobertas, sobrevivendo às vicissitudes políticas, como um património partilhado, transcontinental e transoceânico. Essa língua tornou-se ao longo dos séculos numa língua franca em vastos espaços geoculturais, com variedades e interferências múltiplas, através de dialetos e crioulos, sem deixar de manter a sua unidade estrutural, apesar da sua ductilidade e da sua capacidade de adaptação aos mais diversos contextos envolventes. Numa palavra, ela propiciou o que temos chamado um polígolo, isto é, um diálogo plural e cruzado entre povos com costumes, crenças e mentalidades várias, que foram postos pelos portugueses em contacto, pela missionação, o comércio – incluindo a escravatura e a soberania política. Daí decorreu uma mestiçagem não apenas étnica mas cultural, de que o Brasil viria a ser o exemplo mais significativo.

Pode pois dizer-se que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa estava já inscrita nas relações, mesmo assimétricas, entre os povos lusófonos, para lá de qualquer dominação circunstancial. Disso tiveram consciência os próprios dirigentes dos movimentos de libertação, ao distinguirem o povo português do regime opressor colonial, adotando o seu idioma após a independência, ao lado das outras línguas nacionais. Personalidades culturais africanas de relevo houve – quero lembrar, entre elas, o presidente-poeta do Senegal, Léopold Sedar Senghor – que defenderam, antes mesmo da descolonização, a criação de uma Comunidade de povos lusófonos, não tendo sido infelizmente escutadas. A instauração da Democracia e o fim da guerra colonial eram a condição *sine qua non* para tornar viável esse projeto, favorecido depois também pelo retorno do Brasil a um regime democrático com o termo da ditadura militar.

A C.P.L.P. nasceu assim sob o duplo signo da independência e da liberdade, uma vez estabelecidas relações de igualdade e fraternidade entre povos que souberam superar o ressentimento e cicatrizar as feridas do passado, cultivando uma amizade recíproca. Mas isso só foi em primeira e última instância possível porque havia uma língua a unir esses povos, que comungavam em valores comuns, emergindo de civilizações diferentes, numa simbiose criadora, sem perda da sua identidade e respeitando a sua alteridade. Foi nesse horizonte histórico que a C.P.L.P. se constituiu, reforçou e alargou. A adesão mais recente de Timor-Leste foi também o resultado da sua independência da Indonésia, ao mesmo tempo que da permanência nesse território da língua portuguesa e de uma cultura de matriz cívica e religiosa a ela ligada, que alimentou o fogo da resistência ao invasor.

Pode, pois, dizer-se que a conjugação do fator linguístico com a dimensão intercultural constitui a principal alavanca da cooperação entre os povos lusófonos e da sua afirmação perante os outros povos. É dessa alavanca que a C.P.L.P. tira a sua principal razão de ser, tendo-se dela servido como mola impulsora da sua ação. Cabe-lhe, pois, lançar a estratégia a seguir para pôr em prática uma diplomacia cultural, e antes de mais uma diplomacia da língua, que não pode prescindir da tal alavanca, bem manejada pelos que da língua e da cultura curam e sabem. Para esse efeito foi fundado, em 1989, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que, no entanto, logo entrou em hibernação, tornando-se numa espécie de concha vazia, durante mais de uma década, só há pouco reativado. Com esse Instituto deve a C.P.L.P. passar a colaborar estreitamente, pois por ele será sem dúvida prosseguida, enfim, a coordenação da ação diplomática, que há muito se impõe entre os países membros.

Essa ação diplomática conjunta deve sobretudo exercer-se no plano multilateral. A começar pelas organizações internacionais de Sistema das Nações Unidas, onde já é língua oficial da UNESCO, embora não ainda língua de trabalho, sendo o seu uso possível em agências como a FAO, a OMS, a OIT, a OMPI, etc., desde que haja uma vontade diplomática nesse sentido. Não esqueçamos também as organizações regionais desde a Europa, onde Portugal é membro da União Europeia, à América Latina e à África, onde o Brasil e os Estados africanos lusófonos estão representados. E lembremos uma importante organização inter-regional, como a União Latina, que engloba países europeus, latino-americanos, africanos e até um asiático – as Filipinas –, em que o Português ombreia com as outras línguas românicas, das quais é um aliado solidário.

A utilização da língua portuguesa nas instâncias das Nações Unidas não releva apenas de uma questão de prestígio. Ela é um meio essencial para a sua afirmação como língua de comunicação internacional, falada por mais de 200 milhões de habitantes dos oito países membros da C.P.L.P., além de uma diáspora migratória espalhada pelo mundo inteiro. Na verdade, como pôs em relevo o historiador da língua portuguesa Paul Teyssier, o nosso idioma apresenta todas as características dessa universalidade: disperso por todos os continentes, ele não é restrito a um grupo étnico, a uma comunidade religiosa, a um tipo de sociedade ou a um regime político, sendo uma língua de mestiçagem cultural, de contacto e de diálogo entre vários povos.

Mas foi antes de mais como língua de civilização e cultura que o Português se impôs historicamente, na sua irradiação pelo mundo, tal como profetizou o poeta-humanista António Ferreira:

*“Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua e lá onde for
Senhora vá de si, soberba e ativa...”*

Esta profecia poética da disseminação de uma língua que, a partir da sua matriz galaico-portuguesa, se tornou primeiro numa língua nacional e depois numa língua de contacto entre civilizações, cumpriu-se de facto, a partir da grande empresa marítima das Descobertas. Mas isso implicou, também, a sua diversificação. Se já no espaço originário se verificava uma diferença entre os dialetos galego e português, mesmo se a comunicação e o cordão umbilical entre os dois perdurou até hoje, essa diversificação tornou-se mais nítida ao longo do percurso que levou o Português, pelas rotas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, do Norte ao Sul e do Ocidente ao Oriente.

Assim como observou Lindley Cintra, “na África, como aliás na Ásia, é preciso antes de mais nada distinguir entre a presença de duas variantes essencialmente diversas da língua: o Português propriamente dito e os crioulos de base portuguesa mas profundamente afastados da língua de origem”. De Cabo Verde à Guiné, ao Senegal e a São Tomé e Príncipe, da Índia ao Ceilão, a Malaca, a Macau, a Timor, os crioulos africanos e asiáticos constituem uma verdadeira disseminação linguística do Português, que os oceanos espalharam quando em muitas dessas longínquas paragens ele foi língua franca.

De igual modo, como também acentuava Lindley Cintra, “na América, além de alguns crioulos de base portuguesa, como o papiamento de Curaçau, Aruba e Bonaire e do dialeto de Suriname na Guiana, está o vastíssimo domínio do Português do Brasil, com as suas variedades internas, mas sobretudo com a sua unidade essencial, verdadeiramente de admirar tratando-se de um território tão extenso”.

Esta diáspora linguística não está ainda completa, se não lhe acrescentarmos as comunidades de emigrantes, também dispersas pelo mundo inteiro e que, mesmo quando se adaptaram às sociedades dos países de acolhimento, não deixaram de manter vivo o amor pela sua língua de origem, apesar da erosão que, de uma geração a outra, ela vai sofrendo, inevitavelmente, o que exige um grande esforço para a preservar, através de uma política de apoio ao ensino do Português no estrangeiro, que o Instituto Camões tem levado a cabo, mas vem infelizmente esmorecendo, pela restrição de meios pedagógicos e financeiros.

Os efeitos da geografia e da história não deixaram de fazer-se sentir, evidentemente, no destino do Português. O facto, porém, mais significativo e extraordinário é que, tendo dado lugar a pelo menos duas normas linguísticas, além da galega inicial – a norma europeia e brasileira – o Português guardou, através das suas variedades ou variantes, as estruturas fundamentais, ao mesmo tempo que se desdobrava em crioulos e línguas de papiamento. Pode dizer-se, em suma, que a diversidade se tornou uma condição da unidade, mas não da unicidade, da língua portuguesa. Esta tornou-se, segundo os sujeitos falantes em cada território que a acolheu, uma língua plural, como aliás a assumiu o poeta dos heterónimos, que fez dela a sua pátria múltipla, na diversidade dos seus discursos e sujeitos poéticos.

Respeitando a diversidade do Português, que é aliás a sua grande riqueza, impõe-se fazer um esforço no sentido de uma aproximação das suas formas, sim, mas em domínios ligados ao seu uso contemporâneo, como é o caso da terminologia científica e técnica ou dos neologismos decorrentes de novos modos de vida e de convivência internacional, sem prejuízo da salvaguarda das especificidades de cada variante, enquanto manifestações que

são de identidades e alteridades culturais irredutíveis. No horizonte de uma política internacional e de uma diplomacia da língua, que cabe à C.P.L.P., através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, definir, sem perda da soberania de cada país membro, impõe-se promover tudo o que vá no sentido dessa aproximação gradual, não imposta mas livremente aceite pelos sujeitos culturais, desde que os povos que a falam aos escritores e poetas que a escrevem, cada qual à sua maneira. Assim, unidos nas nossas diferenças, todos poderemos dizer, como o poeta: "Nossa pátria é a língua portuguesa"

7) P.E JAIME NUNO CEPEDA COELHO, PROFESSOR JUBILADO UNIVERSIDADE DE SOPHIA, JAPÃO "SITUAÇÃO E PERSPETIVAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS PAÍSES DE MATRIZ CHINESA (CHINA, COREIA, JAPÃO E VIETNAME) "

JAIME NUNO CEPEDA COELHO nasceu em Soeima, concelho de Alfândega da Fé, distrito de Bragança, no dia 31 de agosto de 1936. Ingressou na Companhia de Jesus em 1952, onde continuou todo o ensino médio e superior, obtendo a Licenciatura em Filosofia (1960), com a tese *O Amor na Metafísica de Gabriel Marcel*.

Nesse mesmo ano partiu para o Japão, seguindo uma misteriosa vocação missionária que amadurecera durante uns quatro anos. Depois de dedicar dois anos e meio exclusivamente ao estudo da língua e cultura japonesas ingressou na Universidade Sophia, Tóquio, e nela obteve o doutoramento em Teologia, com a tese *Batismo e Salvação*.

O convite, em 1968, para integrar o corpo docente da Universidade Sophia – Departamento de Estudos Luso-Afro-Brasileiros – marcou o rumo de uma vida de ensino da Língua e Cultura Portuguesas até ao presente.

Além de vários manuais de ensino e de artigos publicados em revistas e enciclopédias, publicou em 1998 o *Dicionário de Japonês-Português* em dupla edição japonesa e portuguesa.

Pretende aproveitar a longa experiência de ensino da língua e cultura de matriz portuguesa para enriquecer a lexicografia em Portugal. Acha que precisamos de melhores dicionários de português para estrangeiros e que a lexicografia é um meio fundamental para nos mantermos em contacto com outras culturas – e darmos a conhecer a nossa.

P.E JAIME NUNO CEPEDA COELHO, PROFESSOR JUBILADO UNIVERSIDADE DE SOPHIA, JAPÃO "SITUAÇÃO E PERSPETIVAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS PAÍSES DE MATRIZ CHINESA (CHINA, COREIA, JAPÃO E VIETNAME)"

Foi através do português que se deu a conhecer a língua japonesa à Europa, até finais do séc. XIX. E as informações mais exatas do Extremo Oriente do séc. XVI foram igualmente transmitidas em português. Foram sobretudo missionários portugueses que fizeram a transliteração latina das letras chinesas que deixaram de se usar no Vietname. Hoje em dia vê-se mais interesse dos orientais pelo estudo do português do que desejo dos portugueses de ensinarem a sua língua no Oriente. Portugal – e os outros países lusófonos – será um perdedor no séc. XXI, se não procurar responder a esse novo interesse.

Espero que o meu contributo simples para este II Colóquio da Lusofonia da SLP seja um apelo à divulgação da língua portuguesa no Extremo Oriente; e que o apelo encontre reação e dê fruto a curto prazo.

Vivendo há 43 anos no Japão vejo que a nossa língua foi – desde 23 de setembro de 1543, data mais provável da chegada dos portugueses à ilha japonesa de Tanegáshima – até hoje, o maior veículo histórico de comunicação do País do Sol nascente com o exterior. Porquê? Porque quase tudo o que se escreveu do e sobre o Japão desde 1543 até 1640 está escrito em português (Relato de Jorge Alvares, Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, Cartas Anuais dos jesuítas, História do Japão do P. Luís Fróis, História da Igreja no Japão do P. João Rodrigues, etc.); porque o primeiro dicionário de Japonês – Língua Estrangeira é o "Vocabulário da Lingoa de Japan" de 1603, em português; porque este dicionário foi o pai de todos os dicionários de japonês até finais do séc. XIX (A começar

pelo de Japonês-Espanhol, impresso 27 anos mais tarde nas Filipinas, e que é a tradução literal do nosso, até aos de Japonês-Alemão, Japonês-Francês e Japonês-Inglês); porque as primeiras gramáticas da língua japonesa são as do já mencionado P. João Rodrigues, em português; porque a primeira comitiva de visitantes japoneses à Europa em 1582 veio em barcos portugueses e a visita começou e terminou em Portugal; porque no séc. XX se formou num país lusófono, o Brasil, a maior colónia de japoneses do mundo; porque no séc. XXI existe no Japão um grupo de 260.000 lusofalantes, quase todos brasileiros; porque no Japão há duas revistas mensais e quatro semanários impressos em português; porque o português – e a cultura luso brasileira – é Departamento ou Faculdade em seis universidades japonesas; e porque o número de japoneses, que por várias razões estudam o português, não para de aumentar.

Por todos estes factos vê-se claramente que, no Japão, o português não é uma língua peregrina. E se neste momento a língua ocidental dominante é o inglês ninguém pode profetizar que daqui a mais quinhentos ou mais mil anos, não possa ser o português. Assim nós, Portugal e o Brasil sobretudo, lutássemos pela nossa língua. Até os angolanos, moçambicanos e timorenses já começam a dar o seu contributo para divulgar a língua portuguesa no Japão.

Quanto à China, o papel do português foi semelhante ao exercido no Japão. Os relatos escritos em português sobre a China superam o de Marco Polo. O primeiro dicionário é o de Chinês-Português. E era em português que, em Macau, missionários estudavam o chinês. Por ser bem conhecido de todos, não falarei do papel importantíssimo que a nossa língua desempenhou e continuará a desempenhar em Macau – esse pequeno torrão de hibridismo cultural que continua tão misterioso para portugueses como para chineses.

Quanto à Coreia, o ensino do português é recente, mas está em expansão. A Coreia é um país dinâmico e as comunidades de coreanos no Brasil e em Portugal tendem a aumentar.

Quanto ao Vietname, foi um português, o P. Francisco Pina, que com outro padre, francês, elaborou o “Dictionarium Annamiticum Lusitanum” (Dicionário Vietnamita-Português), impresso em Roma em 1651. E mais fizeram: baseados na fonética do português fizeram a transliteração das letras chinesas – que eram a escrita do país – para o alfabeto latino, que passou a ser, e é hoje, a escrita do Vietname e do Laos – façanha pela qual estes países lhes estão eternamente gratos. Nos tempos atuais as relações do Vietname com os países lusófonos são incipientes; e por isso oferecem um terreno ideal para quem queira ser pioneiro. Há dois anos ouvi uma conferência de um professor universitário do Vietname no Porto a estimular-me a começar por fazer um Dicionário Português-Vietnamês para ligar mais o seu país aos de língua portuguesa. Se o convite chegou tarde para mim, ele aí fica para outros.

E agora: as perspectivas. Serão fracas, se continuarmos só a falar, falar, falar sobre “Que fazer com a nossa língua?”; serão boas, se começarmos a ser realistas e a trabalhar por ela em todas as frentes.

Deixem-me então ser realista e concreto, falando-lhes da minha experiência no Extremo Oriente. Quando fui estudar japonês para Tóquio em 1960 tive de usar material didático todo em inglês porque não havia bons dicionários e gramáticas em português, bons e atuais. Isto pareceu-me uma anomalia ou lacuna que era urgente corrigir. Já então havia muitos brasileiros a estudar japonês e japoneses a estudar português. Todos eles se queixavam que eram precisos dicionários. Foi então que decidi sair do coro das queixas; e comecei a fazer um dicionário. Ao princípio tudo eram dificuldades. Mas com o tempo e alguma organização começaram a juntar-se subsídios e colaboradores – e o “Dicionário Universal Japonês Português” aí está. As suas duas Editoras estão surpreendidas com a procura que tem. Afinal o português não é um peregrino perdido no longínquo e misterioso oriente. Desse Oriente e, em concreto, dos países de matriz chinesa, pedem-nos um grande dicionário da lusofonia – pedido feito também por um professor de português, alemão, no Congresso “O Universo da Língua Portuguesa” promovido pelo Instituto Camões em maio de 2001. Tal pedido não tem tido eco entre nós. Temos bons dicionários – entre eles o da Academia, Aurélio séc. XXI, Michaëlis e Houaiss – mas todos destinados a um público lusófono. Falta-nos um, acessível aos milhares, senão milhões, de estrangeiros que estudam a nossa língua. Só nós o podemos fazer. Haverá maior prioridade do que esta para defender e promover o português? Há três anos que ando a vender a ideia de o compilar; e só na SLP encontrei eco. Mas são precisos subsídios e

sobretudo colaboradores. Se este “II Colóquio da Lusofonia da SLP em Bragança” desse o empurrão para os juntar, certamente que ficaria na história dos congressos e colóquios da lusofonia.

Este dicionário de português para estrangeiros teria de adotar as grafias portuguesa e brasileira para deixar ao estudante estrangeiro a liberdade de escolha; mas daria prioridade à grafia portuguesa. Assim: econó[m]ico, comboio [trem], etc. Como há pouca vontade de trabalhar na uniformização dos termos técnicos, o dicionário procuraria também dar a maior importância à vernaculidade e ortoépia dos vocábulos. E usaria todas as técnicas da lexicografia moderna, para o estrangeiro, por assim dizer, poder aprender, só com o dicionário, o uso correto do vocabulário lusófono em todas as suas aceções.

Estou certo que um dicionário da língua portuguesa com estas características seria bem-vindo nos países de matriz chinesa por todos aqueles que, depois de aprenderem os rudimentos do português, se querem habilitar a dominá-lo bem e o poder traduzir. E, acrescentaria, haverá alguma área geográfica, ou até país lusófono, onde este dicionário não fosse bem-vindo? Porque não se pode estudar bem uma língua estrangeira sem um dicionário acessível mas completo, nessa mesma língua; e a nossa merece-o. Quem escuta o apelo?

8) AMADEU FERREIRA, UNIVERSIDADE DE LISBOA

Amadeu José Ferreira, natural de Sendim, concelho de Miranda do Douro, 54 anos.

Mestre em direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, professor auxiliar convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde rege a cadeira de Títulos de Crédito e Valores Mobiliários.

Vogal do Conselho Diretivo da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Tem várias publicações na área do direito e da língua mirandesa (estudos, poesia, prosa, teatro, tradução).

É presidente da Associação de Lhéngua Mirandesa, coordena a página, em mirandês, do Jornal Nordeste "Tierra Giente i Lhéngua" tem ensinado língua e cultura mirandesa em diversos cursos.

A LÍNGUA MIRANDESA: DA DIVERSIDADE À UNIDADE E A SUPERAÇÃO DO COMPLEXO DE PATINHO FEIO.

1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

A diversidade da língua mirandesa é um dos principais aspetos em que se manifesta a sua riqueza. Essa diversidade é pouco conhecida e está pouco estudada com rigor. Essa diversidade, porém, em nada atenta contra a unidade da língua mirandesa, essencial ao seu desenvolvimento. É importante traçar os contornos dessa unidade para que aquela riqueza diversa não seja beliscada.

No seu percurso, a língua mirandesa não se tem mantido estática. Evoluiu, como qualquer realidade que está viva. Importa ter presentes os contornos dessa evolução e incentivá-la. Ao longo desse percurso, os próprios mirandeses têm vindo a alterar a sua perceção da própria língua e a consciência linguística. É importante passar em revista essas conceções dos falantes sobre a língua mirandesa e verificar até que ponto têm sido um obstáculo ao seu desenvolvimento e podem prejudicar a sua subsistência.

Quando, em 1882, José Leite de Vasconcellos descobriu o mirandês e o deu a conhecer ao mundo, deparou com uma realidade: uma visão negativa dos próprios falantes relativamente ao valor da sua própria língua, uma espécie de complexo do patinho feio.

Quando, no verão de 1883, visita pela primeira vez a Terra de Miranda, aquele autor descobre algo que é inerente ao próprio ser da língua mirandesa: a diversidade de uma língua exclusivamente oral, moldada ao longo de séculos por inúmeras e diversificadas influências, e acantonada dentro de cada aldeia.

Quer um quer outro destes aspetos foram sendo, posteriormente, valorados e aprofundados por outros autores de modo diverso. Como dados objetivos que são, apresentam uma evolução muito particular de então para cá, já lá vai mais de um século. É à análise daqueles dois elementos e à sua evolução que dedico a breve reflexão que se segue, procurando, por um lado, pôr em destaque a diversidade da língua mirandesa e os caminhos de unidade que tem vindo a trilhar, e, por outro, atender a algumas das manifestações que mostram uma conceção negativa dos próprios falantes quanto à sua língua, noutras palavras, procuro indagar até que ponto os mirandeses ultrapassaram o complexo de patinho feio que tem marcado a sua relação com a própria língua.

II. DA DIVERSIDADE À UNIDADE

1.

José Leite de Vasconcellos fez a sua mais desenvolvida investigação sobre o mirandês em Duas Igrejas porque daí era natural o seu condiscípulo Branco de Castro, isto é, por mero acaso e não devido a uma escolha previamente

programada, de acordo com critérios que lhe permitissem, por exemplo, ir em busca dos falantes do melhor ou do verdadeiro mirandês.

Com efeito, nunca José Leite de Vasconcellos se pôs o problema que, de vez em quando, parece atormentar algumas pessoas: onde se fala bem o mirandês? Existirá um sítio onde se fala melhor mirandês que nos restantes? A pergunta, apesar de infantil, tem sido feita, esquecendo que a língua é um facto das pessoas e das sociedades e não uma entidade quimicamente pura, forjada em laboratório. Reflete vivências específicas, encarna uma história diversa, sofre influências distintas. A diversidade é a natural maneira de ser de uma língua, seja ela qual for. Assim, a única atitude séria a adotar é respeitá-la, que o mesmo é dizer, respeitar as pessoas que a falam. À pergunta, onde se fala bem mirandês, a resposta só pode ser: onde se fala mirandês, fala-se bem mirandês. Esta atitude de respeito é um pressuposto essencial de que devemos partir para uma abordagem séria de qualquer língua.

2.

Muito cedo, José Leite de Vasconcellos detetou esta diversidade, de aldeia para aldeia. As próprias pessoas das aldeias, de todas as aldeias, sempre tiveram consciência dessa diversidade e dela procuraram fazer motivo de chacota, assentes numa convicção muito simples: nós é que somos os bons falantes. A diferença podia ser uma só palavra, um som, mas bastava para os propósitos pretendidos. No entanto, nem por isso deixavam de usar a sua língua nos contactos entre eles e a forma como o fazem permite-lhes, quase sempre e de modo imediato, identificar a origem do interlocutor. Enfim, nada que, a uma escala mais ampla, não se passe com o português ou outras línguas.

A atitude daquele sábio foi respeitar essa diversidade, registando-a e estudando-a. Apesar dos avanços feitos, o estudo dessa diversidade encontra-se ainda por fazer com a devida profundidade. É interessante a esse respeito o trabalho de recolha efetuado por Duarte Martins na aldeia de Malhadas, já publicado no bonito livro “Bozes de l Praino”. Um exemplo a seguir noutras localidades, de modo sistemático.

Deixemos clara uma ideia: a diversidade é uma riqueza extraordinária da língua mirandesa. Por isso nada deve ser feito para impedir a manutenção dessa riqueza, nos mais diversos modos do seu uso oral ou escrito. Deve, porém, ficar bem claro o campo onde essa diversidade deve ceder o passo à unidade: a ortografia, essa espécie de *design* em que uma língua se materializa e com que se apresenta.

3.

Apesar da diversidade verificada de aldeia para aldeia, José Leite de Vasconcellos procurou agrupá-la por grandes áreas com características próximas, tendo adotado para o efeito um critério externo, de natureza geográfica. Assim, distinguiu entre: o mirandês do Norte ou raiano; o mirandês do Centro; e o mirandês do Sul ou sendinês. Depois dessa classificação e da descrição, desigual, das principais características de cada uma das zonas alguns estudos se fizeram, sem no entanto se considerar que os existentes sejam suficientes e devidamente aprofundados.

Em lado algum dos escritos de José Leite de Vasconcellos se diz que há mirandês mal falado, nem os seus estudos vão nesse sentido. Porém, alguns têm interpretado a sua observação das diferenças e das parencas entre variedades como uma definição de “bom mirandês”, de facto inexistente. Por isso, desde muito cedo se tentou uma exclusão dos que, supostamente, falam mal em relação ao que falam bem, em nome de uma pureza que se procura manter e que não pode ser adulterada. Como se os estudos feitos por José Leite de Vasconcellos fossem um ato fundante da língua em vez do povo que a fala e a sua história. Porém, foi o próprio sábio da Ucanha o primeiro a alertar para a necessidade de estudos que aprofundassem os por ele efetuados.

Algumas pessoas, em vez de estudarem a realidade, tomam como realidade o que foi descrito por José Leite de Vasconcellos, num certo sentido se produzindo em relação ao mirandês o chamado “efeito Rio de Onor”, como lhe chamou Joaquim Pais de Brito (BRITO, 1996, 19), isto é, toma-se como essencial realidade a que resulta dos

trabalhos de José Leite de Vasconcellos em vez de se estudar a realidade em si mesma. É óbvio que aquele sábio nenhuma culpa tem deste uso que é dado à sua obra.

4.

Verificada a diversidade, apesar de necessitar ser melhor descrita e estudada, coloca-se o problema da unidade, capaz de, a um tempo, manter essa diversidade e que permita à língua aparecer como uma língua una, elemento essencial da sua subsistência e desenvolvimento. De entre os vários instrumentos de unificação vou abordar um deles, que me parece essencial: o caminho da unidade pela escrita.

Se repararmos na primeira fase de escritores mirandeses, verificamos que a maioria é constituída por escritores da zona do mirandês raiano, se excetuarmos o próprio José Leite de Vasconcellos, que reflete sobretudo o mirandês de Duas Igrejas, tal como Francisco Brandão, de Cércio, embora este escreva por interposta pessoa. Com efeito, nos anos 90 do século XIX encontramos como principais escritores de mirandês o abade Manuel Sardinha e o reitor Francisco Meirinhos, ambos de São Martinho de Angueira, e Bernardo Fernandes Monteiro, da Póvoa.

Apesar da origem e características do mirandês destes escritores, José Leite de Vasconcellos não deixa de os utilizar com frequência para ilustrar a sua gramática, chegando a pedir a Bernardo Fernandes Monteiro para rever textos seus em mirandês. Assim, desde o início, o mirandês é apresentado através dos seus textos sob um signo de unidade, apesar da falta de norma ortográfica então existente e das variantes de mirandês em que cada um deles poderia ser incluído. O reduzido número de pessoas que sabiam ler e escrever não permitiu que esta unificação fosse muito longe. Mas ficou a sua prova.

5.

Ao longo de quase todo o século XX são fundamentais dois escritores mirandeses: António Maria Mourinho e Manuel Preto. O primeiro significa a entrada da variedade sendinesa na escrita do mirandês e o segundo mantém a tendência anterior para uma prevalência de escritores da variedade raiana do mirandês, uma vez que o padre Manuel Preto era natural de São Martinho de Angueira.

Embora a forma adotada por António Maria Mourinho seja a correspondente ao mirandês central, nomeadamente quanto ao uso de *lh* em início de palavra e dos ditongos crescentes, seguindo José Leite de Vasconcellos, único modelo então disponível, uma análise atenta da sua obra mostra que o essencial do seu léxico e a sintaxe que utiliza são tipicamente sendinesas, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer e do que alguns têm escrito ou apenas dado a entender. O estudo da obra de Manuel Preto e de António Maria Mourinho nesta perspetiva está por fazer, mas a prática da escrita por este dois autores maiores aprofunda de modo decisivo os caminhos de unidade do mirandês, representando uma conquista que não admite recuo. Esta é uma lição que me parece nunca ter sido devidamente salientada até ao presente.

6.

A partir do fim do século XX, na década de 90 e em particular após a lei nº 7/99, a escrita do mirandês começa a generalizar-se progressivamente. O problema da escrita coloca o problema dos leitores: não há leitores se não houver quem escreva e, em certa medida, a escrita é incentivada pela existência de leitores. Dá-se, então, um salto qualitativo: da escrita para mera memória futura, prevalecte com José Leite de Vasconcellos e António Maria Mourinho, passa-se a uma escrita viva que pretende ser lida. Passa a haver leitores que exigem a escrita e documentos de apoio à sua aprendizagem. Hoje temos escritores de mirandês, oriundos de todas as suas variedades, e a convivência entre elas tem-se vindo a aprofundar, trilhando um caminho de unidade que é já património inalienável da língua mirandesa e dos mirandeses. Tudo isso sem que a ninguém tenha sido necessário abandonar as diferenças que caracterizam a variedade linguística em que se insere.

7.

A Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa surge como pressuposto essencial da unificação. Ela contribui decisivamente para a unificação da língua. Embora a unificação total ainda não tenha acontecido, creio que não

devemos sobrevalorizar a diversidade ainda existente. Em Portugal até há bem pouco tempo a variação na escrita era enorme e só com a generalização da imprensa e, sobretudo, do ensino é que essa unificação se conseguiu. Não creio que isso tenha trazido graves problemas à língua. O mesmo se passa com a língua mirandesa. Subsistem algumas diferenças, mas creio que chegou a altura de serem encaradas naturalmente e não serem sobrevalorizadas. Não creio que um acento circunflexo, é isso que está em causa, seja suficiente para por em causa a unidade e o caminho de unificação da língua mirandesa. Chegamos ao ponto a que chegamos, o essencial não passa por aí. O essencial é que ninguém seja excluído, o essencial que não se permita que alguém creia transformar o secundário em essencial. Deixemos que o tempo, a continuidade da discussão e o assentar de alguma poeira possam realizar o seu trabalho.

8.

Até há bem pouco tempo escrever em mirandês era uma curiosidade a poucos reservada. Felizmente, embora ainda em pequeno grau, a escrita do mirandês tem-se vindo a generalizar, num certo sentido podemos dizer banalizar, assim como a leitura de textos em mirandês. De certo modo vai-se tornando uma forma banal e normal de comunicar. Para esse efeito muito tem contribuído o desenvolvimento do ensino, mas em particular o aparecimento regular de textos em mirandês, nomeadamente em vários órgãos de comunicação social. A multiplicação deste tipo de textos, escritos por pessoas com formação muito diversificada, é um caminho a seguir quer na unificação do mirandês, quer no trazer de novos escritores e leitores para a língua mirandesa.

9.

Penso que neste momento estamos em condições de continuar um caminho de unificação ortográfica que preserve a diversidade e permita, até certo ponto, a sua identificação. O surgimento recente de um extenso vocabulário, elaborado pelo Sr. Padre Moisés Pires, embora mais orientado para a variedade específica do mirandês raiano e, em particular, da aldeia de Ifanes, bem como o início de publicação de um dicionário de mirandês que pretende abranger todas as variedades do mirandês, são contributos essenciais para a unificação do mirandês. Creio que este é um caminho que ajudará a prestigiar a língua mirandesa, apesar de alguma diversidade de escrita, pois, sendo um problema, não creio que o desenvolvimento e subsistência da língua mirandesa dependam de um acento circunflexo a mais ou a menos. Não sermos capazes de conviver com a diversidade que a língua mirandesa comporta, resultado de uma longa história, será um sinal claro da nossa menoridade. A leitura que faço do caminho percorrido, leva-me a concluir que a maturidade dos mirandeses tem vindo a saber ultrapassar este problema que nunca é fácil de ultrapassar e que tem enredado muitas línguas minoritárias em situações que não deixam olhar o futuro.

III. CAMINHO PARA UMA CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA DE LÍNGUA PRESTIGIADA

1.

A descoberta da língua mirandesa por José Leite de Vasconcellos dá-se, numa primeira fase, através do seu encontro, em 1882, com o estudante, natural de Duas Igrejas, Manuel António Branco de Castro, que o convidou para passar as férias do verão de 1883 em sua casa. É interessante recordar o espanto de Branco de Castro perante o entusiasmo de José Leite de Vasconcellos, que assim relata o encontro:

Branco de Castro, reclinado sobre a cama, no seu pequeno quarto de estudante, recitava vocábulos, conjugava verbos, declinava nomes; eu, sentado numa cadeira ao pé, ia apontando fervoroso tudo o que lhe ouvia, e que para mim era como aquelas maçãs de ouro que, segundo um conto popular bem conhecido, saíam da bôca de uma virgem bem fadada, quando fallava ao seu noivo.

Num quarto vizinho estavam alguns estudantes tocando guitarra (...); os estudantes interromperam a musica e vieram ouvir. Ao contrário de Orpheu, que, ao som da sua lyra, arrastava os penhascos e fazia parar os rios, aqui a musica cedia ao encanto da lingoa de Miranda! Isto constituia de facto uma novidade para os estudantes, que não sabiam que em Portugal se fallava outra lingoa além do português de Bernardes e Garrett. O mais encantado, porém, era eu. Com certeza não se escutavam com maior atenção os oraculos de Apollo em Delphos, ou os de Zeus em Dodôna, do que eu as palavras que o meu Branco de Castro proferia, sereno e resignado, deante de mim.

Dizia elle a principio: - "Isto é uma giria de pastores, uma fala charra, não tem regras, nem normas!". Mas, quando eu lhe mostrava que as correspondencias d'ella com o latim era certas, que a conjugação seguia com ordem, - elle pasmava, e admirava-se que entre os cabanhaes Genizio, e em meio dos huertos de Ifánez se pudesse ter feito cousa tão regular como era a lingoa que velhos cabreiros lhe haviam ensinado em pequeno. E tambem se enthusiasmava, e começava comigo a venerar esta desherdada e perdida filha do latim. Subia então ao auge o seu espanto, quando, não se lembrando casualmente de um vocábulo, ou não lhe acudindo logo á memoria a flexão de um verbo, eu lh'os indicava teoricamente, apenas baseado nas leis que pouco a pouco ia deduzindo dos factos observados. (VASCONCELLOS, 1900, 4-5).

José Leite de Vasconcellos aponta claramente a razão de conceções com a de Branco de Castro: *"tinha-se perdido o fio à história daquela "desherdada e perdida filha do latim". (vd. FERREIRA, 2004). É esse fio da história que importa retomar e explicar cada vez de modo mais claro, removendo a poeira e o ruído que séculos de história foram acumulando.*

2.

O contraponto às conceções de Branco de Castro, que na altura seriam as mais generalizadas, é-nos dado pelo abade Manuel Sardinha e por Bernardo Fernandes Monteiro. O abade Manuel Sardinha, em carta que dirigiu a José Leite de Vasconcellos em 1882 diz o seguinte da língua mirandesa (VASCONCELLOS; 1882, 11):

"... You mesmo, que sei bien este dialeto, solo agora, grácias al buosso bun eisemplo, i tamien al bun gusto que m'apegustes, ampeço a descubrir filones d'ouro nesta antressantíssima lhéngua, que se ten cunserbado stacionária, cumo las gentes senzielhas que la fálan, Dios sabe quantos seclos habrá yá. I todo esto debemos nusoutros, los anfelizes mirandeses, a los gobiernos paternales de l rei nuosso senhor, que siempre nos há despreziado, i a los sábios nun menos paternales de las nuossas academias, que nin sequiera sáben de la eisisténzia de tal mina, esto ye, de tal lhéngua. Bergonha aterna a todos eilhes!..."

Qualquer comentário parece-me desnecessário.

Já no que toca a Bernardo Fernandes Monteiro a sua conceção resulta sobretudo da sua atitude. Com efeito, num breve espaço de tempo deixa-nos uma tradução integral de Os Quatro Evangelhos e excertos de uma Epístola, bem como traduções de poemas de Camões, de um conto de Manuel Ferreira Deusdado, de poemas populares e algumas histórias originais. Como referiu José Leite de Vasconcellos quer um quer outro dos dois autores tentou dar ao mirandês foros de língua literária (VASCONCELLOS; 1900, 31).

A atitude geral, já acima ilustrada com a postura de Branco de Castro, fica bem expressa nos receios que o Padre Manuel Preto expressa nestes versos, ditos em público:

*You sinto mie alma an pena
Cula gana de cantar,
Cumo ua spiga chena
Chora por se zgranar!*

*You tengo no coração
Uas ánsias d'agonia
Uas fúrias de lion,
De cantar nesta oucajon
Mas temo que l mundo se ria!*

*Temo-me de algum abuso!
Mas you digo cousas sérias,
Anque dígan que l çcurso
Nun passa de quatro lérias!*

*You temo las gargalhadas
D'oubir falar mirandés!*

*Las tachas arreganhadas,
Las bielhas canhas rachadas*

*Que stan siempre purparadas
Para cantar d'alrobés!
Para cantar d'alrobés,
La solfa de las risotas
Para cantar d'alrobés
Cumos'un samartinés
Nun fura bien portugués
De l chapéu até las botas!*

*Temo l mirar todo mal
Al toque de la galhofa!
La nuossa tierra, afinal,
Ye um cacho de Portugal
Que nun merece la mofa!*

*Temo abaneis la ceranda
Cuidando que l trigo ye broça,
Cumos se l ir a Miranda
Fura «mira la sé i anda»
Dito assi cun air de troça!*

3.

Vem de muito longe o movimento que visa impor o português como língua única de Portugal. Esse movimento ganha força sobretudo no século XV, altura em que a maioria dos nossos escritores se expressava tanto em castelhano como em português (TEYSSIER, 1980, 71), o que deu origem à queixa amarga de António Ferreira (FERREIRA, 1528 – 1569):

*Renova mil memórias,
língua aos teus esquecida,
ou por falta d'amor ou falta d'arte;
sê para sempre lida
nas portuguesas glórias,
qu'em ti a Apolo honra darão, e a Marte.*

*A mim pequena parte
cabe inda do alto lume
igual ao canto: o brando Amor só sigo,
levado do costume.
Mas inda em algua parte
- Ah, Ferreira – dirão –, da língua amigo!*

É por essa altura que se desenvolve um poderoso movimento a favor da língua portuguesa, que também na Terra de Miranda teve grande reflexos através das Constituições dos bispos da altura que impuseram o rezar em português. Como refere Elsa Maria Branco da Silva:

"No século XV a língua vernácula sofre uma valorização inquestionável em face da língua latina, como o provam as diferentes traduções que entretanto vão sendo feitas. Este fenómeno de publicação e de divulgação de obras em linguagem tem de ser interpretado como consequência da necessidade de afirmação da língua vernácula, pois

temos a certeza que neste período de finais da Idade Média se começava a alargar o conhecimento do latim” (SILVA, 2001, 74).

É dentro deste movimento que devem ser integradas as *Constituições Sinodais do Bispado de Miranda*, de 1563, elaboradas por D. Julião D’Alva, 3º bispo de Miranda, que prescreviam:

“Mandamos a todos os abbades, priores, reitores, curas & capellães deste nosso bispado, que cada um em suas ygrejas, assi nas matrizes como nas annexas, ponham em hua taboa bem concertada hua folha que agora mandamos imprimir, em que se contém a doutrina christã: a qual estará pendurada de hũa cadea posta nas grades ou paredes das ditas ygrejas em altura conveniente: por que todos os que quizerem possam nella ler e aprender a dita doctrina, e pola mesma taboa a possam os ditos curas ensinar”. Os párcos deviam ensinar os moços de 5 a 12 anos “muy de vagar, em voz alta e intelligível, de maneira a que de todos possa ser entendida”. (in VASCONCELLOS, 1900, 155).

Porém esse movimento levou o seu tempo a dar frutos, nomeadamente devido ao grande “complexo de inferioridade linguística que tinha produzido no povo português a anexação subordinada à monarquia espanhola”, mais uma vez se confirmando que “os povos submetidos sacodem mais depressa o jugo das armas do que o jugo da língua” (VÁSQUEZ CUESTA, 1986, 151-152). O caso na Terra de Miranda teve características próprias dadas ser terra de fronteira, mas a imputação de língua inferior atribuída ao mirandês ter-se-á verificado quer face ao português quer face ao castelhano. Também nos dão uma ideia negativa da língua mirandesa, Severim de Faria (1609) e Contador de Argote (1725). Diz este referindo-se aos falares raianos:

Há alguns (dialetos) de alguns lugares de Tras os Montes, e Minho nas rayas de Portugal, que são muyto barbaros, e quasi que se não pòdem chamar Portuguez, mas só os usa a gente rustica daquelles lugares.

Ainda no início do século XX, um visitante de Miranda diz sobre a sua língua:

A região mirandesa com as suas aldeias de casario sujo e lobrego, mas muito unido, não tem sequer uma estrada de macadam que a ligue ao resto do paiz. Os seus habitantes, cujo typo anthropologico é vigoroso e moreno, estão, pois, sequestrados a todo o convívio do progresso, o que os mantem na ignorancia, na superstição e na rotina. (...) O homem de Miranda falla un dialecto proprio, que dá a impressão d’uma hybrida mistura de castelhano e portuguez, vasados no mais vicioso e corrupto plebeismo. (MONTEIRO, 1911, 2-3).

Já mais perto de nós, e a título de exemplo, recorde-se ainda a alcunha de *palhantros* aplicada aos mirandeses pelos trabalhadores que vieram para as barragens do Douro, nos anos 50 do XIX, indicadora de desprezo por quem, segundo eles, não sabia falar. Os exemplos poderiam continuar, mas são sobejamente conhecidos. Em conclusão, todo este ambiente, ao longo de séculos deu os seus frutos e acabou por produzir em muitos mirandeses um sentimento de inferioridade em relação à sua língua e a que eu chamo o complexo de patinho feio. Estará esse complexo ultrapassado? Como se manifesta nos dias de hoje, numa altura que já não é popular a assunção nua e crua daquele complexo? Terá ele desaparecido ou apenas se tem vindo a travestir com manifestações mais subtis?

4.

As conceções relativas a uma certa ideia de inferioridade da língua mirandesa estão vivas, têm manifestações diversas e têm variado com os tempos. Vou apenas enumerar algumas delas, que não são as únicas e podem nem ser as mais importantes:

- A sua redução a uma língua rural;
- A ideia de que a língua está a morrer, bastando deixar algo para memória futura;
- A ideia de que tem um vocabulário tão limitado que não pode ser usada com eficácia em situações normais da vida;
- A ideia de que não deve ser usada para tratar temas abstratos, para falar de filosofias;
- A ideia de que a língua não se aprende, mama-se;
- A ideia de que a língua mirandesa não pode ser uma língua de doutores.

5.

Uma primeira manifestação tem a ver com a tentativa de confinar a língua ao campo: seria uma língua rural, próprias de agricultores tradicionais, já não dos modernos, incapaz de entrar por outras áreas de atividade, de assentar arraiais na cidade. Esta manifestação tem procurado o seu alicerce numa expressão de José Leite de Vasconcellos que afirmou ser a língua mirandesa a língua do campo, do trabalho e do amor. Ora José Leite de Vasconcellos fez aquela afirmação como resumo da situação existente no tempo em que ele estudou a língua mirandesa, no último quartel do século XIX. Tratou-se da enunciação de um facto. Foi também assim que António Maria Mourinho entendeu essa afirmação:

O meio em que esta linguagem nasceu e se desenvolveu, foi sempre de plena rusticidade ou vida agropecuária dos seus habitantes, lavradores, boieiros e pastores, e foi sempre e apenas língua falada e não escrita – a “língua do campo, do lar e do amor, como lhe chamou Leite de Vasconcellos até os fins do século XIX na sua última década, em que começou a ser cultivada por alguns mirandeses mais ou menos letrados. (MOURINHO, 1993, sublinhado meu).

Numa pirueta capaz de provocar calafrios na espinha do ilustre estudioso alguns têm entendido aquela afirmação como a afirmação de uma essência da língua e, como tal, inultrapassável sob pena de a língua ser totalmente adulterada. O Padre Moisés Pires, na apresentação do seu Vocabulário deixa bem expressa a ideia de que uma língua está sempre a mudar: “*La Fala, feita de palavras, que múdan culs tiempos i culas gientes*” (PIRES, 2004).

António Maria Mourinho, num escrito recente observou de modo certo, que o caminho normal da língua mirandesa é o de se tornar uma língua escrita e culta:

O futuro da Língua Mirandesa (só Deus o sabe!) mas pelo interesse que já o povo aldeão e culto vai criando por ela, poderá deixar de ser língua falada, mais cedo ou mais tarde, e passará também a ser língua escrita e culta. (MOURINHO, 1993).

6.

Uma segunda manifestação é mais subtil e prende-se com a afirmação de que a língua está a um passo da sua morte e, portanto, tudo o que for feito deve ser condicionado por esse fim. Desde as posturas puramente quietistas até outras mais elaboradas há de tudo um pouco. A mais conhecida tem a ver com a literatura mirandesa: mais que uma verdadeira literatura importa escrever textos que sejam um registo para memória futura, quando a língua já tiver morrido. Tal conceção foi claramente assumida por José Leite de Vasconcellos e, mais tarde, por António Maria Mourinho (MOURINHO, 1961, V), embora me pareça que, neste autor, foi sobretudo uma posição de juventude, pois em textos posteriores aponta em sentido inverso.

Não quero no entanto deixar a ocasião sem notar a contradição entre as palavras de José Leite de Vasconcellos e a sua prática: tinha em suas mãos a tradução integral de *Os Quatro Evangelhos*, feita por Bernardo Fernandes Monteiro, no entanto preferiu publicar algumas traduções suas em vez de uma obra que teria sido fundamental para o mirandês. Enfim, os grandes homens também sucumbem às suas pequenas vaidades, e não é por isso que deixam de o ser.

7.

Uma terceira manifestação tem a ver com a afirmação de que a língua mirandesa tem um vocabulário tão limitado que não pode ser utilizada com êxito em contextos tão normais da vida como, por exemplo, namorar. O exemplo mais acabado desta conceção retiro-o do livro de Abílio Pires *O Silêncio das Pedras*, que é um importante repositório da vida de uma aldeia mirandesa, em concreto Constantim, nos 50 e 60 do século passado. Assim, presto aqui a minha homenagem ao meu amigo Abílio Pires, que compreendeu bem a importância e valor do mirandês:

Era o falar, esse mesmo falar, rude e desgracioso que deitava por terra todos os disfarces, porque as pessoas de cultura modesta – que eram quase todas – outra forma não conheciam de exprimir as suas ideias além do uso da língua que lhes deu o berço e lhes ensinou a dar nome às primeiras coisas.

Quem quisesse ganhar importância e prestígio não deveria expressar-se em Mirandês. O dialeto era sinónimo de parolice, próprio de quem não dominava o falar das pessoas elegantes. Deveria falar fidalgo, tal como os naturais da cidade de Miranda.

Tempos virão talvez em que as gentes estudiosas doutras paragens nos hão de visitar para escutarem o nosso falar e reconhecerão que se trata dum valor cultural inestimável que não deve ser menosprezado e muito menos pelos seus falantes.

O nosso dialeto poderá não ser doce ao paladar nem melodioso aos ouvidos, mas é com ele que os homens rezam e dialogam entre si e com a terra e com os animais. É com ele também que a mãe acaricia e embala o seu menino. E o menino aprende a dizer coisas lindas que delicias e enternecem a mãe.

O dialeto parece ter de facto uma tonalidade menor. É rude e pouco sonante, mas está profundamente enraizado nas gentes do concelho. Cada aldeia tem as suas variantes e faz chacota dos outros falares querendo impor-se como modelo linguístico. O Sendinês é como que um subdialeto com características próprias e é objeto de muitos gracejos.

É provável que a ideia da não sonância e subalternidade do nosso falar seja mais fictícia que real. A importância duma língua parece estar condicionada à influência e prestígio das pessoas que dela fazem uso. Ou não será verdade que a classe dominante impõe aos outros as regras do seu viver, incluindo as suas normas linguísticas? E o dialeto identificou-se sempre com a gente modesta das aldeias que vivia curvada para a terra dura e afastada de todos os resquícios de modernidade. Era subestimado pelo próprio falante porque também ele se sentia pequeno quando confrontado com os fidalgos mirandeses que tudo sabiam e nas repartições oficiais eram os modernos publicanos. (PIRES, 1995, 156-157).

Não posso, no entanto, deixar de transcrever uma passagem em que transparece de forma clara e fundamentada aquela manifestação quanto à inferioridade da língua mirandesa, supostamente por ter um vocabulário restrito:

O que sempre me pareceu deveras redutor no nosso dialeto era o seu restrito vocabulário.

Se é verdade que não há pensamento sem uma linguagem que lhe dê expressão, daqui resulta que a pobreza lexical impedia o florescimento de novas ideias e o conseqüente atrofiamento no despertar de novas formas de encarar a vida. É que as ideias precisam de ser sacudidas e varejadas e a palavra é indispensável neste processo. Ela própria já parece comportar significados ocultos que a pouco e pouco se vão clarificando. As palavras são a seiva fértil de que o pensamento se alimenta.

Ao falante da minha terra faltavam-lhe palavras para traduzir sentimentos. Claro que podia socorrer-se de termos lusos e castelhanos, mas para isso era preciso conhecê-los e ainda assim o discurso perdia elegância e era pouco convincente. (PIRES, 1995, 157-158).

Como pode ver-se pela conclusão do autor, o problema não era da língua em si mas das pessoas que a falavam. Eram estas que tinham um vocabulário reduzido e não a língua.

8.

Similar às anteriores, também há muito a ideia de que a língua mirandesa não é adequada a tratar temas abstratos, falar de filosofias, como se diz. Não que não tenha capacidade para tal, mas porque isso redundaria na sua descaracterização. Essa ideia é claramente veiculada por António Maria Mourinho:

Não seria bom pôr esta língua ao serviço de filosofias ou abstrações subtis, embora ela tenha capacidade para as receber, definir e explicar: seria tirá-la do seu âmbito e do seu fim.

Como a nossa vida é simples e ingénua, a fala anda simplesmente ao serviço dessa simplicidade pastoril e campestre, familiar e social, só entre os quinze milhares de mirandeses. (Mourinho, 1961, VI).

E no entanto, em muitos textos que escreveu, não podemos deixar de reconhecer que António Maria Mourinho pôs a língua ao serviço de ideias filosóficas muito subtis, nomeadamente em alguns dos seus poemas. O mesmo

fez Manuel Preto, nomeadamente no seu poema “Lhuç”, onde fala da maravilha que é a energia atómica, do átomo constituinte de todas as coisas:

*Todo ye feito de graninas
Que só Dios puode cuntar.
cada granina ye un átomo
Cumio l costúman chamar.
Látomo ye tan pequinho
Que l uolho nun l puode apanhar;
Só cun máquinas de ber
se puode ber i studar!*

*Pus drento del, bien metidas,
Hai tantas cousicas, tantas,
Cumio cien bezes no mundo
Hai personas, bichos, plantas!*

*I además, ten tanto fuorça
Cumio d'homes un melhon!
La lhuç que bota, tan fuerte,
Que cega e mata num pronto
A quien delante se pon!*

*(Perguntai-lo a dues cidades
Que nistante fizo an cinza,
Ambas a dues no Japon!)*
*Barraiges ándan sin auga:
L átomo las fai andar...
Hai panes, hai batatales
Que l átomo fai medrar...
Barcos hai cun fuorça atómica
Que dan seis buoltas al mundo
Sien ser preciso parar!*

*Pensa bien: sol, lhuna, streilhas,
Piedras i palos i gaç,
Tierra i mar, pan, auga i bino,
Todo ye lhuç, nada más!
(PRETO, 1993, 134-135).*

9.

Uma das mais perigosas conceções quanto à dita inferioridade da língua mirandesa prende-se com a recusa de meios de transmissão da língua que não sejam a família e a comunidade. Como expressão dessa conceção diz-se: a língua não se ensina, ou se mama ou não se aprende. Numa altura em que os meios de transmissão familiares estão em crise, esta conceção contra o ensino da língua significa, de facto, a morte da língua. Trata-se de uma conceção ridícula: todas as línguas do mundo poderiam ser ensinadas nas escolas, menos uma, a mirandesa.

10.

Por último, não posso deixar de referir uma outra conceção que esteve em voga bem recentemente e que também significa a atribuição de um estatuto de inferioridade à língua mirandesa. Dizem que a língua mirandesa não se pode transformar numa língua de doutores, isto é, deve ser uma língua de analfabetos. Esta conceção significa excluir da família da língua todos os letrados, aqueles que a escrevem, aqueles que a estudam. O mais

curioso é que são alguns doutores que têm vindo a defender esta conceção. É como se alguém, que falou toda a vida a língua mirandesa, estivesse proibido de o fazer a partir do momento em que se licenciou. Essa foi de facto a atitude de sempre da maioria dos intelectuais mirandeses ao longo dos tempos, com honrosas e contadas exceções, e os seus resultados não são nada abonatórios dos mirandeses e em nada ajudaram a língua mirandesa.

11.

É altura de concluir. As manifestações a que acabei de me referir e outras similares estão bem vivas e são um importante obstáculo ideológico à afirmação da língua, ao seu desenvolvimento, ao seu prestígio e, em última instância à sua preservação. Que caminhos devem ser seguidos para inverter essa tendência? Penso que a resposta é complexa e não é minha pretensão apresentar aqui um programa político. Gostaria apenas de salientar três vetores que me parecem essenciais, acrescentando-lhe um quarto como alicerce de tudo.

Assim, diria que o prestígio da língua, a sua preservação e desenvolvimento passam pela necessidade de promover, alargar e dignificar o ensino da língua mirandesa; pelo desenvolvimento de uma literatura aos mais diversos níveis, quer em termos tradicionais quer em termos de intervenção regular na comunicação social; por fim, é necessário desenvolver a investigação fundamental em torno da língua mirandesa, que leve a um melhor conhecimento. O quarto aspeto que referi como essencial parece mais simples, mas é o mais complicado de todos: é necessário que o mirandês se continue a falar, a começar na família, e que o seu uso se alargue a novas zonas e a novas entidades, inclusive as entidades oficiais. Se a língua não se falar, então tudo o resto é tempo perdido e o esforço será infrutífero.

Lisboa, 15 de outubro de 2004, Amadeu Ferreira

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGOTE (1725), Jerónimo Contador de, Regras da Língua Portuguesa. Citação extraída de Ivo de Castro, Curso de História da Língua Portuguesa, Universidade Aberta, 1991, p. 44.

BRITO (1996), Joaquim Pais de, Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

FARIA (1609), Manuel Severim, Itinerario da jornada q. fez o Sôr M.^{el} Seuerim d'faria chantre e Cónego da See d'Euora a Miranda no anno d'1609, in Nação Portuguesa, vol. VII, fasc. XI-XII, 1933.

FERREIRA (2004), Amadeu, "Uma mentira que foi tomada como verdade", in Mensageiro de Bragança, de 04/06/2004.

FERREIRA (1528 – 1569), António, Poemas Lusitanos, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

MONTEIRO (1911), Manuel, O Douro, principais quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes (fac-símile da edição de 1911, Emílio Biel & C^a - Editores), Edições Livro Branco, 1998.

MOURINHO, António Maria (AMM, 1961) Nuossa Alma i Nuossa Tierra, ed. Imprensa Nacional de Lisboa.

MOURINHO, António Maria (AMM, 1992) "O Romance cantado no Nordeste Português", in AA.VV. Literatura Popular Portuguesa. Teoria da Literatura Oral / Tradicional / Popular, Ccord. de Manuel Viegas Guerreiro, ed. ACARTE / Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

MOURINHO (1993), António Maria, "Breves Notas sobre a língua mirandesa desde há cem anos", publicado com o 2º vol. dos Estudos de Philologia Mirandesa de J. Leite de Vasconcellos.

PIRES (1995), Abílio, O Silêncio das Pedras, ed. do Autor.

PIRES (2004), Moisés, "Dicionário de Mirandês-Português. Palavra do Autor", in Mensageiro de Bragança, de 08/10/2004.

PRETO (1993), Manuel, Bersos mirandeses, ed. Salesianas.

SILVA (2001), Elsa Maria Branco da, O Catecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu, edições Colibri, Lisboa.

TEYSSIER (1980) Paul, História da Língua Portuguesa, Livraria. Sá da Costa, Lisboa, 8ª ed., 2001 (Trad).

VASCONCELLOS (1882) J. Leite de, Flores Mirandezas, Porto.

VASCONCELLOS (1900-1901), J. Leite de, Estudo de Philologia Mirandesa, Lisboa.

VÁSQUEZ CUESTA (1986), Pilar, *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1988 (tradução do espanhol *La lengua y la cultura portuguesa en el siglo del Quijote*, Espasa Calpe, Madrid).

9) ÂNGELO CRISTÓVÃO, ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA PORTUGAL

ÂNGELO CRISTÓVÃO nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, tendo-se dedicado a estudar os métodos e técnicas de investigação nas ciências sociais. A sua atividade no mundo empresarial não o impede desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura nacionais.

Em 1987, sendo estudante participa no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: “Uma escala de atitudes perante o uso da língua”, resultado de um projeto de investigação desenvolvido na Faculdade de Psicologia da Universidade de Santiago -publicada posteriormente na revista *Agália*. No mesmo ano colabora ativamente na constituição de um grupo de investigação em sociolinguística, sendo o seu coordenador até 1990. Neste ano publica na revista *Noves de Sociolinguística* (Barcelona, Institut de Sociolinguística Catalana, da Generalitat de Catalunya) uma “Bibliografia de sociolinguística lusófona”, posteriormente editada também na revista *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística* (Braga).

Em novembro de 2004 sai a lume a edição crítica (sob a sua responsabilidade) do primeiro livro em português do reconhecido sociólogo catalão Lluís V. Aracil: *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*. (AAG-P, Braga). O texto é apresentado o dia 26 de novembro de 2004, durante a realização do *II Seminário de Políticas Linguísticas* da Associação de Amizade Galiza-Portugal, na que e exerce a função de secretário. É também membro de outras associações culturais como as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, com sedes em Viana do Castelo e Ponte Vedra.

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES PUBLICADAS:

(1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in *Nós*, nº 16-20, pp. 139-146.

(1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in *Agália*, n.º 14 (verão), pp. 157-177.

(1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. IV-V, n.º 14-20, pp. 123-127.

(1989): "Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in *Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Ourense, pp. 237-254.

(1990): "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, n.º 9, Barcelona, pp. 3-33.

(1992): "Language Planning: Atitudes", in *Atas I Congreso de Planificación Lingüística*, Santiago de Compostela, pp. 383-400.

(1994): "Medição de variáveis: competência e uso linguístico", in *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, *Comunicações suprimidas*, n.º 2.

(2003): "Paradoxos da Galiza", *Semanário Transmontano*, 3 de julho.

Na internet: <http://www.lusografia.org/paradoxos.htm>>

(2004): "Questione della lingua: introdução e bibliografia", comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 16-17-18 setembro. Na internet: <http://www.questione.org/node/view/210> >

O CONTRIBUTO DE ANTÓNIO GIL À SOCIOLINGUÍSTICA GALEGA

Na Galiza tem predominado, nas últimas décadas, o modelo sociolinguístico que podemos chamar do “conflito linguístico” ou da diglossia como sintoma de anormalidade. Originariamente proposto por Aracil (1965, 1966a) — que o abandonaria em 1983 com a publicação de *Dir la realitat*— e reinterpretado por vários autores, como

Ninyoles, chegaria à Galiza da mão de Francisco Rodríguez com o seu *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* (1976, 1980, 1998), constituindo um livro de sucesso. A este esquema teórico atribuiu-se, desde então, duas virtudes fundamentais: ser hipótese explicativa para toda e qualquer situação de contacto de línguas e guia prático para a transformação social. A quebra deste modelo tem conduzido a um beco sem saída a múltiplos movimentos associativos de normalização linguística, não só no Fogar de Breogão.

Digna de estudo é a correlação entre os esquemas de *conflicto linguístico*, a conceção do galego como *língua própria* (ILG-RAG, 1982) ou *língua por elaboração* (Fernández Rei), e a promoção de *ilusões necessárias* como a idealização do *monolingüismo social* (Mário Herrero, 1997: 10). De facto, os promotores do modelo antidiglóstico têm-se posicionado, de sempre, na arena sociológica e política do antilusismo (Francisco Rodríguez, 1980: 52-55; 1988: 47-50).

Em contraposição, o modelo que orienta a sociolinguística desenvolvida em português da Galiza durante as últimas décadas, em consonância com os delineamentos aracilianos, chamamo-lo da *língua nacional* ou do *correlacionamento diglóstico*, sendo o máximo expoente a obra de António Gil. Nucleado no conceito de língua nacional (Gil Hernández, 1986cd, 1988a), assente na ideia fergusoniana de diglossia como sinal de normalização linguística (Gil Hernández et al, 1989a, 1989b), concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas (Manuel Rodrigues Lapa, 1979, 1982) e aplicando a conceção coseriuana de língua histórica (cuja primeira edição é de 1957), tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

Um dos aspetos mais atuais, esclarecidos e polémicos do discurso giliano é o do *correlacionamento diglóstico como condição de normalidade linguística*. Trata-se de uma série de quatro textos, iniciados com a publicação - em colaboração com o professor Henrique Rabunhal - de «O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a comunidade lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação», publicado em 1989 na revista Nós. A este seguiram outros três: «O correlacionamento diglóstico é condição de normalidade» (apresentado ao Congresso de Sociologia de Línguas Minorizadas); «A diglossia é condição de normalidade sociopolítica: sequência de Caminhos a seguir...» (publicado na efémera revista Folhas de Cibrão, 1989), e «Diglossia, conceito ajeitado à Galiza» (1989). Estes constituíram um complemento do modelo de normalização já antecipado no seu artigo "Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza" (Temas de O Ensino, 1986).

Na verdade, frente ao habitual modelo do conflito linguístico, o modelo giliano -e, com ele, o da sociolinguística lusófona galega - inicia o caminho da análise dos problemas da língua da Galiza de um modo diferente ao habitual. Em vez de culpabilizar ao castelhano dos problemas do galego, e propor como solução a desapareição da língua de Cervantes (por arte de magia?), orienta-se *para dentro*, esforçando-se na construção da comunidade linguística lusófona da Galiza começando pelo princípio: definindo o conceito de língua e a relação que deve estabelecer-se entre o utente e o código linguístico, inserido numa comunidade transnacional que recebeu o nome de lusofonia. Dito por outras palavras: a grande mudança, o grande contributo da sociolinguística lusófona consiste em perceber e tentar resolver os problemas internos da comunidade linguística galega, em vez de eternizar-se nas queixas sobre a superioridade da "outra" língua.

1. O HOMEM

O professor António Gil Hernández nasceu em Valladolid em 1941. Vindo para a Galiza em 1968, o seu interesse pela língua da Galiza foi originado na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago, onde se licenciou em Filologia em 1973, com os professores cujas obras, poucos anos mais tarde seriam objeto dos seus estudos. Tendo ministrado aulas na Escola Universitária da Corunha durante três anos, na altura regressou ao liceu *Salvador de Madariaga*, onde continua a ministrar aulas.

O que faz especial a obra de António Gil nos últimos 25 anos é a intensa tarefa intelectual em prol da sociolinguística galega. Esta atividade, brilhante e contínua, só é explicável, numa pessoa de origem castelhana e no contexto sociopolítico da Galiza, pelo seu compromisso ético e pela defesa da verdade antes de qualquer outra consideração. O resultado deste labor, desenvolvido em congressos, seminários, encontros, revistas e em diversas associações culturais, fica patenteado nos mais de cinquenta artigos e um livro publicados.

O personagem e a sua obra representam, em grande medida, o arquétipo do intelectual que combina o compromisso da análise rigorosa da realidade, participando na *questione della lingua* da Galiza - visando a superação da desigualdade existente entre o português (língua nacional) e o castelhano (língua favorecida pelo estado) - com a intervenção social, fazendo parte dos movimentos associativos e culturais da Galiza desde a mudança de regime político espanhol em 1978 - contudo, sempre afastado das atividades políticas partidaristas.

Um aspeto muito relevante da sua personalidade é a sua disposição generosa para fazer parte de projetos, pessoais e coletivos que, na realidade, se deviam total ou maioritariamente à intervenção, tendo relegado, no entanto, o seu nome para o último lugar ou mesmo mantendo-o oculto. Assim aconteceu em diversos artigos e comunicações como a "Tese reintegracionista" dos Encontros Labaca (1984), primeira formulação completa da tese que, anos depois, seria assumida genericamente como posicionamento comum a todos os grupos reintegracionistas; "Questionário de História Contemporânea", comunicação assinada por diversas pessoas e apresentada no Seminário *O uso das línguas na perspetiva da Europa Comunitária* (Ourense, 1993), organizado pela AGAL; *Fogo Cruzado*, livro coletivo publicado pela AGAL, ou o estudo "A Catástrofe, relato breve de Eça de Queirós", em colaboração com Yolanda Aldrei e Ângelo Brea, em que apresenta a situação que o Eça imaginou para Portugal como válida para perceber a situação da nação galega, resumível na frase: "Já que não há pátria, há família".

De ampla formação linguística, os seus artigos têm sido recebidos, mesmo entre os seus correligionários, com uma mistura de admiração pela qualidade e contrição pela exigência da leitura. O estilo da sua redação tem sido qualificado como *barroco*, podendo acrescentar também a qualidade de *preciso* e *exato*. São estas autoexigências que o levam a utilizar com profusão recursos estilísticos que tornam a leitura mais exigente e, por vezes, mais demorada. Cursivas, aspas, sublinhados, parênteses, além de múltiplas orações subordinadas, fazem parte do seu nível de exigência que, não sendo exclusiva dele, acha nos seus textos a máxima expressão. Contudo pode afirmar-se que a exigência na correção escrita é também uma característica de outros autores da chamada «geração da lusofonia» galega. Todavia, a escolha deste estilo tem-lhe acarretado algumas críticas dos leitores menos atentos ou pouco interessados. Em geral, os seus artigos não estão endereçados ao grande público, não são divulgativos mas vão endereçados a um público seletivo, ao leitor de revistas especializadas de linguística, sociolinguística e literatura.

Gil é, com muita diferença, o mais importante investigador no âmbito da sociolinguística galega e, pela quantidade e profundidade das suas análises, comparável só com outros esclarecidos colegas, como o seu amigo Lluís V. Aracil, de quem se considera discípulo. Esta afirmação fica demonstrada pelo grande número de alunos, hoje professores ou simples amadores desta disciplina, que têm sido aliciados pela leitura dos artigos do professor corunhês, se têm interessado através da relação epistolar ou com longas conversas em diversos encontros. A sua obra e a sua dedicação pessoal constituem um modelo e referente indispensáveis.

Para além da sua obra sociolinguística, Gil é autor de diversas obras literárias no âmbito da poesia, como *Baralha de sonhos* (1984), livro humorístico de denúncia, com argumentos linguísticos (e até ortográficos), a fazer parte de uma anunciada trilogia (inacabada) e *Luzes e espírito* (1990), livro de poemas existencialista não isento de carácter épico, endereçado ao falecido poeta Eusébio (à Galiza, realmente), em que o país é sujeito da ação histórica, passada, presente e futura.

2. A OBRA

Analisar a obra de António Gil implica mais de uma dificuldade. A primeira é a necessidade de conhecer e estudar a sua extensa bibliografia, nem sempre de fácil acesso. Em segundo lugar, avaliar a sua obra implica em grande medida um posicionamento em relação com as propostas que Gil tem publicado respeito da situação e futuro da língua da Galiza, e desta em relação com o português.

Escrever sobre sociolinguística galega implica referir-se a autores e publicações que têm sido excluídos dos âmbitos institucionais e mesmo académicos. Este facto evidencia uma distância que é, pelo menos, de ordem intelectual. Difícilmente pode afirmar-se existir alguma sociolinguística amparada nos âmbitos do poder oficial da Galiza autonómica, para além de algum inquérito quantitativo e algum outro texto anedótico e folclórico. O âmbito extraoficial é aquele no que se insere plenamente a obra de António Gil e de quase todos os outros investigadores galegos. O caso que nos ocupa é, em grande medida, o de um *outsider*.

Começando pelos conceitos, faremos patente a conceção giliana sobre o objetivo a conseguir pela sociolinguística como disciplina científica, e o modelo proposto sobre a função da atividade investigadora e científica. Primeiro, numa carta endereçada aos sociolinguistas catalães Toni Mollà e Carles Palanca (a propósito do seu *Curs de Sociolinguística*, vol. I, 1987). Trata-se do artigo “A língua como facto social (duas missivas)” concretamente da segunda delas diz:

«É possível a elaboração académica, quer dizer, institucional, de uma sociolinguística imparcialmente libertadora?» (pág. 204) A esta pergunta dá várias respostas concatenadas, da que saliento: «Destarte, acho que com justeza cumpre duvidarmos da existência de alguma sociolinguística que caiba considerarmos “oficial”, nem sequer em Catalunha».

Continua na seguinte página:

«Na realidade o discurso (ou multidiscurso) teórico-prático para a normalização das comunidades linguísticas “desequilibradas” diverge profundamente do discurso académico supostamente correlativo e reconhecido pela oficialidade constituída, justamente porque questiona primo et per se o estado de cousas estabelecido e, criticando-o desde a raiz, tenta consciente e conscienciosamente mudá-lo para uma situação de liberdade e igualdade certas».

Este trecho serve como exemplo para compreender a diferença que medeia entre a sociolinguística galega e outros modelos onde uma língua nacional é utilizada com normalidade, dedicado os esforços às diferenças regionais ou a quaisquer usos linguísticos diferenciadores entre as diferentes camadas da população. Um claro exemplo deste último tipo são, em Portugal, os trabalhos de Marinus Pires de Lima. A sociolinguística giliana -e, por extensão, a lusófona da Galiza - tenciona entender a situação anormal em que se acha o português e fornecer instrumentos para corrigir essa situação, concretizados num discurso sobre a língua capaz de devolver a Galiza à normalidade, o que implica, em primeiro lugar, aplicar às falas galegas a mesma conceção da língua de que se têm dotado as declaradamente nacionais - contudo, adaptando-as parcialmente ao nosso caso. Reiteradas vezes Gil tem utilizado o exemplo das falas andaluzas em relação com o castelhano, ou mesmo os dialetos flamengos em relação com o neerlandês.

O segundo exemplo é o da comunicação “O correlacionamento diglósico é condição de normalidade”, intervenção na Mesa Redonda sobre “A unidade da língua e as Literaturas Lusófonas: para quê?” nas XII Jornadas do Ensino da Galiza e Portugal (Ourense, 30 de agosto de 1988):

«Em particular, considero que na Galiza não seria nem honesto nem decente fazer cientismo puro e incontaminado nem, menos ainda, elaborar simples textos eruditos, como se, para entender o estado de cousas sociolinguístico e glotopolítico, bastasse com editar com pulcritude crónicas medievais ou executar com precisão inquéritos dialetosos.

Talvez esses sejam tarefas convenientes e necessárias até; mas, a meu ver, nem são primeiras nem indispensáveis. Há outras tarefas imediatas e urgentíssimas a verificarmos, como é a de descobrir e patentear as

inflexões do discurso dominante, investigar e teorizar os processos que possibilitem e verifiquem a organização da Comunidade Cultural Galega".

A obra giliana no âmbito da sociolinguística pode classificar-se em quatro grandes temas ou linhas de análise

- a) *Teorização, fundamentos e história da sociolinguística;*
- b) *Análise do discurso «oficial» sobre a língua na Galiza e sobre as normas de correção idiomática existentes;*
- c) *Análise do ordenamento jurídico relativo à língua;*
- d) *Língua e nacionalismo galego. História das «concordias normativas» e das organizações normalizadoras;*
- e) *Análise de textos literários. Estudaremos brevemente os dois primeiros temas.*

2.1. TEORIZAÇÃO, FUNDAMENTOS E HISTÓRIA DA SOCIOLINGUÍSTICA

A análise do discurso castelhanista para o galego é a parte mais conhecida da obra giliana mas não é, a nosso entender, a mais significativa. Maior atenção deveria prestar-se aos seus intentos de produzir um modelo teórico -ou, quando menos, dos alicerces para a sua elaboração. Digamos à partida que, com ligeiros matizes, tem muitas semelhanças com o esquema geral de qualquer língua nacional. Exemplo claro é o artigo “Epílogo para Galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressão portuguesa: Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística” (1986). No seu conteúdo – sem dúvida, um dos mais relevantes – assentam os delineamentos que orientam toda a sua teorização sociolinguística. Este texto fica complementado por outros três, dedicados ao conceito de diglossia e à sua explicação como condição de normalidade (fergusoniana).

Na verdade, frente ao habitual modelo do conflito linguístico, o modelo giliano – e, com ele, o da sociolinguística lusófona galega - inicia o caminho da análise interna do problema da língua da Galiza de um modo diferente ao tradicional. Em vez de culpabilizar a língua castelhana dos problemas do galego (i.e. identificar uma causa externa), centra-se na construção da comunidade linguística começando pelo princípio: o conceito de língua e a relação que deve estabelecer-se entre o utente e o código linguístico, inserido numa comunidade transnacional que recebe o nome de lusofonia. Dito por outras palavras: a grande mudança, o grande contributo da sociolinguística giliana e lusófona na Galiza consiste em perceber e tentar resolver os problemas internos da comunidade linguística, em vez de eternizar-se nas queixas sobre a superioridade da outra língua, que a política secular espanhola tem levado a termo.

Na Galiza tem predominado, nas últimas décadas, o modelo sociolinguístico que podemos chamar do “conflito linguístico” ou da diglossia como sintoma de anormalidade. Originariamente proposto por Aracil (1965, 1966a) - quem o abandonaria em 1983 com a publicação de *Dir la realitat* - e reinterpretado por vários autores, como Ninyoles, chegaria à Galiza da mão de Francisco Rodríguez com o seu *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* (1976, 1980, 1998), constituindo um livro de sucesso. A este esquema teórico atribuiu-se, desde então, duas virtudes fundamentais: ser hipótese explicativa para toda e qualquer situação de contacto de línguas e guia prático para a transformação social. A quebra deste modelo tem conduzido a um beco sem saída a múltiplos movimentos associativos de normalização linguística, não só no Fogar de Breogão.

Digna de estudo é a correlação entre os esquemas de *conflito linguístico*, a conceção do galego como *língua própria* (ILG-RAG, 1982) ou *língua por elaboração* (Fernández Rei), e a promoção de *ilusões necessárias* como a idealização do *monolingüismo social* (Mário Herrero, 1997: 10). De facto, os promotores do modelo antidiglóssico têm-se posicionado, de sempre, na arena sociológica e política do antilusismo (Francisco Rodríguez, 1980: 52-55; 1988: 47-50).

Em contraposição, o modelo que orienta a sociolinguística desenvolvida em português da Galiza durante as últimas décadas, em consonância com os delineamentos aracilianos, devemos chamá-la da *língua nacional* ou do *correlacionamento diglóssico*, sendo o máximo expoente, como temos indicado, a obra de Gil. Nucleado no conceito de língua nacional (Gil Hernández, 1986, 1988), assente na ideia fergusoniana de diglossia como sinal de normalização linguística (Gil Hernández et al, 1989a, 1989b), concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas (Manuel Rodrigues Lapa, 1979, 1982) e aplicando a conceção coseriuana de língua histórica (1957),

tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

As explicações sobre o correlacionamento diglósico, como condição de normalidade linguística, acham-se numa série de quatro artigos iniciados com a publicação, em colaboração com o professor Henrique Rabunhal, de «*O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a comunidade lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação*», publicado em 1989 na revista Nós.

A este seguiram outros três: «O correlacionamento diglósico é condição de normalidade» (apresentado ao Congreso de Sociología de Lenguas Minorizadas); «A diglossia é condição de normalidade sociopolítica: sequência de Caminhos a seguir...» (publicado na efémera revista Folhas de Cibrão, 1989), e «Diglossia, conceito ajustado à Galiza» (1989), que serviram para delinear suficientemente este conceito. Conforme à perspectiva giliana, a diglossia, situação linguística relativamente estável que caracteriza todas as sociedades bem estabelecidas, surge da correlação ou tensão dialética entre os seguintes pares conceptuais:

TRADITIO (potestas) versus HABITUS (communitas)

Auctoritas vs. Usus

Antiquitas (+público) vs. Modernitas (+ privado)

Urbanitas vs. Ruralitas

2.2. ANÁLISE DO DISCURSO «OFICIAL» SOBRE A LÍNGUA NA GALIZA E SOBRE AS NORMAS DE CORREÇÃO IDIOMÁTICA EXISTENTES

O texto que iniciou esta linha de investigação foi a sua comunicação para o *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, de 1983. O título é suficientemente esclarecedor: “Aproximação à análise do(s) discurso(s) sobre a língua em textos da «filologia oficial» na Galiza. (Traços fascistoides no discurso e na prática (dos) isolacionistas sobre o galego)”.

Esta comunicação foi motivada por três textos significativos do Instituto da Língua Galega (ILG), nomeadamente o livro *Galego 3*, terceiro de uma série que recolhia as primeiras “ideias” sobre o galego que essa instituição espanhola tinha produzido. Na comunicação o autor corunhês realiza a primeira análise pormenorizada do(s) discurso(s) isolacionistas, em que utiliza um método formalizado, apoiando-se na conceção foucaultiana e adotando o critério de sequência discursiva de Júlia Kristeva. As hipóteses de trabalho, explicitadas logo no começo, foram as seguintes:

“1ª O(s) discurso(s) sobre os idiomas galego e castelhano, quanto diassistemas linguísticos em uso, segundo se manifesta(m) nos textos da Filologia oficial, reproduz(em) a inequivalência entre a parte e o todo, entre a região e a nação, a Galiza e a Espanha, ao próprio tempo que a configura(m) e intensifica(m).

2ª Os textos a analisarmos, e outros, ficam, conseqüentemente, sobredeterminados pela função poética ou «retórica» e não pela metalinguística nem pela representativa ou referencial, que, porém, haveriam de caracterizar textos pretensamente científicos.

Inscrevem-se, por conseguinte, num tipo de discurso radicalmente retórico ou retorizado, em que habitualmente se situam os textos políticos”.

Já nas suas cartas publicadas no último semestre de 1980, na revista *Man Común*, em debate com membros do ILG (os professores castelhanistas Francisco Fernández Rei e Charo Álvarez) se adivinhava a sua intenção de análise do discurso para além da literalidade. Nessa revista publica «Sobre o normal e as normas» I e II, respetivamente em outubro e novembro, e «Carta aberta a amigos (e inimigos)», em dezembro. Nestas “cartas” que introduz uma expressão muito significativa, identificando os posicionamentos isolacionistas com metodologias “empiristas”, primeira crítica metodológica que desenvolveria posteriormente noutros textos.

2.3 SILÊNCIO ERGUEITO

Como no caso de outros colegas, Gil tem recebido, pela sua coerência, o boicote dos adversários castelhanistas e, também por vezes, a incompreensão dos esperáveis colegas “reintegracionistas”. O silêncio, como ausência de discussão e respostas aos problemas patentes na sociedade, que se acha na origem da frustração entre os interessados na lusofonia da Galiza, é o *leitmotiv* de algumas das suas reflexões e nomeadamente do seu *Silêncio Ergueito* (1996) – com o que continua e amplia um texto anterior, “Sobre dicionários galegos...”, de 1987. Trata-se de um livro de denúncia e esperança em apelo constante ao leitor, onde analisa a partes iguais língua, literatura e notáveis, reproduzindo e comentando textos que já editara vários anos antes com uma clareza premonitória. A leitura deste livro remete continuamente para textos e contextos sociais anteriores, contudo, inevitavelmente atuais. O título reflete uma situação ou sensação percebida duplamente pelo autor: no aspeto pessoal e no grupal ou sociológico. O silêncio, os seus atores e os seus sofrendores, a sua compreensão e explicação constituem o núcleo da primeira parte desta publicação.

Certamente o *Silêncio* está endereçado para o público mais implicado nas questões da língua. Isto deduz-se tanto do estilo de redação como do conteúdo. O autor interpela a um tempo os “Notáveis nacionalizadores galegos” e o povo galego, representado na comunidade linguística, pretendendo mostrar a deslealdade daqueles para com este. A contradição principal que Gil entende ser explicativa do comportamento irracional dos notáveis galeguizadores é o “duplo ligame”, processo e relação de ordem sociolinguística (por implicar um modo de conceber a língua) e psicológica (porquanto remete para *mecanismos de defesa*), diríamos, psicossociolinguística.

Cito da página 48:

“Em suma, eis para mim a explicação suficiente e satisfatória: Nem a notabilidade nacional espanhola nem nos Notáveis nacionalizadores galegos (por submissão [talvez] incôscia àqueles) permitirão “sem sangue, suor e lágrimas (ou báguas)” qualquer atividade, sobretudo comunicacional, que pudesse iniciar algum processo, simultaneamente, a interromper o duplo ligame vigente e a promover um outro entre os cidadãos da Galiza (espanhola)”.

Aguardamos que a obra do professor Gil e, em geral, do movimento lusófono da Galiza, contribua decisivamente para devolver este velho país ao espaço cultural e linguístico a que pertence por origem e vontade: a lusofonia.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, António (1984) “Tese reintegracionista” in: AA.VV.: Que galego na escola? I Encontros Labaca, Ed. do Castro, 1985: (Com o pseudónimo Amado L. Caeiro: Baralha de sonhos. Coleção Cadernos do Povo. Irmandades da Fala da Galiza e Portugal. Ponte Vedra - Braga. Livro de poemas. 47 páginas.

---- (1986) “Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza. (Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa)” in: Temas de O ensino nº 6/10, 1986 (volume II), pp. 247-283.

---- (1987) “Sobre dicionários galegos e temas enleados. Conversa (grafada) com Isaac Alonso Estravíz, diretor e autor do Dicionário da Língua Galega Comum”, in: Isaac Alonso Estravíz: Estudos filológicos galego-portugueses, pp. 251-334.

---- (1988) “A língua como facto social (duas missivas)”, in: Agália nº 14, pp. 191-210.

---- (1989) “O conceito de «diglossia» segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação” (Com Henrique Rabunhal), in Nós, Revista Internacional da Lusofonia, Ponte Vedra - Braga, pp. 361-388.

---- (1993) “Questionário na Europa Contemporânea (quase manifesto)” (junto com outros autores, da Associação de Amizade Galiza-Portugal), in AA. VV: O uso das línguas na perspetiva da Europa Comunitária. AGAL, Corunha, pp. 49-60.

---- (1996) *Silêncio ergueito*. Apontamentos sociopolíticos sobre questões aparentemente idiomáticas (infelizmente certificados apenas dez anos depois). Ed. do Castro, Corunha.

Foucault, M. (1976) *L'arqueologie du savoir*. Eds. Gallimard, Paris, 1969. [Trad. Castelhana, Siglo XXI, México, 1976, 3ª Ed., pp. 152 e ss.]

Kristeva, Julia (1969) «L'engendrement de la formule», in *Semiotikè. Recherches pour une sémanalyse*. Eds. Du Seuil, Paris, pp. 278-371.

Uma bibliografia de António Gil pode ler-se em <http://www.lusografia.org/antonioqil-bibliografia.htm>

10) ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES, CENTRO DE ESTUDOS ANTÓNIO MARIA MOURINHO

ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES É Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Professor do Quadro com Nomeação Definitiva do Ensino Secundário.

Diretor e Investigador do Centro de Estudos António Maria Mourinho.

Trabalhos e publicações mais recentes (relacionados coma língua e a cultura mirandesas):

2004 - "A estética discursiva nos contos da literatura oral mirandesa: uma abordagem estatístico pragmática", in *Estudos de Literatura Oral*, 9-10, pp. 7-38.

2004 - *L diabo que nun acreditaba no einfierno*, Apenas Livros, Lisboa, 2004.

2004 - *Cuntas de bruxas*, Apenas Livros, Lisboa, 2004

2003 - "A variabilidade no conto: ensaio de aplicação de um modelo estatístico" in *El filandar*, Publicação ibérica de cultura tradicional editada pela Asociación Etnográfica Bajo Duero de Zamora, nº 14, pp. 39-47.

2002 - *Palavras de identidade da Terra de Miranda: uma abordagem estatístico pragmática de contos da literatura oral mirandesa*. Universidade de Toulouse - Le Mirail. Tese de Doutoramento (inérita).

1997 - *A língua mirandesa - contributos para o estudo da sua história e do seu léxico*. Universidade do Minho. Tese de Mestrado (inérita).

2000 - "O mirandês: uma outra expressão da lusofonia?" in *Atas do Colóquio de Homenagem a R.A. Lawton*, Universidade de Nice, CUMFID, pp. 33-43.

2000 - *Cuntas de la Tierra de las Faias*, Porto, Campo das Letras.

1999 - "La lhiteratura oral de la Tiêrra de Miranda: saber, tradiçon i eidentidade de ls mirandeses" in *Lletres asturianas*, Boletim da Academia da Língua Asturiana, nº 73, pp. 41-64.

1999 - "Le mirandais, langue du Portugal" in *MicRomania*, 3.99, pp. 3-15.

1999 - *Lhiteratura oral mirandesa: recuolha de textos an mirandês*, Porto, Granito Editores (coordenação de edição).

1999 - "Lhiteratura oral mirandesa", in *Estudos mirandeses: balanço e orientações*, Atas do Colóquio Internacional de homenagem a A. M. Mourinho, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Granito Editores, Porto, pp. 78-85.

1999 - *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, Lisboa / Miranda do Douro (coautor).

A LÍNGUA MIRANDESA: DISCÓRDIAS, VERDADES E UTOPIAS

1. AS LÍNGUAS DO MUNDO: DIVERSIDADE E VITALIDADE

Descrever a situação da língua mirandesa é um trabalho pluridisciplinar, aturado e profundo, necessário, mas ainda por fazer. Tentarei responder a este repto com algumas impressões e com base nos meus dados empíricos. As línguas que, como o mirandês, vivem sobretudo no seu estado natural que é a fala, umbilicalmente ligadas a culturas rurais, ameaçadas ou em vias de extinção, carregam com elas o terrível fardo da inadequação ao mundo moderno, sedento de novas coisas, de realidades, de mundos, que é necessário nomear. O desaparecimento parece ser o caminho mais lógico e a saída única.

Contudo, a morte das línguas não tem que ser inexorável, embora a crueza dos números e a dureza da realidade nos possa insinuar, ou aconselhar, o contrário. Se é verdade que situação do mirandês é difícil ela deve ser vista num quadro global que é o futuro das línguas, existindo elementos que apontam para a sua manutenção e outros que anunciam o seu desaparecimento.

Com esta comunicação pretendo descrever a situação atual do mirandês, o seu grau de vitalidade assim como os sintomas da sua obsolescência, apontando algumas das contradições internas e externas que vêm perseguindo este idioma; perspetivar o futuro desta língua no quadro dos idiomas nacionais, internacionais e ancestrais; indicar algumas razões pelas quais o mirandês, enquanto língua ancestral, deve ser preservada e quais as vantagens dessa preservação.

Por ano, desaparecem da face da terra algumas dezenas de línguas. Claude Hagège, no seu livro em forma de apelo, *Alto à morte das línguas*¹¹⁷, faz a lista, enumera algumas das causas, indica algumas formas de medir a sua vitalidade, e apresenta também alguns caminhos para a sua recuperação (uma vez que dificilmente se pode falar em salvação!). Para além dos cataclismos naturais e da fúria humana, responsáveis pela morte de línguas como os idiomas ameríndios falados antes da chegada dos europeus ao continente americano, este linguista alerta também para o perigo que pode constituir a aporia do purismo, consubstanciada na exaltação de um fundo lexical autóctone e na recusa da importação linguística. Voltarei mais à frente a questão. Mas fica desde já esta opinião pessoal: a recusa da importação linguística e a exaltação do fundo lexical puro podem ser fatores de degenerescência das línguas na sua globalidade e sobretudo das chamadas línguas minoritárias.

De qualquer forma, forçoso é de concluir que não há grande relação entre a forma como desaparecem as línguas hoje e outrora.

Em primeiro lugar, assinale-se que não se trata de línguas não documentadas, sem registos orais e até escritos, nem tão pouco devido a genocídios. Pode acontecer que alguns cataclismos naturais ou transformações sociais ponham fim à existência de alguns povos, mas o desaparecimento das línguas que testemunhamos todos os dias faz-se em nome de um fenómeno bem mais cavernoso e englobante que as antigas raivas da natureza e dos homens.

Não sei se podemos continuar a isto mundialização, visto que por detrás desta etiqueta se escondem hoje muitos truísmos que, como se diz, só não vê quem não quer. Sobretudo, não vale a pena ceder à tentação de repreender ninguém por tudo aquilo que nos acontece, visto que a envergadura do fenómeno a que fazemos face ultrapassa as manigâncias de um indivíduo, de um estado ou de uma coligação de estados. Ocorrem desgraças para as quais é necessário procurar explicações e contravenenos sem gastar energias a colecionar acusações ridículas.

A verdade é que os linguistas não sabem quantas línguas morrem por ano, nem tão pouco se as línguas que não estão em perigo o estão ou não verdadeiramente, nem quantas palavras os jovens conhecem, quantas são capazes de utilizar, nem qual é o destino das chamadas línguas nacionais. Poderíamos ainda acrescentar muitas outras interrogações a esta pequena lista de adivinhas, sem com isso esgotar a nossa total falta de informações sobre o que se cozinha do grande painel da família mundial das línguas.

Mas antes de tentar fazer uma descrição mais ou menos convincente da situação, é necessário anunciar uma notícia bastante reconfortante: as línguas ancestrais nada têm a perder neste acerto infernal. Aliás, elas têm mesmo muito a ganhar se soubermos encarar convenientemente os desafios. Contudo, antes de dissertar, ainda que brevemente, sobre este assunto, é necessário que nos entendamos sobre o conceito de línguas ancestrais.

Uma língua ancestral é aquela que representa a herança cultural de um povo, de um grupo de indivíduos ou mesmo de uma pessoa só. Não é um idioma especial, um dialeto, uma língua minoritária ou em vias de extinção. As línguas não servem apenas para comunicar. E muito menos para uma comunicação unicamente eficaz mas destituída de dimensão interior, limitada à função de nomear e de mostrar as coisas, em vez de sonhar o presente como um deslumbramento constante. Uma língua é o corpo de uma cultura, e uma cultura é uma energia, uma vontade portadora de valores, de sonhos de utopias e de mitos.

117 Hagège, Claude (2000) *halte à la mort de langues*, Paris: Odile Jacob. Retomo, no início deste artigo, algumas reflexões já manifestadas numa crónica intitulada "las lhénguas de l mundo: l mirandés, la calor de l'alma i l cheiro de l fumo" in *loa*, nº 19, ano iii, dezembro de 2003, p. 16.

Um grande pensador da Idade Média, que influenciou a soma do saber humano durante largos séculos, Isidoro de Sevilha, escreveu que “as gentes nasceram das línguas e não as línguas das gentes.” Entendida à luz da saber medieval, em que as “etimologias” eram uma forma de pensamento, esta frase lembra-nos que os idiomas não servem apenas para falar ou reconstituir a nossa história: são eles que a contêm. Qualquer filólogo ou simples amante das línguas sabe que elas são o fiel depositário de tesouros que contam a evolução das sociedades e da aventura humana. As línguas são as guardiãs dos vestígios das gerações que as falaram. São o meio que melhor permite ao indivíduo lembrar e construir, através da memória, a sua própria existência. Isto é, a sua história e a sua identidade. São um tesouro onde se guardam as recordações, o reflexo das culturas e das ideias. As palavras, quer para o filólogo, quer para o poeta ou para o simples interessado por idiomas, guardam traços, cheiros e sabores impossíveis de reproduzir ou imitar por outro meio. Perdê-las significa ficar mais pobre.

Em termos antropológicos, a pluralidade linguística é essencial à sobrevivência da espécie, assegurando a multiplicação, a delimitação e solidez dos grupos, a diferenciação das invenções e, por fim, a riqueza das culturas¹¹⁸.

Ora o panorama linguístico mundial, não é muito animador. Cotejando diferentes fontes concluímos pela existência de cerca de 6000 línguas faladas em todo o mundo. Segundo um estudo da UNESCO dentro de um século apenas ficarão algumas 500. Na Europa, o continente menos ameaçado, encontram-se recenseados 123 idiomas. Destes, 9 encontram-se “moribundos”, 26 “próximos da extinção” e 38 “em perigo”¹¹⁹.

Morte, massacre, cataclismo, são algumas das palavras com que vêm caracterizando este fenómeno. Algo que ocorre todos os dias, sem que disso nos demos conta porque se trata de um acontecimento silencioso, sem a espetacularidade necessária para merecer a atenção dos media ou a revolta da opinião pública.

Vejamos um pouco como isto se passa.

Exatamente como em patologia se pode perder um membro por causa de uma atrofia progressiva, em muitos países assistimos à perda de línguas locais por expropriação progressiva dos lugares chave, sem que se produza qualquer protesto. Eis alguns exemplos:

O Instituto Pasteur, de Paris, só publica artigos científicos em inglês. As Universidades portuguesas fazem gáudio em publicar artigos em inglês, em anunciar congressos em inglês, em escrever em inglês, etc. etc. Alguns Ministros e figuras públicas do nosso país fazem igualmente questão de se exprimir nessa língua quando, publicamente e em representação da nação, fazem intervenções públicas. Pouco-lhes os meus comentários sobre a erudição deste ou doutro ministro e dos seus conselheiros sobre a utilização da língua inglesa quando se encontram a representar Portugal.

Eis mais alguns dados bastante interessantes sobre o futuro a curto prazo das línguas nacionais europeias.

Para os jovens apaixonados das novas gerações europeias, 2,8% dos casamentos serão feitos entre casais de diferentes etnias (ou, se preferirem, de países ou línguas), quase metade destes casais viverão noutra país onde se fala uma língua diferente da língua materna de um deles. Estes dados correm o risco de terem de ser revistos em alta a curto prazo.

Nas fábricas, nas casas comerciais, as indústrias que vivem hoje em dia do *import-export* (como agora se diz), pouco interessando se esses comércios estão localizados nos grandes centros ou na periferia, em cada 10 vezes que o telefone toca, 6 serão chamadas oriundas de outro país europeu.

Os jovens europeus que se preparam para estudar Química, Física, Medicina, Informática, Biologia, etc. terão à sua disposição manuais mais atualizados e bem mais em conta em inglês do que nas suas línguas nacionais. Muitas Universidades europeias dispensarão aulas e diplomas na única língua que garantirá aos seus licenciados um posto de trabalho na União. Os carros de combate, os aviões daquilo que é o embrião do futuro exército

118 Ver Zumthor, Paul (1998) *Babel ou o inacabamento*, Lisboa: Bizâncio, p. 206.

119 Ver http://www.tifq.ulaval.ca/axl/Langues/2vital_mortdeslangues.htm

Europeu têm os seus comandos em cerca de 20 línguas. Mas as ordens recebidas por rádio serão dadas exclusivamente numa.

Os adolescentes que se conheceram em virtude de intercâmbios, tal como o programa Erasmus, contactar-se-ão e namorarão por telemóvel ou internet na única língua disponível. Brevemente a vontade de escutar apenas música em inglês se propagará às outras formas de espetáculo, tais como o teatro e o cinema.

Nas cimeiras mundiais de chefes de Estado e de Governo segue-se já o mesmo comportamento quer seja nos passeios desentorpecimento, nos jantares ou em encontros não oficiais. Ou seja, as línguas nacionais são apenas uma fachada, uma vez descida a cortina, voltamos à realidade. O anglo-europeu é uma gíria com algumas centenas de palavras, mas é dela que nos estamos a servir para dar forma à região mais rica do mundo. Rica em quê, é uma pergunta que deixo no ar.

Os deputados europeus, para quem já foi montado um exército de tradutores e de intérpretes, podem servir-se das suas línguas nacionais nas sessões oficiais, mas servir-se-ão de uma língua comum nas suas relações pessoais e diretas: esta língua é o anglo-europeu, um idioma que se supõe ser compreendido por todos.

Se assim não fosse por que razão somos bombardeados pela publicidade com expressões do tipo: *How are you? Cheap expectations?! Sem que nos digam o que isso quer dizer? Nós somos aquele país que organizou um Campeonato da Europa de Futebol e cuja frase de candidatura foi We love Football? O mesmo em cujas entradas fronteiriças ainda se pode ler Welcome to the Stadium of Europe? Que língua se fala aqui?*

Ouçam a rádio, a televisão, folheiem um jornal. O que encontrarão? Anúncios para trabalhar em Portugal, em que se pede para falar inglês (anglo-europeu), e em que os candidatos serão entrevistados por portugueses que falarão inglês entre eles! Poupe-me os comentários a cenário tão idílico.

2. NÃO HÁ ESPAÇO PARA AS LÍNGUAS NACIONAIS.

Dir-me-ão que esta afirmação é alarmista, abusiva e sem nenhum fundamento. E sobretudo, uma vez mais, serão os pais, em casa, a jogar a cartada decisiva. Uma vez que não se servem dos engenhos modernos que fazem as delícias dos seus filhos, visto que a maioria deles não precisa de falar qualquer outra língua para ganhar a vida, nem sequer colocam o desaparecimento das línguas nacionais como uma possibilidade.

É preciso que os responsáveis das políticas linguísticas dos estados membros nos expliquem como pensam salvaguardar as suas línguas nacionais quando os jovens das novas gerações as veem já como gírias utilizadas pelos cotas e pelos marginais ou, de qualquer forma, como uma algarviada incompreensível que não serve para participar na vida social, à escala europeia, e muito menos para ganhar o pão-nosso de cada dia a não ser em empregos do terceiro mundo.

É este o cenário em que se encontra também o mirandês. Língua ancestral de uma comunidade que a trouxe até nós como meio de comunicação, de fixação, como instrumento de cultura que informa e conforma os quadros de apreensão da realidade, de capital simbólico da comunidade mas também como poderoso elemento identitário. Muitos têm sido os debates, os dissensos, as discórdias, as opiniões sobre a importância ou não da conservação língua mirandesa. Deixemos para os historiadores o trabalho de vir a escarpelizar esta questão, porque a língua mirandesa para além de ter de enfrentar os interesses mais ou menos legítimos, mais ou menos mesquinhos daqueles que a falam, confronta-se quotidianamente com a terrível pergunta do para que serve. Uma questão que, como veremos de seguida, a persegue há mais de cem anos.

3. A LÍNGUA MIRANDESA: DISCÓRDIAS E VERDADES

Em 1887, numa carta dirigida a José Leite de Vasconcelos e publicada na *Revista Lusitana*, José Barbosa Leão, que ficou conhecido na discussão em torno da ortografia da Língua Portuguesa por defender a chamada “tese sónica”

(por oposição à etimológica), depois de atacar ferozmente a ortografia seguida por Leite de Vasconcelos, critica também a sua proposta de divisão dialetal do português e escreve a propósito da descoberta do mirandês que o filólogo acabava de anunciar. Transcrevo (respeitando a ortografia):

“Mas àlem d’isto s. e.^a apresenta-nos em Tráz-os-Montes – o “idioma da Terra de Miranda” que diz falado por alguns milhares de pessoas, que xama co-dialéto, e que diz conter «vários subdialétos», como o «mirandez de Duas Igrejas, o sendinez, etc.»

(...) Nóte-se também que o Sr. L. De Vâsconcélos considéra o mirandez um idioma, portanto igual ao portuguez; e s. e.^a diz d’ele: «o mirandez é um co-dialéto, que serà cértamente num futuro mais ou menos remóto, para mal da filolojia, substituído pelo portuguez».

Ora, neste ponto, em primeiro lugar direi: *«se esse idioma, falado por alguns milhares de pessoas, tem forçozamente de ser substituído pelo portuguez, como poderão deixar de o ser os tais idiomas ou co-dialétos riodonorez e quadramilez falados em minúsculas povoações. (...) Em segundo lugar direi, que me espantou ver o sr. Vâsconcélos lastimar que o idioma portuguez venha a substituir o tal idioma da Terra de Miranda. Não imagino que mal d’ai pósa vir á filolojia: nem podia imaginar que a paixão dialèctal levasse á cegueira.»*

O diagnóstico de Barbosa Leão, que era médico, já se verificou em parte: o riodonorês e o quadramilês sobrevivem apenas na literatura da especialidade como uma vaga lembrança de uns sons diferentes falados nuns povoados esconsos do distante nordeste lusitano.

Uma língua que não tem, aos olhos dos seus falantes, nem prestígio, nem valor no mercado de trabalho, nem perspectivas de futuro para os seus filhos é abandonada. É exatamente o que se tem passado com o mirandês.

É óbvio que o essencial é a vontade dos locutores. E a vontade própria é ela também um resultado. Não adiantam discursos cor-de-rosa, boas vontades, se não houver intervenção séria. E essa intervenção tem de ser feita, em primeiro lugar, junto dos falantes. Em alguns países, normalmente considerados mais avançados e certamente mais ricos que o nosso – estou a falar do Canadá e da Austrália, por exemplo – as Universidades desenvolvem projetos e pesquisas no âmbito da dimensão económica das línguas e nomeadamente das línguas ancestrais (muitas delas autóctones). Este trabalho é extensivo às instituições locais. Os resultados são eloquentes. Ouçamos as conclusões de um relatório sobre a situação no Canadá¹²⁰.

Os canadianos e as canadianas que trabalham na área internacional devem reconhecer que mesmo se os países em desenvolvimento tenham conservado muitas vezes a língua do colonizador, tentam tirar o máximo das possibilidades económicas e outras ofertas através da utilização das suas línguas locais. A este propósito, a política linguística controversa da Austrália oferece lições preciosas. Uma política baseada nas línguas comerciais mas que não tem em conta as línguas realmente faladas no país pode marginalizar certos grupos linguísticos, sem necessariamente melhorar a performance comercial.

Mude-se a escala, façam-se as devidas adaptações, mas tirem-se as necessárias conclusões. A língua e a cultura mirandesa são o capital mais durável da região de Miranda. Para além de ser uma forma de comunicação, do seu valor filológico, etnográfico e antropológico, é também um capital simbólico que pode funcionar como elemento aglutinador daquela comunidade, representando por isso um capital económico que é necessário saber multiplicar.

Sei, no entanto, que o investimento exige esforço e corre o risco de não dar resultados imediatos. Mas obriga sobretudo a uma mudança, que leve a uma postura ativa por parte das pessoas e instituições. Não se pode continuar a cair no discurso do desvalido, do coitadinho, quando o que temos à nossa frente é uma herança valiosa à espera que saibamos merecê-la.

Ora, o que se passa hoje com o mirandês e os mirandeses não abona nada a que sejamos mercedores deste legado. Muitos jovens abandonaram a sua língua porque, como disse, ela não permite a ascensão social, direito

120 Disponível em: <http://www.pch.gc.ca/progs/lool/perspectives/francais/econo/partie2a.htm>.

legítimo, diga-se, de qualquer cidadão. Têm pais ou avós que se exprimem em mirandês, enquanto eles próprios, se encontram num meio linguístico que lhes exige que se expressem numa língua internacional. Para muitos, que procuram emprego nas lojas que vendem roupa desportiva, sapatos, móveis, telemóveis e vinho do porto, a língua internacional é o castelhano.

O que fazer portanto, do ponto de vista estratégico, para responder às exigências do futuro?

Em primeiro lugar não devemos desencorajar os jovens da sua correria para o inglês (anglo-europeu) ou para outras línguas, como o castelhano, em Miranda. É inútil criar ilusões. Ninguém poderá travar este processo de mundialização do comércio e das relações humanas. A Europa das próximas décadas falará anglo-europeu e talvez Miranda fale portunhol (talvez melhor mirpornhol, uma mistura de mirandês, português e espanhol). Os jovens que não acertarem o passo com esta tendência serão postos de lado, nomeadamente em relação ao mercado de trabalho. É, pois, necessário dissociar completamente a sobrevivência das línguas ancestrais com as macro-tendências atuais.

A segunda operação consiste em conhecer perfeitamente a natureza do anglo-europeu ou do portunhol, de Miranda. E aqui um pequeno aparte para reafirmar que o inglês e o castelhano também são línguas ancestrais para milhões de pessoas que as aprenderam como línguas maternas. É o inglês da melhor literatura nesta bela língua que, infelizmente, poucas pessoas conhecem e falam convenientemente fora das suas terras de origem. Por isso, o mal não é o inglês, mas a forma como esta língua se transformou fora do seu país de origem, falada por milhões de pessoas que não a dominam, mas dispõem apenas de um léxico de base e não conhecem nenhuma expressão idiomática.

Em terceiro lugar o que devemos fazer é estudar as línguas que são ou poderão ser línguas ancestrais, a fim de descobrir e documentar todo o seu potencial. O estudo da situação do mirandês na sociedade, o seu presente e o seu futuro, é uma tarefa vasta, que exige um trabalho interdisciplinar. Esta é, aliás, uma das primeiras tarefas que se exige aos linguistas e outros estudiosos. Só os resultados deste trabalho poderão contribuir, de forma clara e rigorosa, para a tomada de consciência sobre a situação da língua. E isso é primordial quer para os falantes, que assim verão a sua língua ser objeto de interesse e de estudo pela comunidade científica, quer para o Estado que, legalmente, reconheceu “o direito a cultivar e promover a língua mirandesa”¹²¹.

O que se pede aos linguistas é que estudem a língua. Neste particular, podemos distinguir pelo menos dois campos de trabalho muito vastos e complementares, um de descrição do idioma, outro de divulgação. No primeiro incluo a conceção de materiais auxiliares de escrita: gramáticas, dicionários, glossários, manuais, corpora de textos, etc. No segundo, a publicação desse material, dando a conhecer a língua aos que não sabem que existe, aos que a conhecem mas não a falam ou não sabem o que é, e aos seus falantes que não a estimam como ela merece.

Sobre o primeiro aspeto, para além do trabalho de levantamento do fundo lexical vernáculo, que pode contribuir para enriquecer e estabelecer a genealogia histórico-cultural da região e das suas gentes, devemos também salientar a necessidade da criação de neologismos. Este trabalho técnico de adaptação de uma terminologia moderna para os vários domínios do saber deve valer-se, desde logo, das matrizes idiomáticas da língua e fazer uso das possibilidades técnicas hoje à nossa disposição. Por outro lado, estes estudos não se devem basear unicamente em doutrinas ou impressões semânticas, mesmo se estas são, muitas vezes, bastante corretas, mas antes em descrições e em inventários formais e funcionais do fenómeno estudado.

Não resisto, desde já, a trazer alguns exemplos do mirandês, “língua rural”, como alguns dizem, querendo com isso significar que estaria condenada a falar apenas do passado e de um mundo já desaparecido ou em ruínas.

Quando falamos desse meio campestre, da terra, essa mesma que lavramos e preparamos para receber a semente, dizemos que ela pode estar *seca* ou *molhada*, como em português. Mas em mirandês ela também está *aceçunada*, e pode ainda ser *criançosa* porque, tal como o útero materno é ela que engendra e cria.

121 cf. o artigo 2º da Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro.

Aproximamo-nos agora do período em que as plantas e as flores entram como que em hibernação. Mas quando chegar a primavera e os casulos, ou *capulhos*, começarem prontas a sair do seu aconchego invernal diz-se que já vão *namorados*. Que outra metáfora mais bela podíamos encontrar!

No mundo da magia encontramos também outra riqueza de termos e conceitos. O bruxo, como em português, pode ser aquele que enfeitiça. Em mirandês é também aquele que cura e ainda aquela figura mágica que consegue metamorfosear-se, em borboleta, em cobra, em galinha ou mesmo em serpente. Assim, as cobras, animais malignos e encarnação das forças demoníacas, nem sempre são chamadas pelo seu nome de *culuobras*. Acredita-se que a palavra tem o poder de convocar as coisas ou os seres chamados, por isso se designam por *bichas* ou *la bicha*. Não compreendendo o chamamento, não podem responder a ele.

Nas chamadas “formas fixas”¹²² da literatura oral, a língua mirandesa foi consolidando saber milenar das bocas que as foram repetindo. Os adágios, os ditos dezideiros, são um dos resultados mais belos e poéticos desta sabedoria. Neles se expressam conceitos filosóficos profundos, sátiras contundentes, assim como bizarras desconcertantes ou angústias justificadas. Apreciem-se estes quatro exemplos, nos quais se revela um pouco da plasticidade da língua e da criatividade dos autores anónimos. A pureza, a simplicidade e a graça do vocabulário são transmitidas por estas fórmulas onde se retrata a alma, o modo de ser e de sentir do povo.

La nubrina de l’auga ye madrina;

L ferreiro, a martelhadas, a martelhadas, deixou çquecer l’oufício;

Nun te mates pedrica, naciste para pobre nun chegás a rica;

L afogado l que quier ber ye ua silba.

Esta sabedoria milenária constituiu-se como um autêntico calendário hagiográfico em linguagem poética. As expressões, lapidadas e consagradas pelo tempo, definem o bem e o mal, predizem as estações, pressentem o tempo, auguram as boas e más colheitas, amaldiçoam os inimigos, bendizem os amigos, ditam a justiça, apontam comportamentos, aconselham nos trabalhos agrícolas, criando na singeleza da linguagem a profundidade duma filosofia de vida.

No mês d’adbento poucas damas filan o lhienço, a ua cun dias santos a outra cun ruin tiempo.

De ls Santos a Santo Andrés bai un mês; de Santo Andrés al Natal outro tal. Mas la bielha que bien cuntou solo três semanas ancuntrou.

Nas adivinhas, de sabor campestre e telúrico, e uma linguagem simples e castiça, consolidam-se autênticos compêndios de pedagogia o prazer da descoberta se pode estimular com pequenas doses de suave malícia.

sou amigo de las mulhieres

Cun eilhas fago cuntrato

Fágo-le cuçquinhas la barriga

l méten-me l pie no buraco.

L sedeiro.

Crudo por fuora

Crudo por drento

Alça la pata

l mete-lo an drento.

La meia.

Nenhuma língua nacional possui esta série de palavras ou expressões, pura e simplesmente porque as línguas nacionais não são chamadas a exprimir estas realidades.

122 A expressão é do folclorista de origem alemã Arnold Van Gennep (1937) *Manuel de folklore français contemporain*, Paris: A. Picard, 1937, vol. IV, pp. 654-716, que propôs a distinção entre “littérature populaire mouvante” e “littérature populaire fixée”. A primeira compreenderia os contos e outras narrativas e a segunda os provérbios, os adágios, etc.

Como qualquer outra língua, o mirandês constitui um sistema semiótico de compreensão do mundo. Seremos mais ricos ou mais pobres consoante formos capazes de preservar, compreender e estimular a sua capacidade de descrever o mundo. E isto leva-nos a outra tarefa essencial fundamental para a preservação do mirandês: a formação de linguistas entre os locutores do idioma. Embora este domínio não esteja exclusivamente reservado aos falantes, são eles que melhor do que ninguém podem descrever a sua língua, uma vez que conhecem aspetos que outros linguistas teriam mais dificuldade em descobrir.

Os caminhos da extinção – visto ser difícil falar de morte a respeito das línguas – são muitos e variados. É inegável que, no caso do mirandês, são visíveis sinais de sentido contrário que ora apontam para a sua obsolescência, ora nos dão mostras de alguma vitalidade e até de renascimento. Contudo, ninguém poderá dizer, com exatidão, qual dos dois sinais brilha com mais vigor. A lista de ambos correria o risco de ser demasiado extensa e sobretudo inconclusiva, pois não saberíamos avaliar, com rigor, o grau de importância a conferir a cada um deles.

Do lado da conservação – porque assim me aproximo do último subtítulo que dei a esta minha intervenção: utopias – o mirandês dispõe hoje de alguns instrumentos que podem ser essenciais para a sua sobrevivência ou continuidade. Entre eles, destaco a existência de uma Norma Ortográfica¹²³ e do Reconhecimento Político através da Lei justamente intitulada *Reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa*¹²⁴.

Estes dois elementos despoletaram um interesse renovado pelo mirandês que se traduziu, entre outros resultados, no aparecimento de uma literatura escrita, de páginas de jornais, de programas de rádio e de vários sítios na internet, e ainda naquilo que parece ser uma certa mudança de atitude social perante a língua. Também o ensino que, em rigor, anda aos tombos desde 1987 (ano em que começou a ser ensinado, a título opcional, na Escola Preparatória de Miranda do Douro), ganhou um novo impulso, alargando-se a outras escolas da região (sempre a título precário, opcional, sem professores formados, nem supervisão pedagógica ou outra) e mereceu mesmo o interesse de algumas associações e instituições de Ensino Superior que o têm proposto nomeadamente a título opcional¹²⁵.

Parece inegável que todas estas atividades, ensino, publicações, emissões radiofónicas, estudos, traduções, etc. são importantes para o mirandês. Mas ninguém, com rigor, saberá dizer qual a sua verdadeira importância e se estamos a ir no bom caminho ou nem sequer se estamos a progredir no caminho.

4. A LÍNGUA MIRANDESA: UTOPIAS

Comecei esta minha intervenção dizendo que a situação do mirandês deveria ser vista no quadro global do estado geolinguístico do planeta e sobretudo da Europa. O velho continente não pode deixar de escutar os gritos polifónicos das línguas humanas que pululam dentro das fronteiras dos velhos estados-nação. Esta realidade polimórfica constitui a nossa riqueza e é sobre ela que devem assentar os pilares identidade europeia. Mas não pode resistir eternamente a discursos meramente propagandísticos. Exigem-se medidas imediatas e concretas.

Como tantos outros idiomas europeus – como o aragonês, o provençal, o sardo, o asturiano, e o ladino, para só citar alguns, – o mirandês vive numa situação paradoxal. Só nos damos conta de que há necessidade de o preservar porque tomámos consciência de que o mesmo está em situação agonizante, sem vitalidade, longe do seu pleno desenvolvimento, e se encontra em riscos de desaparecer. Um paradoxo que é, afinal, o espelho das nossas sociedades contemporâneas, tão obcecadas pelas relíquias museológicas como fascinadas pelo presente, e sempre à procura do futuro através dos últimos gritos tecnológicos. Por outro lado, nem sempre os autóctones

123 A.A.V.V. (1999) *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*. Miranda/Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

124 Lei n.º 7/99, de 29 de Janeiro.

125 Nesta matéria é de justiça referir que o único Curso verdadeiramente estruturado e organizado até hoje foi levado a cabo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sob a direção da Prof. Doutora Olinda Santana e de mim próprio. Decorreu no Verão do ano 2001 e formou pelo menos um dos docentes que no último ano letivo lecionou mirandês.

conseguem dar-se conta da importância da sua cultura. Seja porque não têm a distância suficiente para reconhecer o seu valor, seja porque se encontram envolvidos em situações de conflito motivadas por interesses materiais, pessoais ou simplesmente mesquinhos.

A prática dum a língua local favorece o desenvolvimento intelectual e a abertura para outras culturas. Por isso o domínio da língua mirandesa tem ainda mais importância se se considerar que a mesma constitui uma chave de acesso ao património comum das culturas que se exprimem através das línguas românicas, assim como o conhecimento destas culturas permite enriquecer a aprendizagem e o domínio da língua mirandesa.

Importa assim reconhecer a língua e a cultura mirandesa não como um obstáculo à circulação da informação e das ideias, mas antes afirmar as vantagens que ela traz na abertura a uma dimensão regional da modernidade.

Nada impede que dentro de pouco tempo falemos todos a mesma língua. Contudo, não me parece que sejam as línguas internacionais a fazer concorrência às línguas ancestrais. Elas encontram-se para além de qualquer perigo, porque constituem as únicas e verdadeiras línguas da humanidade.

11) CARLOS FERREIRA, UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

CARLOS FERREIRA nasceu em Sendim em 1961. É Geógrafo pela Universidade Nova de Lisboa (1986). É Mestre (2003) pela Universidade de Salamanca (defesa de tese com 610 páginas "Toponímia, Paisagem e Ambiente, Uma abordagem geotoponímica de Sendim em Terra de Miranda). Atualmente é doutorando pela Universidade de Salamanca (tema da tese: Modelos de povoamentos e modelos de desenvolvimento na Terra de Miranda). Foi dois anos professor de mirandês. Tem várias obras publicadas, científicas e literárias (escritas em mirandês e português), assim como variadíssimos artigos sobre a temática do mirandês e da Terra da Miranda.

O LEVANTE DO NORDESTE TRANSMONTANO - A TERRA DE MIRANDA COMO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO E FRONTEIRA.

I. INTRODUÇÃO

O Levante do Nordeste Transmontano aqui em estudo, do ponto de vista físico natural circunscreve-se dentro de um perímetro delimitado a Este pela Serra de La Culebra que fecha contra o rio Esla em Aliste (Espanha), a Oeste pelas Serras de Nogueira, Bornes e Reboredo, a Sul pelo vale encaixado do Douro Internacional e a Norte pela Serra de Montezinho. Este espaço assume a sua homogeneidade enquanto região de transição (paisagística, histórica, cultural, política, linguística), prolongando ou delimitando espaços naturais contíguos. Em termos humanos, reflete os condicionalismos e cambiantes da paisagem, materializando-se igualmente num velho território de "limites, fronteira e transições".

A singularidade e originalidade geográfica da Terra de Miranda permite-nos compreender as razões que originaram as línguas e dialetos que ainda hoje povoam esta região.

Sendim, 6 de setembro de 2004

1.

Dentro do contexto espacial da geografia Trasmontana, os mais eminentes geógrafos concedem alguma individualidade etnográfica à Terra de Miranda, mas no âmbito geográfico todos fazem uma análise essencialmente de cariz agronómico, propondo a clássica divisão entre Terra Quente a Sudoeste e Terra Fria a Nordeste. Porque a informação tratada nessas análises é limitada e setorial, os contornos propostos ressaltam imprecisos e decalcam-se sempre pelos artificiais limites concelhios. Na senda dos trabalhos de ilustres geógrafos

como Vergílio Taborda (TABORDA, V. (1932) e Orlando Ribeiro¹²⁶, abordaremos a geografia desta região, fazendo uma análise complexa, transversal e multidisciplinar do espaço, propondo uma visão integrada para a Terra de Miranda que consideramos como um espaço com grande homogeneidade assumida nas suas feições de transição.

2.

O antigo território da Terra de Miranda já integrou todo o levante do Nordeste Transmontano. Antes da romanização da Península foi o *país* onde os Zoelas, tribos Celtas do povo Ásture, exerceram a sua influência e apascentaram os seus rebanhos em regime comunitário. Esta primórdia região, do ponto de vista físico natural, circunscrevia-se dentro de um perímetro delimitado a Este pela Serra de La Culebra que fecha contra o rio Esla quando entronca no Douro em Aliste (Espanha), a Norte pela Serra de Montezinho, a Oeste pelas Serras de Nogueira, Bornes e Reboredo e a Sul pelo vale encaixado do Douro Internacional. Este espaço assume a sua homogeneidade enquanto região de transição paisagística ecológica, histórico-geográfica, etnográfico cultural, político-administrativa e linguística, prolongando ou delimitando espaços naturais contíguos. O povoamento humano reflete os condicionalismos e cambiantes da paisagem, materializando-se igualmente num velho território de “limites, fronteira e transições”¹²⁷.

A partir da Idade Média o velho território Zoela míngua e passa a constituir uma região administrativa, formando-se a Terra de Miranda que engloba no seu seio a área da fig. 1 O território Zoela ocupa atualmente três concelhos: Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso, as localidades de Fornos e Lagoaça do norte do concelho de Freixo de Espada à Cinta e o antigo concelho de Outeiro, integrado no concelho de Bragança desde a reforma administrativa de Mousinho da Silveira em 1835. Para efeitos de ordenamento agrícola esta região é conhecida pela designação de Planalto Mirandês. A História, singularidade e originalidade geográfica da Terra de Miranda, permitiram a emergência de uma cultura e etnografia peculiares dentro do contexto português.

Destacamos nomeadamente a língua (*lhéngua*) mirandesa (lei 7/99 de 29 de janeiro), os pauliteiros e o gaiteiro tocador de gaita-de-foles, a capa de honras, as tradições comunitárias e as festas solsticiais. Um conjunto de raças autóctones com denominação de origem certificada como o burro mirandês, a vaca mirandesa, o porco bísaro e a ovelha churra galega mirandesa, reforçam ainda mais a panóplia de endemismos existentes nesta região. A população que vive neste espaço faz também a distinção entre os habitantes que a povoam e os que vivem fora dela, apelidando estes por: “*giente de baixo*”.

126 Orlando Ribeiro aflora algumas destas questões num opúsculo sobre a “Meridionalidade de Leão”, (RIBEIRO, O. (1995)121-157) e refere o conceito de região de transição no opúsculo “Uma região portuguesa de Transição: a Beira Baixa”, (RIBEIRO, O. (1995) 431-444). Também Valentín Cabero refere: “Es precisamente en las fronteras, en las márgenes del territorio, en estos lugares de encuentro y de encrucijada, en estos espacios de transición y de alternancia, donde las identidades territoriales se muestran con mayor complejidad y pluralidad”, (CABERO DIÉGUEZ, V. (1998) 197).

127 Situados ligeiramente a norte de Zamora, a localização da velha cidade medieval de *Castrotorafe*, hoje em ruínas e a localização do convento cisterciense de Santa Maria de Morerueta, também em ruínas, bem como o convento de San Martín de Castañeda na Sanábria, constituem excelentes marcas políticas de interface por parte do reino de Leão, para intervir e assegurar uma velha área de transição. Sobre a questão ver (ANTON, I. A. (1986) 49-58) e (PRADA, M. F. (1998) 1117). Já mais tarde, o reino de Portugal em 1545 através de D. João III e o Papa Paulo III (MOURINHO, A. R. (1995) 65), em sentido inverso, com a criação da diocese de Miranda, toma uma decisão para enfraquecer o poder dos mosteiros de Morerueta e San Martín de Castañeda, ambos em território espanhol, mas controlando boa parte das terras do nordeste transmontano. Quando os velhos mosteiros e castelos medievais entraram em decadência, a elevação de Miranda do Douro a cidade, a criação da diocese e a edificação da Sé vieram trazer remédio à falta de autoridade forte na região. Por outro lado é centralizada a propriedade de todos os bens da Igreja na região do Nordeste Transmontano e tirados todos os bens de mosteiros espanhóis situados do outro lado da fronteira. Desta forma a criação da diocese de Miranda é acompanhada de uma certa visão política, para definitivamente controlar e consolidar todos os territórios da coroa portuguesa a leste de Mirandela. Continuando o processo de estabilização desta vasta área de transição, a diocese apressa-se a instalar seminários em toda a linha de fronteira da raia seca (Vinhais, Bragança e Miranda). É interessante notar, que dentro dos domínios dos mosteiros povoadores, por exemplo Morerueta, as suas pertenças e igrejas estendem-se até à serra de Nogueira e até à linha de cumeeada das serras de Montesinho-Nogueira-Bornes-Reboredo, que é o limite do velho território Zoela.



fig. 1 O território Zoela

II. A TERRA DE MIRANDA COMO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO

1.

Em longitude faz a transição geomorfológica entre a submeseta norte castelhana aplanada e monótona, com rede hidrográfica pouco ou nada encaixada e os planaltos do nordeste Português de relevo já mais movimentado e com a rede fluvial muito encaixada. Em latitude faz a transição entre os cumos aplanados das fraldas sul da cordilheira Cantábrica e os planaltos mais baixos do nordeste português. Em termos geológicos faz a transição entre a imensidão avermelhada dos depósitos recentes da meseta e a mistura de rochas granitoides, xistosas e quartzíticas, por vezes também recobertas de depósitos cenozoico, dos planaltos do nordeste português. Em termos climáticos faz a transição entre o clima de feições marcadamente continentais da meseta e o clima marcadamente atlântico dos montes de Leão e Sanábria, para um clima de feições mistas dos planaltos do nordeste português, multiplicando-se frequentemente em variadíssimos microclimas, originados pelo encaixe da rede fluvial e pela exposição das encostas a ela adjacentes. Refletindo o clima, em termos florísticos faz a transição entre os azinhais de *Quercus ilex* ssp. *Rotundifolia* da meseta e os bosques de carvalho negral, *Quercus pyrenaica* Willd do maciço Cantábrico, para os bosques mistos do planalto e dos vales encaixados dos rios, onde a vinha e a oliveira encontram alargada expressão. Como alguns botânicos têm apontado, a transição significa riqueza em biodiversidade.

2.

Dentro dos cambiantes humanos da paisagem, podemos destacar a transição entre o grande campo cerealífero e aberto (*openfield*) da meseta e o pequeno campo fechado (*bocage*) dos Montes de Leão e Sanábria, para uma estrutura fundiária mista de *enclausures* e campo aberto, nos planaltos do nordeste transmontano, onde os lameiros (*cerrados*) assumem a maior expressão de identidade na paisagem da Terra de Miranda. Sendo a geologia diferente, os materiais empregues na construção das casas e o tipo de arquitetura, vêm neles refletida a transição. Também ao longo da história, as práticas e produções agrícolas tiveram maior diversificação na Terra de Miranda que na meseta castelhana.

3.

Por fim é necessário dizer que a transição que se vai efetuando na Terra de Miranda, além de se ver no relevo, na geologia, no encaixe dos rios, no clima, no tipo de vegetação, na estruturação da paisagem, no tipo de atividades agrícolas, no tipo de povoamento e na etnografia, vê-se também na língua, o asturo-leonês, língua de transição

segundo Menendez Pidal¹²⁸, que evoluindo a partir do latim popular foi durando nesta região, mas que cedo começou a perder vigor frente aos ataques do castelhano e do galaico-português, depois da independência do reino de Portugal e da aglutinação do reino de Leão pelo reino de Castela, acantonando-se hoje a sua vitalidade a pouco mais que as localidades do concelho de Miranda do Douro.

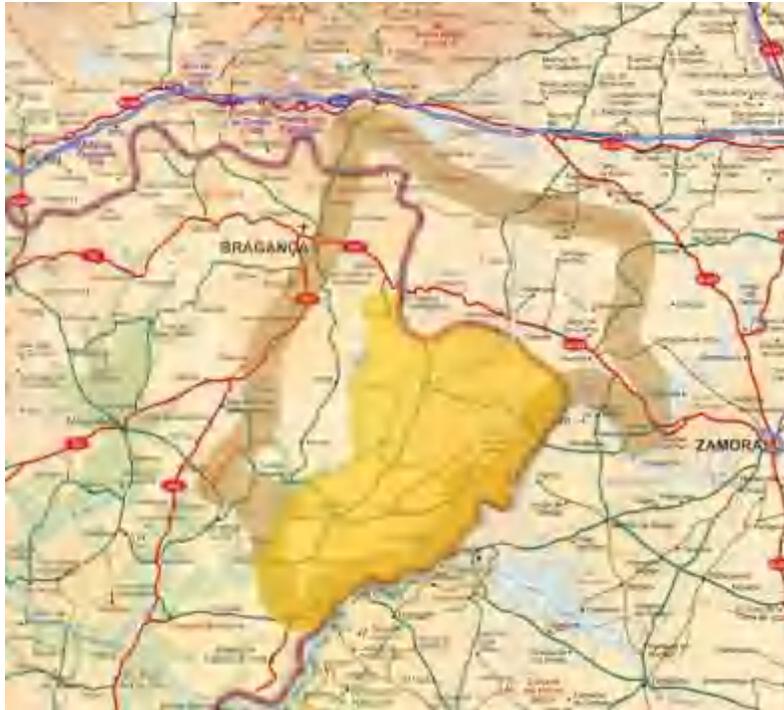


Fig. 2. A Terra de Miranda Medieval

4.

Segundo Julio Davalillo Larrea (DAVALILLO LARREA, J. L. (2000), na pré-história o espaço da região da Terra de Miranda constituía já uma fronteira. Em 1500 a. C. constituía fronteira entre a zona do Bronze Atlântico e a zona do Bronze do Final da Meseta chamado "*grupo de las cogotas*".

Por volta do ano 1000 a. C. constituía fronteira entre Celtas e Celtiberos.

Nos termos proto-históricos e históricos¹²⁹ da ocupação humana da Terra de Miranda, antes das invasões romanas chegarem à Península Ibérica, o território Zoela, espaço cultural das tribos celtas pertencentes ao povo

128 Ramón Menéndez Pidal (*Las Origenes del Español*) citado por José Matoso (org) (1992), "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, vol. I, 511: "O idioma romance encontrava-se durante o século X no seu período de origem ou de formação, e o que mais essencialmente distinguia a linguagem dessa época da que se seguiu depois era a falta de uma norma linguística fixa. Várias normas lutavam entre si, cada qual sem força suficiente para vencer rapidamente a sua oposta (...) A fala vulgar da corte de Leão no século X tinha uma grande debilidade constitutiva: a sua vacilante indecisão. Nela concorriam tendências vindas da Galiza, com o grande prestígio da cultura, riqueza e grande densidade de população dessa terra ocidental; tendências vindas das Astúrias, antiga sede da monarquia; tendências vindas de Castela, região que já então se distinguiu por uma firme orientação linguística, muito diferente das grandes vacilações leonesas. Leão gozou o seu grande prestígio político numa época em que a qualidade da corte a prejudicava linguisticamente pela mistura de gentes e influências muito diversas que a ela concorriam e na qual não existia ainda uma literatura romance capaz de reduzir a uma harmónica unidade essas várias tendências."

Também Orlando Ribeiro cita Menéndez Pidal, referindo: "MENÉNDEZ PIDAL, por sua vez, notara como a cunha asturicense na Terra de Miranda explica a persistência de um falar leonês no território de Portugal.", (RIBEIRO, O. (2001) 78). Esta ideia de cunha encravada de que nos fala Menéndez de Pidal, mostra não apenas a fragilidade política em "aguentar" os territórios que a ladeiam, mas mostra sobretudo a ideia de transição que está subjacente a este espaço.

129 Sobre a história da Terra de Miranda, Cidade e Diocese, consultar vários documentos na obra do Abade de Baçal, nomeadamente (ALVES, F. M. (1910) I e IV), a obra de Artur Carlos Alves (ALVES, A. C. (1973), (ALVES, A. C. (1974) e (ALVES, A. C. (1978), (MOURINHO, A. M. (1980), (MOURINHO, A. R. (1995) e (FERNANDES, M. C. C (2001).

Ásture, ocupava uma região que delimitava os seus contornos da seguinte forma: partindo do ponto de confluência entre o rio Esla e o Douro, continuava para N/NE pelos cimos da Serra da Culebra, para NO pela cumeada da serra de Montesinho, para O e SO pela linha de cumeada das Serras de Nogueira e Bornes, servindo o vale jusante do Sabor e a serra do Reboredo como fecho até ao vale do Douro quando este entra em território português e daí sobe até encontrar novamente a foz do rio Esla, (MARTÍNEZ, S. M. G. (1999) 18). No limite O. da submeseta norte castelhana, o rio Esla com orientação norte-sul e o talvegue profundamente encaixado do rio Douro, com orientação NE - SO, serviam de eixo vertebrador na divisão entre os *populi* dos *Ástures Cismontanos*, dos *Callaeci*, dos *Lusitani*, dos *Vaccei* e dos *Vettones*, (ALARCÃO, J. (2002) 31-33). Este ponto de encontro entre Esla e Douro serviu depois para estabelecer os limites entre as províncias romanas da *Lusitânia* e *Tarraconensis*.

Durante o domínio romano, embora muitos estudos se tenham debruçado sobre os limites dos dois conventos, nomeadamente Joaquim Neto (NETO, J. M. (1975)), ressalta que a Terra de Miranda se integrou no convento de *Asturica Augusta* em determinados períodos e no de *Bracara Augusta* noutros períodos.

No ano de 420 d. C. era por aqui que passava a fronteira entre Suevos e Alanos, no ano 450 d. C. entre o Reino Suevo e o Campus Gothorum e no ano 500 d. C. era fronteira entre o Reino Suevo e o Reino Visigodo. No ano de 950 d. C. estabeleceu-se por aqui a fronteira entre reveses Cristão e Árabes, a chamada “*extremadura*”.

Dentro do próprio topónimo *Miranda*¹³⁰ encontramos também esta ideia de transição e fronteira que segundo Garcia Árias¹³¹ se explica a partir do céltico *MIRO-RANDA* com sentido de limite ou fronteira. Segundo Juan Zapatero, estamos claramente perante um território de velhos “limites, fronteiras e transições”, (ZAPATERO, J. G. A. (1985) 22).

A este respeito também refere Valentín Cabero:

“*algunos topónimos como Muga de Sayago, San Felices de los Gallegos o Vilarinho dos Gallegos, por ejemplo, son un testimonio más de las raíces comunes, y contribuyen a entender la identidad de un espacio regional fronterizo, calificado de marginal y extremo.*”, (CABERO DIÉGUEZ, V.(1998) 198).

5.

Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa pela expressão **Terra**¹³², entendia-se distrito administrativo, militar e judicial, utilizando-se bastante esta designação no Norte de Portugal como para o caso da Terra de Vinhais, Terra da Feira, Terra de Ledra, etc. Ainda hoje na vizinha Espanha encontramos na Galiza cerca de uma dezena de pequenas regiões com a designação **Terra** e na província de Castela e Leão não anda longe da vintena, não a encontrando praticamente noutras províncias. Aníbal Varizo insere na baixa Idade Média, o fermento administrativo que viria a fomentar a constituição da chamada Terra de Miranda medieval, referindo-nos este autor:

130 Pensamos que o topónimo *Miranda* antes de se fixar no nome da localidade, devia referenciar o nome de uma região, ainda mais vasta que o espaço atribuído pelos primeiros reis portugueses à Terra de Miranda. Teria sido primeiro a “reconquista cristã” e depois o início da nacionalidade, com todas as querelas político-militares ligadas ao processo de independência, que teriam fragmentado esse espaço original mais vasto. O facto de na região, três importantes reinos (Leão, Castela e Portugal), se terem guerdado, aglutinado, dividido, feito alianças e tornado independentes, não favoreceu a continuidade política regional. Num documento de 1358, emitido pelo rei D. Pedro de Portugal faz-se referência a “ (...) **mijanda a noua de Riba de doiro** (...) ”, (FERNANDES, H. P. (1996) I. 53). Por aqui podemos verificar que a vila de Miranda tem uma fundação que nasce para estabilizar os limites da nacionalidade emergente.

131 Ver (ARIAS, X. L. G. (2000) *Miranda*) e também (ZAPATERO, J. G. A. (1985). José Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, J. L. (1900) 33-35) e o Abade de Baçal (ALVES, F. M. (1910) X. 131), referem ambos que a palavra *Miranda* vem do adjetivo-particípio latino *miranda*, do verbo *mirar*, e significa «digna de admiração», e, por ampliação de sentido, «evidente», ou ideia análoga; na mesma ordem de ideias: *mirar*, *mirante*, *miradoiro*. Não estamos completamente de acordo com estes nobres autores. Por um lado pensamos que a palavra *miranda* se reportava a uma região e será muito mais antiga que a localidade, por isso o que seria ali digno de admiração se não havia localidade? Por outro se *Miranda* do Douro fica localizada num miradouro frente ao rio, a mesma coisa já não se pode dizer de *Mirandela* que fica numa depressão. A Verdade é que ambas referenciam faixas de fronteira físico paisagísticas. Da mesma forma que José Leite de Vasconcelos batizou a língua leonesa destas terras, apelidada aqui por “*nuossa fala*” por *Mirandês*, também os “fundadores” de *Miranda* teriam cristalizado o nome da região para designar a localidade.

132 Artur Carlos Alves, refere-se também à origem e evolução da palavra **Terra**, (ALVES, A. C. (1973) 24-27).

“O paroquial suévico deve ter sido escrito entre 572 e 582. Menciona 18 igrejas e 12 pagi. Os pagi seriam as igrejas mais afastadas de Braga, de organização mais rudimentar, mais longe do Arcebispo. (...) «Astiático» será, o território correspondente à futura «Terra de Miranda». (...) No princípio da nacionalidade, Miranda do Douro impõe-se pela sua situação estratégica, pelo que não admira que seja a sede de circunscrição administrativa (Terra) e de circunscrição religiosa (arcediogo). (...) «Aparecem na documentação dos séculos X e XI, relativa à região onde depois veio a ser Portugal, as palavras «TERRA» e «TERRITÓRIO» com o significado de divisão administrativa.”, (VARIZO, A.(1990)81-83).

A denominação *Terra de Miranda* aparece pela primeira vez em documentos do séc. XII¹³³ e, a partir dessa data não voltou a deixar de se utilizar. Os seus contornos nunca foram rigorosamente delimitados, mas segundo José Leite de Vasconcellos¹³⁴, durante a Idade média entendia-se por esta designação, todo o território limitado a Sul pelo rio Douro a Norte e Este pela fronteira política com a Espanha e a Oeste pelo rio Sabor.

III. A UNIDADE DA TERRA DE MIRANDA VS. REGIÃO NATURAL

1.

Depois da Idade Média a designação Terra de Miranda deixou de ter o seu carácter administrativo e depressa evoluiu para um significado essencialmente geográfico, histórico, ver etnográfico. Mantendo-se a homogeneidade territorial que sempre teve, podemos dentro da transição apontar como traços mais marcantes da unidade deste espaço os seguintes:

1.1. A geografia física confere uma homogeneidade muito particular a este território na sua forma de relevo de planalto¹³⁵ que produz linhas de águas extremamente encaixadas em vales profundos, alcantilados e escarpados, assumindo transição em relação à Submeseta Norte Espanhola.

1.2. Na sua altitude média aplanada de 700m de onde se elevam pequenas colinas eruditas e arredondadas chamadas *cabeços* e alguns cimos como os de Mogadouro, Variz e Castanheira que apesar de terem uma altitude absoluta de aproximadamente 1000m, não se elevam mais de 150m em relação ao planalto circundante, sendo o perímetro na sua base muito reduzido, constituindo belos exemplares de “inselbergs”.

1.3. Na distribuição da escassa precipitação anual (+/ - 550mm), que ocorre na grande maioria no fim do outono e no inverno e na distribuição das temperaturas médias diurnas anuais (12,3°C), com grandes frios no inverno e elevadas temperaturas no verão dizendo-se do clima que são *nuobe meses d’Ambierno i três d’Anfierno*.

1.4. Na sua geologia complexa de xistos, granitoides, quartzitos e depósitos recentes de cobertura e ainda na sua vegetação¹³⁶. A diversidade de microclimas produz uma grande diversidade florística, que por sua vez produz uma fauna rica e diversa.

Devido a esta tão grande uniformidade geográfica Vergílio Taborde (TABORDA, V. (1932) e Dionísio Gonçalves (GONÇALVES, D. (1985) consideram este espaço uma região natural.

2.

Em termos pré-históricos, proto-históricos e históricos já vimos com se esboça a constituição de uma unidade de povoamento humano, cultural e administrativo¹³⁷.

133 Ver (ALVES, A. C.(1973)46) e (MOURINHO, A. M. (1980)93). Erradamente em 1136, o Abade de Baçal, atribui a Miranda do Douro o foral que Don Afonso I, atribui a Miranda do Corvo, (ALVES, F. M. (1910)IV.81).

134 (VASCONCELLOS, J. L. (1941)179-189).

135 Amiúde as pessoas e os próprios dicionários de português, não sabem fazer a verdadeira distinção entre planície e planalto, pensando que a diferença está na altitude, mas a verdade é que podemos ter planícies elevadas a mais de 3000 m de altitude absoluta. Independentemente da altitude, um planalto e uma planície, constituem ambos vastas superfícies aplanadas, mas o primeiro produz uma rede hidrográfica muito encaixada, com grande poder de transporte de materiais grosseiros, erosão recente e regressiva, enquanto a segunda produz redes hidrográficas não encaixadas, divagantes, sem poder de transporte, atulhando-se o seu leito com várias camadas de depósitos finos.

136 Entrecruzam-se nesta área dois domínios florísticos bem demarcados o do carvalho pardo ou negral – *Quercus pyrenaica* Willd. – mais acentuadamente atlântico, com espécies caducifólias como o carvalho alvarinho – *Quercus robur* L., o castanheiro – *Castanea sativa* Mil. -, o ulmeiro – *Ulmus capinifolia* Gled. -, o amieiro – *Alnus glutinosa* L. -, o choupo – *Populus nigra* L. - *Populus alba* L. -, o freixo – *Fraxinus angustifolia* - e o do domínio das quercínias perenifólias, acentuadamente mediterrâneo com espécies como a azinheira - *Quercus ilex* ssp. *rotundifolia* -, o sobreiro – *Quercus suber* L. -, o carvalho cerquinho - *Quercus faginea* - e o zimbro - *Juniperus oxycedrus*.

Em termos etnográficos estamos também perante uma região com características muito próprias e peculiares em relação a todo o resto da península Ibérica, podendo destacar em traços muito largos a dança dos paulitos, a capa de honras e a língua mirandesa.¹³⁸

Se nos nossos dias estas três singularidades etnográficas estão muito confinadas ao concelho de Miranda do Douro, ainda há apenas meio século escrevia António Maria Mourinho relativamente à dança dos pauliteiros: “*Em nosso País, dançou-se em toda a região compreendida entre os rios Sabor e Douro, talvez desde Rio de Onor, até aos limites Sul do concelho de Mogadouro, confrontando com os de Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo.*”, (MOURINHO, A. M. (1984) 454).



Fig. 3: A área de ressaibos toponímicos leoneses no Nordeste Transmontano corresponde ao antigo território celta das tribos Zoela.

IV. AS FRONTEIRAS DA TERRA DE MIRANDA

1.

Como vimos o espaço da Terra de Miranda, começou por ser o extremo e a fronteira entre os territórios ocupados pelos vários povos celtas e pré-celtas. Continuou a constituir fronteira entre as províncias romanas da *Lusitânia* e *Tarraconensis* e entre os conventos de *Asturica Augusta* e de *Bracara Augusta*. Também durante as invasões árabes, o rio Douro, particularmente no seu troço NE-SO mais encaixado, constituía fronteira de reveses e consolidação de percas e aquisições militares por parte de infiéis e cristãos. Com o início da nacionalidade portuguesa, constituiu fronteira entre o reino de Leão e o Condado Portucaleense e por fim entre Espanha e Portugal. A Terra de Miranda é portanto, uma região de fronteira com características específicas dentro do

137 Sobre o assunto ver (SANCHES, M. J. (1992) e (LEMONS, F. S. (1993).

138 Outras particularidades poderíamos apontar, mas estas parecem-nos ser as mais representativas. Ver também sobre a gaita de foles (CORREIA, M. (2002) e sobre o teatro popular mirandês (GONZÁLEZ, F. C. (2001).

retângulo português. A sua área tem a particularidade de ser a única região portuguesa que faz fronteira com a Espanha pelo seu lado Norte e ao mesmo tempo pelo lado Este e Sul (rio Douro).

2.

Não levando em conta velhos conceitos que associam a fronteira a uma linha, debruçamo-nos apenas sobre a noção de faixa de fronteira, onde os povos que estão em contacto se enriquecem de experiências e trocas. A convivência humana entre as populações que vivem de um e do outro lado da fronteira desenvolve atividades variadas, estados de espírito específicos, bem como uma economia, sociologia e antropologia particulares aos espaços de fronteira. Acrescemos a este facto, as diligências desenvolvidas ao longo dos tempos pelas entidades políticas que administram esses espaços, para gerir esses territórios no sentido da proibição ou permissão das passagens. Como sabemos, entre Espanha e Portugal, só depois da adesão dos dois países à União Europeia¹³⁹ em 1986, as vontades e decisões políticas têm ido no último sentido.



Fig. 4: A Terra de Miranda e a linha de fronteira Este entre Portugal e Espanha.

3.

Na Terra de Miranda podemos considerar três tipos de fronteira que não coincidem: as da região histórico-natural são as mais velhas, as políticas estão praticamente fixas desde o início da nacionalidade e as linguísticas datam de tempos anteriores à nacionalidade. Do primeiro caso penso que já dissemos o suficiente. No segundo caso podemos considerar duas secções distintas. A Norte e Este, a cumeada da Serra da Senhora da Luz e do Mourigo materializa a linha imaginária e despovoada que constitui a linha de fronteira entre Portugal e Espanha, dividindo também a Terra de Miranda do Campo de Aliste, também chamada *raia seca*. A sul da Terra de Miranda, desde que inflète o seu curso de O para SO, o vale encaixado do Douro, materializa a linha imaginária divisória

139 Com algumas exceções históricas, antes desta data, as fronteiras estiveram fechadas, para pessoas e bens, limitando-se a colaboração dos estados, à gestão dos recursos hídrico energético do rio Douro.

entre Portugal e Espanha, também chamada *raia molhada*. Este troço de fronteira divide também as Terras de Miranda, Sayago e La Ribera.¹⁴⁰

4.

No terceiro caso, a fronteira linguística, desde a “reconquista cristã” e enquanto o reino de Leão se manteve como um espaço político forte, existiu um grande *continuum* linguístico asturo-leonês, que entrava pelo nordeste transmontano português e aí se manteve durante vários séculos. Primeiro com a independência do condado portugalense em relação ao reino de Leão, que logo adotou a norma linguística galaico-portuguesa e depois com a absorção do reino de Leão pelo reino de Castela, que logo adotou a norma linguística castelhana, o falar asturo-leonês ficou encravado, apenas na parte mais oriental da velha Terra de Miranda medieval.

A língua Mirandesa, como o definiu pela primeira vez em 1906 Ramon Menéndez de Pidal (MENÉNDEZ PIDAL, R. (1990) 21), pertence ao *continuum* linguístico asturo-leonês. Podemos pois analisar a sua difusão não apenas em função da sua área de acantonamento atual, o concelho de Miranda do Douro, mas também em função de todos os ressaibos que aquele *continuum* linguístico deixou no nosso país, sobretudo presentes no terço Este da província Transmontana. Estes ressaibos, para além de todos os vestígios de falares asturo-leoneses que ainda perduram em Rio de Onor, Guadramil, Petisqueira e Deilão, ficaram também, embora de forma mais subtil, na toponímia e sobretudo na microtoponímia de toda esta região do nordeste transmontano.¹⁴¹ Assim para ser possível tirar algumas conclusões sobre os limites do espaço histórico-natural que tentamos delimitar, fiz o levantamento de toda a toponímia maior e de cerca de cinco mil microtopónimos em todo o distrito de Bragança.¹⁴² Considerei para a minha análise todos os topónimos e microtopónimos que encerram características bem marcantes do asturo-leonês, nomeadamente a conservação de -n- e -l- latinos, a presença do diminutivo -ico-, a palatalização de -l- inicial ou intermédio, os microtopónimos marra e ourrieta¹⁴³ e o aparecimento do artigo definido mirandês (l, la, ls, las) associado a microtopónimos, bem como os nomes dos arbustos *scoba*¹⁴⁴ e *xara*¹⁴⁵.

Da espacialização das ocorrências de microtopónimos com estas características linguísticas resultam três espaços bem distintos. Em primeiro lugar pela elevada ocorrência destes microtopónimos destaca-se o concelho de Miranda do Douro acrescido das localidades do concelho de Vimioso onde se fala e se falou até há pouco tempo a língua mirandesa e da área leonesa de Rio de Onor, Guadramil, Deilão e Pestiqueira. Em segundo lugar destaca-se uma área mais vasta que é delimitada dentro do nosso país pela linha de cumeada das serras de Montesinho, Nogueira e Bornes até ao baixo Sabor, passando depois pelas fraldas NE da serra do Reboredo indo fechar este território contra o Douro Internacional que serve de fronteira Hispano-Lusa à altura do Norte do concelho de Freixo de Espada à Cinta, onde os microtopónimos com as características que selecionamos, embora mais raros, têm ainda um peso significativo, esparsando-se à medida que nos afastamos da área onde hoje ainda se fala Mirandês.

Por fim a área a Oeste da linha das cumeadas que enunciamos, que se caracteriza pela quase completa ausência de ocorrência de microtopónimos com as características asturo-leonesas que tínhamos selecionado.

140 Sobre as antigas divisões da província de Salamanca, ver (LLORENTE PINTO, J. M. (1999)499-530).

141 Os filólogos e linguistas sempre foram muito perentórios na inventariação da quantidade de influências que o português e o castelhano tiveram na língua mirandesa, mas nunca se deram ao trabalho de construir estudos que analisassem a influência do mirandês/leonês, no chamado português de Trás-os-Montes.

142 Na grande maioria a partir das cartas militares à escala de 1/25000 e também com base nas listas cadastrais das finanças de Miranda do Douro que o Sr. Amável Falcão prontamente colocou à minha disposição e a quem muito agradeço. No concelho de Miranda e Mogadouro fiz também várias recolhas através de inquéritos in loco. Também a Doutora Manuela Barros Ferreira, num artigo sobre “A situação atual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialetos asturo-leoneses em Portugal”, se ocupou desta questão, (FERREIRA, M. B. (2001). Muito lhe agradecemos o envio do seu artigo, do qual recomendamos a leitura por ser esclarecedor e muito sério no tratamento dos limites linguísticos asturo-leoneses em Portugal.

143 Este microtopónimo aparece nas formas: orreta, ourrieta, urreta, urrieta, recta, reta, rita e ruta.

144 Scoba, giesta - *Cystisus striatus* (Hill) Rothm. – *cystisus scoparius* L. – *cytisus multiflorus* (L’Hér.) Sweet. Em São Pedro da Silva encontramos os topónimos Lombo da Esteveira e Cabeço da Esteveira, mas um documento de 1172, (ANTON, I. A. (1986)312-13), diz-nos tratar-se de um antropónimo “que stat in monte de Stevam”, e não de um fitotopónimo como se pensaria.

145 Xara, esteva - *Cistus ladanifer* – *Cistus laurifolius*.

A área onde se encontram ressaibos de asturo-leonês corresponde também grosso modo à comarca de Miranda do século XVI, na qual Bragança e Vinhais se integravam, ver (VARIZO, A. (1990) 88).

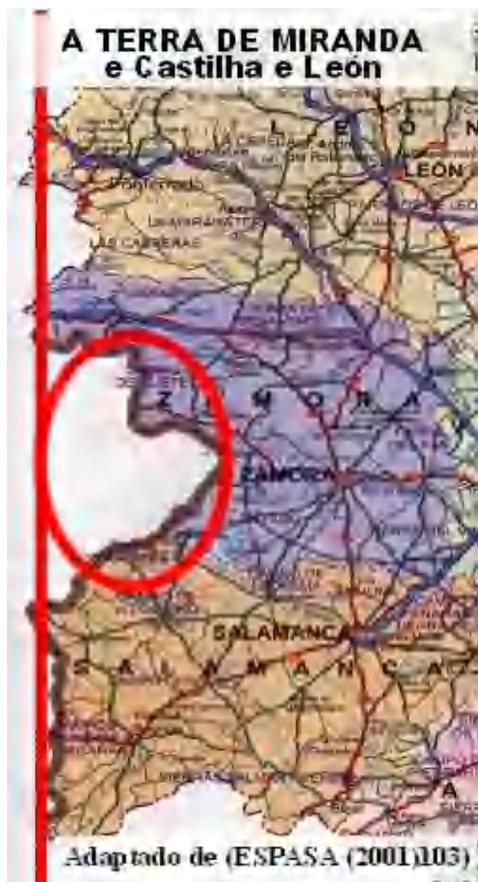


Fig. 5: A Terra de Miranda ‘arrancada’

V. A TERRA DE MIRANDA E A LINHA DE FRONTEIRA POLÍTICA ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Neste ponto desenvolvemos uma pequena reflexão que se debruça e pensa a longitude da fronteira política na Terra de Miranda e o resto da fronteira Leste, entre Portugal e a Espanha. Se no meridiano de 6° W traçarmos uma faixa de 10’ entre os 45’ e 55’, ao longo da longitude média da linha de fronteira entre Portugal e Espanha, que “nasça” no Mar Cantábrico e siga a fronteira entre a Galiza, o Principado das Astúrias e a Província de Castela e Leão, continuando depois ao longo da fronteira portuguesa com a Espanha até ao Algarve, verificamos que essa faixa acompanha o rio Navia que corre de Sul para Norte e vai desaguar no Mar Cantábrico e o rio Sil a sul de Ponferrada que corre de Norte para Sul. Esta faixa passa depois em San Martin de Castañeda e em Castro de Avelãs. Continuando para Sul passa por algumas cumeadas de serras da Cordilheira Cantábrica, dos Montes de Leão e Serra de la Cabrera: Serra de Ancares (pico de Peña Rubia 2214 m), Serra de Chaira (pico de Peña Trevinca 1925 m), Serra Segundera (pico de Moncalvo 2044 m e Cabril 1850 m), Serra de la Gamoneda (pico de Mugo 1738 m). Já em Portugal passa igualmente pelas cumeadas das Serras de Montesinho (1474 m), Nogueira (1318 m), Bornes (1174 m), pelo vale muito encaixado e aberto do baixo Sabor, pela Serra do Reboredo (920 m) e continua a partir daí pela faixa de fronteira entre Portugal e Espanha.

Em primeiro lugar podemos verificar que a faixa de fronteira entre Portugal e Espanha se situa na mesma faixa de longitude que a fronteira entre as Astúrias e a Galiza e esta e Castela e Leão. Em segundo lugar podemos verificar que o único território português a Leste desta faixa de 10’ é a Terra de Miranda em sentido histórico Medieval, prolongando-se pela Lombada até à fronteira Norte com a Espanha, ou melhor, toda a área que correspondeu ao

território dos Zoelas e onde hoje ainda se encontram influências ou ressaibos linguísticos asturo-leoneses. Verificamos também, como curiosidade, que depois do rio Douro entrar definitivamente em Portugal em Barca de Alva, a única localidade que quase toca esta faixa de 10' é Barrancos no Alentejo com um falar¹⁴⁶ próprio e tradições que se identificam mais com as da Estremadura e Andaluzia espanholas que com as Portuguesas.

Colocando a Terra de Miranda em “negativo”, podemos também observar que este território, situado a Este da nossa faixa de 10' parece como que “arrancado” à província de Castela e Leão e que esta província espanhola que abarca toda a Submeseta Norte, em todo o seu perímetro está delimitada das outras nove províncias com que confina por muito altos e sempre contínuos acidentes orográficos: da Galiza separa-a a Serra de Ancares e os Montes de Leão com altitudes médias de 1700 m, das Astúrias e Cantábria a Cordilheira Cantábrica com os Picos de Europa a altitudes médias de 2000 m, do País Basco a Serra Valnera com altitudes médias de 2000 m, de la Rioja e Aragón o Sistema Ibérico com altitudes médias de 2000 m, de Castela la Mancha, Comunidade de Madrid e Estremadura o Sistema Central com altitudes médias de 2000 m. Verificamos então que única fronteira desta província que não é delimitada por altas serras é o Planalto Mirandês que faz a transição da Submeseta Norte, para os planaltos do nordeste transmontano. No entanto se formos à procura dessa “*fronteira natural de Serras*” que fechasse as altitudes que delimitam a Submeseta Norte encontramos-as na nossa faixa de 10': Serra de Montezinho (1474 m), Nogueira (1318 m), Bornes (1174 m) e Reboredo (920 m), que constituem a última “cadeia” de serras com orientação Sudoeste-Nordeste no Leste de Trás-os-Montes. As três primeiras delimitam a Oeste e Norte a bacia hidrográfica do rio Sabor e a última delimita-a a Sul.

VI. CONCLUSÕES

Não pretendendo subscrever uma tese que radica a origem da Terra de Miranda numa visão de pura continuidade cultural localista, creio no entanto ressaltar do exposto uma individualidade histórica, cultural e geográfica, com longa tradição. Estamos portanto de acordo com Francisco Sande Lemos quando afirma: “Terra de Miranda é uma designação medieval aplicada a um território individualizado por uma história e cultura comum e por características geográficas homogéneas.”¹⁴⁷, (LEMOS, F.S. (1993) l.a.129).

É comumente aceite que a língua mirandesa se manteve viva até hoje no concelho de Miranda do Douro, apenas devido ao grande isolamento desta região. Não estando este espaço mais isolado e encravado que outros do Nordeste Transmontano, acreditamos que a grande e longa continuidade cultural desta Terra, forjou nos ‘*genes sociais*’ dos seus habitantes, uma consciência que os faz resistir à aculturação da sua velha forma de estar e entender o mundo. Nos alvares do III milénio, percebermos como se forjou esta consciência íntima de pertença a uma cultura específica é perceber o porquê da obstinação em manter vivos velhos ritos solstícios com mais de três mil anos, ao mesmo tempo que se teima em falar uma língua que nos ata às sucessivas camadas de história que são o cordão umbilical que nos liga aos nossos primórdios. Como muito gosta de dizer o povo mirandês: “*hai que saber tener-se na raiç*”.

VII. BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (2002) O domínio romano em Portugal, Lisboa: Publicações Europa-América
- ALVES, A. C. (1973) Cadernos Históricos Mirandeses, II, A terra de Miranda (Tentame Histórico), Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- ALVES, A. C. (1974) Cadernos Históricos Mirandeses, III, A terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III (1258), Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

¹⁴⁶ Relativamente às reentrâncias e saliências dos recortes da linha de fronteira entre Portugal e Espanha podemos ainda verificar algumas curiosidades linguísticas: na reentrância em território português à altura de Penamacor temos do lado espanhol o “Galego” do vale do Ellas; na reentrância em território português à altura de Vila Velha de Ródão temos em território espanhol o Português de Cedillo e da franja de Alcântara; na reentrância em território português à altura de Alendroal temos o português de Olivença e por último na reentrância em território espanhol à altura de Barrancos temos o Barranquenho que é um falar com características castelhanas.

¹⁴⁷ No nosso entender, homogeneidade não significa unidade monótona, mas sim transição de feições. A riqueza da diversidade materializa portanto uma forma de homogeneidade.

- ALVES, A. C. (1978) *Cadernos Históricos Mirandeses, I, Retalhos de História*, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- ALVES, F. M. (1910) *Memórias arqueológico históricas do Distrito de Bragança, Tomos I a XII*, Bragança: Edição Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus / Museu do Abade Baçal, (2000).
- ANTON, I. A. (1986) *La Colonización Cisterciense en la Meseta del Duero*, Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos “Florian de Ocampos” Diputación de Zamora
- ARIAS, X. L. G. (2000) *Pueblos asturianos. El porqué de sus nombres*, Gigón: Ed. Alborá Ilibros, 2ª ed. Corregida y aumentada.
- CABERO DIÉGUEZ, V. (1998) “Dos Márgenes” In: AZEVEDO, J. (editor) (1998) 195-201
- CORREIA, M. (2002) *Bi Benir la Gaita*, Lisboa: Instituto de Desenvolvimento Social
- DAVALILLO LARREA, J. L. (2000) *Atlas histórico de España y Portugal Desde el Paleolítico hasta el siglo XX*, Madrid: Editorial Síntesis, S.A
- FERREIRA, C. (2003) *Toponímia, Paisagem e Ambiente uma Abordagem Geotoponímica de Sendim em Terra De Miranda. (Um Estudo de Geografia Rural e Regional)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Geografia da Universidade de Salamanca para obtenção do “Grado de Salamanca”.
- FERNANDES, H. P. (1996). *Bibliografia do Distrito de Bragança, Documentos (textos) Publicados, Tomo I, 569-1870, Tomo II, 1871-1950*. Bragança: ISPB/CMB/BPADB
- FERNANDES, M. C. C. (2001) *Uma História da Diocese de Bragança – Miranda*, Lisboa: Diocese de Bragança-Miranda
- FERREIRA, M. B. (2001) “A situação atual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialetos asturo-leoneses em Portugal.” In: *Revista de Filologia Românica* vol. 18 (2001) 117-136.
- GONÇALVES, D. (1985) “O clima de Trás-os-Montes” Vila Real: IUTAD
- GONZÁLEZ, F. C. (2001) *Sayago, viaje al interior, ermitas y romerías*, Zamora: Francisco Colino González
- LEMO, F.S. (1993) *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga (policopiado)
- LLORENTE PINTO, J. M. (1999) “Las divisiones del espacio provincial. Salamanca y sus comarcas”, In: *Salamanca, Revista de Estudios*, 43, (1999), 499-530
- MARTÍNEZ, S. M. G. (1999) “Los Zoelas: sociedad y antropónimo” In: *Brigantia* vol. XIX Nº1/2 (1999) 17-36
- MENÉNDEZ PIDAL, R. (1990) *El Dialecto Leones*, Leon: Diputación Provincial de León
- MOURINHO, A. M. (1980) “Roma na Terra de Miranda” In: *Atas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. III, Guimarães
- MOURINHO, A. M. (1984) *Cancioneiro tradicional e danças populares mirandesas, I vol.* Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro
- MOURINHO, A. R. (1995) *Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro – Bragança*, Miranda do Douro: Câmara Municipal
- NETO, J. M. (1975) *O Leste do território bracarense*, Torres Vedras
- PRADA, M. F. (1998) *El real monasterio de San Martín de Castañeda*, Madrid: San Pablo
- RIBEIRO, O. (1995) *Opúsculos Geográficos, vol. VI. Estudos regionais*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- RIBEIRO, O. (2001) *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa: João Sá da Costa.
- SANCHES, M. J. (1992) *Pré-história recente no planalto mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto: Edic. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
- TABORDA, V. (1932) *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte (2ª edição 1987)
- VARIZO, A. (1990) “Mogadouro — Aparentamentos Históricos” In: *Brigantia* vol. X (1990) 303-317
- VASCONCELLOS, J. L. (1900) *Estudos de Philologia Mirandesa. vol. I*. Lisboa Imprensa Nacional. (Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro 1992)
- VASCONCELLOS, J. L. (1941) *Etnografia Portuguesa vol. III*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- ZAPATERO, J. G. A. (1985) *Sobre os nomes Peñaranda, Aranda, Arandilla*, Miranda do Douro, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.



12) JOÃO CABRITA, ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO GARCIA BRAGANÇA

JOÃO CABRITA é licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e mestre em Didática da Língua e Literaturas Portuguesas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com uma dissertação sobre Saramago, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*.

Professor do Ensino Secundário é autor do livro *O Liceu Nacional de Bragança e o seu patrono, uma história por contar*.

A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUSOFONIA. A PERENIDADE DE UMA MUNDIVIVÊNCIA

A língua e a sua importância como elemento identificador dos povos. Os primórdios da língua portuguesa, a consolidação e a disseminação pelo mundo.

António Ferreira, Fernão de Oliveira e João de Barros construtores da língua em idos de seiscentos. A unidade e a diversidade em Mia Couto e Craveirinha escritores da lusofonia. Exemplos a ter em conta numa manifestação de consolidação na encruzilhada da língua.

*Não sou do tamanho da minha altura,
Sou do tamanho daquilo que vejo.
José Saramago*

Língua maior esta, a portuguesa, de entre as que na Europa medraram. Nove séculos volvidos e vividos a fazer a distinção entre portugueses e outros povos. Sim, porque o que nos distingue das outras nacionalidades, mais que a bandeira e o hino, é a língua que falamos. Somos dum país, sobretudo, porque falamos a sua língua. Há que tratá-la bem, aprimorá-la, preservá-la, como se fosse o bem mais precioso, o instrumento maior.

De Portugal independente, nascido e criado neste pedaço ocidental da Ibérica, rezam os documentos que se tornou adulto e se emancipou em idos do século XII. Não foram fáceis os primeiros tempos. Balbuciadas as primeiras palavras, D. Dinis chamou a si o falar português, herdeiro de um galego-português e de um latim que se miscigenaram na produção oral. A língua portuguesa crescia em documentos oficiais. Era preciso criar e alimentar a identidade deste Portugal que já sabia onde eram as suas fronteiras, desde que em Alcanices, portugueses e espanhóis, em tempos de paz, decidiram pôr termo a guerras que já não tinham razão de ser.

Não é fácil levar a cabo mudanças de hábito e hábitos ancestrais através de decreto. Que era utilizar só a língua portuguesa em documentos oficiais? Será que aos falantes e aos escribas se pedia que tirassem a ganga que compunha aquele conjunto heterogéneo constituído pelo latim e outros falares próprios de autóctones e invasores que povoaram o espaço onde era Portugal?

Sabemos que as línguas não são estáticas, sofrem erosões, assimilam, dão e recebem, quantas vezes ao sabor do tempo e das convulsões sociais. Portugal, também, não constituiu um espaço passivo e pacífico. Olhou para o mar e mediu a sua pequenez. Imaginou a sua capacidade de se estender.

À aventura, iniciou um processo de partida que provocou a sua deslocação num voltar e ir que não mais teve fim. Até hoje. Ficou no Oriente, nos antípodas. Enriqueceu, empobreceu e travestiu-se. Língua portuguesa serve-lhe de comunicação. Estar em comum era dar e receber signos que se unem ao sabor da necessidade, do prazer, do estar bem e do trocar.

Dados novos mundos ao mundo velho, à Europa ciosa de uma civilização, era preciso aferir e cuidar o produto oferecido para troca. À língua ciosa da sua perenidade havia que transmitir regras. O colonizador tinha que o ser até nos mais pequenos pormenores.

O nacionalismo. A nacionalidade da língua não podia viver ao Deus dará de marinheiros ignorantes e analfabetos. Que se criassem regras próprias para a fala e a escrita. Não é esta, também, uma forma de mostrar-se português?

Era necessário definir os cânones linguísticos, mostrar os códigos e dizer que língua portuguesa também era a nossa

Dirá António Ferreira em pleno Renascimento, em carta escrita, em estro apreciado

Floresça, fale, cante, ouça-se e viva

A Portuguesa língua! E já onde for,

Senhora vá de si, soberba e altiva.

Se téqui esteve baixa e sem louvor,

Culpa é da que a mal exercitaram.

Lançara-se o repto. Como se do eco fosse ouvido, regras responderam à angústia do poeta.

1526 confirma e materializa, pela pena de Fernão de Oliveira, a gramática necessária. João de Barros na sua esteira acrescentará, e outros e outros ditarão as leis que todos aguardavam.

O tempo corre célere. A saga dos descobrimentos terminara. O mundo era outro agora. Os portugueses tiveram que se retirar. A língua ficara. Não era um produto ou um espaço fechado. Contaminara e contaminava-se. Tinha chegado ao Brasil. Entrara na Europa. Disseminava-se pelos núcleos de portugueses espalhados pelo mundo. Na Coreia, na Argentina, na Galiza e por *tutti quanti* viera para ficar. Era preciso florescer e fortificar.

Portugal espalhado pelo mundo na língua de Camões, de Saramago e de Lobo Antunes. Não um português canónico e intransformável. Um português de variantes, tal como no Algarve ou em Trás-os-Montes, das novelas brasileiras, ou da juventude, dos idosos, das escolas, ou bares e dos cafés. Um português alimentado pela comunicação, pela solidariedade, por eventos culturais, pela difusão, pela promoção da leitura.

Uma língua onde a pluralidade impere e a aceitação da variedade seja um facto. Um português onde as gramáticas reconheçam as oralidades tão arredias da escrita que se pretende pura.

Um português transformado, novo, vivo, alegre, triste, dolente, molhado, assobiado, tropicalizado, mas perene, um arco-íris de línguas, hoje denominado de espaço lusófono onde é possível comunicar, não esquecendo, porém, que é impossível criar unicidade linguística entre espaços diferentes, gentes diferentes e mentalidades diferentes, separadas pelas distâncias da geografia, do prazer, dos trópicos, da fartura e da carência.

E é desta diversidade que a língua se homogeneíza criando culturas que se harmonizam através das etnias que persistem em povos por onde o português passou. Ora a capacidade de tornar compatível as culturas africanas, gerindo diferenças é algo que tem sido possível à custa do trabalho esforçado de escritores que fazem parte do nosso universo linguístico.

Entrevistado por Maria Teresa Horta em 9 de agosto de 1997 para o Diário de Notícias afirmava Mia Couto, escritor moçambicano de larga bibliografia, nascido na cidade da Beira, Moçambique, em 1955, acerca da escrita: *Para mim escrever é um desafio e esse desafio é o que me dá mais gosto na escrita: uma certa procura de transgressão, não só a nível linguístico, poético, mas também daquilo que possam ser as próprias soluções da escrita, que para mim necessitam ser mexidas, pois penso que para contar as histórias que quero contar a partir de Moçambique não me sinto à vontade, pois sinto-me espartilhado naquilo que são as formas que me ensinaram a mim. Preciso de desarrumar a própria escrita.*

Quanto à escrita eu devo imenso aos outros; um segredo que posso dizer que tenho é estar atento aos outros. No caso de Moçambique, esses outros são eles mesmos, a habilidade de construir histórias, de raciocinar, de pensar o mundo através dessas histórias. A metáfora é tão comum, tão vulgar no dia-a-dia que, de facto, quanto a mim, quase me basta estar atento.

A propósito deste escrever, ousemos denominar-lhe, desviante, afirma Saramago que Mia Couto está a criar um português *“subtilmente diferente, capaz de comunicar coisas novas”*.

Fruto da mestiçagem, entre a busca da identidade e da transgressão poética, em torno da necessidade de desarrumar da própria escrita, sem que a língua perca a sua identidade, vejamos um excerto do conto *A Rosa Caramela*, inserta no livro *Cada Homem é uma Raça*.

Nessa noite, eu desconsegui de dormir. Saí, sentei a insónia no jardim da frente. Olhei a estátua, estava fora do pedestal. O colono tinha as barbas pelo chão, parecia que era ele mesmo quem tinha descido, por soma de grandes cansaços. Tinham arrancado o monumento mas esqueceram de o retirar, a obra requeria acabamentos. Senti quase pena do barbudo, sujo das pombas, encharcado de poeira. Me acendi, vindo ao juízo: estou como a Rosa, pondo sentimento nos pedregulhos? Foi então que via a própria, a Caramela, parecia chamada pelos meus conjuros. Fiquei quase gelado, imovente. Queria fugir, minhas pernas se negavam. Estremeci: eu me convertia em estátua, virando assunto das paixões da marreca? Horror, me fugisse a boca para sempre. Mas, não. A Rosa não parou no jardim.

Atravessou a estrada e chegou-se às escadinhas de nossa casa. Baixou-se nos degraus, limpou deles o luar. Suas coisas se pousaram num suspiro. Depois, ela se entartarugou, aprontando-se, quem sabe, ao sono. Ou fosse de sua intenção apenas a tristeza. Porque lhe escutei chorar, num murmúrio de águas escuras. A corcunda se derramava, parecia era vez dela se estatuar. Me infindei, nessa viagem.

Foi, então. Meu pai, em apuros de silêncio, abriu a porta da varanda. Lento, se aproximou da corcunda. Por instantes, ficou debruçado sobre a mulher. Depois, movendo a mão como se fosse um gesto só sonhado, lhe tocou os cabelos. Rosa nem se esboçava, a princípio. Mas, depois, foi saindo de si, rosto na metade da luz. Olharam-se os dois, ganhando beleza. Ele, então, susurrou:

...

Vamos, Rosa. Pega suas coisas, vamos embora. E foram-se os dois, noite adentro.

Liberta de cânones, paira a sensação de desapego pela linguagem, dando origem a novos modelos, a novas relações de solidariedade sintagmática, onde é posta em causa a morfologia, a sintaxe e a própria fonética, o que é, sem dúvida, uma marca de novidade e originalidade na língua portuguesa em jogos de linguagem a quebrar convenções narrativas, linguísticas ou socioculturais. Desconstrução a lembrar, por vezes Saramago em romances escritos e publicados a partir de *Levantado do Chão*.

Sem nos alongarmos em comentários acerca do processo de escrita, damos-nos conta da sua aproximação à oralidade, como se esta dominasse a sintagmática escrita, facilitando, deste modo, a leitura e a compreensão. A utilização de próteses em **desconseguir** e **imovente**, a inversão do pronome reflexo e alguns verbos pouco usados como **entartarugar** e **estatuar** são algumas marcas do discurso de Mia Couto que o distingue e singulariza perante outros escritores de Língua Oficial Portuguesa.

Se a prosa de Mia Couto retratando a sociedade rural moçambicana apresenta características que não se distanciam ao longo de toda a sua obra, José Craveirinha, também ele fruto da mestiçagem, em forma de verso nos vai dando conta da realidade moçambicana presente em grande parte da sua obra, como se o poeta não deixasse de ser um filho do povo, ele, que lhe retribui com uma fotografia da realidade.

*Elegia a uma mulher de seis anos*¹⁴⁸

*Uma vida de seis anos
somentemente
e os grandes olhos abertos para um mundo
preenchido pela voz de cocuana Zelina.*

*Uma vida de seis anos
uma vida
sem roliças bonecas fabricadas no estrangeiro
e embalando nos bracinhos magros
a sua boneca inteligente de carolo de milho*

*no dia da viagem comprida de cocuana Zelina
para as terras do medo e do mistério
das histórias de quizumbas
e guerreiros zulos
matando leões com azagaias*

*Seis anos somente
chorando ao canto das fronteiras de caniço
uma esteira no chão
e o seu pequenino coração
asfixiado na incompreensão de vestirem
cocuana Zelina com a xicatauana de seda
a capulana nova de ramagens encarnadas de mapsele
e também na cabeça branca de algodão
amarrarem o lenço verde de florinhas amarelas.*

*E deixaste, velha Zelina
na casinha de ripas do Xipamanine¹⁴⁹
uma mulher de seis anos a brincar
com a boneca inteligente de carolo de milho
e chorando ainda de olhos secos.*

“Cocuana Zelina...! Oh... Cocuana Zelina...!”

*E uma vida de seis anos
somente
ficou chamando o teu nome
na partida para sempre
no dia de sol em que as flores foram para ti
e perfumaram o teu sono cocuana Zelina
e se deitaram contigo
na vala de um por dois da parcela
cavada em honra do teu repouso.*

*Mas também tu mulher de seis anos
lá ficaste
no asilo da velhice de cocuana Zelina
deitado no talhão reservado aos imóveis
cidadãos alforriados de costas
no subúrbio derradeiro.*

Epígono do modernismo português a lembrar Cesário Verde e Gonçalves Crespo quando a poesia portuguesa tentava emancipar-se de um romantismo já fora de moda com marcas de sócio-realismo não distante do neorealismo português, numa épica de sabor lírico do povo sofredor, ao mesmo tempo orgulhoso, exultado por uma liberdade conseguida.

Muitos mais seriam de citar neste pequeno périplo pela língua portuguesa, sem esquecer aqueles que do outro lado do Atlântico a vão fortalecendo e disseminando.

Outros que venham e façam de outro modo porque o importante é que nós estejamos abertos à inovação.

149 Xipamanine: bairro pobre suburbano

E é assim a língua portuguesa, encruzilhada de quantos a falam e a escrevem, ponto de encontro onde se plasmam culturas e civilizações, veículo de comunicação, de estar em comum em traços de união que se fortalecem e não em cenários de fragmentação, conforme afirmava Carlos Reis no *Jornal de Letras* de 14 de agosto de 2004.

Que vitalidade a nossa!!!

13) LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SETÚBAL

LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA é Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês), Mestre em Literaturas Medievais Comparadas e Doutor em Línguas e Literaturas Românicas sendo atualmente Orientador pedagógico, Assistente e Professor Adjunto (Escola Superior de Educação de Setúbal) Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2004)

PUBLICAÇÕES

Comunicações e artigos sobre o ensino da língua materna:

O telejornal na aula de Português

As cores da língua portuguesa como expressão de cultura

L'interculturel, l'audiovisuel et l'enseignement des langues

Ensaio:

Os bestiários franceses do Século XII

O bestiário e os contos tradicionais portugueses

O universo do imaginário

A fábula em Portugal

Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (colaboração):

A cidade

O mundo das línguas

A CULTURA E O IMAGINÁRIO AÇORIANO-CATARINENSE NA OBRA LITERÁRIA DE FRANKLIN CASCAES

Ensinar uma língua é ensinar uma cultura. O ensino do português é o ensino de um vasto espaço cultural tecido de línguas e de culturas de forma mais ou menos harmoniosa. Neste contexto, o texto literário, enquanto espaço de sublimação de experiências e de emoções, continua a ser um poderoso e insubstituível meio de formação. O presente trabalho, realizado no âmbito da formação de professores, é apenas um dos resultados de uma experiência de leitura coletiva apoiada por pesquisas que não dispensaram o recurso às novas tecnologias da informação. Acompanha esta reflexão literária um documento audiovisual de enquadramento cultural de aproximadamente 45 minutos.

O estudo e a valorização do contributo açoriano no sul do Brasil têm sido uma constante desde o Congresso de Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana. A influência açoriana sobre a arte e em particular sobre a arquitetura tem sido frequentemente referida. O estudo das influências do falar açoriano sobre o português de Santa Catarina foi iniciado por Paiva Boléo e Oswaldo Furlan. É, todavia, segundo Pavão Júnior, nas manifestações do imaginário popular que o contributo das ilhas é mais nítido e eloquente. É no imaginário catarinense, e em particular na obra literária de Franklin Cascaes que encontramos umas das mais originais recriações do génio açoriano. O autor procede a um percurso iniciático em demanda das suas origens. De forma ritual celebra os antigos usos e costumes de um povo que soube escrever uma das mais lindas páginas de amor à terra, à ilha e ao eterno feminino. O presente trabalho não visa apenas evidenciar os processos literários de valorização mas pretende também proceder a uma reflexão crítica sobre a sua função.

1. O AUTOR E A OBRA

Após a segunda guerra mundial, o Estado de Santa Catarina sentiu a necessidade de reforçar a sua componente açoriana em detrimento da teutónica, mais recente e mais limitada a uma comunidade que, embora próspera, vivia mais isolada e fortemente desmoralizada pelos acontecimentos históricos recentes. É nesse esforço de valorização e nesse contexto de confronto cultural que se inscreve a obra de Franklin Cascaes.

Descendente de açorianos, nasceu e viveu, de forma simples, em Itaguaçu, no município de São José. Foi professor na Escola de Aprendizes Artífices, hoje Escola Técnica Federal. Todavia o seu espaço de estudo era junto do povo, nos seus locais de trabalho e de lazer. A paixão pelas suas raízes e pela sua cultura levou-o a imortalizar para a posteridade os rituais, as danças, os mitos, as crenças, os hábitos, as técnicas e os modos de fazer específicos do povo catarinense. Artista, transformava as suas experiências em ilustrações, em esculturas e em contos de sabor popular. Todo o seu trabalho caracteriza-se por um processo de troca permanente entre a sua originalidade e a criatividade coletiva que constituía o seu verdadeiro “objeto de estudo”.

Inovador pelo método de pesquisa, também o foi nas suas formas de divulgação. Faleceu em 1983, com 75 anos. A Universidade Federal de Santa Catarina publicou nesse mesmo ano a segunda edição do primeiro volume dos seus contos “*O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*”. Em 1992 veio a lume um segundo volume, perfazendo um total de vinte e quatro contos.

2. ENTRE A HISTÓRIA E O MITO: A CULTURA AÇORIANO-CATARINENSE

Foi em 1748 que começaram a chegar os primeiros açorianos e madeirenses ao litoral catarinense, habitado até então unicamente por índios carijós, respondendo assim aos interesses da Coroa Portuguesa em povoar rapidamente esta parte do território para evitar as invasões espanholas. Num curtíssimo espaço de tempo (de 1748 a 1756) a região recebeu mais de 4.500 açorianos e um número relativamente significativo de casais madeirenses:

“Colonizada a partir de 1748, por colonos açorianos que habitavam aquelas ilhotas que vivem bem lá em riba da careca do oceano, açoitados diariamente pelas ondas bravias encarneiradas do mar e pelas bocas infernais de vulcões seculares que vomitam fogo e gemem furor incontido sobre as pobres populações. É um povo mesclado, inteligente, audacioso, de espírito arguto e, sobretudo, essencialmente religioso e arreigado em credences mitológicas.” (Eleição bruxólica. Cascaes, I, 11)

Os açorianos que se instalaram no litoral de Santa Catarina, a mais de 8000 quilómetros da sua terra natal, perderam, em larga medida, o contacto com o arquipélago e viveram relativamente isolados, preservando, deste modo, os traços fundamentais de uma cultura com características muito peculiares que sucessivas e posteriores levadas de colonos, fugidos da miséria e dos caprichos vulcânicos, ajudaram a reforçar. As suas relações com a sua origem tecem-se apenas no espaço do imaginário, alimentado pelas tradições, pelas superstições, pelos mitos e pelos ritos do quotidiano. Os casais que embarcavam traziam com eles famílias completas, o que viria a contribuir para acentuar do isolamento cultural, permitindo que cada família conservasse os seus próprios hábitos, e continuasse a cultivar a sua ímpar religiosidade. O amor pela palavra, a simplicidade rural de uma mentalidade pré-capitalista, a saudade da terra mítica, o grande respeito pelas coisas sacras e pelo sofrimento humano constituem o universo, a origem e a matéria dos “causos” de Cascaes:

“Sentados sobre a soleira da porta, sobre pedras ou pelo chão do terreiro, recolhidos sob frondosas sombras de garapuvu e outras árvores nativas, saudados pelo cantar dos gaturamos, sabiás, bem-te-vis e muitos pássaros ilhéus abriam o livro do pensamento açorita e liam, nas suas páginas sadias, as estórias populares que trouxeram nas malas de suas bagagens culturais, para doarem aos seus herdeiros.” (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 19)

“Geralmente, no sítio longe do turbilhão tenebroso chamado cidade e outros nomes galegos, o pessoal, nos domingos de tarde, costuma sentar-se nos bancos e nos portais da casa da venda, em cuja reunião fala-se de roça, de pescaria, moças fugidas, festas e até se conta[m] muitas histórias da tradição das coisas da vida do povo passado. São histórias que vêm passando de boca em boca, guardadas no baú do pensamento humano, como relíquias dos dias de antanho, vividos pelos seus ancestrais.” (Reumatismo bruxólico. Cascaes, II, 79)

O processo de adaptação ao novo ambiente e o esforço de assimilação de novas realidades geraram, como não podia deixar de ser, uma nova cultura de miscigenação, única em todo o espaço lusófono. A alimentação prolonga antigos hábitos alimentares, à base de peixe frito, mas também não deixa de exibir uma inusitada capacidade de adaptação no tão apreciado pirão, na mandioca e nos seus vários derivados tais como o biju (espécie de rosca feita da farinha de mandioca):

“O compadre Manoéli Preira subiu o morro da Lagoa da Conceição da Ilha de Nossa Senhora do Desterro e, com seus filhos, derrubou um pedaço da mata-virgem, queimou-a e acoivou o terreno “prá móde” plantar rama de mandioca - a mani-oka dos nossos índios.” (Balanço bruxólico. Cascaes, I, 27)

O engenho de mandioca constitui, precisamente, segundo vários estudiosos a primeira inovação da cultura catarinense:

“E são esses primeiros povoadores que, após adaptação, dão à cultura catarinense a sua primeira e grande inovação: o engenho da mandioca. Em menos de quarenta anos já havia mais de trezentos a transformar a mandioca em farinha.” (Fidalgo, 2002, 49)

Todavia, embora a cultura açoriana original tenha sofrido profundas transformações, é evidente que a memória das suas origens nunca terá deixado de ser amplamente cultivada.

Festas, como a do Divino Espírito Santo, a das Santas Cruzes, a das “Folias dos Reis”, costumes como o do “Pão-por-Deus”, folguedos, como a Farra do boi (Júnior, 1987, 59-73), superstições, contos, mitos e lendas, como as que continuam a cultivar o ancestral imaginário “bruxólico” ilhéu, já raramente se encontram com o mesmo vigor nas outras regiões brasileiras:

“Sempre foi crença do povo hospitaleiro desta Ilha dos famosos boi-de-mamão que, na sexta-feira Santa, não se deve tomar instrumentos de trabalho para usá-los, seja qual finalidade for. É também costume tradicional deste povo, descendente de colonos açorianos, que, na sexta-feira Santa, a partir de zero hora, devem banhar-se nas ondas do mar, levando consigo animais domésticos, para purificarem-se e protegerem-se de todos os males do corpo físico e espiritual.” (Vassoura bruxólica. Cascaes, I, 63-64)

Das origens açorianas continua-nos a falar a preservada arquitetura tradicional, de casas baixas, com pequenas aberturas, a relembrar a suas origens humildes e militares, exibindo parcimoniosos e arcaicos motivos decorativos, sempre magnificamente integradas no meio circundante, em íntima relação com a terra e com o mar, exibindo a condição anfíbia que um povo de agricultores se viu, por necessidade, abraçar. (Martins, 1996). Ribeirão da Ilha, na Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), é um magnífico exemplo de preservação arquitetónica. As casas e a igreja, com cerca de duzentos anos, são tipicamente açorianas, estão em perfeito estado e continuam a desempenhar a sua função original. As casas continuam a ostentar as suas típicas cores originais, vermelho, azul, amarelo, e cor-de-rosa. O Império do Espírito Santo lá continua a desempenhar a sua função:

“O Policarpo deu uma gola nela numa festa do Divino da Freguesia do Ribeirão. Ela já era bruxa quando foi namorada dele, porém ele não sabia e nem desconfiava.” (Bruxas metamorfoseadas em bois. Cascaes, II, 57)

Alguns engenhos de cana e de farinha e algumas embarcações tradicionais subsistem graças aos cuidados de alguns privados e de alguns museus e instituições culturais (Pereira, 1993). Em São Francisco do Sul, no litoral norte do Estado, a terceira cidade mais antiga do Brasil e um dos epicentros da memória viva açoriana, o Museu Nacional do Mar, de criação recente, ostenta algumas das embarcações catarinenses que estão caindo em desuso e perpetua a memória da pesca da baleia que foi uma das ocupações mais importantes da comunidade açoriana:

“Naquele tempos de antanho, a Vila Capitáli recebia a ligação de suas comunidades por via marítima, através de canoas bordadas ou [de] borda falsa e canoas [de] borda lisa, confeccionadas de um pau só, cavadas a enxó ou a fogo, como usaram os índios. Também usavam, muito raramente, fazer as viagens com as lanchas baleeiras.” (A bruxa metamorfoseou o sapato do Sabiano. Cascaes, II, 45)

O ciclo da baleia terminou, mas as “lanchas baleeiras” ainda estão em plena atividade nas praias catarinenses. Hoje, servem, essencialmente, para a pesca da tainha e da anchova embora as águas catarinenses sejam muito ricas em muitas outras espécies.

De São Francisco do Sul a Laguna, no Sul do Estado, passando por Itajaí, Barra Velha, Florianópolis e Garopaba, a pesca artesanal continua a ser uma das atividades mais importantes para a comunidade descendente dos açorianos. Os pescadores podem ser vistos, durante os períodos de defeso, nas praias, cantando ou contando "causos", enquanto remendam as redes e fazem consertos nas embarcações:

"Contou-me um narrador de estórias de assombração que, na Costa da Lagoa da Conceição da Ilha de Santa Catarina, em anos que já vão longe de nós, morou um pescador que possuía várias embarcações para os serviços de pesca, entre as quais, também uma lancha baleeira." (As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha. Cascaes, I, 73)

O tipo de litoral baixo, com tão grande variedade de peixes e outras espécies marinhas ofereceu-lhes ótimas condições para a pesca. Todavia, embora o solo catarinense, argilo-arenoso, não permitisse a cultura do trigo, a teimosia açoriano nunca virou as costas à lavoura:

"O Bento Leandro, da Maria Macária, era um moço, filho de famílias descendentes de colonos açorianos, que, a partir do ano de 1748, passaram a colonizar as terras selvagens da Ilha de Santa Catarina, a antiga Desterro do Dias Velho. Homem pobre, de pai desconhecido, porém muito trabalhador, com o suor que derramou de sol nascente a sol poente, durante muitos anos no trabalho árduo de lavrador, conseguiu amealhar algum dinheiro e usá-lo na compra de bens de raiz." (Madame bruxólica e Saci-Pererê. Cascaes, II, 91)

Povo de agricultores que teve que se tornar pescador, povo de pescadores que não sabem nadar, a sua relação com o mar é simultaneamente de medo e de respeito. As notícias de pescadores que caíam ao mar e que morriam eram e continuam ainda, infelizmente, a ser comuns assim como as histórias fantásticas que continuam a desencadear:

"Homem intrépido que era, acostumado a enfrentar fortes tempestades, frio, fome, sede e outras sensações diversas diariamente em sua árdua profissão de pescador artesanal, não titubeou em enfrentar mais um estranho caso que o destino lhe colocou frente à frente, como um desafio à sua coragem de indomável homem do mar. Sempre respeitou as coisas do outro mundo, nunca lhas tocou nem de leve com escárnio ou zombaria e, também, nunca duvidou da sua existência e atividades aqui neste mundo de sofrimentos e tribulações várias." (As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha. Cascaes, I, 73-77)

3. ENTRE O EROTISMO E A FEITICARIA: O IMAGINÁRIO AÇORIANO-CATARINENSE

A produção artística de Franklin Cascaes assenta numa relação telúrica profundamente erótica. O autor coloca todas as suas faculdades ao serviço da representação da Ilha amada. Para louvar os seus encantos, a sua assombrosa beleza, inicia um percurso de conhecimento que se assemelha a uma demanda, a um regresso às origens, a uma comunhão plena com o corpo e a alma do objeto amado (Ilha adorada):

"Oh! Minha querida ilha de Santa Catarina de Alexandria, és graciosa sereia que repousa sobre brancas areias de cômoros errantes, sambaquis seculares, banhada pelas ondas acasteladas do oceano, perfumada pela brisa acariciante dos ventos e enxuta com as toalhas felpudas dos raios solares que beijam calorosamente seu corpo mitológico." (Vassoura bruxólica. Cascaes, I, 64).

Essa demanda vai traduzir-se pela exibição e valorização da sua cultura e da sua história. É ela que o leva a pesquisar as suas lendas e as suas superstições:

"É rica, bela, admirável e invejada a imaginação popular dos teus habitantes descendentes de açorianos, oh minha querida Ilha de Santa Catarina de Alexandria." (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 24)

"Querida ilha de Nossa Senhora do Desterro, a madame estória popular, que veio nos camarotes culturais junto com os ilhéus açorianos e madeirenses que te colonizaram, são potências divinatórias do saber humano Quimérico." (Estado fadórico das mulheres bruxas. Cascaes, I, 59)

“E muitas vezes, creio, entre tristezas e saudades, surgiram com esperanças de dias melhores, a beleza, a fascinação e o encantamento das estórias contadas lá na terra distante e que, aqui também, achavam, era obrigação patriótica relembra-las e planta-las dentro da cultura dos seus descendentes.” (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 19)

Criaturas fantásticas povoam o imaginário açoriano-catarinense tais como os curandeiros, as bruxas e os “boitatás”. As lendas e os mitos cantam a heroicidade e a valentia de um povo simples, humilde, corajoso que cruzou o mar para confirmar uma coroa, afirmar uma cultura e perpetuar uma identidade. Dessa epopeia ainda nos falam os gestos simples dos ceramistas e dos pescadores, os espaços assombrados dos engenhos de farinha e de açúcar, e a memória viva de um povo que teima em sobreviver:

“- Primo Nicolau! Vossa mecê acardita memo de vredade naquelas istória que o nosso povo lá das ihias dos Açôri (i) contavo prá nós como vredaderas?”

- Ah!... Sim, acardito de vredade, sim, minha prima! E inté agora me veio uma delas, no bestunto da minha cabeça e que eu acho ela memo munto inzata. Como tu bem sabes e vancês todos que tão aqui me osvindo, aquelas ihia dos Açôri, de ondi os nosso avó, foram sempre munto infestada por muhié bruxa que roubam embarcação prá móde fazê viagem inté a Índia em quatro horas; que dão nós nos rabo e crinas dos cavalo; chupo sangue de criancinha; intico com as pessoa grande e pratico mil malas-arte.” (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 20)

O universo imaginário de Cascaes é sobretudo o universo bruxólico e mítico que tão bem soube representar nos seus desenhos fantásticos com uma originalidade genuína e profunda. Para ele, o mito é a possibilidade de aceder às origens, uma realidade inteligível, uma prefiguração do mistério primordial que antecede a revelação. A sua paixão pelas origens estimula a sua imaginação e a sua força criativa, o artista não se limita a reproduzir, pelo contrário, recria e atualiza a tradição.

Abundantes são os pormenores e as referências ao quotidiano, às manifestações mais contemporâneas do rico imaginário catarinense:

*“Esta velha bruxa chefe
Assiste televisão,
Pois ela é dona do túnel
Que tá lá naquele chão.*

*A credice popular
É uma riqueza espantosa,
Que estamos desperdiçando
Pra bons incestos de prosa.*

*Ora veja esta bruxinha
Em urubu fantasiada:
Parece a mais linda misse
Que a Nova Iorque foi levada.*

*Ilha das velhas faceiras
E, também, das moças prosas
As bruxas dos teus recantos
São lindas que nem as rosas.”
(Velha bruxa chefe. Cascaes, II, 98)*

O universo bruxólico representado pelo autor continua todavia a ser uma emanção das superstições populares, ainda hoje bem vivas tanto na Ilha de Santa Catarina quanto o foram no arquipélago dos Açores e no interior do espaço continental português:

“- Compadre, a terra de origem deste punhado de areia e deste ramallete de rosas é a Índia. Eu aprendi na minha escola de iniciação à bruxaria que lá, nos Açores, na terra dos nossos antepassados, as bruxas também

costumavam roubar embarcações e fazerem estas viagens extraordinárias entre as ilhas e a Índia, em escassos minutos marcados pelos relógios do tempo.” (As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha. Cascaes, I, 73-77)

“Havia um homem que era pescador e, quando chegava à calheita para deitar o barco ao mar, ele estava sempre alagado.

Uma noite resolveu ir e foi vigiar para ver se apanhava a pessoa que andava com o barco. Escondeu-se dentro dele e botou uma serapilheira por cima de si.

Dali a bocado grande, viu entrar duas raparigas e cada uma pegou no seu remo e foram a remar pelo mar fora. Chegaram à Índia, arrumaram o barco lá num canto e meteram por terra dentro.” (Altares, Terceira - Açores) (Martins, 1994, 103-104)

“ De noite a comadre e outras bruxas levaram o barquinho para o Brasil, e ele dentro. (...) Chegaram à terra na mesma noite, prenderam o barquinho e foram-se embora. Era num sábado. Ao outro dia de manhã foi o compadre da bruxa à missa e levou a cana-de-açúcar e disse lá na missa que fora na noite anterior ao Brasil. Os vizinhos diziam que não era verdade, e ele:

-Pois para o quê, tenho aqui uma cana-de-açúcar, que lá cortei esta noite.

A comadre disse-lhe que não andasse com estas gabações, porque as outras que o matavam, “que eu fui que te vali a tua vida, que elas já iam a dizer que cheirava a sangue vivo”. Granja das Biocas) (Vasconcellos, 1963, 436-437).

As bruxas são uma personificação das angústias e dos medos, uma emanção do mal, uma manifestação do desconhecido, têm pacto com o diabo, lançam "mau-olhado", provocam doenças incuráveis, enfermidades e conflitos irremediáveis. Transformam-se em mariposas para entrar nas casas pelo buraco da fechadura e chupam o sangue de criancinhas antes de serem batizadas. Exige a sabedoria popular que as bruxas sejam mulheres magras, feias e antipáticas e geralmente esquerquinas. Se numa família nascerem sucessivamente sete crianças do sexo feminino e se a mais velha não batizar a mais nova com o nome de Benta, uma delas, a primeira ou a última, será bruxa:

“Depois do nascimento da sexta filha, nasceram duas gêmeas. O casal ficou muito preocupado com a dádiva lá de riba do alto, isto porque sabiam de antemão que, ao nascer a sétima filha de um casal de gente de argila humana, a mais velha tem obrigação espiritual de batizar a mais moça, para afugentar o triste fado bruxólico que ela recebe naturalmente ao nascer neste mundo de Nosso Senhor, como também os pais devem aplicar-lhe o nome de Benta.” (Bruxas gêmeas. Cascaes, vol. II, 23)

Todavia inúmeras são as formas de as afastar das nossas vidas, a elas e às doenças que elas provocam: tesouras abertas, ceroulas amarradas, alhos e, obviamente, rezas e benzeduras que só a memória das anciãs e dos curandeiros, “médicos da alma”, conhecem:

“Um dos chás mais importantes que se usa[m] é de um pedaço de fita vermelha da bandeira do Divino Espírito Santo. Usam também fazer fricções na pele com banha de porco doméstico, de gambá, de carneiro, de jacaré, de galinha e outros.” (Reumatismo bruxólico. Cascaes, 79)

As bruxas de Franklin Cascaes possuem todavia um encanto muito especial, são mulheres de carne e osso, feitas de desejos, de sonhos e de pesadelos, por vezes são brincalhonas, gostam de “judiação”, travessias e tropelias, pelo puro prazer de assistir ao sofrimento e ao desespero do comum dos mortais, são frequentemente sedutoras, exibem descaradamente a sua nudez, mulheres enfeitadas que se tornam feiticeiras, mulheres anuladas que se revoltaram contra o destino, mulheres emancipadas que ousaram desafiar as leis do bom senso, “mulheres gostosas e cheirosas” que se oferecem em noites de luar: “As mais famosas bruxas da Ilha vivem lá no Ribeirão só comem pétalas de rosa pra ter cheiro no coração.”

As bruxas de Franklin Cascaes são a personificação dos mistérios da feminilidade e da tremenda carga erótica que emana da sua ilha adorada:

“O Graciano da Ribeira, o mais idoso dos camaradas, apresentou-se com muito respeito para guardar a nudez delas e o fez, colocando as quatro mulheres nuas sentadas no fundo da lancha, envoltas na rede e com as pernas

para debaixo dela, abrigando as partes vergonhosas, protegendo-as contra os olhares apetitosos dos outros camaradas.”

(Lamparina e Catuto em *Metamorfose*. Cascaes, 82-84)

“Quando remava, sentia que as megeras bruxas mergulhavam por debaixo da canoa, “quiném um cardume de botos”, em gozo de férias marítimas. (...) Quando deu meia-noite nos relógios da terra, elas perderam o estado fadórico e se apresentaram nuas na frente dele. Ao fitá-las, reconheceu sua prima que o havia visitado, e mais três mulheres da comunidade.” (*Bruxas atacam um pescador*. Cascaes, 89-90)

4. CONCLUSÃO

A todo o imaginário místico e noturno bruxólico opõe-se um imaginário diurno heroico que caracteriza o próprio homem açoriano que, nascido do centro incandescente do mundo, ousou desafiar os mares para conquistar o seu canto do paraíso com a força do seu trabalho e da sua imaginação:

“É do fascínio dessas vidas extraordinárias da sabedoria popular que tomam o caminho de férteis pensamentos de seres humanos que um dia aceitaram transferirem-se de dentro do coração sempre agitado do oceano para virem aqui desbravar o sertão desconhecido das terras desta ilha de Nossa Senhora do desterro.” (*Congresso bruxólico*. Cascaes, 19)

O conjunto dos contos de Franklin Cascaes possui uma verdadeira dimensão épica e, tal como os *Lusíadas*, celebram a coragem e o engenho lusitanos que novos mundos ao mundo deram e por entre povos e culturas, novos povos e novas culturas ajudaram a criar.

A obra de Franklin Cascaes ficará para sempre como um dos exemplos mais conseguidos de reforço e renovação da componente lusitana no conjunto do riquíssimo mosaico cultural brasileiro. Este reforço e esta renovação já haviam sido identificados como prementes por Gilberto Freire em “*Continente e Ilha*”:

“Nada de nos esquecermos, porém, de que será vantagem e não prejuízo, para o Brasil, enriquecer-se da energia folclórica que, sob a forma de danças, de artes domésticas, de tradições culinárias, de jogos, de lendas, de técnicas de trabalho, nos continue a trazer o português ou o hispano, ou nos traga qualquer grupo europeu que venha estabelecer-se entre nós – alemão, austríaco, polonês, italiano – , uma vez que já temos vigor nacional de cultura para ir subordinando essas riquezas novas às tradições dominantes, que são as luso-indo-africanas. É claro que a parte lusitana dessas tradições dominantes precisa de ser constantemente reforçada e renovada. (cit. por Boléo, 1950, 47).

Paiva Boléo, em 1950, testemunhou o embate cultural luso germânico e sublinhou a necessidade do reforço e da renovação das tradições lusitanas: “O que se afirma no último período constitui necessidade premente no estado de Santa Catarina, onde, como me dizia uma alta figura do Brasil, a cultura luso-brasileira «perigosamente enfrentou a cultura alemã».” (Boleo, 1950, 47)

5. BIBLIOGRAFIA

- BOLÉO, Manuel de Paiva – O congresso de Florianópolis. Coimbra, 1950
- CARUSO, Raimundo - Franklin Cascaes. Vida e arte e a colonização açoriana. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- CASCAES, Franklin – O Fantástico na Ilha de Santa Catarina. I. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- CASCAES, Franklin – O Fantástico na Ilha de Santa Catarina. II. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
- FIDALGO, Manuel Caçoilo – Santa Catarina e Rio Grande do sul. Adaptação renovação – afirmação açoriana no sul do Brasil. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2002.
- HARO, Martim Afonso Palma de (org.) - Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes de estrangeiros nos séculos XVIII e XIX; Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996.

- JÚNIOR, José de Almeida Pavão - La littérature orale de Santa Catarina et la présence culturelle des Açores in Littérature orale traditionnelle populaire – Actes du colloque. Paris, 20-22 novembro 1986. Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1987.
 - MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira – Arquitetura popular açoriano/brasileira. Subsídios para o seu estudo.
 - PEREIRA, Nereu do Vale – Os engenhos de farinha de mandioca da ilha de Santa Catarina. Etnografia Catarinense. Florianópolis: Fundação cultural Açoriana, 1993.
 - PIAZZA, Walter F. – A epopeia açórico–madeirense (1746-1756). Coimbra: Centro de estudos de História do Atlântico, 1999.
 - Vários - As Ilhas e o Brasil. Coimbra: Centro de estudos de História do atlântico, 2000.
 - 3.º Congresso de Comunidades Açorianas. Angra do Heroísmo, 1991.
 - **CD-ROM** – Florianópolis. Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Editorial
-

14) MÁRIO ANTÓNIO PIRES CORREIA, CENTRO DE MÚSICA TRADICIONAL SONS DA TERRA/FESTIVAL INTERCÉLTICO DE SENDIM

MÁRIO ANTÓNIO PIRES CORREIA nasceu em 26 de março de 1952, na Praia da Granja, concelho de Vila Nova de Gaia. Durante a sua adolescência e juventude, Mário Correia repartiu o seu tempo entre as tarefas e exigências académicas (na área da economia) e o estudo e divulgação das músicas tradicionais. E a partir de 1970 passou a integrar o quadro de colaboradores regulares da revista de música popular MC - Mundo da Canção, da qual se tornou diretor entre 1976 e 1998. Integrando o grupo de divulgadores da música tradicional e popular, nos últimos anos tem desenvolvido intensa colaboração dispersa pelos mais diversos jornais nacionais (Diário de Notícias, Público e Blitz, entre outros) e revistas internacionais da especialidade.

Entre 1971 e 1998, Mário Correia foi o responsável pela programação e produção executiva do Festival Intercéltico do Porto e em 2000 criou o Festival Intercéltico de Sendim (do qual já se realizaram cinco edições) e, em 2002, o Festival Intercéltico de Vizela (com três edições realizadas).

Para dispor das condições necessárias e adequadas à concretização de toda uma série de projetos pessoais, criou em março de 1999 a SONS DA TERRA – Edições e Produções Musicais, Lda. cujas atividades são as seguintes:

Edição de recolhas musicais da tradição oral portuguesa, um projeto que conta já com mais de quatro dezenas de edições discográficas;

Edição de obras bibliográficas, direta ou indiretamente relacionadas com a música tradicional e popular;

Edição da TradiFolk, uma publicação consagrada ao estudo e divulgação da música e das tradições populares e tradicionais.

Em setembro de 2000 criou o Centro de Música Tradicional Sons da Terra, com sede em Sendim, concelho de Miranda do Douro.

RECOLHAS MUSICAIS DA TRADIÇÃO ORAL NA TERRA DE MIRANDA: A TRADIÇÃO NÃO MORRE COM A MUDANÇA

As recolhas musicais da tradição oral constituem registos de uma memória coletiva possível, num dado momento e em circunstâncias e contextos bem determinados. Assumem-se como documentos estáticos de uma dinâmica cultural, sendo de toda a relevância denunciar a ideia de que a tradição morre com a mudança ou que a tradição se opõe à mudança. O que desde logo nos remete para conceitos amplamente vulgarizados e pseudo-regionalistas como os de autenticidade e de pureza do legado musical tradicional. A quebra da oralidade tal como a conhecemos ao longo dos últimos séculos, num presente em que a civilização da palavra é sufocada pela civilização da imagem, determina uma análise crítica das mudanças nos espaços de visibilidade e nos contextos expressivos (e respetivos usos e funções), sem se perder de vista o referencial interativo do binómio tradição – modernidade. Em resumo: a tradição é o que é, diferente do que foi ou do que será.

De uma maneira infeliz e estranhamente ainda muito generalizada, encontra-se vulgarizada a ideia de que tudo quanto se refere ou relaciona com a dinâmica inerente ao conceito de "mudança" está ou pode ser diretamente associado ao desaparecimento e morte da tradição. Tendo por base este equívoco, não escasseiam tomadas de posição que consubstanciam atitudes puristas e passadistas. Nada de mais inadequado, pela noção de estatismo que confere à tradição.

Como se esta não tivesse a sua própria dinâmica evolutiva, resultante do próprio processo de transmissão. Atente-se, por exemplo, na evolução das sociedades e desde logo se constata a permanência contínua de dinâmicas que determinam os "caminhos" percorridos e os "saberes" acumulados. As modificações da "tradição" sempre se verificaram, renovando-a e reformulando-a ao longo dos tempos. Do mesmo modo, só pode concluir-se que uma determinada música só pode tornar-se tradicional através de um processo de constantes renascimentos, de continuadas modificações (H. Schippers).

De facto, a palavra "mudança" reflete um determinado processo de apropriação e de integração de elementos mais ou menos "estranhos": mas não foi precisamente isto que sempre sucedeu, ao longo dos tempos, com a música tradicional? Assim, a palavra "mudança" não é só um fator de irreversível como também inerente à própria noção de "continuidade", indispensável e indissociável do processo de transmissão da música tradicional. Já vai sendo tempo de se afirmar com toda a veemência que são manifestamente inadequadas e desajustadas da realidade as ciências sociais quando insistem em afirmar que uma cultura é perfeita em si mesma e que não há qualquer necessidade de a modificar, que as mudanças são traumatizantes para todos e as migrações transnacionais são fatores de angústia e que o indivíduo em contacto com outras culturas perde a sua identidade. As reflexões multidisciplinares têm vindo a revelar que estes postulados (que nos remetem para a célebre equivalência de Platão; estabilidade = equilíbrio) estão a ser preteridos por análises rigorosas e científicas, mais de acordo com o facto de ser na proximidade do equilíbrio que as estruturas se destroem (Ilya Prigogine, Prémio Nobel da Química). Os fatores de "mudança" são garantes da "continuidade" expressiva da música tradicional, constituindo mesmo uma espécie de húmus revivificante e renovador, ao longo de todos os tempos (se bem que a distintos ritmos). A tradição não morre com a mudança: a música tradicional sempre se reafirmou, revigorou e sobreviveu com a integração de outrora "novos" elementos, num processo de apreensão e de integração que se assume como energia de continuidade. A ideia de mudança leva-nos a concluir que, em boa verdade, nunca houve uma sociedade totalmente tradicional. Anthony Giddens não hesita em afirmar que é um mito pensar que as tradições são impenetráveis à mudança, na medida em que elas próprias são inventadas e reinventadas (E. Hobsbawm).

1. CONTINUIDADE, VARIABILIDADE, SELETIVIDADE

O Congresso Internacional de Música Folclórica, realizado em 1954 na cidade de São Paulo, no Brasil, avançou com uma definição de música folclórica – como sendo o produto de uma tradição musical que foi evoluindo e se transmitiu oralmente - que consigna em si três elementos fundamentais: continuidade, variabilidade e seletividade.

O fator da continuidade determina uma corrente coletiva como garante de uma dinâmica de evolução, ligando-se o passado ao presente. E, neste sentido, importa reconhecer que o conceito de mudança faz parte integrante da própria noção de continuidade. O que de imediato nos remete para a necessidade de se compreender a música tradicional como sendo uma realidade de uma cultura em movimento.

Quanto ao fator da seletividade, desde logo importará reconhecer que apenas se conserva bem o que é cultural e socialmente relevante para uma determinada comunidade, que vai assegurando o corpo e a substância da tradição ao eleger instintivamente as variantes mais apreciadas ou as que melhor e mais adequadamente satisfazem as necessidades e exigências culturais e sociais da mesma.

E, no que se refere ao fator da variabilidade, resulta que não podemos considerar a existência de originais mas sim de variantes de um mesmo espécime do repertório da música tradicional: sujeitos a um processo de transformação/confronto constante, recebem contributos, individuais e coletivos, podem ser mais ou menos expressivas e significantes, mas são todas legítimas "representantes" do património musical tradicional. Não deixa de ser digno de registo o fator de se ter consignado nesta definição a extrema importância do conceito de "mudança". De facto, não residirá a verdadeira essência da tradição na sua dinâmica de mudança como garante da sua continuidade expressiva?

2. AUTENTICIDADE E PUREZA

Resulta claro que os fatores da continuidade, variabilidade e seletividade introduzem elementos de desequilíbrio nos conceitos de "autenticidade" e "pureza" da música tradicional que superabundam nos mais diversos e distintos discursos regionalistas e localistas, não raro proclamando que este ou aquele espécime ou corpus musical exprime a singularidade deste ou daquele povo, por constituírem "autênticas joias" desse tesouro, único e singular, que querem ver ciosamente guardado e protegido de toda e qualquer contaminação vinda de fora. Trata-se de um discurso confuso, passadista e isolacionista: a tradição seria (ou deveria ser) algo de imutável, estático, parado e situado num tempo passado bem determinado; a tradição confinar-se-ia a um espaço bem concreto e definido, isolado (ou a isolar para preservar a sua identidade).

A este propósito escreveu Bruno Nettl:

Nenhuma cultura pode reivindicar como própria uma música sem admitir que partilha muitas características e provavelmente muitas composições com outras culturas vizinhas. Mas deve também aceitar-se que uma parte das qualidades essenciais e distintivas de uma determinada cultura de alguma maneira se infiltram na música. Um dos atrativos desta área reside em encontrar um equilíbrio entre a ideia da música tradicional como um fenómeno nacional ou regional e o conceito de música folclórica como um tipo de música supranacional.

Anthony Giddens, por sua vez, considera que o conceito de tradição, tal como chegou aos nossos dias, não passa de uma criação da modernidade. Importa ter bem presente que, na Idade Média não existiu o conceito de tradição tal como chegou aos nossos dias, na medida em que se trata, de facto, de um conceito que foi criado pela modernidade: em plena época das Luzes, os Iluministas identificavam a tradição com o dogma e a ignorância para justificar o gosto e a fixação pelo que é novo, "moderno".

Nesta ordem de ideias, uma das muitas questões que se podem levantar em torno do âmbito e dos limites da tradição remete-nos para a velha mas sempre nova (ou renovada) questão do purismo. A noção de purismo na música tradicional (não raro associada à noção de autenticidade) apresenta desde logo uma rigidez contrária à dinâmica da mudança registada nas sociedades tradicionais ou no seio das quais se pretende enquadrar uma determinada tradição. Sendo um repertório tradicional um conjunto básico das diferentes expressões literárias e musicais que, seguindo um esquema semelhante e repetido (produção do tema, interpretação, divulgação e aceitação) correspondem a um "estilo" comum (Joaquim Diaz), a eventual submissão do mesmo à rigidez dos purismos é de todo irrealista e fantasiosa. Não corresponde à dinâmica evolutiva da sociedade.

O purismo recusa a mudança: como se uma sociedade pudesse mudar sem que esse facto se refletisse nas suas próprias tradições. A única atitude correta será, naturalmente, a de estudar as causas e a fenomenologia das alterações, verificar de que modo afetam o fundamental (esse legado que atravessou séculos de mudança constante, porque, como escreveu Luís de Camões, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e todo o mundo é composto de mudança...). Tradição inteiramente pura não passa de uma invenção. As tradições sempre incorporaram a mudança, a diferentes ritmos e de acordo com as dinâmicas da evolução global das sociedades tradicionais. As mais recentes investigações (Hobsbawm, Ranger, Giddens...) permitem-nos hoje concluir que todas as tradições foram inventadas e que nunca houve uma sociedade inteiramente tradicional: as tradições e os costumes foram criados por uma infinidade de razões, entre as quais ressalta a sua criação pelos agentes detentores do poder para proveito próprio e como forma de legitimação desse mesmo poder.

Por outro lado, é sabido que o progresso só é possível mediante uma certa heterodoxia, como bem o referiu José Fernandes Salas: O progresso nas artes, nas ciências na sociedade só foram possíveis admitindo uma certa heterodoxia – "*se fechas a porta a todos os erros deixarás de fora a verdade*", disse Rabindranath Tagore – que permite transgredir as normas e ultrapassar as regras de vez em quando. O mundo sempre avançou com o esforço coletivo quotidiano mas também graças ao facto de um certo dia alguém, com génio e inspiração, se atreveu a ser heterodoxo, com delineações que rompiam os moldes do politicamente correto...

No de todo inevitável confronto da tradição com a modernidade, regista-se, pois, um processo permanente de invenção e de reinvenção. Este confronto sempre existiu mas nos tempos presentes a sua intensidade é muitíssimo maior do que o foi nos séculos passados: o ritmo de incorporação dos elementos da modernidade na tradição obedecia a um processo lento, a tradicionalização acontecia a um ritmo que estava em consonância com o ritmo da evolução dos tempos. O processo de tradicionalização - receção do material, decantação do mesmo e, finalmente, transmissão - tornou-se progressivamente mais complexo devido à ação de múltiplas variáveis.

3. O SUPORTE FONOGRAFICO E A QUEBRA DA ORALIDADE. MUDANÇA DOS ESPAÇOS DE VISIBILIDADE.

No que se refere à música tradicional interpretada pelos respetivos depositários e transmissores, o "suporte" desse legado reside nos mecanismos da memória cultural coletiva. Trata-se de uma memorização do repertório total e permanente: porque não podia falhar a função quando requisitado para interpretar publicamente as músicas e os cantos dessa tradição. Assim o intérprete tradicional assume uma dupla função: memória e transmissão.

Com o advento dos suportes de registo fonográfico (bem como da internet), assistiu-se a uma verdadeira deslocação dessa função de memorização do plano mental para o plano físico. O que determinou uma espécie de "arrumação" inerte, de algum modo "arquivando" o legado da oralidade.

Deste modo, quebra-se justamente esse elo da oralidade, numa perda evidente da funcionalidade e contextualização. Com o aparecimento dos suportes de registo fonográfico, a fruição do tempo cultural descoletivizou-se em termos de acessibilidade. E a função cultural coletiva assentava na força da oralidade.

Regista-se, importa reconhecê-lo, uma democratização do acesso (fruição do produto cultural pela via da sua mercadorização). Há mais ouvintes/assistentes do que tradicionalmente havia: a comunidade rural dá lugar à comunidade mundial. No entanto, esta mercadorização das expressões das chamadas culturas-tradição não tem sido acompanhada pela divulgação/ /mercantilização de conteúdos informativos de natureza cultural. Registada a quebra da oralidade, esta seria, para muitos estudiosos e analistas destas questões a única via para obviar aos problemas de deslocalização, destemporalização, desfuncionalização e descontextualização.

São merecedoras de análise e de reflexão as implicações da mudança nos espaços de visibilidade da música tradicional: os espaços tradicionais (segadas, fiadouros, festas patronais, romarias...) foram perdendo funcionalidade, surgindo novos espaços de visibilidade (campanhas políticas, atos promocionais de natureza turística, feiras e mostras, comemorações...). As implicações desta mudança refletem-se nos repertórios, nos tempos festivos, na expressividade cultural, na relação com as comunidades de origem, etc. O que deve ser relacionado com a alteração dos tempos festivos.

Um dos aspetos porventura a exigirem mais reflexão será a questão da internet, na qual o sujeito coletiva dá lugar ao sujeito conectivo. Até há bem pouco tempo - em termos históricos - para se ouvir um tocador tradicional era necessário demandar a comunidade rural onde o mesmo residia e, normalmente, numa determinada ocasião festiva. Hoje, com uma simples manipulação tecnológica, esse tocador pode ser visto e/ou escutado onde quer

que seja e em qualquer ocasião. Há aqui, por outro lado, uma questão de deslocalização do contexto no qual o tocador tradicional se exprime, obedecendo às regras de uma certa funcionalidade.

Deste modo, o respetivo repertório poder ser escutado e/ou visto em qualquer altura, surgindo, pois, além de deslocalizado, também destemporalizado. Ou seja, um produto cultural oriundo de uma cultura-tradição transforma-se, pela via dos meios tecnológicos ao nosso dispor, num objeto de consumo. Ou seja, a informação é mercadorizada.

Uma outra reflexão situa-se no facto de a globalização da cultura não ir anular as questões da territorialidade, bem como da inerente temporalidade. Filma-se ou regista-se, por exemplo, um determinado ato cultural que se coloca posteriormente na rede da internet ou se disponibiliza através de um suporte digital. A tradição já não corre o risco de desaparecer, a transmissão é eterna. Mas não é dinâmica, não incorpora a mudança e, como tal, não está de modo algum garantida nem criadas as condições para que possa ser garantida a respetiva continuidade expressiva. Tornou-se um produto cultural objeto de consumo.

Neste contexto, as modas de baile, por exemplo, já não se destinam a ser bailadas coletivamente mas sim a serem exibidas e de uma forma que não fomenta a participação. Na internet continua a haver uma audição coletiva do tocador tradicional mas não como reunião física, antes como um somatório de individualidades.

Neste contexto, afigura-se-nos ser absolutamente necessária uma redefinição dos conceitos de "público" e de "coletivo" no que se refere à fruição (pública) do ato cultural. Ou seja, o que mudou e de que forma é que mudou em termos de assistência/audição? Claro que se registam problemas de acesso (infoexclusão), de democratização da cultura mas, de um modo geral (e não só potencial mas concreto e real) alarga-se de forma quase incomensurável o público recetor.

Mas haverá que refletir, ainda, sobre as questões da interatividade: como lidar com esta possibilidade em termos de informação e de comunicação, como gerir esta partilha global extraordinariamente alargada? É um facto que, por outro lado, não podemos ser só recetores de informação: é importantíssimo criar conteúdos, porque existem plataformas para tal efeito mas com grande carência de conteúdos.

4. TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Trata-se de um singular confronto entre a tradição e a modernidade, num tempo bem concreto e definido, em mudança permanente, que nos exige uma reflexão permanente sobre os caminhos feitos. Com a certeza de que as certezas são muito poucas e as dúvidas muitas e em constante redefinição. Um confronto que procura compreender e intervir no processo do esquecimento de forma prática e adequada a contextos de mudança permanente

Como afirmou Aldo Rossi, a função passa e a forma permanece. No entanto, deverá ter-se bem presente que desaparece da memória tudo o que perde vigência, que deixa de ter interesse, até porque não é nem nunca foi possível conservar tudo. Um estudioso como Walter Ong considera que o processo da chamada amnésia seletiva (esquecimento de todo um repertório desfuncionalizado normalmente associado a um conjunto de tarefas ou de atividades que deixaram de ser efetuadas ou a rituais extintos) é um aspeto do fenómeno da homeostasia: as culturas de tradição oral tendem a eliminar ou a substituir as expressões correspondentes a estados de coisas que perderam funcionalidade ou significação na vida quotidiana.

Em algum momento o que hoje consideramos ser antigo já foi novo: o presente é o passado do futuro e a memória coletiva dos povos retém os sinais de identidade produzidos pela acumulação do que é importante e positivo da sua história. Quando amamos o passado devemos fazê-lo com consciência a mais plena possível de que esse passado deve continuar a ser passado. E, deste modo, estamos a amar o presente, fazendo com que, no futuro, fique um rastro indelével da cultura do nosso tempo.

Sendim, 4 de setembro de 2004

15) M^ª ROSA ADANJO CORREIA, ESCOLA SECUNDÁRIA. MARQUÊS DE POMBAL, LISBOA

MARIA ROSA ADANJO CORREIA, professora do Ensino Básico e Secundário, pertencente ao Quadro Permanente na Escola Secundária Marquês de Pombal, no 8º B grupo, em Lisboa. Leitora ICALP e do Instituto Camões de 1986 a 2003 nas Universidades de Perugia, Autónoma de Barcelona, Vigo e Genebra. Licenciada em Literatura Românica pela Universidade de Lisboa, mestranda em Literatura Portuguesa Clássica na mesma Universidade e doutoranda em Teoria da Tradução Literária na Faculdade de Traducció i d'Interpretació da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB).

Defendeu, em setembro de 1998, o “Trellal de Recerca”: *A Linguagem Literária de Luandino Vieira e a Tradução de um Caso-Limite: João Vêncio: Os Seus Amores*. Tese de doutoramento em fase de conclusão sobre as traduções para catalão, francês, italiano e inglês do romance de Mia Couto *A Varanda do Frangipani*.

Ao longo da carreira desenvolveu várias formas de difusão das Culturas Portuguesa, Africana de Língua Portuguesa e Brasileira não só promovendo e organizando ações culturais, com a presença de escritores e ensaístas, como também proferindo conferências e publicando pequenos ensaios em Portugal e no estrangeiro.

LUSOFONIA E A PROBLEMÁTICA DA TRADUÇÃO DAS “OUSADIAS VERBAIS” DE LUANDINO VIEIRA E DAS “ESCREVIVÊNCIAS DESINVENTOSAS” DE MIA COUTO

A tradução de qualquer autor das Literaturas Africanas de/em Língua Portuguesa levanta um triplo problema:

- a situação de «marginalidade» destas literaturas no seio da Comunidade Internacional;
- o desafio perante a concorrência de escritores oriundos de países mais prestigiados mundialmente;
- o facto de, muitos deles, subvertem o português europeu (PE) para dar expressão a realidades, conceitos e factos culturais diversos.

A minha escolha recaiu em Luandino Vieira e Mia Couto, autores emblemáticos que, na esteira de Guimarães Rosa, assumiram opções linguísticas que os viriam a notabilizar e cujas obras estão editados em diversos países e são objeto de estudo nas mais prestigiadas universidades do mundo.

Luandino Vieira, fundamentando-se nas regras empíricas do discurso popular luandense, constrói uma linguagem literária baseada no registo do português falado nos musseques de Luanda.

Mia Couto, sentindo a necessidade de recriar uma linguagem que traduzisse o ambiente das suas «estórias», transgrediu limites da própria língua portuguesa para obter o espaço de magia adequado à carga poética das suas personagens.

Exemplos concretos da desconstrução do PE realizada pelos autores e as soluções seguidas pelos tradutores das edições francesa e inglesa das obras *João Vêncio: Os seus amores* (Luandino Vieira) e *A Varanda do Frangipani* (Mia Couto) serão o tema desta comunicação cujo objetivo pretende responder a:

- Como adaptar essa «linguagem exótica» aos respetivos públicos?
- Ser fiel à forma ou ao conteúdo?

Eventualmente, e para o caso de Mia Couto, poderão também ser apontados exemplos de outras línguas.

No seio dos povos que falam português há um fio condutor misto de fraternidade, solidariedade e amizade, fundamentado em raízes culturais onde, com alguma dificuldade, descortinamos o que veio de uns ou de outros. Na língua, na música, na gastronomia encontramos presenças e vestígios resultantes das vias percorridas nessas viagens que se iniciaram em finais do século XV e que hoje, com a «aldeia global», se acentuam.

No plano linguístico essa intercultura exerce sobre a norma padrão do português europeu (PE) ação renovadora e transfusão de «sangue novo»: povos de diversas latitudes «fazem português» incorporando-lhe novos termos e desviando-o para caminhos nunca antes imaginados levado pela mão dos seus falantes.

No pós-independência dos PALOP houve uma “massificação” do uso do português que teve como consequência, segundo Gonçalves (1997)¹⁵⁰ “a formação de variedades locais desta língua, que, apesar de apresentarem ainda alguma instabilidade, constituem já um património linguístico de comunidades importantes. Em países como Angola e Moçambique - que partilham entre si o facto de estarem localizados na zona das línguas bantu - as normas locais desta língua distinguem-se do padrão europeu por alterações registadas a nível do sistema fonético fonológico, do léxico e também da sintaxe” abrindo a escritores, como Luandino Vieira e Mia Couto “um leque muito rico de escolhas linguísticas” que, dentre as várias possibilidades, optam por um discurso gerido basicamente pela norma do PE, “salpicado” de um léxico e de processos formais, que se baseiam nas regras empíricas do discurso popular criadas pelas comunidades em que estão inseridos e, ainda, por outros procedimentos da sua própria autoria e construindo um discurso literário baseado num registo de síntese entre o português falado em Angola (nos musseques de Luanda para o caso de Luandino Vieira) e em Moçambique.

A presença destes desvios, quer individuais quer nacionais, leva à criação de um português «subtilmente diferente» que não é nem regionalismo, nem dialeto, nem gíria, mas é capaz de comunicar novas realidades, novos conceitos, de exprimir outras formas de «dizer o mesmo».

1. LUANDINO VIEIRA E MIA COUTO

Em Angola, Luandino Vieira (1935, Lagoa do Furadouro, Portugal) escreve nas décadas de 60/70 e é, no momento da independência, para as novas gerações, uma referência fundamental, obrigatória. Ele é um dos escritores que mais se empenhou na criação de uma língua literária genuinamente luandense-angolana, fruto de uma simbiose entre o português vernáculo e as restantes línguas faladas em Angola. Na sua obra, a língua tornou-se tema, no entanto, este procedimento ficaria isolado no sistema literário angolano e seriam necessários alguns anos e uma travessia à contracosta para que, com Mia Couto, surgisse a “*maneira moçambicana de retrabalhar a língua portuguesa*” como afirma Tavares (2000)¹⁵¹.

Luandino Vieira manifestou-se um exímio, talentoso e prolífero contador de “estórias”: narrativas curtas centralizadas na vida dos musseques, os bairros que circundavam a cidade de Luanda, que nos oferecem uma visão “antropológica” dos seus moradores, as suas atividades quotidianas, o sistema racial e as relações sociais e de trabalho, o folclore e as tradições.

O autor justifica, em entrevista a Michel Laban¹⁵² (1991: 407-435), esta opção de linguagem com a necessidade de criar um discurso homólogo ao do povo, usando os mesmos processos de construção: “*conscientes ou inconscientes de que o povo se serve para utilizar a língua portuguesa, quando as suas estruturas linguísticas são, por exemplo, quimbundas [...] não me interessavam só as deformações fonéticas, interessava-me a estrutura própria da frase, a estrutura do próprio discurso, a lógica interna desse discurso.*”

Mia Couto (1955, Beira, Moçambique) é, como já referido, a voz que, na contracosta africana, prossegue o caminho aberto por Guimarães Rosa e continuado por Luandino no sentido da experimentação da língua portuguesa. É igualmente Michel Laban (1994: 995-1040)¹⁵³ quem recolhe estas afirmações: “*... eu me apercebi que não podia usar o português clássico, a norma portuguesa, para contar a história com toda a carga poética que ela tinha. Era preciso recriar uma linguagem que trouxesse aquele ambiente de magia [...]E*

150 Gonçalves, Perpétua (1997). «Para uma aproximação Língua-Literatura em Português de Angola e Moçambique». Luanda. 1º Encontro Internacional sobre Literatura Angolana. 10-13/10/1997

151 Tavares, Ana Paula (2000) “Especificidade e originalidade das literaturas africanas de/em língua portuguesa”, (Conferência proferida na Universidade de Genebra em 22 de Maio 2000)

152 Laban, Michel, (1991) *Angola, Encontro com Escritores*, Porto, Fundação António de Almeida

153 Laban, Michel, (1994) *Moçambique, Encontro com Escritores* Porto, Fundação António de Almeida

aí eu comecei essa experiência [...]a experimentar os limites da própria língua e a transgredir no sentido de criar um espaço de magia. E depois, isto mais tarde, quando eu compreendi quanto isto era possível, era realizável, foi quando eu comecei a ler, tardiamente, o Luandino Vieira. A primeira vez [...]não gostei [...]regressei ao Luandino depois de ter começado a escrever as primeiras histórias e disse : « Não, aqui está uma prova de que é possível e se pode fazer literatura assim e depois, mais tarde, confirmei com Guimarães Rosa.»

Mia Couto iniciou-se na literatura através da poesia: *Raiz de Orvalho* (Maputo, 1983). Obra que é uma espécie de «pedrada no charco» no seio de uma literatura moçambicana ainda muito marcada pela militância política ao serviço da causa revolucionária. Com este livro, o autor assume uma posição de recusa a esta “...única forma de escrever [...]Pode-se falar da revolução sem falar de política no sentido explícito do termo [...]Jera preciso afirmar o EU, não contra o NÓS, mas a favor dum coletivo mais verdadeiro”(Laban, *idem*). O livro foi bem recebido : venderam-se cinco mil exemplares em duas semanas.

Continuando na prosa, a primeira obra surge fruto da ideia acidental de escrever contos : “... estive em Inhambane e lá me contaram uma lenda ligada às baleias. Era muito interessante contar essa história, ficcionar esta lenda. Eu estava com um grupo de amigos que me entusiasmaram : « Faz uma história ! » E eu fiz uma história .” (Laban, *idem*).

Do contacto com os camponeses e pescadores, do retorno às histórias da infância, foram surgindo os contos. Mia Couto, como testemunha ativa e consciente, elege as suas personagens pela escuta de pessoas e incidentes perto de si. Craveirinha no Prefácio à 1ª edição portuguesa afirma que Vozes Anoiticidas nos remete “para enredos e tramas cuja lógica se mede não poucas vezes pelo absurdo, por um irrealismo, conflituantes situações; pelo drama, pelo pesadelo, a angústia e a tragédia.” Pela mão do autor, entramos no quotidiano, nos lugares, nas paisagens, na linguagem e na atmosfera mágica e lendária de um Moçambique «profundo», através da criação dessa linguagem dúctil que lhe permite legitimar a transgressão gramatical, refletir vivências e adequar a cada personagem um discurso próprio.

Em *João Vêncio: Os seus amores*¹⁵⁴ Luandino Vieira terá chegado ao limite da sua modernidade, da sua “ousadia verbal” e como sustenta, no prefácio da 1ª edição, Fernando Martinho “raramente Luandino Vieira terá levado tão longe o princípio de que a marca do grande poeta (no sentido que os alemães dão ao termo) é o prazer das palavras. O prazer de as saborear, de lhes inventar o maior número possível de conjugações, de as abrir ao espaço ilimitado do jogo associativo”. São “ousadias” que vão desde frases em quimbundo, umbundo e crioulo (**Suku! ame yu ndasala ulika, vayongola omwenhu wange** - Deus! Estou sozinha, e querem a minha vida...[Umbundo] - Glos^oP.104), a adaptação de palavras bantas à grafia do PE (**menequenos** - cumprimentos, **de ku menekena** - saudar, cumprimentar) e de construções típicas do português de Angola (**deu encontro o búzio amarelo**), à criação de amálgamas (**amorizade**) e de palavras novas formadas a partir das regras de composição e derivação do PE tendo como raiz o quimbundo (**quimbundice**) ou outras línguas. Coerente com uma perspetiva política, trata-se de violentar a língua colonial, de a subverter, de inovar, de criar, e de levar à Literatura o discurso do povo de acordo com as «regras» com que este se exprime em português.

Em *A Varanda do Frangipani*¹⁵⁵ encontramos uma dimensão de afirmação da moçambicanidade literária. É nossa convicção que esta obra deverá ser lida como uma metáfora sobre o fim de um tempo e o início de outro, onde constatamos, uma vez mais, uma espécie de dimensão escatológica dos cânones literários europeus e do padrão linguístico do português. Mia Couto reproduz, através daqueles velhos, habitantes da Fortaleza de S. Nicolau, “vozes” guardadas na memória dos tempos e cria “estórias” fantásticas. Trata-se de um processo de “escuta” (sob a forma de “confissões”) cuja “reprodução” não é compatível com o português clássico: o mágico, o mitológico, o simbólico da tradição africana não é “traduzível” nas estruturas do PE, por isso é necessário “destruir” a gramática dessa língua: baralhar os sufixos e os prefixos (**açurroso, desocultar, impestanejável**), alterar as categorias morfológicas (**os antigamentos**), inventar palavras amalgamando as existentes (**salpingar**). Senhor de um grande domínio da língua portuguesa, Mia Couto nunca inventa a partir do “nada”: a “des-

154 Vieira, José Luandino (1987). *João Vêncio: os seus amores*. Lisboa, Edições 70.

155 Couto, Mia (1996) *A Varanda do Frangipani*, Maputo, Njira, Lisboa, Caminho

construção” e “re-construção” do PE, na área lexical, é uma espécie de “alquimia” linguística. As palavras criadas sempre a partir da língua portuguesa resultam da formação inovadora a partir de elementos conhecidos para juntos procurarem significados compósitos e inexistentes até então, ou substituírem outras palavras em expressões de sentido comum para lhes alargar ou mudar o sentido, ou brincarem com a proximidade do oral e a sua transcrição direta. Adivinhamos um processo lúdico, uma criação de artista, uma cirurgia estética, que junta sons, cores, formas, sensações e conceitos sem verosimilhança aparente com a realidade.

2. AS TRADUÇÕES

A escassez de tempo e de espaço nesta comunicação não nos permitem desenvolver todas as vertentes da criatividade linguística dos autores, nesse sentido, focaremos apenas alguns aspetos lexicais, no fundo, aqueles que se tornam mais evidentes aos leitores.

“*João Vêncio: os seus amores*” foi traduzido para o francês por Michel Laban¹⁵⁶ e para o inglês por Richard Zenith¹⁵⁷. Comparemos estas duas traduções do ponto de vista do uso, ou não, de «Notas do Tradutor» e «Glossário» e sobre as soluções encontradas no caso das conotações socioculturais, das palavras e expressões em Quimbundo e dos desvios do PE.

Michel Laban coloca Notas do Tradutor e Glossários, Richard Zenith evita-os. Sobre o segundo aspeto Michel Laban considera ser normal haver conotações socioculturais não acessíveis ao leitor europeu, se a conotação for muito importante, indispensável, põe uma nota. Richard Zenith, por sua vez, tem uma atitude oposta: considera *conditio sine qua non* sentir empatia pela obra, assim, depois de a ler e interpretar procura “entrar no texto”, de modo idêntico ao dos atores de teatro e cinema, que quase se convertem nas personagens que interpretam, começa, então, a tradução. Para o caso concreto de *João Vêncio: os seus amores* “entrou” na personagem e no local, para adequar a obra ao público e à sociedade estado-unidense e, em simultâneo, poder ser fiel ao texto.

Em consequência, deformou a língua inglesa, de forma expressa, criando uma linguagem adequada ao estatuto “marginal” da personagem, de modo a que os leitores a compreendessem (“quionga”- quimbundo - cadeia, traduziu por “lockup” – termo dos marginais). Evitou manter palavras em quimbundo e traduziu tudo, recorrendo a amigos angolanos e ao próprio Luandino Vieira. Quando a situação se poderia tornar ambígua, ou difícil de ser compreendida pelos leitores, utilizava o mesmo processo de Hemingway, ou seja, introduzir no próprio texto, de uma forma natural, a explicação do conceito. Os maiores problemas relacionaram-se com a filosofia da personagem, difícil de entender, e também com alguns conceitos ligados às “nuances” da cor da pele.

Como acima dissemos, apenas alguns aspetos lexicais poderão ser focados. Tomando como exemplo o caso de uma frase totalmente em Quimbundo:

(p. 14) - *Mas o Salviano decretou um dia minha defesa oficiosa, a quimbundice: a mu-beta kua mundele, kufundilé kua mundele* -... Juíz banzo não percebeu e me deu seis meses - minha mais doce cadeia...no Glossário p. 93 (K): “se um branco te bater, não te queixes a outro branco - (i.é os iguais protegem-se)”

Em francês (p. 14): *à la façon quimbundo: «a mu-beta kua mundele, kufundilé kua mundele» ... Le juge, comme deux ronds de flan...*

Em inglês (p. 2): *...and he recites this Kimbundu saying: «If a white man strikes you, don't protest to another white man». That boggled the judge...*

Constatamos um tratamento diferente desta expressão: o francês traduziu-a em nota de pé de página: «*Si un blanc te frappe, ne te plains pas à un autre blanc...*»; o tradutor inglês integrou-a já traduzida no próprio texto.

Apontaremos um segundo exemplo relativo a tipos sociais, neste caso, às prostitutas:

156 1998, *João Vêncio: ses amours*, Paris, Gallimard.

157 1991, *The loves of João Vêncio*, San Diego, New York, London, A Helen and Kurt Wolff book.

(PP. 61/2, no original) - Antigamente tinha muitas mândias no musseque. [...] Ele era prostitutas rameiras; ele era meretrizes atrizes; cortesãs malsãs; barregonas, comborças e amásias - até as amigadas. No vernáculo: as quiuaias que saíam no engate, quissueias ferrando o dente; as quitatas, as de porta aberta remexe-remexe nos muelos, saracoteio, que muxoxavam as do munhungo; as munhungueiras, cachorras vira-lixos, farejando...

Em francês (p. 65) - En ce temps-là, il y avait plein de putes dans le moussèque. [...] C'était des **prostituées fanées**, c'était des **respectueuses turfeuses**; des **putes minute**; **tapineuses**, **maîtresses** et même les **concubines**. En vernaculaire: **les quiouaias*** [Glossaire: prostituée] qui sortaient faire le trottoir, **chats sauvages** prêts à planter leurs dents; **les quitatas*** [Glossaire: prostituée], devant la porte ouverte, qui se **trémoussaient** sur le seuil, déhanchement, toutes mépris pour **celles qui sortaient racoler**; les **mougoungueiras***, [Glossaire: prostituée] chiennes fouine-ordures...

Em inglês (p.41) - In the old days the shantytown was full of loose women [...] There where ordinary old whores, meretricious mistresses, corpulent courtesans, adventuress actresses, concubines, kept women, and paramours. In local lingo: the quiuaias, who went out on the prowl, wild cats grinding their teeth; the quitatas, who'd stand in the doorways, shaking their hips and wagging their fannies, whistling at the wastrels that wandered by; the munhungueiras, mongrel bitches that sniffed out their mats...

Através deste excerto vemos como *quiuaias*; *quitatas*; *munhungueiras*, foram mantidas pelos dois tradutores. Michel Laban adaptou-a ao francês. De recordar que há um glossário na edição francesa. Richard Zenith conservou a grafia portuguesa e colocou, de forma natural a explicação no texto.

A Varanda do Frangipani¹⁵⁸ foi traduzida para francês por Maryvonne Lapouge-Pettorelli e inglês por David Brookshaw¹⁵⁹. Ao analisar as edições constata-se que os processos são, em substância, homólogos aos da obra anterior.

Tomemos como primeiro exemplo o caso dos africanismos :

p.12 - Como não me apropriaram funeral fiquei em estado de **xipoco**, *essas almas que vagueiam de paradeiro em desapareido*. [...] p.15 - Me retroverteria pelo umbigo e surgiria, do outro lado, **fantasma palpável**, com voz entre os mortais. Mas um **xipoco** que reocupa o seu antigo corpo arrisca perigos muito mortais [...] p.16/17 - Quer dizer que eu vou ter **fantasmear-me** por um alguém? / - Você irá exercer-se como um **xipoco** [...] (pp.149/150) – Eu não podia. Um **xipoco**, em autenticado corpo, não pode tocar num vivo.

Em francês: p.12 - Comme on ne m'a pas accomodé de funérailles, je suis resté à l'état de **xipoco** ces âmes qui errent d'abri en désabri. [...] p.16 -Resurgir d'une rétroversion par mon nombril, **fantôme palpable** Mais un **revenant** qui réoccupe son ancien corps court des dangers beaucoup plus mortels. [...] pp.17,18 - Ce qui veut dire que je vais devoir me **fantasmer** dans la peau d'un autre ? - Tu vas aller t'exercer en tant que **fantôme** [...] p.196 - Je ne pouvais pas. Un **psychopompe**, dans un corps authentique ne peut pas toucher un vivant.

Em inglês: p.2 - As they didn't me a proper funeral, I became a ghost, one of those souls who wander from somewhere to nowhere. [...] p.5 - I would double back through my navel and come out the other side, a ghost of flesh and bone, with a voice that could be heard by other mortals. But a spirit that reoccupies its former body risks mortal dangers [...] p.7- You mean, I'm going to ghost myself via someone else's body? / - You'll take the form of shipoco, a night spirit [...] p.148 - I couldn't. Like I said, a spirit within a real living body can't touch another living being...

Com este exemplo percebemos a dificuldade em captar o termo exato para traduzir o africanismo ronga “xipoco”, introduzido no glossário do original como “fantasma” e na tradução francesa como “fantôme”.

Vejamos agora o caso da amálgama “escorregatinhosa”:

p. 130 - Há muito tempo, antes de vir para este asilo, fui enviada para um campo de re-educação. Me desterraram nesse campo acusada de namoradeira, **escorregatinhosa** em homens e garrafas.

Em francês: p. 171 - J'ai été déportée dans ce camp parce qu'on m'accusait **d'être une fille facile toujours en train de courir, chatte en chaleur**, derrière les hommes et d'aimer la bouteille.

158 2000, *La véranda au frangipanier*, Paris, Albin Michel

159 2001, *Under the Frangipani*, London, Serpent's Tail

Em inglês: p. 126 - *They carted me off to this camp charged with being a loose woman, as fast and slippery with men as with a bottle.*

Torna-se evidente a dificuldade em decompor a amálgama “*escorregatinhosa*” > *escorregar* + *tinhasa* ou *escorregar*+*gatinha*+*osa*? Se tomarmos o sentido de cair, deslizar e no nível familiar cometer um erro ou uma falha, um deslize para *escorregar* e para *tinhasa/a* o que causa repugnância, nojo (Ex.^o ovelha tinhasa), concordamos com a tradução inglesa, mas também *gatinho/a* que, no nível familiar significa adolescente atraente, é aceitável a interpretação francesa. Neste caso deveremos rever a caracterização de personagem Marta Gimo, a enfermeira, por quem todos se apaixonam, uma jovem, bonita, meiga. Comparando com as traduções catalã e italiana, encontramos a mesma dicotomia: *relliscatinyosa* em homes i ampollas (p.130). *scivologattinosa* su uomini e bottiglie. (p.128). Estamos, pois, em presença de um neologismo polissêmico: podemos interpretar como uma mulher alcoólica e leviana, que nos é sugerido pelo lexema “*escorregar*”, ele próprio polissêmico em PE, e em “*tinhasa*” a redundância, ou em “*gatinhosa*” a imagem.

3. CONCLUSÃO

Trair ou permanecer fiel as estas formas híbridas e mestiças? Formas que, não sendo acasos, estão intrinsecamente associadas a conteúdos e a intenções. Como traduzi-las? Como levar o leitor a participar do universo cultural do autor através deste discurso elaborado intencionalmente? Será necessário transformar o texto original para o adaptar ao universo cultural do leitor? Será necessário «re-escrever» o texto do ponto de vista da língua de origem mantendo-o fiel apenas às ideias do texto de partida?

Ninguém duvidará que afoitar-se a tal tarefa implica ir mais além do conhecimento das duas línguas, Jean Sévry em «Traduire une oeuvre africaine: quels instruments?»¹⁶⁰ reflete a propósito da sua tradução do romance de Gabriel Okara *The Voice*, escrito num “*inglês fortemente africanizado*”, e aconselha os tradutores a preocupar-se com: as intenções dos autores¹⁶¹, os desvios estilísticos¹⁶²; os aspetos do intercultural, relativos a domínios etnológicos, antropológicos e mitológicos e assim, poder interpretar ritos, comportamentos, ou ações que não existem na sua área “geocultural” e, ainda os dados da literatura africana e da linguística. Não nos parece que estes tradutores tenham descurado estes aspetos: são evidentes essas preocupações e esses conhecimentos.

Vimos, nestes exemplos, soluções diversas: glossário e notas nas traduções francesas, a sua ausência nas inglesas e, neste caso, como os conceitos foram explicitados no texto. Vimos igualmente como, no caso da tradução francesa de “*xipoco*” o termo do Glossário não “serviu” em alguns dos contextos. Vimos também como a interpretação do significante “*escorregatinhosa*” nos pode levar a dois significados, diríamos, díspares.

Muito ficou por dizer, quase tudo, mas o importante é provar que a tradução existe e é uma das formas de banir a maldição de Babel e, reiterar com Umberto Eco (1993: 205)¹⁶³, quando se dirigiu aos tradutores presentes numa conferência, que:

Les philosophes ont quelquefois démontré que la traduction est en théorie impossible. Vous démontrez par votre pratique quelle est empiriquement possible, bien que défectueuse. Dans votre travail quotidien, vous essayez de dire aux hommes de cette planète que même ceux qui ne parlent que leur propre langue ont la possibilité de goûter le parfum d'une culture différente.[...] Vous nous dites qu'il y a quelque chose de précieux, exprimé dans une autre langue, que nous ne pouvons pas ignorer – d'autant plus qu'il ne pouvait être conçu que dans cette langue qui n'est pas la nôtre, et que la nôtre s'efforce de nous révéler.

160 Sévry, Jean (S/D) «Traduire une œuvre africaine» in: *Palimpsestes* n^o 8, Paris, Presses de la Nouvelle Sorbonne, 135-145

161 Le traducteur doit, me semble-t-il, traiter ces déclarations d'intentions comme autant de consignes de travail.

162 Comment utiliser cette langue unique au monde, invention que son auteur est seul à pratiquer dans sa relation avec le lecteur, et qui pourtant existe bien, ne serait-ce que par le texte auquel elle a donné naissance?

163 Eco, Umberto, (1993) “Traduction et langue parfaite” in *Dixièmes Assises de la Traduction Littéraire*, Arles, Atlas Actes Sud, pp. 191-207

IV COLÓQUIO DA LUSOFONIA – BRAGANÇA 3-4 OUTUBRO 2005

16) ADELAIDE CHICHORRO FERREIRA, CIEG – CENTRO INTERUNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS GERMANÍSTICOS - LINHA DE INVESTIGAÇÃO EM LINGUÍSTICA CONTRASTIVA E INTERDISCIPLINAR, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA ADELAIDE@CI.UC.PT

Nascida em 1960, Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira é, desde 2003, Professora Auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, tendo desempenhado a sua atividade científica essencialmente no domínio da Linguística Contrastiva, com trabalho desenvolvido através de várias publicações, nacionais e internacionais, nos últimos tempos em torno das relações entre Ecologia e Linguagem. Tem lecionado na Universidade de Coimbra, e não só, em vários domínios, desde o alemão, o português e o inglês como língua estrangeira à Didática do Alemão, passando pela Linguística Alemã e mesmo pela Tradução. Mais recentemente vem-se dedicando, também nas suas aulas, à relação entre Linguagem e Ambiente.

O ADMIRÁVEL MUNDO FÉRTIL DAS LINGUAGENS DE ESPECIALIDADE

Tendo entrado em contacto com uma tecnologia desenvolvida na Alemanha no âmbito ambiental, e respetivo inventor, traduzi uma brochura concebida para que ela fosse divulgada no contexto alemão, coisa que tem entretanto sido feita por movimentos cívicos locais, auto-organizados e autofinanciados. Assim, o cotejo e explicação de alguns termos com que me deparei, numa perspetiva crítica e contrastiva, partindo da minha vivência de portuguesa, é o assunto a que dedico a minha comunicação. De facto, em algumas circunstâncias é o confronto com uma língua diferente, não românica, que nos suscita o desafio de recriar a nossa própria língua materna, de a fazer evoluir com um certo travo diferente, mas ainda assim como língua viva que é. Sendo atualmente o alemão a língua materna mais falada na União Europeia, pretendo deste modo dar a conhecer a necessidade de reservar, nas escolas portuguesas, um «caudal mínimo» de aprendizagem do alemão que nos permita, também em tempo real, acompanhar realidades emergentes que podem (vir a) ser de importância estratégica à escala europeia, possibilitando um certo ginastivar da mente que é garantido, em particular, pelo desafio sempre empolgante que é a tradução, mesmo tratando-se de um texto de teor técnico. A especificidade do texto em análise e do contexto em que surgiu obriga, aliás, a uma reflexão minha em torno do conceito de «linguagem de especialidade», que reputo ser, no plano da temática ambiental, por vezes um tanto difícil de definir ou pelo menos de compartimentar de forma absolutamente inequívoca, ainda por cima quando se está perante duas línguas e culturas bastante diferentes. É que a tecnologia (e respetiva linguagem técnica) depende do marketing que dela se faz, e este aspeto reflete-se particularmente no texto em questão.

1. ABDICANDO DUMA LINGUAGEM DE ESPECIALISTA

A presente comunicação incide sobre o conceito de linguagens de especialidade, não para as caracterizar de forma absolutamente precisa, mas antes no sentido de sublinhar a importância que possuem para o enriquecimento da língua portuguesa, se entendidas de modo renovado. Sendo o tema global do congresso que aqui nos reúne a questão linguística de Timor-Leste, um jovem país onde nunca estive mas relativamente ao qual se coloca a questão da herança cultural portuguesa, e portanto europeia, abdicarei duma terminologia muito técnica, não porque ela não seja importante, mas antes porque estaria deslocada neste (con)texto, em que é a língua como um todo que está primeiramente em causa.

2. A LINGUAGEM TÉCNICA «É O QUE ESTÁ A DAR»

O termo «linguagem técnica» enfatiza a vinculação num saber menos feito de elaboração teórica ou estilística do que de *know-how*, um «saber-fazer» que, sendo embora imprescindível, acaba num significativo número de vezes por não passar de um mero executar de instruções, sem participar na sua definição ou crítica. Também no

domínio da Informática, ao qual parece aplicar-se como uma luva o sentido que o adjetivo *técnico* possui na linguagem comum, os profissionais mais especializados recorrem ainda, de forma direta, ao inglês. É disso sintoma a tentativa malograda de cunhar a noção de *software* como 'suporte lógico' em português.

Apesar de um número considerável de aplicações correntes de informática já se encontrar disponível em versão portuguesa, com tendência aliás para aumentar, tal acontece sobretudo em mercados de grande utilização, «na ótica do utilizador comum», e não junto dos especialistas propriamente ditos. Ainda que se procure com afincos estabelecer correspondências para o português, isso só não chega: a rapidez com que surgem novos produtos e, conseqüentemente, novos conceitos, aliada ao facto de tais tecnologias se virem disseminando por todo o planeta, tornaram incontornável que, em domínios fortemente dependentes da internacionalização, o inglês (ou melhor: um determinado tipo de inglês) continue a ser a principal fonte terminológica, processando-se não raras vezes a comunicação diretamente nesta língua, tanto em artigos para publicação como em teses de mestrado ou de doutoramento que entretanto, neste como noutros campos, se realizam em Portugal¹⁶⁴.

A rapidez de que falo tem todavia o seu quê de incompatível com a escrita das Humanidades, podendo até contribuir para que ela se torne mais lenta ainda, uma vez que, à prioridade ainda conferida ao anglicismo, todavia ainda tabu nas áreas a que agora me refiro, se associa hoje um estilo parcialmente induzido de forma automática pelas próprias aplicações informáticas, pelo menos aquelas que envolvem processamento de texto, nas quais certos *defaults* (ou: 'opções por defeito', 'escolhas por omissão') porventura só raramente «adivinham» o que um determinado utente da língua pretende escrever a seguir. Ao pré-selecionarem irritantemente, na sequência de um movimento no teclado, um certo mecanismo de estruturação textual, em detrimento de outros, tais programas, configurados *a priori* para a produção de manuais de instruções e/ou relatórios técnicos, podem até contribuir para, em vez de facilitar (imaginemos que se está a escrever um texto literário ou um ensaio), *atrapalhar* o trabalho de pessoas oriundas de áreas situadas no tão rico quanto vastíssimo domínio das Línguas e Literaturas, hoje em acentuado refluxo¹⁶⁵. A razão de tal desajuste está no facto de em Filologia se fazer uso dum textualidade tendencialmente mais associativa e argumentativa do que funcional ou hierárquico descritiva, por muito que desta última, apesar de tudo, alguns dos seus representantes se tentem desesperadamente aproximar.

Nada do que venho afirmando é pois suscetível de pôr em causa, aliás bem pelo contrário, os esforços meritórios, designadamente no âmbito do ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), mas também por parte de outras entidades, no sentido de estabelecer uma terminologia informática em língua portuguesa. Porém, não basta estarem disponíveis entretanto algumas aplicações em português, ou realizarem-se conferências sobre processamento digital da fala humana, incluindo na língua portuguesa. Soluções terminológicas (e não só) já adotadas, ou a adotar por terminólogos, necessitam ainda, em muitos casos, não só de ser encontradas como melhoradas, e também testadas quanto à sua facilidade de utilização (*user-friendliness*), evitando-se, por exemplo, o recurso a expressões de extensão incompatível com a rapidez que, de resto, está na origem da profusão também algo irritante de siglas em linguagens técnicas. Uma extensão que, além disso, colide frequentemente com efetivas limitações de espaço, sendo desejável caminhar no sentido de eliminar excesso de caracteres sem destruir a harmonia do resultado. Também quanto à sua adequabilidade, tais linguagens técnicas devem ser avaliadas: em telemóveis mais antigos, o comando *resume call*, 'terminar chamada', continua a surgir no ecrã como 'resumo chamada', o que acarreta porventura conseqüências não despidiendas junto dos seus utentes, hoje cada vez mais incapazes de resumirem o que quer que seja, porque porventura não saberão já sequer o que isso quer dizer. No que toca ao vasto domínio que comumente se designa, aliás erradamente, por

164 Por conviver com pessoas que trabalham neste domínio, acostumei-me de facto, ao longo dos anos, ao modo como espontaneamente recorrem ao inglês, mesmo que se esforcem por traduzir certos conceitos, à medida que eles se vão impondo como termos técnicos locais junto dos parceiros de investigação ou colegas de trabalho, ou à medida que essa necessidade se torna incontornável.

165 Um fator que poderá levar a que se pense não ser este um problema estatisticamente relevante (ou, pelo menos, suficientemente relevante para merecer atenção) está na gritante disparidade constatável no número de alunos inscritos na Zona do Baixo Mondego em Portugal, no ano letivo de 2004-2005, no agrupamento de Línguas e Literaturas do Ensino Secundário (1,8% do total), face à pujança numérica dos que se inscrevem em Ciências e Tecnologias (68,3%), segundo dados do GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Educação, adstrito ao Ministério da Educação português), não diferindo aliás esta situação, de forma significativa, daquela que se verifica no resto do país. Uma análise destes números será a breve trecho publicada como caderno do CIEG (Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos) por Francisca Athayde e Adelaide Chichorro Ferreira.

«interface em linguagem natural», caberia investigar, de igual modo, até que ponto o atendimento telefónico por vozes automaticamente geradas é ou não uma verdadeira conquista da Humanidade, algo que, em rigor, mereceria o epíteto de *natural*.

Tudo isto nos interpela quanto à definição do que é que se poderia entender, no campo concreto da Informática, por uma linguagem de especialidade especificamente lusófona, se é que ela *de facto* existe, para além dos circuitos associados ao consumo de aplicações informáticas na ótica do utilizador. E se a investigação neste domínio, em que a internacionalização assume um papel muito relevante, continua a ser praticada maioritariamente em inglês, não é possível ignorar que um tal fenómeno se tem vindo a estender a muitas outras áreas de especialidade que vão, habitualmente, «a reboque» da Tecnologia. Veja-se, de resto, como se apresenta uma linguagem supostamente científica, na área da gestão turística:

«Os outcomes consubstanciam-se, quer nos outcomes dos stakeholders (turistas, residentes, investidores e empresários); quer no outcome do turista que pode ser a sua satisfação no usufruto do destino, no outcome do residente que pode ser os problemas ou os benefícios do desenvolvimento do turismo na localidade onde vive quer nos impactos (económicos, sociais, ambientais e ecológicos) quer ainda na forma como cada grupo de interesses reage face a eles.»

Este exemplo¹⁶⁶, que se caracteriza ainda pelo facto de inúmeros assuntos, de forma só aparentemente ordenada, serem colocados «no mesmo saco», atitude demonstrativa de um duvidoso poder de síntese, poderia induzir um leitor incauto a pensar que é útil, e sobretudo prático, saber inglês. A interpretação contrária é porém igualmente verosímil: a de que mais valeria nem sequer apostar num maior envolvimento com esta língua, caso tal aprendizagem levasse os utilizadores do português a produzir semelhantes textos! Não se pense portanto que se deve a um súbito apreço pelas línguas (e por «línguas» os cidadãos – até mesmo aqueles que, em termos de escolarização, pertencem à «nata» nacional – entendem em Portugal quase somente o «inglês!»), ou, ingenuamente, por um especial carinho pelas Humanidades (até no sentido de encontrar colocação para inúmeros professores desempregados), que se vem ultimamente apregoando a necessidade supostamente imperiosa de as crianças em Portugal aprenderem inglês desde a escola primária. Na realidade, uma das principais motivações para o estudo das linguagens de especialidade, e, a elas diretamente associada, para a aprendizagem do inglês, diz respeito à transferência tecnológica, que se configura hoje em dia, em economias periféricas, como produto de «tradução», mais até do que de inovação a partir de tecido endógeno.

Ora sendo essa tarefa de transmediação acelerada, à escala planetária, pelo recurso ao inglês (uma língua que há quem considere ser *for colonials*¹⁶⁷), com resultados de resto nem sempre recomendáveis para a própria língua inglesa, o mais provável é que nem tudo o que é relevante possa ser dito, escrito ou sequer pensado nesta língua, devendo dar-se a possibilidade de as crianças aprenderem *outras* línguas estrangeiras na escola primária, antes mesmo do inglês, em função das características do seu contexto social, que hoje não se pode pressupor homogéneo. É que, muitas vezes, a motivação para a aprendizagem de línguas está ligada, não a requisitos de ordem profissional, mas a afinidades do tipo familiar (ou mesmo de outros tipos).

Continua igualmente a ser importante alertar para o facto de uma linguagem de especialidade de pleno direito poder não se caracterizar necessariamente por ser «técnica», no sentido que este termo, no uso corrente, vem adquirindo. É esse o caso do tipo de discurso que configura uma área do saber como a Filosofia, ou o Direito, cuja tecnicidade, quando está em causa o pensamento de determinados autores, em parte passa pelo conhecimento

166 Extraído, como nos casos inventariados no Anexo colocado no final, de uma obra recentemente publicada em Portugal, fruto talvez de uma dissertação na área do turismo, que, por razões óbvias, me escuso de identificar, mas que não é mais do que um caso por entre muitos similares.

167 Confronte-se, a este respeito, a opinião de Harald Weinrich no Akademie Journal (2/2001), «Deutsch in Linguafrancaland» (em Novembro de 2005 ainda disponível em:

http://www.akademienunion.de/_files/akademiejournal/2001-2/AKJ_2001-2-5-06-09_weinrich.pdf), onde o autor, aplica ao inglês a definição de Henry e Renée Kahane para *lingua franca*, «a prestige language reduced to a mini-structure – for colonials», designadamente quando diz: «Englisch also, zur Reduktionsstufe einer *lingua franca* heruntergemodelt, mit Minimalstrukturen und Billigvokabeln: das ist keine Sprache für freie Bürger, sondern – ich zitiere noch einmal Kahane – ein Pidgin „for colonials“» [O inglês, portanto, modelado de forma abusiva até à insignificância de uma lingua franca, com estruturas mínimas e um vocabulário baratucho, não é uma língua para cidadãos livres mas, e cito de novo Kahane, um pidgin *for colonials*»].

do alemão comum, língua-fonte de onde provêm tradicionalmente, ainda hoje, muitos conceitos centrais. Assim sendo, estamos perante um caso até certo ponto paralelo ao atrás comentado a propósito da Informática, porém numa escala substancialmente diferente, dado que, por razões que, ao longo do que venho afirmando, se vão tornando óbvias, muitas áreas técnicas ou de especialidade não usufruem da visibilidade de que dispõem quer a Informática, quer as tão procuradas Ciências da Vida.

Em Portugal, essa falta de visibilidade é patente na minha própria área de especialidade, a Germanística, cujo objeto de estudo se define, em larga medida, pela língua alemã (daí decorrendo que a respetiva linguagem técnica deveria, acima de tudo, passar por um uso intenso da mesma). Pese embora a sua enorme tradição no contexto universitário, e até a significativa internacionalização da investigação portuguesa neste domínio, o facto é que a língua alemã detém atualmente uma presença apenas residual no sistema de ensino português. Do mesmo modo se constata, perversamente, a penetração do inglês para fins de internacionalização dos contributos produzidos nos próprios estudos germanísticos, ao ponto de ser usado em congressos que têm lugar em países germanófonos, inclusivamente em situações nas quais são frequentados maioritariamente por falantes nativos do alemão...

3. PONTES DE OUTRO TIPO

Ao discutir aqui a situação da língua portuguesa no capítulo das Linguagens de Especialidade, como vimos nem sempre «técnicas», faço-o com o intuito de alargar horizontes talvez «nunca antes navegados», ou só raramente, na Linguística praticada em Portugal. Se bem que as linguagens técnicas possam contribuir para um inestimável enriquecimento da Língua Portuguesa, tal não quer dizer que isso se verifique sempre, devendo no entanto sublinhar-se igualmente que tal enriquecimento não depende hoje em dia, ao contrário do que é tradicional pensar-se, (quase) exclusivamente da promoção da Literatura e do património histórico-cultural, enquanto matérias que dizem respeito ao mundo das chamadas Humanidades, ou das Artes e Letras. É que não se deve ignorar o papel que, neste processo, pode e deve desempenhar o conhecimento de outras línguas, também no respeitante às mais comzezinhas finalidades do quotidiano. Na realidade, o esforço de tradução, interpretação ou intermediação, qualquer que seja o domínio, é hoje deixado demasiadas vezes a cargo de tão frequentes quanto inaceitáveis acasos.

Ainda há pouco tempo me foi solicitado um serviço de interpretação não pago, num voo de Munique para Lisboa cujos passageiros eram maioritariamente falantes nativos do português, por parte de uma hospedeira alemã em apuros, quando me encontrava prestes a entrar para o avião: uma jovem brasileira, manifestamente com fracos ou nenhuns conhecimentos de outras línguas, necessitava de voar para Hamburgo, e não para Lisboa, tendo ficado sem o cartão de embarque por engano, ao colocar-se na fila errada. Por sorte ela própria deu pelo erro a tempo, mas por mais que gesticulasse não conseguia fazer-se entender junto da hospedeira, que, pela sua parte, também não sabia português.

Este episódio, que poderia ter redundado numa situação complicada, demonstra eloquentemente o muito que há a fazer pela língua portuguesa no mundo, nele se incluindo também a Europa. Sem tradução e sem a ginástica mental que ela pressupõe, no sentido de se estabelecerem eficazmente pontes com outras línguas e culturas, uma língua – qualquer língua – não evolui, porque os seus falantes talvez nem se deem plenamente conta de quem são, ou, literal e metaforicamente, de *para onde vão*... Traduzir acaba por implicar, para quem o faz e para quem desta atividade beneficia, a consciência nítida de se estar situado em algum lugar, nem que seja num lugar intermédio entre dois outros lugares, e conseqüentemente a perceção de que há mais mundo para além do mundo de cada um. Como saber ou «tecnologia» de hoje, considero esta atividade uma competência chave.

4. O QUE É UMA ÁREA DE ESPECIALIDADE?

Uma vez que não me é possível referir aqui tudo o que, em torno deste assunto, seria interessante dizer, tentarei centrar agora a minha atenção, antes de mais, na complexidade inerente ao próprio conceito de «Linguagem de

Especialidade», se observado sob um prisma intercultural e não meramente intradisciplinar, o que aconteceria se eu me baseasse estritamente na subárea da Linguística que, entre nós, mais se vem ocupando deste objeto de estudo, essencialmente a Terminologia (e que, como já deixei claro atrás, se dedica apenas a uma parte daquilo que se entende por «Linguagem de Especialidade»). No sentido de sublinhar o prisma intercultural de que parto, fornecerei agora outro exemplo.

Em comunidades humanas tradicionais (porventura já dizimadas ou dispersas em resultado da mundialização), nas quais as pessoas viviam ainda em razoável harmonia com a natureza, de certa forma entrosadas ou em união cósmica com ela, a palavra para *ambiente* nem sequer existia, e com ela a consciência da respetiva necessidade de proteção, enquanto problema ou «objeto» de estudo com plena dignidade teórica, matriz temática, inclusivamente, de toda uma área de especialidade a que hoje chamamos *Ecologia*, historicamente herdeira da Biologia. Com as suas práticas culturais, todavia, essas comunidades até acabavam por proceder da forma correta – aplicando o *know-how* adequado, digamos assim –, mesmo não conhecendo as designações latinas das plantas e animais que são, ainda hoje, imagem de marca da Biologia de orientação taxonómica (porventura também em refluxo, devido à hegemonia hoje constatável por parte da Microbiologia, maioritariamente dedicada ao estudo da célula). Tanto assim era que os membros de algumas dessas comunidades (creio que em Timor isso acontecia) não penetravam na floresta durante alturas do ano coincidentes com a época de procriação de certas espécies. Um comportamento prudente que não se devia, nem à mesma sensação de perda que, na década de 80, era muito típica dos europeus, em resultado dos excessos da industrialização (veja-se, na Alemanha, a emotiva discussão em torno do *Waldsterben*, a 'morte da floresta'), nem ao facto de, para tais comunidades, a Ecologia ser algo de que possuíssem uma consciência muito nítida: antes as crenças animistas locais assim o determinavam. Ora será que, tendo em conta os efeitos pretendidos, uma área de especialidade como a que se vem designando por «Conservação da Natureza», a par de toda a miríade de conhecimentos específicos que abarca, se aproximaria, num determinado local do mundo, a uma seita, religião ou cosmologia particular, sendo portanto suscetível de ser «arrumada» cognitivamente junto das mesmas? Ou junto das literaturas, porque muitas cosmologias que determinam o agir das pessoas num dado local resultam de lendas e narrativas contadas de geração em geração?

Assim sendo, e na linha das considerações anteriormente tecidas, mas também de outras que, por falta de tempo, me escuso de fazer, torna-se necessário olhar com a prudência e o sentido crítico necessários para as catalogações atualmente existentes de áreas de especialidade e respetivos subdiscursos, uma vez que poderão revelar-se como possuindo o seu quê de etnocêntrico ou mesmo de arbitrário. Tornou-se-me em todo o caso óbvio, ao longo dos tempos, que existem maneiras muito diversas de conceptualizar (decompondo-o em conceitos, e, por conseguinte, em sucessivos termos de especialidade) um determinado domínio do conhecimento.

Situando-me eu cientificamente na Germanística, o prisma mais acentuadamente intercultural que caracteriza a minha reflexão incidirá agora no que as diferenças entre as línguas alemã e portuguesa parecem revelar, não deixando de me orientar também pela consciência a respeito dos muitos problemas e dinâmicas novas que afetam o mundo contemporâneo. É porventura cada vez mais desconcertante a cartografia global dos domínios do saber, quer em resultado dessas mesmas novas dinâmicas, quer também das especificidades (culturais, económicas, físicas, etc.) de cada lugar e/ou perspectiva sobre a realidade. Não fossem, todavia, os intensos esforços de homogeneização vigentes em muitos países, determinados sobretudo pelos objetivos do comércio mundial, e poder-se-ia mesmo afirmar que, «a cada língua, seu catálogo de áreas de especialidade», mas também sua constelação específica associada ao conceito.

5. INCURSÕES PELO ALEMÃO

A minha abordagem confere naturalmente, pela minha própria filiação científica, uma especial ênfase ao léxico com que venho trabalhando mais, o da língua alemã, pelo que começarei por analisar a palavra composta *Fachsprache*, que se traduz por 'linguagem de especialidade'. Trata-se de um termo que integra duas partes, sendo habitual designar-se a primeira por «elemento determinante» e a segunda, especificada pelo sentido do primeiro elemento, por «elemento determinado». Se o elemento determinado, *Sprache*, se verte para português ora como 'língua', ora como 'linguagem' (é o contexto que marca neste caso a diferença), já *Fach*, o elemento determinante, corresponde, quando usado isoladamente, a um substantivo que designa conceitos diferenciados, todavia possuindo algo em comum: 'compartimento', 'divisão', 'gaveta', 'cacifo', 'estante', 'prateleira'. No domínio da Botânica, pode designar 'célula' ou 'alvéolo', assim como, do ponto de vista da organização do sistema de ensino, 'cadeira' ou 'disciplina'. Finalmente, designa também o 'ramo de negócio', a especialidade¹⁶⁸.

Curiosamente, encontro este elemento em palavras tão corriqueiras do alemão como *mehrfach* (= 'múltiplo', 'muitas vezes') e *einfach* (= 'simples'). Numa leitura porventura arrojada da minha parte, mas não menos legítima por isso, provavelmente será então «simples» aquilo que cabe num só recipiente ou compartimento, tornando-se evidente por que razão tantos filósofos prezam, e muito, a língua alemã na sua atividade: ela permite a transparência necessária ao trabalho por vezes extremamente inglório de definir com o máximo de rigor os conceitos com que pensamos, articulando-os de forma eficaz com outros que com eles se relacionam (é esse o caso da polaridade intralinguisticamente gerada entre *einfach* e *mehrfach*), pelo que, para um lusófono, aprender alemão equivale diretamente a enriquecer a nossa própria língua com outros contributos e interpretações possíveis, *além* daqueles que ela já de si permite.

Também em Ciência é crucial saber reduzir descritiva ou explicativamente à expressão mais simples (*einfach*) um determinado fragmento do real: uma fórmula matemática é tão mais eloquente quanto mais simples for. Transpondo agora a mesma lógica (e ideologia subjacente, plasmada também no modo como se têm vindo a subsumir numa só várias áreas de especialidade...) para o assunto que aqui nos ocupa, poder-se-ia então dizer que um termo técnico será tão mais 'simples' de entender quanto menos forem as leituras para o mesmo, daqui se inferindo que o ideal seria que possuísse uma única leitura ou significado. Ora sabemos também que, no mundo real da atividade linguística (raramente isomórfico com a matemática pura), nem tal acontece, em parte devido ao que me esforçarei por explicar a seguir, nem a simplicidade expressiva é realmente tida por virtude estilística bem cotada, pelo menos em Portugal, e particularmente em certas linguagens técnicas, um aspeto que, ainda que decorra da própria definição que porventura fazemos do conceito, considero não ser necessariamente benéfico para os nossos índices de literacia.

Quanto à etimologia do elemento *Fach*, apurei que a sua origem remontará à ideia da construção de pequenos diques com vista à pesca ou até com a finalidade de servirem como viveiros para peixes. O termo terá designado um local delimitado por um muro ou parede, o que pode acontecer até mesmo com um canteiro. Por uma razão similar se designam como *Fachwerkhäuser* as tradicionais casas alemãs construídas com base numa estrutura de traves de madeira cujos intervalos eram preenchidos, nas paredes, ora com tijolo, ora com argila, eventualmente misturada com elementos de origem animal ou vegetal. Em todo o caso, subentende-se a ideia de uma estrutura, de um enquadramento que depois é preenchido com um determinado conteúdo. Não é também de estranhar o parentesco de *Fach* para com *fangen* ('agarrar', 'caçar'). A ideia de delimitação do saber, circunscrevendo-o para melhor o «capturar», a fim de que permaneça estável e, nessa medida, «trocável por miúdos», comunicável, evidencia-se a partir destes exemplos retirados de um simples dicionário alemão de etimologia escolhido aleatoriamente¹⁶⁹, um instrumento de trabalho que parece ter sido esquecido nas últimas décadas, em parte por o estudo das línguas, movido pelo imediatismo das necessidades do mercado e contingências similares, ter deslocado o seu fulcro de atividade daquilo que era antes a Filologia para o nem sempre admirável mundo das linguagens de especialidade.

168 Baseei-me no Dicionário de Alemão-Português. De acordo com a nova ortografia alemã. Porto: Porto Editora, edição de 2000 (1ª ed. de 1986).

169 cf. Etymologisches Wörterbuch des Deutschen, elaborado sob a coordenação de Wolfgang Pfeiler, edição de 19973 (1ª edição 1995 da edição de bolso é de 1995; a que lhe serviu de base é de 1989). München: DTV.

6. O SEGREDO É A «ESPECIALIDADE» DO NEGÓCIO

Na análise do problema que aqui nos ocupa, não me centrarei mais do que o estritamente necessário na concatenação dos dois elementos da composição *Fachsprache*. No correspondente português *linguagem de especialidade* deparamo-nos com uma construção progressiva (o primeiro elemento é especificado pelo segundo, neste caso um sintagma preposicional atributivo), caracterizando-se o termo alemão, em sintonia com as exigências estruturais da língua alemã, por se organizar de forma regressiva (em que o inverso se verifica), aspeto que, só por si, suscitaria inúmeras especulações. Omitirei também a questão, complexa mas não menos pertinente, de saber se, em função de alterações registadas na esfera do social, uma linguagem de especialidade pode ou não ser equiparada, nos dias de hoje, a uma língua, mais até do que a um subconjunto da mesma, uma «linguagem» ou um certo «linguajar», enquanto simples código de utilização restrita (refira-se que *Sprache* remete, consoante o contexto ou a determinação que se lhe apuser, para todos estes sentidos).

Acima de tudo, interessa-me que se retire do que constatámos atrás a ideia de que um determinado léxico (pelo menos!) pode ser, e é seguramente, em muitos casos, ciosamente guardado ou resguardado de olhares indiscretos. Ou então, talvez, a ilação de que os seus utilizadores ou detentores (convinha averiguar se é ou não pertinente esta distinção) poderão correr o risco de ficar retidos ou *gefangen* ('apanhados', 'presos', 'em cativo'), numa espécie de alvéolo mental. Por razões que se poderiam relacionar com a questão que, pelos corredores das instituições científicas, se vem designando informalmente como *territórios de poder* (ou, metafórica e pejorativamente, por *quintinhas* ou *feudos*), não gostaria de dizer que os que trabalham no seio de uma determinada área de especialidade se devam considerar como «estando na prateleira» (algo que não deixaria de ser potencialmente abarcado por uma das leituras do termo alemão *Fach!*). O sentido correspondente ao que tal expressão idiomática do português designa acaba por ter a ver, porventura na maior parte dos casos, apenas com um subconjunto dos mesmos trabalhadores, designadamente os que são colocados, ou se autocolocam, de fora ou à margem dum saber ciosamente delimitado e mantido rigorosamente impoluto.

Infelizmente, qualquer semelhança entre a situação que acabo de descrever e a realidade que se vem vivendo em muitos lugares, assim as restrições orçamentais o vêm determinando, não será apenas coincidência. O processo de Bolonha, com a concomitante seriação das universidades, concentração de mercados, afunilamento de ofertas, revela-se um condicionalismo que, mais tarde ou mais cedo, levará a que, num determinado local, só estejam disponíveis umas quantas linguagens de especialidade (correspondentes aos ramos de negócio mais atraentes), e não outras, o que coloca a questão (ou antes as questões) de saber quais são as linguagens de especialidade específicas de uma dada região ou país, ou por ela/ele *escolhidas*, se é que tal escolha é realmente possível.

Para muitos domínios do saber, continua a ser no centro que está a virtude, e não nas margens, porém estas têm vindo a aumentar em tamanho e em visibilidade, podendo conceber-se que delas possa emergir aquilo que já se vem designando por «novas centralidades», um termo que transpõe para a Linguística um conceito frequentemente ouvido na boca de urbanistas e de arquitetos. Abalanço-me a tal transposição no sentido de exemplificar quão difícil é estabelecer fronteiras rígidas, conceber compartimentos totalmente estanques nas línguas (e respetivas linguagens de especialidade), sobretudo num mundo em acelerada mudança. Um mundo em que, mais do que a inércia do centro, pode fazer toda a diferença, afinal, a agilidade do pequeno nicho, de que também se torna necessário cuidar adequadamente.

Depreende-se da argumentação até aqui que uma linguagem de especialidade, pese embora a pretensão frequentemente apregoada de que se deve constituir acima de tudo como veículo privilegiado de entendimento mútuo, corresponde, em todo o caso, a um código restrito, por vezes mesmo *secreto*. Assim sendo, sê-lo-á de igual forma em minha casa a própria língua alemã? Com efeito, tanto eu como o meu marido, depois de termos frequentado o Goethe Institut de Coimbra (encerrado desde 1996), ainda a usamos esporadicamente no seio da família, sobretudo naqueles momentos em que *não* desejamos que os nossos filhos nos entendam. Aguçada todavia por esta via informal a curiosidade dos mais novos, gostaríamos agora que eles, já maiorzinhos, de facto nos entendessem, mas a possibilidade de aprenderem este «código secreto» (por sinal a mais falada língua materna em toda a União Europeia...) nas escolas públicas da região onde vivo tem vindo a tornar-se cada vez

mais reduzida, o que, não só possui óbvias implicações para a própria área de especialidade em que trabalho, como me impede, na prática, de transmitir um saber que, para mim, foi muito importante aos meus próprios filhos (a menos que desista da profissão e do respetivo vencimento).

Independentemente de todas estas situações, a muito menos alunos nas escolas, por via duma demografia recessiva, correspondem hoje, em resultado de prosaicas economias de escala, cada vez menos opções letivas e portanto também cognitivas. Ainda assim, continua a haver áreas de especialidade que em muito dependem do conhecimento da língua alemã: o Direito e a Filosofia são dois exemplos disso mesmo, mas uma série de outros domínios temáticos, que emergiram da conjugação de áreas antes vistas como estanques, não deixam de reivindicar crescentemente o conhecimento do alemão, desde a Arquitetura à Biologia, passando pela Engenharia Mecânica, pela Medicina e até pela Matemática. O curioso é que esta procura se regista *adicionalmente* ao inglês, no sentido, não tanto de se adquirir uma terminologia restrita, de cariz profissionalizante (para usar um termo da moda), mas antes com vista a potenciar relações humanas consabidamente determinantes para o sucesso profissional.

Após o percurso até aqui encetado pela estrutura e etimologia da língua alemã, dirijo o meu olhar apenas para a palavra portuguesa *especialidade*, procurando assumir a pele da cidadã comum que também sou (um exercício que, de resto, recomendo a qualquer terminólogo). Ao ouvir o termo, não me lembro imediatamente de uma gaveta ou de um cacifo, como poderá acontecer a um alemão ao ouvir *Fach*, e muito menos de um dique ou de um muro, já para não falar numa prateleira. Também não creio que me evoque noções ligadas a 'arrumação', 'simplicidade' ou mesmo 'multiplicidade'¹⁷⁰. Em vez disso, vem-me imediatamente à lembrança a ideia aquilo que é único por ser também especial, num sentido aliás mais afetivo que efetivo, e como tal não verdadeiramente contável (ou contabilizável), mas em todo o caso não necessariamente simples (no sentido de 'simplório', 'corriqueiro'). Embora, é claro, também o possa ser, dependendo da arte ou criatividade do cozinheiro: o facto é que imediatamente me lembro, ao ouvir o termo português, de um prato gastronómico – a *especialidade da casa*, ou duma dada região, tantas vezes um segredo bem guardado («caseirinho», não transferível ou «normalizável»), verdadeira fonte de negócio e/ou sobrevivência.

Logo neste pormenor encontramos uma diferença substancial entre as maneiras de verter o mundo por palavras, de o nomear, de o designar e também de o organizar. Lidamos aqui, apesar de tudo, com duas línguas de matriz europeia, que como tal têm muito em comum. Ainda assim, se não fosse ousado estabelecer nexos de causalidade em matéria tão fluida, diria que a diferença que acabámos de constatar se reflete na importância que adquire em Portugal a área ou domínio conceptual e profissional do Turismo, com todo o seu cortejo de categorizações e de conceitos acoplados (estendendo-se do domínio da gastronomia para o da construção civil e artes decorativas, hotelaria, etc.). Reconheça-se porém que poderemos igualmente ser confrontados com as suas disfunções, conforme se poderá constatar a seguir, sendo disso aliás sintoma, em parte, a respetiva linguagem de especialidade. Ora uma das disfunções a que me refiro poderá ter-se refletido no episódio que relatarei a seguir, de forma incontornavelmente subjetiva (que «vale o que vale», para usar uma tautologia da moda, a carecer, ainda assim, de olhar atento por parte da Linguística).

A propósito das atribuições dos prémios Nobel, deu-me nas vistas, no ano passado, que alguns meios de comunicação social portugueses, em particular a rádio, colocassem uma ênfase que então me pareceu desmesurada na ementa do jantar oferecido pelo Comité Nobel aos laureados. Porém, era óbvio que alguma empresa de hotelaria portuguesa estava envolvida no serviço, e, se bem me lembro, algum vinho luso constava do repasto, pelo que aquilo que não passava de um pormenor relativamente insignificante (tendo em conta a temática em questão, e do ponto de vista de quem olhasse do exterior) mereceu afinal no nosso país amplas divagações mediáticas. Quanto às questões científicas ou políticas relacionadas com tal evento internacional, as notícias tendiam a ser, todavia, duma pobreza inquietante. É pois quando se pretende aceder a pormenores que a nossa língua e cultura, através da comunicação social e não só, tendem a secundarizar, secundarizando dessa forma os seus falantes, que o conhecimento de outras línguas acaba por revelar o seu valor incomensurável, nem

170 Num sentido em que ela é passível de ser contada, contabilizada e, nessa medida, organizada, «racionalizada», uma vez que aquela que não se perspetiva essencialmente desta forma quantitativa se designa, em alemão, por *Vielfalt*.

que seja como complemento à nossa cultura (mas também, tantas vezes, como verdadeiro «suplemento de alma»).

Retomando a ideia da especialidade gastronómica, concluiria esta parte da minha abordagem afirmando que, por muito bem que nos saiba, a nós portugueses, o bacalhau com natas, não deixa de ser relevante para o nosso bem-estar a atitude, condicente com o papel histórico que desempenhámos na época dos Descobrimentos, de *über den Tellerrand schauen*, ou seja, de 'olhar para lá da borda do prato', assim traduzindo à letra para o português, enriquecendo nessa medida a nossa língua, esta expressão idiomática do alemão, que não está ainda disponível na língua lusa com recurso a tal metáfora. Mantendo a minha argumentação no mesmo domínio temático da gastronomia, acrescentaria que não faria mal que os falantes do português de Portugal (aquele com que mais me identifico) ficassem a saber, por exemplo através da simples consulta de jornais estrangeiros (atividade imprescindível em muitas áreas de especialidade, de que destaco as que se ligam, direta ou indiretamente, às questões ambientais), que o nosso «fiel amigo», o bacalhau, é hoje uma espécie da qual se tem dito estar entretanto ameaçada em virtude da respetiva sobrepesca.

Dados os desconcertantes efeitos recíprocos observáveis numa natureza amplamente modificada por fatores antropogénicos, poderíamos talvez dizer que um forte candidato a fiel amigo dos portugueses seria hoje o lagostim da Luisiana, espécie exógena que há uns anos atrás era catalogada pelos ecologistas como infestante, tendo-se de resto revelado uma conhecida praga dos nossos campos de arroz. Entretanto, porém, tem vindo a contribuir para o aumento da população das tão simbólicas quanto «inúteis» cegonhas no nosso país. Se há reais vantagens ou não no esforço, assente na observação empírica da realidade e, por conseguinte, nos dados das Ciências da Vida, no sentido de enriquecer ou adequar aos tempos modernos o património lexical, idiomático e até gastronómico da lusofonia, é algo que carece de um amplo consenso, na Linguística e não só.

7. POR UM PENSAR OBLÍQUO EM CIÊNCIA

O hábito de pensar por gavetinhas mais ou menos estanques, constitutivo das linguagens de especialidade, deixa prever, porventura ingenuamente, como entidades (incont)estáveis a existência da linguagem da Biologia, da Química, da Linguística, etc. Dentro da linguagem da Biologia é útil, por exemplo, subdividir os animais em vertebrados e invertebrados, em herbívoros, carnívoros e omnívoros, em machos, fêmeas e hermafroditas, etc., sendo este um conhecimento de valor inestimável que todavia corre o risco de se perder ou de se ter já perdido, em toda a sua substância, em muitos locais. Porém, a organização estruturada e hierárquica de uma determinada área de especialidade e respetivo subdiscurso pode também, de forma indesejável, transferir-se para a cabeça dos seus utentes, moldando-a (ou, recorrendo a um termo da Informática que, com este mesmo sentido, se vem insinuando no português comum: *formatando-a*). Por paradoxal que possa parecer, não é de excluir a hipótese de que a aplicação ou utilização (a simples existência, aliás, de determinado saber) exija que ele não circule demasiado, que se mantenha reservado apenas a um número restrito de eleitos que passem determinado crivo e ascendam a um patamar hierarquicamente superior, o que, por sua vez, suscita não raras vezes alguma falta de transparência, bem como as estratégias e mecanismos retóricos ou expressivos que lhe estão associados.

Em contrapartida, certos novos domínios temáticos obrigam a que os seus frequentadores deixem temporariamente de lado determinados pormenores, uma vez que algum arcaboço cognitivo herdado pode revelar-se um lastro impeditivo de uma penetração ágil e célere de temáticas igualmente essenciais. Não quer isto dizer que tais pormenores não sejam necessários, apenas não são é ativados necessariamente a todo o momento. Assim, todas as áreas que se definem pela interface obrigam a uma tal síntese (que, como tal, equivale a algo de novo, com a sua estruturação própria). Um termo que vem sendo usado na Alemanha para dar conta da emergência destas novas formas de pensar, muitas vezes em rede, é a palavra *querdenken*, proposta por Hans Peter Dürr¹⁷¹. Como o autor afirma, este é um tipo de pensamento que permite fazer com que emergam estilos

171 Hans Peter Dürr é um reputado físico alemão, discípulo de Werner Heisenberg mas também Prémio Nobel Alternativo, em virtude da sua vertente ambientalista e pacifista. Foi laureado em 2004 com a cruz de mérito do Estado Alemão. O artigo em que me baseio (publicado num volume em homenagem ao ecolinguista Peter Finke, seu colega e amigo, também ele detentor em 2004 de um doutoramento *honoris causa*

de vida sustentáveis¹⁷². O morfema *quer*, que nos leva, na tradução, para a ideia de obliquidade, poderia fazer-nos pensar em algo que frontalmente se opõe (como que «atravessando-se-lhe» à frente) ao pensamento analítico, porém o autor rejeita tal simplismo interpretativo: não se trata, em seu entender, de entrar no pensamento fragmentador, objetivador, analítico *por portas travessas*, mas antes de considerar que há um saber mais abrangente ainda do que o das Ciências Exatas (*Naturwissenschaften*), ou mais generoso do que o das Ciências do Espírito (*Geisteswissenschaften*), dado que conseguimos sempre perceber mais do que aquilo que *apreendemos* (aqui, num sentido próximo de «agarrar», *be-greifen*). Diz-nos ainda Dürr (p. 61): «a ciência moderna já estabeleceu que, em rigor, a realidade não é *conhecível*»¹⁷³.

Ora este pensar oblíquo, por vezes algo transgressivo, que não se deixa agarrar simplisticamente num só alvéolo, nem sempre é tido em conta nas suas plenas potencialidades: costuma ser encarado como uma maneira de pensar «desarrumada», que «não encaixa», que não «bate certo». Porém, como alguma desarrumação não deixa de ser inevitável e até útil, sobretudo em momentos de acelerada mudança, passarei a seguir de perto, associativamente, o fio argumentativo a que me conduz a expressão idiomática que acabo de usar, uma vez que se torna empolgante explicá-la sem a tentação de «arrumar» o assunto, de forma expedita, com o já algo estafado argumento da arbitrariedade do signo linguístico: assim, ela remete para uma área de especialidade no seio da Medicina, hoje quase esquecida mas em tempos remotos de importância vital, a *Pulsologia* (a arte ou técnica de medir as pulsações). Dei aliás por mim, neste ano letivo, a falar de História da Medicina aos meus alunos de Linguística, dado que fiquei a saber da sua existência quando também eu não resisti a «olhar para lá da borda do prato», conduzida por um linguista a quem já atrás me referi, Harald Weinrich, através do seu livro mais recente¹⁷⁴.

Um livro, de resto, não diretamente sobre Linguística: divagando em torno das noções de tempo, nele o romanista alemão demonstra a enorme sagesa do seu pensar, bem como a multifacetada generosidade que o caracteriza como literato genuinamente curioso, não só ao retirar cuidadosamente dos escombros de alguma Linguística moderna essa tão esquecida mas fascinante arte que ainda hoje pode ser a Etimologia, como também ao promover a consulta inteligente, madura e deliciosamente diletante dessas maravilhosas «ferramentas» de cognição que são os vários autores, de diversas áreas – incluindo simples escritores –, que sobre o tema «tempo», ao longo dos séculos, se pronunciaram. O que unifica todo este domínio cognitivo é pois um determinado *tema*, mas será Weinrich, por ter escrito este livro, perito em *Tempologia*? Com o excesso de designações para cursos ou áreas de especialidade, e a urgência em eliminar muitas delas, em nome da harmonização de ofertas induzida pelo Processo de Bolonha, o mais provável é que nunca o viesse a poder ser.

Numa altura em que, apesar de tudo, continua a ser recorrente sublinhar a importância das intersecções entre áreas de especialidade, enfatizando a tão apregoada «transdisciplinaridade», não deixa de ser triste constatar uma espécie de encapsulamento progressivo. Em parte, fruto de fatores exógenos às dinâmicas próprias da atividade cognoscitiva, e, em particular, como resultado, também, da erosão do papel dos Estados, por via das restrições orçamentais que vêm pondo em causa a sobrevivência de uma miríade de áreas do saber, algumas de importância crucial. Refiro-me não só àquelas a que qualquer amante das línguas se dedica, as Filologias, como também (porque não?) à própria Pulsologia, no domínio da Medicina. Continua a ser relevante tomar o pulso à realidade, senti-la ou palpá-la, e não apenas *monitorizá-la* com recurso a meios de diagnóstico caros e

em Ecologia pela universidade de Debrecen, na Hungria) intitula-se da seguinte forma: «Was heißt wissenschaftliches Querdenken? Modelle und Thesen zum wissenschaftlichen Querdenken» [traduzindo: «o que significa 'pensar oblíquo' em ciência? Modelos e teses em torno duma ciência oblíqua»], encontrando-se publicado na antologia vinda a lume, sob a organização de Nilgün Yüce & Peter Plöger (2003), *Die Vielfalt der Wechselwirkung. Eine transdisziplinäre Exkursion im Umfeld der Evolutionären Kulturökologie* [A diversidade das relações recíprocas. Uma excursão transdisciplinar em torno da Ecologia Cultural Evolucionista]. München: Karl Alber.

172 Acerca da linguagem da «sustentabilidade», termo que, segundo alguns, configura uma área de estudos só por si, refira-se o trabalho de Adelaide Chichorro Ferreira (2005), *Léxico e Estilo do Desenvolvimento Sustentável (Alemão-Português)*. Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos. Coimbra: coleção Cadernos do CIEG, nº 13.

173 Por razões que se prendem com o que venho afirmando, mas também com os exemplos que fornecerei adiante, evito na tradução (preservando por literalidade intencional o aroma exótico da língua de partida) o eruditismo *cognoscível* que, a meu ver, não dá tão bem conta da enorme transparência que caracteriza a língua alemã.

174 Harald Weinrich (2005), *Knappe Zeit. Kunst und Ökonomie des befristeten Lebens* [«O tempo que escasseia. Arte e economia da vida a prazo»] München: Beck.

sofisticados! Na Alemanha existe aliás um neologismo em circulação para designar as áreas de especialidade que mais têm sido afetadas por este processo desagregador: *Orchideenfächer*, ou «disciplinas orquídea», porque muito belas mas também raras, autênticas *especialidades* a não destruir, relíquias a não pisotear desleixada e arrogantemente.

Um tal encapsulamento e, mais do que isso, a supressão de muitas das gavetinhas do saber que antes enriqueciam a nossa paisagem cognitiva e cultural, é prejudicial àquilo que, ainda assim, deveria subjazer às linguagens de especialidade: permitir aumentar o saber que o ser humano consegue codificar, cartografar e nomear, não para que esse saber permaneça estático, petrificado, por séculos e séculos, mas para que seja partilhado e mantido pelos utentes do mesmo, a fim de que, em caso de necessidade, possa também ser usado e aplicado, sempre que tal se mostre relevante. Em suma, se, por um lado, nos deparamos com um *bias* cultural mediante o qual só é dado valor (económico) ao que «encaixa» – e sobretudo ao que «encaixa» no mundo das tecnologias, ou de uma retórica que simule um pensar tecnológico –, não menos verdade é que, para se poder «encaixar» em algum lado, tem de definir-se, ou conceber-se, uma caixa ou uma gaveta (nem que seja provisória, uma espécie de «caixa de sapatos»...) em que arrumar determinado assunto ou tema de que se fale.

Pode não ser consolo para alguns de nós, que vemos esvaírem-se os edifícios em que vimos morando intelectualmente de há décadas a esta parte, mas o facto é que sempre houve, ao longo da história da Ciência e da Cultura, e da Linguística em particular, fenómenos que armazenámos temporariamente numa chamada *Restgruppe*, ou grupo restante, por a sua classificação extravasar os meios conceptuais existentes num dado momento. Só por si, este dado seria suficiente para que pudéssemos sentir-nos mais tranquilos. Todavia, e para usar a terminologia de Boaventura de Sousa Santos, dá-se hoje o fenómeno não escamoteável da «produção de ausências», tanto no saber como nas democracias¹⁷⁵.

8. «ÁREAS-HÍFEN»

Se na área da Construção Civil tais ausências continuamente a serem produzidas contemplam em Portugal as vertentes ainda híbridas (o hífen sinaliza tal hibridismo), ou marginais, que em alemão cruzam, por exemplo, a Construção Civil em sentido convencional (à base de betão) com a Biologia (designadamente, a construção de edifícios biologicamente adaptados ao ser humano, mediante uma escolha refletida, e alternativa, dos materiais, ou mediante a simples manutenção em boas condições do que já existe), no que toca à Linguística essa produção de ausências vem afetando a Ecolinguística (na sua vertente mais crítica e interventiva), que cruza pelo menos duas áreas do saber distintas, a Linguística e a Ecologia. Ora um entrecruzar de domínios de especialidade não passa simplesmente por colocar um hífen entre a designação de uma área e da outra, uma vez que implica, antes de mais, um trabalho de fertilização mútua, pela articulação de duas culturas em alguns pontos totalmente diferentes, embora em muitos aspetos também semelhantes. Que esta *cross-fertilization* de facto existe, nota-se numa série de outras tendências que, aqui e ali, venho observando, e que enumerarei de seguida.

Em abono da verdade, refira-se que também na área da Física se publicam hoje textos sobre literatura (muito embora relacionados com a história da Física), quase dando a sensação de que são os físicos, e não os formados em Letras, que mais deleite encontram nas «belas letras». Há também livros com alto grau de tecnicidade todavia redigidos um pouco à maneira de obras literárias (veja-se o caso de António Damásio, e o seu livro sobre Espinosa¹⁷⁶), e, inversamente, anúncios publicitários que vivem da simulação o mais rigorosa possível de uma linguagem «puramente» técnica (bata branca e tudo, como num recente *spot* televisivo sobre um dentífrico). Numa obra dedicada à Química¹⁷⁷, deparei-me com profusas referências à terminologia técnica da Linguística.

175 cf. Boaventura de Sousa Santos (2005), *O Fórum Social Mundial. Manual de uso*. Edições Afrontamento, pp. 19-23 (cap. 2.1. O fórum Social Mundial e a sociologia das ausências), em particular o seguinte excerto (pp. 19-20): «São várias as lógicas e os processos através dos quais os critérios hegemónicos de racionalidade e de eficácia produzem a não-existência do que não cabe neles. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível e descartada de um modo irreversível.»

176 cf. António Damásio (2003), *Ao Encontro de Espinosa. As emoções sociais e a neurologia do Sentir*. Publicações Europa-América.

177 Pierre Laszlo (1995), *A palavra das coisas ou a linguagem da química*. Trad. de Raquel Gonçalves e Ana Simões. Coleção Ciência Aberta, Gradiva.

Seja como metáfora ou artifício decorativo, para efeitos de *marketing* da área ou tecnologia em causa, ou com finalidades pedagógicas, talvez valesse a pena as filologias descerem um pouco do pedestal que a si próprias ao longo das décadas erigiram, no sentido de olharem em volta e se deixarem fertilizar pelo mundo – em muitos pontos agressivo e imperfeito – no qual vivemos *em tempo real* (para de novo recorrer à linguagem informática).

Estudar linguagens de especialidade implica ter em conta todos estes aspetos, e não somente aqueles que dizem respeito às particularidades lexicais que mais se costuma colocar em evidência, designadamente a utilização de uma terminologia própria, constituída por termos técnicos cuja definição é o mais possível inequívoca para o universo dos seus utentes. Nem ela é realmente sempre inequívoca (vai em muitos casos sendo construída ao longo dos tempos, e redefinida em função das novas aquisições cognitivas, que todavia não podem ser alcançadas sem algum entendimento prévio relativamente aos graus terminológicos a percorrer até se alcançar um nível ou patamar superior de conhecimento), nem a linguagem de uma área de especialidade se limita a ser a daqueles que nela trabalham.

Assim descrita, não é uma mera nomenclatura, um sistema organizado de conceitos associados a determinadas designações que abarcam um domínio particular do saber ou área de atividade, normalmente de natureza profissional, havendo lugar, nesse mesmo sistema conceptual, não só a hierarquizações de conteúdos como também à interferência da própria circunstancialidade do seu uso na respetiva manifestação e evolução concreta. Se, por definição, se vira para dentro do universo daqueles que através dela comunicam, ficando de alguma forma inacessível, em todos os seus detalhes, àqueles que fora dela se localizam, não deixa também de constituir, nessa medida, um instrumento ao serviço do exercício de um poder que se caracteriza ainda, na maioria dos casos, por ser essencialmente hierárquico, como é tendencialmente hierárquica a própria organização das sociedades humanas. Mais do que separar-nos das sociedades dos primatas, cada vez mais bem estudadas, convém dizer que este mesmo aspeto, caso não seja interpretado da maneira mais correta, antes de pelo menos algumas delas nos aproxima um pouco.

Há pois que estudar uma linguagem de especialidade não só no modo como ela se organiza dentro do universo dos detentores desse saber particular, como também na forma como ela se relaciona com o exterior, ou como acaba por se hibridizar e miscigenar com esse e com muitos outros mundos exteriores possíveis para cada uma delas. Assim, da linguagem da Medicina, por exemplo, não está ausente o polo do paciente. Também ele é abrangido ou tocado, de forma muito evidente, por essa mesma linguagem de especialidade. Pode acontecer que falar em *neoplasia* seja mais eficaz entre médicos do que dizer *cancro*, mas também não é de excluir que usar o termo aparentemente mais «técnico», e não o outro mais «comum», acabe por surtir um desejável efeito tranquilizador junto de pessoas fragilizadas e suscetíveis, os pacientes. Mas urge também não esquecer a própria linguagem do médico enquanto «paciente», ou ser humano sujeito à pressão que pode representar o ter de lidar quotidianamente com casos de extrema gravidade, por exemplo com doentes terminais.

Na edição inglesa de maio de 2005 da revista «Scientific American» conferia-se destaque, precisamente como subárea de especialidade em expansão nas universidades americanas, à chamada «narrative medicine», vertente que combina a arte e ciência da interpretação literária com a Psicologia e Psiquiatria.

Além de o número de áreas de especialidade ter aumentado em flecha no último século (muitas desapareceram também), a par do aumento exponencial do número de produtos e áreas de produção que caracterizam as sociedades modernas, aconteceu também ter entrado em cena o conceito de inter-, e mesmo de transdisciplinaridade, que acabou por tornar muito mais complexa e até fluida toda esta questão. Efetivamente, se na génese do próprio conceito de áreas de especialidade está a ideia de divisão social *do trabalho*, o paradigma da industrialização, o facto é que, hoje em dia, existe pesca profissional e não profissional, futebol profissional e amador, turismo do ponto de vista da oferta e também do ponto de vista da procura! Nem sempre as linguagens de especialidade dizem respeito a domínios que contemplam uma determinada atividade profissional/industrial, um «ramo de negócio», uma vez que, pelo menos em Portugal, e a julgar pelo número e diversidade de produtos à venda, parece haver cada vez mais «profissões» (ou antes: «profissão») mas cada vez menos empregos. Podemos até estar perante áreas de especialidade que contemplam áreas de lazer («ramos de ócio», por assim dizer), se bem que nem sempre nos deparemos hoje em dia com o lazer em estado puro, uma

vez que há toda uma indústria que a ele diz respeito, bem como toda uma indústria ligada ao desporto, aspetos que de novo introduzem complexidade neste sistema definitório. Até no tocante às atividades de voluntariado (?) cívico podemos distinguir aquelas que são levadas a cabo por gente habilitada por formação profissional específica a trabalhar numa dada área, e, por outro lado, o voluntariado por parte de pessoas que, desempenhando uma outra profissão ou atividade, dão o contributo que podem nos seus tempos livres. Costuma também ser diferente (porém não demasiadamente diferente) o discurso de um biólogo a trabalhar para uma ONGA (Organização Não Governamental de Ambiente) e de um outro a trabalhar numa universidade. Tudo isto predispõe a que a linguagem usada, mesmo sendo técnica, se molde às características dos seus destinatários, e em particular a um determinado universo temático e contextual, ele sim, específico.

Finalmente: se podemos manter que um termo técnico não é, em princípio, muito compatível com infindáveis teimas de parte a parte, sendo costume distinguir-se a linguagem de especialidade da linguagem comum, é precisamente com base neste pressuposto que é habitual estabelecer-se uma clivagem ou hierarquia, muito nítida, entre peritos e leigos. Nem sempre, todavia, os peritos se agarram eternamente a uma determinada linguagem de especialidade, havendo por outro lado leigos que, enquanto autodidatas e/ou profissionais num determinado *métier*, superam o nível de conhecimentos de muitos técnicos habilitados pelos esquemas normais do ramo, mas sem experiência operacional. Tal não invalida porém que, com enorme sentido estratégico, haja também muitos leigos que introduzem no seu discurso termos de especialidade no sentido de, enquanto leigos no essencial, passarem mais despercebidos. Espero portanto que a minha ignorância na miríade de assuntos que aqui fui aflorando de forma tão superficial tenha também passado inteiramente despercebida, e passemos então em revista algumas dessas técnicas de disfarce.

9. O PLÁSTICO NA LINGUAGEM

O facto é que, sendo eu uma mulher de Letras, tenho realizado algum trabalho em áreas científicas que se situam em domínios próximos dos das Ciências ou Tecnologias, nem que seja pela via da tradução, pelo que em breve será publicado no Centro Universitário de Estudos Germanísticos (CIEG) um fruto dessa minha atividade: como achei que era necessário que em Portugal se soubesse mais acerca de reciclagem de plástico, e como vi que na Alemanha havia quem tentasse promover uma tecnologia inovadora nesse campo, traduzi, em colaboração, uma brochura de um movimento de cidadãos cuja temática cruza a Ciência e Tecnologia com questões sociológicas, económicas e mesmo políticas¹⁷⁸. Porque, mal ou bem, nos mais variados produtos de consumo há imenso plástico em circulação, e tendo-me eu sempre pronunciado contra a respetiva queima, era o mínimo que estava ao meu alcance fazer. Não sendo embora perita no assunto, o facto é que, pela via do conhecimento de línguas, e em particular da tradução, tive acesso a conhecimento de natureza tecnológica de que raramente se falava em Portugal.

Porém, ao ler outros textos produzidos nos domínios das tecnologias, ou da política tecnológica, a vontade de fugir é por vezes tanta que acabo redigindo aquilo que, em Linguística, ciosa das suas boas relações com a objetividade e o rigor científico, seria pouco recomendável.

Porque não sou a única linguista a reagir de forma um tanto desconcertante a certos aspetos das linguagens técnicas, fornecerei agora alguns exemplos que correspondem, na sua tecnicidade mais simulada que efetiva, a *linguagem de plástico* (analogia, aqui, para com *comida de plástico*, o oposto de uma verdadeira especialidade gastronómica), um tipo de escrita que necessita, antes de mais, de ser «reciclada».

Para o linguista Uwe Pörksen, o plástico é de resto a metáfora que melhor descreve a linguagem de uma ditadura internacional em que leigos se disfarçam de peritos e peritos não fornecem qualquer informação relevante¹⁷⁹. No

178 O caderno do CIEG em questão, de minha autoria e organização, está no prelo, com o título: «Dito e feito: como se fala (e o que não se diz) acerca de crio-reciclagem, (co)incineração e produção limpa».

179 Cf. Uwe Pörksen (19924): *Plastikwörter. Die Sprache einer internationalen Diktatur* [Palavras de plástico. A linguagem de uma ditadura internacional]. Stuttgart: Klett-Cotta.

português, ela acaba por se refletir em manifestações como aquelas com que deixarei o leitor autonomamente entretido, através dos exemplos em anexo, na convicção todavia de que todo este assunto mereceria, só por si, um estudo aprofundado, a realizar noutra ocasião.

10. ANEXO, EXEMPLOS DA «LINGUAGEM DE PLÁSTICO»

10.1. REPETIÇÃO COMPULSIVA E «CADA VEZ MAIS»

Plástico duro de moer:

«Estes tipos de turismo articulam-se com a diversidade das formas de turismo que, por sua vez, se associa à segmentação do turismo (vide capítulo II) e ao reconhecimento de que o turismo é cada vez mais uma atividade com impactos em múltiplos domínios da sociedade.»

Plástico parcialmente reciclado:

«Estes tipos de turismo articulam-se com a diversidade das respetivas formas, que, por sua vez, se associa à sua segmentação (vide capítulo II) e ao reconhecimento de que esta área de atividade possui cada vez mais impactos em múltiplos domínios da sociedade.»

a) É necessário recuperar alguma agilidade na maneira como se articulam as cadeias anafóricas, dado ser essencial para num dado texto se ficar a saber qual é o tema ou assunto dominar os processos que permitem desenvolvê-lo no plano sintagmático. Se não se domina esta técnica em português, pergunto-me como se conseguirá alguma vez aprender a ler textos numa língua como o alemão, em que a existência de marcação de caso (por exemplo em pronomes, mas não só) pode, ou bloquear, ou desambiguar determinadas interpretações apressadas, devendo no entanto ser devidamente tida em conta na leitura.

b) O recurso à expressão «cada vez mais», sobretudo em situações das quais está ausente a sustentação empírica (e em que seria desejável que ela fosse tida em conta), é paralelo ao que, mais abaixo, deixo comentado a propósito do fenómeno do «multiplismo».

10.2. DESRESPONSABILIZAÇÃO DO EMISSOR: ABUSO DE SE, NOMINALIZAÇÃO E «MULTIPLISMO»

«Também quando se fala de turismo urbano e na necessidade de compreender a sua complexidade, considera-se essencial o estabelecimento de um modelo analítico capaz de sintetizar a multiplicidade de fatores e processos associados a este tipo de turismo.»

a) Quem fala, quem considera? De quem é a necessidade? Quem estabelece o modelo analítico? Porque não escrever simplesmente: «é essencial um modelo analítico...etc.».

b) Falar em multiplicidade de fatores não será uma maneira de evitar nomear cada um desses fatores por si, detalhadamente? Não resulta disto uma imagem de complexidade que acaba por ser ilusória?

10.3. COMPLICAÇÃO VOCABULAR E PRURIDOS EXCESSIVOS

«Uma outra dimensão problematizante refere-se à dificuldade em conciliar o planeamento e a gestão dos espaços públicos com as estratégias das empresas turísticas, podendo-se mesmo falar em diferentes «velocidades» entre a administração pública e os sinais provenientes do mercado turístico.»

a) Haveria algum problema em que, neste excerto, se falasse simplesmente em «problema»? E por que razão se usa aspas na palavra «velocidades», quando na realidade o que se pretende dizer é isso mesmo? Porque abusamos tanto das aspas em português, dando a impressão de não assumirmos aquilo que dizemos, ao ponto de a expressão «entre aspas» já se ter tornado num idiomatismo?

10.4. REFLEXOS DA PRESSÃO DA IMAGEM, RIMA E CONTRADIÇÃO POR MÁ SEQUENCIAÇÃO SINTAGMÁTICA

«O setor público, fundamentalmente a partir de meados dos anos 70, tem-se destacado na tentativa de inversão da situação de degradação em que muitos centros históricos caíram através de processos de revitalização, os quais se contextualizam na revitalização mais lata da(s) cidade(s).»

De novo, aqui, a metáfora da velocidade... Porque será que sentimos tanto essa necessidade de nos «destacarmos» uns dos outros, de nos colocarmos à frente dos demais, de protagonizarmos algo? E porquê tanta rima em «ão», num texto que não deveria rimar? Finalmente, o sintagma «através de processos de revitalização» deveria ser colocado imediatamente a seguir a «tem-se destacado», pois só assim se dá conta do sentido que presumo se pretenderia veicular: o de que a tentativa de inversão da situação de degradação se fez por meio da revitalização. Tal como está, dá ideia que a revitalização contribuiu de facto para a degradação. Pode ser plausível, dependendo do assunto de que se fale, e nesta área de especialidade tudo é possível.

10.5. ENCHER O TEXTO (E A PACIÊNCIA DO LEITOR...)

A. Plástico duro de moer:

«Constituindo-se fundamentalmente como segmento do turismo urbano, o turismo cultural tem inserção privilegiada no espaço urbano».

(16 palavras e 127 carateres, com espaços)

A1 Plástico reciclado:

«O segmento do turismo cultural insere-se privilegiadamente no espaço urbano.»

(10 palavras e 75 carateres, com espaços)

B Plástico duro de moer (antes de se mostrar um gráfico na página seguinte):

«No quadro desta problemática estabelecemos uma interconexão conceptual e analítica que pode ser percecionada quer no plano vertical quer no plano horizontal (fig. 0.1)»

B1 Plástico reciclado:

«Atente-se agora na figura 1»

a) Sem comentários.

10.6. O BINGO DA ASNEIRA180

Este jogo é para quando se está numa reunião ou conferência que constantemente nos faz bocejar. Cada jogador deve possuir uma grelha de palavras como a reproduzida abaixo, devendo assinalar-se com um x cada palavra inventariada sempre que ela seja ouvida. Quando se conseguir alcançar 5 palavras em linha, seja na vertical, seja na horizontal ou mesmo obliquamente, o jogador deve pôr-se de pé e gritar: «Asneira!»

intervenção	implementação	instrumento	planeamento	sustentado
percecionar	marcante	multifacetado	emergência	assume-se
integrado	reconhecimento	primordial	privilegiado	linha
constituem /	protagonismo	(quadrado	crescente	cada vez mais
constitui-se		livre)		
estruturante	valorizar	potenciar	analíticos	desafio
designio	competitividade	fazer uma	operacionalizar	produto
		abordagem a		

17) ANABELA MIMOSO, ESE JEAN PIAGET

ANABELA BRITO CORREIA DE FREITAS MIMOSO da ESE Jean Piaget; Natural de Lisboa; Licenciada em História pela FLUP; Mestre em Cultura Portuguesa pela FLUP (dissertação de mestrado: *“Contos e Histórias de Proveito e Exemplo” de Gonçalo Fernandes Trancoso*); Doutoranda de Cultura Portuguesa na FLUP (dissertação de doutoramento: *As Novelas Breves Portuguesas do século XVII*).

Professora efetiva do 2º ciclo; docente de Literatura Infantojuvenil da ESE Jean Piaget.

180 Adaptação livre por Adelaide Chichorro Ferreira ao português do «bullshit bingo» (versão inglesa disponível em: <http://www.perkigoth.com/home/kermitt/stuff/bullshitbingo/>), para onde se pode até enviar sugestões, pelo que o site está em constante reformulação (as primeiras versões pareceram-me, aliás, mais certas do que a última, visitada em Novembro de 2005).

Autora de manuais escolares para o ensino de Português; escritora de literatura infantojuvenil, tem-se deslocado inúmeras vezes a escolas, bibliotecas e feiras do livro para encontro com as crianças, pais e docentes e feito comunicações em colóquios, congresso e encontros sobre a literatura infantojuvenil e literatura popular.

Bibliografia:

D. Bruxa Gorducha (distinguido pela revista *White Ravens*, 1996),

Era um Azul Tão Verde,

O Tesouro da Moura (esgotados);

O Último Período,

Parabéns, caloira!

Um Sonho à Procura de uma Bailarina,

Quando nos Matam os Sonhos,

O Tesouro do Castelo do Rei (no prelo), etc.

“O Papel dos novos/velhos desafios na recuperação da memória oral”, in *Pedagogias do Imaginário*;

“*Contos e Histórias* de Gonçalo Fernandes Trancoso – um livro exemplar”, in *Revista de Línguas e Literatura*, FLUP, etc.

DA LITERATURA DO POVO À LITERATURA INFANTIL

Para a formação de leitores e falantes de uma língua há que apostar no ensino dos mais jovens, o que nos leva àquilo que se convencionou chamar Literatura Infantil. É um facto adquirido que esta nasceu sob o signo da Literatura Oral. Ora, este processo tem sido e é suscetível de ser repetido, com sucesso, nas literaturas das jovens nações.

O que propomos não é um método de aprendizagem do PL2 ou PLE, mas uma forma de tornar essa aprendizagem mais sedutora, eficaz, útil e duradoura. Estando em Timor o Português reduzido a ser falado pelos mais velhos, é a partir deles que deve emergir: o caminho a seguir é o de implicar essa camada da população na divulgação da língua, através da recolha de lendas, contos, cantigas, provérbios... promovendo assim o (re)conhecimento simultâneo da língua e da cultura.

Sendo a língua portuguesa apenas uma das línguas oficiais de Timor Lorosae e não a sua língua materna, para mais tendo sido sujeita a uma tentativa de apagamento sob a ocupação militar indonésia, ela terá de ser aprendida como uma segunda língua.

Língua da resistência, como lhe têm chamado (ANÇÃ: 2005; 38), o português assume, neste país, especificidades *sui generis* que, se é verdade que dificultam o seu domínio, sobretudo por parte da população mais jovem que não contactou com ela, também podem constituir uma mais-valia para a sua aprendizagem.

Na realidade, o português é uma L2 e não inteiramente uma LE¹⁸¹, pelo menos para uma parte da população, na medida em que a nossa língua estabelece com o povo timorense laços históricos, religiosos e culturais que marcaram a identidade deste povo. O desprezo por esta realidade inviabilizará a apropriação de um modelo sociocultural e de valores que foram eles que deram personalidade a Timor do Sol Nascente. A identidade de Timor tem, pois, de ser encontrada na língua e na cultura portuguesa, bem como na sua relação com a língua e a cultura tétum. Só a apropriação destes dois modelos complementares permitirá perceber e assumir plenamente a cultura timorense como um cadinho de influências, como uma cultura única, rica e tão forte que se conseguiu e consegue impor num meio geográfico altamente desfavorável do ponto de vista económico, político, social e cultural. Só esta assunção poderá funcionar como um facilitador da aprendizagem da língua portuguesa, na medida em que, desta maneira, essa aprendizagem deixa de ser uma obrigação e passa a ser uma necessidade cultural. Só a consciencialização deste facto contribuirá para introduzir o português no quotidiano timorense.

181 Utilizo aqui a classificação da LP como L2 baseando-me não num critério linguístico, mas sociolinguístico, na medida em que considero, não a cronologia da aquisição, mas na aceção de uma língua não materna adotada como língua das instituições.

Convém ainda considerar que, nos anos mais próximos, a instabilidade ortográfica do tétum, língua, por excelência, oral, confere de imediato ao português uma responsabilidade acrescida e um papel de primeira água na comunicação escrita.

Por outro lado, o facto de não ser língua materna não é novidade num país em que o tétum oficial (tétum praça), sendo a língua franca, também não é a língua materna de todos os timorenses que, aliás, também já tiveram como LE o bahasa. Muitos tiveram/têm ainda o inglês como LE. O povo timorense está, pois, habituado a conviver com a necessidade de aprender mais do que uma língua e tem conseguido superar esta situação.

No entanto, a aprendizagem da língua portuguesa apresenta-se com uma dificuldade acrescida, na medida em que, para uma maioria dos jovens timorenses, ela é também a língua da colonização, do passado, do imobilismo. Não podemos esquecer que para esta camada da população o português é efetivamente uma LE¹⁸². Não podemos também deixar de ter em conta a sedução que o inglês exerce sobre os jovens timorenses, já que esta língua é-lhes apresentada como a língua do sucesso económico. Este facto leva à desvalorização da língua falada pelos pais com a subsequente desvalorização da imagem parental, implicando, concomitantemente, a desvalorização de toda a sua cultura.

Logo, a par do ensino da língua portuguesa, convém criar condições para que o sistema sociocultural que a suporta, ou seja, a religião católica, a História de Timor e o seu passado comum com Portugal, seja também valorizado. Assim, o conhecimento da língua portuguesa não deve ser meramente institucional, antes deve propiciar aos jovens a possibilidade de forjar a sua própria identidade, proporcionando-lhes a possibilidade de conhecer e perceber as diferenças culturais do país.

Este facto não é novidade, insere-se nos objetivos do próprio ensino, já que hoje ninguém duvida que «Todo o ensino visa construir, no aluno, certas formas de pensar, falar/escrever, agir, em contextos específicos, formas que constituem uma iniciação à **cultura** de uma sociedade» (AMOR: 2002; 11 - sublinhados nossos).

Mas não é menos importante perceber que é no conhecimento da nossa identidade que podemos entender e respeitar a alteridade, logo a cultura dos estrangeiros cooperantes no país, o vizinho indonésio, o vizinho australiano¹⁸³.

Penso que será mais importante ter em conta que devem ser estas as motivações que as crianças deverão sentir para aprender a escrever e a falar a língua portuguesa, e não o facto de ela ser a língua burocrática.

Como não sou linguista não venho aqui defender um método de aprendizagem da língua, aliás, penso como Inês Sim-Sim que esse método «é secundário, o importante é os miúdos serem expostos a dois tipos de estratégias: o reconhecimento global da palavra e a correspondência letra/som» (2004; 13). Como professora de Literatura Infantil e investigadora daquilo que se chama “literatura popular”, mas também como escritora de literatura para crianças, só poderei falar, com alguma propriedade, de literatura.

Ora, como é do conhecimento geral, é consensual que nenhum ensino da língua deve estar desfasado do ensino da leitura. E se a leitura é o conteúdo prioritário a desenvolver na escola, na família e na comunidade, é através dos textos que o seu ensino terá de ser levado a cabo, até porque se se aprende a fazer fazendo, aprende-se a ler lendo.

Partindo, pois, da constatação do facto de que o ensino de qualquer língua (como de qualquer saber) tem de passar, em primeiro lugar, por uma forte motivação, o que defendo aqui é uma forma de tornar essa aprendizagem mais implicada, logo mais útil, mais eficaz e duradoira, mas também que os meios utilizados nessa

182 O português assume assim uma dupla condição: é «L2 para uma população menos jovem e LE para os nascidos depois de 1975» (ANÇÃ; 2005).

183 O ensino do PL2 deve situar-se exatamente, conforme Regina Sena preconiza em relação ao ensino do português aos filhos dos emigrantes, «na base das trocas pluriculturais, não se impondo agora um modelo cultural único, mas tentando que se estabeleçam as múltiplas relações entre as várias culturas» do país em que o aluno está inserido (1983; 19).

aprendizagem possam servir toda a comunidade. Quando referimos **meios**, obviamente que nos estamos a referir a textos.

Mas se este não é um método de ensino da L2, é, efetivamente, um processo adjuvante, complementar à aprendizagem da língua e, ao mesmo tempo, o reencontro com as raízes.

Assim, embora os métodos de ensino da língua e da leitura possam ser os já testados no ensino de qualquer L2 ou LE, a escolha dos textos base, dos textos que pretendemos que os alunos descodifiquem e que deles se venham a apropriar, tem de ser específica e adequada à realidade timorense.

Na verdade, se anteriormente referimos o facto da língua portuguesa apresentar em Timor especificidades próprias, só faz sentido defendermos a ideia de que a sua aprendizagem neste país terá de ser alvo de soluções particulares. Logo, o seu ensino não se compadece em ter por base manuais e outros materiais de apoio que não tenham sido produzidos propositadamente para a realidade timorense. Mas os manuais, por mais bem elaborados que estejam, por mais necessários que se tornem, são sempre redutores da aprendizagem, na medida em que propõem um modelo único e em que veiculam uma perspetiva de fora (a do adulto, a do cidadão, a do português...).

Claro que nenhum método de ensino de uma língua, ou de qualquer outro saber, pode ser tão autista que tenha apenas como material o manual. O que proponho é um recurso complementar ao manual que, em caso extremo, pode mesmo ser o recurso único ou fundamental, como por exemplo, na alfabetização de adultos.

Não podemos, no entanto, esquecer também que a aprendizagem de uma língua é não só um saber que se adquire, mas sobretudo um saber-fazer que se tem de atualizar e de ser capaz de exercer em situação¹⁸⁴. E se tivermos em conta o que nos diz Vygotsky quando defende que não se ensina a língua e a cultura, antes se criam as condições ou os meios para que o aluno se aproprie delas e as possa reconstruir, reinventar ou reinterpretar a seu modo, então poderemos/deveremos tornar o aluno agente do seu próprio conhecimento.

Assim, se o que se pretende é, não só implicar o aluno na sua própria aprendizagem, mas também alargar os seus horizontes ao conhecimento da sua cultura, será na leitura dos textos “autênticos”, dos textos que construíram a sua memória, mesmo quando ela é veiculada através da memória dos pais ou avós, que deverá assentar o ensino da língua. De facto, a memória dos nossos pais é a memória do nosso país, da nossa identidade, do sustentáculo para a nossa independência cultural.

Ora, sendo o português falado apenas pelos mais velhos que resistiram heroicamente na defesa do direito à sua independência política e à sua independência cultural, há que valorizar e divulgar a riqueza cultural de que eles são portadores. Urge, pois fazer recolhas dos seus saberes (contos, histórias da vida, ensalmos, orações, canções, receitas de mezinhas e receitas culinárias...) em suporte escrito e informático, junto dos informantes ou levando, quando possível, os informantes às escolas.

Estas recolhas devem ir sendo divulgadas em livros que podem ser desprezíveis, porém sérios, isto é, não há necessidade de edições luxuosas, cartonadas e coloridas: não vale a pena suspirar por verbas que não há, por subsídios que não vêm. As ilustrações podem ser a preto e branco, mas devem ser precisas e minuciosas, elucidativas das realidades focadas para cumprirem a sua principal missão: trazer luz aos textos. Subsidiados pelo governo ou por entidades privadas, estas publicações, estes registos da memória de um povo, podem ser assim preservados e divulgados.

Se se fomentar uma política de troca, a lista de publicações nem precisa, numa primeira fase, de ter grandes tiragens. Constituindo-se em pacotes ou “malas viajeras”, organizadas segundo um critério genológico, passarão

184 Bem se pode dizer como Emília Amor que, atualmente, «a Didática da Língua Materna (D.L.M.) centra-se em **saberes** e **saberes-fazer** específicos, no que se demarca da Pedagogia, inscritos em **atos de ensino e aprendizagem**, no **contexto escolar formal**, no que também se distancia das disciplinas científicas de referência» (2002; 7).

assim a circular pelo país. Deste modo, por exemplo, enquanto as escolas de uma região trabalham, durante um período, textos narrativos (contos, lendas, histórias da resistência...), outras estão a trabalhar os textos poéticos (canções de berço, rimas para jogos, orações, ensalmos, provérbios, adivinhas...), outras ainda descobrirão os saberes práticos ancestrais (receitas gastronómicas, de medicamentos...). No período seguinte, são trocadas as obras, cabendo ao primeiro grupo agora os textos poéticos, ao segundo os saberes, ao terceiro os textos narrativos, etc.

Outra hipótese a ter em conta, que baixará significativamente os custos, é a elaboração de livros gigantes, isto é, de livros utilizados, ao mesmo tempo, pelo grupo todo. O ideal será repetir, mais tarde, o estudo de cada um destes livros, agora acompanhados de livros em formato normal, um por aluno ou um para cada dois alunos¹⁸⁵. Numa primeira fase, o importante é que esses saberes cheguem aos alunos.

Este processo pode ainda ser implementado no sistema de trocas a que acima fizemos referência, pelo que terá baixos custos. Evidentemente que as recolhas serão faseadas, tendo em conta o número de indivíduos implicados nelas, a sua disponibilidade e a capacidade de deslocação no terreno, mas também a capacidade e a forma de apresentação.

Destes registos poderão surgir edições bilingues em português e tétum. Em alternativa, poder-se-á optar por registar apenas o resumo em tétum dos textos em português, incluídos nessas obras. A vantagem deste sistema é a de que uma mesma edição pode servir o ensino do português mas, mesmo tempo, servir de leitura formativa e/ou recreativa, a jovens e a adultos alfabetizados, mas não familiarizados ou já esquecidos da língua portuguesa. Como qualquer recolha do património oral, estas devem respeitar rigorosamente a forma como a língua subsiste entre esse povo que a soube defender ciosamente, tal como defendeu o seu direito à liberdade. Caberá depois ao professor de português explorar as diferenças entre o registo efetuado e a norma.

Finalmente, temos criadas as condições para que sejam os próprios alunos a apropriar-se dos meios para preservar os textos da memória de seus pais e avós, passando eles então a pôr em ação o saber-fazer que lhes permite a apropriação de uma realidade a que se sentirão mais fortemente ligados e com a qual podem interagir. Estarão também eles aptos a fazer as recolhas na sua própria família, na sua rua, na sua aldeia.

Deste modo, não só se vencem os desafios que se colocam à educação e que são: «ensinar a ler criticamente; ensinar a gostar de ler; criar hábitos de leitura vitalícios» (CASTANHO: 2002; 43) - ou seja, não nos limitarmos a ensinar a decifrar palavras -, mas criámos também leitores e ajudámos os mais novos a conhecer e a amar a sua riquíssima cultura (e só se ama o que se conhece).

Simultaneamente estamos a promover a vitalização da língua, quer dizer, o seu uso efetivo, pois aprender uma língua é «non seulement apprendre à construire et à comprendre des phrases correctes, mais aussi utiliser ces phrases de manière appropriée pour accomplir une intention communicative quelconque» (WIDDOWON, citado por FRAGA: 1983, 55).

Mas, ao mesmo tempo, com este processo de ensino/aprendizagem também se está a garantir a possibilidade de resgatar a identidade timorense, de amar a complexidade cultural que faz a riqueza de um povo.

Estas recolhas constituirão assim um *corpus*, real, vivo e devidamente estruturado, da Literatura Infantil timorense. À semelhança do nascimento da chamada Literatura Infantil na civilização ocidental, a literatura infantil timorense deverá também nascer das recolhas do património popular. Foram também as recolhas levadas a cabo sistematicamente nos séculos XIX e XX, em Portugal, por homens como Almeida Garrett, Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos ou Consiglieri Pedroso que constituíram a base da nossa L.I.

185 A elaboração do livro gigante foi também proposto pelo projeto de literacia ALL - Aprender a Ler Lendo - que se destinaria, nas palavras de G. Castanho a «cativar todas as crianças portuguesas - as que vivem no país e fora dele - com livros que garantam a eficácia da leitura, através de textos organizados por níveis de dificuldade» (2002; 41), mas o processo difere um pouco deste que proponho.

Porém, estes textos não têm de ficar congelados, podem servir de hipertextos para a criação de um rico e vasto *corpus*, pois é partindo da matriz que se pode depois criar (que é sempre recriar), ou seja, essas recolhas servirão para depois, a partir delas, os escritores as trabalharem, criando textos literários novos destinados às crianças, mas textos com alma e identidade. Este é um processo que na Literatura portuguesa atual continua a beneficiar de grande vigor, como demonstram os trabalhos de António Mota, António Torrado, Luísa Ducla Soares, entre outros.

No fundo, estamos também a utilizar uma metodologia de projeto, centrada na ação, ou seja, em trabalhos de intervenção na comunidade. Mas estamos ainda a ser mais ambiciosos, pois propomos simultaneamente uma incursão na investigação, promovendo o alargamento dos saberes e promovendo a sua reconstrução (AMOR: 2002; 23).

As “jovens” línguas conhecem bem este processo e temos aqui bem perto de nós, exemplos semelhantes: o galego e o mirandês. A Literatura Infantil galega, realidade pós-franquista, teve como base matricial as recolhas do património popular galego. Também os primeiros textos escritos em mirandês, se bem que ainda não formem uma L.I, foram as recolhas do património oral. O que é óbvio, já que, se estas duas línguas foram carinhosamente conservadas e alimentadas pelo povo como línguas orais, o primeiro trabalho a fazer quando se pretende a constituição de uma Literatura é proceder ao registo escrito dos saberes desse povo.

Claro que a verificação da importância dada à cultura dos pais despertará nas populações jovens a ideia da sua importância e o dever de a preservar. As recolhas levadas a cabo ensinar-lhes-ão a, futuramente, serem eles a sentir a necessidade de preservar essa cultura e a dominar o saber promovê-la.

Os materiais assim elaborados também podem ser utilizados na alfabetização da população adulta e o percurso que atrás preconizámos tem a vantagem de se poder aplicar também ao ensino do tétum.

Não se pretende, porém, que este trabalho seja só para uso interno, mas para dar a conhecer a essa vasta comunidade que é o mundo lusófono, as variantes da sua língua, dos seus saberes, das suas culturas.

Lutando contra a globalização e a perda de identidade, as regiões da Europa comunitária reagiram à união com a constituição de confrarias que, regionalmente, promovam, defendam e preservem os seus saberes e sabores. Assim, a par de confrarias gastronómicas ou enológicas que lutam contra a comida de plástico, contra a perda dos hábitos alimentares ancestrais, há outras, também culturais, mas num sentido mais elitista, sendo mesmo três delas literárias, estando em formação mais uma.

Pelo contrário, o isolamento cultural, a distância geográfica, a resistência militar são também ótimos meios de preservação da cultura. Porém, a velocidade das comunicações, as novas tecnologias de informação e a curiosidade e simpatia que pôs Timor na boca do mundo, atraindo boas e más intenções, acabarão rapidamente por descaracterizar a sua cultura. Cabe assim à população timorense inventar ou adaptar formas de organização, a nível regional ou nacional, para a defesa da variadíssima e riquíssima cultura luso-tétum.

Caberá ao governo timorense garantir que a escola pratique um ensino que faça os jovens compreender o pluralismo cultural, estabelecendo pontes entre a escola, a família e a sociedade, garantindo a preservação das línguas e da cultura de todo um povo, promovendo a formação de brigadas para as primeiras recolhas do património oral, mas cabe também ao governo e às instituições culturais dos restantes países lusófonos, sobretudo a Portugal, a defesa e divulgação desses mesmos valores. Essa ajuda pode ser feita, por exemplo, através da criação de estágios, de bolsas de estudo, mas também da produção de filmes, livros, revistas da lusofonia, de apoios à criação desses bens culturais, bem como da mobilização dos profissionais de vários ramos.

Tendo em conta as dificuldades económicas destes países, este sistema pode funcionar por permuta, no caso dos recursos humanos, ou por cedência temporária, no caso das trocas de produtos.

É evidente que Portugal terá uma responsabilidade acrescida na preservação da língua, sobretudo através da construção das “pontes” interculturais de que falava Chrys Chrystello, necessárias à criação daquele «fluxo constante de trânsito lusofalante, qualquer que seja o fuso» (2002).

Só com a conjugação dos esforços de professores, do povo, das instituições de ensino, do governo timorense e dos governos dos outros países da CPLP poderemos ouvir em Timor a doce língua de Camões falada com sabor a café e a sol nascente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Amor, Emília (2002) “Didática da Língua Materna” in (re)pensar o ensino do português, Lisboa, Salamandra.
- Ançã, Maria Helena (2005) “O ensino/aprendizagem de uma língua a falantes de outras línguas”, in Palavras, nº 27.
- Castanho, Graça (2002) “ALL – Aprender a Ler Lendo: Projeto de Literacia para o Século XXI” in (re)pensar o ensino do português, Lisboa, Salamandra.
- Chrystello, Chrys (2002) “Mitos da Lusofonia”, disponível em:
http://www.cfth.pt/public/elo_online/chrystello.htm
- Fraga, Albano (1983) “Subsídios para uma Metodologia do Ensino do Português como Língua Estrangeira” in O Ensino do Português na Bélgica, Lisboa, ICP.
- Sena, Regina (1983) “O Ensino do Português aos Filhos dos Emigrantes”, in O Ensino do Português na Bélgica, Lisboa, ICP.
- Sim-Sim, Inês (2004) “Sabe-se hoje o que é preciso fazer para formar bons leitores – João Pedro Aido entrevista Inês Sim-Sim” in Palavras, nº 26.*



18) ÂNGELO CRISTÓVÃO, ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA - PORTUGAL, SANTIAGO DE COMPOSTELA

ÂNGELO CRISTÓVÃO, empresário e escritor, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, especializando-se em Métodos e Técnicas de investigação nas Ciências Sociais. Casado desde 1995 com Mónica Batalha, licenciada em Ciências Empresariais pela mesma universidade. O casal Cristóvão-Batalha tem 2 filhas (Cristina, 8 anos e Fátima, 3 anos). A atividade empresarial não o impede de desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura nacional: Em 1987, sendo estudante, participou no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: “Uma escala de atitudes perante o uso da língua”, resultado de um projeto de investigação e publicada posteriormente na revista *Agália*. No mesmo ano de 1987 ajuda a constituir um grupo de investigação em sociolinguística, sendo o seu secretário até 1990. Fruto deste trabalho são diversos artigos publicados em revistas e congressos internacionais. Em 1990 publica na revista *Noves de Sociolinguística* (Barcelona, Institut de Sociolinguística Catalana, da Generalitat de Catalunya) uma “Bibliografia de sociolinguística lusófona”, posteriormente editada também em Braga na revista lusófona *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*. Em 2004 organizou o livro de Lluís V. Aracil *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*, Publicado em Braga. Atualmente exerce a função de secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal. É também membro de outras associações culturais como as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, com sedes em Viana do Castelo e Ponte Vedra.

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES PUBLICADAS:

- (1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in *Nós*, n.º 16-20, pp. 139-146.
- (1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in *Agália*, n.º. 14 (verão), pp. 157-77.
- (1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. IV-V, n.º. 14-20, pp. 123-127.
- (1989): "Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in *Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Ourense, pp. 237-254.

- (1990): "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. VI, n.º. 21-26, pp. 71-99; in Naves de Sociolinguística, n.º. 9, Barcelona, pp. 3-33.
- (1992): "Language Planning: Atitudes", in Atas I Congreso de Planificación Lingüística, Santiago de Compostela, pp. 383-400.
- (1994): "Medição de variáveis: competência e uso linguístico", in Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero". Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, Comunicações suprimidas, n.º. 2.
- (2003): "Paradoxos da Galiza", Semanário Transmontano, 3 de julho.

A REPÚBLICA LITERÁRIA E A LUSOFONIA. SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E EXEMPLOS

A leitura da bibliografia recente sobre *a lusofonia*, produzida em Portugal, permite afirmar que não existe uma noção comum entre os diversos países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. As notícias sobre esta matéria, regularmente difundidas pela comunicação social, as conclusões de congressos, simpósios e encontros lusófonos, e mesmo a experiência quotidiana pessoal confirmam esta observação, podendo concluir que *a lusofonia* é um conceito em construção e um espaço de relações a desenvolver.

Se quisermos dar um futuro ao nosso passado comum, o modelo de relações e a sua posta em prática deverá ser comumente discutido e aplicado por todos os países que o integram. A história cultural da Europa oferece na República das Letras um exemplo para a lusofonia, entendida como República Literária em português. Surgida no último renascentismo –em grande parte, como consequência desta etapa –, no contexto das guerras de religião do século XVI, simultaneamente entre o público e do privado, realizando o ideal da unidade e fraternidade das pessoas, em rigorosa crítica do estado absolutista e a sociedade de classes, prolongou-se até meados do século XVIII, em que o iluminismo logrou transformar a cultura e as nações. Ainda depois dessa altura histórica, a sua continuidade foi garantida pela permanência dos valores que representou. No seu seio, e entorno ao latim como língua comum, produziu-se o humanismo vulgar (e, dentro deste, a gramaticalização das línguas vulgares), nasceu uma forte consciência europeia e criaram-se as literaturas modernas, até à chegada dos movimentos nacionalistas que organizaram a Europa contemporânea.

Longe do saudosismo por uma antiguidade idealizada, o conhecimento da nossa história cultural pode fornecer alguns exemplos notáveis que podem ajudar a pensar a lusofonia do presente.

1. AS ORIGENS DA REPÚBLICA DAS LETRAS¹⁸⁶

A *Respublica Litterarum* ou das letras é um dos fenómenos culturais mais importantes da história da Europa, paradoxalmente, pouco conhecido e escassamente citado. Consistiu numa comunidade de pessoas identificadas por um discurso e um âmbito de relações comuns, cuja regra principal era a livre difusão das ideias. Sem limite geográfico preestabelecido, mas desenvolvendo-se especialmente nos países do Centro da Europa, circunscreveu-se em termos temporais, entre meados do século XVI e XVIII; em termos culturais, entre o humanismo renascentista e o iluminismo. E, por citarmos personagens históricos, entre Erasmo de Roterdão e Voltaire.

Fazendo uma breve referência à origem, esta situa-se no contexto da recuperação dos *studia humanitatis*¹⁸⁷; nas novas conceções do saber e da dignidade do homem¹⁸⁸; no contexto das guerras de religião e a consequente perda da unidade europeia; finalmente, na descoberta dos novos mundos e a generalização da imprensa. Tudo isto constituiu o fermento intelectual de uma nova *sodalitas*, a comunidade internacional dos sábios, a República das Letras.

186 Bibliografia consultada para redigir este apartado: Hans Bots & Françoise Waquet (1997); Dena Goodman (1994).

187 Ver Kristeller (1979).

188 Nomeadamente, de Giovanni Pico Della Mirandola (1463-1494) a *Oratio de Hominis Dignitate*, Discurso sobre a dignidade do homem (1496).

Dizem Bots e Waquet, neste sentido (1997: 31):

«Essas grandes mudanças religiosas e mentais que teriam lugar a partir do fim do século XV, constituiriam o substrato de desenvolvimento da República das Letras. O seu impulso foi, certamente, o cansaço pelas guerras civis que despedaçavam a Europa de aquela época assim como pelas divisões nacionais que se reforçariam. Então, é na mesma altura e por causa destas oposições e rasgamentos internos que a noção da República das Letras ganhou toda a sua consistência: foi pensada como um Estado ideal para benefício de um Estado real: um Estado que ignora – ao menos, teoricamente - os conflitos e as fronteiras e onde reinarão, só, a paz e a harmonia».

Por palavras do sociólogo catalão Lluís V. Aracil¹⁸⁹ (2004b), o aspeto mais salientável da República das Letras, nucleado no Centro-Europa (França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Bélgica), e espalhado por todo o Continente e as Américas, era ter pensado e praticado a nível dos indivíduos uma fórmula de convivência para os países e a Humanidade inteira. Era uma proposta ideal para uma convivência em paz e respeito mútuo¹⁹⁰. No seu seio, diversos modelos de relacionamento, de caráter político¹⁹¹ ou religioso¹⁹² foram propostos.

A primeira referência escrita do rótulo *Respublica Litteraria* data de 1417. A começos do século XVI o nome tornou-se mais comum, contudo, adquiriu uma variedade de significados em diferentes épocas e lugares. A reflexão pública generalizada sobre a matéria chegaria no século XVII, podendo agrupar-se as noções utilizadas em dois conjuntos: as *fracas* (significando a literatura e os escritores), e as *fortes* (significando a comunidade dos escritores e toda a sua atividade).

A noção de *República Literária* foi de uso corrente na época de Erasmo¹⁹³, tornando-se num lugar-comum no âmbito cultural e político europeu. Durante um século esteve integrada apenas pelos eruditos. Para Erasmo essa reunião ou comunidade dos sábios era indissociável do projeto de unidade cristã a recuperar. A paz de Vestefália em 1648 daria um final a este ideal, confirmando definitivamente a divisão religiosa entre países da reforma e países católicos. Depois de meados do século XVII adquiriu, especialmente na França de Louis XIV uma significação mais ampla, mais abrangente, incluindo todos os que, não sendo doutos, têm curiosidade pela cultura e, ao mesmo tempo que leitores, se sentiam parte dessa comunidade.

A República Literária europeia, convertida em República dos Filósofos¹⁹⁴, diluiu-se com a Revolução francesa, afirmando-se desde então as *repúblicas* de cada país diferente, porém, a ritmos diferentes conforme os territórios. Os *doctorum* converteram-se em *Savants*, *Gelehrten*, *Dotti*, etc., e a *Respublica litterarum* em *République des lettres*, *Republic of letters*, *Gelehrten Republik*, *Republyk der Geleerden*, *República das Letras*. Em Portugal foi o rei D. João V, o Magnânimo, o maior protetor dos literatos latinos. Sob o seu reinado publicou-se de 1745 a 1748 o *Corpus Illustrium Poetarum Lusitanorum*¹⁹⁵, prova da vitalidade da literatura latina em Portugal e da integração portuguesa nos movimentos culturais europeus da época. A dissolução deste espaço – comum para os educados – foi um grande acontecimento, um cataclismo cultural de consequências políticas conhecidas *a posteriori*. O sociólogo catalão Lluís V. Aracil denominou o período nacionalista, entre 1789 e 1979 a «Guerra dos duzentos anos», e em cuja origem salienta a perda de sentido da comunidade, do conjunto, da civilização europeia.

189 Esta comunicação não seria possível sem o magistério do sociólogo valenciano, cujo livro *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*, organizei em 2004 junto do também valenciano Prof. Josep Conill.

190 Conferência de Lluís Aracil durante o II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal. Santiago de Compostela. Novembro de 2004. Veja-se também do mesmo autor *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias* (2004).

191 A começar pela ideia da *Respublica Christiana*, ideal também promovido em Portugal. Veja-se do Padre António Vieira *História do Futuro*.

192 Um dos textos mais conhecidos sobre a matéria é a Carta sobre a Tolerância de John Locke, com o intuito de melhorar a relação entre a igreja católica e as reformadas. No texto defende a tolerância como valor que melhor define o cristianismo.

193 A sua primeira defesa da República das Letras está contida no seu *Antibarbarorum liber* (1520).

194 Voltaire, na sua definição da *Gens de Lettres* na *Encyclopédie* (1757) refere a queda do modelo de sábio renascentista, que tinha sido o dos membros da república literária até essa altura. Da *Respublica litteraria* passaram à *République des Philosophes*.

195 Veja-se Luís Miguel Cardoso (2004).

Alguns dos membros da República Literária viam o caminho que estava a tomar a Europa com desassossego. Madame D'Estäel (1766-1817), no seu livro *De L'Allemagne* fazia um apelo aos que ainda acreditavam nesse espaço comum que era a Europa, para manter esse ideal de universalismo cuja desaparecimento era levada a termo, na França, pelos partidários de Napoléon Bonaparte¹⁹⁶. No plano linguístico, os enciclopedistas eram plenamente conscientes da rutura que estavam a levar a termo. O seu projeto estava endereçado a um público mais amplo, não apenas aos sábios. Assim, por exemplo, muitos assinantes e colaboradores da Encyclopédie fizeram parte do projeto editorial e do movimento enciclopedista, alargando-se o número de leitores e escritores do projeto, o que, paradoxalmente, o levaria finalmente à dissolução do projeto. Dalgum modo pode dizer-se que a causa da sua desaparecimento da República Literária foi o seu enorme sucesso.

A República das Letras teve, no século XVI, vários sinónimos, como *República das boas letras* ou *República das ciências*, *República das Musas*, *Povo das letras*, *Povo sábio*, mas também *Latine Republike*, expressão que se acha num texto do médico inglês Thomas Browne (1605-1682), em referência à língua comum. Também o termo *República das Letras* foi utilizado num sentido restrito, apenas como referida aos literatos, sendo assim uma parte e não o conjunto de todos os sábios. Assim, o redator do Giornale Veneto de'letterari, em 1671, referia-se aos domínios particulares do saber, utilizando-se também as expressões *República dos médicos*¹⁹⁷, *República histórica*, etc. (Bots e Waquet, 1997, p. 16).

1.1. CARATERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES DA REPÚBLICA LITERÁRIA, SEGUNDO BOTS E WAQUET (1997)

- a) *Era um estado dentro de todas e cada uma das monarquias europeias, com as suas próprias regras, cujos membros se proclamavam voluntariamente cidadãos dessa República. Isto conduzia a pôr em questão a sua legitimidade e representatividade com os outros estados da sociedade, nomeadamente face à nobreza.*
- b) *Era universal, estendida a toda a terra, o que implicava um forte contraste com a organização política europeia do seu tempo. Na verdade, estavam separados em diferentes monarquias e principados, com fronteiras delimitadas e rígidas. Existia, também, uma problemática pessoal originada numa dupla pertença: o compromisso com um ideal de comunidade universal, e o facto mais real de pertencer a um estado particular com interesses concretos.*
- c) *Estava constituída por cidadãos iguais, como irmãos, o que entrava em conflito com a divisão social em hierarquias, caraterístico do Ancien Régime.*
- d) *Era pluriconfessional. Esta caraterística unitária afirmou-se com a Reforma. As guerras de religião reforçaram mais essa diversidade entre os membros e o respeito mútuo, nomeadamente entre católicos e reformados. Erasmo dedicou a maior parte da sua vida à procura da unidade perdida no cristianismo. Posteriormente outros autores procuraram uma convivência pacífica. Exemplo claro destes intentos é a Carta sobre a Tolerância de Leibniz¹⁹⁸.*
- e) *A liberdade dos membros era essencial para a sua continuidade. A independência de cada membro era plena, em forte contradição com os estados contemporâneos, os reinos absolutistas e oligárquicos, que partilhavam um mesmo sentido autoritário da política. Neste sentido, a República literária era um espaço antiautoritário.*
- f) *Era uma comunidade intelectual, cujo intuito se concretizava por palavras de Loeber, "Servir, ensinar o saber verdadeiro e a verdadeira erudição, e transmiti-los à posteridade". Esta atividade, afastada de todo interesse particular, de todo individualismo, promovia o ideal da comunicação generosa do saber, reconhecido como útil. Os próprios membros da república salientam o carácter de associação voluntária e livre, sem poder supremo nem forma de governo estabelecida. Contudo, houve projetos para a sua organização, como o Projet pour l'établissement d'un Bureau general de la Republique des Lettres.*

196 Esse livro transmitia uma ideia nada «patriótica» para a época: as nações podem aprender mutuamente umas das outras. A autora comentou o que de bom havia na Alemanha, incluídas as suas universidades, os seus valores culturais...fazia-o em francês, endereçado aos seus concidadãos. Isto não foi tolerado pela polícia de Bonaparte. Proibiram a sua publicação, que teria lugar, finalmente, em Inglaterra.

197 Esta generalização foi tão corrente que ainda em Portugal se utiliza a expressão República dos estudantes, referida aos prédios geridos por eles.

198 Dizem Bots e Waquet: «Leibniz, que conhecera as consequências da guerra dos Trinta Anos, refletiria toda a sua vida sobre as possibilidades de estabelecer uma *Republica Christiana*, a mais bela de todas as utopias» (p. 39).

g) O seu discurso estava articulado em forma de crítica, seguindo o modelo clássico de exposição de uma tese e posterior defesa e crítica da tese. Goodman (1984:14) explica como, através das conversas de salão e da imprensa, verdadeiros foros de discussão, em Paris, indivíduos privados conformaram a sociedade civil e constituíram-se em opinião pública, nos fins do século XVIII.

h) Acrescente-se o que Goodman afirma (1984:23) dos homens de letras franceses, na época do enciclopedismo: no seu relacionamento tinham como princípios fundamentais «a reciprocidade, o cosmopolitismo, o rango baseado no mérito e a fidelidade à verdade». Noutra página insiste neste aspeto, salientando que «a igualdade e a fraternidade tinham de ser a base de todo o relacionamento não só entre os homens de letras, mas também entre todas pessoas». Todas estas características levaram a República Literária ao confronto com o absolutismo em geral e a monarquia francesa em particular.

1.2. A ORGANIZAÇÃO

As entidades em que se organizou o conjunto dos membros da República das Letras foram variadas, como as academias e universidades. A publicação das obras e a sua necessária difusão fizeram necessário o intercâmbio de informação, aliás, este era um dos seus princípios, abrangendo todo o âmbito da atividade intelectual da época, para o qual foi fundamental a circulação de revistas e jornais criados a tal fim, com diversos títulos como *Journal des Savants* (Paris, 1665), *Philosophical Transactions* (Londres, 1665); *Giornale de'letterari* (Roma, 1668); *Acta Eruditorum* (Leipzig, 1682-1776) e *Nouvelles de la Republique des Lettres* (Holanda, 1684). Como no humanismo, os membros da República das Letras incluíam a comunicação como elemento essencial do seu vocabulário, assim, um bom sábio devia comunicar generosamente as suas descobertas para contribuir ao bem comum. Dizem Bots e Waquet (1997:119):

«O ideal de colaboração internacional inspira as academias de Londres e Paris desde os primeiros dias. Em seguimento da lição baconiana, os membros destas instituições estavam persuadidos de que, para o avanço das ciências, era imprescindível o intercâmbio e a posta em comum à escala europeia dos resultados das investigações».

Sobeja dizer que os valores representados pela República das Letras não desapareceram totalmente no século XVIII. De alguma forma, os herdeiros são a comunidade científica dos séculos XIX e XX.

1.3. O MODELO LINGUÍSTICO DA REPÚBLICA DAS LETRAS

A organização linguística da Europa tinha uma característica comum: em toda a parte coexistiam as línguas vulgares com o latim. De facto, esta foi por séculos o modelo, e os autores clássicos, o exemplo a emular. Esta relação e o lugar que deviam a *Grammatica* e o vulgar foi objeto de discussão pública. Já Comenius (1592-1670) propunha no seu *Janua Linguarum Reserata* (1640) um modelo de equilíbrio em que se devia manter o ensino de ambas as línguas. Em Itália, paralelamente à *Questione della lingua*, essa hierarquia entre o latim (superior) e o vulgar (inferior) era discutida desde o século XIV. Mas continuava a ser o elo de união, o lugar-comum, a língua em que se relacionavam as pessoas e os países no presente, mantendo uma continuidade cultural com o passado.

Em meados do século XVII o francês começou a substituir o latim, a língua comum, tornando-se maioritário na comunidade dos sábios a fins desse século¹⁹⁹. Os enciclopedistas eram conscientes, por um lado, da posição privilegiada da língua de Molière e, por outro, do perigo que esse caminho implicava para o mundo da cultura. No *Discourse Préliminaire da Encyclopédie*, de D'Alembert fica patente esse desassossego²⁰⁰ (1751:153-4). O facto

199 Ver Bots e Waquet (1997:135-6; 146-8).

200 «Tendo-se estendido a nossa língua por toda a Europa, julgámos que era a altura de esta substituir a latina que, depois da renascença das letras, tinha sido a dos sábios. Acho que é bastante mais escusável, para um filósofo, escrever em francês do que um francês fazer versos latinos; concordando que seja o mesmo difundir o espírito do povo que acrescentar a sua difusão. Entretanto, daí resulta um inconveniente que devíamos ter previsto. Os sábios das outras nações a quem nós temos dado exemplo podem acreditar, com razão, que poderiam escrever ainda melhor nas suas línguas do que na nossa. Então, Inglaterra imitou-nos; Alemanha, onde o latim parecia ter-se refugiado, começa lentamente a perder o seu uso: não duvido que serão seguidos em breve pelos suecos, daneses e russos. Assim, antes do fim do século XVIII, um filósofo que quiser instruir-se bem nas descobertas dos seus predecessores, terá de carregar na sua memória entre sete a oito línguas diferentes e, depois de ter consumido para as aprender o tempo mais precioso da sua vida, morrerá antes de se começar a instruir» (1751:153-4).

de estarem a experimentar um período de grandes mudanças ficou patente também no seu «*Tableau de l'esprit humain au milieu du XVIII siècle*», introdução ao *Essai sur les éléments de philosophie* (1759)²⁰¹.

Com efeito, ao passo que se suprimia o latim como língua comum perdia-se a visão da Europa, do mundo, como um conjunto. Aracil (2004a) salienta a importância da mudança epistemológica, deste facto histórico -o que era parte (cada país), começa a ser todo, começam a proliferar mundos autárquicos e antagónicos. A mudança teve múltiplas implicações como uma nova explicação da história da língua em que o latim, como elemento comum, acabaria desaparecendo totalmente e sendo substituído primeiramente pelo Francês e depois pelo inglês. Ora, isto provocou também, desde essa altura, a realização de múltiplos esforços de diversas inspirações, na procura de uma língua comum. O mito de Babel ressurgiu, as línguas filosóficas proliferaram, quer com modelos matemáticos, quer ecléticos²⁰².

Naturalmente, a República Literária latina foi o modelo para a criação da República Literária portuguesa, em mais de um sentido. O português substituiu o latim nas suas funções como língua comum, já sob o rótulo de língua nacional, o que em Portugal não oferecia dúvidas significativas²⁰³.

2. A LUSOFONIA PRESENTE

Para além da distância sociológica e política que a história determina, o maior contraste entre a República Literária latina e a lusofonia é que, enquanto aquela era promovida, e desenvolvida por indivíduos organizados com relativa independência dos Estados, na lusofonia presente a maior parte das iniciativas pertence aos governos. O mais ambicioso destes projetos é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O exercício habitual nos artigos de opinião sobre a CPLP é a reflexão sobre a sua unidade e sentido, em comparação com a francofonia, a hispanofonia, a Commonwealth, ou outros espaços e organizações multinacionais constituídos durante o século XX. O senso comum diz-nos que, nas antigas metrópoles, a reflexão sobre o passado colonial resulta mais fácil e acertada quanto maior for a distância temporal do observador.

No caso de Portugal, trinta anos parece um prazo insuficiente para ultrapassar os traumas do passado. No nível da investigação universitária, resulta chocante a escassez ou, por acaso, a dificuldade de acesso a estudos sobre a história sociolinguística do português em África e Ásia. Isto resulta mais evidente considerando a ampla bibliografia existente nos casos do inglês²⁰⁴ e o francês²⁰⁵. No nível do estado, contra o que estabelece a Constituição portuguesa, a política oficial de passividade na defesa e promoção da língua apenas é quebrada pela teimosia dos novos países africanos ou Timor que, depois de muita insistência, recebe alguns professores portugueses, contudo, insuficientes para atender a demanda. Estudarmos a CPLP (mais projeto do que realidade) apenas como facto presente, sem acompanhá-la de uma explicação do passado, seria equivalente a apresentar esta entidade internacional como novidade histórica absoluta. Este discurso, carente de perspetiva, contém o mesmo intuito legitimador do modelo nacional de organização das sociedades europeias, iniciado com a revolução francesa. A consolidação das línguas nacionais nos seus respetivos territórios veio acompanhada do progressivo abandono do ensino do latim, até à sua total desapareção do bacharelato.

Este facto, acompanhado pelo alargamento do sistema de ensino primário facilitou a alfabetização maciça da população. Durante o século XX as histórias da língua ignoraram o facto de o português ter convivido,

201 «A pouco que for considerado, com olhos atentos, o centro do século em que vivemos, os acontecimentos que nos ocupam, ou pelo menos nos abalam, os nossos costumes, as nossas obras e até as nossas conversas, um descobre, apercebe-se sem pena, que isso se tem feito em vários sentidos uma mudança salientável nas nossas ideias, mudança que, pela sua rapidez semelha nos prometer ainda um maior» (Bots e Waquet, 1997:56).

202 Uma das últimas compilações de línguas pretensamente universais é a de Umberto Eco (1993).

203 Diferente era a situação do Brasil e os territórios africanos. O ensino veiculado pelas ordens religiosas, nomeadamente os jesuítas, deu lugar a dúvidas sobre a língua a utilizar. Lembremos a ordem do Marquês de Pombal para tornar obrigatório o ensino em português no Brasil, face ao costume que muitos jesuítas tinham de utilizar a língua nativa como língua veicular no ensino.

204 Ver Peter Burke e Roy Porter (1987: 191-234), um esclarecedor estudo sobre a alfabetização na Nova Zelândia no século XIX.

205 Ver o muito citado livro de Michel Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel: *Une politique de la langue. La révolution française et les patois* (1975).

secularmente, com a língua comum europeia, numa distribuição de funções variável, mas permanente nos âmbitos universitário e institucional. Afirmar que, por séculos, o português não foi em Portugal a única língua da cultura é uma forma de tornar relativa a sua importância, e talvez isto seja incómodo e irreverente para a história oficial, caracterizada pela pretensão de unanimidade, interpretando o passado em função do presente. Mas isto não é só característico de Portugal. No nosso continente, o facto de ter havido uma língua comum para a maior parte dos países, continua a ser tratado como assunto anedótico, residual ou mesmo inexistente.

Na República Literária, observámos um exemplo histórico de um grupo de países relacionados, no plano académico e cultural, por uma língua comum. Pessoas de países e religiões diferentes mantiveram um diálogo permanente, criando uma rede de relações independente e duradoura. A lição que podemos tirar para a lusofonia presente é que só convertendo a sociedade civil em protagonista principal da lusofonia poderemos dar-lhe um conteúdo duradouro. Só levando a iniciativa dos governos para um segundo plano é que a lusofonia poderá ter um futuro claro. Depois do período histórico do nacionalismo (1789-1989), universalmente difundido, em que cada nação pretendia representar *o mundo* em todos os sentidos, parece chegada a altura de abandonar o modelo de língua como propriedade nacional. Neste sentido, um recente artigo de Fernando Cristóvão incide na ideia da república do português, explicada pelo modelo dos círculos concêntricos.

Na sua comunicação ao encontro a Língua Portuguesa: presente e futuro, Solange Parvaux²⁰⁶ realizava umas propostas que me pareceram da maior sensatez, e que assumo como próprias:

«A nível da CPLP, a medida prioritária é a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990», em que a Galiza participou como observadora através da Comissão Galega do Acordo Ortográfico.

«O estabelecimento de acordos entre os países lusófonos nos exames para a certificação dos conhecimentos de português-língua estrangeira...»

«Definir regras, em comum, para a integração das palavras estrangeiras». É nas linguagens técnicas que precisamos de uma maior unidade de critério. A criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa deveria facilitar esta aproximação entre as variantes americana e europeia da nossa língua.

3. BIBLIOGRAFIA

AA.VV (2005) *A língua portuguesa: presente e futuro (Textos da Conferência Internacional «A língua portuguesa, presente e futuro», Lisboa, dezembro de 2004): Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.*

Aracil, Lluís V. (2004a) *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*, Braga: Associação de Amizade Galiza-Portugal.

----- (2004b) "Contextos que geram textos", conferência editada no DVD do II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal. Santiago de Compostela, 24 a 26 de novembro. Discos 3-4.

Bots, Hans & Françoise Waquet (1997) *La République des Lettres*, Paris: Belin-De Boeck.

Burke, Peter e Roy Potter (1987) *The Social History of Language*. London: Cambridge University Press. Trad. Brasileira (1996): *História Social da Linguagem*, São Paulo: Editora UNESP e Cambridge University Press.

Cardoso, Luís Miguel Oliveira de Barros (2004) *Retórica, comunicação e teoria do texto: análise a um Thesaurus do séc. XVIII – tessitura retórica e discurso apologético*, in: http://ipv.pt/forumedia/3/3_fi5.htm

Cristóvão, Fernando (2005) «Os três círculos da lusofonia», no endereço eletrónico

<http://ciberduvidas.sapo.pt/php/portuques.php?id=27>

D'Alembert (1751) «Discours préliminaire» in *L'Encyclopédie ou Dictionnaire Rasoigné des Sciences, des Arts et des Métiers (articles choisis)*, tomo I. Paris Éditions Flammarion, 1986.

Eco, Umberto (1993) *La Ricerca della Lingua Perfetta*, Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli.

Goodman, Dena (1984) *The Republic of Letters. A Cultural History of the French Enlightenment*, Ithaca-London: Cornell Univ. Press.

Kristeller, Paul Oskar (1979): *Renaissance Thought and its sources*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Locke, John (1982) *Carta sobre a Tolerância*, Lisboa: Edições 70.

Pico Della Mirandola, Giovanni (1496) *Oratio de hominis dignitate*. Trad. Portuguesa:

206 Solange Parvaux: «Convergência e divergência no espaço da língua portuguesa» in: AA. VV (2005) *A língua portuguesa: Presente e futuro*.

Discurso sobre a felicidade do homem (bilingue). Lisboa: Edições 70, 1989.

Vieira, António (1953) História do futuro, in: Obras Escolhidas. Lisboa: Sá da Costa.

Voltaire (1751) Siècle de Louis XIV: particularités et anecdotes, Paris.

19) ANTÓNIO BARBEDO DE MAGALHÃES, PRESIDENTE DO IASI (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ASIAN STUDIES AND INTERCHANGE), PROF. CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ANTÓNIO PINTO BARBEDO DE MAGALHÃES, Professor Catedrático da FEUP

Presidente do IASI – International Institute for Asian Studies and Interchange desde outubro de 2001.

Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, de 1989 a 1998.

Coordenador da Comissão Executiva da Reestruturação do Ensino em Timor, maio - agosto 1975.

Coordenador da Comissão para a Reestruturação do Ensino em Timor, de janeiro a maio de 1975.

Professor Convidado da disciplina de “*Geografia Económica e Política da Ásia Contemporânea*” do **Curso de Pós-Graduação em Estudos Orientais Gerais da Universidade Católica Portuguesa** (Lisboa) 2002-2003.

Professor Convidado do **European Master Degree in Human Rights, na Universidade de Coimbra** desde a sua criação, em 1999, até 2004.

Conferencista Convidado do Curso de Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta em 1998/99, em 1999/2000 e em 2000/2001.

Professor de “*História Contemporânea de Timor-Leste e da Indonésia*” no **Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**, em 1999/2000 e em 2000/2001.

Em agosto de 2000 lecionou sobre História de Timor-Leste e da Indonésia no **Curso de Treino Diplomático** promovido conjuntamente pelo CNRT e a UNTAET, em Díli, Timor-Leste.

Investigador responsável do projeto de investigação sobre “**O Processo de Transição em Timor-Leste: 1998-2005**”.

Coordena o projeto de livro sobre a influência do contexto internacional na história de Timor-Leste e da Indonésia.

Autor de sete livros sobre a Indonésia e Timor-Leste.

A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE

A. Barbedo de Magalhães, Presidente do IASI -International Institute for Asian Studies and Interchange, Professor Catedrático da FEUP

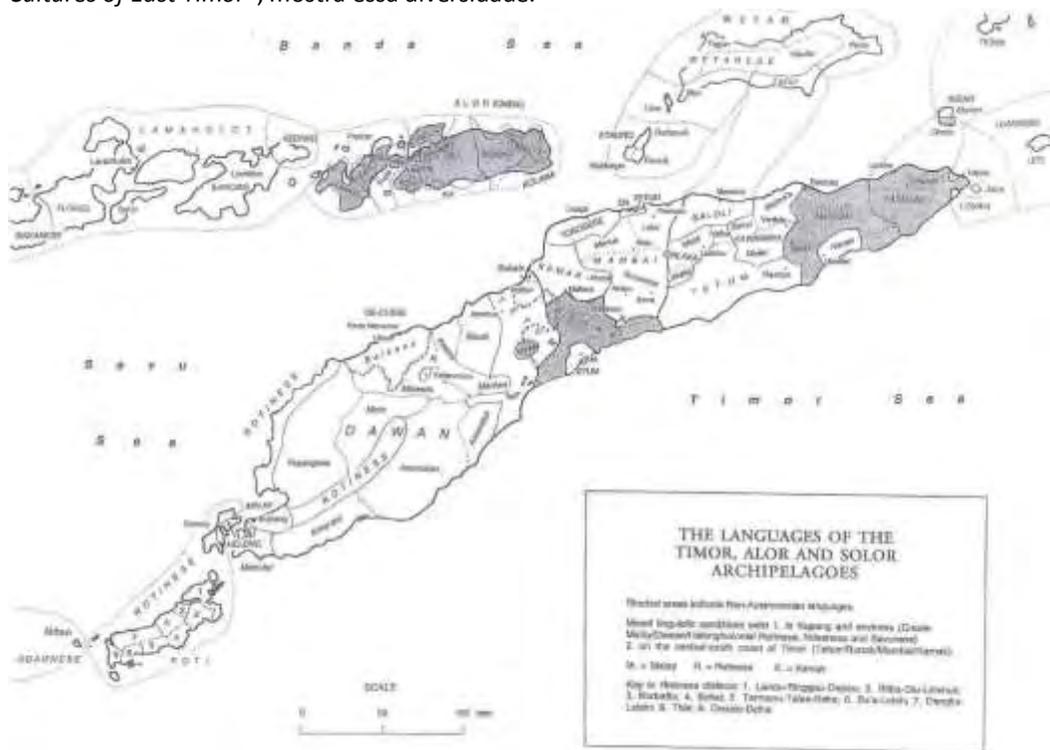
Porto, 6 de outubro de 2005

1. UMA BABEL LINGUÍSTICA ONDE NEM O TÉTUM É FALADO POR TODOS.

Em dezembro de 1974 o antropólogo António de Almeida mostrou ao autor, em Díli, um mapa ético-linguístico da metade oriental da ilha de Timor, onde registara a existência de pequenas zonas com algumas dezenas ou centenas de habitantes de clãs com origem étnica e línguas muito diferentes das dos povos vizinhos. A natureza montanhosa do terreno e a economia de subsistência tinham mantido, ao longo dos séculos, a diversidade resultante de sucessivas vagas migratórias.

O linguista australiano Dr. Geoffrey Hull da University of Western Sydney Macarthur, na brochura “*Timor-Leste: - Identidade, Língua e Política Educacional*” publicada pelo Instituto Camões em 2001, e na comunicação apresentada por este académico australiano ao Congresso Nacional do CNRT em agosto de 2000, afirma que Timor-Leste, em 1975, era único, “*do ponto de vista linguístico, com quinze línguas indígenas, a maioria das quais puramente timorense*” (ou seja, não faladas na Indonésia), tendo-se ramificado algumas delas em múltiplos dialetos locais (num total da ordem dos 30). Algumas dessas línguas tinham origens significativamente diferentes, de uns grupos para os outros.

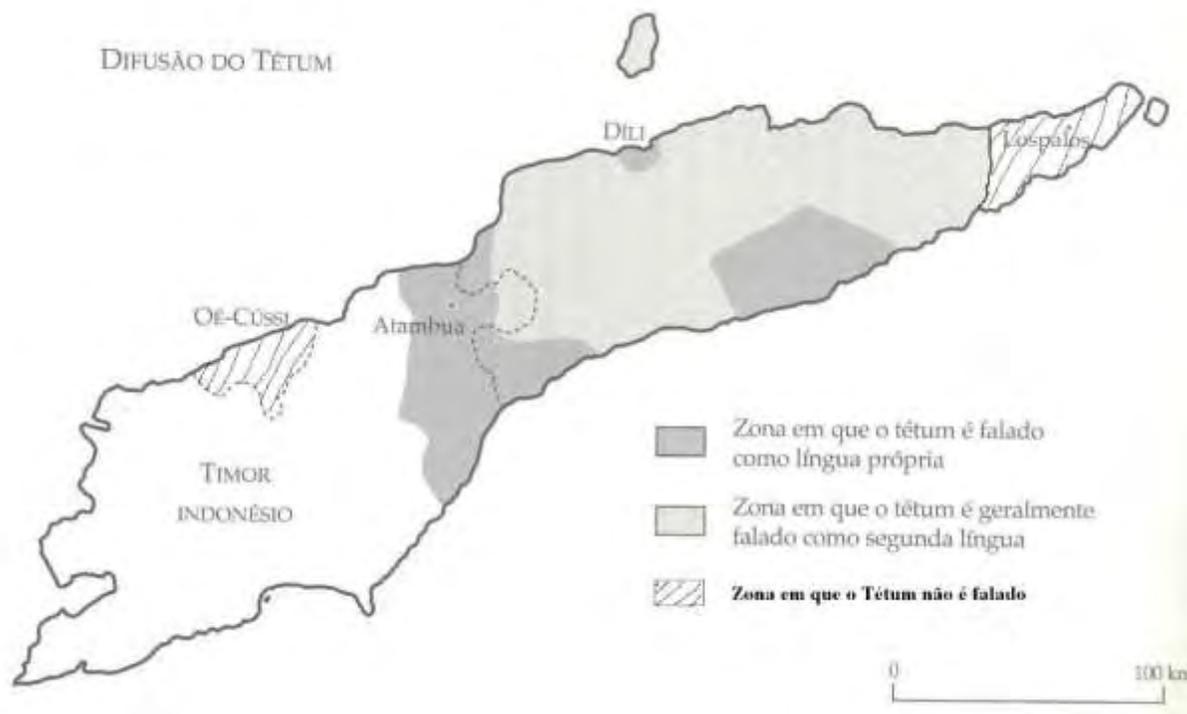
O mapa 1, publicado no livro editado por Geoffrey Hull e Lance Eccles, com o título “*Studies in Languages and Cultures of East Timor*”, mostra essa diversidade.



A essas 15 línguas autóctones havia que acrescentar o Português (até 1975) e o Bahasa Indonésio (a partir de 1976).

O Tétum, língua franca de uma parte significativa de Timor-Leste, era língua materna apenas em algumas regiões de Timor-Leste e numa parte de Timor Ocidental junto da fronteira.

Mesmo depois de 24 anos da ocupação indonésia, em que a Língua Portuguesa foi proibida e o Tétum teve uma forte divulgação, não só por passar a ter utilização generalizada nas igrejas como língua litúrgica, a partir de 1980, mas como fator de afirmação nacional, em reação ao ocupante, um número significativo de timorenses ainda não falava a Língua Tétum. Quer na parte leste (Lospalos) quer no Oé-cusse, o Tétum não é usado nem mesmo como língua veicular. O mapa 2, publicado pelo historiador Luís Thomaz no seu livro “*Babel Loro Sa'e: - o problema linguístico de Timor-Leste*”, mostra isso mesmo.



Segundo Luís Thomaz, o uso do Tétum como língua franca parece ser anterior à chegada dos portugueses (THOMAZ, L., 2002).

AS 15 LÍNGUAS DE TIMOR LESTE (e as línguas em certos os dialectos)



A sua divulgação poderá estar associada a conquistas feitas em Timor-Leste por dados (nobres) “belos”, não muito antes da chegada dos portugueses, e à hegemonia sobre grande parte de Timor Oriental por parte de dois reinos de Língua Tétum, o de Luca, perto de Viqueque, e o de Bé-háli, situado no que é hoje o lado indonésio da ilha, mas não muito longe da fronteira.

Mais tarde os missionários generalizaram o uso do Tétum ao utilizá-lo, em muitos reinos, como língua de catequese e de orações, e ao fazer os primeiros dicionário e gramática de Tétum. Nalguns casos os missionários

utilizaram também outras línguas locais para o ensino religioso, tendo mesmo feito, nos inícios do século XX, também um dicionário de Português - Galoli.

2. O PORTUGUÊS, LÍNGUA DA ADMINISTRAÇÃO, DE ENSINO E DE CULTURA, SOB O DOMÍNIO DE PORTUGAL.

Luís Thomaz considera que o domínio português sobre Timor-Leste, e com ele a língua portuguesa no território, passou pelas seguintes quatro fases:

1ª fase: - De 1515, a data provável dos primeiros contactos com Timor-Leste, até 1556, em que a presença portuguesa foi apenas comercial, através de escalas mais ou menos regulares de navios portugueses que trocavam tecidos, armas e ferramentas por sândalo e um pouco de cera e mel.

2ª fase: - A partir de meados do séc. XVI, na sequência do Concílio de Trento, a missionação ganhou novo fôlego. Em 1562 foi criado o primeiro convento dominicano em Solor e em 1590 o herdeiro do reino de Mena, de Timor, foi batizado. Desde 1606 havia em Larantuca um seminário ou colégio «*onde aprendem os filhos dos cristãos a ler e a contar*» (THOMAZ, L., 2002, p. 136). Em 1738 foi instituído outro colégio em Timor, provavelmente em Manatuto. Estes colégios terão tido um papel importante na difusão do Português entre as elites das regiões onde se situavam. As igrejas (em 1640 seriam 22 em Timor) teriam também algum papel nessa difusão. A queda de Malaca em poder dos Holandeses, em 1641, determinou que os bispos de Malaca passassem a residir em Timor, contribuindo para uma maior influência da Igreja Católica na Ilha.

3ª fase: - Em 1702 desembarcou em Timor, depois de várias tentativas falhadas, o primeiro Governador Português, com uma força de cerca de trinta homens. Apesar de sua extrema fragilidade, a administração política portuguesa terá contribuído, também, para a difusão da Língua Portuguesa, como língua da administração.

Com base na obra de Luís Thomaz, já referida (p 137), citamos um comandante de um navio francês que em 1772 visitou Timor, e que diz:

«l'isle de Timor [...] est divisée en 30 petits royaumes, qui obéissent chacun à leur roi [...]. Il y a un missionnaire par royaume et deux dans les grands; tout les chefs son chrétiens et catholiques et une partie des habitants [...]. Il y a des églises dans tous les villages sur la côte [...]. Presque tous les chefs parlent portugais et dans les royaumes voisins des Portugais c'est la langue générale [...]. J'en ai connu de très sensés, spirituels, ingénieux, sincères et de bonne foy, entr'autres un qui m'a paru fort versé dans l'histoire de l'Europe»

Com a extinção das ordens religiosas, pela Revolução Liberal, em 1834, desapareceram os seminários e os conventos dominicanos e o clero chegou a reduzir-se, no terceiro quartel do século XIX, a dois padres diocesanos goeses.

A Língua Portuguesa continuou a ser usada como língua de administração, apesar desta ser extremamente débil. Com efeito, em 1800 as forças portuguesas em Timor eram 12 soldados, 4 oficiais deportados e 3 oficiais não deportados. Nessa altura, dos cerca de 50 reinos timorenses, só três, Hera, Lacló e Manatuto, pagavam a “*finta*”, taxa imposta pela administração portuguesa. Todos os restantes reinos viviam a sua vida própria, sujeitos a uma vassalagem meramente simbólica ao Rei de Portugal.

Apesar disso, em 1885 o viajante inglês Henry Forbes que visitou Díli, constatou, com espanto

«in going into the various offices and shops I was struck to find all business conducted not as in the Dutch possessions in the língua franca of Archipelago, Malay, but in Portuguese» (ver THOMAZ, L., 2002, p 137)

Entretanto, o Governador Afonso de Castro (1859-1863), que desenvolveu as culturas do café, algodão, tabaco, coco e mandioca, criara já um colégio para filhos dos liurais (reis) timorenses.

4ª fase: - Luís Thomaz considera que a 4ª e última fase do domínio português começou com o governo de José Celestino da Silva (1894-1908).

Na sequência da Conferência de Berlim (1884-85), em que as potências europeias não só definiram fronteiras coloniais mas também fixaram as regras de legitimação da posse de colónias, ficou estabelecido que as potências coloniais ou controlavam, efetivamente, as suas possessões, ou perdiam o direito a elas.

Tendo isso em conta, Portugal, tal como outras potências coloniais europeias, organizou campanhas militares nas suas colónias africanas e em Timor, para impor um domínio efetivo dos territórios. A essas campanhas militares muitos reinos responderam com revoltas e guerras que se estenderam ao longo de anos. No caso de Timor começaram em 1895 (1ª Guerra de Manufahi) e só terminaram, de facto, em 1913. Foram implantados postos militares espalhados pelo território, incluindo o seu interior. É possível que junto de alguns deles tenham sido criados postos escolares. Os régulos perderam alguns dos seus poderes. A administração portuguesa estendeu-se a todo o território. Quadros timorenses, letrados em Português, foram integrando a administração em número crescente. O uso da Língua Portuguesa no interior foi aumentando lentamente

Em 1874 foram reintroduzidas as ordens religiosas em Portugal e o bloqueio à missão foi suspenso. A Igreja voltou a ter um maior papel em Timor, nomeadamente no campo educativo, em geral, e no ensino do Português, em particular.

Em 1877 chegou a Timor o Padre António Joaquim de Medeiros, na qualidade de Vigário Geral e Superior das Missões, e que levava consigo sete padres do Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim. Foi ele o principal obreiro da reconstrução destas em Timor.

Em 1879 chegaram ao território as primeiras Filhas de Caridade Canossianas (ou Irmãs da Caridade), que criaram uma escola e um internato para meninas. Este último durou pouco tempo, porque o poder político opôs-se à existência destes internatos e em 1881 obrigou à sua eliminação.

Em 1880 foi criado o 1º colégio-internato para rapazes em Lahane (arredores de Díli).

O Padre António de Medeiros foi nomeado Bispo Coadjutor de Goa em 1881 e feito Bispo de Macau (de que dependia Timor) em 1885.

Em 1896 Timor foi constituído em distrito autónomo, separando-se o seu governo do de Macau.

Em 1900 entraram em Timor os Jesuítas, que refundam, em 1903, o colégio masculino de Soibada (criado em 1898).

Em 1905 abriu o colégio feminino de Soibada.

Em todos estes colégios o ensino era feito em Português e não na língua veicular local, ao contrário do que faziam os holandeses, que ensinavam os nativos na língua veicular malaia ou em línguas locais, deixando a Língua Neerlandesa para os holandeses e alguns assimilados.

Em 1910, na sequência da implantação da República, surgem novas dificuldades para as missões. O número de padres, em Timor, passa de 22 para 10. As religiosas Canossianas são obrigadas a fechar as suas escolas (onde tinham 400 alunas) e a abandonar Timor, onde só regressam em 1923.

O ensino, em geral, incluindo o ensino do português, sofreu novo golpe, apesar de, segundo Luís Thomaz, ser criada em Díli, em 1915, uma escola oficial do estado. Antes haveria escolas das missões, com ou sem o apoio

direto do Estado, algumas escolas ou postos escolares dos comandos militares ou das comissões municipais, quando e onde as havia.

De notar que, no quadro de acordos entre a Igreja e o Estado, as escolas das missões eram financiadas por este, e que, muitas vezes, aos missionários era contado o tempo de serviço como funcionários do Estado. Tal não impede que se considerem essas escolas como sendo escolas da Igreja e não propriamente do Estado.

Em 1920 é nomeado bispo de Macau e de Timor D. José da Costa Nunes (1920 a 1940) que além de criar várias missões, fundar e construir Igrejas, cria escolas de professores catequistas, de grande importância para o desenvolvimento religioso e educacional das populações. A primeira dessas escolas é estabelecida em 1924.

Com um curso de três anos a seguir à 4ª classe, essas escolas formam professores de grande qualidade, com a dupla função de serem professores (em Português) e catequistas (em Português ou em Tétum).

Em 1940 é assinado o Acordo Missionário, entre Portugal e a Santa Sé. Ao mesmo tempo é criada a diocese de Díli e nomeado seu Administrador Apostólico D. Jaime Garcia Goulart, padre açoriano que missionava em Timor desde 1924.

Durante a ocupação japonesa, na II Guerra Mundial (de 1942 a 1945) D. Jaime Goulart refugia-se na Austrália, onde é sagrado bispo de Timor em 1945.

Em 1971 a diocese de Díli estava dividida em três paróquias, 15 missões e 65 estações missionárias.

O número de sacerdotes era de 42, sendo 31 diocesanos e 11 missionários. Dos 31 padres diocesanos 13 eram timorenses, e os restantes 18 europeus, indianos ou de origem chinesa. Dos 11 padres missionários três eram jesuítas e oito salesianos.

O número de irmãos religiosos era de 10 (3 jesuítas e 7 salesianos). O número de irmãs religiosas ascendia a 49 – 30 Canossianas, 12 dominicanas e 7 Servas da Sagrada Família. Além disso havia 173 catequistas e 168 professores nas escolas das missões.

Como instituições educativas a Igreja tinha a seu cargo:

- Um seminário menor;
- Quatro colégios masculinos;
- Quatro colégios femininos;
- Sete escolas masculinas;
- Três escolas femininas;
- Duas escolas mistas;
- Dezasseis postos escolares masculinos;
- Cinco postos escolares femininos;
- Sete postos escolares mistos.

O número total de seminaristas era de 140. A Filosofia era estudada no Seminário de Évora e a Teologia no de Leiria.

Numa população total recenseada (em 1970) de 628.842 havia 196.861 católicos (31,3%); 2.227 protestantes (0,3%); 234 maometanos (0,04%); 5942 budistas (0,95%); sobretudo entre a comunidade chinesa, e os restantes (67,4%) eram animistas.

O número de catecúmenos ascendia a 15.950, nessa altura (1971). (Barbedo de Magalhães, A, 1987)

Até 1961 a participação direta do Estado na educação, nas colónias portuguesas, foi mínima.

Em 1938 foi criado em Díli o primeiro colégio-liceu, semioficial, arruinado pela ocupação japonesa (1942-45) durante a II Guerra Mundial. Só em 1952 é que recomeçou as suas atividades como liceu. O Seminário Menor de Dare começou as suas atividades em 1954. A Escola Técnica de Díli foi criada em 1965.

Por volta de 1972 são criadas escolas do ciclo preparatório (5º e 6º anos de escolaridade) em Bobonaro, Pante Macassar (Oé-cusse), Maubisse, Baucau e Lospalos.

Em 1970 o censo registava 90,8% de analfabetos entre a população maior de dez anos, e 92,8% entre os maiores de 20 anos. Esse censo revelava que apenas 3,3% dos maiores de dez anos tinham a 4ª classe!

Com o início da revolta anticolonial em Angola, em 1961, o Estado Português acordou para a necessidade de educar e, através da educação, de “portugalizar” as populações das então chamadas “*Províncias Ultramarinas*”. O ensino oficial, quer do estado quer através da Ação Social do Exército (a cargo das unidades militares), desenvolveu-se rapidamente. A Igreja perdeu o quase completo exclusivo da educação, que tinha tido durante séculos, nomeadamente em Timor.

Os quadros seguintes, retirados em grande parte do Projeto do Grupo Coordenador para a Reestruturação do Ensino, nomeado em janeiro de 1975 para definir o ensino de transição, no período de descolonização, mostram a rápida evolução que teve esse ensino entre 1963-64 e 1973-74.

É provável que alguns dados estatísticos estejam inflacionados, sobretudo os que dizem respeito à década de sessenta, como lembrou no 4º Colóquio Anual de Lusofonia, Amílcar Dias, marido da Embaixadora de Timor-Leste em Portugal. A enorme avalanche de candidatos aos cursos de reciclagem que se previa fazer em Díli, a partir de 11 de agosto de 1975, com vista à descolonização do ensino (330 professores inscritos, embora, teoricamente, houvesse em Timor apenas 270 professores nas condições exigidas à partida para frequentar esse 1º curso de reciclagem) leva o autor a pensar que os números da década de 70 não estarão muito longe da realidade.

Infelizmente a instabilidade e insegurança criada no território, pelo golpe desencadeado pela UDT na noite de 10 para 11 de agosto de 1975, manobrada por interesses estrangeiros (australianos, americanos, britânicos, indonésios e até do Vaticano), obrigaram a suspender a concretização desse curso de reciclagem, e bloqueou, na prática, todo o processo de descolonização em curso, que estava a ter tão grande e tão entusiástica participação da maior parte dos timorenses a que dizia respeito.

Ensino Primário - Timor

Dados estatísticos dos Serviços de Educação de Timor (sob administração portuguesa)

Ano letivo	Número de alunos	Professores	Taxa de escolarização
1963-64	14 228	411	
64-65	18 403	386	
1965-66	18 488	450	
66-67	20 813	467	
67-68	23 059	490	
68-69	27 299	513	
69-70	29 382	559	
1970-71	33 115	662	27,0%
71-72	36 208	637	31,0%
72-73	60 233	1 100	52,8%
73-74	94 689	1 336	77,0%

Número de ALUNOS em escolas a cargo:

Do Estado	Das Missões Católicas	Das Unidades Militares	Particulares	Total
-----------	-----------------------	------------------------	--------------	-------

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

1961/62	2 562	5 171	-	1 262	8 995
1962/63	4 814	5 764	1 010	1 406	12 994
1963/64	4 672	6 577	1 556	1 423	14 228
1964/65	6 384	7 849	2 713	1 457	18 403
1965/66	6 970	7 268	3 004	1 246	18 488

Número de PROFESSORES

	Do Estado	Das Missões Católicas	Das Unidades Militares	Particulares	Total
1961/62	34	134	-	61	229
1962/63	77	150	101	63	391
1963/64	73	163	116	59	411
1964/65	98	161	69	58	386
1965/66	120	155	75	100	450

QUADRO III - ESCOLAS PRIMÁRIAS E POSTOS ESCOLARES EM 1973/74

Concelho	Números de Escolas			Total
	Dos Serviços de Educação	Da Ação Social do Exército	Da Diocese (missões) relatório de 1973	
Aileu	29	7	4	40
Ainaro	33	4	2	39
Baucau	57	9	12	78
Bobonaro	99	8	5	112
Cova-Lima	53	4	2	59
Díli	10	10	4	24
Ermera	40	6	3	49
Lautém (Losp.)	32	7	4	43
Liquiçá	23	5	2	30
Manatuto	32	5	8	45
Oé-cusse	13	15	3	31
Same	29	3	4	36
Viqueque	28	10	2	40
Total	478	93	55	626

Com esta evolução a percentagem de população capaz de falar minimamente o Português terá chegado, em 1975, a cerca de 15 a 20% dos timorenses. Mas talvez só cerca de metade destes (7 a 10% da população) estivesse em condições de poder ler o Português.

O retrato do ensino em Timor feito em 1975 pelo GCRET pode sintetizar-se como se segue (Barbedo de Magalhães, 2004)

- **CICLO PREPARATÓRIO** (2 anos)
- 1974/75 - 2177 alunos . 15 escolas
-
- **ENSINO LICEAL** (5 anos em Díli, 3 anos nos restantes estabelecimentos)
- 1974/75 - 761 alunos . 4 = 3 escolas + 1 seminário menor
-
- **ENSINO TÉCNICO** (3 anos)
- 1974/75 - 318 alunos . 1 Escola Técnica em Díli
- Escola de Habilitação de Professores de Posto (4 anos)

- 1974/75 - 282 alunos . 1 escola em Díli
-
- **ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS** (3 anos) (dos Salesianos)
- 1974/75 - cerca de 100 alunos. 2 escolas (Díli e Fatumaca)
-
- **ESCOLA DE PRÁTICA AGRÍCOLA** (3 anos) (dos Salesianos)
- 1974/75 - cerca de uma dezena de alunos. 1 escola (Fatumaca)
-
- **ENSINO CHINÊS** (1974/75)
- 15 escolas primárias e do ciclo preparatório (1 ano de pré-primário + 4 de ensino primário + 2 de ciclo = 7 anos): 14 no interior, com 400 alunos no total, e uma em Díli com cerca de 800 alunos;

1 escola secundária em Díli (6 anos), com cerca de 300 alunos.

Do estudo efetuado sobre a situação do ensino em Timor o GCRET tirou as seguintes conclusões:

“O governo Português só muito tarde se interessou pelo ensino em Timor.”;

“A preocupação de lançar o ensino liceal precedeu a do ensino técnico.”;

“O ensino das Artes e Ofícios mereceu muito pouco interesse ao Governo Colonial.”;

“O ensino agrícola está ainda exclusivamente a cargo duma escola particular.”;

“O ensino em Timor foi, até agora, uma cópia do ensino metropolitano e angolano, desajustado portanto às realidades e às necessidades de Timor.”

3. O ENSINO E A LÍNGUA SOB OCUPAÇÃO INDONÉSIA.

Com a ocupação o ensino passou a fazer-se em Bahasa Indonésia, e a Língua Portuguesa foi banida do ensino com exceção, até 1991, do Externato São José e do Seminário, que continuaram a ensinar com o curriculum Português e mesmo em Português.

Na sequência do massacre de Santa Cruz o externato foi encerrado e, quando reabriu, em 1993, o ensino já era em Língua Indonésia e segundo o curriculum indonésio.

Com a ocupação todas as escolas chinesas foram encerradas.

Nas zonas controladas pela FRETILIN, até à destruição, em 1979, de todas as bases da Resistência, o ensino era feito em Português, em “escolas” improvisadas onde as cascas de árvores substituíam o papel.

Nos primeiros anos de ocupação, o simples facto de saber ler e escrever em Português era, muitas vezes, razão suficiente para se ser morto.

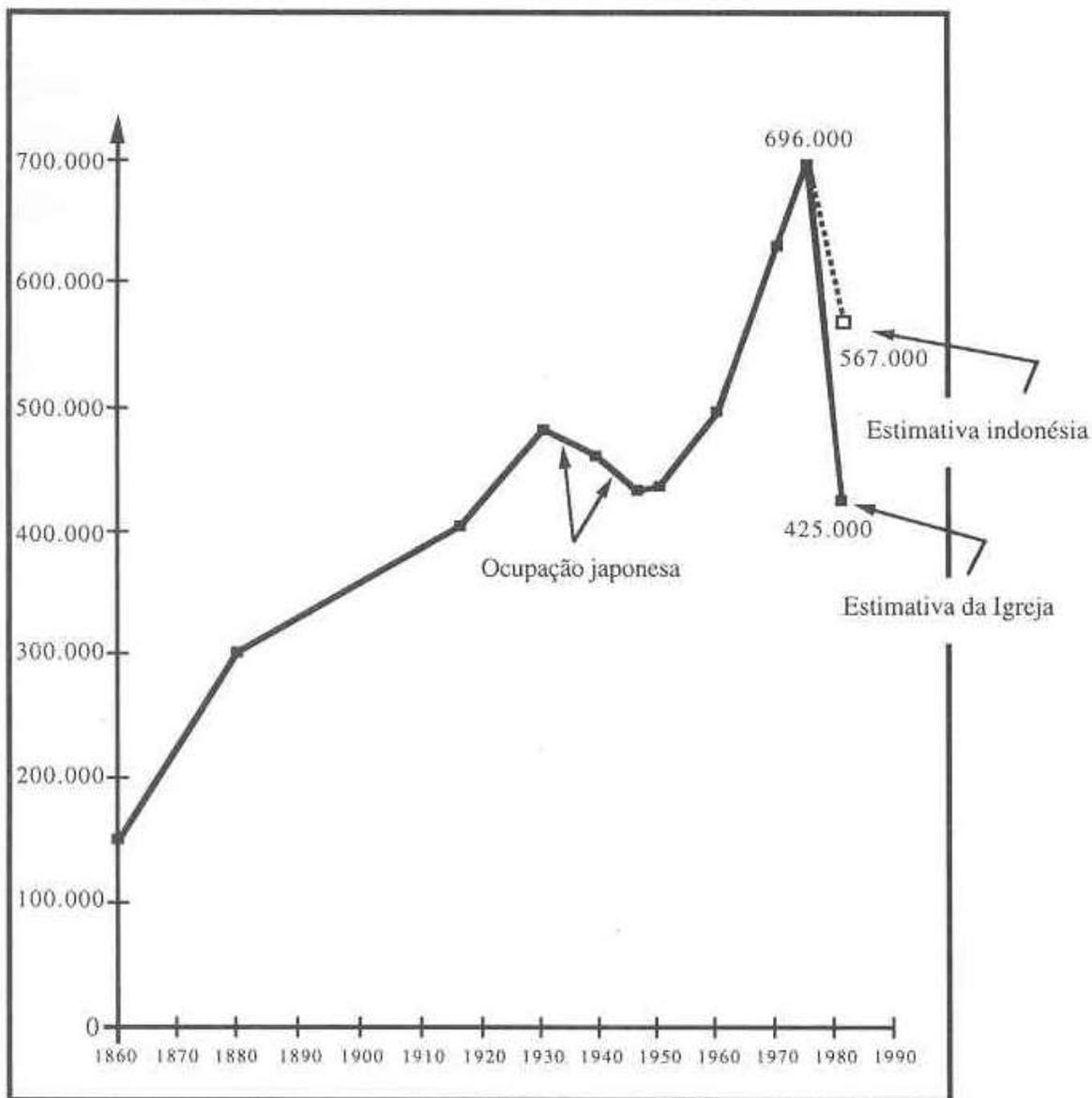
Como escrevia um sacerdote, no “*Relatório Deste Triste Cativo*” publicado no número de fevereiro de 1982 da revista Magnificat dos Padres Jesuítas (Barbedo de Magalhães, 1983, p 46), “*no Posto de Uatolari do concelho de Viqueque foram exterminados todos os rapazes com a 2ª classe da Instrução Primária para cima.*”

Os primeiros anos de ocupação foram de razia quase total.

Segundo relatório do Parlamento da Austrália publicado em 1983, das cerca de novecentas mil cabeças de gado existentes em Timor Oriental em 1973, restavam, em 1979, cerca de cem mil... Nessa altura quase todas as aldeias e culturas tinham sido destruídas... perto de um terço da população tinha sido dizimada.

Os restantes timorenses deslocados para campos de concentração controlados pelas forças ocupantes, sofriam fome extrema.

Quando não eram presos, torturados e mortos, muitos timorenses continuaram a morrer de fome nesses campos de concentração. (Barbedo de Magalhães, 1997, p 14)



O impacto da invasão Indonésia na população (Defert, 1992).

	1973 (milhares)	1979 (milhares)	Redução em percentagem
Búfalos	141	24	83%
Cavalos	139	15	89%

Porcos	305	27	91%
Ovelhas e Cabras	318	36	88%

Impacto da invasão Indonésia no número de cabeças de gado (Relatório do Parlamento da Austrália: Austrália, 1983, p. 106)

Nestas condições não admira que durante os primeiros anos de ocupação as escolas entretanto criadas pelas autoridades indonésias tivessem muito menos alunos do que os que frequentavam em 1973-74, o sistema de ensino português.

A transitória e aparente vitória da força, e a transferência da luta, predominantemente, para o plano político-diplomático, com uma componente militar reduzida ao imprescindível para manter a chama da esperança e criar espaço para uma solução no plano internacional e no quadro das Nações Unidas, levou a uma aparente “normalização” que tornou possível a implantação de um sistema educativo indonésio progressivamente mais extenso.



De acordo com dados do Department of Information of Republic of Indonésia, possivelmente bastante inflacionados, tal como foram publicados em *“East Timor After Integration”*, o número de alunos evoluiu, de 1976-77 a 1982-83 conforme o quadro seguinte:

“ EAST TIMOR AFTER INTEGRATION” Dados do Department of Information of Republic of Indonesia			
Ano letivo	Número de alunos	Professores	Taxa de escolarização
1976-77	13 501	499	
77-78	23 041	614	
78-79	41 543	959	
79-80	59 072	1 610	
1980-81	68 709	1 515	
81-82	77 658	1 821	
82-83	90 437	2 226	

Estes dados estarão, provavelmente, muito inflacionados, como se sabe terem sido exageradas muitas das estatísticas das autoridades indonésias ocupantes.



Em comunicação às VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto, em 1997, David Odling-Smee apresentou dados sobre o ensino em Timor-Timur, durante a ocupação, de que destacamos os seguintes dados:

Provision of Schools and Teachers

Table 1: Number of government schools, students and teachers in 1993

	Schools	Students	Teachers
Primary School	650	110,815	6,528

Junior High School	101	22,495	1,258
Sénior High School	34	11,447	772
Vocational Schools			
~Mechanical	2	830	92
~Commerce/Scrtrl	8	3,149	186
~Agricultural	4	867	55
~Home Economics	1	284	28

Source: Pemerintah Daerah Propinsi Daerah Tingkat I Timor Timur: Rencana Pembangunan Lima Tahun Keenam 1994/95 - 1998/99

Table 2: Number of Catholic schools (1993)

Primary School	115
Junior High	30
Sénior High	12
Vocational High	4

Sources: Catholic figures from Mary MacKillop Institute of East Timorese Studies Vol 1 Nº 2 February 1996

Nessa altura o Mary MacKillop Institute of East Timorese Studies estimava que o número de alunos em escolas católicas era de cerca de 30.000.



Entretanto, e de acordo com documentos das autoridades indonésias, em 1987 o Governador, Eng.º Mário Carrascalão, criou a Universitas Timor Timur (UNTIM), com três faculdades: - Agricultura, Ensino (formação de professores) (FKIP) e Ciências Sociais e Políticas (Fisipol).

Em 1990 foi criado o Instituto Politécnico de Hera, a 10 km de Díli e entretanto foi criado o Institut Pastoral Indonesia (IPI), para formar catequistas num curso de quatro anos que não conferia grau.

O número de professores e alunos destas instituições era, em 1993, o seguinte:

	Lecturers	Students
Universitas Timor Timur	126	1154*
Politeknik	27	900
Institut Pastoral Indonésia (IPI)		500
University Terbuka (Open U)		242

Source: Daniel Kameo p 53.

* 60% are Timorese

Quanto ao emprego só cerca de um quinto dos formados o conseguia obter, apesar do engrossamento dos quadros do funcionalismo público, como se pode ver no quadro seguinte:

	Primary	Junior High	Senior High	University	Total
Job-seekers	518	1,159	7,526	791	9,994 (100%)
Employed	210	432	927	172	1741 (18%)
Unemployed	308	727	6,599	619	8,253 (82%)

Source: Kantor Statistik Timor Timur 1992

Em 1995 o Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo determinou que as escolas católicas pudessem ensinar até 6 h de Língua Tétum por semana. Mas a ausência de textos escritos em Língua Tétum dificultou a aplicação desta diretiva. Segundo o autor citado (Odling-Smee, 1997) em 1993, 52% da população timorense continuava iletrada. Os 48% literatos incluíam muitos imigrantes indonésios.

4. O PORTUGUÊS, LÍNGUA DA DESCOLONIZAÇÃO, DA INDEPENDÊNCIA E DA RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO.

Com a liberdade política resultante da revolução de 25 de abril, que derrubou a ditadura do Estado Novo instalada em Lisboa desde 1926, criaram-se em Timor, em maio de 1974, dois partidos ou associações políticas com grande implantação popular:

A UDT (União Democrática Timorense), fundada em 11 de maio de 1974, que começou por preconizar a ligação a Portugal para, mais tarde, defender a independência do território;

A ASDT (Associação Social Democrática Timorense), criada a 20 de maio e que em 11 de setembro de 1974 deu origem à FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), que sempre pugnou pela independência.

Com o apoio das autoridades indonésias foi criada também, em 27 de maio de 1974, a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor), que defendia a integração do território na Indonésia, com um estatuto de autonomia especial. Este partido nunca terá tido um apoio superior a cerca de 5% da população.

No seu programa, A UDT não fala na língua, mesmo quando se refere, longamente, ao sistema de ensino e à alfabetização de adultos.

O programa político da FRETILIN afirma que *“A Língua Portuguesa será mantida como a língua oficial do país”*. Nessa altura (1974) não era feita qualquer referência ao Tétum.

No seu primeiro manifesto a APODETI declara defender *“os seguintes princípios”*:

“Viabilidade, em termos de Direito Internacional, de uma integração, com autonomia da comunidade indonésia.”

“A necessidade da introdução da língua indonésia como disciplina obrigatória nas escolas secundárias e abertura das escolas primárias da língua indonésia, não eliminando as portuguesas já existentes;”

(...)

“A língua e a civilização portuguesas;”

Em 20 de janeiro de 1975 o Governador, Coronel Mário Lemos Pires, criou o Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor (GCRET), para definir *“as linhas mestras para o ensino de transição em Timor”*, no quadro da política de descolonização em curso, elaborar programas e preparar quadros timorenses.

Constituído por quatro pessoas a tempo inteiro, duas timorenses e duas *“metropolitanas”* e por três delegados das três principais associações políticas timorenses, na primeira reunião que o grupo permanente teve com esses delegados perguntou-lhes qual achavam que deveria ser a língua (ou línguas) de ensino a utilizar em Timor-Leste na fase de transição. A resposta foi unânime, a favor do Português. O delegado da APODETI, o Sr. João Martins, manifestou o desejo de que a Língua Indonésia (o Malaio) fosse ensinada como segunda língua, o que os outros partidos fortemente rejeitaram, e que a Comissão de Descolonização e o Governador também rejeitaram.

Nas férias da Páscoa de 1975 o GCRET organizou uma Semana do Ensino Primário. Aproveitando a vinda a Díli de muitos professores do interior, para receberem os seus vencimentos em atraso, promoveu, de 17 a 22 de março, uma semana de reuniões e debates sobre os problemas do Ensino Primário (e Pré-Primário) e as necessidades de Timor a esse nível. Numa dessas reuniões surgiu uma proposta para que o ensino Pré-Primário fosse feito nas línguas e dialetos maternos, como era então recomendado por muitos bons pedagogos. Mas as dificuldades resultantes do tão elevado número de dialetos, por vezes falados por grupos sociais de muito reduzida dimensão e bastante isolados, tornavam impraticável essa hipótese.

Nem o ensino em Tétum, nem sequer o ensino do Tétum foram propostos ao GCRET por qualquer timorense. O facto do Tétum ser uma língua sem qualquer tradição literária escrita (nessa altura) levava os timorenses a ligar a alfabetização à primeira língua escrita que lhes era dado conhecer, o Português.

Embora o Tétum e até diversos dialetos locais fossem utilizados nas reuniões e nos comícios das organizações políticas timorenses, os documentos destas eram escritos em Português. As campanhas de alfabetização de adultos que a FRETILIN lançou em 1975, nomeadamente através da União Nacional dos Estudantes Timorenses (UNETIN), eram feitas em Português e, muitas vezes, utilizando o método do pedagogo brasileiro Paulo Freire.

Por tudo isto podemos dizer que a língua da descolonização foi, predominantemente, o Português.

Quando, em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN declarou, unilateralmente, a independência, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, feita para entrar em vigor às 00h00 desse dia, não referia, sequer, qual era a língua oficial de Timor-Leste. Redigida em Português, ela pressupunha que o Português era a (única) língua oficial do novo país, tal como o Programa Político aprovado pela FRETILIN, cerca de um ano antes, preconizava.

Não existia, nesta constituição de 1975, qualquer referência ao Tétum ou a qualquer outra língua ou dialeto falado em Timor-Leste.

Durante a ocupação de Timor-Leste, a Língua Portuguesa foi muito utilizada pela Resistência à ocupação indonésia, sobretudo pelas FALINTIL.

Em artigo publicado pela “Camões”, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 14 (julho - setembro de 2001, p. 41), editada pelo Instituto Camões, o General Taur Matan Ruak, último comandante das FALINTIL explica porque foi o Português a língua usada, enquanto possível, pela Resistência Armada.

“Quando nos debruçamos sobre as relações entre a língua portuguesa e a Frente Armada, em particular, veremos que quatro fatores estiveram na base da manutenção dessa língua: primeiro, a presença da classe dirigente lusófona; segundo, por ser a única língua ortograficamente desenvolvida; terceiro, porque era a nossa língua oficial definida desde sempre; por último, porque era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural.”

“Nos tempos da guerra de posições, de 1975 a 1979, a língua oficialmente utilizada pela resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até à base.”

“Embora lutássemos com dificuldades de toda a ordem, utilizávamos todos os recursos disponíveis para não só preservar a língua, mas, essencialmente, expandi-la aos menores e analfabetos, através de aprendizagem, até utilizando para isso carvão e casca de certas plantas para servir de papel.”

“Porém quando se deu a queda das Bases de Apoio, as coisas mudaram, porque aquela classe detentora da língua portuguesa minguou fatalmente e esta quase que desapareceu da circulação, à exceção de certas correspondências entre os poucos dirigentes do topo ainda sobreviventes.”



No plano internacional a opção pelo Português feita em 1974 foi também uma expressão das afinidades da FRETILIN com os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas em África, e das ligações políticas, afetivas e culturais a Portugal.

Essas afinidades e ligações foram extremamente importantes. Com efeito, a colocação, por Portugal, de uma queixa no Conselho de Segurança da ONU, no próprio dia da invasão de Díli pela Indonésia, em 7 de dezembro de 1975, foi crucial para legitimar a luta contra a ocupação e envolver as Nações Unidas na resolução do Problema, até à autodeterminação em 1999.

Importantíssima foi, também, a solidariedade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que com as suas propostas e a sua solidariedade mantiveram a questão viva nas Nações Unidas, mesmo durante os longos anos em que Portugal praticamente nada fez em Nova Iorque.

O facto dos jovens timorenses rezarem em Português, no cemitério de Santa Cruz, aquando do massacre de 12 de novembro de 1991, teve um grande impacto em Portugal e ajudou a mobilizar a solidariedade portuguesa e lusófona.

No território ocupado e controlado pelas forças indonésias, a Língua Portuguesa foi proibida, com exceção para o Externato de São José. Mesmo neste o Português acabaria por ser banido, pouco depois do massacre de Santa Cruz.

Num artigo publicado no número 14 da Revista Camões, já atrás referida, o Padre João Felgueiras, S.J., fala do cuidado com que os seminaristas timorenses fizeram sucessivas transferências dos livros da biblioteca do Seminário de N.ª Sr.ª de Fátima, em Dare (perto de Díli), depois deste ter sido bombardeado em 13 de dezembro de 1975, e, conseqüentemente, em grande parte incendiado, e depois, em 1978, para o Colégio Bispo de Medeiros, em Díli, e finalmente, para a Câmara Eclesiástica, onde acabaram, apesar de tudo, por arder em 5 de setembro de 1999, poucos dias depois do referendo de autodeterminação. Eram livros em Português e os militares indonésios insistiam em que deviam ser queimados. Mas os padres e seminaristas timorenses resistiram e guardaram-nos até à autodeterminação.

No já referido artigo o Padre João Felgueiras, jesuíta português que foi um dos pilares morais e culturais da Resistência à ocupação, fala do “*milagre da escola de formação lusófona*” nestes termos:

“Quando Monsenhor Martinho da Costa Lopes, com o apoio dos padres Felgueiras e Martins, reabriu o Seminário em maio de 1978, com 12 seminaristas, tivemos dificuldade em encontrar professores. O mesmo acontecia com os padres Leão da Costa e Domingos da Cunha que reabriram o Externato de São José. Juntámos forças e o Seminário passou a lecionar por completo, o curso dos Liceus. É a esta escola, sobretudo, que se deve o ensino regular do currículo de ensino em Língua portuguesa, desde a primária ao 7º ano do Liceu. Alguns dos nossos Ministros e Sacerdotes e muitos funcionários e senhoras timorenses por ali passaram. Foi um «milagre» que tivéssemos conseguido manter tantos anos esta escola de formação lusófona, cristã e nacionalista.” (Felgueiras, 2001)

O Padre João Felgueiras, S.J., e o Professor Benjamin Côrte-Real, Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste, lembram que, tendo o Seminário sido aberto em maio de 1978 com 12 alunos, no Colégio Bispo de Medeiros, em Lahane (Díli) pouco depois os seminaristas passaram a frequentar as aulas do ensino liceal, com plano de estudos de Portugal e em Português, no Externato São José. Este, que era uma escola da Diocese de Díli a funcionar no ACAIT, até 1975, reabriu, por iniciativa e arriscado esforço dos padres timorenses Leão da Costa e Domingos da Cunha, nas instalações, entretanto abandonadas, que tinham sido o lar das irmãs Canossianas em Balide (Díli).

Enquanto o Seminário de Díli teve como reitores o Padre João Felgueiras, S.J., de 1978 a 1986, ou o Padre José Martins, S.J., de 1986 a 1992, aos Domingos muitas crianças e jovens iam ao Seminário não só para aprenderem a

doutrina cristã, mas também para aprenderem Português. Com a mudança de Reitor, o ensino de Português foi negligenciado, mas manteve-se, apesar de tudo, com menos alunos.

“Após Santa Cruz, as forças ocupantes forçaram os responsáveis a fechar, de vez, o Externato de São José. Podíamos dizer: tinha cumprido a sua missão.” (Felgueiras, 2001)

Referindo-se aos livros e revistas em Português clandestinamente lidos e guardados durante a ocupação, o sacerdote português conta:

“Os primeiros 10 anos de guerra foram, muitas vezes, de risco para quem tivesse livros ou fizesse uso da língua Portuguesa. Nesses primeiros anos, os livros eram escondidos, enterrados, à espera de melhores tempos. Em geral o livro não sobrevivia enterrado, mesmo dentro de sacos de plástico. Era com tristeza que se ouvia o timorense a lamentar que os seus livros tinham apodrecido.”

(...)

“Quando começou a ser negligenciada a perseguição cultural, os livros começaram a emergir de variados modos, espalhando-se cautelosamente por toda a parte. E era um tesouro quando apareciam! Naturalmente que eram os livros religiosos os mais desejados.”

“A compensar a anterior devastação de livros queimados ou estragados, começaram a vulgarizar-se as fotocópias. A princípio com grandes cautelas, ainda que fizéssemos fotocópias em Jacarta. Assim, muitas gramáticas de Ulisses Machado foram fotocopiadas às dezenas em Jacarta e, por amigos de confiança, trazidas para Díli. Até que, passado o medo ao olho vigilante da Intel, nos lançámos a sucessivas remessas de fotocópias do Ulisses Machado. Era quase um pequeno negócio. Vieram depois os pequenos livros das primeiras classes da Primária. Fomos fazendo sucessivas remessas de centenas desses livrinhos que eram levados aos recantos de Timor.”

“Entretanto, havia em Timor um pequeno livro que certamente arrecada para si a medalha de invencível e de ter chegado a toda a parte e em todos os tempos, e ter chegado às mãos de toda a gente. Até o «bapa» (administrador indonésio) o queria. Era um livrinho de orações, editado ininterruptamente em Braga desde há anos. É o DIA SANTIFICADO. Certamente não há um timorense que ignore este nome. Na verdade, desde 1971, foram chegando a Timor, continuamente, centenas de livros. Começada a guerra, todos os que passavam por Dare levavam no bolso da camisa o DIA SANTIFICADO. Como era livro religioso, passava mais facilmente. Durante estes 30 anos entraram centenas de milhares que escoavam para todos os lados. Em 1999, à falta de outro livro, o DS servia de livro de «leitura».”

“Uma revista periódica, a Cruzada Eucarística, também tem lugar de honra na promoção da Língua Portuguesa.”
“Os livros de cânticos religiosos em português foram também mantendo o uso da língua portuguesa.”

Apesar das dificuldades, poucos anos depois do encerramento do Externato de São José é o próprio Padre João Felgueiras, S.J., quem assume o risco de relançar o ensino do Português. São, novamente, dele as palavras que citamos a seguir:

“Uns 5 ou 6 anos antes do Referendo, começámos em Lahane o ensino da Língua Portuguesa a um grupo de «aspirantes» timorenses para Jesuítas. Embora fosse dedicado a esses jovens... e não faltassem imediatamente professoras voluntárias para ensinar, assim, como na clandestinidade, logo a seguir, correu a notícia. E começou um fluxo ininterrupto de crianças e jovens para se «inscreverem» no Curso de Língua Portuguesa. Eram às 10, às 20 e 50 por dia as inscrições. Chegámos a número «limite» de alunos, impossibilitados materialmente pelo espaço do lugar. Nem bastou o armazém e o terreno contíguo de um amigo vizinho. Era uma massa de 3.000 crianças e jovens que vinham aprender a Língua Portuguesa.”

5. O PORTUGUÊS COMO FRONTEIRA POLÍTICO-CULTURAL RELATIVAMENTE AOS VIZINHOS - UMA ESCOLHA DIFÍCIL.

Tendo o Português sido substituído, em 1980, pelo Tétum, como língua litúrgica, a fim de travar as pressões indonésias para a substituição da Língua Portuguesa pela Língua Indonésia nas igrejas, o Tétum teve um grande desenvolvimento. Além disso algumas instituições, sobretudo australianas, nos últimos anos da ocupação, dedicaram-se, não só ao seu estudo, mas também à edição de livros infantis e didáticos em Tétum. Deste modo a língua veicular mais falada em Timor-Leste começou a ser uma língua também escrita, e não apenas oral.

Essa evolução determinou, em fins de abril de 1998, poucas semanas antes da queda do regime do General Suharto, que a Convenção Nacional Timorense na Diáspora, reunida em Peniche, que criou o CNRT, uma estrutura unificada da Resistência Timorense (incluindo a FRETILIN e a UDT), definiu como objetivo dotar Timor-Leste de duas línguas oficiais, o Português e o Tétum.

Essa mesma decisão foi transformada em artigo da nova Constituição da RDT-L, que entrou em vigor em 20 de maio de 2002. Esse artigo foi aprovado sem votos contra, apenas com três abstenções, pela Assembleia Constituinte eleita em 30 de agosto de 2001.

A opção por essas línguas, com exclusão da Língua Indonésia e do Inglês, marcou a fronteira entre Timor-Leste e os seus dois grandes e poderosos vizinhos.

Foram muitas as promessas de apoio, em computadores, livros, etc., e as pressões da Austrália e até de muitos funcionários da UNTAET, para que o inglês fosse escolhido como língua oficial. E muitas continuam a ser as propostas, pressões e tentativas de australianos, por entrepostos timorenses, para atrasar a idade de começo da aprendizagem do Português pelas crianças timorenses. Com o pretexto de que é pedagogicamente melhor alfabetizar nas línguas maternas, procuram adiar para o 3º ou 4º ano do ensino básico o ensino do Português, aproximando as idades do começo deste com a do ensino do inglês, como diz o Reitor Benjamin Côrte-Real.

Foram muitas as promessas de apoio, em computadores, livros, etc., caso fosse essa a opção dos timorenses. Mas a liderança timorense e, com ela, a Assembleia Constituinte, incluindo os partidos da oposição ao Governo, foram firmes na sua demarcação face aos vizinhos e na afirmação da sua identidade própria.

Foi uma opção difícil, não só pelas pressões que teve que contrariar e vencer, mas também pelas dificuldades práticas da sua implementação.

É que quase toda a população timorense, em 2002, falava (e ainda fala) o Bahasa Indonésio. Em contrapartida, segundo a UNTAET haveria, em 2001, cerca de 11% de timorenses capazes de entender o português, língua que a grande maioria dos jovens desconhecia, então, completamente.

Acontece que a Língua Portuguesa é uma língua muito complexa e difícil. Enquanto em Tétum ou Indonésio os verbos têm uma única forma, em português, são muitas dezenas as formas verbais em que cada verbo, com os seus tempos, modos e pessoas, pode ser conjugado...

Portugal comprometeu-se a apoiar o ensino do Português. Mas alguns gestos grandiloquentes, de fácil mediatização, como o envio para Portugal de centenas de jovens timorenses para estudarem em universidades portuguesas, quase sem seleção prévia, sem saberem o Português, muitos deles, e com fracas bases do ensino secundário, quase todos, transformou em frustração aquilo que, feito com sensatez e devidamente preparado deveria ser um valioso contributo para o futuro de Timor-Leste e dos jovens bolsiros.

A própria realização de ações de formação avulsas, por professores portugueses, em vez da formação de formadores, e erros cometidos na seleção de futuros professores timorenses de Português, com exclusão dos mais velhos, eventualmente menos qualificados, mas com melhores conhecimentos do Português, aprendido ainda nos tempos da administração portuguesa, reduziu a utilidade e alcance que essas ações de formação em Português poderiam ter tido.

Felizmente alguns erros foram já corrigidos e podem-se registar ações de formação para o Português com grande êxito.

No entanto, a frustração da juventude timorense que não fala Português, e que, por isso, é rejeitada em concursos para a função pública, tem sido um fator de tensões.

O Povo Timorense venceu, até ao referendo, desafios extremamente difíceis.

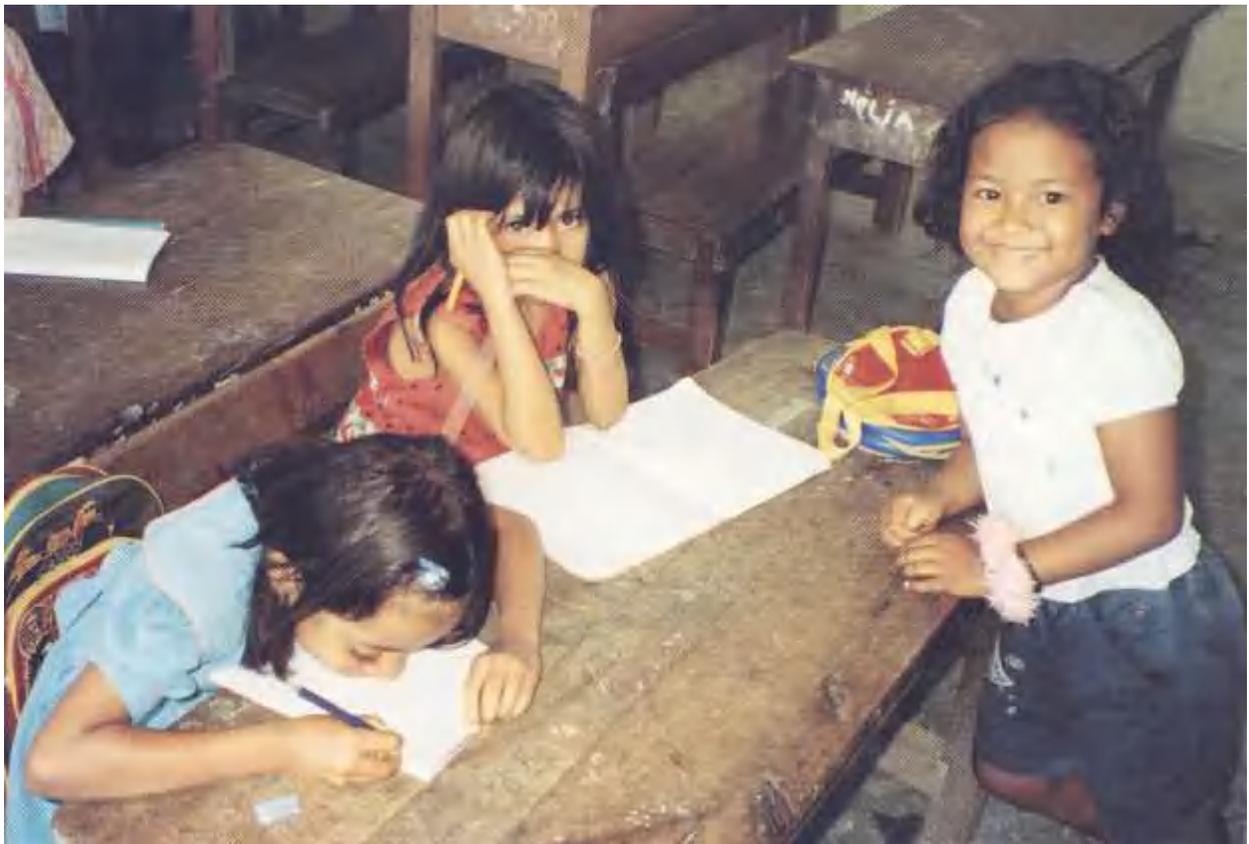
Tem continuado, depois disso, a enfrentar os desafios dos interesses petrolíferos e as sucessivas ações de pressão australianas sem ceder ingloriamente e sem hipotecar o futuro.

O desafio da Língua Portuguesa, que foi duro durante a ocupação, continua a ser difícil. Depende dos timorenses, do seu Governo, de Portugal e dos PALOP vencer melhor ou pior esse desafio.

A opção pelo Português e pelo Tétum foi a opção estratégica da liderança e do povo timorense, tomada livremente, através da sua Assembleia Constituinte democraticamente eleita pelo povo. Ela é muito importante para a identidade de Timor-Leste e para o seu futuro.

São as Línguas Portuguesa e Tétum que marcam a diferença entre Austrália e Timor-Leste, e se impõem como barreira cultural e psicológica à “anexação” pela Austrália, como seu prolongamento ou colónia.

É a Língua Portuguesa, e só ela, que separa, de forma clara, a Indonésia de Timor-Leste.



Escolhida desde o início da descolonização, em 1974, pelas três principais forças políticas, escolhida pela autoproclamada RDT-L em 1975, mantida viva, apesar das perseguições e todo o tipo de dificuldades, na montanha e nas cidades, durante a ocupação, mantida e novamente consagrada na Constituição, em 2002,

apesar das inúmeras pressões de países e organizações em que a anglofonia domina, foi e é um elemento importante do imaginário coletivo que define Timor-Leste como uma nação independente.

Em outubro de 1975, o grande líder timorense, Nicolau Lobato, dizia ao Padre João Felgueiras, no Quartel General de Taibesse:

“*Nós escolhemos como Língua Nacional de Timor a Língua Portuguesa.*” (FELGUEIRAS, Pe. J., 2001)

Vinte e seis anos mais tarde, o General Taur Matan Ruak, último Comandante das FALINTIL, dizia:

“*Queremos, enfim, afirmar que nunca perdemos a vontade de manter a língua portuguesa, tanto oral como ortograficamente, apesar das várias dificuldades e limitações impostas na redução física dos falantes da língua portuguesa. Sempre com o espírito de que a mesma será a nossa língua oficial, logramos conseguir aquilo que para muitos foi um sonho.*

Com muita razão dizemos: Valeu a pena lutar!” (RUAK, T., 2001)

6. BIBLIOGRAFIA

BARBEDO DE MAGALHÃES, António . *A Igreja Católica e Timor-Leste* . Documento de base para uma reflexão sobre a situação do povo de Timor-Leste, e o papel da Igreja: - Leigos, Padres, Hierarquia Católica e Movimentos Cristãos; Porto, 1987.

BARBEDO DE MAGALHÃES, António . *Descolonização do Ensino em Timor* . 18 de fevereiro de 2004.

BARBEDO DE MAGALHÃES, António . *Mensagem aos vivos* . Limiar; Porto, 1983.

BARBEDO DE MAGALHÃES, António . *Timor Leste e as Jornadas da Universidade do Porto* . Reitoria da Universidade do Porto; Porto, 1997.

CORTE-REAL, Benjamin . Comunicação ao 4º Colóquio Anual da Lusofonia; Bragança, 2005.

DEFERT, Gabriel . *Timor Est . Le Génocide Oublié - Droit d'un peuple et raisons d'États* . Coleção «Recherches asiatiques» - L'Harmattan; Paris, 1992.

Documentos da FRETILIN e do Governo na República Democrática de Timor-Leste . *Timor-Leste: Uma Luta Heroica* - 1976.

FELGUEIRAS, Padre João . *As Raízes da Resistência* . Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas - julho-setembro 2001 nº 14; Lisboa.

GCRET - Apresentação de propostas para o ensino de transição em Timor . 23 de abril de 1975

HULL, Geoffrey / ECCLES, Lance - *Studies in Languages and Cultures of East Timor* . Volume 1 - Language Acquisition Research Centre . University of Western Sydney Macarthur: Sydney, 1998.

Manual Político (Princípio - Ideário - Programa de ação) da União Democrática Timorense. 1974.

ODLING-SMEE, David . *Future Planning: Language and Educations in East Timor* - VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

PIRES, Governador Mário Lemos . *Relatório do Governo de Timor (Período de 13 de novembro de 1974 a 7 de dezembro de 1975)* - Presidência do Conselho de Ministros: Lisboa, 1981.

RUAK, Taur Matan . *A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia* . Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas - julho-setembro 2001 nº 14; Lisboa.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. - *Babel Loro Sa'e . O Problema Linguístico de Timor-Leste* - Instituto Camões . 1ª Edição: Lisboa, 2002.

Voz de Timor, (A) . Sábado, 17 de maio de 1975 . Ano XVI, nº 283. *Em Timor - Reformulação do Ensino* - Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor (GCRET).

Porto, 6 de outubro de 2005

A. Barbedo de Magalhães

20) BENJAMIM DE ARAÚJO CÔRTE-REAL, UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR-LESTE, INSTITUTO NACIONAL DE LINGUÍSTICA (TL)

Benjamim de Araújo Corte-Real., Mestrado obtido em julho de 1994 da Macquarie University, Sydney, Austrália – Mestrado em Linguística Aplicada; Tese – "*Grice's Cooperative Principles in the Key Ministerial Speeches on (Australian) Native (Land) Title (in the Mabo Debate)*";

Doutoramento (Ph D) obtido em abril 2000 da Macquarie University, Sydney, Austrália - Ph D em Linguística Antropológica, Tese - "*Mambae and Its Verbal Art Genres - A Cultural Reflection of Suru-Ainaro, East Timor*";

Desde julho 2001 – Diretor Geral do Instituto Nacional de Linguística (INL) da Universidade Nacional Timor Lorosae; desde 1 de outubro 2001 – acumula o cargo de Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosae; desde julho de 2002, Vice-Presidente da ONG Timor Aid sediado em Díli; desde julho de 2002, Presidente da Cruz Vermelha de Timor-Leste; Membro do Conselho Diretivo do Centro Juvenil Padre António Vieira sediado em Díli; Membro do Conselho Diretivo da Fundação Paz e Democracia.

Desde agosto 2002, Assistente do Vice-Presidente da Federação Internacional de Línguas e Literaturas Modernas (FILLM); desde outubro de 2003, Membro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa; desde novembro de 2002, Membro da **ASIAN CHRISTIAN FACULTY FELLOWSHIP**; desde janeiro de 2004, participante da **ASIAN UNIVERSITIES LEADERSHIP PROGRAM**; de 1998-1999 - Representante dos professores no Senado da Universitas Timor Timur e Supervisor do Centro de Estudo de Língua Inglesa da Universitas Timor Timur.

Tradutor de Português a Tétum (2001) do livro da autoria do jornalista português António Veladas – "Timor – Terra Sentida"; e Tradutor de Inglês a Tétum (2000) do discurso do Prof. Doutor Geoffrey Hull – "Língua, Cultura e Identidade Nacional" proferido no Congresso Nacional do Conselho Nacional da Resistência Timorense.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DE TIMOR-LESTE BENJAMIM DE ARAÚJO CORTE-REAL. 207

A escolha do português como uma das duas línguas oficiais de Timor-Leste destaca-se como um ato natural, em que a língua camoniana é um dado sobejamente maduro no auge de uma árdua e prolongada marcha de afirmação histórico-cultural e política do povo timorense. Orientada por este pensamento, a presente conferência aborda o papel da língua portuguesa como elemento indispensável para recuperar e preservar a identidade histórica, cultural e política dos timorenses, no momento em que o país se torna independente, após vinte e quatro anos de dominação Indonésia (1975-1999).

Neste contexto, a língua portuguesa – elevada ao estatuto de língua oficial ao lado da língua nacional (o Tétum, idioma indígena mais difundido no território) – consolida sua posição de ter sido sempre, ao longo da história de Timor-Leste, uma parceira fiel do Tétum, hoje também considerada língua oficial da República Democrática de Timor-Leste. Esta exposição apresenta reflexões sobre os raciocínios contracorrentes à decisão parlamentar timorense de oficialização do português, procurando compreender e descortinar as origens, a relevância e natureza políticas desses raciocínios e suas implicações.

Por fim, relata, também, alguns dos esforços que vêm sendo realizados por diversas instâncias dos âmbitos governamental e académico visando à reintrodução do português e ao posterior desenvolvimento de estudo e descrição das outras línguas locais. Após a libertação do seu território nacional, o timorense está novamente em teste; desta vez, num engajamento mais subtil. Em seu auxílio está a sua capacidade de caução e coerência para consigo próprio como povo que, condenado a assistir o dizimar da sua população, teimou acreditando no legado dos seus antepassados e em si próprio. Neste processo, indubitavelmente, a língua obvia-se como fator estratégico de relevo.

I. ANTECEDENTES

Timor-Leste chegou finalmente à liberdade com o reconhecimento de sua independência pela ONU, em 20 de maio de 2002. Para trás ficaram anos de brutal ocupação pela nação vizinha, a Indonésia - ocupação que só esmoreceu com a crescente inconveniência da continuidade do conluio e apoio dos países potentes da guerra fria nos anos precedentes (*conluio econômico do vizinho do sul, a Austrália*).

Uma das questões geradoras de debates viciosos durante os últimos anos, principalmente a partir de 1999, tem sido o critério de atribuição de estatutos às línguas faladas pela população timorense, em particular, no que tange ao estatuto oficial de qual ou para qual dessas línguas.

Importa saber que, desde a primeira hora da resistência (como ficou comprovado pelo CNRT²⁰⁸, a organização supradirigente da luta conjunta pela autodeterminação e independência do território) a língua oficial de Timor-Leste sempre foi o português, quer no mato, quer na diáspora, quer na clandestinidade que ligava as outras duas frentes da resistência (a armada e a diplomática).

Assim, a Assembleia Constituinte, resultante das primeiras eleições livres organizadas pela e sob direta observação da ONU e da comunidade internacional após a retirada das forças ocupantes, ficou incumbida de elaborar a Constituição do país. Aquele órgão, composto por doze partidos políticos com assento proporcional, deliberou exaustivamente na matéria e acabou por consagrar o tétum e o português como as línguas oficiais de Timor-Leste. Hoje, para se manter a devida precaução perante possíveis distúrbios aos planos e programas de difusão das mesmas, não se pode dispensar uma contínua reflexão sobre o porquê, a origem, a natureza, a causa da polémica respeitante a essa questão que, para uns, é um dado consumado, para outros, uma ilógica circunstancial, uma decisão insensata.

II. POSTULAÇÕES CONTRACORRENTES

As primeiras equações sobre qual língua adotar como oficial de um Timor-Leste independente surgiram publicamente depois de 1996, numa conferência realizada em Melbourne, Austrália, intitulada ***“it is time to lead the way!”***. O raciocínio discorria ao redor de dois considerandos:

(1) os países dispersos onde se encontravam os timorenses como consequência direta da ocupação, e
(2) que língua cada grupo falava nesses países. Assim, identificavam-se três pontos principais, tanto pelo número populacional da comunidade timorense, quanto pela importância política dos países anfitriões dessas mesmas comunidades, nomeadamente, (a) Portugal e outros países lusófonos, (b) a Austrália e (c) a Indonésia. As línguas seriam, então, o português, o inglês e o indonésio. Além disso, as três frentes na classificação da resistência - a armada, a clandestina e a diplomática - também não deixavam de merecer peso considerável na abordagem dessa questão.

Começou-se a sentir, com certa estranheza, uma *intromissão atrevida* por parte de alguns internacionais, numa questão que, em última análise, pertence aos timorenses deliberar. A massa, assim, foi atropelada por campanhas que foram nem sinceras nem bem-intencionadas por parte dos internacionais e coagida a expressar-se ‘livremente’ sobre o assunto de estatutos sobre as línguas. A tentativa dessas campanhas era de, desta vez, desviar a população da adesão e da lealdade para com os seus líderes. Segundo esses internacionais, não se pode sustentar o estável ordenamento sócio-político-cultural da sociedade timorense, assentando-se no pioneirismo dos líderes timorenses e na fidelidade do povo para com os mesmos.

Das muitas postulações do chamado discurso “contracorrente”, destacam-se:

A língua portuguesa é falada apenas por 5% dos timorenses e, desses, poucos a falam corretamente - implicando impraticabilidade de escolha, ou desafio sem retornos mediante a alternativa anglófona ou Indonésia. E ainda: O português é uma língua que nunca foi falada pela maioria da população – sugerindo a pertinência do indonésio, língua retratada como entendida pela maioria. Na verdade, essa percepção superficial e desviada da realidade originou-se das múltiplas propostas de ‘sondagens’ e ‘pesquisas’ realizadas entre 2001 e 2003 com iniciativa e

208 CNRT é a sigla do Conselho Nacional de Resistência Timorense.

apoio financeiro das agências internacionais. Tais “estudos” careciam de rigor, de profundidade e de imparcialidade, uma vez que os resultados eram como que conhecidos previamente. As distorções transpareciam já na articulação das perguntas, comprovando-se pelo subsequente tratamento tendencioso dos dados propositadamente colhidos, muito mais em função da conveniência pretendida por aquelas agências e seus agentes do que pela autenticidade e clarividência de um trabalho científico.

A opção pelo português não é mais do que o saudosismo da velha geração ao colonialismo português e A opção pelo português é um neocolonialismo cultural português - *induzindo a uma total aversão ao português e insinuando a imagem da ‘neutralidade’ anglófona e de um futurismo que estende promessas ao ‘culto’ da nova geração.* Essas colocações ignoram que em 1975 todos os cinco partidos políticos do território tinham a língua portuguesa com estatuto oficial, mesmo a APODETI, que preconizava a anexação do território à Indonésia.

A escolha do português é uma imposição linguística como forma de monopólio de poder político e exclusão da maioria desse poder – *ignorando que os timorenses têm o sentido de direito – tanto que teimaram pela independência – e desconsiderando que, além do português, os timorenses se comunicam por meio da outra língua que os une – o tétum.* Cabe lembrar que esta postulação esquece que o português, ao assegurar a preservação e desenvolvimento do tétum, facilita o acesso dos timorenses a outras línguas – inclusive ao inglês.

O português é defendido por mestiços descendentes de portugueses que querem alguma supremacia social e cultural perante o povo e a contínua ligação com Portugal - *dito por cine grafistas amadores australianos em maio de 2001 no aeroporto de Díli e repetido por um jurista australiano em 2002, citando nomes dos líderes como “mestiços”, incutindo o divisionismo através de ridículos escrutínios de racismo, ignorando o heroísmo da liderança política e a sua cabal entrega aos nobres ideais dos seus concidadãos, de fato, do povo inteiro - como se isto tivesse algum sentido no meio dos timorenses.* Uma afirmação dessa natureza ignora que os timorenses convivem sem discriminação racial; antes, apreciam o multiculturalismo – já na Austrália isso só é assegurado pela lei, com pouca efetividade pragmática.

A nova geração, fala a bahasa indonésia no seu dia-a-dia e o português é uma língua estrangeira que essa geração não fala, nem entende – É mais correto afirmar que a maioria da população entendia (entende ainda) o indonésio, devido à onipresença indonésia (civil ou militar) que a predispunha exatamente para isso; mas não que o cotidiano da população se realizasse via bahasa indonésia. O repertório da população, mesmo da juventude, quotidianamente é na língua nacional – seja esta o Tétum-Praça ou qualquer um dos vernáculos do país. Durante a ocupação, exceto nas situações formais, o uso da língua indonésia entre os timorenses, até mesmo entre os jovens, era tido como algo estranho para a cultura. Isto, apesar de a bahasa indonésia ter sido a única língua de instrução, e as línguas que mais tinham a ver com a cultura e a história do território, o tétum e o português, terem sido excluídas do sistema de ensino, a fim de fazer com que estas, com o tempo, se tornassem, elas mesmas, estranhas no seu próprio contexto histórico-cultural.

O português é uma língua estrangeira e não reflete a cultura de Timor-Leste - implicando contemplação ao purismo cultural – em paradoxo à ingênua e comumente entendida inevitabilidade ou incontornável agressividade da globalização, ou seja, a inerte abertura ao mundo; como se no primeiro instante da invasão australiana em 1942, ou da invasão indonésia em 1975, a língua portuguesa não estivesse já em terras timorenses havia mais de 400 anos. O fato é que os bisavôs timorenses já falavam e entendiam o português antes mesmo de o Capitão Cook ter pisado o solo australiano; ou seja, antes de os australianos terem uma sua língua dita oficial; ou, da mesma maneira, centenas de anos antes de uma língua oficial indonésia ser entendida nacionalmente, o português já havia sido assente em Timor-Leste.

O inglês é a língua que garante o desenvolvimento económico e tecnológico - *implicando o inútil esforço da aprendizagem do português a ser remediado pelo critério anglófono.* Este raciocínio aponta que falar inglês é garantia desenvolvimento económico; como se de entre os países anglófonos não houvesse nenhum que não fosse rico; como se não houvesse países não-anglófonos que não fossem ricos, ou economicamente prósperos; como se os japoneses ou sul-coreanos, ou taiwaneses fossem prósperos devido ao inglês. Além disso, carrega a ideia de que saber inglês significa também estar científica e tecnologicamente avançado.

O português não é uma língua de trabalho - implicando o nulo valor pragmático do português.

A CPLP²⁰⁹ só tem países distantes de Timor-Leste e sem recursos e não são uma potência económica - implicando a impropriedade da adesão; ignorando o valor e a convivência entre os países da CPLP. Mais ainda: como se os países vizinhos estivessem a ofertar tudo a Timor-Leste, inclusive suas águas e seu depósito subterrâneo (gás natural e petróleo); como se a noção de globalização estivesse a isentar-se dos países da CPLP; como se a proximidade geográfica se tivesse provado como o fator de garantia de independência e não ao contrário; como se o que verdadeiramente salvou Timor-Leste não tivesse sido a sua fé e a sua língua – a sua história; como se nos países ricos, não houvesse setores da população ainda pauperrimamente tratados; como se os países pobres pudessem partilhar da prosperidade dos países ricos, ou dois países vizinhos pudessem partilhar ilegalmente a riqueza de um terceiro vizinho, ou um país rico e poderoso apoderar-se das possessões do vizinho pobre.

O português é uma língua muito difícil - *incutindo mais medo e trauma a uma juventude habituada a um sistema de educação de fraca qualidade e sem rigor académico* Parece ser o português uma novidade no contexto timorense, como se no passado os timorenses não tivessem conhecido, falado, escrito, pensado nessa língua, na sua vida educativa, social, administrativa, etc. ...como se a língua portuguesa nunca fosse dominada por timorenses, no passado, agora, e como se os timorenses não tivessem o dom de poder aprender bem a língua portuguesa. Sem saber, estão a insultar o povo timorense, em especial as novas gerações, de *incapacidade*; como se Timor-Leste não pudesse, agora, que consagrou constitucionalmente a Língua Portuguesa, enfrentar esse desafio.

Quanto aos meios e ajuda financeira, compete a outras agências (o Banco Mundial, a UNICEF, a UNDP, a UNESCO, os doadores) decidir, sem problemas. Os timorenses devem limitar-se a pensar no uso das línguas maternas como línguas de instrução à criança, através das quais a criança aprende mais depressa e melhor do que em outra língua - *implicando uma maior disponibilidade financeira pela língua materna e um trabalho logístico de muitos anos sem garantia de sucesso, mas com efeito certo no atraso na difusão ampliada da língua portuguesa e no atraso da passagem dos saberes e de promoção de um sistema de educação com qualidade*. Uma afirmação dessas ignora o contexto sociolinguístico de Timor-Leste, a complexidade da questão etnolinguística, a escassez dos meios para a implementação do ensino via línguas maternas e suas implicações políticas, e, o mais grave de todos, o retardamento deliberado no processo da difusão das duas línguas oficiais e da transmissão do saber escolar e académico. A insistência (e a teimosia viciosa) nesta política demonstra ser a orquestração de um *serendipity* – a encantadora “solução ao acaso” da anglofonia. A verdade é que Timor-Leste está na sua melhor forma de sempre ao atribuir estatuto oficial à parceria do idioma mais difundido no território nacional – o tétum – e a sua língua tradicional de contacto com a civilização mundial – o português.

As traduções devem fazer-se em tétum, bahasa indonesia e inglês, porque o povo não lê em português - implicando a necessidade de se manter a língua indonésia e da urgência de aprender o inglês, ambas obstáculos eficazes da difusão da língua oficial portuguesa.

Não há professores de português suficientes - Como se os timorenses não pudessem formar professores dentro de uns poucos anos; como se os timorenses, que ficaram no esquecimento do mundo durante 24 anos, não pudessem agora fazer as coisas em seu tempo próprio; como se não houvesse (como há, especialmente por parte de Portugal e, embora em menor escala, do Brasil) a possibilidade de cooperação com outros países com vistas a superar a falta de professores entrementes.

Note-se que a injustiça, com que o raciocínio contracorrente tem tratado o português reside no paradoxo exibido por dois regimes cúmplices: o regime ocupacionista, que reprimiu efetivamente a ‘circulação da língua’ a poços da resistência (linguística, sociocultural e política); e o regime da ‘libertação’ (o de grande abertura e emancipação precoce), que impõe inacessíveis parâmetros de realização social da língua.

209 CPLP é a sigla da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Como se vê, contrariamente ao que pretendem disseminar, a imposição nunca veio da liderança política. A imposição tem vindo, sim, do raciocínio contracorrente promovido originariamente por alguns internacionais, na maioria, anglófonos e anglófilos vizinhos, de tal modo a parecer que os timorenses não respeitam a democracia quando os seus líderes insistem na coerência para com a identidade histórica, cultural e política do seu país. Como se os líderes das lutas pela libertação estivessem a contemplar uma condenação sistemática de morte aos seus próprios jovens e à sua própria pátria. Então, antes de ser um fator limitante aos jovens, a escolha do português é um plano de contra-orquestra à subjugação e satelização regional, pretendida por esses internacionais. Por isso, não se pode permitir na sociedade timorense o pensamento diminutivo da importância do português para o país lusófono na Ásia.

III. TÉTUM E PORTUGUÊS - LÍNGUAS PARCEIRAS

A parceria secular das duas línguas – tétum e português –, responsável pela elevação estatutária do idioma indígena – o tétum – ao longo dos tempos, do seu caráter local ao de língua franca e nacional por abrangência cabal do território, confere naturalidade à escolha da sua cooficialidade ao lado do português.

Neste aspeto, pioneiro e preponderante foi o papel da Igreja, como também foi propulsor e consolidador o papel da Administração Civil na expansão e difusão da língua nacional, o tétum. Este processo de uniformização e unificação linguística por meio do tétum levou consigo a inerente difusão da língua oficial de sempre – o português –, graças à disposição de elasticidade do tétum para se enriquecer com novos conceitos e vocábulos provenientes do português. A parceria das duas línguas estabeleceu-se, assim, sem concorrência de alguma outra vernacular de Timor, tornando-se um importante fator de caracterização linguística de ambas as línguas, e, em última análise, de consciência nacional e de diferenciação perante os povos vizinhos, contribuindo efetivamente para o enriquecimento da região em diversidade linguística e cultural.

O tétum continua hoje e para o futuro necessitando desta parceria para a sua constante caracterização e para o seu papel diferenciador, e Timor-Leste afirma-se como o único país soberano em todo o hemisfério oriental a tecer uma cultura austromelanésio com ingredientes de sabor latino-luso-cristão.

Assiste-se, portanto, a uma naturalidade na escolha do português, pela parceria secular com o tétum - que lhe valeu a elevação estatutária - que resulta numa interpenetração mútua entre as duas línguas, em que se tipifica o português falado por timorenses e em que o tétum absorve do português influências nos níveis fonológico, morfológico, sintático-semântico e pragmático. Se tentássemos eliminar todos os termos de origem portuguesa numa conversa dentro do contexto dos preparativos para a realização de uma atividade sociocultural – por exemplo, o casamento católico timorense – diríamos que os noivos não chegariam a casar-se, pois, o casamento tornar-se-ia inviável.

É por causa da cultura, da história, da política que se optou pela parceria estratégica do tétum-português para o estatuto oficial no país. Um puritanismo a ponto de considerar o português uma língua estrangeira em Timor-Leste, levaria o povo a um recuo absurdo e não ao senso comum e ao progresso. O primeiro levaria os timorenses a voltar ao cavalo e à carroça e a rejeitar os carros como meios de transporte, por ser o cavalo o seu transporte mais original; e o segundo conduziria Timor-Leste a acelerar a autonegação às suas características marcantes no tempo - características essas que lhe conferem distinção na linha de uma consciência nacionalista para um povo cuja estratégia de defesa contra a absorção é precisamente a sua singularização - e a política linguística faz parte dessa estratégia.

Não foi por acaso que os cinco partidos políticos de 1974-75 convergiram na escolha do português como língua oficial. É um fato comprovativo da centralidade da Língua Portuguesa na constituição da consciência nacional e da identidade linguístico-histórico-cultural e política timorense.

Frente à luta de resistência, o próprio regime da ocupação reconheceu o significado estratégico da língua portuguesa, da fé cristã católica e dos valores tradicionais timorenses - elementos indiciais da especificidade da metade de ilha, distinguindo-a não só da sua metade ocidental (território indonésio) como também do resto da região. Por isso, as campanhas da ocupação aconteceram sempre no sentido de destruir ou desmantelar a estrutura identitária timorense, em que os referidos elementos são índices por excelência.

Tanto tem bebido o tétum do português que este se tornou constante fonte de caracterização, modernização e elevação estatutária que se pode afirmar que se não fosse o português, linguisticamente falando, e se não fossem os portugueses, politicamente falando, não teríamos hoje um idioma indígena como língua oficial. A cooficialidade responde a e explica-se por essa parceria secular e por essa mutualidade pura e não simplesmente para preencher eventuais lacunas do tétum.

Neste ponto, o caso de Timor-Leste contrasta, por exemplo, com a situação do país vizinho do sul – a Austrália –, em que o inglês (ou os ingleses) eliminou em 200 anos mais de 100 línguas nativas.

Hoje, há documentos comprovativos de como os ingleses perseguiram, caçavam e exterminavam os aborígenes de helicóptero e de armas - portanto, em tempos bem recentes. Quer-se dizer que, se não suprimiram as línguas, mataram seguramente os seus falantes, resultando na morte certa dessas mesmas línguas.

Muito dessas tendências continuam vivas ainda hoje e já estão em atuação em território de Timor-Leste, de forma descarada e sem etiquetas. Frente à imponência devastadora das onnipresentes forças ocupantes, junto às suas instituições pela fidelidade aos princípios norteadores da sua luta, não foi a sua geografia imediata - ou seja, *não foi* o critério da regionalidade - que resgatou o povo. Pelo contrário, a geografia acabou por ser a causa direta do genocídio. Timor-Leste *foi salvo*, sim, pela coordenada da sua história. A história legou-lhe elementos distintivos, irredutíveis como a língua portuguesa e a fé católica, que embasam a teimosa recusa à integração e a pertinaz negação à submissão às armas ocupacionistas.

A razão de ser da língua portuguesa para Timor-Leste tem a ver com a identidade linguística, a identidade histórica, a identidade cultural, a identidade política do país, e que vai precisamente contribuir para o enriquecimento da região, para a diversidade linguística e cultural, encorajando a convivência sob o princípio de respeito mútuo entre os interlocutores. A geografia foi enganadora e traiçoeira, e ainda não deixou de ser: mudou de cor. O resgate, se algum houve, tem vindo, infalivelmente, da força da razão do povo timorense que se estriba no seu passado histórico e quer ir ao encontro do futuro, ativa, criativa e soberanamente.

IV. BIBLIOGRAFIA

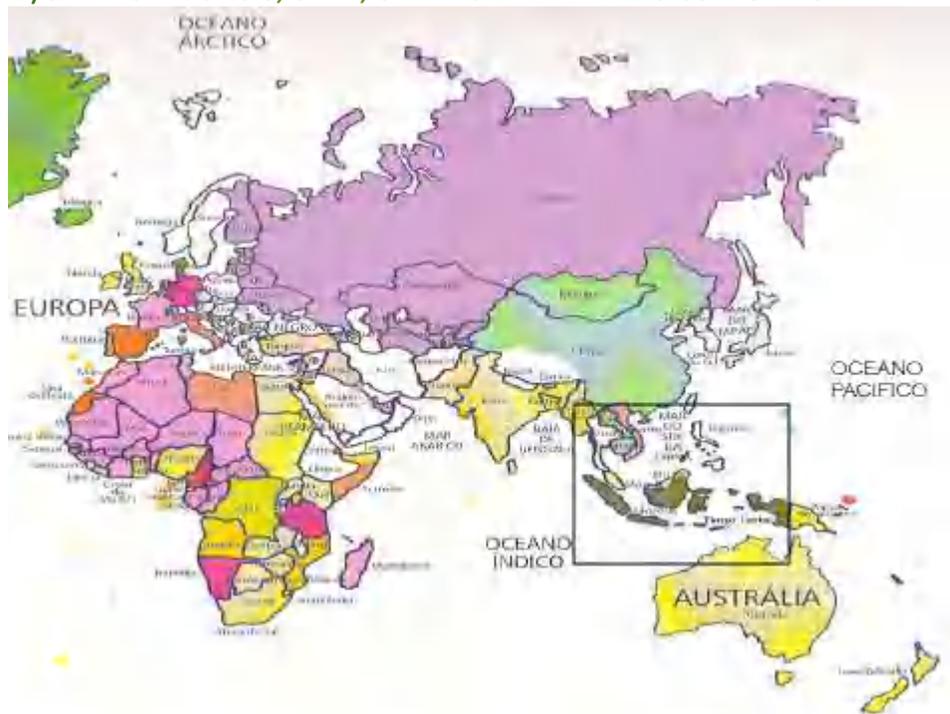
BRITO, Regina Helena Pires de. (2004) A língua adormecida: o caso Timor-Leste. BASTOS, Neusa. (org.) Língua portuguesa em caleidoscópio. São Paulo, EDUC/FAPESP. p. 319-329.

BRITO, Regina Helena Pires de et CORTE-REAL, Benjamim. (2003) Língua Portuguesa em Timor-Leste: análise de algumas especificidades fonético fonológicas. Atas do VIII Simpósio Internacional de Comunicacion Social. Santiago de Cuba. V. 1, p. 147-151.

HULL, Geoffrey (2001) Timór-Lorosa'e - Identidade, Lian no Polítika Edukasionál (Timor Leste - Identidade, Língua e Política Educacional). Lisboa, Instituto Camões.

THOMAZ, Luís Filipe (2002) Babel Loro Sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste. Lisboa, Instituto Camões.

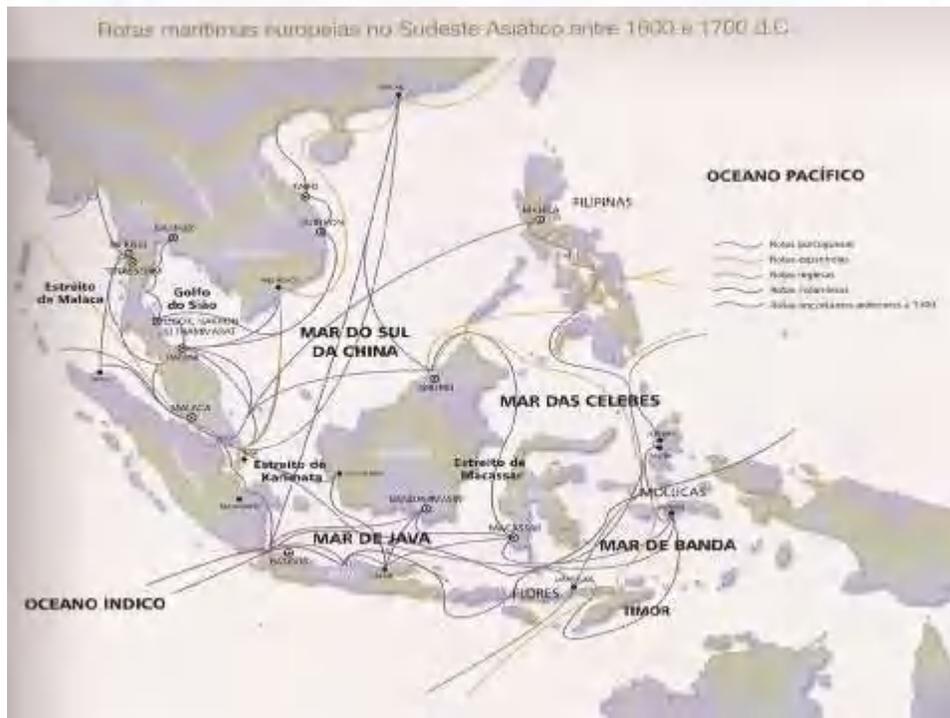
21) JAIME SALLES LUÍS, UTAD, UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES

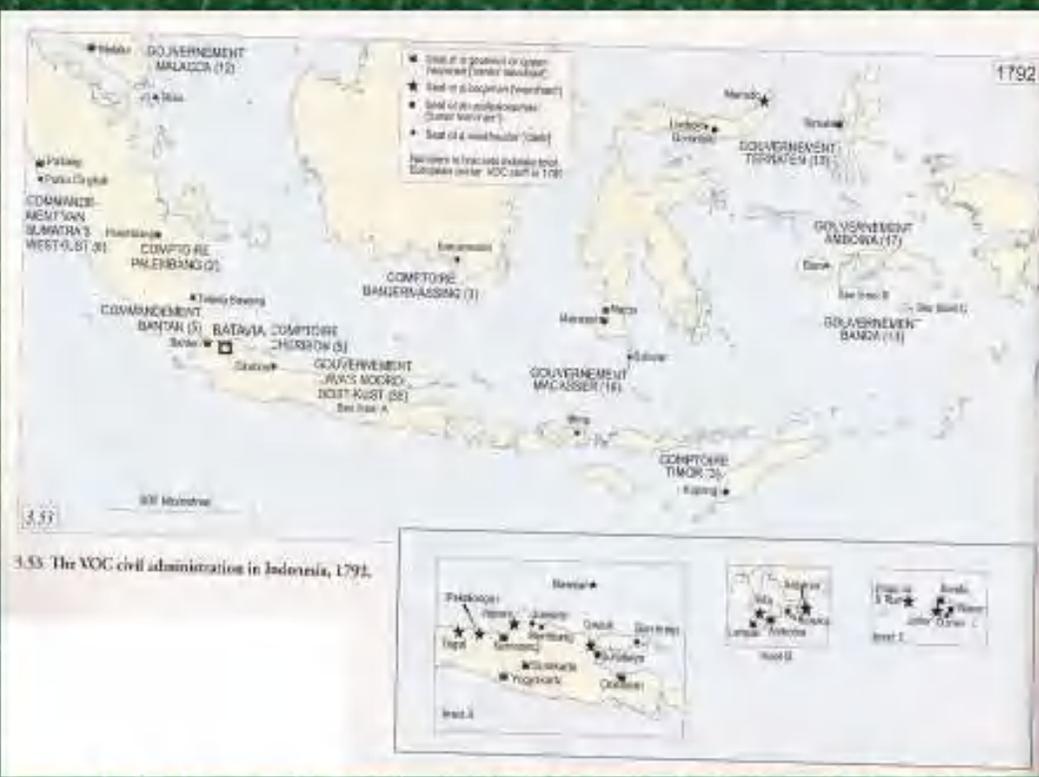


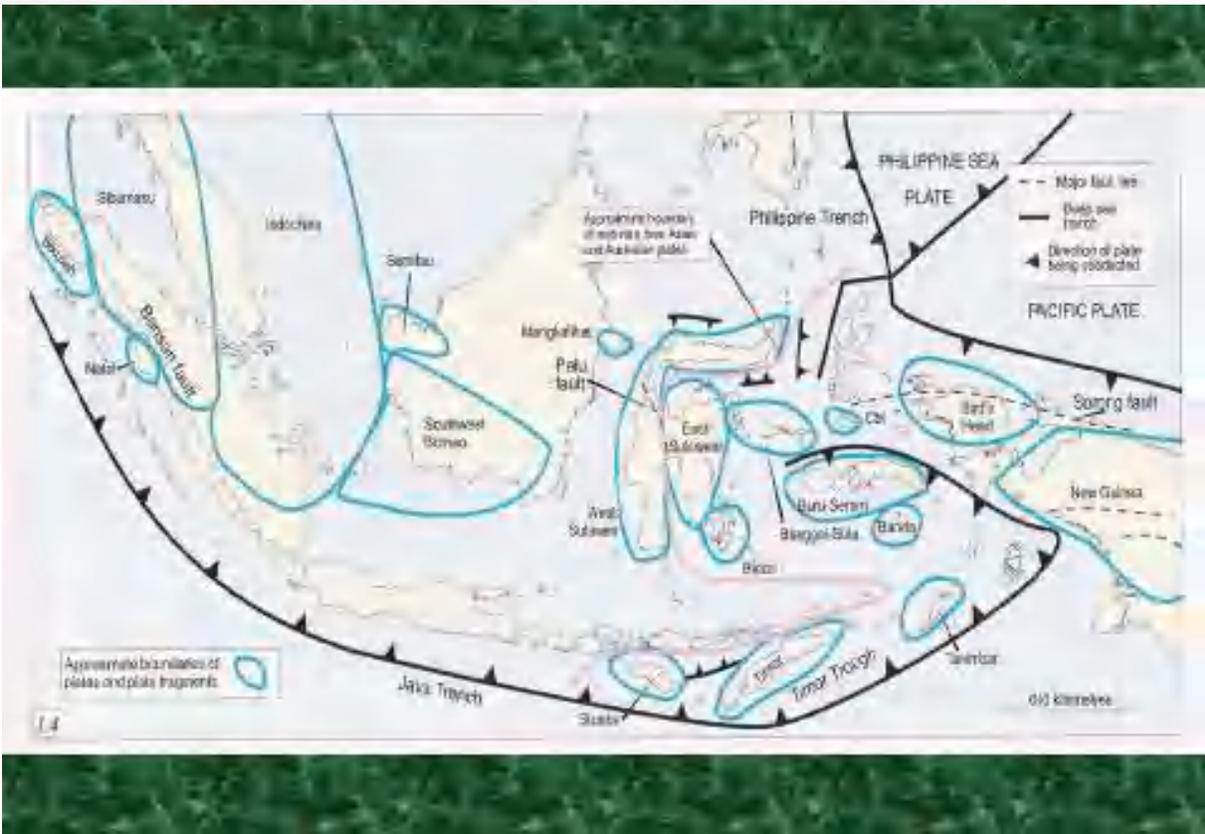
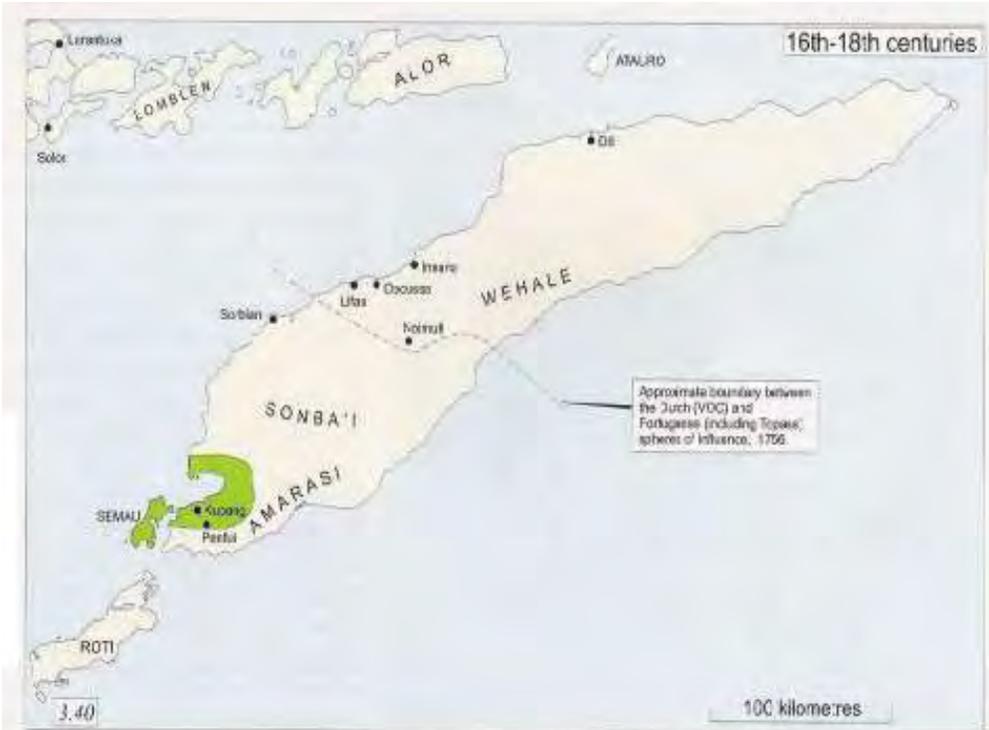
O CLIMA E A VEGETAÇÃO DE TIMOR LORO SAE. HOMENAGEM A RUY CINATTI.

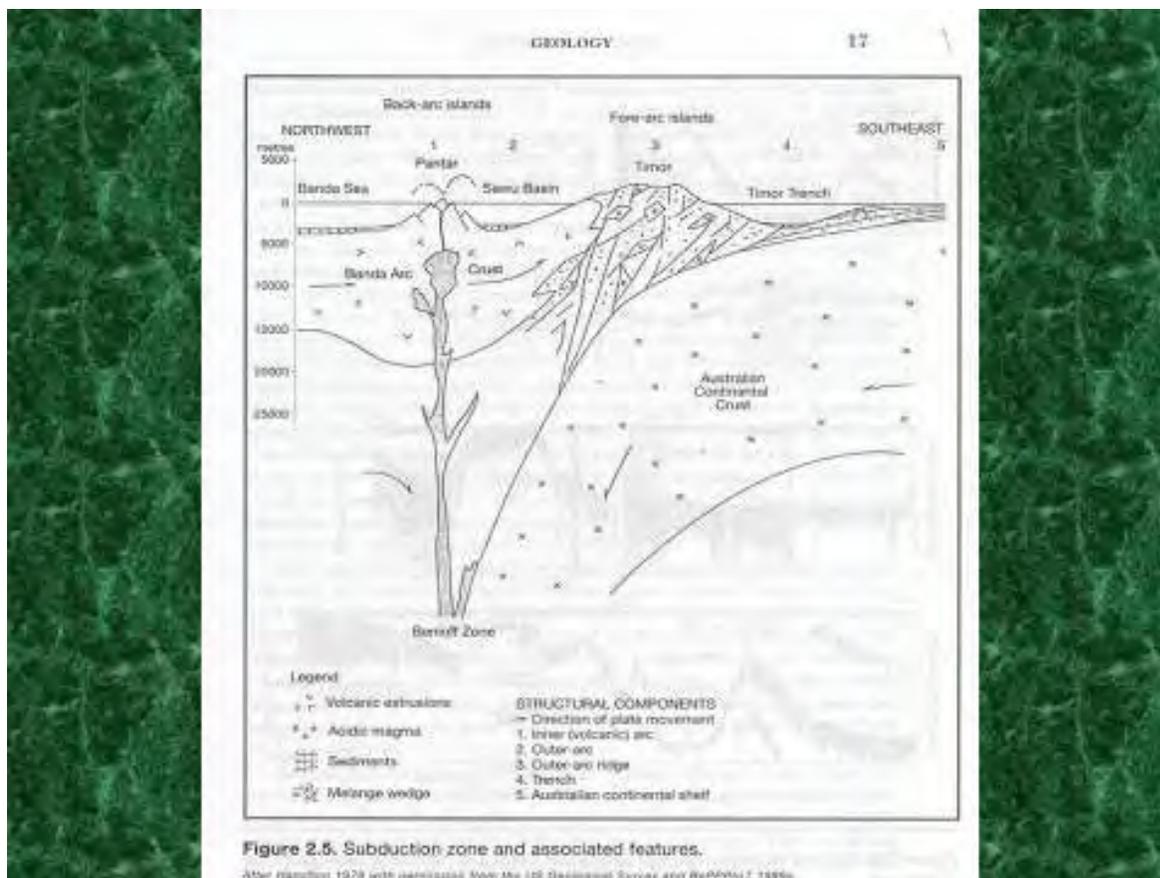


1. INTRODUÇÃO









Timor Loro Sae é um território que ocupa a parte Leste da ilha de Timor, localizada na parte oriental do arquipélago da Sonda, na confluência dos oceanos Pacífico (a Norte) e Índico (a Sul). Além da parte leste da ilha, ocupa ainda o enclave de Oé-cusse, na costa Norte, a ilha de Ataúro, em frente de Díli e o ilhéu Jaco, na ponta Leste, totalizando uma área de 18.997 km². A capital deste território é a cidade de Díli, junto ao mar, cujas coordenadas geográficas são 8º 34' Sul e 125º 33' Este.

Os portugueses aportaram nesta ilha em 1514, vindos de Malaca que haviam conquistado em 1511, em busca de sândalo. Desde essa época até à atualidade Timor-Leste passou por inúmeras convulsões, devido à sua importante posição estratégica. Primeiro entre holandeses e portugueses que apenas em meados do século XVIII, estabeleceram a atual fronteira, incluindo o enclave de Oé-cusse Ambeno. É desta época (1769) a fundação da cidade de Díli, pelo governador António Teles de Meneses que transferiu a capital de Lifau, devido à forte pressão dos holandeses.

Já no século XX, durante a II guerra mundial, primeiro os australianos e holandeses e, por essa razão, depois os japoneses ocuparam Timor-Leste, onde se mantiveram durante 3 anos e meio (fevereiro de 1942 a setembro de 1945). Em 7 de dezembro de 1975, a Indonésia invadiu Timor-Leste, na sequência do processo de descolonização que decorria em Portugal desde abril de 1974, embora a comunidade internacional nunca tenha aceite esta situação, considerando Portugal como a potência administrante.

Em 30 de agosto de 1999, na sequência do referendo realizado em Timor-Leste, sob a vigilância das Nações Unidas, o povo Maubere declarou claramente o seu desejo de se tornar independente no território de Timor Loro Sae, facto sem precedentes na História. Em 20 de setembro de 1999, as forças internacionais entraram em Timor-Leste, sendo este território considerado como um território não autónomo sob administração internacional das Nações Unidas. As eleições para a formação do novo Estado de Timor Loro Sae estão previstas para o ano de 2001.

Estima-se que a população atualmente residente no território ronde os 750.000 habitantes, sendo o português a língua oficial, embora o tétum seja a língua falada pela maioria dos timorenses.

Timor Loro Sae é um território de formação geológica recente, onde o intenso processo erosivo, devido ao regime das chuvas, ainda prossegue, originando um relevo muito acidentado, sendo o Monte Ramelau o ponto mais elevado do território, com 2964 m de altitude. Deste partem cadeias montanhosas segundo o eixo longitudinal da ilha, algumas terminando abruptamente no mar, como no Subão grande, na costa Norte, a Oeste de Baucau. A ilha vulcânica de Ataúro emerge majestosa do mar, a 23 km a Norte de Díli, atingindo, em Mano Coco, os 1000 m de altitude.

Entre as diversas cadeias montanhosas, ocorrem a Norte zonas planálticas de altitude, em Lospalos e Baucau ou ao nível do mar, em Batugadé, Díli, Metinaro e Manatuto. A costa Sul constitui uma vasta planície, desde a fronteira até Viqueque que se vai encurtando até Loré.

Encravados entre as cadeias montanhosas, correm diversos cursos de água de regime torrencial, na intensa estação das chuvas. Devido a este regime os rios não são navegáveis, dificultando, por outro lado, a comunicação entre as diversas localidades pelos fortes aluimentos de terras que provocam. Na costa Norte as mais importantes são as ribeiras de Lóis, Comoro, Lacló e Laleia. Na costa Sul temos as de Suai, Alas, Viqueque e Loré.

2. O CLIMA

O território de Timor Loro Sae está situado na zona intertropical o que lhe confere certas características próprias, a principal das quais é a existência de duas estações anuais bem definidas, a estação seca e a das chuvas, devido ao regime das monções. Na zona intertropical a variação térmica anual é muito pequena, pelo que é o regime pluviométrico que determina o tipo de meteorização dos solos, a vegetação existente e, portanto, a possibilidade de expansão de diversas culturas e, ainda, a localização dos agregados humanos.

O regime de monções determina, na zona intertropical, a existência de duas estações anuais, a estação seca e a das chuvas, com períodos variáveis dependendo da zona geográfica. Este fenómeno é mais marcado em Timor-Leste do que noutras ilhas do arquipélago da Sonda, devido à sua proximidade (500 km) em relação ao continente australiano.

De novembro a abril, durante a monção húmida, os ventos sopram do quadrante NW, trazendo chuva acompanhada de tempestades frequentes. De maio a outubro, durante a monção seca, os ventos sopram moderados do quadrante SE, transportando alguma chuva e reduzindo a temperatura, principalmente durante a noite.



A diversidade climática do território de Timor-Leste deve-se, principalmente, ao relevo acidentado, à orientação das cadeias montanhosas e à proximidade do continente australiano. F. A. Soares, em 1957, com base na temperatura média anual, na precipitação anual e na altitude, divide o território de Timor-Leste em três zonas.

A primeira, na costa Norte, vai desde o nível do mar até aos 600 m de altitude, com uma temperatura média anual de 24º e uma precipitação anual inferior a 1500 mm. A estação húmida vai de dezembro a abril (5 meses) e a estação seca de junho a outubro (5 meses). Maio e novembro são meses de transição. A segunda, na montanha, ocupa as vertentes Norte e Sul, acima dos 600 m de altitude, com uma temperatura média anual abaixo de 24º e uma precipitação anual superior a 1500 mm. A estação húmida vai de dezembro a abril (5 meses) e a estação seca de julho a outubro (4 meses). Maio, junho e novembro são meses de transição. A terceira, na costa Sul, vai desde o nível do mar até aos 600 m de altitude, de relevo menos acidentado, com uma temperatura média anual acima de 24º e uma precipitação anual superior a 1500 mm. A estação húmida vai de dezembro a junho (7 meses) e a estação seca de agosto a outubro (3 meses). Julho e novembro são meses de transição. Nas três zonas, o mês de novembro marca a transição entre as estações húmida e seca.

A distribuição das chuvas é condicionada pela orografia, nomeadamente pela disposição das cadeias de montanhas, pela distância ao mar, e depende, ainda, do regime de monção, sendo que a fração da precipitação anual que cai no período húmido é muito elevada, contrastando claramente com a do período seco.

Na costa Norte esta diferença é muito marcada, atenuando-se na zona de montanha, devido à altitude, sendo menos acentuada na costa Sul, devido à orografia mais suave e à posição relativamente aos ventos dominantes de SE (na estação seca), vindos do continente australiano.

A temperatura mantém-se praticamente constante durante todo o ano, devido à pequena oscilação da duração dos dias e das noites e, do zénite do sol ao longo do ano.

Durante a monção húmida, com ventos dominantes de NW a percepção do calor é mais intensa, uma vez que a humidade relativa é muito elevada. Durante a monção seca, com ventos dominantes de SE, mais frescos, a temperatura baixa ligeiramente, principalmente durante a noite.

As variações térmicas são devidas, principalmente, à altitude o que torna as regiões costeiras mais quentes que a zona de montanha. No entanto, as diferenças absolutas não ultrapassam os 10 º e, localmente, a variação anual não excede os 3 º.

De forma genérica e global podemos dizer que o clima de Timor-Leste é quente ($T > 20^\circ$), embora a altitude desempenhe um papel moderador acima dos 1200 m, como por exemplo em Ermera e Maubisse, húmido ($H > 80\%$) e chuvoso ($R \approx 1500$ mm).

3. A VEGETAÇÃO

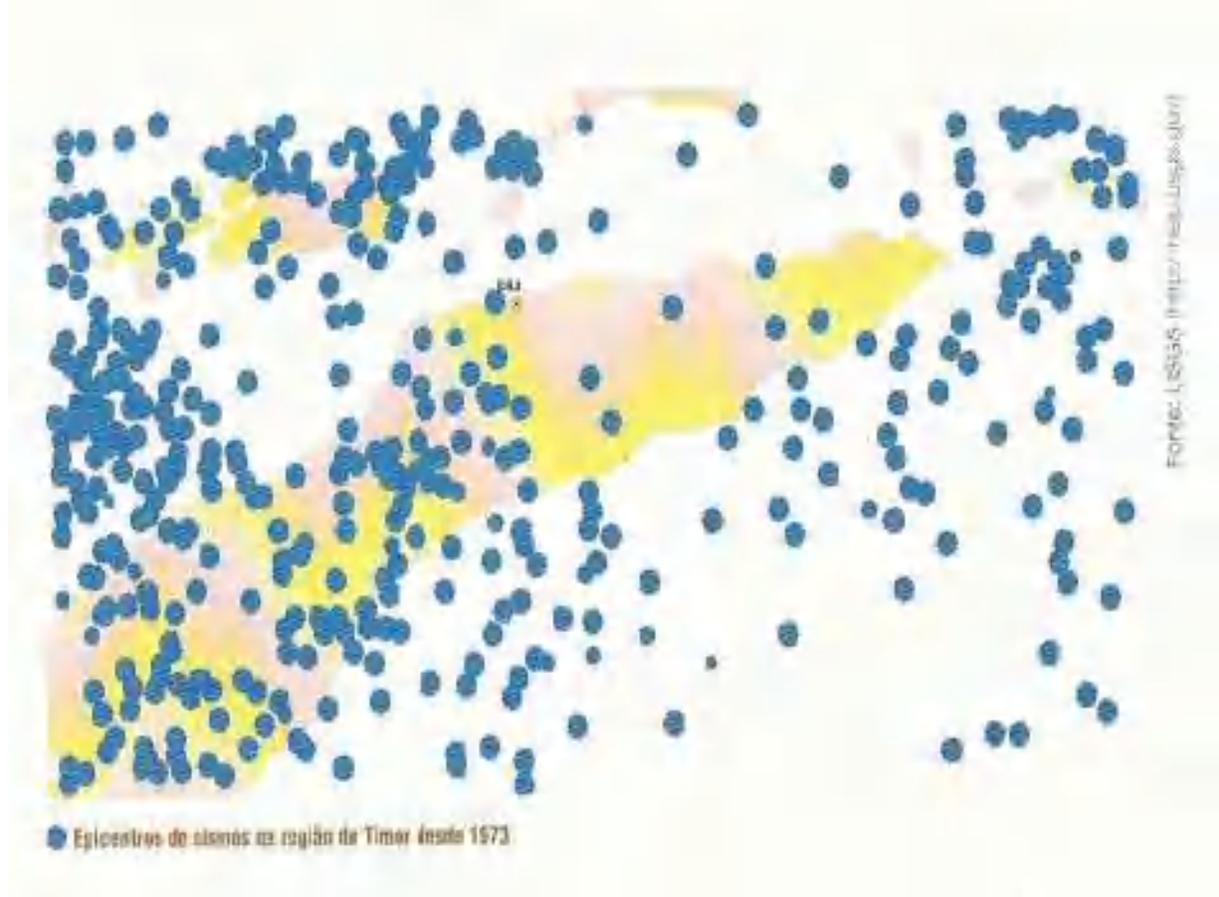
O território de Timor Loro Sae inclui-se na unidade fitogeográfica e florística conhecida como Malásia que se estende, de Norte para Sul, junto à linha equatorial, desde a península da Malásia até às ilhas Salomão, numa extensão de 8000 km, entre as longitudes 95º e 160º Este. Dentro desta extensa unidade pertence ao grupo ocidental, juntamente com a península da Malásia, Sumatra, Java, Bornéu e arquipélago da Sonda.

Embora a vegetação seja abundante em Timor-Leste, ela não tem o aspeto luxuriante de outras zonas desta unidade, devido, por um lado, à intensa ação humana, nomeadamente através da agricultura itinerante e, por outro, à natureza geológica, principalmente rochas sedimentares, da sua constituição.

Os estudos desta natureza são muito escassos, constituindo referência essencial o trabalho realizado por Ruy Cinatti, em 1950. Embora os valores relativos às diferentes categorias descritas devam ser tidos com a natural reserva que o intervalo de tempo (50 anos) impõe, mantêm-se, no entanto, o seu grande interesse relativamente à classificação proposta e à descrição apresentada.

Ruy Cinatti, no reconhecimento das formações florestais em Timor, considera, principalmente, a existência das florestas primária e secundária. Na primeira, identifica o mangal, as formações do litoral, das zonas baixas, das zonas médias e de montanha. O mangal e a floresta do litoral são descritos separadamente, por constituírem tipos muito definidos sem grande variabilidade florística e fisionómica. As formações das zonas baixas, médias e de montanha são descritas como florestas mistas, dada a especificidade que apresentam no território de Timor-Leste. Na segunda, inclui ainda a savana.

O mangal ocupa uma área reduzida, de aproximadamente 7500 ha (hectares), devido à configuração da linha de costa que, ao contrário das outras ilhas do arquipélago da Sonda, não é muito recortada. O mar é bastante batido pela ondulação, principalmente na costa Sul, e os cursos de água não se resolvem em estuários dilatados. Assim, não se reúnem “as condições topográficas necessárias ao desenvolvimento do mangal que procura sempre as enseadas, as baías e outros recortes da costa, onde as águas do mar tomam um aspeto de relativa tranquilidade.



É na costa Norte que os arvoredos caraterísticos ocupam áreas mais extensas, como em Metinaro, Tibar e Maubara. Na costa Sul, reduzem a sua área de expansão à foz das ribeiras ou aos terrenos alagadiços e pantanosos. Podem, além disso, ser constituídos por uma só espécie, ao contrário do que sucede com a maior parte das formações ocorrentes nos trópicos.”

“As espécies componentes das várias associações da formação distribuem-se, regularmente, em linhas paralelas ao litoral ou às margens das ribeiras atingidas pelas marés.”

Primeiro aparecem, ainda no mar, grupos isolados de *Rhizophora conjugata* que junto à costa se reúnem em maciços arbóreos de largura variável. De seguida aparecem, normalmente associados às primeiras, povoamentos de *Sonneratia alba* e de *Bruguiera sp.*, conforme a natureza dos terrenos em que vegetam.

*“As zonas interiores, inundadas simultaneamente pelas águas fluviais e pelas marés, são povoadas por maciços gregários de *Avicennia marina* e por representantes secundários de *Rhizophora* e outras espécies em regime misto, tais como: *Excoecaria agallocha*, *Aegiceras corniculatum*, *Xylocarpus granatum* e *Heritiera littoralis*.”*

“A floresta primária do mangal é uma fonte de riqueza, visto que a madeira das árvores é de ótima qualidade e da casca extraem-se substâncias taninosas de alto valor.”

A floresta do litoral ocupa uma estreita faixa entre a zona costeira do mangal e as formações das zonas baixas mais para o interior. A sua flora é pobre, relativamente, em géneros e espécies.

*“Uma das características essenciais deste tipo de vegetação consiste em as espécies serem providas de frutos adaptados à disseminação pelas correntes marítimas. Daí ocuparem uma vasta área de distribuição litoral. Do ponto de vista fisionómico, esta vegetação compreende várias formas, todas elas submetidas às condições climáticas e edáficas. Desde as árvores de alta estatura às plantas herbáceas, sucedem-se comunidades várias, que de modo algum estão relacionadas com os graus reconhecidos da sucessão. Excetuando a *Casuarina equisetifolia*, são raras as espécies que se encontram em povoamentos puros.”*



Em Timor-Leste, a área fitogeográfica considerada não difere floristicamente das restantes ilhas do arquipélago da Sonda. A composição e exuberância deste tipo de floresta dependem naturalmente da precipitação e do grau de humidade.

“Na costa Norte, com regimes de chuva sujeitos à influência das monções e a um período de seca de 5 a 6 meses no máximo, a vegetação do litoral sofre, evidentemente, na sua complexidade e pujança.” De Maubara a Lautém, “esta vegetação ora se aproxima do seu aspeto normal ora desaparece completamente, dando lugar a revestimentos de gramíneas invadidos, aqui e ali, por exemplares pioneiros da savana e da floresta secundária,

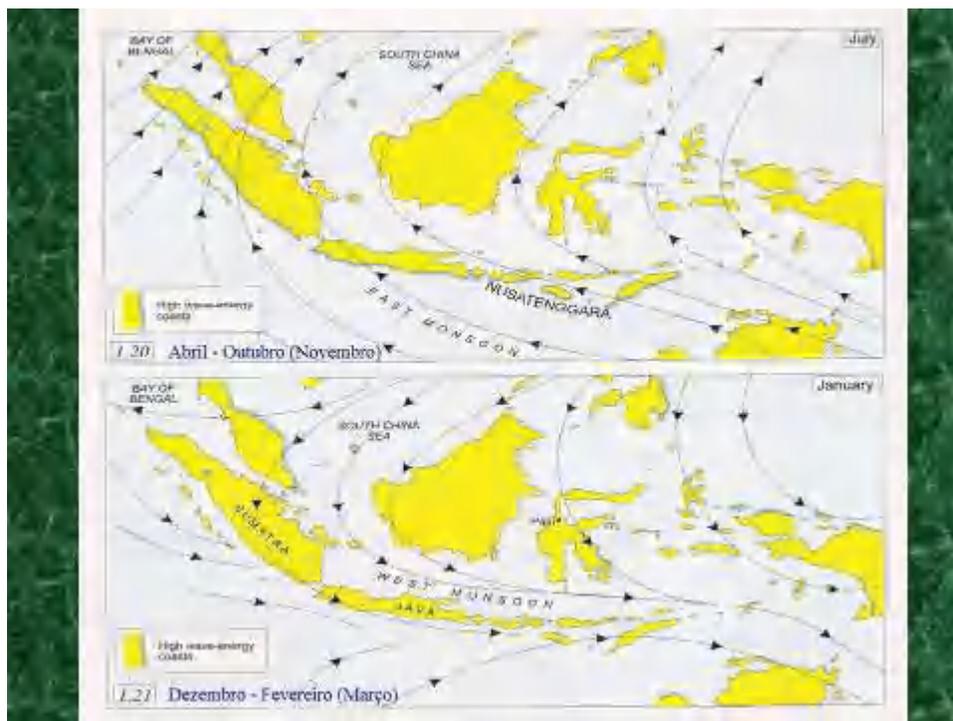
tais como o *Eucalyptus alba*, *Zizyphus mauritania* e *Tamarindus indica* e, ainda, indicadores de climas secos, tais como espécies de *Opuntia*, *Aloes* e *Euphorbia*.”

“Na costa Sul, onde se verificam duas épocas de chuva, com um mínimo de tempo seco não superior a três meses, a vegetação do litoral atinge o seu apogeu, já pela quantidade de espécies que a compõem, já pela densidade dos seus agrupamentos. A formação *Calophyllum*, *Hernandia*, *Heritiera*, *Cerbera*, *Terminalia*, *Barringtonia*, debruça-se em rolos de verdura sobre as praias cobertas, em parte, pela consociação *Spinifex littoreus*-*Ipomoea pes caprae*. Noutros sítios, porém, as extensões arenosas são marginadas por faixas estreitas de *Casuarina*, a que se associam, aqui e ali, exemplares de *Pandanus*.”

A floresta primária mista ocupa uma área de pouco mais de 200.000 ha, devido a fatores antropogénicos, como sejam as queimadas na estação seca e a agricultura itinerante.

As formações das zonas baixas, médias e de montanha ocupam territórios por vezes sobrepostos, pelo que são consideradas aqui como florestas mistas. Nas formações das zonas baixas e médias podem ainda ocorrer florestas sempre verdes (de chuva) e decíduas (de monção), cuja vegetação se diferencia com o regime pluvial e também com a natureza das formações geológicas e pedológicas em que se inserem, embora essa diferenciação não seja aparente nas regiões submetidas a um regime climático de chuvas mais ou menos constante.

“A floresta sempre verde (de chuva) tem como dominantes espécies dos géneros *Eugenia*, *Intsia*, *Elaeocarpus*, *Canarium*, *Dysoxylum*, *Ficus*, *Litsea*, *Sarcocephalus*, *Terminalia*, *Parinarium* e *Pometia*. Se na definição inicial de floresta primária considerarmos apenas o estágio final da sucessão ou clímax, independentemente do centro de difusão dos géneros, teremos que incluir na floresta de folha perene as vastas manchas de *Eucalyptus decaisneana*, espécie endémica que, a partir de 800 m, cobre quase todas as elevações de Timor.”



“A floresta decídua (de monção) é inteiramente dominada pelos géneros *Schleichera* e *Pterocarpus* a que se associam espécies dos géneros *Acacia*, *Vitex*, *Corypha*, *Wrightia*, *Sterculia*, *Zizyphus* e *Bauhinia*.”

“A floresta de montanha, devido a sua localização em altitude, inclui-se na floresta sempre verde (de chuva) e afirma-se pela presença do *Podocarpus imbricata*, *Casuarina junghuniana*, *Pygeum*, *Vaccinium*, *Palaquium*, além do *Eucalyptus decaisneana*.”

“A proximidade dos cursos de água afeta a composição da floresta primária, assim como a presença das toalhas de água superficiais. Algumas das espécies distribuem-se à volta dos terrenos mais ou menos pantanosos ao longo das ribeiras que servem de traço de união a comunidades semelhantes situadas paralelamente a diferentes alturas. Daí, o carácter misto da floresta que possui componentes da floresta de chuva, da floresta das monções e ainda da floresta secundária, distribuídas independentemente das zonas climáticas a que pertencem.”



Quando a influência do Homem “se manifesta de modo contínuo e persistente através das queimadas, do pastoreio, da penetração agrícola e da derrubada, a floresta primária cede passo a outro tipo de vegetação denominado floresta secundária, constituída, em geral, por géneros e espécies diferentes.”

“A floresta secundária encontra-se distribuída por extensas regiões. A ela se pode aplicar com propriedade o denominativo inglês de jungle, por ser composta por uma grande quantidade de árvores de pequeno porte, arbustos e trepadeiras.”

“Nas clareiras abertas recentemente no manto florestal primário, começa por aparecer certo número de espécies pertencentes aos géneros Trema, Macaranga, Mallotus, Homalanthus. Nas áreas de rejuvenescimento mais adiantado, encontram-se representantes de outros géneros, como, por exemplo, Litsea, Premna, Vitex, Cordia, Pterospermum, Kleinhovia, Melochia, Sterculia. Aleurites moluccana é muito frequente e por vezes dominante em pequenos bosques, assim como Jatropha curcas, espécie exótica que se encontra habitualmente em terrenos que foram cultivados.”

“A transição para a savana, faz-se progressivamente e adquire aspetos muito variados. Onde os incêndios se manifestaram de forma contínua e persistente, encontra-se a savana-prado, composta por extenso revestimento de Imperata cylindrica, Saccharum spontaneum, Themeda quadrivalvis e outras gramíneas. As árvores dominantes da savana são, nos terrenos do litoral, Borassus flabellifer, Eucalyptus alba, Zizyphus mauritania e Dichrostachys cinerea, aparecendo Acacia leucophloea nos terrenos mais elevados de constituição calcária.”

“Distingue-se também um outro tipo de savana composta por *Opuntia sp.*, *Euphorbia sp.* e *Aloes sp.*, que refere a vegetação a um clima muito seco e, correlativamente, a uma formação lotori-sicidésértica.”

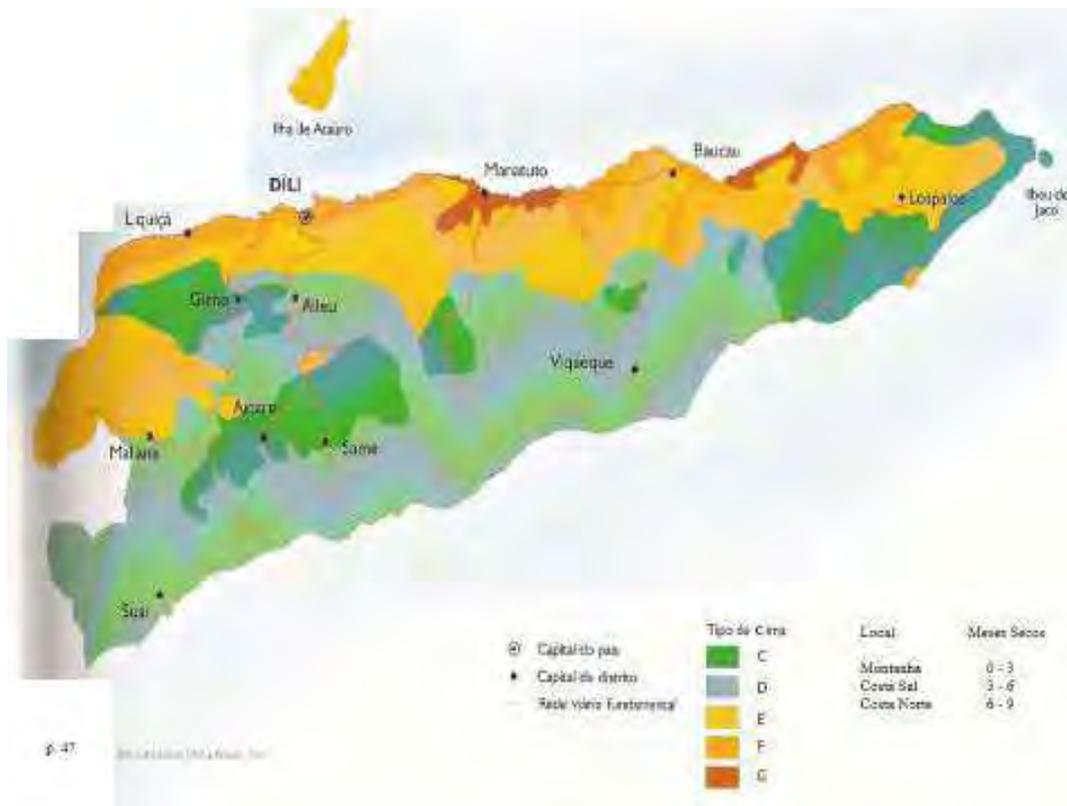
4. DOCUMENTOS CONSULTADOS

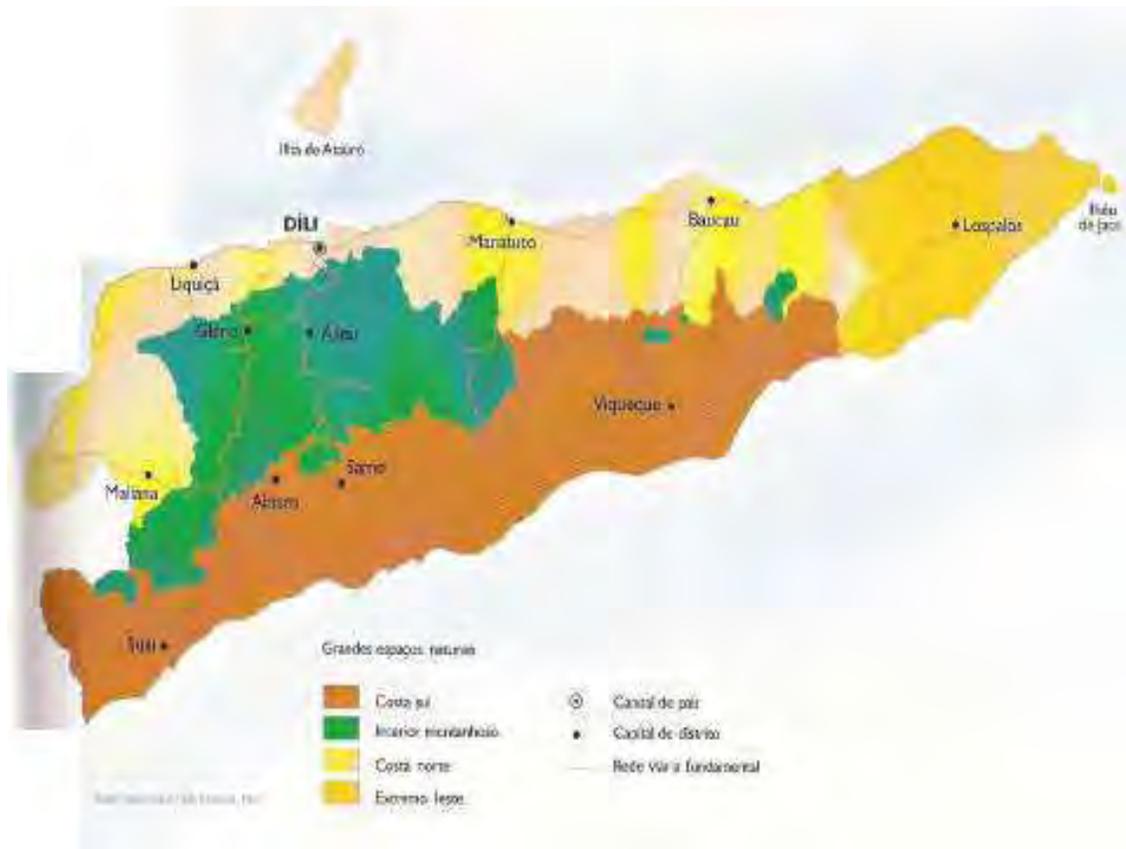
Altavista Company 2001. Timor-Leste.

Cinatti, R. 1950. Reconhecimento Preliminar das Formações Florestais no Timor Português. JIC. Lisboa. 80 p.

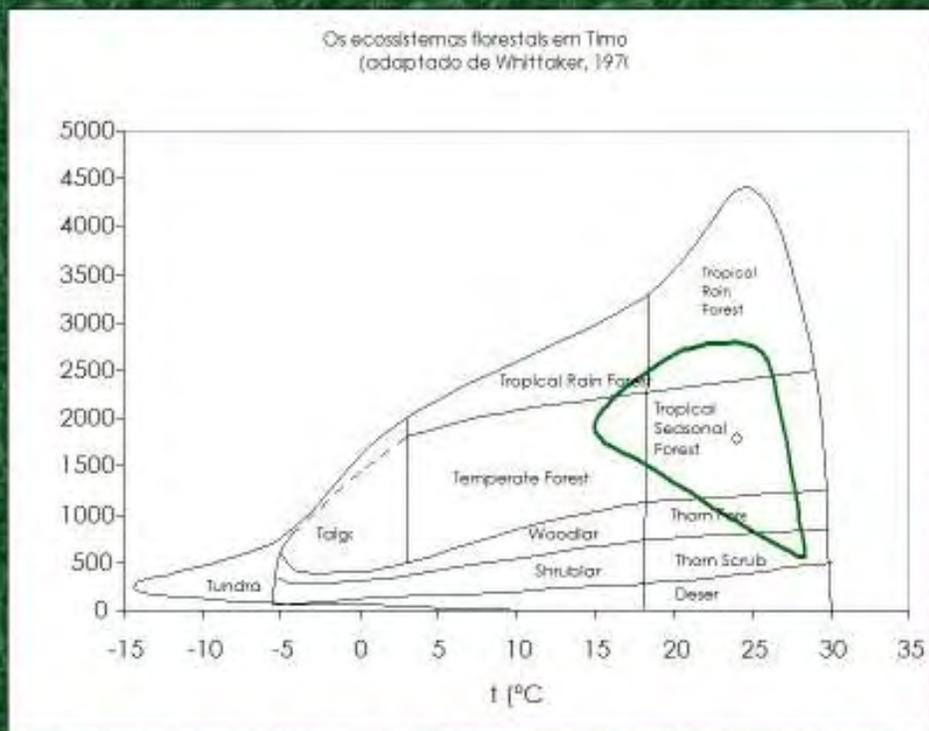
Jacobs, M. 1988. The Tropical Rain Forest. A first encounter. Springer-Verlag. Berlim. 295 p.

Thomas, L. F. 1994. De Ceuta a Timor. Difel. Lisboa. 778 p.

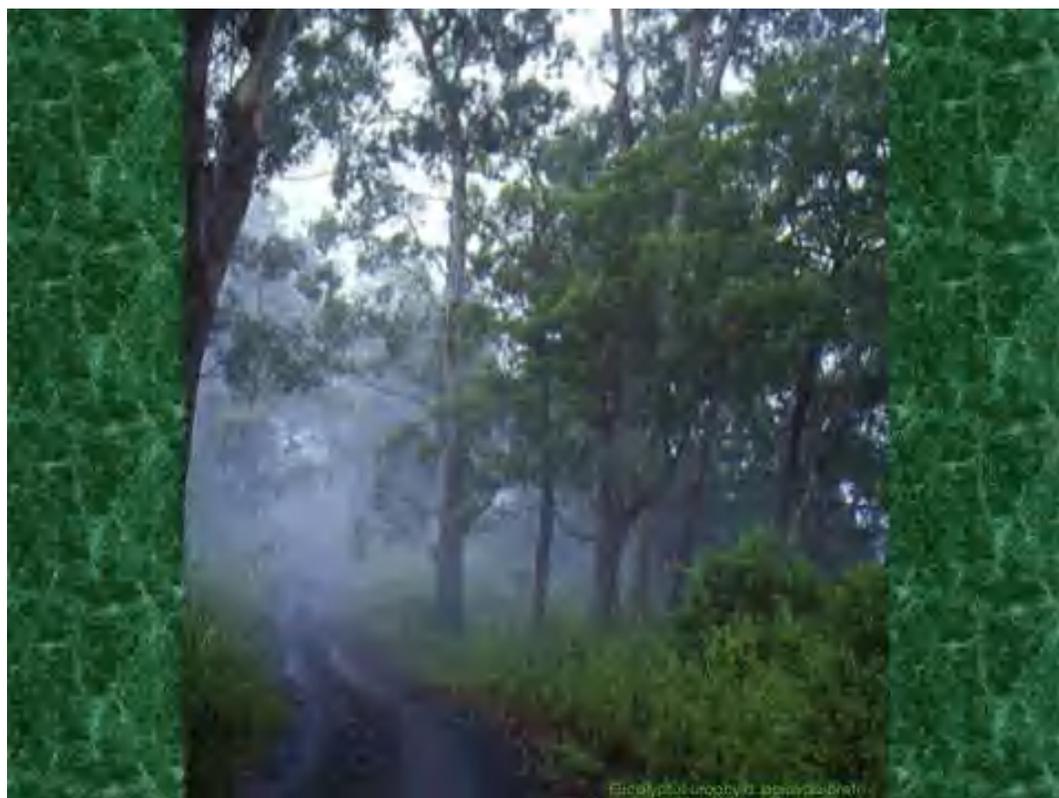












Escalopóroonny a. bonapartei



Rhizophora cuneifolia, Sonneratia obovata, Avicennia nitida



Imagem de Indira Sarita Malcena, coautora do livro

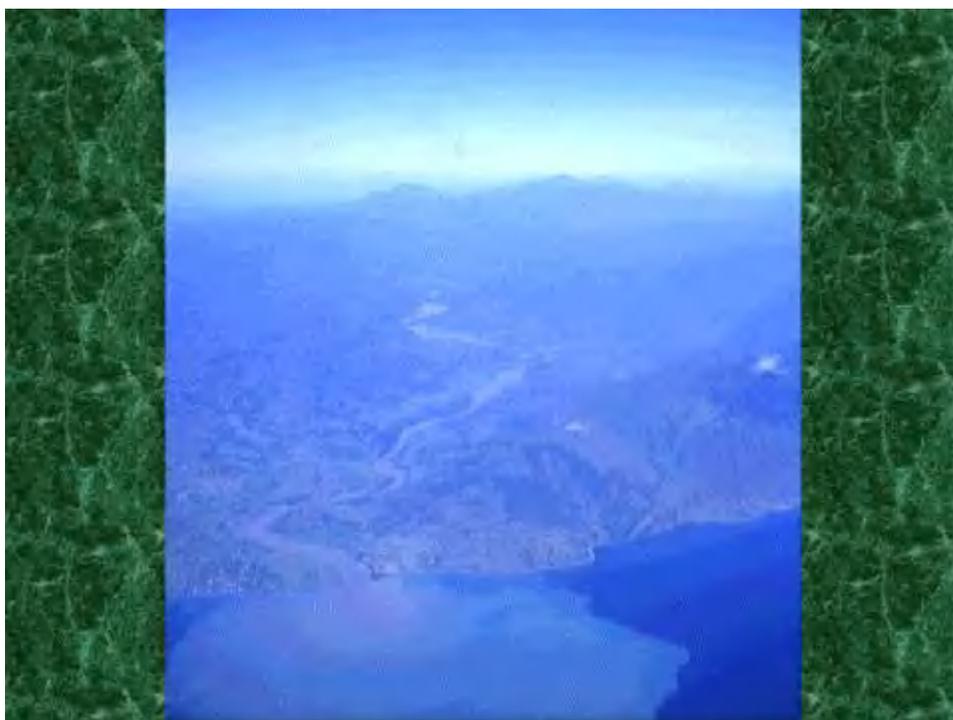


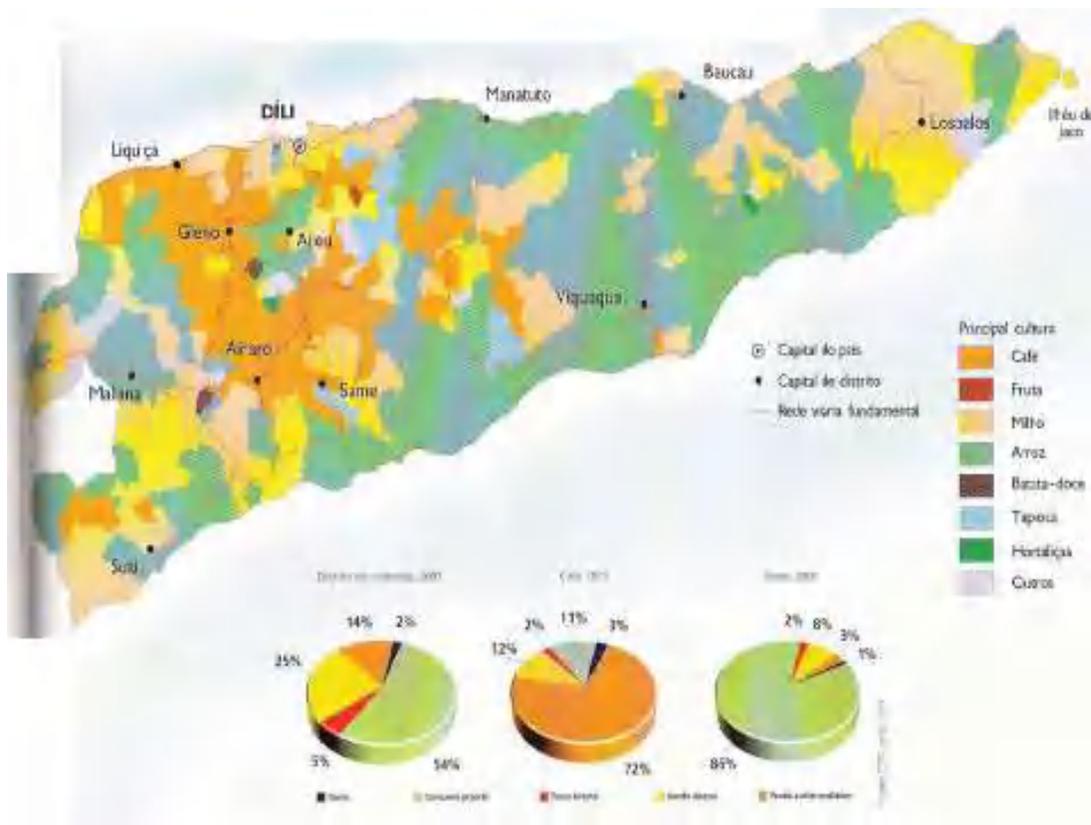
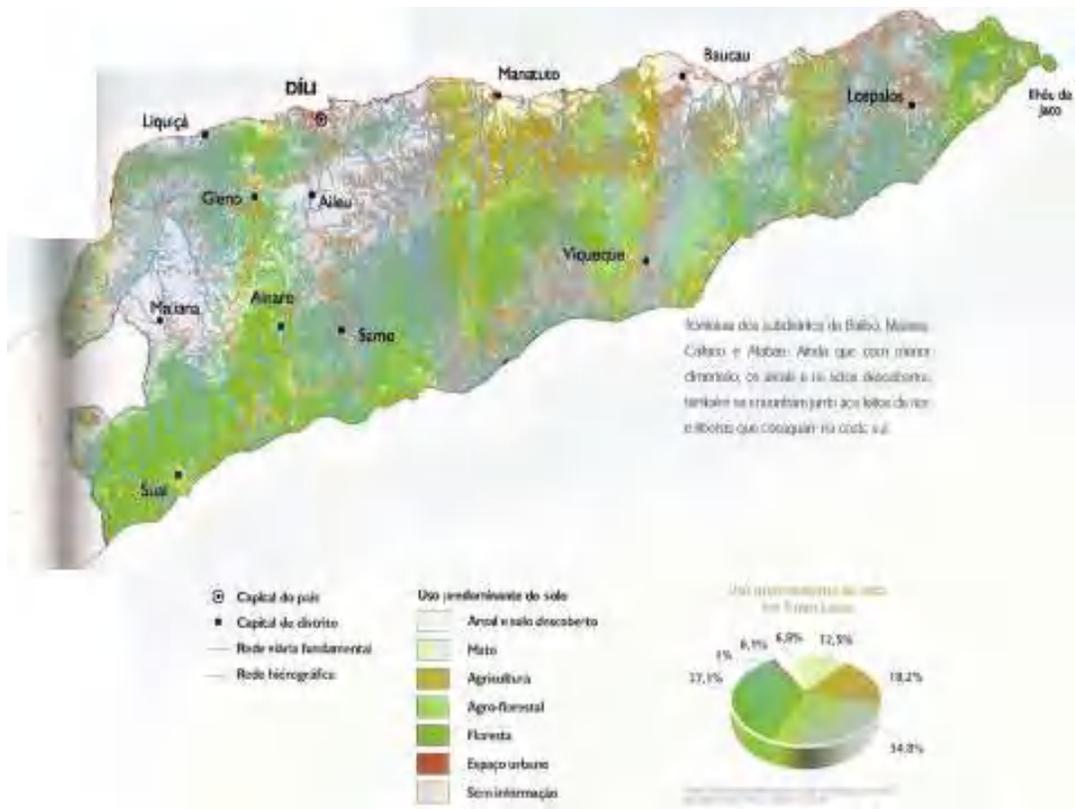




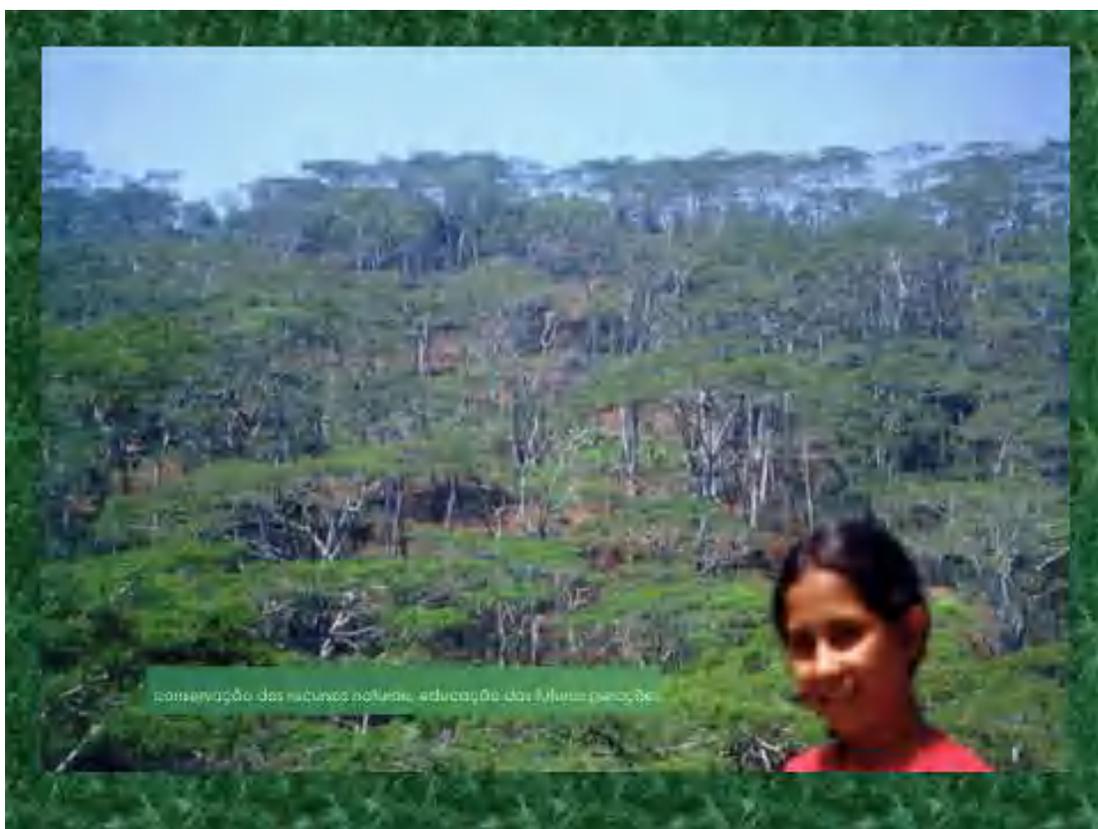














22) ANA DA SILVA ANA.SILVA@ESES.PT

Licenciada em Português LVE pela Universidade de La Sorbonne-Nouvelle - Paris III (1989), Mestre em Literaturas Comparadas, Portuguesa e Francesa, Séculos XIX e XX, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1998). Curso de Doutoramento em Ciências Literárias pela FCSH-UNL (2000). Em curso de realização: Projeto de tese de doutoramento na área da animação de bibliotecas em curso de elaboração.

1995-96: Docente de Português na Escola EB 2,3/S Bento Rodrigues, Vila do Porto, Santa Maria (11.º e 7.º anos de escolaridade).

1995-2006: Autora de diversas publicações sobre literatura açoriana, das quais se destacam: "Matar um Boi e Comê-lo Inteiro!", p. 12, n.º 81, 12 de novembro de 1998, do *Suplemento Açoriano de Cultura do Correio dos Açores*; e "A Felicidade é um relâmpago", pp. 42 a 51, n.º 36, outono de 1996, da *Revista Ler* do Círculo de Leitores, dedicados ao escritor José Martins Garcia.

Autora de apresentações de livros de escrita açoriana aquando do seu lançamento: Apresentação do livro *(In)confidências* de Gabriela Silva, aquando do seu lançamento na ilha de Santa Maria, em janeiro de 1995; Apresentação do livro *O Menino Deixou de Ser Menino* de Dias de Melo (Edições Salamandra) aquando da homenagem a este grande escritor açoriano, Casa dos Açores, Lisboa, 15/10/99. Autora de diversos trabalhos académicos sobre literatura açoriana, dos quais se destaca "Era uma vez um diário ilhéu", apresentado no final do seminário de Literatura Autobiográfica, lecionado por Clara Rocha, do Curso de Ciências Literárias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1998-2006: Docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém. Orientadora de estágios (nomeadamente em bibliotecas escolares), trabalhos de investigação e projetos de intervenção nos cursos de Educação de Infância e Animação Cultural e Educação Comunitária. Diversas missões ao estrangeiro, das quais se destaca uma missão educativa de formação de professores/as em Timor-Leste no ano 2000, em representação da ESE de Santarém. De 1994 a 1998, docente do Ensino Básico e Secundário. 1992-93, Assistente de Língua Francesa em dois colégios no Essex, Reino Unido, e colaboradora de Programas Multiculturais de Intercâmbio entre escolas do Ensino Básico portuguesas e britânicas (Essex, Reino Unido).

Autora de diversos artigos em revistas literárias e periódicos nacionais e regionais, coautora de dois livros, tem participado em diversos projetos pedagógicos e projetos de desenvolvimento e intervenção, apresentado comunicações em colóquios e conferências nacionais e internacionais. Autora e formadora de cursos de formação contínua (nas modalidades de curso, oficina e círculo de estudos) na área da animação de bibliotecas, animação da leitura e da escrita.

1. ERA UMA VEZ UM DIÁRIO ILHÉU: A LITERATURA DIARÍSTICA DE FERNANDO AIRES

Embora muitas obras da literatura açoriana tivessem um cariz autobiográfico, não havia, antes de Fernando Aires, diários açorianos. O que se pretende aqui evidenciar é a dimensão intimista que prevalece no diário **Era uma vez o tempo** de Fernando Aires. Com efeito, a notação diarística ocupa-se do registo de sensações e reações cognitivas a essas sensações e, muito secundariamente apenas, da transcrição dos factos do quotidiano. Parece-nos ser este um dos casos em que a ação é considerada como "cosa mentale". Outra dimensão, digna de consideração e relacionada com a dimensão intimista, foi a inserção geográfica do diarista numa ilha: trata-se de um diário marcado pelo espaço da produção. Tentaremos mostrar como o Diário²¹⁰ de Fernando Aires, que se situa na tradição literária açoriana, pode ser considerado um protótipo do que se pode entender por diário íntimo: um diário ilhéu.

210 Não incluímos no corpus deste trabalho o primeiro volume do Diário, que não estava disponível no mercado.

2. PRIMEIRO TEMPO: FERNANDO AIRES: INICIADOR E IMPULSIONADOR DE UMA DIARÍSTICA AÇORIANA.

A questão de haver uma literatura açoriana, com traços peculiares que a distinguem da literatura portuguesa em que se insere, tem sido uma questão muito debatida dentro e fora dos Açores. Mas o que a literatura açoriana ainda não tinha, passou a ter com Fernando Aires: uma literatura diarística. Apesar do cariz autobiográfico de muitas obras da literatura açoriana, das quais se destacam por exemplo *Não Percas a Rosa* de Natália Correia, *O Jornal do Observador* de Nemésio, *Memórias da Cidade Futura* ou *Memórias das Ilhas Desafortunadas* de Manuel Barbosa, *Os Amores da Cadela Pura* de Margarida Vitória, *Gente Feliz com Lágrimas* de João de Melo, *Raiz Comovida* de Cristóvão de Aguiar, verifica-se a total inexistência de diários açorianos antes de Fernando Aires, que, numa entrevista dada a Vamberto Freitas, avançava uma tentativa de explicação: “Este gosto pelo interior, tão nosso, tão carateristicamente nosso (...) leva-me a estranhar a ausência de diaristas nas ilhas. O meio demasiado estreito e censurado pode explicar isso. O refúgio na poesia intimista também pode ser a explicação” (Freitas, 1992: 185).

Fernando Aires, então assistente convidado da Universidade dos Açores, onde leciona História, já com uma notoriedade consagrada pelos seus trabalhos de investigação académica e pela sua colaboração em jornais e revistas açorianos, publica a sua primeira obra literária em 1988: o volume I do seu Diário, *Era uma vez o tempo*. Concordamos com Vamberto Freitas ao dizer: “Publicar um diário sem obra criativa previamente feita é um ato arrojado, não pode haver falhanço, a credibilidade do autor depende por inteiro da arte com que os pessoalíssimos, gentes e coisas são aí retratados. Não existem aqui nem o refúgio num narrador fictício nem, uma vez mais, em outras obras que possivelmente tenderiam a colocar o leitor em predisposição para tudo acreditar ou perdoar” (1991: 8).

O facto é que Fernando Aires conseguiu despertar um grande interesse e curiosidade por parte não só do público como da crítica, sobretudo a partir da publicação dos dois últimos volumes do *Era uma vez o tempo*²¹¹ que, por terem sido publicados na capital continental, beneficiaram de uma maior visibilidade no mercado. Desde então, mereceu a admiração de críticos como Eugénio Lisboa, Aníbal Pinto de Castro, José Augusto Seabra e Luís Amaro, tendo, no meio académico, passado a ser objeto de teses universitárias. Na sua introdução às *Páginas do Diário Íntimo* de José Régio, Eugénio Lisboa refere-se a Fernando Aires como sendo “autor de um dos mais belos e sensíveis diários em língua portuguesa”.

Pensamos que Fernando Aires foi o iniciador e o impulsionador de uma diarística açoriana que conta com escritores como António João Marinho Matos, que publicou o seu *Diário I, Jornal do Ocidente (1996-97)*, na sua própria editora Espaço XXI, em 1998, e Cristóvão de Aguiar, autor de *Passageiro em Trânsito*, que decidiu finalmente publicar, em 1999, o diário que já vinha escrevendo desde 1964: *Relação de Bordo (1964-88)*.

3. SEGUNDO TEMPO: INTIMISMO E DIÁRIO ÍNTIMO

A palavra íntimo, como as palavras intimismo e intimidade são difíceis de definir e, por isso, foram ao longo dos tempos conscientemente evitadas por vários críticos. Para designar o autor de diários íntimos, Michèle Leleu (1952) prefere recorrer ao neologismo «diariste» do que empregar o termo «intimiste», privilegiando assim o primeiro termo da expressão «diário íntimo». As mesmas reservas são feitas por Béatrice Didier (1976), que utiliza o mesmo neologismo, mas também a expressão «auteur de journal intime»: «pour le critique le mot «journal» est moins fuyant, moins irritant que le mot «intime» (...) il charrie avec lui une connotation quelque peu désuète et d'un romantisme délavé, qui correspond certes à un aspect du journal, mais à un aspect seulement.» (1976: 9-10).

211 *Era uma vez o Tempo*, 2º volume, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1990. *Era uma vez o Tempo*, Diário III (1993) e Diário IV (1997), Edições Salamandra, Lisboa.

Após uma introdução ao seu livro *L'Intimisme* (1989), na qual chama a atenção para o caráter impreciso, esbatido e obscuro do conceito intimismo, Daniel Madelénat tenta defini-lo no âmbito de uma cadeia verbal que inclui os termos «intimismo», «intimista», «íntimo» e «intimidade». Assim, «intimismo», substantivo que aparece no início do século XX, designa essencialmente uma estética que privilegia temas como a meditação introvertida e a vida quotidiana e uma escrita ou pintura simples, mas pode também designar uma característica de uma personalidade introvertida: «*Est intimiste celui Qui aime vivre et exprimer les aspects intimes de l'existence sans rompre par les artifices clinquants de la représentation le calme discret et feutré, le silence d'une intimité où les sentiments et les pensées se répandent sur l'environnement immédiat*» (1989: 20-21).

Madelénat analisa em seguida o que o conceito significa para Camille Mauclair que o inventou e promoveu: « Ils cherchent [os intimistas] 'dans le recueillement, dans le mystère, dans le calme, dans la subtilité presque musicale des tonalités, le secret d'une beauté plus intérieure, plus psychologique' (...) l'art d' 'exprimer ce que les objets et les êtres, tels qu'on les aperçoit, laissent deviner de profond, le tragique et mystère quotidien de l'existence ordinaire, la poésie latente des choses' » (1989: 21). Madelénat opõe prática intimista do diário íntimo a esta estética considerada «une composition intentionnelle en vue d'un effet sur le lecteur.(no caso de Aires há uma conjugação dos dois sentidos, não?). «Íntimo» e «intimidade» designam a dimensão mais profunda das coisas ou dos seres que a observação e a análise não conseguem atingir. Num sentido mais lato, designam a arte que representa a vida interior e privada ou o ambiente que a favorece.

Madelénat caracteriza o intimismo através de um conjunto de temas fundamentais no que respeita ao género do diário íntimo que aqui nos interessa: «*Quotidienneté, cercle de l'intimité familiale ou amicale et de l'humilité sentimentalisée, paysage intérieur, communions avec le cosmos: toutes ces constellations de thèmes composent la galaxie intimiste et doivent s'envisager comme un ensemble, car les écrivains, éclectiques pour la plupart, n'affirment pas un tempérament littéraire fort et n'imposent pas à leur œuvre une stylisation exclusive*» (1989: 102-103).

Alain Girard (1986) e Béatrice Didier (1991) numa tentativa de definição do género, apresentam as seguintes características do diário íntimo:

Escrita diária passível de tudo incluir (o género não obedece a uma poética bem definida), numa ordem qualquer (o género não obedece a uma estrutura determinada), mas de natureza fragmentária, oposta à obra composta/construída (como as memórias). A distância do momento da escrita em relação ao acontecimento é muito mais reduzida em relação à escrita de autobiografia ou de memórias. O descontínuo da escrita fragmentária alia-se paradoxalmente à continuidade dos dias. Os únicos elementos de transição entre os dias são os espaços brancos que separam na página um dia do outro e a inscrição da data e do local. Trata-se de uma escrita que se prolonga num longo período de tempo.

Texto no qual o autor está pessoalmente presente como centro de observação. Identidade entre autor, narrador e personagem. Apesar do «eu» não ser o único pronome pessoal utilizado, é ele que prevalece, tal como afirma Béatrice Didier: «*Le 'je' néanmoins l'emporte à tel point sur les autres personnes, que tout le journal s'organise autour de cet obsédant 'je' Qui perpétuellement souligne que le texte n'a d'existence, ici, que par référence à l'auteur. C'est là que le journal, si décousu, si disparate soit-il, trouve son unité. Ce 'je' obsédant semble la seule règle d'un genre Qui n'en connaît pas (...)*» (1991: 154).

A observação é interior, ou seja, incide mais sobre o lado privado da vida do redator do que sobre o lado exterior. Diário íntimo opõe-se a «diário externo», segundo a terminologia de Georges Gusdorf (1948). Neste segundo tipo de diário, os factos/acontecimentos prevalecem sobre os estados de alma e de pensamento da pessoa. Porém, tanto para Girard como para Didier, não existe uma forma pura de diário íntimo, há sempre uma espécie de crónica quotidiana dos acontecimentos e das relações que o diarista estabelece com os outros. Béatrice Didier chama a atenção para a dificuldade atual de delimitação entre «interior» e «exterior». Para Didier, a intimidade do eu definir-se-ia hoje em relação ao inconsciente e aos vários níveis da consciência estabelecidos por Freud. Didier mostra uma grande variedade de tempos utilizados nos diários íntimos. No entanto, nos diários menos factuais, como o de Maine de Biran, Amiel ou Charles Du Bos, as distâncias temporais perdem a sua importância e prevalece, assim, um presente da continuidade.

Segundo Girard, trata-se de um texto que não se destina a um público nem a ser publicado. Guardado como um segredo. Escrita privada. Didier contesta esta noção de intimidade, pois alguns diaristas organizam a publicação do seu diário e, mesmo quando tal não acontece, o outro está sempre presente na mente do diarista.

A introversão prevalece sobre a extravessão. Os acontecimentos exteriores só importam enquanto ressonância, ou seja, enquanto impressões que ressoam na consciência do autor. Um diário íntimo não implica forçosamente introspeção, pois geralmente o diarista limita-se a anotar o que acontece, podendo o diário caracterizar-se por um aspeto repetitivo e um ritmo lento e monótono. Para muitos autores, sendo um modo de expressão paralelo ao de uma obra em curso, o diário íntimo torna-se uma crónica da atividade criativa.

Segundo Girard, esta escrita corresponde a períodos depressivos e pouco criativos. Pelo contrário, Didier afirma que pode muito bem também corresponder a períodos de exaltação e grande criatividade.

Para Girard e Didier, o diário íntimo revela da parte do diarista uma tentativa de escapar à fuga do tempo (registando instantes fugidios privilegiados) e testemunha de uma procura do inexprimido. Girard tenta sistematizar uma experiência comum da noção de pessoa, determinando assim três grandes configurações aspetos do autor de diários íntimos: a procura do eu, a perda do eu e a conquista do eu.

4. TERCEIRO TEMPO: A INTIMIDADE DO EU ILHÉU

“Este o sentir de que somos feitos, nós ilhéus mais do que ninguém.” (IV, 30)²¹² “Esta Ilha onde nasci!” (III, 131)

Os diários de Fernando Aires são uma afirmação identitária de pertença à ilha, materializando a consciência que ele tem da açorianidade, isto é, de um sentir, de um viver e de um escrever caraterísticos do ilhéu. Lembremos aqui que Madalénat, no livro acima referido, estuda as figuras da esfera, do círculo e da circunferência como arquétipos da intimidade. Gilbert Durand, nas *Estruturas Antropológicas do Imaginário* (1969: 269-307) analisa a casa, o círculo e o centro como símbolos da intimidade. Tentaremos delinear os traços que a açorianidade reveste no Diário, considerando não apenas a intimidade (no sentido de Madalénat) do autor do diário, mas a intimidade de todo o povo açoriano.

Um primeiro traço é a ambivalência da ilha. Por um lado, é cerco ou espaço de opressão: “Ilha é prisão de mar. De tédio tecida. De distância tecida. Ilha de Nemésio e de Mesquita, com aves do mar na tormenta e o torpor dos dias pasmados de distância. Que não é o mar que sufoca de prisão, mas o céu côncavo (...)” (II, 113). Por outro lado, simultaneamente, a ilha é refúgio ou espaço virgem e puro de salvação: “hoje foi um daqueles dias da Ilha em que serra, e mar e céu aparecem aos olhos como a obra espetacular acabada de sair das mãos de Deus. Ainda coberta do orvalho primitivo. (...) Estávamos ali de corpo e alma em comunhão com tudo.” Ou ainda: “De manhã, banho de mar – a água cristalina do começo do mundo, milagrosamente preservada das repetidas violações dos homens. Todas as vezes que me banho nestas águas saio puro como de um batismo. Sentimento de que recuperei a vida. De que a salvei.” (II, 83). O mar tem para Fernando Aires um incomparável poder de purificação que não implica forçosamente este gesto simbólico da imersão: “Assim me purifico do enrugado das horas a olhar o mar.” (III, 16).

Deste primeiro traço, decorre um segundo que é a tensão entre duas forças contrárias, uma centrípeta e outra centrífuga: o apego à ilha e o desejo de fuga. Aquilo que dois críticos açorianos designam por “circularidade e fuga” (Vamberto Freitas) ou “errância e permanência” (Urbano Bettencourt): “Os espaços limitados têm isto (...) é urgente deixar a Ilha. Deixar a Ilha. Deixar a Ilha...” (IV, 99); “Descobrir até que ponto este povo a que pertencemos é inesperado e paradoxal, perdido no sonho maior de buscar mundo, porém teimoso no melancólico apego a estas ilhas – pedaços desgarrados de uma Europa que quase não lhes sabe o nome.” (II, 84).

²¹² No que respeita às citações do *Diário* de Fernando Aires, a referência bibliográfica aparece no corpo do texto, no fim da citação, entre parêntesis, e inclui em numeração romana o número correspondente ao volume em que está inserida a citação, seguido do respetivo número de página em numeração árabe.

Significativo é o facto de Gilbert Durand estudar as imagens de sepulcro e de enclausuramento ligadas ao tema da intimidade, citando Baudouin que, na poesia de Victor Hugo, liga este complexo ambivalente do enclausuramento ao tema da insularidade (1969: 273-74). Béatrice Didier, por seu lado, estabelece uma ligação entre esta situação e a produção diarística: «*Le prisonnier aura tendance à tenir un compte de ses jours monotones. Parce qu'il a du temps, trop de temps, il est saisi d'un vertige devant cette répétition décevante où le temps disparaît. Le journal est alors sa seule vie. (...) Le journal naît aisément d'une situation carcérale*» (1976 : 12).

Outro traço da açorianidade é o sentimento de degredo. A constante revolta de um povo por se sentir afastado e esquecido: “O pior é o sentimento de desterro geográfico e de esquecimento oficial” (II, 125). Este sentimento abrange todas as áreas. Veja-se como Aires exprime esse traço no que respeita ao escritor açoriano: “a deficientíssima forma como se faz a promoção dos livros de autores açorianos em Lisboa.” (II, 73).

Um outro traço característico da açorianidade é o sentimento de insegurança e de medo de quem vive desde sempre num mundo ameaçado pela contingência. As referências aos sismos são mais uma anotação intimista, pois o que sempre o diarista foca é o sentimento que nele e na sua comunidade eles provocam. “Crise sísmica (...) velhas inquietações na alma de todos nós. Memória das ilhas ligada à ameaça de rebentamento dos vulcões. (...) O medo, como uma pedra, pesando no fundo do peito.” (II, 74). Por ser em permanência alvo de fatalismo, o povo açoriano acabou por criar uma carapaça de resistência que lhe permite sobreviver: “Era mais um sismo (...) senti que os cumes da serra escondiam uma ameaça. Senti claramente a presença dessa ameaça (...) A vida das pessoas suspensa por um fio, balouçada ao sopro da contingência. O que vale é que cada ilhéu já nasce armado de carapaça e de reflexos como o guerreiro de Esparta. Não é qualquer inimigo que o desarma. E quando a desgraça vem e é sem remédio, encolhe os ombros e diz: Paciência! – os pés teimosos na terra, os olhos apontados ao horizonte como homem do mar que também é.” (II, 84). Este sentimento de insegurança faz com que, desde muito cedo, o ser ilhéu se torne desconfiado: “O ilhéu que sabe, não vai nessa – e aí aparece logo o seu estigma de nascença: a desconfiança.” (III, 149).

De tudo isto, advém o culto de dois mitos muito impregnados na alma dos açorianos. O mito das origens: “No espelho de água, o mistério intrínseco das coisas por desvendar. A exaltante sensação de que tudo permanecia no como no começo: intocado e puro.” (II, 13). E o mito do fim do mundo, cujo símbolo nem sempre é o cataclismo: “Qualquer dia, com a humidade e a chuva constantes, a ilha destorroa-se, desfaz-se nas águas. (...) Continuará decerto assinalada nos mapas, mas nenhum navio jamais a encontrará. Quanto a ser a velha Atlântida desaparecida, os séculos se hão de encarregar de dizer.” (II, 179).

A instabilidade do tempo meteorológico, ora chuva fina e nevoeiro opaco, ora “dia azul e oiro a explodir do céu” (II, 186), reflete-se também na alma açoriana, ora ensimesmada e melancólica, ora expansiva e eufórica: “Dualidade conflituosa entre intimismo e abertura ao mundo. Entre expansão e recolhimento interior. (...) Alma insular –cambiante e instável como o solo sísmico (...)” (II, 66).

A relação de amor/pavor que o povo açoriano tece com o mar, assim como com as outras forças da natureza eleva-o ao conhecimento do sagrado: “a dialética dos três MM (como eu lhe chamo) à volta da qual tudo se joga: Mar-Marinheiros-Morte. A luta agónica contra a morte, de cada vez que é preciso levar o sustento para casa. (...) O homem ilhéu na sua luta contra o fatalismo, contra as raivas da natureza. (...) Com efeito, por meio e através da Natureza atinge a nossa gente o sagrado: Homem-Natureza-Deus.” (II, 56).

No Diário de Fernando Aires, a Galera, é uma ilha mais pequena dentro da Ilha, um espaço refúgio ainda mais íntimo: “Lentamente, aquilo foi surgindo como uma ilha dentro da ilha, e já sonho com o dia em que desembarcarei nas suas praias e beberei das suas águas correntes.” (II, 73); “Nunca encontrarei resposta para explicar o sentimento de segurança que me toma quando aqui chego.” (II, 167); “A suspeita de que será aqui, talvez, o meu lugar.” (II, 168).

E tal como a Ilha que é a matriz com que se identifica, a Galera, geograficamente situada entre o céu, o mar e a terra, é o ponto de referência a partir do qual o escritor se define: “*A nova casa da Galera já vai adiantada. Sigo*

os trabalhos, ansioso por me ver num espaço criado por mim. Projetado por mim. (...) Terra de pais e avós (...) Foi uma espécie de segundo útero que me alimentou. (...) é sempre lá que me situo e me decifro. Me significo e me reconheço. Daqui o valor da casa no cimo da colina, com janelas para o ilhéu da Vila e vale de cabaços. Com vista para o alto da serra e para o crescente de mar que chega até aqui em aroma e em som (...)” (II, 49).” Constante é a exaltação da paisagem exuberante da Galera, sinédoque da beleza paisagística da Ilha e de todo o arquipélago: “Aqui só faz sentido o abandono à evidência de haver beleza” (II, 95); “Hoje. Aqui. Eu, no deslumbramento de haver beleza.” (II, 187).

Outro traço da açorianidade no Diário de Aires, é o facto de todos os traços anteriormente analisados contaminarem a própria linguagem poética, como o atesta uma vasta panóplia de metáforas enraizadas no imaginário da ilha, à semelhança das que se seguem: “*o amanhã muito provavelmente igual ao de hoje e ao ontem deste convento, onde as horas inúteis são redondas como o horizonte que nos cerca.*” (II, 70); “*Aqui, da clausura, espreitei por uma frincha o mundo largo. Vontade de abrir as asas e desferir o voo para os lugares onde o europeu se ergueu do chão e se fez gente.*” (II, 137).

Diríamos que Aires, à semelhança de um poeta ou pintor intimista, cultiva a arte de exprimir aquilo que de mais profundo caracteriza o seu eu como um ser ilhéu. Pensamos, por isso, que o intimismo, como estética literária, pode, ao contrário do que parece julgar Madalénat, ser conciliado com o intimismo como prática do diário íntimo, que a seguir analisamos.

5. QUARTO TEMPO: A PROCURA DO «EU» OU O SENTIDO DA VIDA E DA ESCRITA

“Há, pois, que inventar um pretexto de adiar a sentença, começar um novo livro, sem o que chegará breve a morte anunciada.” (IV, 49)

Que *Era uma vez o tempo* de Fernando Aires é um diário ninguém duvidará, não só pelo pacto de leitura estabelecido no paratexto através da menção «Diário», mas também pelo facto de o autor escrever diariamente, pouco tempo após o acontecimento, inscrevendo no início de cada novo dia a data e, muitas vezes, o local onde se encontra. Chegando mesmo, por vezes, a referir o dia da semana. Assim, sabemos, por exemplo, que dia 11 de fevereiro de 1992 era uma terça-feira. Menos frequentemente, aponta por vezes o momento do dia: «De tarde» (II, 100). A única estrutura do texto é esta cronologia dos dias. O texto é de tal modo heterogéneo e fragmentário de dia para dia que, nos casos em que o autor não insere a data, o editor vê-se na obrigação de utilizar um sinal gráfico para separar fragmentos distintos.

Era uma vez o tempo não obedece a uma poética bem definida, pois a par do discurso propriamente dito do diarista, encontramos um amálgama dos mais heteróclitos tipos de texto como cartas, entrevistas, poemas, narrativas, etc. Verifica-se também a preponderância do pronome pessoal «eu», no qual se identificam autor, narrador e personagem. Apesar, de F. Aires também utilizar este pronome no plural («nós») quando integra o seu «eu» na comunidade açoriana.

Todavia, *Era uma vez o tempo* não é apenas um diário, mas um diário íntimo. E o facto de confirmarmos, no próprio texto, que o autor organiza a sua publicação não impede que seja um diário íntimo, como já o referimos acima. Girard apenas considera que o diário íntimo não se destina a ser publicado porque não tem em conta o diário moderno: «*De nos jours cependant, beaucoup d’auteurs de journaux intimes n’écrivent plus seulement pour eux, mais pour un public potentiel. Le marché littéraire étant disposé à absorber tout ce qu’ils ont à exprimer, la publication de toutes sortes de journaux est devenue monnaie courante*» (Boerner, 1978 : 217).

Tentaremos pois mostrar que, neste diário, a introversão prevalece sobre a extraversão, que a observação incide muito mais sobre o lado privado da vida do diarista do que sobre o lado exterior, ou seja que nada há de factual neste diário. A única coisa que acontece é um «eu» que sente e pensa o seu destino no tempo. Veremos como

este diário corresponde às três grandes configurações definidas por Alain Girard: a procura do eu, a perda do eu e a conquista do eu.

Esta procura do *autós*, no caso de Fernando Aires, está intrinsecamente ligada a uma procura do sentido do *bíos*, por sua vez ligada a uma procura do sentido do *gráphein*: “*What significance do we impute to the act of writing?*”, segundo as palavras de James Olney (1980: 6).

O pilar da escrita de Aires é a consciência de que a vida é um milagre irrepetível que não se pode deixar ao desbarato um único dia. “Aproveita” (III, 8 / III, 216 / IV, 26) exclama Aires para si mesmo, tal como nos aconselha o famoso *carpe diem* de Horácio: “Pelos vistos, sempre compreendi muito bem que a vida não é para ser vivida um dia sim outro não.” (II, 163). E a vida é estar atento e alerta, é reparar nas coisas pequenas, é escutar em vez de ouvir (III, 37), é não ceder à indiferença da qual se queixa logo no início do terceiro volume, é não se deixar vencer pela apatia geral e alienação que equivalem a uma morte em vida: “Não podemos viver como quem caminha distraído por uma paisagem conhecida.” (IV, 74).

O sentimento de ser diferente, original, único, tão característico dos autores de diários íntimos reflete-se na quantidade de ocorrências do verbo reparar. Aires repete vezes sem conta que repara no que (a seu ver) os outros não reparam: por exemplo, um cão a farejar as sarjetas.

E para reparar, segundo Aires, é preciso devolver aos sentidos a sua importância, é preciso reabilitá-los. Por isso, eles são aqui fundamentais, sobretudo o olfato, que “é um dom especial nos deuses” (III, 184), o ouvido e a visão: “Porque a paisagem é um estado de alma que nos vive nos olhos, nos ouvidos, no olfato.” (III, 21). O Diário está repleto de cheiros, de sons e de cores que têm o poder de fazer da vida inferno ou volúpia.

O cheiro a fritos pela casa, o cheiro a ratos da casa fechada, a pestilência de um matadouro (de que ninguém se queixa) revoltam profundamente os sentidos de Fernando Aires, que se delicia com o perfume das açucenas, da hortelã do mato, dos incenseiros, das figueiras, com o cheiro “já esfumado e, todavia, tão penetrante” da cana brava (II, 167), com o cheiro a maresia das abróteas, com o cheiro a mosto das adegas, com o “cheiro que as coisas (e as pessoas) ganham no abandono” (II, 141), com “o cheiro da noite – um cheiro secreto. Feminino. Saído do corpo adolescente da terra.” (II, 193). Não por acaso, Aires dá conta das suas crises de alergia que lhe afetam os sentidos, sobretudo o olfato, fazendo da sua vida um verdadeiro martírio (II, 197 / III, 22 / IV, 75), confirmando também aqui a conclusão de Girard, segundo a qual o autor de diários íntimos sofre habitualmente de uma fragilidade física e/ou psicológica da qual resulta um sentimento amargo da vida.

Na sociedade moderna, já todos se habituaram ao ruído urbano. Não é este, no entanto, o caso de Aires: “O ruído que trouxe da rua, sacudo-o aqui como se fosse poeira. Liberta-me dele.” (II, 177). Liberta-se dele para se deixar penetrar pelo cantar dos melros (um *leitmotiv* do Diário), pelo rumor das ribeiras, pelo grito dos milhafres, pelas vozes dos netos em correria pela casa, pelo “ruído do vento nos incenseiros e o rumor da chuva fina” (II, 106). Todavia, é no ouvir crescer os pinheiros que Fernando Aires mais se distingue dos seus semelhantes no que respeita à alegria e à paz que esse reparar / estar atento lhe propicia: “Ali hei de ficar a ouvir crescer os pinheiros” (II, 73), “ouço crescer os pinheiros” (II, 81). Qualquer homem atento poderá ouvir o roçar dos pinheiros, mas só um intimista poderia ouvir crescer os pinheiros. Através dos sentidos, Aires parece atingir uma esfera íntima que ultrapassa a superfície das coisas.

O Diário está repleto destes reparos em que não raramente se lê uma comunhão harmoniosa dos sentidos: “o sol já descia no mar, embutido em carmim. Um frémito de luz atravessava o espaço. Pousava, devagar, na cumeeira da serra. Escorria, depois, violeta, até ao rés d’água – um vidro gelado e redondo onde se repetia, invertida, a respiração dos bosques. A terra abria-se como um ventre (...) Perfumava-se de mística e de cedros (...) O rebanho das casas imóveis apascentava o musgo das margens, bebia na água o carmim do céu. E a gente sem saber se devia acreditar.” (II, 126). Este encantamento que persiste perante as coisas, como se as visse pela primeira e última vez, caracteriza o intimista que julga ser capaz de penetrar cada vez mais «o mistério e a poesia latente das coisas», por isso elas lhe aparecem sempre sob um prisma diferente.

Uma das dimensões da escrita é pois o discurso de um intimista revela uma forma mais humana de existir que não pode ocorrer senão na intimidade de cada ser: “A sociedade alheia-se da essencialidade da pessoa. (...) Depois, nada do que diz respeito ao essencial do homem pode ser posto em execução por decreto imperial. O mais importante acontece sempre no íntimo de cada intimidade.” (II, 120). Eis porque o espaço citadino adquire, no Diário, uma conotação assaz negativa, opondo-se diametralmente ao espaço circunscrito pela casa da Galera que equivale ao *locus amoenus* da intimidade: “aprecio agora este silêncio do meu quarto. A cortina de plátanos e de metrosíderos a defender-me do mundo. Pondo à distância a cidade ruidosa e enlameada (...) Ter este canto, esta cadeira que é a minha. Ter esta mesa onde escrevo (...) Saber a cidade ao longe, engasgada de trânsito e de esgares irritados (...) Será que faço batota comigo mesmo para me convencer destes privilégios e poder suportar a cidade cercada e o mais que dentro de mim me constrange?” (II, 99).

Cabe ao escritor o dever de velar por e revelar essa essencialidade, mesmo que isso venha a diminuir o número de possíveis leitores: “Numa época de tecnologias, para muitos não fará sentido um certo tipo de delicadezas e de sentimentos. Por essa razão, talvez grande parte do que aqui fica não tenha mais valor do que um velho *bric-à-brac* que só interessa a meia dúzia de colecionadores de velharias. Mas, por outro lado, não posso deixar de pensar que é justamente ao escritor que se pede seja guardador do imenso rebanho das interioridades e do indizível inacessível às matemáticas. (...) A única lei é que as coisas que fiquem escritas tenham dimensão humana. (...) Que quem encha um volume de palavras se liberte dos grilhões das modas, tantas vezes empobrecedoras das oportunidades de ser. Que deixe bem vincada a evidência de que a vocação humana está na capacidade de desferir livremente o voo até às estrelas sem pedir licença a ninguém. A isto se chama criar.” (II, 148).

A escrita, para Aires, deve funcionar como um antídoto para a falta de humanidade veiculada pelos meios de comunicação social: “Mas o mundo está repassado quase só de violências que a imprensa, a rádio, a TV não se fartam de propagandear. Falta o outro lado humano – o país silencioso e invisível do afeto (...). O espaço ainda mal conhecido do amor que falta mostrar às pessoas para que elas possam continuar a viver.” (II, 147).

Tal como acontece, segundo Girard, com os autores de diários íntimos, Fernando Aires considera a escrita do diário como uma incontornável necessidade diária de existir plenamente e de comunicar, como uma forma desesperada de convivência, devido à dificuldade de relacionamento com os outros e à falta de comunicação real: “E vou à rua e é o mesmo: caras fechadas. As pessoas no seu fadário – curvadas de cuidados e tédios. (...) Penso que alguma coisa de muito errado se passa. (...) Afinal, esta confidência interminável tem a ver com isto mesmo: com o ar desabrido e triste dos que vejo à minha volta. Assim, a única saída é este monólogo de todos os dias.” (II, 170); “Chega mesmo o momento em que se queria, com urgência, uma casa sem gente, habitada apenas pelo nosso querer. (...) Tudo seria então à nossa imagem e semelhança e teria a dimensão da nossa exigência.” (III, 60); “Trata-se, sobretudo, de uma necessidade. De ter alguém que me acompanhe, uma Presença com quem mantenha longa conversa de intimidade e de afeto. Se lhe pusesse ponto final definitivo, não sei o que seria.” (III, 96).

“Comment peut-on penser que dans l’autobiographie c’est la vie vécue qui produit le texte, alors que c’est le texte qui produit la vie !” (Lejeune, 1986 : 29). Assim é para Fernando Aires, que, para utilizar a expressão de Girard, consegue conquistar o seu eu através da escrita: “Só estou preso à vida por este fio de palavras com que vou tecendo estas páginas. Todos os dias as vou tecendo pelo desejo de me refugiar na ficção de me pensar vivo – e então é como se estivesse.” (II, 112).

Conquistar o seu eu, tornando-se aquele em que acredita e que inventa para esse efeito: “vou-me certificando que o escrever é, sobretudo, necessidade. Mesmo assim, mal talhado, o escrever é necessidade. Decerto que sinto os meus limites, mas também, uma vez por outra oportunidades mentais de me esclarecer e de me inventar (...) Assim, muito mais do que o desejo de ser lido, tenho necessidade de me ver descrito e confessado em tinta e papel. Para todos os efeitos, é um retrato que fica (...)” (II, 231). Este «eu», inventado e construído pela escrita, é o seu «eu» verdadeiro e não aquele que os seus vizinhos conhecem.

Aires coloca muito claramente o problema da verdade/falsidade e da sinceridade no terceiro volume. Uns amigos a quem lê umas páginas do diário colocam em dúvida a veracidade do relato que o diarista fez de um velório, ao que ele responde: *“A verdade é mais ‘verdadeira’ quando, para estabelecê-la, se usa a ficção de dizer que se comeu amendoins no velório. (...) É nisto que consiste a arte de contar – esta mentira propositadamente inventada para se colher, da forma mais honesta, a porção da verdade possível (...)”*. Esta questão é retomada e desenvolvida no volume seguinte do Diário: *“Por estranho que pareça, é esta a forma de revelar a ‘verdade’: inventar para ficar mais perto da verdade, e poder comunicar essa ‘verdade’ a quem não participou nela.”* (IV, 50). À semelhança dos autores de diários íntimos que Girard descreve, também Fernando Aires lê e relê páginas do seu diário para si próprio e para amigos, como uma maneira de reviver o seu verdadeiro eu (aquele que constrói através da escrita) e de confirmar a sua existência.

Aires não admite a ideia de poder parar de escrever o seu Diário: *“Por vezes anseio ‘chegar ao fim’ deste segundo volume do diário. (...) E depois de escrito, de impresso e de contemplado na estante, o que vou fazer comigo?”* (II, 146); *“Um Diário é assunto que não mais se acaba. Que tem de ser levado até à invalidez ou até à morte.”* (II, 180). Como pensa Girard sobre o diário íntimo, este diário é também uma meditação sobre o tempo e a efemeridade da vida: *“Sensação de que tudo é terrivelmente provisório.”* (III, 152). Ainda neste mesmo registo e lugar-comum do diário íntimo escrito na maturidade, ocorre frequentemente o tema da velhice ligado à degradação do corpo: *“e eu neste estado, como uma árvore de casca enrugada, de folhas cada vez mais raras e frutos cada vez mais mirrados e ácidos. O que o tempo fez de mim em tão pouco tempo.”* (III, 178). A sua consciência do absurdo da morte e da constante mutabilidade dos seres leva-o a fixar os espaços íntimos do seu sentir nos quais nem sempre posteriormente se reconhece: *“Escreveria agora tudo o que deixei escrito da maneira como o escrevi? Mas ninguém é nunca mais da mesma maneira. Daqui, por vezes, a dificuldade de me reconhecer nas páginas que ficaram definitivamente escritas. (...) há páginas (não sei quantas) que me desespero de não ter rasgado. Porém, apesar das páginas que eu já não diria da mesma maneira como o disse (e que me desespero, sinceramente, de não ter rasgado) ali ficou uma certa memória de mim que não repudio. (...) Afinal tudo é provisório. (...) Isto que passou já tomou ausência como se não tivesse sido.”* (II, 32).

Esses espaços íntimos são preenchidos pelo mar da ilha, pela ternura para com os netos, por uma voz de mulher com harpejos de violino, pelas valsas de Strauss e as sinfonias de Beethoven... Olhemos de mais perto para alguns desses espaços.

6. O PRIVILÉGIO DA SOLIDÃO

Para Aires, a solidão é um privilégio. Estar só é não se preocupar senão consigo próprio e, assim, viver o prazer de andar nu pela casa, despenteado e com a barba por fazer, é não ter que vigiar a sua maneira de ser perante testemunhas e, assim, poder passar o dia inteiro a pensar na escrita ou simplesmente a olhar um pássaro ou um pinheiro.

Estar só é ver reduzidas ao mínimo as necessidades diárias de uma casa, pois, por exemplo, basta-lhe haver pão, queijo, fruta e água para a refeição. Sobretudo, é a liberdade de conviver com o seu «verdadeiro» sem o constranger do tempo e de se despir da máscara que usa perante os outros, porque *“na aparência, somos diferentes conforme estamos com estes ou com aqueles. (...) Porém, definitivamente, somos mais nós quando estamos com o nosso cão.”* (III, 67): *“o prazer de estar só, atenção miúda ao dentro de mim e a respeito do agora e do outrora. É a liberdade de fazer e não fazer na ausência de testemunhas. É sentimento de que se é dono e senhor do tempo e do modo. É disponibilidade de deixar de ser ator para se ser autor de cada minuto que nos cabe viver.”* (II, 85), *“Já disse que os meus melhores momentos é quando estou sozinho a rebuscar em mim motivos desta escrita?”* (II, 144).

Escrever, para um intimista, é um ato que exige um isolamento voluntário: *“No casulo da casa, eu, como escritor, sou um homem voluntariamente solitário, na atitude do médium que espera a visita dos espíritos (...) Sou prisioneiro voluntário”* (IV, 47-48). A verdadeira solidão só começa *“quando o livro chega ao fim”*:

7. O OUTRO

O espaço que os outros ocupam no diário de Aires é muito reduzido. Sabemos dos seus serões com um círculo de amigos muito restrito, mas quase nada sabemos acerca desses amigos. Pois, num diário íntimo, os outros ocorrem apenas em relação ao autor e para revelar a sua intimidade. É por isso que tantas vezes os amigos aparecem a ler, a ouvir ou a comentar passagens do seu diário.

Mais significativa ainda é a ausência de Linda. O espaço que a esposa de Aires ocupa no seu diário é apenas o das cinco letras que compõem o seu nome ou quase. Linda é apenas um nome. Na maioria das vezes, ora um nome que o acompanha: “*Eu e a Linda*” (III, 19 / IV, 15); ora um nome que o deixa sozinho em casa: “*A Linda foi de visita a Riba d’Ave, como de costume. Lá fiquei outra vez de casa vazia.*” (III, 29). Contudo, nada ficamos a saber a respeito da sua maneira de ser, nem tão pouco a respeito da sua relação com o esposo.

Não deixa de ser significativo porém o facto de serem poucas as referências ao desejo sexual e ao amor. Temas íntimos *per se*. Aqui, muito provavelmente, o meio pequeno onde e para o qual o autor escreve funciona como um agente de inibição. O que tal nos permite afirmar é o facto de encontrarmos no diário algumas passagens em que o autor revela uma grande fascinação por figuras femininas jovens anónimas: uma mulher que passa de lenço vermelho ao pescoço (III, 18) ou uma operadora de caixa num hipermercado com “o rosto e os seios do oval perfeito do quarto crescente” (IV, 88): “*A voz dela tinha arpejos de um violino (...) Depois disto tenho a certeza de que nunca mais a esquecerás (...) e eu no desejo de ficar ali naquela sala – para sempre.*” (II, 180).

Há uma única referência a uma desordem de carácter sentimental que nos faz supor qualquer desgosto amoroso: “*Compreendo, cada vez melhor, como a desordem sentimental de que padeci se vai resolvendo e compensando através da excitação intelectual que a escrita me dá.*” (II, 170). No entanto, quando seria pertinente esperar um desenvolvimento desta desordem neste tipo de diário, a primeira e única referência que o diarista faz quanto a ela.

8. A FEITURA DA OBRA

Outro espaço íntimo deste diário é o da feitura dos livros e acompanhamento da sua divulgação. O diarista aponta a revisão de provas, o lançamento dos livros, o que eles significam para si, assim como elogios e críticas de que vão sendo alvo, o modo como surgiram os textos: “*Escrevi hoje um conto que intitulei O Homem Que Se Perdeu No Mar. Já o vinha pensando há semanas e hoje saiu-me quase de jato (...) O que hoje me saiu, por exemplo, foi sentido como libertação e procura. Pretendeu ser saga e afirmação.*” (II, 160). O diarista compara o seu diário a um livro de atas no qual transcreve fiel e integralmente uma entrevista de Vamberto Freitas publicada no Açoriano Regional: “*Posto o que passo à dita entrevista que aqui tombarei, como se de um livro de atas este escrito se tratasse.*” (III, 51);

No dia 20 de outubro 88, confessa a sua emoção ao rever as provas de *Histórias do Entardecer*. A 3 de julho 90, fala-nos de um conto intitulado “*Desenraizados*”, escrito em 1988, que nunca deu à estampa por pensar vir a fazer dele uma novela. Em novembro de 92, indica que vai passar a figurar no *Dicionário Cronológico da Literatura* e na *Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa*. No dia 12 de junho de 94, refere um conto intitulado “*Elegia a Sul de Capricórnio*” e, no dia 25 de maio de 95, revela-nos o carácter autobiográfico dos seus contos *Memórias da Cidade Cercada*.

Carateriza-se este diário por uma constante autorreflexividade no que respeita à obra que se vai criando. Surgem frequentemente inquietudes e dúvidas tanto quanto ao valor intrínseco dos textos, como quanto ao facto de virem ou não a ser lidos: “*Disse há dias que gostaria de escrever a dita página cheia de rasgo e de frescura que ainda não escrevi.*” (III, 55); “*Acabo de reler estas páginas do 3.º volume, numa espécie de balanço geral. (...) há de tudo: passagens aproveitáveis, mesmo boas – não fossem as outras, as mediócras: forçadas, artificiais, sem aquela força por que tanto me tenho esforçado.*” (III, 61); “*O insulto da escrita falhada*” (IV, 10). “*Mas os deuses*

nem vão saber que o livrinho existe.” (II, 19), “Mas quem é que me vai ler? Meia dúzia de pessoas. E daí? Pois sim, mas o estar ali exposto, mesmo sob a forma das metáforas dá desconforto. Põe-me pouco à vontade” (II, 27); “E quando sair impresso [este volume do diário] quem saberá? Quantas pessoas o vão ler? Não tenho dúvidas de que fará menos ruído do que uma pedra atirada ao charco.” (II, 232); “Vistas bem as coisas, que oportunidades tem um ilhéu, que vive no seu rochedo, de vir a ser conhecido na capital e arredores? Antero, Teófilo, Nemésio, fizeram a sua vida pela metrópole e tinham posição – além do talento que Deus lhes deu.” (IV, 12). Este tipo de queixas e a procura de elogios, como abaixo veremos, são, segundo Girard, comuns aos autores de diários íntimos (1986: 506) e caracterizam o seu sentimento de perda do eu.

Como forma de combater este pessimismo, vai lendo os seus textos aos amigos e anotando o seu contentamento por eles agradarem: “O serão foi quase alegre, até porque tive oportunidade de ler coisas da minha lavra. Cometo, por vezes, este pecado, talvez levado pelo desejo de ser ‘centro’. Possivelmente por algo de narcísico que nos toca a todos. Também (e principalmente) por ser oportunidade de catarse, de exercício mental, de pretexto para outras conversas. Necessidade de me dar a conhecer e de comunicar. (...) Deixem-me ao menos a ilusão de me saber escutado.” (II, 158).

Reconhece sem falso pudor que precisa de se saber lido, de ser elogiado, de se sentir amado: “Ah como me soube bem ouvir as suas palavras sobre os meus escritos! (...) Não se escreve para ouvir elogios. *Escreve-se porque sim. Mas eu preciso de alguém que venha e me diga.*” (II, 78); “O nosso Ego insaciável de medidas não suportando o anonimato.” (II, 109). *Grita o seu orgulho por ser alvo de elogios por parte de pessoas que respeita, tais como uma sua aluna (II, 145), Onésimo Teotónio de Almeida (II, 37), Eugénio Lisboa (II, 157), ou ainda Vergílio Ferreira: “Tive carta de Vergílio Ferreira falando que tinha lido o meu Diário. (...) Aqui no meu rochedo, recebo notícias de Vergílio Ferreira (...). Um acontecimento destes não podia ficar no segredo. Ajuda-me a amenizar os dias (...) dá-nos uma grande vontade de continuar.” (II, 162). Aires precisa do reconhecimento, não só como escritor, mas também simplesmente como homem sensível que é. Veja-se como ele espera que lhe “façam uma ovação” por ter cozinhado abróteas com batatas e hortaliças (II, 81).*

9. O SER VERSUS O TER: VALORES DO INTIMISTA

Em sintonia com os valores que inspiram a conduta de muitos autores de diários íntimos, segundo Girard (1986: 534), Aires mostra um profundo desprezo pelo dinheiro e pela atitude consumista da sociedade moderna, pela ambição política e pela “*mentalidade burguesa do lucro*” (II, 100), a favor dessa forma mais humana de existir que passa forçosamente pela comunhão com a natureza e com a intimidade de cada ser: “*deixo aos outros os ganhos fartos em notas de banco, a conquista dos lugares importantes do Poder, (...) A mim me basta a velhice das faias e este cheiro a caruma das matas – as coisas que acrescentam vida à vida (...)*” (II, 87); “*Não estou nos bastidores da política local (Devia estar?). Nem no segredo da política dos politiquinhos (...). Quando a gente sabe que tudo neles (na esmagadora maioria deles) é da natureza da flatulência (...)*” (II, 102); *Outra vez o Natal (...). A chamada santa quadra do Natal é isto que se vê: uma espécie de ‘estouro da manada’ (como dizem, suponho, os cowboys) e que faz desabar uma multidão enlouquecida em todo o lugar onde se compram coisas.*” (II, 33).

Aires é um espírito confessadamente religioso que recusa o catolicismo tal como é praticado. Revoltado contra os dogmas, não aceita o Deus intolerante e concebe que a fé só pode verdadeiramente ser vivida na intimidade do ser: “15 de agosto, dia de Santa Maria: “*A Senhora vai sair no seu andor por entre uma chuvada de dólares, e haverá bebedeiras pelas tabernas e cascas de melancia espalhadas pelo adro. (...) Salve-nos Deus, que é quase só isto a nossa santa religião.*” (II, 78); “*Mas Deus, se existe, não está lá para (...). Deus não se interessa nada, mesmo nada, com aquilo que os padres insistem em dizer que Ele se interessa: por exemplo, como nós termos de acreditar que é trino e uno. E que o Filho está à direita do Pai, e assim. Deus está interessado é com o nosso coração.*” (II, 189); “*Dia chegará em que não será na montanha, nem no Templo, nem em nenhum altar particular que se prestará culto, mas no íntimo de cada um.*” (III, 208).

10. ARQUIVO HISTÓRICO

Como historiador que é, vai anotando a ocorrência de factos que marcam a história, ou lembrando datas já há muito registadas: o ano um depois do muro de Berlim (9/11/89), a queda de Ceausescu (12/89), o octogésimo segundo aniversário do assassinato de Carlos de Bragança (1/2/90), a reunificação da Alemanha (10/90), o bicentenário da morte de Mozart (5/12/91), a morte de Fernando Namora (31/1/89) ou de Greta Garbo (4/90). Através da simples seleção dos factos, mas também da sua interpretação, o que o autor pretende revelar é uma intimidade.

Estas datas são amiúde acompanhadas de reflexões, mas sobretudo de preocupações que o diarista repudia por não suportar o sentimento de um horror perante o qual se sente totalmente impotente: *“As novas que a imprensa traz, cada vez mais inquietantes. Que vai acontecer no Golfo?”* II, 233: *“últimas notícias sobre a crise do Golfo. Fala-se de uma nova cruzada (...) Mas agora já não é por causa da profanação dos lugares santos do Cristianismo (como foi nos sécs. XI-XII) mas por causa da profanação dos lugares sagrados do Petróleo, outro deus ainda mais universalmente adorado. (...) Com todo o seu cortejo de horrores, a guerra está aí à porta (...) Em mim um sentimento de impotência e de humilhação. Para esquecer, fui à noite ouvir Eduardo Hubert. Tocou Schumann e Ravel.”* (II, 224); *“No coração dói-me a amargura da impotência. A dor do mundo.”* (IV, 83).

Arquiva também nas páginas do seu diário a sua história íntima da cultura açoriana, ao registar impressões de concertos e festivais de música, exposições de pintura e lançamentos de livros, congressos e colóquios. Deixa-nos páginas de valor inestimável ao conciliar crítica literária e testemunho sobre um determinado escritor. É o que acontece, por exemplo, com os escritores Dias de Melo (II, 51-59 / III, 191-192), Daniel de Sá (III, 190), Álamo Oliveira (IV, 100-101), ou com a pintora Luísa Athaide (III, 25-26). Chega a transcrever na íntegra o que disse acerca de um poeta em praça pública. É o caso de Ruy Galvão, que considera seu mestre e muito admira ao ponto de integrar poemas seus nas páginas deste diário (II, 64-65). No mesmo espírito de arquivista que intimamente pretende mostrar, transcreve cartas que escreve a amigos e cartas que deles recebe (II, 82).

Pouco fala da sua atividade de professor, mas a referência a algumas aulas serve-lhe frequentemente para veicular ideias e modos de conceber a História: *“Aula sobre o tema: O significado do Sebastianismo no contexto da União Ibérica. (...) Sugeriu-se por exemplo, que na península, por falta de hábitos de investigação científica, só tardiamente se demarca a fronteira entre o possível e o impossível. A realidade e o sonho. Onde a dominância do sobrenatural e da fantasia que ajudam, também, a definir a nossa alma sebástica.”* (II, 143).

11. QUINTO TEMPO: A PERDA DO EU E A TENTATIVA DE RECUPERAÇÃO DO PASSADO

“E eu lembrei a imensa manhã da minha meninice onde havia o lugar do mundo mais seguro que já me foi dado conhecer: o colo de minha Mãe.” (II, 133)

À semelhança de Proust, em *À la recherche du temps perdu*, Aires procede a uma justaposição de tempos e espaços passados e presentes, tentando assim ultrapassar o tempo que nega a vida e o espaço que separa os seres. Tal como acontece no episódio da madalena, no romance de Proust, em que o sabor atual de um biscoito molhado numa chávena de chá desencadeia a lembrança do mesmo sabor experimentado num passado já longínquo e com ele ressuscita todo esse passado, no dia 10 de novembro de 1988, a chuva fina a mudar de direção conforme o vento parece ao diarista um enxame de mosquitos no ar, desencadeando a lembrança da mesma sensação experimentada num dia de desgraça para a sua avó, traz-lhe a memória de um passado não totalmente recuperável: *“E foi esta chuvinha, assim como o farelo peneirado do alto, que me trouxe as vozes e um susto diluído que ainda sinto. Tudo cheio de interrupções e de coisas esquecidas para sempre.”* (II, 30). *A voz da Linda a chamá-lo para o almoço lembra-lhe a da mãe em semelhante situação* (II, 166); *o gesto de refrescar uma melancia ao fio da torneira lembra-lhe o hábito antigo antes do aparecimento dos frigoríficos* (II, 222); *a contemplação de uma vindima lembra-lhe “a ladeira pedregosa do Pico do Frade e os homens carregados de cestos de uvas (...)” e o ti Ermínio Cassota* (II, 223); *o cheiro a sardinha assada lembra-lhe o pai “em mangas de*

camisa, a comê-las com pão de milho caseiro.” (II, 230); o cheiro a “roupa que em tempos vinha da América para os parentes pobres das Ilhas” lembra-lhe a excitação da família ao chegarem as encomendas de Tia Silvana: “Isto era antigamente.” (III, 34).

O cheiro, o sentido mais trabalhado por Fernando Aires, é dos mais poderosos no que respeita a esta alquimia proustiana: “De manhã a Linda trouxe tangerinas (...) descasquei uma, e o perfume intenso recordou-me tudo de uma vez: o Natal da infância, o licor que minha mãe fazia, o presépio, a consoada (...)” (III, 196); “Surpreendo-me com o poder que tem o cheiro para recriar presenças, disposições de alma (...)” (IV, 60).

Certos lugares são também suscetíveis de ativar a rememoração do passado. É o caso do cais que lhe lembra a sua partida para Coimbra aos 18 anos (II, 151), assim como da casa da sua infância: “*basta passar por ali, olhar (...) Num relance, é toda uma vida, com o que ela teve de coisas e de gente.*” (III, 57). E assim recorda Tia Querubina, D. Antónia “de luto fechada” e a caixa de música que guardavam no quartinho do meio. No quarto volume, um jantar em sua homenagem no salão do seu antigo liceu traz-lhe lembranças do tempo em que ali vinha como aluno e dá conta das leituras que fazia naquela época: “*Depois dos contos de fadas da minha meninice, seguiu-se, de perto, Júlio Verne (...)*” (IV, 90).

As transformações inevitáveis do progresso que caracterizam hoje em dia Ponta Delgada acendem na memória do diarista a imagem do antigo rosto desta cidade: “*Pus-me a relembrar como era a cidade de há quarenta anos. (...) Que restava de outrora?*” (II, 178); “*o sítio por onde antigamente se entrava na Mata da Doca (...) Agora já não é mata nenhuma. Agora é uma coisa monstruosa e de pedra (...). Pois naquele tempo, havia ali uma mata (...) Logo no começo, voltada para a Rotunda, ficava a minha escola primária (...)*” (II, 227/228). A imagem deste lugar dá azo a recordações da professora e das aulas.

Mortes e aniversários são também energia de ativação da memória: a morte de um amigo (II, 164 / III, 16), o aniversário da morte do seu pai (III, 131-132), o dia do seu aniversário (II, 149 / III, 107 /), ou do da sua esposa: “*Faz hoje anos a Linda. (...) E um dia aconteceu o encontro (II, 237/238).*”

Outro meio de recuperar o passado e de travar a roda do tempo é através da leitura de velhas cartas e jornais: “*Estive a ler cartas de há muitos anos e foi como se o tempo parasse*” (II, 114); “*Encontro num armário vários números do Açores de 1967. Folheio alguns e é como levantar a tampa de um baú onde se tivesse aferrolhado o passado.*” (III, 6). Ou ainda da contemplação de velhas fotografias: “*Tenho para aí retratos de antepassados (...) Torturo a memória, rebusco-a (...)*” (II, 234).

Por analogia, a sua convivência com os netos faz vir à tona impressões da sua própria infância: “*Quando a sua neta Beatriz faz um ano: “E eu lembrei a imensa manhã da minha meninice onde havia o lugar do mundo mais seguro que já me foi dado conhecer: o colo de minha mãe.” (II, 133).*”

A autorreflexividade que caracteriza este diário é ainda um agente de transição do tempo presente para o tempo passado. Assim, na tentativa de explicar a génese do próprio diário, Aires apresenta uma retrospectiva da sua vida literária: “*Desde os verdes anos me tomei de admiração por quem escreve. E, digamos, desde o liceu, no jornalinho ‘Girassol’, me pus a ensaiar aquilo que só no tempo se foi configurando em escrita. Aos 14-15 anos (imagine-se!) comecei mesmo um romance que chegou a ser batizado (‘As ruínas de Valhadolid’) e que morreu, logo ao nascer, de debilidade congénita. Com os anos fui percebendo o em que consiste a intimidade da pessoa consigo mesma (...). Começava eu então (por 45-46) a partilhar dos modos e dos sonhos do grupo do bar Jade (como eu o designo) do qual saiu, em devido tempo, a ideia do Círculo Cultural Antero de Quental e a revistinha Açória. Além da minha pessoa, constituía o grupo o Eduíno (...) o nosso grupo propunha-se em primeiro lugar (...) Depois foi Coimbra (...) Afonso Duarte (...) Foi assim que nasceu este Era Uma Vez o Tempo.*” (II, 27-28).

Através da leitura de textos antigos, Aires avalia a consistência ontológica em função da ideia de permanência, desafiando o carácter transformador do tempo: “*Estive a ler cartas de há muitos anos. Foi como entrar na minha alma antiga e descobrir como muito pouco mudou (se é que mudou): as mesmas nostalgias, a mesma impaciência, os mesmos desejos. O mesmo silêncio interior onde eu próprio tenho dificuldade em entrar.*”

Apesar da aproximação que fizemos com a obra proustiana, Fernando Aires nunca poderá escrever o capítulo intitulado “Le temps retrouvé”, pois para ele os lugares da sua memória são “um estilhaçar de imagens que se incompletam” (II, 228): “No fim, não somos mais do que túmulos vivos de um passado extinto que, em grande parte, não aconteceu da maneira que se conta e, definitivamente, ficará por contar.” (II, 153); “O que temos do passado são pedaços, nomes perdidos, sombras, numa grande promiscuidade impossível de destrinçar.” (III, 196).

Por fim, pensamos que o Diário de Fernando Aires revela uma preocupação estilística que não deve ser menosprezada e poderá ser analisada em relação com o carácter intimista que marca profundamente este texto, como o revelam metáforas tais como: “Depois a chuva para, e o ar, as casas, o chão, ficam com o desalinho de cabelos, o perfume, a frescura de pele, a ereção de mamilos de moça que acabou de sair do banho e se contempla diante do espelho.” (IV, 80). O autor utiliza variados recursos estilísticos para tentar veicular o indizível das coisas, ou mais uma vez «a poesia latente das coisas», como acontece por exemplo com as seguintes aliterações: “a luz fuzilou no espelho do quarto, azulando a escuridão. E os trovões rolaram longamente como calhaus imensos num céu oco.” (II, 118). O autor considera esta preocupação estilística como primordial, pois grava-a nas próprias páginas do seu diário como que para ainda mais a reforçar: “Estar atento ao som das vogais e à posição das consoantes. Ter infinita cautela com os adjetivos e os verbos. Não abusar dos hífenes e das reticências. Recuperar as sílabas perdidas.” (IV, 23).

12. BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, Cristóvão de (1999) *Relação de Bordo (1964-88)*, Porto, Campo das Letras.
- Aguiar, Cristóvão de (1997) “Relação de Bordo I. Sobre Diário IV de Fernando Aires”, in *Suplemento Açoriano de Cultura*, n.º 56, 12 junho.
- Aires, Fernando (1990) *Era uma Vez o Tempo*, 2º volume, Instituto Cultural de Ponta Delgada. *Era uma Vez o Tempo*, Diário III (1993) e *Diário IV* (1997), Edições Salamandra, Lisboa.
- Bettencourt, Urbano (1983) *O Gosto das Palavras*, col. Gaivota, nº 31, Angra, SREC; (1987) *O Gosto das palavras II*, Ponta Delgada, Signo; (1999) *O Gosto das Palavras III*, Lisboa, Edições Salamandra.
- Boerner, Peter (1978) «Place du Journal dans la Littérature Moderne», in *Le Journal Intime et ses Formes Littéraires*, Actes du Colloque de septembre 1975, Genève-Paris, Librairie Droz.
- Didier, Béatrice (1991) *Le Journal Intime*, Paris, P.U.F., Collection Littératures Modernes, 2è. Ed.
- Durand, Gilbert (1969) *Les Structures Anthropologiques de l’Imaginaire*, Paris, Brodas.
- Freitas, Vamberto (1991) *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro, Revista de Livros.
- Freitas, Vamberto (1992) *O Imaginário dos Escritores Açorianos*, Lisboa, Edições Salamandra.
- Freitas, Vamberto, (1999) *A Ilha em Frente*, Lisboa, Edições Salamandra.
- Girard, Alain (1986) *Le Journal Intime*, Paris, P.U.F., Collection Dito, 2è. Ed.
- Gusdorf, Georges (1991) *Auto-bio-graphie*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Gusdorf, Georges (1948) *La Découverte de soi*, Paris, P.U.F.
- Lejeune, Philippe (1986) *Moi Aussi, Le Pacte Autobiographique (bis)*, Paris, Seuil.
- Leleu, Michèle (1952) *Les Journaux intimes*, Paris, P.U.F.
- Madelénat, Daniel (1989) *L’Intimisme*, Paris, P.U.F.
- Olney, James (1980) *Autobiography. Essays Theoretical and Critical*, Princeton, Princeton University Press.
- Régio, José (1994) *Páginas do Diário Íntimo*, Lisboa, Círculo de Leitores.

23) ANABELA MIMOSO ANABELAMIMOSO@HOTMAIL.COM

Mesária da Confraria Queirosiana, Licenciada em História, Mestre em Cultura Portuguesa, doutora em Cultura Portuguesa, pela FLUP. Faz parte dos corpos diretivos da Associação de Escritores de Gaia e da Associação Amigos do Solar dos Condes de Resende/Confraria Queirosiana; é mesária da Confraria Queirosiana; faz parte do conselho editorial da “Revista de Portugal”, e é membro associado do Gabinete de História, Arqueologia e

Património, presidente do Clube Literário Queirosiano (O Cenáculo). Como escritora de literatura infantojuvenil (História de um Rio Contada por um Castanheiro; O Manuscrito da Grad'Ouro (coautora), Era um Azul tão Verde; O Tesouro da Moura; Dona Bruxa Gorducha - distinguido em 1996 pela Revista Whiteravens – “O Arrumador”- em Contos da Cidade das Pontes, O Último Período, Um Sonho À Procura De Uma Bailarina; Parabéns, Caloira! Quando nos Matam os Sonhos; Como um Pé-de-Vento (coautora), Xunta da Galiza; O Tesouro do castelo do Rei), participou no projeto “Malas Viajeiras” - 2004 - e “Estafeta do Conto” – 2005 – atividades da Junta da Galiza e a Delegação Norte do Ministério da Cultura. Tem feito comunicações em vários encontros de professores, escritores e bibliotecários, participado em Feiras do Livro e feito animação de bibliotecas públicas (em Portugal e Galiza) e escolares em encontros com os alunos em escolas portuguesas e galegas.

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE ANTERO DE QENTAL

Muito se tem escrito sobre Antero de Quental (S. Miguel, 1842 – S. Miguel, 1891), nomeadamente sobre a sua poesia e o seu pensamento filosófico. Mas há um outro Antero que tem sido subvalorizado: o Antero que refletiu e procurou pôr em prática as suas reflexões e as da Geração de 70 sobre a Educação, sobre a posição da mulher e, particularmente, sobre a Literatura para a Infância.

Através da leitura do Tesouro Poético da Infância, articulada com outros textos deste vulto das nossas letras e com textos de outros autores da mesma época, pretende-se mostrar até que ponto Antero veiculou ou se sobrepôs às ideias pedagógicas oitocentistas e como as pôs em prática. Nesse sentido, procuraremos mostrar a génese e a importância do Tesouro Poético.

O século XIX ficou marcado, politicamente, pelo Liberalismo e, logo, pelo abraçar de grandes causas sociais, entre as quais a batalha da educação, a começar na alfabetização. Para colmatar as lacunas do passado, a alfabetização teria de ser feita em duas frentes: na infância e entre as classes trabalhadoras. Procurava-se então, e sobretudo, «criar um cidadão moralmente sã e socialmente útil», como proclamava Alexandre Herculano, citado por Maria do Rosário Cunha, (2004:32), pois, só assim, se garantiria o acesso ao progresso. Mas a educação garantiria ainda o acesso à liberdade, como dizia Antero, num artigo de 1860 (“Leituras Populares”), tinha então dezoito anos, ao advertir que «um povo que possui a liberdade sem instrução (...), a custo poderá conservá-la, e o que é mais, conservá-la sem abusar» (1982: 116).

O interesse precoce de Antero pela educação, obviamente que tem os seus antecedentes. Diz Albino Forjaz de Sampaio que, muito jovem, em S. Miguel, Antero «assistiu ainda a um grande movimento a favor da instrução popular, dirigido por Castilho, que nesse sentido promoveu uma cruzada em que tomou parte toda a sociedade micaelense, podendo-se encontrar nela a génese do interesse de Antero pela instrução das classes populares, revelado logo aos dezoito anos em artigos publicados em revistas de Coimbra» (s.d.: 156-157). Obviamente que este interesse não é seu exclusivo, já que é comum a quase todos os membros da Geração de 70 e, antes deles, a muitos dos românticos.

Assim, dando corpo a este pensamento, por exemplo, em 1850, Castilho publicava a sua *Leitura Repentina. Método para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos* (1)²¹³, Adolfo Coelho, em 1872, publicaria o texto da sua Conferência “A Questão do Ensino”, Eça de Queirós, nesse mesmo ano, dedicaria-lhe várias das suas *Farpas* e, em 1876, publicava João de Deus a *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*.

Para realizarem os fins que tinham em vista, as coordenadas do pensamento pedagógico oitocentista tinham em conta, por um lado, a formação moral e cívica, por outro, a formação profissional, num programa bastante bem pensado. No entanto, apesar dos esforços empreendidos, tão nobre desiderato não se cumpria. Várias causas podem ser apontadas para este estado de coisas, mas elas devem-se, sobretudo, à falta de recursos financeiros, à instabilidade política e à falta de interesse dos políticos. Antero diria então, no mesmo artigo atrás citado:

213 Curiosamente, Castilho é também um dos autores ligados aos Açores e, mais concretamente a S. Miguel. Aí viveu entre 1847 e 1850. Foi ainda membro da Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de Ponta Delgada. Antero, em Lisboa, frequentaria o Colégio do Pórtico à Lapa, dirigido pelo seu já conhecido Castilho.

«Remissa e vagarosa, porém, vai a instrução nesta boa terra de Portugal» (1982: 116). Deste modo, as taxas de analfabetismo eram enormes, sobretudo entre as mulheres: em 1878, 64% dos homens e 90% das mulheres eram analfabetos. Bem se pode sintetizar na frase de Ramalho Ortigão o pouco esforço que os governos faziam em prol da educação: «Temos um exército de 42 mil homens, que custa 4 a 5 mil contos de réis, e uma instrução pública que custa 799 contos, sobre um orçamento de 23 mil contos» (1992: 25; vol. XV). Apesar do reconhecimento, por parte dos intelectuais liberais, do direito à instrução, a verdade é que, por volta de 1900 a percentagem de total de analfabetos andaria pelos 73%. Não admira, pois, que este avanço tão lento tivesse merecido a Eça, em 1872, uma das suas *Farpas*: «A instrução em Portugal é uma *canalhice* pública» (s.d.: 292)²¹⁴. Eça, mas também Antero haveriam de zurzir ferozmente os sucessivos governos que cometiam chocantes atos contra a cultura, como o encerramento das Conferências do Casino.

Efetivamente, as escolas portuguesas, além de escassas (em 1872, deixavam fora da escolaridade mais de 600 000 crianças, segundo uma das *Farpas* de Eça de Queirós – s.d. 287) não eram propriamente locais aprazíveis para o ensino. No mesmo texto, afirmava-se que: «Os edifícios (a não ser os legados pelo conde de Ferreira, que ainda quase não funcionam) são na sua maior parte uma variante torpe entre o celeiro e o curral. Nem espaço, nem asseio, nem arranjo, nem luz, nem ar. Nada torna o estudo tão penoso como a fealdade da aula» (s.d.: 290). Guerra Junqueiro²¹⁵ haveria de condenar a escola num poema da *Musa em Férias*, intitulado precisamente “Escola Portuguesa”:

*Isto escolas!... que indecência!
Escolas, essa farsada!
São açougues de inocência,
São talhos d’anhos, mais nada.*

Manuel Ferreira Patrício, ao analisar este poema, salienta o facto de que para Junqueiro, a escola, «é de sua natureza inadequada à infância, porque impede a natural expansão da sua alegria e da sua espontânea liberdade. É uma prisão hedionda.» (1998: 313), mas vê neste poema não a condenação da escola em geral, mas a da escola portuguesa, mostrando assim o seu desejo de «uma sociedade com outra escola» (1998: 315). Em confronto com as ideias da época, parece-me que esta posição pode ser entendida também como a condenação da escola-instituição e a defesa de um outro tipo de ambiente e, conforme veremos adiante, de outros métodos de ensino. Ora, se o estado da nossa educação institucionalizada era mau, no que respeita à educação feminina era péssimo, como testemunhava, por exemplo, Eça de Queirós, em 1872: «*Os colégios, pelos seus métodos fatigantes, repelem os espíritos das mulheres dos livros e das coisas da ciência*» (s.d. 306).

Mas se bem que a *inteligência* da época se preocupasse com a educação feminina, não a punham em pé de igualdade com a educação masculina. Assim, quando Antero de Quental, aos dezassete anos, no artigo intitulado “Educação das Mulheres”, se preocupava com a «*necessidade da educação intelectual e, maximamente, moral da mulher*» (1982: 113), fá-lo de uma maneira condescendente, já que reconhece que a mulher «*é um ente fraco, desvalido, apaixonado*», se bem que «*nobre*» (1982:111). Ora, o seu papel de mãe, de irmã, de esposa, de amante tornam-na na «*mestra da nossa educação moral, em todas as fases da nossa vida*» (1982: 112). Sintomaticamente, em epígrafe a esse artigo, figura a seguinte frase de Aimé Martin: «*É em vossa alma, jovens esposas, que repousam os destinos do género humano*» (1982: 109). Eça diria: «*A valia de uma geração depende da educação que recebeu das mães*» (s.d.: 293).

Neste assunto estavam então todos de acordo: liberta da formação profissional, o lugar da mulher era em casa, ocupada a ser esposa e mãe, por isso, a sua educação deveria ser feita também aí, e não no colégio, local perigoso para ela, «onde se aprende a disfarçar», como garantia Eça de Queirós (s.d.:308). Assim, as afortunadas que tinham tido direito à instrução obtiveram-na na esfera familiar, visando, primordialmente, o papel que viriam a desempenhar na família. Precioso testemunho das restrições postas à educação feminina feita em instituições é

214 Claro que não era só o ensino primário que estava em crise: todo o ensino estava em crise, até mesmo, e sobretudo, o ensino universitário, como tão bem caricatura Eça na figura do bacharel.

215 Lembremos que também Guerra Junqueiro esteve ligado aos Açores, dado que foi secretário-geral do governo civil de Angra do Heroísmo.

o texto de Ramalho Ortigão em que ele se insurge contra o costume que, desde 1877, havia de as meninas dos colégios de Lisboa se submeterem a exames no Liceu Nacional, afirmando que estas práticas «comprometem absolutamente os fins da educação, desviam-na do verdadeiro ponto de vista pedagógico, são uma ostentação ridícula, ofendem o bom gosto, desprimoram a delicadeza e a dignidade senhoril, assopram o pedantismo, incham a frivolidade e incapacitam a mulher para a missão a que ela é chamada na família (1992: 123; vol. VIII). Não admira, pois, que, no final do século, 82% das mulheres permanecesse analfabeta. Ainda em 1892, Carolina de A. Lima, citada por Teresa Joaquim, afirma que «*para se defender na presente época a instrução da plebe feminina, pugnar pelos seus direitos, (...) é preciso afrontar com a crítica de uma ou outra personalidade, que (...) vê na educação do povo e, em particular, na da mulher, um luxo supérfluo, uma banalidade, um erro até prejudicial à nação.*» (1997: 321).

Apesar deste estado depauperado da educação feminina no final do século, o facto de se desejar então que a mulher tivesse uma educação esmerada do ponto de vista moral e sofrível do ponto de vista intelectual marca um avanço em relação aos séculos anteriores, até mesmo em relação a meados do século. Veja-se este texto de Garrett, citado por Teresa Joaquim, em que ele se insurge contra essa abertura: «*A educação feminina moderna geralmente se esmera demasiado em prendas e estudos: o nosso século filosófico exagerou-se neste ponto bem como em outros. Com efeito a mulher não foi criada para fazer meia e arrumar baús, como se dizia no tempo dos nossos bisavôs, mas também não nasceu para frequentar a palestra, o foro ou a tribuna*» (1997: 284).

Ora, se por um lado se se reconhecia a necessidade dessa educação para formar os filhos e por outro denegria-se as instituições de ensino, a preparação dos professores, os métodos utilizados, logo, os seus préstimos, seria muito difícil que a mulher obtivesse uma educação esmerada no espaço limitado da sua casa. É o que faz Eça, numa das suas *Farpas*, quando põe em contraste a educação das senhoras inglesas e francesas com as das portuguesas, sobretudo a nível das suas leituras²¹⁶, atribuindo aos colégios a falta de preparação das senhoras portuguesas. Só com grande esforço próprio e da família, é que a mulher portuguesa poderia usufruir de uma educação razoável que a tornasse capaz de educar convenientemente os seus filhos. E poucas foram. O reconhecimento do direito à igualdade na educação só seria uma realidade já o século XX ia adiantado, o que em nada diminui a luta dos autores aqui citados, e de outros, em prol do desenvolvimento da educação da mulher. Ora, se as instituições de ensino eram más e os métodos aí seguidos não eram minimamente aliciantes, o caminho a seguir, proposto por estes pensadores era, obviamente, a educação maternal.

Seria no aconchego do lar que a educação deveria começar como, aliás, já preconizava Antero: «*A educação, no sentir de um grande homem (Aimé Martin), não deve começar nem pelo clero, nem pelo povo, nem pelas escolas, nem pelos mestres, mas pelos mestres e educadores naturais, - pelas mulheres; pelas mães, pelas filhas, pelas amantes, pelas esposas: e esse bem que lhe fizermos – ficai certos – que todo sobre nós, e com usura, reverterá*» (1982: 112). É precisamente devido ao reconhecimento deste papel de “educadoras naturais” que se preconiza que é por sua mão que a educação deve começar. Fora devido à influência de Aimé Martin, mas também de Michelet, que Antero entendia a mulher «*como elemento formativo e educador da criança e agenciador da organização doméstica, o fulcro de todo o processo de socialização*», como entende Laura Bulger (1993: 71). Anjo do lar, a ela competiria verdadeiramente a transformação da sociedade.

Mas esta convicção é comum a outros escritores. Por isso mesmo, João de Deus dedica-lhes a sua Cartilha: «*Às mães, que do coração professam a religião da adorável inocência e até por instinto sabem que em cérebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violência pode deixar vestígios indeléveis, oferecemos neste sistema profundamente prático o meio de evitar a seus filhos o flagelo da cartilha tradicional*» (1876). Também Guerra Junqueiro, nas “*Duas Palavras*” que antecedem os seus Contos para a Infância, não esconde que remete a sua obra para as mães: «*É um ramo de florinhas cândidas, que as mães, à noite, deixarão sem temor na cabeceira dos berços*» (1978).

216 Alberto Queirós, na *Revolução de setembro*, de 13 de Junho de 1871, resumiria esta máxima num texto crítico sobre a conferência do irmão “*A Nova Literatura: O Realismo como Nova Expressão de Arte*”: «*tendo a arte uma influência poderosa sobre os costumes e sobre a moral, devia contribuir o mais possível para realizar a justiça, única base que devem ter as relações sociais*», - citado por Beatriz Berrini (2000: 22)

Contudo, os autores que temos vindo a referir defendem que a educação da infância, e dos adultos também, não deveria ficar só pela alfabetização. Para recreação e moralização das crianças e adultos há que dar-lhes a ler livros próprios que, no dizer de Antero, são também «o pão do espírito» (1982: 120). Eça diria num dos *Textos do Distrito de Évora I*, precisamente intitulado “Leitura Modernas” que «A literatura é a educação das almas. Quando ela robustece, fortifica o povo, dá-lhe grandes e belas ideias, justos e fecundos sentimentos; aparecem grandes caracteres, profundas honradezas, amor da justiça, preocupação do trabalho» (s.d. 309), mostrando o quão se valorizava então a literatura, numa época em que nem a televisão, nem o cinema ocupava ainda os ócios do povo. Aliás, até para os camponeses, Antero, inspirado em Cormenin, propunha, em 1860, a criação de uma Bibliotecas Rurais Ambulantes, equipada com livros de leitura apropriada a este setor da sociedade, constituída por «pequenos volumes sobre ciências naturais, medicina doméstica, livros de religião, de agricultura, de política geral, de administração, história, geografia e viagens» (1982: 122).

E para as crianças que espécie de livros lhes eram julgados adequados? Por volta de 1879, escrevia Eça de Queirós, numa das suas cartas enviadas de Inglaterra: «Em geral, nós os portugueses, só começamos a ser idiotas – quando chegamos à idade da razão. Em pequenos, temos todos uma pontinha de génio: e estou certo que se existisse uma literatura infantil como a da Suécia ou a da Holanda, para citar só países tão pequenos como o nosso, erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual» (1928: 59). Para dar um exemplo, Eça cita o caso de Inglaterra, onde «existe uma verdadeira literatura para crianças, que tem os seus clássicos e os seus inovadores, um movimento e um mercado, editores e génios – em nada inferior à nossa literatura de homens sisudos. Aqui, apenas o bebé começa a soletrar, possui logo os seus livros especiais: são obras adoráveis, que não têm mais de dez ou doze páginas, intercaladas de estampas, impressas em tipo enorme, e de um raro gosto de edição. Ordinariamente o seu assunto é uma história, em seis ou sete frases, e decerto menos complicada e dramática que *O Conde de Monte Cristo* ou *Nana*; mas enfim tem os seus personagens, o seu enredo, a sua moral, e a sua catástrofe» (1928:56).

Se esta era a leitura recomendada para os mais novinhos, a verdade é que havia também uma leitura para leitores em processo: «Depois, quando o bebé chega aos seus oito ou nove anos, proporciona-se-lhe outra literatura (...) vêm então as histórias de viagens, de caçadas, de naufrágios, de destinos fortes, a salutar crónica do triunfo do esforço humano sobre a resistência da natureza. Tudo isto é contado numa linguagem simples, pura, clara» (1928:57).

Finalmente para o jovem leitor experiente ou fluente, impõem-se outros temas: «popularização da ciência; descrições dramáticas do universo; estudos cativantes do mundo das plantas, do mar, das aves; viagens e descobertas; a história; e, enfim, em livros de imaginação a vida social apresentada de modo que nem uma realidade muito crua ponha no espírito tenro securas de misantropia, nem uma falsa idealização produza uma sentimentalidade mórbida» (1928: 58).

Eça traça, assim, um verdadeiro programa de leitura para a infância e para a juventude.

Mas, se em Inglaterra existia então uma Literatura infantojuvenil, a verdade é que «em Portugal nem em tal jamais se ouviu falar» (1928: 58).

Eça acrescentaria ainda uma nota importante a este programa quando, num artigo denominado “O Francesismo” de 1887, incluído posteriormente nas *Últimas Páginas*, ao referir-se à sua infância em Verdemilho, na casa dos seus avós, ele convocava a figura do criado Mateus trazido do Brasil pelo avô: «A minha mais remota recordação é de escutar, nos joelhos de um velho escudeiro preto, grande leitor de literatura de cordel, as histórias que ele contava de Carlos Magno e dos Doze Pares» (s.d.: 388). Recordemos que foi também por meio das criadas velhas que Garrett conheceu e amou a literatura oral. Literatura tradicional ou narrativas originais apropriadas constituiriam então, segundo Eça, o corpo de uma biblioteca infantil.

Mas as preocupações pedagógicas do autor de *Os Maias* levam-no mais longe: em 1891 planeava mesmo publicar uma biblioteca escolar, para o que contactara o editor francês Delagrave. Escreve Calvet de Magalhães: «Das várias conversas que tivera com Delagrave resultara a aceitação por parte deste de se associar com José Maria

para lançar em Portugal uma biblioteca escolar e este, exultando, comunicava o facto a Oliveira Martins, oferecendo-lhe uma participação no projeto e contando com a sua influência política para encontrar a “fórmula” que permitisse a aceitação oficial do empreendimento» (2000: 189-190). O plano não foi para a frente, porque Oliveira Martins não conseguiu remover os obstáculos que o sistema levantava à escolha dos compêndios.

Apesar de todas as suas preocupações, não seria, no entanto Eça a dar forma à necessidade de haver uma literatura para a infância, se bem que não desdenhasse produzi-la em troca de «*Uma boa fazenda, de rendimento certo, numa província rica, com casa mobilada e alguns cavalos na cavalaria, não seria talvez de mais. Se a gratidão do governo imperial quisesse juntar a isto, para alfinetes, um ou dois milhões em ouro, eu não os recusaria. E, se me não quisessem dar nada, bastar-me-ia então que um só bebé se risse e fosse alguns minutos feliz. Pensando bem: - é esta a recompensa que prefiro*» (1928: 61). Não o fez, mas o repto estava lançado.

Quando, em 1883, Antero publica o seu *Tesouro Poético da Infância* é, pois, um precursor da Literatura Infantil no nosso país, a par de Guerra Junqueiro (*Contos para a Infância* – 1877), de Adolfo Coelho (*Contos Nacionais para Crianças* – 1883) e, talvez, o primeiro a perceber o encantamento e a sedução que o texto poético desperta no público infantil, pois, se bem que Adolfo Coelho tenha recolhido no mesmo ano (1883) *Jogos e Rimas Infantis*, estas tinham um carácter essencialmente lúdico, cabendo a este autor o mérito de “descobrir” a utilidade do jogo: «forma adequada da atividade da criança – atividade sem finalidade consciente» (1994:138). Não se trata, portanto, verdadeiramente de poesia.

Evidentemente que várias explicações podem ser dadas para o papel pioneiro que Antero teve na literatura para crianças, para além, obviamente, da crença na ideia de que “a arte afeta o progresso da sociedade”, que está na base do Realismo e para além da crença na «alta missão que foi sempre a da Poesia em todos os tempos», conforme a “Nota [Final da Odes Modernas]”, datada de 1865 (1982:195). Uma delas é o extraordinário sentido de ética que Antero possuía. Evidentemente que para a Geração de 70 a arte é produto de um modo particular de entendimento do mundo moral e é motor de renovação literária²¹⁷, mas em Antero esse sentido ético é profundamente vivido, pois, para ele, «*dada a sua nobreza moral, a filosofia não significa apenas a curiosidade do intelecto. A ideia torna-se nele uma condutora de vida, em norma da existência. As abstrações fazem-se sangue, o verbo faz-se carne*», como explicaria Junqueiro no seu “Antero de Quental: o drama da sua vida” (1978: 18-19). O próprio Antero teve muitas oportunidades de vincar esta sua forma de viver. Assim, por exemplo, em 1889, num artigo sobre “O Socialismo e a Moral”, Antero proclamaria: «moralidade, moralidade e sempre moralidade!» e, mais adiante, evocaria a frase de Proudhon: «o mundo só pela moral será libertado e salvo» (1982: 441 e 442).

Eça salientou também essa austera linha de ética «porque ela o explica nesses anos de paz e admirável doçura» (1913: 369), nos tempos em que, em Vila do Conde, «*com ele viviam as duas meninas que adotara, “as suas pequenas”, que então ensinava e educava*» (1913: 370). Emocionado, Guerra Junqueiro haveria de afirmar que «Houve em germen, em Antero de Quental, um santo, um filósofo e um herói» (1978: 13) E mais adiante haveria de realçar a sua «*Consciência de justo, cristalina, límpida, inalterável, levando, pelo cumprimento do dever, ao heroísmo e à santidade*» (1978: 17). Bem podemos dizer, como afirmou Luís de Araújo, que «da reflexão ética de Antero resulta que o progresso humano se enraíza no aprofundamento da experiência da consciência moral, voz íntima que orienta o aperfeiçoamento pessoal em que se traduz o supremo objetivo do dever» (1993: 35). De facto, a «arte, para Antero, só pode ser alcançada através do Bem», como constatou Lucette Petit (1993: 242).

Em 1881, pouco antes da publicação do seu *Tesouro*, Antero fixara residência em Vila do Conde, juntamente com as duas filhas do seu amigo Germano Meireles que tinham ficado órfãs, iniciando assim a educação das duas meninas. Para elas terá escrito “As Fadas”, composição original sua que figurará na antologia poética. Que Antero não encetou a missão de educar as duas meninas forçado pela amizade que nutria pelo pai delas, é bem claro nas

217 «Entre nós nenhuma senhora se dá às sérias leituras de ciência. Não da profunda ciência (o seu cérebro não a suportaria), mas mesmo dos lados pitorescos da ciência, curiosidades da botânica, história natural dos animais, maravilhas dos mares e dos céus. Isso lembra-lhes a mestra, o dever, a monotonia dos colégios. Depois acham vulgar, insípido. Querem ser impressionadas abaladas – preferem o drama e o romance. As senhoras inglesas e francesas aos serões da família, lê, ou para si, ou em voz alta aos irmãos mais pequenos ou aos filhos, livros de história natural, curiosas vidas de animais, viagens» (s. d. 307, sublinhados meus).

palavras de Eça que não se cansa de referir o gosto que Antero tinha em lidar com crianças: «*Era tocante como atraía as crianças. Muitas noites em Santo Ovídio, quando junto do fogão Antero conversava, sentado no meio de um divã, na sua atitude costumada, com as pernas cruzadas, as duas mãos cruzadas sobre o joelho magro, surpreendi pequenos de seis ou sete anos, que, desviando os olhos de algum livro de estampas, o contemplavam maravilhados. Ele possuía, de resto, a subtil ciência de tratar com crianças (...).*»

O motivo desta incomparável sedução era a sua bondade, tão luminosa, tão repassada de intelectualidade. Antero nesse tempo, tornado verdadeiramente Santo Antero, irradiava bondade» (1913: 381-2).

Este foi o tempo em que Antero respirava saúde e boa disposição, conforme Eça nos testemunha. Foi aquilo a que Ana Maria Martins chamou «A Década de Ouro de Vila do Conde – 1881-1991» (1993: 165): «*é o tempo das grandes leituras ou releituras e o seu pessimismo ia-se desvanecendo com a vida contemplativa “no meio da natureza”. Com as filhas adotivas e o sobrinho Jorge, dava grandes passeios pelos campos e praias» (ibidem: 167).*

Mas poderemos falar ainda de outras características do carácter anteriano. Isabel Pires de Lima salientou, na sua alocução de abertura do Colóquio Internacional por ocasião do centenário da sua morte, que: «*Toda a sua vida foi dominada por uma ânsia de perfeição, pela obsessiva perseguição de uma essência inalterável e eterna, pela procura dilacerada de um “farol firme”, capaz de o nortejar a ele mesmo e à sua geração, face à qual Antero foi, para o bem e para o mal, ele próprio um farol» (1993: 9).* É neste sentido que Forjaz Sampaio o tinha considerado o primeiro dos “poetas revolucionários”, juntamente com Guilherme Braga, Guilherme de Azevedo, Gomes Leal, Guerra Junqueiro e outros (s.d.: 195).

O seu exemplo em prol da literatura para crianças seria seguido por outros escritores da sua geração que não desdenharam dedicar-se a um “género” então considerado menor. E fê-lo muito bem, pois, para além da natural preocupação com a educação, para além de ser «um académico revolucionário e racionalista», era «além da melhor ideia da Academia, o seu melhor verbo», como afirmou Eça (1913: 349-50), seu grande admirador.

Todas estas ideias atrás expostas podem ser comprovadas na “Advertência” ao *Tesouro*. Da autoria do próprio autor, é um precioso documento que convém explorar. Aí se faz a distinção entre Literatura Infantil e a “outra”, a tal dos “homens sisudos”, já que o autor destina esse “livrinho” «exclusivamente à infância» (1983: 5). Aliás, a designação de “livrinho” dada à obra, aponta para o lugar modesto que a literatura então destinada aos mais novos tinha. Assim a pensava também Eça, na já citada carta, uma vez que a considera própria para a pena das senhoras. Dizia ele: «*Muitas senhoras inteligentes e pobres se poderiam empregar em escrever essas fáceis histórias (...). Há entre nós artistas de lápis fácil e engraçado, que comentariam bem essas aventuras num desenho de simples contorno, sem sombras e sem relevo, lavado a cores transparentes» (1928: 60).* Se era às mães que cabia o papel de educadoras e de mediadoras da leitura, bem podiam ser elas a escrever, repto que algumas mulheres de então aceitariam: Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), Maria Rita Chiappe Cadet († 1885) e, um pouco mais tarde, Ana Castro Osório (1872- 1935), Alice Pestana ou Caiel, de seu nome literário, (1860-1929) e Virgínia Castro e Almeida (1874-1945). Aliás, esta presença feminina marcaria a literatura para a infância até meados do século XX, constituindo aquilo que ficou conhecido por “escrita maternal”, não já, ou não ainda, literatura. Aliás é sintomático o que Forjaz Sampaio diz sobre esta “literatura”: «*O conto para crianças é o género literário que em Portugal tem sido – como é natural – quase exclusivamente cultivado por escritoras» (s.d.: 310).*

Um pouco mais adiante, na “Advertência” ao *Tesouro*, lê-se: «Destina-se pois este **volumezinho** sobretudo à leitura doméstica», logo à mediação maternal como seria de esperar, se bem que, «Talvez não fosse também descabido nas escolas das primeiras letras: mas receio que a simplicidades quase sempre pueril dos assuntos e a tenuidade do estilo pareçam a muitos mestres destoar daquela gravidade pedagógica que, em **seu** entender, é atributo do ensino». Não no entender de Antero, nem no de Froebel, nem no de João de Deus que ele evoca, pois todos eles defendem que «o tipo de ensino é o maternal, o que segue passo a passo as tendências naturais e acomoda o método e doutrina à condição peculiar do espírito infantil». E imediatamente a seguir reitera a ideia expressa acima na quadra de Junqueiro: «Para uns entezinhos, em quem tudo é movimento e imaginação, a escola, se não for jardim, será só prisão, a doutrina, se não for encanto, será só tortura». São pois as mães que

«compreendem por instinto que é pelo caminho florido e suave da imaginação e do sentimento que a infância deve ser encaminhada para o mundo superior da razão», pois que «a razão reveste, para o espírito em que tudo é instinto e fantasia, as formas da intuição e da imaginação: essas formas podem porém envolver **lição moral** e até elevados conceitos racionais». Estão assim traçados os objetivos da literatura infantil: desenvolver a imaginação, veicular princípios.

Faltava explicar o porquê da poesia: «Ora é esse justamente o caráter e privilégio da **poesia**: tornar, pela idealização sentimental dúctil e plástica o que, nas formas da pura razão, é naturalmente abstrato e acessível só à meditação. A poesia é o ideal percebido instintivamente». A poesia é entendida como o instrumento, por excelência, para desenvolver o sentimento do bem e do belo. Para ser percebida **instintivamente** pela criança, Antero confessa que teve que recusar o recurso à poesia clássica, optando por recorrer à poesia popular, pois, «O povo é uma grande criança coletiva, é o eterno infante», ou seja «dizer popular é pois dizer infantil... É que uns e outros são simples». Não deixa também de mencionar a importância da memória e da afetividade na transmissão oral: «E todos nos recordamos do prazer delicioso com que escutámos, na meninice, os contos maravilhosos ou os romances e cantigas com que alguma criada velha nos sabia encurtar, como por encanto, as horas largas dos serões de inverno». A inclusão de composições pertencentes à cultura popular, recuperada desde o Romantismo, justifica-se ainda pelo seu interesse sobretudo estético e pedagógico e atendendo também à sua simplicidade. Por esse motivo, recorreu aos romanceros e aos cancioneros populares, mas nem por isso se esqueceu de incluir também a poesia «publicada nos últimos sessenta anos» (Tomás Ribeiro, Castilho, Guilherme Braga, João de Deus, o mais representado, Gonçalves Crespo, Júlio Dinis, Gomes Leal, Bulhão Pato, Guerra Junqueiro, Soares dos Passos, João de Lemos - Eusebiozinho bem podia ter aprendido no Tesouro, o poema “A Lua de Londres” que declamou, a pedido da mamã, para o Sr. Vilaça – são os mais conhecidos), não faltando também os poetas brasileiros, o que deu um volume, se não tão rico como se fazem em Inglaterra ou na Alemanha, pelo menos “remediado”. Não resistiu, porém, como ele confessa, à tentação «de suprimir uma ou outra estrofe e de substituir uma ou outra palavra... inadequadas à compreensão infantil». Curiosa é a explicação que dá para a inclusão da ode “Deus” de Alexandre Herculano, uma vez que embora reconhecendo, que «o grandioso e sublime não é certamente para as crianças», também admite que «há certa sublimidade que elas sentem intuitivamente, embora não cheguem a compreender», reconhecendo assim a capacidade que a criança tem de ser sensível à beleza.

Depois de afirmar que a Advertência terminara, ainda acrescenta que «Se as **mães** de família e os **mestres inteligentes** acolherem com favor este **livrinho**, aplaudir-me-ei por este pequeno serviço prestado à causa da educação» (1983: Advertência).

Se alguns homens cultivaram então a literatura para crianças, como Antero e Guerra Junqueiro, fizeram-no mais, sobretudo, como compiladores e animados pela convicção de estarem a prestar um serviço à aprendizagem da leitura, ao desenvolvimento da imaginação, à aprendizagem das regras da moral, mas também à recreação do espírito.

Antero projetava ainda escrever mais dois ou três livros para a Infância e Adolescência²¹⁸, o que não fez, porque lhe faltou o estímulo, porque lhe faltou a vida. Que Antero tenha sido recompensado com muitos sorrisos de crianças no pouco tempo que ainda viveu, já que não consta que o governo de então lhe tenha ficado grato, nem tenha agraciado este papel pioneiro na História da Poesia para a Infância!

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Luís (1993) ‘Antero: o Repto da Ética’, in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa

BARRETO, Garcia (2002) *Dicionário de Literatura Infantil*, Porto: Campo das Letras

218 Leia-se a comunicação de Maria Emília Traça “Antero e os «Tesouros» para a Infância”, especialmente, a pág. 372.

Alberto Queirós, na *Revolução de Setembro*, de 13 de Junho de 1871, resumiria esta máxima num texto crítico sobre a conferência do irmão “A Nova Literatura: O Realismo como Nova Expressão de Arte”: «tendo a arte uma influência poderosa sobre os costumes e sobre a moral, devia contribuir o mais possível para realizar a justiça, única base que devem ter as relações sociais», - citado por Beatriz Berrini (2000: 22)

- BERRINI, Beatriz (2000) *Eça de Queiroz: Literatura e Arte – uma Antologia*, Lisboa: Relógio de Água
- BULGER, Laura Fernanda (1993) 'O Enigma do Feminino nos Textos de Antero', in Antero de Quental e o Destino de uma Geração (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa
- COELHO, Adolfo (1994) *Jogos e Rimas Infantis* (1883), Porto: Asa
- CUNHA, Maria do Rosário (2004) *A Inscrição do Livro e da Leitura na Ficção de Eça de Queirós*, Coimbra: Almedina
- DEUS, João (1876) *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, Lisboa: Expresso (ed. fac-similada)
- JOAQUIM, Teresa (1997) *Menina e Moça: A Construção Social da Feminilidade*, Lisboa, Fim de Século Ed.
- JUNQUEIRO, Guerra (1978) *Contos para a Infância* (1877), Porto: Lello & Irmão
- JUNQUEIRO, Guerra (1978) *Prosas Dispersas*, Porto: Lello & Irmão
- MAGALHÃES, José Calvet (2000), *Eça de Queirós: Vida Privada*, Lisboa: Bizâncio
- MARTINS, Ana Maria (1993) 'A Década de Ouro de Vila do Conde – 1881-1991', Antero de Quental e o Destino de uma Geração (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1998) 'A Libertação do Homem em Junqueiro' in Guerra Junqueiro e a Modernidade, Porto: Lello Editores
- PETIT, Lucette (1993) 'A Busca do Bem e a Busca do Belo: Antero e Eça', in Antero de Quental e o Destino de uma Geração (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa
- QUEIRÓS, Eça (1928) *Cartas de Inglaterra*, Porto: Liv. Chardron, de Lello & Irmão
- QUEIRÓS, Eça (1913) *Notas Contemporâneas*, Porto: Lello & Irmão
- QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Uma Campanha Alegre* in *Obras Completas*, Lisboa: Resomnia Ed.
- QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Textos do Distrito de Évora I*, Lisboa: Resomnia Ed.
- QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Últimas Páginas*, Porto: Lello & Irmão
- QUENTAL, Antero (1982) *Prosas sociopolíticas*, Lisboa: IN-CM
- QUENTAL, Antero (1983) *Tesouro Poético da Infância* (1893), Porto: Lello & Irmão
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (s.d.) *História da Literatura Portuguesa dos Séculos XIX e XX*, Porto: Liv. Fernando Machado
- TRAÇA, Maria Emília (1993) 'Antero e os «Tesouros» para a Infância', in Antero de Quental e o Destino de uma Geração (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa.

24) CARMEN MARIA COMINO, CMCOMINO@UNEX.ES

Doutora em Filologia Românica pela Universidade de Granada (2003). Professora *Ajudante* de Filologia Portuguesa na Faculdade de *Filosofía y Letras* (Cáceres) da Universidade de Extremadura (Espanha). A sua participação mais recentemente publicada, na Área de Tradução, encontra-se no livro *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa I*, Vigo: Universidade de Vigo, 2005.

PERFIS DA TRADIÇÃO PAREMIOLÓGICA NAS TRADUÇÕES PORTUGUESAS DO QUIXOTE

Após a experiência que representou ter lido as traduções de *El Ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha* em português, este artigo visa analisar, sob um ponto de vista paremiológico, as principais dificuldades que tal leitura me sugeriu. Nesta abordagem, a autora pretende fazer uma reflexão sobre a pertinência do estudo da paremiologia tradicional no âmbito da teoria da tradução literária, sobretudo com autores do Século de Ouro espanhol como Cervantes. Aborda vários casos específicos da tradução da imortal obra deste autor em Portugal e no Brasil, interessantes do ponto de vista histórico temporal, e examina as principais particularidades extraídas das traduções desses autores. O conhecimento paremiológico ad hoc por parte dos tradutores, antes ou no momento de proceder à tarefa de traduzir esta obra, são também objeto de análise. As características contextuais nas quais se inserem os textos objeto de estudo serão descritas como base preliminar para a compreensão caso clarifiquem ou modifiquem as parémias. Merece especial destaque o reconhecimento expresso dos provérbios

por parte dos tradutores, assim como as suas observações sobre os mesmos e as referências à obra de outros autores.

Desde que, em 1794, veio a lume a primeira tradução portuguesa, anónima, de *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha* até ao nosso século, têm-se sucedido várias traduções e edições. As duas últimas²¹⁹, de 2005, coincidem com o quarto centenário da publicação da primeira parte desta obra de Cervantes. Neste ensaio não vou entrar no estudo pormenorizado de cada uma delas; servir-me-ei da tradução de José Bento quando o achar elucidativo para a apresentação dos contextos onde se inserem os provérbios.

O destaque dado aos provérbios na obra cervantina tem sido mencionado, nomeadamente, pelos aqueles estudiosos que se interessaram pelos provérbios portugueses. Assim, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1986: 29) salientava a universalidade que alcançaram os provérbios, dada a sua frequência na boca de personagens que se tornaram quase protótipos:

Os provérbios espanhóis que alguns representantes geniais do respetivo espírito nacional, tais como o cavaleiro engenhoso, o seu escudeiro e a velha Celestina, tornaram famosos no mundo inteiro...²²⁰

As obras antigas de compilação dos provérbios portugueses datam do século XVII. Anteriormente, já Fernán Núñez tinha incluído alguns provérbios portugueses nos seus *Refranes*, publicados em 1555 em Salamanca (ex.: “A aden, molher, e cabra, he ma cousa sendo magra”; “A carga bem se leva, ò sobrenal causa a queda”; “Achò o cego hum dinheiro”). Da autoria de Frei Aleixo de Santo António é a *Filosofia Moral tirada de alguns provérbios*, 1640; de António Delicado, *Adágios Portugueses*, 1651, de Bento Pereira, *Florilégios*, 1655. Os dicionários de Agostinho Barbosa, *Dictionarium Lusitanico-latinum*, 1611 e de Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino*, 1712-1728, apresentam provérbios e expressões sentenciosas em grande número. Próximos da data da primeira tradução do *D. Quixote*, estão os *Adágios* de Francisco Rolland, 1780, ricos de conteúdo, ordenados por assuntos, que encontraram alguma divulgação.

Muito de quanto alguns autores (Sbarbi, 1874-1878) consideraram não serem mais do que criações espanholas, é comum às duas nações irmãs, sobretudo no que, quanto à forma e ao conteúdo, se revela arcaico. Para Carolina Michaëlis, naqueles casos em que a rima e a assonância aparecem na forma castelhana e não na portuguesa, é que se mostra que a versão castelhana é a mais primitiva. Por ex. “*A quem mal vive, o medo lhe segue*” (= *sigue*).- “*Alegria certa, candeia morta* (= *cierta, muerta*). No entanto, «muitas vezes basta, contudo, retroceder até ao português arcaico para se restabelecer a rima. É o caso por ex. de: “*A coelho ido, conselho vindo*” = “*A coelho ido, conselho vido*”» (Michaëlis, 1986: 35)²²¹.

O uso dos provérbios e anexins populares na literatura faz-nos recuar à época do classicismo português. Um homem da corte, Jorge Ferreira de Vasconcelos, escreveu dramas carregados de sentenças segundo o modelo da *Celestina*. Passemos a considerar a seguir como têm sido tratadas algumas parémiias espanholas que oferecem certa dificuldade, alguma surpresa ou perdem conotações nas traduções portuguesas do *Quixote*. Atendendo à intenção expressa de um dos últimos tradutores, compreendemos por que é que faz o seu trabalho de traduzir em linhas gerais (José Bento, 2005: 12):

Quanto à minha tradução [...] fi-la sobretudo para melhor poder saborear esta obra querida, não no seu original mas em algo que também é meu.

219 *O Engenhoso Hidalgo D. Quixote de la Mancha*, tradução e notas de José Bento, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2005; *O Engenhoso Hidalgo D. Quixote de la Mancha*, tradução e notas de Miguel Serras Pereira, Lisboa, D. Quixote, 2005. Esta última acabou de publicar-se também periodicamente com o *Expresso*, em 10 volumes. As minhas citações da tradução de Serras Pereira procedem destes últimos.

220 Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Mil provérbios portugueses”, em *Revista Lusitana (Nova Série)*, 7 (1986), pp. 29-71. Este artigo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos apareceu publicado primeiramente no volume em honra do Prof. Doutor A. Tobler (*Festschrift zum siebzigsten geburtstage Adolf Tobler's*) organizado pela Sociedade Berlinense para o Estudo das Línguas Modernas (Braunschweig, 1905, pp. 13-48). A tradução deste artigo, de alemão para português, foi feita por Maria da Assunção Pinto Correia.

221 Carolina Michaëlis de Vasconcelos “Mil provérbios portugueses”, *op. cit.*, p. 35, nota 21.

Palavras reveladoras não só do espírito que guia a tradução do *Quixote* de José Bento, mas também da maneira em que a introduz no seu mundo de (re)criação. É bom lembrar as palavras de Octávio Paz (1990: 23) “traducción y creación son operaciones gemelas”. Nem por isso José Bento deixa de manifestar o seu interesse por ser fiel ao texto original (“Pretendi servir o livro traduzido, cingindo-me muito à sua letra, que cifra o seu espírito, o que não foi fácil nem isento de dúvidas e de receios”) nem de prestar particular atenção a determinados elementos que condizem com o mesmo espírito: “... concedi a atenção para mim possível a muitos **provérbios**, procurando situar muitos deles por os considerar um elemento importante do saber do tempo, reveladores da mentalidade de quem os cita, mesmo quando o faz para os parodiar, como acontece por vezes com Sancho [...], não esquecendo que muitos desses dizeres faziam parte do património da língua que o escritor aproveita nos seus variados recursos²²²” (Bento, 2005: 12). A única condição que estabelece Ciça Pinto – servindo-se da recomendação do capítulo XXVI do *Quixote* – para o uso dos provérbios é ter habilidade para sua colocação na conversa (Pinto, 2001: 11).

Não sendo José Bento o único tradutor que comenta os provérbios do *Quixote*, é sim o único que mostra – na “Nota” inicial da tradução – a sua especial atenção e cuidado para com estes elementos. Assim, por exemplo, quando Sancho, com uma visão fatalista – a que traz a desgraça (Amando de Miguel: 2000, 74), se mostra arrependido da sua ambição de querer ser governador, expressa o provérbio **por su mal le nacieron alas a la hormiga** (II, 33, 906.14, S.²²³). José Bento que traduz “para seu mal nasceram asas à formiga” indica, em nota de rodapé, que se trata de uma alusão ao provérbio recolhido por Hernán Nuñez: “De grande subida, grande queda: para seu mal nascem asas à formiga”, e que existe em português. O que não explica, apesar de ser um provérbio um pouco críptico, é o porquê do seu significado – como o faz noutros casos. Tem de se contemplar que o que parece benefício pode conduzir à perdição, pois as asas que nascem às formigas ou são de limitada duração por natureza ou terminam os seus dias no ventre dalguns animais; quando as formigas voam são presa mais fácil dos pássaros. Por isso, o facto de começar a estrutura em espanhol “por su mal” e em português “para seu mal” podem ser equivalentes se ambas tiverem um sentido de finalidade, de fatalidade, embora o primeiro pareça causal à primeira vista. Compreende-se isto se atentarmos nas palavras de Sancho no diálogo com a duquesa que precedem o provérbio: “Y si vuestra altanería no quisiese que se me dé el prometido gobierno, de menos me hizo Dios, y podría ser que el no dármele redundase en pro de mi conciencia, que, manguera tonto, se me entienda aquel refrán de «por su mal le nacieron alas a la hormiga», y aun podría ser que se fuese más aína Sancho escudero al cielo que no Sancho gobernador”. Na tradução de José Bento (2005: 692):

“E assim, se vossa altanaria não quiser que se me dê o prometido governo, antes Deus fez-me de menos, e talvez não me dar mais acabasse por ser benefício para minha consciência; que embora eu seja pateta, entendo aquele provérbio que diz «para seu mal nasceram asas à formiga»”.

Este aspeto negativo é o que não se deduz do acrescentado a este provérbio por Luís da Câmara Cascudo (1952, 26) no Prefácio da tradução brasileira do *Dom Quixote de la Mancha*, realizada por Almir de Andrade (Primeira Parte) e Milton Amado (Segunda Parte), em 1952: “A formiga quando quer se perder cria asas”. É nesse mesmo sentido que Milton Amado o traduz?: “para perder-se a formiga criou asas” (Andrade, 1952: IV, 1355²²⁴). Ora bem, a perda não é a vontade que a formiga tem de fugir, como se poderia deduzir no tratamento do provérbio que fazem estes autores, mas uma consequência negativa da altanaria, seria a sua “perdição”. O provérbio estava presente na coletânea do português Francisco Rolland, – *Dá Deos azas á formiga, para que se perca mais asinha* (Rolland, 1780: 56) – e nos *Ditados tópicos de Portugal Coligidos da Tradição Oral* (Leite de Vasconcelos, 1882). Existe com outras variantes semelhantes ao que analisávamos anteriormente, no *Vocabulário* de Correas (2000: 656²²⁵), “*Por su mal y ruina nacen alas a la hormiga*” e “*Da Dios alas a la hormiga, para que se pierda más aína*” (Correas, 2000, 215), que poderiam ser a base para o uso de uma ou outra preposição (*por / para*). Esta última variante é a mais conhecida e a que se encontra na tradução de Benalcanfor, de Carcomo e, mais tarde, na de

222 José Bento na “Nota” inicial da sua tradução de *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, p. 12. O sublinhado é meu (em todos os casos).

223 Indico no original espanhol a parte do *Quijote* em números romanos e, a seguir, o capítulo, a página e a linha em números arábicos, conforme a edição dirigida por F. Rico, Crítica, 1999. Os nomes dos personagens estão abreviados quando são dom Quixote ou Sancho.

224 Nas traduções com vários volumes, indico-os em números romanos; nas que têm vários tradutores, indico o nome de quem a começou.

225 Esta recolha foi realizada por Gonzalo de Correas em 1627. Utilizo nesta citação e nas seguintes a edição de Castalia, 2000, que atualiza a ortografia.

Ribeiro: "*Dá Deus asas à formiga para que se perca mais asinha*" (Benalcanfor, 1877²²⁶: II, 249); (Carcomo, 1888: II, 239); (Ribeiro, 1954: II, 155). Serviria até para introduzir as palavras de Sancho, "*podría ser que se fuese más aína Sancho escudero al cielo que no Sancho gobernador*", que retomam o contraste metafórico entre a subida ao céu e a queda; entre o ser escudeiro e governador para o bem da sua alma.

O uso, alusão ou evocação dos provérbios e frases proverbiais apresenta-se às vezes no *Quixote* de maneira inacabada ou até contrária daquilo que seria lícito esperar. Hoje em dia já poucos duvidarão da importância de que se revestem na obra de Cervantes aspetos como a "dilogia", a ambiguidade e o jogo verbal em geral. Merece atenção particular como é proferido por Teresa Pança, que se quer opor à vontade ou capricho do marido, o provérbio repetido noutros contextos na forma habitual, "*allá van leyes do quieren reyes*" (II, 37, p. 936.22, doña Rodríguez), ou enunciando a primeira parte e dando por sabida a que resta, "*allá van leyes, etc., y no digo más*" (I, p. 45, p. 524.5-6, sobrebarbero). Teresa dirige uma piscadela de olhos ao leitor alterando o provérbio para "*Allá van reyes do quieren leyes*" (II, 55, p. 667.25-26, Teresa Panza) e isso talvez não seja um erro inocente. Na tradução do visconde de Castilho²²⁷ já era respeitada esta nova forma com que se modifica o provérbio primitivo, "*lá vão reis aonde querem leis*" (Castilho, 1876: II, 39). Daniel Augusto Gonçalves também traduz deste modo, "*lá vão reis onde querem leis*" (Gonçalves, 1978: I, 401) e acrescenta, em nota, que a forma "correta do rifão" (assim a define) é "*lá vão as leis onde querem reis*". Não acontece igual na maioria dos tradutores que, como José Bento, – "*mais mandam os reis do que as leis*" (Bento, 2005: 503) – não reparam ou ignoram esta mudança. Também em nota, explica Bento que se trata de uma alusão ao provérbio "*Lá vão as leis onde querem os reis*", recolhido pelo marquês de Santillana, que significa que as leis vão até onde os poderosos desejam, manobrando-as à sua vontade. Não se incide, pois, neste equívoco, nesse jogo de palavras de Teresa.

Outra inversão irónico festiva é a que Sancho faz a propósito do provérbio, "*Quem bem está, e mal escolhe, por mal, que lhe venha, não se enoje*" (Rolland, 1870: 21), coligido também pelo marquês de Santillana²²⁸ (1508: 140), "*Quien bien tiene y mal escoge / por mal que le venga no se enoje*". No tiene razon de se enojar / quien dexo el bien y escogio el mal". Sancho transforma-o de maneira a poder jogar com os vocábulos homófonos *venga*, procedente do verbo *vengar(se)* – presente do indicativo – (port. "vingar(-se)") e *venga*, do verbo *venir* – presente do conjuntivo – (port. "vir"): "*quien bien tiene y mal escoge, por bien que se enoja no se venga*" (I, 31, p. 362.28-29, S.). Sancho animara a dom Quixote para casar com a princesa Micomiconia, avisando-o de que se ele o não fizer, fá-lo-á o licenciado e que, por muito que se lamente mais tarde, não poderá vingar-se disto. É relevante sublinhar estes jogos verbais que se fazem com os provérbios porque, como no caso dos personagens do *Quixote*, não são nada estranhos na língua castelhana do dia-a-dia. Por isso, optar pela não introdução do provérbio tradicional na sua forma habitual sem mais comentário, como acontece na tradução anónima (1794: II, 200), na de Castilho (1876: I, 295), Benalcandor (1877: I, 328), ou na de Ribeiro (1954: I, 164) – "*quem bem está, e mal escolhe, por mal que lhe venha não se enoje*" ou com similar variante na de Carcomo, "*quem bem tem e mal escolhe, por mal que lhe venha não se enoje*" (Carcomo, 1888: I, 372) –, não é realmente manter este jogo linguístico nem dar conta dele. O mesmo se passa com a paráfrase que fazem tanto Almir de Andrade, "*quem bem está e mal escolhe, não se queixe do mal que lhe suceder*" (1952: II, 584), como Eugénio Amado "*quem pode ter o bem, e vai o mal escolher, não venha lamentar o bem que deixou de ter*" (1985: I, 295) e Miguel Pereira "*quem bem tem e mal escolhe não se queixe do bem que lhe foge*" (2005: 122). José Bento é o único que explica a alteração do provérbio (registado na coletânea do marquês de Santillana) e faz uma tradução acorde com estes novos elementos, conseguindo uma nova expressão também rimada: "*quem tem bem e mal escolhe, por bem que se zangue vingança não colhe*" (Bento, 2005: 281).

José Bento, que – como acabámos de ver – menciona em muitos casos a coletânea atribuída ao marquês de Santillana ou o *Vocabulário* do salmantino Correas – coevo do *Quixote* – como referentes para descobrir os

226 Embora algumas traduções fossem impressas ao longo de vários anos (Benalcanfor, 1877-1878), por economia indico só o ano em que começou a ser publicada.

227 Esta tradução começada pelo visconde de Castilho em 1876, foi continuada pelo visconde de Azevedo e terminada, em 1878, por Pinheiro Chagas. Também para abreviar escreverei sempre o nome de quem a começou, Castilho, e o ano da primeira publicação.

228 Sobre Los refranes que recopiló Iñigo Lopez de Mendoza por mandado del Rey don Juá. Agora nuevamente glosados. En este año de mil e d.e xli.i, citaremos pela edição de 1876, incluída em El Refranero General Español, op. cit., de Sbarbi, pp. 69-152. Existe outra edição posterior com introdução e notas de M^a Josefa Canellada (1980), Refranero del Marqués de Santillana, Madrid: Ediciones Magisterio Español.

provérbios cervantinos, não parece que os tenha consultado diretamente na sua totalidade, mas através das obras doutros autores. Efetivamente, nas páginas prévias à sua tradução, indica que “para o conhecimento dos provérbios foram-me úteis [...] sobretudo o *Refranero clásico español y otros dichos populares de Felipe C. R. Maldonado* (Taurus Ediciones, Madrid, 9ª reimpressão, 1987), que seleciona as coletâneas do marquês de Santillana [...], de Pedro Vallés [...], de Hernán Núñez [...] e de Gonzalo Correas”. Por isso, talvez não deva estranhar que o *provérbio ijo que te estrego, burra de mi suegro!* (II, 10, p. 707.13, aldeana), não seja reconhecido por José Bento como tal, pois não está recolhido neste *Refranero*. Embora não seja dos mais conhecidos, encontra-se já na *Calectina “Jo, que te estrego, asna coja”* (I, 92), em Santillana, no *Vocabulário* (Correas, 2000: 405). Empregar-se-á de modo figurativo com o sentido de ‘não me convencem as palavras bonitas!'; é um provérbio usado também, quase sempre ironicamente (em cast. *jo `so'*, voz para deter às cavalariças; *estregar*, referido a animais, `esfregá-los, escovar a capa para a limpar') para quem, lisonjeando (em port. “escovar” em sentido figurado) a alguém que não o merece ou que não é da sua simpatia, pretendem dissimuladamente tirar algum proveito. Podemos ler as frases de Sancho que provocam esta reação da aldeã: “— *Oh princesa y señora universal del Toboso! ¿Cómo vuestro magnánimo corazón no se enternece viendo arrodillado ante vuestra sublimada presencia a la columna y sustento de la andante caballería?*

Oyendo lo cual otra de las dos, dijo:

— Mas hijo, que te estrego, burra de mi suegro! ¡Mirad con qué se vienen los señoritos ahora a hacer burla de las aldeanas, como si aquí no supiésemos echar pullas como ellos!”

Continuando com a tradução de José Bento (2005: 535),

— Oh princesa e senhora universal do Toboso! Como o vosso magnânimo coração não se enternece ao ver ajoelhado diante da vossa altíssima presença a coluna e sustento da cavalaria andante?

Ouvindo isto, uma das outras duas disse:

— Mas, *oh, malditas palabras de um animal tão feio!* [e continua] Olhai este palavreado dos doutores da mula ruça, a fazer pouco das aldeãs, como se aqui não soubéssemos dizer piadas como eles!”

Observamos que, pelo contexto, o sentido está próximo do indicado acima, pois salienta a descrença, desconfiança ou não convencimento em relação às palavras ouvidas pela aldeã. O que não fica claro é se erroneamente as atribui ao “animal tão feio” como se fosse um atributo de Sancho. Ao não perceber que se trata de um provérbio com sentido figurado na sua totalidade, José Bento quer fazer uma tradução mais literal do segundo elemento, de “*burra de mi suegro*” para “animal tão feio”. Não me parece o mais acertado, pois o tradutor deveria escolher ou a versão literal de um provérbio que se desconhece na língua de chegada, introduzindo-o, ou parafraseá-lo completamente. A primeira opção é a mais geral no resto dos tradutores anteriores, como por exemplo parece ser a que faz Castilho: “¡Chó, que te estrafego, burro do meu sogro!” (Castilho, 1876: II, 69). Ora bem, “estregar” esp. (do lat. vulgar “stricāre”) e “estrafegar” port. (Houaiss: sufocar, esganar, estrangular) têm semelhança sonora, mas não semântica. A tradução de Benalcanfor, com “alimpar” (m.q. “limpar”), sim apresenta um significado que corresponde ao original espanhol: “Xó! Eu te alimpo, burra do meu sogro!” (Benalcanfor, 1877 II, 66). Aquilino Ribeiro na sua original “versão” do *Quixote* – assim a chama ele próprio – parafraseia completamente a expressão substituindo-a da seguinte maneira: “Que está o tinroso a alanzoar?” (Aquilino, 1954: II, 53). Novamente o que não sabemos é se atribui as palavras ao “animal tinroso”, como atributo de Sancho, ou constrói uma nova expressão com sentido figurado. Prefiro pensar que é o segundo caso.

Outro provérbio ao qual se alude no *Quixote* – também não reconhecido como tal por Bento e presente no *Vocabulário* – seria “*A quien nada tiene, el Rey le hace franco*” (Correas, 2000: 34). É aproveitado por Sancho, “*el rey me hacía franco*” (I, 23, p. 256.13, S.), num contexto em que o duplo sentido da palavra “franco” se configura como uma estratégia utilizada por Cervantes para articular o seu ponto de vista literário. No caso de haver litígio Sancho ficaria isento de fiança por ser pobre; mas cria-se uma piada porque *franco* significa também ‘sincero’. De facto, já não enganaria ninguém se dissesse que não tinha o dinheiro. Vejamos este contexto em que o cavaleiro da Triste Figura resolveu procurar o possível dono do saco e da mala encontrada por eles e Sancho o tenta dissuadir com as seguintes palavras:

– *Harto mejor sería no buscarle, porque si le hallamos y acaso fuese el dueño del dinero, claro está que lo tengo de restituir, y, así, fuera mejor, sin hacer esta inútil diligencia, poseerlo yo con buena fe, hasta que por otra vía menos curiosa y diligente pareciera su verdadero señor, y quizá fuera a tiempo que lo hubiera gastado, y entonces el rey me hacía franco.*

Na tradução de Bento, “e talvez fosse numa altura em que eu já o tivesse gasto e então *eu ficaria livre de ter de devolvê-lo*” (Bento, 2005: 196), como na maioria das traduções, não se atende a esta ironia, ao jogo verbal de Cervantes. Assim, na primeira tradução de Portugal, lemos: “*fiquei desobrigado pelo rei*” (anónima, 1794: II, 14); em Benalcanfor (1877: I, 234), “*o rei me desobrigaria*”, e na tradução de Castilho até se pode confundir o sentido da frase, porque o rei não aparece claramente como agente que exerce a sua função mas como alguém sobre quem se produz a perda, “*onde não há, El-rei o perde*” (Castilho, 1876: I, 162). Certo é que o que realmente faz é usar um provérbio português mais ou menos equivalente (Chaves, 1928: 188). Gonçalves – não sabemos se será monárquico ou não – faz recair a força legal não na figura do rei, mas nas leis: “*ficando nesse caso por lei desobrigado*” (Gonçalves, 1978: I, 149). Apenas por falta de provas, longe da pobreza, desaparece de todo a obrigação de restituir o que não é próprio quando, na tradução de Albertina de Sousa, lemos: “*e então não havendo prova, fico ilibado*” (Sousa, 1991: I, 181). O sentido original de não ter nada aprecia-se também nas traduções brasileiras de Almir de Andrade (1952: II, 433), “*onde não há nem o rei pode*”, e de Eugénio Amado (1982: I, 206), “*o próprio Rei me desobrigaria da devolução*”, mas continuam sem perceber o jogo linguístico do vocábulo “franco”. No que diz respeito à tradução de Serras Pereira (2005, III, 24), constatamos que ele opta por fazê-la literal, “*e então o rei me faria franco*”, e explica, em nota, «o sentido de “franco” [como] próximo do que assume em “feira franca”», sem excluir a evocação dos «re-envios para termos como “sincero”, “generoso”».

Um pouco mais para frente, Sancho afirma, mentindo descaradamente, que não se apropriou da mala para não ter complicações. Disse-o com um expressivo, sonoro e vibrante provérbio: **no quiero perro con cencerro** (I, 23, p. 257.15, S.). É outra máxima cautelosa, a de não querer embaraços, embora seja mentindo. Os espertos aldrabões não gostam da publicidade. Como se verá, estamos muito longe da pretensa simplicidade que se costuma atribuir a Sancho Pança. Aqui o seu espírito é o de uma pessoa calculadora.

A maioria dos provérbios era bimembres, ou até plurimembres, na origem. Em muitos casos, com o passe do tempo vão-se desprendendo de alguns dos seus elementos, chegando a ser mesmo desconhecidos para o utente atual (Casares, 1969: 192). É o que acontece, por exemplo, com este provérbio recém-mencionado que era na origem bimembre “*Não quero gato con pollos, ni perro con cencerro*” (Correas, 2000, 586). Encontramos talvez consciência destes dois membros encontramos na tradução de Castilho: “*não quero rabos-de-palha, nem cão com guiso*” (Castilho, 1876: I, 163). Em Benalcanfor continua este provérbio, mas já aparece desprendido do segundo membro, “*não quero rabos-de-palha*” (Benalcanfor, 1877: I, 235). Carcomo substituiu-o por outro com uma semelhança de significado que não é fácil de deduzir à primeira vista: “ – É o mesmo que eu digo, atalhou Sancho; porque também as encontrei, mas passei por ellas como cão por vinha vindimada. Lá as deixei, e lá ficaram como estavam, porque *fama sem proveito faz mal ao peito*” (Carcomo, 1888: I, 242). Compreende-se que não quer má fama inutilmente, mas ficamos sem saber se é este o único motivo para não se apoderar da mala e se Sancho fica sem nada. Também não retoma o vocábulo “cão”, como o faz este, e a rima é menos simbólica, pois como salienta García Yebra (1997: I, 285-286), o *erre* vibrante pode ser escolhido como representante do “simbolismo fónico”, neste caso seria do barulho, daquilo que não passa desapercibido. Reconhecido e explicado o provérbio por José Bento, quem diz que “significa que não se devem querer coisas que trazem dificuldades”, decide-se pela tradução literal, “*não quero cão com chocalho*” (Bento, 2005: 197). Mais distante quanto ao léxico empregado e à subtilidade temática resulta a versão de Serras Pereira: “*não quero por atalhos meter-me em trabalhos*” (Pereira, 2005: III, 26). Conscientes da rima entre os dois elementos da frase, quase todos os tradutores a procuram.

Os provérbios costumam adotar a forma de conselhos ou prevenções. Supõe-se que são dados a uma pessoa inexperiente por outra que já viveu muito. Tem de ser feito um grande esforço para tirar uma conclusão geral de acontecimentos parciais ou factos individuais. Como lembrava dom Quixote, **Una golondrina sola no hace verano** (I, 13, p. 141.4, D. Q.). Mais um caso de dissipação de um dos membros do provérbio original rimado, que consta na coletânea de Correas como “*Una golondrina no hace verano, ni una sola virtud bienaventurado*” (Correas, 2000: 800) e que é compilado já nos *Adágios, Provérbios, Rifaões e Anexins da Língua Portuguesa* de Rolland com a

ausência do segundo membro, “*Huma andorinha não faz verão*” (Rolland, 1780: 11). No texto do *Quixote* aparece igualmente com este membro e emprega-se para indicar que um facto isolado não serve de base para fazer uma afirmação de carácter geral. Apenas um é pouco e são necessários vários para emitir um juízo definitivo. De igual maneira é traduzido com esta forma unimembre nas traduções em português, tendo em conta também o elemento modificador intensificativo “sola” (“uma andorinha só não faz verão”) e que coincide como a variante compilada no *Rifoneiro Português* (Chaves, 1928: 272). É evidente que não existem andorinhas sozinhas e que não chegam no inverno. Aparentemente, o que não se mantém em todas as traduções é o vocábulo “verão”, que em autores como Castilho, Ribeiro, Gonçalves e Bento é substituído por “primavera”. Mas, se formos ao significado etimológico de verão, do lat. vulgar *veranum tempus* ‘tempo primaveril’, que em castelhano clássico se chamou “verano”, e de primavera, do lat. vulgar *prima vera* << lat. *primo vere*, ‘ao princípio da primavera’, observaremos que os dois termos se usavam para referir a época anterior ao estio, do lat. *aestivum* < *aestas*, ‘verão’. É um exemplo de como os provérbios costumam conservar uma versão arcaica que os torna duplamente atrativos. Para a sociedade tradicional contava muito a experiência dos anciãos. Tanto mudaram os vocábulos quanto os tempos são outros, verificando-se, conforme Muir (1992:107) sugeriu, que “all translation of past literature is by its very nature an apparent turning away from present realities to a world of the past”; neste caso não seriam as realidades presentes diferentes das passadas, mas sim a maneira de as considerar e mencionar.

O provérbio que aparece na coletânea de Correias “*La ocasión, asilla por el copete, o por el guedejón*”, onde se explica que os antigos pintaram à ocasião os pés com asas, e, posta sobre uma roda e com uma faca na mão, o corte para diante como cortando por onde voa: tudo denota a sua rapidez; e com todo o cabelo da meia cabeça deitada sobre a frente, e a outra meia de atrás rasa, dando a entender que ao momento que chega se há de apanhar pela sua guedelha, porque em passando a ocasião, não há maneira de prendê-la (Correias, 437²²⁹). Ainda que pareça de tradução muito fácil na alusão que se faz no *Quixote*, “**No [...] se deje pasar la ocasión, que ahora con tanta comodidad ofrece sus guedejas**” (I, 25, p. 275.15-16, D.Q.), é interessante comprovar como, ao referir a “ocasión” utilizando outro termo, existe uma não-correlação com esta imagem tradicional na qual se reflete e, portanto, diminui a sua visualização. Isto é o que acontece na tradução de José Bento (2005: 211), “*não há motivo para se deixar fugir a fortuna que agora com tanta facilidade consente que eu a agarre pelos cabelos*”. Será que visualizamos a “fortuna” personalizando-a com os atributos próprios da “ocasião”? Duvido muito. Benalcanfor mostra-se mais consequente com a mudança de termos dado que, ao falar em “ensejo”, não lhe põe, não lhe atribui cabelos, “*convém não desperdiçar o ensejo, que tão favorável agora se me oferece*” (Benalcanfor, 1877: I, 251) e igualmente faz A. Ribeiro, “*não devo perder a magnífica oportunidade que se me oferece*” (Aquilino, 1954: 119), embora não se reconheça o provérbio.

Perante alguns provérbios inexistentes em português, possível se torna procurar o mais equivalente nesta língua. É o caso de **buenas son mangas después de Pascua** (I, 31, p. 360.31, D. Q.), que quer dizer que bom, ou útil, é bom embora chegue mais tarde do que se espera; *manga* equivalia no espanhol da época a ‘aguinaldo, propina, prenda’, que seria em port. ‘consoada, gorjeta, prenda’ como o italiano *mancia*. O mais que conseguimos descobrir através da paremiologia portuguesa é o provérbio que se encontra na coletânea de Rolland, *O que não se fez em dia de Santa Luzia, faz-se em outro dia* (1780: 43), de Chaves (1928:30) e que, com variante similar, é utilizado por Castilho: “*mas o que se não faz em dia de Sancta Maria, far-se-ha n’outro dia*” (Castilho, 876: I, 234), Ribeiro (1954: 163) e por Gonçalves (1978: I, 217). Talvez fosse melhor se tivessem acrescentado ao provérbio português “e tudo se conseguirá”. Benalcanfor e Carcomo substituem-no por outra frase popular mais breve, cujo sentido tem igualmente uma marca de temporalidade prolongada, mas que também não faz referência ao facto de esperar alguma dádiva: “*até ao lavar dos cestos é vindima*” (Benalcanfor, 1877: I, 327) e “*até ver não é tarde*” (Carcomo, 1988: 370). Na tradução de Almir de Andrade, indo mais além da permanência da qualidade do que se espera, surpreende a certeza com que afirma “*o que é bom sempre chega*” (1952: II, 582). Na outra tradução brasileira mantém-se a ideia de ficar à espera, mas as palavras de dom Quixote aparecem, não como uma predição, mas como uma recomendação para se ter paciência: “*dá tempo ao tempo, deixa estar*” (Amado, 1985: I, 294). Adverte muito bem José Bento que é um provérbio recolhido pelo marquês de Santillana e explica o seu significado. Opta por procurar um equivalente apenas para a palavra de mais difícil compreensão, “*mangas*” passa a “*prendas*” e, para o resto, faz a tradução literal, “*boas são as prendas depois de Páscoa*” (2005: 279), que é o

229 Nas explicações ou definições dadas por autores espanhóis, a tradução para português é da minha autoria.

mesmo que tinha feito Rodrigues (1967: II, 18). Finalmente, Pereira substituiu-o por outra expressão que também existe em castelhano, “*mejor é tarde que nunca*” (Pereira, 2005: III, 121). Em quase todos os casos a explicação da equivalência de tradução se cumpre por estar inserido o provérbio num contexto que facilita a compreensão, e começar pela adversativa “mas”. Vamos explicá-lo e reproduzi-lo seguindo a tradução de José Bento. Dom Quixote e Sancho estão a falar sobre a suposta visita que este fez à formosa Dulcinea, dama por quem dom Quixote oferece todas as suas façanhas. Depois de dom Quixote perguntar que joia foi a que lhe deu à despedida e Sancho lhe responder que nenhuma, tenta consolá-lo dizendo-lhe: “... e se não te deu uma joia de ouro, sem dúvida deve ter sido porque não a tinha ali à mão para ta dar; mas “*boas são as prendas depois de Páscoa*: vou estar com ele e tudo se arranjará” (Bento, 2005: 279).

Também com o sentido de “tudo se arranjará”, “tudo será melhor” é que se pode empregar a frase proverbial “**Amanecerá Dios y medraremos**”. Usa-se tanto para diferir para outro dia a execução de uma coisa, como para indicar que o tempo pode mudar favoravelmente as coisas. Repete-se, com as mesmas palavras, em três momentos no *Quixote*, e ainda mais uma com outra variante “Amanecerá Dios y verémonos”. A primeira vez está em boca de Doroteia que ouvia (à noite) a dona Clara contar o seu problema amoroso. Tinha-lhe recomendado que descansasse e confiasse na ajuda de Deus. Desassossegada dona Clara e não conseguindo ela deixar de se rir, insistia: “ – Reposemos, señora, lo poco que creo que queda de la noche, y *amanecerá Dios y medraremos*, o mal me andarán las manos” (I, 43, p. 505. 14-15, Doroteia). Esta recomendação e esperança estão recolhidas em todas as traduções, desde a primeira, “*em amanhecendo ho dia, Deos nos ajudará*” (anónima, 1794: III,147). Bento, constatando que se imiscui Doroteia, faz a sua “*amanhã Deus e eu tudo arranjarémos*” (Bento, 2005: 389).

A segunda aparição da frase tem um contexto muito diferente. Usa-o o escudeiro do Bosque para rematar uma discussão com Sancho (II, 14, p. 140. 4-5). Talvez pelo tom agressivo em que se desenvolve, na tradução anónima apela-se a Deus para resolver, dá-se mais importância à sua decisão “*á manhã também he dia, e Deos fará o que lhe aprouver*” (1794: IV, 170); na de Castilho e na Ribeiro, simplesmente, continua-se a conversa no dia seguinte, “*em amanhecendo fallaremos*” (1876: II, 65), “*dexai amanhecer e falaremos*” (1954: II, 69) e em Bento marca-se um predomínio do escudeiro do Bosque na resolução: “*A ver vamos e será como digo*” (2005: 558).

O terceiro uso desta frase proverbial pode ser considerado como “neutro”. Após um incidente com uns porcos, Sancho só deseja dormir o pouco que resta da noite e repete quase as mesmas palavras introdutórias de Doroteia: “... y durmanos lo poco que queda de la noche, y *amanecerá Dios, y medraremos*” (II, 68, p. 1181.22). Recomendação também recolhida em todas as traduções, desde a primeira, “*ámanhã he dia, e veremos o que se ha de fazer*” (1794: VI, 252). Bento, não sei se por estar perto do fim da obra, não imiscui mais ninguém e aplica o seu “*amanhecerá Deus e tudo se arranjará*” (2005: 907).

Neste sentido são aceitáveis quase todas as traduções, mas em nenhuma há um eco de entender que se se trata de uma alusão ao tradicional provérbio: “Amanecerá Dios, y verá el ciego los espárragos” (Correas, 2000: 78) também modificado por Cervantes e compilado por Sbarbi (1873:225) já com esta variação, “Amanecerá Dios y medraremos”.

Certamente que na análise e comparação anteriores se podem já inferir as conclusões destas observações. No entanto, parece conveniente insistir aqui que, no sempre renovável percurso de descoberta da riqueza do texto cervantino, estas páginas constituem apenas um momento de reflexão sobre alguns dos provérbios ou termos de grande densidade e amplitude de sentidos, presentes nos diálogos das personagens do *Quixote*. Quanto às breves considerações formuladas a propósito da tradução de José Bento, também não será certamente demais sublinhar a enorme complexidade da tarefa que o tradutor se propôs empreender. Assim, e pese embora o facto de termos apontado algumas propostas de tradução menos conseguidas, não me resta senão apreciar o seu esforço tanto de ser fiel ao original como de prestar especial atenção aos provérbios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, Agostinho (1611), *Dictionarium Lusitanico Latinum: juxta seriem alphabeticam...*, Bracharae: typis, & expensis Fructuosi Laurentis de Besto.
- Bluteau, Rafael (1712-1728), *Vocabulario portuguez e latino...*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Casares, Julio (1969), *Introducción a la lexicografía moderna*, 2ª ed., Barcelona: Gustavo Gil.
- Cervantes Saavedra, Miguel (1794) *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, 5 vols., [s. n. tr], Lisboa: Typographia Rollandiana.
- Cervantes Saavedra, Miguel de (1876-1878), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, 2 vols., tr. Viscondes de Castilho, de Azevedo e Pinheiro Chagas, Porto: Imprensa da Companhia Litteraria.
- Cervantes Saavedra, Miguel de (1877-1878), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, 2 vols., tr. Visconde de Benalcanfor, Lisboa: Francisco Arthur da Silva editor.
- Cervantes Saavedra, Miguel de (1888-1889), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, 3 vols., tr. José Carcomo, Biblioteca de Instrução e Recreio.
- Cervantes Saavedra, Miguel de (1954-1955), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, 2 vols., tr. Aquilino Ribeiro, Lisboa: Edições Artísticas fólio.
- Cervantes Saavedra, Miguel de (1978), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, tr. Daniel Augusto Gonçalves, Lisboa: livraria civilização editora.
- Cervantes Saavedra, Miguel de [1967], *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, tr. Adelino dos Santos Rodrigues, Lisboa: Minerva.
- Cervantes, Miguel de (1993), *Dom Quixote*, 2 vols., tr. Albertina de Sousa, Lisboa: Clássica Editora.
- Cervantes, Miguel de (1999), *Don Quijote de la Mancha*, Barcelona: Crítica.
- Cervantes, Miguel de (2005), *Dom Quixote de la Mancha*, 10 vols., tr. Miguel Serras Pereira, Lisboa: Expresso.
- Cervantes, Miguel de (2005), *Dom Quixote de la Mancha*, tr. Miguel Serras Pereira, Lisboa: D. Quixote.
- Cervantes, Miguel de (2005), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, tr. José Bento, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Correas, Gonzalo de (2000), *Vocabulario de refranes y frases proverbiales (1627)*, Madrid, Castalia.
- Delicado, António (1651), *Adágios portuguezes reduzidos a lugares communs*, Lisboa: Domingos Lopes Rosa.
- García Yebra, Valentín (1997), *Teoría y práctica de la traducción*, 3ª ed. rev., Madrid: Gredos.
- López de Mendoza, Íñigo –marqués de Santillana (1508), *Refranes que dicen las viejas tras el fuego... por el orden del A. B. C.*, Sevilla: Jacobo Cromberger.
- Michaëlis de Vasconcelos, Carolina, “Mil provérbios portugueses”, em *Revista Lusitana (Nova Série)*, 7 (1986), pp. 29-71.
- Miguel, Amando de (2000), *El espíritu de Sancho Panza a través de los refranes*, Madrid: Espasa Calpe.
- Muir, K. (1992), “Translating Golden Age Plays: A Reconsideration”, in *Translation and Literature*, 1, pp. 104-111.
- Núñez Pinciano, Fernán, (1618), *Refranes hechos por Hernando Núñez Pinciano, Maestro que fue eminentísimo en la insigne Universidad de Salamanca, y Catedrático de Retórica y Griego en ella, puestos por la orden del A. B. C.*, Madrid: Juan de la Cuesta.
- Paz, Octavio (1990), *Traducción: literatura y literalidad*, 3ª ed., Barcelona: Tusquest Editores.
- Pinto, Ciça Alves (2001), *Livro dos provérbios, ditados, ditos populares e anexins*, 2ª ed., São Paulo: Senac.
- Santo António, Frei Aleixo de (1640), *Philosophia moral: tirada de algus prouerbios ou adagios...*, Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro.
- Sbarbi, José Mª (1874-1878), *El refranero general español*, Madrid: A. Gómez Fuentenebro
- Vasconcelos, J. Leite de (1882), *Ditados tópicos de Portugal: colligidos da tradição oral*, Barcelos: Typ. da Aurora do Cávado.

25) ISA SEVERINO ISASEVERINO@CLIX.PT

Isa Margarida Vitória Severino É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Portugueses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mestre em Estudos Portugueses, área de Linguística, pela Universidade de Aveiro.

Exerceu durante 3 anos função docente no ensino Secundário. Atualmente, é docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, onde leciona há 5 anos.

Participou em diversos congressos de Literatura e Linguística realizados nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Aveiro, entre outras, tendo publicado alguns artigos.

É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Portugueses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mestre em Estudos Portugueses, área de Linguística, pela Universidade de Aveiro.

Exerceu durante 3 anos função docente no ensino Secundário. Atualmente, é docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, onde leciona há 5 anos. Participou em diversos congressos de Literatura e Linguística realizados nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Aveiro, entre outras, tendo publicado alguns artigos.

L.A VIVÊNCIA DA INSULARIDADE EM VITORINO NEMÉSIO E CECÍLIA MEIRELES

A presente comunicação, sob um título aparentemente difuso, pretende estabelecer um paralelismo entre dois autores que, apesar de distanciados geograficamente e com percursos distintos, apresentam uma temática que lhes é comum – a vivência da insularidade –, que perpassa a sua obra. A insularidade pode ser entendida como um conjunto de características que advém das vivências insulares daqueles que viveram ou vivem numa ilha, como foi o caso de Vitorino Nemésio ou ainda como qualidade do que está isolado numa ilha. No entanto, o conceito não se esgota nesta definição. Pode ainda adquirir outras nuances e ser transposto para um outro tipo de isolamento – o isolamento interior, próprio daqueles que, apesar de nunca não terem vivido numa ilha, a interiorizaram e adotaram como se de um estado ontológico se tratasse, como é o exemplo da escritora brasileira Cecília Meireles.

Apesar de a experiência da insularidade não ser vivenciada do mesmo modo, nem com a mesma intensidade por Cecília Meireles, como foi pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, encontramos nos dois autores marcas que os aproximam e se refletem nas suas obras poéticas.

O mar adquire significados plurifacetados na obra de Cecília, estabelecendo uma associação com a infância da escritora, um tempo povoado "por histórias encantadas" e pela presença inolvidável da sua avó. E constitui uma forma de regresso imaginário ao passado, mantendo vivas as recordações a ele ligadas. A memória, qual vaga, transporta-a a um regresso a esse tempo ancestral cheio de tradições. Também em Nemésio a memória reporta-o para a íntima ligação ao mar e aos Açores, por isso afirma: "os Açores estão mais ou menos na raiz de tudo quanto faço".

Assim, a presente comunicação tem como objetivo perscrutar os diferentes vetores que a água, de forma geral, assume nas obras poéticas dos dois autores e quais os significados que lhe são atribuídos.

É possível que o título da nossa intervenção suscite algumas dúvidas uma vez que, numa primeira leitura, pode parecer pouco adequado, quando nos referimos à escritora brasileira Cecília Meireles. Como se pode atribuir marcas de insularidade a uma autora que não nasceu nem viveu numa ilha? Poder-se-á estabelecer um paralelismo entre um autor açoriano como foi Vitorino Nemésio, cuja infância e parte da adolescência se desenrolaram numa ilha, mais especificamente na Ilha Terceira, que desde sempre lhe moldou a forma de estar, pensar, sentir, e acima de tudo, de ser, com uma poetisa que não conheceu empiricamente a vida insular?

Que paralelismos estabelecer entre um autor que "arrastava os Açores às costas (ou arrastava-se, por entre os Açores no coração?) " (Teotónio, 1989:35) e um outro cujas reminiscências da infância e laços de hereditariedade são os principais elos de ligação ao arquipélago?

São estas as questões a que pretendemos dar resposta, apresentando interpretações possíveis para algumas construções poéticas dos autores, que nos pareceram mais elucidativas para o tema em questão. Apesar de a experiência da insularidade não ser vivenciada do mesmo modo, nem com a mesma intensidade pela escritora

brasileira Cecília Meireles como o foi pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, encontramos nos dois autores marcas de insularidade que os aproximam e se refletem nas suas obras poéticas.

Como referiu J. de Almeida Pavão:

Os Açores contam com a suprema glória de verem inscritos nas páginas de ouro da poesia de língua portuguesa alguns dos seus mais notáveis representantes [e destaca os nomes de Roberto Mesquita, Côrtes-Rodrigues, Teófilo Braga, Antero] ou os que continuaram a mergulhar no seu húmus as raízes de inspiração e o substrato da sua própria lírica, como Vitorino Nemésio; mas ainda os que lhes estão presos pelos laços de hereditariedade, transmutada nos seus valores poéticos, como Garrett, Fernando Pessoa ou Cecília Meireles. (Almeida, 1973: 4).

Pretendemos, retomando as palavras de Almeida Pavão, perscrutar, por um lado, o modo como Vitorino Nemésio retirou do “seu húmus as raízes de inspiração” e, por outro, verificar a influência que o legado familiar exerceu na atividade poética da autora e o modo como nela se reflete.

2. INSULARIDADE.

2.1. NEMÉSIO – INSULARIDADE VIVIDA.

Vitorino Nemésio nasceu em 1901, em Praia da Vitória, na Ilha Terceira. A sua infância e o tempo passados na ilha são frequentemente evocados pelo autor, despoletando um regresso à infância e à ilha. Na verdade, este legado do passado perpassa a sua obra quer em verso quer em prosa e é enaltecido através de construções e lexemas de caráter valorativo.

Esta herança do passado engloba o mar, as gentes, as tradições, a fauna, a flora, as aves e a terra que o viu nascer, o arquipélago dos Açores, um universo com um pulsar próprio, mas impercetível para o “comum dos continentais”, como afirma o autor:

[Os Açores é] para o comum dos continentais, a trapalhada geográfica que o nome da Ilha abrevia. Para os açorianos desterrados, é o berço, o amor, as reminiscências, a família e, na esfera dos desejos que se criam mais ao peito, a tumba, a cova para o sono que nunca mais se acorda, e que o mar ali eternamente vigia (...) (Nemésio, 1929: 4).

A ilha é o “berço”, a origem, na verdadeira aceção da palavra, o primeiro despontar para o mundo: o “mundo é a Praia da Vitória, primeiro, depois a Terceira, ainda depois os Açores, só então Portugal e o mundo inteiro no círculo mais vasto” (Teotónio, 1989:32). Para este açoriano desterrado, a ilha é concomitantemente “o berço, o amor”, a sua fonte de inspiração, que despoleta o pensamento e faculta a matéria, que depois é transmutada nos seus versos e lhe viabiliza o traçar de um trajeto que conduz à *Ilha* perdida, ambicionada, mas dificilmente alcançável.

2.2. CECÍLIA – INSULARIDADE IDEALIZADA.

Cecília, contemporânea de Nemésio, nasceu no mesmo ano, do outro lado do Atlântico. Contrariamente ao exemplo do escritor açoriano, nunca viveu nos Açores. O arquipélago, porém, não lhe é uma realidade completamente alheia e, apesar de não ter o significado nem a intensidade que Nemésio lhe captou e simultaneamente conferiu, não deixou de ser merecedor de afeto. Ele constitui um importante manancial que percorre a vida e a obra poética da autora, como a própria explica, aquando da sua visita ao arquipélago:

Se me perguntarem o que me traz aos Açores, apenas posso responder: a minha infância. A minha infância: o romanceiro e as histórias encantadas; a Bela Infanta e as bruxas; as cantigas e as parlandas; o sentimento do mar e da solidão; a memória dos naufrágios e a pesca da baleia; os laranjais entristecidos e a consciência dos exílios. A dignidade da pobreza, a noção mística da vida, a recordação constante da renúncia; o atavismo do cristão.

Depois de tantas experiências variadas em todos os territórios do mundo e do espírito, alguma coisa reclamava em mim esta participação nos lugares da minha gente passada. Dispus-me a esta espécie de aventura lírica, depois de conhecer os povos mais diversos em suas mais complexas expressões. Minha vinda a estas ilhas é como

*um regresso, uma visita familiar, um ato de ternura. Não desejaria que me recebessem como uma escritora brasileira por mais que me seja cara a terra onde nasci e onde tenho vivido: — mas como a uma criança antiga que a poesia de S. Miguel nutriu, numa infância de sonho, no regaço de uma avó dolorida, heroica e nobremente sentimental*²³⁰ (Almeida, 1973: 4).

O apelo das suas origens lusíadas, a ânsia de recuperar fragmentos da infância “as histórias encantadas, as parlendas, o sentimento do mar”, levaram-na a regressar a S. Miguel. Mas como poderia Cecília regressar a um sítio onde jamais havia estado? Qualquer regresso implica um retorno, o revisitar de um local onde já se esteve. Para Cecília o regresso é a recuperação da infância e das histórias contadas pela avó açoriana. Trata-se então de uma vivência diferida, uma experiência comunicada durante a infância, numa época em que, segundo Piaget, o pensamento é de um realismo ingénuo, daí que seja tão real a vivência-vivida como a vivência-imaginada, o que explica que a vivência insular seja tão real para um autor como para outro.

Há um outro contacto com os Açores em Cecília Meireles – a sua correspondência com escritores portugueses, nomeadamente com Armando Côrtes-Rodrigues, que alimentou as suas recordações infantis e reforçou o desejo de regresso à ilha. Esta ligação é ainda fortalecida pelos trabalhos desenvolvidos pela autora. Lembramos, a título de exemplo, o *Panorama Folclórico dos Açores especialmente da Ilha de S. Miguel*, que demonstra o apreço e o conhecimento que Cecília manteve pelo arquipélago, percorrendo as cantigas típicas das diversas ilhas, que refletem o cenário marítimo. Este estudo revela uma pesquisa atenta que se espraia por diversos aspetos, pelo património imaterial e pela vida material (habitação, trajes, penteados, alimentação, vida família), o que patenteia um conhecimento do *modus vivendi* e da tradição daquelas ilhas, com especial enfoque para a ilha de S. Miguel, de onde era oriunda a sua avó materna, uma presença preponderante na sua vida, uma vez que Cecília ficou órfã muito cedo. Esta visita constitui ainda um ato de apreço pela figura de Jacinta Garcia Benevides: “Minha avó era beleza total de corpo e de espírito. Nunca vi uma criatura assim, de boa, de terna, de feminina, de masculina.”

Os Açores, mais especificamente a Ilha de S. Miguel, representam o acesso ao legado da infância, esse universo a que tantas vezes a poetisa acede numa ânsia de recuperar. É inegável o que esse mesmo legado lhe proporcionou, permitindo-lhe desenvolver uma depurada sensibilidade, um forte sentimento de estoicismo e solidão, indissociável do elemento marítimo, que irrompe com frequência na obra poética da autora e constitui um ponto de partida para reflexões profundas:

*Aqui está minha herança – este mar solitário,
Que de um lado era o amor e do outro esquecimento* (Meireles, 1994a:337)

Cecília imerge num universo de solidão para aceder à sua “herança – o mar solitário”, que lhe inundou a alma e ressoa na sua poesia.

Ao estabelecermos um paralelo entre os dois autores, encontramos pontos que, apesar de divergentes, desaguam num sentimento comum. O mar, na obra de Vitorino Nemésio, constitui uma presença constante. O “cronista do mar” foi “um conhecedor profundo da rica simbologia das águas, ele transformou ainda o mar numa fonte perene de inspiração metafórica e até mítica” (Silva, 1985: 96). Protagonizou “uma açorianidade sublimada e sentida no dia-a-dia” (Gouveia, 2001: 1029).

Cecília regressa à ilha, terra natal de sua avó, para aí adquirir e assumir alguns traços de insularidade, que apenas lhe foram transmitidos por via hereditária, mas que a autora encarou como algo que lhe é intrínseco, como se pode verificar em “Beira-mar: “Porque isto é mal de família, ser de areia, de água, de ilha”.

Nemésio expressa também a sua insularidade em “Da universal inquietude”:

A Esfinge do mar é a ilha. Levanta-se do deserto de águas como a pétrea cabeça que afrontava Édipo na estrada de Tebas, mas não traga os transeuntes como monstro [bem pelo contrário], agasalha-os, amamenta-os com a

230 Palavras proferidas ao microfone do Emissor “Asas do Atlântico” do Aeroporto de Sta. Maria em, 23-9-51, aquando da sua visita aos Açores.

sua lava.” E acrescenta ainda que é “o complexo de todos os temas na sua carne viva de possibilidade e inquietação” (Nemésio, 1995: 162).

O mar representa, para os dois autores, uma forma de regresso imaginário ao passado, mantendo vivas as recordações a ele ligadas e surge como um cordão umbilical que os prende às suas origens e à ancestralidade das tradições.

A ilha, por seu turno, é para Nemésio “o berço”, a origem, a representação do tempo da infância, do passado e simboliza o espaço almejado pelo autor, como teremos oportunidade de analisar. Para Cecília, a ilha remete para um espaço de idealização, onde o eu lírico se pretende evadir, para poder ser, “areia, água, ilha”, indo ao encontro das suas raízes familiares e também insulares – “ porque isto é mal de família”.

3. A ÁGUA: REPRESENTAÇÕES E ACEÇÕES.

A água tem uma presença constante nas obras poéticas dos autores, mantém fortes elos de ligação com o sujeito lírico e constitui um ponto de partida para reflexões profundas. A água, sobretudo a água do mar, desencadeia um fluxo de memória e convida a um regresso ao passado, um navegar pelo tempo da infância:

Beira-mar

Foi desde sempre o mar.

*E multidões passadas me empurravam
como o barco esquecido.*

Agora recordo que falavam

da revolta dos ventos,

de linhos, de cordas, de ferros,

de sereias dadas à costa.

E o rosto dos meus avós estava caído

Pelos mares do Oriente, com seus corais e pérolas,

E pelos mares do Norte, duros de gelo. (Meireles, 1994b:265)

O mar empurra o sujeito poético para uma travessia, levando-o a imergir no passado e a visitar histórias evocadas aqui pelas expressões enumerativas – “revolta dos ventos, de linhos (...) de sereias dadas à costa” – e presenças – “o rosto dos meus avós”. Também em Nemésio a água do mar sugere esse retorno ao tempo da infância:

Todas as tardes levo a minha sombra a beber

Como nuvem ao mar de que saiu o meu ser.”

O determinante indefinido todas acentua o regresso reiterado ao tempo e espaço da infância – a ilha – representados aqui pela “nuvem ao mar”, que se confunde com a própria essência do sujeito lírico.

Existem, no entanto, outros sentidos que se associam ao mar, como demonstra a construção metafórica e comparativa:

Sou moradora de areias,

de altas espumas: os navios

passam pelas minhas janelas

como o sangue nas minhas veias,

como os peixinhos no rio... (Meireles, 1994b:293)

Esta associação, de forte pendor visualista, assume uma força tal que o sangue que passa nas veias reporta ao movimento dos peixes que deslizam pelos rios e dos navios que rompem a água salgada, dando-nos a percepção

de se tratar de algo indistinto. Quer a água, sob a forma de mar, quer o eu lírico fundem-se e metamorfoseiam-se na mesma natureza.

Também o poema “O Paço do milhafre” expressa essa fusão entre o sujeito poético e os elementos marítimos:
*Á beira de água fiz erguer meu Paço
De Rei-Saudade das distantes milhas:
Meus olhos, minha boca eram ilhas;
Pranto e cantiga andavam no sargaço.*

*Atlântico, encontrei no meu regaço
Algas, corais, estranhas maravilhas!
Fiz das gaivotas minhas próprias filhas,
Tive pulmões nas fibras do mormaço. (Nemésio, 1986:130)*

As partes do rosto do sujeito lírico – olhos e boca – transformam-se, numa linguagem metafórica, em ilhas. No seu regaço, qual mapa geográfico, desvenda preciosidades aquáticas, como refere a enumeração: “algas, corais, estranhas maravilhas!

A saudade da terra distante adensa o desejo de retorno, anunciado pelo verso – “Fiz das gaivotas minhas próprias filhas” –, no qual o determinante possessivo minhas remete para uma apropriação do espaço e as gaivotas (sinédoque da ilha), seres alados, portanto livres, são as suas “próprias filhas”. O último verso parece condensar a ideia implícita nos anteriores, nas fibras do mormaço, do calor entorpecedor da ilha, angaria o conforto e estabilidade necessários para prosseguir o seu poetar.

Uma situação semelhante verifica-se no poema “Mar Absoluto”, presente na obra com o mesmo nome, em que o eu lírico suplica a sua aceitação, isto é, a sua incorporação na natureza:

*Aceita-me apenas convertida em sua natureza:
plástica, fluida, disponível,
igual a ele, em constante solilóquio,
sem exigências de princípio e fim,
desprendida de terra e céu. (Meireles, 1994b:267)*

Pretendendo assemelhar-se à natureza marítima, adjetivada de “plástica, fluida e disponível”, vislumbra-se o desejo da união perfeita e única. Se com o elemento humano uma relação sem exigências seria impossível, já com o mar essa relação “desprendida” e isenta de preconceitos seria exequível, estabelecendo-se assim uma ligação inigualável. A indistinção existente entre o mar e o eu lírico não passou despercebida a Manuel Bandeira que na obra *Belo Belo* comparou a tenacidade e a fragilidade de ambos: “Cecília és tão forte e tão frágil como a onda ao termo da luta.”

Para além da autoidentificação já referida, o mar irrompe na poesia de Cecília, revelando-se um verdadeiro companheiro de solidão:

*O mar e só o mar, desprovido de apegos,
matando-se e recuperando-se
(...)
Não precisa do destino fixo da terra,
ele que, ao mesmo tempo,
é o dançarino e a sua dança. (Meireles, 1994b: 266)*

O primeiro dístico vem ao encontro das palavras de Bandeira, salientando, através de construções antitéticas, o carácter itinerante do mar e a sua mutabilidade – “matando-se e recuperando-se”. A luta que o mar trava consigo mesmo parece representar a transposição para o elemento marítimo da vivência, ou melhor, da luta interior do eu lírico.

Também na obra nemesiana o mar assume, por vezes, o papel de conselheiro;

*O mar só quis dar-me sina
Abrir-me ossos e veias:
A vida foi-se-me menina,
Suas promessas dei-as*

O elemento marítimo manifesta uma total compreensão e disponibilidade face aos anseios do sujeito poético, numa tentativa de contribuir para a sua progressão. Contudo, os sonhos da juventude esboroaram-se e resta o desencantado adensado pela ausência do mar, por isso, urge recuperá-lo.

Nas obras dos dois autores deparamo-nos com outras aceções associadas ao mar, que representa um abrigo, chegando a ser considerado a última morada para os sonhos:

*Lança destes altos montes
às frias covas dos oceanos
meus sonhos sem horizontes,
claro puro e sobre-humano. (Meireles, 1994c: 185)*

No poema “agosto”, o mar atinge uma proporção mais vasta e, sob a forma de oceano, constitui um refúgio, a última morada para os sonhos da poetisa. Companheiro de desilusão, chega a ser um íntimo confessor, o depositário dos seus sonhos mais recônditos, “claros” e “puros”, mas sem qualquer possibilidade de poderem irromper e persistir, sendo considerados “sem horizontes”.

Além de companheiro, o mar atinge uma vertente demolidora, metamorfoseando o sonho em “flor de espuma”. Esta feição destruidora e despojadora de sonhos e anseios do sujeito poético evidencia-se no poema “Canção”:

*Pus meu sonho no navio
e o navio em cima do mar
depois abri o mar com as mãos
para o meu sonho naufragar. (Meireles, 1994d: 116)*

Assiste-se a um desencanto anunciado nos versos “abri o mar com as mãos/para o meu sonho naufragar.” O mar parece funcionar como um útero materno, normalmente hospitaleiro e permite momentos oníricos que mais tarde aniquila. Contudo, contrariamente ao útero materno que gera e faz brotar a vida, o mar não engendra o sonho, fá-lo “naufragar”, destituindo-o de qualquer possibilidade de sobrevivência. O mar assume a forma de urna, adquirindo potencialidades destruidoras: “debaixo da água vai morrendo/ meu sonho”.

É interessante notar que este paralelismo entre mar-útero (origem da vida) e mar-urna (depósito de sonhos)

também tem representação na obra poética do escritor açoriano:

*Deixem-me só no mar, não aluguem o bote:
Medi o salto e o mundo antes de me atirar.
Assim, não há ninguém que me derrote:
Afogado ou flutuante hei de chegar.*

(...)

*E vou, lavado em mar e enxuto em ossos
Buscar a minha estrela aos céus de Oeste:
De tanta água, levo os olhos grossos;
A tristeza de ser alma me veste. (Nemésio, 1986:136)*

Esta súplica de libertação revela um desejo arquitetado: “Medi o salto e o mundo antes de me atirar”. A imersão nas profundezas da água tem um efeito catártico, purifica o sujeito lírico, como anuncia o paradoxo lavado em mar/enxuto. Se por um lado lava, por outro enxuga, na medida em que lhe permite traçar uma diretriz, tendo em vista o alcance da sua estrela, o tempo perdido da infância.

*Nunca fui senão mar numa coisa peluda
Mar numas veias cheias de ânsia
De o derramar na superfície muda
Que está à minha espera desde a infância.*

(...)

*Um homem, forte apenas do mandato,
Só grande porque o mar me penetrou:
No mais mísero e nu; o único fato
É a pele que o pecado me emprestou. (Nemésio, 1996:137)*

O eu lírico reforça a sua identificação com o mar, que irrompe como metáfora do eu. O mar é não só um ponto de partida, na medida em que simboliza o início da existência, como também a própria a essência do eu: “Nunca fui senão mar”. Assim, o mar pode ser interpretado como símbolo do ciclo de vida: representa, numa primeira instância, o útero materno, que engendra a vida; acompanha depois o percurso do eu poético, chegando mesmo a fundir-se com ele e, numa fase final, é o seu depositário, o local onde ele flutua e imerge.

O mar desencadeia nos dois autores o fluxo da memória. As vagas convidam a reflexões profundas, acompanham o deambular no tempo, o regresso ao passado e convocam a uma incursão pelo universo ontológico do sujeito poético.

O cenário físico remete para o cenário interior e subjetivo do eu lírico:

*Não é apenas este mar que reboia nas minhas vidraças,
mas outro, que se parece com ele
como se parecem os vultos dos sonhos dormidos.
E entre água e estrela estudo a solidão.*

*E recordo a minha herança de cordas e âncoras,
e encontro tudo sobre-humano.
E este mar visível levanta para mim
uma face espantosa. (Meireles, 1994b: 267)*

O mar visível, que reboia nas vidraças, remete para a idealização de um outro mar, o Mar que Cecília recria e onde imerge ao encontro dos “vultos e sonhos dormidos”, da sua “herança insular “de cordas e âncoras”.

O poema “Correspondência ao Mar” patenteia igualmente a transmutação do elemento marítimo:

*Quando penso no mar
A linha do horizonte é um fio de asas
E o corpo das águas é luar.*

*De puro esforço, as velas são memória
E o porto e as casas
Uma ruga de areia transitória.
(...)*

*Quando penso no mar, o mar regressa
A certa forma que só teve em mim
(,,,) (Nemésio, 1986: 142)*

O cenário, presente nos poemas analisados, remete para o campo semântico de mar, como comprovam os temas e lexemas que neles pululam – “areia, oceano, ilha, horizonte, peixes, navio, cordas, espuma” –, reforçando o

isolamento e ensimesmamento do eu, que encontra nos seres, nas coisas e nos diferentes espaços sentidos ocultos. O real observável remete para a idealização e interioridade do sujeito e, através do fluxo da memória, é a fonte primordial para o exercício poético. Os elementos, sobretudo o mar, assumem uma feição intermitente, sujeitos à mutabilidade do tempo e da memória: “Quando penso no mar, o mar regressa/A certa forma que só teve em mim”.

O mar concreto conduz à interioridade do sujeito, remete para o seu passado, para a sua terra e origens e consequentemente para a ilha.

A ilha, no caso de Cecília, não é senão um estão de espírito. Como bem notou Margarida Gouveia, a poetisa “quando define a ilha, mitifica-a e abstratiza-a, ao ponto de a considerar a ilha de “nenhures”, a “Ilha do Nanja”²³¹:

Nédias vacas, encaracoladas ovelhas, arroios sussurrantes... Os carros pesados de frutos redolentes... Os barcos de pesca...As procissões pisando ruas de flores... Tudo isto é a ilha do Nanja: mas a ilha do Nanja não é nada disso. É muito difícil explicá-la, pois certamente é o que não é (apud Gouveia, 2001: 108).

À semelhança do que sucede com o mar, também a ilha assume uma feição intermitente – “é (...) mas não é nada disso.” A ilha é um espaço idealizado, “embora com uma paisagem e uma morfologia que a tornam referível à ilha das suas origens ancestrais (S. Miguel)” (Gouveia, 2001: 108). A ilha remete para o universo interior e subjetivo de Cecília.

De modo análogo, encontramos em Nemésio a identificação com a ilha:

*Tenho a carne dorida
Do pousar de umas aves
Que não sei de onde são:
Só sei que gostam de vida
Picada em meu coração.
Quando vêm, vêm suaves;
Partindo, tão gordas vão!*

A realidade observada, o *topos* da infância, é sublimada, através do exercício da escrita para um outro plano, e remete para a interioridade do sujeito, que se funde, por intermédio de uma linguagem metafórica, na terra natal distante e perdida: “Tenho a carne dorida”. A ilha é caracterizada pela sua abundância e fertilidade – as aves, “quando vêm, vêm suaves”, mas partem gordas. O vaivém das aves pode ser associado ao exercício da escrita, pois o poeta, qual ave, procura, “suave” o regresso à terra natal, onde pretende mergulhar na sua essência, em busca da interioridade, saindo também ele mais fecundo.

Nemésio considerou que o que fez de Roberto Mesquita um “poeta original e duradouro é o sentimento de solidão atlântica”. Não foi também esta característica, apesar de sentida de diferentes formas, comum aos dois autores aqui referenciados?

Não foram também o mar e o sentimento de solidão elementos inspiradores, quer para Cecília quer para Nemésio, que estiveram na base da sua criação poética e os imortalizou?

4. BIBLIOGRAFIA

Almeida, J. Pavão de. (1973) “O portuguesismo de Cecília Meireles e os Açores” in *Separata da Revista Ocidente*, vol. LXXXIV.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio.

(1983) *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra do Heroísmo: SREC (col. Gaivota).

231 cf. Gouveia, Margarida Maia (2001). Vitorino Nemésio e Cecília Meireles: a ilha ancestral, Porto: Fundação António de Almeida. pp. 107-115.

(1989) *Açores Açorianos Açorianidade*, Ponta Delgada: Signo.

Gouveia, Margarida Maia. (2001) *Vitorino Nemésio e Cecília Meireles: a ilha ancestral*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Meireles, Cecília.

(1994a) Retrato Natural in *Poesia Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

(1994b) Mar Absoluto in *Poesia Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

(1994c) Vaga Música in *Poesia Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

(1994d) Viagem in *Poesia Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Nemésio, Vitorino.

Poesia (1935-1940), Venda Nova: Bertrand.

Sob os signos de agora (introdução de José Martins Garcia), Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Silva, Heraldo Gregório da. (1985) *Açorianidade na poesia de Vitorino Nemésio: realidade, poesia e mito*, Ponta Delgada: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

26) J. CHRYS CHRYSTELLO DRCHRYSCHRYSTELLO@YAHOO.COM.AU E HELENA CHRYSTELLO HCHRYSTELLO@GMAIL.COM

Chrys não só acredita em **multiculturalismo**, como é um exemplo vivo do mesmo. Em 1973, foi enviado para Timor regressando dois anos mais tarde. Editor do jornal local em Díli – enquanto em Portugal a Revolução dos Cravos destronava uma ditadura com 48 anos - Chrys estava já embrenhado no jornalismo político e na linguística. Tendo já sido publicado em livro com poesia sua ***Crónicas do Quotidiano Inútil*** (vols. 1-4), escreveu um Ensaio Político sobre Timor, antes de ser chamado a desempenhar funções executivas em Macau como Economista da CEM – Companhia de Eletricidade de Macau em 1976. Depois, radicar-se-ia em Sydney e Melbourne como cidadão australiano.

Durante mais de três décadas e meia dedicou-se ao **jornalismo político** em **rádio, televisão e imprensa escrita**, incluindo ANOP/NP/LUSA, televisão TVB Hong Kong, RTP, rádio RDP e Rádio Comercial, ERM e TDM-RTP (Macau), jornais e revistas Sábado, Europeu, Jornal de Notícias e PÚBLICO (pertenceu ao grupo de fundadores), além de ter escrito documentários para as televisões australianas (sobretudo relativamente a Timor Leste).

Entre 1976 e 1994, escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo (incluindo a Austrália e Portugal) se recusava a ver essa saga. Na Austrália trabalhou ainda como **Jornalista** para o Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e para o Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários; tendo também exercido as funções de Tradutor e Intérprete para o Ministério da Imigração e para o Ministério Estadual de Saúde de Nova Gales do Sul.

Noutra área, interessou-se pela linguística ao ser confrontado nos anos 70 com mais de 30 dialetos em Timor, e descobriu na Austrália vestígios da chegada ali dos Portugueses (1521-1525) mais de 250 anos antes do capitão Cook, e da existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (herdado quatro séculos antes).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e Examinador da NAATI (National Authority for the Accreditation of Translators and Interpreters) desde 1984, Chrys ensinou na Universidade de Tecnologia de Sydney, Linguística e Estudos Multiculturais (a candidatos a tradutores e intérpretes).

Publicou inúmeros trabalhos científicos e apresentou temas de linguística em conferências em locais tão distintos como a Austrália, Portugal, Espanha, Brasil e Canadá.

Em 1999 traduziu do inglês o seu principal Ensaio Político "East Timor: the secret file 1973-1975" (versão portuguesa) ***Timor Leste: o dossier secreto 1973-1975*** que esgotou a sua primeira edição ao fim de três dias. Mais tarde e-publicou (na Internet) a monografia ***Crónicas Austrais 1974-1996*** e terminou há pouco novo livro sobre Timor.

Foi ainda Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sydney sendo correntemente Mentor dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics,) para o Information Technology Research Institute, University of Brighton no Reino Unido, para além de organizar os ***Colóquios Anuais da Lusofonia*** que desde 2003 têm tido lugar em Bragança e os ***Encontros Açorianos da Lusofonia*** na Ribeira Grande (S. Miguel, Açores) a partir de 2006.

Em 2005 publicou (em edição da Santa Casa da Misericórdia de Bragança) o ***Cancioneiro Transmontano 2005***, compilando em cerca de 300 páginas, contos, lendas, cantigas e cantilenas, loas, etc. da região e publicou (e-livro) o segundo volume dos seus contributos para a história de Timor intitulado ***“TIMOR-LESTE VOL. 2: 1983-1992, HISTORIOGRAFIA DE UM REPÓRTER” (UM VOLUME COM MAIS DE 2600 PÁGINAS E EDIÇÃO DE AUTOR EM CD)***.

HELENA esteve desde cedo ligada aos estudos franceses, Helena continua a ensinar e a traduzir com o mesmo vigor, energia e dedicação com que iniciou a sua carreira. Nos últimos anos, tem estado ativa em conferências internacionais e em estudos de tradução, tendo organizado seminários internacionais de tradução para académicos e profissionais. Na Austrália impressionou-a o elevado número de turistas que afinal eram habitantes dessa multicultural nação.

Depois de estudar o percurso do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e da NAATI (National Accreditation Authority of Australia) para se estabelecerem na vanguarda do profissionalismo na Tradução, foi ao Canadá estudar a situação naquele país onde a Tradução e o Ensino andam de mão em mão. Depois, regressou a Portugal tendo terminado uma licenciatura na área da Educação e um mestrado em Relações Interculturais aplicadas ao Ensino de Línguas, sendo professora no Dept.º de Francês da ESEB do Instituto Politécnico de Bragança de 2002 a 2005, regressando ao ensino do 2º ciclo nos Açores a partir de 2005-2006.

Membro da CATS/ACT (Association Canadienne de Traductologie) já tem trabalhos publicados e apresentados em várias conferências. Há cinco anos que faz parte das Comissões dos Colóquios Anuais da Lusofonia.

AVÓS DE BARRA, AVÓS DE BAÍA, UMA TRIBO ABORÍGENE AUSTRALIANA A FALAR CRIOULO PORTUGUÊS ATÉ AO SÉCULO XX

Os Avós de Barra e os Avós de Baía (em crioulo os Yawujibarra e os Yawuji Baía), eram tribos aborígenes quiçá descendentes de Portugueses, e linguisticamente a eles identificados. Trata-se de dois grupos de interrelacionamento matrimonial numa tribo afro-australiana, falando Português e Crioulo de 1520 a 1580.

No século XVI, a acreditar na teoria, os portugueses ter-se-iam estabelecido na região dos montes Kimberley tendo inclusive trazido escravos africanos, os quais mantinham até 1930 um dialeto mescla de aborígene e de português crioulo.

Segundo von Brandenstein existem mais de 80 nomes de lugares que são portugueses, para além de um total de 260 palavras de origem portuguesa. Esta revelação, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de reescrever a história do país e datá-la em termos quinzentistas

Os Avós de Barra e os Avós de Baía (em crioulo os Yawujibarra e os Yawuji Baía), eram tribos aborígenes quiçá descendentes de Portugueses, e linguisticamente a eles identificados. Trata-se de dois grupos de interrelacionamento matrimonial numa tribo afro-australiana, falando Português e Crioulo de 1520 a 1580.

[Este trabalho segue trabalhos do Prof. Dr. Carl von Brandenstein. Ao texto base, revisto, editado e compilado, foram acrescentadas, anotações, dados de pesquisa e investigação e explicações descritivas].

No século XVI, a acreditar na teoria, os portugueses ter-se-iam estabelecido na região dos montes Kimberley tendo inclusive trazido escravos africanos, os quais mantinham até 1930 um dialeto mescla de aborígene e de português crioulo. A importação de escravos teve início em 1444 pelo Infante D. Henrique e cresceu rapidamente a partir daí, mas nada há escrito ou conhecido que prove que escravos africanos terão vindo para Timor durante a primeira centena de anos de ocupação portuguesa.

Segundo von Brandenstein (um excêntrico personagem octogenário em 1990, de trato difícil e desconfiado, mas categorizado linguista e historiador) existem mais de 80 nomes de lugares que são portugueses, para além de um total de 260 palavras de origem portuguesa. Esta revelação, que inicialmente data da década de 60 mereceu em

1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de reescrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas

1.

*As descobertas em 1967, e 1989, de material linguístico Português na zona das tribos aborígenes Kariyarra (Karrera) e Ngarluma, que residem na região de Pilbara foram alargadas pela descoberta de uma vasta colónia portuguesa na região dos montes Kimberley. Esta abarcava uma área oeste-leste do arquipélago Buccaneer até ao vale de Fitzroy, e pelo menos, até à passagem ou travessia de Fitzroy. Crê-se que a Terra de Dampier (Dampierland), a Angra do Rei (King Sound) e a sua costa leste, desde aproximadamente Derby até à foz do rio Fitzroy, em Yeeda, foram exploradas e parcialmente colonizadas. O mesmo se diria da estrada de Broome até Yeeda, com uma vasta base de exploração "**Jaula-enga**" e uma aldeia ou povoação "**Recém Vila**", no rio Logue ambas rodeadas de florestas de baobás.*

2.2.

*A colónia durou sessenta anos, entre 1520 e 1580, podendo inclusive ter sobrevivido muito mais tempo com proprietários portugueses, de direito próprio à posse daquela estação. A preocupação principal aqui é relativa ao impacto da ocupação durante sessenta anos em relação à população aborígine. De acordo com os estudos existentes, eles não só lançam novas pistas sobre a situação linguística na região, mas revelam igualmente aspetos inesperados e híbridos numa tribo aborígine, que tem sido descrita com diferentes nomes, tais como: **Jaudjibara**, **Jawdjibara**, **Yawidjibaya**, que se supõe ter habitado as ilhas Montgomery.*

2.3.

*Descrever ou dar provas de hibridismo observado por diversas vezes na região do arquipélago Buccaneer, não é solução para todos os problemas daí advenientes, dado que tal só poderia ser feito com o auxílio da antropologia, da física ou genética. Embora aquela tribo tenha deixado de existir desde 1987, pode não ser demasiado tarde para que os peritos com conhecimentos relevantes possam estudar o assunto, falando com descendentes da tribo, estudando fotografias e relatórios, tais como aqueles efetuados pelo professor J. Birdsell em meados da década de 50. Tal esforço concertado poderia atingir o veredicto há muito necessário para explicar a natureza híbrida daquela tribo. No que concerne à parte linguística descobriram-se, sob detalhado estudo de nomes e outras referências, a existência de dois grupos tribais miscigenados através de laços matrimoniais: os **Yawuji Bara** (em crioulo português) ou os **Avós de Barra** (em Português) e, os **Yawuji Baia** (em crioulo português) ou os **Avós de Baía**. O primeiro nome significa Antepassados da Barra, sendo esta a existente na região envolvente das ilhas Montgomery. O segundo nome significa Antepassados de Baía, que pode ser a baía de Collier sendo Collier um anglicismo da palavra **Colher**, significando (re)colher velas para aportar.*

2.4.

Adiante se descrevem de forma breve todos os atores envolvidos nesta ocupação clandestina dos australianos montes Kimberley:

um número indeterminado de pessoal náutico da Armada Portuguesa,

um número indeterminado de civis, dentre eles membros do clero, cientistas, artesãos e potenciais residentes ilegais,

mais de um milhar de negros africanos, calculados pelo número de cabanas de pedra para albergar trabalhadores e escravos, ainda existente na ilha High Cliff (Altas Escarpas). Eles eram provavelmente utilizados pelos portugueses como escravos das galés, para trabalhos forçados a processar peixe e dugongo fumado e a cortar pedra duma mina de pedras semipreciosas de Calcedónia e duma mina à superfície de minério de ferro na ilha Koolan.

A importação de escravos e as primeiras expedições portuguesas à costa noroeste africana datam de 1434. A partir de 1450, a maior parte dos seus escravos veio das regiões ribeirinhas do centro e sul da costa africana ocidental, agora Guiné-Bissau. Por volta de 1500, Angola, o Cabo da Boa Esperança e Moçambique haviam sido

anexados e Madagáscar descoberto, e havia também escravos retirados desta parte de África. Rapidamente, a maior parte das nações coloniais se apercebeu de que os escravos africanos eram os melhores.

Os Portugueses tentaram utilizar escravos malaios em Java, naquilo que se provou ser um grave erro, jamais repetido. Os escravos malaios tinham uma reputação de serem bastante autoritários e mandões e até mesmo de gerirem os negócios dos seus donos. Os índios americanos (ameríndios), quer do Norte, quer do Sul, tinham uma reputação de serem inúteis e perigosos. Não havia ninguém melhor do que os Negros da África Ocidental para trabalhar nas plantações de cana do açúcar no Brasil.

*Em poucas décadas, mais de quatro milhões de escravos africanos foram vendidos e enviados para as Américas. Tudo parece apontar para que os escravos portugueses na Austrália fossem originários da África Ocidental, em vez da África Oriental ou Madagáscar, e existe outra pista que apoia esta versão: a existência de árvores baobá nos montes Kimberley (ver 2.8). A maior parte destes escravos africanos terá ficado quando os portugueses abandonaram a região dos Kimberley, cerca de 1580, na esperança de poderem regressar um dia. É altamente provável que, antes e depois do período de ocupação, eles se tenham miscigenado com os aborígenes das ilhas da baía Collier, e a norte desta. Durante 470 anos, as duas metades, miscigenadas através do casamento, desenvolveram-se num grupo étnico híbrido, transportando consigo os nomes de origem portuguesa, como **Avós de Barra** e **Avós de Baía**, os quais sobreviveram até aos nossos dias.*

Os escravos na Austrália falavam a língua portuguesa. Os portugueses começaram as suas expedições em busca de escravos, cerca de noventa anos antes de se estabelecerem na Austrália. Por volta de 1520, os seus escravos falavam Português há duas ou três gerações.

*Até 1520, os subsequentes **Yawuji Baía** não existiram, mas os seus antepassados eram aborígenes puros, talvez relacionados por sangue e língua aos **Worrora**, vivendo lado a lado na baía de Collier e suas ilhas adjacentes, nunca a mais de vinte quilómetros da costa, que era o limite máximo das suas embarcações. Quando a armada invasora portuguesa aportou à costa dos Kimberley, ao largo da ilha Champagny (vd. 7), de acordo com planos prévios e bem organizados, acostou primeiro na ilha das Altas Escarpas (High Cliff) no grupo das ilhas Montgomery, a seguir na ponta sul da Baía, a que então deram o nome de Baía Colher (“Baía de recolher velas para aportar”). Os portugueses amigaram-se com os aborígenes locais e para ganhar a confiança destes para fins tão distintos como a pesca, a guarda costeira e expedições, forneceram-lhes canoas feitas de madeira, até então deles desconhecidas. Os portugueses chamavam a estas canoas “**nau mendi**” ou “**barcos de mendigo** (beggar ship)”. Este termo permaneceu em toda a região costeira dos Kimberley como **namandi** (Crioulo) ou **namindi**. A maior mobilidade e velocidade deste tipo de embarcação e o seu mais amplo limite de ação, permitiu aos aborígenes adquirirem com este meio de navegação acesso a ilhas mais afastadas. Eles também se miscigenaram com a mão-de-obra africana inicialmente estacionada na ilha MacLeay (em português **Galés irá**, em crioulo **Galij irra**, ou seja o local para onde os escravos irão). Os seus locais de trabalho eram em High Cliff (Altas Escarpas) e a ilha Koolan (vd. 6.6)*

*Outra tribo aborígine a ter tido contacto com os portugueses terá sido a dos **Nyikina**, que vivia a sul da Angra do Rei (King Sound) e na baía de Fitzroy, até à zona de Passagem ou Travessia de Fitzroy. Para além da existência de membros destas tribos com uma aparência física diferente da raça miscigenada, parece existir pouca evidência física deste contacto. Contudo, há alguns termos importados e um deles é extremamente importante pois dá-nos a saber como a árvore baobá originária de África chegou aos Kimberley: o termo em **Nyikina largari** (baobá) dificilmente pode ser dissociado do seu étimo português [**árvore**] **larga**. Da mesma forma conspícua é a presença do termo **langurr** (marsupial roedor, de cauda anelar ou Ringtail Possum), conhecido pela facilidade com que é capturado, apático e lento, quando se compara tal termo com o étimo português **langor**, definido como lento ou preguiçoso.*

Espero que mais termos adotados por empréstimo venham a ser descobertos

*Um grupo de tribos aborígenes da Angra do Rei (King Sound) e a oeste da mesma, cujos nomes se perderam desde o impacto da invasão portuguesa, adotaram o nome global de **Jauí, Jawi ou Chowie**, todos eles sendo uma deturpação do étimo **chave**, nome bem apropriado para o novo quartel-general nas ilhas Sunday. Provavelmente,*

os aborígenes ali residentes foram forçados a abandonar as ilhas durante o período de ocupação, tendo regressado depois da partida da Armada. É igualmente provável que os membros do clero tentassem disseminar a fé entre os infieis. Pelo menos sobreviveu a implantação de **inferno**, enfaticamente substituída por um padre pela exclamação **Dor quê!** como seu sinónimo. Este étimo é ainda utilizado pelos **Jauí** e noutros idiomas da região da *Angra do Rei* (King Sound) e no dialeto **Ngarinyin** como **dorge**, significando inferno.

A vasta topologia e toponímia deixada pelos portugueses na região dos Kimberley provam para além de qualquer dúvida, a existência de uma vasta colónia portuguesa. Para o afirmar, as muitas instâncias em que a análise linguística dos étimos é consistente com a realidade geográfica e a possibilidade histórica. Até ao momento, apuraram-se 101 étimos de Português ou Crioulo Português. Adicionaram-se igualmente palavras isoladas, na sua maioria importadas para dialeto locais, dentre um vocabulário português que se cifra, à data, em 260 palavras. A densidade populacional portuguesa na área de colonização europeia teria de ser reduzida e isso prova, de forma evidente, que a presença portuguesa terá sido maior do que qualquer descoberta arqueológica – sem proporcionar nomes – poderia provar. Contudo, em ambos os casos, auxiliam a identificar o enigmático caso das cabanas de pedra em High Cliff (Ilha das Altas Escarpas).

*Foi apenas depois da descoberta toponímica portuguesa do professor Brandenstein que houve a possibilidade de fazer pesquisas arqueológicas onde estas jamais haviam sido feitas. Refiro-me à área de Derby a Yeeda e Willare, dado que o leito do rio Fitzroy de há 470 anos é agora o rio Yeeda. Não surpreenderá assim saber que o termo português **Ida**, equivale ao termo crioulo **Yida** (significando porto de embarque ou destino, cais) e que a feitoria **Jaula-enga**, ou estação rural de Yeeda, teria sido um ponto de transbordo durante a época dos portugueses, onde as naus poderiam carregar ou descarregar no mesmo cais - consoante as marés - em simultâneo com as barcaças fluviais. Estas, transportavam produtos agrícolas, rio abaixo e rio acima até Bruten Hill (a colina Bruten) no ribeiro Christmas, para a estação de Cherrabun e até Noonkanbah, na parte mais meridional que se podia atingir no rio Fitzroy.*

*A evidência para este tráfego fluvial é proporcionada, uma vez mais, pelos nomes acabados de mencionar. No português **brotem** [podem flutuar (o barco numa curva depois da colina)], é a terceira pessoa plural do conjuntivo de **brotar**. **Cherrabun** é o equivalente português de **Cheira a bom**. **Noonkanbah** era uma estação pastoril cujo passado se desconhece, mas que em 1880 era gerida pelos (irmãos) portugueses Emanuel, de acordo com E. Kolig [1987: 19]: “Surpreendentemente as histórias aborígenes falam numa fase anterior de paz e de harmonia racial. A origem desta tradição oral é algo misteriosa, carecendo ao que parece, de substanciação histórica.”*

*Será mesmo assim? A palavra **Noonkanbah** soa bem ao português **Nunca pá**, como grito de alívio ou desalento. Será que alguém se fartou de remar rio acima e rio abaixo? Ou todos os remos de uma barcaça se foram numa manobra errada? Escusado será acrescentar que a estação de Noonkanbah se localiza no rio Fitzroy, e a 12 quilómetros para leste fica a estação pastoril de Kalyeeda. Sete quilómetros a noroeste e sete a nordeste daquela o rio Fitzroy forma duas largas curvas, em cuja margem ou flanco existe uma pista de gado onde este tem acesso à água. Este tipo de pista para o gado beber corresponde totalmente ao significado português de **Calheta**, cuja ortografia atual é **Kalyeeda**. Obtiveram-se, até ao momento, mais 22 nomes de locais habitados na região do rio Fitzroy.*

*Existe ainda, um último étimo, dado ser extremamente comum e ter uma importante relação geográfica para o que foi, em tempos, o proeminente porto de **Yeeda**. Atualmente, trata-se de importante ponto de paragem ou abastecimento à margem da estrada, mas **Willare** é claramente o mesmo que em Português **Vila à Ré** tal como era vista de Yeeda lá atrás, ou vista de cima.*

1. *A análise de acontecimentos históricos e condições no auge do poder colonial português, quer nas Índias Orientais ou fora delas, não pode ser tomada como sendo infalível e final. Em especial no que concerne à retirada da armada da região dos Kimberley cerca de 1580, as conjeturas podem ser reduzidas a uma pergunta alternativa: “Terão os colonos portugueses e a sua comitiva partido com a armada, ou ficaram amigavelmente com os aborígenes locais, desenvolvendo as estações pastoris cujos nomes ainda hoje se mantêm, e quiçá talvez tenham vivido felizes para sempre, até que Alexander Forrest e os padres, Sir John e Matthew exploraram e adquiriram vastos interesses na área dos Kimberley a partir de 1879?” Como foi dado a entender no capítulo*

anterior, as tradições locais aborígenes apoiam a teoria da estadia pacífica dos primeiros colonos europeus (ou seja, os Portugueses).

2.

O cuidadoso planeamento de uma estrita invasão clandestina dos Kimberley necessitou de uma palavra de código para todos os que, como parte das suas obrigações de serviço, participaram sob promessa e juramento de não-divulgação. Será importante recordar que havia um profundo relacionamento entre causa e efeito de obrigações e deveres por parte das autoridades portuguesas, e pela lealdade e obediência por parte dos seus escravos negros, fundadores da única tribo afro-australiana na História. A sua fidelidade ininterrupta durou 407 anos, entre 1580 e 1987. Esta história contém algumas deduções, as quais demonstram de forma importante os meios de que as autoridades portuguesas da época se serviram para evitar um estado declarado de guerra com os seus competidores espanhóis nas Filipinas, enquanto simultaneamente distendiam o seu vasto Império pelos quatro cantos do mundo. A operação nos montes Kimberley deve ter sido fruto da brilhante mente de Francisco Rodrigues, o melhor estratega e planeador que à data os Portugueses tinham em Malaca. Foi ele aliás que mais tarde preparou a conquista de Macau, na China, em 1557. Para ele, era uma absoluta necessidade a invasão clandestina dos montes Kimberley. Ele estava cónscio de que se os espanhóis descobrissem que os portugueses estavam a fazer um esforço de descoberta e avanço para sul ou para leste, a guerra era um facto inevitável. Isto tinha de ser evitado a todo o custo pois resultaria na perda das Malucas e do lucrativo comércio das especiarias obtido em Ternate em 1512, para além de pôr em perigo a conquista de Timor em 1516. A paz aparente e periclitante assinada em 1529 entre Portugal e Espanha dá-nos uma indicação de que a operação clandestinamente engendrada por Rodrigues surtiu efeito entre 1516 e 1529. A minha convicção e melhor aposta são que "tal aconteceu na década de 20".

3. A fim de desencorajar explorações de descobrimento no mar de Timor e potenciais informadores aborígenes, todo o pessoal, incluindo escravos e colonos livres a bordo da armada, tiveram de jurar segredo sobre a sua identidade nacional, ou seja, as palavras Portugal e Português foram banidas do vocabulário por uma palavra de código que fosse idêntica em todos os vocabulários dos poderes coloniais que então lutavam pela supremacia. Numa mistura de orgulho e prudência a escolha recaiu em **Eufonia**, do grego clássico *Euphonia*, significando com boa e forte voz. Recorde-se que naquela época, a pena capital era o castigo imposto a todos os participantes na operação que violassem o juramento sagrado. Assim, a língua portuguesa oficialmente falada nos novos quartéis-gerais da armada em **Chave** (atualmente a ilha Sunday) era denominada "Eufonia". Quando os poucos aborígenes autorizados a entrar no local fizessem perguntas ficavam a saber que aquela palavra era o nome dos recém-chegados e do seu idioma. Para os aborígenes porém era difícil aprender este étimo estrangeiro Eufonia. Dada a diferente fonologia eles pronunciavam **E^ufuni'a** mantendo apenas **E**, **n**, **a**, e substituíam o estrangeiro som **ʃ** por **w**, o segundo **u**, por **ɔ**, deixando de fora a intonação forte de **i' a**, transferindo-a para o **E'** inicial. Isto produzia *Ewnya*, ou transcrito por nós como **Ewanya**, a versão crioula do português Eufonia, sobrevivendo os últimos 470 anos, ainda no seu habitat temporário de antanho na ilha Sunday. Por um erro, perfeitamente compreensível dos sucessores dos portugueses da ilha **Chave**, o seu nome e o do seu idioma derivou para **Jai**, do étimo português *chave*. Alguns Jai admitiram considerar **Ewanya** como o nome da sua língua, mas os Jai deixaram **Chave** (ilha Sunday) como os portugueses o haviam feito e vivem agora numa região designada "One Arm Point (Ponto de um Braço)" na região continental mais próxima. Foi desta forma que o código secreto Eufonia e o crioulo Ewanya sobreviveram, guardando o seu segredo até aos dias de hoje.

O que aconteceu aos escravos negros quando os portugueses deixaram a Austrália em 1580, por ordem do seu novo rei e inimigo, Filipe II de Espanha ficará para já no limbo das conjeturas. Existem boas razões para acreditar que os escravos foram deixados na terra onde viviam e trabalhavam há já sessenta anos. Provavelmente foi-lhes dito que tinham ainda certas obrigações para com os seus donos e ameaçados com punições e nova escravatura, se alguns deles ou seus descendentes falasse com pessoas de outros grupos étnicos, ou divulgasse o nome da sua língua e nacionalidade. Os aborígenes que não fossem de descendência afro-australiana, em especial, eram para ser tratados com desconfiança. Será lógico e realístico admitir que depois da partida dos portugueses do arquipélago *Buccaneer* tenha havido uma familiarização mais relaxada entre os afro-australianos, resultando numa hibridação nos seus novos locais de residência insular.

4. Um desenvolvimento importante das preferências linguísticas dos parceiros na nova tribo é significativo, derivando do facto de os machos africanos estabelecerem a tradição de manter o Português Puro como sua

*língua em todas as ocasiões. As suas parceiras aborígenes tinham apenas a lei da inércia a seu favor, contribuindo para um lento crescimento do Português Crioulo, dada a falta de habilidade dos seus parceiros aborígenes dentro da tribo em reproduzirem de forma correta a fonologia portuguesa. Isto era aceite, ou tolerado, pelos africanos dado que eles eram capazes de compreenderem, e é provável, que as crianças – em especial os varões – aprendessem Português através dos seus pais, que nem estariam interessados em aprender as línguas puras aborígenes. Assim, sob a influência africana durante um certo decurso de tempo, toda a tribo – sem mais estrangeiros com quem comunicar – se torna monolíngue, numa mescla de Português Puro e de Português Crioulo. Na parte ocidental do arquipélago Buccaneer a escolha de transmitir às gerações vindouras os nomes Portugueses em Crioulo foi mais ditada pela necessidade de ocultar a sua origem não **Yawuji**, tais como os **Jai**, ou de europeus, como N. B. Tindale. Desta forma mantiveram os seus nomes mas não o significado dos mesmos.*

5. *Gostaria de poder discutir aqui dois casos individuais que podem explicar o comportamento dos afro-australianos **Yawuji** sob pressão para não revelarem a sua verdadeira identidade: No primeiro caso temos uma pessoa cujo Português é o seu idioma nativo e que utilizou este idioma quando, pessoas estranhas tais como antropólogos australianos, missionários ou linguistas começavam a fazer perguntas para as quais não estava preparado/a a dar uma resposta. J. Birdsell, um antropólogo norte-americano, perguntou a esta pessoa, em 1954, pelo nome real do seu dialeto e tomou nota daquilo que pensou ser um só étimo, obviamente o nome que havia utilizado para perguntar. Tal “nome” que apontou no seu livro de notas era “**Bergalgu**”. Este nome foi mencionado por N. B. Tindale em “As tribos aborígenes da Austrália [1974, 242, 268 Aboriginal Tribes of Australia]”. Entretanto em Português coloquial puro: “**Perca Algo**”, uma mescla que significa “**perca**” (1: pode perder ou, 2: peixe perca), e “**algo**” (alguma coisa) significando “uma perda qualquer” ou “uma perca pequena” ou seja, uma forma expressiva de comunicar uma meia verdade de forma evasiva. Este homem estava determinado a não deixar que Birdsell soubesse a verdade sobre a sua língua “aborígene”. De qualquer modo, manteve-se calmo, arrependido, inconspícuo e bem comportado.*

6. *Embora menos diplomática, mas de igual forma não menos determinada é a declaração espontânea que outro informador deu a H. H. J. Coate (data imprecisa), tal como citado no livro de W. McGregor “Handbook of Kimberley Languages (1988:97)”. Após ter declarado que o nome da tribo era **Yawuji Bara** acrescentou mais duas palavras, que Coate assumiu tratar-se de um nome alternativo da ilha de Montgomery. Tratava-se de um excesso temperamental da pessoa em questão. Embora a princípio parecesse e soasse tipicamente aborígene, trata-se de uma forma crioula de Português: **Winjawindjagu** (de acordo com Coate) em vez daquilo que devia ser **wynia, winjwegui!**. Isto é de facto Português **vinha, vindico**, uma forma causal consecutiva dos verbos **vir** e **vindicar**. A nasalização frequente do **n** antes do **d** em Português não pode ser repetido pelos aborígenes que falam Crioulo. Em vez disso, em Português **ngd** passa em Crioulo a ser **nyj**. A tradução deste segmento é clara: “[Como] eu vim dali e quero-o de volta”. A súbita raiva do informador aborígene ressalva da sua lembrança de ter sido detido pelos brancos em 1931 e forçado a viver no seio dos **Worrora** num campo fechado e sobrepovoado numa terra estranha. Durante toda a sua vida ele tinha aproveitado as delícias da vida, do dugongo à tartaruga, ao peixe e ao caranguejo em abundância, mas agora a sua dieta além de lhe ser estranha era monótona. A mudança de vida, do estilo de vida marinha saudável das suas ilhas para a situação presente, das gentes da sua tribo numa reserva asquerosa em Derby ou na missão lamacenta de Mowanjum deve ter sido profunda: “Quero voltar para donde vim!” Quem seria incapaz de sentir o mesmo? Mas quer aquela personagem quer a sua tribo não teriam hipóteses de escolha, a não ser manterem-se firmes na sua decisão firme de 1580 de jamais revelarem o segredo da sua origem, frustrando tanto quanto possível os esforços e perguntas inquisitórias de estrangeiros. Estas são as virtudes imprevistas e não recompensadas de uma tribo independente e híbrida afro-australiana, descendente dos **Avós de Barra** e dos **Avós de Baía**, de língua e nacionalidade portuguesas, incapazes de respeitarem passivamente as reivindicações britânicas de duzentos anos mais tarde.*

7. *Estes atrasados comentários elegíacos dos **Yawuji Bara/Baía** podem dar lugar a variadas questões: “Porque é que os australianistas ou missionários que com eles lidaram jamais consideraram o Português como língua de origem dos seus enigmáticos idiomas?” A única exceção pertence a J. Urry e M. Walsh (1981:106) que compreenderam que algumas das palavras ouvidas por B. Ryder (1936:33), e então assumidas como Espanhol ou Latim, eram de facto Portuguesas. Mas eles negaram o relatório de Ryder, como não substanciado, declarando e, aqui cito: “Os termos portugueses se assim forem provados podem ser derivados de termos comerciais malaios”.*

Como obviamente estavam apenas interessados no idioma e povos de **Macassar**, foram incapazes de ver os Portugueses como os grandes colonizadores da era moderna, referindo-se a eles apenas como ubíquos negociantes algures na zona norte da Austrália. Outra pergunta que se poderia pôr é por que é que B. Ryder da Real Sociedade de Geografia de Londres sugeriu Espanhol ou Latim, em vez de Português? Por que é que J. R. B. Love que conhecia e trabalhou entre os **Yawuji** durante mais de vinte anos deixou a sua críptica nota sobre o seu idioma como sendo dialeticamente discreto? No primeiro caso, quem aconselhou as autoridades da Austrália Ocidental para que a remoção dos habitantes das ilhas Montgomery e a sua reinstalação no continente fosse um tipo desejável de ação? Por que é que eles foram obrigados a aprender uma língua estranha e difícil como a dos **Worrora** quando já detinham como sua uma língua europeia própria? Ou seria porque alguns dos seus antepassados de há mais de 470 anos poderiam ter dominado o dialeto **Worrora**? Por que não ensinar-lhes diretamente Inglês, que teria sido bem fácil, considerando as inúmeras similaridades de vocabulário entre o Inglês e Português. Depois do seu desaparecimento em 1987 qual é a utilidade de encontrar uma resposta a todas estas questões? Nem uma única qualquer que seja!

Para o caso das atividades dos portugueses na parte oriental do arquipélago Buccaneer temos o apoio de resíduos arqueológicos. Embora nunca tenham sido totalmente explorados ou avaliados (Sue O'Connor 1987:30/39; 1989:25/31), o seu total e localização são equivalentes aos dos maiores centros de atividade dos portugueses na mesma área. Nas inúmeras e dispersas ilhas da parte oriental do arquipélago Buccaneer, Sue O'Connor encontrou apenas três locais de relevância:

- na ilha *MacLeay* “pequenos artefactos espalhados”;
- na ilha *High Cliff* (Altas Escarpas) “literalmente coberta por restos de ocupação, incluindo estruturas de casas de pedra e largos artefactos espalhados”, e um “abrigo de rocha”;
- na ilha *Koolan* “dois abrigos de rocha”.

Dentre os vários nomes portugueses da parte oriental do arquipélago Buccaneer apenas três têm importância histórica:

- A ilha *MacLeay* pelo seu nome português de **Galés irá**, crioulo **Galij irra**;
- A ilha *Montgomery* inclusa com a ilha *High Cliff* (Altas Escarpas) para o seu homónimo português de seus habitantes nativos **Avós de Barra**, em crioulo **Yawuji Bara**, iniciais aliados dos Portugueses;
- A ilha *Koolan* cujo homónimo português é **Colham**, em crioulo **Koolan [Ko:lan]** (arrear velas aqui) que na gíria dos marinheiros significa Podemos ficar aqui!, não para ver a paisagem mas para minar à superfície o minério de ferro. Os abrigos de rocha ou pedra, atrás referidos, eram parte da área de habitação dos africanos e, as duas pequenas ilhas gémeas “As irmãs (The Sisters)” eram a sua área recreativa ou zona das suas escapadelas.

A Armada invasora portuguesa na sua incursão ao flanco sul, através da costa dos montes Kimberley, quando atingiu um grupo de ilhas a cerca de 70 quilómetros a norte do seu paradeiro inicial: ilhas *Collier* e *Montgomery*, obviamente decidiu prosseguir viagem a partir daí em linha contínua. Deixou unidades singelas em posição, possivelmente anteriores manobras de reconhecimento haviam revelado que não havia nativos nas ilhas a atingir. Tudo isto pode ser deduzido de um simples nome português: o da ilha *Champagny* ou *Champagney*. Mas, aprendemo-lo com uma vingança: a forma peculiar da sua ortografia não se refere a uma forma antiquada de Inglês, mas sim à forma portuguesa de champanhe, um francesismo. Se quisermos ir mais profundamente ao segredo do champanhe francês (engarrafado?) - em 1520 numa ilha isolada ao largo da costa dos Kimberley, teremos a recompensa ao analisar o étimo aborígine que lhe foi dado. Não se trata de um termo aborígine, nem de nenhuma língua aborígine. H. H. Coate (W. J. & Lynette F. Oates 1970:47) cita *Windjarumi*, enquanto W. McGregor (1989, 1-56) cita *Winyjarrumi*.

Para facilitar a compreensão do original em Português, separe-se a palavra composta e desta forma há duas versões possíveis:

- (Crioulo) Winy(i)^u arrumi < (Português) Vinh^o arrume (O vinho deve ser guardado). Com tal leitura teríamos uma ligação com o nome das ilhas no mapa *Champagny/ey* =(Port.) *Champanhe*, derivado do étimo francês *champagne*.

- (Crioulo) Winyja rumi < (Português) Vinda Rume (para a queda ou sorte inesperada, devo decidir o rumo, ou partir sem ele?!)

Decerto que se trata de um caso raro em batismo nominal, em que duas palavras alternativas na sua fonologia acabem de facto por representar o mesmo significado: **“Se o armário do vinho for encerrado, a queda está iminente.”** Quer navegantes quer passageiros saberiam sobre isto. No caso presente dos três nomes supostos para o grupo de ilhas situadas na latitude sul 15º 18/19”, longitude leste 124º 14/17”, o assunto de importância real contido no nome **“Vinda Rume”** foi simultaneamente e, por uma razão bem aceitável, expresso pelo som similar mais mundano e bem-sonante de **“O vinho que tenho de armazenar em primeiro lugar”**, e isto aconteceu nas ilhas Champagne. A história destas ilhas nascida desde os anos 1520 até à sua última impressão nos mapas (1:100 000) podia ser viável apenas nas “vinhas”.

Esta teoria, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de reescrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas. A revelação vai mais longe ao definitivamente identificar nomes próprios de origem portuguesa ancestral, justificando o silêncio dos portugueses com base no Tratado de Tordesilhas e, citando a existência de construções e artefactos que datam de entre 1516 a 1580, aguardando-se apenas a sua verificação científica da sua origem, de acordo com o professor von Brandenstein. Vejamos em mais detalhe esta explicação da presença dos primeiros europeus na Austrália, de acordo com as próprias palavras do professor:

A descoberta aqui revelada e documentada é um fruto do meu trabalho de pesquisa linguística, liderando uma descoberta arqueológica e prometendo futuras descobertas de arqueologia marítima. Demorou-me mais de vinte e cinco anos para percorrer os quatro estádios desta descoberta. Entre 1964 e 1967 foi a descoberta do problema linguístico, seguida do reconhecimento e identificação da evidência arqueológica em 1967 e manter a pesquisa não obstante o silêncio de descrédito imposto por colegas entre 1967 e 1976.. Finalmente, ao completar vinte e cinco anos de estudo, decidi, em 1989, tornar públicos os meus estudos. Espero que com o apoio do Museu de Marinha da Austrália Ocidental e da Real Marinha [Australiana], ou organismos privados, possam ser descobertos segredos que jazem no fundo do Oceano Índico e que nos ajudarão a descobrir a história marítima dos últimos quinhentos anos. Em 1964, assumi um trabalho de pesquisa linguística como Membro Associado do Instituto Australiano de Estudos Aborígenes na Austrália Ocidental, tendo escolhido as áreas tribais dos Ngarluma e dos seus vizinhos Karriera, juntamente com tribos mais interiores tais como os Yindjiparndi, baseado nas características peculiares dos idiomas utilizados por estes grupos. A zona ocupada por estas tribos tem uma área costeira de mais de 120 km. entre o arquipélago de Dampier e o rio de Grey, passando por uma cordilheira montanhosa chamada Hammersley. O comportamento linguístico totalmente anómalo destas tribos diz respeito a gramática e conceitos de ação verbal.

A maioria das tribos aborígenes australianas dispõe de conceitos ergativos onde a ênfase se concentra na ação verbal sobre o objeto. Contrastando com isto as tribos Ngarluma, Karriera e outras utilizam um conceito verbal europeu, com ênfase na ação nominativa do sujeito e o objeto no acusativo. Isto torna-se ainda mais interessante ao verificarmos que estas tribos utilizam a voz passiva, inexistente em qualquer outra tribo australiana. Outra peculiaridade no triângulo verbal Ngarluma-Karriera é a existência no seu vocabulário de palavras de origem Portuguesa, que já não são consideradas como palavras estrangeiras pelos contemporâneos e portanto devem ter sido adquiridas há muito tempo.

De uma lista de 60 palavras idênticas às suas versões portuguesas, selecionarei aqui apenas 16:

(P) tartaruga →(N, K) thatharuga. O termo português deriva do grego tartarouxos (do diabo), do latim tartarukus, do italiano tartaruga, do espanhol tartuga. Esta palavra foi criada dentro do simbolismo cristão. Curiosamente quer o Português, quer os dialetos Ngarluma e Karriera distinguem dois sons de “r”, um rolado e outro dobrado, o que acontece em poucos idiomas no mundo. Uma das razões da aceitação de uma palavra estrangeira, pode resultar da importância ecológica da tartaruga ao longo de toda a costa do noroeste. Os portugueses e os aborígenes dependiam dela como meio de obterem comida, e elas encontram-se em inúmeras ilustrações aborígenes em rochas, desde a foz do rio de Grey até à península Burrup. Dado não haver qualquer influência italiana na Austrália de antanho a única origem possível para o termo tem de ser portuguesa.

(P)chama, →(N, K) thama, pronunciado tchama
(P)fogo, fogueira →pugara (pron. fugara) (Y, Yindjipandi) → puua/pughara,
(P)cinza→(N, K, Y) tynda pron. cindza,
(P)monte→(N, K, Y, Pnj) monta / manta,
(P)fundo→(N, Y) punda pron. funda,
(P)paludismo→(N) paludi significando águas paradas, pântano, poça,
(P)mal→(N) malu, significando mal, diabo, cobra má que morde, raia
(P)pintura→(K) pintyura significando pintura, desenho,
(P)tardear→(N, Y) thardari, significando tornar-se lento, hesitar, demorar,
(P)manjouro→(N, K) mandyara, manyara, manya (pron. manjiara, manja), significando caminho ou calha para beber ou comer,
(P)caço, caçoila, caçarola→(N) Kadyuri pron. Caçiula
(P)perdição→(N, K, M Manduthumira) perdidya, perdalya, perdadya, significando vingança, morte secreta, combate mortal, perda mortal,
(P)bola (esfera para jogar)→(N, K, Y) p/bula significando redonda, bola,
(P)tecto→(N, K) thatta significando o mesmo que o original em Português,
(P)por→(N, K) puru, significando através, atrás, por trás ou sob como aposição (oposto a preposição, ou seja utilizado após e não antes). Em Português “por teto” e em Ngarluma Karriera “hatta puru”, ambas com o mesmo significado.

3. AS BALAS DE CANHÃO

Existem várias balas de canhão escondidas em vastas áreas ocupadas pelos Ngarluma-Karriera-Pandjima, e embora a sua força ou valor mágico não possa aqui ser discutido por motivos óbvios, poderemos concentrar-nos no seu valor linguístico. **Ngarupungku** significa literalmente atirar e esmagar, embora originalmente as tribos aborígenes nada tivessem para projetar as balas de canhão, feitas de material granítico.

Uma das pessoas que me ajudava respondeu-me em Karriera-Ngarluma que as balas estavam por toda a parte, ao fundo de uma colina na ilha Depuch e que estavam lá desde tempos imemoriais, num campo sagrado, tal como citado por Robert Churnside, Roeburn em 18/9/67.

Gordon Mackay registava em 15/9/1967: “As balas foram desde tempos perdidos na memória trazidas de onde estavam junto ao mar. Todos os anciãos respeitáveis respondiam que as balas estavam todas numa certa área da ilha Depuch, que era terreno sagrado. Uma das balas que eu vi tinha 12 centímetros de diâmetro, e segundo testes recentes era de granito.”

Dada a natureza geológica da região, ou as balas faziam parte do balastro de navios ou eram de facto balas de canhão. Se eram balas, o local onde foram descobertas era o local óbvio de naufrágio de um navio. Dezenas de anos mais tarde as balas de canhão continham ferro e eram de calibre diferente das utilizadas no século XVI. Os Portugueses ocuparam Goa em 1510, Malaca em 1511 e as Malucas ou Ilhas das Especiarias em 1512. Timor foi descoberto por António de Abreu entre 1511 e 1515, sendo o enclave de Oé-cusse e a capital, Lifau, ocupados em 1516. Uma das razões para os portugueses, sempre tão secretos em assuntos marítimos, se manterem ainda mais silentes a sul das Malucas, era a de ali se situar a linha divisória da metade portuguesa e da metade espanhola do mundo.

Esta é uma das razões porque tão poucos mapas portugueses eram publicados, mas em 1529, o francês Jean Parmentier da escola cartográfica de Dieppe rumou com pilotos portugueses para Samatra onde morreria. Dois dos barcos da sua expedição regressaram e, em consequência disso dois mapas portugueses, até então desconhecidos, foram publicados com inúmeros mapas derivados desses mapas portugueses.

Já em 1957, O. H. K. Spate, publicava em Melbourne a obra “*Terra Australis - cognita?*”, na qual dizia que não havia dúvidas de que o Mapa Delfim, e versões posteriores tinham por origem fontes portuguesas

desconhecidas, e que vários estudiosos e académicos haviam já aceitado a hipótese de a Austrália ter sido descoberta pelos portugueses no século XVI. Num dos mapas aparece um porto, na foz de um rio, a que é dado o nome de Porto do Sul (em francês Havre de Sylla), que parece localizar-se na foz do rio Fitzroy em Vitória.

Dado o potencial marítimo dos portugueses até ao mar de Timor, deve ser assumido que qualquer nau na costa noroeste será portuguesa, e este facto torna-se mais evidente, como vimos atrás, pela herança linguística deixada. O cenário possível é o de os portugueses terem naufragado na ilha Depuch e estabelecido contacto com as tribos Ngarluma e Karriera, sem terem tido a oportunidade de construir novo barco que lhes possibilitasse o regresso.

Eventualmente aceites pelos nativos, ter-se-iam acasamentado, daí derivando a razão de as mulheres e filhos reproduzirem termos portugueses utilizados pelos pais, as quais acabariam ao longo do tempo por permear as línguas indígenas, como atrás foi visto.

Na opinião do professor von Brandenstein “Este naufrágio terá ocorrido entre 1511 e 1520 na região da ilha Depuch.”

Cinquenta anos antes de os holandeses surgirem no oceano Índico, em 1616, 1618, 1619 e 1622 na costa ocidental da Austrália, os portugueses utilizaram a rota de Java, com pilotos indianos de Goa. O livro “História Trágica Marítima”, de Bernardo Gomes de Brito, Lisboa, 1735-1732, conta a história de uma segunda viagem à Austrália ocorrida em 1560-1561, que culminou com o naufrágio da nau São Paulo, tal como narrado pelo sobrevivente, o Apotecário Henrique Dias. De acordo com este, os portugueses conheciam os ventos da região, 50 anos antes da primeira chegada dos holandeses e entre 1557 e 1558 a nau São Paulo utilizou a rota de sudoeste no regresso à Índia.

Na viagem de 1560 – 1561, a São Paulo foi mais para sul e leste, chegando até 900 milhas para ocidente da costa ocidental da Austrália antes de regressar a Samatra onde naufragou. O piloto de Goa, nesta segunda viagem tinha diretivas do rei de Portugal que parecem levar a concluir a importância desta nova rota.

Um outro aspeto socioeconómico particularmente único dos Ngarluma e Karriera é o do método de cultivo e armazenamento, que se não encontra noutras tribos. Sob a supervisão dos “líderes idosos (venerandos anciãos)” toda a tribo utiliza contentores de forma cilíndrica, da mesma altura e diâmetro, para recolher os grãos de Spinifex (“Triodia sp.”). Os grãos são depois contados e esvaziados em caves secas e frescas, sendo constantemente guardados.

A sua distribuição era feita de acordo com as necessidades de justiça social, atribuindo primeiro aos mais velhos e depois aos mais jovens. Isto permitia-lhes nunca depender das faltas sazonais, criadas pela variação climática e isto penso que só poderia ter sido introduzido como um método português.

4. APÊNDICE: LISTAGEM DOS NOMES PORTUGUESES DE ILHAS E DE PONTOS GEOGRÁFICOS

8. A fim de ilustrar os nomes dados pelos Portugueses às novas terras pátrias dos grupos tribais afro-australianos em *Avós de Barra* e *Avós de Baía*, no arquipélago *Buccaneer*, elaborou-se por ordem alfabética a seguinte lista de trinta nomes de ilhas e de pontos geográficos, dados em Português (Port.), Crioulo (Creo), tradução para Inglês (Et.) e nomenclatura inglesa (Em):

(Port.) **Ambí(guo) (e)streito** → (Creo) Yambi
(Et.) Ambiguous Strait = Yampi Sound (vários acessos e saídas)

(Port.) **Baía** (ver Baía Colher e Ilhas de Baía)
(Et.) Bay (vd. Collier Bay Is. e Collier Bay)

- (Port.) **Baía segura** → (Creo) ?
 (Et.) Secure Bay = (Em) Secure Bay
- (Port.) **Baía Maior ideei** → (Creo) Baia Myridi
 (Et.) (The) Bay I thought (to be) larger (Em.) Myridi Bay
- (Port.) **Barra** (Ilhas da Barra) → (Creo) Bara
 (Et.) bar, Breakwater, Reef (Em.) Montgomery Is., Breakwater
- (Port.) **Bi lanca** → (Creo) Bila:nya ver Bilha unha (Port.)
 (Et.) Twin Launch (Em.) Cockatoo Is.
- (Port.) **Bilha Foliam** → (Creo) Bilya Wuliam
 (Et.) Twin island (where) they fool around = (Em.) The Sisters, 3 km. east of Koolan Is.
- (Port.) **Ilha Colham** → (Creo) Ilya Ko:lan
 (Et.) island where they should strike sails (Em.) Koolan Is.
- (Port.) **Ilha de Ciciar** → (Creo) Cissiarr ?
 (Et.) island of Whispering = (Em.) Cæsar Is. (18 km. NW das ilhas Koolan).
- (Port.) **Bilha unha** → (Creo) Bila:nya (ver Bi lanca)
 (Et.) Twin Is. holding fast = (Em.) Cockatoo Is.
- (Port.) **Ilha costeam** → (Creo) Ilya Kutjun
 (Et.) (The) island they can coast along by = (Em.) Rankin Is. até às ilhas da Baía a 400 m. da costa.
- (Port.) **Galés irá** → (Creo) Galij irra
 (Et.) (Island where) the slaves will go = (Em.) MacLeay Is.
- (Port.) **Ilha Meloa mais** → (Creo) Melomys
 (Et.) (Island where) mostly round melons (are) = (Em.) Melomys Is. para as ilhas da Baía > (Em.) Wood Is.
- (Port.) **Ilha Mel o Mais** → (Creo) Melomys
 (Et.) (Island) most (of which) is honey = (Em.) Melomys Is., Woods Is.
- (Port.) **Nu Monstro** → (Creo) Numuntju
 (Et.) Naked Monster - uma rocha no farol da ilha Cafarelli.
- É possível que o nome “Naked Monster” seja moderno e dado pelos **Yawuji Bara** antes de 1931. À falta de melhor comprovativo uma pedra de aspeto e formato peculiar poderá ter levado os portugueses a denominar de Ilha do Nu Monstro.
- (Port.) **Ilha do Pó Doido** → (Creo) Pudu:du
 (Et.) island of the Painful Dust = (Em.) Bathurst Is.
- (Port.) **Ilha Sítio Lancha** → (Creo) Tjitulanj
 (Et.) island site of a launch (Em.) Gibbings Is. no canal Goose.
- (Port.) **Ilha Travessa** → (Creo) l’Iya trrawetja ?
 (Et.) Contrary Winds Is. (Em.) Traverse Is. as ilhas da Baía.

(Port.) **Ilha Vão Ganir** → (Creo) Wanga'ni:
 (Et.) (Island) where you shall howl in vain = (Em.) Irvine Is. a mais próxima a este de Cockatoo Is.

(Port.) **Ilha Vinhei** (imperativo dialético obsoleto)
 (Port.) **Ilha Venhi!** (imperativo plural) → (Creo) ?
 (Et.) Come Back (to this island) (Em.) Viney Is. às ilhas de Baía.

(Port.) **Ilhas de Baía** → (Creo) l'lyaji Baia
 (Et.) Islands of (Collier) Bay (Em.) Collier Bay Is.

(Port.) **Ilhas de Barra** → (Creo) l'lyaji Bara
 (Et.) Islands of the Bar/Breakwater/Reef (Em.) Montgomery Is.

(Port.) **Ilhas de Carnagem** → (Creo) Gar'rrena:t
 (Et.) Islands of Bloodshed / Meat provisions = (Em.) Bedford Is.

(Port.) **O Canal** → (Creo) Canal ?
 (Et.) The Canal = (Em.) The Canal, lado sul da ilha Koolan.

(Port.) **Onda Maranhá** → (Creo) Unda Marra
 (Et.) Wave (flood) turbulence = (Em.) Foam Passage, NW da Baía de Collier.

(Port.) **Ponta Nariz** → (Creo) Punta Nares
 (Et.) Point Nose = (Em.) Nares Point, SW da ilha Koolan na Angra de Yampi.

(Port.) **Varar** → (Creo) Wa'rar tb utilizado em Wunambal
 (Et.) To run her aground (ship) = (Em.) a noroeste e norte de Kimberley

(Port.) **Vago** → (Creo) Wa:ko [N.B. Tindale 1974:146 mapa]
 (Et.) Empty, unoccupied = (Em.) um vasto espaço vazio a cerca de 6 km da Angra de Yampi no continente, assinalado por N. B. Tindale com um ponto.

Sugiro que ele não tenha compreendido a mensagem do seu informador de fala crioula **Yawuji Bara**, que apenas queria informá-lo que nada havia para buscar. A má interpretação de Tindale de Wa:ko como nome de lugar, marcado com um ponto no mapa, demonstra a existência de um povo com nome português utilizado pelos Yawuji na época contemporânea.

(Port.) **Vista Encare** → (Creo) Widzh inka'rri
 (Et.) I/He should keep the view (from here) under strict observation! (Eu/Ele deve manter-se em vigia (daqui)

Quererá isto dizer de Freshwater Cove, no continente, até sudoeste em High Cliff (Altas Escarpas) e para o mar, ou ao contrário de High Cliff Is. para noroeste em Freshwater Cove? De qualquer forma, o nome demonstra o papel desempenhado pelos **Yawuji** para os Portugueses. Sue O'Connor dá o nome crioulo de **Widgingarri**, mas o nome em português **Vista Encare** [pronunciado Vishtaencarre] é bem significativo. Ela localiza-o em Freshwater Cove, a 13 km. das ilhas High Cliff (Altas Escarpas).

5. NOTAS FINAIS

Seria desejável acrescentar aqui, outra lista com as regras da conversão fonética de Português Puro para Português Crioulo. A razão pela qual a mesma não é incluída baseia-se na vasta gama de palavras de diferentes regiões, que será necessário subdividir - mais tarde ou mais cedo - sob o nome de Crioulo Português. Pode acontecer que o Crioulo de origem afro-australiana aborígine difira entre o grupo **Jauí** através do vocabulário que eles tomaram de empréstimo. Seria extremamente difícil definir tais variações em função da origem tribal.

*Como exemplo, pode citar-se uma área localizada entre a cordilheira Óscar e o rio Fitzroy onde se falava **Punaba**. O nome desta área é mantido pelos aborígenes como **Mowanban**, que é assumido como um nome Punaba. Admitindo contudo que esta região foi sempre uma via de tráfego importante para todos os movimentos de aborígenes ou recém-chegados até às duas últimas décadas do século passado (século XIX), será importante lembrar o avanço dado pelos colonos portugueses de 1520 e depois de 1580 nesta área. **Mowanban** não era uma palavra **Punaba**, mas Português Puro **Movam ban**^e, uma ordem significando “se eles se moverem ou ficarem impacientes vejam-se livres deles.” É exatamente disto que os poucos contemporâneos Punaba se queixam, com exceção de um pequeno detalhe: desde metade do século passado até metade deste século (o último caso aconteceu em 1940, de acordo com E. Kolig 1987:17) “a polícia do homem branco e os seus “guias” mataram-nos.”*

Os portugueses que ali ficaram tinham-se visto livres deles [Punaba]. Este é um caso típico de uma palavra obtida por empréstimo de outra língua que pode trazer à mente – aparte o valor histórico – a necessidade de fazer uma mais detalhada busca linguística de Português na região dos Kimberley.

Limitaram-se aqui todas as explicações ao problema dos afro-australianos da tribo **Yawuji**, ou seja, os **Antepassados da Barra e da Baía** num período de 470 anos. Espero que para fazer o mesmo para o vale do rio Fitzroy e áreas adjacentes, em especial se se tiver o apoio de arqueólogos demore bastante mais, mas poderá inclusive proporcionar resultados mais positivos e quiçá menos trágicos.

Falta agora apenas quem possa fazê-lo e seguir as pisadas do professor von Brandenstein. O desafio aqui fica, a herança portuguesa dos **AVÓS DE BARRA e AVÓS DE BAÍA** assim o exige de todos nós para que a História seja re-escrita em toda a sua plenitude e os nossos vindouros saibam.

Desde há mais de dez anos que se tentam divulgar estas teorias que deveriam encher de orgulho e justificado interesse em aprofundar tais estudos, todos os que se interessam pela língua, cultura e história portuguesas mas apenas escutei o silêncio cúmplice dos que se sentem culpados do Tratado de Tordesilhas ter sido violado. Recordemos que até 1832 a Inglaterra não reconheceu como suas as possessões da Austrália Ocidental aguardando que Portugal as reclamasse. Quem sabe se hoje não teríamos metade deste enorme continente a falar Português? Decerto que muitos dos cerca de um milhão de aborígenes poderiam não ter sido exterminados como foram e a Austrália poderia ser mais multirracial do que é.

Este era o tema do tal documentário ficcionado que apresentei à televisão SBS e à ABC. Ambas as teses aqui delineadas hoje deviam constar dos programas curriculares portugueses como já constam de muitos dos programas australianos.

27) NELSON REIS NELSON_REIS@HOTMAIL.COM

- Mestre em Ciências do Desporto, área de especialização em Gestão Desportiva, pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, FADEUP, (2001). Tema da Dissertação: “Região Autónoma dos Açores - Caracterização da Situação Desportiva no Período da Autonomia - 1976/2000.

- Licenciado em Educação Física e Desporto pela FADEUP (1996). Tema de Monografia: “Caraterização da Oferta dos Centros de Condição Física no Arquipélago dos Açores”.

- Atualmente, encontra-se a finalizar a Tese de Dissertação de Doutoramento em Ciências do Desporto na FADEUP, tendo como tema “Contributo para uma Política de Desenvolvimento do Desporto, da Educação Física e do Desporto Escolar a partir do Património Lúdico Açoriano”.

- Docente do Quadro de Nomeação Definitiva do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, na Disciplina de Educação Física, desde 1997, na Região Autónoma dos Açores. Para além das funções docentes tem desempenhado diversos cargos pedagógicos, tais como: Delegado de Disciplina, Diretor de Instalações Desportivas, Coordenador de Departamento e Membro da Assembleia de Escola.

- Tem participado em diversos congressos/seminários regionais, nacionais e internacionais, centrando sua investigação nas áreas do Desporto e da Educação

PATRIMÓNIO LÚDICO AÇORIANO – O PAPEL DA ESCOLA NA SUA PRESERVAÇÃO

A globalização, na tentativa de encontrar uma forma de vida padronizada para todo o mundo, na forma de vestir, na alimentação e, até mesmo, no modo de pensar, criou uma autêntica instabilidade nas pessoas. Obviamente que muitos se preocuparam com o rumo que esta nova perspectiva de vida proporcionava, tendo consciência que as identidades nacionais estavam condenadas ao esquecimento. Todavia, surgiram movimentos que tentaram reconstruir tais identidades, numa clara resistência à globalização do homem, lutando para que a diversidade antropológica continue a ser uma realidade.

É desta forma que entendemos, atualmente, a cultura popular: uma resistência em nome do humanismo que algum radicalismo tecnocrático tudo fez para destruir. Porém, temos de ter consciência que muitas atividades do passado entendidas como património que nos identifica são, na sua maioria, evoluções de atividades desenvolvidas nos séculos anteriores e em contextos socioculturais bem diferentes dos atuais. Assim, a procura dessa diversidade pode ser conseguida através de variadas formas. Na nossa opinião, a Escola cumpre um papel fulcral para a construção e preservação da nossa identidade.

É neste sentido que compreendemos o documento emanado pela UNESCO, intitulado “Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional ou Popular”. No referido documento foram sugeridas, aos países membros, linhas orientadoras para a preservação, difusão e proteção da cultura, prevendo, inclusive, uma cooperação entre os estados membros.

Este documento problematiza com rigor a cultura popular, e o facto de ter sido distribuído pelas Escolas portuguesas demonstra quão importante poderá ser o papel da instituição Escola para o resgate da cultura tradicional. Hoje, mais do que nunca, os estudos relacionados com as tradições, com os jogos tradicionais/populares e com tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, para nós um imperativo ético. Neste contexto, o presente estudo verificou como tem sido tratado o património lúdico açoriano em todas as escolas do 1º ciclo da região.

1. INTRODUÇÃO

No contexto da cultura portuguesa, de acordo com Costa (1989: XVII), a Região Autónoma dos Açores constitui um sistema singular, aberto e dinâmico de nove ilhas culturalmente diferentes, localizadas na encruzilhada da Civilização Ocidental, onde o velho Mundo se encontra com o novo, no meio do Oceano Atlântico, a cerca de 990 milhas da costa da Península Ibérica e 2500 milhas da costa Este da América do Norte.

O vulcanismo continua a ser o seu principal estigma. Com as sucessivas erupções que as castigaram ao longo dos séculos, as ilhas têm-se formado constantemente, bem como as pessoas que nelas vivem. Os cones dos vulcões, agora ocupados por uma variedade de vegetação e lagos de rara beleza, os campos de sulfato e as caldeiras de água quente, ainda visíveis em muitas ilhas, as formações de lava que abundam e o basalto que dá a cor preta às praias são aspetos que evidenciam a origem vulcânica das ilhas.

O estatuto variável de cada ilha é determinado por um conjunto de fatores, entre eles, a dimensão territorial, os recursos de que dispõe, a distância geográfica das restantes e a função político-económica, militar e religiosa que desempenha.

A sociocultura açoriana possui, no entender de Costa (1989: XVIII), um caráter marcadamente mediterrâneo atlântico que resultou da recriação, pelos seus habitantes, de um fundo cultural luso mediterrâneo num ambiente insular atlântico.

A situação geográfica do Arquipélago e a distância a que se encontra dos continentes possibilitou-lhe um papel importante, contudo, vulnerável na comunicação. O seu complexo isolamento, se por um lado, explica parcialmente a estabilidade e a permanência de antigas características biológicas e dos padrões de cultura, por outro lado, favorece a rápida difusão de mutações genéticas e de inovações culturais.

Outro fator a considerar é a exiguidade territorial das ilhas que impede a multiplicidade dos nichos ecológicos, limita os efetivos populacionais, como também os recursos alimentares. Todavia, tais desequilíbrios provocados pelas calamidades naturais, crises agrícolas, comerciais ou por deficiência da política económica, deram origem às vagas de emigração para algumas áreas do Brasil, dos Estados Unidos da América e do Canadá.

No seu processo de povoamento, a região utilizou, segundo Martins (1989:65-67), elementos provenientes, sobretudo, do continente português e, por isso, existe entre a cultura açoriana e as culturas continentais um elevado grau de interligação, não havendo dúvidas em considerar os Açores como uma área da cultura Portuguesa.

Em cada uma das ilhas, as festas de âmbito religioso das populações insulares açorianas, mormente as romarias quaresmais - práticas religiosas na Páscoa com a procissão do "*Senhor dos Enfermos*"; as festas do Divino Espírito Santo que perpassam todas as ilhas e que lhes cunham determinadas particularidades; as festas dos Santos populares com especial atenção às "*Cavalhadas*", na Ribeira Grande, ilha de São Miguel; festas paroquiais; e, finalmente, as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres "*assumem um forte valor emblemático*" (Costa, 1989:XVIII-XX).

Neste teor, os diversos espaços de identidade definem-se uns relativamente aos outros, num jogo complexo de identidade, diferenciação e autoafirmação, onde as diferenças e as representações recíprocas competem e se ritualizam.

Relativamente a outras manifestações, podemos salientar a festa do "*Entrudo*", caracterizada pelo desfile de pessoas com máscaras pelas ruas das freguesias, tradição esta já em desaparecimento em virtude do surgimento de bailes de fantasia em recintos fechados; os Bailes de Espada e Comédias características da ilha Terceira e que se enraízam no teatro satírico de Gil Vicente; a "*Batalha das Limas*", tradição mais recente, na ilha de São Miguel; a "*Festa das Estrelas*", recentemente recuperada na Ribeira Grande, São Miguel; as "*Touradas*" praticamente existentes só na ilha Terceira, entre outras. Gradualmente, o arquipélago tem fomentado a prática dos designados "*Festivais de verão*", tendo alguma expressão em, praticamente, todas as ilhas. São épocas onde se nota uma maior mobilidade no arquipélago, quer dos naturais quer dos emigrantes não naturais.

Na história do homem, o jogo, mais ou menos organizado, de competição ou recreação, sempre esteve ligado à festa. Estes nasceram, naturalmente, em ocasiões festivas, constituindo-se como autênticos ritos religiosos. Lévi-Strauss (2000:29-32) salienta que não se conhecem povos sem os seus jogos. Segundo o mesmo autor (2000:33), é através do jogo que podemos chegar mais facilmente ao conhecimento do povo que o pratica. Para Caillou (1990:45), o jogo praticado por um povo pode definir alguns traços morais ou intelectuais, a imagem da cultura de uma época ou mesmo de uma civilização, sendo possível identificar e distinguir os diversos povos através de um simples jogo.

Costa (1993:41-43) afirma que pela sua origem, pela sua história e pelo seu funcionamento, o desporto é um fenómeno humano estruturalmente ligado ao fenómeno cultural, logo, exaltando o triplo princípio da eficácia, do rendimento e do progresso. Deste modo, o desporto é um código cultural específico para a interpretação e realização dos sentidos das ações motoras dos homens, é parte significativa de um consumo humanizante da tarefa de vive, é parte integrante do processo de cultura cidadina, é o local do encontro, da exercitação, da

convivência, da sociabilidade e do bem-estar dos homens, consigo mesmo e com os outros, ou seja, com a natureza pessoal e com a natureza social.

Na sociedade industrial, o desporto foi um instrumento de compensação do tempo de trabalho, um retemperador das forças físicas e psicológicas consumidas nos trabalhos dos escritórios e nas linhas de montagem, um equilibrador das tensões e excitações que o trabalho provocava.

Neste sentido, e de acordo com Elias e Dunning (1992:101), uma sociedade que não ofereça aos seus membros oportunidades suficientes para desenvolver e libertar todo o tipo de energia e tensões poderá dar azo a efeitos nefastos na vida dos mesmos. Porém, vivemos num tempo onde a sociedade se complexificou. A mudança acelerada é, indiscutivelmente, um dos traços de contemporaneidade. Desta forma, as sociedades estão a sofrer um processo complexo de redefinição das suas identidades, de re conceptualização de práticas e de valores.

Atualmente, o mundo deixou de se constituir numa ideia abstrata, longínqua e imprecisa para se tornar em algo que faz parte do nosso dia-a-dia. Os problemas sociais mais distantes são conhecidos como se do nosso quintal se tratassem. Muitas vezes, sabemos mais rapidamente aquilo que se passa no outro lado do planeta, do que do outro lado da nossa própria rua.

Tal transformação, segundo Giddens (1999:34-38), ao contrário daquilo que inúmeras vezes é admitido, não diz respeito somente a um fenómeno económico; é a transformação do espaço em tempo. Não só se confina à criação em larga escala de sistemas, mas também à transformação local e mesmo pessoal, a contextos da experiência social.

O escudo, verdadeira identidade nacional, deixou de ser a nossa moeda para dar lugar a uma outra que corre por todo o espaço europeu. As fronteiras físicas entre os países ibéricos desapareceram completamente, tornando unos estes dois estados que durante séculos lutaram pela afirmação de um marco, de uma linha imaginária, de um pedaço de terreno. Este desaparecimento provocou a desertificação de algumas povoações que nasceram e floresceram à luz de uma conceção secular de fronteira, refletindo-se, inclusive, no pequeno comércio transfronteiriço, chegando mesmo a provocar focos de desemprego naquelas profissões associadas a esta conceção de unidade territorial.

De acordo com Vaz e Garcia (s/d:5), o povo, intimamente, exclama bem alto que aceita a unidade, mas acima de tudo com o devido respeito pela diversidade cultural, ou seja, com respeito pela diversidade antropológica. Assim, é neste ambiente sem moeda, sem fronteiras, quase sem poder para decidir, que as culturas populares emergiram um pouco por toda a Europa, no sentido de preservar, ou mesmo de fazer renascer, as identidades ou idiosincrasias de um povo, sendo que muitas dessas expressões culturais há muito estavam votadas ao esquecimento. Mais do que nunca, o estudo dos mitos, das lendas, das tradições, dos jogos tradicionais/populares, das danças, das músicas e de tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, mesmo um imperativo ético.

Neste contexto, a possibilidade de contribuir para uma política de desenvolvimento do desporto, da educação física e do desporto escolar, baseado no conhecimento mais profundo do povo açoriano e da cultura açoriana, através das suas festas religiosas, do seu folclore, dos seus jogos tradicionais/populares, das suas manifestações desportivas, bem como de comparar os diferentes processos utilizados no desenvolvimento desportivo regional, em cada uma das ilhas que compõem o arquipélago, justificam, por si só, o presente estudo.

2. A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO LÚDICO NA ESCOLA

O processo da globalização aparece na nossa sociedade como um elemento perturbador de uma ordem ancestral. À conceção de sociedade marcada pela estabilidade, onde uma geração reproduzia praticamente tudo aquilo que era o património da anterior, segue-se uma outra sociedade onde a “mudança rápida” aparece como o elemento regulador, chegando mesmo ao extremo de se afirmar que nesta sociedade só não se muda a ideia de mudar.

Contudo, as mudanças resultantes desta nova sociedade provocaram uma grande erosão nos hábitos e costumes tradicionais, sem que nenhuma franja apreciável de população consiga resistir por muito tempo ao impacto desta autêntica nova cultura. É certo que algumas regiões rurais, mais afastadas dos grandes centros urbanos, tentaram, de alguma forma, oferecer uma certa resistência, porém, foram submetidas à lógica hegemónica da modernidade. Com este cenário, criou-se a ilusão de que a mudança é sinónimo de progresso, pelo que qualquer sinal do passado, qualquer atividade mais ou menos conotada com a nossa ancestralidade, era para ser substituída por alguma prática tida como moderna e urbana e, por isso mesmo, considerada evoluída.

Todavia, temos que ter a consciência que o mundo evolui e que uma das principais caracterizações humanas é a sua capacidade de adaptação. Lutar cegamente contra a globalização é um verdadeiro suicídio. Tentar impor ao homem de hoje um modo de vida estranho àquilo que é um dado inquestionável, é uma batalha perdida.

Centrado o problema no âmbito da escola e da educação, José Augusto Seabra em 1991, baseando-se em Leonardo Coimbra, lembra que *«a educação tem que estar mais voltada para o futuro que para o passado ou mesmo para o presente, já que ela é geradora de uma outra cultura, partindo sempre do nosso momento histórico, da herança que nos foi legada, como um património não apenas a conservar, mas a investir e a enriquecer»*.

Hoje, sabemos que o papel das famílias e da escola no campo da socialização e educação dos mais novos, se debate com a concorrência positiva de outras instituições que desempenham este papel. Por vezes, até de uma forma mais atrativa e interessante para as crianças e para os jovens.

Surgiram espaços estruturados, normalmente, ligados a instituições públicas, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e a outras instituições de carácter social, como os Centros Sociais e Paroquiais ou Instituições de Solidariedade Social.

Para além destas, não podemos esquecer que a socialização também é feita nos bairros e nas ruas. Benavente *et al.* (1991:151) salienta que a rua pode ser entendida como um espaço de jogo e brincadeira, porque possui características de riqueza renovável propiciadoras da atividade lúdica dos mais jovens. Possui um quadro social em constante movimento e constitui, para o grupo etário mais novo, uma sucessão de acontecimentos singulares. É uma fonte inesgotável de experiências e descobertas. Mais do que isso, a rua, o espaço público de uma comunidade, é um contexto social onde encontramos múltiplas dimensões constitutivas da vida de uma sociedade.

Bento (1998:131) refere que passado o tempo da crença na escola nicho ou espaço pedagógico protegido, hoje, é aceite a ideia de que a educação também se faz para além dos seus muros, pois é aí a realidade da vida. Quando a criança está na rua, brincando ou não, ela encontra-se inserida numa rede de relações sociais muito diversificadas, no seio do qual age e se relaciona, vivendo momentos interligados e sobrepostos de jogo, aprendizagem e socialização.

Bóia (2003:163) refere que existem, no meio envolvente da escola, potencialidades no campo da formação, que não podem ser descuradas. Neste contexto, temos que reconhecer que a rua é mais um importante espaço educativo onde a criança está sujeita a uma grande diversidade de sensações, relações, experiências sociais que serão decisivas para sua formação. Todavia, não devemos esquecer que, atualmente, as crianças passam mais horas do dia em frente às televisões, aos computadores e jogos eletrónicos e pouco, ou quase nada, brincam na rua.

Segundo Morin (1999:61), a cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, saber-fazer, regras, normas, interdições, estratégias, crenças, ideias, valores e mitos. São transmitidos de geração para geração. Controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Deste modo, o desenvolvimento cultural por parte das pessoas torna-se muito importante, tendo em vista acompanhar a rápida evolução da sociedade com que nos deparamos nos dias de hoje.

Sobre este assunto, Bóia (2003:142) refere que a conquista da liberdade dependerá do capital cultural e escolar que o indivíduo se consiga apropriar, na convicção de que a libertação interior conseguida através da apropriação da cultura, implicando, igualmente, a libertação material.

De acordo com Fernandes (1997:86), a cultura deve ser compreendida como um campo de possibilidades de entender o mundo de um modo mais rico e, naturalmente, como um património de que somos herdeiros, facilitando o acesso à pluralidade de vias e de perspetivas que tornam o nosso mundo individual mais amplo e variado.

Para Gadotti (2000:39), uma escola que educa na cidadania deverá ter como orientações a integração entre educação e cultura, entre a escola e a comunidade, entre a educação multicultural e a comunitária, a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentar da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores.

Assim, tal escola, que educa na cidadania, preconiza um projeto que une a teoria e a prática. Ele, o projeto, constrói-se e reconstrói-se para dar resposta à diversidade, respeitando todos os intervenientes no processo educativo.

É devido a esta forma de entender a cultura que surge a necessidade de existir uma escola, com um cariz cultural, a Escola Cultural, que concilia por um lado a cultura tradicional veiculada pelo currículo oficial e, por outro lado, a cultura vivida por prazer e recreação em clubes de diversa natureza. Durante muito tempo considerou-se que a atividade lúdica da criança apenas a ajudaria a resolver conflitos internos, sendo vista, por isso, como apenas numa perspetiva psicanalítica.

Porém, foi com o aparecimento das teorias cognitivas aplicadas como a de Piaget, em 1947, e a de Vygotsky, em 1976, que se iniciou a valorização das atividades lúdicas, pois, concluiu-se que tais poderiam contribuir para o desenvolvimento de competências. Contudo, foi nos finais dos anos sessenta que a atividade lúdica passou a ter um lugar de destaque nas áreas do desenvolvimento infantil e da psicologia educacional, no que diz respeito ao domínio cognitivo.

Tendo em conta a nossa experiência empírica, existem vantagens em integrar a atividade lúdica nos currículos, mesmo nos mais tradicionais, porque levam à aplicação de metodologias que alteram, não só os materiais e os programas, mas também a relação entre o professor/aluno.

A propósito do papel do ato lúdico, este representa um primeiro nível de construção do conhecimento, ou seja, o nível do pensamento intuitivo, ainda nebuloso, mas que já aponta para uma direção. O prazer e a motivação iniciam o processo de construção do conhecimento que deve prosseguir com a sua sistematização, sem a qual não se podem adquirir conceitos significativos. Com este entendimento sobre o ato lúdico foi perceptível a importância que ele tem na construção do conhecimento por parte da criança. O brincar tem um papel muito importante no processo de desenvolvimento da linguagem. Salienta, ainda, que para ser capaz de falar e de se expressar sobre o mundo, a criança precisa saber brincar com o mundo, com a mesma desenvoltura que caracteriza a ação lúdica, desenvolvendo, deste modo, o poder combinatório, não da aprendizagem da língua ou da forma de raciocinar, mas as oportunidades que têm de brincar com a linguagem e o pensamento.

Se observarmos os pré-requisitos solicitados para que as crianças possam frequentar as escolas do primeiro ciclo, acabaremos por reconhecer a importância do brincar, do lúdico. Os benefícios em termos de desenvolvimento de capacidades são enormes. Passam pela capacidade de resolver problemas, desenvolvimento da linguagem e relacionamento com os outros.

Para Martins (1994:119), a ação pedagógica não termina na relação direta enquadrada pela aula/classe, mas encontra na escola um sistema de relações, de recursos e interações com o meio social mais próximo, o qual, necessariamente, constitui, por si mesmo só, um dos vários aspetos de experiência socioeducativa.

Também sobre a necessidade da diversificação no ensino, Canário (1994:66) considera que a diversidade de práticas constitui uma condição necessária para que a escola possa dar resposta de forma positiva a públicos escolares, social e culturalmente diferenciados. Promover a diversidade significa aceitar a formação como um processo de pesquisa, em que o erro desempenha um papel importante no processo coletivo de aprendizagem.

É no dia-a-dia que a criança e o jovem se desenvolvem integralmente. As suas rotinas de vida promovem o desenvolvimento do ponto de vista emocional, social, motor, intelectual e afetivo. É no qualificar deste dia-a-dia que as políticas para a infância devem assentar e não em episódios esporádicos como os grandes acontecimentos pontuais, sociais e políticos ou as festas comemorativas, puramente, ocasionais.

Vivemos num país demasiado burocrático, que ainda exerce um controlo muito forte sobre o que se faz no ensino. Além disso, a nossa cultura, que exerce uma grande influência nas nossas práticas, não incentiva o espírito crítico, como forma de ser e de estar na vida.

Nos dias de hoje, precisamos, de acordo com Soares e Tomás (2004:145), que as crianças passem a ser consideradas cidadãs ativas e por isso tenham o direito de fazer escolhas, de tomar decisões relativas à organização dos seus quotidianos e de influenciar e/ou partilhar a tomada de decisões dos adultos, sempre que estas de alguma forma lhes digam respeito.

Jurema (2001:15-17) refere no seu estudo sobre os Tucanos, povo indígena que habita a reserva do alto rio Negro, Amazônia, que o brincar significa viver o mundo dos seus antepassados. Cada brincadeira exalta um herói, um mito, um feito ou um simples acontecimento do quotidiano. Demonstra-nos que o lúdico, isto é, o simples divertimento de uma criança ou de um adulto, está em perfeita harmonia com o mítico. Neste contexto, o jogo é vida, porque está ligado à disputa pela sobrevivência e na manutenção viva das tradições. O jogo é uma maneira de sobreviver a todas as dificuldades que existem na selva.

De acordo com Huizinga (1990:17-18), o jogo nada mais é do que a necessidade natural de ser capaz de algo. Assim, as atividades físicas, as brincadeiras, os jogos e a aprendizagem dos conteúdos servem de preparação para as idades vindouras. Tudo pode ser transmitido para as crianças e para os jovens durante a prática da atividade física e as brincadeiras e os jogos são os principais veículos.

Nas sociedades mais desenvolvidas, a criança e o jovem tendem a perder sua originalidade lúdica. O objetivo das brincadeiras é o de reviver a vida onde a competição reflete grandes exemplos de socialização. Neste contexto, se um biólogo lamenta tanto o desaparecimento de um qualquer ser vivo, mesmo que sobrevivam outros seres, por que haveríamos de aceitar o desaparecimento da diversidade cultural? Pois, o homem sempre desenvolveu atividades lúdicas e expressou-se através das mesmas a sua cultura, os seus valores, as suas lendas, as suas danças, os seus usos e costumes, os seus jogos, enfim, a sua forma de vida.

Sentimos, diariamente, a pressão que a globalização exerce sobre nós nas mais variadas atividades, mas de uma coisa não poderemos esquecer: o movimento lúdico é a linguagem universal para as crianças e para os jovens.

Atualmente, existe uma transformação do jogo para fora da experiência corporal e criativa. Hoje, também, se joga, se corre e se luta, mas através do computador. E isto tudo com uma agravante; possuímos um botão para ligar e desligar o computador e assim não nos confrontamos com a derrota ou com a dor. A importância e valorização do jogo acontecem por uma mudança deveras importante no panorama lúdico. Segundo Garcia (1998:23), as brincadeiras de infância eram as corridas, os jogos, as lutas e a construção de artefactos para executar essas mesmas atividades, pois, o corpo estava sempre presente.

3. TAREFA DESCRITIVA

A busca da identidade de um povo constitui, atualmente, “*uma quase obsessão*” (Sousa Santos, 1996:168:169). Neste contexto, torna-se fulcral encontrar, na tradição, traços identificadores e aspirações para o futuro. Assim, na busca dessa identidade cultural não poderemos esquecer alguns aspetos importantes, tais como: os costumes populares, a observação e a interpretação sociológicas, a contextualização histórica e análise simbólica de todo o património cultural e, principalmente para o nosso estudo, a sua vertente lúdica.

Dentro das várias opções de observação possíveis, utilizámos, no estudo ora apresentado, a observação direta, pois a mesma permite-nos fundamentar os conceitos que abrangem a totalidade da compreensão de um facto e da própria região. De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998:164), o método de observação direta apresenta-se como um método eficaz para captar os comportamentos no momento em que eles se realizam. Deste modo, foi nosso objetivo assegurar a qualidade e a confiabilidade do nosso estudo. Desta forma, realizámos um levantamento e análise de todo, ou quase todo, património lúdico açoriano, tendo como base os critérios metodológicos apresentados nos estudos de Casal (1996) e de Garcia (1993).

Contudo, não podemos esquecer que, em estudos desta natureza, a infiltração na vida quotidiana de uma população, o contacto com costumes ou a divulgação das suas experiências exigem uma abertura por parte da comunidade observada e que esta aceite culturalmente o observador, cuja diferença é denunciada pelo seu próprio estilo cultural.

No que se refere ao modelo de observação, foi fulcral a fundamentação metodológica que encontramos em Gonçalves (1992) Hérbert (1994) e Lima (1995), para uma observação direta da sociedade açoriana. Para tal, construímos de uma ficha de observação, na qual foi utilizado como princípio o plano de estudos de uma sociedade, conforme nos apresenta Mauss (1993).

Assim, o presente trabalho teve como universo da amostra a Região Autónoma dos Açores e os seus estabelecimentos de ensino. O referido estudo teve como espaço temporal o ano letivo de 2004/2005, no qual ainda existiam para além das Escolas Básicas Integradas, três Áreas Escolares (AE); AE de Ponta Delgada (São Miguel), AE de São Carlos (Terceira) e AE da Horta (Faial). Neste contexto, para a consecução do nosso trabalho, no campo prático da pesquisa, seguimos as seguintes fases:

- Contactámos, numa primeira abordagem, via ofício, todos os Conselhos Executivos dos estabelecimentos de ensino da região, seguido de um segundo contacto, via telefone, ambos com o objetivo de incentivar e de motivar as escolas para participarem no estudo. Torna-se pertinente referir que a região optou como agrupamento de estabelecimentos na forma de Escolas Básicas Integradas. Foram, também, realizados contactos direto com a realidade açoriana, em todas as ilhas do arquipélago, sendo esta fase a que dispensámos uma maior parte de tempo do nosso estudo, uma vez que não tínhamos a definição do que iríamos encontrar no decorrer da nossa recolha;
- Após recebida a devida autorização dos respetivos Conselhos Executivos, efetuámos um levantamento nas instalações de todas as escolas que possuíam a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico, com o objetivo de caracterizar todo o espaço envolvente, o(s) edifício(s) e as instalações dedicada à disciplina de Educação Física. Para este fim, foi elaborada uma ficha de observação, como também, foi fotografado todos os espaços destinados à prática da atividade física. Foi, igualmente, solicitado uma cópia do Projeto Educativo de Escola aos respetivos Conselhos Executivos;
- Aplicámos, in loco, um inquérito, de fácil preenchimento, aos docentes de dois níveis de ensino, sendo esta participação de carácter voluntário. Realizámos, quando foi possível, uma observação das atividades efetuadas pelos discentes nos intervalos letivos;
- Recolhemos toda a bibliográfica disponível da Região Autónoma dos Açores, bem como, contactamos com Bibliotecas das próprias ilhas, Instituições Culturais e Recreativas, Câmaras Municipais, Igrejas entre outros.

No nosso estudo participaram 28 agrupamentos de escolas, 905 docentes, caracterizámos 188 escolas com Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e tivemos acesso a 14 Projetos Educativos de Escola.

4. TAREFA INTERPRETATIVA

Na sequência do trabalho, após realizado todo o levantamento do Património Lúdico Açoriano existente e necessário para o estudo, e de posse dos dados recolhidos, efetuámos as respetivas análises. Utilizámos, para este fim, o modelo mais adequado, procurando extrair o verdadeiro significado do que foi observado no decorrer da nossa pesquisa etnográfica. Deste modo, no que se refere à Região Autónoma dos Açores, baseámos as nossas observações, seguindo os métodos propostos por Mauss (1993), Moreira (1994) e Lima (1995).

Assim, no que diz respeito à participação dos agrupamentos, dos 29 (vinte e nove) agrupamentos de escolas existentes na Região Autónoma dos Açores, no ano letivo 2004/2005, participaram no estudo 28 agrupamentos (vinte e oito), ou seja, 97% de participação.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico em funcionamento, ano letivo referido anteriormente, realizámos o levantamento em 188 escolas das 207 existentes, o que representa 91%. Todavia, conhecemos a realidade nos 19 (dezanove) agrupamentos de escolas existentes. Em relação ao Projeto Educativo de Escola, apenas foi possível consultar cerca de 50%. Pese embora o nosso interesse fosse apenas saber se havia alguma preocupação com o Resgate, não só Lúdico, mas do Património Açoriano.

No tocante aos docentes, participaram no presente trabalho cerca de 905 docentes, 70% de inquéritos respondidos no universo de 1286 docentes. Esta participação só foi possível devido ao contacto direto com os docentes no seu local de lecionação, ao apoio dado por parte dos Conselhos Executivos e dos(as) Coordenador(as) de núcleo e principalmente devido às várias estratégias utilizadas para que um maior número de docentes pudessem participar e assim contribuíssem de forma inequívoca.

Segundo o pensamento de Vaz e Garcia (s/d:68) "desportivizar" uma atividade é o garante da sua perpetuação e a garantia que a escola, através da disciplina de Educação Física, não vai, nem deve deixar a tradição desaparecer. Atualmente, vemos o panorama lúdico da Europa, especialmente das crianças dos países do sul, de uma maneira pessimista. A atividade lúdica sempre esteve ligada ao jogo, constituindo-se como uma experiência corporal criativa. Em todas as brincadeiras, o corpo ocupava um lugar importante. A aventura e o risco também tinham o seu lugar. Hoje em dia, tal já não acontece. O jogo infantil saiu da esfera da experiência corporal, não sendo mais do que uma experiência informática. Nós brincamos cada vez mais com o computador e menos com o corpo (Vaz e Garcia, s/d:69).

5. CONCLUSÃO

A elaboração do presente trabalho, dada a forma como foi realizado, proporcionou-nos um conjunto muito vasto de informações, desde o conhecimento *in loco* dos diversos estabelecimentos de ensino existentes em cada ilha da região, passando pelo contacto com aqueles(as) que lideram todo, ou quase todo, o processo de desenvolvimento educativo regional, tornando-se, assim, num importante Contributo para a Preservação e Resgate do Património Lúdico Açoriano.

DO ESTUDO LEVADO A CABO, NO TOCANTE AOS OBJETIVOS PRETENDIDOS, CHEGAMOS ÀS SEGUINTE CONCLUSÕES:

Segundo as respostas obtidas nos inquéritos aplicados aos docentes da Educação Pré-Escola e do 1º Ciclo do Ensino Básico, 96% dos inquiridos afirmam que a Escola deveria encontrar soluções para o resgate do Património Lúdico Açoriano;

Das várias formas apresentadas, é de salientar as seguintes: levantamento exaustivo através de pesquisas executadas pelos discentes, sobre a orientação dos docentes do nosso passado; intercâmbio com a comunidade local; realização de exposições com o objetivo marcante da cultura da terra e intercâmbios desportivos com jogos tradicionais;

Em relação aos Projetos Educativos, foram consultados 50%; destes não encontramos nenhuma preocupação no Resgate do Património Lúdico Açoriano.

No nosso entender, a Escola deveria aproveitar o património cultural, em toda a sua extensão, no seu projeto educativo. Desta forma, a verdadeira ligação da Escola ao meio não seria compreendida apenas em alguns aspetos mais eruditos da cultura, ao património físico da cidade, mas também às danças e jogos tradicionais/populares. Cabe a ela a função, enquanto instituição, de revitalizar o jogo.

O estudo dos jogos tradicionais mostra uma natureza individual ou jogado em pequenos grupos, em virtude da característica dispersão das populações que lhe deram origem. Realmente, é de prever que povos que vivem em pequenos núcleos produzam jogos de tipo individual. Pensamos que é cada cultura que produz os seus jogos, pelo que mais importante que estudar os jogos é estudar a cultura que os produz.

Vivemos num tempo em que a sociedade se complexificou. Tempos difíceis. Tempos de mudança. Tempo em que o velho já deixou de dar resposta às sociais necessidades, mas, também, tempo em que o novo ainda não conseguiu um espaço de afirmação no quadro da dinâmica das ideias e na estrutura da organização social.

Numa cultura de risco como a nossa, e num momento onde a própria UNESCO apela à conservação do património cultural, cabe à escola revelar todas as suas potencialidades para se transformar num verdadeiro instrumento transformador. Essa transformação é uma necessidade, porque a linguagem desportiva é a linguagem do nosso tempo. Temos a convicção que a melhor forma de conservar uma atividade lúdica tradicional é impregná-la, também, de valores do desporto moderno.

BIBLIOGRAFIA

- Benavente, A. *et al.* (1991): *Do Outro Lado da Escola* - Lisboa - Editorial Teorema.
- Bento, J. (1998): *Desporto e Humanismo - O Campo do Possível* - Rio de Janeiro - Editora UREJ.
- Bento, J. (1995): *O Outro Lado do Desporto* - Porto - Campo das Letras.
- Bóia, J. (2003): *Educação e Sociedade - Neoliberalismo e os desafios do futuro* - Lisboa - Edições Sílabo.
- Caillois, R. (1990): *Os Jogos e os Homens - A máscara e a vertigem* - Lisboa - Edições Cotovia.
- Canário, R. (1994): *“ECO: Um Processo Estratégico de Mudança”*. in: *Uma Escola em Mudança com a Comunidade* - Lisboa - Instituto de Inovação Educacional.
- Costa, A. (1993): *“Cultura Desportiva e Cultura Industrial”*. in: *A Ciência do Desporto a Cultura e o Homem* - Porto - Universidade do Porto/Câmara Municipal do Porto.
- Costa, F. C. (1989): *Enologia dos Açores* - vol. 1 - Açores - Câmara Municipal da Lagoa.
- Elias, N., Dunning, E. (1992): *Em Busca da Excitação* - Viseu - Difusão Editorial Lda.
- Fernandes, J. (1997): *“Cultura de Escola. Cultura de Rua. Que ideia de Cultura?”*. in: *Formar Professores para a Escola Cultural no Horizonte dos anos 2000* - Porto - Porto Editora.
- Gadotti, M. (2000): *Perspetivas Atuais da Educação* - Brasil - Artmed Editora.
- Garcia, R. (1998): *Da Desportivização à Somatização da Sociedade* - Lição de Síntese apresentada com vista à obtenção do título de Agregado - Porto - FCDEF/UP.
- Garcia, R. (s/d): *Desporto: Uma Perspetiva Cultural* - Porto - FCDEF/UP - (Documento ainda não publicado).

- Giddens, A. (1999): *Para Uma Terceira Via* - Lisboa - Editorial Presença.
- Huizinga, J. (1990): *Homo Ludens* - 2ª edição - Brasil - Edições Perspetiva.
- Jurema, J. (2001): *O Universo Mítico-Ritual do Povo Tucano* - Brasil - Editora Valer.
- Lévi-Strauss, C. (2000a): *Mito e Significado* - Lisboa - Perspetivas do Homem/Edições 70.
- Martins, M. (1994): “*Espaços Educativos e Percursos de Formação*”. in: *Uma Escola em Mudança com a Comunidade* - Lisboa - Instituto de Inovação Educacional.
- Martins, R. S. (1989): “*Os Processos Criativos e as Origens do Povoamento*”. in: *Oceanos* - Lisboa.
- Morin, E. (1999): *Os sete saberes para a Educação do Futuro* - Lisboa - Instituto Piaget.
- Patrício, M. (1997): *A Escola Cultural e os Valores* - Porto - Texto Editora.
- Sousa Santos, B. (1996): *Plena Mão de Alice* - Porto - 5ª edição - Edições Afrontamento.
- Soares, N e Tomás, C. (2004): “*Da Emergência da Participação à Necessidade de Consolidação da Cidadania da Infância... Os Intrincados Trilhos da Ação, da Participação e do Protagonismo Social e Político das Crianças*”. in: *Crianças e Miúdos - Perspetivas sociopedagógicas da infância e educação* - Porto - Edições Asa.
-

VI COLÓQUIO LUSOFONIA BRAGANÇA, 2-4 DE OUTUBRO DE 2006

28) ADELAIDE CHICHORRO FERREIRA (PROFESSORA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E MEMBRO DO CENTRO INTERUNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS GERMANÍSTICOS)

Nascida em 1960, Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira é, desde 2003 Professora na Faculdade de Letras de Coimbra (Grupo de Estudos Germanísticos), tendo feito um doutoramento em Linguística Contrastiva, numa área de interface entre Linguagem e Ecologia. Foi leitora de português na Alemanha, e em Portugal tem lecionado Linguística, Tradução, Didática do Alemão ou Linguagem e Ambiente. Pertence a várias associações ligadas à Germanística, à Linguística e à Ecologia. É mãe de 4 filhos e, por vezes, escreve pequenos textos em jornais ou noutros meios de comunicação. É membro do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos (CIEG <http://www.uc.pt/cieg/>). Mais recentemente vem-se dedicando, também nas suas aulas, à relação entre Linguagem e Ambiente.

Versão escrita das comunicações apresentadas em Bragança, a 2 de outubro de 2006, no Colóquio da Lusofonia, e no encontro «O CIEG abre as suas portas», que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a 24 de novembro de 2006²³².

O SCHRIFTSTELLA (SIC!) ZÉ DO ROCK, OU DE COMO A DIVERSIDADE NA LÍNGUA ALEMÃ É ÚTIL PARA A LUSOFONIA, E VICE-VERSA

1. ALEMÃO: LÍNGUA AMEAÇADA?

Tendo começado tarde a aprender o idioma alemão (apenas no ora chamado 10º ano), dele me aproximei de um modo que poderá parecer invulgar, uma vez que tal afinidade não é simplesmente de índole profissional. Há muito que me liga afetivamente a esta língua, empatia essa que, de alguma forma, me aproxima também daqueles que denodadamente cuidam da Lusofonia (e da ortografia) na Galiza. Porém, no contexto da proteção das línguas em risco, eu incluo também, em Portugal, a defesa do alemão como língua estrangeira (na linha da temática a que o semanário *Spiegel* dava honras de capa, por coincidência no mesmo dia em que me desloquei a Bragança, a fim de proferir a presente comunicação²³³). Os poucos da minha geração que, em Portugal, investiram mais de 20 anos a estudar alemão (e algo de semelhante é válido para quem se aventurou com outras linguagens exigentes, como a da matemática ou da música clássica) não deixam de ser, em época de crise económica e social, detentores de saberes a não desbaratar, equivalendo um deles àquilo a que chamei, num colóquio na Alemanha (onde algumas das ideias que aqui defendo foram apresentadas²³⁴), a capacidade de «ver mais longe do que a borda do prato». Por muitos anos de vida que alguns de nós tenhamos dedicado a esta língua, o facto é que, sendo ela substancialmente «diferente» das línguas românicas, tal facto simultaneamente torna mais interessante (diria que obsessivamente estimulante) o exercício de ginástica cognitiva associado a qualquer tradução. Justamente por isso, ela exige um tempo de maturação diferente daquele que é típico de outros pares de línguas. Uma tal experiência fi-la recentemente com uma tradução do alemão para o português em que, tanto eu como o autor do original, o Professor Konrad Ehlich (Ehlich, 2006: 9-61), concluímos ser desejável um estudo mais aprofundado de «evidências» que, interculturalmente, não são da mesma forma óbvias, ou dadas como adquiridas, em ambas as culturas.

232 Embora não tenham podido estar presentes em nenhuma das ocasiões onde apresentei as comunicações que deram origem ao presente texto, dedico-o tanto à professora universitária que mais me ensinou a apreciar literatura, a Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille, recentemente jubilada pela Universidade de Coimbra, como ao seu marido Karl Heinz Delille, meu colega de Linguística e orientador na mesma universidade, mas também, durante muitos anos, ativo e multifacetado diretor do Instituto Goethe (Casa Alemã) em Coimbra, de quem gostaria de ter herdado um milionésimo da capacidade para ver um pouco mais longe.

233 cf. Schreiber (2006).

234 Refiro-me ao encontro da *Gesellschaft für Angewandte Linguistik* (GAL), que se realizou em Münster (Alemanha), de 21 a 23 de Setembro de 2006.

É certo que falar alemão em Portugal me separa um pouco daqueles que comigo diretamente convivem, e que experimentarão, relativamente a mim, a mesma perplexidade, ou sensação de incomunicabilidade, que sinto relativamente a peritos em matemática. Será essa sensação algo de «anormal»? Não o creio, pelo que se verá a seguir. Uma vez que estou cultural e temperamentalmente mais próxima de um sul efusivo e exuberante do que de um norte frio e distanciadamente racional, não deixa de constituir para mim motivo de tristeza não poder partilhar facilmente com quem está mais perto de mim²³⁵ excertos curiosos de leituras que vou fazendo – por estranho que, neste caso concreto, até possa parecer – na «língua dos poetas e pensadores». A sensação que ultimamente venho experimentando relativamente a esta língua, vivendo como vivo em Portugal, é a de que ela se (me) esvai, tal como na Galiza há quem o sinta relativamente ao galego. Não obstante ser a língua materna mais falada em toda a União Europeia, o facto é que o alemão, como língua estrangeira, não tem sido escolha apetecível para a maioria dos portugueses, que assim mal se apercebem de que há cidadãos lusófonos a escrever textos interessantíssimos na língua de Goethe.

2. ALEMÃO COM ACÚCAR E PIMENTA

...Ou, mais precisamente, num (?) «idioleto» da mesma, que o autor a que dedico este trabalho designa, alternadamente, por *Kauderdeutsch*, *Siegfriedisch*, *Ultradeutsch* ou *Wunschdeutsch*..., designações que talvez se pudessem adaptar à nossa língua como *algaravês* (analogia para com *algaraviada* – sem ofensa para o Sul de Portugal), *viriatês* (em homenagem ao lusitano Viriato, tal como em *Siegfriedisch* se retoma uma mítica figura germânica), ou até como *ultraportuguês* e *português desejado*, esta última expressão evocando na cultura portuguesa – uma vez que tal não se aplica ao caso brasileiro – qualquer coisa como...uma espécie de *sebastianês* (já propor, numa tradução para o galego, um eventual *rosaliês* geraria incómodos no seio de certa lusofonia, dadas as conotações feministas assim convocadas). Com tudo isto me refiro a um escritor, cabaretista e também realizador²³⁶ de origem brasileira, mas com antecedentes familiares na Alemanha e até mesmo no Báltico. Tendo vivido a sua infância e juventude no Brasil, país por onde vagabundeou de lés a lés (assim como por alguns outros da América Latina), acabou por adotar o nome artístico de Zé do Rock. Não lhe conheço, de facto, o verdadeiro nome, mas como o meu interesse por este autor é sobretudo motivado pela minha «costela» de linguista, deixo aos colegas de Literatura o prazer de investigarem a complexa questão biográfico identitária que, a par e passo, se revela na sua irreverente escrita. Quem, aliás, me recomendou esta refrescante leitura – ainda assim exigente, mesmo para germanistas –, foi um dos mais reconhecidos estudiosos da língua alemã, o já atrás citado professor Konrad Ehlich. Ora, sem dúvida que Zé do Rock trabalha a língua alemã numa forma tão singular quanto divertida, uma vez que é como se, em simultâneo, nela habitasse culturalmente e com ela não se sentisse verdadeiramente «em casa», necessitando amiúde de a alterar. Uma sensação que eu própria, na minha vertente ecolinguística²³⁷, não deixo de experimentar com relativa frequência, facto que me conduz por vezes a períodos de um certo mutismo.

Na contracapa de um dos livros de Zé do Rock (*Deutsch gutt sonst geld zuruck*), ao lado duma foto do próprio sentado no chão, comum chapéu virado para cima, à frente das pernas, e um letreiro onde se lê *Ich bin Schriftstella* (que poderíamos traduzir por *sô iskritô*...), o autor apresenta-se-nos como uma espécie de mendigo ou vagabundo, que, e traduzo, «nasceu há uma carrada de tempo no Brasil, viveu 14630 dias, bebeu 1357 litros de álcool, tocou 949 horas de flauta e jogou 648 horas de futebol, tendo percorrido à boleia 200 000 quilómetros

235 Nem mesmo posso partilhar esta realidade com os meus alunos, que, em virtude das tendências atuais ao nível do ensino de línguas em Portugal, são agora em menor número do que nas décadas de 80 e 90 do milénio passado, além de necessitarem de estar bem mais contextualizados linguística e culturalmente para poderem acompanhar com a devida profundidade alguns temas (cf. Ferreira / Athayde, 2006: 63-82).

236 Estão, com efeito, disponíveis no mercado duas versões, uma em alemão e uma em português, de um filme que produziu a respeito das comunidades germanófonas no Brasil (onde se refere, entre outras coisas, a uma cidadezinha brasileira de nome Schröder). Desde logo o título, «Deutschland liegt in Brasilien» («a Alemanha fica no Brasil»), é revelador do conteúdo: com muito humor, Zé do Rock desmonta a vida de brasileiros na Alemanha, assim como o modo de vida, lembrando as vivências ensolaradas de Copacabana, de muitos habitantes alemães – por exemplo, na faceta de imediatamente se dirigirem para a beira dos lagos, em bikini, mal faça um bocadinho de sol.

237 Embora muito mais bibliografia pudesse ser encontrada neste domínio, por razões históricas não podia deixar de citar aqui alguém, Celso Álvarez Cáccamo, que pela primeira vez me fez aproximar da questão linguística galega, algo que aconteceu na sequência da leitura que fiz deste artigo: Cáccamo (1997).

em 1457 carros, aviões, barcos, comboios, carros de bois e tratores, além de ter visitado 104 países e 16 prisões. Apaixonou-se 8 vezes, rodou um filme, inventou uma língua artificial, criou um alemão simplificado, não estudou nada e vive ainda hoje, a maior parte do tempo, em Munique». Nos títulos dos vários livros²³⁸ que publicou incorre em «erros» semelhantes ao que vimos acima, mas na realidade toda a sua escrita é desconcertantemente rica na violação das regras ortográficas do alemão, pelo que constitui uma certa reação crítica à polémica, durante anos instalada no contexto germanófono, em torno da nova ortografia (muito contestada por filólogos, escritores e até pelas redações de vários jornais e magazines alemães). Mesmo quando usa o português para comunicar por escrito, Zé do Rock mantém essa sua «imagem de marca», facto que pude constatar ao receber uma resposta sua, redigida num perfeito «zedorockês» de matriz lusófona²³⁹. Em Didática das Línguas não é possível passar ao lado da reflexão teórica em torno da temática dos erros. Faz parte da atividade de cada professor tê-la em conta, sendo pois no tocante a este aspeto que a escrita de Zé do Rock se revela inspiradora. Em regra, distinguimos entre «erro» e «lapso», mas não seria menos importante insistir numa outra diferenciação – entre «erro» e «colapso» –, uma vez que há que medir as consequências que advêm de se catalogar simplisticamente como errada a maneira de falar ou de escrever de determinada pessoa.

De alguma forma, a literatura vive do erro, já que se constitui como desvio, não involuntário, relativamente a uma norma. Ora, que tem tudo isto a ver com a Galiza? De facto, na origem desta minha comunicação esteve um pedido dum amigo galego, Ângelo Cristóvão, que penso estar representado neste volume, interessado em saber coisas sobre a história e a ortografia do alemão. Na Galiza pugna-se por aquilo que o mesmo colega vem designando por uma língua (ou ortografia) «normal», havendo muitos galegos que entendem que o ideal seria a adoção da norma ortográfica consagrada para o português. Ora, tal colide com a intenção expressa do Estado espanhol, que tem vindo a promover uma norma acusada de promover uma excessiva castelhanização. Enquanto portuguesa que viveu quase toda a sua vida alheada desta problemática, a descoberta do problema linguístico e ortográfico galego fez-me tomar consciência duma realidade política e identitária sujeita não só a oscilações várias, por vezes dramáticas, como a melindrosas disputas, inclusivamente em tribunal, situação essa merecedora de atenção. Entendo todavia que não é de se sobrevalorizar desmesuradamente aquilo que, numa perspetiva ecológica, continua a equivaler, para muitas atividades do quotidiano, a um sistema linguístico *secundário* relativamente ao plano da oralidade, forma de comunicação por excelência duma «língua de proximidade» (na comunicação entre mãe/pai e filho, nos primeiros anos de vida, ou em geral dentro da família), cujo estatuto de «cidadania» plena não me parece existir, pois tendemos a valorizar muito mais a língua pública, usada fora desse espaço. O conceito acima colocado entre aspas vem merecendo alguma atenção internacional, conforme pude constatar no recente colóquio a que me desloquei na Alemanha, em que frequentes vezes surgia o termo *Nähesprache* (língua de proximidade), quando se tratava de caracterizar uma realidade emergente e multifacetada, de contornos porém não totalmente clarificados – assim, em que aspetos nos é próxima (a nós portugueses, especialmente) a língua da Galiza? Como é que ela diverge da que se fala em Portugal? Um assunto que, a ser escrutinado cientificamente, daria origem, não a uma, mas a várias dissertações de doutoramento. Finalmente, cabe interrogarmo-nos sobre se aquilo que por vezes, até impensadamente, à primeira vista classificamos como «erro» tolda ou, em vez disso, constrói de forma exata o sentido, o que nos habilitaria a perspetivar a questão do significado que *de facto* possui determinada norma linguística – isto é, acerca de quão «normal» ela será afinal de contas, no mundo complexo, incontornavelmente diverso, que habitamos. Mesmo fazendo uso duma «língua» individual, e nessa medida não «normal» – ou até da negação duma língua naquilo que a define normativamente, a ortografia padrão –, Zé do Rock faz-nos refletir sobre este problema, sem que deixe de presentear o leitor com uma escrita, aqui e ali, hilariante, e ao mesmo tempo comoventemente universalista – aspetos a que, por falta de espaço, não posso aludir com o pormenor necessário. Um detalhe em que tal característica se manifesta é quando se deixa contagiar, literalmente, com os inúmeros modos de falar com que se vai deparando nos países que atravessa, assim demonstrando que permanece viva aquela espécie de estranhamento deslumbrado com que os portugueses «infetaram» o mundo aquando das Descobertas – um estranhamento desta feita oriundo do outro lado do Atlântico, e depois transplantado para a Europa, partindo

238 cf. Zé do Rock (1995, 2000, 2002).

239 Sei também que o primeiro dos seus livros, *Fom winde ferfeelt*, conheceu uma edição brasileira, mas fui informada pelo autor de que ela se encontraria esgotada, pelo que não a pude ter em conta para a presente análise. Seria porventura interessante averiguar se se trata realmente duma tradução, ou antes de uma adaptação.

em todo o caso numa perspetivação, também no tom que a informa, moldada por uma cultura lusófona. Cingir-me-ei na minha abordagem apenas às descobertas que o autor vai fazendo ao deambular pela tão vasta e complexa Europa em que vivemos. E começo precisamente por um dos extremos da mesma, sabendo nós entretanto quão difícil se vem tornando estabelecer fronteiras rígidas a leste, a sul (cf. Ehlich 2006: 39), e eu diria que também a Ocidente. Zé do Rock relata num dos seus livros, por exemplo, a sua passagem por Istambul, simulando o modo como é abordado pelos habitantes locais. Recorre, para tanto, a determinados sinais característicos da escrita turca, que desde logo saltam à vista a quem quer que já tenha passado por um quiosque numa estação de comboios alemã (döyüş, einigermaszen, kömmen, Frankfurt, öder...):

...manchmal können di türken döyüş. »sprechen si döyüş?« »ia, einigermaszen.«»wo kömmen si her?«»aus Brasil.«»Brasil? wö is das? näe Frankfurt öder Berlin?« (fom winde ferfeelt, p. 118.)

Lingua alemã padrão: [...manchmal können die Türken Deutsch. »Sprechen si Deutsch?« »Ja, einigermaszen.«»Wo kommen Sie her?«»Aus Brasilien.«»Brasilien? Wo ist das? Nahe Frankfurt oder Berlin?«]

Português:

[...Por vezes os turcos sabem alemão. «Fala alemão?»«Sim, um pouco». «De onde é?»«Do Brasil.»«Brasil? Onde é que isso fica? Lá para as bandas de Frankfurt ou Berlim?«]

Entretanto, Zé do Rock vai comentando que, para lidar com os turcos, de pouco serve o inglês, dando de seguida o exemplo dum taxista que apenas conhecia três palavras desta língua, as quais diligentemente aplicava em cada frase: *i am* (usado para eu sou/estou, eu vou), *yours* e *conversation*, pelo que dizer adoro as flores no campo (no alemão de Zé do Rock: *ich lib di blumen auf der wize* = *Ich liebe die Blumen auf der Wiese*) se pronunciaria «em turco» (ou em inglês?) como: *i am, yours, conversation, çimen deki çiçekleri sevyorum*.

Por vezes, é exatamente esta a sensação que um viajante obtém na Alemanha, país onde a comunidade turca é muito abundante, pelo que, relatando embora um episódio aparentemente vivido no estrangeiro, de algum modo ele se consubstancia na mente dum leitor alemão, ou conhecedor da realidade quotidiana germânica, como *déjà vu* (apenas com a diferença de que, onde se encontram as palavras inglesas, poderiam igualmente ocorrer palavras alemãs).

Ora, Zé do Rock vê-se igualmente «grego» ao viajar pela Grécia, onde uma fonte de inspiração parece ter sido, além das terminações em *-on*, a leitura da lista telefónica – algo que, no estrangeiro, e na falta de outros indícios, não deixa de permitir avaliar o valor que, numa ou noutra cultura, parece ser atribuído a elementos exógenos.

Deixemos agora de parte a tradução das peculiaridades que a grafia memeticamente «infetada» de Zé do Rock revela, simulando a pronúncia da língua grega – designadamente, a terminação de certas palavras com vogal velar aberta, seguida de consoante nasal, ou a transposição de chiantes fazendo tábua rasa da diferença entre as associações grafemáticas <sch> e <ch> no alemão, para já não falar no quase inexistente uso de maiúsculas (que, no alemão padronizado, ocorrem nos substantivos, ou a seguir a ponto final), a não ser em topónimos ou antropónimos – uma regra lusófona que o autor parece aplicar, neste livro pelo menos, de forma não inconsistente.

Atentemos pois no exemplo seguinte (que ocorre após um outro em que o autor relata ter recorrido a todos os seus conhecimentos de grego antigo para comunicar neste país, deparando-se embora com a súbita dificuldade de não conseguir, num bar, pedir uma simples água – que, em grego moderno, não se diz hidro):

im grichisson sreibt ma fremdwörter in lateinisser rift. speiseeis heisst pagota und ice-cream, pagota wird grichiss gessribon, ice-cream in lateinisser rift. auch namon wie John Murray oder Hans Peter Schmidt im telefonbuch, das in grichisser rift gedruckt is, sind in lateinisser rift angegebun. auf Deuttsland übertragon, is es als wäron di russisson namon im telefonbuch von Berlin in kyrilliss gessribon und Mao Tse-Tung in kinesisson karakteron. (fom winde ferfeelt, p. 116.)

[em grego («grégon») os estrangeirismos escrevem-se no alfabeto latino. Gelado chama-se pagota e ice-cream, mas pagota é escrito em grego, e ice-cream na escrita latina. Também nomes como John Murray ou Hans Peter Schmidt na lista telefónica, escrita em grego, são indicados em alfabeto latino. Se quiséssemos verter esta situação para a língua alemã, era como se os nomes russos, na lista telefónica de Berlim, estivessem redigidos em cirílico, e Mao Tsé Tung em caracteres chineses].

Em Estocolmo, por sua vez, «apanha» com mestria a inconfundível abertura de certas vogais (vollar insellar und kanälar (= voller Inseln und Kanäle); sär deusk (para *sehr deutsch*), que se parecem ajustar ao caráter mais direto que vê no povo sueco, em comparação com dinamarqueses e alemães. Não deixa de classificar parte da arquitetura com que aí se depara como... muito «alemã», o que denota, mais uma vez, a proveniência estrangeira do viajante, que parte da realidade que conheceu primeiro para nomear aquela com que entra em contacto posteriormente, porém não da forma intercultural (ou política)mente mais correta – um pouco como se, despreocupadamente, chamasse «alemão» a um austríaco ou a um suíço:

Stockholm is gut, follar inselar und kanälar. Der baustil get von sär deusk, sär schwär, bis sär modärn. de svenske liven reformen wi sonst nimnd in der wält. de dänen mögen si auch, aber hinken ätwas hinterher. im gegensatz zu de deusken, di ärstmal en studie maken myssen, um zu sen, ob und wie en studie nötig sein wird, und vor alle warum, sind de svenske da ziemlich diräkt. (Fom winde ferfeelt, p. 124.)

[Estocolmo é uma cidade boa, cheia de ilhas e de canais. A arquitetura vai de um estilo muito alemão, muito pesado, até ao muito moderno. Os suecos adoram reformas, como mais nenhum povo no mundo! Os dinamarqueses também gostam de reformas, mas ficam-lhes um bocado atrás. Comparados com os alemães, que primeiro têm que fazer um estudo para verem se é preciso um estudo, em que moldes e sobretudo porquê, os suecos são bastante diretos.]

À passagem pela Holanda sente-se, por sua vez, reconfortado quando se apercebe de que se trata duma língua com muito de alemão e de inglês (diz mesmo: hollands is een spraach twischen duits en englis, ma kan vele woorde uismaken (fom *winde ferfeelt*, p. 127), pelo que imagina conseguir entender (*uismaken* – al. *verstehen*, à letra: *aus + machen*) muitas palavras. O problema é que, partindo do termo alemão *Ausfahrt* (para os letreiros indicando a saída numa autoestrada), não consegue ir longe: os holandeses não transformaram simplesmente o prefixo *aus* do alemão em *uit*, colando-o a *vaart* (al. *fahrt*), uma vez que *uitvaart* é a palavra holandesa para... *cortejo fúnebre* (al. *Trauerzug*), conforme terá sido dito ao viajante por um anfitrião holandês que, apesar de tudo, o entendeu (caberia perguntar: não existirão semelhantes falsos amigos entre o português e o galego mais castelhanizado?). Tal designação espelha, apesar de tudo, uma realidade que hoje se observa pelas autoestradas do mundo inteiro, pelo que talvez não fosse impossível mudar, em conformidade, a língua portuguesa, para que as populações pudessem entender melhor que o investimento exclusivo em autoestradas ou em linhas ferroviárias de alta velocidade / aeroportos não lhes resolve os problemas, enquanto houver ferrovias e estradas secundárias ao abandono, ou em condições de aviltante degradação.

Há uns tempos atrás, Fernando Venâncio, professor de Estudos Portugueses na Universidade de Amesterdão, mas também escritor e cronista, referia-se indiretamente a isto mesmo, no blogue «Aspirina B» (11 de novembro de 2006), ao dar como exemplo de um estimulante paradoxo linguístico (semelhante a outros como *crescimento negativo* ou o alemão *Schadenfreude*, 'comprazimento na dor alheia'), a expressão holandesa, que eu classificaria como «colocação» (um tipo especial de fraseologia), *remmende voorsprong*, traduzindo-a por avanço retardante ou por progresso inibidor. Porém, dizer aos teimosos povos «latinos» que é possível mudar, renovando-as e até brincando um pouco com elas, as suas tão celebradas, mas por vezes desatualizadas línguas pode nem sempre revelar-se tarefa fácil. Disso se terá apercebido Zé do Rock, quando confrontado, desta feita, com a língua francesa, tal como se pode ler no excerto seguinte, retirado do capítulo intitulado «Froncraisch und konsorten» (a França e os seus consortes), em que a sequência grafemática *ch*, onde deveria realizar-se o som [ç], tão típico do alemão, muda para *sch*, do mesmo modo que a vogal velar fechada é afrancesada com a grafia <ou>. Assinale-se aliás a (literalmente...) deliciosa 1ª pessoa do plural do modal *müssen*, no presente do indicativo, como *ma mouss* (= *wir müssen*), sendo que, por um estranho fenómeno de harmonia grafemática, o tão característico trema ou *Umlaut* deixa também de adornar a preposição *für* > *fur*, onde deveria constar uma vogal palatal arredondada do alemão (que, por sinal, até existe, de forma semelhante, na língua francesa, o que prova que Zé do Rock nem sempre se socorre devidamente da Linguística nas suas «brinciações», para usar um termo do escritor Mia Couto...)

die français sind da etwas empfindelisch, was ire sprache angeet. einmal var isch gast bay einer franceusischen familie. ain grosses essen, mindstens 20 leute waren da. da fing isch an, vorschlege fur die verbesserung der franceusischen sprace zu macen. glaisch nach dem ersten saz gab s ain aoufrou. Sophie neben mir fragte: »was

*hast du gesagt? « »ya, isch main nour, ma keunnt aous der franceusischen sprace aine laische, logische spr...« »
habt ir gehört, was er gesagt hat? « » moment, ma mouss es aouch nisch so erns...« isch connte den saz nisch
beenden, da haoute misch das medchen aine rain, das maine nase hinten raous geschaout hat. (fom winde
ferfeelt, p. 128)*

[Os franceses são muito cheios de melindres, no que toca à sua língua. Um dia estive de visita em casa duma família francesa. Um grande repasto, com pelo menos 20 pessoas. Aí eu comecei a dar algumas sugestões sobre como se poderia melhorar a língua francesa. Logo após a primeira frase gerou-se a confusão. A Sophie, que estava ao meu lado, perguntou: «Que é que tu disseste?» «Pois, eu só acho que se podia tornar a língua francesa mais fácil, mais lógica...» «Ouviram o que ele disse?» «Calma, não é preciso levarem as coisas tão a sério...». Não pude finalizar a frase, pois nesse momento ela me espetou uma nas ventas com tanta força que o meu nariz acabou furando a minha nuca.²⁴⁰ »]

À medida que o texto avança, descreve-se uma rocambolesca perseguição em que cada vez mais pretéritos de verbos são grafados com acento (*erreichté, sagté*, etc.), o que é ilustrativo do caráter inebriantemente dinâmico deste *Ultradeutsch*, mas também do perigo que reside em tentar convencer os fogosos latinos de que a sua língua já «deu o que tinha a dar», para certas coisas pelo menos.

Noutro dos seus livros (*Deutsch gutt sonst geld zuruck. A siegfriedische und kauderdeutsche ler- und textbuk*, de que retomo aqui um excerto da p. 14), o autor encena-se como professor de línguas, no sentido de, precisamente, fornecer as regras ortográficas e gramaticais do chamado *Siegfriedisch* ou *Wunschdeutsch*. Porque, como o próprio título do livro indica: «o alemão ou é para ser bom, ou então mais vale pedir o dinheiro de volta!» Com a «autoridade» criativa dum estrangeiro residente em Munique, imbuído daquela ligeireza exótica tão apreciada pelos alemães nos brasileiros, o autor redige as suas «lições» num idioma por si recriado, não se inibindo de inventar (ou de simplesmente os preferir, quando existam, como no caso de *Rüsseltier*, termo usado em biologia, ou *lustwandeln*, que soa a arcaísmo literário), novos vocábulos «vernáculos» pelo recurso habilidoso a uma mestria que, se virmos bem, se encontra embutida no próprio sistema linguístico alemão (se bem que não na norma, na terminologia de Eugenio Coseriu). No que se segue, traduzi tudo, apenas assinalando com sublinhados os substantivos «germanizados» do autor:

O *Rüsseltier*

Lição nº 1 do manual. O que é isto? É um Rüsseltier. E o que é isto? Também é um Rüsseltier. O que fazem os Rüsseltiere? Vão lustwandeln. Onde vão lustwandeln? Na zona de bares/tabernas de Katzenmanndu. O que é Katzenmanndu? É a capital de Höchstbergien. De início, quando não os conhecemos bem, por uma questão de deferência é preferível que se diga Katzenmannsie. Onde fica Höchstbergien? Höchstberbien fica em Schlitzaugerdtel. E onde fica Schlitzaugerdtel? Schlitzaugerdtel fica a leste. Onde fica o leste? No sítio onde o sol se levanta. Onde o sol se levanta?! Ó meu, abre mas é o Windaug e olha lá para fora!

Façamos uma explicação vocabular, apenas um pouco mais extensa do que a que o próprio autor fornece no fim da «lição»:

Rüsseltier = Elefant / elefante (à letra: «animal com tromba»);

Lustwandeln = passear (lust + wandeln = «cirandar por prazer»; hoje diz-se mais spazieren gehen);

Katzenmanndu = Katmandu (Katze = «gato» + Mann = «homem» + du = «tu»);

Katzenmannsie = Katze + Mann + sie («devia» ser Sie, com maiúscula, na língua padrão, para a forma deferencial de tratamento «você / o senhor / a senhora», mas o facto é que no alemão de Zé do Rock quase não há maiúsculas)

Höchstbergien = Nepal (höchst + Berg + ien = «onde as montanhas são mais altas»)

Schlitzaugerdtel = Ásia (Schlitz + Auge + Erde + Teil; = «continente (Erdteil) [das pessoas com] olhos em bico» (Schlizaugen))

Windaug = Janela (Fenster, o termo hoje normal, vem do latim fenestra. Wind + Auge = «vento» + «olho» = «olho de vento / olho virado para o vento / olho que apanha vento» / «olho da casa por onde entra o vento».

240 Desta forma aludo, não sem alguma ironia, ao conceito de «meme», trazido para a ribalta da ciência por um carismático, porém não menos controverso, biólogo inglês, Richard Dawkins (cf. Dawkins 1976, 2006).

Trata-se portanto duma «repatriação» do termo a partir do inglês *wind-ow* (veja-se, no eslavo, o parentesco entre os termos para olho e janela, de acordo com o dic. de Grimm).

Tudo isto, e muito mais, para substituir os muitos «estrangeirismos» (incluindo aqueles que não o chegam a necessariamente a ser, como os nomes próprios ou os internacionalismos...) que pululam na língua teutónica, e a respeito dos quais proliferam, de há décadas ou séculos a esta parte, congressos e tomadas de posição diametralmente opostas por parte de linguistas e filólogos. Porventura descontente com a polémica que se gerou em torno da nova ortografia alemã²⁴¹ (entrada em vigor em 2005, após um conturbado período de transição iniciado em 1998, pautado por críticas veementes e mesmo pela rejeição por figuras públicas ou alguns jornais, mas com emendas já de 2006, Zé do Rock decidiu ir ao ponto de reinventar a escrita teutónica de forma tão absoluta quanto radical, criando as suas próprias regras com a eloquência de quem possui, afinal de contas, um conhecimento apurado do alemão e, simultaneamente, de quem se movimenta à vontade em ambas as culturas.

Relativamente ao hábito de germanizar palavras de origem estrangeira, afirma o seguinte:

Wenn di reformagegner wirklich gegen eindeutshungen wären, müssten si dafür eintreten, das man die horae zurück dret und alle wörter, die nich ursprünglich aus dem deutschen kommen, originalis scribit (Ufo in der küche, p. 182-3.)

[Se os adversários da reforma estivessem mesmo contra a germanização de termos, então teriam de defender que as horas / os relógios andassem para trás, a fim de que todas as palavras que não tiveram origem no alemão passassem a ser escritas na sua versão original]

Não me sendo possível alongar-me sobre questões de norma, ou acerca do que numa língua é correto e incorreto fazer, fico-me pela partilha com este auditório do genuíno prazer – inacessível a muitos leitores lusófonos, e em larga medida intraduzível... – que representa este pequeníssimo fragmento da cultura brasileira em alemão, e também da cultura alemã, através do filtro cultural dum escritor brasileiro (mas naturalizado alemão). Deparamo-nos com uma língua imprevisível e saltitante, um surpreendente «alemão-fique-à-vontade» (com «sotaque» brasileiro), não somente com açúcar, mas inúmeras vezes refinadamente apimentado. Interrogo-me como seria a escrita duma «Maria do Rock», ou se semelhantes ousadias gloto-estilísticas seriam expectáveis na pena duma mulher oriunda da diáspora lusófona! Desta leitura, feita embora em diagonal, retenho a convicção de que um certo caos lusófono, irmão gémeo daquela virtude intraduzível do «desenrascanço», faz imenso bem à rígida e circumspecta língua alemã, pois que, filtrada pelo olhar latino, esta acaba por se tornar muitíssimo mais alegre, não deixando esse olhar latino, «a-brincar-a-brincar», de permitir que se digam algumas boas verdades também.

A um estrangeiro que se abalance a ler Zé do Rock com poucos conhecimentos de alemão, este linguajar interlinguístico acaba por se revelar, por vezes, não menos intragável do que a versão canónica da língua alemã naquela área de atividade em que parece ser mais útil aos portugueses e brasileiros que a estudam: a linguagem jurídica. Simular, em suma, a linguagem do «povão» (brasileiro) na língua teutónica constitui, afinal de contas, façanha de se lhe tirar o chapéu, uma prosa que corresponde a um uso literário ou ensaístico da língua alemã, numa variante *muito individual* da mesma, por parte dum cidadão culturalmente híbrido, mesmo que não formalmente estrangeiro. Não obstante tratar-se duma situação excecional, não deixará uma tal realidade de corresponder um pouco ao que se apresenta, cada vez mais, no dia-a-dia linguístico em muitos lugares do mundo, e até por uma questão de resistência cultural. Mais tarde ou mais cedo, o trabalho intensivo com uma dada língua, ou a convivência de perto com uma cultura particular, acaba por moldar os falantes sujeitos a esses contextos, tornando-se imperativa uma maior recetividade para com identidades híbridas.

É em parte nesta zona de passagem entre culturas que se situa a atividade que vem sendo praticada no centro de investigação a que pertença, o Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, não estando portanto deslocada a minha presença num colóquio em que o tema é, em simultâneo, a Lusofonia, a Tradução e a situação de miscigenação linguística na qual se encontra hoje, também, a língua galega. A escrita de Zé do Rock demonstra-nos quão difícil se tornou adotar uma perspetiva essencialista no estudo das línguas. Lendo o programa do Colóquio da Lusofonia de 2006, contendo passagens em alemão do séc. XVIII, deparei-me com aliás

241 Sobre esta reforma, veja-se também: Delille (2003), Dudenband 1 (2004).

com mais uma prova de que a miscigenação acontece, mesmo quando se trata de atividades particularmente apreciadas, eruditas ou tidas em elevada consideração, por parte dos falantes duma comunidade linguística, e nessa medida cultivadas pelas elites: refiro-me à música a que, com razão (porque de difícil acesso a leigos), chamamos «erudita», aí descrita através dum excerto em alemão «pejado» de estrangeirismos (oriundos do francês ou do italiano) e, nessa medida, difícil de entender pelo «povo» de então (o que também seria, porventura, intencionado...).

Estamos hoje, igualmente, numa era de desconcertantes pontes ou interceções entre estilos, registos e estratos sociais, sendo cada vez mais difícil definir o que se entende por um estilo ou registo «culto». Embora pouco do que disse até aqui o possa fazer adivinhar, aquilo que pretendi demonstrar é, todavia, que a proverbial dificuldade de acesso suscitada em Portugal por uma língua como o alemão não impede que existam escritores lusófonos extremamente criativos na língua de Goethe, mas também, como veremos, que a dificuldade suscitada pelo português, nas suas variantes ditas cultas, será porventura para nós, e para o nosso tão depauperado sistema de ensino, porventura bem maior (e talvez a polémica em torno da TLEBS – Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário – sirva para o demonstrar). Em certas ocasiões, eu própria me dou conta de que não domino determinados registos da minha língua materna! É essa uma razão para dela desistir? E será que Zé do Rock desistiu da norma culta alemã, ao optar por escrever em «Siegfriedisch»? Uma coisa se pode concluir de todo este introito: se a língua que a Pátria (mesmo que seja uma Pátria adotada...) nos oferece nem sempre é totalmente *cosa nostra*, tal não quer necessariamente dizer que, com outra, ou mesmo com outra variante da nossa língua, estejamos necessariamente mal servidos. Tratemos de conhecer um pouco melhor a língua que tanto trabalho deu a Zé do Rock, não sem antes procedermos a uma incursão pela questão da diversidade linguística.

3. O MITO PORTUGUÊS DO MONOLINGUISMO FECHA-NOS EM CASA?

Tudo isto suscitou já uma série de considerações a respeito da «norma», do «normal», da gramática e seus pressupostos, cabendo agora refletir acerca da língua como realidade por longos séculos inquestionada, a qual, em certos locais – um deles Portugal – se veio a plasmar numa outra evidência: a do país, ou nação, bem como na da respetiva independência e destino (não raras vezes concebido como expansionista). Se é lícito dizer-se que a Europa, porque multilingue, é intimamente devedora da diversidade, não devemos salientar este aspeto sem problematização. O confronto com perspetivas diferentes, precipitadamente catalogadas como inferiores, moldou desde o tempo das Descobertas as culturas e línguas de matriz europeia, e de alguma forma fez com que, até aqui, o mundo inteiro venha falando «europeu», por via da influência exercida pelas línguas de colonização, transportadas juntamente com as pessoas nas naus desde a época de Quinhentos (são elas: o português, o espanhol, o francês, o neerlandês, o inglês e também, mas de forma residual, o alemão). Todavia, o impacto da globalização sobre as línguas não trouxe consigo apenas benefícios.

Foram os missionários, por exemplo no Brasil (como, também, em muitas outras partes do mundo), quem mais cedo se dedicou a descrever as línguas autóctones, registando-as em dicionários e gramáticas, e nessa medida prestando um inestimável serviço à Linguística. Convertendo as culturas locais, todavia, simultaneamente aniquilaram aspetos fundamentais da sua especificidade linguística, até porque – gostemos ou não de o admitir – fazia parte do modo de ser de muitas línguas o facto de não possuírem escrita. Apesar de o bem-intencionado esforço missionário ter permitido preservar a memória de algumas dessas línguas, acabou sendo por sua intervenção que algumas delas se vieram a destacar relativamente às demais, adquirindo um estatuto de língua geral que, de outra forma, não alcançariam, o que não é necessariamente uma boa notícia, se o objetivo consistir na preservação do máximo de diversidade linguística. Não terá aliás sido no sentido de proteger os indígenas que Pombal expulsou os jesuítas do Brasil (assim fazendo cair no esquecimento os seus também muito meritórios esforços linguísticos), mas antes para promover a rivalidade geoestratégica entre o português e o espanhol, em linha com o tratado de Tordesilhas:

(...) no Brasil o português impôs-se como ferramenta de conquista da coroa lusitana. O padre José de Anchieta, que aqui chegou em 1554, tanto sabia disso que providenciou um idioma para a comunicação com os nativos. Sua

famosa obra leva o título de *A arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. A realização profunda e duradoura de Anchieta e seus companheiros jesuítas, justiça seja feita, pode ser testemunhada até hoje, como tive ocasião de comprovar recentemente em viagem a fronteira do Brasil com a Venezuela, pelo uso dessa língua geral até os dias atuais por indígenas brasileiros e por caboclos da Amazônia. A chamada língua boa, ou *nheengatu* em tupi, sobrevive até hoje mesmo tendo sido proibida em 1757 pelo Marquês de Pombal. Estrategista refinado, o marquês percebera que superado o Tratado de Tordesilhas e vigorando o de Madrid que ampliou os domínios do império luso para o Oeste e para o Norte, o melhor a fazer seria transformar a língua em arma geopolítica para consolidar a presença portuguesa em rivalidade com a espanhola.

Pombal proibiu o ensino da língua geral e expulsou os jesuítas seus criadores. (Aldo Rebelo, «a globalização da língua» <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling09.htm> pesquisado em setembro de 2006).

Tidas como inferiores ou como recursos ao serviço dos interesses de quem detinha o poder, as línguas locais eram submetidas à administração territorial europeia e, não menos importante, ao poder entendido pelos autóctones como mágico da escrita, essencialmente no «livro dos livros», a Bíblia, que era onde à época se pressupunha existir «a verdade» (Mühlhäusler 1996: 212-240). Sobretudo nos países onde o movimento da Reforma se fez sentir, as línguas que davam corpo a essa verdade transcendente consignada pela escrita eram vistas como mais importantes. Sendo todas iguais (ou «normais») perante Deus, umas acabavam por ser mais iguais («normais», melhores) do que outras, donde que um código, em rigor, secundário haveria de se tornar, para muitas funções do quotidiano, primordial, definindo por excelência, cada vez mais, aquilo que se entende por «cidadania». Sintomas de tal conceção de «normalidade», bem enraizados numa cultura particular (a cultura europeia), são expressões como: «palavra [não escritas] leva-as o vento», ou «nem tudo o que ela diz se escreve» (= é verdadeiro). Hoje deveríamos ter em atenção aquilo que *não* se escreve, e porventura *nunca* se poderá escrever em certos contextos ou de determinadas formas, mas que é verdadeiro e importante. O chavão autoconfiante do português como «língua falada nos quatro cantos do mundo» suscita uma admiração algo ingénuo, que não deveria ofuscar a interrogação acerca de quantas outras línguas e saberes não terão sucumbido no processo de dispersão geográfica da língua lusa (por muito que hoje se verifique o processo inverso: as diversas tentativas de recuperação dos crioulos de base portuguesa). É, não obstante, legítima a empatia para com aqueles que, face a um processo de colonização, se empenham na defesa da sua língua e cultura, mesmo que se arrisquem a fugir de Satanás para cair nos braços de Belzebu. A enorme tendência homogeneizadora trazida pela globalização fez com que a abertura de horizontes determinada pela expansão ultramarina, implicando até alguma consciência da diversidade, tenha decorrido, afinal de contas, não totalmente isenta de erros. A emancipação relativamente à *lingua franca* que foi na Europa, para muitos usos relevantes, na ciência ou na cultura, o latim, revelou-se incapaz de nomear exaustivamente toda a complexidade do mundo que se abria perante os olhos renascentistas, não obstante, ao dar origem às várias línguas nacionais (inicialmente consideradas como as línguas do vulgo, ou do povo), ter também suscitado a emergência de alguma diversidade linguística. Tendência emancipatória análoga marcou a Europa mais a norte, ou a leste, onde os vernáculos conquistaram não só o mundo da religião, como o da ciência e da administração, prolongando-se ainda hoje este processo em vários locais da Europa onde cada vez mais se busca maior visibilidade para línguas por vezes reduzidas folcloricamente a meras «especialidades» regionais (sobre outra noção de «especialidade» confronte-se Ferreira 2007, in: Atas do Colóquio da Lusofonia de Bragança de 2005).

Associando-se embora a um conceito emergente, em si oposto ao de império – o de nação –, os vernáculos nacionais não deixaram de funcionar como instrumento para a consolidação deste, sob novas formas e noutros lugares. O olhar do europeu sobre os demais habitantes do mundo acabou por se pautar, genericamente, por preconceitos antigos, um dos quais, segundo Ehlich (2006: 38-43), foi precisamente o preconceito monolingue. Portugal constitui, na Europa, uma realidade que o materializa de forma quase perfeita: entre nós, a língua parece ser decalcada da nacionalidade, sendo vista pelo comum dos cidadãos como realidade mais ou menos estável (ou antes: estabilizadora) e inquestionada (uma espécie de facto consumado, de evidência sobre a qual não é preciso questionarmo-nos). Mas tal como num supermercado é legítimo que nos interroguemos sobre se queremos comprar o produto ou antes a respetiva embalagem, em inúmeros casos excessiva, não menos útil é questionarmo-nos sobre se muitos dos «brindes» que nos vão sendo oferecidos como invólucro da nossa língua são realmente necessários. Ao associarmos simplisticamente em Portugal a língua quase estritamente à cultura nacional, junto dela tendemos a colocar, através da fugaz comunicação mediática, mas reificadamente,

realidades como o futebol, o fado, a religião católica, o fiel amigo, a guitarra portuguesa, etc. Uma tal especificidade portuguesa na relação com a língua parece, além disso, ser sublinhada pelo facto de, ao contrário do que acontece noutros países europeus, boa parte dos estrangeiros que nos procuram (oriundos dos PALOP, do Brasil ou de Timor) falarem o *português* (a par de outras línguas). O preconceito monolíngue sai também reforçado pelo facto de a língua em si se denominar *portuguesa* (e não galega ou brasileira), tal como nos Estados Unidos ou na Austrália se fala o inglês, e não o norte-americano ou o australiano. Por fim, algum provincianismo leva-nos a olhar sobranceiramente para o português das elites de Portugal como o paradigma da perfeição. Mas nada, nem ninguém, é perfeito.

Também sobre os portugueses Zé do Rock tem algo a dizer (*fom winde ferfeelt*, p. 137), num capítulo aliás intitulado «África». Nele começa por relatar a sua entrada em Portugal, vindo de Espanha (nessa fase, não se refere de forma especialmente elogiosa às tapas que em Espanha são «serbidas» (*serbiert berden*)... Quanto aos portugueses, se antes foram orgulhosos descobridores do mundo, e se por isso os reconhece, neste mesmo capítulo, como os melhores mediadores em África ou na Ásia (o que se deve precisamente à língua, que o autor partilha connosco), não deixa de os retratar como provincianos (porventura acompanhando com palavras a imagem, por certo lindíssima e até bucólica, que se obtém quando se entra no país, de carro, pelo nordeste de Portugal). Aludindo às anedotas sobre portugueses que conhece do Brasil (também não especialmente elogiosas...), considera-os, ainda assim, os pais da palavra *saudade*, que definitivamente caracteriza os lusitanos como povo melancólico e triste, como se já não bastasse ser «mais pequeno e pobre do que a Espanha» – isto, apesar de, recentemente, um grupo musical galego, os Luar na Lubre, ter feito sair um CD lindíssimo, não menos melancólico, onde as diferentes melodias versam situações de desterro involuntário devido à pobreza que afetou durante muito tempo a região da Galiza... e cujo título de capa é, justamente, a palavra *saudade*! Zé do Rock chega mesmo a atirar um lacónico mas taxativo veredicto, a respeito dos hábitos quotidianos dos portugueses, que julgo poder resultar da sua longa convivência com a língua alemã, ao referir o seguinte episódio:

»*Dasch prtgisische nationalgerischt isch die bacalhoada, ein cabliaueintopf. der cabliau wird ausch kälteren ländern importiert. Da frag isch ein prtugeisch: »hör mal, euer nationalgerischt isch importiert. so wasch kann nur sein, wenn dasch volk ser reisch oder ser blöd isch.« »ja«, antwortet er, »Prtgaul isch ein armesch land.«* (*fom winde ferfeelt*, p. 137)

[*O prato nacional dos portugueses é a bacalhoada, um guisado à base de bacalhau. O bacalhau é importado de países frios. Pergunto então a um português: «Ouve lá, o vosso prato nacional é importado. Isso só é possível se o povo for ou muito rico, ou muito burro». «Sim», responde ele, «Portugal é um país pobre.»*]

4. ALEMÃO, LÍNGUA «CASEIRA» MAS DIVERSA...

Se necessitamos de tecnologia encontramos, após uma ronda pela internet, explicações muito mais detalhadas em alemão do que em português. A tentativa de partilhar esse conhecimento com outros portugueses suscita porém, invariavelmente, reações como: «Pois, *mas* está em alemão!». Fortemente associado ao *mas*, e ao preconceito de que dá trabalho a aprender, o alemão continua a ser visto como uma língua difícil. Quem em Portugal possui mais afinidades com o mundo anglo-saxónico e latino-americano (após meio século de intensa exposição a uma cultura mediática maioritariamente oriunda da América ou do mundo ibero-americano), tende a não atribuir qualquer importância a uma língua como o alemão. Devido a outros estereótipos que afetam negativamente a relação de muitos portugueses para com a língua alemã, impõem-se, no que se segue, algumas palavras a respeito da história desta língua, não sem antes partir dum exemplo do presente, retirado dum glossário europeu multilíngue de terminologia ambiental²⁴². O resultado obtido para *particulate matter* (termo usado no contexto das discussões em torno das alterações climáticas e da poluição do ar no inglês) foi o seguinte:

Língua Traduções

Bulgarian: вещество под формата на малки твърди или течни частици

Czech: jemné částice v ovzduší

Danish: partikulært stof

Dutch: stof in deeltjesvorm (vast of vloeibaar), fijn stof

English: particulate matter
Estonian: osakeseheide
Finnish: hiukkaset
French: particules
German: Schwebstoff, Schwebstaub, Staubpartikel, Schwebepartikel, Schwebstoffteilchen, Schwebeteilchen
Greek: σωματίδιο
Hungarian: levegőben terjedő finom részecskés anyag
Icelandic: smásæ efni
Italian: sostanza particellare
Latvian: cietvielu vai šķidrumu daļiņas atmosfērā
Lithuanian: atmosferos kietos dalelės
Norwegian: svevestøv
Polish: cząstki stałe
Portuguese: matéria particulada
Romanian: Substanță în particule
Slovak: sypká hmota, pevné častice
Slovenian: trdni delci
Spanish: materia particulada
Swedish: partiklar

O facto de todas as línguas onde a influência dum vocabulário latino foi maior (inglês, italiano, português, espanhol, romeno e até o dinamarquês, acima assinalados a negrito) de alguma forma recorrerem a um tipo de linguagem claramente associado a um registo abstrato e erudizante permite-nos perceber quão importante é aprender línguas *realmente* diferentes, a fim de se perceber *como* está a ser referido determinado assunto, e assim melhor se compreender, de facto, a própria Lusofonia, bem como o conjunto mais vasto de culturas com as quais ela, de forma privilegiada, vem interagindo. Traduzamos pois as palavras acima inventariadas da língua alemã, já de si em maior número do que as soluções encontradas para as restantes línguas²⁴³. Além disso, não nos preocupemos para já, na tradução, com questões de registo ou de adequação sociolinguística: trata-se simplesmente de, sem tabus de qualquer espécie e de mente aberta, recolher o que nos vem à mente quando confrontados com determinado termo. Obteremos, em português, uma série de traduções, algumas quase com laivos «poéticos», donde que a atividade tradutológica em domínios de natureza técnica também beneficia de alguma experiência criativa, possa ela considerar-se, ou não, verdadeiramente como «literária»:

- a) *Partícula volante / pairante (que paira no ar [schweben = pairar]);*
- b) *Pó volante / pairante;*
- c) *Partícula de pó;*
- d) *Partículas de substâncias pairantes, ou: pedacinhos [minúsculos] de substâncias pairantes;*
- e) *[minúsculos] pedacinhos pairantes.*

Curiosamente, a palavra *Staub*, que vemos em algumas das construções acima, é a mesma que qualquer dona de casa articula regularmente numa palavra como *Staubsauger* (à letra, *aspirador de pó*, se bem que, eufemisticamente ou não, apenas digamos *aspirador* em português). O elemento *Staub* faz parte, portanto, daquilo a que poderíamos chamar uma genuína «língua de proximidade» (*Nähesprache*), conforme a defini atrás, ainda que de forma muito incompleta. Dentro do domínio temático em questão procurei, no mesmo glossário, a palavra *Mitverbrennung*, que já tenho visto em documentação alemã, e que significaria o mesmo que *coincineração* em português, caso as realidades designadas não fossem, também elas, necessariamente diferentes também. De imediato verifiquei que ela nem sequer ocorria neste glossário online, apenas se detetando a expressão mais recorrente em alemão *Müllverbrennung* («queima de lixo»), o que, a par de

243 Curiosamente, não se inclui aqui o termo *Feinstaub*, que surgiu recorrentemente na imprensa alemã em 2005 (cf. Ferreira 2006: 88 e segs.), e a respeito do qual é possível encontrar inúmeras páginas *online* – termo este com manifesta semelhança formal para com um dos vocábulos neerlandeses constantes desta mesma lista: *fijn stof*. Dir-se-ia que quanto mais próximas as línguas, mais os seus falantes (ou quem os governa) insistem em as afastar entre si...

evidência adicional por mim recolhida ao longo dos anos, me leva a concluir que há zonas da terminologia ambiental em que a língua portuguesa parece ser, digamos, mais «papista que o papa», mas nem por isso mais transparente, devendo pois sublinhar-se, como manifestamente importante, a abrangência e o interesse com que o tradutor acompanha, ao longo dos tempos, determinada temática de natureza técnica e/ou específica. Que acontece, a este respeito, com a língua alemã? Regressemos, por uns instantes, a Zé do Rock, mais propriamente ao seu livro *UFO in der Küche* («um óvni na cozinha»), em que relata o regresso a Munique, vindo dum planeta distante, do herói Pé do Jazz, que assim se vem a deparar com uma realidade entretanto totalmente alterada, quer pela reforma ortográfica, quer ao nível dos mais diversos pormenores quotidianos (o autor chega inclusivamente a sugerir, no seu estilo jocoso, que nesse futuro, porventura não muito longínquo, até os automóveis viriam a ser movidos a lixo, no Brasil!).

No que toca à língua alemã, não deixa de reconhecer o contributo das grandes figuras que a moldaram ao longo dos tempos, não para que ele seja preservado museologicamente, mas para que elas possam, de facto, servir de exemplo aos atuais utentes da língua, como se vê nos excertos a seguir, que um tanto dessacralizadamente pugnam, acima de tudo, pelo direito à criatividade linguística:

Martin Luther und Konrad Duden ham die deutsche rechtschreibung mer geändert als sich das ein heutiger reformer träumen könnte. Und sie ham immer dem Volk aufs mau geschaut, was reformgegner heutzutage »die sprache an halbanalfabeten anpassen« nennen würden (Zé do Rock, *Ufo in der Küche*, ein autobiographischer seiensfikschchen, p. 18). [Martinho Lutero e Konrad Duden mudaram mais a ortografia alemã do que alguma vez um reformador de hoje o poderia imaginar. E «olharam sempre para a boca do povo» (Lutero), coisa a que os adversários da reforma hoje chamariam «adaptar a língua aos semianalfabetos»]

Du kannst mit deiner sprache spilen! Si ham sie bereichert, der Luther, der Göte, in dem sie mit ir gespilt ham. (Ufo in der küche, p. 183) [Podes brincar com a tua língua! O Goethe e o Lutero enriqueceram-na, brincando com ela.]
Übrigens, ich shreib »Göte«, weil er selber sein namen auf 4 verschidene weisen geshriben hat, und ich hab mich statt für die komplizirteste für die einfache version enthiden (Ufo in der küche, p. 182.)

[Aliás: eu escrevo «Göte» porque ele próprio escrevia o seu nome de 4 maneiras diferentes, e em vez de optar pela versão mais complicada escolhi a mais simples.]

No contexto germânico, um fator relevante no surgimento da língua alemã foi, efetivamente, a ousadia de Lutero ao traduzir a Bíblia, a fim de que pudesse ser compreendida pelo cidadão comum (pela mãe em casa, as crianças nas ruas e o homem no mercado). Também nessa altura (e à semelhança do que hoje acontece com o binómio informática-ínglês), a tecnologia calhou associar-se à língua, uma vez que a magnitude deste evento foi multiplicada devido à invenção da imprensa (Stedje 1989: 120-128; Polenz 1970: 137-150; Walter, H. 1986: 310-311). No período que se seguiu, o número de publicações em língua alemã aumentou drasticamente (Betten: 37-40), pelo que se deve, em larga medida mas não exclusivamente, ao movimento da Reforma protestante, e também à atividade científica então emergente, o facto de a língua alemã se ter estabelecido, em boa parte do território dos países germanófonos, como língua da ciência e da cultura. Porém, de certa forma *a partir de baixo*, isto é, sem a intervenção centralista de algum governante. Se nem tudo durante este processo foram rosas (ou não tivesse ocorrido a devastação provocada pela Guerra dos Trinta Anos), a verdade é que o território a que hoje se chama a Alemanha, após um longo período de pulverização política, se caracteriza atualmente pelo federalismo (e, a nível linguístico, por significativas variações dialetais, todavia com tendência para se irem diluindo por interferência de uma vasta panóplia de fatores sociais). Nenhum soberano ou governante, em território alemão, estaria em condições de decretar com sucesso, pela via estritamente administrativa, a defesa da língua alemã – ao contrário da França, onde se levou ao extremo uma cultura centralista, assente na valorização dum idioma entendido como o da *grande nation française*, e contraposto a tudo aquilo que era falado fora do círculo central parisiense, então descaracterizado como «patois» (cf. Born, 2006: 114; Ehlich 2006: 20 / 46). Se, também na gastronomia, se cultivou compensatória e criativamente o apreço pelo local, também no que toca às línguas, da mesma forma que nos movimentos em prol da *slow food* e das *slow cities*, se pode hoje observar atitudes de resistência cultural contra as acelerações da época moderna, em regra induzidas por um princípio organizativo fortemente centralista, sem o qual os dispendiosíssimos Concorde e TGV, bem como as centrais nucleares, não seriam possíveis.

O caso alemão, ao contrário do francês (e assim o demonstra Ehlich, 2006), ilustra que as línguas nacionais não crescem necessariamente por influência da administração que delas se faz, sendo lícito interrogarmo-nos acerca do poder que possui a normalização emanada pelos centros de decisão linguística financiados (ou não) pelos Estados, e pelos interesses que se lhes associam. A consciência destas realidades (tanto no tocante ao excesso como à própria omissão) pode conduzir a uma certa rebeldia relativamente à administração da língua e sua «normalização», ou não fossem tantas vezes poetas e escritores, inerentemente desviantes relativamente àquilo que é a norma, os promotores indiretos (quantas vezes não intencionais!) da língua. Por tudo isto, o alemão, «língua sem estado» segundo Konrad Ehlich, e «policêntrica» na designação há muito estabelecida por Ammon (1995), uma vez que contempla vários centros difusores, constituídos pelos vários estados nacionais onde é falada, como a Alemanha, a Suíça ou a Áustria, não é exemplo a invocar por quem se empenhe em associar a língua nacional à ideia dum estado nacional, independente.

No entanto, embora perca terreno, a língua alemã continua a ser atrativa em determinadas áreas do conhecimento (Ammon, 1998), observando-se também movimentos (é o caso do Verein für Deutsche Sprache), oriundos da sociedade civil, que, recentemente, visam «puxar» um pouco por esses, e outros «galões» da língua alemã (um pouco como acontece com a recentemente constituída Associação Galega da Língua Portuguesa). É portanto necessário distinguir o produto «língua» (em muitos casos transnacional e envolvendo fronteiras fluidas entre variantes, bem como zonas de contacto com alguma hibridização) do produto «embalagem», muitas vezes fabricada artificialmente pelos Estados e interesses associados. Nem tão pouco se deve ignorar que um braço de ferro centralista é suscetível de conduzir a um acentuar, reativamente, dos movimentos dispersivos. A meus olhos de portuguesa (como diriam alguns reintegracionistas galegos: falante de uma língua «normal»), não deixa de ser curioso que certas peculiaridades ortográficas adquiram na Galiza um valor de bandeira política, claramente extravasando aquilo que constitui uma língua, a qual supostamente deve desempenhar um número variado de funções, desde a gnosiológica à comunitária, e não apenas um conjunto restrito das mesmas, como acontece com uma tacanha *lingua franca* (Ehlich, 2006: 57-58²⁴⁴). É ainda um pouco tabu falar em «nação» no contexto da Alemanha, se bem que o fenómeno futebolístico e outros aspetos da economia alemã recente tenham contribuído para um recolocar destas questões na agenda política. Perto de Gelsenkirchen vi em setembro, do comboio, uma série de bandeiras alemãs colocadas num jardim, óbvia reminiscência do campeonato mundial de futebol em parte ali realizado. Ainda assim, é conveniente recordar que, não só a arrogância imperial que conduziu à 1ª Guerra Mundial deixou marcas profundas na paisagem europeia, como a loucura hitleriana haveria de descredibilizar por completo, e duradouramente, o projeto duma língua alemã intimamente ligada *apenas* a uma dada nação ou cultura.

O facto de, desde o pós-guerra até aos anos 90 do séc. XX, terem existido dois estados alemães, aliás associados a projetos político-ideológicos diametralmente opostos mas falando a mesma língua, fez esbater as pretensões de associar o estado alemão que é hoje a República Federal da Alemanha à questão linguística. Ele funda-se, isso sim, numa série de outros aspetos, bem distintos da língua, pelo que, se a língua alemã é hoje prestigiada a nível mundial, e uma das mais aprendidas em todo o mundo por estrangeiros, tal se deve sobretudo à ação discreta do «milagre» alemão e ao gosto que os cidadãos germanófonos manifestam pela cultura e pelas viagens. Os apelos a uma vida mais sustentável, mas também a própria globalização, com a deslocalização de empresas poluidoras para regiões periféricas, fazem-se notar no facto de a paisagem alemã se achar hoje mais atraente do ponto de vista turístico do que em pleno período de industrialização, o que se constitui como outro atrativo a não menosprezar. Mais do que numa política cultural exacerbadamente assertiva, outra globalização da língua alemã parece estar patente em detalhes como o facto de, em qualquer local do mundo (até mesmo em zonas do chamado «Portugal profundo», onde nem mesmo a imprensa portuguesa chega...), ser hoje fácil aceder a canais em língua alemã na TV. Um mercado de 100 milhões de leitores falantes nativos, com toda a diversidade de escolhas – e de conhecimento – que isso implica no seio da União Europeia, faz desta língua uma «ferramenta»

244 Numa mesa-redonda realizada no último dia do encontro da *Gesellschaft für Angewandte Linguistik* realizado em Münster, em Setembro de 2006, dedicado ao tema da globalização e seu impacto linguístico, uma outra (pujante) função da linguagem, de que se vem falando nos debates em torno da proteção das línguas ameaçadas pelo inglês, foi salientada por Rudi Keller, a propósito da permeabilidade da língua alemã ao inglês, para efeitos de *marketing*. Referia-se este autor à ideia de que todas as línguas possuem a faceta de servirem para... *imponieren*. À função linguística correspondente eu chamaria «exibicionista».

imprescindível para a Lusofonia. Não é, de resto, esse o argumento tão invocado por galegos no sentido de a esta acederem? E que têm todas estas considerações a ver com a *minha* relação linguística com a Galiza?

5. A MINHA LÍNGUA E A GALIZA

Devido ao *handicap* monolíngue a que cada vez mais me vejo exposta, sinto necessidade de outras línguas, ou então de poder fazer uso da minha língua individual de formas (para mim) menos monótonas. Falo português desde os dois anos, e foi também em Portugal que fiz a minha escolarização. Aprendi, no entanto, o inglês ou o De como a diversidade na língua alemã alemão na universidade, e isso foi imprescindível para que me abalancasse a escrever certas coisas em português. De outra forma, no meu contexto cultural era provável que as calasse, atitude que me faz recordar um episódio observado numa piscina onde, em agosto de 2006, levei os meus filhos mais novos: um homem português, na casa dos 30 anos, comodamente sentado numa espreguiçadeira, percorria longamente sobre modelos de automóveis, respetivos preços, características, consumos, etc., num claríssimo ostentar de língua. Duas mulheres que o acompanhavam permaneciam mudas, mas tinham todo o ar de somente fingirem ouvi-lo... Precisamos de poder dizer coisas que o consenso social no qual estamos inseridos censura – se bem que, na maior parte das vezes, acabemos por as calar...

Que fazer? Que língua usar para escapar a um silêncio castrador? O facto de se ter uma língua a que chamamos *nossa* será sempre desejável? Eis pois o que me liga à Galiza: uma fronteira, uma barreira que se transpõe e que, como tal, *simbolicamente* nos faz falta. Se por cá me calo, para lá do «muro» já tenho algumas vezes falado... Tudo porque, tal como Zé do Rock (embora de modo necessariamente diferente), só concebo a minha língua em trânsito: é que em mim se foi ao longo dos tempos tornando *normal* não ser monolíngue. Tomada em exclusivo, a minha língua materna deixou portanto de me ser *normal*, tal como deixaram de fazer parte dela certos invólucros excessivos. Sinto-me *naturalmente* estrangeira onde quer que escreva, e talvez isso me aproxime um pouco de Zé do Rock. Aproxima-me também da Galiza, na realidade, a sua incontornável proximidade, isto é: o poder encontrar «lá fora» uma cultura tão próxima da nossa, ainda que também tão diferente... Daqui até eu ter o poder de criar a minha própria norma linguística, ou para decidir acerca da norma na Galiza, vai, no entanto, uma enorme distância!

1. BIBLIOGRAFIA

- Ammon, Ulrich (1995), *Die deutsche Sprache in Deutschland, Österreich und der Schweiz. Das Problem der nationalen Varietäten*, Berlin / Nova Iorque: de Gruyter.
- Betten, Anne (1987), *Grundzüge der Prosasyntax. Stilprägende Entwicklungen vom Althochdeutschen zum Neuhochdeutschen*, Tübingen: Niemeyer.
- Born, Joachim (2006), «O confixo euro- nos países românicos e germânicos», in: Athayde, Maria Francisca (coord.), *Estudos sobre Léxico e Gramática*, Caderno do cieq n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 111-138.
- Cáccamo, Celso Álvarez (1997), «Da Bilinguística à Ecolinguística: um câmbio de paradigma necessário», in: revista *Communicare. Revista de comunicação*, APECDA, sob a Direção de Arnaldo Lucas, Porto, 87-92.
- Dawkins, R. (1976), *The selfish gene*. Oxford. Oxford University Press.
- Dawkins, R. (2006), *The God Delusion*, Bentham Press.
- Delille, Karl Heinz (2003), «Bemerkungen zur neuen deutschen Rechtschreibregelung (für portugiesische Gebraucher)», in, O CIEG abre as suas portas. Atas do encontro com os professores de alemão da zona centro. Comissão organizadora: Maria António Hörster, Maria Cristina Carrington, Maria Francisca Athayde, Peter Hanenberg, Caderno do cieq n.º 2, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos Delille, Karl Heinz (2003), «»,
- Delille, Karl Heinz / Athayde, Maria Francisca, *Estudos de Linguística Contrastiva e Interdisciplinar*, Caderno do cieq n.º 10, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- Dudenband 1 (2004), *Die deutsche Rechtschreibung*, Hg. v. d. Dudenredaktion, 23., völlig neu bearb. uerw. Auflage. Mannheim, Leipzig.

Ehlich, Konrad (2006), Die internationale Valenz des Deutschen und die europäische Sprachenpolitik «A valência internacional do Alemão e a política linguística europeia», in: Delille, Karl Heinz, Athayde, Maria Francisca / Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *A língua alemã: situação e perspectivas*. Caderno do cieq n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 9-61.

Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), Dito €-feito: (co)incineração, produção limpa e (crio)reciclagem.

Ensaio de Ecolinguística Aplicada (inclui a tradução portuguesa da brochura «Reciclar em vez de Queimar»). Caderno do cieq n.º 21, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.

Ferreira, Adelaide Chichorro / Athayde, Maria Francisca (2006), «O Alemão em números – O ensino do Alemão na Região Centro», in: Delille, Karl Heinz, Athayde, Maria Francisca / Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *A língua alemã: situação e perspectivas*. Caderno do cieq n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos 63-82.

Ferreira, Adelaide Chichorro (2007?), «O admirável mundo das linguagens de especialidade», in: Chrystello, Chr. (Ed. CMB no prelo, Atas dos encontros I-IV da Lusofonia de Bragança.

Mühlhäusler, Peter (1996), *Linguistic Ecology*, London, New York: Routledge, 212-240.

Polenz, Peter v. (1970), *História da Língua Alemã*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Schreiber, Mathias (2006), *Deutsch for sale*, in: *Der Spiegel*, nº 40, 2.10.2006 (Título de capa:» Rettet dem Deutsch!« Die Verlotterung der Sprache), 182-198.

Stedje, Astrid (1989), *Deutsche Sprache gestern und heute*, München: W. Fink.

Walter, Henriette (1996), *A Aventura das línguas no Ocidente. A sua origem, a sua história, a sua geografia*, Lisboa, Terramar.

Zé do Rock (1995), *Fom winde ferfeelt, ain buch von Zé do Rock*, Edition Diá, Berlin.

– (2000), *Ufo in der küche. Ein autobiografischer seiens-fikschen*, München / Zürich: Piper.

– (2002), *Deutsch gutt sonst geld zuruck. A siegfriedische und kauderdeutsche ler- und textbuk von Zé do Rock*, München: Antje Kunstmann.

29) ANABELA MIMOSO (CONFRARIA QUEIROSIANA) WWW.FEQ.PT

Licenciada em História, Mestre em Cultura Portuguesa, doutora em Cultura Portuguesa, pela FLUP

ATIVIDADE LITERÁRIA

Livros para crianças e jovens:

História de um Rio Contada por um Castanheiro (esgotado);

O Manuscrito da Grad'Ouro (coautora), (esgotado) – Porto Editora;

Era um Azul tão Verde (1992);

O Tesouro da Moura (1993);

Dona Bruxa Gorducha - (1995 e distinguido em 1996 pela Revista Whiteravens) – Coleção “Barquinhos de Papel” – Porto Editora (esgotados);

“O Arrumador”- em Contos da Cidade das Pontes;

O Último Período, (2002);

Um Sonho À Procura De Uma Bailarina (2002);

Parabéns, Caloira! (2003);

Quando nos Matam os Sonhos (2005) - ed. Âmbar;

Como um Pé-de-Vento (coautora), Xunta da Galiza (2005);

O Tesouro do Castelo do Rei (2006), etc..

OUTRAS OBRAS:

1972/5 Traduções para a Livraria Civilização Ed., “Coleção Hoje”; coautora de manuais escolares para o ensino de Português do 5º,6º,7º,8º e 9º anos – Porto Editora (entre 1980 e 2000);

Colaboração na coletânea de poesia da Associação de Escritores de Gaia, Antologia (1992) e com o conto “A Casa” na coletânea de Contos da Associação de Escritores de Gaia - Contos e Ditos - (1993); Coordenação da coleção “Barquinhos de Papel” – Porto Editora;

Autora dos trabalhos de investigação: "Contos e Histórias de Gonçalo Fernandes Trancoso - um Livro Exemplar" in Revista de Línguas e Literatura da FLUP, 1998; "O Papel dos novos/velhos desafios na recuperação da memória oral", in Pedagogias do Imaginário (coord. de Armindo Mesquita), Ed. Asa, 2002 (coautora); "O Porto na Literatura Infantojuvenil contemporânea", Malasartes, nº 10, dezembro de 2002; "Didática de uma Visita", O Docente, julho, 2004; "Para o Estudo da Paremiologia", Revista de Portugal, nº 1, 2004; "São brancas e vermelhas..." – texto para o catálogo da Expocamélia 2005; "Morte Redentora" – J.L. nº 900; "O Paratexto no séc. XVII: a folha de rosto" – Revista de Portugal, nº 2, 2005, etc.

ATIVIDADE CULTURAL

Autora e apresentadora do programa Infantil **O Cantinho da Pequeneda** na Rádio Clube de Gaia (1987) e coordenadora da página "Ensino e Educação" do jornal Contemporâneo (1988). Faz parte dos corpos diretivos da Associação de Escritores de Gaia e da Associação Amigos do Solar dos Condes de Resende/Confraria Queirosiana; é mesária da Confraria Queirosiana; faz parte do conselho editorial da "Revista de Portugal", e é membro associado do Gabinete de História, Arqueologia e Património, presidente do Clube Literário Queirosiano e da Comissão de Itinerários. Tem feito comunicações em vários encontros de professores, escritores e bibliotecários, participado em Feiras do Livro e feito animação de bibliotecas públicas (em Portugal e Galiza) e escolares em encontros com os alunos em escolas portuguesas e galegas. Participou no projeto "Malas Viaxeiras" e "Estafeta do Conto" com a Junta da Galiza e a Delegação Norte do Ministério da Cultura

A EDIÇÃO BILINGUE

A partir do relato de uma experiência implementada em Bibliotecas do Norte de Portugal e da Galiza, pela Xunta da Galiza e pela Delegação Norte do Ministério da Cultura, no ano de 2005, chamada **Estafeta do Conto**, em que participaram quatro escritores galegos e quatro portugueses e de que resultaram dois livros escritos a quatro mãos, mas com ideias de mais de duzentas crianças do 2º ciclo, pretende-se mostrar que:

1º- O contacto entre as duas variantes da língua no seu registo oral ou escrito deve ser feito precocemente através da Literatura e com o envolvimento de bibliotecas municipais ou escolares, contando com a participação de escritores das duas nações;

2º- As edições das obras resultantes dessa colaboração devem ser bilingues, de maneira a que cada criança conheça melhor a sua variante linguística e a do outro;

3º- Como já demonstrámos em anterior trabalho, entre falantes de variantes da mesma língua só as edições bilingues permitem que se proceda, simultaneamente, o conhecimento da outra variante, possibilitam o confronto entre as duas, bem como o trabalho de reflexão sobre a própria língua.

Se bem que estes Encontros sejam dedicados, essencialmente, à discussão das questões linguísticas, é evidente que as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza não se reduzem a essas questões, na medida em que a História e a continuidade geográfica entre as duas regiões propiciam a existência de muitos aspetos culturais comuns. No sentido de consolidar os laços culturais que unem a Galiza ao Norte de Portugal, a Junta da Galiza e a Delegação Regional da Cultura do Norte têm vindo, desde longa data, a trabalhar em conjunto.

Ao dar a conhecer estes programas de cooperação, como participante neles, pretendo testemunhar como, na prática, foi possível fomentar a aproximação entre os povos das duas regiões e, conseqüentemente, o melhor conhecimento da cultura de ambos, nomeadamente da literatura e da língua. As discussões académicas são úteis para o estabelecimento das normas que, por motivos históricos ou práticos, deverão ser seguidas, mas não serão essas discussões que hão de modificar o *status quo* do galego junto das populações galegas ou das portuguesas, nem junto das populações do resto da Espanha.

Criar hábitos de contacto com a língua falada e escrita desde a mais tenra idade é o meio mais seguro para a vivificar e conservar. Confrontá-la com a norma seguida na margem esquerda do Minho é um meio de a usar, de a fortificar, de a estudar, logo, de a manter. Por outro lado, deste contacto, a língua portuguesa sai também reforçado, pois pode reintegrar vocábulos há muito caídos em desuso, “emprestar” outros, enfim, refletir sobre ela própria.

Obviamente que na avaliação destes programas há que ter em conta a limitação no tempo e no espaço da sua implementação, mas o que interessa é perceber qual o caminho que pode ser seguido e quais os resultados obtidos.

Graças ao programa Comunitário Interreg III – Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha – foi possível facilitar essa cooperação e possibilitar a realização de eventos culturais em zonas culturalmente mais carenciadas, uma vez que 75% dos custos totais do projeto, que ficou por mais de um milhão de euros, foram pagos com fundos europeus. Assim nasceu, em 2003, o projeto “Cultura sem Fronteiras”, subdividido em duas vertentes: “Maletas Viageiras” e “Caminho das Letras”, em torno da Literatura, e “Sendas”, dedicada à música, ao teatro, à dança e a congressos especializados. A “Cultura sem Fronteiras” - CUSEFRO - teve a duração de dois anos.

Este projeto visava, globalmente, lutar assim contra a «desertificação humana e o desenraizamento social e cultural, consequência do isolamento inerente a estas áreas contíguas» (CSF: 14), tentando «estimular o enraizamento da população, manter o património histórico, artístico e cultural, reforçar e melhorar o seu conhecimento» (CSF:16). Por sua vez, as “Maletas Viageiras” e “Caminho das Letras” visavam, especificamente: «provocar o conhecimento da língua e da literatura nestas duas regiões tão próximas, com o fim de aprofundar o seu estudo e favorecer a sua divulgação e transmissão entre as gerações mais novas, incumbindo-as de conservar a sua riqueza e vigência no futuro» (ECUS: 7,8) e é precisamente sobre estes dois programas que nos iremos debruçar um pouco mais atentamente.

Assim, no âmbito do “Caminho das Letras”, em 2003 e 2004, foram realizados vários roteiros em torno da vida e obra de escritores de ambas as regiões (Rosalía de Castro, Álvaro Cunqueiro, trovadores da Ria de Vigo - Mendinho, Martin Codax e Juan de Cangas -, Eça de Queirós, João de Araújo Correia, Miguel Torga, Teixeira de Pascoaes, Camilo Castelo Branco) permitindo assim o conhecimento dos grandes vultos das letras destas duas regiões, mas também o conhecimento da gastronomia, do património natural e cultural das áreas visitadas. Os seus destinatários eram os professores do secundário e a bibliotecários que tinham como missão a divulgação destas experiências junto dos colegas, dos alunos e dos frequentadores das bibliotecas.

Por sua vez, as “Maletas Viageiras” eram constituídas por lotes de livros e material audiovisual e dirigiam-se ao público de todas as idades. Havia doze lotes de seis maletas cada (seis escritores galegos e seis portugueses) que percorreram as bibliotecas ou centros culturais das duas regiões.

Cada lote era constituído por:

- Narrativas para adultos
- Literatura para adultos (outros géneros)
- Literatura Infantil
- Literatura infantil e juvenil
- Livros de viagens, guias, História e Geografia
- Música, vídeos e DVD

As bibliotecas contempladas foram, na Galiza: Redondela, Rosal, Tui, Ribadavia, Salvaterra do Miño, Baiona, Celanova, A Guarda, Barro, Nigrán, Xinzo de Limia e Sandiás; em Portugal: Alijó, Tomás Figueiredo, Barcelos, Caminha, Chaves, Esposende, Forjães, Fafe, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Monção, Ponte de Lima, Valença, Vieira do Minho, Vila Pouca de Aguiar e Vila Verde.

Paralelamente realizaram-se encontros com escritores nas instituições que acolheram as maletas. Desta forma, os leitores galegos (crianças, jovens ou adultos) puderam conhecer e ouvir os escritores portugueses e os leitores portugueses puderam conhecer e ouvir os escritores galegos: Viale Moutinho, Miguel Miranda, Alexandre

Parafita, Braga Amaral, Pires Cabral, Alexandre Honrado e Anabela Mimoso; Paco Martin, Xabier Docampo; António Garcia Teijeiro, Neira Cruz, Fina Casalderrey, Gloria Sanchez, Agustín Paz, Vazquez Freire, Yolanda Castaño, Luísa Castro, Marina Mayoral e Marilar Alexandre.

Particularmente importantes foram os encontros realizados com o público infantil ou juvenil nas bibliotecas ou nas escolas. As crianças puderam constatar que a língua, «com alguma corrupção» era a mesma e que era possível a um galego ler e perceber o português, bem como a um português ler e entender o galego, ao mesmo tempo que amadureciam e aprofundavam o conhecimento da sua própria língua.

Com este projeto conseguiu-se lograr um melhor conhecimento e difusão da literatura de ambas as regiões; o reforço de equipamentos culturais; a rentabilização dos espaços culturais; a criação (ou intensificação) de hábitos de intercâmbio cultural; o contacto entre criadores e entre estes e um público transfronteiriço, bem como uma aproximação à identidade cultural, mercê do melhor conhecimento de si e do outro. Pôde-se constatar através deste projeto, embora isso não possa ser mensurável, «um grande interesse pelo conhecimento da literatura do outro país, assim como da música», mas, mais importante ainda é que se pôde perceber que «o público mais interessado foi o de menor idade, porque os livros mais consultados foram os de literatura infantil e juvenil» (CSF: 139).

Se bem que o projeto não fosse, nem pudesse ser extensivo a todas as crianças de ambas as regiões, permite-nos esperar que no futuro um bom número dos seus cidadãos conhecer-se-ão melhor, mas também que estava aberta de par em par a porta para a segunda fase do projeto, levada a cabo no ano seguinte (2005): o programa ECUS, ou seja, Encontros de Culturas.

Os objetivos continuavam a ser os mesmos, portanto, «intensificar as relações culturais entre ambos os lados da fronteira e estabelecer canais fluidos de comunicação no âmbito da cultura» (ECUS: 8). O programa assumia três vertentes: “Musicarte”, “Encontros” e “Estafeta do Conto”. Obviamente que iremos centrar-nos na “Estafeta do Conto”, por ser esta a vertente dedicada à literatura e à língua.

Este projeto desenvolveu-se então em torno da ideia de favorecer o conhecimento da língua e da literatura galega e portuguesa. «Com este objetivo selecionaram-se oito espaços culturais na Galiza e no Norte de Portugal, fundamentalmente bibliotecas, mas também escolas, casas de cultura ou espaços compatíveis para o efeito, em função da sua disponibilidade. Para os locais selecionados enviaram-se diversos materiais como os denominados “Maletas Viageiras”, que já funcionaram no anterior projeto “Cultura sem Fronteiras”, renovando os lotes de livros, CD, vídeos e DVD existentes.

Para além de tudo isto, desenvolveu-se um novo projeto com o objetivo de conseguir o contacto direto com o mundo da criação através da presença de escritores e escritoras. Nesta parte do projeto, cada espaço foi visitado por um(a) escritor(a) que tinha como missão escrever uma parte de um conto, contando com a ajuda dos meninos e meninas. Os textos resultantes foram publicados, acompanhados pelo trabalho gráfico de um ilustrador galego e outro português, nas duas línguas» (ECUS: 49).

Participaram neste projeto oito escritores: Fina Casalderrey, Xabier Docampo, Paco Martin e Gloria Sanchez; Ana Luísa Amaral, Vergílio Alberto Vieira, João Pedro Messeder e Anabela Mimoso, divididos em duas equipas mistas (chamadas Barriga Verde e Salta Pocinhas): cada par era formado por um escritor galego e uma escritora portuguesa ou vice-versa: uma escritora galega e um escritor português. Nos espaços galegos o(a) dinamizador(a) era português ou portuguesa, nos espaços portugueses era galego(a). Nasceram assim dois livros: *Passos de Música*, *Caminhos de Água* e *Como um Golpe de Vento*, ilustrados, respetivamente, por Xosé Cobas e por António Modesto. O projeto envolveu cerca de meio milhar de crianças, além de professores e bibliotecários.

Foram visitadas na Galiza: Bueu, Pontearreas, Oleiros, Cambre, Xinzo de Limia, Celanova, A Guarda e Cangas e em Portugal: Chaves, Santa Marta de Penaguião, Ponte de Lima, Amares, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Celorico de Bastos e Amarante.

O que mais nos impressionou neste contacto direto com as crianças, foi o prazer que elas sentiram em poder dialogar com o(a) autor(a) da outra banda do Minho sem necessidade de intermediário (tradutor), sem constrangimentos, nem equívocos que não fossem fácil e prontamente resolvidos. Através deste envolvimento no jogo da “invenção” da história, estas crianças tiveram, no decurso da atividade, o ensejo de desenvolver o seu raciocínio (encadeamento lógico de ideias), a sua própria língua falada, a socialização, exatamente como se tivessem feito a sua entrada na “oficina” de um escritor. Mas, paralelamente, foi-lhes propiciado o conhecimento da língua falada e da cultura do outro, num claro exercício de democracia, permitindo descobrir e assumir na alteridade, a sua própria identidade.

Mais importante ainda é que esta atividade não se limitou às duas horas de contacto direto com os criadores de sonhos. Implicando as crianças no mecanismo de produção da narrativa, criou-se-lhes um vínculo com a obra que jamais esquecerão e que é recordado pelo nome de cada uma delas inscrito no livro. Ao transformar essa participação num livro pôde-se abrir o caminho para o contacto com a variante da língua escrita pelo outro, prática ainda menos frequente do que o contacto com a língua falada. Este contacto com o escrito é duplamente útil, pois, não só se dá acesso ao conhecimento da variante utilizada na outra margem do Minho, como permite a reflexão sobre a sua própria língua, enriquecendo-a, tornando-a mais dúctil. Isto só foi possível porque a edição das duas obras apresentava, a par um do outro, os textos nas duas variantes da língua.

Como defendemos numa comunicação anterior, apresentada no 4º Colóquio de Lusofonia dedicado a Timor, no caso de se tratar de variantes ou normas de uma mesma língua, deve-se, sempre que possível, promover a edição de obras bilingues, pois, a acessibilidade a ambas as normas desperta a curiosidade, logo a descoberta das semelhanças e diferenças e, posteriormente, a reflexão sobre as razões da sua existência e o enriquecimento mútuo.

Se é verdade que o mercado do livro é mais reduzido ainda na Galiza do que em Portugal, então há que alargá-lo, somando os leitores portugueses (pelo menos os do Norte) aos leitores galegos, apostando nas edições bilingues. Aquilo que foi iniciado pelas instituições políticas pode, deve, ser retomado pela sociedade civil. A verdade é que esta não tem sabido dar resposta à questão. As editoras galegas, sobretudo no que diz respeito à literatura infantojuvenil, têm, até agora, apostado nas traduções dos seus autores em português, mas esta estratégia meramente comercial não tem interesse para o conhecimento da língua. Convém também referir que não tem havido reciprocidade na aceitação da comercialização da tradução de obras dos escritores portugueses, pelo que não se pode falar em intercâmbio, mas sim numa tentativa de dominar o mercado português do livro. Claro que esta iniciativa, que em nada serve os interesses dos escritores e da literatura portugueses, torna-se pouco credível no nosso país.

De qualquer das maneiras, é fundamental, porém, que a tradução seja feita com especial esmero e não por um mero conhecedor de ambas as línguas, sobretudo no que diz respeito à literatura infantojuvenil. Ela deve ser feita também por um escritor, de preferência, e conhecedor da obra do outro para que possa perceber e respeitar as características que o individualizam. Foi assim que os escritores envolvidos no processo procederam ao inteirar-se primeiro da obra do seu par. Claro que a tradução foi revista pelos oito autores, mas sobretudo pelo autor traduzido que, assim pôde sentir e ter voz ativa no texto na outra variante da sua língua.

Mas a implementação da edição bilingue não se deveria limitar ao público português: deveria ser tomada também em relação às restantes línguas faladas em Espanha: o castelhano, o catalão e o basco. Só assim se pode esperar que num futuro, não muito distante, o galego seja amado por sevilhanos, madrilenos, valencianos..., portugueses e galegos e só se ama o que se conhece.

BIBLIOGRAFIA:

Como um Golpe de Vento (2005), ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte
Cultura Sem Fronteiras, ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

ECUS, 2005, ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

Passos de Música, Caminhos de Água (2005) ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

30) ÂNGELO CRISTÓVÃO

Nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, tendo-se dedicado a estudar os métodos e técnicas de investigação nas ciências sociais. A sua atividade no mundo empresarial não o impede desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura.

Em 1987 participa no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", publicada posteriormente na revista *Agália*. Desde esse mesmo ano colabora ativamente na Comissão Sociolinguística da AGAL, sendo o seu coordenador até 1990, em que publica na revista *Noves de Sociolinguística* (Barcelona) uma "Bibliografia de sociolinguística lusófona", reeditada na revista *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística* (Braga).

Em novembro de 2004 publica a edição crítica (sob a sua responsabilidade) do primeiro livro em português do reconhecido sociólogo catalão Lluís V. Aracil: *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*. (AAG-P, Braga). O livro é lançado pelo autor em 26 de novembro de 2004, durante a realização do II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal, em que e exerce a função de secretário.

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES PUBLICADAS

(1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in *Nós*, núm. 16-20, pp. 139-146.

(1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in *Agália*, n.º 14 (verão), pp. 157-177.

(1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. IV-V, n.º 14-20, pp. 123-127.

(1989): "Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in *Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense*, pp. 237-254.

(1990): "Bibliografia de Sociolinguística Lusófona", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, n.º 9, Barcelona, pp. 3-33.

(1992): "Language Planning: Atitudes", in *Actas I Congreso de Planificación Lingüística*, Santiago de Compostela, pp. 383-400.

(1994): "Medição de variáveis: competência e uso linguístico", in *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, Comunicações suprimidas, n.º 2.

(2003): "Paradoxos da Galiza", *Semanário Transmontano*, 3 de julho. Na internet:

<<http://www.lusografia.org/paradoxos.htm>>

(2004): "Questione della lingua: introdução e bibliografia", comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 16-17-18 de setembro. Na internet:

<<http://www.questione.org/node/view/210>>

(2004): (Org.) Lluís V. Aracil: *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*. Associação de Amizade Galiza-Portugal. Braga.

A LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

0. INTRODUÇÃO

Os Colóquios da Lusofonia têm tratado, desde 2001, a situação da língua portuguesa nas suas diversas perspetivas. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as suas problemáticas no mundo. A organização decidiu dedicar a edição de 2006 à Galiza sob o título «Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza». Além de outorgar-lhe a máxima difusão pelos canais habituais, foram

enviados convites de participação a um amplo leque de entidades públicas e privadas, cujas respostas estão refletidas nas comunicações que agora são publicadas. Existia o convencimento de que a convocatória do Colóquio e a cidade de Bragança constituíam um contexto apropriado e atraente para a participação, num mesmo espaço, das diversas sensibilidades existentes a respeito da língua da Galiza, das diversas entidades culturais que, em linhas de atuação semelhantes, mantêm divergências sobre a forma de escrever, defender e promover o galego, o português da Galiza. É justo agradecer a participação de todos os oradores, e lamentar a ausência de outros que, querendo participar, por diversos motivos ficaram excluídos. Para o sucesso do Colóquio contribuíram também os intérpretes Isabel Rei e Yerko Ivánovic, guitarrista e pianista cujos concertos e estreias musicais merecem todo o respeito e gratidão.

Os depoimentos aqui reproduzidos permitem obter uma ideia geral sobre a situação, posicionamentos e perspectivas do português na Galiza. O debate produzido teve lugar por decisão dos participantes. Naturalmente, o colóquio não pretendeu substituir nenhuma função nem encerrar nenhum tema. Antes ao contrário, tentou servir como contexto para o início ou consolidação da colaboração entre as diversas entidades associativas participantes. As comunicações sobre o tema das traduções têm sido constantes em todos os colóquios, constituem um elemento de continuidade e uma janela aberta para outras culturas e realidades linguísticas, que nos enriquecem mutuamente. Se for preciso ressaltar uma iniciativa entre as apresentadas esta é sem dúvida a proposta de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. Defendida pelo Professor Doutor Martinho Montero Santalha, que lembrava a antiguidade da ideia e a adequação do contexto de Bragança para o seu lançamento, este ambicioso projeto recebeu a maior quantidade de comentários no debate posterior. O texto, a gravação da intervenção e a transcrição dos debates receberam uma ampla difusão em diversos meios da internet, e constitui um empreendimento de grande envergadura cuja consolidação poderá significar um salto qualitativo para a Galiza na defesa e ilustração da sua língua nacional.

Para um cidadão português comum pode resultar difícil perceber a problemática do português na Galiza, começando por não identificar o galego como uma das variedades do português. Mesmo no caso de ter alguns conhecimentos sobre a questão, e admitir que «o galego», com os seus sotaques e léxico diferenciados, é uma das formas da língua portuguesa, a afirmação contradiz o discurso político «correto», tornado em hábito cultural maioritário, que se resiste a reconhecer a Galiza como nação lusófona. Então, que fazem estes galegos, no fim de contas, espanhóis, a quererem aprender português? A questão perde essa simplicidade aparente quando começamos a observar a realidade sem preconceitos e com alguma atenção.

No caso de um sociolinguista notável, e provavelmente o mais importante do âmbito peninsular, o catalão Lluís Aracil, o seu interesse pelas línguas como factos sociais surgiu quando, indo pela rua, sentiu uma mãe a falar em catalão com as amigas, enquanto falava só em castelhano ao filho. Era claro – razoava ele – que, se todos os pais se comportassem assim, o catalão desapareceria numa geração. A pertinência desta cita reside em que, na Galiza de 2006, sob diversas formas, continuam a produzir-se esses comportamentos. É essa espécie de esquizofrenia social que tem lugar no terreno da língua, a história, a música ou política, que motivou diversos esforços de investigação e reflexão dos estudiosos galegos presentes no V Colóquio da Lusofonia.

As dificuldades para os portugueses, em geral, perceberem em toda a sua dimensão a questão da língua na Galiza não se explicam pela singularidade galaica, mas pela especificidade portuguesa, pelos hábitos linguísticos e culturais de uma nação unilíngue ou, dito por outras palavras, sem experiência de convivência com outras línguas no seu território (se excetuarmos o ásture-leonês de Miranda do Douro). As situações de contacto linguístico, a implicarem a necessidade de aprender mais de uma língua ou mais de uma variedade da mesma língua, não apenas como opção pessoal, mas principalmente como norma social estabelecida, transmitida e reproduzida, são um caso muito frequente, em todo o planeta.

Quanto uma situação de contacto de línguas se torna continuada no tempo, estabelece-se uma norma de atuação social e, por consequência, pessoal, em resposta a essa situação, que se torna rotineira até tornar-se inconsciente, não reflexiva. Por exemplo, até há poucas décadas, os galegos, em geral, não refletiam, não punham em questão a obrigação social de aprender castelhano, e a exclusão total da sua língua do sistema de ensino, da igreja, da justiça, da comunicação social, etc. Eram os hábitos aprendidos, transmitidos principalmente

pela família, a escola, a igreja e a administração pública, alicerçados na repressão política do estado espanhol, que garantiam a reprodução desse comportamento linguístico de submissão ao castelhano, que puniam qualquer tipo de dissidência através de diversos mecanismos de coação.

A tomada de consciência de grupos pequenos, mas ativos, de pessoas organizadas em associações culturais e políticas, já a começos do século XX, mas especialmente desde a década de 1960, iniciou um processo de mudança na situação do português galego, primeiro nas camadas mais ativas e conscientes de intelectuais, transmitido depois a todas as ordens da vida social, num processo que continua na hora presente e demorará algumas décadas em atingir o seu alvo. As questões que em 1980 se apresentavam publicamente a respeito da língua, a chamada *questão do galego*, tinham a ver com o rango legal da língua e, secundariamente, com a discussão sobre normas para a escrita. É claro que, se a luta do século XX se concentrou em conseguir a oficialidade do galego, a pergunta e o debate sobre qual galego se deveria difundir e ensinar ficou preterida por diversos motivos, num segundo plano, ou “para momentos mais propícios”.

Na altura da queda do regime franquista, em 1975, era um problema não apenas pendente, mas escassamente esboçado, tratado e discutido. Se na altura de 1980 se registam duas linhas linguísticas claramente diferenciadas e divergentes nos níveis universitários, o debate não chegava suficientemente ao público em geral, e a consigna na comunicação social era “poupar essa discussão à população”. Foi esse atraso, e essa indefinição, o contexto que aproveitou a Aliança Popular, depois Partido Popular - que tomaria as rédeas do governo da Junta da Galiza para promover a castelhanização gramaticalizada, institucionalizada, sob a cobertura “científica” do Instituto da Língua Galega e Real Academia Galega.

1. O CONTEXTO LEGAL

Vejamos qual é o rango do galego no plano legal. A década de 1980 começa no plano institucional com a criação da Comunidade Autónoma da Galiza, cujo estatuto de autonomia foi concedido pela constituição espanhola de 1978, instrumento principal da chamada *transición española*. No *Estatuto de Autonomia para Galicia* o galego fica à par do castelhano no rango oficial, mas várias sentenças do Tribunal Constitucional espanhol assinalaram, em 1986, a hierarquia linguística indiscutível: nas comunidades autónomas com duas línguas oficiais, só o castelhano é sujeito do direito e dever de ser aprendido. Para o galego, basco e catalão foi denegado explicitamente, em sentença do Tribunal Constitucional espanhol, o *dever* de os cidadãos o conhecerem. Em rigor, estas línguas e o seu uso só podem ser sujeito de direito. No caso da Galiza, este direito, nas relações com a administração, está condicionado à coincidência de o receptor - o interlocutor - conhecer igualmente o galego, e de ter vontade de o utilizar. Basta, no âmbito administrativo, o funcionário alegar desconhecimento da língua da Galiza para anular este direito ao cidadão. Por outro lado, os organismos públicos têm o dever de ensinar “o galego” mas não podem obrigar a utilizá-lo. Por conta, sempre que um cidadão espanhol solicitar o uso do castelhano, na Galiza, as administrações públicas estão obrigadas a atendê-lo nessa língua. Em último caso, o uso do galego depende da vontade dos cidadãos residentes na Comunidade Autónoma. Em suma, os galegos continuam a ser discriminados por uma legislação antidemocrática, endereçada a conseguir a inveterada pretensão do estado espanhol, a supremacia do castelhano, e a aniquilação ou, pelo menos, a subordinação das outras línguas. Permanece, contudo, o *prémio de consolação*, porquanto é reservado para “las demás lenguas” (ignominiosamente anónimas na *Constitución*) o rango de *lénqua propia*, neologismo e eufemismo do que antes era denominado língua popular, regional, vernácula ou *patois*.

2. DA EXCLUSÃO À APROPRIAÇÃO: O CASTELHANO COMO MODELO DA “LÍNGUA GALEGA”

Para entendermos o processo de padronização do português da Galiza deveríamos ter em conta os antecedentes, que se remontam aos fins do século XIX. A literatura demonstra que a necessidade de aproximação do português era comumente admitida entre os escritores galeguistas mas, na prática, o uso mais estendido era a aplicação da ortografia do castelhano, por ser esta a língua em que era alfabetizada a população, mesmo os escritores. Isto

acontecia na primigénia Real Academia Galega (instituída em 1906) e nas Irmandades da Fala históricas (nascidas em 1916). Esta situação deve ser entendida no seu contexto, em que não havia possibilidade de levar a termo um projeto galeguizador real. Nas décadas seguintes, desde âmbitos oficiais do Estado Espanhol e da República Portuguesa, foram promovidos, esporadicamente, eventos culturais para salientar a unidade da língua e a cultura galego-portuguesa, como os Encontros Galaico-Minhotos da década de 1960. Tratava-se de atos folclóricos, frequentemente apoiados ou organizados pelas autoridades franquistas e salazaristas, sem maior transcendência. A cultura do galeguismo, quer na primeira fase, quer na sua etapa antifranquista, incluía uma noção do galego como *fala do pobo*, como língua popular, o que em grande medida se situa nos antípodas de toda e qualquer língua nacional. Isto pode ser facilmente demonstrado, quer pelas análises de discurso, quer por uma leitura atenta dos textos. Esta noção foi assumida pela generalidade dos dirigentes do nacionalismo galego desde a década de 1960, em que iniciaram um labor político que, com o passar do tempo, seria finalmente capitalizado pelo Bloque Nacionalista Galego, especialmente a partir da década de 80. É verdade que durante o século XX se registaram várias controvérsias em revistas especializadas e correio privado sobre a *questione della lingua*. Mas foi só nos fins da década de 1970 que a discussão sobre o modelo de galego, especialmente sobre a ortografia, se tornou objeto de controvérsia pública. A razão parece evidente: era a altura em que, pela primeira vez na história, existia o contexto político para a língua da Galiza se tornar oficial e, por consequência, existirem âmbitos de poder académico, político e económico. Nesse contexto de queda da ditadura, as instituições espanholas decidiram mudar a estratégia política. O estado não podia manter a velha política explicitamente repressiva contra as línguas diferentes do castelhano. Era preciso mudar as formas para manter os velhos privilégios, a antiga hierarquia. No nosso caso, o que antes da *Transición Española* era desprezo e exclusão do galego em todas as ordens da vida pública, como discurso e prática oficiais, foi mudado para uma política planificada de apropriação académica e institucional, para promover uma forma do galego extremamente castelhanizada, o que garantia a continuidade da hegemonia linguística e ideológica, os velhos privilégios provenientes da ditadura. O passo principal nesta política foi o chamado Decreto Filgueira (decreto de castelhanização), produzido de costas viradas ao Parlamento Autónomo, em 1983, dando caráter oficial às normas do ILG, assumidas pela RAG em 1982. Nesse contexto iniciaram um processo com duas vertentes: por um lado, os intentos de coação da «dissidência linguística» oposta à castelhanização; por outro, a apropriação da legitimidade académica e institucional. O galego tem rango de língua oficial mas, de facto, esse direito não pode ser exercido pelos cidadãos em muitos aspetos da vida pública, pela oposição institucionalizada contra qualquer progresso no uso do galego em âmbitos anteriormente exclusivos do castelhano, com é o caso justiça. Em contradição com a legalidade e as suas declarações, os sucessivos governos da Junta da Galiza, do Partido Popular, dedicaram mais esforços à defesa das normas galaico castelhanas, do que à defesa do direito real dos utentes ao uso do galego. Isto concretizou-se no início, pela inspeção escolar, de expedientes sancionadores contra professores do ensino primário e secundário que incluía nos conteúdos explicações sobre a existência da tendência reintegracionista, sobre o português ou a lusofonia. Pessoas como Jesus Sanches Sobrado, Manuel Zebral, António Gil, Manuel Alonso Nozeda, João Guisan, Isaac Estraviz ou Jesus Peres Bieites, foram objeto de intimidação ou repressão, por motivos linguísticos. Há também casos de pessoas que perdem o seu emprego pelo facto de serem «lusistas».

A respeito da chamada *luta normativa*, Pérez Barreiro-Noya, num artigo publicado na revista em *Portuguese Studies* (Londres, Volume 6, 1990), comentava o contexto produzido pelo Decreto de Castelhanização de 1983 (traduzo):

Dada a complexidade da situação [inícios da década de 80], incluindo a ausência de entusiasmo popular pelo uso da língua, a única atitude sensata teria sido promulgar um conjunto de regras como tentativa provisória e meramente indicativa, no intuito de incorporar gradualmente de todas as variedades individuais do Galego que poderiam provar o seu valor à luz da experiência e grau de aceitação.

Teria sido necessário um longo debate, em que as vozes a favor da persistente orientação do processo cara ao Português teriam tido a oportunidade de ser ouvidos e, dado o peso das razões históricas, filológicas e, no fim de contas, também práticas para a sua aceitação, poderiam atingir o objetivo da reintegração». (P. 203)

Pérez acertava no diagnóstico, mas a história da normatização da língua da Galiza apanhou o caminho contrário. Os detentores do poder político e académico não pretendiam qualquer acordo, mas uma imposição por todos os meios possíveis dos seus pontos de vista. Um assunto que devia ser debatido publicamente, foi fechado

apressadamente nos começos da década de 80. O debate foi negado, e a orientação na linha do português foi objeto de perseguição pública. No nível académico, os promotores do galaico castelhano decidiram, em meados da década de 80, que lhes prejudicava debater publicamente sobre a questão da língua. Foi quando tiveram a constatação de que o poder político os apoiava decididamente e colocava o ILG no centro das decisões sobre o galego. O último debate formal e em igualdade de condições, entre conceções contrapostas sobre a *questione della lingua* foi a dos Encontros Labaca (1984, as ponências foram publicadas por Ediciós do Castro, Corunha), sob o título “Que Galego na escola?”. Durante os últimos 25 anos o desprestígio dos castelhanistas galegos cresceu em toda a parte, dentro e fora da Galiza, em Portugal e especialmente nas comunidades autónomas de Catalunha e Valência, por semelhança com o isolacionismo valenciano. Neste contexto difícil cresceu e desenvolveu-se o reintegracionismo linguístico.

O paradoxo da noção de língua que promove o movimento reintegracionista, ou a *lusofonia galega*, consiste em que, pretendendo recuperar para a língua e o país o modelo clássico - em que se faz uma clara distinção entre oralidade e escrita; língua popular e língua culta - está a introduzir uma espécie de revolução, indo da desagregação dialetal ao fomento da unidade, do populismo à língua nacional. Este paradoxo não define tanto o movimento de recuperação linguística, como a situação da Galiza. O seu *leitmotiv* é aplicar ao galego os critérios das línguas nacionais e, neste sentido, manter-se afastado das modas, os oportunismos políticos e as necessidades partidaristas. Os processos que desenvolveu o movimento lusófono galego durante os últimos 30 anos têm duas vertentes principais. Em primeiro lugar, a legitimação académica, através de inúmeras publicações e revistas especializadas, como Nós, O Ensino, Temas de O Ensino, Cadernos do Povo, Agália, etc., e por outro, a criação de um forte movimento associativo, que realiza uma ampla atividade de dinamização sociocultural, através de congressos, seminários, aulas de língua, e fomento da cultura em geral.

A participação galega nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa marcou um ponto de inflexão e um distanciamento entre associações que fizeram uma opção claramente lusófona, e outras que permaneceram num reintegracionismo que ainda não aceita as convenções gráficas da língua comum. Com os Acordos de 1986 no Acordo do Rio de Janeiro, e de Lisboa em 1999, inicia-se o discurso da lusofonia galega. Na Galiza de 2006 continua a ser objeto de controvérsia a existência de dois modelos, em parte coincidentes, em parte divergentes. Por um lado, o discurso reintegracionista de *uma língua com três normas autónomas*, reticente à unidade da língua escrita, e o lusófono, de *uma norma com variações*. Neste sentido, o Acordo de 1990 incluía a realização de um vocabulário ortográfico comum da língua, com participação de todos os países de língua portuguesa, incluída a Galiza, em que cada palavra incluísse os significados e variações na escrita existentes.

As diferenças entre as associações lusófonas galegas podem explicar-se atendendo ao intuito ideológico inerente às suas atividades, situado entre dois polos aparentemente contraditórios: a procura da legitimidade interna e a integração plena na lusofonia. Apesar de todo o trabalho realizado nestas décadas, o movimento ainda tem de demonstrar que a Galiza merece fazer parte da lusofonia. Para além das considerações sobre direitos históricos, que ninguém põe em causa, ou do mérito da participação da Comissão Galega nos Acordos Ortográficos, que muito poucos discutem já, o futuro só pode ser ganho com organizações sólidas e solventes nos níveis académico e social. Como disse inúmeras vezes o professor António Gil, é preciso criar textos para construirmos contextos adequados. As pessoas e entidades implicadas deveriam propiciar a colaboração nos âmbitos em que for possível. No meu entender, e cada vez no de mais gente, a disputa sobre o modelo de língua para o português da Galiza só pode resolver-se com a aceitação generalizada das convenções gráficas da língua comum, e a assunção do discurso da unidade como garante da unidade e do futuro, conjugado com o reconhecimento das pronúncias, os sotaques, as especificidades lexicais e também, se for o caso, verbais, que têm o seu lugar de expressão privilegiado na literatura.

Ângelo Cristóvão
Tema 1 – Galiza

31) ALEXANDRE BANHOS, SOCIÓLOGO

Alexandre Banhos

FORMAÇOM ACADÉMICA

- Licenciatura em sociologia, especialidade de População (demografia e ordenamento do território) (Complutense)
- Master em Gestom de Qualidade da Formaçom (UNED)
- Curso de especializaçom em Direito Tributário (Faculdade de Direito – Compostela)

OUTRA FORMAÇOM

- Habilitaçom de Inspetor de Serviços da Administraçom Pública
- Gestor de Pessoal
- Formaçom em matéria de Direito, especialmente administrativo o ligado a gestom de pessoal e tributário.
- Formaçom na análise de estruturas administrativas e dos seus processos internos.
- Formaçom prática na redaçom e elaboraçom de disposições administrativas, ordens, decretos, rascunhos de leis, elaboraçom de propostas organizativas.

ATIVIDADES I

- Membro da Comissom Geral de Formaçom Contínua nas Administrações Públicas (estado espanhol) (1999-2005), - Membro da Comissom Permanente da Comissom Geral. (Estatal)
 - Membro da Comissom de qualidade nas administrações públicas (Estatal)
 - Membro da Comissom de novas tecnologias nas administrações públicas (Estatal)
 - Membro da FEMP, da sua comissom de acordos de gestom e modernizadores nos governos locais. (Fui pessoa consultada na elaboraçom do rascunho da lei das grandes cidades -logo de modernizaçom do governo local).
 - Membro da Subcomissom de Formaçom nas administrações locais da FEMP
 - Membro do Conselho Reitor da EGAP (Escola Galega de Admin. Pública).
 - Membro da Comissom de Planos de Formaçom da EGAP
 - Membro do Conselho de Expertos do INAP em matéria de formaçom (Estatal)
 - Membro do Comité latino-americano de Administraçom para o desenvolvimento (CLAD) (tendo participado ativamente nos congressos de Buenos Aires, Lisboa, Madrid, Panamá)
- Em representaçom de organismos do estado no âmbito da formaçom por duas vezes estive em Tessalónica na agência europeia de Formaçom, e outras duas na Direçom Geral de Educaçom da Comissom Europeia em Bruxelas.

ATIVIDADES II

- Participei como relator nos Congressos sobre a língua galego-portuguesa na Galiza nº III. – "A língua galega e as atividades sindicais"
 - IV.- "O modelo de normalizaçom da Junta da Galiza um modelo de substituiçom linguística".
 - V. – "A ordenaçom do território e a língua na construçom dum modelo linguístico dominante".
 - Primeiro congresso da Galiza sobre segurança e higiene no Trabalho: "A política de custos sociais e a sua repercussom, e a segurança e higiene no trabalho"
- Tenho pronunciado conferências sobre os mais variados temas e ante os mais variados auditórios.
- No Instituto Andaluz de Administración Pública (IAAP): "El Clima de las unidades administrativas y la evaluación del Rendimiento"
 - Como formador de gestores de formaçom nas AALL organizada pola FEMP e a deputaçom de Alicante: " La selección de gestores y la detección de necesidades formativas"
 - Em Valência organizado polo INAP e a Generalitat Valenciana: "A formaçom contínua no estado espanhol"
 - Na Universidade Católica de Lisboa " Galiza fronteira entre Portugal e Espanha"
 - A convite da Câmara de Tomar. "Uma Proposta de ordenamento do território português desde uma perspetiva europeia"
 - A convite das Câmaras de Braga e Vila Verde "Porque há que dizer não no referendo sobre regionalizaçom"
 - A Convite do movimento vizinhal do Porto: Porto eixo clave para a Galiza sermos nós em Portugal"

- Várias conferências e mesas redondas com os membros do sindicato local português Stal
- Múltiplas exposições públicas na Galiza sobre as mais diversas questões, por ex. Ano 2000 ano Castela, em várias localidades: Sobre a Vida e a Obra de Castela.
- Várias sobre "Como falamos, falamos de nós".

ATIVIDADES III

- De Formador: dando aulas de direito, economia e tributação,
- Como membro de equipas de avaliação do desenvolvimento do trabalho na administração galega.
- Dando charlas formativas a empregados das administrações sindicalizadas na CIG, sobre diversas questões e membros de ANPAS.
- Na seleção de pessoal para a administração pública nos grupos A, B, em várias ocasiões e com uma variedade grande de conteúdos que foi desde examinar a licenciados em galego a valorar arquitetos.

ATIVIDADES IV

- Publicação de artigos em revistas científicas, AGÁLIA e outras, sobre os seguintes temas:
- Linguísticos, sobre organização do território, política, história análises jurídicas económicas, ecológicas...
- Coautor do livro editado em Portugal sobre o relacionamento da Galiza e Portugal ed. Arracada.
- Publicação de artigos em múltiplas revistas e jornais
- Colaborador habitual semanal d'A Nosa Terra de 1982 a 1989, publicando sob os nomes de CBA, ABC, CB, BC, CAB e artigos sem assinatura
- Editor e colaborador de imprensa sindical.
- Autor do primeiro plano de normalização linguística da Administração
- Autor dum informe para a Comissão Europeia sobre a situação linguística na Galiza.
- Autor de parte da denúncia do estado espanhol ante o Conselho de Europa pelo incumprimento da Carta Europeia das línguas.
- Autor dum modelo de deteção de necessidades formativas.
- Autor dumha carta de serviços dumha entidade pública.
- Autor da documentação técnica dumha concessão de águas vizinhal.
- Autor de vários estatutos de comunidades de montes e assessor de comunidades de montes
- Hai que sinalar que tenho utilizado mais de meio centenar de pseudónimos, e tenho escrito milhares de páginas, muitas delas de intervenção imediata sobre os mais diversos temas, alguns dos meus heterónimos mais conhecidos som José Chão de Lamas, e César Munhiz.
- Colaborador atual de Novas da Galiza e a Peneira.

A LÍNGUA DA GALIZA NO QUADRO JURÍDICO ESTATUTÁRIO E AS SUAS PERSPETIVAS NUM NOVO ESTATUTO AUTONÓMICO

1. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE "OFICIALIZAÇÃO" DO PORTUGUÊS DA GALIZA, MODERNAMENTE

O século XIX começa com a guerra peninsular contra do francês, chamada da *Independência* em puros termos espanhóis. O primeiro antecedente dessa guerra peninsular foi a Guerra das Laranjas em 1801, da que ainda fica a vergonha da ocupação ilegítima de Olivença²⁴⁵, nunca reconhecida por Portugal nem pelo direito internacional. Porém, em Portugal o assunto não está na mesa da política, um feito muito esquisito olhado desde a outra beira da raia. A guerra produziu a quebra do poder central -castelhana (espanhol) - e os galegos tiveram que agir por eles mesmos. Para mover o povo galego à resistência, a *Junta de Galicia* permite a difusão de cantigas populares que incitem ao patriotismo. Esse é o primeiro momento, o proêmio do que a partir do 1830-50 vai dar lugar, em

245 O território ocupado pelos espanhóis, corresponde-se exatamente ao que ocupam os atuais municípios da Estremadura espanhola, de Olivença e Taliga.

palavras de Murguía, ao *Rexurdimento*. Todos os galegos, homens e mulheres, eram analfabetos na sua língua, desconheciam a sua história, os textos medievais... Os escritores mais cultos que iniciam o *Rexurdimento* v.g. Joam Manuel Pintos, levantam, ao começarem a escrever, o debate ortográfico. De facto, Pintos escreve *A Gaita Gallega* com g e j, seguindo a pauta que corresponderia a partir do latim, evidência que ficou oculta nas edições atuais *deturpadas/normalizadas*. *Aí* começa o nosso debate ortográfico, que salvo nas pessoas mais cultas de funda formação latinista, é levado a cabo por quem só conhece as normas ortográficas da língua castelhana, que funcionam para eles como verdadeiras normas “naturais”. Em fins do século XIX, diversos estudiosos começam a recuperar a literatura e o galego medieval, e pedem que se volte a uma escrita mais etimológica e mais ligada à tradição histórica da língua. Entre outros muitos exemplos podem pôr-se o de Manuel R. Rodrigues, ao analisar a “Crónica Troiana” em 1899.

As falas da Galiza, ou português da Galiza, conhecido popularmente como galego, não eram nem são – e assim o vão mostrar –, uma língua sem história dum povo sem história, mas uma velha língua romance cheia de história, e na que não se podia estar partindo de zero, pois também não éramos nenhum povo da periferia mundial do século XIX, descoberto por “europeus”. O cerne do debate sempre era o mesmo e muito simples: ao serem os galegos, em grande medida, analfabetos - e os poucos alfabetizados estão-no na língua de Castela ter-se-á que aguardar a que esta situação tenha remate para podermos pôr o remédio. No *nacionalismo galego* o *debate* acompanha todo o seu que fazer; se olharmos, por exemplo, o jornal *A Nosa Terra* histórica (1917-22), agora reeditado, e se começarmos pelo seu primeiro volume, o leitor olhará, praticamente em todos os números, o debate ortográfico. O debate, como não podia ser de outra maneira, era uma questão não fechada, e não vou cansar agora com todas as polémicas, discussões e opções que sobre tão importante tema se deram entre 1850 e 1936, só vos direi uma cousa: todos os que defendiam sempre utilizar o modelo ortográfico do espanhol, usavam um único argumento, o citado antes, o que continua a ser utilizado presentemente: – *na Galiza todos somos alfabetizados só em espanhol, e isto é o que nos ensinaram. Quando chegar o momento de termos escolas galegas já se resolverá o assunto*. Mas alguns dos polemizadores com muito siso apontavam: olhai, quem defende a incúria fica na incúria!

Para o nacionalismo galego tudo isto, até datas muito recentes, independentemente do seu comportamento na escrita, representava uma tautologia: galego e português são a mesma língua, é dizer, falas e variedades dum único diassistema. Isso fora afirmado por Murguía nos Jogos Florais de Tui 1890, e ele que foi o primeiro Presidente da Real Academia Galega mantê-lo-ia sempre. Não há nenhum vulto no nacionalismo desta altura a afirmar algo diferente. No ano de 1906²⁴⁶ nasce a *Real Academia Gallega*, impulsada pelos emigrantes na Havana. Não nasce, nem pretende, nem figura nos seus Estatutos, para ser uma *academia da língua*, ainda que entre os seus objetivos figura a edição dum dicionário. Poucos anos depois e muito devagarinho, começa a fazer um dicionário do que foram editando cadernetas mas que não chegou a rematar-se nem a publicar-se, e fazia-se sendo o *Dicionário da Academia*, em ortografia histórico-etimológica. Em Vigo estão as cadernetas, e a cumprida informação histórica sobre o *debate*, na Fundação Penzol. Se o leitor puder, vá, e olhará como estes factos históricos que semelham tão desconhecidos (ou melhor dito, tão ocultados), apareceram com total normalidade.

Nos anos 20 segue este prometeico debate da Galiza sobre normatização nos mídia galeguistas/nacionalistas (logicamente aos alheios a esse credo, o galego ou português da Galiza nada lhes importa), e a fins dos anos vinte começa a dar-se uma certa política, uma “Koiné” sobre achegamento gráfico ao Português²⁴⁷. Quer dizer, ao velho tronco, ao galego histórico. Assim temos usos escritos como a separação do pronome por traço, vocabulário técnico comum... No Congresso de 1934 do Partido Galeguista acorda-se impulsar essa via. Cria-se uma comissão para elaborar umas normas de escrita para o galego e um dicionário no Seminário de Estudos

246 A iniciativa começara em 1904 na Havana.

247 Dizia Ramom Vilar Ponte, que quanto melhor era o galego mais português seria. “Quanto mais galego o galego é, mais português é; quanto mais português o português é, mais galego é”.

Galegos²⁴⁸. No 1933, seguindo esse modelo, as Irmandades da Fala publicam o seu vocabulário castelhano-galego. O seu modelo vai ser o da escrita histórica, que é adotada pela *Mocidade galeguista*²⁴⁹ no mês de abril de 1936.

1.1. O FRANQUISMO

A ditadura franquista²⁵⁰ estendeu o seu manto do terror sobre os cidadãos; diz *Paul Preston* na sua excelente biografia de Franco que ele, por cima de qualquer outra cousa ou consideração, foi um mestre no manejo do terror, do terror como arma política ao serviço do poder, de controlo de vontades. E diz o professor *Ramom Maiz* na sua tese, minuciosa obra de contagem de assassinados/as no terror incivil, que na Galiza o número dos “passeados” chega a uma cifra situada entre vinte e cinco, e trinta mil pessoas. Ainda no ano 52 na memória anual do Fiscal Geral do Estado, este lembrava, que a magnanimidade de Franco fizera que nos anos passados, os milheiros e milheiros de condenados a morte pelo aparelho judiciário apenas ultrapassaram os 12.800 *agarrados*²⁵¹. A ditadura estendeu a ignorância sobre o próprio na Galiza, a gente nova ficou cortada na sua comunicação com tudo o criado no nosso país antes da guerra, e com os vultos de antes, que estavam fugidos ou mortos. Uma outra vez como Prometeu, na Galiza tínhamos que recomeçar de zero. No dia da pátria do ano 1950 nasce em Compostela a editorial *Galaxia*. Na realidade, esta editorial era a limitada estrutura que ficava no país do Partido Galeguista²⁵², concretamente das suas mocidades. E será esta editorial, dentro da sua pequena anarquia ortográfica, que vai ter um role relevante na configuração escrita do galego na Ditadura.

A respeito do galego utilizado pela editorial, esta não empregou um padrão uniforme, ainda que na documentação interna nem se conheciam segundas formas do artigo, e usava-se uma base vocabular que agora chamariam de raiz “lusista”, e a respeito da ortografia dos autores, em geral respeitava-se o seu particular idioleto ortográfico, editando-se livros também em ortografia plenamente reintegrada com farda histórica e comum com o além-Minho. No prólogo de “*Lua a Além-Mar*” do saudoso professor *Guerra da Cal*, figura uma nota da editora que diz:

“Empregamos grafia portuguesa para todos os fonemas galegos que por meio dela podem ser representados sem se deturpar o carácter da nossa peculiaridade idiomática. Moveu-nos a isto duas razóns, ao nosso ver validamente justificadoras: — a primeira, a evidência de que o sistema gráfico vigente até hoje entre nós non tem base alguma respeitável nem histórica nem científica; a segunda, e ainda mais importante, é o considerarmos inadiável o restabelecimento dos vencellos tradicionais das nossas letras com o âmbito amplo e rico da cultura luso-brasileira, à cal, tanto pola verba, canto pelo espírito pertencemos. Non fazemos nisto senóm seguir o conselho venerável do patriarca Murguia que já recomendou a unificação linguística com Portugal, apontando que nela estava o porvir do nosso idioma”.

Até o ano 72 na revista da editorial, GRIAL, na que se plasma o ideário Galaxia, vai ter artigos em distintas normativas, incluídas as plenamente reintegradas ou padrão português. Na metade dos sessenta, na editorial dera-se um debate, para duma vez por todas, começar a ser sérios no aspeto da normativa, e adotar um padrão mais homologável com as formas do galego oficiais no além-Minho, o próprio Ramom Pinheiro, firma-se como um dos mais “lusistas” nesse momento, mas depois, o facto de estimar que o povo galego esteja só alfabetizado em espanhol, punha-lhe dificuldades à tarefa, e decidiu-se seguir da mesma forma, mas com o compromisso de no futuro encetar duma vez esse caminho. Porém tudo acabou numa deriva na que se aceitou um padrão ortográfico regional espanhol plenamente assumido. A década de 70 significa um processo de *aggiornamento* da

248 Seminário de Estudos Galegos sim era uma verdadeira academia, será por isso que as suas dependências e fundos, criação do melhor do nosso país continuam sem ser devoltos, é dizer: trespassados à administração autonómica galega. E do que sobreviveu, muito continua apagado polo estado que se apoderou dos seus fundos.

249 as juventudes do Partido Galeguista.

250 Não confundir coa ditadura do general Franco em Portugal, durante três anos da primeira década do século XX.

251 Garrote, sistema tradicional castelhano de executar.

252 Declarações de Júlio Garcia Santiago, um dos galeguistas fundadores de Galaxia, num encontro da AGAL.

editora, com um papel como o de qualquer uma empresa editorial, e um achegamento do “Pinheirismo”²⁵³, que esqueceu todo velho compromisso galeguista, e o trabalho que este exigia, de restabelecimento do partido galeguista na clandestinidade, para mudar num achegamento às forças espanholas da *transição* política, pois tentava-se conseguir algo de sombra dos novos poderes que institucionalmente emergiam²⁵⁴.

Esse role do *Pinheirismo* significou a renúncia a qualquer proposta normativa que reintegrasse o galego na sua farda histórica, e a aceitação implícita de as normas do castelhano “*língua nacional espanhola*”, ser as normas *per se* do galego por ser uma língua do estado espanhol; e que toda a deturpação do galego pela pressão esmagadora do espanhol, constituía uma *pura evolução natural*. Se o galego era, sob o nome de português, língua normal noutros estados (afirmação tautológica do nacionalismo galego sempre), esta nova *aceitação* significava, em consequência, que o português e o galego eram línguas distintas e estranhas uma da outra, e que qualquer fala d’além das fronteiras administrativas espanholas era, obviamente, algo estrangeiro, o que de acordo com a sua raiz etimológica, significa *estranho*²⁵⁵. Esta percepção da língua será assumida pelos poderes espanhóis entusiastas da mesma, e pelas autoridades regionais.

2. A NORMATIVIZAÇÃO PÓS-FRANQUISTA DO PORTUGUÊS DA GALIZA, E A NORMALIZAÇÃO DOS USOS DA LÍNGUA

Suponho que as pessoas da Galiza, que estejam entrando na faixa dos cinquenta anos e mais, lembrarão os debates que havia no nacionalismo sobre a língua e a norma na altura dos setenta, que podem ser resumidos assim: O primeiro é a libertação social e o socialismo, o demais virá depois (sic) – *per se* –. E por enquanto, a incúria continuava a governar-nos. Que norma se usava no português da Galiza? Graficamente direi que uma inconcreção com duas variedades. Quer dizer, o português da Galiza tinha normas por aproximação ou por distanciamento entre espanhol e português, dependendo do grau de formação pessoal de quem escrever (ou a sua conceção do que devia ser a Galiza e o seu povo), porque a língua na Galiza continuava a carecer de norma formalizada e padronizada.

Também deve ser dito que no país não se reclamava socialmente a formalização padrão do português, coisa que sim acontecia nos anos anteriores à guerra. No fim de contas, depois de quarenta anos de ditadura e cortada a comunicação, éramos mais analfabetos do próprio, ou melhor dito, muito mais e profundamente alfabetizados em espanhol, língua que cada vez era mais internalizada em muitos galegos e galegas, como também sua.

Ao longo da década de 70, que na Galiza pode afirmar-se ter encetado com as mobilizações universitárias do 68 em Compostela, fazia-se cada vez mais patente que o franquismo estava nos seus derradeiros momentos, e que o pós-franquismo ou o que vier logo, dalgum jeito deveria regravar a utilização das línguas não castelhanas, pois o principal problema do estado espanhol continuava a ser a integração das nações não castelhanas. O português da Galiza estava como estava, e começou-se a perceber a importância da sua formalização, curiosamente, mais por setores ligados – por dizê-lo de alguma maneira – ao “*espanholismo*”, melhor dito ao *establishment institucional*, do que ao nacionalismo. O que era o galego naquela altura para a ciência linguística? Melhor do que responder é

253 Ramon Pinheiro, foi o líder do Partido Galeguista no interior, que guiou o seu processo de desartelamento organizativo reduzindo-o a atividade cultural (Galaxia). A sua dura estadia no cárcere franquista e a sua ideologia temerosa do comunismo que percebia ameaçador sobre o mundo, influenciou decisivamente no seu comportamento.

254 Ramon Pinheiro foi deputado do PSOE na 1ª legislatura do Parlamento Galego, num PSOE liderado por Paço Vázquez, com posterior idade alcaide memo e colonial na cidade da Crunha, a qual infelizmente sob o seu mandato, não deixou de piorar todos os seus rubros comparando-a com outras semelhantes. Foi a Crunha a cidade onde algum *galáctico (de Galaxia) Domingos Garcia Sabell* sob o guarda-chuva de realidade Galega e apoiado na UCD e AP e logo PSOE, sempre os partidos espanhóis, gabou o pacovasquismo e ocupou o triste fado de delegado do governo espanhol na Galiza, levando-o isso a fazer vários recursos contra do português da Galiza. O verdadeiramente bobo nesta personagem, consiste ter sido, ao mesmo tempo, Presidente nessa mesma altura da Academia Galega.

255 Isto está também presente no tratamento que da língua galega fazem instituições como o ILG, que para o galego de fora do território administrativo, das quatro províncias do ministro Isabelino Javier de Burgos, (agora comunidade autónoma), andam fazendo subnormas específicas. Pelo contrário, o Estatuto republicano, afirmava a natureza nacional galega da Faixa Leste (territórios do Eu-Návia, Berzo, Portelas...) e punha as bases para que aquela divisão administrativa do estado não se convertesse em divisora da nação galega, e tratar de reintegrar esse espaço na comunidade autónoma galega republicana.

dar-vos este exemplo: antes do ano 1970 não existe nenhum livro de linguística publicado no estado espanhol e, por suposto, no mundo²⁵⁶, que afirme as falas galegas constituírem um idioma diferente do português. Todos confirmam que fazia parte do mesmo diassistema do português. A Academia Galega, na sua história, nunca se atreveu a fazer uma afirmação rotunda contra a unidade da língua. Defender essa tese vai ser o eixo da existência do ILG, elemento fulcral na formalização do galego como variedade regional espanhola e distinta do português (é para eles outra língua).

2.1. O PROCESSO DA FORMALIZAÇÃO DAS NORMAS

No ano 1971 produz-se o primeiro intento de publicitar uma norma, pois pela Academia Galega forma elaboradas outras, sobre as que afirma Carvalho Calero no livro “Conversas em Compostela” (pag. 182).

“A minha aportação a estas normas foi tam particular como geral, pode-se dizer que as figem quase na sua totalidade, tendo em conta algumas observações doutros colegas”. E segue “ há que ler com olhos desprovidos de teas de aranha e observar-se-á que estam implícitas nesta codificação as linhas gerais que depois se desenvolverom dentro dumha política linguística de aceitação do sistema geral (o do português) ao que o galego pertence”.

No ano 72 cria-se a cátedra de filologia galego-portuguesa na Universidade Compostelana, e é nomeado titular o Professor Carvalho Calero. Esta Cátedra dá lugar pela primeira vez, à existência de pessoal qualificado em língua galega e, claro, ligado com tal Cátedra, *já não todos vão ser analfabetos*. Nos anos 70 na Universidade de Santiago, ganham força à medida que se pesquisa e se estuda o galego, as propostas de cara a reintegração da nossa língua, numa farda própria e coerente com a sua história e a sua realidade presente como português da Galiza. Por outra banda, unido ao departamento de Hispânicas, e ao institucionalismo no quadro espanhol, no ano 71 cria-se o *Instituto de la Lengua Gallega* (ILG) – como instituto universitário de investigação - por um professor asturiano, Constantino Garcia, que é membro da Academia Asturiana além de o ser agora da Galega²⁵⁷, e que concebe o galego - língua que não falava e nunca chegará a dominar - como um *bable*, uma variedade regional.

Em 1971 como uma encenação, o ILG tirou do prelo o *famoso* (pelo seu sucesso) *Gallego I*, que seria seguido em 72 pelo *Gallego II* e, em 74, *Galego III*. Os livros pretendiam afrontar a carência social de falta de formação *dos galegos no galego, e de manuais de formação*, para adequá-los às necessidades dos novos tempos que já se sentiam. Concebiam a formação na língua dentro do sistema linguístico central espanhol, negando as relações das falas galego-portuguesas. Neste método estudo de galego do ILG, apresenta-se um modelo de língua galega separada do romance ibérico ocidental, com inventos de palavras muito peculiares – *televexo, guiandeiro...* (eis o seu *diferencialismo*), e um modelo de escrita baseado nas normas da “língua por essência para os galegos desta conceção, o castelhano; e virada contra as normas da Academia Galega de 1971 (eis o “*oficialismo tão particular*” do ILG desde as origens). No *Galego III* é antológica a definição e claração do que é lusismo, sobre todo olhando as escolhas terminológicas de apoio como muito bem tem examinado o professor Valentim Fagim²⁵⁸.

256 Fora do estado espanhol ainda continua a ser basicamente assim, apesar do esforço do PP e as suas pitorescas cátedras de galego nas mais diversas universidades, enquanto aqui se nega, e até chegaram a anular o curso de galego da Universidade da Crunha porque o percebiam como variedade do diassistema galego-português.

257 É um facto muito curioso a enorme quantidade de relações pessoais que existem entre a Academia de la Llingua Asturiana e a Galega, vários da Galega, são membros ou correspondentes; mas com certeza não há na RAG nenhum correspondente com instituições similares de Portugal...

258 Fenómenos diferenciátistas (IV) Instituto da Língua Galega -Gallego III- Universidade de Compostela 1974 <O Lusismo> “Tódolos diferencialismos se esplican por unha fuxida da identidade ou semellanza co castelán e, como o galego e o portugués son polas diverxentes dun mesmo toro, coidan moitos que a renovación do galego ten que vir através do portugués. Os lusizantes, xá que logo, razonan mais ou menos deste xeito: sendo como foron galego e portugués a mesma cousa, ó quedaren politicamente separados Galicia e Portugal, produciuse un estancamento no cultivo do galego que duróu hastra mediá-lo século pasado. Mentres tanto o portugués continuóu facéndose unha lingua culta importante, enriquecendo o seu vocabulário con préstamos latinos, gregos, franceses, amerindios, asiáticos, africanos, ingleses, etc.. e pulindo outros médios de espresión. Sendo así, lóxicamente. o portugués culto de hoxe, tamén constituirá o estrato culto do galego. Pró a realidade linguística bota abaixo esa apreciación teórica; porque desde hai 600 anos pra acá tanto a lingua portuguesa popular, coma a galega,

Em 77, (faço recordação de que o ditador Franco morrera em novembro de 1974) aparece a primeira proposta formalizada de norma do ILG (já visível nos seus *gallegos*), num livrinho intitulado “*Bases prá Unificación das Normas Lingüísticas do Galego*” sob o guarda-chuva do limiar do Presidente da Academia Domingos Garcia-Sabell²⁵⁹. Esta será a única norma do ILG na que participaram pessoas alheias a esse organismo, o que se nota nos comentários e pegadas que se acham na mesma, v.g. nela aparecem entre outras, formas como *amábel*, que nunca seria utilizado pelo ILG.

Em 1977 nasce a ASPG²⁶⁰ organizada, fundamentalmente, por professores ligados ao BNPG. A recém-nascida associação estava imersa no debate da língua (qual modelo) pois os professores que davam aulas naqueles dias de duros conflitos, pediam umas normas claras a respeito da formalização. No curso 79-80 o galego passa a ser uma matéria optativa, e à ASPG, os seus associados reclamam uma norma para ministrar nas aulas. Em 1979 a ASPG faz uma proposta (*as primeiras mecanografadas*) de normas sob o título de “*Orientacións para a Escrita do Noso Idioma*” destinadas ao professorado nacionalista adscrito ao BNPG, que seriam reeditadas em 1980²⁶¹.

2.2. A FORMALIZAÇÃO DESDE AS INSTITUIÇÕES AUTONÓMICAS

No momento da concessão à Galiza dum regime pré-autonómico, havia uma língua própria o português da Galiza, em processo de formalização ortográfica com vários modelos: o modelo da Cátedra de Galego, o do ILG, o da Academia, e um modelo híbrido, o da ASPG. Disse que no reino de Espanha não se legisla sobre língua²⁶², pois são instituições independentes as que fixam as normas, as modificam e aplicam, sem que o poder político as discuta; não há um espanhol oficializado por lei frente a outro que não for. Existem a Academia Espanhola e as academias dos países americanos com o seu dicionário e gramática normativos comuns²⁶³.

Em 79 institui-se a pré-autonomia, e começa a utilizar-se internamente o galego acastropado e diverso (o de cada utente), pois na realidade o português na Galiza era uma língua sem normalizar e sem arroupamento formal para a sua apresentação externa (*e interna*) de uma *auctoritas* admitida por todos. Aqui tínhamos um totuum revolutum. Para o poder político ficou claro que era necessário regular essa situação, simples questão de viabilidade no caminho que se abria de descentralização e de reconhecimento parcial dos direitos nacionais da Galiza. O segundo Conselheiro em aceder à responsabilidade da pasta da Cultura, Alejandro Fernandez Barreiro,

tiveron a súa propia deriva, diverxente en moitos casos. Lembremos, por exemplo, as diferencias notables que se abriron no téreo da fonética e mesmo no da morfoloxía. Por outra banda, non convén esquecer que en Galicia síntese desde hai moito tempo a influencia do adstrato castelán. que ven operando como língua de cultura na nosa terra. Isto provocou que o galego popular se fixera permeable a certas diverxencias entre as polas galega e portuguesa. Pra sermos, xá que logo, consecuentes co noso principio de no xerbrar excesivamente o galego culto do popular (de xeito que aquel non sexa letra morta prós galegos), témonos que pronunciar contra a portuguesización do galego. Se queremos ter unha norma operante teremos que estraela do uso. Non quixéramos, por outra (sic) banda, que o noso antilusismo fora interpretado como antilusismo integral. Ben ó contrario, sómo-los primeiros en estimá-lo admirable pobo portugués. Ora ben. en materia lingüística somos radicalmente enxebristas, é dicir, «separatistas» no primitivo sentido da palabra. Vede tamén a nosa postura com respecto ó castelán en leccións de mais adiante. Non se pode facer unha clasificación sistemática dos lusismos porque os escritores galegos, en xeral. Conocen bastante mal o português, razón pola que sóio entranlusismos esporádicos, á maioría deles pertencentes ó léxico. Exemplos: podemos considerar como mostra de lusismos fonéticos aqueles que consisten na eliminación dun yod: estudar, estudante, muto, truta...; morfolóxicos: ele no canto de «el». a desinencia verbal -ste no canio de -ches (cantaste por cantaches, o sufixo -bel ou -vel no canto de -ble {amável}) entre outros; léxicos: achar «atopar» xornal «diario» «periódico», ar «aire», termo «término», diabo «diablo», degredar «decretar», banir «desterrar», xanela «ventano», isolado «aislado», só «soío». garavata «corbata», rédea «ramal», rosto «rostro», liberda de «libertade», ate «hastra», paixón «pasión». comezar «comenzar», sen «sin», estrada «carretera», próprio «propio», mas «pró», coñecer «conocer», cidade «ciudad», esquecer «esquecer», etc.

259 A Academia Galega tem toda a sua documentação interna desde 1936 até a década de 90 em espanhol.

260 Inicialmente tentou-se legalizar como *Instituto Socio-Pedagógico galego*, adotando o nome de Associação ao não ser aceite legalmente o de Instituto.

261 Um bocado antes de que apareceram as normas da Junta 1980, as *de mínimos*. Que seriam saudadas desde a ASPG e desde o nacionalismo como magníficas

262 Cita de António Gil Hernández.

263 O modelo do castelhano é de enorme sucesso para manter a unidade internacional da língua, com o grande valor que isso supõe. O Institut de Estudis Catalans, que pretende usar o mesmo modelo, formaliza as normas de Castelló em 1938. Na altura escritores valencianos aceitaram pequenas modificações unificadoras.

decide a criação duma Comissão Linguística²⁶⁴ para estabelecer uma norma ortográfica para o galego, e cuja constituição e objetivos foi publicada no Boletín Oficial da Xunta de Galicia (BOXG) nº 3 de junho 1980)²⁶⁵. A Comissão estava formada por catedráticos e professores técnicos em linguística, ligados a universidades, a Academia e o ILG. No BOXG nº 10, Publicam-se: *As normas ortográficas do idioma galego*.

264 Para uma história da ortografia galega (Agália nº 2 pagina 223). O relatório de 1979 por Ricardo CARVALHO CALERO: "Durante a realização da Primeira Reunião Galega de Estudos Clássicos, que teve lugar em Santiago e em Pontevedra, do 2 ao 4 de Julho de 1979, o Conselheiro de Educação e Cultura da Junta da Galiza, Dom Alejandro Fernández Barreiro, estabeleceu contacto comigo a fim de conversar a propósito dos problemas da língua galega que afetavam ao seu Departamento. O Conselheiro solicitou a minha colaboração para o tratamento de aqueles problemas. Mas estes estavam já postos, e de algum modo conduzidos, por entom, pois o Sr Fernández Barreiro *fixera algum nomeamento e recebera alguma informação sobre o particular, e o seu antecessor no cargo, dom Marino Dónega Rozas, é de supor que nom se despreocupasse totalmente dessas questons. Mas até a data indicada, ninguém solicitara de mim tipo algum de assessoramento ou concurso*.

Expressei ao senhor Fernández a minha opinião sobre a condução do assunto no passado, tanto polo seu antecessor como por el mesmo; e como tal opinião nom coincidissem com as reflexadas na política seguida, especialmente pola concepção do idioma como realidade à vez geográfica e histórica, o Conselheiro propuxo-me a designação, para integrar-se no aparato da Conselharia, de uma pessoa que representasse a postura crítica que eu manifestava, para que esta postura gravitasse devidamente no campo das resoluções que se adotassem no futuro. Dei-lhe entom o nome de um linguista que poderia encher essa função — que nunca chegou a desempenhar- e mostrei-me disposto a nom negar ao Conselheiro o assessoramento pessoal que me fosse, em cada caso, requerido, sem que isto supusesse adscrição pola minha parte à titularidade de posto algum na burocracia autonómica Sem embargo, sucessivas entrevistas revelarem que o senhor Conselheiro desejava constituir uma Comissão de Linguística, integrada por técnicos, que elaborasse umas normas ortográficas às que se ativesse a Junta, e que a minha disponibilidade nom oficial como eventual assessor nom se avinha com os seus planos, nos que me assinava a função de presidente da projetada Comissão. Discutimos essa possibilidade e chegamos a um acordo, segundo o qual se formaria uma Comissão integrada por professores com título de doutor ou licenciado, expertos em linguística, que fôrom quatro professores numerários de universidade e quatro do ensino médio. A Comissão ficou organizada como segue:

Dom Ricardo Carvalho Calero, Catedrático de Linguística e Literatura Galega da Universidade de Santiago.

Dom José Luis Pensado Tomé, Catedrático de Filologia Românica da Universidade Salamanca

Don António Santamarina Fernández, Agregado de Filologia Românica Universidade de Santiago.

Dom José Luís Rodríguez Fernández, Adjunto de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Santiago.

Dom Ramón Martínez López, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado. Antigo professor da Universidade de Austin, Texas (U. S. A.).

Dom José Filgueira Valverde, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado.

Dom Isidoro Millam González-Pardo, Catedrático de Grego do Instituto Rosalía de Castro, de Santiago.

Dom Manuel Vidám Torreira, Agregado de Latim do Instituto de Bacharelato de Monelos (A Corunha).

Os nomeamentos fôrom resultado de um acordo entre o Conselheiro e o Presidente da Comissão. Da exclusiva responsabilidade de aquel fôrom as designações de Dom Ricardo Carvalho Calero, Dom José Filgueira Valverde, Dom António Santamarina Fernández e Dom Manuel Vidám Torreira. Eu propuxem, e o Conselheiro aceitou sem discuti-los, os nomes dos restantes membros da Comissão. Mesmo eu fixem as gestons que conduzirem à aceitação desses nomeamentos polos senhores designados à proposta minha. Como é evidente, inspirei-me no feito de que todos e/es erão conhecidos como investigadores no campo da filologia galega. Lembremos, por exemplo, as edições de Sarmiento por Pensado, da tradução da Grande e General Estória por Martínez, de Joám Airas por Rodríguez, ou os Comentários a antifona da Cantiga de Cabanilhas por Millam. Em questons de normatização da língua, alguns trabalharam algo, outros nada. Mas todos se consideravam aptos para o labor de assessoramento técnico que caracterizava à Comissão Como era natural, a proposta de normativa ortográfica devia elaborar-se mediante a formulação duma ponência que logo passasse ao pleno da Comissão. Por aconselharem-no asserazons de facilidade e eficácia, propuxem que aquela ponência estivesse constituída polos três professores da Universidade de Santiago que formavam parte da Comissão: o Catedrático Carvalho, o Agregado Santamarina e o adjunto Rodríguez. Os três pertenciam à Faculdade de Filologia, e, portanto tinham os seus despachos na mesma planta do mesmo edifício, a planta quinta do edifício numero 1 da Praça de Maçarelos, antigo Colégio de Exercentes fundada polo arcebispo Yermo, cujas armas ostenta a fachada. Aceitada por unanimidade e sem discussom esta proposta, começamos imediatamente as sessons de trabalho no despacho do Presidente, Chefe do Departamento de Filologia Galega. Trabalhamos arreu, e chegamos a acordos unânimes que, por suposto, era o resultado muitas vezes de transações, pois na ponência estavam representados distintos pontos de vista sobre a orientação da ortografia do idioma. Mas devo dizer que jamais se negárom por ninguém os princípios que alguém professasse. Havia matizes na valorização que procedia dar aos 'feitos históricos ou à sincronia atual, à atenção às normas vigentes noutras áreas galego-portuguesas e à recetividade social. Mas todo o mundo - os três que éramos - considerava todos esses fatores dignos de ser tidos em conta. Jamais houve votação, de jeito que os acordos se tomarom por unanimidade, como dixem. Nalguns casos certamente depois de prolongados debates. Mas sempre se achou uma fórmula que assumirem todos os presentes. Nengum dos membros da Ponência estivo ausente em sessom alguma das celebradas. Houvo, pois, frequentes transações, mas nada se acordou por maioria -que teria de ser de dous votos contra um - senom por geral consenso. Quando nalgum ponto nom se logrou a unanimidade, o que nunca ocorreu em questons fundamentais, esse ponto nom se incluiu no texto com o que se entende ser opcional a solução. Nom lembro mais que um caso desta classe. Quando uma forma verbal acabada em consoante nasal vai seguida do pronome de terceira pessoa, que representa o objeto direto da ação transitiva, ou um predicado atributivo, esse pronome o, a, os, as, antigamente lo, la, los, las, conserva, assimilada por aquela consoante nasal final do verbo, a própria consoante inicia/ (l>n). Entom caberia escrever, dentro do sistema da ponência, mataron-no (forma mais etimológica), ou mataron-o, e mesmo mataro-no (forma mais fonética). O mesmo son-no (so-no): Es ti: profesor? Son-no. Claro que o son. Nom ficando convencida a ponência, como unidade, da superioridade duma grafia sobre a outra, nom se incluiu esse ponto na preceptiva,

265 BOXG (Boletín Oficial da Xunta de Galicia), no que toman estado as normas e disposições

No seu limiar, formosíssima peça literária, é onde está a filosofia da que se tira a ideia da expressão **normas de mínimos**, por permitir a própria norma um avanço para formas coerentes com a história linguística da nossa língua, a do romance ibérico ocidental a que pertence, e convidando nas próprias normas, às instituições mais cultas, e dizer às universidades, a utilizar a forma histórica própria do galego. Nesse mesmo BOXG nº 10, figurava a reunião da Comissão Mixta que generalizava a aula de galego no curso 1980-81.

Em 1980 o ILG, que participara na elaboração das normas da Junta de Galiza, tentará travá-las republicando as “*Bases Pra Unificación das Normas Linguísticas do Galego*”, (uma forma de questionar as normas da Junta)²⁶⁶. Na apresentação *se diz que são a reedição das de 1977*, mas de facto têm mudanças fundamentais, e começa-se a mover um monte de fios, para que o Ministério de Educação, que fazia geral o galego como optativa no ensino (aprovado pela Comissão Mixta BOXG nº 10), sendo naquela altura do Ministério que dependia o ensino); não aceite as normas da Junta da Galiza, e assim, a meio de Resolução do Ministério (BOE Agosto do 1980) acaba-se declarando que as normas da Junta da Galiza só servem para eles, e juridicamente a administração do estado nenhuma dependência tem deles. Na própria Comissão Mixta *Estado-Junta*, inclui o Ministério os membros do ILG, e sob o peregrino argumento, de que não há que criar traumas aos nenés formados em espanhol (*com algo um chisco dissimil*).

Pelo seu lado a ASPG, em 1981, reforma as suas *Orientacións* radicalmente, *para fazê-las verdadeiramente reintegracionistas*. Foi curioso o facto de o cerne do debate da reforma para convencer a maioria dos membros, tenha sido, por um lado, que o reintegracionismo era o desenvolvimento lógico da norma de mínimos, e que havia que pular pelo seu avanço; por outro, *que nos não podemos ficar atrás das normas da Junta, ao fim de contas é espanholismo da UCD*²⁶⁷.

3. O ALCANCE DAS NORMAS DA JUNTA DA GALIZA: ASPETOS JURÍDICOS

Que alcance tinham aquelas normas da Junta da Galiza? A resposta é muito simples, a que lhe derem os utentes. A administração pode impor umas normas a si própria ao não existir norma concreta e *real* alguma para as falas portuguesas da Galiza, *mas o seu alcance social é o que os galegos quiserem*²⁶⁸, dado que o galego é língua oficial mas não se estabelece legalmente (sobre isso já falei que não se legisla) que tenha que ter uma forma determinada. Na norma chamada *de mínimos*, a da Junta de 1980, editou-se muita cousa, desde o melhor

266 Publicam-se ao mes e pico de ser aprobadas as “oficiais” da Xunta. As da ASPG, do 80 em cámbio foram publicadas dous meses antes, e ASPG uma vez saídas as “oficiais”, falou já a prol de estas.

267 Entre os impulsores da nova orientação figuravam vultos como Francisco Rodrigues (atual parlamentar do Bloco no Parlamento de Madrid) e Pilar García Negro, que menos dum ano depois moveram a organização dividindo-a e expulsando da mesma aos mais dos reintegracionistas, e obrigando-a a renunciar a esse avanço, voltando às *Orientacións para a Escrita do Noso Idioma*, curiosamente, não para as normas Junta 1980; e atribuindo-lhe a condição de *mínimos*, sem caminhar para nenhures, a essa proposta ossificada da ASPG. Isto será defendido pólo BNG e o seu entorno social até a aceitação da política oficial com a língua e a sua história da “Xunta” sob o guarda-chuvas da reforma das normas do 2003, e para esse caminho voltaram a ser decisivos a intervenção desses dous importantes vultos políticos.

268 Toda norma ortográfica é em princípio uma convenção, a sua força é a que lhe derem os seus utentes; toda norma deve fazer-se dentro do que é a história interna da língua, e para ter êxito deve ser aceite e ter a seu favor as pessoas mais comprometidas com a língua, aquelas que vão gerar as dinâmicas para o sucesso na sua implantação. Partindo desses princípios, a norma de mínimos, a da Junta 1980, reunia essas características, foi feita com consenso, teve o apoio de todos os setores comprometidos com a língua, especialmente do entorno nacionalista (que é fulcral), afirmava-se reintegracionista, no sentido que a própria dinâmica da norma encaminhava os utentes para o rego do português internacional, de onde não deveria ter saído o galego. Esta norma foi boicotada por todos os comprometidos decisivamente com a nossa estatização (regionalização). No galego dá-se um facto muito particular a respeito de línguas como o catalão ou o basco. A língua de aquém-Minho está num estado chamado Espanha, e a língua do além-Minho num estado chamado Portugal onde tem o ornamento da normalidade estatal (nacional), semelha para os castelhano-espanhóis, que qualquer feito racional que rompa um pouco essa barbaridade cultural de não permitir a língua funcionar como uma, está a pôr em perigo a “integridade de Espanha”, a pouco que se investigue, vê-se que a fronteira política é a causa determinante de decisões político-culturais que se tomam no país. Frente à norma de mínimos de 1980, a norma de 1983, elaborada sem consenso, é defendida ferrenhamente por aqueles que não acreditam no galego nem o usam. E é buque ensinha da “normalización linguística” que realiza um governo galego indiferente ao galego e à Galiza, tem em contra a totalidade de pessoas que no país estão comprometidas com a língua, incluídas as suas forças político-sociais. Como me dizia um dia um alto cargo da *Junta* relacionado com o tema, “dedicamos imensa quantidade de dinheiro, pressões e energias, não a promocionar o galego e a sua recuperação, mas a garantir que, na Galiza a norma de 83 se implantava e se rejeitava o lusismo”.

dicionário atual do galego, o *Sotelo Blanco* (Estraviz), até à melhor gramática para o ensino prático (Via Láctea: *Gramática para a Aprendizagem da Língua Galega*), ou os trabalhos gramaticais e linguísticos de Freixeiro Mato. Esses *mínimos*, como leva visto o leitor, receberam uma oposição radical de toda a “inteligentsia” espanhola, - *A Galiza por este caminho deixa de ser Espanha, e põe-se lhe dificuldades adicionais aos nenos e nenas*. Há uma tautologia na Sociolinguística, “quanto mais próximo é o código duma língua a respeito de outra com a que está em contacto (ou misturada) ou, se além disto o código de B é o de A, mais difícil é a sua conservação, por não dizer impossível, e ainda mais se o modo de vida que sustinha a língua se está derrubando”. E isso sabe-o qualquer estudioso honrado a respeito do que são as cousas. O ano 1982 é de transferência das competências em matéria do ensino do Governo Central à Junta da Galiza. E no mundo do ensino, apoiado na norma de *mínimos*, avançava o uso dum galego que ia recuperando a sua farda histórica, porém frente a isso produziu-se o Decreto 173/82 de 17 de novembro de “*Normativización*” publicado no DOG de 20 de abril de 1983²⁶⁹, imposto

269 O problema que se apresentava, no período chamado de *transição*, no que à recuperação de pautas democráticas se refere, é que levava necessariamente à recuperação de usos das línguas antes negadas, mas nom todas tinham construída uma farda, que dizer, um modelo de escrita ortográfica apresentável e respeitado. Além da nossa, havia outras línguas nas que não existia uma verdadeira formalização. Já comentei o curioso facto da abundante comunidade de relações que se produz entre a Real Academia Galega e Academia de la Llingua Asturiana, acrescentado ainda mais agora pelo facto de os homens e mulheres do ILG terem entrado em grande número na Real Academia Galega; vou deter-me um pouco e fazer uma pequena análise do caso Asturiano, por ter muito de elucidativo a respeito do que se passa na Galiza, e infelizmente não ser muito conhecido. Nas Astúrias, sob o nome de falas *bables* há vários retalhos da velha língua leonesa, da que ficam restos nalguns vales do norte de Leão, algo no Berço nor-oriental, e na zona Mirandesa em Portugal, achando-se pegadas do leonês nos falares de gentes do norte da Extremadura, Salamanca, Samora, e Leão, especialmente na metade ocidental desses territórios. O Leonês não tem nenhuma proposta normativa uniforme, e neste momento a única zona que realmente tem um certo grau de normalidade, pode dizer-se que é a que ocupa o Mirandês (35.000 pessoas), para quem o galego-português funciona como língua teto, e do que está tirada a sua ortografia (curiosamente nas últimas publicações asturianas afirma-se literalmente que o asturiano se fala nas Astúrias, nos vales do norte de Leão e na área de Miranda do Douro). O ásture-leonês, segundo definição de Menéndez Pidal, ou *galor* (galaico oriental; galego-português e galor procedem, ambos, duma única variedade de baixo latim conhecida como protogalaico, segundo definição de Coseriu), nas Astúrias está dividido em três dialetos fundamentais, com bastantes subvariedades locais, conhecidas pelos seus falantes como *bables*. E o Central, que ocupa a zona demográfica mais importante, pode dizer-se que vai de oeste a leste, de Grau até às Arriñones/Cangas de Onís. Do Oriental, que vai desse ponto até ao território que os asturianistas chamam a *fastera oriental*, e alguma das suas características linguísticas acham-se em falas do ocidente Cántabro, e do norte oriental de Leão. A variedade ocidental, do centro para o oeste, vai desde Grau, desembocadura do Nalom/Narcea, até à Serra do Ranhadoiro. Esta variante ocidental tem quatro subdialetos principais nas Astúrias. Nas Astúrias ao oeste da Serra do Ranhadoiro temos já falas do português da Galiza (*para o galego português do território do Eu-Návia -aquém do Ranhadoiro - o ILG tem elaborada uma subnorma*) quando o mesmo critério poderia estendê-lo a todas as outras comarcas da Galiza, basta estudar as *soglossas*. Muito esforço dedicam os do ILG à procura de diferenças, e pouco a defender a língua no seu conjunto, e justinho ao revés do que fazem os *linguistas do espanhol*. Na segunda metade do século XX, curiosamente a partir da década de 60, começou a haver nas Astúrias quem começou a chamar-lhe *asturiano* às falas conhecidas como *bables* polos falantes, esquecendo-se totalmente do velho leonês, ou galor; ásture-leonês, se for procurada uma clara definição geográfica. A começos da década de setenta (1974) nasceu a entidade político-cultural Conseyu-Bable em Madrid, que na sua curta vida teve o grande sucesso de popularizar o nome de Asturiano como substituto do Babel. À chegada do regime preautonómico, que afastou Astúrias e Leão (Leão, Samora, Salamanca) – e uniu este último com Castela - significou o nascimento da Academia de la Llingua Asturiana em Dezembro de 1980 –criada por Decreto do Conseyu Rexional. O primeiro que pede a recém-nada Academia é a elaboração duma norma de escrita da *llingua*, para que possa ser usada polos utentes (administração, ensino, escritores...). No ano 1981, quase dous anos antes de sair à luz as normas que correspondem ao conhecido como *Decreto Filgueira*, viram a luz as normas elaboradas pola Academia Asturiana, baseadas nas variedades centrais dos *bables* (com muita pegada vocabular oriental, e escassa das variedades ocidentais, pois noutro caso podia-lhes sair um asturiano muito achegado às falas galegas), facto que reconhece a Academia, já no prólogo de apresentação da norma. Essas normas são de muito interesse, polo que segue: São muito semelhantes na sua estrutura e estilo às do ILG; têm um tratamento das consoantes cultas (g,j), distinto de todas as línguas românicas, e só comum com o que se produz no galego *rexional*. Tanto na conceção do asturiano como do galego *rexional*, o castelhano-espanhol deve continuar a ser a língua de interrelação. Obviamente, não se aspira a nenhuma verdadeira normalização. As regras da Academia Espanhola funcionam como verdadeiras normas que estão sobre todo o processo de elaboração de normas: acentuação, uso e nome das letras, etc. (disto foi verdadeira mostra um programa especial da Televisão Galega em que interrogava os académicos da Academia Galega, a propósito de a Academia Espanhola tornar o “ch” e ao “ll” em dígrafos e, por tanto, deixarem de ser letras do alfabeto espanhol). O sucesso do galor corre paralelo ao do galego, contudo vai mais avançado. Olhemos para esse êxito: do ponto de vista sociológico a situação do processo de normalização, ou melhor, da especial proteção que o Estatuto de Autonomia dispõe para o bable, pode-se definir por poucas palavras: que esta língua em Astúrias se esvaece, melhor dito dissolve-se por cima (não há ninguém em Astúrias não pertencente a setores muito populares que a use), desaparecendo totalmente por baixo, ficando pegadas no peculiar castelhano do principado, onde se rastejam os giros “*bables*”. A única variedade que resiste um chisco melhor é, curiosamente, a ocidental e nas zonas de contacto com o galego, na medida em que este resistir. Há, de todos os jeitos, um aspeto cheio de enorme interesse nas duas normas, galega e asturiana: o tratamento dos grupos cultos: Na norma galega (ILG), de início força-se a pronúncia ordinária dos falantes, para manter as formas castelhanas, (ver *Estudo Crítico das Normas - Agal*). Na norma asturiana inicialmente trata-se de manter certo verniz “*rexional*” (copio literal polo seu interesse) ponto 1.4: *Grupos Consonánticos Cultos: palabres emprestaes del llatín y griegu sobre tou, que tienen combinación de delles consonantes que nun se dan asina na fala la xente....*cita os grupos... continua com uns comentários sobre o que faz o povo e depois diz: *Hai que tener bien nidies estes oservaciones: A) convièn mantener el grupo consonánticu cuando puea dase equívocu: ex: polípticu/políticu, constar/costar, acta/ata. B) Convièn buscar la palabra asturiana afayaiza ensin necesidá de dir a la gueta'l cultismu. C) Dellos cultismus que nel momentu presente mos lloguen pel castellán foron ya adataos al asturiã munchayá y ye*

com fortíssima resistência social dos setores mais comprometidos com a normalização da língua e o seu avanço social, estávamos ante outro trabalho *cañi*²⁷⁰ da pena Filgueira Valverde²⁷¹. Joam Coromines, – o maior romanista e linguista peninsular – daquela ainda vivo, numa carta ao jornal *La Voz de Galicia* denunciou o facto com estas palavras – *galegos assim caminhais cara ao vosso suicídio linguístico...* O Decreto 173/82 derroga as normas publicadas no Boletín Oficial da Xunta de Galicia nº 10 e nele, como anexo²⁷² aprovam-se umas normas em que se declara ser elaboração conjunta e por acordo do ILG e da Academia Galega²⁷³. Curiosamente estas duas instituições nos seus próprios estatutos não têm competência alguma sobre norma da língua galega. A Academia Galega não é da Língua até ao BOE (Boletín Oficial del Estado) de 4 março de 2000, em que aparece a reforma dos seus velhos Estatutos para dar-lhe competência, parcial, na matéria²⁷⁴.

Que alcance têm estas normas do ponto de vista legal? Como dizia, a que quiserem dar os utentes; nelas não há o sintagma *galego oficial*. A Administração pode exigir o seu uso internamente²⁷⁵ (o que não é pouco) e mais nada, ainda que muito fazem pela via dos subsídios, prémios, compras de publicações, censuras jornalísticas, sempre interpretando-as do jeito mais restrito. O Tribunal Superior de Justiça de Galiza tem vindo a aclarar parcialmente a questão, pois o intento de imposição deu lugar a diversa jurisprudência, na sentença sobre os Estatutos da Universidade de Vigo, e em várias sentenças sobre a língua no ensino e o direito de cátedra. Reproduzo um *considerando* para que possa ser observado o alcance disso que alguns chamam *norma oficial*: Tribunal Superior de Justiça da Galiza (Proceso nº 01/0001112/1995):

“Considerando que, en principio no resulta función de la Sala la de valoración ortográfica de los escritos procesales — determinando el de Galicia en su artículo 5 que la lengua propia de esta es el gallego, ahora bien, esta específica designación alude a una de las modalidades existentes en el área lingüística llamada ibérica occidental de las varias que presenta. (gallega, portuguesa, brasileña, angolana, etc.); en paralelo - a lo que ocurre en el área lingüística denominada, ibérica, central con sus respectivas variedades (castellana, andaluza, peruana, argentina, etc.); y, por supuesto, en el área, lingüística, ibero oriental con las suyas (catalana, valenciana, balear); una prueba de esa amplitud en el enjuiciamiento al respecto há sido la aceptación a efectos de validez procesal, dentro ambas de la variante idiomática gallega, de las corrientes llamadas normativista y reintegracionista; la primera patrocinada a efectos de la Administración Pública, por una norma de ella emanada (con soluciones que ofrecen mayor facilidad para las personas escolarizadas en la ortografía castellana y dirigidas sobre todo a lectores del propio país gallego) y la segunda patrocinada por la Associação Galega da Língua (con soluciones acordes con la etimología de las palabras, tratando también de reintegrar al idioma, las que le pertenecen de cuando el uso notarial, judicial y literario del mismo, lo que da como resultado. coincidencias parciales con atrás variantes del área y, por tanto un alcance internacional); de esa postura abierta es muestra el hecho, no solo de haber sido la sala, - formando parte de la Audiencia Territorial -, el primer Organo jurisdiccional que dictó en la época moderna una sentencia en gallego (la de 27 de marzo de 1985), sino el haber continuado, poniendo. otras varias después, indistintamente en una, u otra de las dos corrientes ortográficas de mención; —“

esa la expresión que taría bien caltener seye tonicu'l ditongu. Ex.: direuto, perfeutu, reutu, pauto, aición, direición, preceuto, proyeuto...correutu, esauto, efeutu, conceuto, afeutu, impautu...

270 Gíria madrilena,

271 Numa entrevista ao Sr. Filgueira (o Sr. era membro da Comissão das normas Junta '80), no jornal *La Voz De Galicia*, ao dia seguinte da publicação do Decreto (21-4-1983), manifesta, *que as normas eram necessárias porque os nenos estão alfabetizados em espanhol e não se lhe pode criar confusões e problemas, um mesmo sistema vai facilitar o avanço do galego*. E digo eu, deste jeito, procede-se a separar o galego do aquém-Minho do galego do além-Minho, que deveria funcionar como elemento vivificador e de correção, cordão umbilical necessário com o mundo na nossa língua. (eis a nossa regionalización espanhola).

272 O anexo do Decreto foi sofrendo contínuas modificações, não publicadas sistematicamente até à reedição desse anexo no ano 1999, essa pequena reforma do anexo é em geral desconhecida, deve-se basicamente à pressão social dos que não estão na linha da norma, e nela estenderam as terminações patrimoniais em “-zom” e outros aspetos definidos em 82 como *pecados de lusismo*.

273 Confirmo que a nossa moribunda Academia nada teve a ver com o texto.

274 Porém a Lei 3/83 da Galiza, numa disposição adicional, sim fixa a Academia Galega como critério de autoridade em matéria de escrita.

275 As normas que têm a resistência dos utentes, das pessoas mais comprometidas com a língua, não têm defesa. Olhai a quantidade de esforços e dinheiro dedicado à sua imposição, e olhai o resultado nos usos linguísticos. As normas são a outra cara da moeda do processo estupefaciente de substituição linguística vivido na Galiza.

Como se pode ver-se, a Sentença faz referência a duas normas: a da Junta da Galiza e à da AGAL^{276 277}, estas são atualmente as únicas duas verdadeiras normas que se utilizam no país. O que temos, pois, são aproximações ou afastamentos duma ou da doutra. É dizer, a gente normalmente não vai desde a primeira – na que o espanhol é o padrão de correção por essência – até à segunda, sem um período de aprendizagem e treino.

Pelo demais o sucesso da norma *Xunta 1982*, verdadeiro elemento chave da chamada normalização linguística dos nossos governos, temo-lo à vista: No ano 79, segundo o informe FOESSA, na Galiza o 81 per cento da população tinha de língua habitual o galego, no ano 98 segundo estudo do Conselho da Cultura Galega só é habitual no 56 % per cento da população. No ano 81 o galego era maioritário em todas as faixas etárias. No ano 98 o galego é língua manifestamente minoritária em todos os menores de 20 anos (e as cifras desde então demonstram-se pavorosas). Nos últimos vinte anos perdeu-se o 70 per cento dos falantes. Eis o resultado de 20 anos de *normalización*. Eis o resultado de todo um mundo de miúdos, moços e moças, que experimentaram o processo de “*normalización*”, e que comprovaram aquele *galego* no ensino. Chegados aqui, acho ter explicado o termo *ortografía de mínimos*, equivalente a *ortografía oficial* da Junta 1980, pois tal e como figurava no limiar das normas do 1980, estas sabiam-se no início dum processo que só poderia ter êxito se rematava a ortografia do galego reintegrando-se na sua farda histórica, e a sua origem era tão oficial como a do *lindo* castrapo no que foça atualmente o DOG²⁷⁸ – e que com precisão matemática, resulta paralelo ao espanhol²⁷⁹.

3.1. A REGULAÇÃO LEGISLATIVA DA LÍNGUA DA GALIZA

No ano 1981, mediante a Lei Orgânica 1/81 de 6 de abril, aprova-se o *Estatuto de Autonomia da Galiza*. O seu artigo 5 refere-se ao reconhecimento dos direitos linguísticos dos galegos, neste artigo determina-se:

5.1- A Língua própria da Galiza é o Galego.

5.3- Garantem-se os direitos dos falantes na comunidade autónoma a dirigirem-se à administração e a serem atendidos em galego ou castelhano.

5.4- A não serem discriminados por isso.

Mas essa obriga de serem atendidos...não é oposição para que uma das línguas, o galego, tenha o caráter de própria, como vem repetidamente estabelecendo a jurisprudência, e de cara à língua própria tem especiais obrigas a administração pública.

No art. 27, e dentro do título de *competências* está a competência exclusiva nas seguintes matérias... no ponto 20: promoção e ao ensino da língua galega. Em desenvolvimento desta competência estatutária, e de garantia dos direitos dos cidadãos galegos, no ano 1983 publica-se a Lei 3/83 de *Normalización Lingüística* (DOG. 14.7.83).

276 A Associação Galega da Língua (AGAL) é uma organização que nasce em Setembro do 1981, com missão estatutária na codificação da língua contribuindo a normalização do padrão do galego, entre outras. Entre os seus órgãos têm uma Comissom linguística Da AGAL fizeram e fazem parte os mais importantes vultos e estudiosos da língua da Galiza e aliás do estrangeiro: Carvalho Calero, Manuel Rodrigues Lapa..... Durante os seus 20 anos de existência tem uma produção sem comparação na Galiza, como 5 impressionantes Congressos Internacionais sobre a Língua, com participação de professores de todos os continentes. Em 83 publica uma análise científica pormenorizada das Normas da Junta de 82. Em 85 o *Prontuário Ortográfico*, e logo *Guia práctico dos verbos galegos conjugados*; *Manual de galego científico*; *Dicionário quadrilingue de Zoologia*; *Curso práctico de galego*; *Atas dos Congressos*, e a sua revista científica trimestral *Agália*, entre outra muitíssima cousa, sem esquecermos o PGL: <http://www.agal-gz.org> Hoje em dia, a nível de criação científica no debate sobre a língua, o posicionamento do ILG é insustentável (que seria dessa postura sem o apoio – por vezes cenoura - dos partidos espanhóis e dos seus psicofantes) a pouco que se olhar à luz da ciência. O reintegracionismo ganhou muitos espaços sociais, porque tem detrás todo um imenso trabalho, a AGAL funcionou nestes anos como a verdadeira Academia do país.

277 As normas da AGAL, olhadas sem óculos, são basicamente as normas da Academia de Ciências de Lisboa, com pequenas diferenças (til de nasalidade, e pouca cousa mais) são por tanto umas normas de transição de cara ao estabelecimento pleno da norma portuguesa (na que se exprime com toda naturalidade o galego com todos os seus particularismos, e de facto usa-se também na revista AGÁLIA); tê esse pequeno clique de separação com a norma padrão portuguesa, simplesmente para na altura real na que estamos na Galiza, não posa ser apresentada como não galega. É perfeitamente integradora para os seus utentes no espaço lusófono, e mantendo certos sinais identitários que no momento presente são fáceis de explicar teoricamente, mas incapazes de o poder fazer praticamente. A norma da AGAL é também, por outra banda, na realidade, o desenvolvimento radical da normativa de mínimos da Junta de 1980; numa leitura aberta da mesma, até pode entender-se incluída nessa norma de mínimos.

278 Diário Oficial de Galicia – jornal oficial onde se publicam as normas legais para vigorar.

279 Isso é a negação da linguística, mas que se lhe vai fazer.

Nos artigos. 1º, 2º e 3º recolhe-se in extenso o artigo 5 do Estatuto de Autonomia, engadindo o direito a atuar em galego ante os Tribunais de Justiça. No artigo 4.1 Declara-se o galego como a *língua oficial das instituições da comunidade autónoma, da sua administração, da administração local e das entidades públicas dependentes*.

No artigo 6.3 Fixa a obriga de promover os poderes públicos, o uso normal oral e escrito da língua galega como meio de relação com os cidadãos.

No artigo 10.1 Fixa a toponímia em galego

O artigo 11.1 Implica para a administração a obriga de capacitar o pessoal da administração no conhecimento e domínio da língua galega. Como pode ser observado, nas leis com referência ao idioma próprio da Galiza fala-se do galego; e a esse galego não se lhe adicionam adjetivos alguns. Pelo demais na Galiza não existem mais leis que tratem especificamente do idioma nacional, salvo algum artigo em outras leis como a reguladora da função pública, (artigo 33), onde se faz referência, para os empregados públicos, da obriga de acreditar o conhecimento do galego²⁸⁰, porém fazendo-se sempre uma interpretação tão restritiva desta obriga de tal jeito que a mesma se entende como *obriga de entender e interpretar um texto administrativo*, num galego que agora se converteu na prática administrativa, numa língua exatamente paralela à castelhana no âmbito semântico das palavras, e sem esquecer que como dizia Lluís Aracil, qualquer palavra castelhana pelo facto de o ser já pode ser galega, e não estará nunca acusada do pecado de lusismo²⁸¹.

E no âmbito do ensino, onde se tem desenvolvido mais a normativa, se, além disto, valorizamos o papel fundamental que tem esta atividade na socialização de conteúdos linguísticos, e se sabemos que o ensino foi o elemento fulcral da socialização do espanhol na Galiza, entendemos a sua necessidade qualquer que for o objetivo linguístico final. Ora, se partirmos do princípio que no processo seletivo dos professores não há que acreditar o conhecimento da língua galega, e que esta se limita aos professores específicos dessa matéria, é muito fácil compreender que o ensino continua a ser um elemento fulcral na socialização de usos do espanhol entre os galegofalantes, como tem posto de relevo os mais recentes trabalhos de pesquisa sociológica, nos que se constata que os nenos que entram na escola falando em galego, são, com grande sucesso, socializados no espanhol, porém nada se produz no sentido contrário. Não consegue garantir aos galego-falantes a permanência e a instalação normal na sua própria língua, nem sequer dentro do que a *ideologia oficial substitucionista* chama *bilinguismo harmónico*.

Em todos estes processos, o debate normativo, serviu para utilizar perfeitamente aos validadores da Conceição ilhada e regional do galego, como elementos ideológicos de apoio das políticas substitucionistas, ao além da vontade que, alguns persoeiros de entre eles, manifestarem (mas os feitos são teimudos). No ano 2001 o Diretor Geral de Política linguística da Junta da Galiza, o Sr. E Moreiras²⁸² impulsou a elaboração dum plano de normalização linguística, cousa já feita na Catalunha e no País Vasco, dentro do que se vem chamando *language Planning*. O resultado foi um verdadeiro desiderato, onde os pontos fracos da língua eram a vez os fortes, e no que falta toda temporização, e isso enquadrado num modelo substitucionista como bem é exprimido na apresentação do Plano. O tal Plano foi aprovado pela unanimidade do Parlamento galego o dia 22 de setembro de 2004, sem que até agora se tenha traduzido em mudanças efetivas da política linguística substitucionista, nem no impulso às medidas estabelecidas timidamente no Plano, e isso com independência de acharmos na Galiza um governo de coligação socialista nacionalista, onde a língua própria, frente à imposta, era constante e retoricamente citada no acordo de governo que deu luz à coligação²⁸³.

3.2. AS MODIFICAÇÕES NORMATIVAS. A INTEGRAÇÃO DO BLOCO NACIONALISTA GALEGO E AS SUAS ORGANIZAÇÕES NO QUADRO INSTITUÍDO PARA O PORTUGUÊS NA GALIZA.

280 A interpretação que fazem as autoridades da obriga de acreditar o conhecimento do galego é tão chamativa, que a nenhum castelhano de nação lhe causa dificuldades para conseguir a sua acreditação.

281 Lluís Aracil, revista *Agália* nº 17.

282 Para fazer isso foi determinante a minha relação pessoal com o Diretor Geral, o convencimento para tomar a iniciativa e até o contributo dum rascunho de plano para a administração e ensino da minha autoria.

283 Neste governo de coligação socialista-nacionalista, a qualidade da língua que se usa polos conselheiros (ministros) do governo é bastante deficiente, incluídos os nacionalistas, e todos eles exprimem-se com muita mais qualidade e cuidado em espanhol, que no português da Galiza, no que qualquer cousa serve, e nada indica socialmente, nem positiva nem negativa de quem fala.

A normativa do ILG sofreu de jeito constante modificações ao longo dos anos, sempre ante a pressão social, e sempre no sentido da integração de formas e termos considerados antes por essa normativa como lusismos inadmissíveis. No ano 92 republicam-se as normas com modificações substanciais a respeito das originais de 10 anos antes. Porém, as organizações mais numerosas do nacionalismo galego continuavam sem aceitar esse modelo de normativa, e defendendo retoricamente, ainda que sem muito valor prático, as normas de mínimos, não as da Junta pré-autonómica, mas as elaboradas pela ASPG no ano 99, não como uns mínimos de reintegração, de voltar à farda comum, mas como um objeto ossificado e do que inconsequentemente não se desenvolveu nenhum aspeto formativo na própria militância.

Em fins dos anos 90 pessoas da ASPG reúnem com outras do ILG, que depois da integração de Esquerda Galega no Bloco Nacionalista Galega estavam já caminhando cara à sua órbita, para fazer uma proposta de consenso normativo. No ano 2001 estava elaborada uma modificação das normas, que se apresentavam como *de concórdia*, ainda que tecnicamente implicava a aceitação de todo o processo normativo levado a cabo até daquela com o aval do ILG. Levada essa proposta *de concórdia* entre o Instituto da Língua Galega e a Asociación Socio-Pedagógica Galega com a bênção de Francisco Rodrigues e Pilar Garcia Negro – dirigentes do partido que controla a Frente BNG, que decidem nesta matéria –, foi rejeitada pela Real Academia Galega, sob as pressões do Partido Popular, quer dizer, a vontade de Manuel Fraga²⁸⁴ ILG e ASPG, não desistirão do consenso normativo. Reúnem-se de novo, a ASPG, quer dizer, o entorno Bloco, com as gentes do ILG, e aceitam capar a proposta de concórdia naqueles aspetos que fazia que as normas até daquela usadas ficaram como não normativas, reduzindo substancialmente as modificações, em muitos aspetos em inferior medida que as introduzidas na republicação do ano 92. Esta norma de concórdia, devidamente capada, foi aprovada pela RAG no ano 2003²⁸⁵.

284 Comentário humorístico sobre este feito da minha autoria, publicado no jornal A Nossa Terra naquela altura: O ASUNTO NORMATIVO São muitas as pessoas que se têm dirigido à CIG de São Caetano solicitando alguma aclaração sobre o assunto engraçado do acordo normativo *concordial*, v.g. - um Subdiretor Geral de Mergulho e Interiores com Vistas para o Mar com destino em comissão de serviços em Política Linguística, ouvido o Sr. Currás, diz-nos que os seus chefes não se aclaram, e diz, “sabendo como sei que aí tendes conexões diretas com o Mosad, e além disto, assessorais ao mediador Cabo-Verdiano para o assunto da guerra mais-do-que santa no território afegão” prego-vos que me esclareçais. Tras umha detida pesquisa, olhai o resultado:

1-Consultado o Cambrige Linguistic Atlas, o Guinness of Knowledge, Rheinische Zeitung –Corpus Linguarum –” e múltiplas conexões na Internet, descobrimos que o galego é o português. São cientificamente duas variedades, ou falas dum mesmo diassistema: o galego-português-brasileiro, é dizer codialetos dumha mesma língua.

2- A Galiza histórica está dividida em dous estados, Hespanha e Portugal, na Hespanha os galegos (praticamente) todos são alfabetizados em espanhol e analfabetos na sua língua.

3- Na Galiza do aquém-Minho há quem defende “para que imos complicar aos galegos e galegas conhecendo a sua língua, pois se já conhecem o espanhol, e todo o que seja de interesse está em castelhano ou nele lhe virá”

4- Segundo informe da ONU, na Galiza administrativa espanhola (ainda que não o pareça) ha certa autonomia política e, claro, alguma cousa fazem em galego, vejamos que fixo essa autonomia.

a)- No ano 80 - junho (BOXG nº 10) publicou umhas normas, nas que participaram todos, e foram chamadas de mínimos, pois nas mesmas se diz que pouco a pouco (a medida que nos desanalfabetizarmos) usaremos o galego bem e fetém, e poderemos ir contentos polo mundo.

b) Em Abril de 83 (DOG nº 36), anulam-se as anteriores normas, para não complicar a vida aos galegos e galegas. E não importa muito o galego à oficialidade, sempre que se pode come-lo caldo, o caldo da sopa boba que comem alguns com a normativa.

5- As normas de 83 foram elaboradas só polo ILG, e aprovadas pola RAG, numha sessão plenária de 10 minutos, com ausência de mais dum terço dos membros. A Academia Galega, que não o é da língua, faz o que o poder dixit.

6- O grande sucesso da norma do 83. Olhai: qualquer cousa que for espanhol é galego (pois noutro caso seria estrangeira ou portuguesa), logo vem a deriva cara o espanhol, - fonética e morfossintática -. Isso sim nas escolas aprende-se que o português é tão estrangeiro quanto o Russo. Que se passou com esta política, que além de ir a nossa língua cara abaixo, todo aquele que crê no galego não a usa: não a usam nem escritores, nem professores, nem partidos políticos galegos, nem sindicatos..., ninguém que acredite no galego a usa. Quem a defende, pois, os da sopa boba, os cicutas da norma, Paco Vasques e amigos. Onde se vai assim?

7-Como não se vai a nengures, e até parecia que o BLOCO (polo que diziam) podia governar já, e no seu programa figurava restabelecer a oficialidade das normas de consenso, (as da Xunta 1980), propõem-lhe os do ILG aos do Bloco um acordo onde se aceita algo do que figurava nas normas do 80, sem tocar a acentuação castelhana, nem a ortografia castelhana, e assim eles fazem-se da mesma vezeira, e santificam o destrabalho feito no galego.

8- Se o Bloco governasse aprovavam-se para pexar qualquer avanço, mas como não ganhou o professor Fraga, dixit, não imos mudar, nem umha vírgula, a nossa política de substituição linguística que tanto sucesso está a ter. E a singular Academia assentiu, pois tanto lhe tem o futuro do galego; e o povo, a continuar a ser analfabeto, que para algo há de servir o espanhol: para dissimulá-lo Informação proporcionada por Isaac Ibrahim, agente do Mossad infiltrado com progesterona, por não sei que de não ficar prenhado.

285 O mais simpático do assunto, se não fosse dar-se a rendição nesta matéria do Bloco, se tivesse mantido uma atitude mais coerente, é provável que no ano 2001 o poder político espanhol tivesse admitido aquele pequeno avanço normativo

4. A SITUAÇÃO JURÍDICA DO PORTUGUÊS DA GALIZA. MUDANÇAS QUE SE ALVISCAM NO FUTURO.

O acordo de governo da coligação PSOE-BLOCO tem muita referência à língua; mas as necessidades normativas da língua galega estão absolutamente ausentes, limitando-se o acordo à vontade de aplicar o Plano de Normalização que citava antes. A ausência de um compromisso para elaborar uma lei da língua nacional da Galiza, de reforma da Lei do Conselho da Cultura, e a ausência do Bloco no anteprojeto de Lei de Reforma da Lei da Função Pública, de tanta importância neste campo, falam infelizmente mal do que nos pode trazer este governo nesta matéria: a simples continuação da política de substituição só que com um sócio, se cabe na Galiza, mais *vilego*²⁸⁶ e jacobino (o PSOE espanhol). Desde o nacionalismo governante apresentam-se todas as esperanças na modificação do Estatuto de Autonomia da Galiza, de aí que para fazer uma análise de futuro, sejam os aspetos jurídicos da proposta estatutária do Bloco, como máximos da reclamação, o melhor guia. Reproduzo a seguir a análise feita por mim recentemente, posta à disposição dos cargos do Bloco, abstendo-me do estudo de aspetos políticos como são os de oportunidade ou as questões das possibilidades reais de sacar algo avante, que possa pelo menos parar a desfeita substitutiva na que vive submersa a sociedade galega.

5. ANÁLISE JURÍDICA DA PROPOSTA ESTATUTÁRIA DO BNG NO CAMPO DA LÍNGUA, E MEDIDAS QUE ENTENDO DEVERIAM INFORMAR O NOVO ESTATUTO.

Um estatuto autonómico é uma lei orgânica, que vai mais alo, pois forma parte do entravado constitucional. As disposições estatutárias, salvo aquelas medidas que pela sua precisão sejam imodificáveis e alicerce sobre que montar as futuras normas; não são diretamente aplicáveis senão, que o jeito como se apliquem virá estabelecido nas leis de desenvolvimento; ou até pode ser pior, pois nunca se chegarem a aplicar por não ser desenvolva a legislação que faria essas disposições reais. Para pôr um exemplo, no Estatuto galego do 81 em vigor, no artigo 27 estabelece-se, que a Galiza estrutura-se (politicamente e organizativamente) em freguesias e comarcas. Passaram 25 anos e ainda nada está desenvolto com respeito a esse mandato estatutário. Todos os elementos declarativos e enfáticos do Estatuto, são como ao final fiquem nas leis de desenvolvimento e naquelas normas que precisam e fixam as declarações enfáticas do Estatuto. Na proposta de estatuto elaborada por unha comissão do BNG e posta no Parlamento a disposição dos outros grupos como elemento de debate, vou apontar todos as referencias a ver com a língua e aquelas aspetos que no debate parlamentar deverão ser completados, para tentar introduzi-las no processo de debate no relatório parlamentar; visando assim fixar uns elementos que deveriam ter um certo carácter absolutamente infranqueável para nós.

5.1. O TEXTO ESTATUTÁRIO E A LÍNGUA NACIONAL

Na proposta de Estatuto do BNG, concentra-se de jeito bastante exaustivo o tema da língua no artigo 3, ficando ao além do artigo, só aspetos que dum jeito colateral mas que deveriam ser importantes, tocam o tema; passa um algo, como no estatuto de autonomia em vigor, que concentra o tema da língua no artigo 5 (artigo que estava copiado literalmente do Estatuto Catalão de Sau). O Artigo 3 tem 11 apartados, nos que dum jeito avançado com respeito a redação do artigo 5 atual tenta-se fixar as extremas linguísticas duma administração, e aparato público, que se entende há funcionar, e ainda mais vendo as características sociolinguísticas da Galiza, como elemento galeguizador. (Não vou comentar os apartados que acho não dão lugar a debate).

O artigo 3.1 diz: “O galego é a língua própria da Galiza. Todos os cidadãos e cidadãs têm a obriga de conhecê-lo e o direito de usá-lo”.

Simplesmente fazer um apontamento, esse apartado pode ser a trampa saduceia parlamentar para que se retirem finalmente outros apartados muito mais importantes sob a ótica de que tendo já o dever, a cousa está

286 Vilego, na Galiza, apresenta-se contrário a *de aldeia*, os das vilas castelhanizadas, as aldeias fieis à língua.

feita. Pois o dever, no caso de o T. Constitucional não botar um jarro de água fria ao povo galego com esse assunto²⁸⁷ é algo a interpretar pelos tribunais de justiça e não pelas autoridades políticas, é dizer o Superior Tribunal de Justiça da Galiza na via contenciosa, e o Constitucional. E poderíamos estar no paradoxo, (e a alguma sentença já ditada me remeto), de que já o cento per cem dos galegos e galegas cumpriram o dever de conhecer a língua, item mais que quase o cento per cem dos cidadãos do estado cumprirem o dever de conhecer a língua, pois o que pode ser galego nalguns casos não passa infelizmente duma modalidade dialetal do castelhano, (há quem faz castelhano até em galego). Pois numa sentença do STG do 99 fixa-se em grande medida o que é conhecer galego, como algo igual, a ser-se capaz de entender um texto galego e entender uma comunicação em galego. (e que galego?)^{288 289}.

O dever está bem, quando há medidas que vão no caminho de fazer necessária a língua, para igualar o status jurídico dum jeito que vai cara igualdade real com a língua castelhana, porém se isso vai ser moeda de câmbio e vai servir para desfazer outras propostas mais importantes não podemos fazer aí a guerra²⁹⁰.

O apartado 3.3, diz: “Os poderes públicos garantirão os direitos linguísticos dos galegos e galegas, potenciarão o emprego da língua em todos os campos da vida pública, cultural e informativa e disporão os médios necessários para facilitar o seu conhecimento. Todos os funcionários e trabalhadores ao seu serviço têm a obriga de o usar no desempenho das suas funções. O emprego do castelhano realizara-se a emprego de parte.”

Todo neste apartado implica desenvolvimento legislativo posterior que indicará, o como é que isso se vai levar a cabo; é dizer: uma Lei da Língua da Galiza, uma Lei da Função Pública... Acho por tanto que para dar eficácia, como logo explico, há que precisar já alguns aspetos dos citados neste apartado, noutros artigos do Estatuto.

O apartado 3.5, vem a precisar o apartado 3.3 dum jeito relevante, este apartado é mui importante, e ainda que a concretização vai dar-se no desenvolvimento legislativo posterior, mas nele estão-se fixando alicerces futuros. Cumpre já refletir esta concreção nalguns outros artigos, como logo exporei. O apartado 3.6. trata da língua nacional do ensino. Não vou citar o relevante que é o ensino no processo de socialização da língua galega, como o foi e o está sendo no processo de substituição linguística que vivemos. O feito de ser o galego língua oficial do ensino em todos os níveis educativos concretiza-se nos sub-aptados que vou assinalar:

a) O alunado tem o direito a receber o ensino em galego no primeiro ensino.

O facto de estabelecer que é um direito e não um dever, (os deveres são exigíveis e os direitos renunciáveis), da possibilidade ao legislador de fixar como se exerce esse direito e com quem, etc... e que falam os pais sobre direitos? Ademais ao tratar a universalidade dos alunos nos centros e não a necessária existência de centros em galego, ligado com o direito em todos os lugares, a termos centros exclusivos em galego (direito linguístico que logo comentarei ao pedir o alargamento do apartado de direitos, junguido ao objetivo sociolinguístico da <compactação dos falantes>), faz bastante fraco este direito.

b) O pessoal docente, deverá fazer uso da língua galega no exercício das suas funções educativas conforme se estabelecer legalmente.

Este sub-aptado ademais de estar em condicional, assunto nada superficial em questões jurídicas, não fixa em realidade um mínimo sobre o que se construir a futura norma, em realidade está deixando todo a disposição do legislador futuro, pois esse é o sentido do CONFORME.

c) A língua galega será objeto de ensino obrigatório...

Teria muita mais força jurídica a prol do galego, estabelecer que a língua castelã será de ensino obrigatório, pois esse ensino obrigatório da língua castelã, em realidade estaria excluindo-a de ser a

287 Na lei 3/83 de normalização linguística figurava esse dever no artigo 1º; não tivo efeito social e sim levou a um grave revés social a interpretação que fiz o constitucional no 85, quando o anulou.

288 Porque os castelhanos não entendiam o galego dos nossos labregos do XIX como conta Pintos, para eles era o mesmo sotaque do português, que tampouco entendem. A modificação da fonética nos últimos tempos foi demolidora.

289 Nos últimos anos o modelo ortofónico ensinado do galego baseia-se assim mesmo no do castelhano. Ao faltar um modelo culto de língua não só escrito senão tamém ortofónico, o baleiro e ocupado polo modelo da língua dominante. De facto não é que se fale menos galego, é que a sua qualidade prosódica diminuiu radicalmente. E interessante ao respeito ler o artigo de Aracil publicado no n.º 17 da revista Agália.

290 Recentes declarações do porta-voz parlamentar do PSOE aceitando esse dever, parecem ir nesse sentido

língua do ensino²⁹¹. E se pormos em relação isto, com o apartado d), vemos que a língua veicular no ensino vai ser o castelhano (como é atualmente) pois, o apartado d) disse: *Que as administrações promoveram o uso progressivo do galego como língua veicular em todos os níveis educativos.*

A redação toda em condicional sem marcar nenhum mínimo ao legislador, faz que o apartado da língua galega não suponha nenhum câmbio radical do que há.

O 3.7 diz "O conhecimento da língua galega será requerimento obrigado para o exercício na Galiza da representação política e das funções administrativas, notariais, registrais e judiciais". Acho que se teria que separar a função política das funções administrativas (já estão no 3.5), e notariais e judiciais (sobre todo vista a leitura no parlamento espanhol do estatuto catalão), e ligar estas últimas com os direitos dos galegos e galegas.

Este apartado ao centrar-se no conhecimento (juridicamente conhecimento e uso são cousas totalmente distintas), em realidade se não se conectar com direitos exigíveis e que devem que (in)formar as leis, está-se debilitando os apartados anteriores. A função administrativa, ao dar aqui essa nova leitura, desconectada dos direitos linguísticos, e segundo pela difícil constitucionalidade da representação política e a simples obriga de conhecer. Já citava antes, que a obriga, segundo o Supremo Tribunal da Galiza, pode cumpri-la praticamente qualquer espanhol (sou consciente que exagero, mas é para fazer luz). Acho que na redação definitiva do estatuto o relatório parlamentar teria que regular estes aspetos nos artigos do âmbito judicial e notarial.

O apartado 3.9. Acho que em vez de dar esse grande poder a RAG, que não é unha Academia Normativa da língua, conforme aos seus próprios estatutos e por tanto juridicamente²⁹². Penso que aí a redação mais acaída e que se deveria tentar no relatório parlamentar, era determinar que a RAG e as demais Instituições dedicadas ao estudo e fomento da língua e a sua padronização, e estabelecer um conselho da língua nacional (por ex. nos termos do anteprojeto de Lei de reforma do Conselho da Cultura elaborado e entregue a Conselheira), como elemento fixador do padrão. E como esse anteprojeto de lei está sem aprovar, incluir uma disposição final onde se precise esse conselho social da língua.

O 3.10 diz: "*O governo Galego fomentará o emprego do galego nas zonas galego falantes do exterior de Galiza*" Penso que isso também há que recolhe-lo no apartado dos direitos dos galegos e galegas, neste ponto, pode ser para o relatório também de utilidade, trabalhos como os do Fórum Carvalho Calero²⁹³. Quiçá a palavra fomento não é juridicamente a mais acaída, pois a Galiza carece de competências nesses territórios, já que logo, este tipo de cousas há que faze-las de forma indireta e com um respeito escrupuloso às administrações desses territórios ainda que sejam como som. O governo galego conveniará com as administrações desses territórios o respeito aos direitos linguísticos dos seus moradores. O "Fomento" há que fazê-lo com vias indiretas, ajudas as associações, organizações e outras galegófonas desses territórios, o estabelecimento neles do sistema político galego²⁹⁴ etc. Escrever o fomento nesses termos, poderia ser declarado inconstitucional.

O apartado 3.11 diz: "A língua galega, como parte do sistema Galego-português, será difundida, em toda a sua produção cultural, nos países de língua portuguesa"

Na primeira parte do apartado fai-se a única definição do galego que há no estatuto. Entendo que é mui positiva, porém o corolário a essa definição deveria ser: e as instituições galegas assinaram acordos de colaboração em matéria linguística cõas autoridades dos PALOP's e solicitaram o participarem nos organismos internacionais a ver com o sistema galego-português (língua). (de aí a colaboração nos termos desse Conselho da Língua citado antes.

291 Na proposta de Estatuto do Fórum Carvalho Calero, fórum do que sou Presidente (texto elaborado por 9 pessoas das que sete pertencem ao BNG), utilizava-se este tipo de circunlóquio reforçador indireto da língua galega, quando se sinalava por ex. que na administração garantirão-se escritórios de atendimento preferente ou exclusivo em castelhano, etc.

292 A forma de sinalar que o é, do seu artigo 2, em realidade tira esse valor, pois di: somo-lo porque outros o dizem (disposiçom adicional lei 3/83).

293 O Fórum Carvalho Calero é um organismo da sociedade civil que elaborou uma proposta de reforma Estatutária que está a disposição da sociedade galega e do Parlamento da Galiza

294 O BNG nas suas 11 assembleias nacionais leva opondo-se ao reconhecimento dos territórios da Faixa Leste como de açom política galega, o que faz ainda mais chamativa a proposta.

A segunda parte do apartado a ver coa difusão, mudá-la-ia do lugar, pois como está, em realidade funciona juridicamente debilitando a definição que se acaba de fazer.

Que é difundir a língua nos países de língua portuguesa? Os leitorados de política linguística? A difusão tipo recente Expolíngua de Lisboa? Ademais como se difunde? Como parte do sistema galego-português? Além do artigo 3, centrado na língua, na proposta de Estatuto do BNG há outros artigos a tratar da língua, eis:

Disposição adicional segunda

Primeiro parágrafo “O Parlamento da Galiza reclamará das Cortes gerais que declarem a língua galega idioma oficial dos órgãos centrais do estado”

Acho que no debate do relatório parlamentar deve mudar-se, o declararem oficial dos órgãos centrais do estado, por declara-la oficial no estado. Declarar oficial no estado não tem porque significar nenhum novo estatus para o espanhol na Galiza nem para o galego em Espanha. Oficial no estado significa que os galegos e galegas podem se dirigir aos órgãos do estado na sua língua, e que nos órgãos de representação esta é língua dos mesmos. Não que os galegos tenham direito algum a serem atendidos em galego em Madrid (O modelo europeu e mundial de reconhecimento de várias línguas oficiais num estado vai normalmente ligados ao reconhecimento de espaços territoriais próprios da de cada língua (ex. Bélgica, Suíça, Índia, Sul-África, União Europeia. O modelo distinto, no que parece estar-se pensando no caso da proposta, só existiu na URSS e até há pouco em Canada, e que na prática enfraquecia as línguas das “minorias estaduais”, mas não seria esse modelo aceitável no estado espanhol).

O Segundo parágrafo diz: “Como língua da Galiza, será de uso oficial no Senado, em quanto que câmara de representação territorial, assim como, no seu caso, no congresso dos deputados. Reconhecer-se-á ademais o seu emprego pelos representantes galegos nas instituições da União Europeia como língua Oficial da mesma”.

Este segundo parágrafo está bem até o ponto onde começa o sublinhado. Porém entendo que a parte sublinhada há que suprimi-la no debate do relatório parlamentar, a não ser que se procurem pejos onde não existem. Na União Europeia são oficiais as línguas que o são nos seus estados. No 3.11 dizíamos que o galego é parte do sistema galego-português e sob essa forma mais ou menos aproximativa nada de problemas temos tido os galegos para usa-la na Europa, pois o galego sob o nome de português é língua oficial europeia. Não vou lembrar os deputados nacionalistas no Parlamento Europeu, e pessoas por eles convidadas ao mesmo, como se exprimiram em galego sem nenhuma dificuldade. Eu próprio em Bruxelas na Direção Geral de Educação no ano 2002 reclamei intérprete de português num encontro e exprimi-me em galego sem problema algum; não ponhamos barreiras onde não as há, dando razão com este boomerang a todos os que vem defendendo no processo de substituição, a espanholização do galego. Pois ademais do nulo valor jurídico na matéria, que tem o facto de escrever isso no estatuto, ao ser isso uma competência da União Europeia, que já tem estabelecido numa diretiva o procedimento de oficialização, a qual diz, que são línguas oficiais as que o sejam dos estados membros. Na Disposição adicional segunda aparece: “O parlamento da Galiza reclamará dos parlamentos das comunidades autónomas às que atualmente pertencem comarcas limítrofes de fala galega, que a declarem cooficial no território dos concelhos dessas comarcas e nos órgãos institucionais centrais das respetivas comunidades autónomas”

Parece-me excelente esta disposição adicional, que está relacionada com o artigo 3.10. Ainda que o jeito no que está redigida, pode ser melhorada. Porque só dirigir-se aos parlamentos? O Tema da Galiza negado, acho que é um no que há que ser firme e flexível a vez para ser eficaz²⁹⁵. O modelo do artigo 12 do estatuto catalám, parece excelente, eis: **ARTICLE 12. ELS TERRITORIS AMB VINCLÉS HISTÒRICS. LINGÜÍSTICS I CULTURALS AMB CATALUNYA.**- *La Generalitat ha de promoure la comunicació, l'intercanvi cultural i la cooperació amb les comunitats i els territoris, pertanyents o no a l'Estat espanyol, que tenen vincles històrics, lingüístics i culturals amb Catalunya. A aquests efectes, la Generalitat i l'Estat, segons que correspongui, poden subscriure convenis,*

295 Da proposta do Fórum Carvalho Calero que trata bastante estes temas pode-se tirar alguma ideia para melhorar o projeto no debate do relatório parlamentar.

tractats i altres instruments de colaboració en tots els àmbits, que poden incloure la creació d'organismes comuns.

5.2. OUTROS ASPETOS DO ESTATUTO PROPOSTO POLO BNG

Na proposta de estatuto há ademais em muitos apartados, carências fulcrais e falta de concreção a ver com o português da Galiza, mas acho que aqui e nesta breve nótula, ultrapassa a simples análise jurídica do que há.

6. NOTA FINAL

Neste breve trabalho não entro na situação jurídica da língua portuguesa da Galiza na Franxa Leste, por figurar segundo acredito, que entre os participantes neste Colóquio vão estar pessoas que tratarão o assunto dum jeito especializado e com mais pormenor. Finalmente a análise feita não move muito a esperança sobre o futuro do português na Galiza, mas para umas gentes ocultadas em Portugal, e para quem leva tanto tempo remando contra a corrente e sobrevivendo nalguma medida, sempre cabe a possibilidade dum milagre.

32) JOSÉ LUÍS DO PICO ORJAIS

José LUÍS DO PICO ORJAIS nasceu EM OGROBE (1969) EMBORA SE CONSIDERE NATURAL DA ILHA DE AROUÇA. ATUALMENTE combina a sua atividade profissional como docente no CEP Brea Segade de Taragonha (Rianjo) com os estudos universitários de Antropologia.

É também professor de Teoria e Método do Folclore no Conservatório de Música Tradicional e Folque de Lalim e de Historiografia da Música Tradicional Galega no curso de pós-graduação «Especialização em Música Tradicional» organizado pela Universidade de Santiago de Compostela.

Foi membro fundador do grupo folque *Leixaprén*, agrupação com a que gravou os discos *Na festa do boi e Gáitropos* e recebeu o primeiro prémio na *Muestra Nacional de Folk para Jóvenes Intérpretes* organizado pelo *Instituto de la Juventud (Ministerio de Cultura de Espanha)*.

Faz parte do *Coletivo Arma-danças* e da *Sociedad Ibérica de Etnomusicología*. Tem dado palestras sobre o folclore galego-português por toda a Galiza, para além de os seus artigos serem publicados em imprensa e revistas especializadas como **Raigame**, **Enclave**, **Murguía**, sendo o seu último artigo «Metodologia e análise da música patrimonial» publicado no volume número 4 da revista **Etnofolk**, exemplar que ele mesmo coordenou junto com Ramom Pinheiro Almuinha

Também foi coordenador do monográfico sobre música popular e tradicional da revista *Murguía*, *Revista Galega de Historia* e dirigiu a investigação que deu no disco *Os Dezas de Moneixas. As cartas sonoras*, publicado pela editora galega Ouvirmos.

Em 2005, a editorial Difusora de Letras publicou a sua edição crítica do cancionero «Cantos e bailes da Galiza» de José Inzenga.

1. AFINIDADES DO FOLCLORE GALAICO-PORTUGUÊS, INTRODUÇÃO A HISTORIOGRAFIA DO FOLCLORE GALAICO-PORTUGUÊS.

Do ponto de vista antropológico, o folclore galego-português é um subconjunto do sistema cultural peninsular, que por sua vez é um subconjunto do sistema cultural europeu. O autor quer mostrar, através de um percurso pelos textos de autores como Augusto Pires de Lima, Santos Júnior, Michaëlis de Vasconcellos, Bouça Brei, Vicente Risco ou Rocha Peixoto, como as semelhanças entre o folclore galego e português não só evidenciam a unidade cultural e musical entre galegos e portugueses, senão que essa unidade é atualmente verificada e ratificada na prática musical dos conjuntos de folque galegos, nos que, de regra, o uso do folclore português é um facto estendido e, poder-se-ia dizer, normalizado.

«Sob este ponto de vista as tradições populares da Galiza são do mais alto interesse; a Galiza é a província mais duramente submetida à unidade política e mais sacrificada pelo centralismo administrativo; ela resiste pela sua tradição lírica, em que conserva a sua ficção étnica e esse espírito local a que chama soidade, espécie de nostalgia que em Madrid se denomina a morrinha galega. Em relação à nacionalidade portuguesa, a Galiza é um fragmento que ficou de fora da integração política de um Estado galecio-português, desmembrado pelo interesse de Afonso VI para fazer o casamento das suas duas filhas com Raimundo e Henrique de Borgonha. A Galiza seguiu a sorte da unificação asturo-leonesa, perdendo cada vez mais os seus elementos de cultura e de vida nacional; Portugal pela sua autonomia de nação, desenvolveu uma língua e literatura, arte, indústria e a grande ação que o tornou um dos primeiros povos coloniais, e o iniciador da atividade pacífica da Europa. Tendo-se estudado as tradições portuguesas nos seus centros provinciais, Beira-Baixa, Algarve e Minho, Alentejo e Trás-os-Montes, e nas suas expansões coloniais dos Açores, Madeira e Brasil, este estudo não seria completo sem o conhecimento das fontes primordiais ou arcaicas conservadas pela Galiza, como foco da antiga unidade galecio-portuguesa» Teófilo Braga. *Cancionero popular gallego*. Librería de Fernando Fé: Madrid, 1885. p. IX-X

Como pode apreciar-se no texto do mitólogo português o tema das afinidades do folclore da Galiza e Portugal vem de longe e nalguma época chegou mesmo a ser um tema recorrente. São numerosos os escritores de além e aquém Minho que se perceberam da íntima relação nos nossos costumes, os nossos trajos, os nossos cantares, etc.

Todos eles, baseando-se na observação, na intuição, no método comparativo, fornecendo dados históricos as vezes pouco contrastados, tópicos pouco críveis e nalguns casos, até excelentes trabalhos de investigação, foram criando um corpus literário acho que de grande valor e que algum dia devera de ser publicado como coletânea num único volume para uma consulta doada.

Vou tentar não comentar em excesso os diferentes autores e as suas obras, já que o espaço deste relatório não me vai permitir um falar pelo miúdo, pelo que me conformarei com apresentar alguns parágrafos que julgo representativos de cada quem.

Aqui não vai ser exposta a obra de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, dada a importância da produção destes dois vultos das nossas letras, mas sim quisera citar tão só o artigo de D. Carolina, de imprescindível leitura, intitulado «*Vestígios de poesia popular gallego-portuguesa arcaica. Sua semelhança com as modernas cantigas do povo. Seu influxo provável na poesia trovadoresca*». In *Cancioneiro da Ajuda*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1990

2. ALBERTO AUGUSTO DE ALMEIDA PIMENTEL

Em 1905 saía do prelo o livro *As alegres canções do Minho* do estudioso português Alberto Augusto de Almeida Pimentel, nascido em 1849 e que faleceu em Queluz em 1925.

Neste estudo do folclore minhoto Pimentel tenta interpretar «o comportamento e mentalidade das populações do Alto Douro e do Minho, realizado através da análise do seu cancionero popular.» O intento está cheio de tópicos e passagens míticas além dum, por vezes, excessivo ardor religioso e anticomunista, contudo não carente de interesse.

O verdadeiro estudo dum folclore não reside no aspeto puramente formal, plano no que sempre ficam os trabalhos na Galiza acometidos, senão na análise da psique da sociedade que gera determinado folclore.

A cultura tradicional constrói-se em ordem a uma forma de seu da população que o diferencia do resto das sociedades, e que mesmo estimulada pelos mesmos incentivos, responde de jeito diferente. Acho que foi Ionescu,

compositor do nacionalismo romeno, quem falou da diferença entre caráter e estilo. O estilo era algo mudável pelas modas, o caráter referia-se ao caráter popular, e algo não imposto e substancial duma sociedade.

Pimentel parece querer estudar o folclore através do caráter e só isto já faz de *As Alegres canções do Minho* uma leitura muito recomendável.

O primeiro capítulo tem um título sonoro e significativo: «Génese das canções.» O autor do Porto faz comentários muito reveladores:

«O Minho, a província mais setentrional do país, deve servir-nos de tipo na caracterização psicológica do povo do norte. Foi nesta província que primeiro pulsou a alma portuguesa. Foi aqui, numa nesga de chão desmembrado da Galiza, que se desenrolaram os mais remotos preliminares da nossa independência. É, portanto, aqui, que devemos procurar os vestígios primitivos desse espírito de nacionalidade, que depois de nos ter feito livres nos tornou grandes» p. 5-6.

A respeito da psique galaico-minhota diz:

«O minhoto é meio galego na pronúncia, no amor ao trabalho, na passividade sofredora, na garridice do traço, no gosto pelo canto, na aptidão para a música, na ingenuidade primitiva dos instrumentos que tange, na devoção fervorosa aos santos da corte celeste, no entusiasmo pelas romarias, no respeito às autoridades locais e, ainda, no seu desinteresse pelos negócios gerais do Estado, ao qual se reconhece esmagadoramente ligado por duas pesadas grilhetas: o escrivão de fazenda e a lei do recrutamento.

O minhoto é tão feliz quando rufa num tambor ou arranha numa viola chuleira como o galego quando assopra numa gaita-de-foles: mas um e outro tem horror igual perante o aviso da décima, e o mesmo ódio pela lei que vem arrancar-lhes os filhos para o serviço militar.»

3. FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

De todos os estudiosos das afinidades do folclore galaico-português, quicá o que em maior medida aprofundou dando as chaves para futuros estudos foi D. Fernando de Castro Pires de Lima.

Afinidades Galaico-Minhotas do Cancioneiro de São Simão de Novais. Viana do Castelo, 1934

Afinidades Galaico-Minhotas no Cancioneiro Popular. Santiago: Nós, 1931.

Nova contribuição para o estudo das afinidades galaico-portuguesas do cancioneiro popular. Madrid: C. Bermejo, 1947. Publicado na «Revista de Dialectología y Tradiciones Populares», Tomo III, 1947, Cadernos 3º e 4º

Um artigo acerca do romanceiro galaico-português publicado nas atas da 1ª e 2ª Assembleias galego-lusitanas celebradas em Braga em 1967.

O primeiro dos livros no que trata sobre afinidades começa com uma recomendação, influído pelo texto de Teófilo Braga que líamos ao princípio: «que se façam trabalhos comparativos entre Portugal e a Espanha e nomeadamente entre Portugal e a Galiza, assim como também do Brasil». Por tanto vai ser um exercício de comparação pelo que há de chegar à conclusões muito claras:

“Ao percorrer as páginas do Cancioneiro Popular Galego de Ballesteros, surpreende-nos a semelhança, a quasi identidade entre a poesia popular galega e portuguesa. E assim e de facto. Com pouca diferença se canta, quer no Minho, quer na Galiza o mesmo cancioneiro.”

Logo vem uma série de 60 quadras portuguesas aproximadamente das que põe ao lado outras tantas galegas, tiradas de *Cantigas populares da Arousa*, de Bouza Brey.

Também com o mesmo sistema de pares de quadras confronta cantigas por ele recolhidas em Portugal com outras galegas que Antón Fráguas Fráguas usou para ilustrar uma conferência sobre a morte na Galiza.

Começa aqui uma importante reflexão que deveria mudar o jeito de estudar a poesia tradicional, não tanto pela sua forma senão pela atitude psíquica que move à criação duma cantiga e que eu simplifico chamando “o tópic”.

No seu livro publicado em 1947 F. Castro Pires de Lima aborda já em profundidade o tema das afinidades desde esta perspectiva. Em 1923 ele diz: «que algumas cantigas podiam ser ouvidas com maior ou menor variante nas diversas províncias de Portugal e até na Galiza, vê-se que é bem insignificante a diferença da língua, dos costumes e dos sentimentos dos dois povos que o rio Minho separa.»

Não é um problema de métricas, de melodias, de sotaques ou de ritmos, é algo que vai mais lá, algo que tem a ver com o mais íntimo da nossa personalidade como povo ou como diz D. Fernando: «a alma e a paisagem do povo galego é idêntica à alma e à paisagem do Minhoto.» Na procura de definir essa alma, acomete o professor português a análise da poesia de Rosalia de Castro. Talvez os mais importantes comentários sejam os que faz sobre a saudade.

«Palavra que nenhuma raça entende, que nenhum outro povo sente e que nenhuma outra língua sabe traduzir tão doce sentimento. Um dia nasceu a saudade num coração português porque só a alma portuguesa pode sentir tão complexa emoção. Evidentemente, não considero a Galiza e o Brasil povos diferentes do povo Português.»

Além das quadras recolhidas dos Cantares Galegos, elege outras dos cancioneiros de Ballesteros, e de *As ribeiras do Tea* de Bouza Brey ou do *Cancioneiro de Noia* de Álvaro de las Casas entre outros.

Citando a Bouza Brey :

«Entre os cancioneiros da Galiza e Portugal, que não entanto tenhamos que contempla-los baixo um ponto de vista geográfico como separados, não são senão dois aspetos dum mesmo e grande cancionero.»

4. SANTOS JÚNIOR

Santos Júnior é, junto com Fernando de Castro Pires de Lima, um dos autores que mais e melhor compreendem o tema das afinidades. Num primeiro trabalho de 1929 publicado no Porto, já o mestre português oferecia um cabeçalho significativo: *Afinidades galaico-portuguesas de Folclore*.

Tanto nesta nota como na publicada posteriormente em 1932, o estudo fundamenta-se em que dada a origem comum, e uma atividade psicológica idêntica, os resultados têm também de ser idênticas:

«A maior ou menor semelhança, e por vezes identidade, que se observa ao comparar as cantigas populares do norte de Portugal, e em especial do Minho com as da Galiza, deve ter para alguma delas a sua remota origem comum.»

Mas se assim sucede nalguns casos, noutros muitos o que há é identidade de conceito, analogia de temas, e as mesmas preferências na escolha de determinados assuntos, o que nos revela que estes dois povos peninsulares têm as mesmas inclinações e tendências, consequência lógica da sensibilidade e gostos semelhantes, ligados com ideias morais afins.

A linguagem do coração, na sua espontaneidade, une insolúvelmente aos dois povos, mais poderosa do que as rígidas muralhas que as condições sociais e políticas ergueram a separa-los.»

Noutro interessante texto, o próprio Santos Júnior faz um estudo dos Cantares de Rosália de Castro chamado *Os cantares e o povo galego em alguns aspetos da sua Etnografia de há cem anos*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1969. Este livrinho é uma interessantíssima aproximação às raízes mais profundas do nosso país sendo, ao mesmo tempo, às do povo português, através da obra da poetisa padronesa.

Os *Cantares* são o fio condutor e o estudo, um modelo muito válido para futuros trabalhos de investigação antropológica, revisando a obra dos escritores galegos do século XIX.

A relação entre Santos Júnior e Bouza Brey não remata nas comparações dos cancioneiros da Ribeira do Tea e da Arouça com os cancioneiros do Minho, já que em 1949 o académico português publica *Paremiologia Jurídica Galaico-portuguesa*. Esta é uma coletânea de refrões em «relação mais ou menos direta com o Direito». Aqui também fica de manifesto a relação já não só literal, senão à muitas vezes citada igualdade psicológica.

5. GONÇALO SAMPAIO

Este professor de Braga recompilou um dos mais formosos cancionários, limitando o seu estudo ao Minho. Como introdução há uma coletânea de escritos onde as referências à Galiza são constantes. Quando fala das toadilhas de aboiar diz que estas nada têm a ver com os cantos de arada da Galiza, mas a seguir diz que estas toadilhas são as de maior idade de entre as de país e que se podem relacionar com a flauta de pão que segundo o próprio Sampaio:

«No Minho como na Galiza, ainda é adotada atualmente, com o nome de gaita de capador, pelos capadores e guardasoleiros ambulantes.»

Quando trata do alalá define aos galegos de nossos irmãos e ao falar do coro de maçadeiras torna à Galiza, buscando a relação deste canto com os de aboiar nos modos arcaicos gregos.

Quanto ao vira, não deixa lugar a dúvidas: «é uma dança muito antiga exclusivamente galaico-minhota.» Acrescenta o que segue:

«Estou convencido de que os viras – que tendem a desaparecer, infelizmente representam hoje as danças de ronda mais antigas da nossa província, patenteando alguns, pela música, uma feição galiciana muito nítida e acentuada.»

6. VÁRIA

Nas atas da 1ª e 2ª Assembleia galego-lusitanas do 1967 publicaram-se alguns artigos intimamente relacionados com a matéria de que tratamos. Além dum estudo de Fernando Pires de Lima sobre o romanceiro galaico-português, há outros interessantíssimos que a continuação indico:

«Os Alfaiates ou Xastres na vida e no Folclore da Galiza e Portugal» de Leandro Carré. Fala dos alfaiates na literatura popular e como o conceito é o mesmo (assim como os tópicos) tanto na Galiza como em Portugal.

Luís Chaves escreve «Paralelismo e familiaridade entre os romanceiros português e galego». A sua comparação versa sobre os romanceiros de Leite de Vasconcelos e Leandro Carré Alvarellos.

Dado que é difícil suster um romance só galego-português fico com a ideia de Michaëlis de Vasconcelos dum romanceiro peninsular, se bem entre os romances da Galiza e de Portugal o paralelismo é impressionante, sobre tudo naqueles que mais correntes foram na tradição.

Outro trabalho quando menos curioso é o de Porfírio A Rebelo Bonito, titulado A importância Folclórica dos Cantos de Almuadem.

O mais interessante dos artigos publicados nestas atas é o de A. César Pires de Lima, tio de Fernando Pires de Lima, intitulado Cultura galaico-portuguesa. Aqui já não estamos a falar de afinidades, identidades ou qualquer outra coisa, mas simplesmente de Cultura galaico-portuguesa. Ele faz um pequeno comentário sobre a curiosidade da origem galega na sua paróquia, S. Tiago de Areias, no Concelho de Santo Tirso, distrito de Porto.

Como resumo a este artigo, as palavras finais:

“Há, sem dúvida, certas diferenças na pronúncia e no vocabulário dos dois povos vizinhos, separados aliás por um rio e até por um pequeno veio de água aqui, por uma simples trave mais além, e até confundidos sem fácil distinção na vida do mesmo lugar, mas o facto não causa grande estranheza a quem tendo percorrido as terras minhotas, pôde notar dentro da sua província, particularidades na terminologia corrente numa e noutra margem de um rio, o Ave por exemplo, quando, afinal, hoje, as separa apenas o espaço de algumas dezenas de metros”.

Há uns anos vem-se de publicar nas atas de AGAL um trabalho titulado Pequena Reflexão a algumas constantes líricas na poesia popular galega e portuguesa: relação a outras testemunhas hispânicas de Maria Aliete Farinho das Dores Galhoz.

Quiçá pese ao seu pequeno formato seja o mais erudito dos trabalhos acerca do tema. Também dá uma comparação lado a lado de quadras galegas e portuguesas, mais com uma terminologia e uns comentários mais científicos e concretos. Talvez o mais importante seja uma reflexão à que não dá uma resposta clara, mas que nos é fácil intuir: como em lugares tão afastados como a Corunha e o Algarve podem dar-se quadras exatamente iguais sem existir continuidade geográfica?

7. FERMIM BOUÇA BREI

Não posso rematar este trabalho sem lembrar a D. Fermin Bouça Brei, jurista, poeta, folclorista e sobretudo uma pessoa que com inigualável sensibilidade se preocupou pela problemática duma nação dividida por fronteiras artificiais.

«Entre as notas etnográficas comuns a Galiza e Portugal que sobrevivem através da artificial fronteira política, lembrando como uma mesma gente que ocupa o território da Galiza histórica estendida até ao Douro, topa-se a indumentária popular».

Como se vê o professor segue na linha dos Pires de Lima ou Santos Júnior, se bem se achega a outros aspetos do folclore importantes, não só à lírica, como é o fato tradicional.

«O fato popular galaico-português (pois não é possível articular uma zona etnográfica vivamente caracterizada, já que não se trata senão de duas partes dum só tudo.»

O conceito de região etnográfica, relacionado com o *kulturkreis* dos historiadores alemães fica perfeitamente explicado no seguinte texto:

“No costumismo, na tradição, nas práticas agrícolas, nos ritos religiosos, ainda há muito a pôr em estudo, mesmo se não precisamos, certamente de tal labor para saber que a Galiza histórica, até ao Douro, é um mesmo povo, com umas mesmas tradições e uma mesma alma saudosa.

Por estas razões no nosso trabalho não deixamos nunca de mergulhar-nos nos estudos devidos aos etnógrafos lusitanos para achar o paralelo português à prática ou à cantiga galega que nos propomos estudar, pois o método de investigação mais científico precisa neste caso que o estudo se estenda a toda a região etnográfica sem que, por simples acaso da geografia política, devam separar-se jamais as porções daquele mesmo povo colocado dum lado e do outro da artificiosa fronteira, pois a verdade científica está por cima das maquinações humanas.

As mesmas condições naturais, terra, clima, produções, no Minho e na Galiza conduzem à igualdade de costumes quando é a mesma raça a que mora nos dois territórios”.

Para rematar estas leituras sobre afinidades, um último texto para a reflexão:

“Decerto, além de as medidas antropológicas com os seus índices craniométricos não rechaçarem a originária comunidade de ambos os agregados étnicos, é evidente que a existência duma civilização uniforme nos remotos tempos pré-romanos se nos mostra nos monumentos pré-históricos, quer nos megalíticos, com os seus espólios cerâmicos e pétreos, quer na época do bronze com suas metalurgias de machados de talão, as suas espadas, quer na cultura do ferro com seus povoados castrexos, as suas citânias, as suas casas circulares, o seu onomástico comum, a sua arte decorativa de vasilhas e de vivendas, os seus deuses indígenas, os seus costumes guerreiros...

Durante a invasão romana, e no período suevo sem solução de continuidade racial, viveram galegos e portugueses do Douro para acima a mesma cultura, a mesma comunidade de esforço, com um inimigo que lhes era comum. Ao fim ficaram influídos, em análoga proporção da cultura do invasor”.

“Povos assim irmãos – diz um significado escritor lusitano – devem exteriorizar também sentimentos coletivos afins, devem viver à par, devem sentir de diferente modo a como sentem outros povos, isto é, de um modo particular e muito próprio. E assim é em verdade.”

8. CONCLUSÕES:

Como remate ao meu relatório quisera fazer algumas reflexões a modo de conclusão. Como lusófono eu não posso entender a cultura portuguesa como uma cultura diferente da minha, a galega, senão como variantes dialetais dum único sistema que chamamos galaico-português. Isto não nos isola a respeito dos outros povos do nosso entorno peninsular e continental, mas define-nos. Como músico tradicional estou a ver esperançado uma normalização no uso do cancionero português entre as formações galegas, facto este de já longa tradição entre nós. Os grupos ou solistas musicais da Galiza incorporam ao seu repertório peças tradicionais portuguesas sem que resulte estranho, quando seria exótico que incluíssem canções espanholas. Há uma influência contínua de Portugal, mesmo nas agrupações mais tradicionais, como as pandeireteiras, e cada vez mais se acode a convívios com brasileiros ou à África lusófona. Algum dos programas de rádio ou Tv. que emitem só música em galego, não têm maior problema para incluir bandas portuguesas, sem dar qualquer explicação.

Sinceramente, acho que a música e os músicos tradicionais e folques, na Galiza, estão a dar um exemplo de normalidade até hoje impossível noutros campos da nossa cultura comum.

José Luís do Pico Rojais

33) XAVIER VILHAR TRILHO (PROFESSOR TITULAR DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL) WWW.LUSOGRAFIA.ORG

Xavier Vilhar Trilho

Nascido em 1943, na vila de Cée (Galiza), embora a sua infância e adolescência transcorreu na também galega cidade da Corunha, é professor de Ciência Política na Universidade de Santiago de Compostela.

Tem realizado estudos após-graduação em Itália (na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Roma e no Instituto Universitário Europeu de Florença).

Está especializado na investigação do federalismo e das políticas linguísticas presentes na regulação legal do uso público das línguas das chamadas *nacionalidades históricas* do Reino da Espanha. Sobre a temática do federalismo cabe salientar a publicação da que poderíamos qualificar a sua *opera magna*, *A remodelação “federal-confederal” do Reino da Espanha* (Editorial Laiovento, Santiago de Compostela, 2001).

Sobre a temática das políticas linguísticas tem publicado inúmeros artigos, alguns deles na *Revista de Llengua i Dret* (editada pela Escola de Administração Pública da Generalidade de Catalunha), a mais prestigiosa publicação existente no Estado espanhol no campo da análise dos direitos linguísticos e das políticas linguísticas

O professor Xavier Vilhar Trilho foi membro das Irmandades da Fala de Galiza e Portugal e da Comissão para a integração ortográfica da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada de 1990 para a Língua Portuguesa.

Fez parte do Conselho de redação de *Nós* (Revista Internacional da Lusofonia) e faz parte do conselho científico de *Agália* (Revista de Ciências Sociais e Humanidades da *Associação Galega da Língua*) desde a sua fundação. Atualmente é presidente da *Associação de Amizade Galiza-Portugal*.

A RECÍPROCA CONVENIÊNCIA DE A GALIZA E PORTUGAL LEVAR A TERMO ALGUM TIPO DE UNIFICAÇÃO POLÍTICA E, NO MÍNIMO, A PLENA UNIDADE LINGUÍSTICA

A linha argumental deste trabalho desenvolve as seguintes ideias-chave:

1ª - Interesse da Galiza em privilegiar as relações com Portugal por motivos culturais, geopolíticos e económicos.

2ª - As relações entre a Galiza e Portugal ultrapassam o carácter daquelas que se podem dar entre Portugal e o Reino da Espanha ou entre as outras regiões fronteiriças de Portugal e a Espanha, que não têm em comum a mesma língua.

3ª - O necessário apoio recíproco entre a Galiza e Portugal em nenhum caso poderia deixar de consistir, no mínimo, numa política de defesa da unidade da língua comum.

4ª - A unificação linguística do galego com o português como a melhor e a maior prova da verdade das relações entre a Galiza e Portugal.

5ª - As recíprocas vantagens económicas e de reforço da presença cultural da Galiza e Portugal na Europa e na Lusofonia, que se derivariam da reintegração ortográfica do galego no português.

6ª - A natureza basilarmente cultural, portanto não essencialmente política, da unificação da variante linguística galega com a portuguesa padrão do Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa de Lisboa de 1990.

7ª O dever cultural e científico das instituições políticas e académicas da Galiza e Portugal em promover tal unificação linguística. A Galiza deveria privilegiar sempre, e por todos os meios, as relações com Portugal por motivos culturais, geopolíticos e económicos. Teria de caminhar para uma associação (no mínimo, do tipo da união económica do BENELUX, constituído por BÉlgica, NEDerland e LUXemburgo) com Portugal. Embora estar já na União Europeia tanto a Galiza (indiretamente, por intermédio da Espanha) quanto diretamente Portugal, a Galiza deveria fomentar as relações com Portugal, formando uma união estreita com ele, de igual modo a como a BÉlgica, a Holanda e o Luxemburgo já a tinham feito entre si antes de contribuir à formação da Comunidade Económica Europeia, e que continuam a manter dentro da atual União Europeia. Respeito deste assunto, tem sido muito negativamente revelador ver como se tratou no Tratado pelo que se estabelece uma Constituição para a Europeia a possibilidade do chamado alargamento interno da União – alargamento por secessão de uma parte de um Estado membro ou por conversão de alguma das atuais regiões transfronteiriças (aquelas formadas por partes fronteiriças de dois Estados membros) num Estado membro mais – ou da possibilidade de uma redução interna do número dos Estados integrantes da União por federação entre alguns deles. Nós somos da opinião que na futura Constituição da União Europeia devem figurar essas opções, para, entre outras coisas, contribuir a superar a atual intocável territorialidade dos Estados e facilitar, deste modo, uma maior união política, como seria a que mais facilmente se alcançaria entre entidades políticas das dimensões territoriais e demográficas medias que ostentam as regiões e as pequenas nações sem Estado da Europa.

Galegos e portugueses fazem parte da mesma nação, até ao ponto de que um estudioso do facto nacional na Europa ocidental, como o italiano Salvi²⁹⁶, autor de *Le nazioni proibite*, estima que a Galiza é uma das “*false nazioni*” da Europa. Para Salvi, Galiza é uma falsa nação, porque não é uma das que ele chama *nazioni proibite*, quer dizer, não é daquelas nações que não conseguiram constituir o próprio Estado nacional sobre alguma parte do seu território, pois a nação galego-portuguesa, na sua prolongação portuguesa, sim conseguiu dar-se um Estado, embora parte do seu território inicial (o território da atual Galiza) faça parte do Estado espanhol e, portanto, sem Estado próprio.

Sobre o facto de a Galiza e Portugal ser ou não a mesma ou duas nações diferentes²⁹⁷ e, em consequência, o tipo de ação política que teria de se derivar de uma e outra tese, há hoje pessoas na Galiza, como Miragaia²⁹⁸ e Cristóvão Angueira²⁹⁹, que – desde uma definição linguístico cultural de nação – se têm pronunciado pela ideia de

296 Salvi, Sergio (1973), *Le nazioni proibite. Guida a dieci colonie “interne” dell’ Europa occidentale*, Firenze: Vallecchi Editore, pp. XVII e XVIII.

297 Assim se intitulava, precisamente, um dos artigos iniciadores da polémica atual sobre o tema, o de J. M. Barbosa, que leva o rótulo de “Galiza e Portugal: Umha ou duas nações” (in *Agália*, nº 32, 1991). Artigo que opta pela defesa da tese de a Galiza e Portugal ser duas nações diferenciadas. Segundo Barbosa, de a Galiza e Portugal fazer parte de uma única nação comum, só estaria integrada pela Galiza e a região norte de Portugal, a existente entre os rios Minho e Douro (a antiga *Gallaecia romana*), por ser as únicas terras com similitudes étnicas, antropológicas, geográficas e idiomáticas. O resto de Portugal, quer dizer a *Lusitânia*, a região que se estende do Douro até ao Algarve, teria características étnicas, antropológicas, geográficas e idiomáticas (pela influência do substrato moçárabe) distintas. Os precedentes desta ideia podem rastrear-se já no Castela de *Sempre em Galiza*. Para Barbosa, mesmo admitindo os factos da substancial identidade linguística entre o galego e o português e de que se escreva com uma ortografia muito próxima à portuguesa padrão, não se deve chegar a uma unidade ortográfica total entre a variante galega e a portuguesa, senão a escrever o galego com as características próprias do galego da Galiza e não com as do *galego do Algarve* (sic).

298 Miragaia, Manuel (1990), “A realidade galega no pensamento galeguista”, in *Agália. Revista Galega da Associação Galega da Língua*, nº 23, Outono, pp. 269-288.

299 Angueira, José Ângelo Cristóvão (1991), “Nacionalismo galego: questões a debater”, em *Agália. Revista da Associação Galega da Língua*, nº 26, pp. 233-242.

considerar que a Galiza e Portugal são a mesma nação e de tirar conclusões políticas dessa ideia. Miragaia conclui que o reintegracionismo não se pode limitar a ser simplesmente linguístico cultural, devendo ser também político. E Cristóvão Angueira tira a conclusão de que, se considerarmos legitimamente a língua e a nação portuguesas as nossas, ter escolhido o caminho mais difícil, o da separação de Portugal, não nos tem facilitado muito as coisas aos galegos. Em parecida direção, a chamada Comissão para a Reunificação Nacional da Galiza e Portugal reivindicava – num comunicado de 26 de setembro de 1998 – que, respeito da Galiza e Portugal, a territorialidade é a da República de Portugal e a da Galiza, não entendida esta apenas como território de uma Comunidade Autónoma do Reino da Espanha, e de que “a Galiza, parte Norte de Portugal, precisa da sua livre determinação, independência e soberania para, livre, determinar a reunificação com Portugal”. Pelo contrário, na opinião de López-Suevos³⁰⁰ parece claro que Galiza e Portugal são duas nações diferenciadas, embora reconheça que têm uma comunidade de cultura, e que se deve fazer uma análise histórico comparativa que descubra, apesar da existência de evidentes elementos comuns, aqueles fatores distintivos a considerar. Daí que – não entendo admitir a inegável unidade linguístico cultural entre a Galiza e Portugal – a unificação política de ambas não seja contemplada em primeira instância por López-Suevos. E isto por três razões:

- 1ª) por nunca ter coalhado posições irredentistas ou unionistas³⁰¹ entre Galiza e Portugal;
- 2ª) porque tal coisa demonstra a pegada da história da separação de facto entre Galiza e Portugal, que está aí, e não pode ser saltada alegremente³⁰²; e
- 3ª) porque a absorção³⁰³ não resolveria o problema galego. No pensamento de López-Suevos sobre o tema não deixam de estar presentes certas contradições e uma aceitação final indireta, após muitas reticências, da fusão de Galiza e Portugal. Por uma parte, admite que Portugal não é para a Galiza uma nação ibérica mais, inclusivamente recolhe as palavras de Vilar Ponte: “Galiza considera que ela com Portugal forma nação completa”; mas, por outra parte, escreve que, na luta pela soberania nacional, os aliados naturais da Galiza são os nacionalismos raturistas catalão, basco e canário, esquecendo incompreensivelmente o papel que nessa luta possa jogar Portugal, não obstante afirmar também que a independência da Galiza é possível, de enveredar Galiza para Portugal.

Em qualquer caso, López-Suevos não admite que se proponha como objetivo inicial a união política com Portugal. Esta unidade aparece em López-Suevos como o último estágio de um processo com as seguintes etapas:

- 1ª) conquista por parte da Galiza da soberania nacional;
- 2ª) “benelux” galego/português;
- 3ª) eventual confederação das nações ibéricas; e
- 4ª) criação no seio da formalizada união ibérica – pela dinâmica dos acontecimentos – de um bloco interno galego-português. Só no suposto que unicamente a Galiza se visse no transe de ter de optar entre a Espanha e Portugal, López-Suevos optaria por uma Galiza portuguesa. Se a mínima afirmação que López-Suevos faz respeito de Portugal é a que de facto representa uma das concretizações possíveis do génio nacional galego, por que –

300 “Dos mapas Cor-de-rosa”, in *Agália*, nº 11, Outono 1987, pp. 265–291; e *Portugal no quadro peninsular*, editado pela AGAL (Associação Galega da Língua), 1987.

301 Se bem que não tem coalhado socialmente, não é exato que não tenha havido um certo irredentismo e/ou unionismo entre galegos e portugueses, embora tivesse sido episódico e basicamente de natureza cultural-retórica. Com efeito, o poeta Lopez Viera diz nuns conhecidos versos “*deixa Castela e vem a nós*”; o filósofo da saudade Teixeira de Pascoaes fala de “*Galiza, troço de Portugal sob o domínio castelhano*”; e o formidável escritor Fernando Pessoa reclama a anexação da Galiza, que “Integrada em Portugal, fica parte do Estado a que por natureza e raça pertence” (citados todos por Miragaia, op. cit.). Por parte galega, o unionismo está presente, por exemplo, em textos como o Manifesto, que a Assembleia de Mocidades Nacionalistas Ibéricas redigira na Corunha em 1922 – assinado pelo secretário, Carlos Monasterio, e Xohán V. Viqueira, primeiro conselheiro –, no que se dizia que “Galiza tem com ele [Portugal] afinidades de raça, de língua, de cultura e de sentimentos tão fortes, que chamam a gritos pela união dos dois povos...”. Manifesto publicado em *A Nosa Terra* (nº 168, 15 de Agosto de 1922) e citado por Ramón Villares (em *Figuras da nación*, Edicións Xerais, Vigo, 1997, nota 30, p. 198), quando escreve sobre as relações da Galiza com Portugal na época contemporânea (pp. 183-204). Para uma consideração ainda menos positiva da que faz Villares, das referências a Portugal no nacionalismo galego anterior a 1936, veja-se o trabalho de X. M. Núñez Seixas (“Portugal e o galeguismo até 1936. Algumas considerações históricas”, in *Grial*, tomo XXX, nº 113, Janeiro - Março, 1992), no que se estimam tais relações cheias de referentes míticos, retóricos, contraditórias e limitadas ao âmbito cultural e a individualidades intelectuais.

302 Não sabemos por que a pegada da história pode ser superada no campo da separação linguística entre o galego e o português com o reintegracionismo linguístico, que López-Suevos defende, e não no campo da separação política entre Galiza e Portugal com a promoção de algum tipo de unificação política.

303 Não é afortunada a utilização do termo *absorção* por parte de López-Suevos, porque o resultado da unificação das duas partes de uma mesma nação não poderá ser uma absorção de uma pela outra, mas um fusão entre as duas.

perguntamo-nos nós – a proposta para já da reunificação da Galiza e Portugal não pode representar uma das concretizações políticas da personalidade nacional galega?

Desde o nacionalismo galego dominante continua-se sem responder de forma concludentemente favorável à necessária unificação linguística plena entre o galego e o português e a um necessário relacionamento político dalgum tipo entre a Galiza e Portugal. Claro que também desde a parte portuguesa – como indica López-Suevos³⁰⁴ – nunca se tentou efetivar a sério um movimento panlusista na Galiza, nem sequer como tática defensiva face aos intentos assimilacionistas do Estado espanhol, que historicamente sempre tem sido uma ameaça para a soberania portuguesa. Portugal – como diz López-Suevos – deveria estar interessado na rutura do Estado unitário espanhol, porque esta seria a pré-condição para ele poder formar parte de um Estado federal (federal assimétrico e com traços confederais, acrescentamos nós) ou de uma Confederação ibérica, onde não preponderasse a nação espanhola, assim como também poderia ser a única alternativa resolutória dos conflitos nacionalitários no Estado espanhol que não passe pela “balcanização” do mesmo. Em qualquer caso, as relações entre a Galiza e Portugal ultrapassam àquelas que se podem dar entre Portugal e o Reino da Espanha ou àquelas entre Portugal e outras regiões do Reino da Espanha fronteiriças com Portugal (a Castela-Leão, a Estremadura, e a Andaluzia), que não têm em comum a língua com as contíguas regiões portuguesas (Trás-os-Montes e Alto Douro, a Beira Interior, o Alentejo e o Algarve). Há muitas pessoas na Galiza (entre elas as autoridades políticas autonómicas) e no Estado espanhol interessadas em limitar as relações entre a Galiza e o Portugal às relações entre a Galiza e o Norte de Portugal (Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro), entendido este espaço conjunto como uma simples região económica transfronteiriça no interior da Europa unida, esquecendo a realização da unidade linguística plena e uma possível unificação política entre essas duas partes (a galega e a portuguesa total) da mesma nação cultural. O relacionamento da Galiza é com o Portugal inteiro e não só com parte (o Norte) de Portugal. As relações entre a Galiza e Portugal têm de ser as próprias de entre duas partes de uma mesma nação ou, se se quer, de nação a nação. A comunidade de cultura, de língua, de origem histórica, de contiguidade geográfica e de interesses económicos entre a Galiza e o Portugal deve levar a relações de tipo político-culturais. Relações que poderiam tomar diversas direções. Em qualquer caso, essas relações não poderiam deixar de consistir no recíproco apoio da Galiza ao mantimento da independência de Portugal e de apoio de Portugal a que a Galiza consiga recuperar a sua identidade nacional e inclusivamente o maior autogoverno possível. Apoio recíproco, que em nenhum caso poderia deixar de consistir, no mínimo, em realizar uma política conjunta de defesa da unidade da língua comum, o que seria a melhor e maior prova da verdade das relações entre a Galiza e Portugal. Os portugueses devem defender – sem medo a serem acusados de interferir nos assuntos internos do Estado espanhol – a unidade morfosintática, léxica e ortográfica de galego e português, porque tal coisa é um assunto cultural à partida, não essencialmente político, embora tenha, evidentemente, uma dimensão política. Dizemos cultural à partida porque, mesmo um cidadão espanhol, defensor a todo transe da unidade política do Reino da Espanha, poderia simultaneamente ser partidário de que o português, que se fala na parte de Reino da Espanha conhecia pelo nome de Galiza, se escreva corretamente com a sua própria ortografia, a sua ortografia histórico-etimológica, que hoje se tem consolidado no português de Portugal, forma evoluída, culta e internacional do galego. Tem havido portugueses que superaram esse temor a ser acusados de se interferir em assuntos alheios, como é o caso do insigne Prof. Rodrigues Lapa, que têm ousado dizer – vencendo a paralisante mal entendida cortesia, muito espalhada entre os portugueses, de não opinar sobre temas controvertidos entre os galegos – que “o único remédio eficaz para a salvação do idioma [galego], gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o português, que poderá considerar-se a expressão literária do galego [...] Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário atual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada em salva de prata”³⁰⁵. Também por parte galega temos de superar o preconceito contrário ao português, efeito da colonização espanhola e do complexo de inferioridade de todo colonizado, que nos leva a desprezar todo o que nos recorda o que somos, e nada há mais próximo a nós do que é português. Contudo, tem existido no passado imediato e existe no presente a demanda da reintegração plena do galego no português, que supera esse complexo de autocolonizado. Exemplo histórico ilustre desta demanda tem sido João Vicente Biqueira, quem já

304 López-Suevos, Ramon (1983), *Dialética do desenvolvimento: nação, língua, classes sociais*, A Corunha: AGAL, pp. 66–68.

305 Rodrigues Lapa, M. (1979), *Estudos galegos-portugueses. Por uma Galiza renovada*, Lisboa: Sá da Costa Editora, nota 1 da p. 27 e pp. 63–64.

em 1919 tinha dito que “O galego, não sendo uma língua irmã do português, mas um português, uma forma de português (como o andaluz do castelhano) tem-se de escrever em consequência como português. Viver no seu seio é viver no mundo, é viver sendo nós próprios!”³⁰⁶. Hoje já existe na Galiza um forte movimento reintegracionista e lusista organizado, minoritário mas de grande incidência social, que não se limita à proclamação de um lusismo teórico (aquele dos que defendiam a reintegração ortográfica do galego no português mas que não chegaram a escrever com ortografia portuguesa, como foi o caso de Biqueira e de Vilar Ponte). Um lusismo com efeitos práticos, quer dizer, produtor de publicações (revistas, livros, artigos nos jornais, cartazes, faixas) e atividades realizadas numa forma muito próxima ao português ou em português, do que mesmo é exemplo este trabalho. Os dois atuais Estados unitários da Península Ibérica, o Reino da Espanha e a República de Portugal, deveriam estar interessados mesmo em assinar um tratado internacional de união ortográfica para a escrita do galego (ou português que se fala na Galiza) e do português que se fala em Portugal, semelhante à *taalunie* (o tratado da União da Língua Neerlandesa). Acordo rubricado entre o Reino da Bélgica e Reino dos Países Baixos, que fixa em comum a ortografia e a gramática oficiais para o flamengo (o neerlandês que se fala na região belga de Flandres) e o neerlandês que se fala na Holanda, que não supôs que Flandres se tivesse de incorporar à Holanda.

É ridícula a pretensão, dalgumas organizações e instituições galegas, de que o galego com ortografia espanhola (defendida por Esquerda Unida, *Mesa pola Normalización Lingüística*, Parlamento da Galiza e Reitorado da Universidade de Santiago na época do Reitor Villares) ou a de que o galego com ortografia próxima à portuguesa mas sem ser plenamente a portuguesa padrão (defendida pela *Associação Galega da Língua*) seja declarado oficial na União Europeia, quando o português padrão é para já uma das línguas oficiais da União Europeia. Os galegos perdem, assim, a possibilidade de usar a sua língua como língua oficial na União Europeia, de querer usar uma versão ortográfica espanholizada não plenamente portuguesa do galego nas instâncias Europeias, nas que tais versões não poderão chegar a ser oficiais por não ser oficiais nalgum dos Estados membros da Unidade Europeia. A sumptuária pretensão de que o português, uma das línguas oficiais da União Europeia, tenha – de ser admitido, como língua oficial na União Europeia, o galego escrito com ortografia espanhola – duas ortografias oficiais, deveria ser denunciada pelas autoridades académicas e governamentais portuguesas, como já o estão a fazer certas organizações não-governamentais galegas (Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, Associação de Amizade Galiza-Portugal e a Comissão para a integração da Língua da Galiza no Acordo de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa de 1990), partidárias da plena reintegração ortográfica do galego à sua ortografia histórico-etimológica e internacional, qual é a portuguesa. Luxo asiático esse, o de ter línguas com duas ortografias oficiais³⁰⁷, com o que nunca deverá adornar-se a União Europeia, a não ser que acredite que é pobre em línguas oficiais (atualmente doze³⁰⁸ e que, com as ampliações previstas, chegaram a ser vinte e três³⁰⁹ e se queira munir também de distintas versões ortográficas oficiais das suas já numerosas línguas oficiais! Na direção de servir-se de um galego muito próximo ao português têm dado bom exemplo o professor castelhano residente na Galiza, António Gil Hernández, e os eurodeputados galegos José Posada (do Partido Nacionalista Galego, uma das entidades parceiras da Coligação Galega, formação política nacionalista de direita) e Camilo Nogueira (do Bloco Nacionalista Galego, formação política nacionalista de esquerda).

Abrindo, com o primeiro e o melhor, a via desses bons exemplos, o professor António Gil Hernández – em qualidade, naquela altura, de Presidente da *Associação de Amizade “Galiza-Portugal”* – dirigia-se, em 10 de

306 Viqueira, X. V. (1919), “Pela reforma ortográfica”, em *A Nosa Terra*, núm. 102, do 5 de Outubro de 1919. Citamos por A. Gil Hernández (ed.), *João Vicente Biqueira. Obra seleta (poesia e ensaio)*, Cadernos do Povo/Revista Internacional da Lusofonia, núms. 43-45, Pontevedra/Braga, 1998, p. 130.

307 Na Europa o habitual tem sido a unificação ortográfica das variedades de uma mesma língua (unificação do flamengo e o neerlandês, do romeno e o moldávio, do valão e o francês). As exceções dão-se no “diferente” Reino da Espanha, onde se pretende consagrar oficialmente uma forma ortográfica para o galego distinta da portuguesa e uma para o valenciano, distinta da catalã. Um caso diferente é o do croata e o sérvio, que praticamente são a mesma língua, mas grafadas com alfabetos distintos – com o latino pelos croatas e com o cirílico pelos sérvios – por razões histórico-culturais (a pegada que deixaria a linha divisória entre o Império Romano do Ocidente, no que o latim daria a pauta linguística, e o Império Romano do Oriente, no que o grego seria quem a daria; linha divisória, que, precisamente, passava pelo meio dos que hoje são os territórios fronteiriços entre os croatas e os sérvios) e por razões religiosas (desde o chamado cisma do Oriente, os croatas são católicos e os sérvios ortodoxos).

308 Alemão, dinamarquês, espanhol, finês, francês, grego, irlandês, italiano, neerlandês, português e sueco.

309 Checo, estoniano, letão, lituano, húngaro, maltês, polaco, eslovaco, esloveno, romeno e búlgaro.

março de 1992, por escrito em português à Sr.ª Presidente da Comissão de Petições do Parlamento Europeu, para solicitar de tal instituição que não aceitasse as petições de reconhecimento do galego como idioma das instituições da Comunidade Europeia por ser já, como variante do português, uma das línguas oficiais da Comunidade Europeia, pois, caso contrário, passariam as instituições Europeias a sancionar a conculcação dos direitos linguísticos dos cidadãos espanhóis lusófonos e lusógrafos da Galiza (aqueles que utilizam o português oral e escrito como forma culta e internacional do galego), constantemente discriminados, por esse motivo, pelas autoridades e administração autonómicas da Galiza espanhola³¹⁰. O eurodeputado José Posada apresentara um relatório com ortografia próxima à portuguesa na sessão do 10 de outubro de 1993 e interviera, na sessão do 8 de fevereiro de 1994, numa forma oral do galego foneticamente similar ao do português do Norte de Portugal, que foi recolhida na grafia padrão portuguesa no Diário de Sessões do Parlamento Europeu. E o eurodeputado Camilo Nogueira, em 14 de setembro de 1999, interveio no Parlamento Europeu numa forma de galego (a que se pronuncia com a fonética própria do dialeto galego das Rias Baixas, muito próxima à portuguesa), que provocou a intervenção do porta-voz do PP espanhol em Estrasburgo, o qual solicitara que tal intervenção não fosse recolhida nas atas por estar “num idioma que, na sua opinião, não era castelhano, nem galego, nem português”. Intervenção que, não obstante, tinha sido transcrita para o português pelos tradutores do Parlamento Europeu e merecedora de felicitação pelo “bom português” usado, em palavras do mesmo ex-presidente da República de Portugal, Mário Soares. Desde aquela altura, Camilo Nogueira empregou o português nas suas iniciativas parlamentares escritas. E as suas intervenções orais – no português da Galiza – foram transcritas para o português padrão quando interveio no Parlamento Europeu. Não se pense que a questão ortográfica é um problema bizantino. A unificação ortográfica de galego e português (ou melhor, a reintegração ortográfica do galego no português) é de uma importância vital para a sobrevivência do galego (o português da Galiza), porque – nas condições de proximidade estrutural entre duas línguas românicas (como são o galego e o espanhol) e de concorrência desleal do espanhol, que o galego tem de suportar no seu próprio território histórico – a defesa do galego deverá tirar partido simbólico da diferença gráfica frente à língua espanhola com a que tem de concorrer diretamente. A ortografia portuguesa é o instrumento ideal para impedir a assimilação do galego pelo espanhol pela via de que não se distinga praticamente deste, pois, como diz o professor galego Fernando Vázquez Corredoira:

“Pode-se formular, como princípio geral, que o carácter distintivo e delimitador da ortografia é singularmente evidente nas situações de contacto linguístico em que os utentes de uma das línguas sentem a necessidade de marcar a distância em relação à outra e que esta necessidade é tanto mais premente quanto menor a distância estrutural entre as línguas em contacto. Pretende-se, então, em primeiro lugar, diferenciar quanto possível no plano gráfico a língua em questão em ordem a tornar mais visível a sua singularidade e, em segundo lugar, capitalizá-la simbolicamente de modo prestigiante”³¹¹.

Parecido argumento está presente nas palavras doutro professor galego, José Henrique Peres Rodrigues, quando escreve: “As grafias empregadas na representação de uma língua levam parelho [...] Um valor simbólico de identificação [...] Ter isto em conta é fundamental à hora de dotar de um sistema escrito a uma língua minorada. Um sistema que lembre demasiado o da língua dominante com certeza constituirá um obstáculo para a consideração autónoma e para o prestígio dessa língua, aspeto que muito provavelmente não se verá compensado em termos de uma possível maior eficácia normalizadora deduzível de uma maior presumível maior facilidade existente para aceder ao novo sistema gráfico desde o já conhecido”³¹².

A distância que há entre uma standardização espanholizadora do galego e uma standardização que procura a reintegração plena do galego no português é a distância que medeia entre uma língua arcaizante e uma língua modernizada, entre uma língua rústica e uma língua urbana, entre uma língua com só um registo coloquial e uma língua com registo culto, entre uma língua crioula (o “portunhol”, um híbrido mestiço de galego-português e

310 Vid. Petição de 10 de Março de 1992 (Assunto: O idioma galego-português já é oficial na C.E.) em Arquivos da Associação de Amizade Galiza-Portugal e em Hífen. Boletim do Instituto de Estudos Luso-Galaicos da Associação de Amizade “Galiza-Portugal”, núm. 2, 1993, p. 4 (multicopiado).

311 [15] [16] Vázquez Corredoira, Fernando (1998: 11), A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como *exemplo a contrario*, Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

312 Disponível em <http://webs.uvigo.es/h06/web573/persoal/henr/graf/graf2.htm>, pág. atualizada em 30-05-2003 (fragmento transcrito, por nós, desde a ortografia reintegracionista do prontuário da Associação Galega da Língua para a ortografia padrão portuguesa).

galego espanholizado) e uma língua não hibridizada (a galegoportuguesa), entre uma língua colonizada e uma língua descolonizada, entre uma língua em estado de fragmentação dialetal e uma língua integrada num padrão unificado, entre uma língua regional e uma língua nacional, entre uma língua regional não nacional e uma língua nacional com dimensão de língua de relação internacional.

A formalização gráfica do galego perpetrada pelo oficialismo institucional é uma standardização do galego efetuada a partir de um galego que, com ironia, poderíamos chamar “coloquial-colonial”. *Coloquial* por elevar a registo culto da língua a maneira de falar coloquial, cheia de vulgarismos e tipismos, e *colonial* por estar muito poluída por interferências do idioma espanhol colonizador. Esta forma de normativizar o galego –com a ortografia do espanhol, que codifica as formas gramaticais (morfológicas, sintáticas e fonéticas) mais distantes do português e que adota um léxico culto tomado basilamente do espanhol ou hiperdiferencialista a respeito do português padrão – amputa-lhe ao galego as funções de língua nacional, de língua de cultura universal e de língua de relação internacional. A codificação espanholizadora do galego nega-lhe a este o carácter de língua nacional na medida em que o converte numa simples língua “regional” do Reino da Espanha, num dialeto do espanhol, numa espécie de castelhano antigo ou de português aldeão. Esta normatização, que isola o galego do português, desintegra o galego, ao desagregá-lo da comunidade linguística lusófona, da que faz parte, e ao facilitar a conversão do mesmo num dialeto do espanhol. A standardização espanholizadora do galego priva ao galego da função de língua de cultura na medida em que o desvincula da própria tradição cultural dos cancioneros líricos medievais galego-portugueses, na medida em que também o desliga da literatura portuguesa e brasileira (a forma mais culta, mais “cultivada” do galego), na medida em que não se serve do léxico científico já alcinhado no português, que segue a orientação erudita das restantes línguas românicas. Assim também, a normatização espanholizadora e/ou hiperdiferencialista do galego usurpa-lhe ao galego a função de língua internacional, extensa e útil, pois afasta-o da forma em que é escrito por mais de duzentos milhões de utentes dos países lusófonos disseminados pelos cinco continentes do globo terráqueo. A reintegração ortográfica do galego no português interessa a Portugal e deveria ser apoiada pelas instituições políticas e culturais portuguesas, pois também acrescentaria a presença da língua portuguesa na União Europeia ao somar aos dez milhões de portugueses os quase três milhões de galegos, com o qual o português passaria a ser a sexta língua (depois do alemão, inglês, francês, italiano e espanhol) mais falada na União Europeia de antes do seu último alargamento a vinte e cinco Estados, ao praticamente igualar em número de falantes ao neerlandês e ultrapassar ao catalão. Para Portugal, os quase três milhões de galegos que falam o português da Galiza podem significar pouco comparados com os mais de 150 milhões de falantes do português no Brasil e os 35 em África, mas são de uma grande importância pelo seu valor simbólico para o mundo lusófono (por ser a Galiza parte do berço territorial onde nasceu o galego-português), pelo nível educativo e pela estratégica ubiquação dos galegos numa União Europeia de grande influência económica, cultural e política. Seria uma grande perda para toda a Lusofonia que desaparecesse o português da Galiza. Para a Lusofonia qualquer perda, embora for pequena, é perigosa, porque se começa por perder uma parte e se acaba por perder todo o conjunto. Agora que há um futuro certo para a nossa língua no Oriente, após o Timor Oriental conseguir libertar-se da ocupação indonésia, a Galiza tem de deixar de ser uma espécie de “Timor Ocidental linguístico” sob o domínio do espanhol e de formas espanholizadas do galego, que, de persistirem, levarão o galego à sua desaparecimento definitiva. Não se pode esquecer que o passado do galego são os cancioneros lírico medievais galegoportugueses e não se pode desconhecer que o futuro do galego está no português da Lusofonia.

A unificação ortográfica de todo o mundo lusófono permitiria a Portugal exigir em Bruxelas uma parte das ingentes quantidades que a União Europeia destina à indústria do cinema e dos audiovisuais, pois a comunidade linguística portuguesa, com mais de 200 milhões de utentes e possíveis consumidores, está em condições de igualdade para fazer parte da distribuição dos recursos que a União Europeia realiza entre as suas comunidades linguísticas (inglesa, espanhola e francesa) de extensão internacional. A eliminação da alfândega ortográfica que separa o português do galego e a unificação ortográfica de toda a Lusofonia (já lograda, pelo menos no papel³¹³,

313 Dizemos no papel, porque na prática não tem um seguimento efetivo, sobretudo em Portugal, apesar de ter sido aprovado pelas assembleias legislativas de Portugal e do Brasil, por algum dos países africanos de língua oficial portuguesa e ratificado pelos respetivos governos. As inércias adquiridas (e talvez os temores de Portugal a perder uma soberania linguística, da que julga ser usufrutuário por história, face ao colosso demográfico brasileiro de mais de 160 milhões de habitantes) têm dificultado a implementação prática de um Acordo

com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, a 16 de dezembro de 1990, pela Academia Brasileira de Letras, pela Academia de Ciências de Lisboa, pelas delegações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com a adesão de observadores da Galiza) criaria um maior mercado para os editores e livreiros de toda a Lusofonia e poria à disposição dos utentes do galego – que contam com uma raquítica indústria editorial galega – de abundantes e baratas edições em galego moderno e internacional (o português) de livros escolares e dos clássicos da literatura universal e de muitas obras científicas modernas, que já estão traduzidas à nossa língua. A língua nacional da Galiza, embora estar minorada no território da Galiza, conta com o enorme reforço de ser uma língua demograficamente não minoritária (como o são, por exemplo, o catalão e o êuscaro), por ser uma língua de extensão universal com mais de 200 milhões de falantes e mais estendidos geograficamente (presentes significativamente em América e África e inclusive em Ásia, embora neste caso escassamente) do que os falantes do espanhol (só presentes significativamente em América e minimamente em África). A Galiza deve aproveitar essas vantagens estratégicas (a sua língua ser oficial no Estado vizinho e na União Europeia, e de difusão internacional) para recuperar a sua língua nacional. De não evitar a Galiza e Portugal esse estar de costas viradas, Portugal “perderá o Norte” e a Galiza “não receberá o sol do meio-dia”.

Uma direção que poderiam tomar as relações políticas entre a Galiza e o Portugal, seria que ambas as partes da mesma nação cultural trabalhassem para uma confederação ou federação do estilo do Benelux entre elas dentro da União Europeia. Afinal, até poderiam chegar à união ou fusão política, formando o que hoje haveria que chamar uma comunidade política com poder constituinte e já não chamar Estado, devido a que a forma de organização política estatal soberana clássica está entrando em crise. Já Otero Pedraio, deputado galeguista nas Cortes da II República espanhola, tinha ameaçado, num debate parlamentar³¹⁴, com a união da Galiza a Portugal, caso de que o Estado espanhol não atendesse as reivindicações galegas. E o hino nacional da Galiza diz, em dois dos seus versos, que “*A nobre Lusitânia/os braços tende amiga*”.

A ideia de uma federação com Portugal já tem uma forte tradição no galeguismo histórico. É algo que já tem sido apresentado precisamente em ligação com a integração ortográfica do galego no português, como um instrumento que coadjuvava positivamente a uma reestruturação federal democrática do Estado espanhol e a uma confederação ibérica, que beneficiaria igualmente a ambos estados ibéricos. Vejam-se estas esclarecidas palavras de João Vicente Biqueira, publicadas em 1930:

“O galego, pela sua semelhança com o português, é um instrumento de comunicação internacional que à Espanha inteira convém cultivar e conservar [...] Ainda pela semelhança do galego com o português podemos servir à Espanha e à humanidade em outra forma: trabalhando pela inteligência de Espanha e Portugal para formarem os dois estados unha grande Ibéria. A importância disto é enorme se se considera que só pelas sucessivas confederações nacionais se chegará à paz perpetua [...] Mas de nenhuma maneira se fará a futura confederação ibérica sem uma Galiza totalmente galega, e isto quer dizer falando galego, já que a língua é essencial à sua personalidade. A razão é que uma Galiza autónoma, dona de si, dissipará os receios da absorção castelhanista que Portugal sentiu sempre e sente justificadamente, motivo do seu distanciamento de nós. Portanto, a Galiza, se é fiel a si própria, está-lhe reservada, pela sua língua e pela sua história, tão portuguesas quanto espanholas, a missão de fazer a união Ibérica, que (indico de passagem) exige também na própria Espanha um regime geral federal”³¹⁵.

ortográfico, que – embora feito com cedências tanto pela parte portuguesa quanto pela brasileira – possivelmente beneficie um pouco mais à que vinha sendo a mais simplificada prática ortográfica brasileira do português.

314 Quintana X. R. e Valcárcel M. (1988) sustentam (in *Ramón Otero Pedrayo. Vida, obra e pensamento*, Vigo: Ir Indo), que palavras parecidas de Otero Pedraio (afirmando que se a Galiza não conquistava um *status* federal dentro da recém proclamada República espanhola, demandaria o apoio de Portugal para obter a sua liberdade) foram pronunciadas no restaurante *La Bombilla* de Madrid em 1931. Referência que recolhemos de X. M. Núñez Seixas, “Portugal e o galeguismo ata 1936. Algunhas consideracións históricas”, in *Grial*, tomo XXX, nº 113, Janeiro-Março, 1992, p. 65.

315 Biqueira, João Vicente (1998 [1918]), *Obra Seleta (Poesia e Ensaio)*, edição ao cuidado de António Gil Hernández, Pontevedra/Braga: Cadernos do Povo/Revista Internacional da Lusofonia, núms. 43-45, pp. 65-66. Considerações semelhantes podemos-las achar também em *Pensamento e sementeira* de A. Villar Ponte (Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires, (1971) e no *Sempre en Galiza* de Castelao (Edição crítica do Parlamento de Galicia e da Universidade de Santiago de Compostela, 1992 [1944], coordenada por Ramón Máiz). As citações, que fazemos de textos em galego escritos com ortografia não portuguesa, transcrevemo-las na ortografia do português padrão (que é a que é utilizada na redação deste trabalho), com as únicas exceções dos títulos dos livros e dos artigos das revistas das referências bibliográficas.

Mesmo um setor do nacionalismo histórico galego tentou dar natureza de problema internacional a esse delineamento de deixar a porta aberta a uma possível união da Galiza e Portugal, ao reivindicarem uma autonomia plena para a Galiza, que desse passo a um achegamento a Portugal, como chave para facilitar o caminhar na direção de uma união federal ibérica. Com efeito, Antão Vilar Ponte tinha apresentado na Assembleia Nacionalista de Lugo de 1918 uma proposição com a intenção de que os nacionalistas galegos se dirigissem ao Governo português com o objeto de que este – na Conferencia de Paz, que logo remataria no Tratado de Versalhes, e dentro da Liga das Nações – se fizesse intérprete desse desejo de uma autonomia integral para a Galiza, na perspetiva de que Portugal e a Galiza pactuassem “um regime dual como nações que reconhecem-se atraídas por uma unidade superior, filha da natureza comum, que somente assim sem receios teria ingresso numa grande Ibéria”³¹⁶.

A decomposição do Reino da Espanha nas suas quatro nações constitutivas e a simultânea consolidação de um bloco galego-português na faixa atlântica da Península Ibérica constitui a pré-condição da possibilidade de uma federação ou confederação edificada sobre três pilares de parecida potência, pois o peso da “Espanha pequena” (os países castelhanos que formam a faixa ibérica central) estaria compensado pela presença das duas faixas, a ibérica-ocidental (ou galego-portuguesa) e a ibérica-oriental (a formada pelos países catalães), de parelhas dimensões demográficas e económicas e que somadas igualariam à castelhana central em importância demográfica, económica, cultural e política. Isso também permitiria que o enclave basco-navarro *euskaldun*, assente na zona norte da faixa central, de menores dimensões territoriais e demográficas, se pudesse sentir protegido pelo “empate técnico” entre o polo da faixa românica castelhana ou “pequeno-espanhola” e o outro polo conformado pelas faixas românicas galego-portuguesa e catalã. Assim mesmo, uma Península Ibérica conformada numa ligação “federal-confederal” das quatro comunidades nacionais (castelhana ou espanhola, galego-portuguesa, catalã e basca) representaria um maior obstáculo contra a periferização da Galiza e Portugal no quadro do desenvolvimento desigual, que não é capaz de impedir – quando não o promove – o fundamentalismo de mercado da União Europeia.

Uma federação ou confederação peninsular de cinco membros de muitos dispares território, demografia e recursos económicos – um grande (o castelhano ou espanhol), dois médios (o português e o catalão) e dois pequenos (o galego e o basco), onde o elemento castelhano ou espanhol seria o dominante – estaria desequilibrada e não chegaria a persistir por muito tempo. Os Estados federais ou as confederações, onde não exista uma certa igualdade entre os parceiros, não têm muito futuro. Para terem futuro, uma federação ou confederação de nações ibéricas e uma União Europeia federal ou confederal precisarão de estar constituídas por entidades de dimensões equiparáveis à média das ibéricas ou a média das Europeias, como seriam as dimensões de uma **PORTUGALIZA**.

34) XOSÉ MANUEL SÁNCHEZ REI (UNIVERSIDADE DA CORUNHA, GALIZA)
WWW.UDC.ES/PRINCIPAL/GA

Xosé Manuel Sánchez Rei, Natural Da Corunha (1973) É Professor Titular Na Área De Filologia Galega E Portuguesa Na Udc.

PUBLICAÇÕES (LIVROS)

- Se o vós por bem teverdes. A interpolación pronominal en galego (1999, Laiovento).
- O fidalgo e o teatro. Tres textos dramáticos de Ramón Otero Pedrayo (1999, Biblioteca-Arquivo Teatral "Francisco Pillado Mayor").
- Os pronomes demonstrativos: do latín ao galego contemporáneo (2002, Monografía 1 da Revista Galega de Filoloxía).
- A lingua literária galega no século XIX (em colaboração com Xosé Ramón Freixeiro Mato e Goretti Sanmartín Rei) (2005, UDC).

316 Villar Ponte, Antón (1971 [1918]: 212), *Pensamento e sementeira*, Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires.

- Curso de Linguística Xeral de Ferdinand de Saussure. Introducción, tradución e notas de... (2005, Laiovento).
- A lingua galega no cancionero.

A linguagem dialetal e popular do Norte de Portugal apresenta, como é sabido, vários traços comuns com a variedade galega, pouco usuais nos falares lusitanos setentrionais e na norma padrão do português europeu. Relativamente às falas trasmontanas, e em especial à língua transmitida pelo seu romanceiro, sobranceiam algumas questões com a sintaxe como protagonista: por um lado, estruturas pleonásticas com clíticos, muito habituais na Galiza, estão presentes nesses textos, nomeadamente em casos de CI; por outro, a interpolação pronominal, recurso antigo singularmente presente nos textos medievais e hoje ainda registável, está bastante bem atestada. O presente contributo tenciona, a este respeito, ponderar tais construções sintáticas, sempre nos baseando em romances tradicionais de Trás-os-Montes, por servirem como mais um ponto de união entre as falas galegas e as da margem portuguesa. Para este labor, tivemos em conta, fundamentalmente, a obra de Manuel da Costa Fontes, *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes*, ainda que, em menor medida, também usámos outros trabalhos, sempre com o desejo de oferecermos uma visão o mais completa possível mas necessariamente adaptada a estas páginas.

A LÍNGUA DO ROMANCEIRO TRANSMONTANO E A SUA PROXIMIDADE COM O GALEGO: ALGUMAS QUESTÕES SINTÁTICAS

1. INTRODUÇÃO

Num trabalho publicado há pouco tempo (Sánchez Rei 2005), fazíamos uma chamada de atenção sobre os falares populares e regionais portugueses dos séculos XVI-XIX e o seu muito rendível aproveitamento para nos aproximarmos, com uma notável dose de veracidade, do galego dessa época, um período de tempo em que a Galiza não contou com gramáticas nem com estudos que se ocupassem da sua língua. Nesta ocasião, voltamos a refletir sobre as variedades populares e regionais do português, agora as de Trás-os-Montes, parcialmente recolhidas pelo *Romanceiro* de Fontes publicado em 1987 (em adiante *RT*)³¹⁷. Verificar-se-á que a sintaxe popular e coloquial do sistema galego-português também proporciona, às vezes, curiosos dados que incidem na unidade do sistema linguístico galego-português, como podem ser os das estruturas pleonásticas com clíticos redobrados ou mesmo os casos em que se intercala um ou vários elementos entre o pronome átono proclítico e o nó verbal ou, inclusivamente, diversas hipóteses que apresentam alguns verbos para selecionarem um argumento.

No entanto, a constituírem os romances trasmontanos a nossa fonte de estudo, e no desejo de os não sacralizarmos nem de os valorizarmos exageradamente, parece pertinente, antes de mais, clarificarmos algumas questões no que diz respeito à sua caracterização linguística. Em primeiro lugar, a informação gramatical e até lexical que proporciona o romanceiro tem de ser percebida no contexto de geração e de transmissão de uma modalidade de textos orais muito particular; isto implica (i): que determinados dados que ali se atestarem, com independência da frequência do seu aparecimento, podem não ter uma equivalência totalmente exata na oralidade normal nessas regiões; (ii): que a proliferação de versões de um mesmo romance produz, não raro, que a informação linguística registada em todas elas não seja idêntica, pois certos fenómenos podem estar presentes nalguma das versões e não se acharem noutras³¹⁸. E em segundo lugar, mais uma circunstância que temos de ter em conta consiste no facto de, muito embora se podendo constatar o fenómeno do variacionismo de versão a versão, os romances, como também outras manifestações literárias de carácter tradicional e anónimo, como as quadras, costumam possuir certa fixação rí(t)mica, morfossintática e até lexical; assim, um texto apreendido de determinado modo vai ter muitas possibilidades de ser transmitido a manter uma grande parte dessa fixação linguística.

317 Qualquer texto escrito é uma reprodução imprecisa de um oral e, neste caso, não nos achamos perante uma exceção. A este respeito, o próprio responsável da compilação declara que a edição deixou de lado alguns traços fonéticos mais que reproduziu “óbvias incorreções e contrassensos” (*RT* I, LXIX).

318 Assim, por pormos um exemplo, ainda se tratando do mesmo romance, aparecem diferenças nos textos 1.334 e 1.335 (*RT* II, 950), em que pode ler-se, respetivamente, *outrem não m'há-dem lograre e outro não hei de lograre*, o que ilustra de alguma forma esse variacionismo do género romancístico

Partindo destes princípios, e após a leitura dos 1.673 textos coligidos nos dois volumes de *RT*, a quantidade de dados e de informação gramatical que pudemos apontar foi grande, mas vimo-nos na necessidade de selecionarmos apenas alguns exemplos e de centrarmos o nosso interesse em questões muito concretas. Outros aspetos também mereceriam uma maior dedicação, como, por exemplo, podermos verificar as diferenças entre o romancheo trasmontano e o galego no que diz respeito à documentação de determinados fenómenos gramaticais ou até constatar-mos em profundidade esse grau de variaçionismo linguístico nas diversas versões existentes para um mesmo romance nas terras de Trás-os-Montes. Assim, terão de ficar para uma outra ocasião os comentários à volta de dativos sem actância registados em *RT* cujo uso os faz situarem-se muito próximos dos pronomes de solidariedade galegos (*aquí t'está teu marido*, *RT I*, 199; *qu'aqui te ficam as ovelhas*, *RT I*, 403; *a vida já t'é sagrada*, *RT I*, 459; etc.)³¹⁹, os apontamentos para a notória ausência de mesóclise nos tempos que normalmente a exigem (*darei-te qual tu quiseres*, *RT I*, 193; *darei-te a minha mão*, *RT II*, 1197; *daria-t'uma delas*, *RT I*, 201; etc.), as anotações para a esporádica documentação de possessivos tipo *de meu*, *de teu*, etc. (*eu tenho bastante de meu*, *RT II*, 929), as reflexões sobre a atestação de determinado léxico dialetal e popular (*astrever*, *cavaleiro*, *ceia*, *cear*, *home*, *longes* empregado como adjetivo, *onte*, *outrem*, *somentes*), etc.

2. AS ESTRUTURAS PLEONÁSTICAS

Deste modo, o primeiro dos fenómenos de carácter morfossintático a que nos vamos referir consiste nas construções pronominais do tipo, em galego, *Dálle o libro ao teu amigo*, em que o clítico, morfema verbal, marca a concordância entre o verbo e o tipo de complementação que exige, particularmente no contexto de um CI representado mediante unha FN (embora também se detetem para o CD frequentemente com a ordem de elementos da cláusula alterados). Não se trata, portanto, de um clítico com função sintática, mas com uma responsabilidade coesiva no interior intraclausal, seguindo aqui o exposto em Cidrás Escáneo (1992). Neste sentido, corresponde a um tipo de construção o suficientemente presente na língua para que na Galiza cláusulas como *Dá o libro ao teu amigo*, em que não figura o pronome átono de dativo, sejam na atualidade pouco representativas, ainda que se conhecem alguns exemplos; os que seguem provêm de compilações de literatura oral contemporâneas: *non teño á quen dar as queixas / para dar ô meu rapás* (CPG III, 20-21); *O secreto d'o teu peito / Non contes ó teu amigo* (LPG, 67); *Vou dicir a miña nai / Que andan as vacas n-a chousa* (LPG, 99); *Unha vella dixó a outra / Polo burato d'a porta* (LPG, 195); etc. Repare-se, aliás, que a existência destas construções incide no facto de os pronomes átonos terem uma responsabilidade sintática menos importante do que puder parecer, pois trata-se simplesmente de morfemas verbais que, às vezes e somente às vezes, desenvolvem essas funções.

As antecitadas estruturas com pleonasma e outras similares, vigorantes portanto no galego atual, parece não acharem um correlato quanto à sua possibilidade de utilização para o caso da variedade padrão lusitana de hoje em dia, que prefere estruturas do tipo *Dá o livro ao teu amigo*. Mas o facto de não ser habitual hodiernamente em Portugal não significa que o não fosse noutrora ou que o não seja em certas variedades de português. A este respeito, contamos com o testemunho de Francisco José Freire, quem, nos anos finais do século XVIII, clarificava que essas construções não eram senão “graças” da língua, tirando-lhes a carga pejorativa que supunha o qualificá-las de “redundantes”:

Chamam igualmente redundância a estoutro modo de falar: 'Deram-lhe a Pedro', devendo-se dizer deram a Pedro: elle via-nos a nós, posto que nós o não víssemos a elle, bastando que se dissesse 'elle via-nos posto que nós o não víssemos', &c. Porem os que fallam do primeiro modo tem sempre em seu favor a Vieira [...]. No tom. 5 pag. 314 diz também: 'Deram-lhe a S. Gonçalo' &c. E no tom. 7. pag. 39. 'Elle via-nos a nós em quanto Deus.' Estes modos de falar, longe de serem redundâncias, são graças da índole da nossa língua" (Freire 1842, parte 3ª: 123).

As gramáticas portuguesas modernas, em geral, secundarizam a existência destas construções pleonásticas; assim, por exemplo, em Cunha & Cintra (1992: 300) são identificadas apenas com um “emprego enfático” para ressaltar o complemento, ao passo que em Vilela (1999: 333-335) ou Mateus *et aliae* (2003: 289-290) não se faz

³¹⁹ Sobre os diferentes tipos de dativos e de CI no português, veja-se o trabalho de Vilela (1992: 117-127). Para o caso específico do galego, veja-se o contributo de Pita Rubido (2006).

nenhuma referência a elas; contrastivamente, Bechara (2002: 422) assinala a “possibilidade de poder esse pronome [o clítico] duplicar o complemento indireto na mesma oração, sem que este termo esteja obrigado a topicalizar-se, isto é, a aparecer antecipado na oração”. Não obstante, a língua documentada no romanceiro trasmontano dá sinais de conservar em maior medida tais estruturas tão comuns na Galiza.

Os exemplos mais abundantes, a que não vamos conceder atenção por se acharem também normalmente no português, correspondem aos casos em que se deteta o pronome tónico oblíquo regido pela preposição *a* acompanhado do clítico pertinente, como os casos seguintes, verdadeiramente frequentes em RT³²⁰: *também me vendo a mim* [...] / *nem te vendas a ti* [...] / *também me condenas a mim* (RT I, 184); etc. Ora, junto a estes, muito habituais, acham-se outros, num número relativamente alto, em que o CI é representado por uma FN com núcleo e adjacentes concordando com o correspondente pronome átono, como nos casos que se seguem: – *Já lhe deixo vinte contos — a essa triste, desgraçada* (RT I, 45); *oh quem le tirara a vida — a um grande militare* (RT I, 327); *foi-l’ a dizer ao marido — Vai-la já entregare* (RT II, 945); *não lhe dou a i-alma a Deus — sem me despedir do amor* (RT I, 237); – *A senhora i-Ana, senhora i-Ana, — dê-le³²¹ conselhos à filha* (RT I, 434); *vai-lhe entregar esta carta ao meu pai, — escrita pela minha mão / vai-lha dar a meu pai, — que de nós tenha compaixão* (RT I, 489); *vai-le ensinar / — o camino ao ceguinho* (RT I, 564); *tão triste me vim a achar / de pedir-lhe a filha à condessa* (RT I, 879); etc.

Outrossim, é normal que a alteração da ordem de elementos clausais mais habitual, com os subsequentes constituintes tematizados ou focalizados, favoreça o aparecimento das estruturas pleonásticas, consoante ilustram estes exemplos³²²: – *À serrana de Plasencia — pousada le pedia* (RT I, 398); *às almas nada le fazeis* (RT II, 1069); *vou-lhe fazer um pedido — se à menina lhe convém* (RT II, 931); *e a Deus le agradeceu — com devoção verdadeira* (RT I, 62); *todas sete lhe tocaram — ao bom velho de seu pai* (RT I, 14, 18, 20); *Sete sortes lhes deitaram — a quem no havia d’ir buscar* (RT I, 21); *Todos os homes que via, — a todos lhe³²³ punha chata* (RT I, 516); *Ela como é muita coisa, — a todos le põe falta* (RT I, 517); *E o maroto de seu irmão — ao seu pai lho foi contar* (RT I, 541); etc.

Por outro lado, convém pormos em destaque que a estrutura reiterativa que possuem certas partes dos romances facilita que num mesmo texto possam ser atestados vários exemplos, o que sem dúvida se torna num rico recurso expressivo e estilístico produtivamente aproveitado pelas pessoas transmissoras do romanceiro: – *A quem deixas os teus sapatos, — que bem lh’ há-dem ficar? / — Deixo-lhos às tuas irmãs, — que bem nos há-dem passear.* / – *A quem deixas os teus vestidos, — que bem lh’ há-dem ficar? / — Deixo-los às tuas irmãs, — que bem nos há-dem passear.* / – *A quem deixas o teu menino, — que bem to há-de criar? / — Deixo-lho à besta da tua mãe, — que bem mo há de estimar* (RT I, 280); etc.

Finalmente, existirem várias versões de um mesmo romance implica duas consequências: em primeiro lugar, a relativa proliferação de exemplos que, no fundo, são apenas variantes uns dos outros, questão que já comentámos mais arriba: – *D. Eugenia, D. Eugenia, — que le botastes ao vinho* (RT I, 366); – *Que lhe fizeste ao teu vinho, — que me fez tanto mal* (RT I, 391); – *D. Augenia, D. Augenia, — que le deitaste ao teu vinho* (RT I, 371); etc. E, em segundo lugar, a atestação de versões em que não se encontra nenhum tipo de pleonasma, conforme se vê nos seguintes exemplos, harmónicos com o que é mais habitual no português moderno: – *O que fizestes ao teu vinho, — que me fez tanto male?* (RT I, 372); *Que fizestes ao vinho, D. Ausenia, — que me fez tanto male* (RT I, 379); etc.

320 Cumpre salientarmos, a este respeito, que a sintaxe do romanceiro não deixa sem exemplo casos de pronomes tónicos oblíquos introduzidos pela preposição *a* mais sem o morfema clítico: – *Que matasse a ti, mulher, — que é p’ra casar co’a sua filha* (RT I, 241); – *Esse sim, ó meu paizinho, — esse era o que a mim servia* (RT I, 242); etc.

321 A forma de dativo *le* é dialetal e, nos inícios do século XX, segundo afirmava Vasconcellos (1987: 107), podia achar-se ao longo e largo de Portugal: “Pour le datif, nous avons le ‘lhe’ partout, soit au singulier, soit au pluriel”

322 Cf. Também com CD: *Minha mulher* como a matarei (RT I, 243); *a i-auga* nunca a bebia (RT I, 445); *A minha mulher* eu matei-a (RT II, 971); etc.

323 Repare-se na neutralização que se verifica nos dativos entre a P3 e P6, resolvida, como também acontece nas falas galegas, a favor do singular.

3. A INTERPOLAÇÃO PRONOMINAL

A possibilidade de intercalarmos um ou vários elementos tónicos entre o pronome átono preverbal e o verbo recebe o nome de interpolação pronominal e corresponde a uma orde muito representada na língua antiga, a qual foi, com o passo do tempo, minguando a sua rendibilidade. Na atualidade é possível, para além dos testemunhos literários, registarmos o fenómeno com um marcado carácter de assistematicidade em todo o domínio linguístico galego-português, pelo menos nas variedades europeias. As palavras mais produtivas nestas casuísticas são o advérbio *não* e o pronome sujeito, as quais já são as mais facilmente documentáveis na época medieval. Quanto à explicação ao porquê da míngua que se manifesta na língua atual, aquela é, em nossa opinião, tripla: por um lado, temos que a próclise, condição necessária para se produzir a interpolação, não é a ordem de palavras, no que diz respeito do verbo e do pronome átono, que triunfou espontaneamente no galego-português europeu; em segundo lugar, a linearidade resultante de praticarmos o recurso da interpolação não é obrigatória, isto é, alterna com outra disposição de elementos em que o clítico vai também antes do verbo; finalmente, e em particular para o caso galego, não nos devemos esquecer que a colonização linguística, e não só, que ainda sofre hoje a Galiza tem como responsável o espanhol, língua que modernamente não se caracteriza pela utilização das sequências que aqui tratamos.

No tocante ao romanceiro trasmontano, interessa ponderarmos, em primeiro lugar, o facto de que a interpolação se documenta numa cifra de exemplos muito alta, sobretudo a termos em conta que a oralidade popular doutras áreas não parece possibilitar a sua documentação. A este respeito, não podemos perder de vista que muitas das ocasiões em que se deteta respondem a versões do mesmo romance, como acontece, por exemplo, com o texto CXL (RT I, 883-895, versões 1.289-1.277), em que se atesta em 14 casos o advérbio *não* em quase idênticas construções sintáticas com interpolação (*para que me não queimasse o sol, pra que não me queimasse o sol, para me não queimar o sol*, etc.). E em segundo lugar, deve fazer-se referência à tipologia de elementos que achámos inseridos entre o clítico e o verbo, relativamente diversa e coincidente, em termos gerais, com a situação do galego contemporâneo quando menos em manifestações de literatura oral, segundo veremos mais abaixo. Assim, do ponto de vista frásico, aparecem em RT os seguintes tipos:

1. Uma FAd a desenvolver a função de CC. Dentro deste primeiro grupo, sobranceia pela sua quantidade o advérbio *não* que é, com muito, a palavra mais documentada interposta entre o pronome átono e o nó verbal: – *Donde está a minha esposa — que me não vem visitare* (RT I, 105); – *Oxalá que te não logre — nem uma hora nem um dia!* (RT I, 222); *virou a face p’r’ò lado — fingindo que o não viu* (RT II, 954); *Ao dia que te não vejo, — ponho-me louco de repente* (RT II, 1004); etc. No entanto, embora seja *não* o elemento mais registado, outros advérbios podem ocorrer a protagonizarem estas sequências morfossintáticas, como se aprecia nos exemplos a seguir (em tais circunstâncias, *lá* e *aqui* conhecem certa documentação, ainda que neste segundo caso em particular a dívida com a proliferação de versões do mesmo romance é muito grande): *com as asinhas abertas, — sem as nunca ensanquentar* (RT I, 5); – *Quanto darias, Helena, — a quem to aquí trouxera?* (RT I, 124); *Estando o rei à sua mesa, — logo se lá iam poisare* (RT I, 139); *por bem muito que a grites / ninguém te lá vai valer* (RT II, 1082); – *Quanto deras tu, ó Helena, — a quem aquí to agora trouxera* (RT I, 199); *quem me bem souber tratar / por bem dou o meu coração* (RT II, 1271-1272); *ainda onte me casei — e já m’hoje apartei dela* (RT I, 187)³²⁴; etc.
2. Uma FN, habitualmente representada através de um pronome tónico com função de SUJ, dos quais *eu*, *tu* e *ele*, e em especial o primeiro, são os mais registados: – *Que queres que t’eu faça, — Manuel, que queres que t’eu vá fazer* (RT I, 805); – *Isso não lho eu digo, — nem lho hei de dizere* (RT I, 555); – *Pelas novas que me tu das, — tu és ùa irmã minha* (RT I, 758); – *Darei-te tanto dinheiro — que nem o tu possas contar* (RT I, 810); *Índa não era meia-noite — já s’ele andava a gabar* (RT I, 573). Não estão sem exemplo outras possibilidades, mas com uma presença menor. Nesta situação é que se acham, entre outras unidades frásicas, a FN realizada mediante a palavra lexical *Deus* e com função de SUJ, o pronome *ninguém* com idêntica responsabilidade sintática ou o demonstrativo *isso* a funcionar como um CD: *agora é do D. Francisco, — se a Deus deixar lograre* (RT I, 113); *já*

324 No entanto, Matos & Duarte (1984: 480) consideram que os pronomes átonos exigem “adjacência imediata à forma verbal”, condenando para a agramaticalidade quaisquer estruturas com interpolação, pois nada pode “ocorrer entre o clítico e o verbo”. Exemplificam esa ocorrência com *Já lhe, é óbvio, telefonamos hoje* e com *Já lhe hoje telefonamos*. É claro que o primeiro caso quebra a linearidade mais comum, mas não assim o segundo, a teor dos exemplos com advérbios e em particular deste último, *hoje*.

me **Deus** criou — para teu criado (RT I, 566); e ela tudo **l'isso** disse — até como se chamava (RT I, 234); com os sapatos na mão — para o **ninguém** sentire (RT I, 497); etc.

Igualmente, sem possuir uma presença em RT tão significativa como as duas possibilidades anteriores, vale a pena ponderarmos aqui os casos em que se deteta um pronome pessoal tónico oblíquo introduzido pela preposição *a*. Consoante corresponder à respetiva construção sintática, tais formas desenvolvem funções de CD ou de CI e, não raro, aparecem em estruturas pleonásticas, já comentadas com anterioridade: — *Esse conde, ó meu pai, — era o que m'a mim servia* (RT I, 245); — *Que é que ela terá escrito — p'ra m'a mim fazer chorare* (RT I, 537); *Levou-me sete léguas — sem m'a mim dar fala* (RT I, 602); — *Não encontro neste reino, — filha, quem te a ti merecia* (RT II, 263); *pega duzentos réis, — compra o que t'a ti parecer* (RT II, 1005); etc.

Uma FPrep. Com uma documentação certamente menor do que as situações anteriores, atesta-se no romanceiro a possibilidade de acharmos uma construção destas características a desempenhar responsabilidades de CC: *cem balas le por lá matem, — novas me venham a mim* (RT I, 345); *que mais dás tu, Helena, — a quem novas te deledera* (RT I, 203); — *Queres tu, ó menina? — Quem te p'r'aqui trouxe?* (RT I, 765); etc.

4. Mais de uma frase inserida. Do mesmo modo que o caso anterior, outro pouco registado é detetarmos mais de um elemento intercalado entre o pronome e o predicado verbal, habitualmente dois³²⁵. Sempre se tratando de uma disposição pouco representativa, podemos distinguir duas modalidades: (i) a primeira combina um pronome tónico sujeito com um advérbio, habitualmente *não*: *Mangas desta camisa — as eu não chegue a romper, / assim que vier o meu pai, — se l'eu não fôr dizere* (RT I, 354); *lá no reino de Deus Pai — três cadeiras t'eu lá tinha* (RT I, 659); etc.; (ii) e a segunda, por sua vez, decide-se pela intercalação de dous elementos adverbiais, dos quais um costuma ser, mais uma vez, *não*: — *Quanto deras mais tu, ó Helena, — quem to aqui agora trouxera* (RT I, 199); — *Cem balas o lá não matam, — que o tens ao par de ti* (RT I, 345); *inda me cá não chegaram — e já m'estou a sentir* (RT II, 923); etc.

Como é lógico pressupormos, estas quatro modalidades de interpolação acham-se também no galego e nas suas manifestações de literatura tradicional, como é o caso do cancionero de Pérez Ballesteros. Assim, nesta coletânea dos anos finais do século XIX vamos encontrar uma FAdv (*¿Cómo queres que che dea / o que che non podo dar*, CPG II, 243; etc.), uma FN (*cando ti me olvidache / xa ch'eu tiña amores novos*, CPG I, 73; *veu un galán e enganóume / ¡nunca ch'outras penas teña!*, CPG III, 160; etc.), uma FPrep (*se me por outra deixas / eu por outro te deixei*, CPG III, 154; *¡Se che no camiño morre / conta d'ela m'has de dar!*, CPG III, 266; etc.) ou, com muito poucos exemplos, mais de uma frase intercalada (*fú-n-o á ver — e non tiña nada, / mália-ô pai que m'a filla non daba*, CPG III, 200; etc.).

Deixando de parte os tipos de frase que se atestam em RT dentro de estruturas com interpolação e os seus equivalentes galegos, parece pertinente fazer também referência a outros aspetos de relevo. Um deles tem que ver com as condições que obrigam o pronome átono a situar-se antes do verbo, quer dizer-se, certos elementos (conjunções subordinantes, pronomes exclamativos, interrogativos, etc.) ou determinados processos de tematização ou de focalização que fazem com que a ordem dos constituintes clausais se modifique. Precisamente, dentro destes últimos, chamam a atenção os seguintes exemplos, pois resultam disposições muito produtivas do ponto de vista expressivo; neles, achamos CD, SUJ ou CC estilisticamente ponderados: *Tristes novas, tristes novas, — tristes novas t'eu vou dare* (RT I, 112); — *São cravos, minha senhora, — rosas lh'eu trago aqui / — Se tu és o João de França, — a porta t'eu vou a abrir* (RT I, 248); — *Bons dias, ó Juliana, — bons dias t'eu venho dare* (RT I, 383); *O peito se não partia / quando a Mãe piedosa via* (RT II, 1007); — *Se tu estás em enáguas / em enáguas t'eu quero* (RT II, 1185); etc.

325 Na época medieval, no entanto, vários elementos podiam ocorrer nas construções com interpolação. cf. a este respeito a sequência tirada do trabalho de Martins (1994, I: 181): *por as sobreditas vinha e oliual e cãpo e mato que lhys assy os sobreditos Prior e Raçoeiros ã nome da dita Eigreia de Sam Bertholameu escambhadas e pela guisa que suso dito he e declarado ã escambho dadas e outorgadas auyã*. Este exemplo, datado nos finais do século XIV, levou a autora a afirmar que, apesar de ser um caso “excepcional”, parece não haver limites gramaticais na língua antiga “relativamente ao número de constituintes interpoláveis” (Martins 1994, I: 182).

Aliás, já fizemos notar anteriormente que a sintaxe do romanceiro, devido ao modo em que foi transmitido, pode apresentar certas características. Nesse contexto de sintaxe singular é possível encontrarmos isoladamente algumas reiterações dos elementos clíticos, do que parece deduzir-se que a compreensão dos versos se viu afetada e que foi preciso repetir as unidades pronominais para a significação desses trechos poder ser captada, tal com se ilustra com os casos a seguir: – *E os braços com que t'abraçava, — já os de terra os enchi [...]* / – *Os lábios com que te eu beijava, — já os de terra os enchi (RT I, 147); os lábios com que t'eu beijava, — já os de terra eu os enchi (RT I, 172); Mas como a eu vou matare, — s'ela a morte ma não na merecia (RT I, 246); Ao cabo dos sete-i-anos — lh'eu a casa lhe lembrara (RT I, 113); etc. Nalgum caso, porém, o que se repete é o elemento intercalado, como no seguinte verso: – *Se teu pai não te mata, — já eu t'eu vou a matare (RT II, 974).**

Por último, em vários romances trasmontanos deteta-se a influência do espanhol, ao qual teríamos de acrescentar a circunstância de alguns deles serem cantados (praticamente) nessa língua³²⁶, mas, inclusivamente em tais condições, não estão sem exemplo, muito minoritariamente, casos de interpolação em textos influenciados pelo castelhano. Tal como fizemos para algum caso que se também documenta no galego (Sánchez Rei 1999),³²⁷ gostaríamos de interpretar, com as obrigadas cautelas, as ocasiões em que atestam elementos intercalados como evidências de o recurso morfossintático possuir uma relativa vigência na oralidade popular e coloquial da época: – *Carne da minha vida — já la nós tenemos; / Vinho da mi morte — como lo encontraremos [...]* / – *Vinho da minha vida — já lo nós tenemos (RT I, 744); — Eu não lh'abrira a porta — emquanto [sic] não venha o dia, / que se Galharda soubesse — a mi m'ela mataria (RT I, 400).*

4. OUTRAS QUESTÕES SINTÁTICAS DE INTERESSE

Finalmente, para além da interpolação e das estruturas pleonásticas com clíticos, não quereríamos concluir estas palavras sem fazermos uma rápida menção a um par de aspetos que, igualmente, incide na identidade linguística galego-portuguesa.

O primeiro deles consiste na seleção de determinadas preposições por parte de alguns verbos para introduzirem argumentos, mudando o A₂ ou CD por um A₄³²⁸ ou CPrep representado por um verbo, como se atesta para *ver*, *preparar*, *desejar*, *esperar* ou *estimar*; em tais casos, achamo-nos diante de predicados verbais com uma actância variável no que diz respeito ao tipo de elemento argumental que exigem (A₂ ou A₄)³²⁹: – *Inda m'é melhor ir eu só — para ver de lha tirar (RT I, 32); — Se eu tardar sete anos — preparas de te casar (RT I, 109); Desejava de saber — se vinhas por outra vida (RT II, 911); espero de te convencere — com o meu palavreado (RT II, 924); Ainda espero de ir convosco — lá para o vosso santo reino (RT II, 1014); Eu estimava de saber / de que condição viria (RT II, 1271); etc.*

A mudança da tipologia de actante nestas casuísticas acha uma muito boa correspondência na língua oral contemporânea da Galiza. Neste sentido, convém notarmos que os textos orais colecionados por Pérez Ballesteros proporcionam, dado que a língua ali transmitida é popular e dialetal, homólogos casos aos coligidos em *RT*: *o que estime de saber / que se propoña axustar (CPG I, 88); estimaba de saber / si me ti queres tamén (CPG II, 6); anque son moza solteira / espero de ser casada (CPG I, 73); fun por ver os meus amores / jdeseaba de os ver! (CPG II, 12); etc.*

326 Afirma ao respeito o próprio coletor: “A riqueza linguística de Trás-os-Montes documenta-se especialmente nas aldeias situadas junto à fronteira. Embora o mirandês pertença geograficamente a Portugal, não parece haver muitos romances nesse dialeto. Coligimos muitos mais no castelhano pouco correto e evado de portuguesismos que se fala nas zonas raianas. Também há muitos romances portugueses cantados em espanhol” (*RT I*, LIII).

327 No galego contamos com uns poucos exemplos em que aparecem estruturas com interpolação em versos cantados em espanhol ou muito influenciados por esta língua. Um deles é o seguinte, proveniente do cancionero de Saco Arce, obra compilada nos anos finais do século XIX: *Adiós no te lo digo, / por te no dar sentimento (LPG, 173)*. Julgamos que se o esmorecimento do fenómeno estivesse num estado avançado de desuso não poderia ser utilizado pela cantora tradicional para produzir versos numa língua em que, com certeza, se não expressava fluida e espontaneamente e de cujas estruturas sintáticas desapareceram havia já séculos estas ordens de palavras.

328 No referente à classificação dos elementos argumentais ou actantes, seguimos muito de perto o exposto em Vilela (1999: 332-339).

329 Veja-se também Peres & Mória (1995: 127-138).

Talvez se deva pôr em relação estas construções populares com estádios antigos da língua em que se documenta um uso distinto ao atual, e, igualmente, com alguns fenómenos de fluabilidade no uso das preposições que se acham em certas modalidades de português extraeuropeu. A este respeito, Vázquez Cuesta (1994: 641), a desenvolver alguns dos traços mais representativos da linguagem literária de Mia Couto, salienta como típico do seu português “a utilização abusiva da preposição *de*” em casos como *Começaram de construir uma ponte de cimento, A sobrinha, coitada, conseguiu de carregar o pilão*, etc. A autora termina de falar das preposições ponderando “uma certa anarquia” na sua utilização, ora no que se refere ao uso, ora no tocante à sua omissão³³⁰. E em segundo lugar, a valência verbal ou actância, em ocasiões, pode ampliar-se ou reduzir-se na mesma entrada lexical, de modo que tal “variabilidade de construção de um mesmo verbo deixa-nos, por vezes, na dúvida sobre se estamos perante o mesmo verbo ou verbos diferentes” (Vilela 1999: 345). Neste sentido, relativamente às alterações que se podem produzir no quadro actancial dos predicados verbais, um assunto digno de nota é aquele em que se modifica consideravelmente o seu significado a depender do actante que selecionar; assim se verifica com o verbo *dar*, verbo que é atestado em RT com diversas estruturas argumentais³³¹, também presentes no galego:

- a) A₁, A₂ e A₃: ‘inda tenho o meu pai vivo, — já me querem **dar** padrasto (RT I, 357) [‘proporcionar’]
- b) A₁, A₃ e A₄ [introduzido por *com*]: *á **dão** com a mãe morta, — o filho tinha fugido (RT II, 979) [‘achar’]*
- c) A₁, A₃ e A₄ [introduzido por *por* no contexto de uma construção pronominal ou CP]: *qual de baixo, qual de cima, — até que *s’ela* **deu** por vencida (RT I, 485) [‘considerar’]*
- d) A₁, A₃ e A₅ [introduzido por *a*]: *Foi a **dar** àquela casa — daquele justo pecador (RT II, 1037) [‘confluir’]*

Noutros casos, porém, a modificação da actância verbal não implica necessariamente uma mudança significativa, mas apenas uma pequena alteração de certos matizes. Participa desta situação, por exemplo, o verbo *esquecer*, de que se afirma em Peres & Mória (1995: 116) que pode “corresponder a pelo menos dois predicados distintos”³³²:

- a) A₁ e A₃: lá no meio do caminho — **esqueceu-me** a agulhada (RT I, 335)
- b) A₁, A₃ [com CP]: no meio do caminho — **esqueceu-se-me** a agulhada (RT I, 339)
- c) A₁, A₄ [com CP]: lá no meio do caminho — **esqueci-me** da agulhada (RT I, 336).

Estas três construções são normais no galego contemporâneo com idênticas possibilidades de estruturação sintática e, no referente a essas sequências, há indícios de que existem preferências diatópicas no referente à escolha de um ou doutro tipo de actantes. Assim se assinala em ILG (1995: 214- 215), trabalho de que se deduz que a opção A₁, A₃ [com CP] (*Esqueceu-se-me a guilhada*) tem certo atestamento nas falas orientais do país. É preciso notarmos, neste sentido, que particularmente para o caso de *esquecer* o português se decidiu na língua *standard* pela construção *esquecer-se de*, existindo igualmente o uso destes verbos com outras possibilidades actanciais, como se viu, ainda que em registos populares. Quiçá num futuro poderiam ser delimitadas com as mesmas equivalências diastráticas para o galego ambas as estruturas, por as duas estarem perfeitamente vivas e por significar uma outra aproximação e reencontro do galego, certamente pequena mas não por isso intrascendente, com o seu tronco linguístico.

Do mesmo modo, *chamar* acha-se em similares circunstâncias, pois deteta-se com várias hipóteses de estruturação actancial:

- a) A₁, A₄: não sei se é ofensa, — o meu Deus, **chamar** por vós (RT I, 715)

330 Deixando de parte o escritor angolano, cumpre também fazermos referência a outras áreas do espaço linguístico galego-português, como é a brasileira, pois ali deteta-se a preferência por diferentes regências preposicionais. Num trabalho destinado a abordar os problemas de ensino da língua “na encruzilhada das normas” lusitana e sul-americana, Vilela (2002: 327-328) salienta o conflituoso que pode ser, em ocasiões, decidir-se por uma tendência diferente que aparece “na regência verbal, adjetival e nominal”, já que “estão a definir-se algumas divergências”.

331 Diz ao respeito Freixeiro Mato (2000: 640) no tocante ao galego: “Hai verbos que se poden construír con CD ou con suplemento [= A4], implicando unha ou outra fórmula câmbios de significado léxico”. cf. Também o exposto em Álvarez & Xove (2002: 103): “Algúns verbos poden construírse ou con CD ou con CPrep., e dentro deste con distintas preposicións, o que xeralmente conduce a diferentes significados, máis ou menos distantes”.

332 Assinalam os dois autores que um “destes predicados [...] vem sempre associado a uma forma pronominal intrínseca, variável em pessoa e número, pelo que deveria ser identificado como [...] *esquecer-se*. O outro predicado é o que podemos identificar pela simples forma verbal, sem elemento pronominal” (Peres & Mória 1995: 116).

b) A₁, A₂: estou muito doentinha, — mande **chamá**-l'ó barbeiro (RT I, 845); etc.

Repare-se que no galego também existe uma construção com *chamar* + A₁ + A₄, equivalente a 'reclamar a presença': *—¿Qué quères á San Antonio / que tanto **chamas** por él?* (CPG III, 274). Esta estrutura sintática foi considerada como um galeguismo no espanhol pretendidamente falado pelos galegos e pelas galegas dos anos finais do século XIX, como o demonstra a crítica que lhe dedicou Álvarez Giménez (1909: 67-68): "Muchos dan al verbo *llamar* un régimen que no tiene en castellano, v. gr.; *Llame V. POR la criada; ¿Han llamado POR mi?* debe ponerse la preposición *á* en vez *por*" [sic]. Igualmente, Valladares (1970: 124), curiosamente, censurava esta estrutura no galego a basear-se nas impressões deste autor:

Además de los defectos de lenguaje atrás mencionados, otros hay que publicó también el señor Álvarez Giménez y de los cuales indicaremos aquí algunos, sin omitir los que á nosotros se nos ocurren. Dícese, así en gallego como en castellano chama po-l-os jornalèiros, v.g.; chama po-l-os veciños; créo que chaman por min.

5. CONCLUSÃO

As páginas precedentes tiveram como objetivo refletirmos sobre alguns aspetos de carácter sintático que afloram nos falares populares trasmontanos, e em especial no seu romanceiro. Após a sua análise e a sua comparação com equivalentes estruturas no galego, não resulta difícil chegarmos a algumas elementares conclusões. As variedades de português não consideradas *standard* permitem obtermos preciosos dados sobre fenómenos gramaticais, neste caso sintáticos, que incidem em duas questões: (i) na sua notável documentação, o que faz com que não pareça serem marginais ou pouco representativos; e (ii) na sua constatação também ao norte do rio Minho, igualmente em textos tradicionais ou populares. Desta maneira, as estruturas pleonásticas com pronomes átonos, a interpolação pronominal ou a mudança do tipo de elementos argumentais exigidos pelo predicado verbal servem para ilustrarem a unidade linguística galego-portuguesa, também nos registos dialetais, populares ou coloquiais, em ocasiões muito mais próximos do que as respetivas variedades padrões.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvarez Giménez, E. (1909) [1870] *Los Defectos del Lenguaje en Galicia y en la Provincia de León*. Estudio Gramatical Basado en la Doctrina de la Academia y en el Uso de los Buenos Escritores, Valladolid: Imprenta y Librería de Andrés Martín.
- Álvarez, R. & X. Xove (2002) *Gramática da Lingua Galega*, Vigo: Galaxia.
- Bechara, E. (2002) [s.d.] *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro: Lucerna.
- Cidrás Escáneo, F. A. (1992) "Sobre a función da concordancia. Consideracións a propósito das concordancias verbais anómalas" in *Verba* Vol. 19, 41-53.
- CPG = Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [fac-similar da edição de 1885-1986] *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, Madrid: Akal.
- Cunha, C. & L. F. L. Cintra (1992) [1984] *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Sá da Costa.
- Freire, F. J. (1842) [redigidas na segunda metade do século XVIII] *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis
- Freixeiro Mato, X. R. (2000) *Gramática da Língua Galega*. II. Morfosintaxe, Vigo: A Nosa Terra.
- ILG [Instituto da Lingua Galega] (1995) *Atlas Linguístico Galego*. vol. II. Morfoloxía non Verbal, A Coruña: Fundación "Pedro Barrié de la Maza".
- LPG = Saco Cid, Juan Luis (ed.) 1987 [1910] *Literatura Popular de Galicia*. Colección de Coplas, Villancicos, Diálogos, Romances, Cuentos y Refranes Gallegos. Recogidos por D. Juan Antonio y Arce, Ourense: Deputación Provincial.
- Martins, A. M. (1994) *Clíticos na História do Português* [Tese de Doutoramento, inédita], Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Mateus, M. H. Mira et aliae (2003) [1983] *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.
- Matos, G. Ardisson & I. Silva Duarte (1984) "Clíticos e sujeito nulo no português: contribuições para uma teoria de **pro**", in *Boletim de Filologia* vol. 29, 479-538.

- Peres, J. Andrade & T. Mória (1995) *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.
- Pita Rubido, M. L (2006) "Algunhas consideracións sobre os dativos non argumentais" in *Revista Galega de Filoloxía* vol. 7, 143-165.
- RT = Fontes, M. da Costa (ed.) (1987) *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)*, 2 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Sánchez Rei, X. M. (1999) *Se o vós por ben Teverdes. A Interpolación Pronominal en Galego*, Santiago de Compostela: Laiovento.
- Sánchez Rei, X. M. (2005) "Os falares populares portugueses dos séculos XVI-XIX: información (in)direta sobre o galego da época". In M. Gonçalves & A. Soares da Silva & J. Coutinho & J. Cândido Martins & M. J. Ferreira (eds.) *Gramática e Humanismo. Atas do Colóquio e Homenagem a Amadeu Torres*, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, II, 615-630.
- Vasconcellos, J. Leite de (1987) [1901] *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica.
- Vázquez Cuesta, P. (1994) "Observações sobre o português de Moçambique". In Lorenzo, R. (ed.) *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*, A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, VI, 631-647.
- Vilela, M. (1992) *Gramática de Valências. Teoria e Aplicação*, Coimbra: Almedina.
- Vilela, M. (1999) *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina.
- Vilela, M. (2002) *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Almedina.
-

35) ANABELA MIMOSO MIMOSO.ANABELA@GMAIL.COM

Mesária da Confraria Queirosiana, Licenciada em História, Mestre em Cultura Portuguesa, doutora em Cultura Portuguesa, pela FLUP.

Faz parte dos corpos diretivos da Associação de Escritores de Gaia e da Associação Amigos do Solar dos Condes de Resende/Confraria Queirosiana; é mesária da Confraria Queirosiana; faz parte do conselho editorial da “Revista de Portugal”, e é membro associado do Gabinete de História, Arqueologia e Património, presidente do Clube Literário Queirosiano (O Cenáculo).

Como escritora de literatura infantojuvenil (História de um Rio Contada por um Castanheiro; O Manuscrito da Grad'Ouro (coautora), Era um Azul tão Verde; O Tesouro da Moura; Dona Bruxa Gorducha - distinguido em 1996 pela Revista Whiteravens – “O Arrumador”- em Contos da Cidade das Pontes, O Último Período, Um Sonho À Procura De Uma Bailarina; Parabéns, Caloira!; Quando nos Matam os Sonhos; Como um Pé-de-Vento (coautora), Xunta da Galiza; O Tesouro do castelo do Rei), participou no projeto “Malas Viajeiras” – 2004 - e “Estafeta do Conto” – 2005 – atividades da Junta da Galiza e a Delegação Norte do Ministério da Cultura.

Tem feito comunicações em vários encontros de professores, escritores e bibliotecários, participado em Feiras do Livro e feito animação de bibliotecas públicas (em Portugal e Galiza) e escolares em encontros com os alunos em escolas portuguesas e galegas.

RUI GONÇALVES, DOS PRIVILEGIOS & PRAEROGATIVAS QUE HO GENERO FEMININO TEM – O PRIMEIRO LIVRO FEMINISTA PORTUGUÊS?

Rui Gonçalves nasceu em S. Miguel e foi lente de Digesto em Coimbra. A sua obra Dos privilégios & praerogativas que ho genero feminino tem por direito comum & ordenações do Reyno mais que ho género masculino, foi considerada por Natália Correia como o mais antigo texto feminista português.

Embora seja uma obra singular, não só porque foi escrita em português, mas porque também é uma das raras obras dedicadas à mulher escritas no nosso país, não podemos entender aquela afirmação em sentido literal. Como jurista que era, Rui Gonçalves, nesta obra, visa, sobretudo, elaborar a compilação da legislação da época referente à mulher e, de modo especial, as leis de caráter económico que visam a defesa do dote. Claro que, como toda a literatura na época, não esqueceu a vertente social e moralizadora.

Tal como acontece com a maioria dos autores do século XVI (o que é também válido para os autores anteriores a esta data e muitos outros posteriores a ela), não conhecemos muitos dados biográficos sobre Rui Gonçalves. Tanto Inocêncio F. da Silva, como Barbosa Machado são muito parcos em informações sobre este autor. Como Inocêncio é menos parcimonioso do que Machado, dele transcrevemos as informações biográficas que nos fornece: «*Licenciado em Direito Civil e Lente de Instituta na Universidade de Coimbra, de que tomou posse a 27 de outubro de 1539. Foi depois em Lisboa Advogado da Casa da Supplicação. N. na ilha de S. Miguel, porém são ignoradas as datas do seu nascimento e óbito. Alguns o nomeiam Ruy Gonçalves da Grã*» (vol. VII). Na realidade, pouco mais acrescenta aos dados que o próprio autor fornece no texto dos *Privilegios*, na última Prerrogativa (106): «*ho licenciado Ruy Gonçalvez lente, que foy da jnstituta & dos digestos na vniversidade de Coimbra, & agora jndigno aduogado da corte & casa da supricaçam*» Também pela leitura do livro, sabemos que foi pai de Pedro Fernandes, pois podemos ler na página em que figuram dois poemas da sua autoria de louvor à obra, escritos em latim: «*Petrus Fernandus authoris filius*» (1).

Foi R. G. autor da obra *Dos privilégios & praerogativas que ho genero feminino tem por direito comum & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino*, publicado em 1557, por João de Barreira, tipógrafo régio (2). Trata-se de um 8º de 108 páginas.

R.G. tem sido apontado também como autor de uma obra anónima e sem data, da oficina do mesmo João Barreira, o *Memorial ao rei D. João III sobre os perdões*.

Dos *Privilegios* foi feita uma segunda edição em 1785, por Filippe de Sousa e Azevedo.

A obra está dedicada à «*Muyto alta & muyto poderosa Raynha nossa Senhora*», D. Catarina, destinatária de muitas outras dedicatórias de livros, sobretudo de moral e bons ensinamentos para as mulheres, como foi o caso de *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* de Gonçalo Fernandes Trancoso (1575), do *Libro Primero del Espejo de la Princesa Christiana* de Francisco de Monzón (que ficaria em manuscrito), bem como da tradução de *Lo Libre de les Dones* de Francisco de Eiximenis (que haveria de ser publicado em Valhadolid em 1542).

Rui Gonçalves, tal como os outros autores, contava com a sua sensibilidade de mulher para acolher favoravelmente o livro, esperando que ela «*ho aceite em serviço, & o aprove com a sombra de sua real proteijam, de que nacerá ousar esta obra sahir a publico, & ficar tam segura & a humana*». Acrescentaria ainda sem receio, que *nam temeraa reprehensam algu a indicação da razão do bom acolhimento: «& a V.A. como aa mais excellente & suprema Princesa & senhora do mundo, conuem defender & aprovar tudo ho que se escrever em louuor do genero feminino*».

Recorrendo, novamente, ao “Prólogo” poderemos inferir a razão da publicação desta singular obra: «Aemilio Papiniano (hum dos mais excellentes Jurisconsultos do dereyto civil) que as molheres sam de pior condição que os homens em muitas sentenças & conclusões, & da hi naceo accumularem os doctores muitas causas & doutrinas, nas quaes os homens tem mais prerogativas & prehemencias que as molheres».

Mas, muito embora «a sentença de Papiniano seja verdadeira & comumente aprovada, todavia se pode afirmar que igualmente procedem os homens e molheres na mor parte dos casos & conclusões de direito, & que ho genero masculino sempre comprehende o feminino, tirando alguns casos exceptuados nos quaes a materia he diferente & nam conuem aas femeas como aos machos, porque **assim como ha muitas cousas em que os homens sam de melhor condiçam, assim outras muytas tem as molheres mayores, & mais supremas prerogativas que os homens**, & alguns Privilegios & Prerogativas com que sam mais privilegiadas & fauorecidas em direito (cousa mais trabalhosa que sutil), tratando somente do que acho scripto em seu louuor & vtilidade, pois ha tantos que escreueram o contrario» (sublinhado nosso).

A obra começa então a seguir a este Prólogo e apresenta-se dividida em duas partes.

Na primeira, fala «dalguas virtudes em que as molheres foram jguas & precederão os homens»: «Doctrina & saber», «Conselho», «Fortaleza», «Deuação & temor a Deos», «Liberalidade», «Clemência & misericordia», «Castidade», «Amor conjugal» e «Ouciosidade» (leia-se: ocupação dos tempos livres).

Para justificar a excelência das mulheres nestas virtudes, apresenta os exemplos de muitas matronas bíblicas ou da Antiguidade Clássica, acabando por concluir que «*assy como ho genero feminino foy dotado destas heroicas & sublimes virtudes yualmente com o género masculino poderia contar outras muytas que tem: das quaes se comprehende claramente ser elle tam perfeito como he o genero masculino*» (1557: 31).

Mas, como jurista que era, Rui Gonçalves, nesta obra, visa, sobretudo, elaborar a compilação da legislação da época referente à mulher e, de modo especial, as leis de carácter económico que consignavam a defesa do dote, sem esquecer, porém, as de carácter social e moral. Diz ele: «*Na segunda [parte] tratarey dos privilegios e prerogativas que ho genero feminino tem por direito comum, & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino: falando como jurista & não como teologo, porque fora do direito tem as molheres muytos privilegios & prerogativas: por amor da bem aventurada & gloriosa virgem nossa Senhora que mereceo ser madre de Deos, as quaes escrevem os teologos, em que nam tocarey por nam serem da minha profissam*» (1557:32).

Nesta parte, faz-se então a inclusão de direitos das mulheres, não das princesas e grandes senhoras, mas das mulheres das várias condições sociais e de vários estados (solteira, casada, viúva), pois sua «*tençam he somente tratar dos privilegios & beneficios que ho genero feminino tem **geralmente** conforme o direito comum &*

ordenações deste Reyno» (1557:34) (sublinhado do autor). Estes direitos vêm «postos em ordem do A.B.C.» (1557:35) e pelos seus títulos em latim para «*se poderem leer & achar com mais facilidade & menos confusão»* (*ibidem*). Assim começa com a “Absolutio”, depois pela “Absentiae causas” e assim por diante até à Prerrogativa 106 que trata da “Usura”.

Exemplificando: em relação à 42ª prerrogativa a lei reconhece *que «he beneficio & privilegio das mulheres poderem pedir seus dotes constante o matrimónio, quando os maridos vendem, & dissipam suas fazendas, ou sam degradados por alguns anos, de sorte que pareça que fazem pobres & podem vir a pobreza, pera ho dote se por em mão de algum mercador, & se sustentarem dos jnteresses, ou pera os maridos darem cauçam ao dote se nam gastar, & lhe ser restituído por nam ficarem sem dote»* (1557: 65).

O objetivo da compilação destas leis seria, sobretudo, de ordem prática, mas também formativa. Contudo, não podemos deixar de lembrar, que todas estas leis visavam, essencialmente, a proteção económica da mulher, sobretudo, em caso de desaparecimento, abandono ou morte do cônjuge.

A utilidade da obra seria realçada no Prefácio da segunda edição, pelo seu novo editor. «Este é, na verdade, um livro não só precioso aos Jurisconsultos, mas bem digno da atenção de qualquer senhora. As meninas lendo as belas expressões que nele se encontram, quando exalta a virtude e repreende o vício, se hão de animar em crédito do seu sexo a seguir o caminho da educação cristã». E mais adiante continua: «As senhoras mães de famílias não devem ignorar os seus privilégios, para se saberem conduzir nas diferentes situações da vida e do seu estado» (1992: 22). Dois séculos volvidos sobre a sua publicação, não só a leitura da obra continuava a ser a mesma, como também lhe era reconhecida a sua utilidade e importância.

Mas, antes de analisarmos, ainda que brevemente, a importância desta obra, convém lembrar que, como é evidente, ela não nos aparece isolada.

Por um lado, a visão que R.G. tem da mulher não pode diferir muito da de qualquer outro escritor seu contemporâneo. Todas as obras são fruto do seu tempo. Perez-Erdelyi afirmava que «*los novelista, hombres o mujeres, en sus actitudes para con las mujeres están condicionados por su sociedad y su cultura, y estos valores al mismo tiempo que las percepciones subjetivas del escritor se reflejarán en su representación de la mujer»* (1979:8). Parece-nos que será também legítimo afirmar, e com mais razão ainda, que o mesmo se poderá dizer dos moralistas ou dos teólogos. Mas o facto de R.G. ser jurista e não teólogo nem moralista e, sobretudo, o facto de ser leigo, e não religioso como a maioria dos outros autores que se pronunciaram sobre a educação da mulher, ter-lhe-ão permitido ter uma visão mais abrangente sobre o papel da mulher na sociedade e deram-lhe também a possibilidade de assumir na escrita essas mesmas ideias.

Por outro lado, esta obra filia-se no conjunto das outras obras peninsulares que, desde finais do século XV e primeira metade do século XVI, visavam a defesa das mulheres, sobretudo das mulheres “ilustres”.

Na Península circulavam muitos tratados de vícios e virtudes, manuais de confissão e obras doutrinárias que visavam a educação do homem e da mulher, sobretudo enquanto casal. A maioria assumia o nome de “espelhos” e tinham, ao mesmo tempo, uma função exemplar educativa e moralizadora.

Ao princípio, dirigido especialmente aos príncipes e grandes senhores, como diz, L. Fernandes, o “espelho” «foi sendo acompanhada de uma afirmação crescente e complementar de idêntica função pelas princesas e grandes senhoras» (1995:42).

Na continuação desta literatura começaram a surgir na Península, quase ao mesmo tempo, obras em defesa das mulheres, particularmente das “ilustres”. Os seus autores, continua a mesma investigadora, «sem perderem a convicção das limitações provocadas pelas “inferioridades” femininas, tinham preferido substituir os argumentos de efeitos polémicos – e políticos – pela construção (que foi, sobretudo, reconstrução) de modelos orientadores de atitudes e comportamentos que, manifestamente, visavam alterar o rumo de alguma literatura pouco criteriosa nas críticas às características, funções e atitudes das mulheres, em geral» (1995: 105).

Em Portugal, como exemplo de obra orientadora da formação feminina, nomeadamente das princesas e grandes senhoras, é de referir *O Espelho de Cristina*, escrito por Cristina de Pisano em 1404, cuja tradução ordenada por D. Isabel de Lencastre (esposa de Afonso V) viria a ser impressa por ordem da nossa rainha D. Leonor, em 1518, se bem que com alterações. No entanto, recordemos, que só no século seguinte, se editariam obras portuguesas que elogiariam diversas figuras femininas tidas como excepcionais. É o caso da *Descrição de Portugal* (1610) de Duarte Nunes de Leão, do *Jardim de Portugal* (1626) de Fr. Luís dos Anjos, de *Flores de Espanha, excelências de Portugal* (1631) de António de Sousa de Macedo e do *Agiologio Lusitano* (1666) de Jorge Cardoso.

Claro que, já desde o século XV, deveriam ser conhecidas no nosso país muitas obras castelhanas sobre esta temática, nomeadamente, o *Triunfo de las Donas* (1443) de Juan Rodriguez del Padrón, o *Libro de las virtuosas y claras mujeres* (1446) de D. Álvaro de Luna, o *Libro de las mujeres ilustres* (s.d.) de Alonso de Cartagena, o *Tratado en defensa de las virtuosa mujeres* (s.d.) de Diego de Valera ou o *Jardin de nobles doncellas* (c. 1468) de Fray Martin de Cordova (3), que poderão ter servido de referência a R.G. Mas nenhuma destas obras tinha suscitado até então interesse suficiente, por parte dos moralistas portugueses, que levasse à sua tradução ou imitação.

Não obstante, não é devido ao seu carácter formativo que este texto deve a sua singularidade, pois se analisarmos mais em pormenor o conteúdo dessas obras, constatamos que, à exceção da “Doctrina & saber”, todas as outras virtudes, e ainda mais algumas, já vinham a ser reconhecidas às mulheres pela literatura castelhana.

Em Portugal, Trancoso, apenas uns anos a seguir aos *Privilegios* (1575) haveria de lhes reconhecer um alfabeto inteiro de virtudes, como a seguir transcrevemos: «**A** quer dizer que seja Amiga de sua casa. E o **B**, Benquista da vizinhança. E o **C**, Caridosa com os pobres. E o **D**, Devota da Virgem. E o **E**, Entendida em seu ofício. E o **F**, Firme na Fé. E o **G**, guardadora de sua fazenda. E o **H**, Humilde a seu marido. E o **I**, Inimiga de mexericos. E o **L**, Leal. E o **M**, Mansa. E o **N**, Nobre. E o **O**, Onesta. E o **P**, Prudente. E o **Q**, Quieta. E o **R**, Reagrada. E o **S**, Sisuda. E o **T**, Trabalhadeira. E o **V**, Virtuosa. E o **X**, Xpãa. E o **Z**, Zelosa da sua honra» (1997: Conto XX, I Parte; vol. II).

Só que estas “virtudes” não eram vistas como um fim em si, pois não serviam para dignificar a mulher, antes serviam para lhes lembrar como elas deveriam ser e tinham apenas em conta as funções que elas deveriam assumir e que, conforme muitos moralistas, mesmos posteriores, entre os quais Fray Luís de León, não se cansavam de repetir, eram: «*el servir el marido, y el gobernar la familia, y la crianca de los hijos, y la conta que juntamente con esto se deve dar el temor de Dios, y la guarda y limpieza de la consciencia*» (1992: 81).

Porém, R.G. não se limita a apresentar exemplos de virtudes ou a elogiá-las. O tratamento dado ao tema é diferente, pois ele não parte do reconhecimento da condição de inferioridade da mulher para depois a “educar”, Tinha sido assim que procederam os moralistas anteriores, baseados no pensamento aristotélico, como é o caso de Luís Vives: «*Lo primero que debe considerar la mujer es que el marido es superior y que a ella no esta permitido lo que a el*» (1947: 113).

O facto de R.G. não ser um moralista, conforme vimos, pode ter determinado esta outra orientação dos seus escritos. Assim, parte do pressuposto de que as mulheres são, em muitas coisas, iguais ou superiores aos homens, através de exemplos de muitas mulheres ilustres possuidoras de grandes virtudes.

Não obstante esta novidade, os exemplos dessas mulheres continuavam a funcionar como “espelhos” para as outras.

Já no entanto, no que diz respeito à “Doctrina e saber”, este livro mostra-se, no mínimo, singular. Esta temática constituía um campo resvaladiço de ser abordado em meados do século XVI. Não que os moralistas ainda desconfiassem das capacidades cognitivas da mulher, mas porque não incentivavam a mulher a cultivá-las. Trancoso, no já citado conto XX da I parte mostra bem quão pouco favorável é à aprendizagem da leitura por parte das mulheres. O conto em questão que, na realidade, é um ABC escrito a pedido de uma senhora que

desejava poder ler as orações pelos livros, insere também a resposta de Trancoso a este pedido. Responde-lhe ele que, já que a senhora não aprendeu na meninice a ler, depois de casada, deveria «*contentar-se com as contas... e por elas rezando muitas vezes a saudação angélica que o Anjo disse à Virgem... e basta tanto que não há mais que desejar, nem melhores orações que rezar*» (4).

Desconfiando e temendo o desejo que as mulheres tinham de aprender, os moralistas advertiam amiudadas vezes para os perigos das leituras não devotas e da muita erudição. Basta lembrar que, no século seguinte (1651), D. Francisco Manuel de Melo haveria ainda de lembrar ao amigo casadoiro, a quem dedicou a sua *Carta*, que se «*não nos é lícito privarmos as mulheres do subtilíssimo metal do entendimento, com que as forjou a natureza, podemos, sequer, desviar-lhe as ocasiões de que o agucem em seu perigo, e nosso dano*» (1963: 68). E mais adiante reforçará esta ideia: «*ouvi um dia caminhando, e não era ele menos que a um chapado recoveiro, enfim, ouvi-lhe que Deus o guardasse de mula que faz him, e de mulher que sabe latim*» (1963: 80).

Novidade é também o facto de R.G., não só nos apresentar exemplos de mulheres que se notabilizaram pelas suas virtudes tipicamente femininas, mas também em outras várias áreas, como nos negócios e coisas de estado (Débora, Semyamira, mãe de Hélio Gabalo que fundou um senado de mulheres), na poesia (Carmenta, Lésbia, Sapho) e no aconselhamento de homens de estado (Abigail), consideradas áreas exclusivas do domínio masculino. R.G. não só admite como defende que elas desenvolvam as suas capacidades, conforme podemos verificar no seguinte passo: «*Sendo o genero feminino tão sufficiente pera letras & todas sciencias, com muyta razam se pode estranhar esta hidade, na qual as molheres não se aplicam aas letras & sciencias, como faziam as antigas Romanas e Gregas, & todas as outras nações, tendo tão perfectos engenhos, tanta sufficiencia & habilidade como os homens pera as poderem aprender: & antigamente eram doctrinadas na gramatica & nas artes liberaes, & dahi nação serem ellas as que acharam casi todas as artes*» (1557: 8-9).

Mantendo-se dentro dos limites da sua área de “especialização”, o autor, depois de nos ter dado conta das virtudes femininas e de um número grande de ilustres mulheres, pretendeu depois dar a conhecer às mulheres os seus direitos para que elas deles pudessem usufruir, pelo que a segunda parte do texto apresenta-se como um autêntico “manual” de direitos civis para conhecimento e consulta do público feminino.

Ora, esta preocupação com os direitos das mulheres é verdadeiramente inovadora. Maria de Lurdes Fernandes, ao falar nesta obra, reconhece que ela «*está assumidamente marcada, como o seu título, aliás, o indica, pela leitura das obras legislativas, embora numa interdependência com o propósito do elogio das capacidades e dos direitos femininos. Por isso mesmo, e apesar da “frieza” da sua exposição, não deixa de se apresentar também como um testemunho do quanto algumas polémicas continuavam a interessar os homens do século XVI, nomeadamente em Portugal*» (1995: 118).

O público, ao ler o texto, ficaria com a ideia de que as mulheres não eram discriminadas sempre e em tudo, em relação aos homens. E esta mensagem podia ser interpretada num duplo sentido, pois ao mesmo tempo em que se valorizava a mulher e se lhe dava a conhecer os seus direitos, alertava-se também o homem para a necessidade do seu cumprimento.

Não admira que os *Previlégios* sejam fundamentais para a compreensão do século XVI e se revistam de uma grande importância no panorama da literatura portuguesa do género, bastante pobre no que diz respeito à educação feminina. No entanto, este texto precursor, em Portugal, da literatura elogiosa das mulheres excepcionais, permaneceu isolado no que diz respeito à sua característica jurídica.

Não podemos deixar de citar, novamente, L. Fernandes quando reconhece que esta é uma obra complementar das outras sobre a educação feminina, «*mas, apesar disso, deslocada de todo o contexto anterior*» (1995: 118), exatamente por abordar a problemática dos direitos que são consignados pela lei às mulheres.

E o facto de, apesar de ser uma obra sobre leis, não ter sido escrita em latim, mostra o quanto o seu autor desejava que ela não fosse uma obra de Direito, mas sobre direitos femininos e destinada a um vasto público, nomeadamente feminino.

Aliás, R.G. parece querer desafiar outros autores a darem continuidade a estas problemáticas, como se poderá depreender das suas palavras, quando, no Prólogo, adverte a rainha da importância da sua proteção «**pera que outros de mais erudição & doutrina possam dar fim & perfeçam a estes meus principios & cometimentos, que nam sam mais que as amostras do muyto que podem escrever nesta materia**» (sublinhado nosso). Amostras que não foram devidamente aproveitadas por outros, acrescentemos.

Não atingiu os objetivos a que se propunha, portanto, dado que apenas foi editada uma vez no século XVI e outra no século XVIII (5). Mas num país e numa época em que a literatura não era particularmente benevolente para com as mulheres, esta obra sobressai pelo seu caráter, não propriamente militante que não tem, mas aberto e benevolente, na medida em que valoriza a mulher, independentemente do seu papel de esposa e mãe que era o único, até então, a ser-lhe atribuído.

Uma obra feminista? Seria, no mínimo anacrónico, afirmá-lo. R.G. limitou-se a lembrar o papel de algumas figuras femininas ilustres de um passado remoto, as suas virtudes, não o papel ou as virtudes das mulheres comuns, e, para além disso, inventariou as leis que, no seu tempo, protegiam as mulheres. Apesar de denunciar no Prólogo que «*outros tomaram por jvençam & doutrina escrever contra a vida & costumes do genero feminino, casi accusando a natureza de produzir femeas & nam machos (como dizem muitos textos de direito comum)*», na realidade, não desmonta, não debate os argumentos desses outros, não defende a igualdade, mesmo apresentando casos excecionais. Nem podia, na época. Não revolucionou costumes nem mentalidades. Também não fez escola. Mas, pelo conhecimento que nos deu da sua época, pelas novidades que na sua obra ousou assumir devemos prestar-lhe uma justa homenagem.

1 NOTAS:

(1) Artur Anselmo regista duas obras de Petri Ferdinandi constituídas por poemas escritos em latim. Regista ainda a existência de três leis sobre pedintes e vadios, datadas de Lisboa, 3 de novembro de 1558, assinadas por um tal Pero Fernandez que bem pode ser o mesmo, o que nos poderá levar a pensar que, tal como o pai, também o filho seria jurista ou estaria ligado às leis.

(2) Sobre João de Barreira diz-nos Venâncio Deslandes: «um dos mais conhecidos typographo do XVI seculo e porventura o mais opulento, teve officina em Lisboa, em Braga e em Coimbra, desde 1542 até 1590».

(3) Para mais informações sobre a literatura moralista da época veja-se a obra de M. de Lurdes C. Fernandes citada, nomeadamente os três primeiros capítulos.

(4) Sobre este assunto veja-se a nossa tese de doutoramento, especialmente os capítulos dedicados à “Donzela”.

(5) Poderá ter havido outra edição desta obra, embora clandestina, na oficina de Domingos Barreira também, uma vez que os dois exemplares existentes na Biblioteca Nacional apresentam diferenças tipográficas, embora mínimas, segundo indicação de Elisa Maria Lopes da Costa.

2. BIBLIOGRAFIA:

ANSELMO, Artur (1977), *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa: BN

DESLANDES, Venâncio (1988), *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa: INCM (ed. fac-similada)

FERNANDES, M. de Lurdes Correia (1995), *Espelhos, Cartas e Guias – Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica – 1450- 1700*, Porto: ICP- FLUP

GONÇALVES, Rui (1992), *Dos privilegios & prerogativas (1557)*, (ed. de Elisa Maria Lopes da Costa), Lisboa: BN (ed. fac-similada)

LEÓN, Fray Luis (1992), *La Perfecta casada (1583)*, Madrid: Espasa Calpe

MACHADO, Barbosa, *Biblioteca Lusitana (1933-53)*, Lisboa: Irmãos Bertrand, Lda., vol. III

MELO, D, Francisco Manuel de (1963), *Carta de Guia de Casados (1651)*, (ed. F. Castro Pires de Lima), Porto: Domingos Barreira

- MIMOSO, Anabela (1997), *“Contos e Histórias de Proveito e Exemplo” de Gonçalo Fernandes Trancoso* (tese de mestrado), Porto: FLUP, vol. I (Introdução), vol. II (edição comparativa dos textos de 1575 e 1585)
- MIMOSO, Anabela (2005), *A Novela Breve Portuguesa do Século XVII* (tese de doutoramento), Porto: FLUP
- PEREZ-ERDELYI, Mirea (1979), *La picara y la dama*, Miami: Ed. Universal
- PISANO, Cristina (1987), *O Espelho de Cristina* (1518), Lisboa: BN, (ed. fac-similada)
- SILVA, Inocência F. da (1987), *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa: INCM, vol. VII (ed. fac-similada)
- VIVES, Luís (1947), *Formation de la mujer Cristiana* (1523) in *Obras completas*, tomo I, Madrid: Aguilar
-

36) DANIELA SOARES DANIELASOARES@CIPAVIOLETA.ORG SOARES DANIELA@SAPO.PT

DANIELA Medeiros SOARES, (Doutoranda em Sociologia, área de Sociologia da Cultura, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Socióloga, mestre em Sociologia (área de Sociologia da Saúde e da Exclusão Social) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e aluna de doutoramento em Sociologia, especialização em Sociologia da Cultura na mesma Faculdade. Possui duas pós-graduações: uma em *Sociologia da Educação*, e outra em *Sociologia das Religiões*, pela Faculdade supracitada. Em termos profissionais, neste momento é Técnica Superior (área de Sociologia) no CIPA - Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade.

OS DOENTES DE MACHADO-JOSEPH NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES AÇORIANAS: UMA BREVE ABORDAGEM

A Doença de Machado-Joseph (DMJ) é uma doença neurodegenerativa hereditária sem cura, de início tardio e de transmissão autossômica dominante, aparecendo em gerações sucessivas de cada família. Trata-se de uma doença muito incapacitante, que afeta os sistemas motores com atrofia e rigidez muscular, observando-se uma perfeita integridade mental do/a doente, e que implica uma aprendizagem para lidar com os seus sintomas no dia-a-dia e na adoção de estratégias adequadas à sua nova situação de manipulação da identidade social.

Este estudo que está a ser realizado no âmbito da investigação de Doutoramento em Sociologia, tendo o conceito de identidade social do doente como central, procura responder à questão: o que sucede aos doentes quando a sua doença adquire visibilidade social? E existirão diferenças entre os/as doentes açorianos e os/as emigrantes ou filhos/as de emigrantes açorianos doentes nas outras regiões geográficas afetadas (caso de Santa Catarina, Massachusetts, Califórnia, Toronto, Vancouver)?

Por um lado, pretendemos o abordar os processos de construção identitária dos doentes na tentativa de explicitação de algumas das principais dimensões e fatores intervenientes nessa dinâmica de (re)construção identitária, num processo de erosão biográfica e de estigmatização social dos DMJ, numa situação em que o corpo funciona como “intermediário” de deficiências que resultam em incapacidades de desempenho, crescente limitação e morte.

Por outro lado, pretende-se mostrar que este problema em estudo é muito mais complexo do que uma doença que existe em vários pontos do planeta, pois o estigma social é real e sentido pelas famílias portadoras de DMJ, tanto nos Açores como nas comunidades de emigrantes açorianos.

Em síntese, com o presente estudo temos por objetivo aprofundar a compreensão dos processos de (re)construção identitária dos Doentes de Machado-Joseph, no processo de estigmatização destes doentes, atendendo aos diferentes contextos onde se dão esses processos, nas suas diferentes dimensões e intensidades.

Esta doença esteve sempre “escondida” no interior das famílias açorianas, mas só desde 1972 é que começou a ser estudada pela profissão médica (Coutinho, 1994), encontrando-se nessa data a sua “legitimação científica”. Assim se compreende que antes dessa época a doença tenha sido diagnosticada e confundida com outras doenças, construindo-se inúmeras representações e estereótipos progressivamente introduzidos no imaginário social dos açorianos facto de que falaremos mais à frente (Soares, e Serpa, 2004, 2005, 2007; Soares, 2006; Serpa, 2004). Neste sentido, é importante alargar a cartografia da incidência desta doença, seguindo os

percursos da imigração açoriana e do espaço de construção social da doente que se estende também ao Brasil (Santa Catarina), aos EUA (Massachusetts e Califórnia) e ao Canadá (Toronto e Vancouver).

Por um lado, em estudos anteriores, procuramos fazer o estudo de duas realidades que são evidentemente muito diferentes, visto serem ilhas com dimensões e desenvolvimento económico e social muito díspares, e nas quais o número de doentes é muito próximo, a ilha de São Miguel e a ilha das Flores (Soares, 2006). Vejamos rapidamente essas diferenças: em São Miguel existiam 131.609 habitantes, 43 doentes de Machado-Joseph, 1/976 portadores da doença e 1/586 indivíduos em risco de desenvolver a doença e, nas Flores, 3.995 habitantes, 42 doentes, 1/34 portadores e 1/21 indivíduos em risco de desenvolver a doença (segundo os Censos de 2001 e o Relatório referente à Resolução n.º 1/2003, de 26 de fevereiro). Segundo Manuela Lima, em 1996, eram conhecidas 34 famílias afetadas, concentradas maioritariamente nas ilhas das Flores e São Miguel (Lima, 1996: 33).

Para que se possa ter uma ideia da importância destes números na Região, a título de exemplo, na ilha das Flores, um em cada 100 habitantes tem a doença e 1 em cada 20 está em risco de vir a ter a doença.

Analisando os valores descritos acima, facilmente nos apercebemos da relevância que a dimensão da ilha e os valores da população residente apresentam quando se estuda o estigma provocado pela manifestação de uma doença como a Doença de Machado-Joseph. São muitos os médicos e os investigadores que afirmam que as Flores são uma ilha “em risco”.

A Ilha das Flores, nos Açores, apresenta a maior prevalência³³³ estudada para uma ataxia dominante a nível mundial (Lima, 1996: XI). Atendendo aos elevados valores de incidência (probabilidade dos indivíduos do grupo de risco desenvolverem a doença), não admira que, quando se percorre a ilha das Flores, se encontre sempre alguém que tem um familiar com a doença.

A história das ilhas açorianas é feita de emigração.

Segundo inúmeros investigadores médicos, a mutação que originou a DMJ é anterior ao século XVI (provavelmente séc. XV), visto que existe um foco japonês que o comprova e já estava nos Açores no século XVIII, uma vez que o maior foco brasileiro até agora conhecido se situa no Estado de Santa Catarina, região colonizada por açorianos. Assim, embora a doença tenha sido identificada inicialmente em descendentes de açorianos emigrados nos Estados Unidos da América, já foi comprovado que esta doença não surgiu nos Açores (Coutinho, 1994: 38 e 154).

Por um lado, foram emigrantes que povoaram as ilhas açorianas (com a disseminação da(s) mutação(ões) original(ais)) ao longo dos séculos XV e XVI, com famílias vindas de todo o continente (maioritariamente do sul), judeus, mouros do Norte de África e habitantes de outros países da Europa.

A emigração encarregou-se de dispersar a doença pelos EUA, Canadá e Brasil, onde existem inúmeros emigrantes açorianos, inicialmente com as viagens dos descobrimentos portugueses e depois com a emigração no século XVIII para o Brasil e, a partir do século XIX até meados do século XX, para os Estados Unidos da América (mão-de-obra para os grandes barcos baleeiros, e mais tarde para o trabalho nas indústrias têxteis). Já depois das II Guerra Mundial, entre 1958 e 1975, a emigração teve como destino o Canadá.

No entanto, o isolamento geográfico e o número restrito de habitantes nas ilhas criaram as condições ideais para as frequências elevadas da doença nos Açores.

³³³ A prevalência é definida como o número de indivíduos pertencentes a uma população que, num certo momento apresentam determinada doença. Prevalência do momento (Pm) = número de casos de doença/população total (Lima, 1996: 92).

A disseminação da doença seguiu as diferentes migrações, existindo muitas famílias afetadas na China e principalmente no Japão (algumas na ilha onde desembarcaram os comerciantes e jesuítas portugueses no séc. XVI). Segundo Paula Coutinho (1994) existem inúmeras famílias em vários países sem ligações açorianas, nomeadamente em Espanha, Inglaterra, Israel, Alemanha, Austrália, Índia, China e Japão, porém não está provado que não tenham ligação a Portugal.

Uma equipa de investigadores médicos, de entre os quais Jorge Sequeiros, descobriu recentemente um foco de DMJ numa zona do vale do Tejo que neste momento apresenta a segunda frequência mais elevada em Portugal (a mais elevada, como já se disse, é a da Ilha das Flores).

Ao longo de toda a sua história os Açores foram sempre um ponto de partida e de chegada daqueles que procuravam uma vida melhor.

Como não podia deixar de ser, o mar desempenha um grande papel na vida quotidiana dos açorianos. Este ator desempenha um papel ambíguo já que é ele que fornece um vasto conjunto de recursos naturais aos habitantes locais, com um impacto maior nas atividades económicas, através das práticas piscatórias. No entanto é esse mesmo mar que rodeia as ilhas açorianas que cria nos seus habitantes um desejo de partir.

Ainda hoje este fluxo emigratório é alimentado pelo isolamento criado pelo mar, pelas catástrofes naturais mas, sobretudo, por questões económicas marcadas pela existência de uma certa limitação de oportunidades de trabalho, bem como a necessidade de busca de melhores condições de vida.

Deste modo, existem famílias com a doença nos locais onde a colonização açoriana foi mais forte (EUA, Canadá e Brasil): nos EUA, as famílias concentram-se maioritariamente em Massachusetts (emigrantes micalenses), Rhode Island e na Califórnia (emigração preferencial de florentinos); no caso do Canadá a maioria das famílias está junto às duas costas, em Toronto e em Vancouver. No Brasil, foram identificadas inúmeras famílias, sem parentesco entre elas, maioritariamente com ancestrais portugueses, concentrando-se principalmente no Estado de Santa Catarina, porém pesquisas recentes mostram que existem doentes brasileiros em Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia (Sequeiros, 1989).

A DMJ foi introduzida nos Estados Unidos primeiramente à Califórnia e Nova Inglaterra, através dos baleeiros que eram recrutados nos Açores, em meados do século XIX, conhecendo-se atualmente mais de uma centena de doentes. A emigração para o Canadá, principalmente na segunda metade do século XX, levou a DMJ existindo pelo menos 4 grandes famílias descendentes de açorianos. No que respeita ao Japão, que tem a segunda maior prevalência de DMJ do mundo, não foi encontrada qualquer relação com os Açores, no entanto, os portugueses foram os primeiros europeus a estabelecer-se no Japão, e a DMJ esta maioritariamente nas regiões relacionadas com os portugueses (ilha de Kyushu e norte de Honshu). Existem famílias espalhadas por muitos outros países mas que é desconhecida qualquer relação com os Açores (Sequeiros, 1989).

A questão da emigração é de extrema importância para o nosso trabalho, pois esta permite justificar a dispersão do gene da DMJ. A ligação entre ambos é de tal forma estreita que os primeiros casos da doença, com ligação a açorianos, foram identificados nos EUA.

Essa ligação também existe de forma visível quando falamos do caso brasileiro já que na sua maioria as famílias brasileiras portadoras do gene da Doença de Machado-Joseph apresentam ligações açorianas nos seus antepassados. Assim e tendo em conta que o isolamento geográfico teve uma influência fundamental na incidência da doença de Machado-Joseph nas ilhas açorianas, também se verifica que nas comunidades de emigrantes açorianos, existe um enorme isolamento sociocultural conduzindo a valores muito semelhantes aos registados no arquipélago.

Desde sempre, os emigrantes açorianos se caracterizaram por um forte sentido de união e de identidade comum criando e vivendo sempre em comunidades nas quais eles mantinham os costumes e tradições da sua terra natal.

Este estudo, realizado no âmbito da investigação de Doutoramento em Sociologia em curso (Faculdade de ciências Sociais e Humanas da UNL), tendo o conceito de identidade social do doente como central, procura responder à questão: o que sucede aos doentes quando a sua doença adquire visibilidade social? E existirão diferenças entre os doentes açorianos e os emigrantes ou filhos de emigrantes açorianos doentes nas outras regiões geográficas afetadas (caso de Santa Catarina, Massachusetts, Califórnia, Toronto ou Vancouver)?

Apresentam-se os processos de construção identitária dos doentes na tentativa de explicitação das principais dimensões e fatores intervenientes nessa dinâmica de (re)construção identitária, num processo de erosão biográfica e de estigmatização social dos DMJ, enquanto rutura e estigma com o social, numa situação em que o corpo funciona como “intermediário” de deficiências que resultam em incapacidades de desempenho, crescente limitação e morte.

Neste momento, entrevistamos 16 pessoas a quem foi clinicamente diagnosticada a DMJ, 7 mulheres e 9 homens, com idades entre os 26 e 72 anos, residentes e naturais das Flores e São Miguel, através de entrevistas semidiretivas, com questões que abordaram as experiências do sujeito e suas concepções sobre saúde e doença, relações sociais e tratamento, na perspetiva de “narração de vida”, utilizando-se, como método de análise do *corpus*, noções da análise estrutural propostas por Dubar (1997), dentro de uma abordagem psicossociológica.

As pessoas portadoras de uma doença e as suas famílias são muitas vezes “desacreditadas” ou “desacreditáveis” e no fundo, excluídas da sociedade por possuírem uma característica estigmatizante, sendo portanto alvo de estigmatização relacionada com a saúde. É o caso de várias doenças que apresentam sintomatologias visíveis, tais como a lepra, a SIDA, etc. Assim, tentamos compreender como se processa, no caso da doença de Machado-Joseph, a construção social da doença e a construção social do estigma associado a estes doentes açorianos, tentando perceber por um lado, os fatores, direta ou indiretamente, relacionados com esta aura de estigma (Boutté, 1987) que envolve os doentes e as famílias e por outro lado, a natureza social atual desse estigma.

Aquilo a que chamamos “doença” apenas tem existência em relação ao paciente e à sua cultura (...). A doença não é mais dissociável da ideia que fazem dela o doente e a civilização do seu país e do seu tempo. (Sournia e Ruffie, 1986: 14-15)

Assim, o problema de viver com uma doença degenerativa sem possibilidade de cura ou sequer de tratamento implica mobilizar um conjunto de conceitos de forma a apreendermos este objeto na sua plenitude sociológica na medida em que a doença consiste, sempre, num fenómeno eminentemente social cujas vivências se encontram profundamente imbuídas de fatores sociais (Andrade, 2001).

Graça Carapineiro (1986) afirma que as determinantes e as lógicas sociais dominantes numa dada época e numa dada sociedade definem “as doenças”, “os doentes” e as concepções que eles e os outros interiorizam sobre a “condição de doente”, tornando-se a doença uma “realidade socialmente construída”.

Quando num determinado momento histórico surge uma doença que se apresente misteriosa, cuja origem seja obscura e para a qual ainda não estejam disponíveis terapêuticas eficazes, as mitologias sociais desenvolvem um trabalho ideológico de recuperação do fenómeno no quadro social da sua existência coletiva, atribuindo-lhes significados que a individualizam e lhe fornecem caracterização social. (Carapineiro, 1986: 15)

Para estudar o conceito de doença torna-se fundamental apresentá-lo em três dimensões relacionadas entre si mas analiticamente distintas. Segundo Laplantine, existem três conceitos de doença com diferentes sentidos: *sickness* (doença sociedade, expressando as significações sociais da doença), *disease* (doença objeto; certificação biomédica da doença, sendo a doença um conceito construído no quadro dum sistema nosológico) e *illness* (doença sujeito: conceito sociopsicológico/experiência humana da doença). Deste modo, o mal-estar individual, que é sentido pelo indivíduo (*illness*) é designado pela medicina e pelos médicos como doença

(*disease*), sendo o resultado subjetivo de uma construção social pois expressa as significações sociais da doença (*sickness*) (Herzlich, 1992).

De acordo com a teoria de Dubar (1997), existem dois processos implicados na construção das identidades: o processo de identidade social real (utilizando a terminologia de Goffman) que se refere à interiorização (incorporação e aceitação) da identidade pelos próprios indivíduos através do sentimento de pertença ou da trajetória social de um grupo de referência, no qual os indivíduos constroem a “identidade para si” e está diretamente relacionado com as trajetórias sociais. O outro processo de identidade social virtual (de acordo com a terminologia de Goffman) corresponde à imposição e inculcação da identidade pelas instituições e pelos agentes que interagem diretamente com o indivíduo, no fundo, a “identidade para outro”.

Os dois processos não têm obrigatoriamente de coincidir, podendo haver descoincidência ou “desacordo” entre a identidade social “virtual” emprestada a uma pessoa e a identidade social “real” que ela atribui a si própria (Goffman, 1963, trad. P. 2). As “estratégias identitárias” destinadas a reduzir o desvio entre as duas identidades são consequência desse desacordo. Elas podem assumir duas formas: ou a de transações “externas” entre o indivíduo e os outros significativos que visam acomodar a identidade para si à identidade para o outro (transação chamada “objetiva”), ou a de transações “internas” ao indivíduo, entre a necessidade de salvaguardar uma parte das suas identificações anteriores (identidades herdadas) e desejo de construir para si novas identidades no futuro (identidades visadas) procurando assimilar a identidade-para-outro à identidade-para-si. (Dubar, 1997: 107-108)

Segundo este autor, um processo progressivo de estigmatização, tem influência na participação do indivíduo na vida social e na própria evolução da sua imagem. Deste modo, inicia-se um processo de rotulagem que pode ser percebido pelo indivíduo. A tomada de consciência e aceitação do rótulo de que é alvo favorecem o sentimento de pertença a um grupo mesmo que este seja desviante.

Assim, a construção da identidade é em simultâneo a construção de uma imagem associada a um sentimento de exclusão ou de participação em grupos sociais mais ou menos organizados, e é também a aceitação ou rejeição dos valores predominantes da sociedade que definem a exclusão ou integração dos indivíduos.

Estas identidades em permanente movimento explicam aquilo que Dubar chama de crises identitárias, nas quais a confrontação com as novas exigências do modelo de competência destaca tanto a permanência dos fenómenos sociais (aos sentidos de valores e normas) e as respetivas identidades inerentes a essa permanência, como as mudanças socioeconómicas que perturbam as identidades e reestruturam as trajetórias identitárias.

Quando se verifica uma discrepância fortemente negativa para o indivíduo, por exemplo motivada por uma doença, podemos falar de *estigma* tal como acontece com um autor clássico – Goffman-, que procuramos desenvolver em seguida.

No estudo sobre a manipulação do estigma, intitulado “*O Estigma*”, de 1963, Goffman propõe um modelo de construção da identidade social, distinguindo dois tipos de identidades sociais: identidade social virtual (o caráter ou atributos imputados ao indivíduo) e identidade social real (o caráter ou atributos que na realidade demonstra possuir). No que concerne à primeira, esta consiste na personalidade que é imputada pelos outros ao indivíduo, grande parte dos atributos que compõem este tipo de identidade advêm de um conjunto de informações que os outros dispõem acerca do indivíduo. Quanto à segunda, é a identidade constituída por atributos que efetivamente pertencem ao indivíduo.

O conceito de estigma pode ser definido como “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (Goffman, 1988: 7). Para este autor, o estigma não é apenas um atributo pessoal, mas uma forma de designação social, a identidade é objeto de estigmatização sempre que um dos atributos dos atores entrar em descrédito.

O estigma pode ser uma desordem física, uma “falha” de carácter, uma deficiência no comportamento, a pertença a um grupo social minoritário julgado inferior em relação a um grupo, traduzindo a posse de um atributo indesejável, sendo uma palavra conotada com a desgraça ou doença. O estigmatizado é considerado como estigmatizante em relação à pessoa com quem mantém interação. Convém, de qualquer modo, considerar o estigma em termos de relações mais do que atributos, o estigma consiste num “tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman, 1988: 13).

Em síntese, os estigmas são traços distintivos, geralmente com conotações negativas, que funcionam como fatores de “descrédito” ao indivíduo que os possui, circunscrevendo-se em vários critérios classificatórios que aludem a diferentes níveis de rutura com o que é socialmente aceite, passando a definir as situações de interação social onde os indivíduos se inserem. Trata-se de um fenómeno social caracterizado por processos de segregação social, sendo que na base de tais processos podem encontrar-se estigmas socialmente construídos sobre a doença de Machado-Joseph.

O estigma é sentido de forma diferente de acordo com inúmeros fatores, exemplo disso é: se estivermos num País com muitos emigrantes açorianos no qual exista DMJ (como o Canadá ou o Brasil) Portugal e os Açores são automaticamente ligados à doença; por outro lado, se estivermos em Portugal Continental, a DMJ é associada aos Açores; porém, se estivermos numa qualquer ilha dos Açores e mencionarmos a DMJ, a mesma é imediatamente relacionada com as Flores. Assim se compreende que existe um forte estigma perante aos emigrantes açorianos, no entanto, o estigma perante os florentinos é de uma dimensão incalculável, sendo importante ter em conta todos os aspetos focados ao longo deste estudo e os próprios valores da doença.

A título de exemplo, o excerto da entrevista abaixo mostra-nos uma das diferenças sentidas pelos doentes

O meu primo vive na América e o filho também tem esta doença como eu, ou é parecida, eu não sei bem. Então esse meu primo contou-me que foi ... que o filho foi preso pela polícia, porque lá na América não se pode estar bêbedo na rua. Ainda bem que aqui, um homem pode beber uns copinhos. [sorriu] Mas é difícil para eles lá, ele até acho que vai ao médico da cabeça porque já tomou muitos comprimidos para se matar. É difícil.

Aqui, eles pensam que a gente andou a beber, mas o que é que a gente há de fazer? A gente não pode fazer nada. É dizer que é mentira, que isto é doença. É viver com ela. (Entrevistado 14)

O estigma da DMJ tem várias dimensões e pode ser visto em vários momentos das entrevistas, como é o caso da seguinte:

Os doutores dizem que essa doença veio para a Flores à muito tempo. Se calhar foi quando os homens vieram para cá que tinham apanhado essa doença das mulheres da má vida de lá de fora e trouxeram para as mulheres das Flores. Casaram cá e passaram os micróbios às mulheres. (Entrevistado 16)

Existe, no entanto, uma diferença importantíssima entre as duas doenças: a DMJ, é uma doença neurológica de transmissão hereditária, porém, a sífilis, é uma doença venérea sexualmente transmitida. O facto de se associar a DMJ a uma doença do foro venéreo torna-a extremamente estigmatizante e dá origem a inúmeras representações e “histórias” acerca da doença como podemos ver na citação a seguir. Como facilmente percebemos existe uma construção muito negativa desta doença, por associação à sífilis e a todas as histórias existentes no imaginário social da comunidade florentina. Em São Miguel, não nos deparamos com qualquer relato semelhante ao acima citado, no entanto, como pudemos verificar, os doentes micalenses também associam a DMJ à Sífilis.

Como é facilmente visível, a DMJ constitui um *handicap* que desacredita e define a identidade social dos doentes, dificultando a revelação da sua identidade real, pois, o doente DMJ sabe que a sua identidade social pode ser posta em causa devido a esse atributo potencialmente estigmatizável que possui.

O indivíduo portador de DMJ, sendo socializado na cultura dominante, tende a ter as mesmas crenças sobre identidade e um quadro de referência semelhante ao dos outros indivíduos. Assim, o DMJ, não permanece indiferente ao seu fracasso, tendo, por isso, problemas em relação à sua autoimagem:

Gosto muito de estar lá [com os outros doentes], porque a gente vê pessoas iguais e lá eu não tenho vergonha... agora aqui [na freguesia], eu tenho vergonha. (Entrevistada 9)

Esta vergonha, também pode estar relacionada com a dificuldade de transmissão das informações produzidas pelo corpo, que são necessárias à interação com o outro, mas que no caso da DMJ, visto que esta doença incide sobre o corpo, deformando-o e originando um olhar brilhante e fixo como que “para o infinito”, são consideradas estranhas e anormais.

As pessoas não esperam muito de mim porque me vêm como uma atrasada mental. As pessoas dizem muitas vezes “ai coitadinha”. (Entrevistada 11)

Como podemos verificar, a DMJ implica uma rutura na vivência do quotidiano, ao nível das práticas sociais e ao nível das representações e do imaginário dos atores, e um reposicionamento na escala social com a perceção de novas exigências a nível do estatuto, posição e papéis sociais entendidos como maneiras de agir e expectativas de ação relativamente padronizadas, associadas às diferentes posições sociais.

O papel que a profissão médica desempenha, que lhe permite determinar as condições definidas como desviantes, tratar e medicalizar os doentes, leva a que sejam desenvolvidas e promovidas (certas) imagens de estigma. Como exemplo temos o reconhecimento da DMJ pelos médicos como sendo uma doença de açorianos (ou descendentes de açorianos) emigrados nos Estados Unidos da América. A divulgação da nova doença criou um estigma muito forte que levou a que os açorianos emigrados fossem alvo de um processo de estigmatização por serem potenciais portadores da contaminação e alguns por serem os prováveis importadores da DMJ (a fonte da epidemia).

A profissão médica teve um papel fundamental nessa legitimação da imagem e representação da DMJ tendo ajudado na determinação da DMJ como ameaça, desvio, e até mesmo como fraqueza moral. Nesse sentido, podemos ver na citação seguinte que o universo cultural tem enorme influência sobre as explicações dadas para o surgimento da doença. Assim, no que respeita aos entrevistados florentinos temos duas curiosas explicações:

As pessoas que têm essa doença vieram da Ponta Ruiva. Os avós ou antes ... eram de lá. Os antigos dizem que foi de lá que veio a doença, porque antigamente não era fácil chegar lá, nem eles saírem. Então eles casavam-se uns com os outros. Havia também muitos homens que iam para a América e quando vinham traziam a doença com eles. Os sangues foram ficando mais fracos porque eles casavam uns com os outros, era os mesmos sangues. Eu não sei ... é o que os antigos dizem. (Entrevistado 14)

Se calhar essa doença é por causa das pessoas que casaram com primos. Eu não sei ... mas eu já ouvi muitas histórias que esses casamentos dão doenças complicadas. E os doutores estão sempre a dizer que não se pode casar com os primos. É por isso? Se calhar. É verdade que quem casa com primos direitos o sangue fica mais fraco, por isso... (Entrevistado 15)

Eram “siclífticos” [sífilíticos]. (Entrevistado 7)

Esta doença não tem piada nenhuma ... os médicos diziam que antigamente era sífilis, agora é que mudou de nome, para doença de Machado. (Entrevistado 16)

Como é visível nas citações acima, existe ainda alguma confusão entre a DMJ e a Sífilis no que respeita ao modo de transmissão. No entanto, a explicação popular mais imediata para a elevada representação da doença nas Flores é a reduzida dimensão geográfica, a multiplicidade de laços interfamiliares legítimos ou ilegítimos, própria de ambientes fechados, que obriga à endogamia e à realização de casamentos consanguíneos próximos. No entanto, a consanguinidade (casamentos entre DMJ), só explica a presença de formas infantis da doença, que são conhecidas apenas nas Flores e em número muito reduzido (Coutinho, 1994; Lima, 1996).

No entanto, existe uma diferença importantíssima entre as duas doenças: a DMJ, é uma doença neurológica de transmissão hereditária, porém, a sífilis, é uma doença venérea sexualmente transmitida. O facto de se associar a DMJ a uma doença do foro venéreo torna-a extremamente estigmatizante e dá origem a inúmeras representações e “histórias” acerca da doença como podemos ver na citação a seguir.

Os doutores dizem que essa doença veio para a Flores à muito tempo. Se calhar foi quando os homens vieram para cá que tinham apanhado essa doença das mulheres da má vida de lá de fora e trouxeram para as mulheres das Flores. Casaram cá e passaram os micróbios às mulheres. (Entrevistado 16)

Na obra de Goffman sobre o Estigma, a ideia central é que as pessoas “normais” vêem os estigmas como sinais de “defeito” moral. No que respeita à Doença de Machado-Joseph, como podemos facilmente perceber, existe essa associação.

Desta forma se compreende que a DMJ seja sentida pelo menos moralmente, se não literalmente, como uma doença contagiosa, sendo um fator muito importante a conotação realizada com “a culpa” por ser considerada como uma doença do foro sexual. As pessoas são “mantidas à margem” por familiares e amigos e são objeto de práticas de descontaminação, como se a DMJ fosse uma doença infetocontagiosa, surgindo aqui o medo do contágio de uma doença mortal, o que contribui para o surgimento de processos de segregação social. O estigma leva a uma procura, por parte dos não portadores, de evitar ou pelo menos reduzir a frequência ou amplitude das relações sociais, evitando os contactos não imprescindíveis.

Como exemplo de outra conotação moral negativa, apresenta-se como uma regularidade digna de nota a acusação de os doentes estarem alcoolizados por parte da população em geral. Por outro lado, verificamos que a associação com a ingestão excessiva de bebidas alcoólicas é frequente em ambas as ilhas, pois na generalidade os entrevistados mencionaram este motivo de discriminação. Principalmente no que respeita às mulheres doentes, este é um facto muito complicado de gerir pois ao serem conotadas como estando constantemente “alcoolizadas” torna-se bastante complicada a vivência diária com a própria doença, fruto da humilhação sofrida aquando do contacto social com os outros.

O meu primo vive na América e o filho também tem esta doença como eu, ou é parecida, eu não sei bem. Então esse meu primo contou-me que foi ... que o filho foi preso pela polícia, porque lá na América não se pode estar bêbedo na rua. Ainda bem que aqui, um homem pode beber uns copinhos. [sorriu] Mas é difícil para eles lá, ele até acho que vai ao médico da cabeça porque já tomou muitos comprimidos para se matar. É difícil.

Aqui, eles pensam que a gente andou a beber, mas o que é que a gente há de fazer? A gente não pode fazer nada. É dizer que é mentira, que isto é doença. É viver com ela. (Entrevistado 14)

A questão fundamental no que respeita ao corpo atingido pela DMJ é a dificuldade em integrar o *handicap* na sociedade envolvente, ultrapassando-o de modo que não seja percebido como um descrédito para o doente e um estigma para o mundo social que o envolve. Estas marcas corporais visíveis podem levar à rejeição social do corpo, enquanto dimensão constitutiva do sujeito, funcionando como formas de controlo individual e servindo sempre para lembrar essa marca estigmatizada e estigmatizante.

Existem duas dimensões do estigma que é importante salientar: o estigma individual e o estigma familiar.

Neste sentido, consideramos que no caso da Doença de Machado-Joseph nos Açores, e na sequência da teoria de Goffman (1988), existem dois grupos de estigmatizados: os “desacreditados”, cujos defeitos são evidentes e que neste caso são os indivíduos que têm manifestamente a Doença de Machado-Joseph e, os “desacreditáveis”, cujos defeitos não são visíveis e que são, neste caso, as pessoas “em risco” de manifestar a doença, ou seja, os filhos de doentes DMJ. Estas pessoas em “risco” sofrem as duras consequências de serem filhos de portadores de uma doença muito grave, hereditária, degenerativa, sem cura. Assim, em primeiro lugar, estes indivíduos deparam-se sempre em determinada fase da sua vida com a realização ou não do teste preditivo que permite saber se são portadores da doença. Como vimos o conhecimento antecipado (por vezes com vinte

anos ou mais de antecedência) de ser portador da DMJ terá um terá profundas implicações físicas, clínicas, psicológicas, sociais e económicas. Assim, se o teste der negativo será um enorme alívio, no entanto, se o resultado for positivo e o indivíduo for portador da doença, o conhecimento dessa informação terá graves consequências ao longo de toda a vida do portador e da sua família, nomeadamente em relação à procriação e possível transmissão do gene aos seus descendentes.

Constatamos que a Doença de Machado-Joseph é geradora de uma situação de profundo isolamento social complementado com dificuldades físicas e motoras, que levam a uma situação de exclusão social e, portanto, à “morte social” dos doentes entrevistados.

Em síntese, procuramos com esta investigação, aprofundar a questão das vivências, representações e problemas com os quais os doentes de Machado-Joseph lidam no dia-a-dia, nomeadamente no que respeita à doença enquanto estigma social. Desejamos também dar o nosso contributo para o aprofundamento da DMJ na perspetiva da sociologia, tentando sensibilizar para os problemas que afetam os DMJ, revelando a pobreza, a exclusão social e a forte estigmatização que afeta estes doentes. Procuramos contribuir para a compreensão desta doença e das estratégias destes doentes sugerindo que em trabalhos futuros sejam tidos em conta os vários problemas que afetam estes doentes de que as políticas implementadas sejam mais eficazes e tenham em conta os problemas de pobreza e exclusão sofridas pelos doentes.

Além disso, tentamos apresentar estratégias de intervenção no sentido de promover a integração dos doentes na comunidade envolvente, esperando ter contribuído para a promoção de novas estratégias de combate a este estigma, tendo consciência que não existem receitas e soluções para uma situação tão complexa como esta doença e os seus efeitos nas famílias afetadas.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Maria Cláudia P. (2001) *Pensar e Agir: as doenças genéticas e o diagnóstico pré-natal*, Coimbra: Quarteto editora.
- Bastos, Cristiana (1997) “A pesquisa médica, a SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência” in *Análise Social*, 32 (140), 75-111.
- Boutté, Martine (1987) *Illness as stigma: a case study of the “stumbling disease” among azorean-portuguese*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, apresentada na Universidade da Califórnia, Michigan: UMI Dissertation Services.
- Carapinheiro, Graça (1986) “A Saúde no Contexto da Sociologia” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, 1, 9-22.
- Carapinheiro, Graça (1993) *Saberes e Poderes no Hospital: uma Sociologia dos Serviços Hospitalares*, Porto: Edições Afrontamento.
- Coutinho, Paula (1994) *Doença de Machado-Joseph. Estudo Clínico, Patológico e Epidemiológico de uma Doença Neurológica de Origem Portuguesa*, Porto: Laboratórios Bial.
- Dubar, Claude (1997) *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Dubar, Claude (2000) *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Goffman, Erving (1988) *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Goffman, Erving (1993) *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Herzlich, Claudine (1992) *Santé et maladie - analyse d'une représentation sociale*, Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris: Mouton.
- Lima, Maria Manuela de Medeiros (1996) *Doença de Machado-Joseph nos Açores. Estudo Epidemiológico, Biodemográfico e Genético*, Tese de doutoramento, Universidade dos Açores, Departamento de Biologia, Ponta Delgada.
- Sequeiros, Jorge (1989), “Epidemiologia genética da Doença de Machado-Joseph” in *Arquivos do Instituto Nacional de Saúde*, 14, 75-104.

- Serpa, Sandro Nuno Ferreira de (2004), *As Estratégias Educativas e o Investimento Escolar das famílias como Doença de Machado-Joseph num contexto de riscum* Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Lisboa.
- Soares, Daniela Medeiros e Serpa, Sandro (2004) “A Doença de Machado-Joseph - manipulação de uma identidade ameaçada num processo de erosão biográfica” in *Fórum Sociológico*, 11-12 (2ª Série).
- Soares, Daniela Medeiros e Serpa, Sandro (2005) “A doença e a exclusão social. Um contributo para a compreensão da experimentação e das representações dos doentes de Machado-Joseph numa situação de rutura das dinâmicas e processos de estruturação identitária” in *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia (aceite para publicação).
- Soares, Daniela (2006) *Os Doentes de Machado-Joseph dos Açores. Diferentes Realidades Sociais da Mesma Doença*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Soares, Daniela Medeiros e Serpa, Sandro (2007) *A vivência da Doença de Machado-Joseph. Processos de socialização e de educação na gestão da identidade social*, Lisboa: Instituto Mediterrânico, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (no prelo).
- Sournia, Jean-Charles e Ruffie, Jacques (1986), *As epidemias na história do homem*. Lisboa: Edições 70.
- Sournia, Jean-Charles (1995), *História da Medicina*. Lisboa: Instituto Piaget.

37) DAVID J. SILVA, BIODADOS.DAVID@UTA.EDU DJSILVATX@YAHOO.COM

David Silva (THE UNIVERSITY OF TEXAS AT ARLINGTON), nasceu em Somerville, Massachusetts em 1964. De pais açorianos, cresceu e educou-se num ambiente quase exclusivamente americano. O seu interesse pela língua dos seus pais veio à luz durante os seus estudos de licenciatura na Harvard University, onde recebeu um A.B. em linguística em 1986. Continuou os seus estudos linguísticos a nível de pós-graduação na Cornell University, onde se dedicou e especializou em fonética e fonologia da língua coreana e doutorou-se em linguística em 1992. É diretor do departamento de “Linguistics and TESOL” na Universidade de Texas em Arlington (localizada entre Dallas e Fort Worth). Os seus estudos de investigação científica têm sido publicados em várias revistas académicas, tais como *Korean Linguistics*, *Korean Studies*, *Language Variation and Change* e *Phonology*. Dedicar-se à pesquisa fonética e sociolinguística coreana, mas de vez em quando, visita o seu interesse pelo dialeto do seu pai, o da ilha de São Miguel.

TRAÇOS FONÉTICOS SOBREVIVENTES NO FALAR MICAELENSE DE ALGUNS IMIGRANTES AÇORIANOS EM GREATER BOSTON

0 INTRODUÇÃO

Entre os vários dialetos do português, a variedade falada na ilha de São Miguel exhibe traços fonéticos que não se encontram noutras partes do mundo lusófono. As características mais emblemáticas deste dialeto são, sem dúvida, as vogais anteriores arredondadas [ü] e [ö], acentuadas, que correspondem a *u* e *oi/ou* (respetivamente) no português padrão. A vogal micaelense [ö] aparece também no contexto de [o] seguida pela fricativa palatal *j*.

(1)	<u><i>u</i>-escrita = [ü]</u>		<u><i>oi-, ou-, oj</i>-escritas = [ö]</u>
	[‘üvâ]	<i>uva</i>	[öt]
	[‘frütâ]	<i>fruta</i>	[nöt]
	[krüş]	<i>cruz</i>	[pök]
	[â’zü]	<i>azul</i>	[öž]
			<i>oito</i>
			<i>noite</i>
			<i>pouco</i>
			<i>hoje</i>

Há também diferenças sistemáticas na pronúncia das vogais tónicas, que são reflexos de umas “modificações em cadeia” (Martinet 1955).

Por exemplo, a palavra *dedo* pronuncia-se como [déd(u)], *perna* como [pærnă], *avó* como [avô], *avô* como [avú], etc.

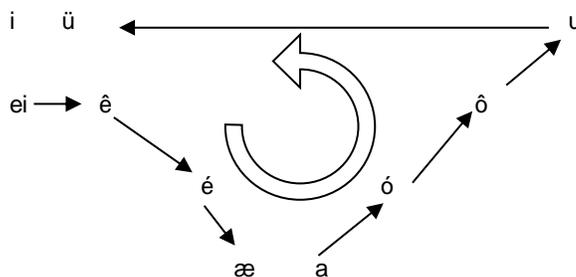
(2)	Correspondência Fonética	Pronúncia padrão	Pronúncia micalense	Forma ortográfica
	PP [i] ~ PM [i]	['ditu]	[dit]	<i>dito</i>
	PP [ej] ~ PM [ê]	['lejti] ~ ['lăjti]	[le:t]	<i>leite</i>
	PP [ê] ~ PM [é]	['dêdu]	[déd]	<i>dedo</i>
	PP [é] ~ PM [æ]	['pérnă]	['pærnă]	<i>perna</i>
	PP [a] ~ PM [ɑ:]	['patu]	[pɑ:t]	<i>pato</i>
	PP [ó] ~ PM [ô]	[ă'vó]	[ă'vô]	<i>avó</i>
	PP [o] ~ PM [u]	[ă'vô]	[ă'vu]	<i>avô</i>
	PP [u] ~ PM [ü]	['tudu]	[tüd]	<i>tudo</i>

Estas características micalenses estão bem atestadas no falar da ilha (viz. Rogers 1940, 1948; Silva 1986, 2005; Blayer 1992; Bernardo 2003).

Com certeza, a investigação mais detalhada é aquela de Bernardo (2003), em que se encontram descrições acústicas refinadas, lugar por lugar por toda parte da ilha. (Os factos apresentados aqui nesta obra representam e foram mais ou menos generalizados para facilitar a exposição.)

Foi Rogers que notou que estas correspondências vocálicas entre a língua padrão e o falar micalense resultaram dumas modificações em cadeia ("chain shift"):

(3) As Modificações em Cadeia (viz. Rogers 1940, 1948; Martinet 1952)



Estas modificações, ao lado de vários processos de monotongação – *eu*> [e], *pai*> [pa:], *chapéu*> [šă'pé:], *foi*> [fö], e *couve*> [köv] – dão à pronúncia da ilha o seu perfil original na lusofonia. No fim da sua obra sobre a fonética deste dialeto, Bernardo escreve o seguinte: "... a frequência e a sistematização de emprego das vogais [ü], [ö] e até mesmo [ɑ], ainda que esta última seja evitada nos meios citadinos, não encontram paralelo no universo da Lusofonia, constituindo marcas indeléveis de um modo de falar muito típico da ilha de São Miguel " (p. 115).

Embora estes traços fonéticos estejam atestados no falar contemporâneo da ilha, persistem na pronúncia dos emigrantes açorianos nos Estados Unidos? A pergunta merece a nossa atenção, se considerarmos as forças sociolinguísticas com que os micalenses se deparam dentro da comunidade luso-americana, em relação aos falantes naturais de outras partes do mundo lusófono onde o sistema vocálico se conforma mais ao português «normal». Vamos descobrir que alguns micalenses que se integram na comunidade lusófona deixam ao lado umas manifestações típicas do dialeto e, com efeito, adotar uma pronúncia similar à língua padrão. Outros locutores, que participam na comunidade lusófona mas a um nível menos intenso, preservam os traços estereotípicos – a [ü], a [ö], e a [æ] (em lugar da é) – mas não manifestam todos resultados das modificações em cadeia. Finalmente, locutores que não têm ligações além da subcomunidade micalense preservam a maioria das

caraterísticas do dialeto; estes, que são uma minoria, manifestam um sistema bem tradicional e conservativo – e, pode-se dizer – estereotípico e estigmatizado.

1. VOGAIS ORAIS ACENTUADAS NA LÍNGUA PADRÃO

Antes de considerar os fatos do sistema vocálico micaelense (na ilha e na América), repassamos um pouco as caraterísticas básicas do vocalismo da língua padrão. É bem conhecido que na língua padrão há sete vogais orais acentuadas: *i, ê, é, a, ó, ô, e u*.³³⁴ Martins (1988) informa-nos que cada vogal ocupa uma área acústica distinta; os valores de frequência dos primeiro e segundo formantes não manifestam nenhuma parte sobreposta no espaço acústica.³³⁵

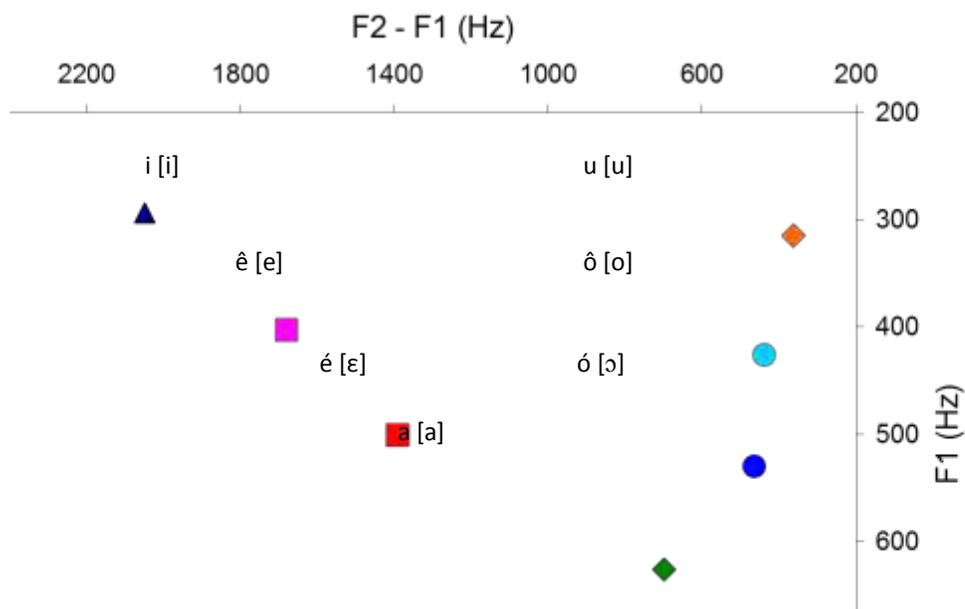


Figura No. 1: As vogais acentuadas do português padrão, 9 falantes (Martins 1988)

Duma perspectiva tipológica, este sistema não manifesta nada estranho; a maioria das línguas no mundo contém cinco ou sete vogais orais num sistema mais ou menos simétrico e paralelo, como se apresenta no português.

2. VOGAIS ORAIS ACENTUADAS NO FALAR MICAELENSE

As observações auditivas de Rogers e Blayer sobre o vocalismo do falar micaelense foram confirmados pelas investigações acústicas. Por exemplo, Silva (2006) apresenta o seguinte para ilustrar as posições relativas das vogais orais acentuadas no falar duma mulher, Senhora T, residente da Vila do Nordeste. Os sinais grandes representam os valores médios de cada vogal; os pequenos representam as posições vocálicas na língua padrão. As flechas enfatizam os resultados das modificações em cadeia, um processo diacrónico.

334 Não nos preocupamos com o estado da vogal *â* por ser marginalizada na fonologia das vogais tónicas na língua.

335 Por convenção, nos quadros acústicos aparecem os valores de frequência do primeiro formante (F1) no eixo-y e a diferença entre os valores de frequência do segundo formante e o primeiro (F2-F1) no eixo-x. Estes valores representam a abertura e recuo das vogais (respetivamente) na boca do falante.

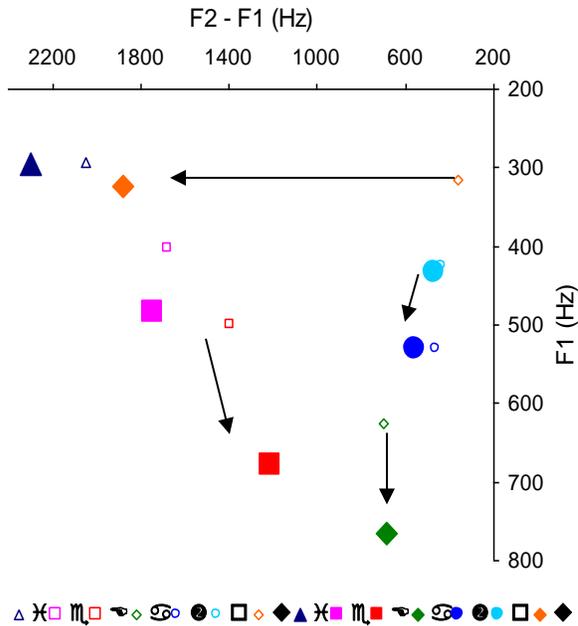


Figura No. 2: O espaço vocálico da Sra. T, natural e residente do Nordeste.

No falar desta locutora, as vogais avançadas pronunciam-se mais abaixo (*ê* > [é] e *é* > [æ]); é assim mesma a posição da vogal baixa, *a*. As vogais médias, recuadas e arredondadas (*ó* e *ô*) estão situadas quase na mesma posição em que se localizam os correspondentes no português normal. A vogal *i* está um pouco avançada e a *u* fica bem longe da sua origem na faixa alta e recuada, mas é bem arredondada.

Na Figura No. 3 vê-se o espaço vocálico doutra residente do Nordeste, Senhor F. Aqui encontra-se uma melhor evidência do movimento em (3), indicada pelas flechas.

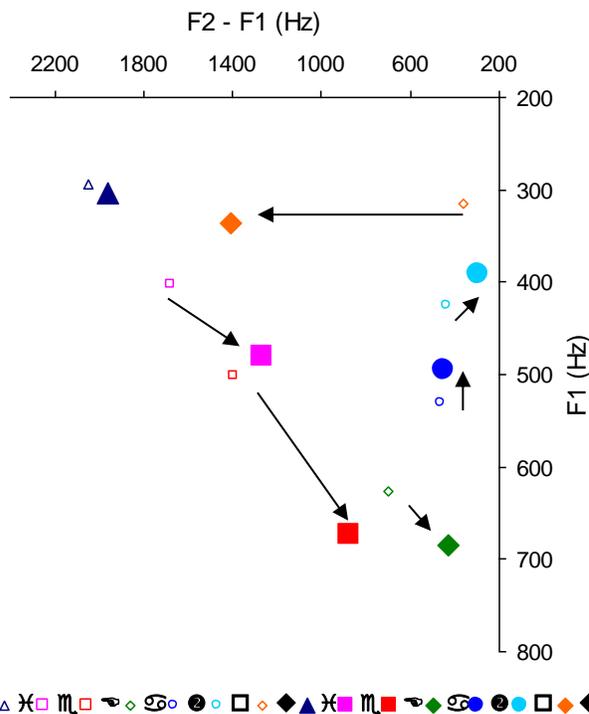


Figura No. 3: O espaço vocálico da Sr.ª F, natural e residente do Nordeste.

É claro que os espaços vocálicos destes dois falantes não se conformam à situação que nos apresentou Rogers – o movimento “contra o sentido horário”. Mas como escreve Bernardo, “Colheram-se interessantes registos que dão testemunho da consciência, que os locutores demonstram ter, da existência de variação no português falado na ilha” (p. 113). Em breve, a variação fonética é normal. Mas a variação individual não deve obscurecer a presença de características emblemáticas do dialeto, que se patenteiam nas figuras acima.

3. O FALAR MICAELENSE NA AMÉRICA

Então, quando os micalenses deixam o seu lugar natal para emigrar aos Estados Unidos, que se passa com o desempenho fonético? Mantêm-se as características da ilha ou adotam-se outras pronúncias? Depende da pessoa, com certeza, mas creio que há generalizações para notar.

Nesta apresentação, vamos considerar as produções orais de quatro falantes: uma mulher velhinha e os três filhos dela. A mãe (“MB”) tinha uns 70 anos; nasceu nos Estados Unidos, mas foi para o Nordeste quando tinha dois anos. Cresceu na vila do Nordeste, onde se casou com um homem natural da Ribeira Grande. Deu à luz três filhos em São Miguel entre 1943 e 1946. Em 1949, a família emigrou para os Estados Unidos e moram em Cambridge e Somerville. Em 1956, nasceu o último filho. Os três filhos que foram entrevistados são o mais velho (“L”), o segundo (“J”), e o mais jovem (“S”).

A recolha dos materiais que servem de base a este trabalho foi feita no verão de 1997, nos arredores da cidade de Boston, onde moram muitos imigrantes açorianos (em particular, nas cidades de Somerville e Cambridge). Apresentei a cada falante uma série de fotos de coisas comuns: um rádio, umas uvas, uma tesoura, uns sapatos, uma bola, etc. As entrevistas foram gravados numa fita de audiocassete e depois convertidas a uma forma digital num computador portátil. Os ficheiros acústicos foram analisados com o programa “Praat” (da Universidade de Leiden), em que afirmei os valores de dois pontos críticos de cada vogal: o valor do primeiro formante (F1— a abertura) e o valor do segundo formante (F2—o recuo).

3.1. ESPAÇO VOCÁLICO DE MB (MULHER, ~75 ANOS).

O espaço vocálico da mãe, MB, apresenta-se na Figura No. 4. Nesta figura veem-se várias características típicas da ilha: a anteriorização da vogal alta *u* (até [ü]), a anteriorização do ditongo ortográfico *ou* (> [ö]), o movimento em cadeia das vogais anteriores para abaixo, e o abaixamento do vogal baixo *a*, mas sem recuo significativo. As vogais *ó* e *ô* ficam mais ou menos na região em que se situam estes segmentos na língua padrão, sem movimento. Este espaço é parecido com o da Sra. T.

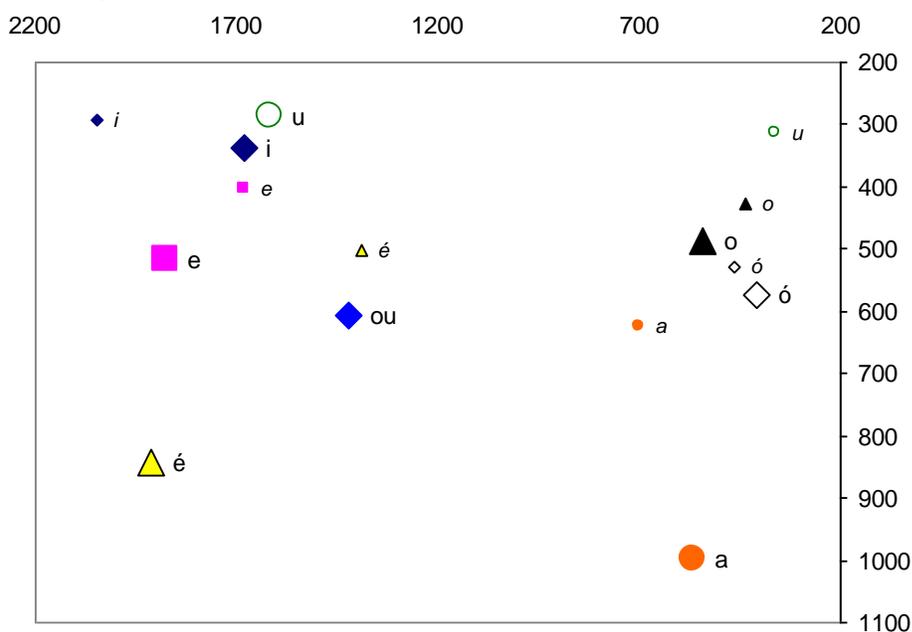


Figura No. 4: O espaço vocálico da Sra. MB.

Os pequenos sinais representam os valores dos vogais na língua padrão (de Martins 1988)

3.2. ESPAÇO VOCÁLICO DE L (FILHO MAIS VELHO, ~55 ANOS).

O espaço vocálico do Sr. L é diferente daquele da mãe. Na Figura No. 5 podemos ver as modificações em cadeia das vogais anteriores *ê* e *é*, mas não há movimento significativo da vogal baixa, *a*. Vemos também que o ditongo ortográfico *ou* apresenta-se como um monotongo centralizado (e não bem como o anterior), e que as duas vogais médias recuadas *ô* e *ó* ocupam quase o mesmo espaço, numa amalgamação dos dois (um “vowel merger”). Finalmente, e mais importante, a vogal ortográfica *u* fica na sua posição normal, na esquina alta e recuada. Não há [ü], uma das características mais fortes do dialeto.

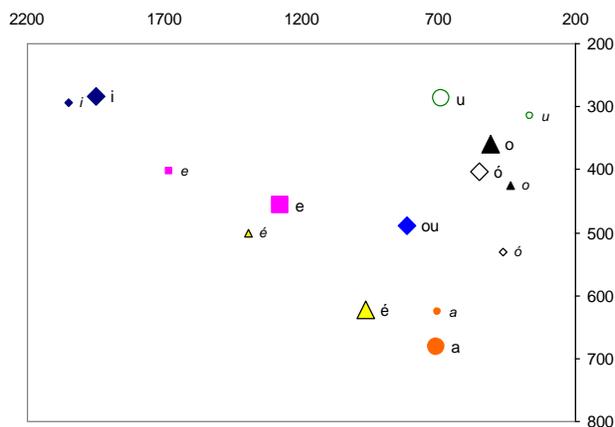


Figura No. 5: O espaço vocálico de L.

3.3. ESPAÇO VOCÁLICO DE J (FILHO SEGUNDO, 53 ANOS).

O espaço vocálico de J é mais uma vez diferente. Na Figura No. 6, vemos que a vogal *i* se aproxima a *ê*, que fica (mais ou menos) no espaço normal. A vogal *é* fica bem longe da *ê*, numa posição bem perto da *a*, que é recuada. Enquanto as *ô* e *ó* ficam em posições normais, a *u* fica ao lado da *i*, e o ditongo *ou* manifesta-se como vogal central, mas mais anterior do que se apresenta no espaço de locutor L.

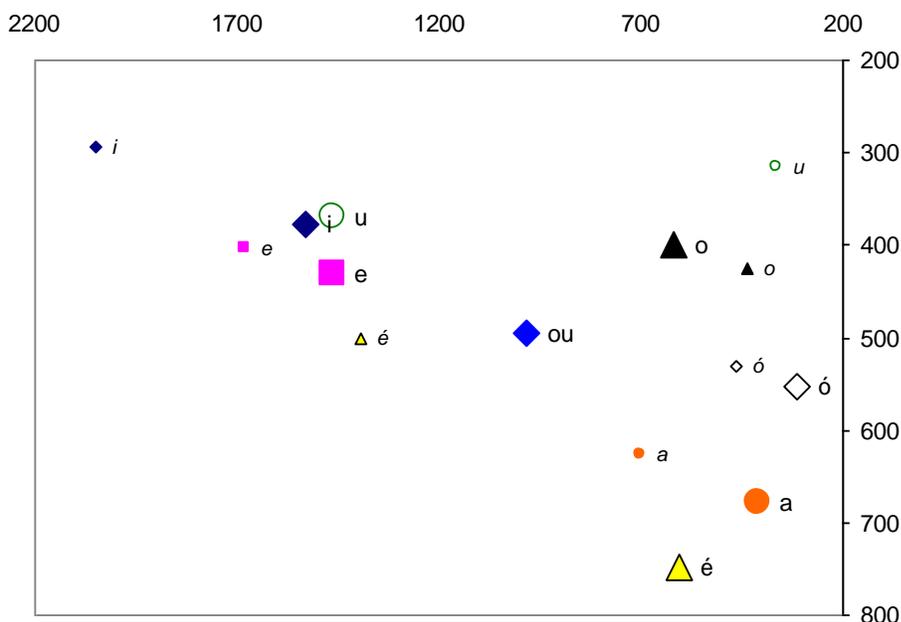


Figura No. 6: O espaço vocálico de J.

3.4. ESPAÇO VOCÁLICO DE S (FILHO MAIS JOVEM, 42 ANOS).

O espaço vocálico de S merece atenção especial porque representa melhor o padrão mais “típica” (ou, talvez, “estereotípica”) da ilha. Nem a *i* nem a *ê* participante na modificação em cadeia, mas as outras vogais, sim. A vogal *é* fica bem abaixo; a *a* está recuada; a *ó* e a *ô* estão levadas às posições de *ô* e *u*, respetivamente, e a *u* manifesta-se como [ü]. O ditongo *ou* é um monotongo central.

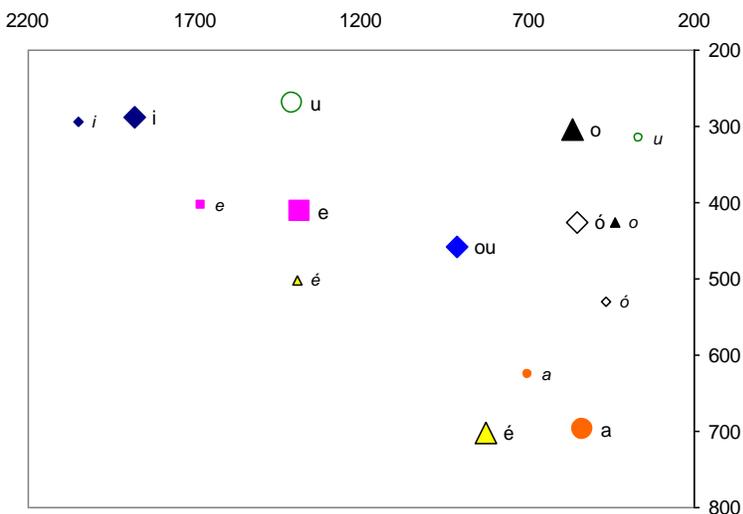


Figura No. 7: O espaço vocálico de S.

4. ANÁLISE

Aqui apresentamos uma análise fonética de quatro emigrantes da vila do Nordeste (agora residentes na região de Boston), os quais patenteiam sistemas vocálicos distintos. Cada falante conserva algumas das características típicas da ilha, mas os padrões específicos são diferentes. Julgo que o Sr. L manifesta o sistema mais parecido com a língua padrão; vemos que as sete vogais principais ocupam áreas distintas e em posições relativamente parecidas com as do sistema padrão. A exceção é a posição relativa de *ô* e *ó*, que se aproximam. Há monotongação e anteriorização do *ou*, mas não há a [ü] característica dos micalenses. Por outro lado, o espaço do filho mais jovem, P, é mais típico da ilha. Entre esses dois pontos e as extremidades ficam os sistemas da mãe e do filho J; esses casos representam uma acomodação do sistema insular ao sistema essencialmente padrão que predomina na comunidade luso-americana.

Como se explica essa diferenças entre os quatro falantes, que são membros da mesma família? Creio que é importante considerarmos factos sociológicos, incluindo as relações entre as comunidades e subcomunidades linguísticas.

É importante reconhecermos que na comunidade lusófona açoriana, o falar micalense é individual e, desafortunadamente, estigmatizado por muitos. No contexto insular (que quer dizer aqui, na ilha), o estigma perde o seu poder na presença dos esforços da rede social (“social networking”) que apoia o uso regular e a avaliação positiva do dialeto local. Porém no contexto imigrante, quando os micalenses chegam a viver lado a lado com lusofalantes de dialetos mais parecidos com a língua padrão, encontram pressões novas a conformam-se a pronúncia na direção da língua padrão.

Consideramos a situação social do falante L. Vive principalmente na comunidade anglófona, mas têm entrelaços importantes na comunidade açoriana. O esforço linguístico mais forte na vida dele é, com certeza, a língua da esposa e a família dela, naturais da ilha do Faial, que moravam no mesmo edifício durante os primeiros cinco anos do casamento. Anos depois, a sogra morava com a família de L.

Dia a dia, L encontrou o falar faialense, que é na maior parte fonologicamente equivalente à norma padrão portuguesa. Por outras palavras, L entrou numa relação de alta densidade (“high density relationship”, Milroy 1987) com a comunidade lusófona: as interações com falantes de dialetos normais portugueses são quotidianas e relativamente significativas. Por isso, vemos que L modificou os seus padrões fonéticos.

Noutra extremidade encontramos S, que fala uma variedade típica. Mesmo que fale o dialeto micalense como língua primeira, não tem ligações significativas na comunidade lusófona: está quase completamente integrado exclusivamente no mundo anglófono.

O seu único contacto com a língua portuguesa vem das interações com os pais, avós, e tios – todos naturais do São Miguel. (Com os irmãos e os primos fala inglês tão-só.) S entrou numa relação de baixa densidade com a comunidade lusófona: as interações com falantes de outros dialetos portugueses são raras e relativamente insignificantes. Sem ligações regulares com lusofalantes (de qualquer dialeto), S nunca recebeu o “input” necessário para estabelecer nem a competência linguística nem as atitudes da comunidade mais larga.

Ao contrário, os falantes MB e J têm ligações na comunidade lusófona, as mais significativas daqueles são com outros micalenses. Por isso, a pronúncia deles manifesta uma resposta comprometida às forças linguísticas e sociais da norma padrão portuguesa, sem deixar de lado os indicadores (o que William Labov chama “indicators”) principais do dialeto.

Eles não entram em contacto com a língua padrão tão frequentemente quanto o locutor L. Portanto, por causa destas relações de média densidade, não padecem das mesmas pressões sociolinguísticas para abandonar esses indicadores fonéticos; no mesmo tempo, dão-se conta das diferenças entre o falar micalense e a pronúncia padrão e, por consequência, modificam o comportamento linguístico até às normas da comunidade.

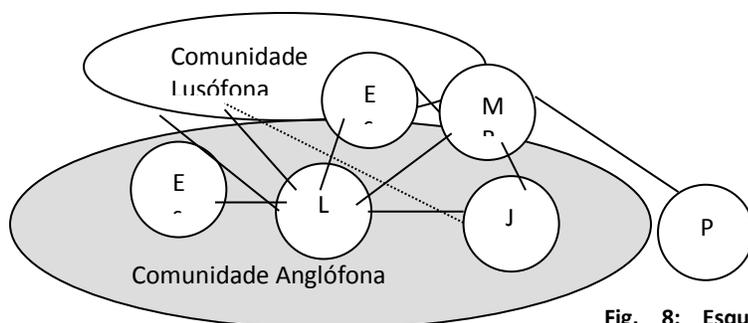


Fig. 8: Esquema das relações sociolinguísticas entre os

participantes.

(“Esp” = “esposo/a”)

5. CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou uma descrição e análise das manifestações fonéticas de quatro membros da comunidade micalense na área de Boston. Como vimos, as pronúncias atestadas no falar contemporâneo da ilha persistem na pronúncia dos emigrantes açorianos nos Estados Unidos. Porém, esses locutores patenteiam sistemas vocálicos distintos.

O falante menos ligado à comunidade lusófona conserva a maioria das características típicas da ilha, por não ter interações de alta densidade com falantes de outras partes do mundo lusófono.

Ao contrário, o locutor com ligações íntimas e diárias com falantes de dialetos não-micalenses manifesta um espaço vocálico mais ou menos correspondente à da língua padrão de Portugal.

A variabilidade interpessoal deteta-se numa tensão entre as ações articulatórias que são emblemáticas da identidade micaelense (como a [ü] em lugar da [u]) e as que manifestam uma resposta comprometida às forças linguísticas e sociais da norma padrão portuguesa.

David J. Silva, Department of Linguistics and TESOL, The University of Texas at Arlington, UTA Box 19559 – Hammond Hall 403, Arlington, TX 76019-0559 USA david@uta.edu / <http://ling.uta.edu/~david>

6. OBRAS CITADAS

Bell, R. T. *Sociolinguistics*. London: B. T. Batsford, 1983.

Blayer, Irene Maria Ferreira. "Aspects of the Vocalic System in the Speech of the Azores Islands." Diss. U of Toronto, 1992.

Chambers, J. K. *Sociolinguistic Theory*. Oxford: Blackwell, 1995.

Gonçalves Vianna, Aniceto dos Reis. "Notas sobre a fonética dialetal de Ponta Delgada." *Revista Lusitana* I (1887-89): 223-26.

Labov, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: U of Pennsylvania Press, 1972.

Leite de Vasconcellos, José. "Dialectos Açorianos (contribuições para o estudo da Dialetologia Portuguesa." *Revista Lusitana* II (1890-92): 289-307.

Martinet, André. "Function, Structure, and Sound Change." 1952. *Readings in Historical Phonology: Chapters in the Theory of Sound Change*. Eds. Philip Baldi and Ronald N. Werth. University Park: Pennsylvania State UP, 1978. 121-59.

Martins, Maria Raquel Delgado. *Ouvir Falar*, 3ª edição. Lisboa: Caminho, 1988.

Milroy, Lesley. *Language and Social Networks*, 2nd edition. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

Rogers, Francis M. "The Production of the Madeira and Azores Dialects as Compared with Standard Portuguese." Diss. Harvard U., 1940.

---. "Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores." *Hispanic Review* XVI.1 (1948): 1-32.

Silva, David James. "New Perspectives on the Portuguese Vowel Shift." Undergraduate Thesis, Harvard U., 1986.

---. "Vowel Shifting as a Marker of Social Identity in the Portuguese Dialect of Nordeste, São Miguel (Azores)." *Luso-Brazilian Review* 42.1 (2005): 1-27.

38) JOSÉ CARLOS TEIXEIRA CARLOS.TEIXEIRA@UBC.CA

TEIXEIRA, José Carlos, Assistant Professor, Department of Geography, University of British Columbia Okanagan, Ph.D. Geography, York University, 1993 (Thesis title: *The Role of "Ethnic" Sources of Information in the Relocation Decision - Making Process: A Case Study of the Portuguese In Mississauga*).

M.Sc. Geography, Université du Québec à Montréal, 1986 (Thesis title: *La Mobilité Résidentielle Intra-Urbaine des Portugais de Première Génération à Montréal, Université du Québec à Montréal*).

B.Sc. Geography, Université du Québec à Montréal, 1983.

PUBLICATIONS JOURNALS

(2006). "Housing Experiences of Black Africans in Toronto's Rental Housing Market: A Case Study of Angolan and Mozambican Immigrants", *Canadian Ethnic Studies*, XXXVIII (3): 1-29. [In Print]

(2006). "A Comparative Study of Portuguese Homebuyers' Suburbanization in the Toronto and Montreal Areas", *Espaces-Populations-Sociétés*, 1: 121-135 [Special Issue – "Diasporas and Metropolis", edited by Yves Boquet].

"Residential Experiences and the Culture of Suburbanization – A Case Study of Portuguese Homebuyers in Mississauga", *Housing Studies* (Accepted, December 2006).

. "Ethnic Entrepreneurship and Institutional Discrimination in Toronto: Policy Implications and Recommendations", *Environment and Planning C* (Accepted, November, 2005). [In Print].

(2004/2005). "Future Research Directions of North American Ethnic Geography". *International Journal of the Humanities*, 2 (1): 305-311.

(2004). 'Second Generation' Cultural Retention and Ethnic Identity: Young Portuguese and Portuguese-descendants in Canada", *Portuguese Studies Review*, 11(2): 1-23.

(2003). "Polish and Somali Entrepreneurship and the Building of Ethnic Economies in Toronto", *Espaces, Populations, Sociétés/Space, Populations, Societies*, 1: 167-181.

- (2001-2002). "The Portuguese Presence in Canada: An Overview of Five Decades", *Gávea-Brown*, XXII-XXIII: 5-28.
- (2001). "Community Resources and Opportunities in Ethnic Economies: A Case Study of Portuguese and Black Entrepreneurs in Toronto", *Urban Studies*, 38(11): 2055-2078.
- (2001). "Building an Ethnic Economy in Toronto, Canada", *Scripta Nova* (Journal – 'Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales'/Geography and Social Sciences – University of Barcelona), August 2001, (<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-77e.htm>).
- (1999). "The Portuguese Communities of Montreal and Toronto: A Comparative Analysis", *Gávea-Brown* (Journal of Portuguese Studies/Brown University), XIX-XX (January-December): 215-228.
- (1998). "Cultural Resources and Ethnic Entrepreneurship: A Case Study of the Portuguese Real Estate Industry in Toronto", *The Canadian Geographer*, 41(3): 267-281.
- (1998). "If Quebec Goes...: The 'Exodus' Impact?", *The Professional Geographer*, 50(4): 481-498.
- (1997). "The Role of Ethnic Real Estate Agents in the Residential Relocation Process: A Case Study of Portuguese Homebuyers in Suburban Toronto", *Urban Geography*, 18(6): 497-520.
- (1997). "The Suburbanization of Portuguese Canadians in Toronto", *The Great Lakes Geographer*, 4(1): 25-39.
- (1996). "O Multiculturalismo Canadano e o Futuro dos Açorianos no Quebeque" [The Canadian Multiculturalism and the Future of the Portuguese Azoreans in Quebec], *Arquipélago – Ciências Sociais* (Journal 'Arquipélago' Social Sciences/University of Azores), 9-10: 217-237.
- (1995). "Ethnicity, Housing Search, and the Role of the Real Estate Agent: A Study of Portuguese and Non-Portuguese Real Estate Agents in Toronto", *The Professional Geographer*, 47(2): 176-183.
- (1995). "The Portuguese in Toronto - A Community on the Move", *Portuguese Studies Review*, 4 (1): 57-75.
- (1995). "Portugueses do Québeque e Multiculturalismo Canadense" [The Portuguese of Quebec and the Canadian Multiculturalism], *Canadart* (Journal of the Canadian Studies – University of Bahia, Salvador, Brazil), 3 (January-December): 15-39.

A SUBURBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS EM TORONTO E MONTREAL: DO ISOLAMENTO À INTEGRAÇÃO RESIDENCIAL? (1)

1. SINOPSE / INTRODUÇÃO

Toronto e Montreal, duas das maiores cidades de entrada para imigrantes no Canadá, têm passado por uma significativa transformação nas últimas décadas, tanto na sua paisagem física quanto em seus aspetos sociais e culturais. Na verdade, desde o começo da década de 1950, tanto Toronto quanto, ainda que em menor escala, Montreal e seus subúrbios tornaram-se extraordinariamente variados em seus aspetos culturais e raciais. Segundo o censo de 2001, um pouco mais de que 2 milhões dos habitantes de Toronto (44%) nasceram fora do Canadá, enquanto em Montreal cerca de 622.000 habitantes (18%) nasceram fora do Canadá (Justus, 2004). Além disso, a internacionalização da imigração no Canadá desde os anos '60, com a mudança dos países de origem da Europa para a Ásia, África, América Latina, Caribe e Oriente Médio trouxeram uma mudança dramática ao mosaico etno-cultural de Toronto e Montreal.

Entre os estudiosos canadenses houve um aumento na consciencialização da importância que certos grupos de imigrantes dão à casa própria, bem como os altos níveis de mobilidade residencial e de suburbanização entre eles e a tendência exibida por certos grupos a formarem agrupamentos étnicos. (Qadeer, 2004; Hiebert, 2000). Nesse contexto da presença de imigrantes em nossas maiores áreas urbanas, o processo de decisão de deslocamento, inclusive a mudança para os subúrbios, é considerado complexo e multidimensional, inserido que é em mercados habitacionais heterogêneos. (Clark e Dieleman, 1996; Teixeira e Murdie, 1997).

Esse estudo põe em foco portugueses que estabeleceram grupos de imigrantes em Toronto e Montreal desde o começo dos anos '50. Esse grupo apresenta altos índices de propriedade das casas em que moram bem como uma alta tendência à suburbanização. O grupo português também é notável por seu alto grau de segregação dentro dos limites das cidades de Toronto e Montreal, assim como sua propensão incomum a re-segregar os subúrbios (ex., Mississauga, um subúrbio a oeste de Toronto, e Laval, ao norte de Montreal). O objetivo deste estudo é comparar o processo de recolocação e suburbanização dos proprietários de casa nas áreas de Toronto e

Montreal. Atenção será dada aos seus padrões de colonização e escolha de imóveis, bem como às estratégias empregadas na busca de novas residências.

Este estudo longitudinal baseia-se nos dados obtidos originalmente em questionários levantados em 1984 entre os residentes portugueses da Cidade de Montreal e em 1990 entre residentes de Toronto que mudaram-se para Mississauga, um subúrbio a oeste de Toronto. Um total de 36 proprietários de casa portugueses em Montreal e 110 em Mississauga participaram do estudo. Os dados foram coletados no contexto das teses de mestrado e de Ph. D. em geografia do autor. Maiores detalhes quanto ao critério de seleção da amostra da população constam em Teixeira (1986, 1993, pp. 54-56 e pp. 97-112). Em 2003 concebeu-se um plano para re-entrevistar os portugueses proprietários de casas em ambas cidades: Mississauga no verão de 2003 e Montreal no outono de 2003. 146 cartas (110 em Mississauga e 36 em Montreal) foram enviadas pelo correio aos participantes potenciais explicando os objetivos do estudo. Após a eliminação de alguns participantes potenciais devido a diferentes motivos (ex., o número não constava no catálogo telefónico; mudaram-se/não se encontrou o novo endereço), a amostra final contou com 61 participantes em Mississauga e 30 em Montreal. Desses, trinta e nove (39) em Mississauga e vinte e seis (26) em Montreal participaram da enquete telefónica (Quadros 1 e 2), sendo que todas as entrevistas foram feitas em português. Os participantes portugueses formam um grupo cultural homogêneo – sendo que a primeira geração nasceu em Portugal – e podem ser definidos como sendo principalmente de classe operária (“*blue collar*”). Os dados adicionais deste estudo foram obtidos através de entrevistas informais com “pessoas chave” das comunidades portuguesas nas áreas de Toronto e Montreal.

2. OS PORTUGUESES EM TORONTO E MONTREAL

Se por um lado os primeiros contactos dos portugueses com o Canadá ocorreram há cerca de cinco séculos, quando os navegadores portugueses traçaram os primeiros mapas do litoral atlântico do País, a imigração portuguesa, por outro, são bastante recentes, tendo começado no início dos anos '50. A primeira onda de imigração portuguesa (quase que só homens) chegou ao Canadá para atender à demanda de trabalhadores para a agricultura e construção. Contudo, o objetivo principal desses homens era de reconstituir suas famílias no Canadá. Assim foi que, desde a década de 1960 até o início dos anos '80, os programas de patrocínio e reunificação de famílias foram os principais responsáveis pelo processo “migração encadeada” que representou a maior parte da imigração portuguesa no Canadá. Contudo, nessa última década houve um declínio gradual da imigração provinda de Portugal devido a mudanças na política de imigração do Canadá bem como à adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Apesar da maioria dos imigrantes portugueses no Canadá virem de zonas rurais (especialmente dos Açores), ao chegar aqui no Canadá eles se destinaram principalmente às áreas urbanas. Dentro deste contexto, Toronto e Montreal destacaram-se marcadamente como os dois principais “portos de entrada” para os imigrantes portugueses em solo canadiano.

2.1 PRIMEIRA COLONIZAÇÃO: BAIRROS DE “KENSINGTON” E “ST. LOUIS”

As comunidades portuguesas em Toronto e Montreal só vieram a existir no fim dos anos '50. As primeiras experiências residenciais dos pioneiros portugueses ocorreram principalmente em áreas já bem conhecidas como “áreas de recepção de imigrantes” em Toronto (ex. Kensington Market) e em Montreal (ex. St. Louis) (Quadros 3 e 4). Esses dois bairros, cultural e etnicamente diferenciados, estão localizados nos arredores dos distritos comerciais centrais (“Central Business Districts” ou CBD’s) de suas respectivas cidades, sendo já naquela época renomados por seu acolhimento de novos imigrantes (2). Além disso, fatores tais como sua localização (próxima de empregos na indústria e na construção) e acesso a transportes públicos representaram importantes forças de atração que impeliram os imigrantes até esses bairros. Também a existência, já nos anos 50 e 60, de alojamento a preço acessível nesses dois bairros operários, tanto para comprar quanto para alugar, tornava-os atraentes a novos imigrantes, recém-chegados à cidade e sem grandes recursos financeiros.

Foi nesses dois bairros - Kensington e St. Louis – que foram lançadas as sementes da comunidade portuguesa de ambas as cidades, onde viriam a estabelecer raízes. Ao fim da década de 1950 já surgiam neles as primeiras iniciativas empresariais portuguesas, e o número de imigrantes que compraram casa própria pelas suas redondezas cresceu rapidamente. Em Toronto, por volta do meio dos anos 60, os portugueses já haviam transformado Kensington, até então conhecido como o “mercado judeu”, em “mercado português”. Em Montreal,

o centro do bairro de St. Louis também passava por semelhantes transformações onde, pouco a pouco, a presença portuguesa trazia uma nova “vitalidade” e “colorido” àquela parte da cidade de Montreal. Em ambos esses bairros os portugueses davam seu próprio cunho cultural à paisagem com seus negócios, casas e instituições pintadas em cores que demarcavam seu estilo, bem à portuguesa. Outro importante marco da presença portuguesa nessas áreas eram as estátuas e figuras devocionais dos santos populares em Portugal, apresentados com destaque nos pequenos jardins, à frente de suas novas casas. Foi dessa forma, em ambas cidades, que os portugueses conseguiram reconstituir a atmosfera rural de seu “lar” europeu! Além disso, as melhorias feitas às casas através de reformas e inovações contribuíram em grande parte para a recuperação das áreas desses dois bairros que haviam caído no abandono.

2.2 AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: “LITTLE PORTUGAL”/“PETIT PORTUGAL”

Durante os anos 60 surgiram certas mudanças importantes nos padrões de colonização, bem como na localização das áreas residenciais dos portugueses nas cidades de Toronto e Montreal. Em Toronto, deu-se um deslocamento que partia da área Kensington e seguia em direção ao sudoeste da cidade (ao longo das ruas College e Dundas), ao passo que em Montreal a comunidade estendeu-se em direção ao norte até à Avenida Mont-Royal (quadros 3 e 4). Durante a década de 1960 a maioria dos portugueses em Toronto e Montreal eram “patrocinados” por um membro da família imediata ou parente mais afastado. Na verdade, amigos e parentes já estabelecidos nessas cidades exerceram um papel essencial em ajudar os novos imigrantes portugueses a se estabelecerem em seu novo ambiente. Por exemplo, amigos e parentes exerciam uma função importante ao ajudar seus patrocinados a encontrar emprego e habitação assim como na escolha do bairro em que se estabeleceriam após sua chegada (vide Teixeira 1986, 1993).

Dada a chegada e o estabelecimento de famílias inteiras através desse processo de “imigração encadeada,” e a forte dependência em articulações étnicas de contactos, a “imigração encadeada” tornou-se um fator central que resultou na formação de ruas residenciais e bairros inteiros com um sabor distintamente português (ex. “Little Portugal”/“Petit Portugal”) no centro de Toronto e, ainda que menos pronunciadamente, em Montreal. Foi nessas áreas que os portugueses construíram bairros étnicos e enclaves económicos com um alto grau de “acabamento institucional” – estabelecendo um número considerável de instituições culturais e religiosas e um amplo leque comercial para atender um mercado coétnico altamente especializado, a fornecer produtos étnicos ao grupo e provendo serviços em seu próprio idioma. Nessas duas zonas étnicas os portugueses conseguiram reproduzir grande parte das características e tradições da sociedade que haviam deixado para trás. Na verdade, a alta concentração do grupo português nessas duas áreas transformou efetivamente a paisagem etno-cultural de uma parte das cidades de Toronto e Montreal.

Uma das importantes características transplantadas de Portugal foi a preocupação em ter casa própria. Os portugueses em geral têm grande orgulho em ter seu “pedacinho de terra”. Consequentemente, tanto em Toronto quanto em Montreal a aquisição de sua própria casa recebeu alta prioridade por esse grupo de imigrantes. Graças a muito trabalho duro, muita economia e uma rigorosa dedicação à poupança, a maior parte dos portugueses, com a participação de todos em casa e de demais parentes, por ocasião da década de 1960 e princípios de 1970, já havia adquirido imóveis velhos a baixo preço, tanto em Toronto (ex., Kensington e arredores) quanto em Montreal (ex., St. Louis e Mile-End). Fontes privadas de financiamento (ex., hipotecas de segundo grau) contribuíram grandemente para facilitar as aquisições subcapitalizadas (Lavigne, 1987; Murdie e Teixeira, 2003, 2006).

A cooperação unida dos membros da comunidade portuguesa, com o fim de facilitar a aquisição de suas casas, tem sido uma das constantes que serve para definir esse grupo. Por exemplo, em muitos casos, a família ocuparia alguns cômodos do imóvel enquanto arrendava os demais para outros compatriotas, com o fim de receber uma renda extra. Frequentemente os donos faziam extensas reformas com a ajuda de amigos e parentes. Assim foi que, com a colaboração de amigos e parentes, os imigrantes portugueses conseguiram “rejuvenescer” esses bairros operários mais antigos em Toronto (ex., a área do Kensington Market, Trinity Belwoods) e Montreal (ex., bairro St. Louis). Dado este contexto, não é de se surpreender que os resultados obtidos tanto em Toronto quanto em Montreal revelem que, para os portugueses que compram casa, ter casa, e ter casa própria são

sinónimos de segurança. Para o imigrante e sua família, a casa própria representa um símbolo de segurança no Novo Mundo (Teixeira 1986, 1996). Mais do que isso, para a primeira geração de imigrantes portugueses no Canadá, ter sua própria casa também tornou-se um instrumento útil para a mobilidade económica por fornecer capital por ocasião da revenda da casa para financiar a aquisição de uma casa maior e mais moderna nos subúrbios. Assim sendo, entre os membros do grupo português, o processo de suburbanização representa um sinal de sucesso e de mobilidade económica e social, dentro de sua experiência de imigração.

2.3 SUBURBANIZAÇÃO – EM BUSCA DO “SONHO CANADIANO”?

Durante as primeiras três décadas de colonização portuguesa em Toronto e Montreal, o grupo português demonstrou padrões espaciais distintivos que se traduziram em isolamento espacial e social do resto da sociedade. Na verdade, em ambas as cidades, os portugueses demonstraram níveis particularmente elevados de concentração habitacional. (Qadeer, 2003; Lavigne e Teixeira, 2000). Esta segregação representou uma grande barreira que dificultou que a primeira geração de imigrantes se misturasse com a sociedade prevalente em Toronto e Montreal. Grande número de fatores – tais como obstáculos de linguagem, valores culturais, estilo de vida, nível socioeconómico e um alto grau de dependência de fontes de informações “étnicas” (particulares ao grupo) na busca de habitação – contribuem para explicar a alta concentração que caracteriza o grupo português em ambas as cidades.

É contudo importante notar que as comunidades portuguesas em Toronto e Montreal têm-se expandido desde a colonização inicial. A dispersão, ainda que lenta, dos portugueses em Toronto e Montreal é um fenómeno bastante recente. Desde meados da década de '70, os padrões habitacionais do grupo vêm mudando, à medida que os portugueses têm-se dispersado residencialmente para uma área cada vez maior. Dois padrões surgiram com esse processo – primeiro, um movimento em direção ao norte (em ambas as cidades) ao longo dos tradicionais “corredores de imigrantes”; e segundo, um movimento em direção aos subúrbios, especialmente Mississauga e Laval, um processo de migração intraurbana que geralmente envolve alguma forma de re-colonização segregada (autosegregação) (Quadros 3 e 4). Contudo, quando o grupo português muda-se, ele não demonstra nenhuma evidência de abandono do apego aos “*Little Portugals*” originais de Toronto e Montreal. Os membros do grupo que hoje moram nos subúrbios frequentemente fazem suas compras e continuam a participar da vida no centro da comunidade, nas áreas centrais de Toronto e Montreal. Tendo dito isto, já existem, contudo, sinais que indicam que outras “colónias” portuguesas estão em desenvolvimento nos subúrbios de Toronto (ex., Mississauga) e Montreal (ex., Laval), contribuindo desta forma para uma nova fase no “ciclo de vida” das comunidades portuguesas no Canadá (Teixeira 2007, 2006).

3. RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS

3.1 MOBILIDADE: FATORES QUE “PUXAM” E FATORES QUE “EMPURRAM”

Os portugueses das áreas de Toronto e Montreal caracterizam-se por um alto grau de aquisição de suas próprias casas e mobilidade residencial. Dentro deste contexto, as questões centrais são: Para onde mudam-se e por quê? Para encontrar a resposta a essas questões, perguntamos aos compradores de casa portugueses os principais motivos para mudarem-se de suas casas (fatores que “empurram”), em geral nas cidades de Toronto e Montreal, para morar nos subúrbios. Os participantes de ambas as cidades indicaram que o motivo principal para se mudarem da casa velha é que desejavam morar numa casa maior/mais moderna, com um quintal atrás e um jardim à frente (48,7% em Toronto comparado com 69,2% em Montreal). O preço das casas (30,8% em Toronto comparado com 23,1% em Montreal) e a segurança/qualidade do bairro (25,6% em Toronto e 19,2% em Montreal) também figuraram importantes entre os portugueses que se mudaram em ambas as cidades. Os fatores clássicos, tais como proximidade de transportes públicos, escolas, *shoppings*, e serviços parecem ter um papel secundário. Já que a maior parte desta primeira geração de portugueses que compraram casas veio de zonas rurais de Portugal, especialmente das Ilhas dos Açores, não é de se surpreender que suas preferências culturais se manifestem num desejo comum de lotes/casas maiores e de mais “espaço verde”. Além disso, quanto ao motivo pelo qual selecionaram sua atual casa (fatores que “puxam”), os participantes portugueses enfatizaram em particular a área/bairro (61,5% em Toronto comparado com 73,1% em Montreal) e o tipo de casa (habitação para uma única família) /tamanho do lote (59,0% comparado com 76,9%).

Em geral, a grande maioria de portugueses que têm casa própria acreditava ter feito bem em mudar-se. De uma maneira geral, os participantes estavam altamente satisfeitos com sua nova residência e bairro (94,9% em Mississauga comparado com 88,5% em Montreal/subúrbios). Não é surpreendente, portanto, que quando lhes perguntamos se recomendariam a área onde moravam agora a seus amigos/parentes, todos os participantes (100%) em Mississauga, e quase todos os participantes (92,3%) em Montreal/subúrbios, responderam afirmativamente.

3.2 A BUSCA DE CASA PARA MORAR E O PAPEL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS ÉTNICOS

A busca de casa para morar nos mercados de imóveis heterogêneos e complexos das cidades canadianas e de seus subúrbios não é tarefa fácil. Na verdade, a tarefa de levantar informações pode ficar ainda mais difícil para grupos imigrantes, a incluir aqueles cujo conhecimento das línguas oficiais do país é limitado. Em sua busca de casa para morar, os participantes portugueses contaram com uma ampla variedade de fontes de informação (ex., corretores de imóveis, parentes/amigos, jornais, passeio de carro, anúncios na frente da casa). Contudo, quando pedimos que os participantes identificassem quais seriam as fontes de informação mais importantes na busca de sua casa atual, os resultados indicam a importância considerável que os portugueses atribuem às fontes “étnicas” de informação. Os participantes, tanto em Toronto quanto em Montreal, dependeram extensamente dos corretores de imóveis portugueses (46,2% comparado com 61,5%) e parentes e amigos portugueses (20,5% comparado com 23,1%). Os corretores de imóveis portugueses destacaram-se de longe como intermediários chave no processo de recolocação dos compradores de casa portugueses durante o processo de busca de sua atual residência. Este alto grau de dependência por parte da primeira geração de portugueses na compra de sua residência pode ser explicado, pelo menos em parte, em função da confiança e solidariedade étnica. Além do idioma em comum, etnia, região/ilha de origem e laços étnicos, existe um sentimento de solidariedade e cooperação entre os participantes para com as pessoas com quem compartilham valores em comum – “a nossa gente” (Teixeira e Murdie 1997).

Em geral, ambos grupos de portugueses que compraram casa demonstram a mesma preferência/orientação “cultural” para com fontes de informação “étnicas” (portuguesas). Essa preferência por corretores portugueses pode ajudar a consolidar um comércio de imóveis distintamente étnico como parte da economia étnica portuguesa em Toronto e Montreal. A principal diferença entre os dois grupos de compradores de casa está no grau em que se baseiam nas fontes de informação providas do grupo/étnicas, em vez do tipo de fonte empregado. Nesse contexto, os portugueses que compraram casa na área de Montreal dependem muito mais dos corretores de imóveis do mesmo grupo étnico do que na área de Toronto. Esses resultados são surpreendentes uma vez que a comunidade portuguesa em Montreal é bem mais limitada no número de corretores e agências com donos portugueses do que a comunidade portuguesa em Toronto. Levando em consideração o menor tamanho da comunidade, a essa altura só podemos especular que uma explicação plausível para esse comportamento (escolher um corretor português) é que há, em Montreal, um maior apego, uma maior afinidade/lealdade cultural para com corretores da mesma tradição cultural.

3.3 RESSEGREGAÇÃO SUBURBANA (AUTOSSEGREGAÇÃO): BOM OU MAU?

Já que os corretores portugueses são identificados como importantes intermediários culturais no processo de recolocação, dentro desse contexto podemos especular que sua importância, como fonte de viés espacial, e por seu impacto sobre o comportamento dos portugueses que compram casa, também seja marcante. A evidência colhida em Toronto demonstra que a re-colonização dos portugueses em Mississauga resulta, em grande parte, do sucesso de campanhas e estratégias de comercialização (marketing) por parte dos corretores portugueses (ex., casa própria é um investimento seguro e Mississauga é a cidade onde existem as casas portuguesas dos seus sonhos) (Teixeira 2002). No caso dos corretores de imóveis portugueses em Montreal, parece que esses também têm um papel muito importante na promoção da ideia de comprar casa nos subúrbios de Montreal, especialmente em Laval, onde os aspectos “rurais” de algumas áreas seriam atraentes à população imigrante, provida especialmente das áreas rurais de Portugal, em particular das Ilhas dos Açores. Desta forma, num espaço de tempo relativamente pequeno, tanto Mississauga como Laval tornaram-se as mais proeminentes áreas de recolocação dos portugueses de Toronto e Montreal. Segundo informações obtidas junto a pessoas “chave”, o número de portugueses aumentou exponencialmente nesses subúrbios – Mississauga cresceu rapidamente de

1.500, em 1971, a aproximadamente 50.000 hoje em dia. Quanto a Laval, esta cresceu de menos de mil pessoas em 1971 para 10.000-15.000 na atualidade.

Dentro desse contexto, a questão de até que ponto os corretores de imóveis portugueses contribuíram para esse êxodo de portugueses de Toronto e Montreal para Mississauga e Laval torna-se particularmente importante. A evidência em Toronto já sugere que os corretores de imóveis portugueses tiveram um papel chave nessa mudança para os subúrbios, através do uso que fizeram da média portuguesa e de sua participação ativa em eventos socioculturais portugueses e/ou serviços prestados a seus clientes fora do campo de imóveis. (Teixeira, 1995, 2002).

Contudo, a questão de até que ponto os corretores de imóveis portugueses – através de suas estratégias de comercialização e seu comportamento – ajudaram a reproduzir os padrões de colonização portuguesa nos subúrbios continua em aberto. Os corretores portugueses reconhecem a importância de seus compatriotas para o sucesso de suas empresas. Por exemplo, quando perguntamos aos participantes: “Depois de mudar-se para [a casa atual] você foi contactado por corretores de imóveis a respeito da possibilidade de vender sua residência atual?” Quase todos os participantes, em ambas as cidades, (97,4 em Mississauga comparado com 96,2% em Montreal/subúrbios) responderam afirmativamente. É especialmente importante notar que aproximadamente 58,0% (Mississauga) e 88,5% (Montreal/subúrbios) dos corretores de imóveis que os contactaram eram portugueses. A evidência indica que os corretores portugueses de Montreal parecem indagar mais regularmente em áreas portuguesas do que corretores portugueses em Toronto. Isto talvez explique em parte a maior dependência por parte dos compradores de casa portugueses em Montreal nos corretores portugueses no processo de busca e aquisição de casa.

Em geral, o grupo de portugueses em Mississauga e em Laval caracterizam-se por uma forma de ressegregação (autossegregação) suburbana que parece resultar, em parte, de sua marcante dependência de fontes “étnicas” de informação. Com a suburbanização eles não se dessegregam, pelo contrário, ressegregam-se, ou mudam-se do centro da cidade para os subúrbios, mantendo sua colonização etnicamente concentrada e compacta. Ficou claro que os participantes continuam a escolher moradas nas redondezas de núcleos preexistentes ou de núcleos de concentração portuguesa (ex., próximo de igrejas portuguesas e/ou de parentes e amigos portugueses). Estes resultados não nos surpreendem, já que os grupos portugueses tanto em Mississauga quanto em Laval são constituídos de imigrantes da primeira geração, os quais continuam a demonstrar um alto grau de identificação cultural e retenção linguística; facto esse que explica a similaridade entre os padrões de ressegregação nas duas cidades, na mesma fase do ciclo de vida dessas comunidades étnicas. O grupo também evidencia altos níveis de concentração residencial em áreas/bairros específicos da cidade (ex., em torno das igrejas portuguesas em Mississauga (duas) e em Laval (uma). Assim sendo, a mais importante explicação para a ressegregação portuguesa pode ser encontrada nas forças “culturais” que deram forma à comunidade internamente, em vez de forças estruturais “externas”, tais como forças “económicas” ou de “discriminação” no mercado habitacional. Uma das mais importantes consequências dessa ressegregação nos subúrbios é o limitado número de contactos sociais com os membros de outras comunidades étnicas estabelecidas no subúrbio de Mississauga e Laval/South River. Quanto à questão da frequência com que os portugueses interagem com pessoas de fora de sua comunidade étnica, não é de se surpreender que, ao responderem a respeito do contexto étnico de seus amigos nos seus novos bairros, menos de um terço dos participantes indicou que seus amigos eram “canadianos” (não-portugueses), tanto em Mississauga quanto em Laval/South River.

Podemos especular que a falta de contacto com amigos não-portugueses seja devida a diversos fatores culturais, inclusive à barreira do idioma e/ou à preferência cultural a viver e socializar-se em meio a pessoas das mesmas tradições étnicas. Em contraste, quando perguntamos aos participantes a respeito de seu contacto com a comunidade portuguesa em Toronto e Montreal – com o *Little Portugal* – esses grupos suburbanos indicaram que continuam a manter contacto contínuo com o “cerne” destas comunidades portuguesas, através de visitas regulares a parentes (65,5% comparado com 81,8%) e amigos (37,9% comparado com 45,5%) ou para fazer compras no fim de semana (24,1% comparado com 68,2%). Para alguns participantes, seu apego cultural a Toronto e Montreal continua bastante forte, mesmo apesar de sua suburbanização. Dentro deste contexto, tanto Mississauga como Laval/South River desempenham o papel de subúrbio dormitório para muitos dos compradores de casa portugueses, sendo que membros de ambas comunidades suburbanas continuam a dar

preferência aos comércios e organizações dos centros “institucionalmente completos” da comunidade na cidade grande. Assim é que, nesse sentido, Mississauga e Laval fazem o papel de “comunidade dormitória” para muitos participantes portugueses que ainda trabalham em Toronto e Montreal. O modesto desenvolvimento e crescimento de organizações portuguesas e de negócios em Mississauga e Montreal nas duas últimas décadas – exceto três novas igrejas que foram construídas – talvez sejam indicativos do efeito da pouca distância entre as comunidades em Mississauga ou Laval e o *Little Portugal/Petit Portugal* nos centros urbanos de Toronto e Montreal respetivamente.

4. CONCLUSÃO

O principal objetivo deste estudo longitudinal foi de comparar o processo de realocização e suburbanização de portugueses que compraram casas na área de Toronto e Montreal. O grupo português é relativamente novo no Canadá. Contudo, em pouco tempo conseguiram estabelecer em Toronto, e em menor grau em Montreal, bairros étnicos de considerável porte e marcar sua presença comercial por meio de “enclaves” (*“Little Portugal”/“Petit Portugal”*) com um complemento institucional bastante completo, um alto grau de “acabamento institucional”. Contudo, desde o começo da década de 1970, as comunidades portuguesas em ambas as cidades têm demonstrado um movimento de expansão, partindo da colônia inicial em direção aos subúrbios, que viu os portugueses saírem do centro da cidade e bairros da redondeza em busca da casa de seus “sonhos”. Na verdade, no que diz respeito aos fatores que “puxaram” o movimento de suburbanização comparados com os fatores que o “empurraram”, a evidência empírica indica que a maioria dos portugueses que compraram casa foram “puxados” no sentido de se realocizarem em Mississauga e Laval/South Shore porque esses subúrbios “novos” de Toronto e Montreal ofereciam o que os portugueses queriam em termos de habitação: uma casa preferivelmente para uma única família, bem como um bairro de boa qualidade que oferecesse segurança, onde criar os filhos, com bastante espaço verde.

Dado que a busca de casa nos complexos mercados de imóveis residenciais, em Toronto, Montreal e seus subúrbios, não é tarefa fácil, os portugueses dependeram extensamente de fontes étnicas (comunidade) de informação na busca de casa para comprar. Em particular, corretores de imóveis portugueses, parentes e amigos tiveram um papel importante a auxiliá-los a buscar e encontrar sua residência atual. Estas fontes “étnicas” exerceram o papel central de intermediários culturais na suburbanização dos portugueses, tanto na região de Toronto quanto de Montreal. O facto dos padrões residenciais do grupo português em Mississauga e Laval caracterizarem-se por uma forma de autosegregação suburbana parece ser devido, pelo menos em parte, à sua alta dependência de fontes “étnicas” de informação. Pode-se dizer, portanto, que no que diz respeito aos padrões residenciais nos subúrbios, a autosegregação (ou ressegregação) dos portugueses nos subúrbios de Toronto e Montreal é motivada em parte por preferências culturais. Podemos portanto concluir que são “forças” culturais que estão dando forma a essas comunidades, ou seja, de dentro para fora, ao invés de serem “forças estruturais” (ex., discriminação, razões económicas) que se definem de fora para dentro. Com isso em vista, a mudança para os subúrbios por parte dessa primeira geração de portugueses que compraram casa não pode ser interpretada como um passo avante na sua integração residencial (assimilação?). A evidência empírica também indica que, apesar da mudança para os subúrbios e a tendência à auto-ressegregação, a maioria dos participantes portugueses ainda continua altamente apegada ao “cerne” de suas comunidades em Toronto e Montreal por meio de contacto frequente/regular. Nessa perspectiva, tanto Mississauga quanto Laval/South Shore talvez preencham mais um papel de subúrbio “dormitório” para muitas famílias portuguesas do que comunidades propriamente ditas. Tanto em Toronto como em Montreal, os próprios portugueses controlam sua mobilidade residencial. Pode-se portanto dizer que os portugueses tiraram vantagem dupla ao mudarem-se para os subúrbios – uma casa confortável construída para ocupação por uma única família e bairro com espaço verde, sem abrir mão das comunidades originais no centro de Toronto (*“Little Portugal”*) e Montreal (*“Petit Portugal”*).

5. NOTAS:

O autor gostaria de agradecer a todas as famílias portuguesas e pessoas “chave” que ele entrevistou na comunidade portuguesa em Toronto e Montreal e que compartilharam consigo suas experiências na compra de casas próprias em ambas cidades e seus subúrbios.

Esse estudo baseia-se em Teixeira (2006).

(2) Em 2003 o autor desta pesquisa indicou o “Kensington Market” como monumento histórico, “*National Historic Site of Canada*”. Em novembro de 2006 o Ministro da Pasta do Meio Ambiente e Parques, “Environment and Parks Canada”, homologou a indicação.

6. REFERENCES

- Allen, J. P. & Turner, E. (1996) Spatial patterns of immigrant assimilation, *The Professional Geographer* 48, pp. 140-155.
- Barrett, F. A. (1973) *Residential Search Behaviour: A Study of Intra-Urban Relocation in Toronto* (Toronto, York University Department of Geography, Geographical Monographs No. 1).
- Bordessa, R. (1978) Real estate salesmen and residential relocation decisions, *Canadian Geographer* 22, pp. 334-339.
- Bourne, L. & Rose, D. (2001) The changing face of Canada: the uneven geographies of population and social change, *The Canadian Geographer* 45, pp. 105-119.
- Clark, W. A. V. & Blue, S. A. (2004) Race, Class, and Segregation Patterns in U.S. Immigrant Gateway Cities, *Urban Affairs Review* 39, pp. 667-688.
- Clark, W. A. V. & Dieleman, F. M. (1996) *Households and Housing: Choice and Outcomes in the Housing Market* (New Brunswick, New Jersey, Center for Urban Policy Research).
- Fong, E. & Wilkes, R. (1999) The spatial assimilation model reexamined: an assessment by Canadian data, *International Migration Review* 33, pp. 594-620.
- Friedman, A. (2000) Preferences of first-time buyers of affordable housing: evidence from Grow Homes in Montreal, Canada, *Canadian Journal of Urban Studies* 9.
- Henry, F. (1989) *Housing and Racial Discrimination in Canada* (Toronto, Equal Opportunity Consultants/Policy and Research, Multiculturalism, and Citizenship).
- Hiebert, D. (2000) Immigration and the changing Canadian city, *Canadian Geographer* 44, pp. 25-43.
- Justus, M. (2004) Immigrants in Canada's Cities, in; C. Andrew (Ed) *Our Diverse Cities* (Ottawa, Metropolis Institute).
- Kaplan, D. H. & Woodhouse, K. (2004) Research in Ethnic Segregation I: Causal Factors *Urban Geography* 26, pp. 579-585.
- Lavigne, G. (1987) *Les ethniques et la ville: l'aventure urbaines des immigrants portugais à Montréal* (Montreal, Le Préambule).
- Lo, L., Teixeira, C. & Truelove, M. (2002) Cultural Resources, Ethnic Strategies, and Immigrant Entrepreneurship: A Comparative Study of Five Immigrant Groups in the Toronto CMA (Toronto, CERIS, Working Paper No 21).
- Massey, D. (1985) Ethnic residential segregation: a theoretical synthesis and empirical review, *Sociology and Social Research* 69, pp. 315-350.
- Massey, D. & Lundy, G. (2001) Use of Black English and racial discrimination in urban housing markets, *Urban Affairs Review* 36, pp. 452-469.
- Michelson, W. (1977) *Environmental Choice, Human Behavior, and Residential Satisfaction* (New York, Oxford University Press).
- Miraftab, F. (2000) Sheltering refugees: the housing experience of refugees in Metropolitan Vancouver, Canada, *Canadian Journal of Urban Research* 9, pp. 42-63
- Murdie, R. A. (2003) Housing affordability and Toronto's rental market: perspectives from the housing careers of Jamaican, Polish and Somali newcomers, *Housing, Theory and Society* 20, pp. 183-196.
- Murdie, R. A. & Teixeira, C. (2003) Towards a comfortable neighbourhood and appropriate housing: immigrant experiences in Toronto, in: P. Anisef & M. Lanphier (Eds) *The World in a City* (Toronto, University of Toronto Press).
- Ozuekren, A. S. & van Kempen, R. (2003) Special issue editors' introduction: dynamics and diversity: housing careers and segregation of minority ethnic groups, *Housing, Theory and Society* 20, pp. 162-171.
- Owusu, T (1999) Residential patterns and housing choices of Ghanaian immigrants in Toronto, *Housing Studies* 14, pp. 77-97.
- Qadeer, M. A. (2003) *Ethnic Segregation in a Multicultural City: The Case of Toronto* (Toronto, Joint Centre of Excellence for Research on Immigration and Settlement, CERIS Working Paper Series No 28).

- Palm, R. (1985) Ethnic segmentation of real estate agent practice in urban housing market, *Annals of the Association of American Geographers* 75, pp. 58-68.
- Qadeer, M. A. (2004) Ethnic segregation in a multicultural city: the case of Toronto, Canada, *CERIS, Policy Matters* 6, pp. 1-6.
- Ray, B. K. & Moore, E. (1991) Access to homeownership among immigrant groups in Canada, *Canadian Review of Sociology & Anthropology* 28, pp. 1-27.
- Sarre, P. & Phillips, D. & Skellington, R. (1989) *Ethnic Minority Housing: Explanations and Policies* (Aldershot, Avebury).
- South, S. J. & Crowder, K. D. (1997) Residential mobility between cities and suburbs: race, suburbanization, and back-to-the-city moves, *Demography* 34, pp. 525-538.
- Teixeira, C. & Murdie R. A. (1997) The role of ethnic real estate agents in the residential relocation process: A case study of Portuguese homebuyers in suburban Toronto, *Urban Geography* 18, pp. 497-520.
- Teixeira, C. (2002) A village of dream homes: the Portuguese in Mississauga, in: F. Dieterman (Ed) *Mississauga: The First 10,000 Years* (Mississauga, Ontario, Mississauga Heritage Foundation).
- Teixeira, C. (1995) Ethnicity, housing search, and the role of the real estate agent: a case study of Portuguese and non-Portuguese real estate agents in Toronto, *The Professional Geographer* 47, pp. 176-183.
- Teixeira, C. (1993) The Role of "Ethnic" Sources of Information in the Relocation Decision-making Process: A Case Study of the Portuguese in Mississauga, Ph.D. dissertation (Toronto, Department of Geography, York University).
- Teixeira, C. (1986) *La Mobilité Résidentielle Intra-urbaine des Portugais de Première Génération à Montréal*, M.Sc. (Montreal, Department of Geography, Université du Québec à Montréal).
- Turner, M. A. & Wienk, R. (1993) The persistence of segregation in urban areas: contributing causes, in: G. T. Kingsley and M. A. Turner (Eds) *Housing Markets and Residential Mobility* (Washington, D.C., Urban Institute Press).

7. BIBLIOGRAFIA

- Clark, W. A. V. & Dieleman, F. M. (1996) Households and Housing: Choice and Outcomes in the Housing Market (New Brunswick, New Jersey, Center for Urban Policy Research).
- Hiebert, D. (2000) Immigration and the changing Canadian city, *Canadian Geographer* 44, pp. 25-43.
- Lavigne, G. (1987) Les ethniques et la ville: l'aventure urbaines des immigrants portugais à Montréal (Montréal, Le Préambule).
- Lavigne, G. and Teixeira, C. (2000). "Building a Neighbourhood in Montreal", in: C. Teixeira and V.M. P. Da Rosa (Eds) *The Portuguese in Canada: From the Sea to the City* (Toronto, University of Toronto Press).
- Murdie, R. A. & Teixeira, C. (2003) Urban Social Space, in: T. Bunting & P. Filion (Eds) *Canadian Cities in Transition: Local through Global Perspectives* (Toronto, Oxford University Press).
- Murdie, R. A. & Teixeira, C. (2003) Towards a comfortable neighbourhood and appropriate housing: immigrant experiences in Toronto, in: P. Anisef & M. Lanphier (Eds) *The World in a City* (Toronto, University of Toronto Press).
- Qadeer, M. A. (2004) Ethnic segregation in a multicultural city: the case of Toronto, Canada, *CERIS, Policy Matters* 6, pp. 1-6.
- Teixeira, C. (2006) A comparative study of Portuguese homebuyers' suburbanization in the Toronto and Montreal Areas, *Espace, Populations, Sociétés*, 1, pp. 121-135.
- Teixeira, C. & Murdie R. A. (1997) The role of ethnic real estate agents in the residential relocation process: A case study of Portuguese homebuyers in suburban Toronto, *Urban Geography* 18, pp. 497-520.
- Teixeira, C. (2002) A village of dream homes: the Portuguese in Mississauga, in: F. Dieterman (Ed) *Mississauga: The First 10,000 Years* (Mississauga, Ontario, Mississauga Heritage Foundation).
- Teixeira, C. (1995) Ethnicity, housing search, and the role of the real estate agent: a case study of Portuguese and non-Portuguese real estate agents in Toronto, *The Professional Geographer* 47, pp. 176-183.
- Teixeira, C. (1993) The Role of "Ethnic" Sources of Information in the Relocation Decision-making Process: A Case Study of the Portuguese in Mississauga, Ph.D. dissertation (Toronto, Department of Geography, York University).
- Teixeira, C. (1986) *La Mobilité Résidentielle Intra-urbaine des Portugais de Première Génération à Montréal*, M.Sc. (Montréal, Department of Geography, UNIVERSITÉ du Québec à Montréal).

39) LOLA GERALDES XAVIER LOLAGERALDES@CLIX.PT LOLAXAVIER@SAPO.PT

Lola Geraldes Xavier tem uma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Português-Francês, ramo de formação educacional, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC, 1997); mestrado em Literatura Portuguesa, com uma dissertação sobre o teatro de Garrett (FLUC, 2001); pós-graduação em Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora (FLUC, 2003) e doutoramento na área de Literatura (Comparada de Língua Portuguesa), pela Universidade de Aveiro (2007).

Lecionou no ensino básico e secundário (1996-1999) e na FLUC (cursos de Português para estrangeiros: 1998-2002). É assistente na Escola Superior de Educação de Coimbra, na área científica de Língua Portuguesa, desde 2000. Publicou *Deleitar e Instruir: a Dramaturgia de Almeida Garrett*, Mangualde, Edições Pedagogo, 2005 e coorganizou um volume dedicado aos estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: LARANJEIRA, Pires, SIMÕES, Maria João, XAVIER, Lola Geraldes (org.), *Cinco Povos Cinco Nações*, Lisboa, Novo Imbondeiro.

Tem publicado vários artigos em revistas científicas nacionais e internacionais e apresentadas comunicações em vários Congressos nas áreas de Literatura Portuguesa, Literatura Comparada, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Didática da Literatura e Linguística.

Pertence ao Centro de investigação de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

JOÃO DE MELO, UM ESCRITOR AÇORIANO, SOBRE A GUERRA COLONIAL [POWERPOINT NÃO DISPONÍVEL AQUI](#)

Este texto pretende interrogar a ficção de João de Melo na sua relação com a História, nomeadamente com a guerra colonial portuguesa. Para isso, teremos em consideração o seu romance de 1984, *Autópsia de um Mar de Ruínas*. Aborda-se, igualmente, a perspetiva intertextual deste romance de João de Melo com outros escritores de língua portuguesa. Esta perspetiva intertextual prevê-se enriquecedora na medida em que se colocam em confronto obras de língua portuguesa sobre um tema da identidade histórico-cultural, apresentado sob vários pontos de vista. O texto central da análise será, no entanto, *Autópsia de um Mar de Ruínas*, que permitirá a ponte para outras obras. Analisaremos este romance numa perspetiva semântico gradativa a partir da significação alcançada na narrativa pelo Mar pela Autópsia e pela Ruína. Estes temas, pela sua abrangência, permitem que *Autópsia de um Mar de Ruínas*, apesar de conter referências marcadas espacial e temporalmente, atinja a atemporalidade, pela descrição ficcional da guerra e suas consequências. Este é um romance de denúncia da inutilidade dos conflitos armados, do seu absurdo e da perda da racionalidade.

Ó mar,
Ó mar,
Ó mar profundo
Ó mar,
Negro altar
Do fim do mundo

Em ti nasceu,
Ó mar,
A noite que já morreu
No teu olhar.
Zeca Afonso, «Canção do mar».

João de Melo (S. Miguel, 1949), escritor e ensaísta português, com vasta produção literária de mais de três décadas, sobretudo na década de 80 do século passado, traça em *Autópsia de um Mar de Ruínas* (AMR) um retrato cruel e realístico da guerra colonial em Angola. Mobilizado pelo exército, para África, onde prestou serviço como furriel-miliciano enfermeiro, essa dolorosa experiência foi fundamental para a escrita da sua obra, como refere em várias entrevistas.

Este romance de 1984, uma nova versão mais trabalhada literariamente do romance *A Memória de Ver Matar e Morrer* (1977), abre perspectivas de intertextualidade e de reavaliação da História da guerra colonial portuguesa. O título remete-nos *ab initio* para a atmosfera infausta que percorre a totalidade da obra. A ação passa-se em 1973³³⁶, no Norte de Angola, onde os combates entre a tropa portuguesa e a resistência angolana se intensificam a partir do final da década de 60. O leitor tem acesso quer à perspectiva dos habitantes civis angolanos de Calambata, quer à perspectiva dos militares aí sitiados.

O valor documental³³⁷ da obra, enriquecido pela experiência do autor empírico e pela explicitação na dedicatória³³⁸ que abre o romance, resulta na interceção de vários pontos de vista, visíveis, desde logo, na forma como se organizam os capítulos. Composto por 24 capítulos, o romance começa pelo espaço da tropa portuguesa e termina no espaço da sanzala dos civis africanos. Os capítulos que dizem respeito ao ponto de vista dos habitantes africanos de Calambata estão intercalados pelos capítulos em que se retrata a forma de sobrevivência dos militares portugueses³³⁹, dividindo-se o romance em doze capítulos para cada uma das perspectivas: a da tropa colonizadora e a dos autóctones colonizados. Há algo, porém, a unir os militares portugueses de baixa patente e os angolanos: a miséria, a fome, a animalização, o sentimento de injustiça, a aberração das consequências do colonialismo, a irresponsabilidade humana nas suas vertentes cívica e política e a faceta amoral do poder.

Esta preocupação em mostrar o ponto de vista dos dois grupos em contacto (os africanos a viver em Calambata e os portugueses aí a servir na tropa) evidencia o esforço de João de Melo em tentar compreender a identidade angolana e expor as realidades das fações em convívio, ambas com fragilidades, ambas com personagens ambivalentes, na sua bondade e maldade.

Neste sentido, ao intercalar pontos de vista de narradores que compõem a cena diegética, são exploradas ficcionalmente as condições de vida dos africanos. O africano é mostrado como uma personagem esmagada pelo colonialismo, transplantado das suas terras do sul para um aldeamento do Norte e vigiado pela polícia que facilmente exerce o seu autoritarismo através da violência. A fome e a consequente dependência das crianças aos restos da comida dos soldados agudizam esta imagem de sujeição. Por conseguinte, o africano sob o jugo do colonialismo tinha quatro vias: juntava-se à força de libertação, contra os portugueses; fazia parte da Tropa Especial, lutando ao lado dos brancos; submetia-se aos aldeamentos vigiados pelo colonizador e concentrava-se em sobreviver, esperando pela independência, ou fingia-se dominado pelos portugueses, mas servia de informador às tropas de libertação. Romeu é o exemplo da opção por esta última via. No final do romance, esta personagem, inesperadamente para o leitor, passa de africano apático e submisso a informador das tropas de libertação e, previsivelmente, é castigado até à morte pela tropa portuguesa, ainda que sem provas evidentes da sua traição.

No lado dos africanos, considere-se algumas personagens, algumas delas adquirindo estatuto de narrador como Natália, que representa a força e a determinação das mulheres inteligentes; Romeu, que representa o agente duplo; soba Mussunda, que caracteriza o desapossamento do poder, mero fantoche nas mãos dos portugueses, tentando, todavia, manter uma certa dignidade para com os seus, ainda que a «*Sua coragem [estivesse] definitivamente subjugada pelo jogo dos colonos*» (AMR: 256). Por outro lado, temos personagens que compactuam com o poder colonial, como Augusto, cozinheiro da tropa e símbolo da aliança

336 «Estava ali apenas para enriquecer com a possível decência e sem que alguém desse por isso. Para que haviam de servir doze anos de guerra, em comissões sucessivas (...)?» (AMR: 169).

337 João de Melo, a propósito do seu último romance, *O Mar de Madrid*, responde numa entrevista ao *Jornal de Letras* (2/3/2006): «Lido com verdades que mentem e com mentiras que dizem a verdade, para melhor serem ficção». Daqui resulta a base documental de parte da sua ficção.

338 «À memória dos que morreram em Calambata».

339 Se tivermos em consideração *Mayombe* (1980), de Pepetela, romance que retrata as relações humanas entre guerrilheiros do MPLA circunscritos à floresta de Mayombe, veremos o lado da resistência angolana, as várias formas de pensar, as suscetibilidades tribais, o olhar crítico lançado aos burocratas do MPLA, distantes da difícil realidade dos guerrilheiros, que escapa a este romance de João de Melo. A perspectiva em comum com *Autópsia de um Mar de Ruínas* e *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes, prende-se com um exame crítico e psicológico da guerra em Angola, com o pânico da morte dos militares (angolanos e portugueses), com a solidão e com a incompreensão para com as crueldades da guerra.

com o opressor, por conveniência, e Bartolomeu, o bailundo que fazia reverência ao «Pai Branco» (AMR: 67), mostrando falta de solidariedade para com os restantes africanos de etnias diferentes.

A dignidade roubada aos africanos vê-se, por exemplo, no episódio da compra do café por colonos brancos, pois estes adquirem o café aos negros a um preço inferior ao merecido, como se os brancos estivessem «todos combinados para roubar o preto» (AMR: 254). Para além disso, o episódio que se segue, dos mercadores portugueses a aproveitarem o dinheiro dos negros, aliciando-os com novidades, roupa, comida e bebida, sobretudo, evidencia a exploração das fraquezas dos negros despudoradamente, que Natália denuncia. A luta dos africanos civis contra os brancos mostra-se assim fracassada, pois como Natália reconhece «os brancos estragaram a vida, comeram as forças todas dos homens» (AMR: 34).

Por tudo isto, a imagem que os negros têm dos brancos não pode ser positiva. As negras, envelhecidas prematuramente, caracterizavam o abraço dos brancos como sendo: «*sujo e mortal. Tem morte nele que nunca sai fora (...). Seu amor é morte apressada*» (AMR: 53). Os brancos são vistos pelos negros como «*gente barriguda e avermelhada*» (AMR: 253), *vigarista* (cf. AMR: 263), *cheia de manha, tentação e malvadez* (cf. AMR: 258).

O assédio e as violações dos brancos às negras são um exemplo do que fazia aumentar o ódio: «*o ódio está já tão grande que parece é um desprezo e mais nada*» (AMR: 57). De facto, a abjeção da guerra e a consequente desumanização, as arbitrariedades, a violência gratuita para com os habitantes de Calambata, instigava-os a um surdo sentido de rebelião. O autoritarismo dos altos comandos e as brutalidades cometidas contra os africanos pela polícia política e por alguns elementos da tropa não apaziguavam a revolta silenciosa dos negros.

Em contrapartida, os negros são vistos pelos brancos como «molengões» (AMR: 253), sendo coisificados e despersonalizados: «*- E querem isto a independência, vejam vocês!*» (AMR: 254). Nesta ótica, ambas as fações veem o grupo oposto de forma animalizada. Vem neste sentido de sensação de onipotência do colonizador a ironia feita pelo narrador onisciente em torno do furriel Tavares que escrevia as suas memórias de guerra em duplicado, com um químico, três cartas por dia à mulher, como se se tratasse de um diário de campanha, intitulado «*De Como Nos Fomos A Eles em África e Asinha Os Tornámos Escravos Nossos E de Única Nossa Vontade*» (AMR: 52).

Do lado dos portugueses, o alferes enfermeiro, como se se tratasse de um alter-ego do autor empírico, representa a consciência moral e incorruptível, na tentativa de preservar a decência e proteger os mais fracos, como os negros e os soldados. É a personagem que se apresenta mais humanizada e que serve de ponte entre os dois grupos, agindo, dentro do possível, como um protetor dos negros. Mais abaixo, na hierarquia, Renato, um dos narradores principais, simboliza os militares anónimos que lutam no mato, sofrem emboscadas, convivem constantemente com o terror de morrer e quando morrem caem no esquecimento do país. Apenas a família se lembra deles. Esta insignificância do soldado, visto apenas como mais um número, despersonalizado pelo esquecimento do seu nome, está bem sistematizada numa estrofe do poema «Romance de Pedro soldado», de Manuel Alegre: «*Soldado número tal/ Só a morte é que foi dele./ Jaz morto. Ponto final./ O nome morreu com ele*».

No lado oposto aos soldados, meros instrumentos de poder, situam-se os elementos da polícia, como o chefe Valentim, as chefias, os comandantes, «*a indiferença insensível dos burocratas da guerra*» (AMR: 138), sendo apresentados de forma desumanizada, mostram indiferença e desrespeito pela vida humana. São eles que decidem sobre o rumo da guerra, alimentando uma ideologia balofa, decrépita e inconsequente. Assim, do lado português, os soldados opõem-se aos superiores hierárquicos, pois os soldados «*tinham vindo ali parar, trazidos pela mãozinha rufiona do dever patriótico dos outros, dos outros que serviam a pátria à sombra das cidades (...), ganhando bom dinheiro, dormindo tranquilamente com mulher sua ou alheia; dos outros que planeavam surdamente a morte à distância e queriam mais e mais e sempre mais*» (AMR: 42).

A vivência da guerra é exposta a ridículo pela disciplina militar despropositada e desadequada ao cenário de guerra, na incompreensível mecanicidade dos rituais marciais. É exemplo disto o jovem militar que se vê

humilhado e insultado pelos superiores, como acontece com o furriel enfermeiro obrigado a cortar o cabelo, por não ter a «*gadelha nos termos regulamentares*» (AMR: 174). Alguns militares sentem-se arma e "dejeito" da ideologia colonial, mostram-se descaracterizados e revelam sentimento de incompreensão para com a vida que levam.

Se nos ativermos ao título da obra, poderemos considerar uma gradação descendente de valor disfórico, que vai do Mar, elemento associado à geografia e história de Portugal, geralmente percebido como elemento positivo, para a Autópsia e as Ruínas, como formas aniquiladoras de não-ser e não-estar de um país e dos seus habitantes. Neste sentido, vejamos em que temáticas assenta esta gradação.

1. MAR

A evocação do mar acontece pela primeira vez no «capítulo nono», aquando de uma emboscada: comparado à terra, o ruído das metralhadoras e dos morteiros «*soa um pouco de memória, mas é tão-só a terra enchendo-se de feridas, crateras, fissuras enormes – como o mar (...) ainda e sempre como o mar dos Açores, bramindo na sua pólvora branca*» (AMR: 114).

O mar serviu como elemento condutor da cultura portuguesa, sobretudo através da língua. A língua que, nos capítulos sobre a vida na sanzala, em que o narrador onisciente intercala com Natália, se apresenta numa forma de «português desgramatizado» (AMR: 71), em que a concordância verbal entre sujeito e predicado se desvia da norma padrão e a escrita tenta imitar a oralidade do português africanizado. A adoção da cultura ocidentalizada verifica-se também nos nomes das personagens africanas: Natália, Romeu, Sebastião, Josefa, por exemplo, em oposição aos nomes africanos dos mais velhos: soba Mussunda e vavó Katuela. No entanto, a cultura ensinada era a que ia ao encontro do regime português da altura e da ideologia do colonialismo. Faz-se, pois, ironia com o ensino ideológico que se praticava: «*sô pressora Tina, lá na escola, costumava sempre dizer a razão estava justa: Angola era Portugal*» (AMR: 78).

Por seu turno, nos capítulos sobre a vida dos militares portugueses, a linguagem torna-se vulgar, disfemística, como forma de exorcizar a realidade irreal da guerra, através da nomeação de obscenidades³⁴⁰.

O mar é simultaneamente imagem de vida e de morte³⁴¹. Se nas epopeias de exaltação aos descobrimentos o mar era símbolo de esperança e regozijo, nas narrativas da segunda metade do século XX, o mar parece expelir o que de negativo foi acumulando ao longo dos séculos, tornando-se metáfora para o *locus horrendus* das consequências da expansão portuguesa, tema também presente, por exemplo, em *As Naus*, de António Lobo Antunes.

Autópsia de um Mar de Ruínas permite não só uma perspetiva histórica da guerra colonial portuguesa, enriquecida por tentar abranger as duas realidades em confronto, mas também por permitir uma reavaliação metafórica da epopeia expansionista portuguesa e por fazer uma crítica ao fascismo. O título, centrando o elemento 'mar', permite ao longo do romance estabelecer várias intertextualidades a propósito da identidade portuguesa.

Em *Autópsia de um Mar de Ruínas*, o mar é de «rémoras» e de «lodo» (AMR: 125), acolhe a morte como uma «paisagem naufragada no mar» (AMR: 127), é um mar de «quinhentos anos e outros tantos dias» (AMR: 132), é um mar que deu a sensação de onipotência aos portugueses, estabelecendo-se uma intertextualidade com *Os Lusíadas* (VII: 14) para mostrar ironicamente o ridículo do esforço dos séculos passados: «E Se Mais Mundo Houvera Lá Chegara» (AMR: 133). A ideia do peso da história concentra-se também na figura do padre, símbolo da tentativa portuguesa de evangelização nas terras colonizadas, que parece «um homem de quinhentos anos, de um país que se voltara na direção de um mar inocente» (AMR: 165). É um mar que não levou o desenvolvimento de forma sustentável aos povos colonizados, a prová-lo veja-se a imagem de pobreza das cubatas de Calambata, apresentadas como «um barco sem mastros, à beira de naufragar» (AMR: 65).

³⁴⁰ Semelhante, por exemplo, a *O Cus de Judas*, de António Lobo Antunes.

³⁴¹ cf. Chevalier e Gheerbrant, 1994: 439.

Ao longo do romance, a visão sobre Portugal é disfórica, trata-se de um país como «um coro sem órgão» (AMR: 287), que se converteu aos poucos num «asilo de velhos» (AMR: 287), «porque todo o destino deste país de corvos e cornos nos puxa para África» (AMR: 93). Assim, aquando do momento da partida dos soldados no aeroporto, «Mães-amantes choravam agarradas aos pilares, o corpo das manas estava trémulo, os amigos e os irmãos diziam piadas sem gosto» (AMR: 93). Esta despedida faz lembrar o choro das mães e as «noivas por casar», de «Mar Português», de Fernando Pessoa. Mais à frente é evidenciada a responsabilidade do regime pelos mortos produzidos pela guerra. O narrador mostra ironia, através dos adjetivos e do advérbio de modo: «era certo e seguro que o ministro mandaria um telegrama de condolências à família: grande, grande é a nossa pátria porque tais filhos ela tem; as corajosas mães que choram são o vivo exemplo de que Portugal é o país eterno; a nossa juventude morre generosamente nas distantes partes de África, mas vive no coração dos que melhor amam o seu povo» (AMR: 144, sublinhados nossos). Vem ao encontro desta apologia do sacrifício pela pátria o discurso do comandante após a morte de nove homens do batalhão numa emboscada, que «pensava aproveitar a oportunidade para discursar terrivelmente acerca da pátria viva e sempre imortal; da pátria que se cobria de glória, por cada soldado tombado ao seu serviço e em sua defesa, ideal supremo» (AMR: 176). Mais uma vez, o narrador onisciente usa a ironia para ridicularizar a insensibilidade e a irresponsabilidade dos burocratas face à morte dos seus homens na guerra. O discurso, deste comandante, de apelo ao ódio para com os negros, termina numa incitação teatral de hino: «Matá-los-emos todos, sem dó nem piedade, como nos ensinaram os nossos antepassados. Viva Portugal em Angola!» (AMR: 178).

Os militares têm consciência da morte inglória a que o país os obriga, deixando de acreditar nesse tipo de pátria. As inscrições fúnebres previstas por Renato, em maiúsculas, no final do «capítulo vigésimo terceiro», estão em conformidade com este descrédito, insistindo no campo lexical da morte, pois Portugal e os portugueses fundem-se no mesmo destino: «VAI MORRER UM PAÍS QUE MATOU UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL HOMENS NA GUERRA. COMO SERÁ A SUA MORTE?» (AMR: 293).

À medida que a guerra avança e as frentes de libertação angolana ganham consistência, o país mostra-se expectante, cada vez mais vigilante e repressor, evidenciando desespero de causa e dando a entender que o regime «corria perigo e estava, ele mesmo, em desespero de causa» (AMR: 95). Neste cenário, os soldados esperam que «aconteça uma Grande Coisa no país, porque quando um país fica assim amarelecido, com um ar de outono sem remédio, é porque há de estar para acontecer-lhe uma Grande Coisa» (AMR: 95). A repetição irónica desta ideia faz-se quando o furriel enfermeiro se vê rodeado de companheiros mortos numa emboscada: «Pensava de novo nos pássaros da sua infância, na voz longínqua do mar do seu destino. Pensava que boa parte da sua vida se fora já com a esperança de que pudesse um dia acontecer-lhe uma Grande Coisa, talvez uma primavera nunca igual ou um fruto bem à medida da sua sede. (...) Tenho o meu destino de mar a cumprir, sou um homem do seu sal e da sua profundidade. Ouço-lhe a voz e sei que a ouvirei sempre enquanto estiver longe dele» (AMR: 143).

Neste sentido, todo o romance parece ser uma confirmação da perplexidade e das interrogações do Velho do Restelo: «A que novos desastres determinas/De levar estes Reinos e esta gente?/Que perigos, que mortes lhe destinás,/Debaixo de algum nome *preminente?*» (*Os Lusíadas*, IV: 97).

Portugal apresenta-se, assim, como uma «*pátria em crise*» (AMR: 22), traiçoeira e enganadora. Um país ironicamente percebido através dos seus poderes políticos, Salazar e Américo Tomás (AMR: 43), um país que se sumia nos «*numerosos amigos americanos a quem a gloriosa política de Portugal em África infundia uma excepcional admiração, país tão pequeno, esse, tão cheio de merda atômica nas suas praias, mas tão tenaz na sua resistência ao comunismo internacional*» (AMR: 44, sublinhados nossos). Veja-se a ironia conseguida através do uso de adjetivos e da repetição do advérbio de intensidade.

2. AUTÓPSIA

Autópsia de um Mar de Ruínas revela, pois, um exame da guerra colonial portuguesa em Angola, permitindo uma análise psicológica do militar português subalterno através de uma crítica severa à ideologia da época e aos que a alimentavam (os representantes do regime, os burocratas, etc.).

Aos soldados resta apenas a dignidade do desejo de continuarem vivos, no entanto, essa dignidade é corroída pelas circunstâncias de guerra. É também pelo direito à dignidade que lutam os habitantes de Calambata, animalizados pela polícia portuguesa e castigados por esta, sempre pronta a chicoteá-los. É, no entanto, uma dignidade roubada ao soba que se apresenta velho e com medo da polícia portuguesa, logo respeitoso para com ela. O momento de maior dignidade apresentado no romance dá-se no final do segundo capítulo, quando ele tenta libertar Romeu dos maus-tratos de Valentim³⁴², o chefe de polícia e é, ele próprio, pontapeado, em silêncio, mostrando-se indefeso.

Mais à frente, Romeu afirmará: «vida de preto é pior que estrume. Coisa suja onde o branco não vai pôr nunca a mão mas só o chicote e a voz que manda para exigir obediência, sem condições» (AMR: 121). Como já referimos, o ódio dos negros pelos brancos é justificável pelas ações arbitrárias destes: tiraram-lhe as terras, a liberdade, violaram as mulheres, exploraram, bateram, alimentaram a fome. Não podemos, porém, esquecer que em Portugal, a situação de miséria não era diferente, pois, como afirma uma personagem de *O Manual dos Inquisidores*, de António Lobo Antunes: «como se morrer de fome onde [Cova da Piedade] os pretos somos nós fosse melhor do que morrer de fome onde [Luanda] os pretos são outros» (*O Manual dos Inquisidores*: 212). A miséria não era, de facto, diferente para a generalidade dos portugueses em Portugal, nem em Angola, e na obra insiste-se nas condições de fadiga, sede, fome e medo a que se submetiam as patrulhas pelo mato.

O romance constrói-se nos contrastes opressor/oprimido; subjugador/subjugado; rico/pobre. Estes contrastes entre a pobreza e a riqueza continuam empiricamente atuais, sobretudo na Angola hodierna: «mulheres essas que traziam pela mão crianças cor de lama e em cujo rosto se surpreendia as crateras da fome iludida na sua ingenuidade; depois, eram os bairros lavados dos brancos. (...) O silêncio dos ricos, os carros exageradamente luxuosos e quase funerários dos ricos de toda a parte do mundo» (AMR: 86-87).

Na gradação que estamos a analisar, destaca-se o episódio em que o jipe cheio de crianças capota e provoca a morte de Júlia Doke. A sua autópsia é feita pelo delegado de saúde, que chega no dia seguinte, e pelo furriel enfermeiro «debaixo de uma árvore, à vista de toda a gente, e toda a sorte de insetos pousava na carne semiapodrecida do cadáver trucidado» (AMR: 224). Sendo as crianças «a explicação do mundo» (AMR: 221), como se refere neste «capítulo décimo sétimo», este episódio é particularmente simbólico, pois representa a banalização da morte e a insensibilidade para com o valor da vida. Na verdade, a morte e o sofrimento, pela repetição e pelo hábito, provocam indiferença. Assim, face aos feridos e aos mortos, resta a insensibilidade (cf. AMR: 245).

Vem neste sentido a intertextualidade com o capítulo XI da Crónica de D. João I, de Fernão Lopes, em momentos de morte iminente para os soldados: «É só preciso chegar depressa, acudir aos nossos e à sua perdição, aos nossos, aos nossos, acudamos prestes que matom o meestre, que os matom todolos nossos e pronto nom serão vivos...» (AMR: 116). Através da repetição intensifica-se a angústia e a inquietação, apelando-se à união e à solidariedade, devido à necessidade de acordar as consciências contra a morte e, na tentativa de reunir as hostes numa só direção de interesses pelo Bem do país, como aconteceu no último quartel do século XV.

Este é, assim, um romance sobre a vivência agónica, a sensação física e psicológica da morte, a neutralização da importância do ser humano, reduzido à sua condição física efémera e frágil. O descrédito pela guerra é acentuado pela ironia presente, por exemplo, nas inscrições nas paredes, repetidas ao longo do romance, quer

342 O castigo de Valentim, como se de uma justiça divina se tratasse, não tarda a acontecer. Após ter sido o responsável pela capotagem de um jipe com crianças, onde morre Júlia, pede destacamento para uma sanzala mais a sul, mas acaba morto «por uma emboscada de um só tido...» (AMR: 224). As reticências fazem prever que terá sido um assassinato e não uma emboscada, resultado das inimizades que colecionara entre os negros.

do lado dos brancos, quer do lado dos africanos: «É PROIBIDO DIZER QUE HÁ GUERRA» (AMR: 51, 108, 194); «SANZALA DA PAZ – POVO RECUPERADO» (AMR: 81, 250).

3. RUÍNAS

Esta nossa análise gradativa de elementos de *Autópsia de um Mar de Ruínas* culmina no sentido das ruínas, no sentido da decadência de ideologias, da destruição do espaço físico e psicológico que envolve os dois grupos em convívio e, finalmente, da degradação da mente e do corpo das personagens.

A relação com o título do romance é explícita uma só vez. A expressão é usada aquando da descoberta dos soldados portugueses mortos numa emboscada, o furriel Borges aparece «como se emergisse do fundo de um mar de ruínas» (AMR: 127).

A solução apresentada no romance, pelos comandantes, visava responder à guerra com mais guerra, sem se importarem com a morte de soldados: «*Matem-se, porém, todos os meninos de suas mães, para que assim a víbora desta revolta se ache asinha vencida e fatigada de morrer*» (AMR: 167). A intertextualidade com «O menino da sua mãe», de Fernando Pessoa³⁴³, é aqui evidente, enfatizando a intemporalidade da temática da morte de jovens inocentes. O narrador denuncia a responsabilidade dos "senhores da guerra" nas atrocidades cometidas, pois o importante para os comandantes era que pudesse acontecer «Grandes Coisas de bem e riquezas e honras», como já alertara o Velho do Restelo (cf. *Os Lusíadas*, IV: 95), indiciando que em quinhentos anos nada mudou na natureza humana.

Neste cenário funesto de conflito, um dos elementos simbólicos explorado na obra é o corvo. Este assume na narrativa um simbolismo negativo, no sentido de mensageiro da morte em que se tornam os «americanos [que] fazem disto uma guerra de saldo» (AMR: 21) e os elementos da polícia política (AMR: 95).

É todo este ambiente de morte que se vai agudizando assim que caminhamos para o final do romance, quer da parte dos africanos, quer dos portugueses. *Apesar de Natália ter pensado, logo no capítulo segundo, que «gostava de ver ainda o dia do seu marido revoltar nos brancos»* (AMR: 33), esta personagem está longe de imaginar que o seu desejo se irá realizar no final de forma trágica.

A morte é também uma realidade constante para os militares, que se tornam mortos-vivos: «A guerra era a única, a inacreditável realidade do tempo e do mundo. Além disso todos estavam em dúvida acerca de tudo. Permaneciam despertos, mas confundiam a vida com o pesadelo dos mortos» (AMR: 179). O soldado Ricardo filosofará igualmente: «Nunca mais seremos os mesmos homens» (AMR: 202, 203). A consciência da alteração provocada pela guerra, no eco repetido das suas palavras, evidencia o absurdo da vida.

A expressão do desejo dos militares, acicatada pela solidão, no assédio às africanas, na evocação da mulher-amada, atinge particular destaque com a aproximação da morte, na repetição agónica do cabo enfermeiro Couto para o furriel enfermeiro: «*Três filhos, furriel. E uma mulher*» (AMR: 136) e nas cartas de amor que Renato idealiza e, em particular, na que fecha simbolicamente o penúltimo capítulo, quando esta personagem se prepara para morrer: «*ferido de morte, penso. Digo ferido de morte porque os meus vinte dedos, amor, começam a sofrer do azul insofrimento da terra. (...) Amor, eu não sei se dói*» (AMR: 292-293). A carta de amor que Renato escreve termina ainda de forma elucidativa em relação a este aspeto: «*É o que escrevo aqui, sentado na noite. No sítio onde estou, amor. De frente para os mortos que cercam Calambata cercada de guerra pelo Norte. A pensar, amor, que há em mim um morto que não morre*» (AMR: 276). Esta morte psicológica transformar-se-á em morte física à medida que, simbolicamente, o mar é substituído pelo pântano da existência, pelo espaço psicológico: «*De modo que aos poucos fomos ganhando este aspeto de naufragos do pântano, com a lama a crestar-se-nos no corpo – e, assim, agora a morte é o crescimento do musgo: a minha pele transformou-se em escamas de peixe e todo eu sou decerto um anjo oceânico que não soube nem pôde escapar à guerra*» (AMR: 285). Assim que a morte se aproxima, Renato vê-se a tornar-se «*leve como um pombo, amor, como o menino que nunca viu o mar de perto, sendo de morte as suas águas tão brancas, caladas, deslizantes...*» (AMR: 293).

343 «No plaino abandonado/ Que a morna brisa aquece,/ De balas traspasado/– duas de lado a lado –,/ Jaz morto e arrefece./ (...) / Jaz morto, e apodrece,/ O menino da sua mãe», Fernando Pessoa, «O menino da sua mãe».

O desânimo e a amarga experiência das personagens conferem à narrativa uma marca anti-heróica, também patente de forma paródica em *As Naus*, de António Lobo Antunes. O sentido trágico da existência atinge assim o clímax no final do «capítulo vigésimo terceiro», em que morre Renato.

Autópsia de um Mar de Ruínas é, assim, um romance atemporal pelas sinestésias de guerra que congrega: a perspetiva é a da guerra colonial portuguesa no Norte de Angola, mas o medo da morte, a solidão, as hierarquias militares, burocráticas e paralisantes, são fatores de todos os confrontos. É um conflito que conduz a transformações psicológicas, que animaliza o colonizador e o colonizado, que os torna indiferentes para com o sofrimento dos africanos. É um romance contra «*toda a inspirada indústria de uma guerra*» (AMR: 43).

Esta narrativa contribui para uma nova tomada de consciência de valores invertidos durante a guerra, para a reanálise da história colonial e, por arrastamento, dos descobrimentos portugueses, no que de violento tiveram, o que vem ao encontro de *As Naus*, enquanto desmistificação deste período considerado ainda glorioso pela generalidade dos portugueses contemporâneos...

Autópsia de um Mar de Ruínas parece, por conseguinte, responder negativamente à questão colocada por Fernando Pessoa, em «Mar Português»³⁴⁴: «Valeu a pena?». João de Melo parece querer dizer com este romance que nem tudo vale a pena, mesmo quando a alma não é pequena.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Alegre, Manuel (1997) *30 Anos de Poesia*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Antunes, António Lobo (2004) *Os Cus de Judas* (edição *ne varietur*), Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Antunes, António Lobo (2006) *As Naus* (edição *ne varietur*), Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Antunes, António Lobo (2005) *O Manual dos Inquisidores* (edição *ne varietur*), Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Chevalier, Jean, Gheerbrant, Alain (1994) *Dicionário de Símbolos*, Lisboa: Teorema.
- Lopes, Fernão (1994) *Crónica de D. João I*, vol. I, Barcelos: Editora Livraria Civilização.
- Dias, Eduardo Mayone (2007) 'A novelística das guerras coloniais portuguesas', *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2845.pdf>
- Duarte, Maria Manuela da Silva (2004) 'Autópsia de um Mar de Ruínas – A ficção na senda da História'. In Maria de Fátima Marinho (org.) *Atas do Colóquio Internacional Literatura e História*. Porto: Faculdade Letras do Porto, vol. I.
- Dutra, Robson Lacerda (2007) 'O universo mítico das águas e suas refrações na ficção contemporânea: uma leitura de narrativas de João de Melo, Lobo Antunes e Pepetela'. Disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero11/textorobson4.html
- Dutra, Robson Lacerda (2007) 'Entre o mar português em ruínas e as ondas da resistência angolana'. In Pires Laranjeira, Maria João Simões e Lola Geraldine Xavier (org.) *Estudos de Literaturas Africanas. Cinco Povos Cinco Nações*, Lisboa: Novo Imbomdeiro.
- Hernández, Rebeca (2006) 'La proyección semántica de las unidades gramaticales dependientes en el discurso literario poscolonial de lengua portuguesa'. In *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*, León: Universidad de León Disponível em <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas.htm>
- Melo, João de (1997) *Autópsia de um Mar de Ruínas*, Lisboa, Dom Quixote.
- Melo, João de (org.) (1998) *Os Anos de Guerra 1961-1975. Os Portugueses em África. Crónica, História e Ficção*, Lisboa: Dom Quixote.
- Melo, João de (2/3/2006) "Um (novo) romance peninsular" (entrevista), in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.
- Pepetela (2002) *Mayombe*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Pessoa, Fernando (1994) *Mensagem*, Braga: Angelus Novus.
- Pessoa, Fernando (2006) *Poesia do Eu*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Santos, M. A. Jane Cristina Duarte dos (2007) 'Um Verdadeiro Mar de Ruínas'. Disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero10/textojane.html

344 «Ó mar salgado, quanto do teu sal/ São lágrimas de Portugal! /(...) / Valeu a pena? Tudo vale a pena/ Se a alma não é pequena», Fernando Pessoa, «Mar português».

Teixeira, Rui de Azevedo (1988) *A Guerra Colonial e o Romance Português*, Lisboa: Editorial Notícias.

40) LUCIANO BAPTISTA PEREIRA LUCIANOP@MAIL.TELEPAC.PT E LJPEREIRA@ESE.IPS.PT

Luciano José dos Santos Baptista Pereira (Escola Superior de Educação de Setúbal), Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês); Mestre em Literaturas Medievais Comparadas; Doutor em Línguas e Literaturas Românicas

PUBLICAÇÕES

ENSAIOS:

Os bestiários franceses do Século XII;
O bestiário e os contos tradicionais portugueses;
O Universo do Imaginário;
A fábula em Portugal.

COMUNICAÇÕES E ARTIGOS SOBRE O ENSINO DAS LÍNGUAS, DAS LITERATURAS E DAS CULTURAS:

O telejornal na aula de Português; As cores da língua portuguesa como expressão de cultura; L'interculturel, l'audiovisuel et l'enseignement des langues; A cultura açoriano-catarinense na obra de Franklin Cascaes.

UNIDADES DIDÁTICAS PARA ALUNOS DO ENSINO COMPLEMENTAR DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ALEMANHA (EM COLABORAÇÃO):

A cidade; O mundo das línguas.

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS:

Os bestiários medievais franceses: origens e lições de sobrevivência. In *Animália Presença e Representações*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
A fábula, um género alegórico de proverbial sabedoria in *Forma Breve*. Aveiro, 2005.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982/1986); Formando, Orientador Pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1986/2006); Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990/1995); Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas – Embaixada de Portugal em Bona (1995/1996); Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2005); Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Escola Superior de Educação de Setúbal.

MANUEL DE PAIVA BOLÉO E A CULTURA AÇORIANO-CATARINENSE

1.

Em 1942, ao realizar, por correspondência, um inquérito linguístico sobre os Brasileirismos, Paiva Boléo apercebe-se que alguns dos traços apresentados por diversos autores como característicos do Brasil correspondem a traços específicos dos falares açorianos que havia anteriormente estudado. O autor foi levado a postular a hipótese de fortes influências açorianas sobre os falares de algumas regiões brasileiras nomeadamente de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A observação linguística exigia uma confirmação histórica que o levou a demoradas pesquisas no Arquivo Histórico Colonial. Publicou em 1945 o resultado das suas investigações em *Filologia e História*, formulando algumas das mais importantes questões que têm norteado os estudos da história e da cultura açoriano-catarinense. Foi apenas em 1948 que se deslocou, pela primeira vez, ao Brasil, a convite da comissão organizadora do congresso comemorativo do segundo centenário da emigração açoriana em Santa Catarina. Teve então a oportunidade de estudar a fala da povoação de Rio Vermelho e de confirmar a maior parte

das características a que já tinha feito referência no seu trabalho dedicado aos brasileiroismos em 1943. Foi todavia no campo etnográfico e folclórico que encontrou as maiores semelhanças, que não se limitam apenas à festa do Divino Espírito Santo e à prática das rendas de bilros. Em 1954 regressou ao Brasil para participar no segundo colóquio de estudos luso-brasileiros em São Paulo, publicando apenas em 1983 a sua comunicação acrescida de notas adicionais: A língua portuguesa do continente dos açores e do Brasil. Embora nestes trabalhos o autor se centre prioritariamente sobre a comunidade açoriano-catarinense, significativas são também as imagens do povo açoriano com que se confunde e a da gente teuto-brasileira com que se confronta. As descrições linguísticas aparecem enquadradas com referências às características etnográficas, folclóricas, culturais e sociais, atribuindo às estruturas e atividades económicas um lugar de destaque. A organização familiar e a condição feminina mereceram, elas também, profunda reflexão, o que muito contribui para a nossa compreensão de tão rico e fecundo imaginário tradicional.

Meio século após a visita do autor a Santa Catarina, reconstituímos e demorámo-nos no seu percurso. Na Praia dos Ingleses, paredes-meias com turistas gaúchos, paulistas e argentinos, deslumbrámo-nos com palavras, expressões, histórias, gestos e ritos de antanho.

2. A CULTURA AÇORIANO-CATARINENSE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Visitei os Açores em 1995 a convite do Núcleo do Ensino do Português no Estrangeiro da então Direção Geral de Extensão Educativa para dinamizar a IX ação de formação para professores de língua e cultura portuguesas no estrangeiro que decorreu em Angra do Heroísmo de 31 de julho a 4 de agosto. Realizei e apresentei, conjuntamente com o Dr. Carlos Caetano, um diaporama sobre as representações dos Açores na própria poesia açoriana. Durante o curso, soube de uma pretensa décima ilha, distante, em pleno atlântico sul. Não descancei até lá chegar. Fruto dessa viagem e de um trabalho pedagógico de vários anos com os meus alunos de Literaturas de Expressão Portuguesa, apresentei em Bragança, no Colóquio Anual de Lusofonia de 2004, uma comunicação sobre o imaginário de Franklin Cascaes³⁴⁵. O ano passado fui convidado a integrar a Comissão organizadora do Primeiro Encontro Açoriano da Lusofonia. Infelizmente, por falta de financiamento, não me foi possível apresentar a comunicação que, contra ventos e marés, hoje aqui vos trago. Não se trata de nenhum trabalho de erudição, nem tão pouco de nenhuma pesquisa inovadora, mas apenas de mais um dos produtos de um paciente labor pedagógico que visava, no contexto da formação complementar de professores, reforçar a difusa consciência lusófona, e afinar instrumentos críticos de abordagem dos fenómenos culturais, com particular destaque para os da construção da identidade e da memória coletiva.

Para tal, nada melhor que acompanhar Paiva Boléo na sua primeira viagem ao Brasil, em 1948, para participar, a convite da comissão organizadora, no Congresso de Florianópolis, comemorativo do Bicentenário da colonização açoriana.

3. A REALIDADE TORNADA MITO

Florianópolis (carinhosamente Floripa) é a capital do estado de Santa Catarina, antiga vila de Nossa Senhora do Desterro, fundada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho e rebatizada em homenagem ao antigo Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto.

O autor relata a sua visita com um tom constantemente emocionado, deslumbrado e verdadeiramente agradecido. Tudo o seduz, desde a beleza das paisagens, à organização do Congresso, sem falar da pujança cultural, da diversidade étnica e das superiores virtudes humanas.

Observa que os núcleos mais importantes eram, por ordem decrescente, o Português que se fixara sobretudo no litoral (com especial relevo para o açoriano e o madeirense, o primeiro dos quais para ali emigrara a partir de 1748); o alemão (que desde 1829, aproveitara as ligações matrimoniais entre a Casa de Bragança e a casa da Áustria³⁴⁶ para ocupar a bacia do Itajaí) e o italiano (que, na segunda metade do século dezanove, se estabelecera

345 Pereira, Luciano - O imaginário açoriano-catarinense na obra literária de Franklin Cascaes in CD Atas Colóquio Anual de Lusofonia. Bragança. Câmara Municipal, 2004.

346 Pelo casamento de D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal com a Princesa Dona Leopoldina.

nas bacias do Tijucas e do Araranguá³⁴⁷). Os elementos indígenas já estavam, na altura, quase completamente desaparecidos e os africanos constituíam uma pequeníssima percentagem.

O estado de Santa Catarina, com uma área de 95.000 quilómetros quadrados, contava então com uma população de 1.500.000 habitantes, hoje conta com cerca de um terço da população de Portugal, mais de 4.000.000 de habitantes (Fidalgo, Lisboa, 2002, 49).

A capital seduziu-o em particular pela sua dinâmica educacional e cultural. Para além das suas numerosas escolas primárias e dos vários estabelecimentos de ensino secundário (oficial e particular), normal, comercial e profissional, donde já se destacava o prestigiado Colégio Catarinense, dirigido pelos padres jesuítas, o autor sublinhava a existência das Faculdades de Direito, de Farmácia e de Odontologia, da Academia Catarinense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o papel fundamental da Biblioteca Pública cujo funcionamento lhe deixou a mais viva das impressões.

“Por se tratar de uma cidade pequena (aproximadamente como Braga, embora de menor importância), a atividade intelectual de Florianópolis não deixa de surpreender, não apenas o estrangeiro, mas os próprios brasileiros de outros estados.” (Boléo, 1950, 7)

Para o deslumbramento do autor, para além da riqueza cultural, dos encantos sedutores da ilha e da exuberância da natureza, não terão sido alheias as retóricas de celebração de um mito da fundação que faziam de um povo simples e humilde, os heróis de uma moderna epopeia, num tom profundamente emotivo e num registo marcadamente grandiloquente. O mito construiu-se na sua presença, com o seu contributo, tão mais vital quanto vital se tornava afirmar a vitória dos mais humildes sobre os mais poderosos, a vitória de uma cultura que se havia confrontado com a cultura hegemónica alemã e que dela saíra vencedora, tal como as forças aliadas haviam vencido as forças do eixo totalitário.

Em 1953, no Jornal Açores de 27 de setembro o autor veio a publicar um eloquente artigo sobre o povo açoriano, intitulado “A alma portuguesa”. Em 1983, em “A língua portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil” o autor retoma algumas afirmações significativas comparando as características do povo açoriano às do povo brasileiro e em particular às do povo de Santa Catarina:

«Julgo não exagerar dizendo que o arquipélago dos Açores deve ser a porção do território nacional onde melhor se poderá encontrar a alma portuguesa na sua constante histórica. As Ilhas são como que um acumulador, onde se concentram, juntamente com a linguagem, as energias físicas e espirituais da Raça: físicas, porque nos Açores existe, seguramente, maior percentagem que no Continente de homens altos e fortes (especialmente em S. Miguel e no Pico); espirituais, porque – sejam quais forem as reservas que haja a fazer a certas modalidades da religião dos açorianos – os ilhéus, na sua quase totalidade, mesmo absorvidos pelos cuidados materiais da vida, não esquecem que têm uma alma. (...)

Poder-se-iam ainda apresentar – acrescentarei eu – outras características comuns ao açoriano e ao brasileiro, como sejam o ouvido e o gosto musicais do povo (...), e certa religiosidade, muito mais generalizada que no Continente e que se observa mesmo em pessoas que não frequentam habitualmente a igreja. (...)

Como continental que sou, compreendo hoje muito melhor o povo brasileiro, justamente porque pude conhecer de perto durante algum tempo a gente açoriana». (Boléo, 1983, 14-16)

O papel importantíssimo do açoriano na colonização de Santa Catarina é, no Congresso, declinado até à exaustão, desvalorizando qualquer outro contributo, até nos discursos mais clarividentes e moderados como o que proferiu o Presidente da Comissão Executiva do Congresso e Professor da Faculdade de Direito de Florianópolis, Sr. Desembargador Henrique da Silva Fontes na cerimónia de lançamento da primeira pedra para o monumento comemorativo do centenário:

347 Piazza (2000, 329) indica que teria sido a partir de 1836 que emigrantes de língua italiana, incentivados pelos laços matrimoniais entre a Casa de Bragança (D. Pedro II) e a Casa das Duas Sicílias (D. Teresa Cristina), se teriam fixado na Colónia de Nova Itália.

“No caso concreto da colonização insulana, temos já a distância de dois séculos. Sabemos que se frustraram os sonhos lusitanos de levar o domínio ao estuário do Prata, sonhos a que se prendia a bem estudada colonização do Brasil meridional; sabemos também que dos colonos ilhéus aqui estabelecidos, não saíram os lavradores deles esperados; mas sabemos também, porque sentimos e palpamos – e muitos de nós o sentem no próprio sangue – que os ilhéus que aqui cresceram e triunfaram, contribuindo preponderantemente para a rija base da cultura luso-brasileira, que enfrentou e absorveu ou modificou outras culturas, sendo elemento de segurança e de progresso para o Brasil.” (in Boléo, 1950, 8).

Quando o sangue açoriano corre nas veias, o discurso carrega-se de emoção e atinge as vibrações camonianas das tubas canoras como o fez o deputado Dr. Osvaldo Cabral, um dos autores que mais se ocuparam da imigração açoriana para o estado de Santa Catarina, autor de numerosos artigos e trabalhos sobre a história de Santa Catarina e que sobre o assunto apresentou várias teses ao congresso:

“Se as fainas agrícolas não conduziram à vitória esperada, se os açorianos não imitaram os gregos lavravam o sol aspirando com delícia o cheiro da terra revolvida de fresco, se não realizaram eles os sonhos de Silva Pais, limitados nas suas esperanças à criação de núcleos agrícolas, entretanto alicerçaram obra de maior envergadura: - o açoriano e o madeirense, pela sua descendência conservaram para o Brasil este pedaço de chão sobre o qual o castelhano ousou pôr o pé, mas não logrou deitar a mão, nem descansar a cabeça.

Porque o açoriano foi o soldado do heroico e valoroso regimento de Linha da Ilha de Santa Catarina: foi o marinheiro que varejou os nossos mares, com a sua audácia e o seu destemor; foi quem desembainhou a espada pela mão de um Polidoro, de um Fernando Machado, de um Xavier de Sousa, quem colheu glórias pelas bravuras de um Osório. Foi quem pisou o convés de quilhas imperiais e quem abriu o fogo das baterias das cascas de nozes garibaldinas: foi quem cantou pela lira de um Marcelo Dutra e de um Quintanilha; quem serviu a sua terra por um Jerónimo coelho, por um Silveira de Sousa e por um Melo e Alvim; e foi quem andou a esmolar para os pobres e desgraçados, pela mão de um Irmão Joaquim, semeador de casas de assistência por esse Brasil afóra...

Deu tudo de si – e dele cabe-nos um legítimo sentimento de orgulho, pois foi país de heróis e de poetas, antepassado de músicos e de santos!” (In Boléo, 1950, 10-11)

Por entre inaugurações a monumentos, concertos musicais, entoações do hino nacional português, “em homenagem à velha e gloriosa metrópole donde haviam vindo os colonos”, como referiu o Diário Oficial de Santa Catarina, ia-se construindo o mito de discurso em discurso, de conferência em conferência:

“A nossa colonização começou sofrendo. Nasceu chorando. Sofrimento e lágrima que o ideal de triunfo poderia estancar. (...)

Na história do povoamento e colonização do Brasil, o português e notadamente o açoriano, que é uso legítimo, ocupa lugar de relevo, pelo arrojo, pela tenacidade e pelo idealismo. (...)

No momento em que se comemora, festivamente, o segundo centenário do Povoamento de Santa Catarina, é nosso dever enaltecer o valor daquela gente, espalhada por todos os recantos do mundo, não se podendo negar a intrepidez e o denodo verdadeiros operários da civilização. Navegadores, colonos, guerreiros, artistas, apóstolos, marinheiros, atravessaram os mares e palmilharam continentes.” (Dr. António Nunes Varela in Boléo, 1950, 12-13)

Invocado o maravilhoso pagão, comparadas as gestas e as virtudes açorianas com as epopeias e o génio fundador do povo grego, era necessário sacralizar o mito, santificá-lo, prestar culto a um povo escolhido e escutado por Deus. Escolheu-se a Catedral para a celebração solene de um “Te Deum”. São do próprio arcebispo de Florianópolis, D. Joaquim Domingues de Oliveira, português de origem, as seguintes palavras:

“Vindos em levadas sucessivas e numerosas, concorreram (os Açorianos) para formar o bloco homogéneo – atalaidas, por assim dizer, da fronteira – ali deixando, com a implantação dos mesmos costumes, língua e religião, a chave para a solução de problemas que, previstos, talvez, apenas, não deviam ser estranhos, mesmo para a adequada solução, aos nossos próprios dias. (...)

E é justamente para venerarmos os esforços dos homens bons e generosos que nos precederam na caminhada, que aqui nos achamos reunidos. Agradecimentos aos homens e agradecimentos a Deus: aos homens que, não

dispondo dos elementos de cultura e civilização atuais, fizeram o que fizeram. Fizeram-no, mercê de reconhecidas qualidades, e ainda, e sobretudo, porque sabiam invocar a Deus.” (In Boléo, 1950, 14-15).

Paiva Boléo foi bastante sensível ao poder de atração popular exercido pelos trabalhos em miolo de figueira do engenheiro açoriano Euclides Rosa que se deslocara a seus próprios custos de São Paulo onde se encontrava casualmente. Contrariamente às autoridades portuguesas, apercebeu-se, com nitidez, da importância cultural e política das comemorações e não deixou de lamentar a ausência de representantes diretamente vindos dos Açores.

A sua própria estada, integralmente paga pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, deveu-se antes de mais ao forte interesse que expressou o Sr. Desembargador Henriques Fontes, após a leitura do seu artigo científico sobre os brasileirismos publicado em 1943³⁴⁸. Relativo foi o apoio prestado por parte das autoridades portuguesas. Não deixa de ser significativa a alusão à própria intervenção do Senhor Dr. Neréu Ramos, Vice-Presidente da República, também ele descendente de açorianos. Diga-se, em abono da verdade, que o contributo que o autor havia dado ao Congresso não se limitava ao artigo sobre os brasileirismos uma vez que, em 1945, publicara um trabalho sobre a emigração açoriana para o Brasil com abundantes e importantíssimos documentos inéditos pesquisados no então Arquivo Histórico Colonial (hoje Arquivo Histórico Ultramarino)³⁴⁹. Abreu e Lima, no seu Compêndio da História do Brasil, de 1882, e Varnhagem, na sua História do Brasil, de 1854, já haviam sublinhado a intensidade e a antiguidade dessa emigração, referindo que desde 1621 que duzentos e quarenta colonos dos Açores se haviam instalado no Maranhão para reparar os danos causados pelas bexigas. (Na realidade o processo ter-se-á iniciado pelo menos a partir de 1617.)³⁵⁰ As pesquisas de Boléo, fundamentais para muitas outras pesquisas posteriores, confirmavam que a emigração para o Sul passara a ser massiva, contínua, sistemática e familiar desde o século XVIII. Para tal contribuíram os fenómenos de vulcanismo e excesso de densidade populacional com os consequentes fenómenos da mais extrema miséria (Piazza, 1999, 21-32).

Foi todavia, em 1742, o brigadeiro José da Silva Pais, responsável pela fortificação da Ilha de Santa Catarina e que havia sido governador do Castelo de São João Baptista, que terá sugerido que se levasse das ilhas alguns casais para poder concretizar os seus objetivos (Idem, ibidem, 46). Inscreveram-se, pelo menos, 7.827; 24% de São Jorge, 15% da Graciosa, 9% do Pico, 4,5% da Terceira, 2,5% do Faial e 0,7% de São Miguel desconhecendo-se os dados relativos às outras ilhas³⁵¹. O primeiro contingente, de mil pessoas, terá embarcado no dia 7 de agosto de 1747, atingindo Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) a 6 de janeiro de 1748. Seguiram-se muitos outros até outubro de 1749. Entre 1748 e 1752, segundo alguns autores teriam entrado em Santa Catarina cerca de 5.913 indivíduos e no Rio Grande do Sul 1.400 (Boléo, 1943, 71). De 1740 a 1806 a procedência, só dos chefes de família, teria sido a seguinte: S. Jorge 291, Faial 199, Terceira 135, Pico 86, Graciosa 26, Santa Maria 24, S. Miguel 21, Flores 3. Após 1750, em Santa Catarina, a cada família era fornecido um quarto de légua de terra (imprópria para o cultivo do cereal fornecido, o trigo dos Açores), sementes, alfaias agrícolas, 49 éguas e 341 vacas (Fidalgo, 2002, 29-31).

Significativa é a referência ao documento de Santa Catarina, datado 5 de novembro de 1756, com o número total de habitantes de 9 freguesias: 9.758; sendo das Ilhas 1084 casais e 3421 filhos; e da Terra, 1097 casais e 3446 filhos (Boléo, 1945, 8).

4. A FALA E A EXPRESSÃO DO IMAGINÁRIO

348 Onde o autor já formulava algumas das questões fulcrais que vieram a encontrar posterior resposta: “Qual foi a região de Portugal que deu maior contingente para a povoação dos Açores e da Madeira? De que ilha do arquipélago açoriano saiu maior quantidade de emigrantes para o Brasil? E para que regiões foram eles de preferência?” (Boléo, 1943, 69)

349 Boléo, 1945.

350 Boléo, 1983, 7

351 Em cabeça de lista surgem as ilhas que foram sobretudo povoadas por gente do Algarve, do Alentejo, do Porto Santo e da Madeira. Também são as que apresentam, hoje, ao nível da fala, características mais próximas do português típico, embora com algumas analogias com o falar da Terceira, que se distingue, em particular, pela sua ditongação madeirense e pelo ù micalense. Foi também a ilha com uma povoação mais heterogênea, tanto no que diz respeito ao espaço português quanto a outras origens europeias, inglesas, genovesas, castelhanas, galegas, biscainhas.... Destaque-se a comunidade Flamenga que terá acompanhado o seu capitão donatário, Jácome de Bruges (Santos, 1989,136).

O seu interesse em realizar um inquérito linguístico numa povoação do interior levou-o a Rio Vermelho, aldeia que fica a 42 quilómetros de Florianópolis. A estrada era então bastante recente. Rio Vermelho situava-se ao longo da estrada numa extensão de seis quilómetros. Tinha cerca de 250 casas e cerca de 1200 habitantes. As famílias eram bastante numerosas embora a mortalidade infantil ainda fosse bastante elevada. Embora a malária tivesse sido um verdadeiro flagelo, já na altura se fazia rara, graças ao *Serviço Nacional de Malária*. Nesse tempo, talvez incentivada pelo sol arenoso, a maioria das pessoas andava descalça. O solo, do lado ocidental, talvez devido à presença de muitas conchas, era produtivo, dotado de uma exuberante vegetação. Ficou hospedado em casa do regente do posto de ensino, o Sr. João Gualberto Soares. Visitou a cavalo a Praia dos Ingleses, sede de freguesia, ou de distrito na terminologia brasileira. Contava, na altura com 120 casas, situadas à beira mar, sem contar os ranchos, casas de madeira para guardar as embarcações. A região impressiona-o pela sua vegetação de coqueiros a ornamentar a cumeeira dos montes. Campos sem fim, ora de lavoura ora de pastagem. Ausência total de fábricas.

Após se maravilhar com o facto de poder comunicar facilmente com os seus informadores, apesar de analfabetos, o que o leva a cogitar sobre a inexistência de dialetos na imensa extensão do território brasileiro mas apenas de falares que se explicariam por motivos sociais e geográficos. Surpreende-se todavia com as importantes diferenças quer fonéticas quer lexicais no interior da mesma povoação e no seio da mesma família. Ouve os mais velhos dizerem “os animalí” enquanto os mais novos pronunciam “os animau”. São as características que mais aproximam os falares dos Açores e os falares de Santa Catarina que o interessam: a passagem da palatal lh a iode (ureias/orelhas; ramaiête de filo/ramalhete de flores); a supressão do r final dos verbos (apertá, iscarrá); a redução da sílaba final como acontece no Algarve e em algumas povoações de Ponta Delgada (remuim/remoinho; manim/maninho). No capítulo da morfologia aponta o uso de “todos dois” em vez de ambos; a redução da terminação na terceira pessoa do plural do indicativo presente e do pretérito perfeito simples (os donos é que trato/ tratam), o emprego do pronome pessoal complemento em vez do pronome sujeito (isto é pra mim fazé/isto é para eu fazer).

Mas é no léxico que o autor diz encontrar as coincidências mais significativas, embora seja bastante parcimonioso nos exemplos (gueicha/égua). Em 1983 o autor sublinha características comuns mais gerais aos falares do Açores e do Brasil: o emprego do verbo ter no sentido de existir; de família (familia, família) para significar filhos, de papai e mamãe, do gerúndio em frases em que no Continente, com exceção do Algarve se utilizaria o infinitivo precedido de a (fulano está apanhando laranjas no seu quintal); a frequência do sufixo diminutivo -inho; o facto dos filhos responderem ao chamamento dos pais por Senhor/Senhora... (Boléo, 1983, 23-34)

Nesse mesmo artigo o autor reconhece que algumas coincidências não serão mais que coincidências, inscrevendo-se nas tendências gerais de evolução da língua portuguesa, outras corresponderão a exportações de dialectalismos do continente tanto para os Açores como para o Brasil enquanto outras só se justificam se admitirmos a influência direta da fala dos colonos açorianos:

“No seu artigo “Brazil and Azores, publicado na revista Modern Language Notes de junho de 1947, Francis Rogers, baseando-se apenas nas escassas observações que, com todas as cautelas apresentei em 1943, no meu trabalho Brasileirismo, contestou a influência açoriana no que toca a factos de carácter fonético, interpretando-os como uma evolução natural e espontânea dentro do território brasileiro e que se integram nas tendências gerais da língua portuguesa. Posteriormente, na revista Orbis (Louvain, tomo II, 1953, p. 146, nota), o linguista brasileiro Serafim Da Silva Neto, fez suas as reservas do professor americano, mas reconheceu que, no vocabulário, «il est possible de signaler des expressions propres aux Açores (açorianismos)”.

Hoje é difícil ouvir o falar catarinense ou o “catarinês” como gostam de referir os “manezinhos” da ilha. Num botequim da Praia dos Ingleses, por entre umas “abridêra”, umas “pinga” e umas “fresquinha”, ouve-se por vezes velhos pescadores falarem de assombração e das mulheres do “demonho”, megeras éguas bruxas que se escondem nos “rancho” e que “nem urubu” espantam os “animalí”, gente que ainda hoje desconfia dos “dotô” da cidade “capitáli”. Já vai para mais de dez anos que tive a felicidade de os ouvir. Por vezes o ritmo acelerava, a pronúncia fechava-se e o léxico tornava-se hermético, todavia tive a felicidade de encontrar um pequeno livro muito popular. Era o *Dicionário da Ilha* (Alexandre, 1994). Um verdadeiro best-seller, já ia na sua terceira edição, com mais de 10.000 exemplares vendidos!

É todavia no campo etnográfico e folclórico que, ontem como hoje, se encontram as maiores semelhanças³⁵²: os nomes dos oragos, as rendas de bilros, as quadras populares, as festas do Divino Espírito Santo... Estranhamente Paiva Boléo não refere nem a arquitetura popular nem o imaginário “bruxólico” que viria a constituir a matéria-prima da obra emblemática de Franklin Cascaes apesar de algumas das teses apresentadas no congresso se debruçarem exatamente sobre as superstições comuns ao Brasil e aos Açores (Luís da Silva Ribeiro).

Não resisto eu a invocar uma das lendas paradigmáticas de nítida origem celta, documentada na obra de Franklin Cascaes, na ilha Terceira e no Norte de Portugal:

As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha.

“Comadre, eu estive num lugar muito longe, dentro da noite, e, às apalpadelas, dentro da escuridão, consegui recolher um punhado de areia e umas rosas, porém desconheço o lugar de sua origem. Já as mostrei a muita gente e ninguém, assim como eu mesmo, conseguiu identificá-las. - Quando ela colocou os olhos por riba da areia e das rosas, suas faces enrubesceram, seus olhos se esgazearam e sua fala emudeceu. Recuperando-se, ela afirmou – Compadre, a terra de origem deste punhado de areia e deste ramalhete de rosas é a Índia. Eu aprendi na minha escola de iniciação à bruxaria que lá, nos Açores, na terra dos nossos antepassados, as bruxas também costumavam roubar embarcações e fazerem estas viagens extraordinárias entre as ilhas e a Índia, em escassos minutos marcados pelos relógios do tempo. Também aqui as mulheres continuadoras dos elementos diabólicos do reino de Satanás, cujas chefes enfeixam em suas mãos os poderes emanados Dele, praticam as mesmas peripécias. Eu, compadre, afirmo-lhe com convicção certa de que as suas vidas, naqueles momentos, estiveram guardadas no repositório das minhas mãos. A bruxa chefe, que comandava a embarcação, tinha plena certeza da presença real de sangue humano dentro da lancha e, de vez em quando, ela chamava a atenção de suas comandadas para que investigassem onde estava o elemento que o possuía. Mas eu procurei sempre com muita altivez e precisão bruxólica, atrai-las para pontos distantes que podiam atrapalhar nossa viagem, quais eram os cantares dos galos. Hoje o senhor vai saber com precisão que, dentro da sua embarcação, fazendo aquela viagem bruxólica entre a Ilha de Santa Catarina e a Índia, estavam as mulheres bruxas mais respeitáveis, misteriosas, prepotentes e malignas que vivem o reino rubro do rei Anjo Lúcifer. Se o senhor não foi trucidado por elas, agradeça à minha presença na sua lancha, metamorfoseada em bruxa, sentada no banco de popa na frente da gaiuta, onde se achava escondido” (Cascaes, 1950, 73-77).

Havia um homem que era pescador e, quando chegava à calheita para deitar o barco ao mar, ele estava sempre alagado.

Uma noite resolveu ir e foi vigiar para ver se apanhava a pessoa que andava com o barco. Escondeu-se dentro dele e botou uma serapilheira por cima de si.

Dali a bocado grande, viu entrar duas raparigas e cada uma pegou no seu remo e foram a remar pelo mar fora. Chegaram à Índia, arrumaram o barco lá num canto e meteram por terra dentro. O homem estava lá escondido e lá ficou. Não levou muito tempo. Elas no barco. Quando vinham de viagem, uma vira-se para a outra e diz assim: Rema para lá que é quase de manhã! Rema para lá que é quase de manhã! – e a manhã já a luzir.

E o homem dizia lá consigo:

-Ai se me dá a tosse, ai se me dá a tosse...

Ele vinha abafado com a saca por cima de si mas nunca tossiu.

Elas traziam três pedras brancas e umas vagens e, quando chegaram a terra, esqueceram-se delas dentro do barco. E o homem assim que as apanhou pelas costas, botou a mão às coisas e veio para cima. Foi mostrar aquilo aos amigos para provar a eles que tinha ido numa noite à Índia a mais as feiticeiras (Altares, Terceira - Açores)³⁵³

“As bruxas vão ao Brasil em meia hora num barco, que tomam: cada remadela cem léguas.

Um homem tinha à beira do rio Douro um barquinho, e todas as noites lho tiravam do sítio. Ele tinha uma comadre, que era bruxa. Tantas vezes viu que lhe buliam com o barquinho que foi uma noite lá ficar dentro do cuqueiro (barraca ao pé da espadela).

De noite a comadre e outras bruxas levaram o barquinho para o Brasil, e ele dentro. As outras bruxas diziam:

-Aqui cheira a sangue vivo.

E a comadre dizia:

³⁵² Refiro entre outros trabalhos a magnífica síntese de Pavão Júnior (1987)

³⁵³ Martins, 1994, 103-104

Não cheira não! Remem, remem, cada remadela cem léguas!

Chegaram ao Brasil, prenderam o barquinho; elas saíram, e ele ficou dentro. Depois o homem saiu, cortou uma cana-de-açúcar e tornou a meter-se no barco. As bruxas vieram e tornaram a andar com o barquinho para Portugal e diziam:

-Aqui cheira a sangue vivo!

E a comadre respondia:

-Não cheira, não! Remem, remem, cada remadela cem léguas, que está breve a cantar o galo negro! (que é o que parte à meia-noite).

Chegaram à terra na mesma noite, prenderam o barquinho e foram-se embora. Era num sábado. Ao outro dia de manhã foi o compadre da bruxa à missa e levou a cana-de-açúcar e disse lá na missa que fora na noite anterior ao Brasil. Os vizinhos diziam que não era verdade, e ele:

-Pois para o quê, tenho aqui uma cana-de-açúcar, que lá cortei na esta noite.

A comadre disse-lhe que não andasse com estas gabações, porque as outras que o matavam, “que eu fui que te vali a tua vida, que elas já iam a dizer que cheirava a sangue vivo” (Granja das Biocas)³⁵⁴.

Confesso que a versão açoriana, por fazer referência à Índia (forma arcaica de designar o Brasil, tal como re-encontramos na expressão café da Índia (café do Brasil, café legítimo³⁵⁵), me parece a mais antiga e que a versão recolhida no Norte de Portugal me parece uma versão “torna viagem”. O que não significa que não tenha sido exportada do continente para as ilhas e que não pertença a um imaginário nitidamente nortenho. Certo é que, apesar das referências exóticas de ambas, descortinamos, por de trás do nevoeiro do tempo, a imagem das antigas sacerdotisas celtas que povoaram a ilha de Avalon e que até nós viajaram das tradições bretãs, pela matéria arturiana até às nossas tradições orais:

“A barca aportou ante rei Artur e as donas saírom fora e foram a el-rei. E andava antr’elas Morgaim a (o) encantador irmã(a) de rei Artur, que foi a el-rei com todas aquelas donas que tragia e rogou-o entom muito que per seu rogo ouve el-rei d’entrar na barca. E pois foi dentro fez meter i seu cavalo e todas as armas. Disi começou-se a barca de ir pólo mar com el e com as donas em tal hora que non ouve i pois cavaleiro nem outrem no reino de Logres que dissesse pois certa mente que o pois vissem” (Piel, 1988, 463)

5. O CONFRONTO DE CULTURAS

A entronização da colonização açoriana em detrimento das outras não se fez pacificamente e encontrou como seria de esperar algumas resistências. Dois conceitos diferentes de civilização se confrontavam segundo o autor, “um que se deslumbra, sobretudo, com o progresso material; outro que atende, principalmente, aos fatores psicológicos e ao poder de assimilação” (Boléo, 1950, 33). O autor dá-nos notícia de discursos cuja função era a de responder àqueles que amesquinhavam a colonização açoriana por esta não ter conseguido o progresso material que outras, e em especial a alemã, atingiram. Muito se havia escrito sobre as diferenças entre as zonas de colonização açoriana e as de colonização alemã, e nem sempre desapassionadamente, quase sempre em detrimento da primeira.

Um congressista, talvez de forma provocatória, terá mesmo apresentado a seguinte tese: “Contribuição à história da colonização alemã no vale de Itajaí”.

“Num congresso que se destinava a estudar a colonização açoriana no estado de Santa Catarina, parece que um tema desta natureza estaria deslocado, mas o autor defendeu o seu procedimento, dizendo que não “considerava o português um colono estrangeiro, mas sim um povoador”. A tese foi bastante criticada na respetiva secção.” (Boléo, 1950, 32)

A vitória da colonização açoriana não se afirmava pelo modernismo das técnicas agrícolas, nem pelo alto nível económico mas sim pela resistência à modernidade e pela sobrevivência dos padrões que o caracterizavam e talvez, em alguma medida, o continuam a caracterizar. A tensão entre o elemento açoriano e o teutónico confundia-se com a tensão chocante entre o urbano e o rural, o passado e presente:

354 Vasconcellos, 1963, 436-437

355 Boléo, 1983, 20

“O campo, porém, mantém-se em sua tradição, e a sua evolução não se faz à custa de todos seus hábitos e instituições, mas na fusão destes com os novos elementos que absorve.

O viajante apressado extasia-se ante o progresso e riqueza da bacia do Itajaí. Não conhece, sem dúvida, a tragédia que naquela região se desenrola ante a erosão do solo, a rotina de processos agrícolas e a deficiência da rede comercial.” (Peluso in Boléo, 1950, 38)

Apesar de todo o ambiente de euforia em torno da gesta e da colonização açoriana que o levou a visitar São Miguel, Santo António, Canasveiras, Ribeirão, Vila Nova e Laguna, o autor não deixou de manifestar o seu interesse em visitar as zonas de colonização alemã e de refletir longamente sobre as suas características:

“Numa das excursões do Congresso, manifestei o desejo, em conversa com o Presidente da 6ª secção, de visitar as regiões de colonização alemã e italiana, para ficar com uma ideia mais completa do Estado de Santa Catarina.” (Boléo, 1950, 41).

Assim o autor percorreu mais de 500 quilómetros. Visitou o município de Blumenau, a casa-museu de Fritz Müller, “príncipe dos observadores” na expressão de Dawin, Indaial, Timbó, Redeio (vila de colonização italiana e tirolesa), Vila de Ascurra e Brusque:

“É difícil falar sem paixão da zona de colonização alemã. Não há dúvida que sob o aspeto material, representa contraste flagrante com a zona de colonização portuguesa e brasileira. Em vez das casas de madeira, com janelas sem vidros, de aspeto pobre, senão mesmo miserável (refiro-me evidentemente às aldeias), encontramos casas alegres, com canteiros de flores e árvores a cobri-las de sombra. Em lugar da “natureza natural” a paisagem cultural, o aperfeiçoamento do homem. A natureza que já ali é bela, mais se valoriza com a ação do homem. Nas casas, nas ruas, o asseio e a ordem, que revelam o mais elevado nível de civilização material. Temos por vezes, a impressão de que fomos transportados a uma povoação da Alemanha ou da Suíça” (Boléo, 1950, 41-42).

O autor observou todavia o notório sentimento de superioridade rática dos Brasileiros da zona de colonização alemã sobre os Luso-brasileiros e sobre os Ítalo-brasileiros. Pois, antes da guerra, as colónias alemãs constituíam verdadeiras ilhas culturais, as crianças só frequentavam escolas de língua alemã e praticava-se uma estrita endogamia. Após a guerra o Governo estadual tomou medidas para a integração dessas comunidades:

“Graças a esta política escolar e à forte reação que durante a última guerra, se manifestou contra aqueles brasileiros que preferiam colaborar politicamente com a pátria de origem a servir lealmente a nação de que se haviam tornado filhos, a aprendizagem da língua portuguesa por parte das crianças e o processo de assimilação da parte dos adultos apressou-se bastante.

Consta-me, porém, que tanto no estado de Santa Catarina como no do Rio Grande do Sul, já se começa a verificar de novo a tendência para a “colónia” alemã viver fechada dentro de si mesma.” (Boléo, 1950, 43).

“É português tudo o que temos de brasileiro e profundo” terá afirmado O Governador de Santa Catarina na sessão inaugural do Congresso. Gilberto Freire em Continente e Ilha recorda que a parte lusitana das tradições dominantes brasileiras não pode deixar de ser constantemente reforçada e renovada.

Paiva Boléo foi-se apercebendo do alcance político do Congresso Não se tratava meramente de um Congresso de História de Santa Catarina para comemorar a colonização açoriana mas sim de uma estratégia de afirmação da brasilidade de um estado que, em certa medida, havia preferido apoiar os esforços belicistas germânicos em detrimento dos interesses da Pátria brasileira e onde, de facto a cultura luso-brasileira havia perigosamente enfrentado a cultura alemã:

“A finalidade suprema do Congresso, embora não expressa, era a de mostrar aos outros estados da União a brasilidade do Estado de santa Catarina. E a melhor forma de o conseguir era de comemorar o bicentenário da colonização açoriana.” (Boléo, 1950, 47)

6. BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Fernando – Dicionário da Ilha. Falar & Falares da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis. Cobra Coralina, 1994.
 - CARUSO, Raimundo – Franklin Cascaes. Vida e Arte e a Colonização Açoriana. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
 - BOLÉO, Manuel de Paiva – Brasileirismos. Problemas de método. Separata da revista Brasília, vol. III, Coimbra, 1943.
 - BOLÉO, Manuel de Paiva – Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil. (Com documentos inéditos). Separata de «Biblos» Vol. XX. Coimbra, 1945.
 - BOLÉO, Manuel de Paiva – O Congresso de Florianópolis. Comemorativo do Bicentenário da Colonização Açoriana. Coimbra, 1950.
 - BOLÉO, Manuel de Paiva – A língua portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil. (Problemas de colonização e povoamento). Separata de Revista Portuguesa de Filologia. Vol. XVIII. Coimbra, 1983.
 - CASCAES, Franklin – *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. I. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
 - CASCAES, Franklin – *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. II. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
 - FIDALGO, Manuel Caçoilo – Santa Catarina e Rio Grande do sul Adaptação – renovação – afirmação Açoriana no sul do Brasil. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2002.
 - JÚNIOR, José de Almeida Pavão – La littérature orale de Santa Catarina et la présence culturelle des Açores in Littérature Orale Traditionnelle Populaire – Actes du colloque. Paris, 20-22 Novembre 1986. Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987.
 - MARTINS, J. H. Borges – Crenças Populares da Ilha Terceira I. Lisboa: Salamandra. 1994.
 - PIAZZA, Walter F. – A Ilha de Santa Catarina e o seu continente na luta pela hegemonia portuguesa e na fixação da Cultura lusitana no Brasil meridional. In As Ilhas e o Brasil. Funchal. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretária Regional do Turismo e Cultura, 2000.
 - PIAZZA, Walter F. – *A epopeia açórico – madeirense (1746-1756)*. Coimbra: Centro de estudos de História do Atlântico, 1999.
 - PIEL, Joseph-Maria (ed.) – A Demanda do Santo Graal. Lisboa Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.
 - SANTOS, J.M. dos – Os Açores nos séculos XV e XVI (vol. I). Universidade dos Açores. Direção Regional dos Assuntos Culturais. Secretária Regional da Educação e Cultura, 1989
 - VASCONCELOS, J. Leite de (col.) – Contos Populares e Lendas. Coimbra, 1963.
 - 3.º Congresso de Comunidades Açorianas. Angra do Heroísmo, 1991.
 - Florianópolis – Ilha de Santa Catarina. CD-ROM. Brasil.
-

VIII COLÓQUIO DA LUSOFONIA, BRAGANÇA DE 3 A 6 DE OUTUBRO DE 2007

41) ANABELA MIMOSO

ANABELA BRITO CORREIA DE FREITAS MIMOSO, Licenciada em História, Mestre e doutora em Cultura Portuguesa, pela FLUP anabelamimoso@hotmail.com

Autora de vasta obra publicada na área da Literatura Infantojuvenil; tradutora; coautora de manuais escolares para o ensino de Português do 5º,6º,7º,8º e 9º anos (Porto Editora); investigadora da área das Ciências da Educação

Faz parte dos corpos diretivos da Associação de Escritores de Gaia e da Associação Amigos do Solar dos Condes de Resende/Confraria Queirosiana;

Tem feito comunicações em vários encontros de professores, escritores e bibliotecários, e feito animação em bibliotecas públicas (em Portugal e Galiza) e escolares, e participado em encontros com os alunos em escolas portuguesas e galegas. Fez parte dos projetos “Malas Viaxeiras” (2004/5), “Estafeta do Conto” (2006) e, “Pintar o Verde com Letras” (2007) da Delegação Norte do Ministério da Cultura

AONDE NOS LEVA A DIVERSIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA? ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA

É verdade que a língua é um diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas. Isso não significa que a sua unidade seja posta em questão, pelo menos, enquanto todos os seus falantes se entenderem. É o que se passa em relação à língua portuguesa.

Mas se as diferenças entre a norma escrita do Português do Brasil (PB) e a do Português europeu (PE) são mínimas, já o mesmo não se pode dizer quando temos em conta os dialetos, nomeadamente os da variante do PB, pois estas apresentam acentuadas diferenças entre si. Por isso mesmo, o que se afigura mais urgente fazer será resolver o problema da unidade da língua dentro do próprio Brasil para que, a breve trecho, os próprios brasileiros não tenham dificuldades em se entenderem uns aos outros.

PREÂMBULO

Dos países ditos “lusófonos” é precisamente o Brasil aquele em que as ideologias anticolonialistas mais se fazem sentir. O que não deixa de ser curioso, porque é aquele que se tornou independente há mais tempo. Quem professa essas ideologias, contra a lógica da História e da Cultura e sem fundamentação linguística, reivindica o direito a uma língua brasileira, independente da Portuguesa, portanto. Ao contrário, os países africanos e Timor, os quais puderam recentemente optar por uma língua oficial própria, escolheram a portuguesa, porque historicamente e também linguisticamente isso é o correto³⁵⁶.

Em Portugal, essas mesmas ideologias também se fazem sentir, sobretudo em alguns setores das nossas camadas intelectuais. Estes setores recusam não só a ideia de que a língua é a mesma, mas também o próprio conceito de “lusofonia”, que denunciam como uma manifestação neocolonialista ou recolonialista, manifestação saudosista das grandezas de Quinhentos. É assim que Alfredo Margarido, por exemplo, atribui à perda do Império, consequência da revolução de 1974, a necessidade da criação da ideia de que a língua portuguesa poderia constituir um elo de ligação entre os povos que outrora tiveram um destino comum. Diz este autor: «Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua “grandeza”. Trata-se de uma prótese singular, mas que começa a revelar-se eficaz, permitindo recuperar – de maneira quase glotofágica – as culturas dos Outros» (2000: 28). A “recusa do Outro”, segundo

356 Para além, obviamente, das motivações económicas que estão subjacentes e que suportam esta opção, sobretudo no caso dos países africanos.

ainda esse autor (2000: 47), seria mesmo o que definiria a nossa consciência nacional. Felizmente, para nós, não considera este fenómeno só tipicamente português, mas sim «uma fração do discurso europeu» (2000: 55).

Afirmações destas, refletem a assunção de uma culpa que os portugueses do séc. XXI não têm de assumir, porque não são responsáveis por ela. Responsabilizar as populações atuais pelos erros dos seus governantes passados é anacrónico e historicamente errado. A colonização portuguesa foi menos brutal do que a espanhola e a inglesa, mas mesmo que assim não fosse, não se pode julgar a História, muito menos à luz de ideias que, só muito recentemente, se tornaram ideais mais ou menos consensuais. Não é partindo de pressupostos ideológicos que o tempo ajudou a sarar e, portanto, ultrapassados há muito pelos brasileiros - o trauma pós-colonial -, que se pode justificar a mudança de uma língua por outra que, afinal, é uma sua variante. Seria o mesmo que destruir os fortes e as igrejas de construção portuguesa, o mesmo que apagar da memória as lendas e os contos tradicionais luso-africanos.

Não sendo responsáveis pelo que os nossos antepassados fizeram, somos, no entanto, corresponsáveis pelo que possamos fazer pela preservação da mais rica herança que nos foi legada e que partilhamos com outros povos – a língua portuguesa.

A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS NO BRASIL

Contudo, os problemas da língua no Brasil não se resumem à discussão de saber se a variante brasileira deve ou não autonomizar-se. O primeiro problema que se levanta é o do estatuto das línguas minoritárias, o que é também uma consequência da história da colonização do Brasil. Por língua minoritária entende-se a que é usada num país por um número reduzido de pessoas, sejam ou não naturais desse mesmo país (respetivamente, autóctones e alóctones) e que diferem da sua língua oficial, como é o caso do mirandês em relação ao português (autóctone) e do ucraniano falado por muito imigrantes em Portugal (alóctone).

Ora, antes da colonização efetiva do Brasil (1530), havia mais de mil línguas, faladas por índios de diversas etnias. Os poucos portugueses que aí se fixaram, por sua vez oriundos de várias zonas de Portugal, portanto com dialetos próprios, e provenientes de várias “classes” sociais, geralmente humildes e pouco cultos, passaram a falar uma mistura de Tupi, a língua índia mais falada ao longo da costa atlântica. Foi também esta língua que serviu para os jesuítas pregarem aí o cristianismo. Este “tupi jesuítico” que agregava, obviamente, influências portuguesas, mas também africanas (o tráfico negreiro inicia-se em 1538) não era, porém, a única língua geral. Havia outras de base não tupi, como, por exemplo, a de base cariri. Apenas em Pernambuco e na Baía, a minoria branca falava português europeu.

Com a expulsão dos Holandeses (1654), começa a exploração mais intensa do território brasileiro. O elemento índio vai perdendo importância em detrimento dos negros e dos brancos. A língua geral é relegada para as populações do interior e para as missões jesuíticas. Os habitantes do litoral das classes mais humildes falavam crioulo tupi (brancos, negros, índios), misturado com o crioulo africano nagô ou quimbundo. Mas à medida que os bandeirantes vão penetrando no sertão, a fronteira linguística entre o português e os idiomas indígenas vai sendo empurrada cada vez mais para Ocidente.

Com a expulsão dos jesuítas em 1757, com a laicização do ensino, o Português é instituído como a língua oficial do Brasil, proibindo-se, portanto, o uso da língua geral. É evidente que nesta altura, o Português falado no Brasil já tinha características próprias que o diferenciavam do falado em Portugal. Como já ficou demonstrado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (1993: 81), a partir desta altura há um decréscimo de africanos, de índios e de portugueses em favor do crescimento de mulatos e de brancos brasileiros. Doravante, porém, nas cidades, a influência das línguas africanas torna-se muito maior, na medida em que a maioria dos índios ou tinha sido absorvida ou tinha morrido ou estava confinada às zonas mais remotas do país, onde continuava a falar a sua própria língua. As elites coloniais mestiças enriquecem e estabelecem uma nova ordem social com a fundação de Academias e, em

Minas Gerais, surge mesmo um grupo que visa a emancipação cultural (não linguística) da metrópole – é a Geração Mineira da Inconfidência - a que pertenceu Tomás António Gonzaga.

Mas logo um outro evento veio mudar o rumo dos acontecimentos: a mudança da corte para o Rio de Janeiro, em 1808. Este acontecimento veio provocar uma rápida e intensa urbanização do Brasil, um autêntico processo de relusitanização do país. A diferença entre a fala do cidadão e a dos camponeses acentua-se cada vez mais, já que, enquanto os brancos se fixam nas cidades, o campo continua habitado por muitos negros, ainda alguns índios, mas sobretudo mestiços que continuam a falar crioulo, em maior ou menor grau. No entanto, a independência que se lhe seguiu e a intenção da Constituição de 1823 em instituir o ensino primário obrigatório, embora não realizada em pleno, vêm favorecer e generalizar o uso da norma linguística, sobretudo nas cidades.

A estas influências ainda teremos de juntar a da imigração de portugueses (como aconteceu em S. Catarina com os Açorianos) e de outros europeus³⁵⁷ que vieram aumentar ainda mais a diversidade linguística do PB. Rosa Virgínia sintetiza assim a génese do PB: «É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes mais gerais menos ou mais africanizadas ou menos ou mais aportuguesadas que se definem e emergem os traços caraterísticos do português brasileiro língua nacional» (1993: 84-5). Acrescentemos-lhe, pois, a influência das línguas desses imigrantes europeus também como traço caraterístico do PB.

A LÍNGUA EM QUESTÃO

Claro que essas influências não se fazem sentir uniformemente em todo o país. Mas a verdade é que em qualquer língua existem variantes, consoante os diferentes lugares onde ela é falada. Por exemplo, em relação ao PE, um micalense não fala como um nortenho continental, nem este como um algarvio. Quer isto dizer que o fator geográfico implica a existência de variedades linguísticas que se costumam designar por *dialetos* ou *falares*. Para que se não entenda pejorativamente a palavra “dialeto”, convirá convocar o testemunho de Rita Faria, para referir que «a própria língua (e aqui fazemos corresponder “língua” ao conceito de norma-padrão...) é também ela uma variedade dialetal que, por gozar de prestígio social, foi elevada ao estatuto de norma padrão» (2006: 40).

Quando se fala em dialeto, é costume aliar à sua definição a noção de sotaque, mas a variação dialetal estende-se também ao léxico e pode mesmo abranger a morfologia e até a sintaxe, como acontece nos falares alentejanos com o uso do gerúndio: *estou fazendo* em vez do padronizado *estou a fazer*.

Mas numa mesma região, província, distrito ou até concelho, poderemos ainda encontrar diferenças no falar entre indivíduos da cidade e indivíduos do meio rural, entre os que habitam uma região mais montanhosa e os que habitam a planície. Poderemos mesmo citar um curioso caso (entre outros): em Niza, os seus habitantes conseguem encontrar diferenças no modo como eles e os albicastrenses falam, muito embora pertençam ambos ao mesmo dialeto centro-meridional e as duas cidades sejam muito próximas (o que se explica pelas dificuldades de comunicação viária entre elas). Mas até dentro de uma mesma cidade, vila ou aldeia, as pessoas que aí nasceram e aí se criaram não possuem todas a mesma técnica linguística. O pedreiro, o funcionário público têm modos distintos de falar – são as *variantes culturais*. Alguns autores consideram ainda as gírias - que identificam os hábitos linguísticos, geralmente de uma profissão, como por exemplo, a dos médicos - *dialetos ocupacionais*, mas também poderemos falar de uma gíria própria dos ladrões ou dos drogados.

Poderemos ainda considerar a existência de *dialetos históricos* ou *temporais* que estão implícitos na evolução natural de uma língua qualquer. Percebemos algumas diferenças, não são só ortográficas, entre o texto de Caminha e a *Marília de Dirceu* mas, embora revelando fases diferentes da evolução da mesma língua, continuam a ser percebidos por um público medianamente alfabetizado.

357 Referimo-nos, sobretudo, aos italianos que constituíram a maior corrente imigratória no Brasil. Não é de admirar que, nas localidades onde ela mais se fez sentir haja muitas interferências italianas na língua portuguesa no Brasil.

Ora, a distância geográfica faz com que se conservem muitos arcaísmos, como é o caso de Trás-os-Montes, onde até há pouco as ligações com o litoral eram difíceis. Com um oceano de permissão entre Brasil e Portugal, e ao longo de quinhentos anos, a língua conservou muito do sabor antigo. Assim, um dos traços mais importantes do PB é, pois, o seu conservadorismo. Por isso mesmo, não se pode dizer que a variante usada em Portugal é a mais correta. Segundo este ponto de vista, seria mesmo a mais adulterada. Mas, enfim, em todo o mundo, a língua é sempre nossa, e o dialeto é dos outros, em qualquer dos lados da barricada em que nos coloquemos.

De facto, toda a gente falou e fala um dialeto, logo nenhum é superior a outro, embora alguns sejam considerados de prestígio, segundo um determinado ponto de vista. Assim, a língua é ela própria o dialeto mais prestigiado pela sociedade, dado que foi politicamente escolhido e instituído como norma. Depois foi codificado e normalizado e ensinado nas escolas. Como as gramáticas e os dicionários prescrevem o uso da língua considerado correto, a fixação escrita de uma variedade linguística, estabelecida como norma escolar, contribui para a perpetuação da norma-padrão e é fundamental para a distinção de uma língua.

Claro que um mesmo indivíduo singular pode exprimir-se de diferentes formas, conforme é homem ou mulher, está em família ou com os amigos, com o patrão ou com interlocutores de outra região que não falam o seu dialeto – isto é o que Herculano de Carvalho chama *estilo*, definindo-o como a «adequação das formas que constituem o saber linguístico de um sujeito falante às finalidades específicas de cada um dos seus atos de fala» (1983:32). De facto, cada sujeito seleciona, mais ou menos conscientemente, os meios linguísticos que melhor servem os seus propósitos.

Deste modo, os atos verbais variam numa gama relativamente extensa entre os de exteriorização imediata, geralmente coloquiais, e aqueles de exteriorização mais refletida, geralmente escritos, criando formas mistas entre os dois extremos, como por exemplo, numa exposição oral sobre um tema científico ou na reprodução escrita de um diálogo entre dois jovens suburbanos. O estilo *coloquial* tem função predominantemente apelativa e expressiva, mas também informativa (*Dá-me isso. Está quente. Que bom!*) e apresenta conteúdos relativamente pobres, pois surge de uma necessidade imediata de comunicação. Obviamente, que no estilo refletido é de esperar encontrar uma linguagem rica, complexa e variada, esforçando-se o indivíduo por falar com correção e elegância.

É verdade que cada falante pode recorrer a estes dois “estilos”, mas para isso é necessário que ele alargue as suas competências linguísticas, não só pela aprendizagem formal e não formal, como também pelo alargamento das oportunidades de realização de atos de fala em diversas circunstâncias e com interlocutores de diferentes níveis etários, de diferentes meios culturais e geográficos. A adequação a cada situação regula-se, pois, por determinados preceitos a que se poderá chamar *norma estilística*. É o conhecimento desta norma que nos levará, numa dada situação, a escolher *giro*, em vez de *belo*, ou *preguiçoso* em vez de *calão*.

Contudo, é preciso compreender que o saber linguístico individual não se realiza apenas tendo em conta as formas utilizadas pelo sujeito. De facto, cada pessoa fala de uma determinada maneira, mas sabe também como os outros falam, e não só reconhece as formas que outros sujeitos utilizam, como também as consegue compreender. Esporadicamente, pode até utilizar essas outras formas, no todo ou em parte, pode até, ao transferir-se, por exemplo, para outra região diferente da sua, deixar de usar alguns termos, incompreensíveis, pouco usuais ou chocantes nessa nova região, como seria pedir um *garoto* no Norte de Portugal continental ou usar o termo *rapariga* no Brasil.

Com tantas variáveis, como se determina então até que ponto duas pessoas de regiões ou países diferentes falam a mesma língua? Aceita-se geralmente o critério da inteligibilidade mútua para se delimitar os falantes de uma mesma língua, embora este não seja um critério absoluto. O critério político e histórico-cultural pode ser também muito relevante. Assim, o sueco, o dinamarquês e o norueguês não são considerados dialetos de uma mesma língua, apesar de os falantes destas três nacionalidades se entenderem razoavelmente bem, mas sim línguas diferentes, porque pertencem a comunidades com História e Cultura diferentes e com autonomia política.

A QUESTÃO DA LÍNGUA

Capaz de individualizar um país, a língua tem uma força prodigiosa. Aliás, todos sabemos como no princípio era o verbo. E foi pela sua força que Deus criou o mundo. Ora, desde que Ele castigou os homens com a diversidade das línguas que eles buscam uma nova forma de se entenderem. Para isso os homens inventaram uma maneira: fizeram-se ao mar e levaram consigo a língua. Eles tinham percebido o poder da língua: é que nomear as coisas é adquirir poder sobre elas.

Se bem que uma língua não se defina só pelo número de falantes, mas sobretudo «pela sua identidade e autoridade cultural» (REIS; 1992: 26), ela permite, quando é transcontinental, como a Portuguesa, unir os povos. Vergílio Ferreira definiu bem esta vocação portuguesa quando afirmou que «da minha língua vê-se o mar». Ora, é este mesmo mar que une todos os seus falantes. Foi esse mar que outrora pôs os povos dos vários continentes em contacto entre si, é esse mesmo mar que hoje continua a levá-los no destino comum da diáspora emigratória.

Obviamente que o Português não é uma realidade homogénea, o que não é para admirar atendendo aos diversos fatores sociais, históricos, geográficos, étnicos e linguísticos que o condicionaram. Do que ficou atrás sucintamente exposto em relação à realidade brasileira, poderemos inferir a influência que outra realidade social, histórica, geográfica, étnica e linguística teve, por exemplo, na variante falada no Algarve ou na falada em Angola ou em Timor. Paul Teyssier pôs o dedo na ferida quando afirmou que: «Pode dizer-se do português o que já se disse muitas vezes do castelhano: é filho da conquista» (*apud* REIS; 1992: 18). E este facto é inegável quer o pensemos em relação à formação da nossa própria língua e do nosso país, quer o pensemos em relação à sua expansão.

Obviamente que a opressão colonialista permite-nos perceber o desejo da diferenciação linguística tão ansiada por alguns setores da sociedade brasileira. Afirma Carlos Reis: «a recusa da Língua poderia ser utilizada como modo de afirmação político-cultural, quando está em causa a constituição de identidades nacionais que tendem a rejeitar tutelas de qualquer espécie», por isso mesmo é preciso ter em conta que «a proteção da unidade do Português exige, antes de mais e por paradoxal que pareça, o reconhecimento de um certo direito à diferença linguística, até ao ponto-limite em que ela afeta cruciais componentes estruturais e perturba a possibilidade de comunicação; uma diferença em que entra naturalmente o contributo de elementos autóctones, colhidos em cenários ético culturais que nenhuma metrópole deverá contrariar» (1992: 22). Mas a identidade nacional do Brasil já há muito que não está em causa, logo, não há motivo para essa luta.

Por outro lado, a unidade da língua compreende tanto as variedades diacrónicas como as sincrónicas, sejam elas culturais, geográficas ou individuais (estilos), desde que todos os seus falantes se entendam uns aos outros. Ora, as diferenças entre a norma escrita do Português do Brasil e a do Português europeu são mínimas, pelo que a unidade da língua também não está em causa neste aspeto. Claro que o mesmo já não se passa quando temos em conta os dialetos, nomeadamente os da variante do PB, pois estes apresentam diferenças acentuadas entre si. Essas diferenças encontram-se no vocabulário, pronúncia e sintaxe, especialmente na língua falada. Alguns linguistas, brasileiros especialmente, não se cansam de as enfatizar para afirmarem a sua autonomia. A verdade é que os falantes de ambas as línguas, desde que minimamente alfabetizados, podem entender-se perfeitamente. As dificuldades de entendimento de alguns brasileiros em relação a algumas das variedades do PE, geralmente individuais, resultam do ensurdecimento da língua (o ensurdecimento da língua é, enfim, também ele uma forma de evolução), especialidade que os portugueses, nomeadamente lisboetas da classe média alta e alta, têm vindo a praticar e que é veiculada pelos meios de comunicação social. Mas as diferenças entre as variantes são comuns a todas as línguas, ocorrendo em maior ou menor grau, consoante os casos.

Mesmo sendo a língua um diassistema, no qual se inter-relacionam, como vimos, diversos sistemas e subsistemas, isso não significa que a sua unidade seja posta em questão, pelo menos, enquanto todos os seus falantes se entenderem. É óbvio que a língua tem de registar variedades significativas. O que é natural e saudável. Diz Lindley Cintra: «Condicionada de forma consistente dentro de cada grupo social e parte integrante da competência linguística dos seus membros, a variação é, pois, inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os

níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintático, etc. E essa multiplicidade de realizações do sistema em nada prejudica as suas condições funcionais» (1984: 3). Ou como diria Herculano de Carvalho «seja qual for a extensão da comunidade linguística em causa, os saberes linguísticos dos sujeitos falantes que a constituem não são nunca perfeitamente idênticos entre si» (1983: 230). Facilmente se perceberá que quanto menor extensão tiver a comunidade, quanto menor e mais homogêneo for o grupo de falantes, o saber comum a todos eles será maior e, inversamente, quanto maior for a comunidade, quanto maior e mais extenso for o número de falantes, menor será o saber comum a todos e, por isso, mais divergências haverá nas realizações dos atos de fala. É o que acontece com o Português, língua falada em quatro continentes, em territórios tão diferentes entre si, com substratos linguísticos diferenciados e mesmo com superstratos tão díspares.

Mas a questão da diferenciação do PB, posta em nome do direito à diversidade cultural, não pode fazer esquecer a necessidade de acesso à cultura das minorias étnicas. Obviamente que esses povos têm direito a todas as suas especificidades, mas como opção própria, como reconhecimento da sua identidade cultural, não por imposição dos intelectuais, como aconteceu em França com a renovação occitana (Martinet, 1989: 165), para que a língua que falam não os afaste ainda mais do acesso aos bens materiais e culturais do país. A política de preservação dessas línguas tem de ser fator de inclusão e não de exclusão social. O facto de alguns índios não serem falantes da língua oficial do seu país não é um fator de desenvolvimento cultural, mas sim de atraso. Isso é deveras preocupante.

Evidentemente que a existência de línguas minoritárias em perigo não é um problema exclusivo do Brasil. Calcula-se que existem a nível mundial cerca de seis mil, novecentas e doze línguas vivas e conhecidas, das quais menos de metade sobreviverá até ao final deste século (CASANOVA, 2006: 121). Das línguas minoritárias do Brasil, umas já estão extintas, outras moribundas e outras ameaçadas. Para salvar as que ainda são viáveis só o apoio governamental poderá garantir a sua conservação e expansão, mas mesmo assim não é pacífico se essa sobrevivência é possível, na medida em que a língua oficial, a de prestígio, pode ter o efeito de apagamento das outras, levando à sua atrofia, sobretudo se a sua preservação não for sentida como necessária pelas populações, mas imposta de fora. A morte de uma língua acontece porque os seus falantes optam por usar a língua hegemónica. Como lembrou Martinet «acontece, muitas vezes, que uma criança a quem se ensina uma língua de prestígio adquira uma espécie de repugnância em relação à língua adquirida anteriormente» (1989: 155). O que é uma forma de sobrevivência. De facto, a língua de prestígio tem um efeito modelador no movimento de ascensão social. Ao praticá-la, os povos saem da sua pobreza tradicional em direção a uma maior qualidade de vida e, logo, para novas oportunidades que lhe são oferecidas pelo mundo desenvolvido. Ora, isso só pode ser positivo. Claro que pode causar pena e tristeza assistir ao desaparecimento de mais uma herança do nosso passado, mas é o preço que é preciso pagar pelo progresso. Por isso, a escolarização tem de ser uma realidade, pois é fundamental na melhoria das condições de vida dos seus falantes. Tarefa ingente, mas não impossível para quem já empreendeu outras tarefas bem mais ciclópicas.

Todos os cidadãos brasileiros têm direito a aprender português, mesmo que essa não seja a sua língua materna. Doutro modo correr-se-ia o risco de impedir o acesso ao desenvolvimento económico, cultural e social das populações marginalizadas. Já há muito que André Martinet nos veio chamar a atenção para preconceitos sobre a língua materna que não tem razão de ser. De imediato, para o facto de que «um indivíduo não está mais seguro de uma língua que aprendeu em primeiro lugar do que de uma outra adquirida ulteriormente» (1989: 144). Depois, para o facto de que a língua materna não é obrigatoriamente a do nosso pensamento, a da criação literária. Diz este autor: «É conveniente lutar contra a ideia espalhada de que apenas se pode compor uma obra literária na língua que se aprendeu no decurso da mais tenra infância. Os exemplos contrários não faltam: Adalberto de Chamisso, francês de nascença, escreveu em alemão; José Maria de Heredia, de origem cubana, é um poeta francês; Joseph Conrad, polaco, é um autor inglês» (1989: 145-6). As suas ressalvas vêm abalar a crença na ideia de que quem perde a sua língua materna, perde a sua identidade.

Num país de dimensões continentais com tantos problemas socioeconómicos para resolver, o Brasil não tem condições para tentar a salvação das línguas minoritárias em perigo - nem o Brasil, nem provavelmente nenhum

país, em idênticas circunstâncias, por mais rico que fosse³⁵⁸. Se bem que o levantamento de todos os seus dialetos e línguas ainda seja uma miragem (o que não é para admirar, tendo em conta a imensidade do país e as especificidades todas a que é preciso atender), não nos parece acertado quer historicamente, quer cultural ou linguisticamente, falar no Brasileiro, como uma língua diferente da portuguesa. Até porque o efeito TV (telenovelas), a forte imigração brasileira e africana que hoje existe em todo o Portugal contribui para uma maior aproximação das três variantes (europeia, brasileira e africana). Mas também porque, com uma maior expansão do sistema escolar, o incremento do turismo português em certas zonas do Brasil, as migrações da população rural para as cidades em busca de emprego, se estão a inverter os atuais afastamentos das duas variantes.

Por outro lado, os puristas da língua têm que entender que a existência de unidade no Português passa pela sua diversidade, até porque é esta que lhe garante a necessária inovação lexical e plasticidade estilística. É evidente que terão de ser sempre definidos «os limites da inovação possível, sempre balizados pela estabilidade do sistema estrutural da Língua» (REIS; 1982:24).

Para o bem e para o mal houve uma História comum entre Portugal e os povos que sofreram colonização portuguesa que não pode ser branqueada, mas que também não pode ser apagada, nem deve ser desprestigiada, descontextualizando-se os factos do tempo em que ocorreram. Os povos da “lusofonia” perceberam que a língua, se antes foi instrumento de afirmação de poder, também pode tornar-se hoje elemento de união.

CONCLUSÃO

Portugal e Brasil são dois países diferentes, mas têm uma História e uma Cultura com muito de comum. Ora, se portugueses e brasileiros se entendem mutuamente, não há, pois, razão para a mudança de língua.

Claro que nem todas as forças concorrem para este entendimento. Afastados da ideia de “correção” idiomática postulada pela gramática latinizante, muitos dos modernos linguistas não conseguem encontrar um ponto de equilíbrio, algures entre o poder que o povo tem sobre a língua e a força regularizadora dos textos escritos pelos “clássicos”. No entanto, se se defende que, os comportamentos sociais são regulados por regras a que devemos obedecer se quisermos ser corretos, facilmente se perceberá que também a língua tem de obedecer a critérios consensuais, comuns a todos os seus falantes. Os linguistas sabem que qualquer língua proíbe mais do que aquilo que permite.

Mas é um facto que no Brasil a influência dos substratos linguísticos e dos superstratos se fazem sentir de maneira muito premente, uma vez que as distâncias geográficas e económicas são muito maiores do que em Portugal. Assim, dadas as diferenças que os dialetos do PB têm entre si e a existência de um rico património linguístico autóctone, afigura-se-nos urgente resolver o problema da unidade da língua dentro do Brasil para que, a breve trecho, os próprios brasileiros não tenham dificuldades em se entenderem uns aos outros. Para isso é preciso promover a prática de uma escolaridade efetiva em todas as regiões do país e para todas as camadas sociais, com especial destaque para o ensino da língua. É evidente que a língua falada não é igual à língua escrita, mas deve aproximar-se dela o suficiente para que um indivíduo, ao ser alfabetizado, não sinta que o está a fazer noutra língua. É preciso também dar-lhe oportunidade de conhecer outras formas de falar com outros interlocutores e em diversas situações, de forma a usar outros níveis de língua, enriquecendo assim o seu património linguístico.

Preocupado com o poder político da língua, com velhas ideias anticolonialistas, ao afastar-se da “norma” escrita que tem vindo a ser consagrada na sua variante, ao pugnar por uma outra língua, o Brasil corre o risco de perder a sua unidade linguística, e de, num futuro mais ou menos próximo, ver também alguns dos seus dialetos reivindicar, por sua vez, o direito a constituírem-se como línguas que dificultariam o entendimento entre todos os brasileiros e retardariam o progresso do país, já que obrigariam à reformulação, reconversão e diferenciação de

358 Várias iniciativas institucionais foram criadas visando a proteção das línguas minoritárias, como a *Endangered Languages Fund*, o projeto *Terralingua...* A criação da *Universal Declaration of Linguistic Rights* (1994) permite reconhecer a igualdade de estatuto de todas as línguas.

todo o ensino da língua. É um facto de que é mais o que nos une do que nos separa, conforme se pode constatar pelo testemunho de dois brasileiros. O primeiro é recente - é de 1992. Trata-se de A. Gomes da Costa, então presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Presidente do Liceu Literário Português e Presidente em exercício do Real Gabinete Português de Leitura. Reconhece ele que: «Se por um lado, o fato de termos uma língua com tantos milhões de utentes nos causa um certo ufanismo, por outro, essa mesma dimensão traz-nos responsabilidades, que vão desde o ensino nas escolas, ao enriquecimento vocabular, da criação literária aos cânones gramaticais, da unidade dentro da variedade à beleza da ortofonia» (1992: 14).

A segunda palavra é do poeta. Olavo Bilac definia assim a nossa língua:

*Última flor do Lácio, inculta e bela,
És a um tempo, esplendor e sepultura:
Outro navio que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...*

*Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura!*

*Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,*

*Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho!*

Tarde (1919)

Do lado de cá, Aquilino Ribeiro, por exemplo, considerou-a o mais «lídimo e precioso» de todos os patrimónios (1949). Cá como lá, quem a conhece e sabe cultivar, ama incondicionalmente a portuguesa língua.

Para finalizar, socorro-me da autoridade das palavras de André Martinet que traduzem bem a forma de solucionar esta questão da língua: «por muito estruturada que seja, qualquer língua só pode funcionar se existirem, nos que a falam e a escrevem, uma grande tolerância, a aceitação de valores e forma diferentes dos valores que foram conhecidos e praticados desde sempre, a convicção que a compreensão mútua nasce do desejo de comunicar. Também não se deve esquecer que uma língua “maleável” vale mais do que uma língua “pura”» (1989: 172). E o Português de forte sabor a sal tornou-se, graças ao contributo de brasileiros e, mais recentemente, de africanos e timorenses, uma língua complexa, mas dúctil, com sabor ao café timorense, ao açúcar brasileiro e ao coco africano.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, J. Herculano de (1983), *Teoria da Linguagem*, Coimbra: Coimbra Ed.
CASANOVA, Isabel (org. de), (2006), *O Destino das Línguas*, Lisboa: UC Ed.
CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Ed. João Sá da Costa.
CUESTA, Pilar Vázquez y LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971), *Gramática Portuguesa*, Madrid: Gredos.
JOÃO, Maria Isabel (1993), “Unidade Nacional/Diversidade Regional: o caso dos Açores”, Revista *Discursos*, nº 3, Lisboa: Universidade Aberta.
MARGARIDO, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Ed. U. Lusófona.

MARTINET, André (1995), *Função e Dinâmica das Línguas*, Coimbra: Almedina.

REIS, Carlos (1992), "O Discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão", Revista *Discursos*, nº 2, Lisboa: Universidade Aberta.

RIBEIRO, Aquilino (1949), "Pela língua Portuguesa", in *O Século*, 22 de maio.

SILVA, Benedicto (1992), *A Língua Portuguesa no Mundo*, Porto: Fund. Eng. António de Almeida; Rio de Janeiro: Fund. Gertúlio Vargas.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1993), "Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história)", Revista *Discursos*, nº 3, Lisboa: Universidade Aberta.

42) ANTONIO GIL HERNANDEZ

António Gil Hernández, nado em Valhadolid ("Comunidad de Castilla y León" no "Reino de España") em 1941, viveu na Galiza, nomeadamente em Acrunha (ou Corunha), desde 1969. É licenciado em "Filosofía y Letras", seção Românicas, subseção Espanhol.

Exerceu a docência no Colégio Universitário de Acrunha, dependente então da Universidade de Compostela, como professor contratado. Hoje ministra aulas no Liceu Salvador de Madariaga, também em Acrunha, a estudantes do Ensino Secundário para Adultos (E.S.A.).

Começou a colaborar nos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA em 2006, 'Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza', com a comunicação intitulada «Aos 100 anos da Real Academia Gallega de la Coruna Mais uma análise de discurso.»

Teve a sorte de que lhe publicassem vários livros, de sucesso desigual: 'Que galego na escola?' e 'Silêncio ergueito' (pelas Eds. do Castro).

No primeiro, em colaboração, expõe as denominadas «Teses reintegracionistas» ou, como disse o saudoso Prof. R. Lapa, "integracionistas" das falas galegas à língua comum, portuguesa.

O segundo é compilação de artigos jornalísticos publicados entre 1979 e 1982. Em 2005, a Associação de Amizade Galiza-Portugal publica-lhe 'Temas de Linguística Política, seguidos dum avanço de Temas de Política Linguística. Leves reflexões sobre política nacional "española"'.
É editor da 'Obra seleta (poesia e ensaio)' de João Vicente Biqueira, publicada, em 1998, como núms, 43-46 de 'Cadernos do Povo. Revista Internacional da Lusofonia'. Tem também poemários: 'Baralha de sonhos' (1985), 'Luzes e espírito' (1990) e, em volume coletivo, 'Só para falar de amor' (1991).

FASES PSICO-GLOTO-POLÍTICAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, (OU DE DESTRUIÇÃO) DUMA COMUNIDADE NACIONAL: REFLEXÕES BREVES DESDE A GALIZA, ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ DA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL

0.- INTRODUÇÃO

Apenas pretendo refletir sumariamente e desde a situação glotopolítica da Galiza (espanhola, compreendida nas "Comunidades Autônomas" de "Galicia", de "Castilla y León" e de "Asturias") como é que o "Reino de España" constrói e vertebra a *sua* "nación" em detrimento das nações ou dos segmentos nacionais, submetidos nele e a ele.

Poderia reparar no acontecido noutros estados, como o francês ou o italiano, e chegaria a conclusões parecidas. Apenas os pormenores do processo seriam diferentes, mas não diversos.

Deixo de lado os aspetos não comunicacionais (se algum houver) para atender em exclusivo às que considero fases logicamente distintas, seguidas no processo de destruição (e, correlativamente, de construção) da Comunidade Nacional Galiza (e, correlativamente, "España").

Distingo três fases, como disse e insisto, logicamente distintas e gradualmente realizadas. Denomino-as: A) Abstração.- B) Idealização.- C) Simbolização.

Neste texto tento ingenuamente definir os conceitos que essas denominações cobrem, ao tempo que assinalo algum exemplo a esclarecem as definições.

Para cumprir o objetivo proposto, assinalo, em cada fase, três níveis ou, antes, âmbitos, que refiro quer [1.º] ao psíquico ou individual, quer [2.º] ao estritamente (?) linguístico ou verbal, quer [3.º] ao político, deveras objetivo ou meta dos precedentes no processo “nacionalizador” (ou desnacionalizador).

1.- AS FASES

Tomo o conceito de **FASE** num sentido, figurado, próximo da aceção 3.ª do *Dicionário Estraviz*: «Cada um dos circuitos ou enrolamentos separados de um sistema polifásico»; ou, no *Priberam*, da definição «cada um dos circuitos de um sistema elétrico em que existem duas ou mais correntes alternas». São momentos, logicamente diversos, mas se acaso não sucessivos no tempo, distinguíveis no complexo decurso elaborador de símbolos na sociedade e para ela.

1.1.- ABSTRAÇÃO

Costuma definir-se **ABSTRAÇÃO** «ação de abstrair» e **ABSTRAIR** «separar mentalmente (qualidades ou propriedades dos seres)» ou «considerar isoladamente; simplificar». É com estes significados, simples e, de vez, complexos, que uso o vocábulo.

Apesar de talvez os filósofos da Escolástica medieval e pós-medieval serem quem melhor (ao meu propósito) tenham sistematizado a operação, apenas aponto as reflexões que, ao caso, achei em <http://jcspl.wordpress.com/2007/03/14/niveis-de-abstracao/> referidas a graus de abstração; assinalo em particular as propostas pela Dra. Jan Strever do “Spokane Community College” (Washington) [<http://ol.scc.spokane.edu/Jstrever/tw/Resources/abstract.htm>]. Confiro-as com a distinção tradicional entre *substantivos abstratos* (Nível 4) e *concretos*, em que subdistingue, segundo grau de concreção, outros três níveis (3, 2, 1), do menos ao mais concreto.

1.2.- IDEALIZAÇÃO

O significado de **IDEALIZAÇÃO** vem sendo «ato ou faculdade de idealizar». Por sua vez **IDEALIZAR** vale por «dar caráter ideal» e mesmo «fantasiar». Aliás, por **IDEAL** entendo «em que há toda a perfeição, que se pode conceber», mas também «perfeição suprema, que só existe na imaginação» e «a mais elevada e ardente aspiração». Porém, acontece que, no dia a dia, a idealização de pessoas, acontecimentos ou objetos se acompanha de valorizações, enobrecedoras ou degradantes, tendentes quer a avigorar o elemento em causa quer a procurar o seu enfraquecimento e mesmo a sua desapareção. São justamente as **IDEALIZAÇÕES VALORIZADAS** as que privilegio neste texto.

1.3.- SIMBOLIZAÇÃO

Os dicionários definem **SIMBOLIZAÇÃO** como «ato ou efeito de simbolizar», **SIMBOLIZAR**, como «representar ou exprimir por meio de símbolos» e **SÍMBOLO**, «figura, marca, sinal que representa ou substitui outra coisa» ou «aquilo que possui um poder evocativo». Contudo, prefiro generalizar um dos significados particulares: «sinal particular com que os iniciados, nos mistérios do culto, se reconheciam», porquanto os humanos, ao pertencerem sempre a um determinado grupo, reconhecem como tais, como humanos e como integrantes do grupo, a meio de símbolos que compartilham.

Deste ponto de vista o símbolo e, em geral, o processo de simbolização causam a comunicação entre as pessoas... ou inversamente incomunicam-nos entre si e relativamente a outros grupos de pessoas.

Portanto, acudo à etimologia de **SÍMBOLO** (*symbolon*, vocábulo grec, derivado do verbo que significa "lançar com" ou "ligar com") para salientar que os símbolos não apenas unem elementos díspares (o simbolizante com o simbolizado), mas sobretudo se tornam em instrumentos eficazes de comunicação entre as pessoas que, como disse, compartilham as características e condições de uns determinados símbolos.

2.- OS NÍVEIS OU ÂMBITOS

Antes de caracterizar níveis ou âmbitos (nem talvez primários, nem excludentes) e para melhor os entender, lembro, relativamente ao indivíduo, os estados ou instâncias do EU, segundo os delimita a **ANÁLISE TRANSCENDENTAL**, escola que iniciou o psiquiatra canadiano Eric Berne.

«O termo **ESTADOS DE EGO** tem como propósito designar estados da mente relacionados aos respetivos padrões de comportamento», à partida individuais, mas logicamente em interação com outras pessoas. Por palavras do próprio Eric Berne, «um estado de Ego pode ser descrito, fenomenologicamente, como sistema coerente de sentimentos e, funcionalmente, como série coerente de padrões de conduta.» (Berne, E. 1964.1987: 27) (Em adiante, para evitar confusões, em vez de “estado” uso o vocábulo “instância”).

É por isto que os utilizo para explicar os comportamentos elementarmente linguísticos e, em geral, as relações entre as pessoas e mesmo entre as pessoas e as instituições (estaduais).

As **INSTÂNCIAS DE EGO** ficam assim caracterizadas: «O **EU PAI** é a sede da *Sabedoria*; o **EU ADULTO** é a sede do *Raciocínio* e o **EU CRIANÇA** é a sede do *Sentimento*.» (G. Chandezon-A. Lancestre 1982.2001: 27). Por partes:

a) A instância **EU PAI**, semelhante à figura paternal, constitui a programação externa da pessoa (Ib.: 28), que abrange duas sub-instâncias: o *EU Pai Crítico* e o *EU Pai Nutricio*. Está organizada pela **Exteropsiquê**.

b) A instância **EU ADULTO** «carateriza-se pela tendência à objetividade, à razão, à lógica. [...] capta os dados, combina-os de jeito inteligente, trata-os com lógica procedendo por induções e deduções sucessivas para tomar, afinal, o acordo adequado» (Ib.: 33). Nela pode distinguir-se o *EU Adulto racional* e o *EU Adulto poético*. Está organizada pela **Neopsiquê**.

c) A instância **EU CRIANÇA** «contém todos os desejos e sentimentos que aparecem naturalmente no indivíduo. São pulsões e sentimentos que se amostram disponíveis em diferentes estádios da vida» (Ib.: 31). Igualmente cabe subdistinguir o *EU Criança Adaptado* e o *EU Criança Livre* (ou espontâneo). Está organizada pela **Arqueopsiquê**.

«Cada organizador tem duas funções independentes: uma se destina a organizar os determinantes e transformá-los em influências efetivas; a outra, a organizar os fenômenos.

A **Arqueopsiquê** organiza a programação interna; a **Neopsiquê**, a programação de probabilidade; e a **Exteropsiquê**, a programação externa.» (Para melhor entender estes conceitos, vale a pena visitar http://www.josesilveira.com/novosite/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1)

2.1.- CARATERIZAÇÃO

Sem apurar as distinções e ao caso, entendo que no ESTADO “moderno” as pessoas se comunicam e portanto interagem (ou vice-versa) em dous níveis, bem diferenciados:

1.º No **NÍVEL NÃO-INSTITUCIONAL** (e também não para-institucional).

2.º No **NÍVEL INSTITUCIONAL** (que tem de ser estendido ao nível para-institucional).

Tendo em conta que, nas circunstâncias socioculturais presentes, a língua, quer dizer a verbalização oral e escrita, é instrumento mediador necessário para efetivar a comunicação e a interação entre os humanos, permito-me simplifadamente distinguir três níveis (e dous âmbitos gerais) que a seguir examino.

2.1.1.- O NÍVEL PSÍQUICO OU ÂMBITO DA INDIVIDUALIDADE

Entendo que no **NÍVEL PSÍQUICO**, isto é, no **ÂMBITO DA INDIVIDUALIDADE** as pessoas agem, quer espontânea quer livremente, integradas com maior ou menor adequação nuns determinados grupos, à partida não institucionalizados. A comunicação e portanto a interação entre as pessoas individuais («físicas» diz-se em Direito), no seio do grupo, pode fazer-se e faz-se desde as três instâncias do EU, em medida diferente e em diferente grau de complexidade (que poderíamos decrever seguindo as pautas da **ANÁLISE TRANSACIONAL**).

Contudo, interessa-me adiantar que neste nível se configuram as **RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE**, segundo as definem os **SOCIOLINGUISTAS** ou sociólogos da Linguagem, as quais, por sua vez, se verificam nos **âmbitos da coloquialidade**.

2.1.2.- O NÍVEL LINGUÍSTICO OU VERBAL

Embora linguístas e, em geral, os cientistas da Linguagem tenham como hipótese de partida, indiscutível, a língua, globalmente considerada, como instrumento mediador na comunicação e interação humana, não obstante, entendo que em cada diassistema linguístico existem hoje dous níveis de uso, radicalmente distintos, a conformarem diversamente as estruturas do idioma.

É hipótese, como digo, admitida sem discussão que cada língua particular ou idioma é descrevível desde a Gramática substancialmente *una* que se corresponde com determinada realização oral, igualmente *una*, e com o dicionário ou léxico, igualmente *comum*.

Não obstante, a experiência (a pouco que for analisada) amostra que em toda a língua, das chamadas “de cultura” ou oficiais ou nacionais, podem (e devem) assinalar-se dous subníveis gerais bem diferenciados; singelamente os identifico com a **REALIZAÇÃO ORAL** (e equivalente) e com a **ESCRITA** da língua em causa, as quais exigem determinada e diversa conformação do processo comunicativo, ao tempo que são caracterizadas justamente pela diversa conformação do processo.

Acho que a diferença entre ambos os processos radica não tanto na condição diferida própria do baseado na realização escrita, quanto na hierarquização de emissor e destinatário, antes que recetor: aquele goza sempre e por definição rango superior (e capacidade de ordenar), enquanto o destinatário se acha sempre num rango inferior.

Acrescente-se outra diferença radical: No processo comunicativo por realização oral (ou equivalente) sempre é possível a alternância das funções emissora e recetora, enquanto no processo realizado por meio da escrita é quase impossível que ambas as funções sejam alternantes, salvo que se inicie um novo processo.

Como casos exemplares tomo uma conversa informal na casa ou na cafetaria, para a comunicação oral; para a escrita, o diário oficial do estado ou, mesmo, uma sessão parlamentar.

2.1.3.- O NÍVEL POLÍTICO (NACIONAL) OU ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES

Entendo por “político” (em regra e por abuso, equivalente, no estado moderno, a “nacional”) tudo o relativo à organização do estado “moderno” e atinente aos três poderes formais reconhecidos: o legislativo, o executivo e o judiciário. Contudo, devem ser estimados outros que, embora não reconhecidos como poderes formais do estado, na realidade exercem funções talvez mais importantes e, em todo o caso, decisivas; são o poder militar, o económico e, relacionado com todos os anteriores, o poder informativo (ou de propaganda).

Em consequência, o âmbito das instituições em causa são as propriamente públicas, estaduais e paraestaduais. Nelas o indivíduo deve desenvolver-se não como pessoa integrada num grupo, mas apenas como cidadão, quer dizer, como construto abstrato que a legalidade do estado-nação delimita.

É neste contexto, mundial, que a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* apenas exprime projetos, talvez exequíveis num futuro indefinido. Aliás, os direitos fundamentais do cidadão —que as constituições reconhecem— podem exercer-se enquanto não excedam dos mínimos “razoáveis”, cujo alvo apenas seria atingido num longo processo, sempre adiado e sempre ecoado em tempo de eleições.

2.2.- INTER-RELAÇÃO

Alcançada esta altura das reflexões, procuro não cair dela e mesmo estar à sua medida e responder dignamente a ela. Para consegui-lo, tento inter-relacionar os conceitos tão sucintamente expostos e nalguma medida explicar a raiz dos conflitos culturais e glotopolíticos da Galiza (mormente) e propor alguma via de desconflituação.

2.2.1.- CORRELAÇÃO

Na que disse **ÂMBITO DA INDIVIDUALIDADE** todas as pessoas, enquanto pessoas, contribuem, em grau diverso, a elaborar, arredondar e fruir as três **FASES** acima apontadas, **ABSTRAÇÃO**, **IDEALIZAÇÃO** e **SIMBOLIZAÇÃO**. À partida as pessoas participantes na comunicação não se acham hierarquizadas mercê dalgum jeito de coação institucionalizada, de modo que interagem em condições de relativa igualdade, apesar de que, em regra, há um líder do grupo, pessoa concreta sempre identificável e reconhecido, que procede como orientador ou guia, antes que como chefe.

Assinalo algumas manifestações de atividades surgidas da colaboração entre as pessoas ao longo do tempo, que diria anistórico, porquanto com muita dificuldade poder ser identificados autores e datas; costumam ser consideradas tradicionais:

1.ª As **FESTAS POPULARES**, geralmente localizadas e celebradas a modo de convívio entre vizinhos ou próximos. Cada paróquia ou freguesia não apenas tem o seu santo patrão, mas sobretudo prepara e celebra as honras, religiosas e profanas, em cordial participação popular.

Confrontem-se com a preparação e celebração dos atos festivos vindos das Câmaras municipais ou patrocinados por entidades bancárias ou empresas.

2.ª As **PECULIARIDADES GASTRONÓMICAS**, a eito ligadas às festas populares, mas não só, que seguem ritual fixado de geração em geração, até ao ponto de por comarcas mais ou menos extensas elevar ao nível de símbolo representativo determinados pratos ou produtos.

O facto não exclui que haja peculiaridades gastronómicas “regionais”, igualmente simbólicas desse grupo humano.

3.ª O **APRENDIZADO DA VIDA** não unicamente referido a ofícios ou tarefas, quase sempre relativas à cultura de vegetais e ao cuidado de animais domésticos, mas também e sobretudo por meio de sentenças ou ditos ou provérbios —*refrães*— atribuídos à sabedoria popular.

Acrescente-se neste apartado os romances e canções, de intensidade lírica reconhecida por literatos de todas as épocas.

4.ª Os **ACORDOS**, quer nas compra-vendas —geralmente orais—, quer nas transmissões patrimoniais ou heranças —geralmente por documento privado e segundo prescreve a tradição dos maiores.

Em todas essas atividades e ocasiões as pessoas têm possibilidade de exercer as três **INSTÂNCIAS DO EU**, anteditas.

2.2.2.- HIERARQUIZAÇÃO

No nível político ou nacional o cidadão apenas lhe é permitido desenvolver o **EU CRIANÇA**, porquanto as autoridades competentes do estado “moderno” desempenham em exclusivo a função de **EU PAI**, mas abstraída de toda a consideração pessoal ou personalizante. Por outras palavras, o cidadão enquanto cidadão está impedido de agir como **EU ADULTO** ou, se o pretender, quase sempre será acusado de pessoa rara, quando não de subversivo ou mesmo terrorista.

Por outra parte (ou pela mesma), ao cidadão, individualmente e não em grupo, é-lhe dada redondamente feita a **FASE** final, de **SIMBOLIZAÇÃO**, sem quase hipótese de intervir nem nela nem nas anteriores, **ABSTRAÇÃO** e **IDEALIZAÇÃO**.

Seja como for, a confrontação do estado com a sociedade (ou contra ela) abrange quase todos os espaços, sem dúvida sobre os supostos da explicação que anos atrás o Prof. Rodríguez Aramberri dava:

O estado moderno amostra-se como consagração da sociedade civil e, ao tempo, como instância mediadora para procurar a reconciliação das partes integrantes, quer dizer, como instância contraditória da sociedade civil que paira sobre os interesses individuais ou corporativos fornecendo-lhes unidade superior da que por si carecem. Sem a tutela do estado, o usual seria a guerra de todos contra todos. (J. Rodríguez Aramberri 1985: 149)

De facto a **hierarquiação dominadora** do estado sobre as sociedades nacionais incluídas nele configuram o nacionalismo espanhol, patente nos nove artigos do «Título preliminar» da *Constitución* (1978).

Por exemplo, diz o art. 4.º § 2, referente às bandeiras, símbolos da «nación» e das «regiones»:

Estas [bandeiras das “comunidades autónomas”] se utilizarán junto a la bandera de España en sus edificios públicos y en sus actos oficiales.

Enquanto o art. 6.º § 2 da Ley 39/1981, de 28 de octubre, por la que se regula el uso de la bandera de España y el de otras banderas y enseñas especifica:

Si junto a ella se utilizan otras banderas, la bandera de España ocupará lugar preeminente y de máximo honor y las restantes no podrán tener mayor tamaño.

Essa hierarquia, não tanto entre línguas, quanto das Comunidades linguísticas e de fala, incluídas no Reino de España, fica com maior claridade manifesta no art. 3.º da Constitución (1978):

Art. 3.- 1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.- 2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.- 3. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.

O estado acha-se organizado hierarquicamente:

- a) A “nación”, como o todo, cujos símbolos prevalecem sobre outros quaisquer.
- b) Os segmentos, partes submetidas ao todo, que recebem da “nación” algum reconhecimento.
- c) Grupos sociais menores, nominalmente dignos de «respeto y protección».

Contudo, nem os elementos a simbolizarem a “nación” nem os processos para os fixar foram submetidos à discussão do Povo, presumivelmente integrado por pessoas a que se lhes reconhecesse o **EU ADULTO**. Foram singelamente impostos ao um **POVO CRIANÇA**, cujos integrantes, apenas cidadãos abstratos, hoje assumem, sem aparente conflito a condição nacional de “españoles”, compatível por completo com a subordinada e subsidiária de “galegos”.

Na realidade acontece que o estado, mais cada vez, se intromete e entremete na vida das pessoas, desde pequenos, Para o comprovar, proponho alguns exemplos:

1.º A **ESCOLARIZAÇÃO**, cada vez mais temperã e mais prolongada, em que não importa tanto o aprendizado e preparação para a vida, quanto a socialização nacional dos novos cidadãos.

Na *Comunidad Autónoma de Galicia*, nestes dias de agosto, os “políticos” e alguma outra gente “notable” estão a discutir sobre a conveniência de os meninos aprenderem o HINO DA GALIZA. Aduzem-se motivações peregrinas, como estas, cujo autor e senhor ostenta a função pública de catedrático docente numa das universidades españolas na citada *Comunidad*:

Supongamos que a un político españolista de la derecha más recalcitrante se le hubiera ocurrido crear unas Espaescolas [contra as “Galescolas” ou escolas infantis, que promove Vicepresidência da Junta da Galiza, gerida por um membro do BNG, organização nacionalista galega] en las que los menores de tres años y sus profes debieran vestir uniforme rojo y gualda y en las que los dulces infantiles hubiesen de aprender a tararear el himno nacional. ¿Se imaginan el griterío?

Los insultos de todo el progresismo oficial irían de fascista para arriba. Por mucho menos estamos acostumbrados a oír hablar de la derecha casposa, del voraz españolismo trasnochado que no se para en barras y del intolerable objetivo de manipular políticamente a nuestros escolares.

Ocorre, sin embargo que, como el sectarismo tiene un efecto narcótico indudable, si es el nacionalismo gallego y no el español el que hace la propuesta de adoctrinar a los niños en la fe nacionalista las lanzas se vuelven cañas y todos tan contentos... o, al menos, tan acomplejados. (R.B.V. em LVG, 2007 / 08 / 29)

Contudo, no fundo e fundo, está a discutir-se justamente a educação nacional espanhola, prevalecente por certa e verdadeira, face à educação nacional galega, omissível por incerta quando não falsa ou espúria.

Confirma esta apreciação a resposta, aparentemente crítica, que uma leitora, [CFV de Ourense] dá em Carta al Director, publicada o próprio 29 de agosto na edição virtual, sob o título «¿El himno: patrimonio de unos? todos?»:

Según [RBV], la razón de conocer el himno gallego es la de adoctrinarnos como nacionalistas (La Voz de Galicia del 29/08/2007), de lo que se deduce que el himno es patrimonio de los del Bloque y que sólo los del Bloque tienen el derecho y el deber de conocerlo. Y digo yo, ¿desde cuándo el himno que nos identifica como

gallegos y nos une como pueblo es patrimonio de una partido político? Soy hija de emigrantes y he visto llorar de emoción y orgullo a hombres y mujeres de ideologías muy dispares al escuchar nuestros himnos, el español y el gallego. Porque, por encima de todo, somos españoles y gallegos, gallegos y españoles, que lo uno no quita lo otro, no son excluyentes, señor Blanco Valdés, pero el himno gallego es, además, de todos los que somos, nos sentimos y no nos avergonzamos de ser gallegos; y eso ya es harina de otro costal. [...]

Com efeito, tanto o colaborador de LVG quanto a leitora estão a admitir que não é real o conflito da pessoa galega, cidadã do *Reino de España*, com o estado, porquanto a “nacionalidad” galega se acham ensumida naturalmente na “nación” espanhola.

Porém, o facto não se amostra com tanta evidência quando se trata um assunto decisivo hoje nos estados, como é o da educação nacional aos cidadãos mais novos; na discussão em causa, os meninos de seis meses a três anos. Conflitos equivalentes reiteram-se na Comunidad Autónoma de Galicia relativamente aos usos de idioma galego *no currículo escolar*. Eis a informação que um jornal madrileno dava o 20 de agosto p. pdo.:

Todo ello sumado a la reciente aprobación de un decreto de enseñanza en lengua gallega que obliga a impartir en gallego en las materias troncales como Matemáticas, Ciencias de la Naturaleza o Sociales, por lo que el castellano quedará relegado al Lengua, Gimnasia y Plástica.

Se essa distribuição relega o castelhano, a contrária, a vigorada até hoje, relega o galego. Entre um e outro banimento, o nacionalismo espanhol não duvida qual idioma deve exilar-se da escola e qual deve continuar privilegiado, apesar de o “galego” ser, nas Leis fundamentais do Reino, definido «lengua propia de Galicia». Por inferência lógica, a castelhana teria de ser considerada “lengua impropia” da Galiza.

1.º A **LEGALIDADE**, geralmente apresentada como benéfica dos cidadãos, mas na realidade (também) cada vez mais invasora da intimidade das pessoas. Fique apenas apontado.

3.- CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Acho que nos leves apontamentos, gerais e menos gerais, precedentes fica claro que o Reino de España mais cada vez será estado uniforme, enquanto a Comunidade Cultural galega, lusófona por história e direito próprio, acabará transitoriamente dispersa e afinal banida.

Dito por outras palavras, enquanto o Reino se constrói e consolida, a Galiza está a ser destruída (pelo estado em processo de consolidação) até desaparecer, salvo que os estados lusófonos, a Lusofonia toda tomem consciência do processo (na realidade de ambos os processos) e decida radicalmente ajudar os galegos lusófonos nessa luta desigual, como ajudou os timorenses noutra luta não menos desigual.

4. BIBLIOGRAFIA

Chandezon, G.-Lancestre, A. (1982.2001): *L'analyse Transaccionelle / El análisis transcaccional*, Madrid, Morata.
Berne, E. (1964.1987): *Games People Play / Juegos en que participamos*, México, Diana
Rodríguez Aramberri, J. (1984): “Política”, in Salustiano del Campo (ed.): *Tratado de Sociología*, Vol. 2, Madrid, Taurus.

43) CARLOS LUNA

Carlos Eduardo da Cruz Luna. Nascido a 16 de março de 1956. Alentejano, nascido acidentalmente em Lisboa. A sua juventude foi passada na Vidigueira, em Avis, e em Estremoz, terra dos seus pais, e onde le próprio reside. Desde jovem, mostrou-se um apaixonado por História, à mistura com causas políticas (o que era perigoso então), sociais, e atividades culturais. Participou na Campanha Eleitoral de 1973 pela C.D.E. Continuou um

apaixonado pela política e por grandes causas (ou por ele tidas como tais...). Militando à esquerda, quis mudar o Mundo. E ainda não desistiu...Formou-se em História, enquanto lecionava a mesma disciplina. Professor é a sua profissão. Nunca teve outra, aliás. Curioso, entusiasta da Cultura, tem feito inúmeros estudos e investigações, e publicado vários trabalhos. Desde 1986, e principalmente 1988, começou a deslocar-se a Olivença, sozinho ou com a família. Acabou por se apaixonar pela localidade e pelo seu termo, bem como pelos seus mistérios, segredos e "tabus". Começou a estudar a realidade oliventina a todos os níveis, descobrindo todo um mundo...onde infelizmente nem tudo eram rosas, e os espinhos eram, por vezes, bastante perturbadores. Bate-se para que se fale e discuta Olivença. Sem os inúmeros preconceitos que rodeiam este tema. Na vertente cultural, tem observado a situação da Língua Portuguesa na Região. Com preocupação. Recentes Estudos Científicos (2001 e 2007) vieram reforçar as suas apreensões. Iguamente reforçaram a sua determinação em fazer algo. Porque um dos seus lemas está condensado numa quadra do poeta popular algarvio António Aleixo:

*Que importa perder a vida
em luta contra a traição,
se a razão, mesmo vencida,
não deixa de ser razão!*

Ou, por outras palavras, parafraseando Descartes, "penso, logo insisto".

A SITUAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM OLIVENÇA

Em 1840, trinta e nove anos após a ocupação espanhola (1801), o Português foi proibido em Olivença, inclusivamente nas Igrejas. Já em 1805, as Atas da Câmara tinha começado a ser redigidas em Castelhana. Algumas elites foram aceitando o castelhano. O Português foi-se mantendo principalmente a nível popular, numa toada alentejana, que logo as autoridades classificaram como "chaporreo", palavra de difícil tradução (talvez "patois"; talvez "deturpação"), que criou complexos de inferioridade nos utilizadores. O hábito e o amor-próprio levavam o oliventino a "saltar" do castelhano para o português. De tal forma que, depois de duzentos anos de pressão, ele ainda é entendido e falado por cerca de, pelo menos, 35% da população, segundo cálculos da União Europeia (Programa Mosaic).

Como sucede, contudo, nestes casos, em qualquer ponto do Globo, o Português foi perdendo prestígio. Não sendo utilizado nunca em documentos oficiais, na toponímia (salvo se traduzido e deturpado), ou em qualquer outra situação que refletisse a dignidade de um idioma, manteve-se, discretamente. A Televisão e a Rádio vieram aumentar a pressão sobre o seu uso e compreensão. A Ditadura Franquista acentuou a castelhanização. Agora oficialmente, o Português era uma Língua de quem não tinha...educação!

Em 1999/2000, a Embaixada de Portugal em Madrid, e o Instituto Camões, passam a apoiar o ensino do Português no Ensino Primário em todas as Escolas de Olivença. Aproveite-se para dizer ser urgente acudir a Tália, outrora parte do Concelho de Olivença, onde só 10% da população ainda tem algo a ver com a Língua de Camões.

Mas este primeiro passo não se tem revelado suficiente. O Estado Português deverá tentar influenciar a tomada de outras medidas, dada até a sua posição sobre o Direito de Soberania sobre Olivença: o ensino da História (que não é feito em parte nenhuma em Olivença), por exemplo; o estudo do Português-Alentejano falado em Olivença, e ligação do mesmo ao Português-Padrão ensinado nas Escolas; a utilização prática da Língua, em documentos oficiais, toponímia, etc. a continuação do Estudo do Português até níveis de ensino mais avançados!

Nem a Portugal nem a Espanha se poderá perdoar deixar morrer uma cultura! Acima de tudo, é preciso dar ao Português dignidade... e utilidade. O Primeiro passo poderá ser um Congresso, ou umas Jornadas, ou um Encontro, sobre o tema, que reúna a participação de especialistas e autoridades das mais diferentes origens, unidos pela sua boa vontade...

Estremoz, 11 de julho de 2007.

1) CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS/SITUAÇÃO DO ALENTEJANO

Já não se considera, hoje em dia, que seja "natural" a desaparecimento de uma língua. Muito menos se aceita que haja línguas "superiores" e "inferiores". Sabemos que uma língua viva sofre evolução. Isso é diferente de defender que uma linguagem deva desaparecer, ainda que tal possa ocorrer.

Uma língua não é só um conjunto de sons, articulados de forma convencional, de modo a designar algumas necessidades básicas de comunicação. Uma língua, sabemos-lo hoje, é um Universo Cultural no qual, entre outras coisas, se encerram os pensamentos, as emoções, as percepções do Mundo. A língua reflete a História, e influencia-a por sua vez.

Línguas houve que não sobreviveram. Outras que foram salvas à beira da extinção. Lembramo-nos todos do caso do Mirandês.

Mesmo as línguas menos utilizadas mostram muito do Universo em que evoluíram. Refletem a História de um grupo humano.

O Português, porque é uma língua viva, não parece ter os problemas de sobrevivência de uma língua minoritária. Afinal, não tardará muito que tenha trezentos milhões e utilizadores. A sua diversidade enriquece-a permanentemente.

Mas...porque não é uniforme, nem está parada no tempo, a Língua Portuguesa sofre agressões. E algumas das suas, digamos, formas, podem estar ameaçadas. Ninguém duvida, por exemplo, que a "forma" alentejana de falar o Português esteja em relativo declínio. Mesmo porque (e aqui entram aspetos políticos), ao privilegiarem-se unitarismos linguísticos ditos "cultos" e centralismos castradores e preconceituosos, não houve grandes cuidados em preservar esse património cultural que era (e ainda é) o "alentejano".

Apesar de tudo, o "alentejano" é um dialeto, ou subdialeto, do Português. Os falantes do Português Padrão, os falantes atuais da língua lusa no Alentejo, se verdadeiramente cultos, procurarão preservá-lo, registá-lo por escrito, explicá-lo. E, porque o "alentejano" tem raízes conhecidas, ele será, pelo menos, compreendido...embora corra o risco de ser pouco "sentido".

Àqueles que consideram o "alentejano" uma forma inferior, por só verem o prestígio social numa forma de se expressar e não a sua lógica interna, a sua riqueza cultural, ou o seu valor histórico, nada há a dizer, pois essas pessoas não poderão ser consideradas como verdadeiramente cultas.

Para quem a língua é mais do que isso, para aqueles que têm do fenómeno linguístico uma visão mais humanista, muito há a dizer.

O "alentejano" tem séculos de existência". Numa época em que se procura tornar impensadamente igual tudo o que rodeia o Homem, esquecendo-se que uma das coisas que mais o satisfaz é a diversidade, há que lutar para que não morra. Essa é uma tarefa de todos os alentejanos, e de todos os amigos da cultura, portugueses ou não.

A luta é difícil, mas há meios, é possível aceder a informação, e nada, senão muitas vezes os preconceitos dos próprios alentejanos, impede que se faça um esforço nesse sentido.

2. UMA REGIÃO ONDE O "ALENTEJANO" ESTÁ EM RISCO

Mas...a Língua Portuguesa, e, neste caso concreto, a sua forma alentejana, corre riscos, e sérios, de extinção,

num espaço geográfico onde era "rei e senhor". Numa região que fica junto da sua matriz natural. As opiniões políticas não são consensuais sobre ela, mas procuremos evitar essa polémica, embora não o possamos desdenhar completamente, com o risco de elaborarmos um diagnóstico incorreto e de prováveis soluções "curativas" não poderem, por isso, ser eficazes.

Refiro-me à Região de Olivença, hoje constituída por dois Concelhos: Olivença e Táliga. No total, pouco mais de 12 000 habitantes em 463 Km². Aqui, infelizmente, conforme foi denunciado por dois estudos linguísticos bem significativos (Maria de Fátima Resende Matias, "A AGONIA DO PORTUGUÊS EM OLIVENÇA", 2001, Revista de Filologia Românica, vol. 18, 201, e Manuel Jesus Sánchez Fernandez, "PORTUGUÊS DE ESPANHA. EXEMPLO: O DE OLIVENÇA", 2004), o Português está em risco. Está "em agonia", diz um dos estudos.

Não é uma história bonita, esta. E está incompleta. Todavia, a História da sobrevivência da Língua Portuguesa em Olivença terá que ser feita um dia. Mais do que sobrevivência, é uma História de Resistência, dados a pressão e os condicionalismos vários, ainda muito mal estudados.

Mas tem que ser contada, uma e outra vez, enquanto é tempo. O drama começou em 1801...

Tem-se aqui de se referir toda uma política. Não se pretende levantar uma polémica, mas não é possível compreender o que se passou, e a situação atual, ocultando-se factos decisivos.

Assim, já em 26 de janeiro de 1805, suspendeu-se, naturalmente, o uso da moeda portuguesa em Olivença. As autoridades espanholas comunicaram então a vários ofícios, nomeadamente aos aguadeiros, que era obrigatório usar medidas espanholas (referiam-se a comprimento, peso, volume, etc.).

Claro que a Língua não tardaria a sofrer as consequências. A 20 de fevereiro de 1805, foi decidido suprimir toda e qualquer escola portuguesa, bem como o ensino do Português. A 14 de agosto de 1805, as atas da Câmara Municipal passaram a ser escritas obrigatoriamente em Castelhana, o que fez uma vítima: Vicente Vieira Valério. Este, negando-se a escrever na Língua de Cervantes, teve de ceder o lugar a outro. E acabou por morrer à míngua de recursos, personificando um drama cujo desenvolvimento se processaria, geração após geração.

Há notícias de oposição dos oliventinos a estas medidas. As Escolas privadas continuaram a ministrar ensino em Português, até que são fechadas a 19 de maio de 1813, com o propósito (oficial) "de evitar qualquer sentimento patriótico lusitano" (A.M.O. leg/Carp 7/2-18, 19-05-1813, n.º 1324; revelado por Miguel Ángel Vallecillo Teodoro, "Olivenza en su História", Olivença, 1999).

Mas, porque eram muitos os oliventinos que queriam que os seus filhos fossem educados na língua materna, continuaram a existir professores particulares para o fazer. O "Ayuntamiento" não hesitou, e proibiram-se "as aulas particulares, sob pena de multa de 20 Ducados", em 1820 (A.M.O. leg/Carp 8/1-171, 7-10-1820, n.º 1704; revelado, também, por Miguel Ángel Vallecillo Teodoro, "Olivenza en su História", Olivença, 1999).

A população oliventina mantinha as velhas tradições, a vários níveis, procurando agir como se nada tivesse mudado. Mas tal foi sendo cada vez mais difícil, e muita gente foi emigrando, principalmente para as povoações portuguesas mais próximas.

Em 1840, trinta e nove anos após a ocupação espanhola (recorde-se: efetuada em 1801), o Português foi proibido em Olivença, inclusivamente nas Igrejas. O combate contra a Língua de Camões já vinha de trás, todavia.

Algumas elites foram aceitando o castelhano. O Português foi-se mantendo, teimosamente, principalmente a nível popular. Numa deliciosa toada alentejana, que logo as autoridades, vigilantes, classificaram como "chaporreo", palavra de difícil tradução (talvez "patois"; talvez "deturpação"), que criou complexos de inferioridade nos utilizadores, levando-os, cada vez mais, a usar a Língua Tradicional apenas a nível caseiro, dentro do aconchego do lar, em público, quase só por distração, ou com amigos próximos.

3. ANGELO BREA HERNANDEZ E AS SUAS CONCLUSÕES

Cabe aqui citar algumas considerações do autor contemporâneo Ângelo José Brea Hernandez, o que já fiz, sem hesitar, noutros trabalhos. A maneira como ele descreve o fenómeno de destruição de uma língua, tornada minoritária, são de extrema atualidade.

Segundo o citado, é costume, no colonialismo “tradicional”, considerar a Cultura Dominante como muito superior às culturas dominadas. Tal situação verifica-se sempre em qualquer situação colonial, já que uma cultura tenta destruir a outra. Sem nos limitarmos apenas ao exemplo do Colonialismo Clássico, podemos analisar este aspeto através de outras situações. Assim, é sabido que a Cultura Urbana tenta dominar a Cultura Rural; que a cultura da Grande Cidade procura dominar a das pequenas cidades; que a Cultura das Regiões Centrais tente dominar as Culturas das Regiões Periféricas. Todavia, nestes casos quase não existe um conflito num sentido clássico ou violento do termo. Já, por exemplo, no colonialismo europeu em África, as diferenças são significativas, e o conflito assume formas bem violentas...

Todavia, entre culturas próximas, a cultura dominante tem evidente facilidade em assimilar a da sua região dominada. À partida, já muita coisa é igual!

Não obstante, e por estranho que pareça, isso nunca é completamente possível. Isto porque se de facto a região, mesmo pequena, tem uma cultura própria ainda que parecida, há muitos fatores que o impossibilitam ou dificultam em externo, como a própria dinâmica interna da língua, a psicologia, o carácter, os nomes e apelidos, a arquitetura, e muitas outras coisas, de maior ou menor relevância. Por isso, por toda a Europa, por exemplo, em muitos Países, algumas culturas locais conseguiram resistir e conquistar o direito à diferença. Nacionalidades/Culturas que se julgam mortas renasceram. Desde talvez os Séculos XVI e XVII, o colonialismo, ou colonização, e a aculturação forçada, perderam quase toda a sua eficácia na maior parte da Europa. As pequenas regiões, mesmo falando línguas dos seus dominadores, não aceitam a sua destruição.

Também não há razões fundamentais, hoje em dia, para se considerar que as culturas maiores em área ou população têm mais direitos do que as menores. E parte-se do princípio que, entre povos e estados modernos, Estados de Direito, os problemas culturais, ou fronteiras, ou outros, já não são tão dramaticamente conflituos como noutros tempos. Por outro lado, deixar problemas por resolver, ignorando-os, provou não ter sido uma atitude correta, como o provaram os conflitos aparentemente ilógicos e cruéis na antiga Jugoslávia...

Também muitos argumentos de carácter económico mostraram não ser definitivos...porque nada é definitivo! Hoje, uma economia está mais forte...mas, no passado, não era isso que se verificava! E... quem pode dizer como vai ser o futuro?

Afinal, NÃO HÁ CULTURAS SUPERIORES OU INFERIORES. HÁ CULTURAS DIFERENTES, TODAS RESPEITÁVEIS. NÃO HÁ OUTRO CAMINHO VISÍVEL PARA O FUTURO QUE NÃO SE BASEIE NESTE PRINCÍPIO. Na verdade, a causa de muitos conflitos atuais está no NÃO CUMPRIMENTO OU ACEITAÇÃO deste princípio, quer no passado, quer no presente. Desta forma, alguns dos argumentos tradicionais para justificar algumas aculturações estão sujeitos a uma curiosa evolução, perdendo valor, enquanto outro tipo de argumentos ganham peso.

4. VOLTANDO A OLIVENÇA

O hábito e o amor-próprio levavam o oliventino a, quase constantemente, "saltar" do castelhano para o português. De tal forma que, depois de duzentos anos de pressão, ele é entendido e falado por cerca de, pelo menos 35% da população, segundo cálculos da União Europeia (Programa Mosaïc).

Como sucede, contudo, nestes casos, em qualquer ponto do Globo, o Português foi perdendo prestígio. Não sendo utilizado nunca em documentos oficiais, na toponímia (salvo se traduzido e deturpado), ou em qualquer

outra situação que refletisse a dignidade de um idioma, manteve-se, discretamente, por vezes envergonhadamente. A Televisão e a Rádio vieram aumentar a pressão sobre o seu uso e compreensão.

A Ditadura Franquista acentuou a castelhanização. Agora oficialmente, o Português era uma Língua de quem não tinha... educação! Uma Língua de Brutos, ou, como também se dizia, uma Língua Bárbara!

Não obstante, ela sobreviveu. Mesmo nas ruas, surgia e ressurgia, a cada passo...raramente na presença das autoridades. Mesmo algumas elites continuavam a conhecê-la, embora numa fração minoritária.

Nas décadas de 1940, 1950, e 1960, era raríssimo, mesmo impossível em alguns casos, encontrar professores, polícias, funcionários em geral, que fossem filhos da terra oliventina, na própria Olivença. Colonizadores inconscientes, peões numa política geral de destruição das diferenças por toda a Espanha.

Se há ironias na História, esta pode ser uma delas. Alguns desses cidadãos "importados", com muito menos complexos que os naturais porque não tinham, quaisquer conflitos de identidade, ou os seus filhos, puseram-se a estudar os aspetos "curiosos", "específicos", da cultura oliventina! "Oliventinizados", por vezes até, ainda que ligeiramente, em termos linguísticos, acabaram por produzir trabalhos de valor sobre a cultura da sua Nova terra, que podem chamar para sempre, e sem contestações, de Terra Mãe, por adoção, por paixão, ou já por nascimento.

5. NOVOS TEMPOS/ALGUMAS PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

A Democracia deveria ter aberto novas perspetivas, mas os fantasmas não desapareceram de todo. Alguns cursos de Português foram surgindo, com maior ou menor sucesso. Por vezes ao sabor de questões políticas, como durante a Década de 1990 por causa dos avanços e recuos no atribulado processo que levou à construção de uma nova Ponte da Ajuda o Guadiana, entre Elvas e Olivença (inaugurada em 11 de novembro de 2000).

Em 1999/2000, continuando em 2000/2001, a Embaixada de Portugal em Madrid, e o Instituto Camões, passam a apoiar o ensino do português no Ensino Primário em todas as Escolas de Olivença. Incluindo as Aldeias. Apenas Táliga, antiga aldeia de Olivença transformada no Século XIX em município independente, está ainda de fora deste projeto, para o qual foram destacados, primeiro três, depois quatro professores portugueses. Aproveite-se para dizer ser urgente acudir a Táliga, onde só 10% da população ainda tem algo a ver com a Língua de Camões. Urgentíssimo!

Tinha sido dado um primeiro e importante passo. Mas não se tem revelado suficiente. O Estado Português deverá tentar influenciar a tomada de outras medidas, dada até a sua posição sobre o Direito de Soberania sobre Olivença: o ensino da História (que não é feito em parte nenhuma em Olivença), por exemplo: a utilização prática da Língua, em documentos oficiais, toponímia, etc.; a continuação do Estudo do Português até níveis de ensino mais avançados; e tantas coisas mais que se poderiam referir!

Não resisto a citar um caso em que a omissão de dados históricos é particularmente significativa: muitos oliventinos pensam que há "Olivenças" na América Latina, mas pensam ser no México ou na Argentina, o que é falso. Ignoram, quase todos, que há três Olivenças no Brasil (uma no interior de Alagoas; outra na costa baiana, junto a São Jorge de Ilhéus; uma terceira no Amazonas, denominada São Paulo de Olivença), e que houve uma em Angola (hoje Capunda-Cavilongo) e outra em Moçambique (hoje Lupulichí). Que ideia tem o oliventino do seu papel no Mundo?

Pouco interessa aqui dar demasiada relevância ao problema que subsiste entre os dois maiores Estados Ibéricos. O que não se pode negar é e ele existe e influencia esta problemática, ainda que pouco importe aprofundar aqui quem tem razão. Não se pode, também, é "fingir" que está tudo perfeitamente definido! Muito menos em nome do politicamente correto.

Para já, e acima de tudo, é preciso dar à Língua Portuguesa dignidade... e utilidade. Descolonizar/Recuperar Cultural e Linguisticamente, pelo menos em termos psicológicos. Revalorizar o Português que sobrevive, o qual, por ser uma variante da fala lusa regional do Alentejo, é vítima de comentários pouco abonatórios.

Deve-se "fazer a ponte" entre as velhas gerações e os jovens alunos. Ensinando-lhes, por exemplo, a partir de exemplos da velha poesia popular e erudita oliventina, no idioma de Camões, e que é ainda, graças a recolhas etnográficas e a alguns poetas populares vivos, suficientemente conhecida para tal. Porque, sem perceberem que estão a dar continuidade à cultura dos seus avós, os jovens oliventinos dificilmente compreenderão que aprender a língua lusa é muito diferente de aprender uma língua estrangeira (Inglês, Francês, Alemão).

É preciso dizer claramente que o Português é imprescindível para que as novas gerações compreendam o que as gerações anteriores quiseram transmitir.

6. EXEMPLOS DE FALA OLIVENTINA/UMA VOZ CONSCIENTE

Não resisto a dar aqui alguns exemplos da tradição popular oliventina, dominada pela terminologia alentejana:

*Na Vila de Olivença
não se pode namorar!
As velhas saem ao Sol
e põem-se a criticar!*

*Ó minha mãe, minha mãe,
"companhêra" de "mê" pai,
eu "tamêm" sou "companhêra"
daquele cravo que ali vai!*

*Eu tenho uma silva em casa
que me chega à "cantarêra"
busque "mê" pai quem o sirva
que eu "nã" tenho quem me "quêra"!*

*Olha bem para o "mê" "pêto"
onde está o coração
vê lá se disto há "dirêto"
diz-me agora: sim ou não !*

*"Azêtona" pequenina
também vai ao lagar;
eu também sou pequenina
mas sou firme no amar.*

*Saudades, tenho saudades,
saudade das "fêticêras".
Lembrança das amizades
da terra das "olivêras".*

*Se eu tivesse não pedia
coisa nenhuma a "nênguém"
mas, como "nã" tenho, peço
uma filha a quem a tem*

*Adeus, Largo do Calvário
por cima, por baixo não.
Por cima vão os meus olhos
por baixo, meu coração.*

Textos destes poderiam multiplicar-se. Ainda, entre os idosos, há quem conheça estas quadras. Mas entre os jovens, poucos as conhecem. Como é possível que não se ensine Português aos oliventinos... começando por quadras como estas? Começando por ouvir idosos declamarem-nas?

Exemplos de que não tem sido essa a perspetiva do Ensino do Português ora lecionado encontram-se, por exemplo, no facto de, durante algum tempo, ter-se considerado que continuar o Ensino do Português no Secundário, como sucede em Badajoz e noutros locais, poderia ser perigoso em Olivença. Ridículo! Depois, tal foi levado a cabo, dizem que quase mais por insistência do Professor João Robles Ramalho, que de outra coisa. E, como o dito professor morreu, de repente, há uns meses...espera-se que tal não seja usado como desculpa para não se voltar a ensinar a língua a nível mais avançado. Haja esperança.

Mas a situação atual não é famosa. Há estudos que falam em "declínio do Português em Olivença", no seu uso coloquial. Como dizia um jovem oliventino (junho de 2007), a este respeito, «isto é uma verdadeira tragédia;

depois de pouco mais de 200 anos, o português vai desaparecer em Olivença; a alma dos povos é a língua; a língua é a memória, é tudo; em Olivença vam ficar somente as pedras, as fachadas, do que foi o seu passado português; Não há nada mais triste que conhecer que o fim vai chegar e ninguém fiz [fez] nada para evitá-lo; ninguém compreende que a morte do último lusofalante vai ser a morte da alma portuguesa, o fim de gerações falando português nas ruas, nas moradias, no campo oliventino, ao longo de mais de sete séculos?». E continua: «O artigo da senhora Fátima Matias explica perfeitamente as razões e o contexto da agonia do português em Olivença; mas...agora já não há ditadura; Deveríamos ficar orgulhosos de ter esta riqueza linguística e procurar a defesa e o ensino do português oliventino; (...) e, um pouco também, o Estado português é também responsável; com independência de questões de índole soberanista, deveria implicar-se na promoção do português em Olivença e não somente não reconhecer [a soberania espanhola] e não fazer nada.»

Pode-se aplaudir o que se faz hoje, mas é imprescindível algo mais: faça-se um estudo do Português-Alentejano falado em Olivença, e ligue-se o mesmo ao Português-Padrão ensinado nas Escolas, de modo a fazer a ligação entre as gerações e produzir uma normal continuidade que deveria naturalmente ter ocorrido. Assim se corrigirá a distorção introduzida pela pressão do Castelhana. Este estudo pode ser feito por quem se mostre capaz de o fazer: portugueses, mas também alguns especialistas e linguistas estremenhos. A nenhum Estado (Portugal ou Espanha) se poderá perdoar deixar morrer uma cultura!

7. UMA LUTADORA EM NOME DA CULTURA E DA TRADIÇÃO

Há alguém, em Olivença, que é um exemplo. Trata-se de uma Senhora, que não admite que ponham em causa o seu amor a uma Olivença espanhola. Todavia, e para honra e Espanha, esta incansável senhora, Rita Asensio Rodríguez, tem dedicado a sua vida a escrever livros e mais livros, onde descreve os velhos costumes oliventinos, e, o que mais nos interessa aqui, a sua maneira de falar. Muitas vezes ela opina que se trata de formas únicas no mundo, pois desconhece o "alentejano". Todavia, ela faz recolha após recolha, e é ela que mais sabe, hoje em dia, sobre a fala popular oliventina. O seu último trabalho ("Apuntes para una História Popular de Olivenza", 2007), para além de descrever inúmeras tradições populares, algumas já desaparecidas, tem no fim uma espécie de "pequeno dicionário" de oliventino-espanhol.

Citar alguns exemplos é a melhor forma de justificar o tema da minha comunicação.

Começo por termos que não foram alterados, e que são comuns ao Português Padrão:

Alcofa; Atrapalhado; Abóbora; Agriões; Alfazema; Bacorinho; Brincos; Bicas; Bazófia; Costas; Carocha; Chapéu; Coentro; Calças; Coelho; Courela; Espalhafato; Escaravelho; Esquecer; Ferro (de engomar); Fornalha; Grãos; Gargalo; Garfo; Ervilhas; Lenço; Maluco; Melão; Minhocas; Osga; Pousio; Picha; Pintassilgo; Peúgas; Poleiro; Panela; Rola; Roseira; Ranho; Saudade; Salsa; Turra; Tacões; Ventas (nariz); Vespa.

Sigo com termos alentejanos, ou que considere como tais para melhor explicar, na sua forma original, na sua forma atual usada em Olivença, e traduzidos, se necessário:

Azevia/Açubia(-); Alguidári; Alface/Alfaça; Azêtona; Arrecadas/Arcadas (grandes brincos); Andorinha/Andrurinha; Alarvices; Paleio/Apaleo; Asnêras; Amanhado (arranjado, preparado); Alicati; Alentar/Alantar (crescer); Aventar (deitar fora, derrubar); Vasculho/Basculho (vassoura); Melancia/B'lancia; Barbulha (borbulha); Brócolos/Broquis; Bebedêra/Bebedela; Biquêra; Badana (mulher velha); Baldi; Bandalho (mal vestido); Barranhola/Barranhali (Banheira); Púcaro/Búcaro; Boleta (Bolota); Caliche (Caliça); Cuitadinho; Descarada/Cascarada (!); Corremaça (correria); Cueiros/Culêros; Chico (Francisco); Descasqueado (Limpo); Dôtorice (jactância); Embatucado (sem palavras); Escandalêra; Engadanhado (impedido de usar os dedos por causa do frio); Empolêrar-se; Esturricar; Escancarar(abrir totalmente); Ajoelhar-se/Esvoelhar-se; Escavacada/Escavada (!); Entrudo; Enciêradas (gretadas de frio); Janela/Esnela; Centopeia/Entopeia; Falhupas (chiapas de lume); Esfregão/Fregón; Fartadela; Feijão-frade/Fradinho; Fanhoso; Fedorento/Fudurento; Fêtecêra; Farinhêra mole; Ferrugento/Furrugento; Fatêxa; Garganêro (açambarcador, egoísta); Galiquêra ou Caliquêra (doença venérea); Libória (tonta); Lençoli/Lançoli; Leque/Lecre; Mangação/Mangaçón (troça); Melhoras (Boas melhoras); Monte/Monti (Herdade); Mexeriquêra/Mixiriquêra; Mascarra (Sujidade, Amorenado); Mondar

(atividade agrícola); Nódos/Nodas; Pantanêro/Patamêro (lama); Cair de Pantanas (cair de costas); Pelintra/Pilintra; Passarola/Passarinha/Passarilha (Púbis e vulva); Piali (Poial); Reboição/Raboliço; Remela/Ramela; Repesa (arrependida); Ralhar/Rayari; Rabujento/Rabulhento; Ceroulas/Cirôlas; Chocalhos/Sacayos; Surrelfa; Saboria (Sensaboria); Cenoura/Cinôra; Sabola (Cebola); Tanjarina; Devagarinho/Vagarito; Velhici; Varais dos ôculos/Varales dos ócalus; Sarrabulho (confusão, desorganização)

Lamento ter-me alongado, mas talvez assim tenha transmitido algo de concreto que de outra forma não seria possível. Ouviram falar "alentejano", ou oliventino... como queiram; e esta senhora, Rita Asencio Rodríguez, tem mais três ou quatro livros mais antigos publicados desde há trinta anos.

Como se pode deixar perder tudo isto? A História não nos perdoaria.

8. ALGUNS EXEMPLOS COLHIDOS AQUI E ALI

Não resisto a lembrar algumas reações com que me deparei em Olivença. Por exemplo, numa aldeia, falando em Português com os donos de um "estanco" de Tabacos, insisti no conhecimento histórico e na preservação da língua. Os interlocutores, falando em Português, contestavam essas opiniões. Dei o exemplo deles próprios, a falar a língua lusa. A reação foi devastadora: "Malditos dos nossos pais, que nos deixaram esta língua!"

Outro exemplo: num Monte (herdade) oliventino, falando com uma senhora de, talvez, trinta anos, fui correspondido em português/alentejano. Recordo uma frase dela, ao dirigir-se ao marido: "Segura aqui no "minino", para eu temperar a "selada".

Mas, cerca de cinco minutos depois de conversação, a mesma senhora, sem que nada o fizesse prever, interrompia o seu discurso na língua de Camões, e declarou, aterrada: "Desculpe! Estou a falar em Português! Que falta de Educação!"

Começou a falar em castelhano. Claro, contestei a decisão...ouvindo aquilo que talvez mais irrita um alentejano em Olivença (e se ouve continuamente...) como justificação: "Isto que a gente fala já não é Português, é um "chaporreo".

Um outro exemplo pretende mostrar como o Português que se ensina atualmente em Olivença provoca choques geracionais. Um idoso de um Monte (herdade), quando foi por mim elogiado por falar idioma luso, ripostou-me: "isto já não é Português, nem é nada. A minha sobrinha, que aprende na Vila (Olivença), é que fala um Português verdadeiro. Ela até me critica!"

Para acabar, um exemplo mais pitoresco. Encontrei em Olivença um homem de cerca de cinquenta anos, que, ironizando, me disse que falava Português porque nessa língua "não há confusões entre Padre (sacerdote) e Pai."

Aqui, uma posição crítica em relação ao cristianismo ajudava a preservar a língua.

9. JÁ OS ANTIGOS SABIAM...

A atitude de muitos oliventinos, que se orgulham de já falarem espanhol "sem acento", e de já não se distinguirem dos "espanhóis verdadeiros", o que, já por si, é uma afirmação curiosa, faz-me lembrar uma "análise" de Tácito, sobre o modo como os conquistados pelo Império Romano iam aceitando a Cultura do Conquistador.

Dizia ele: "(...) os mais propensos há pouco a rejeitar a língua de Roma ardiam agora em zelo para a falar eloquentemente. Depois isto foi até ao vestuário que nós temos a honra de trajar, e a toga multiplicou-se,

progressivamente. Chegaram a gostar dos nossos próprios vícios, do prazer dos pórticos, do banho e do requinte dos banquetes, e estes iniciados LEVAVAM A SUA INEXPERIÊNCIA A CHAMAR CIVILIZAÇÃO AO QUE NÃO ERA SENÃO UM ASPETO DA SUA SUJEIÇÃO."

Podemos transpor esta reflexão para o campo linguístico em Olivença. E só nos podemos espantar com "a sabedoria dos antigos", como se costuma dizer.

10. CONCLUSÕES

Contrariar a situação de agonia do Português Popular de Olivença é uma tarefa que não se limita aos defensores da lusofonia. Para já, alguns possíveis "remédios" foram propostos ao longo deste trabalho. Mas a questão NÃO É SÓ lusófona.

Quero deixar aqui um apelo a Espanha, e muito particularmente às autoridades da Estremadura Espanhola, e ainda mais particularmente às autoridades municipais da Região Histórica de Olivença.

Não importa que se defenda que Olivença deve ser espanhola, portuguesa, ou até mesmo francesa ou coreana. O que não é digno é que, em pleno Século XXI, numa Europa que se diz herdeira e praticante de valores humanistas e democráticos, nada se faça para combater o risco de desaparecimento de uma língua, que é o reflexo de toda uma cultura.

Não é aceitável que não se procure restituir a dignidade a uma cultura tradicional. Também não é muito digno que não se informe toda uma população das suas raízes e da sua História. Se se quiser, recorrendo a uma frase feita, "não é europeu", e nem sequer politicamente correto.

Também o Estado Português não está isento de culpas. Independentemente de aspetos políticos e de contestação de traçado de fronteiras, aspetos que não importa desenvolver aqui, Lisboa tem a obrigação de agir. Ao abrigo das suas competências, pode, deve, transmitir muito claramente o seu descontentamento e a sua apreensão. Propor soluções. Editar brochuras. Protestar contra a ocultação da História. Como faz noutros pontos do mundo em que há presença portuguesa.

"A minha Pátria é a Língua Portuguesa", disse Fernando Pessoa, tão citado por elites variadas. Passe-se à prática este princípio!

Pela minha parte, pela nossa parte, não nos calaremos, e desde já nos propomos a ajudar pessoas ou instituições, independentemente da sua orientação política ou da sua nacionalidade, para combater a agonia do Português em Olivença. O Primeiro passo poderá ser um Congresso, ou umas Jornadas, ou uns Encontros, sobre o tema, que reúna a participação de especialistas e autoridades das mais diferentes origens, unidos pela sua boa vontade...

Estremoz, 11 de julho de 2007,
Carlos Eduardo da Cruz Luna

44) ELISA GUIMARÃES

ELISA GUIMARÃES Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, onde ministra cursos sobre Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Professora titular do Programa de Pós Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Aí ministra cursos sobre "Procedimentos de constituição do texto", bem como orienta Mestrados, Doutorandos e alunos de TGI. Tem publicado pela Editora Ática o livro A

articulação do texto, em 13ª ed., vários artigos em periódicos no Brasil e no exterior. Vem participando com frequência de congressos, também no Brasil e no exterior, com apresentação de trabalhos ligados à sua área de pesquisa.

JOSÉ DE ALENCAR E O REFERENCIAL TEÓRICO LINGUÍSTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, ELISA GUIMARÃES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - BRASIL

Este ensaio propõe-se a demonstrar o pioneirismo de José de Alencar como um dos iniciadores da reflexão acerca do fazer literário e da natureza da Língua. Fundamentado em trechos da obra do autor, o estudo mostrará que, no que diz respeito mais estritamente à Língua, José de Alencar, como os demais românticos, foi mais ousado na teoria do que na prática. A rebeldia às formas e aos princípios do classicismo – componente do ideário romântico – dificilmente se patenteia na expressão de Alencar, conservadora e nativista ao mesmo tempo.

Viveu José de Alencar numa época em que despertavam novas concepções orientadoras dos estudos linguísticos, que reagiam, no século XIX, à gramática filosófica ou logicista – dominante nos séculos XVII e XVIII – segundo a qual devia haver harmonia absoluta entre a razão e a língua, sendo esta qualquer coisa de estável, de fixa, regulada pela razão universal.

È nesse clima de busca de renovação que se faz sentir o pioneirismo de José de Alencar como um dos iniciadores da reflexão acerca do fazer e da natureza da Língua. Esse envolvimento é, à primeira vista, surpreendente, pois, apesar de ser a Língua matéria-prima do escritor, não constituía, para os românticos, objeto de análise refletida.

O que passa a distinguir dos contemporâneos o autor em destaque é a consciência de que o artista se faz pelo domínio do seu instrumento de trabalho.

Romancista por excelência, não começou, entretanto, pelo romance, mas pelo jornalismo. Suas crônicas, reunidas sob o título *Ao Correr da Pena*, publicadas no jornal *Correio Mercantil* (1855), pertencem ao documentário do Rio de Janeiro e revelam muito do seu empenho em refletir sobre a Língua Portuguesa. Excertos dessas crônicas apontam para o gênio do escritor tratando do problema da nacionalização da Língua que, para ele, não consiste em traduzir termos estrangeiros, em dizer, por exemplo, **cortado** por **coupé**, nem em misturar o português com o tupi.

Nessas mesmas crônicas já expõe opiniões sobre estilo, esclarecendo que *Isto a que vulgarmente chamam exagerações são apenas os arrojos de imaginação do artista, os primeiros esboços de sua criação que ele ainda não teve tempo de polir e de limar (1855: 11.)*

Aliás, uma das primeiras preocupações de José de Alencar é a que se refere ao estilo. Em *Como e porque sou romancista* (1955: 58), deixa claro não ser possível haver independência cultural e literária, caso continuássemos a escrever segundo os modelos portugueses, em desacordo com a nossa realidade linguística própria.

Sua preocupação, como observou Gladstone Chaves de Melo (1951), era criar um estilo brasileiro, um modo de escrever que refletisse o espírito de nosso povo, as peculiaridades sintáticas e vocabulares do falar brasileiro. Mas o que, afinal, se concretizou foi um estilo próprio do autor José de Alencar, nem mesmo um estilo brasileiro, o que vai sendo demonstrado ao longo destas nossas reflexões.

Saliente-se, contudo, o fato de haver o autor enriquecido a língua literária, acrescentando-lhe tupinismos e brasileirismos – o que contribuiu, sem dúvida, para a singularidade do seu estilo.

Ainda quanto ao que se refere ao estilo, a quase obsessão de Alencar reflete também sua intenção de fundir numa só unidade aspectos conteudísticos e formais. Observe-se que essa tendência não é a dos românticos em geral que tinham a forma por intocável – sob pena de perder-se a espontaneidade, padrão de autenticidade no uso da Língua.

É declaração do autor: *“Poucos darão mais, senão tanta importância à forma do que eu”* (1965: 161).

Esse fato explica, por certo, a intensidade de reação de José de Alencar diante das críticas a aspectos formais de sua obra. Críticas que contabilizaram longas e valiosas páginas como réplica firme e convincente. A necessidade de defesa e revide não decorreria, por certo, apenas de seu temperamento polêmico e de sua posição política, aspecto este que pretendia manter independente do escritor; decorreria também e talvez principalmente de sua concepção própria de arte.

Quanto às críticas que não o pouparam, é momento de lembrar aquela que lhe fez Pinheiro Chagas a propósito do romance *Iracema*, cobrando-lhe um objetivo que, aliás, o escritor não teve em mira – como já comentamos – ou seja, a criação de uma *“língua brasileira”* (1827: 221).

Foi também criticado por Henriques Leal de quem é a seguinte objeção, lamentando que talento tão superior como Alencar

Não se aplique ao estudo da língua com mais interesse e sem prevenções. Por enquanto sua linguagem e estilo são descuidados e, por vezes, desiguais e frouxos (1874: 214-215).

Ainda José Feliciano de Castilho e Franklin Távora, na revista-panfleto *Questões do Dia*, editada para servir à campanha que promoveram contra José de Alencar criticam duramente o autor – crítica a respeito da qual Gladstone Chaves de Melo assim se manifestou (1871: 20):

É uma campanha de desmoralização e de descrédito, organizada e levada a efeito com técnica e minúcia, um ataque sistemático e constante ao político, ao jurista, ao dramaturgo, ao romancista, ao escritor. Sobressaem nessa mesquinha atividade José Feliciano de Castilho, Cincinato e Franklin Távora, apostados em reduzir os méritos literários de Alencar. É crítica soez, feita a retalhos. Castilho é o tipo do caturra, gramaticóide estreito, exsudando latim e erudição clássica por todos os poros, arvorando-se em mestre de bom gosto.

Críticas ainda mais contundentes são de autoria de Joaquim Nabuco – comentários que vieram a público sob o título **A Polêmica Alencar-Nabuco** (1965).

Em seguida à publicação da peça *O Jesuíta*, que sofreu um verdadeiro fracasso de público e de crítica, José de Alencar, no jornal *O Globo* (1874), censura a indiferença do público, a qual, segundo o autor, estaria revelando um desinteresse geral pelo texto nacional.

Joaquim Nabuco replica a esse artigo e anuncia uma série de outros artigos sobre a obra literária de José de Alencar. Trava-se, então, a propalada polêmica Alencar-Nabuco.

Respondeu Alencar a todos os críticos, quase sempre com vantagem.

A Pinheiros Chagas responde:

Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas, a nós, escritores brasileiros, do crime de insurreição contra a gramática de nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português! Que a tendência, não para a forma de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável. Mas, em vez de atribuir-nos a nós, escritores, essa revolução filológica devia o Sr. Pinheiro Chagas, para ser coerente com sua teoria, buscar o germe dela e seu fomento no espírito popular, no falar do povo, esse “ignorante sublime”, como lhe chamou.

A revolução é irresistível e fatal como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, em italiano, etc.; há de ser larga e profunda como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos (1965: 241-243).

Talvez ainda mais significativa é a resposta a Henriques Leal, para quem o autor de *O Guarani* tinha um “estilo frouxo e desleixado”.

Refuta o autor, aludindo ao estilo clássico como caracterizado por pesado, monótono e prolixo, ainda que prene de beleza histórica, porém distante da possibilidade de dar “perfeito colorido à ideia”. Afirma mesmo ser impossível exprimir no estilo clássico “energias do pensamento e cintilações do espírito” (1948: 200).

A essas afirmações acrescenta Alencar um comentário estilístico de um trecho de Frei Luís de Souza, tentando reescrevê-lo à moderna. Mas o interessante é que poucas modificações passaram a ser feitas, como, por exemplo, uma substituição de um período estruturado em oito orações subordinadas por outro organizado em seis orações da mesma espécie.

É válido ainda notar na postura do autor a convicção de que polemizava com alguém ou com outros os quais sobrepujava em matéria de arte. Seus acusadores – parece – pairavam bem aquém das condições de que dispunha o Alencar enlevado com o problema da língua nos seus traços artísticos, ou seja, na sua *expressão literária*.

Como que prevendo comentários desairosos a seus propósitos ligados a inovações de ordem linguístico-literária, já em 1865, na 2ª edição de *Diva*, Alencar acrescenta um “Poscrito” e uma “Nota final”. Advoga no “Poscrito” a legitimidade da diversificação da Língua Portuguesa no Brasil – defesa alicerçada no caráter da Língua enquanto organismo vivo, sujeito, portanto, a constantes mudanças, uma vez instrumental do processo de comunicação de seus usuários.

Na “Nota”, o autor aborda especificamente alguns pontos articulados com o léxico da Língua. O léxico, aliás, projeta-se como uma das faces do sistema linguístico mais frequentemente objeto do interesse e dos propósitos inovadores do autor.

No campo lexical, os neologismos e os galicismos são particularmente matéria da crítica por parte daqueles que polemizaram com o romancista, o qual, frequentes vezes, tece comentários a respeito dessas duas variantes. Assim, por exemplo, no “Pós-escrito” da 2ª edição de *Iracema* (1965: 168) retoma a questão dos neologismos em resposta a Pinheiro Chagas, que, em seus *Novos Ensaios Críticos* (1967), censura nos brasileiros o hábito de “tornar o brasileiro uma língua diferente por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais”.

Para o romancista, o neologismo representa prova irretocável do processo de constante florescimento da língua, e constitui-se como fato cuja ocorrência se explica com maior evidência entre as línguas faladas em meios diversos, como é o caso da Língua Portuguesa.

Quanto aos galicismos, lembremo-nos de que, numa época de geral influência francesa, seria impossível evitar os francesismos. Talvez por força dessa influência, quando escrevia os folhetins *Ao Correr da Pena* (*Folhetim de 21-01-55 – apud Raimundo de Menezes*), Alencar recebera da imprensa o apelo para que fossem evitados os galicismos, em benefício da “nacionalização da língua”. Naquela ocasião, conforme o comentário de Edith Pimentel Pino (1965), ainda não envolvido em questões de língua, Alencar retruca, perguntando em tom irônico “Mas que quer dizer nacionalizar a língua portuguesa? Será misturá-la com o tupi? Ou será dizer em português aquilo que é intraduzível e que tem um cunho particular nas línguas estrangeiras?” (1855: 76).

Observe-se, por essa passagem, a evolução dos pontos de vista de Alencar em relação à carga lexical do português do Brasil – posição, vinte anos depois, oposta à inicial, patente na sua pergunta-resposta à imprensa daquela época.

No “Poscrito” de *Diva*, (1891), deixa clara a identificação do galicismo como fator de enriquecimento da língua. À crítica sobre o emprego do termo “élance” pondera que o que vem do latim tanto é francês quanto português.

No mesmo “Poscrito” (1891: 165), apresenta duas restrições à adoção de galicismos: 1) se o termo constitui idiotismo na língua de origem (por ex. “tratamento do emprego” por “estipêndio”); 2) se na língua de adoção só for admitida uma acepção (“endossar a letra”, mas não “endossar a casaca”).

Ainda no âmbito do léxico, antecipa-se o autor a possíveis ataques – e, de fato, como vimos, os enfrentou com frequência – quando publica, em 1872, o prefácio “Bênção Paterna” no romance *Sonhos d’Ouro*, constando de ideias gerais sobre a língua e a literatura no Brasil as linhas fundamentais do prefácio. Confessa aí seu intuito no sentido de retratar a sociedade fluminense que fala “a língua do progresso, jargão erigido de termos franceses, ingleses, italianos e agora até alemães”.

Cumpra ainda valorizar a vastidão do vocabulário de que se vale o romancista, principalmente nos romances que focalizam a paisagem brasileira, vista como uma riqueza característica nossa, ao mesmo tempo que como um elemento que ressalta o patriotismo romântico.

É também de Alencar o mérito da tentativa de aproximar a linguagem literária da linguagem falada, afastando seus textos dos padrões portugueses. Ainda que nunca efetivamente consolidada, a gramática de base popular fez parte dos propósitos de Alencar – o que fica sugerido no pós-escrito de *Iracema*. Era seu propósito aliar-se àqueles que pretendiam introduzir nos centros de interesse da sociedade o mito do povo soberano e demiurgo.

Assim se expressa o autor em *O Nosso Cancioneiro* (1962):

“Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos.

Não era outro o pensamento de Gonçalves Dias, em carta ao Dr. Pedro Nunes Leal – documento de alta importância linguística e literária:

“A minha opinião é que, ainda sem o querer, havemos de modificar altamente o Português (...) para dizer o que hoje se passa, para explicar as ideias do século, os sentimentos desta civilização, será preciso dar jeito à frase antiga (1921: 131).

Visava-se marcar o novo estilo com um caráter revolucionário – o que denotaria a participação da arte nas transformações políticas e sociais por que passara o mundo ocidental a partir da Revolução Francesa, em 1789.

O Romantismo, com seu ideário de libertação, afasta-se do ideal dos clássicos que sabemos ter sido elevar a língua portuguesa ainda tosca e singela, que os antepassados medievais haviam forjado, à riqueza e elegância do latim literário. Por três séculos, nossa língua foi elaborada por escritores eruditos que, tendo formado seu senso estético nos moldes latinos, se expressavam aristocraticamente, quer aspirassem à grandiosidade épica ou à pompa oratória, quer à doçura lírica ou à densidade dramática, quer à narrativa histórica ou ao processo argumentativo.

Simultaneamente, os gramáticos e professores do idioma foram estabelecendo as normas para o seu uso “correto”, sem cogitar de outras fontes de exemplificação que não fossem os bons escritores.

Como já foi observado neste ensaio, dificilmente, entretanto, José de Alencar se mostrará inteiramente despojado da influência, ou mais ainda, da imitação dos clássicos, como, aliás, a maioria dos românticos que se mantiveram muito ligados aos cânones do classicismo.

Pense-se, por exemplo, na linguagem vincadamente marcada pela pompa, muito próxima dos ditames da estética clássica, exibida nos romances urbanos de José de Alencar, tais como *Senhora, Diva e Luciôla*.

A JEITO DE CONCLUSÃO

Das considerações tecidas ao longo deste ensaio, pode-se concluir sobre o papel pioneiro e precursor de José de Alencar – escritor e artesão – no que diz respeito a uma tomada de consciência nacional, configurada no apreço a questões linguísticas e literárias.

Trata-se do autor que abraça uma posição de compromisso com o seu tempo, com a sua sociedade, com os seus contemporâneos, com o seu país.

Os numerosos documentos alencarianos (polêmicas, depoimentos, prefácios, posfácios, cartas) situam o leitor diante não apenas de alguém extremamente zeloso de sua própria obra, cômico de que a estava construindo não caótica ou aleatoriamente, mas com um sentido, um plano (o que já foi sobejamente enfatizado pela crítica), mas também de alguém profundamente preocupado com a dignidade profissional do escritor brasileiro, ao mesmo tempo que extremamente cômico de sua luta, do limite de suas perspectivas.

No que diz respeito mais estritamente à língua, José de Alencar, como os demais românticos, foi mais ousado na teoria do que na prática. Difere, frequentemente, sua posição teórica, em face de problemas da língua, da atitude assumida na prática. Nas polêmicas – como vimos – surpreendem-se afirmativas demasiado incisivas, muito longe de corresponderem à sua prática linguística. A rebeldia às formas e aos princípios do classicismo – componente do ideário romântico – dificilmente se patenteia na expressão de Alencar – expressão que se pode rotular de conservadora e nativista ao mesmo tempo. Assim, atém-se frequentemente à linguagem clássica, o que contraria, aliás, seu comentário de que “a principal condição do estilo é sua concisa simplicidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro: Alencar, José de (1854) “Ao Correr da Pena” – crônicas semanais no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 1854, Tip. Alemã, 1874.

Artigo: Alencar, José de (1955). *Como e por que sou romancista*. Salvador, Livraria Progresso Editora.

Livro: _____ (1965). *Iracema*. Rio de Janeiro, Ed. do Centenário, José Olympio.

Artigo _____ (1965). A polêmica Alencar-Nabuco. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Livro: _____ (1891). *Diva*. Rio de Janeiro, Garnier.

Livro: _____ (1962). *O Nosso Cancioneiro: Cartas ao Sr. Joaquim Serra*. Introdução e notas de M. Esteves e M. Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro, Livraria São José.

Livro: _____ (s/d). *Sonhos d’Ouro*. 2ª ed., São Paulo: Melhoramentos.

Livro: _____ (1856). *Cartas sobre Confederação dos Tamoios por Ig*. Rio de Janeiro, Empresa Tipográfica do Diário do Rio de Janeiro.

Livro: Chagas, Pinheiro. (1827). Novos ensaios críticos. Porto. DIAS, Gonçalves (1921). Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal”. Estante Clássica da Revista da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, VII, p. 131.

Livro: Leal, Antônio Henriques (1874). *Locubrações*. Lisboa, p. 214-215.

XIX. Série Fundamentos, São Paulo, Ed. Ática.

Artigo: Melo, Gladstone Chaves (1951). *Alencar e a “língua brasileira”*. Rio de Janeiro, José Olympio.

Livro: Menezes, Raimundo de (1977). *José de Alencar - Literato e político*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

Livro: Nabuco, Joaquim (1900). *Minha formação*. Rio de Janeiro, Garnier.

Artigo: Pinto, Edith. (1965). A contribuição de Alencar para uma expressão brasileira. José de Alencar – Sua contribuição para a expressão literária brasileira. Rio de Janeiro: Editora Cadernos da Serra, p. 55-79.

45) MARIA GABRIELA COSTA

MARIA GABRIELA CARDOSO FERNANDES DA COSTA é doutora em Letras pela UFPB, professora e pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, integrando o diretório de pesquisa "Literatura e utopia". Atua na área de Literatura Comparada e seus projetos de pesquisa atuais têm por objetivo as literaturas africanas de língua portuguesa.

OS (DES) CAMINHOS DE CAMINHA MARIA GABRIELA COSTA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

O ensaio visa analisar o drama de Isaías Caminha, personagem do romance de Lima Barreto, *Recordações do escrívão Isaías Caminha* (1909), na sua busca por uma ascensão social, lutando contra a submissão à miséria e ao preconceito de cor, numa sociedade arraigada a preconceitos e discriminações, regida pela filosofia de "The right man in the right place" (Fernandes, 1978:26-27).

Recordações do escrívão Isaías Caminha é um romance em que se pode observar, não só o fracasso do mulato Isaías Caminha na sua tentativa de escapar do "bolsão dos excluídos" (Fernandes, 1983:33) na sociedade na qual está inserido, mas, sobretudo, evidenciar como essa sociedade, arraigada a preconceitos e discriminações, pode destruir os projetos de realização humana e de ascensão social daqueles que, como ele, são/estão condenados a uma condição de inferioridade.

Arrastando consigo o "pecado original" do seu nascimento e o "suplício premente, cruciante e omnímodo" da sua cor (REIC 23), o personagem barretiano sonha com a carta³⁵⁹, que traria no seu pergaminho a consideração de toda a gente e lhe asseguraria o respeito à sua "majestade de homem" (REIC:23).

Filho de um padre e de uma empregada negra, Isaías Caminha é, a partir do seu nascimento, um transgressor da ordem social que o determina como não oficial:

[...] *Pareceu-me que o seu encontro fora rápido, o bastante para me dar nascimento. Uma crise violenta de sexo fizera esquecer os votos do seu sacerdócio, vencera a sua vontade, mas, passada ela, com o arrependimento da quebrado seu voto, a dor inqualificável de não poder confessar a sua paternidade (REIC:42).*

Carregando embora essas duas culpas – filho de padre e filho de negra –, ele só é socialmente afetado pela segunda, que deixa marcas indelévels. Como Sartre afirma (1960:111), "O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si esta abstrata humanidade incolor: ele é preto".

Ao mesmo tempo branco e negro, o mulato vive, de acordo com Oliveira Viana (apud Sayers, 1958:267), "numa sorte de equilíbrio instável, sob a pressão de forças contraditórias", situação que Darcy Ribeiro assim traduz: Posto entre os dois mundos conflitantes – o do negro, que ele rechaça, e o do branco, que o rejeita –, o mulato se humaniza no drama de ser dois, que é o de ser ninguém (Ribeiro, 1995:223).

Na instabilidade, pois, de ser dois, e diante da evidência de que alguma coisa que ele não conseguia "decifrar" se passava consigo³⁶⁰, Caminha, através de uma autocaraterização, parte para a construção do seu outro, aquele que o colocaria no mesmo plano de igualdade do "rapazola alourado":

[...] *Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada. Além de tudo, eu sentia que a minha fisionomia era animada pelos meus olhos castanhos, que brilhavam doces e ternos nas arcadas superciliares profundas, traço de sagacidade que herdei de meu pai. Demais, a emanação da minha*

359 Carta, diploma, documento oficial que atribui a alguém um cargo ou título ou um privilégio (REIC, NE: 23).

360 Durante a viagem de trem para o Rio de Janeiro, numa das estações, Isaías teve fome e dirigiu-se ao balcão onde havia café e bolos. Serviu-se e deu uma nota para pagar. Ao ver que tardavam com o troco e tendo reclamado, obteve, da parte do caixeiro, uma indignada resposta: "Oh! Fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo". Entretanto, um "rapazola louro", ao seu lado, foi prontamente atendido (REIC:26).

peessoa, os desprendimentos da minha alma, deviam ser de mansuetude, de timidez e bondade... Por que seria então, meu Deus? (REIC:26)

Ao usar a palavra “azeitonada” para definir a sua cor, o mulato Isaías Caminha está, parece-me, a tentar minimizar a cor preta – herança da mãe –, que o estigmatiza com todas as conotações negativas a ela atribuídas. Em contrapartida, o ressaltar que herdara do pai a sagacidade – marca positiva –, denota a sua tomada de partido entre as “porções” branca e negra que o constituem, numa tentativa de resvalar para o “mundo branco”, ratificando, dessa feita, as palavras de Bastide (1974:201): “O mulato no Brasil põe na cozinha o retrato de sua mãe negra, e no lugar de honra, na sala de visitas, o retrato de seu pai branco”.

Considerado por Skidmore (1976:56) a figura central da “democracia brasileira” por ter escalado permissivamente, embora com limitações, ao cume social mais elevado, o mulato tem consciência de que os limites sociais da sua mobilidade dependem da sua aparência – quanto mais “negroide” menos móvel –, e do grau de “brancura cultural” – educação, maneiras, riqueza – que era capaz de atingir.

Certo de possuir a “brancura cultural” necessária para atingir os seus objetivos, e face aos temores da tia e da mãe perante a sua decisão de ir para o Rio, Isaías Caminha alega em sua defesa: “[...] Não sou eu rapaz ilustrado? Não tenho todo o curso de preparatórios? Para que conselhos?” (REIC: 21).

Obcecado pela ideia de vencer desde que ouvira uma tentadora sibila falar-lhe da sua glória futura, e incentivado pelo sinal animador de um bando de patos que voando sobre a sua cabeça se bifurcava em forma de V – inicial de “vai” – (REIC:20-21), Caminha decide partir para o Rio de Janeiro em busca de um título de doutor com o qual resgataria o “pecado original” do seu nascimento e que lhe permitiria falar livremente e dizer bem alto os pensamentos que se “estorciam no [seu] cérebro”: “Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um pallium, era alguma coisa como clâmide sagrada, [...] a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam” (REIC:23). Segundo Brayner (1979:160), “uma das categorizações mais importantes no espaço botafogano é o doutoramento, canudo de papel que depois de obtido abre portas, cria cargos, promove socialmente o felizardo”.

Embalado pelo sonho de “ser alguém” (com o canudo de papel), o personagem barretiano vê-se já em plena ascensão social:

Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios esse título dava! Podia ter dois e mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada (REIC:24).

Convém observar que no seu devaneio de grandeza ele enumera como prerrogativas, tudo aquilo que a moral da ordem social condena. Sendo, entretanto, esse, o mundo botafogano, regido pelas regras do “pistolão”, da adulação e do nepotismo, é nele que o mulato Isaías Caminha pretende encontrar “o seu lugar”.

De acordo com Schwartz (1981), entre as classes que a colonização produziu com base no monopólio da terra, o favor direto ou indireto de um grande é o elemento que dá acesso à vida social e aos bens, principalmente quando se trata do “homem livre”, na verdade dependente. Desse modo, o favor torna-se “o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade envolvendo também outras, as do que têm” (Schwartz, 1981:16).

Estabelecendo-se, pois, sob inúmeras formas e diversos nomes, o favor esteve/está presente por toda a parte, combinando-se às mais variadas atividades. Assim, da mesma maneira que o profissional dependia do favor para o exercício da sua função, o funcionário depende dele para o seu posto e o pequeno proprietário, para a defesa da sua propriedade.

Foi essa prática da dependência de um grande que levou Isaías Caminha a acreditar ser o favor/carta do coronel Belmiro para o deputado Castro. Tendo partido para o Rio em busca de uma carta³⁶¹ com uma carta³⁶², ele

361 Confira nota 1.

acredita que esta lhe franquearia as portas para a obtenção do título que, finalmente, lhe permitiria “ser alguém”, garantindo-lhe, assim, o acesso à vida social: “*A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor!*” (REIC:23).

Tudo estava certo, o pedido do tio Valentim era justo: “ – Você tem direito, Seu Valentim...É...Você trabalhou pelo Castro... Aqui para nós: se ele está eleito, deve-o a mim e aos defuntos, e a você que desenterrou alguns” (REIC:22). Só que a política do favor é, muitas vezes, uma via de mão única, e a troca de favores faz-se normalmente entre “a gente do mesmo nascimento”. Para o deputado Castro, e apesar da carta, Isaías nunca passaria de “o tal mulatinho”.

Segundo Brookshaw (1983), os estereótipos que marcaram socialmente o negro e conseqüentemente o mulato, provêm do ressentimento de interesses escravistas perante a arrancada da economia antiescravista e foram mais tarde justificados e elaborados como resultado do contato com as teorias científicas que controlaram as categorias raciais.

Dividido entre os seus dois eus, e na falta de uma identidade própria, Isaías Caminha opta por continuar a definir-se como “as pessoas do [seu] nascimento”, numa atitude talvez de acomodação diante de uma situação que ele não pode reverter: os negros e os mulatos devem aprender a conhecer o seu lugar que é inferior ao dos brancos e, por isso mesmo, qualquer tentativa de mudança que consista numa subida na escala social lhes é vetada. Assim, no espaço social em que transita, Caminha nunca deixará de pertencer à categoria do OUTRO, em conformidade com as palavras de Fernandes (1989:46):

O negro foi estilhaçado pela escravidão tanto quanto pela pseudoliberalidade e igualdade que conquistou posteriormente. Uma destruiu de forma peremptória os liames com as culturas africanas originárias e o uso normal do talento negro em benefício do próprio negro. A falsa liberdade e a falsa igualdade, por sua vez, fizeram com que aquilo que se poderia descrever como “escravidão por outros meios” agisse de maneira ultra destrutiva, impedindo que o negro e o mulato forjassem ativamente o seu nicho psicocultural e histórico social.

Para Bastide (1973), o problema das relações no Brasil define-se por uma linha de “comportamentos” que demonstra o alto preço que o negro e o mulato têm de pagar para subir na escala social. Essa linha de “comportamentos” separa a cultura da moralidade exaltada na estética branca e a cultura da imoralidade, a estética negra. Para assegurar um lugar acima dessa linha, o negro deverá possuir as mesmas afinidades culturais do branco, tendo, pois, o cuidado de se comportar como um branco. Entretanto, e de acordo com Brookshaw (1983: 187):

Não importa quanto esforço ele [o negro] faça para adaptar-se aos padrões de comportamento social e de tendência cultural dele exigidos; não importa o quanto ele esteja condicionado a tal tendência e o quanto sinta como sendo sua própria tendência, as atitudes para com ele não dependendo de qualquer legislação que possa existir para protegê-lo, mas do indivíduo que porventura encontrar e que possa humilhá-lo, ignorando sua mentalidade branca e vendo apenas a cor negra de sua pele. É então que ele descobre que por trás da linha de comportamento existe a linha de cor que, provavelmente, é ainda mais sinistra do que aquela legalmente definida, uma vez que se trata de uma linha que toma a forma de estereótipo na visão que o homem branco tem de seu compatriota negro.

Marcado por essa linha de cor, na culpabilidade de algo que não dependia dele, Isaías Caminha acha-se, por vezes, invadido por sentimentos que Fanon (1983: 95) traduziu desta forma:

A vergonha. A vergonha é o desprezo de mim mesmo. A náusea. Se me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Se me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou lá, sou prisioneiro do círculo infernal.

Assim, e ao mesmo tempo em que luta pela afirmação do seu lugar com todas as prerrogativas que lhe são devidas como ser social que é, diante dos ditos de Floc, das pilhérias de Losque e das sentenças do sábio Oliveira, ele sente “[...] *uma espécie de vergonha pelo [seu] nascimento*” (REIC:122).

Essa rejeição da sua condição de mulato é o resultado de um processo social que mantém o negro preso à tutela do branco e às cadeias da exclusão dissimulada e da desigualdade racial. Na sala social dos espelhos, o negro reflete-se neles, em várias imagens, sem conseguir entender as ambivalências do comportamento do branco em relação a si e que Fanon, anteriormente citado, tão bem explicitou: “*Se me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Se me detestam, acrescentam que não é pela minha cor...*”

Definitivamente marcado pela linha da cor, o destino de Isaías Caminha passa a definir-se, tendo como elemento condicionador e catalisador o meio social. E é a discriminação à qual está sujeito que faz com que ele anseie tanto por um título de doutor para poder sair da condição de “o tal mulatinho”.

Ainda que alertado por sua mãe, consciente do grau de inferioridade que lhes fora imposto pela sociedade: “ [...] *E não te mostres muito porque nós...*” (REIC:25), Caminha deixa-se dominar por aquela “visão doutoral” que o persegue. E foi assim que, na vivência do seu sonho, foi “doutor”, pelo menos para o Laje da Silva, para o qual, como bom representante do discurso social vigente, o título era realmente o que importava. Desse modo, ao chegar ao Rio de Janeiro, Isaías Caminha deixa de ser como indivíduo, para se tornar um símbolo social, esse sim, o “amigo” do Laje da Silva: **doutor**.

O trânsito do sonho para a realidade, no entanto, foi muito rápido. De tal sorte que ele se viu, de repente, passar do estatuto de “doutor” para o de o “tal mulatinho” (este também um símbolo social), sem que nem para um nem para outro tivesse realmente contribuído.

Na verdade esses “símbolos” não são mais do que imposições estabelecidas pelas regras da conveniência social. Assim, enquanto para o Laje da Silva foi conveniente intitular Isaías de “doutor” (tão logo soube que ele tinha ido para o Rio estudar), levando em consideração apenas a sua “porção” branca, “sinônimo de inteligência”, por outro lado, e apenas se falou em roubo, foi sem dúvida mais socialmente conveniente considerar a sua “porção” negra que estava, segundo o discurso oficial, na razão direta da marginalidade. E Isaías Caminha passou a ser “o tal mulatinho”.

Preterido *a priori* pela sua aparência³⁶³, Isaías Caminha nem sequer é testado nos seus conhecimentos quando se propõe procurar um emprego. É assim com o padeiro: “Naquela recusa do padeiro em me admitir, eu descobria uma espécie de sítio posto à minha vida. Sendo obrigado a trabalhar, o trabalho era-me recusado em nome de sentimentos injustificáveis” (REIC:60); é assim também com o deputado Castro que, ao ter conhecimento de que ele seria o objeto da sua “proteção”, imediatamente muda a forma de tratamento de “senhor” para um “você”, renunciador da recusa ao que lhe era solicitado na carta do coronel Belmiro.

Diante dessa recusa de oportunidades de que é alvo, o sentimento que invade o personagem de Lima Barreto pode bem ser o eco daquele assim exteriorizado por Fanon (1983:96): “ [...] *Mas comigo tudo toma um aspeto novo. Nenhuma chance me é permitida. Sou sobredeterminado do exterior. Não sou escravo da ‘ideia’ que os outros têm de mim, mas da minha aparência*”.

Ilhado, agora, no mundo com o qual tanto havia sonhado³⁶⁴, destronado do título de “doutor” e arrastando consigo o binômio do seu nascimento que o transformara em “o tal mulatinho”, Isaías Caminha sente-se, no Rio

363 Com relação a esta questão, lembro Bastide (1973:126), segundo o qual, o mulato livre pode tornar-se um concorrente do branco em todos os domínios, tanto no econômico como no amoroso. O estereótipo será, por conseguinte, o meio empregado pela classe detentora do poder, para tornar mais vagarosa, se não for impossível impedi-lo, o movimento ascensional do “homem de cor”.

364 Enquanto não encontrou o deputado Castro para lhe entregar a carta de apresentação do coronel Belmiro, Isaías Caminha, embora angustiado com a escassez de dinheiro e com os vários percalços que tivera de vencer, sentia-se embalado pelo doce sonho de que, através do deputado, conseguiria dar os primeiros passos que o levariam à glória. Sentia-se, pois, ancorado naquele pedacinho de papel que lhe alimentava a expectativa de melhores dias. A atitude do político, porém, acabou com as suas esperanças.

de Janeiro, “[...] *como uma árvore cuja raiz não tem mais terra em que se apoie e donde tire vida, [...] como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda a hora esmagado pela menor pressão*” (REIC:40). Pela sua natureza híbrida, ele faz parte do mundo dos excluídos, daqueles que, conforme Fernandes (1989:46), “*se viram condenados a serem o OUTRO, ou seja, uma réplica sem grandeza dos brancos de segunda ordem*”.

Consciente de que a gente que o cercava o tinha em conta de inferior, e percebendo que “*estava proibido de viver e fosse qual fosse o fim da [sua] vida os esforços haviam de ser titânicos*” (REIC:59), Caminha resolve driblar o cerco que lhe fora imposto pela ordem social vigente e “*decide[-se] a lutar, a bater[-se] para chegar – aonde? – não sabia bem; para chegar fosse como fosse. Trabalharia – em quê? Em tudo*” (REIC:59).

E é imbuído desse espírito de luta que vai trabalhar no jornal *O Globo*, numa tentativa de poder legitimar a sua voz, porque a Imprensa era “*[...] uma oficina de ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses imortais e os escudos capazes de proteger as traficâncias dos mortais e dos deuses*” (REIC:31). Para ele, trabalhar numa redação de jornal era algo extraordinário, superior, acima das forças comuns dos mortais; e isso poderia certamente proporcionar-lhe tudo o que havia sonhado conseguir com a carta³⁶⁵: respeito à sua majestade de homem.

No entanto, como afirma Goffman (1961:148), “*a participação numa entidade social impõe compromisso e adesão*”. Ora, a voz de Isaías Caminha, na medida em que se manifestava ou pretendia manifestar-se em favor do estabelecimento dos direitos do mulato, não se adequava aos objetivos oficiais estabelecidos como convenientes à conservação ou sobrevivência da instituição. Ela apresentava-se, sim, como transgressora da ordem social, como uma quebra das regras do jogo.

Progressivamente Isaías Caminha vai-se dando conta de que para as pessoas do mundo no qual busca “o seu lugar”, nunca passará de “o tal mulatinho”. E a decepção passa a ser o seu sentimento maior:

[...] dêis que me dispus a tomar na vida o lugar que parecia ser de meu dever ocupar, não sei que hostilidade encontrei, não sei que estúpida má vontade me veio ao encontro, que me fui abatendo, decaindo de mim mesmo, sentindo fugir-me toda aquela soma de ideias e crenças que me alentaram na minha adolescência e puerícia (REIC:17).

Na verdade, o discurso social vigente baseado no “axioma” dominante da falta de inteligência e inferioridade dos negros e conseqüentemente dos mulatos negava-lhes a ascensão na sociedade, não permitindo que participassem da vida intelectual da nação.

E nesse mundo para o qual ingenuamente caminhou tendo como guardião o *Poder da Vontade*³⁶⁶ e como salvo-conduto a carta para o deputado Castro, Isaías Caminha acha-se realmente “abatendo”, “decaindo”, e “sentindo fugir toda aquela soma de ideias que [o] alentaram na adolescência [...]” (REIC: 17).

Assim, e não obstante a sociedade lhe ter acenado com algumas perspectivas de ascensão – levando em conta a sua “porção” branca –, e lhe ter concedido algumas “prerrogativas”, como a “amizade” do doutor Loberant, ele continua a sentir-se exceção.

Eu sentia bem o falso da minha posição, a minha exceção naquele mundo; sentia também que não me parecia com nenhum outro, que não era capaz de me soldar a nenhum e que, desajeitado para me adaptar, era incapaz de tomar posição, importância e nome (REIC:140).

À sua capacidade intelectual opunha-se a fraqueza de inteligência de homens que, como Loberant, eram detentores do poder, ditadores das regras com as quais ele não conseguia identificar-se.

365 Diploma.

366 Livro que lhe havia sido dado pela sua professora quando saiu do colégio e que Isaías Caminha transformou em livro de cabeceira cf. REIC: 20.

Sentindo-se como “*um grande pacote moderno cujos tubos da caldeira se houvessem rompido e deixado fugir o vapor que movia suas máquinas*” (REIC:17), a constatação de ser o OUTRO acaba por desarticular definitivamente o sonho de Isaías Caminha que se dá conta da dimensão do desencontro que existe entre os seus planos/sonhos e a realidade.

Numa situação conflitante consigo mesmo – negro? branco? – e com o mundo que o maltratou, Isaías Caminha acaba por não *ser*. E mesmo estando nas boas graças do doutor Loberant, o diretor d’ *O Globo*, ele é assolado por um sentimento de culpa: “ [...] *não tinha sabido arrancar da minha natureza o grande homem que desejava ser; abatera-me diante da sociedade; não soubera revelar-me com força, com vontade e grandeza*” (REIC:140).

Na realidade não foi ele, que não soube arrancar da sua natureza o “grande homem que desejava ser”, como também não foi ele que não soube “revelar-se com vontade e grandeza”. Ele não se abateu diante da sociedade; esta, sim, abatera-se sobre ele, impedindo-o de realizar o seu sonho de “ser alguém”, para condená-lo à realidade de “ser ninguém”.

E na história a preto e branco em que negro e mulato se encontram assim sitiados, o cerco só se abre quando existe algum interesse da classe dominante (branca), ainda que, muitas vezes, essa perspectiva de abertura não seja ascendente, mas descendente, facilitando a imersão do negro e do mulato no mundo “marginal”. É o que acontece com a “brusca ascensão” de Caminha alicerçada no mundo enviesado da ordem no qual ele se vê instalado, em detrimento do sonho de um resgate social dentro da ordem.

[...] *Tendo surpreendido na casa de Rosalina, em plena orgia, o terrível diretor, vexeí-o. Nos primeiros dias ele nada me falou; mas já me olhava mais, considerava-me, preocupava-o no seu pensamento. Breve me fez perguntas de boa amizade: donde era eu, que idade tinha, se era casado, etc.* (REIC:130).

A “amizade” do doutor Loberant não é mais do que o instrumento de que o diretor d’*O Globo* se serve para fazer de Isaías Caminha seu cúmplice no “fora da ordem”, tão logo ele se tornou conhecedor do outro mundo em que transitava o diretor, “*deus inacessível, caprichoso, espécie de Tupã ou de Júpiter Tonante, cujo menor gesto faz todo o jornal tremer*” (REIC: 111). Até então reduzido à figura anódina de contínuo do jornal, Caminha passa a ser “reconhecido” pelo doutor Loberant e tornam-se “*dois amigos íntimos, companheiros de pândegas e noitadas*” (REIC: 139).

Instalado no mundo marginal das conveniências – as pândegas e noitadas –, Isaías tenta driblar o cerco a que fora sujeito e procura reassumir o corpo-a-corpo do mulato=busca de um lugar social X branco=lugar social.

Entretanto, diante da impossibilidade da ocupação legítima de um lugar no mundo social da ordem vigente, pois, como afirma Hasenbalg (1979: 3), “*a integração dos negros na sociedade de classes continua uma possibilidade irrealizada e postergada*”, Caminha decide transportar o seu destino para “longe da dureza das tensões raciais”.

E entre as raías da denúncia de uma sociedade que dita as regras do jogo e o grito de assunção/exaltação de uma identidade na busca de mudanças dessas regras, Isaías Caminha, vencido pela desilusão da não-correspondência do seu sonho com a realidade, numa autocapitulação, concentra-se em cavar um nicho na estrutura social que lhe permitirá escrever, opondo “argumentos a argumentos”, as suas “Recordações”, em resposta às considerações desfavoráveis que um colaborador de uma revista nacional fizera à natureza da inteligência das “pessoas do [seu] nascimento” (REIC:16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Azevedo, Aluísio (1992) *O mulato*, São Paulo: Ática (Bom Livro).
Barreto, Lima (1990) *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, São Paulo: Ática (Bom Livro).
Bastide, Roger (1973) *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo: Perspectiva.
Brayner, Sonia (1979) *Labirinto do espaço romanesco*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Brookshaw, David (1983) *Raça e cor na literatura brasileira*, Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Costa, Maria Gabriela (1997) Uma história de denúncia e exaltação nos caminhos do negro na literatura brasileira. Dissertação de Mestrado, Maceió: Universidade Federal de Alagoas.
- Coutinho, Carlos Nelson (1974) "O significado de Lima Barreto na literatura brasileira". In Realismo e antirrealismo na literatura brasileira, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fanon, Franz (1983) *Pele negra, máscaras brancas*, Rio de Janeiro: Fator.
- Fernandes, Florestan (1972) *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Fernandes, Florestan (1978) *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo: Ática.
- Fernandes, Florestan (1989) *Significado do protesto negro*, São Paulo: Cortês - Autores Associados.
- Goffman, Erving (1961) *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo: Perspectiva.
- Hasenbalg, Carlos Alfredo (1979) *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal.
- Miguel-Pereira, Lúcia (1973) *História da literatura brasileira de 1870 a 1920*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- Prado, Antônio Arnoni (1989) *Lima Barreto: o crítico e a crise*, São Paulo: Martins Fontes.
- Ribeiro, Darcy (1995) *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Sartre, Jean-Paul (1960) "Orfeu negro". In *Reflexões sobre o racismo*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Sayers, Raymond S. (1956) *O negro na literatura brasileira*, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.
- Schwartz, Roberto (1981) "As ideias fora do lugar". In *Ao vencedor as batatas: forma literária do processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades.
- Skidmore, Thomas E. (1976) *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
-

46) MARIA DO SOCORRO PESSOA

MARIA DO SOCORRO PESSOA; Professora Efetiva, classe Adjunto II da UNIR-RO; Docente e Pesquisadora Universitária da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena – RO – Brasil - Departamento de Estudos Linguísticos e Literários;

Doutora em Linguística, com área de concentração em Sociolinguística;

Mestrado e Doutorado em Linguística pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, SP;

Cursando Pós-Doutoramento na Universidade de Aveiro, em Portugal, na área de Didática e Tecnologia Educacional para a Formação de Professores de Língua Portuguesa em ambientes multidialetais. Líder do Grupo de Pesquisas "Língua, Cultura e Sociedade Rondoniense – GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas", certificado pela Instituição e registrado no CNPq-Brasil:

Docente e Pesquisadora do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, da UNIR, Campus de Guajará-Mirim, Rondônia, Brasil, desenvolve atividades de Docência, pesquisa e Extensão em cursos de Licenciatura em letras e em Pedagogia e também no Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem do Campus de Guajará - Mmirim, Rondônia, Brasil. Tem artigos publicados em revistas nacionais e Internacionais, nas áreas de Linguística, Sociolinguística e Formação de professores de Língua Portuguesa. sopessoa@gmail.com; sopessoa@unir.br; sopessoa5@hotmail.com; mspessoa@ua.pt: Endereço da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena, Av. Rotary Club, 14551 – Setor Chacareiro 78995-000 – Vilhena - RO

A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XXI E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A VARIANTE BRASILEIRA: REALIDADES E DESAFIOS NO PORTAL DA AMAZÔNIA MARIA DO SOCORRO PESSOA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (BRASIL) E UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PT)

0. INTRODUÇÃO

O Brasil possui quase duzentos milhões de habitantes falantes da Língua Portuguesa, nosso mais valioso instrumento de luta. Sabemos das críticas a que foram submetidas as falas populares públicas ao longo da história do Brasil, com a finalidade de excluí-las da língua portuguesa, como se essas variantes "contaminassem"

a língua de origem Europeia, portanto, considerada “pura e boa”. Tais críticas não conseguiram deter os discursos populares dos sem-terra, dos operários das fábricas, dos menos favorecidos socioeconomicamente e, na contramão do que se esperava, fizeram-se presentes nas esferas do poder brasileiro. Essas falas populares não esperaram que a escola os ensinasse a falar, mesmo porque nem sempre a ela tinham acesso, e resolveram proclamar suas necessidades naquela língua que os ajudava a sobreviver, a lutar no dia a dia, mesmo sendo discriminados pelos seus “errados modos de falar”. Esses dialetos populares passaram a ser legitimados e a ter destaque, de mídia inclusive, a partir do momento em que seus falantes alcançaram as esferas políticas, inatingíveis em tempos de ditadura. Esses “falantes” verificaram que eram enganados pelos “bonitos” discursos políticos das elites, daqueles que detinham a fala “bonita” e “correta” da Língua Portuguesa, ensinada e propalada nas escolas elitizadas. Tal fala “bonita” e “correta”, perdeu seu prestígio porque desprestigiados foram os discursos de falsidades ideológicas por ela proferidos. Portanto, supor que esse discurso popular desaparecerá será supor que uma elite minoritária voltará a implantar sua “língua portuguesa correta e bonita” aos destinos e futuro do Brasil. Sabemos que a Língua Portuguesa vai mudar, quer em Portugal, quer no Brasil, pois as mudanças nas línguas são inevitáveis porque a língua vive, funciona e evolui à sua maneira, como todas as outras instituições sociais. Isso não significa que a Língua Portuguesa, de fala da modalidade brasileira vai ser extinta e transformar-se em “outra língua”.

1. A LÍNGUA PORTUGUESA E A VARIANTE BRASILEIRA: NOSSA LÍNGUA, NOSSA MÃE.

“Língua” é a palavra que tem vários significados e não sai da nossa boca. O termo que designa o órgão do paladar e da deglutição manteve praticamente a mesma grafia da palavra em latim que o originou: *lingua(m)*. Na Roma antiga era usado para se referir principalmente à fala. Por extensão passou a indicar qualquer sistema convencional de símbolos usados na comunicação.

Há um testemunho clássico sobre as virtudes e os males da língua atribuído a Esopo, fabulista que foi escravo na Grécia do século VI a.C., que retrata bem a pluralidade de sentidos do termo que tanto nos apaixona. Encarregado por Xanto, filósofo ateniense, de comprar no mercado o que há de melhor para o almoço, Esopo volta com muitas línguas. Xanto se espanta:

- Um prato de língua? Isso é a melhor coisa do mundo?

Esopo então responde:

- Língua é a razão da vida. Por meio dela, instrui-se, persuade-se, domina-se nas assembleias e cumpre-se o primeiro de todos os mandamentos, que é louvar a Deus. Xanto pede para que ele traga o que há de pior.

Esopo trouxe novamente o prato com as línguas e explicou:

- A língua é também a mãe de todos os problemas, de todos os processos, a fonte de discórdias e das guerras e objeto de calúnia.

A fábula ficou célebre para designar o que, sendo tomado sob dois aspectos opostos, pode resultar no louvor e na crítica, na defesa e na acusação, na ofensa e na manifestação do preconceito.

Como não é segredo, todos sabemos que o Brasil possui quase duzentos milhões de habitantes e que todos são falantes e usuários da Língua Portuguesa, a qual, pelo que nos conta o passado e pelo que esperamos do futuro, continuará sendo o mais valioso instrumento de luta do povo brasileiro, embora possuamos uma modalidade de fala nem sempre aceita pelos “puristas” da Língua. Todas as críticas a que foram submetidas as falas populares públicas ao longo da história do Brasil, com a finalidade de excluí-las da língua portuguesa, não foram suficientemente fortes para impedir que o povo brasileiro se fizesse representar nas esferas do poder político partidário, acompanhado dos discursos dos sindicatos dos operários das fábricas, dos discursos dos funcionários públicos e dos discursos dos socioeconomicamente menos favorecidos. As vozes dos sem-terra, o grito dos sem-escola passaram a ser ouvidos porque seus falantes resolveram proclamar, denunciar e divulgar suas necessidades e seus interesses naquela língua que os ajudava a sobreviver na luta do dia a dia, fechando os ouvidos para o preconceito quanto às suas falas “feias e erradas”. Essas falas populares passaram a ser legitimadas e esses dialetos passaram a ter destaque, de mídia inclusive, a partir do momento em que seus

falantes alcançaram as esferas políticas, inatingíveis em tempos de ditadura, e, também, quando esses “falantes” verificaram que eram enganados pelos “bonitos” discursos políticos das elites, ou seja, por aqueles que detinham a fala “bonita” e “correta” da Língua Portuguesa, ensinada e propalada nas escolas elitizadas. Tal fala “bonita” e “correta”, oferecida por uma escola que era feita para a elite, e da elite brasileira, perdeu seu prestígio porque desprestigiados foram os discursos de falsidades ideológicas por ela proferidos. Portanto, supor, inicialmente, que esse discurso popular desaparecerá será supor que uma elite minoritária, e autoritária, voltará a implantar sua “língua portuguesa correta e bonita” aos destinos e futuro do Brasil. O que sabemos é que a Língua Portuguesa vai mudar, quer em sua modalidade de Portugal, quer na modalidade do Brasil, pois as mudanças nas línguas são inevitáveis, porque, hoje como sempre, a língua vive, funciona e evolui à sua maneira, como todas as outras instituições sociais. Tal mudança não aponta que a Língua Portuguesa, de fala da modalidade brasileira vai ser extinta e transformar-se em “outra língua”. Já temos internalizado o conhecimento de que a nossa Língua Materna é a Língua Portuguesa.

Uma Língua é Nossa mãe quando nos sentimos em casa com ela. Com a nossa mãe conversamos, trocamos opiniões, ouvimo-la, nos enternecemos e compreendemos quão sábia ela é, o quanto nos protege, o quanto zela por nossa integridade, o quanto nos pertence e o quanto pertencemos a ela. Por isso é nossa mãe, e, também por isso, bem vale que o “Nossa” seja em letras maiúsculas, como nome próprio, expresso em sua carga semântica.

Poderíamos continuar descrevendo as maravilhosas e inconfundíveis características das mães e, ainda assim, jamais escreveríamos suficientemente sobre elas. É que as mães são, ao mesmo tempo, tão simples, porém, tão únicas! É por isso que achamos que elas se parecem com as línguas dos diferentes povos da terra! Tão simples para os nativos dela e tão únicas e complexas para quem tenta lhes desvendar os mistérios, ainda que apenas alguns!

Diferentemente do que ocorre com a mãe biológica que temos, que será sempre e inconfundivelmente única, as Línguas-Mães tomaram a liberdade de dividirem-se em, no mínimo, duas: a Língua Materna, que aprendemos desde a nossa concepção uterina, que tem o gosto e o sabor da intimidade do colo da nossa mãe biológica e essa outra Língua-Mãe, da Pátria, que identifica povos e nações, dando-lhes um estatuto de “homogeneidade”, como se temesse confessar as inúmeras partezinhas que a compõe. Sabemos que tal homogeneidade é fictícia, mas, sem muitas explicações, aceitamos que a Língua-Mãe-Pátria receba apenas uma denominação, pois, parece-nos, seria tão confuso e despropositual nos alongarmos em detalhes quando alguém quer apenas saber qual a Língua do nosso país! É tão acolhedor ter uma Língua-Mãe-Pátria! É ela que divulga nossos feitos, que vai para os canais de televisão mundo afora, que registra nossas histórias de economia, de cultura, de sociedade, nossos sucessos, nossos fracassos enquanto nação, nossas falhas e nossas vitórias. E, quando há um outro país que possui a mesma Língua-Mãe que a nossa, até questionamos sotaques, dialetos, tonalidade...porém, tais questionamentos não são empecilhos para que não nos sintamos linguisticamente irmãos. Uma outra terra que, não importa a distância em quilômetros, nos compreende, nos acolhe, nos entende, perpetua a nossa irmandade. É o que ocorre com Brasil e Portugal, países linguisticamente irmãos, e isso faz toda a diferença em relação a outras nações. Pátria-Brasil, Pátria-Portugal. Grandes histórias, grandes vínculos, sempre descritos e registrados pela nossa mesma e lindíssima Mãe, a Língua Portuguesa, porém, com individualidades e características tão particulares o quanto são os seus falantes: uns de além-mar, outros da tradição das grandes navegações. Essas diferenças e características próprias é que marcam as variantes dessa língua: a nossa Língua Portuguesa, usada, muitas vezes no Brasil, para excluir aqueles que não conseguiram adotar, pelas mais diversas razões, a norma-padrão da língua escrita dos clássicos portugueses e, por isso mesmo, não conseguiram chegar às esferas do poder.

Conversar sobre uma língua é conversar sobre seu povo. Escrevê-la é registrá-la e eternizar o modo de ser de sua gente, de sua nação, pois Nação, a nosso entender, não é o mesmo que Pátria. A Pátria possui um espaço geográfico que a delimita, que lhe impõe fronteiras. A Nação, pelo contrário, está onde o povo da Pátria esteja. Vai com ele, divulga-se, dá-se a conhecer. Para compreender a Nação é preciso compreender a Língua da Pátria, olhar para o Mapa Geográfico e sentir-se envolvido com a cultura geral daqueles limites. Talvez por isso Fernando Pessoa tenha dito: “...minha Pátria é a Língua Portuguesa...” Parece-nos então que, para o grande poeta, a pátria

seria aquela cuja língua registrasse os fatos e feitos do povo de Língua Portuguesa, onde quer que tal povo estivesse.

Estudar uma língua significa compreender que ela será sempre o resultado de uma complexa evolução histórica, que se caracteriza no tempo e no espaço, por uma série de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização de uma língua dependerá de condições sociológicas, pois, como defendemos, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão de mudanças da língua. Estudar uma língua é também estudar seu passado, sua história, suas fases anteriores. A história das línguas românicas, por exemplo, se entrosa com a do Latim e a deste, através do Itálico, vai acabar no Indo-Europeu. Basta verificarmos os registros históricos e logo descobriremos que o Latim falado no tempo de Ênio não é o mesmo dos contemporâneos de Cícero, nem o desse tempo é idêntico ao de São Jerônimo. O português de onde D. Dinis extraía as suas cantigas de amor e de amigo não é o mesmo português de Camões, nem o deste é o mesmo de Herculano.

O fato mesmo de ser imprescindível instrumento de comunicação acarreta mudança à língua: as palavras mais frequentemente usadas são também as que mais transformações sofrem. Grupos de palavras acabam por se aglutinar, e o desgaste vai provocando reações. Por isso, a todo instante surgem inovações, cujo destino vai depender da estrutura social, ou seja, vai depender da força de como a língua, como instituição, se impõe aos indivíduos. Parece-nos, portanto, que não há como separar, entre os povos, a Língua, a Cultura e a Sociedade. Este tripé torna-se unidade, caracterizando a(s) linguagem(ens) que a Língua dá-se ao luxo de expandir. Há um provérbio português, cujo autor desconheço que diz: “as palavras são como as cerejas; vão umas atrás das outras”. Penso que vestimos as palavras da nossa língua da mesma forma que vestimos roupas. Pelas possibilidades de emitirmos sinais, de nos reconhecermos, de nos distinguirmos ou de nos ligarmos uns aos outros. As palavras nos fascinam pelas suas capacidades de multiplicação, de transmissão, de fabricação, de acesso a verdades e mentiras, da força e do enredamento que nos provocam. E as palavras que me causam esses sentimentos são sempre, e apenas, quando ditas ou escritas na minha Língua Materna, na minha Língua Portuguesa. Então, causa-me uma certa angústia ver a minha Língua Portuguesa sendo tema de debate porque corremos o risco de ver a variante brasileira tornar-se uma língua própria, correndo um risco real de separação e, pelo suposto, até o risco de sair do grupo da Lusofonia. Isso me leva a refletir que o Brasil, junto com Portugal, foi parte do Império Espanhol por sessenta anos (1580-1640), e que isso não deixou marcas notáveis na Língua Portuguesa. Não há como fugirmos, como não questionarmos sobre o que poderia ameaçar a integridade ou a existência da Língua Portuguesa de modalidade brasileira. Quem será que vai invadir o nosso Brasil e se dedicar ao extermínio sistemático da nossa cultura e do nosso “jeitinho brasileiro de falar”? Sim, porque para que a Língua Portuguesa, de modalidade brasileira, se transforme em uma outra língua, teriam de destruir a nossa cultura, a nossa história, o nosso povo.

ANÇÃ, Maria Helena (DTE-UA Fevereiro/2007), nos dá uma relevante lição sobre o que é uma Língua Materna: “A LM é, então, a casa do ser, lugar de onde se parte e volta, espaço de conforto das palavras, únicas, onde a tradução é impossível porque só existem naquele canto da casa. (...)” Com certeza, a afirmação de ANÇÃ é uma das mais verdadeiras e sensíveis definições de Língua Materna deste início de século XXI porque não nos deixa dúvidas sobre momentos e situações em que ela, a Língua Materna, é bem aceita. Sendo a Língua Materna este “espaço de conforto das palavras” é natural associarmos tal “conforto” aos nossos primeiros cinco anos de vida, exatamente por estarmos abrigados naquele “canto da casa”, com nossos pais, nossos irmãos, nossos familiares, enfim. Além desse “conforto” no canto da casa, nossa experiência como educadores nos prova que, ao chegar à escola, as crianças já dispõem de um vocabulário de algumas milhares de palavras as quais utiliza, com sucesso, em interações bastante diversificadas: brinca com seus pares, narra fatos e acontecimentos, reivindica, sugere, interage plenamente com e através da sua língua/linguagem. E interage de modo natural porque é assim que aprende, em casa, sua Língua Materna. Desenvolve-a tão naturalmente quanto aprende a caminhar e a comer com as próprias mãos. Ao longo da vida vai efetuando as mudanças na língua do mesmo modo como muda da infância para a adolescência e muda depois para tornar-se adulto. A língua que fala segue, com naturalidade, as mudanças daquele que a utiliza em seus processos de interação.

Uma língua é muito mais que registros. Para compreendermos o que uma língua é, há que se ouvir as estórias e histórias do povo, há que se ouvir a melodia da fala, a expressividade dos momentos de espontaneidade, as conversas entre amigos, as conversas formais; há que se vivenciar o sentimento do povo em relação à sua história e cultura. Há que se presenciar o cotidiano da língua. Há que se ver e ouvir os noticiários, as músicas, as conversas corriqueiras. Há que se sentir em casa com os falantes da língua no seu lugar de origem. Caso não façamos todo esse “contato”, toda essa busca sobre uma língua, como poderíamos compreendê-la? Na verdade, o que nossa investigação confirma é aquilo que nos ensina LABOV, William (1972), pela Sociolinguística: não nos é possível compreender uma língua sem nos adentrarmos em sua cultura e na sociedade que a utiliza. Haverá sempre, portanto, uma real indivisibilidade entre Língua, Cultura e Sociedade. Compreender esta indivisibilidade significa compreender que uma língua não “vira outra”, não se separa de suas origens, por mais que sua diversidade dialetal, quando não bem analisada, possa parecer um indicativo de “perigo”. O modo de falar é apenas uma parte da língua.

Falar é como respirar. Acontece naturalmente, da mesma forma, nas mesmas situações (na vida), nos mesmos sexos, nas mesmas idades, em qualquer parte do mundo. Falamos porque internalizamos uma língua natural específica a partir do ambiente social em que nascemos, vivemos, interagimos. Somos capazes de aprender e dominar muitas outras línguas e somos conhecidos como “seres humanos” exatamente porque falamos. Ao falarmos expomo-nos a diversos modos de avaliação de quem nos ouve, desde que tais ouvintes utilizem, para suas falas, a mesma língua que usamos.

Todos nós afirmamos, com a devida convicção, que a língua é instrumento de comunicação. Entendemos que uma língua é mais que isso: é também instrumento da luta cotidiana do homem e também seu principal instrumento de interação nas relações sociais que efetua em seus espaços de ação.

A língua reflete a cultura de um povo, e, por isso, um povo se individualiza, se identifica em função de uma língua. Na verdade, a opção por uma língua é uma opção por uma História, por uma maneira de ser e de pensar, por uma visão de mundo. Com a língua herdamos uma cultura, no mais amplo sentido do termo: uma maneira de ser e de estar no mundo. Talvez, por isso mesmo, a língua pode tornar-se forte instrumento de defesa. Ou de agressão. Basta que observemos os grupos de jovens adolescentes, possuidores de uma linguagem própria, às vezes indecifrável para quem não é daquele “grupo”. Muitas vezes não os compreendemos... e nem eles a nós. E isso não acontece apenas em relação aos jovens que falam a Língua Portuguesa, seja em Portugal, seja no Brasil. Assim, temos vários níveis de linguagem para que o homem possa participar, com sucesso, das diversidades de situações a que é exposto. Entretanto, em ambientes pluridialetais a interação pode tornar-se conflituosa, pois, as diferenças culturais terminam por atribuir à linguagem uma classificação que, no âmago de sua essência, apenas oculta a não-aceitação de um outro modo de agir e de pensar. Essa não-aceitação, oculta por ser vergonhosa para qualquer povo, é o preconceito. Quando não aceitamos o outro colocamo-nos em um nível de superioridade, de “ser melhor que”, de desprezo por tudo aquilo que, na verdade, não conhecemos. Por isso, considero que o preconceito é a maior ofensa que se possa atribuir ao outro, e, de modo muito particular, é ainda mais ofensivo o preconceito linguístico.

Sabemos que o preconceito linguístico, como todos os outros, é socialmente construído e apenas encobre outros preconceitos: sociais, culturais, étnicos, religiosos, etc., o que torna-se extremamente ofensivo e violento porque exclui o ser humano das suas possibilidades de uma melhor qualidade de vida. Quando somos preconceituosos com a língua / linguagem de alguém, ou de um povo, negamos a esse povo ou a essa pessoa o direito de expressar-se livremente. Negamos, inclusive, a possibilidade de existência das diversidades, inclusive daquelas que são tão óbvias, como as de caráter linguístico culturais. Se concordarmos que a Língua Portuguesa, de modalidade brasileira, corre o risco de tornar-se uma língua própria, estaremos negando a diversidade e variedade que essa língua pode ter. Estaremos negando, também, a nossa origem e as nossas raízes linguísticas. Nesse sentido, prefiro concordar com o que afirma PERINI, Mário A. (2006), quando, criteriosamente, analisa e nos informa que:

“De uma coisa não podemos escapar: as línguas evoluem, apesar da oposição, dos esforços e da cara fechada dos gramáticos. Não se trata de um “perigo”, mas de um processo tão natural quanto o crescimento das crianças, a rotação da terra, o ciclo da vida e morte dos seres vivos. Perigo, se há, está nesse complexo de inferioridade

linguística que nos transmitem os automeados conhecedores e protetores da língua – quando nos proibem de chamar nossa própria mãe de progenitora (porque eles acham que teria de ser genitora), ou de dizer a nível de (uma expressão que para mim é antipática, mas que todo mundo vive usando e é, portanto, parte da língua). Isto é, existe perigo é quando nos dizem que a língua usada pelos cento e muitos milhões de brasileiros não merece respeito, e que apenas os especialistas é que detêm o poder de “falar certo”. Uma atitude mais construtiva é reconhecer os fatos, aceitar nossa língua como ela é, e desfrutar dela em toda a sua riqueza, flexibilidade, expressividade e malícia.” (PERINI, 2006:24).

Na nossa concordância com PERINI, inclui-se a nossa discordância de que a Língua Portuguesa, da variante brasileira, corre o “risco” ou está em “perigo” de transformar-se em outra língua. As desigualdades socioeconômicas, sócio educacionais, entre outras, nos levam a uma fala variada, porque diversa é a nossa cultura, adentrada no Brasil de todas as épocas, de portas abertas a todos os povos, portanto, cultura rica, diversificada, manifestada na gastronomia, no lazer, no modo de estar no mundo. Nossa Língua Portuguesa ultrapassou o que se pregava nas escolas elitizadas dos tempos da Ditadura Militar, correu na boca do povo, fez samba de suas próprias diferenças, com coragem suficiente para dizer: “Minha Pátria é minha língua, Mangueira meu grande amor. Meu samba vai ao Lácio e colhe a última flor.” (Samba canção da escola de Samba “mangueira”, Carnaval de 2007). O que nos falta, porém, é que nossas escolas valorizem, no Ensino da Língua Portuguesa, toda essa diversidade. Ainda estamos muito presos às nossas raízes linguísticas. E essa prisão é equivocada. A própria Língua Portuguesa de modalidade europeia tem evoluído, acompanhado a dinâmica de sua gente. Porém, para que nossa Educação Linguística seja um instrumento de inclusão social, precisamos investir na Formação do Professor, inicialmente de todos os professores, mas, de modo especial e particular, na Formação do Professor de Língua Portuguesa.

2. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A VARIANTE BRASILEIRA NO PORTAL DA AMAZÔNIA: REALIDADES E DESAFIOS

A Formação dos Professores de uma língua é um conhecimento delicado, muitas vezes visto apenas superficialmente, ou, por cautelas e cuidados quase sempre inexplicáveis, pode tornar-se uma prisão de elos muito fortes, resistentes ao tempo e ao espaço, como se fosse possível decidir que rumos a língua deve seguir.

Diante dos resultados da nossa investigação sobre os Cursos de Formação de Professores de Língua Portuguesa, especialmente para o Ensino Fundamental, onde se encontra a grande maioria dos filhos dos trabalhadores brasileiros, sentimos reafirmada a perspectiva da nossa investigação: é preciso que os cursos de Formação para Professores de Língua Portuguesa oportunizem aos futuros professores aprenderem como construir Políticas Linguísticas que definam a concepção de Língua/Linguagem que melhor favoreça(am) o ensino dessa língua em comunidades de heterogeneidade e diversidade linguístico-cultural como o Brasil de modo geral, e de modo particular regiões como o Estado de Rondônia, por exemplo, investigando a história de origem dos migrantes / imigrantes / indígenas, investigando, também, o percurso linguístico acontecido no percurso físico do contato de culturas diferentes e, nesse sentido, fazer de tal ensino um verdadeiro instrumento para o exercício da cidadania em sua plenitude. É preciso, urgentemente, oportunizar às escolas de Ensino Fundamental, públicas ou privadas, saírem da ficção de certos planos de ensino de Língua Portuguesa existentes, de modo a apontarem na realidade das populações que, exatamente por suas características, indígenas, imigrantes e migrantes estão construindo uma nova sociedade no Estado de Rondônia. Se o curso de Formação de Professores das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, insistisse em estudos da história dos contatos linguísticos quem sabe submeter-se-ia a uma (re)análise para descobrir a intervenção de políticas linguísticas muitas vezes encobertas. O mesmo vale para incluir, nesses cursos, disciplinas de estudos de sociolinguística, de bilinguismo, da etnografia da comunicação, da sociolinguística interpretativa, da linguística aplicada ao ensino da Língua Portuguesa, que identificam os mecanismos concretos da interação verbal, do uso das línguas e dos dialetos em condições de dominação, de modo que o futuro professor dessas crianças fosse preparado para interpretar dados em termos de forças sociais, das ideologias e da maneira como são exercidos ou violados os direitos linguísticos das populações de suas salas de aula. Assumimos que violar os direitos linguísticos é violar os direitos de cidadania.

Insistimos que o espaço e momento propícios para essas discussões, pesquisas e definições de políticas linguísticas, que visem ações didáticas produtoras de conhecimentos reais sobre a nossa Língua é o Curso Superior de Formação de Professores. Com professores de Língua Portuguesa (e o são os das séries iniciais do Ensino Fundamental) formados nesta perspectiva, da língua como instrumento de luta de seus usuários, poderíamos mesmo confirmar que a língua do falante tornar-se-ia seu instrumento de exercício de cidadania, seu instrumento de interpretação da democracia, um dos seus instrumentos de melhor qualidade de vida em qualquer parte do Brasil, inclusive no Portal da Amazônia. Se não ficarmos atentos a esses dados, ainda seremos acusados, nós os professores da variante brasileira, de estarmos “contaminando” a Língua Portuguesa e transformando a nossa modalidade brasileira em outra língua.

As variações linguísticas entre os migrantes, imigrantes e indígenas de Rondônia, Estado da Federação Brasileira também conhecido como o Portal da Amazônia, são das mais diversas, porém as de sotaque (ligadas às variações de pronúncia) e as de dialeto (ligadas às questões sintáticas, lexicais e gramaticais) são as que se sobressaem em relação ao preconceito que se estabelece. Nesse sentido, o preconceito linguístico não desvaloriza apenas as falas. Desvaloriza a cultura regional dos migrantes, suas situações socioeconômicas, colocando-os em patamares quase sempre de inferioridade, especialmente pelas condições que os acompanham nesse início do “refazer” ou “fazer” melhores meios de sobrevivência. Obviamente, aqui falamos dos que vivem nas cidades menores, nas zonas rurais, nas periferias. Descapitalizados, inseguros, amedrontados, não reagem às alcunhas que lhes são impostas e, pelo contrário, como diz ALKMIM (2001), “passam a reconhecer a superioridade de quem os discrimina.” Deixam de ser cidadãos livres. Assumem sua condição de inferiores, de que não sabem falar, de que não sabem expressar-se convenientemente. A escola está lá para confirmar essa infeliz condição social. Os filhos dos migrantes, imigrantes e indígenas estão lá, cabisbaixos nos bancos escolares, assumindo, agora eles, o que já sabiam quando saíram de casa para irem às escolas: são inferiores para a linguagem escolar. Não sabem falar, não sabem dizer, não sabem expressar, não sabem nada. Só sabem obedecer e aceitar, concordando ou não. Nos bancos escolares ouvirão falar em cidadania, mas, parece que a palavra não lhes pertence. Cidadania será uma palavra e, talvez uma ação que pertence aos que falam “bem” e “corretamente”. E, o pior de tudo: como ao ir para a escola já eram visto como inferiores, ela, a escola, não conseguiu tirá-los deste patamar. Afinal, eles precisavam faltar às aulas, precisavam trabalhar com a família, precisavam lutar pelo pão de cada dia. O ensino elitizado brasileiro não conseguiu “ajudá-los”. Ou melhor, eles é que não conseguiram alcançá-lo. Afinal, é mais conveniente arrumar culpados do que investir em uma Formação de Professores que ultrapasse os limites da escola elitizada dos tempos da Ditadura Militar.

Segundo Praia (2001) o ensino de Língua Materna é uma das áreas ou disciplinas mais adequadas ao desenvolvimento de um trabalho voltado para a cidadania. Isso pode ser explicado pelo fato de que a língua não é algo que está diante do sujeito, mas dentro dele, e só tem existência dentro daquele que a utiliza. Desta forma, através do seu ensino, é possível abordar temas relacionados diretamente ao homem: identidade, preconceito, diversidade.

O estudo da língua possibilita, também, trabalhar o papel ativo dos alunos no processo de construção do conhecimento, papel que, para Fonseca (2001:45), deve ser ressaltado na Educação: “torna-se urgente salientar o papel ativo dos alunos, estimular a reflexão sobre si próprios, impulsionar o contato com o diferente, desafiar dogmas estabelecidos e promover a emergência de uma consciência moral autônoma”. Para Gadotti (2000: 30), “ser cidadão é ser consciente de seus direitos e deveres (civis, sociais e políticos)”, consciência que não é um simples saber, mas um “agir sobre o mundo”, transformando-o. Para que esta cidadania seja alcançada, Freire (2000:9) defende que o educando “tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica”.

O ensino de Língua Portuguesa deve, então, partir de uma concepção de língua como fenômeno heterogêneo e que, por ser resultado da ação humana, é inconcluso, não estático e está em constante mudança. “A língua tem que ser atual porque é expressão de vida. A estagnação é a morte do idioma, a história de uma língua é justamente a história de suas inovações” (CUNHA, 1999:14).

Ser sujeito da própria história implica, também, reconhecer-se como sujeito da língua, como seu criador e recriador. Isto requer uma conscientização linguística que “é a capacidade de refletir sobre a língua e de, a partir do conhecimento sobre o seu funcionamento, usá-la ou agir sobre ela” (ANÇÃ & ALEGRE, 2002). Para Hawkins (1996), “o principal objetivo do trabalho com a consciência linguística é desafiar os alunos a fazer perguntas sobre a linguagem, sobre a diversidade linguística, sobre preconceito e racismo”, o que ajuda na diminuição do preconceito relativo ao próprio dialeto e ao dialeto de outros e a perceber a diversidade linguística como uma experiência positiva. Reflexões desse gênero, acredito, conduzirão a um amor ainda maior à própria língua, e não a desejar transformá-la em outra.

O depoimento a seguir mostra-nos, com muita clareza, em que pode transformar-se uma aula de Língua Portuguesa que pretende “ensinar”, homoganeamente, sem considerar as diferenças sociodialetais:

“...A aula de Língua Portuguesa foi, sem dúvida, um dos momentos mais problemáticos que tive de enfrentar (...) e receava, através dessa participação oral, denunciar a minha diferença, optando, pois, por um apagamento. Esse apagamento oral não permitiu ao professor um detectar rápido das dificuldades que eu possuía e dos motivos que lhes estavam subjacentes. (...) experimentei grandes dificuldades quer na compreensão do veiculado na aula, quer na exteriorização de enunciados. Por outro lado, a essas dificuldades juntaram-se as de um programa de Língua Portuguesa inadaptado à minha experiência particular. Com efeito, o espaço da aula de Português era perspectivado, por mim, como uma aula de Língua estrangeira; língua cujas normas de funcionamento se encontravam por assimilar. (...) Assim, entre as visões do aluno emigrante e a grelha que lhe é apresentada pelos docentes cria-se um fosso. (...) Compete, pois, aos agentes educativos repensar essa prática, abrindo o espaço da aula, permitindo a confluência de diversas culturas num só espaço, em suma, praticar a intercultural.” (AFONSO, Vaz Elizabete. In: Linguística e Educação. Associação Portuguesa de Linguística 1997: 7 a 13.).

Já há algum tempo, um grande número de estudos sobre multiculturalismo / multilinguismo vêm sendo desenvolvidos a nível mundial devido aos fluxos migratórios (inter)nacionais. Isso porque a diversidade linguístico-cultural advinda dessas migrações exigem dos governos locais políticas educacionais que procurem responder à nova demanda.

Portugal, a partir do último quartel do século XX, tem recebido um número considerável de estrangeiros que aqui chegam tentando melhores condições de vida. É interessante observarmos que os esforços para o acolhimento do cidadão estrangeiro, no que se refere às políticas linguísticas, perpassam, entre outros, pela abertura a novas línguas o que achamos extremamente positivo. Entretanto, uma das questões que nos colocamos diante deste fato é: por que não utilizar a Língua Portuguesa também para esse fim? Por que não aproveitar a “prata da casa”? Será que “santo de casa (não) faz milagres?”. Em Portugal e no Brasil, países nos quais interagem pessoas de diferentes nacionalidades, nada mais relevante do que começarmos por discutir questões sobre diferenças culturais, acolhimento ao Outro, valorização da diversidade, através da diversidade linguística na Língua Portuguesa. Partimos do pressuposto de que cada povo que utiliza a Língua Portuguesa, como Língua Materna ou Língua Oficial, deixa impregnado naquela a sua identidade cultural. Assim portugueses, brasileiros e africanos apresentam, na forma como falam a Língua Portuguesa, os “gostos” e “sabores” da sua terra pátria. Os Cursos de Formação de Professores para o Ensino da Língua Portuguesa como Instrumento de Formação para a Cidadania precisam (re)significar essas “falas”, esses “sabores” e esses “gostos”, até mesmo para que não se confunda a diversidade da Língua Portuguesa com possibilidades de transformá-la em outra. A diferença linguística que nos caracteriza enquanto falantes de Língua Portuguesa (brasileiros, portugueses ou africanos) não deve ser, no entanto, motivo de discriminação ou de separação, mas deve ser vista como aquilo que é: fator de identidade. Nesse contexto, as diferenças refletem a cultura do falante, a sua história, o seu percurso de vida. Não perceber as potencialidades educativas e socioculturais por trás dessa diversidade é desperdiçar um importante instrumento de conscientização.

O termo Variedades Linguísticas pode ser definido, também, como “conjunto de diferenças de uma dada língua que são usadas em países distintos” (MATEUS, 1983:21) ou, de forma mais específica, “conjuntos de diferenças situadas simultaneamente aos níveis do léxico, da gramática e da fonologia, ou só a um ou dois destes níveis dentro do sistema” (GAMARDI, 1983: 29). Neste sentido, em Língua Portuguesa podemos encontrar três grandes variedades: a Variedade Portuguesa (VP), a Variedade Brasileira (VB) e a Variedade Africana (VA - em formação).

Inicialmente era a Variedade Portuguesa que servia como norma padrão para todos os outros continentes, ou seja, como modelo a ser seguido. Gradativamente, a Variedade Brasileira foi adquirindo uma certa independência que hoje resulta numa gramática sobre a maneira como se fala Português no Brasil. Para Lourenço (*apud* SILVA, 2004: 122), “*Da América à Ásia, cada povo que fala hoje o português o modelou, o recriou à sua imagem. Nenhum exemplo é mais relevante do que o do Brasil*”.

Não podemos, no entanto, acreditar que as normas linguísticas brasileiras estejam totalmente desvinculadas da Variedade Portuguesa, nem acreditar, pelas razões já anteriormente expostas neste texto, que corremos o “perigo” de nos transformarmos em “outra língua”. É o caso, por exemplo, de construções gramaticais que, embora utilizadas apenas na escrita ou em situações formais, continuam a fazer sofrer muitos estudantes nos bancos escolares, seja de Portugal ou do Brasil, pois escrita formal traz sempre uma carga “dolorida” para quem a aprende. Essa é uma discussão que não é atual.

Já Oswald de Andrade (1990: 120) abordava a dicotomia entre teoria e prática:

Pronominais

Dê-me um cigarro

Diz a gramática

Do professor e do aluno

E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco

Da Nação Brasileira

Dizem todos os dias

Deixa disso camarada

Me dá um cigarro

E... apesar de ser assim que “dizemos”, o “dizemos” em nossa Língua Materna, a Língua Portuguesa. E assim o diremos hoje, amanhã, sempre, pois é a Língua Portuguesa que é a nossa identidade.

3. BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Vaz Elizabeth. (1997:7-13). In: *Linguística e Educação*. Associação Portuguesa de Linguística.
- ALKIMIN, Tânia Maria. *Língua e discriminação*. In: GTM – *Jornal do Grupo de Tortura Nunca Mais*. Rio de Janeiro, Ano 17, n.º 43, dezembro de 2002.
- ANÇÃ, M. H. & ALEGRE, T. (2003). A consciencialização linguística em português língua materna e em Alemão língua estrangeira. *Palavras*, 24, 31-39
- .ANDRADE, O. (1990). *Obras Completas Oswald de Andrade. Pau Brasil*. São Paulo: GLOBO. CUNHA, C. & CINTRA, L. (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- FREIRE, P. (2000). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- GARMADI, J. (1983). *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa: Dom Quixote.
- HAWKINS, E. (1996). *Awareness of Language. An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press
- PAIVA, Z. & ANÇÃ, M. H. (2005). *A Importância da Conscientização Linguística (CL) na Formação para a Cidadania*. Comunicação apresentada no 3º Encontro de Investigação e Formação “Educação para a Cidadania e Culturas de Formação”, Lisboa: Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Lisboa.
- PERINI, Mário A. (2006) *A Língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo. Parábola editorial
- PRAIA, Maria (2001). *Educação para a cidadania*, Lisboa: Editora ASAS. SILVA, R. V. N. (2004). “*O Português são dois...*”. São Paulo: Parábola Editorial.
-

47) MARIA ZÉLIA BORGES

MARIA ZÉLIA BORGES - Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela Universidade de São Paulo. Professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil.

PORTUGUÊS DO BRASIL: TUPI E LÍNGUAS AFRICANAS NA CONSTITUIÇÃO DE SEU LÉXICO, MARIA ZÉLIA BORGES, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Autores houve que propugnavam expressamente uma língua brasileira C a brasilina, como queria Monteiro Lobato. Mas um país cujo povo resulta de mestiçagem, como o Brasil, só pode ter uma língua também mestiça. Assim, outros autores, sem defender em tese uma língua brasileira, observam como acontece nossa mistura linguística por meio de seus textos.

Nosso objetivo, neste estudo, é mostrar como, em João Guimarães Rosa, a língua portuguesa aparece eivada de tupinismos (contendo também elementos africanos) e, em João Ubaldo Ribeiro, uma língua onde pululam africanismos. Para isto, selecionamos um conto rosiano C “Meu tio, o lauaretê C e trechos de um romance de João Ubaldo C “Viva o povo brasileiro”. Neles analisaremos tupinismos e africanismos, bem com empréstimos do tupi e de línguas africanas. Acreditamos que tal análise mostrará como tais autores registram a língua portuguesa com suas cores brasileiras, o que poderá confirmar os dizeres de Yeda Pessoa de Castro, em seu livro *Falares africanos na Bahia* (2001, p. 118), quando reabre, para discussão, a hipótese de que as diferenças entre o português europeu e o que se fala no Brasil advêm de “um longo, progressivo e ininterrupto movimento explícito de aportuguesamento dos africanismos e, em sentido inverso, de africanização do português sobre uma base indígena preexistente no Brasil”.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo não é obra de especialista em línguas ameríndias ou línguas africanas, que compõem, juntamente com o português de Portugal, a variante diatópica conhecida como português do Brasil. Reflete, antes, o interesse pela mistura de línguas em nossa terra, verdadeiro cadinho de povos, resultante da miscigenação de etnias e culturas. Objetiva constatar a hipótese de Castro (2001: 118):

[...] as diferenças que separam o português falado no Brasil e em Portugal são, a priori, o resultado de um longo, progressivo e ininterrupto movimento explícito de aportuguesamento dos africanismos e, em sentido inverso, de africanização do português sobre uma base indígena preexistente no Brasil. Por sua vez, sustentada em fatores de natureza extralinguística (prestígio social, poder econômico, escolaridade, etc.), essa estrutura emergente se revelou de caráter nivelador entre os falares crioulos que, necessariamente, devem ter surgido em diferentes locais e épocas da colônia, em razão dela ter possibilitado a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português quinhentista.

Pretende sobretudo verificar como os dois movimentos aparecem na língua escrita, porque, na língua falada, pesquisas de campo confiáveis foram realizadas por estudiosos de tupi e de línguas africanas.

Para a consecução de seu objetivo, ressalta alguns africanismos e tupinismos, bem como empréstimos destas duas origens, em texto de João Guimarães Rosa — o conto “Meu tio, o lauaretê” — e em texto de João Ubaldo Ribeiro — pequenos trechos do romance *Viva o povo brasileiro*.

Para caracterizar o português do Brasil, após busca em fontes variadas, apoia-se na explicação geral de Navarro (1998) sobre a influência tupi. Para a influência africana, buscam-se afirmações em Castro (2001)¹ e Margarida Petter (Nunes e Petter 2002). Isto porque são pesquisadores atuantes em nossos dias, que reveem, com interesse e espírito crítico, estudos anteriores respeitáveis e fazem também pesquisa de campo.

O estudo, neste momento, limita-se a considerações sobre o léxico de nossa língua mestiça. É uma amostra do que vem sendo feito.

2. A LÍNGUA TUPI NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Nos primeiros tempos de colonização do Brasil, explica Navarro (1998: XV) falava-se, na costa brasileira, desde o Pará até o sul do país, no século XVI e, sobretudo, no século XVII, uma mesma língua, designada “língua brasílica”.

Tal língua apresentava as variantes dialetais:

Uma língua falada e documentada do Rio de Janeiro até o Maranhão;

O tupi, variante dialetal reservada à tribo e ao dialeto dos legítimos tupis, de São Vicente e do planalto de Piratininga (Lemos Barbosa 1955);

O tupinambá, variante usada no maior trecho da costa, desde o Nordeste até o Rio de Janeiro.

Navarro (1998: XV-XVI) justifica o nome de “tupi antigo” para a variante de São Vicente, apesar de a variante tupinambá ser de maior uso:

– *Esse designativo teve larga difusão, muita aceitação pelo povo em geral, apresentando o caráter de um denominador comum, sendo um termo que entra na composição de outros, todos nomes de povos falantes da língua brasílica: tupinambá, tupiniquim, tupinaé (grifos do autor).*

– *Embora as gramáticas de Anchieta (1595) e de Figueira (1621) descrevam principalmente a variante tupinambá, a poesia lírica e o teatro que Anchieta nos deixou (ele que foi o maior escritor nessa língua), está, em grande parte, em tupi, aprendido primeiro, quando viveu em São Paulo de Piratininga, de 1554 a 1562. Por muitas vezes, Anchieta empregou as duas variantes dialetais num mesmo texto, como que considerando irrelevantes suas diferenças.*

– *A própria variante tupinambá apresentava aspectos diferenciados na costa brasileira: o tupinambá da gramática de Anchieta e o descrito pela gramática de Luís Figueira em Pernambuco tinham diferenças entre si, podendo-se dizer que Figueira descreveu outra variante dialetal, o tupinambá do norte (grifo do autor).*

O autor alerta ainda contra o engano de chamar-se o tupi antigo de língua geral. A chamada língua geral derivou-se daquela na segunda metade do século XVII, sendo falada por todos: negros, brancos, índios, tupis ou não, mestiços em geral.

3. LÍNGUAS AFRICANAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Da detalhada análise de Castro (2001), faz-se aqui uma síntese compatível com a extensão deste estudo.

Também chamado de povo congo e angola, o povo banto destaca-se pela quantidade e continuidade do contato direto com o colonizador português. Deste povo sobressaem três grupos litorâneos: bacongo, ambundo e ovimbundo.

Bacongo: constituído por falantes do quicongo, foram os primeiros negros levados como escravos para Portugal. Sua importância, no Brasil, aparece nos autos populares chamados congos e congadas.

O quicongo é língua nacional de três países: a República Popular do Congo — o Congo-Brazaville; a República Democrática do Congo — Congo-Kinshasa, ex-Zaire; e Angola.

Ambundo: inclui falantes do quimbundo, fixados na Angola central, entre a capital Luanda, Malanje, Bengo e Cuanza Norte até Ambriz — território equivalente ao antigo Reino do Dongo, que os portugueses chamavam Angola.

Para o Brasil, a importância de Luanda — Aruanda em nosso folclore — é ressaltada em versos que cantam a África mítica, terra dos deuses e ancestrais.

Ovimbundo: compreende falantes do umbundo, que ocupavam as províncias de Bié, Huambo e Benguela, o sul de Angola. No Brasil, o umbundo aparece no vocabulário recolhido em Minas, Rio e São Paulo. O grupo foi encaminhado, sobretudo, para os garimpos de Minas Gerais.

Grupos chamados moçambique e quelimane vieram do cone sul-africano em número bem menor devido à maior distância relativamente ao nordeste do Brasil. Sua influência se revela nos folguedos chamados moçambiques.

Os povos advindos da África Ocidental falavam línguas diferenciadas numa região geograficamente menor, na costa ocidental atlântica. Compreendiam os países: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria, Burquina-Fasso, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e Nigéria. Numericamente superiores foram os povos da família linguística kwa, provenientes da Nigéria. De tal família, o nupe, língua falada pelos chamados tapas, cuja presença foi registrada na Bahia, na segunda metade do século XIX. Bini ou edô veio com falantes encontrados no Benim. Veio ainda o lbô, uma das línguas com superioridade numérica na Nigéria.

Mostraram-se mais significativas no Brasil as línguas do grupo ewe-fon e a língua iorubá. Seus falantes foram chamados, pelo tráfico, de jejes, minas, ardras ou aladás, uidás, mahis, mundubis, savalus, anexos e pedás. Seu destino, no Brasil, foi o Recôncavo da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão e Rio de Janeiro.

A língua iorubá, formada de falares regionais pouco diferenciados, veio de falantes de territórios limítrofes, entre a Nigéria Ocidental e o Reino de Queto, no Benim Oriental. Chamados de anagós, pelos vizinhos, ficaram conhecidos no Brasil sob a forma nagô. Trazidos para a Bahia, ocuparam-se de trabalhos urbanos e domésticos, em Salvador.

Da família afro-asiática, a língua hauçá veio com grupos trazidos de outras partes a Nigéria e da África Ocidental, principalmente do Benim, Togo e Gana, até a África do Norte. Vieram para Salvador, no início do século XIX, para trabalhos urbanos e domésticos. Suas condições de trabalho criaram-lhe a possibilidade de inúmeras revoltas, sendo a última, e mais importante, a que se chamou Revolta de Malês.

Tratando-se, no momento, de amostra de trabalho em curso, interrompe-se, aqui, esta síntese, deixando, para o trabalho completo, outras línguas com números relativamente menores.

4. ANÁLISE DE AMOSTRA DE PALAVRAS ADVINDAS DO TUPI E DE FALARES AFRICANOS:

Citados trechos das duas obras literárias selecionadas, destacam-se, para análise, os verbetes advindos do tupi e de línguas africanas.

“Este ano, em cujo início o caboco e sua sempre aumentada família comeram o primeiro holandês, houve ampla fartura [...]” (Ribeiro 1984: 44)

4.1 CABOCLO / CABOCO

Segundo o DH, o tupi *kara'íwa* ‘homem branco’ e tupi *oka* ‘casa’ têm sido propostos como étimos do voc. *Caboclo*, ‘índio mestiço de branco, indivíduo de cor acobreada e cabelos lisos’, doc. como *cauoucolo* em 1645, *cabocolo* em 1648, *cabocoro* em 1757 e *caboclo* a partir de 1781; de mesma orig., há a f. divg. *curiboca* ‘mestiço’, doc. a1687 *coriboquo*, a1696 *c(o/u)riboca*. Este dic. define: S. m. Reg. Br. 1. Diacr. ant. Selvagem brasileiro que tinha contato com os colonizadores 2. Indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), fisicamente caracterizado por ter pele morena ou acobreada e cabelos negros e lisos 3. Deriv. por ext. sent. m.q. *cariboca* 4. Qualquer mestiço de índio; tapuío 5. Indivíduo (espc. habitante do sertão) com ascendência de índio e branco e com físico e os modos desconfiados, retraídos 5.1 caipiras, roceiro, matuto 6. Rubr. rel. nas religiões ou seitas afro-brasileiras, designação genérica dos espíritos de ancestrais indígenas brasileiros que supostamente surgem nas cerimônias rituais e que foram idealizados, já no séc. XX, segundo os modelos de orixás da teogonia jeje-nagô e do Indianismo literário da fase romântica.

Castro, em FAB, apresenta a etmol. tupi *caa-boca*, casa, ‘habitante do mato’ e define: designação genérica de espíritos indígenas brasileiros, também cultuados pelos iniciados ao lado das divindades africanas, mas tidos na categoria de ‘entidades nobres’ e não de ‘santos’.

Cacciatore, em DCAB tb. apresenta como étimo *caá*, mato, folha para designar mestiço de índio e branco e tb. espírito aperfeiçoado de ancestral indígena brasileiro. Apresenta a forma *caboco* como advinda de caboclo (port.). Usa esta palavra, também, como outra designação para *toré* (palavra indígena para nomear cultos de influência indígena-afro (jeje-nagô principalmente) e tb. seus orixás.

“ [...] nasceu essa filha de estrela na testa, com um nome que Dadinha vó-gangana logo descobriu ser Daê, podendo ser também Naê” (Ribeiro, 1984: 97).

4.2. GANGANA

O autor faz uma composição híbrida de port. *Vó* [forma aferética de *avó*] + *gangana* [quimb. *Ngana*, ‘senhora’, com reduplicação]. O DH define: S. f. Reg. Br. Uso: infor. Mulher idosa. Castro dá o étimo do quicg. e quimb. *Ngangana*, apresentando o verbete como forma arcaica, expressão carinhosa e familiar para mulher idosa, respeitável.

“ [...] os muito idosos em sua terra [...] deliram de cócoras com seus cachimbos [...]”
(Ribeiro 1984: 9)

4.3. CACHIMBO

O DH apresenta o verbete com orig. contrv., prov. do quimb. *ki'xima* ‘poço’ ou do pref. dim. *ka* + *humbu* ‘nome de um instrumento para fumar’. E o define em uma série alongada de acepções e rubricas, das quais destaca-se apenas a primeira, por ser a que nos interessa aqui: S. m. Utensílio para fumar feito de madeira, barro ou outros materiais, que consiste num tubo delgado que tem, numa das extremidades, um recipiente (fornilho) onde se coloca e se faz arder tabaco ou outro produto, e, na outra extremidade, uma abertura ou bocal por onde se aspira a fumaça.

FAB o apresenta como advindo do banto, sugerindo tb. ver quicg. e quimb. *Kushimpa* / *kushimba*, ‘fumar’. Cacciatore o vê como oriundo do quimb. *Kixima*, ‘poço’ ou de *ka* + *humbu*, ‘nome de aparelho de fumar’.

“Preto tem catinga... Mas preto dizia que eu também tenho: catinga diferente, catinga aspra” (Rosa 1985: 163).

4.4. CATINGA

O DH explica sua etimol.: orig. contrv.; Renato Mendonça cita autores que prendem o voc. ao rad. tupi *kati* ‘odor pesado’, mas aponta outros que consideram africana a orig. do termo; observe-se que Bluteau registra-o como ‘palavra de Angola’; Nei Lopes acredita tratar-se de voc. banto; A. G. Cunha levanta a hipótese de uma possível relação com *caatinga* e, no índice analítico dos étimos tupis (DHPT), o mesmo autor registra o tupi *ka'tinga* = *catina* ‘mau cheiro’, exemplificando com *ajurucatinga* e *piracatinga*; cp. ainda o esp. *catina* ‘odor forte e desagradável de certos animais e plantas’ que Corominas dá como proveniente do guarani *katí* ‘odor pesado’. A seguir, define: S. f. Reg.: Bras., Moç. Odor desagradável ou nauseante. Para mau cheiro de corpo FAB apresenta também *aca*, (LP, banto, do quicg., com significado tb. de cachaça ruim, que deixa morrinha) e *inhaca* (Br., banto). Esta última forma aparece em Ribeiro (1984: 109): *Certamente tudo isto, mais a inhaca de seiscentos demônios, começa agora a envolver o cortejo sóbrio e compassado [...]*.

4.5. INHACA

O DH afirma que o voc. vem do tupi *yakwa* ‘odoroso’; cp. *iaca* e f. afer. *aça*. E a define: S. f. Uso: inform. 1. Reg.: Br. fedor exalado por pessoa ou animal; bodum, catinga 2. Reg.: MG, RJ. má sorte freqüente de alguém, que se manifesta em acontecimentos fortuitos ou naquilo que essa pessoa faz. (Obs.: f. menos us.: *iaca*). FAB afirma ser var. de *aça* (do banto).

4.6. CAJU

O DH aponta o étimo tupi *aka'yu*; a acp. de ‘ano de idade ou de existência’ origina-se prov. da contagem indígena do ano, relacionada à frutificação do *caju*; ver *caju-*; f. hist. a1576 *cajú*, a1586 *caju*, c1590 *caiu*] S. m. Na rubr. ang. 1. design. comum aos frutos das árvores e arbustos do gênero *Anacardium*, da fam. das anacardiáceas, e tb. a outros frutos, de diferentes gêneros e fam., por alguma semelhança àqueles, ger. pelo pedúnculo carnoso. 1.1 fruto complexo do cajueiro (*Anacardium occidentale*), com um pedúnculo piriforme, amarelo, rosado ou vermelho, ger. carnoso, suculento e rico em vitamina C (que é o pseudofruto, nomeado simplesmente como caju),

e o fruto propriamente dito, duro e oleaginoso (que é a castanha-de-caju); acaju. [O pedúnculo é comestível ao natural, em doces e espc. em refrescos, enquanto a castanha-de-caju é consumida assada e ger. salgada.] 1.2 m.q. **cajuacu** ('fruto'). 2. m.q. **cajueiro** ('designação comum', *Anacardium occidentale*). Com sent. deriv. 3. Reg. Br. ano de idade ou de existência. 5. Reg. CE. entremeio de renda, feito com cordão sobre fundo de filó, com desenho que lembra a forma do caju.

“Os macacos gritaram - então onça tá pegando...” (Rosa 1985: 160).

4.7 MACACO

Para o DH, tem orig. div.; ger. considerado afr. prov. banto, difundido para as demais línguas atr. do português; Nei Lopes lembra o quingua *makako* 'pequeno símio', tb. atribuído ao lingala, e o quicg. (vili ou cabinda) *makaku* pl. de *kaku* ou *kaaku*. S. m. para o qual o dic. arrola: Na rubr.: mastoz. 1. design. comum aos primatas, com exceção do homem e dos prossímios; símio. Como deriv.: sent. fig. 2. indivíduo de pouca personalidade, dado a copiar o procedimento de outras pessoas; imitador. 3. indivíduo feio, caricato. 4. indivíduo astucioso, finório. Como reg., o dic. faz inúmeros registros: 5. Br. contrapeso que é colocado em monjolos defeituosos para dar-lhes o necessário equilíbrio. 6. NE do Br. 6. policial das milícias estaduais. 7. PE paralelepípedo de granito para calçamento de ruas e estradas. 8. BA ajudante de vaqueiro. 9. BA casa de penhor; prego. 10. MG e RS galho que cai da árvore e atravessa o caminho, impedindo a passagem. Na rubr.; constr. 11. Reg: Br. pilar quadrado em cuja construção são us. apenas dois tijolos por camada. Na rubr.: entom. 12. Reg.: Br. m.q. *grilo-toupeira* ('designação comum'). Rubr.: ictiol. tb. mais de um registro. 13. Reg.: Br. design. comum a algumas spp. de peixes perciformes da fam. dos blieniídeos, encontrados ger. junto a rochas 13.1. peixe da fam. dos blieniídeos (*Parablennius pilicornis*), que ocorre no Mediterrâneo e Atlântico tropical; com cerca de 15 cm de comprimento, corpo pardo uniforme ou com manchas sépias e tentáculo acima do olho em forma de tufo. 14. m. q. *dourado-do-mar* (*Coryphaena hippurus*). 15. m.q. *babosa* (*Bathygobius soporator*). Na rubr. ludologia . aparecem dois Reg. Br. 16. no jogo de bicho, o grupo 17 a que correspondem as dezenas 65, 66, 67 e 68. 17. m.q. ²*amarelinha*. Em outras rubricas aparecem: 18. Termo de marinha. aparelho com que se aperta ou folga a tensão em cabo fixo ou corrente 19. (1789) Engenharia mecânica. aparelho para levantar cargas pesadas, espc. automóveis, a pequena altura, constituído de uma cremalheira e um sistema de rodas dentadas ou de roscas, que é acionado por manivela ou alavanca, ou mecanismo hidráulico. 20. Engenharia mecânica. aparelho que, com um pilão ou peso, bate na cabeça das estacas para fincá-las no terreno; bate-estacas. 21. Deriv. por metonímia. esse pilão ou peso. adj. 22. m.q. *macacal*. 23. que aborrece, entedia; cansativo, enfadonho, monótono. 24. que tem a cor escura (diz-se de cavalo). 25. que ocorre em circunstâncias terríveis (diz-se de morte).

“Da pinima eu comia só o coração delas, mixiri, comi sapecado [...]” (Rosa 1985: 66).

4.8 MIXIRI

[Do tupi *mixira* ou *mixyra*, 'assado'] Adj. (LB) e (SB) dão o significado de 'assado'. Str. a define como fritura de peixe e de carnes muito torrada, conservada em vasilhas na gordura que serviu para prepará-la. Bem preparada se conserva por muito tempo e já foi indústria muito explorada, especialmente no Solimões. A mixira mais comum é a de peixe-boi e de tartaruga; mais rara a de tambaqui e outros peixes, assim como de caças. Registra-se tb. *mixire*, 'fritado', no mesmo dic.

4.9 PINIMA

[Do tupi *pi'nima* 'malhado, manchado, listrado, rajado'; cp. *pinimba* 'birra'; ver *-pinima*; f. hist. 1752 *penyma*, 1833 *pinímas*] (DH). S. f. Rosa usa o vocábulo, como f. red. de jaguarapinima, para designar uma variedade de onça, descrita por Santos: carnívoro fissípede, da família dos felídeos (*Panthera [Jaguaris] onça*), de coloração amarelo-avermelhada, com manchas pretas arredondadas ou irregulares, porém simétricas, em todo o corpo, encontrado (salvo no Chile e nos Andes) em toda a América, desde o SE dos E.U.A. Tem cerca de 1,50 m de comprimento, afora a cauda, que tem 60cm, e 80 cm de altura. É considerada a fera mais terrível da América, e alimenta-se da caça e da pesca de animais, preferindo grandes peças. [Sin.: *acanguçu*, *canguçu jaguarapinima*, *jaguetê*, *onça*, *onça-pintada*, *pintada*, *tigre*.].

Para Santos (1984: 241) a onça-pintada está sujeita a certas variações não sub-específicas, mas puramente individuais a que os caçadores, os caboclos, os habitantes do interior do país querem ver uma ou mais

variedades". Apresenta as variedades: *jaguetê pinima ou iuaretê pinima, jaguetê-pixuma ou iauaretê-pixuma ou onça-preta, jaguetê sororoca ou iauaretê sororoca*.

Navarro (1998: 112) observa: com a colonização, o cachorro foi trazido para o Brasil, passando a receber o mesmo nome dado à onça, *jaguara* ou *îagûara*. Para se diferenciar um animal do outro, passou-se a usar o adjetivo *etê* (verdadeiro, genuíno) com referência à onça (*a îagûara verdadeira*), em oposição à simples *îagûara*, que era também o cachorro.

"[...] entre palanganas de *canjica* e *munguzá*, tabuleiros de *lelê*, *pamonha*, *acaçá*, *milho cozido* e *docinhos de leite e ovos*, *sequilhos de goma*, *beijus e mingau de carimã*, *de milho e tapioca*, *alguidares de amendoim cozido*, *pé-de-moleque*, *alfele*, *mel de engenho*, *bolo de fubá*, *bolo chico-filipe* [...]" (Ribeiro 1984: 146)

4.10 CANJICA

[Orig. contrv.; segundo AGC, do port. *canja*; para Gilberto Freire (*Casa-Grande e Senzala*), do "ameríndio" *acanjic*; segundo Nasc., do quimb. *kandjika*; para Nei Lopes, há tb. o quicg. *kanjika* 'papa de milho grosso cozido'; o emprego como eufemismo de *cachaça* é de orig. obsc.; f. hist. 1725 *quangiqua*, 1752 *canjica*] (DH). FAB considera o voc. advindo do banto e DCAB o aponta como advindo do quicg. com modalidades e nomes diversos em diferentes regiões do Brasil: no RS, comida feita de milho cozido, pouco sal, comido simples ou acompanhado com leite; na BA e PE, é apreciado com leite de coco, açúcar e canela, chamando-se *munguzá*, alimento ao gosto de Oxalá e Nana; em outros estados, chama-se *curau*. Para o DH é S. f. Rubr. cul. Reg. 1. Br. papa cremosa de milho verde ralado e cozido com leite e açúcar; corá, jimbelê, curau. 2. S do Br., MG, CO do Br. m. q. *munguzá*. 3. Ang. ensopado de feijão com farelo de milho, temperado com azeite de dendê.

4.11 MUNGUZÁ

Do quimb. *mukunza* 'milho cozido'. FAB o apresenta com étimo banto, Br, (quicg., quimb.)] S. m. Rubr. cul. espécie de mingau feito de milho branco com leite e leite de coco, temperado com açúcar e canela.

4.12 LÊLÊ

O DH dá-lhe a etimol. prov. afric. e define: S. m. Rubr. cul. Reg. Br. Bolo de tabuleiro, feito com milho e leite de coco. FAB o apresenta com advindo do kwe ou jeje e o DCAB dá-lhe como equiv. *canjicão*, uma das comidas votivas de Yemanjá e doce de leite de coco com milho moído, comida votiva de Oxum.

4.13 ACAÇÁ

Segundo o DCAB, do jeje *akatsa* 'espécie de pão de farinha de milho ou outro cereal, cozido na água, envolto em folhas'. Para FAB, originário do kwa (jeje), Br. A autora dá como equiv. *eco* (kwa PS). No DH, encontramos: S. m. Reg. Br. Rubr. cul. 1. bolinho afro-baiano feito de farinha de arroz ou de milho, cozido em ponto de gelatina e envolvido, ainda quente, em folhas de bananeira. 2. bebida refrescante feita de fubá, arroz ou milho, fermentado em água açucarada. Deriv. por ext. de sent. 3. substância que refresca; calmante.

4.14 CARIMÃ

Do tupi *kari'mã* 'farinha de mandioca'; f. hist. 1554 *carimã*, 1587 *carimá*, c1594 *carima* S. m. Reg. Br. 1. farinha de mandioca seca e fina. Rubr. cul. 2. bolo feito de farinha de mandioca. 3. bolo feito com massa azeda de mandioca mole, seco ao sol. 4. Reg. PA. espécie de mingau de farinha de mandioca dissolvida em água e açucarada que se dá às crianças 5. praga que ataca os algodoeiros adj. 2g. 6. que apresenta pelagem branca e alaranjada (diz-se de bovino).

4.15 BEIJU

Para DH, do tupi *mbe'yu* 'bolo de farinha de mandioca'; var. devidas a flutuações na língua geral de *-mb- > -m-/-b-*, evolução consonântica *-j-* ou vocálica *-i-* da assilábica *y*, timbre da vogal pretônica etc.; ver *beiju-*; f. hist. a1576 *beijús*, c1596 *beiius*, 1618 *bejús*, 1705 *beyjù*. Peter (2002) fala da origem contrv. do voc., mas acrescenta que Schneider o aponta como originário do iorubá. S. m. Rubr. cul. Reg. Br. 1. Espécie de bolo de goma ('polvilho') ou de massa de mandioca assada, de que há diversas variedades. 2. acepipe feito com fubá, açúcar e manteiga, que se assa no forno ou em chapa. 3. MG. espécie de biscoito doce muito leve e quebradiço, enrolado como canudo,

ger. anunciado nas ruas pelo som de matraca ('instrumento de percussão'). 4. MG. farinha de milho grossa e torrada, com flocos, que se come ger. com leite. Tem como variante *biju*.

4.16 TAPIOCA

O DH, citando Nasc. registra o tupi *tipi'og* 'sedimento, coágulo da mandioca crua coalhada'; A.G. Cunha (DHPT) registra *tipi'oka* 'fécula alimentícia da mandioca'; f. hist. 1618 *tapioqua*, c1631 *tapioquo*, 1663 *tapyoca*. Peter (2002) atenta à origem controv. do voc., mas acrescenta que Schneider o vê como originário do banto. S. f. Rubr. cul. 1. Reg. Br. fécula comestível, extraída das raízes da mandioca ou do aipim, com que se preparam pratos doces e salgados. 2. NE. beiju feito dessa fécula e recheado de coco ralado. 3. CE. pão caseiro do sertão preparado com goma de mandioca, água e sal e por vezes temperado com coco.

4.17 MINGAU

Para Houaiss, do tupi *minga'u* 'comida que gruda', depois, com ditongação e deslocamento do acento, *mi'ngaw* 'alimento pastoso originado de farinha de mandioca cozida em leite ou água', p. ext. 'papa preparada de modo semelhante ou de consistência semelhante'; f. hist. c1584 *mingaos*, 1587 *mingau*, c1596 *mingaões*, 1624 *mingão*, 1656 *minguao*, 1663 *mingaú*. S. m. Rubr. cul. 1. alimento cozido, de consistência cremosa, pastosa, feito ger. de leite e açúcar, engrossado com cereais ou farinhas variadas (aveia, maisena, fubá de milho, arroz etc.); papa, papinha. 2. Deriv. por anal. qualquer substância com a consistência do mingau (acp. 1).

4.20 FUBÁ

O DH dá como étimo o quimb. *fuba*, quicg. *mfuba* 'fécula, farinha'; adp. *fubá* (oxítone) e *fuba* (paroxítone); cf. quimb. *kufubuka* 'sem consistência'. E define: S. m. 1. Reg. Br I. farinha de milho ou de arroz com a qual se faz angu; fubá 2. Reg. NE do Br. Uso: infor. situação confusa; desordem, rolo adj. (1913) 3. que tem pêlo alvamento (diz-se do gado);

"Paçoca de carne boa, tatu-hu. Tatu que eu matei" (Rosa 1985: 162).

"Efetivamente, o tatu cava buracos e é tão capaz na engenharia quanto no serviço braçal" (Ribeiro 1984: 248)

4.21. TATU

O DH assim o registra: [do tupi *ta'tu* 'designação de mamíferos desdentados da fam. dos dasipodídeos'; f. hist. 1560 *tatû*, a1576 *tatús*, c1586 *tactus*, 1592 *tatu*. S. m. 1. Rubr. mastoz. design. comum aos mamíferos xenartros da fam. dos dasipodídeos, encontrados do Sul dos E.U.A. à Argentina, de corpo protegido por uma forte carapaça, formada por placas que se conectam através da pele grossa e córnea [São animais terrestres e onívoros]. 2. Deriv. por meton. Rubr. cul. Reg. Br. prato preparado com a carne de tatu. 3. Rubr. dança etn. Reg. SE e CO do Br. dança de roda, virtuosística e de caráter satírico, em que um dos participantes narra, cantando, uma caçada ao tatu. Na mesma rubr. é 4. Reg. RS. espécie de fandango (brasileiro), em que os pares entoam trovas populares sobre o tatu, com sapateado e bater de esporas dos cavalheiros. 5. (1899) Rubr. ang. *Árvore (Tetrastylidium brasiliense)* da fam. das olacáceas, nativa do Sul do Brasil, de folhas verde-pálidas e ramos floríferos axilares, com madeira própria para postes e esteios; pau-tatu. 6. Nesta mesma rubr. é Reg. MG. m.q. *pau-marfim (Agonandra brasiliensis)*. 7. Reg. S do Br. m. q. *carijó* (armação de varas ou jirau onde são dispostos os ramos da erva-mate, para que sejam dessecados pelo calor do *barbaquá*; fuma, tatu). 8. Reg. RS. parte da carne bovina situada atrás da perna do boi. 9. Reg. AM. tipo de abrigo contra a chuva, coberto com ramos e folhas. 10. Rubr. entom. Reg. AM. m.q. *cabatatu (Synoeca cyanea)* S. f. Rubr. entom. vespa brasileira (*Synoeca cyanea*), de coloração azul enegrecida com tons metálicos e desenhos avermelhados na cabeça, cujo ninho, com cerca de 1 m por 40 cm de largura, preso em árvores, parece com uma carapaça de tatu; irina, marimbondo-tatu, tatu, tatucaba, tatucaua, vespa-tatu. 11. Us. informal. ranho seco. Sob a f. *tatus* é S. m. pl. Reg. Br. 12. irmãs sem irmãos ou vice-versa, uma vez que a ninhada do tatu é de um só sexo.

"Tem carne, tem mandioca" (Rosa 1985: 161).

4.22. MANDIOCA

[Do tupi *m'di'og*.] S. f. Bras. 1. Planta leitosa, da fam. das euforbiáceas (*Manihot utilíssima*), cujos grossos tubérculos radiculares, ricos em amido, são de largo emprego na alimentação, e da qual há espécies venenosas, para fazer farinha de mesa. 2. O tubérculo dessa planta. [Sin., nessas acepç.: *aipi*, *aipim* (tupi), *castelinha*, *uaipi*

(orig. indígena), *macaxeira* (tupi), *mandioca-doce*, *mandioca-mansa*, *maniva* (tupi), *maniveira*, *pão-de-pobre*] (AE-XXI).

“*Onça não tocaia de riba de árvore não*” (Rosa 1995: 171).

4.25. TOCAIA

O DH busca o étimo no DHPT [tupi *to'kaya* originalmente 'pequena casa rústica em que o indígena se recolhia sozinho para aguardar a oportunidade de atacar o inimigo ou matar a caça'; 'esconderijo em que se acolhe o caçador para espreitar a caça'; p. ext. 'ação de espreitar o inimigo, emboscada'; em Nascentes, tupi *to'kai* 'armadilha para caçar'] S. f. 1. Diacr. ant. pequena casa rústica em que o indígena se ocultava para esperar o momento de surpreender o inimigo ou matar a caça 2. Reg. Br. ação de alguém ocultar-se para atacar outrem ou para caçar. 3. Reg: N. do Br. Uso: informal. poleiro de galinhas.

É interessante observar um homógrafo, homófono – *tocai*, f. de *tocai* – com étimo do lat. atr. do esp., encontrado no DH [esp. *tocayo* (1739), de orig. duv.; segundo Corominas, prov. relacionada ao ritual do Direito Romano *Ubi tu Cajus, ibi ego Caja* (donde tu sejas chamado Cayo, a mim, chamarão Cay), frase que a esposa dirigia ao noivo; o voc. teria sido usado para cortejar pessoas de mesmo nome, sendo, assim, generalizado; a datação é para o subst.] a definição é do mesmo dic.: “Adj. e S. m. Reg.: Minho, Trás-os-Montes, Br. que ou aquele que tem nome igual ao de outro; homônimo, xará.

É curioso que o segundo voc. seja conhecido de poucos brasileiros. Só recentemente, numa minissérie da TV Globo, cuja ação se passa no RS, estado limítrofe com país de língua espanhola, a palavra foi usada e, daí, propagou-se em rede nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estágio em que se encontra, o estudo não pode ser conclusivo, porque está em andamento. Contudo, a hipótese de Castro (2001) – base indígena preexistente no Brasil; africanização do português – se confirma: palavras de origem tupi têm data mais antiga (*caju* – 1576; *ananás* – 1577; *tocai*, do tupi – a1667; *tocai* do português evoluído do latim – 1881); palavras vindas de línguas africanas têm datas posteriores (*fubá* – 1680; *acaçá* – 1871). Falar em africanização do português parece correto: *macaco*, do banto, 1550, é palavra muito mais recorrente que *símio*, do português, com origem latina, século XIV.

Todavia, faz-se necessário aprofundamento da pesquisa no tocante à datação dos vocábulos e também uma análise de frequência das palavras, para que se possa aferir qual língua se insere no português em maior proporção.

6. NOTA

O livro de Castro constitui-se de exposição teórica e de um vocabulário. Quando a citação se fizer a partir do vocabulário usa-se a indicação pelo nome abreviado da obra, que aparece entre parênteses, logo a seguir a referência bibliográfica final. Nomes de outros dicionários e vocabulários aparecerão sob a mesma forma: DH, para o dicionário Houaiss; AE-XXI, para o dicionário Aurélio, por exemplo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cacciatore, O. G. (1998). *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária (DCAB).
- Castro, Y. P. (2001). *Falares africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks (FAB).
- Cunha, A. G. (1978 e 1999) *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos. (DHPT)
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI*. Versão 3.0. Coord. e ed. de Marina Bird Ferreira e Margarida dos Anjos. CD produzido e distribuído por Lexikon Informática, sendo versão integral do Novo

Dicionário Aurélio ! Século XX, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. (AE-XXI) (DA-86, quando indicado por Peter, 2002).

Navarro, E. A. (1998). *Método moderno de tupi antigo*: a língua do Brasil dos primeiros séculos. Petrópolis: Vozes.
 Peter, M. (2002) "Termos de origem africana no léxico do português do Brasil" In Nunes, José Horta, Petter, Margarida (org.) *História do saber lexical e constituição do léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP/ Pontes.

Ribeiro, J. U. (1984). *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Houaiss, A. e Villar, M. S. (2001). *Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. (DH).

Lemos Barbosa, A. (1956). *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro: Livraria S. José. (LB).

(1955). *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro, Livraria São José. (LB).

Rosa, João Guimarães. "Meu tio o lauretê" (1985). In *Estas estórias*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Santos, E. (1984). *Entre o gambá e o macaco*: vida e costumes dos mamíferos do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia.

Stradelli, E. (s/d) – "Vocabulários da língua geral português-nheêngatu e nheêngatu-português, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em língua geral nheêngatu porandua". *Revista do Instituto Histórico*. (adquirida em sebo, numa encadernação que não preservou os dados bibliográficos). (Str).

8. ABREVIATURAS

adj.	Adjetivo
ant.	antigo
cp.	compare
acp.	acepção atr.
através	
cul.	culinária
adj.	adjetivo
aument.	aumentativo
def.	definição, definido
afer.	aferético(a)
c	cerca de (data)
deriv.	derivado
afr.	africano, africanismo
design.	designação
alt.	alteração
constr.	construção
diacr.	diacronismo
anal.	analogia
controv.	controversa
dic.	dicionário
ang.	angiospermas
cf.	confira, confronto
dim.;	diminutivo
dir.	Direto
ior.	ioruba
rel.	religião
divg.	divulgado(a)
lat.	latim
rubr.	rubrica
doc.	documento(ção)
m.	masculino
s	século (data)
duv.	duvidoso(a)

m. q.	o mesmo que
s.	substantivo
entom.	entomologia
mastoz	mastozoologia
sent.	sentido
esp.	Espanho
meton.	metonímia
sin.	sinônimo
espc.	especialmente
spp.	espécies
etmol.	etimologia
obsc.	obscuro(a)
talv.	talvez
etn.	etnologia, etnológico
orig.	Origem
tb.	também
ext.	extensão
p.	página
tr.	transitivo
f.	forma; feminino(a)
p. ext.	por extensão
v.	verbo
fam.	família(r)
pl.	plura vide I
fig.	figura, figurado
port.	português
var.	variante
gênero	
pref.	prefixo
voc.	vocábulo
ger.	geralmente
prov.	provavelmente
vulg.	vulgar
gir.	gíria
quimb.	quimbundo
umb.	umbundo
hist.	histórico(a)
quicg.	quicongo ~
us.	usado
ictiol.	ictiologia
rad.	radical
id.	idem
red.	reduzida
infor.	informal
reg.	regionalismo

9. SIGLAS

9.1 TOPÔNIMOS

AM	Amazonas
LP	linguagem pop.
PA	Pará
Ang.	Angola

LS	língua-de-santo
PE	Pernambuco
BA	Bahia
MG	Minas Gerais
RS	Rio Grande do Sul
Br.	Brasil, brasileiro
Moç.	Moçambique
S	Sul
CE	Ceará
N	Norte
SE	Sudeste
CO	Centro-oeste
ND	não dicionarizado
Str	Stradelli
Es	Espírito Santo
NE	Nordeste
TO	Tocantins
GO	Goiás

9.2 DICIONÁRIOS E VOCABULÁRIOS

AE-XXI	Aurélio eletrônico
AMz	Amazônia
DA-86	Aurélio, ed. 86
DCAB	Dicionário de cultos afro-brasileiros
DH	Dicionário Houaiss
DHPT	Dicionário Histórico de palavras portuguesas de origem tupi
FAB	Falares africanos da Bahia
LB	Pequeno vocabulário tupi-português Curso de tupi antigo – vocabulário
Str.	Dicionário Stradelli

48) ANA CRISTINA TAVARES

ANA CRISTINA TAVARES, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Portugueses e Franceses), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Ramo Educacional, foi Leitora de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade de Dijon (França), entre setembro de 1991 e agosto de 1997, tendo sido enviada pelo Instituto Camões. Nessa universidade francesa fez o mestrado e o doutoramento em Literatura Comparada (Portuguesa e Francesa). Recentemente exerceu funções docentes, na situação de requisitada, na Licenciatura em Tradução e Interpretação da Universidade Lusófona de Lisboa, entre 2000 e 2006. Presentemente leciona na Escola Secundária de Gil Vicente, a cujo quadro pertence, e continua a fazer investigação na área da Crítica da Tradução Literária, no Centro de Línguas e Culturas da Universidade Lusófona de Lisboa. A autora tem várias publicações na área da Tradução e dos Estudos Literários e tem igualmente participado em vários eventos científicos nacionais e internacionais.

A TRADUÇÃO DA OBRA DE TORGA, EM FRANÇA

ANA CRISTINA TAVARES, Escola Secundária de Gil Vicente; Investigação – Centro de Línguas e Culturas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa.

Neste estudo, faremos uma breve introdução em que situaremos o panorama geral da tradução dos autores lusófonos, no mundo. Em seguida, referiremos aspetos relativos à tradução específica da obra de Miguel Torga, em França, indicando passagens que podem colocar problemas, quer do ponto de vista do conteúdo, quer do ponto de vista estilístico e linguístico ou até de âmbito cultural. Assim, na nossa análise adotaremos vários aspetos metodológicos da Crítica da Tradução. Daremos uma ênfase especial à figura da tradutora, neste caso a Claire Cayron, a qual deu a conhecer a obra monumental de Torga, em França, e à qual dedicou grande parte do seu labor e vida.

«Que insondável mistério é um ser humano! [...] Por mim falo. Converso, escrevo páginas maciças de confissão, atuo, pareço transparente. E quem um dia quiser saber o que fui, terá de me adivinhar...»

Miguel Torga, Diário, vol. XI, 22/2/69, (p.37)

1. SOBRE A TRADUÇÃO DOS AUTORES LUSÓFONOS

Como todos sabemos, a língua portuguesa está presente nos vários continentes e é factualmente a única língua de cultura que possui uma dupla ortografia oficial, o que coloca inúmeros problemas não facilitando a sua difusão internacional. Apesar de se tratar de uma única língua, estamos conscientes da diversidade cultural existente entre Portugal, o Brasil, a África e a Ásia lusófonas que se refletem, tanto na expressão do locutor comum, como no trabalho de apropriação e recriação linguística efetuado pelos escritores e que constituem grandes desafios para os tradutores.

De acordo com Paul Teyssier (1990) os dois pilares da lusofonia são, evidentemente, Portugal e o Brasil, ao passo que a África lusófona constitui um caso específico. Com efeito, o português é a língua oficial em cinco países africanos — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S.Tomé e Príncipe -, mas não pode ser considerada como língua nacional, pois nesses países existem idiomas locais verificando-se, por vezes, fenómenos de diglossia. Com efeito, Angola e Moçambique são países multilingues com diversas línguas nacionais, sendo o português a língua de unidade nacional; a Guiné-Bissau é um país também multilingue, numa situação mais complexa e apresentando-se o crioulo como a língua de unidade nacional. Já Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe, países insulares, são bilingues e numa situação de diglossia, sendo o crioulo o símbolo da identidade nacional. Tal como refere Ana Martinho:

« [...] a verdade no entanto é que cada país tem circunstâncias específicas que devemos ressaltar. Uma primeira distinção a fazer é a de realidades continentais (Angola, Guiné, Moçambique) e insulares (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), ou seja, multilinguismo ou bilinguismo dominantes respetivamente. » (Martinho, 1995:18-19)

A grande extensão da língua portuguesa coloca simultaneamente um problema de unidade e de diversidade. Em nosso entender, existe uma evidente unidade pois todos os lusófonos podem comunicar sem problemas, mas também existe uma diversidade que é preciso reconhecer e respeitar e que não se deve sobrepor a esta unidade fundamental. Nesse sentido, é necessário respeitar a pluralidade de culturas lusófonas e ao mesmo tempo garantir a coesão linguística com determinadas medidas como um efetivo intercâmbio cultural e cooperação em todos os domínios, assim como a unificação ortográfica tão polémica e adiada.

A França, a Itália, a Alemanha e a Espanha constituem o eixo geográfico onde melhor circulam os escritores portugueses e lusófonos, em geral. De acordo com a base de dados do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas sabemos que desde 1990 foram traduzidos 1650 livros do português para outras línguas. Mas para que línguas? Por ordem decrescente, encontramos o francês, o espanhol, o alemão, o italiano, o búlgaro, o romeno, o checo, o inglês, o chinês e o neerlandês.

As literaturas de língua portuguesa conseguiram sair das suas fronteiras há cerca de duas dezenas de anos, isto enquanto fenómenos culturais alargados. Antes, apenas alguns nomes isolados conseguiam obter reputação internacional adquirindo um estatuto universal, mas deixando atrás de si uma legião de ilustres desconhecidos. Camões foi dos primeiros autores portugueses a passar a fronteira, tendo sido o escritor português mais traduzido e adaptado em França até ao século XIX. No início do século XX, o romancista Eça de Queirós adquiriu

alguma notoriedade na Europa. Salvo raras exceções, foi preciso aguardar por Fernando Pessoa e a sua constelação de heterónimos para assistirmos à projeção de um escritor de língua portuguesa além-fronteiras. Foi nos anos 80-90 que as editoras estrangeiras, em geral, se começaram a interessar por diferentes autores portugueses, acentuando-se esse interesse com a atribuição do prémio Nobel a José Saramago, em 1998.

De acordo com o Índice da UNESCO, podemos constatar que não se verifica uma evolução linear nas edições de obras traduzidas a partir do português. Após o aumento verificado no final dos anos 90 com a atribuição do Nobel a Saramago — traduzido em 40 línguas e em mais de 60 países — as traduções baixam de novo recentemente. De notar, no entanto, um grande interesse por escritores jovens, femininos, ou dos países africanos lusófonos, frequentemente associados a um certo exotismo e por isso com maior procura por parte do público. A tendência atual consiste em traduzir do inglês para outras línguas: 50% dos livros publicados em língua inglesa são em seguida traduzidos e apenas 6% das obras publicadas nos países anglófonos são traduções de outras línguas.

Neste panorama difícil para a tradução e difusão dos autores lusófonos, em geral, gostaríamos de assinalar que, desde há vários anos, são cada vez mais numerosos os textos literários traduzidos em francês a partir do português. Isso deve-se à iniciativa de editores e livreiros, de revistas literárias e académicas, de estudiosos e também de tradutores. No entanto, o facto de algumas editoras como José Corti ou La Différence incluírem títulos de autores portugueses nas suas coleções continuava, nos anos 80, a mostrar um certo pioneirismo revelando simultaneamente um espírito militante, como refere Pierre Leglise-Costa (AAVV, 1986: 267).

Evidentemente, o grande público conhece autores como Pessoa, Saramago ou o brasileiro Jorge Amado. Cada vez mais outros autores portugueses como Lobo Antunes, Lídia Jorge, Sophia Andresen, vários brasileiros e mais recentemente autores africanos começam a surgir nas montras dos livreiros, a serem apreciados por quem os lê e a receberem merecidos prémios.

A propósito das dificuldades da tradução dos autores lusófonos em geral gostaríamos de citar Michel Laban, tradutor de português para francês, neste caso do romancista português José Cardoso Pires mas igualmente tradutor de escritores moçambicanos e cabo-verdianos e que disse o seguinte:

«Quand je traduis un texte africain, je me trouve face à l'immense obstacle qui est celui de traduire plusieurs langues en même temps. Traduire Luandino Vieira, d'Angola, c'est traduire du portugais standard, et là ça va ; c'est aussi traduire du portugais de Luanda, la capitale de l'Angola, et là c'est déjà plus difficile, il faut être au courant de toutes les subtilités, il y a un décalage par rapport à la norme de Lisbonne. C'est aussi traduire souvent des termes de Kimbundu, une langue africaine de la région de Luanda. C'est ensuite traduire des créations propres à l'auteur [...]» (Giudicelli, 1995 :46-47).

Assim, vários problemas se colocam ao tradutor que pretende traduzir autores de língua portuguesa, não sendo suficiente conhecer bem a língua e a cultura de Portugal. Com efeito, a língua portuguesa transforma-se, é enriquecida e recriada pelos autores e culturas onde se fala o português, em outros continentes. E daí o tradutor Laban, ao ter de verter para a sua língua um autor, ter de conhecer várias «línguas» como ele lhes chama. Por exemplo, ao traduzir Luandino Vieira de Angola, traduz evidentemente o português padrão, mas também o português próprio de Luanda, capital de Angola, por vezes tem de traduzir termos de Quimbundo, língua africana da região de Luanda e, finalmente, tem de traduzir as criações próprias daquele autor específico. Não é, pois, tarefa fácil traduzir os autores lusófonos quando ainda por cima escasseiam dicionários especializados e glossários específicos que tenham em conta o vasto território em que se fala e escreve em português.

2. O DESAFIO DE TRADUZIR TORGA

Neste colóquio/comunicação é também objeto de estudo a obra de Miguel Torga (1907-1995), por ocasião do centenário do seu nascimento. Adolfo Correia da Rocha, médico ORL em Coimbra, adotou um pseudónimo literário que vem na linhagem de outros autores ibéricos combativos e rebeldes como Miguel de Molinos, Miguel de Cervantes e sobretudo Miguel de Unamuno que Torga considerava o seu mestre. Igualmente a escolha da

planta torga, existente no ponto mais alto das serras galegas e transmontanas, tem o significado de oferecer beleza ao outro, por mais difíceis que sejam as circunstâncias. Assim, também essa planta das rochas oferece pacientemente a sua corola branca ou roxa.

A parte fundamental do nosso trabalho contempla os desafios específicos da tradução para língua francesa deste escritor transmontano, simultaneamente português, ibérico e universal. Com efeito, é um autor que nos dá uma imagem de Portugal aprofundada, projeta-se depois num espaço mais alargado que é a Península Ibérica e tem igualmente um pendor universalista, tanto pelas temáticas abordadas na sua multifacetada obra, como pelo seu interesse pela alma humana. Nos vários volumes de *Diário*, Torga louva a pátria, tendo uma conceção ampla da mesma, pois é vista no seu sentido físico, espiritual, cultural e linguístico. Esta pátria é também uma mátria, como afirma o estudioso António Quadros (1989:177) ao referir-se à lição de Torga como a de um «telurismo oceânico».

Para este estudioso, Torga é o paradigma do homem do interior, ligado à terra-mãe ou mátria. No entanto, na sua obra perpassa a atração pelo mar, pela viagem e aventura, em suma, pela pátria. A mátria implica uma fidelidade à terra, à raiz, sendo de pendor nacional, ao passo que a pátria, com o seu apelo de aventura, já tem em si um pendor ecuménico, de pátria universal. Na mesma linha de ideias se situa o estudioso Jesús Herrero: «*Só um grande poeta [...] podia ter adotado como seu destino cultural o espaço afirmativo duma pátria sem fronteiras.*» (Herrero, 1979:149)

Essa mesma ideia foi reiterada por Maria de Lurdes Belchior, aquando da atribuição do Prémio Camões em 1989, ao referir que «A sua obra, enraizada num espaço cultural português, projeta-se num horizonte de universalidade». Em *Diário X*, Torga é bastante eloquente relativamente a essa dialética que transparece na sua obra:

«*Coimbra, 10 de outubro de 1963 – Cada vez me sinto menos nacionalista e mais perto da pátria. Sou como uma lapa agarrada à sua rocha, consciente de que ela é apenas o suporte necessário à vida que recebe do cósmico oceano*» (Torga, 1968:12).

Embora isso não esteja de acordo com algumas teorias, nomeadamente o estruturalismo, parece-nos útil fazer uma articulação entre a vida e a obra deste autor pois o suporte biográfico poderá ajudar a compreender melhor as temáticas e o seu estilo, assim como as opções de tradução que foram depois tomadas. Importa-nos reter que o autor pertencia a uma família rural da província transmontana. Devido aos poucos recursos económicos Torga emigrou para o Brasil, onde esteve até aos 16 anos, e cuja experiência de vida transformou em matéria literária. Não nos poderemos também esquecer da sua profissão médica a par da sua vocação artística.

A descoberta deste escritor, em 1973, deu a Claire Cayron (1935-2002) a oportunidade de exercer plenamente o que ela denominou como a sua «paixão lusófona». Esta professora universitária em Bordéus foi não só a tradutora apaixonada, mas igualmente a leitora crítica e a intérprete fiel do universo literário de Torga. A partir de 1982, e durante cerca de 15 anos, dedicou-se inteiramente à tarefa monumental de traduzir a obra deste autor português.

É importante atentarmos na sua metodologia de tradução. Primeiramente houve um trabalho pessoal de leitura da totalidade da obra do autor, em seguida procedeu ao estudo sistemático do texto da LP (língua de partida) a ser traduzido e à reconstituição da vida do autor recorrendo, para isso, aos volumes de *Diário*. A tradutora pretendia reconstruir, sem recorrer ao autor, a sua compreensão da obra e também não quis informações biográficas. É na própria obra que ela pretendia descobrir o autor:

«*Ainsi, j'avais écarté d'emblée la possibilité de recourir à la personne même de Miguel Torga pour le comprendre. Je voulais construire, seule, ma compréhension, et donc ma traduction ; ne l'exposer que faite à son regard d'auteur. J'avais également écarté toute demande biographique. Je devais découvrir Miguel Torga sans le truchement d'une monographie quelconque, et surtout sans qu'il ait à se découvrir.*» (Cayron, 1987 :53)

Cayron tem uma posição bastante discutível ao acreditar que o autor se mostra, se revela totalmente na sua obra:

«[...] je crois à la force de l'oeuvre et qu'un écrivain est totalement dans ce qu'il écrit ; il suffit donc de l'y chercher pour ... deviner.» (Cayron, 1987:54).

Em seguida, a tradutora quis aprofundar o estudo da personalidade de Torga, os seus gostos, receios e mágoas, constituindo, para esse efeito, um índice temático e não cronológico dos vários volumes de *Diário*. Cayron sentiu, igualmente a necessidade de conhecer os referentes históricos e culturais, presentes na obra do autor, para compreender determinadas alusões intertextuais. Trata-se de uma tarefa monumental preparatória para a tradução que se seguiu. No entanto, esta tarefa ainda não terminou pois Cayron, na sua ânsia de perfeição, sentiu necessidade de explorar as referências temporais e geográficas dos textos, tendo aceitado a ajuda do escritor que lhe emprestou as chaves da sua casa natal, em Trás-os-Montes:

«Aux approches de l'été 1975, donc, j'ai projeté un nouveau voyage au Portugal. Mon propos était de sillonner l'intérieur du pays, à partir de haltes campagnardes et en prenant le *Diário* pour guide [...]» (Cayron, 1987 :56).

Segundo Cayron, tanto esta viagem como outras que se lhe seguiram foram bastante úteis para poder realizar uma tradução melhor, pois o facto de conhecer todos os recantos citados nos textos conferiu uma outra dimensão à leitura e, evidentemente, em seguida à tradução. Este trabalho rigoroso e metódico por parte da tradutora não terminou aqui. Esta quis também explorar as referências médicas presentes na obra de Torga que aproximou frequentemente o ato médico e o literário, referindo-se até à necessidade de utilizar com a mesma mestria o bisturi e a pena, ou aludindo a duas vozes que dialogam dentro de si, a do médico e a do escritor. Uma breve citação dá-nos conta da importância de ambas, uma é a sua carreira profissional, a sua sobrevivência económica, a outra é a sua paixão.

«Arganil, 16 de julho de 1964 — Medicina, literatura e política, por ordem descendente. A obrigação, a devoção e a maceração.» (Torga, 1968:33)

A tradutora deu ainda uma atenção especial às microestruturas dando como exemplo do seu método de tradução e escolhas a curta narrativa «Le Secret», no volume *Lapidaires* (Torga, 1990). Nesta narrativa, a personagem Pedro banha-se numa «lagoa», palavra feminina que perderia toda a sua vertente simbólica se a tradutora tivesse optado pelos vocábulos franceses disponíveis «le lac» ou «l'étang». Tudo deve ser feminizado na atmosfera que envolve o jovem, até o líquido ao qual ele regressa antes de se suicidar. A tradutora optou então pela palavra «lagune», única palavra feminina disponível em francês.

Segundo Cayron, Torga tem uma forma de pensar e um estilo lapidares, ele era como uma espécie de lapidador de diamantes que pretendia uma escrita concisa e nítida, à qual a tradutora procurou ser fiel, dando-nos exemplos de etapas do seu trabalho linguístico de «pesagem de palavras» como ela denomina a atividade tradutória. Um exemplo: a partir da frase de Torga: «Ainda estamos hoje a soletrar a Bíblia», Cayron, numa primeira etapa, fez uma tradução literal: «Encore aujourd'hui nous en sommes à épeler la Bible» mas a frase era demasiado longa e então a tradutora passou por uma fase de redistribuição das palavras na frase, obtendo: «Nous en sommes encore aujourd'hui à épeler la Bible», para, em seguida, ter procedido a uma subtração e alcançar a seguinte estrutura : «Nous en sommes encore à épeler la Bible», culminando nesta versão final: «Nous en sommes toujours à épeler la Bible». A versão final, além de ter o mesmo comprimento da frase original, manteve o ritmo da LP (língua de partida). Cayron respeitou, assim, as duas línguas, a LP e a LC (língua de chegada), aliando rigor a flexibilidade.

Por vezes, a tradutora criou neologismos para traduzir vocábulos inventados por Torga, ou quando se tratava de traduzir uma palavra que não tem equivalente em português. Por exemplo, para o vocábulo «convivência», a tradutora teve consciência de que não se tratava de «cohabitation», nem de «coexistence», assim criou o neologismo «convivance», segundo o modelo de «survivance».

Um outro desafio de tradução dos textos de Torga diz respeito à presença de provérbios e adágios tradicionais, ou até inventados pelo próprio autor. Assim, com o sentido de «desistir» temos a expressão «pôr a viola no saco» que Cayron traduziu por «remettre son violon dans l'étui», e gostou de tal modo desta expressão que a importou em francês, em várias outras ocasiões.

Cayron, ao traduzir Torga, teve que traduzir o português europeu mas também as influências linguísticas que Torga recebeu nas suas viagens e estadias, mais ou menos prolongadas, como foi o caso da sua vivência no Brasil, durante a juventude. Neste último caso, as dificuldades tradutórias foram tanto de âmbito lexical como cultural, devido a vários vocábulos, alguns de origem tupi, os quais designam realidades locais brasileiras como a flora, a fauna ou a culinária, presentes sobretudo no segundo dia da obra *A Criação do Mundo* (Torga, 1937). Aliás, a tradutora logo em nota inicial indicou que o vocabulário relativo à flora e fauna do Brasil, alimentos e bebidas eram reproduzidos em itálico, podendo o leitor consultar um breve glossário com diferentes categorias para facilitar a consulta.

Vejamos alguns exemplos:

«ARBRES : Braúna, embaúba, ipé, jacarandá (à fleurs), maracujá (fruitier), peroba, quiabo (fruitier), sucupira [...].

OISEAUX : Araponga, inhambu, jao, juriti (chanteur), urubu (rapace) [...].

RONGEURS : Caxinguelé (sorte d'écureuil), capivara, cotia, paca.

BOISSONS : (à base d'alcool de canne) : Bagaço, cachaça, garapa.

NOURRITURES : Angu (bouillie à base de maïs), mingau (fleur de farine de maïs), canjica (brisures de maïs), fubá (farine de maïs), pé-de-moleque (gâteau de sucre de canne à la pistache), passoca (gâteau de farine de maïs), boia (casse-croûte).» (Torga, 1985 :74)

No que diz respeito à alimentação também existem inúmeras alusões aos pratos tradicionais portugueses. Nesse caso, a tradutora optou geralmente por manter o vocábulo original, deixando-o em itálico, tendo acrescentado uma nota de rodapé explicativa:

«[...] *ma tante faisait du caldo verde.* (Note de la traductrice: *La soupe aux choux portugaise, véritable plat national*) » (Torga, 1985:108)

A tradutora incluiu igualmente neste glossário inicial vocábulos utilizados frequentemente como: «*caboclo*, *métis*; *favela*, *bidonville*; *fazenda*, *grande propriété*; *bandeirante*, *pionnier*,» entre outros. (Torga, 1985:74). As alusões a tradições populares constituem outro dos desafios que a tradutora teve de enfrentar. Assim, o jovem Mário diz à sua tia do Brasil, durante a estadia na fazenda de Minas Gerais, as ladainhas transmontananas utilizadas para curar erupções cutâneas provocadas pelas mordeduras de animais:

«*Eu te benzo e te rebenzo/Na cabeça e no rabo/Se és sapo ou sapão/Ou aranha ou aranhão, /Ou bicho de má nação*» (Torga, 1937:125).

A tradutora procurou manter as sonoridades recorrendo até à criação de novos vocábulos, em francês:

«*Je te bénis et rebénis/, à la tête et au fondement/Que tu sois crapaud crapaudant/ ou encore aragne aragnante/ou bien bestiole malfaisante...*» (Torga, 1985 :82-83).

Na fazenda brasileira, os empregados negros realizavam por vezes festas, dançando ao luar, cantando e procurando fazer rimas em «ão»:

«*Ali, canta o mulato/Neste assunto do ão; /Negro p'ra cantar comigo/Lava a boca com sabão...[...]*Negro p'ra cantar comigo/Lava a boca com sabão; *Se não lavar bem lavada, /Comigo não canta não...*» (Torga, 1937:155).

Cayron traduziu do seguinte modo:

«*Ay, c'est moi le mulâtre qui chante/une histoire rimée en «ão» (on) ;/que le nègre qui me répond/se lave la bouche au savon ...[...]* *Que le nègre qui me répond/se lave la bouche au savon ;/s'il ne la lave et la relave, /avec moi ne chante pas, non...*» (Torga, 1985 :100).

Como sabemos, as fórmulas de tratamento usadas no Brasil diferem das de Portugal e colocam dificuldades ao tradutor de língua portuguesa. Cayron adotou soluções diferentes: por vezes, manteve as fórmulas do original dando o tom local, como no caso de «Dona Candinha» (Torga, 1937:118) e (Torga, 1985:78) ou «sinhá» (Torga, 1937:156) e (Torga, 1985:100), com o sentido de senhora ou «madame», em francês padrão.

Outras vezes, a tradutora optou por traduzir, tentando sempre conservar o ambiente colonial e exótico: «nhôzinho Leandro» (Torga, 1937:166) passou a ser traduzido por «Missié Leandro» (Torga, 1985:107), vocábulo frequentemente usado quando os autores procuram reproduzir as falas das personagens das antigas colónias francesas, em vez de «monsieur»/senhor, do francês padrão. Um outro exemplo: «— Adeus minino...» (Torga, 1937:119) traduzido por «— Bonjour “piti”...» (Torga, 1985:78).

Na obra de Torga são raras as personagens em que há alusão ao modo de falar tipicamente brasileiro. Quando surge a recriação dessas falas, parece-nos ser com a intenção de conferir verosimilhança à narrativa, como veremos por alguns outros exemplos. Assim, o jovem Mário chegado da metrópole vai até à fazenda dos tios em Minas Gerais, num carro de bois conduzido por um miúdo e acompanhado pelo preto Anacleto:

«— Dou em você, moleque safado, si cochila...

Depois ouviu-me soluçar. Pôs-me carinhosamente a mão nas costas e falou-me [...] — Seu minino, deixe di bobage...» (Torga, 1937:78).

Temos, então, neste excerto o vocabulário do português do Brasil («moleque», «cochilar», «bobagem») e a diferente forma de tratamento «seu». Igualmente nesta obra de Torga, *A Criação do Mundo*:

«[...] a personagem Mário relata a sua experiência no Brasil e apesar dos nomes mudarem, memórias e ficção imbricam-se de tal modo que é difícil saber onde começa a realidade e acaba o domínio do imaginário. (Tavares, 2004:246).

Outras vezes, temos, já em Portugal, a reação da mãe de Mário perante o modo de falar do filho regressado do Brasil:

«Mas minha mãe protestava indignada contra o meu sotaque brasileiro. — Fala-me português, homem!» (Torga, 1937: 28).

Ainda em Portugal e na mesma obra, surge-nos, em determinado momento, a tia do Brasil muito dada a credices e superstições que conta uma história bastante inverosímil em casa de um amigo, figura importante na povoação. Este não se contém e diz:

« — Oh! Minha senhora, pelo amor de Deus...

— É verdade. Lhe juro.

— Qual verdade, nem meia verdade! Sejamos pessoas inteligentes, do nosso tempo! [...]

— Garanto que se abriu a terra, e que o negro ficou enterrado até à cintura. Eu vi ele. Então vieram os urubus, e começaram a comer. [...]

— Pois fique sabendo que não é tapeação. Contei direitinho o acontecido. Tim-tim por tim-tim. Me lembro até...» (Torga, 1937:32).

Nesta passagem, em que, uma vez mais, se procura exemplificar o sotaque brasileiro da tia temos a utilização de vocabulário diferente «tapeação», assim como o diferente uso e colocação na frase das formas pronominais «vi ele», «lhe juro» ou «me lembro».

Podemos constatar que vários anos após a sua estadia no Brasil, Miguel Torga, com base em momentos lá vividos, redige a obra *A Criação do Mundo* em que relata pormenorizadamente o que viu e sentiu. As marcas deixadas por essa experiência de emigração foram profundas e duradouras e delas a tradutora teve seguramente consciência.

3. CONCLUSÃO

Claire Cayron teve a seu cargo a tarefa enorme de traduzir a obra imensa de Torga. Como sabemos esta obra é constituída por várias dezenas de volumes de diferentes géneros literários, tais como: conto, novela, romance e outros textos em prosa, teatro, poesia e os vários volumes de *Diário*. A tradutora considerava importante ser a mesma pessoa a traduzir a obra de um autor porque defendia a unidade de tradução, de acordo com a unidade da escrita e além disso porque pensava ser útil para encontrar diferentes soluções de tradução para os problemas

que se colocavam. Esta tradutora e professora universitária que refletiu aprofundadamente sobre a problemática da tradução defendia a plasticidade do francês, considerando que não existia apenas um francês literário mas vários, como o de Proust, Beckett e outros.

Pensamos que terá ficado claro que Claire Cayron traduziu o sentido e a mensagem da obra de Torga, com correção sintática, conseguindo manter tanto a dinâmica como o ritmo e musicalidade do texto original que constituem a sua beleza. Para Claire Cayron, a tradução era muito mais uma aventura intelectual do que uma tarefa ou profissão, ela queria descobrir o autor para em seguida partilhar essa descoberta com o leitor, neste caso de língua francesa.

A língua portuguesa é rica e diversa sem perder a sua unidade fundamental e coloca grandes desafios aos tradutores quando estes se interessam por autores provenientes de continentes e culturas diversas. Como tivemos oportunidade de constatar, mesmo quando um tradutor se debruça sobre um escritor português como Torga tem de conhecer a especificidade do português do Brasil e da sua cultura pois a sua obra tem marcas específicas da sua estadia nesse país. Em muitos outros casos isso se verifica, basta referirmos, por exemplo, o romance *A Selva* do escritor português Ferreira de Castro, traduzido pelo escritor francês Blaise Cendrars e cuja ação se passa na selva amazónica, com toda a profusão de plantas e animais inexistentes no continente europeu e com muitos vocábulos de origem tupi.

Gostaríamos de referir a razão da importância que atribuímos ao perfil do tradutor. Defendemos a ideia que o tradutor literário é uma espécie de coautor da obra pois deverá fazer apelo à sua criatividade e intuição para resolver os inúmeros problemas que se lhe colocam, tanto do domínio linguístico como cultural. Assim, pensamos que a crítica da tradução deve conhecer bem o perfil do tradutor para compreender e poder explicar as suas escolhas tradutológicas. Tal como determinados teóricos (Orzeszek, 1997:167) defendemos que a tradução literária, quando é verdadeiramente artística, no sentido de conseguir ser fiel ao original, tanto do ponto de vista do sentido como da forma, é igualmente uma obra de arte, e o seu tradutor também um autor, um autêntico criador.

Para terminar, parece-nos que a divulgação da língua portuguesa e das literaturas lusófonas precisa de editores interessados, de bons tradutores como Claire Cayron, mas também de um conjunto de instrumentos de apoio, quase inexistentes no caso dos escritores da África lusófona, e que incluem, entre outros, dicionários e glossários especializados assim como bases terminológicas facilmente consultáveis. Só assim se poderá enformar a adequada formação dos tradutores literários de língua portuguesa e promover uma estratégia de divulgação dos autores de língua portuguesa e das suas culturas, tendo em vista a efetiva internacionalização do português como língua de comunicação e de cultura.

4. BIBLIOGRAFIA

AAVV (1986) «La traduction littéraire, du portugais au français : folie ou militantisme ? Quelques questions...». In *L'Enseignement et l'expansion de la littérature portugaise en France – Actes du Colloque (Paris, 21-23 Novembre 1985)*, Paris : Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 261-269.

Cayron, Claire (1987) «Explorer pour traduire». In *SUD-Revue Littéraire: La Traduction – Réflexions – Reflets*, nº 69-70, (Org. Benito Pelegrin), 53-72.

Freire, António (1990) *Lendo Miguel Torga*, Porto: Edições Salesianas.

Giudicelli, Michèle et al. (1995) «La traduction des auteurs de langue portugaise dans le monde». In *Onzièmes Assises de la Traduction Littéraire*, Arles : Actes Sud, 31-65.

Herrero, Jesús (1979) *Miguel Torga : poeta ibérico*, Lisboa: Editora Arcádia.

Martinho, Ana M^a. (1995) *A Língua Portuguesa em África: Educação, Ensino, Formação*, Évora: Editorial Pendor.

Orzeszek, Agatha, (1997) «Traducción y cultura». In Fernández, Leandro Félix e Arjonilla, Emilio Ortega (Org.), *Lecciones de teoría y práctica de la traducción*, Málaga: Université de Málaga, 163-168.

Quadros, António, (1989) *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*, Lisboa: Fundação Lusíada.

Tavares, Ana Cristina, (2004) «A vivência do Brasil na obra de escritores portugueses». In *Interculturalidades: Traduções, Línguas e Culturas*, Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, (Orgs. Rita Neves, José Lopes e Ana C. Tavares), 225-258.

Tavares, Ana Cristina; Lopes, José Manuel (2005) «Prolegómenos a um esquema analítico para a crítica de traduções literárias». In *Babilónia: Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*, nº2/3 Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 81-90.

Teyssier, Paul (1990), «A língua portuguesa no mundo». In *Etudes de Littérature et de Linguistique*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 255-265.

___ . (1993), *História da Língua Portuguesa*, trad. do francês por Celso Cunha, Lisboa: Sá da Costa Editora.

Torga, Miguel (1937), *A criação do mundo – os dois primeiros dias*, Vol.1, (4ª Ed. refundida, 1969), Coimbra: Edição de Autor. [2º dia,113-224]

___ . (1985), *La création du monde*, trad. do português por Claire Cayron, Paris: Ed. Aubier, [2º dia, 73-142].

___ . (1968) *Diário X*, (2ª Ed. revista), Coimbra: Edição do Autor.

___ . (1994) *Contes et nouveaux contes de la montagne*, trad. do português por Claire Cayron, s.l. : Librairie José Corti, (Edição portuguesa de 1980 «Contos da Montanha e novos contos da montanha»)

___ . (1990) *Lapidaires*, trad. do português por Claire Cayron, s.l. : Librairie José Corti.

Internet/Outros suportes:

- Volkovitch, M. (2000) «Entretien avec Claire Cayron – Traducteurs au Travail». In *Translittérature* nº 21, ATLAS. Disponível em (www.atlf.org/documents/entretienclairecayron.pdf), consultado em abril de 2007.

- Colomer, Henry, (1994) *Claire Cayron traduit Miguel Torga*, Documentário (filme-vídeo) Paris: La Sept/Vidéo Distrib. Le Seuil (34 minutos- cor).



49) RUI FARIA

RUI MIGUEL VENTURA DO COUTO TAVARES DE FARIA é licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês) pela Universidade dos Açores e doutorando em Literatura Portuguesa (especialidade: Literatura Oral e Tradicional) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

É professor efetivo de Língua Portuguesa.

Tem desempenhado diversos cargos, tais como o de orientador de estágio, o de representante da disciplina de Língua Portuguesa e do grupo disciplinar, e o de 1.º secretário da Assembleia de Escola.

Foi, também, colaborador da Universidade dos Açores, com funções de docente das cadeiras de Desenvolvimento Curricular I e II, no Departamento de Ciências da Educação.

Atualmente, para além das funções docentes, tem centrado a sua investigação na área da Literatura Oral e Tradicional Portuguesa, participando em encontros, congressos e outros eventos científicos, onde tem apresentado comunicações.

O POPULAR E O LITERÁRIO NO CONTO «A FESTA» DE MIGUEL TORGA, RUI FARIA*, UNIVERSIDADE DO PORTO

O seguinte trabalho visa refletir sobre Miguel Torga contista e sobre a dimensão popular da literariedade de um dos seus contos publicado na obra *Novos Contos da Montanha: “A Festa”*. Trata-se de um conto não só rico pelo seu aspeto literário, explicitando marcas e especificidades do seu autor, como também valioso por traçar um perfil cultural do modo de ser português. Na verdade, “A Festa” aproxima-se, pela sua vertente cultural, de uma narrativa popular, evocando características típicas duma comunidade rural que vive, religiosa e profanamente, a festa de Santa Eufémia. Esta comunidade, particularizada em meia dúzia de personagens, não reflete apenas a

* Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

dimensão popular transmontana pelas referências feitas, mas espelha, também, o caráter de todo um povo, o povo português.

1. DO “POPULAR” E DO “LITERÁRIO”.

A obra narrativa de Miguel Torga apresenta-se ao leitor com feições muito próprias e que em muito tocam a vertente popular. Antes de nos debruçarmos sobre um conto da sua autoria, que se encontra compilado em *Novos Contos da Montanha* e que tem por título “A Festa”, parece-nos oportuno refletir sobre o(s) conceito(s) de/do popular e de/do literário, sendo que é sobre esta questão que assenta o nosso trabalho de leitura e interpretação relativamente ao conto mencionado.

O vocábulo “popular” reenvia de imediato para situações e realidades ligadas ao povo, ao conjunto de pessoas tidas *grosso modo* com um nível cultural mais baixo, às comunidades mais rurais, as quais ainda não abriram portas a uma urbanização de massas, querendo, talvez, permanecer fiéis à genuinidade e a uma espécie de “pureza social”, se assim se pode chamar.

Etimologicamente o vocábulo “popular”³⁶⁷ deriva de “pópulo” que vem do latim, da forma acusativa “populum” e significa “povo”. O conceito de povo, porém, é bem mais complexo, pelo que e sobre o qual não nos vamos deter por enquanto.

No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, encontramos a seguinte definição de “popular”: “1. Que é relativo ao povo; que vem do povo. [...]; 2. Que agrada, que goza do favor da população em geral” (2001: 2909). A mesma ideia é veiculada noutro *Dicionário da Língua Portuguesa*: “popular, respeitante ou pertencente ao povo; usado ou frequente entre o povo; que agrada ao povo; feito para o povo; vulgar; notório; democrático; que goza do favor público; promovido pelo povo” (1993: 1314). E para não deixar dúvidas, a consulta de um dicionário de outra língua, como *Le Petit Larousse*, onde nos deparamos com a seguinte definição: “*populaire*: 1. *Qui appartient au peuple, qui concerne le peuple; issu du peuple*. 2. *Qui s’adresse au peuple, au public le plus nombreux; qui est jugé conforme aux goûts de la population la moins cultivée*. 3. *Connu et aimé de tous, du plus grand nombre; qui a la faveur du plus grand nombre*.” (1997: 805), refuta as ideias principais: popular é algo que vem do povo, é aceite pelo povo, quer enquanto comunidade reduzida, rural ou menos cultivada, quer enquanto a massa numerosa, sinónimo de público/audiência.

Neste sentido se compreende a pertinência e relação do “popular” com a obra narrativa de Torga. O autor retrata o povo e o popular, invoca-os nas suas histórias e simpatiza com eles. Não é em vão que o autor é oriundo duma localidade rural do interior, S. Martinho da Anta, e nunca nega essa sua origem, antes pelo contrário: é sobre ela que escreve, ela é fonte e motivo para a sua criação literária.

Trata-se, com efeito, de uma criação literária assente em raízes bem populares e aí entra o conceito do “literário” na narrativa torquiana. Não entendemos “literário” como sendo um termo antonímico quando posto ao lado de “popular” (esta questão já outros estudiosos a debateram e concluíram o *non sense* da relação), entendemo-lo como uma outra vertente a ter em conta na leitura na obra de Miguel Torga. Ou seja, a literariedade da obra do autor não é posta em causa, os seus contos obedecem ao estipulado pelos cânones, não obstante haver alguns que revelam marcas que o reenviam para o âmbito do conto popular. É o caso do conto “A Festa”, cujo resumo a seguir se apresenta:

O conto “A Festa” é uma narrativa curta, com enredo simples, que gira em torno da preparação e participação de uma família nas festas de Santa Eufémia.

³⁶⁷ E mantemos, ainda, o termo vocábulo, pois “popular” pode ocorrer, morfológicamente, como substantivo ou como adjetivo. Por exemplo, no título deste nosso trabalho “O popular e o literário (...)”, o vocábulo em causa é um substantivo, designando uma dimensão e um estado, num sintagma como “conto popular” ocorre como adjetivo, atribuindo um valor qualificativo ao substantivo que o antecede.

A família formada pelo Nobre e pela Lúcia, mais a filha Otília, prepara, com fervor e ansiedade, a ida à freguesia vizinha aquando das festividades em honra de Santa Eufémia. Entre alguns enganos e pequenos roubos lá consegue a família poupar para concretizar, folgadoamente, o seu sonho: o Nobre queria ter com que pagar e brindar aos/com os amigos, após acertar umas velhas contas com o Marcolino; a Lúcia pretendia reforçar a promessa feita à Santa com uma esmola choruda, a filha, estando com o Leonel, o seu namorado, não queria estar desprevenida para o que o arraial a reservasse.

A família fez-se à peregrinação, atravessou a serra para tomar parte da tão desejada festa, cada qual com os seus projetos e propósitos. O pai dirigiu-se para a zona das tabernas, exibindo a sua faixa nova, a mãe não perdeu tempo em ir para a ermida, enquanto a filha rapidamente e depois de estar sozinha se viu surpreendida, ou não, pelo Leonel. O chefe da família não tardou em limpar a sua honra no meio da zaragata, quando a filha Otília não hesitou em perder a sua [honra] atrás de uma fraga. A devoção e fanatismo de Lúcia fizeram-na dar voltas e mais voltas à ermida até sangrar das rótulas.

Mas os infortúnios de cada um não impediram a animação e a diversão de um arraial, nem encobriram a devoção daqueles que por fé estavam na ermida de Santa Eufémia. O divino e o profano entrelaçam-se e comungam juntos de uma ideologia popular, em nada religiosa.

Terminada a saga individual dos três membros da família, o desalento e o desânimo caracterizam cada um deles quando, no local combinado, se encontram. A esperança de que a procissão superasse os desenganos da família iludida tomou conta dos seus pensamentos. Nada melhor do que uns comes e bebes para animar a barriga de quem, tão ansiosamente, esperou e poupou um ano inteiro para gozar aquele momento.

2. A REALIDADE POPULAR NO CONTO “A FESTA”.

O conto de Torga situa o leitor numa realidade popular minuciosamente descrita. A localização da ação num espaço preciso revela a importância que o autor atribui às festividades populares.

Muitas são as vilas e freguesias portuguesas que honram Santa Eufémia. Mas, tendo em conta a localidade de nascimento de Miguel Torga e o seu interesse pela dimensão rural dos espaços, apontamos duas hipóteses: a festa popular evocada e descrita no conto poderá ocorrer na freguesia de Parada do Bispo, pertencente ao concelho de Lamego, onde existe, de facto, uma ermida de Santa Eufémia, ou então na freguesia de Lavandeira, concelho de Carrazeda de Ansiães, onde há uma igreja paroquial cuja padroeira é Santa Eufémia.

Analisadas as distâncias, concluiríamos tratar-se das festividades que ainda ocorrem em Parada do Bispo, Lamego. Sustentam esta nossa conjectura os factos de se descrever uma ermida e não uma igreja e de se referir a caminhada pela serra, na véspera da romaria. Apesar destes factos, a hipótese de ser em Lavandeira também seria refutada pelas referências ao “vinho de Guiães e de Abaças”, ambas freguesias pertencentes a Vila Real, ao “trigo de Favaios”, freguesia do concelho de Alijó, situado entre Sabrosa e Carrazeda de Ansiães, e ao “pregador de Murça”, concelho também vizinho dos referidos anteriormente.

Contudo, pela simples razão de se referenciar a travessia da serra (entenda-se a Serra do Marão), manteríamos a nossa posição em aferir Parada de Bispo como a localidade mais plausível de ocorrência da festa que constitui a ação central do conto.

E é pois esta ação a centralidade da dimensão popular da realidade da região do Alto Douro. Uma breve visita e estudo acerca das localidades apontadas no conto remetem-nos, imediatamente, para um ambiente rural, concomitantemente popular. O impacto que a festa causa na personagem família e nos romeiros e demais população confirma a importância da vertente popular.

A preparação durante um ano inteiro para uma festa coloca as personagens numa posição de autêntica partilha com valores sociais e culturais genuínos e tipicamente populares. Ainda hoje se assiste a situações idênticas, todas elas, porém, localizadas num meio preciso que não é o da grande cidade. Estamos assim perante uma realidade popular não corrompida. A forma como a ação nos vai sendo narrada, a maneira como as personagens e os lugares nos vão sendo caracterizados atestam um espaço social claramente popular, porque é do povo, lhe pertence e faz parte da sua memória coletiva.

Para além disso, pode ter sido igualmente intenção do autor a narração de um conto segundo os moldes do real objetivo, onde o olho se transforma numa espécie de objetiva ocular de uma câmara de filmar que regista fidedignamente tudo o que foca e focaliza. Pretendemos com isso dizer que o autor empírico do conto “A Festa” não se informou acerca das festividades de Santa Eufémia para, depois, escrever sobre elas. Ele foi, decerto, alguém que conheceu *in loco* a realidade popular que tão engenhosamente nos descreveu.

3. “A FESTA” NA ARQUITETURA ESTRUTURAL E TEMÁTICA DO CONTO POPULAR.

Se o conto “A Festa” começa “Tinha cada um o seu sonho para a festa de Santa Eufémia”, bem poderia iniciar com a fórmula “Era uma vez a festa de Santa Eufémia...”, pois toda a ação vai centrar-se em torno da festa, através dos comportamentos e atitudes das três personagens que assumem o papel de protagonistas.

Com efeito, o conto torguiano que estudámos tem, como já se referiu, feições que o aproximam de um conto popular. Mas, antes de se comprovar devidamente a nossa leitura, importa distinguir, ainda que brevemente, conto (literário) de conto popular.

Na obra *Géneros Literários*, Kurt Spang (1993: 110) ao definir conto remete as suas origens para o conto popular: “el cuento forma parte de lo llamados géneros narrativos breves para cuyas características remito a lo referido en la introducción a este capítulo³⁶⁸. Lo que nos interessa precisar en este lugar son los rasgos que determinan el cuento literario. Es obvio que los orígenes del cuento literario se deben buscar en el cuento popular, en los mitos, la leyendas y las vidas de los trovadores.”

Mediante uma definição como a transcrita, somos levados a considerar que o conto popular está na origem do conto literário. O que nos intriga, porém, reside no facto de até há bem pouco tempo o conto popular ter sido preterido pelos estudos literários, advogando-se a sua origem no povo, tido como vulgo iletrado, logo afastando dos cânones de uma literatura consagrada. Com raízes no povo rural, de autor anónimo e dito coletivo, com enredo demasiadamente simples e objetivo, o conto popular pertenceria a um domínio inferior, marginalizado, quando comparado com o conto literário. O conto literário tem um autor, regra geral conceituado nas academias literárias e nos meios letrados e intelectuais, traça uma ação menos desenvolvida comparativamente ao romance, pois a sua menor extensão a isso se presta.

Falar de contos é falar de Eça de Queirós, de Vergílio Ferreira, de Sophia de Mello Breyner e de Miguel Torga, é entrar num mundo consagrado, o da literatura. Falar de contos populares é falar de histórias da Carochinha, de príncipes e de princesas, de mundos encantados, dos sonhos que o povo alimentou e conservou na sua memória. (Ex)posta a questão nestes termos tudo se tornaria mais fácil, contudo há uma grande complexidade na relação conto popular/conto literário, à qual não faremos referência, neste trabalho.

Neste sentido e uma vez que o conto popular tem características próprias que distinguem do conto literário, importa agora ver como o conto “A Festa” de Miguel Torga se enquadraria na arquitetura do conto popular segundo a grelha estrutural de Paul Larivaille.

Grelha Estrutural de Larivaille³⁶⁹ aplicada no conto “A Festa”:

³⁶⁸ Cf. *op. Cit.*, pp. 108-109.

³⁶⁹ Esta grelha foi concebida segundo os modelos estruturalistas e aplicar-se-ia, quase exclusivamente, à sintaxe do maravilhoso.

SITUAÇÃO INICIAL	X personagens viviam de certa maneira em determinado lugar...	“Tinha cada um o seu sonho para a festa de Santa Eufémia.”
↓		
ACONTECIMENTO PERTURBADOR	Um dia, de repente, produz-se um acontecimento que vem perturbar essa vida...	“E foi assim, de bolsa confortada e vestidos de novo ou de lavado, que os três se meteram a caminho da serra, na véspera da romaria.”
↓		
DINÂMICA DO DESEQUILÍBRIO	Isso desencadeia toda uma série de consequências...	<p>“ - Bem, vou à minha vida – anunciou a Lúcia logo depois da merenda, a arranjar liberdade. [...]”</p> <p>- Eu também quero falar aí com umas pessoas... - preveniu o homem, que não se confessava em matéria de zaragatas.</p> <p>- Fico então sozinha... - disse a rapariga, a fingir solidão. – O que vale é que sempre hei de encontrar alguém da nossa terra...” [...]”</p> <p>Partiu cada qual para seu lado, o Nobre em direção às pipas de vinho, a mulher direita como um tiro à capela, e a filha em sentido oposto às rixas do pai e ao beatério da mãe.”</p>
↓		
FORÇA RETIFICADORA	INVERSA Fim da perturbação. Restaurase o equilíbrio do seguinte modo...	“O contrato era de se encontrarem no fim do arraial, pela madrugada, para darem ao dente e beberem mais uma pinga. E realmente, mal a última girândola subiu ao ar e morreu em fumo no céu, lá estavam todos no sítio combinado, exaustos, de olhos vermelhos da poeira e do sono, cada qual com as contas do seu rosário passadas.”
↓		
SITUAÇÃO FINAL	A ordem é restabelecida.	“Defendiam-se como podiam da luz crua da realidade. Mas já nenhuma esperança sincera os amparava. O Nobre dera mas recebera, e duas lombadeiras do Marcolino tiravam-lhe o contentamento da desforra. Ou tinha uma costela partida, ou grossa avaria dentro da caixa do peito. A Lúcia, de contas saldadas, e com as rótulas à mostra da areia grossa do chão, sentia-se rarefeita como um fole espremido. A rapariga, essa reduzia tudo à sua honra perdida

		atrás de uma fraga que nem saberia agora identificar. Mas iam todos encher a barriga, dormir, e arranjar novas forças para continuarem a gozar pelo dia fora aquela festa a Santa Eufémia, pela qual tinham suspirado tanto o ano inteiro.”
--	--	--

É óbvio que a grelha estrutural de Paul Larivaille poderia ser aplicada noutros contos literários, porém importa realçar que “A Festa” não se aproxima do conto popular por se encaixar coerentemente na sua arquitetura estrutural clássica.

Há outros aspetos que sobressaem, nomeadamente as temáticas abordadas. Ao aproximarmos o conto “A Festa” de um conto popular, associamo-lo às facécias da tradição popular.

Na verdade, a facécia, pelo seu caráter jocoso e cómico, reflete bem os temas que perpassavam o conto de Torga: a falsa e ignorante religiosidade, a sobreposição do profano ao divino, a religião como pretexto para a concretização de assuntos tidos como mundanos, particularmente os casos do Nobre e da filha Otília.

Estes temas são parcialmente abordados em alguns tipos referenciados e classificados por Aarne-Thompson, em *The types of the folktale*, circunscritos ao *corpus* das facécias e anedotas.

Apenas a título ilustrativo, fazemos menção aos tipos AT 1355A – “The Lord above; the Lord bellow”, AT 1381A – “Husband Discredited by Absurd Thruth”, AT 1415 – “Lucky Hans”, AT 1418 – “The Confession”, entre outros.

Paralelamente, também se diz que o conto popular apresenta poucas personagens, as quais se movimentam num espaço e tempo indeterminados, traços que não se verificam, porém, em “A Festa”. Apesar de as personagens surgirem em número reduzido, há referências precisas relativamente ao espaço e ao tempo em que a ação tem lugar antes, durante e depois da festa de Santa Eufémia.

4. A DIMENSÃO LITERÁRIA DO/NO CONTO “A FESTA”.

Contrariamente aos lugares-comuns que delineiam a localização espaço-temporal do conto popular, “A Festa” obedece aos cânones apontados para o conto literário. A ação, a principal das categorias da narrativa, apresenta um episódio, cujo evento – a festa de Santa Eufémia – é o ponto alto, prescindindo-se de uma introdução detalhada. Atingido este ponto alto, rapidamente se caminha para o desenlace.

Como refere Kurt Spang (1993: 111), “*las características del cuento se pueden resumir con los términos condensación y síntesis, es decir, se construye como evento único, con pocas figuras que tienden, en una evolución dinámica, hacia el desenlace final. Condensación significa también preferencia por la trama y el argumento y no por la psicología de la figuras*”. Com efeito, a condensação da ação não dá azo a que o leitor se aperceba da psicologia das personagens, porque não existe.

As personagens são elementos exclusivos ao serviço do desenrolar da ação. Não temos, no conto em causa, personagens agentes, oponentes, adjuvantes, personagens do Bem e do Mal, como se encontra, regra geral, num vasto número de contos populares. As personagens do conto “A Festa” são personagens-tipo, representam um grupo. Não obstante pai, mãe e filha desencadearem microações individuais, a verdade é que funcionam unissonantemente como uma personagem coletiva.

Para além dos elementos e traços de certas categorias da narrativa referidos, é evidente, também, o labor linguístico do conto. Ainda que surjam alguns termos e regionalismos, os quais poderiam reforçar a aproximação, uma vez mais, do conto popular, “A Festa” evidencia engenhos linguísticos e estilísticos que servem a literariedade da narrativa.

De referir, nesta linha de reflexão, por um lado, a minúcia das descrições, recheada de enumerações, metáforas e hipérboles (processo raro no conto popular), como no passo seguinte:

“A ermida de Santa Eufémia fica no alto de um descampado de fragões, e à sombra de meia dúzia de castanheiros da idade do mundo é que se lhe faz a festa. Gente de todas as castas, cabritos assados de quantos rebanhos pastam nas redondezas, vinho de Guiães e de Abaças, trigo de Favaio, doceiras da Magalhã e de Sabrosa, andores armados por quatro freguesias, duas músicas, sete padres, pregador de Murça – o divino e o profano dão ali as mãos, num amplo entendimento.”

Assim como se vê a forma intercalada das falas no diálogo, artifício bem conseguido e que confere um dinamismo louvável à ação. Por outro lado, há a ausência de marcas de oralidade, sem ser as oferecidas pelos diálogos, condição quase imprescindível no elenco de características do conto popular. Como se afirma no *Dicionário de Narratologia* (1994: 83), “dado o seu estatuto semiótico de prática significante oral, facilmente se compreende que o conto popular não se estrutura apenas em função do código linguístico: ele institui-se, de facto, na e pela interação de um conjunto de códigos que estão ausentes no processo de construção do conto escrito de intenção e prática «literária»”.

5. DA FUNÇÃO MORALIZADORA DO CONTO POPULAR À CRÍTICA IMPLÍCITA NO CONTO “A FESTA”.

Ribeiro & Oliveira (2002: 15) registaram que “os contos [populares] não são apenas fontes de entretenimento, pois eles também nos transmitem conceitos, valores e modelos de comportamento.” Com efeito, é atribuída ao conto popular, além duma componente lúdica, uma função moralizadora, isto é, as ações tratadas, os exemplos das personagens devem remeter para uma moral, a chamada “moral da história”. Não é em vão que muitas vezes se tente associar um provérbio a um conto popular ou a situações nele evocadas, sendo que os provérbios encerram em si uma lição para a vida e se tornam numa espécie de sentenças, não obstante o seu comprovado empirismo.

Se estas morais surgem quase naturalmente no enredo popular, sugerindo máximas e recordando valores, nomeadamente o não roubar, o não matar, o não se aproveitar do outro, *et cetera*, que conduzem a um *happy end*, ao triunfo do Bem sobre o Mal, no conto literário esta função só surge intencionalmente, servindo o(s) objetivo(s) do autor.

No conto “A Festa”, é a crítica implícita que leva a uma dimensão moralizadora, a qual não leva, porém, a um final feliz. O leitor atento não vai apenas aperceber-se do carácter jocoso de “A Festa”, a crítica a certos valores sociais vem, também, a lume. “O divino e o profano dão ali as mãos num amplo entendimento”: “Com a cuba do estômago cheia e a imagem da Santa espetada na fita do chapéu, um homem sente-se capaz de tudo: de matar o semelhante e de comungar. Ouve-se um padre-nosso e uma saraivada de asneiras ao mesmo tempo”. É este “mar de contradições” que o narrador denuncia e descreve.

Neste sentido, muito subtilmente emerge a crítica e consequente dimensão moralizadora. São aqui apontadas e criticadas atitudes como a falsa devoção e religiosidade, a humanização do sobrenatural, o fanatismo ignorante e as más intenções. “Só quem vem de peito feito para cumprir à risca a devoção que o traz” é que vive bem a festa. Assim se atinge a moralidade do conto e esta moralidade é intemporal até no espaço, repercute-se nas mais diversas comunidades e de todos os tempos. Se é feito um retrato das vivências aquando das festas de Santa Eufémia, é também perfilado o popular português e o seu modo de ser. Situações idênticas às

narradas em “A Festa” são o “pão nosso de cada dia” de todas as festividades populares. O pretexto do religioso obedece à obrigação profana.

6. CONCLUSÕES

Depois da reflexão feita acerca do conto “A Festa” de Miguel Torga nos cinco pontos apresentados, muito mais haveria a referir e a indicar como linhas de orientação para um estudo mais profundo e complexo do conto.

Importa, neste momento, realçar o caráter *sui generis* de “A Festa”. Trata-se de um conto literário que guarda muito bem a alma transmontana do seu autor. Para além de ilustrar aspetos do modo de ser popular do povo português, convida, igualmente, o leitor a mergulhar na introspeção e na reflexão sobre atitudes, valores e comportamentos sociais que não são apenas alvo de riso, são-no também de crítica.

Paralelamente, “A Festa” encontra comunhão com o conto popular pelas suas feições temáticas, estruturais e intencionais. A família sorrateira, unida para as aparências, os propósitos malandros de cada personagem e as peripécias desencadeadas evocam a facécia popular, o conto que pode ser narrado nos serões de inverno ao ritmo da neve que cai e cobre o Marão, e nas tardes de verão daquelas que não puderam tomar parte da romaria para a festa de Santa Eufémia.

Em suma, a opção pelo estudo de um conto como “A Festa” deve-se, sobretudo, ao nosso gosto e interesse pela obra narrativa de Miguel Torga e à nossa investigação sobre os aspetos populares da nossa literatura, particularmente o conto popular.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

7.1. DICIONÁRIOS:

- Casteleiro, João Malaca (coord). (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Verbo.
Costa, J. Almeida & Melo, A. Sampaio (coord). (1993) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora.
Coelho, Jacinto do Prado (coord). (1997) *Dicionário de Literatura*, Porto: Figueirinhas.
Garnier, Yves & Nimmo, Claude (coord). (1997) *Le Petit Larousse Illustré*, Paris: Larousse-Bordas.
Reis, Carlos & Lopes, Ana C. (1994). *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Almedina.

7.2. OBRAS DE REFERÊNCIA:

- Aarne, Antti & Thompson, Stith. (1961) *The types of the folktale*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.
Álvares, Carlos. (2001) *Uma Introdução ao Estudo do Texto Literário*, Lisboa: Plátano.
Cardigos, Isabel. (2006) *Catalogue of Portuguese Folktales*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.
Nascimento, Bráulio do. (2005) *Catálogo do Conto Popular Brasileiro*, Rio de Janeiro: IBICC.
Ribeiro, Ana Cristina & Oliveira, Ana Paula. (2002) *Como abordar o conto tradicional*, Perafita: Areal Editores.
Spang, Kurt. (1993) *Géneros Literários*, Madrid: Síntesis.
Torga, Miguel. (2003) *Novos Contos da Montanha*, Lisboa: Dom Quixote.
Valière, Michel. (2006) *Le conte populaire. Approche socio-anthropologique*, Paris, Armand Colin.

50) LIANA SOFIA DE ASSUNÇÃO

Nascida em 1981, no Concelho de Chaves, **Liana Sofia de Assunção** licenciou-se em Português Latim e Grego (ensino de) pela Universidade de Aveiro, no ano de 2004. Frequentou o ano curricular do Mestrado em Estudos Clássicos, na Universidade de Aveiro, no ano letivo 2004/2005.

Atualmente, encontra-se a realizar investigação na área de Literatura Latina, no âmbito da sua tese de doutoramento, a decorrer na mesma instituição, sob orientação do Professor Doutor Carlos de Miguel Mora, sendo bolsista pela Fundação para a Ciência e Tecnologia desde 2005.

É, também, membro da Linha de Investigação de Filologia Clássica, do Departamento de Línguas e Culturas dessa mesma universidade.

TRAIÇÃO NA TRADUÇÃO DAS ODES DE HORÁCIO: AUTOCENSURA EM JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO, LIANA ASSUNÇÃO, (UNIVERSIDADE DE AVEIRO)

A noção de fidelidade em tradução tem ocupado o centro da discussão entre os teóricos e os profissionais desta área ao longo de vários séculos. A conceção de que o tradutor deve assumir-se como um intérprete fiel do texto original, respeitando, primeiramente, o seu sentido e atendendo, de seguida, ao estilo em que está construído, predominou até à atualidade.

No entanto, apesar de ser um ideal preconizado pela maioria dos tradutores, na prática, não se revela muito efetivo, uma vez que existem vários fatores que contribuem para a complexidade da tradução, tais como o distanciamento espaço-temporal e/ou cultural e a subjetividade inerente à própria tarefa do tradutor, enquanto intérprete mediador entre o Texto Original e o Texto Traduzido.

Além destes fatores, externos e involuntários, a corrupção da fidelidade pode ainda resultar de um ato voluntário e consciente do próprio autor, como iremos mostrar neste trabalho, a partir da tradução portuguesa do século XIX que José Agostinho de Macedo apresenta de algumas *Odes* de Horácio. Tendo sido frade, Agostinho de Macedo conserva um certo prurido religioso e moral, conforme ele reconhece no prefácio à obra, onde assume sacrificar o sentido de alguns textos ou passagens em prol da moral e da modéstia. Este estudo pretende abordar alguns poemas de temática amorosa, procurando evidenciar esse processo de autocensura do tradutor e os mecanismos utilizados para esse fim, que podem ir de uma tradução desvirtuada até à completa omissão de termos ou expressões com conotação erótica.

A fidelidade em tradução tem-se revelado uma noção central na teoria e história desta disciplina, sendo um conceito chave na análise de tradução ao qual, de forma direta ou indireta, se dedicaram quase todos os estudiosos e profissionais desta área ao longo dos séculos. Este conceito assume um papel de tal forma nuclear nas reflexões tradutológicas que abrange as duas dimensões da tradução, enquanto processo e enquanto produto, funcionando simultaneamente como norma prescritiva, marco que deve orientar o tradutor na sua tarefa, e como critério de avaliação da qualidade da tradução.

O termo fidelidade é usado em tradução para designar a relação que se deve estabelecer entre o texto original e o texto traduzido. No entanto, a qualidade e tipo dessa relação tem sido entendida de diferentes formas através dos tempos e segundo os diversos autores, o que justifica que o termo tenha chegado até aos nossos dias como um dos mais controversos e o debate continue em aberto.

A introdução do termo deve-se a Horácio, quando assevera na sua *Ars Poetica* “e tão pouco procurarás, / como servil interprete, traduzir palavra por palavra”³⁷⁰. Horácio não usa exatamente o vocábulo ‘fidelidade’, mas o adjetivo ‘fiel’ (“fidus”), defendendo que o intérprete fiel não é o que traduz palavra por palavra. Todavia, a advertência de Horácio não é original e vem na sequência do pensamento de Cícero, a quem se devem as primeiras reflexões teóricas sobre tradução e que afirma:

370 Horácio, 1984: vv. 133/4. Tradução nossa. No original latino podemos ler: “nec uerbo uerbum curabis reddere fidus interpres”.

“ [...] e não os traduzi como intérprete, mas como orador, mantendo as mesmas ideias e formas, adaptando as palavras ao costume da nossa língua. Desta forma, não julguei necessário verter palavra por palavra, mas conservei o estilo geral e a força das palavras” 371. (1964: V, 14)

Ao fazer a distinção entre o papel de intérprete e o de orador, e recusar a tradução “uerbum pro uerbo” (‘palavra por palavra’), propondo, em vez disso, a conservação do “genus” e da “uim” das palavras (‘estilo’ e ‘força expressiva’), as quais devem ser adaptadas à “nostram consuetudinem” (‘nossos costumes’), Cícero introduz a oposição entre tradução literal e tradução livre, que permanecerá como a dicotomia central de toda a teoria da tradução e os extremos entre os quais se desenrola e se define a questão da fidelidade.

Este debate é retomado alguns séculos mais tarde por S. Jerónimo, adquirindo um novo impulso e maior visibilidade. Na sua *Episthola ad Pamachium: De optimo genere interpretandi* (395),³⁷² S. Jerónimo, citando o exemplo e autoridade dos mestres clássicos, faz também a apologia do método de tradução livre, mas alarga o âmbito da discussão entre tradução literal e tradução livre a uma nova dicotomia entre tradução religiosa e tradução profana, introduzindo o termo ‘sentido’, que se revela de grande interesse para o estabelecimento duma teoria da tradução e da definição da noção de fidelidade:

“Pois eu não só confesso como também proclamo bem alto que, à parte as Sagradas Escrituras, em que a ordem das palavras é um mistério, na tradução dos gregos não exprimo palavra por palavra, mas sentido por sentido” 373 (1953: vv.16-19)

De facto, a partir daqui e durante séculos a noção de fidelidade permaneceria um pouco ambígua e volúvel, oscilando, consoante as épocas, os paradigmas e os autores, entre uma tradução literal, palavra por palavra, que respeitasse a forma do original, e uma tradução livre, que atendessem ao sentido ou conteúdo.

Na Idade Média, de um modo geral, dá-se continuidade às ideias de S. Jerónimo, havendo uma adequação do método de tradução aos diferentes tipos de textos: nos textos religiosos defende-se o apego às palavras, ao passo que nos textos profanos se preconiza uma maior liberdade face ao original, que resulta numa “medievalização” dos próprios textos.

O Renascimento, com todas as suas transformações políticas, económicas, sociais, culturais e religiosas, potenciou um grande incremento da tradução, que se ficou a dever fundamentalmente ao surgimento da imprensa e ao desenvolvimento das línguas nacionais.

Esta revolução evidencia-se não só no aumento do número de traduções, como também numa alteração da maneira como se processa e concebe a tradução. No que se refere aos textos religiosos, assiste-se a uma bifurcação nos métodos de tradução, correspondente às correntes religiosas em conflito: se os católicos defendem uma tradução literal, os reformistas distanciam-se deles, ao propugnarem uma tradução livre, adaptada à língua de chegada³⁷⁴. Na tradução profana, acentua-se essa orientação mais liberal de adaptação e atualização dos textos à língua recetora.

O conceito de fidelidade, neste período, caracteriza-se, de um modo geral, pela flexibilidade e pela multidimensionalidade: por um lado, a tradução aproxima-se do leitor e da realidade presente (reflexo da atitude

371 Tradução nossa. Transcrevemos o passo original para uma melhor visualização dos conceitos: “[...] nec conuerti ut interpretes, sed ut orator, sententiis iisdem et earum formis tamquam figuris, uerbis ad nostram consuetudinem aptis. In quibus non uerbum pro uerbo necesse habui reddere, sed genus omne uerborum uimque seruari”.

372S. Jerónimo escreve esta carta para se defender perante os seus inimigos, que o acusavam de ter feito uma má tradução duma carta do Papa Epifânio ao Bispo de Jerusalém, no ano de 394. Esta missiva é de um grande valor tradutológico, sendo considerada por Vega a “primeira poética da tradução” ou a “carta fundacional da tradutologia”. *Apud* Hurtado Albir, 2001: 105.

373 Tradução nossa. O original latino é como se segue: “Ego enim non solum fateor, sed liberanoce profiteor me in interpretatione graecorum absque scripturis sanctis, ubi et ordum uerborum mysterium est, sed sensum exprimere de sensu”.

374 Um exemplo dessa tendência é Lutero, que, na sua obra *Sendbrief vom Dolmetschen* (1530), defende uma tradução do sentido do texto, numa expressão clara e corrente em alemão, recusando qualquer latinização.

antropocêntrica que dominava os valores da época e que instituía o homem como medida de todas as coisas), pelo uso duma linguagem e dum estilo contemporâneos; por outro, assiste-se a um alargamento da noção, que passa a incluir também a preocupação com o estilo³⁷⁵.

O século XVII ficaria para a história da tradução como o expoente máximo da liberdade tradutora, sendo marcado pelo estilo francês das “belles infidèles”. Ao mesmo tempo que se difunde a imitação e recuperação dos autores clássicos, reivindica-se a liberdade de modificação dos textos, procurando torná-los acessíveis e adaptando-os à realidade sociocultural da época e ao gosto vigente, mesmo que para isso tenham que se introduzir significativas alterações de forma e de conteúdo.

Sentido que este método de tradução demasiado “libertino” se afastava do ideal de fidelidade, alguns autores, na segunda metade do século, reagem contra esta tendência, propondo uma maior exatidão e proximidade face ao original, ou sustentando uma postura mais eclética. Tal é o caso de John Dryden, poeta e tradutor inglês que, no prefácio à sua tradução *Ovid’s Epistles* (1680), tentou resumir a três os métodos de tradução: a metáfrase, que consiste em verter o original palavra por palavra; a paráfrase ou tradução livre, que não reproduz tanto as palavras como o sentido; e a imitação, em que o tradutor toma a liberdade de alterar as palavras e o sentido a seu bel-prazer (*apud* Robinson, 2001: 172). Dryden critica, desta forma, o recurso à metáfrase e à imitação, atacando diretamente alguns tradutores seus contemporâneos, e elege a paráfrase, o ciceroniano sentido por sentido, por ser o mais equilibrado dos métodos.

No século XVIII, assiste-se ao crescimento da tradução por toda a Europa e à consolidação do seu importante papel de veículo de intercâmbio cultural e intelectual. Embora o debate entre literalidade e liberdade se mantenha aceso³⁷⁶, a ideia da tradução como adaptação e adequação aos padrões de linguagem e gosto dos leitores contemporâneos vai-se generalizando e impondo ao longo deste período:

“O direito do indivíduo a ser o destinatário de uma mensagem na sua própria língua e no seu próprio ambiente cultural é um elemento importante no contexto setecentista de tradução e está ligado à mudança do conceito de ‘originalidade’.” (Bassnett, 2003: 107)

O conceito de fidelidade começa, então, a extrapolar os limites da oposição tradução literal/ tradução livre e a adquirir uma dimensão comunicativa, ao incluir na discussão a figura do destinatário. É esta a linha de pensamento de Alexander Fraser Tytler, tradutor inglês que publicou o primeiro estudo sistemático sobre processos de tradução (*The Principles of Translation*, 1791) onde define uma boa tradução, como sendo:

“aquela que transmite por complete o mérito da obra original na outra língua, de forma a que os seus falantes nativos o percebam com a mesma clareza e o sintam com a mesma força que os que falam a língua da obra original”³⁷⁷. (Apud Robinson, 2001: 209)

Para Tytler, a qualidade duma tradução, e consequentemente o seu vínculo de fidelidade ao original, depende do cumprimento de três regras essenciais e sequenciais: a tradução deve reproduzir completamente as ideias da obra original; o estilo e forma de escrever devem ser da mesma natureza que os do original; a obra final deve possuir a naturalidade própria duma composição original (*Ibidem*). Os dois primeiros princípios da hierarquia de Tytler retomam, de certa forma, a dicotomia fidelidade ao conteúdo/ fidelidade à forma, adotando o autor uma posição intermédia e conciliatória orientada para o leitor da língua de chegada, o que torna as suas ideias inovadoras.

375 Estas ideias são bem ilustradas por Etienne Dolet que, no seu tratado intitulado *La manière de bien traduire d’une langue en aultre* (1540), propõe cinco regras para uma boa tradução, onde acentua a importância de o tradutor compreender e reproduzir o sentido do texto, evitando verter palavra por palavra, e de se expressar num discurso harmonioso e natural. *Apud* Robinson, 2001: 95-97.

376 Na Alemanha, ainda que se faça sentir a influência francesa, surge um importante movimento de reação contra essa influência que propõe o regresso à literalidade e defende como tradução ideal a que se apresenta como uma réplica fiel do original, tanto mais fidedigna quanto mais semelhanças conservar com ele. Também em Inglaterra se assiste a um combate às liberdades do tradutor. Cf. Hurtado Albir, 2001:112-114.

377 Tradução nossa.

O Romantismo e o Pós-Romantismo vão ser responsáveis por uma mudança na reflexão sobre a tradução, marcada pelo regresso ao literalismo, como forma de reação contra a tendência francesa de épocas precedentes. No entanto, este literalismo, que nasce com o gosto romântico por tudo que é exótico, estranho e longínquo, assumirá duas formas: um literalismo linguístico que procura uma proximidade à língua original, o que resultará numa arcaização e artificialidade na língua de chegada, e um literalismo de conteúdo, isto é, de recriação do ambiente e contexto exótico, que levará ao nascimento da tradução reconstituição histórica³⁷⁸.

A par da busca pelo exótico e inóspito do outro, a Estética romântica institui a afirmação da individualidade do autor e da sua força criadora através da imaginação, o que choca diretamente com as orientações literalistas e gera um paradoxo. Assim, verificam-se duas tendências opostas: ou o tradutor respeita os elementos formais do original, representativos da essência e identidade da língua, utilizando uma linguagem artificial que pudesse expressar as emoções do original através da sensação de estranheza por ela provocada, ou respeita a língua de chegada.

Schleiermacher, em *Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens* (1813) dá conta de dois métodos distintos e, segundo ele, incompatíveis, afirmando que na hora de traduzir pode ocorrer um duplo movimento que corresponde a duas opções distintas. Para que o tradutor consiga aproximar o seu leitor do autor original, facilitando-lhe o completo entendimento do texto na sua própria língua materna há duas formas: ou o tradutor deixa o autor tranquilo e faz com que o leitor vá ao seu encontro ou opta pelo movimento inverso e faz com que o autor se aproxime do leitor (*apud* Robinson, 2001: 229). Dentro desta dualidade metodológica, Schleiermacher prefere o movimento em direção ao autor.

Posição idêntica é a que adota Ortega y Gasset no seu ensaio “Miseria y esplendor de la traducción” (1937), onde se declara a favor do autor e da língua de partida, alegando que o público de um país não agradece a tradução feita no estilo da sua própria língua, mas sim o inverso: que levando ao extremo inteligível as possibilidades da sua língua, transpareçam nela os modos de falar próprios do autor traduzido (2006: 724). Este método tradutológico de base literal, influenciado pelo pensamento filológico e hermenêutico de Humbolt e Schleiermacher, vigorou durante a primeira metade do século XX, sendo seguido por outros autores.

Na segunda metade do século XX, assiste-se ao auge da tradução, que beneficia dos desenvolvimentos de outras áreas, principalmente a linguística, mas também a psicologia, a sociologia, a antropologia e a etnologia, entre outras. As reflexões sobre a tradução adquirem um caráter mais teórico, descritivo e sistemático, que culminará com o nascimento de uma verdadeira ciência da tradução – a tradutologia. À medida que se intensificam os estudos teóricos, estes adquirem uma maior complexidade e especialização, surgindo trabalhos especializados em tradução técnica, tradução literária, tradução poética, tradução automática... Neste contexto, o conceito de fidelidade praticamente desaparece do panorama teórico, dando lugar a noções mais complexas que procuram determinar de forma mais sistemática e minuciosa qual a natureza do vínculo que une o texto original e a sua tradução.

Uma dessas noções é a equivalência, termo proveniente da investigação em tradução automática que começa a ser usado no âmbito da tradução humana como traço definatório da tradução. Assim, para Nida³⁷⁹, “traduzir consiste em reproduzir na língua recetora o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua original, primeiro em termos de significado e depois em termos de estilo”³⁸⁰ (1982: 12). Da mesma forma, para Catford a tradução pode definir-se como “a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (LM)” (1980: 22).

378 Este literalismo de cariz histórico é inaugurado por Leconte de Lisle, que anuncia no prefácio à sua tradução da *Ilíada* que “o tempo das traduções infiéis já passou” e que o momento presente é de “regresso evidente à exatidão do sentido e à literalidade”. *Apud* Hurtado Albir, 1990: 18. Tradução nossa.

379 Os primeiros a usar este termo são Vinay e Darbelnet (1958). No entanto, estes autores mencionam a equivalência como um mero procedimento de tradução e é com Nida (1959) que o termo adquire um novo alcance teórico, referido ao processo de tradução em si, embora isso seja duvidoso, pois também Jakobson usa esse termo numa publicação do mesmo ano (*On linguistic aspects of translation*, 1959).

380 Tradução nossa.

Embora inicialmente associado ao objetivo e finalidade da tradução, o conceito de equivalência vai-se complexificando e ramificando, tornando-se um termo multivalente nas teorias atuais. Assim, surgem diferentes classificações, que partem de diversos pontos de vista e obedecem a critérios variados, procurando clarificar e objetivar o conceito: umas baseiam-se no nível em que ocorre a equivalência (correspondência formal, equivalência textual; equivalência linguística, equivalência pragmática, equivalência estilística) outras no tipo de significado que produz (equivalência denotativa, conotativa, normativa, pragmática e formal), e outras no maior ou menor grau de equivalência obtida (equivalência total, equivalência facultativa, equivalência aproximada, equivalência zero).

Estas propostas de classificação e compartição da equivalência, embora demasiado prolixas, deixam bem evidente a amplitude que envolve a relação entre o texto original e o texto traduzido e a variedade de fatores que nela intervêm, ao mesmo tempo que comprovam que a questão da fidelidade ultrapassa a mera oposição metodológica entre tradução literal e tradução livre.

Uma distinção essencial no que respeita à equivalência é aquela introduzida por Nida ao diferenciar a equivalência formal da equivalência dinâmica. Esta dualidade da equivalência entronca na dicotomia saussuriana língua/ fala, centrando-se a equivalência formal apenas na mensagem, tanto na forma como no conteúdo, ao passo que a dinâmica, baseada no princípio do efeito equivalente, procura que a resposta dos recetores à mensagem traduzida seja substancialmente idêntica à dos recetores da mensagem original (Nida e Taber, 1982: 22 ss.).

Esta distinção é retomada e sublinhada por outros autores³⁸¹ e revela-se de extrema importância para o estabelecimento de uma equivalência tradutora. Dado que não se traduzem línguas, mas textos, não se transferem significados, mas sentidos³⁸², a equivalência em tradução deve ser estabelecida ao nível textual, sendo influenciada por elementos textuais (o cotexto e o género textual) e contextuais (a época histórica e o ambiente social e cultural), bem como pela finalidade da tradução.

Consequentemente, a equivalência não pode ser entendida como uma relação estática e univalente entre o texto original e a sua tradução, baseada em correspondências linguísticas diretas, mas deve ser encarada numa perspectiva dinâmica e flexível, centrada na atualização única que cada texto faz da língua, sendo, por isso, variável em função dos fatores textuais envolvidos e dos fatores contextuais envolventes, entendendo-se aqui não só os condicionamentos histórico sociais, mas também a situação comunicativa (recetor e finalidade da tradução).

Assim definida, a noção de equivalência pressupõe uma aproximação entre os textos, uma similaridade, estando fora de questão a completa identidade. Aliás, isso seria uma contradição *ad sensum*, uma vez que as línguas diferem entre si, bem como as realidades que elas designam. Por outro lado, dada a variedade e multiplicidade de fatores que uma tradução deve observar para ser considerada equivalente ao texto fonte, é impossível estabelecer uma equivalência absoluta, a todos os níveis. Deste modo, a equivalência pode referir-se a unidades textuais maiores ou menores e pode ocorrer entre elementos linguísticos individuais ou entre textos completos, sendo que uma relação não implica necessariamente a outra (Hurtado, 2001: 208).

O problema crucial reside, pois, em determinar, dentre esta multiplicidade de níveis, quais são essenciais ao estabelecimento da equivalência textual, ou seja, quais os elementos invariáveis que permitem reconhecer dois textos como equivalentes e considerar uma tradução fiel ao seu original.

Em primeiro lugar, o que deve permanecer invariável numa tradução é o sentido, pois sendo a tradução um processo comunicativo, o seu objetivo é a transmissão da mensagem, do conteúdo, que deve ser o mesmo do

381 Cf. Hurtado, 2001: 216.

382 A este propósito, Eugénio Coseriu defende que só se traduzem textos, sendo o seu conteúdo formado não só por meios linguísticos, como também extralinguísticos. Com base numa profícua distinção entre três tipos de conteúdo linguístico – o significado, conteúdo dado pela língua, a designação, referência extralinguística, e o sentido, conteúdo particular dum texto, Coseriu defende que o objetivo duma tradução é reproduzir não o significado, mas a designação e o sentido. Cf. Coseriu, 1977: 219 ss.

texto original para que sejam equivalentes. Como assinalou Hurtado Albir (1990: 73 ss.), o sentido tem uma natureza não-verbal, mas resulta da confluência de vários elementos linguísticos e não linguísticos, sendo, por isso, difícil reproduzi-lo na sua totalidade. Desta feita, é necessário estabelecer uma seleção e hierarquia dos elementos considerados mais relevantes em cada texto e determinar o sentido em relação aos outros dois elementos que intervêm e completam o ciclo da comunicação – o emissor e o recetor. A construção do sentido está dependente, por um lado, da intenção do autor, do que ele quis dizer e, por outro, da reação do destinatário, daquilo que ele compreendeu.

Assim, dado o papel de mediador do tradutor enquanto recetor da mensagem original e emissor da nova mensagem, a noção de fidelidade em tradução mede-se pela adequação do sentido compreendido pelo tradutor ao ‘querer dizer do autor’ e pela adequação do sentido compreendido pelo destinatário da tradução ao do texto original (Hurtado, 1999: 90-93), bem como do efeito que a mensagem desencadeia nos recetores. Além destas restrições, o tradutor tem um dever de fidelidade para com a língua de chegada, reexpressando o sentido do original com os meios próprios e naturais da língua de chegada. Esta conceção tripla da fidelidade, ao autor, ao destinatário e à língua de chegada, esbate a velha oposição entre tradução literal e tradução livre, conciliando palavra e sentido.

Segundo Hurtado, a fidelidade em tradução depende do respeito por estes três princípios em simultâneo, e a quebra de qualquer um deles levará à rutura da fidelidade e à emergência do tradutor como um traidor.

Alcançar a fidelidade ao original é um ideal a que aspira qualquer tradutor, no entanto, essa possibilidade tem sido posta em causa por vários teóricos e na prática não resulta muito efetiva. O primeiro fator que condiciona, desde logo, a isenção numa tradução é a subjetividade inerente à tarefa do tradutor, dado que a tradução é o resultado da sua interpretação individual e subjetiva do texto original, influenciada pelas suas experiências e crenças pessoais, havendo outras interpretações possíveis³⁸³. Por outro lado, o distanciamento espacial, temporal e/ ou cultural entre o original e a tradução também podem desvirtuar, de certa forma, a mensagem, sendo a tradução condicionada pela realidade social e pelos gostos e hábitos culturais que caracterizam cada época. Quanto maior for o distanciamento temporal ou cultural entre a língua original e a língua de chegada, mais interferências haverá no processo tradutor.

Um dos exemplos de como o contexto sociocultural de chegada pode influenciar uma tradução é a censura, mecanismo de controlo político e institucional que pode manipular determinadas traduções, através de supressões ou de alterações de sentido, adaptando-as por forma a não contrariar ou mesmo veicular determinados modelos políticos, ideológicos e religiosos. A censura pode também revestir-se de um caráter pessoal e individual, assumindo-se como um autocontrolo que o tradutor exerce sobre si mesmo (muitas vezes inconscientemente), resultado da rede ideológica onde ele próprio está inserido.

De seguida, procuraremos demonstrar como o processo de autocensura pode resultar numa traição ao original, através da análise da tradução das *Odes* de Horácio de José Agostinho de Macedo. Conforme reconhece no prefácio à obra, Agostinho de Macedo (1761-1831) conserva um certo prurido religioso e moral, talvez resultado da sua passagem pela vida eclesiástica enquanto frade e da ligação que mantinha com as entidades do Clero, mesmo depois de ter sido expulso do convento onde havia professado 1778 na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho:

“[...] percão-se embora quantas há no Mundo, e quantas Satiras, e Epistolas até agora se hão composto, e não se offenda a modestia com uma só expressão menos casta. Eis-aqui porque sem respeito nenhum a Horacio ommittimos huma inteira composição que elle não devia ter feito [...]” (1806: 22)

Neste estudo, abordaremos alguns poemas de temática amorosa, com um pendor mais erótico, procurando evidenciar esse processo de autocensura do tradutor e os mecanismos utilizados para esse fim.

383 Sobre a impossibilidade do tradutor se manter invisível na tradução, cf. Bohunovsky, 2001/2.

A ode I, 5 é dedicada a Pirra, antiga amante do poeta, que agora se encontra nos braços de outro, o que desperta o ciúme. O poema latino abre com uma insinuante descrição dos amantes abraçados sobre um leito de rosas, no recato duma gruta. Porém, esta ambiência não surge com a mesma força erótica e expressividade na tradução portuguesa, onde determinadas palavras ou expressões que no texto latino remetem claramente para uma atmosfera de sedução são substituídas por outras que atenuam esse sentido. Assim, a indicação do local onde se encontram os amantes, que surge logo no primeiro verso – *multa...in rosa* ('no meio de muitas rosas') – é interpretada de forma diferente pelo tradutor, associando as rosas a uma suposta grinalda que embelezava a cabeça do jovem: "E ornada a frente de purpúreas rosas".

A deturpação do sentido do original torna-se mais escandalosa quando o tradutor deliberadamente escamoteia o sentido da forma verbal *urget*, cujo significado remete para 'apertar', 'oprimir', sugerindo o abraço dos amantes, que desaparece na versão portuguesa, dando lugar à surpreendente tradução por "Comtigo foge", que em tudo se afasta de qualquer aceção do vocábulo original. Contudo, a referência ao abraço acaba por surgir na estrofe seguinte, mas, mais uma vez, a tradução mostra-se desadequada, pois Agostinho Macedo está a usar um eufemismo para o que no poema latino tem uma carga sexual, veiculada pela forma verbal *fruitur* ('gozar', 'aproveitar'), frequentemente usada por outros poetas clássicos para referir o ato sexual.

A ode seguinte é dirigida a uma das figuras mais relevantes do universo feminino horaciano – Lídia. Na ode I, 25, o poeta dirige-se a ela, advertindo-a de que a idade em breve fará sentir mazelas na sua vida amorosa, pois já não será tão solicitada pelos seus clientes. A imagem de Lídia como meretriz está subjacente a todo o poema, intensificando-se quando Horácio refere que será abandonada pelos *moechos* ('homens adúlteros') que outrora a procuravam, ficando sozinha a chorar num *angiportu* ('beco escuro'). Ao traduzir *moechos* por "amantes", Agostinho Macedo subestima um certo matiz depreciativo associado ao original, da mesma forma que ao verter *angiportu* por "lá num Canto mettida em Noite escura" não transfere a conotação do termo (as vielas e ruas escuras eram locais privilegiados para a prática da prostituição), que neste caso se mostra relevante para a construção do sentido.

Mais adiante no poema, Horácio introduz diretamente o *topos* do amor e do desejo feminino em termos mais marcadamente sexuais e instintivos, através duma metáfora em que compara a libido de Lídia à de uma égua: *cum tibi flagrans amor et libido, / quae solet matres furiare equorum/ saeuiet circa iecur ulcerosum* ('quando o amor e o desejo ardente, que costuma enfurecer as éguas, se inflamar no teu peito ulceroso'). Como seria de prever pelos exemplos precedentes, o pudor moral do tradutor emerge e impede-o de explicitar o poder erótico desta passagem. O mecanismo agora usado supera os anteriores pela violência com que amputa o texto latino, ao eliminar o verso onde o amor humano é assemelhado ao instinto mais animal³⁸⁴: "A devorante chama/ D'hum affecto brutal então raivosa/ Te ferverá no peito". Desta expressiva imagem apenas subsiste no texto português um leve resquício em "affecto brutal", que, no entanto, provoca no destinatário da tradução um efeito totalmente diferente daquele que provocaria no leitor original, familiarizado com este tipo de jogos linguísticos.

Uma das composições que mais faz despertar o erotismo e a sensualidade, pelo léxico sugestivo que emprega, e, conseqüentemente, onde por mais vezes o tradutor quebra o laço de fidelidade é a ode II, 5. Curiosamente não é dirigida a uma mulher, mas a um amigo do poeta a quem este dá conselhos amorosos sobre o comportamento que deve adotar para com a sua amada Lálage. Assim, dado que ela é ainda muito jovem e não está preparada para o amor, tenta persuadi-lo a que não a pressione. Todo o poema é construído sobre a metáfora da vitela, que, por não ter atingido o pleno desenvolvimento, não está preparada para os trabalhos que lhe estão destinados, como suportar o jugo³⁸⁵ e o touro.

Esta ideia de carregar o touro é uma imagem bem clara do ato sexual, tal como comprova a expressão do original latino *nec tauri ruentis/ in uenerem tolerare pondus* ('nem suporta o peso do touro, que se lança para a cópula')

384 Importa referir que a utilização de metáforas e comparações entre o instinto sexual animal e o desejo humano é uma imagem muito recorrente na literatura clássica.

385 É de relevar que 'receber o jugo' é uma metáfora usada na Antiguidade Clássica para simbolizar a passagem das jovens para a vida adulta, através do matrimónio. Aliás, esta relação passou para o nosso léxico estando na raiz da palavra 'cônjuge', etimologicamente 'o que carrega o mesmo jugo'.

em que a ideia de ‘ser montada’ pelo macho é reforçada pelo complemento *in uenerem*, um dos eufemismos mais recorrentes para designar a consubstanciação do amor. Neste passo, Agostinho Macedo adota um método de tradução bastante livre, por forma a evitar a menção direta à cópula. O resultado é um eufemismo que empobrece a força da metáfora original, ao mesmo tempo que a desloca do mundo animal, ao construir uma personificação do touro indiciada no vocábulo “afago”: “Nem do Toiro robusto/ Inda póde aceitar o afago, a chamma”.

O tópico da fruição do amor continua no texto latino, mas de forma não tão explícita, mais subtil, com a expressão *ludere cum uitulis*, em que o verbo *ludere* encerra uma ambiguidade, associando ao significando primário de ‘brincar’ um significado mais velado de ‘gozar o amor’. Esta ambiguidade não é de forma alguma fortuita, mas propositadamente buscada pelo poeta, que, assim, coloca em contraste a relação desproporcional da novilha com um touro possante, expressa na estrofe anterior num tom mais brutalizado, com a relação que mantém com os outros vitelos (*uitulis*), descrita num tom mais suave. Dada a intencionalidade subjacente a esta opção do autor, seria relevante que ela perpassasse para a tradução, o que não acontece, pois o tradutor, além de não usar um vocábulo que se preste a esse jogo semântico, altera a ordem sintática, separando o verbo do seu complemento: “**Brincando** entre os Salgueiros, / Só busca os seus iguaes, **tenros Novilhos**.” Desta feita, seria mais adequado o uso de um verbo em português que conservasse essa dualidade de sentidos, como, por exemplo, ‘divertir-se com’.

Para finalizar este estudo, faremos alusão apenas a duas breves passagens de diferentes composições, em que Agostinho Macedo se mostra renitente em revelar o texto latino na sua plenitude de sentido.

Na ode II, 11, imbuída da famosa filosofia horaciana do *carpe diem*, o poeta alerta o amigo Hirpino para a fugacidade do tempo que rápido trará a velhice e a morte. Sendo este fado inevitável, Horácio aconselha a tirar o melhor partido do momento presente, através do gozo dos prazeres da vida, tais como o vinho e uma boa companhia, representada aqui por Lídia. Confirmando as alusões anteriormente sugeridas na ode I, 25, esta personagem feminina é apresentada como meretriz – *scortum*, sendo invocada no final da composição como lenitivo para um destino que se aproximava, impiedoso e implacável. Um tal epíteto terá certamente chocado a moral do tradutor, que optou por substituí-lo por um bem mais inocente e eticamente neutro – “engraçada Lídia”. O último exemplo que apresentaremos prende-se com a metáfora, a que já anteriormente se aludiu, da égua como símbolo da sexualidade e desejo femininos. A composição III, 11 focaliza-se nos encantos da lira e descrição dos seus poderes, a quem o poeta faz uma invocação para que amoleça o coração de Lídia, comparando a sua indiferença à de uma poldra, que brinca pelos campos, temendo ser montada: *quae uelut latis equa trima campis/ ludit exsultim metuitque tangi* (‘ela, que, como a poldra brinca saltando em largos campos, temendo ser montada’). Esta metáfora, que num poema anterior tinha sido suprimida, é aqui reformulada para que não deixe transparecer essa conotação sexual, através da alteração da própria designação do termo, já que *equa* em latim denomina a fêmea do cavalo, enquanto “ginete” se refere a um macho da raça equina: “Qual o Ginete fervido, indomável”. Por outro lado, a imagem da cópula (insinuada pela forma verbal *tangi*, conjugada na voz passiva, apresentando o sujeito como paciente) é descrita através dum eufemismo erudito e poético: “As leis do jugo marital não sabe, / Ignora a doce chamma”.

A análise semântica aqui efetuada, apesar de limitada quanto ao *corpus*, é bastante sintomática do processo de autocensura pelo qual o tradutor pode, conscientemente, trair o sentido do texto original, filtrando-o através dos seus valores ético morais.

Os mecanismos de que o tradutor, neste caso Agostinho Macedo, se apropriou podem apresentar-se de várias formas: a deturpação da informação transmitida pelos vocábulos latinos, pela atribuição de um significado não admitido pelo original (como a tradução de *urget* por “foge” e de *fruitur* por “abraçar”, na ode I, 5 e de *scortum* por “engraçada” na ode II, 11); a ocultação de uma conotação ou sentido implícito (como a dissimulação dos indícios de que Lídia é prostituta na ode I, 25, vertendo moechos por “amantes” e *angiportu* por “n’hum canto metida em Noite escura”); a não-atualização de ambiguidades intencionalmente provocadas no original (como *ludere* na ode II, 5); os eufemismos com que aborda conteúdos marcadamente sexuais (*in uenerem tolerare pondus* – “do Toiro aceitar o afago, a chamma” – na ode II, 5; *equa* – “fervido Ginete” – e *tangi* – “As leis do jugo

marital não sabe, / Ignora a doce chamma” - na ode III, 11); e, muito mais grave, a completa omissão de expressões (*quae solet matres furiare equorum*, na ode I, 25).

Apesar do intento de adaptação ao contexto da língua de chegada, inerente ao cuidado de Agostinho Macedo em não ferir a sensibilidade e moral dos leitores coevos, a sua tradução resulta numa traição, pois ao descaracterizar o sentido do original, o tradutor mostra desrespeito pela intenção do autor e pelos da sua época, que certamente não terá experimentado a mesma reação vivida pelo leitor latino.

BIBLIOGRAFIA

- Horácio (1984) *Arte poético*, trad. Raul Miguel Rosado Fernandes, Lisboa : Editorial Inquérito
- Cícero (1964) *De optimo genere oratorum*, trad. Albert Yon, Paris: Les Belles Lettres
- Saint Jérôme (1953) *Lettres*, trad. Jérôme Labourt, Paris: Les Belles Lettres.
- Robinson, Douglas (2002) *Western translation theory: from Herodotus to Nietzsche*. - Manchester: St. Jerome.
- Hurtado Albir, Amparo (2001) *Traducción y Traductología. Introducción a la Traductología*, Madrid: Ediciones Cátedra.
- Bassnett, Susan (2003) *Estudos de tradução: fundamentos de uma disciplina*, trad. Vivina de Campos Figueiredo, Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hurtado Albir, Amparo (1990) *La notion de fidélité en traduction*, Paris: Didier Erudition.
- Ortega y Gasset, José (2004-2006) 'Miseria y esplendor de la traducción'. In *Obras completas* Vol. 5. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset Taurus.
- Nida, Eugene; Taber, Charles (1982) *The theory and practice of translation*, Leiden: E.J.Brill.
- Catford, J. C. (1980) *Uma teoria linguística da tradução*, São Paulo: Cultrix.
- Coseriu, Eugenio (1977) 'Lo erróneo y lo acertado en la teoría de la traducción'. In Eugenio Coseriu (ed.) *El hombre y su lenguaje: estudios de teoría y metodología lingüística*. Madrid: Gredos.
- Elena García, Pilar (1990) *Aspectos teóricos y prácticos de la traducción*, Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Bohunovsky, Ruth (2001/2) "A (im)possibilidade da "invisibilidade" do tradutor e da sua "fidelidade": por um diálogo entre a teoria e a prática de tradução" in *Cadernos de Tradução* Cadernos de Tradução 8, 51-62. Disponível em <http://www.cadernos.ufsc.br/>
- Horácio (1806) *Obras de Horácio* Vol. 1, trad. José Agostinho de Macedo, Lisboa: Impressão Régia.

51) M^ª. HELENA ANACLETO-MATIAS

Maria Helena A. G. Anacleto-Matias Licenciada (1988) e Mestre (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Helena Anacleto-Matias completou duas pós-graduações: uma como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), como bolsista do Parlamento Europeu, e outra em Estudos Norte-Americanos (Smith College, EUA, 1990), como bolsista Fulbright.

Publicou artigos em Portugal nas áreas da Linguística, Estudos Culturais, Literatura e Tradução e, como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura (2002), Santiago de Compostela (2003, apresentação conjunta), Bruxelas (2006) e Chipre (2007).

O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer, desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP, Viseu, 2001).

Ensina Língua Portuguesa como Língua Estrangeira no Porto e Matosinhos (1992/93) e na Bélgica (2006/2007).

É a terceira vez que participa com comunicação nos Encontros da Lusofonia (2004, 2007 Açores e 2007 Bragança) e atualmente (desde 1993) é docente do Instituto Politécnico do Porto na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

PAULO COELHO TRAÍDO OU TRADUZIDO EM "A BRUXA DE PORTOBELLO"? HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Procedendo a um levantamento linguístico-tradutivo algo exaustivo das obras de Paulo Coelho "A Bruxa de Portobello" e a sua versão em Inglês de Margaret Jull Costa "The Witch of Portobello", propõe-se uma reflexão acerca da importância das retroversões de autores Lusófonos para Inglês, nomeadamente do autor Brasileiro mais lido da atualidade. Também se refere a (des)necessidade de adaptações de Português do Brasil para o Português Europeu no que toca particularmente ao caso da literatura ficcional. Faz-se uma sinopse comentada da obra literária em questão devido à necessária contextualização.

A enumeração dos casos tradutivos dignos de nota foi dividida segundo os seguintes pontos essenciais: há uma Introdução seguida de uma descrição comentada do enredo do romance, as opções tradutivas onde há diferenças entre as duas versões são referidas e brevemente comentadas caso a caso; depois temos os pontos das opções tradutológicas questionáveis e das boas opções culminando com o aventar da hipótese que até há melhoramentos na versão inglesa em relação ao original português analisado.

Segue-se um capítulo em que são listados os aforismos típicos de Paulo Coelho e que consideraria Máximas de Vida, e finalmente a conclusão vem a seguir a alguns comentários analíticos e reflexões mais pessoais.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um estudo contrastivo de duas "traduções": "A Bruxa de Portobello", de Paulo Coelho e a versão para Inglês de Margaret Jull Costa, "The Witch of Portobello". As edições são de 2006 e de março de 2007, respetivamente e a convenção usada neste artigo para identificação das citações de um e de outro livro serão por exemplo " (P: 100) ", referindo-me a Paulo Coelho, página 100 e " (M: 102) ", referindo-me a Margaret Jull Costa, página 102.

O motivo pelo qual coloquei o primeiro termo "traduções" entre aspas prende-se com o facto de ter selecionado para uma análise comparativa dois *corpora* não-convencionais. Na realidade, quando se faz uma análise tradutiva, é habitual escolher como base textual um original numa determinada língua e a sua tradução para uma língua de chegada. Normalmente, a língua de partida de tradução é a língua estrangeira e a de chegada é a língua materna. De facto, e não raramente, aliás, também se traduz para uma língua estrangeira. Neste caso especial, chama-se ao texto final uma "retroversão". A validade deste termo é questionada por alguns críticos da tradução, mas eu estou convicta que o termo "retroversão" é bastante esclarecedor, se considerarmos que a base da ideia de fazer uma tradução para uma língua diferente da nossa, não é algo que não seja natural, é antes uma tentativa de divulgar um texto da nossa língua materna numa cultura que não é a nossa e logo, uma maior projeção num mundo multicultural, que é aquele em que hoje vivemos.

Estas considerações preliminares vêm de encontro ao enquadramento teórico da escolha dos *corpora*, mas sobretudo, vêm de encontro à tentativa de resposta à pergunta inicial que aliás constitui o título do artigo: será que Paulo Coelho é traduzido ou traído na sua obra de 2006 "A Bruxa de Portobello"?

A questão da "traição ou tradução" é uma velha questão e é tradição (passo aqui o jogo de palavras, desculpando-me pelos efeitos fónico conceptuais) chamar ao tradutor "tradittore". Mas será que Margaret Jull Costa traiu o texto da Bruxa na sua versão em Inglês?

Sem querer desvendar para já a tese do artigo, passarei antes e de imediato àquilo que chamaria uma sub-tese ou, pelo menos, uma das ideias fundamentais sobre a qual importa refletir no contexto de Paulo Coelho, da Literatura, dos Estudos Tradutivos e, sobretudo, no contexto particular da Lusofonia.

Como é sabido, Paulo Coelho é o autor Lusófono de origem Brasileira da atualidade que provavelmente mais vende em todo o mundo. Em termos factuais, pode-se afirmar que Paulo Coelho já vendeu mais de 85 milhões de livros à escala mundial e já foi traduzido para 63 línguas. Entrou na Academia Brasileira de Letras em 2002 e ocupa a cadeira número 21. Se fosse somente devido a estes elementos, já estaria justificada a razão da escolha deste autor para investigar a dimensão da “traição na tradução”; mas é óbvio que não é a única razão. Estamos a refletir sobre Paulo Coelho que tem mexido no inconsciente coletivo dos seus leitores mais atentos ou, diria, mais dedicados. Na realidade, e passando agora para uma breve e superficialíssima análise literária, eu diria que Paulo Coelho é, na verdadeira aceção da palavra, “um escritor de culto”.

Não tenho dúvidas que se Paulo Coelho se intitulasse subitamente um líder espiritual teria seguidores acérrimos. Também não tenho dúvidas que, se Paulo Coelho quisesse fundar uma seita religiosa, teria certamente seguidores – e se quisesse fundar um partido, teria partidários. Mas Paulo Coelho vê-se, julgo eu, sobretudo como jornalista e escritor com intenções humanitárias através do seu Instituto que, com a esposa Christina Oiticica, gere em prol dos mais desfavorecidos da sociedade Brasileira, especialmente crianças e idosos. É bom que o autor continue a viajar, a fazer caminhadas e a navegar na Internet – e que sobretudo continue a escrever e a publicar.

É evidente que um estudo tradutivo não se prenderá muito com a análise literária da qualidade, ou pelo menos não tanto como se poderia desejar. O que é certo é que me parece que Paulo Coelho é um autor bastante cerebral, mais preocupado com o conteúdo do que com a forma da escrita, mais atento à Semântica do que à Fonologia da Língua no que toca ao estilo.

Um estudo tradutivo inserido num debate sobre a Lusofonia parece-me ser bastante motivador porquanto conjuga interesses de investigação louváveis – e daí a motivação para a escolha dos corpora: um autor lusófono, brasileiro de nacionalidade, com numerosíssimas traduções para outras línguas, nomeadamente para a língua de maior projeção universal no mundo ocidental, o Inglês.

É interessante notar que, só a título de exemplo, foi Pavla Lidmilová que traduziu Paulo Coelho em Checo e a “Bruxa de Portobello” aparece na editora Argo com autorização da Sant Jordi Associados, de Barcelona, como “Carodějka z Portobella”. É talvez também devido à enorme quantidade de traduções que a obra do autor hoje confere um caráter universalista a Paulo Coelho.

Na realidade, a tese deste artigo defende que Paulo Coelho não é, de forma alguma, “traído” pela sua tradutora para a Língua Inglesa; pelo contrário, julgo ser uma obra até muito bem traduzida, havendo apenas alguns reparos aos quais farei referência. Uma das ideias que pretendo defender presentemente prende-se com a polémica que poderia chamar uma sub-tese: será que devemos chamar “versões de Português Europeu” e “de Português do Brasil” ou devemos chamar a um texto transposto uma “tradução” de Brasileiro para Português? Proponho o termo “adaptação de código” como termo teórico linguístico classificativo, mas para efeitos práticos neste artigo usarei o termo “versão”.

A estrutura do que vem a seguir é a seguinte: de uma descrição comentada do enredo do romance passarei para o capítulo das opções tradutivas onde há diferenças entre as duas versões, depois temos os pontos das opções tradutológicas questionáveis e das boas opções culminando com o aventar da hipótese que até há melhoramentos na versão inglesa em relação ao original português analisado. Em seguida virá um capítulo em que são listados os aforismos típicos de Paulo Coelho e que consideraria Máximas de Vida, e finalmente a conclusão vem a seguir a alguns comentários analíticos e reflexões mais pessoais.

2. ARTIFÍCIOS NARRATIVOS

É digno de nota que Paulo Coelho no início tenha parte da oração “Glória” que Margaret Jull Costa manteve só em segundo lugar. Já Lucas 11:33, Margaret Jull Costa manteve na posição correspondente. A Dedicatória está muito bem retrovertida.

O primeiro capítulo, ou seja, a visão de Heron Ryan, jornalista e apaixonado por Athena começa com um jogo de palavras com o referido versículo bíblico do evangelista Lucas. Há a referência à Inquisição e refere-se à questão da necessidade do perdão.

O testemunho de Lella Zinab, de 64 anos e numeróloga tem a função de adensar o mistério; é um capítulo de apenas uma página e refere que não sabia que Athena tinha falecido e logo a seguir, surge algum texto em itálico, segundo a minha interpretação com a voz do Narrador e que é uma justificativa para toda a estrutura narrativa sob a forma de testemunhos: *“A melhor maneira de saber quem somos, muitas vezes, é tentar saber como os outros nos veem” (P: 24).*

O testemunho de Samira Kahlil, de 57 anos e Mãe de Athena tem a função de fazer avançar a narrativa com uma perspectiva mais objetiva e linear, referindo a adoção da cigana Sherine e a vida no Líbano e a guerra subsequente de 1974-75. Também o capítulo de Lukás Jenssen-Petersen, engenheiro de 32 anos e ex-marido de Athena está muito bem retrovertido; a história é contada diretamente com pormenores do curso universitário de engenharia da protagonista e a questão da sua maternidade aos vinte anos.

A perspectiva de Peter Sherney, diretor-geral do banco onde Athena trabalhou é algo mais objetiva, com o elemento da morte de Athena, aliás recorrente na obra e a ensombrar de novo a narrativa. Já no segundo testemunho da Mãe de Athena, há o avançar da ação com a informação quanto ao desejo de Athena de conhecer as suas raízes biológicas, já que foi adotada – Viorel, o filho biológico de Athena chora, como que a pressagiar um mau episódio. Seguidamente, Heron Ryan e Edda, nos seus segundos testemunhos, contam como conheceram Athena na Roménia.

Liliana é uma costureira de idade e sobrenome incertos. Neste capítulo fala-se da Mãe que nos envolve a todos e que está em nós. Logo a seguir, vem um testemunho de Samira R. Khalil, que é dona de casa e Mãe adotiva de Sherine ou Athena, se assim preferirem. O acontecimento principal em termos de avanço da história é, sem dúvida a manifestação do desejo de Athena à Mãe adotiva de ir visitar uma mulher na Escócia após ter ido em busca do encontro com a Mãe biológica. O capítulo seguinte é preenchido com a voz de Deidre O’Neill, conhecida como Edda em que Athena e Edda estabelecem um ritual juntas e em que Athena se compromete a ensinar no Dubai.

Heron Ryan, por seu lado, continua cada vez mais apaixonado por Athena e escreve um artigo jornalístico sobre Sarah, a chamada Santa Sara, protetora dos ciganos, como forma de, ao celebrar as raízes culturais da etnia dos Pais biológicos de Athena se aproximar mais dela. Logo a seguir, o testemunho de Antoine Locadour, historiador francês de 74 anos faz uma pausa na narrativa com a função de parecer uma voz exterior com reflexões quanto aos cultos pagãos da Mãe. Este capítulo tem como que a função de um coro da Grécia Antiga, em que se comenta a ação e ao mesmo tempo se acrescenta informação explicativa quanto ao conteúdo da obra.

Heron declara o seu amor “impossível” por Athena num restaurante onde pede muitos pratos, bebem duas garrafas de vinho e falam de bibliotecas, de a ter visto dançar no restaurante de Sibiu, na Transilvânia, do encontro de Athena com Edda na Escócia e das aulas que Athena iria dar no dia seguinte ao grupo de teatro de Andrea McCain. Athena vai ao teatro e faz exercícios de relaxamento com a companhia. Heron assiste e fica contentíssimo com a experiência. O diretor da companhia rejeita totalmente a questão de ter Athena como inspiradora de uma nova peça de teatro, tal como Andrea tinha idealizado fazer. De alguma forma o leitor é levado a pensar que a protagonista, Athena é uma fraude e uma “guru” falsa, ou como os Brasileiros dizem “fajuta”.

No psicodrama que Andrea McCain lidera encarnando Athena o resultado final é satisfatório para Andrea, pois o seu grupo de teatro mostrou-lhe que o seu companheiro, Heron, afinal parece que não vai ficar a viver com

Athena, pois as “regras dos bons costumes”, propostas pelo Diretor da companhia de teatro, ao encarnar um líder da comunidade, saem vitoriosas em relação à paixão que Athena parecia trazer e suscitar em todos os que encontrava e que passavam a rodeá-la. Já no capítulo de Heron Ryan, pela primeira vez assiste-se na narrativa ao fenómeno de incorporação, ou seja, Hagia Sofia fala através de Athena dando conselhos sobre a saúde de elementos da companhia de teatro, nomeadamente um cancro na próstata e a outro elemento, o problema da insónia.

Em relação ao triângulo amoroso Athena, Andrea e Heron, algo avança na altura da dança da companhia de teatro em casa de Athena: a posição de Andrea está confirmada e assumidamente ameaçada em relação ao seu envolvimento com o jornalista; é nesta altura que Athena, mesmo talvez sem o saber, pois é Hagia Sofia que fala através dela, se torna rival direta de Andrea (P: 206).

Quando Andrea e Athena fazem uma espécie de pacto uma com a outra, Athena confessa a Andrea que Hagia Sofia “é um nome de uma Mesquita que vi num livro e que achei muito bonita”. Paulo Coelho está a referir-se à magnífica edificação religiosa de Istambul, antiga Constantinopla, que não lhe deve ter passado despercebida nas suas viagens, ou físicas ou cibernéticas. Através de um ritual em que uma pede à outra para se olharem fixa e mutuamente em silêncio e depois tirar a roupa, aspergindo com um chá o corpo de Athena, as duas aceitam-se como mestra e discípula, apesar de sentirem uma grande antipatia uma pela outra.

Finalmente e em consequência do ritual anterior, Andrea deixa a casa em que ela e Heron viviam e abandona-o. Mas primeiro fazem amor como nunca tinham feito trocando de papéis e Heron fica algo interdito, pois parece-lhe que à primeira vista as suas relações vão melhorar. Mas na verdade, Heron foi promovido à força na sua empresa de meios-de-comunicação social a enviado especial para a Ucrânia, onde aconteceu o desastre nuclear de Chernobyl em 1986, para documentar o que tem acontecido desde essa época em que ainda pertencia a território Soviético até aos dias em que se passa a história.

Por seu lado, Edda conta como conheceu o seu guia protetor e mestre na Roménia. Era um ferreiro de etnia cigana que já tinha sido um biólogo, muito infeliz com o que fazia no laboratório da cidade. Esse professor, através da analogia com um carreiro de formigas, explicou-lhe a falta de sentido que, por vezes, tutela toda a atividade humana no que as pessoas fazem no seu dia-a-dia.

Podemos imaginar qual será a função do capítulo do Jornal Londrino na narrativa. Ele constitui ao mesmo tempo como que um *fait-divers* jornalístico e o clímax da narrativa numa cena coletiva de grande envergadura como se fosse um filme do americano Cecil B. DeMille: esta notícia justifica a escrita da obra na medida em que leva o leitor a pensar que o autor teria visto ou lido essa notícia na televisão ou num jornal e que, tempos mais tarde, teria decidido escrever uma obra de ficção baseada nesse facto verídico. Em termos de estética Pós-Modernista, este fenómeno poder-se-ia intitular como que o jogo entre o autor e o leitor através do narrador astuto e de uma voz narrativa hiper-consciente ou, se preferirmos, omnisciente. Mas talvez Paulo Coelho nunca se tenha desejado ver como um notável autor do Pós-Modernismo; a classificar com um rótulo, selo ou carimbo a visão literária de Paulo Coelho (e todos os críticos literários sabem o quanto é perigoso rotular um autor que está em permanente mutação, em constante evolução...), eu situá-lo-ia na Época Pós-Nova Era.

A sequência seguinte ao motim daquela segunda-feira em que Athena se reunia com 200 seguidores num armazém de Portobello, em Londres e que foi recuperado pelo grupo, foi uma sessão em que Hagia Sofia e Athena, ou seja, os dois lados da mesma personagem saem vitoriosos em relação ao Reverendo Buck que almeja acabar para sempre com as reuniões que classifica como “culto a Satanás”. É nessa altura que Edda enceta um ritual de proteção com o fogo, representando o lado masculino e a terra, representando o feminino. Mais um artifício narrativo se segue com o testemunho do historiador Antoine Locadour, representando uma pausa na narrativa que cria indubitavelmente suspense e que constitui um presságio para o final da história de Athena.

3. OPÇÕES TRADUTIVAS ONDE HÁ DIFERENÇAS ENTRE AS DUAS VERSÕES

Este é o enredo principal que o romance "A Bruxa de Portobello" encerra. Quanto às diferenças entre o original em português de Portugal a que tivemos acesso não são muitas. Como primeiro exemplo no levantamento dessas mesmas diferenças, poderia focar que a três frases sincopadas no primeiro testemunho de Heron Ryan de Paulo Coelho, Margaret Jull Costa faz corresponder apenas uma com copulativas com uma vírgula: "*I want to go back to thinking that the world of magic is merely a clever trick, that people are superstitious, that anything that science cannot explain has no right to exist*" (M: 4; P: 12).

Outra diferença é que no original, aparece o nome Pavel Podbieski, mas parece-nos constituir uma gralha, porquanto na versão em inglês, aparece-nos Pobielski. Tendo em conta que o dono do apartamento de Athena que a iniciou na dança até ao êxtase é de origem Polaca e conhecendo alguns nomes polacos, a grafia de Margaret Jull Costa parece ser a mais correta.

No testemunho do beduíno, Margaret Jull Costa não trocou os termos de repetição, o que Paulo Coelho tinha feito: "repetir e praticar, praticar e repetir"; na retroversão ficou: "*Practise and repeat, practise and repeat some more*" (M: 89). Mas quais as implicações deste desrespeito pelo original? De facto, a ideia de jogral, com um paralelismo interno a imitar um poema, não se mantém. No entanto, há uma intensificação de sentido através da sua repetição quase textual.

Quanto a uma alteração para a qual não vejo justificativa, senão possivelmente um lapso é quando Paulo Coelho refere "quase três horas de comboio" (P: 143) e a retroversão para inglês é "*For nearly five hours in the train*" (M: 145).

Talvez me esteja a prender com pormenores, mas parece-me que são detalhes de não somenos importância – refiro-me à simples disjuntiva inglesa "or". No capítulo em que Heron dá o seu testemunho, ele diz que vê estas pessoas sentadas de olhos fechados, com um sorriso nos lábios [or], as caras sérias, a postura arrogante concentradas em absolutamente nada, convencidas de que estão em contacto com Deus ou com a Deusa. Na realidade, esta disjuntiva não se encontra na versão de Paulo Coelho e apenas na de Margaret Jull Costa. Leva-me a pensar que Heron considerava alternativos os dois elementos da frase, quando Paulo Coelho teve a intenção de os enumerar com a copulativa assindética vírgula.

Uma diferença entre as duas versões e que me parece estar relacionado com o sentido do livro, com a interrogação sobre se as pessoas estão ou não preparadas para o culto da Mãe, Paulo Coelho diz na página 277: "*As pessoas não estavam prontas para isto. Athena riu-se. - É claro que estavam*". Mas Margaret Jull Costa retroverteu: "*'... and people aren't yet ready'*. Athena laughed. '*Of course they're not*'" (M: 282-283).

Este último pormenor da dupla negação parece-me algo grave, porquanto me parece que Paulo Coelho quis tornar a figura de Athena mais enigmática do que a Athena de Margaret Jull Costa ficou. A questão é que se as pessoas estavam preparadas para uma viragem na compreensão do cosmos, então o defeito da população foi não aceitar especificamente Athena como líder; Margaret Jull Costa parece justificar a ira da população e o quase linchamento dos seguidores exatamente porque as pessoas comuns não estão preparadas para ver as coisas tal como os seguidores as viam, ou seja, uma nova ordem em termos de organização do caos que Athena, a Bruxa de Portobello propõe.

4. OPÇÕES TRADUTOLÓGICAS QUESTIONÁVEIS

Quanto a casos tradutivos que me parecem questionáveis, para não dizer mal escolhidos, ou que pelo menos para os quais eu gostaria de propor uma alternativa temos o caso do testemunho do Padre Giancarlo Fontana,

em que a Imaculada Conceição é referida por Costa como the Holy Virgin (M: 35), o que em minha opinião não está mal, apesar de não ser muito feliz; mas quando Costa na página 38 põe na boca de Athena as seguintes palavras: "I come here to talk to St Thérèse", quando Paulo Coelho se referia à dita Imaculada Conceição: "De manhã, venho aqui conversar com a Santa" (P: 41), esta opção tradutiva é, em meu entender errada. Se bem que Athena tenha querido ser santa como a Santa Teresinha do Menino Jesus, com os seus êxtases, aqui, neste preciso momento, a sua preocupação é a maternidade, a concepção do seu futuro filho – e daí a Imaculada Conceição.

Também me parece questionável o facto de quando Athena se dirige aos camarins do teatro para cumprimentar a companhia após o espetáculo, estava implícita a ideia de ela ter (ou não) apreciado a peça de teatro – poderia, portanto ter sido retrovertido para "enjoyed the play". No entanto, a versão em inglês propõe "enjoyed herself" (M: 162), o que me parece algo questionável. Há também os exemplos de: "pergunte ou vá pesquisar" (P: 159), que foi retrovertido para "ask or go away and find out" (M: 164). Mas este parece-me ser um problema para o qual podemos aventar a hipótese de o facto de eu ter analisado uma versão, ou adaptação, se preferirem, da Bruxa em Português Europeu e não em Português do Brasil e a questão dos Brasileiros utilizarem mais o termo "pesquisar", enquanto os Portugueses usam mais o vocábulo "investigar" no contexto académico.

Há ainda os exemplos de "uma verdadeira prova de paciência" (P: 177) que se tornou "a real drag" em Inglês (M: 182) e que, avento a hipótese Paulo Coelho poderia ter escrito em Português do Brasil "uma chateação". Quanto a "abriu uma garrafa de bom vinho" (P: 178), Margaret Jull Costa disse: "she opened a bottle of very expensive wine" (M: 182). Para esta opção questionável, tenho uma hipótese de justificativa para Margaret Jull Costa de índole cultural: como todo o vinho bom em Inglaterra é muito caro, foi o termo escolhido; mas no contexto cultural português, em que há muitíssimos bons vinhos, sendo a concorrência ferrenha, os preços não são tão altos pois não são importados...

Quando no capítulo de Deidre O'Neill, mais conhecida por Edda, Athena dirige-se à Escócia em fúria "para que pudesse ver o meu ódio" (P: 187), não é tão extremo como "So that you could see how much I hate you" (M: 191). E mais à frente, enquanto na versão portuguesa surge "Ele pode perder-se no meio destas centenas de pessoas" (P: 195), a versão inglesa propõe: "He could get lost amongst all these people" (M: 198). E ainda no mesmo capítulo há a expressão "Athena deu-me dois beijos cínicos na cara e foi-se embora" (P: 195). A meu ver, o sentido cínico do beijo perde-se levemente na retroversão: "Athena kissed me lightly on both cheeks and left" (M: 198).

No caso de "– O que é isto, uma rebelião?" (P: 196), Margaret Jull Costa optou pela retroversão «"what's this, a revolt?" (M: 199). Eu proporia como alternativa "rebellion", à semelhança intertextual com a "A *Revolta na Bounty*" – estou a referir-me ao famoso Romance que em 1962 foi transposto para o cinema, porque me parece que a companhia de teatro se estava a comportar como uma tripulação revoltosa em relação ao seu comandante de navio.

No capítulo em que Edda descreve o primeiro encontro com o seu guia protetor e mestre, ela afirma que o cigano ferreiro lhe disse: "eu não estava sozinho; além das árvores, você estava a ouvir-me" (P: 230). Quando a tradutora para Inglês escolheu a opção tradutiva "I wasn't alone; apart from the trees you were listening to me too" (P: 236), o intensificador "também" na sua posição final em inglês adquire uma função enfática que me parece algo exagerada em relação ao original português. A ênfase no português é o sujeito "você", ou seja Edda, a personagem que descreve a sua formação na Tradição dos Antigos. E a ênfase no inglês é colocada no advérbio.

Quanto ao caso de classificação periodológica, julgo que Margaret Jull Costa poderia ter feito melhor, quando referiu: "a wave of what Americans call New Ageism" (M: 248). De facto, os Americanos chamam-lhe "New Era", que Paulo Coelho refere como "Nova Era" (P: 240).

5. BOAS OPÇÕES TRADUTOLÓGICAS

Por outro lado, julgo que são de louvar certas opções tradutológicas, como por exemplo o caso em que julgo que a retroversão do testemunho de Andrea McCain, de 32 anos e atriz está benfeita. Sugere-se um mistério a desvendar, referindo a “obra incompleta” de Athena. O caso de “Tinha nascido num berço de ouro (P: 49) foi retrovertido por “he had been born with a silver spoon in his mouth (M: 43), frase idiomática correspondente e, como tal, adequada e, aliás, muito expressiva.

A seguinte opção é digna de menção pela sua alta qualidade tradutológica. Na expressão de Paulo Coelho (P: 214) “E já não era a sabedoria universal, mas alguém por quem o meu namorado estava interessado, ou apaixonado”, Margaret Jull Costa traduziu por, e muito bem (M: 218): “And she was no longer universal wisdom, but merely someone my boyfriend was interested in or infatuated with”.

6. MELHOR QUE O ORIGINAL

Chego até a aventar a hipótese que a versão inglesa foi melhorada em relação ao original em português. Não quero desmerecer no trabalho do adaptador ou adaptadora da versão da editora portuguesa, cuja identificação, aliás, não encontrei na obra, mas parece-me importante dizer que há certos casos em que me teria sido útil se tivesse tido acesso à versão de Paulo Coelho em português do Brasil...

No caso do segundo testemunho do ex-marido de Athena, parece-me que Margaret Jull Costa melhorou mesmo o original, ou seja, a sua opção tradutiva é de tal forma madura que raia até o genial. Senão vejamos: Paulo Coelho escreve “Recebi um telefonema do meu pai, com ameaças e afagos (P: 45) e Margaret Jull Costa retroverte “I got a phone-call from my father, a mixture of stick and carrot (M: 39). De facto, a voz enunciativa falava da duplicidade da intenção do Pai no telefonema – por um lado, queria punir o filho e pelo outro lado, queria premiá-lo, o que é muito bem traduzido pela frase idiomática “stick and carrot”.

Ao referir-se à Mãe adotiva, e conversando com ela, Athena refere que “tratava das tarefas domésticas” (P: 137), mas Margaret Jull Costa refere, e muito bem, a expressão idiomática: “you kept the house spick and span” (M: 139), demonstrando um profundo conhecimento da realidade cultural de inspiração britânica.

No segundo capítulo da atriz de teatro Andrea McCain, ela refere que os outros elementos da sua companhia “ficaram muito curiosos por conhecer alguém (...)” (P: 156), enquanto a versão de Margaret me parece mais expressiva ainda, quando diz “They were all mad keen to meet someone” (M: 162).

Apenas a junção da partícula copulativa “and” no fim de um dos capítulos de Andrea McCain, (“And no one asked who Edda was” - M: 163), confere ao relato uma maior expressividade. É certo que se perde um pouco o tom de ironia que o original parece oferecer: “foi isso que Edda me ensinou...

Confirmado!

- Mas posso partilhar convosco outras coisas que a vida me ensinou.

Todos concordaram. Ninguém perguntou quem era Edda.” (P: 158)

Já num outro caso, Paulo Coelho, ou melhor, a versão em Português Europeu diz: “o que não é absolutamente verdade” (P: 163) e a versão inglesa apresenta “which wasn’t true at all” (M: 169), que em termos de exatidão me parece mais correta que em Português. Aliás há um caso que gostaria de destacar e em que Margaret é mais explicativa que a versão em Português: “St. Sarah” (M: 169), quando em Português não se refere o título da Santidade.

Para finalizar os elementos em Inglês que me parecem ainda melhores que no original, cito: “Esta mulher parece uma bruxa – disse o diretor” (P: 175) e Margaret disse ““She is a bit of a witch, that woman,” said the director” (M: 180)

7. AFORISMOS

No primeiro testemunho de Deidre O'Neill, de 37 anos e médica, mais conhecida por Edda, diz-se sabiamente: "todos procuram um mestre perfeito" (P: 20) e um pouco mais adiante: "O nosso tempo nesta terra é sagrado, e devemos celebrar cada momento" (P: 20).

No primeiro testemunho de Edda, Margaret Jull Costa escolheu para retroversão de "Mestre perfeito", "perfect teacher" (M: 12) em vez de "Master". As implicações desta opção tradutiva são de não somenos importância, pois nota-se aqui uma escolha deliberadamente feminista. De facto, "Master" excluiria mulheres professoras, já que não fazia grande sentido retroverter para "Mistress". Em sentido arcaico, poder-se-ia assim escolher, mas no Inglês atual, teria conotação de "amante", no contexto, indesejável.

Quando o Padre Giancarlo Fontana de 72 anos dá o seu testemunho, refere uma espécie de revelação quando ouve Athena a tocar diante da imagem da Imaculada Conceição (P: 41) e no segundo testemunho do Padre levanta-se a questão da proibição da Igreja Católica de conceder a Comunhão aos divorciados. Paulo Coelho coloca Jesus a falar com Athena (claramente um nome do paganismo clássico!) dizendo: " – Repara, minha filha, eu também estou do lado de fora. Há muito tempo que eles não me deixam entrar ali". (P: 58).

A certa altura, Paulo Coelho afirma: "Precisamos de ter consciência de cada minuto, de saber aproveitá-lo naquilo que estamos a fazer ou apenas na contemplação da vida" (P: 76) e quando o beduíno Nabil Alaihi, cuja idade é desconhecida e que inicia Athena na arte da caligrafia leva o leitor à seguinte reflexão que é notável: "O que é um mestre? Pois eu respondo-lhe: não é aquele que ensina algo, mas aquele que inspira o aluno a dar o melhor de si para descobrir o que ele já sabe" (P: 87). Mais adiante, afirma-se: "Compreendeu o que os grandes pintores compreendem: para esquecer as regras, é preciso conhecê-las e respeitá-las" (P: 91).

No mesmo capítulo do beduíno, Margaret Jull Costa traduziu: "Elegance isn't a superficial thing, it's the way mankind has found to honour life and work" (M: 87), frase que parece conter uma grande força dramática.

No terceiro testemunho de Heron Ryan, há a referência em como Athena dançou em público e termina com a frase cigana: "Quando eu morrer, enterrem-me de pé, porque vivi de joelhos toda a minha vida" (P: 118). Já quanto a "A fé não é um desejo. A fé é uma Vontade. Os desejos são sempre coisas para serem preenchidas, a Vontade é uma força. A Vontade muda o espaço à nossa volta..." (P: 142) é claro que é muito discutível.

O capítulo de Deidre O'Neill, conhecida como Edda parece constituir um dos capítulos-chave de toda a obra. Nele frases como "Tudo é adoração" (P: 159), "Se não encontrar nada em que focar o seu interesse, concentre-se na respiração" (P: 160) e "todos nós sabemos tudo" (P: 162) estão presentes.

Poderíamos encontrar num livro de pensamentos as seguintes expressões: "Você é aquilo que acredita ser" (P: 161), "Aprender significa acumular conhecimento? Ou transformar a nossa vida?" (P: 164), "Para quem bebe uma vez desta água, é impossível voltar a matar a sua sede noutras fontes" (P: 197), "conhecemo-nos quando nos vemos no olhar dos outros" (P: 208) ou "O futuro, porém, é caprichoso, porque se guia pelas decisões tomadas agora, no presente" (P: 213) ou ainda "A verdadeira Tradição é isso: o mestre nunca diz ao discípulo o que deve fazer" e "A diferença entre o mestre e o discípulo é só uma: o primeiro tem relativamente menos medo do que o segundo". (P: 227), para não tornar a listagem muito exaustiva.

Heron afirma: "É esse o testamento de Athena, ou Sherine, ou Hagia Sofia: o amor é sem definições. Ame e não faça muitas perguntas. Ame apenas" (P: 277) – parece ser a mensagem principal da obra.

8. ALGUNS COMENTÁRIOS ANALÍTICOS E REFLEXÕES PESSOAIS FINAIS

Parece-me que Paulo Coelho, além da mensagem do Amor, também quis trazer reflexões sobre a Literatura: “espaços em branco que os escritores deixaram ali de propósito, para provocar a imaginação do leitor” (P: 164). Ao leitor parece haver um diálogo exclusivo entre Heron e Andrea, os mais próximos da morte de Athena. Na página 177 da versão em Português que analisei, há uma revelação na narrativa – afinal Heron e Andrea vivem juntos, o que torna Athena uma direta concorrente de Andrea pelo amor de Heron.

Em relação à narrativa, Antoine Locadour, que é historiador, e como sempre acontece com um investigador, sublinha um ponto-de-vista bastante objetivo que tenta esclarecer o interesse de Heron pelo tema do umbigo. Antoine Locadour cita um psicólogo Indiano que, por sua vez, cita Carl Gustav Jung, o psicanalista suíço. A questão da citação de uma citação confere a este capítulo um caráter quase académico – um pouco do que se faz num qualquer congresso, fazendo citações e discutindo outros autores. Isso leva-me a pensar que Paulo Coelho tem alguma simpatia pelo mundo académico apesar de colocar na boca da protagonista, Athena, uma forte crítica à chamada “cultura livresca”, tal como Camões dizia, Paulo Coelho parece preferir “um saber de experiência feito”. O pormenor da citação de uma citação cria também a ilusão no leitor de haver uma “story within the story”, técnica muito utilizada para confundir e brincar com o leitor, que sendo uma tradição que vem já desde os Românticos Centro-Europeus, talvez tenha adquirido uma expressão máxima no movimento Pós-Modernista.

Quando Athena visita furiosa Edda na Escócia, dirige-se a ela muito zangada após ter ingerido vinho. Seria interessante ver neste caso uma possibilidade de três versões: “a whiff of wine” (M: 191) é “um perfume a vinho” na versão de Português Europeu (P: 187); interrogo-me se o original não seria “um bafo a vinho” ou pelo menos “um hálito a cheirar a vinho” na versão de português do Brasil.

Quando Athena reúne pela primeira vez a companhia de teatro em sua casa e os tenta iniciar num ritual de dança sem ritmo com as percussões das estepes da Sibéria, pedindo-lhes que dançassem fora do ritmo, o ator que interpretava um rei bêbedo diz, a justificar porque é que foi o único a dançar segundo as indicações de Athena: “ – É simples: nunca aprendi a dançar” (P: 200); já na retroversão, figura como: «“Oh, I’ve never had any sense of rhythm anyway”». Suspeito que a voz original de Paulo Coelho no Português do Brasil poderia figurar como: “ – Eu nunca levei jeito p’ra dançar direito”.

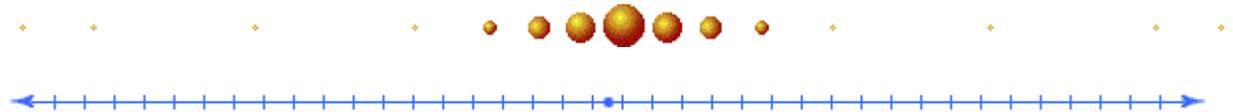
Quanto à protagonista do romance “A Bruxa de Portobello”, sugere-se-me a seguinte reflexão: quando Athena afirma perentoriamente que “porque sou uma e todas [as pessoas do mundo] a centelha que surge quando entro em transe dá-me instruções precisas” (P: 215). Parece-me que Athena é indubitavelmente uma megalómana, mas a voz narrativa nunca deixa adivinhar se há uma crítica negativa à “vidente” ou se é apenas uma mulher caracterizada pelo desenrolar dos acontecimentos que a torna uma líder comunitária.

O capítulo em que Edda descreve o período de formação com o seu guia protetor e mestre ferreiro cigano desvenda as origens da formação de Edda em relação a uma, chamar-lhe-ia, “filosofia da organização do Cosmos”, segundo a noção de que é a figura da Mãe que inspira tudo. Mas este capítulo traz um contributo superior para a economia da obra, pois tem como função ser uma pausa na ação, uma reflexão paralela em que se conta como foi a origem daquilo que é apelidado “A Tradição”; no caso de Edda esses ensinamentos formaram-na como médica preocupada com as ervas medicinais e tratamentos e terapias curativas dos Antigos, cuja sabedoria é transmitida de geração em geração.

Fiquei algo surpreendida quando constatei que a data do jornal londrino da versão portuguesa de “A Bruxa de Portobello” é de 24 de agosto de 1994 e na versão inglesa é de 24 de agosto de 1991. Não vejo grandes inconsistências históricas no que toca à génese nem do original nem propriamente da retroversão. Se tomarmos a data histórica do desastre nuclear de Chernobyl, notaremos que há incoerência entre este acontecimento e a cronologia das personagens das duas versões. A referência à idade de Viorel, filho de Athena é que o rapazinho tem 8 anos, mas esse dado não choca com o desenrolar da história nem com o decurso da História; é de notar que na versão de Margaret Jull Costa, Viorel tem 5 e não 8 anos (M: 246). Tenho algumas hipóteses quanto à origem desta discrepância de datas: não me parecendo nem de longe que tenha havido um mero lapso, julgo que

terá sido devido às exigências editoriais. Embora os esforços que envidei para uma possível confirmação tenham sido em vão, julgo que será porque a versão em inglês tenha eventualmente saído antes da versão em Portugal. É certo que as edições às quais tive acesso são ambas do ano de 2006 (março, a edição inglesa com permissão de Barcelona, tal como na edição checa supracitada e a versão em Português utilizada é uma primeira edição), mas esse dado não me confirma, portanto, a hipótese que aqui avento.

A versão de Paulo Coelho em Português aqui analisada, afinal, não é o original escrito pelo autor, mas sim uma versão em Português Europeu; este artigo é um estudo comparativo entre o texto Português e o texto Inglês que poderá, portanto, ser visto como algo falseado, pois estou a comparar duas "traduções" de um texto em Português do Brasil – ou uma "adaptação" ou uma "versão" em Português Europeu, se preferirem. No entanto, a legitimidade de um estudo tradutivo comparativo no contexto da Lusofonia existe e eu diria que é até necessário. Os *corpora* aqui utilizados foram escolhidos em função da atualidade das edições e da indiscutível projeção mundial que este autor Lusófono de origem Brasileira tem.



52) ANTÓNIO V. BENTO E M^a DA CONCEIÇÃO FIGUEIRA DE SOUSA

António V. Bento é doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Massachusetts – Lowell, Estados Unidos. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas da administração e gestão escolar, liderança organizacional, cultura escolar e temáticas relacionadas com a Lusofonia. É professor auxiliar no Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira e diretor do Mestrado em Educação, área de Administração Educacional

Maria da **Conceição Figueira de Sousa** é assistente do Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira. Os seus interesses de investigação direcionam-se para as áreas de Educação de Infância, Línguas e Culturas Inglesa e Alemã e Formação de Professores.

CONTINUIDADE E PERENIDADE DO “FALAR” MADEIRENSE, ANTÓNIO V. BENTO E CONCEIÇÃO FIGUEIRA, DEPT^o CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DA MADEIRA. BENTO@UMA.PT MCSOUSA@UMA.PT

Quando alguém se refere à linguagem da Ilha da Madeira, logo nos vem à mente a pronúncia dos seus habitantes. Nesta, ainda existe um vocabulário próprio e rico. O nosso povo, especialmente o que vive em espaços rurais, ainda usa uma linguagem com formas arcaicas, ou entre o arcaico e o moderno.

Os dialetos das Ilhas Atlânticas falados nos arquipélagos dos Açores e da Madeira representam a história do povoamento dessas Ilhas e um prolongamento dos dialetos portugueses continentais. O dialeto difere de região para região, a linguagem varia conforme as tradições históricas e os falares regionais com que nos deparamos em diversas situações e nos são transmitidos/adquiridos ao longo da vida.

Com este trabalho pretendemos o seguinte:

- 1) Rever alguns aspetos da linguagem popular madeirense, apresentando um conjunto de palavras/expressões que traduzem fielmente os sentimentos e volições do povo madeirense;
- 2) Analisar junto de um público específico o conhecimento de certos vocábulos e expressões e os modos como são transmitidos através das gerações.

0. A ILHA DA MADEIRA

O Arquipélago da Madeira situa-se no Oceano Atlântico entre os 30 e os 33 graus de latitude norte, a 978 quilómetros a sudoeste de Lisboa e a cerca de 700 quilómetros da costa africana, quase á mesma latitude de Casablanca. A Ilha da Madeira faz parte do Arquipélago da Madeira (origem vulcânica) que é composto pelas seguintes ilhas: Madeira (740,7 quilómetros quadrados); Porto Santo (42,5 quilómetros quadrados); Desertas (14,2 quilómetros quadrados); e Selvagens (3,6 quilómetros quadrados). A Ilha da Madeira foi redescoberta em 1419 pelos descobridores portugueses Tristão Vaz Teixeira e João Gonçalves Zarco. Segundo o censo de 2001, o arquipélago da Madeira tinha uma população total de 245 011 habitantes. Apesar de possuir uma densidade populacional de cerca de 300 habitantes por km², 75% da população da Ilha da Madeira habita em apenas 35% do território, sobretudo na costa sul, onde se encontra a cidade do Funchal (capital) que concentra 45% da população (130.000 habitantes), com uma densidade populacional de 1.500 habitantes por km². Administrativamente, o arquipélago da Madeira está dividido em 11 concelhos: Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente.

1. INTRODUÇÃO

Todas as línguas estão sujeitas a variações internas que se manifestam sincronicamente na variação geográfica e na variação social as quais têm sido alvo de estudo privilegiado da dialetologia e geografia linguística por um lado, e da sociolinguística por outro. O conhecimento consciente de uma língua implica o reconhecimento dessa dinâmica evolutiva e diversificante que torna qualquer língua resistente á normalização.

Na verdade, as variedades nacionais de uma língua não apresentam uma uniformidade interna, mas são constituídas por variantes geográficas que denominamos de dialetos.

Os dialetos do português europeu não são muito distintos entre si, talvez por razões de carácter histórico entre as quais ressalta o facto de Portugal ser o país europeu com as fronteiras mais antigas. De facto, essa aparente uniformidade fez com que, durante muito tempo se considerasse o mirandês como um dialeto do português, dada a estranheza que as pessoas sentiam nessa forma de falar. Afinal, essa estranheza era devida ao facto de o mirandês ser um dialeto de uma língua diferente, o asturiano ou asturo-leonês, que tem características distintas do português. A confusão desapareceu a partir de 1997, ano em que o mirandês foi considerado oficialmente uma língua minoritária com estatuto reconhecido no território linguístico português.

Assim, Portugal deixou de ser um país monolíngue e os mirandeses passaram a ser indivíduos bilingues. Por outro lado, o dialeto não é hoje considerado uma forma “diferente” e até desprestigiante de falar uma língua, mas é qualquer forma de falar uma língua conforme a região a que se pertence.

No território português, e de acordo com Cintra (1971) podem considerar-se os dialetos agrupados da seguinte forma:

Dialetos setentrionais

Dialetos centro meridionais

Dialetos dos Açores e da Madeira.

Os dialetos das ilhas Atlânticas remontam à história do povoamento dessas ilhas e representam um prolongamento dos dialetos portugueses continentais (sobretudo dos dialetos dos grupos centro meridional). Constituem casos excepcionais a ilha de São Miguel e a ilha da Madeira: independentemente uma da outra, ambas se afastam do que se pode chamar a norma centro meridional por lhe acrescentar um certo número de traços muito peculiares. Esta linguagem é geralmente formada por corrupção, deformação dessas mesmas frases ou palavras.

Para Celso Luft (1971) um dialeto é “uma língua regional ou uma variedade regional de uma língua” (p. 61). Por outro lado, Mattoso Câmara (1978) afirma que os dialetos “*são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais*” (p. 95).

Portanto, podemos entender como dialeto uma modalidade de uma língua caracterizada por determinadas peculiaridades fonéticas, gramaticais ou regionais diferindo de região para região. A língua varia conforme as tradições históricas, os falares regionais, pois são muitas as variações que ela pode assumir, diante de um vasto mundo de informações que nos são transmitidas e adquiridas durante toda a nossa vida.

Na área vasta e descontínua em que é falado, o português apresenta-se, como qualquer língua viva, internamente diferenciado em variedades que divergem de maneira mais ou menos acentuada quanto à pronúncia, à gramática e ao vocabulário. Tal diferenciação não compromete a unidade do idioma: apesar da acidentada história da sua expansão na Europa e, principalmente, fora dela, a língua portuguesa conseguiu manter até hoje apreciável coesão entre as suas variedades.

2. METODOLOGIA

Após a leitura do livro de Abel Marques Caldeira “*Falares da Ilha: dicionário da linguagem popular Madeirense*” (2ª edição) (1993), seleccionamos 50 expressões que nos pareceram mais característica da Ilha da Madeira. Seguidamente, pedimos a dois professores universitários Madeirenses que analisassem as 50 expressões e assinalassem as que lhe parecessem mais típicas. Ficamos com um conjunto final de 27 expressões as quais foram integradas num questionário.

O questionário integrava as 27 expressões selecionadas, perguntas sobre dados demográficos dos inquiridos, perguntas sobre a origem da aprendizagem das expressões e a frequência de arraiais e festas populares. Foram inquiridos 45 sujeitos, 3 do sexo masculino (6,7%) e 42 do sexo feminino (93,3%). A amostra era constituída por quatro grupos etários: o primeiro com 20 ou menos anos (26,7%), o segundo com idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos (22,2%), o terceiro com idades entre os 31 e os 40 anos (20%) e o quarto com mais de 41 anos (31,1%). A média geral de idades dos inquiridos era de 30 anos, variando as idades entre os 18 e os 53 anos. As habilitações literárias dos inquiridos eram as seguintes: 29 sujeitos (64,4%) tinham o 12º ano e 16 sujeitos (35,6%) tinham o bacharelato. Os inquiridos eram naturais de 22 freguesias, sendo as freguesias mais assinaladas as seguintes: São Pedro (22,2%); Santa Luzia (11,1%); Monte (11,1%); Machico (6,7%); Imaculado Coração de Maria, Gaula e São Martinho (4,4%, cada).

Havia sujeitos naturais de todos os concelhos da Ilha da Madeira (Santa Cruz, Machico, Santana, Câmara de Lobos, S. Vicente, Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Porto Moniz e Funchal), sendo o mais representado o concelho do Funchal (57,8%). A totalidade dos sujeitos reside em 24 freguesias, sendo as mais representadas as seguintes: Santo António (11,1%); São Martinho e Caniço (8,9%, cada); Funchal e Machico (6,7%, cada).

Quanto à residência, por concelho, a maioria dos inquiridos (53,3%) reside no Funchal, seguindo-se Santa Cruz (17,8%) e Câmara de Lobos e Machico (6,7%, cada)

Quanto às expressões selecionadas, foram as seguintes:

1. <i>À sê' beizola</i> - o mesmo que <i>à sê' diabo, sê' reles</i> . Maneira brusca de admoestar a pessoa quando pratica algum erro
2. <i>Á senhor, vá rezar</i> – Resposta dada a pessoas que fazem perguntas indiscretas. Exº <i>Cuma</i> vais tão bonita hoje. <i>À senhor, vá rezar</i>
3. <i>A chaminé do Hintes 'tá fazendo uma fumegada</i> . Diz-se quando a Fábrica do Torreão está em laboração
4. <i>A festa vai ser molhada</i> – Diz-se quando há prenúncios ou sinais de chuva nas vésperas do Natal.
5. <i>A gaja é um cabrão</i> – Referindo-se à mulher de má reputação
6. <i>A Gata desemborralhou</i> – A gata deu à luz. Exº <i>Tia</i> , a gata desemborralhou, teve seis gatinhos todos pretinhos
7. <i>Aborrecer os coelhos</i> – Diz-se quando alguém nos importuna com exigências
8. <i>Acho muita manteiga na ponta do espeto</i> – O mesmo que <i>Acho muita manteiga junta</i> . Assunto duvidoso. Exº: <i>Ele vai-te dar casa e comer? Acho muita manteiga na ponta do espeto</i> .
9. <i>Adeus, soidades tuas são alívio meu</i> . Rima usada na ocasião da despedida entre pessoas que convivem na maior intimidade.
10. <i>Afinar o reijão</i> – Discutir com veemência.
11. <i>Agarra-te às orelhas</i> – Diz-se quando alguém tropeça, escorrega e cai.
12. <i>Amarrem ei filhas q'os cabritos andam à solta...</i> Aforismo que se ouve algumas vezes quando se nota que no casal há filhas levianas, que gostam de conviver com pessoas masculinas.
13. <i>Andar às trincas</i> – Andar de mau humor com qualquer pessoa.
14. <i>Andar a besôirar</i> – Andar a importunar constantemente as pessoas; pedinchar instantemente.
15. <i>Andar assado</i> – Sentir inflamação com ardume entre pernas em volta dos testículos.
16. <i>As camacheiras 'tão abanando ai saias</i> – Diz-se quando o vento é bastante agreste: vento da direção nordeste.
17. <i>Bilhardeiro de estalo</i> – Pessoa que conta o que sabe a toda a gente. Diz-se também com referência à mulher. Estalo substitui o adjetivo grande. Exº: <i>Tua irmã é uma bilhardeira de estalo</i> .
18. <i>Buziu? Uviu?</i> – Confidência. Segredo. Exº: <i>'Lá 'tás tu a despeito do que se falou. Búzio! Uviu?</i>
19. <i>Da companhia do passa sempre</i> – Diz-se quando passa algum navio ao largo que não entra no porto.
20. <i>Dar um coice na morte</i> – Livrar-se da morte. Escapar da morte, melhorando duma doença gravíssima. Exº: <i>Parabéns ti Antôino. Foi uma sorte tê' melhorado. Amecê soube dar um coice na morte</i> .
21. <i>Dia de capacete</i> – Dia sombrio, abatimado. Muito nublado.
22. <i>Do leste à chuva é um salto de pulga</i> – Aforismo que quer dizer que atrás do leste vem as chuvas. O mesmo que: <i>O leste nunca morreu à sede</i> .

23. <i>Esta vida não chega a netos nem a filhos com barba</i> – Expressão que se ouve quando a pessoa se sente aborrecida ou contrariada em assuntos da vida.
24. <i>És Cuma vilão, nan vês nada sem tocar c’á mão</i> – diz-se quando a pessoa toca numa coisa que não se quer que se mexa.
25. <i>Fazer crucefixo</i> – Fazer um sacrifício.
26. <i>Andar ái cristas</i> – Andar às turras; brigar.
27. <i>Gaivotas na serra é sinal de mau tempo</i> – Presságio aproveitado pelo povo, quando vê as gaivotas voarem a caminho da Serra.

3. RESULTADOS

A amostra deste estudo era constituída por 45 sujeitos Madeirenses. Apresentam-se os resultados das expressões mais conhecidos e das expressões conhecidas pelo menor de número de sujeitos. Seguidamente, estabelece-se a relação entre as habilitações literárias e o conhecimento das expressões e a relação do conhecimento das expressões com o concelho de naturalidade dos sujeitos. Estabelece-se, ainda, a relação entre as habilitações literárias e a origem do conhecimento das expressões.

As expressões mais conhecidas pela maior parte dos inquiridos foram as expressões nº 2 (97,8%), expressão nº 27 (88,9%), expressão nº 24 (86,7%), expressão nº 4 (80%), expressão nº 5 (80%) e expressão nº 12 (71%). As expressões menos conhecidas pelo menor número de inquiridos foram as expressões nº 9 (28,9%), nº 17 (28,9%), nº 25 (26,7%), nº 19 (17,8%) e nº 7 (13,3%). Quanto à distribuição da amostra segundo as habilitações literárias e o conhecimento das expressões mais referidas verificou-se que são os detentores de bacharelato que mais conhecem as expressões sublinhando-se as expressões nº 2, nº 4, nº 24 e nº 27 que são conhecidas pela totalidade dos detentores de bacharelato.

Quanto à distribuição da amostra segundo o concelho de residência e o conhecimento das expressões mais conhecidas, verifica-se que é nos concelhos rurais que mais residem os inquiridos que afirmam mais conhecer as expressões, nomeadamente as expressões nº 4 (90,5%), nº 5 (81%), nº 12 (71,4%) e nº 27 (95,2%).

Quanto á distribuição da amostra segundo a frequência em arraiais/festas populares: 96,6% dos inquiridos conhece a expressão nº 2 e frequenta arraiais/festas populares, 89,7% que dizem conhecer a expressão nº 24 também frequentam arraiais/festas populares e 86,2% conhecem a expressão nº 27 e frequentam arraiais/festas populares.

Do total da amostra, 64,4% dos sujeitos indicou frequentar arraiais e festas populares. Quando se perguntou aos inquiridos se creem que a Madeira tem dialeto próprio, 91,1% afirmou positivamente.

Quanto á origem de aprendizagem das expressões, 84,4% afirmam aprender com os avós e pais, 40% com outros familiares, 37,8% com colegas e 35,6% com livros e televisão.

4. CONCLUSÕES

Este estudo sobre a continuidade e perenidade do “falar” Madeirense tinha como objetivo essencial analisar o conhecimento de um conjunto de 27 expressões características do dialeto Madeirense numa amostra específica e averiguar o modo ou origem da aprendizagem das referidas expressões.

Após a análise dos resultados chegámos às seguintes conclusões:

- São os inquiridos da amostra, detentores de Bacharelato que mais conhecem as expressões típicas madeirenses.
- São os grupos de idade mais avançada (31-40 e mais de 41 anos) que mais conhecem as expressões apresentadas.
- São os inquiridos da amostra residentes nos concelhos fora do Funchal (concelhos rurais) que afirma mais conhecer as referidas expressões.
- Foi através dos familiares (pais e avós) que a maioria dos inquiridos (84,4%) aprendeu as expressões.
- Os familiares e a participação em arraiais/festas populares contribuem muito para a transmissão e a aprendizagem do dialeto madeirense.

f) A grande maioria dos inquiridos concorda que a Madeira tem um dialeto próprio.

5. BIBLIOGRAFIA

- Boléo, M. P. & Silva, M. H. (1962). "Mapa dos dialetos e falares de Portugal Continental". *Boletim de Filologia*, XX. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- Câmara, M. J. (1978). *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- Caldeira, A. M. (1993). Falares da Ilha: Dicionário da linguagem popular Madeirense. Funchal: Editora E.E. F.
- Cintra, L. F. (1971). "Nova proposta de classificação dos dialetos Galego-Portugueses". *Boletim de Filologia*, 22 (pp. 81-116). Lisboa: Centro de Estudos Filológicos
- Luft, C. P. (1971) *Gramática resumida* (2ª ed.). Porto Alegre: Globo.
- Segura, L. & Saramago, J. (1999). "Açores e Madeira: autonomia e coesão dialetais". In Isabel Hub Faria (Org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. pp. 707-738.

53) CHRYS CHRYSTELLO

Chrys Chrystello não só acredita em multiculturalismo, como é um exemplo vivo do mesmo pela sua multiétnica ascendência familiar. Durante muitos anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias governamentais (federais e estaduais) que definiram a política oficial multicultural daquele país. Esteve em Timor (1973-1975) onde foi Editor-Chefe do jornal local "A Voz de Timor" antes da invasão indonésia. Publicou "**Crónicas do Quotidiano Inútil** (vol. 1, poesia 1972)" e um Ensaio Político sobre Timor (76) antes de desempenhar funções executivas como Economista na CEM -Companhia de Eletricidade de Macau. Depois, radicar-se-ia em Sydney (e mais tarde em Melbourne) como cidadão australiano. Desde 1967 dedicou-se sempre ao jornalismo político em rádio, televisão e imprensa escrita. Como Correspondente Estrangeiro trabalhou para as agências de notícias portuguesas ANOP/NP/LUSA, para a TVB de Hong Kong e RTP, para rádio RDP, Rádio Comercial, ERM/TDM-RTP (Macau), para o Jornal de Notícias, Primeiro de Janeiro, Sábado, Europeu e Público (sendo um dos honrosos fundadores do jornal), sendo publicado no AJA's Journalist, da Associação Australiana de Jornalistas, e Maritime Union, além de ter feito pesquisas e escrito documentários para TV australiana (relativamente a Timor Leste). De 1976 a 1996 escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga. Na Austrália trabalhou como Jornalista³⁸⁶ e Tradutor e Intérprete³⁸⁷. Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor, e a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (herdado quatro séculos antes) e divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses em 1522. Membro Fundador do AUSIT³⁸⁸ e Examinador da NAATI³⁸⁹ desde 1984, Chrys lecionou na Universidade UTS e Deakin, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes. Com quase três décadas de experiência em Tradução e Interpretação, já publicou inúmeros trabalhos científicos e apresentou temas de linguística em conferências na Austrália, Hong Kong, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, etc. Em 1999, publicou a sua tese de Mestrado "**East Timor: the secret file 1973-1975/Timor Leste: o dossier secreto 1973-1975**", a que se seguiu em e-book a monografia **Crónicas Austrais 1976-1996**. Responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália durante mais de vinte anos, foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS³⁹⁰, sendo atualmente Mentor dos finalistas de Literatura da ACL³⁹¹ da University of Brighton no Reino Unido, e Revisor³⁹² da Universidade de Helsínquia. Organiza desde 2001/02 os 6 Colóquios Anuais da Lusofonia (agora com o Prémio Literário da Lusofonia da CMB instituído em 2007) e desde 2005/06 organiza os 3 Encontros Açorianos da Lusofonia. Em 2005 publicou o **Cancioneiro Transmontano 2005**, e

386 Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e para o Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários

387 Ministério da Imigração e para o Ministério Estadual de Saúde de Nova Gales do Sul.

388 Australian Institute for Translators and Interpreters

389 National Authority for the Accreditation of Translators and Interpreters

390 Universidade de Tecnologia de Sydney

391 Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute

392 Translation Studies Department

publicou (e-book) outro volume para a história de Timor “**Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter**” (mais de 2600 páginas, CD edição de autor). Atualmente labuta no volume “**Crónicas Açores 2005-2008**”. Em 2007, traduziu obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente de Daniel de Sá “**Santa Maria Ilha-Mãe**”, “**O Pastor das Casas Mortas**” e em 2008 de Manuel Serpa “**Da Pedra se fez vinho**” (Vinhas do Pico) e de Victor Rui Soares “**Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel)**”.

DO GENOCÍDIO LINGUÍSTICO À LITERATURA AÇORIANA (E A DANIEL DE SÁ), CHRYS CHRYSTELLO (COLÓQUIOS DA LUSOFONIA)

O número de línguas está a diminuir drasticamente. Trata-se de genocídio linguístico: as línguas são sistematicamente abatidas. Os países ocidentais têm silenciado centenas de línguas. Algumas podem ter já desaparecido sem que ninguém se tenha apercebido da sua extinção. Metade delas desaparecerá até ao fim do século. A tradição oral preserva formas verbais e não-verbais. A História australiana não nos diz qual o papel desempenhado pelos intérpretes e nativos, vital para o desenvolvimento da colónia. Embora tenham características únicas, os dialetos dos arquipélagos atlânticos dos Açores e Madeira podem, agrupar-se nos dialetos meridionais. “O debate académico em torno da expressão «literatura açoriana», é antigo, nada causava tantos embaraços como falar em literatura açoriana. Hoje, é questão arrumada. A Universidade de Brown tem uma cadeira de Literatura Açoriana.

Recentemente tive a honra e o privilégio de ter de aprender as idiossincrasias micalenses e do triângulo quando traduzi obras de Daniel de Sá, Manuel Serpa e Vítor Rui Soares. Trata-se de desvendar as ilhas como mito paradisíaco recuando na sua essência até à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se abrem ao peso do presente e não podem ser apenas perpetuadas nas suas memórias. No plano da linguagem, o Autor dá-se ao luxo de exportar, por efeitos de mimética, para a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados por entre o pastoreio, numa verdadeira apologia da solidão física e mental. Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe darmos o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia das prosas. O resultado é rico, denso e tenso, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que nos prende da primeira à última página e me levou a interrogar como é fiquei órfão intelectual ao traduzir o livro. ... Sinto uma síndrome de Estocolmo, fiquei cativo e apaixonei-me pelos captivos...e agora? As línguas têm de ser mantidas, tratadas e estimadas. Elas não dividem países, a intolerância sim. A sobrevivência dos idiomas neste século depende de todos nós³⁹³, pelo que devemos aproveitar as novas tecnologias para *também descobrir esta nossa rica cultura açoriana.*”

1. GENOCÍDIO LINGUÍSTICO

A **Linguística** é o estudo científico da linguagem verbal humana. Um linguista é o que se dedica a esse estudo. A pesquisa linguística é feita por muitos especialistas que não concordam harmoniosamente sobre o seu conteúdo. Russ Rymer³⁹⁴ disse, ironicamente: “*A Linguística é a parte do conhecimento mais fortemente debatida no mundo académico. Ela está encharcada com o sangue de poetas, teólogos, filósofos, filólogos, psicólogos, biólogos e neurologistas além de também ter um pouco de sangue proveniente de gramáticos*”.

Como linguista quero falar-vos hoje do número de línguas atualmente faladas em todo o mundo que está a diminuir drasticamente, não por acidente ou por morte natural. Trata-se de genocídio linguístico facto que sucede quando as línguas são sistematicamente abatidas tal como acontece no caso do genocídio físico.

393 <http://www.why.org/91FM/radiotimes.html> The work of David Harrison and Gregory Anderson is the subject of a new film, which was screened at Sundance, “The Linguist.” The film tells the story of their travels and research around the globe to document endangered languages. Both are affiliated with the “Living Tongues Institute for Endangered Languages.”

394 http://pt.wikipedia.org/wiki/Russ_Rymer

Nos meios académicos encontram-se facilmente aqueles que simultaneamente promovem e destroem a diversidade linguística. Há mesmo quem ainda hoje negue a existência de línguas tais como a gestual – que tradicionalmente foi sempre menosprezada – enquanto outros Darwinistas linguísticos proclamam alto e bom som que as línguas mundiais mais faladas, como o inglês são suficientemente poderosas e mais bem preparadas para a comunicação internacional global.

Quando falamos de direitos linguísticos podemos falar de Direitos Humanos Linguísticos nos quais se incorporam os direitos humanos básicos e aquilo que Skutnabb-Kangas denomina *“os direitos necessários, apoiando a identidade com a língua-mãe e, a nível coletivo, permitindo a existência de grupos e a reprodução da sua língua e cultura. Quando é negada a identidade associada ao uso duma língua própria e os indivíduos e grupos são “psicologicamente” transferidos para outro grupo existem graves danos psicológicos.”*³⁹⁵

Os países ocidentais têm contribuído para silenciar centenas de línguas. A última edição do “Ethnologue Languages Of The World 2005”³⁹⁶, afirma existirem 6 912 línguas em todo o mundo. Dessas, 5% (cinco por cento = 347) têm pelo menos um milhão de falantes e representam 94% da população mundial. Todas as outras (95% do total) são faladas por uns meros 6% da população mundial. Há dez anos havia 420 línguas **quase extintas**, e esse número subiu agora para 516:

África (46)
 Américas (170)
 Ásia (78)
 Europa (12)
 Pacífico (210)
 Total: 516

Algumas destas, podem até ter já desaparecido sem que ninguém se tenha apercebido da sua extinção. Duas centenas e meia delas eram apenas faladas por dez ou menos pessoas, na altura em que estes dados foram coligidos. Por exemplo, a língua **“evak”** nativa do noroeste do Alasca tinha apenas uma falante cuja morte foi recentemente noticiada. Antes de morrer, colaborou com a Universidade do Alasca para a elaboração de um dicionário e, assim, ao contrário de muitas outras línguas que apenas existem na cabeça dos anciãos esta pode não ter morrido com a sua última falante.

A maioria das línguas em risco de extinção não consta de dicionários ou de gramáticas. Em África existem quase 2400 línguas (35% do total), na Ásia 2000, Australásia (Oceânia 1200), Américas (1000) e Europa (200). Apenas 15 países têm só uma língua (Bielorrússia, Bermudas, Bósnia-Herzegovina, Cuba, Coreia do Norte, Maldivas, Turquemenistão e Vaticano)³⁹⁷.

395 ‘...necessary rights, supporting identity with the mother tongue and, on a collective level, allowing groups to exist and reproduce their language and culture. Serious psychological damage is done when the identity associated with use of one’s own language is denied, and individuals and groups are ‘psychologically’ transferred to another group.”

396 Gordon, Raymond G., Jr. (ed.), 2005. Ethnologue: Languages of the World, Fifteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International.: <http://www.ethnologue.com/>. http://www.ethnologue.com/nearly_extinct.asp

397

Indonésia	694 línguas (9,5% do total),
PNG (Papua Nova-Guiné)	673
Nigéria	455
Índia	337
Camarões	247
Austrália	226
Rep. Dem. Do Congo	206
México	188
China	186
EUA	165
Brasil	150
Vanuatu	104
Rússia	90
Angola	37
Moçambique	35

Os autores Nettle e Romaine³⁹⁸ afirmam que “Quase cem das línguas nativas originalmente faladas na Califórnia estão extintas e pelo menos, **“metade das línguas faladas em todo o mundo podem desaparecer neste século.”** Para tornar mais explícito o elo entre a sobrevivência linguística e os assuntos ambientais, estes autores arguem “A extinção linguística faz parte do colapso quase total dos ecossistemas mundiais.”

As batalhas para preservar os preciosos recursos ambientais – tais como as florestas tropicais – não podem nem devem separadas da luta para manter a diversidade cultural, e as causas da morte das línguas que à semelhança da destruição ecológica assenta na interligação entre a ecologia e a política. A todos os níveis, existe um desconhecimento profundo sobre as línguas – desde o seu número e tamanho, aos seus nomes e locais onde são faladas. Embora a ameaça à diversidade linguística seja maior que a ameaça à biodiversidade³⁹⁹, existem causas indiretas entre o solo, clima, ecossistemas, etc., e línguas. Metade das línguas mundiais desaparecerá até ao fim deste século, e entre 80 a 90 por cento⁴⁰⁰ desaparecerá nos próximos duzentos anos. Em números concretos, em cada quinzena, morre uma língua.

Os antropólogos lamentam o massacre das línguas: para eles, cada língua é como uma catedral imponente, um objeto de beleza e o produto de um enorme esforço criativo, cheio de ricas tapeçarias do conhecimento.

Não permitiríamos que a Capela Sistina ou que a Mona Lisa desaparecessem sem guardar todos os traços e registo dessas obras-primas, e o mesmo se deve aplicar às línguas. Na Austrália os colonizadores europeus trouxeram, com eles, virulentas pragas e quase exterminaram na totalidade os povos aborígenes das suas próprias terras. No século XX tentaram “civilizar” os aborígenes dando-lhes valores e padrões ocidentais, escolas e vestuário, misturados com Cristianismo e Inglês. Isto foi ainda mais notório quando raptaram literalmente uma em cada dez crianças aborígenes para as forçarem a assimilar, pela força, os valores da sociedade branca⁴⁰¹.

De igual modo, nos EUA, os governos obliteraram da face da terra tribos de Índios e forçaram as crianças nativas americanas a frequentarem escolas nas quais era proibido o uso de qualquer língua que não a inglesa. Pensava-se na altura que se estava a fazer um favor aos nativos dado que as outras línguas, as deles, eram obviamente línguas inferiores.

A situação reverteu nas últimas décadas em ambos os países. A Lei Nativa de 1990⁴⁰² promove os direitos dos nativos americanos para desenvolverem as suas línguas à custa de alguns subsídios governamentais. Na Austrália, os governos subsidiaram programas de preservação de línguas aborígenes existentes e de promoção daquelas que estavam em vias de extinção.

Itália	30
Turquia	30
França	27
Alemanha	22
Guiné-Bissau	15
Espanha	13
S. Tomé e Príncipe	4
Macau	3
Cabo Verde	2
Timor-Leste (talvez 36)	não consta desta lista

398 Daniell Nettle & Suzanne Romaine, *Vanishing Voices: The Extinction of the World's Languages* Oxford University Press 2000

399 Skutnabb-Kangas, Tove, (2000) *Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback

400 Daniell Nettle and Suzanne Romaine, op cit

401 “Aboriginal Stolen Generation” descrita na peça “Stolen” encomendada pela Companhia de Teatro Ilbijerri Aboriginal and Torres Strait Islander em 1992, e representada no London's Tricycle Theatre, Julho 4-15, 2000. Originalmente descrita numa célebre canção de Archie Roach em 1987 “Took the children away”.

402 The 1990 Native American Language Act in *Newsweek*, The Sounds of Silence, p. 62-63, June 19,2000

Culturalmente, a Austrália foi colonizada com gente vinda de Inglaterra e de mais 26 países.⁴⁰³ Quando os primeiros colonos arribaram em 1788 havia 250 línguas aborígenes incorporando cerca de 600 dialetos aborígenes, dos quais sobrevivem, hoje, cerca de 250. Tinham vocabulários complexos descrevendo os intrincados meandros das suas sociedades. Algumas delas tinham mais de dez mil étimos, com terminologias específicas para as cerimónias de iniciação ou para aqueles com quem o contacto devia ser evitado. Alguns casais falavam mais do que um idioma e as pessoas identificavam-se quer pela geografia como pelas línguas.

A tradição oral preservou formas verbais e não-verbais, incluindo danças, canções e pintura. Cada grupo linguístico era uma nação com fronteiras, cultura e regras grupais. Os casamentos intertribais eram a regra para a preservação socioeconómica da identidade do grupo. A História não nos diz qual o papel desempenhado pelos intérpretes e nativos, que foi vital para o desenvolvimento da colónia. Sabemos, por exemplo que o Governador King⁴⁰⁴ publicou uma espécie de quadrinhos desenhados nos quais explicava as regras legais e penais da colónia, mas sabe-se que a presença branca extinguiu pessoa e dialetos. Uns e outros foram dizimados quer por mera aniquilação física da população, quer por fatores exógenos como a doença, a deslocação forçada, a proibição de utilização dos seus dialetos, a assimilação forçada, etc.

Atualmente cerca de 10% da população aborígene australiana fala um dos remanescentes 250 dialetos tribais. Destes, cerca de 160 já desapareceram ou são falados apenas pelos anciãos. Dos restantes 90 dialetos apenas vinte (20) têm uso corrente diário, por novos e velhos, sendo transmitidos para a próxima geração.⁴⁰⁵ De todos os que sobrevivem, metade deles tem apenas entre 10-100 pessoas capazes de os articularem.⁴⁰⁶ Em 1996, um dos mais brilhantes relatórios governamentais indicava que a nossa diversidade linguística na Austrália era o resultado mais notável da política de emigração seguida a partir da década de 1970. Em 1991, 15% da população australiana falava uma língua que não era inglês. Esse número mais do que duplicou hoje e as línguas comunitárias não param de aumentar enquanto línguas nativas como Karara, Warlpiri, ou Wiradjuri se extinguem.

Mas o campeão da extinção de línguas nativas é o Brasil, segundo o jornal “O Liberal⁴⁰⁷” de Belém. Das 1 100 línguas indígenas, apenas 180 sobrevivem após cinco séculos, sendo mais de 80% faladas por índios. Em cinco séculos de ocupação portuguesa, o Brasil perdeu a maior parte das línguas indígenas. O processo de extinção continua. Pelo menos um terço desses idiomas é considerado 'língua quase extinta', ou seja, fadada ao desaparecimento. São idiomas com menos de 100 falantes e com transmissão considerada de alto risco pois não são usadas para a comunicação de pais com filhos. Na Amazônia, agonizam 45 dessas línguas. A maioria não chega a ter dez falantes, todos eles com idade avançada. É o caso de quatro línguas indígenas do Pará como o kuruáya, praticado em Altamira, com três falantes - todos com idade aproximada de 80 anos. Carmen Lúcia Reis Rodrigues, professora de Linguística da Universidade Federal do Pará (UFPA), há 20 anos estuda o xipáya e terminou recentemente um dicionário para evitar a sua extinção. Os xipáyas deixaram de utilizar o seu idioma quando abandonaram a tribo para ir viver na cidade. Hoje, nem um tem fluência no idioma nativo. O principal sinal do fim de uma língua é quando ela deixa de ser ensinada para as novas gerações. No Pará ainda há quatro falantes do idioma anambé, mas já nenhum fala amanayé.

O ano de 2008 foi definido como o Ano Internacional dos Idiomas pela ONU mas esta data passa despercebida porque a extinção das línguas não se sente da mesma forma que uma inflação ou uma depressão económica. O desafio é tentar retardar ao máximo o desaparecimento das línguas em risco com um pequeno número de falantes que não conseguem transmitir. A longo prazo a tendência é a extinção mas convém lembrar que não só as línguas morrem, com elas perde-se um conjunto de hábitos culturais, ancestrais conhecimentos de gerações.

403 Grécia, Itália, Escócia, Gales, Irlanda, Áustria, Canadá, Gibraltar, Holanda, Hungria, Índia, Madagáscar, Maurícias, Polónia, Rússia, Suécia, EUA; Índias Ocidentais, Cabo da Boa Esperança, Dinamarca, Egito, França, Alemanha, Pérsia, Portugal e Lituânia. (Records of the First Fleet, Jan. 26, 1788.)

404 King, Philip Gidley (1758 - 1808)

405 Dr. Annette Schmidt, 1990. os quatro maiores grupos de idiomas sobreviventes têm entre 3 – 4 mil falantes, e as restantes seis línguas têm mil falantes. 15 mil pessoas falam Aborígene Krill e Crioulo das Ilhas Torres.

406 In Aboriginal Australian Encyclopedia, Canberra: Aboriginal Studies Press for the Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies, 1994.

407 <http://www.oliberal.com.br/index.htm>

Com a sua morte esse conhecimento também fica inacessível. A língua é parte integrante da cultura. Este aspeto cultural é frequentemente negligenciado, dado ter-se em conta apenas a função da comunicação. É através da linguagem que se acede à cultura de um povo, ao seu modo de pensar e de vida, às suas tradições, ao seu saber.

2. AS LÍNGUAS DE PORTUGAL

Portugal tem duas línguas oficiais, dentre as sete línguas vivas que segundo o Ethnologue ali são faladas:

Asturiano	[ast] 25 039 em Miranda do Douro. <i>Nome Alternativo:</i> astur-leonês. <i>Dialeto:</i> Asturiano ocidental, Asturiano central (Bable). <i>Classificação</i> Indo-europeia, Itálica, Românica, Italo-Ocidental, Ocidental, Galo Ibérica, Ibero-romana, Ibérica ocidental, astur-leonês
Calo	[rnr] 5 000. <i>Nome Alternativo:</i> Calão, Gitano, Romani Ibérico. <i>Dialeto:</i> Calo espanhol, Calão português (Calão, Lusitano-Romani), Calo Catalão, Calo Vasco, Calão Brasileiro. <i>Classificação:</i> Mista, Romani Ibérico
Galego	[glg] 15 000 em Trás-os-Montes (1994 SIL). Províncias de Entre-Minho-e-Douro e Trás-os-Montes. <i>Nome Alternativo:</i> Galego, Gallego. <i>Classificação:</i> Indo-europeia, Itálica, Românica, Italo-Ocidental, Ocidental, Galo Ibérica, Ibero-romana, Ibérica ocidental Português-Galego
Mirandês	[mwl] 15 000 (2000). 10 000 Usam-na regularmente, 5 000 usam-na quando regressam à região, sudeste de Trás-os-Montes na fronteira com a Espanha, latitude de Zamora, cidade de Miranda. <i>Nome Alternativo:</i> Mirandesa. <i>Dialeto:</i> Relacionado com Asturiano e Leonês. Provavelmente separados aquando da invasão moura. <i>Classificação:</i> Indo-europeia, Itálica, Românica, Italo-Ocidental, Ocidental, Galo Ibérica, Ibero-romana, Ibérica ocidental, astur-leonês
Português	[ISO 639-3: por] 10 000 000. Falado por 177 457 180. Península Ibérica, Açores, Madeira. Também falado em Andorra, Angola, Antígua e Barbuda, Bélgica, Brasil, Canadá, Cabo Verde, China (Macau), Congo, Timor-Leste, França, Alemanha, Guiné-Bissau, Guiana, Índia, Indonésia, Jamaica, Luxemburgo, Malauí, Moçambique, Namíbia, Oman, Paraguai, São Vicente e Granadinas, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Espanha, Suriname, Suíça, Reino Unido, Uruguai, EUA. <i>Dialetos:</i> Beirão, Galego, Madeira-Açores, Estremenho, Português do Brasil. O padrão baseia-se no dialeto Estremenho (Lisboa e Coimbra). <i>Classificação:</i> Indo-europeia, Itálica, Românica, Italo-Ocidental, Ocidental, Galo Ibérica, Ibero-romana, Ibérica ocidental Português-Galego
Português Gestual	[psr] Usada por uma parte dos 8 000 surdos; 1986 Gallaudet Univ. <i>Nome Alternativo:</i> Língua Gestual Portuguesa. <i>Dialeto:</i> Lisboa, Porto. Não deriva da língua portuguesa. Dois dialetos diferentes em duas escolas de surdos em Lisboa e no Porto. Relacionada com a Língua Gestual da Suécia. <i>Classificação:</i> Língua Gestual
Romani, Vlax	[rmy] 500 Kalderash. <i>Dialeto:</i> Kalderash. <i>Classificação:</i> Indo-europeia, Indo-iraniana, Indo-Ariana, Zona central, Romani, Vlax

Outras fontes⁴⁰⁸ são mais abrangentes e consideram a existência de treze dialetos, a saber:

Meridionais e Centrais – Incluem o da capital, Lisboa, que tem as suas próprias peculiaridades. Embora tenham características únicas, os dialetos dos arquipélagos atlânticos dos Açores e Madeira podem, agrupar-se nos dialetos meridionais.

1 - Açoriano — Açores

408 http://en.wikipedia.org/wiki/Languages_of_Portugal

- 2 - Alentejano — *Alentejo*
- 3 - Algarvio — *Algarve* (existe um dialeto pequeno na área ocidental)
- 5 - Baixo-Beirão; Alto-Alentejano — *Centro de Portugal (interior)*
- 6 - Beirão — *centro de Portugal*
- 7 - Estremenho — *Regiões de Coimbra e Lisboa* (podendo subdividir-se em dois: Lisboaeta e Coimbrão)
- 8 - Madeirense — *Madeira*
- 11 - Barranquenho - Na vila de Barrancos (em plena fronteira da Estremadura, Andaluzia e Portugal), é um dialeto fortemente influenciado pelo Estremenho e é designado como *Barranquenho*.

Os dialetos nortenhos incluem obviamente o dialeto do Porto.

- 4 - Alto-Minhoto — *norte de Braga (interior)*
- 9 - Nortenho — *Regiões de Braga e Porto*
- 10 - Transmontano — *Trás-os-Montes*
- 12 - Mirandês - Um dialeto astur-leonês falado na região de Miranda do Douro, no nordeste de Portugal.
- 13 - Língua Gestual Portuguesa.

O português beneficiou da globalização. Na internet, o Inglês representava 75% em 1998 e 45% do total em 2007. O português era 0,82% em 1998 e estava em sexto lugar em 2007 com 1,39% de pois de ter atingido 2,25% em 2001. O espanhol com 2,5% em 98, atingiu 5,5 em 2001 e atualmente tem 3,8%. O acordo ortográfico tem a intenção política manifesta de incrementar o "valor de mercado" do português.

David Crystal chama **netspeak**⁴⁰⁹, à "língua da rede". Segundo Crystal "O crescimento das grandes línguas do mundo funciona como um trator, esmagando os idiomas que se põem no caminho. Isso não é um fenómeno restrito a duas ou três línguas. Não é apenas o inglês que ameaça línguas nativas na Austrália, ou o português que põe em perigo idiomas indígenas no norte do Brasil. O chinês, o russo, o hindi, o suáli – todas as línguas maioritárias ameaçam idiomas de comunidades pequenas. O futuro dessas línguas minoritárias está vinculado a políticas regionais. Nos lugares onde sobrevivem, há uma série de práticas políticas e económicas que valorizam a diversidade. A globalização e a revolução tecnológica da internet originam um "novo mundo linguístico". Entre os seus fenómenos estão as subversões da ortografia presentes nos blogues e nas trocas de correio eletrónico e o aumento no ritmo da extinção de idiomas. Estima-se que em cada quinzena desapareça um. Cresce a consciência de que as línguas bem faladas, protegidas por normas cultas, são ferramentas da cultura e também armas da política, além de serem riquezas económicas. A reforma do português ora em curso vai-se defrontar com um desafio inédito. Outras mudanças foram feitas em situações em que era bem menos intenso o ritmo de entrada de palavras e conceitos na corrente da vida quotidiana. Na era da internet, as línguas, por natureza refratárias a arranjos de gabinete e legislações impostas de cima para baixo, podem comportar-se como potros indomáveis. Quem se preocupará com as novas regras de uso do hífen quando mantém longas e satisfatórias conversações na internet usando apenas interjeições e símbolos gráficos como os consagrados "emoticons" para alegre:-) ou triste:- (? A comunicação escrita tornou-se mais ágil e veloz.⁴¹⁰

Em correspondência com o autor⁴¹¹ David Crystal afirmava-nos há alguns anos que " O Português tem um futuro forte e positivo, garantido pela sua extensa população e pela vasta gama de funções da sua expressão, desde a

409 David Crystal cunhou o termo *netspeak* para designar as formas inéditas de expressão escrita que a internet gerou

410 Entrevista a David Crystal, in revista VEJA – CAPA – 12/09/07

411 Troca de correspondência com o autor em 2001-2002: David Crystal: Thank you for your message. Portuguese, it seems to me, has a very strong and positive future - guaranteed by its extensive population base and the wide range of functions which it expresses, from parliamentary formality to grass-roots samba. At the same time, Portuguese speakers need to recognize that their language will be subject to change - as all languages are - and this process should not be opposed unthinkingly. When I was in Brazil last year, for example, I heard that there was a movement to try to keep English words out of Portuguese. To ban loan words from other languages can actually be a harmful step, in the development of a language, as it cuts the language off from international trends. English itself has borrowed words from over 350 other languages - including Portuguese - and the result has been an extremely rich and successful language. Portuguese has the strength to assimilate loan words from English or any other language, and still retain its distinctive identity. I would also hope that the ongoing development of Portuguese would be part of a multilingual ethos for the countries where it is spoken, so that indigenous languages are respected and supported. In the case of Brazil, this is critical, given the perilous state of so many Indian languages. I hope these observations are of some assistance to you in your work. Loan words do change a language's character, but they don't as such cause it to deteriorate. The

formalidade parlamentar ao samba popular. Simultaneamente os falantes de Português precisam de reconhecer está sujeita a mudanças – como todas as línguas – e não nos podemos opor impensadamente a esse processo. No Brasil ouvi falar dum movimento para manter os anglicismos fora da língua portuguesa. Banir palavras de empréstimo pode causar danos no desenvolvimento duma língua dado que a afasta das tendências universais. O Inglês tomou de empréstimo palavras de mais de 350 línguas – incluindo o Português o que se traduziu numa língua extremamente bem-sucedida e rica. O Português tem, a força de assimilação quer do inglês como doutros idiomas e com isso não perderá a sua característica identitária distinta. *Espero que o desenvolvimento da língua portuguesa faça parte duma ética multilíngue nos países em que é falado a fim de que as línguas indígenas sejam respeitadas e apoiadas, o que no caso do Brasil é crítico dado o estado das línguas índias nativas.*”

3. DA LITERATURA AÇORIANA TRADUZIDA A DANIEL DE SÁ

Deixando de lado estas classificações o que nos interessa aqui é lembrar que “o debate académico em torno da expressão «literatura açoriana» é antigo – e chegou a contaminar ao longo dos anos 80 os próprios autores, quando estes se reuniam em encontros, congressos e simpósios construindo lentamente a intensa rede de amizades, afinidades intelectuais e intertextualidades que hoje marca o grupo. Onésimo escreveu dois livros e coordenou outro em torno do assunto, a saber: *A Questão da Literatura Açoriana (1983)*, *Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço (1986)* e *Açores, Açorianos, Açorianidade (1989)*. Nesses anos, falava-se em artesanato açoriano, folclore açoriano, até cultura açoriana – mas nada causava tantos embaraços como falar em literatura açoriana.

O problema colocou-se primeiro por razões políticas. Em 1975, três anos antes de morrer, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista hoje formalmente extinto, como candidato a Presidente da futura República – e, ao longo dos anos seguintes, e contra a vontade da maioria dos autores, os separatistas que ainda restavam no arquipélago insistiram em usar a literatura das ilhas como um dos sinais da identidade nacional destas.

Depois, vieram modas e tendências. Hoje, é questão arrumada para a maioria dos autores. Cristóvão de Aguiar contesta o uso da expressão, outros agarram-se a ela com ambas as mãos, um terceiro grupo olha-a com bonomia e cita Wittgenstein para explicar que se trata sobretudo de uma expressão útil – já não é uma questão central, no fundo. Se há literatura cabo-verdiana ou literatura são-tomense, contestar a existência de uma literatura açoriana é sinal de um «*um restinho de Inquisição*», diz Onésimo.

«*É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa*», diz Eduardo Bettencourt Pinto, 51 anos, um angolano que se tornou «escritor açoriano» por escolha própria e que já publicou no Campo das Letras o seu mais recente romance, *A Casa das Rugas (2004)*. Feitas as contas, o que prevalece é a opinião de Pedro da Silveira, poeta da ilha das Flores (1922-2003) e autor, entre outros, de *A Ilha e o Mundo (1953)*: «A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Apenas precisa, o que é diferente, de sair do

best evidence of all is, of course, English itself, which has borrowed more words from other languages than any other language in the world - and look at what has happened to English! In fact, about 80% of English vocabulary is not Anglo-Saxon in character, but comes from Romance and Classical origins - including Portuguese. (It's ironic that some of the words which the French, for example, are currently trying to ban, came from French and Latin in the first place!) You have to look at what happens, when words enter a language. In the case of English, we have such triplets as *kingly* (from Anglo-Saxon), *royal* (from French) and *regal* (from Latin). Now that we have all three, the language is much richer, because there are now all kinds of stylistic nuances which would not otherwise have been possible. Loanwords increase a language's richness of expression. No attempt to keep loanwords out of a language has ever succeeded. Languages can't be put under control. No academy has ever stopped languages changing. All this is very different from the situation of endangered languages, as I discuss for example in my book, *Language Death*. If languages are borrowing words it shows they are alive to social change and trying to keep pace with it. It is a healthy sign, as long as the loan words supplement and don't replace local equivalents (as in the English example above). What is worrying is if a dominant language begins to take over the functions of a less dominant language - for example, if you found English being used as the language of higher education when previously Portuguese was used. That is where legislation can help, by introducing various protective measures, supporting broadcasting in the minority language, and so on. There does need to be a policy, especially in a world where things are changing so fast, and this policy has to address the core issues, which are all to do with the functions of multilingualism. It must also be remembered that English is not alone in its displacement of other languages. In Brazil, hundreds of Indian languages have not been displaced by English - but by Portuguese. And all major languages - Spanish, Chinese, Russian, Arabic ... have affected minority languages in this way. Hope these remarks help. Professor David Crystal

gueto que lhe tem sido a sina», escreveu na entrada «Açores» do Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado em 1977 por João José Cochofel para a Iniciativas Editoriais. A verdade é que, lentamente, os escritores foram encontrando o seu espaço⁴¹².

A Universidade de Brown tem há anos uma cadeira chamada Literatura Açoriana – e na Universidade dos Açores, Urbano Bettencourt ministrava o curso de literatura açoriana (enquanto unidade curricular das licenciaturas) com a duração de dois semestres; havendo outro curso, "*Portugal atlântico e a açorianidade*" que era um módulo de 10 horas integrado nos Cursos de verão da Universidade. O próprio Urbano nos declarava há dias que de momento não sabe se, "*para lá do que o Onésimo leciona na Brown, existem outros cursos de iniciação à Literatura açoriana; na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Assis Brasil orienta um curso de literatura açoriana mas já em pós-graduação. Há, no entanto, trabalhos e projetos aqui e ali; em França está a ser desenvolvido um projeto de doutoramento sobre o suplemento literário "Glacial" (Angra do Heroísmo, 1967-1973). O programa da disciplina de 2002⁴¹³ não se alterou desde então, apenas se atualizou a bibliografia crítica e foi variando o leque das obras obrigatórias, embora mantendo o Mau Tempo no Canal. Os trabalhos individuais dos alunos permitiam abordar as obras de autores mais recentes e que aparecem na bibliografia fornecida.*"

Podíamos citar dezenas de outros autores relevantes⁴¹⁴.

Eu sou um recém-chegado a estas ilhas com menos de três anos de aprendizagem mas tive a honra e o privilégio de aprender as idiosincrasias micalenses e picoenses quando recentemente traduzi as últimas obras de Daniel de Sá e de Manuel Serpa. Deparei-me com noções etimologicamente novas contrastando com o uso ancestral que o Português do continente lhes apõe nos dicionários. Trata-se aqui de desvendar as ilhas como mito paradisíaco recuando na sua essência até à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se abriram ao peso do presente e não podem ser apenas perpetuadas nas suas memórias. Muitas vezes a obra dum autor sofre drasticamente quando, em vez de ser tomada apenas como obra, é erigida ao estatuto regionalista, que não pretendeu para si própria.

Podem deduzir-se da leitura destes autores, algumas características relevantes para a açorianidade:

1. O modo como o clima inculca um carácter de torpor e de lentidão em que a pressa é amiga da morte;
2. O modo como a História define os habitantes deste arquipélago ainda hoje quase tão afastados da metrópole como há séculos atrás;
3. A forma como se recortam todos os estratos sociais: vincadamente feudais apesar do humanismo que a revolução dos cravos alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;
4. O modo como a proximidade da terra se manifesta ainda de forma sobrejacente fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, num centralismo autofágico e macrocéfalo.

Neste universo tão idílico não busquei - ao traduzir essas obras - a essência do ser açoriano, que de certeza existe, em miríade de variações insulares, cada uma vincadamente segregada da outra, se o homem se adaptou às ilhas ou se estas se continuam a impor condicionando a presença humana, para assim evidenciar a sua diferença específica, neste caso a açorianidade? Estando a açorianidade presente num escritor, explicá-lo é tarefa para estudos mais complexos do que a mera atividade de um tradutor, por mais empenhado ou apaixonado que este possa estar pelo objeto da sua tradução.

412 <http://joelneto.blogspot.com/2005/12/reportagem-literatura-que-farei.html> Joel Neto.

413 Ver Anexo I

414 Adelaide Baptista, Álamo Oliveira, Daniel de Sá, Dias de Melo, Eduardo Bettencourt Pinto, Urbano Bettencourt, Pedro da Silveira, Eduíno de Jesus, Carlos Wallenstein, Santos Barros, Martins Garcia, Emanuel Félix, Natália Correia, João de Melo, Maria Luísa Soares, Cristóvão de Aguiar, Eduardo Jorge Brum, Judite Jorge, Rui Machado, Mário Cabral, Nuno Costa Santos, Luís Filipe Borges, Alexandre Borges, Tiago Prenda Rodrigues, Emanuel Jorge Botelho, Fernando Aires, Ivo Machado, Norberto Ávila, Onésimo Teotónio de Almeida, Vamberto de Freitas ou Victor Rui Soares, Frank X. Gaspar ou Katherine Vaz (entre muitos outros), e no passado Gaspar Frutuoso (século XVI) Vitorino Nemésio (séc. XX), Antero de Quental (séc. XIX), Roberto de Mesquita (sécs. XIX e XX), Armando Côrtes-Rodrigues (séc. XX)
<http://joelneto.blogspot.com/2005/12/reportagem-literatura-que-farei.html>

A existência, ou não, de literatura açoriana não passa, necessariamente, pela existência desta açorianidade⁴¹⁵. Natural da ilha das Flores, Pedro da Silveira (1923-2003) captou "*as mundividências açorianas*", abrangendo na sua poesia "*as inquietações e os sonhos de gente viva de todas as partilhas e um verdadeiro compromisso social*", enquanto eu apenas tive a oportunidade de captar uma fotografia da alma dos escritores que traduzi. Luiz Antônio de Assis Brasil⁴¹⁶ analisou a obra de Daniel de Sá⁴¹⁷ e em especial à narrativa de ficção, que revela facetas da identidade insular, em especial da ilha de origem.

“Coloca-se assim a evasão como um destino ao qual o açoriano se entrega com a fatalidade do cumprimento de um dever. O resultado é a errância, a transitoriedade e o permanente desejo da volta. Quando acontece, essa volta nunca é satisfatória: o emigrado jamais poderá deixar de ser americano, e mesmo que construa uma casa sumptuosa em sua freguesia original, contribua para a igreja e participe das festas coletivas, todos lhe conhecem a história. Intentando uma análise mais ampla, percebemos quanto os componentes tradicionais da literatura açoriana estão presentes nessa obra: a sensação de estar-se numa prisão, o desejo de evadir-se, a saudade a roer os calcanhares, a estreiteza do ambiente insular, a desconfiança das terras estrangeiras. Daniel de Sá⁴¹⁸ mostra-nos uma outra realidade: aqui já não há quem abandone a ilha, mas todos são prisioneiros desse cárcere que se circunda de infinitude por todos os lados. O título, grafado no singular, o é naquele sentido antigo: então temos crônicas, onze no total, que tratam dos teres e haveres açorianos, nomeadamente da ilha de São Miguel, mas cujos interesses vão além.”

No plano da linguagem, o Autor do livro "*O Pastor das Casa Mortas*" (edição VerAçor 2007) dá-se ao luxo de exportar, por efeitos de mimética, para uma das regiões mais interiores e montanhosas de Portugal, a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados por entre o pastoreio numa verdadeira apologia da solidão física e mental que é o retrato de Manuel Cordovão esse lusitano de um amor só para toda a vida. Como o autor diz a começar trata-se de um livro dedicado "*Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal.*"

A narrativa utilizando terminologia não insular acaba por poder ser lida como uma ode ao açoriano isolado de si e do mundo, neste amor perdido que se encontra apenas quando Caronte ronda. Como diz o autor "*Embora eu vivesse numa ilha pequenina, a cinco minutos de um passeio calmo até ao aeroporto de quase todas as companhias aéreas que havia no Mundo, isso para o caso pouco importa!* Aliás esta transposição da naturalidade geográfica do personagem deixa-nos permanentemente na dúvida se a Teresa do "*Pastor*" não será irmã gémea da personagem feminina que acompanha os seus passos na digressão por "*Santa Maria: a Ilha-Mãe*". Em ambas as obras "*as palavras [são] tratadas suavemente, amenizando as arestas da fonética, como se com elas não pudesse nunca ofender-se alguém.*"

Trata-se de uma visita não ao "*despovoamento das ilhas*" mas ao despovoamento do país real, montanhoso, interior e árduo de Portugal. Aqui não se resgata o imaginário coletivo naquilo que tem de mais genuíno e identificador, antes pelo contrário, se dá a palavra a uma erudição improvável de um apascentador de cabras. Aqui não há a memória plural, que vem de Gaspar Frutuoso, mas sim uma ficcionalização dum fenómeno que não se mimetiza apenas nesta digressão pela Beira Alta. As *Casas Mortas* são-nos apresentadas como um resultado inevitável e inelutável ao longo da vida do personagem principal, sem que a sátira ou o humor permeiem a couraça de convicções de Manuel Cordovão. Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe darmos o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia das prosas. De início pensei que seria ocasião única, mas rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada.

O resultado é uma prosa rica, densa e tensa, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que nos prende da primeira à última página e me levou a interrogar como é que fiquei órfão intelectual desde que acabei

415 <http://www.revista.agulha.nom.br/MACHADO%20PIRES.pdf> página 4, Mário Cabral em MACHADO PIREs, A.M.B., *Vitorino Nemésio: Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória: Câmara Municipal Praia da Vitória, 1998, 92 pp.

416 http://www.geocities.com/ail_br/discussaodaidentidadeacoriana.html

417 Sá, Daniel de. *Ilha grande fechada*. Lisboa: Salamandra, 1992.

418 Sá, Daniel de. *Crónica do despovoamento das Ilhas*. Lisboa: Salamandra, 1995.

de traduzir o livro. As suas personagens e a sua escrita fazem de tal modo parte da minha vida que sinto uma espécie de síndrome de Estocolmo, fiquei cativo e apaixonei-me pelos captadores...e agora, como vai ser?

Já o outro livro intitulado “*Santa Maria Ilha-Mãe*” (também editado pela VerAçor em 2007) é uma viagem ao passado, permeada de nostalgia quase lírica e pela magia da infância e das suas cores simples mas bem nítidas. Fala-se de como os Açores conviveram com o isolamento ao longo dos séculos, dos ataques de piratas, uma ameaça constante a inculcar ainda mais vincadamente as crenças de origem religiosa — numa ilha que felizmente não foi muito assolada por terremotos nem explosões piroclásticas. Essa *mundividência*, leva-nos naquilo que pode ser considerado o mais interessante guia ou roteiro turístico jamais escrito.

O próprio título gerou controvérsia, quer na versão portuguesa quer inglesa (Santa Maria: Ilha-Mãe; Santa Maria, Island Mother), ou como o próprio autor notaria: “Não se trata de “mãe” com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos, tanto mais que os liguei com hífen em Português. Como bem entendeu, uma ilha que é mãe também. Não é o caso de Ilha Verde, por exemplo...”

Diz-nos Daniel de Sá “O Clube Asas do Atlântico era um dos meus quatro lugares míticos. Os outros três, também sagrado um deles, eram a capela de Nossa Senhora do Ar, o Externato e o Atlântida Cine. Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro” e todos nós - ao lê-lo - sentimos com ele, os cheiros, as cores e as toadas que nos descreve.

Estes dois livros pertencem a um mesmo tempo, em que “falar do passado açoriano é, também, falar do seu presente, e referir-se ao presente é remeter inapelavelmente ao passado, o que mostra a unidade e a solidez de propósitos do livro”, como diria Assis Brasil, referindo-se ao notável e quase único traço constante de profundo humanismo que informa os textos. Todas as suas personagens, são de tal forma credíveis que nos sentimos transportados ao local e vivemos partilhando os sentimentos dos interlocutores.

Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald, “**A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte.**”⁴¹⁹

A tradução do livro de Manuel Serpa “*Da pedra se fez vinho/When rock became wine*” foi outro exercício inesquecível. Apesar da ajuda de vários conterrâneos do autor houve ocasiões em que as explicações à guisa de glossário se sobrepunham umas às outras, aumentando as já profusas notas de tradutor. Tudo isto porque para um mero leitor do continente o texto seria incompreensível, ou seja, era necessário haver mesmo uma intertradução, do falar picoense para o falar continental, antes de ser vertido num inglês pouco shakespeariano. Criou-se involuntariamente um novo glossário a adicionar à Diciopédia Contrastiva da Língua Portuguesa que estes Colóquios estão a inventariar desde o ano passado.

Vejamos algumas dessas notas e respetiva tradução:

Translator's Notes:

Picaroto is what you call a person from Pico.

Pique, a pickaxe.

419 “*Translation, like writing, is both art and craft, with a touch of alchemy. When translator and author actually get to meet, the result can be inspired. Nuance is what translates language into art.*” Ann-Marie is a Toronto-based writer and actor. She has received accolades for her playwriting, acting and writing. Her play *Goodnight Desdemona (Good Morning Juliet)* won the Governor General's Award for Drama, the Chalmers Award for Outstanding Play and the Canadian Authors' Association Award for Drama. She won a Gemini Award for her role in the film *Where the Spirit Lives* and was nominated for a Genie for her role in *I've Heard the Mermaids Singing*. Her first novel, *Fall on Your Knees*, was published in 1995 to much critical acclaim in Canada and abroad. Her latest book, *The Way the Crow Flies*, was shortlisted for both the Giller Prize and Governor General's Award. http://www.banffcentre.ca/programs/93_words/2007/biltc/past_programs.aspx

Luva, gloves made of ox or pig leather to protect against brambles.

Foicinho, abbreviation for foice (scythe) is a short-handled scythe.

After a certain altitude on the rocky hills, there was the need to clean up the rocks. Since there were too many of these, even after building up the delimitating walls, they created "maroiços". The rocks were laid one on top of the other, in steps or ramps, enabling people to carry stones for the upper levels that ended up sometimes in a conic conglomerate of stone.

Curral, pl currais, stone-walled plots where wine grows. The area in the canada between two contiguous traveses was called curral.

Canada is a narrow track or pathway allowing access to the currais.

Traveses or travesses, transversal walls or partition wall on the vineyard. The space in the Canada between two contiguous traveses was called curral.

Jarões (girões), the grouping of all canadas were called jarões or girões adding up to the entire vineyard.

Portais literally portals, made of loose lava stone, which could be torn down whenever need.

Bocinas passage, where tracks or passageways converge.

Acaculados in the original, from acacular (Brazilian terminology) – Fill up, overfill. The basket of grapes overfilled in conic form or helmet (in the original sense of caculo or cuculo), is a sign of wealth (even the bottom was filled up with leaves...).

Cestos de asa, are grape carrying baskets with side handles.

Feitor is a foreman in charge of the vineyards.

vinho passado is a wine past its prime that smells mouldy or tastes to vinegar, somewhat repulsively. However, in Pico, the "passado", not being rare, entered the specialty scale and was obtained by allowing the grapes to reach the state of raisins, intentionally, being harvested long after harvesting time.

The original text creates a new verb "moirar" meaning working like a Moor, in the sense of slave work.

Pastel in Portuguese, Woad (Isatis tinctoria) was important as a source of a blue dye. Pastel dyers woad and canary moss or "urzela" were exported to Flanders and other European countries.

"Salto" immigration, literally meaning "jump immigration" as it has been widely known, is the name given to all Portuguese who illegally crossed borders or moved to other countries to escape their fate.

"Engajadores" Illegal immigration agents or human traffickers who conned potential emigrants, taking their money and promising them to land and work on a foreign country.

"Vinho Americano" Hybrid red-wine grape that is the result of a cross between Vitis Labrusca and Vitis Vinifera. It can be vinified into rosé wine. Isabella has an unattractive FOXY character. It's also known as Americano and Bellina.

Ermida pl Ermidas, are privately built small churches or chapels which in Pico always.

Rilheiras, name given by the locals to the indentation on the basaltic lava rock created by the wheels of the ox carts, after numerous trips carrying the grapes to the cellars.

Rola-pipas literally rolling-casks or rolling-barrels, are the coastal rocks carved as ramps so that the wine barrels could roll down to the boats or ships which would carry them to the world.

"Poços de Maré" – literally tidal wells that were built due to the shortage of water.

Froca/froca de angrim from the English frock, meaning a sheepskin coat or frock.

Albarcas corruption of the word alparca, alparcata, alpargata, alpercata, all meaning a type of cheap sandal used in rural areas.

Saudade, pl saudades (pron. [seu'dad(i)]) in European Portuguese, is a Portuguese/Galician word for a feeling of longing for something that one is fond of, which is gone, but might return in a distant future. It often carries a fatalist tone and a repressed knowledge that the object of longing might never return. Saudade has no direct English translation; its translation is dependent on context. It originates from the Latin word solitatem (loneliness, solitude), but developed a different meaning. Loneliness in Portuguese is solidão (a semi-learned word), from Latin solitudo. Few languages in the world have a word with such meaning, making it a distinct mark of Portuguese culture. It has been said that this, more than anything else, represents what it is to be Portuguese.

Lapilli is a size classification term for tephra, which is material that falls out of the air during a volcanic eruption.

David Crystal⁴²⁰ sempre salientou que a língua inglesa “tinha substituído muitos idiomas nativos como o Cambriano ou Câmbrico, Cornualhês, Norn e o galês Manx, embora esteja nas últimas décadas a ser ela mesma substituída pela sua variante norte-americana”. Ao ler trabalhos na língua original da autoria do português **Saramago**, do colombiano **García Marquéz**, do egípcio **Naguib Mahfouz**⁴²¹, uma pessoa deve ser sempre humilde em relação aos nossos colegas **tradutores**, capazes de penetrarem até às mais recônditas minudências das línguas de origem e transformarem-nas nas mesmas tonalidades na nossa língua de leitura. Foi isso que tentei fazer ao descobrir a Açorianidade da língua e cultura destes autores que ora traduzi e que me permitem afirmar sem sombra de dúvidas que a literatura açoriana está viva, de boa saúde e recomenda-se.

Não posso porém senão lamentar, que parte dos editores portugueses continue infelizmente a preferir o trabalho fácil, rápido, barato e pouco profissional de tantos aprendizes de feiticeiro tradutor. Cito um velho exemplo (datado de 1998) do jornal *The Boston Globe*, em que as vendas de um **‘depilador’** na Rússia tinham sido objeto de uma promoção como sendo um **‘tónico capilar’** para desespero de todos os recém-transformados em carecas. Outros exemplos estrangeiros abundam como o da água mineral *“Blue Water”* anunciada em Ucrainiano como **“bluvota” [vômito]** ou ainda o anúncio do champô **“Wash and Go”** que em Russo soa a **‘vosh’** ou **piolho**. Admitamos que traduções semelhantes em português são infelizmente correntes em material promocional do arquipélago como aconteceu há poucos anos com o belo livro turístico promocional intitulado *“Triângulo Dourado”* editado pela Clássica Publicações.

Começamos esta apresentação dando-vos conta da extinção das línguas e dialetos, passando depois à vitalidade da escrita açoriana exemplificada pelos livros que recentemente tive o privilégio de traduzir para inglês, para os mercados da Norte América.

Deixem-me pois concluir que as línguas têm de ser mantidas, tratadas e estimadas. Elas não dividem países, a intolerância sim. Muitos de nós ignoramos a perda diária de dialetos e línguas e nem sequer sentem a sua falta, outros há que acreditam que a pluriexistência de línguas é uma praga que assola a humanidade desde os tempos da Torre de Babel, que nem vez de ajudar a comunicar apenas serve para confundir pela sua diversidade. Felizmente há já muitos clamores alegando que a extinção das é uma ameaça à espécie humana, e que, tal como a diversidade biológica é vital para a saúde da Terra, também vitais são a diversidades intelectuais e culturais. Isto é cada vez menos falacioso devido à globalização desenfreada.

A sobrevivência dos idiomas neste século depende de todos nós⁴²², pelo que devemos aproveitar as novas tecnologias neste mundo de ondas hertzianas sem fronteiras onde a tirania dos governos não penetra. Usemos pois a internet para proteger e recriar as nossas línguas e culturas antes que elas se extingam.

“A tradução é hoje essencial para reconhecer uma Nova Europa de 27 países, e dezenas de línguas pondo-nos em contacto direto e instantâneo com diferentes culturas de vários países”⁴²³.

Possam eles também descobrir esta nossa rica cultura açoriana.

54) DEOLINDA M. ADÃO,

Deolinda M. Adão, Coordenadora - Portuguese Studies Program, University of California, Berkeley

420 Cambridge Encyclopedia of the English Language, David Crystal [Cambridge University Press](http://www.cambridge.org/9780521530334) ISBN 0521530334

421 Nem sequer metade das suas obras foram traduzidas para Português (apenas 4 livros...).

422 <http://www.whyy.org/91FM/radiotimes.html> The work of David Harrison and Gregory Anderson is the subject of a new film which was screened at Sundance, “The Linguist.” The film tells the story of their travels and research around the globe to document endangered languages. Both are affiliated with the “Living Tongues Institute for Endangered Languages.”

423 Palazón, Reina, covecedor do Prémio Nacional de Tradução de Espanha no ano 2000, pelo seu trabalho com as Obras Completas de Paul Celan, traduzidas do Alemão para o Castelhana.

PhD. in Luso-Brazilian Languages and Literatures (Dez.º 2007), University of California, Berkeley, Dissertation: *As Herdeiras do Segredo: As Personagens Femininas na Ficção de Inês Pedrosa*. Designated Emphasis in Women, Gender and Sexuality.

M. A. in Hispanic Languages and Literatures (June 2002), University of California, Berkeley, Luso-Brazilian Emphasis.

B. A. in Spanish Language and Literature (June 2000), University of California, Berkeley, Honors Thesis "The Construction of a National Identity in *Macunaíma* and Biography of *a Cimarrón*"

Professional Experience, Teaching

Spanish Instructor, Peralta Community Colleges – Berkeley City College. (2007- present)

Program Director, Summer Sessions Study Abroad Program – Portugal, University of California, Berkeley (2006, 2007)

Program Director, Summer Sessions Study Abroad Program – Cuba, University of California, Berkeley. (Summer 2003)

Program Assistant, Summer Sessions Study Abroad Program – Cuba, University of California, Berkeley. (Summer 2001 and 2002)

Graduate Instructor, Department of Spanish and Portuguese, University of California, Berkeley (2000 – 2005)

Portuguese Instructor, Intensive Summer Institute and Coordinator of Study Abroad Program – Portugal, California State University, Stanislaus. (1998)

Professional Experience Administrative Experience

Program Coordinator, Portuguese Studies Program, University of California, Berkeley – Institute of European Studies. (2001 – Present)

Programs Administrator, Summer Sessions Study Abroad Program – Cuba, University of California, Berkeley. (Summer 2004)

Publications/Articles

"Novos Espaços do Feminino: Uma leitura de *Ventos do Apocalipse* de Paulina Chiziane" Mata, Inocência & Padilha, Laura (Org.), *MULHERES DE ÁFRICA: VOZES DE UMA MARGEM SEMPRE PRESENTE*. Lisboa: CEA-FLUL/Edições Colibri, 2007 [release pending] (Peer-reviewed)

"Ah! Mònim dum Corisco! Tragédia Linguística ou Sátira Cultural?"

Tempo e Memória - Revista do Program Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação.

Unimarco Editora, São Paulo, Ano 3, No. 4, Jan. - julho 2005 pp. 9-22. (Peer-reviewed)

"A Mulher Portuguesa nas sociedades fraternais da Califórnia", *A vez e a voz da mulher imigrante portuguesa*, Marujo, Manuela (org). University of Toronto, Toronto, Canada, 2005 pp. 27-34.

"Vozes da diáspora: percurso literário da comunidade portuguesa na Califórnia", *Anais do XIX Encontro Brasileiro de Professores de Literatura Portuguesa – ABRAPLIP* (2003), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil, pp. 249-253.

"A Mulher Portuguesa nas sociedades fraternais da Califórnia / Women in the Portuguese Fraternal Societies of California"

Simas, Rosa (Ed.). *A Mulher nos Açores e nas Comunidades / Women in the Azores and the Immigrant Communities*. Volume I. University of the Azores. 2003 pp. 149-172. (Peer Reviewed)

Other

"Entrevista a Alda Espírito Santo" *A Poesia e a Vida – Homenagem a Alda Espírito Santo*. Mata, Inocência (org). Edições Colibri, Lisboa, 2006 pp. 119-133. (Peer-reviewed)

"Pepetela – Entrevista" [Interview]

PEDAÇOS DE NÓS: A SAUDADE COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO NA LITERATURA DA DIÁSPORA PORTUGUESA DA CALIFÓRNIA, DEOLINDA MARIA ADÃO. PH. D. UNIVERSITY OF CALIFORNIA, BERKELEY

Este trabalho tem o objetivo de fazer um percurso da produção literária da comunidade portuguesa residente na Califórnia, tentando encontrar tendências ou temáticas que de uma forma ou outra a possam ter marcado e a aproximem ou afastem de manifestações literárias de outras diásporas portuguesas, e como o tema da saudade é abordado por cada um dos autores em questão. Em particular, abordarei as obras de Alfred Lewis e de

Katherine Vaz, dois escritores da diáspora cuja obra está publicada por casas editoriais americanas, e portanto, acessível não só à comunidade portuguesa, mas também ao público americano em geral. A pergunta fundamental que abordaremos é como estes dois escritores se inserem dentro do panorama literário da comunidade portuguesa da Califórnia, e quais são as particularidades que lhes permite acesso ao universo literário dos Estados Unidos da América em geral. Adicionalmente, pretendo considerar, vários autores que residem e produzem para a comunidade portuguesa da Califórnia, assim como um dos vários autores que embora residam nos Açores, trabalham a temática da saudade e da imigração, particularmente a imigração portuguesa na Califórnia.

Cada indivíduo ou grupo tenta construir uma voz através da qual expressa a sua capacidade criativa, as suas alegrias, e as suas angústias. Ou seja, uma forma de autoconstrução. Para qualquer comunidade emigrante este processo é ainda mais complexo pois é através deste que frequentemente se desenvolvem estratégias de sobrevivência e adaptação à sociedade e à cultura do país de acolhimento. Este trabalho visa traçar o percurso da produção literária da comunidade portuguesa residente na Califórnia com o intuito de observar esse processo de autoconstrução, assim como encontrar tendências ou temáticas que de uma forma ou outra a possam ter marcado e de certa forma a aproximem ou afastem de manifestações literárias de outras diásporas portuguesas. Para além de efetuar uma leitura panorâmica de diversos autores da comunidade, com particular ênfase no texto Beijo de Abelha de Maria das Dores Beirão, assim como textos de Alfred Lewis e de Katherine Vaz. Esta escolha deve-se ao facto de ambos autores ter sido publicada em Inglês por casas editoriais americanas, e portanto estarem acessíveis não só à comunidade portuguesa, mas também ao público anglófono em geral. Em particular, interessa-nos ponderar como o processo de construção de identidade é desenvolvido por estes dois escritores e forma como a identidade coletiva da comunidade portuguesa é representada nos seus textos. Para além de textos produzidos pela diáspora, incluiremos nesta análise um romance cujo autor que embora reside nos Açores, mas trabalha a temática da saudade e da imigração, especificamente a emigração portuguesa na Califórnia. O objetivo concreto destas leituras é relacionar a forma como o vocábulo *saudade* é utilizado por cada um dos textos considerados e analisar o teor cultural e estético que cada um dos autores confere a este vocábulo. Em particular, interessa-nos observar como a noção cultural associada ao vocábulo *saudade* se converte num elemento de construção de identidade particular à comunidade portuguesa. Assim como de que forma o peso cultural deste marco identitário se altera consoante a aproximação de cada um dos autores ao espaço cultural de origem.

1. A SAUDADE

Durante uma apresentação do Rancho Folclórico das Furnas, São Miguel o poema de uma das modas descrevia a saudade da seguinte forma: “Perguntas o que é saudade / pois então vou-te dizer / Saudade é tudo o que fica / depois de tudo morrer. Em realidade, a *Saudade* é considerada por muitos como uma das características fundamentais dos portugueses, ou melhor dito, dos falantes de português. Ou seja, a *Saudade* é praticamente sinónima de lusitanidade, pois nós, como ninguém, interiorizamos toda a ambivalência deste vocábulo. Assim, pensar-se-ia que seria fácil para qualquer um de nós responder à pergunta: Afinal, o que é saudade? Efetivamente, ao tentar dar resposta a esta pergunta, não somos tão eloquentes como o Rancho Folclórico citado, e frequentemente encontramos-nos com falta de palavras que descrevam adequadamente o vocábulo em questão. Melhor dito, a nossa dificuldade assenta em encontrar forma de descrever adequadamente o paradoxo cultural englobado por um simples vocábulo. Derivante da palavra latina *solitas*, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, *saudade* significa o seguinte:

- Recordação de alguma coisa que foi agradável mas que está distante no tempo ou no espaço;
- Sentimento de tristeza pela morte de alguém ou perda de alguma coisa a que efetivamente se está muito ligado.

Já o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define o termo da seguinte forma:

Sentimento mais ou menos melancólico de incompletude, ligado pela memória a situações de privação da presença de alguém ou de algo, de afastamento de um lugar ou alguma coisa, ou à ausência de certas experiências ou determinados prazeres já vivido e considerados pela pessoa em causa como um bem desejável. (2525).

Ora se a ausência é um dos elementos básicos à *saudade*, toda a literatura de diáspora está inerente e intrinsecamente vinculada à mesma. Assim, a temática da saudade é uma das mais recorrentes na produção literária da diáspora lusitana na Califórnia. Em realidade, e embora a palavra “saudade” seja quase exclusiva à língua portuguesa, a noção de nostalgia pelos lugares e pelas gentes do local de origem, é um tema presente em muita da literatura de diáspora em geral, particularmente a de primeira geração. No entanto, e como abordaremos em maior pormenor, no caso da literatura da diáspora portuguesa na Califórnia, essa tendência parece alastrar-se para além dessa primeira geração de imigrantes, que sofrem na pele a angústia de perda de vínculos de identidade com o seu local de origem e a frustração de uma assimilação dificultosa no novo local de residência, que no caso da Califórnia é agravada pelo reconhecimento da improbabilidade do regresso.

Como afirma Eduardo Mayone Dias em *A Literatura Emigrante Portuguesa na Califórnia*

A faceta da literatura de emigração mais abertamente arreigada à tradição literária importada é constituída por um ciclo de poesia saudosista em moldes singelos, quase monocórdica na sua nostálgica evocação da vida deixada para trás. (p. 21).

Obviamente, para os emigrantes de primeira geração, tal como Alfredo Luís⁴²⁴ (Alfred Lewis), Artur Vieira Ávila⁴²⁵, Ramiro Dutra⁴²⁶, Rosa Maria Simas⁴²⁷, Machado Ribeiro (Décio de Oliveira), e Maria das Dores Beirão, entre muitos outros que se tem ocupado a escrever em verso ou em prosa, muito do que lhes vai na alma, o tema da saudade era e, continua a ser um tema que lhes permite exprimir a sua relação com a terra natal, sem menosprezar o local de acolhimento. Desta forma, consistentemente encontramos textos nostálgicos que evocam a terra natal dos seus respetivos autores, como é evidente nos fragmentos que seguem e que parecem progredir de forma paralela à da comunidade. Como tal, em primeira instância encontramos poemas que podem ser considerados de despedida do local de origem. Um destes casos é o poema *Adeus À Ilha Terceira* de autor desconhecido e que data de 1941.⁴²⁸

*Ó tempo, que tudo levas,
Já o tempo me levaste.
Do Tempo que foi meu tempo
Só a saudade me deixaste.*

Por sua vez, Frank Nunes em 1953 despede-se da sua terra através do poema *Despedida À Ilha das Flores*:⁴²⁹

*Saudades a toda a gente
Desta Ilha natural,
A todos muitas saudades,
Aqui faço ponto final.*

Após esse primeiro momento de despedida, continuamos a encontrar a temática da saudade, mas agora não como uma dor fresca e superficial, mas como uma vivência, ou seja algo inerente à identidade da comunidade. Assim em 1962 o conhecido e prolífero Artur Ávila exprime a omnipresença desse sentimento no poema *O Emigrante*:⁴³⁰

*Meu deus! Que voz teimosa é a voz da verdade
A martelar sem dó a ferida da saudade
Que sente todo o emigrado como eu.*

424 Mayone Dias, Eduardo. *Cem anos de Poesia Portuguesa na Califórnia*. Porto. Secretaria do Estado das Comunidades Portuguesas, 1986.

425 Idem

426 Idem

427 Idem

428 Idem

429 Idem

430 Idem

Como podemos verificar nos próximos exemplos, com o passar do tempo, o peso simbólico de saudade continua a sua mutação, pois agora passa a incluir uma vertente de perda, pois começamos a encontrar frequentes referências à impossibilidade do regresso.

O primeiro exemplo é uma criação de Manuel Bráulio Costa Fontes que em 1973 escreve o poema *Saudade*:⁴³¹

Tinha saudades;

Mas como voltar, se ele não podia

Os filhos deixar?

*Ainda nesse mesmo ano Alfred Lewis escreve no poema *Saudade da Terra*:⁴³²*

O bordão liso do passado

Numa esquina do meu quarto

Parece acentuar o meu desejo

(se o pudesse fazer) de voltar lá

Para matar saudades e pagar promessas

E sentar-me no Rossio

Sem baleiros agora.

*Em 1979 no poema *Sou Imigrante* Margarida Soares associa a saudade com a amargura.⁴³³*

O imigrante velhinho

Já só vê a sepultura

E vai desfiando saudades

Num rosário de amargura.

Já Machado Ribeiro (Décio de Oliveira) no poema *Balada da Saudade* incluído na coletânea Pó publicada em 2002⁴³⁴ restabelece o vínculo entre a saudade e o afastamento da terra natal:

Tão longe da minha aldeia,

Do Torrão onde nasci,

Trago minha alma cheia

De saudades de ti

Ai que saudade

O tempo ao passar deixou,

Ai que saudade

Da terra que me gerou.

Finalmente, em Beijo de Abelha publicado por Maria das Dores Beirão em 2003 mais uma vez encontramos a saudade como a base temática de vários dos textos ali incluídos, como é o caso do poema *Retrato do José da Lata*:

Saudades da vida

Que apressada passou.

Prelúdios da morte

Que pouco durou.

Antes de entrarmos numa análise mais detalhada de alguns dos textos que pretendemos referenciar, convém fazer um pequeno aparte sobre dois autores importantes no universo literário português, ambos com percursos de vida e de produção literária na Califórnia, nomeadamente Jorge de Sena e Eduardo Mayone Dias. Não obstante, tanto devido às circunstâncias sobre as quais ambos imigraram, como ao facto de ambos estarem estreitamente associados à vida académica e com produção literária que precedia a sua chegada à Califórnia,

431 Idem

432 Idem

433 Idem

434 Ribeiro, Machado. Pó. San José, CA: Portuguese Heritage Society of California, 2002.

optei por não os incluir neste trabalho, sem que de nenhum modo, isso implique que a sua obra literária não seja sumamente importante, e que por vezes aborde o tema da saudade. Em realidade, a magnitude e importância da produção literária de qualquer um destes dois autores é de tal forma considerável que todas as intervenções deste congresso poderiam ser exclusivamente à obra de qualquer um deles. De todas as formas, os textos de Sena e Mayone Dias não podem ser considerados dentro dos parâmetros normalmente estabelecidos para a literatura de diáspora, tanto no que diz respeito à sua temática, como à sua forma e estrutura, que mais propriamente os inserem dentro do panorama de produção literária do seu país de origem, neste caso Portugal. Mas também, porque de facto, a sua experiência de emigração foi marcadamente diferente da partilhada pela maioria dos autores de diáspora, visto que a sua saída de Portugal não se vinculava, como na maioria dos casos, com uma tentativa de melhoramento de condições financeiras.

2. A PRIMEIRA GERAÇÃO

Originária da Ilha Terceira, Açores, foi lá que Maria das Dores Beirão completou os seus estudos e trabalhou como professora até 1967, ano em que emigrou para a Califórnia, onde também se dedicou ao ensino por vários anos. Durante a década de 80 começa a dedicar-se a tempo inteiro à empresa familiar que dirige com o seu marido e filhos. Desde o momento da sua chegada à Califórnia, Maria das Dores Beirão, conjuntamente com o seu marido, tem mantido uma intensa atividade cultural, contando com participações em jornais dos Açores e da Califórnia, conferências, colóquios e simpósios. Assídua investigadora do folclore Açoriano, faz parte de um grupo coral que se ocupa de interpretar temas tradicionais. Presentemente, vive em Napa, Califórnia. É casada com Hélio Beirão e tem três filhos e três netos. Beijo de Abelha, publicado em 2003 reúne poesia e prosas que Maria da Dores vinha produzindo por vários anos.

No prefácio a Beijo de Abelha José Luís da Silva descreve o texto da seguinte forma:

A presente obra de Maria das Dores Beirão representa uma nova visão na literatura luso-americana pelo seu equilíbrio e clarividência. Numa pequena coletânea de poemas e prosa poética, a autora consegue retratar magistralmente o seu processo de adaptação à experiência da emigração, ao mesmo tempo que vai dando uma imagem autêntica de si própria. (7)

De uma forma ou outra todos os textos inseridos na coletânea, Beijo de Abelha, (2003)⁴³⁵ abordam o tema da saudade. Assim, podemos encontrar diversas facetas deste sentimento mesmo nos textos que parecem ter uma temática que se distancia dos temas referentes à terra natal e familiares deixados atrás, como é o caso do poema *Mulheres Minhas Irmãs* que apresenta características de saudades de um futuro em que a igualdade de género seja uma realidade a todos os níveis e em todos os lugares.

Mulheres

Mestras de suas filhas

E das filhas de outras mulheres

Que já perderam a voz

Ah minhas irmãs

Fabricantes de vergonha e de humilhação

Mulheres do mundo inteiro

Operárias da criação

Levantai os braços em sinal de vitória

De força de beleza

Mulheres do todo o mundo

Mulheres de todas as cores

Mulheres de todas as classes

Mulheres de todas as crenças

É urgente!

435 Beirão, Maria das Dores. Beijo de Abelha. . San José, CA: Portuguese Heritage Society of California, 2003.

*Vamos recomeçar a luta!
 Já lá vão séculos de tanto uso
 De tanto abuso
 Nada há para vender
 Nada há para comprar
 Vamos vencer as injustiças
 Vamos proclamar a paz
 Estender as mesas p'ra penúria
 Das crianças de todos os lugares
 Vamos enfim ser mulheres
 corpo de terra que germina
 corpo de mar que embala
 chuva de mel
 que adoça a sementeira.*

No entanto, como podemos facilmente evidenciar pelos títulos da maioria dos textos inseridos nesta coletânea, muitos destes estão diretamente vinculados com a ausência dos lugares e pessoas amados pela autora e deixados atrás no local de origem. Assim, poemas como *Canto da Décima Ilha*, que trata da reconstrução da insularidade no local de acolhimento: “*Sou desta Ilha, Décima de rimas, / De poetas loucos, língua inventada. / Navega serena em marés de espuma, / Minha Ilha Mãtria reencontrada.*” (17); *Minha Gene É Minha Ilha*: “*Minha Gente é minha ilha / que trago bem escondida / no meu lenço de cambráia/ que acenei na despedida*” (19); *A Casa que já não é; Ilha em que autora diz*: “*Ilha fêmea, escrava da tua solidão / sapateia em terra de Bravos / cercada p’lo mar amante / e já de mim tão distante / que p’ra me calar, então / me envia a saudade / em vão!*”; e *Retrato do José da Lata* referido anteriormente.

Para além dos poemas, *Beijo de Abelha* inclui ainda pequenas prosas líricas, nomeadamente *O Velho Álbum e Vocês Não Sabem* na qual a autora claramente define o que é para ela a saudade:

Vocês não sabem que o ilhéu leva consigo a Ilha, não às costas como pesadelo, mas como pérola formada pela saudade na concha do coração. Vocês não sabem que o emigrante, onde quer que viva, cria espaços que lhe falam doutros espaços abandonados no nevoeiro da sua memória. (...) Vocês não sabem que os filhos e os netos do emigrante, embora com fraco domínio da língua portuguesa, são criados escutando a nossa música, os nossos contos, absorvendo a cultura e os valores dos pais (...) Vocês não sabem que a maior diferença entre quem parte e quem fica é que quem parte ama a dobrar. Vocês não sabem... (60)

Portanto, o que Maria das Dores Beirão parece dizer-nos, é que a totalidade cultural de saudade só é verdadeiramente conhecido por aqueles que partem. Pelos imigrantes de primeira geração, os que conhecem no corpo a dor da ausência e do desterro. Talvez a razão pela qual este vocábulo tenha um peso cultural tão significativo na cultura portuguesa, seja precisamente, porque os portugueses, mais que qualquer outro povo, tem sido sujeito a partidas e longas ausências desde os primórdios do século XV. Em suma, em Maria das Dores o termo saudade paradoxalmente engloba ternura e dor e está diretamente vinculada com a memória.

Tal como Maria das Dores, Alfred Lewis (Alfredo Luís) é emigrante de primeira geração, ou seja também ele nasce em Portugal, mais precisamente na freguesia da Fajãzinha na ilha das Flores, e emigra para os Estados Unidos em 1922, com 19 anos de idade. Desde o momento da sua chegada, Alfred Lewis começa a conjugar a sua atividade económica, com a sua atividade literária, e após um breve período de emprego nos campos do Vale de São Joaquim e num restaurante português em São Francisco, vemo-lo permanentemente ligado às letras portuguesas na Califórnia, pois é convidado por Pedro da Silveira, editor do *Jornal de Notícias*, para trabalhar na *Revista Portuguesa*.

Posteriormente, virá a participar no *Jornal de Tulare Lavrador Português*. Para além dos inúmeros artigos, poemas e pelo menos dois contos que foram publicados nas páginas de praticamente todas os periódicos em língua portuguesa na Califórnia, assim como em diversos jornais e revistas em língua inglesa, Lewis escreveu vários romances, dos quais, obviamente, o mais conhecido, é *Home is an Island*. Este foi seguido por um romance

autobiográfico *The Land is Here*, e depois por *Sixty Acres and a Barn, Rockville California, The Mark of the Trespasses*, e *A Ship Full of Corn*⁴³⁶. Com exceção de *Sixty Acres and a Barn* que foi publicado em 2005 pela casa editorial da Universidade de Massachusetts, Dartmouth, e da coletânea *Poesias* organizada por Donald Warrin e publicada em 1986 pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Direção de Serviços Sociais do Governo Regional dos Açores, todos estes romances, assim como alguns dos seus contos permanecem inéditos, e talvez sejam merecedores de mais uma vista de olhos, já que não seja, pela imprensa em língua portuguesa na Califórnia. De todos os emigrantes portugueses que na Califórnia se ocuparam de escrever e publicar, quer seja em livros ou jornais, Alfred Lewis foi sem dúvida um dos mais conhecidos, e o primeiro a alcançar publicação do seu romance *Home is an Island* por uma editora americana, a Random House. Tal como verificámos anteriormente em Maria das Dores Beirão, também o tema central do romance de Lewis é a saudade, tema este que se transforma no fio condutor do enredo assim como no principal marco identitário do protagonista.

3. A SAUDADE DOS QUE NÃO PARTIRAM

Como afirmámos no início deste trabalho, a frequente presença da temática da saudade na produção literária da primeira geração de imigrantes portugueses na Califórnia, não é surpreendente. O que nos parece mais relevante, é a contínua exploração deste tema por aqueles que não partiram, ou seja, por Luso-Americanos e por Portugueses que nunca emigraram. Um dos casos emblemáticos é a escritora Luso-Americana Katherine Vaz, que até este momento publicou em Inglês e por editoras americanas ou inglesas, dois romances - *Saudade* e *Mariana*, e um livro de contos - *Fado and other stories*. Todos eles subsequentemente traduzidos ao português e publicados em Portugal.

Se em *Home is an Island* Alfred Lewis recriou um mundo através de referências de que ele próprio tinha conhecimento devido as suas experiências de infância e juventude, em *Saudade*, Katherine Vaz recria o mundo de Clara, a sua protagonista surda, não utilizando referências culturais adquiridas através da sua própria experiência cultural, mas sim aquelas que lhe foram transmitidas pelos seus familiares, particularmente o seu pai e família paterna, visto que a família materna de Katherine Vaz é de descendência Irlandesa. Adicionalmente, a escritora fez várias viagens a Portugal, particularmente aos Açores, onde adquiriu muitas das referências culturais e geográficas utilizadas nos seus textos. Assim, a narrativa de Vaz, tanto em *Saudade* como em *Fado and other stories* apresenta várias particularidades culturais que são utilizadas pela autora para recriar nas suas obras um mundo, ou um espaço cultural português ou luso-americano. Em todos os seus textos Vaz utiliza múltiplas referências à cultura portuguesa, desde os nomes de quase todas as suas personagens, especialmente as protagonistas, até as descrições de instrumentos musicais e de trabalho, assim como alimentos tradicionalmente portugueses. Inevitavelmente, uma das particularidades da cultura portuguesa amplamente utilizada por Vaz é o saudosismo e o fatalismo português tipicamente associados à saudade e ao fado. Desta forma, uma das características das personagens de Katherine Vaz é a situação trágica das mesmas, pois estas vivem entaladas entre duas culturas e como tal, continuamente em busca da sua identidade cultural "*I'm not Portuguese, she thought not any more. I'm Hawaiian.*"⁴³⁷ [*Eu não sou Portuguesa, pensou, já não, agora sou Havaiana*]⁴³⁸ Em realidade, praticamente todos as personagens de Vaz, são irremediavelmente trágicas sem terem qualquer possibilidade de fugir ao seu fado "*Xica Adelinha Costa had tried to escape Portuguese fate by moving halfway across the world, to a dry inland patch, but there she was for the second time in her life on a shoreline wailing over the body of a dead man.*"⁴³⁹ [*Xica Adelinha Costa tinha tentado fugir à sina portuguesa mudando-se para o outro lado do mundo, para um árido pedaço de terra, mas, aqui estava ela, pela segunda vez na sua vida, abraçada a um corpo inerte, cuja vida tinha sido arrebatada pelas águas.*]⁴⁴⁰ No entanto, por vezes a narrativa levanta a dúvida se a tragédia das personagens é simplesmente derivada do facto de elas serem portuguesas ou de descendência portuguesa, e como tal fadados para a desgraça "*But I do have one Lusitanian quality that has the strength of instinct in me, without my faking it or pumping it up Portuguese fatalism gravitates to the*

436 Warrin, Donald. *Alfred Lewis: Romance e Poesia em Dois Idiomas*. Alfred Lewis: *Escritor de Emoções*. Açores: Direção Regional das Comunidades, 2002.

437 Vaz, Katherine, *Fado and other stories*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1997. (114)

438 Minha tradução

439 Idem (105-106)

440 Minha tradução

*absolute*⁴⁴¹[Mas eu tenho uma qualidade Lusitana que tem força de instinto, pois sem necessidade de fingimento ou esforço, o fatalismo Português atinge em mim magnitude absoluta]⁴⁴² ou pelo facto que as personagens vivem dentro de uma sociedade, mas mantendo a estrutura cultural de outra sociedade que entra em conflito e muitas vezes é incompatível com a cultura da sociedade onde vivem, neste caso, as personagens são, ou emigrantes portugueses ou Luso-Americanos que vivem nos Estados Unidos, nomeadamente na Califórnia e no Havai, mas conservam fortes vínculos culturais com o seu lugar de origem ou o lugar de origem de seus antecedentes. Em suma, todas as personagens de Katherine Vaz, são personagens saudosas, que se mantêm amarradas à sua cultura tradicional pois esta é a única forma de manterem ligação com o seu local de origem e talvez a única forma de atenuar a dor da saudade.

Um dos contos emblemáticos da coleção é o conto *Original Sin* que propõe que a tragédia de Miranda reside no facto de que ela é oriunda de uma cultura onde o silêncio, a solidão e as crenças religiosas são fundamentais, ou seja, o facto de que ela é portuguesa “*My father once explained to me the solitude of the Portuguese: We would rather go out to sea alone in a small boat than fish together on a big one... We bought land for power but mostly for isolation.*”⁴⁴³ [Uma vez, o meu pai falou-me sobre a solidão dos Portugueses: nós preferíamos deitarmo-nos ao mar sozinhos numa pequena embarcação do que pescar em grupo numa embarcação maior... Nós compramos terra para adquirir poder, mas mais que nada para adquirir isolamento.]⁴⁴⁴ Em realidade, Miranda tem muito pouco em comum com qualquer jovem que viva na Califórnia fora da comunidade portuguesa, ela é uma personagem que vive isolada dentro de uma comunidade isolada que está organizada de acordo a um conjunto de referências culturais ancoradas no passado e num local distante, ou seja uma comunidade que culturalmente, pertence a um espaço e um tempo que não corresponde à sua realidade física. Este facto é enfatizado pela estrada que separa a comunidade Portuguesa dos outros habitantes da pequena cidade, e que embora possa ser considerada como o ponto de contacto entre os membros da comunidade portuguesa com a comunidade em geral, aparece como o local que provoca a morte do pai e do irmão da protagonista, e implicitamente como o obstáculo insuperável que mantém Miranda e o resto da comunidade portuguesa completamente isolada “*my father and brother died in a car wreck, in the stretch were we converged with outsiders. The road, like most of the ones in California, always smelled like blood.*”⁴⁴⁵ [o meu pai e o meu irmão morreram num desastre de automóvel, nesse pedaço de estrada onde nós nos encontrávamos com os que não pertenciam à nossa comunidade. A estrada, como quase todas as outras na Califórnia, cheirava a sangue.]⁴⁴⁶ Desta forma, Katherine Vaz constrói narrativas através da utilização de numerosas referências culturais, que projetam a polaridade cultural da comunidade portuguesa residente nos Estados Unidos, particularmente na Califórnia, e propõe que a impossibilidade de reconciliar estas duas culturas - a portuguesa e a americana, e de superar o desolador sentimento de saudade que marca as personagens, provoca nelas uma amargura insuperável, resultando na sua eventual destruição. Assim, parece plausível afirmar que em Vaz, a saudade perde a ternura projetada pelos autores que abordámos anteriormente, para ganhar amargura e solidão. As personagens de Katherine Vaz têm saudades de um tempo e lugar longínquo de acordo com os quais elas se constroem, mas este sentimento revela-se como a força catalítica da sua destruição.

Em último lugar, outro caso emblemático, é o de Álamo de Oliveira, que embora não resida na diáspora, pois é originário e residente da ilha Terceira no Arquipélago dos Açores, tem frequentemente abordado a temática da imigração, particularmente da imigração açoriana para a Califórnia. Reconhecido poeta, dramaturgo, ensaísta e romancista, Álamo de Oliveira, no seu romance de maior fôlio, Já não gosto de chocolates trabalha o tema da saudade de uma forma subtil mas no entanto desoladora. No romance, Oliveira transporta o leitor ao pequeno quarto do lar de terceira idade, onde o protagonista José Silva (Joe Sylvia) está internado há quatro anos. É lá, que Joe Sylvia, nostálgicamente relata a história da sua família, particularmente esposa e filhos, à sua enfermeira mexicana, a Rosemary. Assim, Joe Sylvia dá voz aos milhares de emigrantes portugueses que abandonaram as suas aldeias de origem e viajaram para o Estado Dourado, a Califórnia.

441 Idem (20)

442 Minha tradução

443 Idem (3)

444 Minha tradução

445 Idem (2)

446 Minha tradução

Este relato, inerentemente nostálgico, guia o leitor pela trajetória do processo de emigração, desde a euforia da partida, até à tragédia da perda de identidade e desintegração da família. Embora Joe Sylvia tivesse, aparentemente, conseguido alcançar o enigmático ‘sonho americano’, fá-lo em troca de tudo o que fazia parte da sua identidade cultural e afetiva. Joe Sylvia, não só tem saudade da maneira como se vive na sua terra natal, mas também da morte, ou seja da forma de morrer na sua ilha “‘Se morresse na minha ilha...’ Joe Sylvia pensava na morte ditosa dos pais, embora roesse o remorso da ausência. Mas, na ilha, era outro o morrer – mais pobre, sem dúvida - mas com direito a lágrimas sentidas, salgadas de saudades novas que só desvaneceriam com o decorrer do tempo.”⁴⁴⁷ Assim, a saudade que em Katherine Vaz aparecia fortemente marcada pela amargura e pela solidão, em Álvaro de Oliveira aparece carregada pelo peso do desencanto e da desilusão, pois em Já não gosto de chocolates, a saudade da terra e das gentes perdidas no outrora, é fortificada pelo reconhecimento que o imigrante perde muito mais do que ganha, e que as recompensas económicas não conseguem compensar a perda de identidade e o perpétuo sentimento de deslocamento que o assolam. O protagonista de Já não gosto de chocolates, não só tem saudade da terra e das gentes da sua juventude, mas sim de si mesmo, ou seja, tem saudade de José Silva, o que ficou na memória da ilha, o que gostava de chocolates. Em suma, Joe Sylvia tem saudades de ter saudade.

Em conclusão, é óbvio que, tal como muitos dos diversos autores da diáspora lusitana na Califórnia, Alfred Lewis e Katherine Vaz, amplamente desenvolveram o tema da saudade nos seus textos, como podemos pois, explicar o facto de só estes dois escritores merecerem publicação das suas obras por editoras americanas? Uma das possibilidades mais plausíveis, é o facto que a notável diferença entre a produção literária destes dois escritores e os outros escritores da diáspora lusitana na Califórnia, é que ambos escreveram na língua do país de acolhimento, neste caso o Inglês, o que facilitou o processo de conhecimento das mesmas por parte das editoras americanas, e resultou na eventual publicação das mesmas. Desta forma, podemos ponderar, que, caso outros dos autores que há mais de um século mantêm uma prolífera produção literária na Califórnia, tivessem escrito em Inglês, possivelmente também teriam visto as suas obras serem alvo do interesse de editoras americanas. No entanto, presentemente uma outra tendência se solidifica na literatura da diáspora e na literatura sobre a diáspora – a hibridiz linguística como metáfora da hibridiz cultural – o que, talvez não contribua para a divulgação da literatura da nossa diáspora no ‘main stream’ das letras americanas, mas, sem dúvida lhe concederá uma vertente inovadora que por ventura lhe poderá vir a conceder identidade e valor próprio. Mas esse será um tema a desenvolver num futuro colóquio da Lusofonia.

55) HELENA ANACLETO-MATIAS/TIAGO ANACLETO MATIAS

Helena Anacleto-Matias é Licenciada (1988) e Mestre em Estudos Anglo-Americanos (Universidade do Porto – 1997) e tem duas Pós-graduações: como intérprete de conferências (Universidade de Genebra), enquanto bolsista do Parlamento Europeu e fez o Diploma em Estudos Americanos (Smith College, EUA) enquanto bolsista Fulbright. Desde 1993 é docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Participou três vezes com comunicação nos Encontros Lusófonos e este ano apresenta em coautoria com

Tiago Anacleto Matias Bacharel em Línguas e Secretariado (2000) e Licenciado em Tradução Especializada (2002) pelo Instituto Politécnico do Porto, tendo sido aluno Erasmus na Dinamarca em 1998. Tem uma Pós-graduação em Tradução para Legendagem pelo Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes (Porto) e está a frequentar as unidades curriculares do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas do ISCAP, enquanto escreve a sua Dissertação. Desde outubro de 2004 é funcionário do Parlamento Europeu, em Bruxelas.

Esta é a sua primeira comunicação em coautoria num Encontro internacional. hanacleto@iscap.ipp.pt & tiago.ferreira@europarl.europa.eu

447 Oliveira, Álvaro. Já não gosto de chocolates. Lisboa: Edições Salamandra, 1999.

LEGENDAGEM VERSUS DOBRAGEM NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NA EUROPA DE HOJE. IMPACTO SOCIOLINGUÍSTICO EM PORTUGAL E OUTROS PAÍSES EUROPEUS, HELENA ANACLETO-MATIAS E TIAGO ANACLETO-MATIAS, ISCAP - INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO E PARLAMENTO EUROPEU

Nos dias de hoje, o Inglês é cada vez mais a *lingua franca* em todo o mundo. Não só os programas e os filmes nos canais que encontramos na nossa TV por cabo utilizam maioritariamente o Inglês, mas também a Internet. Mas será esse um sinal negativo para as línguas com menos expressão no mundo? Será o Português uma delas? E como é com outras línguas menos faladas no mundo do que o Português?

Esta proposta pretende aflorar o impacto que a tradução pode ter na sociedade, ou seja, qual será o efeito - se positivo ou negativo - de numas sociedades se utilizar a legendagem, e noutras a dobragem de filmes, programas e/ou notícias.

Tendo como base a nossa experiência pessoal em vários países, onde a legendagem ou, ao invés, a dobragem são uma constante, focaremos algumas teorias contrastantes. Discutiremos também hipóteses que justifiquem a preferência de cada povo ao escolher uma das técnicas e a influência que cada uma tem na sua própria sociedade. Será também discutida a influência da televisão no quotidiano de cada povo e a técnica utilizada na Europa no mundo televisivo ligado às crianças. A que ponto um programa para crianças deve ser legendado ou antes dobrado? Será que a criança aprenderá mais facilmente uma língua estrangeira se a ouvir, tendo a possibilidade de ler as legendas na sua língua materna? Terá ela mais facilidade em aprender a ler se os programas que ela visionar forem regularmente legendados em vez de dobrados?

Ademais, convém referir nesta abordagem a importância da legendagem ou dobragem para pessoas com necessidades especiais. Será igualmente abordado o impacto da influência anglo-saxónica no dia-a-dia linguístico do indivíduo; se haverá risco para uma determinada língua começar a inter-relacionar-se com o Inglês, unicamente porque se apostou mais na dobragem do que na legendagem ou vice-versa.

1 – INTRODUÇÃO: PROPOSTAS DE PROBLEMÁTICA, HIPÓTESE E METODOLOGIA

A questão de determinadas instituições, tais como estações de televisão ou empresas de exibição cinematográficas preferirem a legendagem à dobragem de programas televisivos, bem como DVD ou vídeos constitui a nossa principal preocupação na perspetiva deste artigo. Escolher a dobragem ou a legendagem? – Eis a questão.

Apresentaremos algumas características e alguns fatores que levam à escolha de uma em detrimento da outra. A formulação da hipótese seguinte é a nossa proposta: se a legendagem é mais respeitadora do original e, portanto, mais adequada à satisfação do público-alvo, então deverá ser preferida em relação à dobragem de programas.

A metodologia que seguiremos será baseada na observação de factos em diversos países, na análise de teorias interpretativas relacionadas com a problemática e na leitura de dados relativos àqueles países.

Parece-nos importante explorar a questão da decisão da escolha da legendagem em detrimento da dobragem de programas. Deveremos ter em conta a definição teórica dos dois conceitos, a tipologia dos programas a serem difundidos e sobretudo os objetivos funcionais que visam chegar ao público-alvo.

Partamos, portanto, para uma possível definição dos conceitos “Legendagem” e “Dobragem”. Entendemos por legendagem e dobragem a seguinte definição: “As duas formas mais comuns de tradução no ecrã são *dobragem*, em que o texto falado no programa é retirado e substituído por um novo na língua do público recetor, e *legendagem*, em que a banda sonora é mantida intacta, mas em que um texto com a tradução do diálogo em forma condensada aparece na base inferior do ecrã.” (Broddason, 2006: 2)

Seguindo a Convenção de Berna, o Decreto-Lei número 15/99, de 15 de janeiro de 1999, aprova a intervenção do Estado nas atividades cinematográfica, audiovisual e multimédia, nos aspetos relacionados com as atribuições

específicas do Ministério da Cultura, advogando que é obrigatória a legendagem ou dobragem em português de filmes destinados à exploração comercial falados originalmente noutras línguas; excluem-se do disposto no número anterior os filmes destinados exclusivamente à projeção em salas de cinema especializadas na exibição de filmes estrangeiros na língua original. Além disso, as legendas, a locução e o diálogo dos filmes e videogramas publicitários deverão ser, obrigatoriamente, em língua portuguesa, sem prejuízo de se poder admitir a utilização excepcional de palavras ou de expressões em língua estrangeira, quando necessárias à obtenção do efeito visado na conceção do anúncio.

Portanto, vamos mais à frente defender que, se a legendagem respeita em todos os sentidos muito mais o original do que a dobragem, então é extremamente importante nos dias de hoje que a tecnologia nos possibilite escolher num DVD entre selecionar a dobragem ou a legendagem no visionamento de qualquer filme, programa ou documentário ou até ambas as técnicas juntas, também para pessoas com necessidades auditivas especiais.

2 – AS LÍNGUAS FRANCAS E A NECESSIDADE DE TRADUÇÃO

A língua inglesa não é, por definição ou por qualquer inerência linguística a mais adequada a ser a língua franca do presente; seja por motivos políticos, históricos, sociológicos ou de outra ordem, o facto é que a língua franca da economia da atualidade é indubitavelmente o Inglês, já para não falar na importância e utilização maioritária desta língua no mundo das novas tecnologias de informação.

Mas é sabido que o Português também é uma das línguas mais faladas no Mundo, se tivermos em conta o número de falantes nativos. Em termos de língua materna, o Português é uma língua falada na totalidade dos continentes, mas “No entanto, na prática geoestratégica, não tem conseguido adquirir a visibilidade de outras línguas como é o caso da inglesa ou da espanhola.” (Filipe, 2004)

Ademais, não podemos deixar de pensar que, embora os Estados Unidos da América do Norte estejam a ultrapassar uma recessão económica, continuam a influenciar culturalmente o mundo globalizado. Aí as duas línguas mais faladas são precisamente aquelas que Filipe definiu como as que mais visibilidade detêm no mundo de hoje – o Inglês e o Castelhana, embora esta última não seja oficial nos EUA. No entanto, não podemos esquecer que dos países da América Latina, que se distribuem desde a América do Norte até à do Sul, passando pela central, apenas o Brasil não fala o Castelhana e é curioso notar que o idioma castelhana aparece de igual forma espalhado pelos quatro cantos do mundo tal como o Português.

O certo é que não foram estas duas línguas latinas que conseguiram impor-se no mundo globalizado de hoje, mas sim o Inglês. Não só os programas e os filmes nos canais que encontramos na nossa TV por cabo utilizam sobretudo o Inglês, mas a produção cinematográfica de *Hollywood* e *Bollywood* são em Inglês. Daí que as necessidades pedagógicas no ensino das línguas vivas, nomeadamente do Inglês sejam cada vez mais sofisticadas e imperativas, como por exemplo nos meios audiovisuais – todos os produtos legendados constituem-se, indubitavelmente, num significativo apoio didático à aprendizagem da língua original daquele produto, neste caso da língua inglesa.

Mas será esse um sinal negativo para as línguas com menos expressão no mundo? Parece-nos que não; pelo contrário, a legendagem ajuda à preservação e emancipação de línguas nacionais, até minoritárias que se veem projetadas nos países em que os produtos são difundidos.

Pensamos que é muito mais importante cada estado ou nação tentar defender a sua língua, principalmente as minoritárias, para que estas não desapareçam, pois parece-nos que não é o facto de um produto estrangeiro ser legendado que vá influenciar ou pelo menos fazer desaparecer uma língua, independentemente do número diminuto de falantes que tenha. Deve haver incentivos para a preservação dessas línguas minoritárias, como é o caso do Mirandês em Portugal, e à produção audiovisual, à publicação de literatura assim como à aprendizagem nas escolas dessas línguas.

Na Bélgica, por exemplo, onde coexistem pelo menos três línguas nacionais oficiais – Alemão (3%), Francês (40%) e Neerlandês (57%) – há sempre o cuidado de manter a língua alemã como língua viva, apesar de haver uma percentagem pequena de falantes nativos. Durante a nossa pesquisa na Internet, encontramos um blogue que discutia precisamente o facto de as regiões francófona e alemã não apostarem mais na legendagem, como forma de compreenderem e aprenderem melhor a língua mais falada na Bélgica, o Neerlandês. A região Flamengo, também devido à influência dos Países Baixos, aposta sobretudo na técnica da legendagem, pelo que os nativos desta região têm mais facilidade em aprender outras línguas estrangeiras.

Por todas estas razões, podemos afirmar que a tradução serve como ponte transcultural entre as línguas de partida e a de chegada. Não só os tradutores são agentes transculturais, como os produtos finais do seu trabalho se tornam documentos fundamentais para a comunicação e a preservação das línguas, bem como a sua difusão.

3 – LEGENDAGEM E DOBRAGEM – OPOSIÇÃO OU COMPLEMENTARIDADE?

A tabela abaixo pretende aflorar o impacto que a tradução pode ter na sociedade e qual será o efeito da adoção da técnica de legendagem ou dobragem nas diferentes sociedades, principalmente no caso de programas, notícias, filmes, documentários, entre outros.

Quanto à problemática da preferência da dobragem versus legendagem, gostaríamos de apresentar um quadro contrastivo das características de ambos os tipos de tradução. Segundo Fátima Dias, que se expressou em Inglês, as principais características são as seguintes (Dias, 2006: 2 – nossa tradução do Inglês):

DOBRAGEM	LEGENDAGEM
Caro	Barato
Perde-se o diálogo original	Respeita a integridade do diálogo original
Mais demorado	Relativamente rápido
Finge ser um produto nacional	Promove a aprendizagem de línguas estrangeiras
Dobrar as vozes dos atores pode ser repetitivo	Qualidade das vozes originais dos atores
É bom para os maus leitores	Adequado aos surdos / Ajuda os imigrantes
Respeita a imagem do original	Polui a imagem
Fornecer mais informação original	Requer maior redução de informação original
Permite sobreposição de diálogos	Não permite sobreposição de diálogos
O espetador pode centrar-se nas imagens	Dispersão de atenção: imagem e texto escrito
O espetador pode seguir o sentido, mesmo se estiver distraído da visão	O espetador perde o sentido se distraído
Exigências de sincronização labial	Limitado pelo tempo e pelo espaço
Apenas um código linguístico	Dois códigos linguísticos diferentes simultaneamente podem desorientar
Permite maior ilusão cinematográfica	Pode desviar a atenção da ilusão cinematográfica

Quanto à tabela acima apresentada, oferece-nos tecer os seguintes comentários em favor da técnica da legendagem:

- a) A legendagem é mais barata e requer menos mão-de-obra relativamente à dobragem;
- b) Na legendagem o original é respeitado integralmente, ao passo que na dobragem o diálogo acaba por sofrer interferências, não só devido ao registo linguístico, mas também na voz do original, influenciando igualmente a velocidade no diálogo, que acaba por ser mais rápido na primeira técnica;
- c) A legendagem incentiva à leitura e ajuda, tanto os surdos como os imigrantes e também os estudantes de uma língua estrangeira a compreenderem o conteúdo da mensagem e a aprenderem mais rapidamente a língua que esteja a ser utilizada naquela técnica.

- d) A legendagem não permite a sobreposição de diálogos, mas deixa que ouçamos o som do original, sendo mais elucidativo;
- e) Por último, a questão da manutenção do original favorece o ouvinte na aprendizagem de línguas estrangeiras, ajudando-o a encontrar o equivalente na sua língua materna através da legendagem.

Cabe-nos concluir que a legendagem é em geral mais positiva do que a dobragem, pois acaba por favorecer a leitura, fornece a possibilidade de aprendizagem àqueles que estão a aprender uma qualquer língua estrangeira e dá a hipótese aos surdos de poderem desfrutar integralmente do visionamento de um filme, programa ou documentário. Aliás, hoje em dia já existe a preocupação de qualquer emissão televisiva dispor e disponibilizar a legendagem especializada no teletexto de qualquer televisor mais sofisticado.

E, embora não seja tanto uma razão assinalável, mas quem pode ver um determinado filme legendado, acaba por não perturbar o vizinho, amigo ou familiar, porque o televisor pode estar num volume mais baixo, já que a interpretação das imagens pode ser feita recorrendo à leitura da imagem e da legenda. Podemos também focar o facto de um programa estar a ser exibido num local barulhento e ainda assim, com as legendas, qualquer telespetador conseguir acompanhar e captar a informação.

Quando em 2000 tivemos uma visita de uma amiga nossa das Ilhas Canárias e tivemos por acaso a oportunidade de ver um filme em que um dos atores principais era o Eddy Murphy, ainda nos recordamos da forma espantada em que exclamou: “finalmente posso conhecer a voz original deste ator”. Ora, mesmo sabendo que nessa altura já havia DVD com a possibilidade de ver filmes na versão original e com legendas ou optar pela versão dobrada em Castelhana, pois em Espanha qualquer filme estrangeiro tem sempre essas duas opções, conseguimos aperceber que a influência e a cultura enraizada da dobragem na sociedade espanhola acabam por escolher maioritariamente a versão dobrada na sua língua materna. Além disso, para um português comum é estranhíssimo não conhecer uma voz tão peculiar como a daquele ator ou outro qualquer que possua tiques e expressões tão próprias que acabamos por usar no nosso dia-a-dia, não só entre amigos, como também na escola ou até mesmo em publicidade. O mesmo nunca se passaria na Islândia: “Para um Islandês, a ideia de uma estrela de cinema inglesa ou norte-americana, ou uma personagem da televisão expressar-se em Islandês num ecrã, pareceria absurda.” (Broddason, 2006: 5)

No entanto, talvez a preferência pela dobragem aconteça mais entre os nacionais dos países onde se pratica a dobragem do que propriamente quanto aqueles além-fronteiras. Trabalhamos diariamente com espanhóis, por exemplo, e constatamos que estes, talvez devido ao facto de se terem desabituaado do processo da dobragem adotado na Espanha e por normalmente terem acesso direto a emissões com recurso à legendagem na Bélgica, acabam por preferir a versão original com legendas em relação à dobrada, principalmente quando vão ao cinema. O mesmo acontece com os emigrante alemães, italianos ou até franceses com quem trabalhamos, mesmo que estes últimos tenham acesso mais rápido à versão dobrada por se encontrarem ao lado da Alemanha ou da França e as televisões belgas francófonas apostarem na dobragem por excelência, pois também se torna mais barato.

A verdade é que a dobragem não adultera unicamente a sincronização labial entre a imagem e o discurso ouvido. Como o recetor está a falar numa língua diferente daquela que está a ser ouvida, utiliza uma linguagem corporal e gestual em consonância com a sua cultura linguística. Portanto, não basta apenas dominar na perfeição a técnica da dobragem; se o autor dos textos traduzidos os transformou em diálogos adaptados e se o ator conseguir na perfeição sincronizar a sua própria voz com a do ator na imagem então isso seria genial, ainda assim os gestos e a mímica associados à língua de chegada não estarão presentes na imagem do filme de partida, pelo que a dobragem nunca poderá ser ideal.

Obviamente que em ambos os casos se recorre à arte de bem traduzir, mas ao aplicar a legendagem ou a dobragem, cada técnica acaba por exigir diferentes métodos e o impacto para o público-alvo é indubitavelmente diferente. Temos conhecimento que nalguns países a dobragem é feita com muito profissionalismo e perfeição, como é o caso do Brasil ou até mesmo da Alemanha, mas há variadíssimos programas que sofrem pelo facto de muitas dobragens serem feitas por qualquer pessoa, sem o mínimo de formação na arte de representar e/ou profissionalismo, pelo que adultera e quebra a qualidade desse programa. Muitas vezes estamos a assistir a um

filme e reparamos que as vozes não são consentâneas com o movimento labial dos atores, o que torna a qualidade da dobragem do filme medíocre.

Lembramo-nos que antigamente, mesmo não sendo fãs de telenovelas, houve uma fase na televisão portuguesa em que se apostava na importação de séries televisivas provenientes de países da América Latina, excetuando obviamente o Brasil, em que a dobragem dessas séries era feita para Português, com uma qualidade mínima e com desrespeito pelos diálogos do original. Obviamente que tiveram pouco sucesso entre o comum dos telespetadores, não só pela insuficiente qualidade, como também pela confusão que fazia ao telespetador ouvir vozes em Português do Brasil e ver os lábios dos atores articularem em Castelhana e não em simultâneo.

“Considerando que a dobragem é mais de dez vezes mais cara do que a legendagem, é óbvio que a televisão Galesa é vista como um bem essencial na preservação da língua falada e implicitamente no sentido de identidade nacional”. (Broddason, 2006: 2) Praticase de facto esta técnica de dobragem no País de Gales, que se sente “uma Nação sem Estado”, porque ajuda a manter a língua Galesa, a sua identidade cultural e a sua personalidade nacional.

Como análise conclusiva à tabela acima apresentada, podemos afirmar que os indivíduos que nasceram e foram habituados a assistir a programas com recurso à técnica da dobragem, em geral preferem-na em relação à legendagem e vice-versa. Temos como exemplos da primeira técnica, a França, a Alemanha, a Itália e a Espanha, enquanto outras nações, tais como os países nórdicos, as relativamente recentes repúblicas da ex-Jugoslávia, a Flandres na Bélgica, os Países Baixos, a Grécia, Portugal e Israel preferem a legendagem.

No que toca particularmente ao caso da Polónia, é ainda mais gritante esta questão da dobragem versus legendagem, pois naquele país ainda nos dias de hoje se pratica uma técnica completamente desatualizada: independentemente do programa estrangeiro que esteja a ser exibido, há apenas e sempre uma única voz para traduzir todos os atores e os seus diálogos e esta *voz-off* é sobreposta à banda sonora original que se continua a ouvir ao fundo. Esta situação é inaceitável e provoca no telespetador um cansaço mental extremo e muita confusão.

Os habitantes das nações mais economicamente poderosas da Europa ocidental justificam normalmente a sua preferência pela dobragem única e exclusivamente pelos dois últimos fatores apresentados no fundo da tabela, ou seja, porque se estiverem a ver algo legendado não conseguem ler rapidamente e ver a imagem em simultâneo; além disso alegam que acabam por se distrair, pura e simplesmente porque estão a ouvir uma língua estrangeira e a ler na sua própria língua.

Ora, esta última razão é aquela que precisamente os linguistas defendem como mais importante para o desenvolvimento da literacia na língua materna e para a aprendizagem de línguas estrangeiras. Talvez por essa razão, por exemplo, um Português normalmente consiga compreender um cidadão espanhol e um espanhol tenha verdadeiras dificuldades em entender um cidadão português.

4 – OS MEDIA AUDIOVISUAIS:

4.1 – NA EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Está estatisticamente provado que o espetador Português é um dos que, dentro da União Europeia, mais horas passa em frente ao televisor e que o efeito deste meio de comunicação no quotidiano social de cada cidadão é avassalador. As opiniões são formadas a partir dos programas de televisão e a guerra das audiências, juntamente com os patrocínios e publicidade ditam as características dos programas difundidos no horário nobre. Estas necessidades acrescem à responsabilidade civil e de cidadania que os meios de comunicação social desempenham entre as populações locais, as comunidades civis e a sociedade em geral.

Os jornais, livros e a imprensa escrita deixaram de ter o impacto que dantes havia, potencialmente devido às características técnicas de difusão não terem tido a dimensão que hoje têm. Hoje em dia também os blogs, os

sítios personalizados na Internet e os *self-media* têm vindo a substituir a imprensa escrita na sua importância na formação de opinião.

Tendo em conta que os cidadãos leem cada vez menos livros, jornais ou revistas, é imperioso apostar cada vez mais na legendagem e na utilização de vocábulos de origem portuguesa para a divulgação e a promoção da nossa língua. Contrariamente, a dobragem acaba por não incentivar a população mais jovem à leitura nem à aprendizagem da língua de Camões, nem de qualquer outra língua através da legendagem. A dobragem pode ser um veículo de comunicação tal como a legendagem, mas acaba por tornar o visionamento dos programas televisivos mais passivo quanto ao esforço intelectual, não obrigando a pessoa a processar a informação de uma maneira crítica e educativa. Além disso, o telespetador acaba por não poder aprender a descodificar a leitura implícita numa legenda ou lançar-se na interpretação de dados e na opinião crítica de como se escreve ou não uma palavra ou uma expressão.

Nos últimos anos tem havido uma discussão acesa sobre a questão da tradução de versões estrangeiras na República Checa. Mesmo não sendo um país multilíngue, como são a Bélgica, o Luxemburgo ou a Suíça, os checos estão a optar sobretudo pela legendagem nos cinemas, embora se levantem vozes a favor da dobragem. David Horacek afirma “a dobragem é uma solução comercial indispensável e para atrair um público mais numeroso, é preciso difundir em checo”. (Horacek, 2004) Horacek continua afirmando que na Hungria, a título de comparação, onde há 10 milhões de habitantes como na República Checa, a dobragem leva muito mais pessoas ao cinema na Hungria.

No entanto, segundo Martin Malik, responsável pela distribuição de filmes da Warner Bros no mercado Checo, “só faz sentido dobrar os filmes para um público mais familiar e não haverá interesse em fazê-lo a nível geral, pois é muito mais caro e não seria rentável.” Foi devido a este facto que a Warner Bros, depois de receber várias mensagens eletrónicas contra, decidiu anular a dobragem da trilogia “O Senhor dos Anéis”.

Concluindo, Horacek volta a defender que a dobragem seria apenas 20 a 30% mais cara do que a legendagem e que esses custos seriam compensados com o aumento de público checo nas salas de cinema, excluindo apenas os estrangeiros que deixariam de ir, pois os checos já estão habituados a ver toda a programação estrangeira dobrada na televisão. Por este motivo os checos vão pouco ao cinema, já que não conseguem acompanhar o filme e ler as legendas em simultâneo.

Estes argumentos afiguram-se-nos falaciosos, pois nada garante que o público aumentasse significativamente nas salas de cinema, no caso checo ou noutra qualquer, caso se passasse a dobrar os filmes no cinema. Há quem vá ao cinema precisamente porque pode assistir à versão original, como acontece em Bruxelas onde a legendagem no cinema é bilingue (Francês e Neerlandês) e ao mesmo tempo praticar a aprendizagem da língua estrangeira original do filme. As versões dobradas em Bruxelas são exclusivas dos públicos infantis e normalmente têm menos público nas salas do que nos originais legendados.

Ademais, parece-nos que a versão de Horacek seria muito negativa na sociedade portuguesa, pois a presença de estrangeiros em Portugal de língua materna diferente da nossa é bastante numerosa e importante para a nossa economia. Seria negativo para a comunidade estrangeira em Portugal, e pensamos em todos os países, principalmente a imigrante e a estudantil, não poder ter acesso à língua oficial escrita nos meios audiovisuais do país onde residem. Desta maneira, têm mais facilidade em aprender a escrever a língua de Camões, integrando-se melhor na comunidade de acolhimento, apesar de manter as suas especificidades da sua identidade cultural. A dobragem mostra-se portanto desadequada e inútil para esta comunidade, pois já tem acesso diariamente aos programas em língua portuguesa falada, seja através dos noticiários, programas de entretenimento, de debate, de reportagem, telenovelas, entre outros.

Com a adoção da técnica de legendagem por parte dos meios de comunicação, as pessoas desenvolvem as suas capacidades de cidadania, ao instruir-se e educar-se numa perspetiva multicultural respeitadora de outrem. Criando cidadãos mais aptos, estes tornam-se mais críticos quanto ao sistema no qual estão inseridos.

Frequentemente ouve-se falar que este ou aquele vocábulo foi mal escrito ou mal traduzido. Não só quem aprende línguas estrangeiras, mas também o senso comum acha-se no direito de criticar: *“Poucas especificidades de nossa profissão são tão comentadas e, muitas vezes, tão difamadas e criticadas como a tradução de filmes tanto para dobragem como para legendagem. Todo mundo tem uma historinha para contar de um erro ou outro que já viu em um filme (...)”* (Soares, 2006)

4.2 – NA INSTRUÇÃO PRECOCE

A legendagem tem sido criticada como inadequada para os públicos mais jovens, principalmente na primeira infância. Se atentarmos nas opiniões citadas no fórum belga recente (2007) *“Eendracht maakt macht... L’union fait la force”*, os belgas que aí intervêm mostram-se a favor de, pelo menos, se legendarem as notícias de cada telejornal das duas principais regiões linguísticas (Flamenga e Valã) para haver um maior contacto cultural entre as mesmas e se aprender mais facilmente as línguas tão distintas uma da outra pelos telespetadores.

Atendendo às razões até agora expostas, convém referir que as atitudes que não promovem o ensino precoce da população telespetadora, nomeadamente as crianças na primeira e segunda infâncias são contraproducentes; as crianças são obrigadas a aprender a outra língua oficial do seu país de origem, pelo menos nos casos Belga, Finlandês, Luxemburguês e Suíço.

Se bem que concordemos que para crianças com idades inferiores a 5, 6 anos, seja mais cómodo ter acesso aos seus programas favoritos na sua língua materna, pois desenvolve o seu vocabulário, a sua capacidade de comunicação e compreensão, bem como descodificação e codificação de mensagens, julgamos que o visionamento acompanhado por adultos deverá ser a regra geral para a importância na legendagem sobre a dobragem. Numa palavra inequívoca, julgamos que a dobragem deverá ser reservada para públicos especiais, nomeadamente para públicos com necessidades visuais especiais, tais como cegos e amblíopes, ou pessoas idosas já com dificuldades na leitura rápida e à distância do aparelho televisivo.

Quando em Portugal nos anos 50 se deu o aparecimento das primeiras televisões ainda a preto-e-branco, discutiu-se intensamente a problemática da aplicação da técnica de dobragem versus legendagem, tendo-se optado consensualmente pela legendagem, sobretudo devido aos custos financeiros que uma equipa de profissionais implicaria se se escolhesse a dobragem.

Na nossa opinião, se essa foi a principal razão da escolha, damos os parabéns àqueles que assim decidiram naquela época, embora não defendamos que esse seja o motivo mais relevante. Não só se mantém e respeita o trabalho original, como se obriga o público telespetador a aumentar a velocidade na leitura, a desenvolver a sua literacia e a compreender a contextualização cultural dos programas na língua original. Não obstante, pensamos que a seguinte opinião é radical demais: *“(...) De facto, dobragens só para mentecaptos. Não há dúvida e não tem a ver com questões de habituação ou costumes. É mau, é errado, é de gente intelectualmente reduzida, cujo cérebro não consegue ou não quer processar dois eixos de informação: o que está a ver no filme e as legendas (...)”*. (Ribeiro, 2005)

Ainda nos recordamos que em crianças pedíamos aos nossos Pais ou até aos Avós que nos lessem as legendas para melhor compreendermos aquilo que estávamos a ver. Por vezes critica-se a televisão como causadora de afastamento entre as gerações; mas neste caso havia proximidade. Talvez o facto de hoje em dia as pessoas terem menos tempo seja um fator para que o visionamento acompanhado por adultos não aconteça tão frequentemente. No entanto, é comum ver os Pais a acompanharem os seus filhos ao cinema infantil – normalmente decidem levá-los a ver a versão dobrada e a original é preterida para os horários mais tardios, pois os adultos preferem-na.

Num país como Portugal não se poderia ter escolhido melhor técnica do que a da legendagem, pois incentiva a criança a desenvolver aquilo que aprende na escola, além de aperfeiçoar a velocidade de leitura e acima de tudo influencia psicologicamente a criança a querer aprender a ler e a escrever na sua língua materna. Infelizmente,

Portugal continua a ser um dos países europeus onde há maior iliteracia funcional, já para não falar no analfabetismo, especialmente nos meios rurais e entre as populações mais idosas.

Tendo em conta a nossa experiência pessoal em vários países onde a legendagem ou, ao invés, a dobragem são uma constante, podemos afirmar que um alemão tem muito mais dificuldade em aprender uma língua estrangeira do que um holandês, pois no primeiro caso a técnica da dobragem é utilizada desmedidamente, ao passo que nos Países Baixos, o povo holandês pode sempre visionar qualquer filme, programa ou documentário na língua original com recurso a legendas em Neerlandês.

Por curiosidade, podemos pensar que, de certa forma, a democracia também teve alguma influência na escolha de ambas as técnicas em vários países da Europa. Enquanto os países nórdicos e a Holanda optaram nos anos 30 pela legendagem, países como a Alemanha, Espanha e Itália optaram pela dobragem. Koolstra referiu que os líderes destes três últimos países optaram pela dobragem, pois era um subterfúgio para a censura que permitia que as opiniões e ideias vindas do estrangeiro pudessem ser controladas e eram assim filtradas antes de chegar ao seu povo. (Koolstra et al. 2002: 330)

Ora, atentando à questão da facilidade em aprender línguas, temos como caso mais flagrante a Bélgica dos dias de hoje. Os habitantes da parte norte da Bélgica, que geograficamente é definida como Flandres e que falam uma variante dialetal do Neerlandês (língua oficial), o Flamengo, conseguem muito mais facilmente aprender uma língua estrangeira do que os habitantes da parte sul, geograficamente definida como Valónia, em que a sua língua materna é o Francês e em que os seus canais apostam na dobragem, devido também à influência do país a sul, a França, que recorre igualmente àquela. Isto torna-os menos aptos para a aprendizagem de outra língua estrangeira e a nível pedagógico, os Belgas do sul têm mais insucesso escolar do que os seus homólogos do norte neste campo.

Mas isto não acontece apenas no caso francófono; sabendo que a influência anglo-saxónica é uma realidade no mundo globalizado de hoje e que, como resultado, os programas, documentários e filmes são maioritariamente realizados em língua inglesa, até mesmo em países que a língua oficial não é o Inglês, os países nórdicos e do Norte da Europa têm muito mais facilidade em aprender esta língua do que os países latinos do sul da Europa em que a técnica da dobragem é utilizada a 100%, pelo menos nos canais televisivos daqueles países, com exceção de Portugal. Pensamos que foi uma das decisões mais acertadas de Portugal aquando do aparecimento da televisão no nosso país, não só no contexto sociocultural, como também na aprendizagem de qualquer disciplina a nível escolar.

Por essa razão, por exemplo, Portugal está à frente de muitos países ditos mais intelectualmente desenvolvidos no que toca à aprendizagem de línguas estrangeiras, tais como França, Alemanha ou até mesmo Espanha ou Itália. Não só estes países se encontram na cauda da Europa em termos de aprendizagem de línguas estrangeiras, tendo apenas atrás o Reino Unido ou a Irlanda, em que a língua oficial principal é o Inglês, como a sua pronúncia é marcadamente acentuada por uma influência das suas línguas maternas, por obviamente não terem contacto com essa determinada língua estrangeira mesmo no seu dia-a-dia extraescolar.

Como curiosidade, gostaríamos de salientar que os Gregos, embora possuam igualmente uma pronúncia marcadamente grega, começam a aprender o Inglês em tenra idade e tornam-se mais proficientes, pelo que hoje em dia, tem-se bastante facilidade em encontrar nas ruas de Atenas um Grego que fale o Inglês. De notar que a legendagem é a técnica utilizada maioritariamente no seu país.

No espaço Europeu existem dois países multilingues em que as crianças aprendem muito mais facilmente várias línguas, já que estas têm acesso à programação televisiva dos vários canais em diversas línguas oficiais desses mesmos países. Estamos a falar da Suíça ou do Luxemburgo, onde existem quatro e três línguas oficiais, respetivamente. Acontece que muitas crianças, mesmo na ausência dos seus pais, e porque normalmente acordam antes dos mesmos, se colocam à frente da televisão e começam a visionar vários desenhos animados, escolhendo aqueles que eles mais gostam independentemente da língua que estejam a escutar. Assim, as crianças começam a ter contacto com diversas línguas diferentes e com palavras básicas que vão retendo e

utilizando mesmo no seu quotidiano. Ademais, estes países possuem uma política multilinguística em que uma determinada criança estuda não somente na sua língua materna, como também começa em tenra idade a lidar com uma segunda ou até mesmo terceira língua.

No Luxemburgo, por exemplo, as crianças desde o início da sua vida escolar têm algumas disciplinas em língua Francesa, outras em Alemão e outras numa terceira língua, a Luxemburguesa. O Inglês aparece dois anos mais tarde como quarta língua.

No entanto, há algo paradoxal entre estes dois países que utilizam habitualmente a dobragem em vez da legendagem e que são bons linguistas, e outros que, embora utilizem a legendagem são igualmente bons na aprendizagem de línguas estrangeiras. Defendemos que apenas isto é possível porque as crianças são obrigadas desde sempre a estudar em mais que uma língua, ao passo que nos casos dos países do Norte da Europa, Nórdicos inclusive, uma segunda língua estrangeira começa num estágio escolar mais tardio, mas possuem o contacto desde a sua infância até à idade adulta em várias línguas estrangeiras, já que recorrem à legendagem.

“É indubitável que ler legendas é benéfico para a compreensão das línguas estrangeiras, tanto para as crianças como para os adultos”. (Broddason, 2006: 2) Concordamos com esta afirmação e podemos acrescentar que este processo de legendagem pode até mesmo auxiliar um aprendente a entender o que está a ouvir na sua língua materna lendo-a ao mesmo tempo que a ouve. Os CD e DVD disponibilizam nos dias de hoje essa opção.

Não podemos esquecer que as camadas juvenis europeias dominam as tecnologias atuais e praticam o envio de mensagens escritas por telemóvel com abreviaturas e letras de outros alfabetos, pelo que a leitura das legendas se torna cada vez mais necessária para o conhecimento da ortografia correta e a defesa da sua língua materna.

De facto, não podemos deixar de comentar que o Inglês, estando presente nestas tecnologias de ponta e particularmente na Internet, acabe por influenciar também a utilização de termos anglo-saxónicos na língua materna de cada povo, o que não é propriamente negativo, na nossa opinião, mas é notoriamente um motor da globalização. Não obstante, todos sabemos que a riqueza de uma língua também passa pelos seus estrangeirismos e neologismos que muitas vezes podem ser ou não adaptados à língua materna.

Os franceses são uma referência nesta questão, pois tentam sempre adaptar os termos novos, normalmente de origem anglo-saxónica, à sua língua materna, mas os italianos, principalmente nos termos ligados à informática mantêm as palavras estrangeiras. Pensamos que esta última questão não está relacionada com o facto de se escolher a legendagem ou, contrariamente, a dobragem, pois estes dois últimos países usam sempre a técnica da dobragem.

5 – LEGENDAGEM/DOBRAGEM E OS CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Gostaríamos agora de referir quanto à problemática tradutiva a importância da legendagem ou dobragem para pessoas com necessidades especiais. A legendagem é tanto mais importante para as pessoas com dificuldades auditivas porquanto muitos dos sons descritos nas legendas referem-se a ruídos que não se passam na cena vista naquele preciso momento. Também devemos fazer a distinção entre televisão digital e analógica; nesta última existe a possibilidade de usar o sistema de teletexto, o que permite, ou pelo menos facilita, o acesso à legendagem dum filme, dum documentário ou noticiário.

Por outro lado, no sistema digital, a televisão não conta com o teletexto, pois as legendas são emitidas automaticamente. Além disso, este sistema não existe em todos os países europeus, para já, o que mostra que o teletexto e a legendagem são apoios necessários e úteis ao visionamento de programas televisivos para pessoas com necessidades auditivas especiais e não só.

Gostaríamos de acrescentar que a história do cinema excluiu durante 80 anos as pessoas com necessidades auditivas especiais, marginalizando-as enquanto público cinéfilo potencial. Hoje em dia até um musical ou

mesmo uma peça de teatro podem, e devem, ser legendadas na língua nacional, para uma melhor compreensão do que se passa durante a ação e fora de cena.

Ainda nos recordamos que há dois anos assistimos em Bruxelas a um musical que tinha legendas bilingues, ou seja, o original era interpretado em Inglês e as legendas eram apresentadas em Francês e Neerlandês: duas das três línguas oficiais da Bélgica. Provavelmente esta técnica foi especialmente adotada e aplicada devido ao facto de ser numa língua estrangeira, mas só o facto destas pessoas com necessidades específicas poderem assistir e compreender o espetáculo é um facto louvável.

Pensamos que isto ainda não acontece em grande escala no teatro em Portugal, mas a televisão portuguesa começou a apostar na legendagem de noticiários com recurso a um sistema de reconhecimento automático de fala que transcreve para texto o áudio produzido nos telejornais, ou seja, transforma sons em palavras e em números escritos. Este sistema pretende cumprir com o serviço público a fim de promover o maior acesso destes cidadãos à informação.

Obviamente que a legendagem é desadequada nos casos de necessidades visuais especiais. Para o caso dos cegos e dos amblíopes, é claro que uma dobragem de um programa é muito mais apropriada. No entanto, e mediante a nossa experiência enquanto voluntários junto desta população, notamos que a dobragem deverá ser muito mais do que a substituição de um código por outro. Na realidade, deve haver uma descrição da imagem, que não está claramente a ser vista, tratando-se portanto não só de uma dobragem tal como a conhecemos, mas uma tradução adaptada àquelas necessidades específicas, sendo intralinguística e transcodificada, isto é, passa-se do símbolo visual para o auditivo. Não podemos deixar de lamentar que os serviços públicos de televisão ainda não tenham disponíveis estas ferramentas, que acabariam por ser uma variante tradutiva à legendagem que já existe, principalmente através do teletexto.

6 – CONCLUSÃO

Tendo em conta todas as premissas supracitadas, podemos concluir veementemente que a legendagem tem qualidades superiores à dobragem, tanto a nível do respeito pela obra original, como pelos custos, como pelas capacidades instrutivas que desenvolve nos aprendentes, jovens e adultos em geral, no que respeita à língua materna, como a línguas estrangeiras que queiram e venham a aprender. O objeto de partida, o objeto de chegada, o método da técnica, o propósito e o processo da legendagem é mais positivo que a dobragem em toda a sua dimensão.

Desta forma, o processo da legendagem contribui favoravelmente para a coexistência das várias línguas mundiais e para a prática do multilinguismo, bem como o multiculturalismo e o respeito pelos costumes do próximo e do distante, numa perspetiva de tolerância e promoção da diferença. Num mundo globalizado como o nosso é nos dias de hoje e numa Europa unida cada vez mais, o papel da legendagem é incalculável na solidificação da democracia e na promoção das minorias e da preservação de qualquer língua.

Finalmente, gostaríamos de acrescentar que a cidadania se constrói com recurso à responsabilização dos indivíduos na sua inserção no sistema em que vivem. Os cidadãos devem ser críticos quanto à sua posição pessoal, individual e coletiva no conjunto em que são inseridos, com vista em melhorar o sistema, nas suas falhas mais visíveis de injustiça social.

Concluamos que a legendagem é geralmente positiva e a dobragem não tanto, pois aquela favorece a leitura, fornece a possibilidade de aprendizagem àqueles que estão a aprender a sua língua ou a praticar uma outra. Por todas estes motivos, afirmamos que a tradução é e será sempre uma ponte transcultural entre línguas e culturas. Num país como Portugal é, ainda bem que se optou prioritariamente pela legendagem, pois também incute nas crianças a vontade de aprender sempre, tendo em vista o aperfeiçoamento da sua literacia para que possamos continuar a promover a língua portuguesa como uma das línguas mais faladas e mais geoestrategicamente importantes no mundo.

7. BIBLIOGRAFIA

- Broddason, Thorbjörn, “*The Instructional Value of Subtitles*”, Reiquiavique, Islândia, 2006
- Destak, fonte Lusa, edição de 18 de março de 2008
- Diário de Notícias, Edição em Papel de 7 de março de 2008, acessido em 20 de março de 2008, in http://dn.sapo.pt/2008/03/07/media/rtp_lanca_legendagem_para_surdos_dir.html
- Dias, Fátima, “Special Features – Some Basics on Audiovisual Translation”, The British Council, 2006.
- Filipe, Vera Lúcia, <http://www.diario-online.com/noticia.php?refnoticia=34796>, acessido em 20 de março de 2008.
- Horacek, David, “*Radiopraha*”, 2004, in <http://www.radio.cz/en/article/56333>, acessido na versão francesa <http://essecrive.com/cinema/histoires-du-cinema/les-arts-du-cinema/doublage-et-sous-titrage.htm> em 20 de março de 2008.
- Malik, Martin, “*Radiopraha*”, 2004, in <http://www.radio.cz/en/article/56333>, acessido na versão francesa <http://essecrive.com/cinema/histoires-du-cinema/les-arts-du-cinema/doublage-et-sous-titrage.htm> em 20 de março de 2008.
- Ribeiro, Ricardo, fórum <http://foruns.dvdmania.co.pt/viewtopic.php?t=19133&start=0&sid=9e27e802fabcccbf26aae5d53a19026>, acessido em 20 de março de 2008.
- Soares, Danielle, sítio Ideias www.abrates.com.br in <http://wsl.cemed.ua.pt/blogs/36472/>, acessido em 20 de março de 2008.
-

56) ILYANA CHALAKOVA IVANOVA

Ilyana Chalakova Ivanova é Mestre de Ciências da Tradução e Licenciada em filologia estrangeira. Áreas de interesse: Escrita feminina de expressão portuguesa; literaturas pós-coloniais de expressão portuguesa; literatura marginal portuguesa; o texto dramático em português e presentes e possíveis relações intertextuais com autores italianos; transferências culturais por meio da tradução. Publicações principais: “Níveis de construção do contraste na escrita feminina de Paulina Chiziane. Dicotomias presentes e possíveis”, in *Atas do Colóquio Internacional de 15 Anos de Filologia Portuguesa na Universidade de Sófia “St. Kliment Ohridski”*, novembro de 2007.

SEDUTIVIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE TITULARIZAÇÃO NA OBRA DE JOÃO DE MELO. TRADUZIBILIDADES POSSÍVEIS NUM CONTEXTO ESLAVO, ILYANA CHALAKOVA IVANOVA, UNIVERSIDADE DE SÓFIA “ST. KLIMENT OHRIDSKI”

O presente trabalho insere-se na área da investigação a textos pertencentes à literatura portuguesa do ponto de vista do processo de tradução com o fim de lançar pontes de ligação entre uma cultura ibérica e outra eslava. Nesta tarefa de aproximar povos e culturas o trabalho discute problemas da presente e possível tradução da obra de João de Melo para uma língua eslava – o búlgaro. A investigação põe em foco as questões da *traduzibilidade* e *não-traduzibilidade* do título como um dos paratextos da obra.

Por meio de uma análise de todo o corpus dos livros do autor, o trabalho primeiro tenta sistematizar as diferentes estratégias na intitulação da obra, bem como definir e discutir a força sedutora que as mesmas exercem sobre a capacidade de receção estética do leitor. Numa segunda fase, a investigação faz proposta, debate e avalia várias possibilidades de aplicação de procedimentos no processo da tradução, com o objetivo de obter uma variante adequada para o funcionamento dos livros, junto com os seus títulos, no contexto cultural búlgaro. Neste sentido, o trabalho dialoga com o proposto debate da identidade lusófona açoriana no que se refere às suas formas de expressão artística e aproximação do consumidor da arte, e, ao mesmo tempo, insere-se na discussão da tradução como uma forma de divulgação cultural.

1. O EXÓTICO NA PROPOSTA DE TRADUÇÃO

Por muitos livros portugueses que já se tenham traduzido para o búlgaro, todas as propostas de tradução de obras de autores desse país continuam a representar *o acordar* da literatura portuguesa para uma vida num

espaço cultural eslavo dotado de características quão próximas tão diferentes do espaço primordial. Nesse sentido, a proposta de tradução de autores portugueses põe o foco sobre uma nova era no interesse literário do público búlgaro – a era da atração pelo exótico.

A proposta de tradução de autores portugueses no contexto cultural búlgaro, só por si, é uma demonstração de como cada vez mais vozes, até ao atual momento distantes, quase incompreensíveis nas especificidades marcantes, e sufocadas de preconceitos de cariz racial, sexual ou colonial, são descobertas, estudadas e divulgadas. Nesse processo os autores marginais ou marginalizados pela força que os tradicionalistas exercem sobre o espaço cultural no respetivo país, começam a aproximar-se do centro que, por sua vez, se desdobra num novo centro múltiplo e a literatura torna-se polifónica. Nas sociedades contemporâneas a que pertencemos e onde as economias nos arrastam para uma globalização cada vez mais agressiva, a arte pluraliza-se por meio de uma visão omniabrangente e multicultural, na qual o outro deixa de ser considerado um exotismo distante. Este facto constitui um dos pontos mais fortes da proposta de tradução de autores portugueses para o búlgaro: como pertencentes a um país distante de tradições e mentalidades (à primeira vista) bastante diferentes e a uma literatura de cânone significativamente diferente do da literatura búlgara, os autores portugueses, para o consumidor da arte na Bulgária, inserem-se sem qualquer hesitação na sua noção do exótico. Assim, a tradução tem a capacidade de tirar para fora da esfera do exótico o autor português tornando *o outro* que se lhe contém dentro mais próximo e mostrando como mentalidades são diferentes somente à superfície. Outro ponto forte é a possibilidade, através da tradução, de serem discutidos problemas da carga temática da obra dos autores portugueses num contexto social onde a versão original da sua produção literária é acessível unicamente para os representantes dos limitados círculos de professores-investigadores e estudantes nos poucos departamentos que se dedicam ao ensino-aprendizagem do português. A tradução nesse caso fará possível a comparação e a subsequente afirmação da existência de muitas zonas de contacto entre os problemas discutidos nas obras dos autores portugueses e as maneiras de receção da realidade pelos leitores búlgaros.

Em suma, o encontro do leitor búlgaro, na sua função de simples consumidor de arte ou de investigador, com os exemplos da escrita criativa em português só é possível na zona do entrecruzamento das culturas onde é preciso sentir-se parte das duas culturas, tentar compreendê-las e ter confiança no pluriculturalismo. Tal encontro na zona de contacto entre as culturas é intermediado pela tradução, com a ajuda do tradutor que traduz entre mundos.

Quer dizer que, no sentido das conceções dos estudos culturais, a tradução afirma-se primeiramente com a sua função mediática. A mediação opera-se a diferentes níveis, claro está, e faz com que surjam as condições necessárias de partir para o debate da identidade, seja esta lusófona, açoriana, lusófona-açoriana ou eslava e búlgara. A tradução pressupõe a expansão do conhecimento da identidade a seguir desse debate e leva à aproximação imediata dos povos e das culturas. Intercâmbio de experiências e vivências, troca de emoções, partilha de mundividências, convívio cultural são as palavras-chave no processo da tradução.

No caso concreto da lusofonia e do presente trabalho, o método tradutivo de transferência de conteúdos culturais leva à construção de um espaço onde a língua e cultura portuguesa se conjuga com outra comunidade cultural, histórica e linguística, eslava – o búlgaro. A tradução como forma de divulgação cultural, portanto, levará a lusofonia, em geral, e os Açores, concretamente, ao mundo da perceção búlgara. Tal encaixamento dum exemplo de obra literária portuguesa e açoriana no contexto cultural búlgaro, trabalhará, no que se refere ao exótico, para superar os preconceitos, os medos e as cobardias, as circunstâncias opressivas, a estranheza desconstrutiva do olhar crítico do leitor, e deixará que vença a aproximação entre as sensibilidades humanas por muito variadas que sejam.

1.1. O EXOTISMO E A FUNÇÃO SEDUTIVA EXERCIDA PELO ESTRANHO

Um exemplo específico de sensibilidade humana é o caso da escrita criativa de João de Melo. Sendo português e açoriano, ele junta-se indiscutivelmente às propostas exóticas de leitura do ponto de vista do contexto cultural búlgaro. Umas breves referências à obra dele porém fazem com que este exotismo se aproxime das práticas

comuns de recepção literária na Bulgária e que seja possível, por meio dessa mesma aproximação, o exercício da força sedutiva do conteúdo temático e particularidades estéticas do autor.

As breves referências esboçam a rede de várias linhas básicas, capazes de moldar o quadro da obra de Melo. Partindo da identidade açoriana de nascença do autor, chega-se a uma explicação possível do seu imaginário específico e consciência crítica. A infância vivida na terra açoriana surge como experiência extremamente forte. Daí o potencial de gerar muitos momentos de retratação do universo primordial e mágico das comunidades rurais açorianas, levando à construção dentro dos seus livros de um espaço ancestral e mitificado, na interpretação de Álvaro Manuel Machado (1996: 307-308). Dessa maneira é que Melo escapa à paisagem cidadina tão característica dos autores portugueses, ou pelo menos, da maioria deles traduzidos para o búlgaro.

Os efeitos combinatórios da memória reprodutiva e, ao mesmo tempo e sobretudo, produtiva de Melo vem condicionada pela força da imaginação dentro do processo de conhecimento do real e da passagem da experiência vivida para a escrita. São práticas elaboradas nos anos de publicações nos principais periódicos dos Açores e da participação no movimento literário **Glacial** considerado ponto de passagem da geração dos novos escritores e poetas açorianos, afinal anos marcados pela discussão da identidade açoriana e os problemas da afirmação dessa mesma.

Do ponto de vista do contexto literário nacional, Melo inscreve-se na geração de ficcionistas de pós-25 de abril que trouxe para o espaço da literatura a vivência no sentido individual e coletivo do processo da Revolução. No entanto, Melo diferencia-se dessa geração abrindo perspectivas para novas temáticas e por conseguinte enriquecendo o imaginário da literatura portuguesa. Ele fez incursão em quase todos os gêneros literários – publicou poesia, crônica, literatura de viagem, antologias, ensaio, crítica literária, mas distinguiu-se sobretudo no romance e no conto. Afirmou-se como escritor de vasto universo ficcional, fundamentado na experiência açoriana, nas vivências do seminário e na guerra colonial como pontos principais. O *andaime* construído por estes temas básicos serviu de partida para a discussão das questões do sofrimento dos humilhados e ofendidos, da solidão, da vulnerabilidade humana, da solidariedade, do humanismo, do amor, da morte, da terra natal como símbolo de uma infância mitificada e perdida, da mulher como arquétipo de mistério e ambivalência entre o bem e o mal. Vêm a seguir as reflexões sobre a questão profissional, a problemática conjugal, o imaginário feminino. A obra dele é espaço de denúncia, acusações e desmitificações com toda a força de uma personalidade que acredita nos sentimentos e nas paixões. São os pontos de referência de que se nutre a escrita de Melo, dotada de extraordinária dimensão elegíaca, rigor e concisão da linguagem.

As reflexões dos temas propostos partem para uma viagem ensimesmada até ao mais profundo íntimo à procura da identidade do indivíduo. Encontrar-se consigo mesmo, sentir-se completo, atingir a “metamorfose espiritual” (Melo: 2006, 283) apresentam-se afinal como uma forma de autocrítica da situação contemporânea, conseguida com muita ironia e conduzindo, em certos sentidos, para a própria diluição da identidade. A construção da metamorfose é feita no contexto de um universo fantástico na obra de Melo.

A influência estrangeira do realismo fantástico ou mágico projeta-se em numerosos atos inverosímeis sempre acompanhando a viagem para o íntimo, cujo princípio e fim são muitas vezes indistintos. O fantástico na produção literária de Melo conjuga o macabro e o horror, as crenças populares acerca dos vivos e dos mortos, imagens de terror levando à destruição, degeneração e decadência. E tudo isso acrescido por uma sensibilidade apocalíptica, por uma imagética dilacerante, exibidas na retórica luxuriante de uma linguagem simbólica e poética, e ao mesmo tempo sarcástica.

Como extremamente interessante do ponto de vista não só da leitura amadora mas também da interpretação literária profissional, afirma-se a intertextualidade, a capacidade de estabelecer níveis de relacionamento com outros textos literários ou textos e fenômenos extra literários da obra de Melo. Essa mesma intertextualidade será tomada como ponto de partida, mais à frente no presente trabalho, na parte do comentário das principais características do processo de intitulação das obras do autor.

Dentro do contexto da intertextualidade insere-se também o problema da percepção, interpretação e transposição para o espaço da escrita criativa do problema da fronteira. Nesse sentido, a obra de Melo, com a especial atenção sobre **O Mar de Madrid**, propõe o debate do limite e da passagem de um espaço ou espaço-língua para outro, do distanciar e diferenciar, da incompatibilidade entre as culturas, da contraposição de universos, até à construção da estranheza linguística e cultural. É neste ponto que a obra de Melo pode ser encaixada na discussão da identidade, os seus modos de afirmação, diferenciação e ao mesmo tempo encontro com o “outro” na zona da passagem de um espaço linguístico cultural para outro, passagem assegurada pela tradução.

2. ABORDAGEM ATRAVÉS DO TÍTULO

O texto literário, como o próprio exemplo da obra de João de Melo no contexto das específicas apresentadas até aqui mostra, mantém relações explícitas com o real material, com o real social e histórico, com as ideologias, com os sistemas de crenças e convicções do espaço extra textual. Como Aguiar e Silva sublinha (2004: 189-192), tanto semântica como pragmática e sintaticamente, o texto literário só pode ser produzido e só pode ser lido e interpretado, porque o contexto e o cotexto são radicalmente indissociáveis, porque funcionam, numa determinada sociedade, porque são sistema sócio-cultural que manifesta e gera a cultura dessa sociedade possibilitando a produção dos textos dessa cultura.

O conjunto das obras de um dado autor, independentemente da relativa autonomia das unidades textuais ou do grau maior ou menor de homogeneidade semântica e formal que manifestam, apresenta determinados caracteres temáticos e formais, uma disposição tipológica e outra cronológica que tornam justificável que se fale, a seu respeito, de macro texto. Fique lembrado que o macro texto se explica pela combinação de elementos temáticos e/ou formais, tendo em consideração que, nesse caso, os exemplos literários constituintes não perdem as suas características de identidades textuais autónomas, mas simplesmente funcionam numa maneira informativamente indissociável das restantes entidades textuais, quer dizer que o significado de uma pode pressupor ou modificar o significado de outra.

2.1. O PARATEXTO COMO CHAVE PARA RACIONALIZAR A LEITURA

Existem várias maneiras de abordar um texto literário, ou melhor, o conjunto das obras de um dado autor, vistas como um macro texto. O modo imediato de abrir para uma leitura é através da percepção do título. O último define-se por *paratexto* de acordo com a terminologia introduzida por Gérard Genette (1987: 7). Considerado como designação do conjunto de mensagens e sinais, da responsabilidade do autor, do editor ou terceiros, que acompanha materialmente o texto enquanto livro, o paratexto compreende elementos como títulos, prefácios, prólogos, avisos ao leitor, dedicatórias, epígrafes, notas, etc. São todos esses elementos que acompanham a leitura fazendo com que as condições em que a última se desenvolve se tornem mais próximas das sensibilidades que conceberam a escrita.

2.2. O TÍTULO COMO PARATEXTO E O PROCESSO DA INTITULAÇÃO

Sem dúvida o principal de entre os elementos compreendidos no termo *paratexto* é o título. Ficando fisicamente à frente do texto, o título nomeia o texto, engloba todo o significado ou significados do mesmo, identifica-se com o texto. Mesmo que antecipe o texto, o título funciona antes, durante e depois do texto, tomando em consideração o facto que acompanha todas as fases da leitura. Quanto ao relacionamento com o conteúdo temático, o título representa redução do grande ao pequeno, adensamento, concentração. O último é válido tanto para o autor da obra que inventa o título, como para o leitor que o recebe. É por isso que Krjijanovski (1997: 20-39) define o título como *livro in restricto*, enquanto o livro é considerado *título in extenso*.

Se bem que seja limitado no espaço, o título é o principal responsável pelo direcionamento da leitura. O título é o intermediário entre o autor e o leitor, bem como entre o texto, por si só, e o leitor. A posição do título como antecipador do texto atribui-lhe funções complementares. Sendo colocado antes do texto, o título apresenta o texto e sugere expectativas acerca do mesmo. É nesse caso que o título entra na função de sedutor, cuja tarefa principal é atrair o potencial leitor para que ele efetue o ato da leitura. Numa fase posterior, já dentro da leitura, as expectativas criadas pelo título entram em diálogo com o próprio texto. Desde o princípio até ao fim da leitura,

o leitor inevitavelmente regressa ao título, procurando explicação da escolha da intitulação. A interpretação do título continua também depois da leitura num processo retroativo.

O estudo das funções do título e a sua posição relativamente ao texto, como Protohistova (2003: 253-279) sublinha, hoje em dia continua a ser um vazio de tamanho considerável. Entretanto, é extremamente importante e necessário que o texto ou o macro texto literário seja discutido através da perspetiva deste método, à primeira vista auxiliar, que é a prática da intitulação, sobretudo quando tomado em consideração o facto que junto com o título para a superfície vai toda a realidade paraliterária. Resumidamente, a interpretação literária não se pode privar de prestar atenção ao título que não deixa de representar um elemento significativo do texto literário, contendo uma quantidade considerável de informação em forma extremamente concentrada, informação esta que dialoga com a obra literária, bem como com as orientações estéticas do momento histórico concreto em que a última se insere.

Todo este vasto conteúdo e funções significativas do título explica a necessidade de uma análise aprofundada do processo de intitulação do texto literário. A mesma análise, como será mostrado mais à frente, sempre pode e deve ser estendida ao macro texto da obra completa do autor, a fim de serem sistematizadas e comentadas práticas concretas de intitulação particular. É uma tarefa nada fácil quando se procede com a consciência de que na zona específica do título se dão encontro dois tipos de códigos: uns literários que produzem e regulam o texto, e outros sociais que condicionam o funcionamento dos textos. Isto não quer dizer que as observações acerca das práticas de intitulação e discussões dos modelos propostos de poética e retórica do título sejam impossíveis. É preciso também não esquecer interpretar o título na perspetiva do seu potencial hermenêutico.

A tentativa de sistematizar toda a multiplicidade dos títulos explica-se pela necessidade de estabelecer orientações dominantes que, por sua vez, sejam capazes de serem analisadas na perspetiva do seu sintomatismo. Por meio dessa análise será possível traçar o caminho da evolução nas práticas de intitulação, indo sempre buscar o carácter das inquietações espirituais ou o estilo dominante em cada época.

De acordo com este critério histórico de análise, as práticas de intitulação mostram uma grande variedade, indo da fórmula informativo-esclarecedora característica da antiguidade até à escolha consciente nas orientações pós-clássicas. A afirmação da escolha consciente no processo da intitulação é relacionada com a passagem para o tipo reflexivo de cultura, na qual a adoção de autoconsciência pelo autor, mesmo que esta seja subordinada a um sistema de regras rigorosamente estipuladas, manifesta a própria individualidade. Aqui uma das possibilidades de demonstrar a própria força da vontade é através da escolha do título. O último começa a ser associado cada vez mais às maneiras de estabelecer a pertença da obra literária à autoria do autor concreto. É aqui que a relação entre o título e o conteúdo literário se torna obrigatória, restringindo a possibilidade de intitulações casuais ou alternativas. Isto é, o título começa a funcionar como imagem da obra literária, como equivalência da sua unidade e perfeição. É o momento da instituição dos títulos de autor.

Com a aparição da imprensa dá-se a passagem da percepção do livro como concentrador de conteúdo intelectual para mercadoria. A partir desse momento é que o nome do autor e o título da obra começam a funcionar como marca comercial, começa a ser afirmada a função sedutiva e o marketing literário ao nível das práticas de intitulação. As novas tarefas atribuídas ao título são cruciais: o título torna-se responsável pela legitimação do texto literário com a obrigação de suscitar o interesse do potencial leitor, de facilitar a receção da obra, de estruturar os pensamentos que se lhe contêm dentro, de assegurar a presença do código no qual a obra deve ser lida e interpretada, afinal do título exigem também que seja reconhecível. Ao mesmo tempo as práticas de intitulação tornam-se cada vez mais individualistas com o aparecimento de muitos títulos auto referenciais.

Tendências que se afirmam a seguir são a invenção de fórmulas de designação que sublinham a autenticidade das narrativas apresentadas, nomeadamente a criação de títulos a partir de *a historia, as memórias, as aventuras, a vida de*. Todos estes aludem para uma pseudo-história ou pseudobiografia. É preciso sublinhar entre as tendências também o movimento progressivo da forma explicativa para a forma abstrata dos títulos, bem como o aparecimento de títulos-dicotomias e a afirmação da extensão mais reduzida e afinal a forma mais compacta do título.

O período antitradicionalista já na época moderna abre o caminho para a escolha de títulos de funcionamento intertextual. É importante sublinhar que as características intertextuais dos títulos pela primeira vez começam a sair fora do próprio terreno da tradição literária. As práticas de intitulação na época moderna muitas vezes são orientadas para temas tradicionais ou mitos literários que, levados para o espaço do título, submetem-se a uma conceptualização completamente nova dentro da obra. Dá-se especial preferência aos títulos-citações, títulos-símbolos, ao uso de metáforas dominantes que servem de centro significativo do texto literário. No período antitradicionalista, como é de esperar, a escolha de autor é fortemente acentuada. A forma mais característica deste procedimento criativo consiste na reconsideração ativa da tradição, introduzida por meio do título e ajudada por manifestações de intertextualidade irónica de diferentes tipos. O carácter intertextual dos títulos-citações sobretudo, forma a consciência da construção de uma noção-expetativa (Prothristova 2003: 276) na perspectiva imaginária do pré-texto que inevitavelmente entra em comparação geradora de sentido com o texto literário. Uma das manifestações mais fortes de intertextualidade na intitulação, característica da época moderna, é o título-autocitação, previamente funcional somente na área da poesia e transferido agora para o espaço da prosa. A força da sedutividade deste tipo de títulos-citações e autocitações contém-se sobretudo no seu carácter enigmático.

As práticas de intitulação, sobretudo aquelas atuais, representativas das reflexões pós-modernas, ficam fechadas dentro dos limites da virtuosidade complexa, do jogo intertextual paródico, desenhando novas orientações sintomáticas acerca dos movimentos no pensamento da literatura, do livro e da leitura no contexto de crise na contemporaneidade.

3. O EXEMPLO INTITULATÓRIO DE JOÃO DE MELO

Muitas das práticas de intitulação anteriormente expostas confirmar-se-ão quanto ao exemplo intitulatório que representa a obra de João de Melo. Isto quer simplesmente dizer que o autor não difere das tendências nas práticas definidas tanto para o contexto moderno de produção literária como para certos fenómenos específicos de outras épocas.

Partindo de **Gente Feliz com Lágrimas**, que aliás é o único romance do autor traduzido para o búlgaro, logo sai à vista a forma compacta do título, assinalada como uma das características da época moderna no ponto anterior. O compacto do título porém entra irremediavelmente em contraste com a narrativa de estrutura complexa e carácter polifónico da obra. O romance representa verdadeira viagem ao fundo da memória de uma infância dramática (Machado 1996: 307), contando a história de uma família açoriana que pode com sucesso ser interpretada como a história de um povo ou da própria experiência humana. Esta universalidade é alcançada através da transcendência do tempo e do espaço vividos, bem como pela dimensão lírica da linguagem por meio da qual o texto atinge a dimensão estética.

A atração imediata para o espaço controverso da existência humana onde se entrecruzam felicidade e sofrimento, exercida pelo título, conta com uma estrutura nominal oximorónica responsável pela introdução do debate existencial. Mesmo que não seja título da fórmula dicotómica, **Gente Feliz com Lágrimas**, através da função opositiva do oximoro, já condiciona para uma percepção do contraste agudo e doloroso nas vivências relatadas na narrativa. A tradução búlgara que funciona no respetivo contexto cultural eslavo de há já oito anos atrás, conserva a mesma força opositiva do título na variante **Щастливи хора със сълзи**. Se bem que seja conseguido o momento crucial opositivo, a versão apresenta-se incompleta do ponto de vista do funcionamento em búlgaro do sintagma “com lágrimas”, que para ser completo, precisa inevitavelmente da continuação “nos olhos” – “на очи”.

Conservando mais um bocado a atenção sobre o caso de **Gente Feliz com Lágrimas**, vale a pena assinalar certa retrospectiva na estratégia de intitulação quanto aos subtítulos das partes constituintes do romance. Regista-se uma regressão das características de intitulação modernas para um momento passado para o qual eram válidas as estruturas do tipo “livro”, ou melhor “livro de”. Sendo uma fórmula muito estável característica do período do tradicionalismo reflexivo, esta estratégia de intitulação estabelece forte relacionamento com a camada meta literária que se contém dentro do texto literário. Deste ponto de vista, isto é, no que se refere ao conteúdo significativo e o seu relacionamento com circunstâncias meta literárias, merecem ser destacados **Livro Primeiro** e

Livro Quarto de **Gente Feliz com Lágrimas**, testemunhos pungentes de cenas pateticamente realistas e reveladores de admirável sensibilidade no registo da psicologia feminina, respetivamente.

Semelhantes alusões intitulatorias de fórmulas características de outras épocas, diferentes da moderna, manifestam também o romance **A Memória de Ver Matar e Morrer** e os contos **Histórias da Resistência**. Própria do período pré-reflexivo, a construção “história(s) de” sugere imediatamente para a autenticidade do relato. O momento da autonarrativa, do autorrelato, ou em certas ocasiões, como aliás foi exposto, pseudoautobiografia, de **A Memória de Ver Matar e Morrer** insere-se na mesma perspetiva da autenticidade sublinhada. Esta, por sua vez, é uma maneira extremamente funcional no que se refere à atração da atenção do leitor, contando sempre com a sinceridade partilhada. Ao passo que a possível tradução para o búlgaro de **Histórias da Resistência** (**Истории за съпротивата**) pode ser conseguida sem qualquer sobressalto quase feita à letra, o caso de **A Memória de Ver Matar e Morrer** apresenta uma dificuldade principal relativa à estrutura “ver matar e morrer”. Uma possibilidade de resolver tal dificuldade é a aplicação do método da transformação por partes do discurso, trocando a fórmula verbal por uma estrutura incluindo o respetivo participio passado combinado com dois substantivos. Em resultado poderá ser proposta uma variante em búlgaro do tipo **Спомени за видени убийства и смърт**.

A proposta troca por partes do discurso leva a análise das estratégias de intitulação na obra de João de Melo para a seguinte observação: na sua maioria, os títulos do autor contêm elementos nominativos dando preferência aos nomes comuns em lugar dos próprios. Mesmo assim, **O Homem Suspenso** e **As Manhãs Rosadas** servem como exemplos de exceções nesta linha de conclusões, bem como **Açores, o Segredo das Ilhas** onde é usado um dos únicos dois topónimos⁴⁴⁸. Seja do ponto de vista da tradução, como do da perceção, ao nível da interpretação apresentam curiosidade o participio passado “suspenso” e o adjetivo “rosadas”. Existem várias possibilidades significativas, todas no mesmo campo semântico claro, de transferir o primeiro exemplo para o búlgaro. Uma e outras porém seriam sempre questão de interpretação e perceção sensacional estritamente individual. No caso de “rosadas”, por outro lado, surge em búlgaro uma oportunidade interessante de introduzir um participio presente muito expressivo que dialogará com sucesso com o corpo significativo do texto acentuando o ritmo calmo e progressivo do processo narrativo.

O fantástico, como um dos traços distintivos da obra de João de Melo, vem explicitamente anunciado nos títulos **Autópsia de um Mar de Ruínas, Entre Pássaro e Anjo, Navegação da Terra, O Mar de Madrid e A Nuvem no Olhar**. Em todos estes exemplos a atração sobre o leitor é exercida ou por meio do mágico, ou por meio simplesmente do abstrato com a ajuda do metafórico. Como pode ser feita e quais os resultados duma autópsia de mar, qual o plano fictício em que este está situado, existe ou não e o que é aquilo assemelhado simultaneamente a pássaro e anjo, qual a maneira de navegar na terra, como pode e que espaço é capaz de ocupar um mar na capital espanhola, qual o tamanho e o sentido da nuvem no olhar, são umas das perguntas que surgem logo depois de se deparar com os respetivos títulos. A sua principal tarefa, neste caso e em função com as considerações atribuídas pela análise das práticas modernas de intitulação, é desafiar o potencial leitor para uma leitura no contexto do extremo mágico ou do abstrato.

O problema do fantástico e o processo da sua construção no texto literário surge com toda a força na interpretação de **O Meu Mundo Não É Deste Reino**. Este aliás é o título que se apresenta como um dos momentos mais interessantes da análise. A opção pela modalidade do fantástico parece constituir-se como um desafio aos limites que são normalmente impostos para a leitura do real, procurando indagar um mundo cuja existência estará para além dos limites do possível. Quer dizer, o romance afirma-se como uma narrativa que quebra permanentemente os limites do universo considerado como possível. O mundo de construção exclusivamente fantástica do romance é introduzido logo pelo título que é bastante sugestivo e já indicia o carácter estranho e transgressor que atinge todos os níveis da narrativa. Tempo e espaço são estranhados para serem recuperados na sua dimensão mítica. O eixo central do romance refere outra vez à identidade açoriana como é constituído pela gente das ilhas. Suas misérias, sofrimentos, tradições e superstições são relatados ao longo da narrativa numa linguagem transfiguradora em que se misturam o real concreto e o real imaginário. No

448 O outro pertence ao título do romance **O Mar de Madrid**.

entanto, como o próprio autor afirma, o momento fantástico pode ser encarado como enraizado na própria realidade étnico cultural da população açoriana. A retórica luxuriante da acumulação gera no texto e, conseqüentemente, no leitor que sobrevive à leitura, a sensação de um sistema esgotado, em rutura, em que o caos se instala, caos inicial ou final, uma sociedade esgotada que urge ajudar a consciencializar. O texto desafia a capacidade sensitiva do homem por consciencializar a desmesura, o terror suscitado, as imagens que anunciam o fim ou ambigüamente o ponto de partida. Ambigüidade essa de um sistema construído à beira do fim ou anunciando já o nascimento de um novo sistema a partir da dissipação do existente. Tal sensibilidade perante o mundo construído é reveladora de uma confiança na renovação, na medida em que o fim parece anunciar o princípio de uma nova era (Gonçalves 2002: 2).

Na sua variante de título-citação, **O Meu Mundo Não É Deste Reino** coloca o leitor perante um cliché clássico do discurso evangélico que atribui a sentença “O Meu Reino não é deste mundo” à figura de Jesus Cristo, quando colocado perante o tribunal romano, segundo vem relatado no Evangelho segundo São João. Ao citar o texto bíblico, João de Melo subverte-o, obrigando o leitor a um esforço de transposição. Opera-se um trocadilho que importa questionar enquanto objeto de intenção significativa.

Os elementos com os quais é conseguido o trocadilho são reino e mundo. O enunciado que Melo constrói porém altera os dados e subverte o texto evangélico, negando um Reino promissor e centrando a atenção não no Reino, mas no mundo concreto. Por outro lado, o trocadilho é gerador de ambigüidade e o leitor poderá ler o enunciado à luz do complemento metafórico se mundo se circunscrever à vivência insular do enunciador e Reino remeter para o mundo exterior a essa vivência, onde a vida parece estar submetida a uma ordem diferente e menos humilhante. Neste sentido, o cruzamento com o texto do Evangelho obriga à construção de uma inferência implícita do discurso. O mundo da vivência insular é percebido como sub-mundo e o mundo exterior assume proporções desse reino messiânico de que fala o texto bíblico. O leitor fica assim condicionado desde logo para um encontro com um mundo afastado de um universo ideal.

O título é pois a primeira indicação de uma subversão através da qual se põe em causa a verdade evangélica. Desde as primeiras páginas do romance que o leitor se sente mergulhado num universo que ora remete para as origens, ora remete para o anúncio dos fins, construindo uma noção esmagadora de que entre princípio e fim não parece haver ou ter havido nada. A própria construção temporal, onde está ausente uma seqüência cadenciada, com constantes avanços e recuos, transpõe o leitor para um tempo em que passado, presente e futuro parecem fazer parte do mesmo retrato onde acontecimentos são lavrados indistintamente, como se nada fosse sujeito a evolução.

Toda esta conceção introduzida pelo título, mesmo pertencente ao grupo dos assim chamados títulos-citações, manifesta outras características específicas, como capacidade distorciva. É necessário sublinhar que a manifestação da intertextualidade irónica por meio do título em **O Meu Mundo Não É Deste Reino** não funciona simplesmente ao nível da citação absoluta, mas mais precisamente funciona ao nível da citação parafraseada, sendo através da paráfrase que se consegue o efeito sarcástico. A paráfrase porém não dificulta a possível tradução do título que se verá realizada na variante na citação no texto bíblico em búlgaro onde os elementos constituintes somente serão conjugados da maneira oposta à do original que foi proposta pelo autor. Tenha-se em consideração o facto, entretanto, que na tradução da palavra “reino”, mesmo existindo duas variantes significativamente iguais – *крал* e *цар*, – mas funcionando em contextos culturais diferentes – um ocidental e outro oriental, – terá de se optar pela variante oriental, sendo essa a funcional não só na tradução búlgara do texto bíblico, mas também na globalidade do contexto cultural na Bulgária.

Um caso extremamente desafiador do ponto de vista da tradução para o búlgaro representa o título dos contos **Bem-Aventuranças**, onde em funcionamento entra a capacidade forte de invenção criativa tão própria das práticas de intitulação modernas. É neste caso que a tradução conta muito com as capacidades geradoras da língua e especialmente com a riqueza da mundividência e capacidade interpretativa e inventiva do tradutor. O processo inventivo, analisador e conclusivo resultará na escolha de uma versão do género **Добротоприключенства**.

4. NÍVEIS DE SEDUTIVIDADE DENTRO DAS ESTRATÉGIAS DE INTITULAÇÃO DE JOÃO DE MELO

Já se viu até aqui como a capacidade sedutiva, só por si, é baseada na função intermediária do título, na preparação para a percepção da arte, na proposta prévia de parâmetros valorosos, na retórica manifestada no encadeamento texto-leitor. Elementos extratextuais que acompanham o processo da sedução pelo título são a fonte, o tamanho e a cor das letras.

Sem dúvida que a capacidade inventiva manifestada logo na abertura do texto literário representa um dos pontos mais fortes de sedução, como é o caso de **Bem-Aventuranças** de João de Melo. A sedutividade no que diz respeito ao título da produção literária vai porém por mais caminhos diversificados no contexto da obra do autor. A autenticidade estabelecida por meio de fórmulas como “memórias” ou “histórias” é garantia para proximidade com o leitor no momento da escolha durante o período da pré-leitura e mais tarde no início do próprio ato da leitura. O abstrato, o fantástico, o mágico e irracional que se contêm nos títulos de Melo são outro nível de sedução que pertence não só ao título enquanto paratexto, mas também ao corpo narrativo dos textos. É importante destacar também a sedutividade ao nível do léxico, onde à parte da já referida invenção lexical em **Bem-Aventuranças**, vale a pena mencionar a preferência por palavras do campo semântico do mar, sobretudo, e do ar (por meio de **Entre Pássaro e Anjo** e **A Nuvem no Olhar**). Estes vocábulos parecem responsáveis pela tarefa de levar o leitor para o espaço aberto, deixando-lhe a sensação de liberdade, de possibilidade de livre reflexão e interpretação do mundo em geral. A intertextualidade introduzida pela citação bíblica, por sua vez, convida para uma nova e diferente leitura deste discurso no contexto da contraditoriedade dos acontecimentos na época pós-moderna.

Resulta que, por muito diferentes linguisticamente que sejam a língua portuguesa e a búlgara, e por muito fortes que sejam as especificidades dos dois contextos culturais, existem possibilidades consideráveis para o sucesso da transferência do conteúdo cultural que os títulos da obra de Melo apresentam. Mais ainda, é fortemente possível que junto com a dita transferência do conteúdo se faça a assim procurada conservação da sedutividade nas estratégias de intitulação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o título, como já vimos, um paratexto e reconhecendo-se à dinâmica paratextual a feição condutora do leitor no seu exercício de leitura entendida como procura de um sentido a atribuir ao texto, é obrigatório que se exerça uma atividade de questionação acerca da seletividade do título. No caso concreto da produção literária de João de Melo esta seletividade apresenta estratégias relativamente bem definidas e uma preferência específica pela semântica dos vocábulos escolhidos. A seletividade do título no exemplo literário de Melo é simultaneamente produto e produtora de noções e sensações de limitação e abertura, insularidade, açorianidade. A identidade açoriana de nascença muitas vezes vê-se reproduzida com a intenção de discutir a questão da insularidade espiritual humana, bem como aquela cultural. Neste sentido, a obra de João de Melo, como um todo, e os títulos com os quais desafia, em concreto, pode ser considerada como produtora de efeitos óticos de olhar sobre a realidade, efeitos semelhantes aos jogos de espelhos, o prazer pelos quais o leitor é convidado a partilhar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Aguiar e Silva, V.M. (2004) *Teoria e Metodologia Literárias*: Universidade Aberta.
2. Genette, G. (1987) *Seuils*: Paris.
3. Gonçalves, H.M. (2002) *A Construção do Fantástico em O Meu Mundo Não É Deste Reino de João de Melo*, in V Encontros Internacionais de Reflexão e Investigação, no Departamento de Letras da UTAD, disponível em alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/henriqueta01.rtf.
4. Machado, A.M. (1996) *Dicionário de Literatura Portuguesa*: Editorial Presença.
5. Melo, J. de (2006) *O Mar de Madrid*: Publicações Dom Quixote.
6. Кржижановски С. (1997) “Поетика на заглавието” in *Език и литература* 5-6, 20-39.
7. Протохристова, К. (2003) “Практики на озаглавяването в историята на западноевропейската литература” in Протохристова, К. *Западноевропейска литература. Съпоставителни наблюдения, тезиси, идеи*. Пловдив: Хермес.

57) INEZ GARBUIO PERALTA

Inez Garbuio Peralta é Bacharel e licenciada em História – USP – 1968, Bacharel e licenciada em Pedagogia – UNIB – 1981, Mestre em História Social – USP – 1971, Doutora em História Econômica – USP – 1980

Professora de História da América Latina (séc. XIX e XX) FFLCH USP desde 1971

Professora de História do Brasil – UNIB – 1976/83

Professora de Cultura Brasileira – IUP-SP – 1976/79

Professora da Faculdade Interlagos 1998/2005

Diretora de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade Interlagos – 2003/2008.

Comunicações e Palestras em diversas Instituições de Ensino Superior (Brasil, Argentina, Peru, Portugal, Timor Leste

LIVROS PUBLICADOS:

- O Caminho do mar como fatos de localização, progresso e decadência de Cubatão. Cubatão S.P.: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973.

- Visão Panorâmica da História de Cubatão. Cubatão S.P: Clube 21 Irmãos, 1974.

Artigo:

PERALTA, I.G e outros. Cultura Organizacional: o gestor no olho do furacão. Aveiro: Universidade de Aveiro – ISBN 978-972-789-237 2 abril 2007.

OS CINCO CASAIS AÇORIANOS DE CUBATÃO, INEZ GARBUIO PERALTA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO – BRASIL

Os colonos açorianos tiveram uma presença marcante no Brasil. Chegaram à Capitania de São Paulo em 1813. O primeiro grupo composto por cinco casais era originário da ilha de São Miguel e o segundo por vinte casais, veio das ilhas Graciosa e Terceira e aqui chegou em 1815. Ambos dirigiram-se para Casa Branca. Fortes afirma que esses ilhéus “... eram muito mais inteligentes e laboriosos do que os filhos do continente” (FORTES, apud TREVISAN, 1982, p. 76). Tanto o vigário de Casa Branca padre Francisco Godoi Coelho, quanto viajantes que passaram por aquela Freguesia ressaltam as qualidades dos açorianos em oposição aos habitantes daquele sertão. Dadas as dificuldades de derrubarem a mata virgem de perobeiras para poderem plantar, alguns casais pediram para saírem para o Cubatão de Santos (TREVISAN, p. 79) Como a autorização demorou para ser dada no mês de março de 1816 cinco casais fugiram do distrito. Só após essa fuga é que o Conde de Palma autorizou a mudança. Assim partiram do núcleo de Casa Branca cinco famílias numerosas para povoar Cubatão. Os chefes das famílias eram: Manuel Antônio Machado, Manuel do Conde Paes, Manuel Espínola Bitancourt, Manuel Correia de Mello e Antônio Raposo. A demora da emissão das Cartas de Sesmarias levou os ilhéus a dirigirem-se diretamente ao Rei pedindo a concessão de meia légua em quadra a cada um dos suplicantes. Esses laboriosos ilhéus enfrentaram diversas dificuldades e só receberam suas cartas de sesmarias em 1819. Tentaram, colonos a cultura do trigo e do linho, mas sem obter bons resultados. Tiveram melhor sorte com a plantação de café, arroz, cana, mandioca. Entretanto não conseguiram mais que agricultura de subsistência (PERALTA, 1971, p. 32). Vamos encontrar vinte anos mais tarde as sesmarias desses ilhéus abandonadas conforme informação encaminhada ao Presidente da Província de São Paulo.

1 – A CAMINHO DO DESTINO: OBSTÁCULOS

Os colonos egressos das ilhas dos Açores, que se dirigiram para a capitania de São Paulo, tiveram uma trajetória bastante acidentada até chegarem finalmente em suas sesmarias.

Os colonos açorianos encaminhados para a capitania de São Paulo viviam desde 1813 no núcleo de colonização, criado por ordem do governo real de D. João em Casa Branca. Dessa Freguesia saíram cinco famílias para irem para Curitiba, contudo decidiram ficar em Cubatão – Santos.

No núcleo de Casa Branca as famílias deveriam receber terras para cultivar, casa, ferramentas agrícolas e certa quantia em dinheiro para se manterem enquanto as terras não produzissem.

O rol dos benefícios que os ilhéus deveriam receber consta das Instruções assinadas pelo Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros Daniel Pedro Müller e estão anexadas a Portaria ao senhor Anselmo de Oliveira Leite, Diretor dos Ilhéus da Povoação de Casa Branca, datada de 7 de fevereiro de 1816, do conde de Palma – Governador e Capitão General de São Paulo. Nessa portaria Francisco de Assis Mascarenhas afirma que os ilhéus devem conhecer e cumprir suas obrigações e que o Diretor cuide para que não falte aos mesmos socorro algum que lhes tenha sido prometido no Real nome.

As doze instruções do Tenente-coronel Daniel Pedro Müller, englobam todos os benefícios oferecidos aos ilhéus. Na 1ª consta que cada casal deverá receber “ *600 braças em quadra pelo menos contanto porém, que cada porção seja habitável, reunindo as propriedades de água, mato de cultura e campo de pastagem...*” (D.I., 1967, v. 90: 24). A segunda Instrução manda que o Diretor “... *nos lugares mais próprios para as moradas ... faça levantar uma casa de palha de 40 palmos de frente e 30 de fundo ...*” (D.I., 1967, v. 90: 24).

A instrução quinta ordena: “ O Diretor fará a compra do gado e ferramentas, constante da Relação Junta, e mandará igualmente completar os Arados necessários, e fará enfim as distribuições competentes, procurando que tudo seja a contento dos Ilhéus.” (D.I., 1967, v. 90:24).

A 7ª instrução afirma: “ Receberá cada cabeça de casal cem réis por dia e além disso mais 40 réis para cada filho entrando neste grau, por seis vezes as famílias dos Ilhéus Manuel Rapozo, Antônio Raposo e José da Costa”. (D.I., 1967, v. 90:24).

A oitava instrução isenta os filhos destes colonos de “... Recrutadas de Tropas de Licença e Milícias, cuida dos serviços das Ordenanças exigindo-se deles unicamente aplicação a agricultura; e o bem de seus interesses.” (D.I., 1967, v. 90:25).

Permeia tanto a Portaria ao Diretor dos Ilhéus de Casa Branca, como as instruções do Tenente-coronel Daniel Pedro Müller conselhos e orientações que devem ser dadas aos Ilhéus para que não saiam da povoação sem licença, trabalhem, não se entreguem ao ócio e sejam morigerados, pois resultará “... *da conduta contrária o ressentimento do nosso Ilmo. e Exmo. Sr. General que com toda justiça procederá aos castigos de que se fazem dignos os vassallos de S.A.R. inúteis pela sua preguiça e devassidão.*” (D.I., 1967, v. 90: 25).

Contudo, as instruções não foram cumpridas com a rapidez que os açorianos desejavam e ainda dada as dificuldades em derrubarem as árvores de “perobas” para poderem plantar, alguns casais, no mês de março de 1816 fugiram do distrito de Casa Branca.

Diante do fato, o Presidente da Capitania de São Paulo, D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, aceitou a proposta de Daniel Pedro Müller acolhendo os casais açorianos que desejavam sair de Casa Branca. Na verdade não havia mais condições de alguns casais permanecerem em Casa Branca, após a fuga de cinco deles do distrito para irem à Corte exporem sua situação conforme informou o tenente-coronel Daniel Pedro Müller, ao Conde de Palma em 10 de abril de 1816.

Esses ilhéus, irredutíveis em seu propósito de mudar de local, estavam “... amparados nas determinações de D. João, de 22 de janeiro de 1816, que lhes facultava escolher as terras que desejavam para seu estabelecimento.” (Trevisan, 1982:96).

Alguns dias depois, em 20 de abril, o Presidente da Província assina uma portaria ordenando que se preste auxílio a alguns casais de ilhéus. O teor da Portaria é o seguinte: “ *Por ser conveniente que se mudem para a vila de Coritiba os Casais de Ilhéus, que estão na freguesia de Casa Branca, cujas cabeças são **Manuel Antônio Machado, Antônio Rapozo, Manuel do Conde e Manuel Espínola Bitencurt** e sendo do meu agrado e consideração que isso se faça da melhor maneira possível espero que as autoridades civis e militares, a quem esta for apresentada lhe*

prestem o necessário auxílio para o seu transporte até esta cidade. São Paulo, 20 de abril de 1816. Com a Rubrica de S. Exa.”. (D.I., 1967, v. 90:30).

Embora os açorianos reiterassem os pedidos de doação de sesmarias e as reclamações de promessas não cumpridas, eles eram bem quistos e respeitados em Casa Branca. Conforme informação do capelão da Freguesia de Casa Branca, padre Francisco Godoy Coelho, em Ofício ao Governador da Capitania de São Paulo, Conde de Palma, os ilhéus eram bem recebidos e aceitos pela população local que os admirava.

Escreve o dito Padre Francisco em 20 de fevereiro de 1816:

O povo deste sertão, me pede rogue a V. Exa. o seu valimento e patrocínio a fim de que sejam conservados estes ilhéus, nesta terra tão fértil e abundante em razão de se aproveitarem e aprenderem as manufaturas e plantações do linho, vides e mais serviços que desejam aprender, e todos mui contentes ficaríamos com o estabelecimento deles nesta terra ao menos por 4 anos, e neste tempo ficariam os povos com alguma tintura daqueles benefícios e plantações de suas fábricas. Igualmente este sertão não ficaria desacreditado. Sim convidaria para o futuro maior número de ilhéus para se tornarem essas povoações felizes e industriosas e todo este aumento do Estado. (D.I. Caixa 14, ordem 241).

Os ilhéus de Casa Branca deram um novo alento à Freguesia. Em Casa Branca “... as filhas dos ilhéus deixaram fama de grande beleza”. (Trevisan, 1982:76). Contudo, na opinião de algumas autoridades como o Conde de Palma os ilhéus “eram invejosos e vadios, sem préstimo algum, chegando mesmo a vender o gado e ferramentas para alimento de seus vícios...” (Trevisan, 1982:89).

Tal opinião é compartilhada pelo capelão de Casa Branca que na parte inicial da Carta de 1816, enviada ao Conde de Palma faz afirmações desabonadoras de alguns ilhéus. Diz o referido padre que as grosserias dos ilhéus têm na verdade servido de sacrifício à sua paciência. O padre afirma que “não tem descuidado em instruí-los para que sejam bons cristãos e bons vassalos, lembrando-os das obrigações que lhe são anexas como a fidelidade, o amor, a obediência ao soberano e a subordinação aos seus chefes e governadores.” E ainda que “ não pode ser bom cristão quem não for bom vassalo”. Diz o padre que tentou persuadi-los de se contentarem com o benefício que receberam do Regente e ainda que não desgostassem de S. A. com “ seus orgulhosos procedimentos.” O padre conclui a missiva desiludido. “Nada Sr. Exmo., nada faria àqueles duros corações” Apenas quatro casais ficaram muito satisfeitos e contentes. São eles José D’Avila Netto, Jozé das Rozas, José da Costa e Francisco Cardoso.

“Os demais, cujo cabeça é o ilhéu Mel. Espíndola Bitencourt, dizem que querem ir povoar Santa Cruz, ou Cantagalo, por ser perto do Reino, e decisivamente dizem que daqui nada querem.”

Uma série de desencontros, erros cometidos, enganos, injustiças sofridas e promessas não cumpridas levou os ilhéus a se mudarem de Casa Branca. Os casais, com suas famílias, cerca de 26 pessoas foram acompanhados pelo Coronel Engenheiro João da Costa Ferreira para uma nova localidade que lhes agradasse; e temendo fazer nova viagem por mar e “... tendo eles visto alguns terrenos junto ao povoado de Cubatão, manifestaram-se interessados em formar ali suas culturas.” (Trevisan, 1982:94).

Os terrenos escolhidos pelos ilhéus, orientados por Daniel Pedro Müller, estavam desocupados e parte das terras, cobertas por mata virgem, haviam sido dos jesuítas até 1759, quando estes foram expulsos. Eram ainda terras devolutas e pertenciam à Fazenda Real.

O Coronel Engenheiro João da Costa Ferreira, que acompanhara os ilhéus até Cubatão, ao dar conta de sua missão “... e para maior esclarecimento, desenhou um mapa topográfico assinalando as passagens pretendidas.” (Trevisan, 1982:94). O Conde de Palma, ao apresentar à Junta Real da Fazenda o projeto do estabelecimento dos casais de ilhéus nas terras da Fazenda do Cubatão afirma que aquelas terras pertenciam à Coroa.

Diz o referido Conde em 05/07/1816,

“ De mais as terras que se pedem não tem benefício algum, são terras brutas sem cultura; a Fazenda Real nenhum interesse tem tirado delas até agora, os terrenos pedidos não obstam a pastagem dos animais que

conduzem os gêneros do nosso comércio para Santos, antes o aumento de população naquele ponto é de suma utilidade para o mesmo comércio por muitas, e mais claras razões, que a todos são bem manifestas.” (Trevisan, 1982:95).

Ainda em 1816, por ordem do Conde Palma “ Foram construídas as casas nos respectivos terrenos, para os colonos residirem... e pagas pela Fazenda Real, ao preço de 82\$800.” (Trevisan, 1982:95).

Esses colonos formavam um grupo significativo composto pelas seguintes famílias **Manuel Antônio Machado**, casado com Domingas da Conceição com os filhos Manuel e Maria; **Manuel do Conde Paes**, casado com Joana Francisca da Conceição com os filhos Manuel, Mateus, Maria, Rosa, Joaquina e Teodora; **Manuel Espínola de Bitencourt**, casado com Maria Antônia de Jesus com os filhos Antônio, Francisco, José, Maria, Rosa e Ana; **Manuel Correa de Melo**, casado com Maria Josefa e com os filhos Manuel, Domingos, Maria, Mariana e Francisca e **Antônio Raposo** conhecido também como Manuel Raposo por engano do escrivão que registrou sua carta de sesmaria com o nome de Manuel ao invés de Antônio. Antônio raposo era casado com Ana Maria e tinha quatro filhos: Manuel, Maria, João e José.

Como o tempo passava e o Conde de Palma não deferia os inúmeros requerimentos dos ilhéus pedindo suas cartas de sesmarias estes dirigiram-se em 1817 ao Rei pedindo a Concessão de meia légua em quadra para cada um dos suplicantes. Alegavam, Manuel Antônio Machado e outros que já tinham feito “algumas feitorias e plantações para sustento de suas famílias”, mas precisavam dos títulos “... cada um saber até que limite chega a sua posse e domínio, e até onde podem trabalhar, pois que, não terem os suplicantes títulos, estão sofrendo vexames e prejuízos de uns homens que andam cortando madeiras nas terras onde os suplicantes residem, com o que tem arruinado suas plantações, dizendo eles que as madeiras são para o serviço de S. Majestade” ... “ e não obstante terem os suplicantes requerido ao Exmo. Conde General para que lhes mande passar os seus títulos ou Cartas de Sesmaria, nunca foram deferidos, motivos estes por que alguns dos suplicantes empreenderam vir pessoalmente por si e por todos prostrar-se aos augustos pés de V. Majestade, a fim de que lhes faça a graça de mandar passar Carta de Sesmaria de meia légua, em quadra, a cada um dos suplicantes, para não só ficarem com seus títulos, como para saberem o que lhes pertencem e aos seus filhos para não terem embaraços e dúvidas para o futuro com outros sesmeiros...” (Costa e Silva Sobrinho 1957:128-131).

A resposta do Rei foi a ordenação ao Conde de Palma para conceder as cartas de sesmaria aos ilhéus nos sítios em que tivessem suas plantações e a imediata expedição dos respectivos títulos.

O governador e capitão general de São Paulo justificando a demora na concessão das sesmarias e revelando seu desagrado a proteção real dada aos ilhéus e ainda irritado com a atitude de independência e altivez dos açorianos envia um Ofício ao Rei em 15/11/1817 fazendo-o ponderar que:

“A Fazenda do Cubatão é cortada de um largo Rio, que precisa de Ponte, ou de Barca para se passar, e então é obrigada a dar de um dos lados dele terreno para pastos das tropas de quase toda a capitania, que ali vão embarcar os gêneros do Comercio para a Vila de Santos, e pagar os direitos de passagem: o que fica da Fazenda não é tanto, que sem maior detrimento da mesma Fazenda se possa conceder a cada um dos Suplicantes o determinado terreno mas somente aquele cuja posse lhes for concedida, com bastante conhecimento de causa: porém pela Junta da Fazenda se lhes passarão os títulos de domínio absoluto na forma que requerem logo que S. Majestade assim o determine ampliando a primeira ordem.” (Trevisan, 1982:97).

Como podemos notar, o Conde de Palma chama atenção do Rei para as dificuldades do terreno para a concessão dos títulos de posse aos sesmeiros.

A situação dos ilhéus de Cubatão não se encaminhava para uma solução satisfatória. Eles queriam suas cartas de concessão pois o título era a garantia da posse das terras.

Um novo fato provocou a irritação do Rei com relação a esses colonos. O fato se deu pela associação do nome de Miguel Espínola Bitencourt de Curitiba com o de Manuel Espínola Bitencourt de Cubatão. Este e os demais, já acomodados no Cubatão queriam apenas seus títulos definitivos de posse e aumento de pensões

enquanto aquele e os demais de Curitiba que ainda não haviam-se estabelecido queriam ir para a capitania de São Pedro. A associação dos nomes provocou a confusão e fez com que o Rei acreditasse que todos queriam se mudar novamente. Tal acontecimento resultou num Ofício agressivo da Corte encaminhado ao triunvirato que governava interinamente São Paulo, uma vez que o Conde de Palma assumira o governo da Bahia em 19 de novembro de 1817.

O Ofício enviado por Thomas Antônio de Villa-Nova Portugal à Junta Governativa de São Paulo, em 02/06/1818 revela uma grande irritação para com os ilhéus.

“ Illmo. e Exmos. Srs. Foram presentes a El Rey Nosso senhor os Ofícios números 26 e 27 de 15 de novembro do ano passado, que o Conde de Palma me dirigiu, sendo Governador e Capitão General desta Capitania, relativamente á mudança de terreno e prorrogação da Pensão por mais dois anos com o aumento de três vinténs diários, que requererão Miguel Espínola Bitencourt, Manoel Antonio Machado e outros colonos vindos das Ilhas dos açores: E verificando-se na Augusta Presença do mesmo Senhor pelos referidos Ofícios, e pelo que também expôs o Intendente Geral da Polícia sobre estas pertenções, que os suplicantes não tem correspondido com os fins para que foram mandados vir das Ilhas, e se colocaram nessa Capitania a custa de grandes despesas, que com eles se tem feito, pois que entregando-se á ociosidade, não tem cuidado da Lavoura das Terras, que lhes foram concedidas e inutilizarão as sementes, os auxílios de gados, e até venderão os Instrumentos aratórios que se lhe distribuirão: tendo também, por condescendência do sobredito Conde Governador, e com despesa dele, sido mudados da primeira sesmaria, que tiveram na Freguesia de Casa Branca, que pela sua situação na Estrada Geral dessa capitania para Minas e Goyazes, e pela fertilidade do seu terreno lhe poderia ser mais vantajosa, se quisessem trabalhar; e não se contentando ainda com as que atualmente tem na Fazenda e Terras do Cubatão de Santos, que foram dos extintos Jesuítas, e na de Santa Anna, que lhes podem também ser mui proveitosas até pela proximidade dessa Cidade e daquela Villa, mostram bem que a nova pertenção da mudança do Terreno nasce do gênio volúvel deles, e a da prorrogação da Pensão tem por fim contarem com hum meio para poderem continuar na ociosidade, e fazerem independente do trabalho a sua subsistência: Não se dignou sua Majestade Deferir-lhes, e Revogando as ordens expedidas por Aviso de 21 de outubro do ano dito passado a favor dos suplicantes, é servido que eles se conservem aonde ultimamente se estabelecerão, que esse Governo lhes dê os seus Títulos gratuitamente, e lhes ponha um Inspetor que os faça conter na ordem, sujeição e trabalho das suas Lavouras; e quando assim o não praticarem, larguem as Terras e vão para onde quizerem, com tanto que não emigrem fora deste Reino. O que participo a V. Exa. e Mces. para assim o tenham entendido, e façam executar. Deos Guarde a V. Exa. e Mces. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de junho de 1818. – Thomaz Antônio de Villa-nova Portugal – Sr. Bispo e mais Governadores Interinos de São Paulo

A demarcação oficial dos limites dos terrenos de cada família só foi feita em 1820. Embora esses açorianos tenham recebido as Cartas de Sesmaria em 1819 (07/01), tomaram posse interinamente das mesmas, sem domínio, em 1816. (Ata da Junta da Real Fazenda, São Paulo, 5 de julho de 1816).

Manuel Antônio Machado recebeu 400 braças de terra, cujo início era no cruzamento do caminho da serra com a estrada de Cubatão e chegava até o morro que ficava à margem da mesma estrada. Divisavam suas terras ao norte com a estrada de Cubatão; ao sul, com o citado morro que ia até o rio; a leste com as escarpas desse morro que deitavam para oeste, com a picada que ia de norte a sul, isto é, da encruzilhada até o rio Cubatão.

Manuel do Conde Paes recebeu 46 braças de frente, com o início junto à povoação de Cubatão rio abaixo; iam até a foz do riacho Cafezal. Divisavam a leste, com o mesmo riacho até a forquilha; ao norte com o braço da forquilha, que corria para oeste; ao sul com o rio Cubatão e a oeste com os morros que iam dar no rio Cubatão. Embora menor que as outras sua gleba possuía a vantagem de ter casa próxima à povoação. Possuía outra mais distante mas logo abandonada.

Manuel Espínola Bittencourt recebeu terras com 190 braças de frente, iniciando junto ao riacho Cafezal, indo até a foz do Perequê. Limitava-se ao leste com o rio Perequê; ao norte com a Serra Geral; ao sul com o rio Cubatão; a oeste com o riacho Cafezal, seguindo até as terras de Manuel Conde.

Antônio (Manuel) Raposo recebeu 400 braças. A picada aberta para delimitar as terras de Manuel Espínola servia para extremar as de Antônio Raposo, em direção oeste. Como não podia fazer frente pra o rio Cubatão, devido

aos charcos ali existentes, fora colocado no Perequê um marco para divisório. Deste marco saía uma linha reta de 400 braças, no fim das quais saía outra, da Serra Geral até a beira do rio Cubatão.

Manuel Correa ficou com 400 braças frente ao rio Cubatão acima do povoado contada a partir da região chamada “Cortumes”, em direção rio abaixo: do extremo dessa linha seguiam duas outras rumo norte e sul que chegavam até os contrafortes da serra.

Em todos os pontos demarcados foram colocados marcos pela Fazenda Real (Costa e Silva, 1957:134-135). No mapa em anexo (p. 10), de 1852, encontram-se assinalados os nomes dos sesmeiros e o local dos respetivos sítios. Esperavam os ilhéus receber ajuda para sobreviverem até que as terras começassem a produzir. Contudo a ajuda oferecida pelo governo não chegou. Os colonos não tiveram auxílio para vencer as dificuldades. Tentaram a cultura de trigo e linho mas não conseguiram ter sucesso. Plantaram café, arroz, cana-de-açúcar, mandioca “... e as árvores de espinho com sucesso. Pois estas se desenvolveram vigorosamente e com melhores resultados.

Dois dos produtos cultivados pelos ilhéus estavam em alta nessa época, o café que na primeira metade do século XIX, estava se desenvolvendo bem no Brasil, e o açúcar produzido no quadrilátero açucareiro que já ultrapassava 400 arrobas anuais. Em 1826 passou pela Barreira do Cubatão de Santos 154.166 arrobas de açúcar e 8.831 arrobas de café; em 1828 foram 489.650 arrobas de açúcar e 22.640 de café. (Peralta, 1971:68).

Em 1833 graças ao movimento comercial, entre outras razões, bem como a produção agrícola local Cubatão foi elevado a município. (Peralta, 1973: 71). Contudo o município não chegou a ser instalado. A povoação de Cubatão foi em 1841 incorporada à cidade de Santos.

2 – A POSSE DAS TERRAS: DIFICULDADES SUPERADAS

Cubatão, a povoação para qual dirigiram-se cinco casais, - os chamados cinco manuéis na primeira metade do século XIX, era um pequeno povoado. Sua população vivia da venda de fumo e de aguardente, além de explorar a navegação das barcas.

O porto de Cubatão contudo era bastante movimentado. Localizado no continente recebia e/ou remetia para Santos, os produtos do exterior e ou do interior de São Paulo.

A população de Cubatão em 1813 era de aproximadamente 100 pessoas, num total de vinte e três (23) famílias, das quais onze vivia do comércio (Peralta, 1971:31).

Os viajantes que ali estiveram, no século XIX, atestam o movimento do porto.

Gustavo Beyer que passou por Cubatão em 1813 afirma que presenciara no local “... uma centena de mulas para serem arreadas e carregadas com as mercadorias que em canoas chegavam de Santos.” (Peralta, 1971:31).

Beyer afirma ainda que “ Defronte da casa do guarda,... (havia um) grande espaço plano, cujos lados são ocupados por armazéns e outras casas...” (Beyer, 1908:24).

O posto alfandegário de Cubatão centralizava a vida da população local. Havia no povoado ranchos para tropeiros e estalagem de pedra. (Peralta, 1973: 23)

Hercules Florence, ao passar por Cubatão em 1825 afirmou encontrar-se ali um ponto de comércio bastante desenvolvido.

Diz o referido viajante:

“Via diariamente chegar três a quatro tropas de animais e outras tantas partiam. Cada tropa compõe-se de 40 e 80 bestas de carga ... As tropas, ao descerem de São Paulo vem carregadas de açúcar bruto, toucinho e aguardente de cana e voltavam levando sal, vinhos portugueses, fardos de mercadorias, vidros, ferragens, etc...” (Florence, s/d)

Um outro viajante, Daniel Parish Kidder escreveu em 1839 “os animais descem a serra carregados de açúcar e outros produtos agrícolas, trazendo em sua volta, sal, farinha e toda a espécie de artigos importados...” (Kidder, 1940:168).

Cubatão, portanto, não era à chegada dos casais açorianos uma região de intensa prática agrícola. A tônica dos viajantes é sempre colocada na atividade comercial.

Em 1825/26 passava pelo posto alfandegário do Cubatão de Santos de 500 às 550.000 arrobas de açúcar por ano. (Peralta, 1973: 23)

Florence, “presenciando a atividade de Cubatão afirma que conheceu quanto é frequentado, embora fosse um núcleo de 20 e 30 casas mal construídas.” Conclui o autor “... é o entreposto entre São Paulo e Santos” (Florence s/d).

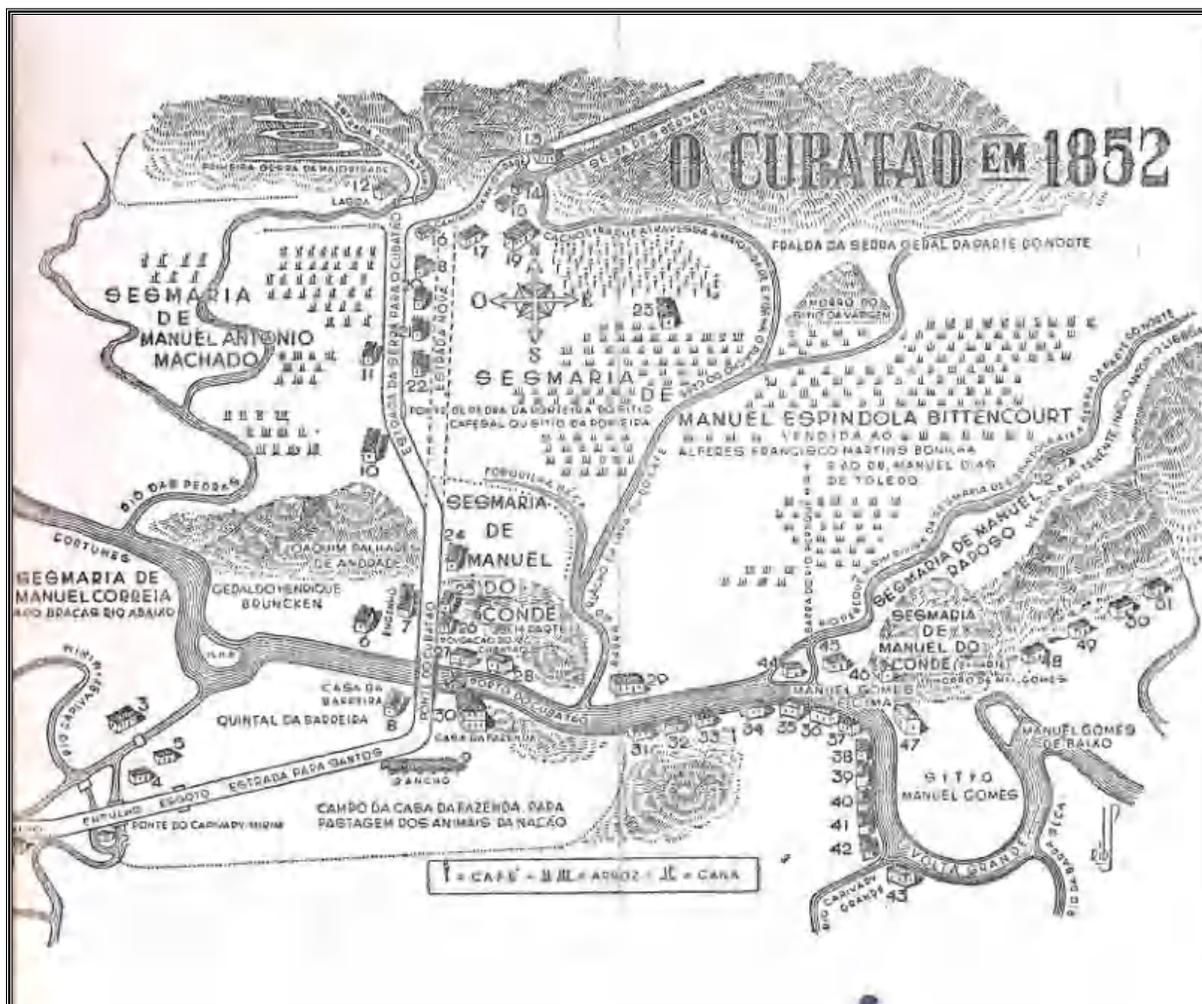
Em 1825, existia no Cubatão Geral de Santos, os seguintes prédios: 08 no cais novo (todos de paisano); 11 na Praça (1 de Sargento mor, 2 de pardos, 1 de alferes, 7 de paisanos); 8 em frente da estrada (4 de paisanos, 1 de capitão mor, 2 de pretos forros, 1 de alferes); 1 no rio da Pedra - pertencente a paisanos; 05 no Rio Aborino (SIC) (1 de preto forro, 1 de capitão, 2 de paisanos, 1 de preto); 4 áreas pertencentes a paisanos; 1 além do Rio pertencente a um preto. = 38 (Peralta, 1973:24)

É ainda de H. Florence a informação que o clima não era e nunca seria totalmente salubre e que a região poderia tornar-se muito comercial.

Nesse entreposto comercial foram viver os cinco casais açorianos em 1816. Os ilhéus logo começaram a fazer benfeitorias em suas terras e iniciar as plantações.

Desses colonos os que melhor proveito tiraram foram Manuel Antônio Machado e Manuel Espínola Bitencourt. Wendel afirma em seu texto Caminhos Antigos nas Terras de Santos que: “ O engenho velho e o aqueduto de alvenaria com 200 metros de comprimento de Manuel Machado, cujas terras começavam nas proximidades do Cruzeiro atual, são ruínas históricas de Cubatão” (Wendel, 1966: 219)

Manuel Espínola Bitencourt, colono açoriano, sesmeiro de Cubatão, descendente da família Espínola de Gênova emigrados para os Açores,...era em 1830, um dos três homens mais ricos do Cubatão. No recenseamento de 1836, quando trata de Cubatão, aparece Manuel Espínola com 77 anos de idade, branco, livre, naturalizado, casado, agricultor com sítio próprio e com 600\$000 de renda. E ainda que vive de sua lavoura e colhe 400 alqueires de arroz.



Mapa de Cubatão – São Paulo em 1852 (Costa e Silva Sobrinho, 1957:137)

Apenas duas pessoas possuíam renda igual a de Espínola. O sargento reformado João Vicente Pereira Rangel, empregado na Barreira e José Joaquim da Luz sargento-mor, inspetor das obras da estrada (Costa e Silva Sobrinho 1957:136).

Com certeza esses colonos passaram por dificuldades de várias origens. As terras de Manuel Espínola Bittencourt foram em 1837, vinte anos depois de ele ali residir, invadidas por posseiros obrigando seu proprietário a requerer nova demarcação de sua sesmaria. Em 25 de novembro de 1837 foram colocados marcos de pedra nas divisas da sesmaria de Espínola, “... gravados com uma cruz baseada em duas hastes formando um delta; seu desenho encontra-se nos autos da referida demarcação.” (Trevisan, 1982:102)

No ano seguinte o Presidente da Província de São Paulo manda proceder a uma inspeção nas terras pertencentes aos açorianos de Cubatão.

Em 28 de fevereiro de 1838, o capitão José Marcelino do Amaral, cumprindo a Portaria de 09 de fevereiro do mesmo ano, do presidente da Província de São Paulo, Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, que o mandava ir a Cubatão para “fazer os exames necessários nas terras e matas que foram conferidas aos colonos vindos da ilha dos Açores” dá a seguinte informação:

“... os colonos Manoel Antônio, Manoel de Espindola Bittencourt, edificaram casas, n’ elas estão residindo e tem cultivado os terrenos em partes, mas não com arado; Manoel Correa existe com vida, mas não tem cultivado as

terras que lhes foi dado, por isso que se acha em abandono; Manoel do Conde tendo-se ausentado muitos anos, os terrenos que lhes foi dado achando-se portanto em abandono, chama-se a posse deles Antônio José Machado, filho do dito Espíndola sem que tenha título algum; Manoel Raposo tendo-se também ausentado a anos e achando-se as terras em abandono, chama-se a posse delas José de Sibra. (Siqueira?), genro do sobredito Espíndola igualmente sem título algum.”

Após descrever a situação produtiva das sesmarias de alguns colonos açorianos de Cubatão mais de vinte anos após a ocupação das terras, o representante do Presidente da Província de São Paulo informa sobre as condições das matas (paus) da região, uma das preocupações das autoridades, no século XIX.

Diz o referido autor do Ofício “ Quanto aos paus Reais de construção... tendo corrido as matas pertencentes aos mencionados colonos, toda ela ... (donde se acha inteiramente desfalcada se deduz) que... eles não tem respeitado a proibição de cortarem os ditos paus. O Ofício vem datado de Cubatão 28 de fevereiro de 1838, endereçado ao Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto.

Os Espíndola e os Machado, ambos da ilha Graciosa continuaram em Cubatão. Manuel Espíndola faleceu de idade bastante avançada em seu velho casarão no sítio em 10 de abril de 1845. Tinha-se casado duas vezes. A primeira com Catarina de Santo Antônio e a segunda com Maria Antônia de Jesus. Esta faleceu um mês após a morte de seu esposo.

Os sucessores de Manuel Espíndola venderam o sítio para o alferes Francisco Martins Bonilha, no mesmo ano de 1845. A descrição da propriedade revela o que nela existia. Diz o contrato “ a parte que a cada um tocar no sítio e terras da finada Maria Antônia de Jesus (viúva de Manoel Espíndola), avó deles, o qual é denominado Cafezal, situado no Cubatão, com casas de morada, terras lavradas e pastos de aluguel, cujo sítio tem as divisas que constam da carta de data ou sesmaria concedida a seu finado avô Manuel Espíndola Bitencourt, como colono do Brasil por El Rei D. João VI...” (Costa e Silva Sobrinho, 1957:136).

Manuel Antônio Machado que viera para o Brasil em 1814, com 25 anos era casado com Domingas de 20 anos, ambos naturais da ilha Graciosa. Possuíam apenas um filho Manuel Antônio Machado Júnior com 5 anos, natural da ilha Terceira; no Brasil tiveram nove filhos. O primogênito Manuel Antônio Machado Júnior, morador de Cubatão, “ arrematou em praça pública desta cidade, no dia 9 de julho de 1856 um sítio e terras citas no lugar denominado Casqueiro, na Estrada que segue para São Paulo...” (Costa e Silva Sobrinho, 1957:127)

A agricultura iniciada pelos açorianos nos primórdios do século XIX será um suporte econômico de Cubatão quando este perde sua função alfandegária com a extinção da Barreira em 1866, devido a construção da ferrovia que desloca o comércio do povoado de Cubatão.

Até a extinção da Barreira Fiscal com seu rancho grande onde os tropeiros descarregavam seus animais e pagavam as tachas manteve-se o comércio e o movimento da povoação de Cubatão.

Com a implantação da ferrovia em 1867 o povoado vai pouco a pouco decaindo. Os sítios e as pequenas fazendas, cuja produção, composta de bananas, tangerinas, canas, pinga e rapadura era negociada com os tropeiros de passagem para Santos ou para o Planalto foram, aos poucos, decaindo e desaparecendo.

Os herdeiros do sesmeiro Manuel Antônio Machado passaram a residir em Santos e até nossos dias encontramos naquela cidade descendentes deste açoriano

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Beyer, Gustavo (1908) Ligeiras Notas de Viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a Ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que há pouco foi ocupada. Rev. do IHG. São Paulo, vol. XII, Tip. do Diário Oficial, São Paulo.
Costa e Silva Sobrinho, José da (1957) Romagem pela terra dos Andradas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

- Florence, Hercules (s/ data) Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829. São Paulo: Melhoramentos.
- Kidder, Daniel P. (1940) Reminiscência de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo) São Paulo: Martins.
- Peralta, Inez G. (1973) O caminho do mar – subsídios para a história de Cubatão. S.P.: Prefeitura Municipal de Cubatão.
- Peralta, Inez G. (1971) O caminho do mar como fator de localização, progresso e decadência de Cubatão – subsídios para a história de São Paulo, Dissertação de Mestrado. USP-FFLCH São Paulo.
- São Paulo - Secretaria de Educação – Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (1967) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios e Bandos do capitão general Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, aos funcionários da capitania no período de 1814 a 1817. vol. 90. São Paulo.
- São Paulo - Divisão de Arquivo do Estado. Ofício do Conde de Palma à Junta da Real Fazenda. São Paulo, 28 de junho de 1816. Ms. Inéditos. Caixa 15, ordem 242.
- São Paulo – Divisão de Arquivo do Estado. Ofício do sargento-mor José Garcia ao governador da capitania – Engenho da Graça (Casa Branca) 8 de julho de 1819. Ms. Inéd. Caixa 87, ordem 333.
- São Paulo – Divisão de Arquivo do Estado. Carta de Francisco Godoy Coelho, capelão de Casa Branca ao conde general Francisco de Assis Mascarenhas de 20 de fevereiro de 1816. Caixa 14, ordem 241.
- São Paulo – Divisão de Arquivo do Estado. Maços de população de Santos (1830) Ms. Inéd. Microfilme 176.
- São Paulo – Departamento do Arquivo do Estado. (1838) Ofício do capitão José Marcelino do Amaral ao brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Presidente da Província. Cubatão, 28 de fevereiro de 1838.
- Trevisan, Amélia F. (1982) Casa Branca a povoação de ilhéus. São Paulo: Edições Arquivo do Estado. (Coleção Monografias 4).
- Wendel, Guilherme (1966) Caminhos Antigos na Serra de Santos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Santos. vol. 2
-

58) JOÃO FIGUEIREDO.

João Leonardo Bairos Figueiredo: Os meus dados biográficos resultam até ao momento da conclusão da licenciatura de Relações Públicas e Comunicação, na Universidade dos Açores. Contudo, frequente o Mestrado em Ciências Empresariais da mesma universidade. Estou empregado na empresa PUBLIÇOR do Grupo Nova Gráfica, mas colaboro com a Rádio Atlântida. Na minha experiência curricular e profissional está a função de relações-públicas da Rádio Atlântida; delegado comercial da Century 21 (Grupo Mobilar). Alguns dos meus empregos de verão passaram pela Biblioteca Municipal e Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto e Açorline. Quanto aos cargos já desempenhados são o de Diretor de Relações Empresariais da AIESEC Açores e Presidente do NURP-UAC. As atividades desenvolvidas como responsável foram a Conferência: *Universidade e Empresas, uma Associação para o Futuro*; *Tarde de Relações Públicas: Definição de Relações Públicas*; *Happy Hour: Qualidade na Comunicação*; Dia Aberto da UAç de 2006; Cerimónia de Finalistas; entre outros. Possui o curso de formador, bem como desempenhei o cargo de entrevistador da Norma Açores, organizador e apresentador de eventos, etc. Por último, a minha experiência como orador em eventos resulta de dois eventos. O primeiro designa-se por *Happy Hour: Qualidade na Comunicação*, projeto do NURP-UAC (Núcleo dos Estudantes de Relações Públicas e Comunicação) e, o segundo, Congresso da ARPP (Associação de Relações Públicas de Portugal) no ISMAI (Instituto Superior da Maia) com o tema Qualidade da Comunicação: Comunicar a Profissão e o evento do mesmo núcleo designado como Relações Públicas – Experiência Profissional. Todavia, saliento que todos os trabalhos realizados na rádio, apresentação e organização de eventos, conferências de imprensa, passagem pelo NURP-UAC e AIESEC Açores são o motivo pelo qual o contacto frontal com o público não me intimida, aliado às minhas características naturais, enquanto pessoa.

CULTURA DA LÍNGUA AÇORIANA, UMA IDENTIDADE LUSÓFONA, JOÃO LEONARDO BAIROS FIGUEIREDO. PUBLIÇOR DO GRUPO NOVA GRÁFICA

Todo o processo cultural, valores e costumes de um dado território exprime a imagem que os restantes espaços circundantes possam ou devam ter relativamente a este. Num contexto, em que se retrata e exalta um conceito

vasto como a Lusofonia, então estas nove ilhas são nove paraísos enraizados de estados lusófonos. Por outro lado, e baseando-me no slogan do projeto Festa Redonda, que promove o Festival "9 Ilhas, 9 Artes", saliento que este poderia ser um ou o lema. Nove Ilhas, Nove Artes, Nove Dialectos, Nove Espíritos, Uma Lusofonia de combate à insularidade das "Ilhas de coesão económica". A região em que vivemos irrompe da disparidade de dialetos tão ímpares que de certo modo têm uma coisa em comum. O sentimento lusófono que nos guia à nação de que fazemos parte. "A língua que eu quero é essa que perde função e se torna carícia. O que me apronta é o gosto pela palavra, o mesmo que a asa sente aquando o voo. Meu desejo é desalisar a linguagem, colocando nela as quantas dimensões da vida E quanto são? Se a vida tem é idimensões." – Mia Couto. Como exalta Mia Couto, na idimensionalidade da vida subscrevo que todos os "desusos" da língua portuguesa e que fazem parte de mim e daquilo que sou, do grupo a que faço parte, do meu mundo particular e tão global são a chama desta comunidade que fala, expressa e evidencia o bom português. Somos uma parte que torna o todo, a Lusofonia, permanecer no nosso conto luso. Porque tudo o que é certo acaba por se tornar errado para que o rio da vida jorre e contemple a simplicidade do existencialismo.

1. ENQUADRAMENTO CULTURAL DE UM FALAR TÍPICO

Todo o processo cultural, valores e costumes de um dado território exprime a imagem que os restantes espaços circundantes possam ou devam ter relativamente a este. Num contexto, em que se retrata e exalta um conceito vasto como a Lusofonia, então estas nove ilhas são nove paraísos enraizados de estados lusófonos.

Por outro lado, e baseando-me no *slogan* do projeto *Festa Redonda*, que promove o Festival "9 Ilhas, 9 Artes", saliento que este poderia ser um ou o lema. Nove Ilhas, Nove Artes, Nove Dialectos, Nove Espíritos, Uma Lusofonia de combate à insularidade das "Ilhas de coesão económica".

A região em que vivemos irrompe da disparidade de dialetos tão ímpares que de certo modo têm uma coisa em comum. O sentimento lusófono que nos guia à nação de que fazemos parte.

Nos dias de hoje, ao falar do Açoriano e dos Açores devemos ter em conta a sua realidade insular e o seu enquadramento numa época onde a informação se generaliza e o Homem, obrigatoriamente, tem de estar à altura. Todavia, a "debilidade" das fronteiras entre o cidadão e o rural, a fraca densidade de população, a importância dos transportes e as suas dificuldades, o isolamento de algumas populações, a mentalidade bairrista, são características que designam a estruturação social de diversas ilhas, a incapacidade de desenvolver a economia e as fontes de riqueza própria, como caracterização do viver dos açorianos.

Mas é de exaltar que, maioritariamente, nas zonas rurais aumenta uma consciência de preservação das tradições. "As modalidades de índole, costumes, maneiras, acompanham esses matizes com uma precisão magnífica..." Nemésio (citado artigo sobre "O Açoriano e os Açores") pensa mesmo haver uma interdependência entre as modalidades dos falares e as origens e o carácter das populações dispersas pelo Arquipélago.

Na dialética do homem das ilhas versus o homem do continente existe um fator de incompreensão tradicional e estrutural que convém esclarecer. Viver nas ilhas tem o seu preço: preço no sentido real, concreto, e preço no sentido moral. Apreciar a condição de viver nas ilhas - o seu clima, a sua paisagem, as vantagens do seu grau de isolamento, a saturação cidadina, a sua dimensão mais humanizada – implica, também, renunciar aos mitos das grandes urbes e o seu consumismo, a sua intensidade de vida, o seu prestígio para certas carreiras.

O lado conterrâneo de Nemésio exprimiu o mistério do desafio de viver em ilhas e seu encanto. "A Esfinge do mar é a ilha, levanta-se no deserto de águas como a pétrea cabeça que afrontava Édipo na estrada de Tebas...".

A distinção do falar "continental" ou "açoriano" pode resultar de dois fatores. A evolução da aproximação do "falar açoriano" ao português língua mãe resulta, por um lado, das viagens ao Continente e a televisão. A chegada da RTP Açores e depois da TV Cabo levou aos lares açorianos o português uniforme, ou pelo menos o continental. Daí que se registre uma progressiva dissolução de expressões locais em favor de uma generalização

que aumentou com o número de horas de exposição televisiva. Poderá o falar açoriano estar no mesmo caminho do mirandês?

No entanto, iremos sempre ouvir uma expressão típica, o uso do verbo consolar. Tanto em “estás-te consolando”, ou seja, estás bem ou não fazes nada ou qualquer coisa que surja no contexto, como “estou consolado”, isto é, estou satisfeito.

“A língua que eu quero é essa que perde função e se torna carícia. O que me apronta é o gosto pela palavra, o mesmo que a asa sente aquando o voo. Meu desejo é desalisar a linguagem, colocando nela as quantas dimensões da vida E quanto são? Se a vida tem é idimensões.” – Mia Couto.

Como exalta Mia Couto, na idimensionalidade da vida subscrevo que todos os “desusos” da língua portuguesa e que fazem parte de mim e daquilo que sou, do grupo a que faço parte, do meu mundo particular e tão global são a chama desta comunidade que fala, expressa e evidencia o bom português. Somos uma parte que torna o todo, a Lusofonia, permanecer no nosso conto luso. Porque tudo o que é certo acaba por se tornar errado para que o rio da vida jorre e contemple a simplicidade do existencialismo.

2. FALAR DO HOMO AÇORENSIS

Os Açores são uma população dispersa por nove ilhas e pela diversidade destas ilhas, onde o clima e a orografia são semelhantes. Assim, a própria população assume-se de forma distinta. O isolamento fixa hábitos, costumes e exalta lealdade afetiva/bairrista ao local da família e dos antepassados.

Os povoadores das “ilhas de bruma” vieram um pouco de todas as partes de Portugal. Vindos, inicialmente, para Santa Maria e S. Miguel do Sul do País, depois um pouco de todo o país e uma parte de flamengos. Na obra *Esboço Histórico dos Açores*, salienta-se que “Santa Maria, como primeira terra açoriana a ser povoada, teve gente do Algarve e do Alentejo. S. Miguel, a seguir, beneficiou de famílias norte-alentejanas, estremenhas e já madeirenses”.

As teses linguísticas sobre os falares dos Açores poderão ser uma peça fundamental sobre o povoamento açoriano.

O povoamento dos mouros em S. Miguel resultou da sua separação dos cristãos. Também, os negros e os escravos foram excluídos a esse contacto cristão. A emigração da Madeira para os Açores trouxe à Terceira, Pico e Flores novos habitantes. A relevância dos Flamengos, sobretudo no Pico e Faial (também um pouco na Terceira e S. Jorge) e dos espanhóis, exclusivamente, na Terceira deve ser posta em foco.

Na toponímia, a cultura flamenga, deixou nomes significativos (Ribeira dos Flamengos, Espalamaca). Enquanto, na antroponímia (Terra, Goulart, Silveira, Brum); Jos Van Huertere deu Horta. Por outro lado, na tipologia, deixa homens e mulheres com uma estatura, uma cor de olhos e pele e um somatismo caraterísticos. Dos espanhóis sobrepõe-se a origem da palatalização do 1 (um) na Terceira: família (1 junto de i semivogal), isto é, ouvindo-se *familhia*.

Os falares dos Açores e Madeira devem ser agrupados como falares do Português Meridional, pois não se verificam traços caracterizadores do Português Setentrional, nos arquipélagos da Madeira e Açores.

O falar de São Miguel constata traços importantes do Português Meridional. Enquanto, na Terceira assiste-se à palatalização do 1, onde Castela dominara. Por outro lado, a influência espanhola deve ter-se feito sentir sobre o caráter do povo, dado às touradas e ao seu lado bastante festeiro. Os falares das ilhas centrais têm semelhanças e alguns particularismos, nomeadamente, na entoação.

Neste arquipélago denotam-se em grande número variantes fonéticas e há algumas variantes lexicais. Uma *burra de milho* na Terceira chama-se em S. Miguel uma *cafua*; uma *claraboia* na Terceira chama-se em S. Miguel um *alboio*, termo de provável origem árabe. Em todo o arquipélago, à exceção da Terceira, usa-se o termo

manjedoura ou *maçaroca*. Na Terceira chama-se de *baia* e *soca*, respetivamente. Também, o *vinho abafado* só é usado no Grupo Oriental (São Miguel e Santa Maria), sendo que nas restantes ilhas o mesmo termo tem a designação de *angélica*.

A influência francesa, em S. Miguel, pode ser vista, através, dos povoadores do centro-sul do Continente, onde a influência francesa já é um facto, bastando olhar aos topónimos Vila Velha de Ródão, Proença, Nisa, Tolosa e a zona de influência dos Templários. Por outro lado, os topónimos Bretanha e João Bom (Jambon) podem ser referência desta. No estudo sobre o falar da Bretanha, Maria Clara Rolão Bernardo, reafirma esta convicção. Lacerda Machado confirma que o fundo étnico da população micalense é originário do território meridional, com predomínio do Alto-Alentejo. Como fundamento desta afirmação estão os elementos linguísticos e antropológicos, nomeadamente, cefalométricos.

Em 1924, Leite de Vasconcelos, no Corvo, encontrara um ü (u francês) semelhante ao de S. Miguel. João Saramago, também, na sua tese confirma este ü, embora na sua posição não ser tão evidente como o de S. Miguel.

O *homo açorensis* designa-se através de um trio. Por um micalense, sendo este o mais trabalhador, o mais introvertido e talvez mais rude nos tipos rurais; o terceirense que é bem menos trabalhador, mais festeiro e convivente, com traços de certa manha rural, que agrupa com um tipo mais genérico de o açoriano das "ilhas de baixo", e o picaroto, que é uma ramificação do grupo anterior, mas que lhe oferece grande distinção - "nata do insulano", pois são vistos como os homens do mar, homens de palavra, dando conta da vida com frontalidade e brio.

A *psique* do açoriano resulta da alma rural à cidadina desta população pela aptidão para a emigração. A emigração derivava da disponibilidade, da necessidade, do risco e espírito de aventura, do apelo de um parente. Contudo, devemos considerar três tipos de emigração nos Açores: uma emigração histórica (a para o Brasil, sobretudo nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em meados do século XVIII); uma emigração norte-americana e canadiana (a partir do final do século XIX e, em grande número, a tal ponto que há mais açorianos e seus descendentes nos E.U.A. que nos Açores) e uma "emigração" continental, ou seja, uns milhares de açorianos e seus descendentes que, sobretudo por razões de carreira e estudos superiores, se fixaram no continente português. Após, o surgimento da Universidade dos Açores e do Governo Regional, que criaram postos de trabalho mais qualificados, atraindo ou fixando quadros superiores, a deslocação para o Portugal Continental diminui.

Não obstante do "sotaque açoriano" (micalense), existe outra ilha que obtém influências pelo facto de a ilha ter um porto onde muitos barcos estrangeiros reabasteciam, em particular americanos, levando o faialense a adotar termos e palavras estrangeiras, anglicismos.

Para além da abundante utilização do gerúndio, lembrando o falar brasileiro, raras são as vezes que sente-se aquele enrolar da língua e o cantar das palavras. Conversas com açorianos indicam o facto de que o tal famoso sotaque, na verdade, não ser açoriano, mas sim micalense (de S. Miguel).

Conservação e inovação fazem parte do léxico micalense, quando se fala no vocabulário de cariz popular. A permanência de vocábulos do Português Antigo revela o conservadorismo cultural e social da população açoriana, até há 30 anos atrás. Assim, assiste-se à existência de palavras e expressões medievais.

A inovação verifica-se na formação dos regionalismos, ou melhor, neologismos – matrizes linguísticas do Inglês-americano e do Português. A título de curiosidade existem 2016 palavras pertencentes ao dialeto micalense, segundo a obra *O Falar Micalense, Fonética e Léxico*.

Numa forma muito geral, os processos derivacionais (nominal, adjetival e verbal) são a constante presença na criatividade lexical do falar micalense.

Eis algumas palavras pertencentes a este estudo.

AMANHADO: 1. *pessoa que nunca se revolta, pessoa conformada com tudo. É um amanhã. É uma bem amanhã. 2. (adjetivo) Cheio, referindo-se ao estômago bem confortado.*

ACADELADO: *Comprometido.*

BANDOLIM: *Líquido que se extrai das pevides de marmelo.*

BESUGA: *Jovem bonita e de formas elegantes.*

BICA: *1 peça da azenha; 2 fonte, torneira. 3 chupeta.*

BOCETA: *nariz.*

BRINDEIRA: *pão pequeno de trigo ou de milho.*

CHAMARRITA: *balho popular.*

CHIBANA: *cabra jovem antes de ter a primeira cria.*

CORISCO: *relâmpago; pessoa natural de São Miguel.*

CORROAÇÃO: *cortejo do Espírito Santo.*

DRAIVAR: *guiar, conduzir.*

ÉME: *interjeição que demonstra desagrado ou desinteresse.*

ESPARTO: *jato da baleia a respirar.*

ESCLADAR: *magoar, ferir, bater.*

FINEZA: *debilidade, fraqueza.*

GAMA: *pastilha elástica.*

INTENICAR: *brigar, aborrecer, provocar.*

LOURO: *planta endêmica dos Açores.*

MALAÇADA: *pequeno bolo que leveda ao fritar, polvilhado em açúcar. Confeccionado no Carnaval.*

MAPA: *esfregona.*

MÓNIM: *dinheiro.*

NICA: *pequena quantidade.*

ORAÇAL: *araçá.*

PALHITO: *fósforo.*

PETCHENO: *criança pequena.*

PULO: *susto.*

REPISA: *vingança, desforra.*

SAPATEIA: *balho popular.*

SINÓ: *neve.*

TARELO: *juízo.*

VARA: *medida de comprimento de terras.*

ZOADA: *marulho das ondas.*

O estudo publicado por Maria Clara Rolão Bernardo e Helena Mateus Montenegro, feitos para as restantes ilhas, permitiriam, por um lado, estabelecer o que constitui a unidade do falar açoriano, e por outro lado, destacar as especificidades de cada ilha e até de determinada localidade.

3. AÇORIANIDADE NO MEIO DO ATLÂNTICO

O conceito Açorianidade nasce do tão nosso grã e ilustre Vitorino Nemésio, em 1932. A açorianidade é a alma do ser-se açoriano emergente em quase toda a sua obra de poeta, romancista e contista. Este não só exprime a qualidade e a alma do ser-se açoriano, dentro ou fora dos Açores, mas o conjunto de condicionantes do viver insular: a geografia, o vulcanismo, as limitações económicas e a própria capacidade de uma "economia" tradicional de subsistência, as suas manifestações da cultura e da religiosidade popular, a sua idiossincrasia, os seus falares, tudo o que contribui para conferir identidade.

Assim, na atlanticidade, a delimitação das margens atlânticas e dos povos que entre elas circulam, prevalece a açorianidade, condição do ser-se e do viver nos Açores.

"A Açorianidade é a alma que se transporta quando se emigra, como também aquilo que de cada um de nós se espera quando nós vivemos fora. A ilha em que nascemos é um eixo do Cosmos, uma pequena pátria, um mundo de referências matriciais. A ilha que somos obrigados a abandonar é um ponto de referência, um ponto de regresso ideal, uma Ítaca em que cada um é o Ulisses da sua própria e secreta mitologia". "Este arreigamento, quando exacerbado, pode gerar sublimações como desesperos, amores ou ódios, "o apego ferrenho às ilhas, a doença do açoriano".

4. SENTIMENTO LUSÓFONO, UMA IDENTIDADE REGIONAL

Em tom conclusivo, o micalense mostra uma afinidade lexical com Santa Maria, e uma não tão evidente com São Jorge. Também, as zonas dos Mosteiros e Rabo de Peixe (São Miguel) apresentam uma afinidade lexical com a ilha de S. Jorge, nomeadamente, com a Calheta e Rosais. Enquanto, Ponta Garça (São Miguel) denota uma menor afinidade com os restantes pontos inquiridos por João Saramago e José B. Gonçalves. Apesar de, com Santa Maria e os restantes três da ilha assistir-se esta afinidade. Nordeste apresenta uma afinidade com oito pontos inquiridos (não incluindo os seis pontos dos Mosteiros e Rabo de Peixe, nem os quatro pontos de Ponta Garça).

Os pontos analisados foram: Grupo Oriental, São Miguel (Mosteiros, Rabo de Peixe, Ponta Garça e Nordeste) e Santa Maria (Santo Espírito); Grupo Centra, Terceira (Altares e Fontinhas), Graciosa (Carapacho), São Jorge (Calheta e Rosais), Pico (São Roque e Terras) e Faial (Cedros e Castelo Branco); Grupo Ocidental, Flores (Fajãzinha e Ponta Ruiva, e Corvo (Corvo).

A variedade na distribuição do léxico oferece não só ao linguista, mas também ao etnógrafo e historiador uma abundância e grande interesse de motivos para reflexão e pesquisa.

Agora, faço questão de evidenciar um caminho traçado por um grupo que tem vindo a conquistar um mundo que nutre há 25 anos por um espírito de pertença bastante lusófono. Assim, o Grupo Nova Gráfica, para além, de difundir os valores dos autores regionais, promover obras e o dia-a-dia açoriano, tem vindo a ser premiado por tão nobre atitude. Como exemplo destes factos, exalto a edição do maior livro da Europa intitulado "*O Açor eterno, trilogia de uma ave e de um povo*" de Manuel Ferreira, e os demais abraços às edições históricas, culturais e sociais açorianas.

Assim sendo, saliento que o falar açoriano não será uma língua a estudar como fonte de "comunicação real" no quotidiano lusófono nas gerações vindouras, mas este dialeto tão distinto será uma linguagem utilizada no espaço lusófono como fonte cultural de um povo que vive enraizado em tradições, costumes e valores muito próprios. Este lado comum da vivência e do culto ao antigo, somado a uma pitada de espírito aventureiro levam a bom porto aquilo a que estamos, consecutivamente, à procura. Seremos aquilo que, verdadeiramente, somos e ambicionamos ser, sem ter de cortar com as raízes. Pode não ser tão belo à vista ou, melhor, ao ouvido. Todavia, soará sempre bem, porque faz parte da minha identidade e da imagem lusófona que todos preservamos.

"Não é a natureza que determina a cultura, mas sim a vontade livre. Não é o passado que determina a cultura, mas sim a vida que se faz, que se quer ter. E a cultura não se restringe à arte e a arte pode muito bem funcionar como rutura cultural, e muitas vezes assim tem sido."

5. BIBLIOGRAFIA:

MONTENEGRO, Helena M. e BERNARDO, M.C. Rolão – I Encontro de Estudos Dialetológicos (Atas), Ponta Delgada, 2006, pp. 107-120; pp. 207-229; pp. 293-324; pp. 325-344.

MELO, João de, Antologia Panorâmica do Conto Açoriano – Séculos XIX e XX, junho de 1978, pp. 11-36.

MONTENEGRO, Helena M. e BERNARDO, M.C. Rolão, *O Falar Micaelense – Fonética e Léxico*, 2003, pp. 131-310.

<http://www.ceha-madeira.net/canarias/hia33.html>

<http://www.revista.agulha.nom.br/MACHADO%20PIRES.pdf>

59) JOSÉ JORGE PERALTA

José Jorge Peralta, Nascido em Vagos – Portugal – 1938, Bacharel e licenciado em Letras – USP – 1969, Bacharel e licenciado em Filosofia – Medianeira – 1971, Doutor em Letras – Sócio-Semiótica – USP - 1979

Atividade Docentes: Professor de Linguística – USP – 1970 a 1996.

Professor aposentado da USP; 1996...

Professor de Português e Linguística na UNIB de 1971 a 1985

Professor e Orientador em nível de Pós-Graduação na USP – 1984 a 1996.

Diretor da Faculdade Interlagos – 1995 a 2008

Diretor da Faculdade Euro-Panamericana: 2000 a 2008.

ANTÔNIO VIEIRA NOS AÇORES, ECOS DO 4º CENTENÁRIO, JOSÉ JORGE PERALTA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP E INSTITUTO EDUBRÁS, S. PAULO BRASIL

Antônio Vieira, um patriarca da cultura e da civilização lusofônica, viveu três meses nos Açores. O destino o trouxe para este arquipélago. Aqui ele pregou o “**Sermão de Santa Teresa**”. Vieira chegou aqui após trágico naufrágio: numa tempestade, a nau tombou e os passageiros ficaram tentando sobreviver agarrados ao casco. Aproximou-se uma embarcação de corsários holandeses que pilharam a carga de açúcar do Brasil e roubaram os pertences e até as roupas dos passageiros. Deixaram-nos na ilha Graciosa. No Sermão, referido, proferido nesta ilha de São Miguel Vieira narra o trágico naufrágio. Considera que ter chegado aqui, não é obra do acaso: é obra do “grande Conselho da Providência Divina”. O Sermão é um magnífico panegírico à Santa venerada pelos açorianos. Neste Sermão o Pe. Vieira revela alguns dos traços básicos de seu espírito “**com os olhos no Céu, com os olhos na Terra e com os olhos no Evangelho**”. Mostra seu compromisso com o bem-estar terreno das pessoas que é a tônica da obra “**Clavis Prophetarum**”. Neste trabalho abordaremos as grandes coordenadas e definições deste Sermão, situado entre dois magistras sermões de Vieira: o Sermão de **Santo Antônio aos Peixes** (das Verdades), pregado no Maranhão, três meses antes, e o **Sermão da Sexagésima**, pregado em Lisboa, no início de 1655. Falaremos aqui da articulação deste Sermão com a obra global de Vieira. Vieira, na ocasião, dirigia-se a Lisboa para tratar da liberdade dos indígenas do Brasil. Este é o contexto. Este Sermão nos revela outras grandes dimensões da obra de Vieira, que foi um político sagaz, um dos melhores escultores da nossa língua. Foi também grande humanista, filósofo, diplomata, conselheiro, estrategista e historiador. Foi um ardoroso lutador pela justiça social e pelo respeito à dignidade do ser humano. Foi um incansável guerreiro da esperança. Este Sermão marcou para sempre a presença de Vieira nos Açores.

I – INTRODUÇÃO. O PODER DO HOMEM GENIAL

1. O 4º CENTENÁRIO

No ano em que o mundo celebra o **4º Centenário** de nascimento do P. Antônio Vieira faz bem à alma, ao coração, à inteligência e à civilização, recordar a ação e os méritos de um homem tão ilustre e de tão altos serviços à nação e à humanidade.

É mais auspicioso celebrar tão faustosa data no arquipélago dos Açores onde por forças imponderáveis ele foi chamado para dar algum recado, retemperar seu espírito, recompor seu psiquismo, ordenar suas ideias. Após isto, prosseguiu sua missão em outras plagas. Vieira nos Açores não é ato banal, segundo supomos. É um encontro “**marcado**”.

Vieira nos Açores é um acontecimento feito de episódios **incrivelmente épicos**: desde a tragédia no mar; o saque dos piratas; o roubo do navio; o lançamento dos tripulantes, despidos, na Ilha Graciosa; a recomposição de todos; a ida a Igreja do Santo Cristo; o diálogo com o Sr. João de Sousa Pacheco; o Sermão na capela do Colégio; a procissão e o Sermão na Sé são tudo momento memoráveis de alto poder visual e semiótico.

É um enredo cinematográfico de grande sedução, poder de atrair a atenção e provocador de alta reflexão.

No meio de toda essa tragédia e da popular exaltação, surge um herói e um profeta, sempre enérgico e sempre meigo, sempre solidário e sempre enigmático. Ele chegou ali “por acaso”, mas deve haver alguma razão oculta que aqui o chamou. Enfim, os Açores parecem ser um espaço onde agem poderes especiais.

Escutemos algumas linhas do Sermão de Vieira nos Açores: “ (...) Acaso e bem acaso, aportei às praias desta ilha; acaso e bem acaso entrei pelas portas desta cidade; acaso e bem acaso me vejo hoje neste púlpito (...). E quem me disse a mim ou a vós, se debaixo deste acaso se oculta algum grande conselho da Providência Divina?” (Vieira, vol. X, 1951:362) – Anexo 1

Escutemos mais duas frases do Sermão nos Açores “Com os olhos no céu, com os olhos na terra, e com os olhos no Evangelho determino pregar hoje...”. “*Senhor, não vos dou graças por me livrardes do perigo, senão por meterdes nele. Quando por tal causa me meteste no perigo, então me livraste*”. (Vieira, ibidem: 364 e 390) Anexo 1 e 3.

Cada um descubra ou tente suas hipóteses para compreender tudo isso que não cabe nas dimensões desta comunicação...

É auspicioso rememorar aqui o grande Vieira, não só pela grandeza humana e moral da pessoa, mas ainda pelo fato de ele ter estado aqui, nos Açores, deixando suas marcas indelévels de grandeza, simplicidade, disponibilidade e senso profético, com seu poder transformador.

Como homem genial, como herói arriscando a vida, como cultor dos grandes valores da humanidade, como lutador pela liberdade, pela justiça e pela dignidade das pessoas, como orador e humanista e como missionário na Amazônia, Vieira é um **GIGANTE**.

Como homem arrojado, persistente, de grandes ideais, de imenso discernimento intelectual e de grande coração Vieira é uma **ÁGUIA** de altos voos, de arroubos descomuns e de grandes ousadias.

Para além de sua realidade humana, Vieira é a **VOZ** da humanidade lutando por valores perenes, que sobrevivem acima das pessoas e do tempo, na busca de uma existência mais digna e solidária, com mais bem-estar...

2. VIEIRA – UMA VISÃO PANORÂMICA

Quem foi o Antônio Vieira que aportou aos Açores em julho de 1654?

Efetivamente o P. Antônio Vieira dispensa grandes apresentações. É bastante conhecido, apesar de correrem muitas informações distorcidas.

Não foi fácil ser Vieira, mas foi sua Missão. É que os grandes líderes na sociedade dos humanos costumam sofrer traições e injúrias, pois não podem atender a “gregos e troianos”. A opção e o custo é de quem deve decidir.

Foi talvez um dos primeiros homens da terra de dimensões mundiais. Atuou no Brasil, em Portugal, em Roma, Nápoles e Florença, na França e seu nome e sua fama de homem sábio, enérgico e decidido e de grande orador correu todos os países hispânicos, toda a Europa e América, África e Ásia, onde atuavam os Jesuítas.

Defendeu o Brasil contra as Invasões Holandesas; Defendeu Portugal livre contra a dominação da Espanha; Defendeu a liberdade e a dignidade dos índios e dos negros.

Foi conselheiro real, diplomata, filósofo, humanista, missionário, escritor. Para levar à frente seus altos ideais cultivou grandes utopias.

Dedicou-se sem limites a seu povo, a seus ideais e a seu rei, muitas vezes arriscando a própria vida. Acreditou e fez acontecer.

Vieira é o grande Patriarca **da Lusofonia**; Fernando Pessoa lhe deu o título magnífico de **Imperador da Língua Portuguesa**. É também chamado **Príncipe dos Oradores Sacros** e **Imperador do Púlpito**. Foi um dos maiores oradores de todos os tempos.

A humanidade produziu poucos homens da estrutura moral e do arrojo, coragem e generosidade de Vieira. Vieira viveu de 1608 a 1697. 90 anos (quase) bem vividos. Encheu o século XVII com seu saber e com sua ação transformadora.

Como sábio atuante teve uma multidão de amigos e até alguns inimigos vorazes. Foi processado pela Inquisição e condenado por vias políticas, sem que tivesse cometido crime algum. Mas recorreu ao Papa e foi eximido de qualquer culpa, no meio de grandes elogios do Papa que equivalem a uma grande consagração.

Vieira, como todos os seres humanos mais sábios e empreendedores, teve acertos e desacertos. Nunca decretou a própria infalibilidade. Mas sempre fez por acertar e nunca desistiu da busca do melhor e mais justo...

Sua principal produção literária são seus SERMÕES e suas CARTAS. São monumentos para a eternidade. Dignificam a humanidade.

Dividimos a vida de Vieira em 7 (sete) fases:

1ª – 1608 a 1626 – Lisboa e Bahia – (18 anos)

(nascimento, estudo)

2ª – 1626 a 1641 – Pernambuco e Bahia – (15 anos)

(Magistério em Pernambuco. Sermões na Bahia)

3ª – 1641 a 1652 – Portugal e Europa – (12 anos)

(Diplomata e Conselheiro na Corte de Portugal. Embaixador na Europa)

4ª – 1652 a 1661 – Missionário: Maranhão, Pará, Portugal – (9 anos)

5ª – 1661 a 1669 – Inquisição – Portugal – (8 anos)

(Processo em Coimbra. Condenação)

6ª – 1669 a 1681 – Roma e Lisboa – (11 anos)

(Reabilitação em Roma pelo Papa. Notoriedade de seus Sermões).

7ª – 1681 a 1697 – Bahia – (16 anos)

(Revisão e publicação de sua obra; Visitador Geral do Brasil e Maranhão)

UM NAUFRÁGIO É O SINAL –

3. O TEXTO E O CONTEXTO

Vieira foi trazido aos Açores após terrível naufrágio, seguido de saque por navio de piratas holandeses. Vieira vinha das Missões da Amazônia, de São Luís do Maranhão e dirigia-se para Lisboa. Este é o contexto.

Estamos no mês de agosto de 1654. Vieira tinha 46 anos. Saiu de S. Luís em meados de junho; em meados de agosto naufraga na altura dos Açores; no dia 15 de outubro prega o Sermão de Santa Teresa; no dia 24 de outubro embarca para Lisboa, onde chega em novembro; no dia 16 de abril de 1655 embarca de volta para o Brasil. Nesses poucos meses Vieira agiu incansavelmente. Ele está num dos ápices de seu gênio profético, abalando estruturas débeis e provocando abalos nas torpezas de certas pessoas de grande status na sociedade.

De agosto de 1654 a abril de 1655 foram oito meses de grande tensão e produtividade.

Vieira estava mergulhado nas atividades incansáveis das Missões no Amazonas. Havia grandes embates de Vieira, na defesa dos índios contra os colonos.

Em momento de grande tensão e contendas, no dia 13 de junho, Vieira pronunciara um dos mais belos e veementes Sermões: **O Sermão de Santo Antônio aos Peixes**, em São Luís do Maranhão.

Poucos dias depois embarcou com destino a Lisboa para pedir proteção ao Rei D. João IV, para os índios do Brasil. No caminho acontece o naufrágio nos Açores e os fatos seguintes aqui narrados.

Nos Açores pronuncia o grande **Sermão de Santa Teresa**. Após três meses nos Açores, retoma a viagem para Lisboa (24 de outubro).

A ação nos Açores marca um dos pontos altos da trajetória a Vieira. Após a tragédia inicial no mar, em terra Vieira passa três meses amenos, de grande produtividade. Pode assim preparar-se para as dificuldades e conspirações que iria encontrar em Lisboa.

No dia 1º de janeiro de 1655 pronuncia, na Capela Real, o magnífico **Sermão da Sexagésima**, que produziu um grande impacto na sociedade Lisboeta. Prega ainda o **Sermão da 5ª Domingo da Quaresma**, na Capela Real e o **Sermão do Bom Ladrão**, na Igreja da Misericórdia. Os cinco Sermões aqui citados marcaram época.

Consegue do Rei os documentos sobre a liberdade dos índios que era seu objetivo primeiro desta viagem tão tumultuada e tão fértil.

Em 16 de abril de 1655 embarca em Lisboa de regresso ao Brasil. Volta às suas **Missões Amazônicas**, com o aval do Rei na defesa dos índios.

II – OS ACONTECIMENTOS:

ARTICULAÇÃO E FORÇA VITAL NA OBRA DE VIEIRA

4 – A TRAGÉDIA DO NAUFRÁGIO

Vieira aqui esteve em circunstâncias excepcionais e não programadas, mas “**não por acaso**” diz ele, no **Sermão de Santa Teresa**.

Vieira aqui desembarcou após terrível naufrágio na altura da ilha do CORVO. Após passarem a mais extrema angústia, com o navio sem mastros e sem velas, com a proa já submersa e açoitado por grandes ondas, baloiçando no mar, sem rumo, “na paragem mais tormentosa do Oceano”. Parecia certo e iminente o desfecho fatal.

As circunstâncias desse naufrágio são descritas pelo próprio Vieira, no **Sermão de Santa Teresa**.

Vieira tudo fazia para manter a esperança de um milagre para salvar aquela gente da morte que se apresentava como inevitável. Era uma situação desesperadora. Eram 41 (quarenta e uma) pessoas num barco à deriva, despedaçado e naufragando sem uma tábua de salvação e sem perspectivas.

Nesta situação trágica surge no mar, ao longe, também açoitado pela tormenta, um navio que em seguida desapareceu. Pareceu a visão do fogo de santelmo, diz Vieira. Conseguiu aproximar-se dos naufragos no dia seguinte. Era um navio pirata holandês. Vinha roubar o navio dos naufragos. Roubaram o navio que estava carregado de açúcar e roubaram todos os naufragos, suas bagagens e inclusive suas roupas. Mas salvaram-nos. Como era mercadoria sem preço, depois de nove dias deixaram todas as pessoas, despidas, na Ilha Graciosa. O prestígio de Vieira salvou a tripulação.

No Sermão de Santa Teresa que pregará mais tarde, Vieira diz que o navio pirata o deixou na ilha, como Jonas da Bíblia que foi vomitado em Nínive. E que isso não foi por acaso. Nova missão inesperada o aguardava. Seu caráter foi posto à prova.

5 – PÓS-NAUFRÁGIO E SAQUE

Vieira consegue roupas para todos, na ilha. Em seguida foram fazer “ação de graças pelo milagre na **Igreja do Santo Cristo**.”

Eram quarenta e uma (41) pessoas os passageiros desta embarcação. Todos se salvaram.

Vieira foi o grande herói nestes momentos trágicos. Dele diz o seu grande biógrafo, André de Barros, no contexto desta narrativa, em sua célebre biografia do grande personagem, que Vieira tem um “coração verdadeiramente maior que o mundo, a quem nenhum perigo acovardava nem adversidade oprimia” (Vida do P. Antônio Vieira, p. 153).

Os 41 (quarenta e um) naufragos mantiveram-se na Ilha Graciosa por dois meses recompondo-se e cuidando de suas vestes, todas pagas pelo P. Vieira. Cuidou para que nada faltasse a toda aquela gente, tripulantes e passageiros, padres e leigos. Cuidou de tudo como servo de todos.

Enquanto esteve na Graciosa não se descuidou: prosseguiu sua obra missionária entre o povo da ilha. Implantou aí a devoção do Rosário. O Pastor conhece suas ovelhas.

Esta é a verdadeira imagem de um Vieira: uma pessoa ágil, generosa, e dedicada aos outros pensa na dimensão física e na espiritual. Vieira cuidou de todos, inclusive da alimentação, até embarcarem para Lisboa. É um pastor atento.

Deste naufrágio levou lições vitais que lhe serviram por toda vida. Dele fala com destaque em três Sermões. Após este tempo passado na Ilha Graciosa, já recompostos e recuperados todos seguiram para a Ilha Terceira. Aqui Vieira cuidou de recuperar seus livros e papéis escritos que eram os seus bens mais preciosos que os piratas holandeses lhe roubaram. Através de amigos conseguiu resgatar de Amsterdã esse material precioso para ele.

É preciso sublinhar: Vieira não reclamou nada do que os piratas lhe roubaram. Apenas pediu de volta, da Holanda, seus verdadeiros tesouros. Estava disposto a pagar o que pedissem para os resgatar. Da Ilha Terceira dirigiu-se para a Ilha de São Miguel.

6- VIEIRA NA ILHA DE SÃO MIGUEL

“A Ilha de S. Miguel teve nesta passagem maior fortuna: ouviu no seu púlpito a este **Divino Orador**, como Creta e Malta o Grande Paulo, Mestre do Mundo e pregador das gentes”. Assim com este entusiasmo, André de Barros introduz a narração da ação de Vieira nesta Ilha.

Em S. Miguel, Vieira hospedou-se no Colégio da Companhia de Jesus. Aí prosseguiu sua obra missionária entre o povo.

Na ocasião, por um novo “acaso” da Providência, procurou-o um homem de nome João de Souza Pacheco que por voto, em caso de grave doença, fazia celebrar anualmente a festa de Santa Teresa, em data próxima. João era casado com D. Mariana do Canto, filha de Antônio de Faria Maya e de D. Luíza do Canto que entre os seus familiares conta o P. João Batista Machado, da Companhia de Jesus, que em 1617 deu a vida pela fé, sendo degolado no Japão.

Neste ano de 1654, a festa seria celebrada na Igreja do Colégio dos Jesuítas, onde estava Vieira, cuja fama de grande orador já percorria a Ilha. Este portentoso orador, por modo tão incomum, estava agora ao alcance providencial do Sr. João. Ele logo foi procurar o Grande Padre, para pronunciar o Sermão da festa. Dizia-lhe que “poucas palavras suas farão da Seráfica Madre o mais alto elogio.”

João argumentou “que toda a Cidade e toda Ilha se abalavam para ouvir um missionário que por baixo das ondas vinha buscar remédio para as almas: que desse consolação às daquele povo, desejosos de ouvir de sua boca o Evangelho: que agora cresceriam aqueles montes e seriam cultas aquelas praias, quando por elas se ouvisse repetido o eco de suas vozes: que queria deixar aos herdeiros de sua casa a glória de que, a seus rogos, pregara naquele púlpito o P. Antônio Vieira.”

Vieira não poderia negar tão sincero pedido.

Logo correu a notícia por toda a Ilha.
Todos estavam ansiosos por escutar “Aquele Oráculo Peregrino”.

7- VIEIRA E O SERMÃO DE SANTA TERESA

Chega o dia 15 de outubro. Vieira põe-se no púlpito como se estivesse “no seu zênite o sol”, diz André Barros. O Sermão é uma peça memorável, cheia de paradoxos. Vieira Justifica a ousadia pelo bem comum. Aqui Vieira inclui, como leitura “paralela”, a justificativa de todas as suas ousadias e de todas as perseguições que recebe e de que é vítima. “Quem se arrisca pela caridade não pode correr risco.” (Vieira, 1951:392) – Anexo 2.

Vieira em sua eloquência “exprimiu aqueles incomparáveis resplendores da sabedoria, erudição e zelo de que estava cheia a sua grande alma” como assevera André de Barros.

No Sermão falava a força e credibilidade do homem que chegou a ilha, como Jonas, vomitado pelo mar em nome de Deus.

A solenidade da manhã foi seguida de aplausos nunca ali ouvidos.

À tarde o Pe. Vieira foi pregar na Sé da Cidade. O povo superlotou o Templo que foi pequeno para acolher tanta gente que enchia uma cidade.

Vieira “heroico Pregoeiro do Céu” atendendo a uma “turba ansiosa”, pregou sobre a reforma dos costumes.

Vieira “soltou neste ponto toda aquela sua nativa eloquência, envolta a voz em chamas, de tal sorte acendeu os corações...” André de Barros diz que as ondas que destroçaram o navio que trouxe Vieira, “parecia que davam mais fogo ao orador”.

Vieira antevê no Sermão os embates que o esperavam em Lisboa: “Grandes perigos que ainda me restam e me ameaçam neste tão tenebroso golfo, e mais em inverno tão verde e em ano tão tormentoso. Mas como há de temer os perigos quem neles leva a mesma salvação que vai buscar por meio deles?” (Vieira, 1951:390) – Anexo 2.

Com estes atos memoráveis no dia de Santa Teresa, Vieira completou sua missão não programada aos Açores. Marcou sua presença para sempre.

III – CONCLUSÃO:

INTERVENÇÃO DE FORÇAS SUPERIORES?

8- VIEIRA SEGUE SEU DESTINO: LISBOA

No dia 24 do mesmo mês de outubro, Vieira embarcou para Lisboa, onde o esperavam momentos épicos de ação. Os meses que passou em Lisboa, após Açores e antes de retornar ao Brasil marcaram época. No dia 1º de janeiro surgiria com o Magnífico **Sermão da Sexagésima** que representou um autêntico abalo sísmico na sociedade Lisboeta.

Não podemos deixar de mencionar que ao sair dos Açores, novamente o mar se levantou em fúria quase levando o navio ao naufrágio. Diz Barros que “talvez temiam os espíritos malignos a guerra que havia de lhes fazer aquela vida. Como não puderam afogá-lo no primeiro naufrágio, intentaram o segundo”.

9- A LUTA CONTINUA

Vieira está preparado como nunca para prosseguir sua luta pela justiça e pela dignidade da pessoa humana nos grandes fóruns do mundo. Tem força e engenho capaz de enfrentar qualquer obstáculo, por mais privilegiado que seja. Ainda irá enfrentar terríveis “tempestades” políticas e psicológicas. Como venceu no mar, vencerá também na terra. Apenas o inimigo estará mais camuflado e mascarado. (Vieira, 1951: vol. VIII) – Anexo 3.

Peregrino por destino, deixemos Vieira prosseguindo no seu caminho. Ainda irá muito longe realizando uma obra fantástica que só será encerrada com a sua morte, aos 18 de julho de 1697, com 89,5 anos.

Vieira, o incansável guerreiro da esperança, prossegue sua missão. Muito trabalho ainda o espera. Ainda irá semear muitas e boas sementes na sua missão de contribuir pra a construção de um mundo melhor para todos.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, João Lúcio (1931) *História de Antônio Vieira*, Lisboa: Liv. Clássica.

Barros, André (1746) *Vida do Apostólico P. Antônio Vieira*, Lisboa: N.O. Sylviana.

Lins, Ivan (1956) *Aspetos do P. Antônio Vieira*, Rio de Janeiro: Liv. São José.

Lopes, Antônio (1999) *Vieira o encoberto*, Cascais: Principia

Peralta, José Jorge (2008) *Vieira, Arauto do Humanismo*. Disponível em www.vieira400anos.com.br

_____ *Antônio Vieira um grande mestre a descobrir*. Disponível em www.vieira2008.com.br

_____ *Celebrando Antônio Vieira*. Disponível em www.vieira400anos.com.br

_____ *Vieira na Bahia*. Disponível em www.vieira400anos.com.br

Vieira, Antônio (1951) *Sermões*, vol. VIII. Porto: Lello.

Consulte ainda:

Bibliografia Básica sobre Vieira in www.vieira400anos.com.br

Nota: Você pode ler o **Sermão de Santa Teresa**, reproduzido no sítio: www.vieira400anos.com.br Aí você encontra editado os demais Sermões aqui citados.

ANEXO 1 - SERMÃO DE SANTA TERESA

Quinque autem ex eis erant fatuae, et quinque prudentes.

E quantas vezes os que pareceram acasos foram conselhos altíssimos da Providência divina! Acaso parece que estava Cristo encostado sobre o poço de Sicar, e era conselho da Providência divina, porque havia de chegar ali uma mulher a Samaritana que se havia de converter. Acaso parece que entrava Cristo pela cidade de Naim, e era conselho da providência divina, porque havia de sair dali um moço defunto, que havia de ressuscitar. Acaso parece que passeava Cristo pelas praias do Mar de Galileia, e era conselho da Providência divina, porque havia de chamar dali a dois pescadores, que, deixadas as redes e o mundo, o haviam de seguir. Parece-me, senhores, que me tenho explicado. Acaso, e bem acaso, aportei às praias desta ilha; acaso e bem acaso entrei pelas portas desta cidade; acaso e bem acaso me vejo hoje neste púlpito, que é verdadeiramente o poço de Sicar, onde se bebem as águas da verdadeira doutrina. E quem me disse a mim nem a vós se debaixo destes acasos se oculta algum grande conselho da Providência divina? Quem nos disse se haverá nesta Naim algum mancebo morto no seu pecado, que por este meio haja de ressuscitar? Quem nos disse se haverá nesta Samaria alguma mulher de vida perdida, que por este meio se haja de converter? Quem nos disse se haverá nesta Galileia algum Pedro ou algum André, engolfados no mar deste mundo, que por este meio haja de deixar as redes e os enredos? Bem vejo que a força dos ventos e a violência das tempestades foi a que me trouxe a estas ilhas, ou me lançou e arremessou nelas. Mas quem pode tolher ao autor da graça e da natureza, que obre os efeitos de uma pelos instrumentos da outra, e que com os mesmos ventos e tempestades faça naufragar os remédios para socorrer os perigos? Obrigado da tempestade e do naufrágio chegou S. Paulo à Ilha de Malta, e do que ali então pregou o apóstolo, tiveram princípio aquelas religiosas luzes com que hoje se alumia e se defende a Igreja. Bem conheço quão falto estou da eloquência, e muito mais do espírito de São Paulo; mas na ocasião e nas circunstâncias presentes, ninguém me pudera negar uma grande parte de pregador, que é chegar a esta ilha vomitado das ondas.

Uma das coisas mais admiráveis, ou a mais admirável de todas as que se leem em matéria de pregação, é o grande e universal fruto que fez a do profeta Jonas em Nínive. As maldades da cidade eram as mais enormes, o povo gentílico e sem fé, o pregador estrangeiro e não conhecido, o sermão brevíssimo, desarmado e seco, sem prova de razão nem de Escritura, e, contudo, que este sermão e este pregador convertesse o rei e a corte, e a populossíssima cidade a uma penitência tão geral, tão extraordinária, tão pública? Mas era Jonas um pregador vomitado pelas ondas. Pregava nele a tempestade, pregava nele a baleia, pregava nele o perigo, pregava nele o assombro, pregava nele a mesma morte, de que duas vezes escapara. Por certo que não foi tão grande a tempestade de Jonas como a em que eu e os companheiros nos vimos. O navio virado no meio do mar, e nós fora

dele, pegados ao costado, chamando a gritos pela misericórdia de Deus e de sua Mãe. Não apareceu ali baleia que nos tragasse, mas apareceu não menos prodigiosamente naquele ponto um desses monstros marinhos que andam infestando estes mares. Ele nos trago, e nos vomitou depois em terra. Vomitado assim em terra Jonas, o tema que tomou foi: *Adhuc quadraginta dies, et Ninive subvertetur* (Jon. 3, 4): Daqui a quarenta dias se há de soverter Nínive. Em terra onde os terremotos são tão contínuos e tão horrendos; em terra onde os montes são vivos, e comem e se sustentam de suas próprias entranhas, e estão lançando de si os incêndios a rios; em terra onde o fogo é mais poderoso que o mesmo mar oceano, e levanta no meio dele ilhas e desfaz ilhas; em terra onde povoações inteiras em um momento se viram arruinadas e sovertidas, que tema mais a propósito que o de Jonas: *Adhuc quadraginta dies, et Ninive subvertetur?* Se Nínive se sovertesse, seria milagre e castigo, mas, se se sovertesse o que Deus não permitirá esta cidade, podia ser castigo sem milagre. Supostas todas estas circunstâncias, mui a propósito vinha o tema ao pregador e ao lugar; mas é o dia mui de festa para assunto tão triste e tão funesto.

Gloriosa Teresa, terra onde vós estais e onde a devoção dos moradores tanto vos venera, segura pode estar de ser sovertida. Convertida, sim; sovertida, não. Por meio de Jonas converteu Deus a Nínive, e era Jonas tão imperfeito naquele tempo, que desobedecia a Deus e fugia dele. Mas tanto pode a força da graça! Quando vós, santa, vivíeis na terra, o maior emprego de vossas orações era encomendar os pregadores a Deus, para que convertessem e levassem a ele muitas almas, como vós levastes tantas. Oh! quem merecera nesta hora um raio da vossa luz e um assopro do vosso espírito! Não é menor hoje a vossa caridade, nem menos poderosa a vossa valia. Intercedei, gloriosa virgem, com a virgem e Mãe de vosso Esposo, para que me alcance do seu esta graça. Bem sabeis, santa, que graça é a que eu desejo: não aquela graça que faz soar bem as palavras nos ouvidos, não aquela graça que deleita e suspende os entendimentos, senão aquela graça que acende as vontades, aquela graça que abranda, que rende, que fere, que inflama os corações. Desta graça nos alcançai da Virgem Santíssima quanta ela vê que há mister a dureza de nossas almas e a frieza da minha. *Ave-maria.*

II

Com os olhos no céu, com os olhos na terra e com os olhos no Evangelho determino pregar hoje, que é o modo com que nas festas dos santos se deve pregar sempre. Deve-se pregar com os olhos no céu, para que vejamos o que havemos de imitar nos santos; deve-se pregar com os olhos na terra, para que saibamos o que havemos de emendar em nós; e deve-se pregar com os olhos no Evangelho, para que o Evangelho, como luz do céu na terra, nos encaminhe ao que havemos de emendar na terra e ao que havemos de imitar no céu. (...) (Vieira, 1951:361 a 364)

ANEXO 2 - SERMÃO DE SANTA TERESA

Notai: *Qui amat periculum, in illo peribit*: quem ama o perigo perecerá nele. Uma coisa é entrar no perigo amando o perigo, outra coisa é entrar no perigo amando a Deus: quem entra no perigo por amor do perigo perece nele, porque o mesmo perigo, a quem ama e por quem se arrisca, o perde; mas quem entra no perigo por amor de Deus, não perece nem pode perecer, porque o mesmo Deus, a quem ama e por quem se arrisca, o guarda. Se vós entrais no perigo por amor da cobiça, quem vos há de guardar? A cobiça? Se vós entrais no perigo por amor da soberba, quem vos há de guardar? A soberba? Se vós entrais no perigo por amor do amor, quem vos há de guardar? O amor profano e cego? Entrai vós nos perigos por amor de Deus e do próximo, e vereis como Deus vos livra e vos segura neles.

Ah! Senhor, bendita seja e infinitamente bendita vossa bondade! Falta-nos neste passo o exemplo do Evangelho, porque faltaram as virgens prudentes no conhecimento desta verdade e no exercício desta confiança. Mas a prova que não temos no Evangelho, temo-la no pregador. Mui ingrato seria eu, e serei a Deus, se assim o não confessara e assim o não confessar toda a vida e toda a eternidade. A quem aconteceu jamais depois de virado o navio e depois de estarem todos fora dele sobre o costado, ficar assim parado e imóvel por espaço de um quarto de hora, sem a fúria dos ventos descompor, sem o ímpeto das ondas o soçobrar, sem o peso da carga e da água, de que estava até o meio alagado, o levar a pique, e depois dar outra volta para a parte contrária, e pôr-se outra vez direito, e admitir dentro em si os que se tinham tirado fora? Testemunhas são os anjos do céu, cujo auxílio invoquei naquela hora, e não o de todos, senão daqueles somente que têm à sua conta as almas da gentildade

do Maranhão. Anjos da guarda das almas do Maranhão, lembrai-vos que vai este navio buscar o remédio e salvação delas. Fazei agora o que podeis e deveis, não a nós, que o não merecemos, mas àquelas tão desamparadas almas que tendes a vosso cargo. Olhai que aqui se perdem também conosco. Assim o disse a vozes altas, que ouviram todos os presentes, e supriu o merecimento da causa a indignidade do orador. Obraram os anjos, porque ouviu Deus a oração. E não podia Deus deixar de a ouvir, porque orava nela o mesmo perigo. Sabe o mesmo Senhor que por nenhum interesse do mundo, depois de eu o ter tão conhecido e tão deixado, me tornara a meter no mar, senão pela salvação daqueles pobres tesouros, cada um dos quais vale mais que infinitos mundos. E como o perigo era tomado por amor de Deus e dos próximos, como podia faltar a segurança no mesmo perigo? O mesmo perigo nos livrou, ou se livrou a si mesmo. Os perigos da caridade são riscos seguros, e nos riscos seguros não pode haver perigo. Assim que, Senhor, mudo o estilo, e não vos dou já as graças por me livrardes do perigo, senão me meterdes nele. Quando por tal causa me metestes no perigo, então me livrastes. Grandes são os perigos que ainda me restam e me ameaçam neste tão temeroso golfo, e mais em inferno tão verde e em ano tão tormentoso! Mas, como há de temer os perigos quem neles leva a mesma salvação que vai buscar por meio deles?

Quem cuidais que tirou do perigo a Jonas e quem cuidais que o meteu no perigo? O não querer ir buscar a salvação dos próximos o meteu no perigo, e o meter-se no perigo pela salvação dos próximos o tirou dele. Mandou Deus a Jonas que fosse pregar aos gentios de Nínive; não quis Jonas, e para fugir da missão, e ainda do mesmo Deus que lha encomendava, embarca-se de Jope para Társis. E que lhe sucedeu a Jonas nesta viagem ou nesta fugida? O que lhe sucedeu foi que, indo todos os navios com vento a popa e mar bonança, só contra o de Jonas se levantou uma tempestade tão terrível, que não bastando amainar velas e calar mastros, não bastando alijar ao mar a carga, não bastando tudo o mais que sabe e pode a arte em semelhantes trabalhos, deixado já o leme e o navio à mercê dos mares e dos ventos, e, desconfiados até do socorro do céu, o piloto e marinheiros, que eram gentios, desceram ao porão onde vinha Jonas a pedir-lhe que fizesse oração ao seu Deus, pois os seus deuses não lhes valiam. Tal era a tempestade, tal o perigo, tal a desesperação de todos. E bem, profeta Jonas, e vós não quereis ir pregar e salvar as almas dos gentios a que Deus vos manda, pois, quando cuidáveis que fugíeis do trabalho, incorreríeis no maior perigo, e pereceríeis onde vós quisestes, porque não quisestes salvar os próximos onde Deus queria. De maneira que o não querer ir buscar a salvação dos próximos foi o que meteu no perigo a Jonas. E que fez Jonas para sair daquele perigo? Notável caso! Para Jonas sair daquele perigo, mete-se noutro perigo maior pela salvação dos próximos. E este segundo perigo o salvou e livrou do primeiro. Ora vede.

Subido Jonas ao convés do navio, reconheceu que ele era a causa da tempestade, e para que os demais se salvassem e ele só percesse, pediu que o lançassem ao mar. De sorte que aquele mesmo Jonas, que pouco há se embarcou neste navio por não ir salvar os gentios de Nínive, esse mesmo pede agora que o lancem do navio ao mar para que se salvem os gentios do navio. Fazem-no assim por último remédio os marinheiros, vai Jonas ao mar, traga-o uma baleia, mergulha para o fundo o monstro, somem-se e desaparecem ambos. Pode haver maior perigo? Pode-se imaginar maior? Não pode. No mar podia-o salvar ou entreter uma tábua; no ventre da baleia a morte e a sepultura tudo foi junto. Mas Jonas não se arrojou a este perigo por salvar os mareantes do seu navio, próximos, ainda que gentios? Sim. Pois, tende mão, que ainda não desconfio de sua vida. Perigo tomado pela salvação dos próximos, não pode ser perigo em que se perigüe. Arrojado do navio, e naufragante, sim; tragado e engolido do monstro-marinho, sim; metido no profundo do mar e sepultado nos mais escuros abismos, sim; mas afogado, mas morto, mas digerido ou mastigado da baleia quem se lançou ao mar pela salvação dos próximos, não pode ser. Torno a dizer que não pode ser; e já o vejo. Olhai para as praias de Nínive. Passados três dias e três noites, aparece ao romper da alva diante do porto de Nínive uma galé de forma nunca vista à vela e só com dois remos. A vela era a nuvem de água que respirava a baleia, e umas vezes parece que subia, outras que se animava; os remos eram as duas grandes barbatanas com que, batendo a compasso, ia vogando. Abica à praia o desconhecido baixel, levanta aberto pelo meio o castelo de proa, que então se conheceu que era boca, estende a língua como prancha sobre a areia, e sai de dentro vivo e sepultado Jonas. Pasmais do caso? Não pasmeis. Não vos dizia eu que não podia perigar quem por salvação dos próximos se entregou ao mar e aos perigos? Pois, assim lhe aconteceu ao felicíssimo Jonas. Levado de um perigo em outro perigo, uns o livraram dos outros. No navio perigava dos ventos, no mar perigava das ondas, na baleia perigava do aperto da respiração e de tudo, mas como o primeiro perigo foi tomado por caridade, todos os outros perigos eram remédios. O perigo do mar livrou-o do perigo do navio, o perigo da baleia livrou-o do perigo do mar, e este perigo, como era o último e o maior de

todos, livrou-o de si mesmo. Há mais seguro perigar? Há menos perigosa segurança? Com razão disse São Zeno Veronense que foi Jonas mais venturoso no sepulcro que no navio: *Felix magis in sepulchro quam navi* porque, uma vez que a baleia lhe guardou a vida, muito mais seguro navegava nela que no navio: o navio podia perigar nos mares e nos ventos, a baleia era embarcação segura das tempestades.

Maior tempestade padeceram as virgens no óleo das suas redomas do que Jonas em tanto mar. Todas naufragaram, porque todas deram em seco: as néscias no das suas lâmpadas, e as prudentes no da sua avareza. Forte *ne forte* foi aquele! Perderam-se cinco, quando se puderam salvar todas, porque não tiveram caridade as outras cinco para se arriscarem com elas. Tanto perigaram as néscias no seu perigo, como na demasiada segurança das prudentes. Se as prudentes se quiseram arriscar por elas socorrendo-as, nesse mesmo risco se salvariam umas e outras: as néscias, pelo socorro que recebiam, e as prudentes, pelo socorro que davam, ou, para o dizer com mais certeza, as néscias pelo risco de que se tiravam, e as prudentes pelo risco em que se metiam, que quem se arrisca pela caridade não pode correr risco. Nenhuma comunidade esteve jamais tão arriscada como o povo de Israel, quando Deus o quis acabar no deserto; e o que fez Moisés para o livrar daquele risco foi arriscar-se também com ele: *Aut dimitte eis hanc noxam, aut dele me de libro tuo* (Êx. 32,31 s): Senhor, ou haveis de perdoar ao povo, ou riscai-me do vosso livro. É certo que Moisés não podia licitamente querer ser riscado dos livros de Deus, e foi este o mais arriscado lanço em que se meteu nenhum homem. Contudo, pediu este risco, e meteu-se nestes riscos Moisés, seguro de que Deus o não riscaria por ele se arriscar, quando o fazia pela caridade dos próximos, porque os riscos da caridade nem riscam nem arriscam. Tão longe esteve Moisés de ser riscado dos livros de Deus por esta causa, que antes mandou Deus que se escrevesse em seus livros que chegara Moisés por caridade a pedir que o riscassem deles. Se Moisés se não arriscara, salvara-se ele e perecera o povo; mas porque se quis arriscar pelo povo, ele e o povo, todos se salvaram. O mesmo havia de suceder às nossas prudentes se elas o souberam ser e se souberam arriscar; mas, porque lhes faltou esta ciência e esta prudência, em que Santa Teresa foi tão eminente, por isso eu em comparação dela digo que foram néscias. Em comparação das néscias do Evangelho foram prudentes as prudentes, porque as néscias cuidaram que havia outrem de fazer por elas o que elas não fizeram por amor de si, e as prudentes não quiseram fazer por amor de outrem o que outrem não havia de fazer por elas. Mas estas mesmas prudentes, comparadas com Santa Teresa, foram néscias, porque elas cuidaram que, arriscando-se por amor de Deus e dos próximos, corriam perigo, e Santa Teresa entendia e sabia por experiência que tudo o que se arrisca pela caridade, quando mais se arrisca, então se segura mais. (Vieira, 1951: 388 a 393) (...)

ANEXO 3 - SERMÃO DE SANTA TERESA

(...) As perseguições a que Santa Teresa se expôs quando empreendeu reduzir a regra carmelita moderada ao antigo rigor e inteireza de seu primeiro instituto foram maiores do que se podem imaginar e do que parece se podiam sofrer. Armou-se contra ela a religião, e armou-se o mundo, e, o que mais é, que os bons do mundo e os melhores da religião posto que com bom zelo eram os que mais a perseguiam. Raros eram os que defendiam seu espírito, todos o tinham por ilusão e enredo do demônio, muitos por fingimento e hipocrisia, e não faltava quem lhe desse ainda mais escandalosas censuras. Tudo ocasionavam os tempos, que com as novas heresias de Lutero andavam mui perigosos e cheios de temores. Mas, como a santa se arriscava a todos estes descréditos pela salvação e perfeição dos próximos, em que veio a parar tudo? Os descréditos pararam em maior estimação, as injúrias em maior honra, as perseguições em maiores aplausos, e os mesmos religiosos que tinham a Teresa por indigna filha, a receberam depois por digníssima mãe, e como de tal se honram e a veneram.

Finalmente, houve muitas pessoas timoratas e doutas que aconselhavam a Santa Teresa que se retirasse do magistério espiritual das almas, e que na vida particular e solitária, a que a mesma doçura da contemplação a inclinava, vacando somente a Deus e a si, seria maior o aproveitamento de seu espírito. Foi esta a maior prova, por lhe não chamar a mais apertada tentação, que podia ter a alma de Teresa, cujos mais prezados interesses, cujas mais amadas delícias, cujos regalos, cujas ânsias, cujos suspiros, era aquela íntima união com Deus, quieta e suavíssima, em que, elevada sobre todas as coisas da terra, tão celestialmente o gozava. Continuou, contudo, a santa prosseguindo na mesma empresa começada, sem reparar nestes riscos de sua maior perfeição, e noutros ainda maiores que lhe ameaçavam; e, como todos eram tomados pela caridade, quanto mais parece que arriscava os dons do céu, tanto mais se achava rica e favorecida deles. Era muito o que arriscava, mas muito mais

o que recebia. Mercês sobre mercês, favores sobre favores, glórias sobre glórias, como se os mesmos riscos fossem degraus para mais subir e crescer. Em suma, que arriscando Teresa por amor de Deus e dos próximos saúde, honra e perfeição, dos perigos da saúde saia mais forte, dos perigos da honra mais acreditada, dos perigos da perfeição mais santa Oh! quantos e quão seguros louvores se puderam agora discorrer sobre todos estes perigos, e muito mais sobre o terceiro. Parece que pugnava nele o espírito contra o espírito, a virtude contra a virtude, a santidade contra a santidade, mas necessária era tão gloriosa peleja para tão excelente vitória. Corto o fio, e não sem dor, ao que quisera dizer. Peço-vos, contudo, licença, para concluir o sermão na forma em que o propus ao princípio: suposto que vos não hei de cansar outra vez, perdoai-me esta. (...) (Vieira, 1951: 394 a 395)

60) M^ª DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS / MANUEL JOSÉ SILVA

Maria do ROSÁRIO GIRÃO Ribeiro dos Santos doutorou-se na Universidade do Minho, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da recepção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. De finais do Romantismo ao Modernismo*. Desde então, tem vindo a lecionar disciplinas no âmbito da Literatura Comparada, Literatura Portuguesa/Literatura Francesa e Literatura e Mito, e a orientar teses de Mestrado e de Doutoramento. Em 2007, publicou o ensaio *Os 'Fantasmas' de Troia: La bella Elena* (sobre o mito literário de Helena de Troia quer nos textos clássicos, quer nas literaturas portuguesa, francesa, italiana e inglesa). Encontra-se, atualmente, a finalizar o estudo *O retrato do artista. Ensaio sobre estética*, no âmbito da literatura comparada. As suas últimas publicações em revistas, nacionais e internacionais, vêm a seguir elencadas: • “Para uma poética da saudade em Lucian Blaga e em Teixeira de Pascoaes”, in *Colóquios de outono 2005-2006. O poder das narrativas as narrativas do poder*, Braga, 2007, pp. 25-48. • “Autour de la réception de Monsieur Proust au Portugal”, in *Marcel Proust Aujourd'hui 5*. Amsterdão – NY, Rodopi, 2007, pp. 187-216.

Manuel José Silva doutorou-se na Universidade de Caen, França, tendo feito um “Doctorat d’État” intitulado “Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain”, e acaba de publicar o ensaio intitulado *La langue française et l’Histoire*.

NATÁLIA CORREIA E CARLOS WALLENSTEIN: O TEMA DA METAMORFOSE, MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS E MANUEL JOSÉ SILVA, (INSTITUTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA).

Conquanto se afigure interessante a convergência de olhares de Natália Correia e de Carlos Wallenstein sobre a açorianidade, patente quer em entrevistas quer em crónicas, não é tanto a visão de uma realidade sociocultural balizada pelo tempo que de sobremaneira nos interessa, mas antes o estudo do tema da metamorfose - definida através das suas multimodas vertentes - nas novelas dos autores *superarrefecidos*, nascidos em 1923 e em 1925, respetivamente.

Assim sendo, e após breve ‘digressão’ pelas novelas de Wallenstein intituladas “Metamorfoses” e “A maravilhosa história do Internamento”, quedar-nos-emos numa sinopse comparativa entre “O aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas Pink”, de Natália Correia, e “O Senhor Venâncio Não Quer Táxi?”, de Carlos Wallenstein, enfatizando a importância capital do tema do ‘duplo’ e do motivo da máscara, ou, por outras palavras, a antinomia *ilusão versus realidade*.

É, então, que penetramos no fantástico, no reino das sempiternas dúvida e incerteza (no que respeita à intenção do autor, à técnica compositiva do texto e à recepção por parte do leitor), no questionamento do estatuto ontológico do universo real, na implantação do mistério por entre as brechas da realidade convencional e na produção de um efeito de ‘desterritorialização’, tendente a um júbilo intelectual e hermenêutico advindo do domínio dos códigos da representação.

Um fantástico moderno açoriano traduzindo a revolta contra o desencanto do mundo? E, porventura, a superação desta revolta mediante produção indefinida de sentidos... suscetível de dar um sentido à existência?

Em junho de 1981, Carlos Wallenstein escrevia, no Continente, o poema “Açórica 32”, de que transcrevemos o *incipit* e a quarta quintilha:

*“Nasci no limite das casas
entre mar e matagal./[...]
De milénios ilha impante
geme treme. Ronda infinda
maré a maré, as escunas
do que nos rói e destrói
nos arrepanha e cogita./[...]”* (Wallenstein, 1998a:165)

Do mesmo modo, em entrevista concedida a Edite Soeiro e publicada na revista *Notícia* (Luanda, 25 de janeiro de 1969), Natália Correia - que sempre manifestou, para nosso pesar, o seu desagrado por Colóquios⁴⁴⁹ - expunha em discurso direto as suas origens:

“ – Nasci em S. Miguel (Açores) e no ambiente da minha infância se podem encontrar alguns elementos que se vieram refletir na Madona. Não são reproduções exatas daquilo que se passou nesse período, mas representam impressões colhidas.” (Correia, 2004: 38).

Nesta sequência, não se nos afigura despidianda a abordagem, conquanto sucinta, da convergência de olhares de Natália Correia e de Carlos Wallenstein sobre a açorianidade: se, para a autora de *Mátria*, “S. Miguel era um meio muito exíguo” não propício ao desenvolvimento espiritual (Correia, 2004:39), para Carlos Wallenstein, ator, encenador e dramaturgo, o arquipélago açoriano é uma “admirável terra que não tem culpa do atraso cultural a que está – e, segundo parece, continuará – votada.” (Wallenstein, 1998b:186). Do mesmo modo, enquanto a ilha de Natália Correia prima por um “matriarcado incipiente”, revelando-se a mulher açoriana “um ser perfeitamente diferenciado e de grande personalidade, sobretudo naquilo que respeita a uma intervenção nas soluções de problemas da vida.” (2004:39), a mulher das ilhas vive, segundo Wallenstein, “consciente da sua luta, dos seus valores morais e da sua posição social”, exercendo “uma influência larguíssima, como não podia deixar de ser numa sociedade concebida, realizada e dominada pela Igreja Católica.” (1998b:186). Esta visão global não raro se particulariza em comparações secundárias, mas nem por isso pouco dilucidativas, de que constitui exemplo flagrante o paralelismo entre o Coliseu de Ponta Delgada e o Olímpia de Lisboa, quiçá ditado pela emergência, em Carlos Wallenstein, de uma “compensação afetiva”.

“Sou uma devota espetadora dos filmes fantásticos. Devoção que durante anos me tributou com a pulga do Olímpia que tinha por missão punir os desertores dos ecrãs bem comportados.” (Correia, 2004:149).

“[...] o Coliseu de Ponta Delgada também cheirava a creolina; e, como no Olímpia, também lá havia pulgas [...] as matinées do Coliseu também eram turbulentas e a elas assistia um rapazio ruidoso - porém nos ócios do domingo; enquanto no Olímpia era nítida a vagabundagem da grande cidade e a ocorrência de trabalhadores, assíduos devido à mobilidade das sessões permanentes, adaptáveis a horários extravagantes.” (Wallenstein, 1998b: 237-238).

Não é tanto, porém, esta sociologia da açorianidade que de sobremaneira nos interessa nas novelas dos autores supracitados, mas antes o estudo do tema da metamorfose e da figura do duplo, suscetíveis de desaguardarem quer numa fantasia insólita de cariz mais ou menos lúdico, quer numa freudiana “inquietante estranheza”, quer no reino da sempiterna dúvida que é o fantástico⁴⁵⁰.

Detenhamo-nos, em primeiro lugar, nesse *magnum opus* ovidiano, onde as metamorfoses descrevem a história da humanidade, desde o caos primitivo até aos tempos modernos, e onde o poeta da Antiguidade se entrega, com indubitável prazer, à conceção da literatura como jogo, mercê do seu talento experimental de explorador do universo pela linguagem, posto que “la découverte du monde passe pour une prospection des possibilités verbales.” (Jouteur, 2001:304).

De seguida, atentemos na indissociabilidade ontológica entre a mudança e o ser (Achard-Bayle, 2001:75), passando pela metamorfose exterior (transformação a que procede o olhar de outrem), pela metamorfose interior (transformação operada pelo olhar sobre si próprio) e desembocando na morte, como definitiva e absoluta metamorfose do corpo (Borel, 1992: 65).

Sem olvidar a diferenciação teórica entre metamorfose e anamorfose (implicando o primeiro conceito um processo de transformação, caracterizando o segundo uma relação de deformação), transitemos para a metamorfose moderna, definida tanto como expressão fixa e concreta dos *eus* múltiplos e conflituosos, como em termos de exteriorização de paixões recalçadas, passíveis de configuração de uma resposta ambígua às complexas questões que a identidade suscita.

Quedemo-nos, por fim, partindo do duplo princípio que a dualidade rege física e psicologicamente o nosso ser e que a estrutura binária remonta aos tempos primordiais de Mircea Eliade, no tema do duplo (do *alter ego*, do *sósia*, do *doppelgänger*, do *sobowtor*) e nas variegadas figuras que lhe subjazem. Movendo-se de modo ‘anfíbio’ entre a complementaridade e a concorrência, relevando da ilusão e da alucinação, afirmando-se como uma réplica imaginária do original ou como um simulacro de aparência sinónimo de construção do espírito, assumindo-se como o horizonte da mimese tendente para um ideal contraditório e fugaz, o duplo pode constituir não só um “être de regard” (Troubetzkoy, 1996:5) ou, por outras palavras, uma figura teatral, mas também reenviar ao cerne do fantástico, arvorando-se como objeto de hesitação ou alvo de incerteza. De facto, mediante a sua transição do teatro para o romance, é-nos dado assistir a uma interiorização do tema do duplo, que se volve em fantasma obsessivo, colmatando a fissura entre o homem deserdado por Deus e o universo, carecente de sentido, que o ultrapassa, projetando sem controlo as suas mais profundas zonas de sombra, explorando os confins da dolorida consciência, exacerbando patologicamente a autoscopia e representando uma experiência tripartida cujos vértices são o corpo fragmentado, a sombra e o reflexo: neste último caso, a *imago sui* funde-se e confunde-se com a *imago alii*, a identidade com a alteridade, o exterior com o interior e a pessoa com a *persona*, com a efigie e com o espetro.

Folheando a obra em prosa de Carlos Wallenstein - na qual se insinua não sub-repticiamente o campo lexical da ilusão a cruzar-se com aquele outro da mudança⁴⁵¹ -, deparamos com uma novela intitulada “Metamorfoses”, cuja título não deixa de gorar as nossas expectativas, por tão-somente traduzir a metamorfose caraterológica ou, plagiando a expressão barthesiana concernente à escrita, o ‘grau zero’ do fantástico: nela, conta-nos o narrador os seus três encontros (ocorridos na “Cidade Invicta”) com Vitória, mestre na arte de uma argumentação capitosa que preside e justifica os inúmeros volte-face da sua existência. No primeiro encontro, sustenta incondicionalmente Vitória a excelência da luta greco-romana, que seu marido e o narrador praticavam: “O Futebol? - Uma selvajaria! O boxe? - Outra! A luta greco-romana, sim!” (1998b:195); no segundo encontro, ocorrido anos indeterminados após o primeiro, surge em cena uma outra Vitória que, tendo contraído de novo matrimónio por falecimento do cônjuge, ostenta a sua admiração entusiasta pelo Benfica, já que “se Portugal existe como país independente, deve-o [...] à admirável existência do Benfica.” (1998b:196). No terceiro encontro, reaparece no palco uma Vitória perdida de amores por um jogador do Futebol Clube do Porto, “uma organização que é não só uma honra para a Península Ibérica, [...] mas também, para os milhões de adeptos, uma religião.” (1998b:197). E remata, assaz humoristicamente o narrador, a sua crónica pedindo-lhe “que se acontecesse outra *mudança* me [lhe] comunicasse. E daqui lhe lanço publicamente outra vez semelhante apelo porque preciso de temas para estas crónicas.” (1998b:197). Assinalamos, de passagem, que o lexema *mudança* se encontra grafado em itálico...

Nos antípodas desta personagem caleidoscópica, dotada de uma volubilidade vertiginosa, situa-se o deuteragonista (ou protagonista?) da novela de Natália Correia intitulada “O aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink”, protagonizada por um narrador que se vê confrontado amiúde por um indivíduo inominado que “não tinha sempre a mesma cara mas também não se pode dizer que as suas caras fossem diferentes. Havia uma unânime solicitude nessa diversidade. Solicitude ora rosa ora cinza que tanto se aprestava a satisfazer o nosso bem-estar como a não menos premente necessidade de nos sabermos infelizes.” (2003:379). Oportuno se torna realçar que, mau grado a sua metamorfose corpórea/facial, esta instável personagem firma, nas situações mais diversificadas, a sua identidade graças a uma identificação profissional que sobreleva as demais.

“- Eu sou o aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink. [...]

Foi em Lisboa. [...] Apoiou as mãos na secretária e, inclinando-se para mim, identificou-se com orgulho:

- Eu sou o aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink. [...]

Fique sabendo que me encontra no exercício de um dever profissional. Sou um dramaturgo. O aplaudido dramaturgo...” (Correia, 2003: 381-382).

Vendedor de toda a gama de veículos requeridos pelo homem ao longo do seu percurso existencial (carro de bebé, carro nupcial, carro de corridas e carro funerário), prestimoso terapeuta da solidão do narrador ao lançar-lhe para os braços o erotismo sapiente de uma italiana e, contraditoriamente, puritano radical ao verberar junto do gerente do hotel, em tom moralizador, esse universo de corrupção para o qual ele contribuíra, jovem revolucionário que, lesto, adverte a personagem principal da infidelidade da esposa com um outro que não é senão ele próprio, sinodoicamente caracterizado por uma “calva aterrada”, o “aplaudido dramaturgo” revela-se uma personagem plural, enigmática e descoroçoante em termos hermenêuticos. Abatido pelo revólver justiceiro do marido enganado, mas logo ressuscitando, qual Fénix ou Hidra, sob a forma de agente secreto do Exército de Salvação, não se coíbe de sugerir ao narrador-personagem viúvo (entretantes, a mulher suicidara-se...) ⁴⁵², em digressão turística pela Suíça, o obséquo de lhe tirar uma fotografia, com o escopo de garantir a sua reputação para a eternidade. O *explicit* da novela não deixa de ser esclarecedor quanto ao seu não esclarecimento de sentido, espoletado por surpreendente reviravolta de matriz simbólica:

“No dia seguinte, quando fui ao estúdio onde mandara revelar a película, perturbou-me o facto tecnicamente [sic] inexplicável do dramaturgo não se encontrar na fotografia em que maliciosamente quisera figurar, assim como quem trama: ‘Com que então, verme, querias a prova fotográfica da existência de Deus?’” (2003:383).

Quem é, afinal, este dramaturgo ficcional e qual a razão das suas contínuas metamorfoses?

Se o que a metáfora opera na linguagem é materializado, na vida concreta, pela metamorfose... não será lícito encarar as metamorfoses do “aplaudido dramaturgo” como metáforas da escrita? E, nesta ordem de ideias, não poderá identificar-se o solícito dramaturgo ao duplo de um narrador à procura de personagens e não ao duplo de personagens pirandellianas em busca de um autor? Nesta conjuntura, parece adquirir nova significação o discurso identitário (por parte do dramaturgo...) de cariz meta ficcional (ou, melhor dizendo, metateatral) que perpassa na novela em exegese.

“Falou [o dramaturgo] na lista telefónica que era uma aflição de personagens à procura de um autor, [...] Porque a guerra não é mais do que um desenvolvimento lógico da libertinagem. Demonstro isso nas minhas peças. [...] Sou um dramaturgo de vanguarda. Combato a velha dramaturgia que vive do triângulo clássico. Mas a vida persiste em ser académica. Impõe uma realidade que é a justificação da arte dramática conservadora. O senhor [narrador] é o perfeito exemplar do argumento que essa fauna reacionária usa para rebater as minhas teorias. [...] O senhor é o culpado de tudo isto. Nunca percebeu que a sua mulher era uma personagem.” (2003:379-381-382).

Não estaremos, pois, perante o caso de um duplo objetivo revelando à saciedade, mediante a repetição compulsiva, uma intenção irônica (1996:100) inerente à relação irônico trágica do sujeito com o mundo? Todavia, pelo seu dom de ubiquidade e mestria de ‘contorcionismo’, não se fundirá este duplo externo, através da metamorfose, com o duplo subjetivo⁴⁵³ do narrador? E não se afirmará este último como o duplo do autor que, por seu turno, duplica Deus? Se criar se aparenta a *dizer* e a *nomear*, com vista a *fazer existir*, e se a criação pressupõe o Verbo divino, o escritor poderá, eventualmente, tornar-se um demiurgo, um duplo de Deus, no que respeita à invenção de mundos outros: no entanto, enquanto Deus gerou um universo uno e único, o artista limita-se a inventar uma pálida réplica, um ténue simulacro do modelo, uma débil imitação do original, um ‘fantasma’ nostálgico da perfeição do “Início”, veiculando uma aspiração frustrada à divindade (Troubetzkoy 2001:53).

Vem a propósito, neste contexto, revisitar a obra de arte, o retrato em particular (na senda quer desse assassínio pictórico que é *O retrato oval* de Edgar Allan Poe, quer dessa especularidade em sentido inverso que constitui *O Retrato de Dorian Gray* de Oscar Wilde), que pode exercer a função de duplo, exteriorizar o desejo nele deposto por um contemplador embevecido, augurar um destino, em geral maléfico, e entrar não raro em concorrência, sonogando-lhe o lugar, com a personagem que dá a sensação de duplicar. É o caso de “O Segundo da Esquerda” de Carlos Wallenstein, em que o narrador, tendo feito a aquisição, instigado por sua esposa Ilda, de um quadro antigo⁴⁵⁴ reproduzindo uma cena marcial - e bem significativamente pendurado na parede fronteira à cama do casal -, constata, mediante segmento proléptico, o caráter de profecia deste pictórico livro do *fatum*, onde se parecem irreversivelmente inscrever os estigmas de eventos futuros: “*Só muito depois relacionei [o narrador] o facto de ela ter insistido na compra com acontecimentos que se me vitimaram [sic] três ou cinco anos depois.*” (1998b:131). E é precisamente três ou cinco anos depois que Ilda abandona o marido, desaparecendo de casa sem lhe “deixar outras palavras, além do nome e da morada do polícia” (1998b:133), em companhia do qual se arvora ufana e no qual reconhece o narrador-personagem um certo ar de familiaridade. “- *Quem demónio será aquele polícia? – cismava eu.*” (1998b:133).

Eis que, olhando casualmente para o quadro, a memória não lhe tarda a ser avivada por artes do maquiavelismo subjacente ao ato criador profético de um artista dos tempos idos:

“[...] o polícia: era o segundo da esquerda. Figurava no quadro que Ilda tanto insistira para eu comprar! [...] Ultimamente tenho andado assoberbado por extensíssimas preocupações e tremido de medo: pois se em tempos recuados um artista pintou (e muito bem) prevendo que séculos depois um honrado cidadão seria vilmente atraído pela mulher amada, bolas para a pintura, bolas para a humanidade, bolas para a vida, bolas para a morte!” (1998b:133).

Oscilando no limbo do interior e do exterior, manipulando o *eu* e o *outro*, não se inibe o ‘fenómeno’ de sair afavelmente de uma moldura antiga, dotado de prodigiosa animação, a fim de invadir a dimensão convencionalmente designada por realidade, sobrevivendo, por vezes, ao original ou, então, desaparecendo por morte deste último. Afinal, o duplo, longe de se apresentar *bona fide* como figura inocente, detém valor de sintoma semântico, de espaço decisivo no qual se adivinha uma significância escondida (Morel 2001:23), em íntima correlação com os anelos não concretizados da psique, com as decisões reprimidas da vontade e com “le degré extraordinairement élevé d’inquiétante étrangeté qui s’y rattache.” (Freud 1988: 238).

A fim de reforçar a ambivalência do duplo, ‘fenómeno’ temático estritamente ligado a essa categoria estética que é o fantástico, debrucemo-nos na novela de Wallenstein intitulada “O Senhor Venâncio Não Quer Táxi”. Na esteira de um ataque - “Caiu verticalmente. [...] ao meio-dia, na sombra” (1998b:33) -, o Sr. Venâncio - que sempre cultivara o isolamento e mantivera incógnita a sua vida particular - apanha um táxi rumo à pensão na qual está hospedado, recolhe ao leito onde permanece longo tempo, paga a conta ao médico - como que dispensando os seus serviços... - e, na posse de bem poucas moedas, decide esperar... Dona Branca, dona da casa e sua

hospedeira, apresta-se a 'assistir' aos últimos momentos, nem que seja com um mero chazinho, da "criatura mais delicada que conhecera em toda a vida" (1998b: 40). Tendo, porém, D. Branca saído do quarto - "D. Branca retirou-se. Seguiu-a com os olhos. Mas ou fosse ilusão da sua vista ou o que quer que fosse pareceu-lhe que ela ficava no mesmo lugar, de pé, junto da cama." (1998b:35) -, depara o moribundo com a mesma e, paradoxalmente, com uma outra D. Branca:

"E era de facto a mesma mulher [...] a Senhora Branca. Somente o corpo parecia mais leve e correto (corpo nunca atingido pelos anos e pelas cinco gestações de que D. Branca tanta falava com orgulho e com drama); dir-se-ia que de dentro de D. Branca daquele momento tinha saído uma menina branca prematuramente envelhecida, E as roupas não eram o saio grosseiro e desbotado, mas uma espécie de malha negra que lhe cingia o corpo [...]" (1998b: 35-36).

Esta outra Dona Branca, depois de o conduzir aos maelström do seu subconsciente - com o fito de lhe facultar um louvável autoconhecimento até então escamoteado⁴⁵⁵ - e de proferir um discurso anfigurítico - no qual se amalgamam o parlamento, o presidente do tribunal, os eclipses e o mito de Édipo -, marca-lhe um encontro para "sexta-feira às quinze horas", no qual o Sr. Venâncio decide pontualmente comparecer, após uma longa e sacrificial viagem, não de táxi, por falta de dinheiro, mas a pé.

"Chegaram a um extremo do cemitério onde já não havia mausoléus. Ela apontou um coval aberto. Venâncio olhou-a, sorriram. Ele encaminhou-se para a direção que apontava o braço dela. Sentou-se na beira da cova, com os pés pendentes para dentro. Acenou um adeus, sempre sorrindo e desapareceu na terra." (1998b:56).

Urge, neste contexto, assinalar que o Sr. Venâncio sempre havia sentido horror por espelhos⁴⁵⁶ e medo de espetros - tinha, aliás, "aspeto de aspirante a espetro" (1998b:34) -, evidenciando um inegável mal-estar perante "as superfícies polidas, as montras, os tanques, os automóveis estacionados, os rios, a luz." (1998b:34). Ora, como afirmam Jourde et Tortonese (1996:9), enquanto o espelho "insinue un doute sur l'indépendance du sujet", o reflexo "montre la subjectivité mêlée au monde des choses, inscrite dans la dureté polie des objets réfléchissants." Assim sendo, o reflexo do espelho projeta um destino, anuncia uma infelicidade e prediz não raro a morte, visto que, na ótica de Otto Rank⁴⁵⁷, é estreita a relação existente entre o medo do espelho e o medo da morte. É só, porém, a partir do momento em que a sombra e o reflexo diferem do original, porque deste último se apartam, conquistando almejada autonomia, que se começa a sentir uma profunda inquietação advinda da duplicação da identidade. Identidade e diferença subjazem, pois, ao reflexo, que é uma das mais antigas formas do duplo proteiforme; por um lado, o reflexo encarna um *alter ego* criado pelo desejo do eu; por outro, reenvia à cisão individual, pela via de um excesso de identidade perturbada pela lei da diferença. Nesta ordem de ideias, não pouco interessante e original se torna o desdobramento, na novela em causa, não do Sr. Venâncio mas de D. Branca, ou, melhor dizendo, a metamorfose da hospedeira a que assiste, intrigado, o hóspede não metamorfoseado, cuja hesitação é sobejamente traduzida pelas reticências...

"E os seus pensamentos, crescentes de ritmo, passaram a ser positivos, sistemáticos, quase utilitários:

'Talvez não fosse D. Branca. Talvez fosse a cabeça da outra: elas têm cabeças iguais.'

'Era com certeza D. Branca porque a outra ter-se-ia manifestado ativamente. [...]'

'Mas não podia ser D. Branca porque...'

'Mas podia ser D. Branca porque...'" (1998b: 43-44).

Duplo de D. Branca, a *outra* (tipograficamente assinalada em itálico) mais não é, em termos psicanalíticos, do que a projeção de Venâncio, que à *outra* atribui o que no fundo deseja - mas vai adiando -, não sendo, contudo, capaz de o exteriorizar: a morte. Chega, porém, o instante em que o Senhor Venâncio - na sequência dos pensamentos da verdadeira D. Branca: "A 'coisa' não podia demorar." (1998b:47) - não acalenta quaisquer dúvidas no tocante

à identificação da silhueta feminina duplicada: “A mulher, *a outra*, era efetivamente quem ele supusera.” (1998b:49).

É então que dá início à sua célere e desenfreada peregrinação pelas ruas da cidade, cuja insensível harmonia contrasta com o esforço draconiano e respetiva humilhação de que são alvo quer as suas forças terminais, quer o seu sofrimento agónico.

“- Muito obrigado... – murmurou – não sei que foi isto... Já estou melhor... Não se incomode...”

- O senhor não quer um táxi?

- Não obrigado...

- O senhor não pode andar... Apanhe um táxi. [...]

- Muito obrigado... Não tenho dinheiro... [...]

- Olha o bêbedo! – gritou um dos rapazes. – Olha o bêbedo! [...]

Felizmente que a meta simbólica - para bem do Senhor Venâncio! - se aproxima da personagem e do leitor, traduzida por segmento descritivo, atravessado por sucessivos planos, que passamos a transcrever: “*Lá no alto uma avenida de sicómoros e depois o resto, e depois uma paisagem de ervas tenras com um rio azul serpeando desde o horizonte.*” (1998b:52).

Algumas conclusões podem ser, desde já, aventadas.

Tanto na novela de Natália Correia como na de Carlos Wallenstein temos presente o tema da metamorfose: enquanto na primeira a metamorfose é de cariz corporal, na segunda dá a sensação de ser mais caraterológica do que corpórea. Com efeito, a *outra D. Branca* tem “uma voz metálica, dura, invencível” (1998b:36) e não se furta a riscar um fósforo para acender um cigarro...No entanto, do ponto de vista do Senhor Venâncio, “*a semelhança dela com a boa D. Branca fora apenas um subterfúgio, uma forma enganadora, uma daquelas grandes artimanhas que os deuses costumam tramar para emaranhar os homens.*” (1998b:47).

Se na novela de Natália Correia parece ser lícito encarar o “aplaudido dramaturgo” em termos de duplo externo, com mais razão designaremos por duplo objetivo a *outra D. Branca*, atendendo a que o reconhecimento implica, por parte do sujeito, a deteção de diferenças provenientes do excesso de similaridade.

Porém, este duplo objetivo não raro se volve em duplo interno, através da figura da projeção que paulatinamente se vai escorçando: o aplaudido dramaturgo não duplicará o narrador-personagem? Não constituirá a *outra D. Branca* cópia quase fiel da *D. Branca* genuína, que “*tinha a certeza de que Venâncio havia de morrer delicadamente, como vivera*”? (1998b:41) Uma *D. Branca*, lutuosa e trajada, através da qual, graças ao oximoro, o Senhor Venâncio concretiza a união dos contrários?

Enquanto o narrador de “O aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink” se firma como personagem, o Senhor Venâncio não passa de mera personagem em cuja interioridade penetra sagazmente o narrador.

Defluindo, porventura, dos itens precedentes, predomina na novela de Natália Correia um tom lúdico, contracarreado por efémera indignação e fugaz revolta, suscetível de ser delida pela compulsão da repetição do aplaudido dramaturgo nas mais caricatas situações; quanto à novela de Carlos Wallenstein, ela é perpassada por um crescendo de angústia, principiando na ânsia, passando pelo medo e terminando na serenidade face à “mulher admirável, a inesperada visitante que a tudo conduziria, suavemente como ela própria.” (1998b:42).

Todavia, se o narrador de “O Senhor Venâncio Não Quer Táxi” vai passo a passo destilando indícios que facultam um protocolo de leitura alicerçado numa representação alegórica da morte - “[...] *Tenho uma suspeita horrível... Mas se és realmente quem penso, diz! Oh! Não me deixes nesta horrorosa situação de não ter a certeza... Tu és... tu és... [...]*” (1998b:40) -, Natália Correia parece com prazer-se em deixar à deriva o seu leitor, recusando-se a partilhar diretamente com ele o estatuto ontológico do universo real e jogando de contínuo com as não fronteiras entre verdade e ilusão, essência e aparência.

O certo é que, de braço dado com o “aplaudido dramaturgo”, com o “Segundo da Esquerda” e com o Senhor Venâncio, vamos penetrando, pela pena dos dois escritores açorianos, no reino do fantástico: um fantástico sinónimo de intrusão brutal do mistério no quotidiano, como advogou Pierre-Georges Castex? (1951:8) *Um fantástico em que o sobrenatural surge como uma rutura da coerência universal, segundo Roger Caillois?* (1966:8-9) *Um fantástico caracterizado pela hesitação do leitor e por uma leitura que não deve ser poética nem alegórica, na ótica de Todorov?* (1976: 36-37) *Um fantástico definido em termos de confronto entre uma personagem isolada e um fenómeno perturbador, na peugada de Joël Malrieu?* (1999: 48-49). *Um fantástico contemporâneo veiculado, do ponto de vista de David Roas, pela “irrupción de lo anormal en un mundo en apariencia normal”?* (2001: 36). *Um fantástico moderno, na retentiva de Roger Bozzetto, implantado no espaço urbano, e onde as personagens “sont réduits à n’apparaître qu’en tant que figures de l’impuissance, de la dépossession de soi.”?* (1998:12).

Talvez um fantástico moderno, de cariz surrealista, que dita a Carlos Wallenstein “A Maravilhosa História do Internamento” (cujos protagonistas são Benjamim Elefante, John Cenoura e Hamlet Bacalhau, fundadores da fábrica), ou um fantástico mítico, que conduz Natália Correia a ouvir/contar histórias de “tritões e nereidas que não [nos] deixavam sair da ilha”, pois “só os maracujás podiam fazer-se ao mar.” (2001:14).

Um fantástico moderno açoriano traduzindo a revolta contra o desencanto do mundo? E, porventura, a superação desta revolta mediante produção indefinida de sentidos... suscetível de dar um sentido à existência?

NOTAS

“Já que o escritor é um luxo, tem que ser usado de qualquer maneira e na sua qualidade de morto, a melhor maneira de o usar é em corpo presente. Chega-se, assim, à conclusão de que o escritor sempre serve [...] para a senhora A dizer à senhora B ‘amanhã lá nos encontramos no colóquio de fulano...’. Eis o vírus [...] que está na epidemia dos colóquios. Colóquios em Lisboa, colóquios no Porto, colóquios em Alguidares de Cima e também nos de Baixo.” (2004:27-28). Com o escopo de corroborar o conteúdo deste texto intitulado “O Colóquio”, ver, também, “O Colóquio ou o Plástico do Comício impraticável”: “O escritor ou artista passou a ter novas funções. Funciona como pretexto. [...] desse mundanismo da opinião que é o colóquio [...]” (2004:55).

² “Mais le thème dynamique le plus efficient dans le milieu fantastique semble bien être la **métamorphose**, qui assure le passage du réel à ce qui l’excède et permet le prodige. [...] Le fantastique s’attache d’ailleurs moins au résultat de la mutation qu’à l’instant de la transformation lui-même, laps où l’ordre du temps bascule.” (Steinmetz, 1990: 31).

³ cf. “Os Pêsegos da Vida”: “Chamavam-lhes abusadores, chamavam-lhes doidos. Sim, as suas mãos tinham estado sempre unidas; seria lógico que dentro em pouco atingissem a petrificação real. Que **mudança** súbita, com todos os diabos! Psiquiatria! Manicómio!” (1998b:27); cf. “Louros Cabelos em Sangue”: “Teresa contava ao povo a **transformação** que se passara em Ambrósio.” (1998b:83); cf. “Polícia e Talvez Ladrões”: “Uma estupefação geral, como se aquela mulher fosse bruxa e **tivesse transformado** a criança em elefante.” (1998b:118); cf. “A Prima Clara”: “Este aforismo [“Nem todas as verdades se dizem”] vem a ser afinal uma crítica semelhante à que Clara faz da realidade: dá-nos, portanto, **uma imagem retorcida**, [...] O funcionamento do tal real é a prova de que devo continuar considerando a realidade um escândalo.” (1998b:94). O negrito é da nossa responsabilidade.

⁴ “E saí, atirando o revólver a minha mulher com um olhar que lhe recomendava a única utilização possível que aquele objeto podia ter nas suas mãos se queria realmente convencer-me do seu arrependimento.” (2003:382).

⁵ Segundo Jourde e Tortonesi (1996: 92), “Le personnage principal du récit (éventuellement, et bien souvent, personnage-narrateur) est-il confronté à son propre double, ou bien à un autre personnage dédoublé? Dans le premier cas, nous proposons de parler de double subjectif, dans le second de double objectif. [...] Nous proposons d’appeler les premiers doubles externes, les seconds doubles internes.” Ver também, a respeito da dicotomia identidade/alteridade, Bessière, Irène (2001:98): “Ambivalente, contradictorio, ambíguo, el relato fantástico es esencialmente paradójico. Se constituye sobre el reconocimiento de la alteridad absoluta, a la cual presupone una racionalidad original, ‘otra’ justamente.”

⁶ Vale a pena transcrever a ecfraze: “[...] o quadro era na verdade belo: cena anterior à batalha, uma composição serena, apesar da violência do colorido e da ferocidade das figuras, não sei que espécie de militares de arma em

riste, dispostos em fila, as fardas vistossíssimas sobre um fundo epopeico de montanhas azuladas, dissipadas pelas névoas e pela fumarada dum canhão que atroava à direita.” (1998b:132).

⁷ “ - Ficaste só, eis o que conseguiste, mesmo doente, mesmo moribundo. Foste uma vítima tua...da tua sensibilidade, da fraqueza da tua voz. A bondade nada é sem a simpatia, sabes? [...] Agora reconhece, Venâncio, que a existência é de si mesma uma perturbação...” (1998b:37);

“- Custa muito morrer – disse ele. Dá trabalho. [...]

- E viver é bom – disse ela.

- Quando há esperança...

- Mesmo que não haja esperança, vale a pena... O que é preciso é saber.

- E eu não soube.” (1998b:55-56).

⁸ Assinalamos de passagem que este pânico vai ser superado, constituindo trampolim para a prosopografia, ou seja, a caracterização física da personagem: “Logo voltou ela [D. Branca] com o espelho [...] A custo Venâncio levou-o ao alcance da face. E voltou-lhe o antigo medo dos fantasmas. Era um rosto pequeno cor de ossos amarelecidos, a barba crescida, mal semeada, uns raros pelos nojentos espetados ao acaso e olhos encovados e negros como o túmulo. Deixou cair o espelho sobre o peito.” (1998b:47). De realçar, nesta sequência, que o medo ou, melhor dizendo, a inquietação é um efeito fundamental do fantástico: “Quizás el término ‘miedo’ puede resultar exagerado, o confuso, puesto que no acaba de identificar claramente ese efecto que, a mi entender, todo relato fantástico busca producir en el lector. [...] sería mejor utilizar el término ‘inquietud’, puesto que al referirme al ‘miedo’ no hablo, evidentemente, del miedo físico [...]” (Roas, 2001:30).

⁹ Ver, a este respeito, Rank, Otto (1973) *Le Double*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Achard-Bayle, Guy (2001) *Grammaire des métamorphoses. Référence, identité, changement, fiction*, Bruxelles: Éditions Duculot, col. “Champs linguistiques”.

Bessière, Irène (2001) ‘El relato fantástico: Forma mixta de caso y adivinanza’. In David Roas (dir.) *Teorías de lo fantástico*, Madrid: Arco/Libros S.L., Serie Lecturas, Bibliotheca Philologica, 83-104.

Borel, France (1992) *Le Vêtement incarné. Les métamorphoses du corps*, Paris: Calmann-Lévy, col. “Essai société”.

Bozzetto, Roger (1998) *Territoires des Fantastiques. Des romans gothiques aux récits d’horreur moderne*, Provence: Publications de l’Université de Provence.

Caillois, Roger (1966) “De la féerie à la science-fiction” in *Anthologie de la littérature fantastique*, Paris: Gallimard, 8-9.

Castex, Pierre-Georges (1951) *Le conte fantastique en France*, Paris: Éd. José Corti.

Correia, Natália (2001) *A ilha de Circe*, Lisboa: Editorial Notícias.

Correia, Natália (2003) “O aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink” in *Antologia do conto fantástico português*, Lisboa: Arte Mágica Editores, 379-383.

Correia, Natália (2004) *A Estrela de cada um*, Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora.

Jourde, Pierre/Tortonese, Paolo (1996) *Visages du double. Un thème littéraire*, Paris: Nathan Université.

Jouteur, Isabelle (2001) *Jeux de genre dans les Métamorphoses d’Ovide*, Louvain-Paris-Sterling, Virginia: Peeters, col. “Bibliothèque d’Études Classiques”.

Malrieu, Joël (1999) *Le fantastique*, Paris: Hachette Supérieur.

Morel, Michel. (2001) ‘Théorie et figures du double: du réactif au réversible’. In Gérard Conio (dir.) *Figures du double dans les littératures européennes*. Paris: Cahiers du Cercle L’Age d’Homme, 17-24.

Rank, Otto (1973) *Le double. Don Juan*, Paris: Payot. Trad. S. Lautmann.

Roas, David (2001) ‘La amenaza de lo fantástico’. In David Roas (dir.) *Teorías de lo fantástico*, Madrid: Arco/Libros S.L., Serie Lecturas, Bibliotheca Philologica, 7-44.

Sigmund, Freud (1988) *L’inquiétante étrangeté et autres essais*, Paris: Gallimard. Traduit de l’allemand par Bertrand Féron.

Sousa, Antónia de/Ponte, Bruno da/Guimarães, Dórdio/Soeiro, Edite (2004) *Entrevistas a Natália Correia*, Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora.

Steinmetz, Jean-Luc (1990) *La littérature fantastique*, Paris: Presses Universitaires de France.

Todorov, Tzvetan (1976) *Introduction à la littérature fantastique*, Paris: Seuil, col. “Points”.

Troubetzkoy, Wladimir (1996) *L'ombre et la différence. Le Double en Europe*, Paris: puf, col. "Littératures européennes".

Troubetzkoy, Wladimir. (2001) 'Le double poétique de Jaen-Paul à Dostoïevski'. In Gérard Conio (dir.) *Figures du double dans les littératures européennes*. Paris: Cahiers du Cercle L'Age d'Homme, 45-54.

Wallenstein, Carlos (1998a) *Obras Completas, 1 poesia*, Lisboa: Edições Salamandra.

Wallenstein, Carlos (1998b) *Obras Completas, 2 contos e crónicas*, Lisboa: Edições Salamandra.

61) RUI MIGUEL VENTURA DO COUTO TAVARES DE FARIA

RUI Miguel Ventura do Couto Tavares DE FARIA é licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês) pela Universidade dos Açores e doutorando em Literatura Portuguesa (especialidade: Literatura Oral e Tradicional) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

É professor efetivo de Língua Portuguesa.

Tem desempenhado diversos cargos, tais como o de orientador de estágio, o de representante da disciplina de Língua Portuguesa e do grupo disciplinar, e o de 1.º secretário da Assembleia de Escola.

Foi, também, colaborador da Universidade dos Açores, com funções de docente das cadeiras de Desenvolvimento Curricular I e II, no Departamento de Ciências da Educação.

Atualmente, para além das funções docentes, tem centrado a sua investigação na área da Literatura Oral e Tradicional Portuguesa, participando em encontros, congressos e outros eventos científicos, onde tem apresentado comunicações.

A PRESERVAÇÃO DOS CONTOS POPULARES PORTUGUESES DA CALIFÓRNIA: O CONTRIBUTO DA INVESTIGAÇÃO DE MANUEL DA COSTA FONTES, RUI MIGUEL VENTURA DO COUTO TAVARES DE FARIA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A presente comunicação visa apresentar e refletir sobre o papel que o açoriano Manuel da Costa Fontes teve (e tem) na investigação e consequente preservação do conto popular português nos Estados Unidos da América, em particular na Califórnia.

Terceirense de origem, o Prof. Doutor Manuel da Costa Fontes, especialista em Línguas e Literaturas Hispânicas da Kent State University, dedicou (e dedica) grande parte da sua investigação sobre a literatura oral, tendo centrado, há cerca de trinta anos, o seu estudo no conto popular português na Califórnia.

Neste sentido, centrar-se-á a reflexão sobre *Portuguese Folktales from California*, tese de doutoramento que apresentou, em 1975, à Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

Trata-se de uma obra de referência, mesmo contando com cerca de três dezenas de anos, pelo rigor e cientificidade com que o autor a concebeu. Instituição e preservação são, na perspetiva de Manuel da Costa Fontes, as palavras de ordem para que se opere uma espécie de emigração, imigração e cristalização do conto popular português na América do Norte.

No amplo universo da Lusofonia, entendemos que o trabalho de Manuel da Costa Fontes constitui um suporte de valor inquestionável no estudo da cultura portuguesa e açoriana nas comunidades emigrantes, não apenas pela sua importância patrimonial, mas também pela sua riqueza linguística.

1. EMIGRAR E TRANSMITIR PARA PRESERVAR



Domingos Rebelo, “Os Emigrantes” (1929)

Quando olhamos, observamos ou contemplamos o magnífico quadro de Domingos Rebelo intitulado “Os Emigrantes” (1929), tentamos pôr-nos na pele das personagens que o pintor imortalizou. Como definir os seus rostos? Como representar os seus gestos? Como interpretar a sua partida? O que levam consigo? O que os leva para longe dos seus? O que lhes dão os seus? Para onde vão? O que vão encontrar? Essas questões, e muitas outras, surgem no momento em que nos fixamos nas imagens da tela. As respostas as essas indagações mentalmente formuladas seriam vastas e ultrapassariam os limites de uma comunicação como a que nos propomos apresentar.

Mas, detenhamo-nos um pouco mais na tela. Os seus rostos e os seus gestos imobilizados, petrificados pelo sentimento da despedida e da partida, aquele abraço, um último beijo são, visualmente, tudo o que levam consigo. Um baú com meia dúzia de peças de roupa axadrezada, um registo do Senhor Santo Cristo dos Milagres, uma sacola feita de retalhos são toda a sua bagagem material. Espera-os um barco rumo à Nova Inglaterra, ao Novo Mundo, à América; outros familiares aguardam-nos com alegria e todos formarão uma nova comunidade: os imigrantes.

Para além do pouco que levam consigo para iniciar a nova vida, os emigrantes são os transmissores de uma cultura, de uma língua que se congelou no momento da partida. Como imigrantes, tornam-se nos preservadores dessa cultura e dessa língua, de um modo de ser e de pensar que os demarca onde quer que estejam. Transmitem e preservam. Assim aconteceu com os contos populares.

Com efeito, os contos populares portugueses emigraram na memória dos seus transmissores e permaneceram na memória dos seus preservadores. Para além do baú, da sacola e da roupa que levam no corpo, os emigrantes, em particular os açorianos, levaram o carácter da sua identidade cultural. Isso não se desfaz, nem se apaga, mantém-se. *Portuguese Folktales from California* exemplifica sobremaneira a cristalização do património oral português como especial destaque para o que emigrou dos Açores, da Madeira e de África.

Começamos por refletir acerca do título e sobre o que se pretendia com uma recolha desta natureza. “Portuguese Folktales in California”? “Portuguese Folktales from California”? Ou, ainda, “Portuguese Folktales from Portugal to California”. Como cada um dos três títulos comporta intenções diferentes, procurámos saber a

intencionalidade do autor. Se optasse por “Portuguese Folktales from Portugal to California”, teria de apresentar um *corpus* de exportação de contos e as respetivas fontes de receção/importação, situação que não se verificou, dado que a sua recolha é pioneira em variados aspetos, entre os quais o de se abordar e constatar a presença do conto popular português nos Estados Unidos da América (outros estudos sobre o folclore português na América do Norte já haviam sido feitos). Se o título fosse “Portuguese Folktales in California”, ficar-se-ia com a sensação de se tratar de um conjunto de contos populares que foram ouvidos na Califórnia e que por aí passaram e não se fixaram. Intitulando-se “Portuguese Folktales from California”, o autor transmite efetivamente a sua intenção: são contos populares portugueses saídos e ouvidos da boca de portugueses que se naturalizaram na Califórnia, são pertença da cultura oral portuguesa imigrante.

2. MANUEL DA COSTA FONTES: UM AÇORIANO NATURALIZADO NORTE-AMERICANO AO SERVIÇO DA PRESERVAÇÃO DA LITERATURA POPULAR PORTUGUESA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Manuel da Costa Fontes nasceu na ilha Terceira, Açores, em 1945, tendo emigrado para os Estados Unidos da América em 1961. Em 1972, é mestre em Estudos Espanhóis pela Universidade de Berkeley, Califórnia, tendo apresentado três anos depois, a sua dissertação de doutoramento, na área de Línguas e Literaturas Hispânicas, com o título de *Portuguese Folktales from California*. Em 1975, Manuel da Costa Fontes iniciou a sua carreira como Professor na Kent State University; lecionando Língua e Literatura Portuguesas e Espanholas. A sua área de especialização é a Literatura Espanhola Medieval e Renascentista, com um especial interesse na relação entre o folclore e a literatura. Atualmente, é Professor Jubilado.



Ao longo da sua investigação, realizou diversos trabalhos no âmbito da balada e do conto popular junto dos imigrantes portugueses estabelecidos na Califórnia, Nova Inglaterra e Canadá, assim como nos Açores e em Trás-os-Montes. É autor de cinco recolhas de baladas, um índice temático e bibliográfico das Baladas portuguesas e brasileiras; e coeditar, ao lado de Samuel G. Armistead, do *Cancioneiro Tradicional de Trás-os-Montes*. Um dos seus mais recentes trabalhos é *Folklore and Literature: Studies in the Portuguese, Brazilian, Sephardic and Hispanic Oral Traditions*. Para além de numerosos artigos sobre a balada, a sua investigação e bibliografia, que conta com cerca de centena e meia de publicações, tem-se centrado em estudos sobre Afonso X, o Sábio, Alfonso Martínez de Toledo, Fernando de Rojas, Francisco Delicado e Cervantes. Estes artigos encontram-se publicados sobretudo em edições americanas, mas Manuel da Costa Fontes conta, também, com publicações em Portugal, Brasil, Espanha, México, França, Itália, Israel e Canadá.

3. PARA UMA ABORDAGEM DE PORTUGUESE FOLKTALES FROM CALIFORNIA

Apesar de numa separata de “Atlântida”, volume XXI, número 2, Manuel da Costa Fontes (1977) ter referido que *Portuguese Folktales from California* se tratava de “uma coleção que estamos aumentando e revisando para publicação”, a verdade é que tal publicação nunca saiu a lume, infelizmente para todos os portugueses radicados ou não nos Estados Unidos da América, e sobretudo para todos aqueles que se têm dedicado ao estudo do conto popular português. Temos, porém, a edição da sua tese doutoral, publicada em 1975 “on demand by University Microfilms International”, sendo de acesso bastante restrito ao público leitor.

Trata-se de uma coleção de contos populares portugueses cujo valor é inquestionável, não só junto das comunidades imigrantes, como também no espaço da Lusofonia, pela preservação do património imaterial português. Na verdade, numa altura em que o estudo do conto popular português era quase inexistente, sem ser a quase contemporânea publicação póstuma do que coligiu José Leite de Vasconcelos, *Contos Populares e Lendas* (1964-1969), sob a coordenação de Alda e Paulo Soromenho, *Portuguese Folktales from California* assume-se como a recolha pioneira de contos populares da diáspora portuguesa ao circunscrever-se a um espaço geográfico preciso, a Califórnia.

A obra divide-se em quatro partes: uma introdução, a bibliografia, uma recolha de cinquenta e três narrativas e as conclusões. Na introdução, Manuel da Costa Fontes faz uma espécie de revisão da literatura sobre o que até àquele momento se tinha feito no âmbito dos estudos folclóricos portugueses nos Estados Unidos da América. Explica, também, a forma como as narrativas se apresentam dispostas, fazendo pertinentemente referência a recolhas portuguesas e espanholas de contos populares. Apresenta, ainda, os informantes que lhe permitiram recolher os contos, assim como as metodologias usadas para uma melhor transcrição e preservação das narrativas da tradição oral portuguesa.

A bibliografia apresenta uma lista de abreviaturas empregues pelo autor ao longo da obra, uma secção relativa a índices, propostas de classificação, bibliografia específica, notas/artigos e estudos sobre o assunto em causa, e uma outra parte com as referências às diversas recolhas compiladas e dispersas de contos populares.

Quanto aos contos populares, Manuel da Costa Fontes classificou-os em **Animal Tales (4); Ordinary Tales: Tales of Magic (21), Religious Tales (4), Novelle (7); Tales of the Stupid Ogre (5); Jokes and Anecdotes (8);** e **Formula Tales (4)**, perfazendo um total de cinquenta e três narrativas. Saliente-se que todos os contos apresentam um resumo em inglês e são classificados e anotados respeitando metodologias e tipos de classificação internacionais, sendo que, como nos é referido na introdução, “with the exception of Luís da Câmara Cascudo, who usually refers to Antti Arne’s and Stith Thompson’s *The Types of the Folktale*, the texts presented here are the first in Portuguese to be classified and annotated according to international methods” (1975: 4).

Na conclusão de *Portuguese Folktales from California*, o autor recorda as metodologias da recolha e reforça o valor das narrativas como sendo o reflexo de uma identidade cultural, literária e linguística. De acordo com a origem dos informantes que colaboraram neste projeto, Manuel da Costa Fontes pôde aperceber-se, ainda mais, de que o conto popular deve ser preservado, uma vez que encerra todo um legado que não se deve perder.

Para além disso, verifica, segundo o testemunho dos informantes, as funções principais a que está votado o conto: as funções lúdica e didática – “According to our informants, the main reason for telling stories was to pass the time, although they could also be told for didactic reasons” (1975: 397) – e as funções moral e pragmática – “Maria Teotónia de Freitas Toste certainly had a moral purpose in mind as she turned towards her three-year old daughter, who was on her lap, while emphasizing how good Branca de Neve was (n.º 23). And Maria da Conceição Costa reported pragmatic reasons for telling tales such as keeping her daughter and nephews at home, out of mischief, and putting them to sleep” (1975: 397-398).

A encerrar a obra, há a lista de seriação dos contos em tipos e motivos, de acordo com a obra de Antti Arne and Stith Thompson, *The Types of the Folktales*; e um glossário vocabular de grande valor etnolinguístico e dialetológico.

3.1. DA CONCEÇÃO DE PORTUGUESE FOLKTALES FROM CALIFORNIA

Subjacentes à conceção de uma obra como *Portuguese Folktales from California* estiveram objetivos que Manuel da Costa Fontes delineou com rigor e pertinência: mostrar se o conto popular português era preservado pelos imigrantes que se tinham fixado na Califórnia; verificar se os informantes sabiam mais contos no momento da recolha do que quando ainda viviam em Portugal; saber a razão pela qual alguns contos possam ter sido esquecidos; aferir se os contos eram narrados da mesma forma e com a mesma frequência como sucedia em Portugal ou se “esse ritual” ocorre menos frequentemente no país onde se fixaram os portugueses; analisar a forma de transmissão das narrativas no espaço circunscrito à Califórnia; apurar até que ponto os contos eram afetados pela comunidade falante inglesa e averiguar se os mesmos tinham sido ou não traduzidos para a nova língua como maneira de serem contados.

Neste sentido, Manuel da Costa Fontes levou a sua recolha a seis localidades: duas da costa norte da Califórnia – San Lorenzo e San Joaquin Valley – e quatro da costa sul – Artesia, Chino, Ontário e San Diego. O momento da recolha iniciou-se em 1973 e o autor pôde constatar que o conto popular permite reforçar e

enriquecer a tradição oral portuguesa nas comunidades imigrantes. Contudo, também se apercebeu de que é uma tradição que se está a perder.

3.2. REVISÃO DA LITERATURA, METODOLOGIAS DE CLASSIFICAÇÃO E INFORMANTES

Na introdução a *Portuguese Folktales from California*, Manuel da Costa Fontes dá conta dos trabalhos e estudos que até à data haviam sido feitos no âmbito do folclore português nos Estados Unidos da América. Henry R. Lang (1892) foi o primeiro a interessar-se e a escrever pela/sobre a cultura portuguesa nos Estados Unidos da América, mais especificamente sobre a presença dos açorianos em New Bedford e Massachusetts. Publicou no *Journal of American Folklore* um artigo intitulado "The Portuguese Element in New England". Decorrido um quarto de século, Elsie Clews publicou, em 1923, dois volumes de narrativas cabo-verdianas de imigrantes na Nova Inglaterra com o título *Folklore from the Cape Verde Islands*. Em 1949, Leo Pap publicou um estudo sobre o discurso luso-americano nas comunidades imigrantes nos Estados Unidos, e em 1963 George Monteiro lançou uma recolha de provérbios portugueses com ocorrência no estado de Rhode Island.

Na Califórnia, zona a que se circunscreve a recolha de Costa Fontes, o interesse por questões folclóricas e etnográficas de origem portuguesa surgiu com o estudo que A. H. Gayton fez sobre a Festa da Serreta (ilha Terceira, Açores), em 1948. Na década de 70, os estudos intensificaram-se, sobretudo com a investigação de Francisco da Cota Fagundes que publicou trabalhos no domínio da linguística e da etnografia portuguesa presentes no espaço norte-americano. Em 1975, Manuel da Costa Fontes apresenta *Portuguese Folktales from California*.

É, como já se referiu, a primeira recolha do género a ser levada a cabo fora do espaço geográfico português. O autor preparou uma obra segundo as metodologias internacionais, asseverando tratar-se de uma maneira mais funcional do enquadramento do conto popular português fora das fronteiras nacionais: "(...) *the texts presented here are the first in Portuguese to be classified and annotated according to international methods. In his foreword to José Leite de Vasconcellos's monumental Contos Populares e Lendas, Orlando Ribeiro writes that «a ordenação dos textos (feita apenas em ciclos de assuntos dispostos por ordem alfabética) é meramente prática, porquanto se afigurou complicado e difícil dispô-los segundo a classificação internacional mais corrente».* This method makes it extremely difficult to locate the parallels of a certain text, for they are often scattered throughout the collection." (1975: 4-5).

Deste modo, Manuel da Costa Fontes anota todas as narrativas recolhidas, de acordo com a análise comparativa das obras de Aarne-Thompson e Stanley L. Robe, de maneira a indicar, também, além do tipo e motivo, as contaminações da tradição originalmente portuguesa quando apropriada.

Para a recolha propriamente dita, o autor fez, com efeito, trabalho de campo, servindo-se de gravações do que ouvia junto dos informantes, assim os contos "*were carefully transcribed, so as to preserve as faithfully as possible the regionalisms and archaisms characteristic of the Portuguese source-area.*" (1975: XI). Quanto aos informantes, estes foram vinte e dois no total, doze do sexo feminino e dez do sexo masculino, com idades compreendidas entre os doze e os setenta e dois anos de idade, estando a maior parte localizada na faixa etária entre os trinta e oito e os sessenta e quatro anos. Sobre a escolha destes informantes Manuel da Costa Fontes apresenta uma listagem, onde constam os seguintes elementos: nome, idade, profissão, local de nascimento, residência atual, data de chegada à Califórnia, comentários do autor e indicação dos contos populares narrados. Estas informações relativas aos informantes demonstram cientificidade e rigor na amostragem feita.

A partir dos dados fornecidos, pudemos aferir que apenas quatro dos vinte e dois informantes residem na Califórnia há menos de cinco anos, sendo que os restantes se fixaram aí há uma média de sete a oito anos. Excetuando os três colaboradores com as idades de 12, 14 e 15 anos, ainda estudantes, todos os que não estão aposentados pertencem a um meio socioprofissional de baixo rendimento económico, tendo em conta as profissões (talhante, jardineiro, porteiro, florista, domésticas). Esta situação dever-se-á a dois fatores: 1.º a realidade da emigração obrigou muitos a terem este tipo de profissão, uma vez que não detinham instrução, nem dominavam a língua inglesa para desempenharem outras tarefas profissionais; 2.º a preocupação (in)consciente

do autor em confirmar a origem popular (a das classes menos letradas do povo) do conto, afinal de contas as gentes do povo são as que melhor conservaram essa sabedoria popular.

3.3. OS CONTOS – A RECOLHA, A CLASSIFICAÇÃO E A CATALOGAÇÃO

As cinquenta e três narrativas que constituem *Portuguese Folktales from California* contam com um resumo introdutório em inglês e com notas relativas ao nome do informante, data da gravação, classificação segundo o modelo internacional de Aarne-Thompson (tipos e motivos), a estudos sobre o conto transcrito (caso os haja) e, ainda, uma listagem com a ocorrência de outras versões do mesmo conto já publicadas. Trata-se de um trabalho metucioso que confere à recolha de Costa Fontes um carácter científico e exato.

Assim, apresentaremos uma tabela dando a conhecer o título dos contos populares, o tipo e os motivos e a sua correferência (ATU) na atual classificação internacional graças ao recente trabalho de Hans-Jörg Uther, *The Types of International Folktales. A Classification and Bibliography* (2004), assim como o seu registo APFT (Archive of Portuguese Folktales) a partir do *Catalogue of Portuguese Folktales*, da responsabilidade de Isabel Cardigos.

Para uma melhor compreensão do que se pretende, importa, antes de mais, clarificar os conceitos de tipo e de motivo na ótica da classificação dos contos populares. Thompson (1946: 415) define tipo como: “A type is a traditional tale that has an independent existence. It may be told as a complete narrative and does not depend for its meaning on any other tale. It may indeed happen to be told with another tale, but the fact that it may appear alone attests its independence. It may consist of only one motif or many”; e motivo “is the smallest element in a tale having a power to persist in tradition.”⁴⁵⁸

Esta classificação ajuda não só a catalogação exata dos contos, como também ilustra aspetos relativos à cultura etnográfica de uma dada comunidade, isto é, o predomínio de contos pertencentes a um dado tipo pode apurar características culturais próprias e únicas, permitindo traçar um perfil do modo de ser de um povo, com uma maior exatidão.

A tabela que a seguir se apresenta é da nossa autoria, baseada nas referências de Manuel da Costa Fontes, revistas e atualizadas por nós, uma vez que o autor se baseou em *The Types of Folktales* de Aarne-Thompson, sendo que a referida obra encontra, desde 2004, um índice ampliado e atualizado da autoria de Uther, para além da existência de um catálogo do conto popular português, publicado por Isabel Cardigos, com a colaboração de Paulo Correia e Dias Marques. Na secção onde se registam as ocorrências de outras versões nas recolhas portuguesas, circunscrevemo-nos às quatro obras que entendemos ser as de maior referência e importância no âmbito do estudo do conto popular português. Uma vez que a obra de Uther foi publicada antes do catálogo dos nossos contos, todos os tipos são assinalados em *The Types of International Folktales* como “Cardigos (forthcoming)”. Porém, a recolha de Costa Fontes surge na bibliografia (Parte III) da referida obra e há a referência efetiva de duas entradas de exemplificação da recolha de 1975. As outras surgem referenciadas em “Cardigos (forthcoming)”.

Título do Conto	Registo no CPFT – Catalogue of Portuguese Folktales (2006) – Isabel Cardigos Ref.ª ao TIPO ATU: Uther, The Types of International Folktales (2004)	Ocorrência de outras versões nas recolhas portuguesas de Adolfo Coelho (AC), Teófilo Braga (TB), Consiglieri Pedroso (CP) e Leite de Vasconcelos (LV)	N.º de REGISTO do APFT (Archive of Portuguese Folktales)
Animal Tales			

458 Bráulio do Nascimento (200:10) traduz as definições na introdução do seu *Catálogo do Conto Popular Brasileiro*: “O tipo é um conto tradicional que tem existência independente. Pode ser contado como uma narrativa completa e não depende para seu significado de qualquer outro conto. Na verdade, pode ocorrer que seja narrado com outro conto, mas o fato de aparecer isolado atesta a sua independência”; “Um motivo é o menor elemento no conto com poder de persistir na tradição.”

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

1. Conto do Leão	CPFT 92 – The Lion Dives for His Own Reflection. S/ Ref.ª ATU 122A	-----	APFT 1692
2. Os Quatro Animais	CPFT 130 – <i>The Animals in Night Quarters</i> (includes ATU 210). S/ Ref.ª ATU 210	LV 55, 59, cf. 507	APFT 1693
3. O Macaco Sem Rabo	S/ Ref.ª CPFT; S/ Ref.ª ATU 2034	LV 79	APFT 1694
4. A Mulher Casada Que Tinha um Amante	CPFT 237 – <i>The Talking Parrot</i> . C/ Ref.ª ATU 237	-----	APFT 1695
Ordinary Folktales: Tales of Magic			
5. O Mama-na-Burra	CPFT 301B – The Strong Man and His Companions. S/ Ref.ª CPFT 513 e ATU 513 – Six Go Through the Whole World	TB 47, AC 22, LV 316, 318	APFT 1696
6. Conto dos Sete Ladrões	CPFT 956B – The Clever Maiden Alone at Home Kills the Robbers. S/ Ref.ª ATU 956B	TB 42, LV 376	APFT 1697
7. O Barba Azul	CPFT 312 – Maiden-Killer (Bluebeard) . S/ Ref.ª ATU 312	AC 26, LV 613-614	APFT 1698
8. A Branca-Flor	CPFT 313A – The Girl as a Helper; 425 – The Search for the Lost Husband. S/ Ref.ª ATU 313A-425	TB 31-32, AC 14, LV 117, 127, 128, 191, 193, 196	APFT 1699
9. O Conto do Medo	CPFT 326 – The Youth Who Wanted to Learn What Fear is. S/ Ref.ª ATU 326	TB 2, AC 37, LV 171, 251, 252, 292, 295	APFT 1700
10A. [A Velha e as Crianças]	CPFT 327A – <i>Hansel and Gretel</i> . S/ Ref.ª ATU 327A.	TB 52, AC 28, LV 194, 195, 203, 267, 269, 273, 277	APFT 1701
10B. Os Pequenos Perdidos no Mato			APFT 1702
11. As Botas de Sete Léguas	CPFT 327B – The Brothers and the Ogre . S/ Ref.ª ATU 327B	TB 51, LV 270, 278	APFT 1703
12. O Conto da Morte	CPFT 332 – <i>Godfather Death</i> . S/ Ref.ª ATU 332.	AC 23, LV 198-199	APFT 1704
13. [A Forçura do Morto]	CPFT 366 – The Man from the Gallows . S/ Ref.ª ATU 366	-----	APFT 1705
14. O Conto da Mulata	CPFT 408 - * The Three Citrons of Love (The Three Oranges). S/ Ref.ª ATU 408	TB 45, 46, LV 214, 307, 310	APFT [1706]/835
15. O Conto da Rosa e do Urso	CPFT 425 – The Search for the Lost Husband. S/ Ref.ª ATU 425	TB 14, AC 29, LV 107, 111	APFT 1707
16. O Veadinho Branco	CPFT 450 – Little Brother and Little Sister. S/ Ref.ª ATU 450	-----	APFT 1708
17. A Cadelinha	CPFT 451 – The Maiden Who Seeks Her Brothers. S/ Ref.ª ATU 451	TB 36	APFT 1709
18. A Gata Borralheira	CPFT 510A – <i>Cinderella</i> . S/ Ref.ª ATU 510A.	TB 19, LV 529, 530, 536, 545	APFT 1710
19. O Touro Azul	CPFT 511A - *The Blue Bull (The	AC 36, LV 531, 533, 535,	APFT 1711

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

	Little Red Ox). S/ Ref.ª ATU 551A	544, 545, 555	
20. O Conto das Pretas	CPFT 403 – The Black and the White Bride. S/ Ref.ª ATU 403	TB 22, LV 538, 550, 551	APFT 1712
21. O José Pequenino	CPFT 570 – The Rabbit-Herd. S/ Ref.ª ATU 570	AC 45	APFT 1713
22. [Os Meninos Com Duas Estrelas na Testa]	CPFT 707 – The Three Golden Children. S/ Ref.ª ATU 707	TB 39, LV 282, 285	APFT 1714
23. Branca de Neve e os Sete Anõezinhos	CPFT 709 – Snow White. S/ Ref.ª ATU 709	LV 329, 539	APFT 1715
24. O Tintim	CPFT 720 – My Mother Slew Me; My Father Ate Me (The Juniper Tree). S/ Ref.ª ATU 720	LV 274-275	APFT 1716
Ordinary Folktales: Religious Tales			
25. Conto do Sapateiro Pobre	CPFT 754 – Lucky Poverty. S/ Ref.ª ATU 754	TB 102	APFT 1717
26. O Conto da Madrasta	CPFT 780B – The Speaking Hair. S/ Ref.ª ATU 780B	TB 27, 54, AC 40, LV 570, 572, 625, 626.	APFT 1718
27. [Conto das Adivinhas]	CPFT 851 – The Princess Who Cannot Solve the Riddle. S/ Ref.ª 851	TB 56, AC 38, LV 169, 171	APFT 1719
28. O Irmão Toleirão	CPFT 853 – The Hero Catches the Princess with Her Own Words. S/ Ref.ª ATU 853	-----	APFT 1720
Ordinary Folktales: Novelle			
29. O Beijo da Princesa	CPFT 879 – The Basil Maiden. S/ Ref.ª ATU 879	TB 28	APFT 1721
30. [A Promessa do Rei]	CPFT 882*C – Jealous Courtier Accuses Another. S/ Ref.ª ATU 882*C	TB 76, LV 386	APFT 1722
31. O Conto da Maria Sutilde	CPFT 883B – The Punished Seducer. S/ Ref.ª ATU 883B	TB 33, AC 42, LV 176-177, 341-342	APFT 1723
32. Adão e Eva	CPFT 884B* - Girl Dressed as Man Deceives the King. S/ Ref.ª ATU 884B	LV 345	APFT [1724]/836
33. O Boi Formoso	CPFT 889 – Wager on the Faithfulness of the Servant. S/ Ref.ª ATU 889	TB 58, AC 56	APFT 1725
34. O Conde Que Foi à Caça	CPFT 891B – The Vineyard and the Grapes (The King's Glove). S/ Ref.ª ATU 891B	TB 59, LV 348-349, 532	APFT 1726
35. O Conto do Céu	CPFT 910B – The Observance of the Master's Precepts. S/ Ref.ª ATU 910B	TB 100, LV 606	APFT 1727
Tales of the Stupid Ogre			
36A. [As Fitas de Pele]	CPFT 1000 – Bargain Not to Become Angry; 1003 – Plowing; 1004 – Hogs in the Mud; 1115 –		APFT 1728

	Attempted Murder with a Hatchet; 1563 – Both?’Both?. S/ Ref.ª ATU 1000, 1003, 1004, 1115, 1563.	TB 77, LV 409	
36B. O Conto das Correias	CPFT 1000 – Bargain Not to Become Angry; 1003 – Plowing; 1115 – Attempted Murder with a Hatchet. S/ Ref.ª ATU 1000, 1003,115.		APFT 1729
37. O Conto do Aldeão e do Diabo	CPFT 1030 – The Crop Division . S/ Ref.ª ATU 1030	TB 81	APFT 1730
38. O Patrão Que Tinha um Criado	CPFT 1049 - *The Long Rope (The Heavy Axe); 1115 – Attempted Murder with a Hatchet. S/ Ref.ª 1049	Cf. contos 36A e 36B	APFT 1731
39. O Talhão de Prata e Ouro	CPFT 1138 – Gilding the Beard . C/ Ref.ª ATU 1138	-----	APFT 1732
Jokes and Anecdotes			
40. O Conto do Sapateiro	CPFT 1360C - *The Chilros-Milros (Old Hildebrand). S/ Ref.ª ATU 1360C	LV 364	APFT [1733]/837
41. [O Sapateiro Que Confessa a Mulher]	CPFT 1410 – Four Men’s Mistress . S/ Ref.ª ATU 1410	-----	APFT 1734
42. O Conto do Corno	CPFT 1419H – Woman Warns Lover of Husband by Singing Song. S/ Ref.ª ATU 1419 H	LV 365	APFT 1735
43. O João da Vaquinha	Sem entrada de catalogação (?)	-----	[APFT 1736]
44. O Padre e o Criado	CPFT 1562A – ‘The Barn is Burning!’ . S/ Ref.ª ATU 1562A	LV 396-397	APFT 1737
45. O João Toleirão	CPFT 1696 – ‘What Should I Have Said? (Done?)’. S/ Ref.ª ATU 1696	TB 75, LV 515, 639, 641, 643, 646	APFT [1738] /838
46. As Três Palavras	CPFT 1697 – ‘We Three; For Money’ . S/ Ref.ª ATU 1697	LV 525, 527	APFT 1739
47. [O Suor do Seu Rosto]	CPFT 1805* - The Priest’s Children . S/ Ref.ª ATU 1805*	-----	APFT 1740
Formula Tales			
48. O Coelho Branco	CPFT 2015 – The Goat Who Would Not Go Home . S/ Ref.ª ATU 2015	AC 3	APFT 1741
49A. O Conto da Carochinha	CPFT 2023 - *Little Cockroach (Little Ant Marries. S/ Ref.ª ATU 2023	AC 1, LV 60-63	APFT 1742
49B. Conto do João Ratão			APFT 1743
50. A Justiça	CPFT 2030A - *The Fallen Grain (Ant Plants Chickpeas). S/ Ref.ª 2030A	AC 4	APFT 1744

A tabela apresentada dispõe os contos de acordo com a sugestão de classificação atribuída por Manuel da Costa Fontes, porém há alguns que, atualmente, têm outra classificação no *Catalogue of Portuguese Folktales*. O conto n.º 6 classificado pelo autor como um **Ordinary Folktale: Tale of Magic** é catalogado no tipo 956B, o que

corresponde a **Realistic Tales – Novelle**, subcategoria *“Robbers and Murderers”*; os contos n.º 27 e 28, ambos editados como **Religious Tales**, foram catalogados como **Realistic Tales – Novelle**, subcategoria *“The Man Marries The Princess”*. O conto n.º 36A que se enquadra em cinco tipos é catalogado ora efetivamente como sendo um **Tale of The Stupid Ogre** (T1000, T1003, T1004 e T1115), ora como **Anecdote and Joke** (T1563), subcategoria *“The Clever Man”*.

4. CONCLUSÕES

A obra *Portuguese Folktales from California* confirma o interesse, o rigor e a eficácia da investigação de Manuel da Costa Fontes. Como se pôde verificar, é uma recolha pioneira na forma como foi metodologicamente concebida. Digna de muito mérito, deveria ser publicada como uma recolha efetiva de contos populares portugueses, em edição bilingue, para garantir duas intenções: a transmissão e a preservação do conto popular português dentro e fora de Portugal, confirmando-se o intento da Lusofonia: universalizar a língua, a literatura e a cultura portuguesas. Neste contexto preciso, é de louvar a mestria de Manuel da Costa Fontes que conseguiu antecipar esses intentos bem antes de se falar ou de se ouvir falar em Lusofonia. É um Açoriano no mundo!

Aproveito para endereçar um agradecimento muito grande e especial ao Professor Doutor Manuel da Costa Fontes, o qual leu esta minha comunicação, fez algumas sugestões, mas sobretudo garantiu a sua satisfação pela leitura feita.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

5.1. DICIONÁRIOS:

Casteleiro, João Malaca (coord). (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Verbo.
 Costa, J. Almeida & Melo, A. Sampaio (coord). (1993) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora.
 Coelho, Jacinto do Prado (coord). (1997) *Dicionário de Literatura*, Porto: Figueirinhas.
 Reis, Carlos & Lopes, Ana C. (1994). *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Almedina.

5.2. OBRAS DE REFERÊNCIA:

Aarne, Antti & Thompson, Stith. (1961) *The types of the folktale*, Helsínquia: Academia Scientiarum Fennica.
 Cardigos, Isabel. (2006) *Catalogue of Portuguese Folktales*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.
 Fontes, Manuel da Costa (1975) *Portuguese Folktales from California*, Los Angeles: University of Califórnia.
 Fontes/Robe, Manuel da Costa e S. L. (1977) *O Conto Popular Português na Califórnia*, Terceira: Separata da Revista Atlântida XXI, n.º 2.
 Nascimento, Bráulio do. (2005) *Catálogo do Conto Popular Brasileiro*, Rio de Janeiro: IBCEC.
 Uther, Hans-Jörg (2004) *The Types of International Folktales. A Classification and Bibliography*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.
 Valière, Michel. (2006) *Le conte populaire. Approche socio-anthropologique*, Paris, Armand Colin.

62) VILCA MARLENE MERÍZIO

VILCA MARLENE MERÍZIO (Brusque, Santa Catarina, Brasil) vive em Florianópolis há 45 anos. Professora Doutora em Literatura Portuguesa (Universidade dos Açores, Portugal, 1992; Mestre em Literatura Brasileira (1978) e Licenciada em Letras (1973) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora de Língua Portuguesa e Literatura (1963-2008). Idealizadora e Coordenadora Geral do Programa Missão Cultural Santa Catarina Açores/Portugal e Comunidades Lusófonas (2001-2007). Criadora e Coordenadora Geral do Projeto Representação Catarinense no II Encontro de Lusofonia e Açorianidade e atividades Paralelas nas Ilhas de São Miguel e Graciosa, Açores (maio de 2007) e do Projeto Missão Açores II – 2008. Criadora e Coordenadora do Programa Cultural Açores - SC para o Festival do Mar, Florianópolis, 1996. Idealizadora e Professora de Cursos de Harmonização Pessoal, Açores/Portugal (2002) e em SC (2000-8). Conferencista e palestrante de congressos, colóquios, painéis e outros. Membro de júris de doutoramento, mestrado e graduação. Revisora de livros.

Atualmente, Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, Vice-Presidente da Academia São José de Letras. Membro da Academia de Letras de Biguaçu. Diretora Institucional da Associação de Amigos da Casa dos Açores - Museu Etnográfico de Biguaçu. Sócia-fundadora da Associação dos Poetas Livres de Florianópolis.

Livros publicados:

A História de Um Amor Feliz. Estudo Literário. 2004. 375 p. *Açores...*

De memória. Contos. 2004. 122 p. *Quase... de Corpo Inteiro*. Poesia. 1996. 190 p.

Redação: uma Experiência de Ensino-Aprendizagem. Brasília. Ministério da Educação e Cultura, 1980, 180 p. Publicações esparsas em Antologias, Jornais e Revistas Literárias.

Artista Plástica, com exposições individuais e coletivas no Brasil e em Portugal (1993-2008).

Endereço: Avenida Irineu Bornhausen, 3770 ap. 203/B Agronômica Florianópolis, SC, CEP 88021-205. Telefones: (48) 224 4031 (48) 9971 2285, Correio eletrônico: vilca_merizio@hotmail.com vilcamerizio@yahoo.com.br

“EU TAMBÉM ESCREVI CARTAS DE AMOR”, VILCA MARLENE MERÍZIO ACADEMIA DE LETRAS DE IGUAÇU

Fernanda Leitão, no artigo “O meu Amigo da Criação Velha” (*Açoriano Oriental*, 2002), poucos dias após o falecimento de José Martins Garcia, ao exaltar-lhe a coragem de outrora, refere-se ao depauperamento físico em que encontrou o escritor açoriano, dezoito meses antes do seu falecimento: a “palidez, os olhos inundados de amargura, a linha dos ombros a gritar desamparo. Como se tivessem passado sobre ele 30 anos de trabalhos forçados”. E indaga: “Que pratos de polé teria sofrido o artista, homem de superior inteligência e retidão de caráter, sabe Deus a que mediocridade teve de obedecer em silêncio”. E o silêncio, sabemos nós, rondou a sua alma. Diante de mim, junto com quase tudo que JMG publicou, ressaltam poemas inéditos e 65 cartas por ele a mim confiadas. Numa delas, registra: “ [...] (que horror, o que se passa aqui, neste 10 de outubro de 1998! A humidade é tanta que as mãos sujam o papel e a esferográfica não quer deslizar. Dizem que caminhamos para o FIM EM ESTUFA... Gostaria de ver-te antes do FIM...) Gostaria de restituir-te a imagem de há dez anos (vou tentar usar um lápis): a imagem da menina de caracóis louros [...] Sempre disse que não gostava desse penteado. Inconscientemente andei a mentir-te. É dessa imagem que guardo, sem o ter sabido, uma SAUDADE, saudade, saudade. Saudade, que me leva a não saber mais nada de palavras”. Última página: “vontade de não CRER em mais nada! Quase uma vontade de autodestruição! Tanta Amargura, tanta! Agora não posso escrever mais. Há uma revolta contra não sei quê, contra mim certamente”. No final, um X, trêmulo, como se realmente ali alguém que não o professor-poeta devesse assinar. Quem assinaria? O homem? O amante? O poeta-fingidor? Não! Não tenho resposta. Mas, baseada na sua obra, tentarei uma explicação.

Nasce um poema

E ao contrário dos regulamentos

Sei porquê

O porquê dum nascimento

Misterioso quanto um sedimento

De longo amor e desejo

JMG, julho de 1992

Fernanda Leitão, logo após o falecimento de Martins Garcia descreve em artigo publicado no *Açoriano Oriental* (2002) o depauperamento físico em que encontrou Martins Garcia a “palidez, os olhos inundados de amargura, a linha dos ombros a gritar desamparo”. Perplexa, indignada e triste, indaga: “Que pratos de polé teria sofrido o artista, homem de superior inteligência e retidão de caráter? Sabe Deus a que mediocridade teve de obedecer em silêncio.

Sou portadora de alguns inéditos de JMG – a mim confiados por ele mesmo: poemas e 65 cartas escritas a partir de novembro de 1992. Numa delas o registro: [...] (que horror, o que se passa aqui, neste 10 de outubro de 1998! A humidade é tanta que as mãos sujam o papel e a esferográfica não quer deslizar. Dizem que caminhamos para o FIM EM ESTUFA... Gostaria de ver-te antes do FIM...) Gostaria de restituir-te a imagem de há dez anos (vou

tentar usar um lápis): a imagem da menina de caracóis louros [...] Sempre disse que não gostava desse penteado. Inconscientemente andei a mentir-te. É dessa imagem que guardo, sem o ter sabido, uma SAUDADE, saudade, saudade, Saudade, que me leva a não saber mais nada de palavras [...]. Mais adiante: “SEMPRE QUE MAIS PRÓXIMO ME SENTIA DE TI, TU PARTIAS... E SABES – agora, deves saber! – COMO É A DOR DA SOLIDÃO? Convive-se, dorme-se... por solidão, não é? É um deserto, sem ser bem deserto, esse horror chamado solidão! No fundo, já não sei quem ÉS. Seria melhor pensar se QUEM SOU ainda faz sentido”. Última página: “vontade de não CRER em mais nada! Quase uma vontade de autodestruição! Tanta Amargura, tanta! Agora não posso escrever mais. Há uma revolta contra não sei quê, contra mim certamente. Queria exprimir tanta ternura, esperar por perdão; sentir...’

No final, um X, trêmulo, como se realmente ali alguém que não o professor-poeta devesse assinar. Quem? O homem? O amante? O poeta-fingidor? Não! Não tenho resposta.

Era outubro de 1987. Nove de outubro. Num restaurante, em Ponta Delgada, minha família e eu fomos apresentadas pelo Reitor da Universidade dos Açores, Prof. Doutor Machado Pires, ao Prof. Doutor José Martins Garcia (JMG)⁴⁵⁹, que, durante cinco anos, na mesma universidade, iria me conduzir aos caminhos da percepção literária, instigando-me, com coragem e perseverança, a transcender os mistérios que permeiam mar, céu, terra e gente das ilhas açorianas. A chave capaz de abrir as portas imateriais das ilhas, descobri mais tarde, não estava com ele, não estava comigo, mas pairava dentro de nós, e sobre nós, na palavra dita, no olhar hospitaleiro, nos gestos de amizade de toda a comunidade que me recebia. A constatação, depois a compreensão, de que, entre brasileiros e açorianos existiam maneira diferente de pensar, a aceitação de um silêncio que, às vezes, dizia mais que um discurso, e a imersão na arte de viver dos quantos, amando ou odiando estes cumes emersos do Atlântico, aqui viviam e repartiam comigo fraternalmente a mesa e, carinhosamente, os laços de família, deram-me a conhecer, principalmente, a poesia destas ilhas. Mas foi com JMG que aprendi a ver os Açores com o distanciamento necessário para que nele coubesse Portugal com sua história e conquistas, mas também com seus desvios e desvarios, levando-me a amar a Literatura Portuguesa, incondicionalmente, a partir de leituras a que só ele era capaz de me fazer ascender.

Antes de vir para os Açores procurei no *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa* (1984) informações sobre o professor-orientador com quem iria trabalhar nos dois anos de pesquisa, pensava eu, que teria pela frente. Lá estava, à página 282: JMG, “ficcionista de largos recursos, polemista de temível mordacidade e ensaísta de sólida preparação humanística”, para além de autor de “exegeses inovadoras”. A par disso, ainda no Brasil, o Prof. Machado Pires já havia advertido: “JMG é o melhor professor que temos no âmbito das Letras, mas o mais complexo, o mais difícil de se lidar...” No entanto, JMG professor apresentou-se com tanta solicitude e amabilidade, que o receio que eu sentira antes de conhecê-lo pessoalmente desapareceu diante do homem extremamente gentil que se colocava à disposição para auxiliar-me naquela longa trajetória de meia década de permanente orientação nos estudos da cultura açoriana e da literatura portuguesa.

Muitos dos que me davam as boas vindas referiam-se ao Prof. Martins Garcia como um profissional altamente qualificado, mas de uma sensibilidade que o levava a perder frequentemente a paciência em razão da sua forte tendência à irritabilidade. Contavam-me sobre a contundência de suas críticas, a veia satírica de suas personagens de ficção, a linguagem quase sempre direta e acutilante dos seus narradores e sobre a ironia que constantemente o acompanhava nas suas falas. Na ocasião, senti o quanto os seus colegas, apesar da descrição um tanto severa, admiravam-no, respeitando a sua maneira de ser, e quanto alguns dos seus alunos, talvez por não o conhecerem suficientemente, temiam-no. Contudo, no meio acadêmico, era comum a todos que com ele conviviam, o reconhecimento de sua gentileza e de sua cordialidade no trato. “Conversava amenamente, fossem os interlocutores simpáticos e tivessem com ele afinidades. Mas era raro vê-lo engajado numa troca”, escreve Onésimo de Almeida (2001/04: 33). Diz ainda: JMG “Quedava-se frequentemente pelo assentimento reverencial nas aparências, na maior parte das vezes em polidez retraída”. A respeito da permanência do poeta nos Estados Unidos, Almeida relata: “Precedido pela fama de senhor de uma têmpera de ebulição frequente, forte e em pouca água, nunca ninguém viu Martins Garcia levantar a voz, zangar-se, polemizar, maltratar quem quer que

459 Também escritor, poeta, contista, romancista, ensaísta e crítico literário. Sobre JMG, David Mourão-Ferreira escreveu: o “escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou” (Jornal *SIGNO*, 1987).

fosse. De uma lisura impecável, chegava a parecer subserviente no seu saudar de cabeça inclinada e pasta na mão. As secretárias conheciam-no por ‘São Tomás de Aquino’.

E assim, JMG, um “intelectual em estado puro”, como o definiu Machado Pires⁴⁶⁰, era um complexo misto de serenidade e de vulcão à flor da pele⁴⁶¹, escondido por trás da amabilidade de um comportamento social impecável e de um carácter profissional que provocava inveja. O seu mundo particular “era mesmo de um outro reino” (Almeida, 2001/04:115), não importando se vivesse nos Açores - Pico, Faial e São Miguel, se em Lisboa, França ou Estados Unidos, lugares que, de algum modo, fizeram parte do seu universo literário. JMG mesmo justifica-se: “a ficção, sendo distinta da realidade, tem profunda relação com a realidade”, talvez, passasse a impressão de uma procura constante de uma outra vida, de um outro lugar. A esse respeito, Vamberto Freitas (1992:34) confirma: “quanto mais andou, mais sobre si se fechou”, embora essa solidão voluntária tenha sido a origem de “uma das mais enclausuradas mas originais, vibrantes e desmistificadoras obras literárias portuguesas da atualidade [...]”. “É no ato de escrever que Martins Garcia volta à sua comunidade” (Freitas, 1992: 37).

De volta aos Açores, em 1984, seu último refúgio, JMG não reconheceu nas ilhas o seu mundo original. Então foi cada vez mais se “fechando no seu imenso mundo interior”, aceitando a situação de exilado: exílio criado por ele mesmo, como costumava dizer. E se em *Contrabando Original dá voz* a um personagem que diz: “Sim, nasci numa ilha e perdi-me no mundo”, é numa entrevista concedida a Vamberto de Freitas que confirma: “Sou um exilado, é certo. Mas um exilado por temperamento”. Logo depois, confessa: “[...] eu próprio criei o meu exílio. O mundo circundante não bastava... Permanecer nele seria resignar-me à monotonia. Sair dele seria (como foi) uma aventura marcada por muito sofrimento. [...] de certo modo, quis fazer coincidir a vida com a imaginação. Claro que isso é impossível. O resultado, quer me acredite quer não, foi o divórcio entre a minha vida quotidiana e os mundos que inventei. Rigorosamente falando, não há nada de autobiográfico nos meus romances, nos meus contos [...] Só na poesia ‘lítica’ o ‘eu’ que sinto se exprime sem a invenção de um *médium* (Freitas, 1992:119). E esse exílio procurado pelo homem foi traduzido pela dor da ausência, no signo da saudade que o poeta dizia sentir. Por isso, diz a Freitas (1992:127) “estou aqui, mas não me encontro aqui”. (E teria vivido no Brasil, não tivesse ido tão cedo, embora para os amigos mais próximos, depois da sua aposentadoria (2001) afirmasse não mais poder viajar.) Talvez, o que o fizesse afastar-se das suas ilhas fosse a têmpera inflamada que, à falta de compreensão dos conterrâneos, fazia-o crer que o problema da não-aceitação dos seus livros, da indiferença, ou mesmo do esquecimento sobre o que havia escrito – poucas foram as críticas publicadas e menos ainda as frontalmente orais – devia ser relegado à estética da recepção.

Na ilha, esse mundo limitado, mas infinito, como define Fernando Aires, também outros amigos foram percebendo que JMG abrigava-se, sozinho, no seu imenso mundo interior. Onésimo (2001/04:43) observa que nesse mundo de (aparente) paz e sossego parecia ser feliz e, “quando desse mundo interior emergia, tinha uma enorme facilidade em entrar em colisão com o dos outros”. Envolve-se, por vezes, com o público (chegou mesmo a ser Vice-Reitor da UA, mas isso lhe exigiu tremendo esforço), lecionando ou proferindo palestras com erudição e prazer. A acutilância da sua inteligência extravasava em brilho nos momentos serenos, ou explodiam em sarcasmo cruel quando algo o acicatava. De todas as maneiras, “Os alunos bebiam-lhe o verbo e os ensinamentos”, disse dele Onésimo (2001/04:44), e confirmo eu.

Bem, naquele nosso primeiro encontro, nem mesmo havíamos acabado o almoço (ele sentou-se à minha frente) e questionou-me a respeito do tema da tese que eu pretendia escrever. Falei do meu interesse em estudar uma autora açoriana (Natália Correia, evidentemente). Ele sorriu, sem aprovar ou contradizer a minha ideia. Do que ele me disse, ficou na minha memória mais ou menos isso: Escrever sobre a Literatura Açoriana é árduo demais

460 “Intelectual: talvez também aquilo a que o seu mestre Nemésio chamava ‘o intelectual em estado puro’ – o que se refugia no luminoso percurso espiritual das ideias e das palavras, com alheamento total dos prazeres ‘terrenos’ das máquinas e das tecnologias, que não sabe mexer em aparelhos, não tem carta de condução, não se importa com inventos e últimos modelos do que quer que seja” (Pires, Machado, 2001/04:177).

461 Ler a obra de JMG, segundo Vamberto Freitas (1992:33) “é ler com sorrisos na cara ou então a rir a sério. São páginas que contêm, sempre, uma espécie de escuridão cômica, de onde o medo nunca se retira por completo, e na qual nada e ninguém é sagrado, tudo e todos são alvos a atingir, inclusive o próprio narrador. Está-se aqui no inferno, mas sem nunca se perder o humor – é a vingança (aterrorizadora) do homem pensante e artista moderno.

para quem não viveu em Portugal. O ser açoriano, na sua complexidade existencial, exige que o pesquisador observe mais do que hortênsias, bandeiras do Espírito Santo e marchinhas de São João. Um bom trabalho de pesquisa exige tempo e dedicação exclusiva. Se você veio para voltar antes de cinco anos (eu pensava ficar dois), nem procure saber onde fica o interruptor de luz da sua casa. Volte. Quem está aqui só de passagem não conhece as ilhas nem os açorianos e muito menos conhecerá a sua literatura. Adiei o estudo sobre a Natália e fiquei. Fiquei, não só cinco anos, mas muito mais e cá ainda estou... Por que, como diz Daniel de Sá, é saindo das ilhas que nelas se permanece.

A primeira lição recebida de JMG surtiu efeito: para falar da exuberância de hortênsias, que embelezam os Açores, há de, antes, se amar o solo em que elas vicejam e reverenciar as mãos que as transplantaram; para saber da sua essência, é preciso igualar-se à seiva que as fazem florescer pelos caminhos tortuosos, como se cascatas de luz abençoassem as escarpas negras destas ilhas. É preciso amar, mesmo com toda a dureza e negritude, “estes ricos penhascos”, como dizia a Sra. Dona Lili Pavão. Então, aprendi que os Açores não eram somente a beleza das curvas ao longo da costa onde o mar disputa atenção com a estrada ladeada de plátanos a ensombrar camélias, beladonas e azáleas. Os Açores não significam apenas a presença das criptomérias, alinhadas pelos campos e montes, onde vaquinhas pretas com manchas brancas, também alinhadas, ficam pastando, sempre igual, a ruminar despedidas...

Ficar na ilha, não era somente ser o viajante maravilhado diante dos pores de sol cheios de magenta, dourado e cíclame... Não, os Açores não eram, e não são, só vento, só mar (e aqui lembro Antero)... Umidade excessiva, austeridade. Aqui existe angústia... Solidão! Se é de despedidas que a sua gente se constrói, mantêm-se, os que aqui ficam, de reencontros, de alegrias, de felicidade por se estar junto, de conversas longas nas mesas de uma esplanada ou de um café, das histórias mil vezes recontadas... Sem pressa, com ternura, olhos nos olhos... Coração aberto, mão estendida...

E para quem chega, herança dos que daqui partiram, os Açores também não são o “cativeiro geográfico” que tanto se promulga. São antes, o ponto de repouso, o abastecimento da alma que anseia por silêncio e cultura. A certeza de que a *Terra de Lídia* se estende por todo o arquipélago faz o estrangeiro ir ficando, ou quando obrigado a regressar, retornar às ilhas porque os laços se estreitaram e o coração já não mais abandona o seu novo paraíso.

A alegria que hoje o estrangeiro percebe nos açorianos, essa agitação interna que os leva, entre eles, a conversar alto, a dizerem da sua vida, o seu tom irônico, as observações aguçadas, a franqueza, mas também a solicitude, a amizade franca e hospitaleira, apontam, hoje, uns Açores mais abertos ao progresso e de mãos dadas com a evolução que determina a sua identidade. JMG tinha razão. De nada adianta o pesquisador preocupar-se apenas com as variantes linguísticas de cada ilha nem com o que lhe é familiar na cultura. Isso não garante a açorianidade. Para se ter uma literatura que fuja do regional é preciso mais. É preciso universalidade sem deixar de ser original. Os aspetos geofísicos e históricos contam, mas acrescem-se a eles a psicologia individual e coletiva das pessoas que habitam a região, a filosofia de vida, a moralidade e os costumes, a sua abundância e a sua miséria, é aí, então, que se solidifica a identidade integral do território que se abre à globalidade das pesquisas. E a sua literatura assim pode ser lida e apreciada por todo o mundo porque contém, para além da sua especificidade, os mesmos códigos da universalidade humana.

E foi refletindo sobre tudo isso que consegui compreender o que José Martins Garcia pretendia que eu alcançasse a fim de que pudesse me sentir preparada a melhor estudar a Literatura. Senti, então, ser necessário à pessoa interessada no tratado da alma portuguesa, presente na consciência das ilhas, um tornar-se resistente e leve como a lava e, ao mesmo tempo, sensível e doce como a aragem que passeia, no verão, entre as faias e o louro. Mas também suportar a umidade e os vendavais. E as distâncias. E as saudades. Se as ondas do mar beijam as rochas e se perpetuam na espuma, é no movimento das marés que o planeta se compõe e recompõe. Apreciar a Literatura Açoriana, que não deixa de ser portuguesa, por sua universalidade, é saber ir e voltar. É saber que ainda há homens no mar... e sereias em volta das ilhas. É aspirar no ar da madrugada a alegria de quem volta e sabe que há alguém à espera. É apreciar o verde e o azul, mas também o negro. É rir e chorar. É ter na polarização natural da vida o contraponto do sonho. É resistir... Mantendo, não na vida, mas apenas na memória,

a dor do isolamento e a nódoa da partida. E, então, pela literatura, voltar a esse tempo mágico onde tudo é permitido, porque expressão de alma sofrida, vivida.

E essa luz dos Açores, tão inconstante e variada, a mesma luz que cativa o estrangeiro é mesma que, às vezes, perturba o ilhéu. Essa luz das ilhas, esse tempo baço incomodava JMG. Ouçamo-lo:

A luz dos Açores, mesmo em dias de sol, é uma coisa aquosa, um derrame que pesa nas pálpebras. Melhor do que eu o escreveu Raul Brandão, encantado, sim, mas farto dessa atmosfera de limbo. Essa atmosfera pesa na escrita. O clima não explica nada, claro! Mas quem nos garante que não tem a sua quota-parte de responsabilidade na atmosfera social dos Açores? E, por conseguinte, na escrita cercada por essa sociedade? (Garcia, 1999:68)

Para pouco mais adiante explicar: “Não é o efeito direto do clima; é a translucidez das muitas teias que se acumulam em torno da privacidade”⁴⁶² que me fazem querer respirar o ar de fora. Referia-se ele ao convívio das ilhas, ao conhecimento natural, quase obrigatório: ler um escritor conterrâneo e contemporâneo era quase ver devolvidos nas páginas escritas os reflexos da vida comunitária⁴⁶³. Questiona Onésimo Almeida (2001/04, p. 42): “Mas ou a literatura é só fingimento ou há uma ligação profunda (obviamente nem sempre coincidente) entre as vozes dos narradores da ficção de MG, do poeta e de JMG *himself*.” Tzvetan Todorov mesmo dizia que “uma leitura ingênua dos livros de ficção confunde personagens e pessoas vivas” (Mourão-Ferreira, 1976: 89).

Carlos Ventura (2001/04:190), ao lembrar o primeiro encontro com JMG, em Lisboa, aponta os possíveis riscos que se pode incorrer na procura de “homologias, entre a produção de um autor e a personalidade do homem” que escreve. No caso de Martins Garcia diz ser possível encontrar muito da voz docente coincidindo com o cerne, por exemplo, de *Linguagem e Criação* (1973). E eu digo que muitos pensamentos do ensaísta estão revelados sob forma “quase teórica” em (*quase*) *teóricos e malditos* (1999). O fato de JMG afirmar que os seus livros vão se fazendo, sem um plano estruturado, é conceito conhecido das pessoas que com o professor tiveram o privilégio de dialogar sobre o processo literário de criação. A mim, por diversas vezes, ele confessou construir suas obras passo a passo, sem esquemas a cumprir, a escrita fluindo ao sabor da memória. Muitas vezes, ouvi-lhe dizer que o “texto *quis ser* assim e eu não pude contrariá-lo”, justificativa que deixou registrada em seu último livro no capítulo “Uma aposta em três postas” (1999:61) em que se refere à POLIFONIA (destaque do autor⁴⁶⁴), recurso amplamente utilizado no romance *Imitação da Morte* (1982).

“Eu também fui revolucionário... ‘Eu também escrevi cartas de amor’...” Assim começa JMG um dos parágrafos do capítulo “Sobre Crítica Literária”, da sua última publicação em vida, o (*quase*) *teóricos e malditos* (1999:27), a lembrar Allain Robbe Grillet (a destruir a ‘alma’ da burguesia) e Fernando Pessoa, (talvez mais para justificar a sua incapacidade revolucionária do que pelas cartas de amor de Fernando a Ofélia).⁴⁶⁵ Mas, pelo sim, pelo não, achei aí o argumento, o filão que me levaria a desenvolver estas páginas, cujo objetivo único é o de revelar o caráter digno, leal e compreensivelmente humano, de um açoriano torturado pela distância, pelo isolamento voluntário a que se dispunha e, segundo o seu sentir, pela falta de reconhecimento público à arte do seu trabalho literário⁴⁶⁶. Um homem que, durante a minha permanência em Portugal como sua orientanda, soube conservar-se ao leme do processo que me levaria ao doutorado. Ao cabo da árdua tarefa oficial, quando eu já retornava à minha pátria, tornamo-nos grandes amigos, a ponto de confiar-me alguns dos seus segredos, que, sabia ele, sei eu, iriam ser revelados com o tempo. Por isso, sinto-me à vontade, já que a mim pertencem, por doação do autor e autorização expressa da destinatária, dar a público algumas das cartas assinadas por JMG, no período que vai de novembro de 1992 a outubro de 1998.

463 “As marcas da vida do sujeito empírico, dissimuladas pelo artifício de que dispõe a literatura, procuram evidenciar-se, sem que, no entanto, cheguem a impor a sua soberania. Contudo, elas lá estão, interferindo na escrita, deixando impressas as vivências do criador” (Duarte, 2001/04:109). E na mesma linha, o parecer de Rui Dores (1987: 4): “a ficção de Martins Garcia situa-se entre uma dimensão da vida vivida e uma dimensão da vida recreada. O que prova, pelo menos, que o ofício de escrever é indissociável do ofício de viver” (Idem: 125)

464 [...] “POLIFONIA (caixa alta quer dizer que não é o que julgam...)” (Garcia, 1999: 61).

465 Ver Mourão-Ferreira, 1978.

466 Onésimo Almeida (2001/04: 35) confirma: (Martins Garcia queixava-se do silêncio a que o votavam, a ele e a seus livros).

Fernanda Leitão, no artigo “O meu Amigo da Criação Velha” (Açoriano Oriental, 7/12/ 02:16), poucos dias após o falecimento de JMG, ao exaltar-lhe a coragem política de outrora, refere-se ao depauperamento físico em que encontrou o amigo, dezoito meses antes do seu falecimento: a “palidez, os olhos inundados de amargura, a linha dos ombros a gritar desamparo. Como se tivessem passado sobre ele 30 anos de trabalhos forçados”. E indaga, deduzindo: “Que tratos de *polé* teria sofrido o artista, homem de superior inteligência e retidão de caráter, sabe Deus a que mediocridade teve de obedecer em silêncio”. E a solidão, sabemos nós, rondou a sua alma, principalmente nos últimos anos de sua existência.

Assim é que lendo algumas das suas cartas particulares, fortalece-se a impressão e a (quase) certeza do seu imenso esforço em continuar em Ponta Delgada em razão dos abalos emocionais sofridos na década de noventa, da debilitação física que lhe foi corroendo a capacidade de escrita, do isolamento a que se permitia, da alma em sobressalto por razões muito pessoais.

A primeira carta é datada de 4 de novembro de 1992, e aqui a transcrevo com o sublinhado e as caixas altas do autor, suprimindo apenas o nome próprio da destinatária, em respeito à memória de JMG, que a todo custo manteve, por muito tempo, esse relacionamento em segredo.

Minha querida; meu Amor [...] – só no fim reparei que só te chamei de meu Amor)

As duas páginas lamurientas que te escrevi – e destruí – estavam datadas de 1 e 2 do corrente. Ontem, 3, após um dia de imensa angústia, ouvi a tua voz. “Deus te proteja!”, também to digo. Lembras-te do dia de agosto em que formulaste este mesmo voto?... Há quanto tempo, meu Amor!

O que torna tão difícil o ato de escrever-te resulta certamente da inquietação que me atormenta de maneira contínua. Queria enviar-te umas palavras onde houvesse algo belo... e não consigo, não vou conseguir. E, contudo, eu recordo momentos belos cujo centro és tu. Mas agora, dada a tua ausência, tudo parece irreal, amargo, sonho desmentido por um despertar cruel, frio, solitário – talvez como o tempo e as pessoas que me rodeiam.

E é isto. Recai no mesmo estilo. Para ser coerente, deveria destruir estas linhas. Mas, então, nunca te enviaria uma única carta. Tenho o espírito desmantelado, o coração... Ah, o coração! Que é que posso dizer dele?...

Há uma semana ainda aqui estavas. Gostaria de dar-te algum ânimo porque sei que vives momentos atribulados. E no entanto só sei queixar-me porque não te tenho junto de mim. Creio que ultrapassei o Amor e que estou apaixonado. Ou tonto de todo. Os apaixonados não serão egoístas, ao contrário dos amorosos? Eu, apaixonado, volto-me para o meu sofrimento. Quero dizer: volto-me principalmente para o sofrimento causado pela tua falta. E acho que pratico uma terrível injustiça, porque afinal o meu amor por ti te coloca acima (deveria colocar acima) dos problemas da minha vida íntima. Ou será que não consigo fugir ao paradoxo? Ou será que não digo, de perturbado, coisa com coisa?

O teu rosto, as tuas mãos... As águas, a luz, as ondas (sete?), a rosa... Mas quando foi tudo isso?... Sinto doer o coração. Sinto os olhos teimosamente húmidos. Em vez de reter a beleza das recordações... Lá estou a bater na mesma tecla!

Meu Amor! Afinal é o que gosto de exclamar: meu Amor! Sei que, por mais ruas que percorra, não há agora um acaso que me faça cruzar contigo.

Por favor, perdoa este tom. Gostaria tanto de imaginar o teu regresso. Tenho esperança, mas não tenho imaginação para tanto. É horrroso o quase nada das nossas duas vidas!

Queria falar-te de tanta coisa... Mas – agora reparo! – há uma espécie de “censura” a impedir-me as palavras que te queria dedicar. Ou então amo-te demais: um sentimento tão grande e profundo (e tão “acorrentado” ao longo de tanto tempo) não cabe na escrita. Não se conforma com a tua ausência. Tenho de dizer-te: AMO-TE, AMO-TE, AMO-TE... Tenho de dizer-te que não imagino o futuro longe de ti. Beijo-te as mãos, os olhos, os lábios, beijo-te. Quero-te. E tanto que o próprio querer (ou desejar) também se enovela em sofrimento.

Um abraço. Mil beijos. Imensa saudade.

Como assinar? José? → MA?

NÃO VOU DESTRUIR. VOU PÔR NO CORREIO PARA [...]

Escolhi entre as cartas que seguem uma sequência cronológica. Esta é de 15 de agosto de 1993:
Domingo, 15 de agosto de 1993.

Minha Querida, meu Amor:

Na última sexta-feira era enorme a minha angústia. Por isso telefonei. Ontem o teu telefonema, se por um lado me trouxe a tua voz, não pôde dissipar a minha ansiedade. Vivo (?) em saudade angustiada. E os dias de julho e agosto em que me deste a tua presença contraem-se agora numa espécie de momento, um clarão breve.

Neste estado de espírito, pesa muito, sem dúvida, a inquietação resultante da tua presente situação. Mas há outra coisa aflitiva, a um nível mais egoísta: esta ilha sem ti, é dum imenso tédio. Ontem, sol, Hoje, nuvens. É igual. Os dias, contigo, voam. Sem ti, os dias voltaram a ser imensos. Regressei a esta “penitência” de lutar (?) contra o tempo. Lutar?... Não sei o que digo. Sinto o peso do tempo, físico, implacável. O relógio, o relógio... As pedras de Ponta Delgada. A cidade deserta. O horror destes fins de semana!... Seria tão bom abraçar-te, ou saber pelo menos que poderias surgir algures, por uns instantes... Nada! Vou deter esta triste prosa. Intervalo... O que esta palavra me lembra! Tenho de parar.

15h, 30 min do mesmo dia

Almoçar no “Sagres”, naquela mesinha, sem ter à minha frente os teus olhos, os teus lábios, o teu rosto, o teu ser... Quando nos reencontrarmos, estarei feito outra vez pele e osso, que a comida não passa na garganta. E começo a reinventar fugas... Por exemplo, tomar Lorenin para enganar o tempo até sabe Deus quando. Ou então: marcar passagem para fugir a isto, nem que seja por dois ou três dias. Será que mais alguém nota o pavor desta ilha condenada? Ou sou eu, “doente”, a não poder viver sem ti? Amo-te tanto, tanto, que me parece nunca ter amado outra...

22h do mesmo dia

Meu Amor:

Amo-te duma forma que, infelizmente, só posso classificar de desesperada. Pensava não tornar a inscrever no TEMPO expressões tão desanimadoras, mas o presságio invade-me e pode mais que a minha vontade. Vontade?... Em mim, uma contradição: débil, raivosa, mole e tensa. Queria resolver tudo num instante em que as minhas mãos te arrebatassem à distância geográfica que nos mata e do passado que nos sufoca. Peço-te que me ajudes, a esta hora, a lutar contra o Mal que nos persegue... Amo-te, amo-te, amo-te, amo-te, meu Amor, minha Vida, minha Ressurreição, meu Amor doce com fundo de TÍLIAS e muito MAR... Será que gosto desta sílaba de cativo?... Quem me dera poder pintar, desenhar, desleixar estes pobres vocábulos... Sofro! Imenso! Nunca imaginei sofrer assim por uma separação! Oxalá isto signifique alguma coisa boa no futuro! Amo-te, quero beijar-te as mãos, os pés, a alma! Quero-te! E não posso continuar...

Mas continuo alguns minutos depois. Lembro-te com tanta intensidade que me faz doer. Há neste sentimento qualquer coisa que tenho de moderar. Há um sabor de fim em cada uma das nossas despedidas. Claro que é um fim. Claro também que a esperança não nos traiu. Mas, meu Amor, há sempre tanto tempo, tanta lonjura entre nós! Perdoa! Eu resistirei! Peço-te que resistas. Peço-te por tudo quanto creias que resistas! BEIJO-TE. Amanhã continuo.

Nessa mesma época José Martins Garcia escreveu numa folha A4, comum, branca:

No momento em que sinto que a vida passou/Sobre mim como onda que não pude beber /No momento em que o excesso abortou/ Na minha pobre e podre poesia de nada obter/ No momento em que me ferem feitas apenas dor/ As estrelas do Sul e uma gaivota saída destes penedos /No momento em que até o Verbo me abandonou/ Para me deixar nuvens de vertigens várias e segredos/ De corpos mal cumpridos no contato do sonho

Mulher/ Tu que foste minha amante e minha mãe/ E minha filha nos beijos com que te cerquei/ Tu que vieste sem culpa (que eu te não chamei)/ E voltaste a ser virgem nos meus braços viajeiros

Mulher/ Escuta/ Faz-me chegar ao coração vencido/ O perdão que uma só vez na vida/ Se concede (quando a alma é grande/ Para o conceder)/ Perdoa-me e escuta o sangue tão culpado e vil/ Que em mim bate por ti/ (Por mais ninguém)⁴⁶⁷

467 Publicado em *1ª Antologia Poética*. Florianópolis, Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, 1966: 34, juntamente com mais três poemas inéditos em Portugal: “The Legend of Cutty Sark” (O fim silenciado) - escrito num café de Ponta Delgada; O poeta (diz-se) palpa o lado palpável do signo – escrito em Estoril, em 1993 – e um poema sem título, escrito nos Mosteiros, Açores, em 1994, cujo primeiro verso é “Era a terra de verde permanente”.

Difícil é escolher, dentre tantas afirmações e confirmações do depauperamento de JMG, os excertos mais significativos. A evolução progressiva para um fim próximo evidencia-se. A letra torna-se diferente, as ideias desconexas, o esforço da rememoração agiganta-se. E, aqui, a consciência de que também estou chegando ao fim (deste texto), igualmente me angustia. Mas, vamos lá:

Ano de 1994, 8 de julho:

Faz hoje precisamente dois anos que, em Lisboa, sozinho, fugindo a não sei quê fantasmas. Falei muito comigo mesmo, tentando tomar precauções para me defender duma grande angústia. Fui falando comigo mesmo, sempre só, ao longo do dia, ao longo da noite. Creio que regresssei no dia seguinte a Ponta Delgada. Parece-me que então compreendi que fugir da ilha não me tinha ajudado a resolver coisa nenhuma. O problema viajava comigo, a angústia estava por dentro; não havia fuga de mim para nenhum lugar. Desculpa, meu Amor – beijo-te as mãos! – [...] Às vezes, tenho a impressão, de que o perpassar do tempo é uma coisa descontínua. O passado volta – mentalmente, só isso! – com uma intensidade angustiante. Saio da angústia como que impelido por alguma grande força. Recaio depois na angústia, noutra angústia, noutra angústia, com todos os sintomas da depressão. Uma enorme inércia. Uma vontade de ficar deitado, sem projetos, sem rumo, morto-vivo à espera do fim. Depois, revolto-me, reajo... e assim sucessivamente.

8 de setembro de 1994:

Depois da tua voz vem a consciência aguda de que me faltou o teu ombro, a tua mão, o teu calor, o teu cheiro. Sob o pouco de azul que este dia me oferta, outra ausência se sobrepõe à presente ausência e torno a ligar-te para Lisboa e mando-te música pelo telefone... Lembras-te?

[...] É igualmente certo que os “últimos” dias sempre os sinto como catástrofe, Junto ao mar, à lagoa, num aeroporto, sobre a berma dum passeio.

Aeronave. Encontro muito antigo/ Devolvido a minutos de altitude /Inigualável. E o primeiro rito/ Comentário carnal e clandestino./ Areias e palmeiras e o teu corpo

Na alcatifa repleta de infinito/ Desejo. Hora aérea no teu rosto. Conta-gotas suspenso. Nosso o ardor.

Súbito a brecha. Algures o luar/ Reacendia a contagem do interdito/ Tempo nosso. E em lugar da aeronave/ Quatro paredes de noturno espaço.

[...] Beijo-te mil vezes. Torno a dizer-te que foste o mais carinhoso dos seres que conheci na minha vida. Quero beijar-te os olhos. Sinto-me de novo tão triste. Apagado, obrigado a circular como um autómato. Gostaria de falar de fé e esperança. Talvez amanhã. Amo-te. Amo-te...

21 de abril de 1995:

Meu doce Amor: Apenas um murmúrio de saudade. Recebi a tua carta, abafou-a uma nuvem, passei mal dois ou três dias. [...] Além disso, que é quase uma doença, vivo (?) tenso, coma sensação de muitas feras de dentes à mostra, todas dispostas circularmente à minha volta. Meu doce Amor, és tão de céu e mar e sol e beleza! Precisamente o que não me pode se consentido. Se te disser que me dilacero, não vais acreditar, nem sequer aprovar. [...] Não ousou implorar perdão, Nada faz sentido nas minhas palavras. Eu estou enredado por algo que não consigo decifrar. E continuaria um lamento com muitos “sês”. Não, não pode ser. Beijo-te as mãos, dou-te a minha alma.

Em 21 de julho de 1995:

[...] Acredites ou não, o facto de hoje se oficializar o novo Reitor causa-me um enorme mal-estar, uma dor. É assim uma espécie de “fim de ciclo” Pergunto-me o que aconteceu, o que fui, o que fiz, o que foi aquela minha vice-reitoria (um ano e poucos meses), as circunstâncias que lhe marcam o fim. [...] Devem existir momentos em que, sem razão nenhuma, uma pessoa sente que está ‘embarcando’ numa grande infelicidade.

[...] nunca mais escrevi uma obra... Obra?... Nunca mais escrevi um texto que valha a pena. Talvez se salve algum fragmento. Fragmentos... às vezes tenho a impressão de ser só fragmentos. Um resto. Um resto. Claro que o meu mundo onírico é de fragmentos. Repete-se a tua despedida, é sempre outubro. O cenário é que varia. As personagens também. É angústia, é culpa, é dor.

Bem mais tarde, em 20 de fevereiro de 1997:

O meu tempo de escrita pessoal está quase reduzido a zero. O que se passa na Univ. dos Açores obriga-me a um desgaste imenso. [...] Assim, tendo recebido a tua mensagem de Ano Novo (que me confrangeu – o remorso, o

pesar, a desventura...) e, ontem, o faxe referente ao meu aniversário, respondo, só agora, com gratidão angustiada, com um afeto indefinível e com a perturbação inerente à mudança de habitação, a que sou obrigado [...] Perdi um 'teto', perdi os meus livros... Vou sobreviver, talvez... [...] E sinto-me cansado, desalentado com a memória a perseguir-me (na vigília e no sono). Não te esqueço; não vejo nenhuma luz que nos envolva. [...] Um beijo. Uma saudade... Um cerco de sombra permanente. Rezar?! – Oh Deus! Um beijo.

Quase dez meses depois, em 27 de novembro de 1997:

Acabo de receber a tua carta. Um solavanco na minha (parcial) apatia. Escrevo 'apatia', muito subjetivamente, quando afinal o diagnóstico da psiquiatra diz 'depressão reativa' – do mesmo tipo de moléstia de que fui vítima na Guiné-Bissau nos meus tempos de militar. Custa crer! Quase trinta anos depois!... Mas sinto agora uma enorme vontade de viver. Contigo. Falas de Fé; eu acrescento ESPERANÇA. Às vezes, julgo que os meus últimos anos foram passados em pavoroso absurdo, um desgaste estúpido, um sonho mau. [...] Cumprí as determinações médicas escrupulosamente. Sinto-me mais forte, mas incapaz de escrever ficção. (Tinha entre mãos dois capítulos de um romance, que têm de aguardar...) Fui aconselhado a escrever, mesmo que tudo me desagradasse depois. Assim fiz: rabiscos sem importância. Mas – imagina! Há dois ou três dias planeei uma crônica humorística. Escrevi umas páginas apenas, meditei no que faltava (umas seis ou sete páginas) e senti-me muito cansado. Ainda não!

[...] Sabes que, ao imaginar a normalização da minha vida, me parece renascer?... Aulas de novo (antes disso que a inércia psíquica), livros, tu... Será possível, meu Deus?

Quero-te junto a mim. Quero tornar a olhar, contigo, junto de mim, os 'nossos' lugares, o 'nosso' mundo. Quero que me olhes e sorrias sem ressentimentos... Não será exigir de mais? [...]

Desculpa a minha letra. Deves achar diferenças. Resultado dos medicamentos? Resultado da profunda emoção que a tua carta me trouxe? Cansaço ainda?...

Peço-te que creias no meu amor. Com infinita saudade e um milhão de beijos, o teu [e assina].

Numa outra carta, assinada em outubro de 1988, JMG escreve um trecho a caneta com tinta azul, outro a lápis e, novamente a caneta:

Aceita, por favor, esta desorganização do que não posso exprimir corretamente. [...] (que horror, o que se passa aqui, neste 10 de outubro de 1998! A humidade é tanta que as mãos sujam o papel e a esferográfica não quer deslizar. Dizem que caminhamos para o FIM EM ESTUFA... Gostaria de ver-te antes do FIM...) Gostaria de restituir-te a imagem de há dez anos (vou tentar usar um lápis): a imagem da menina de caracóis louros [...] em Ponta Delgada. Sempre disse que não gostava desse penteado. Inconscientemente andei a mentir-te. É dessa imagem que guardo, sem o ter sabido, uma SAUDADE, saudade, saudade, Saudade, que me leva a não saber mais nada de palavras [fim do parágrafo com traços que parecem ter sido grafados com a mão a cair pesadamente sobre o papel].

Num trecho mais adiante: "SEMPRE QUE MAIS PRÓXIMO ME SENTIA DE TI, TU PARTIAS... E SABES – agora, deves saber! – COMO É A DOR DA SOLIDÃO? Convive-se, dorme-se... por solidão, não é? É um deserto, sem ser bem deserto, esse horror chamado solidão!" E conclui, páginas adiante: "Santo Deus! Há muito anos que não escrevia (sem obrigação 'académica') tantas páginas ... assim... assim. Mas desabitei-me. No fundo, já não sei quem ÉS. Seria melhor pensar se QUEM SOU ainda faz sentido".

Na última página da mesma carta, refere-se a um telefonema recebido seis meses antes: "Que horror de telefonema, de madrugada, eu em Lisboa... E que vontade de não CRER em mais nada! Quase uma vontade de autodestruição! E foi o que fiz! E foi o que viria a ser o meu caminho de amargura! Tanta Amargura, tanta!" E termina: "Agora não posso escrever mais. Há uma revolta contra não sei quê, contra mim certamente. Fiz da vida uma coisa sem conteúdo, sem sentido, sem perdão... Alguém me escutará? [...] Queria exprimir tanta ternura, esperar por perdão; sentir... O quê? Que não estamos mortos? Que vais pensar DISTO? Não penses Mal!"

_No final da carta um X, marcado com linhas trêmulas, como se realmente ali alguém que não o poeta-professor devesse assinar. Quem? O homem? O amante? O poeta-fingidor? Não, não tenho resposta.

E na data referida ao telefonema "maldito" (30/10/1996), em outro envelope para a mesma destinatária, duas páginas em papel-cartão amarelo, com timbre do Hotel Dom Carlos, de Lisboa. Uma página:

Todo o vivido é irreversível. E mais intensamente irreversível quando mitificado. Tu és um ser recortado naquele tempo, que abrange vários tempos e lugares. Tu sabes a diferença que marcou os teus dois regressos. A ternura e a gratidão são indestrutíveis em mim. A vida problematiza o prolongamento. Que destino? Rezo sempre, cada vem com menor convicção. Um abraço. Um beijo.

Na outra página, depois da invocação, um poema:

*Nem o mínimo deus a menor gota
De bálsamo ou da fórmula sancionada
Legitimam o espanto da memória
Acordada em acorde repentino
A meio da noite onde*

*A lisura dum lago determina
Um círculo de mar que falsamente
Quebra nas cristas de invernias
Remetidas ao bojo de outro tempo
A nódoa viva da espera*

*Que era de lodaçal impresso numa aresta
Bico de garça ou nome passageiro
Proa matriculada no sargaço
Farol exausto sem sol que mesmo assim
Nublado indicativo prometia*

*Talvez carta mais tarde talvez núpcia
Entre um olhar insaciado e crédulo
E o sonho de água límpida
Ido e retornado dedos
Modulando na ausência todos os possíveis*

Talvez tenha sido esse o último poema do grande escritor açoriano.

Pelo que sei dessa história, o escritor e a destinatária se reencontraram em Lisboa, alguns anos depois. JMG disse que ainda a amava e que não passou dia desde a última despedida em que não houvesse pensado nela. Abraçaram-se. Ele chorou. Ela também. Ambos seguiram o seu destino.

Encontrei-me, pela última vez com o Prof. Doutor JMG, em Ponta Delgada, em março de 2002. Surpreso, ele me disse, com os olhos marejados de lágrimas, quase fechados, dando a impressão que assim me veria melhor, e em tom de queixa: “não consigo mais escrever. Não escrevo mais”. Indagou por que vinha eu falar de paz num tempo de guerra. Deixou que eu percebesse uma aliança no seu anular esquerdo. Últimas palavras que dele ouvi: “Escreve-me!”

Não escrevi. Oito meses mais tarde, exatamente sete dias antes do meu retorno aos Açores, falecia o grande poeta e escritor açoriano, meu grande Mestre e Amigo. Dele, a luz da escrita permanece, fazendo da Literatura Açoriana um marco da universalidade embebida nos traços da açorianidade atlântica. Aqui ainda permanecem “hortênsias no colo das ilhas” a simbolizarem os seus poetas e a gente dos Açores.

Pudesse eu, dizer a JMG, o que já disse Armando Cortes Rodrigues, numa última homenagem prestada à (“Ode à) Solidão: Homem! Sacode o pó do teu caminho/ Serena a dor que tens nos olhos teus,/ E humilde e confiante e pobrezinho, Regressa à Solidão, regressa a Deus.⁴⁶⁸

Com certeza, JMG voltou. Está em Deus. Assim espero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Almeida, Onésimo (2001/04) "Coração Despedaçado a *Morrer Devagar*" Da experiência americana de José Martins Garcia". In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. Vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores, 29-45.
- ARQUIPÉLAGO (2001/04) Línguas e Literaturas. Vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores.
- Dores, Victor Rui (1987). "Contos Infernais ou a efabulação do poder". In *Signo. Jornal de Letras e Artes*, 16, 4.
- Duarte, Noélia (2001/04) "David Mourão-Ferreira e José Martins Garcia: o 'ofício de escrever'". In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. Vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores, 109-131.
- Mourão-Ferreira, David (1978) *Cartas de Amor de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática.
- Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa (1984) Lisboa: Instituto Português do Livro.
- Pires, A. Machado (2001/04) "José Martins Garcia um 'intelectual em estado puro'". In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. Vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores: 171-177.
-

63) WALCIR CARDOSO/MARIA GETTY CONTENTE

Maria Getty Contente nasceu em Horta, Faial, Açores, onde passou a maior parte da sua infância. Mudou-se depois para a República Dominicana. Após ter terminado o seu bacharelado em educação (Universidade Concordia) e seu mestrado em Estudos Hispânicos (Universidade McGill), ensinou espanhol no liceu. Atualmente, ensina inglês como segunda língua e língua materna, há 16 anos, na Ecole Internationale de Montreal, uma escola acreditada pela Organização Internacional do Baccalaureate-IB. Em consequência, é bem versada em componentes do currículo escolar do IB-PYP, o que a fez participar e apresentar trabalhos em vários seminários e conferências do IB. Sob a orientação do Dr. Walcir Cardoso, executou tecnologias de ITC-CALL, tais como Moodle e ReadPlease nas suas aulas de IB, e desenvolveu numerosos projetos de IB, incluindo um sobre desastres naturais. Ademais, é incansável na divulgação a seus alunos e colegas de que sua terra natal é um arquipélago de nove ilhas no Oceano Atlântico. Em 2004, começou o seu segundo mestrado em linguística aplicada na Universidade Concordia. Seus interesses académicos incluem pragmática e a sociolinguística do português dos Açores. Esta última é a área de pesquisa de sua tese de mestrado, supervisionada pelo Prof. Dr. Cardoso. Coapresentou também com ele em uma conferência da Associação de professores de inglês do Québec sobre como usar o Moodle como um recurso pedagógico para ensinar inglês na mais recente Reforma de Instrução do Ministério de Educação do Quebec. É ativa como dirigente sindical da sua escola, e supervisora e conselheira para estudantes-professores. Como passatempo, ela pinta paisagens dos seus adorados Açores em pintura a óleo, aprecia géneros diversificados de cinema, música e literatura. Além disso, é orgulhosa de que sua filha fale fluentemente o português dos Açores, ensinado a ela pelos seus avós e bisavó.

Walcir Cardoso

foi contratado como professor no Departamento de Educação da Universidade Concordia em 2003, após ter terminado o seu doutoramento em linguística teórica pela Universidade McGill. Ele conduz pesquisas financiadas por duas agências governamentais canadenses sobre aquisição fonológica de segunda língua dentro de uma abordagem que combina conhecimentos da fonologia teórica e aplicada, da psicolinguística e da variação sociolinguística. O objetivo prático de sua pesquisa é estender os resultados a uma pedagogia eficaz e socialmente realística para o ensino de pronúncia em ambientes de sala de aula tradicionais e com o auxílio de computadores. É autor de numerosas publicações em revistas e livros, e apresenta frequentemente em congressos locais, nacionais e internacionais. Atualmente, exerce a função de diretor do programa em linguística aplicada do Departamento de Educação (Universidade Concordia), onde ensina fonologia, aquisição fonológica de segunda língua, gramática universal e aquisição de segunda língua, computadores na aprendizagem de línguas, e metodologia de ensino de línguas. Em 2007, recebeu dois prêmios académicos: Prêmio do Reitor por excelência em ensino (Universidade Concordia), e o prêmio de Professor de mérito (Associação de professores de inglês do Québec). Fora do ambiente académico, escreve sobre equipamentos de áudio para uma revista brasileira (Revista Áudio & Vídeo), e trabalha como consultor para a Lexicon Branding Inc. na avaliação de marcas registradas para adoção nos mercados brasileiros e internacionais, pratica clarinete e controlador de MIDI, e experimenta outros mundos em forma de música, poesia experimental (concreta e visual), gastronomia, e cinema.

O APAGAMENTO DO (U) DE FINAL DE PALAVRAS NO PORTUGUÊS FAIALENSE: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGÜÍSTICA, MARIA GETTY CONTENTE E WALCIR CARDOSO, CONCORDIA UNIVERSITY, CANADÁ

Utilizando metodologia sociolinguística laboviana para a coleta de dados e análise, este trabalho examina o fenômeno variável do apagamento do (u) de final de palavras (por exemplo, *gat/u/ => gat[]* 'gato') na variedade de português falada nas regiões Horta – Feteira - Capelo no arquipélago dos Açores. Em termos labovianos, esta variável linguística é considerada um marcador (Labov, 1972) e, como tal, portadora em potencial de informação social (Silva, 2005; Bulhões & Cardoso, 2007). Neste estudo, falantes nativos do português faialense (PF), imigrantes em Montreal (Canadá), completaram uma série de entrevistas gravadas em áudio, seguindo protocolos sociolinguísticos padrões no intuito de obter-se uma hierarquia estilística de fala variável. As entrevistas incluíram listas de palavras e frases lidas em voz alta, nomeação de imagens, e uma conversa informal com um dos investigadores, um falante nativo de PF. Os resultados estatísticos (via Goldvarb X) indicam que falantes de PF apagam mais frequentemente a variável (u) quando engajados em entrevistas menos formais (por exemplo, em conversas com o investigador), semelhante ao que se atesta na literatura sociolinguística para fenômenos estigmatizados. Surpreendentemente, os resultados também indicam que o gênero do falante desempenha um papel significativo no fenômeno variável sob investigação: As mulheres apresentam uma tendência para apagamento maior do que os homens, um exemplo mais comumente encontrado em fenômenos em que a forma inovadora (o apagamento do /u/) é a variante mais prestigiosa (por exemplo, Smith, 1979; Coates, 1993). No contexto dos falantes de PF vivendo em Montreal, nós interpretamos estes resultados como indicação de que as mulheres, em contexto de diáspora, mantêm uma afiliação de grupo à língua materna maior do que os participantes do sexo masculino.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo oferece uma análise sociolinguística variacionista (laboviana) para examinar o apagamento variável do (u) de final de palavras em sílabas átonas (ilustrado em (1)) na variedade de português falada no arquipélago dos Açores nas regiões Horta – Feteira - Capelo. A esta variedade de português nos referiremos como “português faialense (PF)”.

1.(1) APAGAMENTO DO (U) NO PF:

<i>gat/u/</i>	→	<i>gat[]</i>	'gato'
<i>bol/u/</i>	→	<i>bol[]</i>	'bolo'

Em termos labovianos, esta variável linguística é considerada um marcador (Labov, 1972) e, como tal, portadora em potencial de informação social (por exemplo, Silva, 2005; Bulhões & Cardoso, 2007). Para investigar os fatores que influenciam o fenômeno de apagamento do (u), incluímos neste estudo uma série de fatores extralinguísticos (por exemplo, estilo e gênero do falante) e linguísticos (ambiente fonológico seguinte à variável sob investigação). Este estudo relata a produção oral de três falantes nativos de português faialense vivendo em Montreal em situação de diáspora, de grupos de idades diferentes, e de formação acadêmica distintas.

Os dados desta pesquisa provêm de entrevistas gravadas segundo metodologia e protocolos sociolinguísticos padrões no intuito de obter-se uma hierarquia estilística de fala variável. As entrevistas incluíram tarefas que de níveis estilísticos formais (por exemplo, leitura de palavras e frases) e informais (por exemplo, conversas informais onde pouca atenção era dedicada à produção de fala). O entrevistador era falante nativo de PF e é o autor principal deste estudo.

O restante deste artigo é composto de cinco partes. Na seção seguinte, procederemos à uma breve discussão sobre os estudos prévios sobre o apagamento do [u] como marcador social, onde listaremos os fatores sociais e linguísticos que serão considerados no nosso estudo, e onde também exporemos os questionamentos e hipóteses. A terceira seção dedica-se à metodologia, onde discute-se as tarefas de coleta de dados e os

participantes. A quarta seção apresenta e discute os resultados estatísticos e qualitativos do estudo. Finalmente, a seção intitulada “Conclusões” apresenta os nossos comentários finais e recomendações para estudos futuros.

2. O APAGAMENTO DE VOGAIS NO PORTUGUÊS: ESTUDOS PRÉVIOS E FATORES RELEVANTES

Embora haja ainda uma escassez de estudos sobre o apagamento do (u) na variedade de português falado nos Açores, parece haver um consenso entre investigadores sobre o apagamento de vogais em geral no português europeu (PE): Observações referentes ao apagamento e à elisão da vogal no português, por exemplo, podem ser encontradas em Mateus (1982) e Silva (1998).

O fenômeno de apagamento do (u) deve-se primeiramente ao enfraquecimento de sílabas não-acentuadas no PE e na maioria de seus dialetos, exceto a que é falada no Brasil. Essa é uma das características das línguas classificadas como “stress-timed”, onde o ritmo da fala é marcado por sílabas tônicas que ocorrem em intervalos aparentemente irregulares. Em consequência, os segmentos de sílabas atônicas, como é o caso do /u/ de final de palavras, tendem a se enfraquecer. Por exemplo, a representação subjacente da variável (u) é de fato /o/, que se enfraquece e, como resultado, é realizada foneticamente como [u]. Nas variedades do português falado nos Açores, esse enfraquecimento é ainda submetido a outros fenômenos fonéticos: O apagamento total (mas variável) da vogal ou o seu ensurdecimento.

Mateus & D’Andrade (2000) notam que certos domínios prosódicos, tais como o domínio da palavra, produzem um número mais elevado de apagamento do (u) do que a de outras vogais do português. Silva (1997) focaliza também nos fatores prosódicos que são favoráveis ao apagamento de vogais no português faialense. Utiliza, por exemplo, a frase “as mulheres de Coimbra, cantavam um fado” para ilustrar a hipótese de que o apagamento tende a ocorrer principalmente à margem direita da enunciação fonológica, especialmente quando a vogal em questão é /a/ ou /o/ (por exemplo, Coimbra e fado). Na mesma linha de investigação, Silva (1998) oferece uma explicação detalhada sobre o apagamento variável de vogais no PF. Informa-nos que, ao contrário da redução da vogal, o seu apagamento é um processo variável. Seu raciocínio é baseado no princípio de que o português açoriano tem um processo de redução de vogais que é categórico, aplicando-se no domínio da palavra fonológica.

Baseado nas pesquisas de Silva (1997,1998) e influenciados pelos trabalhos mencionados acima e outros da literatura sociolinguística, incluímos os seguintes fatores linguísticos e extralinguísticos na análise do apagamento variável do (u) no PF:

(1) Contexto fonológico seguinte à variável (u). Vários estudos comprovam que o contexto fonológico é relevante para a produção de certos segmentos (por exemplo, Silva, 1998; Cardoso, 1999; e Cardoso & Bulhões, 2006). Para este estudo, incluímos três ambientes fonológicos seguintes: Vogal, Consoante, e Pausa. A lógica por trás da inclusão destes contextos se baseia no fato de que, se a vogal [u] é acompanhada de uma outra vogal, seria mais provável o seu apagamento porque a forma resultante constituir-se-ia de uma sequência não marcada CV (por ex. “fa.d/u/ . ótimo” → “fa.dó.timo”; onde um ponto “.” indica domínios silábicos). Se a mesma vogal for acompanhada de uma pausa ou consoante, a nossa previsão é a de que a vogal seria mais provável de ser apagada porque a forma resultante, uma sílaba de formato CVC, seria mais marcada do ponto de vista silábico (por ex. “fa.d/u/ . triste” → “fad . tris.te”).

(2) Nível de formalidade, dividido entre várias tarefas de elicitación de dados com o intuito de coletar o maior número possível de dados variáveis. Porque constatou-se que a diferença entre essas quatro tarefas era de natureza dual (Formal: Leitura de palavras e texto; Informal: fala oral espontânea), estas tarefas foram mais tarde reagrupadas em dois níveis estilísticos gerais: Formal e Informal. A literatura sociolinguista é repleta de estudo que reportam o efeito de estilo ou registro em processos variáveis, o qual já foi documentado em estudos sobre o português faialense (Silva, 1998), no qual tarefas menos formais eram mais propensas a conterem maiores ocorrências de apagamento de vogais. Para detalhes sobre esses efeitos, sugerimos a leitura de Labov (1972) e a de vários outros estudos sociolinguistas e variacionistas.

(3) Gênero do falante: Masculino ou Feminino, um fator que está diretamente ligado ao grupo de participantes, visto que cada participante pertence a um dos dois grupos relacionados a gênero. A inclusão deste grupo de fatores cabe às observações e aos estudos sociolinguísticos que atestam que, em geral, participantes do sexo feminino tendem a utilizar formas prestigiosas mais frequentemente do que membros do sexo masculino (por exemplo, Smith, 1979; Coates, 1993). A nossa hipótese é de que o mesmo padrão seja observado no apagamento do (u) no PF e, conseqüentemente, o participante de sexo masculino se sobressaia na sua produção oral.

Devido ao fato de Silva (1998) não ter encontrado nenhuma correlação entre a idade e a propensão para o apagamento de vogais átonas em português, não consideramos a priori o efeito que a idade dos participantes pudesse ter no apagamento do (u). No entanto, podemos facilmente avaliar o seu efeito neste trabalho, visto que cada participante está diretamente relacionado a uma idade e, conseqüentemente, a um grupo de gênero: Participante 1 = 16 anos, feminino; Participante 2 = 75 anos, masculino; e Participante 3 = 73 anos, feminino). Com respeito ao fator idade, e baseado na hipótese de que o fenômeno de apagamento sob investigação seja um processo variável de mudança em progresso em tempo aparente (“apparent time” em termos Labovianos; Labov 1972), especulamos que a falante de 16 anos se sobressaia no fenômeno, assim indicando que o apagamento seja um processo de mudança em progresso.

Os estudos e discussões reportados acima nos levam aos seguintes questionamentos:

2.(1) QUESTIONAMENTOS

- (1) Qual é o efeito do contexto fonológico no processo variável do apagamento do (u)?
- (2) Como é o apagamento representado na fala dos três participantes, dos dois gêneros, e das duas faixas etárias incluídas?
- (3) Qual o efeito de estilo (ou atenção prestada à fala) no fenômeno sob investigação?

3. METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada em Montreal, Québec (Canadá), envolvendo três falantes nativos de PF. Participante 1 (feminino, 16 anos) nasceu em Montreal, e fala PF desde o seu nascimento com familiares e membros da comunidade açoriana em Montreal e, por isso, é considerada como falante nativa da variedade sob investigação. Participante 2 (masculino, 75 anos) nasceu e criou-se em Feteira até imigrar para Montreal na década 70. Por último, Participante 3 (feminino, 73 anos) nasceu no Capelo e imigrou para Montreal aos 33 anos de idade. Dos três participantes, Participante 3 é a única que fala exclusivamente PF.

Os dados para esta pesquisa foram coletados nas residências dos participantes e, tanto quanto possível, tentamos minimizar os efeitos do “paradoxo do observador”. As entrevistas, que duraram aproximadamente uma hora e meia por participante, foram gravadas usando um gravador de áudio portátil, as quais foram depois transferidas para um computador para transcrição e codificação de tokens para subseqüentes análises estatísticas. Para a análise, utilizou-se os seguintes grupos e fatores: (1) Variáveis dependentes (Apagamento do (u), Forma padrão contendo o /u/ subjacente); (2) Contexto fonológico seguinte (Consoante, Vogal, Pausa); (3) Estilo / nível de formalidade (Formal, Informal); e (4) Participantes /Idade/Gênero (1, 2, 3).

As entrevistas codificadas como “formais” consistiam de duas tarefas: Uma envolvendo a leitura de 91 palavras terminadas em [u] átono (por ex. vaso, queijo; 24 itens irrelevantes foram incluídos para distrair a atenção dos participantes), e outra envolvendo a leitura de frases e textos contendo 35 palavras e contextos propícios ao apagamento do (u). As entrevistas “informais” consistiam também de duas tarefas: Uma envolvendo a nomeação de 45 imagens contendo itens relevantes ao fenômeno sob investigação (por ex. bolo, o numeral “5”), e uma outra tarefa que consistia em uma entrevista de estilo livre, geralmente com temas comuns do dia a dia como preferências, trabalho, comida, etc.

4. ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na coleta de dados descrita acima, foram coletados 1.021 tokens de itens relevantes ao apagamento do (u). Para a verificação da confiabilidade na codificação dos dados, um segundo pesquisador (um especialista em língua

portuguesa) foi contactado e constatou-se que 98% dos tokens estavam corretamente codificados. Somente os itens que não apresentaram dificuldade de classificação ou ambiguidade foram considerados na análise estatística.

Para a análise quantitativa dos dados, utilizou-se Goldvarb X (Sankoff, Tagliamonte & Smith, 2005), um pacote estatístico geralmente usado na análise de fenômenos sociolinguísticos variáveis.

Os resultados de uma análise através do Goldvarb contem vários dados para análise (por exemplo, percentagem de aplicação do fenômeno, número de tokens em cada fator, peso/probabilidade, probabilidade de input, nível de significância, etc.). Devido às limitações de espaço, seguiremos diretamente aos resultados probabilísticos (peso), a medida que prevê com maior acurácia a influência que cada fator tem no processo sob investigação. No contexto deste estudo, valores próximos a “1” favorecem a aplicação do apagamento do (u), enquanto valores próximos a “0” devem ser interpretados como não tendo um efeito positivo em relação ao fenômeno.

Note que os resultados apresentados abaixo correspondem aos grupos selecionados na análise “binomial, up and down” do Goldvarb X, o que indica que a contribuição desses fatores no apagamento variável do (u) é estatisticamente significativa, ao nível $p < .05$. Nos resultados abaixo, para efeitos de ilustração, os resultados que favorecem o apagamento do (u) estão em negritos e em espaços sombreados.

4.(1) APAGAMENTO DO (U): RESULTADOS DA ANÁLISE VIA GOLDBARB X – PROBABILIDADES

Grupos	Fatores		
Contexto fonológico	Vogal .42	Pausa .45	Consoante .56
Nível de formalidade	Formal .35	Informal .62	
Participantes (Idade, gênero)	1 (16, Fem) .54	2 (75, Masc) .38	3 (73, Fem) .56

Em geral, os resultados acima indicam que o apagamento do (u) é mais provável de ocorrer quando o contexto fonológico seguinte for uma consoante (.56), em níveis de formalidade informais (.62), e na fala de participantes do sexo feminino (.54 e .56 respetivamente para as participantes 1 e 3).

Observe que das hipóteses levantadas na seção 2 acima, somente a que corresponde ao grupo nível de formalidade foi confirmada: De fato, é mais provável que os participantes apaguem o [u] átono em final de palavras quando engajados em tarefas de comunicação que requerem menos atenção à fala – nível informal (peso: .62). Como discutimos anteriormente, esses resultados se conformam a estudos prévios em que estilo ou nível de formalidade foram levados em consideração: Falantes tendem a preservar na produção mais cuidadosa os elementos mais fiéis à representação subjacente (por exemplo, Cardoso, 2003, 2007; John, 2006; Oostendorp, 1997). Uma interpretação que podemos fazer a partir desses resultados é propor que essa tendência a diminuir a propensidade de apagamento do (u) em estilos mais formais seja um sinal de que o fenômeno ainda seja considerado estigmatizado consciente ou inconscientemente por seus falantes. Essa hipótese se conforma com a assunção de que formais mais formais requerem formas de maior “prestígio” (Cardoso 2007; John, 2006; Labov, 1966; Oostendorp, 1997, e a maioria dos estudos sociolinguísticos). O status do apagamento do (u) como estigmatizado e marcador de prestígio pode também ser constatado nos processos de hipercorreção encontrados nos dados analisados. Por exemplo, ao nomear a imagem ilustrando o objeto “anel” (neste caso, usado meramente para distrair a atenção dos participantes), Participante 1 pronunciou esta forma acompanhada de uma epêntese vocálica [u]: anel[u]. Para concluir, se o apagamento do (u) já tivesse obtido um status de prestígio dentro da comunidade açoriana em questão, não anteciparíamos diferenças significativas favorecendo seu apagamento em falas espontâneas e menos formais, como observamos nos dados analisados.

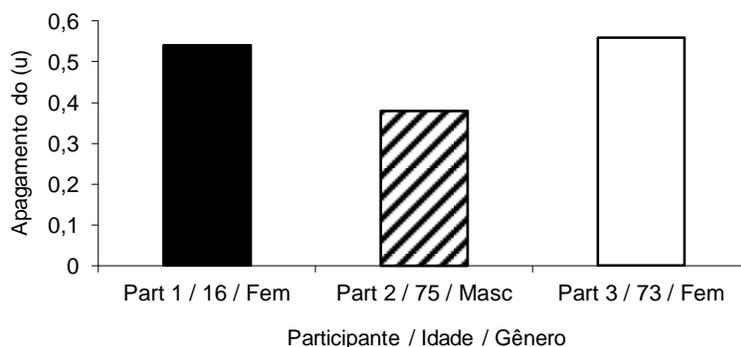
A hipótese de que os falantes do PF apagam mais frequentemente no contexto de uma consoante ou vogal seguinte não foi confirmada. De fato, os resultados apresentados aqui nos mostram exatamente o contrário: O apagamento é mais provável de acontecer no contexto de uma consoante seguinte (peso: .56) do que nos contextos em que a vogal é acompanhada de uma pausa (.45) ou vogal (.42). Prevíamos, pelo contrário, que o ambiente de consoante e pausa seguintes gerariam o maior número de apagamentos porque a forma resultante constituir-se-ia de uma forma marcada, com uma coda fechando a sílaba. Por exemplo, o apagamento do [u] na frase “fa.d/u/ ótimo” resultaria em “fa.dó.timo”, no qual o apagamento gera uma sílaba não-marcada sem o encontro vocálico “u-ó” e, mais importante, sem a coda “d”. O português não tem codas oclusivas e muitas de suas variedades (como o português brasileiro) seguem uma tendência a evitá-las em final de palavras através do apagamento da consoante ilícita, ou através de epêntese vocálica (ver Cardoso, 1999, 2007). Compare a forma discutida acima com a seguinte, no qual a palavra relevante é seguida de uma consoante (o mesmo raciocínio se aplica às formas cujo ambiente seguinte é uma pausa): “fad.triste”. Neste exemplo, a forma em que o /u/ foi apagado é fechada pela coda “d”, gerando assim uma forma que é não somente marcada do ponto de vista tipológico e de aquisição (codas só são adquiridas em estágios avançados de aquisição), mas também uma forma que não é característica *sui generis* do português em geral.

Uma explicação plausível para esses resultados inesperados possa talvez provir do fato de que há um número desproporcional de palavras nos três diferentes contextos fonológicos. Enquanto palavras acompanhadas de consoantes e pausas constituem 33.2% (n=339) e 49.8% (n=508) respectivamente dos dados codificados, o número de palavras com vogais seguintes é de apenas 17% (174). Muito embora essa disparidade pareça acidental, acreditamos que isso não seja o caso neste estudo: Mesmo que fizéssemos um controle maior de contextos seguintes, é natural que o número de palavras iniciadas por vogais seja consideravelmente menor do que o de palavras iniciadas por consoantes. Uma possível explicação para essa disparidade é o fato de que há uma tendência universal para que línguas obedeçam a um padrão CV silábico no qual o primeiro elemento da sílaba é uma consoante silabificada como “onset”. Esse comportamento é observado em aquisição de linguagem e em várias línguas adultas. Essa tendência ao padrão CV enfatizando onsets é comumente descrita como uma restrição que impõe a ocorrência de onsets na estrutura silábica (ver Prince & Smolensky, 2003 para uma discussão desta restrição).

É possível que esses dois fatores tenham colocado o contexto de vogal seguinte em desvantagem em relação aos outros contextos. Um detalhe mais importante ainda é o fato de que o contexto de pausa ocorre mais frequentemente no estilo mais formal da entrevista: a leitura de palavras. Se palavras em que o apagamento não tenha ocorrido são mais prováveis de ocorrer no contexto de leitura de palavras isoladas (formal), e conseqüentemente seguidas de pausa, é justo que o ambiente de pausa não seja considerado propenso ao apagamento. Uma alternativa para esse impasse seria a exclusão de todos os tokens com pausa como contexto fonológico. Essa alternativa, no entanto, reduziria consideravelmente o número de tokens utilizado na análise.

Por limitações de espaço e tempo, exploraremos essa possibilidade numa versão futura e atualizada deste estudo. No que concerne à idade dos participantes, nossos resultados indicam que esse fato não parece afetar significativamente o apagamento da variável (u), desconfirmado assim a nossa hipótese inicial de que possivelmente o fenômeno sob investigação pudesse indicar indícios de mudança em progresso em tempo aparente (“apparent time”).

Surpreendentemente, e contrário aos estudos de Silva (1998) sobre o português açoriano micalense, a mais jovem participante (16 anos) apresenta resultados relativamente comparáveis ao da Participante 3 de 73 anos de idade, a favor do apagamento do (u). Para facilitar a exposição dos resultados referentes aos grupos interativos de participantes / faixa etária / gênero, ilustramos abaixo os valores estabelecidos pelo Goldvarb X:



4.(2) PROBABILIDADE DE APAGAMENTO DO (U) POR PARTICIPANTE / IDADE / GÊNERO

Finalmente, passamos agora à discussão dos efeitos do fator “Gênero”, intrinsecamente incluído no grupo de fatores “Participantes”. Como mencionado anteriormente, os resultados estatísticos indicam que o gênero do falante desempenha um papel significativo no apagamento variável do (u) no PF.

Enquanto as participantes 1 and 3, ambas do sexo feminino, apresentam uma tendência para o apagamento (.54 e .56 respetivamente), participante 2 demonstra uma tendência oposta em que o apagamento é menos provável de ocorrer (.38). Estes resultados vão de contra a um corolário de nossa hipótese: a de que, em processos variáveis em que a forma inovadora não é de prestígio (como atestamos acima na discussão dos efeitos de estilo no processo de apagamento do (u)), membros do sexo feminino tendem a esquivar-se da variante com menor valor social, como constatado nos estudos de Smith (1979), Coates (1993), e Milroy (1998).

Paradoxalmente, no contexto dos falantes de PF vivendo em Montreal, nós interpretamos estes resultados como indicação de que as mulheres, em contexto de diáspora, mantêm uma afiliação de grupo à língua materna maior do que os participantes do sexo masculino. Provavelmente, esses resultados são indícios da existência de uma correlação entre prática linguística e afiliação de grupo ao português faialense, cujas características moldam as práticas sociais e linguísticas dos membros do grupo (Goffman, 1959; Eckert, 2000).

5. CONCLUSÕES

Neste trabalho, propusemos uma análise sociolinguística / variacionista preliminar para o fenômeno do apagamento variável do (u) átono de final de palavras na variedade de português falada nas regiões Horta-Feteira-Capelo no arquipélago dos Açores. Por sua natureza de fenômeno linguístico marcador de informação social, propusemos uma investigação e análise ao fenômeno levando em consideração não somente fatores linguísticos como também fatores de cunhos sociais com o intuito de desenvolver uma “linguística socialmente realística” (Wilson & Henry, 1998) ou, nas palavras de Pennington (2002), uma “fonologia real de língua” em que todos esses elementos possam interagir.

Como é costumário em estudos variacionistas, este estudo incluiu várias tarefas com o objetivo de elicitare níveis variáveis e distintos de formalidade dentro de uma análise sincrônica da língua. Mais especificamente, este estudo utilizou-se de metodologia sociolinguística variacionista para responder aos questionamentos relacionadas ao efeito do contexto fonológico no processo variável do apagamento do (u), aos efeitos de gênero e faixa etária dos participantes, e ao efeito do fator estilo ou registro sobre o fenômeno.

Três falantes nativos do português faialense, imigrantes em Montreal (Canadá), participaram deste estudo sobre o apagamento do (u) variável no PF, que consistiu de quatro tarefas que foram mais tarde associadas a dois níveis de formalidade: Formal (leitura de palavras ou textos) e informal (fala espontânea). Os resultados estatísticos do Goldvarb X confirmaram a hipótese de que a frequência de apagamento do (u) aumenta como função do aumento de formalidade, semelhante ao que se atesta na literatura sociolinguística para fenômenos estigmatizados. Surpreendentemente, os resultados também indicaram que o gênero do falante desempenha um papel significativo no fenômeno variável sob investigação: Membros do sexo feminino apresentaram uma tendência para o apagamento do (u) bem maior do que os do sexo masculino. Tal comportamento é paradoxal porque estudos prévios sugerem que as mulheres, em geral, lideram no uso de formas inovadoras como o apagamento do (u) somente quando a variante em questão é uma forma de prestígio. Tais resultados nos levaram a formular a hipótese de que, no contexto dos falantes do PF vivendo em Montreal, mulheres em contexto de diáspora são mais propensas a manter uma afiliação de grupo à língua materna do que os

participantes do sexo masculino. Finalizamos este artigo reconhecendo as limitações de um trabalho de abrangência reduzida. Mas como diziam os navegantes de outrora: “navegar é preciso”.

6. REFERÊNCIAS

- Bulhões, Elizabeth, & Cardoso, Walcir (2006) “Variable (u)-deletion in São Miguel Portuguese” in *Proceedings of the Atlantic Provinces Linguistic Association (APLA)*.
- Cardoso, Walcir (1999) “A quantitative analysis of word-final /r/ deletion- in Brazilian Portuguese” in *Linguística Atlântica*, 21: 13- 52.
- Cardoso, Walcir (2003) *Topics in the phonology of Picard*. PhD thesis, McGill University. Published by the McGill Working Papers in Linguistics.
- Cardoso, Walcir (2007) “The variable development of English word-final stops by Brazilian Portuguese speakers: A stochastic optimality theoretic account” in *Language Variation and Change* 19, 1-30.
- Coates, Jennifer (1993) *Women, men, and language: A sociolinguistic account of gender differences in language*, London: Longman.
- Eckert, Penelope (2000) *Linguistic Variation as Social Practice: The Linguistic Construction of Social Meaning in Belten High*, Oxford: Blackwell.
- Goffman, Erving (1959) *The Presentation of Self in Everyday Life*, New York: Doubleday.
- John, Paul (2006) Variable h-epenthesis in the interlanguage of francophone ESL learners. MA thesis, Concordia University.
- Labov, William (1966) *The social stratification of English in New York City*, Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.
- Labov, William (1972) *Sociolinguistic Patterns*, Philadelphia, PA: University of Pennsylvania.
- Labov, William (1994) *Principles of Language Change*, Cambridge: MA, Blackwell.
- Lin, Yuh-Huey (2003) “Interphonology variability: Sociolinguistic factors affecting L2 simplification strategies” in *Applied Linguistics*, 24 : 439-464.
- Major, Roy (2004) “Gender and stylistic variation in second language phonology” in *Language Variation and Change*, 16: 169-188.
- Mateus, Maria H. (1982) *Aspetos da fonologia portuguesa*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Mateus, Maria H., & D’Andrade, Ernesto (2000). *Phonology of Portuguese*, Oxford: Oxford University Press..
- Milroy, Lesley (1988) “Gender as a speaker variable: The interesting case of the Glottalised stops in Tyneside”, in *York Papers in Linguistics 13: Selected papers from the sociolinguistics symposium*.
- Oostendorp, Marc van (1997) ‘Style levels in conflict resolution’. In F. Hinskens, R. van Hout & W. Wetzels (eds.), *Variation, Change and Phonological Theory*, Amsterdam: John Benjamins. 207-229.
- Pennington, Martha (2002) “Real language phonology: Optimality Theory meets sociolinguistics: A review of McMahon’s (2000) *Change, Chance, and Optimality*” in *Journal of Sociolinguistics*, 6, 418-448.
- Prince, Alan, & Smolensky, Paul (2003) *Optimality Theory in phonology*. In William Frawley (ed.), *International Encyclopaedia of Linguistics*, Oxford, England: Oxford University Press.
- Sankoff, David, Tagliamonte, Sali. & Smith, Eric (2005) *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows* [Computer Software]. University of Toronto.
- Silva, David J. (2005) “Vowel shifting as a marker of social identity in the Portuguese dialect of nordeste Sao Miguel (Azores)” in *Luso Brazilian Review*, 42: 1-20.
- Silva, David J. (1998) “Vowel elision in Sao Miguel Portuguese” in *Hispania*, 1: 166- 178.
- Silva, David J. (1997) “The variable deletion of unstressed vowels in Faialense Portuguese” in *Language Variation and Change*, 9: 1-15.
- Silva, David J. (1988) ‘Sociolinguistic variance of low vowels in Azorean Portuguese’. In K. Ferrara et al. (eds) *Austin Linguistic Change and Contact: Proceedings of NWAV XVI*, Austin, TX: Department of linguistics. 336-344.
- Silva, David J. (2007) ‘Traços fonéticos sobreviventes no falar micaelense de alguns imigrantes açorianos em Greater Boston’. *Atas do colóquio da lusofonia*. São Miguel, Açores.
- Smith, Phillip (1979) ‘Sex markers in speech’. In K. R. Scherer & H. Giles (eds.), *Social markers in speech*. Cambridge: Cambridge University Press. 109-146.
- Wilson, John, & Henry, Alison (1998) “Parameter setting within a socially realistic linguistics” in *Language in Society*, 27, 1-21.
-

X COLÓQUIO DA LUSOFONIA BRAGANÇA, PORTUGAL 2 - 5 de outubro 2008

64) ANABELA BRITO MIMOSO

Anabela Brito Mimoso é doutora pela FLUP em Cultura Portuguesa e docente no Doutoramento em Educação na Universidade Lusófona do Porto.

ANTÓNIO VIEIRA – AUTOR EXPRESSO DE OBRAS ALHEIAS, ANABELA BRITO MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

Durante a cruzada levada a cabo contra a Inquisição, foram atribuídos ao Pe. António Vieira alguns escritos que circularam com o seu nome, nomeadamente as Notícias recônditas do modo de proceder a *Inquisição em Portugal com os seus prezos*, documento histórico valiosíssimo para percebermos os meandros do funcionamento dos cárceres inquisitoriais. Pretendemos explorar em que contexto foram feitas estas atribuições a Vieira. Teremos em conta, sobretudo, o conteúdo desta obra, relacionando-o com a biografia do seu presumível autor, bem como com o momento histórico vivido então.

1.

Como é sabido «Vieira foi um *homo universalis*: calcorreou a Europa, como político; congeminou salvar economicamente Portugal com o retorno dos judeus e seus bens a Portugal; pregou na corte de Cristina da Suécia, em Roma; carteceu-se com personalidades de grande relevo e conhecia como poucos a sociedade do seu tempo; foi pregador áulico e missionário no Brasil» (BELCHIOR; 1997: 17). Foi ainda um incansável escritor até ao fim da vida, conforme João Lúcio de Azevedo reconhece na Introdução da sua edição das *Cartas*: «Aos 90 anos, valetudinário, cego e quase surdo, dita ainda cartas onde o inquieta a morte iminente de Carlos II de Espanha, e dá arbítrios sobre a situação económica do Brasil» (1997: IX). Da sua extensa obra, alguns textos chegaram até nós escritos pelo próprio autor. «Em autógrafo guardam-se alguns capítulos da *História do Futuro*, alguns fragmentos do *Livro Antepimeiro da História do Futuro*, a *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício* completa e, por fim, a impressionante coleção de cartas, tão meritariamente editadas por João Lúcio de Azevedo» (Smulders; 1997: 54).

No entanto, se a atribuição das *Cartas* parece consensual, a fazer fé nas palavras de Lúcio de Azevedo, também delas «corriam já particularmente cópias manuscritas, conservando essas fielmente as impressões e confidências do autor» (1997: XI). Há, porém, outro grupo de cartas de que não se sabe se são do próprio punho do jesuíta, ou de alguém que terá passado a limpo algum rascunho ou a quem Vieira terá ditado o texto. Para além do mais, dado que a sua caligrafia era incerta (Azevedo; 1997: XIV) a atribuição de textos manuscritos a Vieira torna-se algo difícil de estabelecer.

Particularmente difícil é a atribuição dos sermões, pois deles não chegaram até nós autógrafos. De facto, ainda em vida de Vieira circulavam obras impressas que lhe eram atribuídas, sem que ele fosse responsável pela sua criação. É o caso curioso dos sessenta sermões apógrafos publicados em Madrid em tradução castelhana em 1662, 1664 e 1678 (recorde-se que a edição *Príncipeps* dos sermões, preparada pelo próprio autor, data de 1679 – Lisboa, Miguel Deslandes). Segundo o próprio Vieira esclarece, desses, apenas nove lhe pertenciam:

«Estes sermões reconhece o autor por seus, mais pela matéria que pela forma, que em muitos está totalmente prevertida [sic] e adulterada [...] E assim nestes, como nos demais há muitas cousas diminuídas, muitas acrescentadas, muitas mudadas, não falando em infinitos outros erros, ou do texto, ou da tradução, ou da sentença e sentido natural» (apud Smulders; 1997: 55).

Daqui se depreende que em vida de Vieira circulavam com o seu nome vários sermões que pouco deviam ao seu autor. Estas versões poderiam ter sido manuscritas por quem assistia às suas pregações (ou delas ouvira falar) ou poderiam ainda ter como base os apontamentos que Vieira usava na pregação (veja-se sobre o assunto o artigo citado de Smulders). Mas, como diria M^ª de Lourdes Belchior: «A obra [do Pe. António Vieira] é imensa; a vida longa» (1997: 13), pelo que ainda sobra lugar nelas para a inclusão de textos de autoria duvidosa.

Tanto mais que Vieira foi também um homem empenhado na situação social dos menos favorecidos, como está bem patente nestas palavras de João Marques: «Inclinado por um imperativo de natureza psicológica atraída pela ação, o que seduzia o P.e António Vieira era a intervenção combativa no “mundo do mundo”, embora sem nunca perder de vista a finalidade última do orador evangélico: transformar espiritualmente o “lodo da terra” pela força metanóica da palavra sagrada. Se nas voltas dos desvairados caminhos, por onde se repartiu, nunca pôde “professar o ofício de pregador” de forma continuada, sempre manteve essa agudíssima atenção às realidades do tempo, como pretexto e em seus contextos, que a roda da fortuna o pressionou a conhecer e a envolver-se» (1997: 117). Aliás, as preocupações de António Vieira com a política do seu tempo são visíveis na sua epistolografia, nos sermões, nos tratados teológicos e políticos que estão peçados de informações históricas que não têm sido suficientemente exploradas. O período em que esteve em Roma (1669-1675) é particularmente fecundo, como provam as muitas cartas de cariz político escritas ao amigo Duarte Ribeiro de Macedo.

Os tempos também propiciavam esta incursão nos destinos do país e na defesa de condições de vida de certas minorias. Sobretudo na dos judeus. A coroação de D. João IV em 15 de dezembro de 1640 e a restauração da monarquia nacional que se lhe seguiu não trouxeram boas expectativas à causa judaica. Efetivamente, durante a monarquia dual tinham-se os castelhanos revelado bem mais benévolos que os portugueses. Depois da aclamação do novo rei, muitos judeus haviam encontrado refúgio em Espanha, onde o Santo Ofício era menos severo. Por cá, os patriotas não se cansavam de denunciar as calamidades provocadas pelo apoio aos judeus dado nesses tempos: a perda das armadas que tinham sido equipadas com o dinheiro dos perdões, a perda da honra de quem tinha sido favorável à causa judaica eram razões mais que evidentes de que Deus reprovava os favores às gentes “da nação”. Basta lembrar o livro do Pe. António Carvalho de Parada, *Justificação dos portugueses sobre a ação de libertarem seu reino da obediência a Castela* (1643), sobretudo os capítulos VIII (Quis introduzir neste Reyno a Ley de Moysés) e IX (Continua-se a sem razão de quererem meter neste Reyno Judiarias), bem como a *Filippica Portuguesa contra la invectiva castellana* (1645) de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

Foi neste estado de espírito da nação que se reuniram as Cortes de 1641. Vários capítulos foram aí apresentados contra os Judeus, nomeadamente pelo Braço popular. O Estado Eclesiástico e o Estado da Nobreza foram mais comedidos nas suas reivindicações. Paralelamente a Inquisição opunha-se ao édito da graça, tão ansiosamente aguardado pelos cristãos-novos, acusando estes de posições antipatrióticas, como as de auxílio aos holandeses na guerra do Brasil e as de apoio militar a Filipe IV em troca de regalias, apontando-os como responsáveis pela conjura de 1641 contra o novo rei. Este ato de traição tinha sido, efetivamente, perpetrado pelo arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, que nunca vira com bons olhos a Revolução do 1º de dezembro. Conseguiu aliciar o marquês de Vila Real, o conde de Armamar e muitas outras individualidades, nobres ou não, incluindo o próprio Inquisidor Geral. Foi o contador da fazenda, Luís Ferreira de Barros, contactado por Pedro de Baeça, tesoureiro da alfândega, quem acabou por denunciar a conjura.

Não se deveria andar muito longe da verdade na denúncia da implicação dos judaizantes nesta traição, já que o dito Baeça, alegadamente em conluio com mais dois cristãos-novos, teria oferecido um milhão e trezentos mil cruzados para a sedição. No entanto, para além de Baeça, mais nenhum cristão-novo foi formalmente julgado de conspiração. Também não há indícios de que D. João IV tenha visto neste ato uma posição coletiva dos filojudeus. A realidade é que D. João IV parecia inclinado se não a favorecer os judeus, pelo menos a não os oprimir em demasia. O que é compreensível, atendendo à sua posição política ainda periclitante. De acordo com o seu carácter, o rei mostrava-se evasivo nas suas respostas, dúbio nas suas ações. De facto, os judeus de Lisboa tinham oferecido apoio financeiro à nova monarquia em troca de proteção, conforme se poderá inferir da denúncia feita por apoiantes da nova monarquia como, por exemplo, António de Sousa Macedo na *Lusitania Liberata* (Londres, 1644). Por isso mesmo, em Roma, os emissários aí enviados pelo rei, se bem que sem sucesso, para prestarem em seu nome obediência ao Papa esforçavam-se por desmentir que o novo rei tinha a intenção de atrair a Portugal os judeus exilados.

Chegado da Baía em 1641, logo em 1642, um conflito, aparentemente inócuo, haveria de fazer saltar para a ribalta António Vieira. Os jesuítas tinham à terça-feira um mercado em que superintendiam. O comprador da Inquisição desentendeu-se com o almotacé (estudante da Universidade), apresentou queixa e o almotacé foi

preso e julgado. O litígio que opunha a Universidade aos inquisidores durou, chegou mesmo a Roma, pois o rei tomara o partido dos inquisidores. Ora, quando em conselho, na presença do próprio rei se discutia quem teria razão, António Vieira tomou então a palavra em nome dos jesuítas. Tinha acabado de arranjar um poderoso inimigo. A ação política de António Vieira começa então. No ano seguinte (1643) recebe o rei um escrito anónimo, supostamente da autoria do jesuíta, chamando-lhe a atenção para a necessidade de recorrer ao poder económico dos “de nação”:

«Portugal não se pode conservar sem muito dinheiro, e, para o haver, não há meio mais eficaz que o do comércio, e para o comércio não há outros homens de igual cabedal e indústria aos de nação. E porque são duas as cousas que desnaturalizaram deste reino os homens de negócio – ou as culpas de que estão acusados na Inquisição ou o receio com que as cousas de fé se tratam em Portugal -, para que com segurança possam tornar para ele, Vossa Majestade lhes deve dar real palavra de procurar admitir o perdão que eles alcançaram do papa acerca do passado, e para o futuro a moderação do rigor que Sua Santidade julgar ser mais conveniente se guarde nas Inquisições deste reino, como se tem feito em outros da Cristandade, principalmente no de Castela» (apud H.P., 1934: 392).

Mas o escrito foi recolhido pelo Santo Ofício e o rei não ousou dar-lhe deferimento. Paralelamente dá início a uma ação em favor da criação de duas companhias de comércio: uma para o Brasil e outra para a Índia. Em 1646 é enviado em missão diplomática a França e Holanda. Das boas relações que Vieira tinha com os judeus, nomeadamente os que viviam na Holanda, nos dá conta a Carta VI (ed. de João Lúcio de Azevedo), de 20 de abril de 1646:

«Foi tão igual a grande mercê que VV. M.cês me fizeram, e tão igual o afeto que em todos experimentei, que, quando particularmente considero, o que devo a cada um me parece maior, e assim não quero fiar a significação do meu agradecimento a diversas cartas, porque a diferença de palavras não argua desigualdade na obrigação. Conforme este conhecimento me têm todos e cada um de VV. M.cês, tão desejoso como obrigado a seu serviço, esperando e pedindo a VV. M.cês me queiram ocupar em tudo que for dele, estando mui certos que, até onde chegar o pouco que possuo, mostrarão as obras a verdade deste meu ânimo» (1997: 88).

Promete-lhes conseguir o regresso dos judeus, logrando da parte deles apoios para a guerra com Castela. Quando regressa é chamado a dar o seu parecer sobre um memorial em que os judeus apresentavam as suas principais reclamações - dispensa de confisco, abolição do segredo de testemunhas, igualdade de direitos às dignidades e benefícios, criação das companhias de comércio. Em 1649, logra, finalmente, ver aceite a sua ideia da criação da Companhia Geral do Estado do Brasil que, embora tivesse carácter económico, assumia obrigações militares, na medida em que a Companhia tinha a obrigação de aprontar 36 navios de guerra com que daria comboio aos barcos mercantes que transitavam entre o Brasil e a Metrópole. Embora tivesse tido uma vida acidentada e os seus capitais tivessem sido incorporados na coroa em 1664 (já no reinado de Afonso VI), a sua criação revela bem o poder persuasivo de Vieira sobre o novo rei.

Finalmente o aparecimento de um édito proibindo o confisco dos bens dos presos da Inquisição, embora tenha tido um resultado pouco significativo para os cristãos-novos, em muito veio contribuir para acicatar os ânimos dos inquisidores que logo procuraram que o papa o anulasse. Efetivamente, o papa enviou uma bula ao rei em que lhe conferia apenas o direito de apontar para quem reverteriam os bens confiscados aos presos. D. João IV declarou que deles fazia doação aos familiares dos presos (Azevedo, 1989: 132). Valeu-lhe a excomunhão depois de morto.

Morto D. João IV, em 1656, António Vieira e a causa judaica perderam o apoio que tinham. Por outro lado, o restabelecimento da pena dos bens confiscados não melhorara a situação económica do Santo Ofício, sendo comum o recurso aos bens que os presos tinham deixado em depósito, pelo que quando os réus eram inocentados raramente recuperavam os bens apreendidos. É nesta conjuntura que as vicissitudes políticas iriam dar aos inquisidores o ensejo para apanharem o seu grande opositor, António Vieira. Em 1662 seria ele desterrado para o Porto por ter participado na conjura para colocar no trono o Infante D. Pedro. Em pouco tempo (1663) seria chamado a Coimbra pela Inquisição. O escrito *Esperanças de Portugal, quinto império do mundo, primeira e segunda vida de el-rei D. João IV*, texto profético, inspirado nas profecias de Bandarra,

constituiria a base jurídica que sustentaria a perseguição de António Vieira pelo Santo Ofício. Seria condenado em 1667 à reclusão em umas das Casas da Companhia, «com privação de voz ativa e passiva para sempre» (Azevedo, 1989: 288).

O golpe de estado e a regência de D. Pedro (1667) não vieram melhorar muito a situação de todos os que eram apanhados nas malhas da Inquisição. De uma consulta feita ao Desembargo do Paço resultou um violento libelo contra os judeus que conduziu ao decreto de 22 de junho de 1671 que, de acordo com as aspirações populares, visava a expulsão de todos aqueles a quem tinha sido dada a liberdade depois de terem confessado e abjurado. Abrangia este decreto três gerações de cristãos-novos: todos os que tinham saído em autos, desde o último perdão geral, seus filhos e netos. As vítimas protestaram por escrito. Este escrito, como outros de idêntico teor, é atribuído ao Padre António Vieira (que desde 1669 estava de novo em Roma): *Papel que fez o Padre António Vieira, estando em Roma, a favor dos cristãos-novos*. Porém, o decreto de 22 de junho não favorecia a Inquisição que protestou, pois via assim perdida uma grande parte da sua clientela. Acabou por não entrar em vigor.

Logo no início de 1673 constou ter aparecido a ideia de um perdão geral que, uns diziam ter sido obtida em Roma por António Vieira. A sugestão tinha partido de um outro jesuíta, Baltasar da Costa, e fora feita ao confessor do rei, ele próprio também da Companhia. Visava a medida obter em troca o apoio financeiro dos cristãos-novos. Houve levantamento popular nas ruas de Lisboa e o Conselho Geral do Santo Ofício, obviamente que a recusou. Os cristãos-novos não estavam parados. Em Roma faziam-se valer de todas as influências para obterem do papa um indulto. A Inquisição reagiu e pretendeu também para si o direito de enviar delegados à corte pontifícia e lograr a submissão de D. Pedro aos ditames dos Conselhos do Santo Ofício. Desta decisão resultou mais um protesto e mais um escrito também atribuído a António Vieira – *Memorial a favor da nação hebreia*.

Este escrito, no parecer de Lúcio de Azevedo, será da autoria de algum jesuíta interessado também na defesa dos direitos dos cristãos-novos (1989: 304). Esta luta de influências na cúria romana iria ser acérrima. A Santa Sé pede contas sobre o modo como são julgados os cristãos-novos em Portugal. Ora, é precisamente neste contexto que irá aparecer um outro documento também atribuído a António Vieira: *Notícias recônditas do procedimento das inquisições de Espanha e Portugal com seus prezos*.

2.

As *Notícias* foram divulgadas em muitas cópias, e seriam impressas em Londres, em 1722 (1). A obra terá sido levada para Roma por David Neto, rabino de origem portuguesa (Azevedo, 1989: 308). Circulou sempre com o nome de António Vieira e acreditou-se que era dele. De facto, durante vários anos, algumas contestações escritas lhe foram feitas, sempre dirigidas contra Vieira. No entanto, a edição que se conserva na Biblioteca Nacional, embora de 1821, dá-se como edição *Príncipeps*, conforme se poderá ler na capa que a seguir se inclui. Segundo Inocêncio (1973: 293), haverá ainda, pelo menos, uma outra edição datada de 1750. Este bibliófilo esclarece também:

«Devo declarar, que em algumas antigas collecções manuscriptas de obras attribuidas ao P. Vieira anda na verdade o referido opúsculo, indicado como tal, ao passo que em um livro que possuo, copiado em 1748, e que contém várias composições com o nome do dito padre, e muitas outras não suas, vem esta como anonyma, e de auctor desconhecido» (*ibidem*).

Donde se conclui que em meados do séc. XVIII a sua autoria já não era pacificamente aceite.

Escrita depois de 16 de novembro de 1673 (última data referida no seio da obra), provavelmente, dever-se-á à pena ou à ideia de Pedro Lupina Freire. Este conhecida por dentro a Inquisição, já que tinha sido seu colaborador. Aliás, tinha mesmo sido degredado por cinco anos para o Brasil, como castigo por haver divulgado segredos do Santo Ofício. Despeitado, conhecedor dos segredos da casa, podia ser muito útil à causa dos cristãos-novos em Roma. Aí se encontrava com Vieira em 1673 (e aí escreverá a *Clavis Prophetarum*). O facto de não ser muito dotado para a escrita, não obsta a que tivesse sido ele a fornecer alguns dados que outro(s) depois terá(terão) polido. Esse outro poderia ser Vieira ou um cristão-novo qualquer. Ou um certo Lampreia, Promotor na

Inquisição de Évora, conforme o bispo do Pará, D. Frei João de S. José de Queirós, conta (Azevedo, 1989: 310). Mas teremos também de considerar que Vieira não desconhecia propriamente os meandros da Inquisição, não só pela sua experiência direta em Coimbra, como também pelo relato de muitos cristãos-novos, familiares e apoiantes que com ele terão contactado.

A obra terá tido bastante repercussão na Cúria, pois, em 1674, o Papa envia um Breve aos inquisidores em que os intimava a suspender os autos-de-fé, sentenças e processos, tréguas que duraram sete anos. Esta medida suscitaria mais escritos: o *Desengano Catholico sobre a causa da gente da nação hebreá*, que seria atribuído também a Vieira, e que suscitaria resposta da parte dos seus adversários: *Engano judaico contra desengano catholico de um reo enganoso e enganado*, texto cheio de alusões a «vieiras». A esta resposta surgiu uma contrarréplica que, segundo Lúcio de Azevedo, também não deve ser imputado a Vieira, bem como não deve ser o *Memorial proclamatório a Innocencio XI*, igualmente incluído nas obras inéditas de Vieira. Em aditamento às *Notícias* circulou um escrito em que se denunciavam muitos abusos da Inquisição – *Reflexões sobre um papel intitulado Notícias recônditas* – documento este mais tardio. O facto é que regressado Vieira em 1675, morto Clemente X, em 1676, os cristãos-novos perderam a sua causa.

3.

Conforme consta da capa a obra está dividida em três partes: em 165 artigos se dão “notícias” da facilidade com que uma denúncia levava à prisão qualquer pessoa, judaizante ou não, cristã-nova ou cristã-velha, das torturas aí padecidas, das precárias condições de encarceramento e dos simulacros de julgamento; segue-se da carta “impugnatória” - um libelo contra os judeus – dirigida por «um amigo» a Vieira e, finalmente, a contra resposta alegadamente de Vieira, que é um interessante exercício de retórica que visa demonstrar que a Inquisição não defende o país da heresia, antes prejudica todos: judeus, cristãos-novos e cristãos-velhos.

Não admira que o texto incomodasse muita gente, pois põe a nu, desde a primeira hora, a fragilidade da “justiça” do Tribunal:

«Pronunciando-se hum homem no Santo Officio, o mandão prender, tratando-o como se já estivera convicto; porque na mesma hora que o prendem, lhe põem na rua a mulher, e filhos; atravessão-lhe as portas; fazem o inventario de todos os bens; e como se a mulher não tivesse parte nelles, fica despojada de tudo sem nenhum remédio» (p.4). Denuncia-se a ignorância dos familiares: «os familiares deputados para estas levas (regularmente falando) principalmente fóra da Côrte, são pessoas ordinárias, que são as mais, e homens de pouco porte, rústicos, e officiaes. Estes, que mal se sabem benzer, e que, se lho perguntarem, não hão de saber explicar, que cousa he ser Christão nem o que he ser judeu» (p.8).

Depois:

«Chega o Familiar com o seu prezo, ou prezos, que leva, á Inquisição. Vem logo hum Secretario da Meza tomar a entrada, com dous Guardas; e todos estes começam a persuadir aos prezos, que confessem para se usar misericórdia com elles, e sahirão para suas casas; e como a vida, e a liberdade he tão amada, os mais tomão aquelles conselhos, e vão confessar o que não fizeram» (p. 9).

Nos cárceres começam todos os seus males, desde a tortura, à falta de alimentos e de higiene:

«Nestes cárceres estão de ordinário quatro, e cinco homens; e ás vezes mais, conforme o numero de prezos que há; e a cada hum se lhe dá seu cântaro de agoa para oito dias, (e se se acaba antes, tem paciência) e outro mais para as necessidades, que tambem aos oito dias se despejão: e sendo tantos os em que se conservão aquella immundicia, he incrível o que nelle padecem estes miseráveis, e no verão, são tantos os bichos, que andão so carceres cheios, e os fedores tão excessivos que he beneficio de Deus sahir dalli homem vivo» (p. 24).

Presos durante anos, sem que entretanto nada se faça para serem julgados, muitos acabam por morrer assim, em grande sofrimento. Quando ouvidos, nas vezes em que são chamados à mesa, as incongruências do processo levam ao desespero. Instados a dizerem as orações requeridas, mesmo revelando o seu conhecimento, são

encaminhados para instrução religiosa. Muitos só ouviram falar aos inquisidores nos rituais judeus. De cada vez que vão à Mesa são aconselhados a confessar e a denunciar.

É evidente que têm direito a defensor, mas este tem de ouvi-lo perante um contínuo que tem como missão dar conta à Mesa de tudo o que se passar entre réu e defensor. Aliás, este letrado «*que tem nome de Procurador, mas nem procura nem requer o que pelos fundos de Direito entende, porque, não póde usar do Direito, nem exceder os termos alli praticados*» (p. 76), pouco adianta ao réu. Escolhido pela Mesa, não pode consultar o processo, nem assistir ao interrogatório - limita-se a ouvir o preso. Depois de redigido o libelo, o preso tem de apresentar seis testemunhas fidedignas (cristãos-velhos) para cada artigo. Finalmente, assina. Claro que o procurador não “procura” as testemunhas arroladas ou, achadas estas, dificilmente elas darão informações que não contradigam as declarações do preso, já que as não conhecem. A confissão é assim dada por nula, o preso castigado por ter apresentado falsas testemunhas. Deste modo se levam à fogueira bons cristãos, alguns cristãos-velhos, pois ninguém está a salvo das denúncias dos presos pressionados a delatar para salvarem a pele. E, pasme-se! tantos são os processos que correm naquele labirinto que «*resulta delle infamar-se geralmente a Nação Portuguesa, a qual sendo tão Catholica, vulgarmente entre as mais Nações da Europa, se equivocava Portuguez com Judeo, e assim, he o Reino desacreditado*» (p. 83).

De facto, «Entre tantos mil presos, não houve hum que merecesse ir para casa com triunfo, e honra, como em Castella se vê; ou ao menos pela porta travessa sem infâmia!» (p. 103). E «*Ainda quando lhes estão apertando os cordéis do garrote, sempre se lhes vão ouvindo nomearem, com huma notável devoção, os nomes suavíssimos de Jesus, e M^a, e já quando não podem fallar, nas acções manifestão a mesma devoção, e assim espirão, com signaes evidentes de que te, a Fé no coração, e nella morrem contritos, e penitentes, como poderão affirmar os Padres da Companhia de Jesus, que lhes assistem até ao fim*» (p. 123). Um sistema que não distingue heréticos de bons cristãos não serve, pois, a religião. E os jesuítas estão em boa posição para o saberem, pois são os únicos que entram nos miseráveis e infetos cárceres para ouvirem em confissão os presos.

Mas este texto é também um interessante manual sobre usos, costumes e códigos, linguísticos e não só, da Inquisição. Nomeadamente sobre os diversos “graus” ou estados dos acusados. De facto, não bastava confessar a culpa. Para a confissão ser considerada aceitável era necessário que o confitente acertasse com a culpa que lhe fora atribuída pelos seus denunciadores. Ora, as denúncias eram secretas e até favorecidas e apreciadas. Nomeadamente as dos parentes, sobretudo se efetuadas durante a tortura, pois eram consideradas sinceras, conforme o Inquisidor, João de Melo, elucida (Lipinier, 1999: 67).

Poderiam ainda ser acusados de ser **diminutos**, se não confessavam a culpa por inteiro, (o que viria a suceder, muitos anos volvidos deste escrito, com António José da Silva acusado de não ter revelado aos inquisidores as práticas judaizantes de sua mãe e de suas tias). Nas *Notícias* distinguem-se três espécies de diminutos: os que confessam antes de serem sentenciados, os que confessam depois de lhes ser lida a sentença de relaxação, os que confessam de mãos atadas estando já entregues aos padres. Como estes são obrigados a acertar com todos os que juraram contra eles, sem lhes faltar nenhum, para não incorrerem na agravante de diminuição, iam nomeando o maior número de pessoas – todas as que conheciam. Havia ainda os **negativos** (os que negavam totalmente as culpas) e os **afirmativos** (os que não confessavam nem negavam, antes diziam acreditar nas heresias por que estavam pronunciados). Estes últimos eram levados a cumprir a pena de mordada na boca para que o público não ouvisse heresias contra a fé católica. Para cada caso são apontados casos concretos, confirmáveis pelos nomes dos envolvidos que aí figuram.

No final desta sentida denúncia, figura então a carta de «um amigo» e a resposta que lhe é dada. Se bem que a intercalação de textos pertencentes a outro género sejam frequentes na escrita barroca, se bem que seja vulgar na época o jogo de aparências autorais, sendo assim possível que a carta e a resposta nunca tenham existido autonomamente e, logo só haja um autor em toda a obra, num artifício que suscita mais movimento, logo mais interesse, à leitura, não parece que este seja o caso. De facto, se é verosímil que as *Notícias* datem de finais de 1673 ou de inícios do ano seguinte, pois elas, escritas a solicitação do papa, conforme se diz no texto, terão despoletado a suspensão do Santo Ofício, a carta e a resposta referem-se a essa suspensão, pelo que serão posteriores, apenas aquando da impressão do texto.

RESPOSTA

DEMONSTRATORIA , PROBATORIA ,
E CONVINCENTE

DO PADRE VIEIRA

A' CARTA DE HUM CHAMADO AMIGO;

Que lhe impugnava em hum papel, que lhe mandou, as fundamentaes razões de não ser possível á Inquisição alcançar o verdadeiro conhecimento dos Christãos novos, pela fórma que processava. E como por successos naturaes alli podião padecer muitas pessoas innocentes. E que por isso era util a mudança dos estilos.

E isto na occasião da causa, que os Christãos novos puzerão em Roma contra o mesmo Santo Officio que por esse motivo esteve muitos annos fechado.

Pela leitura deste preâmbulo também se vê que a denúncia feita não é contra a Inquisição em si, mas sim contra a forma como ela funcionava no nosso país. O próprio Vieira, em carta a D. Rodrigo de Meneses, datada de 1672, afirmava: «*A Inquisição é um tribunal santíssimo, e totalmente necessário, mas não pode ser santo, nem tribunal, governando-se com estilos ou injusto ou injustamente praticados, com irremediáveis danos, não digo já do temporal do Reino, mas da inocência da verdade e da mesma fé*» (*Cartas*, vol. II), apresentando como modelo a de Roma. É este, pois, o propósito da obra: denunciar os arbítrios da Inquisição portuguesa.

4.

Sendo um de vários textos atribuídos a Vieira, como *A Arte de Furtar*, alguns sermões, várias cartas e a série sobre os judeus nascida no tempo da sua estada em Roma, este reveste-se, sem dúvida, de um elevado valor histórico. E, se bem que não seja uma obra literária de valor, coisa que um libelo também não é suposto ser, a Resposta torna-se uma interessante peça do ponto de vista retórico pela lógica da sua argumentação. Além disso, é um texto muito documentado, sentido e coerente, uma veemente denúncia por parte de quem conhecia a Inquisição por dentro.

Valendo-se das suas ideias militantes e das vicissitudes da vida de António Vieira, é óbvio que a atribuição que lhe é feita dessas obras tem em vista o aproveitamento comercial do seu prestígio, mas é também o aproveitamento da força que o seu nome daria a uma causa, neste caso a dos judeus.

5. NOTA:

(1) No entanto, há um original na Biblioteca da Ajuda datado de 1720: Notícias Reconditas do Procedimento das Inquições de Espanha e Portugal, com seus Prezos. Por António Vieira, Missionário Apostólico da Companhia de Jesus. Em Villa-Franca, 1720 (Cod. 49-IV-18). A descrição que Lúcio de Azevedo faz do exemplar parece coincidir com este (Vila Franca é Londres, terra de liberdade, segundo explicação do próprio Lúcio de Azevedo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AZEVEDO, J. Lúcio (1989). *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Clássica Ed.
- BELCHIOR, M^a de Lourdes (1997). Vieira revisitado. *Vieira Escritor*. (org. de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.
- PERES, Damião (1934). *História de Portugal* (ed. de Damião Peres). Barcelos: Portucalense Ed., vol. VI
- LIPINIER, E. (1999). Terror e linguagem – um dicionário da santa Inquisição. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MARQUES, João Francisco (1997). A cronologia da pregação de Vieira. *Vieira Escritor*. (org. de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.
- MENDONÇA, J. Lourenço e MOREIRA, A. Joaquim (1980). História dos Principais Atos e Procedimentos da Inquisição em Portugal. Lisboa: IN-CM.
- SILVA, Inocência Francisco (1973). *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: IN-CM. vol. I
- SMULDERS, Frits (1997). Tradições *Manuscritas* na obra de António Vieira. *Vieira Escritor*. (org. de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.
- VIEIRA, António (1997). *Cartas* (ed. de João Lúcio de Azevedo). Lisboa: IN-CM, 2 vols..
- VIEIRA, António (1821). *Notícias Recônditas...*Lisboa: Imprensa Nacional

65) JOÃO CRAVEIRINHA CONVIDADO 2008 [MOÇAMBIQUE]

João CRAVEIRINHA (JC / Kraveirinya na pintura) Nascido na ilha de Moçambique em 1947

- Galiza (2008) 6 outubro (Espanha): convidado ao lançamento da Academia Galega da Língua Portuguesa. Intervenção na Mesa de Oradores.
Portugal (2008) 2 – 5 outubro: Bragança, convidado ao VII Colóquio Anual da Lusofonia: apresentação de “Ensaio: Variação Diatópica do Português Europeu (P.E), em África – o caso de Moçambique”.
- Portugal (2008) maio: Trofa (zona norte), participação e intervenção cultural no “Encontro Lusófono” no festival do livro infantil na Casa da Cultura de Trofa (convidado pela autarquia - pelouro da cultura do Município de Trofa).
- Portugal (2008): Lisboa, estudante universitário (finalista), cronista e artista plástico. De 1996 à atualidade (2008), colunista em jornais e revistas em Moçambique, Portugal, Brasil e Angola (reproduzidos em sites e blogues pelo mundo).
- França (2007): Paris, convidado e participante à: ““African Union-African Diaspora in Europe Regional Consultative Conference” – de 11 a 12 de setembro 2007 no – Palais des Congrès de Paris, 2, place de la Porte Maillot, 75017, Paris (France). Evento organizado pelo governo da África do Sul mandatado pela União Africana (Addis Abeba, Etiópia). Intervenção em inglês em PowerPoint, na comissão 3, sobre o afro pessimismo: “Historical, Socio-Cultural and Religious Commonalities and Challenges”.
- Portugal (2007): Lisboa, autotradução do português para inglês de 2 livros seus para Teatro. 1^a Revisão por professor de inglês (britânico). Projeto para edição na Inglaterra e E.U.A (África do Sul e Austrália).
- Portugal (2006): Lisboa; F.L.U.L., ingresso com nota alta no ano letivo 2006/2007, Processo de Bolonha – maiores de 23 anos; curso Ciências da Cultura variante Comunicação e Cultura: áreas de sociologia da cultura – linguagem e comunicação – história – estudos culturais.
- Brasil (2005) 15 de dezembro: Universidade de S. Paulo (USP); O Prof. DR. Adeldo Gonçalves, doutor em Literatura Portuguesa, considera o livro escrito por João Craveirinha, “Jezebel”, o romance da lusofonia: - “Como se vê, Jezebel reúne personagens que quase nunca encontramos na literatura de língua portuguesa, embora,

diariamente, deparemo-nos com elas nas ruas de nossas cidades. Por tudo isso, justifica-se atribuir a (João) Craveirinha o mérito de ter escrito o romance da lusofonia”.

7. Portugal (2005): Lisboa, entrevista na Televisão (TVI) com o autor JC (talk-show). CINEMA: Concorre a financiamento do ICAM (atual ICA) com a produtora portuguesa, Beja Filmes, para produção de dois filmes: um sobre Fernando Pessoa baseado no livro de JC para Teatro “ E a Pessoa de Fernando Ignorou África?” e outro épico colonial; “O Combate de Marracuene” que teve lugar em 1895 em Moçambique. O projeto passou a 1ª fase mas não a segunda devido à falta de verba do ICAM. O financiamento foi atribuído ao produtor Paulo Branco e ao realizador Manuel de Oliveira.

8. Alemanha (2005) maio: Frankfurt, livreria lusófona TFM; lançamento de seus livros e palestra sobre sua obra, lusofonia e literatura em Moçambique.

Colónia: Entrevista na Universidade de Colónia, Departamento de Literaturas em Língua Portuguesa.

Bona: Entrevista na Escola Diplomática (setor estudos africanos e lusófono).

Bona: Visita à sede da Rádio Deutsche Welle (Public Broadcasting Service - Kurt-Schumacher - Str. 3 - 53113 Bonn). Em 2005 teve seus livros em stand próprio, em Frankfurt, na Feira Mundial do Livro na Alemanha (*Wiedenhöfer Associados – Literaturagent, Buchenhöhe 1 – Germany*).

9. Suécia (2005) 27 de abril: Estocolmo; Universidade de Estocolmo, orienta uma aula de (Literatura) em português. Lançamento de seus livros na “Libreria Latinoamericana em Drottninggatan 91” – centro de Estocolmo, com homenagem musical e poesia sul-americana, ao autor. Entrevista à Televisão sueca (junho).

10. Suécia (2005) 21 abril: Estocolmo; Museu Etnográfico (Etnografiska Museet, Djurgårdsbrunnsvägen 34); Profere palestra em inglês (introdução em sueco por tradutora). Temática sobre Arte Moderna e a influência da arte africana na arte moderna ocidental. O paradigma da escultura maconde. (Com projeção de transparências e fundo de música moderna moçambicana de Fany Mpfumo e dos músicos da diáspora moçambicana em Portugal e Inglaterra: Costa Neto, Otis (Alípio Cruz) e Sérgio Gonçalves.

11. Moçambique, Portugal e Galiza (2001 a 2008): Quatro livros publicados e apresentados em Moçambique, Portugal, Alemanha, Suécia e Brasil. Outubro de 2008 em Bragança (Portugal) e Galiza (Espanha).

12. Moçambique e Portugal (1997 a 2006): Crónicas publicadas, ensaios, análises políticas sobre a globalização (2ª guerra do Iraque na 1ª hora).

Trabalhador a prazo na segurança social em Lisboa (Areeiro).

13. Moçambique e Portugal (1998 a 2002): Realizador de programas para Rádio em direto e de Televisão em Betacam SX: (RTK, RTP e RR).

14. Portugal (1998 a 2000): Projeto para seriado em Televisão intitulado: Crónicas de Ontem e de Hoje (documentário sobre história colonial e pós-colonial de Portugal em África). *Remasterizado* individualmente em 2006. Projeto abandonado pela RTP. Na África do Sul (1999) é nomeado delegado desportivo por Moçambique, nos sétimos jogos desportivos africanos (*7th All Africa Games 99 - greater Johannesburg*).

15. Portugal (1990 a 1995): Porto, Lisboa e Maia (CMM): Conferencista sobre o papel da democracia e da liberdade de expressão na comunicação social, como dinamizador do desenvolvimento socioeconómico. Animador cultural e organizador de espetáculos multiculturais ecléticos. Fundador de Associação cívica em Lisboa (1994) e de ONGD (cooperação e desenvolvimento) em Portugal e Moçambique (1995/6), contactos diretos na C.E/DGVIII em Bruxelas rue de Genève.

16. Portugal (1993): Lisboa; reconhecimento de Mérito Cultural pelo Ministério da Cultura português. Organiza catorze dias de Intervenção Cultural da Lusofonia no padrão dos descobrimentos em Lisboa. Patrocínio parcial da CML. (Registados parcialmente em vídeo UMATIC e convertido em DVD em 2006).

17. Bélgica (1991): Bruxelas; pré-Europália a convite do governo belga.

18. África e Europa (1976 a 1989): Criativo (art-work) e desenhador de publicidade (comercial). Moçambique, Principado de Andorra, Espanha (Ibiza) e Portugal. Paginador de livros escolares (layout) e montador gráfico. (Chefe de secção gráfica em Ibiza na Rádio-Diário-Jornal, multilingue).

João Craveirinha é o único autor da maior pintura Mural (épica) de África (1ª fase em 1979, retocado em 2000) – 110 m comprimento x 005 m de altura, situado na Praça dos Heróis em Maputo – Moçambique. (Sofreu influência da escola de arte mexicana de murais gigantes – Sequeiros e Rivera).

Moçambique (1981): apoia movimento anti-apartheid da África do Sul, oferecendo poster artístico, para venda internacional, anunciando espetáculo de Jazz – Opera Kalahari em Maputo, do pianista sul-africano, Abdulah Ibrahim, aliás Dollar Brand (protegido do compositor norte-americano, Duke Ellington).

19. África e Europa (1976-1989): Formador profissional de desenho gráfico e câmara escura; Moçambique, Andorra, Ibiza (Espanha) e Portugal (Damaia). Trabalhador nos Correios em Lisboa (Cabo Ruivo, 1983). Emigra para Andorra.

20. Tanzânia e Moçambique (1969-1981): Agitaprop (criativo e designer de propaganda política e de publicidade e de campanhas diversas). Designer (extraordinário) do Pavilhão de Moçambique no “Bulawayo International Trade Fair” em Zimbábue (1981). Menção honrosa.

Designer na FACIM (Feira Internacional de Moçambique). Menções honrosas (presidenciais) dos seus projetos de pavilhões da Mabor e do Turismo cinegético em 1977.

21. África e Europa (1962-1996): Exposições coletivas e individuais de pintura – África do Sul, Moçambique, Portugal, Andorra. Citado pela revista “Courrier” da UNESCO (1990).

22. África Austral (1962-1967): Militante da clandestinidade nacionalista (ala da juventude) em Lourenço Marques (LM, cidade capital, colonial, portuguesa) na luta pela independência de Moçambique. Sofre detenções em prisões africanas (Botswana e Zâmbia) na sua caminhada pelo exílio político como ativista tempo inteiro na diáspora, contra a situação colonial em Moçambique. 1972 (junho) desvinculação do seu movimento político (FRELIMO) por dissidência e sobrevivência, devido a situação controversa no seio do mesmo movimento de libertação moçambicano a que aderira desde 1962 na clandestinidade. Refugiado político em Quênia (1972). Regresso compulsivo a Moçambique colonial. Vigiado pela PIDE (polícia política) de 1972 ao seu colapso em 1974. Apresentação voluntária à FRELIMO em Tanzânia, por interferência de seu tio paterno (o poeta José Craveirinha chefe da clandestinidade em LM). Preso político da FRELIMO (por dissidência) de 1974 -1976, passando pelos campos de concentração (mortíferos) na base em Tanzânia e no Niassa (norte de Moçambique já Independente). Amnistiado *in extremis* por intervenção de seu tio paterno ao então presidente, Samora Machel. “Travessia do deserto” de 1976 a 1983 em Moçambique. Face a tragédia familiar (viuvez por acidente) embarca para a Europa, com três filhos crianças.

23. África (Moçambique 1962-1967) (Europa 1990): Dinamizador e coorganizador de eventos culturais; música urbana (afro fusão), portuguesa, brasileira, rock, *et cetera*), exposições coletivas de pintura, saraus de poesia, teatro infantil, sessões de jazz para estudantes, palestra sobre Arte e a influência africana na arte contemporânea e na música (Picasso, Bracque, Matisse, Gauguin, Rouault, Léger, Stravinsky, *et cetera*). Ciclo retomado em Portugal na década de 1990.

Textos em: <http://recantodasletras.uol.com.br/autores/Feiticeiro> João CRAVEIRINHA, Lisboa 2008-09-07 (última atualização)

ENSAIO SOBRE VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) EM ÁFRICA

JOÃO CRAVEIRINHA, escritor, artista plástico



1. DIACRONIA

1.1. INTRODUÇÃO

“E reconhecer que, além disso, em África, se acham em formação uma variante moçambicana e uma variante angolana, que precisam de determinadas condições sociais para vingar.” (Castro 2006:12 apud Guião 10/1 LC – DLGR 2006/2007).

No entanto permita-nos fazer um pequeno reparo: na década de sessenta (do século XX), durante o período da luta armada contra o sistema colonial português, em Angola e Moçambique, da parte dos intervenientes africanos surgiria a necessidade de um elo de comunicação neutro face à diversidade étnico – linguística, territorial. Seria assim adotada a língua portuguesa (a do ocupante) como oficial. No caso de Moçambique a partir de 1962, essa necessidade surgiria mais forte após a fusão dos três movimentos nacionalistas africanos do território⁴⁶⁹ (Unami, Udenamo e Manu).

Sem dúvida a grande expansão da língua portuguesa na África *soit disant* portuguesa deveu-se não à administração colonial portuguesa mas aos próprios movimentos de libertação africanos. Essa expansão linguística de tipo P.E, penetraria para além dos centros urbanos e periurbanos, alcançando zonas remotas até então sem expressão da língua portuguesa precisamente pela ausência de agentes diretos utilizadores da língua portuguesa (locais ou alienígenas europeus). As populações africanas, em muitas dessas regiões do interior do sertão africano, pela primeira vez teriam contacto com um cidadão português europeu (ibérico), através da guerra e na pessoa de um soldado de arma em punho. Isto na década de 60 do século XX. Angola sofria uma influência acentuada da Francofonia, a norte, fronteira ao Congo (Kinshasa) e do inglês a sul com o Sudoeste Africano ocupado pela África do Sul (atual Namíbia) e a leste com a Zâmbia.

Moçambique por seu lado estava rodeado por vizinhos anglófonos a saber: a norte a Tanzânia, a ocidente o Malawi e a Rodésia de então e a sul com a Suazilândia e a África do Sul. Do lado oposto mais a oriente, através do canal de Moçambique, situa-se a grande ilha de Madagáscar, francófona, no entanto devido ao obstáculo da travessia do canal nenhuma influência linguística a ser registada. A característica comum desses territórios africanos nas influências linguísticas tem a ver com a situação histórica de ocupação colonial pela Inglaterra, Portugal e França. A partilha de África pela Europa, na Conferência de Berlim em 1885⁴⁷⁰, traçaria as fronteiras geográficas com as consequentes zonas de influência das citadas línguas europeias. Foram esses fatores diacrónicos que moldariam não só algumas línguas e dialetos baNto mas afetando o português falado em alguns casos.

Temos em Moçambique o caso do termo “maningue”⁴⁷¹ nice” para dizer muito bom. No xi-ronga, idioma local, da atual região de Maputo alguns termos práticos são inclusive de origem alemã, exempli gratia: (*dyi*) *Hembe*⁴⁷² para (a) camisa, corruptela de *Hemd*⁴⁷³. No entanto é no inglês (e afrikaans/flamengo) e no português onde a interação linguística se nota mais pendendo atualmente (2007) para o português pese embora a adesão de Moçambique, em 1996, à Commonwealth.



1.2. O CASO DE MOÇAMBIQUE

469 Entrevista do fundador da UNAMI – o Enfermeiro Baltazar da Costa “Chagonga” (22 de Junho de 1974). Semanário Voz Africana da Beira, Moçambique. Hemeroteca de Lisboa.

470 Dicionário 2004. Porto editora.

471 Maningue; conotação discutível com a palavra inglesa “meaning” segundo dicionário da Porto editora.

472 Pe. Antº Lourenço Farinha (1917). *Elementos de Gramática Landina (SHIRONGA)*, pág. 140. Imprensa Nacional, Lourenço Marques.

473 Dicionário alemão (1966). *Langenscheidts Portugiesisch - Deutsch*. Berlim und München.

Em relação às línguas e dialetos de Moçambique tem havido alguma confusão sobre as definições do que é idioma e o que não é. Não concordamos com Mateus Katupha quando segundo citação diz: *“Por exemplo, podemos considerar o changana, o ronga e o tswa dialetos do tsonga, segundo a classificação de Mateus Kaptupha”* apud Irene Mendes (2000) pág. 33. Esta contestação provém do facto que não se teve em consideração aspetos diacrónicos e da sua evolução segundo estudos comparados da história no tempo e modo. A seguinte citação é elucidativa: Sanches Osório de Miranda (1895) apud João Craveirinha (2001:111): *«(...) E a grande verdade é esta, que a maioria nos julga (aos portugueses) ainda machangana, isto é, vassalos do Gungunhana, enquanto não lhe dermos a valer demonstração da nossa força⁴⁷⁴»* Dentro deste e de outros considerandos (fora do âmbito deste trabalho) se infere que a denominação de nomes fora classificada muitas das vezes segundo o preconceito e maior ou menor comodismo dos missionários⁴⁷⁵ deturpando a verdadeira origem das línguas. É o caso do missionário suíço, Junod: *«Esta apelação não é amada pelos Tongas, mas não conheço outra que lhe seja preferível»*. Severino Goenha (a contribuição da Missão Suíça) apud J. Craveirinha (2001: 112).

Com a trajetória histórica a variante do P.E., em África, em particular em Moçambique, influencia as línguas nativas e por sua vez sofre desta também alguma influência no vocabulário ou léxico. A estudiosa moçambicana, Irene Mendes (2000:35-36), considera pertinente que se considere a existência de um P.M., português de Moçambique, porque esta língua (a portuguesa) devido a vários fatores inovadores desenvolveu *“caraterísticas peculiares, tornando-se, deste modo, diferente das outras variantes da língua portuguesa.”* A autora enfatiza várias alíneas (7) principais que teriam contribuído para tal fenómeno:

1. Participação de Moçambique em África.
2. Mudança política.
3. Aspetos de câmbios socioeconómicos.
4. Modernização tecnológica.
5. A expansão da língua portuguesa nos meios suburbanos, rurais e as migrações do interior para as cidades.
6. Maior importância pelas línguas nacionais.
7. Aspetos culturais de recuperação da tradição.

Dentro destas análises encontramos aspetos já por nós referidos na introdução deste trabalho com a influência “geopolítica” anglófona e diatópica nas línguas (e linguagem) em Moçambique, incluindo a língua portuguesa simultaneamente com as línguas moçambicanas⁴⁷⁶. Dentro de uma perspetiva política *versus linguae*, Moçambique passou por várias etapas adaptando consoante o *momentum* desses períodos de mudanças estruturais. Estas situações poderiam ser ordenadas do seguinte modo:

1. Período não muito anterior à Independência (1972) com um P.E. norma/padrão mais equilibrado nas zonas urbanas e suburbanas das vilas e cidades de Moçambique.
2. Período de Transição (1974/1975) em que se adaptam formas de locução em consonância com as palavras de ordem “revolucionárias”⁴⁷⁷. Esta fase seria indiciadora das transformações que aconteceriam no P.E em Moçambique⁴⁷⁸.
3. Termos “revolucionários” são introduzidos no quotidiano da língua e linguagem em português quase em “delírio” de se demonstrar estar-se “engajado”⁴⁷⁹.
4. Outras formas de variantes do P.E., de Moçambique foram se estruturando com maior especificidade local ou numa intervenção mais diáfásica, distanciando-se da norma padrão do português europeu⁴⁸⁰.

474 1º Tenente Sanches Osório de Miranda (12/1895). Relatório Militar do Comdt. do Posto de Lhanguene. Arquivo Histórico militar de Lisboa apud João Craveirinha (2001:111). Moçambique. Feitiços, Cobras e Lagartos (capítulo XVI: Origens de Nomes Étnicos).

475 Henry Berthoud (1896:171-172) apud João Craveirinha, pág. 112. «Este povo não possui um nome nacional, mas é contudo mais rico em nomes de clãs ou de tribos: são as nações vizinhas que lhe deram a apelação de Tsonga sob a qual devem agora ser conhecidos cientificamente.»

476 Poderíamos considerá-las “nacionais” num contexto de pertencerem à Nação apesar de estarem circunscritas mais às suas regiões.

477 Terminologia de “engajamento”, “camarada”, “comício”, “linha correta”, etc.

478 “O futebol já se organizou para os festejos da Independência, assumindo assim o papel que, agora, podia desenvolver. Por outras palavras: respondeu à chamada.” Suplemento Revista Tempo nº 246 / (15/06/1975: 60).

479 O Poeta José Craveirinha “indisponha-se” com a palavra “engajado”, porque não gostava de “gajos”.

480 (Saara Ocidental) “Processo anda lento, mas seguramente”: Revista Tempo nº 1390 (14/906/1998:37). Maputo.

Todas as situações no sentido evolutivo de um pretense P.M., passam a envolver todos os campos de atividade socioprofissionais (diastatia) em que paulatinamente surgiriam formas socioletais de expressão oral em língua portuguesa ainda que na ortografia se mantenha vinculada ao P.E., padrão, ao contrário do P.B.

1.3. EPÍLOGO. PODE-SE FALAR DE UM P.M?

Concluindo e recapitulando poderíamos classificar as fases de transformações "naturais" do P.E., de Moçambique em 7 períodos (todos relacionados com mudanças políticas de fundo):

1. *Pré independência (1972/74), dividido em duas partes:*

a) *O português falado e escrito no exterior (exílio em países africanos).*

b) *No interior da colónia de Moçambique.*

2. *Transição (a mobilização e o "engajamento").*

3. *Independência (25.06.1975) contra os "reacionários".*

4. *Contra a oposição armada 1976/1992: (os chamados bêas de bandos ou "bandidos"armados).*

5. *Período dos Acordos de Paz de Roma (1991) e dos acantonamentos dos militares da ONU. O termo "acantonado" passou a ser popular para designar estar em compasso de espera.*

6. *Período de implantação do multipartidarismo.*

7. *Atualidade da continuidade do sistema político.*

Dentro dos enunciados apresentados sucintamente a questão subsiste: Pode-se falar de um P.M.⁴⁸¹? Ou será mais a nível do léxico que as transformações são mais visíveis?

No entanto um aspeto parece se salientar: estarmos perante uma evolução mais rápida do previsto da utilização do P. E., sem deixar de ser uma língua portuguesa é todavia notório o avanço para uma "nova" língua portuguesa a exemplo do P.B.⁴⁸², a que se chama de PM., português de Moçambique. O tempo o dirá mas as condições já se encontram presentes e em movimento para uma VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) em África em particular em Moçambique. ■

2. BIBLIOGRAFIA

António Enes (1895). A Guerra de África. Lisboa.

(Pe.) Ant.º Lourenço Farinha (1917: 140). Elementos de Gramática Landina (SHIRONGA). Imprensa Nacional, Lourenço Marques. Moçambique.

Irene Mendes (2000). O Léxico No Português de Moçambique (Aspetos Neológicos e Terminológicos). Promédia, Maputo.

João Craveirinha (2001). Moçambique, Feitiços, Cobras e Lagartos (M.F.C.L). Crónicas romanceadas também sobre etno-história. Texto editores, 2ª Edição (2002). Lisboa.

Dicionário alemão (1966). Langenscheidts Portugiesisch-Deutsch - Berlin und München.

Revista Tempo nº 1390 (14/06/1998).

Severino Goenha *apud* J. Craveirinha (2001: 112). História da Educação em Moçambique: a contribuição da Missão Suíça.

1º Tenente Sanches Osório de Miranda (12/1895) *apud* João Craveirinha (2001: 111). M.F.C.L, 2ª edição. (Relatório Militar do Comdt. do Posto de Lhanguene. Arquivo Histórico Militar de Lisboa).

SÍTIOS

Zol: <http://www.zambezia.co.mz>

<http://www.littlememberstart.org/british-commonwealth-member-states.htm>

<http://en.wikipedia.org/wiki/Mozambique>

481 P.M., que seria a variante moçambicana do P.E. (português europeu).

482 P.B., português do Brasil variante do P.E., fruto de uma idiosincrasia própria.

<http://www.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=59548>

ANEXOS 1/2

Correspondência na Internet

(Em fórum de moçambicanos da nova geração pós-multipartidarismo de 1992 em diante):

"DOIS HERDEIROS DOS BA's" [Res: Res: \[mocambiqueonline\]](#)

[Entrevista de Sebastião Chapepa da Renamo](#) - Enviado por: "Leonel Paulo Ivo" nitoivo@nitoivo; Sáb, 17 de Fev. de 2007 7:13 am: "Caros, Meu ponto de vista é apenas como simples cidadão que sou. O Senhor Sebastião Chapepa não traz nada de novo nessa entrevista. Ele, Sebastião Chapepa tal como Dhlakama, **são dois herdeiros dos BA's.**"

" **DONA DO MARIDO** " *Correio eletrônico direto de Ana Gomes <ana.gomes@> escreveu:* "Esta notícia de Moçambique, até parece uma anedota... Leiam, saiu hoje na Sapo Notícias. Achei graça ao termo " **dona do marido** "... eh eh eh...<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/VzekFQSGVnlzNXCWijwWA.html> (site desativado em agosto 2008)

Resposta de João Craveirinha em 2006: Atenção minha cara:

Dona do marido (no sentido de pessoal, legítimo). Não parece anedota. É mais sério: - é a dinâmica da evolução diatópica da língua portuguesa pelo mundo.

Na análise lexical da língua portuguesa dentro da disciplina da Linguística geral..."dona do marido" pode ser enquadrada como uma forma diatópica do emergente PM (português de Moçambique) ...para se referir cônjuge... (assim como "**dono da mulher para esposa**"...**dono do filho et cetera**) e da mesma forma que existem outras expressões idiomáticas distintas do PB e do PE (português brasileiro e europeu respetivamente)...

A língua portuguesa na sua expansão geográfica adquiriu expressões próprias adaptando léxicos alheios (palavras de outras línguas) à estrutura clássica do padrão do português europeu (Coimbra). Poderá ter também a ver com o ritmo expressivo dos falantes de cada quadrante, **neste caso Moçambique, como um país baNtófono em 1º lugar e só depois lusófono.** Daí a adaptação do português a partir das expressões locais idiomáticas e etnodialetais (diatópicas).

"**Moçambicanos devem promover o conhecimento de domesticar a água no esforço de combate a fome.** Apela Armando Guebuza, nos encontros populares que orientou durante a sua última visita a Província de Sofala, no Centro do País. **Beira (Jornal O Autarca)** – O Presidente da República, Armando Guebuza, defendeu na sua recente visita a Província de Sofala, a importância dos moçambicanos promoverem o conhecimento visando domesticar a água." **Ano VIII – Nº 1598, quarta-feira, 27 de agosto de 2008**

ANEXOS 2/2



Fonte: Devida vénia à Rádio Vaticano (A voz do Papa e da Igreja em diálogo com o mundo)

[home](#) > [Cultura e sociedade](#) > notícia

UNESCO DENUNCIA: SEIS MIL LÍNGUAS AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

17/12/2005 19.46.43

Paris, 17 dez (RV) - Quase seis mil línguas catalogadas em todo o mundo estão ameaçadas de extinção, segundo denúncia da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Dentro de 100 anos poderão reduzir-se a vinte, preveem os estudiosos.

O desaparecimento de todas essas línguas poderia representar uma espécie de fim da "torre de Babel" e, portanto, facilitar a comunicação entre as pessoas? Seria, portanto, um fato positivo? Os especialistas respondem

que não, e seria uma perda irreparável para a humanidade, do ponto de vista histórico, ecológico e sobretudo da autonomia cultural. E até mesmo do progresso científico.

Um exemplo clássico se deu na Austrália. No norte desse país difundiu-se uma epidemia de úlcera de pele, absolutamente refratária aos medicamentos. A única terapia eficaz estava descrita numa língua tradicional, que bem poucos conheciam. Os aborígenes advertiram uma enfermeira e a ajudaram a interpretar a receita e preparar a solução obtida de uma planta medicinal. O antigo medicamento cicatrizou as úlceras e a epidemia passou. Esse exemplo, referido pelo grande linguista Stephen Wurm (1922-2001), da Universidade Nacional Australiana, serve para compreender porque é necessário salvar as tantas línguas do mundo, substituídas, muitas vezes, pelo inglês e por outras línguas que se impuseram graças ao fenómeno da globalização. Se tivéssemos que julgar a utilidade de uma língua pelo número de quantos a falam, 96% das línguas do mundo deveriam morrer: são faladas apenas por 3% dos habitantes do planeta. Ou ainda: 97% da população humana fala 4% das línguas do mundo. As outras não teriam mais razão de existir. Em particular aquelas 600 línguas singularmente tomadas, 10% das quais são conhecidas por menos de 100 pessoas. Mas também as línguas com as quais se comunicam entre si poucas dezenas de pessoas em duas minúsculas ilhas da Polinésia são depositárias de valores que poderão ser úteis. Com frequência volta o tema da "guerra das línguas". E como os ecologistas não aceitam a destruição da diversidade biológica, os linguistas se opõem à extinção da diversidade dos idiomas. Eles esperam obter melhores resultados que os biólogos e botânicos: as espécies mortas não podem ser ressuscitadas ou reanimadas, mas as línguas sim. Algumas delas voltaram a viver depois de séculos. O caso mais famoso é o da língua hebraica, que se tornou a língua viva da Palestina no final do século XVIII, graças a Eliezer Ben Yehuda (1858-1922) e hoje falada em Israel.

Em tempos mais recentes, no Reino Unido, foi retomada a língua da Cornualha: em 1777 morreria o último inglês que falava a língua; hoje, mais de duas mil pessoas a falam, e os pais a ensinam aos filhos. Mesmo quando a morte de uma língua está decretada, vale a pena tentar reanimá-la: a língua rama, na Nicarágua, por exemplo, acabou morrendo, mas os jovens conhecem muitas palavras, eles sabem que era uma verdadeira língua. Em geral, na América Latina, as crianças que aprendem a língua materna (nativa) estão, depois, em condições de aprender mais facilmente o espanhol. A transmissão de pai para filho é, segundo alguns linguistas, a verdadeira prova da vitalidade de um idioma. Há boas razões para salvar uma língua mesmo quando apenas um indivíduo a sabe falar. Como as espécies vegetais e animais, também as línguas nascem, crescem (isto é, se difundem), definham e morrem. As razões históricas são tantas. Quase sempre o fator determinante é a violência exercida sobre minorias linguísticas, para privá-las da sua identidade e integrá-las mais facilmente.

No século XVIII, nos Estados Unidos e Austrália, as crianças que falavam uma língua nativa eram punidas. O mesmo aconteceu no País de Gales e na Irlanda, onde eram esmagadas as línguas célticas.

Há línguas históricas, mortas há milhares de anos, que nunca mais se conseguiu interpretar. É o caso do etrusco, eliminado pelos romanos, que invadiram a península com o latim. As populações do leste da África acabaram abandonando as línguas tribais e adotando o suaíli, para conseguir o desenvolvimento e se inserir num mundo mais amplo. Os países europeus estão cada vez mais preocupados por suas línguas: o inglês acabou se impondo como idioma comum no Velho Continente. O inglês vai aparecendo como segunda língua falada no mundo, depois do chinês, evidentemente. Mas o que acontecerá dentro de algumas décadas, quando os "Tigres asiáticos" se tornarem mais agressivos e mais temidos? Limitando-nos às relações demográficas, o atlas mundial coloca o inglês depois do chinês, o hindu-urdo em terceiro, e o árabe para disputar o quarto lugar com o espanhol. (MZ)

Fonte: <http://www.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=59548>

66) ELIS DE ALMEIDA CARDOSO

Elis de Almeida Cardoso é mestre e doutora em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde atua como professora na área de Filologia e Língua Portuguesa (graduação e

pós-graduação). Ministra na graduação as disciplinas *Introdução ao Estudo de Língua Portuguesa* (variações linguísticas, ensino da língua e história da língua) e *Morfologia do português* (estrutura e formação de palavras) e, na pós-graduação, a disciplina *A criação lexical no texto literário*. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Morfologia, Lexicologia e Estilística. É autora de vários artigos científicos, que exploram, sobretudo, a formação neológica e os aspetos expressivos da criatividade lexical, e do capítulo do livro *A língua que falamos* (São Paulo, Globo, 2005) intitulado *A formação histórica do léxico da Língua Portuguesa*. É uma das organizadoras do livro *Modelos de Análise Linguística* (São Paulo, Contexto, no prelo). Orienta em nível de mestrado e doutorado e coordena o projeto de pesquisa *Criação lexical estilística*, desenvolvido na USP com a participação de mestrandos e doutorandos. Integra a comissão coordenadora do programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Atualmente prepara seu estágio pós-doutoral, que será realizado na Universidade de Lisboa, com início no 2º semestre de 2008.

O LÉXICO DA PERIFERIA: UMA ANÁLISE DE UM DOS DIALETOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, ELIS DE ALMEIDA CARDOSO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BRASIL)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal mostrar quais os processos de formação neológica que aparecem em “Dialeto local” - dicionário divulgado em uma página da internet (www.capao.com.br), que registra o léxico de um bairro periférico da cidade de São Paulo (Capão Redondo) e é alimentado com base na sugestão de moradores do bairro e de internautas em geral. O portal, criado em 2000, surgiu com o objetivo de mostrar que no bairro do Capão Redondo não existe só criminalidade, mas também uma cultura e um dialeto próprios. A linguagem da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, apresenta características próprias principalmente no que diz respeito ao léxico. Por serem áreas onde impera a violência e o tráfico de drogas, muitas dessas novas palavras que integram o léxico da periferia associam-se justamente a esses universos. Carregados de ideologia, os neologismos surgem com o objetivo de marcar território e de delimitar grupos sociais. O bairro do Capão Redondo, situado na zona sul da capital paulista, tem 203 mil moradores, divididos em 99 quilômetros quadrados e 584 favelas. 9% dos chefes de família não possuem nenhum rendimento e é registrado um homicídio a cada dois dias. Com base nos estudos da criatividade lexical, de Louis Guilbert, pretende-se analisar os processos de formação do léxico utilizado por um determinado grupo da sociedade brasileira. Por meio das escolhas e formações lexicais, objetiva-se verificar, com base na estilística e na sociolinguística variacionista, a visão de mundo e a ideologia de uma das muitas comunidades lusófonas.

O que acontece na comunidade do Capão Redondo, bairro situado na região sul de São Paulo, uma das mais violentas, também ocorre em outras regiões periféricas. Por meio de um léxico próprio, preservado pelo uso, cria-se uma espécie de convenção, e a obediência a essa norma própria acaba por condicionar os indivíduos – jovens, sobretudo -, que já apresentam comportamentos semelhantes, a manifestarem linguisticamente seu pensamento de forma muito parecida. O objetivo principal do “Dialeto local” é, portanto, mostrar que na periferia das grandes cidades brasileiras existe uma comunidade que eleger determinados hábitos linguísticos para expressar seu modo de viver. Aqui se pretende analisar de que maneira a criação do léxico especial, formado principalmente por gírias, atende às necessidades desse grupo social tais como autoafirmação, desejo de originalidade e de se fazer entender apenas por indivíduos do grupo.

As escolhas lexicais: reflexo de visões de mundo

“A língua é uma instituição social de adoção obrigatória a todo indivíduo pertencente a uma mesma comunidade para se fazer entender” (Claret, 1979:32).

Desde que nascemos, diz Preti (1977:1), “um mundo de signos linguísticos nos cerca e suas inúmeras possibilidades comunicativas começam a tornar-se reais a partir do momento em que, pela imitação e associação, começamos a formular nossas mensagens”. Em nossa trajetória comunicativa, é comum nos depararmos com

itens lexicais que não fazem parte do nosso repertório linguístico. Do enorme conjunto lexical, dominamos apenas uma parte. O rol das palavras que compõem o vocabulário de cada indivíduo está diretamente associado à sua experiência acumulada e às práticas sociais e culturais adquiridas. Delimitam, portanto, as escolhas lexicais o momento histórico, o lugar, a idade, o sexo, a profissão, o grau de instrução, o status socioeconômico e muitos outros fatores. Com o passar do tempo, o léxico vai sofrendo alterações e é muito comum que palavras usadas em um determinado momento sejam esquecidas ou ganhem nova significação. Pode-se tomar como exemplos *almocafre* - espécie de enxada; *infido* - infiel; *furriel* - militar de baixa categoria; *broslar* - bordar, ornar, etc. Escolhas como essas lembram, sem dúvida, tempos passados.

Os regionalismos, palavras que evocam regiões específicas, podem simplesmente passar despercebidos, mas, caso o ouvinte-leitor não seja da região, ao se deparar com a palavra não habitual, poderá não compreendê-la. Da obra de Graciliano Ramos, autor que privilegia vocábulos nordestinos, citam-se: *tangerinos* (tocadores de gado), *cassaco* (trabalhador de estrada ou de engenho), *copiar* ou *copiá* (do tupi *copiara*, varanda da casa), *caritó* (pequena prateleira escavada na parede), *quengo* (cabeça), *emboança* (lorota), *zuruó* (atarantado, aturdido), *gastura* (mal-estar, aflição), *cadência* (jeito, inteligência), *sarapatel* (barulho, confusão), etc.

É claro que por conta dos fatos históricos, culturais e também pela distância, o português brasileiro distancia-se do português europeu. Em relação ao léxico, percebe-se, por exemplo, que o *comboio* em Portugal é o *trem* no Brasil, o *autocarro* em Lisboa é *ônibus* em São Paulo; *bonde* (Brasil) corresponde a *elétrico* (Portugal); a *aeromoça* brasileira é a *hospedeira* portuguesa.

Classes sociais e grupos etários também são marcados pelas escolhas de diferentes itens léxicos. Martins (1997:88) lembra que dentre essas linguagens especiais, “é a gíria a que oferece maiores possibilidades expressivas, traços afetivos mais intensos”. Para Preti, na linguagem cotidiana espontânea, “a gíria constitui um recurso simples para aproximar os interlocutores, quebrar a formalidade, forçar uma interação mais próxima dos interesses das pessoas que dialogam” (2004:65).

Já a gíria de grupo é, muitas vezes, usada por falantes que desejam comunicar-se com seus interlocutores sem serem compreendidos por outros. “Preservada, portanto, a significação dos vocábulos, a gíria torna-se uma linguagem secreta, somente compreensível aos iniciados”, lembra o autor (2004:67). Tanto pode ser uma forma de defesa da população marginal, como uma manifestação de agressividade da juventude, um reflexo do conflito das gerações. O vocabulário inicialmente restrito a um grupo pode, entretanto, generalizar-se, passando então a fazer parte do dialeto social popular. Por conta da frequência de uso, as gírias se desgastam muito facilmente e tendem, mais rapidamente do que outras palavras, ao esquecimento. É justamente por causa da renovação que ocorre com as gírias que se nota que elas marcam épocas. Pode-se falar em gírias dos anos 50, 60, 70, etc.

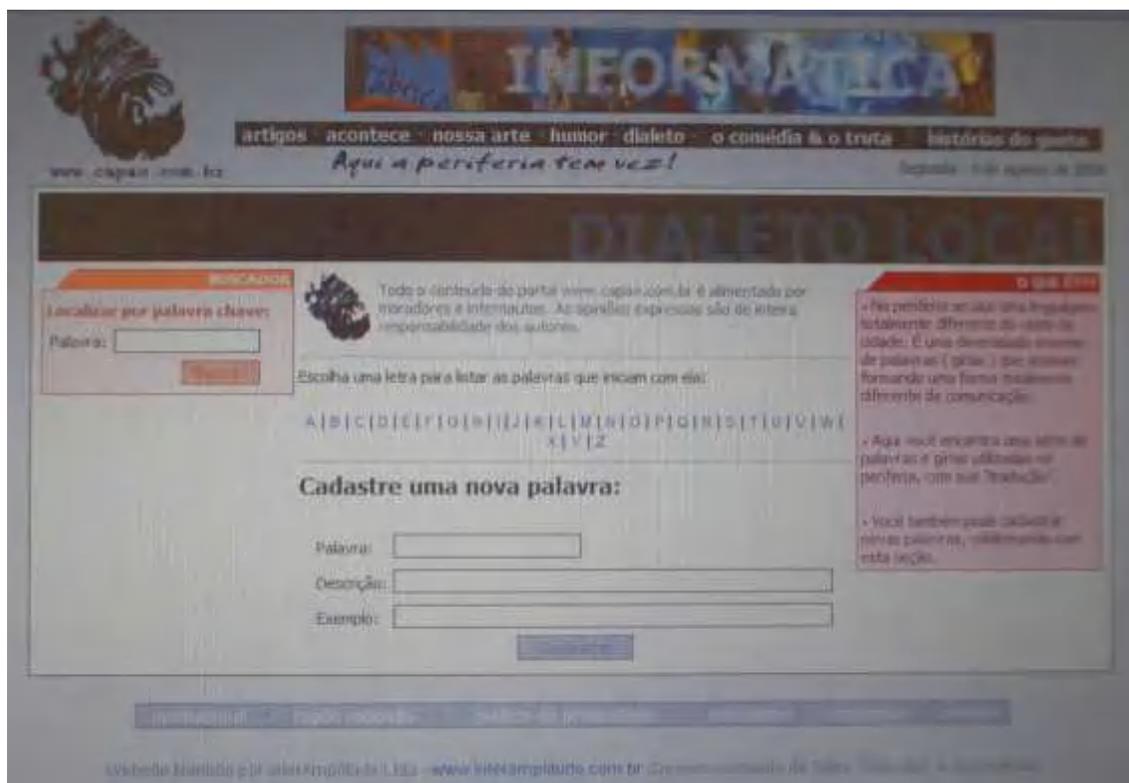
Percebemos, dessa forma, que as escolhas lexicais podem revelar não só o meio em que o indivíduo está inserido, mas também seus valores ideológicos e suas visões de mundo. A linguagem da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, apresenta características próprias principalmente no que diz respeito ao léxico. Por serem áreas onde impera a violência e o tráfico de drogas, muitas dessas novas palavras que integram o léxico da periferia associam-se justamente a esses universos. Carregados de ideologia, os neologismos surgem com o objetivo de marcar território e de delimitar grupos sociais.

3. SOBRE O “DIALETO LOCAL”

O portal www.capao.com.br teve início em 27 de março de 2000 e surgiu pela necessidade dos irmãos Leonardo Lopes e Allan Lopes, que nasceram e cresceram no bairro, de mostrar o lado bom do Capão Redondo que poucos conhecem. Esse bairro, situado na zona sul da capital paulista, tem 203 mil moradores, divididos em 99

quilômetros quadrados e 584 favelas. 9% dos chefes de família não possuem nenhum rendimento e é registrado um homicídio a cada dois dias.

O objetivo dos idealizadores era oferecer informações a respeito do bairro, mostrando principalmente que no Capão Redondo não existe só criminalidade, mas que há “muita coisa boa, uma cultura diferente, uma forma totalmente original de encarar a vida”. Com o passar do tempo o site passou a oferecer também informações sobre comércios e serviços de utilidade pública, além de sugestões de atividades culturais. Como a receptividade foi muito favorável, o portal passou a oferecer aos internautas a possibilidade de interação, enviando artigos, inserindo notícias, informando sobre atividades artísticas, etc. Pensando em mostrar que na periferia é utilizada uma linguagem própria, um dos *links* do site direciona o internauta ao “Dialeto local”, um dicionário que apresenta o léxico da periferia elaborado com a colaboração dos moradores do bairro e usuários do site.



Até o presente momento o “Dialeto local” é constituído por 801 verbetes, organizados em ordem alfabética. Em cada verbete é apresentado o significado e a seguir a abonação, como mostra o exemplo:

■ **ALEMÃO** - Inimigo. Policial que invade a quebrada = *ai mano sujo os alemão tão na área*

Como os verbetes são elaborados por internautas, muitas vezes encontram-se marcas gráficas próprias da linguagem da internet e da oralidade. Não há cuidado com a ortografia, nem com a organização do verbete. Há também alguns verbetes repetidos.

Todos eles retratam a realidade da periferia: a criminalidade, o uso de drogas, o sexo, as relações sociais entre os habitantes.

Por exemplo, só para se referir à maconha, foram encontrados dezenove verbetes: chiclete, erva, bag, baga, bamba, bang, bauro, béck, berlô, bom-bom, catronca, coentro, fino, inquilino, kaya, kelly, paranga, perna-de-grilo, vera.

O “Dialeto local” é, sem dúvida, um dicionário que tenta mostrar as gírias e expressões desse grupo social, formado por jovens, moradores da periferia. Seu objetivo principal é divulgar esse código, a princípio secreto,

para todos aqueles que se interessam por conhecer, por meio do léxico formado, sobretudo, por vocábulos gírios, os elementos que identificam essa comunidade.

Para Preti (1984:8), a gíria será sempre um elemento diferenciador e catártico a que alguns grupos jamais renunciariam. Caso contrário, perderiam uma das formas mais eficientes de marcarem sua presença na sociedade.

Estudar o léxico de um grupo significa adentrar nele e conhecer mais de perto suas estruturas sociais.

4. ANÁLISE DO CORPUS

O objetivo desta análise é verificar quais são os principais processos neológicos que se apresentam na formação das palavras que compõem o “Dialeto local”.

Segundo Guilbert (1975), um neologismo não existe realmente se não for aceito e utilizado pelo menos por um certo número de interlocutores. O neologismo virtual se torna efetivo em um ato de fala. Sua frequência pode ir crescendo ao longo do tempo, dependendo de sua aceitabilidade, e ele pode chegar a integrar a norma, passando por um processo de desneologização.

Para o autor, os neologismos podem ser formados pelos seguintes processos:

1. *O neologismo pode decorrer da criação de um novo signo; será uma criação ex-nihilo que não recorre a lexemas ou gramemas já existentes no código;*
2. *O neologismo pode decorrer de uma alteração no significado, conservando-se o mesmo significante. Esse mecanismo gera a polissemia e a homonímia;*
3. *O neologismo pode decorrer da importação de um termo que pertença a outro sistema linguístico;*
4. *O neologismo pode resultar de uma transformação sintagmática em que não há mudanças e sim combinações inéditas de morfemas no plano do significante, com a conseqüente alteração no plano do significado.*

Há, então, quatro formas de neologia: a neologia fonológica, a neologia semântica, a neologia de empréstimo ou alo gênica e a neologia sintagmática.

Como as gírias são mais utilizadas na linguagem falada, é comum que muitas delas sejam resultados de alterações fonéticas, onomatopeias e abreviações. Mas são as alterações semânticas responsáveis pela grande maioria das formações.

4.1 NEOLOGISMOS FONOLÓGICOS

A neologia fonológica consiste na combinação inédita de unidades mínimas (fonemas). Pode ocorrer ou por uma sequência inédita de fonemas que imitam sons - onomatopeia -, ou por uma combinação arbitrária e inédita na língua - *ex nihilo*. Segundo Alves (1990:11), esse tipo de neologia é "extremamente raro em todas as línguas".

São poucos os neologismos fonológicos encontrados no “Dialeto local”. Pode-se dizer que muitos deles imitam sons e assemelham-se a onomatopeias, sendo utilizados, sobretudo, para substituir um vocábulo. **Pam**, por exemplo, pode significar bonito – *Comprei um tênis pam*. Além disso, a onomatopeia pode ser utilizada como afirmação de que algo acontecerá: *Aí eu chego e pam!* Já uma pessoa que gosta de aparecer é toda **pam**: *Ele chegou todo pam!*

Barará e **biriri** podem ter qualquer significado: Cadê o **barará**? Pegue o **biriri**.

Bibibi ou **iriri** têm o mesmo significado que *tititi* (*mexerico, conversinha*).

Zóio, cujo significado é *moleque tonto, otário*, provém da união entre o artigo *os* e o substantivo *olho*. **Véi**, cujo significado é *amigo, mano* ou *truta*, é a forma como o vocábulo *velho* é pronunciado. **Bóbis** é uma outra forma de pronúncia de *bobo* e acaba sendo utilizado na expressão *ficar de bóbis* (*vacilar*). Assim como **lóki** (cujo significado passa a ser também *otário*), acaba sendo uma variante para *louco*. A interjeição **puts**, usada quando se erra, ou se lamenta alguma coisa é uma corruptela de *puta*. **Tinóquio** (indivíduo mentiroso, falastrão) provém de *Pinóquio* (personagem infantil).

A motivação fônica acaba resultando em vocábulos como **bazé**. Dicionarizado como *tabaco de má qualidade*, passa a significar indivíduo idiota, que fala coisas sem sentido. De origem obscura é provável que se trate de uma corruptela de *banzé*, cujo significado é confusão.

Outros exemplos:

BITA	mesmo que seca, não conseguir ficar com mina nenhuma.	véi ce ta na BITA hein! xavecando até aquela pé de barro.
BIRICUTICO	so tenho um pouco de cocaína /maconha	ai vei so sobro um biricutico
BOCOIÓ	Aquele cara vacilão, maneirão	lh mano, vai vendo...ele mó bocoió.não sabe de nada...
CORROIÓ	Palavra chula pra ânus	
PÓCA	bater punheta	
TRILILI	bem loco de cachaça, maconha e o que vier	E ae mano, fui pra quebrada ontem e fiquei trilili
UÓ	coisa brega, ridícula, ultrapassada, etc.	O cabelo da silania é uó
TCHARLADO	Bem loco, locão	ai mano se ta tcharlado hein???
TCHOPA	o mesmo que bicha!	Olha so mano aquele cara e mo"tchopa"!
TCHUSKA	sai fora/to fora	(pessoa a):olha akela mina... mó horrorosa (pessoa b):tchuska
TIFRUCIO	doença	gripe, resfiado...
TILANGA	mina interesseira, mais bonita, saí com você pensando no seu cifrões e na marca do teu carro	Sabe aquela tilanga da faculdade, me deu maior prejuízo ontem
TOBÓ	uma pessoa idiota bobona	aquela mina é mó tobó

As inversões silábicas também são utilizadas na linguagem da periferia para se estabelecer uma espécie de código: **chabi** é *bicha (homossexual masculino)*. Daí a formação de **chabilândia** (local em que há muitos homossexuais – *viados*). **Zabri** é *brisa* (estado em que fica o indivíduo após consumir maconha).

4.2 NEOLOGISMOS SEMÂNTICOS

Por oposição à neologia fonológica, a neologia semântica pode ser definida pelo aparecimento de uma nova significação a um mesmo segmento fonológico. Esse tipo de neologia ocorre quando se verifica uma transformação no conjunto de semas da unidade lexical, ou seja, no plano do conteúdo. Figuras de linguagem como a metáfora e a metonímia são, em alguns casos, responsáveis por essa nova unidade lexical formada. A conversão, isto é, a mudança de categoria gramatical de um vocábulo dá origem a uma classe particular de neologismos semânticos.

Os neologismos semânticos são muito numerosos e extremamente criativos. Para apresentá-los iniciamos pelos metafóricos.

A comparação entre seres humanos e animais sempre foi comum. Utilizar as chamadas metáforas zoomórficas na referência a pessoas é uma prática da vida cotidiana. Essas metáforas, muitas vezes, são bastante positivas. Características presentes nos animais como a beleza, a força ou a sagacidade acabam sendo transferidas para os humanos. Um homem muito atraente é um **gato**, já um muito forte e fioso é um **touro**. Mas é na expressão da pejoratividade que os nomes dos animais acabam por ser utilizados, com muita frequência, referindo-se a características físicas e psicológicas dos humanos. Nas construções do tipo HUMANO é ANIMAL costuma-se encontrar um prato cheio para as ofensas: Aquela mulher é uma **galinha!** Este homem é um **cavalo!**

Do *corpus* retiramos os seguintes exemplos: **cabritão** é o safado; **camarão**, o idiota; **ganso** é o intrometido; **gralha (graia)** é o que vacila; **lagartixa** é o indivíduo que dança rebolando; **lagarto** é o que se aproveita dos outros; **marruá** é a mulher com quadril grande; **sapão** é o pilantra; **rato** ou **verme**, o policial. **mula** é o indivíduo que leva droga no corpo; **truta**, nome de um peixe, passa a ser o amigo, camarada, irmão e **bactéria** é simplesmente mulher. Os nomes de animais substituem outros objetos: **camelo** ou **marreca** é bicicleta; **coruja** é cueca; **pitbull** é a viatura da polícia. Também aparecem em expressões: **dar um boi** significa dar chance e **estar de bode** é estar cansado.

As frutas também aparecem com outro significado: **laranja** é o que assume uma bronca por outro, **mexerica (mixirica)** é o “mano firmeza” e **moranguinho**, o homossexual masculino. Outros alimentos também ganham novos significados: **farinha** é cocaína, **linguiça** é o tonto, **pipoca** o que fica com a mulher do outro e **açúcar**, o covarde; **vinagre** significa *lixo* e é usado na expressão *ir para o vinagre*.

Certos objetos passam a ter outros significados. Dentre os meios de transporte, **barca** é designação para a viatura da polícia, **bonde** passa a ser sinônimo de ônibus e **aviãozinho** é o leva-e-traz.

Objetos do desejo recebem outras designações para se reforçar o código: relógio de pulso é chamado de **bobó** ou **cuco**, colar de prata é **corda**, tênis é **quadra**, óculos escuros, **lupa**.

Verbos metafóricos são muito comuns no “Dicionário local”. O verbo **aguentar** ou **guentar** é utilizado como sinônimo de *roubar*. Com o significado de *matar*, encontramos **apagar, jantar, fritar, queimar, zerar**. **Levantar** e **sapecar** passam a significar *atirar em alguém*. No universo das drogas, **apertar** e **cochar** têm o sentido de *enrolar um cigarro de maconha*. **Carburar** e **fumaçar** significam consumir a droga.

No “Dicionário local”, **filmar** é *observar*, **bombar** é *encher de gente*, **trombar** é *encontrar alguém* e **vazar** é *ir embora*.

Dentre as metonímias encontradas, chamamos a atenção para as marcas usadas não só pelo produto, mas também por extensão de significado do produto. **Bosch** é o nome de uma marca de furadeiras e outros equipamentos.

No “Dicionário local”, **bosch** é o nome dado à menina furadeira, menina promíscua.

BOSCH	mina metelona, furadeira	Essa mina é maior bosch
-------	--------------------------	-------------------------

A marca **Bombril** (esponja de aço) se fez conhecer com o slogan “mil e uma utilidades”. **Bombril** na expressão *gíria* é o indivíduo que faz de tudo.

Gardenal é o nome de um medicamento utilizado sobretudo como anticonvulsivo. No léxico da periferia, **gardenal** é o indivíduo *louco, lerdo, doidão*.

Nomes próprios de pessoas ou entidades conhecidas também ganham novos significados.

A dinastia de *Bourbon* na França dá nome a um tipo de uísque (*Bourbon*). No “Dicionário local”, **burbom** (essa é a grafia) qualifica uma pessoa boa, amiga.

BURBOM	um cara muito sangue bom	ta venu akele cara ali ele eh mo burbom
--------	--------------------------	---

O tenor Pavarotti, os psicanalistas Freud e Pinel e até mesmo Buda têm seus nomes transformados em substantivos comuns, que ganham novos significados:

PAVAROTTI	Pessoa que só fala, tipo tratante, só agita...	E awe mano, vc é mó pavarotti...falou q ia com os mano..
FROIDH	Pessoa problemática, complicada	

PINEU	tu ta loko não tem noção	você é um pineu ai sem noção
BUDA	mó pela saco mó xato	puts aqle kara é mó buda

Outros nomes próprios também são utilizados como substantivos comuns:

Personalidades da mídia brasileira como o apresentador Sílvio Santos e a cantora Gretchen são lembrados:

SILVIO SANTOS	Pessoa que só vive dando risadas	Aquele cara e o maior Sílvio Santos
GRETCHEN	indivíduo afeminado, bichona	fulano é pura gretchen

Dentre outros nomes próprios que são usados como comuns e ganham novos significados citamos os seguintes: **lucas** é uma pessoa gaga; **malachias**, uma pessoa chata (*mala*); **marcolino** é o indivíduo *vacilão*; **jão** ou **jhon** (João) é uma forma de se chamar a um amigo; vartão (Valter) é o indivíduo que estuda demais, *nerd*; **kelly** e **vera** são sinônimos de maconha; **marica** é uma espécie de piteira utilizada para fumar maconha e **marusca** é uma mulher bonita, vistosa.

4.3 NEOLOGISMOS ALOGENÉTICOS

A neologia por empréstimo ou alogenética, isto é, a introdução de um termo estrangeiro em um sistema linguístico, não é, segundo Guilbert (1975:100), um ato de criação linguística. A neologia por empréstimo consiste apenas na adoção de determinado signo. Trata-se de um transplante de um termo criado em outro sistema linguístico, de acordo com suas regras fonéticas, sintáticas e semânticas. Os empréstimos podem ser *denotativos* ou *conotativos*. Os denotativos são as designações de produtos criados no país estrangeiro. Provêm, frequentemente, da língua do país responsável pela dominação econômica e científica. Os empréstimos conotativos resultam de uma adaptação à concepção da sociedade e ao modo de vida. Penetram por intermédio de filmes, da imprensa, da literatura e por contatos turísticos. São considerados o produto de um mimetismo que se desenvolve em razão do prestígio exercido por um tipo de sociedade - a sociedade de consumo dominada principalmente pelo poder do dinheiro e pela moda. Na periferia também há a valorização, principalmente do produto importado.

Do inglês americano, encontramos **but** (boot = bota) que substitui *tênis*. Cumpre notar que **but** é um tênis de marca, moderno e alvo do desejo. A forma **dread**, cujo significado no "Dicionário local" é *cabelo com tranças*, é uma importação do inglês. O cabelo **dread** é muito usado pelos cantores de *reggae* provenientes principalmente da Jamaica. O costume chegou ao Brasil e o nome foi mantido. Dentre outros anglicismos, **roots** substitui *raiz* e **dropar** (*to drop* = derrubar) significa *vencer, enfrentar*. A forma composta **white hands** (*mãos brancas*) refere-se no léxico da periferia aos playboys que se acham melhores do que os outros por dirigirem carro importado e se apresentarem com boas roupas e uma loira do lado. Já a forma **black hands** (*mãos pretas*) é utilizada como um elogio na referência aos amigos, parceiros, irmãos.

4.4 NEOLOGISMOS SINTAGMÁTICOS

O princípio da neologia sintagmática reside basicamente, na formação de novas unidades lexicais por composição e por derivação - dois processos de formação de palavras em que uma determinada língua utiliza seus próprios morfemas.

No *corpus* encontramos derivação sufixal, derivação regressiva, composição por justaposição, além das formações por siglas e das abreviações.

4.4.1. • DERIVAÇÃO SUFIXAL

Dentre os principais sufixos responsáveis pelas formações neológicas encontradas no "Dicionário local", destaca-se o sufixo *-ado*, além dos sufixos de grau *-ão* e *-inho*.

O sufixo –ado aparece nas seguintes formações: **bolado** (*chateado*), **chegado** (*amigo*), **maquinado** (*armado*), **grilado** (*preocupado, nervoso*), **noiado** (*maluco*).

Os sufixos –ão e –inho aparecem nos seguintes casos: **miolão** (bairros chiques próximos ao centro), **oitão** (revólver 38), **opalão** (carro), **vacilão** (medroso), **botinho** (cigarro), **carinha** (um pouco), **mãozinha** (ladrão), **meiguinho** (homossexual).

4.4.2. • DERIVAÇÃO REGRESSIVA

Dentre os deverbais regressivos encontrados no *corpus*, citamos: **aplique** (mentira), **arrebenta** (briga, discussão), **arrego** (dinheiro dado à polícia), **corre** (correria, agitação).

4.4.3 • COMPOSIÇÃO

São muitas as lexias compostas encontradas no “Dicionário local”. Dentre as composições, destacam-se as formadas por substantivo + preposição + substantivo, substantivo + adjetivo e verbo + substantivo:

Substantivo + Preposição + Substantivo: **asa-de-frango** (cocaína), **bico-de-luz** (pessoa que presta atenção na conversa alheia), **cabeça-de-poeta** (indivíduo que consome drogas e fala muito), **cidade-de-madeira** (favela), **modelo-de-favela** (menina da periferia), **dedo-de-gesso** (dedo-duro), **pé-de-bota** (policia), **pé-de-breque** (indivíduo que fala muito e não faz nada), **pé-de-pato** (indivíduo que faz justiça com as próprias mãos), **pé-de-urso** (indivíduo abordado pela polícia constantemente), **perna-de-grilo** (cigarro de maconha).

Substantivo + Adjetivo: **canela-seca** (revólver calibre 38), **cachorro-louco** (motoboy), **bolo-doido** (correria), **chapéu-atolado** (indivíduo medroso), **clínico-geral** (ladrão que faz de tudo), **mão-branca** (agente de segurança), **nega-véia** (mulher promíscua), **pipoca-murcha** (pessoa sem estilo, sem humildade), **tanga-atolada** (indivíduo que atrasa o outro), **tanga-frouxa** (indivíduo que “pula fora do esquema”), **tanga-melada** (indivíduo medroso, covarde).

Verbo + Substantivo: **caga-massa** (vidraceiro), **chupa-sangue** (indivíduo sem dinheiro que não paga nada para ninguém), **cola-brinco** (tapão na orelha), **paga-pau** (pessoa invejosa), **péla-saco** (indivíduo vacilão), **rala-peito** (hora de ir embora), **rouba-brisa** (indivíduo que anda pela rua louco de droga).

4.4.4. • SIGLA

Do ponto de vista da criatividade lexical, o que importa é perceber, lembra Guilbert (1975), que a sigla representa uma forma linguística de transição entre o enunciado sintagmático e a contração da palavra. Essa redução do sintagma ocorre para que o processo da comunicação se torne mais simples e eficaz.

Para que haja realmente a economia no ato da comunicação, a sigla deve ser compreendida pelos receptores. Pode funcionar como uma espécie de código. Para isso, diz Alves (1990:57), “o neologismo formado por sigla, ao ser empregado pela primeira vez, apresenta-se frequentemente explicado por meio de todo o sintagma ou de sua definição”. Cumpre notar que algumas siglas popularizam-se a tal ponto que o significado da sequência que lhes deu origem passa a ser completamente desconhecido. Muitas delas podem, inclusive, mudar de significado. É o caso de **BO** (*boletim de ocorrência registrado em distritos policiais*) que no léxico da periferia passa a significar *confusão* ou *treta*.

Seguem alguns exemplos:

FPS	Família pé na saca, essa família é a família dos manos vacilão	aí mano vão zarpar tá chegando os FPS..... mina jú..
ML	Muitcho LOUCA, ou melhor MAIKALOUCA	essa mina é firmeza, 100 comentários, vários piercing, tatoo e tererê, show de bola, com olhos coloridos e tudo <i>Tipo</i>

		<i>assim ôÔÔô, dahura !!!!</i>
PCO	Cara que só faz o basicão... PCO: Pão com Ovo	Tipo o carinha lá é nadavê... mó PCO
UDS	Sigla dos manos da sul que quer dizer União dos Sujos, união da qual tem como objetivo beber e catar as nega veia	É A UDS MANÉ

4.4.5. • ABREVIACÃO

Processo distinto da derivação regressiva, a abreviação vocabular ou truncação consiste no emprego de uma parte da palavra pelo todo. *Su*, por *sucesso*, *expô*, por *exposição*, *cerva*, por *cerveja* ou *níver* por *aniversário* são alguns exemplos que podem ser encontrados, tanto na linguagem oral, quanto na escrita. No “Dialeto local”, verifica-se a ocorrência de várias abreviações que reforçam o caráter de oralidade. Da mesma forma que as siglas, as abreviações também são responsáveis pelo estabelecimento de um código. No *corpus* encontram-se algumas abreviações comuns como **bus**, **busão**, **busu** (ônibus), **mina** (*menina*).

Retirando-se o sufixo ou terminação, **maloka** é maloqueiro (ladrão), **motoka** é motoqueiro (motoboy), **firma** é firmeza (cumprimento), **futri** é futriqueiro, **colê** é coleguismo, **into** é intuição, **raja** é rajador (indivíduo que picha muros, pichador), **bag**, por sua vez, é abreviação de bagulho, sinônimo de maconha. **Vagal** é vagabundo e **brow**, usado como vocativo, abreviação de *brother*.

Bura é abreviação de camburão e refere-se à viatura de polícia. **Safra**, de salafrário, é o indivíduo safado. **Nóia**, de *paranoia*, é o indivíduo dependente de drogas, também chamado de **noinha**.

A união de expressões de baixo calão como *filho da puta* e *se foder*, resultam respectivamente em **fela** e **sifu**.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos exemplos apresentados na análise percebe-se que o léxico da periferia constitui-se por um conjunto de vocábulos ligados à vida e à cultura de um grupo social. Sua função como uma linguagem fechada ultrapassa o limite da comunicação, atingindo o objetivo de defesa e preservação de uma classe social. É evidente, entretanto, que esse vocabulário, restrito em um primeiro momento, irradia-se pelos veículos de comunicação, sendo a mídia responsável pela transformação da gíria de grupo em gíria comum. Mesmo assim, diz Preti (1984:67), “a gíria comum, com seus contornos vagos, ainda guarda muita afinidade com a alma popular, servindo para traduzir as condições de vida impostas pela sociedade ao homem do povo”.

Em qualquer época os neologismos gírios representam uma visão de mundo, sob a perspectiva das classes oprimidas. Por meio do léxico da periferia, pode-se observar a miséria, a insegurança, a revolta, a humilhação, o medo, o conflito de classes, a opressão, o desprezo pelas classes opressoras, o mundo das drogas. A vida da maioria desses neologismos é curta, uma vez que a cada momento novas palavras são formadas por tratar-se de um léxico em constante renovação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, I. M. (1990) *Neologismo - Criação Lexical*, São Paulo: Ática.
- Claret, J. (1979) *A Ideia e a Forma – Problemática e Dinâmica da Linguagem*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Guilbert, L. (1975) *La Créativité Lexicale*, Paris : Larousse.
- Martins, N.S. (1997) *Introdução à Estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Preti, D. (1977) *Sociolinguística: Os Níveis da Fala*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Preti, D. (1984) *A Gíria e Outros Temas*, São Paulo: T.A. Queiroz.
- Preti, D. (2004) *Estudos de Língua Oral e Escrita*, Rio de Janeiro: Lucerna.

67) HELENA LIMA AFONSO

Nos anos 60, na freguesia da Conceição, concelho de S.Tomé (S. Tomé e Príncipe), nasceu Helena Afonso. Realizou os seus estudos primários assim como a 5.ª classe em Angola, país a que chegara aos quatro anos de idade. Com a Revolução de abril (1974) regressa ao seu país natal, prosseguindo aí os seus estudos. Participou, ainda em S.Tomé, num curso acelerado de professores. Foi docente na Escola Preparatória Patrice Lumumba (S.Tomé), onde lecionou a disciplina de Língua Portuguesa. Em 1981 desloca-se a Lisboa para prossecução de estudos. Ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde obtém a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas -variante de Estudos Portugueses. Dada a situação de instabilidade que se tem vivido no país em termos laborais, o exercício da docência não se tem efetivado de forma contínua.

Frequenta, presentemente, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa (Área de Especialização – Metodologia do Ensino do Português Língua Segunda/Língua Estrangeira). Sensibilizada com a problemática das línguas africanas e portuguesa, tem participado (embora essencialmente como ouvinte) em palestras ligadas a esta problemática.

A LÍNGUA PORTUGUESA E OS FENÓMENOS DE INTERFERÊNCIAS LINGUÍSTICAS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE, HELENA LIMA AFONSO, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA [PORTUGAL]

Ao iniciar a presente exposição, gostaríamos, antes de mais, de manifestar o nosso apreço por poder apresentar os nossos pontos de vista sobre uma questão que muito nos interessa e preocupa.

Em busca de linhas de orientação para a abordagem de tema tão vasto e abrangente como o que subjaz à realização deste Colóquio, reputamos como domínio interessante de análise as relações entre a língua portuguesa e os seus crioulos, cujas afinidades linguísticas, aliadas a fatores histórico sociais determinam o jogo de interferências mútuas que os tornam cúmplices. Consequentemente, abordaremos a problemática da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe, onde, por razões históricas bem determinadas, a língua portuguesa ganhou uma implementação significativa⁴⁸³, assumindo-se como uma língua de comunicação de grande parte da população, não obstante a parceria com os crioulos locais, de forte predominância, sobretudo nas zonas rurais e nas populações urbanas menos letradas.

Não pretendemos, de modo algum, apresentar soluções definitivas para questão tão problemática. Constitui principal objetivo apresentar o resultado das nossas pesquisas e reflexões sobre o assunto, compartilhar as nossas preocupações e acima de tudo, colher deste auditório opiniões, propostas e recomendações que de algum modo possam contribuir para uma melhoria da problemática linguística em S.Tomé e Príncipe. Tentaremos, embora de forma sucinta, dar conta dos fenómenos de variação relativamente à norma europeia que aí ocorrem no discurso oral e escrito dos falantes que usam o Português como língua segunda e cuja língua materna ou é um dos crioulos, ou como habitualmente acontece, uma variante oral da língua portuguesa, de cunho popular, que disseminada por quase todo o território nacional se apresenta como lugar de eleição dos fenómenos de variação, aproveitando também a ocasião para proceder a uma breve reflexão das implicações decorrentes deste facto para o ensino.

Entrando diretamente no tema começaremos por dizer que a realização da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe, pequeno país insular, situado no golfo da Guiné, na costa ocidental de África cuja superfície ronda os 1001 km quadrados e cuja população é estimada em cerca de 150 mil habitantes, se dá numa situação de

483 Tomamos como referência os dados estatísticos referentes ao Censo de 1991 (o mais atual, visto que o de 2001 não contempla a situação das línguas). De acordo com estes dados, que apresentamos com alguma reserva, pois consideramos não serem muito fiáveis, 99,8 % da população declara saber falar português.

plurilinguismo (nível nacional) e de bilinguismo (nível individual⁴⁸⁴). Concorrem para a constituição do quadro linguístico nacional, as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas – que em regime de coabitação interagem com o português – língua de origem europeia. Porém, esta convivência não se tem revelado pacífica⁴⁸⁵ (principalmente nas três últimas décadas) e a prová-lo o atual estado de “caos” linguístico que impera no país.

Neste país arquipelágico, a língua portuguesa, adotada como língua oficial desde a independência tem vindo a são-tomensizar-se, consequência da coexistência deste idioma com as outras línguas faladas no país: o Forro, um dos crioulos falados na ilha de S.Tomé; o Lungwa Ngola, falado na parte oriental desta mesma ilha; o Lung'íé, crioulo da ilha do Príncipe, para além do crioulo de Cabo Verde, levado pela população que fora para a ilha em regime de contrato. Sendo uma língua viva, o seu processo evolutivo sofre nesse país arquipelágico constantes e rápidas modificações motivadas não só pelo facto de que a mesma deixa de ser diretamente influenciada pela norma portuguesa dado o seu afastamento geográfico e político, como também porque S.Tomé e Príncipe continua a viver uma nítida época de transformação social e política. Aliados aos fatores especificamente linguísticos, outros fatores extralinguísticos, entre eles, ambiência geográfica, solo, hábitos específicos dos seus habitantes, consistentemente diferentes dos portugueses, influenciam e orientam o desenvolvimento da língua portuguesa falada em S.Tomé e Príncipe para direções diferentes, distanciando-a progressivamente da norma-padrão europeia.

Com efeito, os dados do quotidiano evidenciam, sem sombras para dúvidas, a existência de um Português são-tomense, pois a influência dos novos contextos cultural, social e linguístico na são-tomensização do português é há muito evidente, caracterizando-se por alterações morfossintáticas, fonéticas e lexicais. Estes fenómenos são bem evidentes nas seguintes expressões em português, produzidas por falantes são-tomenses, falantes do forro com baixos níveis de escolaridade:

- 1-- Eu dei ele ele (significando eu dei-lho, por interferência de N de ele;
 - 2- João jogou parede com pedra (com o significado de O João atirou a pedra à parede por influência do crioulo Zon zuga paledê ku budu,);
 - 3 -Eu já fiz sopa em vez de Eu já fiz a sopa (do crioulo N fe sopa za), ou ainda
 - 4- As piquena, vamo de nós em substituição de Meninas, vamos embora, por influência do crioulo Inem mina, bon non.
- Muitos outros exemplos poderiam ainda ser dados:
- 5- Eu levanto oito hora por Levanto-me às oito que em crioulo forro se diz N ga lanta ôto olá.
 - 6- Eu comi dente, em substituição de Zanguei-me por decalque da expressão crioula N kume dentchi;
 - 7- Ele deu cabeça fundo em vez de Ele mergulhou

Os supracitados exemplos atestam a existência de fenómenos de interferência, fruto de fatores vários decorrentes de uma situação de contacto de línguas entre a língua portuguesa e as outras línguas faladas no país, línguas crioulas, (resultantes da miscigenação do Português e das línguas africanas postas em contacto nos primórdios da ocupação do arquipélago).

Nascidas num contexto de relações comerciais e de escravatura em que o Português era a língua dominante, uma vez formadas, as línguas crioulas mantiveram-se durante séculos à sombra da língua de maior prestígio, o português. Dada a política glotofágica adotada pelo colonizador, que permitia apenas o uso da língua de colonização não só na escola, como em todas as outras situações de domínio público, sem tomar em consideração a cultura das populações, diversa e expressando-se em crioulo (capaz de favorecer a harmonia da

484 Embora os dados estatísticos atestem a existência de um bilinguismo maioritário Português/Crioulo Forro (99,8 %/73,5 %), a prática demonstra-nos que muitos dos falantes que se assumem como bilingues não o são verdadeiramente visto não possuírem o domínio de duas línguas.

Tomamos como definição de bilinguismo uma situação linguística em que se veiculam duas línguas e cujos falantes sejam proficientes nas quatro capacidades: produção oral e escrita e compreensão oral e escrita. Porém não muitos são-tomenses se podem incluir nesta situação, pois uma grande parte dos falantes não detém um domínio de duas línguas que se manifeste quer numa competência comunicativa, quer numa competência linguística.

485 Por convivência pacífica entenda-se o facto de as línguas poderem “viver” simplesmente em contacto, uma na vizinhança das outras, lado a lado, sem interferências sistemáticas e profundas, resguardando, portanto as suas fronteiras individuais.

sociedade e o respeito pelas diferenças étnicas, culturais, religiosas ou linguísticas), o português foi durante o período colonial a única língua usada na administração, na imprensa, na religião, na escola. Porém, a língua portuguesa nunca conseguiu neutralizar o uso das línguas crioulas e manter-se como única língua de comunicação. Deste modo, desde os primórdios da sua história, a coexistência linguística sempre foi uma realidade, embora tal processo tenha conhecido matizes diferenciados em cada um dos grandes períodos históricos do país – o colonial e o pós-colonial.

No período colonial cada sistema linguístico era representativo de um determinado estatuto social. Assim, o sistema linguístico estava em proporção direta para o seu utilizador, correspondendo a cada classe social um determinado sistema linguístico. Deste modo, os crioulos eram sobretudo a língua exclusiva da população analfabeta e rural, enquanto os são-tomenses com um certo grau de instrução e pertencentes à elite urbana ou a ela aspirante utilizavam como meio de expressão o Português, embora entendessem (e até falassem bem) o crioulo (cf. Inocência Mata: 1998). Esta estrutura porém, foi alterada no período pós-independência com a democratização da língua portuguesa.

Logo após a independência constituiu intenção do governo são-tomense eliminar qualquer vestígio de conteúdo diferenciador de classes sociais que a utilização da língua portuguesa assumira no tempo colonial. É assim que neste período histórico se assiste à implementação de políticas que visavam acabar com a divisão etnico-social e a estigmatização de certos grupos que até então a utilização da língua portuguesa assumira. Em prol desta política se proclamou ser o Português a língua de todos os são-tomenses. Vítimas de discriminação no passado por não falarem português, a língua de prestígio, quando o governo incentiva a população analfabeta e de baixo nível de literacia ao seu uso, sem que para tal sejam criadas condições necessárias e suficientes para a sua aprendizagem, fica desde logo assegurada socialmente a base para se desencadear o processo de nativização e consequente formação da variedade são-tomense do português.

Com efeito é neste contexto que o Português ganha significativa implementação, assumindo-se como língua de comunicação de grande parte da população, embora em regime de coabitação com os crioulos locais de forte predominância sobretudo nas zonas rurais e nas populações urbanas menos letradas. Esse processo de democratização social visando a eliminação da segregação social⁴⁸⁶ permitiu a miscigenação linguística entre os vários grupos etnoculturais da jovem República. Porém, se tal processo permitiu uma melhoria das relações interpessoais, foi no entanto muito prejudicial no campo linguístico pois as línguas em presença muito perderam. Como afirma Inocência Mata “a perversa ausência de margens numa sociedade em que os padrões foram deliberadamente destruídos (sem serem substituídos) criou espaços nebulosos em que os dois sistemas existem mas sem se radicarem ativamente” (1998:32). Tendo sido proporcionada a união entre os vários grupos etnolinguísticos obviamente se proporcionou a união entre as línguas. Porém os pré-requisitos de cada grupo no tocante à língua, à cultura, à competência e à performance diferiam entre uns e outros, facto que não foi devidamente equacionado. Defrontados com a necessidade de se expressarem em Português, fazem-no com a ajuda dos conhecimentos que possuem das suas línguas maternas. Neste panorama duas situações se nos apresentam:

- quem tinha o crioulo como língua materna, de um modo geral, analfabeto, começou a falar o Português traduzindo o crioulo;
- os que tinham o Português como língua materna, ao falarem crioulo faziam-no traduzindo o Português.

Desta dinâmica, resulta pois, a interinfluência linguística, deixando marcas notórias em cada um dos sistemas em presença. Como resultado desta, assiste-se a uma progressiva criouliização do português e a uma descriouliização do crioulo. Assim muitos vocábulos que até então eram de origem africana tendem a ser substituídos por palavras de origem portuguesa. Apresentamos a título exemplificativo alguns destes vocábulos, amostras claras de descriouliização do Forro: *mursegu; gosta; fumu; lodilha; abelha; kota; spalha; gemio; lismunga; pwela; galafa; bana; laspa; klôpo; nglosa; dezeja; bulôlo; buchecha, cujas palavras crioulas de origem africana são,*

486 À heterogeneidade etno-social que caracterizava a sociedade e consequentes designações para cada um dos grupos (forros, angolares, tongas e minu yé) daria lugar a uma caracterização grupal homogénea – os são-tomenses.

respetivamente, ngenbu; gôgo; igligu; ikili; vunvun; sasa; wanga; ingleva; ngungunu; tunbu; lodoma; kitchiba; kloko; ubwê; kutu; mêse; mutu; ubwami.

Porém, se em relação às línguas crioulas, da situação de contacto decorre uma gradual descrioulização provocada sobretudo pelo recurso cada vez maior ao léxico de origem portuguesa em detrimento do léxico de origem africana (portanto às contribuições de substrato na formação dos crioulos), no que concerne ao Português esta interinfluência é muito mais expressiva pois o impacto do Forro neste sistema é muito mais significativo. Assiste-se a uma progressiva crioulização desta língua motivada sobretudo pela contaminação exercida pela introdução de estruturas das línguas crioulas. Em consequência a proliferação de uma língua “híbrida” (cf. Albertino Bragança, 1.º Colóquio internacional sobre as línguas nacionais de S. Tomé e Príncipe) e que se apresenta como lugar de eleição dos fenómenos de interferência. São exemplos:

1- “*Se ela vai sair de bariga chea*” (P.S.T.)
chi ê s’ka chê di bega chá (Crioulo)
Se ela vai sair de livre e espontânea vontade (P.E.);

2- *Dor de bariga que eu estou com ele (P.S.T.)*
Dôlo bega ku N sa kwê (Crioulo)
As dores de barriga com que estou (P. E);

3- *Chuva choveu quatro dia intero (P.S:T.)*
Suba sobe quatlo djá ntêlo (Crioulo Forro)
Choveu por quatro dias consecutivos (P.E.)

4- “*Eles foram para mato de lenha*” (P.S.T.)
Inen ba matu nha (crioulo)
Eles foram ao mato procurar (apanhar) lenha;

5- “*O senhor daria-me um lado de palácio*” (P.S.T.)
Sun ka da um uã lado palachu (crioulo)
O senhor oferecer-me-ia metade do palácio;

6- “*Quilabu deu a casa fogo*” (P.S.T.)
Quilabu da ke fogo (crioulo)
Quilabu ateou fogo à casa (P.E.)

7- “*Mas sem para a tartaruga saber*” (P.S.T.)
Maji sê pa tataluga sebê (crioulo)
Mas sem que a tartaruga soubesse (P.E.)

Como se pode observar pelos exemplos supra citados esta língua evidencia de forma clara toda uma lógica gramatical, mais ainda, toda uma estrutura de pensamento peculiar ao crioulo. Inocência Mata põe em evidência este facto ao afirmar “dir-se-ia que a «programação mental» dos falantes desse «português deturpado» continuava linguisticamente crioula; daí que na sua realização essa língua se manifeste mais do que com interferências, como verdadeiras traduções diretas do forro para o português, com uma estrutura e uma semântica que não correspondem às solicitações do nível de utilização de uma língua oficial” (1998:33) Possuindo uma estrutura morfossintática própria, profundamente enraizada no conhecimento subjetivo da população geral, o Forro intervém na elaboração do “falar são-tomense”, provocando uma certa distanciação das suas estruturas morfossintáticas em relação à língua portuguesa. Por outro lado esta língua oral, que do ponto de vista lexical se identifica com o Português, em muitos casos, pouco mais faz do que isso. Tome-se como exemplo os enunciados:

“ Toda lenha molhou chuva”

“ Eu estou a pensar você muito”

“Porquê que você vai matar tua vida?”

Em qualquer um dos enunciados o léxico é o pertencente à língua portuguesa. Porém, para um interlocutor que não partilhe uma mesma competência sociolinguística⁴⁸⁷, alguns destes enunciados certamente o induzirão a uma situação de falsa inteligibilidade ou até mesmo de total ininteligibilidade aquando da descodificação das respetivas mensagens.

Senão vejamos:

O enunciado da frase 1), pondo em causa as regras de seleção categorial e semântica de que resulta a agramaticalidade da frase em português, leva a que a asserção possa ser tomada como um facto irrisório. Relativamente ao enunciado da frase 2) o interlocutor decerto não o interpretará como sendo uma manifestação de preocupação para com alguém mas provavelmente como uma simples lembrança ou recordação. Por sua vez, no que diz respeito ao da frase 3), naturalmente o tomará como uma inquirição em que o locutor interpela o seu interlocutor sobre o motivo que o leva a atentar contra si próprio, quando na verdade o significado literal é outro (por que razão te vais sacrificar tanto?)

São numerosos e de fácil captação exemplos como os que acabamos de descrever e que nos permitem dar conta das alterações que a língua portuguesa vem sofrendo em S.Tomé e Príncipe devido ao contacto com as línguas crioulas. As produções linguísticas ora apresentadas, embora em número restrito, tipificam a variante do português que se fala no país, ao mesmo tempo que ilustram algumas das dificuldades na captação das regras de produção do português. Como se pode observar o processo de diferenciação passa pela progressiva penetração da gramática do Forro, na estrutura quer oral, quer escrita do Português então falado na ilha. Quer a nível da oralidade, quer a nível da escrita, no momento de enunciação as regras gramaticais de formulação dos enunciados implícitos são as da(s) língua(s) crioula(s), muitas das vezes observáveis mesmo em falantes são-tomenses de nível médio. Tal fenómeno radica, segundo cremos, no facto de nenhum dos sistemas chegar a ser suficientemente dominado por este tipo de falantes. A este propósito, porque consideramos esclarecedora e pertinente para explicitação da ocorrência deste tipo de fenómenos, não nos furtamos à tentação de transcrever a seguinte citação: “A mudança que decorre de situações de contacto de línguas é diferente da mudança inerente que qualquer língua regista ao longo da sua história, a nível dos respetivos subsistemas. A mudança decorrente do contacto é realizada pelos falantes que, em contacto com as outras línguas, tendem a aproximar-se progressivamente destas, com eventual extensão a estruturas dessas línguas. Por sua vez, algumas das estruturas das línguas maternas dos falantes poderão, numa fase não estabilizada do conhecimento das outras línguas, criar interferências quer a nível do léxico, quer das estruturas específicas dos subsistemas linguísticos que se encontram em contacto” (Mateus et al., 2003:36).

No que diz respeito à realidade linguística são-tomense, os desvios face à norma europeia da língua portuguesa, assumem-se como diferenças que o uso impõe com certo carácter normativo, o que dificulta a perceção do erro por parte dos falantes. Para ilustrar esta situação apresentaremos de seguida alguns exemplos, característicos do “desvio da norma”, os chamados fenómenos de interferência:

A- *“Eles iam deixar filhos com quem? Não tinham quem para deixar com ele”*

B- *“Eu vi ele no dia que eu ia viajar. Eu vi ele mas eu nom podia para pa fala com ele”*

C- *Ao telefone:*

A- *“Vocês ta em casa memo? Vocês ta em casa é qui vocês não ta atendê téléfone?”*

B- ...

A- *“Teu bebé calça quanto?”*

B- ...

A- *“Eu dê Tininha recado pa da ocê. Ela non deu?”*

B- ...

A- *“Qual mochila que ela tá vi com eli?”*

487 Consiste na sensibilidade para as convenções de uso da língua que são determinadas por aspetos do contexto específico do seu uso, habilitando o indivíduo a desempenhar funções da linguagem de maneira apropriada a um dado contexto. Assim, dentro do âmbito da competência sociolinguística se situam as seguintes habilidades: sensibilidade às diferenças de dialeto ou variedade, às diferenças de registo e à naturalidade e ainda à habilidade de interpretar referências culturais e figuras de linguagem (cf. Lyle Bachman, *Fundamental Considerations in Language Testing*, Oxford University Press, p. 94-95).

B- ...

A- *“É pa mandamu bastante folha micóco”*

D - *“ eli non ta milho ainda. Eli é temoso. Eli tomô todo desse remédio, cabô com eli todo. Eli non qué i pá centro saúde. Nesse dia eu tava doente, ê fui pá centro saúde, cheguei lá só, gente deu mu uma jenção eu non sei onde que dor foi deli”*

E- *“essa hora eu tava jantado já. Eu cheguei só, peguei aquela banana, esprêmi limão pô neli, comi”.*

É este Português oral, que interage nas escolas, nas repartições e nas ruas com a língua portuguesa, norma europeia, que é oficialmente a norma que deve ser utilizada.

Como é evidente, dada a falta de estudos científicos, esta variedade não apresenta ainda um padrão e o grau de desvio em relação à norma oscila de acordo com o meio e o nível sociocultural dos seus usuários, constituindo-se como instrumento de comunicação de uso massivo. Objeto, porém, de uma abordagem meramente descritiva na linguística, esses fenómenos de interferência arrastam problemas complexos e de difícil resolução quando passamos para o ensino.

A PROBLEMÁTICA LINGUÍSTICA EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE E SEUS REFLEXOS NO ENSINO

Embora se tenha partido do princípio que em S.Tomé e Príncipe se aprende Português em situação de imersão linguística, somos de opinião de que na prática esta questão não deve ser vista de forma tão linear. Apesar de o português ter sido durante largos séculos a língua oficial do país, só uma pequena minoria falava corretamente esta língua. Para a grande maioria que tinha como língua de comunicação um dos crioulos ou o português “deturpado” impunha-se uma (re)aprendizagem do Português, não em contexto informal, mas sim em contextos formais de ensino/aprendizagem, isto é, em instituições oficiais de ensino. Não descuramos de modo algum os esforços despendidos pelo governo são-tomense na luta contra o analfabetismo. Pretendemos, sim, chamar a atenção para uma questão deveras importante: o facto de se iniciar a população nas primeiras letras, a dizer, alfabetizá-la, não constituiu, por si só, meio suficiente para a aprendizagem da língua.

É sabido que logo após a independência se dá início ao novo programa do governo, visando a eliminação do analfabetismo. A partir de uma política virada para a gratuitidade e massificação do ensino, se pretendia que a língua portuguesa passasse a chegar à população mais recôndita do país. Um facto porém foi negligenciado – uma alfabetização eficaz exige do país condições necessárias para se evitar a sua regressão (textos, dicionários, gramáticas, jornais, livros vários), de modo a que o alfabetizado encontre tudo quanto possa, pela escrita, alimentar-lhe a curiosidade ou a necessidade de continuar a aprender, aprendizagem essa que o conduzirá a um saber-fazer, isto é, a um desenvolver de competências que se irá materializar na prática linguística.

Ora, vejamos: em S.Tomé e Príncipe, o que se passa? Não obstante alguns esforços realizados no período pós-independência, o país caracteriza-se por um elevado índice de analfabetismo. É certo que muita gente teve e tem tido acesso à escola. Mas será que ser analfabeto implica apenas a mera incapacidade de descodificação de um código escrito, a dizer a impossibilidade de juntar letras de forma a formar palavras? Cremos que não. Não saber ler não passa apenas pela mera incapacidade de descodificação de um código escrito; é algo mais. Apoiamo-nos em Inês Sim Sim que citando Gray, nos elucida sobre este assunto. Diz a autora que em 1956, no âmbito da UNESCO, é proposto que se considere como *funcionalmente alfabetizada* toda a pessoa “que adquiriu um nível de perícia de leitura e escrita que a torne capaz de desempenhar com êxito todas as atividades que, no seu grupo de pertença, requeiram tal capacidade (1989:62).

Com base nesta definição de analfabetismo, somos levados a afirmar que em S.Tomé e Príncipe existe uma elevada percentagem de analfabetos pois o que se verifica é que não só a nível da leitura como também e sobretudo a nível da escrita muito poucos se podem incluir neste grupo. Embora se tenha avançado com ações imediatas para a erradicação do analfabetismo, não foram desenvolvidos esforços para se evitar o analfabetismo regressivo. É certo que muitos são-tomenses se predispuseram a frequentar as campanhas de alfabetização, cientes de que saber ler e escrever são mais-valias na sociedade. Uma vez iniciados no processo de leitura e

escrita, este facto poderia e deveria constituir-se como uma mais-valia no processo de aprendizagem da língua portuguesa. Porém, se as pessoas adquirem a capacidade de ler mas posteriormente não dispõem de meios que permitam a sua familiaridade com tal universo para que possam aprofundar conhecimentos, enriquecer a linguagem, desenvolver competências (no caso concreto, competências comunicativas), isto é, elevar-se culturalmente, de pouco lhes servirá pois dificilmente conseguirão fazer uma leitura mais completa, isto é, ultrapassar o nível de simples alfabetizados para que se possam transformar em potenciais leitores, ou seja, adquirir o domínio de técnicas que lhes permitam, quer atualmente, quer na sua vida futura, um melhor desempenho no processo de (auto)aprendizagem. Considerando-se o elevado número de falantes que se inserem neste quadro, é evidente que este facto se vai repercutir na dinâmica linguística.

Por outro lado, é hoje do conhecimento de todos, o papel determinante que desempenha o contexto social no desenvolvimento da capacidade linguística dos falantes. Tal significa que, havendo em S.Tomé e Príncipe muitas crianças que na fase inicial do seu desenvolvimento são privadas do contacto com o material escrito ou por falta de recursos económicos dos pais e/ou de outras pessoas que os tenham a seu cargo, ou por mera ignorância por parte destes da importância do material impresso para o normal desenvolvimento psicolinguístico e metacognitivo da criança, tal facto irá repercutir-se na sua expressão linguística. A criança não lê, ou se lê, é muito pouco; não desenvolve capacidades e competências linguísticas. Para completar este quadro, o meio social em que a criança se move é um meio em que a língua de comunicação ou é um dos crioulos ou um Português já muito impregnado de interferências. A falta de meios adequados ao desenvolvimento linguístico pode acontecer (e geralmente acontece) que, muitos dos falantes (de Português), mesmo atingindo um determinado nível de escolaridade formal, fazem-no sem terem adquirido as competências correlativas.

Fernanda Pontífice nas suas reflexões acerca da problemática da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe, evidencia este facto ao afirmar existirem alunos que, numa fase já avançada de escolaridade, não possuem as aptidões desejadas e, por conseguinte, condicionam toda a planificação e impedem a turma de avançar no ritmo desejado (cf. Fernanda Pontífice, 1991:87). A agravar esta situação refira-se à elevada percentagem de crianças e jovens que ainda em idade escolar abandonam a escola, indo engrossar o já elevado índice de população com baixo nível de escolaridade e que como não poderia deixar de ser, vai refletir na dinâmica linguística.

Reflexo de toda uma conjuntura económica, social e política (a grande maioria da população vive em situação de pobreza extrema; aliada a esta situação, um cada vez maior interesse por bens materiais em detrimento de uma formação contínua e progressiva e a adoção de deficientes políticas educacionais), quer a nível da oralidade, quer a nível da escrita, na interação social, irá reproduzir-se essa realidade linguística, situação que só será revertida com a adoção de uma nova e eficiente política linguística.

Concluindo: O Português em S.Tomé e Príncipe vem sofrendo mudanças determinadas por fatores sociais e linguísticos, caraterísticos do meio em que esse sistema linguístico é adquirido e usado.

Dado o fenómeno de interferências linguísticas, torna-se evidente que em S.Tomé e Príncipe devemos ter sempre esta caraterística que marca o país: a coexistência de duas variedades do Português:

o Português europeu, a norma que pode ser considerada para uma grande parte da população uma língua segunda;

o Português local, um falar de caraterísticas fonológicas e morfossintáticas próprias, cujos desvios em relação à norma são significativos, em que se assiste a uma tendência cada vez maior para a contaminação do código escrito pelo código oral e que é usado pela grande maioria da população.

Pelo exposto, pode-se inferir que a grande maioria das crianças ao ingressar na escola usa uma língua “diferente”daquela que é utilizada nos manuais escolares e supostamente pelo professor e conseqüentemente um dos principais responsáveis pelo insucesso escolar.

Num tempo em que é unânime a consideração segundo a qual o aproveitamento escolar é um tanto maior quanto mais próximo do quotidiano dos aprendentes torna-se urgente a adoção de estratégias de ensino muito específicas. Não que sejamos apologistas de que esse português oral, fortemente eivado de interferências deva

vir a ser utilizado no ensino. Todavia defendemos que uma maior atenção deverá ser dada às realidades linguísticas das crianças e para aqueles que tenham como língua materna o “falar são-tomense” ou o português como língua segunda porque não seguir as sábias palavras do eminente político Amílcar Cabral e ensinar às crianças a relação de parentesco entre o crioulo e o português se, como defendem os especialistas, isso permitiria às crianças ganhar mais facilmente consciência das diferenças entre elas e deste modo desenvolvê-las autonomamente?

Impõe-se também proceder-se à formação de pessoal docente, pois um facto que não devemos olvidar é o de que maus modelos geram maus produtos. Tendo em conta que em S.Tomé e Príncipe, principalmente nas zonas rurais ou classes mais desfavorecidas a exposição à língua portuguesa é praticamente da responsabilidade da escola e do professor e que quanto maior for a exposição a essa língua, nas suas vertentes quer oral, quer escrita, maior é a probabilidade do sucesso na aprendizagem, criar condições para que os alunos possam estar mais tempo expostos à língua, fornecer-lhes material escrito, quer na escola, quer fora dela devem passar a fazer parte das preocupações dos professores e entidades governamentais. Só proporcionando às crianças o acesso a todas as formas de contacto assíduo com esses materiais se poderá despertar nelas mecanismos internos de extrema importância na formação e desenvolvimento dos esquemas mentais que lhes darão aceso à competência linguística e comunicativa.

REFERÊNCIAS

- BRAGANÇA, Albertino, “ A língua portuguesa e o fenómeno de interferências linguísticas em S.Tomé e Príncipe” in 1.º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais em S.Tomé e Príncipe, Ministério da Educação e Cultura, S.Tomé e Príncipe s/d.
- CALVET, Louis-Jean, *Linguistique et Colonialisme: Petit Traité de Glottophagie*, Éditions Payot & rivages, Paris e Germain, 2002.
- FERREIRA, Manuel, “Numa perspetiva cultural. Que Futuro para a língua Portuguesa em África?”, in *Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, 1983.
- FONTES, Carlos de Sousa Ferreira, *Estudo do Léxico do São Tomé com Dicionário*, Faculdade de Letras, Coimbra, 2007 (completar)
- GARTNER, Eberhard, “Particularidades Morfosintáticas do português de Angola e Moçambique, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua portuguesa, Separata, s/l., s/d.
- GONÇALVES, Perpétua, *Português em Moçambique. Uma variante em formação*, LUFL da U.E.M., Maputo, 1996.
- HAGEMEIJER, Tjerk, *As Línguas de S.Tomé e Príncipe* (documento policopiado)
- LEIRIA, Isabel, *Léxico: Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua não Materna* (dissertação de Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- LOPES, Armando Jorge, *Política Linguística: Princípios e Problemas*, Livraria Universitária, UEM, Maputo, 1997.
- MARÇALO, Mª João, “A dinâmica da língua - implicações num estudo sincrónico, in *Varição Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*,” Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, Lisboa, 1994.
- MARQUILHAS, “Mudança linguística”, in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, (org.) Isabel Hub Faria et al., Caminho, Lisboa, 1996.
- MARTINET, André, *Conceitos Fundamentais de Linguística*. Presença, Livraria Martins Fontes, Portugal/Brasil, s/d.
- MARTINHO, Ana Mª, *a língua Portuguesa em África: Educação, Ensino, Formação*, Editorial Pendor, Évora, 1995.
- MATA, Inocência, “ A língua portuguesa em São Tomé e Príncipe”, in *Língua e Cultura*, Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa, 1998.
- MATEUS, Mª Helena Mira, *A face Exposta da Língua Portuguesa*, INCM, Lisboa, 2002.
- MATEUS, Mª Helena Mira, (coord.), *Uma Política de Língua para o Português*, Colibri, Lisboa, 1998.
- MOTA, Mª Antónia Coelho da, “Línguas em contacto e variação”, in *Varição linguística no espaço, no tempo e na sociedade*, Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, Lisboa, 1994.
- NEGREIROS, António de Almada, *História Ethnográfica de São Thomé*, Lisboa, Bastos, 1895.
- PEREIRA, Dulce, “Fala Crioulo Papiá Português”, in *Kultura*, 2001
- PEREIRA, Dulce, *Crioulos de base portuguesa*, Caminho, Lisboa, 2006.

PONTÍFICE, Fernanda, “ A língua portuguesa no ensino”, in Revista Internacional de Língua portuguesa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1991.

PONTÍFICE, João, “Os meandros da cumplicidade crioula”, in Revista Internacional de Língua Portuguesa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1989.

SANTO, Carlos do Espírito, “Situação atual da Língua Portuguesa nas ilhas de S. Tomé e Príncipe,” in *Atas do Congresso sobre a Situação atual da Língua Portuguesa no Mundo, vol. I*, Lisboa, 1985.

SIM-SIM, Inês, “ Literacia e alfabetização: dois conceitos não coincidentes”, in Revista Internacional de Língua Portuguesa, n.º 2, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1989.

68) IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS

Possui mestrado (1975), doutorado (1981) e livre docência (1988) em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), tendo feito estágio de pós-doutorado na Indiana University, nos Estados Unidos. É docente e orientadora permanente do Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, tendo, atualmente, sob sua orientação seis doutorandos e dois mestrandos. Foi coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Linguística e vice-chefe do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo por duas vezes. Levou à defesa quase vinte alunos em nível de doutorado e pouco mais de dez em nível de mestrado. Vários tiveram bolsa de estudos da CAPES e do CNPq. Orientou, ainda, pouco mais de vinte alunos de iniciação científica. Também pertence ao corpo docente do Programa de Mestrado Acadêmico de Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul, do qual é vice-coordenadora, e orienta dois mestrandos. É coordenadora do *Grupo de Pesquisa em Dialetoлогия e Geolinguística – GPDG/USP* -, cadastrado no CNPq, e participa de dois outros grupos de pesquisa na Universidade Cruzeiro do Sul - *Memória e Discurso e Teorias e práticas discursivas e textuais*, ambos igualmente cadastrados no CNPq. Foi coordenadora nacional do *Projeto de Aperfeiçoamento para Professores do ensino médio em Língua Portuguesa*, no Convênio Universidade de São Paulo/Vitae, apoio à Cultura, Educação e Promoção Social/Secretarias de Estado da Educação do Brasil. Participa regularmente de congressos no Brasil e no exterior, bem como profere palestras e conferências. Tem publicado artigos e capítulos de livros, inclusive no Japão, sobre as áreas em que atua. Desenvolve pesquisa sobre temas relacionados aos seguintes campos do saber/fazer linguístico: Geolinguística, Sociolinguística, Ensino de Língua Portuguesa e Análise do Discurso.

ATLAS LINGÜÍSTICOS BRASILEIROS E ATIVIDADE DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES AO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA, IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS, USP/UNICSUL UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL [BRASIL]

No Brasil, em geral, a elaboração dos atlas linguísticos inicia-se pelo levantamento dos indicadores sociais e pelo mapeamento histórico-geográfico da área a ser pesquisada. Esse primeiro passo fornece os elementos para a constituição da rede de pontos, isto é, as localidades a serem investigadas. Na fase seguinte, ocorre a seleção dos informantes/sujeitos, de acordo com determinadas variáveis sociais, a saber, gênero, faixa etária e escolaridade. Segue-se a coleta dos dados, que consiste na aplicação do questionário, em entrevista *in loco*. Em seguida, procede-se à transcrição dos dados e ao tratamento quantitativo dos itens relativos às respostas ao questionário. Desse procedimento resultam listas, tabelas e cartas, que espelham a frequência e a distribuição dos fenômenos linguísticos na área pesquisada. Reproduzida dessa maneira, a pesquisa geolinguística parece restringir-se a um saber/fazer mecânico que parte do levantamento dos indicadores sociais e do mapeamento histórico-geográfico; passa pela seleção de pontos e informantes/sujeitos, procede à aplicação de um questionário; e, por fim, resulta na elaboração de listas, tabelas e cartas. Na verdade, os atlas linguísticos não constituem apenas um retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, pois, por trás desses fenômenos, emerge uma intensa atividade discursiva, reveladora de um cabedal sócio-linguístico-cultural, que, com toda certeza, pode e deve ser posto a serviço do ensino de língua portuguesa. Este trabalho tem por objetivo apresentar a manifestação da

atividade discursiva subjacente ao saber/fazer geolinguístico com vistas ao ensino de língua portuguesa. Parte da Análise do Discurso e, por meio do exame de dados semântico lexicais extraídos de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, busca: (i) destacar elementos de cunho sociohistórico característicos da variante do Português do Brasil; (ii) apontar como esses elementos podem ser integrados ao ensino de língua portuguesa.

1 INTRODUÇÃO

Ao observador atento ao percurso da Linguística não passa despercebido o crescente interesse pelo saber/fazer geolinguístico. No Brasil e em vários outros países, ora inserida na temática de congressos científicos, ora intercalada em publicações, revela-se uma tendência que se vem acentuando no último decênio – a abordagem de tópicos de geolinguística.

Ao mesmo tempo, o exame da produção geolinguística mostra que as monografias dialetais e os primeiros esboços de pesquisa geolinguística da primeira metade do século XX cederam lugar a atlas linguísticos e estudos geolinguísticos altamente complexos. À primeira vista, esse movimento parece indicar que o legado tradicional encontrado nos primeiros trabalhos dialetológicos sucumbiu frente aos novos procedimentos teórico metodológicos da atualidade. Entretanto, a análise mais acurada da questão mostra que a nova feição que o saber/fazer geolinguístico vem assumindo nas últimas décadas se integra ao (s) caminho (s) percorrido (s) pela própria ciência linguística. Dito em outras palavras, não se trata de substituir uma orientação dita obsoleta por outra considerada mais moderna, mas de agregar ao saber/fazer geolinguístico atual os avanços da Linguística.

Este trabalho aborda justamente um ponto dessa questão. Voltado para uma das modernas correntes da Linguística atual, qual seja, a Análise do Discurso de linha francesa, tem por objetivo apresentar a manifestação da atividade discursiva subjacente ao saber/fazer geolinguístico com vistas ao ensino de língua portuguesa. Por meio do exame de dados semântico lexicais extraídos de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, busca: (i) destacar elementos de cunho sociohistórico característicos da variante do Português do Brasil; (ii) apontar como esses elementos podem ser integrados ao ensino de língua portuguesa.

2 ANÁLISE DO DISCURSO E GEOLINGUÍSTICA: ENCONTRO (S) POSSÍVEL (EIS)

A atividade linguística se efetiva na interação social. No dia a dia, a todo instante, os sujeitos utilizam a língua para os mais diferentes tipos de comunicação. Por meio desse instrumento privilegiado, transmitem e reiteram significações e informações num processo contínuo, extremamente dinâmico a que se denomina discurso (Maingueneau, 2006; Brandão, 2007). Ao fazê-lo, os sujeitos expressam sentimentos, crenças e valores que, não sendo exclusivamente seus, revelam sua inserção em grupos sociais. Por conseguinte, diz-se que a atividade linguística se desenvolve na interação entre sujeitos, enquanto membros de determinados grupos que atuam na sociedade.

Entretanto, a interação social não se restringe aos sujeitos, pois eles estão necessariamente relacionados a um determinado tempo, inseridos numa comunidade de linguagens⁴⁸⁸ e vinculados a um dado espaço. O tempo enfocado aqui é o sociohistórico. Não se trata do tempo cronológico, uma vez que, na fala dos sujeitos, sobressaem-se marcadores temporais que desvelam sentimentos, crenças e valores de uma determinada época, a saber, da época em que vivem. Além disso, enquanto membros de grupos sociais de uma época, encontram-se indiscutivelmente inseridos numa comunidade de linguagens. Aos elementos verbais se incorporam elementos não verbais, que, vistos numa perspectiva sociohistórica, fornecem pistas para a compreensão dos sentimentos, crenças e valores daquele grupo. Assim, não se trata simplesmente de uma comunidade de fala ou comunidade linguística, mas de uma comunidade que encerra uma mescla de linguagens.

488 Expressão que utilizamos para indicar a pluralidade de sistemas de significação - verbais e não-verbais - que coexistem na sociedade.

O terceiro elemento, igualmente importante, é o espaço, que remete ao lugar ou à área em que nasceram ou habitam os sujeitos, o chamado espaço físico. Malgrado reportar-se a um dado concreto, a que os sujeitos podem ser relacionados com relativa estabilidade, não se restringe ao elemento físico. Como bem aponta a Geografia, não se resume ao chamado espaço físico ou à configuração espacial. Reportamo-nos particularmente a Santos (1966: 61) quando salienta que “a configuração geográfica e paisagem – substituem frequentemente e equivocadamente a palavra espaço. Ora a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social”. Da mesma forma que o tempo, o espaço supõe necessariamente a inserção dos grupos sociais que nele habitam. Em outras palavras, o espaço implica a presença dos sujeitos, os quais, ao expressar seus sentimentos, crenças e valores, participam de grupos sociohistórico.

Mais adiante, Santos (1966: 83) acrescenta que, diferentemente da paisagem, “um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.” Entende-se, portanto, que os sujeitos, inseridos no espaço, manifestam sentimentos, crenças e valores e participam de transformações sociohistóricas. Conforme se pode observar, hoje, é imprescindível que, ao analisar a atividade linguística, volte-se a atenção para a interação social. Esse enfoque, comumente encontrado nos textos de Análise do Discurso, pode ser igualmente percebido no saber/fazer geolinguístico, conquanto se afigure pouco perceptível à primeira vista. A nosso ver, a razão principal para que isso ocorra resulta da não-compreensão do escopo da pesquisa geolinguística, principalmente dos atlas linguísticos

Em geral, a elaboração dos atlas linguísticos brasileiros tem início com o levantamento dos indicadores sociais e o mapeamento histórico-geográfico da área a ser pesquisada. Esse primeiro passo é essencial para o fornecimento dos elementos para a constituição da rede de pontos⁴⁸⁹. Em seguida, procede-se à seleção dos informantes/sujeitos, de acordo com determinadas variáveis sociais, a saber, gênero, faixa etária e escolaridade. Após a coleta dos dados, que consiste na aplicação de um questionário,⁴⁹⁰ em entrevista *in loco*, efetua-se a transcrição dos dados. Faz-se, então, o tratamento quantitativo dos itens relativos às respostas ao questionário. Desse procedimento resultam listas, tabelas e cartas, que ilustram a frequência e a distribuição dos fenômenos linguísticos na área focalizada. O conjunto das cartas denomina-se atlas.

Descrita dessa forma, a pesquisa geolinguística parece ter seu fim último na elaboração de atlas, que, para muitos, espelha apenas a frequência e a distribuição de um fenômeno linguístico numa dada área. Quando, no verso das cartas, existem notas e observações dos sujeitos, transcritas pelo pesquisador, o fato é visto como um acréscimo que traz apenas particularidades da fala de uma região. Entretanto, a nosso ver, tal postura constitui uma visão não adequada da questão. Inicialmente, cumpre notar que os atlas linguísticos, enquanto documentos da fala de um determinado espaço – país, estado ou cidade, no caso brasileiro - não consistem em retratos da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos. Por trás dos fenômenos destacados nas listas, tabelas e cartas, existe uma intensa atividade discursiva. Anteriormente, alertamos sobre o tema, observando que “o saber/fazer geolinguístico implica uma atividade discursiva que vai muito além do questionário, das cartas e de outros elementos frequentemente encontrados nos trabalhos de geolinguística” (Santos, 2008).

Vale lembrar também que os elementos linguísticos que integram os atlas linguísticos, quer nas cartas, quer nas notas, expressam a atividade linguística desenvolvida por sujeitos que, como já observamos, estão relacionados a um determinado tempo, inseridos numa comunidade de linguagens e vinculados a um dado espaço. Assim, o objetivo da pesquisa geolinguística não se circunscreve ao retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, nem tampouco à elaboração do atlas. Como documento da fala de sujeitos localizados num dado espaço, ele reflete a atividade linguística de grupos que atuam na sociedade.

3 ATLAS LINGUÍSTICO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ENCONTRO (S) POSSÍVEL (EIS)

489 - Em Geolinguística, ponto é o termo utilizado para designar a localidade a ser investigada.

490 - Desde o surgimento da Geolinguística, o questionário tem sido o instrumento utilizado para a coleta de dados. Há vários tipos de questionário - questionário fonético fonológico, morfossintático, semântico lexical e outros.

Um atlas linguístico permite vários olhares. Dito em outras palavras, devido à natureza da atividade linguística, o exame de um atlas linguístico conduz a diferentes possibilidades de interpretação na interação social. Dentre o rol de possibilidades destaca-se a variação diatópica, objeto do presente trabalho, que mostra a fala de sujeitos, moradores de determinada(s) região(ões), em relação a um dado tempo e integrantes de uma comunidade.

Para ilustrar a riqueza e complexidade da variação diatópica no Português do Brasil, que deve ser posta a serviço do ensino/aprendizagem da variante brasileira, dentre os vários componentes da língua, optamos pelo lexical. Para tanto, enfocamos duas perguntas do Questionário semântico Lexical – QSL –, instrumento largamente utilizado na coleta de dados lexicais na geolinguística. Essas duas perguntas dão origem a diversos itens lexicais, que constituem as várias respostas dos sujeitos, posteriormente distribuídas em tabelas e cartas semântico lexicais de estudos geolinguísticos elaborados no Brasil nas últimas décadas.

No presente trabalho, fazemos referência aos seguintes estudos:

- *Atlas prévio dos falares baianos de ROSSI (1963), doravante denominado APFB.*
- *Atlas linguístico da Paraíba: v. 1: cartas léxicas e fonéticas e v. 2: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas de ARAGÃO; MENEZES (1985), doravante denominado ALPB.*
- *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais de RIBEIRO et al. (1977), doravante denominado EALMG.*
- *Atlas linguístico de Sergipe de FERREIRA et al. (1987), doravante denominado ALS.*
- *Atlas linguístico do Paraná de AGUILERA (1994), doravante denominado ALPR.*
- *Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspectos lexicais de IMAGUIRE (1999), doravante denominado ALISC.*
- *Atlas semântico lexical da região do Grande ABC de CRISTIANINI (2007), doravante denominado ASLeABC.*
- *Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul de OLIVEIRA (2007), doravante denominado ALMS.*

A primeira questão focalizada traz a seguinte formulação - “ (Como se chamam)...os últimos dentes, que nascem depois de todos os outros, em geral quando a pessoa já é adulta?” Trata-se da questão nº 98 do Questionário semântico Lexical do Projeto ALiB. O Comitê Nacional do Projeto ALiB prevê duas respostas possíveis: *dentes do siso* ou *dentes do juízo*. No ALISC, 54,83% responderam *siso*, enquanto os demais optaram por *dente do juízo*, *juízo*, *currumiu* e *currumilhu*. Já os sujeitos do ASLeABC preferiram *dente do juízo* que obteve 52,78% de frequência, vindo *dente do siso* logo após com 27,78 de frequência. Ainda no ASLeABC, apareceram outros itens lexicais de baixa frequência: *dente de leite*, *dente normal*, *dente queiro* e *panela*. *Dente do siso* é também o item lexical com a frequência mais elevada em outros atlas linguísticos brasileiros, a saber: o APFB, o ALS e o ALPR. Neste último, aparecem também *dente do juízo*, *dente queiro* e *curnio*. No ALMS, *siso* tem a frequência mais elevada – 19,53% –, índice baixo se comparado aos índices das frequências mais elevadas encontradas nos demais atlas. Ainda aparecem no ALMS, dentre outros, *dente do juízo*, *juízo*, *pilão*, *dente quero*, *dentiqueira*, *quexá*, *quero*, *sensivu*, *dente de coelho* e *queixada*.

A seguir, pesquisamos as acepções dos verbetes referentes aos itens lexicais encontrados nos atlas em dois dicionários da língua portuguesa – o Dicionário Houaiss e o Dicionário Aurélio –, bastante utilizados no Brasil e que servem de referência para consulta e para o ensino da língua materna. Nosso primeiro desafio consistiu em encontrá-los nesses dicionários. O Dicionário Houaiss assinala que *siso* significa “cada um dos terceiros dentes molares que surgem geralmente entre os 17 e os 21 anos de idade” (Houaiss; Villar, 2003), podendo ser chamado *dente do juízo* ou apenas *siso*. O Dicionário Aurélio (Ferreira, 2004), acrescenta que o *dente do siso* também pode ser chamado apenas *siso*. Acrescenta que existem *dente queiro* e *dente queixeiro*. Para a primeira, utiliza a notação NE bras, indicando que é utilizada no Nordeste do Brasil; enquanto, para a segunda, diz tratar-se de um bras., que tanto pode ser brasileiro, brasileira ou brasileiro, segundo o autor.

Quanto aos demais itens, dois despertam a atenção. O primeiro é *currumiu/currumilhu/curniu*⁴⁹¹. O Dicionário Aurélio registra o verbo *colmilho* como *dente canino*, *presa*, que se origina do espanhol *colmillo*. Houaiss diz que significa *presa* e vem do espanhol *colmillo* 'dente canino', do lat. vulg. *colùmellus*, der. de *colùmella* 'coluna pequena; base, peanha da catapulta'; no lat. tar. 'nome popular para os dentes do cão', dim. de *columna*, *ae*

491 Como se trata de estudo voltado para o componente semântico lexical, não se considerou a variação fonético fonológica.

'coluna', em alusão à forma cilíndrica desses dentes; f.hist. c1596 *colmjilho*. Na verdade, os sujeitos de duas localidades diferentes – Ilha de Santa Catarina e Paraná – usaram para se referir a dente do siso um item lexical referente a dente canino.

O outro item lexical é *queiro* que o Dicionário Houaiss assinala ser um diacronismo que se reporta a *dente de siso*, *queixeiro*. Segundo o Dicionário Aurélio, ambos – *queiro* e *queixeiro* – reportam-se a dente. Nenhum dos dois dicionários menciona que se trata de um caso de variação diatópica. Afirmam tão-somente que *queixeiro* se origina de queixo+eiro. O Dicionário Houaiss observa que *queiro* provém de *queixo* + *-eiro*, com sincope. Não se encontraram registros dos demais itens lexicais referentes a *dente do siso* nos dois dicionários com o significado de “cada um dos terceiros dentes molares que surgem geralmente entre os 17 e os 21 anos de idade”.

A segunda questão selecionada tem a seguinte formulação - “ (Como se chama)... a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado? (Mímica) ” É a questão nº 155 do Questionário semântico Lexical do Projeto ALiB. O Comitê Nacional do Projeto ALiB prevê como única resposta: *cambalhota*. Entretanto, nos atlas registrou-se uma multiplicidade de respostas. No ALISC um número diminuto de sujeitos respondeu *cambalhota*, tendo a maior parte optado pelo item lexical *carambota*. No ASLeABC, a frequência mais elevada coube ao item lexical *cambalhota* (66,67%), tendo aparecido, dentre outros: *cambota*, *piruleta*, *judô*, *carambota* e *cambaiola*. Nos demais atlas – APFB, EALMG, ALPB e ALPR – figuram também: *bunda canastra*, *canastra*, *cangapé*, *pirueta*, *salto mortal*, *boldando*, *canga*, *coqueiro*, *escambona*, *escambota*, *pulo mortal* e *tubi*.

Na consulta aos dicionários de língua portuguesa, verificamos que o Dicionário Houaiss explica que *cambalhota* é o “movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão” (Houaiss; Villar, 2003). Acrescenta que há outros itens lexicais que podem ser empregados - *bagaço*, *cabriola*, *cambota*.

Entretanto, não menciona em que situação podem ser usados. Além desses, aponta outros itens que podem ser utilizados, por extensão de sentido:

- 1) qualquer salto acrobático;
- 2) qualquer movimento em que algo gira ou rodopia sobre si mesmo;
- 3) reviravolta, queda espalhafatosa, desastrada, com os pés para o ar ou com movimento grotesco do corpo;
- 4) trambolhão. (Houaiss, 2003).

Por último, remete a um sentido figurado do termo, qual seja, mudança repentina da condição ou situação de algo ou alguém. Quanto à etimologia, diz que o termo tem “orig.duv., prov. ligado a *cambalear*”. (Houaiss; Villar, 2003). O Dicionário Aurélio acrescenta que, por extensão, remete a “salto acrobático”, já mencionado pelo Dicionário Houaiss. Define-o como termo da ginástica que significa “acrobacia em que o atleta dá uma volta completa no ar, para diante, para trás ou para um lado, sem as mãos tocarem o chão” (Ferreira, 2004). Inclui, ainda, um brasileiro, referente à capoeira – “golpe traumatizante em que o capoeirista, girando o corpo no ar, com apoio nas duas ou em uma das mãos, ou livremente, sem nenhum apoio, procura atingir o adversário com um ou dois pés.” (Ferreira, 2004)

Com respeito a *cambota*, o Dicionário Houaiss indica dois verbetes. No primeiro, diz que o termo data de 1727 e tem a seguinte etimologia: ¹*camba* + *-ota*; ver *camb-*. Nas cinco acepções referentes a essa primeira etimologia, reporta-se a artefatos que têm uma curvatura, em geral, referentes à arquitetura. À lista, acrescenta que, em Portugal, pode significar, nos motores a explosão, eixo de transmissão com uma ou mais manivelas, tratando-se de um regionalismo. Indica também que pode ser adjetivo e substantivo de dois gêneros no Brasil. Nesse caso, é um regionalismo encontrado nos seguintes estados brasileiros - Maranhão, Rio Grande do Sul – e significa *cambaio* ('de pernas tortas', 'coxo') (Houaiss; Villar, 2003). Esse significado aparece no ALMS.

O segundo verbete apontado pelo Dicionário Houaiss indica que *cambota* viria de *cambalhota*, talvez ligada a *cambalear*; tendo como regionalismo, no uso informal no Brasil: *cambalhota* ('movimento ou exercício',

'reviravolta'). O Dicionário Aurélio também indica *cambota* como brasileirismo familiar, acrescentando, ainda, *cambaio*. Em relação ao último, diz tratar-se de forma usada nos estados do Maranhão e Rio Grande do Sul.

Outros itens utilizados pelos sujeitos merecem atenção. Um deles seria *pirueta*, que no ASLeABC aparece como *piruleta*. Segundo o Dicionário Houaiss, vem do francês “*pirouette (pirouelle)* 'pião, carrapeta', (1611) 'volta ou meia-volta que se dá sobre si mesmo, sem mudar de lugar, apoiando-se na ponta ou no calcanhar de um só pé'; f.hist. c1750-1799 *piroeta*, 1858 *pirueta*”. (Houaiss; Villar, 2003) Tem as seguintes acepções: 1) rodopio realizado sobre um único pé; 2) giro do cavalo sobre uma das patas dianteiras; 3) salto, cabriola. (Houaiss; Villar, 2003). O Dicionário Aurélio acrescenta que *pirueta* se origina do verbo intransitivo *piruetar* que significa: 1) fazer *pirueta*; 2) dar *cambalhotas* ou *cabriolas*; *cabriolar*, *cambalhotar*. Nenhum dos dois dicionários faz alusão à variação diatópica. (Ferreira, 2004)

Outro termo utilizado pelos sujeitos - *cangapé* -, segundo o Dicionário Houaiss, relaciona-se com *cambapé* e tem duas acepções, ambas classificadas como regionalismos. A primeira remete a um pontapé na panturrilha para fazer o adversário cair durante a luta; enquanto a segunda indica um pontapé aplicado dentro da água, em uma espécie de jogo de capoeira, sendo utilizada mais no Maranhão e em Alagoas, dois estados do Nordeste do Brasil. Também o Dicionário Aurélio indica os dois brasileirismos apontados pelo Dicionário Houaiss (2003).

Semelhante ao que ocorrera em relação a *dente do siso*, não se encontraram registros dos demais itens lexicais referentes a *cambalhota* nos dois dicionários com o significado de “movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão”.

Se observarmos as respostas dadas pelos sujeitos às duas questões, verificamos que há uma série de itens lexicais apresentados nos atlas, que deveriam ser objeto de estudo.

Inicialmente, verificam-se que vários itens linguísticos utilizados pelos sujeitos não se encontram registrados nos dicionários - *pião*, *dentiqueira*, *quexá*, *sensivu*, para *dente do siso*; *bunda*, *bunda canastra*, *boldando*, *canga*, *escambona*, *escambota*, *tubi*, para *cambalhota*. Isso ocorre em virtude de os atlas mostrarem efetivamente a língua falada por sujeitos em suas interações sociais, o que não ocorre com os dicionários. Por mais que tentem, os dois dicionários não conseguem resgatar os semas virtuais que expressam sentidos figurados, provenientes da dinâmica da atividade discursiva.

Dessa forma, em suas acepções, os dois dicionários buscam o registro de ocorrências, sem, entretanto, lograr apontar a variação diatópica. E quando tentam fazê-lo, a nosso ver, utilizam uma terminologia imprecisa, pois classificam itens lexicais como “brasileirismos” ou com alguma abreviatura referente a um estado ou região do Brasil, por exemplo, PR para Paraná, ou NE para Nordeste. Considerando que muitos atlas linguísticos de estados brasileiros, o Atlas Linguístico do Brasil e os de outros países lusófonos ainda estão em andamento, como ter certeza de que um determinado item lexical é uma forma exclusiva de um dado estado ou de um país? Como explicar o fato de um mesmo item existir em estados ou países diferentes, sem que se perceba um motivo para tal? Enfim, como explicar outros fatos da variação diatópica?

4 CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho, buscamos mostrar que os atlas linguísticos não constituem apenas um retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, uma vez que repousam na atividade discursiva. Dito em outras palavras, eles vão além dos registros de itens lexicais das listas, tabelas e cartas, pois mostram a fala efetiva de sujeitos na interação social. A partir da análise das respostas dadas por sujeitos a duas questões do questionário semântico-lexical, extraídas de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, pusemos à mostra a riqueza e complexidade da variação diatópica. Observamos que havia uma pluralidade de itens lexicais como respostas a uma dada questão, distribuídos nos vários atlas.

Na consulta a dois dicionários de língua portuguesa muito utilizados no Brasil, no ensino de língua materna, verificamos que ambos apresentavam apenas alguns desses itens lexicais. A nosso ver, como os atlas apresentam efetivamente a língua falada por sujeitos em suas interações sociais, desvelam os semas virtuais que afloram na atividade discursiva. Além disso, propõem-se a focar a variação da língua portuguesa falada no Brasil. Ainda em relação aos dicionários, notamos que, quando tentavam classificar fenômenos de variação diatópica, usavam o termo “brasileirismo” ou abreviaturas referentes a algum estado ou região para se referir a um dado item lexical. Como dispomos apenas de alguns atlas de estados brasileiros, bem como dos países lusófonos, estando o Atlas Linguístico do Brasil ainda em elaboração, pode-se até afirmar que um determinado item lexical é usado em dado local, mas, em grande parte dos casos, é pouco provável que se consiga determinar sua trajetória.

Além desses elementos que o exame das respostas nos revelou, verificamos que os atlas constituem, na verdade, mananciais para outras pesquisas. Repositórios da fala de sujeitos, numa dada época, enquanto membros de comunidades localizadas em determinadas regiões, eles são o registro dos itens lexicais utilizados por aqueles segmentos sociais. Muitas vezes, como não constam de dicionários, glossários e livros, esses itens estão fadados ao desaparecimento. Neste contexto, os atlas são documentos que contribuem efetivamente para o resgate e a preservação da língua portuguesa. Nesse sentido, são relevantes para o ensino/aprendizagem da língua portuguesa, sobretudo no tocante à elaboração e ao aperfeiçoamento de material didático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Aguilera, Vanderci de A. (1994) *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.
- Aragão, M^a do S. S. de; Menezes, Cleusa P. B. de (1985) *Atlas linguístico da Paraíba: v. 1: cartas léxicas e fonéticas e v. 2: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas*. Brasília: UFPB/CNPq.
- Brandão, Helena N. *Analisando o discurso*. Disponível em: <www.estacaodaluz.org.br>. Acesso em: 15 de jan. 2007.
- Comitê Nacional do Projeto ALiB. (2001) *Atlas linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina.
- Cristianini, Adriana C. (2007) *Atlas semântico lexical da região do Grande ABC*. São Paulo. 802 p. , 3 v. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ferreira, Aurélio. B. de H. (2004) *Novo dicionário Aurélio eletrônico*. Versão 5.0. Ed. rev. e atualizada. Curitiba: Positivo. 1 CD-ROM
- Ferreira, Carlota. da S. et al. (1987) *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador, UFBA/FUNDESC.
- Houaiss, A.; Villar, Mauro de S. (2003) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Imaguire, Lígia M. C. (1999) *Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspectos lexicais*. 1999. 2v + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Maingueneau, Patrick. Maingueneau, Dominique (2006) *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Comesu. São Paulo: Contexto.
- Oliveira, Dercir P. de (2007) *ALMS – Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.
- Ribeiro, J. et al. (1977) *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa.
- Rossi, Nelson (1963) *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL; MEC.
- Santos, Irenilde P. dos (2008) *Memória coletiva, geolinguística e relações textuais-discursivas*. (no prelo).
- Santos, Milton (1996) *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.



69) JOSÉ MANUEL BARBOSA ÁLVARES

José Manuel Barbosa Álvares nasceu em fevereiro de 1963 em Ourense. A sua vocação profissional como professor de E.F vem-lhe de família paterna. Neto e sobrinho de árbitros de futebol. Sobrinho e primo de jogadores de hóquei profissional. Por outra parte o seu vínculo ao País e à Língua vem-lhe por via materna.

Diplomado em EGB pela especialidade de Ciências Humanas e estudante de História pela UNED. Membro da AGAL desde 1984 e pertencente ao atual Conselho da Associação sob a responsabilidade da Organização Territorial. Professor de galego-português em várias cidades e vilas de Galiza desde 1985, entre elas Mugia, Ourense e o Carvalhinho.

Publicou vários trabalhos de poesia na revista AGÁLIA assim como algum artigo como "Galiza e Portugal: Umha ou duas nações?", "Um contributo ao diálogo e a concórdia normativa" e outros.

Publicou também vários artigos no Jornal "La Región entre 1980 e 2008.

São da sua autoria os livros "Curso Prático de Galego" em 1999; o livro de poesia "Ámago ou Mágoa" em parceria com o também poeta Roi Bras em 2002; o ensaio vexilológico "Bandeiras da Galiza" em 2006 e ultimamente o "Atlas Histórico da Galiza" também em parceria com José Manuel Gonçalves Ribeira em 2008.

Atualmente pertence ao grupo musical-poético "Clube d@s Poetas Viv@s" que tem feito percurso por várias cidades e vilas do País levando a música e a poesia como espetáculo. Entre essas vilas e cidades está Ourense, Crunha, Vigo, Compostela, Ponte Areias, Riba d'Ávia, O Carvalhinho, Verim.

ALGUNS ASPETOS DA PRÉ-HISTÓRIA DA LÍNGUA, JOSÉ MANUEL BARBOSA, CLUBE DOS POETAS VIVOS [GALIZA]

A língua galego-portuguesa é uma língua nascida na velha Gallaecia, de origem latino mas com um substrato herdado duma língua anterior chamada polos cientistas de *Língua Galaico-Lusitana*. A filiação dessa língua substrática é discutida por muitos, mas os restos da mesma sinalam para uma possível origem céltica ou proto-céltica. Aliás, outro aspeto pouco tratado sobre a pré-história da língua é a sua situação por volta do século X quando na península o Gallaeciense Regnum era o reino cristão oposto à Espanha, também chamada de Al-Andalus. A língua do Gallaeciense Regnum é um elemento a tratar e investigar.

0. INTRODUÇÃO

O Reino de Portugal, e hoje a República Portuguesa, foi e é um Estado subversivo dentro da península Ibérica como tal Estado existente. Foi e é o único território fora do projeto nacional e político castelhano. Mas ainda isso ser assim, a narração dos factos históricos e linguísticos estão peneirados por uma visão que em poucas coisas se ajusta à realidade passada.

A historiografia portuguesa, assim como a linguística obviam muitas vezes que Portugal teve uma base originária no velho Gallaeciense Regnum criado pelos suevos na Gallaecia em 410-411, e foi lá onde surgira a língua que hoje é conhecida internacionalmente com o nome de "português", de base fundamentalmente latina mas também com um sustentamento substrático Galaico-Lusitano que lhe dá uma identidade acrescentada. A maior parte das histórias da língua elaboradas tanto na Galiza como em Portugal, e ainda em outros países, começam na época das cantigas ou pouco antes, quando se tem conhecimento dos primeiros documentos escritos. Mas anteriormente, em épocas – vamos chamar-lhes - "pré-históricas" (anteriores aos primeiros documentos escritos galego-portugueses) também a língua que nos ocupa já existia de qualquer forma na vida diária dos seus utentes, forem estes galegos, portugueses ou de outros povos peninsulares.

O facto de a nossa língua ter sido usada em mais território peninsular do que atualmente, em ser usada antes das cantigas, em ter sido a língua do projeto unificador peninsular sob direção galaica e ainda a sua marcada personalidade atlântica e céltica (embora sendo língua de base latina) fazem da sua história e pré-história um repto à hora de reconstruirmos o seu percurso pelo tempo, bem pela sua importância que ela teve e ainda tem, bem porque nos dá conhecimento de que na península há um elemento tremendamente agressivo de signo

castelhano que não se ajusta a realidade histórica sobre as origens, deturpa até onde o deixam e se pode, elimina se tiver oportunidade, com a única finalidade de ocupar todo o espaço ibérico numa Grande Castela com o falacioso nome de Espanha. Há dous momentos na história ou pré-história da nossa língua que são fulcrais para a conformação da nossa personalidade: É o primeiro aquele no que o latim entra e se mescla com a nossa língua pré-romana conformando o que depois há de ser o galego-português; e o segundo, o momento no que o Gallaeciense Regnum hegemónico na península prepara um projeto de futuro Estado usurpado posteriormente por Castela mas de irrefutável importância tanto do ponto de vista historiográfico como do ponto de vista linguístico. Neste trabalho vamos falar de tudo isto:

1. MOMENTO 1º. O GALAICO-LUSITANO. SUBSTRATO DO GALEGO-PORTUGUÊS

Segundo os pré-historiadores e linguistas, a península Ibérica antes da chegada dos romanos estava conformada por várias línguas. Uma delas de origem indo-europeia, outras de origem mediterrânico. A parte norte-ocidental corresponder-se-ia com uma língua que os cientistas denominaram com o nome de Lusitano ou como diz Ulrich Schmoll, Galaico-Lusitano por serem a Gallaecia romana e a Lusitânia originária (entendida como o berço do povo lusitano, não da província romana) a região na qual se falava essa língua.

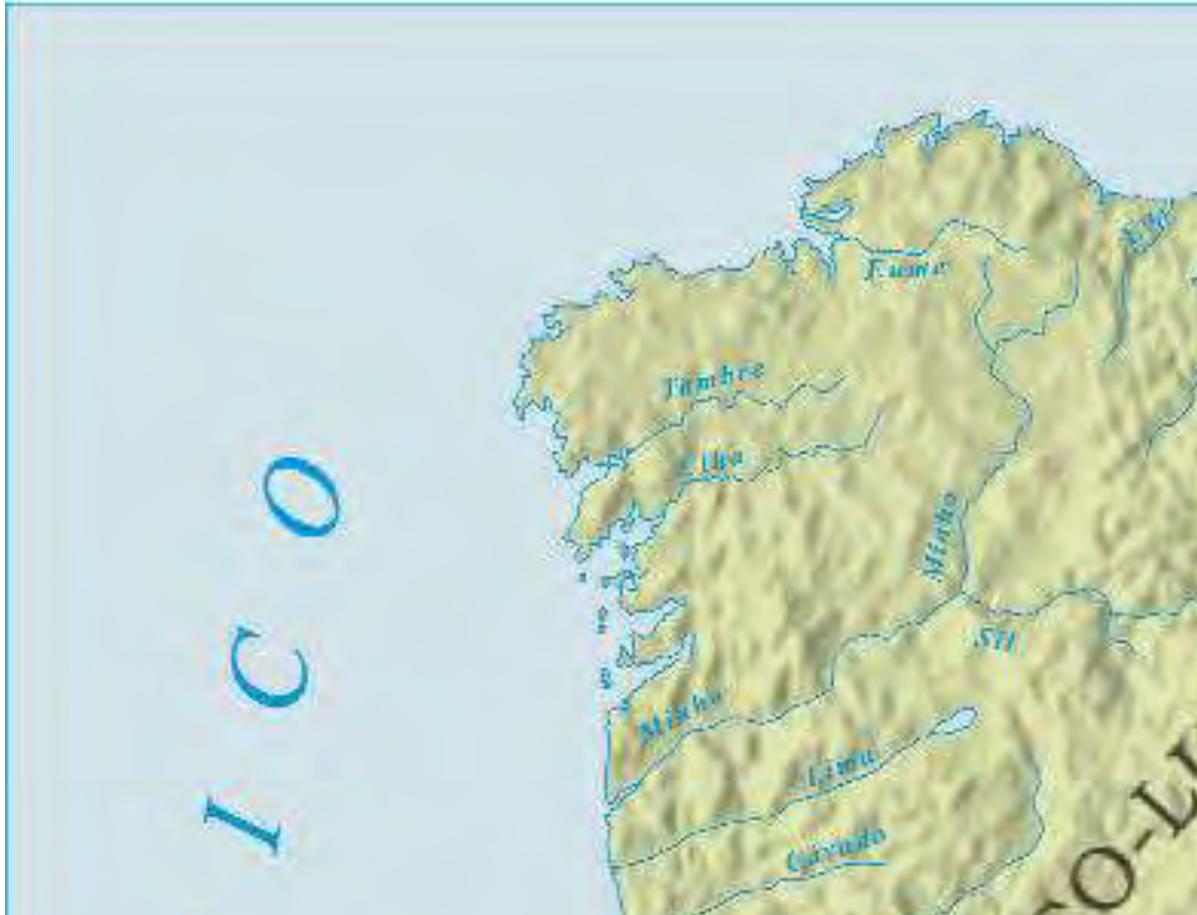
As provas que falam da existência deste Galaico-Lusitano estão em vários achados litográficos de época imperial romana. Ajustamos a época e deduzimos isto último por estarem escritos com a ortografia latina. São estes achados os de Lamas de Moledo (Évora), Cabeço das Fraguas (A Guarda), Villalva de Villastar e Arroyo de la Luz (Cáceres).

O espaço que poderiam ocupar haveria que reconstruí-lo a partir, não só pela localização destas inscrições conhecidas mas também pela onomástica, a toponímia e a teonímica.

No que diz respeito são de grande ajuda os mapas elaborados pela professora Fdez-Albalat (1990: 422-427) e a opinião de Rosa Brañas (1995: 211-253). Também nós quisemos elaborar um mapa desde a nossa modéstia. Eis: A língua galaico-lusitana poderia ser identificada como uma língua celta ou proto-celta como nos comenta Armada Pita (1999: 260-263) mas ainda a ideia de ser a partir do conhecimento das línguas celtas donde pode ser possível a tradução dos textos conservados e/ou a compreensão dos mesmos reafirma o parentesco entre esta língua da que estamos a falar com o celta antigo.

Diz-nos a professora Fdez-Albalat (1996: 39):

“Segundo a minha opinião, estamos perante uma rama celta (possivelmente anterior à divisão entre goidels e britões, ou bem uma terceira rama) de um tipo arcaico”.



A identificação como língua celta é discutida por alguns autores argumentando que algumas palavras possuem um /p/ inicial inexistente neste grupo de línguas, tanto nas atuais como nas antigas. Mas é o professor valenciano Xaverio Ballester (1998: 65-82) quem nos diz:

“O problema na realidade não é a presença linguisticamente incorreta do /p/, mas a posição geograficamente incorreta dos lusitano. Se essa mesma documentação que possuímos para o lusitano, tivesse aparecido, por exemplo, em alguma zona próxima aos Alpes, previsivelmente a linguística indo-europeia tradicional consideraria tal documentação uma testemunha da primeira rama separada da árvore céltica, dessa fase ainda com /p/ que, por ser língua indo-europeia reconstruímos como céltica”.

Atendendo ao trabalho de Robert Omnès (1998: 247-268) professor da Universidade de Brest, o galego-português tem uns importantes elementos substráticos celtas que determinariam a nossa língua como um “patois” celto-latino. Alguns desses elementos seriam os seguintes:

Léxico:

(Ver o apêndice n.º 1 da “Gramática elemental del gallego comum” de Carvalho Calero)

Semântica:

Preferência polo verbo Ser em vez de Ter em frases possessivas do tipo:

O jardim é meu (Gal-Port)

Y mae gardd gennuf i (Galês)

Uso da forma “Levantar” (“Sevel” em bretão) com o sentido de “construir”

Levantei uma casa (Gal-Port)

Sevel eun ti (Br)

Por exemplo em francês seria “construir une maison” ou no espanhol “construir una casa”

Fonética e Fonologia

O /k/ implorativo devém num yod ante /t/ explosivo como em irlandês

NOCTEM>Noite; OCTO>Oito

Em Gal-Port os ditongos descendentes são os mais numerosos, o que se explica pelo modelo silábico céltico

Evolução dos grupos /KL/, /PL/, /FL/ iniciais: CLAMARE>Chamar; PLORARE>Chorar; FLAGRARE>Cheirar.

A metáfora que Rafael Lapesa (1991:44) identifica como celta:

TENEBAT>Tinha

Mestr (Sg)/Mistri (Pl): Mestre em Bretão

MOLINUM>Moinho

Bran/Brini: Corvo em Bretão

Morfossintaxe

A repartição dos géneros: Os nomes das árvores são femininos em Gal-Port e em bretão.

A cal, o labor, o nariz, o sal, o mel, o leite, o sangue, o cume...como em bretão (por exemplo em outras línguas latinas como o espanhol são palavras femininas)

A mesma forma pode ser utilizada pelo adjetivo qualificativo e o advérbio tanto em bretão como em Gal-Port

Henned a labour mad (br) (ele trabalha bem (como sinónimo de muito))

Tem bem anos (Gal-Port)

O durativo no infinitivo:

Estou a trabalhar (Gal-Port)

Rydw i'n gweithio (Galês)

Emaonn o labourad (Br)

Taim a(g) dul (estou a ir) (Irl)

O Galego-Português é a única língua romance que partilha esta característica com as línguas célticas.

Perguntas e respostas: Em Gal-Port as respostas não são “sim” ou “não”

-Rapaz, tens fome? -Ydy'r bwyd yn barod?(Está o jantar pronto?) (Esc)

-Tenho! -Ydy! (Está!)

2. ALGUNS TEXTOS GALAICO-LUSITANOS

-Texto de Lamas de Moledo

“Rufinus et Tiro scripserunt: Veaminicori doenti angom lamatigom crougeai magareaigo petranioi radom porgom ivoeat Caeliobrigo”.

Este texto datado já em época romana (no século I d.C.) com introdução em latim viria significar o seguinte segundo a tradução de André Pena Granha, arqueólogo galego:

“Rufino e Tiro escreveram: Os Veaminicori (conjunto de jovens solteiros em idade militar) dão um anho lamático (de Lamas de Moledo, entende-se) para o altar de Petranioi (o oficiante), um grosso porco para o Júpiter do Castro de Caelio”

-Texto da Pedra de Cabeço das Fráguas

“Oilam trebopala indi porcom laebo commaiam iccona loiminna oilam usseam trebarune indi taurom ifadem (...) reve Tre(barune)”

Texto também de finais do Império com latinismos como “Porcom” (com P inicial aparentemente não céltico) e redigido na pedra para um ritual de tipo “suovetaurília” com o fim de proteger a Treba (território político sob a influência do povo que oferece o ritual). A sua tradução segundo Pena Granha:

“...uma ovelha para trebopala (protetora da Treba) e um porco para Laebo (divindade feminina), uma égua para a luminosa Iccona (deusa dos cavalos), uma ovelha dum ano para trebarune (a deusa protetora do país) e um touro dum ano para Reva, senhora da Treba.”

3. MOMENTO 2º. O PROTO-ROMANÇO GALAICO

Segundo o professor Eugênio Coseriu (1989:793-800) o latim da Gallaecia tem procedência bética e penetrou na Gallaecia através da Lusitânia. Isto gerou um latim hispânico ulterior diferente do ceterior que ocuparia a Cartaginense e a Tarraconense. Este latim hispânico ulterior acabaria vendo-se determinado pela chegada do cristianismo -que levaria a cabo o seu projeto ideologizador em latim - e a criação do reino suevo, assentando-se como língua franca entre galaicos e suevos de fala germânica e dando-lhe caráter diferencial dentro dos limites dessa Gallaecia tardo-romana e proto-medieval. Ao mesmo tempo, com a chegada dos muçulmanos à península, acrescentar-se-ia este facto, delimitando-se um território como o nome de Gallaeciense Regnum segundo as fontes historiográficas tanto andaluz, como carolíngias, papais, escandinavas, anglo-saxónicas e grande parte das peninsulares segundo nos informa o professor Lopez Carreira (2005:111-141). Esse latim hispânico ulterior da Gallaecia é denominado por Coseriu (1989:793-800) de língua galaico-asturiana; por Carvalho Calero (1983:15-27) de **Galaico**, pré-romanço galaico ou galeco, enquanto Rodrigues Lapa (1981:54) nomeá-lo-ia de **Romanço Galaico** como Carvalho.

É o professor Ricardo Carvalho quem nos comenta o facto de ser esse Galaico o proto-romanço do qual surgem inicialmente tanto o galaico ocidental ou galego-português quanto o galaico oriental ou asturo-leonês indiferenciados entre si num começo que ele identifica por volta dos séculos IX e X. Do **Galaico**, mas do asturo-leonês neste caso, surge na sua parte mais oriental o que posteriormente seria o castelhano sob substrato basconço e importante influência navarro-aragonesa.

O próprio professor espanhol Rafael Lapesa (1991: 162) reconhece que as Glosas Silenses e Emilianenses do Mosteiro Riojano de São Milhão de La Cogolla não estão num primitivo castelhano como se nos ensina habitualmente, mas num originário navarro-aragonês o qual não é em absoluto estranho se temos em conta que a Rioja é uma região originariamente basconça e navarra.

Todo o protagonismo político da Alta Idade Média lhe corresponde ao **Gallaeciense Regnum** até o momento no que Castela colhe força política e militar. A língua desse reino começa a desenvolver-se com a força que lhe dá um poder político forte e soberano e um prestígio na Europa que reconhece a Galiza como um dos três impérios do momento: O Império Bizantino, o Sacro Império Romano Germânico e o Gallaeciense Regnum segundo nos diz o Professor Mundy (1991: 40).

“in 1159 the northern annals of Cambrai spoke of three empires: the Byzantine, the German and of the Galicia (St. James of Compostela)”

Portanto os limites da língua dos galaicos nessa altura histórica seriam os limites desse Gallaeciense Regnum - que tanto negam os historiadores pró-castelhanistas - até o ponto de Roger Wright dizer (1991: 21-22): *“antes do milénio e quiçá antes do século XIII desterremos também os conceitos distópicos pouco úteis e anacrónicos tais como galego, leonês, castelhano(...); todos esses conceitos modernos estorvam à vista clara. A península (aparte dos que falavam basco, árabe, hebreu, etc.) formava uma grande comunidade de fala, complexa mas monolíngue”*



Mapa linguístico peninsular no Século X

Do nosso ponto de vista quiçá não monolíngues em tudo o âmbito peninsular mas sim monolíngues no que diz respeito ao território do Gallaeciense Regnum por ser esse **galaico** provavelmente diferente já nesta altura do latim citerior que teria originado as falas catalano-aragonesas. Intuímos, com isto, que o complexo catalano-ocitânico provavelmente conformasse outro núcleo linguístico diferente ao do Reino Galaico.

Entre os séculos IX ao XII vai dar-se uma etapa na história da língua na que o seu uso vai ser fundamentalmente oral enquanto as formas escritas pelos letrados daquela época vão ser um jeito de latim medieval cheio de giros que havemos de reconhecer como próprios do atual galego-português. Pouco a pouco o galego-português vai ser empregue como língua normal em todas aquelas funções que uma língua tem num país normalizado e soberano sem distingos sociais. Todas as funções, exceto a internacional que é reservada para o latim.

Esta situação é também normal na Europa da altura histórica da que estamos a falar embora gere uma situação de diglossia galego/latim que não oferece obstáculos nem anormalidades no Orbe cristão europeu que se exprime basicamente em Latim como língua franca continental. É, portanto, esta língua romance a língua de todos os galegos - incluindo neste gentilício nesta altura também os portugueses e também os asturo-leoneses -, mesmo dos reis de Galiza, forem estes coroados em Compostela, Oviedo ou Leão. Os reis falavam galego e mesmo os filhos dos reis eram criados por tutores da aristocracia galega que marcavam o carácter dos futuros monarcas, marcavam a política e mesmo a diplomática da época, como nos comenta André Pena (1995:). Tal é assim que mesmo guardamos provas documentais quando ficam recolhidos os soluços do rei Afonso VI perante a morte do seu filho Sancho, herdeiro do trono, na batalha de Uclés no 1109. A língua na que chora o Rei não pode ser outra diferente da que o Monarca tinha por sua: o galego-português e não o castelhano.

Segundo nos conta S. Rico (1970: 219) numa crónica do Frei Prudêncio de Sandoval, historiador nado em Valhadolid no século XVI o Rei diz:

“...y en la lengua que se usaba dijo con dolor y lágrimas que quebraban el corazón:
Ay, meu filho! Ay meu filho! Alegria do meu coração et lume dos meus olhos, solaz da minha velheçe! Ay espelho em que me soya veer, et com que tomava muy grand prazer! Ay meu herdeyro mor! Cavaleyros, hu me lo leixastes? Dade-me meu filho Condes!”

Segundo Lopez Carreira (2005: 51) o vínculo originário entre o nosso idioma com o castelhano e a sua relação genética pode ficar intuído num comentário que faz este mesmo historiador castelhano do século XVII do que

estamos a falar, Frei Prudêncio de Sandoval, quem numa História da Espanha redigida no século XIII e provavelmente traduzida ao galego-português no XIV diz-nos acreditando na sua antiguidade que está numa *“lengua castellana tan cerrada que parece portuguesa”*.

Não é estranho portanto que reis posteriores como Afonso o Sábio (Afonso X segundo o cômputo castelhano, mas IX segundo o cômputo galego) ou Fernando III empregassem o galego-português como língua veicular. Era a língua deles. Mas foram curiosamente estes dous últimos reis os que mudaram o sentido do projeto unificador peninsular. Dum projeto galaico passou-se a um projeto castelhano. É por isso porque a península ibérica de hoje está ocupada maioritariamente pela língua castelhana.

4. CONCLUSÕES

A história da península ibérica está contada pelo poderoso, pelo vencedor, neste caso, Castela, com uma valorização excessiva, desmesurada e por vezes irreal do castelhano face as outras línguas peninsulares, nomeadamente a nossa, o galego-português.

A falsificação na narração dos factos obedece a uma necessidade hegemónica e mesmo expansionista do projeto unificador castelhano que não hesitaria em eliminar quaisquer outras que pudessem supor concorrência ou resistência nesse projeto.

No caso de os Reis originariamente galaicos Afonso o Sábio e Fernando III não tivessem mudado a língua “oficial” dos seus reinos, provavelmente hoje a maior parte da península ibérica estaria ocupada pelo galego-português. Quiçá também sob um projeto imperial unificador tão indesejável como o castelhano, mas a realidade poderia ser essa.

Tendo em conta a importância do Gallaeciense Regnum e portanto da sua língua em época alto-medieval causa-nos sensação de estranheza que não sejam conhecidos documentos anteriores ao século XII. No caso de outras línguas romances como o francês ou langue d’oïl existem documentos do século IX como são os Juramentos de Strasburgo (842) ou a Sequência de Santa Eulália (881) que assentam esta língua como tal diferenciada do Latim.

Mesmo nos romances italianos achamos os primeiros documentos em 960. Porque, portanto, o galego-português só tem textos desde finais do século XII? Quiçá dentro da luta pela hegemonia peninsular entre galego e castelhanos se chegasse ao ponto de ter-se produzido destruições de documentos antigos por razões políticas e interesses espúrios da mesma forma que temos constância de manipulações e de outras desfeitas conhecidas como é o caso do Bispo Pelayo de Oviedo, Ximenez de Rada, Lucas de Tui, e outros?

O castelhanismo historiográfico e linguístico quer fazer passar por real uma mitologia determinada para a sua língua mas nega uma história real mas oculta, umas vezes, evidente mas subversiva outras, para a nossa. Isto tenciona negar a identidade galego-portuguesa com o fim de evitar reafirmações identitárias que seriam obstáculo para o seu projeto. Disso sabemos algo os galegos.

A historiografia lusitanista portuguesa tem sido uma defesa contra a agressão histórica de Castela mas um vínculo com o galeguismo e a identificação de Portugal como o único território soberano herdeiro do velho Gallaeciense Regnum criado pelo suevos em 410 abriria umas possibilidades de defesa e reforçamento do ocidente peninsular face o centro que seriam de ter em conta.

Dentro da reconstrução da história da nossa língua seria interessante incluirmos o facto de identificarmos as origens da nossa língua com o substrato galaico-lusitano vinculando-nos histórica e familiarmente com outros povos atlânticos europeus os quais nos poderiam supor um contorno parental amigo em qualquer caso e com interesses culturais (e mesmo económicos) comuns de qualquer ponto de vista.

Já desde a pré-história a Galiza e Portugal conformavam um *continuum* etnolinguístico que deveria ser cultivado e acrescentado no presente e no futuro. O nosso destino desejável é em qualquer caso juntos e os nossos interesses os mesmos. A lusofonia, ou galeguia, como foi denominado ultimamente por cientistas brasileiros, supõe mais uma porta aberta ao relacionamento galego-português com um conjunto de povos com quem partilhamos língua e que nos dá aos galegos um lugar de prestígio no mundo e a força necessária para agirmos quer contra agressões que procuram desidentificar-nos como povo, quer como forma de autoafirmação pelo facto de sermos a matriz dessa civilização formada por Portugal no transcurso da história.

É o pensamento galeguista e nomeadamente o reintegracionismo linguístico o que aos galegos nos abre essas portas para entrarmos no mundo lusófono que representa a sobrevivência do nosso ser nacional.

5. BIBLIOGRAFIA:

- Armada Pita, X-L. (1999). Unha revisión historiográfica do celtismo galego. In "Os Celtas da Europa Atlântica Atas do I Congresso galego sobre a cultura celta". Ferrol. Agosto. 1997. Ed. Concello de Ferrol.
- Ballester, Xaverio. (1998-99): "*Sobre el origen de las lenguas indoeuropeas prerromanas de la Península Ibérica*" In *Arse*, 32/3. Conferencia pronunciada o 23/03/99 durante as XIV Jornadas de la Sociedad Española de Estudios clásicos (Valencia 22-27-III-1999) com o nome de "*La Filología clásica prerromana en España: pasado, presente, futuro*".
- Brañas, Rosa. (1995). *Indíxenas e Romanos na Galicia céltica*. Ed. Librería Follas Novas.
- Carvalho Calero, R. (1983). *Da Fala e da Escrita*. Ourense. Galiza Editora. Ourense
- Carvalho Calero, R. (1974). "*Gramática elemental del gallego común*". Galaxia. Vigo.
- Coseriu, E. (1989): "El gallego en la historia y en la actualidad" In "Atas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza". AGAL. Crunha
- García Fernández-Albalat, Blanca. (1990). *Guerra y Religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. Sada-Crunha. Edicións do Castro.
- Lapesa, Rafael. (1991): "*Historia de la lengua española*". Madrid. Ed. Gredos. Biblioteca Románica Hispánica. 9ª Ed. Corrigida e acrescentada.
- Lopez Carreira, Anselmo. (2005): "*O reino medieval de Galicia*". A Nosa Terra. Vigo
- Mundy, John J. (1991): "*Europe in the High Middle Ages*". Longman. London and New York.
- Omnès, Robert. (1999). "*Le substrat celtique en galicien et en castillan*" In "*Les Celtes et la peninsule Iberique*". Triade nº 5. Université de la Bretagne Occidentale-Brest. pp. 247-268.
- Pena Graña, A. (1985): "*O reino de Galiza na Idade Media*". Revista Terra e Tempo 2ª época, 1,
- Rico, Sebastián (1970): "*Presencia da lingua galega*". Edicións do Castro. A Crunha, 1973, pp. 8-9 e Marcial Valladares: Elementos de Gramática gallega. Galaxia. Fundación Penzol. Vigo.
- Rodrigues Lapa, M. (1981) : "*Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval*". 10ª Edição. Coimbra Editora Limitada.
- Wright, R. (1991): "La enseñanza de la ortografía en la Galicia de hace mil años". Verba, 18

70) M^ª DO CÉU FONSECA E M^ª JOÃO MARÇALO

M^ª do Céu Fonseca é professora auxiliar de nomeação definitiva no Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, onde se doutorou em Linguística Portuguesa (2001), e investigadora do Centro de Estudos em Letras (CEL-UTAD/U Évora).

É membro do Conselho de Redação e do Conselho Científico da *Revista de Letras* (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), e tem feito investigação linguística sobre a sincronia de Seiscentos, com incidência nas áreas da sintaxe e historiografia gramatical, temas sobre os quais publicou o livro *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária. Preposições e Posposições no Século XVII* (Lisboa, Colibri, 2006) e outros trabalhos em

revistas nacionais e internacionais (por exemplo, “Gramáticas Filosófico-Gerais Portuguesas e Espanholas: aspetos sintáticos”, in *Aula Ibérica*, Salamanca, 2007; “Acordos Gerais entre Brasil e Espanha, Portugal e Brasil”, in *Fórum da Língua Portuguesa no Contexto Ibérico*, “Asociación de Profesores de Lengua Portuguesa en España”, Madrid, 2007; “Historiographie Linguistique Portugaise: le processus de grammatisation des langues extra-européennes”, in *L’écriture et la construction des langues dans le sud-ouest de l’océan Indien*, Paris, 2007; “A Sintaxis copiosíssima na língua bramana e pollida de Frei Gaspar de S. Miguel: algumas observações”, in *Estudios Portugueses* 6, Salamanca, 2006). É diretora do Mestrado em Estudos Lusófonos da Universidade de Évora.

M^a João Marçalo é doutorada em Linguística pela Universidade de Évora, onde leciona no Departamento de Linguística e Literaturas. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas – Português e Inglês, na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo apresentado Provas de Aptidão Científica e Capacidade Pedagógica na Universidade de Évora nos anos 90. Tem vários artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, bem como em atas de Congressos. É autora do livro *Introdução à Linguística Funcional*. Desde 2005 é investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, no qual continua como colaboradora, sendo atualmente membro integrado do Centro de Estudos em Letras (CEL- UTAD/UÉvora).

A sua área de trabalho é a Língua Portuguesa, interessando-se por teorias da linguagem, políticas linguísticas, ciências do léxico, e, no domínio da Linguística Aplicada, sobretudo por questões relacionadas com tradução. É diretora da Comissão de Curso do Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução na Universidade de Évora.

A TRADIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NA EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, M^a DO CÉU FONSECA E M^a JOÃO MARÇALO, UNIVERSIDADE DE ÉVORA, [PORTUGAL]

A Universidade de Évora comemora, em 2009, os 450 da sua fundação (1559-2009). Atendendo ao papel de relevo que lhe coube no campo da linguística missionária, pretende-se, neste trabalho, percorrer alguns momentos desta diacronia, relativos à atividade da Instituição na expansão da língua portuguesa por países lusófonos. Será contemplada a atividade gramatical que mestres e discípulos da Universidade de Évora (alguns mesmo alentejanos) desenvolveram no Oriente e no Ocidente, desde meados do século XVI, assim como a atividade do seu passado mais recente, empreendida em Angola, Brasil, Timor, e outros países onde o português é estudado e ainda em regiões lusófonas como Goa e Malaca, onde atuais docentes do Departamento de Linguística e Literatura têm desenvolvido atividades de investigação e de docência.

1. INTRODUÇÃO

O espaço europeu de ensino e de investigação científica na Universidade de Évora é um facto consumado. Na mesma direção da internacionalização, os órgãos de governo da Universidade de Évora têm lançado o repto, não apenas da consolidação das relações no seio dos PALOP, mas também do alargamento da cooperação ao espaço asiático das grandes potências – China, Japão e Índia –, que fazem parte da história da Universidade de Évora.

“Abraçarmos este desafio não seria mais do que reatarmos com a tradição orientalista da antiga Universidade de Évora, cujos mestres chegaram ao Japão”, eis o que foi uma proposta do atual Reitor Prof. Doutor Jorge Araújo (*Manifesto eleitoral*, 2005: 43), que a comemoração dos 450 anos da fundação da Universidade de Évora (1559-2009) poderá ajudar a concretizar, se para tanto for posto em relevo o que da sua história lhe confere o papel de interlocutor privilegiado. Nomes e factos dessa história não podem ser vistos apenas como um magno passivo de que se nutrem as efemérides comemorativas. Nomes e factos dessa história ligados à ação missionária da Companhia de Jesus no Oriente e Ocidente, constituem hoje um capital de mais-valias acumuladas de que se pode tirar partido para favorecer parcerias estratégicas bilaterais e a cooperação benéfica na área do ensino.

2. UNIVERSIDADE DE ÉVORA E EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Comece-se pelo princípio, que é o primeiro ciclo de existência da Universidade de Évora, fixado entre 1559 e 1759. Raramente a história se presta a periodizações *a quo / ad quem* tão esquadradas. Fundada em 1559, a Universidade de Évora foi então confiada à Companhia de Jesus (que desde 1553 respondia pelo ensino público da cidade no Colégio do Espírito Santo) e assim se manteve sob tutela jesuítica durante dois séculos, até à expulsão da Companhia pelo Marquês de Pombal, em 1759.

Para o assunto em apreço, dois aspetos da vigência destes duzentos anos são de ressaltar, ambos já assinalados por Augusto da Silva, s.j.: o facto de “os estudantes que frequentavam a Universidade de Évora, em princípios do séc. XVII serem, na sua maior parte, naturais de localidades situadas a sul do Tejo”, em conformidade com um argumento de descentralização do ensino que fora aduzido para justificar a criação de uma segunda universidade⁴⁹²; e o facto de tais estudantes e mestres “em número considerável, terem vindo a ser missionários nas colónias portuguesas” (Silva, 1991: 14), circunstância que já inspirou o estudo do tema “Ação missionária da Universidade de Évora” (António Fernando M. Janela, *Alvoradas*, nº 14-22, 1960/62, p. 74).

Manuel Álvares, na gramática, e Inácio Martins, na teologia, foram dos primeiros a trilhar este caminho: em 1594, é publicada, numa tipografia do Japão⁴⁹³, a chamada gramática japonesa do célebre jesuíta madeirense, *De institutione grammatica libri três. Coniugationibus accessit interpretatio lapponica* (Amacusa, 1594), com um título ampliado da sua gramática latina; e ao nome de Inácio Martins (a par do de Marcos Jorge) liga-se o catecismo que foi modelo da evangelização jesuítica, a *Doctrina Christã*, traduzido em tâmul, concani e kikongo (quicongo). *Dimidium facti, qui bene coepit, habet*. Os dois notáveis mestres, com larga fortuna editorial além-fronteiras, abrem o considerável elenco de personalidades (algumas alentejanas) da Universidade de Évora (cf. **Apêndice A**) que veio a envolver-se ativamente no plano do apostolado missionário que o Instituto de Loyola abraçava. De forma indireta, através de ação diplomática, ou direta, através de produção científica pedagógica ou envolvimento em cargos eclesiásticos (caso de D. Pedro Martins, primeiro bispo do Japão), a ligação indissociável da Universidade de Évora à atividade missionária na Índia, China, Japão, Brasil e Angola marca a história do ensino jesuítico português, sobretudo no campo do precetorado da língua portuguesa e no da aprendizagem de línguas extra europeias, dois campos de ação desde a primeira hora articulados com intenções catequéticas.

Reitera-se: ensino do português, por um lado, e, por outro, aprendizagem, quer das línguas que o P^e. Luís Fróis, primeiro historiador ocidental do Japão, qualificou de ‘copiosas e abundantes de vocábulos’ (Garcia, 1997: I, 416v), quer das que o P^e. António Vieira epitetou de “bárbaras e incógnitas” (1959: V, 382), referindo-se às ágrafas do Novo Mundo.

A necessidade de intérpretes e, por outro lado, as notícias carreadas pelos missionários sobre o poderoso meio de catecismo que era falar a língua indígena, condicionaram a política educativa ultramarina a agir nestas duas frentes, como medida profilática e europeísta de instaurar a comunicação para depois melhor se exercer o magistério. É disso elucidativo o testemunho do missionário P^e. Belchior Nunes Barreto (1520-1571): “*Hos que himos pera o Japão avemos de ter muyto cuidado de saber muito bem a limgoa, porque hé gramde meo [pera] – asi nós como os Padres que de Portugal vierem pera o Japão – poder muito fructificar, damdo-nos Deus Nosso Senhor aquela graça e espiritu que pera a empreza que nos imvia se require*” (apud Wicki, 1948: III, 137).

Longe de progredirem à margem uma da outra, as trajetórias das duas frentes confluíram no processo de sistematização gramatical das línguas extra europeias – em gramáticas, vocabulários e catecismos –, primeiro agenciado no plano do apostolado da língua materna, mais tarde, passada a época mental da cruzada, valorizado *de per si* no quadro das atividades de missionários jesuítas (e demais ordens).

3. ATIVIDADE LINGUÍSTICA

Foi no século XVII que se consolidou o momento decisivo da elaboração dos instrumentos pedagógicos destinados a fixar o uso das línguas de territórios do Oriente e do Ocidente, dispositivos de aprendizagem que foram as gramáticas e artes, os vocabulários e dicionários. Precedem-nos um primeiro momento editorial do

492 Entre as “Rezoens q dava o Infante [D. Henrique] pera fundar a Vniversidade”, o Pe. Baltasar Teles refere a de que “*muytos do reyno do Algarve, & da Provincia do Alentejo, deyxavam de estudar por lhes ficar Coimbra muy afastada*” (1647: II, 336).

493 Note-se que o estabelecimento da imprensa na Índia portuguesa (Goa) ocorreu em 1556. Cerca de três décadas mais tarde, missionários jesuítas levaram a imprensa europeia para Macau e, em 1590, foi transferida para Cancuza, Amacusa e Nagasáqui

género, por volta de meados do século XVI, a que pertencem os catecismos e cartilhas (ou cartinhas⁴⁹⁴), que, escritos nos próprios idiomas locais utilizados na missão, permitiam pregar aos nativos na sua língua e, supletivamente, alfabetizá-los no português⁴⁹⁵. Impressas umas e deixadas outras manuscritas, estas obras, de que os missionários foram promotores, começam a surgir no momento em que a política de expansão e difusão da língua portuguesa se vê reforçada pela ação dos agentes de ensino em prol da aprendizagem de línguas orientais e ameríndias.

Ao nível do ensino gramatical, a Universidade de Évora sai favorecida com vários nomes. Comece-se pelo precetorado da língua portuguesa. Na medida em que tal ensino estava cometido a um grupo de missionários multinacionais do mundo católico, cuja língua franca era o latim, tornava-se imperativo facultar-lhes o acesso a textos gramaticais acomodados ao idioma culto internacional. Compreende-se assim que o estimado gramático da Universidade de Évora Bento Pereira, que aí, porém, regeu filosofia e teologia, tenha escrito em latim uma gramática da língua portuguesa, a *Ars grammatica pro lingva lvsitana addiscenda* (Leão, 1672), que, podendo servir aos “domesticis”, visava diretamente acautelar o ensino do português às nações estrangeiras: “meus iste liber nuncupatur *Ars grammaticae* pro lusitanorum língua ab exteris nationibus addiscenda” (Pereira, 1672: a4). No prefácio “Ad lectorum”, de que se apresenta tradução portuguesa no **Apêndice B**⁴⁹⁶, o autor nomeia, quer os mercadores, agentes de intercâmbio linguístico, quer os missionários, agentes de alfabetização, os quais, facilitando-se-lhes a aprendizagem da língua portuguesa, assegurariam as suas refrações culturais.

No contexto da hegemonia do latim, destaca-se ainda o jesuíta madeirense Manuel Álvares, cuja célebre *Ars grammatica*, que alimentou muitas gerações de estudantes, fornecia métodos para a gramaticalização das línguas extra europeias, como vinha acontecendo para os vernáculos europeus (ou línguas vulgares). O exclusivismo da gramática latina alvaresiana como livro único seguido nos colégios dos jesuítas, aquém e além-fronteiras da Europa, justifica que uma sua versão ampliada com a declaração japonesa, como acima se referiu, tivesse surgido da parte de um ou de vários religiosos do colégio de Amacusa. Desta raríssima obra, cujos dois únicos exemplares conhecidos pertencem à Biblioteca Pública de Évora e à Biblioteca Angélica de Roma, as notícias dão-na, ou apenas como mais uma edição da gramática latina do P.^o Manuel Álvares, ou como a sua edição japonesa, embora a tradução se restrinja à conjugação verbal. A obra parece corresponder ao desejo de pôr ao alcance do leitor, reunidos num só volume manuseável, as regras da gramática latina, que por metonímia passou para os três livros *De Etymologia*, *De Syntaxi* e *De Prosodia* da arte de Manuel Álvares, e princípios da gramática japonesa, no caso, “De verborvm conivgatione” (1594: 12v), a partir da tradução de parte da matéria relativa à etimologia.

No âmbito da conjuntura editorial que a gramática do célebre mestre da Universidade de Évora alimentou durante vários séculos, é esta obra uma das suas versões produzida fora da Europa, com ampliação dos paradigmas das várias conjugações latina e portuguesa em mais uma terceira coluna para a tradução japonesa (cf. Fonseca, 2006: 222 e ss.). As línguas orientais, nomeadamente chinês e anamita, ligam-se, também, respetivamente, os nomes de Álvaro Semedo e Gaspar do Amaral, ambos discípulos da Universidade de Évora e ambos referenciados como autores de dicionários. A obra *Relação da grande monarquia da China*, de Álvaro Semedo, que, antes de impressa em português, saiu em espanhol, italiano, francês e inglês, teve mais sorte editorial que os seus dois dicionários manuscritos de português-chinês e chinês-português. Embora de autoria

494 Segundo M^o Cândida Drumond Mendes Barros, “As ‘cartinhas’ eram uma versão reduzida de um catecismo ao reproduzirem as fórmulas orais obrigatórias da Igreja, como orações em português e latim (...). As cartinhas se diferenciavam de um catecismo por conter o alfabeto. A combinação de método de leitura e texto doutrinário define esse tipo de obra como um ‘livro de exercitação de leitura com conteúdo moralizador’” (2003: 37).

495 A sua precedência aos outros instrumentos pedagógicos, gramáticas e dicionários, não é fruto do acaso. As seguintes observações de Justino Mendes de Almeida relativas ao português valem também para outras línguas: “Pedagogicamente incipientes [as obras do tipo das cartinhas], continham na língua cristã os princípios fundamentais da cristã doutrina. Foram elas, sem dúvida, o início dessa ação nobilitante de expansão do nosso idioma. Seguiram-se-lhe, gradualmente, novos instrumentos linguísticos, entre os quais sobressaem os vocabulários e dicionários, os quais pressupõem desde logo um estágio mais avançado no conhecimento da língua” (1982: 550).

496 Agradece-se esta tradução ao Dr. Edson Ferreira Martins, doutorando em Linguística da Universidade de Évora e docente da Universidade Federal de Viçosa (Brasil).

comprovada em vários registos bibliográficos⁴⁹⁷, desconhece-se a sorte que levaram, como se desconhece também o paradeiro de um dicionário da língua anamita atribuído a Gaspar do Amaral (em coautoria com o padre António Barbosa). Mas a sua notoriedade entre os “Portuguese Pioneers of Vietnamese Linguistics” (Jacques, 2002: 38) advém de obra mais conhecida. O dicionário de anamita-português-latim, *Dictionarivm annamiticvm lvsitanvm et latinvm* (Roma, 1651), publicado sob a autoria do jesuíta francês Alexandre de Rhodes (1591-1660), terá sido elaborado, segundo tudo leva a crer, com a colaboração dos padres Gaspar do Amaral e António Barbosa. Muito provavelmente, a redação da parte anamita e da parte portuguesa deste dicionário trilingue terá ficado por conta dos dois mencionados jesuítas portugueses, segundo as informações do preâmbulo “Ad lectorem”, assinado por Alexandre de Rhodes:

For this work, besides what I have learned from the natives during the almost twelve years I have lived in these regions, both in Cochinchins and in Tonkin, and by listening from the beginning to the teachings of Father Francisco de Pina – he was a Portuguese member of our little Society of Jesus, and a true master of the language, the very first among us to achieve a deep knowledge of this language and the first who could make use of it to preach – I drew mainly upon the works of Fathers Gaspar do Amaral and António Barbosa, who each composed a dictionary, the first starting with the Annamite language and the latter with Portuguese (trad. de Jacques, 2002: 12, n. 5).

Com Francisco de Pina à frente, pela antiguidade no tempo, os três missionários portugueses nomeados por Alexandre de Rhodes, terão sido destacados mestres de anamita, decerto com responsabilidades no processo de romanização linguística então operado no sistema de escrita chinesa.

Quanto ao envolvimento da Universidade de Évora na missionação do Brasil, onde a atividade linguística muito se distinguiu da empreendida no Oriente, por se tratar de dois espaços de missionação histórica e culturalmente diferentes, cabe ao alentejano Luís Figueira um lugar cimeiro, graças à sua *Arte da lingua brazilica* (Lisboa, 1621). Os vinte e seis anos que a separam da primeira gramática do tupi, da autoria de José de Anchieta (*Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, 1595), são também mensuráveis em distância epistemológica, já que a obra deste discípulo da Universidade de Évora é didaticamente mais estimável que a sua primogénita. Não sofrem dúvidas os termos em que o Superior Manuel Cardoso assina a “Aprovaçam” desta gramática: “& se deve ao P. Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta lingua brasilica costumã ter: naõ obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta, & confusa, como todos experimentamos” (Figueira, 1687).

4. DADOS SOBRE O PRESENTE DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Reservando para outro momento considerações mais desenvolvidas, adiantem-se alguns breves dados. Como se referiu no ponto 1, a Universidade de Évora, na atualidade, continua fortemente empenhada no fortalecimento das relações com os países de língua oficial portuguesa, bem como todos os interessados no estudo da língua, literatura e cultura portuguesas. Disso é testemunho a criação institucional de um comissariado para as relações com os PALOP, Timor-Leste e Brasil – atualmente a cargo do Prof. Doutor Diogo Figueiredo -, bem como os muitos convênios de cooperação que têm vindo a ser firmados com universidades daqueles países.

Acresce a atividade que, no âmbito da difusão e estudo da língua portuguesa, tem vindo a ser empreendida no seio do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. Mencione-se, a título de exemplo, as várias missões de ensino de docentes da UÉvora, integradas no programa de apoio ao desenvolvimento da República de Timor-Leste, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), das quais se destaca a participação na Licenciatura em Ensino de Língua Portuguesa da Universidade de Timor-Leste em cooperação com o Instituto Camões. Paralelamente, são desenvolvidas atividades de investigação no Brasil e em países do Oriente, nomeadamente na Índia (Estado de Goa). Quanto ao Brasil, merece relevo o recente I Simpósio Mundial de Estudos em Língua Portuguesa, coorganizado pelas Universidades de São Paulo (USP),

497 Entre outros, veja-se, por exemplo: “P. Alvarez Semedo (...) prepared a dictionary both Chinese-Portuguese and Portuguese-Chinese, but death prevented him from finishing it and it was never printed” (Couling, 1991: 302).

Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e Universidade de Évora, com a presença de mais de um milhar de investigadores de todo o mundo (São Paulo, 1 a 5 de setembro de 2008).

A existência de vários convénios com universidades brasileiras e africanas permite, entre outras atividades, a presença de mestrandos e doutorandos oriundos destes países, que na Universidade de Évora, cursam estudos de Língua Portuguesa, facto também testemunho da dinâmica que a Universidade tem vindo a imprimir neste domínio de investigação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Justino Mendes de (1982) "Missionação e difusão da língua portuguesa no mundo" in *Presença de Portugal no Mundo*, 549-554, Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Álvares, Manuel (1594) De institvione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio lapponica, In Collegio Amacvsensi Societatis Iesv.
- Barros, M^a Cândida Drumond Mendes (2003) "Notas sobre os catecismos em línguas vernáculas das colónias portuguesas (séculos XVI-XVII)" in *Iberomania* vol. 57-1, 27-63.
- Couling, Samuel (1991) *The encyclopaedia sinica*, Hong Kong: Oxford University.
- Fonseca, M^a do Céu (2006) *Historiografia linguística portuguesa e missionária. Preposições e posposições no séc. XVII*, Lisboa: Colibri.
- Garcia, José Manuel (dir.) (1997) *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreverão dos reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa, des de anno de 1549 até o de 1580*, 2 vols., Ed. Fac-similada, Maia: Castoliva Editora.
- Gomes, João Pereira (1960) *Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1759*, Évora.
- Guerra, M^a Luísa (2005) *A Universidade de Évora: mestres e discípulos notáveis (séc. XVI ~ séc. XVIII)*, Évora.
- Jacques, Roland (2002) *Portuguese pioneers of vietnamese linguistics / Pionniers portugais de la linguistique vietnamienne*, Bangkok: Orchid Press.
- Machado, Diogo Barbosa (1965-1967), *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols, Coimbra: Atlântida Editora.
- Pereira, Bento (1672) *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*, Lvgdvni: Sumptibus Lavrentii Anisson.
- Rodrigues, Francisco (1917) *A formação intelectual do jesuíta*, Porto: Liv. Magalhães & Moniz.
- Silva, Augusto da (1991) "A segunda universidade portuguesa. A Universidade de Évora" in *Anais da Universidade de Évora* vol. 1, 13-31.
- Teles, Baltasar (1647) *Chronica da Companhia de Iesv na provincia de Portugal* 2^a Parte, Lisboa: Paulo Craesbeeck.
- Sousa, Francisco de (1978) *Oriente conquistado a Jesus Cristo*, Porto: Lello & Irmão.
- Veloso, José M^a de Queiroz (1949) *A Universidade de Évora. Elementos para a sua história*, Lisboa.
- Vieira, António (1959) *Sermões*, vols. I-XV, Porto: Lello & Irmão.
- Wicki, José (1948-1988) *Documenta Indica*, vols. I-XVIII, Monumenta Historica Societatis Iesu, Roma.

6. APÊNDICE A

PERSONALIDADES DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA LIGADAS À ATIVIDADE MISSIONÁRIA, 1559-1759 (ÁREA DAS HUMANIDADES)

Afonso Mendes (1579-1656)

Alentejano, natural de Borba, recebeu a borla doutoral em Teologia na Universidade de Évora e aí regeu Escritura. Dele faz ilustre memória o P.^e Baltasar Teles na obra História geral da Ethiopia, que transcreve diversas cartas de Dom Afonso Mendes sobre as suas atividades apostólicas na missão da Etiópia, para onde fora ordenado como Patriarca. Muitas destas cartas manuscritas de D. Afonso Mendes, com relatos da pregação do evangelho na Etiópia, testemunhos das missões na Índia, notícias sobre a vida monástica no Oriente, instituidores e pregadores, podem ler-se na "Coleção das cartas anuais das Missões da Etiópia, pertencente ao Arquivo Distrital de Braga.

Álvaro Semedo (1585-1658)

Natural de Nisa, estudou Filosofia na Universidade de Évora e no Colégio de Goa.

A sua Relação da propagação da fé no reyno da China e outros adjacentes é o título original da obra que, traduzida em várias línguas, saiu em português com o nome Relação da grande monarquia da China. Sobre a obra lexicográfica deste Autor escreveu Francisco Rodrigues: “Dois vocabularios copiosissimos um chinês-português e outro português-chinês compô-los o grande missionario Álvaro Semedo; mas nenhum delles, pela morte do auctor, logrou a boa sorte de vir á luz” (1917: 363).

António de Magalhães (1591- ...)

Mestre de Filosofia e de Teologia na Universidade de Évora, onde também se doutorou, os registos biográficos apresentam-no como professor de Teologia no Colégio de São Paulo de Goa.

António Francisco Cardim (1596-1659)

Nasceu em Viana do Alentejo, professou na Companhia de Jesus em Évora, e veio a falecer em Macau, depois de intenso apostolado no Oriente. Além da atividade de missionação, a sua extensa obra sobre o apostolado jesuítico no Oriente tem o valor de fonte histórica. Entre a abundante literatura de missionação escrita em português desde finais do século XVI e intensamente durante o XVII, figura o nome deste sacerdote jesuíta, que, a par de autores como Luís Fróis, João de Lucena ou Francisco de Sousa, registou em cartas, relações e relatos de viagem a gesta da Companhia de Jesus na China e Japão.

Baltazar Teles (1595-1675)

Mestre de retórica na Universidade de Évora (e noutros colégios da Companhia), de quem fez agradecida memória o discípulo D. Francisco Manuel de Melo, é autor de textos de importância maior: História geral da Ethiopia a Alta ou Abassia do Preste Ioam e do que nela obraram os padres da Companhia de Jesus (Coimbra, 1660), elaborada a partir de textos anteriores e de testemunhos de quem participou na missão etíope; Chronica da Companhia de Iesv na provincia de Portugal (Lisboa, 1645-1647).

Bento Pereira (1605-1681)

Natural de Borba, estudou e regeu várias matérias na Universidade de Évora, cidade onde viria a falecer. Foi notável cultor das línguas latina e portuguesa, com intensa atividade linguística no campo da lexicografia (veja-se a Prosodia in vocabularivm trilingve latinvm, lvsitanicvm, et hispanicum digesta, [Évora, 1634] e as suas várias edições eborenses), no da ortografia (Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia [Lisboa, 1666]) e no da gramática (Ars grammatica pro lingva lvsitana addiscenda [Leão, 1672]). Estas variadas facetas, cada uma valorizada de per si, conferem também unidade à atividade pedagógica do mestre do Colégio do Espírito Santo de Évora.

Fernão Guerreiro (1550-1617)

Almodovarense de nascimento e estudante da Universidade de Évora, o P^e Fernão Guerreiro, que missionou por vários anos em Portugal e nas Ilhas, deixou registada a gesta dos seus irmãos de ofício em 5 volumes de Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e do Brasil nos anos de 1600 a 1609 (Évora / Lisboa, 1603-1611). Aqui está patente, em diversos momentos, a preocupação com a aprendizagem das línguas autóctones, que decorria da própria atividade de missionação.

Francisco Barreto (1608-1663)

Nasceu em Montemor-o-Novo e recebeu a roupeta da Companhia de Jesus no Colégio do Espírito Santo, em Évora. Conhecido por “missionário do Malabar” (como, aliás, outros irmãos de ofício), publicou em italiano, em 1645, uma Relação da Província do Malabar, depois traduzida em francês.

Francisco Botelho (1648-1707)

De estudante da Universidade de Évora, passou a mestre de Filosofia e Teologia na mesma Universidade. Toda a sua atividade missionária foi desenvolvida no Brasil.

Francisco Dias (1575-1613)

Natural da região Alentejo (Vale do Peso, Crato), foi estudante e mestre na Universidade de Évora. Na Índia, teve iguais funções de lente no Colégio de São Paulo de Goa, onde faleceu.

Francisco Ferreira (1591-1649)

Aluno e mestre na Universidade de Évora, faleceu em Goa, onde missionou.

Francisco Garcia (1580-1659)

Natural da região Alentejo (Alter do Chão) e estudante da Universidade de Évora, esteve ligado ao Padroado no Oriente como reitor dos colégios de Baçaim e de São Paulo de Goa, e como arcebispo de Cranganor.

Gaspar Afonso (... -1618)

Natural de Serpa, ditou Teologia na Universidade de Évora durante vários anos. A Relação da viagem e sucesso que teve a nau S. Francisco em que ia por capitão Vasco da Fonseca na armada que foi para a Índia no ano de 1596 deste missionário navegador, que faz parte de um género peculiar da literatura de viagens – os relatos de naufrágios –, é a narração de uma atribulada viagem que, com destino à Índia, terminou nas “Índias de Colombo”.

Gaspar do Amaral (1592-1645)

Estudou Teologia na Universidade de Évora e desenvolveu notável ação apostólica no Oriente, nomeadamente, em Macau, Japão, China e Cochinchina, onde terá elaborado, com António Barbosa, o Dicionario da lingua annamitica (cf. Machado, 1966: II, 332). Este dicionário, hoje desconhecido, corresponderá às versões portuguesa e anamita do famoso trilingue Dictionarivm annamiticvm lvsitanvm et latinvm (Roma, 1651), dicionário a três mãos, supondo que ao jesuíta francês Alexandre de Rhodes coube o acrescento da parte latina.

Inácio Martins (1531-1598)

Doutor em Teologia pela Universidade de Évora, tornou-se uma figura popular pela sua famosa Cartilha, conjunto de aditamentos ao catecismo Doutrina cristã do P.^e Marcos Jorge, cuja difusão nos domínios do padroado português ocorreu desde a segunda metade do século XVI e durante todo o primeiro meio do XVII.

Jerónimo Rodrigues (... - ...)

Natural de Montemor-o-Novo, regeu Latim na Universidade de Évora. Missionário no Oriente (Japão, Tidor, Macau) durante a segunda metade do século XVI, tendo falecido em Macau, é-lhe atribuída a autoria de um catecismo malaio: “& para instruir a todos compoz o Padre [Jeronymo Rodriguez] à imitação de S. Francisco Xavier hũa breve declaração da doutrina na lingua Malaya (...) e foi grande o fruto, que resultou desta obra” (Sousa, 1978: 1106).

João Cortês (1714-1784)

Natural da região Alentejo (S. Vicente, Elvas), foi aluno e mestre na Universidade de Évora, tendo exercido atividade apostólica no Brasil.

João de Brito, São (1647-1693)

Fez estudos em Évora e Coimbra.

É uma figura emblemática da evangelização jesuítica, cujos sacrifícios, tribulações e martírio lhe conferiram o epíteto de “o Francisco Xavier português”.

João de Lucena (1550-1600)

Mestre de Filosofia na Universidade de Évora, é tido por clássico da literatura portuguesa, autoridade citada por Bento Pereira no seu Thesovro da lingoa portvgvesa (Lisboa, 1647), sob a rubrica “Avthores portvgveses, os qvae todos se leram pera fazer este Vocabulario”. A sua História da vida do Pe. Francisco Xavier e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesus, traduzida em várias línguas, tem servido de fonte ao estudo da missão portuguesa no Oriente.

Luís Figueira (1585-1643)

Natural de Almodôvar e estudante da Universidade de Évora, é uma figura incontornável dos estudos linguísticos do tupi. A sua Arte da lingua brazilica (Lisboa, 1621) foi re-editada na segunda metade do século XVII, em 1687, alterado o título para Arte de grammatica da lingua brasilica, o que sugere o seu efetivo trânsito escolar. A licença de impressão da gramática de Luís Figueira (edição de 1687) foi assinada pelo Provincial Alexandre de Gusmão, que anuncia “emendas, & additamentos”, confirmados na aprovação de Lourenço Cardoso, mestre da língua tupi: “vi esta emenda dos erros que a impressão causou na Arte da lingua brasilica do Padre Luis Figueira de nossa Companhia: & achei estar no verdadeiro estilo da lingua brasilica, & com mais clareza tudo o emendado”.

Manuel Álvares (1526-1583)

Mestre de gramática na Universidade de Évora, cidade onde viria a falecer, pode considerar-se o mais célebre gramático português da língua latina, cuja obra De institvione grammatica libri três (Lisboa, 1572) constituiu o regimento dos estudos latinos no período em que a disciplina pedagógica dos jesuítas se encontrava mais fortalecida e exclusivista. Com centenas de edições e uma legião de comentadores, glosadores e reformuladores, que ficaram conhecidos por “alvaristas”, esta gramática foi parcialmente traduzida em japonês em 1594 (De institvione grammatica libri três. Coniugationibus accessit interpretatio lapponica) para uso dos missionários do Japão.

Manuel Soares (1596-1654)

Natural de Elvas, professou na Companhia de Jesus, em Évora, cidade onde veio também a falecer. O nome deste iniciano aparece ligado à obra catequística em África, nomeadamente como mestre do Colégio dos Jesuítas de Luanda.

Pedro Martins (1541-1598)

Mestre de Teologia na Universidade de Évora, missionou no Oriente, onde foi superior provincial e bispo do Japão.

Rodrigo de Figueiredo (... -1642)

Natural de Coruche, cursou Filosofia na Universidade de Évora e missionou na Índia e China. Atribuem-lhe os registos biográficos autoridade na língua chinesa.

7.APÊNDICE B

Ao leitor⁴⁹⁸:

Eis aqui, cândido leitor, [a obra] que, em outro tempo, ainda jovem, antes dos trinta anos, compus como Prosódia, e que recentemente, já com sessenta e três anos, denominei Gramática da Língua Portuguesa, que te ofereço para que aprendas — caso sejas estrangeiro —, ou para que te corrijas — caso sejas português⁴⁹⁹.

A força que me levou a realizar a primeira obra é a mesma que me impeliu a [elaborar] esta. Impellido por ela, eu, que sempre ardi de amor por minha nação, entristecia-me deveras porque, enquanto quase todas as nações da Europa fossem já ricas em dicionários, só a nação portuguesa — que é fértil tanto na prática da guerra, como na da literatura — trabalhasse na falta daqueles e que, por conseguinte, nossa língua, que é certamente riquíssima de palavras, fosse julgada de maneira desonrosa como pobre.

Verdadeiramente com o amor da pátria em mim, não deixando que a idade me arrefeça, senão que mais e mais me inflame, nestes últimos tempos, em que vejo Portugal de boa vontade repousar na paz, depois de ter guerreado venturosamente, e a relacionar-se com todas as nações que estão sob o céu, e o nome de Cristo ser louvado, muito lastimei faltar aos portugueses a arte⁵⁰⁰ em que proponham aos estrangeiros aprender a sua língua.

De facto, é de se esperar um máximo proveito em assuntos espirituais e mundanos⁵⁰¹, pela facilidade de se aprender a nossa língua; para que os mercadores nos enriqueçam com seus meios e por nós sejam enriquecidos;

498 Tradução portuguesa do prefácio “Ad lectorum” de *Ars grammatica pro lingua lvsitana addiscenda* (Leão, 1672), de Bento Pereira.

499 No original, o adjetivo usado é *domesticus*.

500 Entendida aqui como *ars grammaticae*.

501 *Temporalibus*, no original.

para que cheguem até os confins da Terra os pregadores e o Império Português, e enriqueçam as nações bárbaras com os bens espirituais do Evangelho.

Às repetidas preces dos amigos, graças às quais não desanimei, juntou-se a interseção do nosso Reverendo Pai Todo-Poderoso, a quem foi necessário dar as mãos.

Devo confessar ter tido parte nesta obra, [de modo] não apenas importante mas também especial, o Doutor Padre Emanuel Luís, de nossa Sociedade, que, como é do seu costume, com ferventíssimo zelo por toda a nossa Sociedade e pelo crescimento de todo o Portugal, mandou-me muitos e ótimos documentos, que certamente não estão longe das insignes obras sacras e humanas do Doutor.

Confesso também que, me propondo [a elaborar] esta obra, duas coisas, contrárias entre si, pudessem ter-me dissuadido: a saber, a dificuldade e a facilidade. Com efeito, creio que postular regras corretas de falar a outra nação é tão difícil quanto fácil é apontar aquelas que se afastam do que é correto. Em verdade, se até os mais experientes, em se lhes dando normas, podem errar, que os inexperientes e, mais ainda, os meninos de sete anos, possam perceber seus erros na língua materna e escarnecer deles.

Decidi entretanto ousar, com amor pela pátria e pelo que é bom, desviando-me de qualquer medo de desonra. Advertido disso, douto e sincero leitor, gostaria que acrescentasses o que entendas estar faltando; que corrigisses o que julgares errado; e que perdoes a este sincero e inocente autor.

Adeus.

71) M^a JOSÉ DOS REIS GROSSO

M^a José dos Reis Grosso é professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, doutorada em Linguística Aplicada (2000) com a dissertação *“O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”*, trabalho resultante da sua permanência em Macau (1989-1999) como docente na Universidade de Macau e como diretora do Centro de Língua Portuguesa no Instituto Português do Oriente. Mestre em Linguística Portuguesa Descritiva (1987) com a dissertação: *A construção No V Que F – ind e Licenciada em Filologia Clássica*. Tem lecionado na Universidade de Lisboa e na Universidade de Macau seminários no âmbito do Mestrado ligados ao ensino/Aprendizagem do Português (LE/L2), designadamente *Didática de PLE/PL2, Ensino, Aprendizagem, Avaliação (PLE/PL2)* e ainda as disciplinas de *Linguística Aplicada ao Ensino de Português (PLE/PL2), Gramática e Comunicação e Sintaxe* na Licenciatura em *Língua e Cultura Portuguesa (PLE/PL2)* dos Estudos Portugueses e Lusófonos. As suas áreas de estudo e de leção centram-se na Linguística Aplicada ao Ensino de Português (PLE/PL2) e nas áreas referenciais a ela ligadas, nomeadamente Português para fins específicos, Português em contextos de acolhimento, Metodologias de Ensino de Línguas; Ensino, Aprendizagem, Avaliação (PLE/PL2), Didática das Línguas e Estudos Interculturais; nas áreas referidas, tem orientado teses de mestrado e de doutoramento, desenvolvido projetos, escrito artigos vários, elaborados manuais,

A LÍNGUA PORTUGUESA: ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE OUTROS MODOS DE ESTAR E DE SER, M^a JOSÉ DOS REIS GROSSO, UNIVERSIDADE DE LISBOA, [PORTUGAL]

A aprendizagem das línguas faz parte de uma educação intercultural que procura promover a interação e o diálogo entre falantes de línguas diferentes. É neste contexto, e seguindo as orientações da UNESCO (2003), que a aprendizagem de línguas não se deverá limitar a *simples exercícios linguísticos*, mas constituir-se como espaço de reflexão sobre outros modos de estar e de ser, outras mentalidades, outros costumes, valores, outras vivências. Seguindo a perspectiva de Beacco (2000), apresentar uma língua estrangeira na sala de aula é, do ponto de vista linguístico, facilitado por elementos que, além do professor, podem ser “transportados”, como os dicionários e as gramáticas; já o mesmo não acontece com os aspetos culturais, embora estes sejam facilmente dissociados da língua, não são acompanhados de uma gramática cultural de referência, nem são facilmente descritos; além disso, a transmissão pedagógica de cultura /culturas é cada vez mais complexa na aula de língua estrangeira, não só porque o conceito de cultura é fluido e polissémico, mas também porque o que geralmente é

apresentado nos materiais pedagógicos corre o risco de ser distorcido por estereótipos, generalizações marcadas temporalmente ou ligadas às representações mentais dos autores sobre língua ou sobre cultura.

A promoção do ensino e aprendizagem da língua portuguesa faz emergir a necessidade dum espaço de reflexão sobre outros modos de estar e de ser, como meio de consciencialização sobre o conhecimento do seu mundo e aceitação das manifestações dos diferentes saberes provenientes das diversas formas do conhecimento declarativo (Conselho da Europa, 2001:147), englobando o conhecimento do mundo resultante de várias fontes de informação e de modos de apropriação dos conhecimentos (empírico e/ou académico...), a consciência intercultural, o conhecimento sociocultural que integra inúmeros aspetos relacionados com a vida quotidiana, condições de vida, relações interpessoais, valores, crenças, atitudes, convenções sociais e ainda o conhecimento artístico, literário, científico, técnico ou outros. É desta rede complexa que resulta o entendimento intercultural e uma comunicação efetiva que ultrapassa as fronteiras geográficas. Ao longo dos anos, a focagem sobre os fenómenos interculturais, as diferentes conceções de cultura, a par das teorias linguísticas, têm construído novos paradigmas de Ensino-Aprendizagem das línguas, ideologicamente marcados pela promoção da diversidade cultural e pela intercompreensão, modificando modelos e práticas pedagógicas que se centram em desenvolver no aprendente a vontade de viver em contextos pluriculturais. Esta abordagem intercultural é interacional, autorreflexiva, crítica e construtiva e, de acordo com Defays (2003:78), aciona uma dialética entre o universal e o particular, permitindo coordenar e ultrapassar diferenças culturais. A construção deste novo olhar, desde há muito anunciado, faz convergir várias áreas disciplinares, prevendo-se uma conceção diferente de investigação e formas criativas de aprender-ensinar línguas.

O ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas passa por estádios de proficiência muitas vezes considerados *neutros* por corresponderem a frases ou sequências *que traduzem* determinadas necessidades de sobrevivência, correspondendo o primeiro nível às necessidades básicas de sobrevivência. O conhecimento do português nas suas dimensões múltiplas, em diferentes contextos, pertence aos últimos níveis de referência, os quais permitem a comunicação plena com transmissão de pensamentos e de sentimentos e a descodificação de implícitos que nascem dos usos em determinados contextos e que trazem ecos da mundividência e das especificidades do modo de ser de estar e de agir numa determinada comunidade. Esta noção de língua é plural e “enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português”⁵⁰², refletindo também valores de memória.

Macau, Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), é um diminuto território que tem aumentado de área devido aos sucessivos aterros, tendo atualmente, segundo fontes oficiais, 29,2 km², de acordo com os Serviços de Estatística e Censos, em junho de 2008, cerca de 552.000 habitantes, sendo a maioria de etnia chinesa (94%), falante de cantonês; prevê-se que a percentagem dos portugueses que vivem em Macau (RAEM) não ultrapasse os 2%. É um espaço cosmopolita que mantém, depois da transferência de soberania de Portugal para a República Popular da China, em 20 de dezembro de 1999, não só as suas tradições culturais, mas também características sociais e económicas, segundo o princípio “um país, dois sistemas” estabelecido na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Este território é também, por excelência, o lugar da diversidade, *uma encruzilhada do passado e da modernidade* que ultrapassa em todas as esferas, designadamente no domínio arquitetónico e social, o imaginário dos portugueses que residiram neste território antes de 1999. A composição étnica tradicional de Macau, portugueses europeus, chineses e macaenses (ou portugueses de Macau)⁵⁰³ sofreu alterações profundas nas últimas décadas, sendo necessário captar as transformações e o aparecimento de novos públicos num outro tipo de estudo.

Desde o séc. XVI, Macau é um lugar singular de coexistência pacífica de diferentes línguas e culturas, com elementos de muitas proveniências, não só da China e de Hong Kong (Região Administrativa Especial da República Popular da China), mas também dos países da região (Tailândia, Filipinas, Malásia, Japão, Vietname,

502 cf. Lei n.º 107/01 de 8 de setembro de 2001.

Disponível em http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n

503 Segundo Amaro (1988:56), “o grupo dos macaenses detém alguns padrões bem demarcados dos chineses e também do dos metropolitanos, fruto de aculturação de múltiplas etnias que convergiram naquele pequeno território”.

Coreia,..) e de outras partes do mundo. Com representações de várias culturas, algumas alicerçando-se principalmente na antiguidade de relações históricas e políticas com caráter mais permanente como o caso de Portugal com Macau (RAEM), outras de caráter transitório, resultando de situações militares em que o território se tornou um espaço de acolhimento, *um centro de refugiados aberto a todos os chineses e estrangeiros, independentemente de quaisquer preocupações de ordem política ou social, em momentos de aflição e necessidade*⁵⁰⁴ através dos tempos, muitas outras relações culturais e de natureza vária nascem pelas mudanças económicas e políticas, independentemente da aproximação de vizinhança geográfica, proximidade cultural, pois são germinadas no mundo global da comunicação das relações económicas, turísticas, institucionais...

O motivo para aprender uma determinada língua tem um papel direto e significativo no contexto formal, a importância da motivação para iniciar a aprendizagem numa língua estrangeira está largamente documentada no Ensino-Aprendizagem das línguas (Ur, 1995), entre os grupos e subgrupos conceituais ligados a esta temática, é aludida a dicotomia entre motivação intrínseca e extrínseca conforme o incentivo é ou não exterior ao próprio indivíduo, geralmente explicitados por conceitos como motivação instrumental versus integrativa. Entre as razões para estudar português em Macau era recorrente citar-se, na década de 80, que a aprendizagem da Língua Portuguesa era sobretudo por vantagens económicas e profissionais (motivação instrumental), como refere Ló (1989), estudam português para “encontrar melhor emprego, especialmente nos serviços do Governo”; já na década de noventa há uma motivação ligeiramente diferente surgindo a utilidade de aprender mais uma língua estrangeira (Filipe, 1995:362), ou estudar mais uma língua é útil (Grosso, 1999:227), motivo que, passados cerca de dez anos, mantinha um significado semelhante, contribuindo para um enriquecimento pessoal (Godinho, 2005) (motivos relacionados com a área profissional presente ou futura, respondendo às novas exigências do mercado de trabalho que valoriza o conhecimento e competências comunicativas em línguas estrangeiras).

Estes dados pareciam já estar em conformidade com o conteúdo dos textos emanados do Conselho da Europa, sobre a importância de saber línguas e as suas implicações na mobilidade internacional dos indivíduos e na cooperação em todas as esferas como a educativa, científica, comercial e tecnológica. Dos textos do Conselho da Europa, publicados em português (tradução), depois de 2000, sobressai a projeção e divulgação do Quadro Europeu Comum de Referência (2001); neste se recomenda a aprendizagem de línguas como forma de responder às necessidades multilingues e multiculturais, de modo a aproximar os povos pela comunicação, prezando a identidade e diversidade cultural, reduzindo as desvantagens do monolinguismo e o uso de uma só língua, causa de ostracismo e de desentendimento entre quem fala línguas diferentes.

A presença da língua portuguesa, embora muito discreta, sempre foi uma presença constante no território de Macau (RAEM); contudo, nunca foi sentida como tal; quem chegava a esta cidade ainda sob administração portuguesa, na década de oitenta ou noventa, transportava a representação da comunicação quotidiana numa cidade portuguesa, em que o português, principalmente a vertente da produção oral, que é o eixo da vida social, deveria ser ouvida regularmente na rua, nos espaços de convívio, e em todos os domínios sociais. Sucede, no entanto, que o *diálogo cultural* tantas vezes repetido na história do território dar-se-á *sobretudo* pelo silêncio e pela convivência pacífica entre a milenar civilização chinesa e os hábitos, crenças, instituições, técnicas e saber dos portugueses (Loureiro, 2005).

Neste âmbito, a comunicação oral em língua portuguesa, na vida quotidiana, vista de forma massiva, e entendida como base do diálogo e da interação para troca de ideias não teve representação significativa. Em situação não muito diferente, está a língua inglesa, embora haja um crescendo de falantes dessa língua que há muito está no território e é usada como língua de ensino em algumas instituições, e tem uma forte divulgação através dos média, como língua de negócios, de turismo, de atendimento ao público.

Mas a existência da língua na sua forma escrita (além de toda a documentação ligada ao direito, à administração e ao funcionalismo público), é visível nas placas com os nomes das ruas em português, *Rua da Felicidade, Rua da Praia Grande, Rua das Estalagens, RUA DA PALHA, Rua dos Mercadores, Rua das Virtudes, Rua dos Vendilhões, Rua das Lorchas, Rua Camilo Pessanha*, nomes justapostos a outros em chinês e com outro significado que, neste

504 cf. Estorninho (dir.), (1971:861).

espaço, parece não se identificar completamente com a explicação de Calvet (1988) para os traços linguísticos toponímicos da colonização, mas antes representando simbolicamente esta forma de união silenciosa de culturas em que a língua portuguesa se associa indubitavelmente a outras formas de ver o mundo e a outras formas de estar; aliás os nomes das ruas em português, juntamente com os nomes das lojas, dos anúncios e de outras formas publicitárias são, segundo Calvet (2002), também um instrumento de planificação/planeamento de política linguística para promoção, imposição, defesa de determinada língua ou neste caso, para a evocação da presença de mais de quatro séculos da Língua Portuguesa no território. Os letreiros de Macau (RAEM), frequentemente fotografados e lidos, referentes a estabelecimentos comerciais ou afins com o seu vocabulário já não usado em Portugal, trazem-nos à memória significados de realidades passadas que são reavivadas no contexto chinês, como é o caso de letreiros como Quinquilharias *Chap Cheong* (loja de artigos miúdos e variados); *Tchung King Casa de Pasto*; *Algibebes Fó Kei*, (Martins, 1993:185 -186) ou significados inusitados como o *Barraqueiro Chao Seng Hap* que “significa o homem que fornece e faz a montagem dos andaimes de bambu” (Oliveira, 1999:107), refletindo este uso da língua portuguesa aspetos ligados ao modo de viver e de pensar chinês; essa maneira muito particular de atribuir nomes às lojas e estabelecimentos em português em que se procura o que seria uma tradução literal da realidade (geralmente de forma não sintética) é manifesta também em Portugal em 2005, nas lojas chinesas; são exemplo alguns nomes das lojas de Aveiro como o *Super Bazar Vestuário loja*, o *Wang Te Comércio de Artigos Chineses*, o *Chinês Loja* e a *Casa China*, (Bendiha, 2005).

Por razões políticas, históricas, sociais e culturais, a prática efetiva de interação oral e do diálogo em português, como já foi referido, nunca foi implementado; as necessidades de comunicação, a nível da oralidade, foram tradicionalmente resolvidas pela comunidade macaense, bilingue. A preocupação com a defesa da correção da língua portuguesa escrita foi, no entanto, objeto de campanhas que visavam o *português escrito correto*, como a que foi levada a cabo, em 1954, pelo Almirante Marques Esparteiro: “*pôr em português correto as muitas tabuletas, letreiros, nomes de casas comerciais e industriais, cujas palavras, por descuido ou ignorância dos seus proprietários, na sua grande maioria chineses, não se achavam escritas em grafia correta*”.⁵⁰⁵ No património material, a representação da língua e da cultura portuguesa tem um peso significativo pela sua imutabilidade no tempo, sendo expressiva como produto duma vivência comum e dos diversos pactos de amizade e contactos culturais estabelecidos ao longo dos anos. São testemunhos as Ruínas de São Paulo, conhecidas como símbolo de Macau (incluídas no Centro Histórico de Macau, que por sua vez foi incluído na Lista do Património Mundial da Humanidade da UNESCO em 15 de julho de 2005), e ainda muitos outros como o Farol da Guia (localizado, juntamente com a capela de Nossa senhora da Guia no interior da Fortaleza da Guia, séc. XVII), as Portas do Cerco, o Clube Militar, o Edifício do Leal Senado (“*Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, Não Há Outra Mais Leal*”), e ainda a calçada portuguesa; como património imaterial⁵⁰⁶ é de salientar o patuá, termo que, segundo Baxter⁵⁰⁷, poderá ter sido introduzido por religiosos no século XIX, quando se referiam *a vertentes de línguas coloniais faladas por não-europeus*.

Considerando este texto um contributo para a reflexão sobre a língua portuguesa como modo de ver outras formas de ser e estar centradas no território de Macau, é imprescindível uma referência, ainda que breve, a este crioulo macaense, também chamado de *patuá*, *doci papiaçam di Macau*, *língua maquista*, *papia cristam di macau*, *lingu nhonha*⁵⁰⁸, que recebeu cada vez mais influência do chinês a partir do século XIX, apesar de se ter acentuado o desaparecimento progressivo na 1ª metade do século XX. Com o aumento da escolaridade em português, o *patuá* foi socialmente secundarizado, tornando-se cada vez menos falado em Macau, resistindo porém durante algum tempo nas comunidades imigradas de Hong Kong e Xangai. Do crioulo ficaram textos escritos publicados e anotados por João Feliciano Marques Pereira na Revista *Ta Ssi, Yang-Kuo* e reunidos por Danilo Barreiros na revista *Renascimento* (Batalha, 1988:120). Foram ainda criados textos em crioulo por José dos Santos Ferreira, Adé, e reunidos em *Papiaçam di Macau*. Ressurgiu ainda, revitalizado, na década de 90 pelas

505 cf. Macau, Boletim Informativo da Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral, Secção de Propaganda e Turismo, ano I, n° 18 de 30 de Abril de 1954, p. 6.

506 cf. Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial (2003). Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF-pdf>

507 cf. “O Português na China dos Casinos” in Revista Língua Portuguesa - 07/2008 - Edição 33, online, Disponível em <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11552>

508 cf. Gaião (2007)

atuações do grupo de teatro Doci *Papiaçam* di *Macau*, dinamizado pelo dramaturgo e encenador Miguel de Senna Fernandes. Derivado do crioulo de Malaca, e tendo influências malaias, chinesas, japonesas e indianas, era falado essencialmente no domínio privado, familiar, pelas mulheres; expressava uma cultura híbrida e refletia a realidade do espaço doméstico, sendo rico o léxico ligado à culinária.

Na base da riqueza vocabular do patuá esteve sempre, segundo Batalha (1988:7), o português da época, *que ao tempo já ganhara raízes na África, na Índia, e mesmo em Malaca donde passou a Macau*; a influência da língua chinesa no patuá, segundo a mesma autora, é significativa, mas relativamente recente, vindo a influência principalmente da mãe, da ama ou da serviçal doméstica; é esta a língua das pequenas rotinas quotidianas, usada em casa ou no círculo restrito de amigos, funcionando como espelho de uma cultura plural onde também estavam presentes aspetos duma matriz portuguesa. No século XX, há uma aproximação da comunidade macaense à comunidade chinesa, com um maior número de casamentos entre as duas, a assimilação de comportamentos culturais chineses por parte dos macaenses e a adoção de muitos termos da língua chinesa que caracterizam, hoje, o falar macaense. Dos bens que integram o património cultural, a língua portuguesa é um elemento essencial refletindo valores de memória, antiguidade, repositório de um longo e continuado diálogo com outras culturas; as palavras registadas em português são identificadoras duma realidade específica, única, com valor evocativo sem comparação no uso da língua.

Na conjuntura internacional, mudanças sociais, políticas e culturais criam a necessidade duma maior mobilidade de bens e de pessoas, necessidade também duma maior interação; as relações políticas e económicas entre a China e Portugal são também vistas pelo barómetro da motivação dos falantes de língua materna chinesa para a aprendizagem do português. No período pós-99, o interesse pela língua portuguesa ganhava novas facetas e podia ser visto por outros prismas, contribuía para uma identidade própria de Macau e de macaense, conceito este, lato e abrangente, podendo ser entendido agora como *todos aqueles que vivem ou gostam de Macau*; este novo conceito fazia da diversidade linguística uma nova família com muitas línguas, cruzada de culturas, mas partilhando um espaço comum e tendo traços da mesma.

Efetivamente, uma língua sem falantes ativos fica como essência, como memória e de facto quase tudo o que foi escrito sobre a presença da língua portuguesa em Macau apontava para o desaparecimento da língua portuguesa em Macau, tanto mais que, com a passagem da soberania para a China, em 1999, muitos portugueses regressaram a Portugal, havendo um conjunto de outros sinais que mostravam que a língua portuguesa, apesar de oficial por um período de 50 anos, era naturalmente secundarizada pelo mandarim, ou até pelo inglês, pois a tradução natural do cantonês para o português, era agora geralmente feita para o inglês; fatores referidos e anunciados desde os finais da década de 60, em Seminários e Encontros sobre o português em Macau, diagnosticavam, com objetividade e clareza, não só as questões relacionadas com o ensino/aprendizagem, mas também com as que diziam respeito à divulgação da língua portuguesa; as questões de natureza educativa tornaram-se lugar-comum pela frequência da sua repetição (o desconhecimento da realidade educativa por parte das autoridades educativas, a falta de planeamento linguístico, a falta de professores com formação na área do Português, língua estrangeira, a falta de materiais). Todos estes fatores são importantes, mas ténues face a outros fatores; a divulgação e promoção de uma língua estão geralmente ancoradas em atividades económicas sustentáveis que mobilizem desenvolvimento científico e tecnológico, relações políticas, culturais, educativas.

Contrariamente às previsões anunciadas no período pós-1999, os jornais começaram a destacar o aumento do número de alunos que procuravam o português (face ao que se pensava ser o mercado de trabalho em inglês, já esgotado); não era só em Macau (RAEM) que o português era estudado, mas também noutras cidades chinesas, em Pequim, Cantão, Xangai, Tianjin, Chengdu⁵⁰⁹. Novos tempos, novas mudanças despertavam o interesse pela língua portuguesa e não era pelo facto de a área jurídica continuar a suscitar grande atenção pela língua; a título de exemplo, e ainda segundo o jornal citado, da Universidade de Wuhan, técnicos de empresas chinesas com relações comerciais com os países africanos de expressão portuguesa iriam aprender a língua portuguesa em Macau. Esta cidade, com um papel marcado para a cooperação e mediação na diversidade linguística e cultural, emerge como plataforma para o desenvolvimento da cooperação triangular da República Popular da China com

509 cf. Tribuna de Macau de 30 de Janeiro, Terça-Feira, de 2007 N° 2356 (Nova Série).

os Países Lusófonos, plataforma facilitada, desde o final de 2003, pela criação do Fórum para a Cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Brasil, países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor). Impelido pela força política, Macau como lugar de diversidade já referido, interage agora, pela língua portuguesa, como língua de vários povos espalhados por continentes diferentes, com outros modos de ser e de estar, do Brasil, de África e de Timor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, Ana M^a (1988) *Filhos da Terra*, Macau: Edição do Instituto Cultural de Macau.
- Batalha, Graciete (1988) Glossário do Dialeto Macaense, Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas, Macau: Edição do Instituto Cultural de Macau.
- Beacco, Jean-Claude (2000) *Les dimensions culturelles des enseignements de langue*, Paris: Hachette Livre.
- Bendiha, Urbana Pereira (2005) *“Revisitando `os chineses de Aveiro`”* (2002-2005), Universidade de Aveiro, texto policopiado.
- Calvet, Louis-Jean (1988) *Français go Home, Linguistique et Colonialisme, petit Traité de Glottophagie*, 1974, France: Éditions Payot.
- Calvet, Louis-Jean (2002) *Le marché aux langues*, France: Éditions Plon.
- Conselho da Europa (2001) Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação (sigla: QECR), Porto: Edições ASA.
- Defays, Jean-Marc (2003) *Le français langue étrangère et seconde*, Belgique: ed. Mardaga
- Estorninho, Carlos (1971) *“Macau”*. In Serrão (dir.), (1971), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II/ E-MA, Iniciativas Editoriais.
- Filipe, Mário (1995) *“A Aprendizagem do Português como Língua Estrangeira”*, in *Administração*, n.º 28, (2º de 1995), vol. III, junho de 1995, pp. 359-369.
- Gaião, Raul (2007) *“Nhónha-nhónha – a reduplicação no crioulo macaense”*. In Inocência Mata e M^a José Grosso (org.) *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa, Homenagem a João Malaca Casteleiro*, Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa (FLUL).
- Godinho, A. P. Cleto de Oliveira (2005) *A aquisição da concordância de plural no sintagma nominal por aprendentes chineses de português língua estrangeira*, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Grosso, M. José (1999) *O Discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa*, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Ló, Cláudio (1989) *“O Ensino do Português a alunos chineses”*, in *Administração*, Revista da Administração Pública de Macau, nº 3/4 (1º e 2º de 1989), vol. II, Jun. 1989, Serviço de Administração e Função Pública, Macau, pp. 99-102.
- Loureiro (2005) *“História de Macau”*. In Cristóvão (dir. e coord.), *Dicionário Temático da Lusofonia*, ed. ACLUS. Texto Editores, pp. 663.666
- Macau, Boletim Informativo da Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral, Secção de Propaganda e Turismo, ano I, n.º 18 de 30 de abril de 1954, p. 6.
- Martins, M. Aline de Sousa (1993) *“Babel, Torre de Silêncio”*, in *Atas – Encontro de Português Língua de Cultura*, Macau: Edição Instituto Português do Oriente, pp. 177-188.
- Oliveira, P. Pinto de (1999) *Sopa de letras à moda de Macau*, Macau: Ed. Gabinete do governador de Macau.
- Ur, Penny (1997) *A Course in Language Teaching*, Cambridge University Press, pp. 274-282
- Unesco (2003) *L'éducation dans un monde multilingue*, France : Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture.
- Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129728.pdf>

OUTRAS REFERÊNCIAS

Lei n.º 107/01 de 8 de setembro de 2001. Artigo 2.º

Disponível em http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n

“O Português na China dos Casinos” in *Revista Língua Portuguesa* – 07/2008 – Edição 33 (on line). Disponível em <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11552>
Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial (2003), 17 de outubro de 2003, Paris. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF-pdf>

72) M^a DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS E MANUEL JOSÉ SILVA

M^a do Rosário Girão Ribeiro dos Santos doutorou-se na Universidade do Minho, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da receção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. De finais do Romantismo ao Modernismo*. Desde então, tem vindo a lecionar disciplinas no âmbito da Literatura Comparada, Literatura Portuguesa/Literatura Francesa e Literatura e Mito, e a orientar teses de Mestrado e de Doutoramento.

As suas últimas participações em Colóquios e publicações em Atas/Revistas vêm a seguir elencadas: “Natália Correia e Carlos Wallenstein: o tema da metamorfose” in *3º Encontro Açoriano da Lusofonia*, São Miguel/Lagoa, 8-11 de maio de 2008, pp. 124-130. “Lucian Blaga, Teixeira de Pascoaes e Mircea Eliade” in *Colóquio Blaga 70*, que decorreu no Instituto Cultural Romeno e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 5, 6 e 7 de maio de 2008 (a ser publicado na revista romena *Steaua*).

Manuel José Silva doutorou-se na Universidade de Caen, França, com um “Doctorat d’État” intitulado “*Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain*”.

Publicou, em 2008, um ensaio intitulado *La langue française et l’Histoire*.

EVOCAÇÃO PLURAL DE VITORINO NEMÉSIO: SE BEM ME LEMBRO...M^a DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DO MINHO, INSTITUTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS [PORTUGAL] E MANUEL JOSÉ SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO, INSTITUTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS [PORTUGAL]

Uma evocação plural de Vitorino Nemésio ou uma digressão pela sua obra multifacetada implica visitar o criador do conceito de açorianidade, “um pioneiro da literatura comparada em Portugal” (ao quedar-se, como demonstrou Álvaro Manuel Machado, nas “fontes estrangeiras do romantismo português”), o exímio crítico de poesia (que tanto se deteve no Centenário das *Fleurs du Mal*, no “Pio Fauno” que foi Verlaine e nas *Poesias* do poeta romeno Mihail Eminescu, como no primado de Junqueiro, no relance de Gomes Leal e na apreciação de Teixeira de Pascoaes), o cronista ‘itinerante’ de notas de viagem e de breves ensaios coligidos no *Jornal do Observador* e o professor universitário (não pertencente à classe de “mochos”) biografado por José Martins Garcia.

Do mesmo modo, homenagear esta inesquecível figura carrega a análise, conquanto sucinta, de “La voyelle promise” (poemas escritos em francês), da ficção visceralmente insular que constitui *O Mistério do Paço do Milhafre* e dessa novela original que se intitula *A Casa Fechada*, cujo fechamento, estruturado sob o signo da morte, tentaremos cotejar, no âmbito da domoanálise e numa perspetiva intertextual, com *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá. E que dizer daquele programa gravado semanalmente nos Estúdios do Lumiar? *Se bem me lembro...*

Se há obra que convida a uma multimodal abordagem crítico-hermenêutica (nas suas vertentes sociológica, temática, psicanalítica, narratológica e estilística), a de Vitorino Nemésio, criador do conceito de açorianidade⁵¹⁰, surge indubitavelmente em primeiro plano.

510 “Um dia [...] tentarei um ensaio sobre a minha açorianidade subjacente que o desterro afina e exacerba.” (Nemésio, *Insula*, 1932). Para Machado Pires (1988:59 e 67), que prefere a expressão “literatura de significação açoriana”, a “questão da literatura açoriana não está necessariamente no facto de se saber se se deve chamar ou não açoriana: está na essência conferida pela qualidade literária, na procura consciente e voluntária pelos próprios açorianos, enquanto leitores, está na inserção no todo do fenómeno cultural do Arquipélago.”



Retrato de Vitorino Nemésio, da autoria de um fotógrafo desconhecido, e considerado inédito até ser publicado no *Boletim Cultural* dedicado ao autor açoriano (1992:5).

Açorianidade ou açorianidades, tendo em conta as distintas características definitórias desse “puzzle” de ilhas integrando o Arquipélago? Se entendermos por açorianidade a natureza específica da vida insular, isolamento⁵¹¹ e abertura em simultâneo, a essência carateriológica do ilhéu⁵¹², paradoxalmente sedentário e *homo viator*, os seus regionalismos típicos, numa dupla perspetiva lexical e fonética, as suas peculiaridades idiossincráticas, moldadas por um processo histórico complexo e vazadas num *modus vivendi* psicologicamente assumido, fácil se torna deduzir que a escrita nemesiana se enraíza neste fenómeno cultural decalcado na “hispanidad” de Unamuno.

Defluindo do emparedamento⁵¹³ - transplantação, que veicula o périplo transoceânico com vista à almejada reintegração⁵¹⁴, assiste-se ao delineio progressivo de uma socialidade cujos vértices mais não são do que a tradição secular e a modernidade cosmopolita, o apego telúrico e a intrusão da novidade, conducentes à recorrência desse tema bem lusitano que é a Saudade⁵¹⁵.

Ao percorrer *Corsário das Ilhas*, obra prefaciada por Afonso Lopes Vieira⁵¹⁶, é-se confrontado quer com a dicotomia Continente-Ilha⁵¹⁷, que os deíticos *cá* e *lá* traduzem⁵¹⁸, quer com a caracterização do ser insular, encarado como um ‘apátrida’ votado ao exílio ou ao desterro - “*O depaísamento é mais duro e inflexível que o transplante.*” (1998:185) -, e imbuído, no regresso, de franca perplexidade face ao que era, mas deixou de ser. *Esta antinomia tradição-modernidade está sobejamente patente nas elucubrações suscitadas pelo progresso*⁵¹⁹, que Vitorino Nemésio menospreza - “*ilha totalmente motorizada, - em terra, mar e ar, - [...]*” (1998:201) - em proveito da busca salvífica de uma “ilha perdida”⁵²⁰, que “funciona no mais profundo espírito do autor como um arquétipo - logo, como forma estática, intemporal, omnipresente na sua ausência” (Garcia, 1978:83). Assim é que de um roteiro⁵²¹ que, segundo o autor, “não presta para nada, se não é o fio da saudade que o sustenta” (1998:

511 Este conceito é definido por Vitorino Nemésio no seu ensaio intitulado “O poeta e o isolamento: Roberto de Mesquita” (1997:123): “Tomo aqui a palavra ‘isolamento’ no seu sentido etimológico: solidão de ilha. Um homem numa rocha e em volta o mar.”

512 “Sou ilhéu; e tanto ou mais do que a ilha, o ilhéu define-se por um rodeio de mar por todos os lados. Vivemos de peixe, da hora da maré e a ver navios...” (1998:167); “ [...] (o ilhéu não vê senão o seu palmo de chão e o mar que tudo envolve, transfigura e adivinha.) ” (1998:130); “Não sou marinheiro, mas sou ilhéu e portanto embarcação.” (1998:121).

513 “Não há nada que desenhe tão bem o emparedamento do ilhéu como esta constante referenciação do seu mundo abreviado aos outros pequenos universos rodeados de água salgada: [...]” (1998:93).

514 “Estranhado ontem no exílio, - agora, que torna à sua terra, o alheio e o estranho é ele.” (1998:185).

515 “Gosto da Horta como de nêspas! Tinha saudades do que fui, já nem sei bem como, aqui.” (1998:99).

516 “Lendo as suas prosas, cuido discriminar, através de todas elas, o interno tema condutor que as move e anima: - o sentimento da sua terra, terra que é quase o próprio mar, o arquipélago lendário, brumoso e desfiado no Atlântico como colar de pérolas desgarradas do continente arcaico que as sustinha.” (Vieira, “Carta-Prefácio”, 2002:37).

517 “Um continente é uma coisa muito grande e incerta para mim. A ilha é mais curta. Sai melhor das águas.” (1998:74); “ [...] estas nossas portuguesas paragens, a que nós, os ilhéus, chamamos ‘o Continente’, de um ponto de vista telúrico que deve ter seu sentido em etnopsicologia.” (1998:102).

518 “ Uma cabrinha de barro - (escreve Mateus Queimado), - um paliteiro de Barcelos que o acaso me pôs, de pesa-papéis, na pilha de papel *extra-strong* ao lado da máquina de escrever, parece dizer-me do alto da sua pera preta e do assobio de barro:

Então, vais-nos deixar? Que vais tu lá fazer?

‘Lá’ - são as ilhas. ‘Cá’ - é o país da cabra de Barcelos: - ‘o Continente’, como diz todo o ilhéu, [...]” (1998: 57).

519 “O cavalo ainda é um dos maiores amigos do homem, mesmo depois que o cavalo-vapor o tenta expulsar da comunidade terrestre.” (1998:201); “Nesta ordem chorosa de ideias percorro as poucas canadas da ilha que escaparam ao betão ou à calçada.” (1998:204).

520 Margarida Clark Dulmo cultiva, por vezes, a ilusão de ter encontrado a ilha perdida: “Escurecera de todo. Do lado da terra, enrugada e quase a pino sobre aquela nesguinha de litoral abordável, tinha-se a impressão de um ermo, uma promessa de chão ainda por firmar - quem sabe se até por descobrir...?” (2004:292); “E se fosse o tio Roberto que estivesse a morrer longe dela? ... Que já tivesse morrido...? Talvez o navio de guerra que salvava mulheres com dores de parto numa ilha deserta ainda a viesse buscar.” (2004:347).

521 Não deixa de ser interessante cotejar este “roteiro” com aqueloutro de Júlio Verne, no que respeita sobremaneira à cidade da Horta: “Como esta [Horta], vista de perto, era menos atraente quê [*sic*] de longe! Compõe-se quase exclusivamente de uma única rua, bifurcada na extremidade.” (Verne, 2003: 92); “Ao comprido da rua do Mar desenvolvem-se as casas; sobre a célebre rua única da cidade as travessas que descem da encosta trazem também a sua modesta contribuição de fogos e de trânsito.” (Nemésio, 1998:99).

100), emerge o novo mundo fustigado pelo humor (entretecido de fugaz revolta e de irônica desilusão), manifesto tanto na enumeração tão exaustiva quanto desnecessária dos transportes modernos - “[...] a desconcertante profusão das marcas de carros ligeiros e a medonha variedade dos pesados: jipes, caminhões singelos, caminhões-tanques, caminhões-comboios, autocarros, escavadeiras, fragonetas... [...]”; “A tirania da celeridade jurou guerra de morte à locomoção a pé, - tanto à de pé do bípede como à de pé do quadrúpede.” (1998:202-203) -, como na aliança de palavras - e sua imagética -, à partida e em princípio inconciliáveis: “os grandes avejões metálicos”, os “grandes albatrozes mecânicos”, bem como a patusca expressão “aerovacas”, com que os micaelenses designam o aeroporto (1998:145 e 213-214). O velho mundo, em contraponto, vê-se brindado por diminutivos hipocóricos - “Mas o tom do bairrozito [Corpo Santo] é fundamentalmente popular.” (1998:190) -, testemunhos de indelével ternura por um passado a ruir, que o antigo daguerreótipo e os pardacentos álbuns familiares emblematizam. Porém, ambos os universos, não assimptóticos, se interpenetram paulatinamente, suspensos numa harmonia precária, facultando a constatação das suas respetivas mais-valias, posto que se “a técnica moderna é poderosíssima, a velha tectónica e o vulcanismo ainda muito mais o são.” (1998: 145 e 206). Nesta ordem de ideias, as Julietas insulares desatam a aprender o americano (por influência do Aeroporto das Lajes), as obras de Camilo são assinaladas com retalhos de jornais em inglês, na penumbra da adega insinua-se, por entre as novelas camilianas, “magazines” cromaticamente sedutores e a mamã começa a utilizar na cozinha certos frascos de mostarda e de fermento. E quando a saudade se torna premente e acutilantes a sensação de ausência e o sentimento do vazio, Nemésio, avesso a confessionalismos⁵²² gratuitos e ao extemporâneo lirismo, cede a palavra e empresta a pena a Mateus Queimado, cujo estatuto se revela ambivalente: um *alter ego*? Um narrador intradieético e, subsequentemente, interposto? Longe de ser um heterónimo, porquanto desobediente à ‘regra’ da despersonalização, e até um pseudónimo, visto que coexiste pacificamente com o seu criador, Mateus Queimado tanto se socorre da oralidade, transmitindo a palavra mítica, como recorre à sua fixação por escrito, reclamando a autoria de certas histórias embutidas nos *Corsos* de Nemésio e de não poucas efabulações que o *Paço do Milhafre* (com “Mistério” ou não...) engloba. Algumas divergências surgem, no entanto, óbvias entre o autor empírico e o ficcional narrador: se Nemésio, historiador e geógrafo, cicerone avisado e etnólogo erudito, peregrino assumido e “oficial de escrever e de falar”⁵²³, reivindica o rigor científico como condição imprescindível de uma informação escrupulosa dada ao seu leitor, Mateus Queimado deleita-se a revisitar, arrimado à memória⁵²⁴ - “O Rosalgar não tinha, como Mateus Queimado, uma máquina de escrever saudades de águas passadas” (1998: 117) -, o universo transato da infância (na Terceira) e da adolescência (na Horta) do seu inventor, o qual não se coíbe, por delegação, de traçar a genealogia e a envolveria da mítica personagem⁵²⁵. A mesma técnica de preenchimento do narrador-personagem se aplica a John Derosa, autor de *Memórias*, professor norte-americano de História do Canadá na Universidade de Maguelona (2002:291), “bisneto de portugueses sem vintém” (2002:292), sobrinho-neto, pelo lado paterno, de António Machado da Rosa, marido da Solidão nomeada Nanette (2002:300) e amante ocasional de Kate e da italiana Vera. Enquanto John Derosa aparece esporadicamente, torna-se recorrente a presença de Mateus Queimado⁵²⁶, que havia tido como mestre o João Grande, bem como o Aldino, não raro assombrado pelo seu duplo - à semelhança do distinto médico Henry Jekyll que o assassino Edward Hyde assola - e conhecendo, por conseguinte, períodos de transe espoletados pela alternância existencial do *eu* e do outro. Interessante se afigura a demarcação de Nemésio no que respeita a Mateus Queimado, como se os relatos deste último se erigissem como atentado ao seu pudor e à sua intimidade. Com efeito, os sintagmas verbais “Conta Mateus Queimado” e

522 “Agora é o coração que se constringe. Vivi aqui e ali. [...] Desaforo expressivo... Excesso confessional... [sic] Vou-me conter. [...] Também eu vejo ao espelho do tempo que se foi o que me custa a envelhecer” (1998:110-111).

523 “Mas já me desenganei; - pois, como oficial de escrever e de falar, tenho de me agarrar ao pronome antipático e ostensivo ‘eu’, ‘eu’ a torto e a direito... [...] A primeira pessoa do plural, aliás, também não fica bem a quem não apascente ovelhas de redil humano.” (1998: 101 e 102).

524 “Assim, o passado vale duas vezes o presente... Uma - porque vale o que foi, exatamente quando era; outra - porque torna a valer esse valor quando o puxamos à memória, agora que não é precisamente senão aquilo que foi...” (1998:119).

525 O tio João, cuja bota naval se ouvia na escada (2002:243), a Madrinha com “uma saia ao Carmo” que parecia levitar (2002:243), a tia Quintanilha que “presidia aos ofícios” (2002: 243), o seu Pai ou o “rei dos Bem ‘sinados”, como lhe chamava Mari-Constance (2002:247), o tio Pe Meneses que se não inibia de comentar a vida conjugal do Matesinho de S. Mateus e de sua Esposa (2002:248), a sua mãe D. Rosinha, amiga da mãe de Abílio (2002:254), a criada Malagrida que “se punha a bufar nas brasas ao dar trindades da noite” (2002:255), as tias proprietárias de um casarão “quase um palácio” (2002:261), o primo Rosendo “todo ginástica e água fria” (2002:264) e o Sr. Isaias, íntimo do progenitor, caído em “precárias circunstâncias” (2002:265).

526 “Todos os meus caçaram bichos de pena e pelo: - só eu caço palavras sem sentido...além de apontar em vão à praga de saudades sem remédio. E até perdi a licença...” (1998:155).

“Escreve Mateus Queimado” somam um elevado número de ocorrências, surgindo grafados, por vezes, entre parênteses no *incipit* de novelas de inspiração açoriana, onde desfilam, num repto autobiográfico, episódios anedóticos, casos familiares e peripécias infantis. Quem se não lembra de “O Passarinho morto”, tentativa de salvamento vão do canário da terra, verde e dourado, instalado numa cestinha forrada de lã e medicado a colherinhas de água com açúcar? Ou, então, de “O Espelho da morte”, esse “desgraçadinho” filho da Catrina do Varau (da mesma idade do pequeno Mateus) visitado pelo Senhor dos enfermos no domingo de Pascoela? Ou, ainda, de “Cabeça de Boga”, história de amizade de Mateus Queimado Gomes de Meneses (que passou com distinção) e de Abílio Cardoso de Aguiar, cujo suficiente no exame basta para que Lucinda, sua namorada, o deixe? - “E foi nos olhos dele que eu me senti distinto.” (2002:257). Ou, por fim, de “A burra do Lexandrino” e desse seu coito sacrílego com o Fadistinha, garrano do Calceta, do qual nasce a mula do José Inácio “cor de café com leite” (2002:282)? Assim surge o mito de Mateus Queimado⁵²⁷, máscara/*persona* grata e aliciante disfarce de Nemésio, encarnação dos tempos despreocupantes da meninice cristalizados num cronótopo mítico: a infância do homem Vitorino mas, também, a infância do mundo... De realçar, neste contexto, a relevância dos nomes próprios e dos apelidos⁵²⁸, não ao acaso respigados num repositório nominal, mas mobilizados em função da sua simbologia não anódina: “Matesinho de S. Mateus” (2002:203) parece render preito tanto ao dia festivo consagrado ao Evangelista como à localidade epónima; Antonico Rato (2002:208) indicia, sem margem para dúvida, a caraterologia (mais a etopeia do que a prosopografia) da personagem: “O Rato ficou calado com o nome que tinha” (2002:208); Pirrilha (2002:253), irmão de Abílio, aponta inquestionavelmente (por analogia com pirralho) para um pequenito reguila; João Cachalote (2002:283) patenteia, por metonímia, a profissão de mestre trancador de baleias; quanto à vizinha Leandra (2002:261), o nome parece ter sido escolhido para efeitos de rima com “o seu dente de cana”... O caso mais curioso dá a sensação de ser o do “Velhinho”, que pressente, antes da largada para o mar bravio, a má sorte que o espreita: se a primeira referência à personagem veicula a informação de que “fizera seis anos de casado” (2002:228), inculcando, porventura, no leitor a errônea convicção de um matrimónio tardiamente contraído por um homem maduro, a última firma, mediante jogo irónico a desembocar na surpresa, a sua idade real. Com efeito, o “Velhinho” morre afogado aos vinte e nove anos de idade.

Nos antípodas deste processo, sonega Nemésio, por vezes, o nome à personagem, sobrelevando a topografia em detrimento da onomástica. É o caso do poema “*Jeune fille açoréenne à Marseille*” (*La voyelle promise*), que, tomada de empréstimo a Proust e sob a égide das proustianas *Jeunes filles en fleurs*, viaja no pacote das “*Messengeries*”, desembarca no cais de Marselha, apanha o comboio rumo ao “*Collège de Jeunes Filles/À l’enseigne du Lis*” e recorda, nostálgica, o mugido das vacas do solo pátrio que não mais mungirá: “*Alors je me suis occupée/A effacer la craie douanière/Et à faire taire, l’huile aidant, le mugissement des vaches/Que je ne peux plus soigner ni traire, hélas!*” (1989:80). A terra açoriana é, de novo, revisitada em “*La nuit dans le port*”, na véspera da primeira partida (1989:84), assim como no poema “*La bouteille à la mer*”, na pessoa, desta vez, de um tio que, nunca tendo saído da sua ilha, se apresta a viajar mentalmente em seu redor: “*Oncle Jean, [...] J’ai ‘saudades’ de voyager avec toi,/Aux Açores, buvant la mer dans les carafes lointaines./*” (1989:96). Não se afigura despiendo realçar, embora de modo sucinto, o impressionismo dos títulos das *Histórias de Mateus Queimado*, bem como os intitulados de sabor marítimo das composições poéticas nemesianas, onde perpassam, numa escrita fluida, imagens líquidas conotadas com o mar. Veja-se, a título de exemplo, “*Le milan voyageur*” (1989:76), “*Thalassa à la Méditerranée*” (1989:97) e “*Les étangs d’aiguesmortes*” (1989:98) de um Nemésio poeta que, confessando a impotência da sua musa (1989:83) - na senda, quiçá, daqueloutra “*malade*” de Baudelaire -, advoga, em “*Art poétique*”⁵²⁹, e ao invés de Verlaine, a precisão, e, nos antípodas de Gautier, a naturalidade (1989:82), mais caraterística da prosa do que da poesia, dando primazia a primeira à sinédoque, privilegiando a segunda a linguagem metafórica.

527 “Pareceu-me então que a melhor maneira de entrar no espírito da instituição [Universidade de Aix-Marselha] seria falar de um mito [...] o mito do Sr. Queimado...” (1998:237).

528 Embora não caiba no âmbito deste modesto trabalho uma análise denodada dos nomes, damos razão a José Martins Garcia no que respeita ao interesse desse estudo: “Quanta coisa interessante jaz silenciosa sob o simples ‘nome próprio’ colado às criaturas dum autor!” (1978:81, nota 2).

529 “*L’imprécision, caresse d’or,/Fuit mes doigts trop grossiers/Et, sur les dalles, mes pieds/Refoulent tout le décor./*” (1989:82).

É este o Nemésio ficcionista, autor de novelas como *Negócio de pomba* (verdadeira obra-prima⁵³⁰) e *A casa fechada*, na qual nos quedaremos doravante, cotejando-a, numa perspectiva temática, com *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá.

Passamos a resumir, a traços largos, a intriga de *A casa fechada*⁵³¹: Luís, pai de Beto e de Mininha, viúvo de D. Margarida e marido de M^a Adelaide, regressa, três anos volvidos sobre o falecimento da primeira esposa, à casa das Penhas, “um caixote de alvenaria com um corredor ao meio e três quartos de cada lado, incluindo a cozinha.” (1995:157). À sua chegada, a empena cede com dificuldade, as portas estremeçam “como fios arrepiados pelo ponto” (1995:158) e ouve-se o caruncho a roer subtilmente (1995:159). Duas frases proferidas (uma delas eventualmente...) por M^a Adelaide revelam-se, a todos os títulos, proverbiais: “M^a Adelaide, aflutando a voz, dissera que...era de mais...era de mais...mais lhe valera ter morrido também quando casara... [...] ‘Nesta casa os mortos mandam mais do que nós.’” (1995:159). Curioso se torna assinalar que as personagens são metonimicamente caracterizadas pelos objetos, cujo devir o advérbio **ainda** traduz: “Este ano era preciso trazer o sogro às Penhas, pensou Luís. Na mesinha-de-cabeceira, a palmatória **ainda** tinha o coto de vela derregado com que o velho lia até tarde. [...] Defronte [...] um cato de três orelhas num alguidar de faiança, de que **ainda** escorria um pingo estalado do fabrico. [...]” (1995:158)⁵³². Ao cair da noite, vai-se o universo familiar povoando de presságios: junto do “espelho mareado” vê-se “uma blusa que o vento perturbou.” (1995:159); do mesmo modo, o bizarro sonho de Luís constitui a “transposição vital do seu amor por Margarida, acrescentado de um ciúme carnal que nunca tivera em vida dela.” (1995: 164). O terceiro capítulo abre com a notícia da chegada às Penhas dos cunhados de Luís, Veva e Tomás, da Brites e do Sr. Conselheiro Neto: porém, na “véspera da chegada - telegrama de Tomás confirmando, e M^a Adelaide doente.” (1995:169), doença a que se segue o ataque do pai de D. Margarida. A casa que, subitamente, começara a pulsar de outra maneira, como “se estivesse em ordem, cada quarto arranjado e com pessoas lá dentro” (1995:159), regride, com o repentino adoecimento de M^a Adelaide, ao seu fechamento mortífero - “A casa ao anoitecer parecia outra vez em desordem, fechada há anos.” (1995:170) -, permanecendo o quarto “silencioso e às escuras” (1995:169) e andando-se “na ponta dos pés” (1995:175). No período de hesitação sobre a identidade do prognóstico e subsequente vigília da enferma, Luís e Brites retomam a velha amizade que se iniciara com a agonia de Margarida: “Mas Brites estava a mesma, com os olhos cada vez mais no fundo daquelas duas arcadas de indecisão misteriosa, [...] Era a única nota melancólica de uma das caras mais frescas e fortes que Luís conhecia em mulheres. Uma tolice: Luís pensava-a sempre com um recuo focal de arquiteto, o cimento armado com uma granulação de calcário, uma coisa tola e secreta...” (1995:171). Esta cumplicidade entre as duas personagens vai gradualmente adquirindo, mercê da repetição da situação, a intensidade que havia atingido há cinco anos: “Há anos que não se viam assim, isolados na mesma casa, com uma vida a seu cargo num fio cada vez mais delgado.” (1995:176). É, verdade seja dita, a solidão estreitada pela partilha de temores no tocante à doença de M^a Adelaide que configura miticamente a casa como uma ilha habitada por mortos-vivos:

“Agora caíam a cada passo nestes exames fisionómicos, pondo-se diante um do outro como se tivessem aportado a uma ilha deserta [...] O território da ilha era o silêncio da casa, o torpor de M^a Adelaide na febre, o Sr. Conselheiro na sua planície paralítica. [...] E este afloramento do letargo do velho [...] parecia a Luís movido por uma mão misteriosa que executava um desígnio irresistível, substituindo pouco a pouco os mortos já bem mortos por outros um pouco menos mortos, [...]” (1995:177-178). Assim, ao fechamento da casa contrapõe-se a ‘terra prometida’, cujo horizonte é simbolizado pelo erotismo não pouco velado que os seios de Brites emanam: “[...] os olhos [...] saíam dos arcos ósseos, rijos e cheios de vontade, com a tal inflexão melancólica que parecia uma atenuante voluntária ao que havia de duro em todo o corpo, uma grande solidez nos seios, [...]” (1995:173); “Brites tinha os seios extremamente duros; [...] Eram duas durezas tope a tope, a da tábua e a da blusa; e uma resistência visual por cima dos seios da Brites, quebrável em certas condições...” (1995:176); “Tinha [a Brites] um vestido muito simples, de quadrícula amarela em fundo branco, quase perfurados pelos seios.” (1995:179).

530 Ver, sobretudo, a dinâmica expressiva das comparações nemesianas: “Levantou-o [o candeeiro] como a um facho à beira-mar, [...]” (1995:85); “[...] depois a cal das casas, mas transfigurada e difusa como uma vela perdida.” (1995:93); “Esta palavra saía da boca de Lusiário como se se tratasse de um filho muito inteligente mas magrinho, [...]” (1995:112).

531 Para David Mourão-Ferreira (“Introdução”, 1995: 23), “não há dúvida de que a novela ‘A Casa Fechada’, além de ser efetivamente uma obra-prima, é uma das raras obras-primas que no domínio da novela entre nós se escreveram entre 1930 e 1940”.

532 O negrito é da nossa responsabilidade.

Já no *explicit*, em aberto, os enfermos, M^a Adelaide e o Conselheiro Neto, regressam à cidade, na companhia de Luís, de seus filhos e da Brites, voltando a casa das Penhas a ser fechada: “Luís [...] Voltou atrás para fechar a casa. Uma língua de escuro lambia o corredor. Ajustou os batentes com força, o trinco estalou.” (1995:181). Cabe, pois, ao leitor hermeneuta a tarefa de preencher os pontos de indeterminação, os silêncios, os “brancos” ou as elipses da narrativa: recuperará M^a Adelaide da sua maleita ou conhecerá sorte idêntica à de Margarida? A conhecê-la... casará Luís em terceiras núpcias com a Brites? A tornar a casar-se... será que Brites adoecerá, à imagem de Margarida e de M^a Adelaide? Persistem as dúvidas e as certezas desfazem-se no espaço íntimo de leitura de uma narrativa que sobreleva o caráter cíclico em detrimento da pura linearidade.

Transitemos para uma breve exegese de *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá - autor de *Gênese*, de *Sobre a Verdade das Coisas*, de *O Espólio*, de *A Longa Espera* e de *Um Deus à Beira da Loucura*, para mais não citar -, agraciado, no transato dia 10 de junho, com a “Ordem Infante D. Henrique”⁵³³; o protagonista Manuel Cordovão, desde criança apaixonado por M^a da Graça (que contrai matrimónio com o Torre Velha), acaba por se casar com Teresa⁵³⁴, a qual regressa de França cancerosa, vindo a falecer na aldeia. Após a partida de M^a da Graça, viúva⁵³⁵ e já com netos, Manuel Cordovão, pastor de ovelhas viciado na leitura, passa a ser “senhor da aldeia inteira” (Daniel de Sá, 2007: 95) e a pastorear “casas mortas”, cujo despovoamento total se deve à emigração. Atentemos, de ora em diante, algumas afinidades e divergências entre a nemesiana “casa fechada” e as “casas mortas” de Daniel de Sá.

Algumas Afinidades/ Divergências	<i>A casa fechada</i> de Vitorino Nemésio	O pastor das casas mortas de Daniel de Sá
Data de publicação e contexto histórico.	1937 - Novela publicada durante o “Estado Novo” (pano de fundo histórico não explícito).	2007 - Recriação dos decénios 60 e 70 (regime salazarista bem explícito): M ^a Angelina, afirmando que Salazar “livrara Portugal da Grande Guerra”, atribui a Deus “as culpas da fome e de outras misérias, porque até Ele parecia poder errar, só o homem de Santa Comba é que não.” (2007:84). Nos seus antípodas, Francisco Poços, no dia da morte do ditador, oferece um copo aos frequentadores da taberna (2007: 74 e 75).
Contexto social.	Cidade # aldeia. A socialidade da novela é secundarizada em proveito da análise psicológica das personagens encarceradas nos seus destinos ⁵³⁶ e subsequentes percursos existenciais.	Deserção dos habitantes, desertificação da aldeia e desprezo pela cidade: “Visitara [M ^a da Graça] algumas vezes os filhos, que viviam nuns emaranhados de cimento e asfalto em Lisboa e no Seixal, [...]” (2007: 13). A socialidade da

533 Esta informação em vídeo, bem como a nota biobibliográfica de Daniel de Sá, foram-nos disponibilizadas pelo Dr. Chrys Chrystello, Presidente dos Colóquios Anuais da Lusofonia, ao qual, desde já, manifestamos a nossa gratidão.

534 “Casaram-se na ermida, com a Graça e o Torre Velha como padrinhos. [...] Manuel cuidou dela o melhor que pôde, e a Graça veio ajudar nos últimos dias, quando Teresa já mal podia sair da cama... [...] O tudo que a matou ao fim de três meses e meio de sofrimento partilhado.” (2007:70 e 71).

535 “Quando o velho enfraqueceu ao ponto de não poder sair da cama, Manuel Cordovão dispôs-se a cuidar dele como se fosse seu filho. Desde que os três tinham ficado sozinhos na aldeia que se iam valendo entre si. [...]” (2007: 15); “O Torre Velha finou-se calmamente, como se apenas tivesse entrado num sono mais profundo.” (2007:14).

536 A este respeito, urge lembrar que Henrique Mendes havia solicitado a Vitorino Nemésio que gravasse uma “breve dissertação sobre as tradições perdidas do Natal”. Queixando-se ao conhecido apresentador televisivo que tal dissertação exigiria um tempo preparatório de que não dispunha, Vitorino Nemésio foi falando da “deserção da província ou do campo pelas ondas de emigração ou então pela solicitação do trabalho do proletariado industrial nas cidades e nos centros... E então a província morre, desaparece... Desaparecem a mamã e a titi e a avozinha, que ficaram longe; [...]”. (2002:107). Ora, não será este o contexto social que subjaz à novela de Daniel de Sá?

28 “Entretanto o grupo saído da venda do Catrino, e submissamente seguido pelo Simplício e pelo Tenente, abrigara-se na arcada da cadeia, que, como dissera o P.e António Vieira num sermão da Bahia, ficara de pé depois do terramoto de 1624 para escarmento dos mortais.” (2002:192); “A Praia da Vitória entranha-se-me assim profundamente, com espigões mais rijos que as suas assentadas telúricas. Não era, aliás,

		novela é privilegiada em detrimento da psicologia das personagens (chegada da eletricidade, Bibliotecas Itinerantes da Gulbenkian, guerra em Angola, aerogramas).
Situação geográfica/toponímica.	As Penhas “tinham uma dúzia de casas espalhadas à volta da igreja, [...] Mas ficavam longe do retalho do pinhal em que Luís abria apenas o espaço necessário para a casa, [...]” (1995:157).	A Aldeia Nova da Serra tinha “duas ruas; a primeira com cinco casas de um lado e quatro do outro, [...] com uma ermida rústica ao fundo, [...] a segunda a trepar na direção dos cumes, e com três casas somente à direita na subida” (2007:12).
Estado de abandono e/ou de decadência.	“Uma aranha tecera um véu ao canto da janela; [...] A aranha, como uma veia estrelada de fiozitos de sangue, ganhou na parede e sumiu-se. [...] O cair da noite entrou, azulou a cama de tarja alta, o toucadorzinho irreconhecível do pó [...]” (1995:157 e 159).	Enquanto o berço de D. João Derradeiro se torna alvo de cobiça de “todas as aranhas da serra” (2007: 72), o relógio da casa do Manuel da Mota, embarcado para a Suíça, vê-se desautorizado “pelo pó, pelas aranhas, pelo tempo.” (2007:77).
Função.	Casa (segunda) de férias, de vilegiatura.	Casas primeiras tornadas segundas casas devido à onda de emigração para a França, para a Alemanha, para o Luxemburgo e para a América.
Descrição no âmbito da domoanálise.	Estrutura fechada - envolvida pelo pinhal - sob o signo da morte de Margarida, primeira esposa do arquiteto Luís.	Estruturas fechadas - rodeadas pela serra - sob a égide quer do falecimento dos seus antigos habitantes, quer da morte simbólica de todos os que emigraram.
Simbologia do cenário.	Cenário de vigília de Margarida, numa primeira fase, e de M ^a Adelaide, numa etapa segunda, aproximando Luís e Brites mediante erotismo não pouco velado.	Cenário de vigília de Teresa, esposa de Manuel Cordovão, e do Torre Velha, marido de M ^a da Graça, aproximando as duas personagens por laços de amor datando de quase meio século.
Estatuto do objeto.	Palco onde proliferam os objetos que, reenviando metonimicamente à personagem, perdem a sua finalidade estética para enveredarem numa barthesiana “aventura semiológica”.	Endeusamento dos objetos figurando como títulos de capítulos (“XX – A cadeira; XXI – A cama; XXII – O Espelho; XXIII – O berço; XXIV – As Botas; XXV – O relógio; XXVI – O tear; XXVII – O terço), ponto de partida para a rememoração dos seus possuidores, que a memória afetiva de Manuel Cordovão vai revisitando.
Antinomia abertura (vida) e encerramento (morte).	Casa fechada por um processo circular de fechamento/abertura (provisória) e re-encerramento. Dependendo da recuperação ou do falecimento de M ^a Adelaide... voltará a casa das Penhas a abrir-se?	Casas fechadas, mas redivivas por um processo dinâmico de desvitalização e de revitalização [porquanto ‘pastoreadas’ por Manuel Cordovão: “Depois o Torre Velha pedira: ‘Tomas-me conta da casa como tomas das outras’ [...]” (2007:13)]. O encerramento das casas transmuda-se em abertura, por iniciativa de Manuel Cordovão que decide acender, com rama seca de giesta, a lareira dos lares que por

muito firme. Em 1624 veio pela primeira vez abaixo, abalada por grandes terramotos, não ficando pedra sobre pedra senão na dita Misericórdia, no púlpito da Matriz e na Praça, na cadeia. O P.e António Vieira, que soube disso ao longe como Voltaire teve a notícia do terramoto de Lisboa, tirou, como é natural, efeitos patéticos do caso, num grande sermão de escarmento. Justiça, Verdade e Misericórdia nadam à de cima do Mundo: nada prevalecerá contra elas! Pouco mais ou menos assim extraiu a moral o pregador. [...] Ainda há quarenta anos a Praça era a Câmara que cá está, o Corpo da Guarda que se alteou, a casa de morgada vendida e carapuçada de cimento, a velha cadeia de Jerónimo Luís o *Mau* e do P.e António Vieira.” (1998:128 e 130).

Eis a homenagem de Vitorino Nemésio ao Padre António Vieira - “Homenagem contra o esquecimento”.

		tantos anos guardara: “Subiu à serra e sentou-se ao pé da rocha grande. O vento soprava na direção do vale, mas os olhos ardiam-lhe como se o fumo os queimasse.” (2007: 95).
Casa mítica.	O mito da ilha perdida.	O mito da ruralidade perdida - na senda de <i>As Cidades e as Serras</i> queirosianas e do neogarrettismo de Alberto de Oliveira? - e do tempo quase proustianamente reencontrado.

Para concluir, recordemos uma das emissões mais populares do “one man show”, gravada no pequeno estúdio C do Lumiar, com uma duração aproximada de 22 a 24 minutos, em que Vitorino Nemésio cultivava a função fática, ao improvisar textos vários e ao controlar as reações do público (Listopad, 2002:104). Com efeito, *Se bem me lembro...* abordou os mais diversos temas em variegados domínios do saber. Passamos a palavra ao professor universitário - mas não “inteiramente mocho”, como confessa a José Régio numa missiva datada de 16 de agosto de 1937 (2007:44) -, ao crítico literário que tanto se quedou nas “leituras francesas prè-românticas [sic] e de românticos secundários” como escorçou a “Perspetiva portuguesa do romantismo francês. Madame de Staël e Chateaubriand” (1936:1 e 31), tendo-se tornado um “pioneiro da literatura comparada em Portugal” (Machado, 1998:662), ao estudioso do poeta romeno Eminescu, traduzido em português por Victor Buescu e Carlos Queiroz (1997: 34), ao cronista da “escola humana do instantâneo da rua e de bairro” na qual se fizeram os grandes pintores (1974:55), ao criador dessa figura inolvidável que é Margarida Clark Dulmo, cultora da ilusão da ilha perdida, ao estudioso do Padre António Vieira⁵³⁷ e ao comunicador televisivo por excelência...

BIBLIOGRAFIA

- Boletim Cultural. Vitorino Nemésio* (1992), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, VII série.
- Garcia, José Martins (1978) *Vitorino Nemésio. A obra e o homem*, Lisboa: Arcádia.
- Graff, Marc-Ange (1998) “A poesia francesa de/e Vitorino Nemésio” in *Vitorino Nemésio vinte anos depois*, Lisboa/Ponta Delgada: Edições Cosmos, 107-115.
- Listopad, Jorge (2002) “Se bem me lembro de Vitorino Nemésio” in *Nemésio, Nemésios. Um Saber Plural*, Edições Colibri, 101-104.
- Machado, Álvaro Manuel (1998) “Vitorino Nemésio: um pioneiro da literatura comparada em Portugal” in *Vitorino Nemésio vinte anos depois*, Lisboa/Ponta Delgada: Edições Cosmos, 661-667.
- Mendes, Henrique (2002) “O professor Nemésio e a televisão” in *Nemésio, Nemésios. Um Saber Plural*, Edições Colibri, 105-107.
- Nemésio, Vitorino [Mendes Pinheiro da Silva] (1936), *Relações francesas do Romantismo Português*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade/Cursos e Conferências de Extensão Universitária.
- Nemésio, Vitorino (1974) *Jornal do Observador*, Lisboa: Verbo.
- Nemésio, Vitorino (1989) *Poesia. Obras Completas* vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Nemésio, Vitorino (1995) *A casa fechada. Obras Completas* vol. VI, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Nemésio, Vitorino (1997) *Conhecimento de Poesia. Obras Completas* vol. XVII, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Nemésio, Vitorino (1998) *Corsário das Ilhas. Obras Completas* vol. XVI, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Nemésio, Vitorino (2002) *Paço do Milhafre. O Mistério do Paço do Milhafre. Obras Completas* vol. VII, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Nemésio, Vitorino (2004) *Mau tempo no canal*, Lisboa: Herdeiros de Vitorino Nemésio/SPA/Relógio d’Água Editores.
- Nemésio, Vitorino (2007) *Correspondência com José Régio. Obras Completas* vol. XXIX, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Pires, A. M. B. Machado (1988) *Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaios*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, col. "Temas Portugueses".

Sá, Daniel Augusto Raposo de (2007) *O pastor das casas mortas*, Ponta Delgada: Ver Açor. Lda.

Se bem me lembro... [série de programas gravados a partir das retransmissões no canal *RTP Memória*]

Verne, Júlio (2003) *A Agência Thompson & C.ª*, Barcelona: RBA Coleccionables, S. A., col. "Biblioteca Júlio Verne".



73) ANABELA BRITO (MIMOSO)

ANABELA MIMOSO, Licenciada em História, mestre e doutora em Cultura pela FLUP. É investigadora de História da Educação (nomeadamente da relação entre ideias pedagógicas e literatura infantil); professora titular do 2º ciclo; docente nos doutoramentos em Educação na ULHT. É escritora de literatura infantil, autora de manuais para o ensino de Língua Portuguesa (2º e 3º ciclos).

TEÓFILO BRAGA E A LITERATURA POPULAR ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA

Teófilo Braga é um dos escritores açorianos que muito justamente prestigia a sua terra natal. Natural da ilha de S. Miguel (Ponta Delgada), onde nasceu em 24 de fevereiro de 1843, foi em Coimbra que estudou e se embrenhou no grupo denominado Geração de 70, que tinha como expoente máximo o seu conterrâneo Antero de Quental. Criador de uma vasta e multifacetada obra, repartida por vários temas - sociologia, antropologia, filosofia, política, literatura -, embora pouco ortodoxo e muito controverso, o seu papel na cultura finissecular não pode ser ignorado. Nesta comunicação, abordaremos, essencialmente a sua ação, quase pioneira, na recolha e no estudo da Literatura Tradicional.

1. VIDA

Natural da ilha de S. Miguel, mais concretamente de Ponta Delgada, onde nasce em 24 de fevereiro de 1843, Joaquim Teófilo Braga é o sétimo filho do casamento de Joaquim Manuel Fernandes Braga, um antigo oficial miguelista, com Maria José da Câmara Albuquerque. Órfão de mãe aos três anos, vítima a partir dos cinco de uma cruel madrasta, o seu início de vida não foi nada fácil.

Faz os estudos primários e secundários na capital da ilha micalense. Parte para Coimbra em abril de 1861, onde se matriculará em Direito, curso que terminará em 1867.

Em Coimbra, cruzar-se-á com Antero de Quental, seu conterrâneo, figura emblemática da Geração de 70, à qual passa a pertencer. Haveria de dizer de Antero no “Escorso Biográfico” que dele traçou para a edição de *Raios de Extinta Luz*: «Foi nesse ano de 1865 que irrompeu a célebre *Questão Coimbrã*; eu é que o estimulei a sair à estacada, dando réplica às insídias de Castilho» (p. XVI). O seu envolvimento na Questão Coimbrã granjeia-lhe simpatias. É nesse contexto que escreverá o opúsculo *As Teocracias Literárias*.

Obtém o doutoramento em 1868 (ano do seu casamento). Depois de ter falhado o ingresso como professor na Academia Politécnica do Porto e na Faculdade de Direito de Coimbra, só em 1872, num memorável concurso público, pode alcançar o ambicionado lugar de professor do Curso Superior de Letras, derrotando Manuel Pinheiro Consiglieri Pedroso e Adolfo Coelho).

O seu empenho sociocultural está bem patente na realização das festividades do Tricentenário de Camões, em que ele, juntamente com Ramalho Ortigão, José Falcão, Luciano Cordeiro, Consiglieri Pedroso, entre outros, participou, em 10 de junho de 1880. Mobilizando fortemente a população, foi de facto um acontecimento popular (foi o Ano das Festas ou as Festas de Camões), com a imprensa a explorar o tema e as editoras a darem a conhecer a obra camoniana. Camões foi assim “devolvido” ao povo e aproveitado para «a arrancada das massas na propaganda da República» (Rêgo; 1986: 158).

Politicamente, a defesa da causa republicana será, pois, o maior estandarte de Teófilo. Quando finalmente, em 1910, acontece a mudança do regime é chamado a ocupar o cargo de Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa. Voltará à presidência entre maio e outubro de 1915, substituindo Manuel de Arriaga, seu opositor ideológico.

Para o fim, a sua vida volta a complicar-se. A perda dos dois filhos e da mulher foi um rude golpe que só o muito trabalho a que se dedicava haveria de suavizar. Em árduo labor haveria de continuar até que morre em Lisboa, na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes, em 28 de janeiro de 1924.

2. OBRA

A sua extensa obra só foi possível realizar graças a esse perseverante estudo e ao recolhimento em que vivia na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes. Assim se explica a elaboração da sua extensa e variada bibliografia e da monumental *História da Literatura Portuguesa* onde traça a evolução da nossa literatura desde os tempos medievais até ao realismo. Apesar de tanto labor durante as comemorações camonianas, estas mereceram-lhe ainda a produção de *Parnaso de Luís de Camões* e *Bibliografia camoniana*.

As influências mais remotas são de Hegel, Herder e Grimm, apesar de ele não saber alemão. Obviamente que as suas leituras foram feitas pela mediação dos franceses, sobretudo Quinet e Michelet. Assim inspirado, parte em busca das origens da tradição: mitos, lendas, costumes, instituições, poesia e contos de transmissão oral. Deste interesse pela etnologia, pelo folclore e pela criatividade popular nasceram a *História da Poesia Popular Portuguesa*, o *Cancioneiro Popular coligido da tradição* e o *Romanceiro Geral coligido da tradição*, os *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano*; os *Contos Tradicionais do Povo Português* e os dois tomos da obra *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*.

Em *Epopéias da Raça Moçárabe* (1871), em *A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça*, (1894) e em *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885) apresenta a sua ideia de identidade nacional (que ele atribui à raça moçárabe, de génio criador, resultado da fusão da população goda e da população árabe), influenciado, certamente, pelas ideias de Vico. É assim que o autor explica a importância da raça na arte:

Pela evocação da Raça penetra-se o sentir da fibra nacional e por o drama das lutas das instituições que se fundaram o vínculo das tradições, que foram gérmes e impulsos da missão histórica e das criações artísticas que refletiram a consciência da coletividade (2008: 7).

Embora Teófilo Braga seja geralmente considerado um espírito positivista, na fase inicial da evolução do seu pensamento foi um romântico. Daí o seu interesse pela cultura tradicional, desde a literatura à religião, à arte, às tradições e aos costumes, aliada a um grande patriotismo. De facto, não voltaria a abandonar esta linha de pensamento, mesmo depois da sua adesão ao positivismo. Obras como a *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867); o *Romanceiro Geral* (1867-69) e os *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano* (1869) são disso exemplo.

Claro que a sua vasta obra não se limita a estes temas: abrange também a política, a filosofia, o direito, a história, mas quedar-nos-emos pela literatura e pela ideia de identidade nacional.

3. A LITERATURA TRADICIONAL

3.1. PRIMÓRDIOS

À parte algumas incursões esporádicas de autores dos sécs. XVI, XVII e XVIII (Gonçalo Fernandes Trancoso, Frei Aleixo de Santo António, António Delicado, D. Francisco Manuel de Mello...) foi Garrett o pioneiro da publicação de uma obra de recolha da tradição oral (entre 1842 e 1851), fruto, obviamente, das ideias colhidas aquando da experiência do seu exílio, sobretudo em Inglaterra. Tal como neste país, em que as primeiras coletâneas de literatura tradicional são de poesia (aliás, datadas ainda do séc. XVIII), mas, à revelia de outros países europeus, o medievalismo e o nacionalismo da primeira e da segunda gerações românticas e mesmo dos ultrarromânticos não se revelaram na busca do conto, mas sim na busca das várias manifestações da poesia.

No seu *Romanceiro*, Garrett vai mais longe que a simples recolha e inclui, além dos romances, comentários a cada um deles e uma introdução explicativa que constituiria o nosso primeiro estudo etnográfico. Esta introdução serve também de manifesto ao movimento literário que encabeça:

Prendo suprir uma grande falta na nossa literatura com o trabalho que intentei nesta coleção. Não quero compor uma obra erudita (...). O meu ofício é outro: popularizar o estudo da nova literatura primitiva, dos seus documentos mais antigos e mais originais, para dirigir a revolução literária que se gerou no País, mostrando aos

novos engenhos que estão em suas fileiras os tipos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem encontrar (...). O tom e o espírito verdadeiro português esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo e as suas tradições e as suas virtudes e os seus vícios, e as suas crenças e os seus erros (1997: 7 e 10).

Aí são citados autores como Grimm, Rodd, Depping, Müller, Mme. de Stäel e Sismondi que provam, se não um conhecimento profundo das suas obras, pelo menos um contacto com elas. Prova também que conhecia a classificação de Duran, embora, por opção, não a use.

Apesar de T.B. elogiar este trabalho pioneiro de Garrett (*no seu Romanceiro geral, colligido da tradição; 1867: p. VII*), reconhece, contudo, que não foi uma recolha completa, (o que Garrett também não reivindica), na medida em que Teófilo reconhece (com razão) que lhe falta o canto. *Ora, a Poesia e o Canto são inseparáveis: assim nasceram no sincretismo mental das raças, quer nas formas culturais das religiões, quer nas rapsódias heroicas das narrativas épicas» (1893:V).*

Até porque:

É verdadeiramente a música a alma da poesia popular; e tanto que no nascimento da poesia moderna da Europa, o Lyrismo trovadoresco, as novas fórmulas métricas foram moldadas sobre todas as velhas un son veit et antic (1893: V).

Garrett terá também sacrificado, segundo T. B., a verdade à elegância do verso. Na realidade, *a poesia do povo não é uma hábil curiosidade; como um facto profundo do espírito não deve ser estudada somente pelo seu lado artístico; é principalmente pelo seu lado psicológico que a sua rudeza e ingenuidade pitoresca tem valor (ib.).*

Paralelamente a Garrett, também Herculano não poderia ter ficado indiferente à importância da tradição. Mas a verdade é que Herculano não se interessaria muito pela poesia popular. Do seu exílio em Inglaterra, trouxera uma experiência diferente: ele seria tocado pelo romance histórico, por influência de W. Scott, no que teve muitos continuadores.

Contudo, não deixaria de publicar, no Panorama, alguns artigos sobre Crenças Populares Portuguesas que, obviamente, lhe interessavam como fontes para a sua historiografia. Porém, o espírito crítico de Herculano não haveria de agradar a T.B., que sobre ele comentara, neste passo do opúsculo Theocracias Literárias.

Relance sobre o estado atual da Letteratura portugueza.:

O sr. Alexandre Herculano apprehendeu a Historia de Portugal com este espírito severo da escola analysta de Guizot e Macauley; tinha de sacrificar, de nos expropriar, por assim dizer, a bem da verdade, das nossas lendas e tradições nacionaes, com que os nossos Herodotos haviam bordado a historia dos primeiros tempos.

Tão pouco Castilho haveria de empreender uma verdadeira recuperação da tradição, pelo menos segundo o que T. comenta, ainda no mesmo texto:

Era preciso que outra mão fosse respigando na seara cortada, como Ruth. Só um poeta, com a sua vara magica, poderia fazer apparecer os thesouros da imaginação. O sr. Castilho votou-se á empresa. Mas como? Falto de imaginação lançou-se a romancear a capricho aquellas lendas que já estavam dramatisadas na ingenuidade da chronica pelos bons Froissarts. Assim falsificou-lhes o espírito, dando-se-nos como contemporaneo d'ellas. É uma atrocidade imperdoavel, tanto maior, quanto n'este tempo já tinha apparecido o livro monumental de Jacob Grimm sobre as Tradições allemãs, em que o moderno Du Cange, depois de haver consumido dez annos de vida n'esse trabalho, ensina como se restauram estas preciosidades. As grandes descobertas são para todos.

Assim, não obstante o reconhecimento da importância da literatura tradicional, podemos dizer que, de uma maneira geral, o interesse que o Romantismo por ela manifestou se restringiu à afirmação de valores literários.

Caberia à Geração de 70 o trabalho pioneiro da recolha do conto popular, não do ponto de vista estritamente literário, mas do ponto de vista filológico, etnográfico e pedagógico. Foi, pois, Teófilo um homem perfeitamente integrado no ideal da sua geração. Juntamente com Adolfo Coelho, seria pioneiro neste trabalho de recolha dos

contos tradicionais. Aliás, aproximava-os o facto de ambos terem uma formação filológica histórica, muito embora a linha seguida por T.B., (e também por Consiglieri Pedroso e José Leite de Vasconcelos) tenha sido a do folclorismo europeu (tradições populares), enquanto A. C. (e também Rocha Peixoto) se interessara mais por aspetos e elementos materiais, tecnológicos e sociológicos da cultura (Oliveira: 1999; Prefácio: 25).

3.2. O PAPEL DE TEÓFILO BRAGA

T.B. também se viria a interessar pela poesia tradicional, na medida em que reconhecia que a «*Poesia ainda tem um destino ligado às necessidades sociais*» (1877: VI), sem contudo deixar de lado a moderna, pois: *Assim como a Poesia antiga servia para perpetuar e dar sentido às vetustas tradições das raças, a poesia moderna, sem desprezar a tradição, é o órgão mais apto para manifestar as manifestações da consciência moderna. Neste uso está implícito o seu fim revolucionário* (1877: VIII).

Publicaria então o Parnaso português moderno (1877) e o Cancioneiro de músicas populares: colecção recolhida e escrupulosamente trasladada para canto e piano por César A. das Neves (1893).

No Parnaso reconhecia que a falta de originalidade que ele atribuía à poesia portuguesa, se devia a que: *Na poesia portuguesa, como temos largamente provado pelos nossos trabalhos históricos, o escriptor esteve quase sempre separado do povo; raramente se soube inspirar na sua tradição e por isso a aspiração e o caráter nacional não foram servidos por uma litteratura bem distinta entre as outras litteraturas românicas* (1877: VIII).

Poucos autores escaparam a esta crítica:

Foi Gil Vicente o único que não desprezou o sentimento popular, decidindo-se abertamente por ele... Enquanto o hendecassílabo novo se espraia nas églogas enfadonhas do gosto siciliano, a redondilha popular salva-se com a facilidade chistosa de Gil Vicente. O povo ia elaborando a sua poesia marítima, inspirado pelo sentimento profundo da aventura, a que o próprio Camões, clássico do fundo da alma, não se eximiu... A História Trágico-marítima era o núcleo das narrações em prosa de onde havia de sair já feito o verso octossilábico, verso por assim dizer falado, da mesma sorte que das crónicas espanholas saía a maior parte e a mais célebre dos Romanceiros antigos (1867: VI).

Ora, se tivermos em conta a seguinte afirmação de Garrett (incluída na Introdução já referida) contestando a poesia do classicismo, percebemos o quão próximo estavam os dois autores. Dizia Garrett: Os nossos vizinhos de Castela nunca chegaram, no séc. XVI, à perfeição clássica da literatura portuguesa; mas por isso ficaram mais nacionais, mais originais; e por consequência, maior e mais perdurável e mais geral nome obtiveram e conservaram no mundo (1997: 9).

A exceção a esta falta de visibilidade seria Camões, como notaria também T.B., mas este ultrapassou os outros por ser precisamente um poeta «*tão português na alma*» (1987: VI).

Não admira que T. B. tenha ido mais longe que Garrett na sua reflexão sobre a literatura tradicional, na medida em que logrou aproveitar as experiências anteriores. Recuperando o sentir da primeira geração romântica, chegou à necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre literatura tradicional como «*descoberta e afirmação de identidade nacional*» (Cortez, 2001-2: 81) e, curiosamente, foi pelo estudo comparativo do folclore, dos temas da literatura oral que ele viria a enquadrar a Portugal no conjunto europeu:

As colecções de Cantos populares portugueses formam um valioso documento etnológico, pelo qual se podem já estabelecer relações com os rudimentos primitivos das nacionalidades peninsulares, e coadjuvar a explicação do problema da unidade das tradições poéticas occidentaes evidentes nos paradigmas dos romances comuns a Portugal, Hespanha, França Meridional, Itália e Grécia Moderna (1893:V).

Aliás, este estudo comparativo alimentou-lhe a ideia de constituir uma unificação científica ibérica através do folclore, ideia muito ao gosto do iberismo finissecular. De resto, a sua vasta bibliografia inclui também correspondência e colaboração com folcloristas espanhóis, nomeadamente com Machado y Alvarez, que não dispensava a consulta ao amigo português em matéria de folclore do país vizinho. T.B. chegou mesmo a ser

proposto, em 1883, para a Real Academia Espanhola por homens como Menéndez Pelayo; colaborou na revista *El Folk-lore Andaluz* (1882 e 1883) e de 1884 a 86 publicou trabalhos na Biblioteca de las tradiciones populares españolas (Baltanas; 2002: 26).

Os seus conhecimentos advinham-lhe da bibliografia europeia, sobretudo alemã e francesa. É conhecida a sua admiração pelos irmãos Grimm que muitas vezes cita para exaltar, sobretudo, o seu método de recolha do património, mas também pelo papel que desempenharam no movimento romântico e na “reforma da liberdade de consciência” na Alemanha (1987: 15, vol. I). Jacob e Wilhelm Grimm publicariam entre 1812 e 1814 as *Kinder und Hausmarchen* e lançariam a base para o surgir do interesse pelo estudo dos contos populares nos vários países europeus. Depois dos Grimm não faltaram coleções de recolhas de contos tradicionais, não só da Europa, mas também orientais e africanos, e estudos sobre eles, numa tentativa de esclarecer sobre a origem, a transmissão e persistência dessas formas. Caberia ainda a Jacob Grimm o papel de converter a *Novelística* num capítulo essencial da *Mitografia*, como resultado das anotações à sua coleção de recolhas (1822).

Aliás, não foram só as *Kinder und Hausmärchen* que seriam conhecidas e reverenciadas, mas também as *Deutsche Sagen*. Dado que Teófilo não conhecia a língua alemã é na tradução francesa de Frédéric Baudry (*Contes choisis des Frères Grimm*) e de L’Heritier (*Les veillés allemandes*) que vai tomar conhecimento da obra dos Grimm. Mas se não foi um conhecedor profundo destas obras, foi um dos seus maiores admiradores e tributários.

De resto, a obra de Teófilo segue muito de perto a obra de Jacob Grimm, que ele não se cansa de citar e de elogiar, levando mesmo a que Cortez afirmasse:

Não pretendo defender que a obra de Teófilo Braga seja apreciada como uma segunda edição da do famoso filólogo alemão, mas parece-me inegável que, na procura do seu caminho de pesquisa, o jovem investigador português se deixou cativar pelo exemplo de Jacob Grimm e lhe tentou seguir as passadas (2001-2: 82).

Via, no entanto, mais longe ao fazer equivaler *Mitografia* e *Novelística*, no que seria seguido por Consiglieri Pedroso (1910):

Mitografia ou Novelística é uma nova e importante ciência, que tem por objeto o estudo de todas as questões que se ligam com a origem, com a essência e com a transmissão dos contos populares (1992: 32)

No geral, T.B. entendia o folclore (i.e., sabedoria do povo, termo que aparece pela primeira vez no jornal *Athenaeum* de Londres, em 1846, pela pena de Ambrose Merton, sobrescrito por Adolfo Coelho desde 1875, mas de que T.B. não gostava muito, preferindo o de demótica) como herança, sim, mas também como elemento de inovação. Lê-se no Prólogo que elaborou para o *Cancioneiro popular galego* de J. Pérez Ballesteros:

Toda e qualquer sociedade humana, como um perfeito organismo, subsiste pelos elementos estáticos da sua conservação e pelas modificações dinâmicas do seu progresso (cit. por Baltanas; 2002: 27), ideia esta também partilhada por Machado. Ora, aos elementos dinâmicos e estáticos do folclore deveremos juntar ainda uma dimensão sociopolítica, já que ele é motor da regeneração nacional, mas também uma dimensão psicológica já que ele se apresenta «como documento da psicologia popular».

3.3. GÉNESE E TRANSMISSÃO DA LITERATURA TRADICIONAL

Para além de partilhar teorias aceites por outros pensadores, Teófilo também inova. Ao recuperar a ideia lançada pelos irmãos Grimm da origem mítica dos contos, base da “escola mitológica”, hoje posta de parte, não o faz acriticamente (veja-se sobre o assunto *Le pouvoir des contes* de G. Jean). Recordemos este excerto da introdução aos seus *Contos*:

É certo que os contos têm relações com mythos primitivos, de que são a ultima transformação; porém esses mythos não estão suficientemente esclarecidos, d’onde resulta que a interpretação novellistica cada vez mais se confunde. Há raças que pela sua situação só desenvolveram mythos solares, e outras que exerceram a sua imaginação formando mythos sideraes; por aqui se vê quanto perigoso não será para o crítico o reduzir a interpretação dos contos a um systema unico (19.-a: XVIII).

Muito embora contrariado por Adolfo Coelho que considerava conto e mito como dois produtos absolutamente díspares, é no entanto apoiado por C. Pedroso que haveria de precisar essa filiação, limitando-a aos contos de fadas:

O carácter desses contos é sem dúvida alguma mítico, ou quando a sua ação não se pode filiar diretamente no desdobramento de um mito, apresentam-se impregnados ainda assim de elementos mitológicos mais ou menos puros (1992: 38).

Na verdade, o problema da origem dos contos é bem complexo, até porque se prende também com o da sua transmissão:

As analogias de contos asiáticos com outros que aparecem entre as populações negras de Africa obrigam à formação de hypotheses gratuitas sobre o modo de transmissão pelo contacto com os viajantes europeus. A investigação dos contos das raças da America veio complicar mais o problema, e tornar inefficaz a theoria dos mythos solares para a interpretação da Novellistica (XIX).

Se é certo que era geralmente aceite que a transmissão de lendas e de contos se fizera a partir da Índia, a verdade é que:

a descoberta de contos tradicionaes na civilização do Egypto, e a origem semítica de muytas fabulas e mythos hellenicos, levam a reconhecer outros focos de irradiação. Por ultimo, a grande persistencia dos contos nas raças amarellas, tendência aproveitada pela revolução relligiosa do Buddhismo, e que ainda hoje se observa nas raças nómadas da Alta Asia, nos Kalmucos, nos Avaros, no elemento tártaro dos povos slavos, onde esta vivacidade é enorme, coadjuvam a fixar melhor o problemas das origens ligando a investigação do sentido mythico ao exame da situação social representada nos contos.

Para percebermos como se faz a transmissão dos mitos é preciso ter em conta duas variedades de contos:

um grande numero de contos persiste exclusivamente na transmissão oral do povo, que os transforma desde a primitiva concepção mythica até á simples aventura faceta ou á referencia vaga de qualquer adágio, e existe simultaneamente um outro grupo de Contos conservados por via da redacção literária e escriptos com uma certa intencionalidade moral ou artística. (19..-a: 5, vol. II)

Curiosa, mas compreensivelmente, em relação ao problema da origem dos contos, T. só pode documentar os que conheceram forma literária:

A universalidade dos Contos populares na tradição oral não se póde explicar historicamente; este processo compete aos Contos generalizados pela fórma litteraria, cuja transmissão se estabelece quasi de um modo chronologico e por documentos que subsistem (...) Provenientes de collecções litterarias, de que a mais antiga conhecida é o Pantchatantra, elles acompanham os accidentes da historia da civilização da Europa, implantando-se no Ocidente com as invasões dos Arabes, propagando-se com os últimos lampejos do hellenismo, sendo o assumpto de redacção dos novos dialectos românicos e dos pregadores da idade media (19..-a: 6, vol. II).

Depois,

Com as correntes cultas de outros elementos medievaes, como os trovadores da Provença, os jograes francezes e os menestréis bretãos, alargaram-se as fontes litterarias dos Contos, estabelecendo-se essa unanimidade de sentimento da Civilização occidental (19..-a: 6, vol. II).

Enriquecida pelo contacto com outros povos, mas também estropiada, mesclada com outros elementos, essa literatura chegou até nós e, porque coligida tardiamente (Portugal seria um dos últimos países europeus a fazer a sua recolha), já em fase de dissolução, como defendia Adolfo Coelho ou, como preferia C. Pedroso, em fase de sincretismo.

3.4. MÉTODOS UTILIZADOS

É através da obra *Contos tradicionaes do povo portuguez: com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas*, que Teófilo nos esclarece sobre a forma como fez o levantamento dos contos aí inseridos. Para o efeito serviu-se da «influência pessoal de bons amigos» (VII), tendo o cuidado de alargar a recolha de contos orais «por todas as províncias» (VII). Nesta coletânea estão representados «os três mais puros veículos das tradições

populares. Foram então as *crianças*, como na Ilha de S. Miguel: as *mulheres* e *velhas*, como em S. Jorge e no Algarve e os *homens* do povo, como nos contos do Minho» (IX) que lhe forneceram o material para a sua coleção.

Para a fixação destes contos, numa época em que não havia suportes áudio para gravação, o recurso ao registo escrito impunha-se. Ora, a melhor forma de os passar a escrito, entende ele, ser a que é feita por crianças «verdadeiro ponto de transição entre a alma popular e a inteligência culta» (VIII).

Trabalho diligente que possibilita ao autor garantir:

para os homens que se dedicam a este género de trabalhos, para os psicólogos que procuram surpreender as manifestações da alma na sua verdade, diante desses protestos, em nome da proibição de homem e da intuição de artista, que todos os romances populares que da tradição recolhi, são estremos e genuínos (1867: VII).

O seu sentido crítico e a sua erudição são responsáveis pelo uso e pela definição da nomenclatura utilizada: histórias, casos, contos, exemplos, lendas, patranhas, ditos e fábulas, que corriam então com a designação geral de contos da carochinha. Estas designações abrangem narrativas que contemplam três categorias: maravilhoso, anedótico e moral, à semelhança das narrativas tradicionais dos outros povos europeus, se bem que C. P. distinguisse ainda nos contos morais as fábulas, por nestas os heróis serem animais. A coleção foi então organizada, tendo em conta estas três categorias:

Sobre estes três typos Novellescos classificamos os complicados elementos da nossa collecção, separando os contos de evidente mythico por um lado, as facecias por outro, e destacando os Exemplos de thema tradicional e forma literária em que houve um manifesto intuito moral (19..-a: XI).

Do rumo que estas narrativas tomaram, também o nosso autor nos dá conta:

Uma grande parte desta produção novellesca tomou sentidos especiais: as lendas tornaram-se agiológicas, os exemplos converteram-se em sermões parabólicos; as fabulas e novellas tornaram-se exclusivamente literárias; os ditos entraram na exploração das encyclopedianas, vindo por ultimo as narrativas tradicionaes a serem designadas por uma expressão geral mas característica (19..-a: XI).

Ao seu profundo estudo não falta ainda uma revisão crítica da principal bibliografia produzida na Europa de então, com referências especiais às obras que foram marcos na análise da literatura tradicional na Europa de então. São estas, em síntese, as linhas gerais do seu pensamento em relação à cultura popular.

4. CONCLUSÃO:

Parece-nos, pois, evidente o papel decisivo que Teófilo Braga teve na recolha e estudo do nosso folclore. No entanto, Jacinto Prado Coelho não deixa de apontar-se-lhe alguns erros. Por exemplo, recorda que: *a obsessão romântica pelo povo criador, a confusão romântica do belo com o espontâneo, levaram T.B. a diminuir a literatura culta e a não reconhecer a existência, entre nós, de uma literatura “verdadeiramente nacional” (1978: 120, vol. I).*

Obviamente que J. P. Coelho tem razão no que diz: para T. B., *imitação* «resume a síntese histórica da literatura portuguesa» (1987: 82). Mas esta situação só é atribuída à literatura até ao séc. XVIII, quando se seguia o que se fazia lá fora. O séc. XIX, ao (re)descobrir a Idade Média, as origens das nacionalidades, ao virar-se para a cultura genuína viria abrir as portas ao nascimento de uma literatura “verdadeiramente” nacional. Não podemos escamotear o papel que T.B. teve na cultura portuguesa da sua época. E J. P. Coelho reconhece-o ao admitir que, tal como Antero de Quental, ele foi um «apóstolo do espírito renovador, positivo, livre-pensador, de cunho social» (1978: 120, vol. I). Aliás, ele contribuiu mesmo para a divulgação do método positivo ao explicar, na *História do Romantismo em Portugal*, como se deve aplicar este método na história literária.

Partindo do princípio de que a primeira manifestação da literatura para crianças se consubstancia precisamente na literatura tradicional (que hoje volta a despertar a atenção de autores e editores), temos, pois em Teófilo um trabalho pioneiro como colecionador de contos, lendas, romances, canções. Mas ele não se limitou a coligir esses

textos: teceu considerações várias, criticou, comentou, ordenou, o que faz dele o primeiro crítico deste tipo de literatura, um pioneiro da História da Literatura Tradicional, logo de Literatura infantil.

Mas se há autores que enfatizem mais a ação de Adolfo Coelho em prol da Literatura Tradicional e, logo, da Literatura Infantil, isso não é de estranhar, pois Adolfo Coelho foi um pedagogo, de resto, com um razoável número de obras sobre o ensino e pedagogia (*A Questão do Ensino, A Reforma do Curso Superior de Letras, O trabalho manual da escola Primária, Os Elementos tradicionais da educação, Para a história da instrução popular, O ensino histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858, O Curso Superior de Letras e os Cursos de Habilitação para o Magistério Secundário, Alexandre Herculano e o Ensino Público, Cultura e Analfabetismo, Para a História de Instrução Popular*). Daí que ele tenha revelado uma preocupação sistemática com as relações entre Pedagogia ou Educação e Etnografia (nomeadamente o conto popular e o jogo). Mas a verdade é que também T.B. não deixou de fazer a ligação da literatura tradicional com a literatura para crianças. Aliás, na esteira de Grimm, também ele haveria de conferir aos contos uma dupla dimensão: a etnográfica e a lúdica, conforme ele salienta:

Os contos tradicionais são immensamente sympáticos às crianças e já Platão os considerava como um excelente meio de educação (...) Este emprego foi sempre seguido nas escolas greco-romanas, como se vê pela transmissão de fábulas esópicas, adaptando-as os pregadores da idade média nos sermões com Exemplos e ainda M.me De Beaumont o generalizou no fim do século XVIII (19.-a: XII).

Contudo, reconhece que

O intuito pedagógico desnaturou o conto com o exclusivo fim moral; perdeu-se a intuição da beleza tradicional, da singeleza popular, e a poesia espontânea do passado achou-se substituída pela invenção pedante dos mestres. Só depois da renovação da Pedagogia como ciência aplicada da Psychologia, é que os contos Tradicionais e os jogos infantis foram considerados como elementos de educação, aproveitando antes de tudo as primeiras curiosidades de espírito e a coordenação de movimentos. Visámos também este fim [pedagógico], velando a nudez de algumas narrativas, ou deixando fora da nossa colecção contos cujas situações perturbariam a ingenuidade infantil (19.-a: XII-XIII).

E não deixa de ter toda a razão. No entanto, ele próprio confessa que, embora de outra maneira, a sua obra também não se encontra isenta de um mal semelhante:

Visamos também a este fim, velando a nudez de algumas narrativas, ou deixando fora da nossa collecção contos cujas situações perturbariam a ingenuidade infantil. Para pôr mão sobre este problema pedagógico é preciso uma grande pureza de alma, sem os rancores das mediocridades auctoritarias, que pensam mais em impor-se do que em ser úteis (XIII),

o que é a prova de que a sua colecção se destinava também às crianças.

Outra crítica que se lhe costuma apontar é que não foi ele o primeiro a fazer a publicação e o estudo dos contos. Ora, a verdade é que se foi A.C. o primeiro a publicar uma coletânea de contos tradicionais (1879), não foi o primeiro, como ele próprio reconhece, a fazer a publicação de contos tradicionais, pois T. B. já tinha publicado em 1870 nos seus *Estudos da Idade Média* três desses contos: *As três cidras do amor, O aprendiz do mago e A cacheirinha*.

É evidente que mais do que saber quem foi o primeiro, importa salientar o seu extraordinário papel em prol da defesa dos valores culturais do nosso povo, contribuindo largamente para o melhor conhecimento e divulgação, para o engrandecimento e fortificação da literatura nacional e para o reconhecimento da sua identidade. Foi um daqueles militantes republicanos que não se limitaram a ter um programa cultural: mostraram como fazer e fizeram-no. É verdade que os seus métodos nem sempre foram ortodoxos e foi, por vezes, muito controverso, como na polémica em que se envolveu (ou foi envolvido) com Delfim Guimarães a propósito da autoria da écloga *Crisfal* (de que resultaria a publicação, em 1909 da obra de Delfim Guimarães: *Theophilo Braga e a lenda do Crisfal* e onde foi muito maltratado por este autor, algumas das vezes, injustamente. Mas não nos podemos esquecer de que os seus *Contos* conservam as vozes das palavras e das expressões mais genuínas e mais saborosas do povo português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRAGA, Teófilo (1865). *As Theocracias Litterarias*. Relance sobre o Estado actual da Literatura Portuguesa. Lisboa: Typographia Universal.
- BRAGA, Teófilo (1877), *Parnaso portuguez moderno*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva.
- BRAGA, Teófilo (1893). *Cancioneiro de musicas populares: collecção recolhida e escrupulosamente trasladada para canto e piano por Cesar A. das Neves / coord. a parte poetica por Gualdino de Campos ; pref. pelo Exmo Sr. Dr. Teophilo Braga*. - - Porto : Typ. Occidental.
- BRAGA, Teófilo (19--a). *Contos tradicionaes do povo portuguez: com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas*. Porto: Livr. Universal.
- BRAGA, Teófilo (1987). *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2 vols.
- BRAGA, Teófilo (2008). *Viriato*. Lisboa: QuidNovi.
- COELHO, Adolfo (1999). *Contos Populares Portugueses* (Prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira). Lisboa: Pub. D. Quixote.
- COELHO, J. P (1978). Teófilo Braga, *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.
- CORTEZ, M. Teresa (2001/2). Teófilo Braga e Adolfo Coelho – duas posições face aos Irmãos Grimm e à coleção *Kinder und Hausmärchen*. *Elo*, nº 7-8.
- GARRETT, Almeida (1997). *Romanceiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- JEAN, Georges (1990). *Le pouvoir des contes*. Paris: Casterman.
- OLIVEIRA, Ernesto (1999). Prefácio a Coelho, A. *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Pub. D. Quixote.
- PEDROSO, Consiglieri (1992). *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Vega.
- QUENTAL, Antero de, (1892) *Raios de extincta luz : poesias ineditas (1859-1863) com outras pela primeira vez colligidas / Anthero de Quental ; precedidas de um escorso biographico por Teophilo Braga*. - Lisboa : M. Gomes.
- RÊGO, Raúl (1986). *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. I.

74) BARBARA GORI

BARBARA GORI é docente na Università degli Studi di Torino [Itália], onde leciona a língua portuguesa. Licenciou-se em Glotologia com uma tese interdisciplinar em Lingua e Literatura Portuguesa pela Universidade degli Studi di Firenze onde discutiu a tese de Doutoramento em 2006. Atualmente, ocupa-se sobretudo de língua e linguística portuguesa. Tem a seu cargo numerosos ensaios sobre linguística sincrónica e diacrónica (pronomes pessoais, verbos, préstimos, teoria da tradução, etc.), uma monografia sobre os pronomes clíticos – primeiro estudo em Itália sobre este assunto – e vários artigos sobre literatura, em particular sobre a da *Geração de 70*: Antero de Quental e Eça de Queirós.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VERSÕES EM LÍNGUA ITALIANA DO SONETO LACRIMAE RERUM DE ANTERO DE QUENTAL, BARBARA GORI, UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI TORINO, ITÁLIA

Retomando a afirmação defendida no nosso recente ensaio – *Um tradutor moderno do século XIX: Tommaso Cannizzaro traduz Antero de Quental* –, segundo a qual «existe uma categoria privilegiada de tradutores poéticos. É a dos poetas [...]», gostaríamos de aprofundar esse tema confrontando um dos sonetos mais conhecidos de Antero de Quental, *Lacrimae Rerum*, com as traduções (poucas) realizadas em língua italiana nos 126 anos passados após a sua redação. *In primis*, analisaremos a tradução oitocentista de Tommaso Cannizzaro, a quem a composição é dedicada. A análise põe em evidência que a linguagem altamente conotativa da poesia, embora fiel aos conteúdos, tem de deixar amplos espaços de liberdade ao tradutor para obter um produto qualitativamente conforme ao original, e não um traslado literal que pode, no máximo, ser portador de um valor puramente didático.

Entre as várias formas métricas, o soneto é certamente uma das mais antigas: na verdade, permaneceu imutável através dos séculos. É quase assente que a sua invenção se deve ao círculo dos poetas da corte de Frederico II em

Palermo, a chamada Escola siciliana, ativa em meados do século XIII; tal como parece um dado adquirido que, na base do próprio soneto, exista uma forma de poesia popular, a *canzona* siciliana⁵³⁸. O mais valoroso e também o mais conhecido entre os poetas da corte de Frederico II foi Jacopo de Leontinos, que Dante, no seu *Inferno*, sagra Notário por excelência. A ele foram atribuídos grande parte dos primeiros dezanove sonetos de que temos notícia.

Embora tenha algumas variantes no esquema das rimas, a estrutura canónica do soneto permaneceu, como dizíamos, invariada através dos séculos. Duas quadras com rima interpolada ou alternada a que se acrescentam dois tercetos que seguem também dois esquemas alternativos: CDE-CDE; CDC-CDC. No esquema introduzido pela Escola siciliana, a única notável variante é conhecida como “soneto shakespeariano” ou “soneto inglês”, tomando o nome do seu mais ilustre usuário⁵³⁹. Um *corpus* de sonetos, em forma fechada e fortemente caracterizada pelo uso do verso de onze sílabas – hendecassílabo em italiano, decassílabo em francês e em português –, é o melhor que um estudioso, que pretenda fazer uma análise sistemática, possa pedir. Se depois ela for uma análise comparativa – como no caso de um *corpus* em relação às suas várias traduções numa mesma língua –, o empenho do crítico conduzirá certamente a resultados interessantes.

Há já algum tempo que focalizámos o nosso interesse na obra poética de Antero de Quental, à qual dedicámos uma comunicação⁵⁴⁰ que tem como assunto a primeira tradução italiana dos sonetos deste escritor, realizada pelo siciliano Tommaso Cannizzaro, também ele literato e erudito, contemporâneo e amigo do Mestre português. Exatamente para a terra natal do soneto nos leva a nossa pesquisa, que pretende desenvolver-se mais profundamente no futuro. De facto, o contributo que propomos deve entender-se como pertencente a uma fase transitória, propedêutica a uma análise mais completa e atenta dos *Sonetos Completos* do grande poeta oriundo dos Açores.

Entre os cento e nove sonetos que compõem a mencionada obra e para efetuar uma análise comparativa das traduções em língua italiana, escolhemos o soneto *Lacrymae Rerum*, justamente porque foi dedicado por Antero de Quental ao amigo Tommaso Cannizzaro, até hoje o seu primeiro e inigualável tradutor em língua italiana.

Passam apenas cinco anos da redação do original de *Lacrymae Rerum* quando o poeta de Messina inicia a tradução deste soneto que lhe é dedicado. Dada a imensa estima que nutre pelo amigo português, qualquer pessoa pode imaginar quão cuidadosamente foi feita esta tradução, conseguindo indubitavelmente transpor na própria língua a grande força evocativa, quase simbólica do trágico destino de Antero, que se realizaria dali a poucos anos. As escolhas estilísticas que Cannizzaro faz são conformes às regras que ele mesmo identificou, explicitando-as no prefácio à primeira edição da sua antologia *Fiori d’Oltralpe*⁵⁴¹, em que apresenta a tradução de poesias de vários autores europeus, entre os quais, precisamente, Antero de Quental. *In primis*, a fidelidade às formas métricas originais, quer no que diz respeito à escolha do verso quer no que diz respeito ao esquema das rimas; *in secundis*, o espírito, hoje diríamos as *nuances* conotativas, que caracteriza as composições. Mais especificamente, Cannizzaro vê, nos primeiros sonetos anteriores, «*originali e caratteristici nella loro cupa aspirazione verso l’infinito, una nota desolata che li anima, al rullo misterioso dei tamburi coperti*»⁵⁴². Com tudo isto, o poeta-tradutor reserva para si, quando o crê necessário, a faculdade de mudar as escolhas lexicais e sintáticas originárias e, em alguns casos, de mudar a estrutura de estrofes inteiras, começando a redistribuir, no seu interior, as unidades versíficas, tendo como fim último o de manter inalterado quer o fio polissémico próprio da linguagem poética, quer a unicidade semântica de cada composição; considerando, acrescentamos nós, o contexto mais geral da recolha que está a traduzir. Sem dúvida, conceitos extremamente modernos, atuais, se se

538 Vejam-se, a este propósito, as notações, ainda atuais, de HATCH WILKINS, Ernest. (1972) ‘*L’invenzione del sonetto*’. In R. Cremante/M. Pazzaglia (eds.) *La metrica*. Bolonha: Il Mulino, p. 279 e segs.

539 O soneto shakespeariano é caracterizado por catorze versos divididos em três quadras, às quais se acrescenta um dístico com rima emparelhada.

540 Cf. GORI, Barbara (no prelo) *Un moderno traduttore dell’Ottocento: Tommaso Cannizzaro traduce Antero de Quental*.

541 CANNIZZARO, Tommaso (1882) *Fiori d’Oltralpe, Saggio di traduzioni poetiche per l’autore dei versi in Solitudine*, Messina: Tipografia via Rovere n. 58.

542 «Originali e característicos na sua sombria aspiração do infinito, uma nota desolada que os anima, ao rufo misterioso dos tambores cobertos». A opinião expressada por Cannizzaro refaz-se a uma anterior anotação feita pelo francês Maxime Formont. Esta notação encontra-se no *Prefácio* à Edição de 1893 de *Fiori d’Oltralpe*, p. XXI.

calcular que Tommaso Cannizzaro escreve principalmente na segunda metade do século XIX; mas encontramos-nos diante de um tradutor genial e poliédrico que não hesitará em levar a cabo a desmedida tarefa de transladar para o próprio dialeto de origem, o siciliano, toda a *Divina Comédia*.

Mas entremos no assunto, o original do soneto *Lacrymae Rerum*, composto por Antero de Quental em 1882:

*Noite, irmã da Razão e irmã da Morte,
Quantas vezes tenho eu interrogado
Teu verbo, teu oráculo sagrado,
Confidente e intérprete da Sorte!*

*Aonde são teus sóis, como corte
De almas inquietas, que conduz o Fado?
E o homem porque vaga desolado
E em vão busca a certeza que o conforto?*

*Mas, na pompa de imenso funeral,
Muda, a noite, sinistra e triunfal,
Passa volvendo as horas vagarosas...*

*É tudo, em torno a mim, dúvida e luto;
E, perdido num sonho imenso, escuto
O suspiro das coisas tenebrosas...*

Metricamente, encontramos-nos perante um soneto típico, constituído por duas quadras em rima interpolada⁵⁴³, segundo o esquema ABBA-ABBA, habitual em Antero, e por dois tercetos que seguem o esquema CCD-EED, com o qual, nas outras composições, o poeta alterna o mais canónico CDC-EDE.

O verso é o *decassílabo*, segundo a reforma feita por Castilho em meados de Oitocentos, com base na qual não é considerada, no cálculo das sílabas da unidade versílica, a última sílaba. Resumindo, trata-se do correspondente do hendecassílabo italiano, ao qual Tommaso Cannizzaro recorre na sua tradução.

O tema da busca de uma resposta às dúvidas e às angústias do homem através da visão do “oráculo” constituído pelo céu noturno não é certamente novo na literatura – basta pensar no Leopardi do *Canto notturno di un pastore errante nell’Asia* – e o próprio Antero tende a repropô-lo – veja-se, por exemplo, o soneto *Oceano nox* ou a lírica *Os cativos*. Aqui, todavia, Quental efetua uma operação conseguida, que tende a crescer no leitor a tensão emotiva, contrapondo semântica e magistralmente a primeira parte (as duas quadras) à conclusão constituída pelos dois tercetos, entre os quais há uma ulterior diferenciação, como se tornará evidente durante a análise. Na realidade, tal procedimento é bastante frequente nos sonetos anteriores mas, no caso específico, tem uma especial valência: a que se funda na oposição preanunciada já no verso inicial. A noite é “irmã da Razão e irmã da Morte” e, se a primeira parte da composição é caracterizada pela confiança que, através das alquimias do pensamento, a Noite possa responder às eternas questões do homem, na segunda parte triunfa o aspeto muito mais funéreo da Noite como alegoria da Morte, uma visão perante a qual o ser humano não pode senão perder-se “num sonho imenso”.

A remarcar a passagem entre as duas partes contrapostas está a conjunção adversativa *mas*, que abre o primeiro terceto:

*Mas, na pompa de imenso funeral,
Muda, a noite, sinistra e triunfal,
Passa volvendo as horas vagarosas...*

543 A definição dos esquemas em rima das quadras é diferente da dos portugueses, relativamente ao italiano, e isto pode gerar alguma confusão. De facto, na métrica portuguesa toma o nome de “rima interpolada” a que em italiano é, pelo contrário, definida “rima alterna”.

A imagem, na sua evidência pictórica à maneira barroca, possui uma força de sugestão tal que focaliza a atenção do leitor; de maneira que o terceto final, embora decoroso, apresenta-se como uma inadequada dissolução de uma tal potência evocadora. A sucinta análise do soneto original introduz-nos na tradução do mesmo por parte de Tommaso Cannizzaro; e impele-nos mais uma vez ainda a recordar a relação de estima e de amizade existente entre os dois que, aliás, nunca se conheceram pessoalmente. Isto para realçar que o estudioso de Messina conhecia perfeitamente as ideias – filosóficas e políticas – e a poética do colega português, o qual, por seu lado, era bem consciente do valor de poeta, além do de tradutor, do italiano. Tanto que Antero, na Introdução à edição de 1890 dos seus *Sonetos completos*, podia afirmar: «As restantes traduções italianas são devidas a pena dum dos mais talentosos representantes da atual geração literária italiana, o Sr. Thomas Cannizzaro de Messina»⁵⁴⁴.

Eis então o soneto *Lacrymae Rerum* na versão italiana de Cannizzaro⁵⁴⁵:

*De la ragion sorella e de la morte
oh quante volte, o notte, interrogato
ho, del destino interprete fidato,
il verbo e oracol tuo, divine scorte!*

*Dove van gli astri tuoi pari a coorte
d'alme inquiete cui conduce il fato?
E perché l'uom va errante, desolato
nel van desio del ver che lo conforte?*

*Muta, intanto, sinistra e trionfale
passa la notte, e seco evolvon l'ore
ne la pompa del vasto funerale.*

*Ed in un sogno immenso anch'io sepolto
mentre tutto è per me dubbio e dolore
le cose gemer tenebrose ascolto.*

Antes de mais, algumas considerações sobre a métrica oferecem-nos a primeira surpresa. Enquanto nas quadras o tradutor mantém rigorosamente o esquema de rimas escolhido por Antero, isto é, o das rimas interpoladas (ABBA-ABBA), nos tercetos efetua uma escolha diversa: o esquema utilizado é, com efeito, o canónico do soneto petrarquista (CDC-EDE), utilizado sempre até aos nossos dias pelos poetas italianos, se se excluir o pouco frequente recurso ao soneto shakespeariano, um exemplo sublime como o que nos oferece o Montale de *La bufera*. Este é exatamente, a nosso ver, o motivo que induziu Cannizzaro – cuja “regra” impõe, em primeiro lugar, que se respeite a métrica do original – a efetuar a mudança: o esquema proposto por Antero para os tercetos não reentra em nenhum cânone italiano referente ao soneto.

No que concerne ao metro, o hendecassílabo substitui, de maneira absolutamente apropriada, o correspondente português, o decassílabo, embora o ritmo, como veremos, nem sempre possa ser mantido. O tipo de versificação, quer em português quer em italiano, mesmo com algumas variantes formais, é, de facto, tónico silábico, isto é, no que diz respeito ao hendecassílabo paroxítono, à medida das onze sílabas junta-se um ritmo habitualmente tritónico (três acentos principais), ao qual se pode acrescentar um quarto acento secundário. A posição dos acentos no âmbito da unidade versífica varia se o tipo hendecassilábico for *a maiori* ou *a minore* (a cesura que separa os dois *cola* do verso cai no primeiro caso depois da sétima sílaba e no segundo caso depois da quinta).

544 Encontramos este lisonjeiro comentário numa *Advertência dos Editores* na Edição de 1890 dos *Sonetos Completos*; na realidade, ela deve ser atribuída ao próprio Antero. cf., a este propósito, QUENTAL, Antero de (2002) *Sonetos Completos*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 15.

545 CANNIZZARO, 1893: 31.

O discurso relativo ao decassílabo português não é muito diferente, embora a alta frequência de ditongos e de hiatos própria da língua às vezes torne mais fácil o recurso a um ritmo tetratónico. Mas, como sugere Cannizzaro nas suas “regras”, a atenção do tradutor deve centrar-se não tanto num verso individualmente mas na estrofe, cujo significado deve ser dado nos seus traços – denotativos e conotativos, diríamos nós – sem prestar demasiada atenção à sequência sintática e ainda menos à fiel tradução dos lexemas. Assim, a palavra “Noite”, à qual o autor se dirige, já não constitui o *incipit* do soneto, mas é relegada para o segundo verso, numa posição mais “fraca”. E vice-versa, “Morte” mantém o seu lugar, no final do verso, portanto, em posição fortemente conotada, embora menos do que no original, onde a ligação de rima com “Sorte” (último verso da quadra) releva, no plano sintagmático mas também no plano paradigmático, a sua função de palavra-chave.

Há outra escolha por parte do tradutor que parece puramente gráfica, mas que na realidade não o é. As três palavras-chave de toda a quadra, que são também as do inteiro soneto (*Razão, Morte, Sorte*), são transcritas com a inicial minúscula, enquanto no original o são com maiúscula. De resto, o mesmo acontece com outro importante termo, *Fado*, presente na segunda estrofe.

Um só motivo pode explicar esta variação: Cannizzaro, aqui como noutras poesias, intui que o uso da maiúscula, em italiano, acentuaria a categorização filosófica da terminologia e torná-la-ia semanticamente redundante. É uma escolha que partilhamos.

Na primeira quadra há uma palavra que também se encontra em posição “forte”, que criou algumas dificuldades aos tradutores: “sagrado” (no fim do terceiro verso), cujo significado literal, referido a “oráculo” não é trasladado diretamente por Cannizzaro, que prefere utilizar uma perífrase que, conservando intacto o significado da segunda parte da estrofe, o exprime porém com termos que lhe consentem a transposição quase invariada da rima (-*ado* / -*ado* no original, -*ato* / -*ato* na interpretação do tradutor siciliano). A segunda quadra coloca problemas menores. Com efeito, nos primeiros três versos Cannizzaro concede-se só a variante “va errante, desolato” no lugar do original “vaga, desolato”. Não há razões métricas especiais que justifiquem esta escolha: apenas a preferência por iniciar o terceiro verso com a conjugação subordinativa “perché” em vez de manter em posição “forte” o sujeito da subordinada (o homem). Aqui a fidelidade ao original talvez tivesse mostrado melhor, quer de um ponto de vista rítmico quer conotativo, a sensibilidade anterior:

E l'uomo, perché vaga desolato

somente com a precaução de inserir uma vírgula após o termo “uomo”.

A última notação concerne à vontade do tradutor de manter lexicalmente intacto o contacto com o esquema de rimas: se a rima original *Fado – desolato* não coloca problemas, o mesmo não se pode dizer de *coorte – conforte*: aqui Cannizzaro toma a liberdade de recorrer a um arcaísmo, mantendo também em italiano “conforte” como terceira pessoa singular do presente do verbo “confortare”, cuja forma atual é “conforti”.

A segunda parte do soneto, representada pelos dois tercetos, oferece-nos imediatamente um motivo para refletir: de facto, o tradutor anula a conjunção adversativa (“Mas”) que abre o primeiro verso do primeiro terceto, substituindo-a, e até em posição “fraca”, por uma conjunção temporal (“intanto”). Sem dúvida a escolha está ligada à alteração da sequência sintática e versífica da estrofe, que o siciliano faz em relação ao original: o segundo verso passa a substituir o primeiro, o primeiro desce para o lugar do terceiro e o terceiro passa para o lugar do segundo:

<i>Mas, na pompa de vasto funeral</i>	<i>Muta, intanto, sinistra e trionfale</i>
<i>Muda, a noite, sinistra e triunfal</i>	<i>passa la notte e seco evolvon l'ore</i>
<i>Passa volvendo as horas vagarosas...</i>	<i>ne la pompa del vasto funerale.</i>

A primeira observação: tudo isto acontece em presença de uma mudança no esquema das rimas que, como já notámos, do original CCD passa a CDC para obedecer a uma específica característica do soneto italiano. Esta variação coloca logo um problema ao tradutor: manter inalterada a correspondência fónica da rima, e porventura também a dos lexemas na qual está contida, ou proceder a uma ulterior modificação? Cannizzaro não tem dúvidas: a rima originária, “Funeral/triunfal”, permanece, embora seja reconduzida à forma paroxítona italiana e

a termos invertidos (“trionfale/funerale”). A tradução tem o indubitável valor de pôr no primeiro verso os adjetivos que conotam a noite (“muta”, “sinistra”, “trionfale”), introduzindo ao conceito sucessivo de “immenso funerale” das horas obscuras que passam, não diluindo o efeito funéreo mas atenuando a imagem pictórica que definimos à maneira barroca. E isto, cremos, também em função de um re-equilíbrio do efeito dos dois tercetos; de facto, no segundo, em que o autor declara as suas impressões perante o mistério noturno, notáramos que a força expressiva do primeiro terceto não era suportada por uma conclusão estilisticamente cônica a ela. Aqui Cannizzaro revela toda a sua natureza de verdadeiro e grande poeta, afastando-se e superando o seu modelo.

Releiamos o terceto final do soneto anterior e a tradução proposta pelo siciliano:

É tudo, em torno a mim, dúvida e luto;

E, perdido num sonho imenso, escuto

O suspiro das coisas tenebrosas...

Ed in un sogno immenso anch'io sepolto

mentre tutto è per me dubbio e dolore

le cose gemer tenebrose ascolto.

Obviamente o esquema das rimas, na tradução, retoma o esquema escolhido para o terceto anterior. Procura-se, por parte de Cannizzaro, manter o mais inalterada possível – e não era fácil – também a sonoridade da rima original “luto” – “escuto”, obtendo uma decorosa consonância com ela (“sepolto” – “ascolto”). Mas a escolha fundamental, para fins poéticos, é o de inverter o primeiro e o segundo versos e de inserir, no lugar do previsto “perdido num sonho imenso” o mais fortemente conotado “in un sogno immenso anch'io sepolto”, onde este último particípio desempenha o papel de catalisador da atenção do leitor, religando-se à imagem do “immenso funerale” e substituindo o termo “luto”, que, com efeito, é abolido. Também o último verso é trasladado de maneira a acentuar a sua dramaticidade: “le cose gemer tenebrose ascolto”, na ambiguidade semântica determinada pela posição do adjetivo “tenebrose” e no uso do verbo “gemere”, no lugar do mais ténue substantivo “suspiro” (das coisas), remete quase para um efeito dantesco e encerra a composição de modo decididamente mais “forte” (o uso do ponto final no lugar das reticências confirma esta impressão).

Sintetizando, em conclusão, os resultados da análise textual, pode-se bem afirmar que, ao traduzir este soneto a ele dedicado, Tommaso Cannizzaro, além de recorrer às suas indubitáveis qualidades de tradutor, serve-se também do seu instinto poético; embora, atualmente, não tenhamos à disposição a correspondência epistolar entre os dois amigos, pensamos que é suficiente recordar o juízo expresso, três anos depois, por Antero de Quental, que coloca o siciliano entre os maiores literatos italianos, para estar certos de que o poeta açoriano leu e apreciou também a tradução desta sua composição bastante *sui generis*, visto ter sido trasladada para o italiano pelo seu próprio destinatário.

Em 1991, o então ainda jovem lusitanista italiano Brunello De Cusatis publica a sua tradução dos *Sonetti* de Antero de Quental, limitada a 64 composições, com texto à frente⁵⁴⁶, precedida por uma Introdução, em que traça um interessante e exaustivo quadro da figura e da obra do poeta português, e por uma “Notizia sulla vita e le opere di Antero de Quental”. Na primeira página, uma nota adverte que o tradutor foi «guidato dal preciso intento di dare a questo lavoro un'impronta il più possibile divulgativa»⁵⁴⁷, enquanto, no final do volume, noutra “Nota ai sonetti tradotti”, De Cusatis especifica quanto segue:

*Quanto alla traduzione, essa è quasi sempre letterale e quindi liberamente versificata. Non per questo, però, quando all'occorrenza ritenute necessarie, abbiamo rinunciato ad apportare delle lievi variazioni terminologiche e sintagmatiche*⁵⁴⁸.

Isto parece atribuir à operação levada a cabo pelo estudioso um valor puramente didático e limitar as suas responsabilidades de tradutor.

546 QUENTAL, Antero de (1991) *Sonetti*, introduzione, traduzione e note a cura di Brunello De Cusatis, Palermo: Edizioni Novecento.

547 «Guiado pela precisa intenção de dar a este trabalho um cunho o mais possível divulgativo», *Ivi*, p. 9.

548 «Quanto à tradução, ela é quase sempre literal e portanto livremente versificada. Porém, não por isso, em presença de ocorrências que se retêm necessárias, renunciámos à inserção de leves variações terminológicas e sintagmáticas», *Ivi*, p. 223.

Todavia, não é possível, traduzindo poesia, pôr de lado qualquer reflexão sobre a métrica, o ritmo, a valência das rimas e dos recursos fónicos, isto é, tudo o que caracteriza uma composição poética. O que Hjelmslev chama “forma do significado”⁵⁴⁹, portadora de elementos conotativos, é, com efeito, posto de parte pelo jovem tradutor. Gerald Manley Hopkins, precursor da ciência da linguagem poética, perguntava-se: «Mas tudo o que é verso é poesia?»⁵⁵⁰. Pergunta à qual outro ilustre linguista, Roman Jakobson, respondia da seguinte forma:

*Le moderne filastrocche pubblicitarie, (...) i trattati scientifici sanscriti in versi, tutti questi testi metrici si servono della funzione poetica senza tuttavia assegnare a tale funzione il ruolo vincolante, determinante, che essa svolge in poesia. In effetti, dunque, il verso oltrepassa i limiti della poesia, ma nello stesso tempo il verso implica sempre la funzione poetica*⁵⁵¹.

A afirmação jakobsoniana não justifica, todavia, muitas das traduções fornecidas por De Cusatis, justamente porque os versos do máximo poeta português da segunda metade do século XIX não são simplesmente *slogans* publicitários. Mas vamos ao âmago da questão. Eis a tradução de *Lacrymae Rerum* fornecida pelo estudioso italiano⁵⁵²:

*Noite, sorella della Ragione e sorella della Morte,
Quante volte ho io interrogato
Il tuo verbo, il tuo oracolo sacro
Confidente e interprete della Sorte!*

*Dove vanno i tuoi soli, come coorti
D'anime inquiete, che conduce il Fato?
E l'uomo perché vaga desolato
E invano cerca la certezza, che lo conforti?*

*Ma, nella pompa d'immenso funerale,
Muta, la notte, sinistra e trionfale,
Passa movimentando le ore oziose...*

*È tutto, intorno a me, dubbio e lutto;
E, sperso in un sogno immenso, ascolto
Il sospiro delle cose tenebrose...*

Parece evidente o quanto, excluindo a divisão em estrofes e o esquema de rimas conservado nas duas quadras, a tradução se afaste de qualquer tentativa de retomar a forma métrico rítmica do original. Aparecem apenas cinco hendecassílabos canónicos italianos, sendo a estrutura dos outros versos praticamente *ad libitum*. Também na escolha dos lexemas existem algumas *defaillances*: na primeira quadra, o sintagma original “oráculo sagrado” é, de maneira excessiva, literalmente traduzido por “oracolo sacro”, através de uma translação que no italiano é errada. Outro exemplo na primeira quadra: “volvendo” é traduzido por um inapropriado “movimentando”; e ainda, regressando às quadras, a iteração fónica “cerca la certezza”, que traduz, precisamente de maneira literal, o original “busca a certeza”. Fiquemos por aqui. Quem quer que tenha lido a tradução do mesmo soneto feita por Tommaso Cannizzaro saberá certamente distinguir entre “tradução poética” e “tradução literal” – mas o que é que significa “tradução literal”? – definição, esta última, de qualquer maneira não apropriada quando se quer manter as unidades versificadas e não se recorre, pelo contrário, a uma versão em prosa, absolutamente mais eficaz e menos arriscada.

549 HJELMSLEV, Louis (1968) *I Fondamenti della Teoria del Linguaggio*, Torino: Einaudi, p. 77.

550 MANLEY HOPKINS, Gerald (2008) *Selected Poetry*, Oxford: Oxford University Press, p. 21.

551 «As modernas lengalengas publicitárias (...) os tratados científicos sanscritos em versos, todos esses textos métricos servem-se da função poética sem, todavia, atribuir a tal função o papel vinculante, determinante, que ela tem na poesia. De facto, o verso ultrapassa os limites da poesia, mas, ao mesmo tempo, o verso implica sempre a função poética», JAKOBSON, Roman. (2002) *'Linguistica e poetica'*. In R. Jakobson (ed.). *Saggi di Linguistica Generale*, Milão: Feltrinelli, p. 197.

552 QUENTAL, Antero de (1991) *Sonetti*, cit., p. 195.

Contudo, qual é o motivo que induziu um lusitanista – jovem mas certamente preparado e que, na Introdução, demonstra conhecer muito bem as temáticas anteriores – a aventurar-se numa tradução com às vezes resultados tão incertos?

A resposta pode ser uma apenas: o de ter confundido o próprio papel de histórico e crítico da literatura com o de poeta. Não nos transformamos em poeta de um momento para o outro, mesmo conhecendo bem uma língua e um autor. Para comprovar esta afirmação, basta constatar que todos os melhores tradutores de poesia em língua italiana, inclusive Cannizzaro, foram poetas, modestos ou grandes, pouco importa. É banal citar, no que diz respeito ao século XX, os nomes de Quasímodo, Ungaretti, Montale. Em qualquer dos casos, vale também o princípio contrário: um bom tradutor de poesia é também, potencialmente, um aceitável poeta ele mesmo.

Vamos ater-nos a este sólido princípio, ditado antes de mais pelo bom senso, para prosseguir o nosso trabalho relativo aos *Sonetti* de Antero de Quental. E, visto que não desejamos pecar de presunção, pedimos e obtivemos a colaboração de um bom poeta, que é também um ótimo metrificador e profundo conhecedor da poesia italiana do século XX, o Professor Gianni Marucelli⁵⁵³. O resultado é uma proposta de tradução de *Lacrymae Rerum*, com a advertência de que ela foi feita sem o prévio conhecimento da interpretação de Tommaso Cannizzaro.

*Notte, sorella di Ragione e Morte,
quante volte oramai t'ho interrogato
e al tuo Verbo mi sono consacrato
quale oracolo e svelator di Sorte!*

*Dove vanno i tuoi Soli, la coorte
D'anime inquiete, che conduce il Fato?
E l'uomo, perché vaga desolato
In te cercando il Vero e sia più forte?*

*Ma, in pompa d'immenso funerale,
muta, la notte, sinistra e trionfale
passa, scorrendo le ore troppo lente.*

*È tutto, intorno a me, tetro e luttuoso
E, perso in sogno immenso, io solo oso
Ascoltare la tenebra gemente.*

É interessante notar que nesta versão se escolheu manter invariada, ao contrário de Cannizzaro, o esquema de rimas do original também nos tercetos, mesmo sabendo perfeitamente que tal forma não corresponde a nenhum tipo de soneto italiano. Se é perfeita a restituição métrica do verso hendecassilábico, pelo contrário, as escolhas lexicais diferentes das de Cannizzaro pretendem talvez, quer na primeira quadra (“al tuo Verbo mi sono consacrato”) quer, sobretudo, no terceto final, onde o sujeito se torna protagonista ativo (“io solo oso”), reafirmar a unicidade da sensibilidade poética perante o mistério da Noite.

Por fim, é particularmente eficaz, parece-nos, a tradução do terceiro verso do primeiro terceto, com a interpretação “scorrendo le ore troppo lente”, conforme ao original não no plano denotativo, mas no plano

553 Italianista, aluno de Giovanni Nencioni e Giorgio Luti no Ateneu florentino, onde se licenciou com uma tese sobre a métrica de Montale, Gianni Marucelli foi professor; publicou numerosos ensaios dedicados à poesia italiana do século XX, dois livros de poesia, romances e outras obras de narrativa. Atualmente dirige a revista “Toscana, l'uomo, l'ambiente” fundada por ele e colabora com alguns periódicos e jornais italianos.

conotativo (“vagorosas” não é traduzido com um adjetivo por Cannizzaro, nem se podia manter inalterado o significado literal de “oziose”).

No conjunto, todavia, a tradução parece ser um bom exemplo de fidelidade quase absoluta ao original no plano métrico e uma convincente transposição no plano semântico. Uma prova ulterior do que dizíamos: traduzir poesia é, talvez antes de tudo, ofício de poetas.

75) BARBARA JURŠIČ

BARBARA JURŠIČ tradutora e intérprete do Ministério da Administração Interna, vice-presidente da Associação de tradutores literários eslovena, Ljubljana.

É licenciada em língua e literatura francesa e espanhola pela Universidade de Ljubljana, Eslovénia, tem diploma de estudos de língua e literatura portuguesa pela Universidade de Coimbra, está a acabar a tese de mestrado na Universidade clássica em Lisboa, Faculdade de letras, em literatura portuguesa.

Atualmente trabalha no Ministério da Administração Interna; tradutora e intérprete das línguas francesa, espanhola e portuguesa (desde 1996), tem feito muitas traduções técnicas, é intérprete do Governo esloveno.

Escreve artigos sobre literatura e cultura (nomeadamente lusófona) para a Rádio nacional, os principais jornais nacionais e várias revistas literárias.

Em dezembro 2005 ganhou o prémio nacional da melhor jovem tradutora pela tradução Evangelho segundo Jesus Cristo e outras traduções do português.

ALGUMAS TRADUÇÕES LITERÁRIAS DO PORTUGUÊS

- José Saramago, Ensaio sobre a Cegueira (editora Cankarjeva), 1997
- Paulo Coelho, Manual do Guerreiro da Luz (editora Vale Novak), 1998
- Paulo Coelho, Verónica decide morrer (editora Vale Novak), 1999
- Fernando Pessoa, Livro do Desassossego (editora Cankarjeva), 2001
- António Lobo Antunes, Exortação aos Crocodilos (editora Cankarjeva), 2003
- Mia Couto, O último voo do flamingo; (editora Študentska založba, Beletrina), 2005
- José Saramago, Evangelho segundo Jesus Cristo (editora Cankarjeva), 2005
- Gonçalo M. Tavares, Jerusalém (editora Modrijan), 2008,
- Gonçalo M. Tavares, Os Senhores (editora Študentska) 2008.

TRADUÇÃO E RECETIVIDADE DA LITERATURA LUSÓFONA NA ESLOVÉNIA, BARBARA JURŠIČ, TRADUTORA E INTÉRPRETE DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA ESLOVÉNIA

SINOPSE

Comparação do esloveno e do português no espaço europeu – os dois como línguas minoritárias, a insularidade dos Açores na preservação da língua, uma situação parecida com a língua eslovena durante a história (algumas palavras sobre nossa história, como era preservada a língua sob o jugo dos outros «senhores» quando a nossa língua era uma língua do povo submisso, minoritário, depois, no âmbito da antiga Jugoslávia, a nossa língua também era de certa maneira isolada, porque falada só dentro da nossa República, rodeada de diferentes famílias de línguas). As duas tinham de lutar por resistirem e por se conservarem. A questão como preservar a língua em diferentes situações que lhe são prejudiciais (submissão, isolamento, afastamento geográfico, cultural, político...).

Literatura portuguesa na Eslovénia. Várias traduções, bastante aceitação depois das traduções do prémio Nobel José Saramago, promoção da literatura lusófona na Eslovénia pelas editoras que os publicam e pela Associação dos tradutores literários eslovenos (cuja vice-presidente sou), autores traduzidos convidados, sarau (Mia Couto, Gonçalo M. Tavares) ... Bastante mais conhecida que alguns anos atrás.

Projetos. Vários projetos de promoção em parceria com a Embaixada portuguesa e com a cidade de Ljubljana que será capital mundial do livro (pela UNESCO) em 2010. Como também uma cultura pequenina com uma língua minoritária ao nível mundial pode promover a literatura, a leitura e o livro em geral ao nível mundial. Cada cultura é tão grande quanto pode mostrar, dar aos outros. Maneiras de promover a cultura e a literatura de uma língua minoritária.

Promoção da tradução literária e do intercâmbio entre as diferentes culturas, línguas, literaturas. Modos de fazê-lo entre as nossas duas línguas e culturas. A Europa ajuda ou não? A experiência dentro da Europa.

Minhas experiências próprias, minhas observações enquanto tradutora literária das obras sobretudo lusófonas. Papel do tradutor literário.

INTRODUÇÃO; UM OLHAR PARA A HISTÓRIA

Se compararmos o esloveno e o português no espaço europeu vemos que as duas são línguas minoritárias. Penso ouvir mais sobre o problema ou, se calhar, a vantagem da insularidade dos Açores na preservação da língua nestes dias do nosso congresso. Ao mesmo tempo posso dizer que a língua eslovena viveu uma situação parecida durante a história. Eis um mapa parcial (onde, infelizmente, não há Açores) da Europa onde podem ver a Eslovénia.



Eis o mapa da Eslovénia e do seu relevo.

As línguas eslovena e portuguesa são as duas, podíamos dizer, minoritárias no espaço europeu. A nossa, falada por só dois milhões de habitantes, e a portuguesa por dez milhões em Portugal, sem esquecer a Galiza. A situação do esloveno do outro lado da fronteira, na Itália, é mais ou menos igual àquela das pessoas lusófonas na Galiza. A parte de Trieste, habitada pela população eslovena, foi entregue à Itália nos anos 50 (depois de ter existido como uma zona chamada Território livre de Trieste, dividida entre os jugoslavos e os anglo-americanos) e o seu destino delineado dentro de um outro país não muito atento às suas necessidades, entre as quais também culturais. Ficaram como uma ilha dentro do mar italiano e muito marginal ainda. Mas, podemos dizer, se passarmos aos tempos modernos, que toda a Eslovénia e a sua língua com só dois milhões de falantes representam uma ilha rodeada pelas línguas italiana, alemã, húngara e croata. Por cima disso, cada uma delas vem da sua família de línguas. Uma nação tão pequena que durante séculos foi governada por «senhores» nomeadamente alemães na época dos Habsburgo (a partir do século XIV) e depois no império Austro-húngaro (1867-1918) e na nossa história mais recente dentro da antiga Jugoslávia, deve tudo à sua língua e à sua cultura para ter podido preservar-se.

Agora vou contar-lhes uma lenda que mostra como o nosso povo é esperto.

Conta uma lenda que vivia um esloveno forte e enorme, chamado Martin Krpan, que tinha uma égua esguia com a qual transportava (ilegalmente, bem se entende) o sal inglês para a sua casa na atual Eslovénia, naquela época

chamada Carniola (nos tempos dos austríacos). Quando encontrava alguém na estrada, agarrava no cavaleiro e punha-o, com as próprias mãos, à margem da estrada para as outras pessoas poderem passar. Um dia, passou uma carruagem com o imperador da Áustria. Quando este viu o gigante que com tanta leveza agarrava no seu cavaleiro e deixava a estrada livre para a comitiva imperial passar, decidiu que o ia convidar para Viena para Martin, o nosso herói, combater um turco muito temido que assolava a capital austríaca e deixava a corte e a população preocupadíssimos. Martin aceitou mas sob a única condição de cortar uma bela tília que a imperatriz tinha no pátio do palácio. Ele cortou a árvore e fez uma arma simples mas eficaz e matou o turco que tanto mal tinha feito à cidade de Viena.

Assim ficou na história essa famosa estória de um esloveno corajoso e esperto que soube vencer tanto as normas instituídas pelos soberanos como também, fisicamente e metaforicamente com a sua inteligência, aquele que oprimia (outra nação e, indiretamente, a sua), e, ao mesmo tempo, não mudar, conservar a sua personalidade tal qual, pura e genuína. Embora sendo numa ilha, por assim dizer, cultural e linguística dentro do mar austríaco.

Por isso entendo muito bem a questão da insularidade açoriana, uma comunidade afastada e situada no meio do Oceano, que também esteve e está em uma situação muito particular, embora nesta nossa era moderna os meios técnicos ajudem a não sentirmos tanto, acho, esse afastamento geográfico.

Agora tentemos responder como é possível preservar a língua em diferentes situações que lhe são prejudiciais: nos tempos da submissão do povo a uma nação mais poderosa que o domina politicamente (tal o nosso caso na história), o isolamento e o afastamento geográfico (tal o caso dos Açores), o distanciamento cultural, político, para só enumerar alguns dos casos.

Com certeza a língua só pode resistir se tem uma boa base cultural, isso quer dizer, se há bastantes falantes conscientes de preservá-la, de falá-la bem, de escrevê-la bem e assim divulgá-la, de ter escritores, que a perenizem mediante a sua obra. As pessoas, falantes dela, têm de ser conscientes e cuidar dela, a mentalidade deles tem de ser orientada para uma preservação consciente daquilo que é uma das coisas mais sagradas da nossa herança que nos entregam as gerações passadas. É essa a riqueza de uma nação, a sua língua e a sua cultura. A nossa, embora sendo tão pequenina, resistiu todas as "invasões" dos povos e das línguas estrangeiros.

Com todas as suas particularidades. Uma delas é o dual, a forma quando se fala só de duas pessoas, é diferente. Existem só poucos casos parecidos no mundo. Acho que numa língua africana e no caso de outra língua minoritária, mais parecida ao polaco, falada pelo povo chamado os sérvios de Lužice. E, para sermos românticos; dizem que assim, os namorados podem falar como se fossem as únicas pessoas no mundo, só "nós os dois", que essa é uma forma "propícia" à linguagem do amor.

Resistiu também e sobretudo graças à consciência das pessoas que a falavam durante a história. Primeiro, antes do século XVI., essas eram bastante incultas. Os eslovenos daquela época era na maioria do povo, maioritariamente camponeses, com a exceção de uma família nobre, depois, em 1550, um padre esloveno traduziu para a "língua do povo" a Bíblia e escreveu um abecedário para o seu povo poder aprender a ler. Mas teve de fugir do país por proclamar ideias demasiado "modernas". Claro que os soberanos não queriam que o povo submisso aprendesse a ler e a pensar com a própria cabeça, para não terem problemas.

A preservação da nossa língua sempre tem sido muito ligada à leitura. A leitura, que é intimamente ligada à língua. Para dominá-la bem, é preciso ler muito e os livros de qualidade. O ritmo de vida atual não é muito propício às leituras pelo menos de livros mais exigentes que pedem mais concentração, uma cultura geral, uma dominação melhor da língua em geral e uma conscientização desde a idade mais tenra.

Contam os nossos avós que viviam no campo que sempre se encontrava um momento para ler, à noite, quando todos estavam reunidos na casa depois de um dia longo de trabalho. E o meu avô ia buscar os livros a uma biblioteca a 50 km da casa deles. Quem faria o mesmo nestes tempos em que não sabemos fazer nada sem carro? Nos tempos em que a televisão, há muito tempo, tomou na maioria das famílias o lugar do livro.

O que é que nos oferece o nosso sistema político nos tempos modernos? A educação no meu país tem sido sempre bastante boa, também nos tempos do socialismo. As crianças recebem então uma boa base de conhecimento para poderem construir nela a sua personalidade e desenvolver os valores humanos. Já na escola primária, as leituras são obrigatórias também em casa, as crianças têm de ler em casa pelo menos 15 minutos por dia e escrever o que leram e os pais têm de assinar para confirmar que foi assim. As crianças na escola primária têm também um programa nacional de leituras que têm de fazer durante cada ano escolar e resumir oralmente e por escrito os livros que leem.

Depois, é preciso dizer também que os filmes estrangeiros na nossa televisão vêm sempre legendados. Assim, as pessoas pelo menos ouvem outras línguas e a aprendizagem delas é muito mais fácil. O que é uma necessidade e não só vantagem para uma língua falada por poucos falantes, como é o caso do esloveno e do português (no espaço europeu). As outras línguas ficam na subconsciência, no ouvido, e a aprendizagem delas é, portanto, mais fácil. Os eslovenos vemo-nos obrigados a aprender línguas estrangeiras porque ao falar a nossa língua, quase ninguém nos percebe. A necessidade tornou-se, ao longo dos séculos, uma vantagem. Nós podemos perceber os outros e os outros não nos podem perceber a nós (se não queremos que nos percebam).

Há muitas histórias engraçadas das férias na costa – os eslovenos falam à vontade porque acham que ninguém os percebe, mas, de vez em quando, passam pessoas que entendem e há situações meio engraçadas meio embaraçosas.

A literatura e, por conseguinte, a leitura acompanham-nos desde sempre. Indica-lo o número de pessoas que emprestam cada dia os livros numa das bibliotecas nacionais que contam com uma rede bem ramificada. O estado incentiva o processo mencionado, porque todas as bibliotecas principais têm a obrigação de comprar todos os livros que são lançados/publicados, pelo menos um exemplar de cada. Isso quer dizer que também os editores podem sobreviver porque têm a venda de uma quantia dos livros imprimidos garantida. Assim fica também excluída a parcialidade, as bibliotecas têm todos os livros sem exceção, depois têm a liberdade de compor as listas dos livros que lhes pareçam de mais qualidade para incitar os leitores para os lerem.

Muitas bibliotecas organizam saraus com os autores, os debates, as tardes para crianças e preparam, publicam na Internet e afixam as listas de livros mais emprestados. Acho que se as pessoas têm a possibilidade de emprestar os livros e não só comprá-los, porque os preços são bastante altos, também leem mais. É uma boa estratégia para incentivar a população a ler mais. As bibliotecas são em muitos casos bastante recentes ou renovadas e têm também um espaço dedicado à leitura, assim são também um lugar de encontro que convida com a sua atmosfera acolhedora.

Outra coisa boa, outra vantagem das bibliotecas nacionais é o dinheiro juntado com os empréstimos de livros. Esse dinheiro é coletado pelo Ministério da cultura e depois, uma parte vem atribuída à Associação dos tradutores literários, que, mediante concurso, redistribui o dinheiro por entre os tradutores literários que, tendo traduzido uma obra exigente, não têm podido ser suficientemente recompensados pelas editoras que ainda pagam os tradutores literários bastante mal. Assim, uma parte do dinheiro dos livros, pelos quais contribuíram também os tradutores literários, vem retribuída a eles mediante essa medida.

E quais os livros escritos em português que os leitores eslovenos podem ler na língua materna deles?

2. LITERATURA PORTUGUESA NA ESLOVÉNIA

Várias traduções têm sido feitas durante os últimos dez anos. Portugal e com ele a língua portuguesa são cada vez mais conhecidos, também graças a tradução sistemática das obras portuguesas ou aquelas dos países lusófonos. Podemos dizer que a literatura dos países lusófonos viu bastante aceitação depois das traduções do prémio Nobel José Saramago, já antes de ele ser premiado. A primeira tradução do seu romance *Ensaio sobre a cegueira* foi lançada um ano antes de ele ter recebido o prémio Nobel. Depois, foram lançados vários romances dos autores portugueses clássicos ou clássicos modernos, como, aparte de José Saramago, cujo *Evangelho*

segundo Jesus Cristo e *O memorial do convento* foram publicados nos anos a seguir do prémio, também António Lobo Antunes, Fernando Pessoa, Mia Couto, Sophia de Mello Breyner Andresen e, recentemente, Gonçalo M. Tavares, se enumerarmos só as traduções que foram publicadas nos livros, como entidades independentes.

Além disso, vimos a publicação de numerosos artigos sobre a cultura em geral e a literatura em particular em língua de Camões. Na Rádio nacional eslovena, podemos ouvir com frequência emissões que apresentam autores lusófonos de todas as idades, estilos e culturas. A promoção da literatura lusófona na Eslovénia é feita nomeadamente pelas editoras que os publicam e pela Associação dos tradutores literários eslovenos cuja vice-presidente sou, e, no primeiro lugar, pelos tradutores próprios. “A editora dos estudantes”, que publicou *O último voo do flamingo* de Mia Couto e os *Senhores* de Gonçalo M. Tavares convidou estes dois autores à Eslovénia, o que aumentou consideravelmente a recetividade e a popularidade da literatura dos autores lusófonos na Eslovénia.

Nos primeiros dias de fevereiro deste ano, na altura em que nos visitou Gonçalo M. Tavares, estrela do festival do livro Fabula que se tornou já tradicional, o evento honrado pela sua presença na Casa da cultura, a instituição cultural da capital mais importante, foi um verdadeiro sucesso, nunca acudiram tantas pessoas e nenhum autor convidado teve tantas entrevistas marcadas já com vários meses de antecedência.

Devemos dizer que a literatura dos autores lusófonos é bastante mais conhecida que alguns anos atrás, também graças às ações da Embaixada portuguesa em Ljubljana e aos apoios recebidos de Portugal (nomeadamente do Instituto Camões e do IPLB). Agradeço a eles por poder estar hoje aqui convosco.

3. PROJETOS

Quais os projetos para o futuro? Temos vários projetos de promoção da língua, literatura e cultura portuguesas em parceria com a Embaixada portuguesa e com a cidade de Ljubljana que será capital do livro mundial (pela UNESCO) em 2010. Como representante da Associação dos tradutores literários participo como membro no Comité organizativo do tão notável evento ou melhor dito, uma série de eventos que vão ser organizador ao longo de um ano inteiro. A candidatura pela capital mundial do livro que foi ganha na concorrência com muitas capitais mundiais com uma vida cultural invejável, parece-nos uma honra especial e é ao mesmo tempo a comprovação de que trabalhamos bem e que também os outros vêm e sentem os frutos do nosso trabalho. Também uma cultura pequenina com uma língua minoritária ao nível mundial pode promover a literatura, a leitura e o livro em geral ao nível mundial. Cada cultura é tão grande quanto pode mostrar, dar aos outros. Espero que, para o ano, possamos mostrar e dar muito.

No marco do projeto mencionado, várias conferências serão organizadas que reunirão as pessoas, ligadas ao livro, tais como editores, tradutores, escritores, bibliotecários etc., do mundo inteiro. Além disso, será promovida a tradução do e para o esloveno. Com a Embaixada portuguesa em Ljubljana, incluímos, como uma das atividades do ano 2010, uma lista de livros a serem traduzidos do português para o esloveno e que beneficiarão do apoio de Portugal. Nesse conjunto de livros encontramos tanto os autores clássicos como contemporâneos (Eça de Queirós, Mário de Sá Carneiro, José Saramago, Mia Couto).

Quais as maneiras de promover a cultura e a literatura de uma língua minoritária?

Estou convencida de que tudo começa na família, a consciência da língua e da cultura, os valores, tudo isso a criança aprende em casa. Se os pais amam, apreciam e cultivam a língua, isso vai ser algo natural para a criança. Depois, vem o sistema educacional. Quando crescemos e nos tornamos pessoas independentes, tudo depende de nós. Com pequenos atos consegue-se fazer grandes coisas. Isso vale também para as questões relacionadas com a língua. Também os conhecimentos de outras línguas e culturas, a abertura ao mundo, ajudam a alargar os horizontes às pessoas e, por conseguinte, a respeitar a própria língua. A promoção da tradução literária e do intercâmbio entre as diferentes culturas, línguas, literaturas é um dos modos para preservar também a própria língua, porque as pessoas tornam-se mais conscientes dela(s).

Quais os modos de fazê-lo entre as nossas duas línguas e culturas? Acho que com a abertura das respetivas embaixadas em Ljubljana e em Lisboa, a situação melhorou consideravelmente. Ambas as nações somos conscientes de que temos de investir muito (esforço) na visibilidade das nossas línguas e culturas que não são umas das "maiores" ou mais faladas e por isso não tão facilmente reconhecíveis na Europa.

A Europa ajuda ou não? A experiência dentro da Europa é mais ou menos boa. A Eslovénia aparece de vez em quando na televisão e nos outros média dos outros países membros, acho que a situação é igual em relação a Portugal, porque além daquilo que foi dito sobre a promoção da literatura e cultura dos países lusófonos no meu país, Portugal começou a ser mais conhecido e visível na Eslovénia a partir da nossa adesão à União Europeia. Temos, os dois, os nossos direitos e Europa clama e proclama a vantagem da variedade das línguas e culturas no espaço europeu. Afirma que são a sua riqueza, mesmo se às vezes não pareça ser desta opinião nos seus atos. Mas, pelo menos acho que fazer parte da família europeia pelo menos nos deu a oportunidade de conhecer melhor os outros membros da família.

Quais as minhas experiências próprias, as minhas observações enquanto tradutora literária das obras sobretudo lusófonas? Primeiro gostava de dizer que, para mim traduzir as obras dos autores lusófonos é uma paixão, não o podia chamar de outra maneira. Todo o que se faz com paixão dá resultados. O nosso carácter nacional é muito parecido ao português; melancólico, sonhador, como se vivéssemos um pouco fora do mundo, e bastante individualista. A alma portuguesa não é longe da alma eslovena, isso também ajuda para as pessoas se identificarem mais com as obras traduzidas. O empenho constante por apresentar os autores, a cultura, os costumes também dá frutos. O papel do tradutor literário é exatamente este – amar outra língua que se traduz quase tanto quanto a própria, a materna, fazê-la própria e, criativamente, oferecer o texto escrito numa língua aos leitores da sua própria nação, como se o livro fosse escrito na língua deles.

76) CONCHA ROUSIA

CONCHA RODRIGUES PERES, Nascida o 04-10-1962, em Covas (Os Brancos, Galiza).

Psicoterapeuta. Licenciada em 1995 em psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela, *especialidade em psicologia clínica*.

Master in Science, Marriage and Family Therapy, Universidade de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação intitulada "Multilingualism and psychotherapy".

PUBLICAÇÕES:

As Sete Fontes, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa Arcos Online (www.arcosonline.com), Arcos de Valdevez, Portugal.

"Dez x Dez" 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

"Cem Vaga-lumes" Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.

Herança, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

Nas Águas do Verso. Antologia. 2008, Porto, Portugal.

Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.

Poeta, Mostra a tua Cara. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil.

Volume 7 da Coleção "Poesia do Brasil", XV Congresso Brasileiro de Poesia em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.

Tem publicado poemas e outros textos em diversas revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural.

Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita, Lethes 2007.

É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.

Um dia, Publicado em A Nossa Terra; 2006.

Uma análise da violência de género.

PRÉMIOS

Prémio de Narrativa do Concelho de **Marim**, 2004, Galiza.

Prémio de poesia do Concelho **Ames**, 2005, Galiza.

Ganhadora do **Certame Literário Feminista do Condado**, 2006, Galiza. Com o romance “A Língua de Joana C”

MUDANÇA DE NARRATIVA LINGUÍSTICA, CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Narrativa entendida como o conjunto de histórias a considerar à hora de definir o que na Galiza somos do ponto de vista linguístico. A narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita.

Nos humanos surge mal-estar quando as histórias que narram as suas experiências, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos importantes, que de ser incluídos na narração contradiria a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos.

Os conceitos de “poder” e “conhecimento” como essenciais para entender tanto uma narrativa como a sua mudança.

As instituições detentoras do poder na Galiza, levam anos escrevendo o discurso do que é o galego, teimando em mostrar como o galego é uma língua diferente do português; esta ideia central do discurso linguístico é fulcral à hora de elaborar a escrita.

O discurso de “galego” língua diferente do “português” mostra-se incapaz de explicar as experiências da gente, que vê como pode compreender português escrito e falado, o que rende o discurso como insatisfatório desde a sua própria criação.

Um discurso alternativo surge quando os conhecimentos eruditos e indígenas, que foram subjugados se combinam para se converterem numa alternativa que mostre a ineficácia do conhecimento “unitário” para explicar algumas questões linguísticas importantes.

A aparição da Academia Galega da Língua Portuguesa fazendo patente a crítica efetiva ao conhecimento dominante estabelecido sobre a Língua na Galiza, constitui uma nova narrativa, que não vai automaticamente substituir o anterior mas que vai provocar a proliferação de discursos narrativos novos para tentar explicar esses novos dados.

A força que a AGLP terá na sociedade galega dependerá da sua capacidade de atrair gente ao seu projeto na Galiza, e da perceção que na Galiza se tenha de sua projeção dentro da Lusofonia.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de narrativa no estudo que aqui se vai apresentar, e que versa sobre a mudança de narrativa linguística na Galiza, vai ser entendido como o conjunto de histórias a ter em conta à hora de definir o que na Galiza somos desde o ponto de vista linguístico. As mudanças no jeito de considerar o que somos, e o que não, têm repercussões tanto na escrita como na oralidade, que não são bem a mesma cousa; tal e como Stubbs (1980) conclui “a linguagem escrita não representa diretamente a linguagem falada. Como se deriva de vários factos, é evidente que os dous sistemas são, quando menos, parcialmente autónomos” (p. 41). Logo de revisar algumas das diferentes formas de linguagem escrita e as suas diferentes formas de relação com a linguagem falada, Stubbs argumenta que:

...temos que conceder que em comunidades com um índice alto de alfabetização, pelo menos para algumas pessoas, o vínculo entre linguagem falada e linguagem escrita esteja marcadamente debilitado, e as formas escritas podem perder algo do seu caráter secundário e obter um mais independente e primário (p. 41)

Claramente, fala e escrita são diferentes; mesmo que estabeleçamos que a palavra falada precedeu a palavra escrita num sentido histórico, e mesmo que esta foi baseada naquela, não são o mesmo. Haverá que ter também em conta que a escrita não é ouvida mais sim vista, com tudo o que isso implica no mundo ocidental, no que a visão está considerada por cima dos outros sentidos; podemos falar de uma espécie de “oculocentrismo” tal como se pode ver (e reparemos mesmo aqui no uso do termo “ver”) em frases como: “Se não o vejo não o creio” “Vi-o com os meus próprios olhos” “insightful” (que tem visão interior) “visão de futuro” etc. e também “curto de vista” “cego”...

Seguindo a linha teórica de Chafe (1985) e o seu conceito de “*idea units*” (p. 106), podemos afirmar que a escrita potencia a expansão da informação, que usando só da nossa memória seria limitada, permitindo a incorporação da dimensão temporal, onde as pessoas podem determinar o tipo de organização que vão dar à informação e às experiências, e podem também, com efeito, produzir relatos marcadamente diferentes dos eventos. Por esta razão a narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, e por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita. Então conseguiremos uma mudança de narrativa linguística do que é ou não é a língua na Galiza na medida em que sejamos capazes de o fazer no âmbito da escrita, é dizer, na medida em que sejamos capazes de que se “veja” com os olhos.

2. A NECESSIDADE DUMA MUDANÇA DE NARRATIVA

Antes de uma narrativa realmente mudar, desde que começa a ser considerada ineficaz para abarcar com suas definições a realidade vivida por algumas pessoas ou coletivos, pode passar um período longo de tempo. Acontece que nos seres humanos surge mal-estar quando as histórias nas que narram as suas experiências, tal e como eles ou outros as contam, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos que são importantes mas que de ser incluídos na narração iriam contradizer a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos (White & Epston 1990, p. 28). Há dous conceitos essenciais a ter em conta, e que condicionam tanto uma narrativa como a sua mudança; são o conceito de “poder” e o conceito de “conhecimento”, conceitos que devem ser considerados inseparáveis (Foucault 1980).

As instituições detentoras do poder na Galiza, como são a Junta da Galiza, a Real Academia Galega, o mesmo o Instituto da Língua Galega, levam muitos anos escrevendo o discurso do que é, e o que é não, o galego. Nessa narrativa se quer fazer patente que o galego é uma língua diferente do português. Não se vai neste estudo analisar o por que dessa decisão política, que mesmo rompe com as ideias do galeguismo histórico. Mas contudo esta ideia, de o galego ser uma língua diferente do português, converte-se na ideia central do discurso linguístico, e portanto vai ser fulcral à hora de elaborar a escrita; porque se galego é diferente de português, o que se vai fazer é trabalhar na sua diferenciação. Independentemente de considerações históricas da língua e considerações acerca de qual era a ortografia mais adequada para representar as diversas falas, dado que a língua oral era a principal forma de língua que se tinha na Galiza, e a escrita era praticamente feita apenas em Castelhana, se escolheu uma ortografia que fosse diferente da do português porque se se tivesse escolhido uma ortografia coincidente com a do padrão português, se estaria contradizendo a ideia central do discurso; que como já se disse, afirma que o galego é uma língua diferente do português. Usaremos um exemplo para mostrar isto com maior claridade: o caso dos meses do ano escritos com a mesma ortografia nos dariam na Galiza calendários idênticos aos de Portugal. Mas com só mudar a ortografia em quatro dos seus meses, janeiro (xaneiro) março (marzo) junho (xuño) julho (xullo) dá, mesmo visualmente, para aparentar essa diferença; diferença que passa a ser “vista” com o que, mesmo sendo apenas aparente, passa a ser real; e modula a nossa perceção e o nosso pensamento. Ora bem, como esse discurso não é satisfatório para dar conta da sensação da gente à hora de avaliar a sua língua, não fica livre de críticas; porque como bem diz o filólogo José Martinho Montero Santalha: “mesmo que grafemos ‘galiña’ em vez de ‘galinha’ não devemos esquecer que nos estamos a referir com o mesmo nome ao mesmo animal, é isso que faz a nossa língua e o português ser a mesma língua” (c. p.) Mas isso

que Martinho afirma é o que sempre se esquece, e se esquece porque se percebe só essa diferença “visível” seja esta real ou fabricada.

Podíamos especular sobre a questão de por que se recorre à construção do galego negando a sua essência de ser português, e por conseguinte negando também a essência do português de ser galego. Sem dúvida chegaríamos à conclusão de que essa foi apenas mais uma forma de tentar o afastamento e a separação entre Portugal e a Galiza, que lá dentro de cada um se sabe o mesmo povo, com a mesma fala. Mas essa é questão demasiado ampla, que sai fora da narrativa de mudança de língua, e porem não vai ser abordada na presente análise. Mas não devemos ignorar que sob da questão pola que se tenta construir uma narrativa de língua, que afaste a língua da Galiza da língua de Portugal, fica o desejo de afastar os povos galego e português, ou então esta escolha de ortografia, que vai contra todo argumento filológico, não teria sentido nenhum.

Ora bem, o discurso de “galego” língua diferente do “português” que desde os organismos de poder se intenta impor, mostra-se incapaz à hora de dar conta das experiências da gente, que vê como pode compreender português, não só escrito mas também falado, e por tanto o discurso não acaba nunca de coalhar, e a insatisfação com ele nasce mesmo no momento do nascimento do próprio discurso. À medida que o tempo vai passando e esse discurso de “galego oficial” se vai fazendo mais poderoso, a insatisfação e o mal-estar pola realidade linguística vivida por diversos setores da sociedade galega, que veem negada a sua experiência, vai aumentando progressivamente. Esse discurso dominante, que se autodenomina como “oficial” ou “normativo” num estado, como é o Espanhol, onde não existem as ortografias oficiais, e no que só se pode falar de línguas oficiais, vai tentar deixar fora da realidade linguística todo aquilo que se aparte desse modelo “oficial” (António Gil, 2005). Este discurso dominante vai conseguir se impor porque tem o poder. Depois essa questão do poder, e a sua importância, vão ser analisadas.

É um facto inegável que a forma de globalização que se dá no mundo ocidental desde os anos noventa, ajudou a pôr em evidência muitas destas situações inexplicáveis desde o discurso dominante; porque se o galego é diferente do português como é que duas pessoas falando uma em galego e a outra em português podem manter uma conversa com total intercompreensão? Ou também, como uma pessoa galega, sem nunca ter estudado português, pode ler com assombrosa facilidade um texto escrito nessa língua? Eu ainda me atreveria a entrar em questões de linguagem não-verbal, coincidentes à hora de falar entre galegos e portugueses...destaca-se o volume de voz e linguagem gestual, esta última especialmente significativa nas povoações da raia galego-portuguesa. Com o convívio e a partilha, a cada vez mais pessoas da Galiza vão tendo experiências linguísticas que não podem ser explicadas por esse discurso linguístico que se trata de impor. Ora bem, essas experiências não produzem dados linguísticos relevantes, dado que contradizem o discurso dominante desde o que analisamos a nossa realidade linguística, esses dados passam a ser desatendidos; quer isto dizer que com esses dados não se constrói significado nenhum e simplesmente são descartados sem a pessoa necessitar ser consciente do processo. Na medida em que o número de experiências que a pessoa tenha que descartar vão em aumento, o seu mal-estar “linguístico” vai também aumentar, mesmo sem a pessoa saber bem o porquê.

3. O DISCURSO DOMINANTE COMO FORMA DE CONHECIMENTO DOMINANTE E UNIDADE DE PODER

O poder, como muito bem explica Foucault, subjugou os indivíduos convertendo-os no que este autor denomina como “corpos dóceis”, a serem conduzidos a atividades que sustentem a proliferação de formas de conhecimento globais e unitárias. No caso que estamos analisando, a narrativa linguística que na Galiza nos dita o que é e o que é não a língua, o poder nos tenta levar a aceitar como único conhecimento válido o de que o galego é uma língua diferente do português. Os meios utilizados essa para atingir meta são os clássicos de prémio e castigo, ou aceitável e não aceitável. É dizer que se vai premiar todo aquele que trabalhe na proliferação do discurso dominante e se vai castigar, mesmo com a exclusão do grupo, por ser inaceitável, que é a pior forma de castigo social, a toda a pessoa que tente contradizer esse discurso. E assim é como o reintegracionismo passa a ter que sobreviver nas margens do sistema.

Se falamos de poder temos à vez que falar de conhecimento porque são inseparáveis; se um domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, se um tem o poder sobre uma área, controla o conhecimento nela. Não pode haver exercício possível do poder sem uma certa economia (certo controlo) de discursos de verdade, o qual opera através, e sobre as bases, desta associação. Estamos sujeitos a uma produção de verdade através do poder e não podemos exercer poder exceto através da produção de verdade. (Foucault, 1980, p. 93)

Foucault argumenta que com o uso e aperfeiçoamento da tecnologia o que se consegue é que as pessoas passem a ter um papel a cada vez mais ativo na sua própria subjugação. O que no campo da narrativa linguística que aqui estamos a analisar significará que os próprios indivíduos se encarreguem de se submeterem a esse discurso dominante sobre o que é, e o que é não, a língua da Galiza, convertendo-se nos próprios guardiões de si mesmos, passando a contribuir à perpetuação do poder e o conhecimento dominantes. As pessoas são incitadas a comportarem-se de forma a se sujeitarem a si próprios e a outros segundo esses discursos. O poder se perpetua então, não já pela sua capacidade de se impor de acima para abaixo nas estruturas jerárquicas de poder, mas a nível local.

Neste ponto é muito ilustrativo rever a análise que Foucault faz sobre as diferentes formas de poder, e que nos mostra como devemos diferenciar entre as formas de poder soberano e moderno. A efetividade do poder nas monarquias dependia em grande medida da capacidade do soberano para se fazer visível à povoação; era uma forma pouco eficaz de controlo social, dado que o soberano não podia estar presente em todo o lado à mesma vez; o seu poder fazia-se extensível aos seus representantes, mas mesmo assim a gente encontrava sempre a forma de se ocultar desse poder. Por contra os mecanismos que usa o poder nas sociedades modernas permitem que a figura de poder permaneça invisível para os indivíduos, e quem passa a ser visto, em lugar de ser o poder, são os indivíduos a ser controlados por esse poder. A pessoa percebe-se a si própria como podendo estar a ser observada em todo o momento, e por tanto não precisa ver a figura de poder para se comportar de acordo com o que o poder ordena. Deste modo, segundo Foucault, a sociedade tem entrado na idade da examinação infinita e a objetivação compulsiva; de jeito que na atualidade temos uma sociedade de normalização onde a tortura foi substituída pela avaliação, e implicou os poderes judiciais nas questões de controlo social, tanto no controle de indivíduos, como de grupos, e no controle do conhecimento. Neste sentido são as normas as que passam a ser centrais e o indivíduo é obrigado a se comportar de acordo com elas, em vez de ter que se comportar de acordo com o que está bem e o que está mal. É a era da normalização, e tudo o que se afaste dessa normalização será submetido a medidas corretivas. (Foucault 1979).

No campo da narrativa linguística na Galiza a norma pola que se vai medir a todo aquele que se expresse por escrito na nossa língua vai ser a norma da Real Academia Galega, e essa norma vai tratar de se impor. Chegando a denominar esse jeito de grafar a língua escrita como “o normativo” ou mesmo “o oficial”. Quando, como já se disse anteriormente, na legislação Espanhola, que é a que rege, não se fala em normas oficiais, e só se fala de línguas oficiais. (António Gil, 2005) Mas como bem sabemos, aquele que controla um domínio de poder controla o conhecimento desse domínio. E foi assim que a RAG junto de outros organismos, tratou de definir não só o uso da língua senão que também tratou de regular o que era, e o que não era, língua. Na Galiza temos um dicionário como é por exemplo o Xerais, que para as palavras que não são “galegas” têm talvez um número de entradas superior ao que tem para as palavras que sim são galegas; mostrando claramente esse afã normativizador e corretivo para tudo aquilo que se afaste da norma. Apesar destes esforços dos organismos de poder para impor um discurso sobre o que é a língua na Galiza, mesmo com a incorporação de palavras consideradas até então como palavras do português com o propósito de tentar satisfazer aos descontentes com a narrativa, o certo é que na realidade a cada vez mais pessoas se mostram insatisfeitas com esse discurso chamado ‘oficial’. A capacidade de fazer visível essa insatisfação no contexto onde esse discurso tem vigência, vai influir diretamente na capacidade de propiciar uma mudança desse discurso. Neste sentido a capacidade do movimento reintegracionista de fazer visível a sua insatisfação com a norma da Real Academia Galega, mesmo só com o mero uso doutra norma ortográfica nos contextos onde o discurso da RAG trata de se impor, vai determinar a capacidade deste movimento para provocar um câmbio na narrativa linguística.

4. A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA ALTERNATIVA

O conhecimento narrativo fundamenta-se em argumentos que convencem da verosimilitude das histórias (Bruner 1986). A superioridade dum texto frente a outro emana da capacidade desse texto de render múltiplas interpretações; de modo que seja capaz de atuar como guia que ajuda ao leitor a obter sentido próprio daquilo que lê, neste sentido o texto atua mais como virtual do que como real. Isto é, que dum texto se poderiam extrair muitos textos diferentes, dependendo de quem o leia.

Para que um discurso alternativo possa surgir tem que haver uma forma de conhecimento alternativo capaz de se erigir como tal conhecimento rendendo como ineficaz ao conhecimento “unitário” à hora de explicar algumas questões importantes, e mesmo fulcrais, para o discurso linguístico. Essa forma de conhecimento, até que tem a força para se constituir como tal conhecimento, subsiste de forma subjugada.

5. DUAS FORMAS DE CONHECIMENTO SUBJUGADOS:

1.- Aquele constituído polos conhecimentos eruditos que foram descartados dos registos dos acontecimentos da história; a esses registos só ascendem conhecimentos que façam referência a formas de conhecimento que concordem com o discurso dominante, global e unitário. Segundo Foucault esses conhecimentos eruditos foram enterrados, escondidos, e disfarçados para criar uma coerência funcional que mascare os efeitos de rotura que produziria o conflito. Aqui estariam todos os conhecimentos que fazem referência ao reintegracionismo linguístico, e também aqueles conhecimentos que sem fazer referência ao reintegracionismo linguístico, estivessem escritos noutra norma diferente denominada norma “oficial” ou norma da Real Academia Galega. Mas sobretudo estariam os conhecimentos relativos à língua, e ao que esta é ou deve ser.

A lista é ampla, inclui autores dos que eu apenas me limitarei a nomear alguns seguindo o estudo de Carlos Durão (Carlos Durão 2008, p. 35-56). Assim temos, o *Pe. Feijóo*, o *Pe. Sarmiento*, *B. Vicetto*, *Marcial Valadares*, *López Ferreiro*, *Garcia de Olhóqui*, *Garcia Pereira*, o *Marquês de Figueroa*, *F. Vaamonde Lores*, *F. Anhom*, *J. M. Pintos*, *E. Pondal*, *M. Murguia* e a própria *Rosalía de Castro*. Depois temos *Victoriano Taibo*, *R. Cabanilhas*, *C. Emilio Ferreiro*, *A. Noriega Varela*, *Á. Zebreiro*, *Á Gil*, *M. Lugris Freire*, *F. Bouça-Brei*, *F.L. Cuevilhas*, *A. Iglésia Alvarinho*, *A Couceiro Freijomil*, *Francisco Tettamancy*, *Leandro Carré Alvarelos*, *E. Carré Aldão*, *Julio Camba*, *V. Fernandes Flores*. E dos não galegos: *J.J. Nunes*, *Menéndez Pidal*, *Leite de Vasconcelos*, *Lindley-Cintra*, *José Agostinho*, *Margot Sponer*, *Sampaio Bruno*, *Luciana Stegagno Picchio*, *Maria Helena Mira Mateus*; e também *E. Alarcos Lhorat*, *Koldo Mitxelena*.

Nos anos 20 teríamos autores como Vicente Risco, Antom Vilar Ponte, Rafael Dieste, Evaristo Correa Calderón, Roberto Blanco Torres, e Johan Carbalheira. Manuel Rodrigues Lapa, Otero Pedraio, Álvaro das Casas, João Vicente Biqueira, Fuco G. Gomes, Ricardo Flores, Daniel R. Castelão, o historiador espanhol Sanchez Albornoz. Ernesto Guerra da Cal, Valentim Paz-Andrade, Álvaro Cunqueiro, Agostinho da Silva, Carvalho Calero, Joan Coromides, Jenaro Marinhos del Valhe, Isaac Alonso Estraviz, Carlos Durão, J. M. Montero Santalha, Leodegario A. De Azevedo Filho, Gladstone Chaves de Melo, Silvio Elias, Evanildo Bechara, Eugenio Coseriu, António Gil Hernández, Maria do Carmo Henríquez Salido, Ângelo Cristóvão Angueira, Xavier Vilhar Trilho, José Luís Fontenla, Luís Gonçáles Blasco, V. R. Fajim, J. L. Valinha, Mário Herrero Valeiro, Celso Álvarez Caccamo; e alguns mais que decerto se nós esquecem.

2.- Uma segunda forma de conhecimentos subjugados são aqueles aos que Foucault se referiu como “locais populares” ou “indígenas” que estão em circulação mas são negados ou privados dos espaços nos quais esses conhecimentos podiam ser executados adequadamente. Por exemplo o uso de palavras como “embora”, “pegar” (com o significado de “suster”, e não com o significado de “bater” ou “golpear” que lhe outorga a norma da Real Academia Galega), “quarta-feira” “quinta-feira”, etc. nas falas populares da Galiza passa despercebido nos âmbitos de poder onde se padroniza a língua. Este tipo de conhecimentos sobrevive apenas nas margens da sociedade e não goza do suficiente reconhecimento. (Foucault, 1980).

Foucault sugere que será através da recuperação destes conhecimentos autónomos, e da sua união com os conhecimentos eruditos, que os conhecimentos subjugados conseguirão a sua insurreição contra o efeito do

conhecimento dominante que se acha vestido de “verdadeiro” com seu discurso institucional. Quando isto acontecer nasce, ou aparece, uma estória alternativa. Mas atribuir significado a qualquer fenómeno que não se pode explicar dentro desse discurso dominante, porque o contradiria, não é uma atividade neutral, porque sempre é feito a traves da linguagem; e quando falamos de linguagem não estamos a falar de uma atividade neutral, e menos ainda se estamos a falar da mudança narrativa no próprio discurso do que é a língua, já que dispomos de uma série de discursos que são considerados apropriados e relevantes na nossa cultura, e que funcionam como formas de controlo social, que são os responsáveis de manter o conhecimento unitário. Portanto, não vai ser nada fácil encontrar uma forma de expressão pela que comunicar esses novos conhecimentos que até então vinham sendo disfarçados, negados, e mesmo considerados inexistentes.

Como uma superestrutura que vincula este conhecimento que denominamos “erudito” e o conhecimento “indígena” ou autónomo, na Galiza surge o movimento cívico, tentando articular vias de comunicação entre estas duas formas de conhecimento, com o fim de fazer visível esta realidade linguística, e se reconheçam os direitos dos cidadãos que tem uma visão da língua não coincidente com o discurso dominante defendido polos organismos detentores do poder. Aqui incluiremos todas as organizações do movimento reintegracionista.

Foucault sugere que será através da recuperação dos detalhes destes conhecimentos autónomos e desqualificados (a través da “união do conhecimento erudito com as memórias locais”) que nós poderemos descobrir a história da luta e o conflito. E que conseguindo o espaço adequado no que esses conhecimentos possam ser levados a cabo, desenvolve-se uma crítica efetiva ao conhecimento dominante, uma crítica cuja validade não vai depender da aprovação dos regimes do pensamento estabelecidos. (Foucault, 1980). Esse espaço, e a capacidade de crítica, consegue-se dum modo indiscutível com a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP). A AGLP, a diferença de outras academias de Língua, não nasce para premiar os conhecimentos eruditos que já são muito valorizados pela sociedade na que nasce essa Academia; não, a AGLP nasce para dar voz a conhecimentos, que longe de ser valorados, estão sendo subjugados polo poder estabelecido, nesses conhecimentos incluem-se tanto os eruditos como os indígenas. Portanto a AGLP não é filha da elite que domina o conhecimento erudito sobre a Língua, senão que é filha do movimento cívico, que consegue finalmente vincular uma realidade social, tenha a força que ela tiver, com um conhecimento erudito indiscutível. A aparição da AGLP faz real a crítica efetiva a esse conhecimento dominante estabelecido sobre a Língua na Galiza, e portanto uma nova narrativa, que satisfaça esta nova informação que agora a sociedade têm, faz-se imprescindível.

6. PROCESSO DE EXTERNALIZAÇÃO

O primeiro passo para a nova narrativa é sempre conseguir a separação de esse conhecimento unitário. Através da externalização da situação real para deixar em evidência a inexistência do discurso dominante e assim mostrar a sua incapacidade para incluir aspetos que são relevantes e importantes para a língua. A AGLP separa-se do discurso erudito dominante mas consegue ser reconhecido seu conhecimento como erudito. Esse reconhecimento polo que tanto leva lutado ao longo das décadas o movimento reintegracionista, faz-se efetivo de forma real e contundente com o nascimento da AGLP. Mas a AGLP é fruto da constância do movimento cívico, ao que se sumam multitudes de esforços individuais. O movimento reintegracionista, apesar de ter passado por épocas difíceis não desistiu de seu empenho na elaboração desse discurso que demonstrasse de vez como o discurso oficial não podia explicar algum aspeto essencial para a língua da Galiza. A AGLP, vejamos todos ou não, é filha de todas e cada uma das pessoas que se somaram a este movimento cívico pola defesa da Língua, e a defesa dos direitos linguísticos dos cidadãos da Galiza.

Com a AGLP consegue-se uma separação total do discurso unitário e dominante; não só se afirma que o “galego” não é diferente do “português”, contradizendo a premissa central do discurso da RAG, senão que se afirma que se deve chamar “português”. O dia seis de outubro, com a inauguração da AGLP, se consegue finalmente fazer chegar à sociedade, em maior ou menor medida, o reconhecimento da existência de elementos linguísticos, que sendo reais, não podem ser explicados polo discurso oficial sobre a língua. Neste momento, histórico, os detentores do poder, e defensores do discurso que com o nascimento da AGLP se evidencia insatisfatório para

explicar certos elementos linguísticos que acabam de ser reconhecidos, só podem fazer como que nada tivesse acontecido, ignorar o acontecido; porque se falarem publicamente da AGLP fazem é reconhecê-la. Previsivelmente silenciá-la é o que vão tratar de fazer; mas como por outro lado há setores da sociedade que estando muito preocupados pelo futuro da língua, vão olhar para este acontecimento, e os meios vão ir recolhendo e fazendo público o que vai tendo lugar.

7. UMA AUDIÊNCIA

A Inauguração da Academia Galega da Língua Portuguesa, consegue de forma contundente esse primeiro passo que é a separação do discurso oficial, por primeira vez consegue fazer visível a incapacidade do discurso oficial para explicar suficientemente bem o que é a língua na Galiza. E consegue esse efeito por muitas e pequenas razões que se vão explicar a seguir.

O lugar desde onde se faz o discurso que pretende ser ouvido, é um lugar institucional; portanto, leva implícito o apoio do governo. Em segundo lugar, há na mesa de oradores uma audiência cuja importância não se pode negar: há um representante do próprio Governo galego, o senhor vice-secretário de relações institucionais da vice-presidência da Junta da Galiza. Há também o reconhecimento da Universidade de Santiago de Compostela. Estão os representantes das Academias de Ciências de Lisboa e de Letras do Brasil, o professor Artur Anselmo e o professor Evanildo de Bechara; estão os outros académicos de Lisboa, o professor Malaca Casteleiro e o professor Carlos Reis, reitor da Universidade Aberta. Está o escritor moçambicano João Craveirinha. No público há também personalidades do mundo da literatura e a política, que não passam despercebidas. E finalmente os próprios organizadores e organizadoras do ato que começam com uma oferenda floral ao panteão de Galegos Ilustres com o que se vestem a si próprios de dignos herdeiros dos antepassados mais ilustres. Por tanto o ato se faz impossível de negar, e como recordatório fica o material impresso com a publicidade do ato, e fica o primeiro número do Boletim que foi distribuído e que vai circular a partir desse momento.

8. NASCIMENTO DO NOVO DISCURSO E DERRUBAMENTO DO DISCURSO ÚNICO

Com o ato inaugural fica pois estabelecida a existência de uma narrativa, que teve uma audiência a que não se pode negar, uma audiência que se percebe a si própria como geradora de outra audiência social maior. Os oradores são entrevistados e seus comentários se fazem públicos em diversos meios, com o que a audiência que é um elemento essencial para a divulgação do novo discurso, se vai fazendo maior dia a dia. Isso vai fazer aparecer as primeiras críticas que, independentemente do contigo, vão contribuir a dar visibilidade ao novo discurso narrativo que se opõe ao estabelecido. Com isto o que se conseguiu foi que o discurso narrativo que vinha dominando o território da língua caísse, a partir desse momento passa a ser mais um discurso, com todo o seu inegável poder, mas já não é o único discurso. Portanto sua verdade de único válido e verdadeiro fica rota; ora bem, isso não significa, como se verá a seguir, que o discurso que o fez cair passe ao substituir.

A partir do momento em que o novo discurso teve o seu efeito, o velho discurso fica obsoleto; isto é, a partir do momento em que um discurso alternativo que contradiz o discurso oficialmente estabelecido permeia o suficiente na sociedade, passamos a um período no que se pode dizer que ficamos sem paradigma que possa satisfazer a essa sociedade. Isto acontece também nas teorias científicas, o que Kuhn denomina como mudança de paradigma (Kuhn, 1972). O passo seguinte e que começou nos dias a seguir a criação, e sobretudo a inauguração da AGLP, é a atribuição de significado ao acontecido. Haverá aqueles que o queiram negar e voltar ao velho discurso; isto é o que se fez noutras ocasiões e funcionou para mascarar a existência do reintegracionismo. Aqui a AGLP, e o movimento reintegracionista em geral, têm o labor de continuar a fazer visível a existência desse novo discurso, e na medida do possível ampliar a audiência à que chega; mas nem o reintegracionismo, nem a AGLP, são já os únicos no “jogo” que consiste em atribuir significado a realidade, encaixando essa nova informação. Bateson argumenta que toda informação é necessariamente “notícia de diferença”, é que é a percepção da diferença o que provoca todas as novas formas de resposta nos sistemas vivos. É graças a essa nova informação, e a sua capacidade para ser padrão (“pattern”) catalogada, que um evento é

selecionado para sobreviver, em lugar de passar despercebido e realmente não existir para nós como factos. (Bateson, 1972)

O passo a seguir, logo de que uma informação foi reconhecida como nova, é a catalogação dessa informação pelo contexto que a recebeu. Efetivamente, só pode ser processada e catalogada pelo contexto que a recebeu. O que acontecerá a partir deste momento será a proliferação de discursos narrativos para tentar explicar esses novos dados. É dizer que, uma vez que a AGLP foi criada, e a essência do seu discurso, que podemos resumir com “galego igual a português”, foi capaz de penetrar na sociedade, rendendo como ineficaz para explicar esse evento o discurso até então único, que afirmava justamente o contrário: “galego diferente de português”, o que acontecerá será a aparição de novos discursos que tentem explicar o que acontece. O que nunca em nenhum caso se vai passar, como já se afirmou, é que o novo discurso passe a substituir o velho.

Uma revisão histórica permite-nos ver como se resolveram na prática situações similares nas que se produziram mudanças de narrativa na sociedade ocidental. Um bom exemplo é o que aconteceu nos EUA com o movimento feminista nos anos sessenta; depois de anos e anos de luta, quando finalmente o discurso defendido pelos grupos feministas se faz visível e permeia a sociedade, derruba o discurso machista, tirando-lhe a sua posição de discurso único. Ora bem, o que não se deu foi uma substituição de discursos, o novo simplesmente serviu para que o velho deixasse de ser considerado válido, e a partir desse momento começou um processo de geração de discursos que chega até os nossos dias. Há muita gente que se considera não-feminista, mas também não se pode considerar defensora do modelo machista.

9. PROGNÓSTICO DE FUTURO

Cabe esperar, é será bom que assim aconteça, que novos discursos sobre o que é o galego com respeito do português, comecem a surgir na nossa sociedade; discursos que irão encaminhados a catalogar e acomodar a nova informação que é já informação que pertence a um contexto que é maior do que o próprio contexto reintegracionista. Dentro destes novos discursos haverá aqueles que sigam a dizer que galego e português são línguas diferentes, e no outro extremo os que digam que galego e português são a mesma língua e que de facto a língua da Galiza pode, e mesmo deve, ser denominada “português”. Entre estes dois tipos de discurso, que ocuparão os extremos de um contínuo, vão começar a proliferar discursos intermédios que se aproximem mais de um ou do outro.

Este é o passo mais importante para a geração de significado, porque destes novos discursos e da sua adequação e aceitação vai depender o efeito que vão ter na sociedade. Cabe antecipar que haverá aqueles discursos que tentem pôr de manifesto a diferença mesmo admitindo a proximidade de galego e português; e haverá aqueles que tentem pôr de manifesto a similitude. A sociedade vai provando esses novos discursos e vai aceitando ou rejeitando dependendo de multitudes de fatores. Um desses fatores vai ser, quem escreva esses novos discursos, quem diga o quê. O mesmo discurso, com as mesmas palavras, vai ter maior ou menor aceitação dependendo de quem o defenda.

Estamos agora num período cheio de interrogantes, um período no que a AGLP vai ter de seguir a manter vivo o discurso que force a necessidade de que discursos intermédios surjam, e vai também ter talvez de jogar um papel “influenciador” nos organismos de poder que vão ser os encarregados de fazer penetrar socialmente os novos discursos. Na medida em que a AGLP, sempre mantendo a sua independência, seja capaz de orientar o apoio do Governo para os novos discursos, estará guiando a direção da mudança da narrativa linguística, que já começou a ter lugar. A força que a AGLP terá na sociedade vai depender em grande medida da sua capacidade de atrair gente ao seu projeto dentro da Galiza, e também da percepção que na Galiza se tenha de sua projeção internacional dentro da Lusofonia.

10. REFERÊNCIAS

- Bateson, G. (1972). *Stops to an ecóloga of mind*. Nova Iorque: Ballantine Books.
- Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Chafe, W. (1985). Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In D. R. Olson, N. Torraru, & A. Hildyrcrill (Eds.), *Literacy, language and learning*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Durão, C. (2008). Síntese do reintegrationismo contemporâneo: Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa. Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.
- Foucault, M. (1979). *Discipline and punish: The birth of the prison*. Middlesex: Peregrine Books.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings*. New York: Pantheon Books.
- Gil Hernández, A. (2005). *Temas de linguística política*. Acrunha: Associação de Amizade Galiza-Portugal.
- Khun, T. (1972). *Structure of the scientific revolutions*. Seg. Ed. Chicago: University of Chicago Press.
- Stubbs, M. (1980). *Language and literacy: The sociolinguistics of reading and writing*. London: Routledge, Kegan, Paul.
- White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to Therapeutic Ends*. New York – London: W.W. Norton & Company.

77) CRISTINA VIANNA

CRISTINA VIANNA é o nome literário de Tereza Cristina Mitsuo Seki. Nasceu no dia 1 de julho de 1967, no Rio de Janeiro (RJ). Cursou Teatro no Rio de Janeiro, na Faculdade FACHA, atuou com o diretor Sady Biachin, em diversos espetáculos, entre eles *Morte e Vida Severina*; Poesias dramatizadas com poemas de autores brasileiros e de própria autoria. Trabalhou como jornalista Lucília Doslwee, em teatro, jornal, e teatro infantil. Pertence ao Grupo Gira Teatro e é diretora da Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses – ACPCC. Recebeu as seguintes premiações: Festival de Teatro de Salvador, 1998, com a peça *Morte e Vida Severina* e do Concurso de Poesia da UNIVALI, 2001, 1º lugar. Participou com poesias na **Agenda Cultural La Folie**, Rio de Janeiro, 1997; Revista **Cultural do Núcleo Artístico Cultural** (NAC), da Faculdade Hélio Alonso (FACHA), Rio de Janeiro; **Informativo Trinta Réis**, da Academia São José de Letras e em Varais Literários da Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas catarinenses. Na área da saúde realizou pesquisa sobre a importância da escuta pelos profissionais de saúde em grupos de hipertensos e diabéticos, na comunidade do Morro das pedras, Florianópolis, 2001; Aluna pesquisadora da UNIVALI do projeto “Perda auditiva em decorrência de meningite bacteriana”, de 2004 a 2006 e realizou trabalho na Colônia Santana, São Pedro de Alcântara intitulado “Hanseníase: estigma e solidão”. Atualmente é voluntário do Grupo de Prevenção à AIDS – GAPA/SC. Apresentou-se no Teatro Pedro Ivo, no musical *Ilhas*, declamando poesias suas, de Vinícius de Moraes e Sebastião Gama

RIBEIRÃO DA ILHA E SUAS RAÍZES AÇORIANAS. CRISTINA VIANNA, ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS, POETAS E CONTISTAS CATARINENSES.

As cidades são a memória da cultura, são os símbolos históricos. O que se percebe sobre o conceito de cultura é a alteração nos padrões concretos de comportamento do homem, nos quais a dinâmica cultural abriu caminhos para mecanismos de controle para direcionar, reger e controlar, de certa maneira, o homem em seu meio social. A cultura é o resultado da criação vivencial do homem em sociedade. Uma relação homem natureza e ideias. São as formas de sentir, simbolizar e pensar. Tem origens identificáveis quer na transmissão, quer na criação. Tempo, sociedade e povo, estão sempre produzindo mudanças e adaptando usos e costumes e nesse caminhar histórico, desenham seu próprio curso. A colonização da Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses. Foram fundadas as primeiras freguesias, entre elas a - Ribeirão da Ilha, em 1749; a primeira a ser fundada. Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança. Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade. Na arquitetura, preservada no casario colonial e nas igrejas seculares; no sotaque, com um jeito cantado de falar; nas expressões típicas dos nativos; nos segredos do artesanato das rendeiras e dos oleiros, transmitidos através das gerações. Mais que o sotaque, a arquitetura e o artesanato, os descendentes dos açorianos mantiveram vivas as tradições que preservam a alma da sua cultura. A religiosidade da Festa do Divino e dos terno-de-reis, o boi-

de-mamão, o pau de fita, as lendas sobre bruxas e assombrações, nas comidas, nas farinhadas, nas infusões curativas, nas simpatias das benzedeiros contra o mau-olhado, nas histórias de pescadores, ainda é possível ouvir ecos de outro tempo, numa outra ilha, portuguesa com certeza.

As cidades são a memória da cultura, são os símbolos históricos. O que se percebe sobre o conceito de cultura é a alteração nos padrões concretos de comportamento do homem, nos quais a dinâmica cultural abriu caminhos para mecanismos de controle para direcionar, reger e controlar, de certa maneira, o homem em seu meio social. A cultura é o resultado da criação vivencial do homem em sociedade. Uma relação homem natureza e ideias. É a formas de sentir, simbolizar e pensar. Tem origens identificáveis quer na transmissão, quer na criação. Tempo, sociedade e povo, estão sempre produzindo mudanças e adaptando usos e costumes e nesse caminhar histórico, desenham seu próprio curso.

1. NÃO HÁ POVO SEM TRADIÇÃO CULTURAL.

O ano de 1746 foi particularmente especial para o processo de ocupação do Brasil meridional. No dia 31 de agosto de 1746, o Rei D. João V, através de Resolução Régia, determinou que fosse iniciado o processo de inscrição de casais Açorianos que deveriam embarcar para o Brasil.

A colonização da Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses. Ao longo dos anos, de 1748 a 1756 mais de 4.500 açorianos fixaram residência no litoral do Estado de Santa Catarina e aproximadamente 1500 açorianos migraram para o Rio Grande do Sul. Estes ilhéus, não só asseguraram a efetiva ocupação do litoral do nosso Estado, como fixaram raízes culturais profundas que até hoje constituem a essência cultural litorânea.

O passado conserva-se e, além de conservar-se atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. (BOSI, 2001).

Segundo o escritor açoriano, Daniel de Sá, em sua obra Açores (2003:64):

“Nas almas da Ilha de Santa Catarina, nos caminhos percorridos por muitas gerações de ilhéus foram os quase seis mil açorianos e algumas dezenas de madeirenses que marcaram de forma definitiva a sua presença, ao levarem para o sul do Brasil a sua cultura, que é o código genético social de um povo”.

A Ilha de Santa Catarina fica no sul do Brasil, é uma ilha costeira com dimensão de 424 km². Sua posição é de zona temperada, tem relevo acidentado com muitos morros e rochas. O Ribeirão da Ilha ocupa a extremidade sul da Ilha. Possui uma costa marítima de mar interno, baía, com praias calmas e guarnecidas de colinas que vão de 200 a 600 metros de altura. Não existe uma data determinada para a fundação da Vila do Ribeirão. Sua fundação resultou de um processo que teve início em 1526 quando Sebastião Cabotto, navegador Veneziano a serviço da corte da Espanha, chegou ao sul da Ilha de Santa Catarina, junto a um riacho chamado “Ribeiraco”, pelos indígenas. Oficialmente sob a designação de freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha foi instituído em 11 de julho de 1809 por Alvará de Dom João VI, depois de ter sido elevada a paróquia em 1807. Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança. Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade. A praça e igreja ficam viradas para o mar, pois este é outro referencial de vida: via de comunicação e fonte de extração de pescado, principal alimento, o mar exerce fascínio e inspira mistério. Segundo Nereu do Vale Pereira o mar é a porta para o incerto e desconhecido e, por isso é amado e temido ao mesmo tempo. Todas as casas fazem frente para o mar, assim o referencial da estrutura urbana e física do Ribeirão obedece a dois focos: A religiosidade do povo (igreja) e o seu sustento (mar). As casas do Ribeirão apesar do tempo e da influência da modernidade acompanham ainda hoje os modelos arquitetônicos açorianos.

“Amo o meu Ribeirão”, comenta a moradora mais antiga da comunidade, Nilza de Souza Damásio, 83 anos. Mãe de quatro filhos, a “manezinha da Ilha” é o retrato do povo do Ribeirão, conhecido por sua longevidade. Só na comunidade, segundo ela, existem 98 viúvas, que apesar da idade são jovens em espírito e nos traços açorianos.

“Em 1720, José Vargas Rodrigues veio da Ilha dos Açores de Portugal com caravelas para a Freguesia. O português trouxe com ele 30 escravos e muitos pombos-correios para se comunicar com sua pátria. Em uma das cartas enviadas à Europa, ele informava aos açorianos: “Venham, muita terra, muito peixe”. Rodrigues trouxe com ele a imagem da Santa Nossa Senhora da Lapa, padroeira da localidade, e os altares para a Igreja. “Nossa Igreja é muito bela. “É nosso cartão-postal”, acrescenta Nilza. A moradora mais antiga da comunidade se preocupa em manter as tradições dos colonizadores. Ela lembra que a única mudança foi à troca da pescaria pelo cultivo de ostras. “As ostras vieram para salvar os pescadores”, acrescenta. Atualmente, na Freguesia existem 60 criadores. Além da peculiaridade de seu povo e da beleza de sua natureza a Freguesia é guardiã do Eco museu do Ribeirão da Ilha. Neste passeio pela história, os visitantes têm a oportunidade de conhecer como eram a chácara dos açorianos, seus engenhos de mandioca.

“Ora os açorianos foram pioneiros absolutos. A sua função principal foi assegurar a presença portuguesa nas fronteiras com as colônias espanholas, garantindo o cumprimento do tratado de Madrid. Para isso, tiveram de suportar dificuldades sem conta. Se o clima não lhes era adverso, já os terrenos agrícolas eram totalmente distintos dos nossos. Tratava-se de solos sedimentares, menos férteis do que os vulcânicos das ilhas, que não permitiam a maior parte das culturas a que estavam habituados, a começar pelo trigo, o que os obrigou a aprenderem a usar a farinha de mandioca.”

Daniel de Sá (fonte: jornal online Azores Digital)

O Eco-Museu do Ribeirão fica em uma casa açoriana, construída em 1921, junto a um engenho artesanal de farinha e mandioca. Seu acervo reúne móveis antigos, equipamentos domésticos artesanais, relíquias eletrônicas, e ainda peças sacras e folclóricas. Possui um auditório onde são promovidos cursos, palestras e mostras de vídeos culturais. Ao lado há uma pousada e um restaurante que também são do Museu.

Dentre os Estados brasileiros o que mais guarda a influência açórica no Brasil é o de Santa Catarina. Provavelmente pelo grande número de imigrantes ilhéus que recebeu no século XVIII, e pelo relativo isolamento a que ficou submetido até 1960. O museu tem ainda em seu acervo, peças de até 250 anos de idade e peças mais modernas que vão contando a história da evolução. Vimos, por ex, uma pedra vulcânica que os açorianos trouxeram e usavam para moer farinha, vimos uma cama antiga - com colchão de crina de cavalo, colcha de fuxico e mosquitoeiro - arrumadinha como que esperando para um descanso, vimos utensílios domésticos, ferramentas de construção e de pesca, objetos de 1906 como o gramofone, restaurado na oficina do museu (como todas as peças do acervo) e aprendemos também a origem de expressões tão usadas ainda hoje, como o “sem eira nem beira”. Antigamente, na construção de uma casa, quanto maior as posses do dono, maiores eram as “eiras” (avançado do telhado - como se fosse à cobertura de uma varanda) e as “beiras” (parte do piso ao redor da casa que acompanhava o tamanho das eiras). Dessa forma, uma pessoa de poucas posses não poderia construir eiras e beiras muito grandes, então eram “sem eira nem beira. Dentre os objetos o museu guarda o presépio açoriano mais antigo do Estado, elaborado em 1780 por uma escrava que usou como materiais conchas, escamas e óleo de peixe. Neste presépio, misturou características da umbanda, como Ogum e mães de santo ao catolicismo. Fonte: Jornal Diário Catarinense. Quem visita hoje a Ilha de Santa Catarina ou mesmo o litoral do Estado e perguntar a um nativo como ele se identifica e qual sua origem, encontrará respostas muito comuns como estas: -“eu sou manezinho!”, “Sou açoriano”! Se abrir os jornais locais, verá expressões como: “cultura açoriana”, “arquitetura açoriana”, “folclore açoriano”.

Se procurar mapas ou roteiros: Turístico oficial do Estado lá encontrará o ícone de uma rendeira, simbolizando a região Litorânea. Se percorrer o comércio e as praias verá letreiros assim: padaria açoriana, posto dos Açores, imobiliária Açores, livraria açoriana, Hotel Arquipélago dos Açores, etc.

Houve algo mais a partir da vinda dos açorianos: verificou-se um fenômeno linguístico muitíssimo interessante. Colonizados por Portugal nos séculos 15 e 16, os Açores conservaram por muito tempo, quase intocada, uma boa parcela da língua lusitana quinhentista. Uma espécie de dialeto que incluía uma série de palavras e expressões vindas do arquipélago português dos Açores, de onde procedeu a maioria dessas famílias florianopolitanas. Foi esse "idioma" que os açorianos trouxeram a Santa Catarina no século 18.

Vivendo seu isolamento, os ilhéus de Florianópolis preservaram parte dessa herança linguística Tornando-se assim, até o presente século 21, talvez o único povo no mundo a usar tão significativa fatia de palavras e expressões do português dos anos 1500. Ou seja, da língua falada no tempo das caravelas, na época da conquista da América. Segundo Seixas Neto, "O ilhéu tem velocidade lusitana de flexão capaz de pronunciar cinquenta palavras razoavelmente longas por minuto; tem o som cantado português que sonoriza melodiosamente com o vocábulo como no Minho, no Douro, Trás-os-Montes e, de modo particular, nos Açores. O nativo ilhéu ainda usa, em pleno curso, e com significado original, palavras lusitanas do século dezesseis, que podem, aos de fora, parecer estranhas e inusitadas".

Nem em Portugal, nem nas outras ex-colônias, nem mesmo nos próprios Açores se tem notícia de que exista, hoje, uma prática igual. A "língua" do interior da Ilha de Santa Catarina, porém, não se caracteriza apenas por essa influência lusitana quinhentista. Ela contém, além disso, outros componentes culturais que se manifestam através do senso crítico, de uma saborosa ironia e do bom humor. Há muito discriminada pela burguesia, que a chamava de "manezês", ou seja, o falar dos "manés da Ilha", essa língua agora se encontra numa situação contraditória e extravagante. De modo bastante regular, quem fala com um nativo ilhéu, dos sítios, pouco lhes entende o significado das palavras ou disso se ri, como se o ilhéu fosse "burrinho da silva", mas não, seu falar é seiscentista e é preciso bom conhecimento português para seguir o "fio da conversa".

Depois, há uns usos portugueses das aldeias: Fazer o "serão": serão é trabalho voluntário à noite, gratuito, com "anedotas" e "causos" para matar o tempo até as "desoras" (é "desoras" lusitano mesmo, quero dizer, hora tardia, tarde da noite, e não dez horas).

2. PEQUENA AMOSTRA DO IDIOMA DOS ILHÉUS: (ALEXANDRE, FERNANDES; 1994)

Abespinhar: picar, beliscar

Andar em porta milá (ou importa-me lá): andar sem rumo, perdido

Andar escovando aribu (urubu): estar desempregado, numa pior

Assentar as costuras (de alguém): bater, dar uma surra

Ataque de pelanca: crise "histérica"

Bafuja: pouco vento, quase calma

Bestunto: pessoa estúpida, de intelecto limitado

Boi ralado: carne moída

Burlantim: palhaço, ator cômico

Cabeça de todos nós: pessoa de cabeça grande

Casa de instantinho: motel

Chichilaria: burocracia

Conduto: prato principal da refeição

Dar de mamar à enxada: pessoa que, na lavoura, tem preguiça de trabalhar e fica apoiada no instrumento (a expressão pode ser generalizada para todos os preguiçosos)

Dar com os cornos nos mariscos: se dar mal

De sol parido a sol morrido: durante todo o dia

És bom pro fogo: expressão usada para dizer que uma pessoa não presta (também ameaça debochada, de mandar alguém à fogueira, talvez numa referência à Inquisição, que aterrorizou a Europa, incluindo certamente os açorianos)

Gangana: grupo de bruxas velhas

Ir aos pés: ir ao banheiro, fazer as necessidades fisiológicas

Mofas com a pomba na balaia: expressão usada para dizer que uma pessoa não vai alcançar o seu intento, que vai se cansar de esperar

Pastilha de prosear: ficha telefônica

Pisa flores: pessoa afeminada

Mandrião: preguiçoso, malandro

Tão preservada ficou a cultura açoriana nessas paragens que ainda se vê em certas localidades costumes e

hábitos populares seculares, como o de contar estórias e lendas fantásticas, fazer rendas e bordados, cultivar ervas medicinais e comemorar as festas do mar e do Divino Espírito Santo. Ainda é possível ouvir ecos de outro tempo, numa outra ilha, portuguesa com certeza.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Alexandre, Fernando; Ilustrações de Andréa Ramos: **Novo Dicionário da Ilha – Falar e falares da Ilha de Santa Catarina**; Florianópolis: Cobra Coralina, 1994

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade— Lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras 2001

Pereira, Nereu do Vale, Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense, Florianópolis: Papa - Livro; 2003

SÁ, Daniel de. (2003) **Açores**: Everest Editora, Ltda.

Seixas Neto em **O falar ilhéu na ilha de Santa Catarina** (in **Folclore Brasileiro**, de Doralécio Soares, 1979, edição MEC/Funarte):

Sá, Daniel - <http://www.azoresdigital.com/ler.php?id=1455&tipo=col>- sábado, dia 18 de novembro de 2006

Seixas Neto, A.. "O falar do ilhéu". *O Estado*. (Florianópolis, 05 de janeiro de 1972)

Seixas Neto - <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro85/pa85012c.asp>- dezembro de 2005

78) DINA FERREIRA

DINA MARIA MARTINS FERREIRA é pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp (2002 e 2003), doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1995) e, mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC/RJ (1988). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em regime integral/PPI.

É autora de livros: "Discurso feminino e identidade social", editora Annablume e FAPESP (2002 1ª. ed. / 2009 2ª. ed revisada e ampliada) e "Não pense, veja - o espetáculo da linguagem no palco do Fome Zero", editora Annablume e FAPESP (2006).

Organizou dois livros: "Políticas em linguagem: perspectivas identitárias junto ao Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan e "Estratégias: comunicação e gestão" junto as profs. Dras. Esmeralda Rizzo e Ângela Schaun, editora Expressão e Arte (2008). Sua publicação é vasta, tanto em revistas internacionais (artigos e capítulos de livros em inglês, francês e espanhol) e em revistas nacionais (língua portuguesa). A área de formação é Linguística, com ênfase em Discurso e Pragmática. Atua na docência de Linguística e Comunicação. As temáticas de sua pesquisa versam sobre identidade, diferença, sociocultural, políticas de representação.

LUSOFONIA: IDENTIDADE E SENTIDO DE PERTENÇA, DINA MARIA MARTINS FERREIRA, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Esse estudo pretende discutir a questão de identidade lusófona, partindo das expressões “nunca dantes” e nunca antes”, utilizada, respectivamente, por Camões em *Os Lusíadas* e por Lula, Presidente do Brasil em seus discursos políticos. Discute-se a questão de territorialização e pertença que estas expressões evocam como dinâmica identitária. Utiliza-se das prerrogativas derridianas sobre o caminho bustrofélico da linguagem cujo arado sempre traz à tona resíduos de outras histórias pelo reaproveitamento e resignificação de signos. Questiona-se, a partir do reaproveitamento ufânico de “nunca dantes”, se ele se constitui vetor de um continuum de identidade lusófona.

1.0 “NUNCA DANTES”

Vejo-me diante de uma reportagem do colunista Reinaldo Azevedo, conhecido como o ‘cristo’⁵⁵⁴ do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (mandatos 2002/2010). Este colunista comenta sarcasticamente que os

554 Uma pessoa ser o ‘Cristo’ do outro é uma gíria da língua portuguesa do Brasil, que indica ser uma pessoa tão ofensiva que se torna o motivo de grande sofrimento do outro; faz o outro caminhar igual a Cristo, carregando uma cruz. Logo cruz pode ser considerado sinônimo de cristo pela equivalência de sentido de sofrimento.

discursos de Lula, continuamente, em seu tom exaltador e messiânico, se não demagógico, apresentam em seus pronunciamentos a expressão “nunca antes (nesse país)”, e algumas vezes “nunca dantes (nesse país)”. Imediatamente o verso de Camões, em *Os Lusíadas*, “mares nunca dantes navegados” veio ao pensamento.

Tenho aí uma questão sobre a identidade lusófona: pergunta-se por que uma expressão como “nunca” dantes” sacralizada, em obra do século XVI, no território Portugal, ainda se repetia no século XXI, no mesmo tom de uma saga. Não aventamos que o uso dessa expressão por Lula seja decorrente de recurso estilístico resultante de conhecimento da literatura portuguesa e conseqüentemente da literatura portuguesa, com o objetivo de se comparar nem a Camões nem ao ufanismo das descobertas de novas terras. A crença dessa prerrogativa também não se ancora no preconceito em relação ao nível de escolaridade do Presidente – 5ª série do ensino fundamental⁵⁵⁵ –, até porque o uso dessas expressões só ocorre em discursos que improvisa na prática do poder. Não há em seus discursos revisados e editados por sua equipe nenhuma ocorrência dessa ordem. Muitas outras justificativas podem ser levantadas: ter ouvido essa expressão de seus membros ministeriais, tais como do Ministro da Cultura, e tê-las reutilizado tendo em vista a percepção de seu tom ufanista; ser uma expressão ouvida durante a sua vida, mesmo sem noção de que teve um uso camoniano; ser resultado de um conhecimento enciclopédico; e simplesmente porque se apropriou da autoria da boca do povo. Seja qual for a justificativa do encontro de Camões com Lula, nenhuma delas é relevante para nosso estudo.

Enfim, o que verificamos são territórios que se cruzam em lusofonia, atravessando tempo e espaço – tempo dos séculos e terras diferentes na travessia de um rastro de identidade lusófona na prática ufânica.

O referido colonista, Reinaldo Azevedo, em constante crítica à fala do presidente fornece dados quantitativos nos pronunciamentos presidenciais brasileiros: a expressão “nunca antes” teria em torno de 3000 ocorrências e a “nunca dantes”, 126. Muitas brincadeiras jocosas, muitas críticas ao tom ufânico dessa expressão, seja qual for sua variação de uso:

1. 2. MAIS CULTURA, “MENAS” HUMILDADE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem considerar repetitiva a expressão “nunca antes neste país”, que costuma preceder a enumeração de feitos do governo em seus discursos: “Mas é verdade”. “Está uma coisa tão repetitiva, (...) esse negócio de que “pela primeira vez, nunca antes, nunca dantes” (Jornal *Folha de São Paulo*, 9/1/09); “*nesse*” país...

É a expressão preferida do presidente do Brasil, na sua retórica demagógica.

Subjetivamente, porém, ao espezinhar a Gramática, no desconhecimento do emprego dos pronomes demonstrativos, Luiz Inácio demonstra, claramente, não saber onde está, afora não ver nada e não saber de nada. Não é “*nesse*” país, Exmo. Sr. Presidente, mas, sim, neste Brasil que gostaríamos de ver realizadas as maravilhas do seu discurso.

Por certo, na sua desorientação encontra-se a origem de tudo. A certeza é a de que V. Exa. refere-se a uma terra hipotética – a terra dos seus delírios –, que respira emanações de ebriedade coletiva. Neste Brasil, entretanto, não enxergo razões para muita euforia, ao menos enquanto países como Azerbaijão, Etiópia, Quênia, Zimbábue, Coreia do Norte, Cazaquistão, Cuba, e mais trinta outros merecem mais medalhas do que nós (Paulo Carvalho Espíndola, *TERNUMA Regional Brasília*);

Não deixe de votar, divulgue entre os seus amigos; nunca se sabe quando (...) não menos importante, o uso indiscriminado dos Cartões Corporativos. (...) rios nunca dantes bundeados⁵⁵⁶, existem dois cubanos (...) em campanhas eleitorais e nunca antes pagamos tantas taxas bancárias: é o bolsa-família⁵⁵⁷, dos banqueiros...

555 Ensino Fundamental corresponde as primeiras séries na escala da escolaridade brasileira. O ensino fundamental vai da 1ª. a 8ª. séries, seguido do Ensino Médio, da 1ª. a 3as. séries, para em seguida continuar em nível universitário.

556 “Bunda” é um termo de baixo calão no uso da língua portuguesa no Brasil; refere-se às nádegas, parte traseira do corpo humano; trata-se de um termo chulo pois há equivalência de sentido do local traseiro do corpo com o local de defecar. No caso, o verbo “bundear”, também é de uso chulo, porquanto designa pessoas desocupadas e preguiçosas que não trabalham e que ficam sentadas sobre a “bunda”

557 subsídio para os mais necessitados

Claro, escrever rápido implica no uso de fórmulas, mas quem disse que não se pode (...) esse negócio de que: ‘pela primeira vez, nunca antes, nunca dantes’ (...).

Senhor General, que nos últimos anos? ao mesmo tempo que mais se aproxima a assaltam preocupações nunca dantes vividas. Refiro ao revanchismo de pessoas desqualificadas (www.veja.com).

Apesar de tantas ironias a respeito do uso dessas expressões pelo presidente, nosso objetivo não é nem questionar o certo e errado de seu uso em relação às normas da língua portuguesa, nem discutir a filologia das mesmas – seja “nunca antes”, seja “nunca dantes”, seja “nunca d’antes” – e muito menos levantar questões sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Sabemos que “dantes” é contração da preposição “de” mais o advérbio “antes”.

A forma e composição dessas expressões não são os únicos caminhos que desvendam o processo identitário, e sim os sentidos que elaboram em sua prática discursiva.

A questão é nos perguntar como esse significante chegou até nós, do século XVI ao XXI, tendo em vista a manutenção e intenção de louvar e aplaudir uma pátria, seja em uma epopeia literária, seja na demagogia do discurso político brasileiro.

2.0 CAMINHO BUSTROFÉDICO DA LINGUAGEM

O primeiro degrau de nossa argumentação é ler o jogo designativo “nunca dantes” e “nunca antes” a partir da ideia de que a língua é ecológica⁵⁵⁸. Entende-se que a linguagem tem em sua natureza a capacidade de ressignificar a cada momento de sua materialização em língua, uma vez que a linguagem não exclui significações ao longo de seu percurso no espaço-tempo histórico; ao contrário, a cada expressão significativa, resíduos significativos se processam e se remodelizam.

E é pelo movimento da movimento da escritura⁵⁵⁹ (Derrida, 1999: 351) que se postula ter a linguagem natureza ecológica:

Trata-se da escritura por sulcos. O sulco é a linha, tal como a traça o lavrador: a rota – via rupta – cortada pela relha do arado. O sulco da agricultura, também o recordamos, abre a natureza à cultura. E sabe-se também que a escritura nasce com a agricultura, que não se dá sem a sedentarização.

Derrida pleiteia para escritura um movimento bustrofédico⁵⁶⁰, isto é, um movimento contínuo, da esquerda para direita e da direita para a esquerda, como o arado do boi sulcando a terra. Sob a ótica bustrofédica da linguagem, verifica-se que nesse movimento não há interrupção, e essa continuidade permite reafirmar que a linguagem é ecológica, isto é, processo de contínuo reaproveitamento da terra-linguagem em que o vaivém do arado (movimento no espaço, tempo, história) produz um desvelar de significações. Se o processo de cultivo é contínuo, a cada plantio linguageiro resíduos remanescentes de uma antiga plantação revolvem-se para se agregar à próxima; a terra na qual as designações são plantadas não consegue eliminar e substituir os rastros de antigas plantações; é no revolver da linguagem-terra que novos grãos designativos se encontram com resíduos de outros grãos remodelizando-se em novos jogos de linguagem. Um momento histórico da linguagem não elimina o anterior e nem se exclui do posterior.

⁵⁵⁸ Termo utilizado pelo Prof. Dr. Kanavillil, Rajagopalan, em sala de aula, no Curso de Pragmática, Pós-Graduação, IEL, Unicamp, segundo semestre de 2001.

⁵⁵⁹ O termo “escritura”, sob a égide derridiana, não se vincula só à escrita, mas também à *phone*, tendo em vista o seu conceito de arquiescritura, a linguagem que antecede fala e escrita (Derrida, 1999)

⁵⁶⁰ Palavra de origem grega que significa ao pé da letra *volta do boi*, *bous* está para boi e *strophe* para virada; “virando de uma linha para a outra, como fazem os bois ao passar de um sulco para outro, isto é, escrevendo alternadamente da esquerda para a direita e, depois, da direita para a esquerda, maneira de escrever usada em antigas inscrições gregas”.

O movimento bustrofédico, realizado metaforicamente pelo arado do boi, deixa sulcos e marcas, sulcos profundos ou não, dependendo do instante histórico em que são realizados, cujas marcas culturais e suas significações podem ser redescobertas para além do momento de sua aragem, pois, dependendo da força histórica do arado, os sulcos sedimentados e cristalizados não se dissolvem tão facilmente:

Ora, como procede o lavrador? Economicamente. Chegando ao fim do sulco, ele não volta ao ponto de partida. Dá meia volta ao arado e ao boi. Depois, parte novamente, em sentido inverso. Poupança de tempo. De espaço e de energia. Melhoria do rendimento e diminuição do tempo de trabalho. A escritura de volta de boi – bustrofédon - (Derrida, 1999: 351-352)

A linguagem, então, movimenta e sulca seu terreno (re)semeando seus produtos de significação, que vai deixando resíduos. Sulcos pressupõem marcas e traços, e ecologia tem por quesito fundamental o reaproveitamento. Por essa tessitura metafórica permite-se pensar ser a estrada-sulco o fazer da linguagem. O percurso da linguagem recebe os adubos de forma e conteúdo a cada espaço-tempo percorrido, pois não se nega às especificidades socioculturais dos jogos de linguagens.

E por esse raciocínio já se pode conhecer os resíduos de sentido da expressão “nunca dantes” do XVI presentes no uso de “nunca dantes” e “nunca antes” do século XXI.

3.0 JOGOS DE SENTIDO

A expressão “nunca dantes” ou “nunca antes”, tanto no caso de “mares nunca dantes navegados” e “nunca (d)antes nesse país”, semanticamente, trabalha com dois pontos: ação e tempo. No quesito ação, a negação “nunca” elimina a realização da ação, presente ou passada ou futura. É o caso das sentenças – nunca navego, nunca naveguei, nunca navegarei, nunca navegadas –, que elimina a possibilidade de realização da ação de navegar, ou seja, a ação de navegar é impedida de se realizar. No quesito tempo, a marca “antes”, à primeira vista, apenas indicaria um tempo passado, anterior ao presente. Mas, ao se aliar sintático semanticamente ao “nunca”, reforça a eliminação da ação, no caso a ação passada. Ao excluir qualquer ação do passado, hiperboliza-se a ação do presente e seus louros futuros. Se os mares nunca foram navegados, a navegação presente ou futura clama por ação, e se nunca antes nesse país nada se fez, a ação presente é forte com maravilhas de futuro. Nesse jogo de sentido, pontua-se, então, pela exclusão da ação passada, pela presença da ação do presente e pela promessa de ação futura, o colorido ufânico das terras louvadas – Portugal e Brasil.

4.0 TERRITORIALIDADE E PERTENÇA

Abordando as pátrias Portugal e Brasil, estamos nos referindo a territórios, não só geográficos, mas caminhando para a ideia de fronteiras simbólicas do ufanismo, logo é mais coerente tratarmos a noção de território pela corrente pela vertente “simbólico cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert 2006: 40). Ou seja, a dimensão simbólica da territorialização habita um espaço organizando-se pela historicidade e geograficidade. Vale a observação que historicidade e geograficidade podem ser valores construídos no próprio território ou designados por outro território. No caso, o território geográfico Brasil, pela fala política do presidente, revela sagas de um outro território, Portugal, pela voz de Camões⁵⁶¹. E a fala de Lula transforma o território brasileiro em uma geografia simbólica de grandes sagas, em que o comandante da nau brasileira agora navega pelos rios da riqueza e do desenvolvimento.

Também na questão de territorialização simbólica outros eixos são pertinentes: historialidade e historicidade. A historicidade estaria para o motivo de usar a expressão “nunca antes nesse país”, na medida em que “nasce da “autoapreensão do homem em relação ao vivente e à vida (Derrida, 2002: 49-50), ou seja, o presidente tem consciência de sua popularidade, que se torna o motivo para exercer o ufanismo simbólico do “nunca dantes

729 Importante esclarecer que a linha divisória entre territórios não está privilegiando qualquer quesito histórico-geográfico discursivo, ou seja, não nivela o sujeito Lula a Camões, nem questiona a arte do gênero epopeico com discurso político.

navegados”. Historialidade seria o efeito identitário da narrativa da historialidade porque provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a um povo. A historialidade seria então “um processo objetivo no qual estamos inseridos (...) é um modo de estarmos conscientes dessa pertença.” (Vattimo, s/d: 11). No caso da história política brasileira, a consciência de pertença à nação é pontuada pelo momento atual de uma nau-pátria que nunca foi comandada por um presidente que veio do povo, que passou fome, que tem pouca instrução escolar.

Quando cheguei a São Paulo⁵⁶², só tinha barriga e língua, tão barrigudinho de tomar água de açude com esquistossomose. Muitas vezes, nós, nordestinos⁵⁶³, somos tratados como se fôssemos de segunda categoria. E eu fui vítima disso durante a vida inteira. (Revista Veja, 14 de maio de 2003).

Historicidade e historialidade se movimentam em direções diferentes, ao mesmo tempo que se constituem simbioticamente. A historicidade, o motivo – ter popularidade –, explode no discurso para dar conta de uma identidade político governamental dirigida por um representante que faz o que “nunca dantes” foi feito. Já a historialidade, a noção de pertença à pátria Brasil de então, tem o movimento inverso, ou seja, faz o cidadão recuar para trás para se reconhecer no motivo. O movimento exploratório de pertença é efeito da historialidade. Enquanto o motivo trabalha com o instante do utilitarismo de determinado momento político, a pertença é um movimento mais denso, pois trabalha com símbolos socioculturais. Pertença aciona a tradição, reconstruída ou não, pois se alimenta de símbolos que se performatizam pela memória. A tradição mostra os desbravadores, os descobridores de terras, os lutadores pelo desenvolvimento da nação. Sem motivo não há história, e só há pertença se houver história. Ambos – motivo e pertença – trabalham na reivindicação da identidade.

5.0 ENCONTRO DE HISTÓRIAS LUSÓFONAS NO UFANISMO

Ratificando a ecologia da linguagem e seu percurso bustrofédico, chegamos ao encontro simbólico do ufanismo de momentos históricos diferentes. Cada cultura e seus momentos de uso linguístico são uma queda em história, e como tal está circunscrita a um tempo e um espaço próprios. O que se está propondo é a percepção de que os símbolos são diversamente vividos e valorizados: o produto dessas múltiplas atualizações constitui em grande parte os ‘estilos culturais’ (...) (e) como formações históricas, essas culturas não são mais intercambiáveis; estando já constituídas em seus próprios estilos, elas podem ser comparadas no nível das Imagens e dos símbolos. (Eliade, 1996: 173) (grifo da autora).

O contato de uma “mesma” língua em momentos culturais e históricos diferentes seria possível por seu caráter ecológico que espalha resíduos de significação na estrada bustrofédica da linguagem. O toque de usos e sentidos se dá pelos resíduos do caminho ininterrupto, até porque símbolos são convenções muito fortes, cristalizações sociais, signos difíceis de se desmantelarem no cansaço do percurso histórico. O símbolo do ufanismo até hoje se estabelece em várias pátrias, haja vista as guerras que se estabelecem pela luta de pertença e de manutenção de sua história. Por que então, tendo à disposição uma expressão sacralizadora desse símbolo no universo lusófono, ela não seria reaproveitada e utilizada para fins políticos?

E na medida em que se entende símbolo como cristalização e solidificação de significado, resíduos de significação simbólica se fazem duráveis ao longo das araduras da linguagem, uma vez que significações de vida cultural não são trituradas e dissolvidas imediatamente à passagem do arado do boi. Ao contrário, nesse raciocínio metafórico, mas não menos lógico, entendem-se símbolos como resíduos duráveis de significação encravados nos sulcos, cujas marcas profundas de expansões significativas são relembradas em significantes adequados a seu contexto histórico; é nesse ‘relembra’ do universo simbólico que é possível perceber o contato entre histórias de uma mesma língua

730 São Paulo, cidade do sudeste brasileiro, conhecida por ser polo de riquezas e desenvolvimento.

731 Nordestinos, habitantes da região nordeste do Brasil, região conhecida pelo seu subdesenvolvimento e pobreza. Normalmente, nordestinos se evadem para São Paulo à procura de melhoria e de novas chances de vida.

Junto à questão de durabilidade do significado simbólico, a própria etimologia do termo símbolo já ratifica a natureza ecológica e bustrofédica da linguagem. O vocábulo grego *súmbolon* (*de sun* = junto, com e *ballein* = atirar, lançar) tem o sentido de lançar com', arremessar ao mesmo tempo, 'com-jogar'. De início, símbolo era um sinal de reconhecimento: um objeto dividido em duas partes, cujo ajuste, confronto, permitia aos portadores de cada uma das partes se reconhecerem. O símbolo é, pois, a expressão de um conceito de equivalência." (Brandão, 1986: 38) (grifo da autora). É justamente nos jogos designativos que se estabelecem os jogos de equivalência. Ao se permitir a equivalências de significado, o símbolo, vivendo nos sulcos da linguagem, não se imobiliza no tempo e espaço em que se manifesta. Sua natureza estável mais a de com-jogar significações em marcha bustrofédica permite que caminhe em direção a outras histórias sem anular as anteriores, refazendo em sua contínua aradura outros modos de existência.

A natureza do símbolo foi caracterizada por dois traços, durabilidade e equivalência de significações: a durabilidade se mostra na repetição de usos linguísticos que se expandem no transhistórico da significação; e a equivalência se apresenta na dimensão dos significados que se estabelecem em formas linguísticas. Não há ponto de saturação na reticulação significativa, nem mesmo na simbólica, uma vez que "é situada e sensível a fatores contingentes de coordenadas espaciotemporais que marcam sua produção (...) É dispersão e disseminação em um interminável processo" (Rajagopalan, mimeo: 3).

6.0 "UMA PÁTRIA IMAGINADA"⁵⁶⁴?

Não há no jogo político do uso "nunca (d)antes nesse país" o oferecimento de uma "pátria imaginada"⁵⁶⁵ (Rushdie, 1991: 9)? A pátria do sebastianismo? A pátria brasileira? Rushdie ao mirar no espelho sua pátria Índia apenas recolhe em sua memória "vidros quebrados" que chegam ao presente. Lula, ao usar "nunca dantes", não estaria recolhendo vidros quebrados? A forma pode ser a mesma, mas a simbologia do ufanismo é alimentada diferentemente.

Lula não recolhe nem o "espelho da nostalgia", mas simplesmente mostra que o uso de uma mesma forma lusófona tem resíduos de significação, mas com políticas de representação diferentes. É justamente "na natureza parcial dessas memórias que suas fragmentações são evocadas, [adquirindo] status e ressonância justamente por causa de sua permanência" no presente (Rushdie, 1991: 12).

São as fragmentações de historicidades que fazem com que "coisas triviais adquiram o status de símbolos, com até qualidades numerais"^{566 567} (Rushdie, 1991: 12). Rastros de um passado – "mares nunca dantes navegados –, se fazem presentes no "nunca (d)antes nesse país", mas sempre resignificados. Como diz Charles Taylor (apud Appiah, 2005: 128):

como indivíduos nós valoramos determinadas coisas, encontramos certos complementos bons, certas experiências satisfatórias, certos prognósticos positivos. Mas certas coisas podem ser boas em determinados meios ou satisfazer suas formas particulares, porque o conhecimento do passado se desenvolve em nossa cultura.

Mesmo que pensemos que a continuidade e uso de "nunca dantes signifique "formação de práticas, instituições e compreensão de sentido às nossas ações – um local de utilidades – suas naturezas não outorgam que tais utilidades sejam sociais" (Appiah, 2005: 128), ou seja, determinado fragmento do passado não necessariamente transita no universo ufanista, apenas reside em um mundo imaginário, alimentando a construção de uma "pátria imaginada".

⁵⁶⁵ "Pátria imaginada" é expressão traduzida do título do livro de Rushdie, Salman. *Imaginary Homelands – essays and criticism 1981-1991*. London: Penguin Books, 1991.

⁵⁶⁶ Númeno, *noumenon* (*νοούμενον*), termo introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, que é a coisa em si.

* Agradeço a leitura cuidada e as sugestões pertinentes feitas pelo Gianni e pela Teresa.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Appiah, K. A. (2005) *The ethics of identity*. United Kingdom: Princeton University Press.
- Brandão, J. de S. (1986) *Mitologia Grega*. Vol. I. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes.
- Derrida, J. (1999) *Gramatologia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- _____. (2002) *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora UNESP.
- Eliade, M. (1996) *Imagens e Símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes.
- Haesbaert, R. (2006) 'Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão'. In Castro, I. E. de, Gomes, P. C. da C. e Corrêa, R. L. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Rajagopalan, K. (s/d) The world as a stage magic realism and the politics of representation. CNPq nº 306151/88-0) ;mimeo,
- Rudshie, S. (1991) *Imaginary Homelands-essays and criticism 1981-1991*. London: Penguin Books.
- Wattimo, G.. (s/d) *O fim da Modernidade – Nihilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Presença.

79) GRAÇA GOMES DE PINA

MARIA DA GRAÇA GOMES DE PINA Licenciou-se em Filosofia pela Universidade de Lisboa. Atualmente é colaboradora linguística na Universidade de Nápoles l'Orientale" [Itália], onde leciona a língua portuguesa. Recentemente discutiu a tese de Doutorado sobre o "Crioulo de Cabo Verde". Ocupa-se de língua e literatura portuguesa, de literatura africana de expressão portuguesa, de língua cabo-verdiana, e de filosofia antiga. Tem a seu cargo algumas traduções de livros e ensaios filosóficos, ensaios de filosofia antiga, artigos sobre literatura portuguesa, artigos sobre literatura e língua cabo-verdianas publicados em Portugal, Itália, Brasil, Cabo Verde.

A 'INSULARIDADE TEXTUAL' N'A ILHA DE CIRCE DE NATÁLIA CORREIA*, MARIA DA GRAÇA GOMES DE PINA, UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI NAPOLI L'ORIENTALE"

Natália Correia é certamente a escritora que mais desassossego tem causado no leitor que dela se aproxima. Não só porque este abandona as suas obras com um desejo ainda maior de a elas regressar, mas também porque a autora consegue – subtilmente, frontalmente – fazer transparecer nelas a sua constante e dolorosa ligação às ilhas.

Com efeito, poderíamos dizer que a 'insularidade textual' é um tema que perpassa por toda a obra da autora, razão pela qual nos interessa abordá-lo em duas perspetivas: a do ponto de vista da saída e a do ponto de vista do regresso ao espaço narratológico insular, analisando, para tal, a obra *A ilha de Circe* [1983]⁵⁶⁸.

Nesta obra encontramos os elementos fundamentais que caracterizam, no parecer de Catherine Kong-Dumas (1984: 85), a busca da própria interioridade. Através da escrita 'aguçada' da autora, viajamos junto com o herói da novela, procurando alcançar aquele pedaço de 'terra firme' que cada indivíduo procura de e em si mesmo. Desta forma, como Ulisses, somos os construtores da nossa própria realidade; uma realidade que todavia não deixa de lado "o riso e a paixão".

A primeira pergunta que nos podemos colocar é a da motivação, ou escopo, de um texto como *A ilha de Circe*. A resposta, porém, não é simples. À primeira vista, a escolha de regressar a um tema tão arcaico quanto o das viagens de Ulisses, poderia parecer banal, não fosse pelo facto de o périplo do herói ático representar, a nosso ver, o percurso literário do autoconhecimento de si; algo, aliás, que a famosa máxima délfica do "conhece-te a ti mesmo" – atribuída a Quílon⁵⁶⁹ – convidava a fazer.

⁵⁶⁸ Recorro à edição de 2001 citada em bibliografia.

⁵⁶⁹ Quílon era um dos "sete sábios" da antiga Grécia: cf. Diels-Kranz (196712): DK10, 3c.

Portanto, através da reanálise do mito odisséico, *A ilha de Circe* manifesta-se, em primeiro lugar, como a demonstração da existência de um vínculo inseparável entre o *logos* e as paixões humanas. A autora mostra-nos a necessidade deste vínculo anatomizando a razão humana por meio de dois bisturis muito afiados: o *riso* e a *paixão*. É preciso saber manejar bem estas armas, principalmente porque elas podem ser letais. Se, por um lado, com o riso se podem exorcizar os males da alma e com a paixão interiorizá-los e assimilá-los, por outro, o riso sem a paixão desvia a atenção das verdadeiras questões que circundam o homem. Da mesma forma, a paixão sozinha faz com que o ser humano não se focalize e perca de vista o elemento unificador da própria multiplicidade. Por esse motivo Mourão (1988: 91) refere que, com Natália Correia, «A aliança entre literatura e interrogação do real [...] acon(tece)-nos de forma feliz. No resto, as questões continuarão em aberto, como convém aos poetas que não são carcereiros nem sequer da linguagem que é de todos, transporte comum e singular da nossa *exposição* ao sol e ao riso, ao um e ao múltiplo».

Mourão diz-nos ainda que «[...] Natália Correia é, entre nós, o escritor que mais provocantemente questiona a quietude morna das expressões da nossa crença». E, na nossa opinião, a sua ‘quase’ profética sentença recolhe na totalidade o estilo provocante da escritora e poetisa açoriana. Porque de *quietude* e de *crença* trata também *A Ilha de Circe*. A *quietude*, o sossego, do leitor – deixado à deriva com uma boia de salvação que às tantas nos parece furada! –, é precisamente a primeira qualidade a ser desmoronada pelas revelações de uma narradora que conta uma fantástica história, intercalando-a com considerações (muito) pessoais; vivendo ela própria, por vezes antecipando-no-las, as emoções e as sensações dos protagonistas. A *crença*, também ela é sismicamente deitada por terra, não porém sem o envolvimento quase direto e cúmplice do leitor, ele próprio estimulado a questionar-se sobre aquilo em que sempre acreditou (cf. Gomes de Pina).

Ora, a perene atenção para com a direção que o próprio *eu* – não só o do leitor, mas o de qualquer pessoa – pode tomar era algo que preocupava sobremaneira a escritora, ao ponto de a fazer intervir ativa e socialmente na política e também de a fazer interagir de forma direta na presente narração: «E já que destas [histórias] somos contadores por amor dos humanos cada vez mais aborrecidos na bicha para o nada de um progresso que lhes capa a imaginação, o Adriano da nossa história é surpreendido na despedida atroz da sua adolescência [...]» (p. 45)⁵⁷⁰.

Natália Correia atribui a si mesma a árdua tarefa de nos contar uma história. Ela veste o traje homérico de uma figura fundamental para a fixação e para a passagem de noções à posteridade⁵⁷¹. Na verdade, a sua intenção é didática e a sua tarefa é importantíssima, não só porque revela altruísmo, algo que podemos facilmente verificar nas suas próprias palavras – «por amor dos humanos...» –, mas também porque esse amor pelo próximo indica uma forte preocupação com a dispersão e a falta de princípios de que o ser humano está a ser vítima – «cada vez mais aborrecidos *na bicha para o nada* [itálico meu] de um progresso que lhes *capa* a imaginação [itálico meu]».

Como acontece na epopeia de Homero, a história narrada por Natália Correia acende-se de lampiões que concernem sobretudo a esse ‘nada’ para o qual o ser humano está a caminhar lentamente, sem que todavia tome consciência disso.

Nas palavras da autora, o ser humano está numa ‘bicha’, parado, à espera pacientemente da sua vez de ser atendido. E mais uma vez, como sucede em Homero, as suas palavras soam-nos como premonições, isto é, como se houvesse um eco do canto das sereias na voz da escritora. Natália Correia avisa-nos, sempre na sua forma simultaneamente jocosa e séria, de que há um completo desinteresse pelo próprio eu. Se não prestarmos atenção ao conteúdo das suas palavras, arriscamo-nos a deixar-nos encantar meramente pela beleza das mesmas

570 Vendo bem, é na despedida da adolescência, saudando já a maturidade, que começa a tornar-se mais impelente a reflexão sobre o próprio eu.

571 O gosto da autora pelas origens do nosso pensamento e cultura ocidentais são-nos testemunhados também por Anes (2005: 105), quando este afirma: «Dizia-me Natália Correia que a sua literatura não era estritamente literária e que, pelo contrário, se integrava naquela antiga e perene corrente (vinda, pelo menos, da Antiguidade Clássica) que utilizava o texto literário como suporte de ensinamento iniciático imemorial. Essa novidade do que era muito antigo [...] fascinava imenso Natália pela sua capacidade de descrever de uma maneira poética (mesmo que em prosa), o drama e o destino do Homem e a sua natureza e potencialidade».

e assim afundarmos, formando uma 'ilha' ao redor da nossa própria humanidade. Por isso concordamos com Kong-Dumas quando diz que (1984: 85), «A Ilha é um ponto de remate mas é também trampolim de partida para a aventura do sonho em vigília, do vivido transcendido, da rebusca de uma interioridade por sua vez isolada, protegida e agredida por um mar estrangeiro [...]».

E se Ulisses é, de certa forma, 'acusado' por Penélope de querer fugir sempre da dimensão redutora que o espaço insular lhe provoca, na voz de Natália Correia a ilha acaba por conquistar uma dimensão muito mais forte do eu. É na ilha que a personagem Adriano tem a oportunidade de definir o seu futuro e, por conseguinte, de libertar-se completamente da subjugação do poder paterno: «[...] uma grande carreira é sobretudo credora de um pai que o filho não quis tomar como modelo. Presume-se assim que Adriano estava destinado a grandes sucessos» (p. 45).

Portanto, a ilha ganha um lugar de honra na obra de Natália Correia. Esta construção narratológica, centralizada no espaço insular, é feita propositamente para ser lida, nas palavras de Elisa Guimarães (1997⁵: 49), através de uma rede de *estrutura difusa*:

A leitura do texto organizada em estrutura difusa é de ordem seletiva, isto é – em nível superficial ou inferencial –, o leitor seleciona e hierarquiza os constituintes que integram as relações lógicas do texto ou a sua estrutura temática. O esquema de compreensão textual fica, pois, condicionado a tipos específicos de envolvimento entre leitor e texto – este segmentado, no ato da sua interpretação, segundo a maneira como o leitor lhe apreende a realidade. [...] É ativa a leitura exigida por esse tipo de estrutura, ou seja, uma atividade de requisito criador.

Desta afirmação, podemos inferir um tipo de leitura d'*A ilha de Circe* que não vise necessariamente a mera reproposição de personagens míticas, modernamente revistas. Deste género de leitura, quem quer que se avizinha ao texto, sente-se legitimado a retirar dele elementos que lhe permitam recuperar o mar perdido entre a trama e a própria leitura interpretativa do mesmo. Este mar perdido é uma espécie de «nostalgia» que o leitor infere da interação que faz com o texto, de maneira que, segundo Proença Filho (1986: 28-29), «A linguagem literária interroga o mundo sobre a sua realidade e a linguagem sobre a sua obsessão de uma adequação perfeita ao ser do mundo. Não é uma solução, uma fuga para fora da linguagem e do humano: ela encarna uma nostalgia».

A nostalgia nasce da ausência de algo que anteriormente estava presente. Nasce precisamente dessa lembrança de algo que já não está junto de nós. No caso de Natália Correia, a nostalgia concerne a sua relação com as ilhas. Uma relação que é ao mesmo tempo de recusa e de inegável conformação, de afastamento e de proximidade. Mas onde se vê melhor esta (con) fusão de contrários é no primeiro conto d'*A ilha de Circe*: «Mãe, mãe, porque me abandonaste?».

De facto, se no prólogo Natália Correia (cf. Seixo, 1984: 40) pedia que, se realmente a quiséssemos encontrar, a procurássemos “entre o riso e a paixão”, é neste conto que a descobrimos entre a *paixão*. Se a procurarmos ainda, encontramos-a no conto «As Nações Unidas» plenamente imersa no *riso* e, por último, “entre o riso e a paixão” na novela «A ilha de Circe».

No primeiro conto, «Mãe, mãe, porque me abandonaste?», o espaço insular regressa juntamente com as recordações de infância da narradora. São recordações muito dolorosas para as quais ela se vê de novo, obrigatoriamente, transportada: «E eu deixo-me guiar por essas apalpadelas na escuridão de sentimentos aferrolhados que se vão abrindo pelos caminhos do passado, até explodirem num grande desespero da minha infância» (p. 20).

O passado, ao qual a narradora-personagem tem de prestar contas, pretende e exige um lugar à mesa no banquete das emoções e dos «sentimentos aferrolhados». Ele é uma espécie de Pénia, uma das personagens mitológicas do fantástico *Banquete* de Platão. Quando Sócrates narra a concepção de Eros, menciona a presença de Pénia, a deusa da pobreza ou da falta, que mendiga os restos do festim onde se celebrava o nascimento de Afrodite (203b). Pobre por natureza e por decreto divino, Pénia não pode senão ficar à porta, mendigar aquilo que os restantes deuses lhe dão. O mesmo se passa com o passado. Ele é sempre relegado para segundo plano, mas

aflora quando menos se espera e reclama o seu lugar junto aos outros dois comensais da vida humana: o presente e o futuro. Estes, perenemente sentados à nossa mesa, são incompletos sem a presença do terceiro. Por esta razão, quando a narradora, agora a braços com a realidade que a circunda, é obrigada a tomar uma posição, o passado não pode senão emergir.

Assim se desvaneceu o argumento que a minha mãe debilmente opunha a que eu fosse estudar para Lisboa, como era meu desejo. Desejo embargado pela tristeza de a deixar no seu quebradiço estar de faiança. Mas eu já estava em idade de ser desassossegada pela fatalidade insular de partir que a uns se apresenta na árvore dos dólares e a outros – era o meu caso – na promessa de coisas grandes e excitantes que acontecem no outro lado do mar. Este apelo era mais poderoso do que a dor de apartar-me daquela mãe tão docemente fadada para ser sempre abandonada. Por meu pai. Agora por mim (pp. 25-26).

Do passado⁵⁷² nasce então a necessidade de confrontar-se consigo mesmo. Essa necessidade obriga a que o eu seja colocado de novo na posição de objeto da perscrutação, de maneira que nos parece impreterível realçar a grande importância do uso da primeira pessoa em toda a obra. Natália Correia, quer na voz da personagem do primeiro conto, quer na narração descritiva que faz do conto e novela seguintes, sente a necessidade de intervir quase pessoalmente⁵⁷³. Esse passo dado na direção do eu interior separa-o da terra firme que é a realidade circundante.

O eu torna-se a ilha, o espaço onde a alma pode interrogar-se e ser interrogada pelos três eternos comensais da vida humana. O texto, como o eu, separa-se do autor como a ilha se distancia do continente. Interrogar o texto e deixar-se interrogar por ele, é delimitar os confins do espaço que ele cria à volta do leitor. É uma interrogação que poderá eventualmente fazer com que o texto se torne uma ‘península’ durante a nossa interpretação de um autor, mas trata-se de uma ponte construída propositadamente e que resiste apenas enquanto nos mantivermos ligados à leitura e à recriação desse texto. Somos mantidos em cativeiro pelo texto, isolados do resto da nossa realidade e simultaneamente reconectamo-nos a ela através da sua mensagem. Deixamo-nos capturar por ela e apeamo-nos numa ilha desabitada. Natália Correia convida-nos a tomar parte neste desbastamento do texto, usando as armas letais de que falámos: o riso e a paixão⁵⁷⁴.

Combatendo com ambas, o leitor pode defender o espaço insular conquistado e ao mesmo tempo unir-se ao continente bibliográfico da autora. Trata-se de uma tomada de posição decididamente forte que requer uma revolução no modo de ler e interpretar um texto (Correia, 1992), um verdadeiro ato de *desobediência*: «[...] chegou a hora romântica dos deuses nos pedirem a desobediência» (p. 8).

Mas regressemos à insularidade do texto que é, ao mesmo tempo, a insularidade do tema. A personagem Adriano passa por um momento de grande perturbação sentimental que marcará indelevelmente a sua personalidade. Ele é um jovem que vive fechado na própria ilha emotiva, em constante conflito com o pai⁵⁷⁵. Para conquistar o direito à expressão da própria *forma mentis*, Adriano terá de vestir a pele do herói⁵⁷⁶ e combater pela independência da sua interioridade. Mas a alma, ainda em tenra idade, deve ser testada em combate para

572 «A verdadeira essência do moderno é a recusa cabal do contemporâneo mesmo quando, ou melhor, sobretudo quando o contemporâneo é encarnado num conceito de modernidade. Porque o fenómeno de conceitualização pressupõe uma marcha no tempo que, mau grado a sua aparência de vanguarda, caminha em direção ao passado, onde está a sua fonte» (Martinho, 1996: 75).

573 «Os pronomes de primeira e segunda pessoas usam-se como *função exofórica* ou contextual, isto é, fazem referência a algo existente fora do texto, aos participantes no ato comunicativo. [...] Assim, a presença do *eu* no texto escrito não reproduz ou substitui um termo empregado anteriormente, mas refere-se ao falante, enquanto este se acha “fora” do mesmo texto» (Guimarães, 1997: 36).

574 Dois elementos, pois, que apelam ao romantismo ínsito da autora: «Admito ter falhado em trasladar para estes escritos êxtases e intemperanças do sentimento que nos dão as últimas notícias do homem. Não enjeito o fracasso. Ele é puramente romântico» (p. 8).

575 Adriano combate contra o futuro que o progenitor, Negrão, tinha projetado para ele. Mas a sua coragem limita-se apenas a contradizer e a enfurecer o pai: este era republicano e Adriano decide tornar-se monárquico, gostava do branco se o pai preferia o preto.

576 Adriano veste não tanto o hábito do protótipo heroico – Odisseu – mas, se quisermos o do *meio-herói*, por assim dizer. Nas lendas mediterrânicas e principalmente aquelas que nos foram legadas pelas epopeias gregas e romanas, a figura do herói representa aquele que combate pela honra dos seus antepassados, aquele que conquista o sucesso e a glória em batalha, e aquele que em seguida é ovacionado em pátria, ou seja, o doador de uma estirpe histórica à sua terra. N’A *Ilha de Circe* temos o percurso inverso. Cf. Gomes de Pina.

que possa alcançar o divino: «Porque a idade dos seres que se apaixonam é a idade da paixão que os diviniza» (p. 49).

Natália coloca nesta narração toda a sua reflexão sobre o valor que a ilha tem no processo de crescimento do ser humano, quer este seja insular quer não. Na rota que cada um de nós deve traçar para o crescimento da própria alma, é preciso calcular categoricamente a existência de ilhas; ou seja, espaços que interrompem a passagem de quem quer alcançar a ‘pátria’, entendida como o autoconhecimento de si. A ilha representa assim a metáfora de nós mesmos, da nossa interioridade. Navegando na alma, o leitor reconhece nesse espaço insular a própria condição de humanidade e pode apenas servir-se do riso e da paixão como instrumentos náuticos. Para ler *A ilha de Circe* são necessários uma bússula e um astrolábio, isto é, o riso e a paixão, os quais orientam o leitor e permitem que este governe a leitura do texto com um leme bastante sólido, apto a superar as tempestades do pensamento, a reencontrar a quietude e a crença. A escolha de desembarcar na ilha ou de simplesmente contorná-la cabe apenas ao leitor. Mas Natália Correia, na cartografia que faz do texto apresentado, assinala claramente quais são as ilhas em que é mister aprear-se. A primeira é a do amor, isto é, a da paixão: «Mas a beleza que em sua extrema revelação fere as almas que lhe são devotadas reservava a Adriano, naquela ilha pousada como uma barca de flores no mar, a maravilha que fulminaria o centro do seu ser» (p. 48). A segunda é a do riso: «[...] já que o romantismo em que me destemo nesta história clama por um desenlace trágico que sacuda as vossas almas apalermadas pela racionalização da imbecilidade» (p. 102).

Como se viu, Natália Correia mostra-nos como, para reencontrar a nossa própria interioridade, isto é, a *quietude* da nossa ‘ilha emotiva’, é preciso agitar o nosso eu e atrever-se a viajar de novo no oceano da paixão e do riso. Este processo é sempre feito de forma dolorosa, pois necessita de uma análise do nosso passado, em que se é obrigado a aceitar a presença de Pénia também como juiz das nossas ações e decisões. Só assim se poderá placar a ‘nostalgia’ a que a interrogação de nós mesmos leva.

Concluindo, não podemos deixar de nos socorrer novamente das palavras supracitadas de Natália Correia, afirmando que é preciso dar uma “sacudidela” à nossa alma para permitir que ela retire de cima de si aquele pó do conformismo e da pacata aceitação que se tem vindo a depositar na nossa forma de abordar e de ‘viver’ um texto. Com a autora açoriana os nossos espaços mentais abrem-se como portas à fantasia que ela nos apresenta. O texto é magneticamente orientado pela agulha de uma rosa dos ventos que Natália Correia nos oferece como bússula de leitura. Quem desejar embarcar nesta aventura, atreva-se primeiro a desobedecer aos cânones de leitura dos clássicos (Magalhães, 1992: 153), questione a aridez da própria interioridade e torne-se o herói⁵⁷⁷ que todo o autor espera que um leitor se torne, pois «dos vencidos não reza a história porque se renderam à razão» (p. 8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANES, José (2005) ‘*Testemunho sobre Natália Correia*’. In Ângela ALMEIDA & Francisco REGO COSTA (coord.) *In memoriam Natália Correia*, S. Miguel: Fórum Culturas-Aço Plus, 105-106.
- CORREIA, Natália (16 de junho de 1992) “*Em paz com os deuses*”, in *Jornal de Letras*.
- CORREIA, Natália (2001) *A ilha de Circe*, Lisboa: Editorial Notícias.
- DACOSTA, Fernando (2005) ‘*Uma mulher inigualável*’. In Ângela ALMEIDA & Francisco REGO COSTA (coord.) *In memoriam Natália Correia*, S. Miguel: Fórum Culturas-Aço Plus, 71-74.
- DIELS, Herman & KRANZ, Walter (1967¹²) *Die Fragmente der Vorsokratikwer*, Dublin-Zürich: Weidmann.
- GOMES DE PINA, Maria da Graça (2009) ‘Uma transposição atlântica do mito de Circe (Natália Correia)’. No prelo.
- GUIMARÃES, Elisa (1997⁵) *A articulação do texto*, São Paulo: Editora Ática.
- KONG-DUMAS, Catherine (setembro 1984) “*Recensão a A ilha de Circe*”, in *Colóquio/Letras* 81, 85-86.

577 Como dizia Natália: «Porque sendo o herói o indivíduo que encarna o que não acontece aos outros, esse extraordinário da vida, sem o qual existir é sujeição aos privilégios da idiotia, a novelística sem heróis, ainda que estilizada em ajardinado exercício literário, não passa de um perfume para disfarçar o mau cheiro do rebanho» (p. 8).

MARTINHO, Fernando (1996) Tendências dominantes da poesia portuguesa da década de 50, Lisboa: Edições Colibri.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (julho de 1992) “Os véus de Artémis: alguns traços da ficção narrativa de autoria feminina”, in Colóquio/Letras 125/126, 151-168.

MOURÃO, José Augusto (julho-outubro 1988) “A sedução do múltiplo. Natália Correia: literatura e paganismo”, in Colóquio/Letras 104/5, 85-92.

PLATÃO (1991) *O Banquete*, trad. e notas por Maria Teresa Schiappa de Azevedo, Lisboa: Edições 70.

PROENÇA FILHO, Domício (1986) *A linguagem literária*, São Paulo: Editora Ática.

SEIXO, Maria Alzira (março de 1984) “Dez anos de literatura portuguesa (1974/1984): ficção”, in Colóquio/Letras Balanço 78, 30-42.



80) HELENA ANACLETO-MATIAS

HELENA ANACLETO-MATIAS, Licenciada (1988) e Mestre (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Helena Anacleto-Matias completou duas pós-graduações: como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), enquanto bolseira do Parlamento Europeu, e outra em Estudos Norte-Americanos (Smith College, EUA, 1990), com uma bolsa Fulbright. Publicou artigos em Portugal nas áreas da Linguística, Estudos Culturais, Literatura e Tradução e, como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura (2002), Santiago de Compostela (2003), Bruxelas (2006), Chipre (2007) e Valência (2008).

O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer, desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP, Viseu, 2001).

Ensinou Língua Portuguesa como Língua Estrangeira no Porto e Matosinhos (1992/93) e na Bélgica (2006/2007). É a sétima vez que participa com comunicações nos Congressos ligados à Lusofonia (desde novembro/2003 em Bragança, até abril/2009 em Lagoa, São Miguel – Açores) e atualmente (desde 1993) é docente do Instituto Politécnico do Porto na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Desde setembro de 2008 encontra-se a frequentar a parte curricular do Curso de Doutoramento em Estudos Anglo-Americanos, vertente Tradução, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

KATHERINE VAZ EM TRADUÇÃO: “FADO E OUTRAS HISTÓRIAS” COMO RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA AÇORIANA, HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO, HANACLETO@ISCAP.IPP.PT

Katherine Vaz é uma representante viva da essência do ser e da identidade Luso-Americana. “Fado and Other Stories” demonstram como os usos e os costumes açorianos sobrevivem no imaginário coletivo de um grupo étnico nos Estados Unidos da América do Norte (E. U. A.). Em tempos defendi a ideia de “cristalização no tempo e no espaço” de características nacionais no terreno da diáspora; gostaria de rever esse conceito, passando a apresentá-lo como uma reconstrução da memória no tempo e no espaço longínquos. Trata-se de reescrever uma realidade com o filtro da distanciação no tempo e no espaço: a estória que se conta não é exatamente a sua, mas a dos bisavós; a estória que se conta não é exatamente a sua, mas é passada num Não-lugar, que é a Mátia – e é precisamente por ter essa distanciação que se torna sua, porque é uma estória elevada a história e é a sua compilação que forma a História dos Açorianos nos EUA.

Além do aflorar das preocupações com a Atemporalidade e a Distopia, serão tecidas considerações sobre a necessidade imperiosa de traduzir a literatura portuguesa para inglês e de recuperar leitores portugueses para a literatura que é escrita sobre eles noutras línguas, tomando Katherine Vaz como um exemplo. As metáforas da tradução como porta e como ponte (Cronin, 2006:17) ilustrarão aspetos como a (in)visibilidade do Tradutor, a noção de coautoria por parte do Tradutor, a dimensão universalizante da obra antes e depois de ser traduzida, a técnica da tradução, os canais transmissores das traduções (as casas editoras) e os estudos da receção da obra traduzida por parte do público consumidor de literatura.

Introdução: Literatura Étnica

*“Os seus avós de sangue
estão enterrados na terra natal,
nas ilhas”
(Vaz, 2003: 114).*

O termo “Literatura Étnica” tem sido referido desde, pelo menos, os anos 80-90 como querendo dizer «Literatura de um conjunto de autores que se identificam com um determinado grupo étnico, geralmente alheio à maioria (ainda?) dominante nos Estados Unidos da América anglo-saxónica, protestante e branca, os tão chamados WASP». Numa altura em que Barack Obama se torna Presidente dos EUA, há toda uma previsão de alteração do cenário étnico.

Não se preconiza uma radicalização de triunfo do grupo étnico dos Negros, mas, sem dúvida que as peças no xadrez no jogo do poder se alteraram: já não são “primeiro as peças brancas”... as peças pretas do xadrez do jogo acabam por ser de igual importância, sem primazia de umas em detrimento das outras. O mesmo acontece com o grupo étnico dos WASP e com o grupo étnico dos Negros.

Foi na altura dos anos 80-90 que se popularizaram Cursos e Disciplinas nos currícula universitários Norte-Americanos relacionados com as minorias em geral e em particular, quer sejam as minorias religiosas, quer sejam raciais, quer sejam as minorias de orientação sexual. Foi este interesse específico em áreas que não pertenciam à maioria dominante que deu origem ao desenvolvimento das disciplinas ligadas aos Estudos da Mulher, à Literatura Negra, ou aos Estudos Gay e Queer, por exemplo.

A conceção de “Literatura Étnica” tem sido aceite como pertinente por muitos autores e críticos, mas também tem sido questionada como sendo ou não de valor: será que é legítimo e importante subdividir a Literatura em subáreas étnicas? Será que é do interesse e é relevante para essas minorias étnicas que exista algo nos Estudos Literários que separe as suas literaturas da maioria, conferindo-lhes um estatuto especial e à parte? Não estaremos a proceder a uma estratificação cultural, defendendo uma segregação literária? Ou, pelo contrário, se procedermos a uma definição de “Literatura Étnica”, não estaremos a valorizar, isto é, a reconhecer o devido valor às minorias étnicas e a reconhecer um status quo que pertence às suas literaturas? Não será, portanto, relevante estudar e divulgar essas literaturas para que a sua importância seja reconhecida por todos?

No fundo, a própria definição de “Literatura Étnica nos Estados Unidos da América” não é pacífica; se para uns significa literatura com uma temática étnica escrita em inglês, não faltarão vozes que defendam que essa mesma literatura deveria ser escrita nas línguas nacionais dos grupos étnicos aos quais os autores pertencem, para as divulgar na maior parte dos Estados Unidos da América e no resto do mundo. Há que considerar igualmente a importância indiscutível de traduzir de e para outras línguas as literaturas minoritárias e criar, indubitavelmente, unidades curriculares universitárias e/ou no Ensino Superior que emancipem este tipo de estudos, nomeadamente os Estudos Açorianos.

É neste enquadramento ideológico do questionar que se propõe uma reflexão sobre a seguinte problemática: será legítimo considerar que existe uma Literatura Luso-Americana-Açoriana? E, partindo da hipótese que é legítimo, proceder-se-á a uma exploração deste conceito no enquadramento mais alargado dos Açorianos. Para tal exploração, tenta-se ilustrar os argumentos com uma possível abordagem de uma escritora Americana que, congregando em si a Costa Leste e a Costa Oeste dos EUA, bem como a herança cultural açoriana, é um bom exemplo do multiculturalismo de proveniência açoriana.

As razões que levaram à sua escolha para ilustração deste argumento são de interesse relevante. Por um lado, Katherine Vaz é californiana, mas trabalha na Costa Leste e já se apresentou pessoalmente em Portugal, promovendo as suas obras, as quais já foram traduzidas para português; aliás em edições muito recentes, como é o caso da obra *Fado e Outras Histórias*, cuja primeira edição traduzida para a língua portuguesa data de agosto de 2003.

Faz-se uma abordagem de enquadramento desta obra com uma vertente integrada nos Estudos da Tradução. De facto, a relação linguística, cultural e translatória da obra desta escritora com a sua tradução publicada em Portugal é marcante.

Passe-se agora a um carácter mais descritivo do que propriamente polémico e que mostra o grupo étnico dos Açorianos e dos Continentais enquanto componentes da população presente nos EUA. Existe uma entidade presente na população Norte-Americana: seria possível descrever uma comunidade da Costa Leste com pormenor, já que nos foi possível estudá-la enquanto observadora-participante desta mesma comunidade. Ainda que tenha sido uma investigação de curta duração – seis meses, sensivelmente – e há já bastante tempo, muitas das observações feitas são, certamente, atuais e relevantes para o enquadramento étnico que se pretende fazer.

Quanto à bibliografia proposta tem, desde já, duas vertentes essenciais: por um lado há a preocupação de utilizar temas de abordagem sociológica para uma melhor compreensão dos Açorianos Americanos e, por outro lado, há a preocupação de inclusão de autores que versam os Estudos da Tradução.

Para ilustrar as diferenças culturais dos Açores de há cerca de cinquenta anos atrás relativamente às dos EUA, gostaria de citar um excerto de uma entrevista que fiz na Ribeira Grande em 1991 a um ex-emigrante reformado que tinha trabalhado na montagem dos caminhos-de-ferro, na América do Norte:

“Nos Açores, eu nunca tinha visto um comboio. Lá na América só se liam letreiros que eu não percebia e o metro era a correr muito. E tudo o que eu tinha levado comigo era um pãozinho embrulhado num jornal, debaixo do braço, que, de nervoso, nem me apetecia comer”.

GRUPOS ÉTNICOS

“Por vezes, é mais do que se pode suportar, a insularidade de todas as nossas vidas” (Vaz, 2003: 113).

O estudo dos grupos étnicos Norte-Americanos constitui matéria de interesse fascinante em termos antropológicos, especialmente após a luta pelos direitos civis dos anos cinquenta e sessenta do século XX, quando o sentido de grupo e de pertença a um grupo se desenvolveu e nos anos setenta as lutas pela ação afirmativa culminaram na autoidentificação dos Norte-Americanos através daquilo que se pode chamar uma “hifenização”. O hífen liga dois continentes e é comum um Norte-Americano dizer que é Asian-American ou Italian-American, por exemplo. Grande parte da autoidentificação nacional do comum Norte-Americano passa por se identificar com o stock étnico dos seus antepassados. A noção de América enquanto “melting pot” proposto por Israel Zangwill⁵⁷⁸ ou uma “Nação de Nações” como Walter Whitman sugere metaforicamente no seu poema, desenvolveu-se a partir do papel importante que o sentimento de pertença a um grupo específico desenvolveu na formação daquele país. “Diversidade” e “pluralismo” são dois dos aspetos mais publicitados da cultura Norte-Americana.⁵⁷⁹

578 Segundo Max Lerner em “People and Place” in *Nation of Nations*, Peter Rose, ed, Nova Iorque, Random House, 1972, p 117, a imagem de Israel Zangwill da “melting pot” é uma metáfora perigosa: “[It is] a dangerous metaphor since it implied that all the immigrant strains must be purified by being assimilated with something more American”. A assimilação significa, segundo Peter Rose, conformidade com as atitudes anglo-saxónicas (in *They and We*, Nova Iorque, Random House, 1990), e por isso, perda de particularidades de cada grupo étnico. Lerner também mencionou a imagem de pluralismo cultural de Horace Kallen nos Estados Unidos da América como uma sinfonia, em que a orquestra toca uma música harmoniosa pelas diferentes secções de sopro, teclas, cordas e percussão.

579 Quando afinal “pluralismo”, segundo Peter Rose em *They and We* é apenas um aspeto do processo de um estrangeiro se ajustar à nova cultura do país em que vive. Nesta obra, Peter Rose propõe três termos diferentes: “assimilation, amalgamation, cultural pluralism”. Segundo este autor, os imigrantes que foram assimilados pela sociedade Norte-Americana foram integrados através do conformismo com as maneiras de viver dos brancos protestantes anglo-saxónicos, os tão chamados “Wasps” (White Anglo-Saxon Protestants). A “fusão” corresponde ao conceito de “melting pot” com o intercâmbio de ambas as culturas. “Pluralismo cultural”, continua Rose, traz riqueza à nação acolhedora como um todo, pois recebe contributos das várias tendências nacionais dos países de onde os imigrantes vieram.

Estes dois aspetos foram usados para encorajar pessoas a emigrarem para a América. “Tolerância, liberdade, igualdade, oportunidade” foram palavras-chave para os Açorianos que demandavam as terras da América do Norte; não podemos esquecer que muitos emigraram também para o Canadá. Apesar de parecer algo agradável, os emigrantes sabiam que haveriam de encontrar um mundo novo estranho, mas mesmo assim iam, e em grupo. Nos tempos primordiais e coloniais, muitos dos colonos podiam ser apenas uns marinheiros isolados, que se deslocavam nos mares sem as famílias, mas à medida que o tempo de povoamento europeu se foi desenvolvendo, as pessoas que iam para os Estados Unidos da América iam quando já tinham alguém que os ajudasse lá a instalar-se..

Estariam preparados para fazer o mesmo por um parente recém-chegado no futuro, quando eles próprios já lá estivessem instalados. Formariam, assim, uma cadeia entre o Velho Continente e o Novo Mundo, com uma teia social de malhas bastante apertadas. À medida que os diferentes grupos de colonos começavam a sua vida num lugar específico do continente, a identificação dos indivíduos com o seu grupo ia-se tornando particularmente forte. “Nós, os ingleses da Virgínia,” por oposição àquilo que “os alemães da Pensilvânia” estavam “a fazer por lá”, tornou-se uma forma de compreender a diversidade que todos os imigrantes levaram com eles. A diversidade Norte-Americana é criada a partir dos diferentes costumes levados do “Old Country”, bem como a partir das diferentes maneiras, segundo as quais esses hábitos se foram adaptando às novas formas de vida.

Noutros países o etnicismo está profundamente ligado à manutenção dos stocks locais originais. Nos Estados Unidos da América, à medida que os grupos de Americanos Nativos iam sendo aniquilados através do genocídio pelos colonos europeus, o etnicismo tornou-se cada vez mais ligado à importação de novos stocks através da imigração.

Numa perspetiva alargada, a imigração é uma das tendências dinâmicas que deu forma à cultura Norte-Americana. O que torna os Estados Unidos da América um caso original de etnicismo é o facto de, excetuando os Americanos Nativos, todos os grupos étnicos provirem de origem estrangeira ao país, e apesar de estarem orgulhosos das suas raízes étnicas, também se organizam hierarquicamente segundo o princípio que dita que “os melhores são os mais antigos”.

Um dos efeitos da crença em tal escala é o fenómeno da obsessão com o tornar-se bem-sucedido, tentando “fazer uma vida melhor do que aquela que tinham no país de origem”. O culto da mobilidade social enquanto símbolo do estatuto do grupo desenvolve rivalidade e competição entre os vários grupos étnicos. Um exemplo é a dicotomia racial entre brancos e negros: “*Today, whites tend to exaggerate how well and how quickly they escaped from poverty, and contrast their experience with poverty-stricken Negroes.*”⁵⁸⁰

Os indivíduos e os grupos étnicos que estão mais bem apetrechados para serem bem-sucedidos na nova sociedade são aqueles que são mais parecidos com os da maioria. Neste sentido, “integração” está baseada na capacidade de alguém se tornar assimilado dentro do grupo dominante. Isto também significa que aqueles que são mais aceites são aqueles que são mais capazes de se conformarem com aquilo que é considerado a norma. Aqueles que recusam conformismo à(s) maneira(s) dos anglo-saxões encontram mais dificuldades do que aqueles que se conseguem adaptar ao grupo dominante.

Quanto mais o grupo se expôs a uma tradição urbana e industrial no país de origem, mais rapidamente tem a oportunidade de ascender na “escada do sucesso” no novo mundo. Um grupo que tem um talento especial ou que é especialmente instruído, que aliás não é vulgarmente o caso na história da imigração⁵⁸¹ tem uma melhor oportunidade de se integrar na nova sociedade. A sociedade de acolhimento vê vantagens em aceitar o novo grupo, pois este será visto como uma aquisição de valor e como tal digna de ser bem acolhida.

580 In Kerner Comission, “Comparing de Immigrant and the Negro Experience”, in Nation of Nations, op cit, p 230.

581 E anos de escolaridade estão sem dúvida ligados ao estatuto social bem como com as capacidades económicas: “The rich stay in Europe... it is only the meddling and the poor that emmigrate”. Max Lerner, in Nation of Nations, op cit, p 112.

Tornar-se integrado geralmente significa ajustar-se às formas preexistentes. Quanto mais rapidamente o grupo se consegue “americanizar”, melhores são as suas oportunidades de competir e ganhar num sistema capitalista superdesenvolvido e corporativo. Por isso, o grupo tem de compensar a perda – mais ou menos voluntariamente – das suas formas originais através da valorização daquilo que é particular ao seu grupo.

Superficialmente, o etnicismo Americano manifesta a individualidade do grupo através do consumo de “comidas étnicas”, e através de festividades e celebrações trazidas dos países de origem. E é este último aspeto que interessa mais no contexto antropológico. No entanto, após alguns anos ou gerações, estes costumes tornam-se diferentes daqueles que foram trazidos originalmente. Nos Estados Unidos da América os costumes açorianos sofrem uma evolução que é separada da evolução que os mesmos costumes sofrem no país de origem. Por isso não são os mesmos que eram quando foram levados para a América, e também são diferentes daqueles que coexistem no tempo no país de origem.

É exatamente porque a sociedade Norte-Americana é muito diversificada que o laço comum a todos os grupos étnicos terá de ser o respeito pelo pluralismo e pela igualdade de direitos entre aqueles grupos. Todos os grupos étnicos começam por ser “mais um grupo de imigrantes que chega aos Estados Unidos”. Defende-se que num estágio primordial de etnicismo, o laço comum que produz unidade dentro da diversidade é a tentativa de prolongar e conservar as características daquilo que foi deixado para trás. Nessa tentativa, as características sofrem uma evolução e afirmam-se, tornando-se nos traços culturais e étnicos adaptados. As estórias passam de episódios para histórias que no seu conjunto formam a História.

Nos EUA há importações de formas étnicas de outros países e as formas de etnicismo não são diretamente “transplantadas” para o novo continente, mas antes refinadas e adaptadas. Nem mesmo a terceira geração, durante tanto tempo considerada na história da crítica da imigração como aquela que “regressou às raízes”⁵⁸², consegue reproduzir as formas do país de origem na América. Não há um “transplante”; há uma reconstrução da memória no tempo e no espaço longínquos. As formas das comunidades étnicas açorianas são construções sociais de expressões culturais e não as expressões em si próprias (Wolfe, 1982: 56)⁵⁸³.

Independentemente de essas comunidades serem ou não um enclave, protegidas das pressões da maioria ou num *gueto* mais ou menos em paralelo com a maioria, não é verdade que as reproduções sejam fiéis. Não se deve tomar nenhuma Chinatown ou Nihon-machi em nenhuma cidade Norte-Americana, como uma amostra realista com o que a República Popular da China ou o Japão se parecem, independentemente do que turistas sequeiosos com uma máquina de filmar, desejosos de provar comidas “diferentes”, escolhem acreditar.

Para ilustrar a ideia de que um grupo étnico nos Estados Unidos da América não é uma réplica fiel das sociedades das quais ele provém, pode-se citar Whitman: “*a child, very old, over waves, towards the house of maternity, the land of migrations, looks afar*” (WHITMAN, 1855: 266).

O FADO AÇORIANO-AMERICANO

*“Ela perdeu o marido
no mesmo barco
que matou o teu pai”
(Vaz, 2003: 114).*

A reescrita da memória não vem em primeira mão; Katherine Vaz reconstrói a história dos Açores recontando, à sua maneira, “Fado e Outras Histórias”. Quem nos garante que a ficção de Katherine Vaz não passa por aquilo

582 Nomeadamente pela escola que acredita na teoria de Marcus Hansen relativa à terceira geração de imigrantes como personagens-chave da reconciliação entre as formas que os imigrantes deixaram no país de origem e aquelas que eles desenvolveram nos Estados Unidos da América. In, Marcus Lee Hanson, “The Study of Man. The Third Generation in America” in *Commentary*, 1952, pp. 492-500.

583 In Eric Wolfe, *Europe and the People Without History*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1982.

que se chamava “o realismo mágico” e não é moldada através da memória das estórias que o seu Pai açoriano lhe contava em criança? Há uma óbvia distanciação no espaço: de uma ilha para um continente, de uma aldeia para uma urbe, da Europa para a América. Por seu lado, há também distanciamento no tempo: não é necessariamente um tempo cronológico, mensurável em relógios ou calendários. É uma distância num tempo imaginado, de um tempo “perdido da infância” no dizer de Sophia de Mello Breyner, de um tempo que já passou e que se reconstrói num presente ficcional atualizado na leitura de cada leitor.

Referindo-se aos descendentes dos Açorianos, Katherine Vaz afirmou: “Somos tão tristes, tão quimicamente tristes que escorre de nós” (Vaz, 2003: 111-112). Neste livro, há referências ao Nosso Senhor do Bonfim, quando se fala na prima do Brasil. Xica Adelinha Costa e Rosa – a menina – criam uma relação de proximidade. Fala-se em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira. A criança conhece as tradições religiosas da terra dos seus ancestrais açorianos: conhece o Rosário dividido em Terços, divididos os Mistérios em “Gozosos, Dolorosos e Gloriosos”. A professora do oitavo ano era a Irmã Ângela. Rosa, a certo ponto afirma com a voz de Katherine Vaz: “Era a primeira vez que eu já sentia saudades de alguém que ainda tinha e a minha primeira lição de que a alegria verdadeira não gera memórias, mas partículas físicas” (Vaz, 2003: 113).

“FADO” E UMA POSSÍVEL PSEUDOSINOPSE.

A obra de Katherine Vaz, californiana a viver na Costa Leste engloba: “Fado and Other Stories”, que teve a 1ª edição em português em agosto de 2003; também escreveu “Mariana” e “Saudade”. Nas traduções usa-se a língua portuguesa e a sua sonoridade naquilo que a própria Katherine Vaz chamou os “shh, shh’ sounds” (os sons sh, sh). De raízes católicas, Katherine Vaz aceita notoriamente a noção do milagre, o extraordinário não é incomum. Pelo contrário, a autora escreve com aquilo que já foi intitulado como “Magical Realism”. No conto “Fado” do livro “Fado e Outras Histórias”, Katherine Vaz criou um universo onírico que se entende pela sua extrema lucidez: a história de uma criança que convive com uma senhora algo marginal da sua comunidade mostra como os sentimentos universais de fidelidade, de amor materno e fraterno são cultivados na comunidade Açoriano-Americana com a variante da interpretação local. Fala-se de uma “pátria açoriana” na “Atlântida”, como exemplo de um Lugar-sem-Lugar pois podia ser um local em qualquer ponto do Mundo. E é essa característica que torna esse lugar – Inter-Mundos – especial.

As descrições de Chica Adelinha Costa como o território da Mãria roubada à experiência de poder ser Mãe do seu próprio filho, já que ele é incapaz intelectualmente levam a pensar nas personagens confundidas com o espaço, ou talvez melhor, as personagens como símbolo do próprio espaço. Já a infidelidade da nora de Chica pode ser interpretada como o desenraizamento de costumes do Velho Mundo que descambam em vícios no Novo. No fundo há a noção de que perder as raízes originais projetando-as de maneira diferente na terra de acolhimento são sintomáticas da afasia do filho de Chica. A existência da Não-Linguagem mostra a universalidade da palavra e do contraste com aqueles que não têm voz, e que, portanto, não têm identidade. A intervenção do Padre como elemento instituído da Religião Católica que leva, afinal, à morte daquele que não tem voz, mostra que, afinal “era o fado” que ditava todas as tendências do destino de cada personagem. A aniquilação na água, ou seja, o afogamento do filho de Chica significa a inversão de tudo aquilo que era esperado: um batismo pela água termina num velório trágico – e de novo a simbologia da água, que é diferente para os Açorianos: a água é fonte de vida, tal como o líquido amniótico a envolver o bebé, que é a Ilha, é fonte de alimento, como o fornecimento de peixe para o dia-a-dia; mas a água é também símbolo de distanciamento das nossas realidades de vivências no Novo Mundo e é também, e sobretudo, símbolo de morte para todos aqueles que perderam alguém querido nas águas.

2.2 ATEMPORALIDADE EM “FADO”.

“Marulho: não há palavra em inglês que descreva este bramido das ondas a rebentarem na praia, Manuel. Penso no mar de marido cheio de barulho”.

Katherine Vaz tem preocupações com a Atemporalidade, já que as suas histórias se poderiam passar num Tempo sem tempo; Katherine Vaz também se situa num território da Distopia, pois as suas histórias são geograficamente universais.

Há, sem dúvida, a necessidade imperiosa de traduzir a literatura portuguesa para inglês com o objetivo de haver uma maior divulgação; também existe a necessidade de recuperar leitores portugueses para a literatura que é escrita sobre eles noutras línguas, tomando Katherine Vaz como um exemplo. As metáforas da tradução como porta e como ponte de Michael Cronin ilustram bem aspetos da Tradução como abertura para um novo mundo de possibilidades e também como ligação entre duas culturas.

Quanto à questão da (in)visibilidade do Tradutor, por haver respeito pelo texto que está a ser traduzido e pelo manter da identidade do Autor expressada no estilo dele, mas na língua da receção, ter-se-ia de fazer um estudo aturado de análise comparativa de discursos (o original e a tradução publicada), nas suas vertentes enunciativas para ficar com uma noção mais precisa. Do outro lado da barricada está a noção de coautoria por parte do Tradutor, que defende a visibilidade da figura do Tradutor como um segundo Autor. A dimensão universalizante da obra antes e depois de ser traduzida, é sem dúvida diferente, dependendo do número de leitores a que pode chegar nas duas línguas. Por vezes a técnica da tradução do tradutor tem de ser ditada pelas regras de mercado que os canais transmissores das traduções (as casas editoras) se veem obrigadas a impor devido a necessidades económicas de chegar a um público mais alargado. Também seria interessante centrarmo-nos nos estudos da receção da obra traduzida por parte do público consumidor de literatura.

Relativamente à questão da Atemporalidade de Katherine Vaz, há a observar que também há tendências universalizantes neste aspeto. Tudo é cronologicamente imensurável, pois é como se a ação estivesse estacionada num tempo que não é cronológico. A vida e o tempo em “Fado” não se medem nem pelo relógio, nem pelo calendário; a vida decorre ao próprio ritmo psicológico do desenrolar das necessidades das personagens se revelarem umas às outras, ou o mesmo é dizer, de se revelarem ao leitor.

A noção de um tempo estático, imóvel é apenas contrariada pelo desenrolar dos acontecimentos; o tempo é o de “la recherche du temps perdue” – um tempo de memória daquilo que aconteceu com os antepassados no Mundo Açoriano e que é revivido no Mundo Americano, Novo. Há que lembrar que os filtros dessa ressurreição da Temporalidade têm como base o distanciamento: tanto temporal, como também o distanciamento espacial. Não podemos esquecer a noção de “Verfremdung” de Bertold Brecht como ilustradora do conceito de Katherine Vaz com o distanciamento quase impessoal, e no entanto tão cheio de emoções: mágoa, saudade, (in)conformismo com o Destino, o “Fado” que está reservado a cada uma das personagens.

CONCLUSÃO

Na obra há referências à alimentação açoriana: carne de porco em vinha-d’alhos, torresmos; referem-se os baleeiros que afundavam; há referência às rendas que Teca, irmã de Chica, fazia; há referência às Famílias Portuguesas em Lodi a criarem canários, periquitos, mainás e papagaios falantes; refere-se igualmente que o pai da Rosa tocava: “Navegar é preciso/Viver não é preciso”. E há a definição de Saudade que é pungente.

“Fado”, de Katherine Vaz, em tradução, mantém a versão no original português “Fado” no meio de vocábulos ingleses, fazendo crer que seja intraduzível. O mito da (in)traduzibilidade sugere várias considerações: parece ser verdade, pelo menos, que quando se considera que uma palavra é intraduzível, chega-se, no entanto, ao nível da intraduzibilidade de conceitos. Quando se pensa na questão do conceito, está-se a passar para o nível semântico ideológico e para o lado pragmático no sentido cultural. De facto, a cultura do autor e a do tradutor vão, certamente, influenciar a escolha dos vocábulos que transmitem determinados conceitos. O mesmo acontece na receção. O conceito de “fado” pode ser entendido por um leitor de uma obra como a canção típica portuguesa, mas também no contexto de entender “Fado” como “Destino”, que o leitor português entenderá no título

traduzido por Isabel Alves; no entanto, será que acontece o mesmo com o leitor de língua materna inglesa lendo o título original, “Fado and Other Stories”? Certamente que o impacto cultural evocado na mente dos dois leitores não é o mesmo. Prevê-se um estranhamento por parte do leitor de expressão inglesa pela suposta “intromissão” da palavra estrangeira para ele, a portuguesa “Fado”. Por seu lado, a tradutora teve a tarefa de traduzir o título “Fado and Other Stories” algo “facilitada”: numa economia de quatro palavras, uma já está traduzida no seu original, o que representa 25% do título!

Quanto à questão da visibilidade do tradutor em relação ao autor, há vários pontos a considerar: por um lado há a possibilidade de comparar um tradutor a um intérprete nas suas prestações translatórias; se houver um caso de comparação, tem-se talvez forçosamente de concordar que o intérprete é mais visível que o tradutor, tanto a nível propriamente da presença física, que é o que menos interessa, talvez como a nível do resultado da produção do seu trabalho. O intérprete é visível na sua cabina de interpretação (refere-se aqui o intérprete de conferência, não contemplando na presente instância os intérpretes de acompanhamento ou de comunidade). Mas além da presença física verificável ao microfone, a visibilidade que é importante referir, é o conjunto de marcas que o intérprete deixa no seu discurso falado.

O intérprete tem de, por vezes, resumir o discurso do orador, por vezes tem de fazer paráfrases, por vezes tem de clarificar a verdadeira intenção do orador, quando este, em subtilezas de retórica quer dizer mais do que aquilo que realmente diz ou quando quer expressar precisamente o contrário, com tendências irónicas.

No caso do tradutor literário por excelência, a presença não se sente tanto como a do intérprete mas, estilisticamente é certo que é mais visível do que no caso do tradutor científico técnico, por exemplo.

O tradutor literário deve ser “tão próximo do original quanto é possível e tão livre quanto for permitido,” no dizer de Newmark.

O tradutor vê o seu trabalho registado, editado e publicado, na melhor das hipóteses – e daí que haja uma responsabilidade acrescida, pois o seu trabalho pode ser apreciado, mas também depreciado, segundo a visão de quem lê a tradução.

Há a referir a permanência do registo para a posteridade. Um livro traduzido chega a uma faixa mais alargada de público do que se permanecesse não traduzido.

Em questões de democraticidade, então, poder-se-ia dizer que o livro traduzido, ao ser acessível a um público mais vasto, serve como instrumento democratizante.

A um nível estritamente literário, há a apontar que o estilo do “Realismo Mágico” do original é mantido na tradução. As personagens saem realisticamente do seu conteúdo onírico, das brumas da Ilha Verde Açoriana, São Miguel, mas também do Faial ou da Terceira. Há um conto relativamente curto – “Febre das Ilhas” – que conta a história de um marinheiro português que se quer ver retratado no muro do paredão que engloba a marina na Horta da ilha do Faial, porque se sente excluído, por apenas os marinheiros Não-Açorianos terem locais próprios para pintarem uma cena ou uns dizeres.

Mas o tempo e o espaço são universais: a memória Açoriana reconstruída e o espaço do Novo Mundo abordado com os olhos açorianos mostram nesta tradução que a atemporalidade e a localização são universalizantes na recuperação da memória açoriana.

REFERÊNCIAS

Hanson, Marcus Lee. (1952) ‘The Study of Man. The Third Generation in America’. In *Commentary*, 492-500

Kerner Commission, (1972) 'Comparing de Immigrant and the Negro Experience'. In Peter Isaac Rose, (ed), Nation of Nations, Nova Iorque: Random House
Lerner, Max. (1972) 'People and Place'. In Peter Isaac Rose, (ed), Nation of Nations, Nova Iorque: Random House
Rose, Peter Isaac (1990) *They and We*, Nova Iorque: Random House
Wolfe, Eric (1982) *Europe and the People without History*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

81) ISABEL REI

ISABEL REI SANMARTIM (1973) titulou-se no Conservatório Superior de Música da Crunha estudando com o professor e guitarrista António Rocha Alvarez Posteriormente recebeu aulas de outros intérpretes, formando-se principalmente com David Russell e Thomas Müller-Pering.

No ano 1995 Caixa Galicia patrocina na cidade da Crunha o seu primeiro concerto. Foi premiada no Ciclo de Jovens Intérpretes da Fundação Pedro Barrié de la Maza (Crunha), no Concurso Internacional de Guitarra de Cantábria (Comillas), no Concurso Internazionale di Chitarra Fernando Sor (Roma) e nos Concursos Internacionais de Guitarra Vila de Petrer (Alacant) e Andrés Segovia de Linares (Jaén).

Tem participado nos Festivais de Guitarra de Udine (Friuli, Itália) e Semana da Guitarra (Vigo), atuando também no Via Stellae e Festigal (Compostela), na Semana do Corpus (Lugo) e nos Colóquios da Lusofonia (Bragança). Estudou na Hochschule für Musik «Franz Listz» de Weimar (Alemanha) com Thomas Müller-Pering rematando o curso Ergänzungstudium. Atualmente trabalha como professora de guitarra no Conservatório Superior de Música da Crunha, atividade que combina com recitais na Bélgica, Alemanha, Itália, Portugal e Galiza.

É membro da Academia Galega da Língua Portuguesa desde a sua constituição em 20 de setembro de 2008. Tem participado na Sessão Inaugural desta Academia com a estreia da Suíte para guitarra do compositor e académico Rudesindo Soutelo intitulada «Deu-La-Deu» e uma seleção de obras do espólio do intelectual e compositor galego Marcial Valladares.

Junto com José Luís do Pico Orjais prepara a edição crítica do cancionero tradicional de Marcial Valladares, de próxima publicação.

A GUITARRA NO ARQUIVO VALLADARES: MÚSICA GALEGA NA LUSOFONIA ISABEL REI ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA E CONSERVATÓRIO DA CORUNHA

Em virtude de acidente de viação esta oradora foi substituída pelo compositor JOÁM Trilo:

Nasce o 8 de julho de 1942 na aldeia de Rons, paróquia de s. Vicente de Aro, município de Negreira, província de A Corunha. Ingressa no Seminário de Santiago aos 10 anos, sendo consagrado sacerdote em 1966. En este Seminário começa também os estudos musicais com Manuel Ansola, que continua con Ángel Brage, diretor do Conservatório de Santiago e obtém a licença logo em Canto Gregoriano pola Escola Superior de Música Sagrada de Madrid. Com este objetivo realiza os trabalhos (inéditos) de investigação: "El si bemol en el Códice Calixtino" e a "Modalidad en el Códice Calixtino".

Em 1966, para continuar os estudos de música, traslada-se a Roma. No Pontificio Istituto di Musica Sacra obtém as licenças em Canto Gregoriano e Direção coral, com os Maestros Raffaele Baratta e Domenico Bartolucci, e realiza também estudos de piano (Mtro. Silveri), Órgão (Mtro. Arndt), Harmonia e Contraponto (Mtro. Gigante), Fuga (Mtros. Gigante e Renzi), Composição sacra (Mtro. Bartolucci), Musicologia (Profs. Anglés e López-Calo) e Semiologia Gregoriana (Prof. E. Cardine). Continua logo estudos no Conservatório estatal de Sta. Cecília onde obtém o título em Composição Superior (1977) com o Maestro Armando Renzi. Assiste também a aulas de Direção de Orquestra com os maestros Franco Ferrara, Massimo Pradella e Piero Belluggi, e de Leitura da Partitura com Erich Arndt. Em Roma, junto com outros galegos, entre eles Martinho Montero Santalla, funda o grupo dos «Irmandinhos», para lutar polo problema galego dentro do mundo eclesiástico. Entre outras coisas preparam e publicam várias fichas com canções religiosas em galego para a liturgia. Dirige o boletim "Trebello", no que publica varias traduções suas ao galego de alguns contos de Kafka, autor do que também traduziu a

Metamorfose (inédita). Realiza assim mesmo a primeira tradução ao galego do “Manifesto do Partido Comunista” de Marx, publicado clandestinamente polo Partido Comunista de Galiza.

Em 1977 regressa definitivamente a Galiza e assume a direção da nova etapa da revista “Nova Galiza”, que só resiste dous números. A partir de entom dedica-se exclusivamente à sua profissão musical: é nomeado professor de Piano (1977) e diretor (1982-85) do Conservatório Elemental de Santiago. Como diretor consegue o Grau Médio para este conservatório. Aqui assumirá as aulas de Harmonia, Contraponto e Composição; funda a “Orquestra de Santiago” (1978), o “Grupo de Sopros da Orquestra de Santiago” e forma parte do grupo fundador da nova Sociedade Filarmónica de Santiago. Em 1981 recebe o “Premio da Crítica” galega polo seu labor musical. Em 1985 passa ao Conservatório de Vigo como titular de Harmonia e dous anos depois é nomeado também vice-diretor do mesmo. Em 1989 abandona o Conservatório para se dedicar de cheo ao seu labor com a “Xoven Orquestra de Galicia”. Em 1987, por iniciativa sua, a “Xunta de Galicia” cria a “Xoven Orquestra de Galicia”, nomeando-o diretor da mesma. Em 1994, também por iniciativa sua, a “Xoven Orquestra de Galicia” transforma-se na “Orquestra da Comunidade Autónoma de Galicia”. Foi encarregado também pola “Fundación Barrié de la Maza” de publicar o “Oratorio al Santísimo Sacramento” de Melchor López e de o apresentar em concerto no “Ciclo de órgão” da mesma. Este concerto tivo lugar o 15 de decembro do ‘95 en A Coruña repetindo-se logo o 16 na Catedral de Santiago. Junto com o “Oratório” apresentaron-se também os “Responsórios de Natal” do mesmo autor. Á frente da “Xoven Orquestra de Galicia” realiza inúmeros concertos por toda a Galiza e também fora. O seu esforço endereça-se especialmente à promoção dos músicos e solistas galegos e particularmente à recuperação das obras dos nossos compositores: Maestros de Capela das Catedrais, como Melchor López, Ramón Palacio, Santiago Tafall, Almeida..., compositores como João Montes, Andrés Gaos, Juan José Castro...

Fez as estreias absolutas de “Missa em honra do Apóstolo Santiago” de João Montes; “Pequena Suite” de Pereiro; “Yukel” de Balboa; “Fantasia para Violino e orquestra” de Gaos; “Primeira Sinfonia” de Gaos...Estreias en Espanha e Europa: “Concerto Grosso” de Bal Gay; “De Terra Galega” e “Adeus a Villalobos” de Juan José Castro; a ópera inconclusa de Mozart “Lo sposo deluso” (en Espanha).

Fez as adaptações ao galego e representações das óperas de Mozart, “Bastien und Bastienne”, “Der Schauspieldirektor” (com Montero Santalha); de C. M^a von Weber, “Abu Hassan”; e da “História do soldado” de Stravinsky (com Montero Santalha). Recentemente também “O esquilo esperto” de Nino Rota (com António Gil). Mau grado orientar o seu trabalho exclusivamente cara o desenvolvimento musical e cultural da Galiza, em agosto de 1988 foi convidado pola Universidade Federal de Rio de Janeiro a dar um curso de direção na Escola de Música, e pola “Orquestra de Câmara Municipal” da mesma cidade para dirigir um concerto. Em 1966 é convidado a pôr em marcha em Porto Alegre - Montenegro (Rio Grande do Sul, Brasil) a “Jovem Orquestra Sesi-Fundarte”. Com este motivo passa quase um ano com essa orquestra dando concertos por todo o Estado.

É logo chamado para se encarregar da aula de Composição no Conservatório Superior de Vigo, a primeira que se cria na nossa Comunidade Autónoma. Neste Conservatório permanece até ser reformado em setembro de 2007. En Vigo cria com outros professores a orquestra “Sinfonietta de Vigo” com a que realiza, entre outras, a estreia da Primeira Sinfonia de Andrés Gaos.

Composições próprias:

“Testimonia”, 1969, texto de Celso Emílio Ferreira, para Tenor, Piano e Órgão, apresentada en Roma no Pontifício Istituto di Musica Sacra.

“Ingemisco”, 1971, revisada en 1981, fuga para coro, estreada polo coro “Ars Musicae”. Publicada no caderno Joám Trillo: “Sede de beleza. Obras para coro”, *Dos Acores*, 2007.

“Eucarística”, 1971, para voz e órgão, estreada en Roma no Pontifício Istituto di Musica Sacra. Publicada no caderno Joám Trillo: “Sede de beleza. Obras para coro”, *Dos Acores*, 2007.

“Sonata”, 1974, para órgão, apresentada no Conservatório de Roma.

“Canto azteca”, 1973, texto asteca pré-colombiano, para Mezzosoprano e piano, apresentada no Conservatório de Roma e estreada en Vigo (por Esperanza Abad). Publicada por *Dos Acores*, 2007.

“Grandes são os desertos”, 1975, texto de Fernando Pessoa, para Soprano e orquestra, apresentada no Conservatório de Roma.

“Dorme, meu menino”, 1981, para coro, publicada no caderno: Joám Trillo “Sede de beleza. Obras para coro”, Dos Acordes, 2007.

“Madrigal arcaico”, 1975, revisão de 2007, para coro a 5 v. Publicada no caderno Joám Trillo: “Sede de beleza. Obras para coro”, Dos Acordes, 2007.

“O verme i a estrela”, texto de José M^a Díaz Castro, 1975, revisão de 2007. Publicada no caderno Joám Trillo: “Sede de beleza. Obras para coro”, Dos Acordes, 2007.

“Alborada”, texto de Curros Enriquez, 2007. Publicada no caderno Joám Trillo: “Sede de beleza. Obras para coro”, Dos Acordes, 2007.

“Bendita sea tu pureza”, 1981, harmonização para 4 v. da obra de Montes. Publicada no caderno Joám Trillo: “Sede de beleza. Obras para coro”, Dos Acordes, 2007.

“Negra sombra”, arranjo para coro da obra de Montes. Publicada no caderno Joám Trillo: “Sede de beleza. Obras para coro”, Dos Acordes, 2007.

“Stille Nacht - Noite feliz”, 1998, harmonização da obra de Gruber. Publicada no caderno Joám Trillo: “Sede de beleza. Obras para coro”, Dos Acordes, 2007.

“Chananaea, 1988, para Mezzosoprano, Tenor, Baixo, Coro e orquestra, estreada em Roma no “I Incontro Internazionale de Musica Religiosa Contemporanea” (1988), logo revisada em 1993 e estreada polo “Orfeón Terra a Nosa” e a “Xoven Orquestra de Galicia”. Publicada com o nº 6 na “Ars Gallaeciae Musicae” (1994).

“Festa na lembrança”, Roma 1977, revisada várias vezes, para coro e orquestra, estreada em 2008 pola “Orquestra Sinfónica de Galicia”.

“Divertimento”, 2005, para orquestra. Encarregada pola “Real Filharmonía de Galicia” com motivo dos 10 anos da sua criação. Estreada en Corunha e Santiago em 2006.

Revisões e arranjos:

“Missa em honor do Apóstolo Santiago”, de João Montes, estreada pola “Real Filharmonía de Galicia.

“Magnificat” de João Montes, arranjo para coro duplo e orquestra. Publicado no volume XI das “Obras musicais de Juan Montes”, Xunta de Galicia. 2006.

“Sonata gallega descriptiva” de João Montes, arranjo, reconstrução coral e orquestração.

Publicada no volume IX das “Obras musicais de Juan Montes”. Xunta de Galicia. 2001. Estreada pola Orquestra Sinfónica de Galicia.

“Fantasia para Violino e orquestra” de Andrés Gaos, estreada pola “Xoven Orquestra de Galicia”.

Publicada como nº 4 de “Ars Gallaeciae Musicae”. 1993. Grabada pola Orquestra Sinfónica de Galicia.

“Primeira Sinfonia” de Andrés Gaos. Estreada pola “Sinfonietta de Vigo”. Publicada como nº 18-19 na “Ars Gallaeciae Musicae”. 2007.

“Rosa de abril” canção de Andrés Gaos, orquestração para a “Orquestra Sinfónica de Galicia”.

“Fleurs d’Amour” canção de Andrés Gaos, orquestração para o “Orquestra Sinfónica de Galicia”.

“La silenciosa” canção de Andrés Gaos, orquestração para a “Orquestra Sinfónica de Galicia”.

“Ay! mi amor” canção de Andrés Gaos, orquestração para a “Orquestra Sinfónica de Galicia”.

“Os caminhos do Firmamento” de Manuel Balboa, orquestração para a “Real Filharmonía de Galicia” e estreada pola mesma.

Publicações:

“Vilancicos galegos da Catedral de Santiago. Melchor López”. Em colaboração com Carlos Villanueva. Ediciós do Castro. A Coruña 1980.

“Polifonia sacra galega”. Em colaboração com Carlos Villanueva. Ediciós do Castro. A Coruña. 1982.

“Três sinfonias” (en Sol, Sol-Re, e Si b) de Josep Pons em The Symphony 1720-1840. Series F.

Volume V: The Symphony in Portugal, The Symphony in Spain. Em colaboração com López-Calo. Garland. NewYork-London 1983.

“Melchor López: Missa de Requiem”. Em colaboração com López-Calo. Cuadernos de Música en Compostela. Santiago 1987.

“La música en la Catedral de Tui”. Em colaboração com Carlos Villanueva. Diputación de Corunha. 1987.

“Tratado de Contraponto e de Composiçóm contrapontística”. MICHAEL HALLER. Tradução e adaptação de Joám Trillo. Agal. Ourense 1988.

“El Archivo de Música de la Catedral de Mondoñedo”. Em colaboração com Carlos Villanueva. Revista de Estudios Mindonienses, n. X, 1993.

“Oratorio al Santísimo Sacramento de Melchor López Giménez” (1759-1822). Fundación Pedro Barrié de la Maza. Coruña 1995

“Pedro e o Lobo”, Prokofieff. Conto contado por Miguel-Anxel Murado, pintado por Miguel-Anxel Prado e acompañado de disco compacto grabado pola “Xoven Orquestra de Galicia”, baixo a dirección de Joám Trillo. Desta mesma grabación a TVG fez umha edición em vídeo.

Hermann Erpf: “Tratado de Instrumentación y del arte de la instrumentación”. Tradução de Joám Trillo. Em processo de publicação por *Dos Acordes*.

Hans Kunitz: “La instrumentación”. Trece cadernos traducidos por Joám Trillo. Em processo de publicação por *Dos Acordes*.

Coleção “Ars Gallæciæ Musicæ”, criada (1992) dentro do IGAEM e dirigida por Joám Trillo.

Está consagrada à publicação de obras de compositores galegos do passado e do presente. Esta coleção consta de três secções: “Agra vella” para compositores mortos, “Agra nova” para compositores vivos e “Ávrego” para obras de banda. Publicam-se (atualmente em coedição com *Dos Acordes*) umhas 6 obras de media por ano e vam já publicadas umhas 24 obras.

Na casa petrucial do intelectual galego Marcial Valladares (1821 - 1903) mais conhecido na Galiza pelos seus trabalhos literários e linguísticos, foi achado há pouco tempo um importante arquivo de música correspondente à atividade musical desenvolvida pela família Valladares. O «Arquivo Valladares» está conformado por umas quinhentas obras de música tradicional e erudita, para um ou vários instrumentos onde a música para guitarra representa aproximadamente um terço do arquivo. Quatro dessas obras para guitarra serão interpretadas no presente Congresso e representam uma amostra do estilo predominante no arquivo: uma curiosa mistura entre canções populares e de moda na época e um tratamento clássico e erudito das mesmas. Essas mesmas quatro obras foram tocadas por vez primeira, depois de mais de um século, na Sessão Inaugural da Academia Galega da Língua Portuguesa no passado mês de outubro de 2008. O «Arquivo Valladares» é um tesouro nacional cujo estudo aprofundado daria a conhecer muitos aspetos, nem só musicais, da Galiza da primeira metade do século XIX que hoje continuam a ser desconhecidos. A sua apresentação nos Açores serve para dar a conhecer, e ao mesmo tempo inserir, os trabalhos iniciais sobre este importante e recente descobrimento nesse entorno cultural natural dos galegos que é a Lusofonia.

0.- INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem como objetivo dar a conhecer os resultados de uma investigação que está ainda a começar as suas pesquisas, mas que apresenta já informação suficiente para dá-la a conhecer nas suas linhas gerais à comunidade científica e académica.

Dentro do estudo da cultura galega é importante ter em conta a situação anómala em que reside a Galiza desde há séculos: ínsita num Estado supranacional que lhe é alheio, o estudo das características e evolução dos galegos, do seu pensamento e da sua cultura e, portanto, da sua música estará sempre ligado, de uma maneira ou doutra, à história desse estado supranacional. É por isso que na hora de estudar qualquer aspeto da cultura galega se faz necessário fazer referências à cultura espanhola, nomeadamente, àquelas exportações culturais provenientes da capital do Reino.

1.- CASA E FAMÍLIA DOS VALLADARES

Vilancosta é um pequeno lugar da paróquia de Berres, no concelho da Estrada, na Galiza. É um núcleo de casas marcado por uma pendente, como indica o topónimo, das que conformam a ladeira sul do vale do rio Ulha.

De janelas para o Pico Sagro e rodeada da floresta que borda o rio conserva-se, quase perfeita, a casa petrucial dos Valladares. No seu interior tudo está como no século XIX, época em que se elaborou o notável arquivo de música que é motivo desta comunicação. Materiais de construção, móveis e objetos da época conservam-se em perfeito estado, causando a sensação de viagem no tempo logo de trespassar a entrada principal.

José Dionísio Valladares teve nove filhos, entre os que se contavam Avelina Valladares, poeta e música, das primeiras mulheres galegas em escrever artigos jornalísticos de opinião, e Marcial Valladares, escritor, linguista e músico, um dos primeiros em realizar recolhas de cantigas tradicionais e autor de vários romances que ainda hoje ateam as prateleiras da sua casa em edições familiares elaboradas por ele mesmo, arte na que também era grande mestre.

2.- O PRIMEIRO CONTACTO

Prévio contacto com a família herdeira dos Valladares, visitamos a casa de Vilancosta, José Luís do Pico Orjais e mais eu, no verão do ano 2006. Lá achamos num dos compartimentos do pianoforte que ainda se conserva, como à espera de uma mão que as colhesse, um maço de antigas partituras protegidas por umas pastas vermelhas. Achamos também várias partituras editadas e dois livros manuscritos de música: o cancionero intitulado *Ayes de mi país* e um livro de pastas azuis a conter várias obras para piano. Posteriormente pudemos comprovar também a existência de um método para violino (*L'Art du violon ou Division des Écoles choisies dans les Sonates Italiennes, Françaises et Allemandes* de S. B. Cartier, 1798)

A existência dessas partituras, algumas conservadas em perfeito estado, outras não tanto, mas ordenadas e cuidadosamente guardadas em aquela casa ao longo dos anos, está a demonstrar a grande atividade musical que deveu presidir as vidas dos membros daquela família. Mas não somente deles, também os seus convidados e parceiros musicais partilhariam essas afeições, já que algumas das obras acham-se incompletas restando só a *particella* correspondente, o que indica a necessidade de existir algures fora de Vilancosta as outras partes dessa música.

3.- CONTEXTO HISTÓRICO MUSICAL DO ARQUIVO VALLADARES

A informação que temos sobre a atividade musical na Galiza da primeira metade do século XIX acha-se nos estudos sobre a música das catedrais e dos vilancicos, em que se incluem os estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcellos e os de Manuel Rodrigues Lapa⁵⁸⁴, e mais os recentes estudos sobre folclore, cujas fontes acham-se nos cancioneros que datam alguns deles da segunda metade do XIX, como é o caso do de José Inzenga *Cantos e bailes da Galiza*⁵⁸⁵ e mais o editado em 1942 mas elaborado muito antes, entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do XX, o cancionero de Casto Sampedro e Folgar. Já do século XX são os cancioneros de Jesus Bal Gay e Eduardo Martínez Torner, e o mais recente de Dorothe Shubart e Antón Santamarina. Dado que o cancionero mais antigo é do próprio Marcial Valladares e está ainda à espera de edição, não é muita a informação da que dispomos para contextualizar o ambiente musical erudito e leigo em que viveram os Valladares, podendo dizer que por enquanto o contexto e o texto, isto é a música achada em Vilancosta, são quase coincidentes. Este arquivo é, portanto, uma amostra de música não eclesiástica tocada na Galiza na primeira metade do século XIX, algumas de cujas peças poderiam ter origem no fim do século anterior.

Dadas as características do arquivo e da biblioteca de Vilancosta pode afirmar-se sem dar lugar a muito erro que tanto a ópera italiana quanto as modas musicais e literárias vindas da França eram conhecidas pelos Valladares e os seus contemporâneos: veja-se o repertório de árias do arquivo, entre as que se acham de G. Rossini, V. Bellini, G. Donizetti e G. Verdi entre outros compositores italianos. Quanto ao conhecimento das modas francesas, este fica patente no repertório de instrumentos solistas como as obras para guitarra do também italiano mas sediado em Paris, Ferdinando Carulli, no seu dia afamado intérprete e professor, compositor de mais de trezentos números de opus⁵⁸⁶. Também os volumes de Lamartine e o método de Cartier na biblioteca da casa petrucial dão testemunho do interesse dos Valladares pela literatura e a música francesa.

584 Rodrigues Lapa, M.: Os vilancicos. O vilancico galego nos séculos XVII e XVIII. Seara Nova. 1930.

585 Inzenga, J.: *Cantos e bailes da Galiza*. Re-ed. Difusora, 2005. Estudo e edição crítica de J.L. d. P. Orjais.

586 Ferdinando Carulli estabeleceu-se em Paris em 1808. Durante o primeiro terço do século XIX viveu-se nos salões parisienses um entusiasmo pela guitarra que passou à história, entre outras coisas, graças a seis litografias intituladas «La Guitaromanie», de cujo autor, Charles de Marescot, pouco se sabe para além de ser um dos guitarristas que frequentavam a capital da França naquele momento. As litografias mostram cenas da vida social em Paris com pessoas tocando a guitarra. Numa dessas cenas aparece representada uma liorta entre

4.- COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO

No início do capítulo 16 da *História da Música Ocidental* de Donald J. Grout e Claude Palisca pode ler-se:

«Quanto mais aprendemos sobre a música de um determinado período, lugar ou compositor, mais claramente nos apercebemos de que as caracterizações estilísticas geralmente aceites são inadequadas e as fronteiras cronológicas um tanto arbitrárias.»

Esta parece certeza reafirmada em cada estudo musical, já que é doado ver como constantemente os dados quebram os princípios que regem os termos estilístico musicais estabelecidos e a sua cronologia mormente aceite. O caso do arquivo dos Valladares não é alheio a isto: acham-se em algumas das suas peças características puramente românticas, como são o virtuosismo solista em certos instrumentos e o belcantismo das árias de ópera, mas há também formas e harmonias muito clássicas, de um romantismo pouco desenvolvido, como é o caso das obras para guitarra entre as que se encontram os estudos de F. Carulli.

Dentro do arquivo podem distinguir-se dois tipos de partituras: as editadas e as manuscritas. Dentro deste último grupo é onde se conserva a maior quantidade e variedade de obras musicais. Os fólhos manuscritos estão numerados e parecem ter sido objeto de uma ordenação recente, como evidencia a mistura de páginas de diferentes antiguidades ou a cópia moderna de algumas das obras.

4.1.- DATAÇÃO DO ARQUIVO

Tendo em conta o carácter provisório da investigação podemos pôr a data de início da elaboração do Arquivo Valladares nas primeiras décadas do século XIX. Esta datação baseia-se na inscrição que aparece em uma das partituras das Pastas Vermelhas, que figura concretamente na volta da página número 128, cuja grafia revela que a pessoa que a escreveu conhecia as regras ortográficas da língua castelhana anteriores à reforma de 1815. Ainda que este dado não oferece umas datas conclusivas, pode dar uma ideia aproximada do começo da elaboração do arquivo.

Quanto à origem das peças e à sua antiguidade, a investigação da música cénica ao longo do século XVIII e XIX poderá ajudar para entender a miscelânea de obras que apresenta atualmente o arquivo.

4.2.- PARTITURAS MANUSCRITAS

a) **Cancioneiro:** de melodias tradicionais intitulado *Ayes de mi pais*: é um conjunto de melodias tradicionais recolhidas pelo próprio autor em português da Galiza e acompanhadas com piano. Os arranjos para piano também são do autor e de outros membros da família, sem podermos determinar exatamente as ou os autores. Só uma das cantigas, uma moineira escrita só para piano e, portanto, sem letra, é da autoria de M. Valladares, como ele mesmo indica na partitura.

b) **Pastas Vermelhas:** são um grupo de partituras recolhidas numas pastas em cor vermelha a conterem umas seiscentas obras entre as que há música para violino, flauta, guitarra e voz com acompanhamento de guitarra e de piano. Constituem, como já foi dito, o testemunho musical mais antigo de música galega não eclesiástica conhecido até o momento.

c) **Caderno Azul:** é um lindo caderno de folhas pautadas em que se acham quatro obras breves para piano, três das quais são da autoria de Marcial Valladares. A sua estética cuidada e a beleza das composições convertem-no numa das joias da coleção.

dois bandos de guitarristas num salão parisiense, são os *Carullistas* contra os *Molinistas*, sendo F. Carulli e F. Molino ambos guitarristas e professores de sucesso na cidade. Não há constância de que ambos músicos tiveram algo a ver com estas liortas, talvez mais devidas ao fervor dos seguidores do que a uma hipotética rivalidade entre professores, mas o facto pode dar uma medida da popularidade do instrumento nessa época. Sobre Marescot ver Mario Dell'Ara (1988) e Stanley Yates (2003).

4.3.- PARTITURAS EDITADAS

Dentro deste grupo acham-se várias edições de árias de Donizetti, Verdi, Truzzi, Rossini, Ricci, e música dos Strauss e Iradier, para piano e para voz com acompanhamento de piano. Entre os editores figuram os conhecidos Wirmbs, Carrafa, Lodré e Ricordi. Todas acham-se em bom estado de conservação.

4.4.- INSTRUMENTOS

A família Valladares vive em Samora entre 1845 e 1850 e de lá trazem um pianoforte construído por *Hosseschrueders y sobrinos*, em Madrid ca. 1840. Esse piano conserva-se ainda na casa de Vilancosta, onde está à espera de restauro. Foi num dos compartimentos do móvel do piano onde foram achadas as partituras editadas com uma classificação onde figuravam os nomes de Segunda e de Isabel. Pelas «Memórias de Família», diário inédito da autoria de Marcial Valladares onde ficou registada parte da história da família, sabe-se que também Luísa, uma outra irmã de Marcial, tocava o piano.

Também se conserva em Vilancosta a flauta travesseira fabricada em Paris que contém gravadas as iniciais SV, correspondentes a Sérgio Valladares, facto que o faz proprietário da flauta, que por sua vez é testemunho da sua afeição pelo instrumento.

O tipo e número de obras escritas para guitarra que integram esta coleção permite pensar que o uso deste instrumento era generalizado na família Valladares, porque não é fácil escrever, nem sequer copiar, a música de um instrumento cujo funcionamento se desconhece. Os manuscritos estão realizados, assim como o resto do arquivo, por várias mãos, facto que pode facilmente comprovar-se atendendo ao estilo de escritura. Uma análise paleográfica aprofundada dos manuscritos poderia deitar mais luz sobre o número de pessoas envolvidas na elaboração do arquivo e, talvez, sobre as preferências musicais dessas pessoas.

Entre as obras manuscritas do arquivo figura um duo para violino e piano, infelizmente em precário estado de conservação, de J. Courtier [Curti, Curty], músico da capela da catedral, em Compostela, que também foi professor de violino fora do recinto eclesiástico. Há notícia de que Marcial Valladares em 1845 já tocava este instrumento e bem pudesse ser que tivesse sido aluno de Courtier na sua etapa de estudante em Compostela.⁵⁸⁷

5.- DA MÚSICA PARA GUITARRA

As obras para guitarra achadas no grupo de partituras das Pastas Vermelhas fazem um número de oitenta e quatro com as formas de temas com variações, minuetes, valsas, rigodões, galopes, moineiras, contradanças, hinos, marchas, onde também há peças para voz e acompanhamento de guitarra como são as árias de ópera e canções no estilo das *seguidillas* da época. Como já foi dito, são partituras manuscritas com diferentes estilos de escritura, o que indica que foram copiadas por diversas mãos. Salvo nos casos de árias de conhecidas óperas, dos duos para guitarra de F. Carulli e do tema com variações atribuído ao «maestro Naya», no resto das obras não figuram os nomes dos compositores, talvez por serem, em muitos casos, melodias populares arrançadas para guitarra. Porém, pode achar-se um conhecido estudo de F. Carulli para guitarra em que não figura o nome do compositor, pelo que se faz necessária uma revisão pormenorizada das obras para a sua identificação, dentro do possível.

Há mais uma partitura, para além das Pastas Vermelhas, com identificação de autor, ou neste caso, de autora: trata-se da «Danzita»⁵⁸⁸ para guitarra composta por Avelina Valladares, irmã de Marcial e conhecida escritora e poeta, senhora e ama da casa de Vilancosta onde viveu com Marcial nos últimos anos da sua vida. É composição breve e singela, que ecoa certo sabor modal da música tradicional galega que tanto se deveu escutar e cantar naquela casa. Avelina Valladares, conhecida poeta galega do século XIX, revela-se assim cultivadora da arte

587 As informações deste apartado estão tiradas do trabalho de José Luís do Pico Orjais na edição crítica do cancionero de Marcial Valladares, «Ayes de mi pais», de próxima publicação.

588 Esta peça foi tocada em 2006, no recital de guitarra realizado no V Colóquio da Lusofonia, Bragança.

musical na guitarra, como já sabíamos de Rosalía Castro⁵⁸⁹. Ambas poetas e músicas podem integrar-se na corrente de mulheres artistas que fluía pela Europa da sua época, como no caso de Fanny Mendelssohn, irmã do conhecido compositor alemão Félix Mendelssohn, ou das guitarristas Madame Sidney Pratten ou Emília Giuliani-Guglielmi, filha esta do grande guitarrista Mauro Giuliani que tanto sucesso colheitava na época.

Nas Pastas Vermelhas conservam-se também lições e apontamentos de teoria de acordes e de afinação das cordas, são páginas que parecem fazer parte da iniciação no estudo do instrumento e da música por parte dos seus utilizadores. Páginas semelhantes acham-se também entre as obras para flauta e violino.

Por último, acha-se também em Vilancosta o breve apontamento de um quarteto para voz, flauta, violino e guitarra composto por José Gil, amigo da família, e escrito como presente no fim de uma carta dirigida a Marcial Valladares.

O conjunto de peças para guitarra do arquivo de Vilancosta pode subdividir-se em dois grupos:

a) As obras para conjunto de câmara

Duo de guitarras: No fólio anotado com o número 80 há um título que diz «Três duos para guitarra por F. Carulli» e «Guitarra 1ª». Depois, nas páginas a seguir, temos a música do primeiro duo e o primeiro andamento do segundo duo, faltando o terceiro duo completo. No fólio número 82 figura a parte da guitarra segunda destes duos, a conter as partes complementares da guitarra primeira, algumas delas copiadas duas vezes.

Voz e guitarra: As mais de vinte obras para voz com acompanhamento de guitarra são canções de salão no estilo das *seguidillas* que estavam na moda em Madrid. Nalgumas ocasiões o acompanhamento aparece escrito também para piano, como é o caso da canção andaluza intitulada «El Caramba», que aparece no fólio número 113. Os acompanhamentos são singelos e rítmicos, ideais para poder realizá-los sem dificuldade e também para cantar e tocar ao mesmo tempo.

Ensemble de instrumentos com guitarra: O antedito quarteto para voz, flauta, violino e guitarra de José Gil⁵⁹⁰.

b) As obras para guitarra só

São na maioria peças breves, em escritura violinística, formadas por duas frases de oito compassos cada uma, com repetições, que desenvolvem ritmos de danças tais como mazurcas, valsas, galopes, etc. e também marchas e hinos. Há também uma «jota aragonesa», uma moineira e vários exercícios e lições para estudo prévio do instrumento.

Quanto às obras maiores, acham-se vários temas com variações, um deles atribuído ao «maestro Naya».⁵⁹¹ Todos na linha dos temas com variações compostos pelos guitarristas italianos da época (F. Carulli, M. Giuliani, M. Carcassi) com apresentação do tema e depois variações arpejadas e progressivamente mais complexas, e uma delas em tom menor.

Quatro destas pequenas obras, uma alvorada, dois rigodões e uma valsa, foram interpretadas o dia 6 de outubro de 2008 em Compostela, dentro dos atos da manhã da SESSÃO INAUGURAL DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA realizada no Auditório do CENTRO GALEGO DE ARTE CONTEMPORÂNEA da cidade, de que se tem editado um DVD. Para nós, galeg@s, é de máxima importância a recuperação do nosso património cultural já por tempo demais oculto e abandonado.

6.- CONCLUSÕES

589 Veja-se o artigo de X. Filgueira Valverde «Rosalía de Castro e a música» nas Atas do Congresso Internacional de Estudos sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo. Santiago de Compostela: Conselho da Cultura Galega, 1986. p. 33-56.

590 Esta partitura reproduz-se na edição crítica do cancionero «Ayes de mi país» de M. Valladares, de próxima publicação.

591 Sobre o «maestro Naya» temos achado tão só a notícia de Mariano Soriano Fuertes sobre o guitarrista José de Naya, o qual aparece referenciado junto de outros guitarristas da época como Antonio Cano, Francisco Trinidad Huerta, José de Ciebra ou Vicente Franco. Reproduzimos a informação que dá Soriano Fuertes na sua *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850*: «Don José de Naya, maestro de capilla en Valladolid, fué un genio atrevido para la guitarra, añadiéndole á este instrumento la octava cuerda, y tocándolo de una manera admirable, tanto en el género ejecutivo, como en el armónico.» op cit. p. 215

Às manifestações iconográficas de instrumentos de corda pulsada existentes nas catedrais, igrejas e mosteiros galegos, onde se observam guitarras, alaúdes e violas de mão em maior quantidade que outros instrumentos considerados “mais galegos” como a sanfona ou a gaita, e aos dados achados nos arquivos das catedrais em que para além de figurar música para o instrumento nomeia-se o uso da guitarra⁵⁹² dentro do templo, une-se agora esta nova fonte de informação que terá de ser profusamente estudada e valorizada dentro do seu contexto sociocultural, e que desde o começo está a evidenciar uma atividade musical maior da estimada até o momento entre as classes acomodadas da Galiza do século XIX.

Dada a importância do material a estudar faz-se necessária a procura de financiamento para pagar os custos de uma investigação que promete prolongar-se no tempo, ou nunca chegar a realizar-se se deve depender por inteiro do esforço pessoal, intelectual e monetário de duas pessoas a trabalharem em momentos de lazer. Muito obrigada pela atenção.

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

- ADALID, Marcial del (1877-82) *Cantares viejos y nuevos de Galicia*, A Crunha: Canuto Berea
- ALONSO, Celsa (1998) *La Canción Lírica Española en el siglo XIX*, Madrid: ICCMU
- (P) *tartaruga* [tʰa, kʰi θaθaɾuɣa]. O termo português deriva do grego *tartaroukos* (do diabo), do latim *tartarukus*. *Cancionero gallego*, A Crunha: Barrié de la Maza
- BÁRTOK, Bela (1979) *Escritos sobre música popular*, México: Siglo XXI
- DELL'ARA, Mario (1988) *Manuale di storia della chitarra - vol. 1: La chitarra antica, classica e romantica*, Ancona: Bèrben.
- FEIJOO MONTENEGRO, Benito Jerónimo (Re-ed. 1983) *Teatro crítico universal*, Madrid: Cátedra
- FERNÁNDEZ SALGADO, Xosé Antonio (2002) *Marcial Valladares (1821 – 1903). Lingua, literatura e folclore*. Tese de doutoramento. Compostela: USC
- GARBAYO MONTABES, Javier (1997) ‘O esplendor do barroco musical en Galicia’, in *O Feito Diferencial Galego*, p. 121-178
- INZENGA, José (1888) *Cantos y Bailes de España. Cantos y Bailes de Galicia*, Madrid: Ed. A. Romero. Re-ed. de PICO ORJAIS, José Luís do (2005) *Cantos e Bailes da Galiza*, Ourense: Difusora das Letras.
- MICHÄELIS DE VASCONCELLOS, Carolina (1990) *Cancioneiro de Ajuda*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- MURGUIA, Manuel (1865) *Historia de Galicia*, Lugo: Soto Freire
- NEIRA DE MOSQUERA, Antonio (1999) “El Gaitero gallego”, *Homes do país: os galegos pintados por si mesmos*, Vigo: Edicións Xerais de Galicia
- NÚÑEZ ROBRES, Lázaro (1867) *La música del pueblo. Colección de Cantos Españoles*, Fuencarral, Madrid: Nicolas Toledo
- PICO ORJAIS, José Luís do
(1998) A jota. Origem das formas musicais, *A Nosa Terra* nº 855.
(2001) “Organología. Pandeireta, pandeiro ou adufe.” in *Raigame, revista de arte, cultura e tradicións populares*. Nº 13, Ourense: Deputación de Ourense.
Versão digital: http://www.depourense.es/download/cultura/raigame/R_13.PDF
(2002) “Josep Martí, reflexões arredor do livro *El folklorismo, uso y abuso de la tradición*.” in *Enclave, esquerda nacionalista. Revista galega de política e pensamento*. Nº 9 (Santiago de Compostela: Esquerda Nacionalista)
(2004) “Breve nota sobre un cancionero... inédito? de Valladares.” in *Murguia, Revista Galega de Historia*. nº 4 (Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores)
(2006) “Metodología e análise da música patrimonial.” in *Etnofolk, revista galega de etnomusicología*. nº 4 (Vigo: Dos Acordes)
(2006) “Galiza na obra impressa de Eduardo Martínez Torner.” in *Etnofolk, revista galega de etnomusicología*. nº 5 (Vigo: Dos Acordes)
(2007) “Afinidades do folclore português. Introdução a historiografia do folclore português” in *Galiza, berço da lusofonia*. (s.l.:Arcos online) e-book alojado em <http://www.arcosdigital.com/ebooks/galiza-berco-da-lusofonia.pdf>

592 Garbayo Montabes, J.: «O esplendor do barroco musical en Galicia», p. 131 nas atas de *O Feito Diferencial Galego* 1997

- (2007) "Algumas representações de adufes na iconografia musical galega." in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 8 (Vigo: Dos Acordes)
- PICO ORJAIS, José Luís do & PINHEIRO ALMUINHA, Ramom (2006) "Catálogo "Arma-danças": aproximação a um inventário das coletâneas de música tradicional galega." in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 4, Vigo: Dos Acordes
- SAMPEDRO E FOLGAR, Casto (1942) *Cancionero musical de Galicia*, Ponte Vedra: Museu de Ponte Vedra
- SHUBARTH, D & SANTAMARINA, A
(1982) *Cancioneiro galego de tradición oral*, A Crunha: Fundação Barrié de la Maza
- (1984) *Cancioneiro popular galego*, A Crunha: Fundação Barrié de la Maza
- SORIANO FUERTES, Mariano (1855-56) *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850*, Madrid: Carrafa. [Ed. Facs. 2007, Madrid: ICCMU]
- TRILLO, Joam & VILLANUEVA, Carlos (1980) *Vilancicos galegos da Catedral de Santiago*, Sada, A Crunha: Ediciós do Castro
- VESTEIRO TORRES, Teodosio (1874) "La música popular de Galicia", *El Heraldo Gallego. Seminario de ciencias, artes y literatura*, Ano I. Nº 16, Ourense
- VICETTO PÉREZ, Benito (1865 ed. fasc.1978) *Historia de Galicia*, Lugo: Alvarellos
- VV. AA. (1999) Enciclopédia Galega Universal, Vigo: Ir Indo
- YATES, Stanley (2003) 'Sor's guitar sonatas: Form and style', in Luis Gásson, Madrid: ICCMU
-

82) LUCIANO PEREIRA

LUCIANO José dos Santos Baptista PEREIRA lucianop@mail.telepac.pt

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês),

Mestre em Literaturas Medievais Comparadas

Doutor em Línguas e Literaturas Românicas

Provas Públicas para Professor Coordenador (aprovado por unanimidade com mérito absoluto e mérito relativo)

1. PUBLICAÇÕES

1. Comunicações e artigos sobre o ensino da língua materna:

O telejornal na aula de Português

As cores da língua portuguesa como expressão de cultura

L'interculturel, l'audiovisuel et l'enseignement des langues

A cultura açoriano-catarinense (Brasil meridional) na obra de Franklin Cascaes

Paiva Boléo e a cultura açoriano-catarinense.

2. ENSAIOS:

Os bestiários franceses do Século XII

O bestiário e os contos tradicionais portugueses

O universo do imaginário

A fábula em Portugal

3. Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (em colaboração):

A cidade

O mundo das línguas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982/1986)

Formando, Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1996/2009)

Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990/1995)

Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995/1996)

Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2005)
Membro da Direção Central do S.P.G.L. (2003-2006)
Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)

PAÍSES DE PERMANÊNCIA:

Bélgica (Escolaridade obrigatória – conclusão do terceiro ciclo)
França (Curso de verão do Centro de Estudos Superiores de Civilização Medieval)
Alemanha (coord. do Ensino de Língua e Cultura Portuguesas - Embaixada Portuguesa em Bona.)
Brasil – Estado de Santa Catarina (Pesquisa sobre a Cultura açoriano-catarinense)
Espanha, Itália, Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha (Programas europeus).

A ILHA NO IMAGINÁRIO POÉTICO DE TEMÁTICA AÇORIANA. LUCIANO J. DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, ESE INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

A presente comunicação deriva de um trabalho pedagógico realizado em Angra, em 1995, em torno da escrita criativa e do espaço açoriano.

Da leitura rápida dos vários textos havia pressentido o caráter bipolar do imaginário ilhéu açoriano. A carga simbólica da ilha alternava entre a atração original dos espaços utópicos e paradisíacos e o sentimento claustrofóbico dos espaços que oprimem, subjagam e aprisionam. Este sentimento de atração e de repulsa, de amor e de ódio, esta necessidade de mergulhar na mais íntima das intimidades, numa procura mística de si e de partir para longínquas paragens à descoberta dos outros pareciam-me ritmar o imaginário ilhéu tal como se do movimento das ondas se tratasse.

João Afonso, Vasco Pereira da Costa, Bernardete Falcão, Maria Antónia Esteves, Carlos Faria, Almeida Firmino, José Martins Garcia, Eduíno de Jesus, Vitorino Nemésio, João de Melo, Luíza de Mesquita, Rui Peixoto, Eduardo Ferraz da Rosa, Alberto Borges dos Santos, Pedro da Silveira, José Simas, Coelho de Sousa, Gabriel Ferreira de Sousa, Sophia de Mello Breyner Andresen, Al Berto são os poetas visitados.

Pela sua voz, na sua relação com o imaginário ilhéu, tal como o bater do coração, ora mergulhamos nos sentimentos mais depressivos e claustrofóbicos, sofrendo do mal da insularidade, procurando a qualquer preço a heroica libertação que representa a partida, a distância e a linha do horizonte, ora extasiemo-nos, religiosamente, com a perfeição de uma sociedade primordial, onde reina a sabedoria, a ciência e a paz.

1. ARQUÉTIPOS, MITOS E INTERTEXTUALIDADES

Antes de ser escrita o poema é voz, canto, música, movimento e ritmo. Cada texto guarda na memória as suas origens, a sua dimensão mágica, segredos de tempos primordiais em que a palavra era mediadora entre este mundo e o outro, em que a poesia presenteava, atualizava e humanizava o divino. Qualquer poema, tal como qualquer texto literário, está imbuído de uma memória coletiva, constituída pelo conjunto dos outros textos individuais com os quais partilha sonhos, valores, ritmos e formas. Tal memória ultrapassa obviamente a experiência individual do vivido, projeta-se para o futuro, para o espaço das vivências pressentidas. Tal memória estrutura-se como um núcleo ideológico e formal que se pode consubstanciar na forma de múltiplas figuras e uma diversidade textual. Tal memória ultrapassa o velho conceito «kristeviano» de “intertextualidade” (Kristeva, 1979,139-169), de “arquitexto” (Genette, 1979), de “hipotexto” (Genette, 1992,13) ou mesmo de “Modelo de competência genérica” (Genette, 1992,13). Trata-se mais de um núcleo gerador, a partir do qual se desenvolvem novas ideias, imagens e formas, novos dispositivos e novas linguagens em novos contextos, núcleo que está na origem de qualquer “Transcendência textual” (Genette, 1992,7).

É inevitável reconhecer que a criação literária procede a uma transmutação dos arquétipos e dos mitos coletivos em mitos, idiosincrasias, textos e estilísticas individuais. Tais núcleos participam da complexa rede do universo simbólico e, como todos sabemos, o símbolo afirma-se resistindo, em parte, aos signos do universo discursivo e,

em parte, às categorias puras do imaginário. A função simbólica, tal como a função poética, vela e revela, evoca e convoca e torna presente o mistério pelo qual constantemente se recria.

“La fonction symbolique est inséparable de son « orientation sacrale » ou de sa visée hiérophanique des puissances « numineuses » ou « non-humaines » auxquelles les mythes et les rites relient l'être humain en « ré-unifiant » l'anthropos et le cosmos para la puissance du logos qui n'est pas ici langage mais verbe et parole « ressuscitée », « re-crée », au delà du sens culturel et social des « mots de la tribu ». ” (Alleau, 1989, 60)

2. A ILHA ENQUANTO NÚCLEO GERADOR E PONTO-CRUZ DO IMAGINÁRIO

O símbolo é sempre um espaço de fusão do mundo, ponto-cruz do imaginário:

“L'omphalos des Grecs, le nombril du monde des anciens, l'escalier rituel de tant de religions, l'échelle des dieux. Par là on passe du ciel à la terre, et vice versa. Par là l'espace le temps et l'éternité communiquent. ” (Champeux et Sterckx, 1981,31)

Durand, na linha de Eliade (1963 e 1977), refere que a realidade prolonga e atualiza um arquétipo celeste, em torno de um eixo, um “omphalos”, centro do mundo, casa, templo, cidade árvore, montanha ou ilha e acrescenta que qualquer espaço naturalmente limitado, fechado, é sempre uma manifestação do sagrado: “...o que acima de tudo sacraliza um lugar é o seu fechamento: ilhas de simbolismo amniótico ou então floresta cujo horizonte se fecha por si mesmo” (Durand, 1989,170). O fechamento, de forma arquetípica, corresponde, à forma redonda que representa um microcosmo ou a “cosmicização” do arquétipo da intimidade feminina. A polivalência semântica dos elementos tornados símbolos, tal como a ilha, é o sinal da ambivalência imagética que afirma a riqueza das tonalidades elementares da percepção humana.

Esta ambiguidade fundamental desenvolve-se dialeticamente entre a introversão e a extroversão:

“Finalement toutes les images se développent entre les deux pôles, elles vivent dialectiquement des séductions de l'univers et des certitudes de l'intimité (...). Chaque image (...) devra donc recevoir toutes ses valeurs. Les images les plus belles sont souvent des foyers d'ambivalence. ” (Bachelard, 1984,10).

As ilhas têm povoado o imaginário universal como espaço de origem e de retorno, vejam-se os mitos celtas e os mitos germânicos da criação:

“Odin e seus dois irmãos mataram Ymer. Do seu corpo fizeram a terra, os Céus do seu crânio e o mar do seu sangue. No Céu colocaram tições de Muspelheim e surgiram, assim o Sol, a Lua e as estrelas. A terra era redonda e rodeada pelo mar...” (Hamilton, 1983,472)

O imaginário ocidental acrescentou-lhes, desde a Atlântida de Platão (1985,525-547), a áurea de uma geografia humana muito específica pela sua originalidade, exibindo uma organização social e política “a-típica” e “u-tópica”. A Idade Média associa-as ao simbolismo do castelo inexpugnável (que frequentemente se encontra rodeado de água), reforçando todavia o seu simbolismo espiritual tal como na Nauigatio Sancti Brendani (ed. Crítica de Nascimento, 1998). São os espaços privilegiados para o sagrado e para as artes mágicas, habitação eterna dos magos e dos reis, tal como o Rei Artur, espaços de encantamento e revelação. A ilha Perfeita é o destino iniciático do cavaleiro virtuoso, Nela estão construídas sete formosas casas encantadas celebrando as sete virtudes. A oitava encerrará todas elas e só poderá ser conquistada pelo cavaleiro perfeito. (João de Barros, I, pp. 304-312). É, certamente, neste imaginário que se enraíza a lenda da lagoa das sete cidades, enquanto memória da perfeição, virtude, sofrimento e puro amor.

3. A ILHA COMO ESTÉTICA E COMO ESCRITA

O Homem, ao tomar consciência de si, vê-se rodeado de espaço. Crescer é afirmar-se no espaço, é assumir uma temporalidade, é criar e destruir limites, criar-se e recriar-se na procura do equilíbrio que exige um movimento de constante aprofundamento e distanciamento de si. O poema, tal como a ilha, é uma das expressões desse

movimento, é a própria recriação do seu criador, o poema tudo cria e recria dentro e fora de si. A ilha, tal como o poema, convida para o descanso, para as delícias e para as intimidades do centro assim como incentiva para a linha do horizonte, para o sonho, para uma espécie de memória, de outros mundos, de outras almas e de outros corpos. Não nos esqueçamos que o poema enquanto objeto simbólico nunca deixa de operar a dois níveis, o do universal e do particular:

ILHA DO MAR

*Julguei-me Criador predestinado,
E levantei, no mar dos meus desertos,
Uma ilha.*

(...)

Ilha do mar desabitada

E eu...

Ilha do mar e nada,

Morreu

O Eu-não-eu.

Coelho de Sousa in «Atlântida» vol. II, N.º 1 (RGC, 252-253)

No plano da estética, e da expressão literária em particular, os percursos iniciáticos por espaços com tão forte carga simbólica desencadeiam emoções tão intensas que permitem regressar às formas socialmente e intelectualmente consagradas pela sabedoria popular, trata-se do regresso ao espaço uterino da própria originalidade poética:

AÇORES

(...)

*E foi na Terceira
Com o mar à proa
Que nasceu a mãe
Do poeta Pessoa*

*Em cujo poema
Respiro amplidão
E me cerca a luz
Da navegação*

(...)

*Poema onde está
A palavra extrema
Que une e reconhece –
Pois só no poema*

Um povo amanhece

Sophia de Mello Breyner Andresen in «O Nome das Coisas», 1977, (Obra Poética III, 235-236)

4. A ILHA ENQUANTO EXPRESSÃO DA INTERIORIDADE E DA EXTERIORIDADE.

As representações da ilha estão longe de ser linearmente ingénuas ou insignificantes. Cada poema apresenta uma “tessitura” de estratégias e elementos simbólicos que denunciam uma trágica nostalgia pela degradação humana e pelo paraíso perdido. A criação literária permite a afirmação de um modo superior de ser e de estar na palavra, o texto permite uma recuperação da dignidade perdida e da própria condição humana. A «Ilha» visitada não é uma mera criação cultural. É, na realidade, um conjunto de ilhas: as Ilhas dos Açores. A imagem que delas emana contribui para melhor entendermos a complexidade do espaço ilhéu enquanto arquétipo. As múltiplas

conotações da insularidade não se limitam, como é óbvio, ao fenómeno da açorianidade. A «Ilha» que emana dos nossos poetas⁵⁹³ adquire uma dimensão especial, não só por ser o produto cultural de experiências e vivências múltiplas, mas pela relação que estabelece com cada representação em particular. A “nossa Ilha” está mais perto do seu arquétipo, que qualquer das ilhas que contribuiu para a sua construção. Por estarmos perante uma construção do inconsciente coletivo, não podemos deixar de constatar contradições e aparentes ilogismos. A ilha enquanto centro cósmico, espaço sagrado, imagem completa e perfeita da Grande Ordem, afirma-se como um espaço onde o indivíduo se dilui, saturado de tanto silêncio, de tanta solidão, e de tanto aperto. “a sua «plurissignificação» tem um «peso quase insuportável...” (Pimentel 1988, 238)

Na ilha entre céu, terra e mar o poeta imagina-se, sofre e recria-se. Nem a vida nem a morte, nem a natureza nem a cultura que o criaram lhe bastam. No horizonte vislumbra-se o “Eldorado”. Abundantes são os textos que nos contam a história da emigração e da busca da terra prometida; assim como da fuga à servidão e à submissão, tal como “Ilha” de Pedro da Silveira que, segundo Pimentel, pertence ao conjunto de textos que Starobinsky classifica «como a expressão microscópica do universo no qual nasceram». São emblemas reduzidos, resumos simbólicos. “Texto e contexto são vasos comunicantes. A um tempo, há reprodução e produção.” (Pimentel, 1988, 237)

ILHA

Só isto:

O céu fechado, uma ganhoa

pairando. Mar. E um barco na distância;

olhos de fome a adivinhar-lhe, à proa,

Califórnia perdidas de abundância.

Pedro da Silveira in «A Ilha e o Mundo», 1953 (RGC, 208)

PARA TI, QUE FICAS PARADO

Para ti

que ficas parado

a olhar o vapor que se some lá ao longe

e depois, vergas a cabeça para terra

e a ela arrancas um pão que sabe a sonhos mortos;

para ti,

sonhador de viagens que nunca farás

e terras férteis alongando-se para todos os horizontes

e cidades onde a vida não é este monótono repetir

das mesmas coisas todos os dias;

para ti

que quiseste ser rancheiro,

pesquisador de oiro,

operário das fábricas e das Canárias

(...)

Pedro da Silveira in «A Ilha e o Mundo», 1953 (RGC, 209)

Os espaços de origem podem estar carregados de uma força magmática tão incandescente e caótica que se tornam insuportáveis e ameaçadores.

ABALO DA TERRA

Senhor, a nossa Ilha

É pasto já do pó antecipado.

- Susto, foi tão duro o alçar da sua mão.

593 A maior parte dos textos dos poetas açorianos referidos foram extraídos da Antologia Poética dos Açores de Ruy Galvão de Carvalho (1979) identificada ao longo do texto com as iniciais RGC, seguida do número da página donde foi extraído o poema.

Que nem égua, terra ou água, aí!

Se deu por mansa no seu tino.

(...)

Eduardo Ferraz da Rosa, 1980 (RGC, 468)

Pela poesia do desassossego e da inquietude, o poeta quebra a casca do ovo primordial e ensaia o seu voo cósmico para paragens distantes onde acenam ilusórias esperanças e emoções de outros mundos e outras gentes. A ilusão e a desolação são proporcionais à imensidão. Saradas as feridas do isolamento, apenas resta o regresso ao sonho e à ressaca da noite atlântica:

O REGRESSO DE ANTÓNIO DA COSTA

decidira partir para sempre e onde morei

não vivia junto aos homens que fugidos aos sismos

à lava ao isolamento das fajãs andavam

pelo mundo espalhando oceânicas linguagens

sem se preocuparem onde começava ou terminava a realidade

levei anos sarando o tempo do arquipélago

a desolação grandiosa dos continentes e

chegado aqui abro as mãos para esquecer o fogo

que me devorou a obra em Lisboa – recomeço a pintar:

a flor, a máscara e eu adolescente

reacendo em mim a ressaca da noite atlântica

convoco um rosto com todas as coisas escuras

que dele nascem e arrepiam a pele o sexo e a alma

regresso ao sonho onde

na magoada e distante ardência das ilhas

duas sereias andam à caça de um anjo mudo

Alberto in «A Secreta vida das Imagens», 1991, 41

Regressar à ilha é regressar à intimidade do espaço original, trata-se de se apropriar de um “tempo-espaço” místico que permite ao Eu poético recriar-se ou diluir-se nos desejos passionais da fusão”:

SOU FEITO DE MAR

Sou feito de mar

e nasci da lava mal fria

nas minhas veias gira aceso

o magma profundo

meu corpo arremessa pedras

bagacina

areias negras de lutas

marinhas

braços de vento salgado abraço

a ilha avistada

(...)

Vasco Pereira da Costa in «Memória da Água-Viva», dezembro de 1979, n.º 5 (RGC, 415-416)

ESTE O POVO DA ILHA

*Este o povo que nasceu do mar. Veio-lhe o sangue
do sal. Suas veias boiaram outrora
entre cabeleiras de algas e fungos de basalto.
Abriu-se-lhe a boca no remoto esquecimento
dos búzios. Memória são as conchas desertas
o calhau rolado arenoso silêncio sobre rocha.
(...)*

João de Melo in «Navegação da Terra», 1980 (RGC, 424-425)

A apropriação do espaço original implica sempre uma apropriação do tempo mítico e vice-versa, tal apropriação apresenta sempre uma sacralização através do sacrifício pessoal. Trata-se de uma experiência psicológica única e intransmissível, numa dimensão do espaço-tempo para lá do mundo empírico. Esta conquista simbólica do espaço utópico e “a-temporal” corresponde sempre à inibição dos impulsos conquistadores e heroicos e a um desenvolvimento de um estado de consciência místico que leva a uma maturação espiritual e a um progresso ontológico que aspira sempre, de certa forma, à imortalidade:

MENINO ILHA

*O meu menino tem nos olhos
uma pedra
e uma alga
foi gerado no cais
com navios de ficar
e traz no ventre
os faróis
de todos os portos
tem corpo de ilha
com uma hortênsia
nos lábios
e um vulcão
no sexo
tem nas mãos um continente
virgem
secreto
tem nos dedos um sonho
selvagem
louco
passeia pesadelos
pela noite
insular
e bebe desejos
na curva dos meses*

*o meu menino não tem alma
para morrer
no mar!
José Simas in «A Margem», 1979 (RGC, 428-429)*

Esse é o tempo e o espaço dos iniciados, dos que peregrinam mar às costas, para o inefável, em rituais de passagem cuja única forma de expressão é a própria capacidade criadora. O retiro, a solidão e o silêncio constituem as vias para esse encontro místico que a psicanálise chama «processo de individuação» (von Franz in Jung, pp. 158-229):

A CONCHA

*A minha casa é concha. Como os bichos
Segreguei-a de mim com paciência:
Fachada de marés, a sonho e lixos,
O horto e os muros só areia e ausência.
(...)*

Vitorino Nemésio in «O Bicho Harmonioso», 1938 (Obras Completas, vol. I, 131).

As ilhas, tanto arborizadas como desérticas, estruturando-se em torno de lagos, fontes, montanhas e vulcões, apresentam uma tão forte densidade simbólica que dificilmente imaginamos manifestações mais perfeitas dos espaços originais. É, todavia, tanto pela peregrinação e pelo desterro quanto pelo retorno e pelo regresso que se inicia o processo catártico. O caminho para a depuração e para o despojamento, em busca da verdade e da clarividência, tanto leva ao centro da ilha quanto para lá do horizonte.

5. A ILHA COMO ESPAÇO DE SOFRIMENTO

A revelação que permite a iluminação, o êxtase ou o deslumbramento tanto amplia as capacidades sensoriais, intelectuais como as psicossociais. O isolamento do ilhéu, tal como o isolamento do exilado, tanto leva a um aprofundamento como a uma saturação de si mesmo:

AGORA É TUDO SILÊNCIO

(...)

*Ó andorinha-do-mar,
A fingir de adormecida,
Eu entendo a tua dor:
Nas rochas nuas, junto à costa
É agora tudo silêncio,
 não há vida,
Falta o capricho do amor.*

Almeida Firmino in «Ilha Maior», 1968 (RGC, 306-307)

TUDO ISTO É ILHA

(...)

*É que,
Por mais que
Não queira sofrer,
O sofrimento vem
Nesta desoladora solidão
Para dentro do meu coração.
É que...
...tudo isto é ilha...*

Alberto Borges dos Santos in «Tempo do Mar», 1959 (RGC, 200-201)

Exilado na sua própria ilha sagrada, o poeta dificilmente atinge um saber e um nível superior de consciência. O exílio externo e a morte apresentam-se como os caminhos mais certos e mais seguros para o para a revelação e para a “hierofania”:

ILHA MAIOR

(...)

*Ilha Maior no sonho e na desgraça
Sempre a acenar a quem ao longe passa
Nos navios rumo ao Canadá e América
Ancoradouro de aves, poetas e baleeiros,
Heróis sem nome, com um pé em terra e outro no mar,*

Quantas vezes em vão a balear...

*Negra, negra e cativa
Ilha Maior, minha Ilha-Mãe adotiva,
Maravilha de lava e altura!
El-rei Sebastião, o Desejado,
Veio um dia, nunca mais voltou.
E é aqui, cavada a seu lado,
Que eu quero ter a minha sepultura.
Almeida Firmino in «Ilha Maior», 1968 (RGC, 307)*

*NO PEGO DO MAR
(...)
E o menino-do-mar
(que sempre serei)
ficou-se a olhar
e há de morrer
pelo dom de saber
que o sonho-sem-onde
não força ou deslinda
o firme poder
de ser sem querer.
João Afonso in «Atlântida», vol. I, n.º 5 (RGC, 232)*

Alguns textos exibem-nos, nitidamente, o sentimento depressivo claustrofóbico, chamado o mal da ilha ou da insularidade para o qual: “o estar é manifestamente mal-estar, maldizer, mal viver” (Pimentel, 1988, 239):

*SIGNO INSULADO
o sofrimento está dentro da ilha
o sofrimento é da ilha
o ilha está no fundo dum poço
no fundo dum poço sofre uma ilha
(...)
José Martins Garcia in «Atlântida», n.º 1 – 3, 1967 (RGC, 353)*

*ILHA
(...)
Na ilha tudo é vão
Até que um dia
A gente mistura
As lágrimas, a saudade, a solidão
E o adeus
E nos agarramos
À muralha
Com olhos de fúria,
Braços de ódio
E vontade de pão
E assim pelo caminho do mar
Fugimos da prisão.*

*Para um novo adeus,
Para uma nova saudade,
Para outra solidão...*

Rui Peixoto in «*Dos jornais*» (RGC, 487-488)

Em muitos dos textos que expressam o sofrimento, a ilha sufoca, o horizonte aprisiona, a solidão aperta, os sonhos diluem-se, a fome delira, os desejos incendeiam-se ocultando amores impossíveis ou imaginários.

6. A ILHA ENCANTADA

Os textos que atualizam a ilha arquetípica, enquanto centro espiritual, sociedade primordial, microcosmo à imagem do macrocosmo sublimam a dor, a ansiedade e angústia da solidão. A ilha surge, neles, como o símbolo perfeito da origem, símbolo do próprio símbolo, de uma imaculada concepção, ostentando uma densidade sacral, que a torna matriz das virtudes, longe dos defeitos e impurezas humanas. “A ilha é, pois, simbolicamente, um lugar de eleição de ciência e de paz, no meio da ignorância e da agitação do mundo exterior.” (Buescu, 1991,167):

ORIGEM

*Lá, onde o grande estuário
do rio da vida
pressagia a infinita
morte oceânica*

*crece
a árvore marginal
em cujos ramos o canto
dos poetas floresce.
Eduíno de Jesus in «O Rei Lua», 1955 (RGC, 277)*

A ILHA

*(...)
A ilha é aqui onde o coração do mar
se povoa de sonhos e os homens
se agigantam de ternura!*

*O Homem ilhéu é arquiteto dos 360
graus da viagem: a catedral cósmica,
do basalto, feita rosa fria perdida nas marés!*

*Ilha: o espaço de cantar e o tempo de florir, pessoas
e pedras!
Carlos Faria, São Miguel, inverno de 1979 (RGC, 290)*

EM LOUVOR DOS AÇORES

*As nossas ilhas queridas
Com que este solo é formado,
São nove estrelas caídas
Do firmamento azulado.*

*Suas belezas infinitas,
Abençoadas por Deus,
Ornam as ilhas mais lindas
Que estão debaixo dos Céus.
(...)
Gabriel Ferreira de Sousa in «Plantas sem Flor», 1972 (RGC, 133)*

7. A ILHA ENQUANTO ESPAÇO DE EXPRESSÃO LÍRICA

Se tivermos em conta que o texto poético é sempre uma atualização da palavra primordial, teremos que encarar a escrita como a expressão ritual de uma revelação ou como uma experiência psicológica com caráter místico e iniciático. Num tal contexto, para além do tempo e do espaço desempenham papel relevante, como elementos constitutivos, as expressões da intimidade, dos afetos e das paixões.

O lirismo atravessa os textos expressando a saudade e o desejo pela terra amada. A ilha é confidente e amante. Estamos perante uma forma de amor iniciática que exige recato, sofrimento e reclusão. Nela o amor permanece e perde-se no tempo primordial:

A ILHA

(...)

Vejo a ilha...

*Mirando-se nas transparências azuis
num prazer mais que físico e sensual,
concha aberta ao sol na orla da praias
dando seus segredos aos olhos do mar...*

Vejo a ilha...

*Onde ficou para sempre meu primeiro amor
Sozinho e perdido na solidão do tempo
Como a praia deserta depois da chuva...*

Fecho os olhos e vejo a ilha

- meu deserto de areias verdes...

Luíza de Mesquita in «Mar Incerto», 1975 (RGC, 266)

O Eu poético, enamorando-se da ilha, enamora-se da sua própria capacidade de amar e descobre assim o valor da sua experiência mística. Fundindo-se com a imanência, descobre novas formas de saber e de se conhecer a si próprio. O retorno às origens, tal como o exílio, constitui sempre um ritual de purificação. Regressar à ilha ou retirar-se para o centro da ilha pode representar, todavia, a forma mais dramática de distanciamento, uma afirmação mística do ser não sendo, uma castração voluntária, uma morte simbólica, transitória ou real.

ILHAS E EU

*Em mim palpitam fogos de vulcão,
Meu peito referve em lava incandescente;
Um géiser é minha inspiração;
Meus versos, caldeiras de lodo fervente.*

Medo e horror nas ilhas – em mim,

Nelas e em mim pavor de morrer;

De um dia acabar por dizer sim

E de, com esse gesto, me perder.

Maria Antónia Teodósio de Fraga Esteves, 1972 (RGC, 433-434)

8. A ILHA E A SUA “ÁUREA MEDIOCRITAS”

A “áurea mediocritas”, que encontrou em Horácio o seu doutrinador, e que se prolongou até ao Romantismo parece querer afirmar-se como a estética natural da intimidade, do misticismo e das declarações de amor à ilha.

SÃO JORGE! SÃO JORGE!

(...)

*Terra de caça e mar de pesca
onde não pesco nem caço
contente que estou com fauna
e flora no seu calmo movimento
de tudo acontecer sem acontecer!*
Carlos Faria in «S. Jorge – Ciclo da Esmeralda», 1979 (RGC, 291)

ILHA SEM VOZ

*Descobre-te, montanha sol!
Temos que fecundar
O ventre da terra
De todas as raízes.
Transformar os homens
Em homens felizes.
(...)*
Almeida Firmino in «Tailândia», 1976 (RGC, 310-311)

9. A ILHA COMO ESPAÇO DA UTOPIA

A ilha assume a forma e todas as conotações do espaço sagrado. A costa abrupta e a imensidão do mar constituem a proteção em relação ao mundo do exterior, preservando-a da degradação e da deterioração que ameaçam com o caos a ordem social e a ordem cósmica. Envolta na neblina do tempo, a ilha está protegida da devassidão, da ignomínia e do sangue, encontra-se a harmonia social, a solidão, a virtude e Deus». Os poetas da intimidade afirmam de forma implícita a ideologia própria dos espaços de exceção: a utopia com toda a sua polivalência semântica, termo que Thomas More criou para designar um espaço insular fora do espaço e do tempo, afirmando assim, de forma ambígua, a impossibilidade da sua existência. More, contudo, referia-se a um sistema social e político, enquanto os textos visitados apresentam-nos um sistema de valores morais típicos da própria insularidade. Os poetas da intimidade recusam a partida e os retornos, recusam o sofrimento e a saudade. Resistem aos apelos, estão, ficam e são. São eles que recuperam o mito da Atlântida, da «ilha perdida», são eles que exorcizam as ilhas desafortunadas ou as da má-fortuna, apontando para um futuro que se pode confundir com um regresso ou um retorno às origens e às Ilhas Afortunadas. A ilha, tal como a “ínsula” de More pode corresponder ao conceito de uma microssociedade, preservada de qualquer corrupção exterior:

POEMETO DA ILHA TERCEIRA

*Ilha!
Um perfume de flores. Um cheiro a maresia
E o teu povo, leal que não conhece A hipocrisia.
(...)*
*Ilha!
Tuas noites... o sonho
Para tudo em redor
A lua deita a rede sobre o mar
E traz Amor.
Ilha!
Tudo -o que é fé e ardor
Tudo o que é puro e bom
Tudo o que tem calor
De sol e simpatia!
Tudo o que em nós trazemos
Todo o amor à vida
E a angústia de viver.
Mistérios e segredos*

Num coração gigante

Toda a noite a bater

Contra os rochedos.

Bernardete Falcão in «O mar é que teve a Culpa», 1961 (RGC, 241-242)

10. A ILHA ENTRE VIVÊNCIAS OPOSTAS

Pavão observou que Nemésio e Mesquita denunciavam os dois paradigmas e os dois movimentos mais específicos da insularidade, cada um desloca-se em sentido oposto, ilustrando o seu poder de atração e de repulsão: “Num (Mesquita), o tédio, a ânsia de evasão, o drama do encarcerado; no outro, a identificação do homem/natureza, ou seja, aquele que, através de um sentimento telúrico, a entifica em si próprio, operando pelo instrumento da linguagem esse milagre da fusão. O mar, a distância, a neblina aproximam-nos. Num (Mesquita), o constante desejo de partir, que se contrapõe, no outro, à ânsia eterna de retorno, que se transporta do mundo da realidade contingente para a esfera do onírico.” (Pavão, 1988, 41):

Do livro «Alma»

(...)

É uma mágoa sem fim, uma tristeza doentia,

Uma saudade do quer que é, remoto, ausente...

Uma nostalgia d’au-delà, uma nostalgia

Dum País esfumado ao longe, vagamente...

(...)

AR DE INVERNO

(...)

Alma que vogas a gemer

Na tarde anémica de vento,

Como se infiltra no meu ser

O teu esparso sofrimento!

(...)

Roberto de Mesquita in «Almas Cativas e Poemas Dispersos», 1973 (Silveira, P., 1977,209 e 211)

Na minha terra

(...)

Na minha terra tão bela

Há amores brancos de arminho

A segredar na janela

Esperanças cor de linho.

(...)

Na minha terra as crianças

Saltam pelos matagais,

A sorrir – pura esperanças,

Sonhos de ouro de seus pais.

E há mais do que estas gemas

Naquele branco paraíso:

(saudade!... Peito não fremas!...)

Há o Amor! Há o Sorriso!

(...)

Vitorino Nemésio in «Canto Matinal», 1916 (Obras Completas, vol. I, 29-30)

Estas duas vivências poéticas e sensoriais opostas podem realmente ser consideradas como paradigmáticas do imaginário ilhéu: a aspiração de interioridade a de exterioridade. É também Pavão que nos recorda que Nemésio

considerou, todavia, Mesquita como «o primeiro poeta que exprime alguma coisa de essencial na condição humana, tal como ela se apresenta nas Ilhas dos Açores». Segundo Nemésio, há em “Almas Cativas” «uma tristeza emotiva, quase climatérica, que aflora numa alma entorpecida pela humidade dos Açores», «uma solidão negra, enfasiada» que me relembra, pessoalmente, a expressão de abandono, de descrença e de falta de esperança denunciada por Almeida Firmino, o “ilhanizado”:

ILHA SÓ

*Minha ilha só
Enjeitada desde criança,
Nenhum lugar para a esperança.*

Povo que não crê

Abala.

Muda de Terra

E fala

Minha ilha só,

Enjeitada desde criança,

Nenhum lugar para a esperança.

(...)

Almeida Firmino in «Não Queremos Bombas na Cidade», 1974 (RGC, 308-309)

A limitação geográfica protege a ilha e o poeta do assalto das ondas, do real e dos desejos, a ilha convida para o silêncio e para a eternidade, todavia a intensidade da força de atração do seu centro, impossibilita uma fixação duradoura, convida à fuga, e dissolve o “eu” no todo. Qualquer ilha surge sempre como uma miragem, como um sonho impossível no meio mar:

QUARTO / AS ILHAS AFORTUNADAS

(...)

São ilhas afortunadas,

São terras sem ter lugar

Onde o Rei mora esperando.

Mas, se vamos disputando,

Cala a voz e há só mar.

Fernando Pessoa in «Mensagem» (Obra Poética, 1981, 19)

BIBLIOGRAFIA

- Al Berto. A Secreta Vida das Imagens. Lisboa, Contexto, 1991.
- Alleau, R. La Science des Symboles. Paris, éd. Payot, 1989.
- Andresen, Sophia de Mello Breyner. Obra Poética III. Caminho, 1991.
- Bachelard, Gaston. La poétique de l'espace. Presses Universitaires de France, 1957.
- Bachelard, Gaston. La Terre et les Rêveries de la volonté. Presses Universitaires de France, 1984.
- Buescu, Maria Leonor. António de Lacerda Bulcão: Trajetória do Açor e do Corvo in: “A simbólica do Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins. Coordenação de Yvette Kace Centeno e Lima de Freitas. Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- Barros, João de. Crónicas do Imperador Clarimundo (1520), ed. Marques Braga, 3 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1953.
- Carvalho, Ruy Galvão de. Antologia Poética dos Açores. Vol. II. Angra do Heroísmo. Secretariado Regional da Educação e Cultura, 1979.
- Champeaux et Sterckx, Introduction au Monde des Symboles. France, Ed. Zodiaque, 1981.
- Chevalier Jean, Gheerbrant, Alain. Dicionário dos Símbolos. Editorial Teorema, 1982.
- La Lusophonie voies/voix Océaniques. Colloque International de Littérature Université Libre de Bruxelles, Lidel, 1998.
- Durand, Gilbert. As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- Eliade, Mircea. Aspetos do Mito. Edições 70, 1963.

- Eliade, Mircea. Tratado de História das Religiões, Lisboa, Edições Cosmos, 1977.
- Freitas, Vamberto. O Imaginário dos Escritores Açorianos. Edições Salamandra.
- Genette Gérard. Introduction à l'architexte. Paris, Éditions du Seuil, 1979.
- Genette Gérard. Palimpsestes – La littérature au second degré. Paris, Éditions du Seuil, 1982.
- Gouveia, M. M. Maia (org.) Vitorino Nemésio - Estudo e Antologia. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- Hamilton, Edith. A Mitologia. 3.ª ed. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- Jung, Carl G. O Homem e seus Símbolos. Editora Nova Fronteira, 1964.
- Kristeva, Julia. Le texte du roman. Mouton Publishers, Paris. New York, 1979.
- More, Thomas. Utopia. Europa-América 3.ª ed.
- Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais. ed. crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa. Edições Colibri, 1998.
- Nemésio, Vitorino. Obras Completas vol. I – Poesia. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- Pavão, J. Almeida. Constantes de Insularidade numa definição de Literatura Açoriana in: Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
- Pessoa, Fernando. Obra Poética - volume único. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilhar, 1981.
- Pimentel, Fernando Vieira. “A ilha e o Mundo” de Pedro da Silveira: Vontade e destino in: Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
- Platão. Œuvres complètes II – traduction nouvelle et notes par Léon Robin. Éditions Gallimard, 1950.
- Silveira, Pedro da. Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975. Lisboa, Sá da Costa, 1977.

83) M.ª JOSÉ REIS GROSSO

MARIA JOSÉ GROSSO, FLUL é doutorada em Linguística Aplicada (2000) com a dissertação “O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”, estudo resultante da sua permanência em Macau como docente na Universidade de Macau e como diretora do Centro de Língua Portuguesa no Instituto Português do Oriente.

Mestre em Linguística Portuguesa Descritiva (1987). Coordenadora do Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa. As suas áreas de estudo e de lecionação centram-se na Linguística Aplicada ao Ensino de Português (PLE/PL2) e nas áreas referenciais a ela ligadas, nomeadamente Ensino, Aprendizagem, Avaliação (PLE/PL2), Divulgação e Política de Língua, Didática das Línguas e Estudos Interculturais; nas áreas referidas, tem orientado teses de mestrado e de doutoramento, desenvolvido projetos, escrito artigos vários e feito formação de professores em Portugal e no estrangeiro.

UM OLHAR AÇORIANO SOBRE MACAU MARIA JOSÉ GROSSO, UNIVERSIDADE DE LISBOA (FLUL)

Este texto pretende dar a conhecer a escrita de intelectuais açorianos que, passando por Macau ou se estabelecendo naquele exíguo espaço, com caráter permanente ou pontual, fizeram daquele território objeto da sua escrita. A temática referente a Macau tem, ao longo de décadas, evidenciado as várias faces de vivências longínquas, permitindo desta forma um maior conhecimento da sua diversidade social, cultural e linguística. Entre os muitos açorianos que sobressaem em Macau e que tiveram um papel relevante na vida social e intelectual do território, destacamos a figura de D. João Paulino de Azevedo e Castro, pela sua relação à educação, ao ensino das línguas, e principalmente pela sua ligação indissociável à divulgação da Língua e Cultura Portuguesa; D. João Paulino, através de uma escrita carregada de sentido, não só interpreta o que vê, mas também intervém de forma significativa, projetando mudanças que se refletirão na transformação do ensino/aprendizagem da língua portuguesa e no próprio planeamento linguístico associado à atividade missionária na Ásia.

Antes de falarmos do tema a abordar neste texto, começaremos por ligar Macau e Açores, apesar de distantes e muito diferentes, numa relação natural evocada por quem conhece ou viveu nos dois lugares, analogia mais sentida do que real, passando pela exiguidade do espaço, pelas curtas distâncias e por experienciar o tempo que se multiplica nas mil coisas que se fazem e por nos trazer à memória a ideia que os espaços pequenos são supostamente intimistas, acolhedores, em que a proximidade física das pessoas dá a ideia de relacionamentos também próximos, embora esta visão já esteja longe do Macau (RAEM) do séc. XXI. Como refere Lourenço (1981:6), *“as possíveis relações entre os Açores e Macau não se limitam somente aos predicados psicológicos dos respetivos habitantes, vão mais além, porque Macau sem os açorianos que por lá passaram ficaria certamente muito mais pobre em beleza histórica”*.

Não a meio do Oceano como os Açores, mas entre o Império do Meio e Portugal, Macau tem ao longo de décadas evidenciado as várias faces migratórias de vivências sociais, culturais e linguísticas em que a Língua Portuguesa, embora de expressão pouco significativa, pelo número reduzido de falantes, era reavivada por aqueles que passavam ou se estabeleciam naquele território, pensando nele como se da sua terra natal se tratasse. Foram muitos aqueles que por várias razões se deslocaram para Macau, são principalmente de referir pessoas ligadas à atividade religiosa, eclesiásticos, de entre eles vários bispos.

É de salientar os muitos intelectuais, naturais dos Açores, que tiveram uma intervenção significativa não só na divulgação da Língua e da Cultura Portuguesa, mas também os que tentaram uma integração pluralista de diferentes culturas, dando a conhecer o quotidiano de Macau, com a descrição de hábitos, tradições, narração de lendas e de romances, privilegiando a diversidade das línguas e das culturas⁵⁹⁴.

O desenvolvimento da educação e das primeiras lições de português em Macau (tal como noutros lugares sob a administração portuguesa) estão ligados à missionação, aos que cumprindo uma missão religiosa se fixaram no território; os seminários continuam durante a primeira metade do século vinte a ter um papel privilegiado na instrução e educação portuguesa; são eles também que providenciam a falta de professores.

Entre os muitos açorianos que sobressaem neste contexto e que, passando por Macau, tiveram um papel relevante na vida social e intelectual do território⁵⁹⁵; destacamos a figura de D. João Paulino de Azevedo e Castro⁵⁹⁶, pela sua relação à educação, ao ensino das línguas, e principalmente pela sua ligação indissociável à divulgação da Língua e Cultura Portuguesa; D. João Paulino, através de uma escrita carregada de sentido, não só interpreta o que vê, mas também intervém de forma significativa, projetando mudanças que se refletirão na transformação do ensino/aprendizagem da língua portuguesa e no próprio planeamento linguístico associado à atividade missionária na Ásia. Dentro da política expansionista territorial, a língua portuguesa é representada como um dos princípios basilares de unidade dos indivíduos, sendo o elemento privilegiado e aglutinador de *“Deus, Pátria e Família”* com que se fomenta e desenvolve *o amor da pátria e se alimentam os vínculos da nacionalidade*. A Igreja é a grande força motriz desses valores e do ensino da língua portuguesa em Macau.

No princípio do século XX, o ensino e divulgação da Língua Portuguesa em Macau move-se numa conjuntura desfavorável, em que faltam os recursos humanos; a propósito da falta de recursos humanos, Serrão (1981:39) refere que *“os Seminários foram viveiros de professores mais ou menos laicizados [...] como poderiam ter funcionado os liceus, por exemplo, se uma parte dos seus docentes não fosse ou padres ou indivíduos que, por razões várias, hajam interrompido os estudos eclesiásticos?”*. Além disso, também escasseiam os meios financeiros que também contribuem para o insucesso significativo e desmotivador; como exemplo, nas poucas escolas onde se ensina *português para chineses (Escola Municipal para Chinas)*, só entre 10% a 12% dos alunos (de 1905 a 1909) completam a instrução.

594 A este propósito, veja-se, por exemplo, Silveira Machado (1928-2007) de S. Jorge e mais recentemente Rodrigo Leal de Carvalho (1932-) de Praia da Vitória, Ilha Terceira.

595 Vejam-se, por exemplo, o número de padres e bispos naturais dos Açores, na diocese de Macau em Teixeira (1967).

596 Natural da vila das Lajes no Pico, nascido em 1852 (4 de Fevereiro), formado em Teologia na Universidade de Coimbra, confirma do bispo de Macau por Leão XIII em 9 de Junho de 2002, chegou àquele território em 4 de Junho de 1903, tendo falecido em Macau em 17 de Fevereiro de 1918.

Não são apenas os chineses que não sabem ou não têm motivação para estudar a Língua Portuguesa, há também um decréscimo do interesse pela Língua nos oriundos de famílias portuguesas, tradicionalmente bilingues, os *macaenses ou portugueses de Macau* que ganham um interesse privilegiado pela língua inglesa, língua de negócios e de oportunidades entre os países do sudeste asiático, sendo secundarizada, em alguns casos e em algumas famílias, a língua portuguesa.

É com base na sua permanência em Macau e no conhecimento da realidade que D. João Paulino afirma:
“Havendo nós conhecido por experiência, durante três anos de nossa permanência em Macau, que nos filhos desta gloriosa terra oriundos de famílias portuguesas se vai manifestando pronunciada tendência para não se instruírem no conhecimento da língua de seus pais, a pretexto de que têm necessidade de estudar outras que mais probabilidades oferecem de lhes granjearem uma posição social vantajosa, um meio definido e rendoso”, Castro (1996:35).

A situação do Ensino da Língua Portuguesa em Macau não pode ser separada da que se vive em Portugal; esta última tem uma influência condicionadora, pois além do pensamento pedagógico inerente a cada época, há também uma forte percentagem de analfabetismo da população portuguesa que em 1950 ainda era superior a 40%.

No princípio de século há desconhecimento e também abandono por parte de Portugal em relação ao território; é inserido neste contexto que D. João Paulino, na *Carta Pastoral sobre o Amor da Pátria e o Estudo da Língua Nacional*, faz, seguindo o pensamento da época, o panegírico da pátria e da Língua Portuguesa que *“é exaltada como uma das línguas mais belas, mais suaves, mais ricas e perfeitas”*; exorta também aos valores religiosos, tradicionais e patrióticos, argumentos incitadores à aprendizagem da língua portuguesa:
“Os portugueses do extremo Oriente têm motivos de sobra para se interessarem pelo estudo da língua nacional” (Castro 1996:42).

Esta pastoral que será publicada no *Boletim do Governo Eclesiástico de Macau*, devendo ser extraída uma grande cópia de exemplares para serem distribuídos por colégios e escolas de Macau (da diocese) para que possa chegar a todos, principalmente a alunos; reveste-se de particular importância, certamente pela suas características literárias, que não nos compete tratar neste momento, mas principalmente por tudo o que se refere ao valor da língua, numa perspectiva holística como elemento integrante do cidadão e que o aproxima da visão do papel das línguas nos dias de hoje:

“Todo o homem é por natureza obrigado a promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento do seu ser mediante o exercício normal e o aperfeiçoamento harmónico e integral da faculdade de que Deus o dotou “ (o dom da linguagem) (Castro 1996:39).

É também de acentuar a representação dos conceitos que descreve em função da exortação e das recomendações que vai fazendo. Um deles é o de *Língua Materna* que a define, de forma clara, como *“aquela que nos acostumamos desde a infância a pronunciar, e a que desde tenra idade se habituaram nossos órgãos” e que melhor “se adaptará às exigências do nosso espírito e mais facilmente contribuirá para o nosso aperfeiçoamento intelectual e moral”* (Castro 1996: 40), língua que liga à educação recebida na infância e cuja influência se fará sentir ao longo da vida. O papel da língua como símbolo de poder é referido quando menciona a tática de alguns povos vencedores *“que para mais fácil e completamente submeterem e assimilarem os vencidos, lhes proibem o uso da língua pátria e os obrigam a aceitar o ensino numa língua nova”* (Castro 1996:43).

No texto, a ideia da língua de passado glorioso convive com a representação da ideia do Português como língua internacional, falada e distribuída geograficamente por vários lugares; língua que na aceção atual poderia também ser tomada por todos como *língua adotiva*. Assim, para D. João Paulino encontram-se vestígios da Língua Portuguesa em todo o Extremo Oriente, mesmo fora de Macau, e é *“uma das línguas mais universalmente faladas” como língua dum grande povo “cuja amizade ainda hoje é apetecida e disputada pelas mais poderosas nações da terra”* (Castro 1996: 42).

A divulgação da *Carta Pastoral* referida tem, na época, particular importância porque ela divulga os prêmios para os alunos chineses que estudam português e frequentam as escolas da diocese, como “*incentivo que estimule os jovens alunos e alunas dos colégios de Macau*”; aliás, nos seus escritos sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa e de outras línguas, há a preocupação com a instrução e educação dos chineses que são a população majoritária de Macau.

Estes primeiros prêmios instituídos por D. João Paulino só poderão ser dados “*a alunos não europeus pois que aos alunos europeus não faltam estímulos para se instruírem na língua da mãe pátria*” (Castro, 1996:47). A propósito do estímulo através de prêmios aos alunos que se distinguiam com sucesso nas atividades escolares, prática conhecida e bem aceita nas escolas da Companhia de Jesus, Carvalho (1996:355) menciona que “*além dos prêmios entregues no fim do ano escolar com propósito aparato, havia os que se iam atribuindo, ao longo do ano, na própria aula quando nela o estudante se distinguiu*”.

A referência aos prêmios e ao ensino da Língua Portuguesa à comunidade chinesa, embora possa ter leituras díspares, reveste-se de particular interesse dado que a instrução da comunidade chinesa não era subsidiada pela Administração Portuguesa (à exceção de algumas escolas que ensinavam português às crianças chinesas), era geralmente apoiada pela Igreja (por alguma ordem religiosa) ou estava entregue a si própria.

De acordo com Castro (1997:94), a comunidade de Macau não tem por parte do governo português a proteção e o patrocínio que tinham outras colônias vizinhas. Com fracos recursos, o governo de Macau preocupa-se fundamentalmente com a instrução e a educação da comunidade portuguesa.

É neste âmbito que surgem os prêmios, em valor pecuniário, para a língua portuguesa (*para não europeus*), criados por D. João Paulino; são designados por Prémio Rei de Portugal e Prémio Rainha de Portugal⁵⁹⁷.

Do Prémio Rei de Portugal \$140.00 será distribuído pelos seguintes alunos:

Aluno do Seminário diocesano que mais se distinguir no exame final do Curso de português (\$40.00).

Aluno do mesmo estabelecimento mais distinto no exame final de instrução primária (\$30.00)

Três alunos chineses do Orfanato da Imaculada Conceição, da escola S. Francisco Xavier e da casa de Beneficência que mais se distinguirem no exame de português final (\$70.00 dividido em partes iguais).

O Prémio Rainha de Portugal contemplará as alunas (chinesas) de português

Duas alunas do Colégio de Santa Rosa de Lima e da Casa de Beneficência, que mais se distinguirem no exame final do curso de português (Dois prêmios de \$40.00 cada um)

Duas alunas dos mesmos estabelecimentos que mais se distinguirem no exame final de instrução primária (2º grau). (dois prêmios de \$30.00 cada um).

Quanto à população de Macau, população que vive justaposta num espaço multilingue, a falta de comunicação é essencialmente devida ao desconhecimento da língua e da cultura; o silêncio e a paz serão também uma forma de diálogo. D. João Paulino em 1904 descreve a população de Macau do seguinte modo:

“*A sua população é mais uma mistura do que uma combinação de elementos que se ligam uns aos outros; antes vivem mais ou menos divididos pela diversidade da língua, da religião, dos interesses, dos hábitos, dos costumes, da educação, das tendências e das aspirações! [...] reina contudo entre eles a paz inalterável*”. (Castro, 1997:94).

Como tem sido repetido, a Igreja tem, na época, uma função de relevo na educação em Macau; é de distinguir o papel do Seminário de S. José, salientado por D. João Paulino, não só na instrução e educação de portugueses, mas também de chineses, de naturais de Timor e de outras partes do mundo, “*gente que se destina à vida eclesial, às missões, ao comércio, ou à burocracia*” (Castro, 1996:198).

A aprendizagem do português por chineses neste seminário obedece aos procedimentos atuais para uma aprendizagem com sucesso, designadamente o conhecimento do funcionamento da língua, o seu uso em

597 Cf. Castro (1996:46 e 47).

contextos significativos e a imersão linguística; veja-se, nesta sequência, o que é referido neste texto por D. João Paulino:

“ A língua portuguesa, especialmente, é esmeradamente cultivada tanto pelos professores, entre os quais tem havido literatos distintos, como pelos alunos, chegando mesmo os chineses a falar e escrever com maior correção e até com elegância a língua de Camões; para o que muito contribui o internato, graças à permanente convivência dos alunos com os professores e colegas europeus”, (Castro, 1996:198).

Língua que, seguindo o pensamento da época, deve ser pura, *“preservada das imperfeições do dialeto local”* (Castro, 1996:199).

Evangelizar, comunicar exige saber, falar, escrever línguas e contactar com costumes e línguas diferentes, para missionar torna-se indispensável saber a língua do Outro: esta é uma temática nos escritos de D. João Paulino. Para a criação duma Missão em Coloane é condição que o sacerdote missionário seja conhecedor da língua chinesa, sugerindo também que missionário e religiosas auxiliares da missão *“acostumem meninos e meninas ao uso da língua portuguesa”,* não só como forma de facilitar as relações com os portugueses, mas também com outros europeus (Castro, 1997:40-41).

A necessidade da aprendizagem das línguas nativas para a catequização leva a que D. João Paulino determine que se ensine no Seminário, onde se preparam missionários para os diversos pontos da diocese, o seguinte:

“Art. 1º- São criadas duas aulas para o ensino das duas principais línguas faladas na ilha de Timor na parte sujeita à nossa jurisdição, a saber o Tétum e o Galoli.

Art. 2º- O ensino destas duas línguas bem como o do inglês e do chinês cantonense já professado no seminário, será obrigatório para os alunos que se dedicam ao estudo sacerdotal, conforme o país de missão para que forem destinados” (Castro, 1997: 37).

É dentro desta lógica que incentiva o ensino das línguas, no Seminário, designadamente o ensino da Língua Inglesa (podendo *“ser admitidos como alunos indivíduos que não professem a Religião Católica Apostólica Romana...”*): *“será de grande utilidade e proveito para os jovens chineses habitantes da cidade de Macau o ensino da língua inglesa ministrado por pessoa que saiba a língua chinesa”* (Castro, 1997:35).

Fazendo parte da missionação, o ensino e a aprendizagem das línguas, o olhar e interesse pelas línguas, pela cultura do outro, seria, na perspectiva chinesa, a ideia de abertura e de movimento, sugeridos pela água do mar que se contrapõe à firmeza e ao isolamento dados pela imobilidade da terra, da montanha (Grosso, 2007-77).

Também a educação e a instrução de meninas pensionistas não é esquecida; é dado o exemplo do Curso de Instrução Primária do Colégio da Santa Rosa de Lima. A propósito da boa proficiência em línguas, emerge a importância de as professoras serem falantes nativas:

“As que ensinavam línguas - o português, o inglês, o francês, o alemão eram das respetivas nacionalidades, vantagem que nem todos os colégios do Extremo Oriente gozam, apesar de ser de capital importância. Cada uma falava na sua própria língua às meninas, e daqui resultava que, mesmo sem frequentarem as aulas, estas conseguiam entender o que se lhes dizia em línguas estrangeiras e nelas fazer-se entendidas!” Castro (1996:204).

O olhar de D. João Paulino incide nas boas práticas, inter-relacionando uma série de ações pedagógicas que se influenciam mutuamente e constituindo a representação de um modelo a seguir, avaliado pelos seus excelentes resultados. O colégio referido era frequentado por jovens de diferentes línguas e nacionalidades, portuguesas, inglesas, francesas, alemãs, chinesas, de Macau e de muitas cidades do Extremo Oriente.

Na sequência desta perspectiva pedagógica e didática, assume destacada relevância a descrição dos procedimentos que facilitam o sucesso de ensino/aprendizagem, na sua globalidade e que passamos a sintetizar:

Da parte dos professores:

Competência e bons métodos das professoras

Criar estímulos para a aprendizagem

Rigor

Disciplina escolar

Carinho

Organização:

As notas de comportamento e aproveitamento periodicamente enviadas às famílias

Exames trimestrais e finais (presididos por pessoal estranho ao colégio)

O quadro de honra

Prémios

Os grupos fotográficos das alunas

Os mapas estatísticos com os nomes e aproveitamento delas

Distribuição de prémios

Concursos

Festas escolares (dramatizações)

Diversões: excursões ao campo, passeios semanais, exercícios drill, os jogos, os baloiços

Aspetos logísticos: aulas amplas, bem arejadas, corredores espaçosos, pátios de recreio larguíssimos, baloiços, jogos, exercícios drill

Asseio e conforto

(Castro, 1996:204, 205, 280)

Seguindo o que foi dito no início e citando Lourenço (1981), “*Macau sem os açorianos ficaria mais pobre em beleza histórica*”; a educação, a instrução, a aprendizagem das línguas, designadamente a Língua Portuguesa não teriam tido o consequente desenvolvimento sem a ação do açoriano D. João Paulino de Azevedo e Castro em Macau num período em que lutou com falta de recursos humanos, uma vez que os Jesuítas e outras ordens religiosas foram expulsos do território durante o período em que exerceu o cargo episcopal na diocese de Macau.

Referências Bibliográficas

Carvalho, Rómulo de (1996) *História do Ensino em Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, D. João Paulino d’Azevedo (1904/1997) “Vitalidade e expansibilidade religiosa de Macau sob o poderoso influxo de Maria Imaculada”. In Pe. Tomás Cardoso (coord.) (1997) *Textos de D. João Paulino*, Provisões e outros escritos, vol I., pp. 93-96, Macau: Fundação Macau.

Castro, D. João Paulino d’Azevedo e (1996), “O Padroado Português no Extremo Oriente e a lei de separação do Estado das Igrejas”. In Pe. Tomás Cardoso (coord.) *Textos de D. João Paulino – pastorais*, 1911,1912, pp. 165 – 237 Macau: Fundação Macau.

Castro, D. João Paulino d’Azevedo (1996) “Carta Pastoral sobre o Amor da Pátria e o Estudo da Língua Nacional”. In Albina Silva et al. (org.) *Documentos para a História da Educação em Macau*, vol. 1, Macau: Direção dos Serviços de Educação e Juventude.

Castro, D. João Paulino d’Azevedo e (1995) *Os Bens das Missões Portuguesas na China*, Edição fac-similada, Macau: Fundação Macau, 1917.

Grosso, Maria José (2007) *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*, Macau: ed. Universidade de Macau,

Lourenço, Monsenhor J. M. (1981) *Açorianos em Macau*, Angra do Heroísmo: Edição do Pe. José Barcelo Mendes.

Serrão, Joel (1981) “Estrutura social, ideologias e sistema de ensino”. In *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Teixeira, Pe Manuel (1967) *Macau e a sua Diocese VII – Padres da Diocese de Macau*, Macau: Tipografia da Missão do Padroado.

84) JOÃO MALACA CASTELEIRO //M^a FRANCISCA XAVIER /M^a DE LOURDES CRISPIM

MARIA FRANCISCA XAVIER, Professora associada de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, com agregação em Linguística Portuguesa - Linguística Comparada, em 2005. Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL, desde 1978, lecionando diversas disciplinas e seminários nos domínios da Sintaxe, Semântica e Léxico do Português e de outras línguas, Modelos Teóricos, Parâmetros de Variação e Mudança Linguística.

Investigadora do Centro de Linguística da UNL e Responsável da Linha de Investigação 1 – Linguística Comparada. A investigação da equipa desenvolve-se em domínios complementares:

(i) Estudos linguísticos, sincrónicos e diacrónicos, no âmbito do léxico e da morfossintaxe relativamente aos processos de

- Aquisição de língua materna,
- Aquisição/aprendizagem de língua não materna;
- Criação, variação e mudança linguísticas.

(ii) Criação de corpora textuais informatizados, de bases de dados e de dicionários do

- Português língua materna;
- Português, Francês e Inglês língua não materna;
- Português Medieval e Latim tardio.

A Gramática, o Dicionário e os *Corpora* do Português Medieval são áreas em que temos vindo a trabalhar em sucessivos projetos, com financiamento nacional e europeu, dos quais refiro os seguintes:

1996-00 - Corpora do Português Medieval. Etiquetagem e Segmentação Automáticas, financiado pelo Praxis XXI.

A equipa do projeto era constituída por linguistas, informáticos, historiadores e estudiosos da literatura.

1998-... - Dicionário de Verbos do Português Medieval, financiado pelo Centro de Linguística da UNL e FCT – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior

2001-04 - Léxico e Sintaxe do Verbo no Português Medieval, financiado pela FCT/POCTI.

MARIA DE LOURDES CRISPIM, Professora Associada de Linguística da Universidade Nova de Lisboa é, desde 2006, Presidente da Comissão Diretiva do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Começou a sua carreira académica na Universidade de Paris III onde ensinou Língua e Linguística portuguesas entre 1969 e 1974. No mesmo período, colaborou com Solange Parvaux, primeira Inspetora-geral do Português em França, nas diligências de integração do ensino do Português no leque das “*langues vivantes*” do sistema de ensino secundário francês. O contacto com a integração das crianças de origem portuguesa na escola francesa dos anos 70 despertou-a para a problemática das políticas linguísticas em geral e das políticas linguísticas nacionais relativas à imagem da língua no estrangeiro e em Portugal, em particular. Em 1976, depois de breve passagem pelo Programa Nacional de Alfabetização, ingressou na Universidade Nova de Lisboa. Licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras, com uma dissertação que consistiu numa edição crítica e glossário das *Cópias del Menosprecio del Mundo* do Condestável D. Pedro, interrompeu durante algum tempo esta linha de trabalho que retomou através da edição crítica e estudo linguístico da tradução portuguesa de uma obra de Christine de Pizan, intitulada *Livro das Três Vertudes*, na versão manuscrita, e *Espelho de Cristina*, na versão impressa de 1518. O gosto pelos textos medievais e o gosto pelas questões de contacto de línguas têm alternado no seu percurso académico. Atualmente, o trabalho, com Maria Francisca Xavier, em projetos de corpora e dicionários de português medieval satisfazem o primeiro gosto, o trabalho sobre aquisição do português, língua não materna, com Ana Madeira, Maria Francisca Xavier e outros, satisfaz o segundo. O interesse pelo português, língua não materna, não se esgota na investigação em curso, tendo estado na origem da sua participação num projeto europeu que, em parceria com outras instituições da Lituânia, Estónia, Finlândia e Polónia, levou à realização de um curso online de português para estrangeiros, projeto ONENESS, disponível em <http://www.oneness.vu.lt/pt/>. 2005-09- Dicionário da Língua Portuguesa Medieval, coordenado pelos Profs. João Malaca Casteleiro (ACL), Maria Francisca Xavier e Maria de Lourdes Crispim (CLUNL), financiado pela FCT – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior e Centro de Linguística da UNL. <http://cipm.fcsh.unl.pt/>
CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval
DVPM – Dicionário de Verbos do Português Medieval

UM DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA MEDIEVAL, JOÃO MALACA CASTELEIRO (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA), M.ª FRANCISCA XAVIER, M.ª DE LOURDES CRISPIM, CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Nesta comunicação pretendemos apresentar o projeto em curso, relativo à elaboração de um dicionário do léxico registado nos textos literários e não literários mais antigos, escritos em galego-português, e em textos portugueses dos séculos XIII a XV selecionados pelo seu interesse temático. Os textos literários, históricos,

forenses e outros constituem um extraordinário património linguístico e cultural que a lexicografia do português não tem explorado com a profundidade desejável. Estes textos têm sido recentemente objeto de codificação informática, constituindo assim riquíssimos corpora textuais disponibilizados por diversos investigadores, não só na Universidade Nova, como na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e na Universidade de Santiago de Compostela. O projeto de construção de um *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval* (DLPM) teve início há já alguns anos. A preparação para o seu desenvolvimento implicou, em primeira instância, a seleção e informatização de textos antigos representativos do Português dos séculos XII a XV que constituem o Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM). O DLPM está a ser *elaborado* a partir deste *corpus* de textos galegos e portugueses de diferentes géneros e comportará todos os vocábulos que neles ocorrem. Nesta perspetiva, trata-se de um dicionário exaustivo, não da língua portuguesa medieval, mas da língua que está documentada nas fontes textuais utilizadas. É evidente que quaisquer alargamentos posteriores do *corpus* textual implicarão necessariamente alterações/atualizações deste primeiro trabalho lexicográfico. No decurso do trabalho já realizado, foram encontrados vocábulos, aceções, locuções e variantes não atestados noutros dicionários assim como ocorrências de datas anteriores às que já se encontravam dicionarizadas. Este trabalho lexicográfico pretende não só preencher uma lacuna no conhecimento da língua portuguesa mas também constituir um modelo de dicionário construído a partir de corpora textuais.

A conceção, planificação e início deste projeto de construção de um Dicionário da Língua Portuguesa Medieval (DLPM) datam de 2004, como resultado da colaboração entre os três autores⁵⁹⁸ que, desde então, coordenam a equipa constituída para estudar o léxico medieval português e descrevê-lo em fichas lexicográficas⁵⁹⁹. No entanto, a preparação para o desenvolvimento deste projeto começou verdadeiramente nos anos noventa do século passado, quando um grupo de linguistas da UNL, interessado em estudar aspetos da gramática e do léxico do Português Medieval, decidiu avançar com a constituição do Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM)⁶⁰⁰. Uma vez informatizado o primeiro conjunto de textos do século XIII do CIPM⁶⁰¹, iniciou-se a elaboração do Dicionário de Verbos do Português Medieval (DVPM), em que têm colaborado vários colegas e estudantes dos três graus de ensino superior e do qual foram já publicados dois volumes, organizados por Xavier, Vicente e Crispim (1999) e (2002)⁶⁰². O conhecimento adquirido nestes trabalhos e a metodologia testada na preparação do DVPM motivaram a decisão de construir um Dicionário da Língua Portuguesa Medieval.

Para a constituição do CIPM fez-se um levantamento de fontes primárias editadas tendo sido consultados estudiosos do período medieval português, nomeadamente de linguística, literatura, cultura e história, que contribuíram para a tomada de decisões de seleção de textos que cobrissem um número de temas diferenciados.

Assim, integraram o CIPM textos literários, históricos, forenses e outros que constituem um extraordinário património linguístico e cultural que a lexicografia do português não tem explorado com a profundidade desejável. Estes textos têm sido recentemente objeto de codificação informática, constituindo assim riquíssimos corpora textuais disponibilizados por diversos investigadores, não só da Universidade Nova, como da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Universidade de Santiago de Compostela e mais recentemente da Brigham Young University e da Georgetown University.

598 O primeiro autor é, como se sabe, o responsável pelo *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da ACL, e as duas autoras são docentes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, colaborando em projetos sobre o Português Medieval desde 1992.

599 O projeto tem sido desenvolvido por uma equipa constituída por seis bolsiros e alguns tarefeiros. Quatro bolsiros são financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – MCTES e dois pelo Centro de Linguística da UNL. Embora tenha havido algumas substituições de bolsiros e de tarefeiros ao longo dos quatro anos do projeto, alguns integraram a equipa do Português Medieval em projetos anteriores a este, tendo simultaneamente vindo a obter graus académicos pós-graduados, nomeadamente a Doutora e Mestre em Linguística Maria Alexandra Fiéis, os Mestres em Linguística e Ciências da Linguagem Maria de Fátima Martins, João Loureiro e Raquel Oliveira e em vias de conclusão o mestrando Sandro Dias. Mais recentes na equipa são o Mestre em Literatura Portuguesa Miguel Gonçalves e o Mestre em Estudos Clássicos Ricardo Magalhães.

⁶⁰⁰ CF. XAVIER, M.F.; M.T. BROCARDO; M.G. VICENTE (1994)

⁶⁰¹ Parcialmente disponível na *Internet*, em <http://cipm.fcsh.unl.pt/>, desde 2001.

⁶⁰² Acessíveis em <http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=20/>

O CIPM contém, para além de edições publicadas, também edições inéditas, várias realizadas no âmbito de dissertações, tendo algumas sido oferecidas pelos editores, já em formato digital, para integrarem este corpus textual.⁶⁰³

Para servir de fonte ao Dicionário, o CIPM integra textos de diferentes tipos, datados do século XII ao século XVI - documentos particulares, notariais, régios, administrativos, textos didático-moralísticos, narrativos e poéticos. A diversidade tipológica dos textos selecionados permite estudar e descrever uma quantidade significativa de vocabulário com vista à elaboração do Dicionário.

Construído a partir de textos já editados, o corpus respeita os critérios de cada editor, embora, desde o início, tenha sido necessária uma adaptação das soluções gráficas das intervenções editoriais (itálicos, sublinhados, uso de parênteses ou barras) em função da necessidade de uniformização exigida pela utilização de diferentes suportes lógicos (Xavier; Crispim, 1999) e de coerência de notação interna do corpus⁶⁰⁴.

A elaboração do DLPM pretende criar um produto lexicográfico que dê a conhecer exhaustivamente os vocábulos presentes nos textos de diferentes géneros e pertencentes ao período mais antigo da língua, extraídos dos corpora galegos e portugueses. É óbvio que os dicionários e glossários já existentes são regularmente consultados, mas não são inseridos no DLPM quaisquer vocábulos que não ocorram nos textos do CIPM. Nestes termos, o projeto visa a constituição de um dicionário exaustivo da língua que está documentada nas fontes textuais utilizadas. É, pois, evidente que qualquer alargamento posterior do corpus textual implicará necessariamente alterações / atualizações deste primeiro trabalho lexicográfico.

No decurso do trabalho já realizado, foram encontrados vocábulos, variantes gráficas, aceções e locuções não atestadas noutros dicionários assim como ocorrências de datas anteriores às que já se encontravam dicionarizadas (cf. Dicionários - Academia de Ciências de Lisboa, Houaiss, Morais, J. P. Machado, Viterbo). Ilustram-se os seguintes casos:

VOCÁBULOS NÃO DICIONARIZADOS

cabeçalaria [1290 HGP058] mǎdo que Johã Gamma nõ seya enplaçado nẽ ajuizado por ma **cabeçalaria**, mays que ayude Oraca Paez & seus ffillos & meus en quanto poder

locuções, umas hoje completamente desusadas, outras com sentido diferente

Fazer água = meter água: [séc. 15 ZPM] *E as fustas ambas dos cristãos nõ quiserom leyxar a barca, porque **fazia** tanta **agua** que se temerõ de se alagar, & hiam assy em esperamça de rrecolher a gemte se caso fosse que se viesse de todo perder, & assy mesmo aver a mercadoria.*

Fazer aguisado = proceder bem: [séc. 14 LHB] *mais que ele **faria aguisado** de lhe mamdar homeẽs que o ajudasem*

Fazer amor = demonstrar amor: [1278 CA31 PEs] *E por este **amor** que a mj~ a Ordim d'avis **faz**. prometo á ámala. e a querer ssa prol.*

Fazer verdade = fazer prova: [1269 CA08 PBL] *Item louuamos e outorgamos que pola séeda da páateyra por todó ó dia de j dineyro. e **faça uerdade** que non uende outro pã se nõ o seu.*

ACEÇÕES CAÍDAS EM DESUSO

alançar v. Apresentar <alguém alança alguém> [1331-1347 CS3] Dos que **alançã** Juízes aluydros. Custume he que se algũus homẽs se demãdã algũa coussa no Conçelho e hũa das partes díz ca tẽe Juízes aruydros a seu prazer e

603 As referências das fontes do CIPM encontram-se no final deste texto.

604 A dimensão do CIPM em número de palavras é a seguinte:

Nº. de palavras

(i)	Corpus textual dos sécs. 12, 13 e 13/14	612.613
(ii)	Corpus Textual dos sécs. 14 e 15	<u>2.735.303</u>
	Total	<u>2.735.303</u>

ao seu per pã. & per fiadoría e a outra parte o nega. A Justiça deu mandar hũu porteyro saber daqueles Juizes se rreçeberõ o feyto.

O verbo "lançar" não se encontra descrito nos dicionários consultados, sendo apenas mencionado por J. P. Machado, que o remete para "lançar", mas este verbo não tem o sentido que encontramos para "lançar".

Também os vocábulos "alvidos" e "albitros" têm o sentido de juiz que não se encontra para as atuais variantes "alvedrio", "alvidrio": [1329 DN088] *Eu ffrancisco giraldez publico tabeliõ de Guimarães que A rogo e demãdado das ditas partes in sentença dos ditos **Aluidos** esto todo screuj e meu sinal hj pugí ã testemõiho de uerdade que tal he* [séc. 15 CDJI2] *e que nã apelase nem agravase de quoamto elles em hũa comcordia mamdasem, sem mais recramaçaom que sobre ello fazer podese, nẽ por rezam da cisma, nẽ de sospeiçaom, nem doutro quall quer remedio que lhe em direito asy canoniquo como civil fose dado, sob pena de pagar cem mill marquosouro, quoamtas vezes for comtra os que os ditos **albidros** mamdasem, e que elles a pudesem executar.*

OCORRÊNCIAS COM DATAS ANTERIORES ÀS QUE JÁ SE ENCONTRAVAM DICIONARIZADAS

Ajuizado, no Dicionário Houaiss, está datado de 1647, mas esta mesma forma ocorre no século XIII: [1290 HGP058] mãdo que Johã Gamma nõ seya enplaçado nẽ **ajuizado** por ma cabeçalaria, mays que ayude Oraca Paez & seus ffillos & meus en quanto poder .

Este trabalho lexicográfico pretende não só preencher uma lacuna no conhecimento da língua portuguesa mas também constituir um modelo de dicionário construído a partir de corpora textuais. Este modelo de Dicionário implica necessariamente uma boa compreensão da linguagem e da escrita dos textos medievais galegos e portugueses, a par do conhecimento do contexto histórico-sócio-cultural em que foram produzidos e a que se reportam.

Tratando-se de um projeto de Dicionário exaustivo e sistemático, a metodologia delineada implica os passos sequenciais que se seguem:

A – *preparação dos dados*

- *extração da listagem automática das palavras do corpus*

- *lematização*

- *agrupamento das variantes gráficas*

- *extração de concordâncias das formas gráficas atestadas no corpus*

B – *identificação das unidades lexicais*

- *seleção das vedetas dos artigos*

- *agrupamento das variantes gráficas e remissão para o artigo da cabeça*

- *inclusão da etimologia, origem próxima das palavras e/ou sua formação*

C - *análise linguística das unidades lexicais*

- *classificação gramatical*

- *determinação e definição dos significados*

- *seleção das abonações*

No DLPM, as fichas lexicográficas vão sendo redigidas de acordo com a estrutura seguinte:

(i) A vedeta, ou cabeça do artigo, entendida como uma representação abstrata, corresponde a uma forma gráfica que obedece a critérios linguísticos e de funcionalidade tal como tem sido prática na elaboração dos artigos do DVPM. Assim, a vedeta deverá ter a forma gráfica mais próxima da forma ortográfica atual, quando esta exista, o que leva a aplicar, com frequência, as seguintes regras de supressão e de substituição de grafemas:

<ç> antes de <e> ou <i> → <c>

<s> intervocálico com valor de surda → <ss>

<ss> duplo em ataque de sílaba interna depois de consoante → <s> (uerssa → uersa).

<ll> ou <ll> com valor de líquida palatal → <lh>

<n>, <nn> ou <gn> com valor de nasal palatal → <nh> (alynnador → alinhador)

<r> intervocálico com valor de múltipla → <rr>

<r> intervocálico com valor de múltipla antecedido de nasal (~, n) → <r>, de acordo com a grafia moderna (honrra → honra)

<h> com função de marcação de hiato é eliminado;

grafemas duplos, iniciais ou internos, com o mesmo valor fonético dos correspondentes simples → grafemas simples (Nota: Mantêm-se as vogais duplas, iniciais ou internas, quando etimológicas)

<j> ou <y> com valor de vogal ou semivogal → <i>

<i>, <gi> ou <y> com valor de sibilante vozeada palatal → <j>

<u> com valor consonântico → <v> ou , quando o étimo e a forma moderna tiverem b

<v> com valor vocálico passa a <u>;

<n> ou <~> representando a nasalação da vogal antes de oclusiva labial → <m>

<~> representando a nasalação da vogal antes de consoante não labial → <n>

A aplicação destas regras e a decisão sobre qual deve ser a forma gráfica das cabeças dos artigos está dependente da existência de variantes gráficas e da informação sobre as etimologias que vai sendo validada, pelo que a decisão final sobre a forma gráfica das cabeças pertencerá à última fase das revisões.

(ii) A classificação gramatical – os verbos são apresentados como habitualmente na forma de infinitivo e é descrita a proposição correspondente à subclasse a que pertencem. Os paradigmas flexionais verbais constarão de um anexo. Os nomes e os adjetivos são registados na forma masculina, seguida da flexão feminina. No plural são registadas unicamente as palavras que são sempre plural. Todas as palavras de todas as classes deverão ser classificadas de acordo com a terminologia corrente, as variáveis: verbos, nomes, adjetivos e pronomes, e as invariáveis: advérbios, conjunções, e preposições.

(iii) A etimologia deverá indicar a origem próxima das palavras ou, alternativamente, os elementos da sua formação quando esta se verificou já no Português.

(iv) As aceções que pode ter a entrada do Dicionário. Estas poderão ser dadas por um equivalente atual, quando este exista, ou por breves descrições dos significados da vedeta. As expressões multipalavra ou lexias complexas são incluídas nas entradas lexicais, seguidas do seu significado.

(v) As abonações são excertos extraídos das concordâncias, que ilustram as aceções das entradas lexicais, sendo sempre escolhida a abonação mais antiga e a última que se encontra atestada no corpus. Sempre que as abonações cronologicamente relevantes não são muito claras, acrescenta-se outra que possa contribuir para ilustrar a aceção. Estas estão identificadas com a data ou o século, quando a data é desconhecida, e com a sigla do texto de onde foram extraídas.

(vi) As remissões entre vedetas correspondem a duas situações: - as cabeças, morfológica e funcionalmente equivalentes, correspondem a variantes gráficas que remetem para a cabeça da variante idêntica ou mais próxima da forma atual, sendo esta que contém a descrição das aceções e as abonações respetivas; - as cabeças, morfológica e semanticamente semelhantes, cujas entradas lexicais apresentam aceções e descrições diferentes remetem umas para as outras, mas todas incluem a sua própria informação e as respetivas abonações.

Os artigos do Dicionário têm vindo a ser redigidos pelos membros da equipa desde 2005, tendo, então, sido distribuídos por letras os vocábulos dos textos mais antigos (séculos XII, XIII e XIII/XIV). Em janeiro de 2007, iniciou-se o estudo do léxico do corpus constituído por textos dos séculos XIV a XVI e todas as tarefas se desenvolveram pela mesma ordem. Foram redigidos mais verbetes e, também, revista e complementada a informação daqueles que haviam sido criados anteriormente. Seguem-se alguns exemplos de artigos do DLPM:

abadia s. f. (Do lat. tard. *abbatia*). **1.** *Abadia, local em que vive uma comunidade de monges ou monjas [1264-1284 CSM009] Diss' el: "Ben mercamos; / e quen poderia / a esta osmança / pões? E vamos / a noss' **abadia** / con esta gaança."* [séc. 15 CDF] e *viverom na **Abadia** Velha e em Ventosello e em todallas aldeas dos montes altos; e todollos monges e abades dos moesteiros daquela comarca todos fugirom, e foi esto do mes dagosto ataa Santa Maria de setembro.* **2.** *Cargo ou dignidade do abade [1489 TC] e principes da terra porque aqueles que os servẽ pagãnos coas eigreias e a huãs dã bispados e a outros **abadias** e a outros conisias e asy ao tempo dagora quẽ quiser auer beneficio na eygreia de Deus sirua aos senhores tẽporaes ca doutra guisa nõ no pode auer. (Var. *abadia, abadyas, abbadia*).*

abarregado adj. (Do part. pas. de *abarregar*). *Abarregado, que se amancebou [1489 TC] Item saiba da pessoa de que estado he se he casada se solteira se **abarregada** e eso mesmo per que mester uiue.*

homezio s. m. (Do lat. homicidiu-). *Homicídio, morte de um ser humano por acção de outrem; assassinato [1214 NT] E super sa ajuda oue testifigo cū Petro Gomez, omezio qveli custou maes ka C morabitos. (Var. homezio, omezio, umezio, omezyo, omizio, omizyo, oomezio, oomezyo).*

tafularia s. f. (De *taful* + *-aria*). 1. *Vício ou prática do jogo [1264-1284 CSM214] Ca se Deus deu aas gentes jogos pera alegria / averen, todo o tornan elas en **tafuraria**, / e daquesta guisa queren gãar 2. Casa de jogo [1264-1284 CSM174] E pois l' ouve dito, logo sayu da **tafularia** / e fillouss' a chorar muito, [séc. 13 CEM251] Ainda eu outras manhas havia, / per que eu nom posso já muito valer: / nunca vos entro na **tafularia** / que lhi nom haja algum preit'a volver. / Porque hei eu pois em gram coita seer? / É fugir e guarir na putaria. (Var. **tafularia**, **tafuraria**).*

Ao longo de 2009, deverá terminar a revisão final dos verbetes e das remissões internas ao Dicionário, será preparado o anexo de morfologia verbal e redigida a introdução. Em finais de 2009 deverá estar pronto para publicação este Dicionário da Língua Portuguesa Medieval, procurando dar cumprimento aos objetivos formulados inicialmente.

No espírito deste Encontro que pretende tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana procurámos investigar se alguns vocábulos que Saramago e Gonçalves (2006) classificam como açorianismos, ocorriam com o mesmo significado em textos do CIPM, tendo encontrado coincidência nos seguintes casos:

Açores - **achada**, s. *extensão de terreno plano*

Português Medieval - **achaada**, s. [séc. 15 ZPM] *Ouve o comde novas como aallem daquella gramde serra que se chama da Ximeira, a qual estaa açerca daquella çidade, avia hũas aldeas em que poderiam morar ate çem pessoas, em tres povorações, as quaes heram n' **achaada** da serra.*

Açores – **bradar**, v. *chamar por alguém em voz alta*

Português Medieval - **braadar**, v. [séc. 13 CSM058] *Esto dit'un diaboo a puxou dentro no poç'; e ela **braadou** por Santa Maria, que a sacou*

Açores – **pelejar**, v. *o mesmo que brigar*

Português Medieval - **pelejar**, v. [1267 FG2 PAo] *Peleia q(ue) **pelegẽ**. vezĩos na Villa ou fora da uila se foren y os Juyzes ãfij~nos p(er)a dereyto q(ue) façã d(e)reyto p(er)ant'elles. [1280? FR PBA] Qvando II homees **pelegiarẽ** e huu quiser ferir o outro e p(er) caiõ matarẽ outro omẽ, o alcaide deue sab(er) qual delhes uulueo a peleya*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Saramago, João; José B. Gonçalves (no prelo) "Açorianismos" In Aparecida N. Isquierdo (ed.) *Estudos dialetológicos e geolinguísticos sobre o português*, ed. by. Campo Grande: Editora da UFMS. 195. (http://www.clul.ul.pt/equipa/jsaramago/2006_22.pdf)

Xavier, M. Francisca; M. Teresa Brocardo; M. Graça Vicente (1994) "CIPM - Um Corpus Informatizado do Português Medieval" in Atas do 10º. Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa: APL, pp. 599-612.

Xavier, M. Francisca; M. Graça Vicente; M. Lourdes Crispim, (eds) (1999) *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13*, Lisboa: Centro de Linguística da UNL.

Xavier, M. Francisca; M. Lourdes Crispim (2001) "Das Edições Impressas às Versões Digitalizadas de Textos Medievais. O Caso do CIPM" In I. Duarte & I. Castro (eds) *Razão e Emoção. Miscelânea de Estudos Oferecida a Maria Helena Mateus pela sua Jubilação*. Vol II, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 437-452. (<http://www.fl.ul.pt/dlgr/mateus>)

Xavier, M. Francisca; M. Graça Vicente; M. Lourdes Crispim, (eds) (2002) *Dicionário de Verbos Portugueses dos Séculos 12 e 13*, Lisboa: Centro de Linguística da UNL.

REFERÊNCIAS DAS FONTES DO DLPM

SÉCULO XII

DN - 2 Textos Notariais (2ª. metade do século XII)

in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

- "Finto" dos casais de Eligoo
- "Notícia de haver"
- DP - 4 Documentos Privados (2ª. metade do século XII)
- in Souto Cabo, José António (ed.) (2003), *Nas Origens da Expressão Escrita Galego-Portuguesa. Documentos do século XII*, Braga, Universidade do Minho. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
- Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais (ca. 1173)
- Carta de foro da Benfeita
- *Nomina* de Pedro Viegas (1184)
- Escrito de Paio Soares

SÉCULO XIII

- NT - Notícia de Torto (ca. 1214)
- in Cintra, Luís Filipe Lindley (1990), "Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto (leitura crítica, data, redação e comentário linguístico)", *Boletim de Filologia*, vol. XXXI, pp. 21-77. (Texto crítico pp. 37-41). Edição digitalizada para o CIPM.
- TL e TT - Testamento de D. Afonso II (1214)
- in Costa, Pe. Avelino Jesus da (1979), "Os mais Antigos Documentos Escritos em Português", *Revista Portuguesa de História*, 17, pp. 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo). Edição digitalizada para o CIPM.
- CA - 34 Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (1255-1279)
- in Duarte, Luiz Fagundes (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*, Dissertação de Mestrado, FLUL, pp. 68-295. Edição digitalizada para o CIPM.
- DN - 73 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1214 e 1300) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.
- CHP - 2 Textos Notariais (1275; 1278)
- in Martins, Ana Maria (ed.) (1994) *Clíticos na História do Português – Apêndice Documental*, vol. 2, Dissertação de Doutoramento, Lisboa. Edição digitalizada, cedida pela editora.
- HGP - 61 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1262-1300)
- in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.
- FG - 6 Foros de Garvão (1267-1280)
- in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.
- TOX - 21 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1269 e 1300)
- in Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
- FR - Foro Real (1280?) in Ferreira, José de Azevedo (ed.) (1987) *Afonso X, Foro Real*, Lisboa, I.N.I.C., pp. 125-309.
- TP - Tempos dos Preitos (1280?)
- in Ferreira, José de Azevedo (ed.) in Roudil, Jean (1986) *Summa de los Neuve Tiempos de los Pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème*, Paris, Klincksieck, pp. 151-169.
- CS - 1 Dos Costumes de Santarém (1294) in Rodrigues, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 160-251. Edição digitalizada, cedida pela editora.
- CAMi - 513 Cantigas de Amigo (sem data ou datados entre 1220-1300)
- in Cohen, Rip (ed.) (2003) *500 Cantigas de Amigo*, Porto, Campo das Letras. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
- Camo - 517 Cantigas de Amor (sem data)
- in Brea, Mercedes (Coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.
- CSM - 419 Cantigas de Santa Maria (datadas entre 1270 e 1282)
- in Mettman, Walter (ed.) (1981), Afonso X, o Sábio (s. XIII) *Cantigas de Santa Maria*, Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, SA. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega.

CEM - 403 Cantigas de Escárnio e Maldizer (sem data)

in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

SÉCULOS XIII/XIV

Camo - 159 Cantigas de Amor (sem data)

in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CEM - 69 Cantigas de Escárnio e Maldizer

in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

VS - 7 Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense (sem data; cópias do século XV)

in Castro, Ivo *et alii* (eds.) (1985) *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. cclxvi / antt 2274), Lisboa, INIC, pp. 16-52; 59-83. Edição digitalizada para o CIPM.

SÉCULO XIV

Camo - 20 Cantigas de Amor (sem data)

in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CEM - 2 Cantigas de Escárnio e Maldizer

in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

HGP - 62 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1301-1399)

in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 79 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1304 e 1397)

in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

TOX - 15 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1309 e 1336)

in Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

CS - 3 Dos Costumes de Santarém (1340-1360) in Rodrigues, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 160-251. Edição digitalizada, cedida pela editora.

FG - 1 Foros de Garvão (sem data)

in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.

PP - Afonso X. Primeyra Partida (ca. 1350)

in Ferreira, José Azevedo (1980) *Alphonse X, Primeyra Partida*, Braga, INIC, pp. 3-580. Edição digitalizada para o CIPM, financiada pelo editor.

CGE - Crónica Geral de Espanha de 1344 (sd)

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CAXL - Crónica de Afonso X (manuscrito L) (sem data)

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CAXP - Crónica de Afonso X (manuscrito P) (sem data)

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CDA - Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV, vol. 1, 2 e 3 (30 Textos selecionados)

in Dias, João J. Alves (ed.) (1990-1992) *Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV*, Lisboa, I.N.I.C. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

AT - Arte de Trovar

in Tavani, Giuseppe (ed.) (1999) *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada para o CIPM.

NLL - Narrativas dos Livros de Linhagens

in Mattoso, José (1983) *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

LM - Livro de Montaria de João I

in Calado, Adelino de Almeida, Vigo, ed. (no prelo). Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.

CI - Corte Imperial (anónima dos fins do séc. XIV)

in Calado, Adelino de Almeida (ed.) (2000) *Corte enperial*, Universidade de Aveiro. Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.

LHB - Livro das Histórias da Bíblia (sem data)

in Castro, J. Mendes de (ed.) (1998), *Bíblia de Lamego*, vol. I e vol. II, Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.

SÉCULO XV

HGP - 42 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1401-1497)

in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 46 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1402 e 1499) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

LC - Leal Conselheiro (1437-38)

in Piel, Joseph (ed.) (1942) *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand. edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez.

LEBC - Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela (sem data)

in Piel, Joseph (ed. crit.) (1944) *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa, Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio.

CP - Castelo Perigoso (sem data)

in Neto, João António Santana (ed.) (1997), *Duas Leituras do Tratado Ascético-Místico Castelo Perigoso*, Dissertação de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Edição digitalizada cedida pelo editor e revista por Irene Nunes.

DSG - Demanda do Santo Graal (sem data)

in NUNES, Irene Freire (2001) *A Demanda do Santo Graal*. Edição digitalizada para o CIPM com base na edição publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1995, revista pela editora.

LTV - Livro das Tres Vertudes (1453?)

Crispim, Maria de Lourdes (ed.) versão paradiplomática digitalizada, cedida pela editora.

OE - Orto do Esposo (sem data)

in Maler, Bertil (ed.) (1956), *Orto do Esposo*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Edição digitalizada para o CIPM.

CPVC - Carta de Pêro Vaz de Caminha

in Guerreiro, M. V. & E. B. Nunes (eds.) (1974) *Carta a el-rey dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, I.N.C.M. Edição digitalizada para o CIPM.

HRP - História dos Reis de Portugal

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

ZPM - Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (sem data)

in Brocardo, Maria Teresa (ed.) (1994) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, F.C.S.H., pp. 333-693. Edição digitalizada, cedida pela editora.

CDF - Crónica de D. Fernando

in Macchi, Giuliano (ed.) (1975) Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*, Lisboa, INCM.

CDJ11 - Crónica de D. João I, parte 1

in Lopes, Fernão (1945) *Crónica de D. João I*, Porto, Livraria Civilização Editora, (segundo o código nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Edição digitalizada para o CIPM.

CDJ12 - Crónica de D. João I, parte 2 in Lopes, Fernão (1949) *Crónica de D. João Primeiro*, Porto, Livraria Civilização Editora.

CDPI - Crónica de D. Pedro I

in Peres, Damião (ed.) (1965) Lopes, Fernão, *Crónica de D. Pedro I*, Porto, Livraria Civilização. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

TC - Tratado da Confissom (1489)

in Machado, José Barbosa (ed.) (2003) *Tratado de Confissom*, Vol I (Chaves, 1489), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

PMP - Penitencial de Martim Pérez

in Martins, Mário (ed.) (1957) *Penitencial de Martim Pérez*. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

S - Sacramental, de Cremente Sanchez de Vercial (1488)

in Machado, José Barbosa (ed.) (2005) Clemente Sánchez de Vercial.

Sacramental, Minho, Pena Perfeita. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

VDT - Vida de D. Telo

in Nascimento, Aires Augusto (ed.) (1998), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Colibri, pp. 273-286. Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.

VST - Vida de São Teotónio

Tradução quatrocentista da vida de S. Teotónio. Edição digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera, cedida por José Barbosa Machado.

SÉCULO XVI

Cat - Catecismo (1504)

in Silva, Elsa Branco da (ed.) (2001) *O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz*, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada, cedida pela editora.

85) MADALENA TEIXEIRA

MADALENA TELES DIAS TEIXEIRA desenvolve a sua atividade profissional no Instituto Politécnico de Santarém, na Escola Superior de Educação.

Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1994) e em Estudos Portugueses, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Católica Portuguesa, onde seguiu a via educacional (2000).

É mestre em Educação, no ramo de Supervisão Pedagógica em Ensino do Português, pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, com a dissertação *Dos Estrangeirismos à Aula de Língua Materna* (2004), e doutora em Linguística, no ramo de Linguística Aplicada, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a dissertação *A Entrada de Estrangeirismos na Língua Portuguesa. Contributos Para um Estudo Sociolinguístico* (2007).

É investigadora no Centro de Estudos Anglisticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, integrando o projeto *Linguagem, Cultura e Sociedade: Dimensões internacionais, sincrónicas e diacrónicas*, no âmbito de um subprojeto intitulado *Discursos Pós-Coloniais e a Construção da(s) Identidade(s)*.

É membro da Associação Professores de Português e formadora de formadores.

É autora de vários artigos nos domínios da linguística e da educação e organizou mais de uma dezena de encontros científicos. Proferiu dezenas comunicações, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

PARA A IDENTIFICAÇÃO DE UMA MATRIZ LINGUÍSTICA NO USO DE ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA, MADALENA TELLES DIAS TEIXEIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM - ESE, UNIV. DE LISBOA - CEAUL

A entrada de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é uma realidade linguística que pode ser observada tanto na forma adaptada, como na sua forma original. Por tal motivo, isto é, a existência de formas adaptadas e originais para uma mesma denominação “estrangeirismo” constitui um dos pontos problemáticos na própria definição linguística do termo. Trata-se, todavia, de uma questão pouco tratada na bibliografia disponível em que o consenso entre os diversos investigadores está longe de ser alcançado.

As querelas a que os portugueses já tiveram oportunidade de assistir, através da imprensa oral e da imprensa escrita, podem ser, por vezes, condutoras a atitudes de um conservadorismo radical, chegando “alguns” falantes a considerar que a Língua Materna está a ser descaracterizada, sob o pretexto de uma evolução e de uma necessidade que são quiméricas. Acrescentam, inclusivamente, que essa atitude culminará numa perda de identidade irreversível, uma vez que poderemos deixar de (re)conhecer o que é realmente um vocábulo português.

O trabalho em questão pretende fazer uma breve referência ao estado da questão, tomando, empiricamente, o tratamento do uso de *estrangeirismos* nos processos de comunicação, nomeadamente em três setores de atividade onde este tipo de matriz linguística é mais abundante: *Gastronomia*, *Economia* e *Publicidade*. Para além de uma categorização dos mesmos, no sentido de saber os que foram adotados na sua forma original (O.), os que foram adotados na sua forma original, mas que possuem uma expressão portuguesa de sentido equivalente (O.S.E.), os que já possuem um termo linguístico português equivalente (T.E.) e, por último, os que já foram aportuguesados (Aport.), proceder-se-á a uma breve explanação da temática e à ilação de algumas conclusões.

0. NÓTULA INTRODUTÓRIA

O caminho do empréstimo lexical de outras línguas para a Língua Portuguesa constitui um amplo debate entre linguistas (pena, no entanto, que poucos trabalhos tenham sido realizados neste domínio) em virtude da definição epistemológica do próprio termo estrangeirismo. Reside, então, a dificuldade em se considerar se estrangeirismo é apenas a forma original da língua de origem ou se, também, a forma adaptada poderá ter esta denominação. As “querelas” a que, por vezes, os portugueses já tiveram oportunidade de assistir, através da imprensa oral e da imprensa escrita, podem ser, por vezes, condutoras a atitudes de um conservadorismo radical (vulgo “puristas da língua”), chegando essas mesmas posturas a considerar que a Língua Materna, neste caso a Língua Portuguesa, está a ser descaracterizada e que uma atitude permeável ao empréstimo lexical poderá culminar numa perda de identidade irreversível, uma vez que poderemos deixar de (re)conhecer o que é realmente um vocábulo originariamente português. Na verdade, as mudanças ocorridas na interação verbal numa determinada comunidade linguística, devem-se a necessidades pragmáticas de comunicação, num sentido bidirecional, pois elas não são “mais do que a atividade habitual da fala” (Paul, 1966: 40). Assim, cada falante é, naturalmente, portador de alguma liberdade linguística, permitindo-lhe, essa mesma liberdade “transformar” e criar todo um conjunto de palavras de acordo com os seus hábitos e vivências. A grande riqueza das línguas naturais reside, essencialmente, no fenómeno da sua (auto)criatividade e na sua capacidade transformadora, dinâmica e evolutiva (atente-se que os *estrangeirismos* existentes e consagrados na Língua Portuguesa, e em outras línguas, são, sem dúvida, um dos casos mais sintomáticos de alterações e mudanças linguísticas). É de sublinhar, todavia, que essa suposta “criação” linguística surge, muitas vezes, da quebra de fronteiras entre o discurso escrito e o discurso oral e /ou por analogia à existência de outros vocábulos.

Sendo uma língua um sistema onde, naturalmente, confluem alterações internas (fruto do próprio devir linguístico) e mudanças de cariz extralinguístico, há, por um lado, tipos de textos e, por outro, necessidades de ordem externa à língua que promovem, indubitavelmente, a difusão de estrangeirismos. A título, somente, ilustrativo é, assaz, curioso, o fortíssimo papel da publicidade, uma vez que ela própria vive de palavras como *Out-door*⁶⁰⁵, *Muppy*⁶⁰⁶, *Sponsoring*⁶⁰⁷, entre tantas outras, ou até mesmo, as banais compras de mercearia, com o

605 - Palavra inglesa que designa um tipo de painel de rua.

606 - Palavra inglesa que designa um tipo de mobiliário urbano onde se afixa publicidade.

607 - Palavra de língua inglesa que significa o patrocínio de uma determinada atividade.

“evoluir” do tempo, passaram a realizar-se em superfícies construídas por grandes grupos económicos⁶⁰⁸ - os “supermercados”⁶⁰⁹, em que as despesas vêm registadas no *ticket*⁶¹⁰ para posterior verificação da dona de casa (não fosse esquecer o *Ketchup*⁶¹¹, a *Pizza*⁶¹², e a *Bavaroise*⁶¹³). O setor empresarial revela-se, igualmente, recheado de uma panóplia de palavras oriundas de outras línguas: desde o banal *Take-over*⁶¹⁴ que as grandes empresas praticam sobre as P.M.E.⁶¹⁵, passando pelo *Over-draft*⁶¹⁶ permitido pelos bancos a alguns clientes considerados especiais, até aos *Test-drive*⁶¹⁷ realizados pelas concessões de automóveis (no caso dos automóveis até é possível individualizar os veículos T.T.⁶¹⁸ com os seus *Road-book*⁶¹⁹ para que se desfrute de um agradável passeio *Off-road*⁶²⁰).

O contexto apresentado torna-se conducente à ponderação de algumas questões, no que concerne à Língua Portuguesa. Usar-se-ão, de facto, palavras estrangeiras, habitualmente, em diferentes setores de atividade? Atualizar-se-ão esses termos linguísticos na sua forma original, ou, pelo contrário, evidenciarão “alguma nacionalização”? Haverá necessidade de esse uso?

1. A PESQUISA: UM BREVE ESTUDO DE CASO - ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

Este texto, numa primeira fase, tem como objetivo principal verificar o uso de *estrangeirismos* nos processos de comunicação em diferentes setores de atividade, pelo recurso à análise de revistas da especialidade dos vários setores em análise (Economia, Gastronomia e Publicidade), que, para além, de servirem de base de demonstração, também poderão servir para reforçar a ideia de que é a frequência do uso que contribui para uma eventual normatização do empréstimo lexical.

O setor da *Economia*, também designado como *setor um*, tem como fontes as revistas *Executive Digest* e *Exame*. Do setor da *Gastronomia*, denominado como *setor dois*, são fontes as revistas *Teleculinária*, *Mulher Moderna na Cozinha* e *Segredos de Cozinha*. As revistas *Meios & Publicidade* e *Marketing & Publicidade* servem de fonte de pesquisa para o setor relativo à *Publicidade*, também designado *setor três*. Está, deste modo, apresentado o *corpus* desta investigação (surgindo no final do texto, em anexo, por motivos metodológicos).

Após a análise das fontes, procedeu-se ao tratamento dos elementos recolhidos, através dos seguintes passos metodológicos: primeiro, observando-se a origem das palavras, através da identificação da língua a que pertence cada vocábulo e, num segundo estágio, procedeu-se à categorização dos mesmos. Essa organização tipológica dos vocábulos compreende quatro pontos essenciais: palavras que são utilizadas na Língua Portuguesa na sua forma original e para as quais não se conhece tradução (O.); palavras que se usam na forma original, existindo, contudo, uma expressão/expressões com sentido equivalente (O. S. E.); palavras que, embora tenham termos equivalentes (T. E.), continuam a utilizar-se na sua forma de origem e, por último, palavras que são de origem estrangeira, mas que sofreram um “aportuguesamento” (Aport.).

Queria, apenas, deixar uma breve nota de que a escolha de setores como a *Economia*, a *Gastronomia* e a *Publicidade*, para esta análise, limitam-nos informação oriunda de outras áreas como é o caso da Saúde, do Vestuário, da Informática, entre outras que poderiam revelar-se de igual importância. A escolha de um *corpus* e a

608 - Como exemplo, temos o grupo Jerónimo Martins que é detentor de “supermercados” como o *Pingo Doce* e o *Jumbo*.

609 - Palavra oriunda do Inglês *Supermarket*.

610 - Papel de registo dos produtos e dos respetivos preços.

611 - Vocábulo de língua inglesa para designar um tipo de molho de tomate.

612 - Vocábulo de língua italiana que designa um “prato” da gastronomia daquele país.

613 - Vocábulo de língua francesa que designa um tipo de doce.

614 - Palavra de origem inglesa para designar uma apropriação hostil a uma pequena Empresa por parte de uma grande Empresa.

615 - Sigla de Pequenas e Médias Empresas.

616 - Palavra inglesa que significa o limite de crédito utilizado abaixo do saldo positivo numa conta corrente bancária.

617 - Palavra inglesa que significa o ensaio dinâmico de um veículo.

618 - Sigla de veículos *Todo Terreno* – Jipes.

619 - Palavra inglesa que designa o mapa de trajeto que contém informações adicionais necessárias a um passeio de Jipe.

620 - Palavra inglesa que significa fora de estrada e que está associada à prática desportiva *Todo Terreno*.

sua representatividade constitui sempre um dos múltiplos problemas que se coloca a todo o linguista seja qual for o tipo de temática que esteja a trabalhar.

1.2. ORIGEM DAS PALAVRAS (SENTIDO RESTRITO)

A análise do *corpus* permite verificar que a convivência de palavras estrangeiras com as palavras, originariamente, da Língua Portuguesa é uma realidade. Conviniente destacar que a presença de anglicismos se revela de inegável representatividade nos setores da *Economia* e da *Publicidade*, uma vez que, como se pode observar nos gráficos um e dois, ocupam noventa e oito por cento (98%) e noventa e cinco por cento (95%) do total dos elementos recolhidos:

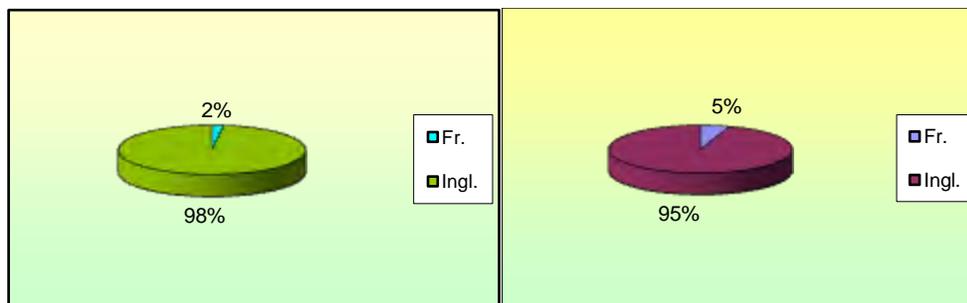


Gráfico nº 1 – Economia Gráfico nº 2 – Publicidade

O facto de a *Economia* ser uma área de interesse internacional e os Estados Unidos da América serem uma das maiores potências económicas mundiais são, em meu entender, aspetos que se refletem vincadamente na macro e microeconomias Portuguesas e, conseqüentemente, neste aspeto da Língua Portuguesa. Curioso, por exemplo, o destaque dado, aos índices internacionais de *Dow Jones* e *NASDAQ*, por Paulo Santos (analista económico) num artigo⁶²¹ dedicado à economia portuguesa. A par desta situação, e relativamente à *Publicidade*, temos "a caixa que mudou o mundo"⁶²² e o desenvolvimento da imprensa, que em simultâneo com o desejo de convencer o público consumidor, com fins lucrativos ou não, foram os facilitadores e impulsionadores da incrementação da já referida *Publicidade*. Este terá sido um *leitmotive* para que, inclusivamente, se homologassem⁶²³ *curricula* portadores das mais recentes e inovadoras técnicas persuasivas. Foi precisamente este contexto que facilitou a importação de palavras estrangeiras, concretamente de anglicismos, para a Língua Portuguesa, uma vez que, segundo Nelson Gomes⁶²⁴, é nos países onde se fala a Língua Inglesa que se encontram os estudos mais avançados sobre o referido setor.

Ainda de salientar, nestas duas áreas, que embora o Inglês seja a língua dominante, o Francês também deixa as suas marcas, ainda que mostre uma influência com fraca expressão – *Economia* dois por cento (2%) e *Publicidade* cinco por cento (5%). A área da *Gastronomia*, ao contrário do que acontece nas outras áreas em análise, evidencia, sem grandes dúvidas, os laços que a unem à Língua Francesa, como se pode verificar através do gráfico seguinte:

621 - Artigo da Revista *Visão* publicada em 1 de Agosto de 2002.

622 - *Slogan* comemorativo de um aniversário da RTP1 e que ainda hoje perdura.

623 - A primeira Licenciatura (*Curso Superior de Relações Públicas e Publicidade*) foi homologada ao *Instituto Nacional de Novas Profissões* através da Inspeção do Ensino Particular, por despacho ministerial em *Diário do Governo*, a 20 de Março de 1972. (Informação fornecida pelo Ministério da Educação a 28/08/2002.

624 - Eng.º. da Publicidade da empresa *Sino*, no Porto.

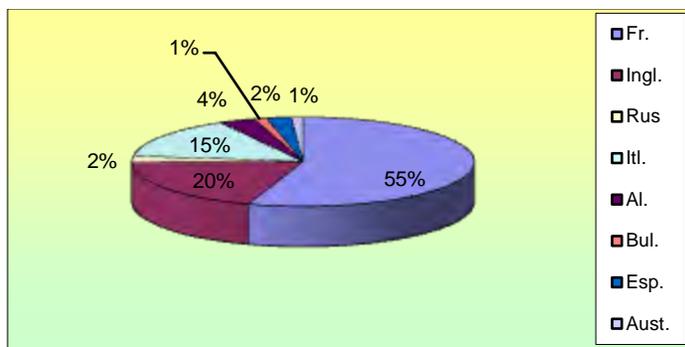


Gráfico nº 3

Pode, ainda, verificar-se, pela observação deste gráfico, da existência de um leque mais variado quanto à origem das palavras. Assim, temos os vocábulos de origem francesa que têm um peso de cinquenta e seis por cento (56 %), seguidos dos provenientes da Língua Inglesa com vinte por cento (20 %) e dos de Língua Italiana com quinze por cento (15 %). A Língua Alemã tem uma presença de três por cento (3%) e os vocábulos de Língua Espanhola e de Língua Russa ocupam apenas dois por cento (2%) do *corpus* recolhido neste setor. Um por cento (1%) é o resultado dos vocábulos encontrados de origem das línguas de dois países: Áustria e Bulgária.

Na realidade, não é por acaso que em alguns restaurantes considerados pela Associação Portuguesa de Restauração, de primeira categoria⁶²⁵, se pode verificar a existência de palavras de origem francesa. Comer um "Vichissoise Quente de Maçã" ou "Linguado au Meunier" tem um efeito psicológico diferente do efeito obtido por "Sopa de Maçã" ou "Linguado Frito com Amêndoas".

Não nos podemos esquecer que "...*usurpando vocábulos, que ôs fez máis elegantes do que foram óra «h» á çincoenta annos.*" (Barros, 1969:84), também revelamos notoriedade. Repare-se, ainda, que por algum motivo, Eça de Queirós⁶²⁶, para além da utilização de inúmeros vocábulos de origem inglesa, reservou a utilização de elementos da Língua Francesa para "assuntos" relacionados com a "cozinha". Tais argumentos, servem, apenas, para provar (ou reiterar) o facto de o caminho do empréstimo de um vocábulo ter motivações várias (nomeadamente sociais, naturalmente, questões de prestígio).

A diferença entre os resultados obtidos entre o setor dois e os setores um e três não reside somente nas variações de utilização entre *Anglicismos* e *Galicismos*, mas também no facto de podermos verificar, no setor dois, a importação vocabular efetuada a outras línguas, como é o caso do Russo, do Austríaco, do Alemão e do Italiano.

CATEGORIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao categorizar os elementos constituintes do *corpus*, verificou-se que, embora a utilização de termos originais (O.), para os quais a norma ainda não reconheceu nenhuma forma, seja uma constante dentro dos três setores observados. É na área da *Publicidade* (57%) e na da *Gastronomia* (55%) que mais se faz sentir essa situação:

625 - Por exemplo o Restaurante *do Forte do Guincho*, em Lisboa e o Restaurante *Bolota Castanha* em Terrugem (Alentejo).

626 - Veja-se a este propósito a obra "*Os Maias*" já citada neste trabalho.

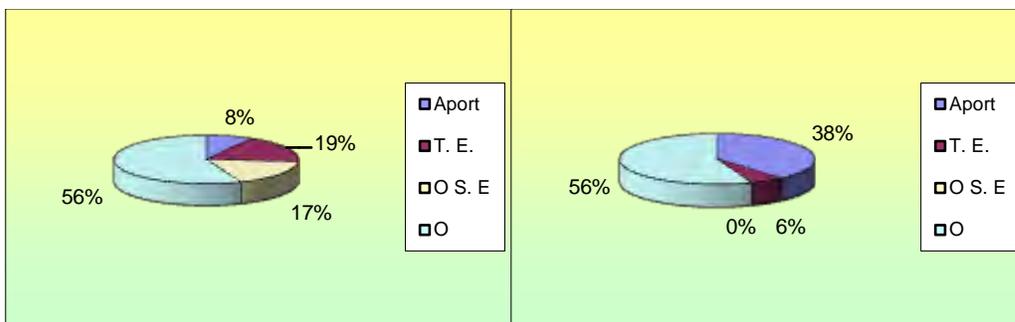


Gráfico nº 4 - Publicidade

Gráfico nº 5 - Gastronomia

Será que perante estes resultados é lícito pensarmos que a Língua Portuguesa é um código que se revela insuficiente face às necessidades sentidas pelos seus utilizadores? Não esqueçamos a polémica sentida entre puristas e renovadores do léxico, quando da publicação de alguns dicionários, nomeadamente, o *Dicionário de Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa que veio legitimar muitas das já referidas necessidades. Note-se, contudo, que muito embora a necessidade do falante seja um fator determinante para a renovação lexical, e consequente entrada de estrangeirismos, é de salientar que a existência de Termos Equivalentes (T. E.) também nos faz refletir não só sobre a frequência dos resultados obtidos, mas, ainda, acerca do grau da já referida necessidade do falante.

Se podemos encontrar nas três áreas analisadas Termos Equivalentes, então, o uso de *estrangeirismos* reflete, dentro de cada setor, uma questão de “modismo” e que, por variadas razões, melhor poderá servir o desempenho dos agentes destes setores de atividade. O setor onde se verifica menor número de Termos Originais (O.) – trinta e sete por cento (37%) -, como se pode verificar através do gráfico número seis (6), também é o mesmo onde se observa o registo de maior número de Termos Equivalentes (T. E.) – cinquenta e dois por cento (52%) - na Língua Portuguesa – A *Economia*:

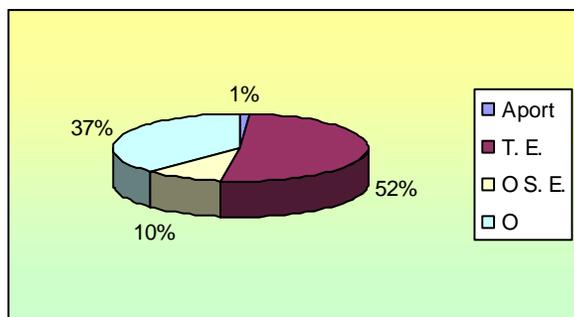


Gráfico nº 6 - Economia

Neste ponto coloca-se a questão de saber se o uso surge por necessidade, por moda, por imitação, por *snobismo* ou por simples inevitabilidade. Estou em crer que o uso de *estrangeirismos* surge por um conjunto de fatores que acabam por culminar na inevitabilidade. Por razões diversas, o termo linguístico de origem linguística estrangeira adquire uma dimensão de maior impacto na situação de comunicação, seja escrita, seja oral: ou porque o recetor leu/ouviu uma palavra que lhe é desconhecida e a mensagem é afetada, ou porque leu/ouviu uma palavra que se traduz em sinónimo de instrução, de saber ou de cultura. No setor da *Publicidade* a situação é inversa à que se verificou no setor da *Economia*, pois a utilização de Termos Originais (O.) evidencia maior ocorrência – cinquenta e sete por cento (57%) - do que a utilização de Termos Equivalentes (T. E.) – dezoito por cento (18%). Não posso afirmar, por questões de alguma cautela, que neste setor, face aos resultados obtidos, só se utilizam *estrangeirismos* quando necessário, pois embora os Termos Equivalentes (T. E.) se verifiquem em menos de metade do nível percentual obtido pelos Termos Originais, estes revelam um resultado significativo dentro do universo recolhido.

A área da *Gastronomia* fica mais próxima da área da Publicidade, uma vez que evidencia uma diferença ainda maior entre as duas categorias em questão, tendo os Termos Originais (O.) cinquenta e cinco por cento (55%) e os Termos Equivalentes (T. E.) seis por cento (6%). A grande diferença entre este setor e os restantes reside no número de vocábulos “Aportuguesados” (Aport.), isto é, vocábulos de origem estrangeira, mas que já sofreram uma adaptação à Língua Portuguesa, tendo atingido um total de trinta e nove por cento (39%). A *Publicidade* e a *Economia* revelam oito por cento (8%) e um por cento (1%), respetivamente. Ainda de salientar que, no setor dois, a utilização de Termos Originais (O.) e a utilização de termos “Aportuguesados” (Aport.) se verifica com um grau de ocorrência mais próximo do que nos setores um e três, ou seja, a diferença entre ambas as categorizações não é tão acentuada.

Poderá ser considerada a Culinária uma área de atividade mais comum, na medida em que podemos encontrar falantes com atividades profissionais distintas e graus de instrução diferentes? Será por esse motivo que os “Aportuguesamentos” são feitos de uma forma mais rápida, traduzindo-se em maior número? Estará esta diferença relacionada com o facto de o maior número de pessoas que trabalham no setor serem do sexo feminino⁶²⁷? Já no *Diálogo Em Louvor Da Nossa Linguagem*⁶²⁸, João de Barros (1969: 82) salienta o aspeto de certas línguas serem mais adequadas para mulheres do que para homens “*Cérto assi a francesa, como a italiana, máis parêçem fála pera mulheres...*”. E de facto, mais tarde, investigadores como Labov⁶²⁹ (2001) consideram o fator sexo, entre outros, um aspeto bastante importante dentro do processo de mudança e de alteração linguísticas.

No que diz respeito à categoria, O S. E. é de realçar o resultado obtido no setor três (17%) perante o resultado do setor dois (0%), ficando o setor um numa posição mediana (10%). Assim, podemos concluir que, apesar de expressões de sentido equivalente na Língua Portuguesa, as estrangeiras têm uma maior expressão representativa.

2. (IN)CONCLUSÃO

Como síntese, salientam-se quatro aspetos: o primeiro prende-se com o facto de se verificarem *estrangeirismos* nos processos de comunicação, não sendo, por isso, uma realidade que se possa negar ou ocultar; o segundo relaciona-se com a supremacia da Língua Inglesa, sobretudo, nos setores da *Economia* e da *Publicidade*, o terceiro reporta aos resultados obtidos na categorização *Termos Equivalentes* (T. E.), pois houve oportunidade de observar que, apesar de existirem vocábulos correspondentes aos estrangeiros, na Língua Portuguesa, os falantes optam pelo uso dos vocábulos na sua forma original (aspeto indicador de que afinal *os estrangeirismos não surgem apenas por necessidade*) e, por último, os *Aportuguesamentos* evidenciam que a questão da importação de palavras estrangeiras não significa perda de identidade linguística ou falta de nacionalismo, mas, apenas, que uma língua não é estanque, mas sim dinâmica. Esse dinamismo, aliás, surge graças ao próprio funcionamento das línguas, às necessidades sentidas pelos falantes, que podem ser de ordem linguística ou extralinguística, e à sua própria criatividade, o que faz com que qualquer sistema linguístico tenha uma marcha ininterrupta no devir do tempo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES**, Ieda. (1990). *Neologismo. Criação lexical*. São Paulo: Ática.
- ARAYA & GÓMEZ**. (2000). "La neología de préstamo en la prensa gallega" in *La Neología en el tombant de Segle*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitat de Lingüística Aplicada, Universtat Pompeu Fabra. pp. 133-146.
- BAGANO**, M. (2001). "Mudança Linguística: Um fenómeno onde toda a prescrição é inútil". In *Letras*. Campinas: R. Letras. I. L. - PUC - Campinas, vol. 20 (1/2). pp. 45 - 60.
- BARROS**, J. (1969). *Textos Pedagógicos e Gramaticais*. Lisboa: Editorial Verbo.

627 - Note-se, no entanto, que os cozinheiros de maior projeção internacional são do sexo masculino.

628 - Cf. *op. Cit.*

629 - Cf. *op. Cit.*

BOLÉO, P. (1965). 2ª ed. O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial os francesismos) em português.

Coimbra: Auro Pretiosior.

CARVALHO, Nelly. (1989). *Empréstimos Linguísticos*. São Paulo: Ática.

CASARES, J. (1992). 3ª ed. *Introducción a la Lexicografía Moderna*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

CATACH, N. (1979). "L'intégration graphique des mots nouveaux". In *Néologie et lexicologie*. Collection "Langue et Langage". Larousse université: Librairie Larousse. (pp. 67-72).

DOWNES, W. (1998). 2ª ed. *Language and Society*. Cambridge: University Press.

EGEA & JUNCADELLA. (2000). "Els neologismes en un servei lingüístic: problemes i solucions". In *La Neologia en el tombant de Segle*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitat de Lingüística Aplicada, Universtat Pompeu Fabra. pp. 121-132.

EXECUTIVE DIGEST. (1997). *Manual de Gestão. Guia dos Conceitos de A a Z*. Lisboa: abril / Controljornal – Editora Limitada.

HAGÈGE, C. (2000). *Não à morte das Línguas*. Lisboa: Instituto Piaget.

LABOV, W. (2001). *Principles of Linguistic Change*. Oxford: Blackwell Publishers.

MACHADO, José Pedro. (sem data). *Palavras a Propósito de Palavras – notas lexicais*. Lisboa: Editorial Notícias.

PAUL, Hermann. (1966). *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROBERTSON, R. (1990). 3ª ed. Mike Featherstone (org.). "Mapeamento da Condição Global: Globalização Como Conceito Central". In *Cultura Global, Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, pp. 23-39.

Corpus

Ementa do Restaurante "Bolota Castanha".

Ementa do Restaurante "Forte do Guincho".

Exame nº 185.

Exame nº 6 (Edição Especial).

Executive digest nº 84.

Executive digest nº 85.

Executive digest nº 86.

Marketing & Publicidade nº 40.

Meios & Publicidade nº 179-2.

Meios & Publicidade nº 181-16.

Meios & Publicidade nº 182-23.

Meios & Publicidade nº 183-30.

Mulher Moderna na Cozinha nº 70.

Mulher Moderna na Cozinha nº 69.

Santos, P. (2002). *Visão*.

Segredos de Cozinha nº 843.

Teleculinária nº 1181.

Teleculinária nº 1183.

Teleculinária nº 1184.

Teleculinária nº 1185.

86) RAUL GAIÃO

RAUL LEAL GAIÃO, Mestre em Língua e Cultura Portuguesa/Estudos Linguísticos, com a dissertação de *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses*. Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Licenciado em Ciências Literárias pela Universidade Nova de Lisboa.

Colaborador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Colaborador do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem desenvolvido investigação na área do dialeto macaense, tendo escrito e publicado vários artigos.

ASIATICISMOS NO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, RAUL LEAL GAIÃO

Com a chegada dos portugueses, Macau tornou-se um polo irradiador da atividade comercial para diferentes zonas do Extremo Oriente: China (Cantão), Malaca, Japão, Índia, possibilitando a miscigenação com mulheres malaias, japonesas e indianas. Estes contactos e as diversas relações que se estabeleceram ao longo do tempo, permitiram um intercâmbio cultural que contribuiu para o cruzamento linguístico em que muitos elementos lexicais se fixaram no falar macaense. Pretende-se analisar a proveniência diversificada do léxico macaense nas entradas do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) e confrontá-lo com diferentes glossários de asiaticismos, salientar os aspetos da sua evolução e dar um breve panorama do contexto histórico que possibilitou estes contactos.

1. INTRODUÇÃO

Os contactos efetuados pelos portugueses, a partir de Macau e com início no século XVI, entre diversas comunidades e culturas do Oriente, contribuíram para as trocas linguísticas que se fixaram no léxico do crioulo macaense⁶³⁰ de base portuguesa, e mais tarde no falar macaense, com influências malaias, indianas, chinesas, japonesas e até filipinas. O crioulo, inserido num espaço onde era falado o português pelos portugueses europeus ou reinóis e o chinês/ cantonês pela comunidade chinesa, começou possivelmente a sua formação a partir dos fins do século XVI, sendo falado pela comunidade macaense como língua do espaço familiar, até finais do século XIX.

2. COMUNIDADE MACAENSE, CRIOULO E FALAR MACAENSE

Macaense, como é entendido em Macau, indica o natural da terra, mas com ascendência portuguesa e com cruzamentos diversificados: “[...] *as euro-asiáticas teriam sido, em grande maioria, as mães dos macaenses, filhos das primeiras famílias estáveis radicadas em Macau*” (Amaro, 1988:6); segundo Bento da França, nos macaenses predominam “[...] *traços gerais mongólicos, mas também participam de feições dos europeus, malaios, canarins [...] e é produto de grande mistura de raças e sub-raças, resultante de repetidos cruzamentos, feitos à mercê do acaso*” (Amaro, 1988:4).

Sendo raras, nos primeiros tempos, as portuguesas europeias que rumavam ao Oriente, além das chinesas, eram as mulheres de várias etnias que acompanhavam e casavam com os portugueses. “*As fontes históricas apontam para as mulheres malaias e indianas como as primeiras companheiras dos portugueses fundadores de Macau, porém na condição de escravas*” (Amaro, 1988:92). Em relação às mulheres chinesas e japonesas muitas eram vendidas e amancebavam-se com portugueses, tornando-se mulheres legais. Como se torna visível, a origem dos macaenses está ligada à miscigenação de portugueses com mulheres orientais de diversos povos, o que contribuiu para a ampla influência linguística e cultural.

A identidade e a pertença à comunidade portuguesa, em Macau, definiam-se pelo casamento católico ou por conversão ao catolicismo, a submissão aos órgãos da administração portuguesa, a utilização da língua portuguesa e a adoção de hábitos e comportamentos ocidentais. A comunidade macaense aprendia a língua portuguesa, falava o cantonense e usava o patuá no seio familiar e, embora educada na religião católica, foi integrando crenças da religião chinesa e influências culturais asiáticas, de que a culinária é o exemplo mais paradigmático (Loureiro, 2005).

Nos finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX, na comunidade macaense o português padrão é conhecido e utilizado como língua escrita pelas elites locais e o crioulo é a forma de comunicação oral, principalmente da camada popular no seio familiar, situação que poderemos considerar diglósica. O processo de descrioulização decorre nos finais do século XIX, devido não só à pressão do português em presença (língua

630 Conhecido por patuá, papiaçã, língua maquista, papiá cristã di Macau, lingu nhonha.

dominante, de prestígio e língua da administração), mas também à intensificação da instrução e à forte crítica social,⁶³¹ pois era considerado língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas; continuou a ser usado nas comunidades macaenses emigradas, em Hong Kong e Xangai (Gaião, 2005).

Na segunda metade do século XX, verifica-se uma maior aproximação da comunidade macaense à comunidade chinesa, com maior frequência de casamentos entre as duas comunidades, a introdução da televisão chinesa, a adoção de hábitos e da cultura chinesa. Com esta estratégia matrimonial e o achinesamento cultural e linguístico dilui-se a identidade cultural e linguística de matriz portuguesa e perspetiva-se uma sinificação ou hanização dos macaenses, contribuindo para uma maior influência da língua chinesa no domínio lexical, domínio que, para além dos aspetos fonéticos e prosódicos, é a característica fundamental do falar macaense.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DOS CONTACTOS LINGUÍSTICOS

Macau foi ao longo do seu percurso histórico, e até aos dias de hoje, um lugar de encontro de povos e culturas. *“Os portugueses trouxeram para o território os seus hábitos e a sua língua, as suas crenças e as suas instituições, as suas técnicas e o seu saber”* (Loureiro, 2005:664). Ainda antes de outros povos europeus, chegaram os portugueses à China pela primeira vez em 1513, estando já estabelecidos em Malaca e Goa, lugares a partir dos quais desenvolveram grande atividade no comércio asiático (Loureiro, 2005). Conseguindo em 1557 autorização para uma base permanente na península de Xiangshan, e como Macau se situava nas proximidades de Cantão, os portugueses tiveram acesso fácil aos mercados chineses e em pouco tempo Macau transformou-se num dos portos mais ativos dos mares do sul da China. Encontrando-se no epicentro de uma teia de rotas marítimas, a partir de Macau era relativamente simples navegar para diversos pontos no mar do Sul da China, Filipinas, Bornéu, Vietname, Camboja, Sião, Península de Malaca, ilha da Insulíndia e também para o Japão (Estorninho, 1971).

As autoridades chinesas de Cantão, reconhecendo que o comércio com os portugueses lhes trazia vantagens económicas e financeiras, conferem-lhes um bom acolhimento e autorizam o seu estabelecimento, iniciando-se uma intensa atividade comercial: duas vezes por ano os portugueses visitavam Cantão onde vendiam prata, incenso, pimenta, sândalo e âmbar e carregavam seda, porcelanas, cânfora, almíscar, mobílias... (Loureiro, 2005).

Durante os séculos XVI e XVII, os portugueses transformaram-se em intermediários privilegiados entre a China e outras regiões asiáticas e europeias para o lucrativo comércio externo chinês, até 1685, quando se verifica a abertura do mercado de Cantão a todos os estrangeiros (Estorninho, 1971).

“ [...] Todos os anos um navio da Índia vem a Macau com carta e passaporte do Rei de Portugal e de lá navega para o Japão, a carregar; depois regressa a Macau, vai a Malaca e finalmente volta a Goa” (Lessa, 1996:195). *A nau anual deixava Goa em abril ou maio, transportando tecidos de algodão, panos escarlates, tecidos indianos, objetos de cristal e vidro, relógios da Flandres e vinhos portugueses. Ao efetuar escala em Malaca, parte de carga era então trocada por especiarias e madeiras aromáticas. De Malaca a nau navegava para Macau onde recebia a carga de seda vinda de Cantão, partindo depois para o Japão. Como entre a China e o Japão não havia qualquer tráfego marítimo e comercial, os portugueses passaram a dedicar-se ao comércio sino-nipónico, na dupla qualidade de mercadores e transportadores. Do Japão traziam barras de prata, armários de laca, caixas e mobiliário, biombos pintados a folha de ouro. A maior parte da prata em Macau era utilizada para negociar o carregamento de sedas do ano seguinte. O ouro, sedas e outras mercadorias chinesas, almíscar, pérolas, marfim e porcelanas eram embarcados com destino a Goa. As porcelanas e as raridades eram vendidas na Europa.* (Boxer, 1991: 29-30).

631 Apresentamos duas opiniões, uma dos finais do século XIX e outra da primeira metade do século XX, sobre o dialeto macaense: “É difícil nos primeiros tempos perceber os macaístas a falarem entre si, porque usam um patois especial que não é nem chinês nem português entremeado de gritos rápidos”. (Paiva, 1997: 10). “O “patois” macaísta não é senão um português estragado pelo contacto com a língua chinesa” (Mendes, 1979: 34).

Outras rotas, como a que conduzia a Manila, são o sinal da intensa atividade comercial nos mares do sul da China, transformando Macau num florescente e poderoso empório marítimo-comercial.

Em Macau se acolheram várias comunidades, como os japoneses cristãos perseguidos que aqui desenvolveram a sua atividade; mais tarde, no século XX, por efeito da 2ª Grande Guerra, foi um lugar de acolhimento de refugiados chineses e estrangeiros.

Macau afirmou-se também como centro difusor da religião católica e de intercâmbio espiritual e cultural entre o Oriente e o Ocidente (Estorninho, 1971). Como as zonas destes mercados eram campo propício para as missões religiosas, os missionários iam até onde chegavam os mercadores, procurando espalhar a fé na própria língua dos catequizados, contribuindo também para os intensos contactos linguísticos e para a difusão da língua portuguesa. Macau tornou-se um lugar de planeamento e preparação e ponto de partida da missionação, nomeadamente para o Japão (até à expulsão dos portugueses em 1639) e para a China, destacando-se como um dinâmico centro de intercâmbio cultural, com a criação do Colégio de S. Paulo pelos Jesuítas (1594), onde se ensinava Português, Latim, Chinês e Japonês e onde foram produzidas “*as primeiras traduções de textos chineses para português e de textos europeus para chinês*” (Loureiro, 2005:664).

Toda esta atividade permitiu que a miscigenação e aculturação fossem efetivas, “pois os homens seguiam a tradição em entrepostos mais antigos, casando-se com raparigas asiáticas, [malaias, japonesas, indianas e chinesas] desde que fossem cristãs ou se convertessem, pelo casamento, ao cristianismo” (Coates, 1991:59).

4. LÉXICO MACAENSE NO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Através dos termos presentes (asiaticismos de Macau) no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001)⁶³² [Quadro I]⁶³³ poderemos ver as diversificadas influências linguísticas tanto na origem das palavras como na formação de novas palavras. Pelo Quadro I (Anexo) verificamos que das cento e três entradas do léxico macaense presentes no DLPC, vinte e um são termos de origem malaia⁶³⁴ [*achar, bagí, balichão, cate, catupá, chacha, chilicote, chuchur, chupa, dodol, estrica, estricar, junco, lacassá, lorcha(?)*], enquanto trinta e um são de origem chinesa⁶³⁵ [*aiá, atai, cautau, chacoi, chau-chau?, chaumin, cheong-sam, cuailou, faichis, fantane, fongsoi, ham-ioc-chong, iam-chá, laissi, lán, min, minape, mintói, muichai, panchão, peipá, peipá-chai, quili-culú, saicó, tapilu, tai-tai, tançar, taufu, tau-fu-fá, tau-si*], constando ainda três termos que são a tradução literal do chinês para o português [*barco-dragão/ lông châu, bater cabeça/ cau-tau, filho da terra?/ tou sang*].

Para além das palavras malaias e chinesas temos ainda termos originários do japonês [*miçó/missó, (figo -) caque, múchi?, sutate?*], do concani [*ladu*], do indo-português [*alúa, apa*] e do tagalo [*mamun*].

O cruzamento linguístico é notoriamente saliente nas palavras compostas por elementos de duas línguas distintas: *apa-bico* (mal/port), *chili-missó* (chin/?/jap), *figo-caque* (port/jap), *missó-cristão* (jap/port).

Notamos ainda, entre o leque das entradas, a presença de termos ligados à estrutura do crioulo, com dois nomes justapostos, sem preposição: *ade cabidela, barco-dragão*⁶³⁶. Na formação de novas palavras encontramos o

632 No texto passamos a referenciá-lo apenas por DLPC.

633 Abreviaturas do Quadro I relativas às línguas: chin/chinês; conc/concani; cr mac/crioulo macaense; drav/drauidiano; fr/francês; hol/holandês; indo-port/indo-português; jap/japonês; ing/inglês; jav/javanês; mal/malaio; or obsc/origem obscura; port/português; tag/tagalo; tam/tamil.

634 Alguns termos podem ter origem diferente, mas parecem ter sido introduzidos através do malaio.

635 Aqui o chinês cantonês.

636 Ou anda a reduplicação do nome, *bicho-bicho*, que no crioulo tem o valor morfológico do plural (Gaião, 2007), mas que não aparece no DLPC.

processo de derivação em que o sufixo tem uma forma linguística diferente da língua da base: *lorcheiro* (chin + suf port), *estricar* (cr mal/hol + suf port), *tancareira* (chin + suf port).

O sufixo *ense* que na língua portuguesa designa naturalidade, no falar macaense tem um valor específico: o termo *cantonense* designa a língua/ o cantonês e *macaense* o grupo natural de Macau com ascendência portuguesa e asiática; há ainda o termo *macaista* para designar o natural de Macau e o dialeto crioulo local. Verifica-se ainda a presença de termos da língua portuguesa que hoje estão mais ou menos em desuso: *ade*, *algibebe*, *burra*, *dó*. Com a hanização dos macaenses introduziram-se termos chineses para nomear realidades para as quais havia designações em língua portuguesa: *cabaia/cheong-sam*; *bater cabeça* (trad chin)/*cautau*.

Pela semântica dos termos,⁶³⁷ constata-se que cerca de trinta e oito estão ligados à culinária/alimentos (achar, ade, ade cabidela, ade salgado, alua, apa-bico, bafassá, bagí, balichão, bolo-menino, camalenga, catupá, chá-gordo, chauchau, chaumin, chili, chili-missó, chilicote, chinha, dodol, farte, figo-caque, ham-ioc-chong, iam-chá, lacassá, ladu, mamum, miçó, min, minche, missó-cristão, múchi, nairo, sutate, tacho, tapilu, taufu, taufufá, tau-si); outros são utensílios domésticos (estrica, faichis, parão), vestuário e afins (cabaia, cheog-sam, dó, minape, tudum), elementos do espaço doméstico como (burra, mintói), medidas (cate, chupa, tael) e designações do relacionamento familiar (atai, chacha, muichai).

5. GLOSSÁRIOS DE ASIATICISMOS E DO LÉXICO MACAENSE

A fim de se poderem ver as afinidades com o léxico macaense, pretendemos confrontar as entradas do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* com os diversos glossários que se foram organizando: Dalgado (1919/1988)⁶³⁸, contendo o léxico asiático/asiaticismos [QI, 3.]; Batalha (1988)⁶³⁹, o léxico do crioulo e do falar macaense [QI, 4.]; Gaião, (1999)⁶⁴⁰, o léxico do falar macaense [QI, 5.]; Ferreira (1978)⁶⁴¹, o léxico do crioulo macaense [QI, 6.]; Fernandes e Baxter (2004)⁶⁴², o léxico do crioulo e dialeto macaense [QI, 7.]; Baxter e Silva (2004)⁶⁴³, o léxico do crioulo de Malaca [QI, 8.].

Relativamente à origem das palavras, não há consenso exato sobre um reduzido número de termos: *alua*, *chile-missó*, *faichis*, *lorcha*, *nhonha*.

637 No Quadro I (anexo), relativamente à semântica (9.), apenas se apresenta o conceito geral sem a definição exata do termo.

638 " [...] o meu projeto inicial era tratar da nossa inteira lexicologia colonial, asiática e africana; e neste sentido, tinha principiado a coligir apontamentos e a coordenar o trabalho. Considerando porém, por um lado que se antolhavam muitas dificuldades etimológicas com respeito aos idiomas da África Oriental, e por outro assumiria, à vista do plano traçado, grandes dimensões, achei prudente circunscrever-me somente à Ásia, para que o barco não naufragasse." (Dalgado, 1918: VIII)

639 "Pesquisávamos então o vocabulário do falar atual e a ele pensávamos limitar-nos, mas as pesquisas levavam-nos frequentemente a investigações no dialeto antigo, o crioulo propriamente dito. [...] A lista de vocábulos do falar atual foi assim engrossando com os do falar antigo; [...] entre palavras em uso e em desuso, decidimos incluir num mesmo glossário as palavras de criação ou importação recente, as palavras antigas mas ainda hoje usuais, as que se ouvem apenas a determinada geração, a mais idosa, e finalmente as que nem mesmo os mais velhos já empregam, que por vezes inteiramente desconhecem, ou de que só se recordam, nem sempre com exatidão, por as terem ouvido a seus avós" (Batalha, 1988:119-120).

640 Para tentar delimitar a componente lexical do falar macaense (atual), "partiu-se da seleção de textos escritos dos seguintes autores macaenses: Luís Gonzaga Gomes, *Lendas Chinesas de Macau*, 1951; Deolinda da Conceição, *Cheong Sam, a Cabaia*, 1995; Maria Pacheco Borges, *A Chinezinha*, 1974; José dos Santos Ferreira, *História de Maria e de Alferes João*, 1987; Henrique Senna Fernandes, *Nam Van, Contos de Macau*, 1978, *Amor e Dedinhos de Pé*, 1986, *A Trança Feticeira*, 1993", de forma a "estabelecer e definir os elementos lexicais considerados próprios da variedade linguística macaense" (Gaião, 1998:5).

641 O glossário aparece em *Papiaçám di Macau*, um conjunto de textos escritos por José dos Santos Ferreira/Adé, em prosa, com peças de teatro e uma pequena novela, histórias ligeiras, em crioulo e português, fechando com um "Epítome da Gramática Macaense Comparada" e de um "Vocabulário" sobre termos do dialeto macaense.

642 O objetivo é fazer o levantamento do "léxico do crioulo português de Macau", "proporcionar uma referência unificada do léxico maquista" (Fernandes e Baxter, 2004:15) e "depois, atualizar o vocabulário disperso existente, registando-se palavras que, embora não constem dos velhos textos de crioulo, são considerados e aceites como parte integrante do dialeto na sua forma genuína" (Fernandes e Baxter, 2004:16)

643 "Firstly, it aims to record words in use in Kristang" (Baxter e Silva, 2004: ix)

Em Dalgado (1919/1988), somente um número diminuto de termos constam do falar macaense e são fundamentalmente termos de origem malaia e concani; aparecem neste Glossário apenas três elementos lexicais de origem chinesa [*chauchau?*, *fantane*, *lorcha?*, *tancar*]. Quanto aos termos de origem chinesa, o mesmo se verifica em Ferreira (1978/1996), apenas nove, mas os dois glossários referentes ao falar macaense (Batalha, 1988) e (Gaião, 1999) apresentam um grande número, catorze e vinte e seis, respetivamente.

Grande número de termos do *DLPC* fazia parte do crioulo macaense, cerca de cinquenta e seis, conforme se pode constatar no confronto com o glossário de Ferreira (1978/1996), um glossário do crioulo macaense, embora não pretenda ser exaustivo: [*ade*, *ade cabidela*, *ade salgado*, *aiá*, *alua*, *apa-bico*, *atai*, *auto-china*, *bafado*, *bagi*, *balicham*, *bolo minino*, *boquizá*, *camalénga*, *cate*, *catupá*, *chacha*, *chá-gordo*, *champaca*, *chacháu*, *chilicote*, *chili-missó*, *chuchú*, *chuchuméca*, *chupa*, *dol*, *do-dol*, *fan-tan*, *fárti*, *figo-cáqui*, *iam-chá*, *istrica*, *istricá*, *lacassá*, *ladu*, *lorcha*, *malinguá*, *mamún*, *maquista*, *mestre-china*, *mínchi*, *murúm*, *nhónha*, *nhum*, *pauchong*, *papiá*, *parám*, *sapeca*, *sutate*, *tacho*, *tael*, *teng-teng-lou*, *torá*, *tudúm*], a que podemos acrescentar mais dezanove em Fernandes e Baxter (2001): [*achar*, *alúa*, *árve de pagode*, *bafassá*, *cabaia*, *chinha*, *cúli*, *faichi*, *laissi*, *miçó*, *missó-cristão*, *mintói*, *minap*, *múchi*, *óla*, *patoá*, *saicó*, *tancá*, *tancarêro*, *taufú*, *tau-fu-fá*].

Verifica-se que grande parte dos termos de origem malaia presentes no léxico macaense não aparece no crioulo de Malaca, o que, embora cautelosamente, entre outras hipóteses, poderá indicar que muitos desses termos não provieram diretamente do crioulo de Malaca.

Pelo glossário de Fernandes e Baxter (2001) constata-se que há termos de origem holandesa que existem no crioulo macaense e no crioulo de Malaca [*estrica*, *cacús*⁶⁴⁴], o que poderá significar que, apesar de Malaca ter deixado de estar sob o domínio de Portugal em 1643 e passar para o domínio holandês, a influência malaia, continuou a sentir-se, até porque os portugueses continuaram a comerciar com os sultanatos vizinhos.

Em Batalha (1988), Gaião (1999), Fernandes e Baxter (2004) há uma certa aproximação, uma vez que têm um número aproximado de termos, com elevado número de termos de origem chinesa.

Verifica-se que em Baxter e Silva (2004), no crioulo atual de Malaca aparece um conjunto de termos existentes no falar macaense [*achar*, *adi*, *bafadu*, *balchan*, *chili*, *chilikoti*, *chili-missó*, *chupa*, *doh*, *faichi*, *dodol*, *kabaya*, *kati*, *kolau*, *kuli*, *papiah*, *parang*, *pulut*, *striki*, *strikah*], o que evidencia, sendo salientado por muitos autores, a relação de influência que o crioulo de Malaca exerceu sobre o crioulo macaense.

Confrontando os diversos glossários do quadro I, verificamos que em Dalgado (1919/1988) e Ferreira (1978/1996) o número reduzido de termos de origem chinesa indicia o que muitos autores defendem: a influência chinesa foi mais tardia, pois, as uniões com mulheres chinesas parecem ter sido menos frequentes inicialmente e, apesar de as comunidades macaense e chinesa viverem no mesmo espaço urbano, havia uma delimitação física e social (a cidade cristã e a cidade chinesa); a avalanche de termos chineses entra no falar macaense quando as relações se estreitam, confirmando as opiniões de Francisco Carvalho e Rego, “*no dialeto macaense não encontramos influência da língua chinesa, a não ser em certos casos na musicalidade da linguagem, ou na própria construção da frase [...]*” (Rego, 2000:1014) e Amaro (1972:445): “*uma progressiva consciencialização de autonomia cultural a par duma progressiva abertura à cultura da milenária China transparece na realidade macaense, com crescente abandono dos seus velhos padrões luso-indomalaio*”, ou mesmo ainda o ponto de vista de António da Silva, que apesar de considerar que há no crioulo macaense uma estrutura sintática próxima da língua chinesa, no referente ao léxico considera não haver nenhuma influência: “*o que é certo, porém, é que apesar da construção gramatical do dialeto de Macau ser idêntica à chinesa, não se encontra nele uma única palavra derivada da língua sinica*” (Silva, 1915:164).

Se unirmos os diversos elementos que se foram tecendo na análise comparativa dos diversos glossários com o *DLPC*, as ligações dos portugueses às mulheres malaia, indianas, japonesas e chinesas, a presença de elementos

644 Este termo não aparece no *DLPC*.

lexicais da língua destas mulheres, o facto de o crioulo se falar no meio familiar e de, no lento processo de descrioulização, o reduto do falar crioulo se ter ido limitando às nnonhas e suas crioulas, amplificado pelo facto de o campo semântico dominante serem os termos ligados ao espaço doméstico, principalmente à culinária, todos estes elementos indiciam que a mulher teve um papel fundamental na constituição desta variedade lexical, presente no falar macaense.

ANEXOS QUADRO I

Dicionário da Academia - entradas (1)	Dicionário da Academia - etimologia (2)	Dalgado (3)	Batalha (4)	Gaião (5)	Ferreira (6)	Fernandes e Baxter (7)	Baxter e Silva (8)	Semântica (9)
achar	* mal	* persa/mal	* persa/mal	*mal		*	*mal	conserva de vegetais /cul
ade	*	* ? (adem)	*port. ant.		* (áde)	* (áde)	* (adi)	pato /cul
ade cabidela	*		*		*	*		pato de cabidela / cul
ade salgado	*		*		*	*		pato salmoirado /cul
aiá	*chin		*chin		* (aiá)	* (aiá)		expressão de espanto
algibebe	* ar			*ar				loja de venda de roupa
alua	*ar.	*ar/indo-port?/mal?(alua)	*mal?/indo-port? (aluar/alua)	*ar	* (alua)	* (alúa/alúa)		doce de Natal /cul
apa-bico	*indo-port		*	*indo-port - port	*	*		pastel de carne /cul
atai	*chin		*chin	*chin (atâi)	*	* chin (atâi)		jovem criado
auteiro	*			*				ator de auto
auto-china	*		*	*	*	*		ópera chinesa
bafado	* cr mac		*		*	*	* (bafadu)	abafado
bafassá	* cr mac		*	*cr		* (bafassá)		prato de carne /cul
bagi	*mal		*mal	*mal	*	*mal		doce / cul
balichão	*mal	*indo-port/mal (balchão)	*mal	*mal	* (balicham)	* mal (balichám)	* (balchan)	tempero / cul
barco-dragão	*trad lit chin			*trad lit chin				barco
bolo-menino	*			*	* (bolo minino)	* (bolo minino)		bolo/ cul
boquizar	*		*	*	* (boquizá)	* (boquizâ)		murmurar
burra	*		*	*				cama
cabaia	*ar / persa	*ar	*ar	*ar		*	* (kabaya)	vestuário
camaleng a	*	*draw/ conc mal (comalenga)	*	*	* (camaléng a)	*		abóbora para sopa / cul
cantonens e	*			*				dialeto chinês
cate	*mal	* mal-jav	*mal.- jav	* mal.- jav	*	*mal	*mal (kati)	medida de peso
catupá	*mal		*mal	*mal	*	* mal		bolo / cul
cautau	*chin			*chin				vénia
chacha	* mal		*mal?	*mal	*	* (chácha)		mulher idosa
chacha-velha	*		* (chacha)	*	* (chacha)	* (chacha)		mulher idosa
chacoi	*chin							casa de chá
chá-gordo	*		*	*	*	*		merenda ajantarada / cul
champaca	*		*	*	*	*		flor
chauchau	*indo ing /	*indo ing /	*chin(cha		*	*chin		refogado chinês

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

	chin	chin (chau-chau)	u-chau/cha-chau)		(chacháu)			/cul
chau-min/chau-min	*chin					*chin (chau-min)		massa/cul
cheongsam	*chin			*chin				cabaia / vestuário
chili	*	*indo-ingl (chile)			*(chile)		*	Malagueta/cul
chili-missó	*	* indo-port (chile)	*?-jap(chili-miçó)	*chin+jap	*(chili-missó)	* (chili-missó)		tempero /cul
chilicote	*mal		*mal	*mal	*	* mal (chilicóte)	* (chilikoti)	pastel salgado / cul
chinha	*or obsc		*mal	*mal		*mal		recheio de pastel /cul
chuchumecar	*or obsc		*mal? (de chuchur?)		* chuchuméca	*mal chuchumeca		intrigar
chuchur	*mal		*mal		* (chuchú)	*mal (chuchú)		espetar
chupa	*mal	*mal	*mal		*		*mal	medida de capacidade
cuai-lou/cuailou	*chin			*chin (kuai-lou)				(diabo) ocidental
cule/cúli	*drav	*indo-ingl	*ing?	*ing		* (cúli)	*ing (kuli)	trabalhador
dó	*lat	*	*port	*	*(dol)	*	*(doh)	manto preto / vestuário
dodol	*mal	*mal-conc	*mal	*mal	*(do-dol)	*mal	* mal	doce / cul
estrica	*mal		*mal	*mal	*(istrica)	*hol	*hol(striki)	ferro de engomar
estricar	*mal		*mal+suf port	*mal + suf port	*(istricá)	* hol+suf port (estricá)	*hol (strikah)	passar a ferro
faichis	* chin	*jap (fachis)	*chin?/jap?	*chin		*chin	*chin (fachi)	pauzinhos para comer
fantane	*chin	*	*chin	*chin	* (fantan)			jogo
farte	*		*	*	*(fárti)	* (fárti)		bolo / cul
figo-caque	*	*	* port+jap	*port+jap	* (figo-cáqui)	* (figo-cáqui)		dióspiro
filho-da-terra	*			*trad lit chin				macaense
fongsoi	*chin			*chin				arte adivi- nhatória
ham-ioc-chong	*chin			* chin				bolo salgado /cul
iam-chá	*chin				*	*chin		refeição
junco	*mal	*mal-jav		*mal				embarcação
lacassá	*mal		*mal		*	* mal		sopa / cul
ladu	*conc	*conc (laddu)	*conc	*conc	*	* conc (ladú)		bolo/ cul
laissi	*chin		*chin	* chin (lai-si)		* chin (laissi)		dinheiro/ presente
lán	*chin			* chin				peixaria
lorcha	*mal?	*chin?	*mal?	* mal?	*	*		embarcação
lorcheiro	*			*mal+suf port				tripulante
macaense	*			*				descendente port/ asia
macaísta	*			*	*(maquista)	*		natural/ crioulo de Macau
malinguar	*			*	*(malinguá)	* (malinguá)		dizer mal
mamum	*tag			*tag mamun	*(mamún)	* (mamún)		bolo / cul
merendeir	*			*				vendedor

ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - VOLUME UM 2002-2010 - completo

o								ambulante de merenda
mestre-china			*	*	*	*		curandeiro chinês
mestre-curandeiro	*			*				curandeiro
miçó	*jap		*jap			*jap (missó)		condimento / cul
min	*chin			*chin				massa / cul
minape	*chin		*chin	*chin		*chin (minap)		casaco / vestuário
minche	*ingl		*ing	*ingl (mínchi)	* (mínchi)	* (minchi)		prato/carne picada /cul
mintói	*chin		*chin	*chin		*chin		cobertor
missó-cristão	*jap-port		*jap-port (miçó)	*jap-port		*jap-port (missó cristám)		prato/ cul
muichai	*chin			*chin				mulher serviçal
múchi	* t. oriental		*or (n/ chin)	* jap? (muchimuchi)		*		pastel salgado / cul
murum	*mal		*mal	*mal	* (murúm)	*mal (murúm)		triste
nairo	*			*				peixe
nhonha	*mal-jav	*	*afro-port	*cr mac	* (nhónha)	*		senhora
nhum	*cr mac	*	*afro-port	*	*	*		senhor
panchão	*chin	*chin	*chin	*chin	* pauchong			foguete
papiar	*cr.		*port		* (papiá)	* (papiá)	* (papiáh)	falar
parão	*mal	*mal	*mal	*mal	* (parám)	*mal (parám)	*mal (parang)	facalhão
patoá	*fr		*fr	*fr		*fr		crioulo macaense
peipá	*chin			*chin				instrumento musical
peipa-chai	*chin			*chin				mulher cantadeira e tocadora de peipá
quili-culú	*chin			*chin				linguagem arrevesada
saicó	*chin		*chin	*chin[saikó]		*chin		moço de recados
sapeca	*mal	*mal	*mal	*mal	*	*		moeda
sutate	*jap?	*	*jap?	*or obsc	*	* jap		molho /cul
tacho	*		*		*	*		prato/cul
tael	*mal	*mal	*mal	*mal	* (tel)	* (tel)		medida de peso
tapilu	*chin		*chin (tapilu)	*chin(tá-pin-lou)		*chin (tapilu)		prato/cul
tai-tai	*chin			*chin				mulher casada
tancar	*chin	*chin	*chin	*chin		* (tancá)		barco
tancareira	*			*		* (tancarêro)		mulher tripulante
taufu	*chin		*chin			* chin (taufú)		queijo de soja / cul
tau-fu-fá	*chin		*chin	*chin		* chin		queijo de soja / cul
tau-si	*chin			*				condimento / cul
terra-china	*			*				China continental
tim-tim/ tin-tin	*onom			* (tin-tin)	* (teng-teng-lou)	*chin (teng-teng-lou)		comprador de ferro velho
torrar	*		*		* (torá)	* (torá português)		falar português à maneira de Portugal
tudum	*mal	*mal	*mal?	*mal	* (tudúm)	* (tudúm)		chapéu / vestuário

1. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001
2. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001
3. Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, 1988 (1ª ed. 1919)
4. Batalha, *Glossário do Dialeto Macaense*, 1988
5. Gaião, *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses*, 1999
6. Ferreira, *Papiaçám di Macau*, 1996 (1ª ed. 1978)
7. Fernandes e Baxter, *Maquista Chapado*, 2001
8. Baxter e Silva, *A Dictionary of Kristang*, 2004

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, Ana Maria (1988) *Jogos, Brinquedos e outras Diversões Populares de Macau*, Macau: Imprensa Nacional.
- Amaro, Ana Maria (1989) *Filhos da Terra*, Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Batalha, Graciete (1983) "Situação e perspectivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)". In: *Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo*, Atas Vol 1, 287-303.
- Batalha, Graciete (1988) *Glossário do Dialeto Macaense*, Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas, Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Baxter, Alan e Silva, Patrick de (2004) *A Dictionary of Kristang (Malacca Creole Portuguese) – English*, Camberra: The Australian National University.
- Boxer, Charles (1990) *Fidalgos no Extremo Oriente*, Macau: Fundação Oriente, Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- Casteleiro, João Malaca (coord) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Verbo.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988) *Glossário Luso-Asiático*, New Delhi: Asian Educational Services, (1ª ed. 1919).
- Estorninho, Carlos (1971) "Macau". In Serrão, Joel (dir), *Dicionário de História de Portugal*. Vol II, Iniciativas Editoriais.
- Fernandes, Miguel Senna e Baxter, Alan Norman (2001) *Maquista Chapado*, Macau: Instituto Internacional.
- Ferreira, José dos Santos (1996) *Papiaçám di Macau*, Macau: Fundação Macau, (1ª ed. 1978).
- Gaião, Raul Leal (1999) *Aspetos lexicais na obra de autores macaenses*, Macau: Universidade de Macau.
- Gaião, Raul Leal (2005) "Línguas de Macau". In Cristóvão, Fernando (dir e coord), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: ACLUS, Texto Editores.
- Gaião, Raul Leal (2007) "Nhónha-nhónha – A Reduplicação no crioulo macaense". In Mata, I. e Grosso, Maria J. (org) *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*. Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, FLUL, 2007.
- Lessa, Almerindo (1996) *Macau, Ensaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, Administração de Macau*. Lisboa: Fundação Oriente, Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Português do Oriente.
- Loureiro, Rui (2005) "História de Macau", In Cristóvão, F. (dir e coord), *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: ACLUS, Texto Editores.
- Mendes, Manuel da Silva (1979) *Impressões e Recordações*, Macau: Quinzena de Macau.
- Paiva, Filipe Emílio de (1997) *Um Marinheiro em Macau - 1903, Álbum de Viagem*, Macau: Museu Marítimo de Macau.
- Pereira, J. F. Marques (1995) "Subsídios para o estudo dos dialetos crioulos do Extremo-Oriente", in *Ta-ss-yan-kuo, Arquivos e Annaes do Extremo-Oriente Portugueses*, coligidos, coordenados e anotados por J. F. Marques Pereira, 1989-1900. Macau: Edição Direção dos Serviços de Educação e Juventude - Fundação Macau.
- Rêgo, Francisco de Carvalho e (2000) "Os Macaenses" In Santos, Carlos Pinto e Orlando Neves, *De Longe à China*, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa de Macau.
- Silva, António da (1915) "O Dialeto de Macau". In *Oriente*, Macau, abril de 1915, n. 4, pp. 161-166.



87) **ROSÁRIO GIRÃO // MANUEL J. SILVA**

M.^a DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS doutorou-se na Universidade do Minho, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da receção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. De finais do Romantismo ao Modernismo*. Desde então, tem vindo a lecionar disciplinas no âmbito da Literatura Comparada, Literatura Portuguesa/Literatura Francesa e Literatura e Mito, e a orientar teses de Mestrado e de Doutoramento. O seu último livro de ensaios (no prelo) intitula-se *Monsieur Proust: o homem das leituras solitárias*.

MANUEL JOSÉ SILVA doutorou-se na Universidade de Caen, França, com um “Doctorat d’État” intitulado “Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain”. Publicou, em 2008, um ensaio intitulado *La langue française et l’Histoire*. É, presentemente, Coordenador da *Área de Línguas e Culturas Estrangeiras* na Academia Sénior (Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Braga).

HOMENAGEM A DIAS DE MELO: SILÊNCIO, MEMÓRIA E PALAVRA M.^a DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS E MANUEL JOSÉ SILVA, (UNIVERSIDADE DO MINHO)

Quando a memória afetiva (na sua tríplice vertente romântica, imaginativa e sensitiva) rompe o silêncio do discurso, essa não-realização eloquente de um ato enunciativo que tanto provém da insuficiência emocional da linguagem como da recusa mais ou menos voluntária do sujeito escrevente no tocante à sua exteriorização, a palavra jorra, então, plétórica, destilando na narrativa ficcional vivências de indubitável cariz autobiográfico.

É o caso de *Pedras Negras* e de *Milhas Contadas*, obras em que Dias de Melo, tomando de empréstimo o ponto de vista de Francisco Marroco e de Pedro António - personagens dignas de figurarem *Na Memória das Gentes* -, vai gradualmente revisitando as diversas etapas, qual trajetória de evocações, de um passado mítico.

Será, todavia, na crónica da viagem e na diarística que a palavra não fragmentária, ao serviço do autorretrato e sob a égide da revivescência, se torna acutilante: ao percorrer *Das velas de lona às asas de alumínio* e *Poeira do Caminho* (José Dias de Melo), bem como *Relação de Bordo* e *A Tabuada do Tempo. A lenta narrativa dos dias* (Cristóvão de Aguiar), indiferentes não ficamos à textualização de tantos lugares de memória e memórias dos tempos, cristalizados numa ilha cronótopo - e “Sair da ilha”, como escreveu Daniel de Sá em *Ilha Grande Fechada*, “é a pior maneira de ficar nela” -, configurando tanto o processo de escrita como uma escrita da açorianidade, traduzida pela sempiterna dicotomia atração e repulsa, afastamento e saudade, cansaço do isolamento e anelo do retorno.

*“Dias antes de partir, telefonaram-me da TAP em Ponta Delgada:
É o Senhor João Dias de Melo?
Dias de Melo – sou: José Dias de Melo. João é que nunca fui.”
(1990: 25).*

Sem enveredarmos pela exegese (frutífera, sem dúvida) dos artigos de intervenção cultural publicados na página literária do jornal *A Ilha* (manifestação açoriana do neorrealismo português) e assinados por Borges Garcia, sem atentarmos na especificidade da literatura de feição açoriana⁶⁴⁵, evitando adjetivos de cariz valorativo como “regionalista” ou “localista” e “universalizante”, sem nos determos com minúcia nas linhas de força definitórias da identidade (e subsequente alteridade) do ilhéu (de entre as quais avultam o hábito da emigração e a religiosidade popular), sem abraçarmos os momentos ‘fortes’ da produção literária do Arquipélago, incorrendo no risco de uma tipificação simplista e de uma confrangedora hierarquização (de que não raro padecem as antologias), e sem aprofundarmos a análise de uma só obra, antes optando pela abordagem comparatista da

645 Ver, a este respeito, Barros (1981: 85): “O problema da açorianidade literária só pode ser compreendido no âmbito mais geral dos problemas que se colocam mundialmente relacionados com as regiões. Descentralização, defesa dos valores culturais das comunidades com caráter próprio, aspirações a autogoverno, são fatores que caracterizam a irrupção dum dado político novo na Europa dos anos 70.” [publicado inicialmente em *Açores. Contexto* de 26 de Junho de 1980].

obra plural de dois escritores lusitanos de renome, quedemo-nos no romance *Pedras Negras* de Dias de Melo⁶⁴⁶, cuja obra revela, segundo Álvaro Oliveira, a “heroicidade da vida de algumas dezenas de pessoas a quem a miséria obrigou a enfrentar situações de perigo, a par de outras impostas, de forma injusta, por quem mais lucrava com o resultado da caça à baleia.”⁶⁴⁷

O protagonista Francisco Marroco e seu amigo João Peixe-Rei, casado com a Idalina (que está à espera de um bebé), decidem abandonar a “Ilha que escorraça a gente” - onde “cada freguesia é uma jaula dentro da jaula maior que é a Ilha.” (2003: 128) -, cenário de secas brutais e de violentas tempestades, e embarcar de salto no “Queen of the Seas”, navio da praça de New Bedford, onde se tornam baleeiros: “*She blows!* - gritaram os gajeiros. - A barlavento! Um cardume!” (2003: 48). Um pesadelo recorrentemente premonitório de João Peixe-Rei firma a sua morte iminente e a errância de Marroco por terras da América, quer no rancho do desumano Albano Passarinho, quer na miséria revoltosa partilhada com “os trampas”, quer no oásis que se revela, por fim, o lar de Miguel Parreira. Cerca de dezasseis anos volvidos sobre o seu êxodo e na posse de dezasseis mil dólares, o “senhor americano” regressa às picarotas “pedras negras”, casa com a sempiterna bem-amada Maria da Roque, auxilia monetariamente a viúva de Peixe-Rei e seu filho Joaquim, alcunhado o “sábio”, e vê-se financeiramente solicitado (ou, melhor dito, assediado...) pela gerência da Companhia Baleeira, pelos mordomos da Irmandade do Espírito Santo e pelo recém-criado Banco da Nossa Senhora da Vida. Tem, porém, a História, individual e coletiva, desígnios que ironicamente contraditam o Destino à partida afortunado: no *explicit*, Maria da Roque acaba por falecer, o Banco da Nossa Senhora da Vida (mau grado os encómios do Professor) vai à falência e o primogénito de Marroco é encarcerado pela via da indignidade gananciosa de Joaquim, filho de João Peixe-Rei, que Marroco se aprestara paternalmente a socorrer.

“Francisco Marroco [...] Sentia-se repentinamente velho, muito velho, muito velho.

Regressou a casa para sempre sucumbido.

Era noite.

E naquela noite, como em tantas outras, não havia estrelas no céu.” (2003: 171)⁶⁴⁸.

Nesta narrativa, cuja temporalidade explícita medeia entre o fim da Monarquia e a Segunda Guerra Mundial⁶⁴⁹, a memória detém, temática e estilisticamente, inegável papel de relevo. Assim é que Francisco Marroco, criança ainda, se lembra de ouvir o Avô lembrar-se do Ano da Fome, ocorrido nos seus tempos de rapaz, chegando ao ponto de ser assolado pela grata impressão da imagem de sua Mãe, contemplando-o ternamente, e pela de seu Pai, “cigarro no canto da boca e a viola apertada contra o peito...” (2003: 25). Do mesmo modo, não se coíbe João-Peixe Rei, homem feito, de contar ao jovem Marroco o que o Padre Velho, *in illo tempore*, contava sobre o funesto Ano do Fogo:

“ - Em quase todos os cabeços da Ilha se abria a bocarra duma caldeira: cada cabeço fora um vulcão e cada caldeira uma cratera.” (2003: 29).

Se tal memória é voluntariamente convocada, enraizada que está na *Memória das Gentes*, o mesmo não sucede com determinados quadros do passado que, doravante revisitados, constituem trampolim para uma justaposição de imagens sobrelevando os tempos de antanho em detrimento dos tempos hodiernos, já que a imaginação e a

646 Segundo J. H. Barros, “Dias de Melo, logo depois de Vitorino Nemésio, tem sido para nós, Ilhéus, a razão mais segura para falarmos descomplexadamente duma literatura açoriana integrada na literatura portuguesa mas mantendo elevado grau de autonomia [...]” (1981: 144).

647 Cf. Oliveira, Álvaro (2008) “*Em memória de Dias de Melo*” in *Maré Cheia, Página de Artes e Letras do Portuguese Tribune*, 26-27. Ver, também, na mesma página literária, “*Um escritor livre*” de Daniel de Sá: “[Dias de Melo] estava presente [...] com a sua palavra iluminada e iluminadora, com o seu talento de escritor reconhecido como grande, enorme, sem precisar de peregrinar pelas ‘capelinhas’ onde se decide o mérito na capital da Pátria e da cultura portuguesa.” Esta referência bibliográfica foi-nos gentilmente cedida pelo Dr. Chrys Chrystello.

648 As estrelas no céu parecem ser uma constante do *explicit* dos romances de Dias de Melo. Ver, a este respeito, o final de *Das velas de Iona às asas de alumínio*: “E eu... aqui... nesta migalha da Ilha perdida no meio do Atlântico Norte... Sentado a esta mó velhinha... neste recanto deste pátio votado ao abandono em frente à porta da loja, que já foi adega, nos baixos da minha Cabana do pai Tomaz... Só... aqui... eu... Com as estrelas na cúpula da catedral da noite... E com este livro nas mãos...” (1990: 289).

649 “[...] o Manuel Ratinho estava dando milho que era para o povo votar com ele e deitar abaixo o rei e pôr a república a governar [...]” (2003: 75); “Terminada a Primeira Grande Guerra, tanto se agravava que se tornava quase insustentável a situação da companhia baleeira local.” (2003: 149); “O óleo, com a guerra que deflagrara - a Segunda Guerra Mundial -, atingia preços nunca supostos antes.” (2003: 165).

memória comungam da presentificação do ausente, diferindo, contudo, no tocante à fenomenologia da lembrança: enquanto a primeira suspende a realidade e advoga o irreal, preconiza a segunda o retorno a um real transato (Ricoeur, 2000: 53-54). Assim sendo, a bordo do “Queen of the Seas”, e após remar como um “nice baleeiro”, do ponto de vista do piloto, Marroco “não *via* botes, nem homens, nem mar - mas só a Ilha, em seu coração, e a Mãe, e o Pai, e Maria.” (2003: 51). Curioso se torna assinalar o recurso frequente a este verbo de percepção grafado em itálico: ao som dos gemidos dolentes da viola do cabo-verdiano Tony, Marroco “*via* - no luar que lhe chegava ao coração - o pai, com a sua viola, Maria, naquela noite de vindima inundada também de luar formoso...” (2003: 62). Por seu turno, ao receber uma missiva de sua Mãe Isabel - esse excelente pastiche epistolar elaborado por Dias de Melo e primando pela típica ausência de pontuação -, os seus olhos “cegos para o mundo autêntico que o rodeava, só *viam*, por detrás da névoa das lágrimas, o mundo que estava dentro da sua alma.” (2003: 77). O *acmé* desta visão interior, expressão presentificada da lembrança carreando a óbvia alienação do universo circundante e a subsequente cristalização de um cosmorama que o silêncio quebrou, não tarda a ser operacionalizado pelo verbo estativo *estar*, assinalado igualmente com itálico: com efeito, no rancho de Albano Passarinho, “Francisco Marroco *estava* lá, na Ilha, em casa dos pais, sentado na esteira, na cozinha, numa noite de inverno.” (2003: 78). Trata-se, com efeito, da imagem espacial e espacializada do passado, apogeu da fenomenologia da memória.

Ora, se a memória afetiva redundava numa impressão espoletada pelo choque da recordação, se a memória imaginativa reconstrói, a partir da imagem veiculada pela lembrança, o sentimento que se julgou ter vivenciado em dada altura, se a memória sensitiva invade o ser da sensação de outrora e se a memória romântica o impele a percorrer de novo caminhos já trilhados⁶⁵⁰, Dias de Melo é, sem margem para dúvida, o poeta das *memórias da Memória*, sobretudo em *Milhas Contadas*⁶⁵¹, romance-trajectória de evocações incessantes variavelmente focalizadas por Pedro António, por Eugénia e por Maria da Cruz. Recolhido ao leito no silêncio do seu quarto da Residencial da Duque de Loulé - “Vai adiantada a tarde morrinhenta.” (2002: 15) - e tão-somente interrompido, nas suas digressões memorialísticas, pela solicitude filial da empregada Ilda, Pedro António enceta, titubeante, a redação de uma carta, de contínuo recomeçada e retomada⁶⁵², à família de Maria da Cruz, cuja notícia do passamento lhe foi comunicada por telefone. Uma pergunta de resposta dúbia se lhe aflora ao espírito: “porque me aparteí da Ilha, da Freguesia?” (2002: 33). A partir do III Capítulo, desfilam, por ordem cronológica que tende a baralhar-se no prosseguimento da narrativa, os seus difíceis princípios de vida na Capital, o seu primeiro encontro e ulterior matrimónio com Eugénia, as viagens efetuadas pelo casal, todos os anos, por alturas do verão, a bordo do *Lima* “cinquentão” e do ainda relativamente novo *Carvalho de Araújo*, a doença e o falecimento da Esposa e o calvário atual da sua solidão.

Original se afigura, a todos os níveis, o processo evocativo em cadeia - centrado nessa velhinha, Maria da Cruz, que ele deixara enferma na Ilha -, explanado ao longo da escrita da epístola, num discurso pontuado pela significativa alternância dos tempos passado e presente (2002: 121). Pedro António, num fim de tarde invernos prolongando-se pela noite de vendaval e pela madrugada de promissora tempestade, tanto recorda a vida de Maria da Cruz, por ela contada num outro tempo, como o seu exame de quarta classe e de admissão aos liceus (num passado remoto), a emigração de seu Pai para a Califórnia, a doença de sua Mãe, a amizade de Eugénia por Julieta (única a conhecer o segredo da sua esposa, ou seja, a sua doença) e, num passado próximo, o seu casebre, qual “cabana” ou “palácio” (2002: 79), na Freguesia sita nessa “terra perdida no meio do mar” (2002: 36): “*Tem [Pedro António] a impressão de que ali, no seu quartinho, vê, sobretudo de que ouviu Maria da Cruz, tal e qual a ouvia em criança, em moço, mais tarde, homem feito e casado, [...]*” (2002: 121). Tal revivescência dos tempos do Tempo (que a memória dos sentidos, primacialmente visual e auditiva, concretiza) é escandida, por entre a névoa de fumo do cigarro que o homem que recorda acende - muito embora lúcido quanto à interdição do gesto -, pelos silêncios discursivos, pelas sequências fracionadas de palavras, pelas reticências frequentes ou, por outras palavras, pelo silêncio do “telling” na sua relação com a diegese. Assim é que a palavra perdida se transmuda em

650 “Francisco Marroco [...] Reencontrava a antiga paisagem, a antiga gente - e reencontrava nelas a sua alma de menino e jovem.”

651 Este ditado popular de Santo Amaro, Pico, aparece em *Pedras Negras*, numa carta endereçada pelo Pai ao protagonista: “[...] somos dois barcos velhos e arrombados que chegaram ao fim da viagem no mar revolto deste mundo que isto quando as milhas estão contadas já a terra está à vista [...]” (2003: 86-87).

652 “Para, hesita, pondera o tratamento a dar às pessoas a quem se vai dirigir... *queridos amigos... companheiros, queridos companheiros...*” (2002: 16).

palavra do implícito e em silêncio voluntário, pela via do qual vai apelando o protagonista-narrador (mediante a focalização interna) para a faculdade de dedução do narratário, o qual intenta preencher os pontos de indeterminação ou os vazios textuais conducentes à plenitude do verbo. É o caso, no capítulo VII, da aquisição, por parte de Pedro António e de Eugénia, de uma propriedade, na Freguesia, “*para se acolherem durante as férias, as vindimas, depois de reformados por mais algum tempo... até... [...] e a morte a aproximar-se, a aproximar-se... tanto... tanto...*” (2002: 78). É o caso, ainda, das suspeitas, paradoxalmente iniciais e tardias, nutridas por Pedro António a respeito da doença de Eugénia que, certo dia, se levanta, “*entra em casa... apressada... A princípio... Todavia, um não sei quê no interior de Pedro António, que pondera, ‘parecia fugir...mas de quê?’, [...]*” (2002: 96). É o caso, também, da urgência em ganhar o pão nosso de cada dia, pois “*sempre assim foi, murmura Pedro António lembrando-se de...*” (2002: 139). É o caso, por fim, da ida ao consultório do Dr. Damásio, “*O Dr. Damásio... no consultório... na vila...*” (2002: 159). Às vezes, é a própria mancha tipográfica, mercê de um maior espaçamento, a constituir prova flagrante da palavra obnubilada ou dirimida por tempos justapostos.

“E a lembrança da morte da Mãe, há tantos anos, dos Avós, do Pai... doutros, muitos outros. E a morte de Eugénia.

O bruá da rua, da zoada indefinida vinda do perto e dos longes da cidade...” (2002: 84).

Em contrapartida, embora contando um número menor de ocorrências, torna-se o implícito textual explicitamente verbalizado, a ponto de explicar, pela decifração da metáfora conducente a um protocolo adequado da leitura, o título da obra.

“Assim se foram passando anos e anos, os velhos tornando-se mais velhos, contando as suas milhas até que a morte os levasse, os novos, os homens e as mulheres de meia-idade começando a ser velhos, acabando mesmo por, bem contadas as suas milhas, entrarem, por sua vez, na velhice...” (2002: 79-80).

Uma outra característica da arte originalíssima e do estilo inconfundível de Dias de Melo reside no uso e no abuso expressivamente inéditos dos parênteses, cujas funções se revelam variadas, indiciando:

A intrusão do narrador na interioridade da personagem, com o fito de lançar a dúvida quer sobre os seus sentimentos quer sobre as suas ideias, aparentemente explanados e exaradas de modo perentório: “Porém, continuando calada [Eugénia], convencida (ou não estaria convencida?) de que aquilo não era mais que um faniquito sem a mínima importância (acreditaria?), [...]” (2002: 91).

O tentame de encontrar uma eventual explicação para um facto deficiente e superficialmente apresentado: “[...] a velha muito velha, mais velha que uma múmia [...] rosto de formiga encarquilhado e mais que encarquilhado, corpo esquelético, mãos deformadas (reumatismo?), [...]” (2002: 108).

O desejo de fornecer uma informação, suplementar mas não supérflua: “[...] é Ilda, a empregada, sempre atenta em o cuidar, mormente em lhe servir pontualmente as refeições fornecidas (menos o pequeno-almoço à conta da residencial), [...]” (2002: 29).

A disponibilidade para desfazer uma dúvida suscetível de entrementes surgir: “[...] lá estava [Pedro António] a vê-los chegar, ao Lima ronceiro, ao Carvalho de Araújo dançarino (o navio, não o herói com cujo nome o batizaram), [...]” (2002: 37-38).

A solicitude em abdicar da focalização interna e em deslocar a palavra para o campo de visão do protagonista: “Sentado à escrivaninha, a noite a correr, [...] (‘não há maneira de conseguir livrar-me desta porcaria’ [cigarro]), Pedro António rememora.” (2002: 87).

O deleite na construção de um fragmento textual de dominante descritiva, mediante recurso à enumeração ou ao inventário: “Manhã adiantada, no salão refeitório (mesas postas, toalhas alvas, boas loiças, talheres de bom metal luzidío - loiças e talheres marcados com o emblema da companhia proprietária do navio -, mesas envernizadas, paredes pintadas de cores agradáveis), [...]” (2002: 61).

Ora, se o narrador, pela via da memória voluntária e afetiva, vai coadjuvando o narratário na colmatação dos silêncios do romance em apreço, o autor-narrador-protagonista, na obra confessional, não se furta, avançando na idade, a fazer jorrar uma palavra pletórica, mercê das oscilações contínuas entre plenitude e vazio, assim como da percepção idílica do passado revolvido a partir do doloroso presente: “*Le passé est-il l’avenir des gens*

âgés, ou plutôt leur refuge?” (1999: 304). Percorrendo as laudas de *Das velas de lona às asas de alumínio*, crônica da viagem de Dias de Melo à Califórnia para a sessão de lançamento de *Dark Stones*, deparamos com uma lúcida reflexão sobre o fenómeno emigratório, sobre a difícil adaptação do emigrante, sobre o desembarque dos antigos baleeiros - designados por *Eles* (em itálico e com maiúscula)⁶⁵³ - à Calafona, em navios cujos porões abarrotavam de azeite, sobre as “dolas” enviadas à família pelos “senhores americanos” ou, mais recentemente, pelos “senhores canadianos”, sobre o *modus vivendi* dos Portugueses, em verdadeiros guetos, na Califórnia (onde pulula a grande maioria das gentes do Pico) e, sobretudo, com a obsessão quase patológica pela sombra do Pai que, ao espoletar a memória silenciada, vai ritmando as distintas estórias da História e unindo coerentemente os seus fios dispersos: é o casamento do Ti Luís Fernandes com a menina Piedade, é a velha casa do Ti António Garajau, é o professor azedo que teve, lá na Freguesia, o Clarêncio, é a ausência saudososa da esposa que o autor perdeu e, para mais não citar, é a descrição, esboçada por patamares, da sua “Cabana do Pai Tomás”. Narrativa de viagem em dois tempos distintos - assinalados pelo título sinedóquico (“velas” - navios / “asas” - aviões) e sustentados pela recorrência da forma verbal “Lembro” e do presente iterativo “Relembro”⁶⁵⁴ -, Assiste-se à emergência do passado longínquo no silêncio da memória, entre o *lá* e o *cá*, entre a Ilha, “aldeia do Continente”, e a América “de contos de fadas” (1990: 88), de modo tal que os Açores se sobrepõem ao sonho americano, erguendo-se, altaneiro, o Pico sobre os espaços urbanos da Nova Inglaterra e delindo-se as fronteiras entre o Aquém e o Além.

O mesmo processo evocativo perpassa em *Poeira do Caminho*, jornal íntimo assumindo uma originalíssima forma epistolar - “Nos escritos que se seguirão, quase todos, se não todos, sob a forma de cartas, que em grande parte te serão dirigidas, suprimi, pelo menos algumas vezes, as *formas* com que habitualmente às cartas começamos e acabamos.” (2004: 16) -, onde Dias de Melo desnuda a sua alma mediante uma linguagem plural de incontestável riqueza. É o próprio autor, aliás, a confessar a sua abdicação de uma ordem cronológica linear (contraditando, desta feita, a autobiografia tradicional), bem como o seu anelo em coligir as lembranças que vêm, esporádicas, à memória e em relembrar as figuras que, efémeras, nela se levantam. Tais anacronias, analépticas e prolépticas, são traduzidas à saciedade pela sobreposição de expressões temporais remetendo para as reminiscências do passado ou para as vivências do presente e enrodilhando o tempo que já foi no tempo que ainda é. Afinal, no “antigamente”, A Festa de Lourdes era a Festa das regatas de “botes baleeiros, autênticos baleeiros”, enquanto, hoje em dia, a Festa de Lourdes integra “as regatas dos baleeiros a fingir” (2004: 188); também, em tempos idos, tinha o diarista o hábito de contemplar a “frondosa faia do lado de fora da janela” (2004: 113), agora reduzida, embora sempre de pé - e de pé muito provavelmente quando ele já não pertencer a este mundo -, a um mero esqueleto (2004: 114); do mesmo modo, nas eras passadas, não faltavam visitas a comprar vinho - “custava menos que na taberna” -, produto dessa velha vinha que cedeu, presentemente, espaço a um matagal (2004: 114, 117); noutros tempos, era sólito ir-se a pé à festa da Senhora da Piedade, atravessando uma canada antiga que, no decurso dos anos, se foi transformando em caminho corrente, por onde circulam automóveis e carros de praça - porquanto “ainda aqui não chegou a designação de táxi” (2004: 220) -, que transportam lestantemente as pessoas para o arraial; antanho, as adegas legadas pelos antepassados eram “singelas e bonitas” (2004: 246), contrastando e destoando das “construções completamente novas” onde se guarda, hodiernamente, o vinho envasilhado. Afinal, quando setembro chega, inaugura-se a época “de grandes trabalhadeiras que são sempre uma festa de grande alegria. São... Eram.” (2004: 195). Nos meandros deste passado irreversível, Dias de Melo ou o que homem que sabe recordar revê os seus amigos de escola, o Artur, o Cardoso e o Rui (2004: 75), a aventura (que poderia ter sido fatal, mas que o não foi) no mar com o Artur (2004: 142), a Tia Cecília - “admiradora incondicional de Salazar” - que o preparava para o exame de admissão aos liceus (2004: 131), os serões por tempo de inverno à luz das candeias (2004: 103), o seu namoro com a Maria Simas (2004: 173), o passeio à serra com Edna no ano do seu casamento (2004: 156), a valentia heroica de José Garcia (2004: 127), a honestidade e orgulho do Ti Luís (2004: 204), o adoecimento e o passamento de Edna (2004: 178), a doença de Maria Simas e da prima Maria Silveira (2004: 178) e - “Isto lembrando” (2004: 231) - a amizade da

653 “E *Eles*, daqueles nove penhascos que são as nossas nove Ilhas, vinham. Embarcavam de salto, nos recantos mais escusos da costa, pelo escuro da noite, fugidos à Lei e aos homens da Lei, [...] *Eles*, de vaga em vaga, de furacão em furacão, de calmaria em calmaria, atrás dos rabos das baleias pelos oceanos todos do Mundo todo. [...] *Eles* - meses e meses, anos e anos.” (1990: 8-9).

654 Muitos exemplos podem ser respigados neste romance de Dias de Melo: “[...] lembro-me... com saudades... Há quantos anos!” (1990: 46); “Relembro... A infância e a adolescência na nossa Terra, [...]” (1990: 112); “Lembro...” (1990: 154); “Lembro a Tia Prudência.” (1990: 233); “E lembro...” (1990: 235); “Lembro-me... na Ilha...” (1990: 267).

Alvarina que “me cuida da casa, das minhas coisas tal qual fossem suas e de mim próprio como de um pai” (2004: 179).

Mestre na arte da revivescência (cruzando-se não raro com o realismo cru inerente à temática baleeira), Dias de Melo não deixa de se revelar um exímio linguista: na verdade, tanto se queda nas diferenças de tratamento por *Ti* e por *Tio* e no uso, tendente a sumir-se, do lexema “Mestre”, como se debruça sobre a provável origem anglo-saxónica do termo “raite”, sobre a semelhança, a nível do formato, entre a portuguesa “espeida” e a “spade” americana e sobre a identidade do referente que os diferentes significantes - “jaquinzinhos” e “chicharros” - traduzem.

Por sua vez, as considerações que tece quer sobre o processo da escrita quer sobre a escrita da açorianidade - e que passaremos a cotejar com aquelas de Cristóvão de Aguiar em *Relação de Bordo* e na *Tabuada do Tempo*⁶⁵⁵ - afiguram-se de importância capital, em termos de escrita autobiográfica⁶⁵⁶. Tal cotejo, conquanto incipiente, tanto revela a amizade e a admiração recíprocas como as afinidades estético-espirituais entre os dois nomes sonantes da literatura de feição açoriana: na verdade, se Cristóvão de Aguiar era visita frequente e benquista da “Cabana do Pai Tomás” (2004: 43), não se inibiu Dias de Melo - autor dessa comovedora homenagem ao povo açoriano intitulada *Vinde e Vede* - de confessar a sua profunda admiração por *Raiz Comovida*, consoante testemunho do autor de *Relação de Bordo*: “O escritor Dias de Melo, homem açoriano da Ilha do Pico, que trouxe para o conto, o romance, a crónica, a luta desatinada dos homens das Ilhas [...] confessou-me, na sua gigantesca humildade, numa carta sobre *Raiz Comovida*: ‘Continuo sem encontrar palavras que lhe digam quanto *Raiz Comovida* me emocionou. [...] Mas, Cristóvão de Aguiar, você foi mais longe do que eu. Você quebrou todas as amarras que ainda me prendiam. Regozijo-me - sinceramente, muito sinceramente, me regozijo por isso!’” (1999: 226).

José Dias de Melo	Cristóvão de Aguiar
“Neste livrinho [<i>Poeira do Caminho</i>], que será simultaneamente um diário do que me recordar da vida que já vivi e da vida que irei vivendo [...]” (2004: 8) / “Tudo irei passando ao papel, sem uma ordem previamente estabelecida, antes como me for, ao acaso, vindo à lembrança.” (2004: 9).	O livro <i>Relação de Bordo</i> é subtintulado “diário ou nem tanto ou talvez mais”: “De tarde, prometi solenemente a mim mesmo continuar a escrever este despretenso diário [...]” (1999: 194) / “Tenho de facto facilidade em me transportar a outras épocas da minha vida e revivê-las quase com a mesma intensidade com que as vivi.” (2007: 74-75) / “A memória atixa-se-me num som, num cheiro, num toque, numa cor.” (2007: 80).
“[...] não se escreve por distração, muito menos por brincadeira.” (2004: 11).	“Considerarei sempre a escrita a única maneira válida de me apresentar documentado na vida.” (1999: 304) / “Mas o simples facto de te sentares à banca do trabalho e reiniciares a lavoura das palavras é-te tão custoso, [...]” (1999: 332).
“[...] a criação artística - escrever é criação	“Quando estou em período de criação [...] extravaso todas

655 Atentar nas palavras de Eloísa Alvarez (porta-voz do Júri do “Prémio Literário de Miguel Torga”) que integram o “Prólogo” de *A Tabuada do Tempo*: “A aparente insignificância de cada instante do dia ou da noite é transcendida por Cristóvão de Aguiar com a paixão de quem vive esses momentos como se fossem os últimos, os decisivos da sua vida: ungiendo-os - como se de um feito religioso de tratasse - com o amor, numa sacralização invasora que inclui quer o erotismo referido a Ela, quer o humanismo com que contempla o Outro, um Outro que, além de incluir o Homem, contempla também os bichos [...] e a própria Natureza.” (2007: 11).

656 Na perspectiva de Dias de Melo, toda a obra ficcional detém uma inegável matriz (auto)biográfica: “[...] (e, como o pintor os seus retratos, o escultor as suas estátuas e os seus bustos, não é de pessoas autênticas que qualquer romancista, novelista, contista, dramaturgo, cria as suas personagens?)” (2004: 105).

656i “De resto, o Daniel, sempre, numa modéstia impressionante, porque isolado na sua terra natal, a Maia do seu grande amor, a apagar-se perante os demais é, quanto a mim, um dos mais notáveis escritores do século passado nascido nestes rochedos.” (2004: 224).

656iii “Edição muito boa. Pela Tradução [*Dark Stones*], rigorosamente fiel [...] ao original português, do Dr. Gregory McNab [...] pela capa, muito bela, [...] pela apresentação gráfica, com a composição, perfeita, e a revisão, garantem-me os mais exigentes, sem uma gralha - e assim perco a minha realza de *rei das gralhas*, para a qual me proclamaram os dois traficantes da Literatura que me publicaram, em Portugal, os meus dois últimos livros [...]” (1990: 41).

XIV Cf. Dores, Victor Rui (2008) “Viva Dias de Melo” in *Maré Cheia*, Página de Artes e Letras do Portuguese Tribune, 26-27.

<p>artística - é um ato de solidão. Criação artística que começa quando o pensamento, o sentimento, mentalmente elaboram o que o escritor vai criar.” (2004: 13).</p>	<p>as medidas e depois fico desasado.” (2007: 78) / “[...] só precisava de quatro semanas isolado, para pôr a escrita em dia.” (2007: 77).</p>
<p>“[...] quem escreve não pode deixar de ler, e muito, não para imitar, ainda menos para copiar seja quem for, mas para, com os outros, aprender.” (2004: 106).</p>	<p>“Nunca nenhum destes escritores [Aquilino, Vergílio Ferreira, Eça de Queirós, José Régio, Miguel Torga] me desiludiu, nem nunca deixei de aprender com as suas obras [...]” (2007: 283).</p>
<p>“ - Eu escrevia diretamente na máquina de escrever, agora é no computador, mas sempre com a esferográfica à mão, para as correções. E, com frequência, começo por ditar o que vou escrever para o gravador.” (2004: 40) / “[...] Isto de, com a minha idade, me meter com estas maquinas prodigiosas... [...] com este bichinho, [...]” (2004: 19).</p>	<p>“À conta da leveza fui sentar-me imediatamente ao computador, a minha lareira portátil a que me aqueço e às vezes me desaqueço [...]” (2007: 297-298).</p>
<p>“[...] e em casa, pacientemente corrigindo, polindo, passarei ao computador.” (2004: 255).</p>	<p>“Tenho andado embebido no meu trabalho de coligir, podar e limar [...] mas estou sempre a alterar, a cortar de um lado para aumentar do outro, o costume.” (2007: 74, 76).</p>
<p>“Os textos nestas solitárias caminhadas gizados são de guardar para, em chegando a casa, os começar a passar ao papel, agora ao computador. [...] O falar, refletir a sós, vale muito, [...]” (2004: 14-15).</p>	<p>“Os meus passeios, a pé, são sobretudo isso: uma viagem por mim dentro a par da outra, que os pés vão empreendendo...” (2007: 106) / “ [...] apetecia-me fazê-lo [passear] lá fora, para poder pensar direito e escrever algumas linhas de prosa poética [...]” (2007: 185).</p>
<p>“Penosa, sempre, a adaptação do imigrante. Nesta área dos Estados Unidos, enxameada de micalenses, as gentes do Pico, das outras ilhas, do Continente, não passam de uma gota de água.” (1990: 36).</p>	<p>“Quer nos Açores quer em terras da América, continua o Povo Açoriano a ser vítima do destino. Já não bastava a emigração, que é sempre dolorosa e deixa marcas profundas.” (1999: 175).</p>
<p>“O emigrante/imigrante parece que fica, para todo o sempre, com a alma repartida: aqui, <i>vivendo</i> lá, se daqui nunca mais se parte - lá, <i>vivendo</i> aqui, se daqui se parte e por lá para o resto da vida se fica...” (1990: 267).</p>	<p>“ [...] doença do emigrante. Nunca está bem em parte nenhuma. Ou melhor dizendo: cá, lembra-se da América [...] lá, lembra-se do lado de cá, [...]” (1999: 206).</p>
<p>“Na pobreza da Ilha [...] ajuda preciosa as <i>dolas</i>, [...] e a <i>encomenda</i>, [...] perante os olhos da família deslumbrada com tantas abundâncias, louvado seja Deus, e consolada com aquele <i>cheirinho à América</i>.” (1990: 88).</p>	<p>“Nesse tempo de inocência ainda intacta, as coisas vindas do Novo Mundo eram únicas e tinham um cheiro especialíssimo, as narinas captavam-nas a grande distância...” (2007: 205).</p>
<p>“[...] passei, desde menino, a vida inteira a sonhar com este momento: o de <i>estar</i>, com os meus pés, o meu corpo, o meu coração, neste cais, [...]” (1990: 56) / “Desde que me conheço, de muito criança, oiço, constantemente, falar da Califórnia.” (1990: 87) / “Mas os que ficavam para sempre na terra natal criaram e acreditam piamente na maravilha da <i>sua</i> Califórnia, [...]” (1990: 90) / “[...] paraíso fabuloso da fabulosa América.” (2003: 11).</p>	<p>“Tanto sonhei com a terra da América nos meus tempos de rapaz, na Ilha, onde de resto era este o sonho mais comum de quem começava a botar vulto, [...]” (RB: 231) / “- Ó mestre, já sabia que estavas cá na América [...] bem-vindo sejas a esta terra da promessa do Novo Mundo, a maior e mais rica nação do planeta - [...]” (1999: 240).</p>
<p>“[...] Ilha perdida no meio do Atlântico [...]” (1990: 90) / “Este apego a estas quatro paredes...”</p>	<p>“Quanto aos locais por onde passei e vivi, refiro-me à Ilha, com maiúscula, para mim uma entidade mítica; [...]”</p>

<p>a esta terra... a este mar..." (2004: 211) / "[...] aqui, no Pico, na minha Ilha, na minha Terra, [...]" (2004: 213) / "Tanto que, mais do que eu, os verdadeiros autores deste livro [...] são eles, esses homens e mulheres do Povo da minha Ilha." (1985: 10).</p>	<p>(2007: 283) / "Por seu turno, ela [memória afetiva] materializa-se na Ilha - mulher, ou na Mulher - ilha, às vezes mais Ilha, outras mais Mulher..." (2007: 286).</p>
--	--

A partir deste cotejo incipiente, sem pretensões a uma exaustividade forçosamente não exaustiva, podemos, desde já, avançar algumas conclusões de índole mais ou menos genérica.

O isolamento como condição *sine qua non* da escrita subjetiva ou escrita do eu, detentora de uma função profilática e terapêutica, que se assume como diário ou jornal íntimo(s), não raro repassado(s) de episódios autobiográficos, e que se configura em termos de autorretrato. Sendo o jornal íntimo datado, respondendo a autobiografia à questão "Que fiz eu?" e o autorretrato à interrogação "Quem sou eu?", torna-se lícito distinguir o autorretrato da autobiografia pela ausência de uma narrativa temporalmente linear, pela subordinação da narração a um 'mosaico' de elementos temáticos, pela construção de uma coerência alicerçada num sistema de rememorações, de retomas e de sobreposição de factos análogos. Não será o estabelecimento de tais analogias viabilizado pela memória (que não antecede a escrita, mas que dela provém...) e pelo silêncio (anterior à escrita, mas exteriorizado pela palavra)? Assim é que tanto Dias de Melo como Cristóvão de Aguiar imprimem, na sua obra intimista, uma certa descontinuidade à continuidade, um certo teor fragmentário ao absoluto da criação, firmando-se como autorretratas que, ao invés dos autobiógrafos e memorialistas tão-somente interessados em legarem à posteridade, perpetuando-os, os casos de vida narrados, insistem, humildemente, em serem lembrados como artesãos da escrita. A este respeito, Cristóvão de Aguiar não deixa de se questionar no que respeita à sua vocação de escritor, enquanto Dias de Melo hesita no que concerne ao 'género' de *Poeira do Caminho*: "*Serão [...] Crónicas com o formato de cartas? Crónicas, com o formato de cartas (não todas mas a maioria para ti) que sejam um diário de memórias?*" (2004: 19).

A escrita artesanalmente computadorizada, alquimicamente depurada, aprendida num atelier secreto de leitura e caracterizada pela inicial expansão eufórica, conducente, pela via de incessantes supressões (com as quais não deixariam de rejubilar os críticos de génica textual...), à condensação da ideia/substância na forma consubstancializada que tão bem se lhe adequa... Transmutam-se, nesta sequência, os passeios solitários em metáforas da escrita da solidão, da viagem interior aos "maelströms" e da poética da revivescência que, detentora de uma intensidade similar à da vivência original, percorre, num meteórico lapso de tempo, os dias lentos e os longos anos que o Tempo cristalizou.

A escrita da açorianidade, definida pela sempiterna oscilação entre dois cronótopos míticos (passíveis de alargamento a demais lugares da memória...), a Ilha e a América, pendularmente revisitados no passado e no presente. Por um lado, e para Dias de Melo, a Ilha é uma "cadeia" (2003: 128), espaço sacrificial de sobrevivência dos antigos baleeiros deserdados pela fortuna, terra de luta sofrida de todos os insulares que, mau grado as circunstâncias adversas, ainda vão acreditando num futuro menos agreste; por outro, surge a América como a "terra prometida", "santa terra" segundo Dias de Melo (2003: 73), torrão propício ao sonho do açoriano, qual 'judeu errante', que aí tanto entrevê a nesga da abertura e aventura pela Ilha sonogada como o repto de almejada prosperidade inviável no solo pátrio. Todavia, como tão perspicazmente afirmou Daniel de Sá em *Ilha Grande Fechada*, "Sair da Ilha é a pior maneira de ficar nela", frase antológica que, recorrentemente citada pela crítica, resume cabalmente a psicologia do ilhéu, a interiorização mítica da insularidade (como anotou Cristóvão de Aguiar), a atração transitória por um qualquer horizonte geográfico e, subseqüentemente, volvida a obsessão de partir, o imperativo de retorno à origem, encarada, por não poucos, como símbolo de regressão.

Para terminar, damos a palavra a José Dias de Melo, entrevistado por Vamberto Freitas em 1992: "*Terei, de facto, um vasto público? Não me parece. [...] Olhe, Vamberto, antigamente... Hoje, tudo mudou em mim. A escrita já não me traz alegrias nem tristeza [...] traz-me principalmente ocupação, e essa ocupação [...] é, mais uma vez me repito, o único modo que tenho encontrado, metido, geralmente sem ninguém [...] no meio de quatro paredes, não digo de vencer, mas de tornar tolerável a solidão. No que respeita ao 'ato muito especial que é publicar um livro', também, garanto-lhe, esse ato deixou de ter para mim o quer que seja de especial. Apenas uma coisa, uma*

só, lhe poderia conferir de novo algo de particular; seria ver, finalmente, um livro meu publicado completamente limpo de gralhas, Isso, sim, dar-me-ia, mais uma vez, uns momentos de grande alegria - se é que ainda alguma alegria posso ter." (1998: 200).

Dias de Melo, amigo de Daniel de Sá⁶⁵⁷ (seu confidente) e de Cristóvão de Aguiar, etnólogo nato - "De outubro a dezembro de 1980, andei pelo Pico de gravador às costas, de automóvel, [...] procurava quem me contasse coisas do antigo viver da nossa Ilha, coisas que, queiram ou não, constituem património cultural precioso, conservado na tradição oral do nosso Povo e prestes a desaparecer, [...]" (1985: 9) - e picaroto 'de gema' - "No Pico [...] não há separação definida entre gentes do mar e gentes da terra [...]" (1985: 9) -, poderá, finalmente, ter essa bem merecida "alegria":

À espera de nova edição, corrigimos as poucas gralhas - deste "rei das gralhas"⁶⁵⁸ que deixou de "escrever"⁶⁵⁹ a 24 de setembro de 2008 - de *Das velas de lona às asas de alumínio* e de *Poeira do Caminho*...

Referências Bibliográficas:

- Aguiar, Cristóvão de (1999) *Relação de Bordo (1964-1988)*, Porto: Campo das Letras, col. "Campo da Literatura".
- Aguiar, Cristóvão de (2007) *A Tabuada do Tempo. A lenta narrativa dos dias*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Barros, J. H. Santos (1981) *O Lavrador de Ilhas - I. Literatura Açoriana Hoje (1977-1980)*, Lisboa: Secretaria Regional da Educação e Cultura, col. "Gaivota"/24.
- Beaujour, Michel (1980) *Miroirs d'encre : rhétorique de l'autoportrait*, Paris : Éditions du Seuil, col. "Poétique".
- Freitas, Vamberto (1998) *Mar cavado. Da Literatura Açoriana e de outras narrativas*, Lisboa: Edições Salamandra.
- Didier, Béatrice (1983) *Stendhal autobiographe*, Paris : PUF, col. "Écrivains".
- Heuvel, Pierre Van Den (1985) *Parole Mot Silence. Pour une poétique de l'énonciation*, Paris : Librairie José Corti.
- Melo, José Dias de (1985) *Na Memória das Gentes. Gentes do Mar falam do mar e da Terra*, Lisboa, Vol. I e II.
- Melo, José Dias de (1990) *Das velas de lona às asas de alumínio*, Lisboa: Edições Salamandra.
- Melo, José Dias de (2002) *Milhas Contadas*, Lisboa: Edições Salamandra.
- Melo, José Dias de (2003) *Pedras Negras*, Lisboa: Edições Salamandra, 3ª edição portuguesa.
- Melo, José Dias de (2004) *Poeira do Caminho. Reminiscências do passado, vivências do presente*, Porto: Campo das Letras, col. "Instantes de leitura".
- Ricoeur, Paul (2000) *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*, Paris : Éditions du Seuil.
- Tadié, Jean-Yves & Marc (1999) *Le sens de la mémoire*, Paris : Gallimard.

88) ZÉLIA BORGES

MARIA ZÉLIA BORGES Mestra e Doutora em Letras/Linguística pela Universidade de São Paulo. Foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil

DIAS DE MELO E CAYMMI: DOIS AUTORES E O MAR MARIA ZÉLIA BORGES, PROFESSORA JUBILADA NA UPM, UNIVERSIDADE MACKENZIE SÃO PAULO, BRASIL

Em 2008, deixaram-nos, nos Açores e no Brasil, dois autores, irmanados pelo idioma, motivados pelo mesmo tema, o mar, mas antípodas na maneira de tratá-lo.

Falamos de Dias de Melo, glória dos autores açorianos e de Caymmi, compositor e cantor querido, motivo de orgulho também dos brasileiros.

José Dias de Melo nasceu em 08/04/25, em Calheta de Nesquim, Ilha do Pico e morreu em Ponta Delgada em 24/09/08, aos 83 anos. Dorival Caymmi nasceu em Salvador, Bahia, em 30/04/14 e morreu no Rio de Janeiro em 16/08/08, aos 94 anos. Nascidos no mesmo mês, abril, embora sob signos diferentes, seguiram caminhos diversos, embora ambos se fizessem, de fato, como artistas.

Dias de Melo foi professor inicialmente, passando, depois a fazer aquilo de que parecia mais gostar: escrever. Criou poesia em menor quantidade, dedicando-se mais ao romance, novela, conto e crônica em dezenas de títulos. Além da obra de ficção, fez, com trabalhos de campo, o levantamento da população baleeira da ilha onde nasceu, organizou uma espécie de dicionário temático da baleação, publicado em quatro volumes pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, sob o título de *Vida Vivida de Baleeiros*, com dados biográficos dos baleeiros picarotos. Há quem não aceite que o autor seja considerado a voz dos baleeiros açorianos, mas é como tal que mais o admiramos e, a tal ponto, que nos atrevemos a afirmar: Portugal continental tem seu canto épico n'Os *Lusíadas* e Portugal insular tem sua epopeia na trilogia baleeira de Dias de Melo, obra que poderíamos chamar de *Os Açoriadas*.

Três livros compõem a narrativa heroica ou saga a que Santos Barros nomeou “trilogia da baleia” e João de Melo considerou “o ciclo da baleia”: *Mar Rubro* (1958), *Pedras Negras* (1964) e *Mar pela Proa* (1976).

Os três livros narram sempre lutas, que veremos por partes:

luta dos baleeiros contra as baleias (Mar Rubro);

luta dos baleeiros contra a inclemência do clima e contra a inclemência do “homem lobo do homem” (Pedras Negras);

luta contra a procela, as marés e o vento enquanto rememoram a luta contra a aceitação de um destino imposto e contra o homem dominador (Mar pela proa).

1.1. MAR RUBRO: LUTA DOS BALEEIROS CONTRA AS BALEIAS

Melo (1980: 07), escritor que procurou caracterizar, em *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*, as diversas vozes de nativos das ilhas que cantaram sua terra, ao prefaciando *Mar Rubro* o apresenta como “narrativa fragmentária cerzida embora por múltiplos pontos de contato [...] não um conjunto de textos avulsos nem um texto integrado por uma sequência de conjuntos lógicos”. Aliás, o próprio autor vê a dificuldade de caracterizar precisamente sua obra, chamando os textos que a compõem de “crônicas romanceadas”.

O prefaciador assim apresenta a obra: “voz e oralidade dum tempo e dum lugar, aqui está a vocação açoriana dum escritor que até hoje sempre ignorou outros universos literários e se fixou e está de pé ao lado do trabalhador da terra e do mar da Ilha do Pico” (pp. 07, 08).

No segundo texto de *Mar Rubro*, intitulado “Terra de Baleeiros”, Dias de Melo (2008, pp. 32-34) traça um perfil da terra e do mar da Ilha do Pico, dos sonhos e da ambição maior de seus habitantes, que emigram mas voltam por fim. Arrola nomes de baleeiros e de barcos. Eis o que de tudo isto fala o autor, impregnado de afeto por sua terra e sua gente:

1.2. A TERRA NA ILHA DO PICO

[...] são belos os seus matos que, no alto e interior da Ilha, se requebram em curvas graciosas de colinas, montes, cabeços, montanhas revestidos de verduras, ou se alargam em ondulações suaves de planuras silenciosas atapetadas de erva abundante e fresca, marginadas e manchadas de longos renques e compactos bosques de cedros e azevinhos, de onde em onde alagadas pela pureza transparente das águas tranquilas de pauis e lagoas: os seus matos — com as nossas pastagens que nos sustentam os nossos gados. E belas estas vertentes que, lá em

cima, se desentranham do céu e se despenham e descem até aqui, ao recorte caprichoso e irregular das penedias da costa negra. Belas, salpicadas de magotes de faias, incensos, figueiras, retalhadas de currais de vinha e campos de milho, penteadas pelo perfil das casas modestas, vincadas pelos sulcos cinzento-escuro dos velhos e pedregosos caminhos.

1.3. MAR DOS AÇORES

E o mar? E o deslumbramento do mar, com a majestade das suas fúrias em dias de temporal, com a luminosidade do seu imenso azul quando, limpo o céu de negrimes de chumbo, o sol a tudo e a todos envolve em claridades de vida e alegria? E, neste mar, a epopeia das velas brancas dos botes dos baleeiros recortadas, vaporosas, leves, na neblina das distâncias. E, no porto, o remanso da *casa das botes* — *O lar* comum de toda a gente; e as esbeltas embarcações adormecidas, à espera, sob as suas telhas; e os velhos pescadores de monstros oceânicos a evocarem as suas façanhas espantosas...

1.4. OS HABITANTES DA ILHA

Nestes campos, ao longo destes caminhos, não há quem não tenha seu quinhão. Cada qual é senhor da terra que cultiva e da casa que o acolhe. [...]

Querem-lhe muito os que por cá nasceram. Daqueles que se foram para terras da América, num sonho ancestral de vagabundagem aventureira e cobiçosa, muitos são os que regressam. Primeiro, de quando em quando, a acalmar o bicho resinguento da saudade. Mais tarde, amealhada, ao preço de muitas canseiras, muitos sacrifícios - até de fome - a pequena fortuna ambicionada (ou parte dela) para nunca mais partirem.

1.5. SONHOS, NO EXÍLIO, DAQUELES QUE EMIGRARAM

Lá longe, traziam na alma a imagem sempre nítida destes matos, destas vertentes, destes campos, destas penedias negras, deste mar e destas velas brancas dos botes dos baleeiros. E a toada das ondas mansas, e o trevejar dos vagaredos em noites de temporal, que, com as doces cantigas maternas, lhes embalaram o sono de meninos; e as falas graves dos baleeiros que lhes encheram a imaginação de adolescentes com espantosas estórias de baleias - mais lindas e fascinantes que os contos de bruxas e fadas das avós piedosas e velhinhas.

Tiveram que ir penar mágoas, desbaratar a saúde, enterrar o melhor da própria vida num mundo que não era o deles para atinarem com o encanto de tudo isto.

1.6. AMBIÇÃO MAIOR DOS QUE REGRESSAM

É que alegria a do regresso definitivo! [...]

Com o seu regresso, se concretiza a sua última e mais profunda ambição. Compram uns palmos de terra que acrescentam aos que herdaram dos antepassados; constroem, em sítio vistoso da encosta, a casa em que aconchegam o seu lar; vão à pesca ao Canal nos barcos dos pescadores; arranjam lugar para ir à baleia nos botes dos baleeiros; e, pé em terra pé no mar, como os pais, como os avós, por aqui ficam vivendo esta vida calma de simplicidade antiga, igual à de toda a gente, até que adormeçam para sempre, junto ao mar, no Cemitério do Canto das Canadas, humilde e pequenino.[...]

Terra de baleeiros – vida de baleeiros.

1.7. NOMES DE BALEEIROS

No texto “A casa dos botes” aparece uma primeira lista dos baleeiros (p. 40), lista que não se esgota aqui, pois outros aparecerão no decorrer de novos textos. Apresentamos apenas alguns nomes:

Mestre José Faidoca – tido como o Mestre dos mestres -, que atingiu o cargo de oficial aos dezoito anos, sendo raríssimos aqueles que atingiram tão cedo esta posição (p. 51); o Capitão Medina; Mestre Manuel Faidoca; Mestre Manuel Faidoca Novo; Artur Faidoca; Antônio Faidoca; Mário Faidoca (um nunca mais acabar de Faidocas); Mestre Sebastião Machadinho; Mestre José Domingos; José Caçolha; Mestre João Silveira; Mestre João Graxinha; Mestre Bem-Feito; Antônio Racha que, com seus calafates, reconstrói o bote “Norberto” (p. 40)...

O Capitão Medina é apresentado como arquétipo dos picarotos (p. 64)

O Capitão Medina é a encarnação dos defeitos e das virtudes atávicas de todos nós: do nosso apego a estas pedras negras e a estas águas azuis, da nossa ânsia de partir em busca de novidades, riquezas, aventuras, por essas Américas fabulosas; depois, para os que conseguem lá chegar, da nossa saudade portuguesa, sempre a roer-lhe as entranhas, a espicaçá-los, a empurrá-los para a visita à Ilha que, para alguns, acaba no regresso definitivo.

É interessante notar que o prefaciador João de Melo (1980: 11) não parece muito contente com tais nomes, alegando:

Apresenta-se, a meu ver, uma única insuficiência na construção deste universo romanesco: a probabilidade talvez remota de certos nomes corresponderem a uma representação onomástica insular. Recorda, arbitrariamente, alguns desses tipos caraterológicos: mestres José e Manuel Faidoca, José Caçolha, João Graxinha, António Racha, João Preseta, de Mar Rubro; [...] É pouco provável que estes apelidos, sejam eles legítimos ou de gíria popular, se possam adequar ao contexto essencialmente originário da narratologia do autor. Este aparente desfasamento nada tem a ver com meras suposições de quem esteja de fora; pode, simplesmente, ser uma constatação legítima que nos venha da infância açoriana do trabalho e do pé descalço, tão povoada de *monizes*, *medeiros*, *tavares*, *pachecos*, *meios* e outras cadeias de afinidade inter-ilhas, como marcas perenes do povoamento. Daí eu estranhar que estes nomes raramente figurem nas estórias de Dias de Melo [...]

Nomes de lanchas

Natércia, Medina, Açoriana, Maria, Espartel, Rainha das Ervas, Maria da Fonte, Cigana...

e de botes

Andorinha, Atrevida, Norberto, São José, Cachaço...

Em dois momentos do livro se justifica seu nome *MAR RUBRO*:

[...] E o sangue avermelhava e enegrecia as águas, e as gorduras e as vísceras desventradas derramavam manchas esbranquiçadas, esverdinhas, nas águas — e as águas do porto, com o vaivém das marés, alastravam, vermelhas, negras, esbranquiçadas, esverdinhas pelo boca do porto fora. (p. 109)

Sangue! Sangue! O mar já não é azul. O mar, à nossa volta, torna-se vermelho, rubro — sombriamente rubro, sombriamente vermelho. (p. 164)

2. LUTA DOS BALEEIROS CONTRA A INCLEMÊNCIA DO CLIMA E CONTRA A INCLEMÊNCIA DO “HOMEM LOBO DO HOMEM” (PEDRAS NEGRAS)

O segundo livro da trilogia, *Pedras Negras*, constitui-se de três partes: a primeira sintomaticamente chamada de “A ilha escorraça a gente”; a segunda parte com dois subtítulos: “Pelos mares do mundo todo” e “Terra da América”; a terceira parte com três subtítulos: “Regresso à Ilha”, “O senhor americano” e “Desanda a roda do destino”. Este livro teve várias edições. Além disso, foi traduzido para inglês e japonês, sendo publicado nos Estados Unidos da América e no Japão. Sua última edição foi nos Açores, 2003, na qual o autor, em breve nota vaticinava: “possivelmente esta é a última edição deste livro em minha vida” (p. 5)

Seu protagonista é Francisco Marroco, chamado pelo prefaciador, Luiz Fagundes Duarte (2003: 14), de “paladino da açorianidade”. Aparece no primeiro texto, “O ano da fome”, com suas reminiscências da fala do avô que, por sua vez, rememorava tempos difíceis quando a Ilha foi assolada pela fome precedida pela passagem de um ciclone. Ouvia os mais velhos falarem dos abalos de terra, do fogo que surgira das pedras negras da Ilha do Pico. Pedras negras fora das casas, paredes negras dentro, mães embalando seus filhos cheias de ternura e medo, junto a homens com cigarro no canto da boca e viola de encontro ao peito, enquanto “andava lá fora o inverno a (P) tartaruga [N, K] thatharuga. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, -se nas paredes negras. Medo... Todos tinham medo...” (p. 25)

Muito jovem ainda, com doze anos apenas, aproximou-se de João Peixe-Rei, que lhe falava do Ano do Fogo, na Ilha já coberta de pedra: “Pedra por cima da terra, por baixo da terra, a transbordar da terra nos abismos do oceano!” (p. 28) E veio o Ano do Fogo, quando mais sofreram ao que ficavam à volta da montanha. Com a terra a

tremer, dezenas de bocas nas montanhas vomitavam pedras e lavas. “E quando a terra e o mar cessaram de vomitar fogo e pe(P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, (P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, pessoas, ouvira João Peixe-Rei o velho padre dizer. “E passado o cataclismo, quem pôde meteu-se pelos caminhos do mundo, principalmente para o Brasil.” Os que ficaram, na luta com a fome, doença e morte, arrumaram a terra que de novo deu o pão. E João Peixe-Rei dizia: “A Ilha escorraça a gente”. E o fazia com anos de seca, de ciclones, e o fogo que não fez promessa de nunca mais rebentar. Sonhava ele também sair da Ilha no navio de Capitão Grilo, que fora pobre na Ilha e embarcara “de salto³”, chegando a capitão de navio. E acrescentava Peixe-Rei: “Não é a terra do Pico que me há de roer os ossos!” (p. 36).

Juntos, Francisco Marroco e João Peixe-Rei “deram o’ salto⁴” na barca “Queen of the Seas” de New Bedford. Vários textos tratam da caça e retalhamento das baleias, das agruras da viagem: racionamento de água e alimentos; alimentos estragados e água insalubre de que se serviam; escorbuto; andança por todos os oceanos do mundo.

Depois de mais de três anos navegados, nas proximidades do Cabo Horn, enquanto se trancava uma baleia das grandes, quando a linha corria desenfreada, antes que o trancador a cortasse, João Peixe-Rei foi levado pela borda do navio num embrulho de linha, gritando, em agonia, pelo filho. Cumpria-se, assim, seu presságio de que não teria seu túmulo na Ilha do Pico.

Ainda machucado pela perda do amigo, Francisco Marroco, na amurada do navio, viu a América. Sem trazer consigo nenhum dinheiro de casa, só então ficou sabendo que não receberia qualquer “soldada⁵”. Esta ficaria para o capitão, segundo explicação de um companheiro: “É o capitão que a pilha, pra se pagar de te pôr na América.” (p. 68) O mesmo seria feito daquilo a que Peixe-Rei teria direito. Mas a “companha” juntou algum dinheiro que ele anexou em carta para seus pais e para Idalina, viúva de Peixe-Rei, e que deu para a sua passagem de trem para a Califórnia, o Eldorado de seus sonhos.

Após jornadas duríssimas sob o jugo do compatriota Albano Passarinho, que por fim o rechaçou; após mendigar entre miseráveis, encontrou trabalho e guarida junto de outro açoriano, da Ilha Terceira, Miguel Parreira e família, com quem passou doze anos.

Depois de trinta anos, voltou à Ilha e socorreu a viúva de Peixe-Rei, Idalina e seu filho Joaquim, que viviam na miséria, sendo o filho humilhado em trabalhos vis. Emprestou dinheiro a Joaquim para a compra de um bar. Casou-se com Maria do Roque: na comemoração de seu casamento, o pai “despendurou” a viola do prego ao lado do relógio, onde sempre a guardara.

Seus conterrâneos, acreditando estar ele rico começaram a chamá-lo “senhor americano”. Na “caça ao dinheiro do senhor americano” (p. 121, título do texto na página iniciado), apareceu Augusto Bóia, convidando-o, em nome da gerência da companhia baleeira, a comprar-lhe algumas ações. A companhia estava enfraquecida com o advento de várias armações, estabelecidas nos portos vizinhos, após a morte do Capitão Silvestre e de seu patrocinador, o americano Crown. A companhia baleeira, então sob o comando do filho, John Crown, desgastava-se mais com a baixa nos lucros, a morte de outros sócios fundadores e com o desgaste dos botes em mãos de baleeiros com soldada muito reduzida. Convencido de que era dever de patriotismo ajudar a companhia baleeira, emprestou nela dinheiro que lhe voltara da América.

Nessa altura, Joaquim já olhava com ódio aqueles que o humilharam na sua infância e no seu trabalho. Provocou-se a ira de Augusto Bóia, que via na concorrência de Joaquim a causa da decadência de seu negócio e tinha “a alma a transbordar de fel” (p. 133), desejando até tirar a vida do concorrente e mandar “pró diabo o americano” (idem). Joaquim tornou-se mais influente, pelo fato de ser bom comerciante e entender de mezinhas e unguentos para todos os males.

Deposto Augusto Bóia da companhia baleeira, escolheu-se para gerente Joaquim, que não era baleeiro nem sócio. Francisco Marroco caía em descrédito à medida que deixava de acrescentar dinheiro.

Extinguiu-se a navegação a vela, os Crown deixaram o Faial e, não entendendo de contas os gerentes, com procuração, deram plenos poderes a Joaquim.

O novo comprador do óleo de baleia passou a ser Chico Gaudêncio, de origem suspeita, criado na malandragem, envolvido em negócios escusos com prostituição. Entretanto, se esperava pelo pagamento de peças que fornecia para consertos de botes, muito mais fazia esperar por aquilo que devia. Alargava seus negócios e se estranhava como conseguia dinheiro para tal. Até que mandou à gerência carta cobrando débito em atraso e pedindo o comparecimento, no Faial, de pessoa competente para saldar a dívida. Munido de procuração apresentou-se Joaquim. Ao voltar, comunicou aos gerentes que débitos de quatro anos deveriam ser pagos em seis meses. Inadimplentes, os sócios deixaram a solução por conta dos gerentes, que passaram a tarefa para Joaquim. Chegando o fim do prazo, recorreram a Francisco Marroco, que se negava a tocar no dinheiro confiado ao Banco. De novo foi Joaquim ao Faial à presença do credor irredutível. Este, por fim, sugeriu ao porta-voz que se tornasse seu representante. Uma vez que a velha armação não poderia sobreviver, Gaudêncio faria de Joaquim o gerente. Dizendo estar o notário por sua conta, a título de pagamento apoderou-se o credor da companhia baleeira. Chico Gaudêncio comprava novos botes na Inglaterra e Alemanha e corriam boatos de que o Banco o financiava. O que não se sabia é que ele não pagava.

Chegou um novo ano de seca e o andaço começou, dizimando a população. Morreu Maria, mulher de Francisco Marroco depois de ajudar ao marido no cuidado de doentes. Faltando água e alimento, falido o Banco, aos açorianos estabelecidos na América mandavam milho para evitar um novo Ano da Fome.

Chegada a hora do acerto das contas, na presença de Chico Gaudêncio, Joaquim lia as contas. António Marroco, filho de Francisco, também calculava; mas suas contas não conferiam com as de Joaquim e viu que os companheiros temiam Chico Gaudêncio e ainda mais o Joaquim. António ainda tentou questionar, mas sua pergunta caiu no vazio. Joaquim chamou os oficiais para assinar a contas, mas uma voz se levantou impedindo assinatura. Era João Laró, mais velho que todos os oficiais, mas que nunca a tanto chegara, apesar de marinheiro dos melhores. Os baleeiros se juntaram ao seu protesto e saíram em fúria, só ficando os oficiais, “comprados” por Chico Gaudêncio e Joaquim que, metendo-se numa lancha correram até o Delegado Marítimo e mostrar-lhe as contas assinadas. Ao chegarem os baleeiros à Delegação Marítima, foram todos presos. Francisco Marroco, aniquilado, arrastou-se até a vila para ver o filho aprisionado.

3. LUTA CONTRA A PROCELA, AS MARÉS E O VENTO ENQUANTO REMEMORA A LUTA CONTRA A ACEITAÇÃO DE UM DESTINO IMPOSTO E CONTRA O HOMEM DOMINADOR (MAR PELA PROA).

O terceiro livro da trilogia conheceu a espécie de mar que lhe dá título — *Mar pela Proa* — ou “mar de proa”, regionalismo português para mar contrário; mar que corre em direção oposta à do vento reinante. Assim como os homens cuja odisséia conta, o livro também enfrentou tempo ruim, mar contrário, preso que foi, por seis anos pelo menos, em mãos de quem prometera publicá-lo. Isto é o que nos conta Dias de Melo (1973: 09) em “Nota de Abertura” para o livro escrito em 65-66 e enviado para publicação por editora de Lisboa em 67.

Dias de Melo revela o destinatário e a finalidade deste livro, melhor dizendo, de toda a trilogia: “*Por eles [os muitos homens do Mar ou da Terra ou dos Açores] foi que o escrevi. Pelo muito que sofrem e lutam. Pelo muito que sonham e esperam. Pelo muito que se negam a deixar-se vencer pelo sofrimento e pela injustiça [...]*” (p. 10).

Daniel de Sá (2008; 06) assim classifica esta obra: “*novela em pormenor de romance num ritmo alucinante de conto*”.

Mar pela proa se desenvolve em dois tempos: o tempo da ação que imita o da urgência da procela, das marés e dos ventos, e o tempo da memória que, relembra, em *flashback*, tempos anteriores à ação. A propósito, já houve quem falasse da necessidade de um cineasta aproveitar o roteiro quase pronto de Dias de Melo.

No tempo da memória voltam as ações dos dois livros anteriores, mostrando como os baleeiros chegaram à

urgência de se salvarem e a seus barcos tão duramente conquistados, após dez anos da prisão e soltura de João Laró, António Marroco e seus companheiros da companhia baleeira chamada “Armação Baleeira União e (P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*,

Às duas personagens vindas de *Pedras Negras* agregaram-(P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, “Armação dos Baleeiros Sempre Unidos”, crismado como Companhia Nova: na lancha “Ilha Morena”, o Capitão João Laró, Antônio Marroco e Manuel Garalha; no bote “Cisne”, o Mestre Tonico Garoupa, Jó Bacalhau, Antônio Bodego e Francisco Morrincha; no “Pátria”, João Terra Negra, Joaquim Lisboa e Manuel Moleiro; no “Deixa Andar”, Mestre Sonicante. Decidiram sair e mostrar os barcos, sua nova conquista.

À saída, um baleeiro “não arreda os olhos da nuvem emborcada no cimo da montanha”. (p. 25) “É o *capelo* do Pico” (Idem), dossel que, todos sabem, anuncia mal tempo. O mar, até então, tinha “espumas da carneirada branca alvejando no cinzento feio do Canal” (p. 44) E o mar vai mudando: “ E o negrume das nuvens, e a rebentação da carneirada branca.” (p. 46) Depois: “Mais vento. Mais nuvens negras.” (Idem). Mestre Laró avisara: “Vamos apanhar mar grosso na Ponta da Ilha”. (p. 43) E o tempo continua fechando: “Mais vento. Mais (P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*,⁵ no vento. Perto, novelos oiçados da brancura do embate a crescer, a crescer...” (p. 47) “Ao largo, lá fora, “mar grosso, encapelado, pra lá a bocarra da baía, nas águas da cor de chumbo do canal.” (p. 61) E tudo piora: Lamento, grito, voz que de súbito se apaga e por instantes subsiste nos uivos relinchados do mar, nos uivos rosnados do vento (confusão medonha de roncões, latidos, berros, que estoiram nos tímpanos e escoicinham nas (P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, (P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, “Ilha Morena”, o “Cisne”, o “Pátria”, o “Deixa-Andar, amarradas todas ao mesmo cabo, as quatro embarcações, sacudidas pelas mesmas vagas, batidas pelo mesmo vento, a caírem para o largo, para a fogueira das labaredas brancas, a meio do Canal. (pp. 63,64)

O fragor, o trovejar do vento rijo de sudoeste, das vagas de côncavo negro e dorso esverdeado [...] (p. 64)

A lancha e os três botes vinham ligados a um mesmo cabo. Perdeu-se o “Pátria”; mesmo condoídos os companheiros o abandonam; um pouco mais e “nas goelas da cerração, a chuva grada como burgalhau” (p. 75), perde-se também o “Cisne”. Em costa muito brava, imprecações e preces, a noite caindo, Sonicante puxou o cabo ficando os dois barcos restantes entregues cada um ao seu destino. Com as primeiras luzes do alvorecer uma lancha aparece e atira um cabo ao “Deixa Andar” e o reboca até o cais.

António Marroco ficou só na “Ilha Morena”, entregue ao furor do mar, lutando com “lembranças escaldantes na cabeça, perdido nas trevas da noite, no inferno do vento e do mar”. (p. 97) Os companheiros decidem telegrafar para o Faial e pedir ao rebocador holandês que saia em busca de Marroco. O rebocador, em meio à tormenta, passa pela lancha e não a vê. Somente na terceira madrugada percebe terra próxima, mas luta ainda o dia todo; somente à noite, duas luzinhas, que ele sente como “estrelas vermelhas”, dois barcos se aproximam e dois homens o encontram prostrado a repetir: “Vencemos... Companheiros... Vencemos...” O narrador fecha o capítulo falando das lágrimas do baleeiro exausto, atordoado e revela o pensamento de Marroco que serve de (P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, de séculos” (p. 139).

Num último capítulo, “Chamas reavivadas”, narra-se a conversa dos baleeiros sobreviventes, cercados de amigos, reunidos na casa de Marroco. No dia seguinte ao de sua volta, avaliam os acontecimentos.

(P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, e e Garalha, convém registrar algumas frases (todas da p. 152):

De Sonicante: “saímos onze do cais do pico e quatro são os que restam”;

De Mestre Laró: “eles apartaram-se da gente... E se a gente se não salvar agarrados uns aos outros, com cada um a puxar pra seu lado é que nunca mais vamos a parte nenhuma”;

De Marroco em resposta a um companheiro que diz estar tudo acabado: “não! Mil vezes não! Aqui, nada se acabou, porque tudo vai começar de novo! [...] O homem que é homem, não há nada neste mundo que o possa vencer, senão a morte! E nós não estamos mortos”.

Saídos do chamado ritmo alucinante de Dias de Melo, vamos para Caymmi, de ritmo bem mais lento, de “maré baixa”, já que nos voltamos para canção popular, fundada no prazer de ouvir; canção de artista que faz coro ao que dele dizem seus amigos, insistindo ele próprio em dizer que é preguiçoso. Na verdade, há nome mais bonito para tal preguiça: é o ócio criativo.

Caymmi viveu sua infância num clima o mais baiano possível, segundo sua biógrafa e neta Stella Caymmi (2001). Ao que consta, a biografia resulta de dissertação de Mestrado na PUC, Rio de Janeiro.

Vinha desde tenra infância sua ligação com o mar. Via do sótão da casa de seus avós paternos, na Cidade Alta, a Baía de Todos os Santos, o porto e o mar de Itaparica na sua amplidão aberta. Também sua ligação com a música vem desse tempo: seu pai, como o da personagem Francisco Marroco, de *Pedras Negras*, guardava sempre o violão na sala. Caymmi aprendeu, sozinho e escondido, a tocá-lo. Sua biógrafa (2001: 360) se vale de Jorge Amado para explicar a têmpera de que se fez o compositor:

Jorge Amado escreveu com muita precisão sobre as raízes do futuro compositor: ‘Trazendo nas veias sangue (P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, a *cellula mater* do Brasil, onde a mestiçagem (P) *tartaruga* [N, K] *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos* (do diabo), do latim *tartarukus*, -se o intérprete da vida popular, o bardo cantor das graças, do drama e do mistério da terra e do homem baiano’. Na literatura Jorge compreendeu como ninguém a miscigenação do povo baiano, expressando-a com imenso talento. Ele enxerga em Caymmi ‘o próprio povo do Brasil com sua voz mais pura, em sua melodia mais profunda e eterna’. Como se nele fossem condensadas todas as tendências da miscigenação brasileira, e alardeasse a vitória dessa mesma miscigenação nele, na sua obra e no seu canto.

Caymmi iniciou-se no trabalho no arquivo e expedição de *O Imparcial*, trabalhando por vezes como copidesque. Poucos dias antes de completar vinte e quatro anos, em 01/04/38, pegou “um ita¹ no Norte” e veio para o Rio de Janeiro onde inicialmente fez bico² no jornal ^A *Nota*, escrevendo anúncios e pequenas notas. Tendo dito a um amigo que “compunha, cantava e tocava um violãozinho”, este falou dele a Lamartine Babo, radialista e compositor, que o levou para cantar na Rádio Nacional.

Caymmi cultivava também o desenho e a pintura, chegando a expor seus quadros com sucesso, mas foi mesmo cantando e compondo que embalou gerações de brasileiros e fez sucesso também nos Estados Unidos. Itália, França, Portugal e Argentina.

E poucos entre nós sabíamos, até a biografia escrita por sua neta, que algumas de suas canções praieiras foram traduzidas e gravadas em Israel com cantores e maestro de lá.

Como compositor e cantor, tornou-se conhecido em todo o Brasil na segunda metade da chamada Época de Ouro (1929 a 1945) da música popular brasileira. Em outubro de 1938, sua canção “O que é que a baiana tem” foi escolhida para substituir “Na baixa do sapateiro”, de Ary Barroso, no filme “Banana da terra”, estrelado por Carmen Miranda e que deveria ser lançado antes do Carnaval de 1939. Segundo Severiano e Mello (1997: 182), na sua execução, “Caymmi sugeria a Carmen os gestos, as inflexões que ela repetiria na filmagem [...] Como Carmen insistiu em gravá-la o compositor propôs que os dois a cantassem em dueto, o que realmente aconteceu”. O disco foi gravado em 1929.

Os mesmos historiadores e críticos de música, Severiano e Mello (Idem: 254) apontam três vertentes para obra de Caymmi: “as canções praieiras e os sambas de roda, em que predomina a Bahia, e os sambas urbanos de inspiração carioca”.

Pode causar estranheza ter sido Caymmi chamado “cantor e poeta do mar”, “eterno amante do mar” e até “rei do mar”. Isto porque entre suas cento e vinte obras arroladas pela neta e biógrafa (2001: 575-578), apenas dezessete podem ser colocadas entre as canções praieiras.

Pode parecer bizarro também estar ele colocado entre os melhores e maiores, no panteão dos músicos

brasileiros e, aqui, ter sido escolhido para estudo ao lado de Dias de Melo. Mas achamos que, com apenas três canções, podemos afastar tais estranhezas.

<p>Yemanjá, odoiá O canto vinha de longe De lá do meio do mar Não era canto de gente Bonito de admirar</p>		
<p>É doce morrer no mar É doce morrer no mar nas ondas verdes do mar [refrão] A noite que ele não veio, foi foi de tristeza pra mim. Saveiro voltou sozinho triste noite foi pra mim [refrão] Saveiro partiu de noite, foi madrugada, não voltou. O marinheiro bonito, sereia do mar levou. [refrão] Nas ondas verdes do mar, meu bem ele se vai afogar Fez sua cama de noivo no colo de Yemanjá. É que você mereceu”.</p>	<p>Odoiá-ê, odoiá Meu corpo todo estremece Muda a cor do céu, do mar E de repente aparece É a rainha do mar</p> <p>Yemanjá, odoiá</p> <p>Depois desse encontro lindo Eu passei a melhorar E tudo que tenho hoje Agradeço a Yemanjá</p> <p>Odoiá-ê, odoiá</p> <p>Fui à roça, dei presente E ela me agradeceu “Você melhorou de vida, Yemanjá, odoiá</p>	<p style="text-align: center;">Sargaço, mar</p> <p>Quando se for De lá do meio do mar Esse fim De Som Doida canção Que nao fui eu que fiz Que não fui eu que fiz</p> <p style="text-align: right;">Verde luz, verde cor De arrebentação Sargaço mar, sargaço mar Deusa do amor, deusa do mar</p> <p>Vou me atirar, beber o mar Alucinado, desesperar Querer morrer para viver Com Yemanjá</p> <p style="text-align: right;">Yemanjá, odoiá</p> <p>Yemanjá, odoiá</p> <p style="text-align: right;">Odoiá-ê, odoiá</p>

De fato o percentual das chamadas canções praieiras não chega a um quarto de suas canções. Mas não há impropriedade em se considerar Caymmi “cantor, poeta do mar”. É poeta em face da simplicidade, do cunho de oralidade de seu texto, se tivermos em conta que sua arte traduz a alma de seu povo, de sua terra. E seu texto é mais para ser ouvido que lido; ouvido, de preferência, na sua “voz de trovão”. Para fundamentar nossas palavras vamos buscar vozes de autoridades em matéria de arte. Sua biógrafa (2001: 488) nos conta o que dele falou o poeta maior, Drummond de Andrade, na comemoração dos setenta anos do compositor: Que são setenta anos, diante da melodia que não conta tempo, não envelhece, enquanto as modas de cantar se sucedem e quase nada de música existe mais do que uma estação? Não há dia seguinte para o cancionista de Caymmi. A flor que o vento jogou no colo da morena de Itapuã⁷ não murchou ainda. Murchará um dia?

Da poeticidade de suas letras, a mesma biografia (p. 260) diz:

[...] a beleza da letra não a torna poesia, gênero da literatura que prescinde de qualquer apoio além da língua materna, como ensina o poeta Bruno Tolentino. Uma canção de qualidade associada intrinsecamente a uma bela letra inspirada, de modo que não se possa conceber uma sem a outra, tem um imenso valor, sem que para isso ela tenha de mudar de categoria e virar poesia.

Poeta do mar, sim, pela importância de seu canto das praias. Stella Caymmi, secundada sempre pelo avô, na pesquisa para sua biografia, diz (p. 318): “Aliás, foi no ano de 1954 que o compositor lançou o seu primeiro *long play (P) tartaruga* (N, K) *thatharuga*. O termo português deriva do grego *tartarouxos (do diabo)*, do latim *tartarukus*, Mar”, “Noite de Temporal”, “Promessa de Pescador”, “O Mar”, “O Vento”, “O Bem do Mar” e “Quem vem Pra Beira do Mar” [...]

A divindade que os pescadores cultuam é Yemanjá, “orixá do rio Níger, dona das águas, senhora do mar, mãe dos Orixás”, na explicação de Brandi (2001: 566), divindade cuja saudação é “odoiá”, apontada por Barros (2001:250). É na sua “roça” ou “terreiro”, isto é, lugar de seu culto, que levam suas oferendas, e ela agradece possibilitando-lhes progredir na vida. Ao morrerem, as ondas do mar não são sepulcro, mas sim “sua cama de noivo, nos braços de Yemanjá”. Se temem a morte, ao mesmo tempo a desejam por quererem “viver com Yemanjá”.

Caymmi também frequentava cultos e ocupava posição destacada, junto com os amigos Jorge Amado e Carybê, na “roça” da Mãe Menininha do Gantois. Coincidentemente (?), quando o Governo da Bahia, querendo trazê-lo de volta para sua terra, lhe fez doação de uma casa, ele a escolheu na Pedra da Sereia, no Bairro do Rio Vermelho. Ademais, nas palavras de Stella, a canção *Sargaço Mar* é seu testamento musical.

Na juventude, veraneava à beira-mar, na Praia de Itapuã e nela praticava naturismo junto aos amigos. Na idade adulta a cantava com tão bela ginga de voz que sua estreita ligação com a praia, levou as autoridades a criarem ali uma praça, chamada Praça Caymmi.

A praça foi, depois, cantada por Vinícius e Toquinho, na canção *Tarde em Itapuã*:

Um velho calção de banho,

O dia pra vadiar,

Um mar que não tem tamanho

E um arco-íris no ar.

Depois na Praça Caymmi

Sentir preguiça no corpo

E numa esteira de vime

Beber uma água de coco.

É bom

Passar a tarde em Itapuã,

Ao sol que arde em Itapuã,

Ouvindo o mar de Itapuã,

Falar de amor em Itapuã.

.....

Também não deve ser estranho aproximar Dias de Melo e Caymmi: cada um deles falava do mar a sua maneira. O açoriano via o mar rubro ou chumbo, em vagalhões e vendaval, de dentro do barco onde o baleeiro suava e sangrava na luta pelo seu sustento e pelo respeito ao seu trabalho; já o brasileiro via o mar, em ondas verdes, a partir da praia. Seu pescador achava doce morrer no mar “bonito, bonito”, certo de nele ver surgir Yemanjá, presenteá-la e ser por ela recompensado e, por fim, com ela viver.

Em síntese, Dias de Melo criou texto épico, vendo no mar um espaço de luta, onde se travava um embate por justiça social. Caymmi fez texto lúdico, ligeiro, de canção popular, cheio da malemolência baiana, cantando o mar como espaço de lazer, mesmo falando do trabalho e do culto à divindade que nele se exerce.

Com gênero e estilo diferentes, foi igual o amor que os motivou. Se um fez crônica romanceada, que nos dá conhecimento das lidas e lides dos baleeiros; o outro, em seu canto, fruiu da beleza e doçura do mar. Um arrebatava, comove, o outro embala, provoca vontade de dançar. Todavia, ambos nos tocam profundamente.

De uma coisa estamos certos: se nos Açores se diz que Dias de Melo “escrevia”, no Brasil se pode dizer que Caymmi “vivicantava”. Agora mortos, um deixa de escrever e o outro de cantar, mas ambos continuarão para sempre vivos nos textos e canções que nos legaram.

NOTAS

1. Ita: Regionalismo: Brasil. Embarcação que transportava tanto carga quanto passageiros entre o norte e o sul do

Brasil (Houaiss)

2. Bico: Uso: informal. m. q. Biscate; serviço eventual, de curta duração e não regular; bico (Houaiss)
3. De salto: repentinamente; dar o salto: Regionalismo: Portugal – fugir. (Houaiss)
4. Soldada: salário; soldo de tripulante de navio mercante (Houaiss)
5. Surriada: respingos de ondas ao rebentarem (Houaiss)
6. Segundo Estela Caymmi (2001: 573), letra da primeira versão para feita por Caymmi para o tema de abertura da novela *Porto dos Milagres*, da TV Globo, inspirada em *Mar Morto* de Jorge Amado, veiculada em 2201. A letra sofreu modificações de Dudu Falcão para se adaptar às necessidades do texto. A versão final recebeu o nome “Caminhos do Mar” [...] tema principal da novela”.
7. Da canção “Saudade de Itapoã”, sucesso lançado em abril de 1948. Portanto, em abril de 1984, aos setenta anos de Caymmi a canção já tinha trinta e seis anos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDI, Reginaldo (2001) *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAYMMI, Stella (2001) *Dorival Caymmi: o mar e o tempo*. São Paulo: Editora 34.
- CASTRO, Yeda Pessoa de (2001) *Falares Africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: ABL/Topbooks.
- DUARTE, Luiz Fagundes (2003) “Não sei o que é que, no Pico, é ou não é Dias de Melo...” In MELO, Dias de (2008) *Pedras Negras*. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, Dias de (2008) *Mar pela proa*. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, Dias de (2008) *Mar Rubro*. 3 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, Dias de (2008) *Pedras Negras*. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, João de (1980) “ MAR RUBRO, a ideologia, o trabalho e a forma na novelística de Dias de Melo” In MELO, Dias de (2008) *Mar Rubro*. 3 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, João de (1978) *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*
- SÁ, Daniel de (2008) “Quando o mar vem pela proa” In MELO, Dias de (2008) *Mar Rubro*. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- SEVERIANO, Jairo e MELLO, Zuzá Homem de (1997/1998) *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*. Vol. I e II. São Paulo: Editora 34.
- 

89) ALEXANDRE BANHOS

ALEXANDRE BANHOS CAMPO é Licenciado em Ciências Políticas e em Sociologia (especialidade de Demografia e Povoação) pela Universidade Complutense. É membro da AGAL desde 1983, ocupando em duas ocasiões, sob a presidência de Maria do Carmo Henriques, postos no seu Conselho Diretivo. Tem participado em múltiplos encontros e congressos a ver com a língua, em muitos deles como relator. Desde há 32 anos está comprometido com o ativismo cultural fazendo parte de muitas associações e iniciativas culturais, tendo publicado trabalhos relacionados com estas matérias. É master em Gestom da Formação de Qualidade pela UNED, e especialista em Gestom Económico-financeiro pela USC. Nos anos 2000 a 2005 formou parte da Comissom Geral de Formação Continuada para os Empregados Públicos em todas as administrações e áreas do estado espanhol e da Permanente de dita Comissom, bem como dos órgãos diretivos neste campo da Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP). É membro do Comité Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), tendo participado em vários dos seus congressos, e de outros eventos e organismos. Tem também desenvolvido um importante trabalho como professor tanto no campo da formação de empregados públicos como na formação cultural dinamizadora do ativismo cultural que alicerça a consciência nacional e a da pertença a lusofonia.

Alexandre Banhos

TEMA 2.4. GALIZA E O SEU PROJETO IBÉRICO. PODEMOS NÓS, OS GALEGOS DA GALIZA ESPANHOLA, RECLAMAR O NOME DE GALEGO PARA A LÍNGUA COMUM? ALEXANDRE BANHOS CAMPO, AGAL

1. A CENA DO NASCIMENTO DE PORTUGAL.

Nos feitos históricos, há sempre um fator de oportunidade e outro de acaso, mas uns e outros têm uma lei de ferro: O que não se passou quando as circunstâncias eram favoráveis e propícias, é dizer, quando as ondas do momento histórico pareciam impulsionar e acelerar a história, vai tornar-se muito difícil, que alguma vez aconteça. Com certeza que as circunstâncias e o acaso são em grande medida, um construto de pessoas humanas. Porém, passado o momento e mudadas as circunstâncias é muito difícil, por não dizer impossível, reconstruí-las. As circunstâncias nunca poderão voltar a ser as mesmas, pois isso é um impossível,⁶⁶⁰ além disso, e como dizia Wilfredo Pareto, - cada novo facto que ocorreu vai pesar sobre nós como uma lousa, a história não é mais do que as lousas que nos esmagam -.

1.1. A GALIZA E AS SUAS ELITES “IBERISTAS”.

A Galiza foi de sempre um poderoso elemento da história europeia. Foi o primeiro reino independente dentro do império romano, constituído no ano 411⁶⁶¹. O reino é conhecido na historiografia -mais corrente -, como dos Suevos, e na sua própria documentação histórica que nos legou, como *Galaeciorum regnum*.

660 Na historiografia vimos de passar um período em que se fazia muita força no coletivo, nas multidões e o seu efeito, porém em toda multidão há sempre uma liderança, umas pessoas, e qual seja o génio dessas pessoas é decisivo, para que as cousas se tornem dum jeito ou de outro.

661 Ainda que o primeiro rei Hermérico, parece que foi coroado no 409 ou 410 em Braga, há consenso historiográfico em que é no 411 quando o reino estabelece o seu pacto *foedus* com Roma, e se confirma juridicamente como tal reino.

No ano 2011, estaremos no 1600 (número cabalístico cheio de bondades e bons agoiros) aniversário da constituição do *galaeciorum regnum*; foi nas suas entranhas que nasceu a nossa língua portuguesa desse baixo latim galaico ocidental, e foi ele, o forno e o fermento da idiosincrasia galaico-portuguesa ou galaico lusitana.

Aguardamos que as autoridades de Braga e do norte de Portugal sejam quem de converter esse aniversário num processo de valorização cultural, do seu role no nascimento de Portugal, de estudos sobre a diocese de Braga. Pode ser um bom exemplo o projeto da cidade de Aquisgrão (*Nota do Editor dos Colóquios: Aquisgrano ou Aquisgrão* (Aachen em alemão; *Aix-la-Chapelle* em francês; ou ainda *Aquisgranum* em latim) quando a celebração no 2000 do 1200 aniversário da proclamação de Carlos Magno como imperador do Sacro Império.

O seu centro político foi estabelecido em Braga⁶⁶², por ser esta a capital da província romana da Gallaecia.

É dizer, o centro do reino estava na cidade que já era o centro da província romana da Gallaecia – Braga -, e que provavelmente já tinha um rol muito importante no noroeste peninsular antes da chegada dos romanos. Não é por acaso que os castros celtas da sua redondeza, pela sua desmesura, foram denominados citânias.

Foi muito cedo – já na alta idade média - considerada a Galiza, como um dos grandes impérios da cristandade, junto aos impérios Bizantino e o Sacro império Romano Germânico. Depois da invasão muçulmana do ano 711, a Galiza foi o território não ocupado pelos muçulmanos, de aí que grande parte das suas dioceses sejam as únicas da península ibérica com permanente continuidade, e foi ela quem liderou e guiou a luta da reconquista do território da Espanha.⁶⁶³ Nem no período romano⁶⁶⁴, nem no visigótico, nem no muçulmano, a Galiza se confundiu com o espaço Espanha. Os galegos da velha Galiza, a dos conventos bracarense, lucense (Ártabra) e asturicense (Astúria – estes só ao norte da serra Cantábrica⁶⁶⁵), os que nunca foram submetidos pelos muçulmanos, ou o seu domínio sobre eles fora muito fraco, -basicamente limitado ao penhor do tributo, tinham-se pelos primeiros entre todos os peninsulares e não se abaixavam perante ninguém.

A Galiza, era o território peninsular mais densamente povoado, inçado de linhagens nobres que se tinham a si próprias, como iguais ao rei. Era pois, o ator mais poderoso no jogo peninsular. As numerosas forças galegas resultavam o elemento mais temível da península ibérica e já desde muito cedo as cousas tornaram-se, e senhores muçulmanos acabaram pagando tributo e aceitando a sua prevalência. Os reis da Galiza não eram simples reis, muito cedo usufruíram o nome de imperadores e como tais eram reconhecidos pelo Papa, pelo império Carolíngio e por Bizâncio. e para quem é tão grande a própria Galiza originária resultava pequena, e assim todos os dias estavam a alargar os seus domínios para o leste e para o sul e com eles avançava o domínio da cruz frente ao da meia-lua. E nas cabeças dos reis da Galiza acabará aparecendo o ensejo de coroarem-se com a península ibérica toda, eis o *projeto iberista galaico*⁶⁶⁶.

1.2- A CIDADE DE BRAGA

A capital histórica da Galiza sempre foi Braga⁶⁶⁷, nela já antes que começara a era cristã fora colocada a cabeça da governação da primeira província romana -com esse nome -. A cidade de Braga estava por tanto por cima do resto das capitais dos outros conventos que formavam a província.

Ao princípio do avanço muçulmano a *cabeça* primaz da Galiza é trasladada desde Braga, que era como dizia, a capital da Galiza, desde que a Galiza existia como entidade política⁶⁶⁸, para a cidade ártabra de Lugo (centro do convento lucensis)⁶⁶⁹.

662 Em Braga neste período criou-se a figura dos Concílios que com posterioridade serão adotados por outros reinos como o visigótico. A Galiza também vai ser a inventora, nos governos de Afonso VII, Fernando II, e Afonso VIII da figura da reunião das cortes com participação da nobreza, a igreja e a nascente burguesia conhecidos inicialmente como *consilios* e de seguida com a denominação de cortes.

663 A Galiza não formava parte da Espanha. Para os galegos, Espanha era o território muçulmano. Nas atas dos concílios de Toledo sob os visigodos, figuram os bispos que neles participam e figuram os bispos da Hispânia, da Gallaecia, e da Narbonensis (**Nota do Editor:** A *Gália Narbonense* foi uma província do Império Romano que abrangia as atuais Provença e Languedoc, na França) ou Septimânia. **Nota do Editor:** Na época visigótica, esta província vital é referida como *Galia Narbonense* ou *Septimania*., sem dar lugar a nenhuma confusão).

664 Como tem vindo a demonstrar trabalhos linguísticos como os do professor Higinio Martins entre outros, o nome de Hispânia, romano, abrangia só as províncias Bética e Cartaginense, o seu alargamento às províncias da Lusitânia e Tarraconense tem um caráter parcial e não sistemático, porém a Gallaecia não estava incluída nunca nessa denominação. Em definitivo Hispânia era a orla mediterrânea cujo centro de origem terminológico estava nos atuais territórios da Andaluzia-Múrcia.

665 As Astúrias ao norte das serras, o que chamam nas Astúrias *detrás do cordal*, acabaram usufruindo o nome do velho convento

666 Isso sim, nada semelhante com o posterior “projeto” de Castela

667 Na Galiza de mais ao norte, na Galiza ártabra (que norte é o que se significa esse velho nome céltico – de ártabro -) também há aldeias que levam o apelido - de galegos pelo simples facto de serem elas povoadas com população deslocada das zonas de Braga - Porto, pois na alta idade média acabaram por usufruir de jeito muito específico o nome de galegos, e levavam esse nome por onde quer que eles se estabelecerem

668 Segundo o professor Higinio Martins, há dados para considerarmos que Braga já tinha um role muito importante na Galiza, antes da conquista romana.

669 Quando o processo de transição política na Espanha após a ditadura franquista, penso que Alexandre Banhos foi uma das poucas pessoas que escreveu sobre que lugar deveria ser a capital da Galiza autonómica. (dava-se um debate Compostela – Crunha), e Banhos propunha Lugo pelas seguintes razões. -Era a velha capital da Galiza ártabra e foi a delegada de Braga. -Ajudava a reequilibrar o território, pelo efeito da nova

Os bispos de Lugo sempre que agem como cabeça, fazem-no com uma fórmula *-por delegação de Braga -* e isso vai-se manter durante toda a alta idade média.

2. O QUADRO HISTÓRICO NO QUE SE INSERE O NASCIMENTO, MUITO AFORTUNADO⁶⁷⁰, DO REINO DE AFONSO HENRIQUES

A Galiza, o império galaico leonês⁶⁷¹, desde muito cedo enfrenta a luta constante contra o separatismo castelhano.

Os castelhanos não aceitam muito pacificamente a dominação ocidental, a galega, e sempre estão a fazer levantamentos e resistências.

2.1- APARECIMENTO DO REINO DE CASTELA NO JOGO PENINSULAR

O reino da Galiza, desde muito cedo, teve que confrontar-se com o separatismo de Castela, é dizer, do velho convento romano de Clunia⁶⁷², incorporado à província da Galiza na época de Diocleciano. O arrendimento dos castelões informará permanentemente a política da Galiza.

Castela, o condado de Castela, vai conseguir a categoria de reino com o rei Sancho III (982-1035) de Navarra, quem por uma simples boda⁶⁷³ com a herdeira do Condado de Castela separou o território da Galiza-Leão, e se proclamou rei de Castela, o seu primeiro rei⁶⁷⁴. Isso fala-nos do fraco controlo do território que o separatismo castelhano impusera ao controlo galaico⁶⁷⁵.

Os castelhanos com ele sentiram pela primeira vez, um seu desenvolvimento longe do controlo *real* galaico. A geopolítica⁶⁷⁶, que os colocou no espaço central peninsular, ajudaria ao seu sucesso, entanto a ação política se mover em coordenadas peninsulares.

À morte do rei Sancho III⁶⁷⁷ de Navarra - vai ser o seu filho Fernando, quem herde o recém-nado reino de Castela, em realidade um reino, que na Cúria leonesa considera-se só um condado⁶⁷⁸ e não se reconhece.

centralidade, e até a vermos o espaço da Galiza doutro jeito. - E por último, se a Crunha foi o espaço da *audiência* (a primeira criação dominadora dos reis católicos após a derrota militar da Galiza) e centro das estruturas do domínio de Castela, Compostela e o seu projeto religioso respondeu sempre a um projeto contra dos interesses galaicos. Acho que há forças telúricas no território que se trasladam aos *genes* dos espaços e das urbes e que se projetam no tempo, e esses *genes* para capital autonómica, não eram os melhores.

670 Para a nossa língua e cultura foi um grande sucesso, como logo se verá.

671 Cuja única língua palaciana era o galaico ocidental – o português daquela altura -

672 **Nota do Editor:** A *Colonia Clunia Sulpicia* foi uma cidade romana situada no Alto de Castro, a mais de 1.000 msnm, entre as localidades de Coruña del Conde e Peñalba de Castro, a sul da província de Burgos (Espanha). A cidade localizava-se na via que ia de *Caesaraugusta* (Saragoça) a *Asturica Augusta* (Astorga). Tratou-se de uma das cidades romanas mais importantes da metade norte da *Hispania* e foi a capital de um convento jurídico na província *Hispania Citerior Tarraconensis*, o denominado **Conventus Cluniensis**

673 O matrimónio foi no estado monárquico, e até muito recentemente o principal ato diplomático desses regimes, o elemento no qual havia que pôr mais cuidado.

674 Como rei de Castela, foi o primeiro em usar o nome de "hispaniorum" que viria a ser profético em certo jeito. O reino da Galiza-Leão (e o papado), não reconheceram a entidade de reino de Castela até ao reino de Sancho, filho de Fernando I.

675 É uma cousa muito engraçada, o facto de como a historiografia espanhola ordenou e numerou os reis de Castela, de jeito tal que vieram a aparecer como continuadores de outros reinos, "desaparecido" o separatismo castelhano, substituído por uma espécie de luta centralizadora (centrípeta) e de construção da *Espanha*, da que só se livrou Portugal pela vontade do seu povo, erguendo-se o primeiro de dezembro de 1640. A Título de exemplo teve Castela dous Afonsos como reis, mas não os numeraram de I e II, e sim de VII e VIII.

676 O da geopolítica nunca e matemático, funciona em prol dos interesses centrais mentres a política de todos espaços e territórios peninsulares se centrarem no espaço península. Quando Portugal se converte em centro dum império e vira as costas à península esse efeito geopolítico deixa de ter lugar. Vide A. Banhos 1994. *A Galiza fronteira entre Portugal e Espanha*.

677 Nesta altura ainda não existe nada que se possa identificar com o conceito moderno de nacional, o reino é uma propriedade, a *honra* do rei, e este reparte-a entre os seus filhos do mesmo jeito que faria qualquer bom pai com o seu património. O termo *nationis* vai ser usado por primeira vez na universidade de Paris no século X para designar os distintos alunos pela sua língua, *nationis germánica*, *nationis italiana*.

678 Conseguiu a coroa da Galiza-Leão ao se casar com dona Sancha irmã do rei Vermudo III. Galiza-Leão não aceitava à Castela independente e Fernando levantou-se em guerra contra Vermudo, na guerra este morreu sem deixar descendentes e Fernando casando com a irmã conseguiu as coroas.

As ondas da história que impulsionam os acontecimentos, farão que Fernando⁶⁷⁹ venha a ter a posse também do reino da Galiza – é dizer, do império - (Galiza-Leão). A inércia e superior domínio cultural galaico, o role de língua *palaciana* que usufrui o galaico ocidental, era na altura um fator muito decisivo para trazer de novo o centro para o ocidente.

Fernando I, o imperador,⁶⁸⁰ da Galiza-Leão, segue à sua morte, a doutrina do seu pai, e reparte territórios e posses aos seus cinco filhos.

Três reinos aos filhos: a Sancho, o mais velho, dá-lhe Castela,⁶⁸¹ a Afonso dá Leão; e a Garcia o mais novo, a faixa mais ocidental cristã do velho reino da Galiza, a faixa cujo limes oriental eram os Montes de Leão, e que pelo sul tinha chegado muito mais longe que os outros reinos.

A Galiza aparece individualizada⁶⁸², e já sem abranger todo o velho império galaico. Temos aqui um reino, com uma Galiza diminuída com respeito ao alcance histórico anterior, mas que pelo sul avançara muito mais do que qualquer outro território ou reino cristão peninsular.

Para as suas duas filhas: Urraca e Elvira foram respetivamente as cidades de Samora e Toro.

2.2 QUE FAZ GARCIA COMO REI DA GALIZA

A primeira decisão que adota Garcia é a de que se ponha fim à delegação da condição de primaz de Braga em Lugo. Segundo, à restauração de Braga como cidade principal do reino. Porém, nessa Galiza de Garcia⁶⁸³, estava uma cidade que ainda havia pouco que conseguira ser sede de bispado – Compostela -, para onde se deslocara a velha sede de Iria Flávia como cabeça do maior bispado da Galiza. E é essa poderosa Compostela,⁶⁸⁴ a quem o

679 Fernando é nome galaico, em Castela – Navarra a forma do nome é Hernando, Isso fala-nos dos modelos palacianos galaicos.

680 A partir dele todos os imperadores e reis da Galiza-Leão estão sepultados na Catedral de Santiago de Compostela, dentro do atual *Museu Catedralicio* na chamada Capela dos Despojos. Esse feito no lugar está oculto a todos os visitantes e dele nada se informa, o que contrasta com o que se passa em São Isidoro de Leão, na catedral de Oviedo, O Escorial... e o destaque que nesses outros lugares se faz das pessoas reais ali sepultadas.

681 É o primeiro rei de Castela, e como tal juridicamente reconhecido, pelos reinos peninsulares e pelo Papa.

682 A fins do século IX começara a se perceber no território da Galiza uma diferença entre a Galiza oriental e a ocidental. O latim da Gallaecia, o latim protogalaico cindia-se em dous ramos o galaico ocidental e o galaico oriental, intimamente conetadas, mas que se percebiam já como variantes. Uma dará lugar ao português (denominado galego nos documentos daquela altura) e outra o galaico oriental, ao que os linguistas modernamente denominarão ásture-leonês e em Portugal mirandês, e nos documentos dos primórdios da monarquia portuguesa *bragançano*, pois o reino de Portugal nos seus inícios tinha a divisão linguística da Galiza com um galaico oriental (galor) que ocupava uma importante faixa oriental do norte do reino. Ainda que há documentação escrita medieval em galaico oriental, toda a documentação indica que a única língua palaciana no reino era o galaico ocidental, o nosso português daquela altura, de aí o tipo de documentação tão distinta que há nos dous galaicos, oriental e ocidental, no ocidental temos uma brilhante poesia e prosa destinada ao consumo das elites “palacianas”. E no oriental são só de tipo administrativo, *foral*, com alguma escassíssima exceção. Os chamados Montes de Leão eram o limes da Galiza oriental com a Galiza ocidental. Isto contrastava com a documentação alto medieval, por ex. nos comentários do apocalipse de São João obra do Beato de Liébana, (? — 798), também referido como São Beato (como surge inscrito no calendário litúrgico de santos) católico - em Cantábria - designa como Galiza todos os territórios do reino. Os reis na sua correspondência diplomática exterior também se definem como reis da Galiza...

683 O agir de Garcia, foi decisivo, para que o papa desse o título religioso de arcebispo ao seu Prelado, sendo Pedro o primeiro com esta condição.

684 O mito do sarteço (sepulcro) de Sam Tiago em Compostela, no lugar onde repousavam os venerados restos de Prisciliano, foi criado provavelmente na corte dos Francos - apareceu sem antecedentes no ano 813- no reinado de Afonso II; foi um elemento ideológico muito importante para dar força ao reino galego que emergia frente ao poderio muçulmano peninsular, e frente a primazia católica toledana que estava sob o domínio muçulmano. Nas escavações feitas na Catedral, o que se tem achado anterior à sua existência, foi um cemitério priscilianista. Há certeza histórica de que os discípulos de Prisciliano trasladaram os seus restos desde a cidade de Tréveris, onde foi decapitado, para a Galiza. Sant'Iago o maior, foi decapitado em Jerusalém no ano 44, e não há certeza da sua presença ibérica de feito demonstrável; à Galiza não chega o cristianismo antes do século III, nem por suposto que logo fosse trazido para à Galiza numa barca de pedra. Curiosamente de isso nada se falará na Galiza antes da invasão peninsular dos muçulmanos, e a lenda foi criada no século VIII. De estarem nalgum sítio os seus restos, é na Igreja Arménia de Jerusalém, dedicada a Sant'Iago, e na que fixava a tradição cristã os restos de Sant'Iago, até à criação do mito compostelano. A imaginação levou a desenvolver a ideia de que Compostela, vinha de *Campus estelae* (- campo da estrela - divina que indica o lugar do achado do sarteço (sepulcro) apostólico). Mas a filologia, - por ex. Josep Piel - nos Estudos de Linguística Histórica galego-portuguesa - imprensa nacional Casa da Moeda -- e muitos outros, têm estabelecido que o nome de Compostela

Apostolo está a encher de ouro e de ambições, quem, digamo-lo suavemente, não gosta do rei Garcia e a sua política bracarense. Compostela nasceu ambiciosa, e como sé apostólica, e não quer aceitar depender de quem era a cabeça primaz da Galiza, Braga⁶⁸⁵. O reino da Galiza de Garcia, não era já um pequeno espaço no norte, pelo sul há já tempo que tem incluída a região conimbricense, e tem já por zonas a sua extrema no rio Tejo. A Galiza de Garcia cobra também tributo das poderosas taifas de Badalhouce (Badajoz naquela altura) e Sevilha.

2.3- UNS IRMÃOS REIS MUITO AMBICIOSOS

Tanto Sancho, como Afonso ambicionam terem todos os territórios do seu pai na sua coroa, e trás uma sorte de guerras e maus feitos entre eles. Afonso vai acabar por juntar de novo os três reinos, Galiza, Leão e Castela.

Sancho, o primeiro dos irmãos, considerava que o reino devia ser todo um e dele todo, por ser o primogénito, com a cumplicidade de Afonso quem herdara Leão e a sua sede curial, e com a colaboração necessária do bispo de Compostela⁶⁸⁶, desfazem-se de Garcia com uma cilada, retendo-o e apoderando-se do seu reino⁶⁸⁷. Sancho proclama-se rei da Galiza, mas as suas contínuas guerras com Aragão e Navarra, faz que na prática seja Afonso desde a sua sede curial quem tem o controlo e tira benefícios da Galiza. Sancho estabelecida a paz com Aragão e Navarra, lança-se com as suas tropas bem treinadas pelo seu permanente estado de guerra, contra Afonso, ao que pronto derrota e acabou fazendo-se com todos os seus territórios e reino, ainda que a posse deles não chegará nem a um ano. Afonso refugiara-se no território muçulmano, mas ainda tem no seu reino a resistência da sua irmã Urraca⁶⁸⁸ desde a sua cidade fortaleza. Assaltando Samora, a fortaleza de Urraca, é assassinado com engenho, falece Sancho, e Afonso acaba sendo o rei único de todos os territórios.

2.4.- O REINADO DE AFONSO VI E OS BORGUINHÕES

Afonso VI foi um rei que não só passou a história por ser o conquistador de Toledo, senão pola sua complicada vida familiar. Afonso tem cinco matrimónios⁶⁸⁹, vários concubinatos estáveis e relações com várias mulheres, do que ao final só vão resultar filhas sobreviventes. Um dos matrimónios de Afonso VI, o segundo e de mais duração⁶⁹⁰, foi com Constança de Borgonha (do que sobreviveu a filha Urraca); este matrimónio levava-o a ter certa estabilidade de relações com Borgonha, e que para a corte viessem desde Borgonha vários cavaleiros, tais como os nobres borguinhões Raimundo e Henrique.

No ano 1090, o Rei Afonso casou a sua filha e herdeira Urraca, com Raimundo de Borgonha, matrimónio ao que se garante o reino da Galiza à sua morte.

vem de *Compositae Villa* é que vem a apontar que era uma vila benfeita, bem composta, e além disso, é um topónimo não restrito à cidade senão que é o nome de mais lugares, e todos têm a mesma origem, um *compositae villa*.

685 No ano 1095 o bispo de Compostela, Dalmácio consegue do Papa a não dependência de Braga. Compostela passa a depender diretamente do Papa e pensar que ainda fora o seu predecessor o que deslocara a sé diocesana de Iria a Compostela. No 1109 com Gelmires Compostela passa a ser sede arcebispa, e pronto Gelmires, com muito ouro consegue ser o legado papal e ter dependentes dele os metropolitanos de Braga e de Mérida.

686 Não é casual que os restos de Afonso o imperador, vieram finalmente a repousar na Catedral de Compostela.

687 Há duas teorias sobre o fim de Garcia, uma que fala de que acabou preso em Burgos e depois em Leão, e outra que acabou fugindo e instalando-se em Sevilha sob a proteção de quem governava naquela Taifa tributária da Galiza, todos os dados parecem indicar que a segunda foi a que efetivamente se produziu.

688 Curioso nome o de Urraca, um celtismo que fala ainda do substrato desta língua na Galiza, Urraca, tal como tem demonstrado Higinio Martins, é um nome céltico que significa mulher do rei, ou mulher igual ao rei.

689 Do matrimónio-concubinato com a viúva do rei de Córdoba (a muçulmana Zaida – ainda que a historiografia cristianizou-a como Isabel) teve com ela duas filhas e o seu único filho. A relação nasceu sendo ela a esposa do rei de Córdoba, viúva passou a ser a sua concubina mais estável, e logo viúvo ele, acabaram casando. O filho com ela foi Sancho a quem ele muito amava. Este filho era o seu olho e a quem queria de herdeiro de Castela, porém morreu na batalha de Uclés (o ano 1108, tinha o filho 17 ou 18 anos) e isso dá-nos para conhecermos na crónica *De Rerum Hispaniae* do bispo de Toledo (cidade que Afonso conquistara), o pranto do rei pelo seu filho (*Ay meu fillo! Ay meu fillo, alegria do meu coração e lume de meus ollos, solaz de mia vellece! Ay meu espello en que me soía veer e con que tomaba gran prazer! Ay meu herdeiro mor. Cavaleiros u me lo leixaste? Dade-me o meu fillo, Condes!* – o qual aparece inserido no texto latino na nossa língua portuguesa (ainda que daquela se chamasse galego), o que nos vem a falar de qual era a língua palaciana, a língua dos reis, do poder e da corte.

690 Durou até o falecimento desta no 1093.

Raimundo muito faz por agradar ao Rei, fortalece a cidade estratégica, por estar na fronteira sul, de Ávila,⁶⁹¹ e dirige contínuas guerras contra o domínio muçulmano, especialmente no sul da Galiza.

Outro nobre borguinhão que veio à corte, vai ser Henrique, e a quem o rei casa no ano 1095 com uma outra filha sua, Teresa, uma rapazita de uns 10 ou 11 anos⁶⁹², resultado dumas suas relações com uma moça de nome Jimena Nunes, e de quem não se conhece título nenhum.

Henrique é posto sob o domínio de Raimundo e encarregado de guardar a extrema sul da Galiza. Sob Raimundo a extrema da Galiza estava já no rio Tejo. Raimundo tentou por duas vezes assaltar Santarém, foi numa das suas batalhas pelas extremas do reino na que faleceu.

Urraca viúva com o seu filho Afonso acha apoio protetor no poderoso bispo Gelmires de Compostela e na casa dos Trava, e é reconhecida da Galiza imperatriz à morte do seu pai, porém quando ela casa com Afonso o Batalhador rei de Aragão, pronto Gelmires -apoiando-se na vontade de Afonso VI, faz rei da Galiza o seu filho ainda criança -duns 7 ou 8 anos - no ano de 1111 (Afonso – Raimundes - VII)⁶⁹³, que era filho de Raimundo e Urraca⁶⁹⁴. Neste rei acha Gelmires um instrumento das suas ambições políticas.

3.1. AFONSO HENRIQUES

Na Braga restaurada por Garcia não gostam da política imperial e desconsiderada da recém-chegada Compostela e começa a dar-se uma conjugação de interesses entre o bispo de Braga, verdadeiro fator do processo que virá, e as classes dominantes locais.

Henrique de Borgonha como conde de Portucale, o condado ao sul da velha Galiza, tem a inteligência política de passar despercebido, e ir construindo ali um governo local tranquilo, no que age, e à vez não discute a autoridade real.

Os bispos de Braga afirmam-se contrários de Compostela⁶⁹⁵ desde muito cedo.

A Compostela de Gelmires chegará a fazer uma expedição a Braga para roubar o espólio de santos ali depositados⁶⁹⁶ – *Pio Latrocínio* - e ganhar assim prestígio do vero caput para Compostela, e veneração dos galegos, por serem os santos de Braga os de mais prestígio na Galiza, alguns muito por cima do próprio Sant'Iago. Henrique de Borgonha com Teresa tem um filho, Afonso Henriques. Aceita-se que desde o ano do seu nascimento, 1109 até ao 1128 viveu fundamentalmente em Guimarães, exceto o período do desterro do bispo de Braga, o seu tutor, que o levou consigo para Tui pelo menos durante algum tempo.⁶⁹⁷

691 Nos documentos antigos era A Vila

692 Há quem alargue a idade de Teresa até os 12 recém-cumpridos, mas tudo parece indicar que era algo mais nova.

693 Quem ao reino da Galiza acabará juntando, andado o tempo, os de Leão e Castela

694 Todas as dinastias que vai haver na Galiza, Leão, Castela e Portugal, vão ser descendentes dos borguinhões e concretamente de Raimundo, incluída a de Portugal pelo seu cruzamento com ela. A primeira dinastia desse espaço desligada desta origem, vai ser a castelã dos Trastâmara que eram castelhanos ainda que tiveram recebido um título galego – o condado de Trastâmara (de trás do rio Tambre), território um pouco ao norte de Santiago de Compostela. A Casa (um ramo colateral da reinante Casa de Borgonha) toma seu nome do Condado de *TRASTÂMARA*, no Noroeste da Galiza, condado referido ao rio Tambre

695 Uma Compostela à que acabou submetida Braga, graças ao muito ouro de Gemirez levado para o Papa.

696 Mas nem com o apóstolo Compostela conseguia projetar-se por cima de Braga na Galiza, e para os galegos, os santos de mais prestígio eram os que estavam em Braga concretamente São Frutuoso e Santa Susana. O poderoso bispo de Compostela Gelmires organizou um assalto noturno a sé de Braga (ano de 1102) e a outras igrejas da localidade, para roubar e trazer para Compostela os venerados restos para todos os galegos, dos santos que ali estavam -Frutuoso, Susana, Cucufate, Silvestre e alguns outros (A Frutuoso e Susana mandou erguer duas igrejas em Compostela Gelmires). Ainda que Braga conseguiu a ordem do Papa Pascoal II de ordenar o retorno, só na década dos 90 do século XX se assinou a paz entre Braga e Compostela em presença do Papa João Paulo II, e Compostela pôs como condição para a paz, não ter que devolver a Braga a integridade do roubado, só parte dos restos e dos restos devoltos seguiria parte em Compostela, cousa que Braga acabou por aceitar. (A igreja de Compostela definiu o ato como o *pio latrocínio*).

697 Há historiadores que deslocavam esse desterro a Samora, mas dos últimos dados e da pesquisa histórica, pode-se afirmar que o desterro foi no paço bispal de Tui - na atual Galiza espanhola - na beira do rio Minho, (bispado muito achegado a Braga, e que até muito avançado o século XIX ainda incluía o distrito português de Viana do Castelo).

A mãe de Afonso Henriques, ficou viúva estando na casa dos 20 anos.

Todo isto faz que a igreja de Braga - desde o bispo Vistrário um dos mais fortes apoios do rei Garcia, e logo o grande Pedro⁶⁹⁸ - com o apoio da nobreza local, se afirmem como contrapostos à ambiciosa sé apostólica. Eles defendem os seus interesses que além de outras cousas eram os legítimos e históricos.

Em 1120, sob a direção do arcebispo de Braga Paio Mendes, o menino Afonso⁶⁹⁹ (uns 12 anos) tomou uma posição política oposta à da mãe, a qual apoiava o partido dos Travas (a poderosa família nobre muito ligada a Gelmires nessa altura). Como resultado desse posicionamento, o bispo Paio é forçado a deixar Braga, mas levou consigo o infante pelo menos algum tempo. Em 1122 armou-o cavaleiro em Tui.

Pacificadas as tensões, voltará o bispo a Braga. Entretanto, novos incidentes locais provocaram a ação no Condado Portucalense do rei da Galiza Afonso Raimundes, mas cada dia ele está mais longe, pois somará à Galiza, Leão e Castela.

Em 1127 cerca Guimarães⁷⁰⁰, onde se encontrava Afonso Henriques, mas sendo-lhe prometida a lealdade deste pelo seu aio Egas Moniz, Afonso VII desistiu de conquistar a cidade.

Mas alguns meses depois, em 1128, as tropas de Teresa e Fernão Peres de Trava defrontaram-se com as de Afonso Henriques na batalha de São Mamede (batalha na que participaram só uns poucos centos de homens), tendo as tropas do nosso rapaz de 17 ou 18 anos, com a bênção e o guia do bispo de Braga, saído vitoriosas – o que consagrou a sua autoridade no território portucalense, levando-o a assumir o governo do condado.

O Bispo Paio, consciente da importância das forças que ameaçavam o poder de Henriques, guiou a este no governo do condado, e fez esforços em negociações junto da Santa Sé, com um duplo objetivo: por um lado, alcançar a plena autonomia da Igreja de Braga⁷⁰¹, e assim recuperar a sua condição de igreja metropolitana e primaz, e deixar de estar submetida a Compostela, -pois fora submetida a de Compostela -;⁷⁰² e pelo outro obter o reconhecimento do condado de Portucalense como um reino.

Em 1139, depois de uma estrondosa vitória na batalha de Ourique⁷⁰³ contra um forte contingente mouro, D. Afonso Henriques recebe a coroa e a consagração de Rei de Portugal pelo bispo de Braga.

Durante o século seguinte o novo reino de Portugal⁷⁰⁴ e os seus reis, estabelecem uma firme política matrimonial e de entendimento com os reis da Galiza especialmente Fernando II e Afonso VIII, que parecia ia levar em não muito tempo aos reinos a reunificarem-se, ou pelo menos a reunificarem-se com a Galiza.

3.2. AFONSO VIII DA GALIZA E LEÃO

698 Faz falta um bom estudo sobre o agir da Igreja de Braga na constituição de Portugal como reino, dado que foram o elemento decisivo.

699 As idades do rapaz fazem muito difícil imaginá-lo com qualquer casta de posição política bem determinada

700 Passou além disso uma cousa, ao estar montando o cerco, faleceu a sua mãe rainha de Leão e a ele corresponde o reino, além disso iniciou os processos para recuperar Castela que estava sob o governo de Afonso de Aragão como resultado do matrimónio da sua mãe Urraca com o rei de Aragão, pronto frustrado, mas do que ficou Castela para Aragão.

701 Braga por ser a primaz da Galiza segue a ser a primaz de Portugal, andando o tempo veio ter problemas com Lisboa que aspirava a ser a primaz, Braga defendeu isso bem e Lisboa com ouro conseguiu a declaração de patriarcado, ser a sé dum patriarcado.

702 As ambições da Compostela de Gelmires e o seu agir "apostólico" levaram a fazer que o território conimbricense passasse a depender de Compostela e não de Braga. Braga (fraca politicamente agora no jogo peninsular) tem o problema de que um Toledo ainda há pouco reconquistado tenta também fazer depender o território conimbricense de Toledo, mas aí ganhou a batalha Compostela a Toledo. Compostela em determinada altura sonha já não com suplantar a Braga, (que já o estava fazendo) como cabeça da Galiza, senão a Toledo na Hespânia, pela sua condição de sé apostólica. Compostela e a sua ambição funcionam como um motor da política *iberista galega*.

703 Ourique está na raia do Algarve, o qual nos fala do avanço que a reconquista tinha na faixa ocidental peninsular.

704 Ao falecer Afonso VII deixara Castela para seu filho Sancho e a Fernando Leão com a reduzida Galiza. (Os portugueses quando estudam a historiografia espanhola não conseguem enxergar o porquê da numeração dos reis de Castela, desconhecem que a historiografia faz-se *pro domo sua*

Em 1230 morre em Sárria (perto de Lugo) Afonso VIII com 82 anos e após de mais de sessenta anos de reinado na Galiza -na parte norte da Galiza que não constituiu o reino de Portugal - e em Leão.

Afonso estava velho e canso, vinha de passar os últimos 16 anos da sua vida em guerra com Castela e o seu filho Fernando, pois foi contra o parecer do pai, e em secreto, proclamado rei de Castela, e para o seu pai esse feito equivalia a renúncia de quaisquer direitos sobre as coroas da Galiza e Leão e assim figurou no seu testamento, verdadeira lei a todos os efeitos.

Afonso VIII casara com duas parentes de segundo grau, Teresa de Portugal, prima direta, com quem tem duas filhas Sancha e Dulce (e um filho Fernando que faleceria), matrimónio que a igreja rompe e obriga a novo casamento (por trás está Compostela e a tensa relação com Braga). Rutura a que muito se resistiu o nosso rei pois estava fundamente namorado da sua esposa. Depois de excomunhões e demais, tem um outro matrimónio com Berenguela filha de Afonso de Castela, também prima direta, com quem tem a Fernando, mas este matrimónio a igreja consente e apoia pois estava na linha do programa imperial peninsular da Galiza e Compostela.

O seu testamento é claro, as herdeiras dos seus tronos são as filhas de Teresa: Sancha e Dulce (cada uma o seu); e como garantas, a sua mãe, o Rei de Portugal e a Ordem de Santiago. Qualquer solução incluída a união com Portugal é válida mas em nenhum caso se permitiria a unificação com Castela.

Fernando reclama os reinos e paga muito. A Igreja da Galiza e de Leão está muito dividida e na sua maioria afirma-se contrária a Fernando, pois não o acham legitimado, o testamento do rei é lei e é claro.

Porém a intervenção do bispo de Compostela e os de Castela são decisivos para que o Papa declare ilegítimo o testamento de quem foi conhecido pelos seus súbditos pelo sobrenome do bom rei, e pela historiografia como o malcasado.

Compostela e certas camadas nobres galegas sentem que com Fernando III controlam o centro geoestratégico peninsular, que o seu projeto *iberista* vai avante.

Porém, o reino de Portugal nunca aceitará esse ilegítimo acordo, e isso vai estar por trás de muitas das ações da política peninsular portuguesa até ao ano de 1479⁷⁰⁵.

Com Fernando III, rei muito abençoado pela Igreja, que acabou por fazê-lo santo, o projeto central castelhano avança, e a reconquista avança até ao estreito de Gibraltar, em Sevilha e Toledo vai estar a corte sob a capa duma corte de nobres galegos, de língua galaico-portuguesa, com galegos que se enriquecem neste processo, que ganham terras e poderes, que enviam os filhos para se educarem com aios na Galiza, como o filho do rei e futuro rei Afonso X.

Afonso X⁷⁰⁶ que brilhou nas nossas letras, porém foi quem impulsionou o primeiro estatuto dominante para a escrita da chancelaria em castelhano.

Sancho IV seu filho, ainda vai continuar ligado à tradição cultural galaica. A chegada ao trono com 9 anos do seu filho Fernando apaga não pouco essa tradição, sob novos tutores e aios, e o predomínio e domínio galaico da

705 Os reis de Portugal, depois de 1230, entendem que toda a Galiza lhes pertence e corresponde ao seu reino, não só o sul dela. São vários a serem proclamados reis da Galiza: Fernando I, D. João I também o tenta, Afonso III, D. João II. O derradeiro foi Afonso V, que no apoio à rainha legítima de Castela Joana, frente à usurpadora Isabel, negociou a reintegração da Galiza à sua coroa. A batalha de Toro o dia 1 de março de 1476 vai ser decisiva para a renúncia da coroa portuguesa à Galiza ao norte do Minho. Essa não vitória de Toro e a renúncia do rei à coroa da Galiza, leva a política matrimonial com Castela da que virá o período Filipino, e para a Galiza, a uma guerra de Castela contra dela, desde 1476 até 1489, na que é absolutamente raziada e submetida, começando o processo conhecido da Doma e Castração do Reino da Galiza – em palavras do cronista de Castela. A batalha de Toro supõe o desaparecimento prático da Galiza como território independente.

706 Em realidade a numeração do rei deveria ser IX, mas como a numeração dos únicos dous Afonsos de Castela a historiografia espanhola numera-os como VII e VIII, para unificar as duas linhas, designaram a Afonso VIII da Galiza como IX.

corte reduz-se. A nobreza galega e a igreja de Compostela será firme no apoio a este rei como ainda um dos seus e assim com o filho deste Afonso XI e o neto Pedro I.

Os interesses imperiais de Castela e a sua visão peninsular triunfam definitivamente sobre os galaicos com o assassinato de Pedro I pelo mercenário bretão Douglasclin⁷⁰⁷, e com a chegada ao trono de uma dinastia genuinamente castelhana sob o nome galaico dos Trastâmara.

As tropas galegas que se batem duramente em prol de Pedro, assassinado este, saem com a sua nobreza dirigente muito diminuída em influência.

A dinastia castelhana dos Trastâmara⁷⁰⁸ é a que vai tentar apoderar-se de Portugal, que renasceu forte e triunfante em Aljubarrota frente a João I de Castela (Trastâmara).

4. A FORTUNA DO FEITO POR AFONSO HENRIQUES

Que houvesse passado se Afonso Henriques não fosse quem de iniciar um reino, se os bispos de Braga não o houvessem guiado? Que mudou com respeito à tradicional política da Galiza ao nascer Portugal? A monarquia portuguesa frente ao modelo imperial do norte, sempre com aspirações *iberistas*, centrou-se sobre si própria e em consolidar pouco a pouco o seu território, que ficava de costas à península, mas aberto ao mar. Sancho I, Afonso II, Sancho II, esforçam-se nessa linha de conduta⁷⁰⁹. Se a criança Afonso Henriques e a sua cabeça pensante, o bispo de Braga, não fossem quem de achar um destino para o sul da Galiza afastado de projetos imperiais peninsulares que estavam no projeto de Compostela, hoje teríamos a Galiza “*unificada*” no estado espanhol -desde a Estrema do Tejo (estremadura) até o Cantábrico, mas a sua vida cultural e linguística não seria sequer tão pobre como a da Galiza atual; pois para a nossa língua e cultura, frente ao sucesso mundial atual, as tendências existentes na altura no reino da Galiza, e a sua deriva histórica após Afonso VIII, indicam que hoje teríamos toda a península dominada por Castela-Espanha, e com certeza a língua num estado muito degradado. Nesse espaço “*unificado*”⁷¹⁰ que se estenderia como dizia do Tejo até o Cantábrico, é muito improvável que nesse espaço haver unificação da língua nem de nome nem de outro tipo, seria um território que estaria hoje em dia dividido entre umas três comunidades autónomas diretamente e parcialmente entre outras duas pelo menos, e cada uma teria a sua academia o seu nome para as falas, e a sua degradação, todas seguindo o modelo do atual ásture-leonês, que tem restos de falas também no sul do seu espaço, como por ex. o *castuo* da diocese de Cória e Plasência no norte da Estremadura espanhola. (O modelo dos problemas nominais do catalão, nas quatro comunidades autónomas espanholas nas que está, também servem para olharmos isso a pesar do processo histórico desta língua ser distinto). Com certeza que se alguém usufruir o nome de galego nesse espaço, não seria toda a comunidade autónoma atual da Galiza espanhola, e sim o território bracarense. O nascimento de Portugal para as gentes da Galiza naquela altura foi um feito absolutamente pacífico entre os galegos do norte de sul do Minho, pois como tais galegos, se consideravam todos nessa altura⁷¹¹.

Além disso, todos os movimentos com algum sucesso para a Galiza vir a recuperar a sua soberania (a partir de 1230) que se vão suceder até 1476, (vide nota 45) estiveram sempre ligados a ação de Portugal, como volveram a estar ligados a Portugal ao começo do levantamento de 1640 quando em certos setores da Galiza e Portugal se

707 **Nota do Editor:** Bertrand *Du Guesclin*, condestável da França, nasceu por volta de 1315 a 1320 em La Motte-Broons (costas do Norte, Bretanha), perto de Dinan. Cavaleiro valente e notável militar, organizou as famosas "campanhas brancas" (sistema de guerrilhas) e conseguiu expulsar os ingleses da França durante a Guerra dos Cem Anos

708 A casa de Trastâmara O rio Tâmara virá a dar no rio Tambre, poucos quilómetros no norte de Santiago de Compostela, esse condado era em origem um título nitidamente galego. Porém esse título fora entregue pelo rei Afonso XI a uma família genuinamente castelhana e sem eles terem nada a ver com a Galiza.

709 O projeto central imperial português, absolutamente virado de costas ao resto da península, que se produziu após 1640, também vai ser fulcral no sucesso de Portugal e na criação dum novo império, e no sucesso da nossa língua. Depois de 1640, a corte portuguesa deixa de ser o forno pelo que estava entrando o castelhano na nossa língua, como um rio.

710 “Unificado” só por estar todo ele dentro do estado espanhol.

711 No romance de José Saramago *O Cerco de Lisboa*, facto que corresponde já à monarquia portuguesa, recolhe este feito narrando que os galegos conquistaram Lisboa, e diz, que naquela altura, ainda os moradores do reino nom adotaram o nome do reino e seguiam a se chamar todos a sim próprios de galegos.

espreita por essa possibilidade. Quando a Galiza espanhola teve ocasião de agir e sair do domínio do castelhano, - sem a ação de Portugal que foram; - quando as intervenções na Galiza da Inglaterra de Isabel Bolena. – E com o seu próprio exército e governança na guerra peninsular de 1808-14, mas nesses dous casos careceu de dirigência que se formular essa possibilidade, de pensar na Galiza como ator político não submetido⁷¹². As guerras civis de classes na Galiza, as guerras irmandinhas - muito mitificadas pelo nacionalismo - careceram de alternativas e projetos de país, e indiretamente foram muito importantes para a *não-vitória de Toro*, e sim para que na Galiza tivessem sucesso, a guerra terrível dos reis católicos após Toro, e estes finalmente virem-se a consolidar e domar o país com o ferrete castelhano. Se o feito maravilhoso de Portugal nascer, não se ter produzido, a situação presente seria muito semelhante à que se vive no âmbito astur-leonês-mirandês, é dizer, no velho espaço do galaico oriental⁷¹³. Essa visão que Portugal tinha de si próprio oposta ao *iberismo* galaico, é a que o levará a ser um centro dum império com as costas viradas a Península, e ter o grande sucesso que teve, para fortuna da nossa língua portuguesa.⁷¹⁴

5. O PORTUGUÊS DA GALIZA

O português da Galiza ou *galego* da Galiza, até para o mais acérrimo isolacionismo, foi muito vivificado pelo português universal da corte de Lisboa, sem o português o galego, as falas da Galiza espanhola, derivam num mau dialeto do castelhano e com um espelho muito claro para ver isso, a deriva e o insucesso do galaico oriental ou astur-leonês. O português da Galiza -as falas do português da Galiza - tirado o muito que sugou e continua a sugar do português, estaria limitado a uns dialetos rurais bastante fraturados e os seus utentes só teriam para beber e encher os ocós criativos nele com o castelhano, como é o que se passa nos restos que ficam do galaico oriental (com a exceção do mirandês que bebe no português). O sucesso da nossa língua e cultura (ao norte e ao sul do Minho) deve-se ao projeto que encetou Afonso Henriques virado de costas ao projeto *iberista* (imperial) e originário galaico. Na Galiza não temos direito a reclamarmos nada sobre o nome internacional da língua, já que se não fosse por Portugal, nada seríamos, nem nada teríamos ao norte e ao sul do Minho. A Galiza medieval, vive em realidade em Portugal. Portugal é o continuador verdadeiro dessa tradição, a que nós, pouco podemos chegar ao além de estar os nossos falares bem marcados pelo ferrete castelhano. Dizer Galiza e a sua língua e a sua tradição, é dizer Portugal e português. Afonso Henriques (com o seu bom guia), da Galiza do sul fez um Portucale, um reino, e o galaico ou galego desse reino acabou por ter por nome o do próprio reino, o galaicíssimo nome de Portugal⁷¹⁵ – português.

O português da Galiza está na situação que está, por não sermos quem de assumirmos que os falares galegos só podem viver no português universal⁷¹⁶, e que falarmos de galego como contraposição ao português universal - o verdadeiro galego - e seguirmos pagando as portagens imperiais de Castela-Espanha. Assumirmos os falares da Galiza como *português da Galiza* é o melhor jeito galego de chamarmos ao galego da Galiza, para que possa ser ele próprio e duma tradição que arrincou em Braga no 411, e que está no cerne de Portugal, e libertarmo-nos assim do ferrete esmagador castelhano. O único futuro do galego-castelhano é um só – espanhol -.

6. APONTAMENTO FINAL

712 De facto em muitas cabeças galegas segue empoleirada uma visão da Galiza em relação a sua ação política peninsular, enquadrada nas mesmas coordenadas do Compostelanismo, ainda que hoje em dia dum jeito incrivelmente mais degradado. É esse um pensamento um jeito de ver as cousas que se pode achar num Pousa Antelo (fundação Castelão), num Baltar (Presidente da Deputação de Ourense e muito tradicional não o *feijoiista*) ou num Quintana (dirigente do Bloco Nacionalista Galego). Tomo-me a liberdade de colocar estes nomes por serem pessoas que conheço, penso que estão nesse enquadramento e tenho-as seguido e escutado, poderia pôr muitíssimos outros exemplos. Peço desculpa aos mesmos, sabendo que o meu apontamento a título de exemplo é absolutamente subjetivo, e que pode que não se corresponda a realidade e estar eu totalmente errado.

713 E bem seguro que nele haveria uma plêiade de academias para falarmos da realidade de não sei quantas línguas e variantes nesse espaço. Castela é genial dividindo.

714 A nossa verdadeira pátria em palavras de Pessoa.

715 O nome de galego, procede dos moradores nas beiras do Douro, na atual Porto, o Porto Cale traduzido a linguagem corrente o Porto dos Galegos. Eis um lugar que deu nome à Galiza e a Portugal.

716 Um recente trabalho linguístico amossava como a farda do galego atual é a que adota a língua portuguesa por todo lado, quando esta está muito influenciada pelo castelhano, ou erosionada por ele.

Como galego, a mim serviu-me Portugal⁷¹⁷ para duas cousas, a primeira descobrir que do que não gosto de Portugal é o facto de terem em grande medida os nossos próprios defeitos; e a segunda o muito espanhol que são quando às vezes me afirmo como galego, pois Portugal para fortuna nossa e da nossa língua e cultura universal, não é Espanha com certeza, e ao confrontarmo-nos com não espanhóis, serve, se somos sérios e abertos, para descobriremo-nos, introspecionarmo-nos os galegos e galegas, e vermos de que jeito tam esmagador estamos inseridos e balizados no espaço hispano, até para os acérrimos *nacionalistas* galegos. Faz bem Portugal em estar sempre à espreita e com receio do que vem do norte do Minho, pois muito contrabando espanhol e espanholista se vende sob capa de presumido galeguismo, e ainda muito projeto imperial galaico (espanhol) paira ainda em cabeças galaicas no avanço para o nada, e para nenhures.

7. BIBLIOGRAFIA:

Merecem especial menção por terem sido os seus trabalhos muito influentes na perspetiva destas reflexões historicistas, os múltiplos artigos e reflexões de **Ernesto Vasquez Souza**, e alguns trabalhos divulgativos do presidente da Associação Fala Ceive do Berzo, **Xavier Lago Mestre**.

Barbosa Alvares, José Manuel - Atlas Histórico da Galiza. Edições Galiza 2008

Barros, Carlos. - Mentalidad Justiciera de los Irmandinavos, Siglo XV. SIGLO XXI DE ESPAÑA EDITORES 1990

Biggs, Gordon. - **Diogo** Xelmirez. XERAIS UNIVERSITÁRIA 1983

Calvet de Magalhães, José. - Breve história diplomática de Portugal, LIVROS EUROPA-AMÉRICA 1990

De Oliveira Marques, A.H. - História de Portugal (3 TOMOS) I. PALAS EDITORES, Lisboa 1973

Gonzalez López, Emílio. - Grandeza e decadência do Reino da Galiza. ED. GALAXIA 1978
- Siempre de negro. ED. GALAXIA 1970 –

Hermano Saraiva, José. - História Concisa de Portugal, LIVROS Europa-América 1984

Lopes, Fernão. - Crónica d'el Rei João I de Boas memória. LIVROS Europa-América 1981

Lopes Suevos, Ramon. - Portugal no Quadro Peninsular. AGAL 1987

López Carreira, Anselmo. - Os Reis da Galiza. A NOSA TERRA 2005

López Teixeira, José António. - Arredor da conformación do Reino da Galiza (711-910). Ed. TOXOSOUTOS 2003

Mattoso, José. - História de Portugal: a Monarquia feudal (I e II), EDITORIAL ESTAMPA
- A Formação da nacionalidade (internet)
- A Identidade nacional. CADERNOS DEMOCRÁTICOS

Menendez-Valdés Golpe, E. - Separatismo y Unidad (una mitificación histórica). SEMINARIO Y EDICIONES 1970.

Oliveira Martins. História da Civilização Ibérica, LIVROS Europa-América

Ribeiro, Orlando. - La Formation de Portugal, Bruxelas 1939

Sérgio, António. - Breve Interpretação da História de Portugal CLÁSSICOS SÁ DA COSTA 1981

Zebral Lopes, Manuel. - **Manual** galego Português de História - Edição do autor 1996

90) **ÁLVARO CARETTA**

ÁLVARO ANTÔNIO CARETTA é doutorando em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor de Língua Portuguesa da Faculdade Unibero-Anhanguera. Atualmente, como bolsista do CNPq, vem desenvolvendo pesquisas sobre o discurso da canção popular brasileira que promoveram a publicação de artigos científicos e a participação em congressos. É autor de "A canção popular: uma análise discursiva", que integra o livro "Modelos de análise linguística" (Ed. Contexto, 2009).

⁷¹⁷ Se os judeus de todo o mundo se sentem orgulhosos de reconstruírem a sua pequena pátria de 20.000 km quadrados, que orgulho teríamos que sentir todos os galaicos do norte e do sul do Minho, que graças a circunstâncias históricas continuamos vivos em Portugal, e é Portugal o nosso porto refúgio o nosso aconchego, e no português internacional, que o português da Galiza pode segurar o seu único futuro, além de sendo ele próprio.

A LÍNGUA PORTUGUESA CANTADA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO, ÁLVARO ANTÔNIO CARETTA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

As categorias língua oral e língua escrita são, a princípio, utilizadas para classificar as diversas formas de manifestação da língua. Ainda que essas duas categorias estabeleçam parâmetros para se observar as diferentes características de enunciados veiculados oralmente, como um diálogo cotidiano; e enunciados veiculados pela escrita, como um artigo de jornal; sabe-se que elas não dão conta da diversidade de formas de expressão da língua. Como poderíamos classificar, por exemplo, uma entrevista em uma revista? Ou ainda uma palestra lida em um congresso? Frente a esses aspectos, propôs-se relativizar essas categorias, a fim de se entender os enunciados segundo as suas características específicas. No entanto, essa relativização, que fez avançarem os estudos linguísticos, ainda não contempla uma importante categoria: a língua cantada.

Compreendendo a língua cantada como a expressão linguística acompanhada pelo elemento musical, particularmente a melodia, procuramos neste trabalho observar as manifestações da língua portuguesa realizadas por meio do canto. Seja nas canções populares, nas cantigas infantis, nos cantos de trabalho, ou nos jingles comerciais, a língua portuguesa adquire características peculiares que a diferenciam da língua escrita e da língua oral. Esse aspecto, associado à expansão da mídia fonográfica no decorrer do século XX, faz da língua portuguesa cantada um campo de estudos bastante rico, porém ainda pouco explorado.

A língua portuguesa, em suas expressões escrita, cantada e falada, constitui um notável patrimônio cultural da humanidade; um patrimônio que se transmite de um tempo para outro, de um espaço para outro, como patrimônio vivo em movimento de expansão, em dança e mudança quotidiana; um patrimônio que é construído por nós, mas que também nos constrói que habita a nossa memória ancestral e se enriquece com as novas contribuições de nosso tempo.
Gilberto Gil, Lisboa, 16 de abril de 2008.

1. LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA

Quando se pensa em modalidades da língua, é comum que se pense na clássica oposição entre a língua falada, veiculada de forma oral, e a língua escrita, veiculada de forma impressa. Essa dicotomia, apesar de ultrapassada, devido à evolução dos estudos linguísticos, ainda sobrevive no ensino da língua portuguesa, opondo uma forma a outra e valorizando a escrita em detrimento da fala, ao propor esta como uma variante inferior e aquela como modelo do bem escrever e até do bem falar.

Entretanto, compreende-se hoje que a relação entre a língua falada e a língua escrita deve ser relativizada conforme a situação de comunicação e que, tanto uma quanto a outra, comportam as suas variantes do mais informal ao mais culto. Esse pensamento exigiu novas formas de se pensar as características da fala e da escrita e as relações entre ambas.

Veem-se atualmente pesquisas sendo desenvolvidas⁷¹⁸ não mais fundamentadas na oposição entre a fala e a escrita, mas direcionadas para a interação entre ambas, a fim de se compreender as possibilidades e limitações dessas formas de expressão da língua portuguesa na comunicação social. Essas pesquisas procuram dar conta da evolução linguística na sociedade, observando os novos paradigmas estabelecidos pela evolução tecnológica, social e cultural que vem ocorrendo desde os primórdios do século XX. Dessa forma, o estudo das modalidades da língua portuguesa, além dos elementos gramaticais, passou a valorizar os aspectos pragmáticos e discursivos, como as condições de produção, a esfera da comunicação, o gênero discursivo, a mídia e o suporte material.

718 Entre várias pesquisas, destacamos os trabalhos de Projetos paralelos – NURC/ SP.

2. OS GÊNEROS DISCURSIVOS

Neste trabalho, fundamentamo-nos no estudo da língua tendo em vista os gêneros discursivos pelos quais ela se manifesta. Esse enfoque compreende que a língua é utilizada na comunicação sob a forma de enunciados realizados por integrantes de uma determinada esfera da comunicação discursiva que têm à sua disposição determinados gêneros discursivos. Bakhtin (2003: 282-3) salienta que

A língua materna - sua composição vocabular e sua estrutura gramatical – não chega a nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas que nós ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas de enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas do enunciado, isto é os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas.

O conceito de esferas discursivas é fundamental para o estudo do enunciado e dos gêneros, pois a comunicação nas diversas esferas da sociedade realiza-se por meio de enunciados concretos que refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas. Nas palavras de Bakhtin (2003:266).

Uma determinada função (científica, técnica, publicista, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.

Um dos pontos fundamentais da teoria sobre os gêneros apresentada por Bakhtin é o conceito de gêneros primários e secundários e os processos de interação entre ambos. Frente à diversidade dos gêneros discursivos, o teórico russo propõe que, para se definir a natureza geral do enunciado, deve-se observar as diferenças e as relações entre os gêneros primários (simples), que fazem parte da comunicação cotidiana, e secundários (complexos), que dizem respeito à comunicação exercida por meio de códigos culturais artísticos e ideológicos elaborados. Como os gêneros secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, para se estudar um gênero discursivo secundário, devem ser observadas as suas relações dialógicas com os gêneros primários que ele assimila.

As relações entre a língua falada e a língua escrita com os gêneros primários e secundários são bastante complexas, revelando a riqueza das manifestações linguísticas na sociedade. Os gêneros primários pertencem à esfera da comunicação cotidiana que se realiza fundamentalmente pela fala; no entanto, um bilhete, uma carta pessoal, um correio eletrônico, um “torpedo” etc. revelam outros elementos como a esfera de atividade, a finalidade, o suporte e o meio de comunicação que devem ser observados para se compreender a relação entre a oralidade e a escrita nesses gêneros. Com relação aos gêneros secundários, não se pode associá-los somente à língua escrita, pois a língua falada atua em todas as esferas, por exemplo uma palestra, uma aula e uma arguição de tese na esfera acadêmica. Além disso, devido ao dialogismo entre os gêneros primários e secundários, mesmo em gêneros fundamentalmente escritos como o romance, o conto, a crônica e a poesia, a língua falada está presente.

A investigação das relações entre a língua falada e a língua escrita sob o ponto de vista das esferas discursivas da comunicação social e de seus gêneros discursivos propiciaram um grande avanço nos estudos sobre a utilização da língua nas relações sociais. No entanto, frente à diversidade dos meios de comunicação e à tamanha complexidade dos processos comunicativos da sociedade atual, as categorias língua falada e língua escrita já demonstram não serem suficientes para dar conta da variedade de manifestações linguísticas.

3. A LÍNGUA CANTADA

Além de falada e escrita, a língua pode ainda ser cantada. No entanto, a manifestação da língua através do canto nunca foi observada com a devida atenção pelos linguistas. A reflexão que propomos agora a respeito da língua

cantada pretende compreender primeiramente por que ela não mereceu essa atenção e depois por que ela mereceria.

A relação entre a língua e a música é muito antiga, entretanto tomaremos como ponto de partida as canções trovadorescas, a fim de compreender como se estabeleceu a predominância da língua escrita. No período literário denominado trovadorismo, a arte poética era exercida pelos trovadores por meio das cantigas, o que promoveu uma valorização da língua cantada nas cortes. Com a invenção da imprensa, entre outros diversos fatores, a poesia desvinculou-se da música e passou a trilhar caminhos próprios.

A canção erudita continuou a ter prestígio nas cortes, já a canção folclórica de origem popular, à época, não recebia atenção. As causas são complexas, salientamos apenas o preconceito contra a cultura popular e a falta de registro das canções populares, ao contrário das eruditas que eram escritas pelos compositores. Assim, a língua cantada, que tinha como principais formas de expressão as cantigas, as canções folclóricas e eruditas perdeu espaço para a língua escrita.

A canção popular, principal gênero de veiculação da língua cantada, continuou a desenvolver-se no decorrer dos séculos. Com a ascensão da burguesia, o surgimento das grandes cidades e a concentração urbana, houve um incentivo das formas de lazer, entre elas a canção para ser ouvida e dançada em lugares públicos. No entanto, a canção nunca obteve o mesmo prestígio que a poesia, o que fez da língua cantada uma variação inferior da língua escrita. Nesse contexto, a língua falada era vista apenas como instrumento para a comunicação cotidiana.

Mesmo no início do século XX, com o advento do disco e do rádio, não era dado o devido valor à língua cantada veiculada pelas canções populares, pois eram consideradas, por um lado, uma deturpação da canção folclórica, por outro, uma forma de expressão inferior à poesia culta. Essa supervalorização da poesia como a mais nobre forma de expressão da língua colocou em segundo plano tanto a língua cantada quanto a falada. Mesmo outras formas de expressão literárias, como o romance, tiveram a princípio o seu valor questionado, pois o parâmetro da arte linguística sempre fora a poesia.⁷¹⁹

Assim, o modelo de estudo da língua nas escolas e universidades sempre foi a língua escrita. No Brasil, em meados do século XX, a língua cantada passou a ganhar importância, devido à atuação de vários poetas - letristas que deram à letra da canção o status de poesia. Como resultado vemos hoje nos livros didáticos a presença de poesias e canções como exemplos de nossa língua. Isso se deve também a uma nova consciência por parte dos linguistas que procuram contemplar as manifestações escrita, falada e cantada da língua, relativizando o valor de cada uma delas segundo critérios discursivos.

Entretanto, a língua cantada ainda não é compreendida em sua completude. Devido à complexidade de sua natureza sincrética que relaciona as linguagens musical e verbal, muitas vezes ela é estudada somente como letra, ainda que já disponhamos de modelos para o estudo da especificidade da canção, que reside na compatibilidade entre a letra e a melodia.

Os fatores apresentados acima não são os únicos responsáveis pela falta de atenção dada à língua cantada, no entanto eles contribuíram bastante. Passemos agora a apresentar alguns fatores que promoveram a língua expressa através do canto.

O principal gênero para a manifestação da língua cantada é a canção popular. O século XX pode ser considerado o século da canção⁷²⁰, devido principalmente ao sucesso do disco e do rádio, que possibilitaram a criação de um extenso campo profissional e comercial. O teatro de revista no começo do século, o cinema e a televisão também contribuíram para o avanço da canção na comunicação social.

719 Bakhtin (1998:p. 79) comenta o posicionamento do teórico russo G.G. Spet com relação ao romance: "Spet recusa qualquer valor estético ao romance. O romance é um gênero retórico extraliterário, 'uma forma contemporânea de propaganda moral'; somente o discurso poético é artístico [...]".

720 Conforme Tatit, 2004.

A língua cantada não é exclusividade da esfera artística musical, ela está presente em diversas esferas sociais. O aumento das relações comerciais e a necessidade de consumo nas sociedades capitalistas no século XX, fez da publicidade um dos mais importantes campos de comunicação. Nesse contexto, o *jingle* constitui-se como um dos principais gêneros publicitários. Na esfera religiosa, a língua cantada sempre se fez presente através dos cânticos. Atualmente as igrejas veem nas canções religiosas, como a música *gospel*, um importante aliado para o aumento de seu rebanho. Na esfera cotidiana, a importância da língua cantada é notável. Podemos citar como exemplo as canções infantis e de ninar, fundamentais para a aquisição da língua materna pelas crianças; e os cantos de trabalho, como o das lavadeiras e dos vaqueiros, essenciais para a execução da atividade laboriosa. Essas formas de expressão da língua cantada são passadas de geração a geração por via oral e possuem um inestimável valor cultural.

Atualmente a língua cantada tem um forte poder de penetração na sociedade. Para comprovarmos esse pressuposto, basta atentarmos para os hábitos das pessoas em nossa sociedade. Quanto tempo elas passam ouvindo música, conversando ou lendo um livro? Nas ruas, é cada vez mais comum vê-las ouvindo seus *i-pods*; e, nos carros, o rádio. Esse hábito, que vem se difundindo principalmente entre os jovens, coloca, muitas vezes, a língua cantada à frente da língua escrita e até da língua falada. Muitos pedagogos, educadores e professores veem esse fenômeno de forma negativa, pois a leitura e o diálogo passam para um segundo plano na vida do jovem.

Frente a esses fatos, não seria hora de se parar para pensar na importância que a língua cantada adquiriu na sociedade atual e encontrar formas de inseri-la em um debate mais amplo para que ela não se torne alienante e passe a ser usada como instrumento de inserção social juntamente com a escrita e fala?

4. A LÍNGUA CANTADA NO UNIVERSO LUSÓFONO

Entre as várias esferas da sociedade em que a língua cantada está presente, destacamos aqui a canção popular na esfera política dos países lusófonos. Isso nos fará perceber a importância da língua cantada, pois a canção popular esteve presente nos principais eventos históricos e na formação ideológica das sociedades do século XX. No Brasil, a canção de protesto foi um instrumento de luta contra a ditadura militar no final dos anos 60 e 70. Durante esse período, a canção popular brasileira foi uma eficiente arma de conscientização política da população, haja vista a brutal censura que sofreu. A canção era a voz do povo nos festivais, nos discos, nas rádios, nos shows e nas passeatas. A luta pela democracia, o direito de viver em seu próprio país e de expressar as próprias opiniões foram temas constantes das canções nessa época. Nesse contexto, a canção já era uma forma de expressão bastante difundida e isso possibilitava-lhe divulgar as ideologias de diversos grupos sociais que lutavam para mudar o cenário político do país. Ela era uma forma de inclusão social, de posicionamento crítico, de luta contra um governo que se fechava para a voz do povo. Para Tinhorão (2001: 205): “Era o ressurgimento, em plena era da ditadura militar e da repressão ao idealismo político, na crença ancestral do verbo, desta vez concentrada nas mensagens (às vezes subliminares) das chamadas canções de protesto”. A canção *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, após ser classificada em segundo lugar no III Festival Internacional da Canção, em 1968, perdendo para *Sabiá* de Chico Buarque e Tom Jobim, tornou-se um hino contra a ditadura militar e, conseqüentemente, foi censurada.

Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando

Aprendendo e ensinando
Uma nova lição...
Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...
Pelos campos há fome
Em grandes plantações

*E seguindo a canção...
 Vem, vamos embora
 Que esperar não é saber
 Quem sabe faz a hora
 Não espera acontecer...
 Que esperar não é saber
 Quem sabe faz a hora
 Não espera acontecer...
 Nas escolas, nas ruas
 Campos, construções
 Somos todos soldados
 Armados ou não
 Caminhando e cantando
 E seguindo a canção
 Somos todos iguais
 Braços dados ou não...
 Os amores na mente
 As flores no chão
 A certeza na frente
 A história na mão
 Caminhando e cantando
 E seguindo a canção*

*Pelas ruas marchando
 Indecisos cordões
 Ainda fazem da flor
 Seu mais forte refrão
 E acreditam nas flores
 Vencendo o canhão...
 Vem, vamos embora
 Que esperar não é saber
 Quem sabe faz a hora
 Não espera acontecer...
 Há soldados armados
 Amados ou não
 Quase todos perdidos
 De armas na mão
 Nos quartéis lhes ensinam
 Uma antiga lição:
 De morrer pela pátria
 E viver sem razão...
 Vem, vamos embora
 Que esperar não é saber
 Quem sabe faz a hora
 Não espera acontecer...*

Em Portugal, a canção de intervenção foi a trilha sonora para a luta contra a ditadura salazarista. A canção *Grândola vila morena*, de José Afonso, foi a senha para o início da revolução na madrugada de 25 de abril de 1974.

*Grândola Vila Morena
 Grândola, vila morena
 Terra da fraternidade
 O povo é quem mais ordena
 Dentro de ti, ó cidade
 Dentro de ti, ó cidade
 O povo é quem mais ordena
 Terra da fraternidade
 Grândola, vila morena
 Em cada esquina, um amigo
 Em cada rosto, igualdade*

*Grândola, vila morena
 Em cada rosto, igualdade
 O povo é quem mais ordena
 À sombra duma azinheira
 Que já não sabia a idade
 Jurei ter por companheira
 Grândola, a tua vontade
 Grândola a tua vontade
 Jurei ter por companheira
 À sombra duma azinheira
 Que já não sabia a idade*

No continente africano, após a independência, os países lusófonos ansiavam pela paz. Particularmente em Angola, a guerra civil marcou esse processo de reconstrução política e social, e a luta pela unificação foi tema de canções, como *Angola em paz* do compositor cabo-verdiano Ramiro Mendes.

*Angola na paz
 Angola, Angola
 Dja bo sofre tcheutcheu nes mundo
 Sofrimento ta acaba
 Tudo na paz e harmonia
 Angola, Angola
 Tudo bo dor e também nha dor
 Bo sofrimento e nha lamento
 Bo alegria e nha contentamento
 Angola, Angola*

*Um só povo... Um coração
 Um só povo... Um direção
 Angola na paz e midjor!
 Angola, Angola
 Tudo bo dor e também nha dor
 Mon djuntado paz e capaz
 Um canto certo na paraíso
 Angola, Angola
 Bo sofrimento e nha lamento
 Bo alegria e nha contentamento*

*Pa cada um di bos fidjos
ki perde vida na luta
Um canto certo na paraíso
Angola, Angola
Abertura na consciência
de tudo kes ke responsável
na implantação de paz na bo tchon
Angola, Angola
Mon djuntado paz e capaz
N'tem confiança na nos esperança
Ma manhã te traze bonança
Um só povo... Um só nação*

*N'tem confiança na nos esperança
Pa kada dia
lavrador lavra se tchon
piscador pisca se peixe
Tudo na paz e harmonia
Presidente zedu dos Santos
(Angola na paz e midjor)
Comandante Jonas Savimbi
(Angola na paz e midjor)
Forças estrangeiras
(Angola na paz e midjor)
paz, paz na Angola
(Angola na paz e midjor)*

Com esses exemplos, podemos entender que a língua cantada possui uma grande representatividade na formação das sociedades lusófonas, tanto na veiculação da língua portuguesa - e de seus crioulos e variantes regionais – quanto da cultura social, política e folclórica que nossa língua comporta.

5. UMA PROPOSTA PARA O ESTUDO DA LÍNGUA CANTADA

Tendo em vista os aspetos apresentados acima, compreendemos que a língua cantada, devido a sua importância na comunicação social, na formação ideológica da sociedade e na difusão da língua portuguesa merece um tratamento mais atencioso por parte dos pesquisadores e educadores. A língua cantada, assim como a escrita e a falada, deveria ser estudada nas escolas e universidades. O objetivo não se resume em formar poetas ou músicos, mas visa formar pessoas críticas que saibam comunicar-se bem nos diversos gêneros em que a língua se manifesta, entendendo-se que se comunicar não é apenas falar, escrever ou cantar, mas principalmente saber ouvir e entender.

É comum educadores comentarem que os jovens só querem ouvir música, que deveriam ler mais. A questão não é apenas essa, mas sim o que eles ouvem e como ouvem. Vivemos em uma sociedade em que as mídias fonográfica e visual evoluíram muito, e ignorar esse fato nas salas de aula desestimula o estudante que vê a escola como uma instituição anacrônica.

O ensino de línguas viveu desafios constantes no século XX. A princípio a única língua estudada era a escrita, aliás, a língua artística dos poetas e romancistas. A língua que se ensinava na sala de aula não era a utilizada nas situações cotidianas de relação social e profissional. Com os avanços da sociolinguística, passou-se a relativizar as variações linguísticas e isso enriqueceu os estudos da língua. No entanto, o que se vê hoje nas salas de aula da maioria das escolas ainda é o ensino da língua escrita restrito a redações (descrição, narração, dissertação); ou seja, apesar dos avanços dos estudos discursivos, o aluno passa anos aprendendo um gênero que somente existe na escola e no vestibular, quando na verdade em sua vida social ele assimila e produz muitos outros gêneros. Com relação à língua falada, para valorizar a sua riqueza cultural e a sua importância na inserção social, os educadores estimulam a participação dos alunos nas aulas e promovem debates sobre temas pertinentes para a formação do jovem (ou pelo menos deveriam fazê-lo).

Vemos que o problema do ensino da língua portuguesa é bastante complexo. Inserimos, então, a questão da língua cantada nesse quadro, propondo uma política de Ensino-Aprendizagem para essa manifestação linguística, combatendo alguns preconceitos e apresentando caminhos.

A língua cantada não é inferior ou superior à escrita ou falada, ela é apenas uma das manifestações de nossa língua. Se ela às vezes é apresentada em enunciados de “má-qualidade”, como em muitas canções de fácil consumo, isso também ocorre com a língua escrita. Não é pelo fato de ser um enunciado artístico que ela é de

difícil acesso, porque a poesia também é um enunciado artístico e existem diversas metodologias de ensino da linguagem poética. A presença do elemento musical não deveria ser um obstáculo intransponível, já que as escolas teriam por obrigação fornecer uma educação musical básica para que todos os alunos tivessem capacidade de desenvolver a sua cultura musical.

Atualmente, em diversas universidades de várias partes do mundo⁷²¹ estão sendo desenvolvidas pesquisas para o estudo da canção. Muitos desses trabalhos podem ser direcionados para o ensino da língua cantada a partir de sua principal peculiaridade: a relação entre a linguagem musical e a verbal. Além disso, tendo em vista a proposta de interdisciplinaridade prevista nos programas curriculares, a língua cantada pode ser trabalhada em cooperação com outras disciplinas como História, Sociologia, Filosofia e Artes, já que os gêneros da língua cantada, como as canções populares (comerciais), as folclóricas e os *jingles*, guardam uma cultura popular que não foi transmitida, por exemplo, pela poesia escrita.

A proposta de ensino da língua cantada que apresentamos tem como finalidade inserir o estudo dessa manifestação linguística no currículo escolar das universidades e escolas. Por sua importância na formação linguística, ideológica e cultural da sociedade, as canções de qualquer esfera discursiva devem ser encaradas como objeto de pesquisa, estudo e ensino. Para isso deve-se investir na produção de métodos de investigação e modelos de análise para serem adaptados aos livros didáticos escolares.⁷²²

A língua cantada, particularmente a canção popular, é um tesouro muito valioso de nossa cultura para que esteja à mercê dos interesses financeiros das grandes gravadoras que visam apenas ao lucro fácil e imediato e não têm compromisso com a construção de uma cultura artística. Assim como a língua falada é dos falantes; a escrita, dos escritores e leitores; a língua cantada é dos compositores e ouvintes. Somente uma boa formação educacional possibilitará a esses ouvintes e futuros compositores produzir uma língua cantada compromissada com a construção de uma sociedade mais crítica que valorize a sua produção cultural.

6. BIBLIOGRAFIA

- Bakhtin, Mikhail. (2003) *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1998) *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Editora UNESP.
- Caretta, Álvaro Antônio. (2009) A canção popular: uma análise discursiva. In: GIL, Beatriz Daruj (org.) [et al.]. *Modelos de Análise linguística*. São Paulo: Contexto, pp. 99-114.
- Costa, Nelson Barros da. (2001) *A produção do discurso literomusical brasileiro*. (Tese de doutorado). São Paulo: PUC.
- Tatit, Luiz. (1996) *O Cancionista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- _____. (2004) *O Século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial.
- Tinhorão, José Ramos. (2001) O encanto histórico da palavra cantada. In: Matos, Cláudia Neiva de; Medeiros, Fernanda Teixeira de; Travassos, Elizabeth (org.). *Ao encontro da palavra cantada – poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, pp. 200-206.

91) ANABELA BRITO FREITAS (MIMOSO)

ANABELA DE BRITO MIMOSO É mestre e doutora em Cultura pela FLUP.

Desempenhou cargos na direção da Associação de Escritores de Gaia e Confraria Queirosiana.

É investigadora de Literatura infantojuvenil e das suas relações com a pedagogia, na Universidade Lusófona.

721 A Universidade de São Paulo possui linhas de pesquisa sobre a canção na área de História, Semiótica e Análise do Discurso. Na Inglaterra, a Universidade de Manchester oferecerá um curso intitulado "Os Beatles, a Música Pop e a Sociedade".

722 Ver Caretta, Álvaro Antônio. A canção popular: uma análise discursiva. In: GIL, Beatriz Daruj (org.) [et al.]. *Modelos de Análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 99-114.

É diretora da revista ECOS.

Além de numerosos artigos de investigação sobre temas de língua e cultura em revistas e jornais, de manuais para o ensino da Língua Portuguesa (2º e 3º ciclo), é autora de vasto número de livros de literatura infantojuvenil:

OBRAS PRINCIPAIS:

História de um rio contada por um castanheiro (Porto Ed., 1986);
Era um azul tão verde... (Porto Ed., 1993);
O tesouro da moura (Porto Ed., 1994);
D. Bruxa Gorducha (Porto Editora, 1995 e Gailivro, 2006);
O último período (Âmbar, 2002); Um sonho à procura de uma bailarina (Âmbar, 2002); Parabéns, caloiira! (Âmbar, 2003);
Quando nos matam os sonhos (Âmbar, 2005);
O Tesouro do Castelo do Rei (Âmbar, 2006);
Foz Coa: entre céu e rio (Gailivro, 2007);
Traz os olhos cheios de palavras (Âmbar, 2007);
A vida pela metade (Gailivro, 2007);
O cavalo negro (Câmara M. de Gaia, 2008);
As férias do caracol (Novagaia, 2009), entre outros em coautoria.

A ATUALIDADE DAS ANOTAÇÕES DE D. CAROLINA MICHAËLIS AO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1911, ANABELA MIMOSO, ULHT

Desde os finais do séc. XIX que se tenta, por um lado, simplificar a ortografia da língua portuguesa e, por outro, unificar a ortografia dos países que a usam. Juntamente com Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo e Adolfo Coelho, foi D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, entre outros, encarregada de trabalhar em prol de um acordo para reformar a escrita da língua, tarefa que esta eminente romanista reclama de «conveniente e urgente, tanto sob o aspeto científico, como sob o estético, e sobretudo o pedagógico».

Embora o Brasil tivesse optado por não adotar esta ortografia simplificada, em Portugal ela seria oficializada por portaria de 1 de setembro de 1911. Ora, algumas das explicações que D. Carolina dá para a necessidade desse acordo, numa carta a Joaquim Costa intitulada “A Ortografia Nacional”, ainda hoje fazem sentido, na sua globalidade, em relação ao acordo de 1990, conforme pretendemos mostrar.

É este texto que daremos a conhecer, contextualizando-o na época em que ele foi produzido.

1. DADOS BIOGRÁFICOS

D. Carolina Michaëlis nasceu em Berlim, em 15 de março de 1851 e viria a falecer no Porto, em 16 de novembro de 1925. Filha mais nova de Gustav Michaëlis, professor universitário de taquigrafia, muito beneficiou da dedicação do pai à linguística aplicada e à linguística comparada «*siendo el motivo fundamental de este interés comparatístico su tarea de adaptación del método taquigráfico de Wilhelm Stolz a lenguas distintas del alemán: latín, francés, inglés, italiano, portugués y español*», no dizer de Conde (2000: 136). O ambiente familiar, o convívio com figuras ilustres da cultura alemã (como Jakob Grimm, Alexander von Humboldt e Varnhagen von Ense) serviram de estímulo a Carolina (e a sua irmã Henriette) que desenvolveu aprofundados estudos no domínio das línguas, não na Universidade, dada a sua condição de mulher, mas em casa, como autodidata, sob a orientação de um romanista, Carl Goldbeck, seu antigo professor de liceu, «*com quem ela permaneceu em contacto, aliás, ao longo da vida*» (Vieira, 2005: 15). Com afinco, aprendeu árabe em dois anos, depois as línguas germânicas e eslavas, sânscrito, provençal, francês antigo, espanhol, catalão e português, mas a sua preferência foi para a linguística histórica e para a filologia românica, sobretudo ibérica: castelhana e portuguesa.

Foi a propósito da tradução que A. F. de Castilho fez do *Fausto* de Goethe (publicada em 1872) e da polémica, a chamada Questão do Fausto - que talvez se possa ligar à Questão do Bom Senso e Bom Gosto, como propõe Brito (2001: 191) -, que ela suscitou, sobretudo, a Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Joaquim de Vasconcelos, que veio a corresponder-se com estes três autores, sobretudo com o último, Joaquim António da Fonseca Vasconcelos, profundo conhecedor da língua alemã, ao contrário de Castilho que, não obstante a adaptação que tentou fazer da obra de Goethe, desconhecia este idioma.

A animada correspondência trocada então entre os dois «*em breve se viria a transformar em romance de amor*» (Delile, 2001: 36). Em 1876 casaria na Alemanha com este musicólogo e historiador de arte, cujo nome tomaria. Radicar-se-ia ainda nesse ano no Porto, donde o marido era natural.

Além de filóloga da língua portuguesa, tarefa que lhe seria facilitada pelo seu vasto conhecimento de línguas antigas e modernas, foi crítica literária, pedagoga, escritora, lexicógrafa, investigadora. A sua prolixa obra abrange cerca de 200 títulos (Correia, 1986: 3).

Foi também a primeira mulher a lecionar numa universidade portuguesa (tardamente, pois só em 1911 lhe é reconhecido devidamente o seu mérito), na recém-criada Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (e não a primeira catedrática, como se costuma dizer). Aí lecionou Filologia (1). Lembremos, a propósito, que «*está suficientemente comprovado que a filologia românica moderna nasceu na Alemanha, na universidade prussiana que se constituiu de acordo com as ideias de Humboldt, e não na França ou outro país românico, por mais incongruente que isso possa parecer*», conforme afirma Vieira (2005: 18).

Em 1916, ser-lhe-ia concedido o grau de doutor em Filologia Românica e Germânica. Foi também eleita para a Academia das Ciências, o que não seria pacífico, dada a sua condição de mulher.

2. A ORTOGRAFIA FINISSECLAR

Até 1911, e apesar dos esforços de alguns glotólogos, gramáticos, lexicógrafos e etimologistas no sentido de «*expurgar a língua de defeitos*» (1911: 201), não havia uniformidade de critérios na escrita, donde resultava que cada escrevente adotava ou rejeitava emendas ou inovações que mais lhes aprouvesse. Alguns usavam na mesma página grafias diferentes para a mesma palavra. Era, pois, o caos. Na realidade, não existia uma ortografia portuguesa oficial. Se não havia regras superiormente traçadas para a ortografia, cada jornal, revista, obra literária seguia a regra que o(s) autor(es) dos textos melhor entendia(m), muitas vezes sem grande coesão interna, o que não garantia, num mesmo texto, uniformidade gráfica. Cada autor seguia, geralmente, a prática e o exemplo de algum autor consagrado que tomava por modelo.

Às vezes procurava-se alguma coerência, como fez Álvaro Pinto, diretor da Revista *A Águia*, logo no seu primeiro número, em 1 de dezembro de 1910, numa pequena nota intitulado “A nossa ortografia”: «*A não ser que o autor indique a ortografia a adotar, servir-nos-emos da estabelecida pelo snr. Gonçálvez Viana, salvas, é claro, as naturais deficiências inerentes a todas as inovações*» (*A Águia*: nº 1). Claro que não se tratava de uma uniformização, porque estava limitada à vontade do autor, já que a grafia de Gonçalves Viana não estava superiormente aprovada, mas era já uma tentativa nesse sentido, era, sobretudo, a tradução do sentir dessa necessidade.

Ora, esta boa vontade teve as suas críticas: uns não a achavam suficientemente impositiva, outros achavam-na castradora. E a polémica estalou no número 4 da revista (de 15 de janeiro de 1911). O Dr. A. A. Cortesão, pai de Jaime Cortesão, num artigo intitulado: “*Algumas palavras sobre a ortografia seguida em A Águia*”, constatava que afinal via «*cada artigo escrito com a ortografia própria do seu autor, isto é, tantos artigos, tantos sistemas ortográficos, embora a redação pareça seguir oficialmente a ortografia nacional*». O Dr. Cortesão advogava, portanto, a adoção de uma «*ortografia moderna, ortografia racional e cientificamente simplificada, ortografia nacional*» e explicitava mesmo que «*desejaria eu que o rigor e coerência fossem mais lonje: que abranjessem a ortografia exata e verdadeira em patronímicos, escrevendo-os (como exige a evolução fonética) – Díaz, Guédes,*

López, Sánchez, Simões, etc.». Não havia dúvidas, portanto, em aceitar que só um acordo oficial uniformizaria a escrita e que esta uniformização era urgente.

Mas que acordo? No número seguinte (n.º 5, de 1 de fevereiro, do mesmo ano) é a vez de vir à liça Teixeira de Pascoaes, num artigo intitulado “*A Phisionomia das Palavras*”. Pela grafia do próprio título se infere a posição do poeta. Se bem que reconheça que «*É realmente necessario estabelecer uma Ortografia definida, que faça a harmonia n’este cahos ortográfico em que se encontra a nossa língua*», não está de acordo com quem quer obedecer a «*um criterio puramente etimológico*», mas também não está de acordo com os que «*obcecados por uma ideia simplista, querem que se escreva exatadamente como se lê*». Assim, opõe a estas duas teorias um “*criterio biológico e estético*”, dado que «*as Linguas são organismos vivos*» (itálicos do autor), e que as «*palavras são seres*»). Daí que tivesse criado um complicado sistema, de critério duplo, uma vez que postulava que «*a forma gráfica das palavras deve estar em harmonia com o seu sentido íntimo ou parte subjetiva e com as leis da estética: deve ser bela e verdadeira*».

Desta regra geral, advinham duas regras especiais:

«*a) Simplificar a forma gráfica das palavras, cujo sentido é simples, definido e concreto*»,

«*b) Não simplificar a forma gráfica das palavras que encerram um sentido profundo, abstrato, misterioso*».

Obviamente, que desta ideia decorreria a existência de grafias simplificadas, como em *fruto coleção ortografia*, paralelamente com palavras escritas numa ortografia redundante, como em *peccado espectro lagryma abysmo phantasma*, dada a carga emocional que estas palavras transportam. Critério dúbio, já se vê, e sobretudo subjetivo. Embora possa ser uma brincadeira de Pascoais, este artigo mostra como era, então como agora, difícil estabelecer uma disciplina a ser praticada na escrita, como qualquer critério a adotar resultaria arbitrário e criticável, sobretudo pelos escritores, em geral, e pelos poetas, em particular, limitados assim no acesso a certos jogos com o significante gráfico de cada signo linguístico. A ortografia entraria aqui no campo da arte e não da ciência linguística.

Mas também havia os que, em nome da liberdade, não aceitavam qualquer acordo. Assim, o mesmo número da revista incluía ainda um texto assinado por Raul Proença, em que este se manifestava contra o critério seguido por Álvaro Pinto, isto é, o de adotar a ortografia estabelecida por Gonçalves Viana, já que este não era oficial, mas apenas expressava a opinião deste erudito. Proença achava que seguir uma regra imposta por alguém se «*quadrava mal numa revista de gente nova e de gente livre*», pelo que defendia que uma revista como a *Águia*, «*revista de temperamentos livres e de talentos livres, não podia aceitar uma uniformidade imposta, primeiro porque ella tem um vago horrôr á uniformidade - á tristeza do mesmo horizonte, á monotonia da mesma paisagem - em seguida porque tem um ódio nitido á imposição, ao dogma, á autoridade*», razões de peso, portanto, para não necessitarem de qualquer acordo. Além da criatividade também já preconizada por Pascoais, vinha-se agora recordar que a ânsia de liberdade se estendia também à grafia.

Ora, no nº 6 da *Águia*, era a vez do Dr. A. A. Cortesão responder a Teixeira de Pascoais num artigo intitulado *Brevíssimas considerações sobre “A phisionomia das palavras”*. Confessa-se honrado por o seu artigo ter despertado o interesse de T. de Pascoais, «*pois o caso não era para tanto*», mas acaba por responder à réplica do poeta, confessando que não compreende como é que se pode estabelecer uma ortografia seguindo o critério “*biológico e estético*” por ele proposto, quando esses critérios são contrários ao uso e ao rigor etimológico, critérios para mais difíceis de explicar a uma criança. Acaba mesmo por duvidar da seriedade da proposta de Pascoais e atribui-la a uma «*manifestação do seu talento, que é assombroso, e do seu vasto saber*».

Responde ainda a Raul Proença, fazendo-lhe ver que a liberdade na escrita, a arbitrariedade gráfica podia levar a uma escrita verdadeiramente incompreensível, como aconteceria se Raul Proença tivesse escrito, seguindo essa mesma liberdade: «*Meu caro Allvaro Pintto: Nu 1º numero da agia inceria o meo ammigo huma nopta onde dizia que, a nau cer que o auctor indiqace...*» Encerra aí o incidente e a I série de *A Águia* não volta a trazê-lo à baila.

Demos o exemplo desta revista não só por se ter interessado especificamente pela ortografia utilizada, mas também por ser uma revista séria, cujos colaboradores integravam os maiores vultos da cultura do país e por se

dedicar a questões literárias e do ensino. A discussão que levantou mostra bem como não havia consenso em relação à necessidade e ao teor de um acordo ortográfico. Alguns escritores, paladinos da liberdade criativa, eram mesmo defensores de um desacordo ortográfico.

3. A PREPARAÇÃO DO ACORDO

Não obstante, o novo governo republicano nomeou uma comissão de letrados, originalmente constituída por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (que há muito se ocupava do assunto), Cândido de Figueiredo, F. Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e pela própria Carolina Michaëlis e, depois de março de 1911, também por A.J. Gonçalves Guimarães, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes, e Augusto Epifânio da Silva Dias (que pediu escusa do cargo) e Manuel Borges Grainha, para encetar uma reforma da ortografia portuguesa. Paralelamente à discussão levantada pela revista *A Águia*, trabalhava assim a comissão num plano que resolvesse os problemas que aí se levantavam.

Também do outro lado do Atlântico, a Academia Brasileira de Letras desde 1907 tivera em estudo um projeto de reforma análogo. Este projeto, baseado no de Gonçalves Viana, daria lugar a um antiprojeto assinado por Rui Barbosa, Salvador de Mendonça e Sílvio Romero. Depois de calorosas discussões, foi aprovado o projeto inicial, embora com algumas divergências.

Embora em ambos os países os estudiosos da língua sentissem a necessidade de unificar a ortografia, como não houve cedências de qualquer uma das partes, o Brasil acabou por não adotar esta ortografia simplificada que seria, em Portugal, oficializada por portaria de 12 de setembro de 1911.

D. Carolina teve, na comissão que redigiria o acordo, a importância que a sua condição de eminente romanista faria prever, que a sua vasta erudição justificava e que o seu amor à língua ambicionaria. Diria na sua Introdução às Lições que Filologia que lecionou na U.C.: «*Filólogo quer dizer isso: amor da fala, como expressão de ideias, dêsse património lentamente adquirido, que é o distintivo supremo do homem*» (1918: 9). Aliás, fê-lo também em nome do seu interesse pela alfabetização do povo português, como está bem patente nas anotações que fez à *Cartilha Maternal* de João de Deus e ao ABC de Trindade Coelho. Foi a sua própria experiência que a levou a deixar explicitamente registado no texto que serve de base a este artigo: «*Eu estou, pelo contrário persuadida da necessidade de uma reforma, por amor aos humildes e pequeninos, que vi e vejo lutar arduamente (e quantas vezes sem resultado!) com as dificuldades, incongruências, e contradições da ortografia reinante, por demais erudita, complicada e desconesca*» (1911: 201), pequeninos e humildes com quem ela se solidarizava, pois, tal como eles também um dia se viu confrontada com a aprendizagem da nossa língua, como confessa: «*sofri com as condições e incertezas na maneira de ortografar dos portugueses... E soufri mais ainda quando principiei a escrever português e a editar textos vernáculos*» (1911: 211).

Paralelamente a seu trabalho na equipa que trabalhou a reforma ortográfica, D. Carolina legou-nos então esse precioso texto, intitulado *A Ortografia Nacional (Carta ao Dr. Joaquim Costa)*, em que responde às perguntas que o Dr. Joaquim Costa lhe pusera sobre o acordo. Inicialmente publicado em *O Primeiro de janeiro*, de 14 a 18 de março de 1911, seria reproduzido na *Revista Lusitana*, vol. XIV, num artigo (re)datado de novembro de 1911. Além de conter algumas leves alterações ao anterior, este texto tem a vantagem de incluir algumas explicações complementares sobre a história do acordo. Foi este texto, extraído da revista que serviu de base à elaboração do artigo que ora se analisa.

Aí se informa que, a partir de 15 de março, a comissão reunia, sempre que possível, semanalmente para discutir os 115 artigos do texto de Gonçalves Viana, texto que foi escolhido para base do acordo. No dia 1 de setembro o *Relatório* resultante estava a ser assinado pelo Ministro do Interior. Seria publicado a 12 de mesmo mês.

Logo de imediato seria publicado um *Formulário Ortográfico conforme o plano de Regularização e Simplificação da Escrita Portuguesa* que estava precedido dos documentos oficiais e por uma introdução relativa às Bases da reforma e seguida de um *Prontuário* que seria publicado em separado. Seria também publicado, no mesmo ano,

uma *Reforma Ortográfica em meia dúzia de palavras*, prático documento de consulta, já que tinha o formato de mapa para afixar nas paredes de uma sala de aula, da redação de um jornal, por exemplo. Paralelamente, Borges Grainha, professor de instrução secundária, publicaria uma cartilha segundo o novo acordo: *Método intuitivo e mecânico para ensinar a ler, escrever e contar*. Ao mesmo tempo começar-se-ia a rever, com vista a uma reedição atualizada, o *Vocabulário ortográfico e ortoépico* de Gonçalves Viana e o *Novo Dicionário* de Cândido de Figueiredo.

4. RECEÇÃO DO ACORDO

«O público! Qual foi o acolhimento que fez à Reforma? Naturalmente as opiniões estão divididas. Houve e ha entusiastas; críticos; indiferentes; e adversários.», afirmava D. Carolina (1911: 224). Se já antes não havia “acordo” quanto ao “acordo” a vigorar, agora, depois da sua publicação, as críticas faziam-se notar mais. Constatou até que os contestatários iriam angariar assinaturas para revogarem o acordo. Outros, porém, acharam que se poderia ir mais longe, fonetizando a ortografia; outros ainda dar-se-iam por satisfeitos apenas com a supressão do y k ph th rh. Quantos aos acentos também havia divergências: o único acento consensual era o acento agudo. Não é novidade a receção ao acordo de 1990, portanto. Os peritos, tal como D. Carolina, porém, embora notando algumas falhas no acordo, sujeitaram-se a ela, conscientes das subtilezas da fonologia portuguesa. Mas o acordo prosseguiu, indiferente às vozes discordantes.

5. AS EXPLICAÇÕES DE D. CAROLINA MICHAËLIS

Não nos restam dúvidas hoje, de como era então necessário que a ortografia fosse oficialmente regularizada e simplificada. Necessário, «*conveniente e urgente, tanto sob o aspecto científico, como sob o estético, e sobretudo o pedagógico*», segundo afirmava D. Carolina (1911: 202). Na verdade, simplificando a ortografia, facilitava-se o ensino da leitura e da escrita, o que seria garante de um melhor acesso à educação e à instrução. Muito justamente, lembra a romanista que «o ensino elementar da leitura e escrita não é fim, mas apenas meio indispensável para o desenvolvimento da faculdade de pensar, raciocinar, julgar, protestar e emendar o que encontramos imperfeito e obnóscio no nosso caminho» (1911: 202). Seria também mais fácil para o ensino da língua a estrangeiros. Do ponto de vista estético, a simplicidade, a ordem e a disciplina seriam sempre preferíveis. Finalmente, é lembrado que embora o inglês e o alemão tenham uma grafia complicada, ela está fixada com rigor e que línguas aparentadas com o português, como a castelhana e a italiana, já há mais de um século que tinham ortografias simplificadas pelas respetivas Academias.

Obviamente que a «*complicada fonologia da língua*» (1911: 203), seria resultado de uma «*tendência etimológica, erudita, artificial, conservadora*» (*ibidem*), bem como resultado das aquisições eruditas posteriores (Idade Média, Renascimento e tempos modernos) das aquisições importadas de línguas não latinas (árabe, germânica, línguas modernas) que derivaria em várias anomalias na escrita portuguesa. De facto, constata D. Carolina, as palavras de origem popular, as que derivam do latim vulgar, conheceram sempre uma regra ortográfica fonética, muito embora sujeita aos 25 caracteres do alfabeto, conforme se pode verificar nas cantigas de amor e de escárnio. Foram as palavras eruditas, introduzidas por notários, clero, cientistas (a partir de D. Dinis) que não faziam parte do vocabulário do povo, que se grafaram recorrendo a «*sinaes exóticos*» (1911: 204), como *y, th, ph, rh, gh, çç, pç, ct, mn, gm, gn...*

Ora, este hábito de encontrar símbolos exóticos (*ph, rh, y...*) nos vocábulos relacionados com as ciências e as artes, por parte dos que tinham pretensões a cultos, levou a que estes mesmos símbolos se estendessem aos vocábulos comuns: *sancto, somno, cysne, lagryma*. A única intenção desta prática seria a de «*sugerir etimologias*» por puro pedantismo (pecha de que ainda não nos libertamos), «*como se o escasso milhão de Portugueses que lêem e escrevem fosse capaz de analisar, interpretar e historiar as evoluções e oriens de homem hoje hontem (!) bocca, melhor do que as de ora onra falar filosofia*» (1911: 205). Ora, conforme esclarece a romanista, muitos desses “pedantismos” seriam oriundos das mãos dos tipógrafos, e não dos autores dos textos, que alteravam a seu bel-prazer a ortografia dos originais manuscritos que tinham de compor, ainda por cima sem carácter sistemática, uma vez que a faziam variar ao longo da obra.

Competiria, pois, aos profissionais que se ocupavam cientificamente da língua, já não aos escritores (ou aos tipógrafos por eles), fossem eles membros da Academia ou não, realizar a reforma ortográfica, sobretudo aos que tinham conhecimentos de ortoépia e fonologia, como era o caso das individualidades escolhidas para fixar as regras da nova ortografia. Já na altura todos se achavam habilitados a dar o seu parecer sobre tema tão específico. Hoje também.

As diferentes opiniões relativas ao acordo apoiavam-se em duas visões diferentes: a etimológica e a “sónica”, como a insigne romanista lhe chama. Aliás, foi esta a causa da polémica levantada no Brasil em torno do acordo, já que existia aí uma marcada corrente foneticista, que defendia a simplificação ortográfica. Embora em Portugal prevalecesse a corrente etimológica, Carolina Michaëlis (tal como Gonçalves Viana) defendida uma outra via, a «comum, regularizada e simplificada, segundo normas e princípios fixos, fundados na história da língua, estudada com critério», «*livre de elementos etimológicos inúteis, quer sejam meros disfarces (como y th ph rh, etc.) quer sejam nulos, mudos, mortos*» (1911: 212), numa clara continuidade de «sete séculos de vida literária» (*idem*).

Na verdade, a ortografia portuguesa recorreu, desde D. Sancho I, à ortografia fonética para os vocábulos «*realmente nacionais de origem popular*» (1911: 213). O classicismo levou a que vozes pretensamente eruditas, a partir do séc. XVI, a substituíssem pela suposta ortografia etimológica. Ora, sabemos que nem mesmo os gramáticos da época (Fernão de Oliveira e João de Barros) que se ocuparam da ortografia estavam isentos de se servirem dos intermediários que eram os tipógrafos. João de Barros (em 1540) definia a ortografia como «*ciência de escrever diretamente todas as dições, com tantas letras (ele dizia letras) com quantas as pronunciamos, sem pôr consoantes ociosas. Mesmo dado que a dição seja latina, logo que a derivamos a nós e ela perder sua pureza, logo a devemos escrever ao mesmo modo*» (cit. 1911: 214).

Já antes (1536) Fernão de Oliveira afirmava que «*as dições que trazemos doutras línguas, escreve-las-hemos com as nossas letras que nelas soam, como ditongo, filósofo, gramática, porque todo o mais é empedimento aos que não sabem essas línguas donde elas vieram*» (cit. 1911: 214).

D. Carolina recorre ainda ao testemunho de Rodrigues Lobo. Escreve ela: «*Francisco Rodrigues Lobo queixava-se de que o erudito “por levar o português arrastro até o fazer latim, falla por septe, docto, scripto, benigno”*. Quem sabia das coisas da língua aconselhava, pois, a utilização da ortografia simplificada e uniformizada.

6. AS ALTERAÇÕES

A Reforma de 1911, em termos gerais, estabelecia então as seguintes alterações:

Extinção dos grupos “exóticos” th ph rh ch (este com valor de k) que serão substituídos por t f r c ou qu.

Extinção do y k w em palavras portuguesas (à exceção de kilo).

Redução das consoantes geminadas (exceção de rr e ss que têm valores particulares).

Eliminação das consoantes nulas: m g nos grupos mn gm gn gd: em dano sono aluno aumentar Inês Madalena.

Eliminação do s no grupo sc quando inicial, como em ciência. No interior das palavras não se suprime «por ser uso em Lisboa pronunciar ambos os sons»: consciência nascimento.

Eliminação do c e do p nos grupos çç ct pç pt (santo pronto distinto). Permanecem quando influírem «na vogal átona precedente abrindo-a, como em a(c)ção abstra(a)ção reda(c)ção exce(p)ção ... e também em casos em que a pronúncia do c é facultativa, como em efectivo respectivo facto pacto» (1911: 216).

O h etimológico desaparecia no meio das palavras quando «servia para desunir vogais que em regra formam ditongos (sahimento cahir)» e depois de prefixos (inábil). «Onde for etimológico (historia homem hospede haver) será todavia mantido provisoriamente».

Apesar da polémica de então, todas estas alterações nos parecem hoje perfeitamente pacíficas, exceto a do h etimológico.

Foi ainda necessário proceder-se a algumas regularizações, cujas principais foram:

Eliminação do g antes de e ou i com som j (por isso: guerra gato golpe).

O x mantém-se apenas no caso em que tem o mesmo som de caixa e no prefixo ex (pronunciando-se eis ou is). Nos restantes casos é substituído pelas letras que a pronúncia normal exige: próximo auxílio fico perplexo.

Normalização da grafia dos ditongos decrescentes, de maneira a que o segundo elemento seja semivogal (i ou u) e nunca e ou o.

Na grafia das nasais usar-se-á o m apenas antes de b e p e no fim das palavras que terminam em som nasal átono: amam amaram e nos monossílabos átonos: tam quam sam gram: as exceções sócio órgão órfão orégão justificam-se pelo uso das regras do plural das palavras terminadas em ão.

As palavras esdrúxulas serão sempre acentuadas com acento agudo ou circunflexo, tal como as agudas (que já eram) e algumas graves homógrafas (fóra fôra; sede sêde). O acento grave servirá para as átonas abertas: padeiro pòveiro e também para marcar diérese de vogais que habitualmente formam ditongo: reunir arguir proibir còerente.

O trema também desaparecia e era substituído pelo acento grave. O uso do apóstrofo passava a ser muito limitado.

Desta regras todas, D. Carolina não concordava com as regras de acentuação por as achar excessivas, no que se veio a provar que tinha razão, já que algumas dessas regularizações seriam, posteriormente, alteradas. De notar a alteração da grafia de *próximo perplexo* que, por muito que hoje nos possa parecer estranho, vinha disciplinar a utilização do x.

7. COMPARAÇÃO COM O ACORDO DE 1990.

Pela leitura dos comentários de Carolina Michaëlis pode deduzir-se, desde logo, que nem todos os especialistas que participaram na feitura do texto do acordo estavam de acordo com todos os artigos. O que é perfeitamente normal num trabalho pluridisciplinar.

Outro ponto importante a registar é que o acordo, embora elaborado por tão insígnies especialistas, não era perfeito, como prova a hesitação na abolição do uso do *h*, ou a incongruência em usar o *x* no prefixo *ex* que, de acordo com a lógica que presidiu à ideia de que se escrevesse *próximo*, se deveria grafar *eis*. De notar ainda a tendência para a supressão das consoantes mudas, embora não levada às últimas consequências, na medida em que estas eram mantidas no caso de abrirem a vogal átona anterior.

Não podemos esquecer, naturalmente, de que este foi o primeiro acordo de uniformização da língua, pelo que deveria ter-se revestido de uma maior complexidade do que qualquer outro posterior. Ora, apesar de ele marcar um grande avanço, não só de uniformização, mas também de compreensão dos fenómenos que regem a evolução da língua, bem como da simplificação de regras que tornavam a aprendizagem da escrita mais lógica, mais intuitiva, ele despertou muitas reservas, críticas mordazes e comentários a propósito e despropósito. Ontem tal como hoje: nada de estranhar, portanto.

É numa tentativa de resolver o que o acordo de 1911 deixou em aberto e a *Convenção Ortográfica Luso-brasileira* de 1945 também não resolveu, que surge o Novo Acordo Ortográfico de 1990. Ele visa então colmatar o que os anteriores não lograram, nomeadamente, a uniformização da escrita nos países falantes da língua portuguesa que, entretanto, aumentaram de número, e as questões que se continuaram a levantar ao ensino da língua. A tendência para a simplificação mantém-se, pelo que se compreende perfeitamente a decisão da supressão das chamadas consoantes mudas.

Claro que não é ainda desta vez (como se isso fosse possível) que se resolvem todos os problemas que a escrita da língua levanta. De acordo com Casteleiro e Correia «o Novo Acordo não consegue atingir a unificação ortográfica absoluta, uma vez que há diferenças intransponíveis dos dois lados do Atlântico... O Novo Acordo visa, pois, a unificação possível, mas que, mesmo assim, abrangerá cerca de 98% do léxico e impedirá, com certeza, que as diferenças se aprofundem e ampliem. Manter-se-á assim a unidade essencial da ortografia da língua portuguesa» (2008: 6).

Mais ainda do que em 1911, chegou-se a um momento em que não é possível adiar por mais tempo a unificação possível da língua, dado o número de países que a utilizam, dada a importância política e estratégica que as línguas detêm atualmente, sob pena de se provocar a sua fragmentação a médio prazo. A sua utilização em grupos de trabalho internacionais, o alargamento do seu ensino aos naturais dos países que têm interesses culturais, políticos e comerciais com os países lusofalantes (anexo 1.), bem como a todos os habitantes dos países de língua oficial portuguesa (anexo 2.), não se compadece da existência de mais do que uma norma. Também na língua, a união faz a força.

8. NOTAS:

Elucida Verdelho: «O termo é grego, e traduzem-no os dicionários, por “gosto pela literatura e pela erudição”, mas tem um sentido muito mais abrangente, que se desenvolve no âmbito do exercício da escrita e da salvaguarda da memória textual...

A Filologia foi recuperada como um ramo científico na estruturação Universitária positivista pós-romântica, dando lugar a vários cursos e mesmo a Faculdades de Filologia. No tempo de Dona Carolina, as Filologias estavam já compartimentadas por grupos de línguas e culturas, correspondendo a uma epistemologia fortemente motivada pela gramática comparada» (2001: 181).

«Naquele tempo (que não é ainda assim tão distante), a Filologia incorporava pelo menos três domínios disciplinares: o estudo da história literária; a crítica textual; e a reflexão metalinguística, especialmente a linguística histórica» (2001: 182).

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Brito, A. F. (2001). Carolina Michaëlis e a lusofonia do seu tempo. *Línguas e Literaturas*, XVIII, p. 191-198.
- Casteleiro, J.; Correia, P.D. (2008). *Atual: o novo acordo ortográfico*. Lisboa: Texto Ed.
- Conde, J.C. (2000). Carolina Michaëlis de Vasconcelos y la literatura española. *Línguas e Literaturas*, XVIII, pp. 133-170.
- Correia, M.A. (1986). O Essencial sobre Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Lisboa: IN-CM.
- Cortesão, A.A. (1911). Algumas Palavras sobre a Ortografia seguida em *A Águia*. *A Águia*, nº 3.
- Cortesão, A.A. (1911). Brevíssimas considerações sobre “A Phisionomia das Palavras”. *A Águia*, nº 6.
- Delile, M.M. G. (2001). Carolina Michaëlis: intermediária entre a cultura neolatina e germânica. *Revista Línguas e Literaturas da FLUP*, n.º 18, pp. 33-48.
- Pascoaes, T. (1911). A Phisionomia das Palavras. *A Águia*, nº 4
- Proença, Raul (1911). Carta a Álvaro Pinto. *A Águia*, nº 4.
- Vasconcelos, C.M. (1918). Introdução a Lições de Filologia Portuguesa. *Revista Lusitana*, nº XXI.
- Vasconcelos, C.M. (1911). A Ortografia Nacional. *Revista Lusitana*, nº XIV.
- Verdelho, T. (2001). Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Filóloga. *Línguas e Literaturas*, XVIII, pp. 181-190.
- Vieira, Y.F. (2005). Paixão e Paciência: Carolina Michaëlis e a Filologia. *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda, hoje*. Santiago de Compostela: Xunta da Galiza, pp. 13-43.

10. ANEXOS:

Díli, 27 Jul. (Lusa) - O Presidente de Timor-Leste faz um "balanço positivo" da reintrodução do português no país e pediu o reforço do apoio dos "países mais privilegiados", como Portugal, Brasil, Cabo Verde e Angola, para que daqui a 20 anos metade dos timorenses domine a língua.

"O balanço é bastante satisfatório porque não é em oito anos que se populariza uma língua, sobretudo uma língua latina, europeia, antiga, complexa e muito diferente da realidade, da lógica, do raciocínio e do dia-a-dia de um povo asiático", afirmou, em entrevista à agência Lusa, José Ramos-Horta.

Com as dificuldades apresentadas, o Presidente timorense, que falava à Lusa no seu gabinete de trabalho no novo gabinete na capital do país, reafirmou o "balanço positivo" e prestou homenagem aos "dedicados professores e professoras portuguesas que, desde 2000/2001, se aventuraram em Timor-Leste, sobretudo nos distritos e sub-distritos e foram os pioneiros da reintrodução da língua portuguesa". © 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal,.

92) ARTUR ALONSO NOVELHE

ARTUR ALONSO NOVELHE [Clube d@s Poetas Viv@s](mailto:Clube_d@s_Poetas_Viv@s).- Nascido no México, D.F. o 21/06/1964. Veio a residir definitivamente a Galiza aos 18 anos. De Pai e Mãe galegos, e avós também galegos. Cursou estudos de Perito Mercantil. Participou em Associações culturais e de trabalho social como "Meendinho", de solidariedade como COSAL (Comité de Solidariedade com a América Latina) e desportivas e vizinhas como "Arranjar", onde treinou equipas de futebol infantil. Na atualidade é Funcionário do Serviço Galego de Saúde (SERGAS).

Enquanto escritor e poeta tem publicado três livros: "Entre os teus olhos", "Uma Meixela depois a outra" e "Filhos da Brêtema", o mais recente apenas acabado de sair do prédio, em edição bilingue galego e catalão, e que será apresentado por distintas cidades e localidades da Galiza, norte de Portugal e Catalunha. Assim como livro coletivo Dez x Dez, da editora Abrente.

Foi Ganhador do XVIII Prémio de Poesia "Feliciano Rolán", celebrado no ano 2004 na cidade galega da Guarda. Participou em vários certames poéticos como o Festival do Condado, que todos os anos se celebra na vila fronteiriça de Salvaterra do Minho, no Festival da Terra e a Língua, organizado pela Fundação Artabria da cidade do Ferrol, no Festival da Mocidade da Baixa Limia, organizado pela Associação Aguilhoar, no Festival Poético da vila de Quiroga e outros... Sublinhando também as distintas participações em distintas vilas galegas em eventos organizados com motivo do Dia das Letras Galegas.

Colabora pela internet com os jornais e revistas digitais Portal Galego da Língua, pertencente a Associação Galega da Língua; na página web do Coletivo MIL (Movimento Internacional Lusófono), assim como nos portais poéticos Recanto das Letras, Banco de Poesia e Sociedade dos Poetas Advogados de Santa Catarina onde regularmente envia poemas, relatos, ou contos, num espaço livre onde compartilhar cultura e pensamento. Colabora como o jornal escrito "Novas da Galiza", e a Revista Nova Águia, onde publica artigos de opinião de diversa temática política, linguista e cultural. É Membro do Clube dos Poetas Vivos, onde a poesia a música e a pintura criam espaços conjuntos para levar a rua o espírito vivo do ser universal, começando desde um novo marco inovador embora muito simples, que tenta fazer ao povo participe da arte, a cultura e o pensamento libertador dum ser humano rodeado dum mundo vivo, com o qual interage e deve de conviver em harmonia e colaboração... Com este grupo tem participado em inúmeros atos e recitados poético musicais, às vezes mesmo abertos a outros coletivos, e também participado em recitados abertos de outros coletivos como "A Porta Verde do Sétimo Andar", em diversos locais de todo o País e norte de Portugal. Desde 2008 é membro numerário da AGLP Academia Galega da Língua Portuguesa.

PARA QUE SERVE O GALEGO? Ver pps http://www.lusofonias.net/doc_download/162-para-que-serve-o-galego.html

DE ROSALÍA A CONCHA ROUSIA ESTUDO COMPARATIVO DA NOVA POETA 723 CONCHA ROUSIA, ATRAVÉS DA ALMA ROSALIANA. ARTUR ALONSO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Estudo comparativo entre a autora ícone mítico da literatura romancista galega Rosalía de Castro, e a nova realidade poética feminina Concha Rousia; desde uma nova perspectiva que visa atingir o imaginário, já consagrado de Rosalía, ou mundo rosaliano e o iniciado rousiano focando não só os diferentes condicionantes ambientais próprios da sociedade de cada época, ou os elementos que permanecem, como mesmo a interação da paisagem, a pegada profunda do clima... Senão também uma psicologia herdada pelo feito de ser Galiza um país ainda por construir: com uma cultura quebrada pelo transcurso nocivo da história, que ainda hoje está por ser erguida e reconstruída, peça a peça, como se dum grande quebra-cabeças se tratara.

Desde esta base de análise, comprovamos, que embora as circunstâncias vividas por ambas autoras sejam significativamente distintas, em uma situação em que ainda esta em causa o direito dos galegos e galegas a viver e sonhar na sua própria língua, e a inserir-se com plenos direitos, desde a primeira base educativa, dentro duma sociedade que permita e valorize a sua língua e cultura em plena normalidade e maturidade, sem interferências alheias que não só não facilitam espaços de convivência, senão que invadem os poucos recantos ativos onde a raiz da nação prevalece com vida...Nesses momentos históricos diferentes, com estratégias de domínio diferentes, mas com a mesma base de fundo: a da substituição completa duma forma de ver e sentir o mundo, própria das gentes galegas, por outra importada e implantada artificialmente desde acima do poder, em séculos estabelecido, às mais baixas escalas sociais; ambas as criadoras (Rosalía e Rousia) decidem insurgir-se com idêntico valor, radical, na defesa da sua mãe terra e dos filhos por quem ela, elas, sofrem. E ambas o vão fazer desde um anelo matriarcal, desde essa essência de mulher celta associada, em esta cultura ainda viva, a terra e aos poderes telúricos que dela emanam. E desde esta profundidade rotunda da entrega do ser pela pátria, que as poetas defendem com seu grito libertador a seus, já assumidos, filhos do castigo que a evolução contraria da história lhes têm infringido, pelo simples fato de nascer neste cantinho do nordeste peninsular, esquecido adrede, mas em absoluto periférico; pois se a dia de hoje o centro do mundo segue a ser o Atlântico, Galiza de pleno direito deveria ter já assentada, desde longa data, a sua atlântica realidade na vida plenamente harmonizada duma sociedade plural. Porém ante a impostura doutra cultura alheia, mediterrânea e continental, e a conseguinte perda de identidade e padecimento que este processo inserido leva, ambas poetas assumirão e assumem o papel de mães protetoras, que expõem ao mundo o padecimento dos seus filhos, ao tempo que se oferecem elas, como ventre universal onde resguardar as feridas coletivas, expondo sua alma entregue a vontade do seu povo, para ao fim oferecer-se ao sacrifício do destino, em troca da liberdade de seus filhos. Algo que não deixa de ser condição de mãe, mas em este caso extensível a todo um povo.

1. FOCAGEM: CRÍTICA DA REALIDADE, CONTRA A IRREALIDADE GALEGA.

Contra essa tão comum, ainda hoje viva, crítica literária que pretende circunscrever a realidade da criação escrita galega, tanto a histórica como a atual, a uma relação quase idílica entre as gentes, o fato literário e a paisagem em si mesma: "... *A poesia galega, toda música, toda queixas, suspiros e doces sorrisinhos, murmurando umas vezes com os ventos misteriosos dos bosques, bailando outra com o raio do sol que vai sereninho por riba das águas dum rio farto e grave...*" (Prólogo de Cantares Gallegos. Rosalía de Castro Obras Completas, Tomo I. 1983). Esta crítica que apresenta a atualidade de cada época, como herdeira dessa saudade quase inocente, de esse povo humilde e enroscado sobre si mesmo, falto de brio e coragem na sua humildade singular; parte da errada focagem que automaticamente situa o referente galego a um fato regional, com aspetos próprios que prevalecem, afastado do tronco comum universal, e unido nas sombras que não se vem, mas se pressentem, de um marco cultural referencial, superior e comum a todo o Estado Unificador. Unidade que parece magicamente fosse, através dos séculos implementada, pela natural superioridade de essa suposta cultura comum; e onde a peculiaridade própria de cada região se dilui em prol da inçada língua central de coesão. Esta crítica, de algum modo, associa e assume, sem reparar no efeito, a diferencia galega como uma realidade particular dentro do tronco maior e mais bem sustentado de essa imaginada cultura Estatal, para todos os povos da Espanha, única universal.

Esta focagem critica que ainda prevalece e diríamos tende a ver-se oficial, intui que o fato peculiar e particular desta forma de entender galegidade, é interiorizado de modo natural, coletiva e individualmente pelo ser

galego, como um feito cientificamente demonstrado da sua raiz pertencer ao âmbito familiar privado, ao âmbito das relações sociais que se cernem a mesma jurisdição delimitada pela particularidade assente na visão regional; e que em modo algum gera direitos, mais além de esse ambíguo, desarraigado e desconexo mundo, com diferenças que não podemos salvar de freguesia a freguesia; e que pela mesma inércia e natural evolução da vida é, que lamentavelmente, a dia de hoje, tende a sua extinção.

Daí que nos insurjamos neste estudo, contra este tipo de crítica no campo literário, pois a nosso modo de ver, contribui a reforçar o papel subsidiário resignadamente aceite, dos valores, da cultura e da língua da Galiza, a outros valores, outra língua e outra cultura, falsamente denominada de unidade, e assumida por isso mesmo, como mais forte e superior.

Nada mais torpe e longe da realidade que descrever este processo, com o objetivo de enaltecer e glorificar a galegidade, que olhar o perfil retraído e garimoso do galego como algo sublime e subtil, sem ser capazes de ver aí, os séculos de maltrato e marginação a sua língua e cultura. O auto-ódio assumido durante décadas e décadas em que o galego foi considerado um dialeto sem préstimo e o castelhano e seus valores, um idioma de cultura e prestígio. A baixa autoestima gerada em gerações e gerações obrigadas a serem escolarizadas em uma língua e uma cultura alheias à sua própria vida e vital realização.

Inocentemente seguir associado à dureza da alma galega, a sua obrigada cerração, a uma característica intrínseca associada ao clima ou a paisagem, só ajuda a continuar apagando da memória coletiva a história de substituição do poder galego, e as famílias nobiliárias galegas, por famílias e vassallos da causa castelhana, numa época em que na península se disputavam os diferentes reinos à superioridade na Ibéria. Criando-se a partires daí um mundo organizado e ordenado administrativamente em castelhano, em contraste com um mundo desagregado, degradado, ignorado e isolado na língua própria da Galiza; usado a miúdo como referente de atraso.

Desenhar, pois o auto-ódio e a autoestima ruída, o desejo de abandono duma realidade de pratica marginação cultural, a nível coletivo e individual, como original, imaginativa e sabia, na vontade intuitiva da resistência galega, mas fechada para si ou inserida numa naturalidade de conformidade feliz; e a sua vez integrar toda esta triste contagem numa paisagem nascida como parte fundamental de esta imaginária e fantástica construção crítica literária, onde o galego e a sua cultura subsistem e prevalecem no particular, porem estão expostos a contaminação ou contágio na sua vertente universal, nos parece sem nenhuma dúvida, um exemplo perfeito de estratégia a não seguir, que condiciona a viabilidade da cultura galega e sua emancipação dum universo que a condena a extinção.

Negamo-nos, pois a seguir esta senda e construímos uma nova focagem da critica literária neste estudo, continuista da já iniciada por figuras como Guerra da Cal, Jenaro Marinas Del Valle, ou mais recentemente Joel R. Gomes... E vamos a reconhecer a paisagem literária galega como o que na realidade é: uma riquíssima variedade na unidade também múltipla do mundo cultural galego lusófono, onde a nossa língua e cultura podem interagir em pé de igualdade, achegando novos frutos e enriquecendo-se de tão vasta e múltipla diversidade.

Começaremos, pois nosso estudo com esta premissa, e adotaremos a norma oficial do Novo Acordo do mundo luso, como veículo de transmissão do saber através de todo o estudo, sem separarmo-nos dela, nem sequer para copiar um texto no original, pois opinamos que a dia de hoje como dizia Carvalho Calero, o galego só pode ser ou Galego Castelhana ou Galego Português. Por os motivos já expressados anteriormente de sobra se faz evidente porque optamos pelo Galego Português.

2. 2.ª PARTE - DIFICULDADE

Fazer um estudo comparativo entre o mito Rosaliano: "Rosália é sem discussão, o meirante (maior, absolutamente) poeta que deu a Galiza nos tempos modernos. Essa grandeza vem determinada, mui em essência, pela sua dimensão genial. Rosália foi um génio, como os seus altos e baixos, com os acertos e erros próprios da

peessoa que transita espiritualmente por eidos onde os demais mortais apenas têm cabida” (domingo Garcia Sabell, em “A verdade de Rosalía”, prólogo do livro: “Rosalía de Castro. Documentação Biográfica e Bibliográfica crítica. Volume I (1837-1940)”).

Pois bem, fazer esse estudo entre a santificada no altar de ilustres galegos, Rosália de Castro, assim como a universal figura estudada em universidades de todos os continentes, e uma poeta que esta a dar os seus primeiros frutos (não assim os primeiros passos, pois sua obra esta a ser bem divulgada a traves das novas tecnologias da comunicação global), dizíamos comporta um alto grau de risco, ao não saberem como diz Garcia Sabell se será a nossa escolhida uma dessas pessoas que esta a transitar espiritualmente por eidos onde os demais mortais apenas têm cabida; mais ao sim intuïrem que em Concha Rousia o verso já se fez carne e habita no interior da sua alma, o risco se reduz. Portanto, a nosso modo de ver, podemos diminuir este risco uma vez analisada a trajetória ascendente de Rousia, e uma vez fixados os parâmetros espirituais que prendem e enraízam a alma distante das duas poetas.

3. 3ª PARTE: COMPREENSÃO DA ALMA DAS POETAS

“Tem-se dito mil vezes que a poeta Rosália de Castro é uma voz galega, fundamente galega, que move e comove a nossa condição de galegos. Tem-se dito, é e certo, mas deveríamos entendê-lo sem limitações. Estamos, certamente, ante uma poderosa voz galega, como voz reveladora e mesmo encenadora, no entanto essa voz tem acentos e dimensões que a convertem numa das mais importantes vozes da poesia universal” (Xesús Alonso Montero, no Limiar. pp. 23 – Sobre a vida e a obra de Rosália. Bibliografia de Autores Gallegos: “Rosalía de Castro. Obras completas” Tomo I).

Uma alma vai-se abrindo a sua própria realidade. A alma rosaliana, como toda alma, se abre a esta realidade e se vê impregnada e marcada pela mesma; por acontecimentos verdadeiramente penetrantes, que a levaram necessariamente a posicionar-se como ser e a dar respostas a estes. Do seu modo de assimilar estas vivências, do seu modo de digerir estas angústias vitais, no seu modo de canalizar estas feridas e as próprias doenças, se forjara a Rosalía mulher e a Rosalía poeta: “*E se eu não pude nunca fugir as minhas tristezas os meus versos menos*”... “*Ai! A minha tristeza, musa dos nossos tempos (consciência do papel da melancolia na época romancista), conhece-me bem, e de muitos anos atrás; olha-me como sua, e é outra como eu...*” (Rosalía de Castro. Duas Palavras da Autora, para o prólogo da primeira edição de Folhas Novas).

Na nascença a marca de ser filha de mãe fidalga e pai crego (sacerdote), e dizer para os costumes da época filha “ilegítima” e de mãe pecadora, o que marcara a distância na infância entre mãe e filha, criando-se Rosália em Ortunho numa aldeia perto de Santiago de Compostela, de cuja paisagem estamos seguros se impregnaria uma menina, que por necessidade, devera tender a acompanhar-se da sua própria imaginação, domesticando com ela a carga de sentimentos negativos que sua realidade lhe depara: “Nós (referindo-se as mulheres) somos harpas, só de duas cordas: a imaginação e o sentimento” (mesmo prólogo a primeira edição de Folhas Novas).

Concha Rousia nascerá no ano 62, no seio de uma humilde família camponesa, mas muito arraigada na tradição galega, com valores muito claros, que o pai e mãe transmitirão a todos os seus filhos.

A figura paterna influenciará definitivamente a Rousia, a ética de vida transmitida de geração em geração afirmaram na poeta o sentimento, de que por muitos lugares que ela percorra na sua vida, e poderão ser muitos, não será possível encontrar outro que supere em valores éticos e humanos, assim como de respeito ao entorno, aqueles que ela aprendeu na mesma aldeia da baixa Limia, onde a montanha da Rousia dar-lhe há o sobrenome a poeta.

Fora a numero 10 de 11 irmãos, seu pai nascera no ano 1915... Como a mesma poeta me confessaria em carta datada em agosto 2009: “*A idade deles fez que o mundo deles fosse antigo para*”... Desde essa distância e desde essa ternura o mundo rousiano se formaria numa eterna saudade que sempre traz aquilo que bem de longe e se

faz presente de modo a agonizar num mundo não vivido, que ainda ela vivência; distante do atual, mas com que literariamente estabelece um diálogo.

Também, em certo modo a tristeza oculta do pai, marcado pelos anos grises duma Galiza, dormida e represada, trás o trunfo do “franquismo”, assim como pela perda da sua mãe: *“por beber numa fonte fria quando vinha da feira de Ginzo, havendo pouco dado a luz ao pai da poeta”* (dados da correspondência particular da poeta), marcaram também em certa forma a alma da nossa criadora, tendo em conta que a relação filial com o pai está cheia de múltiplas coincidências, como por exemplo ambos os dous terem nascido um 4 de outubro: *“A minha mãe sempre diz que o primeiro que ele fez foi ir andando os 8 km que há até a casa do concelho de Os Brancos para me 'sentar no livro' e que ficasse o mesmo dia que ele e a sua mãe”*.

O vínculo afetivo porém se alongava até a figura materna, deste jeito a poeta herdaria da sua mãe o nome: *“Maria da Conceição... Assim eu nasci e cresci com um forte vínculo com ambos...o dia do santo eu era como a 'mãe”*. Esse vínculo se enraizava até à figura do avô, e provavelmente do avô de seu avô, e assim até a semente familiar: *“o seu pai ficou viúvo quando o meu pai tinha 9 anos, mas o avô nunca mais casou, nem olhou nunca outra mulher...a casa do avô vinham parar os cegos que com o violino cantavam os romances pelos vales da raia...meu avô construía ponteiros de gaitas para ele e para os amigos”*.

Não resulta, pois difícil imaginar uma infância apegada a Terra, com os elementos próprios e lembranças de um país que já foi, e obrigaram não só a mudar, com a chegada da modernidade, senão a perder a alma com destruição que com leva todo domínio.

Esta dor, este sentimento de perda de alma foi-se cravando em Rousia, e fermentando sua matriz literária, até ao ponto de se irrigar das dificuldades, durezas, desconfortos e desconsolos da pátria materna, da qual sua obra originária e rebelde se impregna e transforma, já não em memória a resguardar, senão na memória viva da luta pela liberação que ainda esta por chegar, e ela tanto anseia.

Nas suas próprias carnes sofre na adolescência o desprezo e o descrédito, propiciado desde o centro peninsular dominador, século a século, e que se foi instaurando na sociedade galega, com uma mistura de auto-ódio, e raiva; ao converter a cultura e língua da Galiza num submundo desprezado e rural, e a cultura alheia e imposta de Castela no centro gravitacional da vida económica, política e cultural.

“Por duas cousas sou capaz de bater a um homem: pela minha mãe e a minha língua”, viria uma vez a dizer-lhe seu pai, e essas palavras se gravaram como lume na mente duma adolescente carregada com o estigma imposto do desprezo citadino ao rural. Assim, que como é lógico Rousia evolucionaria, assumindo toda luta pela dignificarão da sua pátria como algo próprio, fosse esta projetada no campo que for: político, social, cultural, académico, das relações privadas e mesmo do amor.

Não é, portanto de estranhar que a alma rousiana empapada da luta galega, das suas angústias e medos, ficara como no caso rosaliano fusionada com a do seu povo e a sua pátria na procura dum novo amanhecer ate o de agora ainda não-alumbrado.

Não é, portanto tampouco de estranhar que seus poemas reflitam todo o campo de ação onde a luta pela justiça e a memória roubada do ser galego se leva adiante, e que é na prática nada mais e nada menos que todos os diferentes matizes e relações múltiplas que estabelece a própria vida do ser e da comunidade:

“Não me julgues por como escrevo /os meus poemas falam a língua/do povo amordaçado...// eu escrevo para os que não leem /ouço as vozes que secam nas gargantas/ com uma alma sempre a mudar de casa” (Poema inicio, de Concha Rousia).

Tampouco será de estranhar que esta poesia aprofunde no mais telúrico e a vez etéreo e espiritual do ser, até a sensibilidade mesma do mundo dos deuses, e dos seres que por fora nos rodeiam, e são ainda vivos no mundo mágico e camponês galego, presente em todos os seus rituais: *“Meu pai foi pobre e sempre se sentiu orgulhoso da sua família...a minha mãe foi uma espécie de santa-filosofo-panteísta que nunca em toda a sua vida perdeu a*

calma...” Desde essa calma também escreve Rousia, e reivindica a necessidade de mudar, para de novo livres e altivos encarar um país, que em ela se funde e no seu verso sempre prevalece e permanece.

“Pariu os 11 filhos na casa de pedra feita pelos castrejos de Castro Laboreiro apenas assistida por uma mulher da aldeia (isso sim, uma sábia essa mulher, chamava-se: Consuelo)” .

E então como amostra final a essência vivida: a dureza e a doçura podem juntas habitar e mesmo habituar-se a compartilhar a alegria de estar vivos. Daí Concha também aprendera a ficar firme na terra e viver para alegrar a terra, e minguar a sua dor e sofrimento, com a energia que aprendeu a transformar em fonte de vida, olhando os modos das pessoas e seres que com ela foram e formaram parte das suas vivências.

(Poema U-la Gente...de Concha Rousia):

Segue ai a montanha

O rio

O mar e a gaivota

A chuva

A névoa que esconde os caminhos

E o som do vento

Segue mesmo

O recendo da cozinha

E a lareira

Mas, u-la gente?

U-la gente?

U-la?

4. PROCESSO CRIATIVO, A PARTIRES DA ALMA.

A alma está cheia de sensações que transcendem a substância dos pensamentos.

Pelo qual só é possível emancipar, dar voz a alma que se esconde mui adentro, quebrando os preconceitos que a razão impõe, ao nascer o racional de parâmetros determinados onde a alma (a substância que nos une com o universal), não foi sequer chamada.

É necessário encarar assim um novo enfoque da poesia e vida rosaliana, e quanto menos da criação rousiana, baseado no insubstancial, etéreo, e, no entanto cheio de massa a formar-se; se queremos aportar com acerto ao começo, o ponto de partida criativo desta longa viagem que é o mundo criativo em formação das poetas.

Assim um feito marcante na vida de Rosalía remove seu interior de virtualidades imaginativas, que a sua grande sensibilidade e intuição transformaram e afundaram dentro do ser, no primeiro processo revelador que se desenrola no íntimo, e logo dará a luz, com vigor e força, uma criação com denominação de origem, que só a mão de esta, mais tarde, consagrada autora ao papel pode deitar.

No caso de Rousia, podemos adivinhar Através da leitura pormenorizada da sua obra, uma muito profunda sensibilidade, humildade (lembramos que um das maiores grandezas de Rosalía residia na sua humildade) com um desenrolo extraordinariamente intuitivo, que abre as janelas da sua alma ao entorno que a rodeia:

“,Meteu-se a névoa no meu peito / subiu do rio / vagarosa, cansa, invisível na procura dum leito amolecido / achou seu oco no vazio do meu silêncio / agora morde-me nos beijos com geadas de vidro / que me cravam no cerne mesmo da existência / e eu guardo silêncio enquanto choro” / (do poema: A Rousia) interage com ele, sem mediação da molesta focagem racional, e inicia um diálogo com ele, que imediatamente transcende as coordenadas da racionalidade e se adensa nas espessas ondas sublimes da espiritualidade; fechando contras ao

ser racional e equânime. Mui poucas são as criadoras que tem essa profundidade, que escutam essa chamada do mundo e a essência que todo rodeia e sofrem com ele, um poucas que tem essa coragem para arriscar de se embrenhar num mundo onde nem sempre o controlo é possível:

“ meus genes tem seu projeto / mas eles são escravos / meus planos são outros / eles vão em engano / eu não sou um corpo / sou um copo / cheio de palavras”.

Numa viagem que nos guia e não podemos guiar, e só com muito tento e suavidade seremos capazes de manobrar habilidosamente nosso leme para o rumo suavemente endireitar. Assim que uma outra coincidência entre o ser Rosalía de Castro, e o ser Concha Rousia é que ambas não duvidam em arriscar e decididamente traspasar as barreiras de esse mundo sem limite, ainda a sabendas que tremendas feridas ficarão impressas na sua alma, que sempre consigo carregaram e nem sempre serão fácies de adequadamente canalizar, ou bem atravesso do poema, ou bem atravesso da luta. Daí que a poesia de ambas, nasça desse processo criador como uma cascata, como um trovão, como um turbilhão que deixa o corpo fadigado, convulsionado para embater, sem piedade, contra o papel que esta na frente, e sem remédio disparar toda carga que se leva dentro, renascendo em palavras.

“Nasci quando as plantas nascem,/ no mês das flores nasci,/ numa alvorada maininha (maininha = tranquila, suave) / numa alvorada de abril.

Por isso me chamam Rosa,/ mas a do triste sorrir/ com espinhas para todos/ sem nenhuma para ti

Duro cravo me encravas-te/ com esse teu maldizer,/ com esse teu pedir tolo/ que não sei que quer de mim,/ pois dei-che quanto dar pude/ avarenta de ti...

O meu coração che mando/ com uma chave para o abrir,/ nem eu tenho mais que dar-che/ nem tu mais que me pedir...” Do livro Cantares Gallegos.

“Quando penso que te foste/ Negra Sombra que me assombras, / ao pé dos meus cabeçalhos/ tornas fazendo-me mofo

Quando imagino que és ida, / no mesmo sol te me amostras/ e és a estrela que brilha/ e és o vento que zoa...” Do livro Folhas Novas

Do Poema ao amor, de Rousia

“O amor é valente / e nos assusta com sua coragem

é risco permanente /é vulnerável

O amor é ânsia / por contar os segredos inconfessos

é alegria /é medo à solidão

5. 4ª- PARTE: OS RETOS DO MUNDO

5.1. A INJUSTIÇA

A denúncia da injustiça no mundo de Rosalía, tanto de forma individual como coletiva, tem essa visão ilustrada da opressão ao mais débil.

Nem pedra deixaram, em donde eu vivera;/ sem lar, sem abrigo, morei nas cortinhas,/ ao raso com as lebres dormi na campinha;/ meus filhos... meus anjos!... que tanto queria/ morreram, morreram, com a fome que tinham! (“A Justiça pela mão” do livro Folhas Novas).

Esta denúncia no caso de Rousia, passa afundar ao igual que Rosalía, na análise mais profunda da sociedade que lhes calhou viver, enervando Rousia até aos graus mais profundos da debilidade atual, desde a sua perspetiva de mulher que luta contra a opressão de género, de classe, contra o consumo exacerbado promovido pelo grande poder dum Capital esmagador, e de identidade exemplificado na negação da cultura e própria do seu povo, às vezes mascarada de um tímido reconhecimento e da falsa premissa da liberdade individual e dos direitos do indivíduo Enquadrando todo este marco, numa única via universal que passa pela transmissão das inquietudes do ser galego ao mundo, não na sua língua senão na dominante económica e mediaticamente, que nega a universalidade e riqueza patrimonial da língua e cultura de Rosalía Contra tudo isto se insurge a nova poeta e alça

a sua voz clara de mãe, como em outras épocas a alçara Rosalía de Castro, na salvaguarda dos valores profundos e concretos da galegidade, que por medo ou assimilação outros escondem:

"baixas a olhada / baixas a voz / contas com jeito / não vão assomar essas durezas internas / essas que te fazem querer ocultar as tuas mãos..." (Do Poema Delikatesem na cidade, de Concha Rousia)

5.2. O SOFRIMENTO

A denuncia da precariedade e do sofrimento, dela emanado, que impregna toda a sociedade galega no diferente momento histórico, esta presente tanto em Rosalía como em Rousia, salvado a distancia temporal entre ambas as autoras. Se em Rosalía se encaixa no marco dum paralelismo irmão entre o sofrimento do ser e o sofrimento da Terra e da coletividade, patente em toda sua obra:

"Galiza esta prove,/ e à Havana meu vou.../ Adeus, adeus, prendas/ do meu coração!..."Eis, Galiza, a que dorme sonhos de anjo/ e chora ao acordar/ vágoas que se consolam seus penares/ não curam o seu mal!" (Pra Havana!, poema de Folhas Novas).

E que em Rousia destaca pela defesa da identidade, da língua doente, em estado canceroso, como expressão máxima das dores dos seres e a Terra:

"... Se os carvalhos falassem / escutaria eu não outra fala / meu o meu refugio entre urzeiras e carpaços / minhas a paz e a liberdade / meu o meu destino / e minha a minha pátria" (Do poema "Se os carvalhos falassem"). Todo entregue ate o limite das forças, entregando até o mais íntimo, como exemplo do sacrifício por uma nobre causa: "O amor e dar tudo / a cambio de nada / e é pedir / é rogar ser escrava" (Do Poema "Poema ao amor")

A maiores, como vinculo da luta atual, que se em tempos de Rosalía era evidente, mas a urgência da grande miséria social e a relativa continuidade garantida da língua num espaço rural, repudiado pelas classes acomodadas, é esmagadoramente majoritário, levam a Rosalía a incluir, e em certo modo diluir a problemática da língua, bem presente apesar na sua poesia, no conjunto desolador duma paisagem de absolutas carências; será porem agora no caso de Rousia a primeira Linha de Fogo, numa nova realidade social altamente mediática, e onde os meios de comunicação de massas estendem por todos os recantos do país a língua castelhana, numa falsa identificação de única língua comum do Estado com o título de espanhola; fazendo assumir-se a Galiza como uma região mais do mundo global hispano, no que não pode ser visível e ao que em condição nunca pertenceu.

Concha Rousia reage acertadamente denunciando com firmeza o risco de extinção da língua própria da Terra "Kallaika" e ao mesmo tempo o risco de extinção da própria identidade, disseminada e dissolvida na gigante onda expansiva hispana:

"Tenho uma língua na boca / e outra nos ouvidos / no meio fica a confusão..." (Poema: "No país das serpes").

Reagindo com a clareza e certeza de ser a sua terra berço da universalidade lusófona, e pelo tanto tendente a criar laços de união e solidariedade com os povos que formam a mesma:

"Ergo a minha copa ao céu / que contigo comparto / como comparto a língua / e faço meu desejo / de irmanar-me contigo." (Poema: Brasil).

Assumindo, também a problemática nova dum esvaziamento populacional do mundo camponês na Galiza, já permeado pela utilização massiva da tecnologia comunicativa em castelhana no próprio meio rural, que era o resguardo e garante da continuidade cultural nos tempos de Rosalía Acrescentado com primórdio, por um movimento, que não azeitando a diversidade, age agressivamente usando os grandes médios que tem a seu alcance para isolar a defesa do galego e da galegidade, e confundi-la numa habilidosa manobra propagandística com o imobilismo, o reacionário, a mentalidade pateta e pacata ou os olhares estreitos dum grupo de intolerantes. Ante esta situação atual, Rousia assume a vanguarda literária do seu povo, e como a reincarnação da mãe Rosaliana ecoa ante o mundo luso e em todos os foros onde a liberdade ainda é possível, as novas angústias do seu povo, e os novos e terríveis retos com os que ele se confronta, embora apareçam muito suavizados pelo poder do dominador, mas que não deixam de ser vitais para a sobrevivência do mesmo, como tal, num mundo cambiante e cheio de outras preocupações.

5.3. O AMOR, UM AMPLO CONCEITO

Lembram ambas as poetas, na sua poesia de diálogo com o mais íntimo, a necessidade humana de dar amor e ser amado, como raiz primeira das gloriosas cantigas medievais galego-portuguesas, com algumas variantes que lhes dão uma nova frescura ao verso, adequado as épocas diferentes que as duas lhes tocou por sorte viver.

Em Rosalía, às vezes o amor que começa em ledice e tem um desenlace de desengano ao estilo da famosa “coita” medieval, que vive presente também em Rousia ainda que menos notório e mais peneirado pelo fumo da saudade e em ocasiões o desassossego imbuído numa certa licença pessoana. Outras, obra em Rosalía a tristeza na distância dos amantes, e em Rousia os distintos tempos psíquicos em que ambos amantes se desenvolvem. Ou o falso mascarado pela aparência e o transfundo da traição, no tocante a composição rosaliana, enquanto esta aparência se volta armadilha, escuro que gravita na sombra na marcada presença dos males a espreita na obra rousiana.

6. 5ª PARTE: TÉCNICAS CONVERGENTES

6.1. A ESCRITA

Sendo que “o galego empregado por Rosalía funciona quase como um registo rústico do castelhano”, como afirma Carvalho Calero desde uma focagem muito académica, eu ainda vejo na poeta de Padrão uma procura constante em embelezar a linguagem, e em registar na sua escrita a riqueza fonética e morfológica das falas que ela escutava; e que a levam, por exemplo, a o uso do ç e de diferentes tipos de acentos, mesmo do circunflexo; motivação e intuição muito habilidosa e a ter em conta, mormente agora quando desde já a primeira normativa do galego da Real Academia da Língua Galega, renunciou quanto menos a seguir este caminho, impondo um galego que não só se afasta da sua vertente lusófona e universal, senão que regista e uniformiza a rica variedade fonética, gramatical e morfológica de nossa bela língua. Reivindica, pois (a meu modo de ver) Rosalía na sua escrita a necessidade essencial dum povo emanar a sua voz das nascentes incrustadas na própria linguagem, em aquele recorrido conceito generalizado na época rosaliana, da volta ao mundo camponês como única solução para dar continuidade e uso a essência cultural, que, por riba, no caso do povo galego ficou obrigada viver restrita a espaço.

Aclara Carvalho Calero: “quer dizer, como uma língua que em termos gerais, é galega para a expressão do tradicional campesino, mas recorre o castelhano como língua suplementar para todo o demais”. Então, desde o meu ponto de vista, apesar de outros juízos mais eruditos, devemos pensar num nobre empenho da poeta de Padrão de recuperar a voz da linguagem, que ela tenta cultivar, a partir da essência que dela se resguarda no campo, e a falta dum léxico propriamente urbano, se faz evidente uma interação de ambas línguas dentro do universo expressivo e da psique rosaliana.

Enquanto, penso eu, o próprio subconsciente da poeta também trabalha dentro desta dupla corrente, de duas línguas que pouco a pouco vão confluído, e não é de estranhar dado a própria intelectualidade galeguista da época ser também vítima da forçada castelhanização, desde séculos implementado experiências, de esse estilo, no processo educativo. Processo que desde os Padres Feijoo e Sarmiento (pioneiros na reivindicação do galego como língua natural e genuína de ensino e cultura) até Rosalía, ainda continuado nos nossos dias, os intelectuais e galegos de seu, tentam reverter.

E assim das tentativas rosalianas, encravadas numa altura histórica onde era ainda desconhecido com minúcia o grandioso passado pré e proto-histórico galaico, e mesmo a herança cultural medieval esplendorosamente desenhada nas cantigas, dizemos desta tentativa da era rosaliana de elevar o galego a categoria de língua literária, e de culto, chegamos as certezas rousianas, fornecidas já por um avançar exemplar no campo histórico e

linguístico, sobre a unidade da língua galego portuguesa e da necessidade de visualização da Galiza ente cultural no mundo; necessidade que só se poderá realizar, como é normal, através do canal natural de veiculação que lhe é próprio, é dizer a Lusofonia.

Complementados, pois neste aspeto, pelo evoluir histórico, os tímidos e certos primeiros passos rosalianos de aproximação do galego das suas raízes, se acentuarão em Rousia, com o já claro amanhecer duma escrita plenamente culta e ajeitada à realidade da alma galega, pois emana do seu próprio ser e a irmana com o resto dos seus gémeos culturais, no curso dum novo século que começa e abre à porta à consolidação duma ortografia galega que por fim consiga o sonho almejado, desde os inícios da luta pela dignidade da cultura galega, até os nossos dias, da unidade com seus irmãos.

Rousia sabe em que época vive, sabe quais são as novas dores da alma galega, sabe do caminho e sofrimento empreendido pelos primeiros que alçaram a voz contra a marginação e exterminação duma língua e duma cultura milenar, desde a Idade Média, bem alicerçada; sabe dos remédios a aplicar, sabe das alianças a forjar para que a saúde de essa cultura e língua se vigorem, e não duvida em aplicar a sua escrita, o novo Acordo Ortográfico que será a tábua de salvação não só do galego, senão também do reponar e afirmar do português no mundo. Daí a sua escolha e daí também capacidade visionária.

6.2. A DIVERSIDADE MÉTRICA E DE ESTILO

A variedade múltipla de esquemas métricos, experimentação constante na métrica e combinação dos mesmos em Rosalía de Castro, surge através de Rousia na liberdade que hoje se permite a autora realizar, desde esse inicial caminho trilhado por empreendedoras magistrais como a mesma Rosalía Enquanto Rousia engrandece o seu horizonte estilístico pesquisando nas águas de distintas tendências, e marcando em eles certa forma de fazer a galega, que vão desde os haikus japoneses ao verso livre numa combinação original, que, no entanto enriquecer o seu universo criativo não resta personalidade a sua obra, nem se espalham a modo de não concretizar o sentido da mesma.

6.3. A PROCURA DO SIMPLES

*“Meses de inverno frio / que eu amo a todo amar; / meses dos fartos rios / i o doce amor do lar. // Meses das tempestades, / imagem da dor / que afrige as mocidades / e as vidas de corta flor” (Rosalía, de Folhas Novas.
“De madeira os ramos da macieira que sobem / pela casa acima / De madeira a trave que suporta o peso do telhado / e o da neve do inverno // De madeira a lata onde descansam as telhas...” (De madeira, de Concha Rousia).*

Fugindo do excesso adorno ao estilo barroco, não necessário para aprofundar no nexo, desde a perspectiva romântica de Rosalía, ou desde a mais complexa variedade de fontes rousiana, ambas poetisas aprenderam a recriar um universo simples, mais cheio, não rotundo, senão aberto a outras incorporações como conscientes de que a labor poética é uma labor de gerações, que deve ser transformada e transmitida, aprendido a aprendido, mas que só se torna atrativa quando chega límpida e em flor, não só ao académico edifício onde trabalham os eruditos, senão também ao povo que lhe presta a voz, ao entorno que lhe rende a paisagem e lhe entrega os sons.

Por elo a complexidade simples do verso rosaliano, e legada a pena de Rousia, que misturando a aprendizagem tirada da sua grande mestra, com as novas vanguardas e estilos poéticos, assim como com as achegas de diferentes formas de entender e plasmar a lírica em outras latitudes, convergem na mesma linha do que parece fácil e chega a aprofundar na alma do leitor, e pode mesmo acompanhar tanto as tarefas próprias do mundo operário, como rural ou intelectual, criando um acervo a volta mais enriquecedor e formador, para os humanos que por sorte encontraram em seu caminho o verso refinado e líquido, cómodo de digerir, de ambas poetisas.

7. 6ª PARTE: O ENRIQUECIMENTO INTERIOR

7.1. ETOS FILOSÓFICO

“Bem sei que não há nada / novo em baixo do céu / que antes outros pensaram / as cousas que ora penso eu” (Vaguedás, II, Folhas Novas. Rosalía de Castro)

Como ultrapassando a distância, atravesso dos tempos, os homens e mulheres sempre se posicionaram interrogando seu interior, e contrastando com o cosmos mais achegado que surgia a sua volta e com eles interage. Mudam os conhecimentos científicos, mudam as tecnologias, mudam as sociedades, mudam as estéticas, mas o pensamento que se abstrai e interroga chega a conclusões muito similares sobre o destino do ser, sobre a maneira de habitar-se a habitar em comunhão e respeito com nós mesmos, e o entorno. Pois senão respeitamos o entorno tampouco nos poderemos respeitar a nós como entes vivos.

Chegam, pois as diversas filosofias, desde o taísmo aos nossos dias, à conclusão universal de ser diversidades que partimos duma unidade. De ser um microcosmo, que como todo cosmos cristaliza desde um centro, como dizia sabiamente Mircea Eliade.

A esse centro os poetas denominam alma, e acham que desde ela cristaliza, segundo os diversos condicionantes, o ser evoluído, maduro... E, no entanto, temos a impressão, como nos sábios versos de Rosalía, que o nosso pensamento não é mais que um ligeiro acrescentar, peneirado pelas distintas circunstancias, desse pensamento tal vez herdado, tal vez iniciado desde a noite dos tempos, quando o primeiro ser humano se pus a reparar, olhando-se assim, olhando a estrelas a sua volta, olhando a natureza ao seu encontro, no dilema da sua peculiaridade.

E em esse pensamento Rosalía e Rousia acrescentam novos retos, necessários de valorizar e encarar nos tempos que lhes coube por sorte viver, mas cientes dessa constante filosófica, de nunca chegar a encontrar, ou ter na palma da mão a pedra filosofal, mas não por elo abandonam a pesquisa, porque a espiral de perguntas e respostas ainda deve continuar e tal vez nunca se esgote, sabendo no fundo as respostas vir-se a dar na conexão interior com o todo que é o poema.

“... eu são que fica / eu são quem herda o mundo / tudo meu / quem te siga é estrangeiro / meu o mundo / da merla...” (Do Poema Tudo da Merla, de Rousia)

7.2. O COMPONENTE FEMININO

Inevitavelmente Rosalía se pensa como mulher, como mulher se conhece e conhece o seu contorno. Reivindica-se como mulher, com diretos, num momento muito mais difícil do atual, para nessas reivindicações, porem também ser vítima da mentalidade da época e não desenvolve um feminismo pleno, isento de complexos: a sua vida, cartas e reflexões são eco de este pormenor. Mesmo às vezes associa esse “instinto feminino da necessidade de proteção” a condição de mulher; a pesar ainda assim, como numa contradição explicável pelo peso das convenções do seu tempo, Rosalía e mesmo consciente da fortaleza duma mulher, que chega inclusive a sobre passar os limites naturais impostos, onde os homens poucas vezes batalha escolhem:

“Cada noite eu chorando pensava: / que esta noite tão grande não fora... // ...Mais a luz insolente do dia, / constante e traidora / penetrava radiante de gloria / ate o leito onde eu me tendera / com as minhas congexas // Desde então procurei as trevas / mais negras e fundas / e procurei-as em vão, que sempre / trás da noite topava com a aurora” (de Folhas Novas).

Essa bravura não depara nem da defesa dos filhos, nem na valentia e risco à hora da assumir uma vida esquecida no pranto e a insatisfação, como si estas foram livremente eleitas.

Rousia usufrutuária já dos avanços, ainda insuficientes, mas firmemente levados à frente pelas suas predecessoras de género, e os movimentos que pela igualdade da mulher foram forjados desde finais da época rosaliana e princípios do século XX, ate os nossos dias, encarara a feminilidade, com a raça lutadora da mulher que sabe ainda que resta muito trajeto a avançar, e encarado as diversas peculiaridades e os diversos novos cenários onde de novo é disseminado o ardor machista, que subtilmente penetra o tenta penetrar, para seguir relegando a mulher ao espaço acomodatório, onde a ele lhe for interessante e maleável, para seguir mantendo e exercitando a supremacia. Daí a incorporação ao trabalho da mulher, não a liberou definitivamente do seu rol de ama de casa, que muitas vezes compagina o mesmo o com a necessidade de achar renda familiar, formar-se e viver em plenitude a sua vida. Consciente Rousia da necessidade de seguir combatendo, para sem falsas publicidades que situam a mulher numa libertação simulada, seu verso troara forte contra aqueles que ainda aspiram a resignar à mesma na sombra do macho em destaque. Associando também essa luta a luta pela emancipação dupla: mulher ente – mulher galega.

“... eu escrevo com o sangue que queima / cicatrizando as feridas que me causa / o parto de um poema / eu / como poeta / gostaria saber da contenção / de controle da palavra / mas eu tenho dentro um cavalo bravo” (Do Poema Versos sem amansar)

Rousia, pois é a poeta brava, a poeta que reivindica um mundo possível para mulher, para pátria, para os filhos, para igualdade.

7.3. A CONDIÇÃO DE MÃE

Predecessora de novo Rosalía vai abrir um caminho pelo que Rousia penetrara sem ela reparar, e que significa para Galiza, tal vez uma segunda oportunidade de dar a luz uma segunda mãe literária.

A grandeza de Rosalía reside, a meu modo de ver, em que a poeta de Padrão misturara as dores próprias da sua existência com as dores infringidas a seu povo desprezado, e confinado a uma mísera existência, por parte de um poder miserável e alheio.

Rousia fará o próprio, numa segunda leitura, mais pausada, mais serena, menos afogada pelo sentimento de morte próxima a chegar, da morte caminhar dentro dela, como no caso rosaliano. Fará uma nova experiência, misturando a sua existência vital galega, que pisou a terra e mamou a raiz da pátria, desde a infância, a experiência terrível da adolescente rejeitada na sua própria língua, e cultura; com a moça liberada, viajada, que aprendeu no outro continente o despertar a sua condição, e seu eterno direito de pedir a palavra, com o compromisso a seguir de saber escutar ao próximo. Fará, pois então Rousia, uma mistura com as novas realidades galegas, com as novas opressões mais bem disfarçadas, e com as batalhas e dores universais que atingem a toda a humanidade: os ataques a biodiversidade, a diversidade cultural múltipla, ao direito ao trabalho e a uma vida digna, etc.. Fazendo confluir num elo poético toda esta vastidão de sentimentos, com a necessidade de proteção do inferior, do menos adaptado, do menos dotado... E sem ela o saber, converterá a todos este seres da sua pátria, e do planeta nos seus filhos prediletos. Nos filhos que amarguram que matam, mas também que a trazem a vida e lhe dão forças para denunciar com voz alta e clara o sofrimento dos mesmos.

*“eu sou um ser selvagem com aparência humana
eu sou a natureza viva que se vê a morrer
eu sou todos os seres humanos do planeta
e sinto simultaneamente tudo o que me nega” (Do Poema Versos sem amansar)*

Assim se tornara Rousia na nova mãe galega dos sem voz, dos sem língua, das retraídas num falso rol de mulher, dos expulsos da sua vida e do mercado laborar... Elevando desde a sua alma a esperança no renascer dos seus filhos e filhas, e da sua cultura universal como ponte também para o início duma nova unidade, hoje lusófona, que liberte a Galiza das suas cadeias; e manha universal que unifique aos povos nas diversas sensibilidades e nas diversas formas de fala.

Enquanto seguira transmitindo, nessa outra função de mãe resguardo da memória anterior e futura, aos seus filhos mais próximos a ideia de um ser só ficar completo, quando vive e cresce dentro do seio livre da sua mãe galega.

Língua minha
perdoa

Língua minha
extensa carícia do Universo
alongado eco que banha os continentes
e nós...
a renegar dela

Língua minha
grande
amiga
independente
esquece este terrunho que te ignora
logo de te ter parido

a ti renuncia
Que classe de mãe és tu...
...Galiza
que o mais valioso
o mais eterno
teu filho
teu idioma
aborreces
chamando-o estrangeiro

A minha língua é emigrante
como eu
foi pelo mundo
medrou
apanhou sotaques
como eu

E a ti Terra...
...Galiza
eu pergunto
novamente pergunto
que classe de mãe és
que porque medra tu filho
tu o rejeitas

Língua minha
ergue o teu berro
eu dar-ei-che a minha voz
para que fales
para que sussurres ao ouvido
para que grites...
até que a Galiza te reconheça
(Concha Rousia)

8. BIBLIOGRAFIA

- Folhas Novas / Rosalía de Castro (Edição Crítica de E. Souto Presedo. 1985)
- Particularidades morfológicas del lenguaje de Rosalía de Castro (Ricardo Carvalho Calero, Santiago de Compostela 1972. Secretariado de Publicaciones de la Universidad)
- Enciclopedia Universal de la Literatura (Ed. Orbis, S.A. Grupo Libro 88, 1990)
- Presença de Jenaro Marinhas na AGAL (ed. AGAL. Testemunhos 2009)
- Fernando Pessoa e a Geração Orpheu (Ed. Original Assírio & Alvim. Ed. Planeta de Agostini, S.A. – Lisboa, 2006)
- Ricardo Carvalho Calero, Letras Galegas (AGAL. Vénus Artes Gráficas – 1984)
- Rosalía de Castro – Cantares Gallegos. Domingo Garcia Sabell (Ed. Especial baixo patrocínio do Banco Pastor. Ed. Atlântico 9 novembro 1985)
- Biblioteca de Autores Gallegos. Rosalía de Castro, Obras Completas. Tomos I, II, III (Ed. Sálvora S.A. 1983)
- Galiza, Nai e Señora. Nigratrea – Colección Maior (Ed. Nigra Trea, S.L. 2002)
- Elementos de crítica literária. Arturo Casas – Coordinador (Ed. Xerais de Galicia, S.A. 2004)
- Rosalía de Castro. Documentación Biográfica y bibliográfica crítica. Aurora López / Andrés Pociña (Galicia Editorial, S.A. Gaesa)
- Poesia de Prosa Medieval. M^a Elena Tarracha Ferreira (Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses)
- Daquelas que cantaram... Rosalía na palabra de onze escritoras galegas. Cinquentenário da Fundação Rosalía de Castro (Ed. Patronato Rosalía de Castro, 1997. Ima graf. Artes Gráficas)
- Rosalía de Castro Obras Completas (Aguilar, S.A. Ediciones, 1997)
- La Personalidad Creadora. Técnicas Psicológicas y Liberación Interior. (1992, Ed. Índigo, S.A.)
- Globalização. A Grande Desilusão. Joseph E. Stiglitz (Ed. Terramar, novembro 2002)
- Manual Galego de língua e estilo. Maurício Castro Lopes, Beatriz Peres Bieites, Eduardo Sanches Maragoto (Ed. Varias... Setembro, 2007. ISBN: 13-978-84-87305-25-2)
- Estudos Filológicos Galego Portugueses – Isaac Alonso Estravíz (Ed. Alhena, 1987)
- Dez x Dez. Coleção Literária Cabeça de Égua (Abrente Editora, 2007)
- O amor e o tempo. Willy Pasini (Livraria Civilização Editora. Companhia Editora do Minho, S.A. Barcelona, em maio de 2000)
- Poder, Ideologia e Língua. Yvo JD Peeters, editor. (AGAL. Vénus Artes Gráficas, S.A. 1191)
- Allá em Riba un Rey tinha uma Filha. Galego e castelhano no romanceiro da Galiza (Difusora de letras, artes e ideias, 1^a Edição Maio 2004)
- El Ejercicio del Criterio Mario Benedetti. Obra crítica 1950-1994 (Ed. Alfaguara, 1995, Santillana, S.A)
- Estética Política Friedrich Tomberg. Colección Hoy es Siempre Todavía (Ed. Villalar, 1977)
- Cultura Proletaria. Colección EV, Villalar.(Editorial Villalar, 1977)
- Simone de Beauvoir. El Segundo Sexo. La experiencia vivida (Ed. Siglo Veinte, Buenos Aires. Tomo II. ISBN 950-516-067-6)
- Simone de Beauvoir. El Segundo Sexo. Los hechos y los mitos (Ed. Siblo Veinte, Buenos Aires. Tomo I)
- La pequeña diferencia y sus grandes consecuencias. Las mujeres hablan de si mismas. Comienzo de una liberación. Segunda Edición. – Alice Schwarzer - (Lasal edicions de las dones. Editorial pluma - Bogotá, 1980)
- ¿Qué quieren las mujeres? E.L. Eichenbaum / S. Orbach (Editorial Revolución, S.A.1987)
- La Comunicación no Verbal. Flora Davis. (Alianza Editorial, 1987)
- Las Peras del Olmo. Octávio Paz (Ed. Seix Barral, S.A. 1983)

9. SÍTIOS EM INTERNET

- PGL. Portal Galego da Língua. Opiniom: Concha Rousia. Artigos:
http://www.pglingua.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=3&id=1093&Itemid=81
- Recanto das Letras. Autores: Concha Rousia.
<http://recantodasletras.uol.com.br/>
- O Poeta Universal. Poemas de Concha Rousia
<http://artorius.bloguepessoal.com/>

Vieiros: Galicia Hoxe.

<http://www.vieiros.com/curriculums/amosar/26/concha-rousia>

10. Vídeos:

http://video.google.com/videosearch?source=ig&hl=pt-PT&rlz=&q=concha+rousia&lr=&um=1&ie=UTF-8&ei=XrueSqjalZPSmgOQ9qz5BA&sa=X&oi=video_result_group&ct=title&resnum=4#

http://video.google.com/videosearch?source=ig&hl=pt-PT&rlz=&q=concha+rousia&lr=&um=1&ie=UTF-8&ei=XrueSqjalZPSmgOQ9qz5BA&sa=X&oi=video_result_group&ct=title&resnum=4#

http://video.google.com/videosearch?source=ig&hl=pt-PT&rlz=&q=concha+rousia&lr=&um=1&ie=UTF-8&ei=XrueSqjalZPSmgOQ9qz5BA&sa=X&oi=video_result_group&ct=title&resnum=4#

11. Fontes Auxiliares: Rosália de Castro em Internet

http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosalia_de_Castro

<http://www.rosaliadecastro.org/>

<http://www.los-poetas.com/k/rosa.htm>



93) CRISTÓVÃO DE AGUIAR

LUÍS CRISTÓVÃO DE AGUIAR nasceu no Pico da Pedra, São Miguel, em 8 de setembro de 1940. Aí fez os seus estudos elementares, na Escola de Ensino Primário da freguesia. Matricula-se no então Liceu Nacional de Ponta Delgada, cujo curso complementar de Filologia Germânica conclui em julho de 1960.

Durante os últimos anos do liceu, colabora, em verso e prosa, nos jornais locais. Parte nesse mesmo ano para Coimbra, onde ingressa no Curso de Filologia Germânica da Faculdade de Letras da sua Universidade.

Em janeiro de 1964, interrompe o curso universitário e é mobilizado para a guerra colonial, na então província da Guiné, para onde parte, em abril de 1965, com a sua companhia de caçadores. Um mês antes do embarque, publica um livrinho de poemas, *Mãos Vazias*, que pouco ou nada abona em seu favor.

Regressa da Guiné, cansado e casado com um filho, em janeiro de 1967, e após um ano e meio de luta interior contra a doença e o desânimo consegue concluir as cadeiras do Curso de Filologia Germânica, indo de imediato lecionar para a então Escola Comercial e Industrial de Leiria.

Aí permanece um ano e meio, regressando a Coimbra para escrever a sua tese de licenciatura, *O Puritanismo e a Letra Escarlate*, que apresenta em junho de 1971, obtendo assim o grau de licenciado em Filologia Germânica.

A experiência da guerra forneceu-lhe material para um livro posterior, incluído ao princípio em *Ciclone de setembro* (1985), de que era uma das três partes, autonomizado, depois, com o título de *O Braço Tatuado* (1990). Foi durante quinze anos redator da revista *Vértice*, de Coimbra (1967-1982), tendo, nesse último ano, organizado um número duplo, especial, sobre a cultura açoriana.

Depois do 25 de abril, colaborou na Emissora Nacional com a rubrica semanal "Revista da Imprensa Regional" (1974-1975), que suscitou muita polémica e alarido nos meios eclesiásticos e reacionários da época.

De 1972 até 2002 foi Leitor de Língua Inglesa da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, estando neste momento aposentado.

Durante a sua carreira literária, ganhou os prémios: Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa (1978), com *Raiz Comovida I*, *a Semente e a Seiva*; Grande Prémio da Literatura Biográfica da APE /CMP (1999), com *Relação de Bordo I* (1964- 1988), diário ou nem tanto ou talvez muito mais; Prémio Nacional Miguel Torga/Cidade de Coimbra (2002), com *Trasfega, casos e contos e quatro anos mais tarde com A Tabuada do Tempo*, a lenta narrativa dos dias, 2006.

Foi agraciado pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, com o grau de comendador da Ordem Infante D. Henrique (01).

AUTOBIOGRAFIA:

Cristóvão de Aguiar, nome de Luís Cristóvão Dias de Aguiar. Nasceu na Ilha de São Miguel numa altura em que o calendário apontava o dia 8 de setembro de 1940. Procedeu de uma nobre estirpe de artesãos, músicos, poetas repentistas e agricultores. O escritor foi parido em Coimbra muito mais tarde, num dia impreciso de março de 1965, três semanas antes de o cidadão que lhe abonava o corpo ter zarpado para a guerra colonial. Com pânico

de morrer sozinho no mato sem deixar casta, o futuro combatente sangrou-se em saúde e propagou-se em livro. Parto prematuro, à custa de ferros. O nascituro merecia desmancho em boas condições higiénicas numa clínica especializada das letras. Acabou o livrinho por sair, ficando um monstro para sempre. Enamorado, o pai deu-lhe o nome de Mãos Vazias. Voluminho esvaziado de tudo, até da mais rudimentar poesia. Já entrado nos quarenta, a sua idade mental não vai além dos catorze. Muito longe desse evento, o rapaz que fui cresceu e medrou inteiro como o seu nome civil. Frequentou a escola elementar na freguesia do Pico da Pedra, a meio caminho entre a velha Vila da Ribeira Grande e a cidade de Ponta Delgada. Pouco antes de se matricular no Liceu, já seu Pai havia emigrado para a Ilha Terceira, a América pequenina. A outra era um sonho que só alguns tinham a dita de alcançar. Na Base americana o Pai foi torneiro mecânico, para o supreio da família e pagar os estudos ao filho hospedado na cidade. O afastamento do conchego de casa e da freguesia tornara-se imperativo. A primeira perda e separação. A entrada no palácio do Liceu deve ter sido o primeiro grande tsunami que amargou ainda de calças curtas. Até o racharam de cima a baixo. Logo no início da aventura escolar, só o Cristóvão passou a valer no seio da nova e estranha comunidade. O prenome Luís, por que era conhecido e chamado, ficou submerso. Só para a gente da freguesia e parentela mais chegada tinha a dignidade de estatuto vocativo. Havia quem se arriscasse ao chamamento cristão inteiro: Luís Cristóvão. Vozes isoladas que não ecoavam no íntimo. Continua hoje enchendo dois nomes, como se vivesse em duas casas. O aluno medroso haveria de ficar para sempre cindido. Passou o Cristóvão a ser o contraponto do Luís ou vice-versa. As leviandades de um, justificadas pelas aparentes virtudes do outro, numa peleja de vizinhos desavindos a habitarem a camisa-de-forças do mesmo corpo. Concluíram o sétimo ano de letras em 1960. Deverá ter sido o Cristóvão quem, na sua excentricidade sonhadora, fez atrasar o curso liceal, arrastando-o durante uma novena de anos. Gostava de namorar e de faltar às aulas. Ia ao encontro da vida para colher as flores que a escola só lhe concedia, murchas e compendiadas, em livros únicos e maçudos. Não quis ir sozinho. Levou consigo o Luís. E foi o este quem pagou a conta calada exibida pelo pai ao regressar da emigração de-ao-pé-da-porta. Passou a trabalhar na oficina de serralharia, para que aprendesse a arte do ferro e ficasse do mesmo passo ciente do quanto custava a vida. O Cristóvão fazia pouco caso das admoestações e dos conselhos do companheiro de rés-do-chão. E acabou por ter sorte. A seguir a umas férias grandes, deixou o Luís por um bambúrrio de ser aprendiz de serralheiro para prosseguir os estudos. Foram bons alunos daí em diante e mais tarde dispensaram do Exame de Aptidão à Universidade. Na noite de 10 de outubro de 1960, zarpámos da Ilha a bordo do Lima e chegámos a Lisboa na manhã do dia 15. Um prodígio de velocidade só possível à tecnologia de ponta em vigor na época. À medida que o navio subia o Tejo rumo ao Cais de Santos, ao Cristóvão bailavam-lhe os olhos. O Luís terá tido uma sensação de rural perante o rio que ambos sabiam da geografia papeada; a cidade de Lisboa, branca, apertada nas sete colinas, parecia sair das páginas dos livros de estudo para se postar, ali defronte, juntamente com um comboio em louca correria sobre a linha férrea de Sintra, entrevisto pela primeira vez, que, na Ilha, só se avistavam navios... Pena, pensava o Luís, não se poder vislumbrar o famoso retângulo de oitenta e nove mil quilómetros quadrados, dentro do qual Portugal inteiro se acolhia ou encolhia - o mapa saía da sala de aula da escola elementar para há muito se emoldurar dentro dele... O Cristóvão acrescentou: “Sim, o mapa estava muito perto da santíssima trindade: os retratos de Salazar e de Carmona, mais o crucifixo de latão no meio de ambos...” Às sete e vinte e cinco da noite partiam de Santa Apolónia, no Foguete. O único comboio que só parava numa estação antes de Coimbra, a de Fátima. Muito fácil não haver engano - na segunda paragem era obrigatório descer. Havia novatos das Ilhas que se apeavam na Mealhada ou ainda mais arriba...Na Estação Velha, o Luís sentiu-se abandonado. Não percebia as palavras difundidas pelos altifalantes. Sabia que tinha de mudar para chegar à Estação Nova. Acabou por perguntar. O interlocutor não lhe entendeu a pronúncia cerrada e ele ficou transido. Por fim, o Cristóvão dirigiu-se, afoito, a um corretor, elegante na sua pronúncia impecável, a farda castanha, debruada de dourados. Em vez de responder, o angariador perguntou: “O senhor doutor precisa de hotel?” O Cristóvão olhou para o lado, curioso de ver o primeiro titular de tal cargo na maternidade onde os doutores nasciam de parto prematuro. Como não viu ninguém por perto e a pergunta fora repetida, ficou com a pele arrepiada - chegara ao fundamento de que o doutor era ele próprio... A ligação chegou. Viajaram num molhinho e meio enregelados. Pernoitaram na primeira pensão que encontraram à saída da Estação Nova. Despertaram numa manhã lavada de sol, sem mar. Criou-lhes um vazio, que doeu pelo dia fora, preenchido nas andanças de arrendar um quarto. Reforçada, a praxe recomeçou no dia seguinte, o da abertura solene. O medo tomou então conta do Luís. Tinha de ir à única cantina que existia no Palácio dos Grilos para tomar as refeições. Deixou por vezes de ir jantar com pavor de ser rapado; outras, ia de táxi; mas o dinheiro era escasso. Tamanho o medo que semanas depois, desiludido e assustado, queria regressar no vapor ao ventre materno da Ilha. Escreveu uma carta esborratada de lágrimas. A resposta recebida desenganava-o: “O que vens

tu para cá fazer? Aguenta-te; um homem não se deixa afundar dessa maneira; tudo é difícil ao princípio e um ano passa depressa...” Uma noite de novembro, na véspera da Tomada da Bastilha, o Cristóvão decidiu arrostar com a praxe: uma trupe apanhou-o junto à Porta Minerva, aplicando-lhe as regras da soleníssima praxe. A tormenta cultural deflagrada em Coimbra nos princípios dos anos sessenta foi mais violenta do que qualquer Ciclone de setembro nas Ilhas. O efeito foi ter ele sobrevivido em estado de embriaguez, a consciência dos limites à flor da pele e as Mãos Vazias de uma poesia que se recusava a cantar, mas que, bem ou mal, fez nascer, de parto prematuro, o tal Cristóvão de Aguiar, que persiste e insiste na lavoura da escrita. O Luís franzia o nariz e aos poucos ia deixando de acompanhar o irmão gémeo, transfigurado num Grito em Chamas, desarvorado, procurando queimar e atingir não se sabia que alvo, talvez o Pão da Palavra com que queria alimentar o espírito confuso... Se por índole e humor o Luís era bicho-de-conta, mais se encantou no seu cantinho. Ao invés, o outro lá ia caminhando aos tropeções, procurando remover a Raiz Comovida ainda fincada e ficada na Ilha, já porém dando topadas que o faziam sangrar num balbucio de intensa Tráfega. Em incessante viagem interior, grandes lutas travou dentro de si, numa lufa-lufa de Passageiro em Trânsito que procurava solucionar muitos dos problemas que a geração a que passou a pertencer já há muito resolvera. Teve a sorte de ter caído num meio intelectual progressista – o da revista Vértice. Na Brasileira convivia com os seus intelectuais e com outros que lhe estavam próximos, o denominado Grupo da Brasileira. Nele pontificavam Joaquim Namorado, Luís Albuquerque, Orlando de Carvalho, Mário Vilaça, para só falar dos que já saíram de cena, e sobretudo conviveu Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia. Ouvindo mais do que falando, soletrava e aprendia devagar as primeiras letras de uma cultura e de uma mentalidade nova que em nada se assemelhava à que em si vigorava. Assimilou novos valores humanísticos, enraizados nos problemas concretos do País, e estabeleceu com a vida cultural e literária uma Nova Relação, na qual havia de colocar um portaló por onde entrava e saía de Bordo de qualquer iate de cabotagem. Da Ilha ele trouxe um lastro de recursos afetivos e de novos sentimentais que têm vindo a servir-lhe de conduto ao pão seco e amargo do dia-a-dia. Toda essa matéria nebulosa tem-lhe servido de húmus para a escrita. Coimbra, que já faz parte do seu roteiro afetivo e cultural, forneceu-lhe a ferramenta sem a qual não poderia carpintear a escrita, nem ordenar o seu desordenado pensamento. Quarenta e cinco anos de convívio, cumplicidades, amores e desamores, alegrias e tristezas, deram para uma vida quase cheia. O bastante para que vá pensando em fechar o círculo, regressando ou não às raízes comovidas. Pode ser que, nessa remota origem, Coimbra se lhe imponha de tal sorte que tenha de escrevê-la, a ver se a sente mais aquietada dentro de si. O mesmo aconteceu a respeito da Ilha. Desinquietou-o de tal maneira que não teve outra opção que não fosse a de a iludindo com meia dúzia de livros que em absoluto nunca a aquietaram. Continua impertinente e ciumenta. Pode ser que se acomode com Marilha, Mar Ilha, Marília, nome de mulher transfigurada na gostosa dicção de Marilha por força da pronúncia em vigor.

OBRAS:

POESIA:

Mãos Vazias; ed. do Autor, com a chancela da Livraria Almedina, Coimbra, 1965
 O Pão da Palavra; Cancioneiro Vértice, Coimbra, 1977
 Sonetos de Amor Ilhéu; ed. do Autor, Coimbra, 1992

PROSA:

Breve Memória Histórica da Faculdade de Ciências (II Centenário da Reforma Pombalina), Coimbra, 1972
 Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana; Separata da Revista Vértice, Coimbra, 1976
 Raiz Comovida (A Semente e a Seiva); 1.ª ed. Coimbra 1978 (Prémio Ricardo Malheiros Academia de Ciências Lisboa)
 Raiz Comovida II (Vindima de Fogo); 1.ª ed. Coimbra, 1979
 Raiz Comovida III (O Fruto e o Sonho); 1.ª ed. Angra do Heroísmo, SREC, 1981
 Raiz Comovida (Trilogia Romanesca); revista e remodelada num volume, Editorial Caminho, Lisboa, 1987, Edições D. Quixote, Lisboa, 2003
 Ciclone de setembro; (Romance ou o que lhe queiram chamar), Editorial Caminho, Lisboa, 1985, incluído agora no romance Marilha, Publicações D. Quixote, 2005
 Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia; Nótulas Biográficas, Serviço de Publicações da Universidade de Coimbra, 1986, 2.ª ed. revista e aumentada, Imprensa da Universidade, 2005

Passageiro em Trânsito; Novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai sempre acrescentando mais um conto, Editora Signo, Ponta Delgada, 1988; 2.ª ed. refundida, Salamandra, Lisboa, 1994
Emigração e Outros Temas Ilhéus; Miscelânea, Editora Signo, Ponta Delgada, 1992
A Descoberta da Cidade e Outras Histórias; Contos, Editora Signo, Ponta Delgada, 1992
Um Grito em Chamas; Polifonia Romanesca, Edições Salamandra, Lisboa, 1995, integrado também no romance Marilha, de que constitui a primeira parte.
Relação de Bordo (1964 -1988); diário ou nem tanto ou talvez muito mais (Grande Prémio da Literatura Biográfica da APE / CMP), Campo das Letras, 1999
Relação de Bordo II (1989-92); diário ou nem tanto ou talvez muito mais, Campo das Letras, 2000
Relação de Bordo III, diário ou nem tanto ou talvez muito mais, P. D. Quixote, 2004
Trasfega, casos e contos, Prémio Miguel Torga / Cidade de Coimbra, 2002
Marilha, sequência narrativa, D. Quixote, 2004
A Tabuada do Tempo, Prémio Miguel Torga, Almedina, 2006
Miguel Torga – O Lavrador das Letras – Um percurso partilhado, Almedina 2007
Braço Tatuado – Retalhos da Guerra Colonial, D. Quixote, 2008

TRADUÇÃO:

A Riqueza das Nações, Adam Smith; Fundação Calouste Gulbenkian, 1982

COLABORAÇÃO:

Vietname; Antologia Poética, Nova Realidade, 1970
Antologia de Poesia Açoriana; org. por Pedro da Silveira, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1977
Para o Mundo de todos os Homens; Pequena Antologia de Poesia de Autores Portugueses contra o Racismo e Colonialismo, Conselho Português para a Paz e Cooperação, 1977
Antologia Panorâmica do Conto Açoriano; Organizada por João de Melo, Vega, Lisboa, 1978
O Eclipse; Extrato de Romance, Revista Vértice, 448, maio - junho de 1982 (Número dedicado à Cultura Açoriana, organizado pelo Autor)
The Sea Within; a Selection of Azorean Poems, Gávea-Brown, Providence, 1983

DOIS HOMENS DE TRÁS-OS-MONTES, CRISTÓVÃO DE AGUIAR, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, ESCRITOR AÇORIANO

Aqui, na cidade de Bragança, coração de Trás-os-Montes, grave delito seria não recordar dois grandes vultos da cultura portuguesa do século XX, Paulo Quintela e Miguel Torga. Outros haveria que realçar como o Abade de Baçal, historiador, etnógrafo, arqueólogo, autor das **Memórias Arqueológico Históricas do Distrito de Bragança**, cujo V volume é o célebre livro, *Os Judeus no Distrito de Bragança...* E João Araújo Correia, médico João Semana, no genuíno sentido da expressão, na cidade da Régua, e um dos grandes Mestres da Língua Portuguesa, que mereceu de Aquilino, outro seu ilustre cultor, estas expressivas e legítimas palavras: “Mestre de nós todos há cinquenta anos a lavar nesta terra ingrata e ímproba seara branca do papel almaço, e somos velhos, gloriosos ou ingloriosos, pouco importa; mestre dos que vieram no *intermezzo* da arte literária com três dimensões para a arte literária sem gramática, sem sintaxe, sem bom senso, sem pés nem cabeça; e mestre para aqueles que terão de libertar-se da acrobacia insustentável e queiram construir obra séria e duradoura”.

João de Araújo Correia, duriense de raiz enxada no coração, escreveu estas sábias palavras acerca do povo de que fazia parte: “O Holandês subtraiu ao mar a terra que o sustenta; o duriense arrancou-a palmo a palmo a uma natureza tão brava como o mar.” Assim o fez também o escritor de *Folhas de Xisto*, que sobre o próprio livro escreveu: “*Parece-me que foi sobre folhas de xisto, lâminas de alvenaria da minha região, que escrevi estes contos.*”

Isto só para mencionar os que já se foram, porque outros há ainda, vivos, e com obra de vulto ainda construção, que mereciam alguma justiça que a macrocefalia lisboeta lhes nega, sempre negou a todos quantos estão longe do seu bafo literário quantas vezes podrido...

Sem desprimor para estes dois vultos transmontanos e que de *per si* mereciam uma conferência inteira ou mais, só irei debruçar-me, e espero não me despenhar da altura a que ambos se guindaram, sobre a obra e personalidade de outras duas individualidades graníticas, mais chegadas à minha afeição, com quem durante anos convivi em Coimbra e de quem recebi grandes lições de vida, cultura, humanidade e humanidades: Paulo Quintela, filho desta cidade, onde nasceu em 1905, e Miguel Torga, natural de São Martinho de Anta, o *seu lugar de onde* e o *seu centro do mundo*, como tantas vezes escreveu nos seus livros...

Paulo Quintela foi um germanista de renome internacional e um dos melhores tradutores das línguas germânicas para a Língua Portuguesa. Dir-se-ia, sem pingo de exagero, que nacionalizou esses poetas e escritores estrangeiros, principalmente alemães, para a Literatura Portuguesa, dela ficando a fazer parte: Rilke, Hölderlin, Goethe, Nietzsche, Hauptmann, Nelly Sachs, Georg Trakl, incluindo alguns poemas ingleses de Fernando Pessoa, a pedido de Georg Rudolf Lindt, crítico alemão, lusitanista, estudioso e tradutor de Pessoa. E foram esses poetas maiores da Literatura Universal, sobretudo Rilke, que influenciaram alguns poetas portugueses, dos quais destaque Eugénio de Andrade e o próprio Miguel Torga. Como se isto não bastasse, Paulo Quintela, um apaixonado pelo teatro e por Gil Vicente, havia de ressuscitar a sua obra dramática para as tábuas do palco, até então sepultada na poeira dos compêndios. Excetuavam-se algumas tímidas, fugazes e nem sempre logradas tentativas do Teatro Nacional Dona Maria, que, nos meados dos anos trinta do século XX, o pôs em cena. E terá sido um espetáculo, com excertos da obra de Mestre Gil, uma silva vicentina, representado por essa companhia, em uma noite de verão, no Pátio da Universidade de Coimbra, que o catapultou para pôr de imediato a obra vicentina em cima do palco. Escreveu ensaios sobre a obra do maior homem de teatro português, e deu a conhecer aos leitores portugueses as *Líricas Castelhanas*, de Gil Vicente, publicadas em livro, em meados dos anos sessenta, no *Cancioneiro Vértice*. Porém, Quintela não se quedou por Gil Vicente: encenou outros grandes dramaturgos; os trágicos gregos: a *Medeia*, de Eurípedes; a *Antígona*, de Sófocles; o *Prometeu Agrilhado*, de Ésquilo; *O Grande Teatro do Mundo*, de Calderón de La Barca; *Retablillo de don Cristóbal* e *A Sapateira Prodigiosa*, de Frederico García Lorca. Nesta última peça, foi o próprio Quintela quem representou o papel de sapateiro, o principal, porque o ator que o devia interpretar ter comunicado, na véspera da estreia, que não podia comparecer – valia Quintela saber de cor todos os papéis das peças que encenava; *O Tartufo*, de Molière, além de alguns portugueses contemporâneos, como Miguel Torga; José Régio e Raul Brandão... Graças ao TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra), fundado em 1938, e que se estreou com a *Farsa de Inês Pereira*, foi possível a Paulo Quintela, seu diretor artístico durante mais de trinta anos, dar a conhecer não só Gil Vicente como todos os dramaturgos atrás referidos, fazendo do TEUC uma verdadeira escola de teatro por onde passaram gerações e gerações de estudantes, que, após a formatura, continuaram a lição do Mestre, organizando grupos de teatro nas locais onde foram exercer a sua profissão.

Como dizia, foi nesta cidade de Bragança que nasceu, em dezembro de 1905, Paulo Manuel Pires, mais tarde Quintela, oitavo rebento de uma prole de dez, descendente de um pedreiro e de uma padeira. Aqui se criou, iniciou e concluiu os estudos elementares e liceais, que o haviam de guindar à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na qual se matriculou no ano letivo de 1922 /1923, ainda com a idade de dezasseis anos. Aluno brilhante, concluiu o curso de Filologia Germânica com distinção, e foi bolseiro da Fundação Humboldt, o que lhe proporcionou viver, estudar e ensinar, em Berlim, durante seis anos. Com a subida de Hitler ao poder, regressou a Coimbra e à sua Faculdade, passando a exercer, durante mais de quarenta anos, o magistério nas Literaturas e Culturas Germânicas. Aqui jaz, no cemitério do “Alto do Sapato”, desde o dia 10 de março de 1987.

Delito grave seria também deixar em silêncio o nome de Miguel Torga, um dos mais grandes escritores de sempre da Literatura Portuguesa e, durante grande parte do percurso da existência, íntimo amigo de Paulo Quintela e seu companheiro de lides e aventuras literárias. Procurarei, nesta minha desprezível comunicação, deslindar o que os uniu e depois o que os separou para sempre, tentando o milagre, sempre possível, de um reatamento de relações *post mortem*...

Entre ambos existia uma amizade enraizada num acurado amor que consagravam a Trás-os-Montes, o “Reino Maravilhoso”, de onde ambos eram oriundos. “Que belo é ter um amigo! Ontem eram ideias contra ideias. Hoje é este fraterno abraço a afirmar que acima das ideias estão os homens. Um sol tépido a iluminar a paisagem de paz onde esse abraço se deu, forte e repousado. Que belo e natural é ter um amigo!” — escreveu Torga, no dia 4 de fevereiro de 1935, no primeiro volume do Diário, referindo-se a Quintela, que conhecera um ano antes na cama de um hospital em Coimbra.

No Segundo Congresso Transmontano, realizado nas Pedras Salgadas, em setembro de 1941, ambos participaram com duas conferências. A de Miguel Torga intitulava-se “Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes)”; a de Paulo Quintela, “Um Poeta de Trás-os-Montes”, Miguel Torga. E era o Poeta: “Vê-se primeiro um mar de pedras. Vagas e vagas sideradas, hirtas e hostis, contidas na sua força desmedida pela mão inexorável dum Deus criador e dominador. Tudo parado e mudo. Apenas se move e se faz ouvir o coração no peito, inquieto, a anunciar o começo duma grande hora. De repente rasga a crosta do silêncio uma voz de franqueza desembainhada: ‘— Para cá do Marão, mandam o que cá estão!’ Sente-se um calafrio. A vista alarga-se de ânsia e de assombro. Que penedo falou? Que terror respeitoso se apodera de nós? Mas de nada vale interrogar o grande oceano megalítico, porque o nume invisível ordena: — Entre! — A gente entra, e já está no Reino Maravilhoso.”

Por seu turno, Paulo Quintela: “Mas não se nasce impunemente em Trás-os-Montes, no Alentejo ou à beira-mar. Quer dizer que a paisagem, se não é o único fator determinante, é contudo primordial elemento de formação e informação. Se a poesia é no fundo expressão — expressão mágica — das coisas e dos seres, da Vida, é evidente que essa expressão há de ser em certa medida condicionada pela maneira como esses seres e coisas se nos revelam e nos solicitam, pela luz que os banha, pelo horizonte em que estão implantados, pelo ângulo por que se contemplam. O homem da planície terá uma vivência das coisas e dos homens muito diversa da do montanhês. Horizontes vastos e planos, monótonos, em que as figuras se perdem ou ficam reduzidas a contornos imprecisos, convidam a erguer os olhos e a contemplar o céu. Daqui — falo, evidentemente, em termos amplos que admitem toda a sorte de exceção que não abalará aliás a firmeza do princípio — (o próprio poeta de que me ocupo poderá por vezes parecer exceção...) — daqui, digo, a propensão contemplativa e a necessidade de fuga e libertação mística do homem nado e criado em ambiente destes. Daqui o caráter místico da grande literatura da estepe russa, por exemplo. Mas subamos agora uma montanha. As coisas na encosta que vamos escalando são-nos mais chegadas, mais íntimas, mais nossas, pelo esforço que pusemos em alcançá-las; a luz quebra e reflete de outra maneira nas lombas que nos rodeiam e nos limitam o horizonte; a subida é árdua, mas gostosa; o arcaboço arfa, bate o coração encostado à fraga ou à árvore, e o arquejar do peito e a pancada do coração do homem da montanha faz-se hábito e pulsar da própria terra-mãe. Chega-se ao cimo. Mas não foi para contemplar o céu que nos aproximámos dele. Sobe-se a um monte para olhar cá para baixo, para dominar a terra que se alarga, se nos revela e nos convida. Foi no alto dum monte que o diabo patenteou a Cristo a sua maior tentação: ‘De novo o subiu o diabo a um monte muito alto: e lhe mostrou todos os Reinos do Mundo, e a glória deles, e lhe disse: Tudo isto te darei, se prostrado me adorares...’ Deus em Cristo resistiu à tentação. Os homens sucumbem à veemência do desejo de posse do Mundo e da sua Beleza. Miguel Torga é, dos poetas portugueses modernos, o que está mais intimamente ligado à sua paisagem, que é a paisagem de Trás-os-Montes.”

Convoco agora o Poeta Manuel Alegre para, com a sua palavra poética, vir em meu auxílio. Na III Parte do seu livro, *Coimbra Nunca Vista*, intitulada “Abecedário de Coimbra”, o poeta de abril, grande amigo e admirador de ambos, empreende uma apolínea peregrinação afetiva através de individualidades que, em dado momento histórico-cultural, cunharam o caráter da cidade mítica. Nesse “Abecedário”, figuram, entre outros, dois poemas dedicados às duas fragas graníticas transmontanas, um com o título de “Miguel Torga No Largo da Portagem”; o outro intitulado “Paulo Quintela”. O dedicado ao autor de *A Criação do Mundo* reza assim:

Todos os dias o poeta vem ao centro / sobe ao seu consultório e embarca para / dentro. / Diante da folha branca vai de viagem / navega sobre o tempo e nunca para / Há nele o canto de raiz e o verso vagabundo / da sua janela chega à outra margem / e dá a volta ao mundo / no Largo da Portagem.

Sobre Quintela escreve:

Nada sabíamos da língua portuguesa / e então sílaba a sílaba ele ensinou-nos / a música secreta das vogais / a cor das consoantes a ondulação o ritmo / o marulhar das frases e o seu / sabor a sal. / E também como pisar um

palco / como falar como calar e sobretudo/ como sair de cena e entrar / no grande teatro deste / mundo. / Por-que tudo era proibido e ele nos disse / que tudo pode ser ousado / desde que se aprenda a entrar a tempo / a colocar a voz e a não perder / a alma.

Nestas prodigiosas sínteses poéticas, de uma tão luminosa fundura a que só os príncipes da poesia têm o condão de descer ou de subir, encontra-se delineado um verdadeiro, muito completo e complexo programa de vida estética, intelectual e cívica, que tanto Paulo Quintela como Miguel Torga foram cumprindo enquanto por cá andaram. Nas facetas que no poema se realçam, tornou-se Quintela grande mestre e a sua obra de intelectual e o seu exemplo de cidadão empenhado deram disso testemunho. A poesia e a prosa de autores de “franças e araganças”, que, através de traduções exemplares e recriadoras, naturalizou sem qualquer sotaque para portugueses e que ficaram desde logo pertença da Literatura Portuguesa; se tivessem os seus autores cá nascido, seria decerto como ele as traduziu que escreveriam na nossa língua; o teatro vicentino que estudou e amou como ninguém desde os bancos do Liceu de Bragança, difundiu e o elevou, depois, para o seu sítio condigno e certo: as tábuas do palco; o cidadão livre que sempre ousou ser, numa pátria contaminada por grandes medos miudinhos por tantas outras toxinas que lhe conspiraram a atmosfera, não raro tornando-se, armada ou armadilhada de um pesadume propenso e propício a que certas criaturas se bandeassem, fraquejassem e se perdessem, alma incluída, no céu da sua conversão...

No poema sobre Torga, Manuel Alegre, em palavras sucintas e certeiras, como é timbre dos grandes Poetas, delinea e recria, minuciosamente, o quotidiano do Poeta *de Orfeu Rebelde*. Era do seu consultório, no Largo da Portagem, que o Poeta, depois de regressar da noite, quase sempre insone, de macerado trabalho poético, em sua casa, zarpava todos os dias para viagens que só ele sabia deslindar. Transcrevo o poema de abertura do 1.º Diário, de 3 de janeiro de 1932, (Torga iniciava e rematava sempre os seus Diários com um poema), que reflete esse trabalho noturno, notívago, a que se entregava com a devoção de um crente da poesia que nunca deixou de ser:

Deixem passar quem vai na sua estrada. / Deixem passar / Quem vai cheio de luar. / Deixem passar e não lhe digam nada. // Deixem, que vai apenas / Beber água do Sonho a qualquer fonte; / Ou colher açucenas // A um jardim ali defronte. // Vem da terra de todos onde mora / E onde volta depois de amanhecer. / Deixem-no pois passar, agora // Que vai cheio de noite e solidão. / Que vai ser / Uma estrela no chão.

Vale também a pena transcrever um texto do Diário XII, de fevereiro de 1977, em que o autor de *Orfeu Rebelde* revela, genialmente, a maneira como nasce um poema:

Foi durante a noite que escrevi o poema. Acordei inquieto, estremunhado, fiquei numa sonolência lúcida e, aos borbotões, os versos, na imprevisibilidade do minério arrancado às trevas da mina, começaram a surgir à tona do silêncio, alguns já estremados, puros, outros ainda agarrados ao cascalho. Depois, a razão clarificadora acudiu à inspiração tumultuosa, britou, peneirou, lavou, ordenou, e as pepitas ficaram articuladas de tal maneira que acabaram por formar um todo coeso, harmonioso e autónomo. Um texto na sua plenitude existencial, inexpugnável como um dia de sol. Excitado pela evidência do milagre, que eu próprio mal podia compreender, não consegui mais pegar no sono. Pus-me a recitar cada estrofe, primeiro numa espécie de terror sagrado, a experimentar a segurança do ritmo, a verificar a verdade das rimas, a avaliar a fragrância das imagens. Por fim, confiado, a abaná-las rijamente, e a concluir, desvanecido, que tinha as raízes seguras. E assim tenho passado o dia com elas no ouvido, numa exaltação secreta, estranhamente otimista, menos vulnerável aos empurrões da multidão, feliz sem o dar a entender. É um regozijo íntimo, fundo, como se me encontrasse bafejado por uma graça que não tivesse merecido, nem pedido, nem recebido de ninguém. (8/2/1977, Diário XII)

Paulo Quintela foi o primeiro homem de teatro português que pôs em cena Miguel Torga. Em 1947, o TEUC representava *Terra Firme* no velho Teatro Avenida, e doze anos mais tarde, no mesmo local, o CITAC, que convidou expressamente Quintela para encenar uma peça de Miguel Torga, representava o poema dramático *O Mar*, integrado no seu I Ciclo de Teatro. A partir daí os destinos destes dois homens altivos, como duas vertentes de um Marão de carne e osso, separaram-se para o resto da vida. E foi pena. Nunca soube deslindar as razões por que se deu tal rutura, nem talvez as houvesse bem definidas. Seriam fortes razões do coração, atrevo-me até a dizer de um grande amor ferido. No fundo, admiravam-se mutuamente, e outra coisa não seria de esperar de homens de tamanha envergadura. Eu próprio posso disso dar testemunho. Paulo Quintela continua no seu labor

de traduzir autores alemães, ingleses e franceses como Brecht, Nelly Sachs, Hauptmann, Nietzsche, Goethe, Kant, Ben Johnson, Molière e prossegue no TEUC durante cerca de mais dez anos, encenando Gil Vicente, Molière, autores gregos, como Eurípedes e Sófocles, e modernos como Garcia Lorca e José Régio. Miguel Torga havia ainda de publicar dois livros de poesia, *Câmara Ardente* e *Poemas Ibéricos*, três de prosa, o quinto e o sexto dias da *Criação do Mundo* e nove volumes do *Diário*.

Paulo Quintela é o primeiro a sair de cena. No dia 9 de março de 1987. Na véspera, domingo à noite, estivera a ver um programa televisivo intitulado *Eu, Miguel Torga*, documentário sobre o autor da *Criação do Mundo*. Acabado o programa, foi-se deitar e não mais acordou. Premonitório, não acham? Eu tinha estado com ele na sexta-feira anterior, e havia prometido levar-lhe na sexta seguinte o *Diário XIV*, acabado de sair e do qual lhe falara com entusiasmo durante a nossa última conversa de sexta-feira, 6 de março. À despedida, no alto da escada, ainda me recomendou: “*Não te esqueças de me trazer o diário do Torga...*”

Miguel Torga viria a morrer cerca de oito anos mais tarde, em 17 de janeiro de 1995, e sepultado no dia seguinte, em capa rasa, na sua aldeia natal, já transmudada em *lugar para onde!* No ano seguinte, o *Negrilho*, árvore centenária que dominava o Largo do Eirô, a quem Torga, num poema de 1954, dizia: *Na terra onde nasci há um só poeta. / Os meus versos são folhas dos seus ramos.* [...], deu em esmorecer e expirou semanas mais tarde. Talvez de desgosto, talvez de saudade do companheiro que: *Quando chego conversamos, / E é ele que me revela o mundo visitado* [...]. Agora, no Largo do Eirô, transformou-se o *mestre da inquietação serena* num fantasma enlaçado de hera...

No seu penúltimo diário, o XV, pode ler-se, na entrada com data de 9 de março de 1987, dia da morte de Paulo Quintela: “A morte é uma grande reconciliadora. Não há desavença que lhe resista. O seu grande manto de equanimidade cobre todas as paixões da mesma vanidade. Só é pena que, depois dela, tudo seja irremediável.” (No dia de sua morte foi enviada uma coroa de flores provinda da casa de Miguel Torga, a dois passos da de Quintela).

Depois de tudo quanto aqui ficou lavrado, fico com a sensação de vazio absoluto, de que tudo ou quase tudo ficou por dizer. Paulo Quintela e Miguel Torga são grandes de mais para se acolherem nas páginas de um qualquer escrito, e eu demasiado pequeno para os fazer caber numa simples e desprezível comunicação como esta com que vos tenho vindo a martelar o bicho do ouvido e da paciência. Repare-se, porém, no milagre da poesia, capaz de sínteses fulgurantes: ambos ficaram retratados, em corpo e alma inteiros, nos dois poemas de Manuel Alegre. São assim os Poetas, os grandes Vates da Humanidade.

Cristóvão de Aguiar - Bragança, 1 de outubro de 2009

94) DINA FERREIRA

DINA MARIA MARTINS FERREIRA é pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp (2002 e 2003), doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1995) e, mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC/RJ (1988). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em regime integral/PPI. É autora de livros: “Discurso feminino e identidade social”, editora Annablume e FAPESP (2002 1ª. ed. / 2009 2ª. ed. revisada e ampliada) e “Não pense, veja - o espetáculo da linguagem no palco do Fome Zero”, editora Annablume e FAPESP (2006). Organizou dois livros: “Políticas em linguagem: perspectivas identitárias junto ao Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan e “Estratégias: comunicação e gestão” junto com as Prof^{as}. Dr^{as}. Esmeralda Rizzo e Ângela Schaun, editora Expressão e Arte (2008). Sua publicação é vasta, tanto em revistas internacionais (artigos e capítulos de livros em inglês, francês e espanhol) e em revistas nacionais (língua portuguesa). A área de formação é Linguística, com ênfase em Discurso e Pragmática. Atua na docência de Linguística e Comunicação. As temáticas de sua pesquisa versam sobre identidade, diferença, sociocultural, políticas de representação.

LUSOFONIA INSULAR E CONTINENTAL: AÇORES E BRASIL, IDENTIDADES TERRITORIAIS E SENTIDO DE PERTENÇA (CRISTÓVÃO DE AGUIAR E MOACIR SCLiar), DINA MARIA MARTINS FERREIRA, UNICAMP/ UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE SÃO PAULO, BRASIL COM CAMILA VERGARA **, CAROLINE EMY KATO **, GIOVANNA GIACOMINI ISOLANI **, LARISSA DONATELI **, PATRÍCIA ZENARO MATTOS **, MACKENZIE – BRASIL

1. CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho iniciou-se em sala de aula, Curso de Letras, Disciplina História da Língua Portuguesa. Após um levantamento de dados históricos, começou-se a perguntar a questão política que se estabelecia na seleção de dados em nossa leitura sobre a história da língua portuguesa.

Em muitos casos diacrônicos do estudo da língua havia, por parte do grupo, o reconhecimento de uma língua atual, que se processava na calçada da vida em pleno século XXI e muitas vezes eram dados que remetiam a séculos anteriores em territórios não brasileiros. Optamos, então, ‘reconhecer’ ou ‘estranhar’ alguns usos lusófonos da contemporaneidade que dessem conta de um reconhecimento do português brasileiro e de estranhamento do português de outro território. Pela leitura da escrita estávamos na unidade e na difusão de uma língua que constituía nossa identidade, mas como estudiosas da língua percebíamos as especificidades e diferenças que apareciam diante de nossos olhos de brasileiras lusófonas.

Vimo-nos diante da questão da identidade nacional e territorial, em que a língua se manifesta. Escolhemos, então, subjetivamente, dois textos que se encontravam a nosso dispor: um da literatura açoriana, *Cães Letrados*, de Cristóvão de Aguiar (2008) e outro da literatura brasileira, *Cego e amigo Gedeão à beira da estrada*, de Moacyr Scliar (1994). Apesar de nosso corpus ilustrativo visar a diferenças constitutivas da identidade territorial ser de discursos literários, a nossa proposta não é da ordem de uma análise literária, mas sim de uso de língua. Além da escolha subjetiva da disponibilidade dos textos, havia a prerrogativa de uma corrente de estudos de língua que ‘lê’ o discurso literário como uma forma de representar a cultura de um povo. Mesmo que tal prerrogativa possa gerar controvérsias, aceitamos momentaneamente o papel da literatura como representação de cultura nacional.

E para o estudo das especificidades de cada território lusófono, optou-se recolher exemplos de estranhamentos e de reconhecimentos, ora pela seleção lexical, ora pela relação sintática e ora pelo arcabouço semântico. Utilizamos-nos como fonte de abordagem o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*⁷²⁴ (serial), dicionário do português europeu (Portugal), que não inclui variantes gráficas da norma brasileira e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*⁷²⁵ (2009). O primeiro comporia a nossa base de pesquisa para os eventuais estranhamentos de uso, e o segundo, mesmo com a participação de equipes de outros territórios lusófonos, tem como base Brasil, contexto suficiente para nos fundamentar no enquadre lusófono brasileiro. E é pelas polaridades de territórios que se buscam as particulares que vão constituir os construtos⁷²⁶ identitários de culturas nacionais da unidade lusófona.

2. CULTURA NACIONAL

724 O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP) é um dicionário de português europeu (de Portugal), cuja nomenclatura compreende o vocabulário geral, bem como os termos mais comuns das principais áreas científicas e técnicas da língua portuguesa contemporânea. O DPLP tem por base o *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa* (Lisboa, Lello Editores, 1996 e 1999), licenciado pela Priberam em 2008, no que diz respeito à informação lexicográfica para o português.

725 *Dicionário Houaiss* foi elaborado pelo brasileiro Antônio Houaiss, cuja primeira edição foi lançada em 2001, Rio de Janeiro, Brasil, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. O projeto de confecção do dicionário começou em 1985, com uma equipe de edição com mais de 150 especialistas brasileiros, portugueses, angolanos e timorenses.

726 O termo ‘construto’ em lugar de construção é proposital, já que ao abordarmos a questão de identidade, não estamos na esfera de atributos fixos constitutivos de um sistema linguístico, mas de performativos de linguagem em contínua reivindicação e movimentação.

Para entender o que chamamos de cultural nacional vamos nos utilizar de Stuart Hall (2000), a que o autor denomina de “comunidade imaginada”. No primeiro momento acreditamos que cultural nacional se estabelece por histórias (propositadamente com letra minúscula) para a constituição da História de uma nação. Agora História com letra maiúscula, já que as várias histórias passam a ter o valor de verdade única, cujo entrelaçamento dos tempos presente, passado e futuro vão fixando uma História que reflete uma “comunidade imaginada”. Para fundamentar o caminho de uma História formadora de identidade nacional de uma comunidade imaginada, alguns pontos são reveladores:

- a) *Trata-se de narrativa “tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular” (Hall, 2000: 52);*
- b) *São narrativas que dão “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” (ibidem: 53);*
- c) *Inventa-se uma tradição, que, segundo Hobsbawn e Ranger (apud Hall 2000: 54), seria um “conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado”;*
- d) *Passa a existir um mito fundacional, ou seja, uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado distante;*
- e) *Simboliza-se a identidade nacional baseada na ideia de um povo puro.*

Esses elementos discutidos por Hall apontam que o conceito de cultura nacional não pode ser visto como um conjunto unitário. Logo o que estamos chamando de cultura açoriana e brasileira é um corte epistemológico, nem puro, nem de valores atemporais. Como os próprios discursos literários indicam, os autores são situados em tempos e espaços diferentes, com percursos coletivos e individuais próprios. Cultura é uma construção discursiva, permeada de contingência e história. Logo o que se chama de “comunidade imaginada” é um ‘lugar’ de histórias contadas e recontadas, influenciada pelos contadores e pelas próprias histórias que a constitui; histórias baseadas em mitos de origem, deixando de lado os movimentos e deslocamentos que ocorrem ao longo do que se chama História, com letra maiúscula. Bhabha (1998: 238-239) nos lembra que as contingências históricas seriam os fundamentos da necessidade de elaborar estratégias legitimadoras de “minorias dentro das divisões geopolíticas”, minorias aqui entendidas como comunidades em busca de seu perfil identitário.

O que realmente podemos entender como cultura revelada por discursos é a rearticulação de signos que inscrevem identidades culturais. Segundo Bhabha (1998:240), cultura “é a marca do espaço conflituoso mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social”. Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada de estética para uma visão da cultura como “produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social” (ibidem). Para Bhabha, cultura é fenômeno transnacional, já que os discursos contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural. Talvez aqui se explique a lusofonia como uma unidade transnacional que apresenta particularidades territoriais em seu uso:

Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. (...) *O discurso natural(izado), unificador, da “nação”, dos “povos” ou da tradução “popular” autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição (Bhabha 1998: 241).*

3. TERRITORIALIDADE E HISTORIALIDADE

Sobre o conceito de território, muitos aspectos podem ser levantados. Haesbaert (2006) nos oferece vários caminhos que atendem a várias áreas do saber, para além da Geografia, tais como Antropologia, Sociologia, Economia. E já que estamos no universo de uma “comunidade imaginada”, nada mais coerente do que tratar

território pela vertente cultural ou “simbólico cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert 2006: 40). Ou seja, a dimensão simbólica habita um espaço social organizando-se pela historicidade e geograficidade, quesitos de territorialidade.

Historicidade estaria para a ideia de motivo, na medida em que “nasce da autoapreensão do homem em relação ao vivente e à vida (Derrida, 2002: 49-50), ou melhor, como o habitante de determinado território se motiva na história da qual participa e nas relações que estabelece em sua comunidade. Historialidade seria o efeito identitário da narrativa histórica porque provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a um povo. A história seria então “um processo objetivo no qual estamos inseridos (...) um modo de estarmos conscientes dessa pertença (Vattimo, s/d:11). Historialidade e historicidade se movimentam em direções diferentes, ao mesmo tempo que se constituem simbioticamente. A historicidade, o motivo de estar em determinada história, explode para que outra narrativa histórica se inicie; já o movimento da pertença é efeito da história que faz com que os sujeitos impludam, imergindo na história. Enquanto o motivo trabalha com o instante do momento histórico, a pertença é um movimento mais denso, pois trabalha com símbolos socioculturais. Pertença aciona a tradição, reconstruída ou não, pois se alimenta de símbolos que se performatizam pela memória. Sem motivo não há história e só há pertença se houver história. Ambos trabalham na reivindicação da identidade. Esses tantos movimentos de histórias e dentro da história perfilam a complexidade identitária, já que mudanças do tempo passado, presente e futuro, mais deslocamentos de dados, revelam os “distúrbio(s) de direção” identitários (Bhabha, 1998:19).

4. LUSOFONIA E CONSTRUTOS IDENTITÁRIOS

Chegamos ao momento do estudo de ilustrar marcas linguísticas que possam referendar os conceitos de territorialidade, geograficidade e historialidade medidos a partir da lente de lusófonos brasileiros diante de discursos também lusófonos, um do território Açores e outro do território Brasil.

Como já foi vislumbrado anteriormente, o critério de levantamento dos exemplos se baseiam nas categorias de estranhamento e de reconhecimento. A ideia de estranhamento que se adota parte da competência comunicativa do brasileiro em relação a determinados usos lusófonos não usados em seu território⁷²⁷; estranhamentos que batem na questão do aceitável e não aceitável do processo comunicativo, de usos a que não se está acostumado no dia a dia. E o critério de reconhecimento está nas marcas que determinam o sentido de pertença a um lugar. É pela égide de pertencimento que estranhamento e reconhecimento são organizados. E é pelo sentido de pertença que poder-se-ia vislumbrar a historicidade e a historialidade de usos linguísticos, que, por sua vez, podem revelar a construção cultural de uma comunidade. Sendo assim, o estranhamento atinge à lusofonia açoriana e o reconhecimento, o discurso brasileiro.

Se observarmos o subtítulo, lusofonia e construtos identitários, reafirma-se uma posição teórica da relação entre língua(gem) e sujeito (Austin, 1976), ou seja, a língua(gem) não é uma linha paralela ao sujeito, ou seja, um instrumento de comunicação do sujeito, é a própria constituição do sujeito comunicante. E sob essa perspectiva, estudar a língua é construir sujeitos, habitantes de um tempo e de um espaço, habitantes de suas histórias e seus territórios.

4. 1. RECONHECIMENTO

O discurso de Moacyr Scliar nos propicia o reconhecimento de brasilidade em marcas que vão desvelar tal atributo, reconhecido até pelo senso comum, – intensidade –; intensidade que se alia a informalidade, que por sua vez se apropria dessa intensidade.

727 As autoras tomaram o lugar do representante do falante brasileiro em sua competência comunicativa. Para esclarecimento, as autoras são habitantes da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O uso de diminutivos é geralmente utilizado para indicar uma certa proximidade, intimidade ou afeto aos elementos nominalizados que sofrem tal determinação: “caminhão *Mercedinho*”; “Gosto mais da noite: é *fresquinha*, nesta época”. Em ambos os exemplos, reconhece-se a brasilidade: primeiro, por meio da intimidade e importância que brasileiros dão a carros; e, segundo, pelo diminutivo que é empregado no sentido de conforto/prazer em relação ao clima.

Geralmente, no português do Brasil, o diminutivo é usado profusamente com o sufixo -inho/a. Além do jogo afetivo, o diminutivo pode ser empregado em sentido pejorativo, indicando desprezo, desqualificação ou rebaixamento, como por exemplo “mulherzinha” que quer dizer mulher desqualificada. Mas mesmo assim, sempre a emoção está presente, talvez uma forma presa que alia ao radical o caráter emocional a que o falante se pretende.

Nesse jogo do uso do grau, o afetivo também se instala no aumentativo, já que enaltece e aumenta o valor do que é nomeado. Por exemplo, “um *amigão*” quer dizer um amigo muito próximo ou muito confiável; o que se aumenta é a proximidade a essa pessoa e não o tamanho físico da pessoa indicada como amigo. O aumentativo na língua portuguesa brasileira é muito usado pela derivação com sufixo -ão/ona, tal como “meninona” como forma de engrandecer a menina a qual se refere, é uma menina especial.

Como estamos tratando de usos, e usos linguísticos se manifestam em territórios com suas histórias, contadas e recontadas pelo conto popular, pela mídia etc., não se pode esquecer que muitas combinações lexicais resultam de condicionamentos às histórias que nos rodeiam e que constroem símbolos culturais. O uso do sufixo – aço, no trecho – “Um fazendeiro muito rico. Mataram com quinze *balaços*” –, “balaços” não indica necessariamente apenas o poder material da bala que mata, nem só a bala na mira certa de um superatirador. Construções nominalizadoras também são resultado das histórias em que o léxico se instala. Este “balaço” ocorreu em território brasileiro, onde a violência, mesmo que intensificada pelas notícias midiáticas, é conhecida como parte do identitário brasileiro. O uso do léxico “balaço” não justifica histórias contadas que vão construir a realidade da violência brasileira? Não seria fruto de narrativas que inventam uma tradição de violência? Não seria essa invenção da tradição um “conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (Hobsbawn e Ranger apud Hall 2000: 54)? A historicidade e a historicidade ecoam no sentimento de pertença a uma terra violenta.

Junto a sufixos diminutivos e aumentativos, outros recursos de uso afetivo ocorrem, tal como, “*Grande caminhão*”, não só um objeto do qual se é próximo, como também se faz próximo por ser de qualidade. Na calçada da rua, ou seja, no uso corriqueiro, não há como negar, por exemplo, que até o diminutivo se torna base estilística de aumentativo para alcançar mais intensidade. Exemplo: Nossa! Olha a roupa dela! Deve ter dinheiro! Está *pobrinha* de chique. Não há como negar a intensidade no construto identitário do território brasileiro.

A adjetivação também reforça esse perfilamento da intensidade brasileira, demonstrando a relação de proximidade dos brasileiros a carros: “*Simca Tufão*”, “*Gordini Teimoso*”, “*Chevrolet Pavão*”, “*Volkswagen 1962*”, “*caminhão Mercedinho*”, “*Ford 1956*”, “*Oldsmobile 1927*”, “*Volkswagen 1964*”, “*DKW*”, “*Galaxie*”, “*Aero Willys*”, “*Candango*”, “*Toyota*”. http://www.caas.org.br/web/wt032/wt_032_detail.asp?iFaq=232&iType=44 Segundo pesquisas, nomenclaturas dadas aos carros, tais como Tufão, Teimoso, Pavão, Candango etc., são apelidos populares que eram utilizados tanto pelos usuários/consumidores de carros quanto pelas próprias fábricas da época; enfim, um jogo relacional que reforça a intimidade dos brasileiros com carros, até lhes atribuindo propriedades de seres animados.

Outro exemplo da intensidade brasileira está no uso do “*bocado*”: – “É um *bocado de tempo*, não é, amigo Gedeão? Deu para aprender muita coisa. A respeito de carros, digo. Este que passou não foi um Gordini Teimoso?”. Pelo DPLP, “*bocado*” (boc- + ado) é usado nos seguintes sentidos: porção de comida que se pode meter numa vez na boca; alguma comida; parte do freio que entra na boca; pouco tempo (só o tempo de comer um bocado); pedaço; *bocado sem osso*: pechincha; coisa excelente; *bom bocado*: bom prato; espécie de bolo feito com doce de ovos. Já no *Houaiss*, há acepções compartilhadas e outras específicas: porção de alimento que

cabe na boca; bocada, biró (ex.: o cachorro saiu correndo com um b. de carne na boca); naco que se corta de uma vez com os dentes; pedaço, dentada, mordida (ex.: engasgou com um b. de queijo); aquilo que serve de alimentação; sustento (ex.: consegue o seu b. com trabalho); comida saborosa; acepipe, iguaria (ex.: o efó e o caruru são os melhores b. para os baianos; fração de uma coisa, pedaço, porção (ex.: um b. de cera); pequena quantidade de algo (ex.: não lhe dê muito doce, só um b. 4. curto período de tempo (ex.: fique um b. aqui, descansando); muito, bastante, um tanto (ex.: Hoje andamos um bocado de tempo; Perderam um bocado de dinheiro). O que se percebe é um compartilhar do sentido de porção, pedaço. No entanto, a especificidade brasileira se apropria do sentido 'parte', para lhe auferir outros semas indicadores de 'aumento', 'maior', 'densidade'. Não estaria aí um atributo de cultura da intensidade que aqui nomeamos de brasilidade? Ou seja, a capacidade de teatralizar e intensificar sentidos? Pelo senso comum ou pelo folclore turístico, dizem que estar em uma excursão brasileira é ouvir gritos, cantos, entusiasmo. Dizem até – Essa excursão só pode ser de brasileiro. Renovamos o questionamento: essa capacidade de intensificar sentidos não refletiria um atributo dos habitantes do território brasileiro?

O atributo de intensidade no uso da língua, constitutivo da identidade lusófona brasileira, também ocorre em outros léxicos: “Um cego? O que pode ter visto um cego?” Estas *bobagens*, sabe como é, amigo Gedeão; Mas como eu ia dizendo: há uns anos atrás mataram um homem a uns dois quilômetros daqui. “Bobagens” mostra o intensificador para minorar a importância da situação; a minoridade poderia resvalar pelo descaso de uma não-intensidade, no entanto o descaso pode provocar muito mais intensidade pelas relações de ironia que vão se construindo no discurso de Scliar. De qualquer forma, a intensidade está aí, inquestionável no ato lusófono brasileiro.

4. 2. ESTRANHAMENTO

No universo do estranhamento, o lusófono brasileiro reluta diante do uso de alguns léxicos no texto de Cristóvão de Aguiar. Quando se fala em estranhamento não é o sentir da 'estrangeiridade', pois continuamos na língua portuguesa que nos dá a identidade de lusófono. O estranhamento é o de não-pertencimento a um território com suas simbologias e histórias.

O verbo “tressuar” nos obriga ir ao Dicionário Houaiss para reconhecer o seu sentido mais exato, o que revela estranhamento. Mesmo que possa ter sido uma escolha lexical com enfoque na estética literária, o leitor brasileiro busca a sua relação com o verbo “suar”. Houaiss nos avisa ser um léxico do século XVII (1614), três + suar. O lusófono brasileiro acessa o sentido de “suar copiosamente” e “verter (líquido) como se fosse suor, transudar, expelir” (ex.: tressuava sangue). Já DPLP apenas indica “suar muito”. No uso cotidiano, o lusófono brasileiro não faria a ligação de “três -” com o sentido intensificador de “muito” ou “copiosamente”.

No fragmento, “está a beirar seus meses de vaidade, cachorra de raça pura, brincalhona, estreloçada, toleirona”, dois estranhamentos se processam: a expressão “a beirar” e “estrelaçada”. Embora o Dicionário Houaiss, em uma de suas definições, especifique o sentido de “beirar” como “contar aproximadamente” e “aproximar-se”, não é usual a utilização de tal vocábulo para expressão de tempo. Seu uso está para contexto de posição: “deslocar-se à beira de; ir pela margem de; costear, ladear, margear (ex.: corre a jangada, beirando os recifes); fazer limite (com), confinar (com) (ex.: a lagoa beira (com) o nosso quintal); contar aproximadamente; abeirar-se de (ex.: ela já está beirando (pel)os 30 anos); estar a ponto de atingir; aproximar-se de (ex.: isso beira o desrespeito).

No vocábulo “estrelaçada”, o primeiro estranhamento seria com o uso do ditongo “oi”. Como estudantes da linguagem, trocamos o ditongo “oi” pelo “ou”. Mas um falante nativo, não estudioso da linguagem, faria tal troca para chegar ao sentido? Continuamos a busca para esclarecer nosso estranhamento. O DPLP nos apresenta “estrelouçada” significando “barulho de louça de quebrando”. Mais estranhamento, pois estamos no radical “louça” e não “louco” que nos levaria à segurança do sentido de “tresloucada”, ou seja, àquela “cachorra de raça

pura, brincalhona, estreloçada, toleirona”. Mesmo que “estreloçada” ou “estrelouçada”, o lusófono brasileiro ficaria com “tresloucada” para chegar ao sentido de “cachorra barulhenta”.

Na questão do uso da sufixação, alguns léxicos nos chamaram atenção – casota e canzoada –: “Numa hora para outra, encher a *casota* de descendência” e “Louvada seja tanta fertilidade, só mesmo com o curso de três progenitores, todos pais legítimos (assim poderá acontecer com a canzoada)”. Houaiss não nega o léxico “casota”, mas é indicado como de uso incomum, já que o uso brasileiro é “casinha”. Em “canzoada”, Houaiss nos indica os sentidos: agrupamento ou matilha de cães; barulho de cães, canzoeira; súcia de gente ordinária, vil. E, de outro lado, DPLP esclarece: multidão de cães; gente vil; quantidade de dívidas. O contexto nos leva ao termo brasileiro “matilha” ou ao sentido “barulho de cães”. O estranhamento se processa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do reconhecimento, o lusófono brasileiro comum atinge a cultura brasileira pela intensidade e simbologias próprias. E no estranhamento, procura reconhecer seu território, como não o acha, sua identidade fica diluída, não desfeita: diluída pelo estranhamento e construída pelo saber do sistema lusófono. O que salientamos é que o critério de reconhecimento e de estranhamento, na questão de identidade e cultura nacional, é balizado pela pertença a um território, mas sem dúvida há o reconhecimento da lusofonia, ou seja, sua transnacionalidade. A questão da rearticulação signica é mais complexa, não se restringindo apenas à adaptação fonética e ao recurso de marketing. Segundo Bhabha (1998:240), cultura “é a marca do espaço conflituoso mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social”. Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada para uma visão da cultura como “produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social” (ibidem).

Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. (...) O discurso natural(izado), unificador, da “nação”, dos “povos” ou da tradução “popular” autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição (Bhabha 1998: 241).

Se entendermos reconhecimento pela *phoné*, a lusofonia habitaria o universo transnacional, o que não significa atingir apenas ao nacional do Brasil e dos Açores. Derrida (1999) talvez nos explique o fenômeno transacional da lusofonia pela propriedade bustrofédica da linguagem. Ou seja, a linguagem é como o arado do boi sulcando a terra linguagem. Seu movimento é de vaivém sem interrupção, da esquerda para direita, da direita para a esquerda. E a cada passagem do arado, novas terras são coladas, mas as antigas não são eliminadas; volta e meia os usos trazem à tona formas reutilizadas. É a ecologia da linguagem:

Trata-se da *escritura por sulcos*. O sulco é a linha, tal como a traça o lavrador: a rota – *via rupta* – cortada pela relha do arado. O sulco da agricultura, também o recordamos, abre a natureza à cultura. E sabe-se também que a escritura nasce com a agricultura, que não se dá sem a sedentarização (...). Ora, como procede o lavrador? Economicamente. Chegando ao fim do sulco, ele não volta ao ponto de partida. Dá meia volta ao arado e ao boi. Depois, parte novamente, em sentido inverso. Poupança de tempo. De espaço e de energia. Melhoria do rendimento e diminuição do tempo de trabalho. A escritura *de volta de boi* – *bustrofédon* - (Derrida, 1999: 351-352).

A linguagem, então, pode ser configurada como um movimento que sulca seu terreno (re) semeando seus produtos de significação e que vai deixando resíduos, pois seu caminhar é econômico e seu movimento ininterrupto. Sulcos pressupõem marcas e traços e ecologia tem por quesito fundamental o reaproveitamento.

E na ecologia da linguagem que a unidade lusófona se processa, cujos reconhecimentos e estranhamentos são da ordem da territorialização. Diferenças territoriais que nos dão especificidades identitárias, identificações necessárias para o construto identitário de uma cultura nacional. No entanto o sentido de pertença a falantes lusófonos continua. É a riqueza ecológica da língua portuguesa que nos habita.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Cristóvão de. (2008) *Cães Letrados*. Portugal: Calendário.
- Bhabha, Homi. (1998) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Derrida, J. (2002) *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora UNESP.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). (2008). Disponível em: [http:// www.priberam.pt/DLPO/](http://www.priberam.pt/DLPO/)
- _____. (1999) *Gramatologia*. 2ª. ed. São Paulo, Editora Perspectiva.
- Haesbaert, R. (2006) O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. São Paulo: Bertrand Brasil.
- Hall, Stuart. (2000) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Houaiss, A. (2009) *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Scliar, Moacyr. (1984) “Cego e amigo Gedeão à beira da estrada” In: *Para gostar de ler - Contos*. Volume. 9, São Paulo: Ática, p. 26-30.
- Vattimo G. (s/d) O fim da modernidade – niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Rio de Janeiro: Presença.

95) GABRIELA CASTRO

MARIA GABRIELA COUTO TEVES DE AZEVEDO E CASTRO é doutorada em Filosofia Contemporânea, especialidade de Estética e Teorias da Arte, pela Universidade dos Açores, com a dissertação intitulada *A imaginação em Paul Ricoeur*, filósofo que estuda desde 1988 e que foi também tema das suas provas de APCC, em 1991, com um trabalho subordinado ao tema *Os símbolos do trágico em Paul Ricoeur*. É diretora do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores e docente na mesma universidade onde tem lecionado diversas disciplinas tais como: História da Antiguidade, Estética e Teorias da Arte, Hermenêutica Filosófica, Filosofia da Linguagem, Ética, Ontologia e Filosofia do Espaço. É autora de um livro intitulado *Imaginação em Paul Ricoeur*, possuindo vários artigos em diversas revistas e obras conjuntas.

PELOS CAMINHOS DA FILOSOFIA EM BUSCA DA AÇORIANIDADE, GABRIELA CASTRO 728, DHFCS, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

“Açorianidade ou açorianidades” é o tema que desde há três anos nos tem provocado a reflexão. Após diversa investigação e estudos pelas nove ilhas do arquipélago defendemos que a açorianidade, apesar de ser comum a todos os açorianos, não deixa de conter, simultaneamente, a identidade e a diferença que os une. Assim não poderemos falar de uma açorianidade mas de açorianidades, una e múltipla, capaz de integrar a ipseidade e a mesmidade do ser-se açoriano.

Pensar a Açorianidade, pela via da Estética Filosófica, foi tarefa que de há três anos a esta parte nos propusemos como projeto de investigação apoiado pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia, do Governo dos Açores, e que metaforicamente denominámos REMA.

REMA, acrónimo de *Reflexão Estética sobre a Mundividência da Açorianidade*, levou-nos às nove ilhas do arquipélago onde pudemos olhar, sentir e vivenciar o modo como a açorianidade é, em nosso entender, uma presença subjetiva numa ausência de objetividade.

Certamente que perguntar pela Açorianidade é tarefa profícua para se apreender o desvelar de um modo de ser açoriano que não sendo regional não deixa de ser o testemunho da nossa regionalidade. Somos açorianos sim, porém, iguais e diferentes nesse mesmo modo de o sermos. Cada ilha, cada cidade, cada freguesia, cada aldeia dos Açores se sente irmã e rival de todas as outras. Aquilo que o sentimento, a afetividade ou a emoção a todos une, rivaliza, de acordo com os mesmos pressupostos, com tudo aquilo que aos mesmos diferencia.

“Pelos Caminhos da Filosofia em busca da Açorianidade” é assim o nosso tema assente numa inteligibilidade estética, porque subjetiva e onde o belo se revela uma *finalidade sem fim*, em sentido kantiano. Arriscando uma interpretação diretamente influenciada pela pequena dialética hegeliana, presente na *Teoria do Ser*, vislumbramos a açorianidade, como algo de comum a todos os açorianos, reconhecendo a simultaneidade da identidade e da diferença que, de um modo muito peculiar, lhes dá a essência daquilo que são.

Costumamos aconselhar, em tom jocoso, para quem nos não conhece: cautela com os açorianos, são pessoas ordeiras, cordiais e aparentemente pacatas, porém nunca nos podemos esquecer que vivem voluntariamente em cima de vulcões, conscientes da realidade física que os mesmos podem, a qualquer momento, entrar em ebulição, mas crentes, com enorme fé, de que aqui vivem «à conta de Deus!». Esta realidade natural que nos cerca de certo modo moldou o nosso modo de ser: calmos, cordatas, sinceros, porém, sempre que necessário assumindo-nos e defendendo os nossos interesses mesmo que para tal seja necessário entrar em ebulição colérica, qual magma que pelas frestas das nossas paisagens paradisíacas, a qualquer momento, poderá brotar. Esta é a realidade que nos une. As diferenças nos hábitos, nos falares ou nos costumes são meros acidentes de um povo que sabe que o mar não é uma barreira que separa mas uma via que une, não é um obstáculo que ruge ao nosso ouvido nas noites de inverno, mas uma estrada onde os ecos dos cagarros ecoam nas lindas noites de agosto à luz de um luar, que só nos Açores desenha figuras dantescas nas escarpas rochosas das ilhas ou nas imponentes encostas do Pico. É preciso estar lá, ver e sentir para se compreender.

Ora, a compreensão não é de modo algum uma explicação como muito bem viu Dilthey. Para este filósofo, integrado no contexto cultural alemão dos finais do século XIX, onde o triunfo do positivismo e a exaltação da ciência dominavam, a interpretação deveria ultrapassar a própria explicação e entrar no domínio da compreensão. O movimento científico tem um campo bem definido: a natureza, o fenómeno, onde a explicação é o mecanismo de inteligibilidade do processo natural, isto é, dos fenómenos exteriores alheios à subjetividade humana e inseridos numa teia de relações causais espaço-temporais. Porém, a vida não pode ser estudada do mesmo modo que a passagem de uma corrente elétrica, pelo que Dilthey chama a atenção para a necessidade de um modelo de estudo interpretativo diferente para as ciências do espírito. Esse modelo seria a compreensão, na medida em que somente ela extravasa os limites da experiência individual e ao mesmo tempo dá, a essa experiência, o carácter de conhecimento da vida⁷²⁹. Compreender implica muito mais do que explicar, envolve o homem todo nas diferentes dimensões do seu ser.

Neste contexto, e do interior da nossa herança filosófica, entendemos o homem como um “animal racional” ou “um ser pensante”. No primeiro exemplo estamos no universo de raiz aristotélica e, no segundo, no universo cartesiano. Neste, falamos apenas de um *cogito* desencarnado, onde o pensar é medida e regra de certeza⁷³⁰ que se impõe, não por verificação ou por dedução, mas como posição de uma existência. Existir é, para Descartes, pensar. Na segunda das suas *Meditações sobre a filosofia primeira*⁷³¹ a expressão “Eu sou, eu existo” é uma verdade cuja autopoção é reflexão. Fichte designava, esta verdade clara e distinta para a consciência imediata,

729 “Ricoeur adota a concepção de hermenêutica de Dilthey, como interpretação de ‘expressões de vida fixadas linguisticamente’; simultaneamente, a sua preocupação com o aspeto existencial da atividade intelectual (...) afasta-o de qualquer reconstrução psicológica do sentido intelectual do autor, levando-o a considerar o conteúdo de um texto como ‘abertura’ da existência possível. A dualidade aqui evidenciada garante uma reformulação muito interessante, ou melhor, a substituição, da dicotomia *verstehen-erklären* por uma síntese dos momentos objetivo e existencial da interpretação”. cf. BLEICHER Josef, *Hermenêutica contemporânea*, tradução de Maria Georgina Segurado, Edições 70, Lisboa, 1992, o original é de 1980, pp., da tradução, 317-318. Nesta obra o autor dedica à hermenêutica de Ricoeur o Capítulo 11, pp. 301-326.

730 SUMARES, Manuel, Para além da necessidade, o sujeito e a cultura na filosofia de Paul Ricoeur, Ed. Eros, Braga, 1987, p. 163.

731 DESCARTES - *Meditações sobre a filosofia primeira*, Introdução, Tradução e Notas pelo Prof. Gustavo de Fraga, Livraria Almedina, Coimbra, 1985, de p. 117 a 133.

de Juízo tético⁷³², ou ato fundante do eu, na medida em que é um juízo que implica uma posição existencial concreta, real, efetiva como *res cogitans*.

A inteligibilidade do Eu cartesiano como consciência pensante, traduzida na expressão «*cogito, ergo sum*», mostra que a relação própria entre o pensar e o existir é uma relação lógica intuída racionalmente — *penso, logo existo*. É uma evidência imediata do tipo "se juntarmos partes iguais a outras partes iguais, os todos serão iguais" ou a demonstração fácil de "que os três ângulos internos de um triângulo são iguais a dois retos"⁷³³. Por esta razão a posição do "Si", ou seja, a relação entre o *cogito* e o existir do eu, é uma verdade que se impõe, pela clareza imediata da sua evidência noética.

O dualismo cartesiano, dividindo o homem em *res cogitans* e *res extensa*, instituiu um modo de entender o homem como que quebrado, partido, pois alma ou pensamento e corpo ou extensão são duas linhas heterogêneas de inteligibilidade do ser humano. Daqui a célebre ironia de Jean-Jacques Rousseau "A filosofia de Descartes cortou a garganta da poesia"⁷³⁴.

Esta consciencialização cartesiana de um Eu como pensante e existente, justificativa da reflexão como posição da instantaneidade da consciência na percepção de si própria e dos seus atos é a raiz da fenomenologia transcendental que guarda toda uma relação de intimidade com Kant e Hegel e que encontra o seu expoente máximo em Husserl⁷³⁵. Nesta filosofia o seu centro é o sujeito pensante e o seu desenvolvimento integra conceitos herdados do idealismo como *egologia, intencionalidade e estruturas da consciência*.

Na História da Filosofia, para além da fenomenologia transcendental existe ainda um outro desenvolvimento da fenomenologia do filósofo de Friburgo⁷³⁶. Numa evolução histórica natural, os métodos de Husserl começaram a ser aplicados às condições concretas da existência, o que fez surgir uma fenomenologia de cariz existencialista. Citando somente dois dos mais ilustres representantes deste tipo de fenomenologia apontamos Gabriel Marcel e Merleau-Ponty. Em Gabriel Marcel firma-se a preocupação com os problemas do corpo, através do seu conceito de *existência encarnada*, e em Merleau-Ponty alicerça-se o conceito de *corpo-vivido*. Aparecem então, nesta corrente fenomenológica, uma quantidade de conceitos tradutores de uma preocupação com as condições reais da vida humana, como: o corpo, a intersubjetividade, ou a liberdade humana.

Em abono da verdade devemos, no entanto, ressaltar que ambas as fenomenologias mantêm ênfases comuns. São versões diferentes da mesma fenomenologia. Além do destaque da experiência concreta do sujeito, as duas versões possuem uma epistemologia muito ligada a uma filosofia da percepção e que Ricoeur ultrapassa, pelo

732 cf. RICOEUR, Paul, *Du texte à l'action: essais d'herméneutique, II*, Ed. du Seuil, Paris, 1986, traduzido para português com o título *Do texto à ação, ensaios de hermenêutica, II*, Rés. Ed., Porto, 1989, pp. 161-182, tradução portuguesa, pp. 163 -183 e *Interpretation theory: discourse and the surplus of meaning*, Texas Christian Univ. Press, Texas, 1976, traduzido para português com o título de *Teoria da interpretação*, Edições 70, Lisboa, 1987, pp. 83-99. A primeira obra será citada a partir desta nota pela sigla TA, a última pela sigla TI.

733 DESCARTES, René, *Os princípios da filosofia*, trad. de Pedro Miguel Valadares, Texto Editora, Lisboa, 1995, § 13, p. 30.

734 Citado por Richard Kearney, *The Wake of Imagination*, Routledge, London, 1994, pp. 162, citando B. Willey, *Seventeenth Century Background*, Pelican, London, 1972, pp. 85. De acordo com Richard Kearney esta posição de Descartes face à imaginação é partilhada por filósofos do século XVII como Leibniz, Espinosa e Malebranche. "No seu ensaio intitulado *On the Improvement of Understanding*, publicado pela Dover Books, em 1955, p. 19, Espinosa declara que "as ideias imaginárias são sempre inferiores às 'ideias da razão' na medida em que só dizem respeito à mera possibilidade (logicamente contingente) de entidades, e não à sua 'necessidade' (logicamente certa). E uma vez que a imaginação é incapaz de distinguir entre coisas existentes e não existentes conduz a mente para a contradição e afasta-a da 'verdade eterna'". Espinosa conclui que a "imaginação é incompatível com a liberdade: pois a liberdade só pode ser alcançada quando a mente se liberta de toda e qualquer ilusão de tempo, passado, presente ou futuro e descobre que o ser existe, necessariamente, com a lógica da Razão". Curiosamente, refere Kearney, foi precisamente esta conexão entre imaginação e temporalidade que forneceu a Kant uma das principais razões para celebrar a imaginação como a origem do conhecimento. Também Leibniz partilha com Descartes esta displicência face à imaginação: "porque o *cogito* é a fonte independente do juízo não há necessidade de representarmos a verdade através da mediação de imagens". Até mesmo as teorias intelectualistas sobre a estética de Wolff e de Baumgarten, já no século XVIII, relegaram o potencial criador da imaginação. É, na verdade, Kant, que interligando entendimento e sensibilidade no campo comum da imaginação retoma esta faculdade como faculdade transcendental do espírito imprescindível na dimensão teórica e artística do homem.

735 As críticas que Ricoeur coloca a Husserl foram apontadas, porque são desenvolvidas, num artigo de Ted Klein intitulado "Ricoeur and Husserl", in *The Iliff Review*, The Iliff School of Theology, Denver, 1978, pp. 27-36.

736 Husserl nasceu em Prossnitz, na Morávia, em 1859, mas faleceu em Friburgo, na Alemanha, em 26 de Abril de 1938. Esta última cidade, que conheceu o filósofo em vida, reconhece-o como seu filho, identificando-se, muitas vezes, Husserl como o "Filósofo de Friburgo".

acesso a uma *experiência integral do cogito* resultante do estudo para uma *Fenomenologia da Vontade*⁷³⁷, bem como do enxerto de uma hermenêutica no campo da fenomenologia.

Se Husserl fala do regresso às próprias coisas e Merleau-Ponty mantém a primazia da percepção, escrevendo *La phénoménologie de la perception*, Paul Ricoeur, na sua análise sobre o domínio da razão prática, abandona esta interpretação de Husserl⁷³⁸, tomando a vida prática da consciência tal como ela se dá e aplicando-lhe diretamente o método de análise intencional, sem o desvio pela percepção e pelos atos objetivantes em geral⁷³⁹. Ricoeur aceita que a evidência do *eu existo, eu sou, eu penso*, seja passível de uma apreensão imediata que a torna indubitável. Todavia, reconhece que essa apreensão não é uma ideia, mas uma apercepção, o que transforma a evidência cartesiana numa verdade tão vazia e abstrata quão invencível. *Eu sou, eu penso*, é uma verdade que fica situada no deserto de uma ausência do próprio sujeito, numa ausência do próprio eu que se revela como *substância pensante* cuja essência é apenas e só, o próprio pensar. É necessário mais. É preciso revisitar o *cogito* e completá-lo através de uma *experiência integral do pensar*. Esta é uma terminologia explicitante de que o objeto de análise não é um eu fechado na circularidade de si próprio, mas um eu-corpo-aberto-ao-mundo, isto é, um eu encarnado, que se atualiza no mundo mediante o corpo como seu instrumento ou órgão. Aqui a consciência é integrada no corpo e este naquela, não se entendendo mais uma dualidade substancial, em que corpo e consciência são realidades distintas, que se excluem, mas uma homogeneidade corpo-consciência, que passa pela inteção do corpo e da consciência como dois universos de discurso relacionados entre si e integrados pela dinâmica da interpretação.

Assim, o estudo das relações culturais próprias de um *corpo-consciência-interpretante* deverá passar de uma objetividade, no sentido do estudo intelectual das estruturas ou, no dizer de Gabriel Marcel, do *problème*⁷⁴⁰, à existência, ou seguindo ainda a terminologia do pensador existencialista, ao *mystère*⁷⁴¹. Este eu existente integra a sua relação com o corpo e com o mundo, pois "a existência do mundo, que prolonga aquela do meu corpo como seu horizonte"⁷⁴², é parte integrante do *cogito* sob pena de se lhe infligir uma "grave lesão", na medida em que este, ao perder a existência do mundo, perde a existência do corpo e finalmente a do eu, na formulação "Eu sou". Esta posição, apesar de enraizada na tradição cartesiana do *Ego cogito, ergo sum*, afasta-se da sua herança e acolhe a corrente reflexiva da filosofia europeia contemporânea de Paul Ricoeur.

Paul Ricoeur aparece, na História da Filosofia, como um fenomenólogo diferente. Crítico por excelência das supracitadas duas versões da fenomenologia, procura construir um terceiro caminho, ou uma terceira via, a de uma fenomenologia hermenêutica, mudando o eixo da percepção para a linguística, desenvolvendo estudos no campo da hermenêutica, da metáfora e da narrativa. Na hermenêutica inaugura um novo círculo hermenêutico com base no crer e no compreender, na metáfora desenvolve a inteligibilidade de uma inovação semântica e na narrativa a identidade narrativa, qual transfiguração que se abre à autocompreensão do sujeito cultural, fazendo-nos descobrir o que somos.

Este é, em linhas muito gerais, o resultado da atualização de uma tradição que encontra as suas raízes em Descartes, Kant, Husserl e Jean Nabert. Seguindo esta tradição, porém, profundamente marcado pelo

737 "La tâche d'une description du volontaire et de l'involontaire est en effect d'accéder à une *expérience intégrale* du Cogito", in RICOEUR, PAUL, *Philosophie de la volonté: I Le volontaire et l'involontaire*, Aubier, Paris, 1950, 1988, p. 12. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla VI.

738 Para Husserl, as vivências da vida afetiva e da vida ativa possuem um caráter de "fundadas" sobre as vivências "fundadoras" de ordem simples, as representações, isto é, sobre um ato objetivante cujo primado "depende (...) de um preconceito logicista que não verifica a reflexão direta sobre a vida prática" in RICOEUR, Paul, *A l'école de la phénoménologie*, J. Vrin, Paris, 1987, pp. 124. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla EPh.

739 Cf., EPh p. 115 (60).

740 Para Gabriel Marcel, "há problema e há mistério. Os problemas são para ser resolvidos, os mistérios para ser respeitados", cf. FRANCO, Sérgio de Gouvêa, *Hermenêutica e psicanálise na obra de Paul Ricoeur*, coleção Filosofia, Loyola, S. Paulo, 1995, p. 34.

741 Gabriel Marcel mantém na sua obra uma profunda reverência ao *mistério* da vida e Ricoeur aprende com o seu mestre a rejeitar os reducionismos que pretendem explicar integralmente o homem e a cultura. Ouçamos Marcel: "A esta altura devemos fazer um ataque direto a certos tipos de formulações gerais do tipo «isto é somente isso...», ou isto não passa disto», ou coisas do género. Cada reducionismo depreciatório desta natureza está baseado no ressentimento, ou seja, numa paixão que tem por base um violento ataque direto contra toda a integridade do real". Cf. MARCEL, Gabriel - *Man Against Mass Society*. Trad. G. S. Fraser, Regnery, Chicago, 1964, pp. 156.

742 VI, p. 20.

existencialismo de Jaspers, Kierkegaard e Gabriel Marcel, Ricoeur procura o *ser do eu*, pela recuperação dos atos fundantes da subjetividade⁷⁴³

Assim, pelo cruzamento de dois métodos diferentes, o fenomenológico e o existencial, a inteligibilidade do homem altera-se. O homem é, de acordo com a fenomenologia existencial⁷⁴⁴ ricoeuriana, uma totalidade existencial. Um *cogito encarnado* onde corpo e espírito se metamorfoseiam num mundo-vivido.

No contexto deste nosso estudo, esse mundo-vivido encontra a sua expressão estética no termo Açorianidade. O que é a Açorianidade? De onde brota essa razão ou esse sentimento que de um modo impertinente nos desassossega, porque nos questiona? Afinal, o que é ser-se açoriano? Será nascer nos Açores? Será viver nos Açores? Ou será como dizia alguém, com alma de poeta " para se ser açoriano é preciso aqui nascer, ou então viver a vida para saber aqui morrer". Todos entendemos esta afirmação. Todos simpatizamos com esse sentimento que nos une, que nos aproxima, quando afastados nos encontramos, e que nos afasta, quando juntos estamos.

EXISTIRÁ UMA AÇORIANIDADE, OU AÇORIANIDADES?

Pelas nossas palavras iniciais certamente que defendemos não uma Açorianidade, mas Açorianidades. Esta é a nossa realidade una e múltipla, capaz de integrar a *ipseidade* e a *mesmidade* do ser-se açoriano.

Após o apontamento de algumas pistas que desenvolvidas poderão ajudar a fundamentar as nossas afirmações iniciais passemos à anotação das linhas de inteligibilidade da *ipseidade* e da *mesmidade*. Para o fazermos termos de passar pela hermenêutica, como *compreensão de Si*⁷⁴⁵. E aqui, voltamos a encontrar-nos com Paul Ricoeur que trocando o *ego*, senhor de si mesmo, pelo Si (soi)⁷⁴⁶, discípulo da narrativa, justifica que a autocompreensão se alcança pela compreensão do outro.

Ao incorporar a compreensão do outro no seu "corpo próprio", o intérprete aumenta a própria compreensão de Si (soi), o que justifica que "toda a hermenêutica é (...) explicitamente, compreensão do outro"⁷⁴⁷, ideia que o filósofo retoma, na sua obra de 1990, *Soi-même comme un autre*, ao entender a *mesmidade* como o caminho para a *ipseidade*⁷⁴⁸. Nesta dialética, a identidade biológica do mesmo diferencia-se da identidade móvel, porque temporal, do Si (soi), justificativa da hermenêutica como a mediação interminável da autocompreensão.

Apliquemos estes conceitos às nossas questões. Arriscamos afirmar que Ser-se açoriano implica uma *mesmidade* em dialética com a *ipseidade*. Ou seja, a permanência dos predicados próprios do ser-se açoriano, noção de *mesmo*, são atributos próprios da experiência de identidade como vivência do tempo, noção de *ipse*. Deste modo, é na dialética entre *ipseidade* e *mesmidade* que a verdadeira natureza do ser - açoriano se desvela através da interpretação do texto, aqui entendido como toda e qualquer obra, representação, instituição, monumento ou ação que de algum modo esteja relacionado com a realidade ilhoa.

743 Não devemos confundir ato fundante da subjetividade com fundamentação transcendental do conhecimento objetivo.

744 Ricoeur utiliza esta expressão, em "From the Existentialism to the Philosophy of Language", in *Philosophy Today*, 17, 1973, p. 89, para caracterizar os seus estudos da época de cinquenta, perfeitamente integrados no movimento do pós-guerra denominado de «fenomenologia existencial». Michel Renaud, em "Fenomenologia e hermenêutica, o projeto filosófico de Paul Ricoeur", [in *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XLI-4-1985, Faculdade de Filosofia de Braga, 1985, p. 415], utiliza esta mesma expressão para caracterizar a metodologia utilizada por Ricoeur em VI. Esta mesma expressão é ainda utilizada por Manuel Maceiras, no seu artigo "Paul Ricoeur: uma Ontologia Militante" in CALVO, Martínez Tomás e ÁVILA, Crespo Remédios, p. 46 e 56.

745 No longo percurso de Ricoeur pela fenomenologia de Husserl e na sua filiação na filosofia reflexiva de Jean Nabert encontram-se as raízes do rumo que tomou a sua investigação filosófica, sobre a hermenêutica como compreensão de Si (soi)

746 O Si está intimamente relacionado com a identidade narrativa que Ricoeur abordará de modo aprofundado nas suas últimas obras: a trilogia *Temps et récit I, II, III, 1983, 1984 e 1985 respetivamente* e *Soi-même comme un autre* de 1990.

747 "Tout herméneutique est (...) explicitement compréhension de l'autre", in RICOEUR, Paul, *Le conflit des interprétations, essais d'herméneutique I*, Ed. du Seuil, Paris, 1969, p. 20 e cf. *Idem*, p. 8. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla CI.

748 RICOEUR, PAUL, *Soi-même comme un autre*, Ed. du Seuil, Paris, 1990, p. 167-166, traduzido para português com o título *O si-mesmo como um outro*, Papirus Editora, Campinas, 1991, p. 167-180. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla Sma.

A interpretação é assim "o esforço para apreender o *Ego* do *Ego Cogito* no espelho dos seus objetos, das suas obras e finalmente dos seus atos"⁷⁴⁹, ou seja, a primeira posição tética da subjetividade precisa de ser mediatizada em termos hegelianos e gadamerianos, isto é, realizada e apreendida interpretativamente⁷⁵⁰ nas e pelas expressões práticas capazes de a objetivarem. Para que o *Cogito* se possa preencher pelas obras que encarnam o seu esforço para ser⁷⁵¹, a reflexão tem de ser um trabalho de interpretação, isto é, uma hermenêutica. Ouçamos Ricoeur: "a reflexão deve transformar-se em interpretação porque não posso apreender o ato de existir, a não ser nos sinais dispersos no mundo"⁷⁵². Este mundo é o mundo da cultura, pelo que a reflexão, deve incluir as pressuposições, os métodos e os resultados de todas as ciências explicativas e interpretativas dos sinais existentes nesse mundo.

O sujeito que interroga deve ser considerado como pertencente à realidade sobre a qual interroga, pois só deste modo, isto é, pertencendo previamente a um mundo, é que podemos interrogarmo-nos sobre o seu sentido. O pressuposto heideggeriano de ser-no-mundo ganha toda a sua inteligibilidade como precedente da reflexão, pois "na verdade, o intérprete nunca conseguirá aproximar-se do que diz o seu texto, se não estiver já posicionado na sua atmosfera de sentido"⁷⁵³. Por esta razão, o compreender ganha uma significação ontológica, na medida em que pertence ao *Dasein*, como imaginação⁷⁵⁴. Esta pertença ontológica Eu-mundo é anterior e prévia à constituição do eu como sujeito face a um mundo de objetos. Esta pertença, anterior à constituição do eu como sujeito, torna possível um segundo movimento: a possibilidade de estabelecer uma distância, entre o eu e os atos nos quais esse mesmo sujeito se objetiva, por isso, a pertença só pode ser perspectivada pela exigência dialética da distanciação crítica⁷⁵⁵, única capaz de possibilitar a captação do sentido da existência, através da interpretação dos sinais e dos símbolos que a preenchem.

Terminamos questionando-nos: quais os sinais e os símbolos da açorianidade? Que mundo é esse que assim se desvela em frente do nosso olhar e que de um modo assertivo se implanta nas nossas vivências teóricas, práticas e afetivas?

Esses sinais estão presentes no nosso património natural e cultural. Há que interpretá-los e aos símbolos, nos quais o açoriano se objetiva. Somente através da interpretação desses sinais e desses símbolos se abrirá o possível acesso aos atos fundantes do que somos e se constituirá o aumento da nossa consciência⁷⁵⁶ coletiva.
Ponta Delgada, 31 de agosto de 2009

96) HELENA ANACLETO-MATIAS

749 cf. RICOEUR, Paul, *De l'interprétation, essai sur Freud*, Ed. du Seuil, Paris, 1965, p. 5 ou *CI*, p. 322. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *leF*.

750 cf. *TA*, p. 49, tradução portuguesa, p. 59..

751 cf. RENAUD, Michel, o .c., p. 425.

752 *leF*, p. 54 ou *CI*, p. 325.

753 RICOEUR, Paul, *Philosophie de la volonté: II Finitude et culpabilité: 2. La symbolique du mal*, Aubier, 1960, 1988, p. 327 e *CI*, p. 294.

754 Foi em Richard Kearney, *The Wake of imagination*, Routledge, London, 1988, que vimos, e rejubilamos, a identidade do *Dasein* com a imaginação. Citamos a passagem a que nos referimos: "The fundamental ontology of *Dasein*, developed in *Being and Time*, is presented as an uncompromising effort to plumb the depths of this abyss [of metaphysics]. But Heidegger was of the conviction that the conversion from a transcendental to an existential perspective required a change of terminology. And this is why he replaced the term 'imagination' - which he deemed excessively charged with metaphysical connotations - with the more neutral term *Dasein*. This latter concept embodies the temporalizing activity of imagination while avoiding the idealist and romantic characteristics attached to this term by Kant and his successors", pp. 223.

755 Este conceito hermenêutico é, em relação ao de pertença, o que, na fenomenologia husserliana é a *époqué* em relação ao vivido. A *distanciação hermenêutica* implica que o sujeito só pode apropriar-se do sentido, porque este supõe uma "mise à distance" (*époqué*) da pertença (*Lebenswelt*).

De acordo com Manuel Maceiras esta noção de *distância* é a noção que possibilita o afastamento de Ricoeur de Heidegger. cf. o.c., p. 50.
756 *SM*, p. 331.

HELENA ANACLETO-MATIAS, hanacleto@iscap.ipp.pt Licenciada (1988) e Mestre (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Helena Anacleto-Matias completou duas pós-graduações: uma como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), enquanto bolsista do Parlamento Europeu, e outra em Estudos Norte-Americanos (Smith College, EUA, 1990), com uma bolsa Fulbright. Publicou artigos em Portugal nas áreas da Linguística, Estudos Interculturais, Literatura, Tradução e Interpretação e, como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura (2002), Santiago (2003), Bruxelas (2006), Chipre (2007) e Valência (2008).

Em maio de 2009, deslocou-se à Universidade Nicolau Copérnico de Toruń, na Polónia, como professora convidada no âmbito do programa de mobilidade de docentes *Erasmus*. O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer, desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP, Viseu, 2001).

Ensinou Língua Portuguesa como Língua Estrangeira no Porto (1992/93) e na Bélgica (2006/2007). É a oitava vez que participa com comunicações nos congressos ligados à Lusofonia e (desde 1993) é docente do Instituto Politécnico do Porto na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Depois de ter publicado o seu primeiro livro “Emma Lazarus – Vida e Obra” em 2008, concluiu em junho 2009 a parte curricular do curso de Doutoramento em Estudos Anglo-Americanos, vertente Tradução, na Fac. de Letras da Universidade do Porto.

RICHARD ZIMLER E A AUTOIDENTIFICAÇÃO: O PAPEL DO TRADUTOR NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO SER, HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO POLITÉCNICO DO PORTO

A definição do ser baseia-se na memória da herança das gerações passadas. Quando se fala de herança cultural de um grupo étnico específico, a tradução do ser pode identificar-se com a continuação de tradições passadas, tendo em vista um futuro melhor.

A psicologia da memória coletiva no processo de autoidentificação está relacionada com a preservação de características etnológicas, sociológicas e antropológicas que apontam para as tradições do grupo.

Baseada na análise da tradução de “O Último Cabalista de Lisboa”, cujo original foi escrito por Richard Zimler que é proposta para esta abordagem, tentar-se-á sublinhar a importância dos estudos da tradução para clarificar a necessidade de autoidentificação baseada na memória e na expressão.

A metáfora da tradução enquanto porta e do tradutor como uma ponte são conceitos chave no processo de tradução. Ambos podem ser a prova do papel fundamental do tradutor. A (in)visibilidade do tradutor, enquanto autor de uma obra de arte, será focada como uma característica ilustrativa que pode ser (ou não) reveladora da autoidentificação, tanto do autor, como do tradutor enquanto autor.

Será que o tradutor é a definição da autoidentificação do autor? Será que a identificação da obra de arte é pertinente no contexto histórico literário, na era contemporânea? Será que Richard Zimler é um bom exemplo da identificação de um grupo minoritário? Será que “The Last Cabbalist of Lisbon” é um retrato de tradições étnicas convertido em prosa? Será que a reação do público leitor e dos críticos é responsável pela imagem autodefinida / autodefinidora da identificação do autor e da obra de arte?

Estes e outros aspetos relacionados serão abordados através de uma análise comparativa da tradução com o original, para ilustrar o princípio da necessidade da autoidentificação baseada na identificação do grupo.

A definição do ser baseia-se frequentemente na celebração da herança das gerações passadas. O sentido de pertencer a umas raízes arcaicas ou de pertencer à linhagem ancestral tem tanto a conotação de se ser orgulhoso do passado como de estar motivado para continuar a tradição no futuro.

Quando se pensa na herança cultural de um grupo étnico específico, neste caso concreto, no grupo de raízes judaicas no contexto Norte-Americano, a tradução do ser pode consistir na perpetuação de tradições passadas que almejam um futuro promissor. Talvez o caso especial dos judeus americanos enquanto grupo étnico não se possa representar enquanto grupo único: ninguém deve esquecer que existem os Sefarditas, os *Asquenazes*, os Ortodoxos e os reformadores; há, portanto, muitas variantes dentro do mesmo grupo étnico. No entanto, existe uma característica que tem um peso histórico em relação a todos os Judeus, que se traduz na rejeição, e mesmo na perseguição. O antisemitismo pode ter raízes antigas, com mais de 2000 anos, desde a morte de Jesus Cristo; e as perseguições podem ter nascido na Europa medieval, durante as crises da peste negra, quando os Judeus eram acusados de envenenarem os poços, já que o facto de se lavarem antes das orações mais frequentemente que os Cristãos, resultava numa taxa de mortalidade mais reduzida do que entre estes segundos.

Além disso, convém não esquecer os Autos de Fé impostos pela Inquisição, os *Programs* judeus na Rússia durante o período Czarista e o holocausto do século XX durante a II Guerra Mundial. O sentido de pertencer está diretamente relacionado com o sentido do ser.

A psicologia da memória coletiva dos judeus norte-americanos enquanto grupo está marcada pela dor, pelo luto, pela resistência e pela coragem. Ainda não se perguntou a Richard Zimler se este se identifica com o grupo étnico dos judeus americanos, mas sabe-se que a mãe do autor, Ruth, professa a religião judaica. Frequentemente a autoidentificação está relacionada com a preservação de características antropológicas, étnicas e sociológicas e das características da tradição do grupo – e neste sentido, pode-se apontar que Zimler faz reviver, ou recupera, memórias dos judeus portugueses na sua Trilogia Zarco.

Focar-se-á aqui, sobretudo, “O último cabalista de Lisboa”, já que é o primeiro da trilogia a ter sido publicado em Portugal. Defender-se-á aqui que o autor da tradução de “O último cabalista de Lisboa”, José Lima, detém uma responsabilidade fundamental na construção do sentido do ser relacionado com as raízes judaico-americanas de Zimler.

Especificamente para esta abordagem, tentar-se-á sublinhar a importância do tradutor enquanto agente artístico do texto de chegada, tentando clarificar a necessidade da autoidentificação baseada na memória e na expressão. Poder-se-á discordar, ou pelo menos não concordar completamente com Jean-Jacques Sueur quando afirma: “*Le traducteur n’a pas pour mission de se substituer à l’auteur*” (2007: 163). Esta afirmação implica que o tradutor tem uma missão – e concorda-se com tal – mas Sueur fala acerca de “substituir o autor” – preferir-se-ia, neste contexto, chamar o tradutor como “autor do texto de chegada”. Esta afirmação implica que o tradutor não se substitui ao autor, mas, pelo contrário, celebra a obra dele, ao construir a sua própria e tornando-se, ele mesmo, num outro autor. José Lima não se substitui a Richard Zimler; pelo contrário, teve a missão de criar uma obra própria, recriando na sua língua materna uma obra que é paralela no tempo e no espaço à obra original em inglês. O enredo da tradução é similar à obra de partida; obviamente que as personagens são as mesmas e o tempo e o espaço são transpostos para a tradução na versão portuguesa. O que é interessante notar é que o espaço e o argumento em si versam uma história passada em Portugal, na Lisboa dos tempos inquisitoriais – de uma certa forma, e no dizer de Lawrence Venuti (2005) a “domesticação”, ou “aclimação” no sentido de adaptação da versão de José Lima à cultura de chegada da tradução “O último cabalista de Lisboa”, já existia na sua origem, isto é, as relações espaciais entre as duas obras (a de Richard Zimler e a tradução feita para português) são coincidentes. Neste sentido, o esforço de adaptação de “The Last Cabbalist of Lisbon” por parte de José Lima ao público não teve de ser tão grande como no caso de outras traduções específicas noutros casos concretos.

Na mesma linha de pensamento e enquanto consequências destas reflexões poder-se-ia, então, afirmar que a “aclimação” proposta por Lawrence Venuti tem uma relação direta com a noção da definição do ser aqui proposta: da mesma forma que Richard Zimler adaptou a sua obra a um público judaico-americano no que toca à sua receção de público-alvo leitor por excelência, ainda que não sendo claramente exclusivo, José Lima “aclimatou” a sua tradução para conquistar um público lusófono que esteja interessado nas relações históricas entre Cristãos e Judeus, particularmente na época do massacre concretizado no Auto de Fé ocorrido no século XVI. De chamar a atenção para o facto de que o enredo, a chamada história, não é apenas um reconto factual do que aconteceu na época; é também, ainda que não talvez, sobretudo, uma história de amor entre Berequias Zarco e a sua amada e uma história de *suspense* com investigação criminal. De facto, o velho Abraão Zarco,

cabalista de Lisboa, ensina e inicia o seu sobrinho no conhecimento da Cabala e acaba sendo assassinado conjuntamente com uma jovem na sua própria casa, numa dependência em que o fecho é unicamente possível pela parte de dentro. As dúvidas e o mistério que envolvem o desaparecimento do tio levam Berequias a envolver-se amorosamente, enquanto o mundo à sua volta se desmorona com a perseguição, prisão e “purificação” dos corpos dos Judeus em vida, sendo esta uma queimada em praça pública durante um Auto de Fé coletivo na capital portuguesa.

A noção da definição do ser que aqui se propõe parte do princípio de que se reconhece a legitimidade do tradutor enquanto autor e enquanto agente proativo no processo de tradução. A ideia da proatividade do agente de tradução, vulgo tradutor, está presente na “Skopostheorie” de Hans Vermeer (2005), quando sugere que toda e qualquer tradução pressupõem uma “encomenda”. Segundo esta base teórica, o tradutor é fulcral enquanto produtor da tradução; se por um lado o texto final é importante e o público recetor é funcionalmente interessado no texto traduzido, por outro lado, se não houvesse o passo da ação traduzida, a transposição do texto da língua de partida para a língua de chegada jamais seria possível. Assim, o tradutor, agente emancipado de comunicação intercultural por excelência controla o processo tradutivo e o produto final tradutológico.

A sua ação de traduzir implica sempre, como já referido anteriormente, uma “encomenda”, isto é, no dizer do modelo de comunicação proposto por Roman Jakobson, podemos ver a noção de “encomenda” da seguinte forma: o emissor da mensagem é o autor da obra – literária ou não – e o recetor é o público leitor da obra traduzida. Durante a passagem da mensagem do emissor até ao recetor, esta é reformulada através de um código novo em que o segundo emissor é o tradutor. Esse código será a língua de chegada do público leitor e poderá ser uma das línguas passivas do tradutor.

Urge, neste momento, distinguir língua ativa de língua passiva para se compreender o que se tenta dizer acerca da “encomenda”. Em termos de produção literária, chama-se língua ativa àquela na qual nos exprimimos por escrito, ou seja, e voltando a Zimler e a José Lima, para Richard Zimler será o inglês dos Estados Unidos da América e para José Lima será o português de Portugal, independentemente de aquele falar bem português e deste falar bem inglês, já que estamos a referir a produção escrita em termos literário comunicativos. As línguas passivas são aquelas da combinação linguística a partir das quais se traduz ou se interpreta, no caso da interpretação.

Dizia-se que o tradutor tem de ser proativo na sua encomenda de tradução pois na vida real e concreta, a situação verificada é a seguinte: existe uma entidade coletiva, pessoa ou instituição que pretende ver um texto traduzido de uma língua para outra. A língua de partida é, por hipótese, desconhecida do autor da encomenda. Essa entidade, então, contrata um tradutor que passará a ser o autor da sua mensagem que é o texto traduzido. Como meio, usa o computador com o *software* implicado no processamento de texto e produz uma tradução tendo em conta o que vai traduzir, para quem vai traduzir, a razão pela qual é que vai traduzir, quando é que vai traduzir – são estas as condicionantes do como se vai traduzir. Sendo uma transação comercial, ou seja, sendo o tradutor um prestador de um serviço de tradução para o seu cliente, esse ato implica um prazo e um pagamento subsequente ou, se for o caso, pode ter sido adiantado ou não, tendo sido previamente negociado. A “encomenda” de tradução deve ter todos estes fatores condicionantes em mente, antes de o tradutor iniciar a sua tarefa. Por vezes, os dois textos são contemporâneos, se se estiver a considerar a literatura atual em fase de tradução. Mas por vezes há um desvio no tempo, ou seja, o tempo que medeia a produção escrita de uma obra literária e o da publicação da sua tradução poderá ser muito alargado. Esta situação pode acontecer no caso de autores de tempos passados, sendo assim uma tradução póstuma.

Quanto à importância do tradutor enquanto autor do seu texto de tradução, nunca é demais referir que aquele é deveras fundamental, já que o motor da tradução é o tradutor propriamente dito. Acrescentar-se-ia que, no caso de “O último cabalista de Lisboa”, o tradutor José Lima ajuda a divulgar a consciência que Richard Zimler tem acerca da sua própria identidade como alguém que tem raízes judaicas. É, portanto, uma questão de definição do ser enquanto se adota uma perspetiva de abordagem.

Ao produzir a tradução, José Lima atua na construção da voz narrativa de Berequias Zarco, o protagonista do romance e, consequentemente, participa na consciencialização da autoidentificação do autor Richard Zimler

junto do público leitor português. Passando a explicar melhor, poder-se-ia examinar a hipótese da autobiografia ser pertinente ou não. Se por um lado, existe a perspetiva que defende que toda a escrita é de alguma forma autobiográfica, por outro lado, as teorias da receção, por exemplo, concentram-se não no autor, mas na impressão que o texto traduzido tem no público leitor em termos de impacto; outros ainda preferem ver a obra *per se*, enquanto entidade independente do seu autor e de quem venha a, eventualmente, lê-la, ou não. Nesta polémica, e seguindo a ideia do tradutor enquanto autor a participar na autodefinição do autor do texto que traduziu, situar-se-ia a defesa do Tradutor também enquanto ser Autor.

Quando se assume que o papel do tradutor e, como consequência, a sua missão, é servir como ligação na cadeia da compreensão linguística, todo o exposto faz sentido. Existem múltiplas línguas e os intérpretes e os tradutores ajudam as outras pessoas a entenderem-se mutuamente. Num período Adâmico, quando apenas existia uma língua que era a do Verbo do Livro do Génesis, todos podiam comunicar entre si e a compreensão reinava entre as consciências do ser; mas após o episódio da Torre de Babel, tudo mudou.

A cobiça dos Homens e sua ambição vaidosa de chegar fisicamente ao Deus criador através da construção de uma torre alta e forte, que os levaria ao céu, transformando-os em pequenos deuses, é na visão bíblica punida por Deus. Os Homens, que trabalhavam em harmonia e que, sobretudo comunicavam compreensivelmente entre si, deixam de se entender e de ser capazes de comunicar entre si. Este mito bíblico do caos na comunicação em termos cosmogónicos teria dado, assim, origem à diversidade de línguas e, por conseguinte, também à multiculturalidade. É curioso notar nesta instância que Françoise Wuilmart observou com muita propriedade e algo jocosamente: *“la malédiction de Babel a fait notre bonheur, à nous les traducteurs, Dieu est donc notre plus ancien et notre plus grand pourvoyeur d’emploi”* (Wuilmart, 2000:16). Mas a autoidentificação enquanto pertença a um grupo por parte dos judeus norte-americanos é, não apenas uma afirmação étnica, mas também uma afirmação política no contexto da política internacional, neste caso relacionando a ideologia com a língua que é defendida através da Literatura.

Huiping Wu afirmou: *“wegen der engen Verknüpfung zwischen Sprache und Politik wird die Sprachpolitik bzw. das Sprachenregime einer internationalen Institution von politischen, wirtschaftlichen und kulturellen Machtverhältnissen bestimmt”* (Wu, 2004: 110); o mesmo é dizer que a língua e a política estão intrinsecamente ligadas e a política da língua, mesmo até de instituições internacionais, é definida pelas relações de poder e pelo equilíbrio político, económico e cultural. Também será interessante focar a vertente cultural e tomar como exemplo a literatura e a etnicidade como as formas desse equilíbrio. Com a trilogia Zarco, Richard Zimler identifica-se com os judeus portugueses que sofreram perseguições e, de uma maneira geral, Zimler define-se enquanto judeu norte-americano – nem que se tratasse apenas da construção das obras juntamente com participação dos seus tradutores, aquela e estes conseguiriam garantir, por si só, a existência da identificação do ser baseada na memória das experiências desse grupo étnico.

“Le traducteur est un ‘passeur’ entre les langues et les cultures: quelqu’un qui introduit quelque chose de l’autre regard dans sa propre langue, dans sa propre culture”, disse Françoise Michaut em *“Les résistances du texte”* (2007: 163). É realmente verdade: a missão do tradutor é não apenas produzir um texto enquanto autora ou autor, ligando as línguas e as culturas, mas também contribuir para a sua língua, provando que, de facto, também é um autor, autónomo, talvez limitado pelo texto de partida, mas suficientemente criativo para se poder considerar independente. De acordo com o já citado J. J. Sueur, e parafraseando a distinção que faz entre dois tipos de tradução, dir-se-á que, ao citar George Steiner, Sueur identifica: *“strictly literal translation”* (tradução estritamente literal) e *“Translation with the help of a faithful text, but at the same time autonomous (an adequate text in its own language and that stands for itself, without external helps”* (tradução com a ajuda de um texto fiel, mas simultaneamente autónoma – um texto adequado na sua própria língua que se auto afirma, sem ajudas exteriores). Geralmente, os críticos condenam a primeira categoria por estar perto demais do original, arriscando-se a ser ilegível; a segunda categoria é um compromisso – a imagem vive por si e independente de tudo o resto e pode ser mais ou menos adequada. É legível, “limpa”, é o lugar que James Boyd White imaginou, onde se pode traduzir a língua do autor para a outra língua, quando os dois textos acabam por possuir o mesmo nível de importância (Sueur, 2007: 162).

Ainda acerca de ser demasiadamente literal, Ruffier-Meray qualificou esse texto como sendo sem sentido: *“le non sens d’une interprétation littérale”* (Sueur, 2007: 236). A ideia que advoga o ser-se literal como uma estratégia desadequada em termos de tradução leva a apontar que esta situação apenas contribui para que seja um outro argumento a favor da ideia do tradutor como sendo responsável pela consciência do ser. Não se está presentemente a dizer que José Lima na sua tradução “O último cabalista de Lisboa” não foi suficientemente literal em relação a “The Last Cabbalist of Lisbon” de Zimler; o que se pretende dizer é que Lima alcançou a autonomia, a fluência e a fidelidade na sua versão. A sua conquista apenas defende Zimler enquanto uma das vozes norte-americanas judias mais importantes que vive na cidade do Porto contemporânea.

Poder-se-á nesta instância focar-se a problemática referente à condição da traduzibilidade de um texto: nesta polémica, defender-se-á que todos os textos são traduzíveis, diferentemente daquilo que François Ost parece acreditar quando afirma: *“(…) toute traduction (et pas seulement la traduction littéraire) est impossible : les énoncés sont incommensurables, dès lors qu’ils sont issus de langues dont les structures sont étrangères l’une à l’autre”* (Ost, 2007:16). O acordo com esta afirmação poderá não ser total. Qualquer professor de interpretação e de tradução, sobretudo científica e técnica, deveria dar os primeiros passos na tradução literária e em todas as instâncias, defendendo que os textos são traduzíveis – apenas o talento dos profissionais da tradução e os seus recursos são determinantes da qualidade do seu trabalho.

É inevitável observar que Lima deve ter feito uma investigação profunda enquanto estava a produzir a tradução de “O último cabalista de Lisboa” sobre a cultura portuguesa dos tempos da Inquisição e as inter-relações entre católicos e judeus durante essa época. Também não deve haver dúvidas relativamente às estruturas numa língua que podem encontrar um equivalente razoável, pelo menos em termos metafóricos. Talvez seja uma perspetiva otimista quanto às (im)possibilidades de traduzir qualquer texto, mas pode-se defender que a autodefinição do ponto de vista do autor e a construção do seu ser são apoiadas pela existência de uma tradução do texto e, especialmente, pelo papel do tradutor nesta problemática, que é fundamental.

Ainda sobre o papel da tradução na construção do sentido do próprio sentido de identificação, Michael Cronin defendeu: “Translation is central to any proper understanding of the emergence of cultural identity in human history” (2006: 1) e continua, acrescentando: *“... from the household to the city of the world, translation must be at the centre of any attempt to think about questions of identity in human society”* (Cronin, 2006: 1). Concorda-se com esta afirmação, de novo de Cronin, que aponta para o tradutor como pertencente a uma elite especial, por assim dizer:

“... all translators are cultural cosmopolitans, in that going to the other text, the other language, the other culture, involves that initial journey away from the location of one’s birth, language, upbringing... But there is of course another dimension which is that translators are expected to be fully in possession of the language and culture of the location of their birth and/or upbringing if they are to function effectively as translators, whether into or out of the native tongue” (Cronin, 2006: 11-12).

As metáforas da tradução enquanto porta e do tradutor enquanto ponte são conceitos chave no processo de tradução. Ambas podem ser a prova do papel crucial do tradutor. A (in)visibilidade do tradutor enquanto autor de uma obra de arte é focada como a característica que define o que pode ser – ou não – revelador da autoidentificação, tanto do autor como do tradutor enquanto autor.

Será que o tradutor é uma definição da autoidentificação do autor? Será que a autoidentificação de uma obra de arte é pertinente no contexto histórico literário da era contemporânea? Será que Richard Zimler é um bom exemplo da identificação de um grupo minoritário? Será que “O último cabalista de Lisboa” é o retrato de uma tradição étnica traduzida em prosa? Será que a reação do público leitor e dos críticos é responsável pela imagem autodefinida/autodefinidora da identificação do autor e da obra de arte?

Estas são pistas de reflexão que poderiam fornecer material interessante. Também é necessário refletir quanto ao papel da tradução comparada com o original para ilustrar o princípio da necessidade da autoidentificação baseada na identificação com o grupo.

O senso comum indica que quando alguém pretende começar a (auto) identificar-se, começa por se apresentar indicando o seu nome, talvez a idade, a profissão. Seguidamente, a pessoa pode alargar a rede de relações para fornecer mais pormenores acerca de si próprio – e talvez fale da família à qual pertence, da comunidade local na qual está inserido e do grupo étnico que for o seu. O senso comum diz que muitas pessoas se podem auto identificar citando a sua nacionalidade ou, se preferirem uma definição mais alargada, podem dizer: “sou um europeu”, “sou um americano”, “sou um lusofalante” ou algo similar.

Nos anos 60, durante o Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos da América do Norte, muitas pessoas se auto definiam como pertencentes à “Raça Humana” quando os censos inquiriam acerca da raça. Tudo isto para afirmar que a definição verbal pode variar tanto como aqui se espelha. Depois existe a imagem que se deve ter em conta – a roupa que se usa, como se penteia, se se usa maquilhagem ou não, barba, bigode ou outra particularidade – todo o tipo de definição do ser através da imagem pode ser identificativa.

Para atingir a autodefinição, um livro deve oferecer um título numa capa apelativa que é graficamente estudada em termos de *marketing* para vender mais cópias e, se possível, tornar-se num *best-seller*. Os germanófonos têm a expressão “*Kleider machen Leute*”, querendo dizer que “o hábito faz o monge”, isto é, a imagem exterior pode influenciar o estatuto social no qual se vê reconhecido enquanto o seu. Mas a tradução é a capa da língua e ajuda o autor e o tradutor a construírem a sua autoidentificação com a ajuda da memória na literatura.

BIBLIOGRAFIA

- Cronin, Michael, *Translation and Identity*, Routledge: London and New York, 2006;
 Ruffier-Meray, Melle, “Lire la partition juridique”, in *Interpréter & traduire*, Bruylant: Bruxelas, pp. 233-273, 2007;
 Michaut, Françoise, “Les resistances du texte” in *Interpréter & traduire*, Jean-Jacques Sueur (Ed), Bruylant: Bruxelas, 2007;
 Sueur, Jean-Jacques (Ed), in *Interpréter & traduire*, Bruylant: Bruxelas, 2007;
 Venuti, Lawrence (Ed), *The Translation Studies Reader*, Routledge: USA and Canada, 2005;
 Vermeer, Hans J., “Skopos and Commission in Translational Action”, in *The Translation Studies Reader*, Lawrence Venuti (Ed), Routledge: USA and Canada, pp. 227-239, 2005;
 Wuilmart, Françoise, “Traduire, c’est lire”, in *Ecrire et traduire*, Charles Libens (Ed), Ed Luc Pire: Bruxelas, 2000;
 Wu, Huiping, “Das Sprachenregime der Institutionen der Europäischen Union zwischen Grundsatz und Effizienz”, in *Angewandte Sprachwissenschaft*, Rudolf Hoberg (Ed), Peter Lang: Frankfurt am Main, Band 15, 2004;
 Zimler, Richard, *The Last Cabalist of Lisbon*, Bantam Dell, Random House, Inc.: New York, 2005;
 Zimler, Richard, *O último cabalista de Lisboa*, Quetzal Edições: Lisboa, 1999.

97) HELENA AFONSO

HELENA LIMA AFONSO. Nos anos 60, na freguesia da Conceição, concelho de S.Tomé (S. Tomé e Príncipe), nasceu Helena Afonso. Realizou os seus estudos primários assim como a 5.ª classe em Angola, país a que chegara aos quatro anos de idade. Com a Revolução de abril (1974) regressa ao seu país natal, prosseguindo aí os seus estudos. Participou, ainda em S.Tomé, num curso acelerado de professores. Foi docente na Escola Preparatória Patrice Lumumba (S.Tomé), onde lecionou a disciplina de Língua Portuguesa. Em 1981 desloca-se a Lisboa para prossecução de estudos. Ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde obtém a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas - variante de Estudos Portugueses.

Dada a situação de instabilidade que se tem vivido no país em termos laborais, o exercício da docência não se tem efetivado de forma contínua. Frequenta, presentemente, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa (Área de Especialização – Metodologia do Ensino do Português Língua Segunda/Língua Estrangeira). Sensibilizada com a problemática das línguas africanas e portuguesa, tem participado em palestras ligadas a esta problemática.

A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE, HELENA LIMA AFONSO, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

A realização da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe dá-se numa situação de plurilinguismo (nível nacional) e de bilinguismo (nível individual). Destacam-se como sistemas linguísticos na constituição do quadro linguístico nacional as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas, que em regime de coabitação interagem com o português, língua de origem europeia. Dada a política linguística adotada após a independência, o português, outrora língua de uma minoria, teve uma implementação generalizada e é hoje utilizado pela grande maioria da população. Todavia, se por um lado a língua portuguesa preenche cada vez mais a comunicação quotidiana nas suas múltiplas vertentes, por outro, é preciso não se perder de vista a qualidade do *input* a que a grande maioria dos aprendentes está exposta, o que tem levantado certos problemas no processo de ensino/aprendizagem deste sistema linguístico no arquipélago. Dada a especificidade de que se reveste o fenómeno linguístico em S.Tomé e Príncipe – a coexistência de línguas próximas (os crioulos de base portuguesa e o português), a aparente proximidade dos sistemas linguísticos em presença aliada a uns tantos outros fatores tem funcionado como fator catalisador da situação linguística reinante no país. Tenha-se presente que, numa primeira fase da história linguística do país, dado o parentesco existente entre os crioulos (L1 da grande parte da população em processo de *shift* em direção ao português) assistiu-se a um *transfer* das estruturas das línguas crioulas para o português (L2), tendo sido estas estruturas incluídas na *interlíngua*. Porém, dadas as conjunturas económicas, sociais e políticas, essa *interlíngua* estabilizou-se, sendo assumida como língua materna de uma parte substancial da população são-tomense, processo na base do qual assenta a surgimento da variedade são-tomense do português. Constitui pois, nosso objetivo, sensibilizar para estas e outras questões que se prendem com a problemática do ensino da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe e das consequências daí recorrentes com vista à reversão do estado de “caos” linguístico que impera no país.

A presente intervenção tem por objetivo apresentar uma breve reflexão sobre a problemática do ensino da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe. Independentemente dos vários fatores que concorrem para tal problemática, um há que se nos afigura deveras relevante – a questão do *input*, à qual, na presente apresentação dedicaremos especial atenção.

Neste minúsculo país arquipelágico, situado no golfo da Guiné, destacam-se como sistemas linguísticos na constituição do quadro linguístico nacional, as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas – que em regime de coabitação interagem com o Português, língua neolatina, outrora língua do colonizador e que após a independência nacional, proclamada a 12 de julho de 1975, foi adotada como língua oficial.

Durante o período colonial, apesar desta multiplicidade linguística, contrariando os ideais do diálogo intercultural, o Estado português optou por uma política baseada na anulação da alteridade, isto é, uma política que consistia no pressuposto da assimilação, o que passava inevitavelmente pela adoção da língua do colonizador por parte da população colonizada. Assim, o português foi durante o período colonial a única língua que todos os indivíduos deviam aprender a dominar. Era esta a língua de ensino, a língua que lhes dava possibilidade a acederem a um posto administrativo ou ter sequer acesso à sociedade colonial. Porém, não obstante tal facto, certo é que nunca foram criadas condições necessárias e suficientes para que a língua portuguesa pudesse chegar a toda a população, visto que o ensino não era nem gratuito nem obrigatório, o que dificultou o acesso da grande maioria dos são-tomenses à escola na medida em que pertenciam a famílias muito modestas.

A afirmação “*se todos souberem ler e escrever a instrução desvaloriza-se*”, da autoria de António de Oliveira Salazar, datada de 19 de maio de 1933 in Educação Nacional (*apud* Machado, 2007:42), justifica bem a política colonial adotada para o ensino na então África colonial – uma política virada para a constituição de elites. De tal facto resultou que durante o período colonial a estrutura da língua portuguesa fosse dominada por apenas uma minoria, enquanto a grande maioria da população, analfabeta e rural, utilizava como meio de expressão as línguas crioulas ou o “português aéreo”, conforme o designou Lorenzino (1996), meio de expressão que se

carateriza por um certo desvio da norma padrão instituída, em virtude de este tipo de falantes desconhecer a estrutura desta língua.

No período pós independência, a língua portuguesa foi (como não poderia deixar de ser, tendo-se em conta o percurso histórico do país), a língua escolhida pelos novos governantes, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de língua oficial. Todavia, embora língua oficial, pelas razões de ordem histórico-cultural já apontadas, apresenta-se como língua não materna de grande parte da população. Dada a política linguística adotada após a independência, o português, outrora língua de uma minoria, teve uma implementação generalizada e é hoje utilizado por uma grande parte da população, sendo-lhe no entanto caraterísticos muitas imprecisões de uso de que as produções linguísticas a seguir apresentadas são um exemplo:

1- “*eu aideme [a ir de mim] para uma festa todo vincado eu estou a juda senhora*”⁷⁵⁷”

2- “*sigiram o rasto de sangue e caíram sete fundura de inferno*”⁷⁵⁸”

3- “*a filha não bebeu água , ficou com secura*”⁷⁵⁹ *e morreu*”⁷⁶⁰”

Estes enunciados, produzidos por alunos que frequentam instituições oficiais de ensino num nível que seria de esperar a observância de uma certa competência linguística, isto é, um certo grau de domínio da língua, contrariam esta expectativa, pois, estas realizações em português mais não são do que uma transposição direta das estruturas do crioulo Forro para esta língua. Por outro lado, evidenciam também, que os falantes tendem a transpor para o domínio da escrita as marcas da oralidade, de que a aglutinação de palavras é um exemplo, o que não deixa de ser um reflexo de uma fraca competência linguística. Na frase exemplificada em 1) a expressão “aideme” disso mesmo é um exemplo. Esta aglutinação, de que a frase exemplificativa é apenas um exemplo entre tantos outros que constam num corpus por nós elaborado a partir de composições de alunos da 6.ª e 9.ª classes do ensino básico, espelham problemas profundos na aquisição do português padrão, a norma que vigora nos manuais de ensino em S.Tomé e Príncipe.

Os exemplos ora apresentados, fruto da interferência entre o português e as línguas crioulas, deixam já antever as dificuldades inerentes ao ensino da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe.

Razões históricas, sociais e políticas ajudam-nos a perceber este facto. Se a língua portuguesa era, durante o período colonial, a língua de uma elite, no período pós-independência, dada a política linguística adotada, o português teve uma implementação generalizada, como tivemos já oportunidade de referir. Todavia, se por um lado a língua portuguesa preenche cada vez mais a comunicação quotidiana nas suas múltiplas vertentes, por outro é preciso não perder-se de vista a qualidade e a quantidade de *input* a que a grande parte dos são-tomenses está exposta.

No período pós-independência, a partir de uma política virada para a gratuidade e massificação do ensino, se pretendia que a língua portuguesa chegasse às populações mais recônditas do país. Um facto porém foi negligenciado – a não equacionação devida da situação sociolinguística do país. Tendo-se partido da premissa de que em S.Tomé e Príncipe se aprende português em situação de imersão linguística, negligenciou-se a questão da convivência linguística. De tal facto resultou a proliferação de uma língua híbrida, fruto da convergência das várias línguas em contacto. É pois, este sistema híbrido, com caraterísticas de uma *interlíngua*⁷⁶¹ que foi assumido como língua materna de uma parte substancial da população são-tomense e conseqüentemente a língua por ela utilizada nas mais variadas situações de interação linguística, incluindo o meio escolar. E o

757 Eu, vestido a rigor, a caminho de festa, vou prestar auxílio à senhora?

758 Seguiram o rasto de sangue até às profundezas do inferno.

759 Embora no crioulo exista a palavra *seji* (cujo equivalente lexical é *sede* em português), o seu valor semântico difere de uma língua para a outra. Na verdade, em crioulo, a palavra *seji* é sinónimo de *apetite sexual*. Assim para se referir a sede (necessidade de beber água), recorre-se à palavra *secura*. Conseqüentemente, em determinados meios socioculturais, as crianças são severamente castigadas caso façam uso deste lexema.

760 A filha não bebeu água, e morreu de sede.

761 A *interlíngua* é considerada como o sistema linguístico do falante não nativo numa determinada etapa do seu processo de aprendizagem. Este sistema apresenta elementos da língua materna, outros da língua meta e alguns exclusivamente idiossincráticos. (Otonello, 2004)

problema torna-se tanto mais complexo, quando os próprios professores, a quem cabe como tarefa a difusão da norma linguística, enfrentam, eles próprios, o problema da norma.

Como consequência da política linguística colonial, em S.Tomé e Príncipe é de certa forma reduzido o número de falantes detentores de um domínio pleno da norma instituída, facto que não pode deixar de ter implicações importantes para aqueles que devem aprender esta língua como língua segunda (L2), uma vez que o contacto auditivo é essencial no processo de ensino aprendizagem da língua. Pelo facto de ser reduzido quer o número de falantes nativos, quer o número dos que possuem uma competência idêntica à dos falantes nativos, a grande maioria dos aprendentes são-tomenses de português como L2 em S.Tomé e Príncipe acaba por não ter acesso à norma europeia da língua, nem em ambiente natural e muitas das vezes nem mesmo em situação de ensino formal. Tal facto torna evidente que, embora se declare oficialmente a norma europeia da língua como padrão, para aqueles que devem aprender e dominar este padrão, poucas são as possibilidades de exposição a amostras autênticas desse mesmo padrão. Consequentemente, muitos dos erros cometidos na aquisição da L2 nunca chegam a ser corrigidos nem mesmo pelos próprios professores aos quais, supostamente cabe, como tarefa, a transmissão dessa mesma norma (Gonçalves, 2005:9).

Indiscutivelmente, os contextos de aprendizagem da língua desempenham um papel preponderante na construção de “perfis” de proficiência linguística. Krashen (1998) afirma a propósito que a fluência na fala adquire-se com o tempo e com uma maior exposição à língua alvo e depende da qualidade e da quantidade do input. Na mesma linha, Kessler (1984), afirma que, para que os aprendentes possam desenvolver a habilidade linguística necessitam de ser suficientemente expostos à língua, para que possam construir uma representação mental de como ela deve ser falada. Porém, olhando para o contexto de aprendizagem da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe, a que tipo de *input*, ou seja a que tipo de amostras da língua alvo têm os aprendentes acesso ao longo do processo de ensino aprendizagem da língua?

Teoricamente espera-se que, pelo menos em contexto escolar os alunos tenham acesso à norma prescritiva da língua, desempenhando o professor um papel-chave na transmissão de tal norma. Todavia, em S.Tomé e Príncipe nem sempre isto é possível, como se pode verificar pelas seguintes realizações linguísticas de alguns professores do ensino primário, apresentadas no trabalho “Monitorização da Aprendizagem dos Professores do Ensino Primário”:

- 1- *Algumas técnicas desse processo é leva o aluno no domínio de matérias introduzido.*
- 2- *Eu comeso de mi, para eles vêm o exemplo em mi, eu faço eles saber que nós devemos respeitar uns aos outros.*
- 3- *Sim. Porque é o momento que os alunos estão com memórias fresca para captar incutir nos alunos esse hábitos e os alunos gostão da aula no ar livre fora da turma.*

Sem analisar os “erros” de que padecem os enunciados aqui expostos, fácil é inferir que relativamente à norma instituída, o discurso do professor se afigura distanciado da norma que ele é suposto ensinar. Tendo em consideração que o professor deve ser “simultaneamente transmissor de um saber sobre a língua, dinamizador de trocas linguísticas em sala de aula e avaliador das produções dos seus alunos “ (Ançã, 1995:58), a norma que os alunos devem adquirir, o português europeu, raramente é a variedade que eles têm como *input* na sala de aula.

Considerando-se este panorama, e tendo-se em conta que cabe à escola, como função, estimular o desenvolvimento linguístico das crianças e jovens e promover as aprendizagens necessárias para que atinjam um nível de mestria linguística que lhes permita “desenvolver plenamente as suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar por inteiro no desenvolvimento, melhorar a qualidade das suas vidas, tomar decisões fundamentadas e prosseguir a sua aprendizagem” (Unicef *et alii*, 1990:10), é de fácil percepção que a situação sociolinguística que prevalece no país coloca sérios desafios ao ensino da língua portuguesa no país e ao ensino em geral.

Pelo exposto, cremos ser fácil concluir que algumas das dificuldades dos alunos são também resultantes da própria atuação do professor na sala de aula, pois não nos podemos esquecer que maus modelos geram maus produtos. A falta de capacitação linguística da maior parte dos professores (para já não se falar da falta de

formação metodológica para o ensino do português como língua segunda), o facto de se negligenciar que a sala de aulas é cada vez mais o local de convergência de variados sistemas linguísticos e que a grande maioria das crianças tem como língua materna, não o português, a norma instituída, a língua de ensino, mas uma língua outra – uma língua crioula ou a variedade oral do português, um falar de características próprias (principalmente morfossintáticas), são alguns dos fatores que muito têm contribuído para as dificuldades inerentes ao ensino da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe.

Considerando-se o estatuto de que goza a língua portuguesa no país, exige-se do professor de língua portuguesa que seja um técnico convenientemente preparado, competente tanto na língua que tem por obrigação ensinar, como em metodologia. Porém, tendo se em conta o perfil atual da grande maioria dos professores, o ensino da língua portuguesa tem de passar necessariamente por uma política que privilegie a formação de professores. Medidas para suprir as deficiências relativas ao corpo docente têm que passar a fazer parte das preocupações das autoridades são-tomenses. Por outro lado, partindo-se do facto de que:

Principalmente nas zonas rurais ou classes mais desfavorecidas a exposição à língua alvo é praticamente da responsabilidade da escola e do professor⁷⁶²; quanto maior for a exposição a essa língua, nas suas vertentes quer oral, quer escrita, maior é a probabilidade do sucesso na aprendizagem,

Criar condições para que os alunos possam estar mais tempo expostos à língua, têm que passar a fazer parte das preocupações dos professores e entidades governamentais, pois compete à escola desenvolver, mais do que uma mera competência comunicativa, uma competência linguística, sob pena de contribuir objetivamente para o insucesso escolar e, porque não, até mesmo para a discriminação/ estigmatização social.

Tendo-se em conta que a vida pública no país se efetiva em português⁷⁶³ e consequentemente no momento atual a escolaridade em S.Tomé e Príncipe é feita somente em português apesar do multilinguismo existente, pois que as condições necessárias para a implementação do ensino bilingue não estão suficientemente criadas (embora relativamente a essa problemática se comece a vislumbrar uma ténue luz ao fundo do túnel), a problemática do ensino da língua portuguesa no país deve pois deve pois ser tratado com a máxima seriedade. Impõe-se que a escola são-tomense cumpra com o seu dever – o de levar as crianças com uma variedade linguística de origem diferente a aceder à língua padrão, de modo a que elas sejam capazes de a usar fluente e apropriadamente em todas as situações que o exijam, isto é, conceder-lhes a possibilidade de se apropriarem de instrumentos cruciais para o pleno exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ANÇÃ, Maria Helena, “Normas e Ensino” in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 13, 1995, 58-64.

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, “Monitorização da Aprendizagem dos Professores do Ensino Primário”, S.Tomé, 1999.

LORENZINO, Gerardo Augusto, “Uma Avaliação Sociolinguística sobre São Tomé e Príncipe” in *Congresso Internacional sobre o Português: Atas, vol. II*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística e Edições Colibri, 1996.

MACHADO, Carmo Miranda, *Entre dois Mundos, Entre Duas Línguas*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

OTONELLO, Marta Barato, “La Interlíngua del Hablante no Nativo, in J. Lobato & I. Gargallo (dir.) *Vademecum para la Formación de Profesores*, Madrid, SGEL, Sociedad General Espanola de Libreria, 2004.

KESSLER, Carolyn, “Language Acquisition in Bilingual Children”, in N. Miller (ed.), *Bilingualism and Language Disability: Assessment and Remediation*, London, Croom Helm, 1984.

762 Tenha-se sempre presente a importância do *input* linguístico (quer quantitativamente, quer qualitativamente, fornecido pelo meio e consequente desenvolvimento do processo linguístico. Quando o ambiente familiar é pobre em estímulos (o que acontece com a grande maioria das crianças são-tomenses), difícil será o desenvolvimento linguístico da criança.

763 Gostaríamos no entanto de ressaltar que, apesar da constante justificação sobre a “inevitabilidade histórica” do estatuto que a língua portuguesa desempenha no país, isto é do acesso e da viabilidade do seu estatuto como língua oficial (Mata, 2006:40), cremos que a situação linguística no país terá de evoluir no sentido da estimulação de um real bilinguismo, pois só assim, as línguas que configuram o quadro linguístico nacional poderão coexistir harmoniosamente.

UNICEF, UNESCO, PNUD, BANCO MUNDIAL, Declaração Mundial sobre a Educação para Todos. Quadro de Ação para Responder às Necessidades da Educação Básica. Conferência Mundial sobre Educação para Todos, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, 1991.

MATA, Inocência, "Da Língua à Cultura: Alguns Aspectos da Problemática Linguística nos Cinco" *in Quo Vadis, Romania*, 27, Institut fur Romanistik, Universitat Wien, Wien, 2006.

98) ILYANA CHALAKOVA

ILYANA CHALAKOVA, Doutoranda em Literatura Portuguesa Contemporânea, Mestre em Ciências de Tradução e Redação, Licenciada em Filologia Portuguesa.

Presentemente trabalha como professora auxiliar em língua portuguesa prática e tradução de economia na Universidade de Sófia, e jornalista no serviço corporativo e económico sobre Portugal, Espanha e América Latina da agência All Data Processem.

Áreas de interesse: Escrita feminina de expressão portuguesa; literaturas pós-coloniais de expressão portuguesa; literatura marginal portuguesa; o texto dramático em português e presentes e possíveis relações intertextuais com autores italianos; transferências culturais por meio da tradução.

Publicações principais:

"Níveis de construção do contraste na escrita feminina de Paulina Chisinau. Dicotomias presentes e possíveis", in *Atas do Colóquio Internacional de 15 Anos de Filologia Portuguesa na Universidade de Sófia "St. Alimenta Ohridski"*, Nov.º de 2007.

VIVÊNCIAS DO CORPO NA POESIA DE JUDITH TEIXEIRA, ILYANA CHALAKOVA UNIVERSIDADE DE SÓFIA "ST. KLIMENT OHRIDSKI" BULGÁRIA

A pequena investigação insere-se no tema da homenagem do esquecimento de autores de língua portuguesa e propõe-se estudar as características da obra da autora servindo-se do código do corpo como ferramenta de interpretação.

O pensamento interpretativo passará pela vivência do corpo como emoção, especialmente amorosa, pela percepção do corpo como instrumento e demonstração de poder e/ou auto poder no que se refere ao erótico e não só, pela representação do corpo no espaço e a vivência do próprio corpo como espaço só por si, inseparavelmente da sua imagem, para chegar à conjugação do corpo com o espírito numa tentativa de equivalência (pelo menos) e excedência.

A investigação servir-se-á de um conjunto de exemplos poéticos previamente escolhidos sem pretender abranger a totalidade da obra.

Com isto tudo espera-se dar uma nova perspetiva na interpretação da obra pouco estudada de Judith Teixeira, bem como acrescentar valor à discussão contemporânea acerca do corpo.

1. DUPLA QUEDA

"Cair no esquecimento" é o fenómeno que mais tem acontecido, afirmo com pena e não haverá muitos que o possam negar, nas literaturas ocidentais nas últimas mais de cinco décadas. Serão fatores tanto de natureza política e social, como de economia (por muito distante que pareça a ligação) os principais culpados do tal esquecimento. Parece que as políticas tanto de carácter social como cultural ficaram presas e até certo ponto subjugadas à dinâmica da globalização e às velocidades das trocas culturais que se operam dentro dessa. Na tentativa de se afirmar diferente (num ato meio absurdo de pseudo-preservação da própria "cultura") e expor o que se acha "digno" de ser mostrado ao "outro", as políticas culturais puseram em totalidade a sua atenção nos ditos expoentes da produção artística (não será por complexo de inferioridade e relacionado medo de não merecer lugar no conjunto das culturas globalizadas?). Mesmo que a autora destas linhas seja mais a favor da

preservação da diversidade cultural⁷⁶⁴, será muito pouco racional e ingénuo crer, e pior, continuar a insistir na possibilidade de preservação num estado cem por cento puro das mesmas através de isolamento, considerando as qualidades da vida contemporânea e o ritmo das trocas culturais que urgem por razões que na maioria dos casos nem são de carácter e propósito cultural. Presume-se disto tudo que, sendo inevitável a comunicação cultural entre os diferentes paradigmas, inevitáveis serão as já elaboradas políticas culturais. Pena só serem feitas em base do isolamento sem aplicar o mínimo pensamento na já mencionada comunicação que afinal levou à sua criação. São essas políticas, alicerçadas na ideia da exposição do considerado “máximo” da criação artística própria, que muitas vezes condenam ao esquecimento o “miudinho”, mas como a chuva – precioso, que existiu, foi, mas provavelmente não continuará a ser. Paradoxal esse fenómeno, quando, se fossem bem entendidas as trocas culturais, a comunicação seria efetuada em base de temas comuns que possam garantir intertextualidade⁷⁶⁵ capaz, sem medos de perda nacional, de criar fios de ligação verdadeira que provavelmente chegarão àqueles exemplos preciosos da chuva miudinha, evitando desta maneira a queda, em outro caso inevitável, no esquecimento.

De uma dupla queda se trata no caso particular de Judith Teixeira: por um lado assistimos a um esquecimento, do nome concreto da autora e da sua obra, cujas razões remontam da época do modernismo português; por outro lado, a seguir de séculos de valorização e revalorização do espírito e da alma e da adoração da força primordial e movediça deles na vida dos humanos, nem o surto e florescer da cultura *pop* nem a revolução sexual conseguiram fazer com que a manifestação do indivíduo como um todo inseparável de espírito e corpo na arte, seja, em primeiro, lugar aceite, e em segundo momento, bem interpretada e entendida pelos contemporâneos.

Quanto à primeira das quedas, René P. Garay (2003: 150) tenta encontrar os porquês do esquecimento de Teixeira, ao responder a uma série de perguntas, entre essas: porque o livro “Decadência” da autora foi retirado das livrarias e queimado, porque é que foi apelidada de “desavergonhada”, porque mereceu ser ridicularizada em gravuras paródicas e outras dúvidas afins estreitamente relacionadas com a vida artística e social nos anos do primeiro modernismo português. Garay, levado pela tentativa de justificar a tese de se tratar de “*um verdadeiro hino ao universo erótico*” (2003: 150) no caso da obra de Teixeira, encontra respostas para umas das perguntas no facto de Judith ser mulher e provavelmente amar outras mulheres num contexto sexista e homofóbico nos princípios do século XX. Resposta geral às perguntas referidas porém pode ser dada ao pensar só no foco dos estudos sobre mulheres, nomeadamente na condição feminina e realização do feminino no mundo machista e fortemente patriarcal daqueles tempos e não só. O discurso do género e do feminino aqui abriu para si caminho por entre negações, queimaduras, dúvidas na qualidade e esquecimento.

Não esquece porém nem menospreza o poeta António Manuel Couto Viana ao considerar Judith Teixeira a “única poetisa modernista”. Nasceu ela em Viseu em 1880, começando a escrever na adolescência “versos ingénuos, que guardava”, segundo palavras suas. Depois de assinar sob pseudónimo composições em prosa no “Jornal da Tarde”, em 1922 escreve com o seu nome verdadeiro a maior parte dos poemas que haveriam de ser incluídos nas suas coletâneas “Decadência” e “Castelo de Sombras”. Um mês a seguir da saída em 1923, “Decadência” é apreendido, junto com as “Canções” de António Botto e “Sodoma Divinizada” de Raúl Leal, todos considerados “*imorais*” “*decadentes, os poetas de Sodoma*”. Fernando Pessoa toma entretanto posição em defesa dos amigos Botto e Leal, sem se lembrar porém de Teixeira. Mesmo assim, ela publica “Castelo de Sombras”, reedita “Decadência” e mais tarde escreve “Nua. Poemas de Bizâncio”. A polémica acerca dos seus poemas não para, não faltam qualificações de “vergonhas sexuais e literárias”, “versalhadas ignóbeis”, “livros obscenos”, “papelada imunda, que empestava a cidade”. Depois do enxovalho público e da ridicularização em caricaturas por várias revistas, Teixeira defende-se e contra-ataca na conferência “De Mim – as minhas razões sobre a Vida, sobre a Estética, sobre a Moral”, cujo texto edita, seguido de “Satânia”. Depois de totalmente esmagada pela moral vigente, em 1927 vem sentenciada de “morte artística” pela mão de José Régio, que diria: “Todos os livros de Judith Teixeira não valem uma canção escolhida de António Botto”. Lícita então, tanto no contexto desta sentença quanto ao pensar no momento de grande escândalo provocado, a interrogação do Couto Viana relativamente ao voto ao silêncio e à ignorância da autora – “*É irresistível: leio as poesias de Judith Teixeira e,*

764 Sem pretender aqui utilizar o termo nos seus conteúdos mais exatos dentro da terminologia dos estudos culturais.

765 Refiro-me aqui tanto à intertextualidade literária, como à artística em geral.

separando muito trigo de muito joio, penso-as merecedoras de melhor sorte do que o silêncio, a ignorância a que têm estado votadas (...)”.

Silêncio esse que decorre da tal ignorância, ou melhor, da renúncia dum círculo, e mais ainda, de uma grande parte da sociedade, de entrever a verdade sobre o todo corpo-espiritual e a respetiva necessidade de vivências naturais; silêncio equivalente a condenação de morte de uma obra inteira e um nome artístico por razões moralistas muito duvidosas e pouco sinceras mas louca e destruidoramente convencidas da não-ultrapassagem das barreiras limitativas da posição feminina. Primeira queda no esquecimento.

Segunda queda quase reduplica a primeira no que se refere à fácil exclusão dos “cânones literários”, classificações de subdesenvolvimento resultando em definições de “canções de embalar e cor-de-rosa”. Garay relembra as considerações de Shari Benstock (1990: 183) acerca dos críticos fiéis às “canonizações literárias” e esquecidos da importância do elemento erótico na literatura, roubando deste modo a possibilidade de interpretação literária por meio de estratégias temático discursivas mais alargadas. A ideia de Benstock quanto ao erótico é somente uma das especificidades do problema mais amplo do esquecimento total da existência do corpo, junto com as suas necessidades e potencialidades, assim como a negação inabalável de qualquer possibilidade de ficar ao lado do espírito como força movediça da existência humana. Pensamentos esses patriarcais que serão pela primeira vez questionados pelo discurso do género e levados à superfície de uma interpretação artística fechada sobre si, limitada e errada afinal por excluir sob o motivo moralista parte significativa e em certos casos se calhar única do universo temático estilístico analisado. O “cómodo” esquecimento do corpo como tema e/ou instrumento de expressão nas letras ocidentais, suportado por instituições ora políticas ora religiosas, levou ao esquecimento artístico acima comentado, no caso de ser único o problema das vivências corporais em certo autor ou obra, e por consequência proibidos de interpretação por serem “imorais” ou pelo menos despropositados. Urge portanto “*ir contra a corrente poderosa da tradição secular de marginalização do corpo*” (2007a: 3) que o jovem filósofo e teorizador da arte Boyan Manchev proclama na introdução do seu mais recente livro “O Corpo. Metamorfose”, marginalização essa, relembra Manchev, que reduz o corpo à projeção do exemplo eterno, da imagem do arquétipo Espírito. Um dos caminhos prováveis de ultrapassar o esquecimento deste tema paradoxalmente será o aproveitamento da força comum da renúncia platónico cristã do corpo na cultura ocidental para a interpretação meio-intuitiva do corpo como um abrangente cultural possível, acessível e enfim comum dum mundo em globalização. O movimento contra o esquecimento do abrangente, do geral, do tema comum levará à demanda do caso particular no exemplo local, corrigindo desta maneira duplos esquecimentos, como é o caso de Teixeira, e levando a novas buscas temáticas.

2. ESPÍRITO INSPIRADO E MATÉRIA INSPIRADA

São muitos os textos das letras ocidentais (e não só, claro está) contemporâneas, e não são poucos os exemplos modernos (como ficou visível da parte da apresentação da produção de Teixeira), sem interesse da realidade geográfica de que emergem ou em que funcionam, que põem no seu foco a contraposição das considerações espirituais largamente partilhadas e a moral à vivência corporal do indivíduo através da sua natureza primordial. A filosofia da antiguidade entende o corpo como provocador de caos e desordem, e junto com isso trazedor do mal e do pecado. Somente o isolamento do corpóreo, a sua ultrapassagem para o filósofo da antiguidade garante a sobrevivência do espiritual. Como o Prof. Dr. Georgi Kapriev (2007: 13) relembra numa publicação relativamente recente, o Maximus Confessor percebe “os corpos como criados pela vontade, pelo siso-logos e pela sabedoria de Deus, e por conseguinte são inquestionavelmente bons. Mais ainda, sendo parte imprescindível do humano, esses são feitos para existência eterna. Sem possibilidade de cair na inexistência.” Esta designação positiva, claro, refere-se mais à imagem espiritual do corpo, à alma-corpo, enquanto as considerações acerca do corpo-carne e da “lei da carne” vão predominantemente numa perspetiva negativa. A carne corporal é pensada como espaço de capacidades opositivas e mutuamente destrutivas, que cancelam a imortalidade do corpo-alma e inevitavelmente levam à perda do mesmo. Será porém que isso significa que a “lei da carne” deve ser negada, que o pensamento corporal deve ser reprimido, que o corpo-carne deve ser permanentemente mortificado? E se não, se a resposta destas perguntas for não, qual será o resultado, somente

positivo ou igualmente negativo para o todo humano, de não reprimir o pensamento corporal, da vivência completa do amor pelo sensual, da ilimitada favorização do corpo e das suas sensações?

Afirma-se como inquestionável a existência de necessidades-buscas sensuais do corpo-carne emocional se olharmos para o espaço das artes performativas da nossa contemporaneidade que permite falar de “*época do corpo*” (2003a). A verdadeira “invasão” das imagens dos corpos, das imagens-corpos, neste espaço leva a uma corporização do mundo abrangente a seguir da secular subjugação à ideia, à língua. Está acontecendo a atribuição de língua ao próprio corpo, ou melhor, se calhar o surto da língua pelo corpo. Não será possível então transpor estas quase certezas da “época do corpo” corrente para momentos, casualidades, décadas atrás, quando não é que não tinham justificação mas foram cobardemente omissas pela interpretação política, social e canónica? A resposta às dúvidas como escrever sobre o corpo? É possível este processo realizar-se por meio da língua racional, concetual? Ou é preciso escrever em excesso, em transe linguístico, i.e. empregando o corpo? Encontra o seu mais confortável repouso na escrita no feminino, que é por excelência corporal, e na expressão poética – a única capaz de erupção através do corpo. Daí a presente conjugação do acordar contemporâneo para as significações das sensualidades e representações físicas corporais no paradigma dum “verbo” português moderno e esquecido que é a poesia de Judith Teixeira.

3. VIVÊNCIAS DO CORPO

Se seguirmos o conselho da acima referida Benstock para uma visão menos tradicionalista do mundo moderno: “*We have posed the question ‘Was there a modernism for women? without asking ‘What was modernism?’*” e passarmos pela qualificação de “*a única poetisa moderna*” dada por Couto Viana a Judith Teixeira, chegaremos à *insurgência na voz de um “eros irreprimível, na sua vertente sáfica (...) gerador da criação poética da literatura moderna*” (2003: 142). Logo no início da modernidade em Portugal, verdadeiramente moderna, no contexto do cânone exclusivamente masculino da literatura e num meio extremamente patriarcal, Teixeira vem mostrar o que deve ser a visão feminina na criação artística, no caso concreto literária, no tom das receitas das feministas literárias: “*Woman must put herself into the text – as into the world and into history – by her own movement*” acredita Hélène Cixous (1986: 225) na sua teoria da escrita feminina. Esta visão moderna e transgressora do poético feminino baseia-se no desejo feminino através da recriação da dimensão sensual do corpo feminino. Ou seja, o espaço cultural da subjetividade individual reduz-se ao espaço do individual e do desejo, ao espaço da evocação do prazer – esse, o espaço em que se opera o “experimento” com o corpo e a linguagem que se lança com os poemas da Teixeira. A poetisa soube, sem dúvida, articular o discurso do género na representação artística numa escrita visceralmente corporal, paisagem onde emoções provocadas por vivências reais ou fantasiadas do corpo vêm polvilhadas de imagens corporais elaboradas.

3.1. A METÁFORA FÍSICA DA EMOÇÃO

Pouco verídico será começar qualquer interpretação de Teixeira por outra vivência corporal que não seja a emoção, na predominância amorosa da sua revelação na obra da poetisa. A vivência física do corpo como emoção na fronteira da natureza humana nos poemas faz diminuir o espaço da representação espiritual (moral), sem apagá-lo porém, mas antes empenhá-lo para as causas das necessidades da ligação sensual com o mundo. É desta maneira que a vivência física do corpo através da sensualidade nos poemas de Teixeira oferece possibilidades de partilha, cumplicidade, na percepção para um círculo consideravelmente largo de leitores. Neste sentido os textos de Teixeira são um exercício de não-pensamento do corpo unicamente como corpo-espírito, e a atribuição obrigatória de sentido por meio da ligação ao corpo-carne ou corpo-emoção.

A emotividade na produção da poetisa condensa no sentimento amoroso, na conceção indubitavelmente romântica do fenómeno – é romântico e não pragmático o amor, de acordo com a evolução das considerações em volta deste sentimento na tradição, que se serve do código corporal para autorrevelar-se. Entra-se aqui inevitavelmente na dialética do desejo, mas depara-se com uma inversão do mecanismo laciano da fantasia do

“todo” – contrariamente ao mecanismo da fantasia que desde o berço da cultura ocidental atribui à mulher o estatuto do “todo”, agora é a própria sensualidade corporal feminina que procura e deseja possuir objetos dos seus desejos:

*“Torcem-me o corpo desejos...
mordendo o cetim com beijos
numa ânsia desgrenhada!”
É urgente achar o desejo, é urgente entrever nele o amor:
“Dizem que eu tenho amores contigo
Deixa-os dizer!...
Eles sabem lá o que há de sublime,
nos meus sonhos de prazer”.*

Deduzem-se daqui duas coisas: a elevação do sentimento amor a uma posição “sublime” e a associação dessa mesma emoção com as vivências corporais, mesmo que sonhadas, as únicas capazes de a assegurar. O corpo que provavelmente aparece nos sonhos é um corpo sugestivo de amor, um corpo-objecto, ou seja, um corpo fantasiado “todo”, i.e. objeto de desejo.

Quem experimenta a emoção amorosa e quem a provoca ou onde se reflete é a questão que espontaneamente segue no meio da interpretação do sentimental. Por muito frequente que seja o conceito dos “corpos mudos” na “época do corpo” corrente, à primeira vista parece impossível de ser aplicada ao caso da irradiação verbal dos poemas da poetisa – é a língua a máxima expressão que ela usa para cantar vivências corporais e afirmar existência de amores. Quer dizer que fácil será a afirmação da falta de corpo mudo na poesia dela e a defesa da presença de um “Eu” poético a autorrevelar-se verbalmente, a falar com abertura e sinceridade nas próprias vivências. Não será porém a própria corporeidade a autodefinir-se num retrato mudo, onde se deixam “explicar” e “acompanhar” pela real ou imaginada sensibilidade. Ou seja, o corpo emocional, o corpo que sente, prescinde de palavras, é mudo no conto sensacional; é um corpo que vive e conta o amor via uma vivência puramente carnal, é um corpo que sofre o amor fisicamente. A explicativa verbal, que se prende neste caso ao racional, emerge dum Eu-corpo calado em voz, mas falador em vivências.

Quanto ao “Tu” que recebe a projeção amorosa, ou seja o “todo” do Eu, há uma projeção espectral, no sentido físico do termo, entre os dois polos do eixo. O “Eu” é aquele que ao chamar-se assim se rende ao desconhecimento de si, posto que o seu significado está ancorado no Outro – o “Tu”. Trata-se de um “Eu” que se constrói com relação à imagem do Outro:

*“Dizem – e eu não protesto
que seja qual for
o meu aspeto
tu estás
na minha fisionomia
e no meu gesto!”*

Portanto torna-se difícil distinguir aqui quem o procurador e experimentador do amor-desejo e quem o procurado e experimentado⁷⁶⁶. Seja qual for o grau da possibilidade de distinção entre o “Eu” e o “Tu”, criada está uma voz textual autónoma que mais se ouve pela presença-imagem do corpo do que pelo ressoar físico das palavras.

De que “sabor” é o desejo de amor? Desde a expressão de sentimentos de êxtase, à angústia do amor não correspondido ou à dor da separação, o amor é para Teixeira, seguindo o exemplo de Safo, fonte primacial de inspiração de um lirismo cantado no feminino e centrado na experiência amargo-doce da paixão. Numa

766 Não se quer entrar aqui, como em toda a interpretação, pela questão do homoerotismo feminino e o erotismo homossexual, trabal hada aliás com muito empenho e devida justificação textual por Garay na sua publicação aqui citada.

representação imediata o sentimento do amor aparece envolto em cor exclusivamente dos tons do encarnado e vermelho (em “Mulher de Vestido Encarnado”, “A Minha Colcha Encarnada”, “A Bailarina Vermelha”⁷⁶⁷, entre outros poemas), e posta em momentos soturnos de trevas, ou seja, o vermelho e o preto – as duas cores no fundo do quadro misto do frenesim amoroso e da angústia amorosa. Mais um pormenor ainda na descrição geral do amor enquanto manifestação sentimental da metáfora física da emoção que é o corpo: assiste-se nos versos de Teixeira a um posicionamento da vivência amorosa no espaço do “sonho”, que conjugado com o *locus* noturno, de um lado, sublima o prazer e a ansiedade, e de outro, exacerba os doridos abandono e separação:

*“Mas não tardes
a realidade
do meu sonho!...
Porque há quem morra de saudade
e dor!
E eu não sei se terei vida
que chegue
se a tua demora
for mais longa, meu amor!”*

É “o lírio roxo do meu sonho...” a definição que Teixeira dá ao amor, desdobrável por entre vários entes amados em “as orquídeas vermelhas / das minhas sensações!...” A última citação como que engloba o dito todo nas linhas anteriores: a fragilidade e beleza do sentimento amoroso, na sua máxima representação no pano vermelho, acompanhado por outras emoções ainda, como a dor, a angústia, a saudade. “Outonais” é um dos poemas que condensam em maior grau o que é amorosidade em Teixeira:

*“No meu peito alvo, de neve,
as claras pétalas dos teus dedos,
finas e alongadas,
tombarão como rosas desfolhadas
à luz espásmica e fria
deste entardecer...
E o meu corpo sofre,
ébrio de luxúria, um mórbido prazer!*

*A cor viva dos teus beijos,
meu amor,
prolonga ainda mais o meu tormento,
na trágica dor
deste desvestir loiro e desolado
do outono...
Repara agora, como o sol morre
num agónico sorrir
doloroso e lento!...
.....
Noite... um abismo...
sombrias de medo!
Tumultuam mais alto os teus desejos!
Sobe o clamor do meu delírio
e a brasa viva dos teus beijos,
num rúbido segredo,
vai-me abrindo a carne em sulcos de martírio!”*

767 Onde até o próprio título é sugestivo da preferência das cores.

Neste “redemoinho” de amor, delírio, dor, angústia, desolação, agonia que é vivência amorosa não se pode passar deixando de lado certo toque de coletivismo – uma das marcas próprias da escrita no feminino no campo literário e o feminismo em geral. O sentimento amoroso, sem dúvida, associa-se a uma imagem despersonificada tanto do amante como do amado (o primeiro – sofredor dos efeitos da paixão e o segundo – estimulador do desejo pelo “todo”),⁷⁶⁸ imagem essa que cria uma dimensão mais comunitária do que individual, mais pública que privada. A(s) pessoa(s) despersonificadas criadas pela poetisa sugerem uma experiência coletiva feminina (pelo menos no que se refere às especificidades da vivência emocional através do corpo, se as ideias do homoerotismo não agradarem ao público menos conservador sim, mas mais condenador de hoje) que parece ter saído do campo do “privado” como eram concebidas as experiências femininas para o campo do “público”, reservado até aí aos modelos tipicamente masculinos, levando para uma dupla consciencialização da sensibilidade feminina ao mesmo tempo individual e coletiva, num complexo fenómeno de irmandade:

*“A luxúria, ó pálidas irmãs,
é a maior força da vida!
Sensualisai pois! A vossa carne
Arrefecida...”*

3.2. CORPO E ESPAÇO. O CORPO COMO ESPAÇO

Ao passar pelos versos de Teixeira resulta que o tão repetido ultimamente discurso do lado performativo do corpo adapta-se com admirável sucesso ao caso da representação corporal na obra da autora. Os poemas que carregam mais na descrição corporal do(a) amado(a) porém não se fecham em pormenorizações pitorescas de outros exemplos de outras épocas, porque expõem o corpo focando sobretudo a sua dimensão sensual. É no corpo feminino que se centra o retratamento na maioria dos exemplos:

*“As horas vão adormecendo
preguiçosamente...
E as minhas mãos estilizadas,
vão desprendendo
distraidamente,
as minhas tranças doiradas.*

*Refletido no espelho
que me prende o olhar,
desmaia o oiro vermelho
dos meus cabelos desmanchados,
molhados
de luar!*

*Suavemente, as mãos na seda,
Vão soltando o leve manto...
Meu lindo corpo de Leda,
fascina-me, enamorada
de todo o meu próprio encanto...*

.....

*Envolve-se a lua
em dobras de veludo
nos parámos do céu*

⁷⁶⁸ Fique aqui lembrado o facto anteriormente assinalado de não se poder fazer às vezes uma distinção categórica entre o “Eu” que adora e o “Tu” adorado.

e eu vou pensando,

*no cisne branco e mudo
que no espelhante lago adormeceu...*

.....

*Volta o luar silente...
E a minha boca ardente
numa ansiedade louca
procura ir beijar
o seio branco e erguido,
que no cristal do espelho ficou refletido!...*

*Impossíveis desejos!
Os meus magoados beijos
encontram sempre a própria boca
banhada de luar
álvido e frio –
Dizendo em segredo
às minhas ambições,
o destino sombrio
das grandes ilusões!”*

A autorreflexão em “Ao Espelho” oferece uma síntese, na duplicidade da consciência e da sensibilidade, daquilo que se é e que provavelmente se irá demandar no objeto do desejo. E chega essa demanda a “A Estátua” a que, lá para o fim, se clama deixar o corpo pela própria presença e beleza gelada desvanecer pensamentos e racionalidades, e entregar alma às vivências sensoriais:

*“O teu corpo branco e esguio
prende todo o meu sentido...
Sonho que pela noite, altas horas,
aqueces o mármore frio
do alvo peito entumecido...*

*E quantas vezes pela escuridão,
a arder na febre dum delírio,
os olhos roxos como um lírio,
venho espreitar os gestos que eu sonhei...”*

Depreende-se dos exemplos supracitados bem como de muitos outros que ficaram somente assinalados, a escolha por uma descrição elíptica do corpo feminino. É de uma fragmentação que sofre a imagem do corpo nos versos de Teixeira e nem sempre é possível, ao juntar os vários elementos usados nos vários poemas, chegar a um corpo completo, por meio da colagem. Isto porque se observa uma forte preferência por partes de corpo feminino como objetos de adoração. São esses a “boca - romã luzente”, “As mãos pálidas, esguias”⁷⁶⁹, os “gestos de ave endoidecida”, “braços, / tumultuosos e exigentes”, “o seio túrgido e perfurante”, “a cinta verga, flexuosa, / na luxúria dominante / dos quadris...”. Quanto à cinta e ao seio sobretudo, fica aqui lembrada a interpretação extensa do erótico na descrição do corpo feminino por Garay (2003: 152), onde se põe o foco sobre a sensualidade provocada pelo seio erotizado atingindo-se afirmação para um “prazer múltiplo: tanto tátil como visual”.

769 Para não citar aqui o extenso poema “As Tuas Mãos” – verdadeiro louvor às capacidades sensoriais da mão humana.

Não é de visualismo estático porém que se trata na obra de Teixeira – é mais movimento constante e contínua dança que correm não só pelos poemas, assim intitulados “Bailados do Luar” e “A Bailarina Vermelha”, mas também por outros versos em outras casualidades que recebem desta maneira a confirmação da existência.

Mais ainda, permitem, movimento e dança, o revelamento do corpo como um conjunto de elementos em constante bulir entre eles, por um lado, e, por outro, em perpétuo mover no lugar ao redor. Vem esta observação confirmar a tese de duplo relacionamento entre os conceitos do corpo e do espaço: mais imediato é procurar a representação do corpo num espaço concreto, mas analisando, pode ser distinguir esse mesmo espaço envolvente refletido no corpo e reduplicado de um modo a construir outro espaço autónomo fechado sobre si, mas com influências de irradiação emocional permanentes.

3.3. CORPO E PODER

Por mais difícil que seja a questão da definição do direito sobre quê vem debatido na relação amorosa, inevitavelmente acompanhada pelo ciúme, certa é somente a existência deste mesmo direito. A perseguição do mesmo, o seu adiamento, a assunção e a sua retirada. O escândalo provocado pelos versos de Teixeira vem do protesto do feminino na voz da poetisa, que se baseia no direito de se viver de acordo com as necessidades do corpo, em nome da vivência das suas emoções. O irreprimível e a revolta porém não dariam resultado se não viessem da força da voz, da figura de um ente apoderado, dominando as relações do momento e os prováveis conteúdos no paralelo, subconsciente e imaterial. Mesmo que sejam poucas as linhas de expressão direta de relações pelo eixo do poder:

*“És linda assim; toda nua,
no minuto doce
em que me trazes
a clara oferta do teu corpo
e reclamas firmemente
a minha posse!...”*

*e
“O tédio sobe... e eu vergo, saciada,
daquela ânsia que busco e que não quero,
e afasto a tua posse desejada...”*

não passa despercebida a presença discreta do poder na emoção amorosa numa tentativa condenada à possibilidade de não vencer: *“o sabor amargo / e doloroso / duma longínqua posse realizada...”* ou em

*“Vence-me sempre a mesma dor latente.
Na curva dos meus cílios ensombrados,
bailam, num ritmo fúlgido e incoerente,
agónicos desejos desgrenhados!”*

onde a incapacidade de se impor numa tomada de posição de dominância, na relação do “Eu” com o “Tu” ou dentro das controversidades da própria emocionalidade, prende-se com a urgência do desejo e a agonia amorosa a seguir da sua impossibilidade.

O ato de apoderação, de preenchimento de poder, transforma o corpo incontrolável num instrumento de si próprio, num corpo dominado e, ao mesmo tempo, num corpo gerente num labirinto sensacional – é o que suscitam, sem serem muitas vezes explícitas, as linhas dos versos de Teixeira. O poder, a voz nos poemas, exerce através do corpo e numa ânsia pelo próprio corpo. Por meio do corpo, esta voz domina e gere o momento emocional, por meio do corpo a mulher direciona autopoder no sentido de se cruzar com a totalidade emocional. Seria impossível irem estes raciocínios do estabelecimento de poder no sentimental *momentum* vivido a rumos muito diferentes do racional questionamento do estado do espírito enquanto esse momento.

3.4. CORPO E ESPÍRITO

A mais importante dúvida, que já para o fim destas considerações acerca do corpo através dos exemplos poéticos de Judith Teixeira, resta resolver é se a expressão física da emoção, vista como corpo, consegue igualar forças com razão, espírito e alma, e quem sai vencedor da competição. Teixeira não deixa irresoluto o problema, afirmando:

*“E o meu pensamento
vai seguindo,
obstinadamente,
a vida singular dos meus sentidos!”.*

A subjugação do racional ao sentimental é óbvia, decidida. Às vezes trata-se realmente de dominação do sentimental por cima do racional, outras porém corpo e alma aparecem aliadas “E o meu corpo freme, / e a minha alma canta” numa harmonia musical, e chega-se à “Última frase” onde

*“Minha alma ergueu-se para além de ti...
Tive a ânsia de mais alto
— abri as asas, parti!”.*

Verdade que a alma consegue (não representa surpresa nas expectativas seculares) elevar-se por cima do corpo-desejo neste caso, mas a sentença da partida final executa-a um corpo feito ave num voo “mais alto” do pássaro eterno que é o espírito humano.

4. FIM-ALIDADE

A menção da partida leva sempre a associações de finalidade e enfim morte. Este registo, próprio tanto das especificidades de uma escrita no feminino como do pensamento do corpo, vem aqui ocupar o lugar da conclusão, à procura de explicação para o resultado destruidor a que se assiste no fim da(s) vivência(s) corporais.

O pensamento do corpo é necessariamente pensamento da vida, mas...até à sua fronteira natural e não espiritual onde de depara com a substância morta e inerte. Surge neste sentido a pergunta: será então possível pensar o corpo, contrariamente ao pensamento da alma, sem promessas de vida eterna, sem a salvação da expressão espiritual – a alma? Será que se terá coragem de entender e reconhecer a infinidade do corpo final? Veremos⁷⁷⁰ ...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Benstock, Shari (1990) “Expatriate Sapphic Modernism: Entering Literary History” in *Lesbian Texts and Contexts: Radical Revisions*, New York: NYU Press.
2. Cixous, Hélène (1986) *“The Laugh of the Medusa”* in *Feminist Literary Theory*, Oxford: Basil Blackwell.
3. Garay, René P. (2003) “Judith Teixeira. A Voz Sáfica do Primeiro Modernismo Português” in *Percursos de Eros – representação do erotismo*, Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 141-154.
4. Каприев, Георги (2007) “Човешкото тяло според Максим Изповедник и Григорий Палама”, в *Алтера*, кн. 1.
5. Манчев, Боян (2007а) *Тялото. Метаморфоза*, София: Алтера.
6. Нанси, Жан-Люк (2003а) *Corpus*, София: ЛИК.

⁷⁷⁰ Opta-se aqui pelo futuro exatamente pela convicção de não ter sucedido ainda o reconhecimento da instituição do corpo e a legitimidade das suas vivências.

NOTAS:

Sem pretender aqui utilizar o termo nos seus conteúdos mais exatos dentro da terminologia dos estudos culturais.

Refiro-me aqui tanto à intertextualidade literária, como à artística em geral.

Não se quer entrar aqui, como em toda a interpretação, pela questão do homoerotismo feminino e o erotismo homossexual, trabalhada aliás com muito empenho e devida justificação textual por Garay na sua publicação aqui citada.

Onde até o próprio título é sugestivo da preferência das cores.

Fique aqui lembrado o facto anteriormente assinalado de não se poder fazer às vezes uma distinção categórica entre o “Eu” que adora e o “Tu” adorado.

Para não citar aqui o extenso poema “As Tuas Mãos” – verdadeiro louvor às capacidades sensuais da mão humana.

Opta-se aqui pelo futuro exatamente pela convicção de não ter sucedido ainda o reconhecimento da instituição do corpo e a legitimidade das suas vivências.



99) ISABEL REI

ISABEL REI SANMARTIM (1973) Isabel Rei Sanmartim (1973) titula-se em Guitarra no Conservatório Superior de Música da Crunha estudando com o professor **António Rocha Álvarez**. Posteriormente recebeu aulas de outros intérpretes, formando-se principalmente com **David Russell** e **Thomas Müller-Pering**.

No ano 1995 Caixa Galicia patrocina na cidade da Crunha o seu primeiro concerto. Foi premiada no **Ciclo de Jovens Intérpretes da Fundação Pedro Barrié de la Maza** (Crunha), no **Concurso Internacional de Guitarra de Cantabria** (Comillas), no **Concorso Internazionale di Chitarra Fernando Sor** (Roma) e nos **Concursos Internacionais de Guitarra Vila de Petrer** (Alacant) e **Andrés Segovia de Linares** (Jaén).

Tem participado nos **Festivais de Guitarra de Udine** (Friuli, Itália) e **Semana da Guitarra** (Vigo), atuando também no **Via Stellae** e **Festigal** (Compostela), na **Semana do Corpus** (Lugo) e nos **Colóquios da Lusofonia** (Bragança).

Estudou na Hochschule für Musik «Franz Listz» de Weimar (Alemanha) com Thomas Müller-Pering rematando o curso Ergänzstudium.

Atualmente trabalha como professora no **Conservatório Profissional de Música de Santiago de Compostela**, atividade que combina com recitais na Bélgica, Alemanha, Itália, Portugal e Galiza. É membro da **Academia Galega da Língua Portuguesa** desde a sua constituição em 20 de setembro de 2008.

Tem participado na Sessão Inaugural desta Academia com a estreia da Suíte para guitarra do compositor e académico **Rudesindo Soutelo** intitulada «**Deu-La-Deu**» e uma seleção de obras do espólio do intelectual e compositor galego **Marcial Valladares**. Junto com **José Luís do Pico Orjais** prepara a edição crítica do cancionero tradicional de **Marcial Valladares**, de próxima publicação.

ROSALÍA DE CASTRO E AVELINA VALLADARES, POESIA E MÚSICA DA LUSOFONIA: NOTAS PARA UM ESTUDO DA GUITARRA GALEGA. ISABEL REI, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A poesia é música feita com palavras. A música é poesia com significados que se abrem no fundo do coração dos ouvintes. Ambas as artes, inseparáveis na antiguidade, também foram cultivadas conjuntamente na Galiza, segundo as fontes, desde os tempos gloriosos da lírica medieval até os mais escuros que acompanharam o nascimento dos modernos estados europeus.

A presença na Galiza das correntes culturais europeias mais influentes e a sua transformação e adaptação ao sentir galego por parte dos e das intelectuais galegos do século XIX é um facto que só precisa do trabalho de reunião e ordenação dos dados para se converter numa evidência.

Este pequeno contributo pretende tão só servir de orientação para um estudo mais aprofundado sobre a história da música na Galiza desde a perspectiva de um dos seus instrumentos mais populares, a guitarra, e através de duas reconhecidas poetas e músicas, Rosalía Castro e Avelina Valladares.

*«Já canto, meninas.
Cuidai, que começo.»
Cantares Galegos
Rosalía Castro*

0.- INTRODUÇÃO

Nas conclusões da comunicação sobre o Arquivo Valladares, enviada para o 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, estabeleceu-se que são numerosíssimos os documentos iconográficos de instrumentos de corda pulsada existentes na Galiza, a patentear o uso deste tipo de instrumentos tanto em contextos religiosos quanto civis ao longo dos séculos.

Também se explicou que desde a análise do admirável arquivo de música da casa petrucial da família Valladares poder obter-se informação imprescindível para conhecer melhor a música, os músicos e o seu contexto na sociedade galega oitocentista.

Esta comunicação quer seguir a linha da anterior mostrando como existe uma continuidade no cultivo musical popular e erudito na Galiza, da perspectiva da guitarra e centrando a atenção em duas poetas da literatura galega que também foram músicas e guitarristas: Rosalía Castro e Avelina Valladares.

O nome do instrumento conhecido hoje como «guitarra» em Galiza e Portugal é aquele de corda pulsada, com seis cordas e caixa-de-ressonância em forma de oito, que equivale ao instrumento conhecido no Brasil como «violão». O termo «viola» é também usado em Portugal em contextos coloquiais para se referir a esta guitarra de seis cordas simples, podendo assim confundir-se com os diferentes tipos de «violas» que ainda hoje existem (amarantina, beiroa, braguesa, campaniça, de arame, toeira) e depois passaram para o Brasil (viola caipira e sertaneja) herdeiras das antigas violas que no s. XVI tiveram tanto sucesso dentro e fora das cortes dos reis peninsulares.

Ainda deve esclarecer-se que o que se conhece como «guitarra portuguesa» não é exatamente uma guitarra, mas um tipo de cistre de procedência inglesa, que foi conhecido como «guitarra inglesa» não só em Portugal, mas também na Galiza como veremos ao falar dos instrumentos que tocava Rosalía Castro.

1.- EXEMPLOS ICONOGRÁFICOS DE INSTRUMENTOS DE CORDA PULSADA NA GALIZA



771



772

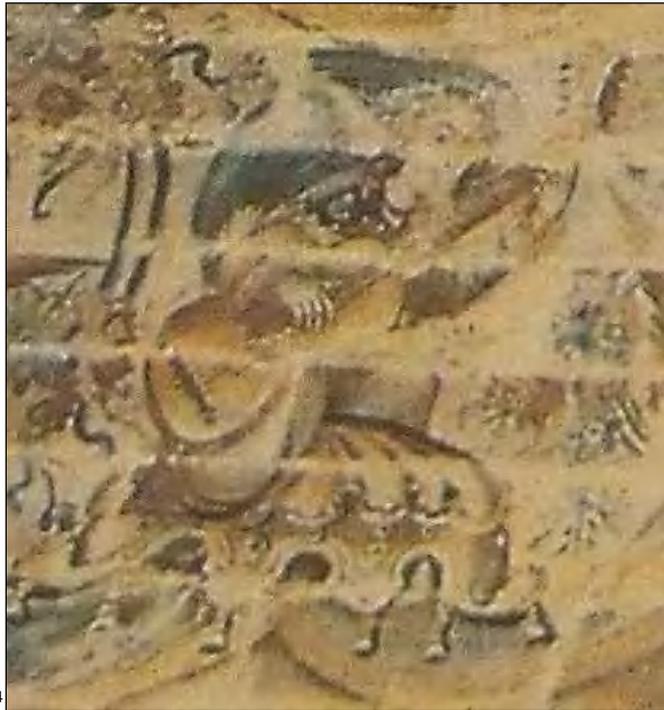


773

Desde a idade média, em representações normalmente situadas nos lugares de culto cristão, tem-se notícia da utilização de instrumentos de corda pulsada, também na Galiza, os quais foram constituindo a extensa família das violas, alaúdes e guitarras e sofrendo diferentes transformações ao longo do tempo. Assim desde o Pórtico da Glória, na catedral de Compostela, até o retrato do virtuoso guitarrista galego J. Parga no século XIX, há uma constante amostra de exemplos em que se podem observar as diferentes modificações do instrumento (tamanho, número de cordas, ornamentação) e em diferentes contextos sociais.



774



775

⁷⁷¹ Detalhe do românico Pórtico da Glória na catedral de Santiago de Compostela (s. XII) Foto: Internet

⁷⁷² Detalhe da porta de entrada da igreja do mosteiro de Carvoeiro, Silheda (Galiza) sem datar mas com influência da escola do Mestre Mateus. Foto: I. Rei Sanmartim

⁷⁷³ Detalhe de um dos arcos góticos dos sepulcros da nave lateral esquerda da igreja de S. Domingos de Riva d'Ávia. (s. XV) a representar um alaúde. Foto: I. Rei Sanmartim

⁷⁷⁴ Detalhe da entrada da horta no mosteiro de Osseira (s. XVII) Foto: I. Rei Sanmartim

⁷⁷⁵ Detalhe do fresco da nave direita da igreja do mosteiro de Osseira (s. XVII) Foto: I. Rei Sanmartim



776



777

2.- BREVES NOTAS SOBRE A GUITARRA NA EUROPA DO S. XIX

Como já foi explicado na comunicação para o 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, no início do século XIX, coincidindo com os primórdios da construção do estado nacional francês, na capital da França desenvolvem-se todo tipo de eventos artísticos e uma das modas que se estendem nos salões parisienses é a de tocar a guitarra. O livro de partituras e litografias do guitarrista Charles de Marescot⁷⁷⁸ intitulado *La Guitaromanie* é um exemplo da atividade arredor do instrumento que em Paris se experimentou na altura. Esta é uma das litografias que acompanham a música para guitarra de Marescot:



779

Mas a presença do instrumento estende-se a toda Europa, e assim como no século XIX se desenvolvem os dois grandes centros musicais europeus, Paris e Viena, que atraem os melhores virtuosos e professores, há também numerosos cultivadores do instrumento mais anónimos, mas que testemunham a presença do instrumento em

⁷⁷⁶ Detalhe do tabernáculo da Virgem do Cristal na igreja de Cela Nova (Galiza). Autor: Seixas, 1840.

⁷⁷⁷ Tela atribuída ao pintor galego António de Puga, nado em Ourense, em 1602. Conserva-se em Londres, numa coleção privada

778.

⁷⁷⁹ Para mais informação sobre Marescot e esta moda parisiense ver REI SANMARTIM, Isabel: «A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia» publicado nas atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, 2009.

qualquer das suas variedades (guitarra de cinco ordens, de seis ordens, de seis cordas simples, harpa-guitarra, etc.).

Entre os guitarristas nados no século XVIII, mas que desenvolveram a sua atividade artística sobretudo na primeira metade do s. XIX estão J. P. Porro (1750-1831), os irmãos L. e F. Moretti (1760-1838), S. J. Molitor (1766-1848), F. Carulli (1770-1841), F. Sors (1778-1839), M. Giuliani (1780/81-1829), F. Molino (1775 – 1847), F. de Fossa (1775-1849), M. Carcassi (1792-1853), L. Legnani (1790-1877), os quais foram uns dos promotores da moda guitarrística de começos do século XIX na Europa.

Mas ao longo de todo esse século pode observar-se, para além de modificações substanciais na forma e tamanho do instrumento, uma continuação no seu uso em todos os países europeus, seja por virtuosos concertistas ou simples amadores que tocam não só um tipo de guitarra mas vários e realizam labores de docência e divulgação do repertório, como são I. Padovec (1800-1873), J. Fahrbach (1804-1883), N. Coste (1805-1883), J. K. Mertz (1806-1856), N. Makarov (1810-1890), O. Ahnfelt (1813-1882), S. Degen (1816-1885), G. Regondi (1822-1872), J. Dubez (1828-1891), J. Arcas (1832–1882), O. Hammerer (1834-1905), Ch. C. Saint-Saëns (1835-1921), W. Bürow (1850-1900), F. Tárrega (1852-1909), A. J. Manjón (1866-1919), V. P. Lebedew (1867-1907), M. Llobet (1878-1938), entre outros.



780

3.- SITUAÇÃO DA GUITARRA NA GALIZA DO S. XIX

Galiza não fica alheia a toda essa atividade na Europa. Entre os guitarristas varões de possível procedência galega de que dá conta Soriano Fuertes na sua História estão **José de Naya** e **Vicente Franco**, de quem se afirma ser natural de Ferrol. Domingo Prat no seu dicionário recolhe o conhecido virtuoso e também ferrolano **Juan Parga** (1843-1899) cujo retrato reproduzo aqui:

A investigação nos antigos dicionários de músicos e guitarristas como o Saldoni ou o Prat na procura de apelidos galegos poderá dar mais surpresas neste sentido, pois como se sabe, tanto pelos arquivos eclesiásticos das catedrais galegas quanto pelos arquivos familiares ou de músicos não religiosos, a atividade musical e o uso quotidiano de todo tipo de instrumentos de corda pulsada, em qualquer dos seus tipos e formas, era comum na Galiza do século XIX.

Também a investigação das agrupações de instrumentos de corda pulsada como as rondalhas vilegas, ou das bandas populares, podem fornecer informação sobre o uso deste tipo de instrumentos e a sua relação tanto com a música tradicional quanto com os compositores eruditos.⁷⁸¹



4.- ROSALÍA CASTRO (1837 – 1885): TALENTO MUSICAL



A relação com a música da nossa grande poeta deveu começar quando a sua mãe a inscreveu como aluna no centro de educação da *Sociedad Económica de Amigos del País*⁷⁸² em Santiago de Compostela, em que se ensinava música, entre outras matérias e também nas atividades do Liceu da Juventude compostelano que ela começou a frequentar, onde para além de receber formação artística e literária coincidiu com Eduardo Pondal, Aurélio Aguirre e Paz Novoa. Depois casaria com Manuel Murguía de quem temos, junto com a sua filha Alejandra, os testemunhos mais evidentes das habilidades musicais da poeta, novelista, intérprete musical e de teatro, uma imensa intelectual e artista. No artigo «Rosalía de Castro e a música»⁷⁸³ Filgueira Valverde expõe as constantes relações entre a linguagem poética de Rosalía Castro e as evocações sonoras, sejam estas de instrumentos musicais, de sons próprios do campo ou do seu coração. Mas também informa de que a poeta tocava vários instrumentos: a harpa, a flauta, o piano, o harmónio, a bandúrria e a guitarra.

Nas cartas de Manuel Murguía e da filha Alejandra consta que Rosalía Castro tocava a guitarra «espanhola» e a «guitarra inglesa»⁷⁸⁴, o que significa que tocava a popular guitarra de seis cordas antes aludida (também usada no Reino da Espanha, mas esse facto, como sabemos, não lhe dá carta de procedência) e a hoje conhecida como «guitarra portuguesa», cuja origem inglesa era na altura em Portugal ainda muito presente, embora não fosse uma guitarra, mas um cistre.

Confirma-se, portanto, que a denominação «guitarra inglesa» usada em Portugal era também conhecida na Galiza. Numa carta de Alejandra ao arqueólogo e músico Casto Sampedro (1848-1937), datada no ano 1919, relata-se a preferência da nossa poeta pela guitarra (de seis cordas e caixa em forma de oito) e o desgosto que isto causava no seu marido. A filha afirma também que a guitarra é o instrumento que melhor tocava sua mãe e que era uma excelente professora.

781 No meu breve trabalho de arquivo das obras da Banda Municipal de música de Compostela, realizado entre o 23 de março e o 7 de abril de 2009, achei uma obra para banda com guitarra e mandolina ou bandúrria, trata-se de um arranjo do conhecido diretor Francisco Martínez Martínez da obra de um italiano, *Dòm de Giovanni*, publicada em 1898 por Lapini na Florência, cujo original carece desta instrumentação.

782 Esta sociedade manteve o único conservatório de música da cidade até há uns cinco anos.

783 Artigo incluído nas Atas do Congresso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo (1985. Santiago).-- Atas do Congresso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo.-- Santiago de Compostela: Conselho da Cultura Galega, 1986.-- p. 33-56.

784 Carta incompleta, de 1913, que se conserva segundo Filgueira Valverde no Museu de Ponte Vedra, na coleção de Casto Sampedro, caixa 65.1. nº 9.

Conservam-se algumas referências ao uso da música dentro da família, realizadas epistolarmente por Manuel Murguía a Casto Sampedro, como aquela em que descreve o hábito da poeta de tocar depois do almoço uma série de peças rematando sempre por uma Alvorada, que Filgueira recolhe no seu artigo.⁷⁸⁵ Afirma Murguía que a dita Alvorada era tocada já nos meados do século XIX pelo mestre de capela José Pacheco (1784-1865), na catedral de Mondonhedo, Galiza, e afirma a conveniência de procurar esse dado.⁷⁸⁶

5.- AVELINA VALLADARES (1825 – 1902): A SOLIDÃO EM NOTAS PARA GUITARRA

Talvez seja a casualidade, mas no Cancioneiro de Marcial Valladares, irmão da excelente poeta Avelina Valladares, achado no arquivo de música da família, também há uma peça, neste caso é um vilancico, que parece uma composição feita por um músico erudito, depois aprendida pelos fregueses e finalmente convertida numa cantiga popular, que foi como a recolheu o autor do cancionero.

As idas e voltas da música de tradição popular e de tradição erudita são frequentes e é facto que une ainda mais às duas poetisas e intelectuais galegas. No caso de Avelina Valladares, temos a certeza de que sabia música entre outras muitas evidências porque no arquivo da sua casa acha-se esta peça, assinada por ela, e escrita para guitarra:



787

A peça está composta por duas partes, a primeira em fá maior e a segunda em ré menor, mantendo sempre um delicioso sabor modal. Intitulada em castelhano «La Soledad. Dancita por A. V.» [Trad. **A solidão. Dancita por A. V.**] esses dezasseis compassos ilustram musicalmente a vida retirada que a poeta levou na sua casa de Vilancosta, paróquia de Berres, no concelho da Estrada (Galiza).

⁷⁸⁵ Dentre as numerosas gravações que há desta Alvorada recomendo ouvir a do coro *Toxos e Froles*, do ano 1922, restaurada e re-editada pela casa Ouvirmos em 2003.

⁷⁸⁷ Não tenho conhecimento de que se tenha achado essa Alvorada entre as obras do mestre Pacheco. Existe uma tese sobre os vilancicos galegos da catedral de Mondonhedo de VILLANUEVA, CARLOS (1989).

Avelina Valladares foi uma mulher independente que não achou companheiro para a sua vida, ou se achou, não se uniu a ela. Que ficou ao cuidado da casa petrucial que herdara junto dos seus irmãos, convivendo com Marcial Valladares, igualmente solteiro, ao longo de mais de trinta anos. Que se debruçou nas atividades sociais como a da secretaria da Junta Paroquial da Beneficência, pela que em 1864 receberia, em recompensa pelos seus serviços humanitários, a Cruz desta instituição.⁷⁸⁸

O seu biógrafo, X. Luna Sanmartín, diz que era por ser tímida que Avelina não se deixou retratar. Não sei se seria esse o motivo, mas o certo é que os únicos retratos que nos chegaram dela são os que os seus contemporâneos fizeram através das palavras que deixaram escritas. Dentre todos os que nomeia Luna Sanmartín escolho, pela sua beleza, este de A. Losada Diéguez, realizado em 1925 com motivo do aniversário do nascimento da poeta, que morrera vinte e três anos antes:

*«Lembro-me da primeira vez que vi Avelina Valladares – tempos velhos de ledices moças! – naquela casa de Vilancosta cheia de saudade, inesquecível, naquela paisagem enmeigada... A limpa e nobre frente, os claros e luminosos olhos, um falar tudo sossego e doçura, que era feitiço dos nenos, e admiração dos grandes. Assim era Avelina Valladares... Ainda hoje depois de tantos anos a minha impressão daquela grande mulher está viva no fundo azul da sua mirada e no sereno ritmo do seu falar».*⁷⁸⁹

Nada digo da produção poética destas duas mulheres já que bastante se tem estudado sobre a sua obra literária, especialmente sobre Rosalía Castro. E porque o meu objetivo era o de exprimir vários conceitos fundamentais na hora de realizar um estudo mais aprofundado da música e da sociedade galega no século XIX:

- Que na Galiza oitocentista, apesar da precariedade de conhecimentos a respeito da nossa história, a educação das classes acomodadas, ainda traspasada pela peneira espanhola, fornecia os meios para os e as estudantes que o desejarem poderem desenvolver e conservar em bom estado os costumes e a cultura galega.
- Que foram também mulheres as que levaram ao terreno erudito a tradição popular tanto na poesia quanto na música, como foi o caso de Rosalía Castro e Avelina Valladares.
- Que a formação musical, assim como em línguas, era tida como indispensável para a educação das pessoas dessas classes acomodadas, em especial para a educação das mulheres.
- Que devido a essa educação musical existe uma continuidade no uso de diferentes instrumentos, entre eles a guitarra, tanto no âmbito eclesiástico quanto no civil.
- Que uma investigação a sério sobre estes aspetos culturais galegos serviria para entender melhor a evolução tanto da música tradicional e erudita quanto da língua portuguesa na Galiza.

Para rematar transcrevo um poema de Avelina Valladares, citado por J. Vales Failde no seu livro sobre Rosalía Castro publicado em 1906, que até esse momento estava inédito como boa parte da produção literária de Avelina Valladares. Nele podem ouvir-se ecos do coração da poeta, cheio de murmúrios e apagadas vozes que ressoaram em muitos dias e noites destas duas grandes poetisas e músicas galegas:

*A pobre orfinha
Orfinha fiquei no mundo
Des' que a luz do mundo vi
Nunca agarimo senti
Dos pais que me deram ser.*

*Prendida do seu amor,
Vidinha da sua vida,
A negra morte atrevida
Não mos deixou conhecer.*

⁷⁸⁸ Rosalía Castro dedica o seu poemário *Folhas Novas* à Sociedade de Beneficência dos galegos na Havana (Cuba) em 1880.

⁷⁸⁹ Publicado em *El emigrado*, A Estrada, Galiza, nº 172, 24-X-1925 e tomado do livro de LUNA SANMARTÍN (2000) *Ond'o sol facheaba ô amañecer*, que é biografia e edição dos textos da autora. A citação de Losada Diéguez está escrita originalmente em português galego, mas aí fica adaptada por mim às normas do Acordo Ortográfico da língua portuguesa.

*Limpo, ou lixoso mamei
Alheio leite, coitada!
E no berço adormentada
Fui por alheio rom-rom.*

*Tenras miradas de mãe
Sorrisos, doces biquinhos,
Afagos, meigos carinhos
Não houve pra mim, ai!, não.*

*Amantes falas, consolos
Que outras avondo alcançaram
Tão longe de mim andaram
Que a senti-los não cheguei*

*Descarriada, sem ventura
Sem haver, sem acomodo
Orfinha sozinha de todo
Na terra fiquei, fiquei.*

II

*Por isso o coração se me estremece
E cheio de mortal melancolia
Tudo arredor de mim feio aparece
Nada solaz me dá nem alegria.*

*Qual brêtema que envolve o cotarelo
Onde o Sol facheava ao amanhecer
Assim também a mim de luto um velo
Circundou-me de súbito ao nascer.*

*De balde pra espargir o pensamento
Corro a escutar do campo os passarinhos
Que, tolos bulindo de contentamento
Cibicada carregam pr' os filhinhos.*

*Ditosos eles que an' que ali chiando,
Da orfandade não se compreende a amargura
E miram pra seus pais ledos cantando
Sem cuidar-se da minha desventura!*

*Ai! Quem no peito seu não teve mágoas
Nem da vida no mar provou escolhos,
Mal se decata das alheias bágua
Boite!!... Não sabe o que é tê-las nos olhos.*

*Aonde irás em busca de consolo,
Orfinha triste orfinha, aonde irás? ...
Acá abaixo não o há, no céu solo
Entre os anjos de Deus o acharás.*

Rompei Senhor esse telhado argente

*Por onde o Sol, sem cair belo caminha
Abri as nuvens e baixai esplendente
A tirar deste mundo a pobre orfinha.*

6. BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Rosalía (1863) *Cantares Galegos* Vigo: M. Murguía
- CATURLA, M^a Luísa (1982) *António de Puga, pintor gallego*. A Crunha, Galiza: Barrié de la Maza
- FILGUEIRA VALVERDE, Xosé (1985) «Rosalía de Castro e a música» in *Atas do Congreso Internacional de Estudos sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo* Compostela: Consello da Cultura Galega, 1986 p. 33-56.
- LUNA SANMARTIN, Xosé (2000) *Ond'o sol facheaba ô amanhecer*. Vida e obra da cantora da Ulla / Avelina Valladares Núñez. A Estrada, Galiza: Fouce
- REI SANMARTIM, Isabel (2009) «Iconografia musical nos mosteiros de Cella Nova e Osseira» inédito, trabalho para curso de doutoramento na USC.
- REI SANMARTIM, Isabel (2009) «A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia» publicado nas atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia.
- SORIANO FUERTES, Mariano (1856) fasc. *Historia de la música española...* Madrid: ICCMU 2007, vol. II
- VALES FAILDE, Javier (1906) *Rosalía de Castro* Madrid: Imp. de la revista de archivos.
- VÁRIOS AUTORES (2007), *Itinerários Histórico-Musicais. Celanova*. Sárria: Ouvirmos
- Para mais informação sobre o lenço de António de Puga:
<http://ilhadeorjais.blogspot.com/2009/01/n-13-guitarra-de-antonio-de-puga.html>
 - Para mais informação sobre a harpa-guitarra no XIX:
http://www.harpguitars.net/players/encyclopedia_of_hg_players.htm#t
<http://www.harpguitars.net/history/lacote/lacote.htm>
 - Para mais informação sobre a guitarra no s. XIX:
- BRISO, Luis (1995) *Un fondo desconocido de música para guitarra* Madrid: Ópera Tres.
- DELL'ARA, Mario (1988) *Manuale di storia della chitarra vol 1º: La chitarra antica, classica e romantica* Ancona, Itália: Ed. Bèrben.
- GÁSSER, Luis (ed.) (2003) *Estudios sobre Fernando Sor* Madrid: ICCMU.
- MANGADO ARTIGAS, J. M. (1998) *La guitarra en Cataluña, 1769-1939* Londres: Tecla
- RAGOSSNIG, Konrad (2003) *Handbuch der Gitarre und Laute* Mainz, Alemanha: Schott.
- TURNBULL, Harvey (1974) *The Guitar from the Renaissance to the Present Day* Connecticut, EUA: The Bold Strummer Ltd.
- VICENT, Alfredo (2002) *Fernando Ferandiere* Madrid: UAM
<http://www.earlyromanticguitar.com/>
http://www.encyclopedia.cat/fitxa_v2.jsp?NDCHEC=0063750

100) M^a DO CÉU CAETANO

MARIA DO CÉU CAETANO é professora auxiliar com nomeação definitiva no Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde se doutorou em 2003. A par da docência, é investigadora do grupo Gramática & Texto, subprojeto Programma (Processos de Gramaticalização em Português Europeu), do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, a cuja comissão diretiva pertence. Tem desenvolvido alguns estudos sobre a formação de palavras em português, particularmente no domínio da sufixação.

AS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS DE LEITE DE VASCONCELLOS E DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, MARIA DO CÉU CAETANO, FCSH-UNL/CLUNL

Nesta comunicação, irei tecer algumas considerações acerca do conceito de gramática histórica para, seguidamente, me centrar nas gramáticas históricas do português e, dentro destas, darei particular atenção às *Lições de Filologia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959³) e às *Lições de Filologia Portuguesa*, de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), ou não fossem elas obras de dois dos autores homenageados neste 8º Colóquio Anual da Lusofonia.

0. INTRODUÇÃO

Como é sabido, os gregos antigos discutiram diversas questões relacionadas com a linguagem, nomeadamente em torno das origens das palavras (cf. o *Crátilo* de Platão (427-347 a. C.)).

De entre os gramáticos gregos antigos, um dos mais conhecidos é Dionísio de Trácia (século I) que, na *Arte da Gramática*, define a gramática como "*o conhecimento prático dos usos gerais dos poetas e prosadores*" (cit. por Duarte, 1996: 14), a qual é constituída por seis partes (*leitura correta; interpretação das expressões literárias; estudo da fraseologia; identificação das etimologias; analogia e "apreciação das composições literárias, que é a parte mais nobre da gramática"* (Duarte, 1996: 14)).

É sobre o modelo grego acima citado que os gramáticos latinos, sobretudo Donato (século IV) e Prisciano (século VI), elaboram as suas gramáticas, as quais, por sua vez, predominaram como modelos dos vários manuais de latim produzidos durante a Idade Média. Os gramáticos medievais, segundo Bloomfield, "*saw in classical Latin the logically normal form of human speech*" (Bloomfield, 1933: 6).

Com o Renascimento e a invenção da imprensa, a atenção dos gramáticos deixa de se restringir ao estudo do grego e do latim, acresce o interesse pela análise das suas próprias línguas e, nessa medida, uma das principais preocupações dos gramáticos humanistas prende-se com a normatização gráfica, desencadeada pela "*necessidade de promoção e fixação da língua vernácula, situação que se alarga ainda no século XVII*" (Gonçalves, 1996: 42). Em 1492, após a publicação da primeira gramática espanhola, da autoria de Nebrija, orientada por princípios humanistas, "*ainda se publicaram em Espanha numerosos dicionários e gramáticas, revelando um crescente interesse filológico*" (Iordan [1962] 1973: 16). No início do século XVI, esse interesse filológico foi extensível a Portugal, contribuindo para "*a renovação do horizonte gramatical português*" (Verdelho, 1988: 98) e para as primeiras reflexões teóricas sobre o português⁷⁹⁰.

No século XVII registaram-se avanços significativos no domínio dos estudos gramaticais, com a publicação, em 1660, da *Grammaire générale et raisonnée, contenant les fondements de l'Art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle*, de A. Arnault e C. Lancelot, gramáticos racionalistas da escola de Port-Royal. Os ecos da escola de Port-Royal fizeram-se sentir um pouco por toda a Europa, durante o século XVIII e princípios do século XIX, sendo o representante máximo desta corrente, em Portugal, Jerónimo Soares Barbosa que publicou, em 1822, a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*⁷⁹¹.

No início do século XIX, a descoberta do sânscrito⁷⁹² impulsionou o estudo comparativo das línguas e viria a resultar no estabelecimento da hipótese do Indo-Europeu e na fundação da Linguística como disciplina científica,

790 cf. Oliveira, Fernão de (1536) *Grammatica da lingoagem portuguesa*, ed. lit. de Maria Leonor Carvalho Buescu, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975 e Barros, João (1540) *Grammatica da lingua portuguesa*, ed. lit. de Maria Leonor Carvalho Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

791 Barbosa, Jerónimo Soares (1822) *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem*, Lisboa: Real Academia das Sciencias.

792 Na realidade, durante os séculos XVI e XVII, o conhecimento do sânscrito já havia chegado à Europa, através dos missionários. No século XVIII, pela ação dos ingleses que foram para a Índia, esse conhecimento tornou-se mais completo, se bem que só se tivesse generalizado durante o século XIX (cf. Bloomfield, 1933: 11).

destacando-se os trabalhos de Franz Bopp (1816)⁷⁹³, de Rasmus Kristian Rask (1818)⁷⁹⁴ e de Jakob Grimm (1819)⁷⁹⁵. Os métodos e ensinamentos expressos nestas três obras seriam aproveitados por Friedrich Diez, na sua *Grammatik der Romanischen Sprachen*⁷⁹⁶, obra em três volumes (Fonética, Morfologia e Sintaxe), que veio contribuir decisivamente para o desenvolvimento da linguística românica e que terá estado na base de algumas gramáticas históricas do português. Outra obra fulcral, tanto para a linguística românica em geral, como para a elaboração de gramáticas históricas do português, foi a *Grammatik der Romanischen Sprachen*, de Meyer-Lübke⁷⁹⁷, representante da escola neogramática.

A conceção de língua dos neogramáticos "pode ser considerada como obedecendo aos princípios das ciências naturais" (Iordan [1962] 1973: 52) e, por isso, a recolha e a descrição histórico-comparativa de inúmeros factos linguísticos constituíram um dos seus principais objetivos, como se pode verificar nas gramáticas históricas do português que, na sua maioria, seguiram este modelo.

Depois desta breve introdução, passarei, então, ao conceito de gramática histórica.

1. CONCEITO DE GRAMÁTICA HISTÓRICA

Um dos autores que discorre longa e profundamente sobre as gramáticas históricas românicas mais marcantes é Malkiel ([1960] 1968), o qual define o conceito e apresenta os vários tipos de gramática histórica, a sua estrutura e conteúdo, a apresentação, as relações com outros domínios linguísticos, etc. Trata-se de uma definição⁷⁹⁸ que precisa vários aspetos: a análise diacrónica incide sobre dados estritamente linguísticos, excluindo a descrição de factos históricos, mesmo que eles tenham exercido influências a nível da língua (por exemplo, a introdução no léxico de certos vocábulos ou expressões, resultantes de contacto; cf. Malkiel [1960] 1968: 134-135); a descrição dos dados deve estar criteriosamente organizada, ou seja, deve obedecer a uma estrutura bem definida, o que leva à exclusão de muitos estudos diacrónicos (monografias, lições, antologias, edições críticas, volumes de homenagens, por exemplo), os quais não se inserem dentro da categoria de gramática histórica devido à sua "inherent looseness and selectivity" (Malkiel [1960] 1968: 72), casos em que os aspetos formais estão submetidos ao léxico e não o inverso; a gramática histórica é sempre comparativa⁷⁹⁹, ao passo que uma gramática comparativa pode ou não ser histórica, e essa comparação é feita de forma sistemática entre dois estádios, razoavelmente distantes, de uma mesma língua. Na grande maioria das gramáticas históricas das línguas românicas, embora não sendo uma condição estritamente necessária, a comparação consiste na confrontação entre o Latim e o estado atual de uma língua e pode seguir duas direções: prospetiva, quando o ponto de partida é o mais antigo de dois estádios de língua ou o mais antigo das várias fases consecutivas que se estão a comparar, e retrospectiva, se a análise de uma língua românica moderna for pontuada com a invocação dos antecedentes latinos ou medievais (cf. Malkiel [1960] 1968: 74 e 82-83).

A amplitude e a dimensão temporal ("breadth" e "depth" em Malkiel [1960] 1968) das gramáticas históricas estão inter-relacionadas e determinam, em parte, quer a estrutura das mesmas, quer o método seguido. Não é o

793 Bopp, Franz (1816) *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*, Frankfurt.

794 Rask, Rasmus (1818) *Undersøgelse om det Norske eller Islandske Sprogs Oprindelse*, Copenhaga: Gyldendal.

795 Grimm, Jakob (1819-1834) *Deutsche Grammatik*, Göttingen: Dieterich, 4 vols.

796 Diez, Friedrich (1836-1844) *Grammatik der Romanischen Sprachen*, Bonn: Weber, 3 vols. (trad. fr. de Gaston Paris, 1863, *Grammaire des Langues Romanes*, Paris: Franck).

797 Meyer-Lübke, Wilhelm (1890-1902) *Grammatik der Romanischen Sprachen*, 4 vols. [I: *Lautlehre* (1890), II: *Formenlehre* (1893), III: *Syntax* (1899), IV: *Register* (1902)], Leipzig: Fues (Reisland). Trad. fr. de E. Rabet (I), A. e G. Doutrepoint (II-III), id., com A. Counson (IV), 1890-1906, *Grammaire des Langues Romanes*, Paris: Welter.

798 Para Malkiel ([1960] 1968: 72-73), a gramática histórica é "a formal arrangement of strictly linguistic data pertaining to structure rather than to the lexicon and viewed in diachronic perspective; that is to say, it presupposes at least two parallel sets of forms separated by a sufficiently extended period of time (...) Every historical grammar is, by definition, comparative, the minimum comparison residing, we recall, in a point-by-point confrontation of two successive, reasonably distant stages of the same language".

799 Segundo Malkiel, convencionalmente, fala-se de "'comparative historical' grammar only where more than one daughter-language is contrasted with the actual or putative ancestral tongue" (Malkiel [1960] 1968: 73).

número de disciplinas contempladas por cada um dos autores que, só por si, serve de indicador da maior ou menor relevância de uma gramática histórica, mas antes o tipo de análise (ampla e profunda) que é efetuado. Em Malkiel ([1960] 1968: 74), "breadth" designa "*the number of families, languages or dialects subjected, as independent entities, to systematic comparison*", o que significa que quanto maior for esse número e quanto mais sistemáticas forem as comparações, maior será a amplitude da gramática. Por outro lado, "*depth will signal the length of time selected along the chronological axis, both in absolute terms and with special attention to the number of clearly discernible stages with which the analyst decides to operate*" (Malkiel [1960] 1968: 74).

O conceito de gramática histórica que adoto é, pois, o de Malkiel ([1960] 1968), atendendo aos princípios que estiveram na base da definição aduzida pelo autor, i.e., análise diacrónica de dados linguísticos, estruturação coerente dos assuntos e primazia dos aspetos formais.

Recuperando o artigo de Malkiel ([1960] 1968), Martins (1996) apresenta um conjunto de gramáticas históricas, o qual constituiu um ponto de partida para a seleção que eu própria efetuei (cf. Caetano 2003). A autora dividiu essas gramáticas em dois grupos: um em que inclui "*obras de maior fôlego e ambição [;] elaboradas visando a comunidade científica*" (Martins, 1996: 56) e outro onde "constam as gramáticas a que poderemos chamar 'didáticas', isto é, as que destinadas a estudantes do ensino liceal, foram, em geral, elaboradas de acordo com os programas que aí vigoravam", sendo esta última listagem meramente exemplificativa.

Da primeira listagem de Martins (1996) fazem parte as gramáticas de Jules Cornu (1888), José Joaquim Nunes ([1919] 1989), Manuel Said Ali ([1931] 1964), Joseph Huber ([1933] 1986), Edwin B. Williams ([1938] 1961) e Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1975), enquanto na segunda temos as gramáticas de Teophilo Braga (1876), Manuel Pacheco da Silva Jr. (1878), António R. Vasconcellos (1900), Eduardo C. Pereira ([1916] 1935), Antenor Nascentes ([1929] 1942), Brandt Horta ([1930?] s.d.)⁸⁰⁰, Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937), Ismael Coutinho (1938) e Francisco J. Martins Sequeira ([1938a] 1959).

Em termos da organização de matérias, as gramáticas históricas geralmente consideradas como tal, aquelas que fazem parte da primeira lista de Martins (1996), encaixam-se na definição fornecida por Malkiel ([1960] 1968), mas não são significativamente diferentes das da segunda listagem, a das gramáticas ditas 'didáticas'. No entanto, partindo de uma perspetiva meramente quantitativa, o número de páginas que umas e outras dedicam aos vários níveis de análise pode ser, em muitos casos, elucidativo do maior ou menor "fôlego" que foi despendido na sua elaboração. Temos, por exemplo, no que diz respeito à morfologia flexional, as gramáticas de Edwin Williams ([1938] 1961) e de Francisco Martins Sequeira (1938a), que possuem, respetivamente, 137 e 42 páginas sobre o assunto. Também os títulos das gramáticas do segundo grupo refletem, provavelmente, aspirações menos elevadas por parte dos seus autores: o adjetivo "elementar" qualifica a gramática de Teophilo Braga (1876), assim como a anteposição de "noções" (Brandt Horta [1930?] s.d.), "elementos" (Jaime de Sousa Martins [s.d.] 1937) e "pontos" (Ismael Coutinho, 1938) a Gramática Histórica pressupõem que terá havido uma seleção dos assuntos tratados e que os seus autores não tivessem grandes pretensões de exaustividade e de originalidade.

A segunda característica diferenciadora apontada por Martins (1996) refere-se ao público-alvo, que seria os estudantes do ensino liceal da época, enquanto as gramáticas históricas, em sentido restrito, visariam a comunidade científica em geral. Nas gramáticas do segundo grupo, não só é assumido o facto de estas serem elaboradas de acordo com os programas como, frequentemente, a seguir ao título, aparece expresso o grau de ensino a que se destinam. Veja-se, por exemplo, os subtítulos das gramáticas de Manuel Pacheco da Silva Jr. (1878), António R. Vasconcellos (1900), Eduardo C. Pereira ([1916] 1935) e Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937)⁸⁰¹.

800 Embora sem data, é possível situar de forma aproximada a 1.ª edição desta gramática da autoria de Brandt Horta pois, na "Impressão de Leitura", que antecede a obra (cf. pág. 5), João Ribeiro refere a Gramática Histórica de Pereira ([1916] 1935) e o Idioma Nacional (IV série) de Nascentes ([1929] 1942), realçando que a obra de Horta "apresenta vantagens consideráveis sobre os dois primeiros, sob alguns aspetos práticos e pedagógicos". Como João Ribeiro não faz alusão à Gramática Histórica da Língua Portuguesa de Said Ali ([1931] 1964) e sabendo-se da importância e da influência que esta última viria a alcançar, deduzo que a data da publicação da obra de Brandt Horta tenha sido anterior à de Said Ali, i.e., por volta de 1930.

801 Silva Jr. (1878, *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa* - Compendiada para uso dos alumnos do 7º anno do imperial Collegio de Pedro II, das escolas normaes e de todos os que estudam o idioma nacional), Vasconcellos (1900, *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa* - VI e VII Classes do Curso dos Lyceus), Pereira ([1916] 1935, *Grammatica Histórica* - obra aprovada e adaptada pela Congregação do gymnasio official de São Paulo), Martins ([s.d.] 1937, *Elementos de Gramática Histórica* - para a Quarta Série).

Mas, é nos prefácios que os autores referem mais desenvolvidamente o tipo de público a que se destinam as obras (cf., por exemplo, Pereira ([1916] 1935: iv), Brandt Horta ([1930?] s.d.: 7), o qual confessa a sua não originalidade, dizendo que os pontos que trata são "um resumo das lições do grande mestre Joaquim Nunes, por demais elevadas para a mentalidade dos nossos alunos da quarta série", Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937: 9), Ismael Coutinho (1938: 9), que rotula de "modesto" o seu trabalho, e Francisco J. Martins Sequeira ([1938a] 1959: 5-6).

Temos, pois, como principal característica diferenciadora das gramáticas históricas "científicas" o facto de as gramáticas "didáticas"⁸⁰² serem assim designadas por se destinarem ao ensino liceal da época, sem que isso signifique que na base da elaboração das mesmas não esteja uma investigação dos vários aspetos aí tratados. O facto de o público-alvo ser os estudantes não impede, como é referido nalguns casos, que este se alargue a outros potenciais estudiosos. Todavia, esta feição 'didática' é, por vezes, relevante em termos de conteúdo ("breadth" e "depth").

Até aqui, fiz referência a gramáticas histórico didáticas que fazem parte do segundo conjunto apresentado por Martins (1996). A estas poderão acrescentar-se, pelas razões a seguir invocadas, várias outras obras: a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade, *O Meu Idioma*, de Othoniel Mota⁸⁰³ e a *Gramática de Português* de Francisco J. Martins Sequeira.

Entre a publicação da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Silva Jr. (1878) e a da *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Silva Jr. e Andrade ([1887] 1913), medeiavam nove anos. O motivo que me levou a incluir no conjunto esta última prende-se com o facto de a mesma não apresentar grandes diferenças quanto ao conteúdo, método e estrutura⁸⁰⁴, quer relativamente à *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Silva Jr. (1878), quer no que diz respeito às restantes.

Os objetivos e a estrutura da gramática de Othoniel Mota ([1916] 1937) são idênticos aos das outras obras que tenho vindo a considerar. Segundo o autor, o plano geral do seu trabalho obedeceu à intenção de "*tornar a gramática expositiva, a rudimentar, iluminada pela gramática histórica*" (Mota [1916] 1937: 5), sublinhando que abdicou propositadamente do excesso de "*rigor científico*"⁸⁰⁵.

A inclusão da *Gramática de Português* de Francisco J. Martins Sequeira⁸⁰⁶ deve-se ao facto de os aspetos centrais neste trabalho serem mais desenvolvidos do que na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, também da sua autoria e publicada no mesmo ano.

Pretendo, assim, concluir que os princípios que autorizaram a inclusão das obras no conjunto das gramáticas históricas não se ficam a dever à designação que ostentam, a qual, por si só, não é elucidativa da natureza das mesmas. Estas gramáticas históricas 'didáticas' são, também elas, uma fonte preciosa no que toca a dados e a descrições e não contrariam a definição de gramática histórica de Malkiel ([1960] 1968).

Além das já referidas, acabei igualmente por incluir mais três obras: a *Grammatik der Portugiesischen Sprache*, de Carl von Reinhardstoettner (1878), as *Lições de Filologia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959) e as *Lições de Filologia Portuguesa*, de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.).

802 A distinção "gramática histórica" / "gramática [histórica] didática" efetuada por Martins (1996) não aparece em Malkiel ([1960] 1968).

803 A 1.ª edição desta gramática poderá datar-se, aproximadamente, de 1916 - princípios de 1917. Quando no final da obra são transcritos os comentários e apreciações de algumas individualidades, uma delas confessa ter ficado muito agradada, "tendo lido nestas férias «O meu idioma»" (Mota, 1937: 245), assinando com a data de 19 de Março de 1917.

804 Segundo os autores, trata-se de uma gramática que assenta "sobre a base da história e da comparação" (Silva Jr. e Andrade [1887] 1913a: vi).

805 Após ter analisado a obra de Mota ([1916] 1937), vejo na alegada renúncia ao "*rigor científico*" mais o desejo de sublinhar a feição didática do compêndio, do que propriamente a incapacidade de, com profundidade e exaustividade, tratar os temas propostos.

806 Indicada como Sequeira (1938b). Nesta gramática, destinada ao 2.º ciclo dos liceus da época, o autor não se ficou pelo cumprimento do programa oficial, tendo estudado e aprofundado matérias que se situam muito além do que era exigido.

Apesar de nenhum dos gramáticos históricos aludir à gramática de Reinhardstoettner (1878)⁸⁰⁷, Malkiel ([1960] 1968: 97) aponta esta obra como sendo uma (boa) exceção, ao mencionar o extenso capítulo sobre "Wortbildung" (cf. Reinhardstoettner, 1878: 111-156), incluído entre as secções da Fonologia e da Flexão.

Quanto às *Lições* de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), não consideradas por Martins (1996) como gramáticas históricas, quer Malkiel ([1960] 1968: 80), quer Cuesta ([1949] 1980: 31) as apontam como pertencendo a essa categoria. São obras cujos títulos, conteúdo, estrutura e público-alvo são muito idênticos, como veremos mais adiante.

Além destas, temos ainda as gramáticas históricas unidisciplinares. Tais são os casos das gramáticas históricas de Adolfo Coelho (1868), em que, apesar de estarem previstos três, só um dos volumes saiu, o da *Phonologia*, e de Rodrigo de Sá Nogueira (1932), versando sobre Fonética Histórica.

Assim, o período de publicação das gramáticas históricas do português situa-se entre os fins do século XIX e a primeira metade do século XX, mais concretamente, entre 1876 (cf. *Grammatica Portugueza Elementar*, Teophilo Braga) e 1946 (cf. *Lições de Filologia Portuguesa*, Carolina Michaëlis Vasconcellos), à exceção de *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., publicada em 1975.

De seguida, irei então analisar mais de perto as gramáticas históricas de Leite de Vasconcellos ([1911] 1959) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), quer relativamente à estrutura, quer ao conteúdo.

2. AS LIÇÕES DE LEITE DE VASCONCELLOS ([1911] 1959³) E DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS ([1946] S.D.)

A primeira é um conjunto de cento e doze conferências, proferidas durante os anos de 1903-1909 (vinte e duas preleções no 1.º ano; onze no 2.º; dezoito no 3.º; quinze no 4.º; nove no 5.º; oito no 6.º; onze no 7.º e dezoito no 8.º), "que a princípio se destinavam (...) aos alunos do Curso de Bibliotecário-Arquivista, [mas que] em breve começaram a ser assistidas de alunos de cursos de fora, e também de professores, escritores e outras pessoas" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959: vii). A segunda é constituída por preleções feitas aos cursos de 1911-1912 (Lições I-XII) e de 1912-1913 (Lições XIII-XVII, seguidas de sete Lições relativas à Leitura e Explicação de Textos dos séculos XIII e XIV), na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Para Leite de Vasconcellos ([1911] 1959: 3), a gramática histórica é o estudo de "uma língua considerada conexamente em todos os períodos da sua existência", enquanto a Gramática, em sentido geral, consiste no conjunto de três análises, i.e., análise sintática, morfológica e fonética. Além da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe, Leite de Vasconcellos (cf. págs. 4-6) aponta outras áreas da Gramática, tais como: a "Semasiologia, Sematologia ou Semântica" ("o estudo das transformações de sentido"), a "Onomasiologia" ("que estuda, em determinado momento, ou no decurso dos tempos, as várias maneiras de exprimir as ideias" e a que outrora se chamava "Sinonímia") e a "Geografia Linguística" ("quando se acompanha, em determinado território, a distribuição dos fenómenos glóticos, as transformações e lutas recíprocas dos vocábulos, os seus deslocamentos")⁸⁰⁸. O autor aplica o termo de "Gramática prática, empírica, ou meramente descritiva" ao estudo de "uma língua considerada em si mesma e em certo período" e quando se trata de estudar "várias línguas entre si, para determinar as relações de umas com as outras, recebe o nome de gramática comparativa" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959: 3). Considera que a Gramática faz "parte de outra disciplina mais vasta, a qual sóe chamar-se Glotologia, Glótica, ou Linguística", havendo uma preferência de Leite de Vasconcellos pelo primeiro

807 Gramática publicada pela mesma editora (Karl J. Trübner, Strassburg) que deu à estampa a gramática de Jules Cornu (1888), para a qual outros gramáticos e estudiosos remetem muitas vezes.

808 Outros domínios há que, na opinião do autor, sem fazerem parte integral da Gramática, estão em maior ou menor grau relacionados com ela, como por exemplo a Estilística, a Métrica, a Estética, a Retórica, a Poética e a História da Literatura. Mas, Leite de Vasconcellos não circunscreve a todos estes domínios o âmbito da Gramática, pois, segundo afirma, "muitos outros assuntos se apresentam no horizonte do investigador, por exemplo: origem das palavras (Etimologia); diferenciação dialetal, ou Dialetolegia; maneira de nomear as pessoas e os lugares, ou Onomatologia".

termo, por se integrar no paradigma das palavras em *-logia*. Na definição que fornece, "Filologia Portuguesa" é "o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobre tudo como documento formal da mesma língua" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959: 9).

O facto de o público ser heterogéneo contribuiu, de acordo com Leite de Vasconcellos ([1911] 1959), para que as *Lições* não obedecessem a um "plano fixo" e para que ele tivesse a "*liberdade de lhes dar a amplitude que [lhes] parecesse, com tanto que não ultrapassasse as fronteiras da ciência*". Baseando-se em todas as matérias estudadas e suponho que para espelhar a coesão das *Lições*, Leite de Vasconcellos ([1911] 1959) elaborou "um quadro sinóptico de Filologia Portuguesa", que aparece no fim do volume, em que figura o seguinte: "Introdução", "Gramática Histórica" ("I. Fonologia", "II. Morfologia", "III. Partículas e interjeições", "IV. Formação de Palavras", "V. Sintaxe"), "Estilística e Métrica", "Sematologia ou Semântica", "Léxico", "Onomatologia", "Dialetoлогия" e "Literatura". Na designação "Gramática Histórica", Leite de Vasconcellos ([1911] 1959) inclui, pois, os domínios que comumente encontramos noutras gramáticas desse género. A organização deste trabalho encontra-se, portanto, em sintonia com a definição de Filologia do autor (i.e., o estudo "1) da Glotologia; 2) da Métrica; 3) da História da literatura" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959: 7))⁸⁰⁹, conceito que ele utiliza para designar a obra.

Após ter historiado o aparecimento, as aceções e o âmbito de estudo da Filologia (cf. *Lições* I e II da Parte II), Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.: 146) refere que, no século XIX, houve necessidade da parte de alguns estudiosos de introduzir o "*vocabulo glotologia para designar a moderna ciência da linguagem*", mas, pela parte que lhe toca, não encontra justificação para tal, uma vez que está convicta de que "*o estudo de uma língua, por mais científico que seja, é filologia*" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 150)⁸¹⁰. Deste modo, rejeita a substituição do termo Filologia por qualquer outro mais recente (como, por exemplo, glotologia e linguística), tendo em conta que, na sua opinião, a área de investigação da Filologia se alargou e que é esta a única designação adequada quando se trata do "*estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional*" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 156)⁸¹¹. Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.: 126) acrescenta ainda que o "*filólogo deve sempre historiar e, comparando, retroceder até chegar às origens, aos elementos primários*"⁸¹² e deve incluir nos trabalhos filológicos "*o estudo histórico e comparado da língua com investigações etimológicas, dialetológicas, semasiológicas, etc.*" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 151).

A obra de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.) é constituída, como sabemos, por quatro partes: "Parte I. Preleções feitas ao Curso de 1911/1912", "Parte II. Filologia Portuguesa (I)", "Parte III. Filologia Portuguesa (II)" e "Parte IV. *Lições Práticas de Português Arcaico. Leitura e Explicação de Textos dos Séculos XIII e XIV (em Fac-símiles de Manuscritos antigos)*". São dez as *Lições* que formam a primeira parte: quatro introdutórias, as quais designa por "Generalidades"⁸¹³ e seis relativas à derivação e composição⁸¹⁴, seguidas de "Apêndice à Ortografia Nacional" (pp. 100-123). A "Parte II." é formada por *Lições* relativas à "Filologia"⁸¹⁵ e a

809 Leite de Vasconcellos ([1911] 1959: 7) refere que destas três partes "se compõe uma obra publicada por G. Gröber, e colaborada por muitos sábios, com o título de *Grundriss der romanischen Philologie*".

810 A autora critica inclusive Adolfo Coelho (1868), que "para caracterizar o moderno estudo das línguas, como científico — histórico e comparado — lhe quis dar o nome, científico igualmente, de glotológico" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d. 150).

811 Descontando a diferença terminológica, repare-se na semelhança entre a primeira parte da definição de Filologia de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.: 156) e a de gramática histórica, fornecida por outros autores.

812 Os elementos primários são as "raízes", na terminologia da autora (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d. 126), ou seja, os étimos.

813 "Generalidades: [Recapitulação do Programa. Línguas românicas. O português — transformação orgânica do latim vulgar.]" (pp. 7-16), "Generalidades: [Períodos e características do português arcaico.]" (pp. 17-22), "Generalidades: [Palavras populares, eruditas e semieruditas.]" (pp. 23-32), "Generalidades: [Formas divergentes ou alotrópicas. O problema ortográfico.]" (pp. 33-39).

814 " [Derivação e Composição. Noções gerais, preliminares, teóricas] " (pp. 40-49), " [Derivação. Raízes (radicais, temas ou bases) e afixos. Sufixos mortos e sufixos vivos] " (pp. 50-59), " [Derivação. Excurso prosódico. Sufixos átonos e esdrúxulos: Explicação da sua atividade na linguagem popular] " (pp. 60-69), " [Derivação. Sufixo *-udo*; infixos *-z-* e *-r-*; *-aria* — *-eria*. Sufixos de proveniência não-latina. Outros processos de prefixação expressivos ou pitorescos] " (pp. 70-79), " [Resenha dos principais processos populares de sufixação. Derivação imprópria. Derivação verbal] " (pp. 80-85) e " [Prefixação. Excurso: Névoas de antanho. Prefixos nominais e verbais. Notas diversas] " (pp. 86-99).

815 "Lição I. Filologia: Noções etimológicas e semasiológicas" (pp. 125-135), "Lição II. História da Filologia" (pp. 136-145), "Lição III. Glotologia" (pp. 146-156), "Lição IV. Classificação das línguas" (pp. 157-164), "Lição V. Línguas indo-germânicas" (pp. 165-176), "Lição VI. [A

"Parte III" é dedicada ao "Léxico"⁸¹⁶. A última parte, "Parte IV", é constituída por sete Lições, em que se transcrevem, criticam e se procede à análise vocabular de vários fac-símiles⁸¹⁷. Como se pode verificar pela estrutura apresentada, nesta obra, em que assumidamente se privilegia o estudo do léxico, as matérias relativas à Fonética e à Sintaxe têm uma presença mais ténue.

Assim, considero que, embora não ostentem a designação de 'Gramática' no título e estando organizadas em Lições e não em secções ou capítulos, como a maior parte das outras gramáticas, há, ainda assim, nestas duas obras, uma certa sistematicidade. Apesar de uma organização diferente das matérias (aliás, justificada por ambos os autores devido à heterogeneidade do público a que se destinavam)⁸¹⁸ e do peso conferido ao estudo do léxico ser maior do que noutras obras congéneres, não se afastam excessivamente da definição de gramática histórica que adotei: as principais disciplinas estão aí representadas, a comparação do português com o latim e com as outras línguas românicas é uma constante e a amplitude de análise dos dados linguísticos legitimam a sua inclusão⁸¹⁹.

3. CONCLUSÕES

É objetivo comum aos vários gramáticos históricos a descrição da evolução da língua portuguesa, desde a origem até ao período que se pretende estudar, sendo o latim o ponto de partida e o português da época contemporânea o ponto de chegada⁸²⁰. Daí que, como seria de esperar, os vários autores elejam o método (histórico-)comparativo, quer para estabelecer a comparação entre estádios diferentes do português, quer se trate de comparar o português com outras línguas românicas. Mas o facto de a diacronia ser sempre privilegiada, tendo em conta o seu poder explicativo, não significa que a sincronia (ou as várias sincronias) seja rejeitada, pois, por vezes, é a descrição da língua contemporânea que se assume como objetivo central.

A ideia de que a língua é um "organismo vivo" com tendências naturais e que, "*como tudo na natureza, está sujeita a transformações inevitáveis*" (Coutinho, 1938: 30) encontra-se repetidamente nas gramáticas históricas do português e sobrepõe-se àquela que encarava a mudança como corrupção.

Outro aspeto que merece destaque prende-se com a convicção de que o português, tal como as outras línguas românicas, descende do latim "popular falado" e não do latim "literário", como se pode verificar, por exemplo, em António R. Vasconcellos (1900: 75) e em José J. Nunes ([1919] 1989: 18).

Tanto J. Leite Vasconcellos ([1911] 1959), como Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), a par de Carl von Reinhardstoettner (1878), Othoniel Mota ([1916] 1937), Manuel Said Ali ([1931] 1964), Joseph Huber ([1933] 1986),

escrita.] Os ramos itálicos do tronco indo-germânico" (pp. 177-189), "Lição VII. Línguas românicas ou neolatinas" (pp. 190-206), "Lição VIII. O documento românico mais antigo (*Juramento de Estrasburgo*, de 842). Variantes ultramarinas das línguas românicas e dialetos crioulos" (pp. 207-222), "Lição IX. Cronologia dos falares romanços: I. Desde quando há língua romana, diversa da latina? II. Quando nasceram, e como se desenvolveram as línguas românicas diferenciadas" (pp. 223-230), "Lição X. Latim falado e latim escrito. Que sabemos nós do *Sermo Vulgaris*, como base das línguas românicas" (pp. 231-242), "Lição XI. Latim Vulgar. As suas tendências fonéticas, morfológicas e sintáticas" (pp. 243-251) e "Lição XII. Latim Vulgar. O acento, alma da palavra" (pp. 252-259).

816 "Lição I (XIII). Introdução" (pp. 261-280), "Lição II (XIV). Fontes do Léxico Português" (pp. 281-298), "Lição III (XV). Fontes do Léxico Português: Os elementos árabes" (pp. 299-310), "Lição IV (XVI). Fontes do Léxico Português: Vocábulos provenientes das línguas faladas na Europa, na Idade-Média" (pp. 311-322) e "Lição V (XVII). Fontes do Léxico Português: Estrangeirismos recentes" (pp. 323-330).

817 Fac-símile I da *Crónica Geral*, de 1404 (pp. 331-339), fac-símile II da versão galego-portuguesa da *Crónica Geral* (pp. 340-353), fac-símile III: uma página das *Leis de Partida* (pp. 354-367), fac-símile IV da *Crónica Troiana* (pp. 368-376), fac-símile V do *Cancioneiro da Ajuda* (pp. 377-402), fac-símile VI das poesias do *Cancioneiro da Vaticana* (pp. 403-422) e uma página do *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (pp. 423-429).

818 cf. Leite de Vasconcellos ([1911] 1959: ix), para quem a organização da sua obra se deve à circunstância de após se ter confrontado com três hipóteses: "apresentar as lições pela ordem em que foram dadas, tais quais: ou apresentá-las em ordem metódica, dentro de cada ano; ou tomar de cada grupo o que é comum a todos, e constituir com isso, embora completando-o ou ampliando-o, um tratado uniforme" ter optado pela segunda.

819 Na "Bibliografia Sumária", Teyssier ([1980] 1994: 111) também lista as obras de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959³) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.) nas "Gramáticas Históricas".

820 A obra de Joseph Huber ([1933] 1986), como assinala Rosa V. M. Silva (1991: 45), "segue o modelo historicista das gramáticas históricas; distingue-se, contudo, das outras porque confronta o latim e o português arcaico".

conferem um tratamento independente à Formação de Palavras e têm como objetivo descrever e explicar os processos de prefixação, sufixação e composição em si mesmos e não somente o seu resultado, ou seja, o facto de contribuírem para o enriquecimento lexical.

Todos os gramáticos estudados apontam a derivação e a composição como os processos que mais contribuem para o enriquecimento e desenvolvimento do léxico, independentemente do objetivo que os move, i.e., quer se centrem na procura das formas primitivas a partir das quais se desenvolveram as formas atuais, quer pretendam descrever as formas arcaicas remanescentes, sendo usuais as oposições de "vivo"/"morto" e "atual"/"arcaico", quando se trata de assinalar a vitalidade ou produtividade de determinados afixos e a disponibilidade de alguns processos, relativamente a outros que deixaram de dar origem a palavras morfologicamente complexas. Ou seja, nas obras em análise, no que diz respeito à Formação de Palavras, são tratadas questões que hoje em dia constituem temas centrais dos debates dos especialistas da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Bloomfield, Leonard (1933) *Language*, Nova Iorque/Chicago/San Francisco/Toronto: Holt, Rinehart & Winston.
- Caetano, Maria do Céu (2003) *A Formação de Palavras em Gramáticas Históricas do Português. Análise de algumas correlações sufixais*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- Duarte, Inês (1996) "Gramáticas do Português" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Colibri: Lisboa, vol. III, 13-18.
- Gonçalves, Maria Filomena (1996) "A ortografia na antiga gramaticografia portuguesa. As gramáticas do século XIX" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Colibri: Lisboa, vol. III, 39-52.
- Iordan, Iorgu (1973) *Introdução à Linguística Românica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Malkiel, Yakov (1960) "A Tentative Typology of Romance Historical Grammars" in *Essays in Linguistic Themes*, Oxford: Blackwell, 71-164 (também em *Lingua IX-4*, 1968).
- Martins, Ana Maria (1996) "Gramáticas Históricas do Português" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Colibri, vol. III, 53-71.
- Sá Nogueira, Rodrigo de (1932) *Curso de Filologia Portuguesa. I Parte: Noções Gerais e Fonética Histórica*, Lisboa: Ed. de José Fernandes Jr. (obra reeditada, com muito poucas alterações, nos *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*, 1938, Lisboa: Imprensa Nacional).
- Silva, Rosa V. M. (1991) *O Português Arcaico. Fonologia*, São Paulo / Bahia: Contexto / Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Teyssier, Paul ([1980] 1994⁶) *História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livraria Sá da Costa (trad. de Celso Cunha, do original fr. *Histoire de la langue portugaise*, Paris: PUF, Que sais-je?).
- Verdelho, Telmo (1995) *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro: INIC (publ. da diss. de Doutoramento apresentada em 1988 à Universidade de Aveiro).

ANEXO - GRAMÁTICAS HISTÓRICAS DO PORTUGUÊS

- Ali, Manuel Said ([1931] 1964³) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo: Edições Melhoramentos.
- Braga, Teophilo (1876) *Grammatica Portugueza Elementar* (Fundada sobre o methodo historico-comparativo), Porto: Livraria Portugueza e Estrangeira.
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso (1975) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Padrão.
- Coelho, Adolfo (1868) *A Língua Portugueza. Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Cornu, Jules (1888) *Die portugiesische Sprache*. In Gröber, Gustav (ed.) *Grundriss der romanischen Philologie*, Strassburg: Karl J. Trübner.
- Coutinho, Ismael de Lima (1938) *Pontos de Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Horta, Brandt ([1930?] s.d.³) *Noções de Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editores J. R. de Oliveira.

- Huber, Joseph ([1933] 1986) *Gramática do Português Antigo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (trad. port. de Maria Manuela Delille, do original al. *Altportugiesisches Elementarbuch*), Heidelberg, Carl Winters Universitätsbuchhandlung).
- Martins, Jaime de Sousa ([s.d.] 1937²) *Elementos de Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Mota, Othoniel ([1916] 1937⁸) *O meu idioma*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Nunes, José Joaquim ([1919] 1989⁹) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, Lisboa: Clássica Editora.
- Pereira, Eduardo Carlos ([1916] 1935⁹) *Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Reinhardstoettner, Carl von (1878) *Grammatik der Portugiesischen Sprache*, Strassburg: Karl J. Trübner.
- Sequeira, Francisco Júlio Martins ([1938a] 1959³) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livraria Popular.
- Sequeira, Francisco Júlio Martins (1938b) *Gramática de português*, Lisboa: Livraria Popular
- Silva Jr., Manuel Pacheco da (1878) *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Typ. A Vapor de D. M. Hazlett.
- Silva Jr., Manuel Pacheco da e Lameira de Andrade ([1887] 1913⁴) *Grammatica da Lingua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Vasconcellos, António Garcia Ribeiro (1900) *Gramática Histórica da Língua Portuguêsa*, Paris/Lisboa: Aillaud/Alves; Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves.
- Vasconcellos, Carolina Michaëlis de ([1946] s.d.) *Lições de Filologia Portuguesa - segundo as preleções feitas aos cursos de 1911-1912 e de 1912-1913 (Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico)*, Lisboa: Edição da Revista de Portugal / Dinalivro.
- Vasconcellos, José Leite de ([1911] 1959³) *Lições de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- Williams, Edwin B. ([1938] 1994⁶) *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (trad. bras. de Antônio Houaiss, do original ingl. *From Latim to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*).

101) **M^ª MANUELA VENTURA SANTOS E M^ª NEVES LEAL GONÇALVES**

MARIA MANUELA VENTURA SANTOS é Docente do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Secundária Cacilhas-Tejo, da Disciplina de Português e Coordenadora Pedagógica do Centro Novas Oportunidades. É Doutoranda na área de Formação de Professores na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa. É Mestre em Ciências da Educação, na área de Teoria e Desenvolvimento Curricular. Fez um Curso de Formação Especializada em Orientação Educativa do Instituto Superior de Educação e Trabalho e uma Pós-Graduação em Formação Cívica na Universidade Católica Portuguesa. UID - OPECE - Unidade de Investigação – Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos)

MARIA NEVES LEAL GONÇALVES é professora auxiliar na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e professora do Ensino Secundário. É doutora em Ciências da Educação – História da Educação. É investigadora, autora de livros e de diversos artigos e estudos de história da educação. Fez o Curso de Formação Especializada em Administração Educacional na Universidade Lusófona e uma Pós-graduação em Formação Cívica na Universidade Católica Portuguesa

A VIAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA – O ENTRECRUZAR DE VEREDAS, MARIA MANUELA FERREIRA VENTURA DOS SANTOS & MARIA NEVES LEAL GONÇALVES, (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – UID - OPECE - UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO, OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE CONTEXTOS EDUCATIVOS)

Nesta comunicação, partimos do pressuposto epistemológico de que a língua é marcada pelo transitório e pelo devir histórico e que mais do que uma racionalidade científica, são critérios políticos e geoestratégicos que

condicionam a delimitação territorial e demográfica de uma determinada língua. Abordamos, num primeiro momento, a origem e evolução do português bem como o papel hegemónico do latim na Europa Ocidental Medieval. Centramos o olhar nas diversas configurações que a língua toma em função das diferentes situações geográficas, históricas e políticas que, conjuntamente, a enquadram e determinam. Num segundo momento, focalizamos a análise na época dos descobrimentos, nomeadamente ao nível da relação interlinguística do português com vários idiomas não europeus, iniciando-se, aqui, a aventura linguística da língua portuguesa, como bem frisou Nebrija, “que sempre a língua foi companheira do império”. É, neste sentido, que nos referimos à inequívoca promoção da língua portuguesa no espaço transeuropeu da navegação. Os monarcas, impulsionadores das descobertas, perceberam, certamente, a língua, como um instrumento indispensável para Portugal se afirmar politicamente, já que ela é ou faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza.

Por fim, aludimos ao bilinguismo luso-espanhol desde a época quinhentista até ao Iluminismo. A partir do século XVIII, é explícita a influência francesa, como bem registou Paul Teyssier (1980: 38): “Ainda que rechaçado pelos puristas, o galicismo insinua-se de mil maneiras no vocabulário e na sintaxe do português”. Priorizamos neste estudo algumas fontes que nos pareceram significativas para o tema em análise, bem como compulsámos diversos autores que abordaram a problemática da língua, considerada por Aquilino Ribeiro “o mais lídimo e precioso de todos os patrimónios”.

1. INTRODUÇÃO

*“Floresça, fale-se, ouça-se
E cante-se
A portuguesa língua”.*
António Ferreira

A língua é marcada pelo transitório e pelo devir histórico devido à permanente mobilidade dos indivíduos e à contingência das comunidades. Assim, a divisão e delimitação territorial e demográfica das línguas, distinguindo idiomas e variedades regionais, são muitas vezes determinadas por critérios políticos e geoestratégicos, sem cuidar de razões ou consensos científicos (Silva, 1988, Verdelho, 2008). O conceito de língua é, pois, entendido por “algum tipo de noção política, não-linguística” (Chomsky, 1982: 29), isto é, a partir de fatores históricos e políticos. Para abordarmos a questão da língua portuguesa, temos que centrar o olhar nas diversas configurações que ela toma nas diferentes situações geográficas, históricas e políticas em que ocorre (Silva, 1988: 64). Paul Teyssier, no encerramento do Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo, reunido em Lisboa em 1983, afirmava:

“É uma realidade original que não é do tipo nacional, já que abrange sete nações situadas na Europa, na América e na África, nem do tipo étnico, já que o português é usado por homens de todas as raças e origens, nem tão pouco, por razões óbvias, de tipo económico, nem de tipo religioso” (Teyssier, 1985: 46).

Em cada momento, a história cultural - e sociológica – do homem coloca a sua «Questão da Língua». Ora, a profunda relação que existe entre «Questão da Língua» e todas as «questões» que abalam com maior ou menor força o edifício sociocultural é, certamente, a mesma profunda relação que existe entre a língua em si própria e os outros elementos da estrutura social. A língua é, ou faz parte, do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza (Buescu, 1983).

São diversos os fatores que concorrem para a evolução da língua, desde a psicologia dos povos, ao território, às condições de vida, ao estado da civilização, e sobretudo o substrato (língua preexistente) e o superstrato (língua ou línguas supervenientes).

2. A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Como se sabe, o indo-europeu fracionou-se nos seguintes dialetos: itálico, germânico, báltico, celta, albanês, helénico ou grego, arménio e indo-irânico. Tornaram-se línguas independentes e faladas na Europa, à exceção do basco, do turco e do grupo ugro-fínico (finlandês, estoico e húngaro).

O latim foi a língua falada numa pequena região da província do Lácio, fundada em 763 a.C. e expandiu-se por toda a Itália, sendo o Império Romano, um instrumento da sua civilização. O português é, como refere (Silva, 1988: 63), “*um dos rebentos, nascido do contacto do Latim com as línguas de populações autóctones ou não que viviam no extremo ocidente da Europa, e que foram subjugadas pelo Império de Roma*”.

O latim - que esteve muito tempo sem ser língua escrita - só aparece no século III a. C. com duas variantes: o latim clássico, culto ou erudito e o latim popular ou vulgar. Foram os soldados romanos, que trouxeram, ao desembarcarem na Península Ibérica em 218 a. C., o latim vulgar e, curiosamente, todos os povos peninsulares, com exceção dos Bascos, adotam o latim, como língua.

Em 409, invasores germânicos – Vândalos, Suevos e Alanos – afluem ao sul dos Pirenéus, seguidos, mais tarde pelos Visigodos. Estas invasões só terminaram em 711 com a invasão muçulmana que se prolongou em Portugal até ao século XIII. E, naturalmente, todos estes povos deixaram vestígios na língua portuguesa, designados por superstratos. A mais marcante foi a árabe, cuja vivência interlinguística se repercutiu na memória lexical portuguesa por uma herança moçárabe abundante e muito abrangente sob o ponto de vista semântico, incluindo o seu universo de referência da vida quotidiana, factos e produtos da agricultura, da atividade artesanal, da administração pública e também designações toponímicas (Verdelho, 2008: 30).

A preocupação de traduzir para português algumas designações árabes, transparece, por exemplo, no manuscrito de Valentim Fernandes: “*Esta vila se chama Alcácer Seguer que quer dizer castelo pequeno, porque alcácer quer dizer castelo e seguer quer dizer pequeno por arabigo*” (cit., por Verdelho, 2008: 31). Sem dúvida alguma que a invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação das três línguas peninsulares - o galego-português a oeste⁸²¹, o castelhano no centro e o catalão a leste. Estas três línguas foram levadas para o Sul pela Reconquista (Teyssier, 1982: 5-6)

O latim era hegemónico na Europa Ocidental Medieval, como bem observou Bloch (1961: 77) “*o latim não era só a única língua em que se ensinava, mas a única língua que se ensinava*”. E esta hegemonia era tão visível ao ponto de 77% dos livros impressos na Europa antes de 1500 serem todos em latim. Em Paris, no ano de 1501, 88 edições impressas estavam em latim e apenas 8 em língua francesa (Anderson, 1993: 38). Contudo, depois de 1640, era cada vez menor o número de livros que se publicavam em latim e cada vez maior o número de publicações em língua vernácula (Anderson, 1993: 38). A título meramente exemplificativo, refira-se que a correspondência de Descartes (1596-1650) e de Pascal (1623-1662) estavam em latim, se bem que a de Voltaire (1694-1778) se encontrasse já em francês.

A queda do latim, em finais do século XVII, “*era ejemplo de un proceso más amplio en el que las comunidades sagradas, integradas por antiguas lenguas sagradas, gradualmente se fragmentaban, pluralizaban y territorializaban*” (Anderson, 1993: 38).

3. EVOLUÇÃO DO GALAICO-PORTUGUÊS

Portugal emerge como nação de língua agrafa⁸²², e o latim era o veículo oficial escrito. Seria também falado em situações de formalidade, tanto religiosa como leiga. Contudo, o galaico-português vai recobrando pouco a pouco toda a parte central e meridional do território português quer com a Reconquista quer com o «repovoamento» de novos habitantes vindos do norte. E, progressivamente, vai sofrendo uma evolução gradativa, transformando-

821 Já vem dos romanos o englobar do noroeste peninsular em uma única divisão administrativa, a *Gallaecia*.

822 Línguas agrafas: as línguas humanas, também chamadas de línguas naturais.

se no Português. Por volta de 1350 - período em que se extingue a escola literária galaico-portuguesa - separa-se do galego por uma fronteira política, como acentua Teyssier (1980: 6).

A partir da segunda metade do século XIV, constata-se a sedimentação progressiva duma língua escrita portuguesa. E, neste sentido, traduzem-se e reproduzem-se documentos literários e paraliterários. Em 1536, o gramático, Fernão de Oliveira, face à sedimentação da língua portuguesa, disserta já sobre a sua variação social, regional e etária:

“E, porém, de todas as palavras, ou são gerais a todos, como Deus, pão, vinho, céu e terra ou são particulares e esta particularidade ou se faz entre ofícios e tratos, como os cavaleiros que têm uns vocábulos e os lavradores outros, e os cortesãos outros e os mercadores outros. Ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm umas falas e os do Alentejo outras e os homens da Estremadura são diferentes dos de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme, com o que mais sabe, também suas falas são de peso, e as do mancebo, mais leves” (Oliveira, 1974: 121).

4. A LÍNGUA PORTUGUESA E OS DESCOBRIMENTOS

A estratificação social e a conseqüente diversidade linguística na Lisboa quinhentista - *ratinhos*⁸²³, *mouriscos*, *jeus*, *negros escravos*⁸²⁴ - contribuem decisivamente para o enriquecimento lexical do Português. O escritor quinhentista, Frei Heitor Pinto, sobre a capital do reino no tempo das descobertas, escreve lapidar e metaforicamente: “era uma praça e feira de todo o universo, e o porto de Belém a boca desta praça” (cit., por Neto, 1952: 453).

Por sua vez, desde o século XV, o português, ao confrontar-se com o universo linguístico transeuropeu, incorporou o léxico de muitos idiomas legitimando o axioma antigo de Nebrija “*que siempre la lengua fue compañera del imperio*” (cit. por Verdelho, 2008: 11). A relação interlinguística do português com várias línguas não europeias é atestada por diversos cronistas, de que destacamos Gomes Eanes de Zurara. “*Entre estes mouros havia desvairados linguagens, ca uns eram de gazulla, outros de xerquia, outros de mallaga, pero todos eram mercadores ou servidores deles*” (Zurara liv 2 cap. 16, cit. por Verdelho, 2008: 11).

De facto, quem integrou, *grosso modo*, as armadas portuguesas foi, por um lado, uma plêiade de missionários e, por outro, europeus cultos como Tomé Pires, Garcia de Orta, Camões, Fernão Lopes de Castanheira, Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto. Tanto uns como outros coligiram as drogas da Índia, deram notícia das viagens, das violências e dos naufrágios, das terras, das gentes e dos usos, das religiões e das linguagens. É que “*ao leme das naus, a língua foi muito além dos marinheiros que a levaram*” (Verdelho, 2008: 55). E isto porque os portugueses que promoveram o convívio da língua portuguesa com as línguas do mundo recém-descoberto levaram com eles a cultura e a ciência humanista. Muitos deles tinham estudado as três artes liberais - a gramática, a retórica e a dialética - eram «bons latinos» e estavam preparados para “interpretar a variedade e a universalidade da comunicação humana pela palavra” (Verdelho, 2008: 54).

Esta dinâmica renovadora da língua portuguesa nos descobrimentos foi, aliás, bem captada, no século seguinte, mais precisamente em 1669, por Frei Manuel do Sepulcro:

“*E não há dúvida que maior mudança fez a língua portuguesa nos primeiros vinte anos do reinado de Dom Manuel, que em cento e cinquenta anos daí para cá: como o vemos pelos escritos, em verso e prosa, de uns e outros tempos*” (Sepulcro, 1921: 11).

A promoção da língua portuguesa no espaço transeuropeu da navegação parece ter sido, desde o rei D. João II, um desígnio político ao ponto de uma tipografia ter sido instalada em Goa em 1556 e terem sido criados, pelos

823 Gentes das Beiras e do Norte.

824 Entre 1486 e 1493 chegaram 3589 negros. Entre 1511 e 1513, 2996.

No reinado de D. Manuel constituíam 10% da população de Lisboa (Azevedo, 1978:73).

jesuítas e outras ordens religiosas, colégios, seminários e conventos. Nestes estabelecimentos de ensino, os idiomas nativos emparceiravam com as línguas portuguesa e latina em manuais didáticos.

João de Lucena, na obra *História da vida do padre Francisco Xavier*, refere que este padre, por volta de 1548, incumbiu o padre Francisco Henrique a estudar a língua dos naturais de Malabar:

“Desejando habilitar ainda nesta parte os instrumentos da divina palavra, quanto fosse possível, ordenou ao padre Francisco Henriques, a que sentiu mais aplicação, e talento, reduziu a arte, a língua Malabar, como ainda a latina, com suas declinações de nomes, e pronomes, conjugações de verbos, géneros, pretéritos, e todas as mais regras de gramática (...). O padre Francisco Henriques aprendeu em menos de seis meses a falar, e a ler, e escrever as próprias letras e caracteres da terra, e em breve tempo saiu com a arte e vocabulário da língua com espanto dos naturais” (Lucena, 1600: 367).

A interação linguística parece ter sido considerável, a avaliar, por exemplo, pelo título desta cartilha em tâmul e português, publicada em Lisboa em 1554: *Cartilha que contém brevemente o que todo o cristão deve aprender para sua salvação. A que el-rei dom João II deste nome nosso senhor mandou imprimir em língua Tâmul e português com a declaração de tâmul por cima de vermelho.*

5. A INFLUÊNCIA ESPANHOLA E FRANCESA

Entre meados do século XV e fins do século XVII, a corte portuguesa era bilingue e o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Se os casamentos dos reis com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa «castelhanização» da corte, os 60 anos de dominação espanhola acentuaram esta impregnação linguística.

Vários autos de Gil Vicente integram personagens que se exprimem em castelhano (*Auto da Índia*) ou peças escritas em castelhano (*Monólogo do Vaqueiro*). Outros escritores portugueses quinhentistas, como Camões e Sá de Miranda, escrevem também em espanhol. Jorge de Montemor, o autor de *Diana*, hispaniza mesmo o seu nome em Montemayor e abandona completamente a língua portuguesa. Em oposição, António Ferreira (1528-1569) manifesta uma certa forma de patriotismo linguístico recusando-se a escrever em espanhol. São dele estes versos paradigmáticos da apologia da língua portuguesa:

*“Floresça, fale-se, ouça-se
E cante-se
A portuguesa língua”.*

A partir do século XVIII, o espanhol deixa de desempenhar o papel de segunda língua de cultura, que passa então a ser exercido pelo francês. Teyssier (1980: 38) sublinha primorosamente: *“Ainda que rechaçado pelos puristas, o galicismo insinua-se de mil maneiras no vocabulário e na sintaxe”.*

6. CONCLUSÕES

O que vimos expondo, permite-nos concluir que a realidade da noção de língua portuguesa pertence, mais do que ao domínio linguístico, ao domínio da história, da cultura e, em última instância, da política. Como a língua é um diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas, à medida que essas dimensões, com o decorrer dos tempos e das gerações, forem variando, será certamente expetável que a extensão da noção de língua portuguesa varie também (Raposo, 1984: 592).

Ao longo dos tempos, a língua foi, pois, um dos instrumentos indispensáveis para Portugal se afirmar face ao poder, não só político, como linguístico (castelhano). A difusão da imprensa e a produção de Cartilhas, ou

«Cartinhas», Gramáticas, textos religiosos e morais foram mecanismos importantes para assegurar o seu domínio nas terras recém-descobertas.

Sendo a língua um instrumento que faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade, são diversos os fatores que concorrem para a sua evolução diacrónica e sincrónica.

É, como já referimos, de origem acentuadamente latina, como escreve poeticamente Camões:

*“Sustentava contra ele Vénus bela,
Afeiçoada à gente Lusitana,
Por quantas qualidades via nela
Da antiga tão amada sua Romana;
Nos fortes corações, na grande estrela,
Que mostraram na terra Tingitana,
E na língua, na qual quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a Latina”⁸²⁵ (Os Lusíadas, canto III).*

E Olavo Bilac que definia desta forma metafórica e polissémica a língua portuguesa, acentua também, metonimicamente, a sua origem latina:

*“Última flor do Lácio, inculta e bela,
És a um tempo, esplendor e sepultura:
Outro navio que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...
Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o troar e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura!
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho!”⁸²⁶
(Tarde, 1919).*

Com efeito, a vivência interlinguística repercutiu-se na memória lexical portuguesa pelos diversos povos que invadiram a península e que deixaram vestígios de vária ordem, nomeadamente linguística e semântica.

Os descobrimentos constituíram um momento curial para a língua portuguesa que, ao confrontar-se com o universo linguístico transeuropeu, incorporou o léxico de muitos idiomas. Vergílio Ferreira definiu bem esta vocação portuguesa quando sinalizou magistralmente “da minha língua vê-se o mar”. É que a língua possibilita, quando é transcontinental como a Portuguesa, unir os povos. E Alfredo Margarido sustenta, a este respeito, a ideia de que Portugal pode recuperar a grandeza de outrora através da sua língua: “Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua grandeza” (Margarido, 2000: 28).

Para finalizar, socorremo-nos da autoridade e da expressividade das palavras de Verdelho (2008: 44) que acentua o carácter transitório e evolutivo da língua portuguesa: “Diversa e una, em momento de liberdade, revendo criticamente a coerção normativa homogeneizadora, dominante outrora, sempre a esgueirar-se por frestas

825 Os itálicos são nossos.

826 Os itálicos são nossos.

académicas, aventura linguística que se definiu historicamente com Afonso Henriques no século XII continua o seu percurso e se afirma como uma das línguas mais usadas no mundo”.

7. BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Benedito (1993). *Comunidades imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Azevedo, Lúcio de (1978). *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Bloch, Marc (1998). *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema.
- Buescu, Maria Leonor Carvalho (1983). *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa. Instituto de Cultura Portuguesa.
- Chomsky (1982). *Reflections on Language*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Emiliano, António Henrique de Albuquerque (2003). *Latim e romance na segunda metade do século XI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lucena, João de (1600). *História da vida do padre Francisco Xavier*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, p. 367. (Ed fac-similada, Lisboa, 1952).
- Margarido, Alfredo (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Ed. U.
- Neto, Serafim da Silva Neto (1952). *História da língua portuguesa*. Rio: Livros de Portugal.
- Oliveira, Fernão de (1974). *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por M. L. C. Buescu. Lisboa: IN/CM.
- Raposo, Eduardo Paiva, (1984). “Algumas observações sobre a noção de “língua portuguesa”, *Boletim de Filologia*, 29, 592.
- Sepulcro, Frei Manuel do (1921) “Refeição Espiritual”. In *Paladinos da Linguagem*, 2.ª vol., Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos (1988). “Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português” (1988). *Revista ICALP*, 11, 60-72.
- Teyssier, Paul (1982). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Verdelho, Telmo (2008). *O encontro do português com as línguas não europeias*. Lisboa: BNL.

102) MÁRCIA ENCARNAÇÃO

MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO, da Universidade de São Paulo e da UNIESP - Brasil é Professora universitária, bacharel em Letras, com mestrado em Linguística e doutoranda em Semiótica e Linguística Geral na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil. Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Membro do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Dialectologia e Geolinguística (GPDG-USP), que tem como objetivo, desenvolver atividades que possibilitem a reflexão e a discussão sobre tópicos de Dialectologia e Geolinguística.

O GPDG é cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência e Tecnologia, destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

Autora de diversos artigos completos publicados em periódicos científicos, em anais de congressos nacionais e internacionais e em revista eletrônica de divulgação científica de língua portuguesa, linguística e literatura.

UM BREVE ESTUDO DO LÉXICO CONSERVADOR PRESENTE NO FALAR ILHÉU DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA, LITORAL DE SANTA CATARINA - BRASIL, MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/ UNIESP

Segundo Soares (1979), o falar ilhéu de Santa Catarina, "(...) tem o som cantado português que sonoriza melodiosamente com o vocábulo como no Minho, no Douro, Trás-os-Montes e, de modo particular, nos Açores. O nativo ilhéu ainda usa, em pleno curso, e com significado original, palavras lusitanas do século XVI, que podem, aos de fora, parecer estranhas e inusitadas".

Instigado por essa afirmação, esse trabalho de pesquisa traz como objetivo uma breve descrição do falar conservador dos habitantes das comunidades do distrito de Santo Antônio de Lisboa.

A sede deste Distrito, de raízes açorianas, está situada na parte oriental da Ilha de Santa Catarina, sendo que dele fazem parte as localidades de Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. É provável que os primeiros açorianos tenham chegado por volta de 1689, mas a colonização só teve início efetivo no século XVIII. Desenvolveu-se como um tradicional vilarejo de pescadores e ainda hoje preserva as tradições e costumes dos imigrantes provindos dos Açores aí radicados, graças ao isolamento em que viveu nos últimos tempos. Essa preservação pode ser vista na apresentação de festas religiosas, de danças folclóricas, como a dança do boi-de-mamão e, na herança linguística, percebida no vocabulário e no modo de falar de seus habitantes.

O tema desse trabalho justifica-se pela urgência em registrar os fatos linguísticos antes de ocorrer por completo o nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos que se tornam atração constante, principalmente entre os jovens. Esse registro trata a língua como veículo de comunicação, informação e expressão de uma cultura que por ali se firmou, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade, confirmando que fatos linguísticos se permeiam com fatos históricos.

1. INTRODUÇÃO

Vilela (1994:6) afirma que:

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal, quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na coincidência dos falantes duma comunidade.

Reitera-se que a natureza dos estudos de base lexical, por sua natureza básica, seja a de estabelecer, organizar e veicular os signos na relação do homem com o mundo que o rodeia, e assim, instrumentam um maior e melhor conhecimento da língua falada, ao mesmo tempo em que nos propiciam o reconhecimento das diferenças culturais que compõem a realidade de um mesmo país.

Segundo Houaiss (1991), as línguas são fatos sociais, históricos e culturais, naturais e históricos e se registram como tal. Contribuem para formação da identidade cultural de povos e de nações integrando-se e interagindo conhecimento de mundo, dentro do que é dado como unidade e diversidade – espaço aberto para produção e registro de um saber.

Toda língua, seja qual for a sua natureza, passa a veicular situações de uso, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade e pela possibilidade de se definir no contexto mundial. A palavra torna-se fonte de produção de conhecimento. Abre-se para a descrição e definição das relações da língua no eixo da interação comunicativa. Revela o modo de ser do grupo que dela se utiliza, reconduzindo o universo social e político de sua história. Marca, em consequência, o jeito de pensar o mundo.

O tema deste trabalho de pesquisa justifica-se por diversas razões. Primeiro, porque é comum acontecer o desaparecimento gradativo dos falares regionais. Depois, e em consequência disso, ocorre a aceleração do processo de nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos que se tornam atração constante, exercida pela cidade grande. Também se torna urgente resgatar a cultura açoriana que ainda subjaz nessas

localidades, pois conhecendo a sua formação histórica e cultural, os habitantes poderão rever a própria realidade, no sentido de aprender a amá-la e valorizá-la, descobrindo-se nela e por ela.

Silva Neto (1957) diz:

Que se fiquem os manuscritos, não importa; o que, sim, importa, é salvar o que daqui a pouco já não poderá salvar-se. As tradições regionais são testemunhos da história de um país, que devem respeitar-se como qualquer documento histórico de valor. Daí a necessidade e, mais do que isso, a urgência da recolha dos traços culturais que são, a bem dizer, o retrato de um povo, a sua personalidade coletiva.

2. A NATUREZA SOCIAL DA LINGUAGEM

As pesquisas linguísticas contemporâneas demonstram que a variação é um fato explicável a partir da natureza da comunicação humana e, de forma concreta, a partir da natureza variável das circunstâncias que cercam o fato linguístico.

Em diferentes países, de uma forma geral, houve um momento em que os estudos linguísticos privilegiaram os fatos da língua em relação ao sistema linguístico, em unidisciplinaridade. Mais tarde, verificou-se que os estudos da linguagem e das línguas exigiam interdisciplinaridade e, muitas vezes, multi e transdisciplinaridade. Dessa forma, os linguistas que privilegiam os fatos sociais em seus estudos passam a diferenciar os fatos da língua em relação a seu sistema, desses mesmos fatos em relação à sociedade, abrindo espaço para os estudos sociolinguísticos; o mesmo ocorre com a relação língua e cultura, para os estudos etnolinguísticos.

A variação linguística está inscrita nos usos que são feitos da língua e por princípios de constâncias, em que, dentre todas as variedades, uma das mais conhecidas é a variedade geográfica. Os estudos dialetais realizados demonstraram que os usuários de um dialeto podem representar, por diversas razões, um subconjunto de povoação com características sociais específicas dentro da comunidade global.

Nesse sentido, afirma-se que a principal função da língua é permitir a comunicação em sociedade, considerando que tanto a língua quanto a sociedade são estruturas que mantêm relação entre si, sem haver uma simples recopilação de unidades. Assim, demonstra a sistemática covariação entre a estrutura linguística e as relações interpessoais e assume a existência de uma variedade linguística social para essas comunidades que vivem na região estudada. Para tanto, apresenta essas variações do ponto de vista geográfico, étnico e histórico.

É reconstruindo a história sobre as localidades pesquisadas que se busca mostrar uma variedade social, como um subdialeto dessa região.

3. O POVOAMENTO AÇORIANO NO SUL DO BRASIL

Para que se possa entender a herança sócio-linguística-cultural deixada pelo povo açoriano na formação da sociedade brasileira, é preciso conhecer um pouco desta história.

A história da região de Santo Antônio, anterior à ocupação de origem europeia, não deixou resquícios escritos nem na memória, pois os sambaquis da região ainda não foram estudados de modo a nos oferecer dados concretos de como viviam os primeiros habitantes desta terra.

O nome da localidade foi dado em homenagem a Santo Antônio de Lisboa, também chamado de Coimbra ou de Pádua, mas também foi conhecida como Rerituba, devido à abundância de ostras na região.

Sabe-se que, ao primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes, coube a missão de fortificar pontos estratégicos do litoral para garantir a posse do território reclamado pelas coroas de Espanha e Portugal e, segundo o relato de Fortes (1932:21), o governador enviou a Portugal o seguinte pedido:

“ao seu rei que mandasse vir do Arquipélago Açoriano alguns casais de Ilhéus daquela gente inigualável para a missão de radicar nas terras novas a consciência lididamente portuguesa que elas exigiam”.

Ou seja, precisava com isso, não só uma medida para o assentamento de um povo, mas também de uma delimitação de fronteira no sul do Brasil. Fortes (1932) afirma ainda que foi *“um concerto de circunstâncias felizes”*, pois, com a emigração, o governo português solucionava o problema econômico dos Açores, povoava *“rapidamente e com eficiência de número, as terras onde urgente se tornava a fixação de seu predomínio”* e também fazia a *“felicidade dos povos que se ia criar e incrementar”*. Para isso foram selecionados colonizadores *“pelos seus antecedentes morais e étnicos”*.

Em 1746, a Provisão Régia abre o alistamento nas Ilhas e oferece vantagens aos açorianos que desejassem migrar para o litoral meridional do Brasil. Entre 1748 e 1756, os imigrantes espalharam-se pelo litoral catarinense, estabelecendo-se principalmente na Ilha de Santa Catarina. A seguir, apresentaremos, segundo historiadores, um quadro comparativo entre os números de açorianos chegados a Santa Catarina.

TABELA 1: Quantidade de açorianos migrados para Santa Catarina segundo os autores

Autor	Quantidade de transportados
BRITO (1829)	2.627
ALMEIDA COELHO (1877)	4.024
MATTOS (1917)	4.021
FORTES (1932)	5.545
BOITEUX (1953)	4.893
CABRAL (1950)	4.525
PIAZZA (1992)	6.000

Fonte: FERREIRA (2006)

Percebe-se que os números variam muito de um autor para outro. Mais tarde, admite-se que os números que mais se aproximavam da realidade eram os coletados por Piazza (1992) em fontes primárias nos arquivos açorianos.

4. LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

Localizada na porção centro-noroeste, foi a primeira freguesia da Ilha de Santa Catarina. A área do Distrito de Santo Antônio de Lisboa é de 22,45 km². A sede deste Distrito está situada na parte oriental, sendo que dele fazem parte as localidades de Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. A população é de 5.367 habitantes e a densidade demográfica é de 239,1 habitantes/ km².

Destacava-se das demais por ter porto próprio, estrategicamente situado, favorecendo com isso o comércio entre o norte da ilha e o porto de Desterro. O traçado urbano seguiu o modelo das vilas portuguesas, construídas a partir de uma ou duas ruas principais paralelas ao mar e, entre si, algumas transversais, com uma praça central ladeada pela igreja, pela cadeia e pela intendência.

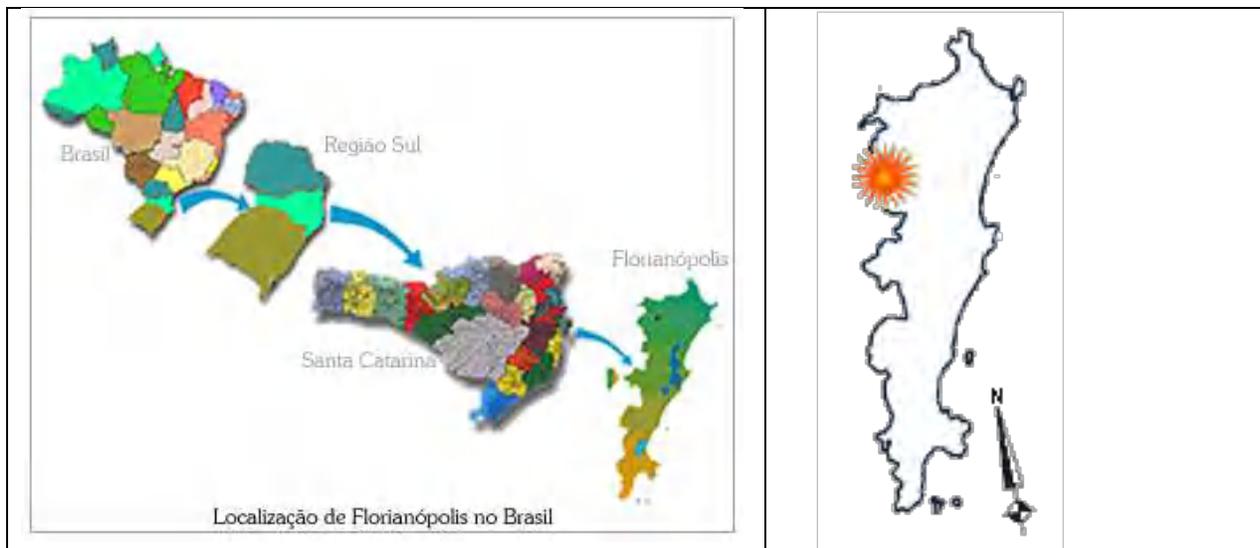


Fig. 1: Recorte geográfico. Fonte: FERREIRA (2006)

Fig. 2 Localização do Distrito de Santo Antônio de Lisboa na cidade de Florianópolis.

Fonte: FERREIRA (2006)

5. O FALAR DO MANEZINHO DA ILHA

Nota-se que, o homem do litoral, dentro de seu espaço físico, possui um linguajar singular à região. Graças ao isolamento que sofreu, este lugar é repleto de elementos passíveis de serem submetidos a análises, tanto de caráter semântico lexical como também sociolinguísticos. Ele recebe o nome de “manezinho da Ilha” e, segundo Cascaes (1981), atualmente, na região florianopolitana, a palavra *manezinho* veicula mais de um sentido. Estes sentidos variam, naturalmente, de acordo com a relação do indivíduo com a sociedade e com a história. Nos meios em que circulam indivíduos nascidos e criados na Ilha, o uso da palavra ainda se reveste de uma forte carga pejorativa. Porém, o mesmo indivíduo, em contato com pessoas julgadas estrangeiras ao local, pode eventualmente dizer: *Sou Manezinho*, para explicitar suas origens e sua ligação com o meio.

Afirma ainda que “No interior da Ilha, o termo ainda pode ser tomado como ofensivo, quando empregado no seio destas comunidades”.

Para este trabalho de pesquisa, fizemos um estudo com quatro lexias de alta frequência que determinam a norma da região. Ao estudar o léxico, estaremos nos referindo ao conjunto de *leituras (sememas)* em que se estrutura o espaço conceitual da língua. Neste estudo, a língua é vista como um instrumento de expressão cultural e de intercomunicação social. Toda alteração semântica é considerada fruto das mudanças históricas e socioculturais que atuam numa comunidade e ainda, das influências que essas mudanças exercem sobre as características funcionais de um dado sistema linguístico.

ARENKA

De acordo com Guérios (1979), significava, outrora, “fala, discurso, conferência”, e porque, frequentemente, se abusa do auditório, **arenga** passou a significar “discurso fastidioso, difuso”, isto é, passou a ter sentido pejorativo. O vocábulo provém do gótico *harihringn* (com haplogogia), “reunião (*hrings*) do exército (*hari*)” para discutir assuntos militares. Passou, depois, a significar tão-só “reunião” e daí “conferência, alocução, discurso” e foi muito usado no âmbito jurídico.

Morais (1922) registra no seu dicionário a frase feita “ter arengas com alguém”, isto é, “ter longas razões com alguém”, “discutir demoradamente”. Diz ainda que **arenga** veio também a ser “fala ou conversa ininteligível”. Em regiões de Portugal, **arenga** → trabalho enfadonho.

Brasil→ mexerico, intriga, enredo.

De **arenga** se fez **arengar** → discursar, arrazoar.

De **arenga + -ada**, se fez arengada, que no Brasil segundo Ferreira (2001), quer dizer conversa longa, fastidiosa, lenga-lenga.

Na fala coloquial do Brasil, **arengar** significa também ato de implicar, criar confusão com outra pessoa

Exemplos:

“-Toin deixe de arengar com seu irmão!”

“-Não suporto os meninos da minha sala, eles gostam de arengar”.

Brasil→ [Lula orienta PT a não trepidar com arenga golpista contra Renan](http://rizzolot.wordpress.com/2007/06/29/lula-orienta-pt-a-nao-trepidat-com-arenga-golpista-contr-renan/)

<http://rizzolot.wordpress.com/2007/06/29/lula-orienta-pt-a-nao-trepidat-com-arenga-golpista-contr-renan/>

Portugal→ Arenga sobre Hinos (e até sobre a Europa)

<http://ma-schamba.com/sociedade-portuguesa/arenga-sobre-hinos-e-ate-sobre-a-europa/>

CORRICAR

Formado pelo radical de correr + **-icar**, este verbo significa “correr a passo miúdo; andar ligeiro”. De acordo com Guérios (1979), trata-se ou de formação vernácula como diminutivo de **correr** ou de um latim vulgar *curriccare*, com sufixo *-icare* (com *-i-* longo e geminação expressiva). O mesmo sufixo, mas com o *-i-* breve sem geminação expressiva, acha-se em *excurriccare*, donde surgiu o português **escorregar**.

Em regiões de Portugal → andar muito apressadamente, mas sem chegar a correr;

No Brasil → andar de um lado para outro, perambular, vagabundear.

Temos, ainda, formado por **corrico + -ar** → **pescar de corrico**, em que, segundo Ferreira (1986), **corrico** é uma modalidade de pescaria de anzol que consiste em o pescador imprimir à canoa a máxima velocidade, deixando a linha estendida à tona da água para que o peixe seja atraído pelos saltos da isca e venha prender-se ao anzol; pescaria de **corrico**. Possui a variação **corripo**. Exemplos:

Portugal → CORRICO DIURNO

As amostras de corrico noturno poderão ser aplicadas durante o dia, enquanto estas amostras que a seguir se apresentam, não se aplicam para a pesca noturna.

http://www.efsaportugal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=30

O corrico na Foz do Arelho (e noutras rias, estuários e lagoas deste nosso Portugal) é uma pesca adequada a quem gosta de estar “dentro” do mar, sentir a ondulação por vezes até ao peito, andar à procura do peixe e atravessar para bancos de areia isolados onde o homem se envolve com a natureza de forma apaixonante.

<http://pesca.do.sapo.pt/artigos/corrico.htm>

Brasil →

Corrico próximo à costa, velocidade, distância das iscas, dicas em geral.

<http://www.propesca.com.br/forum/viewtopic.php?p=6246&sid=53a7c7134053c7a4672b34aa532662a>

DEFENDER

Significa “Preservar, proteger”, e possui também o sentido de “proibir”, mormente na linguagem arcaica.

Segundo Guérios (1979), o sentido de “proibir” é anterior ao de “proteger”, visto como o significado primitivo do latim *defendere* era “afastar, repelir, rechaçar”, donde “proibir”. Provém do latim:

defendere bellum → **repelir** a guerra;

defendere uim → **evitar** a força;

defendere frigus → **livrar** do frio

Os verbos **repelir** ou **evitar** ou o **livrar** trazem, como consequência, a ideia de **proteger**, pois há uma semelhança por mudança de função e essa transferência possui, para a semântica, um carácter mais objetivo que as baseadas em semelhança de efeito perceptivo ou emotivo.

Dessa forma, *defendere* passou a ter também o sentido de “proteger”. Mas, no português arcaico era muito comum o uso no sentido de “proibir”, conforme aparece em Gil Vicente, no Auto da História de Deus (1527):

“Fructa da arvore sancta per Deus defendida”.

Este sentido, ainda vige em **defeso** → **proibido**

Brasil → “O Ibama do Pará definiu os três períodos de defeso do caranguejo-uçá em 2008”.

<http://www.faunabrasil.com.br/sistema/modules/news/article.php?storyid=1481>

Portugal → “Começa na baliza, passa pela defesa e meio-campo e termina na linha avançada. ... e o defeso promete ser intenso para os principais craques portugueses.” ...

www.dn.sapo.pt/2007/06/02/dnsport/selecao_portuguesa_cobicada_meia_eu.html - 43k

E ainda:

Armas defesas → armas proibidas;

Lugar defeso → lugar proibido.

É defeso → Nos termos e nas expressões jurídicas, esta expressão aparece em vários artigos e aplica-se no sentido de proibido, vedado.

Brasil → Dispõe o artigo 460 do CPC: “É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi condenado”.

http://trtcons.srv.trt02.gov.br/consulta/votos/turmas/20060912_20050071925_R.htm

EM BOA HORA, EMBORA

A superstição de que na vida existem horas boas e horas más, acha-se documentada na língua portuguesa, pelo menos desde o séc. XV, originariamente nas locuções **em boa hora, em má hora ou em hora má**, e, a custo de muito uso, foram abreviadas em **embora, aramá, eramá, ieramá**.

Exemplos:

Gomes Eanes de Zurara (1410-1474): “Que dissesse em boa hora o que lhe aprouvesse”.

Bernardim Ribeiro (1482? — 1552?): “Amador, pois que te vás, as boas horas vam contigo, Comigo fiquem as maas...”

Gil Vicente (1465 — 1536): “Paga-lho seu, va-se embora ou ma ora...”

Provérbios:

“*Em má hora nasce, quem má fama cobra*”.

“*Em bons dias boas horas*”.

Em Pero da Ponte, trovador do século XIII, há o registro de em **forte hora**, como sinónimo de **em má hora**.

Em vista da circunstância que exprimia, portanto era um advérbio, **embora** passou a ser conjunção concessiva, porque se empregava também para “detonar que se concede a possibilidade do fato ou que o indivíduo que fala não se opõe ao seu cumprimento.”

Gil Vicente → “Ria embora quem quiser, que e em meu siso estou”.

Pe. Vieira (1608-1697) “Mateme embora, contanto que seja imperador”

De acordo com Ferreira, **embora** vem de “de em boa hora, com aglutinação” e aparece como advérbio. Compara estes dois exemplos, um do século XVI e outro do séc. XIX.

Gil Vicente → Paio Vaz se queres gado / dá ó demo essa pastora / paga-lho seu, vá-se embora / ou má hora / ou põe o teu em recado.

Machado de Assis (1839- 1908) → “Tinha vontade de ir embora ou de ficar”

Aparece, hoje, não raro, com carácter afetivo, Ir **embora** é ir em boa hora: “**Vou embora**”.

Apresenta-se como partícula de realce, ou, em alguns casos, totalmente esvaziada de conteúdo semântico, como neste exemplo:

Foi embora, e no caminho o mataram.

Como conjunção, significa ainda que; bem que; se bem que; conquanto:

Embora confesse que não, o memorialista sempre encontra em trechos históricos (...)

Ou ainda como nos textos antigos:

Portugal → **Mau tempo: Chuva veio em boa hora para cereais de inverno**

<http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2008/02/18f.htm>

Brasil → Recuperação externa do café chega em boa hora

www.revistacafeicultura.com.br

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Santos (2004), “a abordagem do aspecto semântico lexical de uma língua natural passa necessariamente pelo estudo dos diferentes modos de apreensão da realidade por parte dos interlocutores, num dado universo cultural”. A todo instante, os membros de uma mesma comunidade linguística servem-se de léxico para produzir e interpretar os atos da fala.

Uma das preocupações que sempre permeou a pesquisa foi procurar encontrar, em dados históricos, quais as forças sociais que poderiam ter incidido sobre a língua para a formação das variações encontradas. Uma enumeração completa dessas forças excede o alcance desse estudo, mas entre as situações sociais mais importantes que possivelmente influenciaram a linguagem falada na região, figuram as seguintes:

- a) A formação das comunidades com elementos portugueses, vindos principalmente dos Açores;
- b) Os fatores político-econômico-administrativos: no século XVIII, Santo Antônio de Lisboa alcançou gradativa projeção econômica, pois já contava com uma expressiva indústria, composta por fábricas de açúcar, engenhos de aguardente e de mandioca, fábricas de moer trigo e curtumes de couro. Destacava-se também por ter porto próprio, estrategicamente situado. Aos poucos, Santo Antônio foi substituindo suas atividades agrícolas e artesanais por outras mais ligadas ao comércio. Em decorrência do declínio do porto de Florianópolis e das melhorias nos eixos de ligação terrestre, o porto desta freguesia também decaiu e a comunidade foi gradativamente se adaptando a novas atividades, buscando alternativas para sua sobrevivência;
- c) O efeito nivelador dos meios de comunicação, incluindo a televisão e principalmente o rádio.

É certo que essas forças sociais interferiram, com maior ou menor intensidade, na modalidade linguística utilizada pelos moradores da região. A partir desse levantamento, foi possível obter uma visão mais clara da realidade étnica, social, cultural e linguística e, como Bakhtin (1986: 80-81) afirma, “*a nova concepção de se estudar a língua não exclui de seu campo de investigação, o aspecto formal, estrutural da linguagem: apenas o situa na sua integralidade histórica e social*”.

7. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim d'. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. 2a. ed. Desterro: Tip. De J. J. Lopes, 1877.
- BAKHTIN, Mikhail M. /VOLOCHINOV, V.N (1986) “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, 3ª ed. trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Ed. Hucitec. [1977, original].
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 219, 1953.
- BORGES FORTES, João. *Casais*. Rio de Janeiro: Ed. Centenário Farroupilha, 1932.
- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1829.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Os Açorianos*. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.
- CASCAES, F. *Vida e arte e a colonização açoriana*. Florianópolis: Raimundo Caruso Editora Insular, 1981.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. *Nós não somos de origem*. Tese de Doutorado em História, Área de concentração História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 2006.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.
- HOUAISS, Antônio. *O que é Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina*: abordagem dos aspectos lexicais. 1999. 2v + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MATTOS, Jacinto Antônio de. *Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis: Tipografia d' O Dia, 1917.

MORAIS SILVA, Antônio de. *Grande dicionário da língua portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1813, ed. Fotografada pela RLP, sob a direção de Laudelino Freire, Rio de Janeiro, 1922.

PIAZZA, Walter Fernando. *A Epopeia Açórico-Madeirense*. Coedição: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, Florianópolis, 1992.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialetológicos*. 2. ed. melhorada e ampliada. Belém, CNPq/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SOARES, Doralício. *Folclore Brasileiro (Santa Catarina)*. Rio de Janeiro, MEC/SEC/FUNARTE, 1979.

SANTOS, Irenilde Pereira dos. *Análise do aspecto semântico lexical em cinco atlas linguísticos brasileiros*. In: Primeiro Seminário Regional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB-Rio). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

103) SOLANGE PINHEIRO

SOLANGE PEIXE PINHEIRO DE CARVALHO, Bacharelado em Tradução Inglês/Português e Licenciatura plena Inglês/Português; exerce atividades na área de tradução, sobretudo literária. No ano de 2007 obteve o título Mestrado na Universidade de São Paulo, em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, especificamente, em tradução literária. A dissertação teve como tema a tradução de variantes dialetais inglês/português, com uma proposta de tradução para o dialeto de Yorkshire encontrado no romance “O Morro dos Ventos Uivantes”, de Emily Brontë. Atualmente faço minha pesquisa para obter o título de Doutor em Filologia e Língua Portuguesa, também na Universidade de São Paulo; desenvolvo um projeto na área de Estilística da língua portuguesa, investigando criação lexical literária, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Elis de Almeida Cardoso. O corpus da pesquisa é a obra do escritor brasileiro Ariano Suassuna, *O Romance d’A Pedra do Reino*. A escolha do tema – e consequentemente do corpus para a pesquisa – se deve ao fato de a literatura brasileira oferecer diversas obras muito ricas em criações lexicais, mas que nem sempre são estudadas a partir da teoria da Estilística, sendo mais analisadas em seus aspectos literários. Considero que uma investigação profunda, com bases científicas, do trabalho criativo dos escritores pode enriquecer nossa visão a respeito da literatura brasileira, valorizando um aspecto importante da nossa produção literária.

A PENÍNSULA IBÉRICA NO SERTÃO DO BRASIL, SOLANGE PINHEIRO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL

A obra em prosa de Ariano Suassuna oferece para os pesquisadores um grande número de criações lexicais muito expressivas, formadas a partir de quase todos os processos disponíveis em língua portuguesa. Entretanto, um dos processos mais produtivos, sobretudo no *Romance d’A Pedra do Reino*, é a justaposição ou composição, do qual encontramos cerca de 300 exemplos, que podem ser agrupados em temas segundo as palavras que os formam. Conforme salienta Martins (2000, p. 122), “*Entrando na formação dos compostos dois lexemas, dois elementos de significação extralinguística, são eles mais fortemente motivados que os derivados*”, o que nos leva a analisá-los pensando no sentido de conjunto por eles indicado.

Entre os temas que podem servir de guia para a separação das justaposições ou composições em grupos, um dos mais sugestivos é o que traz referências à cultura ibérica na obra de Suassuna. Críticos da obra do escritor (Micheletti, Didier, Nogueira, entre outros) observaram que, para o escritor, a influência da cultura ibérica na formação da cultura brasileira é de fundamental importância, sendo duas das mais importantes fontes nas quais

ele buscou inspiração para escrever seu romance a novela de cavalaria e a novela picaresca, além do romanceiro ibérico. Estes foram trazidos para o Brasil pelos primeiros colonos portugueses que aqui chegaram no começo do século XVI e preservados principalmente na região nordeste do país, região que serve de cenário para os romances de Suassuna. A partir da recolha das criações lexicais, notamos em muitas delas a presença da palavra *ibérico*, cuja recorrência é significativa na obra. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise de algumas das criações encontradas no *Romance d'A Pedra do Reino* que tenham como elemento formador a palavra ibérico ou ibero, com o intuito de verificar a expressividade obtida por meio do uso dessas palavras.

Vários autores brasileiros do século XX trabalham com a criação lexical em suas obras, mostrando para o público leitor as diversas possibilidades de manipulação do léxico, surpreendendo-nos com a originalidade de sua visão de mundo. Entre eles, podemos destacar Ariano Suassuna, que publicou em 1971 sua primeira obra em prosa, o *Romance d'A Pedra do Reino*, romance que pertence ao Movimento Armorial, criado por Suassuna e outros artistas a partir de reflexões sobre a cultura brasileira popular. Suassuna defende que essa arte resulta da mistura das influências dos povos ibéricos, dos negros e dos índios; a ênfase em uma mestiçagem cultural revelando a importância que tem para o autor, no processo de composição de sua obra, a tradição ibérica, encontrada ainda de modo visível em manifestações culturais existentes no nordeste do Brasil. Essa tradição exerceu grande influência na formação do escritor e, posteriormente, aparece de maneira evidente em sua produção, tanto a teatral quanto em prosa: ela está presente já no título da obra, pois a palavra *romance* nos remete ao romanceiro ibérico, conforme atesta Micheletti:

O título da obra de Suassuna remete ao Romanceiro Nordestino, já que apresenta uma filiação ao cancionário regional. Nessa vertente, **A Pedra do Reino** mostra-se herdeira dos romances da Idade Média. [...] *Esses romances, trazidos pelos portugueses ao Brasil, na época do início da colonização, encontraram um solo bastante fértil. Instalaram-se e adaptaram-se às peculiaridades regionais e uma considerável parcela retomou a primitiva temática dos antigos romances: cantam as façanhas dos heróis regionais.* (1997, p. 103).

Contudo, a presença da influência ibérica não se faz notar apenas nos romanceiros ou nas referências ao romance picaresco e às novelas de cavalaria, encontradas com bastante frequência ao longo da narrativa: a própria palavra *ibérico* aparece no texto em diferentes circunstâncias. Nesse momento, vemos como para o autor a tradição pode e deve ser recriada: longe de ser uma influência estática, ela comparece nos textos contemporâneos cheia de vida, dando novo vigor e novo interesse às obras, criando uma *“literatura que seja simultaneamente tradicional e popular, clássica e barroca, uma fusão entre o trágico e o cômico, marcas da alma do povo brasileiro, dos povos da Rainha do Meio-Dia”* (NOGUEIRA, 2000, p. 107).

Pensando nos motivos que podem levar um autor a escolher determinadas palavras em detrimento de outras para a criação de novos vocábulos, devemos considerar, além de sua formação cultural, também os *“aspectos afetivos da língua falada, da língua a serviço da vida humana, língua viva, espontânea, mas gramaticalizada, lexicalizada, e possuidora de um sistema expressivo cuja descrição deve ser a tarefa da Estilística”* (MARTINS, 2000, p. 3-4). Essa língua gramaticalizada e lexicalizada não é apenas um grupo de regras que ditam as normas e o que pode ou não ser dito, mas sim um conjunto de inúmeras possibilidades à disposição dos falantes, que podem dela se servir para expressar suas ideias, emoções, desejos e necessidades. Cada falante usa a língua a sua maneira, com maior ou menor liberdade segundo seu grau de competência linguística, renovando-a constantemente; entretanto, muitas dessas inovações criadas pela fala popular não atingem a população de maneira geral, pois permanecem circunscritas ao grupo social na qual surgiram.

As obras literárias, em oposição à língua falada, permanecem à disposição do público de modo geral e podem ser consultadas com frequência, possibilitando a pesquisadores e leitores um contato constante com elas. E, assim como todos os falantes de uma língua, os escritores também são criadores; eles fazem escolhas no momento de escrever, e criam novas palavras ou usam as já existentes no léxico de um modo original e surpreendente. Contudo, suas criações, embora possam nunca passar a fazer parte da linguagem cotidiana das pessoas, não se perdem, estão à disposição do pesquisador para que este possa estudá-las. Por meio de uma análise estilística é possível verificar o efeito que essas criações causam nos leitores, com isso apreciando a criatividade de um escritor e compreendendo sua visão de mundo, que norteou seu processo de escrita e as escolhas lexicais por ele feitas.

As escolhas de um autor baseiam-se, sobretudo, nas palavras lexicais, ou seja, aquelas que se referem a algo que faz parte do mundo habitado pelos falantes de uma determinada língua. Essas palavras são empregadas com grande liberdade por falantes anônimos ou por escritores, adquirindo por vezes um valor particular ou subjetivo, segundo diz Lapa:

As palavras se encontram subordinadas a uma escala de valores expressivos. [...] numa simples palavra se pode resumir todo o universo. Quer isto dizer que um vocábulo pode suscitar uma infinidade de imagens e ideias que abrangem todos os domínios do pensamento e da vida. (1977, p. 6-9)

Se as palavras não têm um significado estático, imutável, e podem se revestir de um caráter expressivo e afetivo segundo a visão de mundo do autor, é possível pensar que, para Suassuna, a palavra *ibérico* não traz apenas a referência àquilo que é originário da Península Ibérica: retomando suas ideias a respeito da cultura brasileira, sobretudo a nordestina, podemos pensar que, para ele, *ibérico* é algo inerente à identidade cultural e até mesmo afetiva de nosso país. Ao escolher *ibérico* como base para algumas das criações lexicais em seu romance, Suassuna expôs sua visão de mundo, que norteia sua obra e seu posicionamento como escritor e ser humano.

1. AS CRIAÇÕES FORMADAS A PARTIR DO ADJETIVO IBÉRICO

Os exemplos escolhidos para análise na primeira parte deste trabalho são criações feitas a partir de um único processo, a composição. Martins (2000, p. 122), diz a respeito dele: “*Entrando na formação dos compostos dois lexemas, dois elementos de significação extralinguística, são eles mais fortemente motivados que os derivados*”. Lapa afirma que são vários os processos de criação dos compostos, existindo os científicos, os populares e os literários. A respeito dos populares, o autor sustenta que eles “têm, por via de regra, caráter concreto. O povo não sabe lidar com abstrações e tende sempre a dar forma concreta às suas ideias”, e que os literários “*tendem mais para o abstrato, perdendo de vista muitas vezes as realidades concretas*” (1977, p. 92-99). No *Romance d’A Pedra do Reino*, temos a visão de mundo do autor, mas ao mesmo tempo também a do narrador da obra, Dom Pedro Dinis Ferreira - Quaderna; a partir do entrelaçar das duas visões tentaremos verificar se as opiniões de Martins e de Lapa se aplicam ou não às criações da obra de Suassuna.

Mas eu tomei contra o traidor uma vingança terrível, uma vingança à altura do Fidalgo flamengo-ibérico e florentino-brasileiro que sou, um homem que, quando necessário, também sabe usar o punhal e o veneno dos Bórgias! (2007, p. 265).

Dois compostos adjetivo + adjetivo, usados pela personagem Samuel para se definir; em ambos encontramos referências a suas origens, todas europeias. Em **flamengo-ibérico** temos *flamengo*, menção a Flandres, região entre a França, a Bélgica e a Holanda que, durante o século XVI, foi dominada pela Espanha dos Habsburgos durante o reinado de Carlos V (1500 – 1558), imperador do Sacro Império Romano Germânico e rei da Espanha. A segunda parte do composto é uma referência direta à Península Ibérica; se pensarmos que, ao criar um composto a pessoa estabelece algum tipo de conexão entre seus elementos formadores, é possível considerar que, ao mencionar a Península Ibérica, Samuel tinha em mente mais especificamente a Espanha, por esta ter dominado Flandres e, conseqüentemente, ter deixado marcas de sua cultura nessa região. **Florentino-brasileiro** é formado por *florentino*, adjetivo relativo a Florença, cidade italiana que também foi dominada por Carlos V, e *brasileiro*, menção óbvia ao local de nascimento de Samuel.

A ligação entre Brasil e Espanha pode ser verificada se lembrarmos que fomos também colônia espanhola durante o período em que Filipe II, filho de Carlos V, assumiu o trono de Portugal após a morte de D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir. A partir dessa breve análise, vemos que os quatro adjetivos usados por Samuel têm uma ligação direta com a Espanha, através do contexto histórico; o domínio espanhol sobre a região de Flandres, Florença, Portugal e Brasil é o denominador comum que permite a Samuel ver em sua família, originária de Flandres, uma ligação com as características espanholas por ele prezadas, e que lhe foram transmitidas por seus antepassados.

É aqui que um Fidalgo dos engenhos pernambucanos derramará, ou o seu sangue, ou o sangue de seu inimigo, na defesa do Brasil imperial, cruzado, católico e fidalgo-ibérico da Direita! (2007, p. 290)

Um composto adjetivo+adjetivo, usado pela personagem Samuel para definir o Brasil. Samuel, descendente de europeus, e que vê em sua família uma forte ligação com a Espanha, valoriza o papel exercido pela cultura ibérica na formação do povo e da cultura brasileira, dando-lhe maior importância que os elementos de origem negra e indígena, pois em sua concepção, essa parte de nossa ancestralidade é a que dá valor ao país. Vemos que a descrição do Brasil por ele feita se baseia em palavras pertencentes a campos semânticos muito próximos entre si: imperial, cruzado, católico e fidalgo-ibérico. *Imperial* refere-se ao sistema de governo, a monarquia, presente em nossa sociedade desde os tempos do Brasil colônia; depois da libertação de Portugal, continuamos tendo como governante um imperador oriundo da Península Ibérica, Dom Pedro I, e posteriormente, seu filho, Dom Pedro II, até fins do século XIX. *Cruzado* remete às Cruzadas, que foram em mais de uma ocasião lideradas por reis, como Luís IX da França e Frederico I Barba Roxa, imperador germânico; entre seus participantes encontravam-se pessoas pertencentes à nobreza (remetendo ao adjetivo *imperial*), que lutavam pela libertação da Terra Santa do domínio dos infiéis (os muçulmanos); portanto, *cruzado* também se relaciona a *católico*, religião oficial das monarquias espanhola, portuguesa e brasileira. Em *fidalgo-ibérico* é possível verificar uma relação com os adjetivos precedentes: a fidalguia, no caso do Sertão nordestino, seria compreendida não tanto em termos de títulos de nobreza, mas sim, como uma classe mais alta e favorecida composta por proprietários de engenhos açucareiros habitantes da Zona da Mata. Contudo, essa fidalguia também é ibérica, ou seja, para que sejam realmente dignos de valor, os membros dessa classe favorecida têm de ser descendentes dos primeiros colonizadores que se estabeleceram no território brasileiro, os portugueses católicos, sem a mistura das raças causada pela miscigenação com os negros e os índios.

Apesar de tudo isso, no meu caso particular, com todo o orgulho judaico sertanejo, mouro-vermelho e negro-ibérico que sinto, o cotoco me prejudica e muito! Primeiro, ele existe mesmo, em mim, Sr. Corregedor: no fim das minhas costas, o osso que fica entre as duas bundas, tem uma pequena saliência, um pequeno rabo judaico sertanejo, o cotoco, enfim! (2007, p. 344)

No exemplo acima, temos uma fala de Quaderna, narrador do romance, que se define por meio de três criações adjetivo+adjetivo: judaico sertanejo, mouro-vermelho e negro-ibérico. Em oposição às falas da personagem Samuel, analisadas anteriormente, essas criações mostram como Quaderna julga importante a miscigenação das raças para a formação do povo brasileiro e de sua cultura. Em *judaico sertanejo*, temos a junção de dois elementos indicadores de origem (cultural e geográfica): *judaico* se refere não apenas aos judeus que vieram para o território brasileiro nos primeiros anos da colonização, mas também aos que estavam estabelecidos na Península Ibérica e colaboraram para a constituição da cultura portuguesa e espanhola durante o período em que a Península acolhia os judeus fugidos de outras regiões da Europa por causa das perseguições religiosas; *sertanejo* refere-se à localização geográfica e cultural, pois a ação do *Romance d'A Pedra do Reino* se situa no estado da Paraíba, onde nasceu Quaderna, e cuja cultura (principalmente a literatura de cordel e os romances) contribuem de modo fundamental para a composição da narrativa de Quaderna. Em *mouro-vermelho*, vemos outra referência geográfica e social: *mouro*, outro nome que pode ser dado aos muçulmanos, também é uma referência aos “infiéis” que conquistaram a Terra Santa, bem como a um dos cordões das cavalhadas, populares no nordeste do país; *vermelho* pode ser compreendido como referência aos índios, um dos povos formadores da cultura brasileira. Em *negro-ibérico* vemos referências culturais, geográficas e sociais: *negro* não é simplesmente uma cor, mas refere-se aos escravos trazidos para o Brasil e que deram uma contribuição muito grande para a composição do povo e da cultura brasileira; *ibérico* refere-se aos portugueses e espanhóis (sobretudo os primeiros) colonizadores do território brasileiro, e ao romancista ibérico, fonte de inspiração para Suassuna escrever sua obra. Nas formações encontramos referências às três raças formadoras do povo brasileiro: brancos (representados pela palavra *ibérico*); índios (representados pela palavra *vermelho*) e negros.

Entretanto, a menção à cultura ibérica nesses compostos não se limita à criação *negro-ibérico*; devemos lembrar que na Península Ibérica havia uma mistura significativa de mouros e judeus com os brancos, sobretudo na Espanha, e ela é muito importante na visão de Suassuna, como ele já declarou em depoimentos e entrevistas: “Primeiro, quem diz *ibérico*, diz também *mouro* e *judaico*, como também recorda imediatamente a profunda

influência da cultura norte-africana na Península Ibérica...” (apud DIDIER, 2000, p. 130). Desse modo, ao se definir por meio dos três compostos, Quaderna mostra ao Senhor Corregedor, a quem está prestando um depoimento, como ele é um legítimo brasileiro por descender dos três povos formadores da cultura brasileira, com a influência adicional dos mouros e judeus, e que ele sente orgulho por isso.

*Meu sonho é misturar os Fidalgos **ibérico brasileiros** com os Fidalgos brasileiros negro-vermelhos, porque aí eu mostro que todos os Brasileiros são fidalgos e nossa gloriosa História do Brasil é uma Epopeia da gota-serena!* (2007, p. 352)

Outra declaração de Quaderna, na qual encontramos dois compostos: *ibérico brasileiros* e *negro-vermelhos*, referências aos povos formadores da cultura brasileira: *negro-vermelhos* são os descendentes dos negros e dos índios, o povo comum; *ibérico brasileiros* são os brancos descendentes dos colonizadores portugueses, a assim chamada “nobreza” brasileira. Ao contrário da personagem Samuel, que estabelece uma profunda distinção entre as pessoas de origem europeia e as de origem negra ou indígena, Quaderna vê nobreza tanto no povo quanto nas pessoas das classes mais favorecidas; ao dizer que seu sonho é misturar os *ibérico brasileiros* com os *negro-vermelhos*, ele mostra sua concepção a respeito da nossa sociedade, com a miscigenação como o fator fundamental para a existência de uma cultura brasileira com raízes ibéricas. Sua afirmação de que “*todos os Brasileiros são fidalgos*” destaca outra visão de fidalguia, não baseada em nascimento ou origem, mas sim, em nobreza de caráter, pois para Quaderna negros, índios e brancos têm o mesmo valor, independente de sua posição social. *Apenas com a mistura dos dois tipos de fidalguia é que as pessoas poderão ver a grandiosidade da história de nosso país, uma “Epopeia da gota-serena”, expressão que é também uma mistura da cultura clássica, tradicional (epopeia), com uma forma de falar típica do nordeste brasileiro (gota-serena), cujo significado é “muito bom”* (cf. NAVARRO, 2004, p. 128).

2. O ADJETIVO IBÉRICO USADO ISOLADAMENTE PARA QUALIFICAR SUBSTANTIVOS

Na primeira parte do trabalho, observamos a presença do adjetivo *ibérico* nas formações por meio da justaposição; passaremos agora a uma análise breve de dois outros exemplos nos quais o adjetivo está presente, qualificando isoladamente um substantivo, e como esse uso de *ibérico* pode revelar a visão de mundo do narrador-protagonista, Quaderna:

Só o consegui porque, além de pertencer ao “Oncismo” do Professor Clemente, pertenço também ao movimento literário do Doutor Samuel Wandernes, o “**Tapirismo Ibérico** do Nordeste”. (2007, p. 50)

O narrador do romance, Quaderna, menciona o movimento literário-filosófico criado por seu mestre, rival e amigo, o promotor Samuel Wan d’Ernes. Em *Tapirismo Ibérico* percebemos a utilização de um animal típico do Brasil, o tapir, como base para uma criação sufixal, tapir + *-ismo*. O uso de um animal como nome de um movimento é sugestivo, pois em outras denominações, como Romantismo, Classicismo, Realismo, temos como base uma ideia mais abstrata; o tapir é algo concreto, um mamífero herbívoro que não se caracteriza nem pela beleza nem pela força. Podemos verificar também que o próprio uso da palavra tapir remete diretamente à cultura indígena (tupi *tapiíra*), pois em várias regiões do Brasil o animal é mais conhecido como *anta*, nome de origem árabe. O adjetivo *ibérico* refere-se à Península Ibérica, sua cultura e seus costumes. A utilização de *ibérico* como qualificativo para *Tapirismo* mostra a fusão dos elementos, popular e erudito, indígena e europeu, bem como uma vez mais o fato de Samuel se voltar para as origens ibéricas da cultura e do povo do Brasil como fonte de seu pensamento filosófico.

Havia, aqui na Paraíba, no grupo do jornal A União, três escritores que influenciavam Samuel nessas **fidalguias ibéricas**, isso antes do Integralismo: eram Carlos Dias Fernandes, Eudes Barros e Ademar Vidal. (2007, p. 598)

Em *fidalguias ibéricas* é possível observar a visão de Quaderna a respeito de Samuel: nesse contexto, a palavra *fidalgua* é usada como um substantivo, o qual engloba várias acepções daquilo que Samuel considera como elementos positivos: origem, nascimento, família, situação financeira, posição social; *ibérico* está sendo usado como adjetivo, restringindo a noção dessa fidalguia: não basta ter dinheiro ou posição social para a pessoa ser considerada fidalga, se ela não tiver a ascendência ibérica comprovando sua origem superior. Entretanto, para

Quaderna, essa origem ibérica não é a condição indispensável para ser fidalgo, por ele considerar a miscigenação fator positivo para o enobrecimento do povo e enriquecimento da cultura do Brasil; podemos ver, então, nessa observação feita por ele, as *fidalguias ibéricas*, uma ligeira crítica a Samuel Wandernes por seu posicionamento elitista em relação ao povo brasileiro.

3. CONCLUSÕES FINAIS

Verificamos que, na obra de Suassuna, a tradição ibérica não se encontra apenas como uma referência vaga que deve ser descoberta por pesquisadores e historiadores, pelo contrário, ela está presente em vários momentos do romance e mesmo como base para criações lexicais, mostrando a criatividade do escritor e sua preocupação com nossas origens culturais e sociais. Considerando a menção feita por Lapa a respeito dos compostos, de estes se voltarem mais para o abstrato, deixando de lado a realidade concreta que os motivou, acreditamos que o autor fez uma observação pertinente no que se refere aos compostos estudados neste trabalho, pois eles, apesar de terem por base fatos históricos reais – como o domínio da Espanha sobre a região de Flandres, de Florença e o período em que Brasil e Portugal também foram governados por um soberano espanhol – não são imediatamente entendidos como tal, pois a pessoa que ler a obra de Suassuna precisará de um conhecimento histórico prévio para estabelecer a conexão entre as pretensões da personagem Samuel e os fatos que motivaram as criações lexicais. Nos compostos usados pelo narrador, Quaderna, a questão torna-se ainda mais complexa, por ele misturar elementos da realidade brasileira, como o adjetivo sertanejo, a outros aparentemente desprovidos de significado para nós, como mouro e judaico, mistura que revela seu pensamento a respeito da miscigenação e o orgulho que ele sente por não pertencer a uma suposta *raça pura*.

Já em relação ao adjetivo ibérico, assim como analisado nos outros exemplos, vemos que Suassuna também conseguiu obter um efeito original e sugestivo com ele, sobretudo ao usá-lo para qualificar um movimento literário e filosófico nomeado a partir de um animal típico da América do Sul. Em todos os casos, vemos como o conhecimento do autor e sua visão de mundo se uniram para criar formas que atraem a atenção do leitor, justificando a utilização d'*O Romance d'A Pedra do Reino* como corpus para uma pesquisa acadêmica que pretende analisar a criatividade lexical de um escritor brasileiro contemporâneo.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIDIER, Maria Thereza. (2000) Emblemas da Sagração Armorial. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. Recife: Ed. UFPE.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL em 20 vol. (1988) São Paulo: Editora Nova Cultural, Ltda.
- LAPA, M.R. (1995) *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- LEMON BARBOSA, A. (1955) *Pequeno Vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. (2000) *Introdução à Estilística*. 3ª ed. revista e aumentada. São Paulo: T.A. Queiroz Editor.
- MICHELETTI, Guaraciaba. (1997) Na confluência das formas: o discurso polifônico de Quaderna/Suassuna. São Paulo: Clíper Editora.
- NAVARRO, Fred. (2004) *Dicionário do Nordeste. 5.000 palavras e expressões*. São Paulo: Estação Liberdade.
- NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. (2000) *Ariano Suassuna. O cabreiro tresmalhado*. São Paulo: Palas Athena.
- SUASSUNA, Ariano. (2007) *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta*. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

104) TAYO AJAYI

TAYO AJAYI, Nigeriano, fez seus estudos na Universidade de Ife, Ile-Ife, Nigéria onde completou sua graduação e pós-graduação em Francês/Português e Línguas Modernas Europeias respetivamente.

Foi mais tarde para o Brasil com a bolsa de estudo CAPES-PEC/PG onde fez seu doutorado em Linguística na Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG) Belo Horizonte.

Atualmente é Professor e Chefe da Unidade do Português, Departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade Estadual de Lagos (LASU), Nigéria e é o Diretor Executivo da Fundação de Herança Afro-brasileira, uma Instituição acadêmica e sociocultural que trabalha na cultura, história, arquitetura e herança dos descendentes afro-brasileiros na Nigéria onde têm um bairro brasileiro em Lagos até hoje.

As áreas de pesquisa abrangem: Tradução, Linguística afro-brasileira, Línguas em contato, Civilização afro-brasileira/Lusófona e Estudos de Diáspora Negro. Artigos: "Issues of Comparative Studies: The Negro and the Mestiço in the Brazilian Culture" *Ife Literary Society's Journal*, vol. Nº. 1, pp. 46-52 (1994); "Dogbé et L'Incarcéré: l'écrivain contestataire et son œuvre". *LASU Journal of Humanities*, vol. 3, Nos 1-2, pp. 107-119 (1998); "A língua ioruba e o estudo africanista no Brasil: Crítica de uma análise linguística". *Vertentes*, São João del-Rei, FUNREI, Brasil, No 15, jan/junho, pp. 88-95, (2000); "O iorubá em contato com o Português no Brasil". In: MENDERS, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBRLER, Veronika (org.). *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*, Belo Horizonte, Brasil, Faculdade de Letras, UFMG, pp. 197-207, (2001); *Decalque as a Linguistic Integration Strategy of Yoruba loan words in Brazilian Portuguese "Portuguese Studies" – An annual journal of the Modern Humanities Research Association, Kings College, Strand, London, U.K. No 18, Ed. 2003*), pp. 102-115. (2003); "Culture in Translation: The Dilemma of a Translator", *Ife Journal of Foreign Languages (IJOFOL)*, No 5, pp. 53-59 (2006), A crioulização/não crioulização do Português brasileiro: A contribuição africana e as perspectivas do futuro: *Colóquios da Lusofonia*, Atas do 6º Colóquio, Bragança, Portugal, outubro 2007, pp. 189-197; Tradutora traditori: The Translator as a traitor," *Ife Journal of Foreign Languages (IJOFOL)*, No 7, pp. 75-82. (2008)

UMA SÍNTESE DOS HIBRIDISMOS LINGUÍSTICOS IORUBA-PORTUGUESES NA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL, TAYO JULIUS AJAYI, PORTUGUESE UNIT, DEPARTMENT OF FOREIGN LANGUAGES LAGOS STATE UNIVERSITY, OJO, LAGOS, NIGÉRIA

A interferência lexical é o primeiro resultado do contato entre o ioruba e o português no Brasil. Isso se evidencia nos empréstimos iorubanos que se encontram em várias áreas de atividades dentro ou fora da religião tradicional no Brasil. Dentre essas áreas estão: divindades, culinária, cerimônias e crenças, cargos e postos hierárquicos, indumentária e adereços sagrados, instrumentos musicais e festividades etc. A maioria desses empréstimos, embora tenham semantemas portugueses, carregam o significado sociocultural ioruba. São híbridos linguísticos.

O trabalho analisa esses híbridos apresentando o seu significado e dando a sua etimologia linguística. Esses empréstimos já foram submetidos e adaptados ao sistema morfossintático, semântico e fonológico do Português. Este trabalho baseia-se em dados extraídos de um *corpus* constituído por 24 entrevistas com informantes das comunidades afro-brasileiras nas cidades de Salvador e Cachoeira, no estado da Bahia, Brasil. Finalmente, para que se reescreva a história do português brasileiro, como tem sido o objetivo de vários projetos contemporâneos no Brasil, inclusive no aspeto da discutida influência das línguas africanas como o ioruba em sua formação, bem como a dos léxicos da Lusofonia, este estudo será uma contribuição efetiva a esta questão.

1. INTRODUÇÃO

A primeira coisa que chama atenção no português brasileiro é o enriquecimento de seu vocabulário com empréstimos africanos, mais especificamente da língua ioruba. A língua ioruba é uma das três línguas nacionais entre as mais de 250 línguas diferentes da Nigéria, o país mais populoso do continente africano. A língua foi uma das línguas africanas transplantadas ao Brasil ao longo dos anos da escravidão e que hoje, juntos com as outras línguas africanas contribuem à riqueza na formação da língua portuguesa do Brasil. A maioria dos empréstimos iorubanos encontra-se no domínio da religião, os da culinária também são significantes. Isso se deve ao fato de que essas palavras entraram no português através do empréstimo cultural, a religião. Na culinária, além do

empréstimo cultural também ser o fator responsável, o outro fator também se atribui a predominância das mulheres negras que cuidavam da cozinha das patroas, assim contribuindo à entrada no português de empréstimos dessa área.

2. OS HIBRIDISMOS LINGUÍSTICOS

O **hibridismo** é a palavra formada com elementos tomados a línguas diversas. No caso deste estudo, de Português e Ioruba. É a importação de alguns dos elementos iorubas e a tradução de outros em português. Pode ser também **empréstimo por tradução**, o que de acordo com Bloomfield (1967:455) é “descrever a coisa estrangeira introduzida com palavras nativas ou reproduzir a descrição, caso o vocábulo estrangeiro já seja em si mesmo descritivo.” De empréstimo por tradução vem o termo **decalque**, reserva-se ao empréstimo de uma unidade lexical proveniente de uma língua A e usado numa língua B sob uma forma traduzida. São palavras traduzidas para denominar conceitos novos. Quando uma língua não consegue um correspondente apropriado, o conceito é traduzido na língua receptora em vez de se importar totalmente a palavra original. Segundo Garmadi (1983):

O decalque lexical oferece a vantagem de evitar, em primeiro lugar, as dificuldades levantadas pela integração fonológica e morfológica dos significantes dos lexemas estrangeiros no seu sistema de acolhimento, ao mesmo tempo que procura respeitar a equivalência na ordem dos significados. (GARMADI, 1983:143)

Quando o empréstimo é introduzido sob uma forma traduzida, sob a forma de decalques, a equivalência no nível do significado pode ser apenas aproximativa. Assim, muitas palavras que são normalmente palavras portuguesas acabam sendo semanticamente empréstimos da língua ioruba. Todos os constituintes da palavra na sua estrutura superficial são do português, mas traduzem um conceito ioruba.

A seguir, registramos os hibridismos linguísticos da língua ioruba e português, presentes no *corpus* analisado. A maioria desses empréstimos, embora tenham semantemas portugueses, carrega o significado sociocultural ioruba. Explicamos o significado de cada palavra ou sintagma nominal e a sua origem etimológica da língua ioruba e são analisados numa ordem alfabética.

Água de Oxalá - É uma cerimônia de purificação em que as iaôs fazem uma procissão até a fonte sagrada para buscar água. A água é trazida para purificar as quartinhas do peji no terreiro. 'Água de Oxalá' é um hibridismo do SN ioruba *omi òrìsànlá*. Água <omi + de (genitivo português) + Oxalá <Òrìsànlá.



Cerimónia de águas de Oxalá

alabê da casa - O cantor ou a cantora profissional do terreiro. Do SN ioruba alágbe *ilé*. Alabê <alágbe 'cantora' + de (genitivo) + casa <ilé. Na Nigéria, *alágbe* também é aquele que canta para receber dinheiro. Ver **alabê**.

apogum de Xangô - Ver **apogum**. Apogum <apegum (*apegum* 'a quem', + *pe*, 'chama' + *ogum* 'guerra') + de (genitivo) + xangô <Sàngó.

Assentado - Ser assentado significa que já foi submetido a determinados rituais e já pode receber o axé do orixá. Esta palavra é a tradução do SN ioruba '*gba òrìsà*'. Significa 'receber', 'aceitar' *òrìsà*, no sentido de que já foi submetido aos rituais do axé e já foi aprovado.

Cabeça da casa - A primeira pessoa com a autoridade. Refere-se à ialorixá ou ao babalorixá. É o decalque do SN ioruba *olori-ile*, que significa a pessoa com a autoridade máxima na comunidade, o chefe. (cabeça <olóri + de (genitivo) + cabeça ori + casa> *ilé*).

cantigas de oxalá - São os cantos, as canções de Oxalá. Tem também cantigas de orixá. Procede do SN ioruba *orin òrìsànlá* ou *orin òrìsà*. Cantigas <orin + de (genitivo) + oxalá <òrìsànlá ou orixá <òrìsà.

casa do santo - É a casa separada, a principal construção de cada orixá, dentro do terreiro, onde que fica o pejií do orixá e onde que se faz lhe os sacrifícios. É a tradução do SN ioruba *ilé òrìsà*. Casa <ilé + de (genitivo) + orixá <òrìsà.

despacho - Oferenda trazida para o Exu para ele despachar, enviar, como mensageiro, aos outros orixás a fim de conseguir a boa vontade desses. É a tradução da palavra ioruba *ebo* que significa 'oferenda'. No português padrão, *despacho* significa 'mandar', 'despachar', mas devido à influência da língua ioruba, a palavra hoje no contexto afro-brasileiro tem outro significado e é usada para denominar o ioruba *ebô*.

dono da roça - Refere-se ao Xangô como o dono da roça. Isto é, e o orixá da roça, do terreiro. É ele que manda. É uma tradução da palavra ioruba *olóko* do mesmo significado (*Oni* = dono + *oko* = 'roça', 'fazenda' > *olóko* (há uma troca de /n/ por /l/ e uma supressão da /i/ final de *oni*]). Assim: dono <oni + de (genitivo) + roça <oko.

ebozeiro - 'Ebozeiro' significa aquele que faz oferenda. A palavra vem de *ebo* 'oferenda' em ioruba e o sufixo português - *eiro*.

fazer orixá - O mesmo como 'Fazer o santo'.

fazer o santo - É a cerimônia de submissão a alguns rituais para poder receber os orixás, para poder se comunicar com os orixás, para se formar como um zelador. É uma iniciação espiritual. Na Nigéria, a cerimônia é chamada de *pínódù*. É uma cerimônia de formatura para um jovem *babalaô* de ifá. Mas alguém de outro santo faz a *pínódù* de acordo com os fundamentos do santo dele. No Brasil, é esse conceito que foi reproduzido como 'fazer o santo'.

feitura de santo - É uma iniciação, uma cerimônia ritual para formar-se nas coisas do axé. Aprende-se as cantigas, as crenças, as danças, os rituais etc. da sua nação. Na Nigéria chama-se de *ìwémó òrìsà* como o mesmo significado. *ìwémó* significa 'purificação', 'feitura'. Assim: feitura <ìwémó + de (genitivo) + santo <òrìsà.

filho-de-casa - Significa que o adepto é um filho-de-santo daquele terreiro. É iniciado no terreiro. Faz parte da casa. Do ioruba *omo onílè* do mesmo significado. Filho <omo + de (genitivo) + casa <onílè. Ver **filho-de-santo**.

filha-de-iansã - Ver **filha-de-oxossi** e substitui 'oxossi' por 'iansã'.

filha-de-Oxossi - A pessoa, do sexo feminino, iniciada, que serve como um médium para Oxossi. Filha <omobìnrin + de (genitivo português) + Oxossi <Osóòsì. Ver **filha-de-santo**.

filha de santo - É pessoa do sexo feminino que já passou por certas iniciações para poder servir como intermediária, um médium, entre os orixás e os seres humanos. Ver **iaô**. Filha-de-santo é a tradução do SN ioruba, *omobìnrin òrìsà*. Filha <omobìnrin + de (genitivo português) + santo <òrìsà. A palavra é usado com o mesmo significado na Nigéria.

filho de santo - É o iniciado (sexo masculino) no culto dos orixás. É uma tradução de *omokùnrin òrìsà*. Filho <omokùnrin + de (genitivo português) + santo <òrìsà. Na Nigéria, *omokùnrin òrìsà*, além de ser um iniciado, ajuda os zeladores nos rituais do culto.

fundamento - A base, a origem da religião, a tradição no estado puro. As atividades religiosas apoiadas em força divina. Procede da palavra ioruba *isédálè* com o mesmo significado.

fundamentos - Os objetos sagrados do axé. Normalmente são enterrados num local específico dentro do axé chamado *ègè* na língua ioruba. É uma tradução do SN ioruba *àwon nnkan isédálè*. *Awon* 'as' + *nnkan* 'coisas' + *isédálè* 'fundamento', 'as coisas do fundamento'.

ilebô de obrigações - A casa ou o local onde se faz os ebós, as oferendas, as obrigações. A palavra original ioruba é *ojúbo* 'local de ebó'. O outro SN de onde procede é *ilé ebo*, *ilé* 'casa', *ebo* 'ebó'.> ilebo. (Há a supressão da vogal /e/ inicial de *ebo* seguido pela aglutinação das duas palavras).

irmã pequena - No Brasil tem irmãs-do-santo ou irmãos-do-santo que são as iniciadas ou os iniciados (filhos/as) do mesmo santo. Quando se fala de uma 'irmã pequena', significa a iniciada mais nova do que a pessoa falando. No ioruba, é a tradução literal do SN *aburo obibrin kéreré* que significa a irmã mais nova. Irmã <aburo obìnrin + pequena <kékeré. Ver **mãe pequena**.

limpeza - É o ritual de purificar alguém, de retirar do corpo da pessoa os maus, através de um ebó. É a tradução da palavra ioruba *iwémó* 'ser limpo', 'limpar'.

Mãe - No português afro-brasileiro, **mãe**, ou 'minha mãe', '**minha mãe santo**' ou '**minha mãe iniciadora**' não se refere somente à mãe biológica. Existem dois sentidos além da mãe biológica. Pode referir-se à 'ialorixá' ou ao 'santo' do/a locutor/a. Veja-se este trecho do nosso *corpus* que é a resposta da pergunta sobre as comidas típicas do santo da informante que é a oiá. Inf. 18/375/26 _____ *De oiá, é o acarajé... minha mãe... a comida predileta dela mesmo, é os acarajés*. Na cultura ioruba, não só a mãe biológica que se chama de 'mãe'. Pode ser 'a tia, a vovó' etc. É essa cultura que foi emprestada pela comunidade afro-brasileira e transferida para o português. Minha > mi + mãe > *iyá*. *iyá mi* 'mãe minha'.

mãe-de-santo - É o nome dado no Brasil ao dirigente feminino de um terreiro. Procede da palavra ioruba *iyálórìsà* com o mesmo significado. A palavra foi desaglutinada e traduzida para português. Mãe <iyá + de <ni (/n/ muda para /l/, sua variante e a /i/ final é suprimida) + santo <òrìsà.

mãe grande - É uma tradução literal do SN ioruba *iyá àgbà*. *iyá* > mãe + *àgbà* > grande. Na Nigéria, é chamada *iyá àgbà*, a mais velha entre duas mulheres. No Brasil, é uma maneira respeitosa de chamar a ialorixá. Ver **iã abá**.

mãe Keji - É um hibridismo do português e ioruba. No Brasil, a deputada da ialorixá é denominada a 'mãe keji', que procede do SN *igbákeji iyá* do mesmo significado. "Keji" ou *ekeji* como uma entrada lexical independente significa 'segunda' no ioruba. Mas neste caso, é a contração da palavra *igbákeji* 'segunda', 'deputada'. Então Mãe <iyá + keji <igbákeji.

mãe pequena - Tradução literal do SN ioruba *iyá kékeré*. *iyá* > mãe + pequena <kékeré. Na Nigéria, é usada para a mais nova entre duas mulheres. No Brasil é a auxiliar da ialorixá. Ver **iã quequerê**.

matança - É o sacrifício ritual de animais aos orixás. Ato de matar um animal para fazer um sacrifício e depois usar para festa. Para expressar este sentido, o português brasileiro usa as palavras 'chacina' ou 'assassinato' para seres humanos e 'abater' para animais. A palavra ioruba é *ipa*.

obá de xangô - No Brasil, obá é um cargo político-religioso. Os obás ajudam a ialorixá nos cultos e rituais do axé. O título é uma adoção do igual título da Nigéria. No reino de Oió, Obás são os ministros do *Aláàfin*, o rei de Oió. São doze e ajudam o rei a governar. São chefes com títulos tradicionais.

obrigação - No português padrão, obrigação significa 'dever', 'encargo' etc. Mas no português afro-brasileiro, tem um outro significado. São as oferendas rituais que os adeptos fazem às divindades. É o trabalho, o ritual, que o adepto tem de executar. É a transferência do significado da palavra ioruba '*ojúse*' que significa a responsabilidade, a promessa que se tem para com o orixá ou alguém.

oferenda - É oferecer materiais rituais ao orixá. É uma oferta, um presente. Embora tenha o mesmo significado em português, o significado dado à palavra 'oferenda' nos contextos afro-brasileiros é transferido da palavra ioruba *ore*. *Ore* significa 'favor', 'boa vontade', 'benevolência' ou 'material' que se dá a alguém ou ao orixá. No Brasil, a palavra já foi totalmente substituída por 'oferenda'.

ojá de cabeça - 'Ojá de cabeça' é uma faixa de roupa tradicional ioruba que a mulher amarra na cabeça para completar o seu estilo de moda da roupa batá feminino. É usada assim também no Brasil. Vem do SN ioruba *òjá orí*. Ojá <òjá + de (genitivo) + cabeça <orí. Só a segunda palavra *orí* que é traduzida. Ver **ojá de peito**.

ojá de peito - Faixa que a mulher amarra no peito. Pode ser da mesma cor ou não com a roupa principal. Vem do ioruba SN *òjá àyà*. Ojá <òjá + de (genitivo) + peito <àyà. Ver **ojá de cabeça**.

orixá da cabeça - Na cultura ioruba, quando nasce uma criança, o babalô joga para saber qual é orixá da criança. *Orí* 'cabeça' também significa na cultura ioruba a existência espiritual, o homem interior. Então cada um tem sua diferente *orí*. Assim, quando se fala de 'orixá da minha cabeça', refere-se ao seu orixá, o orixá que sua *orí* escolheu. Traduzida do SN ioruba *òrìsà orí*. Orixá <òrìsà + de (genitivo) + cabeça <orí.

pai-de-santo - O dirigente masculino de um terreiro de candomblé. É uma tradução desaglutinada da palavra ioruba *babalórìsà* com o mesmo significado. Pai <baba + de <l' (ni) + santo <òrìsà.

panela de ajerê - É um coador, de ferro, usado na Nigéria e no Brasil para fazer a cerimônia de fogo do Xangô. Procede do ioruba *ìkòkò ajere* (panela <ìkòkò + 'de' [genitivo português] + ajerê <ajere).

pano da costa - Um tecido tradicional ioruba, listrado em cores brilhantes e bordado, que faz parte do traje das baianas e das filhas-de-santo no Brasil. Na Nigéria, chama-se de *aso òfi*. O 'pano da costa' é um empréstimo

atributivo, procedido de *aso* 'pano' + *òfi*. 'Costa' aqui refere-se à costa oeste africana assim denominada durante o regime escravista.

partir o obí - Quando o *obí* (Ver **obí**) de quatro faixas, é aberto para ser usado para fazer oferenda aos orixás ou a jogar para *ifá*. No ioruba diz-se *la obí*. "*La*" significa 'dividir'. Então, partir <la + de (genitivo) + obí <obí.

partir o orobô - É o mesmo como 'partir o obí'. Ver **orobô**.

pé de orixá - Tanto na Nigéria, quanto no Brasil, significa que as coisas estão sendo feitas na frente do orixá ou na casa de orixá. Isto é, de acordo com as tradições dos orixás. Traduzido do SN ioruba *esè òrìsà*. Pé <esè + de (genitivo) + orixá <òrìsà.

pegar o santo - No contexto afro-brasileiro, este sintagma nominal é entendido como 'o santo incorporar em alguém'. É uma tradução da palavra *gbemole* em ioruba. Esta palavra *gbemole* é uma entrada lexical, mas constitui-se sintaticamente de duas outras palavras: *gbé* 'pegar', 'carregar'; e *imolè* 'santo' que foram transferidas analisadas para o português.

pés de Xangô - Isto é, na casa do Xangô. De acordo com as tradições do Xangô. Procedo do SN ioruba *esè Sàngó*. Pé > esè + de (genitivo) + Xangô > Sàngó. Ver **Pé de orixá**.

raiz - Esta palavra leva um dos seus próprios significados no português. A 'base'. Quando se fala que 'eu sou raiz do tal terreiro' ou 'minha raiz é tal terreiro' Isso significa que a pessoa nasceu dentro do terreiro, no culto, e já é iniciada. É a tradução da palavra ioruba *ìpilèsè* 'base', 'origem' 'fonte.' Não se confunde com 'raiz de árvore' que é *egbò* em ioruba.

recolher - recolher ou ser recolhido significa, no contexto afro-brasileiro, o ato de conduzir a iaô (ou um fiel) para o *ile-àse* (casa ou quarto do santo), onde é submetida ao ritual de iniciação. É uma tradução da palavra *ipámó* em ioruba. Na terra ioruba, a iaô ou o escolhido do orixá pode ficar no quarto de orixá por três ou sete dias. Ela vai se submeter a vários rituais e ensinamentos sobre o orixá. É o mesmo no Brasil.

sabão da costa - É um tipo de sabão medicinal local usado na terra ioruba chamado *osè dudu*. *Osè* significa 'sabão' e *dudu*, 'preto', porque é um sabão de cor preta. Na era da escravidão, a maioria das mercadorias que vieram da costa ocidental africana tiveram o atributo de 'da costa', uma vez que não conseguiram a tradução apropriada. É usado no Brasil para lavar as iniciandas do candomblé e para outros fins religiosos.

santo do meu orí - O mesmo como **orixá da cabeça**. Do SN ioruba *òrìsà orí*. Santo <òrìsà + de (genitivo) + meu (det.) + orí <orí (cabeça).

seita de egungum - A organização dos adeptos do egugum. Do SN ioruba *egbé egúngún*. Seita <egbé + de (genitivo) + egugum <egúngún.

ser de orixá - Ser de um orixá significa que a pessoa é da casa daquele òrìsà. É um filho ou filha de santo. É a tradução do SN ioruba *wá lati ilé òrìsà* - (*wá* 'vir', 'ser' + *lati* 'de' + *ilé* 'casa' + òrìsà <orixá).

roda de ogum - Hibridismo português e ioruba. É a formação em círculo para realizar a festa de ogum. Na Nigéria chama-se de *agbo ògún*. *Agbo* significa 'círculo', 'roda'. É também a festa onde as pessoas fazem uma formação de círculo e outros ficam dentro do círculo fazendo a cerimônia de *ogun* com cantigas, danças etc. Assim roda <agbo + de (genitivo) + ogum <ògún.

terreiro de ogum - Terreiro é um conjunto de casas onde se realizam as cerimônias religiosas do candomblé. Pode tornar-se uma comunidade onde convivem os adeptos e se processam as atividades religiosas. Terreiro de ogum significa que é o orixá ogum, a divindade de ferro e da guerra, que se cultua naquele terreiro. Esse SN procede do SN ioruba *agboilé ògún*. *Agboilé* significa 'conjunto de casas'. Terreiro <agboilé + de (genitivo) + ogum <ògún.

trabalho - É um rito mágico ritual realizado para atingir a outra. Pode ser por mal ou por bem da outra pessoa. É um termo mais usado na Umbanda e Quimbanda do que no candomblé. No ioruba a palavra correspondente é *isé* 'trabalho (espiritual)'.

uará do filho - É o quarto, dentro do terreiro, reservado a guardar as coisas do axé para o uso dos filhos-de-santo. É o mesmo como 'quarto do filho'. *Uará* significa quarto no ioruba. No ioruba, se fala *uará omo òrìsà*. O quarto do filho-de-santo.

vestir de orixá - É uma representação física e real de um orixá feita por um pai ou filho-de-santo na festa dos orixás. Alguém veste-se de indumentária e adereços específicos daquele orixá e dança às cantigas e *orikis*. É um hibridismo do SN ioruba *da òrìsà*. *Da* significa 'tornar-se', 'representar'. Então a palavra *da* é traduzido como vestir + de (genitivo) + orixá <òrìsà.

xinxim de galinha - Comida ioruba. No Brasil é a comida do Oxum preparada com galinha desfiada, cozida com azeite de dendê e outros temperos. Vem da palavra *sinsin adie* no ioruba. Xinxim > sinsin + de (genitivo) + galinha <adie.

xinxim de galo - comida ioruba. O mesmo como xinxim de galinha. Aqui é de galo. Vem do SN ioruba *sinsin àkùko*. Xinxim <sinsin + de (genitivo) + galo <àkùko.

zelador de orixá ou **zelador-de-santo** - É a ialorixá ou babalorixá interino. Ele ou ela fica no lugar de outro que faleceu. Procede do SN ioruba *adelé òrìsà*. *Adelé* significa ‘zelador’, ‘administrador interino’. Zelador <adelé + de (genitivo) + orixá ou santo <òrìsà. No Brasil, usa também para significar o pai-de-santo. Pessoas que defendem esse último significado alegam que um ser humano não pode ser o pai de um santo, mas o zelador ou adjuvante dele.

3 CONCLUSÃO

É bem possível argumentar que a maioria dos empréstimos indicados aqui está sendo usada nas expressões de certa classe de pessoas. Concordamos com esse ponto de vista. Mas, gostaríamos de enfatizar, a esse respeito, que o empréstimo normalmente começa com um grupo antes de se espalhar para toda a sociedade. O fato de que uma boa porcentagem dos empréstimos recolhidos no presente trabalho já foi dicionarizada os torna parte da riqueza lexical do português brasileiro e assim da lusofonia. Hoje a população que utiliza a língua ioruba também faz parte da grande população brasileira. A crescente popularidade do candomblé e da tradição afro faz com que muitos músicos, por exemplo, Gilberto Gil (até recentemente o Ministro da Cultura do Brasil), Milton Nascimento etc., artistas, profissionais e pessoas de alta escala do governo se associem ao que chamaríamos de iorubrasileirismo. Na literatura, na música, nas novelas e na mídia, o ioruba vem crescendo como o verdadeiro herdeiro das culturas e das línguas africanas no Brasil.

4. BIBLIOGRAFIA

- AFOLAYAN, Adebisi. (org.) (2006) *Yoruba Language and Literature*. Lagos, Ife University of Ife Press. 9ª ed.
- AJAYI, Tayo Julius. (2000) A língua iorubá e o estudo africanista no Brasil: Crítica de uma análise linguística *Vertentes*, São João del-Rei, FUNREI, Nº 15, jan./junho, pp. 88-95.
- _____. (2001) O iorubá em contato com o Português no Brasil. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika (org.) *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*, Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, pp. 197-207.
- _____. (2003) “Decalque as a Linguistic Integration Strategy of Yoruba loan words in Brazilian Portuguese” *Portuguese Studies*, – Modern Humanities Research Association, Kings College, Strand, London, U.K. No 18, Ed., pp. 102-115.
- AWOBULUYI, Oladele. (2002) *Essentials of Yoruba Grammar*. Lagos, Ibadan: University Press Limited,
- BLOOMFIELD, (1967) Leonard. *Language*. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1933. London: George Allen & Unwin Ltd.
- BOLOUVI, Lébéné Philippe. (1994) *Nouveau Dictionnaire etymologique afro-bresilien*. Lomé, Togo: Presses de l’Université du Bénin,
- COUTO, Hildo Honório do. (1999) *Contato interlinguístico; da interação à gramática*. Brasília: Departamento de Linguística, Universidade de Brasília,
- GARMADI, Juliette, (1983) *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote,
- MUSSA, A. O. (1991) *O papel das línguas africanas no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro,
- ODUNUGA, Segun. (2006) Tense and aspect in Yoruba. In: AFOLAYAN, Adebisi (org.), *Yoruba language and literature*. Lagos, Ife: University of Ife Press, p.264-276.
- PESSOA DE CASTRO, (2001) *Falares africanos na Bahia: Um Vocabulário Afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Top books.

- PÓVOAS, R. de Carmo, (1989) *A linguagem do Candomblé: níveis sociolinguísticos de integração afro portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- TARALLO, F. (1994) *A Pesquisa Sociolinguística* 4ª ed. São Paulo: Ática.
- UNIVERSITY PRESS PLC. (2008) *A dictionary of the Yoruba language*. Lagos: Oxford University Press/University Press Plc, (1ª ed. Londres, 1913).
- WEINREICH, Uriel. (1970) *Languages in Contact: findings and problems* Prefácio de André Martinet. The Hague: Mouton, 1953, (5ed. 1970).

105) TIAGO ANACLETO-MATIAS

TIAGO ANACLETO-MATIAS possui um curso superior em Tradução Especializada (2002) pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Politécnico do Porto (ISCAP – IPP), tendo sido aluno *Erasmus* na Dinamarca em 1998.

É detentor de uma pós graduação em Tradução para Legendagem pelo Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes (ISAI – Porto, 2004) e, recentemente, terminou com sucesso o Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas igualmente no ISCAP – IPP, com a Tese intitulada “O Pluri-Multi-Linguismo no Contexto Atual Europeu”.

Esta é a primeira vez que apresenta uma comunicação em Bragança no âmbito dos Colóquios da Lusofonia, mas já participou por duas vezes nos Encontros Lusófonos dos Açores (maio de 2008 e abril de 2009).

Em dezembro de 2008, fez uma apresentação no I Congresso Internacional de Estudos Interculturais do ISCAP ligada à tradução. Desde 2004 é funcionário efetivo do Parlamento Europeu, Bruxelas

LOCALIZAÇÃO WEB EM PORTUGUÊS, TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU

Nos dias de hoje, o tradutor já não tem apenas que saber dominar o aparentemente simples processo de traduzir. Por esse motivo, defendo que uma pessoa que domina a arte de bem traduzir, e que é formada para o efeito, já é muito mais que apenas um tradutor – é um Técnico de Tradução.

Com a Globalização e o impacto socioeconómico que ela implica, o tradutor viu-se obrigado a ter que dominar outras ferramentas para poder competir num mercado cada vez mais alargado e exigente – os dicionários, glossários, prontuários e demais documentos auxiliares já não são suficientes. Tornou-se imperativo o domínio das tecnologias de informação, dos programas de tradução, que começaram a aparecer nos inícios da década de 90, e de outros *softwares* mais sofisticados e atuais.

Como terão os tradutores enfrentado esta realidade? Estará o mercado da tradução preparado para este advento das Tecnologias de Informação, da Globalização e da Internacionalização? Será que todos os tradutores já utilizam ferramentas informáticas?

Além destas questões, urge identificar que profissões novas apareceram para auxiliar o tradutor no seu trabalho, o qual é deveras imprescindível para a ligação intercultural e para a adaptação de um produto estrangeiro a um nicho de mercado específico, tal como o português é.

Para terminar, será dada uma noção do termo recente ligado à tradução, a Localização, que não existe há muito tempo e que apareceu devido aos avanços da tecnologia e ao mundo em permanente mutação. O desenvolvimento inevitável da globalização, à qual qualquer país se vê obrigado a adaptar, condiciona neste caso particular Portugal, que pretende ser um país moderno, assim como as suas empresas e respetivos produtos. Por conseguinte, Portugal ainda possui uma economia algo frágil, que precisa indubitavelmente de saber como enfrentar os desafios e as exigências do mundo contemporâneo.

1 – INTRODUÇÃO: PROPOSTAS DE PROBLEMÁTICA, HIPÓTESE E METODOLOGIA

Para as questões acima expostas, aplicarei alguns passos metodológicos para defender a minha opinião, definindo conceitos de Tradução/Localização em Portugal, usando pesquisas na Internet e fontes bibliográficas. Descreverei os resultados concretos de contactos com profissionais daquela área, não só a nível nacional como a nível internacional, esperando que possa contribuir para os estudos do Mercado Português ligado à prática tradutora e da Localização Web.

O impacto da globalização na vida de um tradutor, como profissional transcultural que é e do papel preponderante que desempenha na sociedade da comunicação cada vez mais exigente é inegável. É fundamental que este tenha de estar em permanente atualização dos seus conhecimentos, não só linguísticos, como também científicos e técnicos. Mas será que qualquer tradutor se vê obrigado a aprender várias técnicas e várias ferramentas informáticas para não se tornar um tradutor obsoleto e desatualizado?

Com esta problemática, descreverei como nos dias de hoje o domínio das novas tecnologias e o impacto que a globalização teve na sociedade de cada país obriga qualquer empresa a adaptar-se a essa realidade. Tentarei também dar, muito sumariamente, um conceito de globalização, a qual tem influenciado e feito mudar todo o comportamento de um tradutor e exigido ao mesmo a atualização dos seus conhecimentos científicos, técnicos e até linguísticos.

Desta forma, as empresas devem contratar tradutores para localizar o seu produto numa determinada sociedade, o que é uma constante deveras incontornável no mercado de trabalho e para o sucesso de qualquer empresa. No caso especial das multinacionais, este fenómeno ainda se torna um desafio mais notável para o tradutor/localizador que se vê obrigado a atualizar-se para fazer face à globalização mundial.

Mostrarei também que o processo da tradução é apenas uma das variadíssimas atividades no processo relativamente recente da localização. Mas será esta última função imprescindível no mundo da tradução dos dias de hoje? A metodologia que seguirei basear-se-á na análise de várias teorias de diversos autores e estudiosos sobre tradução e localização; tentarei igualmente analisar várias opiniões de profissionais ligados àquelas áreas.

Por último, irei abordar o impacto da localização no mercado português ligado à prática tradutora e como ela influencia o consumidor, não só devido à globalização, mas também e naturalmente devido à técnica utilizada por tradutores. Estes profissionais transculturais que identifiquei no início conseguem transpor bem um produto de uma cultura de partida para a de chegada, se forem obviamente bons profissionais. Não esquecerei de focar as dificuldades que um tradutor/localizador encontra para conseguir precisamente adaptar esse determinado produto às mentalidades e àquela determinada cultura, dando como exemplo a portuguesa.

Parto, então, para uma possível definição de tradução e localização. Ao passo que a tradução é o processo de converter algo escrito de uma língua para outra, a localização é muito mais do que esse processo. De acordo com Bert Esselink, a tradução faz parte integrante do processo de localização, mas esta última possui também outras tarefas essencialmente complementares, tais como a gestão de projeto, a engenharia de *software*, a publicação de sítios na Net, a própria revisão de todo o projeto em questão e o testar do funcionamento do *software* ou da página *web*.

Continuando a referir Bert Esselink (2000), a localização coloca mais ênfase no processo informático da tradução e na utilização de ferramentas de tradução do que no processo tradicional da mesma. Mais à frente tentarei decifrar o porquê de, nos dias de hoje, um tradutor necessitar indubitavelmente de ferramentas atuais para desenvolver o seu trabalho, o qual é, nada mais, nada menos, do que a ponte de ligação entre todas as culturas existentes no mundo, ou pelo menos, entre todas as culturas que direta ou indiretamente são influenciadas no seu quotidiano pelos efeitos da globalização.

Já a LISA – Localization Industry Standards Association, tem uma definição ainda mais concisa do que é localização, a qual passo a citar: “A *Localização implica pegar num produto e torná-lo linguística e culturalmente apropriado ao local alvo (país/região e língua) onde será usado e vendido.*”

Antes de continuar, gostaria apenas de focar a seguinte opinião, a qual defende que é cada vez mais premente utilizar a localização como força universal da globalização: “A *Localização requer um envolvimento alargado... O enorme potencial da localização inclui poder devolvido, controlo da economia, proteção ambiental e social aumentada e desenvolvimentos tecnológicos benignos. A instabilidade financeira global torna esta mudança cada vez mais premente*” (minha tradução de inglês de Hines, 2000: 257).

2 – OS DESAFIOS COLOCADOS A UM TRADUTOR EM PORTUGAL NOS DIAS DE HOJE

Estando qualquer cidadão sujeito aos efeitos da globalização, é imperativo dar uma noção deste fenómeno cada vez mais enraizado no nosso presente e futuro.

Segundo Frank Auster Mühl, a globalização acontece a três níveis básicos: ao nível da globalização tecnológica, da globalização política e da globalização económica. Estes três níveis iniciam um processo no qual a distância geográfica é reduzida como fator de estabelecimento e manutenção de relações transculturais de longa distância em termos económicos, políticos e socioculturais. Não podemos esquecer que a atual crise nos Estados Unidos da América do Norte que estão a passar por uma recessão económica devido às políticas internacionais levadas a cabo nos últimos anos tem agravado o aumento dos preços em vários bens essenciais e prejudicado os mercados financeiros internacionais. Temos como exemplo a sua própria moeda, o Dólar Norte-Americano, que tem desvalorizado face ao Euro, só para dar um pequeno exemplo.

Mas não é a abordagem económica que interessa aqui discutir, mas sim a influência direta ou indireta da economia do país que tem lançado novos conhecimentos ao mundo e novas ferramentas, principalmente as informáticas, já para não falar na influência da *lingua franca* dos dias de hoje, que é a língua inglesa. Será que necessitamos de continuar a utilizar a tradução como ponte transcultural entre diversos povos e países ou a profissão de tradutor está a tornar-se inútil devido ao facto de o inglês ter adquirido tal dimensão no mundo?

Por ora a resposta parece ser negativa, embora “*o inglês seja a língua dominante em política internacional, negócios, tecnologia, ciência, educação, aviação, navegação, etc.*” (minha tradução do Inglês, Auster Mühl, 2001: 2). O certo é que nem todos os povos dominam o inglês e o cidadão comum nem sempre tem acesso à aprendizagem da língua inglesa; por esta razão os serviços de tradução continuam a ser necessários, particularmente devido ao advento das novas tecnologias e da globalização, para que as empresas possam adaptar o seu produto ao público-alvo e à cultura e língua deste mesmo público.

Sendo assim, o tradutor português teve que se adaptar àquela realidade e às exigências da internacionalização, que “é um processo que tem como objetivo a criação de produtos neutros, que possam funcionar em diferentes línguas e convenções culturais, sem que seja preciso desenhá-los novamente” (Pagans, 2002). No entanto, esta não é a definição à qual quero chegar, mas sim à de localização.

A localização, conforme nos explica Esselink, pretende pegar num produto e torná-lo cultural e linguisticamente apropriado ao país e ao público-alvo onde esse produto será comercializado e usado. Este processo pode parecer muito simples mas, no entanto, envolve várias atividades, as quais obriga um tradutor a tornar-se num localizador ou a possuir outrem para o ajudar na sua função tradutológica. Embora sendo uma única pessoa, o tal técnico de tradução que identifiquei no meu resumo, pode fazer o trabalho sozinho, mas tem e terá sempre de se especializar e atualizar.

Ora, posso pensar que todos sabemos que a profissão como tradutor ainda continua negligenciada. A aparente facilidade desta profissão faz com que qualquer pessoa com certos conhecimentos linguísticos se sinta

qualificada para traduzir. Não obstante, o tradutor não é apenas um profissional de línguas, mas também um decodificador de mensagens e um criador. Talvez por esta razão um profissional em tradução nem sempre seja bem pago e quando se pede um valor mais elevado por uma tradução, nem sempre qualquer empresa ou outra entidade quer pagar tanto por um trabalho que qualquer pessoa poderia fazer, embora sem os mesmos conhecimentos que uma pessoa formada na área da tradução incontestavelmente possui.

Portanto, o tradutor deve também atualizar com frequência as ferramentas com que trabalha já que a tecnologia evolui a passos largos. Os desafios tecnológicos e os desafios da internacionalização tornam o tradutor um profissional que continua a aprender ao longo dos anos em que pratica a sua atividade e os seus conhecimentos linguísticos também. Além disso, deve apostar na especialização, demonstrando assim uma atitude pró-ativa e empreendedora, para não se tornar desatualizado.

Por estas e outras razões, como por exemplo o facto de em Portugal ainda não haver uma ordem de tradutores que regulamente a tradução e oficialize a atividade dos tradutores profissionais, a tradução é uma profissão de risco e não há muitos que possam apostar única e exclusivamente nesta atividade como profissão a tempo inteiro. Há obviamente empresas de tradução no mercado nacional e estas conseguem sobreviver, principalmente porque as maiores empresas preferem apostar num trabalho de qualidade do que num trabalho menos perfeito, ou mesmo medíocre; somente pelo facto de outros pseudotradutores apresentarem preços menos elevados e maior rapidez na entrega é que se justifica que haja tantos subcontratados na profissão.

Posso adiantar que estes pseudotradutores acabam por se aproveitar, sem escrúpulos, do aumento exponencial da tradução devido ao aumento da comunicação internacional. Convém citar Fernando Ferreira-Alves que analisou um estudo de 1998 de Frank Auster Mühl e referir o *“efeito de bola de neve nos estudos de tradução [ser] resultante do significativo aumento da circulação da informação a nível mundial, da imensidão das redes de informação disponíveis, do número crescente de encontros interculturais e da contínua virtualização da vida empresarial e privada”* (Ferreira-Alves, 2006: 3).

Assim, para os tradutores portugueses há que apostar no enquadramento das suas traduções num contexto profissional e, mais do que nunca, apostar também na sua especialização e na relação, nem sempre nítida e aparente, entre os vários intervenientes no processo de localização: o produtor, o fornecedor, o intermediário, o tradutor, o localizador e o cliente ou consumidor, sendo muitas vezes este último o utilizador final.

Passemos então à definição de *glocalização*, expressão que tem vindo a ser bastante debatida nos últimos tempos por ser formada por duas palavras diferentes, mas de certa forma relacionadas devido à internacionalização dos mercados mundiais e à já falada adaptação desses mercados mundiais aos nacionais, ou seja dos produtos que vêm de um mercado estrangeiro e que têm e devem ser acondicionados à cultura e língua receptoras.

Glocalização é uma mistura entre os termos de “globalização” e “localização”. Melhor falando, trata-se do lançamento de um produto ou um serviço que é criado para todos os mercados à escala mundial, mas que é adaptado para servir àquela cultura local específica. Gostaria de citar a definição da *Investopedia*, acerca deste tema:

“É uma combinação das palavras "globalização" e "localização" usada para descrever um produto ou serviço que é desenvolvido e distribuído globalmente, mas também é modalizado de modo a acomodar-se ao utilizador ou consumidor num mercado local. Isto significa que o produto ou serviço pode ser talhado de forma a adaptar-se às leis locais, hábitos e preferências dos consumidores. Produtos ou serviços que são efetivamente "glocalizados" são, por definição, muito mais interessantes para o último utilizador...” (minha tradução do inglês da *Investopedia*, 2008).

Sabendo que a língua portuguesa tem uma cultura própria aliada à sua história e aos seus costumes, é importante pensar que, embora sejamos pouco mais de 10 milhões de habitantes, pertencemos a um mundo em constante evolução e virado para uma economia de mercado, pelo que é importante pensar a nível global para acuar a nível local.

Ora, pensando desta forma, o tradutor, devido a este desafio do mercado português aberto ao mundo, tem de se tornar capaz e mais proficiente na sua profissão, apostando não apenas no simples ato de traduzir e nos seus conhecimentos linguísticos, mas também na aplicação de novas ferramentas, tais como programas de tradução automática, programas informáticos de revisão, *web design* e até programação. Por essa razão, continuo a sustentar a ideia que um tradutor hoje em dia é muito mais do que simplesmente isso, é um técnico de tradução, ou melhor falando, um localizador. Assim, se um tradutor não conseguir abarcar todas aquelas competências e não possuir vários conhecimentos a nível sociocultural, de publicidade, de economia, de marketing, de gestão, informática e de comunicação, então não consegue vingar no mundo da localização Web, seja em Portugal, seja noutro ponto do globo.

Conforme nos diz Francisco Ferreira-Alves: “Neste processo de transformação em curso, as empresas de tradução em Portugal, deixaram de ser formadas apenas por linguistas, assumindo-se mais como entidades multifacetadas”. Para além disso, o mesmo autor continua a defender que “temos vindo a assistir a uma progressiva alteração do ambiente de trabalho e do perfil profissional do tradutor, em parte pela entrada de indivíduos sem formação linguística específica e pela própria expansão do mercado e crescimento da oferta e da procura, graças à diversificação dos produtos” (Ferreira-Alves, 2006: 10).

Pode-se concluir que o tradutor acabou por ter de se adaptar forçosamente a este novo conceito de localização para poder sobreviver no mercado português, ou num outro internacional. Tal como Ferreira-Alves disse, citando Anthony Pym, “*de certa forma já nos têm vindo a alertar para as eventuais consequências imprevisíveis de uma tendência que privilegia, por exemplo, uma quase obediência cega ao dogma da localização*” (Ferreira-Alves, 2006: 11). Baseando-me ainda em Ferreira-Alves, afirmo que *a localização teve um tal impacto no lançamento de qualquer produto que os textos acabam por sofrer uma grande transformação podendo mesmo levar ao apagamento do próprio autor do original da língua de partida.*

3 – A APLICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO WEB EM PORTUGAL

Esta técnica ainda está muito incipiente em Portugal, mas já começa a adquirir alguma expressão. Temos como exemplos as principais multinacionais que lançam e pretendem tornar conhecidos os seus produtos entre os consumidores portugueses. Mas as preocupações de um tradutor não podem passar única e simplesmente pela transferência de um código linguístico para outro; deve haver também uma preocupação quanto à cor, à imagem, aos sons, à música, ícones e outros símbolos que numa cultura podem ter um significado e noutras, outro.

Além desses elementos, deve igualmente ter-se em conta “*as mudanças standard regionais, tais como o formato da data, da hora e da moeda*” (Sokoli, 2002). Por esta razão, também devemos sempre ter em conta que, embora a língua de Camões seja a quinta língua mais falada no mundo em termos de número de falantes nativos, não se pode pensar que qualquer pessoa que saiba português possa fazer a localização de um produto, a não ser que conheça muito bem os costumes, hábitos, cultura e, sobretudo, a própria variante linguística. Contudo, há empresas como a Microsoft e a Oracle que não aceitam senão pessoas cuja língua materna seja a portuguesa, neste caso particular. “*Além disso, se o próprio público-alvo do documento for de Portugal, o tradutor deve ser Português e se o público-alvo for brasileiro, o tradutor deve ser também Brasileiro*” (Araújo, 2003: 3). Como todos sabemos, a língua é a mesma, mas há muitas palavras no Português do Brasil (pt-BR) que não existem no Português Europeu (pt-PT) e outras que até se escrevem da mesma forma, mas têm um significado diferente ou ligeiramente diferente.

Araújo ainda menciona que, estando o tradutor dos dias de hoje tão dependente e ligado à informática, aos programas de tradução automática e à localização Web, as diferenças nestas duas variantes linguísticas começam precisamente nos termos informáticos: “*tela vira ecrã, mouse passa a ser rato e arquivo se transforma em ficheiro*” (Araújo, 2003: 3).

Aproveitei para consultar vários sítios na NET para atestar a veracidades destes factos e cito o exemplo de duas multinacionais que adotaram o uso das diferentes vertentes do Português: a “Nike” e a “Adidas”. O portal da “McDonald’s” não só adota as duas variantes da língua portuguesa, como os próprios portais Português e Brasileiro são totalmente diferentes, na apresentação, nos menus, na informação, no marketing e na publicidade dos diversificados produtos.

Gostaria ainda de frisar que a língua lusitana ainda é bastante utilizada na tradução e localização de produtos a nível mundial. Segundo a LISA e Arle Lommel (colaborador que levou a cabo este estudo), o Português encontra-se entre as dez línguas mais traduzidas no mundo, tendo como língua de partida o Inglês. Já sabemos que, provavelmente, esta realidade deve-se ao facto do Brasil utilizar bastante a tradução e a localização de produtos, mas os Portugueses também contribuem para esses números, e prova disso são alguns portais de multinacionais, como a “Nike”, que disponibilizam em ambas as variantes linguísticas os seus produtos, ou seja recorreram à glocalização dos seus produtos.

“Começamos com o volume da tradução, usando números de 2000 (o ultimo ano do qual disponho de estatísticas fidedignas). Estes números representam a percentagem [(companhias que realmente localizam)] que estão a localizar para línguas específicas:

Inglês → Francês (~30%)

Inglês → Alemão (~25%)

Inglês → Espanhol (~25%)

Inglês → Japonês (~22%)

Inglês → Italiano (~20%)

Inglês → Chinês (Simplificado) (~15%)

Inglês → Português (~12%)

Inglês → Sueco (~10%)

Inglês → Holandês (~8%)

Inglês → Coreano (~7%)

Note que o Inglês é a fonte de todos os casos. Apesar de haver tendência para ser na direção “inversa” da localização, a localização ainda é prioritariamente veiculada de Inglês para as outras línguas” (minha tradução de inglês de LISA, 2008).

Para poder, de certa forma, provar um pouco a teoria da LISA e de Lommel, visitei alguns sítios na Net de várias empresas multinacionais estrangeiras e tive a oportunidade de me aperceber que nem toda a informação aparece na língua portuguesa, pelo menos se tivermos em conta alguns portais que exibam um pequeno filme de promoção de um produto em particular, recorrendo, por exemplo, ao uso do processo de legendagem. Esta prática está completamente enraizada na cultura portuguesa e normalmente é preferida relativamente à dobragem pelos Portugueses. A seguir poderemos constatar esta panorâmica da situação na imagem apresentada do portal da “Adidas”. Apesar de numa das multinacionais concorrentes àquela, a “Nike”, também apresentar um filme, este é totalmente em Inglês, sem recurso à legendagem em Português Europeu; o portal disponível para o consumidor Brasileiro apresenta o filme em Inglês, mas usa a legendagem em Português do Brasil.

Ora esta técnica pode ser percebida no sentido em que uma empresa multinacional, quando está a preparar o lançamento de uma gama de produtos em vários mercados, já cria aquele(s) determinado(s) produto(s) para que possam ser usadas em várias línguas e diferentes convenções culturais, tentando evitar posteriores alterações de engenharia informática. “No contexto de criação multilingue de páginas Web é conveniente saber que na gíria deste setor os termos ‘globalization’ (G11n), ‘internacionalization’ (I18n), ‘localization’ (L10n) e tradução são abreviados” (Sokoli, 2002), pelo que se transforma no recente acrónimo GILT.

Já a empresa multinacional, *Accenture*, utiliza o Inglês para os clientes Portugueses, mas para os consumidores Brasileiros, já dispõe de uma página Web em versão Portuguesa do Brasil. Curioso será também acrescentar que, nos vários países disponíveis no portal inicial da *Adidas* – a maioria eram Europeus –, os Países Nórdicos, que

também têm uma tradição inequívoca na utilização de legendagem de produtos estrangeiros tal como Portugal, a Adidas não utilizasse a prática da legendagem na divulgação e promoção do mesmo produto ao longo daquele pequeno filme. Isto é, embora a marca seja a mesma e o filme seja, em ambos os casos, em língua inglesa, a Adidas optou por não legendar aquele filme nos Países Nórdicos, provavelmente porque a sua população domina normalmente aquela língua, ao passo que em Portugal, qualquer possível comprador/cliente da Adidas poderá subentender o filme através das legendas, talvez porque não tenha tanta facilidade em compreender aquela língua, conforme os dados a seguir indicados (consultar estudo do Eurobarómetro da C.E., 2001: 10).

Durante a preparação deste trabalho, li um artigo acerca da literacia dos Portugueses relativamente ao conhecimento de línguas estrangeiras no Jornal “O Público” e, com base nos dados publicados pelo Eurobarómetro em 2006, fiquei surpreendido quanto aos resultados. Tal como vários internautas comentaram a seguir à notícia, custa-me crer que, mais uma vez, a União Europeia nos tenha colocado nos últimos lugares no que toca à aprendizagem de línguas estrangeiras, pois os Portugueses até têm uma pronúncia adequada e quando vão ou trabalham no estrangeiro são reconhecidos por este facto e também por dominar várias línguas. É claro que não somos os piores, mas também só estão atrás de nós os Britânicos e os Irlandeses – porque já dominam a *lingua franca* do momento – e os Espanhóis e os Italianos, porque são latinos e defendem acerrimamente as suas línguas oficiais principais. Até os Alemães se encontram à nossa frente (consultar estudo do Eurobarómetro 2006).

Por esta razão me custa acreditar que aqueles valores não estejam um pouco errados, talvez por pensar que a amostra estudada abranja toda a população e, obviamente, a mais idosa terá menos conhecimentos nesta área ou mesmo nenhuns. Portanto, gostaria de mostrar o meu desacordo com tal pesquisa quando pensamos em empresas multinacionais europeias que utilizam o Inglês nos seus sítios na Web como língua de contacto com os seus clientes Portugueses.

Posso dar-vos o exemplo da *Ryanair*, empresa de aviação de baixo-custo que tem dinamizado e transformado indubitavelmente o mundo das viagens, que utiliza uma técnica de mercado para atrair os clientes de determinado país através da sua língua oficial, pelo menos cuja população seja numerosa e o que parece provar que nem sempre é necessário localizar um produto, mesmo em países onde o défice de conhecimento de língua estrangeira seja alto. Ao consultarmos o portal daquela companhia aérea podemos constatar que o Inglês é a língua utilizada (também) para os clientes em Portugal.

Isto também é possível, porque estamos a falar em regras de localização, ou seja, tanto em Portugal como noutros países, as regras de localização passam pela adaptação de vários elementos, tais como, língua, cores, medidas, moeda, questões de índole cultural, etc.. Se aceitarmos que já existe de facto uma cultura europeia e que já possuímos várias heranças em comum, como por exemplo a moeda única e podermos viajar livremente na Europa, talvez não seja tão difícil pensar e aceitar que a *Ryanair* aposte na língua Inglesa e a utilize para divulgação dos seus produtos nalguns países europeus, entre eles Portugal. No entanto, mesmo que “*o inglês [seja], atualmente, «a língua» universal da comunicação não parece ser incompatível, por enquanto, com a tendência para a especialização linguística dos produtos que circulam na rede, nomeadamente (mas não só) os produtos informáticos. Na verdade, deteta-se uma tendência crescente nesse sentido*” (Díaz-Fouces, 2004).

Para provar esta tendência, a *Brussels Airlines* possui o seu portal sempre em Inglês por defeito, mesmo em países que são multilingues e de língua não oficial Inglesa. Visitando o sítio Web desta companhia aérea, pode-se igualmente constatar que aquela companhia aérea disponibiliza a versão também em Português, e na Suíça, em três das quatro línguas oficiais daquele país.

Posso concluir que nem todas as empresas acham rentável localizar as suas páginas Web para apresentação dos seus produtos, principalmente se o número de falantes nativos não for elevado, sobretudo se pensarmos que o Português na Europa não ultrapassa muito os 10 milhões. Ademais, “*o estudo mostra que Portugal é o país da União Europeia (UE) onde menos se valoriza a aprendizagem de outra língua para além da materna (73% contra 93% de média na UE) e o único país onde este sentimento se manteve igual desde 2001*” e acrescenta que “quase

três em cada quatro portugueses acham mesmo que o ensino de línguas deveria ser uma prioridade política, enquanto a média dos 25 [estados-membros] que pensa o mesmo ronda os 66%” (O Público, 2006).

Antes de prosseguir, gostaria apenas de focar a seguinte constatação de Oscar Díaz-Fouces, no que toca ao incentivo ao crescimento dos conhecimentos linguísticos na Europa:

“O período subsequente à Segunda Grande Guerra coincidiu com o (re)nascimento do interesse pela tradução, tendo-se multiplicado os centros universitários de formação de tradutores e intérpretes. Por motivos óbvios, essa rede foi especialmente profícua nas estruturas multiestatais, nomeadamente na Europa, cujo potencial económico é indiscutível, podendo investir uma parte significativa do orçamento comunitário na perpetuação – e garante – do atual status quo (multi)linguístico dentro das fronteiras da União Europeia. Recorde-se, a propósito, que, entre 1996 e 1999, o Conselho da Europa desenvolveu o Programa MLIS – Multilingual Information Society Program – que, graças a um orçamento de 15 milhões de euros, promoveu a diversidade linguística, o acesso à informação, a otimização do uso das novas tecnologias e o estímulo à criação de serviços multilingues” (Díaz-Fouces, 2004).

Numa nota rápida, antes de avançar, não só os Portugueses continuam a ler muito pouco (notícias SIC, no Jornal da noite de 23 de abril de 2008) como também os Portugueses são aqueles que na União Europeia veem mais televisão e usam menos as novas tecnologias de informação e comunicação, sendo apenas batidos pelos Italianos. *“E a Finlândia e Holanda são os países onde a população passa menos horas frente ao pequeno ecrã, preferindo navegar na Web ou usar outras novas tecnologias, como o telemóvel ou o comércio eletrónico” (Bastos, 2007).* Talvez esta possa ser uma razão pela qual a Localização Web ainda não esteja tão implantada em Portugal.

3.1 – AS LOCALIZAÇÃO WEB E LOCALIZAÇÃO DE SOFTWARE DE MÃOS DADAS

Pode parecer-nos um pouco contraditória a ideia de adaptação e regionalização de um produto se pensarmos que a internacionalização pretende precisamente tornar possível o acesso a qualquer cidadão do mundo a um produto que se pretende ser de utilidade para qualquer um deles. A ideia não seria adaptar um produto a ser vendido globalmente? Por que é necessário então, regionalizá-lo? Na realidade, um processo complementa o outro: a Internacionalização, que já foi identificada anteriormente, é o processo que generaliza um *software* a nível global, preparando o terreno e tornando mais fácil o processo de Localização, que é realizada posterior e separadamente.

Todo o processo de localização deve ser dividido em diferentes etapas para tornar esta tarefa complexa em algo de mais fácil gestão. Em primeiro lugar, o processo de pré-tradução que consiste na análise do material, da elaboração do orçamento, negociação do mesmo, planeamento do projeto, do levantamento terminológico dos termos utilizados no *interface* para o cliente e na documentação. Depois dos termos terem sido aprovados e do *interface* ter sido testado a nível de botões, menus, caixas de diálogo e outro tipo de mensagens, pode partir-se para a tradução, propriamente dita, dos termos com base na terminologia pré-aprovada.

Nesta fase da tradução, as memórias de tradução são uma ajuda preciosa para o tradutor/localizador, as quais não são, nada mais, nada menos, que bases de dados onde se guardaram várias traduções de diferentes terminologias e que são guardadas para posterior uso, manutenção e correção. Muitas já foram criadas pelos mesmos tradutores/localizadores, outras por outros profissionais e outras pelos serviços de tradução das Instituições Europeias. É claro que as vantagens são inúmeras, tais como o número de repetições de uma tradução para a outra, a semelhança entre traduções salta automaticamente à atenção do tradutor e a própria fiabilidade dessas memórias de tradução quanto à sua metodologia e terminologias. Costuma-se dizer, no entanto, que “não há bela sem senão” e também existem alguns inconvenientes em utilizar memórias de tradução, mas o principal é o facto destas memórias de tradução serem utilizadas por bastantes tradutores e conterem eventuais erros que depois podem influenciar a tradução de qualquer outro tradutor, já para não falar na possível concordância na forma, apesar de não na semântica.

“Um fator habitualmente menosprezado na formação de tradutores, mas que nós não queremos deixar de lado, tem a ver com a operação com que abrimos esta epígrafe: a gestão das encomendas, do ponto de vista profissional, que inclui a criação de orçamentos, as estratégias de fidelização dos clientes e o fluxo de trabalho. Habitualmente, a tradução de sítios da Internet faz parte de encomendas que ultrapassam o carácter pontual. Na prática, as empresas do comércio eletrónico necessitam de contar com atualizações periódicas dos conteúdos multilingues das suas páginas. Obviamente, nenhuma delas estará disposta a remunerar as atualizações das páginas, mantendo os preços das primeiras traduções. A reciclagem de material traduzido (e, portanto, o uso de memórias de tradução a que já nos referimos) é praticamente inevitável nestes casos, devendo a gestão de orçamentos e a faturação adequar-se a este facto” (Díaz-Fouces, 2004).

Antes de passar à parte de engenharia, deve fazer-se a revisão técnica e linguística do material traduzido e só depois o redimensionamento dos elementos da interface do utilizador, definição das teclas de atalho e compilação dos ficheiros com textos localizados. Seguidamente, pode-se efetuar o teste em sítios já localizados, para ver se o novo *interface* poderá ter sucesso, utilizando a documentação e ajuda *on-line*, sem esquecer que este processo terá de passar por uma edição eletrónica.

No momento anterior ao da entrega do produto já traduzido e localizado, deve existir um controlo de qualidade, como por exemplo o controlo linguístico e uma lista de itens, entre eles a verificação da mesma forma de traduzir de cabeçalhos, menus e outros títulos ou capítulos. A parte pós-tradutiva consiste no testar da funcionalidade e da compatibilidade do *software* internacional ao mercado nacional e ao público-alvo de nicho de mercado, na releitura e revisão, validação do conteúdo pelo cliente, entrega e faturação. Posteriormente, poderá manter-se sempre contacto e um acompanhamento desse produto traduzido.

Gostaria de apresentar uma tabela dos conhecimentos e das ferramentas necessárias no currículo em Localização de *Software*, de acordo com o Professor Richter:

PROFESSIONAL REQUIRED	BASIC SKILLS
Translator	Text Processing
Translator	Terminology Management
Translator	Retrieval
Translator	Internet WWW
Technical Writers & Software Engineers	Technical Writing
Technical Writers & Software Engineers	Hard- and Software
Technical Writers & Software Engineers	Network
Technical Writers & Software Engineers	Databases
Translator	Additional Skills
Translator	Translation Skills
Translator	Translation Memory Systems
Technical Writers & Software Engineers	Character Encoding

Este Professor também referiu que “as capacidades necessárias aos parceiros industriais da localização são: competências linguísticas e Tradutoras, gestão de terminologia e experiência de ferramentas de tradução e de localização” (minha tradução de inglês de Richter, 2008).

A qualidade é muito importante a ter em todo o processo de tradução. Conforme a Norma Europeia EN 15038, a qual “estabelece as seguintes coordenadas para a definição das principais competências a valorizar num profissional de tradução” (Fernandes, Alves e Monteiro: 2006: 21).

A saber, muito resumidamente: “Competência de Tradução; Competência Linguística e Textual na Língua de Partida e de Chegada; Competência de Pesquisa, Aquisição e Processamento de Informação; Competência Cultural e Competência Técnica” (idem: 2006: 21).

Por último, antes de passar para o próximo subcapítulo, gostaria de referir novamente o Professor Richter, o qual falou nos conhecimentos que deve haver a nível informático numa equipa de localização, onde é crucial (co)existir um grupo de trabalho coeso, dinâmico e com espírito de equipa. Ei-los:

- 1 – Software Concepts;
- 2 – Basics of Internationalization of Software;
- 3 – File Formats;
- 4 – HTML, XML;
- 5 – Translation Tools;
- 6 – Localization Tools;
- 7 – Project Management;
- 8 – Quality Assurance.

3.2 – A TÉCNICA DE LOCALIZAÇÃO DE PÁGINAS WEB EM PORTUGAL

A técnica de criação de Páginas Web é idêntica em qualquer país, embora se tenha e devam sempre respeitar-se vários parâmetros, os quais já foram abordados anteriormente. No entanto, gostaria de voltar a fazer referência a Richter, no que toca à adaptação dos produtos de *software* ou de *Websites* a um mercado local. Estes devem contar com:

- 1 – Linguistic characteristics (translators);
- 2 – Cultural characteristics;
- 3 – Desired “Look-and-Feel”;
- 4 – Special Technological Methods and Tools.

O professor ainda frisou um aspeto bastante importante que muitos tendem a esquecer, que é o facto de o cidadão comum não estar preparado ou não possuir conhecimentos tão técnicos. Desta forma, devemos preparar um produto de acordo com o público-alvo e/ou um programa de fácil utilização. Aquilo que nós preparamos e colocamos no mercado, é aquilo que o cidadão vê, consome e utiliza e convém ser “*user-friendly*”.

Qualquer empresa que hoje tente impor-se no mercado seja em Portugal, seja no estrangeiro, deve sempre apostar na sua imagem e na divulgação dos seus produtos e, devido ao impacto que a Internet teve e tem no dia-a-dia das sociedades, as empresas devem apostar na criação de uma página Web para dar a conhecer mais facilmente os seus produtos. É importante salientar que estas páginas Web devem ser, em princípio, preparadas para serem suportadas por alguns ambientes, tais como o Internet Explorer (o mais utilizado desde sempre), o Mozilla e o Jaguar, só para mencionar alguns.

Desta forma, o mercado português, já começa a adotar essa técnica e adaptar os seus produtos às sociedades estrangeiras, principalmente na Europa. É curioso notar que, em vários sítios da Net, embora os seus produtos já sejam comercializados em vários pontos do globo e em países com línguas bastante díspares umas das outras, há raríssimas páginas Web de empresas (multi)nacionais portuguesas que apresentam disponível o seu portal senão em Inglês. Há a exceção das Caves do Vinho do Porto do Grupo *Cálem*, em que também disponibiliza a página em Francês.

Já no caso da *Sandeman*, a empresa de Vinhos do Porto e outros vinhos, o Xerez, por exemplo, originário da Andaluzia, em Espanha, apostou num endereço de domínio europeu (.eu) e totalmente em Inglês, mesmo para os consumidores Portugueses. A sua página inicial propõe as boas-vindas em várias línguas, provavelmente correspondentes aos países para onde este vinho é mais exportado.

Nestas páginas Web, cuja visita na Net é vivamente aconselhável, embora o utilizador não veja, muitas técnicas e muitos programas são necessários utilizar. A programação Web utiliza variadíssimos *softwares* e a “linguagem” HTML (*HyperText Markup Language*) ajuda bastante no que toca à construção de sítios Web e à disposição e apresentação dos mesmos no ecrã, a qual pode ser criada utilizando o simples “Bloco de Notas” disponível no

sistema operativo *Windows*. A programação Web é um conceito bastante complexo, mas hoje em dia é cada vez mais acessível devido à otimização de variadíssimos programas criados para construir estas páginas interativas.

Além do “HTML”, convém referir outras Tecnologias aplicadas à Localização, tal como mostrou o Professor Richter:

- 1 – Code Systems
- 2 – SGML, XML, XHTML;
- 3 - Dynamic Webpages;
- 4 – Localization Tools.

Da seguinte página Web, pertencente à empresa de cortiças *Amorim*, outro produto português bastante importante para o mercado nacional ao nível das exportações, poderei mostrar posteriormente como se apresenta a linguagem de programação que está por detrás da página principal que aparece imediatamente nos ecrãs para usufruto dos internautas, disponibilizando-lhes uma versão em Português e outra em Inglês.

Antes de concluir este meu trabalho, gostaria de mencionar Araújo. Segundo ele, “A Irlanda é hoje uma referência mundial na localização Web graças a diversos tipos de incentivos e programas governamentais nesta linha” (Araújo, 2003: 2). Continua afirmando que “Ali reuniram-se uma grande quantidade de empresas de internacionalização e localização, como a Berlitz, SDL, Lion-Bridge, Bowne-Global, uma imensa comunidade de tradutores profissionais de todos os países do mundo e técnicos e engenheiros de localização” (Araújo, 2003: 2). Posso chegar à conclusão que, de certa forma, talvez o sucesso da economia irlandesa seja o facto de estar virada para o futuro e apostar nestas novas dimensões do saber, algo que talvez falte ainda em Portugal, para vermos as nossas empresas a internacionalizarem-se e a lançar os seus produtos noutros mercados. Por essa razão temos grandes empresas nacionais a apostar na divulgação dos seus produtos através dos seus portais na Internet, tais como a *Compal* e a *Sumol*. Ao visitar a página da *Sumol* pode-se constatar a mesma está a apostar na construção do seu sítio em língua inglesa.

No que diz respeito à *Compal*, esta já dispõe de um portal tanto em Português como em Inglês. A verdade é que a *Compal* já conseguiu distribuir os seus produtos pelos quatro cantos do mundo, mas não apostou senão na língua inglesa para promoção dos mesmos, embora as embalagens dos seus produtos, nomeadamente de sumos, apresentem os ingredientes e demais informação nas línguas de cada país de importação, conforme a lei.

4 – CONCLUSÃO: O FUTURO DA LOCALIZAÇÃO WEB EM PORTUGAL

Como conclusão, penso que o futuro da localização Web em Portugal deverá passar por um incremento da aposta das empresas em promoverem os seus produtos alhures, pois pertencemos a um mundo que se assemelha a uma aldeia global, onde a comunicação e a informação são cada vez mais fáceis. Gostaria de focar os seguintes aspetos antes de terminar este meu trabalho:

“Entre as características desta nova era, encontra-se o aumento da mobilidade - social, física e psicológica - que abalou os modelos de organização social tradicionais e transformou a «comunicação» na palavra de ordem. É, hoje, um lugar-comum afirmar que uma pessoa tem acesso a mais informação num só dia do que alguém nascido nos primeiros anos do século XVIII, em toda a sua vida, devido à virtualização da informação. A possibilidade de transmitir informações de forma maciça e virtual para o mundo inteiro (embora sujeita às limitações impostas pelas várias formas de censura ideológica e os muito menos subtis constrangimentos económicos) está diretamente relacionada com a criação, pela primeira vez, na história da Humanidade, de uma área de intercâmbio comercial, baseada no mercado livre, e de âmbito global” (Díaz-Fouces, 2004).

Portanto, para que Portugal, a respetiva economia e as empresas nacionais se tornem cada vez mais competitivas e conhecidas a nível mundial, é urgentemente necessário que aquelas apostem na GILT, e o Governo Português as apoie financeiramente, pois se assim não for as empresas (multi)nacionais Portuguesas não conseguirão

competir no mercado mundial e a economia Portuguesa jamais conseguirá ir em frente e tornar-se um exemplo de sucesso a seguir, tal como a Irlandesa.

Finalmente, gostaria de afirmar que o conceito de Localização de Páginas Web em Portugal ainda está nos seus primórdios, baseando-me também na informação publicada num relatório da *SPICE-PREP II – Report on eContent Localisation*, patrocinado pela Comissão Europeia e mencionada por Díaz-Fouces: “*Os mais baixos níveis de eficácia de localização (abaixo da média europeia) encontram-se na Alemanha, na Grécia, na Polónia, na Áustria, na Espanha, na Hungria, na Itália e em Portugal*”. Penso, contudo, que a localização irá desenvolver-se muito mais nos próximos anos, tornando-se um desafio único para os tradutores e/ou localizadores e jamais por eles – que cada vez mais devem receber formação para saber traduzir para a Net – localizadores, editores, revisores, gestores de projeto, técnicos de marketing e publicidade, técnicos de grafismo (designers), técnicos de software e outros profissionais envolvidos direta ou indiretamente no processo de localização, nomeadamente no Mercado Português, independentemente da língua que falemos ou do facto de utilizarmos maioritariamente o Inglês para que as empresas tornem conhecidos os nossos/seus produtos tanto aquém como além-fronteiras, utilizando uma abordagem holística da localização.”

Para concluir, gostaria de referir Dray e Siegel (Dunne, 2006: 281) quando afirmam que os produtos são concebidos num país e pretende-se vendê-los no resto do mundo. Quando se concebem produtos, serviços e sítios na Net, devem-se conhecer a fundo todos os utilizadores, tanto os nacionais como os internacionais. Devem-se compreender as semelhanças e também as diferenças e particularidades quando se está a conceber ou idealizar um produto que funcione para cada um deles. Não basta, portanto, localizar apenas os produtos; também se deve ter em conta a essência da intenção de um produto e a quem pode servir independentemente de onde esse alguém possa viver. O *design* deve, por isso ser internacional, o que representa um desafio considerável. Já que o *design* pode e significa coisas diferentes para as várias pessoas, urge explicar o se entende por design. Quando falamos dele, referimo-nos não só à aparência física de um produto, mas também e sobretudo ao processo total segundo o qual os produtos são concebidos e desenvolvidos, desde os primórdios do seu planeamento até ao seu lançamento e serviço pós-venda necessário. Uma definição holística centra-se na abordagem e no processo, e não meramente no resultado de tal processo.

BIBLIOGRAFIA

- Adab, Beverly and Valdés, Cristina, “The Translator: Key Debates in the Translation of Advertising Material”, Manchester, 2004;
- Adidas, [sítio na Web em linha], consultado a 17 de abril de 2008.
Disponível em: <http://www.adidas.com/pt/shared/home.asp>;
- Amorim, [sítio na Web em linha], consultado a 20 de abril de 2008.
Disponível em: http://www.amorim.com/cor_neg_borracha.php;
- Ashworth, David and O’Hagan, Minako, “Translation mediated Communication in a Digital World: facing the Challenges of Globalization and Localization”, Clevedon, 2002;
- Austermühl, Frank, “Between Babel and Bytes – The Discipline of Translation in the Information Age”, [em linha] (1998), consultado a 17 de abril de 2008.
Disponível em: <http://gandalf.aksis.uib.no/AcoHum/abs/Austermuehl.htm>
- idem, “Electronic Tools for Translators”, Manchester, Northampton, 2001;
- Bastos, Inês David, “Portugal prefere a TV e Finlândia usa mais a Net”, in Diário de Notícias, edição em papel, de 14 de novembro de 2007, consultado a 20 de abril de 2007.
Disponível em: http://dn.sapo.pt/2007/11/14/media/portugal_prefere_televisao_e_finland.html;
- Brussels Airlines, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008.
Disponível em: <http://www.brusselsairlines.be/en%5Fbe/home/>;
- Cálem, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.calem.pt/>;
- Compal, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.compal.pt/>;

- Díaz-Fouces, Oscar, "A Localização de Páginas da Internet na Formação de Tradutores, Vigo, 2004. Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;
- Dunne, Keiran J., "Perspectives on Localization", Amesterdão, Filadélfia, 2006;
- Esselink, Bert, "A Practical Guide to Localization", Amesterdão, Filadélfia, 2000;
- _____, Idem, "A Practical Guide to Software Localization", Amesterdão, 1998;
- Eurobarómetro da Comissão Europeia [em linha], consultado a 21 de abril de 2008.
Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_243_en.pdf;
- Fernandes, Paulo, "Kit e Guia de Tradução", 2006, Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;
- Ferreira-Alves, Fernando, "GILTY OR NOT GILTY: o re-enquadramento da profissão de tradutor face ao evangelho da normalização", [em linha] (2006), consultado a 18 de abril de 2008.
Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7168/3/GILTY%20or%20not%20GILTY%20-%20Paper%20Contrapor%20Fernando%20Ferreira%20Alves.pdf>;
- idem, "Kit e Guia de Tradução", 2006, Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;
- Hines, Colin, "Localization: A Global Manifesto", Londres, 2000;
- International Research Associates, European Commission's Education and Culture Directorate-General, Bruxelas, 2001;
- Investopedia [em linha], consultado a 18 de abril de 2008.
Disponível em: <http://www.investopedia.com/terms/g/globalization.asp>;
- Jornal "O Público", notícia da Agência Lusa "União Europeia: portugueses são os que menos se interessam por aprender outras línguas", 2006, consultado a 20 de abril de 2008.
Disponível em: <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1248544&idCanal=74>;
- LISA – Localization Industry Standards Association [em linha], consultado em 16 e 17 de abril de 2008. Disponível em: www.lisa.org;
- Magalhães, Francisco José, "Da Tradução Profissional em Portugal", Coleção Voz de Babel, Lisboa, 1996;
- Monteiro, Sérgio, "Kit e Guia de Tradução", 2006, Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;
- Nike, [sítio na Web em linha], consultado a 17 de abril de 2008.
Disponível em: <http://www.nike.com/g1/eu/index.jhtml?lang=1,7>;
- Pym, Anthony, "The Moving Text: Localization, Translation and Distribution", Amesterdão, 2004;
- idem, [em linha], consultado a 16 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.tinet.org/~apym/on-line/online.html>;
- Revista Confluências, [em linha], consultado a 23 de abril de 2008.
Disponível em: <http://www.confluencias.net/n3.htm>;
- Revista Tradumática, [em linha], consultado a 16 de abril de 2008.
Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/tradumatica/rec.html>;
- Richter, Volkmar, University of Applied Sciences, em Köthen, Alemanha, em aula no ISCAP 22 de abril de 2008.
- Ryanair, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008.
Disponível em: <http://www.ryanair.com/site/EN/?culture=PT>;
- Sandeman, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008.
Disponível em: <http://www.sandeman.eu/>;
- Sessions' Presentations 1, 2 and 3 – Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;
- Sumol, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.sumol.pt/>.

106) ZÉLIA BORGES

MARIA ZÉLIA BORGES Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela Universidade de São Paulo. Foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana

Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil.

OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA: PERTINÊNCIA E IMPERTINÊNCIA DO TEXTO, ZÉLIA BORGES, PROFESSORA JUBILADA NA UPM

Os Sertões, livro de Euclides da Cunha, é um monumento, nos dois sentidos dicionarizados para a palavra:

1. Obra artística geralmente grandiosa, constituída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante para a história de uma cidade, nação etc.

2. Qualquer coisa cujas proporções sejam colossais.

O primeiro sentido, de um modo geral, é bom, mas o segundo nem sempre. De fato, uma obra de tal porte é muito penosa para erigir e para fruir.

Assim acontece com a obra euclidiana tão decantada, mas em tudo trabalhosa, a partir de sua classificação nem um pouco consensual. Há quem a julgue obra épica, como Cavalcanti Proença. Também Vargas Llosa costuma apontá-la como um grande momento épico tal como a *Ilíada* e *Odisseia*. É vista ainda como romance histórico ou documental e um dos biógrafos de seu autor a considera reconhecimento de culpa por não ter visto como foi um crime, em seu trabalho anterior de repórter, o massacre de Canudos, na degola de prisioneiros e comércio de mulheres e crianças.

Neste momento, deter-nos-emos na colossalidade do vocabulário de um texto exarado em 156.849 palavras (numa rápida contagem na mídia eletrônica). Poderemos ressaltar a pertinência do texto, polifônico e intertextual, em sua produção, pela quantidade e variedade de natureza das palavras, na adequação ao contexto. Por outro lado, podemos atentar para a impertinência do mesmo texto, pelo desconforto que causa e pelo esforço de exige de seu receptor. Por isto seus leitores não se contam facilmente aos milhares.

Em 2009, ano de comemoração do centenário da morte de Euclides da Cunha, escritor brasileiro, seu nome foi proposto na temática deste Colóquio, no tocante à preservação da memória, voltamos à sua obra-prima, *Os Sertões*, com cento e sete anos de sua primeira publicação, em 1907.

Antes desta obra, o autor, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, escreveu sobre a Guerra de Canudos, em artigos publicados na capital paulista, antes mesmo de qualquer contato com o sertão da Bahia.

Comentou a derrota da terceira expedição enviada ao cenário da luta, comandada por Moreira César, em dois artigos publicados no Jornal, em 14 e 17/03/87, sob o título “A nossa Vendeia”. Neles aproximava o conflito de sertanejos da Bahia à rebelião de camponeses, monarquistas católicos franceses, ocorrida na Vendeia, França, entre 1793 e 1795. Segundo Euclides, os camponeses católicos ameaçaram a Revolução Francesa; assim também os sertanejos de Canudos, capitaneados por Antônio Conselheiro, puseram em perigo, a república recém-proclamada no Brasil.

Os dois artigos, de certa maneira, preparavam o livro de 1902, com análise geográfica e do clima da região, de aspectos étnicoculturais do sertanejo nordestino, baseados em informações de Teodoro Sampaio, que estudara anteriormente a área. Deixavam antever a polifonia de *Os Sertões*, invocando vozes de naturalistas como Saint-Hilaire, Martius e Humboldt e, fazendo coro à tese positivista de que “o homem é determinado pelo meio, a raça e o momento histórico”, antecipavam “algumas das teses de *Os Sertões* sobre a simbiose entre a terra e o homem” (VENTURA, 2002, 179).

Euclides da Cunha seguiu para a Bahia, na quarta expedição a que se juntou de agosto a outubro de 1897. Chegou a Canudos em 16 de setembro e lá permaneceu por três semanas, até 03 de outubro, dois dias apenas antes do término da guerra. Descreveu o lugar chamando-o “*urbs monstruosa*” (sic), uma povoação estranha, sem ruas definidas, num labirinto de becos onde as casas se amontoavam em total desordem. Silenciou sobre a crueldade da guerra, que acompanhava entre oficiais da engenharia e do quartel-general. As matérias enviadas

pelos correspondentes eram submetidas à censura de militares. O único a revelar abusos cometidos pelos militares foi o monarquista Afonso Arinos.

Em “Nota preliminar” à obra-mestra, redigida em 1901 (e publicada nas edições de 2002 e 2003, às pp. 13-14 e 195-196, respectivamente), Euclides da Cunha declarou sua intenção de “*esboçar [...] os traços atuais das sub-raças sertanejas do Brasil*” (p. 13), vendo-as fadadas ao desaparecimento diante da civilização e das correntes migratórias invasivas. Chamou o sertanejo de “jagunço destemeroso”, “*tabaréu ingênuo*”, “*caipira simplório*”, destinado a ficar, em breve, entre “*tradições evanescentes ou extintas*” (pp. 13 e 195). Advindo de cruzamentos propícios à formação de uma raça, mas falho de equilíbrio e de velocidade entre povos em marcha, tornou-se retardatário relativamente a seu tempo, caminhando para o “*esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes*” (idem, idem). Isto foi dito pelo mesmo autor que afirmaria, mais adiante, palavras para serem repetidas à exaustão: “*O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral*” (pp. 106 e 270).

Depois, longe da batalha final, não cantou a vitória dos militares republicanos, mas denunciou um crime perpetrado contra os jagunços, dizendo que os seguidores do Conselheiro não se renderam; foram, sim, esmagados. E apontou os últimos defensores de Canudos: uma trincheira de mortos que assombrava um exército enfraquecido, “*sem distintivos nem fardas. No último reduto, no “hospital de sangue” caíram os quatro últimos jagunços – “um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados*” (pp. 496-497 e 586-587).

Euclides redigiu grande parte de seu livro em São José do Rio Pardo, cidade paulista onde construiu uma ponte. Publicou-o na Editora Laemert, do Rio de Janeiro, a cujo editor, Gustavo Massow, fora apresentado por Lúcio de Mendonça, com o apoio do crítico José Veríssimo. Pronto o livro, escrito durante quatro anos, Euclides passou dias e noites na tipografia, corrigindo erros em exemplares já impressos. Temendo a reação dos críticos e dos militares, tomou um trem para Lorena, de onde partiu a cavalo, na madrugada, vagando pelo interior paulista. Voltou de Taubaté para Lorena, onde encontrou duas cartas do editor: na primeira, este se mostrava arrependido com a publicação, pois nenhum exemplar fora vendido, nem para sebos; já na segunda, enviava recortes de jornais que noticiavam o sucesso do livro de cuja primeira edição foi vendida mais da metade em menos de oito dias.

Segundo Ventura (2002: 172), “o livro se tornou um dos maiores sucessos editoriais do Brasil, com mais de cinquenta edições em língua portuguesa e traduções em cerca de dez línguas. Seu autor se tornou membro, em 1903, do Instituto Histórico e Geográfico e foi eleito, no mesmo ano, para a Academia Brasileira de Letras”. A obra tão decantada tem sido objeto de classificação variada. Seu autor, pelo que se pode depreender de sua Nota Preliminar, acima comentada, pretendia ver nela a denúncia de um crime. Fazia um mea-culpa culpa, por não ter reconhecido como um crime, em seu trabalho anterior de repórter, o massacre de Canudos, na degola de prisioneiros, de mulheres e crianças. Seria, assim, uma obra documental e histórica, como a considerou mais de um analista.

Vargas Lhosa (2006: 126), depois de ter declarado, em entrevistas a jornais e revistas, ter visto em *Os Sertões*, um grande momento épico como foram a *Ilíada* e a *Odisséia*, afirmou:

Acredito que, como um grande romance, é ao mesmo tempo um livro que não pode ser definido por nenhum rótulo de forma plena. Não se pode dizer que seja um romance, mas também que o é, no sentido de que os personagens têm vida própria porque há uma língua que os cria. Existe uma história que morde o próprio rabo, um episódio que se fecha sobre si mesmo. Mas, de forma paralela, não é um romance, porque está baseado em fatos históricos e tudo aquilo que conta está muito bem documentado. Há um personagem que faz as vezes de narrador e cuja idiosincrasia se parece à dos narradores dos romances de Victor Hugo: presente visível, egocêntrico, exibicionista; o narrador todo-poderoso dos romances românticos, neste caso o próprio Euclides da Cunha, que entra constantemente a opinar, exortar, polemizar com o leitor.

Proença (1971: 248), falando de Euclides de Cunha, lembra características que lhe foram atribuídas por Araripe Júnior: o ‘talento épico dramático’ e o ‘gênio trágico’. Alia a isto o gosto euclidiano pelos versos decassílabos

perfeitos que *“são incontáveis em Os Sertões, abrindo ou fechando períodos”* e busca, detalhadamente *“o traço marcante da tragédia helênica na composição”*, declarando-a uma epopeia.

Na primeira parte – “A Terra” – vê a “armação do palco onde será representada a trágica peleja entre os irmãos que se desconhecem e que o destino colocou no papel de antagonistas”. São antagônicos: o brasileiro do litoral, separado por séculos de evolução histórica do brasileiro do interior, o sertanejo.

A segunda parte de Os Sertões (“O Sertanejo”) “retrata o homem brasileiro, como quem define caracteres e apresenta o elenco” (idem, 249). O protagonista tem no Antônio Conselheiro “este particular que explica o geral, o ponto de agregação em que convergem as características da sociedade sertaneja”. Também aparecem no primeiro plano, para serem vistos pelo público, os deuteragonistas, isto é: “atores secundários quanto ao papel, mas essenciais ao enredo” (idem). Aqui, Proença arrola os chefes jagunços: alguns nomeados com alcunhas que qualificam: Volta-Grande, Pajeú, Pedrão, Tranca-Pés, Boca-Torta, Chico-Ema, João Abade; outros com apelidos que indicam origem: Quinquim do Coiqui e Fabrício do Cobocó. No prosaísmo, são exibidos os coronéis Moreira César e Tamarindo, o general Machado Bittencourt, os militares Chagas Teles e Siqueira de Menezes, entre outros.

O “desmedido anfiteatro”, por Euclides chamado de “monstruoso” é definido por cadeia de montanhas: *Canudos, assim circunvalado quase todo pelo Vaza-Barris, embatia para o sul contra as vertentes da Favela e dominado a ocidente pelas lombas mais altas de flancos em escarpa em que se comprimia aquele nas enchentes, desatava para o levante segundo o expandir dos plainos ondulados. As montanhas longínquas fechavam-se em roda, formando, quase contínua, uma elipse de eixos dilatados. Feitos postigos em baluarte desmedido, abriam-se, estreitas, as gargantas em que passavam os caminhos: o do Uauá, estrangulado entre os pendores fortes do Caipã; o de Jeromoabo, insinuando-se nos desfiladeiros do Cocorobó; o do Cambaio, em aclives, investindo com as vertentes do Calumbi; e do Rosário (2003:161-162).*

Na terceira parte – “A Luta” – Movimentam-se os atores no cenário em que os combates se desenrolam. Aparece também o coro formado pelos crentes, os sertanejos que carregam seus mortos, entoando “benditos” em contraposição aos soldados, com suas fanfarras. No coro, Proença (1971: 249-250) vê o autor como corifeu. Não se esquece de falar do coro dos animais: *“a cadência triste e preguiçosa de boiada”, em que se destaca “a voz do vaqueiro aboiando, num toar merencório”*.

O livro de Euclides da Cunha é um monumento, nos dois sentidos dicionarizados para a palavra, no Houaiss: “1. obra artística geralmente grandiosa, constituída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante para a história de uma cidade, nação, etc. 2. qualquer coisa cujas proporções sejam colossais.

O primeiro sentido, de um modo geral, é bom; mas o segundo, nem sempre. Com efeito, uma obra portentosa se faz difícil para erigir e para fruir. Se atinge maior pertinência pelo sucesso de sua produção, pode tornar-se impertinente, pelo esforço que exige quando de sua recepção

É bem isto o que podemos observar no caso de Os Sertões, como aqui procuraremos mostrar.

Seu autor valeu-se de recursos diversos para construir obra de tal porte. *“Se tamanho, de fato, não é documento”* haveremos de convir que é preciso bastante fôlego para exarar um texto assim longo: lemos cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove mil palavras, contadas eletronicamente no texto da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro⁸²⁷. Palavras que se juntam num trabalho artesanal respeitável pela sua escolha, pelas figuras de linguagem que criam, pela diversidade de línguas e de campos semânticos de onde vêm.

Analisemos, de saída, a pertinência do texto: pertinência que se explica pelo sucesso alcançado junto à crítica e pelo considerável número de edições.

827 Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> num total de trezentos e quarenta e oito páginas.

São numerosas as figuras de linguagem empregadas no texto. Apontaremos apenas algumas, extraídas de trechos escolhidos aleatoriamente e entregues para leitura dos sujeitos da pesquisa descrita abaixo.

São frequentes as antíteses: mar e terra, praias e serras, costa e sertão, talvez (linha de maior profundidade no leito de um rio) e plano (planície) ondulado; borda marítima e região alpestre, Citamos aqui apenas algumas, encontradas no primeiro trecho destacado da obra: “2002: 197 – 201.

Encontram-se também casos especiais de antítese, em que os contrários se excluem. São oxímoros encontráveis em *Os Sertões*: o primeiro deles é Hércules-Quasimodo (2002: 270). Aqui se opõem dois símbolos: o primeiro, Hércules, é criação da mitologia grega, figura da força aliada à beleza; o segundo, Quasimodo, é criação literária de Victor Hugo, aliada à feiura, à desproporção.

Outros oxímoros frequentemente apontados aparecem: Troia de Taipa (2002: 315) e pequeno grande homem (idem: 592).

Mais uma figura de linguagem – antonomásia – encontra-se no segmento em que Euclides (2002: 201) descreve a orografia do Planalto Central do Brasil: “[...] Apontam, rijamente, sobre as áreas de nível, os últimos fragmentos das rochas enterradas, desvendando-se em fragedos que mal lembram, na altura, o antiquíssimo “Himalaia brasileiro”, desbarrancado, em desintegração contínua, por todo o curso das idades.” Entende-se melhor a figura perifrástica na explicação do site Jureia⁸²⁸:

Era o ‘Himalaia brasileiro’, que se alongava por quase 1.500 quilômetros, do sul do atual estado de Tocantins ao sul de Minas Gerais. Quem viaja por esses estados só encontra morros com algumas centenas de metros: chuva, vento e fraturas naturais consumiram a imensa massa de granito ao longo de 630 milhões de anos. Mas do maciço rochoso restaram resquícios a partir dos quais geólogos de São Paulo e de Brasília estão reconstruindo a história geológica do Centro-Oeste do país.

Se a alegoria pode ser definida como figuras dispostas numa sequência, não podemos deixar de vê-la em um trecho de *Os Sertões* que sempre nos impressionou fortemente, onde o autor descreve um pedaço do sertão atingido de forma particular pela canícula: “[...] a região selvagem, desertus australis como a batizou, (Martius) mal atentou para a terra recamada de uma flora extravagante, silva horrida no seu latim alarmado”. O trecho, intitulado por Euclides da Cunha de “Higrômetros singulares”, apresenta como instrumentos medidores da umidade do ar, ou melhor, da secura da região, cadáveres mumificados de homens e animais que montavam uma cena de horror. Destacamos, para amostra um trecho:

Pequenos arbustos, icozeiros virentes viçando em tufos intermeados de palmatórias de flores rutilantes, davam ao lugar a aparência exata de algum velho jardim em abandono. Ao lado uma árvore única, uma quixabeira alta, sobranceando a vegetação franzina.

O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão, e protegido por ela – braços largamente abertos, face volvida para os céus, – um soldado descansava.

Descansava...havia três meses.

Morrera no assalto de 18 de julho. [...] E ao enterrar-se, dias depois, os mortos, não fora percebido. Não compartira, por isto, à vala comum de menos de um côvado de fundo em que eram jogados, formando pela última vez juntos, os companheiros abatidos na batalha. O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um fosso repugnante; e deixara-o ali há três meses – braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes, para os lares claros, para as estrelas fulgurantes...

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranquilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme – o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria – lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida

sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível. Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas sugestivo, a segura extrema dos ares. (2002: 213-217)

Outro recurso com que o autor de *Os Sertões* busca pertinência em seu texto é o uso de estrangeirismos. São fontes de palavras escolhidas, além do português, latim, inglês, alemão e tupi e línguas africanas. Euclides da Cunha buscou-as livremente, usando-as quando lhe pareceram oportunas. Colhemos primeiramente palavras do tupi e africanas, por serem elas genuínas de nossa terra, cujo português é um verdadeiro cadinho de línguas. O autor (2003:126) parece querer justificá-las quando diz:

[...] Da mesma forma que os negros hauçás, adaptando à liturgia todo o ritual iorubano, realizam o fato anômalo, mas vulgar mesmo na capital da Bahia, de seguirem para as solenidades da Igreja por ordem dos fetiches, os sertanejo, herdeiros infelizes dos vícios seculares, saem das missas consagradas para os ágapes selvagens dos candomblés africanos ou poracês do tupi. Não espanta que patenteiem, na religiosidade indefinida, antinomias surpreendentes.

Arrolamos inicialmente palavras do tupi sem nos alongarmos em demasia: ananá, caatinga, caroá, (possivelmente vindo do caribe através do tupi), catanduva, gravatá, macambira, macaúba, mandacaru, uauá (vocábulo expressivo).

De línguas da África arrolamos: caçuá (de origem duvidosa: do africano ou do tupi), kraal e quilombola. Na obra euclidiana (2002: 317) é possível depreender o significado de kraal:

Canudos surgia com a feição média entre a de um acampamento de guerreiros e a de um vasto kraal africano. A ausência de ruas, as praças que, à parte a das igrejas, nada mais eram que o fundo comum dos quintais, e os casebres unidos, tornavam-no como vivenda única, amplíssima, estendida pelas colinas, e destinada a abrigar por pouco tempo o clã tumultuário de Antônio Conselheiro.

Palavras em latim misturam-se, até com descuido, ao português: *cactus, cauterius, civitas, fácies, kyrie* (vinda do grego), *magna pars, urbs* monstruosa (sic). Vêm do espanhol mulato e *llano* está em espanhol mesmo.

São palavras inglesas: *wigwan* (tenda cônica de pele de animal); *hitworth* (segundo Galvão (2003:556) com erro de grafia, *whitwort*, nome próprio do inventor dado ao canhão dos confederados), *canyon, landlord* (senhorio), *steeple-chase* (campanário), *thalweg* (corrente subterrânea ou vale profundo do rio, *fault* (falha geológica). E, em alemão, *banckling* (em vez de *backlinge*, bastardo).

Duas palavras, mesmo em português, – jagunço e favela – parecem merecer atenção especial, dada a sua importância na obra. A primeira tem origem controversa e Houaiss assim explica sua etimologia:

Nascentes afirma ser alteração. de zaguncho, que, por sua vez, seria alteração. de zarguncho; para AGC, originalmente 'arma de defesa', por extensão. o indivíduo que a manipula, o cangaceiro, valentão assalariado', talvez de zaguncho 'arma (do séc. XVI) ', também de origem incerta, com troca da posição da alveolar e da palatal; JM considera obscuro o étimo do vocábulo; Nei Lopes sugere o quimbundo junguzu ou o iorubá jagun-jagun 'soldado'; forma histórica 1877 jagunço, 1889 jagunso.

A palavra favela também recebe comentário, à parte, sobre sua etimologia, que transcrevemos do Houaiss:

Para fava + -ela; segundo Nascentes, a acepção 'habitação popular' surge após a campanha de Canudos, quando os soldados, que ficaram instalados num morro daquela região, chamado da Favela, provavelmente. por aí existir grande quantidade da planta favela, ao voltarem ao Rio de Janeiro, pediram licença ao Ministério da Guerra para se estabelecerem com suas famílias no alto do morro da Providência e passaram a chamá-lo morro da Favela, transferindo o nome do morro de Canudos, por lembrança ou por alguma semelhança que encontraram; o nome se generalizou para 'conjunto de habitações populares'; forma histórica. 1909 favella'.

Analisados alguns recursos com que Euclides da Cunha considerou adequados, pertinentes para construir sua obra monumental, passamos a ver seu reverso: como o texto se torna impertinente para alguns leitores.

Tentamos ligeira pesquisa, buscando confirmar ou afastar suspeitas que nos envolviam com frequência, durante longos anos no exercício do magistério. Para tanto reunimos 21 pessoas, vindas de sete grupos familiares reconhecidos como bons leitores, com pessoas que gostavam mesmo de ler, formadas em escolas que

incentivavam a leitura. Cada grupo constituía-se de três sujeitos, disponíveis nas seguintes faixas de idade: até 21 anos; entre 21 e 40 anos; entre 41 e 60 anos. A cada pessoa demos 5 trechos da obra *Os Sertões*, da edição de 2002, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro:

- Trecho 1 - pp. 197 – 201 → “A terra”
 Trecho 2 - pp. 221 – 227 →
 Trecho 3 - pp. 249 – 252 → “O homem”
 Trecho 4 - pp. 270 – 275 →
 Trecho 5 - pp. 315 – 322 → “A luta”

Solicitamos que lessem os trechos que lhe despertassem interesse, preenchendo em seguida um questionário, que nos permitiu montar a tabela 1 e nos facilitou analisar sua reação.

Grupos	I			II			III			IV			V			VI			VII			S O M A	
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21		
Atividade	Advogado								+													1	
	Dona de Casa			+											+					+		+	4
	Estudante Universitário	+			+			+			+			+						+			7
	Farmacêutico																					+	1
	Médico		+									+	+										3
	Professor Aposentado						+									+							2
	Professor Grau I									+													1
	Professor Universitário																					+	1
	Revisor de Texto						+																1
Idade	- 21	+						+						+								+	4
	21 - 40				+						+											+	3
	40 - 60		+		+			+			+										+	+	6
	+ 60			+		+		+		+		+		+	+					+		+	8
Leitura Anterior	Obrigatória								+							+							2
	Sugerida		+			+														+			3
	Livre																						1
	Prazerosa																				+		1
	Parcial											+				+							2
	Total									+											+		2
	Nenhuma	+		+	+	+		+			+	+		+	+		+			+	+	+	14
Leitura Atual	Trechos Lidos		+			+	+	+	+			+			+					+		+	9
	Trechos Reconhecidos								+												+		2
	Dificuldade no Tema																						
	Dificuldade no Vocabulário		+			+	+	+	+			+			+							+	8
Desejo de Nova Leitura	Não		+			+	+	+			+				+								6
	Sim								+								+				+		3

Tabela 1: Leitores diante de *Os Sertões*

Entre os 4 jovens, cuja idade não chegava aos 21 anos, apenas 1, o de no 7, no Grupo III, num percentual de 25%, respondeu ao questionário, o que não é de todo mal. Considerando, porém, ainda jovens aqueles 3 sujeitos cuja idade ficava entre 21 e 40 anos, o total atingia sete, descendo o percentual para 14,28%.

Neste percentual apenas 1 sujeito leu os 5 trechos da obra apresentados. Os demais nem responderam ao questionário, negando qualquer atenção ao assunto. O único leitor jovem, o do G III, como os demais, não lera, anteriormente, nada de Euclides da Cunha. Isto, embora fosse muito boa aluna, tendo sido chamada pela Universidade onde fez seu 20 grau e agraciada com bolsa até o final de seus estudos. Revelou, no questionário, ter encontrado dificuldade no vocabulário da obra. Não desejava fazer nova leitura da obra.

Transcrevemos seu comentário livre, que foi feito apenas sobre três segmentos por ela destacados:

Trecho 1: extremamente enfadonho. O uso de palavras e frases rebuscadas fez com que o cenário retratado não ficasse passível de visualização como deveria acontecer. Desse modo, a descrição falha em seu papel principal. Na minha opinião, um leitor que não estivesse familiarizado com a topografia, simplesmente imaginaria um conjunto de montanhas.

Trecho 2: Gostei, já que o assunto me interessa (sou estudante de Ciências Biológicas). Entretanto, o uso de termos formais dá ao texto um tom muito antipático. O exemplo que mais me chamou a atenção foi o uso de ‘estróbilos’, ao invés de ‘pinhas’.

Além disso, parece que o autor, ao escrever a parte ‘A terra’, de *Os Sertões*, deixa-se levar por um caminho que mais remete ao trabalho de um naturalista que de um literato – deixando a desejar, entretanto, em ambos os papéis. Sob o aspecto de texto científico, falta objetividade e, como literatura, recorre a excesso de termos científicos, que não valorizam o texto. Para mim, o livro cai na ilusão de que quanto mais complicado um livro, mais culto é. E essa noção infundada já deveria ter sido abandonada.

Trecho 4: Não entendi o objetivo desse trecho. Para mim não foi descrito nem o sertanejo nem o homem de outras regiões.

Na faixa entre 40 e 60 anos, com 7 sujeitos, tivemos 2 médicos, 1 farmacêutica, 2 professoras, 1 revisora de texto e 1 dona de casa. Entre os leitores dessa faixa, não responderam ao questionário 1 médico e 1 revisor de texto. Os demais sujeitos mostraram dificuldade relativamente ao vocabulário, mas não ao tema. Médicos, farmacêutica, uma professora, revisor de texto e dona de casa não querem saber de nova leitura. Entre as duas professoras, uma de Grau I e outra de Grau III, somente a segunda fez leitura anterior e manifestou desejo de nova leitura da obra. A de educação infantil, com formação universitária, respondeu que não teve dificuldade relativamente ao tema, mas, nos comentários feitos acaba por contradizer-se.

Transcrevemos:

Trechos 1 e 2: leitura extremamente difícil e cansativa – linguagem rebuscada, de difícil entendimento, assim como os termos técnicos. Parece-me que o autor escreveu para si mesmo, não levando em conta que os vários leitores não possuem o mesmo ‘conhecimento’ técnico ou histórico, social, etc. que ele. Não ocorreu assimilação do conteúdo.

Trechos 3 e 4: igualmente cansativos, devido ao excesso de adjetivos e palavras difíceis. Quando fiz a leitura senti, pelo que pude entender, na descrição do sertanejo, um grande preconceito – compara-o ao selvagem, enquanto o gaúcho/sulista é retratado como o ‘ser perfeito, a raça pura’. Talvez não tenha sido esta a ideia da obra...

Trecho 5: linguagem continua rebuscada, dificultando o entendimento do texto.

Conclusão: O excesso de palavras rebuscadas, difíceis, estrangeiras e citações de lugares, pessoas e eventos passados, demanda do leitor um conhecimento prévio, para que possa ocorrer assimilação do conteúdo e prazer na leitura.

Não consegui mentalizar nada do que li – enquanto lia e, após a leitura, não registrei passagem alguma. Sou uma leitora de livros diversos, desde epopeias gregas, medievais até literatura contemporânea e sempre mentalizo o que leio, por vezes me ‘transporto’ para os lugares, situações, etc. Com *Os Sertões*, isto não ocorreu e fico extremamente frustrada e preocupada, me desqualificando até, como leitora, mediante uma obra tão famosa e monumental...

Entre leitores de mais de 60 anos, temos 1 advogado, 1 médica, 2 professoras (1 de grau I e 1 de Grau III) e 2 donas de casa. As 2 donas de casa não responderam ao questionário. Todos os que responderam apresentaram alguma dificuldade no questionário. O advogado e a professora de Grau I fizeram leitura anterior. O advogado, aliás, leu várias vezes e vê chance de nova leitura; o que não é de admirar, em vista de seu entusiasmo pela obra. Transcrevemos os comentários da professora de Grau I e do advogado, tendo em vista sua ponderação, apesar do entusiasmo demonstrado:

Comentário da professora:

Gostei do texto, que eu já sabia difícil; mas, sou suspeita, porque gosto de ler de tudo. Realmente o autor E. Cunha é ‘cobra’ mesmo. Em poucas páginas ele descreve o lugar, a povoação, a população, a índole dos romeiros

e até seus pecados. Descreve a geologia do lugar, denomina suas águas numa linguagem única. Não é leitura de lazer. Tem que se ler com o objetivo de estudo ou uma outra finalidade específica.

Comentário do advogado:

"Os sertões" é um livro cuja leitura deve começar pelo seu final, O que antecede ao final do livro é uma engenhosa arquitetura para acabar culpando as vítimas de um massacre coletivo, justificando o comportamento daqueles que ordenaram ou não evitaram o banho de sangue ocorrido, com requintes de crueldade e falta total de respeito à pessoa humana.

A impertinência do texto euclidiano e o desgaste que causa à maioria dos leitores foram apontados também por críticos. Nossos mestres Cândido e Castelo (1968: 322) dizem:

Os Sertões são uma obra monumental, que abriu nova fase nos estudos brasileiros, desvendando com violência e pessimismo o contraste de culturas, que marca a nossa civilização. Sob o aspecto puramente literário, a influência do seu estilo muito pessoal foi em geral má: Pomposo e tenso, ele pende para o mau gosto e o desequilíbrio, sendo às vezes obscuro pelo excesso vocabular. Ao contrário dos imitadores, e graças ao talento expressivo fora do comum, Euclides supera estes defeitos, dissolvendo-os na integridade da sua visão moral e social.

Também outros autores, além do vocabulário excessivo, apontam a intertextualidade que por vezes também fica exagerada, com autores de etnologia, climatologia, geologia, orografia, hidrografia, flora etc., a par do estilo que peca por rebuscamento e grandiloquência. Sobre esta última intervenção indesejada no discurso, interrompendo-o de modo só comparável à quebra do curso de um rio causada pela enchente, fala, dispensando acréscimos, o poeta que Leminski (1988: 117) vê muito contrário ao brasileiro "sentimental, derramado, verborrágico" mas que procura sempre "com unhas e dentes, uma dicção seca e contida, cernes e medulas reduzidas ao essencial".

É o poeta Melo Neto (1979: 23):

*Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água; em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
fio de água por que ele discorria.*

*o curso de um rio, seu discurso-rio
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca de combate.*

NOTAS

2 Na edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, a obra ocupa as pp. de 10 a 510; na edição sob a responsabilidade de Silvano Santiago, as pp. de 193 a 594.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cândido, Antônio E Castelo, José Alderado (1968) *Presença Da Literatura Brasileira*. Vol. II. Ed. 3 São Paulo: Difusão Europeia Do Livro.

Cunha, Euclides (2002) "Os Sertões" In *Intérpretes Do Brasil Vol. I* (coord, Sel. De Livros E Pref. De Silvano Santiago. Rio De Janeiro: Nova Fronteira.

____ (2003) *Os Sertões Campanha De Canudos*. Ed. Crítica De Walnice Nogueira Galvão. Ed. 2, Impressão 5. São Paulo: Ática.

Leminski, Paulo (1988) "A Modéstia Do Poeta Maior" In *Isto É Senhor*. São Paulo: agosto; 117.

Melo Neto, João Cabral De (1979) *Antologia Poética*. 5 Ed. Rio De Janeiro: José Olympio.

Proença, Manuel Cavalcanti (1971) *Estudos Literários*. Rio De Janeiro: José Olympio.

Vargas Lhosa, Mario (2006) *Discurso Amoroso Da América Latina*. Tradução De Wladir Dupont E Hortência Lencastre. Rio De Janeiro: Ediouro.

Ventura, Roberto (2002) "Texto Introdutório A Os Sertões" In *Santiago Silvano Intérpretes Do Brasil, Vol I*, Rio De Janeiro: Nova Aguilar.



107) **ALINE KRUGER** UNIVERSIDADE ESTADO SANTA CATARINA E **SANDRA MAKOWIECKY**
UNIVERSIDADE ESTADO SANTA CATARINA

Aline Carmes Krüger

Possui graduação em história pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2005). Atualmente é mestranda no Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Desenvolve atividades de pesquisa, conservação e preservação no Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC e atuou como assistente no Museu de Arte de Santa Catarina. Trabalhou no projeto de implementação do Sistema Estadual de Museus da Fundação Catarinense de Cultura. Tem experiência na área de Museologia, com ênfase em Conservação, Preservação e Montagem de exposição, no desenvolvimento de atividades administrativas, artísticas e culturais. Sua pesquisa é voltada para o acervo do artista Franklin Cascaes.

Sandra Makowiecky

Possui graduação em Lic. Ed. Artística Habilitação Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina, especialização em Arte - Educação pela UDESC; Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna de Lisboa e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora da Universidade do Estado de Santa Catarina - graduação e mestrado em Artes Visuais do Centro de Artes. Membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte Secção Brasil Aica Unesco - ABCA. Membro da Associação Internacional de Críticos de Arte - AICA. Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte - CBHA. Membro da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas - ANPAP. Membro do Fórum de Pró Reitores de Graduação desde 2004 - FORGRAD. Pró Reitora da Udesc nos anos de 1994 a 1998 e de 2004 ao presente momento. Vice - Presidente ANPAP- Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas no biênio 2007-2008. Tem experiência na área de Artes atuando principalmente nos temas: arte, cultura, artes plásticas, representação, imagem, memória, patrimônio histórico, cidades e ensino.

FRANKLIN JOAQUIM CASCAES: MEMÓRIA MANUSCRITA NA ARTE DE ESCREVER

Franklin Joaquim Cascaes percorria de baleeira, canoa, cavalo, carreta, Kombi ou mesmo a pé o interior da Ilha de Santa Catarina, numa época em que a maioria das comunidades sequer possuíam luz elétrica. Ao se deparar com uma realidade singular e bastante isolada do processo de desenvolvimento urbano Cascaes motivou-se pela necessidade de registrar o dia a dia dessas comunidades e não poupou esforços. Anotava em seus cadernos e folhas avulsas histórias, rezas, hábitos e costumes dos descendentes de açorianos que formavam as comunidades de pescadores e rendeiras do interior da ilha. Este artigo apresenta numa perspectiva teórico metodológica uma História da Cultura Escrita como salvaguarda de memória e afetos. As folhas manuscritas do artista encontram-se ainda inéditas, mas repletas de memórias de um povo, de um tempo e de um convívio social. Assim, pretende-se abordar a obra do artista Franklin Joaquim Cascaes em seu uso e modo de escrever. Encontramos seu acervo manuscrito constituído por Cadernos e Documentos em folhas avulsas.

Estes manuscritos compõem-se de 124 cadernos escolares pequenos, 22 cadernos grandes e 476 manuscritos em folhas avulsas e/ou agrupadas numa quantidade máxima de 15 páginas. Sua obra adquiriu, com o passar dos tempos, um tom histórico e crítico na medida em que ele percebia que o cotidiano dessas populações, e o conhecimento popular via-se ameaçado pelas intensas transformações que se seguiam, correndo risco de não serem lembradas pelas futuras gerações. Esta coleção de manuscritos compõe juntamente com desenhos e esculturas a *Coleção Professora Elizabeth Pavan Cascaes*, pertencentes ao acervo do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta coleção tornou-se referência para a compreensão da ocupação humana na Ilha de Santa Catarina e arredores.

Os primeiros registros sobre atividade artística de Franklin Joaquim Cascaes são de 1946, *"Comecei a fazer este trabalho em 1946, quando tinha 38 anos [...] Comecei com dificuldade, porque era professor"* (CASCAIS, 1988, p.

22). Até meados dos anos 1980 Cascaes desenvolveu inúmeros trabalhos de coleta de dados, utilizando diferentes técnicas e diversificando a temática. De formas distintas, Cascaes procurou registrar a cultura dos moradores da Ilha de Santa Catarina que se transformava.

Franklin Joaquim Cascaes nasceu no município de São José, no bairro de Itaguaçu (hoje pertencente ao município de Florianópolis - SC), no dia 16 de outubro de 1908 vindo a falecer em março de 1983. Cascaes no seu trabalho de pesquisa nas colônias pesqueiras conversava, anotava, pintava e modelava. *“De acordo com as histórias que eu escutei, que eu vi, é que eu começo a trabalhar a minha arte e minhas histórias”* (CASCAES, 1988, p. 50). A amplitude do seu legado nos chega hoje, através do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral na sua forma multifacetada (desenhos, esculturas, narrativas escritas) e com seu conteúdo sociohistórico preservado.

“Franklin Cascaes é, pois, o intérprete de um mundo a que ele próprio pertenceu e no qual ele viveu com a alma e com o sangue, mas é, ao mesmo tempo, o propositos e o profeta de um novo mundo, dogma ‘aberto’ ao sonho”. (ARAÚJO, 2008, p. 34)

Franklin Joaquim Cascaes explora o caminho da pesquisa através de experiências de vida compartilhadas e transmitidas por narrações orais. Em seus cadernos ele coleta, registra e nos informa acerca do contexto histórico-cultural e do crescimento urbano da cidade de Florianópolis. Cascaes viveu envolto da vontade de tudo ver e de nada esquecer.

A memória de Cascaes poderia ser entendida como conservação ou elaboração do passado, pois o medo de esquecer motiva o pesquisador a registrar a experiência dos interioranos, além da haver a necessidade de reinvenção deste mesmo passado pela impossibilidade de recuperá-la como experiência autêntica de vida (BATISTELLA, 2007, p. 19)

Cascaes desenvolveu uma ampla capacidade para absorver, captar e interpretar o que lhe passava diante dos olhos e o que lhe chegava aos ouvidos. É admirável a insistência com que Cascaes lutou para conscientizar, conservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural ilhéu constituído pelas crenças, pelos costumes, através das esculturas, das narrativas e dos desenhos. Criou até o ano de 1983 um grandioso acervo documental, base para uma infinidade de pesquisas a quem se interessar pelo universo das tradições culturais de Florianópolis.

Dentro dos dias do passado eu com minha esposa resolvemos trabalhar junto de várias comunidades em defesa da nossa tradição.

O fito não foi ganhar dinheiro nem fama foi defender o que estava ameaçado de extinção.

Pesquisando com muita amizade pela causa recolhi um cabedal de cultura tradicional bastante elevado.

As estórias que ouvi estão escritas para livros, muitas são hoje grupos de figuras em argila misturada com outros materiais para evitar tirar formas e reproduzi-las em gesso ou outro material.

São também grande número de telas desenhadas a lápis e a nanquim. Modelei em argila e também em gesso calcinado os seguintes grupos: [...]

Varias dezenas de telas em autêntico folclore e ficção.

Tudo o que economizei gastei com ou artes que hoje possui.

(MANUSCRITO 343)

Durante seu trabalho de coleta de dados, Cascaes manteve um método de pesquisa etnográfico, constituído de diário, onde denomina os objetos e descreve as atividades. Testemunhando a história, com a imaginação produtiva e criadora, Franklin Cascaes buscou narrar os sentimentos que um povo tem pela vida e os segmentos dessas vidas em sua obra. De acordo com Benjamin, “o narrador colhe o que narra na experiência, própria ou relatada (BENJAMIN, 1980, p. 60). Segundo o autor, a narrativa é uma forma artesanal de comunicação, e a arte de narrar caminha para o fim, pois não encontramos quem as conte nem quem as registre. “O narrador transmite a visão de mundo de um coletivo formado por muito anônimos.” (BATISTELLA, 2007, p. 11). Os estudos de Cascaes eram realizados com as diversas comunidades da Ilha de Santa Catarina, e seu foco não deixou de ser a cidade, as pessoas e suas histórias.

O narrador é aquele que serve das experiências alheias amalgamando-as às suas. Se o fato de ouvir é abalado, definhará com ele toda a tradição do contar, por isso o ouvinte é o par imprescindível. Quando Franklin Cascaes decide iniciar seu trabalho, o objetivo explícito fora o de manter viva uma tradição cujo fim ele não se conformava em presenciar. (BATISTELLA, 2007, p. 142)

As representações das histórias narradas por Franklin Joaquim Cascaes pertencem ao senso comum, elaboradas a partir de imagens, crenças, mitos e ideologias. Em *A História Cultural* de Roger Chartier a representação de um objeto ausente serve-se pela substituição por uma imagem. A representação deste mundo social é determinada pelo interesse do grupo que a fabrica. Neste caso específico, Cascaes interessa-se pelos homens e pelos grupos sociais nos quais se identifica, fazendo uma história do cotidiano, uma história cultural. Em muitas ocasiões, para efetivação da sua produção textual ou plástica, Cascaes envolvia-se pessoalmente no trabalho ou atividade exercida pelos moradores do interior da Ilha de Santa Catarina. Desta forma ele pode dar mais particularidades às representações por ele desenvolvidas:

O primeiro trabalho que escrevi para o jornal, foi sobre a pesca da tainha lá no Pântano do Sul. Eu fui pra lá, sabia que naquele dia ia dar muita tainha porque amanheceu muito frio. Então fui com a minha senhora, cedo, nós amanhecemos no Pântano do Sul. Quando eles foram pescar, eu arranjei uma vaga. E pesquei de patrão, como remeiro, como proeiro, como arrastador de rede, como vigia. Pratiquei tudo em diversas ocasiões para poder escrever este trabalho. (CASCAES, 1988, p. 77)

A vivência no texto a ser narrado oferece ao artista a experiência antropológica no seu fazer documentarista. A representação destas imagens experimentadas, observadas, ouvidas e muitas vezes fantasiadas pelo artista se dá através de formas e temáticas diferenciadas, que no seu conjunto narram uma trajetória. Neste caso, a do homem do litoral catarinense, a das comunidades pesqueiras da ilha de Santa Catarina, num espaço de tempo de quarenta anos (década de 1940 a década de 1980). É a arte como registro de um acontecimento que se preservada, fica gravada na história. Assim desenvolve-se a história cultural, que tal como a entendemos, “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Em fins dos anos de 1970, Franklin Cascaes esteve em Açores, na Ilha da Madeira. Para esta viagem elaborou um inventário de questões a respeito da vida e do modo de viver dos açorianos, queria equipara-las ao modo de vida da população do interior da Ilha de Santa Catarina. E nos relata que não só as ações são parecidas, como também o modo de falar, como se estivessem assustadas. Isto quando contavam estórias de assombrações:

Eu cheguei a uma praia onde estavam reunidos muitos pescadores consertando redes, fazendo embarcações, aquela coisa. Então pedi licença, com o meu gravador, e eles contaram suas histórias, assustados. Um deles me disse o seguinte [...] “Eu tenho três miúdos”, disse ele, eles chamam as crianças de miúdos. “Eu tenho medo de falar, eu tenho medo porque as bruxas podem acontecer aos miúdos. Apesar de no portão da minha casa ter uma ferradura de cavalo”. Isso também acontecia aqui na Ilha. Pessoas que contavam, mas que tinham um certo receio de sofrer alguma vingança da bruxa, do lobisomem ou de boi-tatá. Por isso eles contavam assim meio assustados. (CASCAES, 1988, p. 25)

Os textos de Cascaes compõem uma unidade, pois falam de um tempo e de uma história. Desenvolvendo a escrita em papel, tanto em cadernos, como em folhas avulsas e muitas vezes no próprio desenho, observamos no artista a sensibilidade em relação ao tempo que passa, a singularidade na sua escrita pessoal e a continuidade nos fatos narrados.

“Eu conversava com as pessoas, ficava escutando muito e escrevia tudo em muitas folhas que eu levava naquelas pastas [...]. Sempre escrevendo.” (CASCAES, 1988, p. 23). Cascaes buscou através da sua produção meios de alcançar “não só um domínio do tempo que passa, mas também uma representação estável de si” (HEBRARD, IN: MIGNOT, 2000, p. 30).

A cultura e as tradições da população do interior da Ilha de Santa Catarina e arredores, tem sua diversidade em termos e expressões da literatura oral, e nos manuscritos do Cascaes muito está preservado: são histórias, lendas,

contos, provérbios, adivinhações, cantos, danças de roda, cantigas de ninar, trovas, orações. “O linguajar é a maneira de um povo se expressar sem a preocupação de fazê-lo corretamente, principalmente por parte daqueles que não tiveram condições de frequentar a escola.” (SOARES, 2002, p. 104). O contato com seus manuscritos noticia além de informações da tradição local, leva-nos às experiências pessoais do artista, suas memórias pessoais como a morte de sua esposa Elizabeth, e um acidente de carro ocorrido com ele. Têm-se versos sobre inflação e diferenças de classe, cartas para amigos, políticos e artistas, como também para a secretaria de educação e cultura e as rádios locais.

Observam-se relatos sobre suas exposições, manifestações de indignação referentes à derrubada de igrejas e demolição de casas. Suas atividades como professor também podem ser encontradas nos manuscritos, a relação de alunos e suas notas, a lista de material que utilizava em sala de aula. E com ênfase o artista fala do seu desejo de organizar um museu em Florianópolis, onde pudesse legar o seu trabalho. A união do seu acervo em uma Instituição permite perceber os fortes indícios da vontade de Cascaes na organização do material que seria deixado para a posteridade:

“Tenho muita esperança de que um dia eu possa ver todo o meu grande acervo recolhido definitivamente a um Museu, montado aqui nesta ilha que tanto venero “. (MANUSCRITO 251)

Os manuscritos produzidos por Franklin Joaquim Cascaes compõem-se de 124 cadernos escolares pequenos, 22 cadernos grandes e 476 manuscritos em folhas avulsas e/ou agrupadas numa quantidade máxima de 15 páginas, escritos à caneta esferográfica, caneta tinteiro e grafite. A maioria apresenta-se em papel jornal não pautado, havendo alguns em papel *offset* pautado. Grande parte dos textos nos cadernos escolares pequenos foi manuscrita a lápis, porém, são comuns anotações a caneta, o que sugere que algumas interferências foram feitas posteriormente. Também fazem parte desta coleção 114 documentos, entre os quais estão diários de classe, cadernos de recortes de jornais, provas de alunos, cadernos de aula, cadernos de visitas a exposições e cadernos de apontamentos de Elisabeth Pavan Cascaes. Cascaes se dispôs, ao longo da vida, em manter todos esses materiais em arquivo pessoal e ao mesmo tempo não desmembrá-los de seus conjuntos escultóricos e de seus desenhos. Esta união do seu acervo mantém o valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor para fins históricos e artísticos.

De um lado estão as anotações em “estado de espera”, que muitas vezes serão reaproveitadas em trabalhos futuros. De outro, as marcas dos processos apresentam soluções rejeitadas e à obra final, o que também pode fornecer indícios de interpretação ao crítico. Neste caso de Cascaes, os cadernos e a folhas avulsas contêm principalmente narrações que ainda são inéditas. Talvez o maior elemento de diferenciação de Cascaes, no que concerne aos cadernos de artista, esta no fato de que estes manuscritos além de denunciarem o processo de pesquisa, registram as tradições antigas da Ilha recolhidas em suas constantes viagens às freguesias pesqueiras. Este aspecto faz com que seus cadernos enunciem mais a memória coletiva que a memória individual. (BATISTELA, 2007, p. 55).

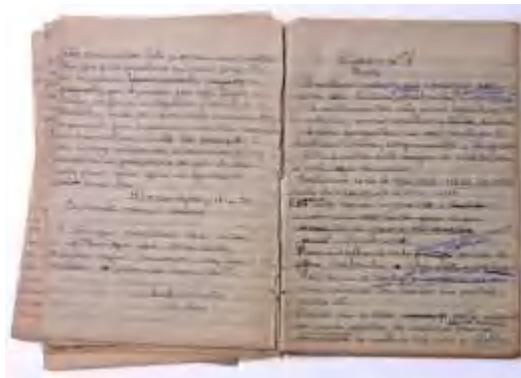


Figura 1 e Figura 2. Caderno 112, Acervo do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral / UFSC

O estudo do manuscrito no revela um mundo sob o ponto de vista daquele escritor, vemos como o artista se relaciona com o mundo. Cascaes observa e anota esse mundo em seus cadernos, cada leitura é um deliciar-se em seu imaginário, é surpreender-se com a história narrada, é compreender um tempo vivido.

Cascaes desenvolve assim a cultura escrita, intercalando a materialidade e a forma como se escreve e os modos de escrever, em cartas, registros documentários, poemas, diários, listas, pensamentos para outras produções em arte (desenhos ou esculturas). Seu discurso objetiva alcançar a todos através das representações das imagens artísticas e literárias. Na história da cultura escrita registra-se a interpretação das práticas sociais de escrever e de ler. Há também a representação que os autores nos dão das relações que estabelecem com seus cadernos ou cadernetas. A modernidade traz a emergência da cultura escrita, estamos nesta pesquisa trazendo à tona a história desta cultura ocasionada pela sua ausência pelo seu “desaparecimento”. Portanto, busca-se dilatar e divulgar os traços dos registros manuscritos feitos por Franklin Cascaes tornando inteligível para mais pessoas. Através desta prática cultural “o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado” (GOMES, 2004, p. 11).

Cascaes desejava ser compreendido, por isso seu desejo de ter um museu onde pudesse preservar sua memória através do seu acervo, “o que eu visto é organizar um museu aqui em Florianópolis”. (CADERNO 101). Neste museu pode-se partilhar um passado comum com diferentes registros de memória de Franklin Cascaes, pois o documento não trata de “dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”. (GOMES, 2004, p. 15).

Muitos são os escritores, artistas ou críticos que se debruçaram no estudo da memória, buscando ao se voltar para o passado compreender o homem em sua individualidade e em seu convívio social. Muitos destes autores não se furtaram em basear sua busca em elementos de vivência pessoal. Talvez a principal motivação de Cascaes tenha sido pessoal, pois, ao testemunhar melancolicamente o desenvolvimento urbano de Florianópolis, Cascaes fazia parte da realidade social representada em sua obra. Não há como separar sua vida de seu trabalho, pois seus sentimentos e suas ideias tinham origem no tecido da coletividade. (BATISTELLA, 2007, p. 66)

Nós tudo lemos (lemos gestos, textos, imagem). É, portanto, a cidade também passível de leitura. A cidade é o tema mais poético entre todos utilizados por artistas que fazem uso da escrita. Cascaes fala de tudo na prosa da vida cotidiana. Percebemos no homem sensível, sobretudo pelo poder do imaginário, sua melancolia presente em seus escritos. Na sobrevivência da escrita à mão, Franklin Cascaes reproduz os choques que as suas preocupações lhe provocavam e os inquietos pensamentos que lhe causavam angústia e nostalgia.

Cascaes fez um trabalho de caráter memorialístico recolhendo e relatando as ações dos anônimos. Buscou narrar por sentir que o que ele via estava próximo do fim, narrou para recolher tudo aquilo que fosse pertinente ao seu tempo e a sua cidade. “A experiência que anda de boca em boca é a fonte de onde beberam todos os narradores” (BENJAMIN, 1980, p. 58). Os relatos de Cascaes são, geralmente em primeira pessoa. O artista procura registrar o tempo, o local e assinala os nomes de quem lhe contou a história. Ao escrever a vida dos outros “seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno” (GOMES, 2004, p. 11). Cascaes não apenas registra, estabelece um vínculo entre o tempo e o espaço, deferindo um lugar no qual essa cultura se faz viva até hoje.

108) ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO

É licenciada em História, mestre e doutora em Cultura pela FLUP. Desempenhou cargos na direção de duas associações de Gaia, onde reside: a Associação de Escritores de Gaia e a Confraria Queirosiana.

É investigadora de Literatura infantojuvenil e das suas relações com a pedagogia, na Universidade Lusófona. É diretora da revista ECOS.

Além de numerosos artigos de investigação sobre temas de língua e cultura em revistas e jornais, de manuais para o ensino da Língua Portuguesa para os 2º e 3º ciclos, é autora de um razoável número de livros de literatura infantojuvenil:

História de um rio contada por um castanheiro (Porto Ed., 1986);
Era um azul tão verde... (Porto Ed., 1993);
O tesouro da moura (Porto Ed., 1994);
D. Bruxa Gorducha (Porto Editora, 1995 e Gailivro, 2006);
O último período (Âmbar, 2002);
Um sonho à procura de uma bailarina (Âmbar, 2002);
Parabéns, caloira! (Âmbar, 2003);
Quando nos matam os sonhos (Âmbar, 2005);
O Tesouro do Castelo do Rei (Âmbar, 2006);
Foz Coa: entre céu e rio (Gailivro, 2007);
Traz os olhos cheios de palavras (Âmbar, 2007);
A vida pela metade (Gailivro, 2007);
O cavalo negro (Câmara M. de Gaia, 2008);
As férias do caracol (Novagaia, 2009), entre outros em coautoria.

CONTOS TRADICIONAIS AÇORIANOS DE TEÓFILO BRAGA.

No ano em que se comemora o primeiro centenário da Implantação da República é de toda a justiça revisitar a obra de Teófilo Braga. A importância de Teófilo deve-se à sua militância republicana, que seria sobretudo literária a partir do falhanço do 31 de janeiro de 1891, mas também ao lugar cimeiro que ocupou na jovem República, logo após o 5 de outubro, embora não se tivesse envolvido diretamente nos preparativos revolucionários.

PAPEL QUE EXERCEU NA POLÍTICA ENTRARIA ASSIM EM COMPETIÇÃO COM O RELEVANTE PAPEL QUE DESEMPENHOU NO ENSINO E, AINDA MAIS, NA PRESERVAÇÃO E NA DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL, MAS TAMBÉM NO BRASIL E NO RESTO DA PENÍNSULA IBÉRICA.

E porque Teófilo era açoriano, micaelense, urge, sobretudo, dar a conhecer a obra em que reuniu o património cultural do arquipélago que o viu nascer. Essa obra é hoje mal conhecida, pois, os *Cantos Populares do Arquipélago Açoreano* (1869), reeditados pela Universidade dos Açores em 1982, há muito se encontram esgotados.

Em relação aos contos tradicionais açorianos, na realidade, estes nunca foram publicados como obra autónoma. E se bem que no romancelheiro açoriano tenha pesado mais a tradição da ilha de S. Jorge, pois daí era natural o seu amigo Dr. João Teixeira Soares, também reuniu tradições poéticas de S. Miguel, coligidas pelo naturalista Francisco de Arruda Furtado. Em contrapartida, os contos são, quase todos, originários da sua ilha natal.

É, pois, o tempo oportuno para suprir uma lacuna, para se fazer uma condigna homenagem. Assim, dá-se ora a conhecer, esses contos tradicionais açorianos que, até agora, circulavam como parte integrante dos *Contos Tradicionais do Povo Português*, embora aí figurem ordenados segundo um critério classificativo temático e não geográfico.

1. VIDA DE TEÓFILO BRAGA

Natural da ilha de S. Miguel, mais concretamente de Ponta Delgada, onde nasceu em 24 de fevereiro de 1843, Joaquim Teófilo Braga foi o sétimo filho do casamento de Joaquim Manuel Fernandes Braga (um antigo oficial miguelista que, em 1831, chegou a S. Miguel) com Maria José da Câmara Albuquerque, filha também de um militar afeto à causa miguelista. Órfão de mãe aos três anos, vítima a partir dos cinco de uma madrasta muito pouco afetuosa, o seu início de vida não foi fácil. Fez os estudos primários e secundários no liceu da capital da ilha micaelense. Partiu para Coimbra em abril de 1861, tinha então 18 anos, onde se matriculou em Direito, curso que terminou em 1867. Em Coimbra, cruzar-se-ia com Antero de Quental, seu conterrâneo, pois foi em casa do tio de Antero, o Dr. Filipe de Quental, que ele se hospedou. Esta ligação a Antero aproximou-o da Geração de 70.

Obteve o doutoramento em 1868 (ano do seu casamento). Depois de falhar o ingresso como professor na Academia Politécnica do Porto e na Faculdade de Direito de Coimbra, só em 1872, num memorável concurso público, pôde alcançar o ambicionado lugar de professor do Curso Superior de Letras, derrotando Manuel Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro, apesar do apoio ministerial de que gozavam estes seus opositores. A docência trouxe-lhe, finalmente, o desafogo financeiro. Este sucesso nas provas de ingresso, em parte, ficou a dever-se à sua *Teoria da História da Literatura*, trabalho inovador, que viria a ser elogiado por Gaston Paris na *Revue Critique d'Histoire et de Littérature*, contudo, seria também a causa da rutura das suas relações com Antero, seu crítico.

Seria esta luta que viria despertar a sua vocação política. Em 1878 foi proposto como candidato pelo círculo 94 de Alfama, pela Junta Federal Republicana, às eleições desse ano. O prestígio que granjeou como professor alçou-o à direção do Centro Republicano Federal de Lisboa.

O seu empenho sociocultural ficou bem patente na realização das festividades do Tricentenário de Camões, em que ele (juntamente com Ramalho Ortigão, José Falcão, Luciano Cordeiro e Consiglieri Pedroso, entre outros), participou, em 10 de junho de 1880. Mobilizando fortemente a população, foi de facto um acontecimento popular (foi o Ano das Festas ou as Festas de Camões), com a imprensa a explorar o tema e as editoras a darem a conhecer a obra camoniana. Camões foi assim “devolvido” ao povo e aproveitado para «a arrancada das massas na propaganda da República» (Rêgo; 1986: 158). Seria também o começo de uma agitada propaganda política escrita nas colunas da imprensa antimonárquica, mas também de animados comícios e conferências públicas que só haveriam de abrandar depois do falhanço da Revolução de 31 de janeiro de 1891.

Politicamente, a defesa da causa republicana foi, pois, o maior estandarte de Teófilo. Quando finalmente, em 1910, acontece a mudança do regime foi chamado a ocupar o cargo de Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa. Voltaria à presidência entre maio e outubro de 1915, substituindo Manuel de Arriaga, seu opositor ideológico.

Para o fim, a sua vida voltou a complicar-se. A perda dos dois filhos adolescentes e da mulher foi um rude golpe que só o muito trabalho a que se dedicava e o apoio vindo de amigos e de inimigos haveriam de suavizar. Em árduo labor haveria de continuar até que morreu em Lisboa, na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes, em 28 de janeiro de 1924.

Em 1908 recebeu uma homenagem feita por um grupo de intelectuais portugueses que, procederam à compilação de artigos e estudos dispersos em várias publicações: *Quinquagenário. 1858 – 1909. Cinquenta anos de atividade mental de Teófilo Braga julgados pela crítica contemporânea de três gerações literárias*.

Por iniciativa dos amigos, em 1924, foi aberta uma subscrição pública, que angariaria fundos para pagar a Teixeira Lopes a execução do busto que seria colocado no Jardim da Estrela, mas que o Estado Novo não soube respeitar. Encontra-se desde o seu centenário (1943), em Ponta Delgada, curiosamente, perto do local em que Antero terminaria os seus dias.

2. A OBRA

A sua extensa obra só foi possível realizar graças a um perseverante estudo e ao recolhimento em que vivia na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes. Assim se explica a elaboração da sua extensa e variada bibliografia e da monumental *História da Literatura Portuguesa* onde traça a evolução da nossa literatura desde os tempos medievais até ao realismo. Apesar de tanto labor durante as comemorações camonianas, estas mereceram-lhe ainda a produção de *Parnaso de Luís de Camões* e *Bibliografia camoniana*.

As influências mais remotas, colheu-as em Hegel, Herder e Grimm, apesar de ele não saber alemão. Obviamente que as suas leituras foram feitas pela mediação dos franceses, sobretudo Quinet e Michelet. Assim inspirado,

partiu em busca das origens da tradição: mitos, lendas, costumes, instituições, poesia e contos de transmissão oral.

Deste interesse pela etnologia, pelo folclore e pela criatividade popular nasceram a História da Poesia Popular Portuguesa, o Cancioneiro Popular coligido da tradição e o Romanceiro Geral coligido da tradição, os Cantos Populares do Arquipélago Açoreano; os Contos Tradicionais do Povo Português e os dois tomos da obra O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições.

Em Epopeias da Raça Mosárabe (1871), em A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça, (1894) e em O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições (1885) apresenta a sua ideia de identidade nacional (que ele atribuíra à raça moçárabe, de génio criador, resultado da fusão da população goda e da população árabe), influenciado, certamente, pelas ideias de Vico.

Embora Teófilo Braga seja geralmente considerado um espírito positivista, na fase inicial da evolução do seu pensamento foi um romântico. Daí o seu interesse pela cultura tradicional, desde a literatura à religião, à arte, às tradições e aos costumes, aliada a um grande patriotismo.

De facto, não voltaria a abandonar esta linha de pensamento, mesmo depois da sua adesão ao positivismo. Obras como a *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867); o *Romanceiro Geral* (1867-69) e os *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano* (1869) são disso exemplo, muito embora a sua vasta obra não se limite a estes temas: abrange também a política, a filosofia, o direito, a história, num total que abrange mais de trezentos títulos.

3. OS CONTOS AÇORIANOS

Os contos açorianos que Teófilo dá a conhecer são, pois, quase todos oriundos da tradição micalense. Quatro deles figuram como procedentes, genericamente, dos Açores, sendo todos os outros (vinte e sete) de S. Miguel. Não nos devemos espantar pelo facto de que, sendo os Açores uma região de tantas tradições, só nos desse essa trintena de contos. É que, na realidade, muitos outros (alguns indicados na *Advertência Preliminar* que Teófilo faz aos seus Contos) não foram registados porque também eles se encontraram em outras regiões continentais. Esta trintena é apenas a mostra do que de genuíno apresenta a tradição açoriana em relação à continental, quer no todo, i.e., o conto é uma novidade na tradição portuguesa, quer na parte, i.e., o conto é uma versão de um outro que foi registada noutra região do país.

As obras que lhe serviram de termo de comparação - *Contos Populares Portugueses* de Adolfo Coelho e *Contos Populares do Brasil* de Sylvio Romero – são as antologias de contos publicadas antes da sua, e que ele bem conhecia, sobretudo a de Sylvio Romero. Esta última coletânea seria publicada em Lisboa, e prefaciado e anotado por Teófilo, se bem que o autor, não tivesse gostado dessas intervenções no seu texto. Elas seriam omitidas, embora tidas em consideração, aquando da segunda edição e das seguintes. Na “Nota Indispensável” incluída nessa segunda edição e repetida nas seguintes, explicava Sylvio Romero:

Deve a parte do publico que se ocupa destes assumptos lembrar-se de haver, vae para alguns annos, apparecido a primera edição d`este livro em Lisboa, por pedido do sr. Carrilho Videira, livreiro então residente n`aquella capital, e sob a direcção do conhecido escriptor Theophilio Braga, professor no Curso Superior de Letras.

Deve ainda lembrar-se de não ter sido sufficientemente correcto o modo porque foi pelo professor portuguez tratado o nosso manuscrito (1907: 353).

Não é, pois, de admirar que alguns dos contos transcritos por Teófilo estejam também registados por Adolfo Coelho. São três: *O Mestre das Artes*, *As Sonsas*, Manuel Feijão. Aí intitulam-se essas versões, respetivamente, *O criado do estrujeitante*, *As Filhas dos Dois Validos* e *História do Grão de Milho*. Ao compará-las compreendemos melhor as versões açorianas, o que não é de espantar já que, e aqui socorremo-nos de Adolfo Coelho, muitas feições [dos contos] significativas em versões de outros países tornam-se aqui [em Portugal] ininteligíveis e só por comparação se explicam» (199-; Prefação, p. 43).

Pelo interesse que tem para as relações culturais entre Portugal e Brasil, e para a génese do conto brasileiro, citaremos aqui também três versões registadas por Sylvio Romero de outros tantos contos açorianos. De notar que estas versões, duas de Sergipe (*D. Pinta e Os três coroados*) e uma de Pernambuco (*O pássaro preto*), que figuram nos *Contos Populares do Brasil*, na secção I - Contos de origem europeia, apresentam uma fusão de motivos, visíveis nos três contos e uma linguagem mais realista, mais chã do que aquela que figura nas versões que Teófilo deu a conhecer.

Por outro lado, verificamos que várias passagens dos contos, sobretudo de *D. Pinta* e o *Pássaro preto*, tornam-se obscuras, enredadas, o que, por um lado, prova a fase de sincretismo ou de dissolução em que se encontravam os contos e, por outro, influências múltiplas que se fundiram dando origem a um só conto.

Caso diferente acontece com um dos contos – *O Tinhoso, o Ranhoso e o Sarnoso* – que figura na obra teofiliana juntamente com a variante do Porto. Sem a comparação das duas versões, a leitura da versão açoriana resultaria menos completa, menos rica.

Devemos salientar que encontramos, por vezes, entre prosa e poesia um entrelaçamento de elementos poéticos, pelo que não é de espantar que eles atinjam a quase totalidade num dos contos: é o caso das formas metrificadas que ocorre em *O tio Jorge Coutinho*.

Mas o gosto de Teófilo pela investigação leva-o também a percorrer obras de carácter literário de autores italianos (Straparola e Boccaccio) ou então espanhóis (Timoneda, D. Juan Manuel e Melchor de Santa Cruz), mas também portugueses, como é o caso de Gonçalo Fernandes Trancoso. Obviamente, que Teófilo não considera como contos açorianos os que se podem encontrar em obras literárias (Segunda Parte dos *Contos*). Contudo, de alguns contos açorianos encontramos versões literárias num ou noutro autor, conforme T.B. regista.

3.1. MÉTODOS UTILIZADOS POR TEÓFILO

Nos *Contos tradicionais do povo português: com um estudo sobre a novellística geral e notas comparativas*, Teófilo esclarece-nos sobre a forma como fez o levantamento dos contos aí inseridos. Para o efeito serviu-se da «influência pessoal de bons amigos» (p. VII) que, no caso dos Açores, se deveria ao Dr. João Teixeira dos Santos e ao Dr. Ernesto do Canto, tendo o cuidado de alargar a recolha de contos orais «por todas as províncias» (p. VII). Fala-nos ainda do contacto direto com narradores populares que lhe terá fornecido «versões importantes», embora sem citar a região para a qual dispôs deste material, e ainda de material recolhido em casa, neste caso para o Entre Douro e Minho.

Concretamente, em relação aos contos coligidos nos Açores pelo Dr. Teixeira Soares, à data já falecido, junto de uma certa Maria Inácia e da criada, dá-nos conta de vários títulos pertencentes a um reportório imenso que levou Maria Inácia a afirmar: «- Todos escritos enchem esta casa!» (VII). Os que as duas recordavam eram:

Do gado Gajão, Da Garoupinha, Dom José pequeno, Maria do pauzinho, Maria Subtil, O Rei que achara a quinta despedaçada, Canarinho Verde, Rainha do verde, os três homens que queriam comer sem gastar, D. Filipe, A Duquesa, Rei D. João, Rei de Hostia, Filha da burra, A árvore que fala e o pássaro que canta, O padre das mãos bonitas, A princesa que rompia sete pares de calçado de noite, A Branca-flor, O filho do ladrão, O afilhado de S. João, O forte no meio do mês, O preto fugido, O monte de ouro, S. Pedro, A vaca e o lobo, O porco, O celeiro.

Apesar de ser uma região particularmente rica em tradições, devido ao isolamento que a sua insularidade lhe confere, de facto, muitos destes contos, conhecidos nas Ilhas como *Casos*, não figuram na obra como contos açorianos, já que (é o próprio Teófilo que explica em nota) eles também figuram na tradição continental e, alguns deles, até já tinham sido recolhidos por Adolfo Coelho em 1879, como vimos.

No entanto, há ainda um grupo de contos que também aparece em Sylvio Romero, conforme podemos verificar na lista que Teófilo entende como pertencerem ao mesmo paradigma dos contos portugueses, como *Os três coroados, o Rei Andrada, O pássaro preto, Dona Pinta, A moura torta, Maria Borrallheira, A Madrasta, João*

Gurumete, Manuel da Bengala, Cova da Linda-flor, João e mais Maria, A Formiga e a Neve, O Matuto João, A mulher dengosa. Só três deles são de origem açoriana (obviamente, não no universo dos contos brasileiros, mas no universo dos contos registados por Sílvio Romero), provavelmente, pelo facto de a maioria dos contos de origem europeia que Romero reuniu (num total de cinquenta) terem origem no Sergipe e em Pernambuco (sendo apenas cinco do Rio de Janeiro), onde a influência açoriana não foi tão intensa.

Para a fixação destes contos, numa época em que não havia suportes áudio para gravação, o recurso ao registo escrito impunha-se. Ora, a melhor forma de os passar a escrito, entende ele, ser a que é feita por crianças «verdadeiro ponto de transição entre a alma popular e a inteligência culta» (VIII). Assim acontecia com os contos enviados pelo Dr. Ernesto do Canto. Trabalho diligente que possibilita ao autor garantir:

para os homens que se dedicam a este género de trabalhos, para os psicólogos que procuram surpreender as manifestações da alma na sua verdade, diante desses protestos, em nome da probidade de homem e da intuição de artista, que todos os romances populares que da tradição recolhi, são estremos e genuínos (1867: VII).

A erudição de Teófilo (embora não raras vezes mal assimilada devido às muitas leituras que fazia) leva-o a registar também a nomenclatura utilizada pelo povo para designar essa vasta produção oral: histórias, casos, contos, exemplos, lendas, patranhas, ditos e fábulas, que corriam então com a designação geral de contos da carochinha. Estas designações genéricas não são contudo equivalentes, já que há algumas diferenças entre elas, pois, de facto, abrangem narrativas que contemplam três categorias: maravilhoso, anedótico e moral, à semelhança das narrativas tradicionais dos outros povos europeus, se bem que C. Pedroso distinguisse ainda nos contos morais as fábulas, por nestas os heróis serem animais. A coleção foi então organizada, tendo em conta estas três categorias:

Sobre estes três typos Novellescos classificamos os complicados elementos da nossa collecção, separando os contos de evidente mythico por um lado, as facecias por outro, e destacando os Exemplos de thema tradicional e forma literária em que houve um manifesto intuito moral (19.-a: XI).

Do rumo que estas narrativas tomaram, também o nosso autor nos dá conta:

Uma grande parte desta produção novellesca tomou sentidos especiais: as lendas tornaram-se agiológicas, os exemplos converteram-se em sermões parabólicos; as fabulas e novellas tornaram-se exclusivamente literárias; os ditos entraram na exploração das encyclopedianas, vindo por ultimo as narrativas tradicionaes a serem designadas por uma expressão geral mas caraterística (19.-a: XI).

Tendo, no entanto, em conta que um grande número de contos ainda vivia exclusivamente sob a forma oral, mas que outro grupo não menos significativo foi conservado recorrendo-se à escrita e com uma forma literária, Teófilo divide a sua obra em três partes: na primeira inclui *Contos de fada e casos da tradição popular* e abrange duas secções: uma que engloba *contos míticos do sol, da aurora e da noite* e outra que consta de *contos e facecias da tradição popular*. Ambas as secções pertencem ao primeiro volume da obra. Na segunda parte inclui as *histórias e exemplos de tema tradicional e forma literária* (que tinham não só intenção artística, mas também moral), e a terceira, *lendas, patranhas e fábulas*. Estas duas últimas partes constam, obviamente, do segundo volume.

Todas estas partes estão representadas por contos açorianos, à exceção da segunda, já que ela é constituída por contos extraídos de obras de autores, pelo que se revestem de forma literária.

3.2. TEÓFILO BRAGA E SYLVIO ROMERO

Teófilo é um homem perfeitamente integrado no ideal da sua geração. Juntamente com Adolfo Coelho, seria o precursor neste trabalho de recolha dos contos tradicionais. Ambos haveriam de lecionar no Curso Superior de Letras. Seria nesse contexto que as relações entre ambos se romperiam. Pinheiro Chagas lecionava no Curso Superior de Letras, a cadeira de Literatura Grega e Latina. A sua indigitação para Presidente da Junta de Crédito Público, em 1893, deixaria vaga a cadeira para uma regência interina de três anos. Teófilo e Adolfo resolveram

ambos candidatar-se. Foi o pretexto para que as suas relações se deteriorassem e não resistissem a uma polémica que se arrastou por meses.

Fim idêntico tiveram as relações com Sílvio Romero. Para se inferir da importância que se reveste esta edição para a cultura brasileira e para a portuguesa, nomeadamente a açoriana, convém aprofundar a ligação entre Teófilo e Romero.

Começamos então com a biobibliografia de Romero. Sylvio (ou Sílvio) Romero nasceu em Lagarto, Sergipe, em 1851. Fez os estudos secundários no Rio de Janeiro e cursou Direito no Recife. Foi na Universidade que despertou a sua simpatia pelo Positivismo, pelo Evolucionismo e pelo Cientificismo. Depois de formado, em 1873, voltou ao Rio, onde definitivamente fixou residência e onde viria a falecer em 1914. Com uma capacidade enorme de trabalho, publicou várias obras de crítica e de investigação que vão desde a Literatura (*A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna, História da Literatura Brasileira*), à etnografia (*Contos Populares do Brasil, Etnografia Brasileira*), passando pela política (*O Parlamentarismo e o Presidencialismo no Brasil*) e pelo direito (*Ensaio de Filosofia do Direito*).

Na verdade o seu itinerário intelectual é em tudo semelhante ao de Teófilo, não admira que os seus caminhos se tenham cruzado e que Sylvio Romero se tenha tornado admirador de Teófilo, mais velho do que ele e senhor de um considerável prestígio internacional, sobretudo no Brasil.

Foi assim que Teófilo se tornou seu patrono quando, em 1883, ele vem a publicar, na Nova Livraria Internacional de Lisboa, primeiro, os *Cantos do Brasil* e, depois, em 1885, os *Contos do Brasil*. Na verdade, ambos os livros contam com Introdução e notas de Teófilo que se interessou pelos trabalhos deste investigador que se queixava de que no seu país havia um desinteresse total pelos cantos e contos tradicionais. Antes da polémica que os oporia, Sylvio Romero diria em carta a Teófilo:

Estou ansioso pelos seus Contos tradicionais do povo português. Deve ser trabalho mais completo do que o de Adolfo Coelho. – Era com efeito uma lacuna em sua grande coleção da literatura anónima portuguesa – a ausência dos contos. – Dou-lhe os parabéns por levar-a a efeito (Gouveia: 2009).

Porém, em 1887, Romero viria a romper com Teófilo através de um folheto intitulado *Uma Esperteza - Os Cantos e Contos Populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga. Protesto*. Aí acusava Teófilo de adulterar textos alheios e de lhe ter roubado a sua classificação etnográfica.

Não seria a última vez: em *Passe recibo: réplica a Teófilo Braga* (1904) e na *Pátria Portuguesa* (1906) voltaria a atacar o intelectual português. Esta polémica entre ambos foi acérrima e feia e culminou com o insulto de «papa dos charlatães», entre outros, com que Romero brindou Teófilo.

De facto, houve intervenção de Teófilo nos textos, mas devidamente assinalada pelo próprio que, em nota de rodapé, feitas nessa edição de 1885. Escrevia ele:

Modificamos neste ponto o plano do coletor, completando a representação dos elementos étnicos do Brasil com o que atualmente se conhece de tradições dos indígenas (cit. por Paredes, 206:108).

Esta polémica não representa nada de extraordinário, nem de inusitado nos tempos que corriam, na medida em que, conforme explica Paredes,
a polémica é a marca que distingue o relacionamento entre os intelectuais luso-brasileiros no final do séc. XIX. Trata-se de uma forma de expressão fortemente crítica e explosiva, onde a discussão dá-se tal e qual um duelo (2006: 104).

Aliás, tal como Teófilo, também Romero entrou em “polémica” com muitos outros intelectuais da época: Araripe Júnior, José Veríssimo, Manoel Bonfim. Claro que o açoriano não ficou calado e treze anos depois da publicação de *Uma Esperteza* (1887) por Romero, Teófilo, em carta colocada em apêndice à obra *O Sr. Sílvio Romero e a Literatura Portuguesa*, de seu discípulo Fran Paxeco (1900) faz sua declaração acerca do ocorrido. De posse de algumas cartas pessoais de Carrilho Videira, Teófilo expõe missivas que Romero tinha enviado ao livreiro.

Por exemplo, uma carta de Romero de novembro de 1882 onde agradece a Carrilho Videira e Braga por “*terem salvado das traças esta coleção*”; ou outra, de 8 de abril de 1884 onde Romero, segundo a transcrição de Teófilo, teria pedido a Braga o prefácio (o que Romero nega em *Uma Esperteza*), bem como teria escrito que “*a única coleção de mérito é a de Teófilo*” (Paredes; 2006: 108).

Além de Fran Paxeco, do lado de Teófilo, também Augusto Franco sai à liça ao lado de Romero. Os discípulos em apoio aos mestres. Mas, na realidade, esta polémica é bem mais profunda e importante do que pode parecer à primeira vista, conforme notou Paredes.

É que a posição na cultura nacional ocupada pelo mestiço, na ideia de cultura brasileira de Sílvio Romero, é análoga à ocupada pelo moçárabe, na noção de cultura portuguesa de Teófilo Braga. [...] É importante perceber que tanto o mestiço quanto o moçárabe são imagens que funcionam como instrumentos taxonómicos de memórias nacionais. Uma única alteração provoca todo um rearranjo memorial. Explica-se. O moçárabe tem sua razão de ser na busca de destacar a nacionalidade portuguesa no contexto da Península Ibérica. O mestiço, por sua vez, se justifica distanciando-se da “pureza” racial do índio, do negro e do português aventureiro. Ao se admitir a mistura racial como característica lusitana, tudo o que se disser sobre a mestiçagem racial brasileira terá, necessariamente, relação íntima com Portugal. Aliás, esse era o interesse de Teófilo na coletânea de contos e cantos brasileiros (2006: 117-118).

Ora, Romero, fazendo eco dos movimentos anticolonialistas, mostrava assim alguma resistência em reconhecer a supremacia da influência lusa no conto brasileiro, o que, convenhamos não faz muito sentido.

Curiosamente, já Câmara Cascudo não se sente nada lesado em assumir que o conto popular no Brasil «é, na maioria absoluta, de origem portuguesa» (1978: 217, vol. I), até pelo nome por que são/eram denominados no Brasil: «estórias de Trancoso», referência óbvia a Gonçalo Fernandes Trancoso que em 1575, publicou os seus *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*. Mas os tempos eram já diferentes...

S. Romero e T. Braga: só dois homens tão parecidos intelectualmente poderiam travar tão acesa polémica, quando estavam tão de acordo nas matérias que versavam. Mas a querela que os ligou/afastou, tal como a mantida com Adolfo Coelho, em nada diminui o mérito destes autores e o (re)conhecimento da importância e da relevância que todos eles emprestaram às letras dos dois povos.

As polémicas em que se envolveram, os contos que ambos coligaram ficaram para a posteridade a recordar também a memória dos dois estudiosos e a ligação entre a cultura das duas pátrias. A eles, pois, a nossa homenagem.

4. BIBLIOGRAFIA

- AMORA, A.S. (1978). Sílvio Romero. *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.
- BRAGA, Teófilo (1865). *As Theocracias Litterarias*. Relance sobre o Estado actual da Literatura Portuguesa. Lisboa: Typographia Universal.
- BRAGA, Teófilo (19--a). *Contos tradicionaes do povo portuguez : com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas*. Porto: Livr. Universal.
- CASCUDO, L.C. (1978). Conto Popular. *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.
- COELHO, Adolfo (1999). *Contos Populares Portugueses* (Prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira). Lisboa: Pub. D. Quixote.
- COELHO, J.P (1978). Teófilo Braga, *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.
- GOUVEIA, M.M.M. *Uma carta inédita de Sílvio Romero a Teófilo Braga*, disponível em 30 de novembro 2009, em: www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/lusitana/.../rlns03_p169.pdf
- HOMEM, A.C. (1989). *A ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Liv. Minerva.

HOMEM, A.C. (2009). *Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Antero de Quental. Diálogos Difíceis*. Coimbra: Imprensa U.C.

OLIVEIRA, Ernesto (1999). Prefácio a Coelho, A. *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Pub. D. Quixote.

PAREDES, M.M. (2006). A Querela dos Originais: notas sobre a polémica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga, Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 103-119.

PEDROSO, Consiglieri (1992). *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Vega.

PINTO-CORREIA, J.D. (1988). A Literatura Popular e as suas marcas na produção literária portuguesa do séc. XX – uma primeira síntese. *Revista Lusitana (Nova Série)*. pp. 19-45.

RÊGO, Raul (1986). *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. I.

ROMERO, Sylvio (1907). *Contos Populares do Brasil*. S. Paulo: Liv. de Francisco Alves & C.ª. 4ª ed. melhorada.

Nota: Esta comunicação é uma adaptação da **Introdução** aos *Contos Populares Açorianos de Teófilo Braga*.

109) **ANABELA NAIÁ SARDO, ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E HOTELARIA, – UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, PORTUGAL,**

Anabela Oliveira da Naia Sardo é licenciada em Ensino de Português e Francês, mestre em Estudos Portugueses e doutoranda em Literatura Portuguesa na Universidade de Aveiro.

Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1991, começou a lecionar no Instituto Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto.

É, atualmente, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria deste Instituto, onde lecionava desde o ano 2000 e tinha sido, também, durante quatro anos, Presidente do Conselho Técnico-Científico dessa Escola.

Para além da investigação que está a realizar acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz alguma pesquisa ao nível do turismo literário, um turismo de nicho em franca expansão em alguns países europeus, bem como noutros de continentes diferentes.

A OBRA DE ANA TERESA PEREIRA: “VELHAS HISTÓRIAS, CONTOS DE FADAS OU PESADELOS?”

A comunicação que se pretende apresentar tem como objetivo divulgar a obra da escritora portuguesa Ana Teresa Pereira. A análise tem como finalidade fundamental responder à questão que a própria coloca sobre as suas narrativas: serão “velhas histórias, contos de fadas ou pesadelos”?

Propomo-nos fazer referência à biografia e bibliografia da escritora, procurando caracterizar o seu universo labiríntico e expor uma visão sintética dos livros publicados até 2009, uma vez que Ana Teresa Pereira tem vindo a construir, dentro da ficção portuguesa, uma obra sólida e coerente, reconhecida através da atribuição de diversos prémios e menções honrosas, e que conta com a publicação, entre 1989 e 2009, de trinta e dois títulos.

Fernando Pinto do Amaral refere-se a Ana Teresa Pereira como uma autora que vive dentro de um universo de portentos, ideia partilhada por Rui Magalhães no livro *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*, quando afirma que, para se entender os livros desta escritora, “é necessário ir **além deles mesmos, ir além da representação que, em cada momento, somos tentados a construir.**

Ler Ana Teresa Pereira é descer da falsa luz da imagem até à escuridão absoluta onde mesmo o confronto com os nossos próprios fantasmas é ainda uma forma de representação, de desistência, de não-compreensão” (Magalhães, 1999: 9).

Concordando inteiramente com o que acaba de ser referido, parece-nos que existe, na obra desta escritora madeirense, uma palavra adequada para definir a sua escrita, que surge diversas vezes no livro *O Rosto de Deus*, publicado em 1999.

Trata-se do vocábulo “encantamento”, utilizado para descrever a sensação que provoca a escrita de Tom, a personagem recorrente das histórias de Ana Teresa Pereira, e que sintetiza, na perfeição, o efeito da escrita da autora sobre os seus leitores: o “importante era o encantamento, ver, sentir.” (Pereira, 1999: 48).

O objetivo principal deste artigo, no âmbito do 13º Colóquio Anual da Lusofonia, é dissertar acerca da obra Ana Teresa Pereira, escritora portuguesa que emerge como uma figura que se parece com os livros que escreve. Nasceu no Funchal, na Ilha da Madeira, em 1958, onde viveu, durante a sua infância e de acordo com as suas próprias palavras, num ambiente propício ao seu futuro como escritora. Aprendeu a escrever aos cinco anos e foi nessa altura que os pais, que lhe ofereciam com frequência livros, a presentearam com o seu primeiro gato.

Vem do tempo da meninice o seu amor aos livros e aos animais e, também, aos filmes, influência que herdou de seu pai e que a marcou profundamente como se pode ver quando afirma, numa entrevista dada a Leonor Xavier, “*eu seria outra pessoa se não tivesse visto The Night of the Hunter, Gaslight, quando era criança*” (2008: 30). Começou, ainda muito jovem, a escrever histórias de todos os géneros, incluindo policiais e *westerns*.

Esta escritora tem vindo a construir, dentro da ficção portuguesa, uma obra peculiar, sólida e coerente que conta com a publicação, entre 1989 e 2009, de trinta e quatro títulos, referenciados na bibliografia final.

A obra tem sido reconhecida através da atribuição de prémios e menções honrosas, tendo recebido, em 1989, o Prémio Caminho da Literatura Policial com o seu primeiro livro *Matar a Imagem*. Em 1990, com *As Personagens*, foi distinguida com a menção honrosa do Prémio Revelação de Ficção APE/IPLB⁸²⁹. Em 2005, recebeu o Prémio PEN Clube Português de Ficção (*ex-aequo*)⁸³⁰ com *Se nos Encontrarmos de Novo* e, em 2007, o Prémio Máxima de Literatura com *A Neve*.

Este livro tinha recebido, em 2006, conforme se pode ler na página da ficha técnica do mesmo, o Prémio Edmundo Bettencourt, atribuído pela Câmara Municipal do Funchal. Em 2010, a sua obra *O Verão Selvagem dos Teus Olhos*, foi selecionada, de entre as cento e sessenta a concurso, encontrando-se entre as dez obras finalistas do 7º Prémio Literário Casino da Póvoa, para a edição do Correntes d’ Escritas, que decorreu entre 24 e 27 de fevereiro, e do qual foi vencedora a obra *Myra* (Assírio & Alvim, 2008) de Maria Velho da Costa.

Para definir a escrita de Ana Teresa Pereira, podemos usar a palavra «encantamento»⁸³¹, vocábulo que surge diversas vezes no seu livro *O Rosto de Deus*, e que é utilizada para definir a sensação que provoca a escrita de Tom, personagem recorrente nas suas histórias, descrevendo, na perfeição, o efeito da escrita desta autora sobre os seus leitores: “*O importante era o encantamento, ver, sentir...*” (Pereira, 1999: 48). Assim, é um fascínio absoluto que transporta o leitor ao longo das páginas dos livros de Ana Teresa Pereira, cuja leitura labiríntica se revela, por vezes, intrincada. Algumas passagens sucedem-se a uma velocidade estonteante, na ânsia de prosseguir o enredo, despertando as mais contraditórias impressões e acordando sensações primordiais que vagamente se recordam.

Ana Teresa Pereira faz-nos viajar até ao princípio do mundo, aos primórdios da existência, até ao âmago da complexidade da alma humana, aos seus desejos e aspirações fundamentais, aos seus medos. Os temas recorrentes são a própria vida, a morte e o amor. Tudo o que é e o que não é, próximo da essência das coisas, delimitado pelo mistério e pelo conhecimento do profundo. Por isso, o relacionamento com a obra da autora nem sempre é fácil, mas é definitivamente atrativo, dir-se-ia mesmo obsessivo, chegando a transformar o seu leitor frequente num leitor deslumbrado.

829 O grande Prémio de Romance e Novela APE / IPLB é um prémio literário atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores (APE) desde 1982. Visa consagrar uma obra de ficção de autor português, publicada no ano anterior à atribuição do prémio.

No início de 2005 recebeu a designação de Grande Prémio de Romance e Novela APE/IPLB (Instituto Português do Livro e das Bibliotecas). É considerado o mais importante prémio nacional em Portugal.

830 Ana Teresa Pereira e José Tolentino de Mendonça (também escritor madeirense) foram contemplados, em 2005, com os prémios literários atribuídos pelo PEN Clube Português, nos géneros da ficção e do ensaio, respetivamente.

831 Confirmar em *O Rosto de Deus*, por exemplo, nas páginas 48 e 99.

A unidade e a coerência caracterizam toda a obra, que se revela una, quase indivisível, marcada por fases concordantes entre si. As histórias revelam-se recorrentes, vivem dentro umas das outras, alimentam-se mesmo umas das outras numa peculiar circularidade e plasticidade. As personagens entrecruzam-se, fundem-se, transitam de livro para livro com nomes que se confundem, vêm ao de cima, depois desaparecem, para, mais tarde, voltarem a emergir de novo. E é a partir deste movimento que vão sendo apresentadas.

A par de outros tópicos, que obsessivamente retoma nos seus livros, destacam-se os temas da procura da identidade, do duplo, do retorno em corpos vários sempre iguais, da casa isolada, da torre, entre outros. O amor e a morte surgem interligando todas as histórias.

Enigmática como os livros que escreve, Ana Teresa Pereira publica, com regularidade, livros que cada vez mais se assemelham ao mesmo livro, deixando o leitor assíduo preso numa teia da qual dificilmente quererá libertar-se. Os seus livros parecem-se muito uns com os outros e até as personagens reaparecem com os mesmos nomes. Mas isto é, conforme declara a criadora, deliberado e consciente (Halpern, 2000). Este facto revela uma notável capacidade de construção literária que lhe permite manter uma agilidade propícia à variação dentro de um universo obsessivo e fantástico.

A autora aborda sempre os mesmos temas numa constância de sonho (ou pesadelo) que provoca, a quem tenta ordenar esse mundo, a entrada num labirinto de significações perturbado pela presença constante da noite e da água. Na maioria dos seus livros, o nevoeiro envolve tudo, a chuva não para de cair, sente-se a proximidade do mar e o cheiro obsidiante das flores, sempre presentes, e, também, a adjacência dos animais penetrando o território dos humanos. Acrescente-se ainda que, em alguns dos seus livros, surge obsessivamente a visão ambivalente de anjos e demónios.

Nesse mundo fantasmático e solitário, simultaneamente belo e diabólico, longe e, ao mesmo tempo, tão perto do vulgar mundo quotidiano, deambulam personagens especiais, sempre as mesmas, que se movem com estranha leveza, alimentando-se, sobretudo, de água, vinho, pão escuro, queijo e fruta. E é neste universo que o leitor se vai reconhecer de volta à infância e ao sono que dorme em si.

Esboçar um breve retrato da autora desta obra justifica-se pelo facto da própria a considerar como autobiográfica, quando confessa *“Os meus livros sou eu”* ou, ainda, *“Todos os meus livros são eu própria, o material de que sou feita. Portanto tem a ver com a minha vida, com as minhas leituras, especialmente as de criança”* (Halpern, 2000).

Ana Teresa Pereira é uma escritora que não frequenta os corredores da vida cultural, dá poucas entrevistas e usa referências internacionais desconcertantes nos seus livros. Tudo se passa, como se afirma no artigo de Manuel Halpern (2000), *“como se a sua literatura excluísse qualquer compromisso mundano e se definisse sobretudo em termos duma experiência-em-palavras”*.

A sua escrita revela uma prática inusitada e constante, incessantemente renovada, que não pode deixar de fascinar os leitores. A partir do que afirma de si mesma e deixa transparecer ao longo da obra, Ana Teresa Pereira emerge como uma personagem que se parece com os livros que escreve. Tirou um curso de guia-intérprete em que estudou botânica, aspeto que se revela nos seus livros. Estudou Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, mas acabou por desistir do curso ao fim de dois anos, porque a sua paixão era a Psicanálise, aspeto que também virá a revelar-se nos seus textos. Por essa razão, voltou para o Funchal decidida a escrever, tarefa a que se dedica desde então.

Afirma não se preocupar com *“questões materiais”* e distingue o mundo *“cá fora”* (...) *“mundo prosaico das relações sociais e profissionais”* da parte da vida a que chama *“irreal”*. Diz ter consciência de que cada um *“vive até certo ponto, num mundo inventado por si próprio”* e, em certa medida, sente que *“a realidade é a projeção do mundo interior de cada um”* (Louro, 1991). Revela, também, reconhecer-se como *“um lobo solitário”*, detestando *“o relaxado pulsar do que é supérfluo”* (Maço, 1993). Assim, diz sentir-se uma pessoa estranha, angustiada e que gosta da solidão.

Menciona, ao longo das escassas entrevistas que vai dando, que adora a Arte, em geral, e, especificamente, a Literatura, a Pintura, a Música e o Cinema o que explica a recorrência constante a imagens de outros livros (fundamentalmente às dos seus autores de eleição), de quadros e de filmes. Muitas vezes, um compositor ou uma determinada composição musical acompanham a diegese do princípio ao fim.

Ama profundamente a Natureza. Por isso, entristece-se por ver perder-se para sempre certos lugares mágicos da Ilha da Madeira, que considera “*como um dia de primavera ou um estado de fusão com o mar*” (Rocha, 1997). A sua ligação e o relacionamento mágico com a Natureza tornou-se mais forte nos últimos anos e isso reflete-se na sua escrita, transparecendo nos seus livros. Por isso mesmo, diz acreditar numa teia universal, que tudo está ligado e que as coisas não acontecem por acaso.

À medida que nos embrenhamos nas suas narrativas, apercebemo-nos de que a leitura que a escritora faz da vida tem a ver com a sua própria leitura dos livros, e de que toda a sua experiência é feita não só de factos, do que lhe acontece, mas também do que sucede nos livros que leu ou nos filmes que viu.

Podemos, pois, afirmar que Ana Teresa Pereira possui um território muito seu, que explora de um modo obcecado, um universo literário à sua imagem e semelhança. O género policial, que a autora tanto aprecia e considera injustamente menosprezado, impregna o seu mundo obsessivo. Contudo, apesar de quatro dos seus livros terem sido publicados numa coleção policial⁸³², não podemos afirmar que sejam policiais, por lhe faltarem alguns elementos que definem o género em questão.

Os seus textos são narrativas urdidas de memórias ou desejos pessoais e guiadas por uma sensibilidade especial e um espírito culto que se vão impondo como um ato de duplo mistério: parecem, de certa forma, funcionar como a escondida autobiografia íntima da autora e, depois, como uma olímpica e penosa reflexão acerca de motivos que estão para além daquela realidade que todos vemos, numa ambivalência constante de trevas e alguma luz, numa procura incansável da perfeição partindo, mas ao mesmo tempo abandonando a vulgaridade do quotidiano, na certeza de que o mundo estritamente material deixou de responder às necessidades humanas e acreditando que se vive não só na dimensão física, mas noutras dimensões da vida.

Nas relações entre os leitores e os livros da autora não há lugar para a indiferença ou para um território descontaminado de inquietação, porque a ficcionista prefere o lado sonogado do real, revelando um imaginário perturbador. Os seus livros seduzem lentamente e fazem-nos conhecer coisas, mas essencialmente reconhecer outras que não verbalizamos.

Ao lermos Ana Teresa Pereira, acompanhamos a narradora no seu labirinto e sentimo-nos tão perdidos como as próprias personagens. Só no final dos livros se conseguem assimilar alguns dados que aparecem dispersos, mas que nunca temos a certeza de transformar em algo sólido.

Desde o primeiro livro, num registo entre o real e o onírico, a objetividade e a subjetividade, o realista e o fantástico, ressaltam histórias intensas, enredadas, onde o leitor se angustia tentando encontrar a solução para os dilemas que se apresentam, procurando descobrir o plano de conjunto ao qual a obra obedece, qualquer coisa como a imagem complicada de um tapete oriental. A esse respeito, o narrador de uma das suas obras parece indiciar a forma de ler as histórias, quando fala da obsessão de Tom (*a personagem* dos seus livros) pela leitura: “se queria mesmo entrar naqueles livros, se queria mesmo visualizar o “desenho no tapete” (Pereira, 1997a: 27), tinha de transformar-se, também, numa personagem.

832 Referimo-nos a *Matar a Imagem*, *A Última História*, *A Cidade Fantasma* e *Num Lugar Solitário* foram editados na coleção Policial da Editora Caminho.

Há, neste excerto, uma nítida referência à obra de Henry James, *A Imagem no Tapete*, e à necessidade de descobrir essa “intenção preciosa” que aparece em todas as obras.⁸³³ É preciso descobrir, nos livros de Ana Teresa Pereira, esse plano de conjunto ao qual obedece toda a obra. É preciso ler as suas obras, sobrepô-las a analisá-las à transparência umas das outras.

O que igualmente impressiona nos livros de Ana Teresa Pereira são os motivos e obsessões dominantes e, também, a própria escrita e a ficção, o real, o tempo, o medo e o sujeito perdido em labirintos interiores, levando a labirintos de representações e interpretações.⁸³⁴

Outras tendências podem também apontar-se. É o caso da exploração de sentidos egocêntricos; da atribuição de génio artístico à quase totalidade das personagens principais e mesmo certa singularidade às secundárias; a beleza física das personagens (uma beleza, às vezes, quase desumana); a procura do amor que excede o natural (pela negação dos sentimentos e prevalência das sensações); um erotismo, por vezes excessivo; a fascinação do oculto na Natureza e na densa personalidade humana. Estes caracteres, além de outros, verificam-se ao longo da obra, o que vem em favor da sua autenticidade. Tal repetição, tal reafirmação na escolha dos temas, e o seu tratamento, faz supor uma determinação íntima da autora, quase uma fatalidade sua, um imperativo das suas formas próprias de sensibilidade e imaginação.

Ana Teresa Pereira é prosadora, mas conseguimos reconhecer um fundo poético em toda a sua criação se recordarmos as palavras de Gaston Bachelard, quando assevera: “todo o conhecimento da intimidade das coisas é imediatamente um poema” (1971: 11).

Poderia falar-se de uma certa monotonia por causa de circunstâncias recorrentes muito comuns nos textos, como a visão trágica do amor, por exemplo, mas o perpétuo reaparecimento dos temas íntimos e pessoais revelará antes uma original personalidade humana e artística. Porém, na unidade psicoestética da sua obra, há uma relativa diversidade. Nela verificam-se ramificações, busca de evasivas, fugas e contradições que aumentam a sua densidade. Uma das evidentes (ou apenas aparentes) contradições é uma certa sedução pelo normal, pelo simples, pelo comum, numa autora atraída para o privilegiado e misterioso. Outra contradição é a coexistência de um esteticismo todo sujeito aos dados dos sentidos e das sensações (ainda que por vezes elevados a uma grandeza que os espiritualizam e capacitam para a apreensão do fantástico) e uma depurada sondagem do mundo interior que leva a autora a embrenhar-se no âmago e nos labirintos de um universo particular. Porém, profundas relações desfazem a aparente contradição das tendências.

Nesta obra, a personalidade humana parece ter um pendor para se dispersar, se indeferir, para flutuar e perder unidade. A vida, mais ou menos normal, é substituída por uma criação de arte em que o artista se instala como em sua vida e ambiências próprias. As personagens femininas, etéreas e intocáveis, dissimuladamente diabólicas, vão-se revelando e aparecem constantemente envolvidas em mistério e morte. A única coisa palpável que existe nessas personagens é o que elas criam.

Um estilo simples é contraposto pela atração do interior, do imaginário, do mágico, do esotérico que leva à fusão destas duas tendências, numa ambiência fantástica. É o lado aparentemente normal e uma imaginação propensa ao fantástico que faz com que Ana Teresa Pereira seja autora de peculiares criações nos seus livros onde, através de diversas máscaras e ao longo de distintos atalhos, conta sempre a mesma história que vem ter a uma única encruzilhada: o ser humano real, individual, indefinível e impenetrável e o seu relacionamento com “as realidades”, aquela que todos vemos e, sobretudo, as que estão para além desta.

833 Referência à obra de Henry James (1843-1916) *A Imagem no Tapete* (1896). «Dans la célèbre nouvelle l'Image dans le Tapis, James raconte qu'un jeune critique, venant d'écrire un article sur un des auteurs qu'il admire le plus – Hugh Vereker -, le rencontre par hasard peu après. L'auteur ne lui cache pas qu'il est déçu par l'étude qui lui est consacrée. Ce n'est pas qu'elle manque de subtilité; mais qu'il ne parvient pas à nommer le secret de son oeuvre, secret qui est à la fois le principe moteur et le sens général». In Tzvetan Todorov, *Poétique de la Prose*, p. 152.

834 Estes motivos, obsessões labirínticas, são explicados por Rui Magalhães ao longo da obra *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*.

È interessante verificar que a caracterização da obra aparece feita, em vários momentos, pela narradora ao longo dos textos. O que se afirma, por exemplo, no conto “O Ponto de Vista das Gaivotas” (do livro *A Coisa Que Eu Sou*), supostamente acerca de um filme de Hitchcock, mas que não passa de uma ficção de Ana Teresa Pereira, resume, em certa medida, as suas próprias histórias:

“Sim, é uma velha história, um conto de fadas, talvez... É acima de tudo, literalmente um pesadelo.” (...) Porque não sabemos claramente quantas personagens tem a história (seres sem alma que não se distinguem uns dos outros...). (...) Qual dos dois sonha? E, se quatro personagens podem ser duas, talvez duas possam ser uma só. Talvez só exista um sonhador na casa sobre os rochedos, talvez só haja uma presença nos quartos abandonados na torre batida pelas ondas. Qual deles... Ou talvez não exista ninguém. Um sonho sem sonhador. Quase vazio. Uma simples maquete. O mar. Gaivotas. E flores brancas que crescem entre os rochedos.” (1997b: 144)

De acordo com o que afirmou, em 2003, o poeta, crítico literário e professor universitário Fernando Pinto do Amaral, num artigo publicado no sítio do Instituto Camões (<http://www.instituto-camoes.pt>), talvez um dos mais importantes aspetos das transformações que a Literatura Portuguesa tem experimentado, nos últimos vinte e cinco anos, tenha sido o declínio da ideia de vanguarda e o desaparecimento dos grupos literários e movimentos que marcaram o século XX até aos anos sessenta e setenta. Nesta perspetiva, os autores contemporâneos não se apresentam, hoje, como os arautos de uma mensagem coletiva, mas, simplesmente, sustentando um ponto de vista pessoal que exprime e dá forma a um universo singular.

Nesse mesmo breve artigo, o crítico literário português aponta os principais poetas e prosadores portugueses, desde Sophia de Mello Breyner Andresen e Eugénio de Andrade, que começaram a escrever nos anos quarenta do século XX, até aos escritores mais contemporâneos, que caracteriza numa pincelada, como Rosa Lobato Faria, Helena Marques, Rita Ferro, Domingos Amaral, Rui Zink ou Miguel Esteves Cardoso. Refere, finalmente, aqueles que deram, segundo a sua opinião, nova vida à Literatura Portuguesa nos anos noventa do século passado. Menciona o caso, (...) entre outros, de Ana Teresa Pereira “*who lives within a universe of portents.*” (<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/contportcult/literature.html>, consulta em 07/02/2008).

Esta ideia de uma escritora que habita um universo assombroso é partilhada por Rui Magalhães no seu livro *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Neste texto, o professor, filósofo e poeta português afirma que, para “se compreender os livros de Ana Teresa Pereira é necessário ir além deles mesmos, ir além da representação que, em cada momento, somos tentados a construir. Ler Ana Teresa Pereira é descer da falsa luz da imagem até à escuridão absoluta onde mesmo o confronto com os nossos próprios fantasmas é ainda uma forma de representação, de desistência, de não compreensão” (Magalhães, 1999: 9).

Rosélia Fonseca inicia a sua dissertação de mestrado com uma asserção que corrobora a opinião de Rui Magalhães: “a leitura dos livros de Ana Teresa Pereira permite a descoberta de um universo literário que se afasta dos cânones tradicionais e, dentro da moderna literatura, envereda por um mundo interior, onde a diegese é menos importante do que a personagem, onde o ser reclama um mundo, o lado de dentro” (2003: 7).

Para além do já acima aludido, há outros excertos de livros de Ana Teresa Pereira que resumem a sua própria obra, composta, maioritariamente, por obscuros e não muito longos contos. Veja-se, a título de exemplo, um excerto, também de *O Rosto de Deus* (1999: 102): “...livros de contos. Tinham poucas páginas, eram enigmáticos e escuros como poços, cada vez que os lia tinha a sensação de cair mais fundo. Era como se fossem feitos de nevoeiro que se abria de vez em quando...deixando ver algo de inesperado que desaparecia de novo e talvez não se pudesse reencontrar. Mesmo a escrita era estranha, parágrafos breves, frases curtas, como se o que importasse não fossem as frases mas as palavras, como se cada palavra tivesse atrás de si uma infinidade de sentidos, ou talvez um só, mas inalcançável, como se fossem palavras... Como se fossem palavras sagradas.”

O fascínio absoluto que transporta o leitor ao longo das páginas dos livros de Ana Teresa Pereira não fica comprometido pela leitura labiríntica e, por vezes, obscura. Por essa razão, a relação com os livros da autora nem sempre é fácil, como já se afirmou, porque é como se os seus livros “fossem feitos de nevoeiro” que se abre de vez em quando “*deixando ver algo de inesperado*” (1999: 102) que pode desaparecer e talvez não se possa reencontrar nunca mais. Por outro lado, e como relaciona o excerto supracitado, apesar da sua escrita ser composta por parágrafos breves e frases curtas, a estranheza nasce do facto de nos apercebermos que o mais

importante são as palavras que, controversamente, parecem apontar para uma infinidade de sentidos e, ao mesmo tempo, para um sentido único inatingível como se fossem “palavras sagradas.”

Sintetizando, desde 1989, Ana Teresa Pereira tem vindo a publicar, com regularidade, livros que se foram assemelhando cada vez mais ao mesmo livro. Os seus livros parecem-se muito uns com os outros e até as personagens têm os mesmos nomes. Mas isto é, conforme afirmava a autora em 2000, numa entrevista dada ao *Jornal de Letras*, “*deliberado e consciente*” (Halpern, 2000), revelando uma notável capacidade de construção literária que lhe permite manter uma agilidade propícia à variação dentro do já mencionado universo obsessivo e fantástico.

Ana Teresa Pereira escreve livros onde não separa a Vida da Literatura, não lhe interessando “*os exercícios literários mas uma experiência visceral*” (Xavier, 2008: 30). Quando questionada sobre a questão da escrita, usa as palavras de Henry James para definir o trabalho de um escritor: “*No conto The Middle Years, Henry James escreve ‘Trabalhamos no escuro fazemos o que podemos, damos o que temos. A nossa dúvida é a nossa paixão e a nossa paixão é a nossa tarefa. O resto é a loucura da arte’*” (Xavier, 2008: 28). A escritora vai, igualmente, buscar as reflexões de Jorge Luis Borges para dizer que o escritor tem de estar em perfeita sintonia com o livro para que a realidade comece a ceder. Remata dizendo que, quando isso acontece, o mundo interior e o exterior se misturam de uma forma perturbadora. Por outro lado, define, ainda, o trabalho do escritor citando, mais uma vez, palavras de outro dos seus autores de referência, Orson Welles, que considerava que um escritor era como um ator, como alguém que “*tem a faculdade de entrar na pele da sua personagem e de a transfigurar com o que pode dar de si mesma*” (Xavier, 2008: 30).

Ana Teresa Pereira, na entrevista que temos vindo a citar (2008: 30), apresenta uma visão particular do que é a essência de um criador (logo do que é a sua natureza), porquanto chega a considerar que o escritor (ou o realizador de cinema, por exemplo) se metamorfoseia em personagem e, nessa perspetiva, pode seguir caminhos muito estranhos: “*a vereda que leva à mansão de Sunset Boulevard, de Billy Wilder, as portas que se abrem para realidades diferentes, em Inland Empire, de David Lynch. Pode ser uma experiência limite, como em alguns filmes de Cronenberg: inventar uma realidade, vivê-la. E as personagens de Cronenberg não voltam (não querem voltar) da sua viagem interior.*”

Autoavaliando o seu trabalho, a escritora madeirense, também na entrevista dada à revista *Máxima*, afirma ter escrito dois ou três livros que, por si só, a justificavam e confessa escrever cada livro como se fosse o último, portanto aquele em que se joga tudo o que há para jogar. Descreve a sua obra como “*um longo livro inacabado. Fragmentos de um palimpsesto*” (Xavier, 2008:30). Quanto ao processo de produção dos textos, diz que, sempre que escreve, tenta aproximar-se de uma “*história submersa*” em que as revelações vão surgindo para desaparecerem logo a seguir. Confessa, enfim, que, para escrever, precisa de chegar a um estado que considera ser quase de “*consciência alterada (um estado de graça?)*” (Xavier, 2008: 30). A este respeito, remata o seu pensamento, usando uma metáfora que, procurando sintetizar o trabalho do escritor em geral, condensa, da forma mais admirável, a sua própria produção escrita: “*Cada um de nós tem uma mão de cartas, e é com elas que joga eternamente. No meu caso sempre repeti o nome das personagens, os cenários, as referências. É como se trabalhasse um pequeno número de atores: dou-lhes papéis diferentes, os cenários mudam um pouco...*” (Xavier, 2008: 30)

Quer isto dizer, e a análise dos textos vem confirmar esta declaração, que existem constantes repetições no tal “*longo livro inacabado*” (Xavier, 2008: 30) que justificam o facto de Ana Teresa Pereira não se importar de “*re-escrever inteiramente um livro, mudando só algumas palavras. Talvez uma única palavra*” (Xavier, 2008: 30).

Quando a escritora fala do seu livro *A Neve* e resume esse livro como sendo “*muito cinematográfico. Um livro parecido com um sonho (...)*” onde o espaço, o tempo e a identidade não têm consistência, consegue, nessa breve definição, descrever e sintetizar toda a sua obra: livros cinematográficos, parecidos com sonhos ou pesadelos, onde nem o espaço, nem o tempo, nem a identidade parecem ter consistência.

Os livros de Ana Teresa Pereira têm sempre poucas personagens: “Basicamente são quatro que são dois, que são um” (Lucas Coelho, 1999b). São histórias habitadas por personagens obsessivas, que circulam à sombra de enigmas, em cenários também obsessivos. Tom é a *personagem* que funciona como o resumo de uma galeria de personagens e aparece sempre ligado ao seu espelho no feminino. Personagem assombrosa, ora irritante ora tranquilizador, enigmático ou arrogante, é um escritor e/ou pintor, porque a autora afirma só saber escrever sobre escritores, uma vez ter dificuldade em conceber a vida das pessoas que não escrevem ou leem.

A criação literária, a própria escrita, o jogo literário, a(s) história(s) dentro da história são, também, temas subjacentes dos seus primeiros livros, sobretudo até *Num Lugar Solitário*, e Tom é um artista, criador de pesadelos em dias carregados de nevoeiro e neblinas.

Nos seus livros, há diálogos cinematográficos e pontos de vista, ora cinematográficos, ora oníricos, como se pode verificar em passagens como: “*Abraça-me — disse Marisa. Hold me, she said*” (1998a: 118); “— *É um lugar estranho. Tem algo de onírico, de irreal. (...) — Tem a realidade de um quadro. Ou do cenário de um filme*” (1989: 84); ou, ainda, “*Parecia-lhe estar dentro de um pesadelo, feito de nuvens baixas, cores quase negras e sombras hostis. E manchas de medo*” (1989: 133).

Duplamente atraída pelos enigmas da escrita e da vida, “irrealidade” é uma das palavras preferidas de Ana Teresa Pereira, ou seja, o outro lado das coisas, a realidade vista por dentro. Por isso se pode afirmar, de acordo com Rui Magalhães, que a sua literatura “*não é uma metáfora da vida, mas uma metáfora da literatura, enquanto metáfora de vida*” (1992: 104). Nos seus textos, as personagens têm o poder de criar mundos e paisagens, com pessoas dentro, e a narração é feita tanto do “ponto de vista do narrador” como do “ponto de vista dos seres criados” (Magalhães, 1992: 104).

Resumindo, as histórias de Ana Teresa Pereira têm, muitas vezes, a lógica dos sonhos ou dos pesadelos e parecem contos de fadas ou filmes, onde tudo aparenta ser possível, mas quase nunca o final é feliz. A escritora parece deambular entre dois mundos, o dos mortais e o de seres encantados. Como se um dia tivesse entrado num livro de contos e jamais tivesse conseguido sair. Obstivamente, simula ir de uma margem a outra, do irreal ao real ou vice-versa. Como nos contos de fadas, nos seus livros, somos confrontados com a imensidão, a beleza das coisas e o medo do escuro. Um mundo intemporal e universal que remete para a perenidade dos temas abordados.

A indefinição e a indeterminação espacial (o cenário real aparece implícito, diluído, embora identificável, a partir das imagens dadas) reforçam a ideia de que aquilo de que se fala desde sempre aconteceu num tempo ou num espaço quaisquer, desde a mais remota antiguidade. E tal como os contos de fadas, as suas narrativas não são para fazer adormecer, mas para acordar a voz interior de cada um, porque contam histórias do Homem através de imagens profundas. O leitor sente-se perturbado pela forte presença do mistério e pela linguagem simbólica. Como na literatura fantástica, os textos de Ana Teresa Pereira levam o leitor à “hesitação”⁸³⁵, mas aqui, de acordo com Rui Magalhães, a “*hesitação não é entre o natural e o sobrenatural, mas o sentido e os símbolos*” (1992: 104).

A propósito da questão do fantástico na obra da escritora madeirense, Rui Magalhães refere que se é possível considerar os livros da autora “como fantásticos, isso é porque eles parecem fantásticos, à falta de melhor expressão para os caracterizar. Na realidade, para além de algumas semelhanças superficiais, muito pouco existe de comum entre os seus livros, (como os de Borges, de Poe ou de James) e os clássicos do género, de modo que as expressões ‘fantástico’, ‘maravilhoso’ ou mesmo policial são, segundo as suas correntes definições, todas singularmente inadequadas para caracterizar os textos de Ana Teresa Pereira” (1999b: 50-51).

Daí considerar que a expressão “contos de fadas” (como foram denominados pela própria autora) constitui uma “*das mais felizes formas de nomeação destes textos*” (Magalhães, 1999b: 50-51). Todavia, devemos ter em consideração que esta denominação não tem a ver com a designação corrente de contos de fadas (que, em si, é

835 Cf. T. Todorov, Introduction à la Littérature Fantastique.

já uma derivação) e contém, “talvez, uma certa dose de ironia”. Continua Rui Magalhães, lembrando que “as fadas são rastos, são aparições que são rastos do sonho da passagem. São seres de uma natureza muito próxima dos anjos e estes constituem quase uma constante em Ana Teresa Pereira, sobretudo a partir de *A Cidade Fantasma*. O conto de fadas é aquele que narra a irrupção do maravilhoso, que descreve visões materializadas e em que o bem e o mal surgem, muitas vezes singularmente ligados. Estes são contos de fadas que acabam mal apenas porque são realistas” (Magalhães, 1999b: 53).

Desde o primeiro livro de Ana Teresa Pereira, os leitores são surpreendidos pela simultaneidade da simplicidade e da complexidade. A simplicidade advém da configuração material dos livros, normalmente narrativas pouco extensas. A limitação da extensão arrasta consigo outras restrições, como, por exemplo, um reduzido elenco de personagens, um espaço limitado e um tempo “suspenso” em que a vivência e a memória se interligam. Mas a simplicidade é, desde logo, posta em causa se pensarmos que cada livro (à exceção de *Matar a Imagem*) é composto por mais do que uma narrativa, que pode ser lida isoladamente ou como fazendo parte de um todo para o qual o leitor tem de encontrar o fio condutor.

Irrrealidade e realidade coexistem, transformando as narrativas de Ana Teresa Pereira em “contos de fadas realistas”, como refere Rui Magalhães. Esta designação levanta, com certeza, algumas objeções. Quando falamos em textos realistas (ou não realistas), podemos questionar-nos sobre a realidade a que se referem, uma vez que o conceito de “realidade” pode ter muitos referentes. Mas a resposta a esta questão não é fácil de dar, por motivos diversos dos quais, no contexto do presente estudo, apenas podemos referir alguns: primeiro, porque o conhecimento da realidade é sempre subjetivo, singular, individual e concreto; segundo, porque depende dos critérios de verdade que se estabelecem para delimitar a natureza de um texto; ainda, porque um dos valores estéticos da obra literária é o seu relativismo.

Finalmente, porque, em Ana Teresa Pereira, esse aspeto não é relevante, uma vez que nos seus textos não existe uma só realidade, mas várias realidades, “todas as realidades”, que se interpenetram, tal como se relacionam “o mundo visível e o invisível” (Pereira, 1997a: 41). Sendo assim, o que conta não é a verdade, mas as atitudes, as intenções, as sensações, as perplexidades e os procedimentos estilísticos do narrador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PEREIRA, ANA TERESA

- (1989) *Matar a Imagem*. Lisboa, Editorial Caminho: SA, Coleção Caminho Policial, (170 pp.).
- (1990) *As Personagens*. Lisboa, Editorial Caminho: SA, Coleção O Campo da Palavra, (174 pp.).
- (1991) *A Última História*. Lisboa, Editorial Caminho: SA, Coleção Caminho Policial, (188 pp.).
- (1993) *A Cidade Fantasma*. Lisboa, Editorial Caminho: SA, Coleção Caminho Policial, (172 pp.).
- (1996a) *Num Lugar Solitário*. Lisboa, Editorial Caminho: SA, Coleção Caminho Policial, (177 pp.).
- (1996b) *Fairy Tales*. Black Son Editores, (53 pp.).
- (1997a) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa, Editorial Caminho: SA, Coleção O Campo da Palavra, (152 pp.).
- (1997b) *A Coisa Que Eu Sou*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (162 pp.).
- (1998a) *As Rosas Mortas*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (221 pp.).
- (1998b) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Círculo de Leitores, (147 pp.).
- (1999) *O Rosto de Deus*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (178 pp.).
- (2000a) *Se Eu Morrer Antes de Acordar*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (184 pp.).
- (2000b) *Até Que a Morte Nos Separe*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (100 pp.).
- (2000c) *O Vale dos Malditos*. Black Son Editores, (75 pp.).
- (2001a) *A Dança dos Fantasmas*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (168 pp.).
- (2001b) *A Linguagem dos Pássaros*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (104 pp.).
- (2002a) *Intimações de Morte*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (184 pp.).
- (2002b) *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (101 pp.).
- (2003) *Contos*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (370 pp.).
- (2004) *Se Nos Encontrarmos de Novo*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (154 pp.).

- (2005a) *O Mar de Gelo*. Lisboa, Relógio d' Água Editores, (127 pp.).
(2005b) *O Sentido da Neve*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (85 pp.).
(2006a) *Histórias Policiais*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (250 pp.).
(2006b) *A Neve*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (108 pp.).
(2007) *Quando Atravessares o Rio*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (109 pp.).
(2008) *O Fim de Lizzie*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (137 pp.).
(2008) *O Verão Selvagem dos Teus Olhos*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (129 pp.).
(2009) *As Duas Casas*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (145 pp.).
(2009) *O Fim de Lizzie e Outras Histórias*, Lisboa: Relógio d'Água Editores, (210 pp.).

2. PEREIRA, ANA TERESA – LITERATURA JUVENIL

- (1991) *A Casa dos Pássaros*. (78 p.)
(1991) *A Casa dos Penhascos*. (85 p.)
(1991) *A Casa das Sombras*. (75 p.)
(1991) *A Casa da Areia*. (83 p.)
(1992) *A Casa do Nevoeiro*. (85 p.) Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Labirinto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE A OBRA DE ANA TERESA PEREIRA

- Coelho, Alexandra Lucas,
(17/07/1999a) "Eu estive aqui antes", in *Público*.
(17/07/1999b) "Normalmente sou vampiresca", in *Público*.
Coelho, Eduardo Prado,
(5/01/2002) "A Ficção de um Absoluto", in *Público*.
(31/05/2000a) "Concorrentes de Lobo Antunes no Grande Prémio APE", in *Público*.
(31/05/2000b) "Grande Prémio A P E para António Lobo Antunes", in *Jornal de Letras*.
(17/07/1999) "Intimidações de Morte", in *Público*.
(10/09/2005) "O que morrerá comigo quando eu morrer", in *Público, Mil Folhas*.
(21/01/2006) "Onde tu estás é sempre o fim do mundo", in *Público, Mil Folhas*.
Fonseca, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*, Dissertação de Mestrado, Funchal: Universidade Católica Portuguesa.
Halpern, Manuel (12/01/2000), "A Imagem no Escuro", in *Jornal de Letras*, p. 12.
Louro, Regina (11/08/1991), "Ana Teresa Pereira. Retrato da Escritora no Seu Labirinto", in *Público*, pp. 34-36.
Luza, Vera (30/06/2007), "Ana Teresa Pereira confessa-se", in *Jornal da Madeira, Revista Olhar*.
Maço, Tomás
(05/07/1993a) "A Noite dá-me um nome", in *Jornal da Madeira*.
(22/05/1993b) "Eu Escrevo Contos de Fadas", in *Jornal da Madeira*.
Magalhães, Rui
(1999a) "As Faces do Centro", in *COLÓQUIO/Letras*, nº 153/154, julho-dezembro.
(15/05/2005 – consulta) "Os Fantasmas da Origem", *Ciberkiosk*, (Disponível em http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/magalhaes_pereira.html).
(1992) "O Jardim das Sombras Inquietas", in *Vértice* 50, setembro - outubro.
(1999b) *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga: Ed. Angelus Novus.
(21/09/2007 – consulta) "As Palavras de Tom", *Ciberkiosk*, (Disponível em <http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/apt/html>).
(1996) "Para além do possível: o poder criador da palavra em António Ramos Rosa e Ana Teresa Pereira", in *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas*, Aveiro, Atas do 2º Encontro de Estudos Portugueses, outubro.
(1995) "Símbolo, Sistema e Interpretação. Uma leitura de Ana Teresa Pereira", separata da *Revista da Universidade de Aveiro/Letras*, n.º 12.
Nunes, Maria Leonor (2008), "O outro lado do espelho", in *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13 a 26 de agosto.
Rocha, Luís (19/01/1997), "Escritora de Demónios e Anjos", *Jornal da Madeira*.
Sardo, Anabela,

(2001a) *A temática do amor na obra de Ana Teresa Pereira*, Dissertação de Mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.

(2001b) “Ana Teresa Pereira: histórias de amor e solidão”, *CIBERKIOSK*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade (Disponível em <http://www.ciberkiosk.pt/livros/index.html>, junho).

(2001c), “A Sedução do diabólico”, *CIBERKIOSK*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade (Disponível em <http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/atp.html>).

(2001d) “O Rosto de Ana Teresa Pereira”, in *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 18.

(19-05-2002), “Quando a ficção vive na e da ficção”, *CIBERKIOSK*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade (Disponível em <http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/sardo.html>).

(2005) “Ana Teresa Pereira: uma ‘geografia interior’ de sombras e cores”, in *Românica, Revista de Literatura, Cores*, n.º 14, (Publicação Anual do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Edições Colibri).

Xavier, Leonor (2008), “Histórias submersas,” in *Máxima*, Ano 20, N.º 232, janeiro, pp. 28-30.

3. OUTRAS REFERÊNCIAS

Amaral, Fernando Pinto do (2003). *Contemporary Portuguese Culture – Literature*, Centro Virtual Camões (Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/contportcult/literature.htm>).

Bachelard, Gaston

(1971) *La Terre et les Rêveries du Repos*. Paris: Librairie José Corti.

(1948) *L’Eau et les Rêves*. Paris: Librairie Jose Corti.

Borges, Jorge Luis

(1997) *Antologia poética 1923-1977*. Madrid: Alianza Editorial.

(1989), *Obras Completas*. s/l: Círculo de Leitores.

Eliade, Mircea

(1952), *Images et Symboles, Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Editions Gallimard.

(s/d), *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70.

Finné, Jacques (1980), *La Littérature fantastique. Essais sur l’organisation sumaturelle*. Bruxelles: Editons de L’Université de Bruxelles.

Todorov, Tzevetan

(1970), *Introduction à la Littérature Fantastique*. Editions du Seuil, Coll. Poétique

(1972), *Poétique de la Prose*. Paris: Editions du Seuil.

110) CHRYS CHRYSTELLO, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

Chrys não só acredita em multiculturalismo, como é um exemplo vivo do mesmo: Nasceu no seio duma família mesclada de Alemão, Galego-Português, Brasileiro paterno e Português e marrano materno.

Foi para Timor em 1973 onde foi Editor-chefe do jornal local (A Voz de Timor) em Díli, e em Portugal a Revolução dos Cravos (abril 1974) destronava uma ditadura velha de 48 anos.

Publicou aos 23 anos o livro de poesia “Crónicas do Quotidiano Inútil (vol. 1)” antes de desempenhar funções executivas como Economista, Chefe da Divisão de Serviços Administrativos da Companhia de Eletricidade de Macau. Depois, radicar-se-ia em Sydney (mais tarde Melbourne) como cidadão australiano onde viveu até 1996.

Desde 1967 dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa escrita). Até 1994, escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

Durante muitos anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural daquele país e foi Jornalista no Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários; tendo sido Tradutor e Intérprete no Ministério da Imigração e no Ministério de Saúde do estado de Nova Gales do Sul.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor.

Divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook).

Igualmente difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (com quatro séculos). Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters), Chrys lecionou em Sidney na Universidade UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes. Durante mais de vinte anos, responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters), foi *Assessor* de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sidney, sendo atualmente *Mentor* dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido e *Revisor* (Translation Studies Department) da Helsínquia University.

Tem inúmeros trabalhos publicados em jornais e revistas académicas e científicas, e apresentou temas de linguística e literatura em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, etc.).

Em 1999, publicou o livro e Ensaio Político "*Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975*, esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou (e-book) a monografia "*Crónicas Austrais 1976-1996*".

Em 2005 publicou o "*Cancioneiro Transmontano 2005*" e publicou (e-book DVD) outro volume dos seus contributos para a história "*Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter*" (> 2600 páginas, edição de autor CD).

Em 2007-2009, traduziu obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente de Daniel de Sá (Santa Maria ilha-mãe, O Pastor das Casas Mortas) e de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dores "Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel)", e "S. Miguel: A Ilha esculpida", "Ilha Terceira" de Daniel de Sá.

O seu último livro foi lançado em março de 2009 com o título "*CHRÓNICAÇORES: uma Circum-navegação, volume um*" cronicando as suas viagens em volta do mundo.

Organiza os Colóquios Anuais da Lusofonia (desde 2003 em Bragança e a partir de 2006 os Encontros Açorianos da Lusofonia em S. Miguel, Açores), mantendo o interesse no ensino de tradução, multiculturalismo e Inglês.

A MUNDIVIDÊNCIA DA AÇORIANIDADE EM AUTORES CONTEMPORÂNEOS

INTRODUÇÃO

Literatura de significação açoriana, escrita que se diferencia da de outros autores de Língua portuguesa com especificidades que identificam o autor talhado por elementos atmosféricos e sociológicos descoincidentes, justaposto a vivências e comportamentos seculares sendo necessário apreender a noção das suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizam face aos antepassados, às ilhas e locais de origem. Grandes vultos das letras e das artes nasceram nos Açores como Gaspar Frutuoso, o conde de Ávila, Manuel de Arriaga, Antero de Quental, Teófilo Braga, Roberto Ivens, Tomás Borba, Francisco de Lacerda, Canto da Maya, Domingos Rebelo, Vitorino Nemésio, António Dacosta, Carlos Wallenstein, Víctor Câmara e Carlos Carreiro. Dos autores contemporâneos de que falarei aqui, selecionei alguns daqueles por quem nutro mais apreciação: Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Dias de Melo e Vasco Pereira da Costa.

1. LITERATURA AÇORIANA

A ilha para **Natália Correia** é Mãe-Ilha, para **Cristóvão de Aguiar**, Marilha, para **Daniel de Sá**, Ilha-Mãe, para **Vasco Pereira da Costa**, Ilha Menina, para mim nem mãe, nem madrastra, nem Marília nem menina, mas Ilha-Filha, que nunca enteeda. Para amar sem tocar, ver engrandecer nas dores da adolescência que são sempre partos difíceis. Toda a vida fui ilhéu e tendo perdido sotaques não malbaratei as ilhas-filhas. Trago-as comigo a reboque, colar multifacetado de vivências dos mundos e culturas distantes. Primeiro em Portugal, essa ilhota perdida da Europa durante o Estado Novo, seguidamente em mais um capítulo naufragado da História Trágico-marítima nas ilhas de Timor e de Bali, seguido da então (pen) ínsula de Macau (fechada da China pelas Portas do Cerco), da imensa ilha-continente denominada Austrália, e nessa ilhoa esquecida de Bragança no nordeste transmontano, antes de arribar a esta Atlântida Açores.

Com o tempo constatei o quase total desconhecimento do arquipélago para além do micalense sotaque "de uma falsa sonoridade afrancesada" tão difícil de entender na ponta mais ocidental do antigo Império Português.

Cumes de montanhas submersas que assomam, a intervalos, aqui no meio do Grande Mar Oceano onde se mantêm gentes orgulhosas e ciosas das suas tradições e costumes, em torno duma família nuclear dizimada pelo chamado progresso. Os políticos ocupados na sua sobrevivência sempre se olvidaram da presença mágica destas ilhas de reduzidas proporções e populações. Graças a esse deprimente meio de comunicação unilateral chamado telenovela, gente houve que aprendeu mal algo sobre este mundo à parte, quiçá ainda por descobrir. Como se fosse uma espécie de triângulo das Bermudas, onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas ínsulas, apenas evocadas pelas catástrofes naturais e pelo anticiclone do bom ou mau tempo.

Grandes vultos nasceram nos Açores, como **Gaspar Frutuoso** (1522-1591 *historiador*); o **conde de Ávila**, marquês e duque de Bolama; **Manuel de Arriaga** (1840-1917), **Antero de Quental** (1842 -1891 *filósofo e poeta*); **Teófilo Braga** (1843 -1924 *escritor e presidente da República*); **Roberto Ivens** (1850-1898); **Tomás Borba** (1867-1950, mestre de quase todos os melhores compositores portugueses do século XX); **Francisco de Lacerda** (1869-1934, musicólogo, compositor e maestro); **Canto da Maya** (1890 -1981 *escultor*); **Domingos Rebelo** (1891-1975 pintor); **Vitorino Nemésio** (1901-1978 *escritor*) e **António Dacosta** (1914 -1990 pintor) para mencionar apenas alguns.

Acolho como premissa o conceito de açorianidade formulado por **José Martins Garcia** que, «*por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura*», admite a existência de uma literatura açoriana «*enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*»⁸³⁶. O polémico debate académico em torno da expressão «*literatura açoriana*» criou entre os autores que se reuniam nos anos 80, amizades, inimizades, afinidades intelectuais e intertextualidades.

Em “Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana”, **J. Almeida Pavão** (1988) afirma “...sobre a existência de uma Literatura Açoriana...assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Portuguesa Continental. No polo positivo de um extremo, enquadrar-se-ia a posição de **Borges Garcia** e no outro extremo situar-se-ia o polo, naturalmente contestatário, formado por **Gaspar Simões** e **Cristóvão Aguiar**. Isto, sem falarmos de outros tantos depoimentos, tais sejam os de **Pedro da Silveira**, **Ruy Galvão de Carvalho**, **Eduíno de Jesus**, **Carlos Faria**, **Ruy Guilherme de Moraes**, **João de Melo** e outros mais, quase todos estes compendiados e mais ou menos discutidos na obra **A Questão da Literatura Açoriana**, de **Onésimo Teotónio de Almeida**, que passou a tornar-se órgão indispensável de consulta para quem de novo se proponha abordar o problema. Literatura Açoriana sê-lo-ia, na sua vertente política, sem qualquer contradita, se porventura os Açores se tornassem num território ou numa nação independente. E, aí, haveria que inscrevê-la dentro de novas premissas.”

Onésimo de Almeida escreveu dois livros e coordenou outro sobre o tema: A “Questão da Literatura Açoriana” (1983), “Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço” (1986) e “Açores, Açorianos, Açorianidade” (1989). Nesses anos, falava-se em artesanato, folclore e cultura açoriana mas nada era mais embaraçoso do que falar em literatura açoriana. O problema colocou-se por razões políticas. Em 1975, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista hoje extinto, como candidato a Presidente da futura República. Contra a vontade da maioria, os separatistas insistiram em usar a literatura como um dos sinais da identidade nacional.

Citando J. Almeida Pavão (1988)

“...de **Onésimo de Almeida**, diríamos que o seu critério, assente na idiossincrasia do homem das Ilhas, nelas nado e criado, nos levanta uma dificuldade: a de englobarmos no mesmo conteúdo da Literatura Açoriana os autores estranhos que porventura as habitaram, já na idade adulta, como o **Almeida Firmino** de **Narçose** ou as visitaram, descortinando as suas peculiaridades pelo impacto de estruturas temperamentais forjadas em ambientes diversos, como é o já citado caso de Raul Brandão de “As Ilhas Desconhecidas”. Entendemos, pois, que deverão ser abrangidos num rótulo comum de **insularidade** e **açorianidade** três extratos diversos de idiossincrasias:
— *Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;*

836 http://lusofonia.com.sapo.pt/acoress/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11

— *O dos insularizados ou «ilhanizados», adotando a designação feliz utilizada por Álvaro Oliveira, a propósito do já referido poeta Almeida Firmino;*
 — *E ainda o dos estranhos, como o também já mencionado Raul Brandão e este autor.”*

Muito antes do Onésimo, **Eduíno Borges Garcia** escreveu uma série de artigos sobre literatura açoriana, publicados no semanário “A Ilha” e depois reunidos em opúsculo, no qual, e ao contrário de outros teóricos, não utilizava a expressão como sendo separada do contexto nacional. Apenas aconselhava os escritores açorianos a incluírem nos seus escritos a vida concreta do povo. Queria que a literatura escrita nos açores tendesse para o neorealismo, que refletisse a sociedade real. Hoje, é questão aceite e arrumada para a maioria enquanto se não define teoricamente a terminologia. No último Encontro Açoriano da Lusofonia, abril 2009, o escritor **Cristóvão de Aguiar** rejeitou o rótulo de literatura açoriana, por considerar que faz parte da produção literária lusófona. «O título (literatura açoriana) é equívoco, porque pode parecer que é uma literatura separada da literatura portuguesa», afirmou à agência Lusa o escritor.

Machado Pires sugeriu em tempos “*literatura de significação açoriana*”, discursando sobre esse fenómeno descontínuo porque não há uma evolução, uma linha histórica progressivamente afirmada havendo “*Autores açorianos que estando fora dos Açores, deles se ocupam sistematicamente de modo direto e indireto*” (p. 57). “Por isso, preferimos usar a expressão de literatura de significação açoriana quando queremos acentuar a existência de uma literatura ligada à peculiaridade açoriana por acharmos demasiado genérica, ambígua e incaracterizante a designação de ‘açoriana’.” (p. 59 – “Para um conceito de literatura açoriana” in Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaios. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1987). Outros preferem o termo “matriz açoriana”. Há vários tipos de autores, os açorianos residentes no seio do arquipélago, os emigrados, os descendentes, e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores (em português ou não). Falta destrinçar quais são os que se podem incluir nessa designação açórica.

«É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa» acrescenta **Eduardo Bettencourt Pinto**, um angolano, «escritor açoriano» por escolha própria. **Pedro da Silveira** (*Flores 1922-2003*) autor de *A Ilha e o Mundo* (1953) foi perentório:

«Já deixei notado que o separatismo (entendido como corrente que preconizava a independência total dos Açores) não produziu nenhuma doutrina normativa da literatura, isto é, sobre o que DEVERIA SER A literatura açoriana.» (Silveira, 1977: 11). O que custava era aceitar que os escritores açorianos estivessem a desenvolver uma escrita que se diferenciava da de outros autores de Língua portuguesa. É que, nessa escrita, eram visíveis as especificidades que identificavam o açoriano como SER moldado por elementos atmosféricos e sociológicos diferentes, adaptado a vivências e comportamentos que, ao longo dos séculos, foi assimilando, pois viver numa ilha implica(va) uma outra noção de mundividência. A esta realidade continuam atentos os escritores das ilhas e é inegável a importância do seu contributo para o conhecimento da sociologia da literatura açoriana. A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina (“Açores”, Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado por João José Cochofel Iniciativas Editoriais 1977)».

Lentamente, os escritores foram encontrando o seu espaço, não havendo míngua de qualidade nem quantidade, mas, na maior parte dos casos sem projeção além das ilhas, com exceções contemporâneas como as de **João de Melo, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá e Dias de Melo**, para citar apenas alguns. Nos Colóquios da Lusofonia, na sua versão insular desde 2006 dos Encontros Açorianos, o ponto de partida foi o debate sobre a identidade açoriana, a escrita, as lendas e tradições, numa perspetiva da LUSOFONIA com todas as diversidades culturais que, com a nossa podem coabitar. Deste intercâmbio de experiências entre residentes, expatriados e todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística, à história dos Açores ou outro ramo de conhecimento científico, *podemos aspirar a tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana*. Aspira-se a contribuir para o levantamento de fatores exógenos e endógenos que permeiam essa açorianidade lusófona e criativamente questionar a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do carácter açoriano. A meritória ação de várias entidades nas últimas décadas tem proporcionado um estreitamento entre açorianos, expatriados e descendentes numa forma fechada e limitada, quase conversas em família. Os Colóquios pretendem ir mais além, e levar os Açores ao mundo, em especial aos que não têm vínculos familiares

nem conhecimento desta realidade. Independentemente da Açorianidade, mas por via dela, pretende-se que mais lusofalantes e lusófilos fiquem a conhecer a realidade insular e as suas peculiaridades.

2. À DESCOBERTA DOS AUTORES

2.1. AS PRIMEIRAS LETRAS TRADUZIDAS

Era imperioso alguém que lesse os autores de origem literária açoriana, lhes insuflasse nova vida e os trouxesse à mais que merecida ribalta. Coube-me o privilégio de aprender idiossincrasias insulares ao traduzir autores como **Daniel de Sá** e **Victor Rui Dores**. Deparei com noções etimologicamente ancestrais contrastando com o uso que se lhes apõe na maioria dos dicionários. No Dicionário do Moraes vêm todos os termos “chamados” açorianos. A língua recuada até às origens e adulterada pelo emigrês que trouxe corruptelas aportuguesadas e anglicismos. Trata-se de desvendar o arquipélago como alegoria recuando à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se desfraldaram ao enguiço do presente e não podem ser só perpetuadas nas suas memórias. Nesta geografia idílica não busquei a essência do ser açoriano. Existirá, decerto, em miríade de variações, cada uma vincadamente segregada da outra. Também não cuidei de saber se o homem se adaptou às ilhas ou se estas condicionam a presença humana, para assim evidenciar a sua especificidade ou açorianidade. Antes quis apreender as suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizavam face aos antepassados e locais de origem. Deduzi características relevantes para a açorianidade:

1. *O clima inculca um caráter de torpor e de morosidade;*
2. *Os habitantes quedam quase tão distantes de Portugal como há séculos;*
3. *O recorte dos estratos sociais: é vincadamente feudal apesar do humanismo que a revolução de 1974 alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;*
4. *A adjacência das gentes à terra persiste fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, num centralismo autofágico e macrocéfalo.*

Um dos grandes escritores açorianos injustamente esquecido, **José Martins Garcia** nasceu na Criação Velha, Pico, a 17 de fevereiro de 1941, tendo feito os seus estudos iniciais no Pico e parte dos liceais na Horta. Em Lisboa licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras. Teve uma breve passagem pelo Liceu da Horta, antes da mobilização para a guerra na Guiné-Bissau (1966 -1968). Entre 1969 e 1971 foi leitor de Português em Paris. Foi professor na Faculdade de Letras de Lisboa, de 1971 a 1977, como assistente. Partiu para a América, onde lecionou na Brown University, entre 1979 e 1984, ingressando, de seguida na Universidade dos Açores, onde permaneceu até à sua morte, em 4 de novembro de 2002. Aqui introduziu a cadeira de Literatura e Cultura Açorianas e doutorou-se com uma tese sobre Fernando Pessoa e atingiu a cátedra. Ocupou o cargo de Vice-reitor e dirigiu a revista Arquipélago, do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas.

A sua obra apresenta uma diversidade de intervenções⁸³⁷, que vão desde o ensaísmo, à poesia, passando pelo romance, pelo conto e pela crítica jornalística. No jornalismo português destacou-se, antes e depois do 25 de abril, no República, Jornal Novo, A Luta, A Capital, o Diário de Notícias, O Diabo e a Vida Mundial.

David Mourão-Ferreira, um dos maiores críticos literários do século vinte português, disse (1987) sobre José Martins Garcia:

“Se não vivêssemos, vicentinamente, num País em que a “barca do purgatório” anda sempre mais carregada que as outras duas /.../ o nome de José Martins Garcia deveria ser hoje unanimemente saudado como o do escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou; /.../ com igual mestria tanto abrange os registos da mitificação narrativa como os da exegese crítica, tanto os da desmistificação satírica como os da

837 No ensaio e crítica: “Linguagem e Criação” (1973), “Cultura, Política e Informação” (1976), “Vitorino Nemésio. A Obra e o Homem” (1978), “David Mourão-Ferreira. A Obra e o Homem” (1980), “Temas Nemesianos” (1981), “Fernando Pessoa – “Coração Despedaçado” (1985), “Para uma Literatura Açoriana” (1987), “David Mourão-Ferreira – Narrador” (1987), “Vitorino Nemésio – à luz do Verbo” (1988), “Exercício da Crítica” (1995). No teatro: “Tragédia Exata” (1975) e “Domiciano” (1987). No conto: “Katafarum é uma Nação” (1974), “Alecrim, Alecrim aos Molhos” (1974) “Querubins e Revolucionários” (1977), “Receitas para Fritar a Humanidade” (1978), “Morrer Devagar” (1979), “Contos Infernais” (1987), “Katafarum Ressurreto” (1992). No romance: “Lugar de Massacre” (1ª edição: 1975), “A Fome” (1ª edição: 1978), “O Medo” (1982), “A Imitação da Morte” (1982), “Contrabando Original” (1987) e “Memória da Terra” (1990). Na poesia: “Feldegato Cantabile” (1973), “Invocação a um Poeta e Outros Poemas” (1984), “Temporal” (1986), “No Crescer dos Dias” (1996).

transfiguração telúrica, e que sem dúvida não encontra paralelo, pela convergência e concentração de todos estes vetores, na produção de qualquer outro seu coetâneo.”

Luiz Antônio de Assis Brasil analisou a obra de Daniel de Sá especialmente a narrativa de ficção (Ilha grande fechada. Lisboa: Salamandra, 1992; Crónica do despovoamento das Ilhas. Lisboa: Salamandra, 1995), a qual revela facetas bem características da denominada identidade insular, em especial da ilha de origem:

“Coloca-se a evasão como um destino ao qual o açoriano se entrega com a fatalidade do cumprimento de um dever. O resultado é a errância, a transitoriedade e o permanente desejo da volta. Quando acontece, essa volta nunca é satisfatória: o emigrado jamais poderá deixar de ser americano, e mesmo que construa uma casa suntuosa em sua freguesia original, contribua para a igreja e participe das festas coletivas, todos lhe conhecem a história. Intentando uma análise mais ampla, percebemos quanto os componentes tradicionais da literatura açoriana estão presentes nessa obra: a sensação de estar-se numa prisão, o desejo de evadir-se, a saudade a roer os calcanhares, a estreiteza do ambiente insular, a desconfiança das terras estrangeiras.”

2.2. DANIEL DE SÁ

Daniel de Sá, em *“O Pastor das Casa Mortas”* dá-se ao luxo de exportar, por mimética, para a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados. Calcorreia paixões sofridas por entre o pastoreio, numa verdadeira apologia da solidão física e mental. Este retrato é o de Manuel Cordovão, lusitano de um amor só. O autor diz ser um livro dedicado *“Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal.”* A narrativa traduz metaforicamente a ode ao açoriano apartado de si e do mundo, num amor impossível que nunca se concretiza nem quando a barca de Caronte ronda. A transposição do personagem deixa-nos na dúvida se a Teresa do *“Pastor”* não será irmã gémea da sua congénere que garante a digressão por *“Santa Maria: a ilha-mãe”*. Em ambas as obras *“as palavras [são] tratadas suavemente, amenizando as arestas da fonética, como se com elas não pudesse nunca ofender-se alguém.”* Trata-se de uma visita não ao *“despovoamento das ilhas”* mas ao país real, montanhoso, interior e inacessível de Portugal. Aqui não se resgata o imaginário coletivo naquilo que tem de mais genuíno e identificador, antes pelo contrário, se dá a palavra a uma erudição improvável de um apascentador de cabras. Aqui não há a memória plural de Gaspar Frutuoso, mas a ficcionalização dum fenómeno que não se mimetiza só na digressão pela Beira Alta. As *Casas Mortas* são-nos apresentadas como o resultado inevitável e inelutável sem que a sátira ou o humor permeiem a couraça de convicções de Manuel Cordovão. Existe uma interdependência do autor, personagens e leitor, que nos levou a rever enésimas vezes, cada passagem do livro para lhe darmos em inglês o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia das prosas. Não era ocasião única, pois rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada. A escrita de Daniel de Sá é uma prosa rica, densa e tensa, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que prende da primeira à última página.

“Santa Maria ilha-mãe” é uma viagem ao passado, permeada de uma nostalgia quase lírica e da magia da infância de cores desprezíveis mas bem refulgentes. Fala-se do isolamento ao longo dos séculos, dos ataques de piratas, ameaça constante a inculcar mais vincadamente as crenças de origem religiosa - na ilha pouco assolada por terramotos ou explosões piroclásticas.

Essa *mundividência*, transporta-nos num interessante roteiro turístico. O título gerou controvérsia, na versão portuguesa e inglesa, como o próprio autor notaria: *“Não se trata de “mãe” com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos, tanto mais que os liguei com hífen. É uma ilha que é mãe também...”*

Diz-nos o autor *“O Clube Asas do Atlântico era um dos meus quatro lugares míticos. Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro”* e todos nós sentimos os cheiros, as cores, as melopeias que nos descreve. A escrita de Daniel de Sá vagueia por tempos infindos. Os personagens credíveis servem de conduto e transportam-nos ao local para partilharmos sentimentos com os interlocutores. *Como tradutor, senti uma espécie de síndrome de Estocolmo, ficara cativo e apaixonado pelos captivos. Teria de escrever um livro que me libertasse da poção mágica que ingerira na escrita doutrem, e daí nasceu o volume 1 da “Crónica Açores: uma circum-navegação”.* Este o efeito avassalador que os autores açorianos inculcam naqueles que aqui não nasceram. Magistralmente, a

escritora canadiana Ann-Marie MacDonald afirmou, “A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte.”

2.3. DIAS DE MELO

Dias de Melo escreveu

“A esperança num mundo melhor já não será para mim, nem para nenhum de nós e eu revolto-me com o que vejo à volta de mim”

Surpreendo-me com a minha própria ignorância. Até maio de 2008 pouco ou nada sabia sobre este autor que convidei a estar presente no 3º Encontro da Lusofonia para representar a literatura açoriana que quis dar a conhecer aos que nem sequer sabiam da sua existência. **Dias de Melo** era um operário, agricultor, pescador, escultor que trabalhava, ceifava, pescava e esculpia cada palavra, pois era um baleeiro da ilha do Pico, homem do mar, pescador, marinheiro, mestre de lancha. Escreveu como se da janela da sua “Cabana do Pai Tomás” no Alto da Rocha na Calheta de Nesquim vigiasse os botes e as lanchas da Calheta, baleando contra os Vilas e os Ribeiras. Andei meses na descoberta da genialidade, da sinceridade da obra que já li. Foi uma paixão literária à primeira vista, pois a sua escrita flui e embrenha-se como o nevoeiro em que os baleeiros se debatiam ao longo de séculos na luta inglória e injusta para ganharem a vida. Se tivesse que resumir o autor a uma palavra usaria INJUSTIÇA. É da sua denúncia que trata ao abordar temas como a emigração, a vida no Pico natal, as realidades sociais e económicas, a repressão no Estado Novo, e em todas, para além dos inúmeros dramas humanos retratados na linguagem simples dos homens do povo, lá vem a injustiça.

Entendendo as suas obras e a sua luta fica-se com a sensação de pertencermos à mesma família, uma espécie de alter ego daquilo que gostaríamos de ter sido. Dias de Melo ficará inexoravelmente conhecido como o escritor da baleação. Coube-lhe a sorte de ter recebido merecidas homenagens públicas nos últimos meses de vida e uma editora reeditou alguns dos seus melhores livros. Cumpre-nos não deixar que a sua memória se esvaneça e porfiar para que seja lido pelas novas gerações. Dias de Melo era um espetador atento da luta quotidiana e da condição humana e resolveu contá-la ao mundo. Disso vos trago testemunho na certeza de que só o honraremos se o continuarmos a ler e a traduzir.

2.4. CRISTÓVÃO DE AGUIAR

Deixei propositadamente para agora fim outro autor favorito. Lamento apenas que este processo de aprendizagem seja lento se bem que recheado de surpresas inolvidáveis. **Cristóvão de Aguiar** é um escritor incómodo pois não só se libertou das grilhetas do espaço confinado das ilhas como conseguiu provar com a sua prolífica produção literária aquilo que mais se entretive a negar: a existência de uma literatura açoriana. Exigente consigo e com os outros, com fama de inabalável, Cristóvão não se limita a ser controverso, domina a língua como poucos embora padeça da falta de confiança típica dos grandes escritores. Nunca se dá por satisfeito ao burilar no basalto da sua ilha adotiva do Pico as letras com que nos entretém. Como esteve do lado de lá dessa fronteira invisível que é o Grande Mar Oceano, sendo emigrado e transmigrado sem nunca deixar de ser residente, vê as ilhas pelos seus olhos, dos seus pais, irmão e família emigrada nos EUA. Também consegue olhar retrospectivamente para o Pico da Pedra onde nasceu, em São Miguel, e ver a pequenez das gentes e das ilhas, contentadas com uma qualquer emigração económica de fuga à fome e à canga feudal que persiste. Voltam, regressam sempre, na aparência vitoriosos, mas sem trazerem na bagagem nada de valor para além de dinheiro e outros bens materiais. Ao escrever sobre a ilha em que nasceu diz:

São Miguel já não é a mesma Ilha onde fui nado e criado e vivi até à arrogância dos vinte anos. Pude verificá-lo, há pouco, durante o 4.º Encontro Açoriano da Lusofonia, em que, para regozijo meu, não encontrei os costumeiros intelectuais de pacotilha, que sabem tudo quanto no Universo se passa, com retrato de pose na galeria dos imortais há muito mumificados... Nem é sequer a mesma Ilha que foi, até há poucos anos, muito

nublada, já não digo por um nevoeiro absoluto, mas por alguns resquícios aparentados a certas pesporrências de má memória. ... Temos, porém, de convir que, durante séculos, certas forças religiosas, conluídas com todos os poderes..., foram o sustentáculo da ignorância abençoada pela trilogia Deus, Pátria e Rei de outros tempos, e Deus, Pátria e Família, do tempo de muitos de nós. Direi como Mestre Gil Vicente: E assim se fazem as cousas. Levou tempo, mas o inevitável aconteceu. Acaba sempre. O medo e outras rançosas virtudes impostos ao espírito e nele lavrado em sulcos mais ou menos profundos (nem toda a terra consente a ignomínia), com relhas enferrujadas e passadistas, têm destes percalços - no ápice de um instante imprevisto esse terreno enfatiado de tanta aridez fermentada e coerciva, súbito se devolve à sua límpida condição de húmus que favorece a estrutura do solo e do subsolo e do infra-subsolo: o consciente, o subconsciente e o inconsciente.

Cristóvão é um permanente passageiro em trânsito, título do seu mais benquisto livro, sempre na rota do inconformismo. Ele é a voz que se não cala e tem o direito a tal. Chama os bois pelo nome sem se deter nas finuras das convenções do parece bem ou mal. É crítico impiedoso dos destinos que alguns queriam que fosse eterno, o da subserviência e submissão aos senhores das ilhas, descendentes diretos dos opressores da gleba. Grandes narrativas que se assemelham a uma técnica de *travelling* em filmagem, com grandes planos, zooms, e paragens detalhadas nos rostos e nas mentes dos atores principais das suas crónicas e outros escritos. A câmara detém-se e escarpaliza a alma daqueles que ele filma com as suas palavras aceradas como vento mata-vacas que sopra do nordeste. Psicanalisando as gentes e a terra que o viram nascer adotou nova ilha mátria em 1996:

"A Ilha do Pico faz-me as vezes de mulher amada. Desvenda-se aos poucos, em erótico vagar, para se lhe descobrir os recantos e sortilégios mais íntimos. E nunca se chega, nem se precisa, ao cerne do feitiço... Meio encoberta, meio desnudada, sempre ataviada de cheiros exóticos e eróticos, faz com que se abram as narinas de cio. Colhem os olhos as tonalidades indefiníveis de seus roxos e azuis, o cinza entorresnado de seus mistérios, seus verdes percorrendo toda a escala cromática, vertidos na paleta primigénia de que se serviu o Criador para matizar a tela da Natureza. Sempre que caem sobre o mar do canal, cavado e furioso ou espelho de Narciso, a Ilha de São Jorge, nua e arroxçada, a garantir mais mundo, os olhos coalham-se de espanto em face do mistério de assistirem ao primeiro dia da Criação... Não cabe no olhar a Montanha bíblica. Extravasa a humana retina. Bíblica. Acredito ter sido em seu cimo, que roça o Céu, que Moisés recebeu as Dez Tábuas da Lei. E de um penedo fez jorrar a água que saciou a sede do seu Povo.

Cristóvão de Aguiar, já o disse, não é um autor fácil nem facilita, exige quase tanto dos seus leitores como de si mesmo, ele é o magma de que são feitas as gentes de bem destas ilhas. Tal como as palavras sentidas, gravadas fundo num granito que não existe nas ilhas mas que encontro na Relação de Bordo I do Cristóvão de Aguiar. Este autor que ora descubro como se o conhecesse há muito, como se tivéssemos sido irmãos ou *compagnons de route à la Jack Kérouac na Route 66*, iluminando o túnel das ideias por verter no alvo papel onde escrevo. Verdade seja que ando imerso na sua escrita Tateando como um recém-nascido às escuras fora do ventre materno. Pressagio cordões umbilicais curiosos que nos unem. Se agora encontro neste amigo novo um escritor (ou terei encontrado um escritor que é um amigo novo?) que se crê maldito porque outros o fizeram assim, e porque é de si mesmo um ser acossado por tudo e por todos, mas sobretudo por si mesmo. Para ele, a escrita nunca será catarse pois ela é fruto de amores incompreendidos entre si e a sua ilha...

Como ele diz (Relação de Bordo II pp. 199-200)

Primeiro foi a ilha, nunca mais a encontramos como a havíamos deixado...trouxemos somente a imagem dela ou então foi outra Ilha que conosco carregámos...

Quando aprecio a obra dum autor não sei como fazê-lo, nem hermenêutica nem exegese me tocam pois são ramos do conhecimento para além da minha compreensão que estudos em Humanidades não tive nem meus pais me deixaram, e sou como sou e a meu pai o devo tal como Cristóvão o é devido ao seu pai. Continentes diferentes mas uma só realidade, ambos criamos os sulcos que hoje trilhamos percorrendo as savanas e as estepes do sofrimento pessoal, das amarguras e romances que nos interrompiam a escrita e nos dispersavam da missão sagrada. Ambos plantamos árvores, publicamos poesia e tivemos filhos em buscas incessantes pelo Santo Graal e desconfio que ambos sabemos hoje que não existe, a não ser na busca incessante com que criamos uma *raison d'être* nas nossas mentes conturbadas.

Cristóvão afirmava a propósito dos Colóquios da Lusofonia na Lagoa em março/abril de 2009:

*“Lá encontrei, contra todas as minhas expectativas, uma plêiade de personalidades que fizeram olhar-me ao espelho da minha humildade, ao mesmo tempo que me infundiram confiança e à vontade, boa disposição e alegria, despreconceito e saúde intelectual... Soltei-me dentro da minha caverna; ao princípio, dei alguns saltos a medo, mas procurei conter-me e ir subindo devagar em direção à luz que me ofuscava. Ainda ando encandeado pela sua intensidade e pela rapidez com que tudo aconteceu, mas, pouco a pouco, espero desvenenhar-me dos muitos cadilhos que ainda me amarram a um cais de onde nunca embarquei e nem sequer me lembro se em cima dele fui ficando permanecido. Há dias, foi a Maria do Rosário com a sua acutilante e profunda análise ao meu tão mal-amado **PASSAGEIRO EM TRÂNSITO**, que me calou bem fundo, e me deu um sentimento de desforço de que há muito andava carecido. Agora és tu. Já não sei o que dizer mais. As palavras fogem-se como coelhos bravos.*

Nestas navegações literárias, uma pessoa não lê apenas mas percorre uma viagem tridimensional recheada pelos sentidos que fluem da escrita como lava “pahoe-hoe” (pron. *pah hoi hoi*) de aparência viscosa mas fluida, brilhante e entrançada como cordas prateadas. Outros autores subitamente parecem ser do tipo lava “A a” (*ah ah*), grossa e áspera, um magma de rochas solidificadas que são empurradas. Aqui nada é impelido embora por vezes se assemelhe na sua descrição e nos contornos emocionais à pedra-pomes que é o piroclasto dominante das rochas traquíticas. A observação de qualquer pedaço de basalto revela-nos, quase sempre, a existência de **VESÍCULAS** disseminadas na rocha e as vesículas de tal modo estanques, que a rocha pode flutuar na água por largos períodos. Resultam de gases separados do magma que, não tendo conseguido escapar para a atmosfera, ficaram aprisionados na rocha sob a forma de bolhas onde também ficam retidos *ad eternum* todos os leitores. A escrita lávica de Cristóvão fica retida a boiar no nosso imaginário. Foi ela que nos instigou a escrever esta lamentação com o frémito ciumento de todos os que não conseguem escrever da forma única e inimitável como só ele sabe e sente sobre os Açores. Essa a sua forma de amar e de recompensar a terra que o viu nascer...para que também ela desate as grilhetas que a encarceram no passado e ele se desobrigue finalmente dessa tarefa hercúlea de carregar a sua ilha como um fardo ou amor não-correspondido, que nisto de ilharias há muitas paixões não correspondidas. Ele é o mais lídimo representante da mundividência açoriana na escrita contemporânea e tarefa dos Colóquios da Lusofonia torná-lo mais benquisto e conhecido no mundo inteiro.

2.5. VASCO PEREIRA DA COSTA, AUTOR HOJE HOMENAGEADO

Quedemo-nos, doravante, na perspicaz apreciação que faz Cristóvão de Aguiar da obra de Vasco Pereira da Costa intitulada *Nas Escadas do Império*:

*“Não é por acaso que Vasco Pereira da Costa, poeta de mérito, mas ainda no silêncio da gaveta, se apresenta no mundo das letras sobraçando uma coletânea de contos. Numa terra onde quase todos sacrificam às (as) musas e se tornou quase regra a estreia com um livrinho de poemas, a atitude (ou opção) do autor de *Nas Escadas do Império* não deixa de ser de certo modo corajosa como corajosos são os contos que este livro integra.*

*Não fora o receio de escorregar na casca do lugar-comum, e eu diria que esta mancheia de contos vivos, arrancados com mãos hábeis e um sentido linguístico apuradíssimo ao ventre úbere, mas ainda mal conhecido, da sua terra de origem, vem agitar as águas paradas, onde se situa o panorama nebuloso e um tanto equívoco da literatura de expressão açoriana. O conto que abre esta coletânea, *Faia da Terra*, é bem a prova do telurismo, no sentido torquiano do termo, de que o jovem escritor (*Angra do Heroísmo*, junho de 1948) está imbuído, sem cair no pitoresco regionalista, tão do agrado de muitos escritores açorianos. Não resta a mínima dúvida de que o *Gibicas*, *A Fuga* e outras peças de antologia que aqui figuram vêm contribuir para o enriquecimento do conto português de especificidade e característica açoriana. Contudo, Vasco Pereira da Costa corre o risco (e ele mais do que ninguém disso está consciente) de vir a ser queimado nas labaredas inquisitoriais de certos meios ideológico-literários açorianos que têm tentado, oportunisticamente, mas sem raízes verdadeiras, edificar [...] uma literatura açoriana em oposição à Literatura Portuguesa. Nas *Escadas do Império*, quer queiram ou não os arautos da mediocracia, vem dizer-nos exatamente o contrário.”*

Com efeito, não podia deixar de ser mais justo o juízo de valor supracitado.

Em primeiro lugar, estreia-se Vasco Pereira da Costa, em 1978, com uma coletânea de contos, *Nas Escadas do Império*, à qual se seguirão a novela *Amanhece a Cidade* (1979), publicada em Coimbra pela Centelha; a memória *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo* (1980), dada ao prelo em Lisboa; os poemas de *Ilíada* (1981), editados em Angra do Heroísmo; *Plantador de palavras Vendedor de lérias*, antologia de novelas galardoada com o prémio Miguel Torga – cidade de Coimbra no ano de 1984; *Memória Breve*, datada de 1987 e surgida em Angra do Heroísmo; *Risco de marear* (Poemas), vindo a lume, em 1992, na cidade de Ponta Delgada; e, por fim, três obras poéticas, a saber *Sobre Ripas Sobre Rimas, Terras* e *My Californian Friends*, respetivamente publicadas em Coimbra, Porto e Gávea Brown, com data de 1994, 1997 e 1999.

Em segundo lugar, urge referir a originalidade de Vasco Pereira da Costa, evidente tanto na sua obra poética como na sua obra em prosa, que vem, segundo o Autor de *Raiz Comovida*, agitar as letras açorianas. Assim sendo, e numa perspetiva temática, cumpre realçar o telurismo genuíno patente em “Faia da Terra”, história do enamoramento de Teresa por um americano da Base, da sua subsequente partida para o Novo Mundo, já com o nome de Mrs. Teresa Piel, e da secagem da faia, dois meses após a descolagem do avião da *Pan America*. Nesta novela inaugural perpassam vivamente, como que fotografadas ao vivo, as rotineiras fainas insulares que, pela via da repetição, regem o quotidiano do ilhéu: “*Era sexta-feira e a mãe amassava o crescente com a farinha de milho. No forno estalavam a rapa, o eucalipto e o loiro: [...] Lavou depois as folhas de botar pão e veio sentar-se ao pé dos meus socos de milho – bois de veras, espetados com palhitos queimados arremedando os galhos – no estrado do meio-da-casa. Arrumou as galochas no sobrado [...]*” (1978: 11).

Por vezes, é a loucura insular que faz a sua aparição em cena, na figura do poeta Vicente, “*um Côte-Real impotente, tacanho e degenerescente*” (1978: 71), o qual, volvido esse tempo em “*que escrevia coisas tão lindas, de tanto sentimento*”, tem o despautério de acumular guarda-chuvas na falsa e de publicar no jornal da Ilha desairosos alinhavos poéticos: “*Prometeu / Prometeu / Não cumpriu / A promessa / Homessa!//*” (“A Fuga”, 1978: 74).

Ainda a respeito do Autor de *Memória Breve*, cumpre salientar o seu apurado sentido linguístico, responsável pelo discurso das personagens (direto, indireto e indireto livre) que, caricaturalmente individualizado, se torna emblema de um falso cosmopolitismo insulano, ao qual não é alheio o inevitável açorianismo:

“*Os americanos [...] Abancam mesmo rés-minés ao lado dos ingleses. Cinco. [...]*

Cham-pa-gne! Cham-pa-gne!

Everybody drinks!

Ei, seinhore!

Today, pay day!

Ouviste? Olha que o mar não está de lapas! [...] Nove taças na bandeja; [...]

Os ingleses que no thank you; os americanos que yes, que sim senhor; os ingleses, dedos a abanar, que nada de caltraçadas, just Porto Wine; os americanos, pegadinhos, que O.K. para cima, que O.K. para baixo, [...] Nosso Senhor os aparte em bem. Se assim não fora, tínhamos para aí camponia.” (“Belmiro & Delmiro”, 1978: 42-43).

Em terceiro lugar, e ainda na ótica de Cristóvão de Aguiar, a coragem de Vasco Pereira da Costa, que a sátira, nas suas diversas vertentes, revela à saciedade. Assim sendo, atente-se quer na crítica ao salazarismo, regime repressor, totalitário e punitivo dos que ousam transgredir as regras impostas - “*Como vim aqui [à ilha] parar? É simples: por ser anarquista e não peitear o Manholas de Santa Comba*” (“O Manel d’Arriaga”, 1978: 31) -, quer na crítica à mentalidade medíocre, cuja pequenez constrangedora se espalha, em espaço íntimo e público, pela vida de outrem tão sigilosamente resguardada quanto violada de supetão - “[...] *cada qual dava a sua sentença, todos em grande pensão, e não havia alcatra de couves que, à hora da ceia, não fosse temperada com palpites de desenlace.*” (“primavera”, 1978: 59) / “*Todas três varadas pela língua maledicente de uma cidade [...] Tocava-lhes a vez de serem as atrizes da comédia, a elas, que sempre foram espetadoras críticas nas melhores coxias.*” (“A Fuga”, 1978: 75) -, quer na crítica ao jornalismo barato e ao provincianismo dos articulistas, cujo discurso, pouco inovador, se vai ritualizando - “*Começou então o embaraço. No jornal de amanhã, por entre os aniversários da gente fina [...] as partidas e as chegadas, os partos e as notícias do País e do Estrangeiro, os casamentos e os pedidos de, os horários de barcos e de aviões, as orações ao Menino Jesus de Praga e ao divino Espírito Santo [...]*”

("A Fuga", 1978: 82-83) -, quer, por fim, na crítica a uma certa 'cultura de superioridade' que 'Mestre' Gibicas se apresta a denegar: "[...] estávamos de língua entre os dentes para sibilar o th. O professor fazia empenho pois [...] era uma vergonha virem por aí abaixo os americanos e nós sem sabermos agradecer. [...] Até que foi a tua [Gibicas] vez. [...] Agarraste na caixinha vermelha, azul e branca, com as estrelinhas desse people para o nosso povo e, sem esperar o afago da farda grandalhona, gritaste-lhes alto, como ninguém ainda o fizera: - SANABOBICHAS!" ("Gibicas", 1978: 137-138-141). Em asterisco de rodapé, explica o Autor o neologismo: "Son of a bitch".

Em quarto lugar, a variedade genológica em que se move o Escritor homenageado, desde o conto e a novela, até à memória e à "crónica" breve, passando pela Poesia. E, a este propósito, não resistimos à tentação de transcrever o poema "Dinis, the Portuguese teacher"

*Na língua ausente a saudade maior
na palavra saudade a língua viva
 Não a saudadinha de folclore
 pitoresca e digestiva
 constitucional e estatutária
 de meter dó em dó menor
 no caldo verde no rubro chouriço
 Mas a saudade necessária:
 Apenas quatro sílabas de compromisso
 (My Californian Friends, 1999: 17) –*

- bem como o poema "Rose era o nome de Rosa":

*A mãe disse não mais
não mais eu não mais tu filha
não mais nomes na pedra do cais
não mais o cortinado da ilha*

*não mais Rosa sejam Rose agora
não mais névoas roxos ais
não mais a sorte caipora
não mais a ilha não mais*

*Porém Rose o não mais não quis
e quis ver a ilha do não mais
o cortinado roxo infeliz
os nomes na pedra dos cais*

*Pegou em si e foi-se embora.
Não mais Rose. Rosa outra vez agora.
(My Californian Friends, 1999: 25).*

Não estaremos nós perante a universalidade da açorianidade?
chrys chrystello, fev.º 2010

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

Almeida, O. T. (org.) (1983), *A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação* [as diversas posições teóricas ao longo do tempo e algumas posições polémicas]. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. Id. (org.) (1986), *Da Literatura Açoriana. Subsídios para um Balanço*. Angra do

- Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. Id. (1989), *Açores, Açorianos, Açorianidade – Um Espaço Cultural*. Ponta Delgada, Signo.
- Barros, J. H. S. (1981), *O Lavrador de Ilhas - I*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Carvalho, R. G. (1956), Possibilidades de uma literatura de significação açoriana. *Insulana*, XII: 216-221.
- Costa, Vasco Pereira da. (1978) *Nas Escadas do Império*, Coimbra: Ficção – Centelha.
- Costa, Vasco Pereira da. (1999) *My Californian Friends*, Gávea Brown: Palimage Editores.
- Freitas, V. (1999), Discursos culturais nos Açores: uma estética da territorialidade, *In A Ilha em Frente. Textos do Cerco e da Fuga*. Lisboa, Salamandra: 15-29.
- Garcia, E. B. (1953), *Para uma Autêntica Literatura Açoriana*, Suplemento Literário de *A Ilha*, Ponta Delgada: 1-32.
- Garcia, J. M. (1987), Ainda a questão da Literatura Açoriana *In Para uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 9-32. Id. (1987), Atualidade da Literatura Açoriana, *In Ibid.*: 111-124. Id. (1987), A criatividade artística nos Açores. Limites e Barreiras, *In Ibid.*: 125-138.
- Jesus, E. (1957), Para uma teoria de Literatura Açoriana. *Atlântida*, I, 4: 201-205.
- Machado, M. U. B. (1983), Antologia de poesia açoriana, *In O Gosto das Palavras*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura: 77-87. Id. (1995), Da Literatura Açoriana – notas (muito lacunares) para uma aproximação, *In O Gosto das Palavras II*. Ponta Delgada, Jornal da Cultura: 13-16.
- Nemésio, V. (1923), Por que não temos Literatura Açoriana [entrevista com Vitorino Nemésio, por Rebelo de Bettencourt] *In Almeida, O. T. (org.) (1983), A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. Id. (1932), Açorianidade *Ínsula*, Ponta Delgada, 7-8. Id. (1946), O problema do romance. *Diário Popular*, 8 de maio. Pavão, J. A (1991), Constantes da insularidade numa definição de Literatura Açoriana, *In Caminheiros da Cultura*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 133-152.
- Pires, A. M. B. M. (1983), Para a Discussão de um Conceito de Literatura Açoriana. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLI: 842-858. Id. (1987), *A Identidade Cultural dos Açores*, Sep. de Arquipélago (série Línguas e Literaturas), IX. Id. (1997), Os Açores antes do 25 de abril. Alguns Indicadores Culturais, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 33-49.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:

- A produção literária açoriana nos últimos dez anos (1968-1978), *Separata Colóquio/Letras*, n.º 50, Lisboa, Fundação Gulbenkian, julho/1979.
- Aguiar, Cristóvão de. *Raiz Comovida, Trilogia Romanesca*. 2.ª ed., Lisboa, Ed. Caminho, 1987.
- AGUIAR, Cristóvão de, *Raiz Comovida – A Semente e a Seiva*, Coimbra, Centelha, 1978.
- AIRES, Fernando, *Memórias da Cidade Cercada*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1995.
- Almeida, Onésimo “Coração Despedaçado a Morrer Devagar’ Da experiência americana de José Martins Garcia”. *In Arquipélago. Línguas e Literaturas*. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores, 29-45. (2001/04)
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, «Sapa»teia Americana, Lisboa, Vega, 1983.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra, Secretaria Regional da Educação e Cultura (SREC), 1983.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *The Sea Within*, Providence, Gávea-Brown, 1983.
- BATISTA, Adelaide, João de Melo e a Literatura Açoriana, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1993.
- BETTENCOURT, Urbano, *O Gosto das Palavras III*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1999.
- Borges, Naír Odete da Câmara. *Influência anglo-americana no f alar da i lha de S. Miguel (Açores)*. Coimbra, Instituto de Estudos Românicos, sep. de Revista Portuguesa de Filologia, 1960.
- Brandão, s.d. Brandão, Raul. *As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*. Lisboa, Perspetivas & Realidades, s.d.
- BRASIL, Luís António de Assis, “A Narrativa Açoriana pós-Vinte e Cinco de abril”, *in Organon*, vol. 8, n.º 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, pp. 71-79.
- CÔRTEZ-RODRIGUES, Armando, *Antologia de Poemas*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1989.
- COSTA, Vasco Pereira da, *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*, Coimbra, Câmara Municipal, 1984.
- Costa, Vasco Pereira da. *My Californian Friends (2ª Edição); nas escadas do império; amanhece a cidade; venho cá mandado do Senhor Espírito Santo; plantador de palavras/vendedor de lérias; memória breve; riscos de*

marear; sobre-ripas sobre-rimas; terras

Coutinho, Gago. "Descoberta dos Açores", Seara Nova (Lisboa), XI (1930), p. 258-71, com mapa;

Da Literatura Açoriana (Org. e Intro De...), Angra, SREC, 1986.

Da Silva Ribeiro, Luís. Formação histórica do povo dos Açores, in Açoriana, Angra, 1941.

De Freitas, Jordão. As Ilhas do Arquipélago dos Açores na História da Expansão Portuguesa, Lisboa.

de Mesquita, Roberto. Almas Cativas e Poemas Dispersos. Coleção Poesia, Edições Ática, Amadora, 1973, p. 195.

de Sá, Daniel. Crónica do despovoamento das Ilhas. Lisboa: Salamandra, 1995.

de Sá, Daniel. O Pastor das Casa Mortas, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

de Sá, Daniel. Santa Maria, Ilha-Mãe, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

Dias, Urbano de Mendonça. Os Meus Contos. Vila Franca do Campo, 1945.

Dias, Eduardo Mayone. Açorianos na Califórnia. Prólogo, entrevistas e notas por [-]. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1982.

Dias, Maria Alice Borba Lopes. Ilha Terceira. Estudo de linguagem e etnografia. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1982.

Dores, Victor Rui "Contos Infernais ou a efabulação do poder". In Signo. Jornal de Letras e Artes, 16, 4. (1987).

Duarte, Noélia "David Mourão-Ferreira e José Martins Garcia: o 'ofício de escrever'". In Arquipélago. Línguas e Literaturas. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores, 109-131. (2001/04)

Exercício da Crítica, Lisboa, Ed. Salamandra, 1995.

FÉLIX, Emanuel, A Viagem Possível, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1993.

FÉRIN, Madalena, A Cidade Vegetal, Angra, SREC, 1987.

Figueiredo, Jaime de, Ilha de Gonçalo Velho, C. de Oliveira Lda, Lisboa, 1954

FIRMINO, Almeida, Narcose, Angra, SREC, 1982.

FREITAS, Vamberto, O Imaginário dos Escritores Açorianos, Lisboa, Ed. Salamandra, 1992.

Frutuoso, Gaspar, Saudades da Terra, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1987, 6 livros e 8 volumes

Garcia, E. B. Para uma Autêntica Literatura Açoriana, Suplemento Literário de A Ilha, Ponta Delgada: 1-32. (1953),

Garcia, J. M. (1987), Ainda a questão da Literatura Açoriana In Para uma Literatura Açoriana. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 9-32. Id. (1987), Atualidade da Literatura Açoriana, In Ibid.: 111-124. Id. (1987), A criatividade artística nos Açores. Limites e Barreiras, In Ibid.: 125-138.

GARCIA, José Martins, Memória da Terra, Lisboa, Vega, 1990.

GARCIA, José Martins, Para uma Literatura Açoriana, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

GARCIA, José Martins, Temporal, Providence, Gávea-Brown, 1986.

GUERRA, Rodrigo, A Americana, Angra, SREC, 1980.

J.H. Santos Barros, O Lavrador de Ilhas — 1. Coleção «Gaivota» Angra do Heroísmo, 1982.

Jesus, E., Para uma teoria de Literatura Açoriana. Atlântida, I, 4: 201-205. 1957),

JESUS, Eduíno de, "Breve notícia histórica da poesia açoriana de 1915 à atualidade", in Estrada Larga, vol. 3, Porto Editora, [s/d], pp. 425-430. O artigo termina referenciando livros de finais dos anos 50.

Machado, F. S. de Lacerda. Vocabulário Regional colhido no concelho das Lajes (i lha do Pico). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

Machado, M. U. B. Antologia de poesia açoriana, In O Gosto das Palavras. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura: 77-87. Id. (1995), Da Literatura Açoriana – notas (muito lacunares) para uma aproximação, In O Gosto das Palavras II. Ponta Delgada, Jornal da Cultura: 13-16. (1983),

Maia, Maria Lúcia Borba e. O Falar da Ilha Terceira. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (dissertação de licenciatura). 1965

Mar Cavado. Da Literatura Açoriana e de Outras Narrativas, Lisboa, Ed. Salamandra, 1998.

MARTINS, J. H. Borges, Nas barbas de deus, Lisboa, Salamandra, 1999.

Medeiros, Maria de Jesus Chichorro de. A Linguagem Micaelense em alguns dos seus aspetos. Dissertação de Licenciatura, Lisboa, Faculdade de Letras, 1964.

MELO, Dias de, Pedras Negras, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1985.

MELO, João de, Antologia Panorâmica do Conto Açoriano, Lisboa, Vega, 1978.

MELO, João de, Gente Feliz com Lágrimas, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1988.

- MELO, João de, *Toda e Qualquer Escrita*, Lisboa, Vega, 1992.
- Mendonça, Elsa Brunilde Lemos de. «Ilha de São Jorge (subsídio para o estudo da etnografia, linguagem e folclore regionais)». *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, XIX-XX, 1961-62.
- MESQUITA, Roberto de, *Almas Cativas e Poemas Dispersos*, Lisboa, Ed. Ática, 1973
- Mourão-Ferreira, David *Cartas de Amor de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática. (1978)
- Nemésio, CF Vitorino. *A Casa Fechada. Novelas*. 2.ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1979.
- Nemésio, MTC Vitorino. *Mau Tempo no Canal*. Lisboa, Livros Unibolso, Ed. Associados, col. «Biblioteca Universal».
- Nemésio, V. Por que não temos Literatura Açoriana [entrevista com Vitorino Nemésio, por Rebelo de Bettencourt] In Almeida, O. T. (org.) (1983), *A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. Id. (1932), *Açorianidade - Ínsula*, Ponta Delgada, 7-8. Id. (1946), *O problema do romance*. *Diário Popular*, 8 de maio. Pavão, J. A (1991), *Constantes da insularidade numa definição de Literatura Açoriana*, In *Caminheiros da Cultura*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 133-152.
- NEMÉSIO, Vitorino, “Açorianidade” in *Insula*, n.º 7-8, Ponta Delgada, julho, 1932.
- NEMÉSIO, Vitorino, *Mau Tempo no Canal*, 7.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.
- NEMÉSIO, Vitorino, *Poesia I, II*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1989.
- Nemésio, V. – à luz do Verbo, Lisboa, Vega, 1989.
- Nemésio, V – Rouxinol e Mocho, *Praia da Vitória*, Câmara Municipal, 1998.
- Nemésio, V. “O Poeta e o Isolamento: Roberto de Mesquita”, in *Conhecimento de Poesia*, Editorial Verbo, 1970, p. 149.
- Nemésio, V. “Poemas ilhéus”, in *Colóquio - Letras*, n.º 41, janeiro de 1978.
- OLIVEIRA, Álamo, *Com Perfume e com Veneno*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1997.
- OLIVEIRA, Álamo, *Impressões de Boca*, Angra, SREC, 1992.
- ORRICO, Maria, *Terra de Lídia*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1994.
- Pavão, J. Almeida. *Aspetos Populares Micaelenses*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981.
- Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa (1984)* Lisboa: Instituto Português do Livro.
- Pereira da Costa, Vasco. *Nas Escadas do Império: Contos*. Coimbra, Centelha, 1978.
- PEREIRA DA COSTA, Vasco, *Ilhíada*, Angra, SREC, 1981.
- PINTO, Eduardo Bettencourt, *Menina da Água*, Ponta Delgada, Editorial Éter, 1997.
- PINTO, Eduardo Bettencourt, *Os Nove Rumores do Mar – Antologia da Poesia Açoriana Contemporânea*, 3.ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 2000.
- Pires, António Manuel Bettencourt Machado. *A pastorícia dos b ovinos na Ilha Terceira. Dissertação de licenciatura*, Lisboa. 1968
- Pires, A. M. B. M. Para a Discussão de um Conceito de Literatura Açoriana. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLI: 842-858. (1983), Id. (1987), *A Identidade Cultural dos Açores*, Sep. de Arquipélago (série Línguas e Literaturas), IX. Id. (1997), *Os Açores antes do 25 de abril. Alguns Indicadores Culturais*, Insulana, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 33-49.
- Pires, A. Machado “José Martins Garcia um ‘intelectual em estado puro’”. In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. vol. XVII. *Revista da Universidade dos Açores*: 171-177. (2001/04)
- PIRES, António M. B. Machado, Raul Brandão e Vitorino Nemésio, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.
- QUENTAL, Antero de, *Sonetos*, 5.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1976.
- RIBEIRO, Luís da Silva, *Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade*, Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1964.
- RODRIGUES, Rui Duarte, *Com Segredos e Silêncios*, Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1994.
- Rosa, 1904 Rosa, P.e Nunes da. *Pastorais do Mosteiro*. Bandeiras, 1904.
- Rosa, 1978 Rosa, P.e Nunes da. *Gente das Ilhas*. 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1978.
- ROSA, Nunes da, *Gente das Ilhas*, 2.ª ed., Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1978.
- SÁ, Daniel de, *Ilha Grande Fechada*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1992.
- Saramago, João. *Le parler de l'Île de Corvo*. Grenoble, Centre de Dialectologie de l'Université Stendhal-Grenoble III/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1992.

Seis Poetas Micaelenses, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988.

Serpa, José Machado de. A Fala das Nossas Gentes. Ponta Delgada, Signo, 1987.

SILVA, Heraldo Gregório da, Açorianidade na Prosa de Vitorino Nemésio, Angra, SREC, 1985.

SILVEIRA, Pedro da, Antologia de Poesia Açoriana – séc. XVIII a 1975, Lisboa, Sá da Costa, 1977.

SILVEIRA, Pedro da, “O conto açoriano e os seus caminhos”, in Estrada Larga, vol. 1, Porto Editora, [s/d], pp. 545-547.

SILVEIRA, Pedro da, Fui ao Mar Buscar Laranjas -1, Angra, Direção Regional da Cultura, 1999.

TERRA, Florêncio, Contos e Narrativas, 2.ª ed., New Bedford, Promotora Portuguesa, 1981.

VAZ, Katherine, Saudade, Lisboa, Asa, 1999.

111) ELISA BRANQUINHO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA/ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEIA, PORTUGAL

Maria Elisa Gomes Branquinho, atualmente professora de Português do Quadro da Escola Secundária de Seia, a lecionar Língua Portuguesa num Curso de Especialização Tecnológica na Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia, do Instituto Politécnico da Guarda, com Mestrado em Supervisão, Pós Graduação em Supervisão Pedagógica no Ensino das Línguas e Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas.

Exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente, tendo acumulado larga experiência como Orientadora de Estágio pela Universidade Católica de Viseu.

JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS “A VIDA NUM SOPRO “

A Comunicação que se pretende apresentar tem como objetivo analisar a obra de José Rodrigues dos Santos *A Vida Num Sopro*, narrativa onde perpassam, num lastro de história, de verdade e de realidade, que emerge como uma lição, os primeiros anos do Estado Novo em Portugal, as perseguições da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, as atrocidades da Legião Estrangeira, a sanguinolenta Guerra Civil de Espanha e os fuzilamentos em massa. As personagens, recortadas do ambiente social e político dos anos trinta do século passado, deslizam, empurradas pelo destino e asfixiadas pelo olhar atento dos guardiões do tempo. Um arrepio de silêncio atravessa a obra num sopro de conspiração, engolindo o amor, a esperança e a vida. Mais um exemplo de um amor proibido, vítima do tempo de ignorância e do olhar persecutório da PVDE cujas malhas se cruzam, provocando a agonia da esperança e soprando um vento de desencanto que se estende sobre a Pátria que, adormecida, nega a si própria a possibilidade de acreditar no futuro. Uma nuvem de silêncio abate-se sobre Portugal, uivando um murmúrio de morte. Uma interessantíssima lição de História, que conjuga a linguagem objetiva, próxima do registo jornalístico, enriquecida com regionalismos e termos linguísticos do Português e do Castelhanos, e a linguagem poética numa aventura de inesperada harmonia. José Rodrigues dos Santos, um dos melhores da “nova vaga” de escritores de uma “nova literatura”, associa a informação ao domínio do imaginário, construindo uma relação dialogante entre a realidade e a ficção.

A presente Comunicação tem como objetivo analisar a obra de José Rodrigues dos Santos *A Vida Num Sopro*, narrativa onde perpassam, num lastro de história, de verdade e de realidade, que emerge como uma lição, os primeiros anos do Estado Novo em Portugal, as perseguições da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), as atrocidades da Legião Estrangeira, a sanguinolenta Guerra Civil de Espanha e os fuzilamentos em massa.

As personagens, recortadas do ambiente social e político dos anos trinta do século passado, deslizam, empurradas pelo destino e asfixiadas pelo olhar atento dos guardiões do tempo.

Um arrepio de silêncio atravessa a obra num sopro de conspiração, engolindo o amor, a esperança e a vida.

*Dorme, mãe Pátria, nula e postergada*⁸³⁸

838 Fernando Pessoa – *Obra Poética*. O poema «Elegia na Sombra» atravessa *A Vida Num Sopro* de Rodrigues dos Santos e é recorrentemente citado ao longo da presente Comunicação.

O primeiro verso da estrofe, sem identificação do autor, e porque se trata do poema talvez menos conhecido da obra pessoana, abre o romance numa aparente inocência, paradoxalmente enigmática, apenas traída pela referência a 1929, gravando o marco do tempo e anunciando a identidade da obra, um romance de época.

Revela-se pertinente sublinhar o facto de o poeta ter escrito o poema numa fase de penoso desencanto com a vida e com a Pátria⁸³⁹, varrida por ventos de amarga tristeza: «*Passa/Um vento frio na nossa nostalgia*» de sono enfermo, de total «*impossibilidade de querer*», de dor gemida no silêncio e de irremediável descrença no futuro, mergulhada numa bruma que não permite vislumbrar nada, porque nada vale a pena. Longe está o canto da alma épica, o sonho de uma “Índia Nova”. Sinal dos tempos.

*Quem nos roubou a alma? Que bruxedo
De que magia incógnita e suprema
Nos enche as almas de dolência e medo
Nesta hora inútil, apagada e extrema?*

O profundo negativismo das palavras, a inquietação e a dor que escorrem das interrogações que compõem a elegia pessoana, num concerto de nostalgia e de pessimismo, de cansaço e de indignação, ressoam na obra de Rodrigues dos Santos como um canto triste, repassado de «*dolência e medo*». É uma elegia da sombra, do silêncio, da depressão e da morte, «*do deserto de alma/que Portugal é hoje*». É um romance que ilumina as sombras de um passado recente e traz à memória o atraso de um Portugal adiado.

É neste clima de intenso nevoeiro, vazio de esperança e de crença no futuro, contrariando o messianismo sebástico a que Pessoa nos habituou na *Mensagem*, que se movimentam as personagens do romance de Rodrigues dos Santos.

Deste modo, a atmosfera de uma Pátria adormecida, presença bem marcante na «Elegia na Sombra», e todo o caleidoscópio de sentimentos de desencanto, de medo e de impotência, perante um regime que se afirma implacavelmente, atravessam *A Vida Num Sopro*⁸⁴⁰, num intenso arpejo, como um murmúrio premonitório de morte.

Note-se que o ano de 1929 marca o início da afirmação do Estado Novo em Portugal, com a autoritária tenacidade de Salazar. A PVDE⁸⁴¹, na sua função repressiva, veio a assumir um papel crucial na defesa do regime, vigiando, conspirando, enredando, apertando o cerco, maltratando e silenciando quem ousasse indiciar uma ideologia divergente.

A narrativa desliza nesse lastro de história dos primeiros anos do Estado Novo em Portugal, que emerge como uma lição, em que se reerguem as perseguições da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, as atrocidades da Legião Estrangeira, a sanguinolenta Guerra Civil de Espanha e os fuzilamentos em massa.

Luís Afonso e Amélia, dois colegas adolescentes, movimentam-se no ambiente conservador e provinciano de Bragança, adotando os padrões de comportamento ditados pelo ambiente social da época.

839 Estas estrofes de Pessoa, vítima também da injustiça do regime, visível não só no 2º lugar para o qual foi atirada a *Mensagem*, aquando do Concurso ao Prémio Antero de Quental, mas também pela publicação da Lei sobre sociedades secretas, assunto caro ao poeta, que se interessava pelo ocultismo, pelo esoterismo e pela Maçonaria, revelam o seu posicionamento contrário ao ambiente repressivo Salazarista e são um cântico de protesto e de indignação. A «Elegia na Sombra» de Pessoa vem marcar claramente o pensamento divergente de Poeta perante o regime autoritário e repressivo de Salazar, que limitava a liberdade individual. Deste modo, o nacionalismo Salazarista nunca se identificaria com o nacionalismo pessoano assente num messianismo espiritualizado, buscando a construção de um Portugal de grande superioridade cultural, de cariz imaterial, só compatível com a liberdade de pensamento e de ação.

840 Santos, José R. (2008). *A Vida Num Sopro*. Lisboa: Gradiva – Publicações, S.A.

841 Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, criada em 1933, altura da institucionalização do Estado Novo em Portugal, que vigorou durante quatro décadas. (Mais tarde, deu lugar à PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado e, por fim, em 1969, ganha a designação de DGS - Direção Geral de Segurança, sendo posteriormente extinta em 1974, quando se dá a Revolução do 25 de Abril). As suas funções, para além da vigilância das fronteiras e de todos os estrangeiros que entravam em Portugal, eram de interrogar, prender, torturar, exilar e silenciar todos aqueles que perturbavam a ordem estabelecida pelo regime.

O registo linguístico é rico de regionalismos, contribuindo para o desenho daquela região nortenha do país. O olhar (o do voyeurismo amoroso e o do informador do regime) assume no romance um poder extraordinário. Poder de dupla face, cuja amplitude só é compreendida mais tarde.

O encantamento entre Luís e Amélia dos olhos «*cor de mel*» é relatado num tom fresco de irresistível sedução em que o olhar assume, na sua distância e inocência, uma enorme capacidade de diálogo no silêncio, permitindo o puro magnetismo que atrai irremediavelmente as almas que se procuram como peças de um puzzle.

No colégio, a separação do masculino e do feminino é traída pela janela atravessada pelo olhar, desencadeando momentos de uma quase pura poesia em que o enamoramento, na sua forma pueril, suspira em êxtases de arrebatamento.

Ao longo do romance, é curioso sublinhar a versatilidade do discurso, algumas vezes a raiar a ousadia no atrevido assomo de palavras que transpiram sensualidade e o recato, quase puritano, de outras que, na sua subtilidade, encantam pela doçura inesperada.

Também o narrador parece rendido aos encantos de Amélia, deixando-se enfeitiçar pela sua intocada virtude. O idílio adocicado e inocente dos dois vai naturalmente ser condimentado pela inveja, pela maledicência, pela zaragata, pelo castigo corporal e pela humilhação resultante do autoritarismo espalhado por toda a parte, inclusive pela reitoria do colégio.

Emerge um paralelo entre a adolescência do Estado Novo e a adolescência da dupla amorosa Luís e Amélia que vai ser vítima de um destino implacável, forjado pelas mãos maquiavélicas da mãe, matriarca calculista, verdadeiro homem, que se movimenta num terreno minado pela ruralidade, pelo preconceito e pela hipocrisia. No entanto, sobressai a desproporcionalidade entre o poder do Estado e o poder frágil e desprotegido do amor. A urdidura romanesca apresenta uma calculada fórmula de sucesso. A par do mais que provado êxito da mistura da beleza feminina e do galã atencioso e delicado, da oposição da mãe, vilã implacável e intrigante, da figura grotesca e animalesca de um órfão ruim, mas aparentemente insignificante, reduzido à sua condição de criatura bestial, adiciona-se o enigma para decifrar, numa inquietante mistura de desaparecimento súbito de Amélia, de perguntas sem resposta, de pontas que não se ligam, de mistério, de suspeita, de intriga malévola, de calculismo e desumanidade.

O tempo fará o resto e a história daquele tempo também.

Enquanto Lisboa, 1934, animada pela diva de então, Beatriz Costa, estalava de gargalhadas no Parque Mayer, Luís Afonso deixava escapar, perigosamente, a sua antipatia por Salazar e pelo Estado Novo.

No meio estudantil crescia o espírito revolucionário; as manifestações de irreverência, sempre vigiadas pela polícia, misturavam comunistas, idealistas, republicanos e disfarçados seguidores do regime, numa panóplia raiada de medo, coragem, revolta e perseguição.

Luís Afonso, estudante de Veterinária, vai desafiar o destino.

Subtilmente, o tom negro, ainda em sépia, do desfecho da história, começa a derramar-se numa mortalha paciente. Atormentado pela ideia de injustiça, aguça-se nele uma missão de «*demanda contra a iniquidade*» (Santos, 2008: 173).

Bragança ficara perdida no passado, mas a imagem de Amélia persegui-lo-á sempre e em vão tenta encontrá-la ou substituí-la em cada namorada que coleciona. Essa impossibilidade, longe de ser gratuita, vai escavar o seu abismo sentimental e engrandecer a sua obsessão pelos olhos «*cor de mel*» da eterna amada.

As saudades de Amélia, vibrantes na melancólica letra dos poemas que devorava à noite antes de desligar o petromax, corróiam-no até à exaustão. Refugiava-se na lembrança do olhar dourado de Amélia e a memória dos dias em que passeara a namorada até ao liceu de Bragança pesava-lhe no peito, estreitava-o com tanta força que quase sufocava. (Santos, 2008: 181)

A obsessão do protagonista e o consequente diletantismo amoroso que o levará, sendo fiel à tradição romanesca dos amores de perdição, a um beco sem saída, é superiormente revelada pelo narrador numa metáfora culta.

As amantes não passavam de páginas de um livro, existiam para serem fruídas; li-as com deleite e depois de consumidas passava à seguinte, atrás de uma vinha sempre outra. Talvez a seguinte lhe trouxesse o que procurava, o poema que lhe escapava em cada livro, o final em que culminaria toda a história: a magia perdida de Amélia. (Santos, 2008: 181)

Após a formatura, Luís Afonso vai, como médico veterinário, na posição de alferes, para o regimento de Penafiel, uma terra do interior de Portugal.

Numa espécie de fatalismo muçulmano, Luís Afonso, sem o saber, vai-se aproximando cada vez mais do magnetismo de Amélia.

O narrador, enigmático, cola-se à personagem, e cria um momento de ilusão, em que literalmente nos engana, deixando o protagonista sobressaltado quando reconhece, numa rapariga que passa, «*aquele ligeiro ar a May McAvoy*», marca indelével de Amélia. No entanto, não era ela. Ainda assim, seguiu-a e tentou doravante encontrar a eterna amada nesta desconhecida que o destino, como um sinal e um caminho, lhe abriu diante de si, convidando-o a entrar nesse atalho estreito e perigoso, e misteriosa e fatalmente tão ligado ao passado e ao futuro.

Conheceu-a.

O contacto estava estabelecido. Como um predador furtivo que ronda a presa inocente, sabia que só lhe restava fechar o cerco e desferir o ataque final.

Já tinha jogado aquele jogo inúmeras vezes em Lisboa, mas agora ele era um tudo-nada mais excitante, não só porque a sedução decorria numa terra de província, onde o contacto com o belo sexo se revelava mais difícil, e consequentemente mais apetecível e apimentado, como porque, de entre todas as raparigas que conhecera desde que saíra de Bragança, Joana era de longe a mais interessante, sem dúvida porque, devido à semelhança física, trazia com ela o perfume da memória de Amélia. (Santos, 2008: 219)

Cantou-lhe ao coração com um poema de Camões, receita infalível de predador.

O destino ia urdindo malhas indecifráveis e as personagens eram arrastadas ao sabor dos seus desígnios malévolos.

O tempo ia trazendo respostas e estas eram perturbadoras.

A ironia, o riso sarcástico desse destino ecoa na alma desventurada do protagonista quando descobre que Amélia é irmã de Joana. Todas as sombras do passado se erguem e até Francisco, o órfão, de «*corpo de gorila*», reaparece, saído do fundo do tempo.

Um vendaval de emoções e sentimentos proibidos inunda a alma e a mente de «Romeu e Julieta». A vida parece deixar de correr e um universo de paixão atrai os dois eternos amantes.

Um magnetismo avassalador empurra-os um para o outro, desafiando as normas, a conduta moral, deixando-se asfixiar por esse destino dissimulado que cheira a morte, mas os dois não o sabem adivinhar.

Os encontros às escondidas, o pavor de serem descobertos leva-os para um espaço maldito de desmoronamento do segredo, espaço de paixão animal testemunhada pelos olhos de Tino, o caseiro, que morre brutalmente às mãos de Francisco, o irmão adotivo da amante.

As malhas estão cada vez mais emaranhadas. O segredo do amor proibido continua guardado, mas tem um sabor a sangue.

O tempo fará o resto e a história daquele tempo também. Estamos em 1936 e a Pátria está mergulhada na estagnação, adormecida e doente: «*Pátria. Que doença de teu ser se exala? /Tu nem sabes dormir. Fala mais baixo!*».

Francisco, que cometera um crime vil, foge para Espanha com medo de ser apanhado pela polícia e inscreve-se na Legião Estrangeira.⁸⁴² Por essa altura, estala a guerra civil espanhola.

O capitão Branco fica com a responsabilidade de «organizar e chefiar o núcleo de Penafiel da Mocidade Portuguesa»⁸⁴³ e também, juntamente com o alferes Luís, com uma missão importante e confidencial em Valença do Minho: colaborar nas operações e apoio ao exército espanhol, ajudando os fugitivos espanhóis; no entanto, de entre os refugiados alguns eram comunistas.

O registo linguístico do narrador muda de tom. As palavras e expressões castelhanas conferem uma nota colorida que se destaca na atmosfera sombria da guerra, acompanhando os sanguinolentos saques das cidades espanholas e os fuzilamentos em massa.

A PVDE assinala a sua presença em Valença do Minho numa perigosa proximidade com o alferes Luís. Aperta-se o cerco do destino, mas o protagonista não sabe juntar e decifrar os enigmas que se vão atravessando no seu caminho.

A feição jornalística do autor jorrada sobre o narrador, num discurso objetivo e frio, que permite um visualismo cinematográfico, transparece no desassombrado relato dos acontecimentos em que os cenários de guerra se erguem cheios de horror.

A vertente da história ganha realismo e verosimilhança. Os factos reais interagem na ficção, impondo um cunho informativo e constituindo-se como uma grande lição sobre a matéria.

A intriga amorosa vai-se cruzando com as malhas da história, ganhando densidade política e ideológica, deixando-se enredar em acontecimentos trágicos, ficando à mercê da falta de escrúpulos e da indignidade perversa da PVDE e de Francisco, que ganha, na sua monstruosa crueldade, o papel de grande patriota.

Luís Afonso, encurralado pela PVDE, vai exercer a sua profissão de Veterinário em Trás-os-Montes. Estamos em 1939, o regime está cada vez mais forte e os seus tentáculos espalham-se por toda a parte.

As amenas cavaqueiras com os amigos, aparentemente inofensivas e distantes dos olhares da PVDE, vão trair o protagonista, objeto do olhar vigilante dos guardiões do regime que o trazem sob controlo desde os tempos de Lisboa, do Parque Mayer e da Escola Superior de Veterinária.

O perigo das conversas quando se impunha a modorra de silêncio.

*Fala mais baixo! Deixa a tarde ser
Ao menos uma extrema quietação
Que por ser fim faça menos doer
Nosso descompassado coração.
Fala mais baixo! Somos sem remédio.*

O dinamismo da narrativa alterna o percurso de Luís Afonso, como num filme de ação, com o percurso de Francisco na Legião Estrangeira. O destino dos dois vai cruzar-se e a salvação de um virá a implicar a condenação do outro.

O fim da guerra civil espanhola culmina com a rendição de Madrid e dos republicanos e os legionários têm finalmente algum tempo de descanso. Francisco é apanhado pela PVDE e esta entra, mais uma vez, em ação.

Uma hedionda conspiração está em marcha. A PVDE não esquece as suas vítimas, segue-as de longe e, como um predador, amordaça todas as possibilidades de defesa, encerra todas as saídas, e lança-se na perseguição de inocentes, esgotando todas as ameaças, urdindo factos irrevogáveis, acusando impiedosamente. Luís Afonso, de convicções divergentes do regime, recusa a proposta da PVDE. O protagonista está irremediavelmente

842 Também em Portugal foi criada a Legião Portuguesa, uma milícia paramilitar para defender o Estado dos comunistas e dos opositores ao regime.

843 Organização com uma componente política que incluía toda a juventude e que visava incutir nos jovens o amor à pátria, a ideia de ordem e disciplina.

encurralado. A sua ficha na PVDE não lhe deixa saída possível: ou se torna observador ou vai para a prisão por homicídio e o segredo que o liga a Amélia será monstruosamente revelado.

O rasto de silêncio e de sono da Pátria adormecida e sem esperança de melhores dias continua a correr como um rio na paisagem política dos anos trinta e o sopro da elegia pessoana continua a sentir-se na obra de Rodrigues dos Santos.

*Pátria, quem te feriu e envenenou?
Quem, com suave e maligno fingimento
Teu coração suposto sossegou
Com abundante e inútil alimento?
Quem faz que durmas mais do que dormias?
Pátria que já não sabe sonhar nem sente sede ou fome de esperança.*

O recluso não podia socorrer-se da única possibilidade de fuga: o depoimento de Amélia. Nele residiam, a um tempo, a perdição dela e a salvação dele. Luís Afonso escolhe a salvação dela e a perdição dele.

O vencidismo marca o final da narrativa. O destino vence as marionetas que não têm controlo sobre si próprias. Sobressai a fragilidade do papel da mulher no Estado Novo e é esmagada a possibilidade de qualquer futuro. A sombra da cela amarra Luís Afonso para sempre. Perdido nos seus pensamentos, tem consciência de que a mentalidade medíocre, o medo de falar, a ausência de esperança e esse aparelho do regime, insidioso, não permite qualquer hipótese de futuro. A sua alma livre sente-se asfixiar na modorra de silêncio de um país sem voz.

Tenho de escapar desta cela que me tolhe, preciso de me libertar deste julgamento que me envergonha, não consigo viver num país onde não se pode respirar. (Santos, 2008: 599).

O prenúncio de morte que atravessa a obra como uma brisa na dormência enferma de um país cansado pelo medo, anotecido compulsivamente e varrido pelo vento frio de um fado triste e descontente, ganha asas no desespero do condenado.

A decisão está tomada. Falta despedir-se de Amélia para sempre, mas preservando o seu segredo.

Num assomo final de desvario, como um espírito rebelde que se revolta contra o destino marcado, fez força com os pés, sentiu o banco balouçar e desequilibrar-se e, com abandono louco e cego de quem se lança sobre um precipício, no momento em que o apoio lhe falhou sob os pés sentiu toda a existência derramar-se-lhe num derradeiro sopro de vida. (Santos, 2008: 606)

A mensagem da despedida é um enigma e só os mais perspicazes o conseguirão decifrar. Completam-se as estrofes do poeta que só agora ganham sentido e encerram, numa dimensão de circularidade, o romance de Rodrigues dos Santos.

*Dorme, mãe Pátria nula e postergada,
E, se um sonho de esperança te surgir,
Não creias nele, porque tudo é nada,
E nunca vem aquilo que há de vir.*

Assiste-se ao aniquilamento do amor, à destruição da esperança e, erguendo-se como um grito, a convicção de nada valer a pena e a vida consome-se, num sopro fatal, enforcada na própria ausência de crença no futuro, mergulhando num sono irremediável.

Assim, o desaparecimento de Luís Afonso denuncia a muralha de silêncio que se abateu sobre a Pátria, adormecida na ignorância, na estagnação e no medo: «*Dorme, que a tarde é finda e a noite vem*». Pátria adiada, encarcerada num fado de silêncio, de sombra e de desencanto.

*Dorme, que eu durmo só de te saber
Presa da inquietação que não tem nome
E nem revolta ou ânsia sabes ter
Nem da esperança sentes sede ou fome.*

Calam-se, num sopro, as vozes do poeta e do narrador, deixando um murmúrio de nostalgia a correr, como uma brisa, no fundo da nossa memória.

Concluindo, Rodrigues dos Santos foge à linguagem fria do jornalismo e mergulha no universo da criação literária, inventando e reinventando a escrita, ficcionando num estilo surpreendente.

112) **ELISA GUIMARÃES** UNIVERSIDADE SÃO PAULO/UNIVERSIDADE MACKENZIE SÃO-PAULO BRASIL

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, onde ministra cursos de pós-graduação e orienta mestrados e doutorandos. Professora titular da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Tem publicados os livros "A articulação do Texto" (Editora Ática), "Texto, Discurso e Ensino" (Editora Contexto), uma centena de ensaios publicados em periódicos nacionais e internacionais, vários ensaios em coletâneas editadas por Universidades brasileiras e estrangeiras.

Participa de congressos no Brasil e no exterior, apresentando trabalhos sobre temas de sua área de pesquisa - texto e discurso.

CAMÕES NAS ÁGUAS DA INTERTEXTUALIDADE

Baseando-se em teorias que fundamentam o processo intertextual, este ensaio propõe-se a confrontar traços de intertextualidade de sonetos de Carlos Drummond de Andrade e de Manuel Bandeira, enquanto inspirados em composições camonianas.

Analisa-se os mecanismos de remetimento ao texto de Camões numa realização absorvedora, transformadora ou transgressora em relação ao texto-fonte ou texto-modelo.

Conclui-se acerca da intertextualidade revelando-se como chave de leitura importante para penetrar na obra camoniana.

I – INTERTEXTUALIDADE: PRINCÍPIOS GERAIS

Se remontarmos à carga etimológica do termo intertextualidade, diremos que o prefixo latino *inter* alude a reciprocidade, interconexão, entrelaçamento, interferência – donde se considera a intertextualidade evocando o texto, ou melhor, a qualidade do texto como tecido ou rede – “o lugar em que se cruzam e se ordenam enunciados provindos de discursos distintos” (1).

A extensão emprestada ao conceito de intertextualidade constitui-se num assunto problemático que, em boa parte, depende da extensão que se dê ao conceito de texto – aqui também definido à luz da carga etimológica. Participio passado latino do verbo *texere* (tecer), o termo *textus* desenvolve uma metáfora que vê a totalidade linguística do discurso como um tecido. Texto alude à conexão das partes distintas de uma obra. De uma e outra definição – texto e discurso – concebe-se o texto como “o tecido linguístico de um discurso” (2)

O termo discurso é entendido semioticamente por Segre – o que implica considerá-lo como um produto pragmático que gera a dimensão comunicativa dos textos – dimensão que alcançou grande vitalidade na teoria contemporânea.

Numa obra clássica – *Introducción a La lingüística del texto* (3) – Beaugrande e Dressler definem o texto como um acontecimento comunicativo que cumpre sete normas de textualidade. Das sete normas, duas seriam – segundo o tradutor da obra em páginas preliminares – de tipo linguístico: coesão e coerência; outras duas, de caráter psicolinguístico: intencionalidade e aceitabilidade; de tipo sociolinguístico seriam a situacionalidade e a intertextualidade; de tipo computacional, a informatividade.

Acentuamos, entre as sete normas citadas, a intertextualidade, entendendo que na interpretação de um texto intervém o conhecimento de outros textos anteriores.

Trata-se, pois, de um fenômeno evocador da relação de um texto com outro ou outros textos, da produção de um texto a partir de outros textos precedentes, da escritura como palimpsesto, de uma leitura, enfim, interativa e tabular.

O conceito de intertextualidade, com origem nas teorias bakhtinianas sobre o enunciado dialógico ou polifônico, já percorreu um longo caminho, desde que Julia Kristeva forjou o termo no conhecidíssimo artigo publicado em 1967,

*“BAKHTIN, a palavra, o diálogo e o romance”, incorporado anos depois a sua *Semiótica* (4). Esse largo caminho originou novas reelaborações do conceito, até o ponto de permitir traçar sua evolução diacrônica (5).*

Atribuindo a Bakhtin a averiguação do fenômeno intertextual, Kristeva propõe o texto literário interpenetrado de vozes ou palavra alheias:

Todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. No lugar da noção de intersubjetividade instala-se a intertextualidade, e a linguagem poética se lê, ao menos, como dupl (6).

Lembre-se, no entanto: os mecanismos intertextuais são tão antigos quanto os próprios textos – o que quer dizer que as metodologias de análises de tais fenômenos se estenderam a textos de todas as épocas.

Voltando aos autores Beaugrande e Dressler – importantes teóricos da Linguística Textual – vê-se a intertextualidade referindo-se aos fatores que fazem depender do conhecimento que se tenha de outros textos anteriores à utilização adequada de um texto. A intertextualidade abarca, pois, tanto o fenômeno da recepção quanto o fenômeno da produção do texto. O texto refere-se à:

“Relação de dependência que se estabelece entre, por um lado, os processos de produção e da recepção de um texto determinado e, por outro, do conhecimento que tenham os participantes na interação comunicativa de outros textos anteriores a ele” (7).

Definir o intertexto é, por conseguinte, propor uma concepção de escritura e de leitura em intersecção, de seus elos com a tradição e a história literária.

Ativa-se esse conhecimento intertextual mediante um processo de mediação – de intervenção subjetiva – maior ou menor segundo o número e os tipos de textos anteriores utilizados no processamento do novo texto.

A intertextualidade figura, pois, como estatuto cimentador da textualidade. De caráter dinâmico e heterogêneo, o texto não é algo único e autônomo, nem fechado em si mesmo, mas aberto a outros textos.

Kristeva fala da “infinidade potencial” das palavras e do caráter híbrido dos textos.

Trata-se antes de dessacralizar a autoridade do autor, de destituí-lo de sua ilusão de originalidade, e de recusar por isso mesmo as prerrogativas da obra concluída, autônoma; a negação da individualidade, a impessoalidade do ato de escritura, tais são os postulados da intertextualidade na sua primeira acepção (8).

Lembre-se ainda outro conceito Kristeviano: o de ideograma que ressalta o fato de a intertextualidade operar num contexto histórico e sociocultural – o que aponta a possibilidade de extensão do conceito de intertextualidade a outros códigos (pintura, música, etc.).

E acrescenta-se à intenção de Kristeva estender aos textos poéticos o dialogismo legado por Bakhtin.

II – CAMÕES NAS ÁGUAS DA INTERTEXTUALIDADE

É desse dialogismo configurado entre o texto poético camoniano e parte da produção poética de Carlos Drummond de Andrade, ao lado da de Manuel Bandeira, que passaremos, em seguida, a tecer algumas considerações.

Em face das conquistas doutrinárias mais recentes da crítica literária, surpreendem-se novas angulações na interpretação da obra camoniana, quer no âmbito lírico, quer na dimensão épica ou no domínio dramático. No exercício de interpretação, fazem-se relevantes os traços de natureza intertextual, mantendo o texto camoniano, há perto de cinco séculos, um diálogo com o de outros autores – num primeiro plano, brasileiros e portugueses, a julgar pelos levantamentos realizados por Teófilo Braga (9).

Num compromisso com a mimese, composições na íntegra ou estilhaços de versos camonianos permeiam textos, imprimindo-lhes a marca da fecundidade da inspiração do poeta português. Surge, assim, um novo tecido ao qual facilmente se atribui a assinatura de Camões poeta.

A letra do texto não sofre, em geral, alterações significativas – o que a torna imediatamente reconhecida no novo intertexto. Criam-se, portanto, intertextos cujos fios não são difíceis de identificar, uma vez ter o discurso disseminado expressões consagradas da lírica camoniana.

Soam palavras familiares ao leitor, porque são mosaicos extraídos ora do poema épico ora dos sonetos – como veremos nas obras a serem analisadas num confronto de natureza intertextual.

Há sobejos exemplos para dar dessa intertextualidade no discurso de Camões e do seu tempo.

Limitamo-nos – por razões de ordem prática ligadas à natureza de um ensaio – aos textos de dois grandes poetas brasileiros – Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira (10).

Ambos os poetas – tanto no plano contedístico quanto no nível organizacional – efetivam expressiva mobilização de temas e de estruturas camonianas, como passamos a demonstrar.

De Carlos Drummond de Andrade, o poema “A Máquina do Mundo” composto de 32 tercetos – é o penúltimo poema da última parte de *Claro Enigma*, como é também o último episódio de aventura (ou de revelação) no Canto X *Lusíadas*, numa revelação de que o poeta brasileiro soube encontrar no clássico um material possível de recriação poética moderna.

Leiamos Drummond:

*(...) a máquina do mundo se entreabriu
Para quem de a romper já se esquivava
E só de o ter pensado se carpia.*

(...) a troca mais estrita já pousara

*Sobre a estrada de Minas, pedregoso,
e a máquina do mundo, repelida,*

*se miudamente recompondo,
enquanto eu, avaliando o que perdera,
seguia vagaroso, de mãos pensas.*

Na descrição da Máquina do Mundo, o “primeiro orbe”, o “Empíreo contém as almas que estão gozando a visão beatífica de Deus. Designa-se, assim, um dogma cristão expressamente impugnado pelo Judaísmo.

Acreditam os cristãos que as almas ingressantes no céu gozam aí do Bem indescritível – a presença real de Deus vivo.

*Este orbe (...) Empíreo se nomeia, onde logrando
Puras almas estão daquele bem
Tamanho, que Ele só se entende e alcança
De quem não há no mundo semelhança.
(Canto X, 81)*

Enquanto Vasco da Gama é levado pela ninfa Tétis a ver a máquina do mundo, como recompensa pelos seus feitos heroicos, Drummond, como Cristo, é tentado e a tudo renuncia, pois a fé já se ia abrandando.

Assim, entre o paganismo de Camões e o misticismo bíblico, o pessimismo realístico de Drummond define a sua originalidade e o novo tônus poético de um tema tradicional.

Leiamos Camões:

*Assi cantava a ninfa; e as outras todas,
Com sonoro aplauso, vozes davam,
Com que festejam as alegres bodas
Que, com tanto prazer, se celebravam.
Por mais que, da fortuna, andem as rodas
(Nua cónsona voz todas soavam)
Não vos hão de faltar, gente famosa,
Honra, valor e forma gloriosa
(Canto X, 74)*

No texto da fala de Tétis a Vasco da Gama, o poeta esconjura as concepções pagãs que lhe serviram só para lhe embelezar a obra, e afirma sua convicção pessoal:

*As gentes vãs, que não nos entenderam,
Chamam-lhe fado mau, fortuna escura,
Sendo só providência de Deus pura.
(Canto X, 38)*

O poema “A Máquina do Mundo” exhibe uma obscura magia de linguagem. Assim, inspirando-se num ângulo da cosmogonia camoniana, Drummond concebe antiteticamente a máquina do mundo – macromáquina em Camões; micromáquina em Drummond.

O discurso estilizador de que se vale o autor estabelece uma intertextualidade de diferenças, efetivando, na leitura, uma operação de corte na escrita, uma inserção produtora de novo sentido. Concretiza-se, pois, um exercício vincadamente caracterizador do processo intertextual.

Ainda de Carlos Drummond de Andrade, no poema “O Homem; as Viagens”, o 1º verso da 1ª estrofe “O Homem, bicho da Terra tão pequeno” recupera a expressão camoniana, no verso 105 do Canto I de *Os Lusíadas*: “Contra

um bicho da terra tão pequeno”. Camões o repete quase igual no soneto iniciado pelo verso “Junto dum seco, duro, estéril monte”.

É de notar ainda a 2ª estrofe do mesmo poema de Drummond “humaniza Marte com engenho e arte”, que evoca a rima interna frequente no poeta português e alude à expressão repetida no soneto “Eu cantarei de amor tão docemente”, em cujo último verso se lê “Aqui falta saber, engenho e arte”.

Temática genuinamente camoniana – configurada no princípio do poder corrosivo do tempo – encontra ressonância no poema drummondiano “A distribuição do tempo”.

Salientam-se aí estruturas frasais que remetem a Camões nos versos “Um minuto, não mais, que o tempo cansa/e sofisma de amor não há que vença/, ressaltando-se o clichê camoniano “não mais”.

Esses e outros exemplos testemunham a aproximação entre as linhas de filiação cultural dos textos dos autores em pauta – do que resulta fecundo intertexto.

Assiste-se também à introdução da Voz de Camões no discurso de Manuel Bandeira, num processo de intertextualidade manifesta, de dialógica interdiscursividade.

Assim, o soneto “A Camões” incluído na coletânea “A cinda das horas”:

*Quando n’alma pesar de tua raça
A névoa da apagada e vil tristeza,
Busque ela sempre a glória que não passa,
Em teu poema de heroísmo e de beleza.*

*Gênio purificado na desgraça,
Tu resumiste em ti toda a grandeza:
Poeta e soldado...Em ti brilhou sem jaça
O amor da grande pátria portuguesa.*

*E enquanto o fero canta ecoar na mente
Da estirpe que em perigos sublimados
Plantou a cruz em cada continente,*

*Não morrerá sem poetas nem soldados
A língua em que cantaste rudemente
As armas e os barões assinalados.*

Evidencia-se a presença camoniana, em primeiro plano, no próprio título.

Entre os elementos da obra literária que Genette chamou paratextuais está o título – do qual tem origem um horizonte de expectativas em relação à obra.

Na comunicação literária, o título pertence à semântica do texto e constitui uma espécie de informação catafórica ou condensadora da mensagem por ele prenunciada e à qual remete.

No soneto bandeiriano, vemos o título à maneira de homenagem a Camões.

Aos traços estruturas da composição camoniana acrescentam-se os clichês: “vil tristeza”, “fero canto”, “perigos sublimados”, “cantaste rudemente” e, no último verso, uma retomada do Canto I de *Os Lusíadas*, “As armas e os barões assinalados”.

Na coletânea “Estrela da tarde”, os seguintes tercetos do soneto “Mal sem mudança”:

Ah, se me desse Deus a força antiga,

*Quando eu sorria ao mal sem esperança
E mudava os soluços em cantiga!*

*Bem não é que a alma pede e não alcança,
Mal sem motivo é o que ora me castiga,
E ainda que dor menor, sem mudança.*

Já o título desse soneto – “Mal sem mudança” – bem como as expressões “mal sem esperança”, “Bem não é que a alma pede e não alcança” remetem a temas camonianos explorados em sonetos como: “No tempo de amor viver soia”, “Lembranças saudosas, se cuidais”, “No mundo quis o Tempo que se achasse”.

Lembra o soneto de Camões “Doces lembranças da passada glória” a visão de Bandeira expressa no “mal sem motivo”, no mal presente “que ora me castiga”.

III – CONCLUINDO

Os exemplos extraídos de composições dos poetas Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira deixam patente a intertextualidade enquanto enfeixada num âmbito cuja exploração acaba por manifestar sua fecundidade teórico-crítica. Instaura-se diálogo entre tradição e modernidade na consonância entre as obras analisadas cujos contornos do intertexto se definem com precisão.

Lê-se o discurso de Camões presente até hoje, ainda que os dois poetas brasileiros transponham seu discurso para horizontes próprios.

Há uma equivalência de valores culturais. Camões de hoje representa uma pluralidade que o tempo foi acumulando: a obra de Drummond e Bandeira simboliza o esforço de traduzir Camões com os olhos já acrescidos de toda uma História – um jogo poético que recupera e refaz a tradição. Um processo de recorte, histórico, presentificador, que empresta ao poema uma cintilação de modernidade.

Tem-se aí a intertextualidade a uma memória viva que resiste a qualquer tentativa de cisão, de ocultação e de ruptura. Firma-se, pois, o intertexto como um ponto de junção entre a memória particular e a memória coletiva, e ainda como uma manifestação da vivacidade e da continuidade de uma tradição nacional, linguística e literária. Genette, em sua obra *Palimpsestos*, redefine o objeto da poética, que não seria o texto, mas a transtextualidade ou a transcendência textual do texto, ou seja, o texto vinculado com a cultura, com o contexto – donde se deduz ser a memória do leitor o motor essencial do reconhecimento do intertexto.

A intertextualidade exige, portanto, do leitor que ele seja também um intérprete, capaz de reconhecer a fonte do fragmento interpolado no texto; convida-o a uma leitura retrospectiva, a uma participação ativa na elaboração do sentido da obra. Há, pois, um enigma suplementar endereçado à sagacidade do leitor.

Inscrita fortemente numa herança comum, a produção de Camões reúne as melhores condições de despertar a memória do leitor e levá-lo a tomar consciência da intertextualidade enquanto chave de leitura importante para penetrar na grandiosa dimensão dessa obra. Obra que se renova em tons harmoniosamente concertados na lírica de Carlos Drummond de Andrade, bem como na de Manuel Bandeira.

NOTAS

1 – LLOVET, J. *Por uma estática egoísta*. Barcelona: Anagrama, 1978, p. 21.

2 – SEGRE, C. *Princípios de análisis del texto literário*. Trad. De Maria Pardo de Santayana. Barcelona: Crítica, 1985, p. 368.

3 – BEAUGRANDE, R.A. de y DRESSLER, M.V. *Introducción a la lingüística del texto*. Trad. de Sebastian Bonilla. Buenos Aires: Ariel, 1972.

- 4 – KRISTEVA, J. *Sémiotikè. Recherches pour une sémanalyse*. Paris: Seuil, 1969.
- 5 – PIÉGAY-GROS, N. *Introduction à l'intertextualité* Paris: Dunod, 1996.
- 6 – KRISTEVA, J. op. cit., p. 19.
- 7 – BEAUGRANDE y DRESSLER., op. cit, p. 249
- 8 – LIMAT-LETELIER, N. *L'intertextualité*. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- 9 – BRAGA, Theophilo. *Bibliografia camoniana*. Lisboa: Cristóvão A. Rodrigues, 1880.
- 10 – Citamos os poemas dos autores brasileiros segundo a edição ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967.
- Quanto a Camões, citamos consoante a edição CAMÕES, Luís de. *Rimas*. Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro da Costa Pimpão. Atlântida, 1973.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Texto estabelecido por Álvaro da Costa Pimpão. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1972.

113) GISLANE APARECIDA MARTINS SIQUEIRA, LABORATÓRIO DE REDAÇÃO ARGUMENTATIVA E LINGUAGEM JURÍDICA INSTITUTO EDUCACIONAL TERESA MARTIN, SÃO PAULO

Gislane Aparecida Martins Siqueira, Mestre em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Leciona Língua Portuguesa desde 1993, é professora de Laboratório de Redação Argumentativa e Linguagem Jurídica no curso de Direito do Instituto Educacional Teresa Martin (UNIESP), na cidade de São Paulo.

TRIBUTO A PERO VAZ DE CAMINHA

A carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil é uma obra rica em oportunidades de estudo. Além de seu incontestável valor histórico, proporciona-nos um excelente material linguístico. A obra é, sem dúvida, um presente para o povo brasileiro, pois não é todo país que tem registro de nascimento tão preciso quanto esse. Sua redação apresenta palavras usadas de forma diferente da atual em Portugal, constitui registro vivo das mudanças da língua e, ainda, presenteia-nos com descrições envolventes da terra e do homem. Foi e ainda é fonte de inspiração para autores de textos verbais e não-verbais como os pintores Victor Meirelles, Oscar Pereira da Silva, Cândido Portinari, Glauco Rodrigues; os escritores Oswald de Andrade, Sebastião Nunes, Murilo Mendes, entre outros, sendo este último contemplado em nosso trabalho.

Como homenagem contra o esquecimento colocamos em evidência o escrivão Pero Vaz de Caminha e propomos uma análise intertextual entre sua obra A carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil e Carta de Pero Vaz, poema escrito pelo poeta modernista brasileiro Murilo Mendes, mostrando o diálogo efetuado entre as obras. Registramos o contentamento de também podermos prestar homenagem ao escritor modernista que, em sua obra, conta de forma inusitada e bem-humorada a História do Brasil, uma vez que, seria impossível lembrar a obra sem lembrar o mestre. Para melhor compreensão dos textos em análise, apresentamos breve biografia dos dois autores, necessária devido distanciamento de épocas e objetivos entre eles.

OBRAS E AUTORES

Segundo a introdução do texto integral da carta da editora Martin Claret (2006:13-14), Pero Vaz de Caminha provavelmente nasceu no Porto em 1450 e faleceu na Índia em um massacre mouro. Foi Mestre da Casa da Moeda do Porto em 1476, redigiu, como vereador, capítulos da câmara portuense apresentados às cortes de Lisboa, porém sua única obra conhecida foi a carta sobre o descobrimento do Brasil. Em 1500 integrou a esquadra de Pedro Álvares Cabral como escrivão, onde teve a oportunidade de escrever a epístola que é

considerada hoje a “Certidão de Nascimento do Brasil”. Caminha é elogiado por possuir narrativa com relatos sintéticos, retratando, de forma espetacular, a terra e o homem, motivo esse que alguns historiadores o consideraram um perfeito escritor, a ponto de serem não a carta do descobrimento sua primeira e única narrativa.

A *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil permaneceu* por mais de três séculos guardada nos arquivos portugueses, sendo publicada em 1817 pelo historiador Manuel Aires do Casal. É composta por sete folhas de papel, cada uma com quatro páginas, totalizando vinte e sete folhas de texto e uma de endereço. Na bibliografia do texto integral, citado acima consta que “O original da *Carta* encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, gaveta XV, maço 8, nº 2. Nosso trabalho tem como uma das fontes a edição da Editora Martin Claret que apresenta fac-símile das páginas originais e versão das mesmas adaptada à linguagem atual pelo escritor e historiador português Jaime Cortesão.

Murilo Mendes nasceu em Juiz de Fora – MG em 1901 e faleceu em Lisboa - Portugal em 1975. Possuía temperamento inquieto, praticou várias atividades como guarda-livros, prático de dentista, notário e inspetor federal de ensino. Em 1930, publicou seu primeiro livro *Poemas*, recebendo por esse o prêmio de Poesia Graça Aranha. Em 1953, mudou-se para a Europa onde lecionou Literatura Brasileira.

O poema *A Carta de Pero Vaz* foi publicado em 1932 em *História do Brasil*, seu segundo livro. Nele, o poeta compôs 60 poemas, considerados por alguns malcomportados, que relatavam assuntos sobre a descoberta do Brasil, a chegada da família real, a República Velha e a Revolução de 1930.

Ressaltamos a cumplicidade do poeta com o movimento modernista de 1922. É evidente em seus poemas o espírito crítico-irônico e a predominância da linguagem descontraída e coloquial da época. Em *História do Brasil*, Murilo Mendes escreveu poemas-piadas, recurso utilizado por integrantes do Movimento Modernista como Mário e Oswald de Andrade.

Sobre os autores, não podemos desconsiderar que Pero Vaz de Caminha era um homem formado no pensamento medieval dominado pela lógica do Cristianismo de sua época e impulsionado pelas descobertas marítimas, enquanto Murilo Mendes comungava dos pensamentos da primeira geração modernista *O Manifesto da Poesia Pau-Brasil* e *Manifesto Antropófago* que segundo Helena (1986:72-78) “valorizava os estados brutos da cultura coletiva, decomposição irônico-paródica dos suportes intelectuais da cultura brasileira e que mergulhava nas fontes primitivas para articulá-las a uma reflexão, de matriz anarquista e contestadora, que faz do riso e da utopia uma forma de combate”.

2 - DIALOGISMO, INTERTEXTUALIDADE, PARÓDIA

Nosso trabalho mostra diálogos possíveis entre os textos mencionados; nele, utilizaremos, constantemente, os vocábulos Dialogismo e Intertextualidade. Para melhor distinção e/ou aproximação semântica, apresentamos rápida abordagem a respeito deles. Dialogismo é o termo difundido pelo filósofo e linguista Mikhail Bakhtin, no tocante a discurso, é a interação verbal entre enunciador e enunciatário, o diálogo entre textos no seio do discurso. Segundo Fiorin (2006: 51-52), o termo intertextualidade passou a substituir o termo dialogismo por conta de Júlia Kristeva, pois ao denominar de “texto” o que Bakhtin denominava “enunciado”, terminou designando por intertextualidade a noção de dialogismo.

Quanto ao tipo de intertextualidade, afirmamos que o texto de Murilo Mendes é uma paródia da Carta de Caminha. Enquanto esta possui um conteúdo sério, aquele é um texto jocoso. Fiorin (2006:42) define paródia como imitação de um texto ou de um estilo com o objetivo de negá-los ou ridicularizá-los, de forma a desqualificar o texto imitado. Fávero (2003:53) citando Bakhtin (1970) apresenta a ideia: “na paródia ‘o discurso se converte em palco de luta entre duas vozes’ e, como num espelho de diversas faces, apresenta a imagem invertida, ampliada ou reduzida”. Em nossa análise, buscaremos evidenciar esses elementos apontados pelos estudiosos da intertextualidade/paródia, inspirados por Bakhtin.

3 - OS TEXTOS

A seguir, transcrevemos o poema de Murilo Mendes e os fragmentos da *Carta de Pero Vaz de Caminha a el-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* utilizados na análise, adaptados para a linguagem atual pelo historiador português Jaime Cortesão e, ao lado, seu correspondente original, para conhecimento, devido à sua riqueza.

Carta de Pero Vaz

*A terra é mui graciosa,
Tão fértil eu nunca vi.
A gente vai passear,
No chão espeta um caniço,
No dia seguinte nasce
Bengala de castão de oiro.
Tem goiabas, melancias,
Banana que nem chuchu.
Quanto aos bichos, tem-nos muitos,
De plumagens mui vistosas.
Tem macaco até demais.
Diamantes tem à vontade,
Esmeralda é para os trouxas.
Reforçai, Senhor, a arca.
Cruzados não faltarão,
Vossa perna encanareis,
Salvo o devido respeito.
Ficarei muito saudoso
Se for embora daqui.*

(MENDES, Murilo (1991)

História do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 13)

Fragmentos de A carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil

Esta terra, Senhor, me parece que
da ponta que mais contra o sul vimos
até outra ponta que contra o norte
vem, de que nós deste porto houvermos
vista, será tamanha que haverá nela bem
vinte ou vinte e cinco léguas por costa

Nela, até agora, não podemos saber
que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma
de metal ou ferro; nem lho vimos.

Águas são muitas; infindas.
E em tal maneira é graciosa que,
querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo,
por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto que dela se pode tirar
me parece que será salvar esta gente.
E esta deve ser a principal semente que
e esta deve ser a principal semente que
Vossa Alteza em ela deve lançar.

Esta terra S^{or} me parece que
da ponta q mais cont^a osul vimos
ataa out^a pomta que cont^a onorte
vem de que nos deste porto ouuemos
vista./ sera tamanha que auera neela bem
xx ou xxb legoas per costa./

neela ataagora nõ podemos saber
que aja ouro nem prata nem nhuaa cousa
de metal nem de fero. Nem lho vjmos./

agoas sam mujtas jmfimdas.
E em tal maneira he graciosa que
querendoa aproueitar darsea neela tudo
per bem das agoas que tem. /

pero omjlhor fruto que neela se pode fazer
Me parece que será saluar esta jemte

vosa alteza em ela deue lamçar./

Andamos por aí vendo a ribeira, a qual
andamos per hy veendo a rribeira aqual
é de muita água e muito boa. Ao longo
he de mujta agoa e mujta boa/. Ao longo
dela há muitas palmas, não mui altas,
dela há mujtas palmas nõ muito altas
em que há muito bons palmitos.
Em que há mujto boos palmjtos.
Colhemos e comemos deles muitos.
colhemos e comemos deles mujtos./

Diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou
e deziam que em cada casa colhiam xxx ou
quarenta pessoas, e que assim os achavam; e que
R pessoas e que asy os achauam e que
lhes davam de comer daquela vianda, que
lhes dauam de comer daquela vianda que
eles tinham, a saber, muito inhame e outras
eles tijnam .s. mujto jnhame eoutras
sementes, que na terra há e eles comem.
sementes que na trra há q eles comem.

Resgataram lá, por cascavéis e por outras
rresgataram la por cascauees e por out^{as}
coisinhas de pouco valor que levavam,
cousinhas depouco ualor q leuauã
papagaios vermelhos, e muito grandes e
papagayos vermelhos mujto grandes e
formosos, e dois verdes pequeninos....
fremosos. Edous verdes pequenjnos....

Creio, Senhor, que com estes dois degredados
creo Sñor que com estes dous degredados
ficam mais dois grumetes,
que aquy ficam./ ficam mais dous grometes
que esta noite se saíram desta nau no
que esta noute se saíram desta naao no
esquife, fugidos para terra. Não vieram
Esqujfé em trra fogidos./ os quaaes nõ vierã
mais. E cremos que ficarão aqui, porque,
majs e cremos que ficaram aquy por q
de manhã, prazendo a Deus, fazemos
demanhaã prazendo ads fazemos
daqui partida.
daquy nosa partida/

CAMINHA, Pero Vaz de (2006)

Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel Sobre o Achamento do Brasil. São Paulo: Martin Claret.
Páginas: 57, 63, 79, 81, 106, 109, 117 e 118.

4 - ANÁLISE

O diálogo entre os textos é observado já no título do poema *Carta de Pero Vaz* com a menção do documento (Carta) e os primeiros nomes do escrivão (Pero Vaz), mostrando, de início, a fonte inspiradora do poeta.

Os versos: “A terra é mui graciosa,/Tão fértil eu nunca vi” *dialogam* com: “Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte. Águas são muitas; infundas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.” Nessa parte, evidenciamos, no poema, a confirmação do texto-matriz. Houve utilização das palavras terra e graciosa no mesmo sentido das da Carta de Caminha. No segundo verso, o poeta utilizou o adjetivo fértil para fazer alusão à seguinte frase da carta: “...*dar-se-á, nela tudo...*”, abordando a ideia da fertilidade da terra, também apresentada no texto-matriz.

Os versos: “A gente vai passear,/ No chão espeta um caniço,/ No dia seguinte nasce/ Bengala de castão de oiro” *dialogam* com: “Nela, até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. (...) Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.” Enquanto o escrivão nega a presença de metal precioso e sugere ao rei que o melhor bem a realizar na terra era salvar o povo que ali vivia, equiparando isso ao lançamento de uma semente na terra, o poeta contraria esse conceito, perverte o texto, atribuindo característica milagrosa à terra. Caminha sugere plantar a religiosidade para salvar o povo, o poeta, de um dia para o outro, fez germinar do caniço – objeto sem valor - uma bengala de ouro, objeto precioso. Ao narrar o prodígio, perverteu o conteúdo da Carta, colocando em evidência a cobiça dos conquistadores, além de provocar o riso, ao citar algo inesperado e impossível de acontecer. Retratou transformação, ressurreição, passagem da morte para o nascimento.

Bakhtin (1999:18-19) ao explicar sobre a comicidade medieval elucidou a tradição do realismo grotesco. Citou, como exemplos, a degradação da ideologia e do cerimonial cavaleiresco que aparecem em Dom Quixote e a existência de uma gramática jocosa em escolas da idade média, em que eram transferidas as categorias gramaticais ao plano material, corporal e erótico. Chamou-nos atenção o trecho em que explicou o valor topográfico do alto e do baixo no seu aspecto cósmico, apontando o alto como céu, o baixo como a terra (túmulo, ventre), ao mesmo tempo, nascimento e ressurreição. Para ele, o ato de rebaixar era aproximar-se da terra, comungar como ela, como um princípio de absorção e nascimento; ao degradar faz matar e, em seguida, dá vida melhor.

Observemos a passagem:

A degradação cava o túmulo corporal para dar lugar a um *novo* nascimento. E por isso não tem somente um valor destrutivo, negativo, mas também um positivo regenerador: é *ambivalente*, ao mesmo tempo negação e afirmação. Precipita-se não apenas para baixo, para o nada, a destruição absoluta, mas também para o baixo produtivo, no qual se realizam a concepção e o renascimento, e onde tudo cresce profusamente. O realismo grotesco não conhece outro baixo; o baixo é a terra que dá vida, e o seio corporal; o baixo é sempre o começo. (19)

Essa definição nos inspirou a identificação de um ponto comum entre a teoria da degradação, proposta por Bakhtin, e a morte e nascimento/ /ressurreição presentes na obra de Murilo Mendes que, em seu poema, degrada um bem material: finca-o na terra e dele faz renascer o novo e melhor.

Nos versos: “*Tem goiabas, melancias, / Banana que nem chuchu.*” O poeta mencionou as frutas brasileiras, abundantes na terra na sua época. O escrivão, em sua Carta, não relatou a existência dessas frutas e sim de outros alimentos: “*que eles tinham, a saber, muito inhame e outras sementes, que na terra há e eles comem./ Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não mui altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos deles muitos.*”

Ao alterar os nomes dos alimentos, propositalmente, o poeta perverteu o conteúdo da Carta de Caminha, uma vez que os alimentos citados nela eram de natureza diferente. No intuito de provocar o riso, o poeta brincou com a semântica da palavra chuchu. “Que nem chuchu” é expressão popular utilizada para designar grande quantidade, devido ao chuchuzeiro ser conhecido, popularmente, pela sua elevada produção. O chuchuzeiro⁸⁴⁴ produz frutos pouco tempo depois do plantio e sua colheita é farta; a bananeira⁸⁴⁵, embora haja em grande quantidade no Brasil, não oferece a abundância que oferece o chuchuzeiro, ao comparar aquela a este, enfatiza a abundância da bananeira² na terra. Com essa expressão, o poeta provoca o riso brincando com a linguagem, levando-a até o domínio popular. Promove o riso, ao utilizar expressão jocosa comum ao povo e, ao mesmo tempo, perverte o conteúdo do texto-matriz, confirmando a estrutura paródica de seu poema.

Os versos: “Quanto aos bichos, tem-nos muitos/ De plumagens mui vistosas./ Tem macaco até demais” dialogam com: “Resgataram lá, por cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos, e carapuças de penas verdes,..”.

O poeta estabeleceu intertextualidade por meio da alusão às aves mencionadas na Carta, porém, de forma sucinta: “*plumagens mui vistosas*”, já o escrivão não poupou uso de adjetivos ao descrevê-las, retratando ao rei, detalhes ricos sobre o que via.

Com a citação dos macacos, o poeta apresentou dado inexistente no texto-matriz, uma vez que o escrivão não fez menção a esse animal. No intuito de provocar o riso, usou, no poema, a expressão “até demais”, deixando a entender que havia macacos em demasia, a ponto de estarem atrapalhando, sobrando.

O poeta perverteu o conteúdo da Carta, acrescentando um animal não mencionado nela e com a expressão indicativa de excesso, deu tom de comicidade ao verso.

Nos versos “Diamantes tem à vontade,/ Esmeralda é para os trouxas.”, O poeta perverteu o conteúdo da Carta ao acrescentar, em seu poema, uma informação inexistente nela: a presença de pedras preciosas na terra. Para provocar comicidade, utilizou a expressão jocosa, inesperada em um poema: *é para trouxas*, com a intenção de transmitir a mensagem: com tanto diamante, quem vai querer esmeralda? Fez uso, indiretamente, da comparação entre diamante e esmeralda, rebaixando o valor da esmeralda, para informar que: preocupar-se com esmeralda era perda de tempo, quando havia muito diamante, pedra de maior expressão financeira. Brincou com a linguagem, levou-a ao domínio popular, provocou o riso e perverteu o texto-matriz, confirmando, novamente, a estrutura paródica de seu poema.

Nos versos: “Reforçai, Senhor, a arca⁸⁴⁶. / Cruzados não faltarão,”, destacamos o vocativo “Senhor” também citado na obra epistográfica: “Esta terra, Senhor, me parece que. Creio, Senhor, que com estes dois degredados.”. Enquanto o escrivão utilizou o vocábulo confirmando o respeito e a hierarquia existentes entre ele e o rei, o poeta utilizou-o de forma irônica, invocando o Senhor para pedir/ordenar o reforço da arca, sugerindo que levariam, da terra, muitos bens. Pelo contexto, interpretamos a palavra arca³ como cofre, depósito, aonde são guardados os tesouros conquistados. Nessa parte, o poeta revestido de conquistador, sugeriu ao rei que antecipasse os preparativos, reforçando o depósito, para quando chegassem, guardar os bens conquistados.

Em uma outra interpretação, admitindo o regresso às terras brasileiras, os costados das embarcações também deveriam estar reforçadas para suportar o peso que trariam. Corrobora a ideia da cobiça, o verso seguinte: “Cruzados não faltarão” sugestionando que os bens conquistados renderiam muito dinheiro. Com esses versos o poeta perverteu, novamente, o texto-matriz; acrescentou informações que ultrapassaram o conteúdo da Carta

844 O Chuchuzeiro dá seus primeiros frutos em ponto de colheita de noventa a cento e vinte dias depois do plantio e são necessárias duas a três colheitas por semana. Há chuchuzeiros de três a sete anos de idade, sem renovações, que produzem até 30 t/ha. Guia Rural. (1986) 250 *Culturas de A a Z* São Paulo. Ed. Abril p. 303.

845 A bananeira começa a produzir banana após doze a dezoito meses após seu plantio (ABRIL, Guia Rural. (1986) 250 *Culturas de A a Z* São Paulo. Ed. Abril. p 281

846 3ARCA, s.f. Caixa de grandes dimensões; cofre, burra; (fig.) Tesouro de uma sociedade ou corporação; tesouraria; depósito; caixa torácica; (ant.) Costado de navio [...] (FERNANDES Francisco; LUFT Celso Pedro; GUIMARÃES F. Marques, Dicionário *Brasileiro Globo*. -23ª ed. – São Paulo: Globo, 1992.)

de Caminha. Utilizou-se desses acréscimos para enfatizar seu ponto de vista em relação ao objetivo dos conquistadores: a cobiça e exploração da terra, elementos esses não apresentados na Carta de Caminha e que asseguraram tom irônico à paródia.

Em “Vossa perna encanareis, / Salvo devido respeito.” Encontramos duas possibilidades de interpretação para o verso em que o poeta cita o encanamento da perna do rei. A primeira, baseada em depoimentos orais de pessoas que conheciam a expressão popular “encanar a perna” como dar-se bem em determinado negócio; conseguir algo valioso, como ganhar na loteria ou coisas que garantam estabilidade para a pessoa que encana a perna. Essa interpretação nos pareceu pertinente devido a sua compatibilidade com o contexto do poema.

Ao utilizar a expressão “encanar a perna”, o poeta insinuaria que o rei iria dar-se bem, arrumaria a vida. A segunda, levando em consideração o significado literal do verbo *encanar*⁸⁴⁷ como *consertar/reparar* o poeta passaria a ideia de que o rei tinha algum problema na perna e que com a conquista dos recursos conquistados não faltaria oportunidade para consertá-la. Essa insinuação cumpriria a função de provocar o riso, mostrando uma deficiência, uma fraqueza do rei, constituiria ironia ao aspecto do colonizador. No verso seguinte, ao perceber que se imiscuiu na vida pessoal do rei, o poeta redimiu-se acrescentando: “Salvo devido respeito” sugerindo que a colocação do verso anterior foi feita observando o respeito à pessoa do Rei. Nesses versos irônicos, encontramos, novamente, a perversão do texto-matriz, em que não há referência alguma sobre encanamento de perna.

Os dois últimos versos: “Ficarei muito saudoso/ Se for embora daqui” dialogam com: “Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos daqui partida.” O diálogo entre os textos se dá pela inversão do conteúdo textual. O poeta, ao escolher o verbo ficar e o advérbio de intensidade **muito**, deixa a entender que se for embora não apenas sentirá saudade e sim excessiva saudade, mostrando a preferência em permanecer onde está.

Já o escrivão deixa claro o desejo da rápida partida, mencionando até o nome de Deus, como bom agouro: *Prazendo a Deus, fazemos daqui partida*. Confirma também o desejo da partida ao mencionar que além dos degredados ficaram mais dois grumetes que fugiram e ficarão porque não irá esperá-los.

O poeta, revestido de conquistador, enfatizou o desejo do conquistador em permanecer na terra, enquanto o escrivão mostrou pressa em voltar a seu país, não tinha nem intenção de esperar a volta dos grumetes que fugiram para a terra.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já na transcrição dos trechos da obra epistográfica, evidenciamos a importância do trabalho de Caminha, tanto pela ideologia retratada, como pelo registro linguístico da ortografia de 1500. No percurso de nosso trabalho, detectamos, no documento escrito pelo escrivão, boas intenções quanto à terra encontrada, descreveu-a com simpatia, não demonstrou preocupação com os bens materiais ou naturais, apenas com a salvação dos índios. Murilo Mendes, em seu poema, inverteu essa concepção de mundo. Embora o assunto seja o mesmo em ambos os textos, houve luta entre as vozes do escrivão como colonizador/relator e do poeta modernista, com os olhos críticos de um brasileiro, praticamente 500 anos depois do descobrimento do Brasil, que ora confirmou, ora acrescentou, ora perverteu, transformou o discurso em palco de luta entre duas vozes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

847 ENCANAR, v. tr. dir.(cir) Consertar, pôr (ossos fraturados) em direção para se soldarem;...(FERNANDES Francisco; LUFT Celso Pedro; GUIMARÃES F. Marques, *Dicionário Brasileiro Globo*. - 23ª ed. – São Paulo: Globo, 1992.)

- ABRIL, Guia Rural. (1986) *250 Culturas de A a Z* São Paulo. Ed. Abril.
- BAKHTIN, Mikhail. (1999) *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília: ed. Universidade de Brasília.
- CAMINHA, Pero Vaz de. (2006) *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel Sobre o Achamento do Brasil*. São Paulo: Martin Claret.
- FÁVERO, Leonor Lopes. (2003) *Paródia e Dialogismo* in BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz (orgs.). São Paulo: EDUSP.
- FERNANDES Francisco. (1992) LUFT Celso Pedro; GUIMARÃES F. Marques, *Dicionário Brasileiro Globo*. -23. ed. – São Paulo: Globo.
- HELENA, Lúcia. (1986) *Modernismo brasileiro e vanguarda*. São Paulo: Ática.
- MENDES, Murilo. (1991) *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

114) ISA SEVERINO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Isa Margarida Vitória Severino é natural da Guarda onde nasceu em 1976. É licenciada em Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mestre em Estudos Portugueses pela Universidade de Aveiro. Atualmente está inscrita no Doutoramento em Literatura Portuguesa na Universidade de Aveiro. Tem participado em vários congressos nacionais e internacionais, que decorreram em Lisboa, Porto, Coimbra, Ribeira Grande, Rio de Janeiro, Salamanca, Santiago de Compostela, tendo apresentado artigos que constam publicados nas atas do encontros. isaseverino@ipg.pt

REPRESENTAÇÕES DO EU NOS SONETOS DE FLORBELA ESPANCA, ISA VITÓRIA SEVERINO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA UDI/IPG - UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

A escrita e sobretudo o labor poético conferiram a Florbela um estatuto diferente e insólito relativo às mulheres da sua época, refletindo-se na forma de sentir, de se expressar, de viver e consequentemente de escrever. Na verdade, a escrita de Florbela individualizou-a e distinguiu-a dos demais, tendo um lugar incontornável na construção da sua identidade quer seja na tentativa de a procurar ou fixar quer seja na ficção e na multiplicação de sujeitos.

A escrita surge com funções contraditórias, como angústia de escrever o poema perfeito que sabe ser impossível e simultaneamente como lenitivo para essa mesma angústia (forma de evasão do quotidiano) e ainda como meio de relembrar o passado, a infância e, ativando a memória, de reconstruir o seu eu na recriação da identidade e da narrativa pessoal.

Assim, esta intervenção tem como objetivo homenagear a poetisa portuguesa, Florbela Espanca, e analisar as interseções que se estabelecem entre a representação da vida, salientando o importante papel que a produção literária exerceu no trajeto existencial da escritora, constituindo-se como uma forma de comunicar com o mundo e com o outro e ao mesmo tempo uma forma de isolamento e inclusive uma barreira na comunicação, como expressam alguns dos seus poemas - "Subi ao alto, à minha Torre esguia/Feita de fumo, névoas e luar, /E pus-me, comovida, a conversar/Com os poetas mortos, todo o dia./Contei-lhes os meus sonhos, a alegria/Dos versos que são meus, do meu sonhar, /E todos os poetas, a chorar, /Responderam-me então: «Que fantasia, / (...) Calaram-se os poetas, tristemente.../E é desde então que eu choro amargamente/Na minha Torre esguia junto ao céu!...»

A nossa reflexão incide sobre a poetisa Florbela de Alma Conceição Espanca, nascida em Vila Viçosa em 1985, cujo labor poético aliado ao seu *modus vivendi*, considerado excêntrico para a sociedade da época, tornaram-na nacional e internacionalmente conhecida.

Com efeito, quando se fala de Florbela Espanca, salvo raras exceções, ecoa o nome de uma figura com uma áurea mitológica e até mesmo efabulatória, como comprovam as sucessivas análises e interpretações feitas à sua obra. As vicissitudes que pautaram a sua vida, o estatuto de ilegitimidade que marcou o seu nascimento pelo facto de ser concebido fora da relação conjugal; a perda irremediável do seu irmão Apeles; os três matrimónios contraídos, os quais resultaram em experiências malogradas, granjearam à autora uma reputação pouco favorável na sociedade portuguesa.

Recorde-se que Portugal estava subjogado à ditadura salazarista que amordaçava a liberdade de expressão e impunha, sobretudo à mulher, um papel submisso; ora a conduta de Florbela surge com uma acérrima opositora aos valores propalados naquele tempo, como salienta Maria Lúcia Dal Farra (2002:17):

Saiba-se, portanto, o que foi Florbela para o salazarismo: o antimodelo do feminino, da conceção de mulher – e nisto reside, sem dúvida, a força mais primária da sua obra, cuja lucidez indomável questiona insurretamente, a condição feminina e os históricos papéis sociais conferidos à mulher.

Esta forma de ser, de estar, de se posicionar, de se expressar, afirmando-se no panorama literário através da poesia, serviu de pretexto para a sua exclusão social, para a desvalorização da sua obra em vida e esteve na base, como já referimos, de várias interpretações e análises.

Não queremos analisar as construções poéticas da autora suportando-nos em justificações biográficas, contribuindo, deste modo, para alargar a panóplia de interpretações que reportam à biografia da autora. Pretendemos, evitando a excessiva imbricação da biografia na sua obra, interpretar as representações que o eu que escreve nos faculta de si, baseando-nos, além dos poemas, noutra tipo de registo, como é o caso da correspondência que Florbela manteve.

Como afirma Paula Morão (1987: 42):

Por obra da palavra se dá o transfigurar da percepção do “eu” e do mundo, por ela a especificidade dos mecanismos próprios da linguagem se põe em movimento para complexificar a transposição do universo e do sujeito.

Assim, partindo da análise de algumas construções poéticas florbelianas do seu *Livro de Mágoas*, trazido a lume em 1919 e atendendo às transfigurações apresentadas, iremos captar as representações do eu. Como é que o eu que se escreve e se inscreve, se vê e analisa? Que importância confere ao outro? De que forma a visão do outro condiciona?

REPRESENTAÇÕES DO EU

O eu lírico oscila na arte de poetar entre momentos pautados pela autoexaltação e o reconhecimento da sua grandiosidade, ostentando a sua vaidade, os seus sonhos e desencanto, como sucede no poema “Vaidade”:

*Sonho que sou a Poetisa eleita,
Aquela que diz tudo e tudo sabe,
Que tem a inspiração pura e perfeita,
Que reúne num verso a imensidade!*

*Sonho que um verso meu tem claridade
Para encher todo o mundo! E que deleita
Mesmo aqueles que morrem de saudade!
Mesmo os de alma profunda e insatisfeita!*

*Sonho que sou Alguém cá neste mundo...
Aquela de saber vasto e profundo,*

Aos pés de quem a Terra anda curvada!

*E quando mais no céu eu vou sonhando,
E quando mais no alto ando voando,
Acordo do meu sonho... E não sou nada!...*

No primeiro verso, o eu lírico apresenta-se como Poetisa, grafado a maiúsculas, o que reforça a sua importância e relevância igualmente acentuada pelo lexema eleita. Define-se como a detentora do conhecimento e da verdade – “Aquele que diz tudo e tudo sabe”, um ser dotado de inspiração e com uma inclinação sublime para a poesia, capaz de condensar “num só verso a imensidade”.

Na segunda quadra, o sujeito lírico prossegue a exaltação da sua arte e dos seus versos catalisadores, capazes de colmatar o vazio e de constituir um lenitivo para a dor profunda de todos aqueles que sofrem. A definição do eu lírico atinge o ponto máximo, reiterado pelo uso da exclamação, ao constatar que a Terra se curva em sinal de reconhecimento.

No último terceto, porém, a construção anafórica “E quando”, marcada pela subida gradual do sonho, “mais no sonho/ mais no alto”, o advérbio de intensidade mais parece acentuar, numa espécie de oxímoro, a incompatibilidade existente entre a imagem do eu no sonho e na vida, isto é a contradição entre a tênue linha divisória que separa o sonho do súbito despertar, conduzindo a uma abrupta queda no real e ao fatídico reconhecimento – “Não sou nada!...”

Ainda no seguimento do *Livro de Mágoas*, logo depois do soneto analisado anteriormente, surge o poema denominado “Eu”, no qual, como o próprio nome indica, o sujeito poético expressa o que é e como se vê:

*Eu sou a que no mundo anda perdida,
Eu sou a que na vida não tem norte,
Sou a irmã do Sonho, e desta sorte
Sou a crucificada... a dolorida...*

*Sombra de névoa tênue e esvaecida,
E que o destino, amargo, triste e forte,
Impele brutalmente para a morte!
Alma de luto sempre incompreendida!*

Define-se como um ser dilacerado, perdido, sem rumo; incorpóreo e desvanecente, cujo destino é pautado pela tragicidade, como reitera a tripla adjetivação “amargo, triste e forte”; um ser incompreendido pelos demais. Tal incompreensão enluta a sua alma, levando o eu lírico a centrar a atenção na imagem que projeta de si, através do olhar do outro, a partir do qual obtém uma representação:

*Sou aquela que passa e ninguém vê...
Sou a que chamam triste sem o ser...
Sou a que chora sem saber porquê...*

*Sou talvez a visão que Alguém sonhou,
Alguém que veio ao mundo pra me ver
E que nunca na vida me encontrou! (p. 21)*

Passa, indiferente, pois ninguém vê; definem aquilo que é, sem no entanto conhecerem: “Sou a que chamam triste sem o ser”. E revela ainda o desconhecimento de si, pois não conhece as motivações que estão na origem do seu choro.

Assim, resta a esperança de ser, ainda que hipoteticamente, a visão que Alguém sonhou, mas que nunca a encontrou, projetando, deste modo, uma imagem idealizada.

A mensagem deste poema, em especial deste último verso, ecoa a mensagem do último verso do soneto anterior. Note-se que em “Vaidade” o eu lírico conclui, ao acordar do sonho, que “não [é] nada”. No soneto “Eu”, ainda que modo diferenciado, o sujeito poético define-se como um ser sem rumo, que passa incompreendido, deixando entrever que se encontrasse reconhecimento, o seu percurso ganharia outros contornos e a sua existência passaria a ter um sentido. Assim, sente-se invisível, desvanecente, a caminho da “morte”, isto é do nada ou em última instância, ao retorno do nada que se pensa e sente.

Já no poema “Tortura”, o eu lírico afirma extrair do seu íntimo, neste caso do seu peito que irrompe como um relicário, a “lúcida Verdade, o Sentimento”, reportando-o para a designação de “Poetisa eleita” do poema “Vaidade”.

Note-se que há um assumir do papel fundamental da emoção no desencadear do exercício da escrita; é da emoção que brota a matéria-prima, considerada pura, a “lúcida Verdade”.

A escrita e o poder criativo não têm origem na razão ou no intelecto, mas dentro do seu peito e só ele é capaz de manter intacta essa pureza, pois mal irrompe do peito transmuda-se a matéria-prima num “punhado de cinza esparso ao vento”:

*Tirar dentro do peito a Emoção,
A lúcida Verdade, o Sentimento!
- E ser, depois de vir do coração,
Um punhado de cinza esparso ao vento!...*

Uma vez mais, à semelhança do que sucede no soneto “Vaidade”, o sonho irrompe como espaço ideal para o reconhecimento e difusão dos seus versos. É lá que eles têm “clareza, deleitam e enchem o mundo”; é lá que eles alcançam “o alto pensamento”. Porém, quando emergem da interioridade do sujeito lírico, do seu íntimo, do seu peito, entendido aqui como sonho ou ideal, os versos corrompem-se e transmudam-se, deixando de ser puros e passando a ser “pó” e “nada”:

*Sonhar um verso de alto pensamento,
E puro como um ritmo de oração!
- E ser, depois de vir do coração,
O pó, o nada, o sonho dum momento...*

Depois desta constatação, o sujeito lírico dilacera-se com a criação poética, considerando os seus versos “oculosos, rudes”; caracterizando as suas rimas de “perdidas, desvendais dispersos” por considerar que ilude os outros ou, numa outra interpretação, quanto nós análoga, que teme a receção, receando que o outro não seja capaz de se inebriar com a sua poesia. Por isso, anseia encontrar o verso puro capaz de transmitir e de espelhar as emoções que germinam no peito, não se corrompendo “depois de vir[em] do coração”.

Em “Pior velhice” deparamo-nos com um sujeito poético desolado que expressa um sentimento de autocomiseração ao constatar a sua imagem. Reconhece-se como velha, sem ânimo nem rumo, incapaz de rir, soltando gritos de auxílio:

*Sou velha e triste. Nunca o alvorecer
Dum riso são andou na minha boca!
Gritando que me acudam, em vos rouca,
Eu náufraga da Vida, ando a morrer!*

Neste soneto, a imagem que faculta de si contrasta com a de outras mulheres que se encontram nas antípodas – a frente de outras mulheres tem “alvas rosas”; a sua “é mística de louca”. Veja-se que a descrição das outras mulheres surge associada à vida, à frescura, à beleza das rosas, ao passo que a sua está associada à loucura, mas uma loucura mística. Não querendo fazer extrapolações excessivas parece-nos que nesta descrição, de pendor

pejorativo, assiste-se a uma certa valorização, pois não se trata de uma loucura aleatória, mas de uma loucura devota, isto é dedicada, o que revela consciência, contrariando assim os indícios de loucura:

*Na Vida, que ao nascer, enfeita a touca
De alvas rosas a frente da mulher,
Na minha frente mística de louca
Martírios só poisou a emurcheçar (p. 37)*

Nos últimos tercetos nega a sua mocidade, ao contrário daquilo que os outros entendem por mocidade, o sujeito poético considera que não depende da faixa etária, mas da condição interior de cada um. Ser jovem, não é estar na flor da idade, mas viver sem convulsões nem tumultos, como explica a sua interrogação retórica:

*E dizem que sou nova... A mocidade
Estará só, então, na nossa idade,
Ou estará em nós e em nosso peito mora?!*

Se no início do poema o eu lírico se identifica como “velha e triste”, no último terceto confessa ter “a pior velhice, a que é mais triste”, assistindo-se ao acentuar do desespero que inunda o seu ser, como indica o adjetivo no grau superlativo relativo de superioridade – “a ... mais triste” e acentua o caráter inexorável e irreversível da sua condição, levando-o a lamentar os tempos de outrora: “Lembrança de ter sido nova... outrora...”

São estes sentimentos contraditórios que oscilam entre a exaltação do eu lírico e do seu poder criador; o deleite pelos versos e a rejeição destes; a elevação de si e autocomiseração, chegando a considerar-se velha e triste, que levam a refugiar-se no passado, nos tempos de outrora ou a escalar “ao alto, à [sua] Torre esguia”, numa tentativa de se evadir do concreto e aceder ao mundo dos sonhos partilhados com poetas, como sucede em “Torre de Névoa”:

*Contei-lhes os meus sonhos, a alegria
Dos versos que são meus, do meu sonhar,
E todos os poetas a chorar,
Responderam-me então: «Que fantasia, (p. 25)*

Esta partilha pessoal e íntima conduz a um maior refúgio, pois constata, através do testemunho dos poetas, que as suas ânsias, sonhos e ilusões não passam disso mesmo, pois não têm viabilidade, não são concretizáveis. A constatação dos poetas confere-lhe a imagem de uma “Criança doida e crente!” que se refugia na sua “Torre esguia junto ao céu!..”, numa tentativa de se refugiar do exterior, evitando o confronto com o mundo exterior e com as adversidades.

São constantes e diversas as representações que o sujeito poético nos transmite nos seus poemas - velha e triste; criança; poetisa eleita, ser sem rumo, indefinido, naufraga da vida. As descrições que o caracterizam têm, por norma, uma forte carga nostálgica e não raras vezes constituem um quadro lúgubre, como expressam os lexemas - velha, louca, pó, cinza, triste, perdida -, entre outros que se repercutem não só na obra poética, como em alguns casos na correspondência de Florbela.

Em *Afinado Desconcerto*, mais concretamente na correspondência que a investigadora Lúcia Dal Farra designou de intelectual, há uma passagem na carta que Florbela dirige a Madame de Carvalho, datada de 16 de junho de 1916, que vem corroborar a representação do eu nos sonetos, revelando uma certa exuberância de caráter:

... vou descrever-lhe desde já o meu péssimo caráter: sou triste, imensamente triste, duma tristeza amarga e doentia que a mim própria me faz rir às vezes. É só disto que eu rio, e aqui tem já V. Exa. no meu caráter uma sombra negra, enorme, medonha: a hipocrisia!... Porque eu pareço alegre e toda a gente gaba a minha....alegria! (...) Mas este é ainda o primeiro defeito; o segundo e para o mundo virtuoso e prático é simplesmente horrível, é o sonhar alto, sonhar muito, olhar muito além, para além de todos os que cantam, os que falam, os que riem!...Tenho dias em que todas as pessoas me dão a impressão de pequeninas figuras de papel sem expressão, sem vida. (Espanca, 2002: 207)

Note-se que também aqui o caráter do eu que escreve e se diz é péssimo, triste, uma sombra negra, conotado sempre por lexemas de marcada tragicidade, acentuando deste modo a sua autoimagem, indo ao encontro das representações elaboradas nos poemas.

Ainda nesta passagem é inevitável ressaltar o impacto que a visão do outro ganha na configuração de si “pareço alegre e toda a gente gaba a minha... alegria”, contradizendo a representação expressa no soneto “Eu” evocado anteriormente, no qual refere ser “a que chamam triste sem o ser”. Surge, depois desta representação em que se critica e quase rejeita, a confissão, o assumir da sua superioridade, do seu estatuto de poetisa eleita: “Tenho dias em que todas as pessoas me dão a impressão de pequeninas figuras de papel sem expressão, sem vida.”

Nesta indefinibilidade e inconstância como se apresenta, o eu lírico evidencia uma ânsia de autoconhecimento, numa tentativa de se recuperar e reassumir através destas representações oscilantes, como refere Helena Buescu (1997:103):

A multiplicação de nomes e descrições dá então conta de ausência de estabilidade na representação do sujeito, cujos contornos são, por definição, variáveis e fluidos, seguindo as variações dos nomes e das descrições que lhe são apostos. (...) Florbela procura aquilo que não tem: um nome, uma descrição, uma identidade. E aquilo que a multiplicação indicia é, sobretudo, a existência, de uma fissura que pretende ser reparada pela proliferação de imagens e representações.

Nas construções poéticas analisadas, o sujeito poético revela uma ânsia de afeto, de reconhecimento e de autoconhecimento. Expressa a sua necessidade de resposta para as obsidianes questões “Quem sou eu”?; “Como me vejo e sou vista”?

Refugiando-se no sonho, na sua “torre esguia”, ambiciona poder identificar-se e corresponder ao ideal de alguém, ainda que correndo o risco de nunca se chegar a cruzar, o que aniquila a possibilidade de achar o conhecimento de si e impulsiona o desejo

BIBLIOGRAFIA

Espanca, Florbela

Livro de Mágoas in Sonetos, Mem-Martins: Europa-América, s/d.

Afinado desconcerto (contos, cartas, diário) Org., notas e estudos introdutórios de Maria Lúcia Dal Farra, São Paulo: Iluminuras, 2002.

Buescu, Helena Carvalhão

A lua, a literatura e o mundo, Lisboa: Edições Cosmo, 1995.

“what is a name? (Nome, descrição, autorrepresentação em Florbela Espanca) in *A Planície e o Abismo*, Universidade de Évora: Vega, 1997, p. 99-107.

Dal Farra, Maria Lúcia

“A Florbela de Agustina”, in *Labirintos*, Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia, n.º 1, setembro/2007, disponível em «http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/01_2007/01_artigo_maria_lucia_dal_farra.pdf», acesso em 27 de fevereiro de 2010.

“Estudo introdutório, organização e notas” in *Espanca, F. Poemas de Florbela de Espanca*, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

“Florbela Erótica”, in *Cadernos Pagu*, vol. 19. Campinas, Unicamp, 2002, disponível em «http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000200005&script=sci_arttext», acesso em 26 de fevereiro de 2010.



115) ISABEL PONCE DE LEÃO, UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO

Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão é licenciada em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra (1977); fez o 3.º Ciclo em Literatura Comparada na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela (1993), onde também se doutorou em Literaturas Hispânicas (1996).

É professora Associada com Agregação da Universidade Fernando Pessoa no Porto, onde desenvolve grande parte da sua investigação. É também membro integrado (por convite nominal) do Centro de Investigação de Estudos Camonianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos Regionais. Como docente e investigadora tem colaborado com outras instituições de ensino superior, nomeadamente IADE, Universidade Católica, Universidade do Porto, Universidade da Madeira, Universidade de Toulouse Le Mirail, Universidade Estadual de Londrina e Universidade de S. Salvador da Baía, bem como com várias Câmaras Municipais com especial relevo para as de Coimbra e do Porto.

A sua área de investigação privilegiada é a Literatura Portuguesa bem como as relações que esta estabelece com as artes plásticas e a 7.ª arte. Dedicar-se também ao discurso de / para imprensa. Cooperar em vários projetos de investigação nacionais e internacionais e conta, no seu *curriculum*, com a organização de inúmeros eventos de que preparou, posteriormente, os respetivos livros de atas. Integra, à data, um grupo que intenta a criação de um Museu Virtual da obra de uma escritora de referência. Tem participado em reuniões científicas em vários países da Europa, África e América. Nas suas publicações inscrevem-se cerca de 17 livros e 80 artigos resultantes da investigação científica nas áreas acima referidas. Dedicar-se ainda à crítica de arte colaborando com artistas plásticos.

A BIBLIOTECA DE AGUSTINA (DE CAMÕES A MANUEL ALEGRE)

O presente trabalho insere-se num projeto que cria, por enquanto de forma virtual, um museu de literatura enquanto extensão viva do corpo da memória, independente de arquivos ou molduras, antes alargado a um panorama vivencial alterável pelo potencial visitante. Trata-se de um museu vivo da obra de Agustina Bessa-Luís que, cruzada com a de outros artistas, através de memórias construa identidades num incentivo ao combate à morte espiritual.

Uma das tarefas desse projeto prende-se com as personagens dos mundos real e ficcional que povoam o macrotexto agustiniano. Estas erigem-se de forma sibilina, enformadas, as mais das vezes, pelo desejo da autora que diz: “Eu gostaria que as minhas personagens não tivessem nome, que corresse pela minha pena como um delgado fio suspenso do orbe” (Bessa-Luís, 2008: 216). Legítimo e compreensível desejo no que às personagens ficcionais diz respeito. Contudo, e por agora, quedar-me-ei, tão só, pelas que pertencem ao mundo real (e só algumas, naturalmente), donas de um nome e de uma biografia, pospondo para outra oportunidade as ficcionais.

São conhecidas as posturas judicativas de Agustina relativamente a tudo quanto a cerca. O seu país, a sua cultura, o mundo reivindicam-lhe um olhar que, nunca sendo destrutivo é, por vezes, controverso, e nele funda a sua *biblioteca*. Ao referir este termo, tenho em mente “La Biblioteca de Babel”, conto de Jorge Luís Borges, inserido em *Ficciones* (1944). Este conto, essencialmente metafísico, diz de uma realidade em que o mundo é constituído por uma biblioteca infundável, abrigando uma infinidade de livros. O narrador, um dos muitos bibliotecários, supõe que os volumes da biblioteca contêm todas as possibilidades da realidade.

Trata-se, de facto, de uma grande metáfora em que mundo e literatura se confundem. Ler um texto é tentar decifrá-lo, mas se considerarmos que o próprio mundo está impregnado de linguagem, a realidade pode ser considerada como uma grande biblioteca cheia de textos à espera de quem os decifre.

Na senda de Borges e da própria Agustina (2005) que afirma “que cada livro é uma peregrinação que não precisa de passaporte para devassar fronteiras e consciências”, quero, pois, através de um percurso por alguma da sua obra não ficcional – ensaio, narrativa biográfica, entrevista – relevar agentes do mundo real que, de alguma forma, determinaram juízos irónico-sibilinos e / ou apologéticos por parte da autora que, lealmente, alerta: “eu não dou sossego a quem me ouve, não deixo que parem no dia santo, porque ponho pedra firme até na água e

projeto na criança de mama, e pingo na porta perra, e juízo no louco que se faz desentendido” (Bessa-Luís, 2008: 14).

Assim, entre muitos outros textos que poderia elencar, evoco o ensaio *Camões, Pessoa e a Cultura Portuguesa*, a narrativa biográfica *Longos Dias têm Cem Anos*, onde erige os vultos de Vieira da Silva e Arpad Szenes, e uma entrevista à SPA (*Sociedade Portuguesa de Autores*) em que refere vários autores como é o caso, a título exemplificativo, de Camilo Castelo Branco e do poeta Manuel Alegre.

Começo pelo ensaio *Camões Pessoa e a Cultura Portuguesa* que, na senda de Ortega y Gasset (2001), se configura como um texto em que a ciência não precisa de prova explícita, onde Agustina defende um ponto de vista pessoal e controverso, através do seu peculiar e inconfundível estilo. Trata-se de uma comunicação feita na Casa de Mateus aquando de um encontro entre escritores portugueses e suecos do PEN Club. Nele, depois de lamentar “os fantasmas da nossa presença intelectual no mundo” e de salientar que “*Nós, os portugueses, somos desconhecidos com maus precedentes também por causa do nosso “orgulho feito de humildade”, detém-se nos “nossos poetas que atravessaram este deserto de doçura vulgar para chegar à celebridade: Camões e Fernando Pessoa*” (Bessa-Luís, 1981: 3).

Aqui se engendram os juízos irónico-sibilinos e também, pontualmente, apologeticos a que atrás aludi. É que, sem pôr em causa o incomparável papel de Camões e Pessoa na cultura portuguesa, queixa-se por eles se limitarem a viver a cultura, pouco tendo contribuído para produzir uma cultura.

Quanto a Camões, lamenta o facto da lírica – “o mais genial” (Bessa-Luís, 1981: 3) da sua obra – ser pouco conhecida, sendo o autor divulgado “num sono lento que é *Os Lusíadas*” (Bessa-Luís, 2008: 36), “*uma obra de circunstância que não se desliga do seu posto de servidor de uma sociedade já duvidosa da sua originalidade*” (Bessa-Luís, 1981: 3), ficando, por tal, Camões conhecido “como instituição, como uma lata de lixo dourada dum sistema” (Bessa-Luís, 1981: 5). E continua, afirmando que “*Os Lusíadas carecem de estatuto de infraestrutura e mesmo de superestrutura (sic); eles são a burocracia do talento que segrega os seus produtos que vão tomar lugar concreto na floresta dos Códigos culturais*” (Bessa-Luís, 1981: 5).

A autora não é suspeita já que ela própria assume: “*Não sou dos que morrem de amores por Camões*” (Bessa-Luís, 2008: 35). Não deixa, contudo, de forma apologetica, lhe reconhecer genialidade, ainda que prejudicada pelo sistema em que se inseria, e de o considerar, em jeito assaz irónico, “*o grande vate que o país merece*” (Bessa-Luís, 2008: 35). Quero crer que o que desgosta Agustina é ver em *Os Lusíadas* “*um sublime fastio, um contemplar de vazio sem remédio*” (Bessa-Luís, 2008: 35), porque, relativamente à lírica, o tal “mais genial [...] pouco conhecido” (Bessa-Luís, 1981: 3), ela própria assegura que “*às vezes, um só verso descobre nele engenho tamanho que a gratidão nos embarga a voz*” (Bessa-Luís, 2008: 35). Prova-o a forma como termina este ensaio – “*Desce a meus braços, desce, alma Alegria*” de *Camões* (Bessa-Luís, 1981: 5).

Já de Fernando Pessoa diz que “*condiciona um tipo de agressividade que vai por vezes a par com a negação e a fuga*” (Bessa-Luís, 1981: 4). Acusa-o de, através de uma “*tourne de espírito*”, de uma “*criação do orgulho feito de humildade*”, configurar “*o espaço intelectual português*” (Bessa-Luís, 1981: 4) e vai mais longe afirmando: “*é um caso português de depressão contratual com o corpo, ao mesmo tempo diferente e também pronto a deixar-se renovar em proveito do comum*” (Bessa-Luís, 1981: 4), logo inibe-se de se ajustar à realidade.

Considera os heterónimos a “*expressão da ideologia que não é a ideologia dominante: ele destaca-se da sua personalidade dominante por dever de mutação, de se incorporar no comum*” (Bessa-Luís, 1981: 4). Para Agustina, “*O sucesso da obra de Fernando Pessoa radica-se no vazio afetivo que a caracteriza*” (Bessa-Luís, 2008: 216). O seu grande problema “*é viver com outra alma que não seja a dele*” (Bessa-Luís, 2008: 217), é estar “*ferido de certa irrealidade quanto ao amor, que começa pela admiração de si próprio, pela honra de ter nascido de mãe real e concreta*” (Bessa-Luís, 2008: 217).

Que Agustina é injusta com os dois expoentes maiores da Literatura e da Cultura Portuguesas? Sim e não. Sim porque são figuras indiscutíveis da nossa memória, símbolos mesmo da nossa identidade, símiles de uma genialidade que ultrapassa a portugalidade. Isto é consensual, não tem discussão!

Não, se me ativer a determinados valores concetuais agustinianos. Nego então essa injustiça porque a própria autora lhes reconhece a celebridade. Mas há mais. Agustina (2008: 66) olha “*a cultura como sinceridade grandiosa que engloba a sabedoria e o caráter capazes de fundar a crítica da época*”. Considera-a “*produzida por poucas pessoas e muito isoladas. A verdadeira cultura é o pensamento, tudo o que pode fazer uma civilização. Portanto, tem um papel essencial hoje e no futuro. Mas também há a cultura-espectáculo, que só serve para exaltar as estruturas do Poder, para ganhar dinheiro ou para dar uma euforia passageira às multidões. [...] A Cultura é daqueles que são dotados para o pensamento, para se isolarem. Uma obra cultural é sempre solitária*” (Bessa-Luís, 2005).

Ora o que faltou a Camões e a Pessoa foi essa solidão a que também alude Rilke (2002), o que lhes sobrou foi uma genialidade comprometida com o sistema que os inseriu num “*clima produzido por grupos de competência cultural que não são os mesmos que produzem cultura*” (Bessa-Luís, 1981: 4). Acusa-os portanto de uma certa indolência criadora, de algum seguidismo quando a cultura é o “*nobre ofício de todos aqueles que procuram sair da integração do sistema*” (Bessa-Luís, 1981: 4).

Perseguindo os ideais agustinianos no que à criatividade, originalidade, sinceridade, alegria... diz respeito, facilmente se compreenderá a sua postura e, depois... ela própria adianta: “*Aos escritores perdoam-se as coisas menos perdoáveis, eu acho que as minhas opiniões não matam ninguém*” (Bessa-Luís, 2005). Não matam, de facto, sobretudo neste caso específico em que a crítica é fundamentada e construtiva e tem como alvo a irrealidade chamando pertinentemente a atenção para o facto de ser “*preciso deixar às artes o tempo de se fazerem representar nas condições reais da sua existência. Quer dizer, deve-se refletir sobre a cultura sem se teorizar demasiado*” (Bessa-Luís, 1981: 4). Excessivas teorizações vitimaram os nossos poetas maiores. Camões e Pessoa, esses, não saem beliscados. Estão caucionados pela obre feita.

Detenho-me agora na narrativa biográfica *Longos Dias têm Cem Anos* que me imerge na problemática dos géneros. Se bem que este assunto não seja uma prioridade deste trabalho há que levar em linha de conta as reflexões críticas sobre pós-modernismo que preconizam o hibridismo dos géneros literários e a abolição de fronteiras entre eles.

Por outro lado, não posso ignorar a nota divergente de Derrida (1981: 60) quando, retoricamente, questiona: “*Can one identify a work of art, of whatever sort, but especially a work of discursive art, if it does bear the mark of a genre, if it does not signal or mention it or make it remarkable in any way?*” Estas duas opções, aparentemente contraditórias, mas, a meu ver, conciliáveis levam-me, antes de me referir ao texto de Agustina, a assentar no seguinte postulado: qualquer texto se insere, necessariamente, num género predominante que lhe confere uma identidade crítica, remetendo-se, concomitantemente, a um saudável hibridismo que o afasta da rigidez canónica. Explicito – há sempre um ponto de partida matricial aberto a posteriores apertações.

No presente caso Agustina reclama para esta obra a classificação de narrativa biográfica. De facto, biografar é relatar a vida de alguém que se tornou célebre, mas esta noção remete para toda a vida do biografado, com recurso exaustivo a todo o tipo de documentos orais, escritos e icónicos, sem, contudo, conseguir ludibriar o perigo inerente que faz colidir verdade e imaginação. Há, no caso de *Longos Dias têm Cem Anos*, uma preocupação exegética e de verificação de influências das e nas vidas e obras de Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes, ou de Maria Helena e Arpad, como a autora prefere, mas ausenta-se a preocupação evolutivo-cronológica o que retira à obra uma das características do género biográfico, e ainda bem.

De facto *Longos Dias têm Cem Anos* transgride, nalgumas vertentes, o cânone e torna-se de difícil classificação. Narrativa biográfica lhe chamou a autora, convocando, assim juízos díspares para a sua obra. Publicado, pela primeira vez, em 1982, “*duas décadas depois do primeiro encontro de Agustina Bessa-Luís com Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes*” (Bessa-Luís, 2009: 9), o texto é uma fina observação de dois grandes artistas

plásticos onde se recolhem reflexões sobre as suas obras ao mesmo tempo que se exibem as notas da pintora a essas observações.

Trata-se de um longo e excepcional diálogo entre estes vultos da cultura portuguesa que começou a ser congeminado em 1962. O título apela, justamente, para uma aturada maturação e os vestígios de diálogos existentes – Maria Helena, “*a biografada, leu tudo de lápis na mão*” [...] e as suas observações “*provocaram alterações na versão final*” (Bessa-Luís, 2009: 9) – privam-no de algumas das características do género. Trata-se, pois, de notáveis diálogos explícitos e implícitos, com recorrente recurso ao discurso indireto livre, em que Agustina, na senda da teorização de René Wellek e Austin Warren (1971: 95), evita “*os documentos mais íntimos da vida*” dos artistas enquanto “*objeto central de estudo*”, optando por, relevar a sua dimensão humana, enfatizar a dimensão artística, e, imbricando-as, assegurar: “*Vou escrever um retrato deles*” (Bessa-Luís, 2009: 13).

Interessantemente evoca o primeiro encontro: “*Lembro-me que chegaram a casa da Sophia de Mello Breyner, à noite, e era como no teatro quando entramos tarde e se passa um bocado sem que se compreenda a peça*” (Bessa-Luís, 2009: 13); seguem-se cogitações sobre a diversidade dos caracteres daquele casal exemplar que, pelas suas diferenças, se complementa. Admira-lhes a cultura e o cosmopolitismo e não resiste à evocação, de forma um tanto ou quanto humorística, de uma apreciação feita: “*Arpad disse que estavam ali as três mulheres de mais talento em Portugal, e, por sorte, ninguém mais o ouviu senão nós as três. Ele sabia que não ia acender rivalidades porque tínhamos diferentes artes [...] Maria Helena pintava, eu escrevia romances, a Sophia fazia poesia*” (Bessa-Luís, 2009: 15-16). E afastando-se, de imediato, do lado artístico para o lado humano acrescenta: “*A Sophia era um caso – uma mulher que tem a cortesia de parecer vulnerável. Eu era um caso – incerteza apaixonada. Vieira era um caso – uma mulher justa*” (Bessa-Luís, 2009: 16).

Toda a obra é uma deambulação, sobretudo através do percurso destes dois criadores, de uma outra forma de escrita, e, naquele jeito digressivo da escrita de Agustina, também por grande parte da arte e da cultura portuguesas. Ao referir-se a Maria Helena deixa transparecer que “*os efeitos biográficos são mais importantes que a interpretação do universo pictórico*” (Mourão, 2008: 451). É a biógrafa que fala, não a crítica de arte, e uma biógrafa que conta com a cumplicidade da biografada. De facto, existe um dialogismo na organização textual que dá expressão às duas vozes gerando um elevado grau de teatralidade. Neste *plateau*, engendrado em casa de Sophia, biógrafa e biografada alternam papéis e o texto deambula entre a biografia, a autobiografia e o memorialismo.

Num tom contumazmente assertivo, Agustina afirma: “*É preciso que o homem tenha uma maneira de arder que dê a luz indireta da arte. [...] Nós não damos pela Vieira da Silva senão quando assina um quadro*” (Bessa-Luís, 2009: 18). E mais adiante. “*viver em paz não é viver. Quando Maria Helena pinta [...] a paz é um absurdo, como a realidade concreta é um absurdo que é preciso recriar para que se torne afeto do homem, obra sua. É para isso que se pinta, que se compõe música, que se faz poesia: para abolir o absurdo*” (Bessa-Luís, 2009: 22).

Trata-se de um elogio às facetas artísticas e humanas que se apoiam ao longo da obra e que ganha visibilidade em vários passos. Mesmo quando Agustina se refere à obra plástica de Maria Helena fá-lo apontando, permanentemente, o transcendental do ser humano e tentando sempre a identificação na permuta sistemática de valores e papéis: “*Maria Helena é meticulosa, verídica no sentido económico do termo. É nisto que me identifico com Maria Helena: neste respeito devido à matéria, que em mim vai ao preceito firme de não desperdiçar o mínimo de papel, de praticar uma caligrafia miúda e certa, porque assim o dispêndio de energia é menor.*”

Também Vieira da Silva pinta as suas manchas de tinta para evitar (diz ela) que o óleo estale com o tempo [...]. Não se trata só disso, mas sobretudo duma informação económica que dirige e inspira todos os gestos. Viver é dispensar a todas as coisas uma veneração oblíqua, que procede como se elas fossem deuses e parte da nossa liberdade face ao divino” (Bessa-Luís, 2009: 29).

Mulher e pintora são, em *Longos Dias têm Cem Anos*, perfeitamente indissociáveis. Mesmo se Agustina ensaia o retrato moral de Maria Helena, é pintura que as suas palavras enformam, utilizando uma técnica muito próxima

das manchas da artista: *“Havia algo de natural na sua celebridade. [...] Um andar em uníssono com o mundo, sem contudo estar de acordo com ele. Nenhuma extravagância, nenhuma leviandade no seu humor. Antes um fino espírito de quem não acha a terra bastante vasta para conter à distância os maldizentes daqueles que executam um trabalho sério”* (Bessa-Luís, 2009: 129).

Tudo dito como virá a reiterar mais tarde: *“Falava pouco. Olhava sobretudo. Olhava com uma intensidade fria, como se estivesse a atravessar um rio e se dividisse entre o perigo e o prazer. O fundo arenoso onde se recortavam peixes prateados dava-lhe a expressão suspensa e maravilhada; mas, de repente, o redemoinho da água trazia a noção da forte corrente, e, um pouco mais, era a dúvida, um temor concentrado, a razão alertada. O rosto exprimia angústia, os olhos abriam-se mais e ganhavam uma cor cristalina”* (Bessa-Luís, 2008: 303-304). Esta caracterização de Maria Helena é coerente com a conceptualização agustiniana que adianta: *“Nos retratos não há êxtase se não há coincidência entre a luz e a matéria. O duplo da pessoa só se encontra no êxtase, e é difícil que o retrato tenha outra coisa senão a máscara genética”* (Bessa-Luís, 2008: 253). Assim é, de facto. Aqui Agustina alcançou o êxtase.

Leio o que diz sobre Arpad Szenes e desconstruo um aforismo tão do agrado da autora. Por detrás de uma grande mulher, há sempre um grande homem. Assim o vê Agustina evidenciando-lhe a cultura, a educação, a sensibilidade e o sentido de humor, dizendo-o digno companheiro da sua companheira. Afiança-o *“um homem que ama a realidade. Pinta como quem ama a realidade – submetendo-a a puríssimos fragmentos”* (Bessa-Luís, 2009: 21).

Admira-lhe a arte a que recorrentemente se refere ao longo da narrativa biográfica, mas que tem expressão mais direta em textos insertos no fim obra citada como *“O pintor em Ratilly”* (Bessa-Luís, 2009: 115), *“[Arpad Szenes]”* (Bessa-Luís, 2009: 121), *“Un petit mot d’amour, se Arpad fosse polonês”* (Bessa-Luís, 2009: 145), *“Un petit mot d’amour”* (Bessa-Luís, 2009: 147), *“Os retratos de Maria Helena”* (Bessa-Luís, 2009: 149) ou *“Luz – Portugal’ de Arpad Szenes”* (Bessa-Luís, 2009: 157).

Detenho-me em *“[Arpad Szenes]”* (Bessa-Luís, 2009: 121). Nele, Agustina medita sobre os quadros do pintor salientando a sua *“tranquila corrente”*, a sua *“nómada prova do hóspede que, no mesmo instante, parte”*. Afirma mesmo que Arpad *“É como se pintasse algo que renuncia à sua própria história, como se antecipasse a partida, com esse desejo de a ver iniciada no tempo aplacado, já sem sol intenso ou frio triste”, e continua mais à frente “Os quadros de Szenes são, muitas vezes, tão desprendidos e silenciosos, que têm apenas a relação com uma alma pré-natal, uma felicidade íntima e eterna”* (Bessa-Luís, 2009: 122).

Tal-qualmente, os dois num só, tão distintos e tão complementares. Sobre eles, sobre as suas linguagens expressivas, sobre as suas características humanas lança um manto diáfano de palavras que fazem crer que as duas figuras, em atitude pacífica de aceitação, a par iniciam o seu percurso para a eternidade através da genialidade.

Por tudo isto questionei o género desta obra. De facto, nela vejo uma narrativa biográfica não só de Vieira da Silva como também de Arpad Szenes, aspetos autobiográficos que vão emergindo dos diálogos que, por sua vez, rasam a teatralidade, posturas judicativas sobre arte, ética, cultura... e momentos de profunda efusão lírica, onde a metáfora se entroniza, dando a ideia dum efémero / eterno continuado e sempre reinventado.

Termina a narrativa evocando a comédia shakespeariana *Tudo bem quando acaba bem*. Aí estabelece analogias entre a pintora e a personagem Helena, acabando por um imbricamento ambíguo de entidades que lhe permitem dizer: *“Obrigada, Helena, dama da Corte de França, de origem tão nossa”* (Bessa-Luís, 2009: 108). Sem deixar a metáfora, recupera um tom algo irreverente e afirma: *“Espero que tudo esteja a vosso agrado, isto é, que eu tenha sabido pisar o palco de Brighton e recebido o foco da madeira mais favorável. Se assim não foi, ‘longos dias têm cem anos’, e um século depois voltamos a este tema com melhores auspícios”* (Bessa-Luís, 2009: 108).

Mais que uma narrativa biográfica, *Longos Dias têm Cem Anos* anuncia-se como um texto em construção atento a vários vultos da cultura portuguesa, com especial ênfase ao casal Szenes, onde a autora impõe o seu estilo judicativo e assertivo que, respeitando a memória, cauciona uma função prospetiva.

Concentro-me agora na entrevista dada por Agustina à SPA (*Sociedade Portuguesa de Autores*), com o fito de lhe descobrir rasgos do carácter e, sobretudo, inventariar mais algumas personagens.

A dado passo da entrevista, Agustina afirma: “A Literatura Portuguesa já desapareceu. É verdade que são publicados muitos livros mas que ninguém tenha ilusão de que a literatura é feita por uma multidão. Do nosso passado literário retenho dois ou três nomes. [...] Aponto como figuras tutelares Bernardim Ribeiro e Camilo Castelo Branco. Esses são grandes em qualquer parte” (Bessa-Luís, 2005).

Quedo-me, por enquanto, nestas duas opções. Quando Agustina afirma “que a literatura é uma forma de mediocridade com implicações fiscais, como qualquer outra mediocridade. Às vezes há surpresas, mas delas nada consta, senão um século depois” (Bessa-Luís, 2008: 168), assume, de imediato, que a consolidação da obra dos escritores exige um tempo de maturação. Por isso recua ao século XVI com Bernardim e ao XIX com Camilo.

Quanto a Bernardim, basta evocar William Empson em *Some Versions of Pastoral* (1935) para se perceber que a identificação entre Agustina e Camilo está no confronto entre a vida simples e a vida complexa com primazia para a primeira. Mas o refúgio nesta vida simples não se confina a um determinado bucolismo, antes se expande ao mundo infantil, enformando uma fuga ao quotidiano ou uma sátira às ditas altas classes sociais.

Quando Agustina na conferência intitulada “Menina e Moça e a Teoria do Inacabado”, inserida em *Contemplação Carinhosa da Angústia* (2000), compara a novela de Bernardim aos frescos da Capela Sistina de Miguel Ângelo, fá-lo através daquilo que designou como “discurso do inacabado”. Ambas as obras são, de facto, inacabadas e refletem uma afeição de alma como fatalidade cósmica. Tudo está sujeito a uma circunvolução sem epílogo incidindo, esta obcecação pelo inacabado, uma intuição portuguesa de saudade intrínseca também à constrição ontológica do ato criativo. Bernardim prolonga assim a angústia comum a todos os criadores que vale, cabalmente, à construção dos romances e das personagens agustinianas.

De Camilo Castelo Branco estão por demais estudadas as influências exercidas na obra agustiniana. Camilo e Proust são, de certa forma, e por razões diferentes, os seus *maîtres à penser*.

Em Camilo, aprecia o provincianismo que para ela própria reivindica, considerando-o imprescindível aos grandes escritores e adianta: “É um homem livre e fantasioso. [...] achou o mundo vulnerável, a cultura uma fraude, e o intelectual um depravado. [...] Ele gostava de rir. É uma forma de lirismo despropositada onde a mediocridade se cultiva dizendo ‘coisas circunspetas entre tolos’. Quando ele diz que a felicidade existe só na esperança, não está a lamentar-se; está a descobrir o lugar do riso, onde toma estado e escolhe a profissão” (Bessa-Luís, 2008: 35-35). Não só pelas opções estéticas mas também por uma certa forma irónico-humorística de encarar a cultura se descortinam entre eles verdadeiras cumplicidades. Na referida entrevista Agustina admite “que a alteração dos valores da nossa infância nos traz muitas perturbações. Nascermos e crescermos dentro de determinados valores. Pagamos muito caro as mudanças que estão a ocorrer”. Por tal, se fosse ministra da cultura, demitia-se e “Instituíria de imediato um prémio para os analfabetos. Agora estamos a fazer analfabetos com uma rapidez estonteante” (Bessa-Luís, 2005). Em nada se afasta do olhar crítico de Camilo. Só os tempos são outros.

Também relativamente a Fernão Lopes, e um pouco na senda do ensaio em que refere Camões, desconfia das suas crónicas porque naquela altura “todos recebiam para escrever o que escreviam. Se não glorificassem os senhores que lhe pagavam, não sobreviviam” logo havia deturpações. Continua afirmando que “os portugueses são muito preguiçosos”, [...] eram arrastados, por vontade própria não embarcavam nas naus” o que, implicitamente, acusa Fernão Lopes de uma dependência seguidista de que, em seu entender, também enfermou Camões. Não deixa, contudo, de reconhecer que nas entrelinhas das suas crónicas através de “uma grande argúcia” (Bessa-Luís, 2005), se podem ler certos desconcertos.

Já de Manuel Alegre afirma que “*é o melhor dos poetas assim-assim*” (Bessa-Luís, 2005). Compreende-se sabendo que Agustina considera o Poeta, de uma maneira geral, “*um predador. Quando diz rosa quer dizer sangue, e quando diz luar significa a pista do caçador*” (Bessa-Luís, 2008: 220), e afiança ser a poesia a alienação da realidade e não “*esse estado nervoso tão doente e agitado*” (Bessa-Luís, 2008: 219).

Entenda-se Agustina, “*Afinal, tudo o que disser será dito na órbita desse talento que lhe foi reconhecido, com que a enunciação do poder-saber se torna a sua própria efetualidade!*” (Mourão, 2008: 453). Ela própria é a primeira a fazer o *mea culpa*: “*O meu maior defeito é ter um espírito muito vivo e por isso dou respostas que podem ferir alguém. É por isso que me chamam malvada.*” e, mais à frente: “*Tenho um grande fascínio pela tirania, gostava de ser Catarina da Rússia. O que ela fez só se podia fazer com aquela força, com aquela firmeza. Uma tirania poética...*” (Bessa-Luís, 2005).

Outras personagens e outros artistas enformam a *Biblioteca* de Agustina e a eles volverei em devido tempo. Por agora, interessa-me salientar que Agustina, elogiando ou depreciando, considera as outras obras como uma extensão da sua, seja, e evocando o que a própria refere em *A Monja de Lisboa*, direi “*que as obras alheias seriam as almas nucleares que a alma contemplativa (Agustina), em si mesma pura potencialidade (dynamis, por oposição a energeia) exprime – e que, por sua vez (e isso é que é decisivo), a exprimem*” (Tunhas, 2008: 470). De facto, o relacionamento que Agustina estabelece com outros autores e respetivas obras “*é uma consequência da sua poética, na qual a alma contemplativa não apenas se alimenta das almas nucleares, exprimindo-as, mas se apropria delas, tornando-as expressão sua*” (Tunhas, 2008: 476).

Agustina está sempre presente e há nela, na senda de Novalis, “*a aspiração a encontrar-se em casa em todo o lado*” (Lukács, 1997: 20), libertando a alma contemplativa de uma conexão de exterioridade com as almas nucleares e catapultando-as como suas formas expressivas. É esta a sua poética sempre reiterada, naquele tom sentencioso mas humorístico que gera desconfianças precárias, quando, por exemplo, afirma: “*Gosto das pessoas como elas são e dá-me imenso prazer – cada vez mais – ser agradável e gostar de quem não vale grande coisa. De outra forma sentir-me-ia muito só neste mundo*” (Bessa-Luís, 2008: 218). Assim. Descaradamente. Humanamente. Por isso merece a imortalidade.

Não negligenciando nunca a perspetiva museológica, todos os nomes referidos por Agustina, nestes e noutros textos, – Camões, Fernando Pessoa, Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Filinto Elísio, Arpad, Vieira da Silva, Sophia, Fernão Lopes, Manuel Alegre... – terão depois um *link* próprio que conferirá uma perspetiva autónoma às suas obras. É assim que, a partir da criação de um Museu da Obra de Agustina Bessa-Luís, e sem nunca descurar este objetivo matricial, me irei aproximando de um museu da literatura que não exclui a revisitação de obras ligadas a todas as artes, ou, se se preferir, a outras formas de linguagem – pintura, desenho, escultura, música e a imprescindível 7.ª arte.

O Museu será assumido como um questionador / interpretador afastando-se da configuração do elemento anódino e passivo. Será um lugar político, de intervenção, onde conteúdos e comunicação formam um todo indiviso, com um sentido e um propósito claro. É o mínimo que se pode fazer por alguém que reiteradamente erige um “*cântico à vida – humano e, contudo, esplêndido, divino e, contudo, humilde*” (Bessa-Luís, 2008: 14).

BIBLIOGRAFIA

- Bessa-Luís, Agustina. (2009). *Longos Dias têm Cem Anos*. Lisboa: Guimarães Editores, SA.
 Bessa-Luís, Agustina. (2008). *Dicionário Imperfeito*. Lisboa: Guimarães Editores, SA.
 Bessa-Luís, Agustina. (2005). ‘*A Peregrina do Portugal Provinciano*’ (entrevista). Disponível em <http://www.spautores.pt/revista.aspx?idContent=672&idCat=0>
 Bessa-Luís, Agustina (2000). *Contemplação Carinhosa da Angústia*. Lisboa: Guimarães Editores, SA.
 Bessa-Luís, Agustina. (1981). “*Camões, Pessoa e a cultura portuguesa*” in *Persona*, n.º 6, 3-5.
 Borges, Jorge Luís. (1995). *Ficções*. Rio Grande do Sul (S. Leopoldo): Editora Globo.

- Derrida, Jacques. (1981). *"The Law of Genre"* in *On Narrative*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Gasset, Ortega y. (2001). *Meditaciones del Quijote*. Madrid: Alianza Editorial.
- Lukács, Georg. (1997). *La Théorie du Roman*. Paris: Gallimard.
- Mourão, Luís. (2008). 'A atenção, filosofia sem sistema. Agustina através de Vieira da Silva e Martha Telles'. In Ponce de Leão, Isabel (org.). *Estudos Agustinianos*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Ponce de Leão, Isabel (org.) (2008). *Estudos Agustinianos*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Tunhas, Paulo. (2008). 'Entre-expressão e inacabamento'. In Ponce de Leão, Isabel (org.). *Estudos Agustinianos*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Warren, Austin e Wellek, René. (1971). *Teoria da Literatura*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

116) **JOSANE DE OLIVEIRA** UNIVERSIDADE ESTADUAL FEIRA DE SANTANA, BAHIA

Josane Moreira de Oliveira é Doutora em Letras, na área de Linguística Histórica, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora e pesquisadora de Língua Portuguesa e de Linguística da Universidade Estadual de Feira de Santana (Bahia), na graduação e na pós-graduação, atuando nas áreas de Sociolinguística, Linguística Histórica, Gramaticalização e Linguística Contrastiva.

O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TRÊS CANTOS DO MUNDO: ANGOLA, BRASIL E PORTUGAL

A expressão do futuro verbal é um fenômeno variável ao longo da história da língua portuguesa (MALVAR, 2003; OLIVEIRA, 2006). São documentadas quatro variantes desse fenômeno: a) o futuro simples ("*viarei* amanhã"); b) o futuro perifrástico com *haver de* + infinitivo ("*hei de viajar* amanhã" ou "*haverei de viajar* amanhã"); c) o futuro perifrástico com *ir* + infinitivo ("*vou viajar* amanhã" ou "*irei viajar* amanhã"); e d) o presente do indicativo ("*viajo* amanhã").

Considerando que a variação é condicionada por fatores linguísticos e socio-históricos, investiga-se esse fenômeno à luz da teoria sociolinguística laboviana (LABOV, 1972), considerando-se a hipótese de um processo de mudança no sentido de a forma perifrástica com *ir* + infinitivo substituir a forma de futuro simples. Para explicar a implementação da forma inovadora (perifrástica), considera-se o paradigma da gramaticalização dessa expressão, nos moldes propostos por Hopper e Traugott (2003).

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa realizada com dados atuais da língua escrita de jornais angolanos, brasileiros e portugueses. Procedeu-se ao levantamento e à quantificação das ocorrências de futuro verbal, controlando grupos de fatores linguísticos e sociais com o auxílio do Programa GoldVarb.

Assim, faz-se uma análise comparativa das variedades consideradas com o objetivo de verificar o estágio da mudança em cada uma delas, já que tiveram as variedades angolana e brasileira contato com outras línguas, quando da transplantação do português, diferentemente da variedade lusa.

Os resultados apontam para a predominância do futuro simples em relação ao futuro perifrástico na linguagem escrita jornalística dos três países, o que confirma a hipótese da inversão parcial proposta por Oliveira (2006) no sentido de a forma simples prevalecer na escrita e a forma analítica prevalecer na fala. Todavia a forma inovadora já adentra a língua escrita padrão (a jornalística) em contextos específicos de espraio com algumas diferenças entre as variedades examinadas.

INTRODUÇÃO

Considerando que a variação é inerente a toda e qualquer língua e é também passível de uma descrição, já que não é aleatória, analisa-se a expressão variável do futuro verbal em três variedades da língua portuguesa: a angolana, a brasileira e a lusitana.

Parte-se da hipótese de uma mudança em curso no sentido de a forma analítica substituir a forma sintética (canônica) de futuro. Esse processo já foi atestado em dados de língua falada (OLIVEIRA, 2006), mas pretende-se mostrar que também já vem atingindo a língua escrita.

Para tanto, foram analisados dados coletados em jornais de Luanda (Angola), de Salvador (Brasil) e de Lisboa (Portugal).

Seguem exemplos das três variantes encontradas, a saber: o futuro simples, o futuro perifrástico com *ir* + infinitivo e o presente do indicativo.

Futuro simples

Mas, não tarda, VEREMOS todos, que se pode ir um pouco mais além em Angola. [AG, SAN, mat., p. 2]

***Ir* + infinitivo**

Ex-amante de senador VAI SAIR na Playboy. [BR, AT, man., p1, c1]

Para facilitar a transição para o Céu, a Igreja Católica IRÁ USAR um sistema semelhante ao que a Câmara Municipal do Porto usa para despejar e VAI COLOCAR temporariamente todas as crianças em pensões manhosas. [PT, OP, not., p7, c4]

Presente

Quem for eleito, HERDA uma dívida monstruosa que vem de longe, do tempo em que o PS e o PCP eram poder na câmara. [PT, OP, mat., p3, c1]

Os dados foram codificados, processados com o auxílio do Programa GoldVarb e analisados à luz da sociolinguística quantitativa laboviana, como se verá mais adiante.

QUADRO TEÓRICO

A sociolinguística variacionista pressupõe que a variação é inerente a toda e qualquer língua e não é aleatória ou fortuita. Ao contrário, é condicionada por fatores linguísticos e sociais. Ou seja, tanto a variação como a mudança linguísticas têm ligações estreitas com fenômenos extralinguísticos que as condicionam.

O funcionalismo linguístico analisa a língua enquanto fenômeno comunicativo e discursivo. Sendo a noção de tempo uma categoria linguística e suas relações com o tempo cronológico uma função da comunicação e do discurso, uma abordagem funcionalista pode embasar teoricamente a análise da expressão de futuro no português, que pode ser realizada através de formas simples (futuro simples ou desinencial e presente) ou de formas analíticas/perifrásticas (*haver de* + infinitivo e *ir* + infinitivo).

O tempo futuro expressa a expectativa de alguma ação (processo ou evento) a ser verificada mais tarde, após o ato de fala. Ele tem um valor temporal que não permite expressar uma modalidade factual, pois só aceita asserções segundo a avaliação feita pelo falante da (im)possibilidade de ocorrência de um estado de coisas. Assim, há um valor modal aliado ao fator temporal no futuro que compromete a determinação do valor de verdade da proposição enunciada. Segundo Câmara Jr. (1957:223), a categoria de futuro não ocorre “pela necessidade da expressão temporal; concretizam-no certas necessidades modais, de sorte que o futuro começa como modo muito mais do que como tempo”.

O ciclo de alternância entre formas simples e formas perifrásticas de futuro é uma constante na história das línguas românicas. Já no próprio latim, o futuro desinencial podia ser expresso por formas modais analíticas (*cantare habeo* > *cantar hei* > *cantarei*). Para Câmara Jr., a nova forma de futuro criada ainda no latim desempenha três funções na língua: a) marca o modo; b) marca tempo com matiz modal; e c) marca tempo. O autor fala em gramaticalização do futuro modal em futuro temporal.

Neste trabalho, admite-se a hipótese de que o processo que aconteceu no latim (forma analítica > forma sintética) está sendo invertido no português atual (forma sintética > forma analítica) a partir da gramaticalização do verbo *ir*, que passa, já em estágios anteriores da língua, de forma plena a marca morfossintática de futuro.

A perífrase é a forma verbal inovadora, que convive com a forma simples (conservadora). Trata-se, pois, de um fenômeno variável no português em que a variante perifrástica, concorrente da forma sintética para codificar a função que situa a ação ou o processo à direita do ponto da fala, é muito pouco discriminada. E a entrada do verbo *ir* como auxiliar para expressar o futuro vem encontrando resposta positiva entre os falantes.

Os verbos de movimento, em geral, são polissêmicos e superpõem, dentre outras, as noções de espaço e de tempo. O verbo *ir* é um dos verbos mais polissêmicos e, pois, um dos mais 'gramaticalizáveis'. Na construção perifrástica com o infinitivo, ele tende a se transformar em auxiliar (HEINE, 1993; BYBEE *et alii*, 1994; HEINE & KUTEVA, 2002), quer dizer, num instrumento gramatical para a expressão do tempo futuro. Essa tendência, bem conhecida no inglês, no francês e no espanhol, pode ser constatada também em português, em que, na fala, o processo de substituição da forma de futuro simples pela forma perifrástica *ir* + infinitivo está quase concluído (OLIVEIRA, 2006).

AMOSTRA E METODOLOGIA

Por meio da análise controlada de dados coletados em jornais contemporâneos das cidades de Luanda, Salvador e Lisboa, com base na sociolinguística laboviana, verifica-se a implementação da perífrase com *ir* + infinitivo, identificando-se os contextos linguísticos do seu espriamento. Para cada variedade, foram considerados dois periódicos, um voltado para um público mais elitizado (+ culto) e outro voltado para um público mais popular (- culto).

Seguem os periódicos que forneceram os dados para a amostra:

Angola (Luanda):

Semanário Angolense (SAN) 14 a 21/06/08 (+ culto)

Semanário Agora (SA) 12/07/08 (- culto)

Brasil (Salvador):

A Tarde (AT) 03/08/07 (+ culto)

Tribuna da Bahia (TB) 23/08/07 (- culto)

Portugal (Lisboa):

O Público (OP) 11/05/07 (+ culto)

Correio da Manhã (CM) 09/05/07 (- culto)

Nesta pesquisa, observa-se o papel de algumas variáveis ou grupos de fatores (medido em termos de percentuais e de pesos relativos), apresentados no Quadro 1 – Grupos de fatores, a seguir:

Quadro 1: Grupos de fatores

V A R I Á V E I S	
1. Extensão fonológica do verbo	9. Transitividade verbal
2. Pessoa verbal	10. Presença/ausência de clítico
3. Conjugação verbal	11. Natureza semântica do verbo
4. Paradigma verbal	12. Futuridade fora do verbo
5. Tipo de sujeito	13. Projeção de futuridade
6. Animacidade do sujeito	14. Paralelismo sintático-discursivo

7. Papel temático do sujeito	15. Tipo de periódico
8. Tipo de verbo	16. Gênero textual

Foram coletados, inicialmente, 2176 dados. Destes, houve apenas 8 ocorrências de *haver de* + infinitivo (2 em Angola, com *haver* no futuro, e 6 em Portugal, com *haver* no presente), que foram excluídas da amostra pela sua baixa incidência. Assim, o total de dados passou a ser 2168.

Quanto à perífrase com *ir* no futuro + infinitivo, houve 14 dados em Angola, 9 no Brasil e 15 em Portugal.

Como também teve uma baixa frequência, essa variante foi computada juntamente com as formas de *ir* no presente + infinitivo. Assim, os resultados encontrados estão apresentados na Tabela 1 – Resultado geral, abaixo:

Tabela 1: Resultado geral

	Angola	Brasil	Portugal
Futuro simples	246 65%	445 51%	496 54%
<i>Ir</i> + infinitivo	90 24%	186 22%	271 29%
Presente	41 11%	236 27%	157 17%
Total de dados	377	867	924

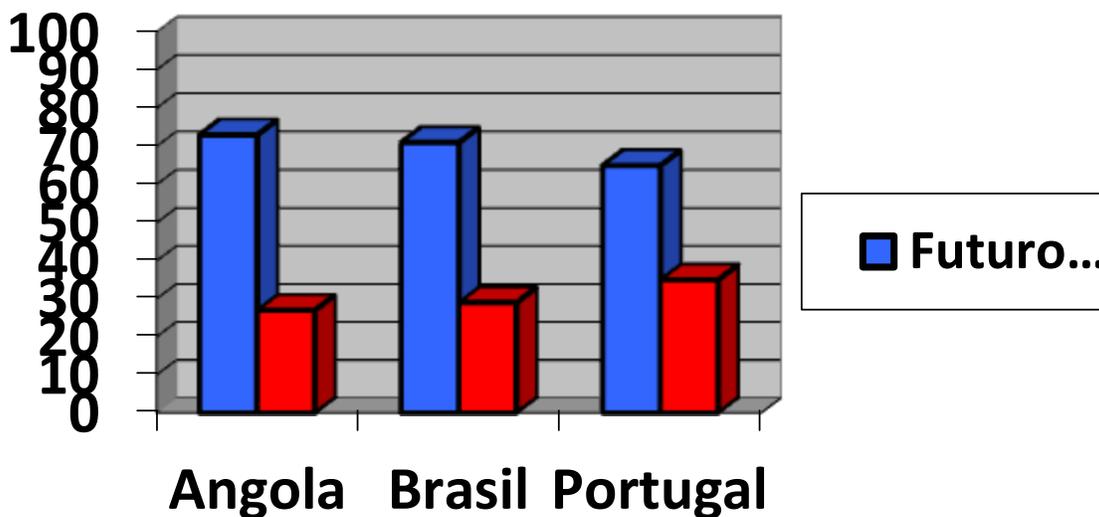
Considerando que o presente do indicativo com valor de futuro tem um comportamento mais ou menos estável ao longo da história da língua portuguesa e que ocorre em contextos bastante específicos (cf. OLIVEIRA, 2006), essa variante foi excluída. Assim, prosseguiu-se a análise apenas da variação futuro simples ~ futuro perifrástico com *ir* + infinitivo. Com um total de 1734 dados, os resultados estão apresentados na Tabela 2 – Novos resultados, abaixo

Tabela 2: Novos resultados

	Angola	Brasil	Portugal
Futuro simples	246 73%	445 71%	496 65%
<i>Ir</i> + infinitivo	90 27%	186 29%	271 35%
Total de dados	336	631	767

Uma leitura rápida da Tabela 2 – Novos resultados revela que, embora os resultados sejam muito próximos, no que tange ao uso do futuro verbal, Angola se comporta de forma um pouco mais conservadora (já que usa mais o futuro simples) e Portugal de forma um pouco mais inovadora (é o que mais usa a forma perifrástica), ficando o Brasil em posição intermediária. Veja-se o Gráfico 1 – Uso do futuro verbal nos três países, a seguir:

Gráfico 1: Uso do futuro verbal nos três países



Submetidas as amostras dos três países ao programa GoldVarb, foram selecionados, nesta ordem, os seguintes grupos de fatores, apresentados no Quadro 2 – Grupos selecionados, a seguir:

Quadro 2: Grupos selecionados

Angola	Brasil	Portugal
1. Natureza semântica do verbo	1. Natureza semântica do verbo	1. Natureza semântica do verbo
2. Extensão fonológica do verbo	2. Papel temático do sujeito	2. Tipo de verbo
3. Papel temático do sujeito	3. Paradigma verbal	3. Papel temático do sujeito
4. Paralelismo sintático-discursivo	4. Pessoa verbal	4. Projeção de futuridade
	5. Gênero textual	5. Pessoa verbal
	6. Futuridade fora do verbo	6. Tipo de periódico
	7. Paralelismo sintático-discursivo	7. Paradigma verbal
	8. Conjugação verbal	
Input inicial: 27 Input da rodada: 16 Log likelihood: -129,011 Nível de significância: 0,010	Input inicial: 30 Input da rodada: 17 Log likelihood: -249,057 Nível de significância: 0,046	Input inicial: 35 Input da rodada: 30 Log likelihood: -381,809 Nível de significância: 0,029

Para este trabalho, são analisados apenas os grupos de fatores selecionados nas três variedades: a) a natureza semântica do verbo e b) o papel temático do sujeito. A interpretação dos resultados encontra-se na seção seguinte.

ANÁLISE DOS DADOS

Conforme o Quadro 2 – Grupos selecionados, apresentado anteriormente, a variável ‘Natureza semântica do verbo’ foi selecionada em primeiro lugar pelo programa GoldVarb para os três países considerados. Já a variável ‘Papel temático do sujeito’ foi selecionada em segundo lugar para o Brasil e em terceiro lugar para Angola e para Portugal.

O grupo de fatores 'Natureza semântica do verbo' controla o tipo semântico dos verbos, distribuindo-os em verbos que denotam evento, verbos que indicam processo, ação ou movimento, verbos de estado e verbos cognitivos ou que expressam um estado psicológico.

O grupo de fatores 'Papel temático do sujeito' agrupa os dados de acordo com o tipo de sujeito, que pode ser agente, experienciador ou paciente em relação ao que expressa o verbo.

A seguir são apresentados exemplos e os resultados para essas duas variáveis.

NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO

Em relação à natureza semântica do verbo, a hipótese levantada para esse grupo era a de que o futuro perifrástico se espraiaria pelos verbos que denotam processo, já que o verbo *ir*, sendo um verbo de movimento, exprime uma ação que envolve dois momentos, o de partida e o de chegada.

A literatura sobre a gramaticalização da forma perifrástica *ir* + infinitivo mostra que o fenômeno ocorre principalmente com esse tipo de verbos, já que implicam alteração entre dois momentos temporais. Esperava-se também que os verbos de estado inibissem o uso do futuro perifrástico, favorecendo, portanto, o emprego do futuro simples, como atestado por outros trabalhos, como, por exemplo, o de Malvar (2003).

Seguem exemplos de cada tipo semântico de verbo:

Processo

O nosso país tem nos tempos que se VÃO SEGUIR às eleições legislativas de setembro próximo para inverter a atual situação e dar uma outra imagem na Assembleia Nacional. [AG, SAN, mat., p 13]

Evento

Entre estas três construções VAI SURGIR uma praça de acesso público, que, como explicou Manuel Tainha, "comunica por meio de uma rampa com o rio". [PT, OP, mat., p 25, c1]

Estado

Mas, avançou a fonte, ela [a Unita] não VAI MANTER-SE calada perante aquilo... [AG, SA, mat., p 13]

Cognição

Ao invés de metê-los na cadeia, arruma-se uma fórmula deles se saírem numa boa à custa do torcedor otário que VAI PENSAR, certamente, que o Bahia, o Vitória, a Catuense e tantos outros times baianos serão beneficiados. [BR, TB, mat., p. 2]

Os resultados encontrados nesta pesquisa estão apresentados na Tabela 3 – Uso do futuro perifrástico e 'Natureza semântica do verbo', a seguir:

Tabela 3: Uso do futuro perifrástico e 'Natureza semântica do verbo'

	Angola	Brasil	Portugal
Processo	73/139 52% .67	133/241 55% .65	165/263 62% .57
Evento	8/30 26% .75	23/65 35% .61	35/92 38% .53
Estado	9/167 5% .31	25/318 7% .36	70/408 17% .45

Cognição	-	5/7 71% .84	1/4 25% .31
----------	---	-------------------	-------------------

Os resultados encontrados para essa variável revelam que, de fato, são altos os percentuais e os pesos relativos do futuro perifrástico com verbos que indicam processo e que indicam evento nas três variedades analisadas.

Os verbos estativos inibem a aplicação da regra nos três países. Quanto aos verbos cognitivos, não houve ocorrência de perífrase em Angola e o Brasil apresenta-se à frente do processo, já que é com esse tipo de verbo que ocorrem o maior percentual e o maior peso relativo do futuro perifrástico nessa variedade dialetal, contexto que deveria, em princípio, inibir a perífrase e favorecer o uso do futuro simples. Examinando mais atentamente os dados do Brasil que aparecem com verbos cognitivos, descobriu-se que têm sujeito com o traço [+ humano], o que, talvez, possa estar interagindo com a variável 'Natureza semântica do verbo'.

3.2. PAPEL TEMÁTICO DO SUJEITO

O papel temático do sujeito foi considerado neste estudo pressupondo-se que o sujeito [+ agente] favoreceria o uso da perífrase, já que haveria um maior comprometimento em relação ao futuro e um maior grau de certeza da realização da ação num tempo posterior ao momento da enunciação, pois ele é quem realizaria essa ação, o que se confirmou nos resultados encontrados. Seguem exemplos dos três tipos de sujeito segundo o papel temático:

Agente

O 2.º Batalhão de Infantaria de Intervenção, que está aquartelado no Regimento de Infantaria n.º 14, em Viseu, VAI COMEÇAR a sua missão em Pristina [Kosovo] a 21 de setembro, foi ontem anunciado. [PT, CM, not., p 12]

Experienciador

O Falcone é diplomata, toca nele e VÃO VER como fica o bilo. [AG, SAN, mat., p 37]

Paciente

Temas como Desafios para as Exportações do Agronegócio Brasileiro, Linhas de Programa de Financiamento do BNDE e Sistemas Agropecuários de Produção Integrada VÃO SER DEBATIDOS pelos agricultores durante o evento. [BR, TB, not., p 15]

A Tabela 4 – Uso do futuro perifrástico e 'Papel temático do sujeito' ilustram as ocorrências, os percentuais e os pesos relativos do futuro perifrástico em relação à variável 'Papel temático do sujeito':

Tabela 4: Uso do futuro perifrástico e 'Papel temático do sujeito'

	Angola	Brasil	Portugal
Agente	66/120 55% .72	129/223 57% .67	167/255 65% .68
Experienciador	12/155 7% .28	52/260 20% .54	73/351 20% .40
Paciente	10/49 20% .65	2/124 1% .17	25/130 19% .42

resultados confirmam a hipótese inicial, pois o sujeito agente é o que mais favorece o uso do futuro perifrástico nos três países. A variante inovadora já atinge também o sujeito experienciador no Brasil e o sujeito paciente tem um peso relativo também alto (.65) em Angola, o que contraria o esperado, mas pode indicar que, nessa variedade, a implementação da perífrase está mais avançada.

O traço de agentividade desempenha um papel fundamental na trajetória do verbo *ir* de pleno a auxiliar. No processo de gramaticalização do futuro perifrástico, a sua ocorrência com sujeitos [+ agente] pode indicar uma

persistência de traços da forma fonte (BYBEE *et alii*, 1994), já que o verbo *ir*, em seu sentido pleno, seleciona um sujeito [+ agente].

CONCLUSÕES

Analisando a expressão do futuro verbal em três variedades lusófonas (Angola, Brasil e Portugal), em dados da escrita jornalística, percebeu-se que predomina a forma simples de futuro nos três países nessa modalidade linguística, embora já seja documentada também a forma perifrástica (inovadora), de forma um pouco mais acentuada em Portugal, onde já atinge 35% dos dados. Esse percentual decresce no Brasil para 29% e em Angola para 27%.

O contexto mais favorável ao uso da perífrase é o que envolve um verbo que denota processo ou evento, sendo os verbos estativos os que mais mantêm o futuro simples. Outro contexto que favorece a forma inovadora é o de sujeito [+ agente] nos três países, um fator importante no processo de gramaticalização da estrutura *ir* + infinitivo como expressão de futuro.

Pode-se dizer que os três países considerados têm comportamento semelhante quanto ao fenômeno analisado, no sentido de que prevalece o futuro simples na língua escrita padrão, mas já está em processo de implementação a forma de futuro perifrástica formada com *ir* + infinitivo. Mantém-se a hipótese de Oliveira (2006) de que há uma inversão parcial das modalidades falada e escrita, já que esta seleciona o futuro simples e aquela seleciona o futuro perifrástico.

Trata-se, portanto, de um processo de mudança em curso que caracteriza a língua portuguesa falada e escrita pelo menos em três cantos do mundo.

REFERÊNCIAS

- Bybee, J. et alii (1994) *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press.
- Câmara Jr., J. M. (1957) *Uma forma verbal portuguesa – estudo estilístico e gramatical*. Tese apresentada no concurso para a cadeira de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio/Rodrigues & Cia.
- Heine, B. (1993) *Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization*. New York: Oxford University Press.
- Heine, B. e Kuteva, T. (2002) *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hopper, P. & Traugott, E. (2003) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Labov, W. (1972) *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Lima, J. P. de. (2001) Sobre a gênese e a evolução do futuro com “ir” em português. In: Silva, Augusto Soares da (org.). *Linguagem e cognição*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa.
- Malvar, E. (2003) *O presente do futuro no português oral do Brasil*. Ottawa: University of Ottawa (Tese de Doutorado).
- Oliveira, J. (2006) *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado).



117) LARYSA SHOTROPA, CENTRO DE LINGUÍSTICA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA/RÚSSIA

Data de nascimento: 13.05.1967, Ucrânia

1987 - Fim da Licenciatura em Língua e Literatura Russa na Faculdade de Letras da Universidade Estatal de Chernivtsi, Ucrânia (Diploma reconhecido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 26 de junho de 2004);

2007 - Início de Doutoramento em Ciências de Linguagem e Comunicação (Ramo -Linguística; Especialidade – Morfologia) – FCSH UNL

De 2001 até a data -professora de Língua Russa em várias escolas de Línguas em Lisboa: Language School (Universidade Autónoma de Lisboa), Centro Europeu de Línguas, Instituto de línguas de Algés, Language Craft, Língua gestual, Centro de Cursos Livres – ISCTE (de 2004 até 2007), Instituto Oriental da FSCH -Universidade Nova de Lisboa (ano letivo 2009-2010);

De 2004 até à data – intérprete em várias agências de viagens em Lisboa; e tradutora nas editoras Cavalo de Ferro (Ivan Bunin. O leve alento - 2004) e Nova Vega (Mikhail Bulgakov. Coração de Cão -2008); tradutora para várias agências de tradução (Russo - Português; Romeno – Português e vice – versa);

2006 - Colaboradora no projeto Diversidade Linguística na escola portuguesa (Fundação Calouste Gulbenkian) – tradução do vocabulário escolar de Português para Ucrainiano;

2008- Tradutora do Dicionário de Siglas Médicas de Português para Russo (CLUNL- UNL);

2009 - colaboradora nos Projetos: Gramática e Texto, subprojeto PROGRAMMA, (CLUNL-UNL); Língua romena em contexto multicultural (CLUNL-UNL- Universidade Spiru Haret, Bucareste, Roménia)

Publicações e comunicações:

(aceite) A influência do Português língua materna no processo de aprendizagem da Língua Romena: balanço e perspectivas. Atas do II Congresso Internacional de Linguística (novembro de 2008). Roménia: Bucareste.

(aceite) O papel da Língua Portuguesa na aprendizagem do Russo: fatores positivos e negativos. Atas da Conferência Internacional "Desafios do século XXI - um mundo multilíngue e policultural" (julho de 2009). Moscovo: Universidade Estatal de Linguística de Moscovo

(aceite) Processos de formação de palavras em Russo e em Português. Conferência Internacional de Estudos Contrastivos - em memória de V.N. Iartseva. Academia de Ciências da Rússia, Instituto de Linguística. Rússia, Moscovo (novembro, 2009).

TRADUÇÃO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DE RUSSO PARA PORTUGUÊS (COM BASE NA OBRA DE MIKHAIL BULGAKOV)

Em qualquer obra literária existem elementos do texto que são praticamente impossíveis de traduzir, tendo em conta a não-equivalência de elementos ao nível formal, optando-se, então, por outras soluções para transmitir a ideia originária.

Nesta apresentação, tomaremos em consideração a tradução de uma das categorias considerada intraduzível, ou pelo menos de muito difícil tradução – as expressões idiomáticas.

Para a análise a efetuar, recorreremos à obra de Mikhail Bulgakov, um dos clássicos da literatura russa do séc. XX, reconhecida pela sua riqueza lexical, pelo uso abundante de construções sintáticas inesperadas e também de provérbios e de expressões idiomáticas.

Escolhemos analisar as expressões idiomáticas por estas se apresentarem de crucial importância para a ciência da tradução, uma vez que na escala do “intraduzível”, entre as expressões difíceis de traduzir, ocupam um dos primeiros lugares, dificuldade de tradução apontada por todos especialistas da área, sendo também tidas como exemplo pelos adeptos da “teoria da impossibilidade” na tradução.

Consideramos que os idiomatismos, enquanto parte integrante de todas as línguas, não foram criados para serem armadilhas para os falantes estrangeiros. Pelo contrário, eles desempenham um papel de fundamental importância, não só pelo facto de dificilmente poderem ser substituídos, como por serem veiculadores de emoções e transmissores de especificidades culturais, tanto no seu uso literário como quotidiano. Por terem muitas características próprias da língua falada, as expressões idiomáticas constituem uma dificuldade acrescida, quer para os estrangeiros na aprendizagem de uma língua segunda, quer para os tradutores de obras literárias.

Assim, proponho-me descrever brevemente a origem de algumas expressões idiomáticas do russo, procedendo à sua classificação e analisando os vários aspetos que estão associados à sua tradução para português,

nomeadamente nas escolhas de equivalentes (caso existam) e nos meios usados para transmitir o mesmo semanticismo (quando não existem equivalentes em português).

1. INTRODUÇÃO. TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

As questões relativas a métodos e teorias de tradução foram levantadas desde tempos remotos. Leão Tolstói considerava que “não é tão importante traduzir palavras, ou mesmo o seu sentido. O que interessava era transmitir a disposição”. Korney Chukovsky aconselhava “...traduzir o riso por riso, e o sorriso por sorriso.”

Mas em qualquer obra literária existem elementos do texto que, são relativamente impossíveis de traduzir. Usamos o advérbio “relativamente” porque temos em conta a impossibilidade de tradução da forma, uma vez que a ideia pode ser transmitida por outros meios. Uma das categorias considerada intraduzível ou muito difícil de traduzir é a categoria das expressões idiomáticas, caracterizada por não ser possível identificar o seu significado através do somatório das palavras individuais ou do seu sentido literal. Desta forma, também não é possível traduzi-las para outra língua de modo literal.

Estas expressões são geralmente originadas por gírias, aspetos culturais e peculiaridades de diversos grupos de pessoas e apresentam assim a riqueza cultural e a sabedoria de qualquer povo: seja pela religião, profissão ou outro tipo de afinidade. Constituindo um campo inesgotável do conhecimento popular, as expressões idiomáticas são o vestígio vivo de uma língua dinâmica e em constante mutação, atualizando-se no discurso e, deste modo, tornando-se um objeto privilegiado da língua, enquanto reflexo de cultura de um povo. Traduzir esses traços culturais é uma tarefa difícil para o tradutor e também apresentam uma grande dificuldade para os estrangeiros na aprendizagem de uma nova língua.

As expressões idiomáticas são consideradas de crucial importância para a ciência de tradução, pois na escala de “intraduzibilidade”, ou de expressões difíceis de traduzir, ocupam um dos primeiros lugares. A dificuldade da sua tradução é apontada por todos os especialistas da área; as expressões idiomáticas são tidas como exemplo pelos adeptos da “teoria de impossibilidade” na tradução; a elas referem-se com deferência os teóricos da tradução. A tradução das expressões idiomáticas levanta muitos problemas, porque por um lado, o tradutor tem de identificar e reconhecer as estruturas lexicalizadas na língua de partida e, por outro, tem de transpor essa lexicalização para a língua de chegada, tentando preservar nesta os mesmos efeitos do texto original. No entanto, estes processos de reconhecimento/identificação, compreensão e transposição não correspondem a mecanismos lineares e implicam uma reflexão profunda sobre o ato de tradução da fraseologia, na medida em que estas estruturas não obedecem, aparentemente, a critérios objetivos de seleção e implicam uma multiplicidade de saberes linguísticos e extralinguísticos e de escolhas por parte do tradutor. (Jorge, 2002:122)

Os idiomatismos, parte integrante e rica de todas as línguas, não foram criados para serem armadilhas para os falantes estrangeiros, pelo contrário: eles tornam uma língua mais natural, desempenhando um papel de fundamental importância pelo facto de dificilmente poderem ser substituídos, bem como pelo alto grau de uso quotidiano. As expressões idiomáticas são formas que não têm (ou muito raramente têm) qualquer semelhança com as formas usadas na outra língua para expressar a mesma ideia. Várias vezes existe correspondência no plano da ideia, mas não da forma, e os idiomatismos são traduzidos ou por uma expressão idiomática semelhante ou por meio de outras formas (no caso de falta de equivalentes ou análogos na língua de chegada).

Na medida do possível, dentro de uma pesquisa deste tipo irei apresentar as origens e a classificação das expressões idiomáticas russas e expor os problemas básicos associados à tradução das mesmas. Como base para a análise, recorri à obra do Mikhail Bulgakov, um dos clássicos da literatura russa do séc. XX.

ORIGENS DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS RUSSAS

Apesar da aparente variedade e originalidade das expressões idiomáticas, a sua formação na língua russa baseia-se em certos padrões. As peculiaridades da fraseologia associam-se ao tipo de material que serve como base para a formação de expressões idiomáticas. Em russo, estes tipos são os seguintes:

Palavras isoladas da língua;

Expressões livres da linguagem falada;

Provérbios populares;

Expressões idiomáticas estrangeiras;

A formação de expressões idiomáticas através de palavras isoladas ocorre com muita frequência e não basta saber o significado das palavras que formam a expressão, é preciso olhar para todo o grupo de palavras que constitui a expressão para entender o seu significado:

`душа нараспашку` - 'Pessoa com alma aberta' - *ter o coração nas mãos*⁸⁴⁸;

`длинный язык` - 'Pessoa com a língua comprida' - *não ter papos na língua*;

`оставить с носом` - 'deixar alguém com o seu nariz' - *enganar*;

`быть себе на уме` - ----- *Ser dono do seu nariz*;

O maior grupo de idiomatismos forma-se através de expressões livres da linguagem falada, que recebem um novo valor devido à semelhança dos fenómenos ou características. Por exemplo, a cabeça é comparada com uma panela (*котелок*) e daí surge a expressão:

`котелок варит` - 'A panela ferve' – *puxar pela cabeça*;

ou a característica por todos conhecida dos peixes:

`нем как рыба` - 'Mudo como um peixe' – *mudo como um túmulo; mudo e quedo que nem um penedo*;

São muitas as expressões idiomáticas que surgiram a partir de provérbios. Frequentemente, a expressão faz parte de um provérbio e sem conhecer o sentido do provérbio a expressão idiomática torna-se incompreensível:

`под лежащий камень вода не течет` - 'a água não passa por debaixo de uma pedra';

`пьяному море по колено, (а лужа по уши)` - 'a um bêbado, o mar chega até ao joelho, (e uma poça até às orelhas)';

Em muitos casos, observa-se a perda do sentido original, tornando-se, por vezes, completamente contrário ao sentido inicial. Por exemplo:

`перемывать кости` - 'Lavar os ossos' - *falar mal de alguém*;

(inicialmente esta expressão era ligada à tradição de alguns povos eslavos que constava em permuta dos restos mortais e a lavagem dos mesmos antes de um novo enterro).

Frequentemente, uma expressão idiomática serve de base para a formação de outra expressão. Este meio é utilizado para a formação de expressões na base de combinações terminológicas:

`второе дыхание` - 'Segunda respiração';

`цепная реакция` - 'reação em cadeia';

Um tipo especial de formação de expressões idiomáticas novas com base nas expressões já existentes na língua é o tipo em que se altera o conteúdo e o significado da expressão: por exemplo, com a palavra

⁸⁴⁸ **Nota:** Neste documento apresentam-se várias expressões entre tipos diferentes de aspas. As expressões idiomáticas russas são apresentadas por exemplo de expressão. A tradução feita literalmente vem como 'exemplo de expressão' e os exemplos da novela de Mikhail Bulgakov como "exemplo de expressão".

`зеленый` (*verde*) - `свободный` (*livre*);
`зеленый свет` (*luz verde*) – `свободный проезд` (*passagem livre*);

Com base nas expressões idiomáticas de outras línguas, principalmente baseados no latim e na mitologia grega, mas não só, formam-se expressões russas tomadas de empréstimo:

`ахилесова пята` - Calcanhar (tornozelo) de Aquiles;
`бросить перчатку` - Atirar (lançar) a luva;
`победителей не судят` - Os vencedores não são julgados;
`персона нон грата` - Persona non grata;
`путеводная звезда` - *Estrela polar*;
`сезам, откройся` - Abre-te Sésamo;
`умывать руки` - Lavar as mãos; fugir de responsabilidade;

FONTES DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS RUSSAS

Todas as expressões idiomáticas russas podem ser divididas em dois grupos:

Expressões idiomáticas de origem russa;

Expressões idiomáticas tomadas de empréstimo de outras línguas;

O primeiro grupo é, obviamente, o maior:

`водой не разольешь` - ‘não se podem separar nem com a água’ - *amigos muito chegados*;
`ломать голову` - ‘Partir a cabeça’ - esforçar-se para compreender qualquer coisa difícil;
`в ус не дуть` - ‘Não soprar no bigode’ - *não se importar com nada*;
`показать где раки зимуют` - ‘Mostrar onde os caranguejos passam o inverno’ - *dar uma boa lição*;
`наломать дров` - ‘Partir madeira’ - *fazer disparates*;
`семь потов сошло` - ‘Ter suado sete vezes’ - *suar as estopinhas*;
`кот заплакал` - ‘O gato chorou’ - *quantidade insignificante*;
`пирог с котятми` - ‘Tortas com gatinhos’ - *algo inesperado e insensato*;

Cada profissão ou ocupação na Rússia deixou um rasto na formação das expressões idiomáticas russas. É difícil definir a época e o local de aparição de uma expressão concreta, existem apenas indícios de onde e na base de que a mesma apareceu.

`держат нос по ветру` - ‘Pôr o nariz ao vento’;
`второй эшелон` - ‘Segunda carruagem’;
`топорная работа` - ‘Trabalho feito com o machado’;
`с иголочки` - ‘Roupa nova’;
`стричь под одну гребенку` - ‘Cortar o cabelo igualmente a todos’;
`играть первую скрипку` - ‘Tocar o primeiro violino’;

É muito mais fácil determinar a origem de expressões idiomáticas que tenham um autor (russo ou estrangeiro). Por exemplo, a expressão:

`квасной патриотизм` - ‘*patriotismo enganoso*’ surgiu de uma carta do escritor e crítico Viazemsky.
Ou a expressão que entrou para a eternidade dita por Benjamin Franklin:
`время – деньги` - ‘O tempo é dinheiro’;

Luciano aconselhou-nos:

(не) `делать из мухи слона` - 'não transformar uma mosca num elefante' - (*não*) *fazer uma tempestade num copo de água*;

Vespaziano transmitiu-nos que:

`деньги не пахнут` - 'O dinheiro não tem cheiro';

Torna-se ainda mais fácil estabelecer a origem de expressões idiomáticas vindas de obras literárias:

`человек в футляре` - 'pessoa dentro de uma caixa' - dizem isso sobre uma pessoa que se isolou de todo o mundo, que tem medo de coisas novas e de mudanças - vem da autoria do Anton Chekhov .

A questão uso individualizado das expressões idiomáticas pelos autores chama a atenção, especialmente nos últimos tempos, de muitos cientistas, incluindo os teóricos da tradução. Alguns consideram este tipo de expressões idiomáticas como uma variante na fraseologia. Contudo, ainda não existe uma definição clara acerca deste assunto e os investigadores terão de trabalhar muito para uma descrição mais completa e detalhada desta parte da fraseologia, tão importante para a prática de tradução.

As expressões idiomáticas em si já são difíceis de traduzir, mas é muito mais difícil nos casos em que o autor, em dependência dos seus objetivos estilísticos, altera o conteúdo e/ou a forma da expressão idiomática - adiciona ou retira componentes da expressão, substituindo - os por sinónimos ou antónimos -, altera a ordem de palavras, refresca e reaviva de uma ou de outra forma as expressões gastas parafraseando-as ou cruzando-as com unidades de outras expressões.

As expressões idiomáticas tomadas de empréstimo chegam ao russo vindas do eslavo antigo ou de outras línguas estrangeiras. As expressões vindas do eslavo antigo fixaram-se na língua após a introdução, na Rússia, do Cristianismo e na maioria dos casos têm origem nos livros, incluindo os sagrados e são praticamente intraduzíveis.

`аки тать в нощи` - Fala-se sobre algo inesperado (morte);

`притча во языцех` - Uma história conhecida por todos, falada em todas as línguas;

`живота не жалеть` - *Sacrificar a vida*;

As expressões chegadas de idiomas da Europa Ocidental incluem os mais antigos empréstimos do latim e do grego: "*alma mater*", "*terra incógnita*" comuns a várias línguas. Mais tardias são as expressões de origem:

Alemã:

`взять на цугундер` - *Punir alguém*;

Francesa:

`сесть не в свою тарелку` - 'Ne pas dans son assiette' (fr)

'Cherche la femme';

'C'est la vie' ;

Inglesa:

`синий чулок`. 'Meia azul' ;

`дядя Сэм` - 'Tio Sam' (US - 'Uncle Sam' e 'United States').

`уповать на Бога, но держать порох сухим` - 'pensar em Deus mas ter a pólvora seca;

As expressões idiomáticas revelam, pelos seus próprios constituintes, de que forma foram criadas em contacto com outros povos, outras culturas, outras civilizações. E é nesta partilha que cada língua encontra uma fonte inesgotável de enriquecimento e que a tradução surge como o meio privilegiado desta permuta. A tradução envolve a utilização no texto traduzido de expressões idiomáticas de diferentes graus de proximidade entre a unidade da língua de partida e a unidade da língua de chegada: pode ser um equivalente absoluto ou uma correspondência fraseológica aproximada:

`с лёгким сердцем` – de leve coração;
`играть с огнём` - Jogar com o fogo;
`лить крокодиловы слёзы` - Chorar lágrimas de crocodilo;
`потерпеть фиаско` - *Sofrer um fiasco*;
`лучше поздно чем никогда` - Mais vale tarde que nunca;

Há inúmeros casos de aproximação bastante adjacente:

`голодный как волк` - 'Ter fome de lobo' - *ter fome de cão*
`сгорать со стыда` - 'arder de vergonha' - *morrer de vergonha*
`язык до Киева доведёт` - 'Quem tem boca vai a Kiev' - *quem tem boca vai a Roma*;

Os exemplos dados ilustram os múltiplos contactos entre línguas que se teceram ao longo da história, mesmo sendo os povos russo e português geograficamente afastados, tendo poucos pontos comuns na sua cultura e história.

Mas as línguas de povos diferentes têm maneiras também discrepantes de exprimir estados, emoções ou ações, sendo as imagens por vezes bastante afastadas, mas próximas logicamente. Por exemplo, a noção de semelhança para os russos, portugueses, búlgaros e franceses toma a forma de '*iguais como duas gotas de água*', enquanto para os alemães e os checos a mesma semelhança apresenta-se em '*iguais como dois ovos*', para os ingleses em '*duas ervilhas*'. Contudo, este afastamento não impede a tradução.

Também existem casos quando as imagens da língua de partida não têm nada em comum com as imagens da língua de chegada:

`сесть в лужу` – 'sentar-se num charco de água' - *estar numa situação idiota, estúpida*;
que em português corresponde a
Estar em maus lençóis.

Exemplo de outra expressão:

`высосать из пальца` - 'Chupar qualquer coisa do dedo' – inventar coisas; dizer, afirmar coisas que não se baseiam em factos concretos;

em português encontramos:
Inventar a torto e a direito;

Nestes casos o papel do tradutor é escolher, entre todas as expressões existentes, aquela que é mais adequada perante a situação a ser traduzida, tarefa que não se apresenta fácil.

CLASSIFICAÇÃO DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E ANÁLISE DOS EXEMPLOS

As possibilidades de obter uma tradução de expressões idiomáticas de qualidade dependem da relação entre as unidades linguísticas dos idiomas. Aqui surgem várias questões: deverá o tradutor preservar os coloridos locais que passam pela fraseologia? O que é que deverá privilegiar – a língua idiomática do texto de partida ou a língua idiomática do texto de chegada? Serão os textos autónomos? E qual será o papel do tradutor perante expressões que acentuam os traços intrínsecos de um povo ou que referem particularidades imagéticas desse povo?

As propostas apresentadas na literatura (Vinogradov, 2004:156) sobre a tradução da fraseologia podem resumir-se aos seguintes aspetos:

1) *A expressão idiomática tem na língua de chegada uma expressão equivalente idêntica, não dependente de contexto (significado+conotação). Esta parece ser a solução mais convencional e menos problemática. A uma expressão faz-se corresponder uma equivalente da outra língua.*

2) A tradução elaborada a partir de uma equivalência de situação: a expressão idiomática pode ser transmitida por intermédio de outras formas adequadas, com alguns desvios em relação à tradução completa, pode ser traduzida de forma descritiva. Neste caso, não existe uma equivalência direta de expressão a expressão – mas de situação a situação – na língua de chegada, preservando-se o sentido da expressão mas neutralizando-se o valor idiomático do texto.

3) A expressão idiomática não tem na língua de chegada nem equivalentes, nem análogos e apresenta-se intraduzível. Berman (1985:36) acrescenta ainda a tradução palavra a palavra com introdução de notas. Esta solução privilegia a palavra, tentando manter o carácter específico do texto original e as notas facilitarão a compreensão. No entanto, tenderiam a tornar a leitura muito maçuda. Manter a lexicalização da outra língua acarreta no texto de chegada estruturas que, na maioria dos casos, não existem e introduzem elementos estranhos no discurso. Ao traduzir a expressão:

‘вылететь в трубу’

como:

‘Desaparecer, voando pela chaminé’

tornar-se-ia o texto pouco compreensível, pois em português a essa expressão corresponde:

Só ter as ruas para passear; ficar depenado; ficar na miséria;

Por outro lado, segundo Berman (1985:89) “preservar a lexicalização da língua de partida não corresponde a um mero exercício da literalidade, mas à preservação de traços inerentes ao próprio processo de lexicalização e à construção de fraseologia”.

Voltando à classificação e simplificando o esquema, podemos dizer que as expressões idiomáticas podem ser traduzidas ou por uma expressão equivalente – tradução fraseológica – ou por meio de outros métodos (por falta de equivalentes idiomáticos ou análogos) - tradução não - fraseológica.

Naturalmente que são posições polares. Entre elas existem muitos pontos intermédios, soluções secundárias que são associadas ao desenvolvimento do esquema: métodos de tradução noutras secções – em dependência de alguns traços e tipos característicos das expressões idiomáticas, traduzido do ponto de vista do estilo da linguagem. Estes aspetos complementares apresentam de uma forma ainda melhor os problemas de tradução de expressões idiomáticas e alargam e facilitam a seleção dos meios adequados.

Seguindo a classificação apresentada de seguida, serão analisados excertos da obra de Mikhail Bulgakov, *Coração do Cão*⁸⁴⁹, como exemplos.

No primeiro grupo entraram exemplos de unidades idiomáticas que foram transmitidas para português com equivalentes absolutos ou, na ausência destes, por expressões muito semelhantes pelo sentido figurativo:

‘здесь пролетарием и не пахнет’ – “Por aqui não cheira a proletário”;

‘сгорать со страху’ - ‘Arder de medo’ - sentir (ter) muito medo - “estava transida de medo”;

‘колынуло предчувствие’ - ‘Picou um mau pressentimento’ - “ter um mau pressentimento”;

‘распевать как соловей’ - “Cantar como um rouxinol”;

‘снять перед кем-либо шляпу’ – “Tirar o chapéu (diante de alguém)”;

‘мир перевернулся дном кверху’ - “O mundo virou-se de pernas para o ar”;

‘отчаяние повалило его’ - “Sentiu-se vencido pelo destino”;

‘сто лет ждать’ - “Esperar por cem anos”;

849 **Nota:** Mikhail Bulgakov entrou no mundo literário depois da revolução socialista de 1917 e viveu as dificuldades e contradições da realidade soviética. É famoso pelo vocabulário riquíssimo, pela abundância de construções sintáticas inesperadas, pela ironia e sarcasmo da escrita. Teve a coragem de expor, na época e na sociedade em que vivia, a sua posição céptica face às tentativas de criação de uma nova sociedade revolucionária, através de métodos de violência. Começou a escrever cedo, em geral histórias curtas e versos satíricos, que desde logo chamaram a atenção dos críticos e leitores. No entanto, no ano de 1927 o nome do escritor entrou na lista “negra” do poder soviético e à volta de Mikhail Bulgakov foi criado um ambiente de perseguição e hostilidade. Muitas obras, entre as quais “O Mestre e a Margarida”, “A Fuga” e “Ivan Vassilievich” foram publicadas só depois da morte do escritor. Essa lista também inclui o conto “Coração do Cão”. Escrito em 1925, veio a ser publicado apenas em 1987!

`не валять дурака` - “Não se fazer de tolo”;
 `признаться как на духу` - “Confessar - se como a um padre”;
 `на душе было горько` - “Ter o coração amargurado”;
 `чёрт возьми` - “Com os diabos”;

As expressões idiomáticas com a palavra “*diabo*” usadas pelo autor são bastante frequentes (e não somente na presente obra) e as traduções são razoavelmente equivalentes:

`чёрт бы взял их (с колбасой)` - “diabos os levem”; “que o leve o diabo”, “ raios vos partam”;
 `какого чёрта я ему нужен` - “Para que precisa de mim o diabo”
 `к чертям` - “Para o diabo”;
 `чёрт знает что такое` - “O diabo a quatro”, “ uma pouca-vergonha”;
 `какого чёрта` - “*Que diabo*”;

O segundo grupo de exemplos refletiu casos em que foi impossível encontrar expressões idiomáticas correspondentes na língua portuguesa sendo a expressão russa transmitida de forma descritiva.

`калачом не выманить` - ‘Não se deixa seduzir por um pão; não se deixa seduzir; não vem nem que lhe paguem - “o cão por nada sai (da sala) ”’;
 (калач - ‘*kalach*’ - pão de trigo em forma de cadeado);
 `до костей проело` - ‘ corroer até os ossos’ - “*estar escaldado até os ossos*”;
 `вытащить главный собачий билет` - ‘tirar o bilhete da sorte de cão’ - “*ter muita sorte* - “*sair a sorte grande ao cão*”’;
 `роза поперёк себя шире` - ‘ tem a tromba mais larga do que ele próprio’ -“*ter a tromba redonda como a lua, maior do que ele*”’;
 `быть тише воды, ниже травы` - ‘Mais silencioso do que a água, mais rasteiro do que a erva’ - mostrar-se dócil, obedecer com resignação - “*estar calminho*”’;
 `вошёл в азарт` - ‘ Tomar (entrar no) gosto por algo’ - “*estar emocionado*”’;
 `работать не покладая руки` - ‘ Trabalhar sem baixar os braços’ - “*trabalhar muito intensamente*”, “ *trabalhar ininterruptamente*”’;
 `с ума сойти` - Ficar louco, enlouquecer - “*endoidecer*”’;
 `свистнуть карточку` - ‘ Assobiar uma fotografia’ - “*roubar a fotografia* - “*tirar a fotografia*”’;
 `ни пса не видно` - ‘Nem um cão se vê’ - não se vê nada - “*não vejo nada*”’;
 `взять себя в руки` - ‘Ficar nas próprias mãos’ - manter-se senhor de si mesmo, das suas reações; dominar-se - “*conter-se*”’;
 `терпение лопнуло` - ‘rebentar a paciência’ - esgotar-se a paciência - “*não vou aturar mais isso*”’;
 `какого лешего носило его` (в этот кооператив) - ‘Que diabo andava ele a fazer por aqui’ - “*mas que diabo, o que terá ele ido buscar (ao armazém?)*”’;
 (`*леший*’ - silvano, figura do folclore eslavo);

O terceiro grupo englobou expressões intraduzíveis:

шиш с маслом- ‘Figa com manteiga’;
 (не)иметь казённую морду - ‘ter um foço dado de graça’;

Na tradução da novela encontramos casos de uso de expressões idiomáticas na língua de chegada para transmitir umas expressões habituais do russo.

“com um piscar de olho”
 “correr tudo às mil maravilhas”
 “dar um salto”
 “devagar se vai ao longe”
 “girar como um pião”

“engolir sapos atrás de sapos”
“pôr a cabeça a andar à rodas”
“topar-se ao longe”.

O papel do tradutor é o de dar conta e de interpretar o que o autor exprimiu e de o transpor para português, exprimindo os mesmos efeitos que sentiu aquando da leitura do texto original.

O tradutor não pode dar conta de todas as variações pessoais mas, no entanto, as suas opções terão de ser bem argumentadas e justificadas, correspondendo a uma leitura tanto quanto possível objetiva.

Sendo assim, e partindo do pressuposto que as línguas têm maneiras diferentes de exprimir estados, emoções, ações, o trabalho do tradutor é o de escolher, perante um leque extenso de possibilidades, aquela que mais se coaduna à situação que tem a traduzir, isto é, aquela das expressões que se aproxima mais da expressão que deve traduzir.

CONCLUSÕES FINAIS

Após esta breve reflexão podemos concluir que, apesar de terem origens e fontes diferentes, entre as expressões idiomáticas russas e portuguesas existem pontos comuns, não somente no caso de utilização dos idiomatismos vindos do latim e do grego, mas também na aplicação da fraseologia equivalente em dois idiomas, demonstrando assim características comuns da sabedoria popular, extensível a povos de diferentes latitudes.

Em relação a análise dos exemplos retirados da novela do Mikhail Bulgakov, constatámos que os exemplos mais bem-sucedidos da tradução foram os do primeiro grupo, pois nos casos da tradução não-fraseológica, o tradutor ou deliberadamente evitou o uso de expressões idiomáticas ou, recorrendo à descrição, acrescentou tropos inexistentes no original, deturpando assim um pouco a adequação do texto traduzido ao texto original.

A análise comparativa dos exemplos de utilização de expressões idiomáticas revelou que os principais métodos a que o tradutor recorreu para a transmissão dos mesmos foram: a seleção das expressões idênticas ou semelhantes, a seleção de combinações estilísticas equivalentes, a tradução descritiva e o uso de expressões idiomáticas na língua de chegada com falta das mesmas na língua de saída.

O problema da tradução das expressões idiomáticas podia ser resolvido ou ao menos facilitado por um dicionário bilingue de expressões idiomáticas, que constitui um tipo de dicionário extraordinário e pouco comum. Mas no caso do russo e português não existe este tipo de dicionário e, além disso, ainda não está muito clara a existência de sinonímia entre as línguas neste campo da fraseologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Berman, A. (1985) "La traduction et la lettre ou l'auberge du lointain", *Les tours de Babel*, Mauvezin, Trans-Europ-Repress ;
- Bulgakov, M. (2008) *Coração de Cão*. Lisboa: Nova Vega;
- Bulgakov, M. (2007) *Coração de Cão*. («Собачье сердце») S. Petersburgo: Azbuka-Klassika;
- Dicionário Houaiss da língua Portuguesa (2005) Lisboa: Temas e Debates;
- Dicionário de expressões idiomáticas portuguesas. Disponível em: <http://casota.org/expressions> ;
- Dubrovin, M e Mello, M. (1986). *Locuções russas por imagens*. Moscovo: Russki yazik;
- Jorge, G. (2002) “Da palavra às palavras. Alguns elementos para a tradução das expressões idiomáticas” In: *Polifonia* nº 5, 2002. Lisboa: Edições Colibri, pp. 119-133;
- Rozental, D. (2008) *Dicionário da fraseologia da língua russa (Фразеологический словарь русского языка)*. Moscovo: AST;

Vinogradov, V. (2004) Tradução. Questões gerais e lexicais («Перевод. Общие и лексические вопросы»). Moscovo: Pussky iazyk, pp. 189-200;
Vlakhov, V., Florin, S. (2009) O intraduzível na tradução. (Непереводимое в переводе) . Moscovo: R. Valent;
Voinova, N. (2000) Dicionário russo -português. Lisboa: Ulmeiro

118) LUCIANO PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Luciano José dos Santos Baptista Pereira, 1958 luciano.pereira@ese.ips.pt

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês)

Mestre em Literaturas Medievais Comparadas

Doutor em Línguas e Literaturas Românicas.

Provas Públicas para Professor Coordenador

PUBLICAÇÕES

1. Comunicações e artigos:

L'intercultural, l'audiovisuel et l'enseignement des langues

As cores da língua portuguesa como expressão de cultura

A cultura açoriano-catarinense na obra de Franklin Cascaes

Paiva Boléo e a cultura açoriano-catarinense.

A representação da Ilha na literatura de temática açoriana

2. Ensaaios:

O universo do imaginário

Os bestiários franceses do Século XII

O bestiário e os contos tradicionais portugueses

A fábula em Portugal

3. Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (em colaboração):

A cidade

O mundo das línguas

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982/1986)

Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1986/2010)

Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990/1995)

Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995/1996)

Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2005 e 2010)

Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)

É corresponsável pelo projeto da Dicipédia Contrastiva dos Colóquios da Lusofonia

A REPRESENTAÇÃO DA SERRA DA ARRÁBIDA NA LITERATURA PORTUGUESA

A presente comunicação tem por objetivo dar a conhecer um dos espaços do imaginário simbólico português assim como algumas das suas representações literárias mais emblemáticas. Tendo-se formada há mais de 180 milhões de anos, junto à vastidão do oceano Atlântico, a Serra da Arrábida é um dos raros locais onde ainda subsiste a flora primitiva mediterrânica na sua forma original. Numerosos foram os poetas que dela se encantaram, foi objeto de um amor místico sem igual. Espaço de lazer, de recreação e de sonho, afirmou-se como um espaço sagrado permitindo ao homem moderno uma constante reconciliação com as suas origens e com as suas aspirações mais íntimas.

Perante um público catarinense, que mais que qualquer outro entende e vive a dimensão simbólica do espaço e que tanto se orgulha das suas raízes açorianas, tal como Franklin Cascaes tão bem o soube expressar, não podia deixar de dar um especial relevo à voz de um poeta açoriano que, também ele, pela Arrábida se enfeitou assim como pelo “fradinho” que a imortalizou: Vitorino Nemésio.

Frei Agostinho da Cruz, é o “fradinho” poeta-santo, seu esposo místico; Sebastião da Gama, seu filho, seu irmão, seu amante; Alexandre Herculano, Arronches Junqueiro, Joaquim Brandão, Teixeira de Pascoaes, Miguel Torga, António Osório, José Afonso, José Saramago são alguns dos autores que a celebraram enquanto espaço de comunicação, de significação e de comunhão com o divino, com o absoluto, com o mistério, com o inefável. A Serra cristaliza todas as energias da entrega, da devoção e da identificação da criatura com o criador e do amante com o objeto amado. Neste exercício de representação e de interpretação literária, apreendemos a Serra enquanto texto poético e cultural e sentimo-nos profundamente envolvidos na sua e na nossa intimidade.

A SERRA DA ARRÁBIDA ENQUANTO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

Há mais de 20 anos que, no âmbito da minha prática pedagógica, me dedico ao estudo das representações literárias do património regional português. Tal paixão levou-me à criação de uma disciplina intitulada Comunicação e Património Literário que pretende, numa primeira instância desenvolver competências comunicativas e linguísticas em torno das representações literárias do património natural e cultural português com particular destaque para o Distrito de Setúbal.

Neste contexto, a Serra da Arrábida ocupa um espaço verdadeiramente privilegiado. Formou-se há mais de 180 milhões de anos e é um dos raros locais da Europa onde ainda subsiste a flora primitiva mediterrânica na sua forma original. Numerosos foram os poetas que dela se encantaram, foi objeto de um amor místico sem igual. Espaço de lazer, de recriação e de sonho, afirmou-se como um espaço sagrado permitindo ao homem moderno uma constante reconciliação com as suas origens e com as suas aspirações mais íntimas. O respeito por parte das populações e a devoção dos poetas não terão sido alheias à criação do parque natural que nela surgiu, mas não foram, infelizmente, suficientes para a proteger dos fogos, das ameaças, da cobiça e da ganância. Ontem uma cimenteira, hoje uma coincineradora, tudo em nome do desenvolvimento, dos interesses sociais e económicos, da modernidade:

*“O Fogo
Fecho entre os lábios
a serra abrasada,
árvores amortalhadas,
sobre as raízes,
as folhas
ainda em se lugar sepultas,
o negrume do chão
combustas bagas, hastas,
sementes
e assim dou
a frescura da saliva.”
(António Osório in Junto ao Sado e Arrábida, 1996)*

A presente comunicação tem por objetivo dar a conhecer um dos espaços mais emblemáticos do imaginário simbólico português e as suas representações literárias. Ela é fruto de uma longa maturação pedagógica e cultural. Agradeço aos meus alunos e ex-alunos todos os contributos que a tornaram possível, assim como o entusiasmo com que se têm dedicado a este percurso conjunto verdadeiramente iniciático.

Em 2002, dois colegas e amigos, o Dr. António Mateus Vilhena e o Dr. Daniel Pires, fundadores do Centro de Estudos Bocageanos, publicaram uma obra que não podia deixar de vir a ser uma das referências obrigatórias da disciplina de Comunicação e Património Literário: *A Serra da Arrábida na Poesia Portuguesa*. Para eles também vai a minha maior gratidão.

Toda a comunicação se estrutura em torno de um destinatário privilegiado, no caso, o público catarinense, que mais que qualquer outro nutre um especial amor pela Ilha que Franklin Cascaes tão bem soube representar. Perante um público que se orgulha das suas ascendências açorianas não podia deixar de dar um especial relevo à voz de um poeta açoriano que também ele se enfeitou pelo espaço simbólico da Arrábida e pelo “fradinho” que a imortalizou: Vitorino Nemésio.

“A Arrábida – aonde, no tempo da gasolina, nos levava pela estrada de Azeitão com tanta bondade o automóvel... - voltou a fechar-se nos seus penedos e medronhos. Talvez esteja mais pura. Os séculos têm afrontado a sua face – como diria algum bom pregador. Os incêndios comeram pouco a pouco a maior parte das árvores. Enquanto algum pastorinho ia ao convento novo avisar, ou alguma pobre apertava mais depressa o molhinho de zambujo para fugir, o fumo de aroeira, de murta, de aderno, ia correndo aquela extensão sozinho e restituindo ao céu o que de lá viera, do bico das aves.

Eu falo assim porque a Arrábida não é deste mundo. Depois dos cabreiros é dos ermitas e dos poetas.

(...)

“Frei Agostinho da Cruz corria a serra, embrenhava-se nos medronheiros, sentava-se nos penedos onde só as aves semeavam, matutava na sua vida antiga e naquela de agora, não isenta de tentação e pecado. Tudo era questão de grau e de cúmplices. Antigamente o mundo, o diabo, a carne. Agora da carne ao diabo (que era o mesmo), e dele, o ladrão! À saudade do mundo, à sua ausência. Era a altura de puxar pela réstia de bugalhos e rezar. Ou, então, e era assim quase sempre, ouvir aquele murmurinho das palavras apuradas pelos senhores letrados desde Sá de Miranda a Ferreira e ao mordomo de Caminha, cheias de amor e de sangue na boca de Camões, e agora atiradas por ele ao céu como as pedras de funda dos cabreiros e o atrevimento dos passarinhos, na gruta, um cordeiro esperava o capuchinho. Depois, uma corça. E até a doninha que um dia não o achando na lapa, foi pelo cheiro das pegadas até ao convento ter com ele. Uma águia levou nas garras o cordeirinho do frade. Agora, os gatos levam-lhe a “geneta”, a doninha...

(Vitorino Nemésio – O Capuchinho da Arrábida in Estudo e Antologia, 1986, 257-260)

Frei Agostinho da Cruz, é o frade-poeta santo, seu esposo místico; Sebastião da Gama, seu filho, seu irmão, seu amante; Alexandre Herculano, Arronches Junqueiro, Joaquim Brandão, Teixeira de Pascoaes, Miguel Torga, António Osório, José Afonso, José Saramago são alguns dos autores que a celebraram enquanto espaço de comunicação, de significação ou de comunhão com o divino, com o absoluto, com o mistério, com o inefável e sempre com a mãe-natureza e com o eterno feminino. A Serra, na sua simbologia de centro fusional e ascendente, cristaliza todas as energias da entrega, da devoção e da identificação da criatura com o criador e do amante com o objeto amado. Neste exercício de representação e de interpretação literária apreendemos a Serra enquanto texto poético e cultural. Nesta comunicação, a Serra, tal como as suas representações poéticas, convoca-nos no mais íntimo de nós próprios.

A Arrábida é indubitavelmente um santuário da nossa relação, enquanto povo, com o eterno feminino. Nela celebraram-se rituais à mãe natureza, e mais tarde à Nossa Senhora, Virgem Santíssima. Os místicos sublimaram-na como um paraíso terreal, a imagem da origem e da eternidade, um espaço de comunhão e de regeneração. Dalila Pereira da Costa (1989, 253-254) afirma que em nenhuma outra nação ocidental, a união entre terra e céu, luminoso e obscuro, masculino e feminino se terá feito no passado tão perfeitamente, e em sentido tão sagrado, como aqui.

E nessa polaridade entre visível e invisível, alto e baixo, espiritual e material, terra e céu, um terceiro termo haverá, que obrará a ligação entre ambos: o homem. Será ele, como mediador e ainda, regulador, entre as forças do céu e da terra, a quem incumbirá o papel de pontífice da ordem cósmica.” A valorização da terra é sinónima da valorização da mulher, tão contrária ao pensamento dominante que brotara no ocidente mas tão viva e

intensa entre nós os galaico-portugueses. Do priscilianismo, e das diaconisas suevas herdámos o nosso orgulho feminino, tão marcado na poesia trovadoresca, tão sublime na poesia mística de Frei Agostinho da Cruz.

Frei Agostinho celebra o Criador representando a terra em gesto ritual feito serra, “com seus humildes animais, plantas e flores diversas, e abaixo, as águas do seu mar inchado”. Objeto de uma ternura e de um amor infinito, o frade “capuchinho” glorifica-a e procede à sua transmutação na figura de Maria, Nossa Senhora da Arrábida, iluminada, elevando-se para os céus. Conta a lenda que Hildebrant, mercador inglês, após uma tempestade, durante a qual uma imagem da Nossa Senhora desaparecera do seu barco, viu, do mar, a serra iluminar-se e dela elevar-se a Virgem Maria. Pelo milagre mandou construir a primeira ermida e nunca mais abandonou a serra.

A península de Setúbal irradia um magnetismo parcialmente semelhante ao das ilhas. Foi e continua a ser vivida como um espaço de profunda intimidade, de mediação entre os quatro elementos: terra, água, ar e fogo. Rodeada de água pelo Tejo, pelo Sado e pelo Mar, o seu centro simbólico é a Arrábida, a sua montanha sagrada, o seu ventre materno, o seu mamão alimentício e regenerador.

No seu interior, aberta para o mar, a Lapa de Santa Margarida, revela-se como o útero magnífico de uma raça de homens que marinhos noticiada por Plínio que nos relata como uma delegação de olisiponenses tinha ido anunciar a Tibério que, numa gruta, um Tristão ao natural e tocando um búzio, tinha sido visto e ouvido, e ainda que na costa olisiponense tinha sido vista uma nereide que ao morrer desferira um infundável canto choroso e saudoso. É o relato da primeira mulher marinha da nossa costa. Tal relato tem já em si todas as marcas da alma portuguesa, feminina, doce, saudosa, melancólica: chorando por amor à terra e à vida.

No século XVI, Damião de Góis, na sua Descrição de Lisboa, voltará a falar desses estranhos seres: “Nos nossos dias encontram-se em muitos lugares próximos aquela praia uns homens que os habitantes deram em chamar; por causa da sua natureza e origem, homens marinhos, por apresentarem na superfície da pele umas escamas espalhadas quase por todo o corpo como se possuíssem vestígios de uma raça antiga.” Damião de Góis conta que o povo cria que os seres marinhos saíam do mar, brincavam na praia e eram atraídos pela doçura da fruta que naquela região é abundante. Seres marinhos e seres terrestres compartilhavam assim um mesmo território e talvez se tivessem tornado num único povo. Conta Damião de Góis que um amigo seu vira uma criança a brincar na água, e comer peixes crus apanhados na hora e a desaparecer no mar.

A relação amorosa pagã entre esse estranho povo anfíbio e a grande deusa encontrou, em ambas as margens do rio Tejo, dois altares que permitiram a sua expressão ritual: A serra da lua ou a serra de Sintra e o monte “barbaricus” ou a serra da Arrábida.

A instalação de um convento franciscano em cada uma delas é a marca inequívoca de sua sublimação cristã. Frei Agostinho da Cruz em ambos os altares se prostrou mas foi na Arrábida que plasmou o seu amor pelo criador. Frei Agostinho, na Arrábida, encontrou uma dimensão telúrica para o significado do amor místico, tão intenso em São João da Cruz e Santa Teresa de Ávila. Não é outro o sentimento dominante em Padre Manuel Bernardes, em Frei Luís de Sousa, Frei António das Chagas, Frei Agostinho de Santa Maria, em Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoais, José Régio ou Sebastião da Gama:

“O mais difícil não é ir à Arrábida (...) Difícil, difícil é entendê-la: porque, boas praias, boas sombras e boas vistas há-as em toda a parte (...), o que não há em toda a parte da religiosidade que dá à Arrábida elevação e sentido. Sabe-se lá se o alor místico lhe vem da origem, se lho deixarem inefável herança! – os franciscanos do seu convento?... Mas é fora de dúvida que o visitante, se o não apreendeu, sai da Arrábida sem sequer ter entrado nela verdadeiramente!

Vá sozinho suba ao convento, que é onde o espírito da serra converge e como que ganha forma, leve se quiser, os versos de Agostinho e experimente como afinal é fácil estar só com Deus.

Quando de rosado, começa a arroxear-se o horizonte, a Serra é um vulto de sombra parado a meio do silêncio.

Pios de ave, como goteiras, pinguelingam de quando em quando e de onde em onde – e damos então mais consciente notícia do grande silêncio. Dizemos:

“Assim como o cousas mudas conversando,

*Com mais quietação delas aprendo
Que outras que há, ensinar querem falando.”*

Se a lua surgir, o mato começa a desenhar no chão, arabescos que já sabemos ler, empalidece mais o convento e nós, compenetrados da beleza divina (ou franciscana?) das coisas, somos a grande porta que se fecha sobre a serra para a Serra dormir, pela noite longa e azulada das estrelas, na sua meditação que já dura séculos.

*O céu fica-lhe perto: bastaria acordar a meio da noite... Bastaria, para que deus a ouvisse, sonhar alto verso em
Frei Agostinho, dos muitos que ele rezou e sabe de cor...”
(Sebastião da Gama, Flama, 2-XII-49 in O Segredo é Amar, 1969, 52)*

2. ESPAÇO DE SOLIDÃO, DE TRISTEZA E DE ALEGRIA

Frei Agostinho vive na Serra uma purificação de si. Nela expia as suas culpas e os seus pecados do passado e do presente; na sua triste solidão, culpabiliza-se, sofre, anula-se e imola-se. Alexandre Herculano, projeta nela os valores românticos embora os seus espaços medonhos e escuros nunca apresentem a carga depressiva do “locus horrendus”. O poeta canta a solidão e a escuridão dos seus vales enquanto espaços passíveis de purificar a vida e a morte, verdadeiras portas para a eternidade:

*“Renovarei motivos de tristeza,
Para mais suspirar considerando
A sujeição da fraca natureza.*

*Dum vale noutro vale vagueando,
Um lugar buscarei medonho, escuro,
Donde comigo só me estê queixando”
(Frei Agostinho, Elegia VI “Da Serra da Arrábida” in Sonetos e Elegias)*

*“I
Salve, oh vale do sul, saudoso e belo!
Salve, oh pátria da paz, deserto santo,
Onde não ruge a grande voz das turbas!
Solo sagrada a Deus, pudesse ao mundo
O poeta fugir, cingir-se ao ermo,
Qual o freixo robusto a frágil hera,
E a romagem do túmulo, cumprindo,
Só conhecer, ao despertar na morte,
Essa vida sem mal, sem dor, sem termo,
Que íntima voz contínuo nos promete
No trânsito chamado o viver do homem.”
(Alexandre Herculano, A Arrábida in A harpa do crente, 1838)*

Na poesia de Sebastião da Gama, a mesma solidão torna-se vida, alegria, festa e graça:

*“ (...)
Os sinos todos
toquem...
E rosas silvestres nasçam
onde ninguém as sonhasse...
E o rouxinol se esqueça,
cantando minha alegria,
do que o levou a cantar...”*

E os sinos todos

Toquem

(Sebastião da Gama, Alegria in Serra-Mãe)

Hoje, cá dentro, houve festa...

E, se houve festa e veludos,

e música azul, e tudo

quanto digo,

foi somente porque a Graça

desceu hoje a visitar-me”

(Sebastião da Gama, Vida in Serra-Mãe)

Para Sebastião da Gama, a serra é sol, claridade e luz extasiada:

“O meu país de sol!

Pressentimento

da claridade Celeste!

(...)

Ó Serra aonde a cor é luz extasiada;”

(Sebastião da Gama, Versos para eu dizer de joelhos in Serra-Mãe)

Para Torga, a solidão da serra é simplesmente descanso e sono, “férias do mundo”, espaço de esquecimento onde o homem repousa as suas angústias à margem de qualquer tragédia divina:

“Arrábida, Páscoa de 1952

Refúgio

Sozinho a ouvir o mar que não diz nada.

Férias do mundo e de quem lá anda.

Concha de ouriço, mas desabitada,

Aberta no lençol de areia branda.

Não se lembrem de mim esta semana!

Matem o Cristo e ele que ressuscite!

Eu, nesta angústia humana ou desumana,

Quero apenas que o sono me visite.”

(Miguel Torga in Diário VI)

3. ESPAÇO DE ORIGEM, DE ETERNIDADE E DE ABSOLUTO

É a origem das origens, espaço de criação e de recriação eterna, de eternidade e de infinito:

“II

Suspira o vento no álamo frondoso,

As aves soltam matutino canto,

Late o labréu na encosta, e o mar sussurra

Dos alcantis na base carcomida:

Eis o ruído de ermo! Ao longe o negro,

Insondado oceano, e o céu cerúleo

Se abraçam no horizonte. Imensa imagem

Da eternidade e do infinito, salve!”

(Alexandre Herculano, A Arrábida in A harpa do crente, 1838)

(...)

*aonde a primavera, quando chega,
Já se encontra a si própria e espera-se!”
(Sebastião da Gama, Versos para eu dizer de joelhos in Serra-Mãe)*

Na serra, Sebastião da Gama saboreia a vida até à hora do juízo final:

*“Chorem os outros, morte, a dolorida
minha hora final.
P’ra mim, que bom, saber até ao fim
a que é que sabe a vida!”
(Sebastião da Gama, Romântico in Serra-Mãe)*

Tanto para Frei Agostinho como para Sebastião da Gama, a serra surge como uma imagem do Absoluto. A dimensão mística da Arrábida incendeia-lhes a inspiração com uma intensidade só comparável à sensualidade da paixão amorosa que exalta a mulher amada. Para a exaltação da serra e para a expressão apaixonada da relação com o criador, ambos os poetas recuperam a simbologia da Montanha como espaço do sagrado e das alturas, das proeminências, da verticalidade, da ascese, da mediação e do absoluto:

*“Aqui, com mais suave compostura.
Menos contradição, mais clara vista,
Verei o criador na criatura.” (Frei Agostinho, “Estando na Arrábida”)*

*“Ao crepúsculo, a Serra é Catedral
onde o órgão silêncio salmodia.
A própria luz ergueu “Ave-Maria”
e o Mar tomou as cores de um vital.*

Tudo sente o Senhor e se extasia...

*E eu também quero ser da Oração...
- Com folhados na alma, pus a mão
na minha harpa e a música ascendeu.”
(Sebastião da Gama “Oração da Tarde” in Serra-Mãe)*

4. ESPAÇO FEMININO DE AMOR E PAIXÃO

Contrariamente à opinião de José Saramago que se afasta da sua simbologia ancestral e a diz de conotações preponderantemente masculinas, a poesia, assume integralmente toda a sua essência feminina. Umbigo e útero do mundo, tal como a pirâmide, ela é símbolo de eternidade, espaço de morte e ressurreição:

“Depois de não ter tentado, sequer, descrever a serra de Sintra, o viajante não iria cair agora na tentação de explicar a Arrábida. Dirá apenas que esta serra é masculina, quando na de Sintra é feminina. Se Sintra é o paraíso antes do pecado original, a Arrábida é-o mais dramaticamente. Aqui já Adão se juntou a Eva, e o momento em que esta serra se mostra é o que antecede o grande ralhio divino e a fulminação do anjo. O animal tentador, que no paraíso bíblico foi a serpente e em Sintra seria a alvéola, tomaria na Arrábida a figura do lobo.

Claro que o viajante vai procurando, por metáfora, dizer o que sente. Mas quando do alto da estrada se vê este imenso mar e ao fundo dos rochedos a franja branca que inaudível bate, quando apesar da distância a transparência das águas deixa ver as areias e as limosas pedras, o viajante pensa que só a grande música poderá exprimir o que os olhos limitam a ver. Ou nem mesmo a música. Provavelmente o silêncio, nenhum som, nenhuma palavra, afinal, o louvor do olhar: a vós, olhos, louvo e agradeço. Assim hão de ter pensado os frades que construíram o convento nesta meia encosta, abrigado do vento norte: todas as manhãs podiam oferecer-se à luz

do mar, às vegetações da falda encosta, e assim em adoração ficarem o dia todo. É convicção do viajante que estes arrábidos foram grandes e puríssimos pagãos.

O Portinho é como uma unha de areia, um arco de lua caído em tempos de mais próxima vizinhança. O viajante, a quem o tempo não sobra, seria tolo se resistisse. Entra na água, repousa de costas no subtil vai-e-vem, e dialoga com as altíssimas escarpas que, vistas assim, parecem debruçar-se para a água e cair nela. Quando, depois visita o Convento Novo, tem grande pena da Santa Maria Madalena que lá está metida atrás de grades. Já não foi pequeno sacrifício ter renunciado ao mundo também teve de renunciar à Arrábida.”

(José Saramago – Viagens a Portugal)

“ (...)

*Daqui mais saudoso o Sol se parte;
Daqui muito mais claro, mais dourado,
Pelos montes nascendo se reparte. “*

(Frei Agostinho, Elegia II “Da Arrábida” in Sonetos e Elegias)

“Ó Fonte de Pureza!

Ó minha

*Serra toda pintada de Esperança
e debruada de azul!*

Reveladora maga

*dos meus cinco sentidos, criadora
de aqueles que eu não tinha e tenho agora!”*

(Sebastião da Gama “Versos para eu dizer de joelhos” in Serra-Mãe)

“Conselha-me tão claros desenganos

Que comece de novo nova vida

Nesta Serra deserta, alta e fragosa;”

(Frei Agostinho, “A Nossa Senhora da Arrábida” in Sonetos e Elegias)

“ (...)

*os poetas embalam sua Mãe,
que um dia os embalou*

(...)

E todo eu me alevanto e todo eu ardo.

*Chego a julgar a Arrábida por mãe,
quando não serei mais que seu bastardo.”*

(Sebastião da Gama “Serra Mãe” in Serra-Mãe)

No entanto, se para Frei Agostinho a figura da Mulher é sempre velada, para Sebastião da Gama, a Serra é Mulher em todas as suas dimensões, numa exaltação apaixonadíssima que gira em torno da simbologia da fertilidade e do prazer proporcionado pela Natureza:

“Ó minha amante sempre Virgem
e sempre desejosa do meu corpo!

(...)

Ó Serra aonde as noites

*São camisas puríssimas de Noiva,
e os crepúsculos são primeiros – beijos!*

(...)

*- Eu não quero cantar-te, minha Amante,
Minha Mãe, minha Irmã, minha Senhora.*

*eu só quero entender-te toda a vida
como te entendo, Serra nesta hora.”*

(Sebastião da Gama "Versos para eu dizer de joelhos" in Serra-Mãe)

A paixão telúrica, na sua dimensão virginal e original leva à identificação da Serra como uma manifestação da Virgem Maria a quem o poeta místico se entrega numa submissão total (cristianização da deusa-mãe):

*"Ó Virgem, mãe de Deus, Senhora Minha,
A quem me socorri, por quem chamava,
A quem servia minha alma desejava
Nesta Serra do Céu, vossa vizinha"
(Frei Agostinho, "A Nossa Senhora da Arrábida" in Sonetos e Elegias)*

"Estrela da Serra

*Virgem Maria, cheia de graça,
a terra em ondas é teu altar.
Reza-te o vento quando aí passa,
ao som das preces do velho mar.*

*Virgem Maria, milhões d'estrelas
Poisam de noite no teu altar.
Servem de luzes, são tuas velas.
É o teu órgão a voz do mar."
(Arronches Junqueiro in Arrábida, número único, 1899)*

*"Mas em toda a Capela,
e a capela é imensa,
nada mais tem presença
do que a presença d'Ela.
(...)
- Em Tuas mãos me entrego
como se ao Mar me desse. "
(Sebastião da Gama "Senhora da Lapa" in Campo Aberto)*

"Na Lapa

*(...)
Era na gruta à noitinha...
Era só... Tranquilo o mar
de manso, mui manso vinha
as lisas pedras beijar,*

*Da serra vinham murmúrios,
toadas tristes, plangentes...
Talvez de longos tugúrios
as orações reverentes...*

*O mar também ciciava
brandos queixumes doridos
d'algum náufrago que orava
chorando pelos filhos qu'ridos...*

*Ao fundo o altar da Santa
sob sombrias arcadas,*

*tecidas de mágoa tanta.
- lágrimas cristalizadas!*

*E eu quedo-me ali suspenso
olhos no espaço sem fim,
cercado de estranho incenso
feito d'alga e alecrim!*

*Ouvi um sino plangendo
ergo as mãos, ajoelhei
e em santa crença fervendo
a Ave-Maria entoai!*

*Olhei a Santa; sorria!...
- Teu rosto oh! mãe, me lembrou.
Soube então: A Ave-Maria,
foi ela que me ensinou!...
(...) (Joaquim Brandão in Arrábida, número único, 1899)*

5. ESPAÇO DE MISTÉRIO

Ancestralmente, a serra, tal como a montanha, representa um ponto de fusão entre os quatro elementos primordiais, terra, ar, água e fogo. É um espaço original onde se procura encontrar o momento da criação, onde o Poeta, perante a imensidão do céu e do mar, se sente e se afirma como recetáculo e resposta de toda a obra criada:

*“Os olhos meus dali dependurados.
Pergunto ó Mar, às plantas, ós penedos,
Como, quando, por quem foram criados.”
(Frei Agostinho, Elegia II “Da Arrábida” in Sonetos e Elegias)*

*“Na noite calma
a poesia da Serra adormecida
vem recolher-se em mim.
E o combate magnífico da cor,
que eu vi de dia;
e o casamento do cheiro a maresia
com o perfume agreste do alecrim;
e os gritos mudos das rochas sequiosas que o sol castiga
-passam a dar-se em mim.
(...)” (Sebastião Gama “Serra Mãe” in Serra-Mãe)*

*“Convosco e dentro em vós, Serra batida
Mais das ondas humanas que marinhas,
Cantarei, como cresce, a despedida.”
(Frei Agostinho, Elegia XIV “Da Arrábida” in Sonetos e Elegias)*

6. ESPAÇO DE COMUNHÃO

Na sua exuberante emoção poética, Sebastião da Gama parece exceder-se no desejo místico de se fundir e confundir com a Natureza. O poeta encontra no Mar o espaço ideal de transmutação, espaço capaz de transformar tudo o que é transitório, pequeno e humano em eterno, imenso e divino:

*“E, se eu pudesse beber
esses longes de mim me vejo e quero,
em espasmos havia de os mudar
e, num desejo nunca satisfeito,
iria possuir-te, ó Mar!
(...)
tirar de mim aquilo que é humano
e confundir-me em ti.”
(Sebastião Gama “Céu” in Serra-Mãe)*

Uma vez em perfeita comunhão com a Natureza, a vida do Poeta confunde-se simplesmente com a Vida, que emana de todos os seres. Deixa de haver diferenças: há apenas o silêncio religioso onde a Natureza fala pela sua boca:

*“Punha-me a ver correr as águas frias
(...)
As flores que levava já colhidas
(...)
O livre passarinho, que voava
Cantando para o céu, deixando a terra
Da terra para o Céu me encaminhava.”
(Frei Agostinho, Elegia II “Da Arrábida” in Sonetos e Elegias)*

*“Na minha praia, os grãos de areia
passam a vida numa confiança
que a não entende a gente.
(...)
o búzio então imitou
não sei bem se as ondas ou
se os ecos longos dos meus longos ais. “
(Sebastião da Gama “Confidência” in Itinerário Paralelo)*

É nesse espaço de plenitude, eternidade e silêncio, onde Frei Agostinho já havia consumado amorosamente a sua relação mística, que Sebastião da Gama, tal como outros poetas já o haviam feito, decide convocar e invocar o Santo-poeta, para com ele comungar desse estranho Amor que nunca deixara de ecoar e de murmurar pelas encostas da serra abençoada:

*“ (...)
Onde a minha alma, em puro fogo acesa,
Não sinta, nem consinta, outro desejo
Senão ficar de amor divino presa
(...) “
(Frei Agostinho, Elegia IV “Da Arrábida” in Sonetos e Elegias)*

*“ (...)
Lá do Céu, houve uma Estrela que foi descendo:
Agostinho,
o Frade poeta santo,
tinha descido ao Portinho*

a lembrar o seu Canto.”

(Sebastião da Gama “Confidência” in Itinerário Paralelo)

*“E o búzio não falou mais
das ondas nem dos meus ais:
anda a cantar, com saudade,
os versos de amor divino
que ouviu da boca do Frade.”*

(Sebastião da Gama “Confidência” in Itinerário Paralelo)

*“O murmúrio é a alma de um poeta que se finou
e anda agora à procura pela Serra,
da verdade dos sonhos que na Terra
nunca alcançou.”*

(Sebastião da Gama “Serra Mãe” in Serra-Mãe)

A Arrábida e Frei Agostinho acerbaram a imaginação dos poetas que sonharam ir além, além do Tejo, além do mar e além das ordens estabelecidas. Todos eles convocam-se e invocam-se numa grave e alegre comunhão:

“Agora

(...)

É grave ler os poetas...

Mas ler Frei Agostinho é divagar

Na Arrábida saudosa, além do claro Tejo,

Toda de cor lilás, em pleno azul celeste...”

(Teixeira de Pascoais in Cânticos, 1925)

“A fé que assava o místico avoengo

*A fé que assava o místico avoengo
e na Arrábida mantinha o corpo a pão escuro
removia montanhas para o Sul ou para o Norte?
já Bocage não era Sebastião
e os gamos e os texugos que ali estavam
iam à feira do gado*

beneficiando

*de leis francas com outras alimárias
quando o vento dominante vinha ovante
trazido das Canárias*

Os gamos aportavam ao Portinho

Ao cheiro de um poema ou de uma couve

Bocage morreu Só devagarinho

o místico avoengo é que não soube”

(José Afonso in Textos e Canções, 1983)

7. ESPAÇO DE DÁDIVA E DE ENTREGA DE SI PRÓPRIO.

A vivência do amor místico leva a uma entrega, a um abandono total, a um desejo fusional das vontades da criatura e do criador:

*“Mandais, Senhor, que busque bata e peça:
Eu busco, bato e peço, a vós, Senhor,
Sem ousar cousa em mim que vos mereça.”
(Frei Agostinho, Elegia II “Da Arrábida” in Sonetos e Elegias)*

*“Faz da Tua vontade as cordas que me prendam
os braços e as pernas
e deixa-me ficar ali, atado
e deixa-me ficar ali calado
ali, surdo
aquela voz que vem do fim de mim
e se parece tanto com a Tua.”
(Sebastião da Gama “Vontade” in Serra-Mãe)*

*“Cá vai Deus a remar
e eu a ser um remo com que Deus
rasga caminhos pelo Mar.”
(Sebastião da Gama “Diário de bordo” in Serra-Mãe)*

O amor místico compraz-se na contemplação da sua entrega, da sua abnegação e da imensidão da sua generosidade plasmada em Cristo na Cruz. Sebastião da Gama vai todavia ao ponto de sublimar a morte e o sofrimento, exaltando-os numa verdadeira celebração da vida:

*“Com os braços na Cruz, meu Redentor,
Abertos me esperais com o lado aberto
Manifestais sinais do vosso amor.”
(Frei Agostinho, Elegia II “Da Arrábida” in Sonetos e Elegias)*

*“ (...)
Ah! Que eu bendiga todos os insultos,
todas as troças e todas
as pedradas...”*

*- Abençoada a Vida,
abençoada a morte que sofreste”
(Sebastião da Gama “A um crucifixo” in Serra-Mãe)*

8. ESPAÇO DE IDENTIFICAÇÃO TOTAL

O amor místico procura uma fusão total com a natureza e com o seu criador, os que na Arrábida o procuraram, com ela se identificaram e nessa identificação encontraram o caminho mais curto para o Absoluto.

A conquista do futuro é vivida como um regresso às origens, ao útero primordial e regenerador. O desejo da morte é sublimado pelo desejo da ressurreição, e da vida eterna. Morrer na serra é entregar-se de corpo e alma ao corpo sagrado e à alma divina. Na serra o místico possui e é possuído pela divindade, conquistando a eternidade:

“Agora que de todo despedido

*Nesta Serra da Arrábida me vejo
De tudo quanto mal tinha entendido,*

*Com mais quietação, livre desejo
Nela cavar a minha sepultura
Que não junto do Lima nem do Tejo
(...)
Ou, quando se partira esta alma minha,
Da Terra, nesta tua, me enterrava!” (Frei Agostinho, “Estando na Arrábida”)*

*“ (...)
Agora só
que no ventre da Serra minha mãe repousa
meu corpo de Poeta,
(...)
Agora, só,
que os meus lábios são terra donde nascem
as moitas de folhado e de alecrim,
(...)
Agora, só
que sou terra na terra misturada
que a minha voz é voz de rosmarinho
eu poderei tratar por tu
a meu irmão Frei Agostinho.”
(Sebastião da Gama “Elegia para a minha campa” in Serra-Mãe)*

Frei Agostinho e Sebastião da Gama, falam-nos do amor absoluto e indicam-nos o percurso iniciático que nos leva do mar às estrelas, permitindo-nos viver a alegria da fusão total nas veredas ascendentes da Montanha. Eles tornaram-se as vozes do grande espírito que vagueia pela serra e descansa no Convento. Os seus versos ensinaram-nos a ouvir o silêncio, a estar a sós com Deus e o quanto, na Arrábida, “o céu fica mais perto”:

*“Oh! Serra das estrelas tão vizinha
Quem nunca, de ti Serra se apartara!”
(Frei Agostinho, “Estando na Arrábida”)*

*“Foi então que vivi, então que vi
os poucos metros que vão
da minha Serra às Estrelas:
e o meu fim estava nelas
e o meu princípio no mar.”
(Sebastião da Gama “Vida” in Serra-Mãe)*

BIBLIOGRAFIA

- ALBINO, José Maria da Rosa (1956) – *Arrábida*. Setúbal : Tipografia Sado.
CHEVALIER, Jean ; CHEERBRANT, Alain (1991) – *Dictionnaire des Symboles*. Colection Bouquin 12ème edition. Paris: Ed. Robert Lafont, S. A.
COELHO, Jacinto de Prado (1985) – *Dicionário de Literatura*. 3ª ed. Porto: Figueirinhas.
COSTA, Dalila (1986) – *Místicos Portugueses do Século XVI*. Porto: Lello e Irmão Ed.
COSTA, Dalila (1989) – *A Ladainha de Setúbal*. Porto: Lello e Irmão Ed.
CRUZ, Frei Agostinho da (1994) – *Sonetos e Elegias*. Lisboa: Hiena Ed.
GAMA, Sebastião (2004) – *Itinerário Paralelo*. Obras de Sebastião da Gama. Lisboa: Edições Arrábida.

- GAMA, Sebastião (1969) – *O Segredo é Amar*. Lisboa: Ática Ed.
- GAMA, Sebastião (1999) – *Campo Aberto*. Lisboa: Ática Ed.
- GAMA, Sebastião (2007) – *Serra Mãe: poemas*. Obras de Sebastião da Gama. Lisboa: Ed. Arrábida
- GAMA, Sebastião; ABREU, Maurício (1987) – *Poemas e Fotografias*. Setúbal: Casa do Bocage.
- GUERRA, Amílcar (1995) – *Plínio-O-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.
- LIMA, Augusto Pires de – *Poesias Seletas de Frei Agostinho da Cruz*. Coleção Portugal. 2ª edição Porto: Ed. Domingos Barreira. s.d.
- LOURO, Regina – *Sebastião da Gama: o silêncio da canção*. In PÚBLICO. Lisboa: 9 de fevereiro de 1992. pág. 20 a 27.
- NEMÉSIO, Vitorino (1986) – *Estudo e Antologia*. Lisboa: ICLP, 257-260.
- PEREIRA, Paulo (2004) – *Enigmas. Lugares Mágicos de Portugal*. Montes Sagrados, Altos Lugares e Santuários. Lisboa: Círculo dos Leitores e Autor.
- PIMENTEL, Alberto (1992) – *Memoria sobre a História e Administração do Município de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.
- PIMENTEL, José Cortez (1992) – *Arrábida. História de uma região privilegiada*. Edições INAPA.
- SANTOS, Alexandre F. (2008) – *Sebastião da Gama. Milagre de Vida em busca do Eterno*. Lisboa. Roma Editora.
- SARAMAGO, José (1985) – *Viagens a Portugal*. 2ª edição. Lisboa: ed. Caminho.
- VILHENA, António Mateus; PIRES, Daniel (2002) – *A serra da Arrábida na poesia portuguesa*. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.

119) M.ª DO CARMO MENDES, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA
(MCPINHEIRO@ILCH.UMINHO.PT)

Maria do Carmo Pinheiro e Silva Cardoso Mendes é professora Auxiliar da Universidade do Minho, onde se doutorou em 2006 com a tese intitulada "Don Juan na literatura portuguesa: receção de um mito literário".

As suas áreas de investigação privilegiadas são a Literatura Comparada, a Teoria da Literatura, a Literatura Portuguesa e as Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Tem participado em reuniões científicas em vários países da Europa, com apresentação de comunicações. Nas suas publicações inscrevem-se cerca de 20 artigos resultantes da investigação científica nas áreas acima referidas. Dirige a Licenciatura em Estudos Culturais. Leciona as disciplinas de Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea, Temas de Literatura Comparada, Estudos Queirozianos, Temas Avançados em Estudos Literários e Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa. Dirige cursos de formação em Estratégias de Ensino/Aprendizagem do Português como Língua Não Materna.

AGUSTINA BESSA LUÍS: DIÁLOGOS LITERATURA-PINTURA

As relações entre a vasta obra literária de Agustina Bessa Luís e outras artes, em particular a pintura, manifestam-se em diversas colaborações – e.g. com Paula Rego em *As Meninas* (2001) e com Graça Morais em *Metamorfoses* (2007) –, na admiração por Maria Helena Vieira da Silva, Arpad Szenes e Francis Bacon, e, mais recentemente, na produção de um texto inspirado na biografia do pintor holandês Rembrandt.

Os propósitos principais desta comunicação são:

- 1) *Analisar os comentários da escritora sobre a biografia e o processo criativo de pintores como Rembrandt em A Ronda da Noite e Vieira da Silva em Longos Dias Têm Cem Anos;*
- 2) *Determinar o modo como um quadro pode converter-se em tema de uma ficção narrativa agustiniana;*
- 3) *Demonstrar que o valor literário de Agustina é também amplificado por constantes diálogos interartísticos que percorrem grande parte da sua produção ficcional.*

Em cada um de nós existe uma outra pessoa que desconhecemos. Os sonhos, as obras literárias, às vezes chegam a travar relações com essa pessoa”.

Agustina Bessa-Luís, *As Metamorfoses*

1. INTRODUÇÃO

O diálogo com outras artes – a pintura, o cinema e a música – é constante na produção ficcional de Agustina Bessa Luís. Já em 1982, a reconstituição da biografia de Maria Helena Vieira da Silva em *Longos Dias Têm Cem Anos* demonstra um interesse precoce pela pintura, pelos processos de composição pictórica e pela biografia romanceada. Mais recentemente, o fascínio da escrita pela vida e obra de pintores revela-se nas obras *As Meninas* (2001) e *A Ronda da Noite* (2006).

A predileção de Agustina pela pintura desvela-se ainda naqueles textos em que um quadro ou um conjunto de quadros se converte em *topos* fundamental para a construção diegética. É o que acontece nos romances *A Corte do Norte* (1986) e *A Ronda da Noite*. No primeiro, no primeiro, o quadro de Caravaggio *Judite e Holofernes*, desempenha a função simbólica de espelho no qual com frequência se projeta a protagonista: “Rosalina, Boal, da Corte do Norte, sempre fora relacionada com coisas e objetos, como a pintura de Judite e Holofernes, no preciso momento de saciedade e de vingança” (Bessa-Luís, 1986: 238). No segundo, o famoso quadro do pintor holandês projeta e procura eternizar na esfera pública a imagem de várias gerações de uma família em decadência⁸⁵⁰.

A ampla cumplicidade de Agustina com as artes e os artistas plásticos impõe, todavia, um esforço de concretização do campo de análise. Neste sentido, procurarei centrar-me numa reflexão das biografias romanceadas dos pintores Paula Rego e Rembrandt realizadas em dois projetos que Agustina concluiu ao longo da última década. Utilizo o conceito de biografia romanceada na aceção que lhe foi atribuída por Carlos Reis e Ana Cristina Lopes (1994: 49):

“A biografia que não se exime a excursos de natureza ficcional: o mundo atual do biografado pode então fazer-se um mundo possível, interligando-se eventos e personagens factualmente verificáveis com eventos e personagens inteiramente ficcionais, naquilo que se designa como ‘modalidade mista de existência’”.

REALIDADE OU FICÇÃO: AS VIDAS DE PAULA REGO E DE REMBRANDT

Em *As Meninas*, Agustina começa por estabelecer uma aproximação entre Paula Rego e Maria Helena Vieira da Silva, respeitante às impressões iniciais sentidas perante cada uma das artistas. Ambas produziam sobre Portugal discursos de relativo desinteresse, favorecido porventura pelo distanciamento espacial. Paula Rego manifestou, nesse primeiro contacto com Agustina, “o mesmo tom enervante e desprendido da Vieira da Silva quando falava das coisas de Portugal” (Agustina, 2001: 7).

Esta apreciação deve ainda ser enquadrada na perspetiva agustiniana da biografia. Parece evidente que a relativa antipatia pela biografada é uma razão que desencadeia a própria biografia, como se esta fosse um exercício destinado a contrariar as primeiras (falsas) impressões da biógrafa. Tal acontece já com Florbela Espanca, sobre a qual afirma Agustina, em entrevista a Artur Portela (1986: 60-61):

“Eu não tinha gosto nenhum pela Florbela, nem pela sua obra, eu não tinha nada que ver com Florbela. Era um tipo de mulher que eu considerava um bocado chorona e que se lamenta sempre de qualquer coisa para esconder mistérios muito profundos e que não lhe agradava encarar. (...) Mas eu deixo sempre uma margem de dúvida quanto à importância das minhas capacidades para julgar alguém e para julgar uma situação. (...) E então fiz o melhor que pude e soube a biografia de Florbela”.

No texto de 2001, as afinidades entre a escritora e a pintora convertem-se, todavia, em identificações algo gemelares (análogas àquelas que Agustina diz sentir por Graça Morais durante a realização do projeto *Metamorfoses*). A cumplicidade entre a ficcionista e a artista plástica é reforçada pela comparação: “Era como uma pessoa de família que se tinha esquecido de mandar notícias durante um itinerário cheio de peripécias que resumiam um gigantesco trabalho. Quando pego na pena para escrever sobre Paula Rego, faço-o como se reatasse um antigo encontro. Desde a infância” (*idem*, 7-8).

⁸⁵⁰ Os Nabasco de *A Ronda da Noite* lembram a família de Ema Paiva em *Vale Abraão*, definida por Laura Bulger (1998: 36) como uma “burguesia rural inepta e falida, sem hábitos de trabalho”.

Tal como acontece com frequência nas memórias familiares, Agustina destaca espaços e momentos relevantes da vida da pintora: a quinta da Ericeira – lugar mítico onde “as meninas trocam segredos” (*idem*, 18) –, os primeiros anos de instrução formal negativamente marcados pela professora Violeta, a ida para Inglaterra, a formação académica superior e o casamento com Victor Willing.

O título do projeto com Paula Rego assume um valor preponderante (como acontecerá com *As Metamorfoses*) sob o ponto de vista biográfico: “As meninas de todas as idades mostram-se na obra de Paula Rego. Têm o rosto das criadas que andavam pela casa da Ericeira e que tinham duras mãos capazes de assassinar alguém” (*idem*, 8). Nesta medida, o texto de Agustina ultrapassa o desígnio inicial de comentário aos quadros com figuras de meninas produzidos na década de 80. O universo infantil das meninas é, para Agustina, o *leitmotif* da obra de Paula Rego.

Nas *Metamorfoses*, a escolha prende-se com a convicção da escritora de que o ser humano rejeita a fossilização e a cristalização descritivas, em temporalidades e lugares bem definidos, para se revelar, mais do que duplo, pessoalmente múltiplo.

No projeto literário-pictórico de 2001, a dimensão fantástica da pintura de Paula Rego é sugerida desde as primeiras reflexões pela aproximação entre as telas e os contos de Edgar Allan Poe. Agustina interpreta os quadros como narrativas – histórias contadas – que retomam os motivos do pavor e da solidão amplamente explorados pelo escritor norte-americano:

“As histórias mais aterradoras são inspiradas por uma noção de imensidão. Nos contos de Poe há essa ideia, flutuante e dinâmica, de qualquer coisa que é desmedida e inexpugnável. É mais ou menos a sensação que nos dá a obra de Edgar Poe. (...) Os quadros de Paula Rego são histórias. As histórias de Poe seriam ideais para Paula Rego, até porque a sua indefinição sexual adoçava o histrionismo dos personagens que, no entanto, não são figuras cómicas” (*idem*, 31).

O motivo da solidão marca de modo indelével a visão agustiniana da obra de Paula Rego (tal como determinará a biografia romanceada de Rembrandt): “O desenho de Paula é uma escrita (...) que se aprende na solidão, que pede a aprovação desse mago interior que se chama arte” (*idem*, 11). Não surpreende, neste contexto, a íntima afinidade de Agustina com Paula Rego: se o conjunto da produção literária da ficcionista expõe o fascínio pelas histórias e pela História, em narrativas de grande densidade psicológica e de estrutura complexa e deliberadamente fragmentária e inacabada, também as telas de Paula Rego apresentam realidades múltiplas: os quadros de meninas, por exemplo, demonstram que os estereótipos sociológicos são superados pela representação de personagens femininas que assumem protagonismo em cada tela, que incorporam, no desenho de mãos e de pés, a tradicional fortaleza masculina (que Agustina também questiona em romances como *Fanny Owen*, *Vale Abraão*, *A Corte do Norte* ou *Eugénia e Silvina*, entre muitos outros). Agustina aprecia particularmente esta representação subversiva das meninas nas telas de Paula Rego, qualificando-as como “profundamente perigosas” porque “*Estão sempre alerta, sabem coisas proibidas, em volta delas as mulheres conspiram*” (*idem*, 127).

A inversão de papéis tradicionalmente confiados a homens e mulheres constitui um motivo literário recorrente na ficção de Agustina. A título exemplificativo, *Eugénia e Silvina* (1989) prova, desde o título catafórico, que o protagonismo, seja na condução de assuntos domésticos, seja no âmbito da sedução e da manipulação da consciência pública, é atribuído às mulheres. João Trindade, pai de Silvina e abastado proprietário rural, é desvalorizado como sedutor, ora pela apresentação de traços que o feminilizam, ora porque recorre a um angariador de conquistas efémeras. Não é um acaso que leva os habitantes beirões à atribuição do apelido Silvino à filha de Trindade. Em *Fanny Owen* (1979), a debilitação da iniciativa masculina realiza-se pela recuperação do imaginário romântico alemão (com referências precisas a Hölderlin) e pela presença do intertexto byroniano. José Augusto (um herói de laivos byronianos, influenciado pelas leituras de *Childe Harold's Pilgrimage* e *Don Juan*) mostra-se incapaz de exercer um qualquer tipo de domínio sobre o Outro (homem ou mulher):

“Ao convertê-la em sua esposa, José Augusto sentiu que cometera um erro. Como acontece com o Hypérion de Hölderlin, as chamadas exaltantes do amor tinham amadurecido a sua alma em excesso, e a plenitude do seu coração punha-o em litígio com a vida mortal. José Augusto não era um homem vulgar, embora às vezes Camilo se empenhe em manchar a sua memória com toda a espécie de insinuações desrespeitosas. Era justamente um tipo holderliniano para quem a felicidade sem sofrimento representa apenas o embrutecido sono” (idem, 1979: 187-8).

O comentário às telas de Paula Rego revela ainda a construção de imaginários decisivos: em primeiro lugar, o da infância, período de cumplicidades e de companheirismos. As *Meninas* de Paula Rego são, para Agustina, uma romântica procura da felicidade: “A infância não é solitária. As grandes evasões não são solitárias e não há maior evasão do que a da infância” (idem, 2001: 63).

Os cães representados em algumas telas das *Meninas* convocam ao mesmo tempo a agressividade do mítico Cérbero – “Os cães de Paula Rego, que contracenam com as meninas, parecem-se ao cão Cérbero e não têm nada de doméstico” (idem, 47) – e a ambiguidade dos femininos, num jogo de aparência e de realidade em que a metáfora acaba por ratificar o protagonismo da mulher: “As meninas brincam com o cão como se fosse uma criança. Dão-lhe banho e dão-lhe de comer. Barbeiam-no como se fosse um homem, o cão é um homem que se pretende servir e dominar pela servidão” (idem, 16).

O lugar privilegiado ocupado pela mulher nas telas de Paula Rego poderia amplificar-se à representação do romance queiroziano *O Crime do Padre Amaro* num projeto que a artista realiza no final dos anos 90 e que a pintora e crítica de arte Ruth Rosengarten analisou. De facto, os quadros homónimos mostram que as mulheres assumem o protagonismo (tanto mais que Amaro é parodicamente feminilizado no uso de saia em vários quadros) em convivência, intimidade e dissimulada subserviência, transformada em estratégia de domínio de Amaro. Nos rostos dessas mulheres observa-se a oscilação ambígua entre a puerilidade da infância e a dureza da vida adulta.

De igual modo, o imaginário feérico ocupa um lugar marcante na produção artística de Paula Rego. Em *As Meninas*, o universo da literatura infantil aparece representado nas telas *O Capitão Hook* e *o Rapazinho Perdido e A Terra do Nunca* (que recriam a história de Peter Pan), e em *Alice no País das Maravilhas* (inspirado no conto de Lewis Carrol)⁸⁵¹. O feérico das “histórias de fadas e princesas”, determinante nas telas de Paula Rego, recupera uma visão mágica da realidade, que também fascina Agustina.

Se, no campo literário, como vimos, os contos de Poe são apreciados como intertexto nuclear das telas de Paula Rego, no domínio pictórico destacam-se Caravaggio, Cézanne, Goya, Velásquez (recordado pelo quadro homónimo do projeto de Agustina e de Paula Rego) e Rembrandt, especificamente examinado a partir da tela *A Ronda da Noite*: “A *Ronda da Noite* pode ser muito importante para um pintor. As trevas são muito importantes, é preciso fazê-las habitadas, o que é muito difícil” (idem, 94).

Porque para Agustina “O melhor dos artistas é a dissimulação que eles oferecem ao mundo” (idem, 44), também o romance de 2006 reconstrói alguns momentos da biografia de Rembrandt, ao mesmo tempo que ficcionaliza, a partir de diversas telas, a existência do pintor barroco holandês. De facto, não é apenas o quadro de 1642 que merece extensas reflexões à romancista. Das múltiplas vivências do pintor, Agustina seleciona os factos menos luminosos e o impacto desses acontecimentos na criação pictórica: a origem modesta do pai (moleiro) e da mãe (filha de um padeiro); a morte precoce de Saskia, a primeira mulher do pintor; a ruína económica e a solidão dos derradeiros anos de vida.

Estes acontecimentos marcantes determinam a reflexão de Agustina sobre as opções temáticas e técnicas do pintor barroco. Rembrandt terá encontrado, no retrato de cenas bíblicas, um mecanismo de apaziguamento da

⁸⁵¹ A literatura infantil é também o ponto de partida para as seis pinturas de Paula Rego motivadas pelo famoso conto de Perrault *Le Petit Chaperon Rouge*. O diálogo com o intertexto pictórico é corrosivamente paródico, convertendo o tradicional lobo em personagem masculina de traços efeminados e conferindo à avó da narrativa infantil o papel de protagonista (na vida de Capuchinho e na morte do lobo).

dor existencial. A humanidade de Cristo, na tela que o pintor holandês Ihe dedicou, procura traduzir uma afinidade biográfica: tal como o indigente pintor é procurado pelas classes mais elevadas da sociedade holandesa, assim a simplicidade de Cristo é eleita para a divinização, no quadro que retrata a sua ascensão aos céus. As cenas bíblicas que ocupam outras telas do pintor denunciam um fascínio de Agustina pela humanização do divino:

“As suas cenas bíblicas não são dramáticas? A companhia do capitão Cocq é uma patuscada de bebedores de cerveja? Ele não está ali para filosofar, mas para se embebedar de tinta e de glória. Porque, ele, Rembrandt, é admirado, procurado, chamado a pintar a sua cidade, os seus burgomestres, as suas riquíssimas senhoras de extraordinárias golas brancas. Cristo parece um pedinte espantado de se ver subir aos céus? (...) Não é um esteta, é um homem fascinado pela realidade e não um serviçal da arte. Pinta carcaças de bois no matadouro como se estivesse a ouvir uma história de enforcados. E a degolação de S. João Baptista com a cabeça do profeta no chão faz-nos estremecer e querer vingá-lo. O festim de Ester tem uma melancolia de quem sabe que o desejo se consuma na perda de liberdade”⁸⁵² (idem, 2006: 220).

O retrato humano de Rembrandt está também presente no comentário ao quadro de 1642. Agustina sustenta que a disposição de personagens oculta tenuemente o desejo do próprio pintor de reconhecimento e de promoção sociais:

“Se repararmos, A Ronda da Noite ou a Companhia do Capitão Cocq, está disposta, senão amontoada em cima dumas escadas; e, nesse aspeto, o problema da atribuição de valores fica resolvido. Cada um ascende até onde Ihe é possível, quer seja por mérito próprio ou condição social. Há os que não podem ultrapassar o seu grau de obscuridade; ou os que aspiram a valorizar-se mediante uma filiação de partido; ou ainda os que ostentam uma insígnia castrense, o casco, o fuzil, o bastão e a faixa. O rumo não estava ainda definido, muito menos o percurso. Mas arvoravam todos já os títulos e as missões, ensaiando as posições e posando para a História que possivelmente ficaria muda a seu respeito” (idem, 81).

O comentário sobre a figura feminina que irrompe na tela e que constitui o seu ponto mais luminoso, cromática e simbolicamente, não poderia ser desconsiderado na análise de Agustina. A menina que atravessa em movimento acelerado um encontro de soldados é não só a única personagem feminina de um quadro densamente povoado pelo masculino, mas o seu elemento nuclear. O olhar de Agustina (como a do espetador) não pode deixar de se fixar na imagem da menina-mulher:

“Uma figura completamente falsa na Ronda da Noite é a da pequena Saskia no meio da gente do capitão Cocq. Não tem mais de cinco anos, era assim que Rembrandt a via com o seu sentimento enternecido mas que disfarça, se não anula, uma face tenebrosa da sua humanidade. Quanto mais ele reduz a estatura de Saskia e a faz comer o cogumelo da Alice do País das Maravilhas, mais se liberta nela o impulso da infelicidade. O sucesso e a glória tinham o sentido de o tornar insatisfeito?” (idem, 89-90).

A partir de um único quadro, Agustina constrói um retrato compósito de Rembrandt. Sob este ponto de vista, a tela converte-se em transposição pictórica da sua própria biografia e, sobretudo, da sua vida interior.

A conclusão do quadro, no ano da morte de Saskia, coincide temporalmente com o início de um rápido processo de degenerescência física e psicológica. Intimamente associada à morte da figura feminina. Ao mesmo tempo, *A Ronda da Noite* desencadeia novos rumos na carreira pictórica de Rembrandt, doravante marcada pela intensificação do intimismo e da contemplação melancólica. O quadro preenche a ausência de Saskia, mas não deixa de refletir o vazio imposto pela morte da mulher amada. Por isso, ele vê-se dominado pela descrença divina do pintor, mas também pelo excesso luminoso representado na indumentária da menina que atravessa a tela. A citação, embora extensa, é fundamental para esclarecer a íntima conexão vida-obra:

852 Agustina refere-se, entre outros, aos quadros *Ressurreição de Lázaro* (1630), *O Boi Esfolado* (1665) e *Paixão de Cristo* (cinco telas).

“Não é todos os dias que se posa para o mestre Rembrandt que está afogado em lutos e provavelmente em dívidas. Ele acaba a Ronda da Noite quando Saskia morre. Não será a alma de Saskia que se converte num duende para romper caminho pelo meio da companhia do capitão?”⁸⁵³ (...)

O sentimento pagão e delirante vai impregnar a Ronda da Noite que é terminada em 1642, ano em que morre Saskia, depois da filha Cordélia; é a segunda Cordélia, a primeira morre em 1638. O estado moral e mental do pintor seria precário, e é isso que dá profundidade à Ronda da Noite. Pinta como se falasse com ele próprio, indiferente em desatinar, levado por um escrúpulo apenas quanto ao destino que continuamente lhe marca encontro. Interroga-se, enquanto pinta. **Os contínuos autorretratos dizem que se preocupa consigo mesmo**⁸⁵⁴.

Pintar é para ele um ganha-pão, mas significa também um pedido de explicações. **Pede à obscuridade que se abra e tome a palavra**; os momentos culminantes, como a ressurreição de Lázaro, são momentos profusamente iluminados, correspondem a um desejo que sai do mais profundo da alma” (idem, 129-130; nossos carregados).

A humanidade do pintor, realçada nos comentários produzidos por Agustina, é também conseguida em termos técnicos. Sob este ponto de vista, poder-se-á afirmar que Agustina encontra em Rembrandt um precursor da sua técnica descritiva. O realismo das cenas pintadas pelo holandês é retomado pela romancista no privilégio concedido ao “olhar” como elemento que permite a realização de extensas descrições, em estilo digressivo e detalhado.

CONCLUSÕES

As Meninas e *A Ronda da Noite* constituem exemplos acabados de homenagem a referentes pictóricos e a pintores. Embora separados por mais de três séculos, Rembrandt e Paula Rego veem-se retratados e ficcionados nos textos de Agustina Bessa-Luís. A análise de obras pictóricas constitui também um processo de autognose (que a escritora explicitará em *As Metamorfoses*). Comentando quadros da Idade de Ouro da pintura holandesa e de uma das mais notáveis pintoras contemporâneas, Agustina combina realismo com transfiguração do real, objetividade biográfica com ficcionalização da existência.

O papel da crítica de arte, que também pode observar-se nas duas obras, demonstra a aplicação de uma estratégia fundamental que multissecularmente aproxima arte pictórica e arte literária e que Agustina cumpre inteiramente: *“art may be taken as an aesthetic standard applicable to both literature and life”* (Borowitz, 1984: 20).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bessa-Luís, Agustina (1979) *Fanny Owen*, Lisboa, Guimarães Editores.
Bessa-Luís, Agustina (1986) *A Corte do Norte*, Lisboa, Guimarães Editores.
Bessa-Luís, Agustina e Rego, Paula (2001) *As Meninas*, Lisboa, Três Sinais Editores.
Bessa-Luís, Agustina (2006) *A Ronda da Noite*, Lisboa, Guimarães Editores.
Bessa-Luís, Agustina e Morais, Graça (2007) *As Metamorfoses*, Lisboa, Dom Quixote.
Portela, Artur (1986) *Agustina por Agustina*, Lisboa, Dom Quixote.
Borowitz, Helen (1984) *The Impact of Art on French Literature. From De Scudéry to Proust*, Newark, University of Delaware Press.
Bulger, Laura (1998) *As Máscaras da Memória. Estudos em Torno da Obra de Agustina*, Lisboa, Guimarães Editores.

⁸⁵³ Ao fascínio de Agustina pela figura de Saskia não será alheio o conhecimento do lugar crucial que esta mulher, filha do poderoso Hendrik Uylenburgh, ocupou na vida e na obra de Rembrandt: Saskia foi por diversas vezes motivo pictórico (destacando-se as telas de 1633 e de 1642).

⁸⁵⁴ Os autorretratos ocupam um lugar muito significativo na criação de Rembrandt. Produzidos desde os 22 até aos 63 anos (poucos meses antes da sua morte), oferecem-nos uma imagem dos principais momentos vitais do seu criador.

Reis, Carlos e Lopes, Ana Cristina (1994) *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina.
Rosengarten, Ruth (1999) *Paula Rego e o Crime do Padre Amaro*, Lisboa, Quetzal Editores.

120) M.^a JOÃO DODMAN, UNIVERSIDADE YORK, TORONTO CANADÁ

Maria João Dodman é natural de Ponta Delgada, Açores e vive no Canadá desde 1989. Obteve uma licenciatura em Espanhol e Francês e um mestrado em Literatura Ibérica pela Universidade de Western Ontário com uma tese sobre Gil Vicente. É doutorada pela Universidade de Toronto com uma dissertação sobre a *Beleza e a Monstruosidade na Literatura Ibérica Renascentista*. É professora na York University, em Toronto, onde leciona cultura e literatura portuguesas. Desde 2006, interessa-se pela literatura de escritores açorianos, especialmente pela obra de José Dias de Melo. Tem participado em numerosas conferências internacionais e tem publicado em várias revistas académicas e livros. Entre as suas **publicações** constam

“Spanish Violence in the Theatre of Gil Vicente,”

“Beyond Island and Sea: Reflections on the Journeys of Portuguese Working Women in Canada,”

“As Nossas Avós Açorianas: Histórias, Crenças, Superstições,”

“A Vez e a Voz da Mulher na Literatura Açoriana: o caso de Pedras Negras de José Dias de Melo.”

Atualmente, está completar um artigo sobre os mecanismos de veracidade no *Diário da Navegação* de Pêro Lopes de Sousa a ser publicado numa coletânea sobre literatura de viagens.

Açorianidade na Literatura da Diáspora Canadiana: Terra Nova de Anthony de Sá

Desde que Vitorino Nemésio avançou o conceito de *açorianidade* em 1932, tem-se debatido o tema das mais variadas perspetivas. A *açorianidade* marca a peculiaridade e a diferença da identidade açoriana que, segundo Nemésio, é o resultado de fatores históricos e geográficos que definem os Açores não só como um “autêntico viveiro de lusitanidade quatrocentista” mas também de acordo com “a embriaguez do isolamento.” Deste modo, o clima, a proximidade do mar, e a terra vulcânica contribuem a esse conjunto de especificidades. No entanto, a *açorianidade* não se limita a um espaço geográfico, mas sim, como já nos disse Onésimo T. Almeida, é um termo vago e aberto, um conceito que se alarga e viaja com os açorianos dentro ou fora das ilhas.

Assim, esta *açorianidade*, ao navegar em novos mares e ao desbravar novas terras, chegou-nos na coletividade dos nossos imigrantes açorianos a Toronto, grupo de considerável importância do mosaico étnico canadiano. Em 2008, surge no palco literário o romance *Barnacle Love* (disponível em Português com o título de *Terra Nova*) do Luso-canadiano Anthony de Sá. *Terra Nova* é uma narrativa centrada na experiência migratória da família de Manuel Rebelo, e que nos apresenta dois mundos distintos e conflituosos: Lomba da Maia em São Miguel e a cidade de Toronto no Canadá. A vivência insular e o modo de ser açoriano marcam uma forte presença no romance. Assim, partindo do conceito de Nemésio, este estudo pretende examinar a forma como se revela a *açorianidade* em *Terra Nova*, considerando as suas possíveis reinvenções ou mutações não só como consequência da distância física e emocional das ilhas mas também como resultado de uma modernidade em constante contacto com outros mundos e outras etnias.

“A matança era um acontecimento anual. Era o tipo de coisa que sempre me incomodava; ali estávamos nós, na grande cidade, com talhos por todos os lados no mercado de Kensington e contudo a mentalidade de lavrador trazida dos Açores continuava a sobreviver” (De Sá, *Terra Nova*, 2009: 150)

O romance *Terra Nova* de Anthony de Sá aborda a saga migratória, um tema de relevo, fundamental para entendimento do mosaico multicultural do Canadá assim como a experiência coletiva de uma nação forjada por imigrantes. A história relata o sonho de Manuel Rebelo, que marcado pelos horizontes físicos e emocionais de Lomba da Maia, atreve-se a desbravar novos mundos na procura de “fazer a América.” Esse sonho, o sonho de emigrante, leva-o à Terra Nova e eventualmente a Toronto, cidade multicultural, marcada por uma presença portuguesa de importância proeminente. No entanto, o “sucesso” de Manuel Rebelo, revela-nos um mundo de contradições, de desilusões, de impossibilidades linguísticas, culturais e emocionais. O sonho de “fazer a América”

não se concretiza nem em Manuel, nem no filho António, que nos divulga as dificuldades inerentes de uma identidade hifenizada. Esta é sem dúvida uma história, como já disse o próprio escritor, universal, que embora se baseie na emigração açoriana, integra-se na experiência humana, universal de qualquer um que deixa o seu país à procura de novas paragens. Mesmo assim, o romance foi imediatamente acarinhado pela nossa comunidade de açorianos, que não só se sentiram identificados, mas também reivindicados, parte de uma história que, segundo muitos, estava por contar. Em Toronto, onde reside a maior comunidade portuguesa da América do Norte, sendo a sua maioria açorianos e descendentes, *Terra Nova*, teve e continua a ter um impacto até certo ponto de cariz profético. No entanto, o sucesso de *Terra Nova* entre a comunidade, não se limita ao facto de que nele nos vemos representados, privilegiados no microcosmo açoriano de terra e mar. *Terra Nova* revela-se inovador no sentido em que questiona e propõe novos modelos, incorporando como veremos, sonhos e atitudes que, pela distância física e emocional dos Açores, patenteiam a necessidade de renovação de uma *açorianidade* anacrónica, em plena oposição à integração dos jovens, divididos entre culturas e sonhos.

Vitorino Nemésio, como já se sabe, foi o escritor que deu um nome a essa unidade psicológica exclusivamente açoriana: a *açorianidade*. As observações de Nemésio sobre o tema encontram-se em várias das suas obras, mas a consciência insular aparece principalmente em dois textos publicados com o título de “Açorianidade.”⁸⁵⁵ O apego a terra, as tradições e o mar surgem como fatores de extrema importância. Os Açores são, segundo Nemésio, um “autêntico viveiro de lusitanidade quatrocentista” submetido à “embriaguez do isolamento.”

Como Nemésio esclarece: “Como homens estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo habitat a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar (Nemésio, 1932). No entanto, este isolamento não limita o ser ilhéu à pequenez das ilhas, mas sim impele-o a procurar novos horizontes: “confinados nas ilhas, não nos consideramos em cárcere. O sentimento de liberdade nos garante o poder de evasão. A mesma liberdade nos confere domicílio inviolável e nos convida a emigrar” (Nemésio, 1975: 37).

O apego à pequena pátria e a necessidade de procurar novos rumos marcam desde o início a narrativa de *Terra Nova*. As ilhas aparecem na sua extrema pequenez, de horizontes estreitos e limitados. Manuel desabafa: “Os Açores não tinham nada para lhe dar. A minúscula ilha de São Miguel era sufocante, perdida no meio do Atlântico. Percebera desde muito cedo que o mundo que a mãe criara para ele era demasiado pequeno, demasiado previsível” (2009: 15). Manuel repete o carácter sufocante das ilhas e a necessidade de evasão nas várias cartas que escreve a mãe desde a terra nova. Dez anos depois, ao regressar à ilha, Manuel percebe que pouco havia mudado: “uma terra imobilizada no tempo, com os seus habitantes imóveis e imutáveis [...] Voltou-se para olhar para as casas do outro lado da estrada, o mesmo poço seco e a extensão de campo que desaparecia para além de um penhasco, na direção do mar” (2009: 86-87).

A ilha é definida por forças contraditórias que, por um lado, mantêm os protagonistas saudosos, mas por outro lado, assim como nos diz Nemésio, os convida a emigrar. Georgina consegue captar esta dicotomia: “a primeira coisa que vi no cais de Halifax foi um cata-vento, um galo com quatro copos que captava o vento e girava sob o ar do oceano. Fez-me recordar a minha terra, o lugar que eu quisera deixar e as pessoas de quem já sentia saudades” (2009: 181). Para além das pessoas, a beleza das ilhas, as tradições e a grandeza do mar, marcam Manuel de tal forma que muitas das suas ações e comportamentos se subordinam ao imaginário ilhéu. Manuel procura conforto aos limites da sua existência nas ilhas na beleza e grandeza do mar; nas horas passadas no grande penhasco na praia, no *Beißolas*, a garoupa enorme que o continua a acompanhar na Terra Nova, nos envelopes que dão cheiro a oceano, e na atração pela cidade de Saint John, que como pensa o próprio Manuel: “o facto de ser encontrar tão perto do oceano condiciona toda a vida nesta terra, pensou. Era como se o penhasco no qual se sentara durante toda a sua vida, balouçando os pés sobre o vazio, fosse a mesma rocha o e mesmo mineral que se formavam ao longo das costas daquela terra” (2009: 30). A terra nova tinha de facto o mesmo cheiro da sua terra (2009: 43).

855 Um em *Insula*, 7/8, 1932, e o outro no *Correio dos Açores*, também de 1932.

Em “Fado”, Manuel prepara-se para partir para Toronto e por consequência despede-se do mar:

*Diz adeus ao mar, diz adeus
Ainda que os céus possam abrir-se
E sorrir para o lugar onde eu nasci,
Cheio das coisas que eu conheço.
Não regressarei do mar.
Não lamentem, não chorem –
Limitem-se a cantar pelo meu sonho e ...
A rezar por mim (2009: 77).*

Contudo, e embora Manuel não regresse do mar, ele regressa ao mar, que continua a cumprir uma necessidade orgânica. Em Toronto, a impossibilidade de sentir e cheirar o mar, revela-se na nostalgia de Manuel, nas tentativas de resgatar um oceano perdido: “Manuel levou à boca uma garrafa de Molson’s Export Ale. O barco azul, que figurava no rótulo, com todas aquelas velas lembrava-lhe sempre a terra de onde a sua família viera, os portugueses com o seu orgulho na tradição da construção e exploração dos barcos” (2009: 80). Em Toronto, a proximidade do lago não consegue substituir nem aliviar as saudades do mar, sendo o peixe do lago rejeitado porque “o meu pai estava convencido de que peixe de lago não era bom para comer, que não tinha o sal natural do mar que mantinha os outros peixes saudáveis, livres de doenças e poluentes” (2009: 150).

Nas memórias das ilhas aparecem tradições antigas, como a festa em honra de Nossa Senhora do Rosário, que Manuel recorda em Saint John por ocasião da festa em honra de Nossa senhora de Fátima, estatua oferecida por Portugal. Aparece também o ritual de fazer a cama aos noivos, ritual que, embora já há muito abandonado pelos portugueses, representa uma ocasião de convívio e tradição em Lomba da Maia. Existem também os cheiros, específicos das ilhas, como o sabão de alperce com um toque de feno seco, o cheiro que Georgina confessa querer levar para o Canadá (2009: 111), ou como confessa Manuel numa das cartas: “*sinto a falta do cheiro a pinho que se esmaga sob os nossos pés, dos doces, e do cheiro da nossa casa nas noites húmidas*” (2009: 51-52). Nostálgicos e dominados por esse viveiro ilhéu, os açorianos recriam esse mundo em Toronto:

Palmerston Avenue era “lá em casa”. Havia sempre olhos atentos atrás de cada cortina das janelas, como os da Sr.ª Gloria que via, ouvia e aumentava todas as coisas que ouvia e via. Ouvia-se o fado através das portas de redes, o cheiro de sardinhas assadas flutuava sobre as vedações, e as roupas coloridas e as toalhas branqueadas pela lixívia esvoaçavam ao vento quente, até estarem secas e estaladiças nos entendais. Os nossos quintais eram perfeitas contradições com as suas filas bem alinhadas de feijão, tomate e repolhos apoiados numa mistura de estacas gastas pelo tempo, velhos sticks de hóquei e pedaços de calhas. Nunca se deitava nada fora. Os esquilos e guaxinins eram supostamente desencorajados por uma série de latas cheias de feijões secos ou pelo chocalhar de pregos contra embalagens de empadão suspensas por cordas. Grandes boiões de pickles protegiam os tenros rebentos dos tomateiros contra a geada imprevisível (2009: 149).

Esta descrição é um espelho da casa da família Rebelo: no jardim, uma estátua de Jesus de uns setenta centímetros com um Sagrado Coração rodeado de flores de plástico, uma adega, uma cozinha na cave e um quintal composto das ditas contradições.

Contudo, neste mundo idílico, neste viveiro ilhéu, a *açorianidade* revela-se incompatível com o mundo que rodeia a família Rebelo. É principalmente António, quem mais se revolta contra a cultura distante mais sempre presente no lar dos Rebelo. António está plenamente consciente de que tanto o pai como a mãe, e por extensão as demais famílias de portugueses, não se conseguem adaptar. Perdura a mentalidade de lavrador responsável pela matança de porco, ato desagradável, antiquado e em conflito com a cultura já pouco tradicional de António. Ele confessa que:

O que nós todos queríamos era fugir ao nosso pequeno bairro português. Queríamos que as nossas mães comprassem manteiga de amendoim, as refeições ultracongeladas da Swanson, macarrão e queijo. Queríamos que as nossas mães conduzissem um carro – até um acampamento de verão ou ao Eaton Centre. Queríamos que os nossos pais usassem camisa e gravata para ir trabalhar. Queríamos que eles fossem ao parque e jogassem futebol connosco. [...] E queríamos não ter de servir de intérpretes no banco, ou sempre que alguém tocava à

porta para vender aspiradores Electrolux. Estávamos cansados de responder às provocações dos colegas de escola – “Não! Não comemos peixe todos os dias!” (2009: 148-149).

Perdura na obra uma tentativa de evasão da ilha e dos imensos estereótipos que parecem definir e limitar os portugueses; as crianças por exemplo adotam facilmente a versão inglesa dos seus nomes. O Ricardo transforma-se em Ricky, o Manuel em Manny, a Teresa em Terri e o António em Tony, nomes que como nos revela o próprio António, apesar de não ser o nome registado, não corrigiu os professores quando estes lhe começaram a tratar por Tony (2009: 149).

Portanto, a *açorianidade* para a geração de António é uma noção antagónica, um obstáculo que os impede integrarem-se ao mundo de Toronto que se estende para além dos limites da casa e do bairro português. Para eles a *açorianidade* reduz-se a “*fragmentos de cenas: tomar banho em meia tina de água fria, manteiga derretida, pés sujos, rostos gastos e envelhecidos, calor, suor e pó, pão partido à mão, animais e sangue, roupa na saponária, retretes no exterior com montes bem arrumados de trapos, patilhas em forma de sticks de hóquei. A Tia Candy – com os seus lábios vermelhos a enquadrarem os dentes tortos, a minha avó como um monte de carvão – a blasfemar e a praguejar a cada curta e esforçada inspiração*” (2009: 197).

É na inabilidade de comunicação entre o pai e o filho que se capta este antagonismo. O sonho de Manuel, não só é rejeitado por António, mas este procura outro sonho, totalmente em desacordo com a mentalidade do pai: *O que estás a desenhar? – perguntou. Continuei a fustigar o papel com o meu lápis, em golpes curtos e rápidos. – É um pássaro ... um pássaro morto. [...] - Não vê pássaro aí. Vê linhas malucas mas não vê pássaro. – Nem seria capaz – respondi. – Porque não faz tu matemática? Eu não vem neste país para tu faz desenho de pássaro. As minhas orelhas ferviam. Ele sabia que eu queria desenhar. Apesar de todos os meus professores lhe dizerem que eu era especial, que tinha verdadeiro talento, ele exprimia a sua ira, de um modo trocista, sempre com as mesmas palavras. – Negócios – dizia ele -, vai ser homem de negócios.* (2009: 198)

Esse típico fado que viaja no ar, entre as janelas do bairro português, fado que canta Manuel sobre a “vida, o amor, das coisas perdidas” converte-se em António numa massa incompreensível, “uma porcaria de que a minha família falava incessantemente” (2009: 214). No entanto, António não rejeita por completo a *açorianidade*, nutrindo-se desses elementos na criação de novos. Regista-se o apego de António pela mãe, especialmente a habilidade desta de criar coisas do nada, e na confissão final de António quando olha o pai e pensa: “amo-o pelo homem que ele pode ser” (2009: 215).

O mar que tanta influência tem sob Manuel, também exerce certa atração em António. No quarto de António existe um aquário, cujo habitante é um mergulhador antigo, que em vão, se esforça para abrir um baú de tesouro. António passa muito tempo admirando esse aquário, especialmente os esforços e a persistência do mergulhador: “*não faço ideia porque é que eu achava aquilo tão fascinante. Que poder era aquele que me mantinha colado às suas tentativas frustradas?*” (2009: 168). O mergulhador encarna o tema central desta narrativa.

Por um lado, reflete as tentativas frustradas de Manuel em “fazer a América.” Mas, por outro lado, é também uma imagem de António, nas suas tentativas igualmente frustradas em pertencer a um mundo, mas que ainda de certa maneira, assim como o seu mergulhador, rodeado das reminiscências desse mar. Como afirma Anthony de Sá, “*as children of a diaspora, we are haunted by what it is we are left to reclaim in a new world where lives are “grittily real and as mythic as the sea that forms them.”*”

Terra Nova distingue-se neste sentido da literatura produzida por portugueses ou por descendentes de portugueses no Canadá, que segundo Joel, está condenada a fracassar porque: “*it relates exclusively to homeland ways of life, emerging as ethnographic exercises of memory and nostalgia rather than literature*” (2000: 223). *Terra Nova* toma como ponto de partida a *açorianidade*, marcada pela memória e pela nostalgia do viveiro ilhéu e coloca-a no novo mundo onde se confrontam a tradição e a modernidade na construção problemática da identidade hifenizada de Terri e Tony.

Segundo Onésimo T. Almeida, a *açorianidade* não implica uma repetição do passado. É um termo aberto. O futuro não pode ser uma mera reprodução em fotocópia do passado como se ele fosse um figurino. As sociedades evoluem. A *açorianidade* amanhã englobará o que os açorianos forem hoje e amanhã. Trata-se de um conceito dinâmico (2009).

É de este modo que Anthony de Sá se insere na multiplicidade de vozes multiculturais, ao propor uma reavaliação das fronteiras de tempo de espaço. É neste questionamento de tempo, espaço e identidade que se debate a açorianidade, o modo de ser ilhéu que ultrapassa o mero apego a ilha e ao mar e sem os rejeitar, abre-se a uma celebração onde a peculiaridade e a diferença açoriana passa a incluir as características do novo país: macarrão e queijo, refeições da Swanson e Lusodescendentes que procuram outros sonhos, que com a mesma persistência dos seus antepassados, “fazem a América” à sua maneira.

OBRAS CITADAS E CONSULTADAS:

Almeida, Onésimo T (2009). “Açorianidade – algumas (re)considerações.”

Disponível em <http://ww1.rtp.pt/icmblogs/rtp/comunidades>.

--- (1989). Açores, Açorianos, Açorianidade: Um Espaço Cultural. Ponta Delgada: Signo.

De Sá, Anthony (2009). *Terra Nova*. Tradução de Maria Eduarda Colares. Alfragide: Dom Quixote.

Joel, António Augusto (2000). “Literature of Portuguese background in Canada.” In Teixeira, Carlos, Da Rosa, Victor M.P. (eds.). *The Portuguese in Canada*. Toronto: University of Toronto Press.

Nemésio, Vitorino (1932). “Açorianidade” in *Insula*, 7/8, 1932.

--- (1975). *Atualidade e Destinos*. Angra do Heroísmo: Edições Atlântida.

--- (1986) [1929]. “O Açoriano e os Açores.” In Gouveia, M. Margarida (ed.). *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*. Lisboa: ICALP.

--- (1986) [1932]. “Açorianidade.” In Gouveia, M. Margarida (ed.). *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*. Lisboa: ICALP.

Ramos Villar, Cármen M. (2006). The Metaphorical “Tenth Island” in Azorean Literature: the Theme of Emigration in the Azorean Imagination. Lewiston, N.Y.: Edwin Mellen Press.



121) MANUEL JOSÉ SILVA UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA

Manuel José Silva, investigador da Universidade do Minho, doutorou-se na Universidade de Caen (França) com um “Doctorat d’État” intitulado *Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain* (1991).

Tem participado em numerosos Colóquios, nacionais e internacionais, havendo publicado um número considerável de artigos científicos.

Em 2008, publicou o ensaio intitulado *La langue française et l’histoire*, encontrando-se, atualmente, a preparar um ensaio subordinado ao tema *D. Sebastião na literatura portuguesa contemporânea*.

O ANTIMITO SEBASTIANISTA NO CONQUISTADOR DE ALMEIDA FARIA

INTRODUÇÃO

O Rei D. Sebastião é, para os leitores dos cronistas, historiadores, escritores e poetas, um paradoxo, no sentido de, conquanto jovem, ter tido uma visão política inteligente da governação.

Tal perspetiva, porém, fracassou tragicamente na insensata (para alguns...), desastrosa e fatal batalha de Alcácer-Quibir, na qual o Rei se ‘perdeu’ e perdeu o seu Reino. Estranho paradoxo este o de um Rei-Menino cuja fugaz e misteriosa juventude foi e é o tema fundador do mito lusitano por excelência...

Almeida Faria, no seu romance *O Conquistador*, combina autobiografia e metaficção historiográfica, ao evocar D. Sebastião através da personagem principal, Sebastião de Castro.

O seu protagonista, por estranhas coincidências, é apresentado como sendo a reencarnação, há séculos desejada, do décimo sexto monarca português. Sebastião de Castro não é um falso D. Sebastião contemporâneo, mas a personagem ficcional que tenta libertar-se da sombra asfixiante e sempre presente do seu duplo histórico, criticando-o, por vezes, violentamente.

Antes de abordar o tema principal desta breve intervenção, julgo ser pertinente evocar, de modo sucinto, a situação política e social em que viveu D. Sebastião, a fim de melhor se compreender as referências a que lhe faz Almeida Faria.

Em 1554, ano do nascimento do Desejado, a conjuntura em que avultavam condicionamentos importantes de geopolítica agravava-se cada vez mais para Portugal, que ia perdendo, gradualmente, parte do seu imenso Império. Não é de estranhar, por isso, que o grande escritor brasileiro Euclides da Cunha, conhecedor perspicaz da alma lusa, e a propósito da supracitada conjuntura, escreva no seu livro intitulado *Os Sertões. Campanha de Canudos*: “[...] espontaneamente recordamos a fase mais crítica da alma portuguesa, a partir do final do século XVI, quando depois de haver por momentos, centralizado a História, o mais interessante dos povos caiu, de súbito, em decomposição rápida, mas disfarçada pela corte oriental de D. Manuel.” (Cunha, 1991: 96).

Na verdade, os corsários, sobretudo franceses, apoiados pelos Turcos, atacavam a costa atlântica e aproximavam-se com frequência da América portuguesa.

O sultão de Fez, Mulei Moluco, reforçava o seu poder, aliando-se aos poderosos Otomanos que, apesar de vencidos em Lepanto (1571), continuavam a ameaçar seriamente não só as praças-fortes portuguesas de África, mas também as rotas marítimas de vital importância, pondo em perigo a Madeira, os Açores, a costa algarvia e a própria Europa cristã.

É possível que uma das razões que levou o jovem rei a atacar os Muçulmanos no seu próprio território tenha sido o facto de contar com a ajuda de Mulei Mahamet, que tinha sido deposto pelo seu tio, Mulei Moluco, comandante de um poderoso exército, bem treinado pelos Turcos e experimentado em batalhas de campo aberto, o que não acontecia com o nosso exército, mais habituado a defender as praças-fortes.

Esta expedição foi cuidadosamente preparada ao longo de alguns anos. O monarca chegou mesmo a fazer uma visita de reconhecimento aos territórios de África, contra a opinião dos seus familiares e conselheiros (os verdadeiros), por ser uma empresa arriscada. Na verdade, Sebastião queria, antes da expedição final, ver *in loco* as dificuldades que iria encontrar. O rei, apesar de muito jovem, não era ‘tonto’, ‘pateta’ e ‘bronco’, como alguns críticos posteriormente o designaram.

A este propósito, Mello (1908: 78) faz referência à degenerescência física e aos graves problemas de saúde dos ascendentes de D. Sebastião: “[...] e o produto terminal de toda esta acumulação de hereditariedade n’uma família, o génio phostumo nascido por uma madrugada fria de janeiro quasi ao claro processional de mil tochas acêsas, entre o badalar festivo de todos os sinos da cidade e o immenso Te-Deum erguido pela onda negra dos frades e do povo, esse ponto final d’uma dynastia e d’uma raça é D. Sebastião.”

Os historiadores e investigadores contemporâneos⁸⁵⁶, que não confundem factos com lendas, boatos e mitos⁸⁵⁷, de que falam necessariamente até para alertarem os seus leitores, evocam o Desejado de uma maneira que surpreende os que ignoram a História e a lógica dos acontecimentos. Estes historiadores/investigadores são

856 Ver, sobre este assunto, Baños-Garcia (2008), Ramalheira (2002), Cruz (2009).

857 O conceito de mito tem sido definido e estudado por historiadores, sociólogos, filósofos, psicanalistas e homens de letras de renome internacional. Uma tentativa de definição e explicação do mito não cabe no âmbito desta breve intervenção. No entanto, em termos muito genéricos, pode dizer-se que, em literatura, o mito é uma narrativa simbólica, que adquire um valor fascinante, ideal ou repulsivo, e que explica uma situação ou faz um apelo à comunidade humana.

unânicos em afirmar que a desastrosa batalha de Alcácer-Quibir, em 4 de agosto de 1578, não foi apenas uma tentativa séria de recuperação de territórios do Império, do seu possível alargamento e da dilatação da fé, mas também a configuração de uma vontade inquebrantável, mística, caprichosa, intolerante para os que não pensavam como ele e vaidosa.

D. Sebastião, educado pela sua avó Catarina da Áustria, viúva de D. João III e irmã de Carlos V, instruído pelos Jesuítas e rodeado por maus conselheiros, numa corte onde reinava a inveja, a adulação e o mexerico, afastava-se, sempre que podia, de Lisboa, capital por ele detestada. Cavaleiro de Cristo, admirava o lendário rei celta Artur⁸⁵⁸, D. Afonso Henriques e D. João II. O Imperador Carlos V, seu avô, foi, para ele, o exemplo perfeito do rei cristão e conquistador.

Alcácer-Quibir seria a grande oportunidade para pôr em prática o seu espírito inflamado pela leitura das guerras contra os infiéis e de cometer uma proeza que deixasse impressionada a Europa cristã: *“E Marrocos surgia como o palco de eleição. Desde logo, pela sua carga mítica, enquanto espaço de prolongamento da Reconquista cristã e ibérica, único espaço ultramarino onde os monarcas da dinastia de Avis tinham participado pessoalmente em campanhas militares. Mas também, como já sobejamente se salientou, por corresponder à expectativa que muitos portugueses depositavam em D. Sebastião.”* (Cruz, 2009: 254).

Infelizmente, quando se recorda o Rei-Menino apenas se revisita a trágica aventura africana, esquecendo que ele procurou reformar a legislação, a administração, a justiça, a sociedade portuguesa e a do Império. Um exemplo: em 1570, foi proibida a escravização dos índios brasileiros.

O seu tio Filipe II de Espanha, futuro rei de Portugal, os familiares do jovem monarca e uma elite conhecedora da realidade tentaram demovê-lo desta aventura. Em vão. O rei procurou a ajuda das cortes europeias e o Papa considerou a sua expedição como uma cruzada. Duas razões de peso seriam suficientes para que Sebastião não levasse para a frente a sua decisão: um numeroso exército do rei de Marrocos esperava-o na planície perto de Alcácer-Quibir (hoje Ksar-el-Kébir, cinquenta mil habitantes), e o facto de o monarca não ter descendentes, o que, se houvesse uma grande infelicidade, levaria o País à perda da independência.

Creio, porém, que a maior parte dos Portugueses apoiava a decisão do seu rei. Na verdade, as profecias do Bandarra⁸⁵⁹, muito populares, e os cronistas da época exaltavam a juvenil figura. Luís de Camões, na dedicatória da sua epopeia, incitava o monarca a ir guerrear os muçulmanos: *“Vós, o novo temor da Maura lança/Maravilha fatal da nossa idade/Dada ao mundo por Deus.”* (Camões, 1972: 6) [o adjetivo *fatal* tem o sentido primitivo de *determinado pelo destino*]. Trata-se, possivelmente, de uma referência ao seu nascimento, o milagre que veio tranquilizar a nação.

Em África, Sebastião foi um herói extremamente corajoso, mas um péssimo comandante, um estratega inexperiente e presunçoso. Em pouco mais de seis horas, nesse dia tórrido de 4 de agosto de 1578, cerca de oito mil Portugueses foram dizimados, dez mil feitos prisioneiros. O nosso Império acabara e a ‘nação-saudade’, estupefacta, incrédula, chorava.

O cadáver do rei foi identificado por pessoas idóneas e sepultado em Alcácer-Quibir e, depois, em Ceuta. Mais tarde, o rei de Marrocos, que tinha um relacionamento de amizade política com o rei Filipe II, e a pedido deste, devolveu aos Portugueses os restos mortais de Sebastião.

Esta batalha, conhecida como a batalha dos três reis, Sebastião, Mulei Mahamet e Mulei Moloço, que aí encontraram a morte, causou grande consternação em Portugal e na Europa. Na verdade, vários contingentes estrangeiros lutaram ao lado dos Portugueses.

Os restos mortais do monarca foram recebidos no dia onze de dezembro de 1582, no Mosteiro dos Jerónimos, pelo rei Filipe, com honra e dignidade. O monarca espanhol assim o quis, posto que se tratava do seu sobrinho e

858 Ver Gual, nº 68, 54-62.

859 Ver *Trovas do Bandarra*, 1989, Introdução de Aníbal Pinto de Castro.

ainda porque não desejava que os boatos, afirmando que Sebastião não morreria, mas viria encoberto, enfraquecessem a sua autoridade.

Muito se escreveu e ainda se escreve sobre o nosso mito por excelência: peças de teatro⁸⁶⁰, ensaios⁸⁶¹, teses universitárias⁸⁶², em Portugal e no estrangeiro, filmes e até uma canção ([a ser ouvida no final desta intervenção](#))⁸⁶³.

A partir do início do século XXI, predominam os romances históricos⁸⁶⁴ que têm como protagonista o Desejado. A esta literatura poderíamos chamar literatura da nostalgia.

Estranho paradoxo este: o Desejado foi apenas o décimo sexto rei da monarquia que, pela sua inexperiência e idealismo, perdeu Portugal. Transformado em figura histórica mítica, messiânica e libertadora pela mediação da literatura, o *Rei Encoberto*⁸⁶⁵ apoderou-se da imaginação do povo oprimido. O eco deste messianismo⁸⁶⁶ chegou também aos sertões da Baía, como refere Euclides da Cunha ao evocar os rebeldes de Canudo: “*um emocionante drama da nossa História*” (Cunha, 1991: 168).

*“D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civil
E fazendo casamento.*

*Visita nos vem fazer
Nosso rei D. Sebastião.
Coitado daquele pobre
Que estiver na lei do Cão!” (Cunha, 1991: 139).*

Sebastião era forte, destemido e viril. Afirmam alguns cronistas⁸⁶⁷ que, aos doze anos, matara um javali. Passava muito tempo a caçar e em exercícios físicos até ao limite das suas forças. Recusou ou protelou promessas de casamento com conhecidas princesas europeias. Sofria, contudo, segundo os físicos de então, de uma doença ou ‘defeito’ (eufemismo pudico) que o impediam de ter filhos e de ter um relacionamento normal com o sexo oposto. Os psicanalistas de hoje diriam, possivelmente, que uma situação clínica destas poderia levar ao suicídio ou à sublimação⁸⁶⁸.

860 Ver Correia (1969), Régio (1949).

861 Ver Santos / Silva (2007).

862 Ver Ramalheira (2002).

863 “A Lenda de El-Rei D. Sebastião” (1967).

864 Barroqueiro (2006), Franco (2007), Mendanha (2005).

865 Ver, a este propósito, Bruno (1904), Correia (1969), Pires (1982).

866 Para uma definição e explicação deste conceito, ver, em particular, Besselaar (1987), Pinto (1985).

867 Ver Cruz (2009: 99).

868 Para um estudo da personalidade de D. Sebastião, ver Figueiredo (1944: 100-119), Cruz (2009: 94-104), Velloso (1935: 91-123).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Baños-García, Antonio Villacorta (2008) *D. Sebastião, Rei de Portugal*, Lisboa: A Esfera das Letras.
- Barroqueiro, Deana (2006) *D. Sebastião e o Vidente*, Porto: Porto Editora.
- Besselaar, José van den (1987) *O Sebastianismo. História sumária*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Bruno, Sampaio (1904) *O Encoberto*, Livraria Editora Moreira.
- Camões, Luís de (1972) *Os Lusíadas*, Lisboa: Ministério da Educação, 2ª edição.
- Correia, Natália (1969) *O Encoberto*, Lisboa: Galeria Panorama.
- Cruz, Maria Augusta Lima (2009) *D. Sebastião*, Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas da Expressão Portuguesa.
- Cunha, Euclides da (1991) *Os Sertões. Campanha de Canudos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, Editora, 35ª edição.
- Faria, Almeida (1990) *O Conquistador*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Figueiredo, Antero (1924) *D. Sebastião*, Paris - Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Franco, António Cândido (2007) *A saga do Rei-Menino*, Lisboa: Ésquilo.
- Gual, Carlos García (s/d) “La muerte de Arturo” in *Historia-National Geographic* 68, 54-62.
- Mello, Antão de (1908) *A imbecilidade e a degenerescência nas famílias reais*, Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor.

Passemos agora da História à ficção e vejamos o nexos que existe entre o Sebastião histórico, a quem chamaremos D. Sebastião, e Sebastião de Castro, protagonista do romance *O Conquistador*, que designaremos por Sebastião. Este, marcado por grandes semelhanças físicas com o seu homónimo histórico, e por acontecimentos estranhos que parecem evocar os da época de D. Sebastião, induz o núcleo sebastianista de Sintra a divulgar, junto das fidalgas famílias da romântica vila, que o jovem era a reencarnação do Desejado, há tanto tempo esperada. Sebastião, confuso e perturbado, tenta libertar-se do fantasma real que ameaça persegui-lo, criticando a maneira de ser do rei e os valores que guiaram a sua breve juventude. Satiriza também o povo, que se deixou influenciar por um sebastianismo infantil e um misticismo de pacotilha, como veremos mais adiante.

Atentemos, por isso, em algumas circunstâncias que geraram em Sebastião a angústia de parecer alguém que não queria ser:

Continuo ignorando quem sou [...] E alguma coisa aprendi: quem não quero ser! (Faria, 1990: 130).

Assim, aquando da visita ao Museu da Arte Antiga, acompanhado por uma das suas conquistas amorosas, a brasileira Helena, esposa de um diplomata francês, ao contemplarem o retrato de D. Sebastião, da autoria do pintor Cristóvão de Morais, Helena fica surpreendida pelas semelhanças físicas entre o rei e Sebastião:

“Conhecendo algo da lenda desse rei, cuja aura chegara aos sertões brasileiros, Helena insistiu no tema das surpreendentes pareções. Envergonhei-me como se nisso houvesse de algo indecente, quase um truque circense, e inventei uma teoria completamente burlesca.” (Faria, 1990: 108).

Na visita ao Mosteiro dos Jerónimos, na companhia da jovem estudante Clara, ao ver o cenotáfio onde está sepultado, *si fama est vera*, o jovem rei, Sebastião sentiu um súbito mal-estar:

“Uma vertigem tomou conta de mim, sentei-me num dos bancos corridos, de costas para o cenotáfio [...] o sítio estava assombrado, o melhor era dar o fora.” (Faria, 1990: 77).

Esta assombração acompanha-o desde criança. Recordo, para completar, se bem que de maneira muito imperfeita, o seu percurso existencial. Na véspera do seu nascimento, houve fenómenos meteorológicos anormais, como os que aconteceram no dia dezanove de janeiro de 1574. Sebastião nasceu no dia do santo do mesmo nome, como o rei. A avó de Sebastião, que o educa e o acompanha, chama-se Catarina, à imagem da avó de D. Sebastião, Catarina de Áustria. Os pais de Sebastião têm por nome João e Joana, reenviando aos nomes dos pais do rei. A jovem mãe de Sebastião abandona-o e foge do lar, assim como a princesa Joana, jovem viúva e mãe de D. Sebastião, que se afasta da corte portuguesa, deixando órfão o rei menino.

A avó do Sebastião ficcional fala-lhe muitas vezes do jovem rei que desaparecera numa batalha infeliz em terras de África, mas que voltaria, um dia, no meio da neblina. E o neto adora esse rei e gosta das manhãs de nevoeiro. Sebastião joga às Cortes, imagina diálogos com duques e duquesas e sonha com *ganguês* de turbante que o querem atacar: *“Seja sonho meu ou desenho do meu amigo, que todos os meses me traz novos esboços, ultimamente aparece-me de noite uma figura que podia ser meu duplo e que vem em silêncio, calçando luvas compridas, usando na cabeça a mitra dos dignatários e príncipes.”* (Faria, 1990: 134).

Mendanha, Victor (2005) *História Misteriosa de Portugal*, Lisboa: Ed. Pergaminho, Lda.

Pinto, Paulo Teixeira (1985) *Do Direito ao Império em D. Sebastião*, Lisboa: Edições UL.

Pires, António (2007) *As Lendas do Quarteto 1111*, Lisboa: Ulisseia.

Pires, António Machado (1982) *D. Sebastião e o Encoberto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ramalheira, Ana Maria Pinhão (2002) *Alcácer Quibir. D. Sebastião na Alemanha. Representações historiográficas e literárias*, Coimbra: Edição de Minerva, do Centro Interuniversitário de Estudos Germânicos da Universidade de Aveiro.

Régio, José (1949) *El-Rei Sebastião*. Poema espetacular em três atos, Coimbra: Atlântida.

Santos, Maria do Rosário Girão Ribeiro dos e Silva, Manuel José (2007) “El-Rei D. Sebastião: o mito português” in *Atas do Colóquio Diálogos com a Lusofonia: Um encontro na Polónia*, 133-153.

Trovas do Bandarra (1989), Introdução de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa: Edições Inapa.

Velloso, Queirós (1935) *D. Sebastião, 1554-1578*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 2ª edição.

Sebastião quer libertar-se da sua ‘sombra’, afirmando a sua identidade. E fá-lo seguindo o caminho inverso do rei Sebastião: recusa servir a Pátria, foge para França, voltando as costas ao Império africano: “*A minha missão específica se a tinha não se compadecia com guerras sem sentido.*” (Faria, 1990: 115).

Distancia-se do seu duplo, dedicando-se em exclusivo àquilo em que “o Outro estrondosamente falhara ao manifestar pelo belo sexo uma aversão extraordinária.” (Faria, 1990: 74).

O *Conquistador* de Almeida Faria é, também, neste aspeto, um romance de iniciação e aprendizagem sexuais, o que, como é óbvio, não tratarei nesta comunicação. A obra em causa parece-nos bem estruturada, enlaçando a História e o Mito, a realidade e a ficção, assumindo-se como sátira, mas, sobretudo, como paródia e metaficção historiográfica. Evoca um trágico momento da nossa História, tema fundador do mito nacional, internacionalmente reconhecido e valorizado, mas vilipendiado pelo protagonista-narrador do romance: “*Após a sua morte, numa derrota ominosa, muito boa gente caíra num masoquismo coletivo que define bem o fraquinho deste país por tudo o que seja fracasso, amorismo e misticismo de pacotilha.*” (Faria, 1990: 108).

Bem diferente é o olhar do investigador espanhol Antonio Villacorta Baños-Garcia, que publicou em 2004, em Espanha, o excelente ensaio *D. Sebastian*, traduzido em Portugal com o título de *D. Sebastião, Rei de Portugal: “Por isso, o Sebastianismo é uma simbiose de lirismo, de desesperança, fantasia e amor, e tem muito do brilho fulgurante e algo atormentado da alma portuguesa.”* (Baños-Garcia, 2006: 323).

Recordemos, a este propósito, a definição de Maria Augusta Lima Cruz do conceito em apreço: “Muito paradoxal que hoje nos pareça, o desastre de Alcácer-Quibir, pelo qual D. Sebastião foi responsabilizado, foi também o campo onde começou a medrar uma vida mítica que cristalizaria, em torno do seu nome, a crença messiânica no regresso de um rei salvador que iria restaurar a independência e a grandeza de Portugal: o sebastianismo.” (Cruz, 2009: 344).

122) MARCO SANTOS ESCRITOR, JORNALISTA

MARCO SANTOS nasceu no Rio de Janeiro, tem 54 anos, é jornalista, com mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE.

É analista em planejamento e gestão de informações geográficas e estatísticas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e também ator profissional e professor de História do Teatro.

Desde 1987, tem atuado em diversas peças teatrais, no Rio e em São Paulo, sempre demonstrando vívido interesse pelos mecanismos da representação e pelos autores e atores do passado.

Foi convidado em várias ocasiões para fazer pesquisas históricas para espetáculos e para ministrar palestras sobre temas históricos ligados ao Teatro.

Além de publicar o livro “Popularíssimo: o ator Brandão e seu tempo” escreveu inúmeros textos e artigos para livros e revistas acadêmicas.

Tem vínculo profissional com o principal órgão de estatística e geografia do Brasil, onde trabalha com pesquisa histórica, e também com a Companhia de Teatro Contemporâneo, onde desempenha funções de ator e professor do curso profissionalizante para atores.

ATOR BRANDÃO: UM AÇORIANO POPULARÍSSIMO

Em 2007, lancei o livro “Popularíssimo: o ator Brandão e seu tempo”, que, além de biografar o célebre açoriano que o Brasil aprendeu a amar e admirar, passa sua época em revista, mostrando que o cotidiano social e político desfilava necessariamente pelos palcos.

Este trabalho pretende, de forma resumida, narrar as descobertas desta pesquisa – que me tomou cinco anos de busca exaustiva – com o intuito de apresentar ao Século 21 e à posteridade um grande artista que os Açores, generosamente, nos presentearam.

Em 1855, o menino açoriano João Soares Brandão (1844-1921) resolveu deixar para trás a sua Lomba da Maia natal e embarcar para o Brasil, com aquela decisão que os pequenos homens de 11 anos tem, na pressa de deixar para trás a infância e tomar as rédeas de suas vidas nas mãos e seguir adiante. Em seu novo país, ele trabalharia no comércio até sentir desperta a vocação de ator. Em 1862, vai para o interior do Estado do Rio de Janeiro, iniciando uma brilhante carreira que duraria quase 60 anos.

Foi de tal forma querido pelos brasileiros que estes lhes pespegaram um apelido que ele adotaria por toda a vida: “Brandão, o Popularíssimo”. À sua época, foi realmente o ator mais popular a se apresentar pelos palcos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Viveu diversas aventuras, modificou hábitos na forma de representar, presenciou toda vida efervescente da então Capital Federal brasileira. Em uma época em que não existia a *mass media*, “globalizou” seu nome e sua arte, alcançando fama em lugares onde nunca esteve.

Açores. Mas precisamente na ilha de São Miguel. Exatamente onde começa a história deste personagem. A história do maior ator humorístico de seu tempo: João Augusto Soares Brandão, ou, como era mais conhecido, Brandão, o Popularíssimo. Um açoriano que conquistou palcos e plateias do Brasil em fins do Século XIX/início do Século XX.

Arquipélago dos Açores, esta província ultramarina portuguesa que fica praticamente a meio caminho entre o Novo e o Velho Mundo, sem pertencer a nenhum deles. De fato, geograficamente falando, tem-se a impressão de que as ilhas açorianas não pertencem nem à América, nem à Europa. Na verdade, há ilhas lá que estão equidistantes de Portugal (extremo ocidental europeu) e da Terra Nova (extremo leste da América do Norte). O arquipélago pode ser dividido em três grupos: Oriental (ilhas de Santa Maria, São Miguel e os ilhéus das Formigas), Central (ilhas Terceira, Graciosa, de São Jorge, Pico e Faial) e Ocidental (Ilhas das Flores e do Corvo). Toda a área é de natureza vulcânica, com flora diversificada e fauna nem tanto. Só para se ter uma ideia do pouco número de espécies animais, não há répteis nas ilhas.

Segundo Caetano Valadão Serpa, autor de “A Gente dos Açores”, “o açoriano, por nascimento vem marcado pelo mar, na descendência de um povo marítimo e religioso, à mercê do oceano e ao abrigo do firmamento” (1978, 12).

A ilha de São Miguel é chamada pelos portugueses de “Encantada” devido à sua beleza paisagística, sendo também a maior e mais populosa de todas as nove do arquipélago. Este nome foi dado por sua colonização ter-se iniciado no dia de São Miguel Arcanjo (8 de maio de 1444). Nela está localizada a atual capital, Ponta Delgada, e é também onde fica a antiga, Vila Franca do Campo. Nessa chamada “ilha encantada”, há marcas de atividade vulcânica por toda parte. Seu relevo foi praticamente desenhado pelos vulcões e por abalos sísmicos violentíssimos. O açoriano pode ser considerado como um povo extremamente religioso e, em particular, católico. E essa religiosidade seria, de uma certa forma, resultado da convivência com as forças da natureza. Eles aspiram pelo céu cristão enquanto estão assentados sobre uma boca infernal vulcânica, que pode mudar o curso de suas existências a qualquer momento.

O arquipélago sempre foi particularmente assolado por ventos terríveis, que dificultavam a livre circulação entre as ilhas e causavam estragos na agricultura. Os mesmos ventos que estufaram as velas do navio que trouxe o jovem João ao Novo Mundo.

É de se supor que em diversos momentos daquela viagem tormentosa ele estivesse com o pensamento nos seus, lá na cada vez mais distante Povoação de Lomba da Maia, na Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, no Arquipélago dos Açores.

O clã Brandão sempre foi muito orgulhoso de seus filhos. Todos muito respeitados na Povoação de Lomba da Maia. O velho patriarca, Antônio Soares Brandão, era muito conhecido naquela região. Sua esposa, dona Joana do Amaral, lhe deu seis filhos: Manoel, João, José, Francisco, Antônio e Maria Jacinta, todos registrados como “Soares Brandão”. Sua filha caçula não se casou, assim como seus filhos mais velhos, Manoel e João. Um morreu ainda moço – Antônio - deixando a viúva Umbelina de Torres com três filhos: Manoel, José e Maria. Outro, Francisco, emigrou para o Brasil no mesmo 1839 em que morreu o pai.

Depois da morte de Antônio, José, o terceiro filho assumiu o patriarcado. Ele tinha sido casado com a viúva Maria de Medeiros, que não demorou muito e o deixou também viúvo. Passou a viver com Francisca Carreira e com ela gerou cinco filhos: José, João, Francisco, Maria José e Philomena.

O mais velho, José, nasceu em 24 de agosto de 1842. Dois anos depois chegaria João e aí tem início uma polêmica. Muitos anos depois, o teatrólogo Souza Bastos escreveria “Carteira do Artista”, uma espécie de dicionário-enciclopédia com informações dos principais artistas de Portugal e Brasil, do Século 19 e início do 20. Durante muito tempo este livro serviu de base para jornais, livros e revistas da época, quando queriam dar informações sobre artistas daquele tempo. Lá, consta ter Brandão nascido em 19 de junho de 1845. Quando, em 1983, seus conterrâneos lhe fizeram uma homenagem, na Lomba da Maia, provavelmente tiveram acesso ao dado registrado por Souza Bastos e no monumento lá instalado, citaram 1845 como ano de nascimento. Em entrevista concedida ao autor deste trabalho, o filho do ator, o também comediante Brandão Filho, garantiu ter visto o pai escrever 19 de junho de 1844 como data de nascimento.

E para complicar ainda mais a história, há uma cópia da certidão de batismo de Brandão, onde aparece como data de nascimento 27 de setembro de 1844:

“João, filho de José Soares Brandão, casado, e de Francisca Carreira, solteira sui juris, naturais da Paroquial da Senhora Mãe de Deus da Vila da Povoação, nasceu em vinte e sete de setembro de mil e oitocentos e quarenta e quatro e foi batizado em cinco de outubro da dita Era por mim, José Ignácio Muniz, cura, e foi padrinho José Jacintho de Medeiros, tesoureiro paroquial do Divino Espírito Santo do lugar da Maia e testemunhas o sacristão João Muniz e seu filho Venâncio Muniz que comigo assinarão este termo em dia, mês e ano ut Supra.”

Com este documento, é certo garantir que João Soares Brandão não nasceu em 1845, como consta em diversos textos. Se o próprio ator considerava 18 de junho de 1844 como sua data de nascimento, essa será a que levaremos em conta.

Mas essas preocupações certamente não passavam pela cabeça do menino João naquele momento de travessia rumo ao Brasil. Talvez ele estivesse maldizendo o dia em que seus primos o tinham convidado para ir com eles ao Brasil. Não que ele fosse deixar uma vida de luxos e confortos. Ao contrário. Sua família arrancava com muito suor o sustento daquela terra vulcânica. Desde cedo as crianças deixavam de lado os folguedos e pegavam no cabo da enxada. Mas lá ele era feliz. Pelo que contou seus filhos, ele sempre se recordaria das casas de pedra cobertas de palha e terra, onde as sementes que caíam do bico dos pássaros floresciam, dando aos telhados aspecto de jardim. Conforme narrou Brandão Filho, dois dos primos do pai pretendiam emigrar. Meio que de troça, perguntaram:

- Queres vir conosco, João? Vamos ganhar muito dinheiro lá em terras do Brasil...

Ele murmurou que o pai não o deixaria ir. Mas, tinha ficado tentado com a proposta.

Foram ao velho José.

- Se ele quiser ir, que vá!

Aquele jeito ríspido de responder não significava falta de amor ao filho. O filho sabia que ele o amava. Mas daquele jeito rude dos que lidam com chão, pedras e paus têm de amar os seus.

- Se ele quiser ir, que vá!

O menino João quis. Havia algo dentro dele que o impulsionava a viajar, conhecer lugares, pessoas...

Francisca, quando soube da vontade do seu miúdo, quis proibir, mas ele estava decidido. Com aquela decisão que os pequenos homens de 11 anos têm, na pressa em deixar para trás a infância e tomar o bridão de suas vidas nos dentes e seguir adiante.

Ele mal tivera tempo de se despedir dos amigos, dos canários e tordos que pipilavam na sua janela. Deixava para trás a terra escura e agora só via o azul ondulante que insistia em subir e descer. Lá ia ele cumprir seu destino além do oceano.

Marcados pelo mar, os açorianos são emigrantes por natureza. Sua presença no Brasil pode ser sentida principalmente na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, colonizada pelos ilhéus. Também em Santa Catarina e em diversas outras localidades. Dizia-se que o açoriano vinha para o Brasil, e, invariavelmente, iria trabalhar como açougueiro. Nem sempre. Mas o menino João seguia para o Brasil, juntamente com os primos e uns amigos de sua família, exatamente para trabalhar com um compadre de seu pai, dono de um pequeno açougue no centro da Corte do Rio de Janeiro. E era esse o destino do pequenino João, embarcado, na terceira classe daquele navio, padecendo os rigores de quase dois meses de uma péssima viagem que ele sempre lembraria.

1. NO BRASIL: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na metade do Século 19, nem de longe poderia ser considerada uma metrópole. Sua população girava em torno de 200 mil habitantes, boa parte composta por escravos negros.

Naquela época, quando João Soares Brandão desembarcou de sua longa viagem, o Rio mantinha fortes características de uma cidade colonizada por portugueses. Na área central, os sobrados se espremiavam em ruas estreitas, construídas desta forma para os lusitanos terem sombra na maior parte do dia, poupando suas peles brancas de europeu do sol dos trópicos.

O menino João desembarcou de sua supliciada viagem, em 1855, no Cais Pharoux, na atual Praça 15 de Novembro, centro do Rio de Janeiro. Embora o tráfico negreiro estivesse abolido definitivamente pela Lei Eusébio de Queirós (assinada cinco anos antes), era ali que se faziam negócios com negros africanos. É de se supor que o pequeno João tenha sentido curiosidade pelos primeiros seres de cor escura que via na vida.

Conforme contou aos filhos (e Brandão Filho narrou a este trabalho), no cais o esperava o compadre de seu pai. Ali ele se separou de seus primos e dos seus companheiros daquela dura viagem. Na verdade, os primos que o tinham incentivado a vir para o Brasil, nem mais se importaram com ele. Ele teria que contar apenas consigo e com a Providência, além daquele compadre, cujo nome se perdeu nas dobras do tempo.

Com a pequena mala surrada de couro, atravessou aquele mar de vozes, de gritos, de pregões. Pelo menos esse “mar” não o fazia enjoar, muito pelo contrário, lhe faltavam olhos e ouvidos para acompanhar toda aquela sofreguidão de sons e imagens absolutamente novas para um pequeno roceiro de uma ilha distante.

Para quem viveu toda a vida em uma povoação rural açoriana e estava a percorrer de charrete a Rua Direita – atual Primeiro de março, principal artéria da Corte do Rio de Janeiro de antigamente – era absolutamente inusitado ver aquele atropelo de surpresas que não tinha parança. Casas comerciais, com toda a sorte de mercadorias expostas na porta, a lufa-lufa de caixeiros, de negros, tudo era observado pelo menino João.

O açoriano seu anfitrião morava nos arredores da freguesia de Santa Rita, onde também mantinha o seu estabelecimento. Lá seria a casa de João Soares Brandão por mais de um ano.

Sabe-se muito pouco dos primeiros anos de Brandão no Brasil. Não se tem notícia se ele frequentou alguma escola enquanto trabalhava. Mas certamente aqui, no Brasil, ele adquiriu as primeiras letras, depois de ter vindo analfabeto de sua terra natal. E diga-se, a bem da verdade, que aprendeu com louvor, conforme se depreende dos escritos que deixou.

No açougue, ele trabalhava como marçano, que era como chamavam na época o aprendiz de caixeiro. Cuidava de pequenos serviços, basicamente de entrega de pacotes de carnes aos fregueses. Por não existirem geladeiras, os açougues trabalhavam por encomendas de sua freguesia.

Depois de passar algum tempo com a família do compadre de seu pai, ele resolveu morar por conta própria e ter uma outra ocupação que se aproximasse de uma profissão. Em 1856, conseguiu emprego como caixeiro em uma padaria em Mata-Porcos, como se chamava o atual bairro do Estácio. Ficou lá por um tempo e chegou até ao cargo de gerente. Esta padaria fornecia pães para os operários da Estrada de Ferro D. Pedro II, naquele tempo sendo construída, ligando o centro do Rio ao interior do estado, passando pelas áreas que mais tarde constituiriam o subúrbio da cidade. Brandão levava os pães para as frentes de trabalho e acompanhava a construção da ferrovia e dos vários túneis que nela foram abertos.

Algum tempo depois, ele foi trabalhar como charuteiro em uma loja na Rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias). Ali, ele chegou a comandar 20 escravos manipuladores de cigarros e charutos.

Nessa época, aconteceram fatos marcantes na vida daquele jovem emigrante açoriano. O primeiro deles diz respeito ao seu nome. Ele mantinha correspondência com sua família, inclusive enviando dinheiro, recebendo cartas e pacotes dos parentes lá da ilha de São Miguel. Naquele tempo, os Correios não entregavam a correspondência nos domicílios. A praxe era que o destinatário fosse pegar na agência próxima à sua casa. E Brandão descobriu que existia um outro “João Soares Brandão”, igualmente vindo dos Açores, retirando cartas e encomendas na agência dos Correios em que ele recebia notícias da família pela posta-restante. Com isso, havia duas pessoas com o mesmo nome, vindas do mesmo local a disputar os envelopes, sem que se soubesse o que era de quem. Para contornar esse impasse, o futuro ator pediu a sua família que escrevesse em nome de “João Augusto Soares Brandão”. Ele acabaria por adotar esse novo nome. E mais: sua descendência também o incorporaria como nome de família. O seu filho mais famoso, o conhecido ator Brandão Filho, por exemplo, tinha como prenome Moacyr Augusto. E o Augusto também foi repassado aos seus filhos.

O outro fato marcante ocorrido nesse período de sua vida foi o seu primeiro contato com o Teatro.

2. O CHAMAMENTO DO PALCO

Quando surgia uma folga nos seus afazeres ele ia assistir a alguma peça. O seu ator favorito era nada mais, nada menos que o legendário João Caetano. Anos mais tarde, entrevistado pela revista *Theatro e Sports* (Nº. 117 – 20 de janeiro de 1917), ele falava deste grande ator com entusiasmo e respeito.

Em 1860, ele resolveu ser ator. Talvez por empolgação com as apresentações de seu ídolo de então, talvez pela sua vontade de manter a sua inquietação. Contava com 16 anos quando entrou para um grêmio amador. Esses grêmios eram sociedades dramáticas amadoras onde aspirantes a artistas poderiam se apresentar. Os grêmios mais elegantes reuniam os filhos da sociedade, que lá davam vazão aos seus talentos para diversão dos salões mais abastados. As famílias deixavam claro que aquilo era uma brincadeira, um passatempo. Ninguém queria ver um filho ou uma filha envolvidos no meio teatral. Mas nos grêmios frequentados por operários e trabalhadores do comércio, sempre havia a esperança de alguém ser contratado por uma companhia profissional.

Brandão fez a sua estreia como ator dramático amador em um Teatro particular, no bairro de Botafogo, na Rua Marquês de Abrantes. Há controvérsias quanto a esse endereço. José Veríssimo, em artigo publicado no *Anuário da Casa dos Artistas* de 1947, afirmou que o Teatro ficava próximo à Rua Voluntários da Pátria. Mas sabe-se que era uma pequena casa de espetáculos conhecida como Teatro do Juca dos Passarinhos (para José Veríssimo, o nome era “Teatro do Luiz dos Passarinhos”).

Os atores seguiram para o teatrinho no meio de transporte de massa de então: ônibus puxados a burro. Eram diligências extremamente desconfortáveis, que percorriam as precárias ruas do Rio a partir de 1840. Existem versões para essa apresentação onde consta que as mulheres foram nas diligências e os homens foram a pé. Não seria nenhum disparate. O número de “ônibus” em circulação naquele trecho não era muito grande e dado o tamanho do elenco, é realmente provável que os cavalheiros tenham utilizado as próprias pernas para chegar ao Teatro. O nome da peça representada nessa noite não chegou aos nossos dias.

Ao final da apresentação, um imprevisto: uma tempestade desabou sobre a cidade e impossibilitou o retorno dos artistas. Tiveram que dormir nos camarins. Para o jovem Brandão, apenas uma pequena amostra do que enfrentaria em muitos anos de mambembe a partir dali.

Apesar das adversidades, o candidato a ator se entusiasmou com a primeira experiência de palco. Tempos depois, provavelmente por volta de 1862, conseguiu um pequeno papel no drama “Caravaggio”, peça de “costumes antigos”, como se dizia, encenada no Teatro São Januário.

Àquela altura, ele já sabia definitivamente o que queria ser. Já tinha se apresentado em quase todos os Teatros do Rio de Janeiro, incluindo o Lírico Fluminense, que ficava no Campo de Santana, entre a Rua do Hospício (atual Buenos Aires) e Rua dos Ciganos (hoje, da Constituição).

O emprego no comércio já tinha ficado para trás e ele era um ator. O Teatro já o tinha definitivamente contaminado e ele estava determinado a ganhar o sustento nos palcos da vida.

Foi quando apareceu uma mulher que teria muita importância na sua vida naquele momento. Ele estava fazendo uma apresentação em um grupo de atores com pretensões de profissionalismo, quando foi procurado por uma senhora alta, conhecida como grande atriz e empresária. Seu nome era Maria da Glória e tinha vindo ao Rio para contratar dois comediantes e um dramático para sua companhia sediada na cidade de Vassouras, interior do Estado do Rio. Depois do que ela viu Brandão fazer, ele foi o primeiro contratado como comediante. O segundo foi um ator também de nome João e igualmente português. Se nome completo era João Machado Pinheiro Costa, mas o Rio e o Brasil o conheceriam como Machado Careca.

A empresária Maria da Glória levou os seus novos contratados para estrear em Vassouras, na sua companhia itinerante, com a comédia “Um marido vítima das modas”, e logo em seguida, “Marido no prego”. Começava então a carreira artística que durou 57 anos, dos quais quase 30 foram passados entre artistas do interior.

Ao longo deste tempo, Brandão atuou em companhias mambembes lideradas por ele e por outros empresários: Capitão Cabral, Francisco Gonçalves, Ribeiro Guimarães, o velho Carroça, Ruas, Capitão José Dias... Alguns deles viraram legenda nas cidades interioranas de São Paulo, Estado do Rio, Minas Gerais, e ainda do sul, centro-oeste e nordeste do País. O nosso Brandão, nesse período, esteve percorrendo o interior de Rio, São Paulo, Minas, principalmente, e também Paraná e Santa Catarina. Onde tivesse um palmo de chão e gente para vê-los, lá estava o jovem ator e a trupe mambembe, trocando sua arte, muitas vezes por comida ou por um canto, uma cama de varas, uma rede que fosse! Só para esticar o corpo cansado, e muitas vezes maquiado, depois das apresentações. E ele esteve onde se pudesse chegar de trem, de carroça, em lombo de burro, carro de boi, a pé...

Nestes tempos de mambembe, nem sempre ele estava trabalhando junto com Machado Careca. Depois de algum tempo juntos na Companhia Maria da Glória, eles seguiram outros caminhos, mas às vezes se encontravam. Eles estiveram na companhia do Capitão José Dias, por volta de 1868, também em Vassouras, onde a primeira atriz contratada era a bonita portuguesa Maria Emília da Piedade, que tempos depois, brilharia na Companhia Dias Braga. Lá fizeram “O Noviço”, de Martins Pena, com Brandão fazendo o protagonista. Aliás, este texto seria incorporado ao seu repertório por muito tempo.

Depois dessa temporada, Machado Careca viria para o Rio de Janeiro onde se consagraria em muito pouco tempo graças ao seu extraordinário talento de cômico. Embora ele tivesse convidado Brandão para seguir com ele, o amigo preferiu continuar viajando pelo interior, se aperfeiçoando como ator naquela verdadeira escola prática.

Entre 1862 e 1891, Brandão esteve se apresentando pelo interior dos estados do sudeste e sul do Brasil, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Sua arte, seu jeito peculiar de representar fizeram sua fama nestas paragens e o conduziram a muitas aventuras, como pode ser visto no livro “Popularíssimo: o ator Brandão e seu tempo”, escrito pelo autor deste artigo e publicado em 2007 (Ed. Do Autor).

Naqueles quase trinta anos, o ator Brandão granjeara enorme sucesso e reconhecimento. Não havia cidade do Vale do Rio Paraíba do Sul, por exemplo, que não lhe devotasse admiração e não o recebesse com grande alegria, lotando as casas de espetáculo onde ele se apresentava. E nas demais cidades também. Em Sabará (Minas Gerais), Brandão e sua companhia teatral se estabeleceram ao fim da penúltima década do Século 19. E enquanto esteve ali sua fama aumentou consideravelmente. Sobre ele, escreveu José Seixas Sobrinho: “ele foi realmente o maior ator que a histórica cidade mineira haveria de conhecer no dealbar da República” (SEIXAS SOBRINHO, 1961: 153). Depois dele, outros atores estiveram no palco do Teatro Municipal sabarense. Mas como todos de lá diziam na época, “nenhum era como o Brandão”.

3. A CONSAGRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Em 1891, vem a convite para o Rio de Janeiro para se apresentar na peça “Viagem ao Parnaso”, de Arthur Azevedo, pela Cia. do Teatro Apolo. Ele estava apto para a principal cidade do Brasil à época. Em todos aqueles anos, fazendo rir pelos grotões mais distantes, Brandão completou o seu aprendizado. Passou a conhecer os segredos do palco, da ribalta à rotunda, dominando sua máscara facial, as *nuanças* da voz, sabendo perfeitamente como arrancar gargalhadas tantos dos simples quanto dos poderosos. Depois de trinta anos com o pó das estradas, no corpo e na alma, ele já estava pronto para o sucesso na Capital Federal.

O sucesso de Brandão na “Viagem ao Parnaso” foi inegável. O público saía do Teatro comentando a sua atuação, que provocava uma explosão de gargalhadas em cada fala, em cada gesto. A crítica, entretanto, fazia algumas restrições àquele estilo exagerado de representar, que era justamente o que mais agradava às pessoas. Mesmo com todas essas ressalvas, o ator levava público em grande número às cadeiras do Apolo, durante a temporada. Como se costumava dizer, eram verdadeiras “enchentes” de espectadores.

De fato, o estilo de representação que Brandão trazia ao Rio de Janeiro era profundamente histriônico, repleto de movimentos rápidos, nervosos, exagerados mesmo. E ele fazia questão que assim fosse, conforme Brandão Filho narrou em depoimento ao autor.

As peças seguintes em que Brandão aparecia no elenco tornavam-se sucessos rápidos e grandiosos: “Coração e Mão”, “A pera de Satanás”, “O Tribofe”, “Abacaxi”...E foi exatamente com esta última que Brandão alcançou o clímax de seu sucesso desde que retornou ao Rio de Janeiro. Esta era uma revista em três atos e doze quadros escrita por Moreira Sampaio e Vicente Reis. A estreia aconteceu no dia 15 de agosto de 1893 e desde este dia, enquanto ela esteve em cartaz, o teatro lotou em todas as noites. Mesmo durante o episódio conhecido como “A Revolta da Armada”, com a insurreição da Marinha brasileira contra o então presidente Floriano Peixoto. Com canhões por toda a orla, com troca de tiros pela cidade, gradativamente, todos os teatros foram fechando suas portas imaginando que não teriam público. Pois o Teatro Apolo, onde Brandão encenava o “Abacaxi” permaneceu aberto. E mais: os espectadores saíam de casa, enfrentavam as muitas balas perdidas que sibilavam pelo Centro da cidade – e algumas chegaram a atingir o próprio teatro - para rir e se divertir com Brandão. Até o presidente Floriano Peixoto rendeu-se às artes de Brandão. Em mais de uma noite ele foi visto entrando no Apolo, com um chapelão a toldar-lhe o rosto, somente acompanhado de seu ajudante de ordens, para assistir, à distância, às estrepolias do ator em cena.

Foi por conta do enorme sucesso de “Abacaxi” que Brandão ganhou o apelido que foi incorporado ao seu nome. Em um certo dia (não identificado), o jornalista Feliciano Prazeres, do “Jornal do Brasil”, escreveu que “Brandão era mais que popular, era popularíssimo”. Um talento superlativo como o dele, merecia um nome igualmente superlativo. Dali em diante, ele seria para todo o sempre denominado como “Brandão o Popularíssimo”.

Em que pese a enorme popularidade do ator Brandão, não é válido dizer que ele era uma unanimidade. Aliás, nenhum artista de sua época era plenamente consagrado por público e pela crítica especializada. Na geração de Brandão, em termos de Teatro popular, houve uma clara transformação do anterior ator cômico no “ator que faz rir”.

O primeiro, pelas suas próprias características, seria o ator que explorava as possibilidades do texto de comédia e da composição do personagem; o segundo, do qual o nosso herói era um de seus expoentes máximos, se revelava como uma espécie de “vampiro de gargalhadas”, não medindo esforços para manter suas presas diretamente atracadas na jugular da plateia, alimentando-se do riso sanguíneo e generoso que jorrava do público. E esse “sangue” era particularmente mais farto e mais satisfatório quando provinha dos setores mais populares, de ingresso mais barato. Estes, não opunham nenhuma resistência à “vampirização”, ao contrário: estabeleciam com o palco uma relação simbiótica plenamente harmônica, onde cada lado estimulava mais ainda o outro.

Os atores e atrizes comediantes de revistas, mágicas, operetas e vaudevilles eram tão mais valorizados quanto mais conseguissem provocar risos - quer das galerias, quer dos camarotes e frisas. Nem Vasques, nem Xisto Baía escaparam deste modelo de representar vigente ao tempo deles.

O grande Procópio Ferreira mais tarde veria em Brandão uma excelente possibilidade de ator provavelmente inigualável como intérprete de Molière, dada a sua excepcional aptidão histriônica e a sua máscara de ator extremamente maleável e de enormes possibilidades. Entretanto, o célebre Procópio, avaliando a carreira do inquieto açoriano, lamentava a energia despendida pelo nosso herói em espetáculos de graça gratuita, deixando no ar apenas como uma possibilidade a glória como ator cômico que ele poderia ter atingido.

Brandão fez uma opção clara e consciente por “vender a alma” ao deus (ou demônio...) do “fazer rir”. Embora não haja documentos ou depoimentos neste sentido, parecia querer levar o público às bandeiras despregadas não só por glória pessoal (ele era muito vaidoso), mas também para propiciar a um processo catártico àquele povo tão sofrido e oprimido. Aqueles momentos na plateia de um Teatro serviriam para encher-lhes o peito de uma grande euforia, fazendo-os esquecer a luta cotidiana pela sobrevivência.

4. A PARCERIA COM ARTHUR AZEVEDO

Em sua forma bastante exagerada de representar, levando ao extremo o próprio estilo da época, Brandão trouxe modificações para o palco de então. E não parou por aí. Além de representar, ele cuidou muitas vezes da *mise-en-scène* das peças e até nesta função ele trouxe novos ares, novas luzes. Segundo narrou Brandão Filho em seu depoimento, naquele tempo, as mocinhas coristas entravam em cena e cantavam, praticamente imóveis. E saíam sempre de frente para o público. Para os nossos tempos, pode parecer estranho atores ou bailarinos entrarem e saírem do palco com a frente do corpo voltada para a plateia. Mas era assim que eles se apresentavam e voltavam para as coxias. Brandão, segundo disse seu filho, mudou isso. Fez as coristas darem uns passinhos de dança bem brejeiros e, principalmente, saírem de cena de costas, sacolejando bem as “*derrières*” para alegria da plateia.

Em um tempo em que praticamente não existia meios de comunicação de massa – jornais e revistas tinham baixa circulação, dado o alto índice de analfabetismo – é curioso perceber que um ator projetou seu nome e sua arte até para muito além de sua área de atuação. Certa vez, a bilheteria do teatro Lucinda, onde Brandão atuava, recebeu um telegrama de Dacar, no Senegal, solicitando que fossem feitas reservas para quinze dias além, pois espectadores de lá estavam vindo para ver as artes do Popularíssimo.

E mais: o teatrólogo, autor, ator e jornalista Rego Barros, contou em matéria na revista *Theatro & Sports* nº 368, de 26 de novembro de 1921, como foi o impacto em ver o “Popularíssimo” em cena. Em 1896, o Teatro Recreio Dramático encenava a peça “Rio Nu”, com Brandão e Pepa Ruiz liderando o elenco. Rego Barros contou que o sucesso desta peça foi de tal forma estrondoso que chegou até Manaus, capital do Amazonas. Pelas ruas da cidade, o povo comentava sobre a peça como se a tivessem assistido. A popularidade do grande ator atravessara milhares de quilômetros, até chegar às margens do Amazonas, sem o auxílio de nenhum meio expressivo de comunicação de massa, e, detalhe: sem nunca ter ido lá! Naquela época, para se ir ao norte e ao nordeste do Brasil uma pessoa teria que pegar um “Ita”. E o Popularíssimo, depois de sua acidentada viagem para o Brasil, não subiria, de forma alguma, nessa embarcação.

O auge da popularidade de Brandão aconteceu entre os anos 1891 e 1905, aproximadamente. A partir daí, ainda seria muito conhecido, mas o tipo de teatro que fazia já não arrastava multidões como antes. Evidentemente, algumas de suas peças lograram enorme êxito, mas já era um sucesso pontual. E a partir do falecimento de Arthur Azevedo, em 1908, autor que tinha em Brandão seu favorito para os textos que escrevia, ficou mais evidente que as revistas de ano e as peças de *vaudeville* estavam em franco declínio.

Arthur tinha no Popularíssimo mais que um ator que dava carne aos seus personagens. Ele estimulava o autor, sugerindo textos e personagens. Depois de “O Tribofe”, por exemplo, Brandão viu na família interiorana, que aparecia naquela revista de ano, bons personagens que certamente renderiam outro espetáculo. E de tanto insistir, convenceu Azevedo a escrever a burleta “A Capital Federal”, um de seus maiores sucessos. Também quando contava ao célebre autor maranhense suas aventuras ao tempo em que percorria o interior, Brandão lhe sugeriu uma peça. Foi a origem de “O Mambembe”, outro sucesso lapidar de Arthur Azevedo, que exatamente descrevia as peripécias de um grupo de atores em busca de algum dinheiro, viajando, ou “mambembando”, por pequenas localidades interioranas.

Brandão foi se retirando de cena gradativamente. Para fazer algum dinheiro, organizava de tempos em tempos, os chamados “benefícios” – apresentações beneficentes em que atores faziam números e toda a renda se revertia “em benefício” de alguém. Bem longe do êxito financeiro dos tempos de sua volta ao Rio de Janeiro, o Popularíssimo vivia com dificuldades. Ele, que ajudara a tanta gente, especialmente à sua família açoriana, que ele trouxe para o Brasil às suas expensas, sustentando até conseguirem se apumar, necessitava da ajuda dos filhos. No dia 21 de novembro de 1921 ele foi ao Democrata Circo, onde trabalhava um de seus filhos. Ele pretendia conseguir o dinheiro para fazer frente ao aluguel da modesta morada em que vivia. Foi quando teve uma síncope cardíaca, falecendo ouvindo risos e gargalhadas da plateia que assistia à função do circo. As gargalhadas, que jorravam copiosas quando se apresentava nos palcos da vida, vinham lhe prestar uma última homenagem quando partia do mundo dos vivos.

5. CAI O PANO. HONRA E GLÓRIA AOS ARTISTAS!

Para conhecer a trajetória deste açoriano que passou, em terras brasileiras, a maior parte de seus 77 anos, empreendi uma vigorosa pesquisa, envolvendo depoimentos dos filhos que ainda estavam vivos, de uma contemporânea dele, que me deu informações em sua festa de 100 anos, de alguns especialistas e uma vasta bibliografia que inclui, como principal fonte, os jornais e revistas da época. Entre estes, busquei a maior parte das informações sobre o célebre ator e de sua época. Tive uma saudável convivência com essa gente admirável, artistas esquecidos nas dobras do tempo. Teclei as últimas letras após um lustro de trabalho, onde passaram por meus olhos quase 20 mil exemplares de periódicos - entre oitenta títulos de jornais e revistas.

Não me limitei em biografar apenas o meu homenageado: quis biografar o seu tempo, e especialmente, o teatro do seu tempo. Ao montar a estrutura do livro, quis que além da óbvia espinha dorsal da vida de Brandão, eu oferecesse para quem lesse o livro a descrição minuciosa do cotidiano das artes teatrais da época. E, além disso, defendi duas hipóteses: uma, que boa parte das atrizes daquela época justificava a má fama que perpassou a própria história das mulheres que atuavam no teatro em muitos anos. Aquelas atrizes e coristas, em considerável número, faziam uma ligação do palco para a cama de lupanares e outros recintos reservados para o amor carnal, sempre visando remuneração em dinheiro ou em “agrados”. A outra hipótese que defendi na publicação foi sobre a quase radicalmente unanimidade de atores e produtores teatrais da época morrer na miséria após ter vivido uma vida de fausto.

Com satisfação, tomei conhecimento de que se no Brasil o nosso “Popularíssimo” esteve esquecido por todos esses anos, em sua terra, Lomba da Maia, na ilha açoriana de São Miguel, ele está imortalizado em um monumento. Em 19 de junho de 1983, data de seu 139^o ano de nascimento, seus conterrâneos lhe erigiram um baixo-relevo, inaugurado lá, em seu vilarejo natal, com a presença de seus filhos Isaura, Brandão Filho, Affonso e Vanda, acompanhados por suas esposas e maridos.

Bravo, açorianos! Em tempos que a Memória, especialmente aqui no Brasil, e mais especialmente dos artistas do Brasil, está em vias de olvido e abandono, em algum lugar naquela terra fértil e vulcânica dos Açores, brilha uma luz marcando e homenageando um grande artista popular. Aliás, um artista mais que popular: popularíssimo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SEIXAS SOBRINHO, José. (1961) *Teatro em Sabará*, Belo Horizonte: Bernardo Álvares.
SERPA, Caetano Valadão. (1978) *A gente dos Açores*, Lisboa: Prelo.

123) **ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DO MINHO**

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos, docente e investigadora na Universidade do Minho, doutorou-se na Universidade do Minho, em 1993, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da recepção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. Do romantismo ao modernismo*. Desde então, tem-se consagrado ao ensino da literatura comparada e da literatura francesa, bem como à orientação de teses de Mestrado e de Doutoramento. Tendo participado em muitos Colóquios, nacionais e internacionais, publicou, em 2007, “Os Fantasmas de Troia: *La Bella Elena*” e, em 2009, “*Monsieur Proust: O Homem das Leituras Solitárias*”. É, atualmente, Diretora do Departamento de Estudos Românicos e do *Master* em Estudos Franceses, encontrando-se a preparar, de parceria com a Dr.^a Helena Chrystello, uma *Antologia de Escritores Açorianos Contemporâneos*.

EM DEMANDA DE UMA PASTELARIA EM ANGRA... (A VASCO PEREIRA DA COSTA).

Nem sempre o Artista incentiva o “leitor implícito” a cooperar na génese, evolução e finalização da sua obra, interpelando-o, de modo lúdico, para desafios gastronómicos, subtilezas etimológicas e questões narratológicas. Tal promoção, longe de significar a ‘morte’ do Autor, desemboca tão-somente numa almejada coincidência entre a leitura e a escrita, repassada de rasgos metaficcionalis.

Nostálgico tanto dos primórdios simbolizados pelo continente sepulto da Atlântida como da sua Ilha perdida, metaforizada em Menina, Mulher e Mãe, Vasco Pereira da Costa partilha, num processo de desmitificação, o espaço insular terceirense com o destinatário das ‘palavras que planta’ e das ‘lérias que vende’.

Transmutando em oficina de escrita uma *Pastelaria da mui nobre, leal e sempre constante Angra*, vemo-lo a configurar, não sem a devida ironia, cenários preferencialmente distintos, a convocar personagens às quais dá vida (criaturas por ele não rejeitadas como as de Pirandello), a inventar os seus apurados diálogos (variações tendentes para a repetição), a escrever os seus discursos esmerados (vezes sem conta indecisos, vazios de conteúdo) e a esboçar os seus fidedignos retratos, qual “fotograma” entronizado pela sátira, a raiar a caricatura, e reforçado por panóplia significativa de lugares-comuns, clichés e estereótipos.

Nos antípodas do telurismo de uma ‘Ilhíada’ flagelada, social e politicamente, vai-se delineando, pelas “Escadas do Império” (genericamente falando), uma autobiografia espiritual (emblemática pelo desventurado “*Dream Ship*”, pela luso ateniense “*República dos Mil-Hafres*” e pelas coimbrãs *Sobre Ripas Sobre Rimas*), escandida pelo apelo à odisseia que, tecida de laços duradouros (*My Californian Friends*) e de destinos imortalizados (*Terras*), se apresta a configurar a remitificação islenha.

É a vez de o leitor regressar à *Pastelaria*, onde o Autor, recorrendo e socorrendo-se do poder do Verbo, celebra – *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo* – a Alcatra e a madorra açóricas, reinventando esse esquivo conceito de *açorianidade* que a ‘Continentalidade’ não deixa de corroborar.

“Hei de charruar palavras. Hei de pendurar iscas nos anzóis da escrita. (1984: 30).

Acaso poderá o esteta do verbo ser considerado um “plantador de palavras” e um “vendedor de lérias”? E prescindir, para ‘oficina de escrita’, de uma isleña “Torre de Anto”⁸⁶⁹ - “na cidade quieta” -, nostálgica do Mondego e varrida pelo Atlântico? Do mesmo modo, será lícito encarar o leitor como coadjuvante ou cúmplice do plantio desses lexemas e da venda de tais patranhas? Prova flagrante da resposta afirmativa às questões formuladas não deixa de ser a obra de Vasco Pereira da Costa intitulada *Plantador de palavras Vendedor de lérias* e galardoada, em 1984, com o Prémio Miguel Torga. Assumindo-se como uma viagem no tempo⁸⁷⁰, entre o passado irreversivelmente sepulto e o presente de contínuo convocado, rasgada, aqui e além, por laivos autobiográficos e por reptos metaficcionalis que emolduram a génese de uma vocação, a sua eventual procrastinação, o amadurecimento de um pseudónimo, qual alterónimo patronímico ficcional (Manuel Policarpo), e a prossecução da carreira literária e pictórica deste último, a antologia de novelas em exegese lança para a ribalta um narrador-protagonista saudoso do *ab initio* simbolizado pela ‘queda’ da Atlântida: “*Decididamente que me movem as saudades. As saudades e a nostalgia da ilha perdida – perdida sem remédio – [...] A minha ilha não era esta. [...] Esta ilha já não era a minha.*” (Costa, 1984: 89).

Era outro, com efeito, o espaço insular onde, antes do terramoto, o quase iconoclasta de deuses e de fantasmas e o abjurador convicto de “assentar as albarcas da vida numa ilha” (1984: 32) vira a luz num berço-embarcação, aparentado à “Chalupa do Jé Vapor” (1984: 10), recriação de teor marítimo metonimicamente traduzida quer pela ‘algunha’ do seu criador, Mestre Jangada, quer pelo nome com que este último a batizara: “Dream Ship”. Nesse Pico e nessa Terceira de antanho, cuja identidade cultural se revelava similar, tinham vivido como camponeses (picarotos) e como comerciantes (terceirenses) o seu tetravô, Manuel Carauta Policarpo, “semeador de milhos” e “criador de cabras” (1984: 17), casado com Anastácia; o seu trisavô, Pedro Carauta Policarpo, unido matrimonialmente a Beatriz, da qual “*existe um autorretrato romântico na salinha dos retratos.*” (1984: 25), e Vovô Manuel, conubiado com Vavó Dores, pais de Ti Fausto, irmão de Papai Manuel ou, mais bem dito, de Manuel Terra Policarpo, “*arribado na chalupa Esperança à baía de Angra com uma trouxa de linho, uma saquinha de trapos donde roera o último biscoito de raiz de feto, e a carta ao desconhecido. Era o ano de 1920. Meu pai tinha 10 anos.*” (1984: 36). Seu Pai e, como é óbvio, pai também de seus irmãos, Mariana e Eduardo, já para não falar do Autor Vasco Pereira da Costa, que adota o seu nome como pintor...

Neste percurso insular, de um insular que “traz as ilhas todas na barriga” (1984: 32), espoletado pela ressurreição de Ti Fausto - “[...] e grande é o Pico porque grande é o Ti Fausto” (1984: 18) - e pela revisitação de espaços e tempos de outrora, relativizados posto que sobrepostos, destacam-se os escombros de uma casa volvida em esqueleto, de onde se avistava a Ilha de S. Jorge, bem como uma toponomástica significativa (o Largo da Ermida, os calhaus de Alcaide, a Prainha, a Fajã que se prolonga na Ponta da Fornalha, a Vila da Madalena e as duas torres da sua Igreja), que metaforizam a Ilha⁸⁷¹, para Ti Fausto e seu sobrinho, em Ilha-Menina, “de olhos puros como dois torrões de lava fresca e vidrada e gotejante da seiva da terra”, em Ilha-Mulher, “inteiriça e possante”, em Ilha-Mãe, simbolicamente representada pelo “ventre largo” e pelo “regaço acolhedor e cálido” (1984: 19), e, também, em Ilha-Madrasta ou “ilha de rabos-tortos” para Jaime Valdemiro de Sousa, personagem natural de Cerro, mas oriundo de Lisboa, porque “para esta malta Coimbra é Lisboa, Braga é Lisboa, Setúbal também é Lisboa.” (1978: 31-33).

Nos antípodas deste lirismo metafórico, visualiza-se, de supetão, um cru realismo inerente à pintura da “*mui nobre leal e sempre constante* cidade de Angra do Heroísmo, ao tempo em que o Autor nela carregava a sua adolescência de amores, temores e rancores”, patente numa estatística de teor descritivo ou numa enumeração de cariz sociopopulacional que se pretende exaustiva, mas que mais não é do que uma estilização lúdica.

De facto, na capital da Terceira, burgo de “lojas sonolentas” (destaque-se a hipálage), “comerciantes lentos” e “clientes ensonados”, habitam - e a ordem não é aleatória... - “*um governador civil e três governadores militares;*

869 Ver, a este respeito, a homenagem a Coimbra de Vasco Pereira da Costa in *Sobre-Ripas Sobre-Rimas* (1994).

870 “É por este viajar de tempo desfeito, desalinhavado por mãos doídas, posto debaixo dos pés hesitantes, correndo nas lágrimas em poeira fina como cinza de crematório; [...]” (1984: 15).

871 Não deixa de ser interessante a conceção mitológica de Ilha para Ti Fausto: “A ilha [...] É uma namorada antiga, [...] Afiança que empenhou a Ilha Calma numa madrugada luarenta da Senhora das Candeias, [...] E que o pico é a barriga da ilha, fecundada pela seiva fervente da sua força maciça.” (1984: 18).

dezanove bombeiros voluntários [...]; vinte e cinco meninas que namoram à janela e [...] catorze desfloradas nos saguões; um bispo [...], três parvos oficiais, [...] trinta e quatro velhas de lenço [...] quarenta e sete bêbedos e oito senhoras que andam às vezes alegriños.” (1984: 40). Neste balanço demográfico, o pormenor, hiperbolicamente exarado e matematicamente calculado às décimas, reforça a sátira de *ethos* não agressivo, mas corretora, corrobora a crítica sagaz, enfatiza a intenção irónica e acentua os efeitos cômicos⁸⁷². Com efeito, dos quarenta e três professores do Liceu de Angra, “vinte são professores do Seminário maior, onde há quinhentos e sessenta e oito seminaristas menores, dos quais oitenta e nove vírgula seis por cento oriundos da cristianíssima ilha de S. Miguel [...]” (1984: 40-41). E atente-se no superlativo, com valor depreciativo... No que respeita à percentagem das viúvas, elas são em número de “quarenta e sete [viúvas] praticantes, vinte e seis [viúvas] protestantes e oito [viúvas] de fresco ainda indecisas, [...]” (1984: 40). Por fim, “quarenta e três indivíduos usam gravata verde porque são adeptos do Lusitânia e trinta e nove põem gravata vermelha porque são sócios do Angrense, havendo que mencionar ainda dois laços – um poeta e um boticário.” Note-se, de passagem, a reificação inerente à sinédoque “laços”...

Porém, o que interessa sobremaneira ao Autor é a escolha de um certo cenário de *Pastelaria* (uma das duas que existem em Angra, a par de dezoito tabernas e de seis cafés), onde possa talentosamente exercitar os seus dons demiúrgicos, à semelhança de Collodi que assiste à autonomia do Pinóquio, mas diversamente de Pirandello, em busca do qual andam as seis personagens...

E eis que as suas criaturas, assíduas frequentadoras da *Pastelaria* angrense - “uma ilhota em tudo igual à Ilha lá de fora” (1984: 42) -, adquirem vida, pela destreza da prosopografia e da etopeia que um discurso específico, linguisticamente apurado, confirma, ambos desaguando, retrato e discurso, na denúncia de uma mentalidade confrangedoramente estreita em consonância com o meio não arejado onde gesticulam as marionetas. Desfilam, ante nós, em planos cinematográficos concebidos por uma escrita fotográfica que incisivos e sucessivos fotogramas cristalizam, a Dona Dionísia, baronesa da Ribeira Seca, cujo odor a felino lhe garante um posto reservado, conquanto solitário, ao pequeno-almoço; a garbosa D. Madalena, cliente das três da tarde, filha do Eleutério Retroseiro, cuja aventura com o galã da Base não escapa, impune, ao olhar punitivo do Fifi da Câmara; a Dona Olímpia, perita em adjetivação pejorativa no tocante ao queijo, mas deleterianamente irresoluta no que respeita à seleção da marca:

“São Jorge – apimentado; Flamengo – gorduroso; Castelinhos – farinhento; Frescal – insosso; Pico – enjoativo; Vaquinha – pastoso.

Sei lá, talvez Castelinhos, olhe não, pese-me antes do Pico, vou acabar por levar o Frescal, o menos mau ainda é o São Jorge, corte-me uma quarta de Flamengo.” (1984: 45).

De realçar que apenas o queijo “Vaquinha” se viu enigmaticamente apartado do campo ‘olímpico’ da indecisão... A Dona Vitória, obcecada pelas interrogações direcionadas para o grau de frescor dos bolinhos, dos covilhetes e do folhado, e premiada, pela proprietária da *Pastelaria*, com a promessa de uma inevitável frescura saída não do forno, mas do frigorífico; a Dona Aurora, que vem aviar a sua ‘receita’ de sempre ou, por outras palavras, encher de bagaço um frasquinho de xarope, destinando-se esta solução açucarada a um bolo fantasmagórico, já que a aguardente (significante não pronunciado, por receio, talvez, do significado...) passa por cura milagrosa para uma inconfessável maleita. A coroar o elenco de personagens, eis não só D. Carlota, irmã do Sr. Almirante, salvador de Angra que o procura “*pelo seu emprego, pelas suas sortes, pelas suas guerras, pelas suas vidas.*” (1984: 46), mas também os salsicheiros Elmano, Olinda e seu cão Bobi, que abalam da Ilha por não terem sido convidados para o casamento do filho de Nicolau Desarmadeira: “*Chamuscámos os porcos que esta ilha tinha/Já estão todos bem esfolados/partimos de bolsa cheia.*” (1984: 49).

872 Não olvidar alguns processos cômicos primários como, por exemplo, a hipérbole (repetição, redundância e exagero), a lítotes (elipse, condensação e transposição metafórica), a ironia (eufemismo, antífrase) e a inversão (quiasmo, paradoxo e paralogismo). Ainda a este propósito, afigura-se interessante revisitar, com Jean-Marc Defays (1996: 34-82), alguns efeitos do riso na interação verbal (o cômico pode interromper o interlocutor, atenuar uma afirmação e provocar uma reação), no plano psicológico (ao influenciar o estado de espírito dos participantes), no plano axiológico (ao emitir um juízo crítico, ao sancionar, ao moralizar), no plano sociológico (ao dividir o mundo entre os que riem e os que não sabem rir) e no plano ideológico (ao tomar o partido da subversão).

Bem interessante, no que respeita ao processo de escrita se revela o *explicit* da novela “vendedor de lérias”, no qual surge o “Vigilante da Contenção e das Vírgulas”, *alter ego*, porventura, do Autor, cujas observações metalinguísticas e metaliterárias passam a moldar a gramática semântica-narrativa-estilística das restantes novelas. Se a referência à releitura, às emendas e ao papel rasgado reenviam para uma genética textual indicadora de um parca fluência do verbo, tão-somente aperfeiçoada pelo trabalho artesanal do sujeito escrevente, e se a autoalusão ao “balzac de pacotilha” e ao “eça sem senso de mesura” apontam para uma voluntária mas imerecida filiação realista, simultaneamente almejada e denegada pelo Autor, o sintagma “o poder terrível das palavras”⁸⁷³ torna cristalino o método de produção textual: por um lado, o Autor dá a sensação de se acusar do acometimento excessivo da sátira, patente na ‘chapa’ maquiavélica que fixa personagens não absolvidas, fustigadas pela vingança que “traumas infantis” geraram e que a “*máquina de projetar que traz sempre no bolso direito da bossa da memória eterniza.*” Por outro, e mercê de um longo segmento metaléptico em que as personagens atravessam a fronteira da ficção e penetram no real, saltando o responsável pelo livro para a ficção e logo transitando, por magia, desta última para a sua ‘oficina’, somos informados de que o Autor se ergue “*da mesa onde rascunha, passeia-se de mãos atrás das costas (gesto muito seu quando não sabe o que escrever), sente a gana [...] de rasgar tudo e começar de novo, [...] acende o cigarro da irresolução [...] quando avança resolutamente e faz isto.*” (1984: 50).

Estes dois sinais gráficos, ponto e vírgula e ponto, tanto parecem alertar para o término da indeterminação do artista como anunciar o seu recomeço sisífico, visível nas novelas fiscalizadas pelo sensato “Vigilante da Contenção e das Vírgulas”, alvo de certa crítica institucional - a “*ponderação educada e domesticada na Faculdade de Letras de Coimbra*” e “*a qualidade das boas-maneiras adquiridas nas sólidas instituições burguesas de uma ilha com abalos-só-de-terra.*” (1984: 50).

Em “O Primeiro Diógenes” (novela ‘vigiada’), deparamos com um “*exemplo de pai de família*” que, na Pastelaria, após hesitar entre uma água gelada das Lombadas, uma limonada fresquinha, uma cerveja preta ao natural, um copo de leite frio sem açúcar e um pirolito com um pouco de vinho branco, opta, finda a enumeração que tão-somente veicula a falácia da hesitação, pela bebida que Angra sabia, à partida, que ele iria tomar: o vinho branco, mesmo “*do bom, do Continente.*” (1984: 55).

Sublinhe-se, de passagem, a quase antropomorfose angrense, carreando a crítica (grafada entre parênteses como um aparte falaciosamente anódino) à coscuvilhice e ao mexerico que fervilham na capital terceirense:

“*Ora, Angra inteira sabia (e o que é que Angra não sabia...?)*” (1984: 56); “*Beber, sim, mas com dissimulação, às escondidas (às escondidas de Angra...), despercebido, [...]*” (1984: 57); “*Este jogo das escondidas (jogar às escondidas com Angra é perigoso - Diógenes devia saber) [...]*” (1984: 57).

É ainda esta personagem que, ciliciando-se, numa quinta-feira santa, com a ausência da receita do Dr. Penicilina - “*[...] só branco, Diógenes, só branco, nada dessas zurrapas de tinto que dão cabo do estômago...*” (1984: 56) -, pede ao filho que vá à venda do Senhor Lourinho encher uma garrafinha de vinho da Graciosa (não para ele, neste jogo simulatório entre o que é e o que parece ser, mas para a “Alcatra” do domingo de Páscoa), acabando, suma humilhação a sua, por ser aniquilado pela interrogação, nada retórica, do seu Francisquinho, elevando-se como farpa auditiva no silêncio fúnebre do andamento do cortejo: “*- Ó pai, é branco ou tinto?*” (1984: 59).

Transitando para “O Anãozinho de São Jorge”, vamos encontrar, de novo na Pastelaria de Angra, Joringel, o homem mais alto da ilha, e o supracitado “Anãozinho” que Já Caiota (Joringel) considerava pertença sua, a ponto de proprietário e propriedade terem sido fotografados pelo *Diário das Ilhas*, que publicou a seguinte legenda: “

873 “É este o poder que a escrita me dá: arrancar amarras de servidão, libertar enraizamentos daninhos, agarrar no tempo, torcê-lo, contorcê-lo e levá-lo até onde quero, anos e anos retrocedendo, tecendo as horas e os dias num tapete onde raspo as garras da memória. Assim, libérrimo pelo poder da palavra, já me passeio entre a gente que deixei (vivos e mortos) numa ilha de neblinas de linhça, de verdes nebulosos, de eventos desatinados, de destinos encobertos.” (1984: 39). Curioso se torna notar que a escrita catártica é a escrita da memória... Ver, ainda nesta sequência e em *Memória Breve*, a definição que dá o Autor de um escritor: “E o escritor é como a feiticeira que necessita de ler nas vísceras das vítimas esclarecedoras [...] o escritor é também um prestidigitador de verbos e um ilusionista de muitos truques (que, em certos momentos de fraqueza descamba para a confidência escusada).” (1987: 107-108).

[...] *aperto-de-mão que uniu para sempre o homem mais alto da Terceira ao ser mais reduzido da Ilha dos Queijos.*" (1984: 65).

Paralelamente à crítica do clero - emblematizada pela figura austera do Cónego Severo, "*parente imprescindível nos serões de compostura, festa de anos, refeições de família.*" (1984: 57) - e à crítica da mentalidade, que o plural da desordenada sucessão amplifica - "*A cidade impava de alegrias ao ver desembarcar efebéis, jornalistas, fotógrafos, carros, Nixons, televisões, Pompidous... e, agora, anões.*" (1984: 64) -, vai-se esboçando a crítica de um certo discurso jornalístico, ávido de uma "Coluna Social" supostamente sensacionalista, repassado de lugares-comuns e eivado de clichés ao serviço da salazarista Pátria [afinal, este antissalazarismo está patente em "O Manel d'Arriaga", no momento em que o protagonista, Jaime de Sousa, por entre a parafernália de "Vivas" a Salazar, ousa proferir "VIV'Ó MANEL D'ARRIAGA! (1978: 36)].

É o caso do *Diário das Ilhas - Pelos Açores ao Serviço da Pátria*, que patrioticamente noticia a chegada, à Ilha Terceira de Jesus Cristo, que já recebera Nixon e Pompidou e "*onde Portugal já foi só*" (1984: 69), de um veleiro proveniente da velha Albion, bem como a recepção que lhe deverá ser feita pelo Senhor Guilherme Teles, o qual, "*aqui na ilha*", é "*assim como o cônsul da Inglaterra*" (1984: 78), para além de ser íntimo de M. Roads, "*exímio executante de oboé na Filarmónica Inglesa.*" (1984: 69). O aviso oficial na *Pastelaria* pasmada (repare-se, uma vez mais, na hipálage), bem como a risível evolução de um acontecimento primando pela banalidade, merecem análise atenta:

pelo desfasamento flagrante entre o evento constrangedoramente trivial (a atracção de um veleiro inglês na baía de Angra) e a solenidade irrisória do seu pomposo acolhimento;

pelo aparato ridículo que preside ao ensaio, na "língua bárbara" de Guilherme Teles (um inglês barbaramente falado), de um oficial (e não oficioso) discurso de boas-vindas, com enfoque turístico no verdejo insular: "[...] oariú-veriuel-tanquiú-plise-eve-a-glesse-of-waine-ver-dei-lhu-v'ri-gude [...]" (1984: 71);

pela amplificação megalómana, carreando a desfiguração ou desvirtuação, porventura equivalente à assunção verbal, polifónica, de certas fobias recalcadas ou determinadas ignorâncias atávicas. Mediante a hodologia, ou seja, o itinerário específico do rumor, boato ou burburinho, o barbeiro transmuta o veleiro britânico em "submarino inglês que trazia a banda de música da freguesia de Londres e que ia tocar oboés - devem ser cantigas da moda - em frente da casa do Senhor Guilhermino, ali ao Pisão." (1984: 74). Por sua vez, no Largo das Camionetas do Prior do Crato, o único veleiro desdobra-se e prolifera em "esquadra de jipes anfíbios" rumando à baía carregado de oboés " - se calhar bombas atómicas... E que o Senhor Guilhermino é que ia falar inglês com os ingleses"; do mesmo modo, é o veleiro anódino metamorfoseado, na Farmácia, em "pacote de dois canos fumegantes", "com lindos oboés à proa e à ré. - Oboés? - Pois sim, uma espécie de telescópios! E que trazia um oboé de presente da parte da Rainha de Inglaterra, que era amiga de um amigo que estivera na ilha no tempo de guerra. Amigo do Senhor Guilhermino, oboé para o Senhor Guilhermino." (1984: 74-75). Por fim, neste contexto humorístico e rumorófilo, gaba-se Calvino, proprietário do botequim epónimo, de brevemente receber três visitas "de autorizo: três almirantes da Marinha Inglesa que tinham chegado com uma rapariga que adoecera no Faial com a doença dos oboés. Destas moléstias modernas..." (1984: 75). Desapercebidos, nesta conjuntura, não podem ficar o discurso indireto livre, assinalado com itálico, equivalente à focalização interna, assim como o diminutivo aparentemente hipocristico de Guilherme, a redundância absurda "falar inglês com os ingleses" e o falso plurissemantismo, ditado pelo desconhecimento, do termo "oboé";

pela antítese linguística e cultural entre o Senhor Guilherme Teles, pragmático e triunfalista (falante de um inglês "arranhado"), e o Dr. Fedro, professor de Latim no Liceu, adepto de um "cadavérico latinório", recitador de Vergílio "ora em melopeias de adágio ora em ressonâncias de pilhéria. Aquela dos pisces foederunt cunas igualava em gaitadas o pay day was a week ago." (1984: 71);

pelo recurso à imagologia⁸⁷⁴, ou seja, à representação, não raro minimalista e estereotipada, do estrangeiro na capital da Terceira:

" - E mete-se uma rapariga pelo mar dentro, sozinha, com dois homens! Que desatino! Que pouca vergonha! Também ouvi dizer que aí para fora é uma, aí como é que se diz, uma... promisorquidade...! Um desassossego!

874 Segundo Jean-Marc Moura (2005: 205-215), a imagologia pode ser definida como o estudo das imagens literárias do estrangeiro, provenientes da oposição eu/outro, identidade/alteridade.

Não! Os ingleses são pessoas de recato. Isso deve ser para a terra da América, que é país de muita nação." (1984: 73);

- pelo contraste elucidativo entre o frenesim dos habitantes, que aguardam impacientemente o veleiro, e a impassibilidade da natureza, que imperturbavelmente segue o seu curso sazonal: *"Para lá do mar, São Jorge recolhia-se, abrasado por um sol de lume, envolto pelo negro cone do pico do Pico."* (1984: 75);

- pela consciência cratílina da linguagem, patente na escolha motivada do nome, ou, por outras palavras, sequaz da não-arbitrariedade do signo linguístico: se a Farmácia de Angra batizada foi de "Cura", se o médico da ilha é conhecido por "Dr. Penicilina" e se o barbeiro terceirense se chama Mestre "Lêndea", reenviando ao pouco simpático parasita do universo capilar, *Jé Caiota* tem o nome da homónima planta herbácea e trepadora, enquanto o Professor de Latim, Fedro, não-interlocutor de Sócrates, mas do Senhor Guilhermino, entusiasta da "Beleza, com maiúscula" (1984: 72), remete para o tratado platónico do amor e da retórica, fusão do Górgias e do Banquete;

- pelo pressentimento de eventual catástrofe (do naufrágio do veleiro, talvez), que a espera longa e insana corrobora, traduzida por quatro presságios, não tanto arautos de uma peça trágica mal alinhavada, mas, preferencialmente, de uma obra cômica habilmente dissimulada, no tocante, sobretudo, quer à comparação semanticamente dinâmica, quer à confusão que se instala no campo lexical das vozes dos animais: "[...] o rato atropelado pelo Eufrásio carroceiro guinchara um estranho choro de toninha; a nuvem negra em forma de mulher deambulava como uma carpideira; o calor desusado caíra na noite imprevista; o ralho do cagarro ecoava uivante e canino e sinistro." (1984: 77);

- pelo explicit da novela que, lesto, se apressa a desmontar, de forma abrupta e lúdica, o suspense narrativo inerente tanto à espera solene do veleiro e à subsequente estada, na generosa Angra, de três "Ingleses de Inglaterra" (1984: 78), como à hospitalidade oca do Senhor Guilhermino - perito em falar do que nunca visitou e em contar o que nunca ouviu - e à degustação do verdejo no botequim do Calvino (...que não é Italo):

- *Ubi veritas? – dignificou-se o Dr. Fedro.*

- *Onde é que eles estão? – cramou Jé Caiota, fungando o desaire.*

- *Ubei, senhores, eu cá sei... Eles chegaram eram três e piques, atracaram, vi os papéis, mercaram o que lhes convinha, eram umas cinco e já iam adiante dos ilhéus na rota de S. Miguel..."* (1984: 78).

Se a Pastelaria angrense não pôde, desta vez, presenciar o não-acontecimento, não deixou de ser palco, num passado próximo, de outras estórias, como a do duo Belmiro e Delmiro, o primeiro amante da fotografia, devoto o segundo de um "casal de bicos-de-lacre." (1984: 55), ambos com "a idade imprecisa dos 40-60, o trajar dos homens 40-60, a estatura meã da cidade em idade 40-60, a obesidade de Angra nos 40-60, a despreocupação de quem vive apenas pré-ocupado pelos rendimentos das casas [...] do acento na certeza de que hoje é hoje e amanhã será, na mesa da Pastelaria, ao fundo, conversa com conversa [...]" (1984: 39).

Por vezes, a Pastelaria, cujo vidro rachado expõe à curiosidade alheia "Chocolates-Favorita-Bolachas" (1978: 40), cede lugar ao Café Portugal, em cujas mesas de mármore o Beque perora sobre um tempo que já não é, em confronto - reforçado pela retoma do segmento frásico - com o tempo que passou a ser: " - *Eu sou do tempo em que um defesa era um beque, um médio era um àfebeque, um guarda-redes era um quipa; em que um canto era um corna, um fora-de-jogo era um ofessaide; eu sou do tempo em que uma escarradela nas trombas do árbitro era um livre indireto.*" (1978: 95). De um a outro tempo, já que o espaço permanece inalterável, assiste-se, por um lado, à largada onírica para a América - "Se não tivesse o senou a caiar-me as fontes, ia mas era para a América." (1978: 21) -, à chegada das missivas do Canadá - "[...] as dolas que vieram nas cartas" (1978: 22) -, à metamorfose do ilhéu despretenso em espalhafatoso luso-americano - "Que Mercês está feita uma calafona da ponta da orelha, com óculos de borboleta e cabelos prateados." (1978: 26) -, ouvindo-se, por outro, o castiço idioleto com o qual Inês Saiote brinda os tripulantes do Funchal entrementes atracado: "Aqui [Igreja do Colégio dos Jesuítas] recebeu ordens o [...] mártir terceirense, Terceira ailande mártir, por pregar a vré fuá de Cristo Craiste aos Japoneses, Japnize, crrrrrrr, de-go-la-do, cortaram-lhe la tête, assim, [...] big naifa no neque, [...] há de vir a ser santo, véri, véri, véri milagres, este papa [...] que sofreu muito, big pancada, tré porrada, mas o poder de Nosso Senhor, Oh iesse, é muito gran, muito enorme o pauer de Jesus." (1984: 84). Idioleto similar, mesclado com a gíria estudantil, pelo tempo balizada ("pá"), pode ser ouvido na "Real República dos MIL-HAFRES" - onde quase "todos os repúblicos eram das ilhas" (1979: 15) -, pela voz do Jéjé machista, que divaga sobre as divergências prototípicas entre a mulher açoriana e a mulher continental: " - *A mulher de cá [Coimbra] pá é muito dada portanto dá-se com*

os rapazes [...] lá [Ilha] pá [...] a gente tem mais confiança pá há menos baldas portanto elas ficam em casa a gente só namora à tarde [...] (1979: 40).

Fazendo jus não a um “pitoresco regionalista”⁸⁷⁵, como afirmou Cristóvão de Aguiar, mas a um telurismo pictórico e cinematográfico que, num eficaz “zoom”, sobrevoa a sátira e raia a caricatura, o narrador (que se autoneomeia Autor) torna-se exímio em partilhar a sua aventura de escrita com o narratário, diretamente inscrito na narrativa, de contínuo interpelado e não raro designado, algo cerimoniosamente, não pela tradicional expressão pluralizante “Minhas Senhoras e Meus Senhores”, mas pela inversão dessa fórmula plural convencionalizada - “Meus Senhores e Minhas Senhoras” (1984: 41) - ou, então, num crescendo de familiaridade, por leitor e por “meu amigo”. Em *Amanhece a Cidade* (rememoração dos tempos de estudante em Coimbra), a atenção dispensada ao leitor - não ao leitor real, mas ao leitor implícito de Iser e ao leitor modelo de Eco⁸⁷⁶ - firma a leitura como uma criação dirigida e cooperante - sem carrear a barthesiana morte do Autor⁸⁷⁷ - tendente para a atualização textual e subsequente preenchimento de voluntários pontos de indeterminação: “*Agora, meu amigo, já estás inteirado. [...] Talvez gostasses mais que a estória se desenrolasse sem estas quebras, sem estes golpes, sem estas intromissões. Mas eu, autor de ficção, não posso partir do nada. [...] Depois, apanha esses bocados de História e de estória e constrói, tu próprio, a tua história.*” (1979: 47-48). Não se torna despiendo alertar para quase um desmentido, por parte do Autor, de tal desafio a uma leitura encarada como “game” (orquestrada pela reflexão) e não como “playing”⁸⁷⁸ (onde impera a ilusão): “*Mas tu, que estás aí sentadinho, é que não tens obrigação nenhuma de seguir assim, entrecortado, este desfiar de conversa, [...]*” (1979: 45). Mediante este repto ao destinatário da narrativa, que tanto surge no texto como no paratexto (epígrafes⁸⁷⁹ e notas de rodapé), expressa o narrador as suas reservas relativas a um eventual estatuto de omnipresença que não deseja ter - “*Os que estão em toda a parte, acabam por pairar em nenhures.*” (1979: 48) -, optando metalepticamente por se inserir na obra aberta⁸⁸⁰: “*Aí vai a minha reivindicação de autor; ser também ator neste tablado!... Mas não sei como nem como não. Acabarás por dizer:*

Este tipo não sai da obra!...

Olha: é isso que pretendo!” (1979: 57).

Por vezes, em vez de intimar coloquialmente o leitor, a ele se dirigindo na segunda pessoa do singular - “*Isto, que agora, te escrevo, [...]*” (1984: 89) / “*Confesso que me perdi. Desculpa lá, ó tu que lê.*” (1978: 137) -, não se furta, sem aviso prévio, a inclui-lo na primeira pessoa do plural, conferindo a tal cumplicidade não só uma função afetiva, mas, sobretudo, uma função cognitiva: “*Tio Paulino ainda não lhe conhece os efeitos porque, neste momento, somos apenas quatro os detentores da verdade total. [...] entremos de seguida na conversa que me foi transmitida pelo Rolinha, [...]*” (1978: 61-63). Deveras curioso se torna o facto de certas personagens, perseguidas pela tenacidade do Autor - “*Sento-me à mesa das literatices e vejo o Fandulho a fugir-me por entre os rabiscos da esferográfica que o tenta reinventar.*” (1978: 100) -, mas reticentes ao ‘salto’ para o papel, questionarem um público leitor coletivo (dando-lhe um tratamento frequente em meios rurais) sobre a legitimidade da sua ‘literalização’: “*Logo de manhãzinha pôs-se a meter comigo, o Fandulho assim, o Fandulho assado, [...]* Mas

875 Cf. Contracapa de *Nas Escadas do Império* (1978).

876 De salientar que, para Iser e Eco, é o efeito da leitura, ou seja, o efeito produzido pelo texto sobre o leitor, e não o sentido da obra literária que importa. Se o leitor modelo pode ser definido como sendo um leitor capaz de cooperar na atualização do texto, o leitor implícito é, também, uma estrutura textual, não se identificando com o leitor real, nem com o narratário, equivalente ao destinatário e situando-se, por conseguinte, ao mesmo nível que o narrador. Ver Piégay-Gros, Nathalie (2002) *Le Lecteur*.

877 Ver, sobre a figura do Autor, Couturier, Maurice: “*Pourtant la communication textuelle [...] possède les principales caractéristiques de la conversation haïssante et amoureuse: [...] c’est à travers ce jeu croisé des désirs et des revendications des deux interlocuteurs que se tisse la trame serrée du texte comme interface, interface qui les met en rapport l’un avec l’autre et les maintient aussi paradoxalement à distance. [...] L’auteur réel est, pour moi lecteur, un sujet mort qui autrefois a désiré de créer et dont le texte tient lieu en tant que corpus.*” (1995: 241-242). Ver, também, DIAZ, José-Luis: “*Car si l’écrivain s’encrypte comme auteur - en produisant une série de signes conformes aux scénarios auctoriaux en vigueur et en se construisant ainsi lui-même comme une sorte de méta-oeuvre -, le lecteur, lui, doit ensuite [...] décrypter ces signes auctoriaux et chercher à les raccorder entre eux. [...] il doit construire une sorte d’auteur de synthèse, en faisant des hypothèses opératoires tant sur l’intentionnalité sémantico-pragmatique de ses diverses publications que sur son identité existentielle.*” (1996: 110).

878 Esta terminologia é da autoria de Michel Picard (1986). Ver, também, sobre a leitura, o ensaio de Vincent Jouve (1997).

879 “*Onde mais uma vez se interrompe a narrativa, desta feita para bedelhar uma aula, e se antecipa uma palavra que só haverá [sic] de ter cabidela lá mais para diante.*” (1979: 57).

880 A obra aberta, ‘simbolizada’ pelo título escolhido por Umberto Eco, tornou-se um *topos* da nossa modernidade, constituindo condição *sine qua non* da sua longevidade.

digam-me vossemecês, se é que estão pelos ajustes: há direito de vir por aí uma porquidade de fala política tirar a gente do nosso sossego para nos ajeitar num livro que é coisa que não é terminante e assim fiquemos toda a vida e mais seis meses numa chapa que não tem nada a ver com a nossa feição...?” (1978: 100). Os dados estão lançados para a visão da literatura como o espaço de recusa do romanesco e da fixação, em “chapas”, de personagens redondas volvidas em tipos, relegando para plano secundário a feição genuína do ilhéu e a “poesia da ilha” (1978: 102), ou seja a açorianidade⁸⁸¹.

Ora, é este multifacetado, fugaz e equívoco conceito que atravessa a obra, poética e em prosa, de Vasco Pereira da Costa⁸⁸²: uma açorianidade que tanto se eleva a voos líricos e míticos ditados pela saudade, como prosaicamente se rebaixa aos escaninhos insulares, dissecados pela ironia.

Assim é que o leitor depara, numa primeira fase, com a açorianidade geográfica, moldada pelos abalos de terra, pelos vulcões e pelas correntes marítimas, responsáveis pela precariedade da sobrevivência humana: “*Quinhentos anos de abalos e vulcões enfeixados no vazio medo de um minuto ilhéu e poderoso.*” (1984:5). Numa segunda etapa, vem a açorianidade meteorológica, epidermicamente sofrida, a que dão vida os ciclones (e não o internacional anticiclone açórico...), a bruma cerrada, a humidade doentia e a incessante bátega de chuva: “*- Isto está mesmo um tempo de abalos de terra! T’arrenego, excomungado!*” (1978:12); “*Inesperada, ímpia, cronometrada, excomungada, uma forte pancada de água, daquelas que só em ilhas que exportam ciclones e depressões para esse mundo sem clima. [...]*” (1984:58); “*Pela Canada Nova entra um nevoeiro pegajoso e de madorra.*” (1978: 11). Num terceiro movimento desenha-se a açorianidade sociológica, confinando com a pequenez insular, já que “*Quem em ilha nasce logo cedo reconhece/onde o menos se distende e como o mais fenece.// (“los”)*” e “*[...] apenas nas ilhas se aprende/o minguado da terra e do céu/ [...]*” (“Paros”) (1997: 16-17). Configurando e defluindo desta sociologia da açorianidade, eis que surge o inferno da curiosidade, de que a maledicência e o falatório são paradigmas: “*Nas escadas do império e nos baldes do chafariz ia grande falatório, [...]*” (1978: 59); “*Todas três [D. Maria Angra, D. Georgina e D. Brianda] varadas pela língua maledicente de uma cidade que, para o ser, precisa que a novidade surja a alimentar a fome escarminha dos seus limites escassos.*” (1978: 75); “*[...] ou a pequenez da terra pisável com uma vida à sua medida mesquinha, centrada numa cidade pechenchinha de ideias e de anseios, [...]*” (1978: 72). Um quarto item da noção esquivada em apreço é a açorianidade etnográfica e gastronómica, que a religiosidade popular (o culto pelo Divino Espírito Santo) e o orgulho na alcatra islenha firmam inegavelmente: “*Se cada terra tem o seu manjar peculiar, se a Paella é valenciana, o borrego alentejano, a Lasagna Stuffata dos italianos, o Roast-beef das Inglaterra, as esquisitices francesas, as enguias da Murtosa, a Alcatra - é nossa!*” (1980: 6).

E se uma quinta vertente aponta para a açorianidade caraterológica, suscetível de ser definida como o ritmo específico da lentidão dos dias e das horas, desaguando na indolência, na pasmaçeira e na demissão da vontade, a sexta característica remete para a açorianidade psicológica, bipartida entre a invasão (pelo letal aborrecimento) e a evasão (tentame de emigrar, cortando as amarras da ilha...).

Afinal, viver numa ilha mais não é, citando o poeta ficcional Vicente, “o poeta louco do Pátio da Alfândega” (1978: 83), que “estar rodeado de água, mesmo por cima. [...] olhar o horizonte à procura de uma nuvem que enforme outra ilha. [...] estar, dificilmente estar, de pé, com a mornaça que abafa. [...] estar, de frente, custosamente de frente, enfrentando o que sabe-se lá. [...] querer ver abertamente na cortina pegajosa que traga coisas e gente.” (1978: 70).

881 Entendemos açorianidade no sentido que lhe dá Vitorino Nemésio: “Em primeiro lugar, o apego à terra, esse amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; - e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar. [...] Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os atos de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quase religiosa de convívio com quem não teve a fortuna de nascer, como o logos, na água.” (apud *A questão da literatura açoriana*, 1983: 33).

882 Ver, a respeito do lastro da memória na obra de Vasco Pereira da Costa, Bettencourt, Urbano: “[...] uma memória geográfica, propiciando a representação de um espaço e de um tempo que são fundamentalmente os da infância e mesmo da adolescência [...] uma memória cultural [...] Trata-se sobretudo de indagar a profunda verdade humana e afetiva que subjaz aos acontecimentos narrados, articulando-os, por vezes, com a realidade do presente, [...]” (1999: 116-117).

Esta tipologia de açorianidades não ficaria, como é óbvio, completa, caso não se abordasse a açorianidade mítica, nas suas três vertentes de hereditariedade, de habituação *versus* exílio e de saudade, que perpassam em *My Californian Friends*. Assim sendo, e no que respeita à hereditariedade, o *explicit* do poema “Um Bourbon com Tony Goulart” não deixa de ser elucidativo: “*Eu que sou meio picaroto digo/isto baixo e mansamente/ (à moda do Pico) /rodando o Bourbon frio/com quem me entende:/...heredities, my friend*” (1999: 15).

No tocante ao exílio, ele é evidente no poema “O pescador de San Diego”, que “Trazia os olhos de mar marejados/da negra montanha dum outro mar/cinzas do Pico névoas dos cerrados/o sal - alma das águas a sulcar.” (1999: 13). Quanto à habituação - o ‘grau zero’ da açorianidade? -, é de realçar o caso de “Meu primo Manuel”:

*“Meu primo Manuel da Prainha do Pico
vive em San José. Trabalha no dry wall.
Não quis como o pai albacora nem bonito:
Trabalha ao sol da Califórnia - de sol a sol.*

*Tem lindo home que ele próprio ergueu:
Back yard living room kitchen com talaveja.
Na garage uma van. Tem muito de seu.
E a mesa farta para que farte e se veja. [...]*

*Mas pensa em comprar a Companhia
Do boss - retired já e padre de rico.
Eis pois enfim a suprema galhardia
De meu primo Manuel da Prainha do Pico.*

*Uma história com a desejada apoteose
o grand’final ilhéu o picaroto happy-end...
se não vier a agravar-se a espondilose
e aquela dor nas costas que ele desentende.”* (1999: 11).

Por fim, e nos antípodas do primo Manuel, picaroto calafona, erguem-se as saudades do Matateu:

*“[...] Numa rua de Sacramento encontrei o Matateu [...]
À queima-roupa disparou que envelheceu [...]
Agora leva e traz meninos à escola
Num schoolbus amarelo metido numa farda. [...]
Saudades da nossa terra? – Em barda!
E molham-se os versos do que ele me disse.”* (1999: 9).

Para concluir, e como leitora que somos, não podemos deixar em silêncio as questões que o Autor de *Memória Breve* nos coloca na novela “A receita”, cuja história se afigura fácil de resumir: o narrador almeja por uma célebre receita da sua tia Virgínia, que ele batizou de “Maria Xindó”, e que, por ironia do destino, não é a receita da tia, mas da Silvaninha, que a prepara na “*cozinha amarela que fora de minha [sua] avó Jacinta.*” (1978: 115).

Na página 113, a primeira e única nota de rodapé é a seguinte: “*Uso Virgínia e não Virgínia por dois motivos. O primeiro porque é assim que se diz na freguesia; o segundo porque me traz ressonâncias muito sugestivas. A si, não?*” (1978: 113). A nossa resposta é afirmativa, atendendo ao retrato da tia em questão: “*Mas aquilo é mesmo... uma Xindó, misto de dó, chilique e chinó, [...] licores de tangerina e bolachas marselesas, [...] e uma rigidez virginal que não fora o Padre Francisco, diria de vivuez.*” (1978: 113).

Na página 116, lemos na quarta nota de rodapé: “*Quer experimentar a receita...?*” (1978: 116).

Para responder cabalmente à questão, transcrevemo-la:

“Bote-se pra dentro do alguidá a farinha, o açúcar, a manteiga, os ovos, o leitinho, e bate-se tudo munto bem. Ao dipôs amanda-se lá pra dentro com pozes da azia [bicarbonato] ou pozes da harmonia [amoníaco] ou pozes amaricanos [Fermento Royal]. Se ficar molinho, é pudim; se ficar fofinho, é bolo.” (1978: 116).

Experimentei: ficou no entre...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Almeida, Onésimo Teotónio. (1983) *A questão da literatura açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação*, Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- Bettencourt, Urbano. (1999) ‘*Vasco Pereira da Costa*’. In *O Gosto das Palavras*. Lisboa: Edições Salamandra, coleção Garajau.
- Costa, Vasco Pereira da. (1978) *Nas Escadas do Império*, Coimbra: Ficção – Centelha.
- Costa, Vasco Pereira da. (1979) *Amanhece a cidade*, Coimbra: Ficção – Centelha.
- Costa, Vasco Pereira da. (1980) *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo*, Açores – Ilha Terceira.
- Costa, Vasco Pereira da. (1984) *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*, Coimbra: Edição Câmara Municipal de Coimbra, Serviços Culturais.
- Costa, Vasco Pereira da. (1987) *Memória Breve*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, Coleção *Insula* – Nova Série, nº 1.
- Costa, Vasco Pereira da. (1994) *Sobre-Ripas Sobre-Rimas*, Coimbra: Poesia Minerva.
- Costa, Vasco Pereira da. (1997) *Terras. Poemas*, Porto: Campo das Letras – Editores, Instantes de Leitura.
- Costa, Vasco Pereira da. (1999) *My Californian Friends. Poesia*, Gávea Brown: Palimage Editores.
- Couturier, Maurice. (1995) *La Figure de l’Auteur*, Paris: Seuil, col. Poétique.
- Defays, Jean-Marc. (1996) *Le comique*, Paris: Seuil.
- Diaz, José-Luis. (1996) ‘*L’auteur vu d’en face*’. In Gabrielle Chamarat et Alain Goulet (eds.) *L’auteur*. Colloque de Cerisy-la-Salle. Presses Universitaires de Caen: Centre de Recherche “Textes/Histoire/Langages”.
- Jouve, Vincent. (1997) *La Lecture*, Paris: Hachette, col. Contours Littéraires.
- Moura, Jean-Marc. (2005) ‘*Imagologie littéraire et mythe*’. In Danièle Chauvin, André Siganos et Philippe Walter (eds.) *Questions de Mythocritique. Dictionnaire*. Paris: Éditions Imago, 205-215.
- Picard, Michel. (1986) *La lecture comme jeu: essai sur la littérature*, Paris: Minuit.
- Piegay-Gros, Nathalie. (2002) *Le Lecteur*, Paris: GF Flammarion, col. “Lettres”.

124) SANDRA MAKOWIECKY, UNIVERSIDADE ESTADO SANTA CATARINA

Possui graduação em Lic. Ed. Artística Habilitação Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina, especialização em Arte - Educação pela UDESC; Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna de Lisboa e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Atualmente é professora da Universidade do Estado de Santa Catarina - graduação e mestrado em Artes Visuais do Centro de Artes. Membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte Seção Brasil AICA Unesco - ABCA. Membro da Associação Internacional de Críticos de Arte - AICA.

Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte - CBHA.

Membro da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas - ANPAP. Membro do Fórum de Pró Reitores de Graduação desde 2004 - FORGRAD.

Pró Reitora da Udesc nos anos de 1994 a 1998 e de 2004 ao presente momento.

Vice - Presidente ANPAP - Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas no biênio 2007-2008.

Tem experiência na área de Artes atuando principalmente nos seguintes temas: arte, cultura, artes plásticas, representação, imagem, memória, patrimônio histórico, cidades e ensino.

ARTE E CULTURA NA LUSOFONIA – ARTES PLÁSTICAS NA ILHA DE SANTA CATARINA – BRASIL

No Brasil, na ilha de Santa Catarina – Florianópolis há uma palpável influência açoriana, tanto nas tradições folclóricas, arquitetônicas, como no espírito de sua população. A tradição cultural legada pelos açorianos é permeada por dois fatores determinantes: a relação com o mar, pela pesca, como instrumento de vida e morte e a religiosidade profunda, um cristianismo fundamentalista católico, algo próximo das crenças medievais, dando vida a uns mundos fantásticos, povoados de santos e demônios, onde a magia e bruxaria são realidades palpáveis e interferem no cotidiano de cada um, especialmente nas localidades afastadas do centro da cidade, as antigas freguesias.

As tradições fantásticas, transmitidas oralmente, têm influenciado os habitantes da ilha onde a influência do fantástico tem sido presente nas artes plásticas catarinenses, com resultados qualitativamente variáveis. Através dos costumes trazidos pelos imigrantes açorianos que se instalaram em Desterro, formou-se na ilha uma cultura popular com forte colorido local. A cultura popular ainda tem importância na modernidade, daí a pertinência de sua preservação, pois são componentes da própria realidade social. Cultivar as tradições é uma estratégia de luta contra a massificação e a conseqüente homogeneização da sociedade. Na preservação das diferenças, a alteridade se revela e a história não só reconhece como deixa manifestar as suas múltiplas vozes.

A cultura, resultado das práticas e representações simbólicas construídas por determinada coletividade humana, é permanentemente reelaborada, ocorrendo a combinação da permanência de certas tradições com a inovação das novas influências, o que lhe confere caráter dinâmico no contexto da arte e cultura na lusofonia.

Sobre Florianópolis existe um consenso muito forte em publicações de diversas áreas culturais, reforçando o fato de que Santa Catarina é um pequeno Estado bastante peculiar, com colonizações de origens diferentes fertilizando-se mutuamente. Na ilha de Santa Catarina, onde está edificada a cidade de Florianópolis, capital do Estado, há uma palpável influência açoriana, tanto nas tradições folclóricas, arquitetônicas, como no espírito de sua população. É provável que a insularidade do local e seu relativo isolamento tenham contribuído para que a maneira de ser, principalmente no que tange às crenças e valores dos colonos de Açores e tenha deixado marcas tão profundas nos ilhéus.

A tradição cultural legada pelos açorianos é permeada por dois fatores determinantes: a relação com o mar, pela pesca, como instrumento de vida e morte e a religiosidade profunda, um cristianismo fundamentalista católico, algo próximo das crenças medievais, dando vida a uns mundos fantásticos, povoados de santos e demônios, onde a magia e bruxaria são realidades palpáveis e interferem no cotidiano de cada um, especialmente nas localidades afastadas do centro da cidade, as antigas freguesias.

A colonização efetiva da Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses, vindos dos arquipélagos de Madeira e Açores - até 1756, desembarcaram 6.500 imigrantes no porto de Desterro. A partir daí a povoação cresceu. Foram fundadas as primeiras freguesias - Ribeirão da Ilha, em 1749; Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, em 1750, e Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa, em 1752.

Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança, com trabalho árduo e seu jeito simples. Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade.

Na arquitetura, preservada no casario colonial e nas igrejas seculares; no sotaque, com um jeito cantado de falar; nas expressões típicas dos nativos; nos segredos do artesanato das rendeiras e dos oleiros, transmitidos através das gerações. Mais que o sotaque, a arquitetura e o artesanato, os descendentes dos açorianos mantiveram vivas as tradições que preservam a alma da sua cultura.

A religiosidade da Festa do Divino e dos Ternos-de-Reis, o boi-de-mamão, o pau-de-fita, as lendas sobre bruxas e assombrações. Nas comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina, nas comidas, nas farinhadas, nas infusões

curativas, nas simpatias das benzedeiros contra o mau-olhado, nas histórias de pescadores, ainda é possível ouvir ecos de um outro tempo, numa outra ilha, portuguesa, certamente.

Estes novos brasileiros dedicaram-se até os anos 1960, em sua maior parte, à atividade pesqueira e mantiveram muitos costumes que os caracterizavam e, conseqüentemente, os diferenciavam no seio da miscelânea de hábitos dos indivíduos dos centros urbanos mais próximos. O contato com os habitantes das áreas urbano-portuárias era motivado, sobretudo, pelo comércio de produtos artesanais produzidos nestas comunidades: rendas de bilro, tarrafas, gaiolas, cerâmica, balaios, além de alguns produtos alimentícios: peixe, farinha de mandioca, entre outros. O relativo isolamento político e geográfico das colônias, mantido durante várias dezenas de anos, fez da Ilha de Santa Catarina um local rico em elementos que retratam as origens destes colonizadores – madeirenses e açorianos.

O crescimento, ocorrido a partir dos anos 1970 - gerado em função de um grande processo migratório interno brasileiro e intensificado pela exploração do potencial turístico da Ilha, gerou imensa mudança de paradigma na organização sociocultural das colônias. Por estarem situados sobre os locais mais privilegiados da Ilha, o registro açoriano transformou-se rapidamente, todavia, muitos dos traços permanecem.

As tradições fantásticas, transmitidas oralmente, têm influenciado os habitantes da ilha geração após geração, até que conscientizadas disso, as instituições culturais vêm procurando coletar e manter vivo este espírito considerado distintivo de Florianópolis. A influência do fantástico, esse fantástico palpável, quase real, tem sido presente sobre as artes plásticas catarinenses originadas na ilha, com resultados qualitativamente variáveis.

Não há dúvida alguma de que Franklin Cascaes traduziu melhor do que ninguém o universo artístico e fantástico que permeava as relações sociais do povo açoriano da ilha de Santa Catarina, tornando-se um agente passivo e ativo do mítico mundo dessas populações da beira-mar com seus mistérios anímicos, povoados de lobisomens, bruxas, demônios e boitatás. Ele é o nosso mago da cultura popular com obras de um fantástico-realista. Sua alma era posta nas origens das Ilhas de São Miguel e terceira, açorianas, levitando no meio do atlântico. E sua influência persiste sobre muitos outros.

FRANKLIN CASCAES

Franklin Cascaes, um habitante da terra, nascido em 1908 e falecido em 1983, homem simples e pesquisador emérito, artista, escultor, folclorista, escritor, que um dia resolveu estudar os costumes da gente mais simples da ilha, quase primitiva, para nos transmitir através de suas histórias e do barro amassado por suas mãos, as credences, as formas, as maneiras de ser dos descendentes de açorianos.

A denominação de “Ilha da Magia” tem ligação direta com a cultura popular estudada por Franklin Cascaes. Foi o mais importante estudioso da cultura popular da ilha. Durante mais de 30 anos, pesquisou os hábitos, as crenças, as rezas, a medicina popular, as festas religiosas e as profanas, a mitologia cabocla, a vida doméstica, a carpintaria civil e naval, os utensílios e todo um vasto universo de histórias da ilha.

Principalmente através dos costumes trazidos pelos imigrantes açorianos que se instalaram em Desterro, formou-se na ilha uma cultura popular com forte colorido local. Entre bruxas e lobisomens, bois-de-mamão e farras do boi, festa do Divino e rendas de bilro, a cidade cresceu perdendo aos poucos a memória de suas raízes que Cascaes teimava em preservar. Cascaes é por muitos, considerado o maior de todos os bruxos da ilha. Ele não acreditava nas histórias de bruxarias, mas sabia a riqueza cultural que representavam. Para muitos, é considerado um organizador da nossa cultura popular.

Rezas, benzeduras, orações, armadilhas, dente de alho, todo um arsenal de armas eficazes foi desenvolvido pelo povo simples da Ilha de Santa Catarina para se defender das bruxas e dos seres fantásticos da imaginação. Assim se expressou Franklin Cascaes:

Ilha de Nossa Senhora do Desterro, para mim nenhuma região da terra foi tão bem aquinhoadada com a sabedoria e a cultura bruxólica como tu foste. Cada pedra, cada árvore e cada praia que forma o teu corpo geográfico, vive um mundo estranho de sabedoria cultural e espiritual mágico muito elevado (apud CARNEIRO, 1987, p. 157).

Com tudo isso se percebe que a cultura popular ainda tem importância na modernidade. Daí a pertinência de sua preservação, pois são componentes da própria realidade social. Cultivar as tradições é uma estratégia de luta contra a massificação e a conseqüente homogeneização da sociedade na preservação das diferenças, a alteridade se revela e a história não só reconhece como deixa manifestar as suas múltiplas vozes.

Resultado das práticas e representações simbólicas construídas por determinada coletividade humana, a cultura popular é permanentemente reelaborada de maneira a absorver as novas experiências compartilhadas na vida social. Assim, ocorre a combinação da permanência de certas tradições antigas com a inovação das novas influências, o que lhe confere caráter dinâmico.

A cultura popular é portadora de significados complexos que precisam ser reconhecidos e estudados em profundidade. Creio que decorre daí a indicação do nome de Franklin Cascaes como um dos ídolos da cidade, numa demonstração do reconhecimento do trabalho que executou e principalmente porque se dedicou a algo que está realmente no imaginário do ilhéu e daí se entender o termo "Ilha da Magia" como o preferido do público, para o slogan da ilha. Em Franklin Cascaes os traços bárbaros estão permeados a um atavismo cristão e criam o tão decantado clima bruxólico, com seus boitatás, bruxas e lobisomens. Neste aspecto ele está mais próximo do fantástico açoriano.

TÉRCIO DA GAMA

Falando de outro artista, com relação às tradições açorianas e a respeito da exposição "Alma da ilha"⁸⁸³ do pintor Tércio da Gama, realizada em 1998 escreveu Dennis Radünz:

O dramático e o lúdico convivem nas paisagens primitivistas do artifice da cor ilhoa, Tércio da Gama. "Ilha dos Meus Amores" expõe no espaço de arte do Badesc a mais perfeita tradução do imaginário ilhéu [...]. O folgado reluz na figueira como se a ilha, hiato das águas, expandisse suas pontes ao infinito. E o mito, em ritos de fins e ressurreição, faz do boi-de-mamão a mais perfeita tradução desse mundo em vias de alegoria. Rendeiras, redes e o casario alam-se nas mãos meninas de Tércio da Gama [...]. Para o crítico de arte Harry Laus (1980), "mais cor é quase impossível. [...] Nesse sentido, Tércio da Gama, impregnado de figurativismo (com raras incursões ao abstracionismo), torna a cor a tradução quase tátil da terra ilhoa; abolidas as perspectivas, suas águas banhadas em cores circundam o destino de desterro do povo e da paisagem primitivista. [...] E essa terra, tramada em rendas de bilro e aparições, alia sua alma à arte de Tércio, como se Bernúncia, aquela "que comeu Mané João e come tudo o que lhe dão", ou Maricota, a mulher gigante - introduções catarinenses ao Boi-de-Mamão - dialogassem com o mestre à procura de alguém que lhes desse vida, para além de folgado ou folia. (RADÜNZ, 1998)

Este texto foi selecionado porque sintetiza bem possíveis leituras das nossas tradições. Assim como Tércio da Gama, outros artistas apresentam esta parcela da representação da cidade. Aos 74 anos, o pintor das coisas da Ilha foi um dos intelectuais que, ao lado de Salim Miguel, Eglê Malheiros, Hassis e Ernesto Meyer Filho, só para citar alguns, fundou o Grupo Sul, uma reunião de artistas que trouxe para Santa Catarina a filosofia e o ideário do modernismo que virou a cabeça dos intelectuais na Semana de 1922 em São Paulo.

Uma das características da pintura de Tércio é o equilíbrio das cores, formas e texturas nas telas. Nada está ali por acaso. Tudo tem uma função. Está tudo estilizado vemos o boi-de-mamão, o cachorro, as lendas da Ilha. Vemos lendas impressas no relevo das telas.

SEMY BRAGA

883 Radünz, Dennis. Tércio da Gama Iluminações ilhoas. Disponível em <http://www.an.com.br/1998/mar/18/0ane.htm>. Acesso em 13 set. 2003.

Outro artista bem representativo é Semy Braga. Pintor, escultor e videomaker, nasceu na Ilha de Santa Catarina em 1947. Artista autodidata desenvolve com nítidos referenciais contidos no imaginário ilhéu, de gente simples, pescadores de descendência açoriana. O olhar voltado para o horizonte, para o desconhecido, povoado por figuras estranhas, mágicas, ou a busca de um porto seguro em dias de tempestade com o vento sul soprando desde a Antártida. A embarcação é o transporte e a possibilidade de aventura. Veremos uma pintura na qual se destacam ícones como a casa ou a capela dos tempos coloniais, as personagens do Boi de mamão, o duplo astro no céu, e na terra, a árvore; as lamparinas, a lua, a noite.

O trabalho de Semy admite uma sequência de indagações, tanto no campo do padrão resolutivo quanto no âmbito da sua temática, representante, que esta é, de uma arte voltada para os motivos vernáculos, motivos ilhéus, para dizê-lo precisamente [...] a pintura de Semy Braga expõe à vista uma qualidade invejável no que concerne à matéria pictórica, à fabulação do contexto, às composições arrojadas e certeiras ao mesmo tempo [...] Queremos nos referir a contrastes, a tons; falamos de dramaticidade, de sentido do diurno e do noturno...mencionar alegria e presságio; a presença de um enigma, coisa difícil de se transportar para a tela; e estamos acusando a impressão do radiante e a do soturno, que surpreendemos, aliás, nas cores e nas imagens da Ilha de Santa Catarina (pretexto quase único do repertório do artista) quando a natureza local se deixa abraçar pelo sol dos trópicos ou dele se esconde, a imitar a paisagem japonesa nos rigores nebulosos, chuvosos do inverno. (ANDRADE FILHO, 2008).

Em paisagens da alma na poética de Semy Braga nos diz Dora Bay (2003)

...suas pinturas configuram a síntese de bucólicas e românticas paisagens do litoral da ilha, retratos da tranquilidade dos pescadores imbuídos de suas origens açorianas. É o litoral revisitado, são paisagens nas quais a essência é dada pelo predomínio da cor, numa composição despojada, excluindo detalhes ou complementos que poderiam parecer supérfluos. As paisagens são limpas, alisadas exprimem a quietude, a profundidade da aparente calma e estabilidade dos cenários da narrativa, através de panoramas desabitados, solitários, abandonados. De feições muitas vezes nostálgicas, escondem sentimentos bem mais intensos em seu interior. Sentimentos do dia a dia desta nostalgia? Representam o local dos acontecimentos: a beira-mar, os morros, a água, as pedras, as casas e capelas, mas concomitantemente nos transportam à outra dimensão do tempo, a um lugar quase utópico (BAY, 2003).

VERA SABINO

Vera Sabino, outra artista identificada com a manutenção de imagens e tradições açorianas, nasceu em Florianópolis, em 1949, mas iniciou-se artisticamente em Curitiba, fixando-se novamente em sua terra natal. Em 40 anos de trabalho, soma mais de 200 exposições coletivas, além das individuais. Desenhista e pintora, estudou com Guido Viaro em Curitiba e Catarina Baratelli, no Rio de Janeiro. Como seu pai era funcionário do Banco do Brasil, as transferências possibilitaram essas viagens e mudanças de cidade. Quando voltou para a Ilha, é que identificou o que chama de espírito ilhéu e consolidou sua linguagem. Para ela, o que determinou esta volta às raízes foi o convívio com outras culturas. “Quando a gente consegue se abrir, enxerga mais o que está bem perto”⁸⁸⁴. Adalice Araújo (1979) atribuiu a ela a caracterização de “Metamorfose Mágica”, em que a obra da artista está na confluência do surrealismo, expressionismo e maneirismo. Prefiro dar para Vera o nome de “magia do encantamento”.

A infância mágica, em longos períodos passados, no interior da ilha, ouvindo as fantásticas estórias dos pescadores, o terror pânico que sentia, explica o substrato mítico e o subsequente surrealismo. O humanismo em seu existir dramático que transparece através da sua faceta expressionista, reflete a vivência curitibana e especificamente a influência carismática de Viaro. Já a volta a Florianópolis corresponde à iniciação no universo mítico-mágico de Rodrigo de Haro, em seu rarefeito ‘art nouveau’ (ARAÚJO, 1979, p. 293).

Para a denominação de metamorfose mágica, Adalice Araújo se baseia na análise de que personagens míticos transubstanciam-se em vegetais e animais totêmicos e que as metamorfoses são constantes nas mitologias de

⁸⁸⁴ Citação da artista retirada de uma reportagem feita por Julia Berutti, por ocasião da exposição realizada em 1999, ano em que completava 30 anos de carreira, e que foi publicada em jornal, do qual tenho uma cópia, mas sem possibilidade de identificar dados.

todos os tempos e podem corresponder a sanções ou ideais do inconsciente. Já em 1979, Adalice dizia que Vera Sabino, apesar de ter um caráter ilustrativo na obra, faz questão de manter a respeito delas, uma conotação enigmática.

Acredito ser impossível dissociar a cidade em que se vive, ou se nasce, da verdade na arte. Acredito mais ainda na universalidade do trabalho desenvolvido e calcado em suas próprias raízes. Além de representar fisicamente minha cidade, retratando suas igrejas e paisagens, procuro sempre relembrar nossos mitos e a magia da minha ilha, a partir de relatos e material recolhido por Franklin Cascaes e da memória impregnada por lembranças de uma infância correndo atrás do boi-de-mamão e das estórias de boitatás contadas por velhos pescadores. Estou certa de representar com minha obra, o espírito, a cor e o perfume que vem do mar que circunda a minha ilha.

Esse 'espírito' pode facilmente ser percebido nas obras de Vecchiatti, Martinho de Haro, Hassis, Meyer filho, Valda Costa, Aldo Beck, Semy Braga e Rodrigo de Haro. Além, é claro, de Franklin Cascaes" (SABINO, 2002)⁸⁸⁵.

Vejo na obra de Vera Sabino de Vera Sabino uma estranha associação de códigos surrealistas e símbolos fantásticos, impregnados por uma atmosfera de sonho e mistério. 'Janela da lagoa da Conceição', pela sutileza do olhar, é emblemático de sua magia e transfiguração; a doce figura, quase imaterial e integrada à paisagem, define o entorno preciso da natureza. O sentido formal da composição apura o espaço, através de refinada reescrita cromática. [...] Nada se move. Vera quer eternizar aquele instante e a janela revela a tranquila imagem de uma existência essencial idealizada pela artista. Os outros dois trabalhos 'Janela de Santo Antônio de Lisboa' e "Janela do Ribeirão da Ilha" são belas imagens inseridas em seu mundo zen, pois sua arte incorpora valores universais e arquétipos, que identificam em velada feminilidade oníricos significados (PISANI, 2002, p. 266).

Passeia pelas tradições e pela memória, visita mitos, na sua inquietude e rebeldia quebra padrões estabelecidos e deixa fluir a riqueza do imaginário insular. Ao fazer de sua arte instrumento de resgate e preservação do patrimônio cultural, transpondo para seus quadros símbolos, rituais, religiosidade, canoas, tarrafas, rendas, tramoias labirínticas, bromélias, crenças, mar, serpente, mulher, bruxas, nos mostra parte de um universo que se quer preservar.

A palavra transmutação parece ser chave na análise da obra de Vera Sabino. Nas suas obras, a figura representa papel principal e a natureza e seus elementos figuram como cenário. São figuras constantes em seus quadros, a mulher, a sereia, a rendeira, a amante. Apreciadora de Van Gogh, Chagall e Picasso, só recebeu influência direta de Portinari, no início da carreira, quando pintou retirantes famintos. Prefere a técnica do acrílico sobre eucatex. Sua produção é incontável e por volta dos 30 anos de carreira, calculava ter produzido seis mil quadros sem nunca ter deixado um inacabado.

A minha ilha tem um gosto de pau d'água e lírio do brejo. Aroma úmido da maresia de que é feita minha alma inquieta, renovada a cada vento sul, embalada pelo canto da fala ligeira do meu povo em sua farra. Fogo-fátua brilhante rodopia envolvendo em mistério a minha ilha. Na madrugada o boi - de mamão dança em cada casa antiga que restou [...] (SABINO apud ABREU, 2001, p. 338).

A sua temática e variada, incluindo vias - sacras, imagens de santos, lendas da ilha de Santa Catarina, estórias dos nativos da Armação e do Pântano do sul, paisagens, animais metamorfoseados, figuras femininas mimetizadas na natureza da ilha, com forte colorido. Questionada sobre a relação que existia entre sua obra e o espaço físico da ilha, respondeu que:

A relação é de total intimidade – intuitivo, meu trabalho reflete e transborda todo meu espírito ilhéu. A paisagem, flora, fauna, impregnadas na minha alma, gravadas pela retina de uma observadora atenta e apaixonada pela minha terra. Se eu desenho o ovo da arraia e se pinto o perfume do lírio do brejo, me permito o título de representante do espírito da ilha (SABINO apud PISANI, 2002, p. 267).

⁸⁸⁵ Vera Sabino foi consultada por Celso Emídio Cardoso a respeito de se submeter a uma entrevista, a exemplo dos demais artistas vivos e preferiu responder ao questionário por escrito, em 24 de outubro de 2002, que resultou no texto que está transcrito.

Jandira Lorenz nos descreve a obra de Vera, salientando que:

A pujança vegetal da terra é o cenário onde se movem seres vegetais, animais e humanos, em transparências de cores e ondulantes formas, transfigurando assim, em oníricas imagens, uma vegetação que participa dos mistérios de seus lânguidos personagens, filtrando uma atmosfera de odores silvestres, das plantas e flores semisselvagens, dos lírios do vale que perfumam ribeirões escondidos entre as pedras e avencas, bromélias, samambaias, caetés e gravatás, sob os quais as lavadeiras debruçam-se no seu ofício. Para ela, a vegetação de Vera Sabino transporta-nos de imediato à vegetação descrita pelos navegadores que outrora aportaram na ilha (1985, p. 28).

Sobre as obras da exposição, escreveu a própria Vera Sabino:

Abrem-se as janelas da minha ilha, deixando penetrar na alma o perfume de cada lugarejo. Na Lagoa da Conceição, o querosene das pombocas lembra o alguidar com camarão e a minha cabeça à milanese de rolar nas dunas. O lírio do brejo perfuma Santo Antônio de Lisboa, afirmando que as bruxas estão ali se banquetando de ostras. No Ribeirão da Ilha, a janela se abre para o boi-de-mamão perfumado de jasmim; a sala se ilumina com a dança alegre de fogo-fátuo, morador antigo de um cemitério próximo. Na Costa da Lagoa, refúgio original de tantos perfumes, reacende a cada nascer do sol a alegria de ter nascido aqui⁸⁸⁶.

Em Vera, vê-se o espelho vivo de um universo em construção e em sua obra fala mais alto os olhos, os olhares que ela lança, completamente enamorada, para esta ilha. Na sua contemplação convivem hibiscos, samambaias, musgos, xaxins, helicônias, bromélias, cactáceas das mais surpreendentes cores, folhagens do coração, para olhar e sentir. Frutas inventadas, peixes imaginários, insetos, pássaros, bruxas disfarçadas. Mulheres assexuadas, sereias, selvas incomuns, escamas, tatuagens, madonas, convívio de fragmentos do inconsciente e elementos de paisagem visível, tátil. A magia de Vera está em retratar a natureza que seus olhos, encantados, apaixonados, não cansam de admirar e de representar. Percebe-se nas obras de Vera, a descrição luxuriante da natureza dos viajantes estrangeiros.

MEYER FILHO

Meyer Filho mostra a herança açoriana com galos portugueses, paisagens com casas coloniais do interior da ilha, elementos do folclórico boi-de-mamão, fundos de quintais e um universo povoado por figuras antropozoomorfas, cujas raízes estão ligadas às tradições do fantástico ilhéu, mas não é exatamente a tradição açoriana. Antes, é a imaginação de Meyer Filho. Antes, a visão de Meyer Filho, pois o fantástico açoriano é sombrio, de demônios e bruxas, é a luta cruenta entre o bem e o mal. O fantástico em Meyer Filho é alegre, lúdico, cheio de bom humor e sol. Meyer Filho parte de uma região, no caso a ilha e os Açores, mas sua obra transcende estas estruturas e parte para a criação de uma estrutura verdadeiramente original, uma estrutura universal. Em Meyer Filho, traços bárbaros afloram diretamente na tela. Nasceu em Itajaí, em 4 dezembro de 1919. Pintor, desenhista, tapeceiro e ilustrador, Meyer guardava uma paixão explícita pelos galos. Mas sua estreia oficial aconteceu em 1954, com a série "Boi-de-mamão", na qual o artista esbanja especial manejo do preto e do branco. Faleceu em 1991 e costumava dizer que era embaixador de Marte na Terra.

Foi um dos precursores do modernismo em Santa Catarina. Nos anos 50 integrou o Grupo Sul, que sacudiu a pasmaceira artística do Estado com a nova estética. Em 1957 foi um dos fundadores do Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis. Meyer também produziu versões cubistas de seus galos e chegou a ser denominado de um artista naïf, de linha primitivista. Suas pinturas são explosões de amarelos, violetas, verdes, vermelhos, azuis e laranjas, cores pelas quais guardava especial estima. O galo, rei absoluto em suas telas, muitas vezes mistura todas essas cores. Mas sua obra não se resumia aos galos, como se costuma a ele se referir - Meyer filho, o pintor dos galos.

Costuma-se dizer que Meyer Filho criou uma obra fantástica sobre o imaginário ilhéu. A rigor, Meyer Filho retratou quintais das casas, nos mostrando um lado das formas da cidade, que não devem ser esquecidas.

⁸⁸⁶ Vera Sabino, no catálogo da exposição Fervor da Ilha, realizada na Fundação Franklin Cascaes, em março de 2002, em comemoração aos 276 anos da cidade.

Meyer era apaixonado por galos e pelo universo cósmico. Dizia-se marciano e chegou a desenhar figuras extraterrestres que povoavam sua imaginação. Meyer teme a transformação do território ilhéu em terra de ninguém. Autêntico representante da renovação dos anos 50, nos mostrou que a tradição, hábitos e costumes ilhéus poderiam ser preservados, mesmo através de uma revolução formal. Realmente, o modernismo se fortaleceu dessa antropofagia, mas esse aspecto não aparece na representação da cidade e em Meyer Filho, a parcela da cidade em Meyer Filho aparece apenas nos fundos de quintais, assim como veremos em Eli Heil, no capítulo XI, que a parcela da cidade que ela escolhe retratar são os morros.

Meyer Filho, por exemplo, mostra a herança açoriana com galos portugueses, paisagens com casas coloniais do interior da ilha, elementos do folclórico boi-de-mamão, fundos de quintais e um universo povoado por figuras antropozoomorfas fantásticas e nunca vistas, cujas raízes estão ligadas às tradições do fantástico ilhéu, mas não é exatamente a cidade. Antes, é a imaginação de Meyer Filho.

A primeira sequência de desenhos de Meyer Filho era composta principalmente quanto à temática exterior, de uns fundos de quintal muito líricos, de umas cenas de folclore ilhéu -especialmente o Boi -de -mamão – e, de uns tipos populares. [...] E havia lá uma grande poesia. O verdadeiro tema não era a narração, mas a sua enorme poesia ternura pelas coisas simples no seu aspecto complicado e mais a sua carga solta de fantasia poética que parecia inesgotável. Ela parecia maior do que o próprio desenho. (ANDRADE Fº, 1959).

Meyer Filho foi autodidata e embasado em ricas tradições regionais, nem por isso tornou-se um primitivo ingênuo ou regionalista. A paisagem íntima e exteriorizada de Meyer Filho é complexa. A um só tempo perpassa o fio condutor da poesia, conjuga, pela profusão das cores, ora em um mitologismo criador, resultante de uma imaginação poderosíssima, livre, dinâmica, solta. O que se vê em Meyer Fº é a dimensão de um cosmo por vezes indefinido, a manipulação nervosa e habilíssima do traço, o sopro de uma ironia trespassante, o íntimo prazer do humor, o entrelaçamento do bem e do mal em um fabulário misterioso, a crença nos deuses de época imemoriais, a paixão pelo desconhecido, o gosto obsessivo pela síntese. Trata-se de um artista sem rótulos. O galo, que o popularizou, é mera referência, como já disse, para um desenho rico em sugestões, cuja única regra é a liberdade formal.

Vê-se em Meyer Filho um artista que trabalhou as ricas tradições regionais e construiu uma obra que a transcende. O fantástico açoriano é sombrio, de demônios e bruxas, é a luta cruenta entre o bem e o mal. O fantástico em Meyer Filho é alegre, lúdico, cheio de bom humor e sol. Meyer Filho parte de uma região, no caso a ilha e os Açores, mas sua obra transcende estas estruturas e parte para a criação de uma estrutura verdadeiramente original, uma estrutura universal. Em Meyer Filho, traços bárbaros afloram diretamente na tela. Diz ainda Araújo que a temática de Meyer Filho se apoia em quatro linhas principais, que seriam:

- a) o “real” fantástico -, na recriação mágica de paisagens bucólicas da ilha, onde fixa fachadas de casas açorianas, fundos de quintais, minuciosa vegetação e flora;
- b) o “real” emblemático totêmico - galos desfilando ou em combate, com a pompa de heróis;
- c) A tradição folclórica transsubstanciada, em que capta, reinterpretando, a tradição folclórica da ilha, particularmente o “Bumba meu boi”;
- d) a proposição de um folclore cósmico, com raízes na subterrânea mitologia ilhoa, surgindo um fantástico fabulário, onde as mulheres transsubstanciam em centauros, jacarés podem ter mãos e pés humanos, etc.

As casas açorianas, para ele, tinham significado especial. “Embora se apresentasse e fosse reconhecido como um pintor dos galos” - uma especialidade incontestável - não poderia jamais se reduzir meramente trabalho feito em relação a esse símbolo cultural”, diz Damião (1996, p. 93). Ressalta-se em Meyer Filho os quintais açorianos que nos dizem algo da representação da cidade, uma das suas tantas parcelas.

Casas, casinhas, telhados, paisagens fantásticas, povoados de estranhos seres, fundos de quintais, sóis, estrelas, cometas, tudo é perfeitamente integrado e pode ser analisado sob um ponto de vista de conjunto estético. Há galos nos quintais, nos desertos siderais, siderais, como há bruxas no boi-de-mamão e em outras de Meyer Fº. (DAMIÃO, 1996, p. 93)

NERI ANDRADE

Artista plástico catarinense, iniciou sua carreira em 1977. Suas obras já foram expostas e premiadas no Brasil e no Exterior. Em 2004 foi Prêmio Aquisição da Bienal Naif de Piracicaba – SP. Sua poética é fortemente identificada com a geografia da Florianópolis. Nas pinturas, a paisagem humana e a natureza do lugar ganham pinceladas delicadas. Com simplicidade temática, registra a utopia do paraíso terrestre. Quando pinta a natureza, evoca a nostalgia do paraíso perdido, uma Ilha que se perde com as transformações urbanas, as agressões ecológicas.

CONCLUINDO

Estes artistas realizam uma representação do imaginário açoriano, das tradições açorianas, que compõem parte da tradição da cidade, não são absolutas mas constituem um aspecto mais conhecido e divulgado. Convivemos com artistas que apresentam algo de falso nessa açorianidade, mas paradoxalmente aí está também um aspecto da verdade destes artistas e também da ilha que assumiu esta questão da mito-magia, por motivos diversos, sobretudo culturais ou mesmo na falta de algo mais forte. Visão arcaizante, inexistente, na superposição de elementos díspares de cotidiano e fantástico. Os bruxedos de Semy são contraditórios. Por que esses sintomas aparecem? É falso, mas contém uma verdade. Os artistas, apoiados na ideia mito-mágica, criaram uma Florianópolis que foi muito mais uma expressão da intelectualidade ou da necessidade de criação do que uma manifestação dela mesma. É extremamente complexo, mas criaram algo que agora falsamente mantêm.

Parece que nos faltam antigos espaços de referência e nos agarramos a mito-magia como uma salvação num deserto cultural. Nossa cultura é híbrida demais para ter uma só referência. Isso não significa que seja um deserto; significa que é múltipla, multifacetada, fragmentada. Não há como unificar tudo isso através da mito-magia, porque soa falso. Esse é o ponto que trago em discussão. A mito-magia é importante, faz parte das nossas tradições, mas não é absoluta.

Em parte, essa questão mito-mágica iniciou com o Gapf, mas sem essa conotação, depois foi plantada nas artes plásticas, por Adalice Araújo, e também, sustentada por João Otávio Neves Filho. Em Florianópolis, é inegável o referencial mítico-mágico e bruxólico na obra de alguns artistas. Não resta dúvida que muito desta tradição foi construída, assumida por inúmeros artistas e continua ainda hoje a conviver com outra produção que nem de perto se reporta a isso. Penso que a força que esta corrente teve está mais ligada a um vazio conceitual do que a uma memória coletiva. Na realização de nossa história, faz parte dessa integração, mas não é o todo. Para João Otávio Neves Filho:

Vinte anos após o lançamento do antológico Mito e Magia de Adalice Araújo, é no mínimo curioso constatar a persistência de elementos que a autora tão bem abordou em sua tese. Esses elementos míticos se fazem presentes em diversos artistas surgidos desde então e pertencentes às mais diversas gerações (NEVES Fº, 2001, p. 25).

Para Neves Fº, alguns elementos habitam o inconsciente ilhéu e seguem alimentando a obra de vários artistas atuantes. O sentimento insular, base da açorianidade, está expressa na “ilha-mito” e serve de metáfora do planeta. Ninguém expressa melhor que o ilhéu o sentimento de exílio e desterro.

A sensação frente ao horizonte do mar é semelhante ao que se sente frente ao espaço cósmico, só que o ilhéu tem essa vivência exacerbada. A simbologia do barco, por exemplo, passa a ter a mesma conotação que a das naves espaciais para os habitantes da terra firme (NEVES Fº, 2001, p. 25).

Os artistas que estão nesta linha abrem-se às influências internacionais, olham para suas raízes sem saudosismos, enfrentando o presente sem perder de vista o futuro e buscam, sobretudo, atingir o universal, objetivo de todas as artes verdadeiras, açorianas ou não, partindo de suas singularidades. De fato isto é muito presente. Nessa Florianópolis, um tanto paradoxal, integrada ao mundo, alinhada com a categoria de verticalidade, ocorre também o palco da folclorização e da caricatura. O fato de ser Capital do Estado deu a Florianópolis certa primazia sobre as demais cidades catarinenses, porém sua fase de belas fachadas róseas e brancas, de platibandas adornadas de cupidos e festões, ocorrera no início do século XX. Estes detalhes, documentados em

fotos de domingueiros passeios em carros de burros, de retretas da praça XV, de procissões do Senhor Morto, de cortinados de filó, caramanchões perfumados pelas glicínias e jasmíns, já passaram.

O porto deixou de abrigar navios vindos do outras terras e, pouco a pouco, a cidade foi se descaracterizando; sua bela arquitetura foi desaparecendo e seu espaço urbano se deteriorando. As pessoas já não se encontram como antes, para serões onde os 'casos raros' eram assunto, já não se ouvem mais os relatos dos boitatás que sobrevoavam os morros da ilha; as bruxas vão, aos poucos, desaparecendo, e as novas gerações nem sabem o que é um Pão por Deus, um pau-de-fita, ou um congresso bruxólico (LORENZ, 1985, p. 16)⁸⁸⁷.

Acredita-se que neste caso, a história subordina a memória, a sua narrativa toma o lugar da memória e faz dela matéria para a construção de seu discurso. A memória de uma cidade, resgatada em palavras, gestos, vozes e materialidades serão explicadas pela história.

Diz Pesavento (2002), que a história toma a memória como fonte e lhe atribui confiabilidade. É nesta medida que a história de uma cidade é pontuada na memória social por datas, fatos, nome, ritos, sons, que se associam a paisagens, monumentos, edificações, que compõem a identidade de uma *urbs*, e que darão a sensação de pertencimento e o traço distintivo que acompanhará esta cidade no tempo.

Em suma, ao construir a Memória de uma cidade, a História define o que deve ser lembrado, celebrado, tombado, contado, recontado para os homens do presente sobre o passado, contendo a aspiração de preservar tais imagens no futuro. Tutelando a Memória, a História faz a cidade encontrar seus deuses (PESAVENTO, 2002, p. 35).

E esses deuses seriam, conforme Calvino (1984, p. 6), os elementos comuns que distinguem uma cidade da outra. Sua identidade, sua cara, sua alma, seu modo de ser, seu espírito. A memória torna presente o ausente e isto se dá pela força do pensamento, que é capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado. Coloca em evidência a propriedade da representação inerente ao conceito de memória, ou seja, estar no lugar de, representar por outro/algo, aquilo/aquele que não está presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu Jr, Alberto Ferreira de. (2001). Florianópolis: A cidade vista por seus personagens. Florianópolis, Pentagrama
- Andrade Filho. João Evangelista (2008) Sua excelência, a pintura catarinense. In: <http://semy.websabino.com/criticas.htm>. Acesso (consultado na internet em 23 de novembro de 2008).
- Andrade Fº, J. Evangelista (2002) Fervor da ilha. Fala Bernunça. Jornal da Fundação Franklin Cascaes. Florianópolis, ano 10, nº 34. Abril/maio de 2002.
- Araújo, Adalice. (1979) Mito e Magia na Arte Catarinense. Florianópolis: IOESC.
- BAY, Dora Maria. (2003) Paisagens da alma na poética Semy. 2003. In: <http://semy.websabino.com/criticas.htm>. Acesso (consultado na internet em 23 de novembro de 2008).
- Calvino, Ítalo. (1984) The gods of the city. Monumentality and the city. Cambridge. The Harvard architectural review IV.
- Carneiro, Glauco (1987) – Florianópolis: roteiro da ilha encantada. Florianópolis: Expressão.
- Cultura Açoriana. In: http://www.megailha.com/cultura_acoriana. Acesso 22 nov. 2008.
- Damião, Carlos (org.). (1996) Meyer Filho: Vida & Arte. Florianópolis: FCC Edições.
- Halbwachs, Maurice (1990) – A memória coletiva. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais.
- Lehmkul, Luciene. (1996) Imagens além do círculo: o grupo de artistas plásticos de Florianópolis e a positivação de uma cultura nos anos 50. 126f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

887 Conforme entrevista concedida à Jandira Lorenz, transcrita no programa da apresentação do Boi-de-mamão do Tico-Tico, no verão de 1981.

- Lins, Jaqueline Wildi (1993) O universo plástico de Meyer Filho. 119f. Monografia (Especialização em Arte-Educação) – Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.
- Lorenz, Jandira. (1985) A obra Plástica de Eli Heil. Florianópolis: FCC.
- Marquetti, Fabiane Patrícia (1999) A crítica de arte: uma trajetória em Florianópolis. Monografia de curso de especialização em linguagem plástica contemporânea. Florianópolis, UDESC.
- Neves Fº, João Otávio (2001) Arte contemporânea em Santa Catarina. Introdução. Florianópolis: Editora Agnus Ltda. Cadernos do Masc, nº 1, 2001.
- Neves Fº, João Otávio. (2001) Mitos açorianos na arte catarinense. Breve abordagem de elementos que habitam o inconsciente ilhéu. Jornal Ô Catarina. Florianópolis, nº 50, nov/dez. 2001.
- O universo bruxólico de Franklin Cascaes. (2008) In: <http://www.overmundo.com.br/agenda/o-universo-bruxolico-de-franklin-cascaes>. (consultado na internet em 22 de novembro de 2008).
- Pesavento, Sandra Jatahy. (2002). Memória, História e Cidade: Lugares no tempo, momentos de ação. In: ArtCultura. Revista do NEHCA – Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura. Universidade Federal de Uberlândia. Nº 4. VOL. 4.
- Pisani, Osmar. (2000) Arte catarinense: uma paisagem em transformação. IN Corrêa, Carlos Humberto (2000) (org). A realidade Catarinense no século XX. Florianópolis: IHGSC.
- Pisani, Osmar. (2002) Artes Plásticas: visualidade plural. in: Pereira, N. do Vale et al. (2002) (org). A ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, VOL. 2.
- Ramos, Sérgio da Costa. (2000) Vera Sabino: triunfo da transfiguração. Catálogo da exposição em comemoração aos 30 anos de pintura. Espaço Cultural Fernando Antônio Medeiros Beck, Badesc.
- Schmidt, Jayro. (2000) As artes em Santa Catarina. Jornal Ô Catarina, março e abril de 2000, nº 39, (pp. 14-15)
- Tércio da Gama. Artista das coisas da ilha e fundador do Grupo Sul completa 50 anos de pintura. In: <http://frentedaculturasc.blogspot.com:80>. (consultado na internet em 15 de março de 2008).

125) SOLANGE PINHEIRO, UNIVERSIDADE SÃO PAULO

Solange Peixe Pinheiro de Carvalho, Após obter o Bacharelado em Tradução Inglês/Português e Licenciatura plena Inglês/Português, trabalhou como tradutora e revisora de textos.

No ano de 2007 obtive na Universidade de São Paulo o título de Mestre em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, especificamente, em tradução literária. A dissertação teve como tema a tradução de variantes dialetais inglês/português, com uma proposta de tradução para o dialeto de Yorkshire encontrado no romance “O Morro dos Ventos Uivantes”, de Emily Brontë.

Atualmente faço parte do programa de doutoramento na área de Filologia e Língua Portuguesa, também na Universidade de São Paulo, onde desenvolvo um projeto na área de Estilística da língua portuguesa, investigando criação lexical literária, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Elis de Almeida Cardoso.

O corpus da pesquisa é a obra em prosa do escritor brasileiro Ariano Suassuna, *O Romance d’A Pedra do Reino* (1971) e a *História d’O Rei Degolado* (1977).

A escolha do tema se deve ao fato de a literatura brasileira oferecer diversas obras muito ricas em criações lexicais, mas que nem sempre são estudadas a partir da teoria da Estilística, sendo mais analisadas em seus aspectos literários; o autor e sua obra foram escolhidos pela riqueza das criações lexicais, pela criatividade do escritor e sua ligação com a tradição ibérica e a cultura popular brasileira, bem como o desejo de ampliar os estudos acadêmicos relativos à obra de Suassuna, enriquecendo nossa visão a respeito da literatura brasileira e de seus autores.

TRADUZINDO O SERTÃO MEDIEVAL BRASILEIRO – ANÁLISE DA TRADUÇÃO DOS NEOLOGISMOS LITERÁRIOS DA OBRA DE ARIANO SUASSUNA EM FRANCÊS

Ao escrever o *Romance d'A Pedra do Reino* e a *História d'O Rei Degolado*, Ariano Suassuna retomou a tradição ibérica dos romances e novelas de cavalaria, renovando-a e adaptando-a à realidade do sertão brasileiro do começo do século XX.

Uma das características mais marcantes dessa retomada é o uso que o autor faz dos neologismos literários, muitos das quais usam como base o léxico referente às novelas de cavalaria e à literatura de cordel.

Obra repleta de referências à cultura brasileira sertaneja, o *Romance d'A Pedra do Reino* foi também publicado em alemão e em francês, e a tradução dessa obra propõe dois desafios para tradutores e pesquisadores: como traduzir seus neologismos, que representam uma visão de mundo peculiar do autor? E como apresentar uma obra repleta de referências culturais do sertão brasileiro para um público que desconhece as características locais? Os estudos na área da Tradução são mais voltados para as variantes dialetais, sendo quase inexistentes os estudos ligados à análise da tradução dos neologismos literários, ficando eles muitas vezes restritos à análise de obras de autores reconhecidos como grandes criadores, como James Joyce.

Mas, na literatura brasileira, Suassuna é também um grande criador, e a proposta deste trabalho é analisar as questões expostas acima tendo como corpus *La Pierre du Royaume – Version pour Européens et Brésiliens de bon sens*, traduzido pela professora Idellete Muzart e publicado na França em 1998, e *Der Stein des Reiches*, traduzido por Georg Rudolf Lind e publicado na Alemanha em 1979, verificando as estratégias utilizadas pelos tradutores na tradução das criações lexicais encontradas no texto original, tendo como base as considerações de teóricos da tradução como Chapdelaine, Lane-Mercier, Lavoie, Toury e Pym.

Os seres humanos de maneira geral têm a capacidade de manipular o léxico de sua língua e criar novas palavras segundo suas necessidades. Desse modo, todas as línguas vivas passam por um constante processo de renovação lexical, motivado pelas criações dos falantes; entretanto, tais criações, se mantidas apenas no plano da linguagem oral, acabam ficando restritas a pequenos grupos, divididos por faixa etária, nível de escolaridade, profissão ou quaisquer outros interesses de seus membros, e na maior parte das vezes não atingem uma parte significativa da população do país, sequer sendo registradas e não chegando a constar dos dicionários. Já na linguagem escrita, verificamos a preservação das criações dos escritores, e embora elas não atinjam uma grande parcela da população, estão acessíveis a qualquer momento, bastando um leitor qualquer mergulhar na leitura de uma determinada obra. Essas criações da língua escrita mostram como os diferentes autores expressam sua visão de mundo de modo original, surpreendendo os leitores e mostrando-lhes as inúmeras possibilidades de manipulação da linguagem, que nem sempre são percebidas pelos falantes comuns. Também chamadas de neologismos literários, elas poucas vezes seguem o caminho natural de criação> incorporação à língua> dicionarização e permanecem ligadas a seus criadores e às obras nas quais são encontradas.

Dentro da grande área de estudos ligados à língua portuguesa e à literatura brasileira, a Estilística se dedica a estudar o estilo dos escritores; e embora não haja consenso quanto à definição do que é o *estilo*, os teóricos concordam que ele está relacionado à escolha de palavras, ao desvio da norma e à elaboração. Esses três aspectos voltam-se sobretudo para o léxico, pois é por meio dele que são obtidos muitos dos efeitos que surpreendem o leitor e tornam um determinado autor *único*, inconfundível.

Nesse processo de escolha lexical encontra-se também a questão do neologismo literário, criado pelos escritores para suprir uma necessidade momentânea daquele texto, para conferir maior expressividade às personagens. O papel desempenhado pelos neologismos literários nos textos é, portanto, muito grande, sendo eles muitas vezes responsáveis por um tom lírico, humorístico, ou pela apresentação da visão de mundo extremamente particular de uma ou mais personagens. O neologismo surpreende o leitor em sua língua materna, mostrando as infinitas possibilidades de manipulação do léxico; porém, ao pensarmos na tradução dos textos em que eles aparecem, tendo em vista a originalidade e o efeito de surpresa por eles causados nos leitores, duas questões distintas se apresentam: os neologismos estão impregnados pelas características culturais e sociais inerentes ao país onde o texto literário é produzido, e eles revelam uma visão de mundo extremamente particular, a de uma personagem. Podemos citar também que eles representam uma quebra de expectativas dentro da própria língua em que foram concebidos; e o tradutor que for trabalhar com esse tipo de criação tem de pensar em estratégias para

apresentá-las aos leitores de outras culturas sem perder de vista o fato de estar trabalhando não apenas com uma realidade distinta daquela da língua de chegada – problema inerente a toda tradução –, mas também que o neologismo causa estranheza já para os leitores do texto original. Temos então o que poderia ser chamado de uma dupla estranheza: a da cultura e da língua do texto original e a da manipulação do léxico de forma inusitada.

As teorias de tradução voltam-se normalmente para a tradução de variantes dialetais, também chamadas de socioletos literários. Estes foram analisados por alguns teóricos, que os definiram como “*the use in one locality of speech traits that may be individually found somewhere else, but nowhere else in exactly the same combination*” (IVES, 1950, 144), ou “*‘non-standard’ speech patterns that manifest both the socio-cultural forces which have shaped the speaker’s linguistic competence and the various socio-cultural groups to which the speaker belongs or has belonged*” (LANE-MERCIER, 1997, 45). Entretanto, se socioletos literários e neologismos literários representam uma fuga da norma, existe uma diferença fundamental entre eles: o socioleto literário é a tentativa, por parte do autor, de representar uma forma de falar característica de uma região específica de um país – um dialeto – que apresenta uma evolução sincrônica e diacrônica e natural distinta daquela que é considerada a norma padrão da língua; essa evolução envolve aspectos como a influência recebida por aquela forma de falar de culturas que não se enquadram na norma “padrão” da língua, o substrato linguístico, a dominação político-cultural de uma determinada região do país sobre outras, assim como fonética e fonologia.

As criações lexicais, por sua vez, são uma renovação feita no léxico a partir da quebra consciente das normas para criar um efeito no texto literário que, de outra maneira, dificilmente seria obtido. A tradução desses neologismos envolve, além das questões ligadas à cultura do país, à formação do escritor, e à sua visão de mundo, o estudo dos processos de criação de palavras nas duas línguas, de modo que o tradutor possa usar os recursos da língua de chegada para tentar produzir no texto traduzido toda a criatividade do autor do texto original.

Os estudos a respeito das traduções de socioletos literários representam uma parcela não muito grande, mas significativa, se comparados ao volume total de estudos produzidos sobre a tradução em geral; já as teorias voltadas para a análise e tradução de neologismos literários parecem ser ainda mais raras. Para este trabalho, baseamo-nos em algumas considerações apresentadas por teóricos da tradução de socioletos, pois, apesar das diferenças entre eles apontadas acima, algumas semelhanças permitem o uso de uma teoria para analisar ambos os casos, guardadas as devidas proporções.

Partimos de uma observação feita por Toury a respeito da tradução em geral: “*Basically, translation is designed to fulfill the needs of a so-called ‘target culture’. It does so by introducing into this system a version of something which is already in existence in another, ‘source culture’...*” (1993, p. 10). É justamente nesse ato de trocas entre culturas que podemos situar a tradução de neologismos literários: não podemos pensar em uma correspondência exata entre as bases usadas pelo autor e os processos de formação de palavras em cada língua, mas sim, no efeito que deve ser transposto para a outra cultura – descobrir o que, na cultura de chegada, causaria um impacto semelhante ao daquele encontrado no texto original. Esse processo de análise e de escolha pode ser amparado também nas reflexões de Lane-Mercier (1997) a respeito dos desafios enfrentados pelo tradutor de socioletos literários: perda ou criação indevida de sentido; etnocentrismo; conservadorismo; radicalismo; falta de autenticidade.

Socioletos e neologismos literários são desvios de uma norma tida como “padrão” de uma língua, mostrando para os leitores a diversidade cultural de um país e de seus falantes, mas sua tradução não deve ser pautada por noções de *certo* ou *errado* determinada por grupos sociais ou normas gramaticais; no caso dos neologismos literários, a tradução deve buscar reproduzir no texto da língua de chegada a quebra consciente da norma que dá origem à expressividade, mostrando visões de mundo que se distanciam da convencional.

Pensando nas ideias de Lane-Mercier (*apud* Lavoie, 1994) a respeito da função identificadora assumida pelos socioletos literários em uma narrativa – procedência regional ou status social do locutor – concluímos que os neologismos literários exercem um papel semelhante, apontando para o leitor, por meio de escolhas lexicais que particularizam o modo de se expressar de cada personagem literária, o individual dentro do coletivo, o de um grupo supostamente homogêneo dos falantes de uma língua.

O Romance d'A Pedra do Reino foi publicado pela primeira vez em 1971, e desde essa época vem surpreendendo críticos e leitores com suas inúmeras referências à cultura ibérica, à literatura de cordel e à cultura nordestina, em uma mescla do erudito e do popular que é a base do pensamento de Suassuna a respeito da cultura brasileira. Outra de suas características mais marcantes é a presença de uma grande quantidade de neologismos literários ao longo da narrativa, muitos dos quais criados a partir de palavras relacionadas ou ao universo cavaleiresco e cortês, ou ao universo nordestino, e que propõem um desafio para o tradutor que se dispuser a traduzir a obra de Suassuna em qualquer outra língua.

A obra, porém, chamou a atenção de alguns professores e críticos estrangeiros que conheciam a língua portuguesa e podiam ler o texto no original. Em 1979, o tradutor alemão Georg Rudolf Lind publicou uma tradução integral do *Romance d'A Pedra do Reino: Der Stein des Reiches oder die Geschichte des Fürsten vom Blut des Geh-und-kehr-zurück*, com uma segunda edição em 1988. E em 1998, foi a vez de uma versão francesa, *La Pierre du Royaume, version pour Européens et Brésiliens de bon sens*, reorganizada pelo próprio Suassuna, ser publicada na França, traduzida pela Prof. Idelette Muzart, especialista na obra do escritor paraibano.

As cerca de 700 páginas do texto original foram reduzidas para 318, com a supressão de referências à literatura de cordel, a obras literárias e a alguns aspectos da cultura brasileira; da mesma maneira, partes da narrativa foram condensadas ou mesmo retiradas. As alterações relativas à extensão e ao conteúdo da obra não implicaram, contudo, uma alteração na linguagem de Quaderna, com sua grande quantidade de neologismos lexicais; desse fato podemos deduzir que, para Ariano Suassuna, as criações lexicais são parte integrante da estrutura da obra, indispensáveis para expressar as ideias das personagens, bem como sua visão de mundo.

Essa constatação nos reconduz às reflexões de Lane-Mercier a respeito da tradução dos socioletos literários e dos riscos enfrentados pelo tradutor que se dispuser a traduzi-los, dada a proximidade que estabelecemos acima entre eles e os neologismos literários. A não-utilização dos recursos criativos (neste caso, representados pelos processos de criação de palavras) disponíveis em sua língua materna fará com que o tradutor crie sentidos indevidos ou não transmita uma ideia do autor; do mesmo modo, ao usar esses recursos de criação de palavras o tradutor tem de manter um equilíbrio, sem ser radical ou conservador em sua tentativa de criar algo semelhante ao original.

Como os neologismos literários representam uma fuga da norma, se o tradutor ignorá-los será etnocêntrico, valorizando a norma tida como “padrão” em sua língua e na língua do texto original. Finalmente, podemos considerar os neologismos literários como parte do processo criativo de cada autor, e embora a questão da intenção do autor seja controversa, julgamos que no caso da criação neológica literária ela existe, já que existe por parte do escritor a quebra consciente das normas. Se o tradutor ignora essas criações, estará deixando de lado a autenticidade do autor, a intenção que o levou a se expressar de modo pouco convencional, valorizando aquilo que para ele, tradutor, é o bom, o correto, o legítimo.

Vamos, então, analisar quais as estratégias usadas pelos dois tradutores para trabalhar não apenas com a criação lexical, mas com a presença de termos tipicamente brasileiros na prosa suassuniana, a partir de alguns exemplos selecionados. Dadas as diferenças entre as duas traduções (a alemã, integral; a francesa, uma adaptação), veremos que nem sempre ocorre uma equivalência entre o texto francês e o brasileiro; não é nosso objetivo analisar as alterações feitas por Suassuna, e sim, abordar a tradução dos neologismos, independente das mudanças feitas pelo autor no texto que ele entregou para a tradutora francesa.

Integrava ela, assim, aquele grupo zodiacal e astrológico de vinte e quatro Anciões, que meu velho e demente companheiro, o Cantador judaico-sertanejo João de Patmos, tinha visageado na sua Epopeia-enigmática e logogrífica, vulgarmente conhecida como “O Apocalipse”. (2007, p. 740)

Sie bildete die tierkreishafte astrologische Gruppe der 24 Greise, die mein alter wahnsinniger Gefährte, der jüdische Sertão-Sänger Johannes von Patmos, in seinem rätselhaften und logogriphischen Epos erschaut hatte, das im Volksmund unter dem Namem “Die Apokalypse” bekannt ist. (1979, p. 890)

Elle constituait ainsi ce groupe zodiacal et astrologique de vingt-quatre anciens dont mon camarade, antique et fou, le cantador hébraïco-brésilien Jean, l'Évangéliste, avait eu la vision à Pathmos, dans son Épopée énigmatique et "logogriphique", vulgairement appelée "L'Apocalypse". (1998, p. 314)

O exemplo escolhido do Romance d'A Pedra do Reino traz duas composições criadas por Suassuna, uma adjetivo + adjetivo, judaico-sertanejo, e outra substantivo + adjetivo, Epopeia-enigmática, além de um verbo, visagear, criado a partir do regionalismo visagem. As composições caracterizam-se pela união de dois ou mais elementos, os quais, combinados, "indicam o sentido do conjunto" (MARTINS, 2000, p. 123).

Na formação da primeira composição encontramos o adjetivo *sertanejo*, de uso corrente no país, e que designa o habitante do sertão. Assim como acontece em todas as línguas, o português falado no Brasil está repleto de termos que expressam uma realidade local e dificilmente serão traduzidos, pela ausência de um equivalente em outras línguas e culturas. Quaderna diz que João de Patmos era um *cantador judaico-sertanejo*, indicando com os dois adjetivos a mistura das culturas, erudita e popular, característica da obra de Suassuna; o próprio termo cantador também remete à cultura nordestina e aos artistas que apresentam suas obras em feiras e mercados. Em sua tradução, Lind estabelece a ligação entre Sertão e cantador, criando o neologismo *Sertão-Sänger*, formado a partir da palavra *sertão*, já dicionarizada em algumas línguas estrangeiras, complementando a ideia de Suassuna com o adjetivo *jüdische*, existente na língua alemã. João de Patmos é, então, um *cantador do sertão e judaico*, uma ligeira alteração do texto que, porém, transmite para o leitor alemão a ideia central de Quaderna: o fato de este ver em João Evangelista uma pessoa igual a ele, habitante do sertão brasileiro. Muzart, apesar de ter em outras ocasiões recorrido à adaptação *sertanêje* para traduzir o adjetivo *sertanejo*, não o fez desta vez, optando pela composição *hébraïco-brésilien*, que mantém a forma do texto original e também estabelece para o leitor francês a fusão das diferentes culturas, mas é bastante genérica, pois *brasileiro* se refere ao habitante de qualquer parte do país, e não especificamente do sertão.

A segunda composição, *Epopeia-enigmática*, embora não apresente grandes problemas para a tradução, pois seus dois componentes (epopeia e enigma) fazem parte do léxico das línguas ocidentais, foi traduzida sem que ambos os tradutores recorressem a uma composição ou outro tipo de criação neológica. Já em relação ao verbo *visagear*, observamos que Lind manteve em seu texto um verbo de uso corrente na linguagem cotidiana: *erschaffen* (criar); Muzart optou por *avoir la vision*, que se aproxima bastante do original. Consideramos que, dada a particularidade do substantivo *visagem*, pouco usado fora da região Nordeste do país, os dois tradutores encontraram soluções que, se por um lado não transmitem para o leitor a sensação de estranheza que o verbo *visagear* confere ao texto original, por outro lado não se afastam do sentido daquilo que a personagem Quaderna disse.

Por exemplo: ali onde o genial Vate paraibano tinha colocado "águia", eu ordenara que pusessem o *brasileiríssimo e sertanejo Gavião Tourano*, que, sendo a Musa dos folhetos dos Cantadores, servia muito melhor de insígnia para minha realeza do que aquele bestíssimo Gavião estrangeiro que é a águia. (2007, p. 742)

Dort beispielsweise, wo der geniale paraibanische Dichter "Adler" geschrieben hatte, hatte ich angeregt, den urbrasilianischen und sertanogerechten Königssperber einzusetzen; weil er die Flugschriften der Volkssänger als Muse inspiriert, paßt er viel besser als Wahrzeichen für mein Königtum als der widerliche ausländische Sperber, der Adler. (1979, p. 892-93)

Là où le genial barde de Paraíba avai mis "aigle", j'avais ordonné qu'on mette le "brésilianissime" et sertanêje Épervier. Ce motif d'inspiration de folhetos, et de chanteurs populaires, était um bien meilleur emblème de ma royauté que cette espèce d'épervier étranger et idiot qu'on appelle aigle. (1998, p. 316)

O trecho selecionado não apresenta exatamente criações lexicais, mas sim, o uso pouco convencional de dois superlativos absolutos, *brasileiríssimo* e *bestíssimo* para qualificar, respectivamente, o Gavião Tourano e a águia. A formação desse tipo de superlativos em português não apresenta problemas, bastando acrescentar um sufixo derivacional a um adjetivo em sua forma positiva (BECHARA, 148-9). O superlativo absoluto é uma forma

bastante enfática, que salienta as qualidades transmitidas pelo adjetivo usado como base; no texto de Suassuna, os superlativos sintéticos foram formados a partir de *brasileiro*, um adjetivo pátrio, usado tanto na linguagem cotidiana quanto na mais formal; e *besta*, que pertence ao léxico mais informal. O sufixo derivacional *-íssimo* tem origem latina e é usado na língua francesa para a formação tanto de substantivos quanto de adjetivos; verificamos, porém, que Muzart optou não por uma formação com *-issime* nos dois casos, mantendo *brésilianissime*, formado a partir de *brésilien*, de uso corrente em francês, e fazendo uma adaptação para a tradução de *bestíssimo*, mostrando a carga pejorativa existente na intensificação de *besta* com o uso de *cette espèce* e *idiot*.

Os adjetivos em alemão apresentam as formas comparativa e superlativa, esta usada para destacar as qualidades de uma pessoa (ou coisa) em relação a outros seres, dentro de um grupo, como na construção “ele é o mais estudioso dos alunos”. A diferença entre os modos de formação de superlativos nas duas línguas levou Lind a traduzir *brasileiríssimo* como *urbrasilianischen*, *ur* dando a ideia de absoluto: *urbrasilianischen* seria o “absolutamente brasileiro”. Já o superlativo *bestíssimo* foi traduzido como *widerliche*, adjetivo que tem entre suas concepções *revoltante*, *repelente*, *desagradável*, *nojento*.

O uso de um adjetivo em sua forma positiva afasta-se bastante do texto original, mas ao mesmo tempo transmite para o leitor a visão que Quaderna tem a respeito da águia e do gavião. É interessante observar que o trecho escolhido apresenta também o adjetivo *sertanejo*, e é uma das ocasiões em que Muzart optou pela criação *sertanêje*; já Lind cria a forma *sertãogerechten*. O adjetivo *gerecht* tem várias acepções, todas elas indicando relacionadas ao campo semântico da compatibilidade, da adequação; portanto, *sertãogerechten* seria algo – no caso, o gavião – natural do sertão, compatível com a realidade do sertão brasileiro. Com essa criação, Lind explicita a visão que Quaderna tem a respeito do gavião, contornando o problema que o adjetivo *sertanejo* poderia causar para os leitores alemães.

Era uma espécie de Frade-cangaceiro. Ou, para ficar mais de acordo com o estilo de meu Mestre, o Doutor Samuel Wandernes, “uma espécie de Monge-Cavaleiro”, únicas expressões capazes, talvez, de dar ideia desse personagem, Frei Simão de nome, e que, posteriormente, veio a se tornar, em nossa Vila, centro de grandes controvérsias. (2007, p. 39)

Er war eine Art von Mönchs-Buschritter. Oder, um misch mehr dem Stil meines Lehrmeisters Dr. Samuel Wandernes anzupassen, eine Art von Mönchs-Ritter – die einzigen Ausdrücke, die vielleicht imstande sind, eine Vorstellung von dieser Persönlichkeit zu geben; er hieß Bruder Simão und sollte späterhin in unserem Städtchen zum Mittelpunkt großer Auseinandersetzungen werden. (1988, p. 34-5)

Deux hommes marchaient devant, un moine et un laïc [...] Ce moine-cangaceiro, Frère Simon, était revêtu d’une bure blanche... (1998, p. 90)

No trecho acima, Quaderna descreve uma personagem, segundo ele, um *Frade-cangaceiro*, ou um *Monge-Cavaleiro*, nas palavras de Samuel. As duas composições apresentam para o leitor uma mistura das duas tradições, erudita e popular, com a fusão de frade, monge, cavaleiro e cangaceiro, bem como mostra a índole controversa de Frei Simão, na qual os elementos opostos, paz/guerra convivem. O frade – ou monge – é a pessoa dedicada à vida religiosa, à contemplação, ao serviço de Deus; o cavaleiro é o herói das novelas de cavalaria, uma pessoa de boa estirpe, cheia de honra, de valor, pronta para lutar em favor dos fracos, das viúvas e dos órfãos. O cangaceiro é uma figura emblemática no Nordeste brasileiro, e representa dois pontos opostos, segundo a percepção individual de cada pessoa: ele pode ser tanto o fora da lei, o bandido que mata os ricos e saqueia suas propriedades, quanto o protetor dos pobres, das pessoas que não têm recursos para lutar contra os poderosos. Ao descrever Frei Simão como um *Frade-cangaceiro*, Quaderna salienta tanto o aspecto exterior da personagem (as roupas que Frei Simão usa, o modo como ele monta a cavalo, o estandarte por ele levado, bem como as cartucheiras e o mosquetão que ele levava às costas) quanto sua ligação com a cultura local; a descrição de Samuel, *Monge-Cavaleiro*, por sua vez, remete mais à figura dos Cavaleiros Templários, que lutaram contra os infiéis pela reconquista de Jerusalém, retomando a influência exercida pela tradição medieval na obra de Suassuna.

A tradução de Lind, *Mönchs-Buschritter*, não mantém a palavra *cangaceiro*, presente no texto de Suassuna, mas observamos que ele estabelece a distinção entre as descrições de Quaderna e de Samuel de modo bastante sutil e eficiente: em *Mönchs-Buschritter* temos a palavra *Mönch* (monge), e uma formação, *Buschritter*, criada com a junção de *Busch* (arbusto, moita) e *Ritter* (cavaleiro), assim, *Mönchs-Buschritter* seria o *monge e cavaleiro que anda no meio da vegetação*, remetendo ao fato de os cangaceiros e vaqueiros sertanejos atravessarem a caatinga, uma zona de vegetação baixa. Já a descrição feita por Samuel aparentemente é praticamente idêntica, *Mönchs-Ritter*; porém, a retirada do substantivo *Busch* faz com que se perca a referência à vegetação, desse modo se perde a ideia do cangaceiro, e o *Mönchs-Ritter* é simplesmente um Monge-Cavaleiro.

Na tradução de Muzart vemos que houve uma grande modificação feita por Ariano Suassuna no texto original, e temos apenas uma das composições, *Frade-cangaceiro*, traduzida por *moine-cangaceiro*. Uma vez mais, a professora francesa se valeu da palavra brasileira, auxiliada pelo fato de ela ter acrescentado um glossário no final de sua tradução, no qual ela explica alguns termos culturais e geográficos da região Nordeste do Brasil. Em alguns aspectos, a presença desse glossário facilita a tarefa de tradução, e a tradutora pode recorrer ao léxico brasileiro sabendo que seu público terá uma fonte de referências para compreender termos que sejam intimamente ligados à cultura brasileira. Portanto, forma (composição) e conteúdo (referência ao cangaceiro) são praticamente inalterados em sua tradução. Uma última observação pode ser feita: em português, assim como em francês, os substantivos podem ser escritos com letra maiúscula para dar ênfase, chamar a atenção do leitor; observamos que Muzart não usou esse recurso, com isso diminuindo um pouco o impacto que *Moine* poderia causar nos leitores.

CONCLUSÕES FINAIS

A análise dos exemplos selecionados nos mostra como os dois tradutores utilizaram estratégias diferentes para apresentar em seus respectivos textos as criações lexicais (assim como o léxico de maneira geral) de Ariano Suassuna. Dada uma maior proximidade entre a línguas portuguesa e francesa, a tradutora ora manteve em francês a mesma estrutura do texto original, caso da composição *Frade-cangaceiro/moine-cangaceiro*, ora afastou-se das criações do texto original, caso do superlativo *bestíssimo*, traduzido por *cette espèce e idiot*, em que ela opta pelo uso de palavras de uso mais corrente na língua francesa, transmitindo assim a sensação de proximidade e de familiaridade que o adjetivo *besta* tem na língua portuguesa falada no Brasil. Em outro caso, o da composição *hébraico-brésilien*, julgamos que houve uma ligeira perda no conteúdo, embora a criação lexical tenha sido mantida, já que o adjetivo *brésilien* é muito genérico. Como em outros trechos da narrativa a tradutora optou por *sertanêje*, acreditamos que ela poderia tê-lo usado dessa vez, com isso mostrando para o leitor francês que, na opinião de Quaderna, João de Patmos não era um brasileiro, mas sim, um *sertanejo*, alguém que tinha conhecimento da mesma região onde Quaderna nasceu e viveu. Finalmente, o verbo *visagear*, traduzido por *avoir la vision*, que pode sugerir para o leitor francês a diferença existente entre *ver* e *visagear*, distinção muito importante no contexto da obra de Suassuna.

A tradução para o alemão oferece problemas distintos para o tradutor: as diferenças relativas à origem das palavras, bem como seus processos de formação de palavras, muitas vezes impedem uma aproximação maior, como acontece na tradução francesa. Porém, o Lind supre essa falta com bons recursos, como, por exemplo, o uso da palavra *Sertão*, remetendo a uma característica geográfica e social do Brasil, pois o modo de vida do sertanejo é afetado pelas condições em que ele vive. Um caso muito sugestivo é o das composições *Mönchs-Buschritter* e *Mönchs-Ritter*, em que a retirada do substantivo *Busch* já indica para o leitor alemão a distinção existente entre as duas caracterizações.

Os dois tradutores têm visões distintas a respeito do material com que trabalham: Georg Lind não oferece glossários ou notas de rodapé informativas para seus leitores, apresentando em seu Posfácio algumas informações úteis a respeito da cultura nordestina e da obra de Suassuna; Idelette Muzart organizou um glossário, colocado no fim do romance, no qual ela explica termos relacionados à cultura, à fauna e à flora do Nordeste do

Brasil, o que lhe permite recorrer a termos da língua portuguesa em algumas das traduções das criações de Suassuna.

O ponto de partida teórico para este trabalho foi a observação de Toury a respeito de a tradução atender as necessidades da cultura alvo. Partindo da análise de poucos exemplos selecionados ao longo da narrativa, consideramos que ambos os textos, francês e alemão, privilegiaram a diminuição da distância existente entre a cultura de partida (a brasileira, especificamente a da região Nordeste do país) e as de chegada (francesa e alemã), procurando oferecer para seus leitores um texto em que o léxico característico do Brasil aparece em momentos estratégicos, quando se faz necessária a presença do elemento *exótico* na narrativa (não consideramos aqui exótico em uma conotação depreciativa, e sim, aquilo que vem de fora, não pertence ao local em que vai ser apresentado ou inserido). A teoria de Lane-Mercier sobre a tradução dos socioletos e os riscos com que o tradutor se depara ao aceitar essa tarefa mostrou ser adequada à tradução das criações lexicais: observamos como os dois tradutores procuraram não se afastar muito do texto original; mantendo a individualidade da personagem Quaderna e sua visão de mundo, na qual os valores cavaleirescos se misturam à cultura nordestina. O que nos parece mais importante, contudo, é que nas duas traduções foram mantidas, quando possível, as criações lexicais de Ariano Suassuna, e é o léxico uma das principais ferramentas a que o autor recorre para criar seu universo e mostrar para os leitores como duas tradições distintas, a erudita europeia e a popular brasileira podem ser unidas, tendo como resultado uma obra que surpreende os leitores por sua riqueza e originalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LANE-MERCIER, Gillian. Translating the untranslatable: the translator's aesthetic, ideological and political responsibility. *Target*, v. 9, n. 1, p. 43-68, 1997.
- LAVOIE, Judith. Problèmes de traduction du vernaculaire noir américain: le cas de "The Adventures of Huckleberry Finn". *TTR*, Montréal, v. 7, n. 2, p. 115-144, 2º semestre, 1994.
- LE PETIT ROBERT – Dictionnaire de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2000.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- SUASSUNA, Ariano. *O Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do-Vai-e-Volta*. 10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.
- _____. *La Pierre du Royaume. Version pour Européens et Brésiliens de bon sens*. Traduit du portugais (Brésil) par Idelette Muzart. Paris: Editions Métailié, 1998.
- _____. *Der Stein des Reiches oder die Geschichte des Fürsten vom Blut des Geh-und-kehr-zurück*. Tradução e posfácio de Georg Rudolf Lind. Stuttgart: Klett-Cotta (Hobbit Presse), 1979.
- TOURY, Gideon. Well, what about a linguistic theory of literary translation? In: *Bulletin CILA*, 1989, 49, p. 102-105.

126) VÂNIA REGO, UNIVERSIDADE DE POITIERS, FRANÇA

Vânia Rego: Leitora de português do Instituto Camões na Universidade de Poitiers, em França. Diretora do Centro de Língua Portuguesa do IC em Poitiers e responsável pela programação cultural em Língua Portuguesa na região de Poitou-Charentes. Realiza atualmente o doutoramento em Literatura Portuguesa contemporânea em cotutela com as universidades de Poitiers e do Minho sob o tema: problemática da escrita de "si", autobiografia, autoficção e ficção na obra de José Luís Peixoto. Mestre em Literatura Portuguesa contemporânea (dissertação de mestrado defendida com o tema "Lectures croisées de *Uma casa na escuridão* et *A Casa, a Escuridão* de José Luís Peixoto: thèmes et genres", em 2009). Licenciada em Ensino de Português e Francês, em 2007, na Universidade do Minho, em Portugal.

CRISTÓVÃO DE AGUIAR: O "EU" LAVRADO EM PALAVRAS

A leitura de livros de Cristóvão de Aguiar como *A Tabuada do tempo* ou *Braço Tatuado* incita o leitor a entrar no mundo lado a lado com o “eu”, mas a primeira leitura nem sempre revela todas as potencialidades desse universo da 1ª pessoa, nem todas as facetas desse “eu” que se desdobra em diversos sujeitos e que, numa análise mais aprofundada, nos pode dar a conhecer os processos da escrita do autor.

O trabalho «O “eu” lavrado em palavras» é uma tentativa de análise do universo da escrita de Cristóvão de Aguiar e tem como objetivo procurar distinguir os diversos momentos de utilização do “eu” que surgem ao longo dos dois livros acima mencionados. Pretende-se com essa análise, refletir sobre a utilização da primeira pessoa e estabelecer distinções entre os géneros autobiografia, autoficção e ficção.

Ao analisar as fronteiras dos géneros, entre a autobiografia e a ficção, nomeadamente no livro *A Tabuada do Tempo*, poderemos perceber de que forma o autor trabalha a escrita, a reflexão sobre a mesma e o cuidadoso trabalho de correção e de aperfeiçoamento do texto, como uma espécie de cultivo da palavra influenciado pelos grandes autores da Língua Portuguesa, tais como Miguel Torga *O lavrador das letras*.

Senhor do “reino dos deserdados da literatura”, como o próprio afirma, e aliando uma escrita vigorosa e extremamente poética à memória dos locais por onde passou – os Açores, Coimbra ou a Guiné – Cristóvão de Aguiar escreve e sente o que (d) escreve no “eu” do autor, do narrador e das personagens que encarna (o filho, o pai, o escritor, o soldado...). Este trabalho pretende assim homenagear uma voz da Literatura Portuguesa que tem sido, injustamente, pouco ouvida.

Quando lemos os livros de Cristóvão de Aguiar, sentimos imediatamente uma forte proximidade com aquilo que nos é narrado. Até aqui, nada de novo. A literatura tem esse poder, diriam os mais céticos, mas seja por identificação com a experiência vivida pelas personagens, seja por deleite poético, o “eu” dos textos deste autor não nos deixa indiferentes. Olhando mais de perto alguns dos seus escritos, surgem uma série de dúvidas e de ideias frutos do desenvolvimento do estudo da literatura escrita na 1ª pessoa ao longo do século XX. Autores como Lejeune, Doubrovski ou Colonna enriqueceram o debate sobre a literatura do “eu” com conceitos como autobiografia ou autoficção, deixando, no entanto, depois de muitos avanços e recuos, de discussões polémicas e enriquecedoras, a porta aberta a muitas outras possibilidades e jogos literários como o que aqui vamos demonstrar.

Quem fala nas obras do autor estudado? Será *A Tabuada do Tempo* (ou *Raiz Comovida* ou *A Nova Relação de Bordo*) um livro autobiográfico? Ou uma forma que o autor encontrou de se escrever e de se entregar ao jogo de confissões típicos dos diários? Estaremos nós perante a pessoa Cristóvão de Aguiar ou antes perante um (ou vários) Cristóvão de Aguiar que o próprio escolhe contar? Poderemos nós falar de autoficção ou de fronteiras de géneros dentro do modo narrativo da escrita pessoal? A lista de questões é infinita e não nos permitiria abordar a questão com a brevidade necessária.

Embora alguns dos parâmetros do género autobiográfico sejam respeitados e possam ser encontrados ao longo das obras citadas (por exemplo, o facto do texto ser em prosa, falar sobre a história da existência do autor, da sua vida individual, das suas atividades e da sua personalidade), a leitura dos livros de C. De Aguiar e o “eu” dos seus textos levam-nos além do conceito de autobiografia tal como o concebe P. Lejeune (2004: 10):

“le récit rétrospectif en prose que quelqu’un fait de sa propre existence, quand il met l’accent principal sur sa vie individuelle, en particulier sur l’histoire de sa personnalité.”

Para considerarmos *A Tabuada do Tempo* como uma autobiografia, um romance autobiográfico ou até mesmo um diário, teríamos de encontrar ao longo do texto uma série de dados relativos à vida do autor, organizados para que o leitor pudesse compreender, de facto, o que foi a vida do autor/personagem e perceber em que medida os factos narrados contribuíram para a formação da sua personalidade.

Um romance autobiográfico, tal como o define Philippe Lejeune, compreende um período largo da vida do autor, que vai desde o nascimento até à data da escrita, podendo conter elipses temporais de forma a evitar todo o tipo

de tautologias e factos óbvios para que o leitor se mantenha interessado no que vai ler, mas sem deixar de seguir o fio temporal essencial à compreensão de uma vida.

Um outro aspeto importante é o facto de na autobiografia haver um lado de narração quase “objetiva” de uma vida que será depois interpretada pelo leitor, mas que o autor procura restituir de forma clara e sem interferências de determinadas perspetivas narrativas que poderão influenciar a visão do leitor em determinados episódios (a perspetiva do narrador onisciente, por exemplo, que domina o tempo, o espaço e o pensamento das restantes personagens).

Ora, no caso de *A Tabuada do Tempo*, a infância apenas é invocada em episódios curtos onde são narrados acontecimentos pontuais como a lembrança de um professor, de uma paixão ou de um membro familiar em particular, mas esses episódios não são colocados no texto para elucidar o leitor sobre um detalhe da vida da personagem/autor, mas sim para guiar a sua interpretação e influenciar o seu ponto de vista, pois os episódios são sempre narrados em jeito de comentário e com inflexões irónicas que levam o leitor pela mão e o guiam no julgamento de uma situação ou de um personagem.

No conjunto da obra de Cristóvão de Aguiar, os seus livros (os aqui citados e outros) nunca são – e nem pretendem ser – uma autobiografia que relata a vida do autor da infância à idade adulta ou das origens até ao momento da escrita. Cada livro resulta de uma cuidadosa escolha de um momento particular: *Braço Tatuado* narra uma parte dos dois anos passados na Guiné, uma parte escolhida e na qual podemos compreender os horrores vividos pelos diversos intervenientes da Guerra Colonial, a questão da liberdade e da censura, nomeadamente a oposição entre os livres-pensadores e os seguidores do regime; *A Tabuada do Tempo* narra um ano específico da vida da personagem principal em que se procura mostrar o lento desenrolar dos dias de forma a coroar em cada dia um momento diferente ou apenas um momento que não sendo particularmente espetacular faz parte da vida da personagem e, por isso, se torna relevante.

O facto de o autor escolher determinados momentos ou fases da sua vida para construir os seus textos, em detrimento de um relato detalhado da sua vida desde o nascimento até ao momento da escrita levam-nos a afirmar que as escolhas do autor são o indício de uma construção literária que se desenrolará diante dos olhos do leitor, instância de construção de sentido, mas que não dependerá deste último para adquirir todo o seu sentido, dado que não há nos livros de C. de Aguiar o momento do pacto autobiográfico, nem uma revelação dos factos íntimos da sua vida, tal como o próprio afirma: “*A narrativa diarística, por natureza confessional – (...) não significa um desnudamento total na praça pública – (...).*” (2007: 77).

A ausência do pacto autobiográfico – da confirmação de que o autor do livro e o personagem da narração são um só, possuem o mesmo nome e a mesma vivência – provoca no leitor uma reação de estranheza, como se de repente o texto se tornasse mais distante, despertando a curiosidade do leitor e a necessidade de provar a sua intuição inicial sobre a proximidade entre autor, narrador e personagem. Essa necessidade é suprida pelo autor ao identificar a sua profissão, o nome das cidades, regiões e países por onde passou, onde viveu e vive (Coimbra, os Açores – São Miguel – a América...) e pelos nomes dos amigos, pessoas reais e facilmente identificáveis pelos leitores.

Repare-se que o mesmo autor que recusa o pacto autobiográfico, não se identificando logo nas primeiras páginas, vai fornecendo ao leitor os detalhes necessários à construção da sua identidade, numa espécie de pacto de leitura que não sendo autobiográfico guarda aspetos e ligações à autobiografia. Mas será que um leitor mais atento e seguidor da obra de Cristóvão de Aguiar pode tentar reconstruir cronologicamente a vida do autor através dos seus livros? Embora a tentação seja grande, as possibilidades de o fazer reunindo os detalhes de todos os seus livros levariam a uma reconstrução parcial da vida do autor, mas que em nada faria ganhar o leitor que se afastaria do jogo de narração proposto pelo autor para entrar num jogo de construção biográfica que tornaria a prosa de C. de Aguiar numa simples biografia.

Ao analisarmos atentamente a prosa de Cristóvão de Aguiar vemos que os aspetos biográficos são uma forma de elevar a vida e os pequenos detalhes de uma vida à categoria de tesouros quotidianos. Os odores, os sabores, os

pequenos gestos do dia-a-dia encontram-se, em *A Tabuada do Tempo*, na qualidade de quase personagens, de fatores relevantes e sem os quais os dias não existiriam, adquirindo um estatuto poético. Dentro desta poeticidade, encontram-se, também, os diversos “eu” do autor, sem os quais a sua personalidade não estaria completa.

Esta identificação entre as várias facetas do “eu” que se exprimem na obra do autor confirma o jogo de que falávamos há pouco. Não se trata, em *A Tabuada do Tempo*, de um “eu” totalmente autobiográfico, mas de vários “eu” que se desdobram e se multiplicam para voltarem todos a um só ponto, ao “eu” procurado, desejado, como um duplo do autor que lhe permite suprir o desejo que todo o ser humano sente de se “outrar” sendo si mesmo e de se observar, como se por momentos saíssemos de nós e nos pudéssemos espreitar.

Nas palavras do autor, escrever-se é uma forma de atingir o seu “eu”: “*Sou o meu alvo predileto. Forma muito querida de me autodestruir*” (2007: 49), mas essa forma de destruição é apenas o princípio da análise de si e da reconstrução de um “eu” de memória, que nasce dos fragmentos da memória afetiva do narrador, reconstruído, figura refletida que restitui a imagem do autor eternizado do outro lado do espelho.

Desmultiplicar-se para melhor se perceber, recriando, escrevendo e analisando os pequenos gestos do dia-a-dia foi uma das formas encontradas pelo autor para poder “observar-se” e restituir a sua imagem ou refletir uma imagem de si, não necessariamente autobiográfica, mas uma imagem de si mesmo construída pelo autor, uma vez integrados e percebidos todos os detalhes da sua personalidade.

Procurar um duplo de si mesmo que possa ser ao mesmo tempo o autor, o narrador e o personagem (ou personagens, dado que o encontramos em situações diversas como na qualidade de escritor, de pai, de filho, de soldado...) do texto é uma tarefa difícil. No entanto, esta escolha permite ao escritor determinar os diversos momentos que vai narrar sobre esse “eu”, introduzindo no texto aparentemente autobiográfico a perspetiva do narrador tal como numa ficção.

O próprio processo de escrita d’*A Tabuada do Tempo* ou da *Relação de Bordo* indicam esse distanciamento da reescrita de si, baseada em notas e memórias – e consequente maturação e interpretação das ideias – entre o que é narrado e o momento dos acontecimentos: “*estou gostando de reviver os anos por que tenho agora passado ao reler e reescrever as notas que na devida altura escrevinhei*” (2007: 74).

Esta busca do duplo e a sua concretização no texto afastam a necessidade de provar a realidade dos factos narrados e aproximam o leitor do autor do texto, na medida em que ele aceita as regras do jogo e deixa de se preocupar com a sinceridade/realidade do que é contado e passa a procurar no texto os momentos fulcrais da vida do personagem que o possam deleitar, independentemente de serem narrados como factos verdadeiros ou como uma mera perspetiva já interpretada e construída pelo narrador.

Nesta perspetiva, podemos afirmar que o “eu” d’*A Tabuada do Tempo* é um “eu” mais próximo da autoficção de Doubrovsky, um “eu” que é colocado em cena para permitir ao narrador criar uma série de efeitos literários que permitirão, durante o processo da escrita, eternizar o autor na sua palavra e aproximar o leitor daquilo que lhe é narrado, o próprio autor afirma: “*O meu livro será talvez uma autoficção e uma incessante procura de um duplo*” (2007: 77). Neste sentido, o “eu” da autoficção está entre a autobiografia e a ficção e o narrador tem à sua disposição todos os instrumentos literários dos dois campos para poder colocar em evidência a vida da personagem/autor/narrador. Estilisticamente, o escritor tem mais liberdade para utilizar a linguagem e modulá-la, guiando o leitor na sua interpretação e criando efeitos de verosimilhança para dar ao texto um carácter plausível.

No caso de *A Tabuada do Tempo*, esses efeitos reproduzem-se na lenta narração dos dias da personagem, fazendo a linguagem incidir em gestos repetitivos, hábitos e rotinas que nos dão a conhecer os sentimentos e a personalidade do autor, mais do que a própria narração de factos ligados à sua vida. A presença obsessiva de Ela, personagem que pode ser identificada como a mulher amada, a Ilha ou até a inspiração antes da escrita, dependendo do momento em que aparece no texto, é mais um dos efeitos ficcionais do livro em questão, dado que esta personagem não é descrita nem explicitada pelo narrador, mas surge como um eco ao longo da narração (há

um momento, no entanto, em que podemos imaginar que Ela se trata de Margarida “ – as *fresh as a daisy* – o nome da flor do nome de Ela” (2007: 143)). A incidência no passar dos dias e a necessidade de compreender e de construir o fluxo temporal mostram o caráter “autoficcional” do livro, narração que ao descrever os dias, descreve a vida e permite ao leitor refletir sobre a mesma. (esta observação do tempo e a narração do fluir temporal fazem-nos pensar na obra de Proust, *À la recherche du temps perdu*).

“Eu” de fronteira entre géneros e de passagem entre a vida e a escrita, o pronome pessoal de primeira pessoa serve de “sismógrafo” de emoções do autor e permite-lhe exteriorizar sentimentos que de outra forma ficariam fechados naquele que ao sair dos Açores “emigr [ou] para dentro”. São eles sentimentos amorosos, memórias, acontecimentos ou apenas reflexões, mas todos contribuem para a explicitação daquele que enquanto autor, narrador e personagem temos à frente.

A questão da emigração é aliás uma temática muito interessante na obra de C. de Aguiar, não tanto pelo aspeto sociológico ou antropológico, mas antes pela metáfora do “eu-Ilha”, pela comparação entre o sentimento de infinito que o cidadão açoriano tem ao contemplar o mar e a sua vastidão avassaladora sobre o pedaço de terra que é a Ilha, motivo da vontade de partir, e o sentimento de solidão e de necessidade de voltar ao lugar idílico que é a Ilha. A relação entre o sujeito e a Ilha é extremamente forte, é uma relação de pertença e, mais do que isso, de assimilação total entre um e outro, como se entre ambos fosse possível uma fusão de memórias, de corpo e de sentimento, num ato amoroso e de identificação total: “A Ilha sou eu.” (2007: 19).

Esta apropriação do espaço da Ilha pelo autor, forma de incorporação, é vital. A Ilha é um espaço de génese, de memórias e, como tal, um espaço fundamental para a existência do “eu” que não pode encontrar o seu espaço-vital noutra lugar do mundo se não transportar em si um pedaço desse corpo que é a Ilha: “*Um sem o outro não podemos viver, fomos condenados a ficar assim para o pouco resto da vida*” (2007: 209). Sendo a Ilha a memória de si, ela é um espelho do “eu”, reservatório de imagens, de sons e de odores capazes de despertar vivências e de permitirem um alheamento espacial que possibilita a reconstrução e a reescrita dos momentos narrados sobre a sua vida, bem como a assimilação e compreensão desses mesmos momentos.

A força do “eu-Ilha” permite-nos afirmar que esta personagem metafórica é mais uma das construções do autor – um outro duplo – para poder rescrever-se e redimensionar a sua personalidade. O “eu-Ilha” sendo mais um dos duplos do autor, e de todos, aquele que mais o aproxima das suas raízes, do sentimento de pertença a um espaço, a uma cultura e às tradições que lhe estão associadas, torna o autor uma espécie de metáfora da Ilha, invertendo a situação de que falávamos. Nesse caso, poderíamos dizer que no texto de C. de Aguiar não seria impossível para o autor afirmar ‘Eu sou a Ilha’ – criando um duplo de si, um espelho do “eu-Ilha” que seria o “Ilha-eu” e que refletiria a sua pertença a uma terra e da qual o “eu” sente correr-lhe a seiva nas veias. Desta forma, C. de Aguiar não está longe das suas influências literárias, pois já Adolfo Correia da Rocha, conhecido como Miguel Torga, tinha criado um nome literário que lhe permitia estar sempre ligado à terra, para poder trabalhar a sua obra em consonância com as suas raízes. O próprio autor afirma esta influência e mais do que afirmar, é uma influência reivindicada: “*se influências contrai na minha escrita (e todos os escritores as têm), é em Miguel Torga que se devem ir procurar.*” (2007: 74).

O sentimento de insularidade que relata C. de Aguiar ao assimilar-se à Ilha, mas sem nunca voltar definitivamente, pode ser comparado, como o próprio o faz, à relação de interioridade de Torga com o seu Norte e com a terra que ele nos faz tocar na sua poesia:

“*A insularidade, e também a interioridade, além dos malefícios por demais conhecidos, trouxe também esta grande benfeitoria – a de uma pátria se rever e recordar, quem adivinha com que saudade, numa das suas parcelas mais puras.*” (2007: 42-43).

Apreciar Miguel Torga e beber o néctar da sua poesia e da sua prosa poética, resultou em C. de Aguiar numa herança que é a arte da reflexão sobre o que é a escrita, o que é escrever bem, observar o momento da criação literária e aprender a sorver os momentos de obsessão criativa, transformando-os numa prosa literária de altíssima qualidade.

A Tabuada do Tempo é, para além de uma narrativa diarística autoficcional, um importante metatexto sobre a criação literária. Nele, o escritor reflete sobre a escrita desde a inspiração até à publicação dos seus livros. Neste livro, podemos anotar o evoluir desses diversos momentos e refletir sobre as particularidades da criação literária para C. de Aguiar, o que aproxima leitor e autor.

Olhemos alguns exemplos: sobre o momento da inspiração o leitor pode seguir o autor desde que este se sente abordado pelas ideias: *“ela [a inspiração] me tocou ao de leve e me chamou baixinho”* (2007': 33) e até da forma como lhe surgem essas ideias:

“para poder pensar direito e escrever algumas linhas de prosa poética – é ambulando que me acodem as boas ideias e a escrita se inicia no seu deslumbramento, o verdadeiro, sem papel nem computador – a pena eletrónica do nosso tempo – a delimitar o voo da palavra no ecrã!” (2007': 185).

Esta partilha com o leitor dos momentos da escrita é uma característica que torna os seus textos ainda mais ricos, pois permitem ao “eu-escritor” desconstruir o universo da escrita e refletir sobre a sua forma de produção literária, assim como fazer uma avaliação do texto escrito e mostrar ao leitor por que vias se construiu o texto que tem à sua frente e que tipo de reações causou no próprio autor, por exemplo em relação ao ato de escrever o autor explica:

“Escrever é um ato solitário, de introspeção profunda, quase de psicanálise, não se compadece com o sol brilhante da chamada felicidade. Exige, sim, um estado psíquico de penumbra, situado entre a saúde e a doença, entre a mágoa e uma alegria meio triste. Era este o estado tranquilo que eu gostava de alcançar.” (2007': 88);

ou em relação ao espaço de tempo em que uma obra é escrita e os sentimentos despertados pela mesma no autor:

“Quando estou em período de criação – o meu período não é regular – extravaso todas as medidas e depois fico desasado. O meu trabalho de escrita continua a caminhar a um certo vapor. (...) Só tenho cabeça para o que é meu.” (2007': 78).

“Quando me encontro nestas andanças da escrita, ando sempre, a magicar e a remoer.” (2007': 97).

É nos momentos de reflexão sobre a escrita que melhor compreendemos a relação e a influência de Torga sobre Cristóvão de Aguiar. Quando o escritor nos dá conta do sofrimento e da obsessão da escrita que o obrigam a fechar-se em si e a preocupar-se com aquilo que escreve e como escreve, numa preocupação de correção e de coerência quase obsessivas: *“Quando ando em trabalho criativo, fico assim, sem apetência para ler outrem – converto-me em egoísta militante.”* (2007': 78) ou quando nos relata a dificuldade com que termina uma obra, a tristeza pelo fim e o momento da entrega para leitura de outrem: *“Tenho pena de ter chegado ao fim. Semanas e semanas de labor louco, contagiante, sem mais nada no pensamento que não fosse escrever”* (2007': 103), comparando essa separação às dores do parto.

Esta vontade de mostrar no texto a reflexão sobre a escrita decorre da necessidade de colocar em cena todos os “eu” do autor, de forma a guardar na sua narrativa autoficcional a coerência do relato daquilo que é a vida da personagem principal.

O trabalho da escrita, da leitura, releitura e correção é visto pelo autor como uma forma de cultivar a palavra no terreno que é a escrita: *“deixei a escrita em pousio”* (2007': 89), de plantá-la, deixá-la amadurecer e colher apenas os frutos do difícil labor só depois de bem amadurecidos.

Desse trabalho do autor, nasceu a vontade desta nossa curta análise do “eu” lavrado nas palavras de Cristóvão de Aguiar, nos livros citados e noutros que injustamente não foram aqui mencionados, e colhido pelo leitor nas suas mais diversas possibilidades literárias e estilísticas. A obra de C. de Aguiar, nomeadamente *A Tabuada do Tempo a lenta narrativa dos dias*, é um poema à vida, às sensações, à rotina transformada num sensual contar de gotas em que os contos são acrescentados aos pontos de acordo com a memória e com o sentimento de si.

Em jeito de conclusão fica este extrato, cuja poesia excede largamente qualquer comentário que possamos fazer sobre o texto:

“Caiu há pouco uma pétala de tília que Ela me deixou no solitário sobre a secretária. Ia fazer-lhe uma carícia, mas, antes que lhe tocasse, reagiu assim: tombou, não sei se em protesto, se por desânimo, se por amor – lágrima arroxeadada, a cor forte com que a saudade costuma colorir o caleidoscópio do peito. Encontra-se agora sobre o tampo, abandonada, coberta e protegida pelo meu olhar – envolvo-a numa muda meiguice. Fogo brando ardendo sobre o peito luzidio do verniz da secretária. Assim reclinada, desfalecida, pede-me que a abrigue na concha da mão. Faço-lhe a vontade. Recolho-a. Na palma da mão, arde devagar, sinto o calor dos dedos que a tocaram. Levo-a à flor dos lábios. Sinto-lhe um beijo. Tem o quente sabor da boca de Ela.” (2007: 81).

BIBLIOGRAFIA

Obras do autor consultadas e citadas:

AGUIAR, Cristóvão de (2007) *A Tabuada do Tempo A lenta narrativa dos dias*, Coimbra: Almedina.

AGUIAR, Cristóvão de (2007) *Braço Tatuado Retalhos da Guerra Colonial*, Lisboa: Dom Quixote.

AGUIAR, Cristóvão de (2007) Miguel Torga O lavrador das letras Um percurso partilhado, Coimbra: Almedina.

Outras obras do autor:

AGUIAR, Cristóvão de (2004) *Nova Relação de Bordo*, Lisboa: Dom Quixote.

AGUIAR, Cristóvão de (2003) *Trasfega*, Lisboa: Dom Quixote.

Obras teóricas consultadas:

EVARD, Franck (2006) *Jeux autobiographiques – S’écrire au fil de l’existence*, Paris: Ed. ellipses.

GERVASI Laurène et JOHANSSON Franz (2003) *Le biographique*, Paris: collection Major, PUF.

LEJEUNE Philippe (2004) *L’autobiographie en France*, Paris: Armand Colin.

LEJEUNE Philippe (1980) *Je est un autre*, Paris: Seuil.

MIRAUX Jean-Philippe (2007) *Autobiographie – Écriture de soi et sincérité*, Paris: collection 128, Armand Colin.

ZANONE Damien (1996) *L’autobiographie ou l’histoire d’un genre dans la littérature*, collection Thèmes & études, Paris: Ed. ellipses.

127) **VANILDE GHIZONI, UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA/ SÉRGIO CASTELLO BRANCO NAPPI, UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA**

Vanilde Rohling Ghizoni Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC

Possui graduação em Lic. Ed. Artística Habilitação Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Especialização em Conservação de Obras de Arte sobre Papel pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Atualmente é mestranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Desenvolve atividades de conservação e restauração no Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC e na Fundação Hassis.

Sócia proprietária da empresa Memória Conservação-Restauração de Bens Culturais Ltda., onde atende instituições e particulares.

Sua pesquisa do mestrado é voltada para o acervo de esculturas do artista Franklin Joaquim Cascaes e a conservação do seu acervo.

Sérgio Castello Branco Nappi

Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFSC.

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1976), graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002).

Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Restauração de Edifícios Históricos, atuando principalmente nos seguintes temas: restauração, patrimônio histórico, argamassas, patologia das edificações e salinidade.

FRANKLIN CASCAES ESCULTOR E A PRESERVAÇÃO DE SEU ACERVO

O objetivo deste trabalho é apresentar o artista Franklin Cascaes, seu trabalho como escultor, a dimensão de sua obra e a intensidade com que o artista representou o cotidiano através de temáticas variadas. Seu conjunto de esculturas faz parte da Coleção Prof^a. Elizabeth Pavan Cascaes, pertencentes ao Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, assim como seus desenhos e manuscritos.

Suas esculturas foram elaboradas a partir da busca do artista pela figura humana o mais próximo possível da realidade dos colonos e pescadores descendentes de açorianos. Nesta busca, encontrou elementos próprios para executar suas esculturas com riqueza de detalhes, apesar de manter a beleza rústica do homem comum, descendente de açoriano.

As esculturas em argila totalizam 1707⁸⁸⁸ obras, neste número estão incluído os acessórios em diferentes materiais, como madeira, argila, metal, tecido, papel, entre outros, que compõe em conjunto as esculturas e as maquetes, as cenografias de engenhos de fabricação de farinha de mandioca, rancho de pescadores, casa colonial portuguesas, formas de gesso, entre outros elementos.

A coleção Prof^a. Elizabeth Pavan Cascaes se diferencia pela fragilidade do material utilizado como suporte da maioria das esculturas: argila não cozida. Este material não apresenta resistência mecânica a impacto, o que causou, ao longo dos anos, diversas degradações, de maior ou menor proporção às obras. Além disso, as peças receberam policromia com tintas não compatíveis com o suporte, o que gerou intenso desprendimento da camada pictórica. Somam-se a este quadro, inúmeras intervenções inadequadas realizadas nas obras, que interferem em suas características físicas, históricas e estéticas.

VIDA E OBRA

O artista plástico, pesquisador e professor Franklin Joaquim Cascaes (1908 – 1983), nasceu em Itaguaçu, praia então pertencente a São José, hoje município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

Sua produção artística é fruto de intensa pesquisa pelo interior da Ilha de Santa Catarina, onde demonstra preocupação com o homem, com a natureza, numa dimensão estética e documental ainda em processo de estudo por pesquisadores. Através de suas habilidosas mãos de artista, Cascaes retrata diversas formas de expressões culturais locais, onde transformou esse universo cultural num conjunto de desenhos, manuscritos e esculturas, criado ao longo de sua vida. Seu acervo impressiona pela profundidade, abrangência e volume.

A coleção “Prof^a Elizabeth Pavan Cascaes”, elaborada pelo professor e artista Franklin Joaquim Cascaes ao longo de sua vida, e em homenagem à sua esposa, assim denominou sua obra, representativa da cultura popular da Ilha de Santa Catarina. A incorporação desta Coleção ao patrimônio da Universidade Federal de Santa Catarina ocorreu em junho de 1981, por doação em vida do artista.

CASCAES ESCULTOR

A coleção escultórica do artista se diferencia, entre outros aspectos, pela fragilidade do material utilizado como suporte da maioria das esculturas: argila não cozida e gesso. Essas características tão específicas necessitam cuidado especial para a preservação da coleção, tornando-se fundamental aprofundar o conhecimento, realizar exames específicos para identificar a composição da argila e das tintas utilizadas pelo artista e a partir deste, estabelecer procedimentos de conservação para que esta coleção e os processos de degradação permaneçam estáveis, perdurando ao longo dos anos.

888 É importante enfatizar que esta é uma quantidade sujeita a alteração, tendo em vista que atualmente o Museu Universitário está desenvolvendo o seu Banco de Dados, onde todas as imagens estão sendo digitalizadas e catalogadas.

No entanto, a maneira como o artista utilizou a argila difere daquela dos ceramistas. A diferença está em que, a coleção em argila nunca foi submetida a queima, fator que classifica uma cerâmica.

De acordo com o teórico Claude Vittel (1986, p. 17), a cerâmica é um “conjunto de produtos a base de argila e de caulino, transformados pela ação do fogo. Já por escultura entendemos “a arte e a técnica de plasmar a matéria esculpindo a madeira, modelando o barro, cinzelando a pedra ou o mármore, fundindo e metal [...] a fim de representar em relevo, ou em três dimensões estátuas, figuras e formas abstratas.” (FERREIRA, s.d., p. 558).

Cascaes empregou o gesso e a argila, como matéria final na produção de suas peças. Os grandes mestres como Rodan empregavam a argila como meio transitório para elaborar modelos, e depois confeccionar formas-moldes em gesso. Nesses moldes de gesso, a peça era fundida em metal, como o bronze. A argila também proporcionava a realização de estudos escultóricos, para depois produzir a peça em outro material, como o mármore.

Suas esculturas representam personagens do nosso cotidiano, onde cada figura apresenta riqueza de detalhes, revelada em cada expressão do rosto e dos movimentos, tornando-a singular e única.

A DIMENSÃO DE SUA OBRA

A composição dos conjuntos das esculturas da coleção Prof^a Elizabeth Pavan Cascaes é constituída segundo critérios estabelecidos pelo artista:

Temática Religiosa: "A Procissão do Nosso Senhor Jesus dos Passos", "A Procissão da Mudança", "A Procissão do Senhor Morto", "A Beata Joana de Gusmão", "O Santo Viático", "A Crucificação", "Cantores de Ternos", "Presépio Tropical", "A Bandeira do Divino", "A Folia do Divino".

Temática Brincadeira infantil: a "Ciranda", o "Batizado de Bonecos", "Soltando Pandorga", "Jogo de Bolinhas de Gude", "Brincando de Engenho de Açúcar", o "Pião", a "Perna de Pau", o "Cavalinho", a "Roda" de Aro", a "Hélice com carretel" e outros.

Temática Bruxaria e as Crenças Populares: a "Viagem Bruxólica à Índia", o "Sabá Bruxólico", a "Benzedeira" e "A criança Embruxada".

Temática Folgedos Folclóricos: a do "Boi-de-mamão", "A Dança dos 25 Bichos do Jogo", do "Cacumbi" e dos "Negros Velhos do Caxangá" e "Malhação do Judas".

Temática Atividades produtivas: "O Lambe-lambe", "O Engraxate", o "Barbeiro Rural", "Vendedores Ambulantes", "Tecelagem Manual", "Fazendo Café e Pão", "Pescaria", "A Rendeira", e os diferentes tipos de engenho como o "Engenho Pouca-pressa", o "Engenho Cangalha" e o "Engenho Rodete", O "Primeiro Aviador Catarinense", "A Casa Açoriana", o "Andarilho", a "Vendedora de Doces", o "Rosto de Cristo" e "Homens Fazendo Fumo de Corda".

Nas esculturas que fazem parte de um mesmo episódio cenográfico, Cascaes projetou relação de interdependência entre as diferentes figuras. A Procissão do Senhor Jesus dos Passos é um exemplo, cada figura representa um personagem da procissão, cumpre função específica e está interligada a mesma ação.

A relação entre as figuras é enfatizada, ainda, pelo modo como o artista elaborou suas esculturas, dando unidade na forma e na homogeneidade da cor, em sua apresentação estética. De maneira simples, em um de seus cadernos, o artista resume esta interdependência:

*"Cada Conjunto representa um livro e cada figura uma página. Portanto, se vender uma figura arrancarei uma página do livro, e um livro com falta de uma página, apresentar-se-á trincado."*⁸⁸⁹

889 Manuscrito de Franklin Joaquim Cascaes. Acervo do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC. Caderno 60. Sem data.



Figura 1: Homens carregando pálio do bispo - Procissão do Senhor Jesus dos Passos. Fonte: Acervo Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – UFSC.

Cascaes na busca pelo modo de representar, através da arte, seus personagens o mais próximo da realidade, experimentou várias modelos ideais em perfeição e equilíbrio, mas que foram abandonados em função de não condizer com sua busca. A partir do rompimento com os padrões preestabelecidos, encontrou sua forma de expressão, com elementos próprios, executa suas esculturas que, apresentam graça, apesar de manter a beleza rústica do homem comum.



Figura 2: Cascaes executando a pintura em suas esculturas. Fonte: Acervo Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – UFSC.

Na apresentação estética de suas esculturas, na maioria das vezes, tinta não obedece a limites e nem a áreas de cor, sendo aplicada quase que num gesto e em toda sua extensão. A paleta de cores utilizada pelo artista, quase sempre, é monocromática, às vezes, com uma leve variação de tonalidade.

A tinta utilizada era de baixo custo e comercial. Através de pesquisa em seus manuscritos, deparamos com a seguinte colocação do artista: *“Eu usei toda a tinta, e ainda hoje, tinta a óleo, tinta fosca, reacesse⁸⁹⁰, em pó, todas as espécies de pó. Depende da habilidade artística de cada um de nós”⁸⁹¹.*

890 Palavra utilizada pelo artista, que talvez tenha ocorrido problema de caligrafia.

891 LUZ, José Luiz dos Santos. Relatório de estágio - apresentado a disciplina Prática do Ensino de História, Departamento de Metodologia de Ensino – Centro de Ciências de Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, 1996. p. 11.

A PREOCUPAÇÃO COM A CONSERVAÇÃO DE SEU ACERVO

Franklin Joaquim Cascaes preocupava-se com a preservação de suas obras. Mesmo não conhecendo a conservação enquanto ciência coloca uma série de questões relacionadas com fatores que podem causar degradações ou danos a suas obras, constatado em entrevista concedida a Gelci José Coelho:

Precisa haver segurança contra fogo, incêndio, contra os ladrões que proliferam por aí, grande quantidade e outro ponto muito interessante, é muito necessário que se investigue a questão de umidade, porque a umidade pode atacar o papel que foram utilizados para desenhar, porque não são papéis bons, são papéis comuns, até mesmo as esculturas, e outra coisa que falei, que esqueci de mencionar, o sol, o sol não deve bater em cima das figuras, dos desenhos, dos objetos de modo geral, como acontece lá na Universidade. Ainda naquele prédio, que abrem as venezianas e o sol invade tudo, as figuras ficam descoradas, ficam feias, portanto é necessário que seja observado também esse ponto de vista, não precisa ser forrado, para ter mais ar dentro da casa, para poder ventilar melhor e o ar que fica preso dentro do prédio.⁸⁹²

Desta forma, a preservação para futuras gerações de acervo com características tão específicas, demonstradas em preocupação pelo artista, como as esculturas em argila com policromia, exige programa de conservação que deve ser estabelecido através do conhecimento mais aprofundado do material que as constituem.

O estado de conservação de um objeto depende muitas vezes do material com o qual foi elaborado, da forma como foi executado e das condições do local de guarda onde está armazenado. Quando a obra é mantida em condições adequadas e estáveis na armazenagem e na exposição, os fatores de degradação são estabilizados, necessitando apenas a sua manutenção com procedimentos preventivos de conservação como higienização, controle de microrganismos e insetos, embalagens de proteção, manuseio correto, entre outros.

Em situações adversas, um processo de deterioração pode se instalar, necessitando de uma intervenção que estabilize e repare os danos ocorridos na obra. Nestes casos é preciso profissional especializado em restauração que possa fazer diagnóstico do estado de conservação, avaliando as condições físicas da obra, o grau de deterioração em que se encontra e a possibilidade de intervenção restauradora.

Observamos através da figura abaixo, que em relação às esculturas de Cascaes, o local de guarda e a armazenagem são adequados, baseados em critérios estabelecidos a sua conservação, com constante acompanhamento de equipe especializada.

A degradação de um objeto é um processo natural e resultante de reações que ocorrem em sua estrutura, na busca de um equilíbrio físico-químico com o ambiente. Além do processo natural, existem os fatores externos que podem acelerar a deterioração, principalmente dos materiais orgânicos. Entre eles, os físicos, que são a temperatura, umidade relativa do ar⁸⁹³, a luz natural ou artificial; nos químicos tem-se a poeira, poluentes atmosféricos e o contato com outros materiais instáveis quimicamente; microrganismos, insetos, roedores e outros animais são fatores de degradação biológicos; como fatores antrópicos citamos o manuseio incorreto, guarda e exposição inadequada, intervenção incorreta e o vandalismo.

Tendo em vista a importância e fragilidade desta coleção, a Instituição responsável pelo acervo tem adotado medidas a sua preservação. Desta forma, algumas ações foram executadas, onde as esculturas que apresentavam danos passaram por processo de restauração, posteriormente foram armazenadas em mobiliário adequado e indicado à conservação e constantemente são monitoradas para que prontamente seja identificado qualquer novo problema.

892 Craquelês são rachaduras que ocorrem no verniz, na camada pictórica, na base de preparação ou nas três simultaneamente. Pode ser causado pela tensão que se desenvolve durante vários processos: de secagem e de envelhecimento, através de impactos.

893 A umidade relativa do ar é uma taxa (expressa em percentual) da quantidade de vapor d'água contida num volume especificado de ar, comparado com a quantidade que este mesmo volume de ar pode conter sob a mesma temperatura e a mesma pressão atmosférica. Já que a umidade relativa do ar depende da temperatura, esses dois fatores precisam ser considerados em conjunto. BEEK, Ingrid. **A preservação de acervos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 75.



Figura 3: Esculturas em mobiliário adequado na Reserva Técnica.

Fonte: Acervo Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – UFSC.

Os problemas presentes antes da restauração são devido ao material utilizado pelo artista não apresentar resistência mecânica a impacto, o que causou, ao longo dos anos, diversas degradações, de maior ou menor proporção às obras. Somam-se a este quadro, inúmeras intervenções inadequadas realizadas nas obras, que interferiam em suas características físicas, históricas e estéticas.

Sabe-se que a argila sem receber cozimento é um material muito higroscópico e suscetível às variações de temperatura e umidade relativa do ambiente. Desta forma, fica submetida a constante variação física, contraindo e dilatando os materiais mais periféricos através absorção da água presente no ambiente. Esta variação causa danos principalmente na camada pictórica, podendo ser constatado nos craquelês e perdas de tinta, comprometendo-as esteticamente

Franklin Joaquim Cascaes com sua genialidade deixou por meio de sua produção artística uma das maiores contribuições para a preservação da identidade cultural da Ilha de Santa Catarina.

Desta forma, temos o compromisso de aprofundar a pesquisa e o conhecimento sobre seu acervo, com características próprias e de valor inestimável, visando sua permanência a futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adalice Maria de. **Mito e Magia na Arte Catarinense**. Curitiba: Tese apresentada no concurso para Professor Titular na disciplina História da Arte, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 1978.

BANCO de dados sobre patrimônio cultural (org.). Bibliografia sobre Conservação e Restauração de Bens Culturais. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1994

BECK, Ingrid. **Caderno Técnico: Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos: Arquivo Nacional, 1997.

BRAGA, Gedley Belchior. **A conservação das coleções do MAE/USP**. IN: Brasil: 50 mil anos: Uma Viagem ao Passado Pré-Colonial. São Paulo: 2001.

BRANDI, Cesare. **Teoría de la Restauración**. Madrid: Alianza Ed., 1989.

CALVO, A. Conservación y restauración: materiales, técnicas y procedimientos. Barcelona: Ediciones Del Serbal, 1997.

CARUSO, Raimundo C. **Franklin Cascaes: Vida e Arte**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

CASCAES, Franklin Joaquim. Manuscrito do Acervo do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC. Caderno 60.

_____. Manuscrito Acervo do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC. n* IV - 150. Sem data.

CASTELLANO Cristina. **Projeto de Conservação e Restauração – Coleção Professora Elizabeth Pavan Cascaes e Coleção Tom Wildi**. Projeto encaminhado ao 10º Programa de Apoio a Museus. Florianópolis, Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC, 2004.

CANEVA, C.; D'ALAMBERT, Clara C. et al. **Conservação Postura e Procedimentos**. Secretaria de Estado de Cultura, São Paulo, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda; J.E.M.M. Editores Ltda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, s.d. 1ª Edição, p. 558.

FABBRI, Bruno e GUIDOTTI, Carmen Ravanelli. **Il Restauro Della Ceramica**. Firenze : Nardine Editore, 1993.

LEACH, Bernard. **Manual Del Ceramista**. Barcelona: Editorial Blune. 1981.

LUZ, José Luiz dos Santos. **Relatório de estágio**: apresentado a disciplina Prática do Ensino de História, Departamento de Metodologia de Ensino – Centro de Ciências de Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

MENDES, Marylka e BAPTISTA, Antônio Carlos N. **Restauração: Ciência e Arte**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; IPHAN, 1996.

MENDES, Marylka ET AL. **Conservação: conceito e práticas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

ROSENFELD, Lenora Lerrer. **Glossário técnico de conservação e restauração em pintura**. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1997.

SOUZA, Evandro André. Franklin Cascaes: **Uma Cultura em Transe**. Florianópolis: Editora Insular, 2002.

VITTEL, Claude. **Cerámica (pastas y vidriados)**. Madrid: Paraninfo, 1986.

128) VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR AÇORIANO, CONVIDADO ESPECIAL DOS COLÓQUIOS EM 2010

Vasco Pereira da Costa nasceu em Angra do Heroísmo, no ano de 1948.

Professor do ensino secundário durante vários anos, esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra.

Desempenhou funções de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra.

Tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos em Portugal e nos EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Itália.

Integrou o grupo de trabalho "Culture sans frontières" da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão.

Em representação da A. P. E. tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de poesia.

Foi representante de Portugal no programa FAULT LINES da True and Reconciliation Commission da República da África do Sul.

Tem trabalhado para a rádio e para a televisão em programas de índole literária e cultural e exercido, nesta área, funções de consultor para programas infantis.

Foi diretor regional da cultura dos Açores (2003-2008) e antes disso foi cônsul honorário de França em Coimbra.

Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD)

É o autor açoriano convidado dos Colóquios da Lusofonia para 2010 NA HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO.

PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS:

Nas Escadas do Império: Contos. (1978) Coimbra, Centelha

Amanhece a Cidade, romance. (1979) Coimbra ed. Centelha

Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, (1980) novela; Ed. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Lisboa.

ILHÍADA; (1981), (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. "Gaivota".

PLANTADOR DE PALAVRAS, VENDEDOR DE LÉRIAS, 1.º Prémio Torga de 1984; (ler extrato aqui), (1984) Coimbra, Câmara Municipal,

Memória Breve, (1987) contos. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura

Terras; (1997), (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Riscos de Marear; (1992) (poesia) Ponta Delgada: Eurosigno

Sobre-Ripas-Sobre-Rimas; (1994), Coimbra: Minerva

My Californian Friends; (1999), ed. Gávea Brown:

[My Californian Friends \(2ª Edição\)](#) (2000) Viseu, Palimage Editores

Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, novela;

MEMÓRIA BREVE, contos.

Além do mais é pintor, com o pseudónimo Manuel Policarpo. As suas mais recentes Exposições de Pintura ocorreram em 12 de junho de 2009, no Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, depois na Ilha Terceira e em outubro 2009 em São Miguel (Portas do Mar). Intitulava-se **AS ILHAS CONHECIDAS - CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA**. Pintura crítica do Espírito Santo...a esta seguiu-se em fevereiro deste ano de 2010, nas Portas do Mar em Ponta Delgada, a exposição “As ilhas conhecidas – cartografia e iconografia”

1. MANUEL ALEGRE, POETA DOS AÇORES

Em 2008, na apresentação do livro *Escrito Mar – Livro dos Açores*, em Angra do Heroísmo, disse Manuel Alegre: *Tive desde muito novo a tentação e a sedução das ilhas, as ilhas nunca vistas, as ilhas só imaginadas e talvez ainda por descobrir. E até aquela ilha poética, a que nunca se chega. Mas um dia cheguei. E vi: as ilhas escritas, as ilhas inscritas no mar. Primeiro São Miguel, depois a Terceira e Santa Maria. Mais tarde o Faial, São Jorge, o Pico. Confesso que o Pico foi uma espécie de revelação mágica. Escrevi doze poemas num só dia. Ou melhor: passei para o papel os poemas que estavam na ilha. E olhando o Pico e as outras ilhas, eu compreendi finalmente a extraordinária frase do poeta Eugénio Garnell: “As coordenadas dos arquipélagos antigos e modernos compõem um labirinto linear inextricável”.*

Ao ler *Escrito no Mar – Livro dos Açores*, verifica-se que Manuel Alegre mitifica as ilhas, recorrendo a uma geografia física e sentimental, envolvendo-as numa atmosfera telúrica e fantástica. Convocando para a escrita outros autores – v.g. Antero, Raul Brandão – é o mar que perpetua e acentua a matéria poética do arquipélago atlântico:

*Atlântico até onde chega o olhar
e o resto é lava
e flores*

*Não há palavra com tanto mar
como a palavra
Açores*

É neste poema que está condensada toda a atmosfera sensual, aventureira, libertária, viageira, comprometida, que caracteriza a poesia de Manuel Alegre, na senda de uma bem significativa parte da literatura portuguesa.

Quem lê – lê-se – o *slogan* está mais que divulgado e aceite, mas é bom ter à mão uma máxima destas, aceiteada sem sofismas e que norteie a viagem fagueira e caprichosa às ilhas das palavras.

A leitura desdenha sempre das datas, mas, à distância dos tempos, intenta a análise do seu tempo – e não há tempo imutável. E ainda bem.

Vivi, enquanto estudante, os anos sessenta. Chegava então dos Açores, de uma ilha insulada. A Faculdade de Letras de Coimbra prolongava o fechamento de um Portugal miudinho, numa atitude de sobrançeria arteriosclerótica de velha caturra, atada às suas contas de certezas certas, desfiadas em rito bracarense, pré-conciliar. Discípulos contrariados mas sobrinhos complacentes, lá lhe íamos fazendo a vontade à tia caturra,

lendo-lhe as sebatas e debitando fórmulas oratórias da sua ciência de catequista solteirona e, freudianamente, tia contrariada.

Fora das portas férreas, e enferrujadas, mercê de várias interpretações do mundo, de vivências multímodas e de saberes diversificados, Coimbra ganhava um espaço de assimilação e de transmissão da universalidade que a Universidade Instituída estrangulava. Era das amizadas que se geravam, dos conflitos que se estabeleciam (alguns trespassados pela amargosa mesquinhez do animal absurdo), dos choques das ideias, dos gostos, das altercações violentas, da magnanimidade fraterna dos gestos simples – que nos íamos formando, a par de uma formatura que haveríamos de alcançar.

Na almedina secular, havia um arco aberto para o mundo de um saber mais remexido, mais inquieto, mais rebelde. Foi aí que aprendemos todos os *ismos* que nos maravilhavam, e que discutíamos, com paixão e sem tréguas, até que o sol vinha despertar os plátanos da Avenida Sá da Bandeira. Éramos *filhos da madrugada* em coro com o José Afonso e com a Joan Baez proclamávamos que *we shall overcome someday*; com os Beatles sussurrámos quanto era bom *when I hold your hand* e com Adriano içámos *a capa negra, rosa negra, bandeira da Liberdade*; sentámo-nos para uma bisca e acabámos por jogar Bergman no trunfo mágico das palavras. Festejámos a banalidade com carrascão e descobrimos a Revolução numa flor pacífica que nos engrinaldava os cabelos nos rumos californianos de San Francisco; a paz era assinalada nas paredes dos quartos num círculo com três rabiscos-em-pé-de-galinha e o nariz de Bertrand Russel; alguns foram Guevaras efémeros, de boina precária e pensamento à banda, outros não foram mais que Marcuses em part-time; alguns afirmavam a sua ideologia, então, ainda, sacrossanta; outros demoliam todas as ideologias com a impiedade dos iconoclastas.

De Argel, através da Rádio Portugal Livre, aguardávamos com impaciência a voz de Manuel Alegre em meio das inferências da agonia da ditadura, que estrebuchava.

*Na minha bicicleta de recados
eu vou pelos caminhos.
Pedalo nas palavras atravesso as cidades
bato às portas das casas e vêm homens espantados
ouvir o meu recado/ouvir minha canção
(...)
Porque eu trago notícias de todos os filhos
eu trago a chuva e o sol e a promessa dos trigos
e um cesto carregado de vindima
Eu trago a vida
na minha bicicleta de recados
atravessando a madrugada dos poemas*

Quem, nos Janeiros de 68, circulasse pela Faculdade de Medicina, encontraria, numa das mesas do átrio do 1º piso, um casal que sustinha nas mãos trementes um livro de capas pretas. O rapaz havia retirado, à cautela, a sobrecapa azul, a fim de que não fosse identificado *O Canto e as Armas* de Manuel Alegre. E os dois liam, num enleio de namoro, as palavras animosas da luta queurgia. Eram poemas de empenhamento, cantos de compromisso, armas nas mãos entrelaçadas de um homem e de uma mulher por amor de uma pátria estropiada.

*É difícil viver em poesia
que a poesia ausenta-se. Desaparece. Foge.
E quer ser ontem ou amanhã. Recusa-se a ser hoje
a poesia dia-a-dia.
É preciso deitar-lhe a mão
dizer-lhe que não fuja
e não seja evasão
(...)
Que venha mesmo assim: mesmo suada mesmo suja*

*mesmo dor de cabeça náusea transpiração.
E se não quer cantar que deixe de ser ave e ruja
cá dentro – no coração.
O que é preciso é que ela não se ausente.
Que seja dissonância ou melodia
mas que esteja presente
dia-a-dia.*

2.

Já antes, porém, o rapaz havia descoberto as palavras necessárias ao momento que então se vivia, caldeando as cantigas incendiadas de rebeldia e de inquietação: Colette Magny e José Afonso, Bob Dylan e Adriano Correia de Oliveira, Ottis Redding e Brassens.

E repetia:

*Cantando é como se dissesse: estou aqui
na multidão que está dentro de mim.
(...)
Lá onde um homem tiver sede
levarás teus cântaros
lá onde um homem tiver fome
levarás teu pão*

*Lá onde a liberdade foi assassinada
os teus cavalos livres levarás,
e a espada refulgente
levarás teu sol, canção
Folha a folha desfolhada,
folha a folha renascida,
assim tu és canção:
viagem do homem para o homem.*

Em *Praça da Canção*, Manuel Alegre capta o estrangulamento do espaço em que nos movíamos, desbravando, com o poder das palavras, as verdades que o Poder ocultava. Assumia, assim, o papel de um aedo, enquanto revelador de notícias (eram as palavras *escritas* completando as palavras *ditas* na *Voz da Liberdade* – umas e outras chegadas do exílio) e também enquanto aglutinador de esperanças, condensando aspirações comuns.

Em cada sílaba um alqueire de esperança

*Nesta Praça da Canção,
A Canção não fica no papel*

Não podia ficar no papel.

E este verso dá-me a oportunidade para ultrapassar o tempo da evocação, naturalmente pretérito, para impor o tempo da análise, necessariamente presente, até porque a poesia necessária é aquela que responde e corresponde ao tempo da leitura panocrónica. E o que é certo é que os poemas desta obra referenciam uma realidade que reconhecemos não só pelo que de imperecível aí é captado mas também pela apreensão de uma síntese periódica que remonta aos trovadores primitivos e que se estende aos modelos quinhentistas – e Camões é uma obsidiante presença no fundo mítico e forma versificatória.

Deste modo se impõe o compromisso do poeta com o povo:

*Sou metade camponês e metade marinheiro
e se repõe a noção da urgente libertação.*

Povo de terra pequena e de mar vasto, vai-se o português fragmentando sem remissão. A mesquinhez dos tiranos, contudo, não tolhe a grandura da alma do povo. E há um poeta que ergue a voz para denunciar a iniquidade e a traição aos valores arquetípicos, com palavras espantosas de verdades polícromas e sons variados de encanto remexido. Assim restitui a dignidade apetecida:
Eu nunca pude suportar a rejeição.

3.

O *Canto e as Armas* prolonga esse compromisso: a emigração, o exílio e a guerra colonial são os temas fulcrais, mas emerge, como postulado, a figura de Ulisses:

*Eu que fundei Lisboa e ando a perdê-la em cada
viagem. (Pátria-Penélope bordando à espera).
Eu que já fui Ulisses. (Aí do Lusíada:
roubam-lhe Lisboa e a primavera).*

Com efeito, este segundo livro de Manuel Alegre, absorvendo a distância e a errância, revoltamente consagra uma voz de aedo que canta o *nostos*, regresso confiante, e esclarece sobre o poder beligerante dos poemas e elucida sobre o exorcismo do medo:

*Cantai esta canção que me ditou
a pena de Garrett e de Camões
que é preciso cantar, cantar, cantar.
E, de canções armados, desarmou
quem nunca teve espadas nem canções.*

Por outro lado, os mitos sebásticos envolvem o purgatório e a desgraça.

*Quantos desastres dentro dum desastre!
Alcácer Quibir foi sempre
o meu passado dentro do presente,
Ó meu país que nunca te encontrei.*

Contra a assunção do fatalismo ergue-se um canto anunciando a liberdade como essência da portugalidade:

*Não falo (com V grande) da Verdade
nem venho anunciar qualquer religião:
falo de liberdade
ao alcance da mão.*

Mas Ulisses é a instância primordial na urdidura poética, que vai prolongar-se por esse extraordinário texto de lirismo e de funcionalidade teatral que é *Um barco para Ítaca*. Aqui, a tensão entre o poder e a opressão, o antagonismo entre o amor e o ódio, a oposição entre a inexorabilidade do trágico e a apropriação do risco por um destino próprio – condensam a postura de um poeta que, à semelhança dos pedagogos (no sentido etimológico do vocábulo) esclarece sobre as aspirações do povo:

*Grande é a glória, ó meus amigos,
grande é a glória de quem ousa
as coisas nunca ousadas.
(...)*

*Grande é a glória de quem ousa
desobedecer.*

Há que referir, ainda, que, na instituição dos símbolos, se intromete, insinuantemente, a profecia. De facto, a racionalidade, a urgência combativa, a utilização dos poemas como armas, não obsta a que, inextricáveis e embutidos, surjam prenúncios que hão de confirmar-se como anúncios:

*Já disse: planto espadas
e transformo destinos.
E para isso
basta-me tocar os sinos
que cada homem tem no coração.*

Ao desenhar os contornos do *País de abril*, ao proclamar a flor vermelha como emblema da libertação, ao determinar a madrugada como tempo da revolta, Manuel Alegre estabelece o conluio entre a materialidade do texto e a intuição poética, neste caso – profética:

*País de abril tem estranhas sentinelas.
Todavia seus ventos ensinam aos homens
que não se pode proibir os homens de viver*

4.

Com a pátria restituída (ou restituído à Pátria) debate-se agora o Poeta com uma outra dimensão de finitude. Absorvendo a epidérmica rondura do planeta, descobre, portuguesmente, a impossibilidade de confinar-se aos limites de um retângulo que empareda. Donde, *a metade de marinheiro* assoma e apropria-se do poder de, com novidade, dizer o deslumbramento do mundo. *A Nova do Achamento* é a recriação da carta de Pero Vaz de Caminha, mas é sobretudo o reencontro com os traços sinuosos de uma cartografia que é desenhada em quadras e sextilhas de fluência popular e em epopeicos decassílabos.

Esta orientação de navegante alastra por *Atlântico*, onde avulta a noção de um tempo português.

Na primeira parte desta obra define-se um tempo cronológico, preciosamente datado e localizado, por exemplo:
*em abril de setenta e um, oito da tarde,
no Hospital de Cochim.*

Todavia, esta delimitação é apenas uma referência falaciosa, dado que há, outrossim, um tempo português, decimalizado, sim, mas em sílabas de verso. Com efeito, o tempo canónico é eclesial e cenobita.

Condensando o tempo, fundindo o *Chronos* numa dimensão de pancronia e de universalidade, reúnem-se Damião de Góis e Nuno de Bragança, o Infante D. Henrique e Carlos Paredes, Viriato e Miguel Torga, Fernão Mendes Pinto e um Tio-trisavô decapitado durante as lutas liberais, D. Pedro de Alfarrobeira e Oliveira Martins, Ulisses e D. Sebastião.

O Português, deste modo, é do mundo inteiro: peregrino contumaz, não pode, por conseguinte, caber na *geografia da tristeza* da Europa, toda ela *solidão*, grandes *chuvas*, grandes *ventos*, grandes *putas*.

Uma outra *peregrinação*, então, é narrada, com laivos de fatalidade, onde se pressente a ação de um Destino: a epopeia... e a tragédia do *Português Errante*, juntas em onze sonetos que intercalam os dez – camonianamente dez – cantos de *Atlântico*.

Por isso, num país de poetas de mar, no futuro (hipótese da certeza) o que haverá é mar.

E, em *Aicha Conticha*, eivado de referências sebásticas, o tempo privilegiado é o futuro – futuro de crença no mar.

Ainda há mar

*Ainda há naus para a abstração,
Matemática dos astros e dos ventos,
Navegação do mito e seu teorema.*

Ainda há mar.

Ao menos no poema.

Porque no mar se espera o inesperado. Pelo menos, na geografia do poeta, porque o mar é consubstancial a um modo de entender, português, o mundo onde as ilhas definem, como assinala Eduardo Lourenço, um território e realidade singular no espaço de raiz e invenção portuguesas, a que os séculos, a distância e os homens imprimiram uma realidade particular.

5.

Por isso, na nota de encerramento ao **Livro dos Açores**, Manuel Alegre esclarece:

Os poemas deste livro têm um denominador comum: Açores. E quem diz Açores diz mar. Tanto mar.

Alguns poemas são repescados de um outro cujo título é *Pico*, celebrando a ilha da imponente montanha, se bem que o autor considere que, pela ordenação, se trate de um livro novo e inédito sob certos aspetos. Ora, como já referi, em *Atlântico*, a viagem ousada e aventureira consagra a lapidar enunciação de Vergílio Ferreira *Da minha língua ouve-se o mar* e recorro, de novo, a Eduardo Lourenço: a poesia de Alegre *é uma longa viagem entre os recifes, as ilhas encantadas, os arquipélagos da fábula poética que nós chamamos Homero, Camões, Dante, Pessoa, Ezra Pound ou do mais familiar convívio da sua alma errante, Torga e Sophia.*

É, pois, no mar atlântico, bem no meio do oceano que liga o velho ao novo mundo, que emergem as ilhas de tanto mar, reformulando aquilo a que Raul Brandão, em traços impressionistas, chamou *As Ilhas Desconhecidas*, e onde Vitorino Nemésio empreendeu um *curso* literário. Ora, é a síntese de todos os legados – mitos, fábulas, sentimentos, sonhos, imagens – que Manuel Alegre capta com um apurado labor oficial e com um sentido rítmico que aproxima estes poemas da primeva musicalidade lírica.

Começa o *Livro dos Açores* por uma incursão histórica, traçada *ab initio*, com Gonçalo Velho Cabral, o mais fácil e suposto descobridor das ilhas, a que se seguem Quatro Sonetos de Miguel Corte-Real, o imaginado descobridor do continente americano - nem um nem outro certificados pela História. Contudo, a fábula é mais capciosa do que a realidade e Alegre prefere essa realidade poética mais aliciante do que as provas da verdade-verdadeira:

*...eu que sou Gonçalo Velho
Vivendo a glória extrema de chegar
Às tuas ilhas que direi de amores.*

Propositivamente, eu vou, já-já, chegar a elas, como se fora um enamoramento por uma mulher – *a mulher* (ilha) *que não há começa em ti.*

E Miguel Corte-Real trata a ilha (ainda desconhecida) tal como o trovador Macias, O namorado, ainda como uma amada inatingível:

*(...)
Eu não sabia o que era o mar.
Sei agora este amor: teu corpo azul
Sobre o lençol dos dias. Partirei
Para o teu continente ó minha Atlântida.
(...)
Sei agora este amor de novo mundo.*

Prossegue com o mito do Cavaleiro do Corvo - certificado por Damião de Góis, que, apesar de esclarecido humanista, mantinha a sua faceta de poeta - aquele que tinha um dedo apontando à descoberta da terras novas:

*Só um dedo que já era antes de o ser
Só um dedo apontando a ocidente.*

O poema seguinte considero o texto charneira de toda esta elaboração poética. Vale pela simplicidade e contenção, mas a sua leitura é poliédrica e cativante. Poderia, com vantagem, substituir a arrevesada letra do Hino dos Açores, porque resume e sintetiza o deslumbramento do caos que gera a beleza. Sem mais comentários:

*Atlântico até onde chega o olhar.
E o resto é lava
E flores.*

*Não há palavra com tanto mar
Como a palavra
Açores.*

A II parte do *Livro dos Açores* é dedicada ao Pico, a ilha mágica. Percorre as nervuras do texto a compleição xamânica, profética, druídica do Poeta. Assinale-se a presença *del duende* de Lorca: para buscar *el duende não há mapa nem exercício*, a fim de que se seja consumado o cativante entendimento do público com os versos recitados pelo povo. É, assim, que surgem a *linguagem do peixe*, o *recado do golfinho*, a *fala da baleia*, o *grito da gaivota*, o *ritmo inicial e iniciático do poema*, a *batida do mar*, o *basalto*, a *música da lava*, o *vulcão*, o *incenso*, a *criptoméria*, a *batida do vento*, a *batida da terra*, a *exclamação*, o *cântico*, o *vento*, a *espuma*, a *cagarra*, um *deus desconhecido*, o *dragoeiro*, o *cedro*, a *azálea*, o *fogo subterrâneo*, a *teoria das brumas*, o *teorema da ilha por achar*, *sinais*, *mistérios*, *rumores*, *ritmos*, *ritos*, o *triângulo mágico*,... e *as sílabas*. e *uma palavra sem fim*, e *as metáforas*, e *a magia*, e *o dizer e o não dizer*, e *o escrito e não escrito*, e *um não sei quê* e *o verso por escrever*

*Sílaba a sílaba até ao poema que está escrito
Lá em cima no Pico sobre a ilha.
(...)
E
(...) um verso a pulsar que de repente
Se descobre no Pico e é o deus da ilha.
(...)
E uma ilha a nascer dentro de mim,*

Porque

(...) Haverá sempre um mais além

Mas hoje é aqui.

Por isso, e em consequência do formulado, Manuel Alegre pode contradizer Raul Brandão, que decantou As Ilhas Desconhecidas, escrevendo o Primeiro Poema de São Caetano:

*(...)
O melhor de uma ilha
É a ilha ausente
Aquela que talvez
Sequer exista.
E é a que vês*

Este é o *Primeiro Poema de São Caetano*, povoação virada a Sul da ilha do Pico. E, no *Segundo Poema de São Caetano*, clarifica:

*Este é o sítio onde se pode ler
O livro inicial para sempre perdido.
Em São Caetano o mar é o próprio ser
E seu mistério o único sentido.*

Na última parte do livro dos Açores, Manuel Alegre reconhece que é o
atlântico minha pátria

E que Antero de Quental é o motivo, a causa, o efeito, a razão, a consequência do homem das ilhas, ou melhor, dos homens que tentam conhecer as ilhas, ou melhor, dos homens que, sendo ilhas, tentam achar respostas – para um tudo – na poesia:

*como dizer agora de outro modo
o que desde o princípio já foi dito?
o finito o infinito a parte o todo
amor eternidade morte. E o grito
de quem pela primeira vez olhou
dentro de si o abismo do universo
e aos quatro ventos repetiu: quem sou?
sem nunca achar resposta em nenhum verso.*

Manuel Alegre é – afirmo-o categoricamente – um poeta dos açores, um açoriano que não cabe na geografia da tristeza e que escreveu no mar estes poemas por onde perpassa uma aura de magia que capta o maravilhoso do achamento do coração latejante das ilhas atlânticas.

COIMBRA, fevereiro/março de 2010

129) ZAIDA FERREIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Zaida Pinto Ferreira, natural de Seia, é Licenciada pela Universidade de Letras de Lisboa em Estudos Anglo-Americanos e é Mestre em Estudos Americanos pela Universidade Nova de Lisboa.

É Professora Adjunta no Instituto Politécnico da Guarda onde leciona Língua Inglesa aos cursos de Turismo e Lazer, Restauração e Catering e Gestão Hoteleira. Tem participado em diferentes congressos com apresentação de algumas comunicações e publicou artigos em revistas de cariz científico e em Atas de congressos.

LESLIE SILKO – A CONTRIBUIÇÃO DE UMA VOZ ÉTNICA PARA A RECUPERAÇÃO DO EQUILÍBRIO DO PLANETA

Em toda a sua obra, com mais ênfase em *Almanac of the Dead*, Leslie Silko tem procurado chamar a atenção dos leitores para as convulsões com que o mundo contemporâneo se está a confrontar – problemas ecológicos, fome e doenças. De facto, Silko pretende consciencializar a humanidade para a necessidade que há em viver em harmonia com a natureza e para a premência de se estabelecer um padrão de vida conducente à sobrevivência física e espiritual da raça humana, pronta a destruir o Planeta e todos os seres que nele habitam, incluindo eles próprios, com a exploração desenfreada dos recursos naturais.

Na esteira do 13º Congresso da Lusofonia realizado no Brasil, pretendemos, através desta autora, estabelecer um paralelismo entre o percurso dos índios da América do Norte e os índios do Brasil.

Assim, a presente intervenção tem como objetivo recordar os conhecimentos desta civilização ancestral – a dos Índios, com uma mundividência tão complexa e com uma relação tão harmoniosa e enraizada com a natureza.

Cabe a este povo, remetido ao silêncio e solidão, perseguido e marginalizado na sua própria pátria, que cedeu milhões de hectares de terra e assinou tratados nunca respeitados pelos Brancos, a missão de ensinar a humanidade a recuperar a harmonia e o equilíbrio do planeta.

Diante de tantas convulsões com que o mundo contemporâneo se confronta – problemas ecológicos, guerras, fome e doenças – constata-se que é uma necessidade premente não ignorar, mas sim recordar os conhecimentos de uma civilização ancestral, como a dos índios, com um ideário vital para a manutenção do frágil equilíbrio do ecossistema. De igual modo, os cientistas estão a tentar pôr em prática e a chamar a atenção para o *modus vivendi* deste povo, que mantém uma relação mística com a Terra-Mãe, numa tentativa desesperada de salvar o Planeta da derrocada final, provocada pela corrida desenfreada da Civilização moderna, que não olha a meios para atingir os seus fins. Assim, através da análise do romance *Almanac of the Dead* de Leslie Silko e de alguns testemunhos de autores brasileiros, pretende-se chamar a atenção para a necessidade de se estabelecer um padrão de vida conducente à sobrevivência física e espiritual da humanidade. E, ironicamente, cabe a este povo, remetido ao silêncio e solidão, perseguido e marginalizado na sua própria pátria, que cedeu milhões de hectares de terra e assinou tratados nunca respeitados pelos Europeus, a missão de ensinar a humanidade a recuperar a harmonia e o equilíbrio do planeta.

Recorde-se que em 1500, quando os Portugueses chegaram ao Brasil, havia cerca de seis milhões de Índios e, passados 500 anos, devido à chacina, escravatura, doenças trazidas pelos colonizadores e catequização, estão reduzidos a cerca de trezentos mil, ocupando uma parcela mínima do território que um dia lhes pertenceu. Daí que o poeta brasileiro, Gonçalves Dias, na sua obra, refere-se ao Índio como “a extinta raça”, conforme se pode ler no poema “Os Timbiras”, e em “Resposta à Religião” denigre o Português acusando-o de colonizador, explorador e o catequista exterminador de Índios:

Extinguiram-se os Índios; este facto é atribuído pelo desembargador Seabra à cobiça dos jesuítas, os jesuítas à cobiça dos seus compatriotas; se não queremos indagar quais deles foram os mais cobiçosos, ao menos claramente resulta do dizer de ambos que foi a cobiça, a ganância – causa do extermínio dos indígenas. (1959: 183)

Em “Meditação”, Dias denuncia a escravatura dos Índios, (fazendo referência também aos negros), e, ao mesmo tempo, afirma que a riqueza brasileira provém dos escravos, uma vez que nada naquele continente se conseguiu sem o seu sangue:

Eram homens sordidamente cobiçosos, que procuravam um pouco de ouro, pregando a religião de Cristo com armas ensanguentadas. [...]

Eram homens que pregavam a igualdade tratando os indígenas como escravos – envilecendo-os com a escravidão, e açoitando-os com varas de ferro. [...] (1959: 760)

No entanto, apesar de todos os revezes sofridos, os índios brasileiros subsistiram e estão determinados a serem reconhecidos e, no seu íntimo, acreditam que o seu mundo renascerá pois toda a envolvimento está impregnada do seu espírito:

Misturaram nossos genes, mas não mataram nosso espírito tribal e cósmico de ligação com a terra e com o Grande Tupã materializados nos códigos morais de irmandade, harmonia, equilíbrio, solidariedade e justiça! O Espírito Índio Vive! Nossa Cultura e Tradição ancestral ÍNDIO estão vivas e resistem nas selvas, povoados, rios, tribos, montanhas, vales, cerrados e igarapés!⁸⁹⁴

De igual modo, Leslie Silko, em toda a sua obra, chama a atenção para todas as injustiças sofridas pelo povo índio referindo, com pesar e revolta, o genocídio cometido pelos Europeus, sedentos de terras e ouro. Chega mesmo a sugerir que os colonizadores sofriam de uma espécie de doença apenas aplacada pela ganância de Ter, levando-os a exterminar todos os que obstassem o seu caminho: “*They had been killing Indians right and left. It was war! It was white men coming to find more silver, to steal more Indian land. It was white men coming with their pieces of paper!*” (*Almanac* 116) (Tinham estado a matar os Índios por todo o lado. Era a guerra. Eram os Brancos a chegarem com o intuito de encontrarem prata, de roubarem mais terra índia. Eram os Brancos a chegarem com

894 [http://escritoresindigenas.blogspot.com/\(consultado](http://escritoresindigenas.blogspot.com/(consultado) em 12/02/2010)

os pedaços de papel). De facto, não é de admirar a atitude de revolta de Leslie Silko, nascida em Albuquerque, Novo México em 1948, para com os colonizadores europeus, uma vez que a escritora é de ascendência pluriétnica, filha de uma Índia mestiça da tribo das planícies. Nas suas velas corre sangue índio, mexicano e branco (Seyersted, 1986,13) o que lhe poderia ter causado uma identidade ambígua, sem padrões culturais definidos. No entanto, através das suas obras, constatamos que Leslie Silko está profundamente imbuída das tradições da comunidade índia. Na verdade, verifica-se um paralelismo entre a sua vida, que foi moldada por uma grande diversidade cultural, e a sua própria comunidade que, ao longo dos séculos, sofreu influências de diversas tribos. Provavelmente, será esta uma das razões porque Leslie, nas suas obras, salienta que a diversidade revigora as tradições tribais. É de ressaltar que as sociedades índias sempre foram “inclusive societies” (sociedades inclusivas), uma vez que integram os melhores elementos de outras culturas de modo a haver uma revitalização da sua própria cultura.

Em 1977, Leslie Silko publicou o seu primeiro romance, *Ceremony*, e o *New York Times Book Review* deu um grande destaque à obra e comentou que “without question is the most accomplished Indian writer of her generation ... a splendid achievement” (Mac Shane, 1977:15) (sem dúvida é a escritora índia mais talentosa da sua geração ...uma verdadeira descoberta). Atendendo ao sucesso que a escritora havia obtido com esta obra e, mais tarde, com *Storyteller*, para além de outros trabalhos de âmbito literário, criaram-se enormes expectativas à volta de um novo romance, *Almanac of the Dead*.

As principais opiniões e críticas ao romance inserem-se em duas linhas de raciocínio opostas: um setor encara-o como uma visão objetiva e realista embora alarmante dos problemas sociais, económicos e humanos, característicos do final do século XX. O outro setor, afeto à sociedade maioritária, considera a obra chocante, perversa, indigna, adulterando intencionalmente os factos tanto passados como presentes.

Numa altura em que a nação se preparava para festejar o quinto centenário da chegada de Colombo à América, *Almanac of the Dead* eclodiu como uma feroz e sonora tempestade. Percorre-o uma crítica acérrima à atuação “perversa” dos colonizadores europeus e às consequências funestas que daí advieram, tanto para os povos indígenas como para a estabilidade do ecossistema. Através de relatos sórdidos e apocalípticos, a escritora descreve-nos uma sociedade corrupta, materialista e dessacralizada que contrasta, de uma forma gritante, com os valores espirituais que permeiam as culturas nativas.

De igual modo, no Fórum Social Mundial Amazônia, realizado em Belém, Pará, é dado realce à abnegação dos povos aborígenes preocupados em proteger a “Mãe-Terra” da ação iníqua da sociedade consumista, em detrimento da sua própria vida:

*Se a sociedade urbana industrializada consumista e alienada é capaz de destruir o Planeta Terra em detrimento da ambição inesgotável, o que será capaz de fazer contra os “Guardiões Naturais da Mãe, Terra” que sempre foram e continuam sendo os Povos Indígenas? E mais irónico ainda, enquanto são expulsos de seus locais de origem – para apropriação indevida de terras – continuam a proteger a “Mãe Terra” num apelo de respeito e de amor universal, na mais completa gratuidade.*⁸⁹⁵

À semelhança destes “Guardiões Naturais da Mãe-Terra”, Silko revela ser a fiel representante da mulher índia: determinada, forte e lutadora jamais infiel à causa do povo índio. Para a romancista, a forma mais poderosa e eficaz de subversão é a escrita, uma vez que, sendo os Índios uma minoria, facilmente seriam vencidos num confronto direto. Assim, não é de estranhar que o seu romance, *Almanac of the Dead*, queira chamar a atenção do público e, ao mesmo tempo, chocá-lo através de narrativas apocalípticas e relatos sórdidos. Este romance simboliza a luta épica de um povo que durante cinco séculos se viu privado da fonte da sua sobrevivência, da sua sabedoria, do seu poder e da sua identidade – a terra ancestral. Através de uma teia narrativa arditamente construída, Silko demonstra quão premente se torna a devolução da terra aos nativos que se ocuparão em conceber estratégias tendentes a deter a destruição do ecossistema:

All over the world Europeans had laughed at indigenous people for worshipping the rain clouds, the mountains and the trees. But Calabazas had lived long enough to see the white people stop laughing as all the trees were cut and

895 http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos (consultado em 12/2/2010)

the animals killed, and all the water dirtied or used up. White people were scared because they didn't know where to go or what to use up or pollute next. (1991:628)

(Por todo o mundo os Europeus riram-se dos Índigenas por adorarem as nuvens de chuva, as montanhas e as árvores. Mas Calabazas tinha vivido o suficiente para ver os brancos a pararem de rir à medida que todas as árvores forem cortadas e os animais mortos, e as águas sujas ou esgotadas. Os Brancas estavam com medo porque não sabiam para onde ir ou o que esgotar ou poluir de seguida).

Esta preocupação de Silko é corroborada por Lysette Lyra, escritora brasileira, que no artigo “*A conscientização da preservação do meio ambiente*” chama a atenção do leitor brasileiro para o facto de que a preservação do meio ambiente é uma questão crucial para toda a humanidade, devido à crise ambiental que o Planeta atravessa: *Enchentes por toda a parte, secas por outras, terremotos, erupções vulcânicas, ciclones, tornados por onde nunca existiu, estão destruindo, matando sem piedade os terráqueos. Vários animais se encontram em extinção, campos antes férteis e produtivos estão secando, rios e lagos antes de águas límpidas tornaram-se poluídos, tudo através da ganância e irresponsabilidade do homem. Nessa disputa acirrada pelo conforto, pelo poder da riqueza, ele agride a natureza de todas as formas, numa total ignorância dos efeitos desastrosos que resultam dos seus gestos insensatos.*⁸⁹⁶

Atualmente, constata-se que o nativo com uma visão holística do Universo e uma profunda reverência e ligação mística com a natureza está destinado a desempenhar um papel vital de importância na luta pela preservação do Planeta. Realmente é uma ironia do destino: os povos que quase sucumbiram ao ataque da civilização e do progresso transmudam-se em instrutores e guias da humanidade, como já foi referido anteriormente. Daí que o Índio tem uma necessidade pungente de recuperar as suas terras, já que ele se considera o fiel representante do mundo natural, como se denota do discurso de El Feo: “*El Feo did not believe in political parties, ideology or rules. El Feo believed in land*” (Silko, 1991:513) (El Feo não acreditava em partidos políticos, ideologias ou regras. El Feo acreditava na terra).

Esta "obsessão" do Índio pela terra é incompreensível para a mentalidade do homem ocidental para quem o planeta é perspectivado como um organismo destituído de vida e, por isso, passível de ser manuseado a seu belo prazer, independentemente das repercussões que esta conduta possa desencadear: “*The elders used to argue that this was one of the most dangerous qualities of the Europeans: Europeans suffered a sort of blindness to the world. To them a 'rock' was just a 'rock' wherever they found it, despite obvious differences in shape, density, color or the position of the rock relative to all things around it*” (Silko, 1991:224) (Os anciãos costumavam argumentar que esta era uma das qualidades mais perigosas dos Europeus: os Europeus sofriam de uma espécie de cegueira em relação ao mundo. Para eles, uma 'rocha'; era apenas uma rocha onde quer que se encontrasse, apesar das óbvias diferenças de forma, densidade, cor ou a posição da rocha em relação a todas as coisas ao seu redor). Para o Índio, a terra é fonte de Vida, e nem sequer lhe ocorre a possibilidade de romper os laços que o ligam a esta. A terra, que acolheu a semente da sua existência, é também o local onde vagueiam os espíritos dos seus antepassados. O Índio é refratário à privatização das suas terras cujo corolário poderá consistir na sua transação como um mero bem comercial. O simples ato de perfurar para extrair minério constitui, segundo os anciãos de Laguna Pueblo, um sacrilégio que a "Mother Earth" não perdoará:

The old timers had been dead set against ripping open Mother Earth so near to the holy place of the emergence. But those old ones had been dying off and already were in minority. So the Tribal Council had gone along with the mine because the government gave them no choice, and the mine gave them jobs. They became the first of the Pueblos to realize wealth from something terrible done to the earth. [...] the old time people who had warned all the people would pay terribly, for this desecration, this crime against all living things. (1991:34-35).

(Os anciãos estavam contra a abrirem a Mãe Terra, tão perto do lugar santo da aparição. Mas os antigos foram morrendo e encontravam-se já em minoria. Assim, o Conselho Tribal aprovou a mina, porque o governo não lhes deu nenhuma outra escolha, e a mina garantia-lhes emprego. Eles tornaram-se os primeiros dos Pueblos a obter riqueza a partir de algo terrível feito à terra. [...] os anciãos avisaram todo o povo que iria pagar caro por esta

⁸⁹⁶<http://www.sustentabilidade.blog.br> (consultado em 12/02/2010)

profanação, este crime contra todas as coisas vivas).

Esta singularidade faz parte da mundivisão do Índio, já que ele se encara a si próprio como uma parte vital e participante da natureza. Não é só uma relação simbólica e afetiva, mas uma realidade bem definida: "*All is one*" (*Tudo é uno*). De tal forma, o personagem El Feo encarna este papel que, segundo Angelita, as pessoas da comunidade tribal comentavam: "*El Feo was married – married to the earth. They claimed El Feo had sexual intercourse four times a day with holes dug in damp river clay*" (Silko, 1991:468). (*El Feo era casado - casado com a terra. Diziam que El Feo tinha relações sexuais quatro vezes por dia com buracos cavados na argila húmida do rio*).

Esta imagem impregnada de um naturalismo realista significa que a natureza é percebida como um ser vivo possuidor de espírito, tal como o ser humano. Para os nativos, os homens estão inextricavelmente ligados à natureza e, deste modo, tornaram-se inseparáveis da estrutura sagrada da realidade envolvente. Nesta versão holística e sagrada, está implícita a consanguinidade do homem com a biosfera: "*No one being stood above another - all stood side by side - rock, insect, human being, river or flower. Each depended upon the other: the destruction of one harmed all others*" (Silko, 1991:519-520). (*Nenhum ser ficava acima do outro – todos estavam lado a lado – rocha, inseto, ser humano, rio ou flor. Cada um dependia do outro: a destruição de um prejudicava todos os outros*).

Esta mundivisão foi compartilhada também pelas culturas ocidentais, mas com o advento da Idade da Razão e com a respetiva revolução científica, o homem abandonou a percepção holística da natureza; o mundo natural passou a ser estranho e selvagem, um objeto inanimado, pronto a ser subjugado e dominado. Anteriormente à revolução científica, acreditava-se que o Planeta era um organismo vivo. A Terra era um ser com pele, alma e órgãos: a pele era o solo; a alma estava contida nas rochas e nos ossos dos mortos; a corrente sanguínea correspondia aos rios e os pulmões ao vento. Tais correspondências não eram tomadas como metáforas, mas simbolizavam que a terra estava viva e os seres humanos viviam sobre ela da mesma forma que milhares de microrganismos vivem sobre a pele humana. Para estes povos medievais, a Terra representava também um ser feminino, a verdadeira fonte da vida: a "Mother Earth" (Terra-Mãe). Por volta de 1885, um Índio de nome Smohalla, ao referir-se à terra fá-lo de um modo que evoca a mundivisão medieval: "*Shall I take a knife and tear my mother's bosom... Shall I dig under her skin for bones... how dare I cut off my mother's hair?*" (Gill, 1987:1) (*Devo pegar numa faca e rasgar o seio de minha mãe... Devo escavar sua pele para encontrar os ossos... Como me atrevo a cortar o cabelo da minha mãe?*). E, recentemente, o presidente tribal Navajo, Peterson Zah, reiterou o mesmo pensamento: "*The earth is our Mother. When we talk about development of our land which involves mining, we ask ourselves? [...] Can we do this to our Mother?*" (Gill, 1987:1) (*A terra é nossa Mãe. Quando falamos de desenvolvimento da terra que envolva mineração, perguntamos a nós próprios? [...] Podemos fazer isto à nossa Mãe?*). Estas duas perspetivas coincidentes, apesar de distanciadas um século no tempo, permitem-nos constatar que a revolução científica imposta aos nativos pela cultura tecnológica ocidental não conseguiu destruir a visão sagrada que estes indígenas têm da terra. Esta visão, o apreço e enlevo pela "Mother Earth" (Terra Mãe) provém da própria mitologia índia que sustenta que os índios foram criados da terra pelo "Great Spirit" (Grande Espírito) como a semelhança da cor o indica, cabendo-lhe a responsabilidade de a proteger e de a cuidar. Todo este apego e amor à terra geradora e fonte da vida da qual os Índios se recusam a desligar está bem patente na ação altruísta de seis "Eco-warriors", que dão a sua vida para destruírem a barragem de "Glen Canyon" e libertarem o rio Colorado: "*We are not afraid to die to save the earth*" (Silko, 1991:728) (*Não temos medo de morrer para salvar a terra*). Este sentido de abnegação deteta-se em diferentes partes de *Almanac of the Dead* quando o narrador nos revela os mais profundos sentimentos de respeito, amor e dedicação de algumas personagens para com a "Mother Earth" (Terra Mãe). Infere-se, daí, que a cultura, a tradição, a herança e a própria existência do Índio dependem da terra ancestral tal como uma criança depende da mãe. O nativo aceitou a Terra como mãe, a mãe que os alimenta dando-lhes o toque da vida, o toque do amor e a segurança que anima o seu percurso existencial; em resposta a este apego filial a Mãe-Terra conferiu-lhe identidade, responsabilidade e até mesmo um sentido de vida e de superioridade sobre adversários poderosos. A corroborar este último aspeto, atente-se no episódio em que, visivelmente atormentados pelo desespero, ricos e influentes representantes da raça branca e importantes dignitários da Igreja, assediam Leah, uma médium com poderes sobrenaturais, em segredo: "*They had all come to her with a deep sense that something had been lost. They all*

had given the loss different names: the stock market crash, loss lottery tickets (...); but Lecha knew the loss was their connection with the earth" (Silko, 1991:718) (Todos vinham ao seu encontro com um profundo sentimento de que tinham perdido algo. Todos deram à perda nomes diferentes: a falência do mercado de ações, perda de bilhetes de lotaria (...), mas Lecha sabia que tinham perdido a sua ligação à terra). Em contraste, o homem ocidental desenvolveu um complexo de deus, a convicção de ser melhor, superior ao resto da humanidade de cujos bens se considera proprietário legítimo. Uma das personagens de *Almanac of the Dead* Leah, negociante de imóveis, simboliza bem esta mentalidade etnocêntrica. Completamente divorciada da natureza, Leah só pensa nesta como algo a ser conquistado, governado, moldado e explorado, uma fonte de recursos ilimitada: "*The Arizona sky was so spectacular; the Arizona sky would make her a billionaire " (Silko, 1991:752) (O céu de Arizona era tão espetacular; o céu do Arizona torná-la-ia bilionária).* De igual modo, o juiz Arne, cúmplice de Leah, é também o símbolo de uma sociedade egocêntrica e materialista que se revela indiferente ao futuro das gerações vindouras. De facto, cada vez mais se torna evidente que a geração atual irá comprometer o futuro dos seus filhos e netos que irão receber um "deserto" em vez do "jardim" que os antepassados lhes legaram: "*He had seen the evidence, the exhibits by hydrologists in the water rights lawsuit. Arne didn't care; he would probably not live to see it: Tucson and Phoenix abandoned by the hundreds of thousands after all the groundwater had been consumed " (Silko, 1991:651) (Ele tinha visto as provas, o testemunho de hidrólogos na ação judicial pelos direitos da água. Arne não se importava, ele, provavelmente não viveria para ver isso: Tucson e Phoenix abandonados por centenas de milhares de pessoas após toda a água subterrânea ter sido consumida).* Perante esta atitude do juiz, reflexo da nossa cultura, consideramos pertinentes as palavras de Herman Daly: "Há algo de profundamente errado em tratar a Terra como se fosse um negócio em liquidação" (Al Gore, 1993:204). Antes que seja excessivamente tarde e a Terra entre definitivamente em liquidação, torna-se imperativo encontrarmos soluções globais através da reflexão conjunta, como o narrador de *Almanac of the Dead* sugere:

"The international convention had been called by natural and indigenous healers to discuss the earth's crisis. As the prophecies had warned, the earth's weather was in chaos; the rain clouds had disappeared while terrible winds and freezing had followed burning, dry summers"(Silko, 1991:718) (A convenção internacional tinha sido chamado por curandeiros indígenas para discutir a crise da Terra. Como as profecias tinham avisado, o clima da terra estava um caos, as nuvens de chuva tinham desaparecido, enquanto ventos pavorosos e gélidos deram lugar a verões escaldantes e secos).

Tanto a convenção internacional, a que se faz referência nesta passagem, como a 1ª Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, e outras (por exemplo a 1ª Conferência das Partes em Berlim, em 1995, a 2ª Cimeira da Terra, em Nova Iorque, em 1997, e em dezembro de 1997 a 3ª Conferência das partes, de que resulta o protocolo de Kyoto, entre outras), reuniram líderes de quase todas as nações da Terra e tiveram como propósito a consciencialização da Humanidade para as atrocidades que estão a ser infligidas ao Planeta e da subsequente degradação do ecossistema. Em todas as convenções, os participantes foram unânimes em afirmar que o destino da Humanidade só estaria salvaguardado quando um grande número de pessoas se apercebesse da iminente catástrofe ecológica e da urgência em unir esforços. Também o narrador de *Almanac of the Dead* salienta esta ideia, afirmando:

Nothing could be black only or brown only or white only anymore. The ancient prophecies had foretold a time when the destruction by man had left the earth desolate, and the human race was itself endangered. This was the last chance the people had against the Destroyers, and they would never prevail if they did not work together as a common force. (Silko, 1991:747)

(Nada mais nada poderia ser apenas preto ou castanho ou branco. As antigas profecias tinham anunciado uma altura em que a destruição pelo homem havia deixado a terra desolada, e a própria raça humana estava ameaçada. Esta era a última oportunidade que as pessoas tinham de combater os Destruidores, se não trabalhassem como uma força única).

Atualmente, um grande número de homens e mulheres de tribos nativas – que se consideram os verdadeiros defensores e guardiões da Terra – divulgam a filosofia ancestral do povo Índio por todo o mundo, embora com maior incidência na Alemanha, América e Inglaterra. A sua mensagem é dirigida a um público heterogêneo, inquieto quanto a um futuro que se vislumbra ameaçador; e ansioso por recuperar o seu próprio equilíbrio e harmonia interiores ao restabelecer uma relação dialética com o ecossistema. De igual modo, no Brasil, em 2009, no Fórum Social Mundial, estiveram presentes mais de 1200 indígenas do Brasil e da América Latina,

preocupados em relação ao futuro, uma vez que a sobrevivência da Civilização pode estar ameaçada devido às atrocidades que põem em risco a continuidade do Planeta. Assim, estes nativos [...] *além de serem vistos e reconhecidos, [...] querem que os demais grupos e movimentos sociais presentes se unam a eles nas lutas pelo bem comum. Como lembraram diversas lideranças indígenas na abertura do evento, a defesa das terras indígenas interessa a todo mundo, pois elas são importantes para a preservação ambiental, necessária para a sobrevivência do planeta. Dentro desse contexto, os indígenas brasileiros fizeram diversas ações para articular a defesa de rios brasileiros ameaçados por grandes empreendimentos.*⁸⁹⁷

No universo ficcional de *Almanac of the Dead*, surge também a personagem Angelita movida por este desejo de promover a reconciliação do homem com o mundo natural, que, assumindo a função de oradora na conferência internacional, convida todos os participantes, em nome dos irmãos gémeos Wacah e El Feo:

[...] *to join them. All were welcome. It was only necessary to walk with the people and let go of all the greed and the selfishness in one's heart. One must be able to let go of a great many comforts and all things European; but the reward would be peace and harmony with all living things. All they had to do was return to Mother Earth. No more blasting, digging or burning. (Silko: 1991:710)*

[...] *Para se juntarem a eles. Todos eram bem-vindos. Era só necessário caminharem com as pessoas e abandonar a ganância e o egoísmo. Tem de se ser capaz de abrir mão de muitos confortos, e de um grande número de coisas europeias, mas a recompensa seria paz e harmonia com todos os seres vivos. Tudo o que tinham de fazer era voltar para a Terra Mãe. Não mais deflagração, escavação ou queimadas)*

Estas asserções são reveladoras de que somente uma rejeição dos valores da sociedade moderna e da sua sede insaciável de recursos materiais poderão devolver-nos o delicado equilíbrio ecossistémico. Deste modo, poder-se-á dizer que *Almanac of the Dead* pretende acordar no leitor as reminiscências de um passado longínquo, em que havia uma ligação e total interdependência entre o ser humano e a natureza. Para além disso, o romance é, segundo Melissa Hearn, “ a profound teaching story and a spiritual vision for the planet” (1993:151) (uma história de ensinamento profundo e uma visão espiritual para o planeta).

No fundo, Leslie Silko poderá ser comparada aos movimentos ecologistas contemporâneos mas também a outros autores preocupados com o futuro do Planeta, como é o caso, entre outros, de Al Gore, ex - Vice-Presidente dos Estados Unidos, o físico austríaco, Fritjof Capra que se tornou conhecido através das suas obras *The Tao of Physics* e *The Turning Point*. De facto, quer uns quer outros pretendem alertar a humanidade para a urgência de um equilíbrio espiritual na ausência do qual (e esta é uma convicção partilhada também pelos cientistas) milhões de pessoas não sobreviverão ao holocausto ecológico de que nos abeiramos:

"The old-time people had warned that Mother Earth would punish those who defiled and despoiled her. Fierce, hot winds would drive away rain clouds; irrigation wells would go dry; all the plants and animals would disappear. Only a few humans would survive “ (Silko, 1991:632) (Os anciãos tinham advertido que a Mãe Terra puniria aqueles que a contaminassem e despojassem. Ventos fortes e quentes afastariam as nuvens de chuva, os poços de irrigação secariam, todas as plantas e animais desapareceriam. Apenas alguns humanos sobreviveriam).

Na sequência da ideia anterior, assumem grande significado para o leitor as palavras do Índio Hopi, proferidas no “International Holistic Healers Convention” (Convenção Internacional dos Curadores Holísticos), avisando a audiência da iminência de uma reviravolta telúrica que a Humanidade jamais presenciou:

All the riches ripped from the earth - will be reclaimed by the oceans and the mountains. Earthquakes and volcanic eruptions of enormous magnitude will devastate the accumulated wealth of the Pacific Rim. Entire coastal peninsulas will disappear under the sea; hundreds of thousands will die. The west coast of the Americas will be swept clean from Alaska to Chile in tidal waves and landslides. Drought and wildfire will rage across Europe to Asia. (Silko, 1991:734-735)

(Todas as riquezas arrancadas da terra serão reclamadas pelos oceanos e as montanhas. Terramotos e erupções vulcânicas de enorme magnitude irão devastar a riqueza acumulada do Pacífico. Penínsulas costeiras inteiras vão desaparecer sob o mar, centenas de milhares de pessoas vão morrer. A costa oeste das Américas será varrida do Alasca ao Chile por maremotos e deslizamentos de terra. Seca e incêndios irão assolar toda a Europa até à Ásia)

De facto, esta passagem é realmente pertinente atualmente, uma vez que alguns cientistas estão convictos de

897 ALAI, *América Latina en Movimiento*, <http://alainet.org/active/28716> (consultado em 12/02/2010)

que corremos o risco de ultrapassar uma espécie de fronteira sem retorno para além da qual se terá esgotado a última oportunidade de recuperar o equilíbrio natural da Terra. Durante muito tempo, partiu-se do axioma de que as nossas ações não teriam efeito duradouro no ecossistema, atendendo à imensidão do Planeta e aos seus recursos naturais, que se acreditava serem inesgotáveis.

Felizmente, que, cada vez mais pessoas, cientistas e alguns governantes sentem a urgência de responder a questões pertinentes ligadas ao futuro do planeta: "*Que Planeta irão os nossos filhos herdar? Terão espaço para passearem, ar para respirarem e comida para se alimentarem? Irão ver algum dia uma águia a voar livremente ou desfrutar do silêncio de um lago na montanha?*" (Dorfman, 1992:38).

Perante estas interrogações, constata-se que, paulatinamente, as reminiscências de um passado longínquo, já anteriormente focado, estão a frutificar e, pouco a pouco, o ser humano começa a aceitar o princípio formulado por alguns cientistas de que o Planeta reage como um sistema vivo. Entre estes cientistas encontram-se os biólogos Lynn Margulis e James Lovelock que criaram a hipótese de Gaia: "*Agora vemos que o ar; o oceano e o solo são muito mais do que um simples ambiente para a vida; são parte da própria vida*" (Al Gore, 1993:272).

Este trabalho constituiu o ponto de partida de uma série de conferências, onde se inclui a de James Swan, "Is the Earth Alive" (Mander, 1992:213), que teve lugar em 1986 e onde a questão foi abordada tanto da perspectiva dos povos nativos, como da perspectiva mais científica, do Ocidente.

Do exposto, acreditamos que está na altura da civilização tecnológica e científica desenvolver um antídoto contra os impulsos chauvinistas do Ocidente. Urge que nos libertemos de preconceitos a fim de aceitarmos sabiamente os ensinamentos sagrados das sociedades nativas ancestrais, guardiãs da chave para a sobrevivência futura da humanidade e para a restauração do equilíbrio planetário.

São precisamente estas novas vozes e estes novos discursos que nos poderão ajudar a recuperar o fascínio pelas maravilhas da natureza, despertando em nós a reverência que, outrora, as civilizações primitivas e medievais sentiram pelo carácter sagrado da Terra. Com eles redescobriremos a crença na necessidade de manter a harmonia entre o homem e todos os elementos da biosfera e o sentido de responsabilidade da civilização moderna pela preservação do Planeta.

Termino este artigo fazendo referência à resposta dada por Júlio Roberto, à carta do chefe Seattle enviada, em 1854, ao grande Chefe Branco de Washington, Franklin Pierce:

Talvez na nossa queda, possamos perceber o caminho que nos apontaste.

Estamos na sobrevivência, perdemos a vida.

Mas se te entendermos, talvez possamos reencontrá-la (1981: s.p.)⁸⁹⁸

Se a humanidade, atempadamente, perceber o caminho apontado por este grande chefe e atentar nas suas sábias palavras, "A Terra não pertence ao homem, o homem é que pertence à Terra. Todas as coisas estão ligadas, como o sangue que nos une a todos. O homem não teceu a teia da vida, é um mero fio dessa teia. Aquilo que fizer à teia fá-lo-á a si mesmo", terá pela frente um futuro harmonioso e equilibrado em que poderá desfrutar da beleza de tantos lugares mágicos, que estão à espera de serem visitados e reverenciados, lugares esses que, ao longo dos tempos, têm servido de inspiração aos escritos sublimes e mágicos de tantos escritores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Dias, Gonçalves (1959) – *Poesia Completa e Prosa Escolhida*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar.

Dorfman, Andrea, et al. (1982) – "Summit to Save the Earth" in *Time*. 1 de junho, p. 38.

Gill, Sam D. (1987) – *Mother Earth*. Chicago-London: The University of Chicago Press.

Gore, Al Gore (1993) – *A Terra à Procura de Equilíbrio*. Trad. Isabel Nunes. Lisboa: Editorial Presença.

⁸⁹⁸ O destinatário da mensagem do Chefe Seattle é, de facto, o "Grande Chefe Branco", isto é, o presidente dos Estados Unidos da América em 1854, Franklin Pearce. Esta carta escrita pelo chefe Seattle foi considerada um dos mais belos poemas jamais escritos.

- Hearn, Melissa (1993) – “Almanac of the Dead” in *Prairie Schooner*, vol. 67, Nº 2.
- Lovelock, James (1988) – *As Eras de Gaia*. Trad. de Lucília Rodrigues. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Mac Shane, Frank (1977) – “American Indians, Peruvians Jews” in *New York Book Review*, 12 de junho, p. 15-17.
- Mander, Jeremy (1992) – *In the Absence of the Sacred – The Failure of Technology and the Survival of the Indian Nations*. San Francisco: Sierra Club Books.
- Roberto, Júlio, ed. (1981) – *Poema Ecológico*. Lisboa: Edições Itau.
- Seyersted, Per (1986) – *Leslie Marmon Silko*. Boise: State University Press.
- Silko, Leslie (1978) – *Ceremony*. New York: Signet.
- (1991) – *Almanac of the Dead*. New York: Penguin Books.
-

130) ZÉLIA BORGES, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, SÃO PAULO

MARIA ZÉLIA BORGES Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela Universidade de São Paulo.

Foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil.

PEIXES DE CÁ, PEIXES DE LÁ: NO BRASIL, VARIADO EM CORES, SONS, ODORES E SABORES, MUDAM-SE NOMES, GUARDAM-SE NOMES USADOS NOS AÇORES

Ao buscar diferenças no léxico do Brasil e dos Açores para atualização de dicionário contrastivo, deparamos com a expressão ‘cabeça de abrótea’, correspondente a ‘cabeça de bagre’ no Brasil, o que nos levou a encetar uma pesquisa sobre peixes daqui Brasil e de lá. Começamos pelos peixes de água salgada, que constitui um contingente ponderável, em face da vastidão do litoral brasileiro.

A pesca desempenha importante papel na economia do estado. Santa Catarina é um dos maiores produtores de pescado e crustáceos do país. A atividade, que remonta à origem açoriana da população, desenvolve-se sobretudo em Itajaí, cidade catarinense, conhecida como o maior porto pesqueiro do País.

Por isto foi escolhida para sediar, entre 19 e 22 de maio, a primeira edição da Aquapescabrazil – Feira Internacional da Pesca e Aquicultura.

A primeira Aquapescabrazil reunirá pescadores artesanais, armadores, empresários e industriais da pesca e aquicultura, empresários e investidores, políticos, entidades financeiras, profissionais, acadêmicos e instituições atuantes nos segmentos da pesca e aquicultura e seus subprodutos, bem como das áreas de meio ambiente e sustentabilidade.

Assim, será oportuno fazer, no Colóquio da Lusofonia neste estado realizado, a primeira apresentação da pesquisa que pretende verificar peixes dos Açores e do Brasil, analisar variação de nomes, procurando a motivação dos nomes brasileiros.

Parece oportuno lembrar que pesquisa em andamento pode ainda apresentar falhas e normalmente está incompleta, portanto passível de retificações oportunas. Dentro dos limites característicos de uma apresentação em congresso, tivemos que fazer um corte grande em nossa lista de peixes a estudar, que já conta com aproximadamente cento e setenta peixes. Assim, escolhemos alguns peixes na classificação de um manual que, por sua praticidade e beleza, tem sido nosso vade-mécum neste estudo. Falamos da obra de Szpilman (2000, pp. 32,23) *Peixes marinhos do Brasil*: guia prático de identificação, onde lemos:

Com relação ao sabor e à qualidade de sua carne, que influi diretamente em seus preços no mercado, os peixes podem ser divididos em quatro grupos básicos relacionados a seguir:

1ª Linha: Badejo, Cherne, Linguado, Merluza, Namorado e Robalo.

2ª Linha: Abrótea, Albacora, Atum, Cioba, Dourado, Enchova, Espadarte, Garoupa, Marlim, Mero, Michole, Pargo, Pescada, Sargo-de-dente, Tira-vira e Trilha.

3ª Linha: Batata, Baúna, Bicuda, Brjupirá, Bonito, Cação, Caranha, Cavala, Corvina, Goete, Olhete, Olho-de-boi, Olho-de-cão, Pampo, Pescadinha, Pira, Piraúna, Raia, Pargo-de-beiço, Sernambiguara, Serra, Sororoca, Tainha, Vermelho, Viola, Xaréu, Xerelete e Xizarro (Chicharro nos outros autores).

4ª Linha: Bagre, Baiacu, Carapicu, Cavalinha, Coco-roca, Congro, Galo, Espada, Manjuba, Moreia, Parati, Peixe-porco, Piranjica, Sardinha e Uburana.

Não poderiam ficar de fora Abrótea e Bagre, da segunda e quarta linhas, respectivamente. Como pensamos, de início, em apresentar dois de cada linha, tomamos: badejo e cherne (1ª), abrótea e atum (2ª), cação e xizarro (3ª), bagre e congro (4ª). Mas fomos forçados a desistir do cação, porque, incluindo-o, ficaria muito longa a parte do estudo a apresentar.

Convém ainda observar que, por estarmos em fase ainda bastante incipiente, quando nos valem da obra acima citada (a partir daqui indicada apenas como Guia Prático) e também do *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*, (a partir daqui indicado apenas como Houaiss), limitamo-nos a meras transcrições, sem aspas e indicações de páginas. Na primeira obra, índices em ordem alfabética podem ajudar bastante a localizar nomes e a segunda, sendo dicionário, terá todas as palavras localizadas pela ordem alfabética. Usamos, quando falamos dos peixes nos Açores o *Dicionário de falares açorianos*, de Soares de Barcelos (2008) que, ao citar, a partir daqui chamaremos apenas Barcelos.

Trabalhamos cada peixe começando pelo que aparece no dicionário açoriano. No Brasil, começaremos pelo que nos apresenta Houaiss, seguindo com alguns dados do Guia Prático. Após isto, tentamos justificar nomes de peixes arrolados em português do Brasil.

Começamos pelos dois sintagmas cristalizados que nos levaram a por mãos à obra. Nos Açores, temos:

CABEÇA DE ABRÓTEA – 1. Substantivo. Apelido de pessoa pouco inteligente. 2. s. Pessoa chocalheira, tagarela. Interessante é que Barcelos considera CABEÇA DE ABOBRA 1 e 2 *locuções adjetivas*, quando usadas para adjetivação de pessoa pouco inteligente, ou de pessoa chocalheira, tagarela, respectivamente.

Já a expressão brasileira tem sentido mais restrito, segundo Houaiss: CABEÇA-DE-BAGRE - substantivo de dois gêneros. Rubrica: futebol. Regionalismo: Brasil. Uso: informal, pejorativo. jogador(a) medíocre ou ruim.

Mas o *Novo dicionário Aurélio eletrônico* (a partir daqui apenas Aurélio), apresenta dois significados: Substantivo masculino. Bras. 1. Fut. Pop. Jogador de futebol medíocre. 2. Indivíduo estúpido, idiota, imbecil.

O Prof. Bechara, em seu minidicionário (a partir daqui apenas Bechara) consigna os dois significados, fazendo a ressalva de que o segundo é *popular*. E classifica a expressão como *locução substantiva*. Oliveira (2002), em seu *Dicionário gaúcho*, apresenta uma variante de significado bem próximo do segundo apresentado pelos dicionaristas acima: CABEÇA-DE-PORONGO. S substantivo. O m. q. Cabeça-dura. (Porongo e a variante Porunga são no artesanato regional, 'cuias de chimarrão'. Segundo Houaiss, que aqui cita Nascentes, a palavra porongo vem do quíchua *poronco* 'vaso de barro com gargalo estreito', pelo platino.

Procuramos entender o porquê da expressão açoriana e da brasileira, quando analisamos os peixes, mas não vimos porque são símbolos negativos. Mas, passemos aos peixes agora.

ABRÓTEA – Peixe de 2ª Linha. Barcelos não tem entrada específica para a palavra. aparece apenas no sintagma cabeça-de-abrótea.

No Houaiss: Rubrica: ictiologia. 1 Designação comum a diversos peixes teleósteos gadiformes da família dos gadídeos, do gênero *Urophycis*, encontrados no Atlântico; medem de 30 a 80 cm, apresentam coloração parda e ventre esbranquiçado, um pequeno barbilhão abaixo da mandíbula, nadadeiras dorsal e anal longas, próximas ao caudal; *abrota*, *abrote*, *abrótia*, *albrótea*, *bacalhau*, *balótica*, *brota* [Possuem o aspecto e o sabor semelhantes ao bacalhau (*Gadus morrhua*).] 1.1 peixe (*Urophycis brasiliensis*) encontrado no Atlântico Sul, com até 80 cm de comprimento, corpo alongado e comprimido, dorso marrom-escuro a oliváceo, ventre branco-amarelado, nadadeira dorsal longa e barbilhão curto no maxilar inferior; *brótula* [Espécie dotada de valor comercial.] Contém ainda entradas para:

Abrótea-da-costa – Regionalismo: Madeira. Peixe teleósteo, gadiforme, da família dos fíciídeos (*Phycis mediterraneus*), encontrado no Mediterrâneo, dotado de nadadeiras pélvicas com dois raios alongados e uma pequena barbela no queixo; abrótea-de-três-barbas.

Abrótea-de-três-barbas – m.q. *abrótea-da-costa* (*Phycis mediterraneus*).

Abrótea-do-alto – Regionalismo: Madeira. Peixe teleósteo, gadiforme, da família dos gadídeos (*Molva mediterranea*), do Atlântico norte, incluindo Mediterrâneo, de corpo muito alongado e nadadeira caudal arredondada.

Pelo que se vê é peixe mais estudado na Madeira. No Brasil fala-se apenas na espécie apontada pelo Houaiss.

No Guia Prático temos: abrótea (*Urophycis brasiliensis*). Dorso marrom, flancos com tonalidades pardas e ventre mais claro. No Brasil, mais comum no Sul e Sudeste. Carne considerada saborosa e possui grande valor comercial. O Guia acrescenta que o bacalhau do hemisfério norte pertence também a esta família Phycidae. Outros nomes: *abrote*, *bacalhau*, *brotá*, *brótula* (RS), *abrótea-brasileira* (P).

Justificativa dos nomes:

abrótea-de-três-barbas – na verdade o nome não é brasileiro, vem da Madeira. Acrescenta-se de-três-barbas, em função da barbela no queixo.

abrotá, abrote, abrótea, albrótea, balótica, brota, brótula – não passam de alterações de abrótea, forma cuja etimologia aparece no Houaiss: radical ¹*abrot-* + *-ea*, do grego *abrótonon*, ou 'abrótono, planta aromática', pelo lat. *abrotònum*, *abrotònus* ou *abrotànus* 'idem'; provavelmente alteração de *abrótono*; forma histórica s XVI *abrótea*. (O *s* e o *c* antecedentes a uma data significam, respectivamente: "século" e "cerca de")

abrótea-da-costa – é uma espécie costeira, que habita águas de 200 m de profundidade.

abrótea-do-alto – procura águas de menor profundidade.

bacalhau – nome advindo da semelhança com este peixe na forma e no sabor.

ATUM – Peixe de 2ª linha Nome popular: Atum Nome científico: *Tunnus* spp – Família Scombridae. Habitat: Pode ser encontrado em todo o litoral brasileiro. Frequentam o mar aberto em grandes cardumes, acompanhados normalmente por golfinhos e baleias. Alimenta-se de pequenos peixes e lulas.

Barcelos não tem uma entrada específica para este nome, mas, ao falar de outros peixes, refere-se aos tunídeos. Registra, com detalhes, ALBACORA – cuja corruptela por epêntese é *alvacória*. Nesta última forma, o dicionário registra: peixe teleósteo também conhecido em certas regiões pelo nome de 'albacor', da subordem dos acantópteros, Família dos Escombrídeos. Nos Açores distinguem-se quatro espécies: 1. O *Galho-à-ré* ou *Galha-à-ré* (*Thunnus albacares*), espécie esguia e comprida, embora de peso moderado, pela sua forma que se adelgaça do umbigo para a cauda e com a segunda barbatana dorsal e anal muito compridas, de onde lhe vem o nome – chega a atingir 2 m de comprimento. No Continente, é chamada 'albacora-de-laje'. 2. O *Patudo* (*Thunnus obesus*), com o dorso cinzento-azulado e o ventre branco-acinzentado, com as barbatanas caudais e peitorais de coloração negro-avermelhada, as pontas da 2ª dorsal e caudal rosadas e as dorsais e anal amarelas. Chega a atingir 2,40 m de comprimento e um peso de 200 kg. No Continente é chamado de *albacora-cachorra* e *albacora-de-olho-grande*. 3. O *Voador* (*Thunnus alunga*) de forma semelhante à de *galho-à-ré*, mas diferenciando-se deste por ter as barbatanas peitorais muito longas, ultrapassando bastante a origem da 2ª dorsal, o dorso azul-escuro e o ventre cinzento-prateado. Não ultrapassa 1,30 m. No Continente é também chamado *albacora-branca*. O *Rabilho*, também. pronunciado *Rabilo* (*Thunnus thynnus*), no Continente também chamado *albacora-azul*, tem realmente o dorso azul-escuro, passando a cinzento nos flancos e branco no ventre, com barbatanas mais curtas que a cabeça e bandas prateadas transversais nos flancos; chega a atingir mais de 3 m de comprimento e um peso superior a 500 kg. A pesca da albacora nos Açores começou depois do fim da 2ª Guerra Mundial, sendo primeiros, neste tipo de pesca, dois barcos, 'Garça' do Faial e 'Salazar', do Pico, seguindo-se depois outras lanchas com o desenvolvimento da técnica de conservação. Nessa altura, de grande abundância de peixe, havia uma outra espécie, pescada em menores quantidades e poucos anos depois desaparecida, popularmente chamada *charoleta*, com o corpo semelhante ao do *Patudo*, com riscas de comprido, mais claro e pesando apenas cerca de 5 a 6 kg.

No Houaiss: 1 designação comum aos peixes teleósteos perciformes da família dos escombrídeos, geralmente do género *Thunnus*; têm o corpo alongado, fusiforme e robusto, são marinhos, pelágicos e de grande importância para a pesca comercial e esportiva; *albacora*. 1.1 atum (*Thunnus thynnus*) de ampla distribuição nos oceanos, predominantemente no Atlântico; é um dos maiores peixes, de até 3 m de comprimento, coloração azul-escura, a parte inferior cinza-prateada e a primeira nadadeira dorsal amarelada; *albacora-azul*, *atum-azul*, *atum-*

verdadeiro [Sua carne é considerada de mais alto valor comercial dentre outros animais.] 1.2 atum (*Thunnus albacares*) de ampla distribuição nos oceanos, com até 2,2 m de comprimento, dorso azul-escuro, flancos e ventre cinza-prateados, com ou sem estrias e manchas brancas, e a primeira nadadeira dorsal negra; *albacora-de-laje, atum-de-galha*. 1.3 atum (*Thunnus atlanticus*) do Atlântico ocidental, é a menor espécie, com até 1 m de comprimento e 20 kg; *albacorinha, atum-preto, atunzinho* [Realiza migrações em grandes cardumes no Nordeste do Brasil, de outubro a janeiro, para desovar em águas costeiras.] 1.4 atum (*Thunnus obesus*) de ampla distribuição nos oceanos, é a segunda maior espécie, com até 2,50 m de comprimento; *albacora-cachorra, albacora-de-olho-grande, atum-cachorra, atum-bandolim, bandolim, cachorra, patudo*.

No Guia Prático: Atum. Outros nomes: *atum-azul, atum-verdadeiro, albacora-azul, albacora-cachorra, albacora-de-laje, albacora-de-olho-grande*. Ocorre por toda a costa brasileira. Carne escura excelente, de grande valor comercial. Muito consumida pela indústria de enlatados e por restaurantes de comida japonesa. O Japão é seu maior importador e consumidor mundial.

Albacora-branca – (*thunnus alalunga*) por toda a costa brasileira. Outros nomes vulgares: *alvacora, atum-branco, bandolim, carorocatá*. Carne excelente de grande valor comercial. A carne da albacora-branca e da albacorinha é utilizada pela indústria de enlatados que as chama ‘carne branca de atum’. A carne das outras espécies é do tipo escura.

Albacora-de-laje – (*Thunnus albacares*), ocorre por toda a costa brasileira. Outros nomes: *albacora, alvacora, atum-amarelo*. Carne excelente, de grande valor comercial. Comercializada principalmente congelada e enlatada. O Guia Prático aponta mais duas espécies comuns no litoral brasileiro: *albacorinha (Thunnus atlanticus)* e *atum-cachorra (Thunnus obesus)*.

Justificativa dos nomes usados no Brasil:

atum – etimologia comentada no Houaiss: árabe *at-tunn* 'designação de peixes marinhos', pelo latim *thunnus* ou *thynus*, *i* 'idem' <gr. *thúnnos*, ou 'idem'; segundo Nascentes, a pesca do atum nos mares do sul da península Ibérica justifica a intermediação do árabe (compare italiano *tonno*, francês *thon*); o radical grego/latim é a base do derivado *toninha* ou *toninho* (compare italiano *tonnina*, francês *thonine*, catalão *tunyina*, espanhol *toñina*, galicismo *toulinha* etc.); forma histórica 1305 *atões* (sic).

albacora – alomorfes: *albecora, alvacora*. Para Houaiss, origem controversa; uma das hipóteses é o latim tardio. *albicólóre* 'de cor branca', em alusão à pele do peixe; forma histórica s XVI *alboquora*, s XVII *alvacora*, 1712 *albacora*, 1712 *albacor*.

albacora-azul, atum-azul – a descrição geral do peixe fala do dorso azul-escuro.

albacora-branca – tal nome parece redundante pois etimologicamente albacora significa ‘de cor branca’ (*albacor* e *albicólóre* (do latim tardio; vide albacora). Entretanto, o Guia Prático lembra que a carne desta espécie e da albacorinha são rotuladas de ‘carne branca de atum’, pois que as outras espécies têm carne mais escura.

albacora-cachorra, atum-cachorra, cachorra – são outros nomes do *atum-bandolim* ou apenas *bandolim*. E, sinceramente, não conseguimos encontrar justificativa para tais nomes: *bandolim* e *cachorra*. O segundo parece mais fácil de explicar, porque *peixe-cachorro* possui dentes afiados e caninos maiores.

albacora-de-laje – peixe que procura lajes de pedras ou recifes coralinos onde encontrem tocas para abrigar-se. *albacora-de-olho-grande, outro nome da albacora-cachorra, do atum-cachorra*. A alusão ao tamanho do olho parece oportuna, se observarmos foto deste peixe.

albacorinha, atunzinho - é a menor espécie, com até 1 m de comprimento e 20 kg.

atum-bandolim, bandolim - Vide *albacora-cachorra, atum-cachorra*.

atum-de-galha – Houaiss define galha como a primeira nadadeira dorsal dos peixes, a qual, por vezes, é avistada à tona da água. Dá como exemplo de peixe de galha o tubarão, do qual há uma espécie chamada de cação-de-galha-preta e uma outra espécie chamada apenas galha branca.

atum-preto – outro nome do atunzinho, da albacorinha, que têm a primeira dorsal, a segunda dorsal e anal escurecidas.

carorocatá – a palavra parece assim escrita no Guia Prático, como outro nome da *albacora-branca*. No Houaiss está registrado o verbete *carorocoatá*, em cuja etimologia lemos apenas: provavelmente de origem tupi. Entretanto, Stradelli (1929) consigna *coatá*, para designar macacos com pernas, braços e cauda desproporcionais ao tamanho do corpo. E isto tem sentido aqui, se pensarmos em peixes com nadadeiras “exageradamente desenvolvidas”, nos dizeres do Guia Prático. É o que acontece com a albacora-branca, segundo o mesmo Guia.

patudo – é o animal de patas grandes. Peixe não tem patas, mas tem nadadeiras, e na albacora branca, na albacorinha e no atum-cachorra elas são bastante grandes, sendo que a peitoral atinge até 40 % do comprimento padrão.

BADEJO é peixe de 1ª linha. Nome popular: Badejo Nome científico: *Mycteroperca* spp. Habitat: encontra-se em parcéis, leitões do mar pouco profundos, que afloram à superfície, com aspecto plano. Também em lajes de pedra, recifes de corais ou qualquer outra estrutura que contenha tocas utilizadas como abrigo. É encontrado em toda a costa leste brasileira. Pode atingir até 90 kg.

Nos Açores, assim Barcelos registra este peixe: (forma aferésica de *abadejo*) 1. Mero pequeno, até 2,3 quilos^F. Na realidade, para os mais entendidos, o ‘badejo’ é um peixe diferente do mero, existente nas águas do arquipélago e cientificamente chamado *Mycteroperca fusca*. 2. No Faial e no Pico chama-se *badejo* a uma espécie de *bodião*. Barcelos detalha espécies de *bodião*: *bodião-da-areia*, *bodião-verde*, *bodião-vermelho*. Não nos deteremos nele, pois no Brasil o badejo é registrado em família e gêneros diferentes, como se verá abaixo. Sobre o *bodião*, O Guia Prático acrescenta em todas as variedades, que, apesar de a carne ser considerada boa, não tem valor comercial. Se nos detivermos nele, alongaremos demais este estudo; por isto dele cuidaremos apenas no estudo em sua forma completa.

O Houaiss nos apresenta o vocábulo: 1 Regionalismo: Brasil. designação comum a vários peixes perciformes da família dos serranídeos, espécie do gênero *Mycteroperca*; semelhantes às garoupas, vivem nas águas costeiras tropicais, geralmente sobre fundos rochosos ou arenosos, e não formam cardumes [Espécies de valor comercial e muito valorizadas na caça submarina.] A mesma espécie dos Açores_2 Regionalismo: Brasil. O m.q. *garoupa-senhor-de-engenho* (*Acanthistius brasilianus*) peixe teleósteo, perciforme, da família dos serranídeos (*Acanthistius brasilianus*), encontrado no Atlântico Sul e bastante comum no Brasil (entre RJ e SP), de até 40 cm de comprimento, coloração marrom com cinco faixas verticais cinza-azuladas; *badejo*, *badejo-de-lista*, *mero*, *serigado-focinhudo*, *serigado-mero* [Sua carne é considerada de boa qualidade.] Observação: também se diz apenas *senhor-de-engenho*. 3 Regionalismo: São Paulo. m.q. *garoupa-gato* (*Alphestes afer*) Aurélio registra que há seis espécies diferentes no litoral brasileiro. Há outra espécie em Portugal. 4 Regionalismo: Portugal. É peixe teleósteo gadiforme, da família dos gadídeos (*Gadus polachius*), semelhante ao bacalhau (*Gadus morrhua*); *abadiva*. Aparecem, ainda, no Houaiss e no Guia Prático:

Garoupa-chita – coloração variando de fundo branco-acinzentado a marrom. O corpo e nadadeira são cobertos de pequenas manchas marrom-avermelhadas. Ocorre no Nordeste e parte do Sudeste. O Guia Prático registra-o com nome científico (*Cephalopholis cruentata*) e indica outros nomes vulgares: *badejo-fogo*, *badejo-sangue*, *graçapé* (PE), *piraúna* (NE).

Garoupa-gato – (*Epinephelus adscensionis*) da família Serranidae. Espécie diferente da anterior de mesmo nome. Ocorre no oceano Atlântico, na Flórida (E.U.A.), Bahamas, Bermuda, Golfo do México e Caribe. No Brasil ocorre por todo litoral. Possui corpo robusto e com uma boca grande. Coloração bege claro com pequenas manchas por todo corpo, que podem variar de avermelhadas até o negro. Possui manchas escuras no dorso e próximas da nadadeira dorsal, podendo ser 2 ou até 4. Possui também uma mancha negra no pedúnculo caudal. Essa coloração pode ficar mais clara ou escura, dependendo do substrato onde se encontra. A nadadeira caudal é arredondada. Pode atingir 61,0 cm de comprimento e 4,0 kg. Vive praticamente solitário em áreas de recifes rochosos com fundo de areia, em águas rasas. Alimenta-se principalmente de crustáceos e peixes. Outros nomes populares: *badejo* (SP), *badejo pintado*, *garoupa-chita*, *garoupa-pintada*, *gato*, *mero*, *Peixe-gato* (ES), *Piragica* e *Pirá-piranga*.

Garoupa-verdadeira – no Brasil ocorre no Nordeste, Sudeste e parte do Sul; outros nomes: *galinha-do-mar*, *garoupa*, *garoupa-crioula*, *piracuca*.

Badejo-alto – m.q. *badejo-quadrado* (*Mycteroperca bonaci*) m. q. *garoupa-senhor-de-engenho* (*Acanthistius brasilianus*) m. q. *badejo-ferro*, *badejo-padre*, *badejo-preto*. Nestes últimos, os segundos elementos do nome podem ser explicados pela cor escura.

Badejo-branco – m.q. *badejo-da-areia* (*Mycteroperca microlepis*) *badejo* (*Mycteroperca microlepis*) da costa atlântica ocidental; atinge 70 cm de comprimento, de coloração pérola ou branco-esverdeada a cinza-escuro, com vermiculações mais escuras pelo corpo; *badejo-bicudo*, *badejo-branco*, *badejo-saltão*, *badejo-sapateiro*, *sapateiro*, *serigado-badejo*, *serigado-branco*, *sirigado-badejo*, *sirigado-branco*.

Badejo-mira – Regionalismo: Brasil. *badejo* (*Mycteroperca rubra*) do Atlântico tropical (no Brasil, praticamente em toda a costa brasileira e no Mediterrâneo, de até 80 cm de comprimento, coloração esverdeada ou marrom-

escura, manchas irregulares pelo corpo e estrias escuras na cabeça; *abadejo*, *badejete*, *badejo-quadrado*, *badejo-saltão*, *saltão*, *serigado*, *serigado-tapuã*, *sirigado*, *sirigado-tapuã* [É a espécie mais comum do litoral brasileiro.]
Observação: também se diz apenas *mira*.

Badejo-pintado – Regionalismo: Espírito Santo, Rio de Janeiro. Badejo (*Epinephelus adscensionis*) do Atlântico tropical, ocorrendo do Norte do Brasil até São Paulo, com cerca de 40 cm de comprimento, dorso e nadadeiras pardas com manchas marrom-avermelhadas e ventre esbranquiçado; *garoupa-chita*, *garoupa-pintada*, *gato*, *peixe-gato*, *piragica* [Espécie muito apreciada pela pesca esportiva.]

Badejo-sabão – Rubrica: ictiologia. Regionalismo: Brasil. 1 badejo (*Rypticus saponaceus*) encontrado no Atlântico ocidental tropical, em diferentes ambientes costeiros; é a maior espécie do gênero, de até 35 cm de comprimento, coloração variando de cinza a marrom-escuro, com manchas claras arredondadas e linhas negras por todo o corpo, que, por sua vez, é revestido por uma mucilagem e apresenta três acúleos em cada opérculo; *peixe-sabão*, *serigado-sabão*, *sirigado-sabão* 2 badejo (*Rypticus randalli*) do Atlântico ocidental tropical, encontrado em fundos arenosos ou lamacentos de estuários; de até 20 cm de comprimento, coloração marrom, região inferior da cabeça branca, corpo revestido com mucilagem tóxica e apresentando dois acúleos em cada opérculo; *peixe-sabão*, *sabão*, *sabonete*, *serigado*, *serigado-sabão*, *sirigado*, *sirigado-sabão*.

Badejo-saltão – Rubrica: ictiologia. Regionalismo: Brasil. 1 m.q. *badejo-da-areia* (*Mycteroperca microlepis*) 2 m. q. *badejo-mira* (*Mycteroperca rubra*).

Badejo-sapateiro – Rubrica: ictiologia. Regionalismo: Brasil. m.q. *badejo-da-areia* (*Mycteroperca microlepis*)
Observação: também se diz apenas *sapateiro*.

Garoupinha – Rubrica: ictiologia. Regionalismo: Brasil. peixe teleósteo, perciforme, da família dos serranídeos (*Cephalopholis fulvus*), encontrado no Atlântico ocidental tropical, de até 40 cm de comprimento, corpo pequeno e robusto, amarelo, vermelho ou pardo, pintalgado de azul, com três acúleos no opérculo, nadadeiras peitorais pontiagudas e dorsais com fortes acúleos [Espécie de pequeno valor comercial.]

O Guia Prático apresenta para a garoupinha outros nomes vulgares: *caraúna* (NE), *catoá* (ES), *garoupa-chita* (RJ), *garoupa-pintada-da-Bahia*, *piraúna* (CE e PE). O Brasil tem um litoral extenso que passa por regiões diferentes e disto decorre a variedade de nomes, causada pelas muitas visões que se tem dos peixes. Procuraremos a origem bem como entender a motivação de tais nomes.

badejo – na etimologia dada por Houaiss lemos: forma aferética de *abadejo* < espanhol *abadejo*, diminutivo de *abad* 'abade, sacerdote'. Viria tal nome da cor marrom, do hábito de certos monges e frades?

badejo-de-lista – é também chamado badejo-senhor-de-engenho. Lista explica-se facilmente pela descrição do peixe, dotado de faixas verticais cinza-azuladas sobre fundo marrom. Será que senhor-de-engenho viria das riscas cinza-azuladas que lembrariam um terno risca-de-giz, adequado para um 'senhor'?

badejo-sabão – O Guia Prático, ao comentar hábitos deste peixe, explica que um muco abundante lhe recobre a pele, proporcionando proteção e uma grande viscosidade. Quando o peixe é manuseado, esse muco adquire aspecto de espuma e torna missão impossível segurá-lo com as mãos nuas.

bodião – origem obscura. E Houaiss remete a Corominas que, s.v. (*sub voce*, isto é, sob a palavra) *budión*, observa: “o caso de *bode* (português, *bode*) 'macho cabrío' por el aspecto repulsivo que conferirá al *budión* la viscosidade de sus muchas escamas”

garoupa – para o Houaiss e para Aurélio, de origem obscura.

catoá – Variante catuá – Houaiss dá, para *catoá*, origem obscura, mas, para *catuá*, provavelmente origem tupi. Em Stradelli encontra-se, no tupi, o que parece mais próximo da palavra em português: *catuauá*, 'o que é bom'. E isto condiz com a garoupinha cuja carne é considerada de boa qualidade e bastante apreciada para consumo, segundo o Guia Prático. E isto apesar de não ser comum no mercado em vista de seu pequeno porte e dificuldade na captura comercial. Daí os pescadores usarem-na como isca para peixes maiores, segundo o mesmo Guia.

caraúna – na etimologia desta palavra Houaiss remete a *araúna* e *graúna*, nomes de pássaros de coloração negra. Será que o nome da garoupinha tem a ver com a descrição que lhe dá O Guia Prático? Assim vem descrita: apresenta duas manchas negras características no alto do pedúnculo caudal e duas pintas na ponta da maxila inferior. O corpo é repleto de pequenas pintas azuis arredondadas e circundadas de preto.

chita – Houaiss explica: neolítico *c^hít*, do sânscrito. *c^hitra* 'matizado'; compare-se *chintz*; forma histórica 1704 *chitta*, 1712 *chitas*. Chita é *matizado*, *malhado*, *chitado*: que apresenta cores variadas ou pintado num ou noutro ponto; salpicado, sarapintado.

graçapé – Houaiss diz ter este nome origem obscura.

fogo; sangue – cor vermelho intenso ou avermelhada, com pintas e/ou manchas avermelhadas ou vermelhas.

galinha-do-mar – será que o corpo sarapintado da garoupa lembra uma galinha-d'angola, dotada de plumagem pintalgada de branco e cabeça nua, vivamente colorida e dotada de uma crista óssea? Tal crista óssea poderia lembrar também os raios moles no dorso da garoupa?

mero – Houaiss afirma ser espanhol, de origem controversa. O mero fotografado no Guia Prático é pintado como a garoupa.

mira – ato ou efeito de mirar. Então, badejo mira é aquele que olha. Com efeito, O Guia Prático, falando de seus hábitos, diz: 'Muito curiosos, costumam observar os arredores e 'fitar' os mergulhadores.' Aliás, na foto, chama a atenção o tamanho de seu olho.

peixe-gato – gato, aqui, não deve relacionar-se com o animal do mesmo nome. Referir-se-ia ao uso informal de 'gato, gatão' = atraente, bonito? Ou ainda à cor bege com manchas mais escuras, de certos gatos?

piragia – Houaiss explica: tupi *pi'ra* 'nome genérico de peixe' + *jia*, de origem indígena; conforme Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi (DHPT), tupi *yu'i* 'espécie de rã' (< **yui* < **yi*); Nascentes acrescenta a esse étimo tupi a desinência feminina vernácula *-a*; já para Cacciatore, provém do guarani *iya* 'dona da água', em referência a uma divindade aquática guarani; forma histórica 1618 *gia*, 1946 *jia*.

piraúna – Houaiss apresenta sua etimologia: tupi *pira'una* 'peixe, espécie de mero' < *pi'ra* 'peixe' + '*una* 'preto, negro'; ver *-una*; forma histórica c. 1631 *pirauna* (c antes de data: 'cerca de').

pirapiranga – na explicação de Houaiss: provavelmente do tupi, *pi'ra* 'peixe' + *pi'ranga* 'vermelho'.

saltão – aumentativo de salto. Acreditamos que a justificativa para este nome seja a mesma dada para *chicharro-cavala*, cujo segundo elemento Houaiss explica remetendo a Nascentes, porque o peixe salta sobre as ondas. O Guia Prático também fala dos saltos com que a *cavala* atinge os pescadores, ao tentar livrar-se da rede muito apertada que a prende.

sapá – para Houaiss, de origem obscura,

sapé-pintado – segundo Houaiss, sapé vem da forma histórica 1575 *sapee*, 1579 *saper*. Na variante sapê explica: no português do Brasil, o timbre do *e* tônico pendula entre o fechado e o aberto, segundo a região em que a palavra é pronunciada, sendo frequentemente fechado nos subdialectos sulistas e aberto nos nortistas, na terminologia de Antenor Nascentes (1953). [A divisão entre os dois grupos de subdialectos se faz por uma linha que vai da fronteira entre Bahia e Espírito Santo até a cidade de Mato Grosso, MG.] Mas temos dificuldade em relacionar o nome do peixe a sapé.

serigado-vermelho- Para, Houaiss, origem obscura, razão por que não se pode fixar qual a melhor forma, se *seri*- ou *siri*- Optar-se por *siri*, faz mais sentido: Há entre as diversas espécies de *siri*, o *siri-candeia*, um *siri* vermelho, portanto, cor de garoupa. Ora, a garoupa-gato, que também se chama serigado-vermelho, tem como característica marcante, na descrição do Guia Prático, "um evidente espinho achatado direcionado para a frente no ângulo inferior do pré-opérculo". Será que tal espinho lembra uma perna de *siri*, do último par de pernas em forma de remo, adaptado para nadar? Serigado, sirigado seria, então à semelhança de um *siri*.

piracuca – Houaiss registra a palavra explicando-a: o m. q. garoupa e dando seu étimo como o tupi *pira'kuka* que, segundo Silveira Bueno, era o nome dado pelos índios à garoupa, com o significado de peixe voraz.

sulapeba – para Houaiss, de origem obscura.

tapuã – o mais próximo que pudemos encontrar foi *itapuã*, isto é *ita* 'pedra' + *puã*, de puamo, 'erguido, levantado em Stradelli. Silveira Bueno, porém registra *puã* como redonda, arredondada.

BAGRE – peixe de 4ª linha, no Brasil. Em Barcelos chamado BAGUE – espécie de peixe da família dos *Silurídeos*, cientificamente chamado *Bagre* ssp. (corruptela de *bagre*, na Ilha de Flores).

No Houaiss, encontramos: 1 designação comum aos peixes do gênero *Bagre*, que se caracterizam por apresentar a maxila inferior com um par de barbilhões em forma de fita; no Brasil ocorrem duas espécies que diferem pelo número de raios da nadadeira anal 2 designação comum a vários peixes teleósteos siluriformes, das famílias dos ariídeos e pimelodídeos, que possuem corpo revestido por placas dérmicas formando uma couraça e barbilhões bem desenvolvidos; encontrados no fundo de ambientes marinhos ou de água doce; *jandiá*, *jundiá*, *nhandiá*. 3 Regionalismo: Piauí. O m.q. *mandi-bicudo* (*Hassar affinis*) 3.1 peixe teleósteo siluriforme da família dos doradídeos (*Hassar affinis*) encontrado em rios do Piauí, com cerca de 25 cm de comprimento, dorso purpúreo com ventre mais claro, nadadeiras peitorais e caudal com manchas; *bagre*, *cabeça-de-burro*, *mandi-cachorro*. obs.: também se diz apenas *bicudo*. 3.2 bagre da família dos pimelodídeos (*Iheringichthys labrosus*) que ocorre na bacia do rio Paraná, com cerca de 24 cm de comprimento, cabeça cônica, boca pequena com lábios grossos e dentes desenvolvidos no pré-maxilar; *papa-isca*.

No mesmo dicionário ainda: 1 bagre-africano – peixe teleósteo siluriforme da família dos clarídeos (*Clarias gariepinus*) encontrado em rios africanos e introduzido no Brasil; de corpo alongado, nadadeiras dorsal e pélvica acompanhando o corpo e longos barbilhões ao redor da boca. 2 bagre-amarelo – bagre da família dos pimelodídeos (*Pimelodus clarias*), de ampla distribuição no Brasil e em países adjacentes, de coloração geral amarelada com manchas escuras; *mandi-amarelo*, *mandi-pintado*, *pintado*. 3 bagre da família dos pimelodídeos (*Rhamdia branneri*), que ocorre no rio Iguaçu, de corpo alongado, com nadadeira adiposa muito extensa; 4 bagre da família dos ariídeos (*Arius spixii*), do Atlântico ocidental e muito comum na costa brasileira; de até 30 cm de comprimento, corpo acinzentado na parte superior e esbranquiçado na inferior, com grandes dentes palatinos granulares ou arredondados; *bagre-de-areia*, *bagre-de-mangue*, *bagre-gonguito*, *bagrinho*, *gonguito*, *iriceca*, *irideca* [Na época da desova é encontrado em rios.] 5 m.q. *guarijuba* (*Sciadeichthys luniscutis*) Regionalismo: Brasil; bagre marinho (*Sciadeichthys luniscutis*) encontrado das Guianas ao Sul do Brasil, de até 1,5 m de comprimento e coloração amarelada; *bagre-amarelo*, *bagre-caiacoco*, *bagre-cangatá*, *bagre-de-areia*, *bagre-guri*, *cangatá*, *cangatã*, *guriaçu*, *guriguaçu*, *iriceca*, *jurupiranga* [Sua bexiga natatória é exportada para a produção de cola.] Em outras entradas Houaiss registra:

BAGRE-BANDEIRA – Nome popular: Bagre-bandeira Nome científico: Bagre marinus. Habitat: Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul (do Amapá ao Rio Grande do SUL). Peixe de couro. Frequenta as praias.

No Houaiss encontramos: 1 bagre da família dos ariídeos (*Bagre bagre*), que ocorre das Antilhas ao Sudeste do Brasil, onde é muito comum; atinge até 50 cm de comprimento, com dorso escuro e ventre mais claro, nadadeiras claras com manchas escuras, focinho largo e arredondado, e barbilhões maxilares em forma de fita, ultrapassando a nadadeira anal; *bagre-cinzento*, *bagre-de-penacho*, *bagre-sari*, *bandeirado*, *sarassará*, *sargento*. 2 bagre costeiro da família dos ariídeos (*Bagre marinus*), que ocorre no Atlântico ocidental, de até 1 m de comprimento, corpo alongado, sem escamas, escuro no dorso e mais claro no ventre, nadadeiras peitorais e dorsal com espinho serrilhado, nadadeira caudal grande e furcada, e barbilhões maxilares em forma de fita; *bagre-cacumo*, *bagre-de-penacho*, *bagre-do-mar*, *bagre-fita*, *bagre-mandim*, *bagre-sari*, *bandeira*, *bandeirado*, *bandim*, *pirá-bandeira*, *sarassará*, *sargento* [São detritívoros; os machos incubam os ovos dentro da boca.]

BAGRE-BRANCO – 1 bagre da família dos ariídeos (*Netuma barba*) que ocorre do Leste do Brasil até a Argentina, sendo um dos maiores e mais comuns bagres marinhos brasileiros; de até 1 m de comprimento, corpo azulado-escuro no dorso e branco no ventre, dentes palatinos e vomerianos viliformes; *bacupua*, *bagre-cachola*, *bagre-do-mar*, *bagre-do-natal* [Na desova, migram para a desembocadura dos rios, e ambos os sexos incubam os ovos na boca; sempre de grande importância comercial no Sul do Brasil.] 2 m.q. *bagre-cabeçudo* (*Notarius grandicassis*) 2.1 bagre da família dos pimelodídeos (*Pimelodus ornatus*), encontrado em rios do Norte e Centro-Oeste do Brasil e países adjacentes; de dorso pardo, ventre e flancos prateados ou amarelados e barbilhões maxilares longos, atingindo a nadadeira anal; *cabeçudo*, *mandiguaru*, *mandipinima*. 2.2 bagre da família dos ariídeos (*Notarius grandicassis*), que ocorre das Guianas ao Sudeste do Brasil; com até 1 m de comprimento, de corpo escuro na parte superior, cabeça mais clara, metade da parte inferior branca, nadadeiras claras com manchas, focinho pontudo e dentes palatinos pequenos e viliformes; *bagre-beiçudo*, *bagre-branco*, *bagre-do-mar*, *bagre-fita*, *bagre-papai*, *bagre-urutu*, *boca-lisa*, *iritinga*, *iurupiranga*, *papai*. 3 bagre (*Pimelodus albicans*) da família dos pimelodídeos, que ocorre nos rios Paraná e Paraguai. 4 m.q. *bagre-boca-lisa* (*Tachysurus upsulonophorus*) bagre marinho da família dos ariídeos comum no litoral brasileiro, com desova em rios; de grande cabeça e boca, barbilhões laterais atingindo a base das nadadeiras peitorais, dorso prateado, ventre esbranquiçado, nadadeira adiposa pequena e a caudal furcada com lobo superior maior; *bagre-branco*, *bagre-papai*, *balaieiro*, *boca-lisa*, *papai*. 5 m.q. *bureva* (*Glanidium albescens*) peixe teleósteo siluriforme (*Glanidium albescens*), da família dos auquenipterídeos, com ampla distribuição nos rios brasileiros, de até 25 cm de comprimento, coloração cinza com ventre esbranquiçado; *anduiá*, *bagre-branco*, *bagrinho-de-água-doce*, *buneva*, *jundiá*, *pacu-branco* [São peixes de couro.] 6 m.q. *bagre-cachola* (*Nenhuma barba*) m.q. *bagre-branco* (*Netuma barba*). 7 m.q. *bagre-pintado* (*Pimelodius maculatus*) bagre da família dos pimelodídeos, com muitas manchas arredondadas pelo corpo; encontrado em rios do Brasil; *bagre-branco*, *curiacica-da-branca*, *mandi*, *mandi-amarelo*, *mandi-casaca*, *mandi-do-salgado*, *mandijuba*, *mandi-pintado*, *manditinga*, *mandiú*, *mandiúba*, *mandiúva*. obs.: também se diz apenas *pintado*. 8 m.q. *piraíba* (*Bachyplatystoma filamentosum*) Regionalismo: Brasil. Peixe amazônico (*Bachyplatystoma filamentosum*) da família dos pimelodídeos, que atinge 3 m de comprimento e possui coloração bronzeada com ventre mais claro, olhos pequenos e boca grande; *bagre-branco*, *piramapu*, *piranambu*, *piraniampu*, *piratinga*, *pirinampu*, *tubarão-da-água-doce*.

BAGRE-SAPO – designação comum a bagres do gênero *Zungaro*, de ampla distribuição no Brasil. 1 *bagre-sapo* Regionalismo: São Paulo. bagre da família dos pimelodídeos (*Pseudopimelodus roosevelti*), encontrado no Brasil (SP, RS, GO, MT e MS); de até 32 cm de comprimento, coloração parda com manchas escuras, mandíbula prognata e barbilhões curtos; *brecambuçu*, *brecambucu*, *brecumbucu*, *brecumbuçu*, *manguriú*, *manguruiú*, *pacamã*, *pacamá*, *pacamão*, *peixe-sapo*, *piacururu*, *piracoruru*, *piracururu*. 2 m.q. *peixe-sapo* (*Pseudopimelodus raninus*) peixe teleósteo siluriforme da família dos pimelodídeos, distribuído por Mato Grosso, Rio de Janeiro, Guianas e Venezuela, e nos rios Negro e Guaporé; de coloração parda, com estrias escuras e manchas esbranquiçadas na base das nadadeiras dorsal e anal, nadadeira caudal arredondada; *bagre-sapo*. 2.1 m.q. *pacamão* (*Lophiosilurus alexandri*). 1 peixe teleósteo, siluriforme, da família dos pimelodídeos (*Lophiosilurus alexandri*), encontrado em rios como o São Francisco, Mogi Guaçu, Pardo etc.; com até 50 cm de comprimento, corpo piriforme, achatado e cinza-claro, boca com dentes viliformes; *apacamã*, *bagre-sapo*, *cururu*, *pacamá*, *pacumã*, *peixe-sapo*, *piacururu*, *piracoruru*, *piracururu*. 2 m.q. *pacu* designação comum a vários peixes teleósteos, caraciformes, da família dos caracídeos, especialmente dos gêneros *Metynnis*, *Myleus* e *Mylossoma*, encontrados em rios da América do Sul, que possuem corpo ovalado e comprimido; alimentam-se geralmente de frutos mas podem ser considerados onívoros [Muitas spp. são capturadas para alimentação ou criação em aquários.] 2.1 peixe (*Metynnis maculatus*) encontrado nas bacias dos rios Amazonas, São Francisco e Paraguai, de até 18 cm de comprimento, corpo com manchas discóides castanhas, flancos cinzentos e uma mancha alaranjada acima do opérculo; piranha [Espécie ornamental com reprodução em aquário.] 2.2 peixe (*Myleus micans*) encontrado na bacia do rio São Francisco e do rio das Velhas; *pacamão*, *pacu-azul*. 2.3 m.q. *bagrinho-roncador* (*Acanthodoras spinosissimus*). 2.4 m.q. *mangangá-liso* (*Porichthys porosissimus*). 2.5 m.q. *peixe-pescador* (*Lophius pisca-torius*).

JUSTIFICATIVA DOS DIVERSOS NOMES:

bacupua – Houaiss remete a Nascentes: provavelmente ligado a *bacu* (< tupi **wa'ku* 'nome de peixe'), com segundo elemento não identificado.

bage – corruptela de *bagre*, segundo Barcelos.

bagre – segundo Houaiss: origem controversa; Corominas admite ser o latim *pagrus* (< gr. *párgos*) 'pargo', através do moçárabe, que se faz em árabe hispano e africano *bâgar*.

bagre-africano – porque encontrado em rios africanos e introduzido no Brasil.

bagre-cabeçudo, **cabeçudo** – cabeça notável no Bagre, seja pelo tamanho, seja pele focinho, seja pelos barbilhões maxilares.

bagre-cacumo – a forma mais próxima encontrada de cacumo é **cacume** ou **cacumen**, segundo Houaiss, latim *cacúmen inis* 'topo, cume, píncaro; extremidade, ponta', que até poderia ter sentido aqui se alguma coisa dissesse que o peixe tratado fosse o protótipo, o máximo de perfeição. Mas nada induz a isto.

bagre-caiacoco – Houaiss apresenta étimo de caicaco: origem obscura, provavelmente ligado a *cair* e a *caco*.

bagre-de-penacho – em Houaiss: italiano *pennacchio* (1470) 'idem' <latim tardio *pinnaculum*, *i* 'pináculo, ponta, cume', diminutivo de *pinna*, *ae* 'pluma'; segundo José Pedro Machado, a forma teria vindo pelo francês *pennache* (1524), forma antiga de *panache* 'id.', derivada do italiano. Acreditamos que os barbilhões maxilares em forma de fita constituam o que se poderia ver como penacho.

bagre-fita – há bagres com barbilhões maxilares em forma de fita.

bagre-gonguito – o m. que bagre-amarelo; **gonguito**, Houaiss remete a Nascentes, Antônio Geraldo da Cunha, José Pedro Machado, origem obscura; para Nei Lopes, provavelmente banto, nomeando pequeno bagre do mar.

bagre-guri – segundo Houaiss: tupi *gwi'ri* 'bagre, bagre novo, por extensão criança'.

bagre-papai – o peixe com este nome é o m. q. **bagre-cabeçudo** e o m. q. **bagre-boca-lisa**, cujos machos que incubam os ovos na boca. Chamam-se ainda: *bagre-branco*, *bagre-cacumo*, *bagre-urutu*, *iritinga* (tupi *i'ri* por *u'ri* 'bagre' + *-tinga* 'branco', portanto, *bagre-branco*), *iurupiranga* (V. *jurupiranga*), *balaieiro*, *papai*.

bagre-sari – segundo Houaiss: neoárico *sá'i* 'id.', do sânscrito *xá'i*; forma histórico 1899 sari (traje nacional das mulheres indianas, constituído de uma longa peça de pano que envolve e cobre todo o corpo). O vestuário identifica, como um uniforme. (V. abaixo *sargento*). Perguntamos se o colorido do peixe lembraria o colorido do sari indiano.

bagre-urutu – seriam seus dentes palatinos aciculares, situados em duas protuberâncias carnosas, descritos por Houaiss, que lembrariam a cobra urutu?

bagrinho – diminutivo de bagre.

bandeirado – bandeira + *-ado* 'dotado de'; há uma espécie de bagre chamado *bagre-bandeira*. Será o bagre considerado um símbolo? Poderia ser símbolo de cabeça-dura, na expressão cristalizada “cabeça de bagre” (Vide comentário da expressão). Mas poderia ser símbolo de valores positivos expressos por bandeira, que não conseguimos encontrar.

brecambucu – Houaiss remete a Nascentes, tupi **pirakãpu'ku* 'peixe de cabeça chata e comprida', formado de *pi'ra* 'peixe' + *a'kã* 'cabeça' + *pu'ku* 'comprido', com alteração no português de *pi'ra-* para *bre-* e de *-pu'ku* para *-bucu* ou *-buçu* (este último, talvez por influência de *-uçu* < tupi *gwa'su* 'grande'), donde também adaptação *brecambuçu*, *brecumbucu*, *brecumbuçu*.

bureva – Houaiss remete a Nascentes: apenas a informação sobre origem indígena. **Buneva** – variante de *bureva*. Peixe também chamado de *anduiá*, *bagre-branco*, *bagrinho-de-água-doce*, *buneva*, *jundiá* (V. abaixo), *pacu-branco*.

cabeça-de-burro – o m. q. *mandi-bicudo* (V.).

curiacica-da-branca – neste nome parece haver uma incoerência. Com efeito, no primeiro elemento, temos o radical tupi **ku'ri* 'argila vermelha usado para tingir'; forma histórica 1693 *cori* (Houaiss) + tupi *si'ka* (Nascentes), seguido *-da-branca*. Outros nomes deste peixe são: bagre-pintado, mandi-amarelo, mandi-pintado. E ainda *manditinga* (tupi *mandi*, 'peixe de rio' + *tinga* 'branco'). Não parece bastante confuso?

cangatá – Houaiss remete a Nascentes: do tupi *a'kãg a'tara* 'cordão de penas', embora declare que, "quanto ao peixe, falta a relação". **Cangatã** – Houaiss remete a *cangatá*, portanto, é sua variante.

cururu – Houaiss registra mais de um sentido para o étimo que propõe, mas o primeiro nos basta por ser perfeitamente adequado ao *bagre-sapo* ou *piracururu* (exatamente peixe-sapo em tupi – V. abaixo) neste momento em pauta: tupi *kuru'ru* 'variedade de sapo, também chamado sapo-cururu'.

guriaçu, **guriguaçu** – tupi *gwi'ri* 'bagre novo' + tupi *wa'su* 'grande'. Segundo, Silveira Bueno, o segundo elemento, *-açu* alterna-se com *-guaçu*.

guarijuba – Vide chicharro.

iriceca – Houaiss afirma: origem indígena mas de étimo obscuro; segundo Nascentes, a primeira parte da palavra talvez seja alteração de *uri* 'bagre'; **irideca**: segundo Nascentes, provável alteração de *iriceca*.

jandiá, **jundiá** – tupi *yundi'a* 'nome comum aos bagres do rio', também adaptado. *jundiá*; forma histórica c 1594 *nhudia*, c 1631 *iundia*.

jurupiranga – para Houaiss, tupi *yuru* 'boca' + *pi'ranga* 'vermelho'.

mandi – tupi *mandi'i* 'peixe de rio ou de água doce'; variante *mandu*, *nhundi* etc.; forma histórica c 1594 *mandaig*, 1618 *mandeii*, 1806 *mandis*.

mandi-bicudo – porque, com cabeça cônica, boca pequena com lábios grossos e dentes desenvolvidos no pré-maxilar; por isto, também **papa-isca**.

mandi-cachorro – porque tem fortes dentes caninos.

mandiguaru – no Houaiss: tupi *mandi'i* 'peixe de rio ou de água doce'; variante *mandu*, *nhundi* etc.; forma histórica c 1594 *mandaig*, 1618 *mandeii*, 1806 *mandis*. **GUARU**: origem controversa; segundo o *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, *gwa'ru* 'espécie de sapo'; em *O tupi na Geografia Nacional*, tupi *gwar u* 'o indivíduo que come, o comedor', “alusão ao ventre volumoso e desproporcionado que tem o peixinho deste nome, também conhecido por *barrigudinho*”.

mandijuba – Segundo Houaiss, *mandi* + *-juba* (tupi *yuwa* 'amarelo, de cor amarela'). Variantes: *mandiú*, *mandiúba*, *mandiúva*.

mandipinima – segundo Houaiss: *mandi* + *-pinima* (< tupi *pi'nima* 'malhado, manchado, listrado, rajado').

mandi-pintado – o m. q. **mandi-amarelo**; o m. q. **pintado**. É peixe de coloração geral amarelada com manchas escuras; *mandi-amarelo*, *mandi-pintado*, *pintado*.

mangangá-liso – segundo Houaiss, tupi *manga'nga* 'abelha do gênero *Bombus*'; compare *mamangaba*; provavelmente, por extensão, no significado ictiológico. Com efeito, os espinhos venenosos do peixe devem causar dor semelhante à picada da *mamangá* ou *mamangaba*.

manguriú – Houaiss remete a Nascentes: guarani *mãguri'u*. Variante: **manguriú**.

nhandiá – ver *jundiá*.

pacamão – tupi *paka'mo*, nome comum a dois peixes; f. hist. c 1631 *pacamo*. Variantes: **pacamã**, **pacamá**, **pacunã**, **apacamã**.

piracururu – segundo Houaiss: tupi **pirakuru'ru* 'peixe-sapo' <pi'ra 'peixe' + *kuru'ru* 'sapo'; compare-se a forma dissimilada *piacururu*; forma histórica 1783 *piracururú*. Variante: *piracoruru*.

piraíba – segundo Houaiss: tupi *pira'iwa* <pi'ra 'peixe' + *a'iwa* 'ruim'; peixe da família dos pimelodídeos; forma histórica 1624 *piràguivas*, c 1631 *piraiui*, c 1698 *pirahuybas*, c 1698 *pirahybas*, 1763 *piraoivas*, c 1777 *piraíba*, 1817 *perahybas*, 1895 *pirahiba*, 1895 *piraruibas*. O m. q. *bagre-branco* e *tubarão-da-água-doce*.

piramapu – segundo Houaiss, provavelmente de origem tupi; observe-se a presença do elemento tupi *pi'ra* 'peixe'.

piranambu – segundo Houaiss: tupi **piraina'mbu* 'peixe da família dos pimelodídeos' <pi'ra 'peixe' + *ina'mbu* 'inhambu'; forma histórica c 1777 *pirá-enambú*, 1833 *piranambús*, 1895 *piránambú*. **Pirinampu** – variante.

piraniampu – Houaiss remete a Nascentes: do tupi *pi'ra* 'peixe' e *nia'mbu*, variante de *nambu* (< *ina'mbu* 'inhambu').

piratinga – segundo Houaiss: tupi *pi'ra* 'peixe' + *'tinga* 'branco'; forma histórica 1877 *piratinga*.

sarassará – Houaiss remete a Nascentes: repetição de *sará*, forma haplológica de *sarará*; forma histórica 1899 *sarasará*; a datação é para a acepção de entomologia. Nesta área designa uma formiga dotada de pelos ruivos. Os barbilhões do peixe lembrariam tais pelos?

sargento – barbilhões maxilares em forma de fita lembram os riscos que identificam, no uniforme, a categoria do sargento.

CHERNE – Nome popular: Cherne. Nome científico: *Epinephelus niveatus*. Habitat: Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, onde é mais raro. Peixe de escamas. Os peixes jovens vivem em águas rasas, em costões, estuários e recifes costeiros; à medida que crescem, dirigem-se para águas mais profundas, com fundo rochoso.

Barcelos não tem uma entrada genérica para cherne. Apresenta apenas a espécie **cherne-da-costa**: nome que, nas Flores, se dá também ao **MERO** (*Epinephelus marginatus*), também chamado *cherne-de-baixo*. O autor não apresenta nenhuma entrada para *mero*.

Houaiss o define: peixe teleósteo perciforme da família dos serranídeos (*Epinephelus niveatus*), encontrado em águas tropicais do Atlântico ocidental, com cerca de 2,5 m de comprimento, opérculo com três espinhos; adulto de coloração marrom a cinza-escuro, e jovem com manchas brancas pelo corpo.

Para cada nome abaixo o autor reserva uma entrada, mas os define a todos como o m. q. cherne (*Epinephelus niveatus*): *cherná*; *cherná-preta*; *cherne-pintado*; *chernete*; *chernote* (somente neste acrescenta que se trata do cherne jovem).

Registra também **Cherne-vermelho**: o m.q. ¹**vermelho** (*Lutjanus purpureus*, *L. vivanus*). **1 designação** comum aos peixes teleósteos perciformes da família dos lutjanídeos, especialmente do gênero *Lutjanus*, com cerca de 64 spp.; *acarajá*, *caranha* **1.1** peixe (*L. purpureus*) do Atlântico tropical, comum no Ceará e Rio Grande do Norte, que atinge 90 cm de comprimento e tem coloração vermelha, boca rosada com mancha negra na base e axila das nadadeiras peitorais; *acaraiá*, *acarapuã*, *cachucho*, *pargo*, *pargo-cachucho* [Espécie de grande valor comercial no Nordeste do Brasil.] **1.2** peixe (*L. vivanus*) que ocorre da Carolina do Norte ao Sudeste do Brasil, de coloração vermelho-rosada, com o ventre mais claro e uma mancha arredondada no meio do corpo; *olho-de-vidro*, *pargo-olho-de-vidro*, *pargo-vermelho*, *vidrado* [Sua carne é considerada de excelente qualidade.] **2** m.q. **baúna** (*Lutjanus jocu*). Apresenta uma entrada para **MERO**: **1 peixe** teleósteo, perciforme (*Epinephelus itajara*), da família dos serranídeos, encontrado em águas tropicais do Atlântico e do Pacífico, com até 3 m de comprimento, corpo robusto, olhos pequenos, coloração castanha com pequenas manchas pretas arredondadas no dorso e cinco faixas escuras transversais; *canapu*, *canapuguaçu*, *garoupa-preta*, *mera*, *mero-preto* [É o maior serranídeo do Brasil, e sua carne é considerada de excelente qualidade, sendo muito apreciado em pesca submarina.] **2** m.q. **garoupa-senhor-de-engenho** (*Acanthistius brasilianus*).

Para o Guia Prático: **CHERNE** (*Epinephelus niveatus*): ocorre por todo o litoral brasileiro. É peixe nectônico, isto é, embora nade ativamente na massa d'água, mantém relação com o substrato marinho, onde faz sua toca. É também peixe demersal, isto é, seus ovos não flutuam na água; ficam presos ao fundo até sua eclosão. Enquanto os adultos vivem em alto-mar, os jovens podem ser vistos ocasionalmente em águas rasa, no litoral. Tem carne excelente e possui grande valor comercial, mas sua pesca é relativamente limitada. Encontra-se vulnerável à extinção. Corpo de coloração de castanho a marrom-avermelhado escuro, um pouco mais claro no ventre. Espécimes jovens possuem pintas brancas enfileiradas regularmente e uma grande mancha escura no pedúnculo caudal, que parte do dorso e ultrapassa a linha lateral. Outros nomes: *cherná*, *cherná-preta*, *cherne-pintado*, *cherne-tapoan*, *chernete* ou *chernote* (*pequeno porte*).

Cherne-amarelo – (*Epinephelus flavolimbatus*) Coloração semelhante ao cherne, mas a margem da porção espinhosa é amarelada; apresenta uma característica estria azulada na cabeça, do olho ao ângulo do pré-opérculo. O focinho é também amarelado.

Cherne-listrado – (*Epinephelus mystacinus*). A coloração do corpo é um tom claro de marrom-achocolatado com 8 ou 9 barras verticais marrom-escuras. As duas últimas barras, já no pedúnculo caudal, são fundidas e mais escuras que as demais. Apresenta estrias e barras na cabeça.

Cherne-negro – a coloração marrom-avermelhada é bem enegrecida, sendo quase negra em alguns indivíduos. Os jovens têm manchas claras irregulares e esparsas. Podem apresentar a caudal amarelada. Ocorrência: águas tropicais da costa americana do Atlântico. No Brasil, esta espécie ocorre do Norte ao Sudeste. A espécie está em estágio crítico de extinção. Sua carne é considerada excelente, mas tem pouca importância comercial no Brasil. Outro nome: *mero-preto*.

Para **mero** apresenta apenas uma espécie: (*Epinephelus itajara*), é da mesma família dos Serranídeos a que pertence o cherne. Na espécie descrita e fotografada pelo Guia, o corpo é castanho-acinzentado e/ou esverdeado com pintas escuras, que também aparecem nas nadadeiras. Há faixas verticais escuras irregulares do dorso ao ventre, mais visíveis nos espécimes jovens. Ocorre por toda a costa brasileira, sendo mais raros no Sul. Encontra-se em estágio crítico de ameaça de extinção. Carne de excelente qualidade e de bom valor comercial. Outros nomes vulgares: *carapau* (BA), *canapu-guaçu* (PE), *merete*, *merote*, *mirete*.

JUSTIFICATIVA DE NOMES USADOS NO BRASIL:

acarajá – Houaiss remete a caranha.

acarapuã – acará- + talvez tupi *apu'a* 'redondo'; compare *irapuã*, em que o elemento final *-puã* (< tupi *apu'a*) ocorre com o significado de 'redondo', na explicação de Houaiss.

baúna – segundo Houaiss, de origem obscura. Aurélio limita-se a dizer: de origem possivelmente tupi. Pelo que temos de informação, *-una* significa negro, mas aqui vemos o nome *baúna* como outro nome do cherne-vermelho.

cachucho – segundo Houaiss, origem obscura; forma histórica c 1543 *cachuco*, 1561 *cachucho*.

caranha, acaranha – tupi *akara'ãya* 'peixe da família dos lutjanídeos', de *aka'ra* 'peixe' + *ãya* 'dente' (acepção ictiologia); compare *acará-aiá*; ver *acara-* ou *acará-* e *-anha*; forma histórica s XVII *guaraanha*.

canapu-guaçu – tanto Houaiss quanto Aurélio consideram a palavra com origem provavelmente tupi. *Guaçu* é, na explicação de Houaiss, pospositivo, do tupi *gwa'su* 'grande', português *-guaçu*; ocorre nas variantes: tupi *-wa'su*, português *-uaçu* [...] ao mesmo tempo que perdura seu uso como mero adjetivo 'grande, vasto, enorme, maior'. Houaiss registra o nome do peixe sem hífen: *canapuguaçu*.

carapau – tanto o *Dicionário da Porto Editora*, quanto o Houaiss dão ao vocábulo origem obscura. Entretanto, Stradelli apresenta o vocábulo *carapu*, que define como certa casta de peixe.

cherne – origem duvidosa; provavelmente do latim tardio *acernia* 'espécie de ¹mero', através do moçárabe *chírnia*. **cherna** – alomorfe de cherne.

chernete; chernote – diminutivos de cherne.

cherne-amarelo – na descrição e na foto Guia Prático apresenta um exemplar com pintas amareladas e focinho amarelo.

cherne-pintado – o peixe possui pintas brancas dispostas em fileiras.

cherna-preta; cherne-negro – coloração do corpo bastante escurecida, quase negra em alguns indivíduos.

cherne-vermelho – corpo vermelho, boca rosada.

mero – latim *mèrus,a,um* 'puro, sem mistura; verdadeiro, autêntico; só, único, mero; nu, descalço'. *Merete*, *merote*, *mirete* são diminutivos.

pargo – latim científico gênero *Pagrus*, com metátese, do latim *pagrus* e *phagrus,i* 'idem' < grego *págrōs*.

pargo-olho-de-vidro, também chamado **vidrado** - *vidrado* é participio de *vidrar*. Um dos significados propostos por Houaiss: com o brilho do vidro; brilhante, lustroso, vidrento. Aliás, a foto deste peixe mostrada no Guia Prático apresenta um espécime de olhos arregalados e muito brilhantes.

CHICHARRO – peixe teleosteo perciforme da família dos carangídeos (*Decapterus punctatus*) encontrado na costa atlântica, com até 30 cm de comprimento, corpo fusiforme, dorso azul-esverdeado com uma faixa amarela longitudinal, mancha negra no opérculo e ventre prateado; *chicharro-de-olho-grande*; *chicharro-pintado*. Em

Barcelos: CHICHARRO – peixe vulgarmente chamado, no Continente, ‘carapau’, cientificamente denominado *Trachurus picturatus*. O autor ainda registra: **1 Chicharro-de-agraço** – chicharro pequeno apanhado no princípio do verão, quando as uvas ainda estão verdes (*agraço*) e que, junto com estas se faz em São Miguel um prato regional com o mesmo nome – chicharro-de-agraço. **2 Chicharro-ladrão** – nome que também se dá ao *chicharro-do-alto* por fazer desaparecer o chicharro miúdo quando aparece.

No Houaiss encontramos: **1** peixe teleósteo perciforme da família dos carangídeos (*Trachurus trachurus*), que ocorre em todos os mares do mundo, de até 40 cm de comprimento, corpo fusiforme, placas ósseas em toda a extensão da linha lateral, dorso verde-azulado, flancos cinza, ventre branco e nadadeira caudal furcada. **2** peixe teleósteo perciforme da família dos carangídeos (*Decapterus macarellus*), pelágico, encontrado do Atlântico ocidental até o Sudeste do Brasil, com cerca de 33 cm de comprimento, corpo fusiforme com dorso verde-claro e ventre prateado; *carapau, cavalinha, cavalinha-dos-reis, chicharro-branco, chicharro-calabar, chicharro-cavala*. **3** m.q. **chicharro-pintado** Regionalismo: Brasil. **3.1** peixe teleósteo perciforme da família dos carangídeos (*Decapterus punctatus*) encontrado na costa atlântica, com até 30 cm de comprimento, corpo fusiforme, dorso azul-esverdeado com uma faixa amarela longitudinal, mancha negra no opérculo e ventre prateado; *chicharro, chicharro-branco, chicharro-de-olho-grande*. **3.2 Regionalismo:** Pernambuco. m.q. **xarelete** (*Caranx crysos*) Regionalismo: Ceará. m.q. **xaréu** (*Caranx hippos*) designação comum aos peixes teleósteos perciformes, da família dos carangídeos e do gênero *Caranx*, encontrados no Atlântico e no Pacífico; *guaracema, guaracuma, guaricema, guricema*. **3.2.1** peixe (*Caranx lugubris*) de distribuição circuntropical, comum no Nordeste do Brasil, com cerca de 1 m de comprimento, coloração marrom-escura a negra e o primeiro espinho da nadadeira dorsal geralmente sob a pele; *ferreiro, xaréu-preto*. **3.2.2** Regionalismo: Brasil. peixe (*Caranx hippos*) do Atlântico ocidental e do Pacífico oriental, com até 1,50 m de comprimento, dorso verde-azulado, flancos e ventre prateados ou amarelados e mancha negra no opérculo e nas nadadeiras peitorais; *aracaroba, araximbora, cabeçudo, carimbamba, corimbamba, guaracimbora, guiará, papa-terra, xarelete, xaréu-branco, xaréu-roncador, xaréu-vaqueiro, xarém, xexém* [Espécie de valor comercial e capturada em pesca esportiva.] **4 Regionalismo:** Amazonas. O m.q. **acará-bandeira** (*Pterophyllum scalare*) do Amazonas, que atinge até 15 cm de comprimento, de corpo ovalado, coloração cinzenta com quatro faixas negras, nadadeiras dorsal alta; anal e ventrais com prolongamentos filamentosos; *bandeira, buvuari, buxuari, escalare, piraquê, piraquenã, xaréu* [Espécie ornamental.] **5** Regionalismo São Paulo. **5.1** peixe teleósteo, perciforme, da família dos carangídeos (*Caranx chrysos*), do Atlântico ocidental e Pacífico, com cerca de 40 cm de comprimento, dorso verde-azulado, opérculo manchado e ventre esbranquiçado; *carapau, cavaco, chicharro-pintado, graçainha, guaracu, guaracuma, guarajuba, guaricema, solteira, xaréu, xaréu-dourado, xaréu-pequeno, xarelete* [No Sudeste do Brasil, é capturado em grandes quantidades periodicamente.] **5.2** peixe teleósteo, perciforme, da família dos carangídeos (*Caranx latus*), encontrado no Atlântico, dos E.U.A. até o Rio de Janeiro; com até 80 cm de comprimento, possui o dorso azul-escuro, os flancos prateados ou dourados e o ventre amarelado; *araximbora, carapau, garacimbora, guaracema, guaracuma, guaraiúba, guarajuba, guarambá, guaricema, xaréu-olhão, xarelete* [Espécie de valor comercial.] **6** m.q. **garapau** (*Selar crumenophthalmus*). Regionalismo: Rio Grande do Norte, Pernambuco. Peixe teleósteo perciforme da família dos carangídeos de águas tropicais e subtropicais, com cerca de 40 cm de comprimento, olhos grandes com visível tecido adiposo ao redor, dorso esverdeado, ventre prateado e faixa longitudinal amarela; *chicharro, chicharro-de-olho-grande, garajuba, guarajuba, gurapau, olhudo*.

No Guia Prático, **Chicharro-pintado** (*Decapterus punctatus*): ocorre no Norte ao Sudeste e parte do Sul. Outros nomes: *carapau, chicharro, chicharro-branco (PE), Xixarro-do-olho-grande*.

Guarajuba – (*Caranx latus*). Outros nomes: *araximbora, carapau (ES), garacimbora (PE), Guaracema, guaraiúba (BA), guarambá, guarassuma (PE), guaricema (RJ), xarelete (SP), xerelete*.

Xaréu – (*Caranx hippos*). Outros nomes: *cabeçudo (BA), carimbamba ou corimbamba (BA), guaracema, guiará ou guiaru, xarelete (CE), xaréu-roncador (PE), xaréu-vaqueiro (PE), xexém*.

Xarelete – (*Caranx crysos*). Outros nomes: *carapau (ES), cavaco, chumberga (BA, pequeno-porte), graçainha, guaracu (BA, grande porte), guarajuba (PE), guaricema (BA), solteira, xarelete (SP), xaréu-dourado, xaréu-pequeno, xerereite*. Além destes, o Guia apresenta três espécies parecidas: **guarajuba** (*Caranx latus*), mencionada acima e mais duas: **xarelete-amarelo** (*Caranx bartholomaei*), **xarelete-azul** (*Caranx ruber*).

Procuremos a motivação de nomes diversos. Acreditamos ser possível deixar de fora explicações muito repetitivas como acréscimo de nomes de cores e da palavra pintado.

acará-bandeira – tupi *aka'ra* 'escamoso, cascudo' (designação comum a diversos peixes de água doce, mas também de ave); bandeira: provavelmente espanhol *bandera* (s XIII) <castelhano *banda* <gótico **bandwa* 'senha, sinal'; o significado de *banda* como 'bandeira' provém do gótico tardio *manwjan*; ver ¹*band-*; f. hist. 1344 *bandeira*, 1344 *bādeyra*, s XV *bandejra*. Bandeira é símbolo; será o peixe simbólico do Amazonas?

aracaroba, aracimbora – tupi, mas origem obscura; ver *-roba* [pospositivo, do tupi '*rowa* 'amargo', às vezes sob a forma *-rova*; o *-o-* da sílaba tônica mantém-se aberto e a assilábica *-w-* desenvolve-se como consoante sonora; ocorre em um número apreciável de fitônimos brasílicos incorporados à língua, a partir do s XVI, em momentos vários]. E alguns nomes de plantas acabam passando para peixes. Em Stradelli, a forma mais próxima de *aracá* é *aracu*, que designa várias espécies de peixes.

buvuari, buxuari – Houaiss remete a Nascentes: provavelmente tupi. O segundo verbete pode ser visto como variante do primeiro.

carapau – V. cherne.

cabeçudo – o que tem cabeça grande.

carimbamba, corimbamba – Houaiss passa a palavra para Nascentes: possivelmente de origem tupi.

cavaco – lemos em Houaiss: *cava* + *-aco*; Nascentes faz observações sobre a falta de explicação para a relação com as acepções metafóricas, neste caso em pauta, relativas a Ictiologia.

cavalinha, cavalinha-dos-reis – Vide *chicharro-cavala*.

chicharro – na explicação de Houaiss: origem duvidosa; o espanhol também tem *chicharro* (s XVIII) 'espécie de peixe marinho', de origem incerta; Corominas levanta a hipótese de originar-se de *chicharra*, uma variante antiga de *cigarra*, constituindo-se, assim, um dos tantos casos de aplicação de um nome de animal terrestre a designações em Ictiologia.

chicharro-calabar – não encontramos explicação mais plausível que a dada aos saltos do *chicharro-cavala*, nome também dado à espécie em pauta.

chicharro-cavala - *cavala* aparece explicada no Houaiss: cavalo + *-a* vogal temática tomada como desinência de feminino; segundo Nascentes porque 'o peixe salta sobre as ondas'; ver *caval-*; forma histórica s XV *caualla*. No Guia Prático há também referência a tais saltos, com que a cavala atinge os pescadores, na tentativa de fugir da rede fechada ao máximo no cerco apertado.

chicharro-de-agraço – *agraço* é o nome dado às uvas pequenas e ainda verdes do começo do verão, quando se pescam os *chicharros* que levam tal nome.

chicharro-do-alto – espécie costeira, nada em águas de superfície.

chicharro-ladrão – nome dado ao *chicharro-do-alto* que faz desaparecer os miúdos, quando estes aparecem.

chumberga – na BA é xaréu de jovem, xaréu de pequeno porte.

escalare – proveniente. do segundo elemento do latim científico *Pterophyllum scalare*, segundo Houaiss..

ferreiro, xaréu-preto – o nome científico já contém a palavra lúgubre (*Caranx lugubris*), isto é escuro, sinistro, que lembra a cor escura da roupa do ferreiro; o peixe tem cor cinza escura ou preta, nadadeiras e escudos da linha lateral escuros, quase negros.

graçainha – segundo José Pedro Machado, forma alterada de *guaraçáima*, este do tupi *wara'sima* ('*wara* 'espécie de peixe' + '*sima* 'liso, sem mancha').

guaracema – explicação de Houaiss: tupi *gwara'sima* 'espécie de xaréu'.

guaraçuma, guarassuma – segundo Houaiss, provavelmente tupi *gwara'sima* 'espécie de xaréu'; compare-se *guaracema*.

guaricema, guricema – houvermos por bem considerar variantes de *guaracema*.

guaracimbora – segundo Houaiss, o m.q. *aracimbora* (V.), *araximbora*, do tupi, mas obscuro.

guaraçu – para esta forma, Houaiss afirma: forma obscura. Isto nos causa estranheza uma vez que imediatamente antes o dicionário apresenta *guaracu*, forma muito semelhante, variante poderíamos dizer, com a seguinte observação: segundo Dicionário Histórico de Palavras Portuguesas de Origem Tupi, tupi *gwara'ku* 'peixe de menor corpulência'; forma histórica c 1777 *uaracu*.

guarajuba, guaraiúba – segundo Houaiss: tupi *gwara'yuba* ou *wara'yuba* 'peixe'.

guarambá – segundo Houaiss, provavelmente tupi. Em Silveira Bueno, contudo, encontramos *guarabá*, como peixe-boi, o comilão. Sem querer partir para adivinhação, ficamos tentados a perguntar: teria *guarambá* alguma coisa a ver com *guarabá*?!

guiará – segundo Houaiss, tupi (sem outra informação). Mas o Guia Prático registra *guiará* ou *guiaru*, como equivalentes, como variantes.

papa-terra – segundo Houaiss, forma histórica 1877 *pápaterra*.

piraquê – segundo Houaiss: origem tupi; observe-se a presença do elemento *pira* < tupi *pi'ra* 'peixe'. Remete a **poraquê**: tupi *pura'ke* 'peixe-elétrico'; literalmente, segundo Nascentes, 'o que faz dormir, entorpecer', pois, conforme explicado por Silveira Bueno, a descarga elétrica do peixe tem a capacidade de adormecer a mão de quem o toca; forma histórica c1631 *poraque*, c1763 *poraquê*, 1817 *poraquez*, 1877 *piraquê*.

piraquenanã – segundo Houaiss, origem obscura. Acreditamos que se aplica a este verbete parte do que se disse do anterior.

solteira – segundo Houaiss: latim *solitarius, a, um* 'só'; forma histórica s XIII *solteyras*, s XV *solteiro*, s XV *sortera*. O dicionário informa sobre o peixe: é o m. q. *viúva*. Descreve a última espécie como tendo por característica "uma mancha negra sob as nadadeiras peitorais". Ainda Houaiss caracteriza a guaivira, guaibira ou goivira como espécie que tem dorso plúmbeo-azulado e diz ainda também dela "o m. q. *solteira*". Ora sabemos que o plúmbeo é uma cor cinza escuro, portanto cor soturna. Mas nunca soubemos que uma cor negra, plúmbea, escura ou soturna caracteriza solteiro. Por que, então solteira, como nome de peixe, indica o m. q. *viúva* e o m. q. *guaivira*?! Sabemos que isto, sim, podemos perguntar... Lembramos também que *chumberga*, na Ba, é peixe, mas, no Rio de Janeiro, *chumbergar*, *chumbregar* significa ferir, matar. De novo o radical relativo a *chumbo*, *plúmbeo*, *escuro* ligado a morte, tristeza aparece também ligado ao peixe *viúva*, *guaivira*, portanto ao peixe *solteira*. Seria isto sempre coincidência?!

xarelete – diminutivo de *xaréu*.

xaréu – Houaiss remete a *xerém*: segundo Nei Lopes, provavelmente relacionado com o quicongo *nsele* 'mandioca que se faz cozinhar e macerar durante três dias'. Ainda segundo o mesmo autor, a acepção. 'dança nordestina de roda' estaria provavelmente ligada à letra de uma canção do músico pernambucano Luiz Gonzaga ("Oi, pisa angu/ penera o xaréu/ Eu não vou criar galinha/ pra dar pinto pra ninguém"), da qual viria a dança ou vice-versa; forma histórica 1699 *xerem*. E não é de todo incomum que nomes de uma área passem para outra E aqui, em se tratando de nome popular, pode ter ocorrido alteração de *xaréu* para *xaréu*.

xaréu – segundo Houaiss, origem obscura. E remete a Nascentes, talvez indígena; forma histórica a1697 *xareo*.

xaréu-roncador – Houaiss tem uma entrada para roncador : (1682) Rubrica: ictiologia. Regionalismo: Brasil. peixe teleosteo perciforme da família dos hemulídeos (*Conodon nobilis*), encontrado no Atlântico ocidental, do Texas ao Sul do Brasil; possui cerca de 30 cm de comprimento, é amarelado com oito faixas transversais escuras, apresenta dentes faríngeos, ligados à bexiga-natatória, e emite roncões quando capturado; canarinho, coró, coroque, ferreiro, maria-luísia, pargo-branco [Espécie com pouco valor comercial.] Sublinhado nosso.

xaréu-vaqueiro – para Houaiss, trata-se de um regionalismo de Pernambuco, mas não dá maiores informações sobre o nome.

xexém – Houaiss explica a palavra como de origem obscura, mas ousamos falar em etimologia popular, que aproxima o nome do pássaro xexéu, de cor preta, com vermelho e amarelo das cores do xaréu. E acrescentamos a etimologia encontrada em Houaiss para o pássaro: segundo Nascentes, tupi *xe'xéu*, para a acepção ornitológica nessa mesma acepção, documentada no Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi (V. Referências Bibliográficas deste estudo), sem identificação do étimo tupi; forma histórica 1833 *chexéo*, 1875 *chexéo*, 1878 *chexéu*, 1935 *xexéus*.

CONGRO – é peixe de 4ª linha no Brasil, embora sua carne seja bastante apreciada na Europa, onde pode ser encontrada fresca em mercados. Ouvimos falar na espécie e experimentamos sua carne que, tal como foi para nós preparada, apreciamos bastante, em Santa Catarina, em hotel do Balneário Camboriú. Pela lembrança de seu sabor, e lembrança da boa terra catarinense, vamos a ele.

Barcelos não tem uma entrada para este peixe. Entretanto fala dele em outras entradas dizendo ser peixe muito abundante na ilha. É o que acontece, por exemplo, na entrada **PEIXE-MANSO** - peixe branco, menos sanguíneo que o *peixe bravo*, de escamas mais largas. Bodião, salema, sargo, veja, etc. Entram também nesta designação peixes sem escama como o *congro* e as moreias

No Houaiss, encontramos: **1** designação comum aos peixes teleosteos anguiliformes da família dos congrídeos, especialmente do gênero *Conger*, que possuem corpo sem escamas, cilíndrico, alongado e nadadeiras dorsal e anal contínuas com a cauda; *corongo*, *enguia-do-mar* **1.1** peixe costeiro (*Conger orbignyanus*) encontrado no Atlântico ocidental, do Rio de Janeiro até a Argentina, com até 1 m de comprimento, olhos grandes, lábios grossos, dorso marrom-escuro, parte anteroinferior esbranquiçada, faixa clara nas laterais da nadadeira anal, poros da linha lateral claros, nadadeiras dorsal e anal claras com margens enegrecidas; *cobra-do-mar*, *enguia*.

CONGRO-REAL – Regionalismo: Sul do Brasil. **1** m.q. **congro-rosa** (*Genypterus brasiliensis*) **1.1** peixe teleósteo ofidiiforme, da família dos ofidiídeos (*Genypterus brasiliensis*), que ocorre no Atlântico sul, do Rio de Janeiro ao Uruguai, em águas de 60 a 200 m de profundidade, com até 1 m de comprimento, parte posterior do corpo muito comprimida, maxilar superior maior que o inferior com dentes caniniformes expostos, corpo rosado com nadadeiras claras; congro-real [Espécie de valor comercial.] **1.2** **peixe** teleósteo ofidiiforme, da família dos ofidiídeos (*Genypterus blacodes*), encontrado no Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, além de Nova Zelândia e Austrália, com até 80 cm de comprimento, corpo rosa-dourado com manchas marrons no dorso, ventre claro e nadadeiras peitorais vermelhas [Espécie de grande valor comercial especialmente na Argentina e Chile.] 2m.q. **tiravira** (*Percophis brasiliensis*) **2.1** **Regionalismo**: Brasil. Peixe teleósteo, perciforme, da família dos percófídeos (*Percophis brasiliensis*), encontrado na costa atlântica da América do Sul, com cerca de 60 cm de comprimento, cabeça em forma de cunha, mandíbula prognata, dorso pardo, ventre claro e nadadeiras enegrecidas; *aipim*, *congro-real*, *lagarto*, *mandioca*, *peixe-aipim*, *vira-vira* [Espécie comum no comércio.] **2.2** **Regionalismo**: Brasil. peixe teleósteo aulopiforme da família dos sinodontídeos (*Synodus foetens*), encontrado da Nova Inglaterra até Santa Catarina, sendo comum no Nordeste brasileiro, em fundos arenosos; de até 37 cm de comprimento, corpo cinza a bege com manchas escuras nos flancos; *lagartixa*, *traíra*, *traíra-do-mar*. **3** **Regionalismo**: Espírito Santo. m.q. **peixe-lagarto** (*Synodus intermedius*)

No Guia Prático: **congro** (*Conger orbignyanus*) aparece na costa atlântica da América do Sul. No Brasil, é mais comum no Sudeste e Sul. Encontrado eventualmente em peixarias, não tem grande interesse comercial. A obra apenas cita, ainda, **congro-dentão**, **congro-rosa**.

Análise dos nomes diversos encontrados:

aipim, **peixe-aipim** – o corpo do peixe lembra o formato da raiz denominada aipim, ou mandioca.

congro – segundo Houaiss, do latim *congrus*, 'idem'.

congro-dentão – o peixe possui dentes caninos expostos.

congro-real – pensamos poder justificar a *real* apenso a *congro* nas espécies *congro-rosa* (*Genypterus brasiliensis*) e (*Percophis brasiliensis*) ao fato de que, no Brasil, advenha de seu valor comercial aqui, diferentemente do *Genypterus blacodes*, de maior valor comercial na Argentina e Chile e da espécie *Conger orbignyanus*, mais valorizada na Europa.

corongo – forma suarabática criada por espécie de epêntese que consiste em se desfazer um grupo consonantal por meio da intercalação de uma vogal, como ocorreu com a palavra *barata*, originária do antigo *brata* (latim *blatta*), na explicação de Houaiss.

enguia-do-mar, **enguia** – latim **anguila* por *anguilla* 'idem', diminutivo de *anguis*, 'cobra, serpente'; no s XIV registra-se *anguia*, mais próxima da fonte latina; compare-se italiano *anguilla*, friúlico *anzile*, francês *anguille*, catalão *anguiler*, espanhol *anguila*. Este peixe tem formato parecido com o de uma cobra.

peixe-lagarto, **lagartixa** – peixe de corpo geralmente delgado, cauda longa e de ponta afinada, que lembra o do lagarto e da lagartixa.

traíra, **traíra-do-mar** – peixe de coloração pardo-escuro, e manchas espalhadas no corpo, dentes incisivos fortes, expostos e afiados que lembram o corpo e os dentes da traíra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CACCIATORE, O. G. (1998). *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- CUNHA, Antônio Geraldo da, (1999). *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília.
- DICIONÁRIOS PRO (2005). *Dicionário Pro de Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1999). *Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI*. Versão 3.0. Coord. e ed. de Marina Bird Ferreira e Margarida dos Anjos. CD produzido e distribuído por Lexikon Informática, sendo versão integral do Novo Dicionário Aurélio – Século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,
- HOUAISS, Antônio (2001). *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LOPES, Nei (2003) *Novo Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Palas.
- NASCENTES, Antenor (1953) *O Linguajar Carioca*, 2ª ed., Rio: Organização Simões. BB
- SILVEIRA BUENO, Francisco da (1987) *Vocabulário tupi-guarani português*. 5 ed. São Paulo: Brasilvros,

STRADELLI, Ermano (1929). *Vocabulário da língua geral português-nheêngatu e nheêngatu-português*, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua miri e seguidos de contos em língua geral nheêngatu poranduna. Revista do Instituto Histórico, sem maiores indicações bibliográficas, mutiladas que foram no processo de encadernação de um exemplar bastante antigo. Silveira Bueno, contudo, em seu dicionário indica: Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil, (vol. 158) Rio de Janeiro.

SZPILMAN, Marcelo (2000). *Peixes marinhos do Brasil* – guia prático de identificação. Rio de Janeiro: M. Szpilman, Instituto Ecológico Aqualung e Mauad Ed.

SAMPAIO, Teodoro (1987). *O Tupi na Geografia Nacional*. 5 ed., São Paulo: Ed. Nacional, INL.

www.itajai.sc.gov.br/noticias_Aquapescabrasil – Feira Internacional da Pesca e Aquicultura. Disponível em 11/01/2010 18:19:59.





ANUÁRIO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

ANOS 2002-2010

ESTUDOS LUSÓFONOS LÍNGUA E LITERATURA

VERSÃO COMPLETA
Volume um

Edição AICL/Chrys Chrystello ©2010-2014